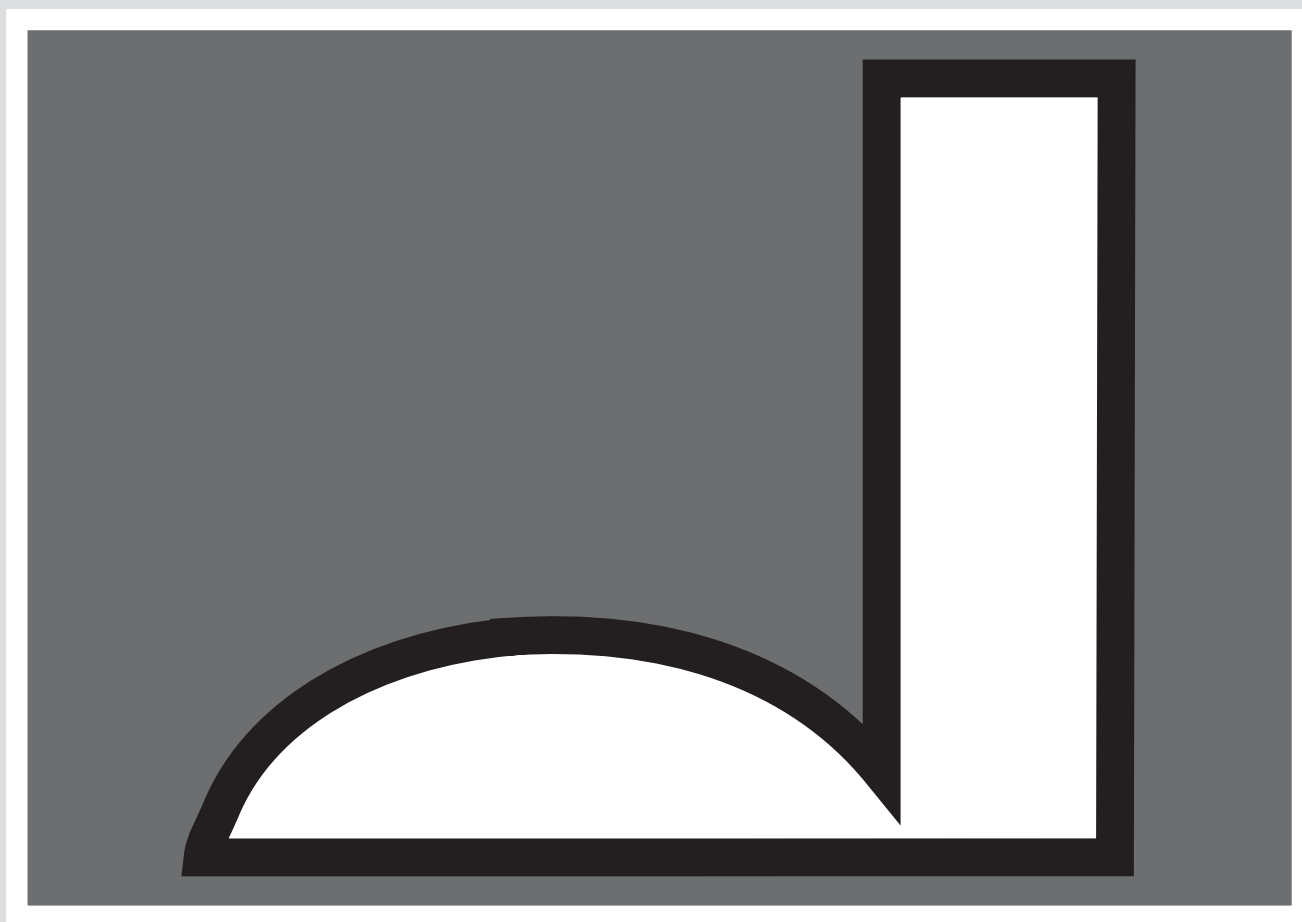




REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL



DIÁRIO DO SENADO FEDERAL

**SECRETARIA-GERAL DA MESA
1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATIVA**

**RESENHA MENSAL
(269, II DO RISF)
(PERÍODO DE 1º DE AGOSTO DE 2007)
E
ATAS DE COMISSÕES**

VOLUME II / II

ANO LXII - SUP. "A" AO Nº 136 - TERÇA-FEIRA, 4 DE SETEMBRO DE 2007 - BRASÍLIA-DF

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente
Renan Calheiros – PMDB-AL
1º Vice-Presidente
Tião Viana – PT-AC
2º Vice-Presidente
Alvaro Dias – PSDB-PR
1º Secretário
Efraim Morais – DEM-PB
2º Secretário
Gerson Camata – PMDB-ES

3º Secretário
César Borges – DEM-BA
4º Secretário
Magno Malta – PR-ES

Suplentes de Secretário
1º - Papaléo Paes – PSDB-AP
2º - Antônio Carlos Valadares – PSB-SE
3º - João Vicente Claudino – PTB-PI
4º - Flexa Ribeiro – PSDB-PA

LIDERANÇAS

MAIORIA (PMDB) – 19	BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT/PTB/PR/PSB/PC do B/PRB/PP)- 27	LIDERANÇA PARLAMENTAR DA MINORIA (DEM ¹ /PSDB) – 29
LÍDER	LÍDER	LÍDER
VICE-LÍDERES	Ideli Salvatti – PT	Demóstenes Torres
.....	VICE-LÍDERES	VICE-LÍDERES
LÍDER DO PMDB – 19	Epitácio Cafeteira	
Valdir Raupp	João Ribeiro	LÍDER DO DEM – 16
VICE-LÍDERES DO PMDB	Renato Casagrande	José Agripino
Wellington Salgado de Oliveira	Inácio Arruda	VICE-LÍDERES DO DEM
Valter Pereira	Marcelo Crivella	Kátia Abreu
Gilvam Borges	Francisco Dornelles	Jayme Campos
Leomar Quintanilha		Raimundo Colombo
Neuto de Conto	LÍDER DO PT – 12	Edison Lobão
	Ideli Salvatti	Romeu Tuma
	VICE-LÍDERES DO PT	Maria do Carmo Alves
	Eduardo Suplicy	LÍDER DO PSDB – 13
	Fátima Cleide	Arthur Virgílio
	Flávio Arns	VICE-LÍDERES DO PSDB
	LÍDER DO PTB – 6	Sérgio Guerra
	Epitácio Cafeteira	Alvaro Dias
	VICE-LÍDER DO PTB	Marisa Serrano
	Sérgio Zambiasi	Cícero Lucena
	LÍDER DO PR – 3	
	João Ribeiro	
	VICE-LÍDER DO PR	
	Expedito Júnior	
	LÍDER DO PSB – 3	
	Renato Casagrande	
	VICE-LÍDER DO PSB	
	Antônio Carlos Valadares	
	LÍDER DO PC do B – 1	
	Inácio Arruda	
	LÍDER DO PRB – 1	
	Marcelo Crivella	
	LÍDER DO PP – 1	
	Francisco Dornelles	
LÍDER DO PDT – 4	LÍDER DO P-SOL – 1	LÍDER DO GOVERNO
Jefferson Péres	José Nery	Romero Jucá - PMDB
VICE-LÍDER DO PDT		VICE-LÍDERES DO GOVERNO
Osmar Dias		Delcídio Amaral
		Antônio Carlos Valadares
		Sibá Machado
		João Vicente Claudino

¹ Alterada a denominação de Partido da Frente Liberal – PFL para Democratas, nos termos do Ofício nº 76/07 – DEM, lido em 2 de agosto de 2007.

EXPEDIENTE

Agaciél da Silva Maia Diretor-Geral do Senado Federal Júlio Werner Pedrosa Diretor da Secretaria Especial de Editoração e Publicações José Farias Maranhão Diretor da Subsecretaria Industrial	Cláudia Lyra Nascimento Secretária-Geral da Mesa do Senado Federal Maria Amália Figueiredo da Luz Diretora da Secretaria de Ata Denise Ortega de Baere Diretora da Secretaria de Taquigrafia

Impresso sob a responsabilidade da Presidência do Senado Federal. (Art. 48, nº 31, RISF)

SENADO FEDERAL

SUMÁRIO

1 – SECRETARIA-GERAL DA MESA	
1.1 – RESENHA MENSAL (Período de 1º a 31 de agosto de 2007)	
2 – ATAS DE COMISSÕES	
2.1 – Comissão de Assuntos Econômicos – CAE	
Ata da 16ª Reunião da Comissão de Assuntos Econômicos, conjunta, da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura, realizada com as Comissões de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle do Senado Federal; de Desenvolvimento Econômico, Indústria e Comércio – CD; Finanças e Tributação – CD; Fiscalização Financeira e Controle – CD e com a Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização – CN, realizada em 24 de maio de 2007.	00076
Ata da 20ª Reunião, Ordinária, da Comissão de Assuntos Econômicos, da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura, realizada em 3 de julho de 2007.	00106
Ata da 21ª Reunião, Ordinária, da Comissão de Assuntos Econômicos, da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura, realizada em 10 de julho de 2007.	00114
Ata da 22ª Reunião, Extraordinária, da Comissão de Assuntos Econômicos, da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura, realizada em 11 de julho de 2007.	00133
Ata da 34ª Reunião, Conjunta, da Comissão de Assuntos Econômicos, da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura, realizada com as Comissões de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle do Senado Federal; de Desenvolvimento Econômico, Indústria e Comércio – CD; Finanças e Tributação – CD; Fiscalização Financeira e Controle – CD; e com a Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização – CN, realizada no dia 20 de dezembro de 2006. .	00143
2.1.1 – Subcomissão Temporária da Regulação dos Marcos Regulatórios	
Ata da 10ª Reunião, Extraordinária, da Subcomissão Temporária da Regulação dos Marcos Regulatórios, da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura, realizada em 2 de julho de 2007..	00168
2.1.2 – Subcomissão Permanente de Assuntos Municipais	
Ata da 2ª Reunião, Extraordinária, da Subcomissão Permanente de Assuntos Municipais, da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura, realizada em 26 de junho de 2007.	00189
2.2 – Comissão de Educação e Subcomissão Permanente de Cinema, Música e Comunicação Social	
Ata da 26ª Reunião, Extraordinária, da Comissão de Educação e, 6ª Reunião, Extraordinária, da Subcomissão Permanente de Cinema, Teatro, Música e Comunicação Social, da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura, realizada em 26 de junho de 2007.	00208
Ata da 27ª Reunião, Ordinária, da Comissão de Educação, da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura, realizada em 27 de junho de 2007.	00231
Ata da 28ª Reunião, Extraordinária, da Comissão de Educação e, 7ª Reunião, Extraordinária, da Subcomissão Permanente de Cinema, Teatro, Música e Comunicação Social, da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura, realizada em 03 de julho de 2007.	00241
Ata da 29ª Reunião, Extraordinária, da Comissão de Educação, da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura, realizada em 05 de julho de 2007.	00264
Ata da 30ª Reunião, Extraordinária, da Comissão de Educação, da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura, realizada em 10 de julho de 2007.	00290
Ata da 31ª Reunião, Extraordinária, da Comissão de Educação e, 9ª Reunião, Extraordinária, da Subcomissão Permanente de Cinema, Teatro, Música e Comunicação Social da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura, realizada em 12 de julho de 2007.	00319
Ata da 32ª Reunião, Extraordinária, da Comissão de Educação, da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura, realizada em 7 de agosto de 2007.	00349

Ata da 28ª Reunião, Extraordinária, da Comissão de Educação e, 7ª Reunião, Extraordinária, da Subcomissão Permanente de Cinema, Teatro, Música e Comunicação Social, da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura, realizada em 03 de julho de 2007. 00381

Ata da 8ª Reunião, Extraordinária, da Subcomissão Permanente de Cinema, Teatro, Música e Comunicação Social, da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura, realizada em 11 de julho de 2007. 00405

Ata da 31ª Reunião, Extraordinária, da Comissão de Educação e, 9ª Reunião, Extraordinária, da Subcomissão Permanente de Cinema, Teatro, Música e Comunicação Social, da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura, realizada em 12 de julho de 2007. 00426

2.3 – Comissão de Fiscalização e Controle – CFC

Ata 16ª Reunião, Extraordinária, da Comissão de Fiscalização e Controle do Senado Federal, da 4ª Sessão Legislativa Ordinária, realizada em 4 de dezembro de 2002. 00456

Ata 17ª Reunião, Extraordinária, da Comissão de Fiscalização e Controle do Senado Federal, da 4ª Sessão Legislativa Ordinária, realizada em 11 de dezembro de 2002. 00459

Ata da 29ª Reunião, da Comissão de Fiscalização e Controle, da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura, realizada em conjunto, com as Comissões de Assuntos Econômicos – SF; de Economia, Indústria, Comércio e Turismo – CD; Finanças e Tributação – CD; Fiscalização Financeira e Controle – CD, e da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização – CN, realizada no dia 29 de outubro de 2003. 00466

2.4 – Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle – CMA

Ata da 5ª Reunião, da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura, da Subcomissão Temporária sobre o gerenciamento de resíduos sólidos, realizada em 15 de agosto de 2007. 00500

Ats da 6ª reunião, da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura, da Subcomissão Temporária, sobre o gerenciamento de resíduos sólidos, realizada em 21 de agosto de 2007. 00500

Ata da 17ª Reunião, Extraordinária, da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura, realizada em 16 de agosto de 2005. 00500

Ata da 18ª Reunião, Extraordinária, da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura, realizada em 23 de agosto de 2005. 00523

Ata da 19ª Reunião, Extraordinária, da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura, realizada em 30 de agosto de 2005. 00531

Ata da 20ª Reunião, Conjunta, da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, com as Comissões de Assuntos Econômicos – CAE, Constituição, Justiça e Cidadania – CCJ, da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura, realizada em 13 de setembro de 2005. 00549

Ata da 21ª Reunião, Conjunta, da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, com as Comissões de Assuntos Econômicos e de Constituição, Justiça e Cidadania, da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura, realizada em 20 de setembro de 2005. 00585

Ata da 22ª Reunião Ordinária, da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura, realizada em 20 de setembro de 2005. 00617

Ata da 23ª Reunião, Extraordinária, da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura, realizada em 21 de setembro de 2005. 00620

Ata da 24ª Reunião, Extraordinária, da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura, realizada em 4 de outubro de 2005. 00632

Ata da 25ª Reunião, da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura, realizada em conjunto com as Comissões de Assuntos Econômicos do Senado Federal; de Desenvolvimento Econômico, Indústria e Comércio – CD; Finanças e Tributação – CD; Fiscalização Financeira e Controle – CD; e com a Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização – CN, em 6 de outubro de 2005. 00647

Ata da 26ª Reunião, Extraordinária, da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura, realizada em 19 de outubro de 2005. 00677

Ata da 27ª Reunião, Extraordinária, da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura, realizada em 26 de outubro de 2005. 00680

Ata da 28ª Reunião, Extraordinária, da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura, realizada em 8 de novembro de 2005. 00690

Ata da 29ª Reunião, Extraordinária, da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura, realizada em 23 de novembro de 2005..... 00718

Ata da 30ª Reunião, Extraordinária, da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura, realizada em 29 de novembro de 2005..... 00721

Ata da 10ª Reunião, Ordinária, da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, da 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura, realizada em 11 de julho de 2006..... 00730

Ata da 11ª Reunião, Ordinária, da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, da 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura, realizada em 10 de outubro de 2006..... 00735

Ata da 16ª Reunião, da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, da 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura, realizada em conjunto, com as Comissões de Assuntos Econômicos do Senado Federal; de Desenvolvimento Econômico, Indústria e Comércio – CD; Finanças e Tributação – CD; Fiscalização Financeira e Controle – CD e com a Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização – CN, realizada em 20 de dezembro de 2006..... 00746

Ata da 19ª Reunião, ordinária, da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura, realizada em 10 de julho de 2007..... 00771

Ata da 20ª Reunião, ordinária, da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura, realizada em 7 de agosto de 2007..... 00812

Ata da 21ª Reunião, ordinária, da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura, realizada em 14 de agosto de 2007..... 00818

2.4.1 – Subcomissão Temporária sobre o Gerenciamento de Resíduos Sólidos

Ata da 4ª Reunião, da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura, da Subcomissão Temporária sobre o Gerenciamento de Resíduos Sólidos, realizada em 27 de junho de 2007..... 00823

Ata da 5ª Reunião, da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura, da Subcomissão Temporária sobre o Gerenciamento de Resíduos Sólidos, realizada em 15 de agosto de 2007..... 00838

Ata da 6ª Reunião, da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura, da Subcomissão

Temporária sobre o Gerenciamento de Resíduos Sólidos, realizada em 21 de agosto de 2007..... 00855

Ata da 7ª Reunião, da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura, da Subcomissão Temporária sobre o Gerenciamento de Resíduos Sólidos, realizada em 27 de agosto de 2007..... 00857

VOLUME II

2.5 – Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional – CRE

Ata da 20ª Reunião, Ordinária, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, em conjunto com a 2ª Reunião Extraordinária da Subcomissão Permanente da Amazônia, da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura, realizada em 28 de junho de 2007..... 00889

Ata da 21ª Reunião, Ordinária, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura, realizada em 05 de julho de 2007..... 00907

Ata da 22ª Reunião, Ordinária, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura, realizada em 9 de agosto de 2007..... 00929

Ata da 23ª Reunião, Ordinária, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura, realizada em 16 de agosto de 2007..... 00956

2.6 – Comissão de Serviços de Infra-estrutura – CI

Ata da 8ª Reunião, Extraordinária, da Comissão de Serviços de Infra-Estrutura, da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura, realizada no dia 22 de março de 2007..... 00983

Ata da 9ª Reunião, Extraordinária, da Comissão de Serviços de Infra-Estrutura, da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura, realizada no dia 29 de março de 2007..... 01034

Ata da 10ª Reunião, Ordinária, da Comissão de Serviços de Infra-Estrutura, da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura, realizada no dia 03 de abril de 2007..... 01074

Ata da 11ª Reunião, Ordinária, da Comissão de Serviços de Infra-Estrutura, da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura, realizada no dia 10 de abril de 2007..... 01076

Ata da 12ª Reunião, Extraordinária, da Comissão de Serviços de Infra-Estrutura, da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura, realizada no dia 12 de abril de 2007..... 01118

Ata da 13ª Reunião, da Comissão de Serviços de Infra-Estrutura, 11ª Reunião, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional e da 10ª Reunião, da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, Extraordinárias, da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura, realizada em conjunto no dia 17 de abril de 2007..... 01159

Ata da 14ª Reunião, Extraordinária, da Comissão de Serviços de Infra-Estrutura, da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura, realizada no dia 19 de abril de 2007.....	01188	Ata da 6ª Reunião, da Subcomissão Permanente dos Biocombustíveis, da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura, realizada em 4 de julho de 2007.....	01352
Ata da 15ª Reunião, Extraordinária, da Comissão de Serviços de Infra-Estrutura, da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura, realizada no dia 26 de abril de 2007.....	01191	Ata da 7ª Reunião, da Subcomissão Permanente dos Biocombustíveis, da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura, realizada em 11 de julho de 2007.....	01390
Ata da 16ª Reunião, Extraordinária, da Comissão de Serviços de Infra-Estrutura, da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura, realizada no dia 02 de maio de 2007.....	01197	2.8 – Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática – CCT	
Ata da 17ª Reunião, Extraordinária, da Comissão de Serviços de Infra-Estrutura, da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura, realizada no dia 10 de maio de 2007.....	01222	Ata da 7ª Reunião, Extraordinária, da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura, realizada em 4 de abril de 2007.....	01390
Ata da 18ª Reunião, Extraordinária, da Comissão de Serviços de Infra-Estrutura, da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura, realizada no dia 10 de maio de 2007.....	01224	Ata da 8ª Reunião, Extraordinária, da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura, realizada em 11 de abril de 2007.....	01422
Ata da 19ª Reunião, Extraordinária, da Comissão de Serviços de Infra-Estrutura, da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura, realizada no dia 16 de maio de 2007.....	01245	Ata da 9ª Reunião, Extraordinária, da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura, realizada em 18 de abril de 2007.....	01441
Ata da 20ª Reunião, Extraordinária, da Comissão de Serviços de Infra-Estrutura, da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura, realizada no dia 24 de maio de 2007.....	01251	Ata da 10ª Reunião, Extraordinária, da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura, realizada em 25 de abril de 2007.....	01452
Ata da 21ª Reunião, Extraordinária, da Comissão de Serviços de Infra-Estrutura, da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura, realizada no dia 31 de maio de 2007.....	01255	Ata da 11ª Reunião, Extraordinária, da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura, realizada em 9 de maio de 2007.....	01478
2.7 – Comissão de Agricultura e Reforma Agrária – CRA		Ata da 12ª Reunião, Extraordinária, da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura, realizada em 16 de maio de 2007.....	01493
Ata da 15ª Reunião, Extraordinária, da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura, realizada em 27 de junho de 2007.....	01268	Ata da 13ª Reunião, Extraordinária, da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura, realizada em 23 de maio de 2007.....	01509
Ata da 16ª Reunião, Extraordinária, da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura, realizada em 11 de julho de 2007.....	01289	Ata da 14ª Reunião, Extraordinária, da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura, realizada em 30 de maio de 2007.....	01530
Ata da 17ª Reunião, Extraordinária, da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura, realizada em 8 de agosto de 2007.....	01295	2.8.1 – Subcomissão Permanente de Serviços de Informática	
Ata da 18ª Reunião, Extraordinária, da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura, realizada em 15 de agosto de 2007.....	01302	Ata da 1ª Reunião, Extraordinária, da Subcomissão Permanente de Serviços de Informática, da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura, realizada em 24 de maio de 2007.....	01536
2.7.1 – Subcomissão Permanente dos Biocombustíveis		Ata da 22ª Reunião, Extraordinária, da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura, realizada em 08 de agosto de 2007.....	01538
Ata da 5ª Reunião, da Subcomissão Permanente dos Biocombustíveis, da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura, realizada em 28 de junho de 2007.....	01323	Ata da 23ª Reunião, Extraordinária, da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura, realizada em 09 de agosto de 2007.....	01549
		Ata da 24ª Reunião, Extraordinária, da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura, realizada em 15 de agosto de 2007.....	01579
		Ata da 25ª Reunião, Extraordinária, da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura, realizada em 22 de agosto de 2007.....	01601
		Ata da 26ª Reunião, Extraordinária, da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura, realizada em 23 de agosto de 2007.....	01616

**SECRETARIA DE COMISSÕES
COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E
DEFESA NACIONAL**

ATA DA 20ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL, EM CONJUNTO COM 2ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA AMAZÔNIA, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA NO DIA VINTE E OITO DE JUNHO DO ANO DE DOIS MIL E SETE, ÀS DEZ HORAS.

Às dez horas e trinta e três minutos do dia vinte e oito de junho do ano de dois mil e sete, na sala de reuniões da Comissão, sob a Presidência do Senhor Senador HERÁCLITO FORTES, reúne-se a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, em conjunto com a Subcomissão Permanente da Amazônia, com a presença das Senhoras Senadoras e dos Senhores Senadores EDUARDO SUPPLY, MARCELO CRIVELLA, FERNANDO COLLOR, MOZARILDO CAVALCANTI, PAULO DUQUE, MARCO MACIEL, ROMEU TUMA, EDUARDO AZEREDO, JOÃO TENÓRIO, CRISTOVAM BUARQUE, INÁCIO ARRUDA, AUGUSTO BOTELHO, SERYS SLHESSARENKO E WILSON MATOS. Deixam de comparecer os demais Senadores. Havendo número regimental, o Senhor Presidente declara abertos os trabalhos, dispensando a leitura da ata da reunião anterior que é dada como lida e aprovada. A reunião destina-se a ouvir, em Audiência Pública, a Excelentíssima Senhora Rosalía Arteaga Serrano, Secretária-Geral da Organização do Tratado de Cooperação Amazônica – OTCA, para debater assuntos referentes aos problemas e soluções para o processo de desenvolvimento da Região Amazônica, em atendimento ao Requerimento nº 32, de 2007 – CRE, de autoria do Senador Mozarildo Cavalcanti, aprovado em 17 de maio do corrente. O Presidente convida a Senhora Rosalía Arteaga Serrano para compor a Mesa. O Presidente concede a palavra a Senhora Rosalía Arteaga Serrano para fazer sua exposição. O Senador Mozarildo Cavalcanti assume a Presidência. Fazem uso da palavra os Senadores EDUARDO SUPPLY, MARCO MACIEL, CRISTOVAM BUARQUE, PAULO DUQUE, ROMEU TUMA E AUGUSTO BOTELHO. O Senhor Presidente nada mais havendo a tratar, encerra a reunião às doze horas e trinta minutos, lavrando eu, JOSÉ ALEXANDRE GIRÃO MOTA DA SILVA, Secretário Adjunto da Comissão, a presente Ata que, após lida e aprovada, será assinada pelos Senhores Presidentes e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com o Registro

da Estenotipia Informatizada da presente reunião.

– Senador **Heráclito Fortes**, Presidente. – Senador **Mozarildo Cavalcanti**, Presidente da Subcomissão Permanente da Amazônia.

REGISTRO DA ESTENOTIPIA INFORMATIZADA DA 20ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL, EM CONJUNTO COM 2ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA AMAZÔNIA, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA NO DIA VINTE E OITO DE JUNHO DO ANO DE DOIS MIL E SETE, ÀS 10 HORAS E 30 MINUTOS.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI): Havendo número regimental declaro aberta a 20ª Reunião Ordinária da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional em conjunto com a 2ª Reunião Extraordinária da Subcomissão Permanente da Amazônia, da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura.

Submeto à Comissão a dispensa da leitura da Ata da Sessão anterior. Os Srs. Senadores que aprovam permaneçam como se encontram. Aprovado.

A pauta de hoje consta de um único item, que é uma Audiência Pública com a presença da Exmª. Srª. Rosalía Arteaga Serrano de Barros Moreira, com o objetivo de ilustrar aos membros da Comissão assunto referente aos problemas e soluções para o processo de desenvolvimento da Região Amazônica, em atendimento ao Requerimento 32/2007 Comissão de Relações Exteriores de autoria do Senador Mozarildo Cavalcanti aprovado no dia 17/05/2007.

Solicito que seja introduzida a essa sala a Srª. Rosalía Arteaga Moreira. Concedo a palavra à Srª. Rosalía Arteaga Serrano de Barros Moreira, para fazer a sua exposição.

SRA. ROSALÍA ARTEAGA SERRANO: Sr. Senador, Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Exmºs. Senadores membros da Comissão, Exmºs. funcionários e pessoal que está neste momento aqui, primeiro peço as desculpas distinguido Presidente pelo meu “portunhol”, mas vou tentar fazer entender. Eu agradeço a oportunidade que a Organização do Tratado de Cooperação Amazônica tem de fazer essa exposição de trabalhar e expor os trabalhos que a organização vem desenvolvendo durante os últimos três anos, aqueles três anos que tive a honra de exercer a função de funcionária geral da organização como uma decisão unânime dos países membros.

Eu queria só refletir mais um pouco sobre a história da organização. O tratado de cooperação amazônica foi assinado como os senhores conhecem no ano 78 quando os oito países decidiram assinar e com

uma visão pensar um trabalho comum dos países amazônicos. O motivo foi à importância que a visão estratégica dos oito países têm precisamente para a região, e aqueles oito países, o Brasil, a Bolívia, Colômbia, Equador, Guiana, Peru, Suriname, Venezuela, constituem desde o ano de 78 o Tratado de Cooperação Amazônica que depois final de 2002, começo de 2003 se transforma numa organização com sede em Brasília aceitando precisamente um gentil oferecimento do Governo Brasileiro da época para sediar a organização do Tratado de Cooperação Amazônica. Aliás, eu quero dizer para os Srs. Senadores, como os senhores conhecem, que a organização é o único organismo internacional sediado em Brasília, e um dos poucos sediados no Brasil.

Por que tão importante à organização dentro do conjunto das organizações regionais de nossa América? Pensamos que primeiramente a Amazônia é um espaço ideal para exercícios de integração. Temos que lembrar que a Amazônia com seus sete milhões e meio de quilômetros quadrados tem 40% do território da América do Sul, tem a maior biodiversidade do planeta, os cientistas falam que se nós compararmos o território europeu com a nossa Amazônia um hectare só da Amazônia, de cada um dos nossos, de qualquer um dos nossos países seria ou teria a maior biodiversidade que todo o continente europeu. Temos 20% da reservas de água doce do planeta, sabemos já que a Amazônia é um dos grandes reguladores do clima no mundo. Eu escutei falar precisamente um brasileiro que a Amazônia poderia ser considerada como esse importante ar-condicionado do planeta. Se não existisse Amazônia seria muito difícil manter o clima que temos no mundo. E claro, nós temos que falar da importância dos povos indígenas que têm os conhecimentos tão valiosos, os conhecimentos ancestrais e que fazem parte dessa riquíssima biodiversidade da Amazônia.

Bem, apesar da importância que todos nós sabemos que tem a Região Amazônica, a região como sabem que fazem parte da região que eles moram aquela região sempre foi considerada como periférica pelos governos. E estou falando da Amazônia continental, não estou falando somente da Amazônia brasileira. Nos lembremos que sempre todos os nossos países tiveram leis de colonização da Amazônia, pensando o que é que podemos pegar da Amazônia, mas nunca o que é que nós podemos dar para a Amazônia. Essa sensação de que uma periferia ainda continua. Se nós vemos as estatísticas encontramos que em termos de saúde, a Amazônia está muito além daqueles espaços considerados como os ideais para os temas de saúde, termos de educação, de equidade, de acesso ao

conhecimento também temos resultados que não são os melhores, os mais satisfatórios. Por isso, para mudar essa realidade é imprescindível à vontade política, como aquela que reside na Câmara dos Senadores, no Congresso da República de cada um dos nossos países e uma preocupação também da própria sociedade civil.

Com o [ininteligível] criar espaço adequado para a organização do Tratado de Cooperação Amazônica, nós passamos de ter um espaço gentilmente cedido pelo Itamaraty, passamos ao começo do ano de 2005 a ter um local não próprio ainda, é alugado, mas é um local que nós podemos desenvolver as nossas atividades. Temos um anexo também aonde trabalham os coordenadores e assistentes de projetos e programas que temos conseguido como organização. Estamos no Lago Sul.

Quais são os grandes desafios que têm a organização do Tratado de Cooperação Amazônica? Primeiro, nós estamos falando... Se estamos com um bioma tão importante, se disse que a Amazônia é aquilo que dá cor ao planeta. Quando nós vemos aquelas fotos de satélites, vemos que a única parte verde do planeta é a Amazônia. Então nós temos que procurar proteger a floresta e a biodiversidade da floresta. Tentar solucionar algumas dificuldades logísticas que existem que impedem precisamente o progresso e a proteção. Esse progresso, esse desenvolvimento sustentável de qual estamos falando sempre. Temos que baixar os altos custos de produção ou encontrar mercados que paguem os preços justos pelos produtos amazônicos. Não é igual quando você tem grandes extensões de uma mesma cultura que quando você tem que pegar a castanha de uma árvore para outra árvore, a borraça, os óleos essenciais, quando tem que se preocupar pela proteção da floresta é muito mais difícil e os custos de produção se elevam. Incrementar o baixíssimo nível tecnológico, nós sabemos os esforços que a SUFRAMA tem feito, por exemplo, no Estado do Amazonas. Mas temos necessidade de melhorar o nível tecnológico que permita precisamente essa proteção da Amazônia. Conservar os recursos para usos das presentes, das futuras gerações e claro, evitar os erros do passado.

Quando nós avançamos precisamente desafios vou pedir... Por favor. Vamos continuar. Quais são os grandes desafios e a grande missão que tem a Organização do Tratado de Cooperação Amazônica? É reforçar precisamente seus mecanismos técnicos, alguns dos quais já existem, criar outros organismos técnicos, financeiros e políticas complementares e conjuntas que permitam o estabelecimento de processos de integração regional e desenvolvimento sustentável.

Com a ativa participação dos países membros, com a ativa participação da sociedade civil, com os governos locais nesses três anos nós temos tentado aproximações com os governos regionais, com as universidades, com os diferentes setores, também da sociedade civil, com a sociedade política nós, por exemplo, alentamos a ativação do Parlamento Amazônico porque consideramos que é muito importante que um Parlamento com a composição dos parlamentares amazônicos possa precisamente dedicar sua atenção aos temas amazônicos.

Quais são os âmbitos da intervenção que a organização tem de acordo com a criação do tratado e os estatutos proferidos pelos países? Um diálogo político multi-setorial, multi-institucional, apoiar uma preparação e implementação de estratégias e programas regionais nós vamos a falar um mais um pouco adiante sobre esse tema, implementar, incentivar iniciativas e projetos de caráter supranacional. Porque cada um dos países tem as atividades próprias em seu território, mas é bom trabalhar em conjunto.

No ano 2004, em setembro, durante a reunião de Ministros de Relações Exteriores em Manaus, foi aprovado pelos oito países o plano estratégico que tem quatro eixos importantes. A conservação e uso sustentável dos recursos naturais, a gestão e conhecimento intercâmbio tecnológico, nesse ponto nós trabalhamos muito de perto com as universidades amazônicas, com a UNAMAZ que atualmente tem a Presidência em Bolívia, mas tem uma secretaria institucional permanente na universidade de Belém do Pará, e trabalhamos muito de perto alguns projetos e articulações com a UNAMAZ, [ininteligível], como eu falei com o PARLAMAZ e com a COICA, que tem a ver precisamente com os povos amazônicos. Um outro eixo é a integração e competitividade regional. Fazemos parte de iniciativas com a Comunidade Sul-Americana de Nações, agora o Unisul(F) e o fortalecimento institucional porque nós somos uma organização muito nova. Começamos a atuar no ano de 2003, então temos praticamente quatro anos de trabalho. Os elementos transversais que estão cruzando todos os nossos trabalhos têm a ver com água, com florestas, com biodiversidade, biotecnologia e biocomércio, com o ordenamento territorial, com assuntos indígenas, também tocamos temas de infra-estrutura social, não temos uma ligação muito forte com a iniciativa IIRSA(F), mas em termos de saúde e educação estamos trabalhando conjuntamente com os países e com instituições tão importantes aqui no Brasil como a FIOCRUZ, por exemplo, infra-estrutura é transporte e energia e comunicação, estamos dando passos um pouco devagar, mas tentando precisamente articular algumas posições com a IIRSA(F).

Seguimos, por favor. A estrutura da OTCA é muito magra e não vai crescer muito. Porque a idéia dos países é não criar um organismo burocrático, mas um organismo executor que possa trabalhar com recursos que são bem pequenos. Temos a Secretaria-Geral, dois diretores, os diretores executivos e legislativos que estão acompanhando agora aqui e coordenadores nas áreas de saúde, meio ambiente, transportes, infra-estrutura e turismo, educação, ciência e tecnologia, e assuntos indígenas. As coordenações e as direções respondem a um critério de dar oportunidades a todos os países. Então temos um representante de cada um dos países dos oito países da OTCA dentro dessa estrutura.

Eu queria mostrar aos senhores como a OTCA cresceu nesses anos em que eu tive a honra de dirigir a OTCA, nós começamos com nove funcionários, atualmente temos 35 funcionários e 54 consultores que estão vinculados aos projetos sempre atendendo à distribuição geográfica, os consultores estão geralmente a maior parte deles nos próprios países, também desse ponto de vista econômico nós crescemos, importantemente avançamos de um orçamento. Eu quero colocar uma ênfase também aqui, orçamento normal, regular da OTCA com as contas dos países é de um milhão, cento e trinta e cinco mil dólares por ano. Se considerarmos que são só sete milhões e meio quilômetros quadrados e a responsabilidade enorme que tem a OTCA, realmente o orçamento é muito pequeno. Nos logramos incrementar com aportes de diferentes organizações e países amigos, também tivemos um aporte excepcional da Agência Brasileira de Cooperação e nós logramos incrementar o orçamento ao redor de 33 milhões de dólares nesses quatro anos.

Durante a gestão que está terminando precisamente nesses dias, nós conseguimos um trabalho de articulação política, temos duas reuniões de Ministros de Relações Exteriores em Manaus e em Quito, 2004 e 2005, um café da manhã que é uma reunião informal, mas os Chanceleres se reuniram em Cochabamba na Bolívia em 2006, cinco reuniões de Conselho de Cooperação Amazônica, tivemos 30 encontros da Comissão da coordenação de conselhos de cooperação amazônica que é a reunião dos Embaixadores acreditados aqui em Brasília e que temos reuniões praticamente mensais e três reuniões das comissões nacionais permanentes que são aqueles órgãos em cada um dos países com representatividade dos diferentes, estamentos, Ministérios, etc, em cada um dos países é a contraparte da OTCA em cada um dos países. Então conseguimos fazer duas reuniões em Brasília e uma reunião na Guiana em Georgetown, com

a participação dos oito países e a representação de suas comissões nacionais permanentes.

Bom, nós consideramos que um ponto de inflexão muito importante para a OTCA foi à reunião em Manaus, organizada precisamente com o apoio do Itamaraty, do Governo Brasileiro e que permitiu que nós tivéssemos um plano estratégico que é uma espécie de carta de navegação para a OTCA. Mediante nós podemos trabalhar, nós podemos definir quais são as ações que os governos priorizam.

Quais são os componentes de atuação da organização? Nós temos política sobre conservação e desenvolvimento sustentável que são aquelas que estamos trabalhando continuamente com os países. Um reforço da base política Institucional do Tratado de Cooperação Amazônica, lembremos que o tratado foi assinado no ano 78 e que nós precisamos sempre a renovação e estabelecimento de as metas de acordo com os tempos. Influência na formulação e compatibilização de política, nós vamos falar um pouquinho mais disso, e gestão de conhecimento e diálogo político local para o desenvolvimento sustentável.

Para realizar os projetos a organização estabeleceu alianças estratégicas por meio de convênios com mais de 20 organismos de cooperação internacional. Nós temos algumas fotos que ilustram essa assinatura de convênios. E acho que é bem importante nesse espaço democrático do Congresso, da Câmara dos Senadores, dizer que para a OTCA e para a secretaria permanente sempre tem sido uma prioridade manter primeiro o plano estratégico como uma linha de ação e as decisões dos países quando assinamos cada um dos convênios de cooperação internacional, tendo em conta os princípios de soberania e quais são as pautas que os governos marcam e que as resoluções das reuniões de Ministros marcam para a organização. Muitos dos convênios foram assinados com o próprio sistema de Nações Unidas, como a Organização Pan-Americana de Saúde, como a UNCTAD em termos de biocomércio e outros.

Temos um listado de alianças estratégicas que os senhores podem dimensionar quais são os trabalhos principais que nós estamos realizando em termos de recursos hídricos, em temas de áreas naturais protegidas, em temas de biodiversidade, em temas de conservação e uso sustentável de seus recursos renováveis. Como os senhores podem tomar nota, boa parte dos convênios e dos trabalhos da OTCA tem a ver com a preservação, e tem a ver com a área de meio ambiente ainda que demos uma importância grande a outras áreas e outras coordenações que temos dentro da organização. Dessas alianças estratégicas, o importante

e o interessante que é quero ressaltar aqui é que boa parte se transforma em projeto regionais.

Então, não é que só fica no papel aquilo que nós assinamos com os parceiros, mas que temos de 20 convênios assinados, oito projetos regionais em diversas áreas com cifras que vão além dos 30 milhões de dólares. Eu queria só... Porque sei que o tempo é pequeno, eu queria só falar sobre alguns dos projetos mais importantes que nós temos realizados nesses anos e projetos que estão em execução. Um deles é o projeto GEF. Chamamos assim porque está financiado pelo *Global Environment Facility* de Nações Unidas, um projeto que tem a ver com recursos hídricos e mudanças climáticas na bacia amazônica. Um outro projeto que é de gestão regional conjunta para aproveitamento sustentável da biodiversidade amazônica com uma parceria com o BID que permite precisamente ter o recurso. E vamos avançar um pouco mais apresentando este projeto de recursos hídricos que é tão importante, que tem parceria do GEF, do PNUMA, da organização dos estados americanos. Qual é o objetivo do projeto? Fortalecer as agências nacionais de água em cada um dos países. Eles têm diferentes nomes em cada um dos países. Mas são agências que tem a ver com a administração de água. E como nós podemos trabalhar conjuntamente tomando consideração que a água é um elemento que não reconhece fronteiras. Assim como os mosquitos não reconhecem fronteiras. E se você não faz prevenção dos dois lados das fronteiras, no caso das águas é igual. Ainda mais, eu gosto de chamar atenção, sobretudo, aqui no Brasil da inter-relação que existe entre os Andes e a Amazônia. A Amazônia depende muito da água que vem dos Andes e da biodiversidade. Todos os senhores seguramente estiveram em Manaus e vemos quando na união das águas, o encontro das águas nós temos as águas do Rio Negro, quase da cor da coca-cola, que tem biodiversidade. Mas não tem tanta biodiversidade. Quando você navega no Rio Negro não tem tanto mosquito. É uma das vantagens de navegar pelo Rio Negro. Mas quando você vai pelo Solimões, aquelas águas com cor de chocolate a biodiversidade é enorme. E de onde que vem essas águas? Essas águas vêm das regiões andinas, regiões como de meu País. O Equador, ou a Bolívia, ou do Peru. E vem com grande biodiversidade e que vem com um volume que faz que o Rio Amazonas, que agora, segundo os últimos dados dos expedicionários peruanos e brasileiros é o rio mais cumprido, mais longo do planeta. Mais que o Nilo, como sempre nós estudamos na geografia, mas também tem o maior volume de água que descarga no oceano. Se pegarmos os nove rios maiores do mundo, Congo, [ininteligível], La Plata, vários os

outros rios e colocamos junto, o volume de água do Amazonas é ainda maior que os nove rios juntos. E a biodiversidade e a água vêm em boa parte dos Andes. Um projeto como esse tenta precisamente preservar a qualidade da água. O que acontece se aqui no Brasil se tem políticas adequadas, por exemplo, para evitar a contaminação por mercúrio? Que é um problema sério. No Brasil e nos outros oito países. Contaminação por mercúrio por garimpos, sobretudo, ilegais. O que acontece se nós não cuidamos na parte alta de onde vem às fontes de água? A contaminação vai chegar no Brasil. Se nós não tomamos conta de preservar o volume de água, boa parte da água vem das geleiras dos andes. Os cientistas que são menos otimistas falam que no ano 2020 vão terminar as geleiras, que não vamos ter mais neve nos Andes. Os que são um pouquinho mais otimistas, dizem 2050, que vai passar depois. Claro, o problema vai ser muito grave para as populações andinas, vai ser muito grave também para a Amazônia brasileira. Porque a água vem de lá, e boa parte da biodiversidade também.

Então o trabalho conjunto, Srs. Senadores, é um imperativo. Se nós não trabalharmos temas como recursos hídricos capacitando as populações locais que vão ser muito prejudicadas, porque boa parte da proteína que se consome na Amazônia, na Amazônia brasileira e na Amazônia dos outros países vem dos peixes. Se os peixes são de menor tamanho porque a pesca é exagerada, ou porque a contaminação prejudica os peixes, se os peixes são mais pequenos, a abundância de peixes diminui, o número de peixes a população vai sofrer porque não vai ter a proteína suficiente para se alimentar. Então os problemas alimentares vão se incrementar. Que já existem agora. Então o trabalho em conjunto é imperativo.

Então, este projeto vem desenvolvendo um trabalho compartilhado que permite que os países tomem conta desse recurso extraordinário que são os recursos hídricos.

Temos um outro projeto muito importante que tem a ver com a gestão regional conjunta para o aproveitamento sustentável da biodiversidade amazônica. Por que tão importante esse projeto? Nós temos a floresta tropical contínua maior do mundo. Nós temos a maior biodiversidade do planeta. E é interessante descobrir que nunca os oito países tiveram uma estratégia para preservar essa biodiversidade conjunta. Nunca.

Então, agora nós estamos trabalhando com recursos provenientes do BID e dos próprios países que permitem ter uma estratégia para saber primeiro o que temos nessa biodiversidade, como podemos construir banco de dados que permitam que a informação de um vai para os outros, eu já tive experiências em que, por

exemplo, cientistas que trabalham em Manaus não sabem o que estão fazendo cientistas que trabalham em Belém. O que acontece com aqueles que trabalham em Iquitos ou em Makas ou em Letícia? Não conhece.

Então, estamos tentando relacionar a esses cientistas, construir bancos de dados e traçar aquela estratégia de biodiversidade.

Bom, eu não quero cansar os Srs. Senadores, mas eu queria também falar de um projeto que o ano passado fez muito sucesso, que foi aquela expedição de jovens pela Amazônia. Nós estamos convictos que se os jovens não conhecem a Amazônia não vão amar a Amazônia. Então começamos um projeto piloto. A primeira expedição foi aquela de os "Caminhos de Orellana". Escolhemos com o apoio dos Ministérios de educação de cada um dos países cinco jovens e levamos eles. Desde Iquito no Equador, de onde saiu a expedição de Orellana no século XVI e chegamos até Manaus, a maior parte de barco, 34 dias, seis mil e quinhentos quilômetros. Os jovens percorreram com os jornalistas e com os professores numa espécie de barco escola, chegamos até Manaus e de Manaus foram já por avião até Belém e depois até Brasília. Mas a experiência com aqueles jovens foi tão extraordinária com o apoio de vários setores privados, dos governos, do Ministério da Defesa, do Ministério das Relações Exteriores, de educação, de turismo, que esses jovens sentiram mudar a sua vida. Muitos deles pela primeira vez conheceram o que a Amazônia representa e só uma força que está disposta para trabalhar pela Amazônia. É pouco. 45 jovens. A idéia é cada ano, esse ano infelizmente nós não conseguimos fazer a expedição, mas pensamos que no próximo ano o novo secretário executivo poderá fazer uma rota que nós já estamos trabalhando que é a Titicaca, Pantanal. Sempre as rotas, expedições começarão em outros países e terminarão aqui no Brasil, como lógico, como o curso das águas também tem. Porque às vezes nós perguntamos o que sabe o jovem do Rio de Janeiro ou de São Paulo ou de Quito ou de Lima sobre a Amazônia? Então é bem importante saber e fazer que os jovens conheçam a Amazônia.

Bom, a OTCA tem trabalhado alguns instrumentos porque parte do nosso trabalho é um trabalho de consenso político e trabalhamos já conjuntamente os oito países durante três anos consecutivos no Fórum das Nações Unidas sobre Florestas. Pela primeira vez as Nações Unidas se sentiu um bloco de países amazônicos. Como uma liderança muito forte do Brasil evidente. E também temos instrumentos para países como processo de [ininteligível] que são critérios de sustentabilidade da Floresta Amazônica, critérios que já foram validados pelos países e que estão à dispo-

sição para serem trabalhados. E [ininteligível] que um processo que conduz a um trabalho de intercâmbio, de troca de informação entre Centro América, o Cone Sul e a Amazônia que permite também um conhecimento maior.

Bom, para o ano 2009 nós estamos planejando o ano de destino amazônico. Porque nós pensamos que para os amazônicos você não pode simplesmente proibir. Não corte as árvores, não faça isso, não plante cana, não tenha gado. Você tem que dar alternativas para gente que mora na Amazônia. E nós pensamos que alternativas válidas são o biocomércio, criar produtos que não afete a sustentabilidade, mas que vá dá recursos para as pessoas da Amazônia, pagamento por serviços ambientais que é um tema que cada um dos países internamente tem que discutir e outro é o turismo. Aquele turismo que nós precisamos incrementar, nós já conseguimos que a organização de turismo declare o ano 2009 como ano do turismo amazônico, e nós já estamos visitando os oito países para tentar estruturar precisamente aquelas parcerias entre o setor público, o setor privado e o setor acadêmico para precisamente fazer que o ano 2009 será o ano de destino amazônico.

Bem, com isto eu queria simplesmente dar uma pequena idéia, uma pequena amostra de qual tem sido o trabalho intenso que nós temos desenvolvido com a ajuda de uma equipe pequena, mas importante de funcionários da OTCA como um trabalho permanente do Ministério das Relações Exteriores, com um trabalho também de muitos dos congressistas nos diferentes países com o apoio da mídia e que eu agradeço intensamente a possibilidade não só de ter dirigido a organização do tratado de cooperação amazônico, mas também eu quero agradecer o privilégio como equatoriana de ter morado esses três anos no Brasil. Muito obrigada.

[troca de presidência]

SR. PRESIDENTE SENADOR MOZARILDO CAVALCANTI (PTB-RR): Eu quero antes de passar a palavra aos Senadores inscritos, Senadores que já se inscreveram, eu quero registrar primeiro a nossa alegria como Presidente da Subcomissão da Amazônia e também em nome do Presidente Heráclito Fortes que teve que se retirar da Comissão de Relações Exteriores, pela oportunidade de ouvir a explanação da Dr^a. Rosália, embora seja uma exposição que ela está fazendo praticamente de prestação de contas porque ela está deixando infelizmente a Secretaria Geral da Organização. Quem sabe não se pode reverter isso até lá. Mas de qualquer forma, eu quero registrar também aqui a presença dos outros membros, assessores da Organização Tratado Amazônico e também do Dr.

José Seixas Lourenço, ex-Reitor da Universidade Federal do Pará, ex-Diretor do Museu Paraense Emílio Goeldi e também ex-Diretor do Instituto Nacional de Pesquisa da Amazônia que aqui está abrilhantando a nossa audiência.

Então eu quero passar a palavra aos Srs. Senadores, começando pelo Senador Eduardo Suplicy.

SENADOR EDUARDO SUP LICY (PT-SP): Senador Mozarildo Cavalcanti, primeiro eu quero cumprimentá-lo pela iniciativa de convidar a Sr^a. Rosália Arteaga Serrano que vem aqui nos dar um testemunho do seu trabalho. Eu me lembro do momento em que fui convidado para... O Senador Marco Maciel me lembro, estava lá, estávamos na posse dela quando assumiu este importante cargo de Secretário-Geral da Organização do Tratado de Cooperação Amazônica. Se puder me recordar a data precisa...

SRA. ROSALÍA ARTEAGA SERRANO: Foi dia 5 de maio de 2004.

SENADOR EDUARDO SUP LICY (PT-SP): Já fazem, portanto, três anos. E eu percebo que o trabalho da senhora tem sido extremamente profícuo e a cumprimento por isso. A senhora que tendo sido inclusive Parlamentar e Vice-Presidente do Equador, tem um conhecimento muito grande dos assuntos de seu País, mas da Amazônia como aqui hoje demonstrou. E eu gostaria de formular algumas perguntas. Uma delas refere-se à questão de como é que a Organização do Tratado da Cooperação Amazônica tem podido colaborar para o objetivo, inclusive da melhor integração econômica dos países da Amazônia, com respeito à nossa integração econômica, política e social. Nós temos hoje ainda os Chefes de Estado do Mercosul estão se encontrando hoje em Assunção no Paraguai, e temos já no Mercosul avançando acho que com 16 anos. Até há uma entrevista do Ministro Celso Amorim hoje acho que no Globo, ressaltando, fazendo até uma observação a algo que o Presidente Hugo Chávez tinha observado que o Mercosul ainda é uma organização nova, com 16 anos, onde já o Brasil, o Paraguai, Uruguai, Argentina, mas com mais e mais países que estão se tornando agregados, convidados a se integrarem, e inclusive a Venezuela, que está sendo considerada, acho que a Bolívia... A senhora poderá nos dizer em que medida o próprio Equador está também com o propósito de se integrar, mas em que medida a OTCA de alguma forma colabora com o objetivo de um dia os países da Região Amazônica possam ter uma maior integração e inclusive para facilitar aquilo que por vezes ocorre nas fronteiras de os seres humanos poderem ter até a liberdade de estarem podendo estudar, trabalhar e viver se uma pessoa de Roraima resolve passar algum tempo ali na Venezuela, ou no Equador ou no Peru, em

que medida isso vai se tornar um dia uma realidade como na União Européia hoje existe uma integração que chegou depois de algumas décadas a permitir que haja não apenas a livre circulação de bens e serviços, do capital e até dos seres humanos.

Então no seu conhecimento, e sendo uma equatoriana que tem trabalhado e vivido esses tempos no Brasil e preocupada com este assunto, em que medida na sua visão isso poderá se tornar uma realidade, com que perspectiva.

Existe também uma grande discussão internacional com respeito à água como uma grande mercadoria de futuro imediato, como se fosse... A água é um bem que possivelmente se tornará economicamente tão importante quanto o petróleo. E que posição tem tido a OTCA e V.S^a especialmente em relação a essa questão da privatização de mananciais e se deve pensar a Amazônia e as suas águas como comum, global, enfim que são idéias diferentes, mas a sua concepção e recomendação qual seria. A Amazônia, uma região de intensas migrações de camponeses, garimpeiros, agricultores, povos indígenas. Qual é o tipo de preocupação de reflexão que tem a OTCA com respeito a isto, inclusive no que diz respeito ao número de refugiados que tem cruzado estas fronteiras? Tem sido essa uma das preocupações da OTCA? Quais os principais projetos no âmbito da iniciativa para Integração da Infra-Estrutura Sul-Americana, voltadas para a região amazônica, a chamada IIRSA. Tem a OTCA alguma participação na escolha dos projetos prioritários? São essas as questões, Senador Presidente Mozarildo Cavalcanti. Meus cumprimentos à Sr^a. Rosalía Arteaga Serrano.

SR. PRESIDENTE SENADOR MOZARILDO CAVALCANTI (PTB-RR): Tenho a honra de conceder a palavra para fazer as suas respostas e considerações.

SRA. ROSALÍA ARTEAGA SERRANO: Obrigada. Em primeiro lugar eu queria agradecer ao Senador Mozarildo por suas palavras e suas expressões tão gentis e também ao Senador Suplicy por essa lembrança do dia da posse, que tem conotações muito especiais para mim.

Eu quero tentar responder da forma mais concreta possível as quatro perguntas que o Senador fez. A primeira que tem a ver com a participação da OTCA nos processos de integração, em geral de integração sul-americana e particularmente nos temas econômicos. Eu vou tentar ser bem concisa, mas dizer aquilo que eu sinto depois desses três anos. A OTCA no começo nunca foi considerada como parte do processo de integração. Nós tivemos que forçar a barra para ser parte daquele processo de integração. E tivemos que falar de um em um dos Presidentes na reunião de Cusco

de dezembro de 2004 e cada um dos chanceleres só para que a OTCA constasse na primeira declaração da Comunidade Sul-Americana de Nações e foi um processo complexo. Porque participava América do Sul e participava a Comunidade Andina e também ALADI. ALADI que tem parceiros que são de outra região. Que não são exatamente só da América do Sul. Então nós tivemos que forçar, insistir que como é possível que se vai construir a comunidade sul-americana de nações, sim, 40% do território que é a Amazônia. Outra vez a Amazônia é preterida. Então nós forçamos um pouquinho aquela decisão e desde ali somos convocados a reuniões.

Nós temos participado muito ativamente dentro do âmbito do meio ambiente, ajudamos a instruir a agenda para a reunião que foi no Equador e o governo equatoriano pediu expressamente à OTCA de construir a agenda. Todo os temas importantes, como a água, biodiversidade, mudanças climáticas e outros. Também participamos muito ativamente num processo de discussão sobre as assimetrias. Porque a Amazônia, se você compara o desenvolvimento, se nós comparamos dentro da América do Sul temos muitas assimetrias, o desenvolvimento do Brasil com países como Guiana, o Suriname, o meu próprio País, o Equador ou a Bolívia tem um grande desbalanço. Mas dentro da Amazônia, dentro ainda dos próprios países têm uma assimetria que são evidentes. Então temos participado. Agora, em termos econômicos, a única área que nós estamos desenvolvendo, duas áreas eu diria que estamos com alguma iniciativa, tem haver, uma com iniciativa de biocomércio. Com o apoio da UNCTAD, também do governo holandês e alemão tentando construir uma estratégia de biocomércio regional que permita que as pessoas se beneficiem daqueles produtos da Amazônia e que não tenham aquelas dificuldades que atualmente existem. Unindo os processos. Um exemplo que vem à minha cabeça: O caso do cupuaçu. O Brasil e a Bolívia são grandes produtores de cupuaçu. Os produtores receberão algum oferecimento de alguma empresa para comprar a manteiga de cupuaçu que parece que é melhor fixador dos perfumes que a manteiga de cacau. Porque também estamos falando de [ininteligível]. Então se os produtores vendem a mandem de cupuaçu perdem. Por quê? Porque outras partes da fruta se perdem.

Então, estamos pensando como que se pode fazer vinho de cupuaçu, como pode se trabalhar em alguns processos que permitam a utilização. Mas se você quer uma produção maior, tem que unir o trabalho de vários países. Produtores de vários países. Não só de um.

Bom, então biocomércio é uma iniciativa nossa que nós colocamos com muito entusiasmo e pensamos que vai ser muito proveitosa. A outra iniciativa que está unida a última pergunta que o senhor fez sobre o IIRSA, é aquela da hidronavegação. Nós temos o rio mais longo do mundo e nós nos comunicamos por esse rio. Segundo crônicas na época da colônia tínhamos mais comunicação entre o Equador e Manaus que o temos atualmente. Em termos comerciais.

Então, nós estamos tentando conseguir recursos para fazer estudos de hidronavegação que permitam precisamente trabalhar e essa foi uma iniciativa do Brasil e do Peru, do Equador, de tentar ver como conseguimos aquilo que é um sonho, daquilo da livre navegação pelo Amazonas. É um tema que tem que ser discutido do ponto de vista político, do ponto de vista de lei internas, mas nós podemos prover os instrumentos técnicos que ajudem a tomar decisões sobre essa temática. Também nós trabalhamos, tivemos uma reunião muito importante no Rio de Janeiro sobre propriedade intelectual e industrial que pode ajudar do ponto de vista econômico também a proteger os habitantes, os moradores da região. Enquanto água.

Bom, a OTCA não tem feito declarações sobre temas de água que tem a ver com aquelas coisas que se discutem internamente nos países. Porque a OTCA como todos os organismos internacionais têm que atuar quando é chamada pelos países. Porque do contrário poderia ser acusada de intervenção. Mas, claro, nós defendemos sempre o princípio soberano dos oito países da Amazônia. Então não podemos falar nunca que a Amazônia pode ser globalizada. Lembramos sempre aquela palestra do Senador Buarque, e apoiamos aquela palestra quando ele falou que para internacionalizar a Amazônia primeiro tem que internacionalizar muitas outras coisas. Então a OTCA sempre colocou como ênfase especial os temas de soberania. E a água está inclusa dentro desses temas.

Nós temos que lembrar que quando o tratado foi assinado uma das primeiras preocupações dos oito países era o tema da defesa da soberania. Porque sempre existem cobiças sobre aquilo que é rico. E a Amazônia é rica em muitas coisas. É rica em minérios, é rica em biodiversidade em água em como grande regulador do clima no mundo, conhecimentos tradicionais e tudo mais. Então sempre defesa da soberania. Nós não concordamos e já tenho que falar com critério pessoal aqui com processos de privatização de água. Porque água é um direito fundamental. Você não pode conceber a vida sem água. Por isso que cada vez a temática de água está se colocando nos primeiros lugares de palestras internacionais, e grandes países,

G-8 e outros, estão falando sobre água, mudanças climáticas e biodiversidade.

Sobre migrações na Amazônia. Nós tivemos uma reunião em 2006, uma reunião de Ministros de Defesa e Seguridade da Amazônia Bogotá. Convocado pelo Ministro da Defesa em Bogotá. Pela primeira vez os oito países amazônicos falando sobre a defesa e seguridade na Amazônia. Ali saíram muitos temas que tem a ver. Com relação à produção de coca na Colômbia. É Amazônia. Às vezes não se fala sobre isso, mas é verdade. Nós temos problema. Como equatoriana sentimos aqueles temas que se está andando. Tem haver com formigações, por exemplo, na fronteira. Para erradicar os cultivos de coca. Tem a ver com refugiados. O Equador nesse momento é o País que tem mais número de refugiados na América Latina e é um dos países que no mundo inteiro concede mais o status a refugiados, a pessoas que geralmente fogem da violência da Colômbia. É um tema que estamos compartilhando com todos os outros países que têm limite com o nosso País irmão e vizinho, que é a Colômbia.

Então os temas das migrações é um tema que interessa a OTCA e que em algum momento tem que ser colocado um tapete, uma mesa de discussão. Eu acho que uma reunião de Presidentes. Durante os três anos nós não podemos fazer uma reunião de Presidentes. Fizemos reuniões de várias áreas, de Ministros de Relações Exteriores, de defesa, de Ciência e Tecnologia, de saúde, de propriedade intelectual e outros. De Presidentes ainda não. Mas eu acho que esse é um tema importante para ser discutido e espero que nos próximos anos os Presidentes dos países amazônicos vão se reunir para falar daquilo que todo mundo fala, da Amazônia, mas que às vezes não consta na agenda dos nossos governantes. O que tem que ver com a IIRSA, nós temos compartilhado algumas reuniões com IIRSA. Nós não participamos na definição de quais são os projetos prioritários, nós compartilhamos as preocupações que têm quando uma via é planejada sem contar com as populações locais. Nós temos acompanhando o processo MAP, que é o processo Madre de Deus acrepando que é um processo que surge da sociedade das universidades da região dessa parte, dessa tríplice fronteira entre o Brasil, a Bolívia e o Peru, e que surge precisamente pela abertura de uma via de comunicação. De uma rodovia.

Então essa tem sido a nossa participação dentro dos temas de infra-estrutura e esperamos que a OTCA possa ter um papel muito mais protagonista. Nós temos falado com os representantes do IIRSA dentro da definição de projetos fundamentais que tem que ver não somente com aberturas de rodovias, mas também com temas de comunicação. Temas de comunicação aérea,

por exemplo. Como pode ser muito mais fácil chegar à Europa do que chegar a uma área das nossas Amazonas? Que você tem facilidades para ir a qualquer lugar menos para a Amazônia. Por isso para nós é muito interessante aquela iniciativa de declarar a Amazônia como destino turístico no mundo, no ano 2009. Isso vai ajudar a desenvolver formas de comunicação, de conectividade que são muito importantes e que tem muito a ver com [ininteligível]. Muito obrigada. Eu não sei se satisfiz alguma das perguntas.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Permita apenas então agradecer e fazer uma sugestão. Com respeito a essa iniciativa tão importante que a OTCA vem realizando para que estudantes conheçam mais a Amazônia, queria fazer a sugestão de que faça a comunicação aqui a Comissão de Relações Exteriores sobre a próxima viagem, quais são os procedimentos, inclusive para que possamos colaborar em divulgar os critérios e a escolha, e quem sabe, embora, o Senador já tenha mais de 35 anos, jovens como o Senador Marco Maciel e outros, quem sabe eu até de repente possamos nos entusiasmar de participar desta viagem de conhecimento, o Senador Cristovam Buarque, porque nem todos nós conhecemos a Amazônia tão bem quanto os Senadores Mozarildo Cavalcanti, o Augusto Botelho e a senhora, e quem sabe então nessas viagens possamos conhecer as maravilhas das regiões amazônicas, inclusive as obras de Guayasamin que é um dos grandes pintores do Equador que Pablo Neruda considerou que ao lado de Orozco, Ribeiro, Portinari, Tamayo e Guayasamin se tornou como que... eles formam a cordilheira dos Andes da pintura do planeta. Então meus cumprimentos.

SR. PRESIDENTE SENADOR MOZARILDO CAVALCANTI (PTB-RR): Concedo a palavra ao próximo orador inscrito, o ilustre Senador Marco Maciel.

SENADOR MARCO MACIEL (PFL-PE): Sr. Presidente, nobre Senador Mozarildo Cavalcanti, que preside a Subcomissão da Amazônia e é membro da Ministério das Relações Exteriores, Sr^{as}. Senadoras, Srs. Senadores.

Prezada Secretária Rosalía Arteaga, eu desejo em rápidas palavras antes de mais nada, cumprimentá-la pela exposição que fez ao tempo em que se despede da função que a exerceu com muito talento e entusiasmo, e ao mesmo tempo salientar que V.Ex^a tem de fato um grande conhecimento da região. Inclusive da sua militância, não só no campo intelectual, mas também no campo político. Tendo sido inclusive Vice-Presidente do Equador, Presidente do Equador, e agora exercendo essa função muito importante que é da implementação da Organização do Tratado de Cooperação Amazônica.

E eu quero dizer que vivi essa questão da implementação desse grande acordo, em duas circunstâncias. Primeiro como Vice-Presidente da Presidente da República, ocasião em que tivemos oportunidade de nos encontrar mais de uma vez, quer no Brasil quer no Equador, na sua Pátria, mas também posteriormente aqui no Senado, quando a esta Casa retornei e tive a oportunidade de inclusive relatar o projeto que foi deferido aqui à... Remetido à Comissão de Relações Exteriores e depois aprovado no Senado. Dando assim base institucional para que o tratado começasse a funcionar efetivamente. E devo mencionar ao que considero importante. Avançamos, mas ainda avançamos pouco em relação ao que precisamos primeiro, porque nós temos que olhar a Amazônia como um todo, como, aliás a senhora tem colocado sempre. Quer dizer, nós temos que ver a Amazônia na complexidade dos seus oito países que integram. E é um espaço enorme, se nós olharmos o nosso mapa mundi. E mais, é um espaço ainda muito pouco conhecido, infelizmente. E acho também que em função dessas questões climáticas que agora ficam mais visíveis, a questão da Amazônia passou a ser uma prioridade grande da sociedade internacional, mas, sobretudo, deve ser uma grande prioridade de nós países que integramos o referido tratado. E eu gostaria então de, em primeiro lugar, insistir do fortalecimento institucional. Porque da Organização do Tratado de Cooperação Amazônica, eu gostaria de lembrar agora uma observação do Norberto Bobbio, ele sempre insiste nesse campo do reforço das instituições. Ele tem um livro "Entre duas Repúblicas, que é um livro de 1946, quando a Itália fazia uma nova Constituição e nós também, no Brasil, fazíamos uma nova constituição, ele dizia sempre: As pessoas passam, mas os governos ficam. As instituições ficam. Então nós precisamos investir mais na institucionalidade.

Em segundo lugar, nós precisamos também melhorar o apoio financeiro à instituição. Porque o apoio retórico é importante, mas é insuficiente para atender, para satisfazer as demandas dos nossos povos. E acredito que avançamos, mas precisamos avançar mais, e isso naturalmente significa a ampliação de recursos. Não há outro caminho. É lógico que esses recursos podem sair, como, aliás, a senhora está conseguindo obter, que é dos governos integrantes do tratado, mas também de organizações preocupadas com a questão da Amazônia, e, sobretudo, com a sua preservação, a preservação, inclusive da sua rica biodiversidade. E acho que nesse sentido também é fundamental que nós fortalecemos o IIRSA. Porque é um instrumento de integração muito importante que pode, como, aliás citou o Senador Suplicy, pode ajudar e muito a fazer

com que nós conheçamos melhor a nossa a região, e possamos fazer projetos articulados de integração, porque somos vizinhos, mas ainda não nos integramos adequadamente. Essa é infelizmente uma dura realidade.

E, portanto, eu gostaria de encerrar a minha manifestação renovando meus cumprimentos pelo trabalho que realizou. Nós não podemos deixar de ressaltar esse fato por dever de justiça, mas também fazer votos para que os países membros da OTCA venham ajudar mais nesse processo de integração. Porque talvez esse seja o maior desafio que o Brasil tem à sua frente no campo da integração. É lógico, todos nós somos favoráveis à integração regional, o Mercosul é um exemplo, infelizmente o Mercosul vive uma grave crise, não podemos esquecer essa realidade, talvez uma crise que já está levando algumas pessoas a chegarem a afirmar que o Mercosul já não existe, mas o que não concordo, mas o fato é que nós não podemos ignorar os fatos. Mas acho que o Mercosul é um instrumento, mas devemos pensar também em algo que signifique articulação de toda a América do Sul. E a propósito gostaria de lembrar uma reunião histórica que foi realizada no ano 2000 entre 31 de agosto e primeiro de setembro no Itamaraty e no Palácio da Alvorada. Foi uma reunião que reuniu pela primeira vez em toda a nossa história, todos os países através dos seus Chefes de Estado e Chefes de Governo que alguns países ao regime parlamentarista da região da América do Sul, especificamente a América do Sul. E acho que eu trago essa reunião para... Trago a memória dessa reunião para lembrar que obviamente o Mercosul é um projeto de integração importante, ou seja, integração, sobretudo, a partir do Prata, como sonhara Rio Branco. Nós acontece que nós precisamos expandir esse processo de integração para compreender toda a realidade sul-americana. Enfim, e essa reunião foi uma reunião extremamente importante, daí foram retiradas algumas conclusões que estão sendo implementadas, não com a velocidade mais uma vez que nós esperávamos, mas eu acho isso fundamental. Até porque nós vivemos num mundo que se globaliza, e nós devemos pensar sempre nesses processos de integração regional. Eu tenho a impressão que nós estaríamos numa posição muito mais robusta se tivéssemos já constituído um fórum desse tipo até para negociações tipo ALCA, por exemplo, uma integração hemisférica, ou integração com a União Européia, que exhibe um... Talvez o mais bem sucedido do que é hoje na minha opinião, talvez seja... Pode ser contestado, mas na minha opinião é que a União Européia talvez seja o mais sucedido modelo de integração regional. Então no mundo que se integra e nós não podemos

deixar de investir nesse projeto também de integração dos países da América do Sul. E isso ajudaria muito a enfrentar a realidade amazônica.

Sr. Presidente, eram essas as considerações que gostaria de fazer, e mais uma vez renovar os cumprimentos à Presidenta e Secretária Rosalía Arteaga e desejar votos de êxito na sua vida pública, que é uma vida pública reconhecida, não somente no seu País, mas também em toda a nossa América do Sul e especialmente no Brasil.

SR. PRESIDENTE SENADOR MOZARILDO CAVALCANTI (PTB-RR): Dr^a. Rosalía, com a palavra.

SRA. ROSALÍA ARTEAGA SERRANO: Obrigada, Senador Maciel, por suas calorosas palavras. E para ser precisa, sobre as duas inquietações que o senhor tem a respeito de fortalecimento institucional e temas financeiros, econômicos, eu devo dizer que há uma total coincidência com o senhor.

A OTCA tem que trabalhar mais e dentro do plano estratégico, um dos eixos precisamente é o fortalecimento institucional porque um organismo jovem que tem quatro anos de vida, então esse ingrediente, esse componente de fortalecimento institucional é indispensável. Nós temos trabalhado nisso. Quando chegamos era uma organização que tinha um coordenador agora a planta de organizadores está completa. Temos um espaço. Esperamos que o próximo Secretário tenha melhor sucesso que eu e conseguir do Brasil, um local próprio para a OTCA que acho que é algo que tem que haver. Alguma vez sonhamos com a construção do Palácio dos Amazonas, porque a idéia a mais que Brasília com as águas Emendadas também contribui para a Amazônia é muito importante. Isso tem que ser sensibilizado. Então acho que a parte econômica é importante. Todos os governos têm que entregar recursos maiores para a OTCA. Nós sabemos das dificuldades financeiras que têm todos os orçamentos. Mas por comparação o Governo do Peru entrega a cada ano para a comunidade andina de nações dois milhões de dólares. A contribuição nossa de todos os países é a metade. Considerando oito países. Então eu acho que ali tem que se fazer alguma coisa. E os países têm que ser conscientes daquilo.

Também eu devo dizer que... E aqui vou falar não como equatoriana, mas como uma pessoa que ama o Brasil. Não só porque morei três anos aqui, mas porque também estudei na Bahia. Na Universidade Federal da Bahia fiz meu mestrado nos anos 80. Acho que a liderança do Brasil é indiscutível na OTCA. A bacia amazônica tem a maior parte do território, boa parte dos recursos que tem a ver com essa biodiversidade está no Brasil. Então acho que dentro da geopolítica sul-americana, e dentro da geopolítica global o Brasil

tem que assumir o maior compromisso com a OTCA. E tem que assumir desde o ponto de vista econômico e dentro do ponto de vista administrativo e dentro do ponto de vista da liderança que o próprio Brasil deve ter. É uma liderança. Mas isso é indiscutível. Ninguém vai discutir. Então acho que pode ser. E agora que a Amazônia tem uma visão tão extraordinária, uma viabilidade tão extraordinária dentro do mundo inteiro, eu acho que é o momento. É o momento.

Então, é uma organização regional, expectante, vibrante, nós deixamos uma organização vibrante que tem muitas expectativas de crescimento. Sem que isso signifique uma burocracia maior, mas com projetos é possível conseguir.

Eu acho que essas fortalezas que a OTCA tem dentro do processo de integração sul-americana, tem que ser aproveitada. E aproveitada no bom sentido pelos oito países membros da organização. E isso requer uma maior estrutura e requer também maiores recursos econômicos. Então essa cooperação regional é agora uma fortaleza enorme. Nós, por exemplo, nos foros de Nações Unidas vemos que boa parte das decisões se toma regionalmente. Que boa parte dos recursos internacionais se querem canalizar para organismos regionais. Às vezes como a cooperação País a País não deu muito resultado. Agora, o Brasil tem possibilidade enorme de liderar processos de cooperação sul-sul. Nós já começamos. Com a cooperação da Agência Brasileira de Cooperação, nós avançamos em processos que tem a ver com monitoramento do que está acontecendo nas florestas. Nós sabemos, por exemplo, que a taxa de desmatamento na Amazônia brasileira é tanto. Mas não sabemos o que acontece nos outros países. Porque não tem sistemas de monitoramento válidos. O Brasil tem possibilidade de monitorar também o que acontece e vários dos países têm interesse da cooperação brasileira através da plataforma da OTCA. Então acho que está muito por fazer, como o Senador manifestou, nós ainda avançamos pouco. Demos os passos primeiros, iniciais, é um organismo jovem, mas acho que muito mais pode fazer em termos de cooperação sul-sul, de cooperação interinstitucional, de fortalecimento institucional, de melhoramento das condições econômicas da organização. Acho que é uma pergunta absolutamente pertinente e que eu estou muito agradecida que foi feita aqui. Muito obrigada, Senador.

SR. PRESIDENTE SENADOR MOZARILDO CAVALCANTI (PTB-RR): Eu gostaria de pedir a compreensão dos Senadores então inscritos, o Senador Cristovam me fez um apelo aqui, ele tem que sair. Quer fazer uma intervenção de poucos minutos.

SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF):

Eu garanto que é muito curto, mas não queria sair sem fazer os meus cumprimentos à Dr^a. Rosalía que eu conheci como Vice-Presidente, que eu lamento muito não ter tido mais contato nesse período, apesar de toda a paixão que tenho pela Amazônia, mas o dia-a-dia dessa Casa não permite, tanto que eu cheguei aqui no final, vou ter que sair daqui a pouco.

Mas Presidente, eu pedi a palavra, inclusive passando por cima de outro, porque tenho compromisso no Ministério do Trabalho. Vou fazer uma sugestão. Eu creio que um encontro na Amazônia não pode se limitar a uma audiência. Eu queria sugerir uma audiência de três dias. Num barco. Na Amazônia. Convidando Parlamentares dos países envolvidos. E eu concluo a sugestão dizendo que a Dr^a. Rosalía deve ser convidada para ser uma parte importante desse encontro pelo que ela acumulou de conhecimento.

Talvez, não sei se o senhor tem conhecimento, mas eu acompanho, poucas pessoas hoje tem conhecimento do ponto de vista político da Amazônia quanto a senhora. Há outros que tem mais do ponto de vista de biologia. De ecologia. Mas político, acho que poucas pessoas têm. Então nós não perderíamos todo esse capital que a senhora acumulou, e colocaríamos um grupo de Parlamentares na linha até do que o Suplicy falou, de nos levar como estudantes, mas durante três dias, como recentemente o arcebispo de Constantinopla, o arcebispo dos ortodoxos, ele fez isso. Ele juntou um grupo de pessoas do mundo inteiro e esse grupo ficou ali. Eu sugiro que seja um grupo de Parlamentares dos países, durante dias. Isso atrairia mais. Três dias. Pra gente tirar uma posição sobre a Amazônia que reflita a nossa angústia, senão a nossa racionalidade para encontrar um caminho.

Era só isso e agradeço aos Senadores que permitiram e peço desculpas de estar saindo antes de terminar a Sessão, mas eu gostaria muito de cumprimentá-la, antes de viajar. Se houver tempo.

SR. PRESIDENTE SENADOR MOZARILDO CAVALCANTI (PTB-RR): Dr^a. Rosalía.

SRA. ROSALÍA ARTEAGA SERRANO: Muito obrigada, Senador Buarque, por suas expressões e dizer que compartilho o sonho. Uma vez falamos com o Governo do Estado de Amazonas de tentar criar um espaço de reflexão com lideranças num barco, no meio do Rio Negro que tem menos mosquitos, para refletir sobre a Amazônia e pensar dois ou três dias com uma agenda marcada com os temas mais importantes.

Agora, eu estou deixando a OTCA e o Brasil, mas estou sempre disposta. Acho que estou deixando uma parte do meu coração muito importante da Amazônia aqui no Brasil e eu estarei sempre comprometida com

as iniciativas e compartilhando os sonhos. Muito obrigada, Senador.

SR. PRESIDENTE SENADOR MOZARILDO CAVALCANTI (PTB-RR): Gostaria então de aproveitar, Senador Cristovam, já que V.Ex^a sugeriu essa idéia que realmente é muito boa, até em nome do Presidente da Comissão de Relações Exteriores e também meu como Presidente da Subcomissão da Amazônia que V.Ex^a coordenasse para que nós pudéssemos em prática a idéia.

SENADOR ROMEUTUMA (PFL-SP): Se precisar de um barco eu sei quem pode ceder um bom barco para gente na Amazônia. E no Rio Negro.

SR. PRESIDENTE SENADOR MOZARILDO CAVALCANTI (PTB-RR): Dando prosseguimento eu quero conceder a palavra ao Senador Paulo Duque.

SENADOR PAULO DUQUE (PMDB-RJ): Sr. Presidente, Senador Mozarildo Cavalcanti, pelo Amazonas, Srs. Senadores, eu confesso a V.Ex^{as}. e a nossa ilustre convidada que eu nunca tinha ouvido falar nessa organização. Nunca. E ao mesmo tempo quero dizer a todos os presentes aqui que o Brasil inteiro ama a Amazônia. É impressionante. Mesmo aqueles que nunca estiveram nesse Estado, mesmo aqueles... Eles têm um sentimento afetivo muito grande por esse nosso Estado, o Amazonas. É uma coisa que já nasce conosco. E ha mais ou menos 50 anos, meio século, eu acho que ninguém aqui era nascido ainda, meio século, no Rio de Janeiro, quando a antiga capital, houve um grande movimento nacionalista em defesa do Amazônia. Grande. É que surgiu na ONU e na UNESCO uma iniciativa de se organizar uma entidade que na época eu me lembro bem, denominada iléia amazônica. Em que aquele nosso Estado sofreria uma espécie de intervenção organizativa de alguns países muito adiantados, ou considerados muito adiantados. Tipo Alemanha, tipo Estados Unidos, tipo Inglaterra, etc, etc, etc. Então surgiu um movimento contra do qual eu participei. E me lembro bem que quem chefiou esse movimento, liderou esse movimento no Brasil inteiro foi um antigo Presidente Artur Bernardes. Com clube militar, com clube naval, com generais, com Deputados, com Senadores. Evidente que eu acredito que aquela tentativa da iléia, da criação da iléia amazônica, que até já tinham escolhido a Superintendente, ou a Presidente ou a Diretora, era uma professora antropóloga, chamada Eloísa Alberto torres, mas não foi adiante. Porque havia um grande sentimento nacionalista no Brasil naquela época. A mocidade estudantil, sobretudo, entrou nisso. Todo mundo. Esta organização aqui que é um objeto de um tratado, eu estou tendo a oportunidade de conhecer agora. E fico muito satisfeito com isso. Muito satisfeito que o Brasil hoje é outro, mas

continua firme o amor pelo Amazonas e o sentimento nacionalista em defesa da Amazônia.

Vou me limitar a algumas perguntas. Jogo rápido, pingue-pongue. Nada de grandes elucubrações sobre o assunto que é vasto, ficaria aqui o dia inteiro falando sobre isso. Primeiro, a senhora professora antropóloga, fez mestrado, cientista política, eu imagino que tudo isso a senhora tenha uma atividade direta. Dr^a. Rosalía Serrano. Conhece por ouvir dizer ou conhece diretamente o chamado SIVAM? Sistema de Defesa da Amazônia? Conhece? Está funcionando aquilo ainda?

SRA. ROSALÍA ARTEAGA SERRANO: Muito obrigada, Senador Duque. Eu estou muito contente que o senhor conhece agora a OTCA. Conhecemos o SIVAM e o SIPAM. Nós visitamos e até os Embaixadores dos oito países radicados aqui em Brasília, fizeram uma visita convidados pelo Itamaraty e a Casa Civil para conhecer o sistema. O Peru e o Brasil assinaram um convênio que acho que foi até já ratificado pelo Congresso para compartilhar esse sistema de monitoramento. E os outros países, todos os outros países têm interesse. Nós trabalhamos um projeto com ABC, com o INPE, para tentar harmonizar primeiro os equipamentos. Agora que tudo se faz por computação, nós encontramos que cada País tinha diferentes programas para medir o monitoramento da Amazônia. Então nós tomamos o modelo brasileiro, ou seja, que está funcionando, tomamos o modelo brasileiro e temos agora unificado software de todos os oito países em computadores que até foram financiados pelo ABC.

SENADOR PAULO DUQUE (PMDB-RJ): Agora, a base de defesa do SIVAM é a Força Aérea Brasileira. Sem dúvida nenhuma. Conhece também a Calha Norte? A chamada Calha Norte?

SRA. ROSALÍA ARTEAGA SERRANO: Não tenho conhecimento. Talvez não com esse nome.

SENADOR PAULO DUQUE (PMDB-RJ): A Calha Norte seria uma série de fortificações pela nossa fronteira. Mas conhece aqui o nosso--

SRA. ROSALÍA ARTEAGA SERRANO: Não. Infelizmente não. Não conheço com todas as iniciativas.

SENADOR PAULO DUQUE (PMDB-RJ): Eu sou um curioso da nossa história, por isso que eu estou perguntando. Sou um curioso e não conheço aquela região bem. Mas posso dizer o nosso amor da Zona Sul, sobretudo, o Rio de Janeiro pelo Amazonas. Isso aqui está claro sem dúvida alguma. Essa organização tem sede onde?

SRA. ROSALÍA ARTEAGA SERRANO: Em Brasília. Assim foi criado.

SENADOR PAULO DUQUE (PMDB-RJ): Aqui?

SRA. ROSALÍA ARTEAGA SERRANO: Aqui.

SENADOR PAULO DUQUE (PMDB-RJ): Em que lugar?

SRA. ROSALÍA ARTEAGA SERRANO: Eu mostrei uma fotografia. Nós estamos no Lago Sul, começou no Itamaraty em 2003. 2005 nós alugamos um prédio no Lago Sul e estamos funcionando ali. Nós começamos a tentar deter alguns escritórios, mas não temos financiamento.

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP): Convida o Senador para visitar.

SRA. ROSALÍA ARTEAGA SERRANO: Ah, claro que sim. Eu vou ficar só até amanhã, mas está convidado para visitar. É claro que sim.

SENADOR PAULO DUQUE (PMDB-RJ): Vou agendar isso.

SRA. ROSALÍA ARTEAGA SERRANO: Uma questão interessante é que nós, por exemplo, com a SUFRAMA, tentamos ter um escritório em Manaus e infelizmente não temos recursos para manter pessoal ali. E também na zona de Iquitos estamos trabalhando um processo e em Santa Cruz de la Sierra com as universidades. Para tentar ter escritórios na própria região.

SENADOR PAULO DUQUE (PMDB-RJ): Eu estou perguntando isso porque hoje pela manhã, desculpe aí o pessoal da... Eu ouvi um dos maiores exageros já feitos talvez pela rádio. Ouvi na rádio. Que cada Senador aqui custa 36 milhões à União. Eu achei um absurdo tão grande.

SRA. ROSALÍA ARTEAGA SERRANO: Eu escutei também. [risos]

SENADOR PAULO DUQUE (PMDB-RJ): Eu quero saber onde é que está o meu. [risos] Eu ouvi isso. É um absurdo tão grande... Só se for cobrar luz, cobrar tudo. Cobrar esse aparelho. Não é possível fazer uma coisa dessa. E a senhora e essa organização tão importante não dispõe de... Quantos funcionários?

SRA. ROSALÍA ARTEAGA SERRANO: Nós somos 35 funcionários. Alguns pagos por outros recursos. 35 funcionários. Com um milhão cento e trinta e cinco mil dólares para pagamento de tudo.

SENADOR PAULO DUQUE (PMDB-RJ): Penúltima pergunta. A senhora conhece a Transamazônica que já foi feita no governo...?

SRA. ROSALÍA ARTEAGA SERRANO: Eu conheço.

SENADOR PAULO DUQUE (PMDB-RJ): Já percorreu lá? Está funcionando aquilo?

SRA. ROSALÍA ARTEAGA SERRANO: Acho que alguns trajetos. Mas por exemplo, o meu País, o Equador, sempre está preocupado porque é o único País amazônico que não faz fronteiras com o Brasil. O único conjuntamente com o Chile dos países de Sul

América, então a comunicação é muito mais difícil. Nós estamos falando sempre dos eixos multimodais. Mas temos dificuldade. Tem trecho que não funciona.

SENADOR PAULO DUQUE (PMDB-RJ): Tem trecho que não funciona. É aquele sonho que seria maravilhoso, criar uma estrada asfaltada, não deu continuidade. Finalmente, conhece o projeto Jari?

SRA. ROSALÍA ARTEAGA SERRANO: tem a ver com o quê? Às vezes os nomes eu não consigo reter. Mas tem que ver o...

SENADOR PAULO DUQUE (PMDB-RJ): Talvez o nosso ilustre Presidente possa esclarecer melhor o que seja.

SR. PRESIDENTE SENADOR MOZARILDO CAVALCANTI (PTB-RR): O Projeto Jari na verdade foi uma iniciativa da Fundação Ford que tinha lá um investimento e que agora está funcionando no Amapá sob a gestão pública.

SENADOR PAULO DUQUE (PMDB-RJ): Mas não acabou ainda?

SR. PRESIDENTE SENADOR MOZARILDO CAVALCANTI (PTB-RR): Não está funcionando com a visão inicial. Mas continua lá.

SENADOR PAULO DUQUE (PMDB-RJ): Finalmente eu quero agradecer a oportunidade de ter feito essas perguntas. Realmente eu ignorava isso. Estou eventualmente no Senado, e espero que haja sucesso. Mas para haver sucesso, com toda franqueza, e preciso que haja uma sede lá em Manaus. A sede tem que funcionar em Manaus. Senão eu não vejo como desenvolver um trabalho tão precioso. De tanta qualidade tão longe de Manaus.

SRA. ROSALÍA ARTEAGA SERRANO: Muito obrigada, Senador. Eu queria dizer que seguramente quando os Presidentes e os chanceleres dos países amazônicos pensaram estabelecer a sede aqui em Brasília, pensaram em que a organização internacional tem que estar um pouco perto do poder político. Não porque... Senão às vezes não consegue articular as propostas. E também porque os Embaixadores dos países membros estão aqui em Brasília. Na capital. Mas eu concordo plenamente com o senhor que é necessário ter uma maior presença nas regiões amazônicas dos oito países. Não só em Manaus, mas também nas outras regiões amazônicas. Eu não se eu passei o teste, eu senti aqui lembranças da minha... Meu passo na universidade...

SENADOR PAULO DUQUE (PMDB-RJ): Passou no teste.

SRA. ROSALÍA ARTEAGA SERRANO: Obrigada. Obrigada.

SENADOR PAULO DUQUE (PMDB-RJ): Agora, para passar no teste tem que responder a última pergunta.

SRA. ROSALÍA ARTEAGA SERRANO: [risos] Eu sinto que estou no tribunal da universidade. Mas, bom...

SENADOR PAULO DUQUE (PMDB-RJ): Eu tinha aqui até selecionado, que eu achei interessante, mas como não estou encontrando, eu gostaria de passar à senhora, que é uma pessoa internacional, sem dúvida, uma lei que foi sancionada pelo Presidente Artur Bernardes. É uma lembrança que eu permito em nome da Comissão passar à senhora. É uma lembrança. Quando a capital ainda era lá no Rio. O Presidente era Artur Bernardes, governou aqui o País de 22 a 26. Vou pedir ao Presidente da Casa para ler. São dois artigos só nessa lei. E que eu tenho certeza que vai ser útil nesses últimos dias. Por favor, o Presidente. E despeço-me. Agradeço e despeço-me.

SR. PRESIDENTE SENADOR MOZARILDO CAVALCANTI (PTB-RR): Senador inclusive já teve a gentileza de encaminhar para todos os Senadores. É o Congresso Nacional resolve. Art. 1º: Fica o Poder Executivo autorizado a auxiliar com a quantia de 200 mil réis a construção do monumento ao Cristo Redentor que deve ser levado a efeito no pico do Corcovado nesta capital; Art. 2º. Fica o Poder Executivo autorizado para tal fim a abrir o crédito ou a fazer a operação de crédito na importância de 200 mil réis. Art. 3º, disposições em contrário. Senado Federal, 19 de novembro de 1923. Assinam o Estácio Coimbra, Presidente, e mais o primeiro e segundo Secretário da Mesa. Passo às mãos da doutora.

Concedo a palavra ao Senador Romeu Tuma, próximo Senador inscrito.

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP): Obrigado Presidente. Dr^a. Rosalía, isso é campanha para que o Cristo seja reconhecido como uma das maravilhas do mundo. A senhora vê a inteligência de um Senador carioca, que com elegância, consegue fazer uma bonita campanha. Parabéns, Senador.

Mas Dr^a. Rosalía, eu sou paulista. Portanto, estou há mais de três horas e quarenta de avião da minha cidade até Manaus. Mas sou um apaixonado pela Amazônia. Apaixonado que já pisou com os pés descalços nas terras amazônicas, andei pela floresta, lutei com problemas sérios de comunidades indígenas, garimpeiros, poluição das águas, invasão de área de terrorismo, de combate ali na fronteira, na Cabeça do Cachorro.

Então, eu conheço um pouco inclusive o projeto Calha Norte do Presidente Sarney. À época foi a construção de batalhões de fronteiras para dar a ocupação

física de brasileiros naquela região que normalmente diria que era... Cidade ianomâmi lá na Venezuela, queriam tirar aquela característica da soberania que V.S^a falou tão bem aqui sobre a respeitabilidade dos oito países da sua situação geopolítica. Então aquilo é realmente uma maravilha em tudo que se possa pensar.

Então, eu estive uma vez na... Ele é o principal... Um dos principais, estão aqui os dois, que estão na Tribuna toda semana falando em defesa da Amazônia. E trazendo ao nosso conhecimento os dramas que vivem os amazonenses e principalmente os ribeirinhos daquela área. Onde as doenças atacam e praticamente só as Forças Armadas têm condições de dar uma assistência mais correta. Pela Marinha a senhora sabe que na Amazônia ou por cima ou pela água. Pela terra é muito difícil entrar algumas cidades. Tem alguns asfaltos por lá que eu já andei, já fui em algumas cidades, mas normalmente pelo rio ou pelo ar. Para montar esses pelotões de fronteira às vezes tinha que carregar esses equipamentos nas costas porque havia trechos não navegáveis. Então eram obrigados a levarem por terra. E tinha a COMARA, uma companhia que acho que ainda existe que é da Aeronáutica para a construção de aeroportos que pudesse dar apoio a essas regiões dos pelotões de fronteira. Eu acho que aí começou a nascer a necessidade da preservação da região para que não houvesse uma cobiça cada vez aumentada naquilo que diga respeito a uma ocupação sempre protestando pela derrubada da mata. Aí veio o SIVAM, o SIPAM, que foram construções ao longo do tempo para manter uma vigilância mais correta. E hoje nós temos aí os apagões dos aviões que a senhora deve ter passado apertado porque já está há três anos aqui, se vai para a Bahia já sabe que tiraram o radar de lá para pôr no SIVAM, no SIPAM.

Então a Amazônia era totalmente descoberta de qualquer proteção de radares para a navegação aérea. O Senador, teve agora um protesto que a senhora fez referência e eu fiz aqui uma anotaçãozinha, são os vôos regionais que V.Ex^a levantou da importância dos vôos regionais. Eu voei na Amazônia, alguns vôos regionais. Mas parece que cada dia diminui. São companhias pequenas, não tem infra-estrutura para suportar, e o preço das passagens normalmente o amazonense não tem condições de pagar. Então na navegação é uma coisa que é importantíssima, eu pus aqui porque achei que ela é importante. Porque o transporte que se faz, principalmente de produtos naturais da Amazônia é pelo rio. E há o crime organizado principalmente na retirada de madeiras. Ou tira a madeira brasileira com nota peruana ou de outro País e faz as comprovações com as autoridades competentes como se fosse natural de um País e era de outro.

Então isso acontece. A Polícia Federal fez um... Tem um pequeno programa de vigilância de fronteira para evitar esse crime constante que é o tráfico de drogas, o tráfico de peixes ornamentais, que é uma coisa maluca o que se leva principalmente para o Japão de peixes ornamentais e que poderia sem dúvida nenhuma ter uma razão financeira e econômica muito boa para os amazonenses. E o contrabando tem atrapalhado. E o contrabando de animais da região que 60, 70% morrem durante a viagem pela forma desumana com que são conduzidos. V.Ex^a falou na soberania, e a importância da ligação. Falou do cupuaçu... Seria bom formar cooperativas internacionais que dessem vigor à industrialização com cada um dos países para poder atender a demanda internacional. Não sei se isto é justo. Eu sei que existe algumas cooperativas principalmente no caso de palmito natural que tem muito na Amazônia e que infelizmente não há replantio. Vão cortando e vão vendendo e vai para lá.

A preservação da qualidade da água. Que água não tem fronteira. Isso que eu digo, aqui quando se fala em crimes de fronteira, eu digo o crime não tem fronteira. E ele não respeita nada. Ele atravessa, pactua com outras quadrilhas do outro lado, e se não houver cooperação da responsabilidade de cada um País mesmo que não tenha o acordo internacional, e maioria tem e não são respeitados, se um País não colabora, o outro não tem condições de vencer a guerra contra organizações que exploram qualquer tipo de atividade criminosa. Então aqui a cadeia de proteção que eu digo que teria que ter esse contato com acordos internacionais, mas com atividade permanente. Tem o SIVAM, tem o SIPAM que é para proteger o... Foi criado mais para vigilância de aeronaves suspeitas de transporte de drogas. Mas hoje ele tem uma visão muito mais ampla, que é a proteção da Amazônia em si mesmo. Não é mais só a parte aérea, mas embaixo, a parte de desmatamento, a parte de preservação de determinadas áreas. A biodiversidade. Tudo faz parte de um conjunto. Quer dizer, esse acordo que V.Ex^a fez referência, eu achei maravilhoso. Se todos puderem unificar o sistema de proteção da Amazônia através do sistema brasileiro que eu acho que essa altura é o mais moderno. Sei que os americanos têm instalado radares na região da Colômbia vizinho ao Brasil. Ali perto de Tabatinga e eu fui e vi vários radares. Talvez seja mais para vigilância do tráfico de drogas. Não tem o objetivo principal de estar vigiando o progresso da Amazônia. O turismo amazônico também que V.S^a fez referência é uma coisa que tem que ser cautelosa. Não pode ser indiscriminada. Porque ela tem que ter um cuidado especial, uma preparação ao visitante, ao turista, do respeito que tem que ter pela Amazônia.

Porque se for para fazer piquenique no meio da mata e ficar aquela sujeirada, a água, não tem respeito nada pela água, vai ser uma coisa negativa.

Outra coisa que eu tinha notado aqui. Tem aqui uma festa bonita agora, Presidente, do Parintins, que até me ofereceram para fazer a viagem de barco que leva uma noite inteira pelo Rio Negro até Parintins. Que são festas maravilhosas que o turismo tenha o interesse desde que haja uma propaganda cada vez maior para alcançar comunidades que tenham condições de viajar para lá. E tenha uma infra-estrutura turística para receber, porque não tem. Normalmente a pessoa que tem o barco se hospeda dentro do barco. Mas quem não tem, fica... Arruma uma casa, uma cama, ou fica farreando a noite inteira porque não tem onde dormir.

Eu me lembro no início da minha atividade policial eu gostava de ouvir a rádio da Albânia, em ondas curtas. E o Senador falou da iléia amazônica. E eles pregavam que os americanos queriam dividir a região amazônica em lagos. Oito ou dez lagos. Transformar tudo em lagos. E uma pregação para mexer com esse amor que o brasileiro tem pela Amazônia. Porque todos nós temos uma paixão. Não tem brasileiro aqui de qualquer lugar do País que não tenha amor pela Amazônia. Então mexeu com a Amazônia mexe com a alma do brasileiro. Então eu ouvia e ficava meio revoltado de ver aquele negócio, e ia criando uma reação natural de que poderiam haver uma intervenção como V.Ex^a falou, e realmente eles faziam com ondas curtas em português. Essa pregação permanente. E se referindo sempre negativamente de ações de países que eram inimigos do comunismo, de depredarem totalmente a região amazônica. Eu qualquer coisinha que falar e tem um negócio na Amazônia eu quero pegar o avião e ir para lá. Não adianta ficar só em Manaus. É gostoso pegar, subir o rio, ir para aquelas fronteiras, os pelotões de fronteira é uma maravilha. São órgãos que foram criados pelo Presidente Sarney para a ocupação física, e eles têm na sua composição seis Ministérios para ocupar essas áreas. Além do pelotão do exército eles têm construções para o IBAMA, para a FUNAI, para a Polícia Federal, para todos aqueles que têm interesse qualquer interesse no desenvolvimento ou proteção da Amazônia. Que infelizmente, Presidente, não tem sido visto com bons olhos porque não há esta ocupação necessária. Um período aqui, acho que o senhor estava aqui, não tinha dinheiro para a manutenção do que lá existia. Precisamos fazer uma encenação no orçamento para pôr dinheiro, para manter o que tem na região amazônica, principalmente o Calha Norte. Para não exterminar esta área que hoje já tem mais dois ou três pelotões que foram formados recen-

temente. E a presença maciça das Forças Armadas lá tem ajudado muito. Mas como disse o Senador Paulo, a gente ouve falar na sua organização. Mas não tem conhecimento profundo.

E aqui eu fiquei até emocionado de ver o amor com que a senhora fala da região. Que mexe com a paixão da gente, com a alma. Porque o seu conhecimento, a emoção com que fala, conhecendo tim-tim por tim-tim, sem ler um documento. Nos entusiasmou a todos aqui. E nós estamos aqui emocionados com tristeza porque a senhora disse que vai embora. Nós não podemos permitir. Está aí o nosso Senador que vai lá vezes para reclamar da importância da sua permanência no Brasil para continuar nessa luta em defesa da Região Amazônica como um todo. Conheço bastante, já fui ao Peru, já fui à Colômbia, já visitei o Equador também, hoje o Equador é um País que corre um risco tremendo porque os colombianos traficantes passaram a plantar papoula e cocaína no Equador. Ficou um segundo País. Eu fiquei assustado ontem, Presidente, que o Brasil passou a ser o primeiro País exportador de droga para a América e para a Europa. Mais do que a Colômbia. Porque ficou uma passagem concreta e mais facilitada de transporte para lá. Peço desculpas pela emoção. Mas eu acredito que hoje nós estamos despertando para fatos graves que os senhores na Amazônia, que tem aqui uma série de aliados, tem que fazer uma frente permanente. Eu acho que essa Subcomissão que V.Ex^a preside tem que ter um valor inestimável para todos nós. De São Paulo... não interessa. O Brasil inteiro. E trazer para cá pessoas como a Dr^a. Rosalía, e também os problemas que nós podemos resolver através de uma luta com o orçamento. As entidades internacionais têm que colaborar. Vivem reclamando que o aquecimento, que a Amazônia, cadê o dinheiro para ajudar a tentar melhorar a ação que vocês têm programada para desenvolver uma estrutura de atendimento e auto-suficiência para os moradores da Amazônia? Porque hoje se viver só da pesca... Lá quando houve um crescimento muito grande do garimpo, começaram os peixes a morrer pelo mercúrio, e envenenando pessoas. E foi uma coisa triste. Tivemos que ter ações radicais. Por quê? Para retirar esses garimpeiros. Eles não são bandidos, não são criminosos. Vão lá numa aventura na tentativa de um enriquecimento. E são depredadores da região Amazônia sem perceber o mal que estão causando. Então essas coisas com a divisão que, infelizmente... A senhora vai deixar as projeções? Deixa aí a cópia das projeções pra gente poder estudar melhor, principalmente as comissões várias que cuidam cada uma do seu setor. E quero que Deus a acompanhe e abençoe e vamos rezar para a senhora ficar por aqui.

SRA. ROSALÍA ARTEAGA SERRANO: Muito obrigada por suas palavras e seu comprometimento, Senador Romeu Tuma. A verdade que eu fico emocionada também quando eu falo da Amazônia. Alguma vez eu dizia que, eu sou andina. A minha cidade é uma cidadezinha pequena, os Andes equatoriano, a cidade de Cuenca que, aliás, quando se natureza para o português o nome da minha cidade quer dizer bacia. E ali nascem quatro rios lindos. Aqueles rios de serra. Lá é muito difícil porque tem muitas pedras. Rio de pedras, quase. Mas são rios esses cantorinos de montanha e os quatro rios, o Yanuncay, o Tarqui, o Machángara e o Tomebamba, vão para formar o Rio Cuenca, o Rio Cuenca vá para o Rio Paute, o Paute vá para o Rio Anapu e Anapu vem para o Amazônia. Então a água da minha cidade vem toda para a Amazônia. Então eu fico muito entusiasmada com o comprometimento dos Senadores de Rio de Janeiro, de São Paulo, de outras regiões do Brasil com o desenvolvimento sustentável da Amazônia. Nós sabemos que as cobiças sobre a Amazônia são grandes. Eu não quis me estender sobre... Desde a história, Instituto Hudsoniano(F), Grupo de Roma, todas aquelas previsões que queriam fazer da Amazônia uma grande lagoa ou um território internacional.

Eu acho que fica bem claro que nós, os oito países, exercemos o direito soberano e mais exercícios de soberania se faz, mas cuidemos da Amazônia, nós estamos mais seguros de que esse território é parte integrante muito importante dos nossos territórios. Aliás, porque boa parte do orçamento, no caso de alguns países vêm do orçamento público nacional vem da Amazônia. No caso do petróleo, do gás...

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP): A senhora me permita. Eu conheço a SUFRAMA. E a senhora falou qualquer coisa de tentar um acordo com a SUFRAMA. A SUFRAMA é um órgão que tentou extinguir. Tentaram extinguir. Ela foi criada com a Zona Franca para coordenar os projetos. Mas eu aprendi agora com a diretora que está lá que ela tem uma capacidade enorme, a Dr^a. Flávia, que uma parte da verba é distribuída para atender as comunidades do interior do Amazonas. Ela tem investimentos lá.

SR. PRESIDENTE SENADOR MOZARILDO CALVACANTI (PTB-RR): Toda a Amazônia ocidental.

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP): É uma coisa espetacular.

SRA. ROSALÍA ARTEAGA SERRANO: E sustenta iniciativas como o doutorado da Universidade de Roraima, por exemplo. Doutorado sobre estudos amazônicos.

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP): Não sei se pode haver um acordo da organização da senhora

com a SUFRAMA para buscar a realização de algum desses programas que a senhora...

SRA. ROSALÍA ARTEAGA SERRANO: Existem os contatos, Senador. E acho que os encaminhamentos estão bem dados. Eu, como disse, compartilho todos os comentários do senhor, a preocupação pelo uso dos rios, a preocupação pela situação das comunidades indígenas lá, a preocupação com a biopirataria, com a extração ilegal de madeira, que são problemas muitos sérios que temos na Amazônia e infelizmente eu sei que o tempo dos senhores é limitado, mas verdadeiramente nós temos analisado a situação e comunicado aos países as nossas preocupações sobre a temática complexa da Amazônia que é desafiante, mas também tem muitos perigos, tem muitas ameaças.

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP): Sr. Presidente, o senhor me dá licença um minutinho, pela ordem? Estão aqui funcionários do IBAMA e pediram pra...

SR. PRESIDENTE SENADOR MOZARILDO CAVALCANTI (PTB-RR): Eu gostaria... Após terminar, com certeza nós registraremos.

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP): Não mexer nesse assunto. Só para dizer que essa divisão do IBAMA tem trazido uma angústia. Eu não sei como é a cooperação do IBAMA com a organização da senhora.

SRA. ROSALÍA ARTEAGA SERRANO: Nós como organismos internacionais não podemos... Mas conhecemos o trabalho bom que o IBAMA faz no País. Claro que sim. Então agradecer mais uma vez e... Obrigada.

SR. PRESIDENTE SENADOR MOZARILDO CAVALCANTI (PTB-RR): Concedo a palavra ao Senador Augusto Botelho, último orador inscrito.

SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR): Presidente Mozarildo, Sr^a. Rosalía Serrano, Senador Duque. A OTCA já contribui também para esse curso que ela acabou de falar aí, doutorado sobre estudos amazônicos na nossa Universidade de Roraima, a qual nós agradecemos a Dr^a. Rosalía que contribuiu muito para que instalasse aquele curso lá. E espero que o próximo Secretário que vier no seu lugar, o próximo secretário continue com essa filosofia de contribuir para a formação das pessoas. Como a senhora falou uma reportagem, um artigo que a senhora fez o ano passado ou retrasado, que chamava muita atenção para nós. Eu me considero um povo da Amazônia também. Para nós os povos da Amazônia, as pessoas que vivem na bacia da Amazônia. Porque a maioria desses projetos que são feitos eles não têm, antigamente não pensava. Hoje é que nós já começamos a ter voz. Temos o Mozarildo e eu aqui que somos a voz dessa gente. Nunca se preocuparam conosco. Então nós

temos direito de viver lá. Da forma que eles acharem adequado para viver. Agora, o Estado também tem obrigação de melhorar as condições de vida, de dar mais assistência na educação, na saúde. É difícil, mas não é impossível. O que falta é vontade política de dar uma solução para o caso.

Eu me somo aos Senadores que anteciparam, que elogiaram a sua gestão, nós temos acompanhado, nós torcemos para dar certo, a senhora é uma pessoa que botou essa visão das pessoas da Amazônia na organização, e espero que a reeleição, que a recondução não seja tão proibida na organização. [risos] Ou que a senhora tenha oportunidade de voltar novamente. E que continue. Mesmo lá para onde a senhora for, continue com esse seu sentimento que nós todos temos o mesmo sentimento de que a Amazônia ela é uma propriedade de nós, povos da Amazônia. Dos oito países da Amazônia. Não adianta virem querer com histórias, com Congresso... O último que falou alguma coisa que agrediu a nossa cultura, foi o Lemi que hoje está no... Na OMC. Então a gente tem que continuar. E aquele trabalho daquela viagem que a senhora fez do... O caminho de Orellana, é justamente isso que acende o sentimento que já existe, mas que precisa ser estimulado. Nós não podemos deixar as pessoas apagarem as nossas raízes da Amazônia. O nosso caminhante pra lá é o Pedro Teixeira. Foi o Pedro Teixeira, o português, que chegou mais que Orellana foi a ponte e fez com que nós fôssemos dono da Amazônia. Naquelas disputas que... Para os nossos Estados. E teve outro português que foi mais à frente que foi Lobo Dalmada que chegou até a nascente do Rio Branco, onde formam os dois rios e fez o Forte São Joaquim naquela época. E nós continuamos, Eu e Mozarildo descendemos de pessoas, nós somos a quarta geração, quinta geração. [risos] Ele é a quarta e eu sou a quinta. Lá da Amazônia. [risos]

Então eu gostaria de agradecer em nome do povo e da Universidade de Roraima, da nossa gente lá pela contribuição que a senhora fez e espero que o novo Secretário-Geral continue com a filosofia da senhora de que os povos da Amazônia são dentre todas as riquezas da Amazônia, o povo é muito importante no nosso ponto de vista.

SR. PRESIDENTE SENADOR MOZARILDO CAVALCANTI (PTB-RR): Dr^a. Rosalía.

SRA. ROSALÍA ARTEAGA SERRANO: Bem, mais uma vez agradecer ao Senador Botelho por suas expressões. Dizer que eu esqueci de mencionar para o Senador Tuma que infelizmente eu não fui para Parintins para o bumba-meu-boi. Fui convidada três anos, mas alguma coisa acontecia na agenda que às vezes

as coisas mais bonitas se deixa para depois. Mas eu confio que vou voltar.

Nós como OTCA fizemos uma declaração quando, por exemplo, o Sr. Lemi fez aquela declaração e nós contestamos aquilo. Claro, opondo aquela pretensão de internacionalizar a Amazônia que de vez em quando aparece na mídia internacional. Nós fizemos uma declaração muito forte nesse sentido. Nós coincidimos aquela apreciação do Senador quando fala do que o mais importante são as pessoas. Eu como Ministra da Educação do Equador visitei as Ilhas Galápagos que são um patrimônio da humanidade e um território maravilhoso, e eu fazia algumas coisas que tinha que fazer ali: inaugurava alguma escola, fazia alguma coisa. E algumas das pessoas falaram: Olha... Porque eu perguntei: vocês são felizes morando aqui? E eles falaram: Nós somos os mais esquecidos. Nós encontramos com os pingüins tem mais atenção do que nós, o coral preto tem mais atenção, as iguanas têm mais atenção, as tartarugas têm mais atenção. Quando as pessoas vão preocupar com as pessoas? E eu lembro aqui sempre que vou para a Amazônia. Porque é a mesma sensação. E o elemento fundamental do meio ambiente é o ser humano.

Então, o tratado foi muito sábio quando nos primeiros momentos no ano 78 se criou, se falou de luta contra a pobreza, melhoramento da qualidade de vida, e ainda que não com as mesmas palavras, desenvolvimento sustentável. Porque nessa época não se usavam essas palavras. Mas nós coincidimos e pensamos que essas idéias do ano 78, assim como as idéias que aqui foram mencionadas, de Presidentes anteriores do Brasil continuam vigentes. Não perdem vigência. E na Amazônia nós temos que continuar a brigar por essas melhores qualidades de vida, condições de vida para as populações amazônicas que muitas vezes infelizmente são esquecidas.

Eu quero agradecer e dizer que o meu compromisso com a Amazônia não termina com o cargo. Os postos de trabalho são transitórios, mas as preocupações pela vida são eternas. Então eu vou continuar pensando e preocupada com a Amazônia. Muito obrigada.

SR. PRESIDENTE SENADOR MOZARILDO CAVALLANTI (PTB-RR): Bom, eu quero fazer algumas considerações antes de encerrar a Sessão, dizer que acho que para toda Comissão foi muito importante a vinda da Dr^a. Rosalía aqui, foi dito pelo Senador Duque, pelo Senador Tuma, e eu quero dar o meu depoimento pessoal de que realmente, digamos assim, já tinha lido, já tinha lido alguma matéria sobre a OTCA, mas que tive a oportunidade de, digamos assim, ter uma aula, ao debater com a Dr^a. Rosalía na TV Senado sobre a Amazônia. E de lá já a consultei sobre a

possibilidade de vir à Comissão de Relações Exteriores, e principalmente a Subcomissão Permanente da Amazônia que está dentro da Comissão de Relações Exteriores, porque entendi que embora seja a terceira reunião da Subcomissão da Amazônia, esta de fato é a primeira reunião que dá o ponto de partida. Porque nós estamos a partir, portanto, de uma visão macro da Amazônia dos oito países para depois nos debruçarmos, como ela bem disse sobre a Amazônia brasileira. Porque a Amazônia brasileira depende e muito, não só da água, mas de muitas coisas dos outros países. E só esse trabalho conjunto é que pode realmente reverter numa verdadeira mudança para a Amazônia que colocou muito bem o Senador Augusto Botelho. Para os 25 milhões de brasileiros que vivem na Amazônia.

Então nós precisamos realmente nos debruçar sobre esse tema, amar no sentido bem amplo, amar e agir porque o amor platônico não vai resolver a nossa questão lá. Nós precisamos agir mesmo, Senador Paulo Duque. V.Ex^a disse que teve um movimento nacionalista naquela época, acho que nós temos que fazer um novo movimento nacionalista dos oito países que têm a Amazônia para que nós a preservemos dos oito países porque como foi bem colocado aqui pela Dr^a. Rosalía, a cobiça existe sempre e é normal. Todo mundo a cobiçar alguma coisa rica é da inerência do ser humano. Então nós temos é que saber, primeiro, para defender a Amazônia temos que conhecê-la. E aí o nosso próximo passo inclusive, aqui, mais uma vez registrando a presença do Dr. José Seixas Lourenço é convidar os Reitores da Amazônia Legal para virem aqui inclusive colocar a sua visão da Amazônia. Porque nós temos muito a visão do que os europeus, os norte-americanos têm da Amazônia. Mas e a nossa visão da Amazônia? De homens da Amazônia? Homens e mulheres da Amazônia? Nós não temos ainda cristalizada, realmente colocada no preto e no branco.

Então eu quero agradecer, ter a oportunidade como Presidente da Subcomissão de dar, vamos dizer assim, esse primeiro passo tendo essa visão que foi colocada aqui pela Dr^a. Rosalía muito boa do que é realmente a Amazônia, a chamada Pan-Amazônia que é de todos os oito países. Ninguém melhor do que ela que inclusive tendo sido Presidente do próprio Equador conhece muito bem, não só as implicações ecológicas, econômicas, mas principalmente as implicações políticas que devem até comandar as soluções que foram aqui questionadas por vários Senadores. A internacionalização, portanto, não é uma... Uma esquizofrenia de ninguém, nem uma paranóia. Na verdade ela está aí engatilhada. Só vai para frente se nós concordarmos.

A questão de colocar o ano de 2009 como o ano do turismo para a Amazônia, eu acho que é um ponto fundamental, porque o turismo, por exemplo, da Amazônia brasileira representa apenas 10% do turismo nacional. Quer dizer, nós temos uma Amazônia tão exuberante, tão decantada e apenas 10% do turismo nacional é que está na Amazônia. Isso realmente tem que se inverter e nós temos que buscar alternativas.

Portanto, ao agradecer mais uma vez a presença da Dr^a. Rosalía, eu quero dizer que vai ficar um marco na vida da Subcomissão Permanente da Amazônia a sua vinda aqui. Lógico, como todos disseram, nós torcemos e até poderemos agir para que V.S^a continue à frente da Secretaria-Geral da Organização do Tratado de Cooperação Amazônica, mas evidentemente que nossas limitações não poderão, digamos assim, ultrapassar a área realmente de influência Parlamentar.

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP): [pronunciamento fora do microfone]

SR. PRESIDENTE SENADOR MOZARILDO CAVALCANTI (PTB-RR): Bom, eu quero antes de encerrar fazer o registro da presença aqui dos servidores do IBAMA, servidores e servidoras do IBAMA, que obviamente pode-se pensar o que tem a ver uma reunião da Subcomissão da Amazônia com a questão que na verdade não vai ser apreciada por essa Subcomissão, infelizmente. Mas vai ser apreciada em Plenário, por todos os membros dessa Comissão. E eu quero dar aqui o meu depoimento pessoal. Eu alertei quando a discussão aqui da Lei de Gestão das Florestas, que ali foi digamos assim no meu entender a parte mais evidente de toda essa questão, quando se pensou, quando se criou naquele Projeto Serviço Florestal Brasileiro, e que a consequência seria invadido uma ação do IBAMA a consequência seria depois ainda enfraquecer mais o IBAMA. Então eu quero como homem da Amazônia dizer que realmente concordo com a posição de vocês e que acho que o IBAMA não tinha que ser subdividido, tinha que ser mais atendido e mais prestigiado. É evidente que comporta questionamentos sobre a forma e a velocidade com que o IBAMA trabalha. Agora, simplesmente... Aquela história, criminalizar o IBAMA pelas coisas que não estão acontecendo é muito simples. E aí eu não concordo e realmente acho que nós devíamos até pela minha formação de médico procurar auscultar para fazer um diagnóstico correto. Mas... Senador Paulo Duque.

SENADOR PAULO DUQUE (PMDB-RJ):... A moinha está com o aviso, mas não dá para ler daqui.

SR. PRESIDENTE SENADOR MOZARILDO CAVALCANTI (PTB-RR): Elas estão protestando... Os servidores e servidoras do IBAMA contra a Medida Provisória 366 que deverá ser votado brevemente aqui

pelo Senado. Já foi aprovada na Câmara, a Câmara não teve como rejeitá-la.

SENADOR PAULO DUQUE (PMDB-RJ): É hoje?

SR. PRESIDENTE SENADOR MOZARILDO CAVALCANTI (PTB-RR): Não. Hoje não. Está... É um alerta para os Senadores que tenham, portanto, que se debruçar para ler a Medida Provisória 366 que divide o IBAMA.

Então eu quero agradecer mais uma vez à Dr^a. Rosalía, os outros membros da direção da Organização de Tratado de Cooperação Amazônica e dar por encerrada a Sessão.

[palmas]

Sessão encerrada às 12h30

SECRETARIA DE COMISSÕES COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL

ATA DA 21ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA NO DIA CINCO DE JULHO DO ANO DE DOIS MIL E SETE, ÀS DEZ HORAS.

Às dez horas e vinte e três minutos do dia cinco de julho do ano de dois mil e sete, na sala de reuniões da Comissão, sob a Presidência do Senhor Senador HERÁCLITO FORTES, reúne-se a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional com a presença das Senhoras Senadoras e dos Senhores Senadores EDUARDO SUPPLY, FERNANDO COLLOR, ANTÔNIO CARLOS VALADARES, MOZARILDO CAVALCANTI, JOÃO RIBEIRO, MÃO SANTA, JARBAS VASCONCELOS, PAULO DUQUE, MARCO MACIEL, MARIA DO CARMO ALVES, ROMEU TUMA, EDUARDO AZEREDO, CRISTOVAM BUARQUE, INÁCIO ARRUDA, AUGUSTO BOTELHO, GILVAM BORGES, GARIBALDI ALVES FILHO, EDSON LOBÃO, CÉSAR BORGES, FLEXA RIBEIRO, WILSON MATOS E JEFFERSON PÉRES. **Justificou a ausência o Senador Marcelo Crivella. Deixam de comparecer os demais Senadores. Havendo número regimental, o Senhor Presidente declara abertos os trabalhos, dispensando a leitura da ata da reunião anterior que é dada como lida e aprovada. Antes de iniciar a apreciação da Pauta o Presidente concede a palavra aos Senadores JEFFERSON PÉRES, JARBAS VASCONCELOS E EDUARDO SUPPLY. O Presidente inicia a 1ª Parte da Reunião que destina-se, a ouvir, em Audiência Pública, a Embaixadora da Guiana no Brasil, Marilyn Cheryl Miles, para explicar aos membros da Comissão sobre as re-**

lações da República Cooperativista da Guiana com o Brasil e sobre a recente visita do Presidente Lula áquele país, em atendimento ao Requerimento nº 21, de 2007, de autoria do Senador Mozarildo Cavalcanti. O Presidente convida a Embaixadora para compor a Mesa. O Presidente concede a palavra a Embaixadora Marilyn Cheryl Miles para fazer sua exposição. Fazem uso da palavra os Senadores MOZARILDO CAVALCANTI, JEFFERSON PÉRES, EDUARDO SUPPLY, PAULO DUQUE, AUGUSTO BOTELHO, EDUARDO AZEREDO E ROMEU TUMA. O Presidente faz a instalação da Subcomissão Permanente para Modernização e Reparelhamento das Forças Armadas Brasileiras (1ª Reunião), com a designação dos Senadores Titulares: Fernando Collor, Paulo Duque, Romeu Tuma, Eduardo Azeredo e Jefferson Péres, e Senadores Suplentes: Marcelo Crivella, Pedro Simon, Marco Maciel e Flexa Ribeiro. Foram eleitos para Presidente Senador Romeu Tuma e para Vice-Presidente Senador Eduardo Azeredo. O Presidente passa a apreciação da 2ª Parte da Reunião com inversão da pauta. Item 03: Projeto de Lei do Senado nº 342, de 2006, de autoria do Senador Sérgio Zambiasi, que *“Altera a Lei nº 10.826, de 22 de dezembro de 2003, que dispõe sobre registro, posse e comercialização de armas de fogo e munição, sobre o Sistema Nacional de Armas - Sinarm, define crimes e dá outras providências.”* O Presidente concede a palavra ao Relator Senador Romeu Tuma para fazer a leitura do seu Relatório. Fazem uso da palavra para discussão os Senadores EDUARDO SUPPLY, CÉSAR BORGES e EDISON LOBÃO. Concedida Vista aos Senadores Eduardo Supply e César Borges. fazendo inversão da pauta. Item 02: Projeto de Lei do Senado nº 151, de 2005, de autoria do Senador Paulo Octávio, que *“Altera a situação jurídica do estrangeiro no Brasil e delega poderes ao Ministro do Turismo para isentar a exigência de visto de entrada de turista de países com os quais o Brasil deseja manter grandes relações comerciais através do turismo, e dá outras providências.”* O Presidente concede a palavra ao Senador Marco Maciel para fazer a leitura do seu Relatório. Aprovado. Item 05: Projeto de Decreto Legislativo nº 22, de 2007, de autoria da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CD), que *“Aprova o texto do Protocolo sobre Privilégios e Imunidades da Autoridade Internacional dos Fundos Marinhos, assinado em Kingston, em 27 de agosto de 1998.”* O Presidente concede a palavra ao Relator Senador EDUARDO AZEREDO para fazer a leitura do seu Relatório. Aprovado. Item 08: Projeto de Decreto Legislativo

nº 115, de 2007, de autoria da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CD), que *“Aprova o texto do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Federal da Alemanha sobre Co-Produção Cinematográfica, assinado em Berlim, em 17 de fevereiro de 2005.”* O Presidente concede a palavra ao Relator “Ad Hoc” Senador INÁCIO ARRUDA para fazer a leitura do seu Relatório. Aprovado. Item 09: Projeto de Decreto Legislativo nº 116, de 2007, de autoria da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CD), que *“Aprova o texto do Acordo Básico de Cooperação Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e a Secretaria-Geral da Organização dos Estados Americanos, assinado em Brasília, em 23 de maio de 2006.”* O Presidente concede a palavra ao Relator Senador MARCO MACIEL para fazer a leitura do seu Relatório. Aprovado. Item 10: Projeto de Lei da Câmara nº 84, de 2006, de autoria do Presidente da República, que *“Dispõe sobre a aplicação das regras de origem previstas no Acordo Sobre Regras de Origem do GATT 1994 e dá outras providências.”* O Presidente concede a palavra ao Relator Senador GARIBALDI ALVES FILHO para fazer a leitura do seu Relatório. Aprovado. Item 11: Projeto de Resolução do Senado nº 27, de 2007, de autoria do Senador Heráclito Fortes, que *“Institui o Grupo Parlamentar Brasil-Panamá e dá outras providências.”* O Presidente concede a palavra ao Relator Senador EDISON LOBÃO para fazer a leitura do seu Relatório. Aprovado. Item 14: Requerimento nº 35, de 2007 – CRE, de autoria do Senador Eduardo Azeredo, que *“Requer que seja aprovado Voto de Congratulações e Solidariedade a ser encaminhado ao Ministério de Relações Exteriores, na pessoa do Exmo. Sr. Ministro Celso Amorim, pela indicação do Exmo. Sr. Álvaro Augusto de Vasconcelos Leite Ribeiro como Representante Único do Governo Brasileiro para ocupar o cargo de Diretor de Assuntos Tarifários e Comerciais da Organização Mundial das Alfândegas – OMA.”* Faz uso da palavra o Senador EDUARDO AZEREDO. Aprovado. Item 15: Requerimento nº 38, de 2007 – CRE, de autoria do Senador Inácio Arruda, que *“Requer, nos termos do art. 93, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de Audiência Pública com o objetivo de discutir a atual situação geopolítica da América do Sul e suas implicações para o futuro do Mercosul, com as presenças dos seguintes convidados: Luis Manuel Rebelo Fernandes e Maria Regina Soares de Lima.”* Faz uso da palavra o Senador INÁCIO ARRUDA. Aprovado. O Presidente concede a pala-

vra ao Senador EDUARDO AZEREDO. Item 16: Requerimento nº 39, de 2007 – CRE, de autoria do Senador Heráclito Fortes, que “*Requer, nos termos do art. 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, seja convidado o Senhor Tenente-Brigadeiro-do-Ar, Juniti Saito, Comandante da Aeronáutica, o Senhor Almirante-de-Esquadra, Julio Soares de Moura Neto, Comandante da Marinha e o Senhor General-de-Exército, Enzo Martins Peri, Comandante do Exército, para, no âmbito da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, discutir, separadamente, a questão orçamentária relacionada as suas respectivas forças.*” Aprovado. O Presidente concede a palavra ao Senador RO-MEU TUMA. Item 17: Requerimento nº 45, de 2007 – CRE, de autoria do Senador Augusto Botelho, que “*Requer, nos termos regimentais, a realização de Audiência Pública da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, conjuntamente com a Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, para discutir o Programa Nuclear da Marinha. Deverá ser convidado para audiência o Almirante de Esquadra Júlio Soares de Moura Neto, Comandante da Marinha.*” Aprovado. Pauta Extra, Item 01: Projeto de Lei do Senado nº 212, de 2005, de autoria do Senador César Borges, que “*Acréscena § 7º ao art. 6º da Lei nº 10.826, de 22 de dezembro de 2003, para exigir a comprovação de capacidade técnica e aptidão psicológica das autoridades públicas com direito a porte de arma de fogo previsto em legislação própria.*” Adiado. Item 01: Projeto de Lei do Senado nº 55, de 2005, de autoria do Senador Marcelo Crivella, que “*Dispõe sobre a criação do Dia de Celebração da Amizade Brasil-Argentina e dá outras providências.*” Adiado. Item 04: Indicação nº 01, de 2006, de autoria do Senador Aloizio Mercadante, que “*Sugere a Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional e à Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, bem como à Comissão de Assuntos Econômicos, que procedam a estudos sobre a criação de um Fundo Mundial Ambiental (FMA), na forma proposta no texto da justificção desta indicação.*” Adiado. Item 06: Projeto de Decreto Legislativo nº 113, de 2007, de autoria da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CD), que “*Aprova o texto do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República de Angola sobre Auxílio Jurídico Mútuo em Matéria Penal, assinado em Brasília, em 3 de maio de 2005.*” A matéria é retirada de pauta a pedido do Relator. Item 07: Projeto de Decreto Legislativo nº 114, de 2007, de autoria da

Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CD), que “*Aprova o texto do Tratado entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Suriname sobre Assistência Jurídica Mútua em Matéria Penal, assinado em Paramaribo, em 16 de fevereiro de 2005.*” Adiado. Item 12: Requerimento nº 874, de 2006, de autoria do Senador Eduardo Suplicy, que “*Requer, nos termos do artigo 223 do Regimento Interno, seja apresentado voto de censura e repúdio à decisão da Promotoria Pública da Coroa Britânica (Crown Prosecution Service) de inocentar os oficiais da Scotland Yard envolvidos no assassinato do cidadão brasileiro Jean Charles de Menezes.*” Adiado. Item 13: Requerimento nº 639, de 2007, de autoria do Senador Flexa Ribeiro, que “*Requer, nos termos do art. 223, do Regimento Interno do Senado Federal, seja apresentado voto de censura e repúdio à decisão do Governo da Venezuela de não renovar a concessão da emissora privada “RCTV”.*” Retirada de pauta a pedido do Relator. O Presidente concede a palavra aos Senadores MÃO SANTA, EDUARDO AZEREDO, EDUARDO SUP LICY e MOZARILDO CAVALCANTI. O Senhor Presidente nada mais havendo a tratar, encerra a reunião às doze horas e quarenta e seis minutos, lavrando eu, JOSÉ ALEXANDRE GIRÃO M. DA SILVA, Secretário Adjunto da Comissão, a presente Ata que, após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com o Registro da Estenotipia Informatizada da presente reunião. – Senador Heráclito Fortes, Presidente.

REGISTRO DA ESTENOTIPIA INFORMATIZADA DA 21ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA NO DIA CINCO DE JULHO ANO DE DOIS MIL E SETE, ÀS DEZ HORAS E VINTE E TRÊS MINUTOS.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI): Havendo número regimental declarado aberta a 21ª Reunião Ordinária da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura.

Submeto a Comissão à leitura da Ata da Reunião anterior. Os Srs. Senadores que concordam com a sua dispensa permaneçam como se encontram. Aprovado. Passamos agora à apreciação da pauta.

SENADOR JEFFERSON PERES (PDT-AM): Sr. Presidente, pela ordem.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI): Pois não, tem V.Exª a palavra.

SENADOR JEFFERSON PERES (PDT-AM):

Antes de introduzir a Embaixadora da Guiana para a Audiência Pública, eu gostaria de iniciar uma discussão nessa Comissão, apesar do *quorum* baixíssimo, a respeito de uma questão que está incomodando a todos nós que foi o ultimato dado pelo Presidente Hugo Chávez ao Congresso Nacional e é do conhecimento de todos. Sr. Presidente, é claro que o... Esta Comissão e o Senado não vão analisar o ingresso ou não da Venezuela por causa desse incidente e sim na medida em for ou não conveniente e aceitável a participação daquele país no MERCOSUL. Não vamos, por força de um incidente, deixar de aprovar algo que é relevante, eu tenho perfeita consciência disso. Entretanto, Sr. Presidente, dado os termos em que colocou o Presidente Hugo Chávez a questão, fixar um prazo para o Congresso Nacional Brasileiro, seria... Seria extremamente humilhante se nós apreciássemos essa questão dentro do prazo fixado pelo Coronel Hugo Chávez. O que eu gostaria de discutir era o seguinte: Era se nós não deveríamos estabelecer, já de antemão, que não apreciaremos a matéria no prazo fixado pelo Presidente venezuelano que foi um verdadeiro desaforo para todos nós.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI): Concordo com V.Ex^a, louvo o gesto de trazer para o início dessa sessão esse problema. Sr. Chávez, não sei movido a quê, tenta confundir a opinião pública, os venezuelanos, a brasileira, sei lá. Ocorre que, O Sr. Chávez é que tem compromissos a prestar para seu ingresso, o ingresso do seu país no MERCOSUL, a cláusula tarifária e a cláusula democrática entre outras várias devem ser remetidas ao bloco e o próprio Sr. Chávez pediu um prazo até o final de setembro. Começa a se ver na imprensa repercussões vindas de Caracas de que o empresariado venezuelano teme a adesão da Venezuela ao MERCOSUL exatamente por questões da igualdade tarifária. Na realidade, o Sr. Chávez está querendo transferir um problema que é dele e não do Brasil. De todo modo, a tramitação no Senado ela terá que seguir a sua ordem normal, não será o ultimato do Sr. Chávez que vai fazer com que se mude. Hoje, esse processo está na Comissão do MERCOSUL, que está em fase de extinção pelo fato de já ter sido criado o próprio Parlamento. A Comissão continua a funcionar e nesse momento, após as conclusões da Comissão, o processo era remetido para esta Comissão de Relações Exteriores, onde nós vamos estudá-la, estudá-la ou vamos analisá-la e remeter ao Plenário, nunca dentro do cronograma do Sr. Chávez, porque é inadmissível a interferência de quem quer que seja nos assuntos brasileiros, aliás, o Sr. Chávez precisa aprender de uma vez por todas

que o Brasil enfrenta os seus problemas internamente e que por mais que nós temos aqui três poderes que são harmônicos, mas que são independentes. Daí, por que V.Ex^a fique absolutamente tranquilo que em nenhum momento nós vamos ter uma atitude...Que apequene esta Comissão ou o Congresso da República. Senador Jarbas.

SENADOR JARBAS VASCONCELOS (PMDB-PE):

Sr. Presidente, é rapidamente apenas para fazer minhas as palavras do Senador Jefferson Peres. Isso é importante para que a ação perniciosa de Hugo Chávez não fique restrita apenas lá na Venezuela onde ele tem o domínio total e completo de todos os setores, e de todos os órgãos, e de todos os poderes. O que leva a isso é a formação autoritária do Coronel Hugo Chávez e, também, o aspecto de fanfarrão, de fanfarronice dele é que leva a essas extravagâncias. Eu acho que essa proposta do Senador ela tem total cabimento e sequer o Congresso deveria dar início a qualquer tipo discussão dentro desses 90 dias, dentro três meses e só posteriormente que a gente deveria analisar sobre o ingresso ou não da Venezuela do MERCOSUL.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI): Feito o registro. Senador Suplicy, com a palavra.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Presidente, Senador Heráclito Fortes, eu acho importante as reflexões que os Senadores Jefferson Peres e Jarbas Vasconcelos estão colocando sobre as declarações do Presidente Hugo Chávez. Eu tenho observado, Presidente, que quando nós aqui apreciamos a proposição do Senador Eduardo Azeredo, no sentido de propor, por parte do Presidente Hugo Chávez, a reconsideração da decisão sobre a não concessão, a não renovação da concessão da RCTV, que me pareceu que era em termos construtivos e, inclusive, apoiei, assinei aqui e não houve quando foi apreciada em Plenário, qualquer Senador que levantasse objeção, foi aprovado e me lembro eu estava presente em caráter de votação simbólica sem objeção, portanto, por consenso. As observações do Presidente Hugo Chávez me pareceram inadequadas, pois em nenhum momento aqui estavam os Senadores sendo instrumento do Governo dos Estados Unidos, nem me senti e expressei isso, inclusive, ao Embaixador da Venezuela no Brasil, como aqui sendo contra que a Venezuela ingressasse no MERCOSUL, eu tenho me pronunciado muito favoravelmente à integração dos países e, inclusive, da Venezuela no MERCOSUL... E me parece que seria próprio que o Presidente Hugo Chávez deixasse de colocar palavras que acabam provocando ainda um conflito maior onde não precisaria e eu, inclusive, conforme, transmiti a

V.Ex^a, tomei a iniciativa de telefonar para o Embaixador García Montóya da Venezuela no Brasil dizendo que eu acho que... Quem sabe possamos nós, Senadores, de alguma maneira colaborar para desanuviar essa troca de palavras que não são as melhores, e ele me informou que, inclusive, esteve dialogando com Deputados Federais que ele está considerando a vinda.. Está para organizar a vinda de uma delegação de Senadores e Deputados da Venezuela aqui no Brasil, ou membros do Parlamento da Venezuela no Brasil para estabelecer um diálogo construtivo e ontem, inclusive, ele me disse que conversou com V.Ex^a para combinar algo nessa direção numa possível visita que ele estaria programando para hoje. Então, na medida em que nós, Senadores, e, sobretudo, V.Ex^a como Presidente da Comissão de Relações Exteriores pudermos colaborar para que tenhamos essa perspectiva de que a integração Venezuela/Brasil se dê em termos altos de bom relacionamento entre os povos e para além daquilo que possa ter ocorrido, neste sentido que eu gostaria de estar colaborando. Então, quero cumprimentá-lo pelos esforços que farão nesta direção... Há, inclusive, Senador Heráclito Fortes, uma proposição no sentido de que em havendo a presença aqui do representante da RCTV, se ainda isto ocorrer, que há uma iniciativa do Senador José Nery para que possa também uma responsável pela área de comunicações da Venezuela estar também prestando um depoimento se ocorrer a primeira, então, talvez haja a oportunidade do diálogo com os dois pontos de vista diferentes aqui nesta Comissão, muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI): Eu quero comunicar a Comissão que ontem, através do Senador Zambiasi, recebi uma solicitação do Embaixador da Venezuela para que hoje nos fizesse uma visita a fim de tratar de questões que, creio eu, sejam relativos a episódios recentes envolvendo declarações ofensivas do Presidente Chávez ao Parlamento Brasileiro, marcamos para hoje a tarde e iremos recebê-lo com toda a fidalguia acima de tudo com o respeito que o povo da Venezuela nos merece. Com relação à segunda parte, o Senador José Nery, embora não seja membro da Comissão me comunicou que entraria com a proposta, essa proposta não veio, não chegou. Agora, promover um debate aqui entre o Presidente da RCTV e um funcionário do Governo venezuelano eu quero crer, Senador Suplicy, que não seja o local adequado, nós vamos trazer para o Senado Federal um debate da economia interna da Venezuela; convidar alguém, caso necessário, para prestar esclarecimentos após a oitiva do Presidente da RCTV, não há nenhum problema. O Senador Nery está vivendo uma fase de empolgação compreensiva

e essa defesa empedernida que ele faz do Presidente Chávez nós respeitamos, embora, não seja do agrado se vê posições contrárias muitas vezes a um Congresso ofendido como foi o Congresso Brasileiro, mas é uma posição de cada um e eu respeito e estão, inclusive, a sua ausência aqui nesse momento para trazer o Requerimento que seria assinado subsidiariamente por um companheiro da Comissão para se puder, para que se possa dar continuidade. Audiência Pública é o primeiro Item da Pauta, para explanar aos membros da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional sobre as relações da República Cooperativista da Guiana com o Brasil e sobre a recente visita do Presidente Lula àquele país com a presença da Sra. Embaixadora da Guiana no Brasil, Marilyn Cheryl Miles, em atendimento ao Requerimento nº 21 de 2007 de autoria do Senador Mozarildo Cavalcanti. Está, portanto, convidada para participar desta Audiência Pública a Sra. Marilyn Cheryl Miles, Embaixadora da República da Guiana, a quem convido para...

SENADOR EDUARDO SUP LICY (PT-SP): A senhora fala muito bem português.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI): Concedo a palavra a Sra. Embaixadora para fazer a sua exposição.

SRA. MARILYN CHERYL MILES: Muito obrigada e bom dia. Muito obrigada, Senador Heráclito, e todos que me convidam para falar com os senhores aqui esta manhã, mas eu vou falar em meu próprio idioma que é inglês, com permissão de todos. Obrigada. Eu gostaria de começar com a introdução sobre o meu país a Guiana e eu estou plenamente convencida de que hoje com o mundo da *internet* há uma facilidade muito grande para todos terem acesso a qualquer assunto como este, por exemplo. A República da Guiana é único país de língua inglesa no continente Sul-Americano e que tem relações históricas e culturais muito fortes com os países do Caribe que fala inglês. Contudo, a Guiana está situada geograficamente na América do Sul, portanto, e desde a sua independência em 1966, um dos aspectos mais importantes da política exterior da Guiana tem sido a tentativa de desenvolver relações mais estreitas e, mutuamente, benéficas com seus vizinhos continentais. Como podem imaginar este processo tem sido lento e temos enfrentado obstáculos causados por dificuldades de língua, problemas de diferenças culturais, falta de redes de transportes adequados e também pela existência de alguns problemas controversos em termos de território. Como sabem, temos tido problemas de fronteira com nosso vizinho da Venezuela e também com nosso vizinho do Suriname e graças a Deus com o Brasil não temos problemas. O projeto de integração agora está realmente come-

quando. Eu gostaria de focar, sobretudo, as relações entre a Guiana e o Brasil. A Guiana estabeleceu laços diplomáticos formais com a República Federativa do Brasil no dia 18 de dezembro de 1968, o que significa que nós estamos fazendo 40 anos de relacionamento e que gostaríamos de comemorar essa data convosco. As trocas de visitas de alto nível entre os dois países têm realmente contribuído para melhorar os laços entre os dois países e para que se possa prever o melhoramento das nossas comunicações. Mas, tal como diz a Bíblia, para tudo existe uma situação e existe um momento para qualquer propósito sob os céus. Apesar da importância geo-estratégica muito grande óbvia da Guiana tem levado algum tempo para que as condições objetivas se tornem suficientemente receptivas à idéia da Guiana como um portal entre o Caribe e a América do Sul com claros benefícios para os dois países, tanto para a Guiana quanto para o Brasil. Vou começar olhando para as ligações físicas. Na Guiana, tal como em muitos outros países desta região, incluindo o próprio Brasil, os grandes centros populacionais e as áreas agro-industriais estão localizadas em faixas de desenvolvimento ao longo da costa e nas margens dos rios principais. No interior da Guiana, que na realidade representa mais de 80% do seu território nacional, existem ainda pequenas áreas de desenvolvimento e que estão separadas por vastas áreas de floresta e de savana. A nossa intenção é desenvolver esse vasto interior. Eu faço referência a esse tema, porque consolidação das rotas de transporte pelo interior da Guiana também irão estabelecer umas ligações físicas com o Brasil, numa primeira instância com os Estados do Norte (Roraima e Amazonas).

No momento já existe uma estrada, a partir da cidade fronteiriça de Lethen para a capital da Guiana - Georgetown, que está apenas, parcialmente, pavimentada. Conteúdo, se a idéia for de utilizar esta estrada para o comércio, então, é absolutamente necessária, realmente, uma rodovia. Durante a cúpula do Grupo do Rio que teve lugar em Georgetown na Guiana em março deste ano, o Presidente Lula da Silva teve conversações sobre este Projeto com o líder da Guiana, o Presidente Bharrat Jagdeo. E agora, os detalhes de uma proposta brasileira no sentido de oferecer um financiamento para o projeto desta estrada está sendo trabalhado e analisado. Também é com grande satisfação que gostaria de informar os membros desta excelente Comissão de que o projeto da ponte internacional sobre o Rio Tacutu, que foi suspenso por uma série de anos, agora voltou a estar operacional. A Guiana aprecia e quer mostrar que, realmente, está apreciando todos os esforços feitos não só pelo Executivo, mas também pelo Congresso Brasileiro para

garantir que este Projeto-chave e essencial receba o financiamento para sua implementação. No entanto, a comunicação por ar ainda tem muitos problemas. Existe uma pequena transportadora regional chamada Meta e é possível, três vezes por semana, viajar pela Meta do Brasil até a Guiana sem fazer o longo e árduo desvio através de Miami. Mas eu acredito que temos que melhorar essa situação. O turismo é um dos setores que pode se beneficiar imensamente por esses desenvolvimentos, tanto por ar como por terra. No que diz respeito ao comércio e investimento, a Guiana e o Brasil têm, efetivamente, um acordo comercial, mas o balanço do comércio é baixo e praticamente teve a favor do Brasil apenas. Guiana como produtor é relativamente pequeno e a sua meta são nichos de mercado no Brasil e, portanto, esperamos que todo encorajamento seja dado ao processo de conseguir aumentar as exportações da Guiana. Produtos que já estão despertando interesse dos empresários brasileiros são o arroz, o açúcar não refinado, frutos do mar, geléias e compotas. Nos próximos anos vai haver um mercado único e um mercado e uma economia única, na comunidade do Caribe nos próximos anos. Isto poderia transformar a Guiana e os países do Caribe num destino bastante atraente para os mercados, para o mercado de produtos brasileiros, de serviços brasileiros bem como para a importação de produtos para serem utilizados no norte do Brasil. Os investidores brasileiros particularmente na área que diz respeito ao agronegócio, já começaram a expressar interesse na Guiana. Até o momento as escolhas que têm mostrado serem mais populares são a produção do etanol e do biodiesel bem como a produção da soja, mas a área ainda está aberta para bem mais explorações. O financiamento de um porto de águas profundas também constitui uma das nossas grandes prioridades. Além disso, a Guiana também tem um potencial para a exploração de petróleo e gás, tanto na plataforma continental quanto *offshore*. Contudo, eu gostaria de notar e gostaria que V.Exas notassem também que a Guiana é um dos poucos países da América do Sul em que a Petrobrás não está envolvida na exploração do petróleo. No que diz respeito à assistência técnica a Guiana recebe do Brasil colaboração na pesquisa agrícola no que diz respeito à saúde e a educação. Está sendo estudada uma sugestão para estabelecer um escritório regional de EMBRAPA na Guiana que iria cobrir toda a área do Caribe. Está também sendo estudada a expansão e o desenvolvimento da colaboração entre a Universidade da Guiana e universidades selecionadas no Brasil, incluindo a Universidade Federal do Estado de Roraima. Nesta Era de crime trans-fronteiras(F) e terrorismo global os países vizinhos têm necessidades

de trabalhar em conjunto de forma a reforçar mutuamente a sua rede de segurança. A Guiana e o Brasil já instituíram uma série de mecanismos a fim de melhorar a colaboração nesta área, especialmente, tendo em vista o aumento injetado fluxo e pessoas e bens nas fronteiras comuns. As questões de segurança serão tratadas mais tarde numa outra... Numa outra reunião que terá lugar no Brasil mais tarde durante este ano. Nos últimos quatro anos tem havido uma série de visitas de ambos os países de alto nível. O Presidente do Brasil, Lula da Silva, e o Presidente da Guiana, Bharrat Jagdeo, visitaram oficialmente os países vizinhos em julho de 2003 e o Presidente Jagdeo visitou Manaus e Boa Vista bem como a capital do Brasil - Brasília. Os Ministros dos Negócios Estrangeiros também têm tido encontros com bastante frequência. Também gostaria de dizer que a promoção de relações mais estreitas com os Estados do Norte do Brasil, e particularmente com o Estado fronteiriço da Roraima, tem sido uma parte integrante da política exterior da Guiana. Eu me sinto bastante otimista em dizer que acredito que esta relação pode se desenvolver e chegar a uma parceria estratégica que irá trazer benefícios sociais e econômicos aos povos da Guiana e aos povos do Brasil. No comunicado conjunto que foi feito pelo Presidente da Guiana e pelo Presidente do Brasil, na conclusão da visita do Presidente Jagdeo a Brasília em 2003, foi incluído um parágrafo que eu gostaria de mencionar aqui. Os dois Presidentes reafirmaram seu compromisso firme em relação à proteção e à promoção da democracia na região. Eles aplaudiram o papel de organização dos Estados americanos a este respeito e urgiram pelo aprofundamento de relações entre as Instituições Democráticas dos dois países. E é no espírito desse parágrafo que eu gostaria de parabenizar a iniciativa de criar uma Comissão Brasil/Guiana e de prestar o meu tributo a todos aqueles que se envolveram na criação desta Comissão. Tenho certeza que será um passo muito significativo no desenvolvimento das relações entre as instituições parlamentares dos dois países. A minha grande esperança é que esta Comissão tenha os seus frutos na assistência continuada ao desenvolvimento de relações amigáveis e produtivas entre os nossos dois países e os nossos povos. Finalmente, eu gostaria de mostrar a minha apreciação e o meu agradecimento ao Presidente e aos Membros da Comissão de Relações Exteriores e Defesa do Senado pelo convite que a mim foi estendido para fazer esta apresentação aqui hoje. Foi uma honra e um prazer responder a vosso chamado. Acho que a próxima apresentação vou tratar de falar a nossa boa e linda idioma de português. Muito obrigada pela sua paciência, muito obrigada.

[palmas]

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI): A presidência agradece a palavra da Sra. Embaixadora e iniciando a série de perguntas tem a palavra o autor do Requerimento, Senador Mozarildo Cavalcanti.

SENADOR MOZARILDO CAVALCANTI (PTB-RR): Sr. Presidente, Srs. Senadores, Sra. Embaixadora, eu fico muito feliz de ter tido a iniciativa de fazer o Requerimento para que V.Ex^a viesse aqui à Comissão de Relações Exteriores do Senado Federal, porque, como bem explanou V.Ex^a, a situação da Guiana e do Brasil realmente merece ser melhor estudada, maior incrementada, estava aqui comentando com o Senador Jefferson Peres, acho que o Brasil, inclusive, deve à Guiana uma melhor atenção e um melhor incremento nas suas relações. E o meu Estado de Roraima por ser a parte do Brasil que está colada com a Guiana, portanto, está separada apenas por um rio que em breve não será mais obstáculo, porque estamos na fase de finalização de uma ponte que une, portanto, o Brasil à Guiana, eu tenho certeza que com a sua vinda aqui, com essa explanação e, principalmente, colocando esses pontos fundamentais como é o caso do Projeto Álcool-Norte que vai ligar por rodovia o Brasil com a Guiana, com Georgetown depois Suriname e Caiena e até o Amapá, então, esse é o grande projeto que o Brasil tem e que tem que começar pelo asfaltamento do trecho da rodovia que não está asfaltada, pela construção de um porto de águas profundas que possa servir à Guiana e ao Brasil e, portanto, diria até que Roraima e o Amazonas do Senador Jefferson Peres são os mais interessados que isso realmente aconteça e diria até que nos dispomos a ser os defensores ardorosos e representantes dessa causa, porque, hoje, o pouco comércio que existe ainda, na verdade, é feito com Georgetown a Guiana é São Paulo ou outros Estados brasileiros e muito pouco com Roraima e com Amazonas, então nós precisamos efetivamente inverter essa situação. Foi também ressaltado na sua explanação de que a questão da própria ligação aérea é problemática, nós temos... Só temos graças a Deus uma empresa que é roraimense, uma empresa regional que é a Meta que faz essa ligação, mas que efetivamente não está no nível ideal que deveria estar, que pudesse ligar, por exemplo, com a nossa capital Boa Vista que a capital do Amazonas que é Manaus e daí para todo o Brasil. Então, creio que todos esses pontos colocados vão merecer, com certeza, a reflexão dos Srs. Senadores e nos engajarmos nesse trabalho. Também foi mencionado aqui a aprovação por esta Comissão do Grupo Parlamentar Brasil/Guiana que

nós pretendemos, digamos assim, tornar realidade no mês de agosto.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI): Só quero saber se precisa a tradução. Pode continuar.

SENADOR MOZARILDO CAVALCANTI (PTB-RR): Ela compreende bem. Em agosto quando completarmos esse Grupo, inclusive o Presidente já conversou comigo, nós queremos programar uma viagem a Georgetown para que possamos começar, realmente, a estreitar num nível parlamentar essa diplomacia parlamentar entre os dois países e, por consequência, permitir que haja, portanto, o desdobramento no âmbito do Executivo e também na iniciativa privada para que efetivamente se motivem os empresários do Brasil a investirem na Guiana e também a essa troca comercial que beneficie mais a Guiana, portanto, no saldo comercial. Eu quero agradecer muito a presteza do atendimento ao convite feito, que para nós de Roraima vai ser, com certeza, um grande passo, e para o Brasil entender melhor a importância da Guiana nesse contexto da América do Sul, porque como foi dito o único país que fala inglês que, portanto, é importante para nós termos esse intercâmbio e um país que tem sido, eu quero aqui dizer como brasileiro e bastante patriota, mas o que Brasil tem negligenciado um bom relacionamento que deveria haver com a Guiana, muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI): Com a palavra Sra. Embaixadora para algum comentário.

SRA. MARILYN CHERYL MILES: Só para falar que o Grupo Parlamentar seja bem-vindo a qualquer momento na Guiana, estou totalmente às suas ordens para temperar essa visita, muito obrigada.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI): Com a palavra o Senador Jefferson Peres.

SENADOR JEFFERSON PERES (PDT-AM): Sra. Embaixadora, as nossas boas-vindas, é a primeira vez creio que esse Senado recebe a representante do seu País. Lamento que sendo o meu Estado - Amazonas vizinho da Guiana, fronteiro, tenhamos tão pouco intercâmbio com seu País, é uma pena isso que isso aconteça. Mas eu gostaria de falar a respeito de uma passagem da sua fala, a senhora mencionou a velha questão territorial com a Venezuela. No passado já houve, inclusive, ameaça a muitos anos de a Venezuela de uma intervenção militar para resolver pela força a questão, está superado, mas a questão persiste. Eu lhe pergunto: Há perspectiva de ser submetida à arbitragem uma Corte Internacional essa pendência antiga, como é que está isso? Porque Venezuela reivindica, eu creio

que metade da território da Guiana ou um pouco mais, não é? Como é que está essa questão?

SRA. MARILYN CHERYL MILES: Só para falar, Senador, que agora tem relações excelentes entre Guiana e Venezuela. Mas, o problema está nas mãos de uma Comissão da Nações Unidas para tratar de resolver esse problema se alguma agressão em alguma maneira que vá melhorar a relação entre Guiana e Venezuela e entre América do Sul, porque agora, como sabe o Senador, tem essa união chamada UNASUL e Guiana e Venezuela e Brasil, todos são países da América de Sul, está trabalhando entre UNASUL para expressar o sentimento de paz, de compreensão e acho que esse tipo de iniciativa vá melhorar a possibilidades que problema de UNASUL vai resolver no futuro próximo, obrigada.

SENADOR JEFFERSON PERES (PDT-AM): Mas não há um tratado entre a Venezuela e a Guiana reconhecendo a atual fronteira, existe ou não? Existe algum tratado entre Venezuela e Guiana reconhecendo a atual linha fronteira ou não?

SRA. MARILYN CHERYL MILES: Sim, existem muitos tratados, existem tratados, existem marcas na fronteiras, talvez tenha o marco que... Com Venezuela, Brasil e Guiana, o ponto sumo de Monte Roraima fez todas as marcas. Mas, porque a Venezuela está trabalhando com essa reclamação tem que formar um tipo de coisa para resolver, mas em momento de legalidade tem os tratados escritos e firmados para todos os países.

SENADOR JEFFERSON PERES (PDT-AM): Desculpe, eu não me fiz entender, eu não me refiro a marcos fronteiros. Eu estou dizendo um tratado internacional entre os dois governos reconhecendo esse marco não existe isso?

SRA. MARILYN CHERYL MILES: Sim, existe.

SENADOR JEFFERSON PERES (PDT-AM): A Venezuela reconhece isso?

SRA. MARILYN CHERYL MILES: Sim, existe a chamada [ininteligível] *Agreement* tem todos os tratados, mas Venezuela persiste nessa reclamação. Obrigada.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI): Com a palavra o nobre Senador Eduardo Suplicy.

SENADOR EDUARDO SUPLCY (PT-SP): Muito obrigado, Sr. Presidente, Senador Heráclito Fortes, é muito importante Embaixadora Marilyn Cheryl Miles que tenhamos a oportunidade de conhecer o desenvolvimento das boas relações entre o Brasil e a Guiana. Eu gostaria de conhecer um pouco mais sobre a Guiana que tem no seu nome uma República Cooperativa da Guiana. E como no próprio nome, portanto, está o

objetivo de dar grande importância às formas cooperativas, as formas solidárias de produção, eu agradeço se a senhora puder nos informar: Em que medida, hoje, as cooperativas têm importância na economia venezuelana? Quais são...

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI): Ato falho de V.Ex^a. Economia da Guiana não da Venezuela. Apenas para corrigi-lo.

SENADOR EDUARDO SUP LICY (PT-SP): Da Guiana, obrigado, Sr. Presidente. Como é que na Guiana as formas cooperativas de produção têm importância em relação a outras formas? Se convivem empresas, tais como nós a conhecemos aqui no Brasil com formas cooperativas de produção, como nós também temos, mas se isso tem uma importância relativa maior desde o início da história da Guiana e nesses anos recentes? A segunda pergunta refere-se aos passos de integração da Guiana com o Brasil e com a América do Sul: Em que medida o governo da Guiana está considerando que pode também ingressar, seja no MERCOSUL ou em formas de integração? E quais seriam as formas? Nesse debate que, inclusive, está sendo objeto de reflexão aqui no Senado Federal sobre se a Venezuela, vizinha Guiana irá ou não fazer parte do MERCOSUL, se o governo da Guiana está considerando, nos diálogos com o Presidente Lula e demais Presidentes, a possibilidade de também se integrar ao MERCOSUL? E se isso ocorrer em que prazo? Finalmente... Quais são as principais fontes de riqueza e de perspectivas de novos desenvolvimentos da economia Guiana que poderão ter uma perspectiva positiva e que são importantes para a vista desta integração? E eu vou dar à senhora uma publicação sobre a renda básica de cidadania, sobre a qual nós já conversamos algumas vezes, mas eu me coloco à disposição, inclusive junto ao governo da Guiana, e ao Parlamento da Guiana para, eventualmente, ir à Guiana e expor este assunto, porque acredito seja de interesse de todos os povos das Américas, muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI): Com a palavra a Sra. Embaixadora.

SRA. MARILYN CHERYL MILES: Então, Senador, o senhor quer um livro de mim para responder, mas a primeira resposta. Agora, agora não tenho muito no setor de cooperativas na Guiana. Isto é coisa do passado, talvez bom para recomeçar, mas agora não tem, não tem. Com relação de integração de Guiana em processos de integração do América do Sul, agora Guiana e, também Suriname, que no passado não entraram neste processo, está lá. Por exemplo, Guiana está membro de UNASUL que está união futuro de América do Sul e esta em todas as comissões desta organização. Por exemplo, Guiana é um Membro de

grupo de setor dessa, de social, de política social de UNASUL, porque é importante para o nosso, para um país que nesta região de América de Sul tem que realmente... Para destruir pobreza e Guiana é um país de extrema pobreza.

SENADOR EDUARDO SUP LICY (PT-SP): Altamente endividado.

SRA. MARILYN CHERYL MILES: E altamente endividado como Bolívia, Honduras, Haiti. Então, para nós neste UNASUL tem que concentrar, tem que focalizar um pouco os problemas de pobreza e de problemas sociais para nós. Também, essa questão de MERCOSUL, o senhor sabe que Guiana faz parte de CARICOM - Comunidade de Caribe. Então, não é possível entrar como Guiana em MERCOSUL. Mas tem um projeto para CARICOM entrar em MERCOSUL. Este é o Projeto na semana passada o Embaixador do Itamaraty visitou Guiana para conversar com o Secretário Geral de CARICOM dessa própria maneira para tratar de incluir. O problema é que tem muitos pequenos países no Caribe e que têm todos os países entrar em CARICOM. Com essa integração com o MERCOSUL, talvez falte um pouco para concluir este processo, mas o processo já começa que isso é importante para todos nós. Para alguns países de CARICOM como Guiana, como Jamaica, como Trinidad. Sim, estamos prontos para entrar, mas tem que esperar que toda a comunidade esta preparada para esta etapa, não? E a última? A última?

SENADOR EDUARDO SUP LICY (PT-SP): Eu vou lhe dar um exemplar do meu livro.

SRA. MARILYN CHERYL MILES: Obrigada. Sim, como não? Mas um avião, talvez, particular do Senado para outro.

SENADOR EDUARDO SUP LICY (PT-SP): Não precisa avião uma hora dessa posso ir até de automóvel ou de motocicleta.

SRA. MARILYN CHERYL MILES: Seja bem-vindo na terra ou no ar. Muito obrigada.

SENADOR EDUARDO SUP LICY (PT-SP): Obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI): Com a palavra o nobre Senador Paulo Duque.

SENADOR PAULO DUQUE (PMDB-RJ): Embaixadora Marilyn Cheryl Miles. Em primeiro lugar V.Ex^a já está no Brasil há muito tempo?

SRA. MARILYN CHERYL MILES: Tenho prazer enorme de ficar aqui por sete anos.

SENADOR PAULO DUQUE (PMDB-RJ): Desde quando?

SRA. MARILYN CHERYL MILES: Desde o ano 2000, mais ou menos 2000.

SENADOR PAULO DUQUE (PMDB-RJ): Está falando bem o português.

SRA. MARILYN CHERYL MILES: Estou tentando falar esse magnífico idioma.

SENADOR PAULO DUQUE (PMDB-RJ): Gostaria de aprender alguma coisa com a senhora. Por exemplo, antigamente é a Guiana inglesa, francesa e holandesa não é isso?

SRA. MARILYN CHERYL MILES: Sim.

SENADOR PAULO DUQUE (PMDB-RJ): Desde quando houve a independência da Guiana inglesa? O ano?

SRA. MARILYN CHERYL MILES: 1966. Novinhos, bebês.

SENADOR PAULO DUQUE (PMDB-RJ): 66, quer dizer a quase 50 anos?

SRA. MARILYN CHERYL MILES: Sim.

SENADOR PAULO DUQUE (PMDB-RJ): Muitos brasileiros residem lá na Guiana? Muitos brasileiros, aproximadamente, a senhora tem idéia?

SRA. MARILYN CHERYL MILES: Não. Sim, sim, muito mais para nossos na Guiana, mais ou menos cinco mil.

SENADOR PAULO DUQUE (PMDB-RJ): Só?

SRA. MARILYN CHERYL MILES: Só. Na Suriname tem mais. Mas a comunidade brasileira muda, às vezes tem mais, às vezes retorna a Brasil, às vezes volta. Então, mais ou menos cinco mil.

SENADOR PAULO DUQUE (PMDB-RJ): cinco mil?

SRA. MARILYN CHERYL MILES: Mais ou menos.

SENADOR PAULO DUQUE (PMDB-RJ): Devidamente integrados, familiarizados, trabalhando, sem...

SRA. MARILYN CHERYL MILES: Sim.

SENADOR PAULO DUQUE (PMDB-RJ): Uma conduta exemplar.

SRA. MARILYN CHERYL MILES: Casados às vezes com guianenses como sempre ocorre, quando a gente visita outros países trabalhando no setor mineiro também, agora, com algumas lojas lá no Georgetown. Sim, está bom.

SENADOR PAULO DUQUE (PMDB-RJ): Qual é a principal produção da Guiana Inglesa?

SRA. MARILYN CHERYL MILES: Do meu País a principal produção é cana-de-açúcar. Cana-de-açúcar. Principal, talvez também tenha arroz, tem ouro, tem *bauxite*

SENADOR PAULO DUQUE (PMDB-RJ): A parte de agricultura e em mineral?

SRA. MARILYN CHERYL MILES: Ouro, *bauxite*, diamante.

SENADOR PAULO DUQUE (PMDB-RJ): Petróleo?

SRA. MARILYN CHERYL MILES: Tem potencial, tem que explorar.

SENADOR PAULO DUQUE (PMDB-RJ): Agora, aqui existe uma subcomissão que cuida também de cinema etc, por isso que eu vou lhe fazer uma pergunta, não sei se a senhora talvez... Nós vimos no Brasil, foi exibido aqui, na nossa sala de cinema, um filme muito interessante chamado "A Ilha do Diabo". Perto ali da Guiana Francesa onde havia uma famosa prisão, isso existe ainda por lá? Porque eu não conheço, só conheço o Rio de Janeiro aqui Copacabana e Brasília. Então eu queria, sabe, existe? ainda há lá isto?

SRA. MARILYN CHERYL MILES: Existe, mas na terra de Guiana Francesa.

SENADOR PAULO DUQUE (PMDB-RJ): Eu sei que é Guiana francesa, mas isso realmente existe, não é?

SRA. MARILYN CHERYL MILES: Existe, existe, não é ficção não, existe, tem esse famoso Papillon.

SENADOR PAULO DUQUE (PMDB-RJ): Papillon.

SRA. MARILYN CHERYL MILES: Sim, senhor.

SENADOR PAULO DUQUE (PMDB-RJ): De maneira que eu agradeço a V.Ex^a a sua vinda, as aulas que me deu, as perguntas que respondeu e quero dizer que V.Ex^a será sempre, tenho certeza o que Presidente dará isso, bem vinda a essa Comissão.

SRA. MARILYN CHERYL MILES: Muito obrigada, muito obrigada pelo convite.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI): Com a palavra o Senador Augusto Botelho.

SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR): Sr. Presidente, Sra. Senadora Marilyn Miles, Embaixadora Marilyn Miles da Guiana. O nosso Estado de Roraima é irmão da Guiana, vivemos ali ao lado e tudo. Nós vemos que a Guiana, talvez, seja o grande caminho para escoar a nossa produção de grãos e de álcool. Eu creio que o meu Estado será um dos grandes produtores de álcool desse país em virtude, e a Guiana também, em virtude da grande planície que nós temos tanto do nosso lado como do lado do seu País também. Agora, de imediato, eu gostaria que a gente tentasse já convencer [ininteligível] aumentar os nossos laços culturais, o nosso entrosamento cultural com as universidades, com a Universidade Federal de Roraima e as outras universidades também e a sua Universidade. Nós... O nosso Estado também, os nossos garimpeiros que agora são tratados como bandidos aqui no Brasil, os garimpeiros são tratados como marginais e não são marginais, são pais de famílias, muitas famílias de

Roraima são sustentadas com o trabalho do garimpo lá na Guiana que ainda é permitido garimpar, talvez, temos a cifra de mais de 10 mil brasileiros trabalhando lá que foram expulsos do Brasil, porque sua atividade foi considerada ilegal, tudo virou área indígena com a história de cooperativa, então, estão reservando o minério do meu Estado para as grandes empresas, os nossos trabalhadores não estão tendo chance, os nossos garimpeiros estão lá na Guiana e Venezuela trabalhando. Mas, eu gostaria de parabenizar a senhora por sua palestra que eu não assisti toda, mas vou lê-la, meus assessores que me transmitiram sua palestra que eu estava em outra reunião e dizer que nosso Estado está de braços abertos para aumentar os laços culturais com a Guiana. Nós estamos tentando isso, o meu pai foi o primeiro, quando era Deputado Federal, foi o que fez o primeiro acordo cultural com a Guiana e eu tenho a obrigação de aumentar esses laços, apesar da barreira da língua, mas o inglês é uma língua muito estudada lá no meu Estado também. Lá em Roraima nós temos muitos guianenses que moram e muitos são meus amigos e, inclusive, meus eleitores que se naturalizaram brasileiros e votam em mim também lá em Roraima. O Mustafá é o mais conhecido, que é o que faz uma comida muito boa, de vez em quando ele faz um almoço gostoso para a gente. A comida da Guiana é uma comida gostosa demais, eles têm uns temperos deliciosos lá, tem uma forte influência indiana na alimentação é uma coisa que pode ser explorado turisticamente, eu já estive em Georgetown umas quatro vezes e tudo e lá é uma porta também para ir para o Caribe, a Guiana faz parte de CARICOM. A nossa produção de álcool pode entrar lá para a Guiana para entrar nos Estados Unidos sem imposto, essa é a grande abertura que nós temos através da Guiana. Eu tenho certeza que a Guiana participará também, se fala muito em asfaltar estradas, eu já sonho de alcoolduto saindo de Roraima indo até o Porto em Georgetown, a primeira cidade que a gente chega lá pela estrada, em Lethen fazer o Porto, é isso que eu sonho. Então, eu gostaria que a senhora transmitisse ao povo da Guiana que Roraima está esperando aumentar os laços culturais. Muito obrigado.

SRA. MARILYN CHERYL MILES: Muito obrigada Senador. Sim, com certeza, meu Presidente e também meu *chancellor* no Senado estão totalmente de acordo que precisamos esses laços culturais entre os dois países, obrigada.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI): Com a palavra o último orador inscrito Senador Eduardo Azeredo.

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Sra. Embaixadora, a questão da infra-estrutura é que me

parece deve preceder todos os esforços no momento, porque é importante termos uma ligação, seja por rodovia asfaltada, fico satisfeito de saber que já existem entendimentos para isso, mas também a questão da ligação marítima e da ligação fluvial e também a ligação por aviões. Queria saber se tem algum problema de fronteira com o Brasil, conquistar fronteira da Guiana com o Brasil, do ponto de vista não de disputa evidentemente, mas da presença de mineradores, da presença de áreas indígenas, conquistar a divisa se tem algum problema a divisa da Guiana com o Brasil?

SRA. MARILYN CHERYL MILES: Sim, obrigada. Estou de acordo, de acordo que essa questão de transporte entre o setor seja fundamental. Senador, tem alguns mecanismos para mudar que não tem problemas com os povos de fronteira, não? Por exemplo, agora Guiana tem um cônsul honorário lá na Boa Vista, cônsul Paulo do Vale que sempre está em contato conosco e quando o povo guianense que cruza a fronteira, talvez, para as razões de saúde e, talvez, brasileiros, um momento rápido. Então, este cônsul está totalmente... Uma pessoa que cada dia está com esses problemas de pessoas. E também Guiana oferece ao Brasil para estabelecer um cônsul lá na Guiana, em Lethen, porque quando concluir a ponte é mais fácil o movimento de carros, de pessoas, de transporte de serviços, precisamos em duas partes, em Roraima e também em Lethen, alguns representantes do Governo para ajudar que não passa problemas, não? E finalmente, tem um mecanismo chamado Grupo de Cooperação Consular que cada ano, cada dois anos, dois anos. Cada dois anos tem uma reunião em Brasil e em Guiana e este mecanismo tem que apresentar alguns problemas que não vão resolver com os cônsules, por exemplo, se tem problemas com os garimpeiros, as pessoas algumas... Esse mecanismo vai regular. Então, tem mecanismos para ajudar e de dia os cônsules vão para pacificar a situação. Mas acho que quando tiver estrada, quando tiver ponte, tem que aumentar a segurança ambos países. Estou de acordo com você.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI): Com a palavra o Senador Romeu Tuma.

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP): Srs. Senadores, Sr. Presidente, minha cara Embaixadora da Guiana no Brasil, Dra. Marilyn, é um prazer poder recebê-la nessa casa e nós sabemos que representa esse... Esta conversa para tratarmos de assuntos de interesse dos dois países. Aqui se falou de cultura, se falou de desenvolvimento na infra-estrutura e o Senador Augusto Botelho fez referência a um caso bastante grave para nós, aqui. Eu fui diretor da Polícia Federal muitos anos e tive nas Guianas em operações e ele

falou de garimpeiros. Realmente é a indisciplina que era grande e se tratavam os garimpeiros como marginais, mas são pessoas que vão aventurar para tentar uma renda que possa lhe dar uma tranquilidade maior de vida. É claro que na Guiana é permitido, aqui eram milhões de garimpeiros que alguns conseguiram se deslocar para lá e estão produzindo dentro do território, dentro da legalidade, mas o senhor fez uma referência à Venezuela. Na Venezuela nós tivemos incidente grave de derrubada de avião de garimpeiros brasileiros na fronteira. Por quê? Porque a Venezuela há concorrência clara de garimpeiros de lá com de outros países, o que não acontece na Guiana, a Guiana há uma solidariedade de produzir alguma coisa em benefício da coletividade guianense. Mas o Senador Mozarildo estava me explicando aqui, por isso que eu pedi licença para falar, porque eu acho tão importante esse Projeto Álcool-Norte que sai de Boa Vista e vai até Macapá, passando pelas Guianas e chegando praticamente e dentro do Oceano Atlântico para poder facilitar a produtividade de bens naturais que a senhora diz que tem cassiterita e outros produtos naturais, quem sabe o petróleo que é a esperança possa se produzir, uma indústria alcooleira que se há um plantio de cana hoje há atração pelo agronegócio é muito grande, principalmente na área da cana e já falou alcoolduto, alcoolduto que já está em construção, Senador. É um sonho. Então, a Embaixadora já vai realizar esse sonho com o relatório que ela fizer para o Governo. Mas isso a senhora, tem alguma expectativa nesse Projeto do Álcool-Norte, é bom para a Guiana, o alcoolduto, toda essa movimentação de ligação econômica? Que, automaticamente, virá cultural, sem dúvida nenhuma que é importante, porque a Guiana é Francesa tem uma cultura francesa importante, Inglesa, aliás, Inglesa, e todas as Guianas têm, porque eu visitei e essa cultura é passada para as comunidades. Tanto é que a língua é inglesa que se fala lá. E tem a outra que é o papa lá...

SRA. MARILYN CHERYL MILES: Inglês, holandesa para Suriname.

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP): Sim, mas tem uma língua própria também.

SRA. MARILYN CHERYL MILES: Só inglesa.

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP): Só francesa, só francesa e holandesa. Eu quase não entendia, porque ela mistura um português com... Mas é importante essa ligação que o Brasil pode fazer através da Guiana com a Europa. Porque o vínculo umbilical de vocês é com a Europa, não é praticamente com a América. Então essa ligação tem que ser formada dentro desse projeto que, que com entusiasmo fala o Senador Mozarildo. Eu queria saber se lá tem alguma coisa no aspecto de importância desse Projeto?

SRA. MARILYN CHERYL MILES: Muito obrigada, Senador. Realmente o Projeto como chamar Álcool-Norte, também é um setor de um mecanismo chamado IRSA, com este mecanismo IRSA esta iniciativa para implementação de infra-estrutura na América do Sul. É uma parte de UNASUL, IRSA e IRSA este Projeto de Álcool-Norte, agora é um projeto de Guiana [ininteligível], escuro guianesa. Então esse tipo de projeto, de infra-estrutura não é um sonho, é fundamental, fundamental para o futuro dos países e da região inteira. Para mim é fundamental e estou totalmente de acordo que esse Projeto tem que suceder, porque senão não vamos crescer, não vamos crescer. Precisa de infra-estrutura, precisa laços e por isso tem esse chamado IRSA, está ainda... Tem que fazer uma *búsqueda*, porque com IRSA e com este sonho de Álcool-Norte vai crescer as economias dos Países e também vai crescer, vai estabelecer um tipo de vida para nossas pessoas, nossos habitantes que não, não precisa migrar e migrar a outros países tem que ficar aqui e trabalhar, se tem esse tipo de infra-estrutura, sim, sim, sim. Acho que você não entende o meu "portuglês" mesclado de português e inglês.

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP): Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI): Essa presidência agradece à Embaixadora Marilyn Miles por aceitar o convite feito por iniciativa do Senador Mozarildo Cavalcanti e dizer que a propósito dessa Comissão o estreitamento das relações brasileiras com a Guiana. Senador Mozarildo está encarregado, inclusive, de fazer os entendimentos para uma visita que o Grupo Parlamentar irá fazer ao seu País, evidente que os acertos deverão ser feitos e vamos ver se até setembro a gente cumpre esse desejo da Comissão. E como também de recebermos aqui com a maior alegria uma delegação do seu País. Nós agradecemos e indagamos se V.Ex^a tem alguma outra, algum outro comentário a fazer, afinal lhe passo a palavra para as considerações finais.

SRA. MARILYN CHERYL MILES: Muito obrigada, muito obrigada o Presidente Heráclito, aos Senadores, Cavalcante e a todos para esta recepção aqui hoje, obrigada.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI): Teremos agora a segunda parte da Reunião da Comissão de Relações Exteriores, com aprovação de alguns itens de importância, portanto vamos apenas suspender um minuto para cumprimentos a Sra. Embaixadora.

[sessão suspensa]

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI): Reiniciada a sessão. Passamos ao se-

gundo Item, segura só um pouquinho. Antes de iniciar a segunda parte da Reunião, vamos fazer a instalação da Subcomissão Permanente para modernização e reaparelhamento das Forças Armadas Brasileiras e a reeleição do Presidente e do Vice-presidente da Sub-Comissão criada, Senador Romeu Tuma, criada pelo Requerimento nº 5 de 2006 de autoria do Senador Romeu Tuma, são os seguintes os Senadores indicados para compor ou para comporem a Comissão: bloco do governo, titular Fernando Collor, reserva, Marcelo Crivella. PMDB: titular Paulo Duque, suplente Pedro Simon. Minoria: DEM PSDB titulares: Romeu Tuma e Eduardo Azeredo suplentes: Marco Maciel e Flexa Ribeiro. PDT: Jefferson Peres, estando vago o cargo de suplente. Sugiro o nome dos Senadores Romeu Tuma e Eduardo Azeredo para Presidente e Vice-presidente da Comissão, Srs. Senadores que aprovam permaneçam como se encontram. Aprovado. Declaro eleitos por aclamação Presidente e Vice-presidente e instalada a SubComissão Permanente para a modernização e reaparelhamento das Forças Armadas. Passamos agora à apreciação da pauta da Reunião. Qual Item que nós vamos... Vamos ao Item 3 da pauta não terminativo. Altera o Projeto de Lei nº 10.026 de 22 de dezembro de 2003 que dispõe sobre o registro posse e comercialização de arma de fogo de munição sobre o Sistema Nacional de Armas - SINARM e define crimes e das outras providências, o autor é o Senador Zambiasi e o Relator o Senador Romeu Tuma, com parecer favorável na forma de substitutivo que apresenta. Concedo, portanto, a palavra ao Senador Tuma para proferir seu parecer.

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP): Examino na oportunidade o Projeto de Lei do Senado Projeto PLS 342 de 2006, do ilustre Senador Sérgio Zambiasi, tem por objetivo eliminar a cobrança de taxa para a renovação de registro de armas de fogo e estabelecer que a taxa para concessão, renovação do porte de armas só pode ser cobrado a cada triênio sendo que a referida despesa não pode ser superior a um valor de um salário mínimo. No que concerne à realização de convênio entre o Ministério da Justiça e Estado do Distrito Federal para cumprimento da Lei PLS acrescenta § único no art. 22, estabelecendo que as informações procedentes dos Estados e do Distrito Federal resultantes desses convênios devem ser disponibilizadas imediatamente aos demais entes federativos. Ademais, revogo os art.s 30 e 32 que estabelecem procedimentos para registro e entrega à polícia pelos possuidores e proprietários de armas aos termos da edição da Lei nº 10.826 de 2003. Análise: Não observamos no PLS vício de juridicidade ou de constitucionalidade tão pouco de natureza regimental. É louvável a intenção do

proponente de corrigir uma grave distorção da Lei, os valores cobrados para o serviços de registro de porte de arma permite apenas os mais abonados possam exercer esses direitos, no caso específico das empresas de segurança privada e de transporte de valores a que se refere o Inciso VIII do art. 6º da Lei, o incremento de custo pode repercutir negativamente na situação financeira de muitas delas, ora o porte de arma de fogo é nesse caso instrumento de trabalho, não se justificando que essas empresas sejam obrigadas ao pagamento de taxas ao mesmo valor que é ordinariamente cobrado aos cidadãos. Importa mencionar que mantidas regras atuais várias teriam que adotar providência para equilibrar suas contas, inclusive, a demissão de funcionários. A nosso ver, diante desse quadro, a taxa de porte de arma cobrada das empresas de segurança de transporte de valor deveriam ser 250 reais. Voto pelo exposto, opinamos, favoravelmente, a aprovação do Projeto de Lei do Senado de forma seguinte substitutivo que faz necessário para a adequação da técnica legislativa. O Congresso Nacional decreta art. 1º, art. 11 e 22 da Lei 22 de 2000 passa a vigorar com a seguinte redação: "Fica instituída a cobrança de taxas cujos valores poderão ser superiores ao do salário mínimo pela prestação de serviços relativos ao § 2º, taxas previstas de art.s serão de 80 reais o caso de empresa de seguranças privadas e de transporte de valores, estando isentos proprietários que trata o Parágrafo 5º do art. 6º e os integrantes do Inciso I, II, III, IV, V, VI e VII do art. 6º nos limites do Regulamento desta Lei. Não serão cobrada a taxa de renovação de porte de arma de fogo se a autorização interior tiver sido concedida a menos de três anos, as informações procedentes dos Estados e do Distrito Federal isso é o art. 22 dos Estados resultados dos convênios com o Ministério da Justiça para cumprimento dessa Lei deverão ser disponibilizadas imediatamente aos demais entes federativos essa Lei entra em vigor na data de sua publicação ficam revogados o § 2º e 3º do art. 5º Inciso I e II dos art.s 11 os art.s 30, 31 e 32 da Lei nº 10.826 de 2003". Esse é o relatório, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI): Em discussão, Srs. Senadores que queiram discutir. Tem a palavra o Senador Suplicy.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Sr. Presidente, o Projeto de autoria do Senador Sérgio Zambiasi relatado pelo Senador Romeu Tuma modifica e revoga alguns dispositivos do Estatuto do Desarmamento, e de alguma maneira, apresentado no ano passado é o PLS nº 342 de 2006, acaba sendo modificado pela recente Medida Provisória 379 de 2007 que foi baixada pelo Presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Eu recebi a informação, por parte do Ministério da Justiça,

que seria importante fazer uma comparação daquilo que está na Medida Provisória 379/2007 com o PLS 342 e, com todo o respeito pela iniciativa do Senador Sérgio Zambiasi, que foi acatada pelo Senador Romeu Tuma que gostaria de pedir vistas para conhecer essa nota técnica que o Ministério da Justiça informou que vai elaborar, mas para que em breve possam, então, dar as informações.

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP): Senador, eu não tenho absolutamente nada que V.Ex^a peça vista. O que sempre me preocupa e me assusta aqui é que, às vezes, o Senador faz um trabalho, pesquisa, faz reunião, busca informação, se reúne com as pessoas interessadas, apresenta o Projeto depois de um longo trabalho repentinamente vem a informação que o Governo vai mandar um outro em cima. Então paralisa o que o Senador procurou dentro dos critérios normais sob a sua análise, sob a sua visão se paralise, porque a prioridade será a do Governo, o que eu, às vezes, não concordo, teria que ter encaminhamento e a hora que cruzar aí sim fazer a juntada e se discutir, chegar a ter. Eu estou só expondo, mas não entro no mérito...

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Respeito o ponto de vista, mas eu quero me comprometer aqui que no prazo regimental até a próxima semana, Sr. Presidente, possamos ter apenas esta... É possível que o Projeto seja inteiramente acatado, mas e que recebi essa informação que o Governo gostaria de elaborar uma nota técnica a respeito. Peço vista, Sr. Presidente.

SENADOR CÉSAR BORGES (PFL-BA): Sr. Presidente

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI): Senador César Borges com a palavra.

SENADOR CÉSAR BORGES (PFL-BA): Sr. Presidente, eu gostaria também de pedir vista do referido Projeto de Lei, hora em discussão e relatado pelo nobre Senador Romeu Tuma. E, efetivamente, existe uma Medida Provisória editada pelo Governo Federal, pelo Executivo, e que tramita nessa Casa, que altera dispositivos do chamado Estatuto do Desarmamento que foi aprovado e sancionado pelo Presidente em dezembro de 2003. E eu peço vistas, Sr. Presidente, para que possa fazer uma vista coletiva sobre esse assunto, mas desde já manifestando a minha preocupação, porque, nós elaboramos aqui um Estatuto, foi aprovado por unanimidade nessa Casa por duas vezes. Na primeira vez é aprovado aqui no Senado, foi constituída a Comissão Parlamentar mista na época, Presidente do Senado, Senador José Sarney e o Deputado João Paulo Cunha constituíram essa Co-

missão, o Estatuto do Desarmamento tramitou nessa Casa, foi devidamente discutido, depois foi a Plenário, foi aprovado em Plenário por unanimidade dos Senadores, foi à Câmara, algumas pequenas modificações, retornou a essa Casa. Eu tive a oportunidade de ser o Relator e foi novamente a Plenário e aprovado por unanimidade. Havia um clamor da sociedade brasileira pelo Estatuto de Desarmamento. A mídia nacional, entidades não-governamentais, entidades pela paz, pelo combate à violência, à mortalidade, principalmente entre os nossos jovens se mobilizaram para que o Congresso Nacional respondendo neste anseio da sociedade pudesse aprovar o Estatuto do Desarmamento e assim foi feito. Nós atendemos o clamor da sociedade brasileira, o que temos a lamentar, Sr. Presidente, é que praticamente decorrido quatro anos do Estatuto do Desarmamento, o Poder Executivo, muito pouco fez para sua implementação, nós cumprimos a nossa parte, mas o Poder Executivo muito pouco fez, ficou apenas na parte inicial com relação à restituição de um valor para aquele que estivesse disposto a devolver a arma de fogo. E depois nenhuma campanha para que o desarmamento fosse efetivo, nenhuma campanha no sentido de criar barreiras e atuar nas estradas, nas aglomerações públicas para aí tentando desarmar aquele que estivesse com... Ilegalmente portando uma arma, armas sem o devido registro e outros sem o mínimo que seria exigível, que seria o registro, mas sequer isso, portando a arma sem o registro e sem o devido porte. Como não há campanha nenhuma, então, aqueles que eram contra o Estatuto do Desarmamento e que, muitas vezes diante do clamor da população não se colocaram claramente naquele momento da aprovação aqui, começaram a alterar o Estatuto, o Estatuto está ficando completamente desfigurado. A idéia era tirar arma de fogo que muito mais prejudica e coloca em risco a vida daquele que porta a arma de fogo do que protege aquele que porta a arma de fogo. Então, hoje, o Governo Federal edita uma Medida Provisória, reduzindo as taxas, ampliando prazos para o cadastramento, por quê? Porque não fez nenhuma campanha, não alertou a população que estava vencendo um prazo. Quando se colocou taxas elevadas foi para, efetivamente, desestimular o uso da arma de fogo. E não é para desarmar o cidadão de bem, o que faz o seu registro e que tem o seu porte, quando em casos bem excepcionais, mas que tem o seu porte, mas para possivelmente dar o instrumento ao Executivo, às Polícias e ao Judiciário para prender e desestimular o criminoso, porque o criminoso ele não registra sua arma nem tira porte, Senador Romeu Tuma conhece muito bem isso. Então, o Estatuto veio para isso, essencialmente para isso, claro que vai desar-

mar muitas vezes o cidadão que não tem aptidão para portar uma arma e que pode tirar uma vida humana que é irreversível. Então, o que está acontecendo, Sr. Presidente, eu falo aqui para que fique marcada, estão desfigurando o Estatuto do Desarmamento, paulatinamente, até quando haja uma grande tragédia em qualquer uma das nossas metrópoles e se perca a vida de alguns jovens e que tenha notoriedade que novamente a sociedade volta a se mobilizar, a mídia e vai exigir do Congresso Nacional medidas que teremos que tomar de forma apressada, açodada por conta de um clamor desse, portanto, eu quero, Sr. Presidente, nesse momento pedir também vista coletiva, não é? Para este Projeto para que ele possa ser melhor discutido juntamente com a Medida Provisória recentemente editada pelo Governo Federal.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI): Regimental, com a palavra Senador Tuma.

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP): Eu concordo com as colocações dos Senador César Borges que é uma das pessoas que eu mais converso sobre o problema de armas. Eu não sou, nunca fui favorável a que todas as pessoas andem armadas. Até eu dou como exemplo a minha atividade policial que quando não havia necessidade eu achava que arma só pode ser usada para quem vai ter iniciativa da necessidade do uso. Eu queria fazer, então, uma outra proposta se V.Ex^a concordar. Além desse Projeto, além da Medida Provisória tem mais umas cinco que se junte e se discuta nessa Comissão todos os Projetos referentes à modificação no Estatuto do Desarmamento. Eu pediria ao Senador Suplicy e ao Senador César Borges, se concordassem, trouxessem tudo para cá, V.Ex^a designasse um Membro da Comissão para fazer uma análise e a gente poder fazer uma coisa só.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI): É preciso examinar se regimentalmente é possível, porque são Projetos que estão tramitando em outras Comissões e aí existe a dificuldade. Senador Lobão sobre o mesmo assunto, tem a palavra.

SENADOR EDISON LOBÃO (PFL-MA): Sr. Presidente, sobre o mesmo assunto. Eu confio plenamente no descontínuo, na responsabilidade nos cuidados que sempre tem o Senador Romeu Tuma quando examina os projetos que lhes são distribuídos para relatar. Mas não posso deixar de concordar também com o Senador César Borges quando manifesta suas preocupações com as seguidas modificações de Estatuto do Desarmamento. Eu era o Presidente da Comissão de Justiça quando tratamos dessa questão lá, tivemos todos os cuidados no encaminhamento da votação desse Estatuto. E imaginávamos que ele fosse de fato

um indutor da segurança e do combate à violência em nosso País. E parece que os primeiros resultados foram bons. Não podemos, então, entender como, quatro ou cinco anos de existência apenas e já esteja o Estatuto sendo totalmente desvirtuado, desfigurado, alterado, modificado, diminuído ou aumentado, nós teríamos que dar um mínimo de tempo ao Estatuto para que ele se adapta-se. É claro, de novo, tem razão o Senador César Borges, quando diz que o Governo não contribui para a aplicação correta do Estatuto.

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP): Recadastramento, por exemplo, ficou a zero.

SENADOR EDISON LOBÃO (PFL-MA): O recadastramento ficou a desejar. Agora, a proposta do Senador Romeu Tuma é de toda a oportunidade, acho que deveríamos pelo menos tentar, pelo menos tentar reunir todos esses Projetos para que se examine ambos, coletivamente, aqui na Comissão se for o caso uma Comissão de Justiça para que se chegue a uma conclusão ou rejeitando todos ou aproveitando alguma coisa de útil que possa existir em algum deles.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI): Essa presidência irá fazer tratativas com os Presidentes das outras Comissões para ver a possibilidade da unificação desse debate para ver se com isso, se consegue de uma maneira rápida superar esse impasse. A solicitação feita pelo Senador Suplicy pelo Senador César Borges, fazendo a solicitação regimental está concedido o pedido, vamos ao Item... Vamos ao Item 2, altera situação jurídica do estrangeiro do Brasil e delega poderes ao Ministro do Turismo para isentar exigência de visto de entrada de turista de países com os quais o Brasil deseja manter grandes relações comerciais através do turismo e dá outras providências. Autoria o Senador Paulo Octávio e o Relator é o Senador Marco Maciel com parecer favorável ao projeto com as Emendas nº 1 e nº 3 da CCJ e parcialmente a Emenda nº 2 da CCJ nos termos da subemenda nº 1 da Comissão de Relações Exteriores que apresenta. Concedo a palavra ao Senador Marco Maciel para proferir o seu parecer.

SENADOR MARCO MACIEL (PFL-PE): Sr. Presidente, nobre Senador Heráclito Fortes, Sras. e Srs. Senadores, serei breve. A proposição que pretende deslocar a autonomia de dispensa de visto de turistas estrangeiros que querem entrar no Brasil para o Ministério de Turismo foi apresentada em 2005 e recebeu o primeiro despacho para a CCJ em caráter terminativo a essa Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional. Aprovada com três Emendas em 2006 a proposição após o Requerimento do Senador, nobre Senador Tasso Jereissati deferido em Plenário foi encaminhado com a CCJ em dezembro de 2006.

Veio, posteriormente, para a decisão terminativa da Comissão de Relações Exteriores, ou seja, esta Casa. Em dezembro de 2006 é o Relator signatário em fevereiro de 2007. É intenção do Projeto de Lei modificar a sistemática vigente de autorização de dispensa de visto de turista para estrangeiro, estabelecido no Estatuto do Estrangeiro assim redigido art. 10 poderá ser dispensado, exigência de visto previsto no artigo anterior ao turista nacional de país que dispense ao Brasileiro idêntico tratamento, ou seja, a cláusula de reciprocidade. § único a reciprocidade prevista nesse artigo será em todos os casos estabelecida mediante acordo internacional que observará o prazo de estada do turista fixado nesta Lei. A proposição pretende revogar este artigo e, portanto, a exigência de reciprocidade, o que não é uma boa coisa, na minha opinião, e delegar ao Ministro do Turismo a competência para estabelecer a isenção de visto, de acordo com os interesses políticos sócio-econômicos e culturais do Brasil assim como a defesa do trabalhador nacional. A regra de reciprocidade para a dispensa de visto é ardorosamente defendida pela chancelaria não sem motivo, mas não configura princípio jurídico absoluto, podendo como se pretende o caso, ser alterada unilateralmente e, ademais, a proposição não obriga a dispensa do visto, mas apenas autoriza a juízo discricionário da autoridade competente.

Corretamente a Comissão, corretamente na CCJ considerou-se que não seria conveniente prescrever apenas ao Ministro de Turismo a mencionada competência, devendo para melhor equilíbrio decisório agregar outras autoridades ao procedimento. Assim o parecer do Senador Antônio Carlos Magalhães, Relator da matéria na CCJ, incorporou-se uma Emenda determinando que a isenção de visto seria definida conjuntamente pelos Ministros das Relações Exteriores, Justiça e de Turismo. Além dessa Emenda na CCJ apresentou-se duas novas modificações, uma de redação introduzindo a cláusula de vigência que não havia no Projeto inicial e outra modificando o § 1 do art. 3º para determinar que o Governo Brasileiro adote as mesmas medidas de controle policial em vigor nos países onde os estrangeiros sejam originários. A rigor, a cláusula de vigência não há imprescritível eis que a luz da Lei de introdução ao Código Civil a audiência dessa cláusula implica a adoção automática da *vacatio legis* de 45 dias a contar da data de publicação da Lei, a Emenda nº 3 representa, portanto, a modificação *despicienda*, embora, não prejudicial ou incorreta. Outra modificação na CCJ na Emenda nº 2, entretanto, merece uma análise mais detida e uma deliberação refletida dessa Comissão. O comando para a atitude de retaliação nos portões de aeroportos não é próprio

de uma... Para uma Lei de estrangeiros além de serem medidas de caráter administrativo que podem, se for o caso, ser definida em regulamento. É importante sempre não se colocar na Lei aquilo que pode constar em Resolução ou, às vezes, mesmo numa Portaria do órgão administrativo. Daí, porque o meu parecer com relação a essa Emenda nº 2. As medidas aeroportuárias de imigração são muitas vezes conjunturais, merecem disciplina mais flexível no plano infralegal, não devendo configurar estatisticamente rancores, me perdoe, estaticamente rancores no texto permanente da Lei, deve-se, portanto, registrar parcialmente a Emenda nº 2 da CCJ conforme voto abaixo. Parte nº 2 e a Emenda nº 1 modificam a ementa do Projeto de Lei e o comando art. 3º que se constitui no cerne da proposição ou do terminal deslocamento da competência para adotar isenção de visto, no projeto original designava-se apenas o Ministro do Turismo como já disse, nas duas emendas citadas propõem-se o acréscimo dos Ministros da Justiça e das Relações Exteriores, considera-se por demais adequado essa edição posto que se tratam de autoridades ainda afetas ao trânsito de estrangeiros além de propiciar uma decisão coletiva, portanto, mais ponderada do que uma decisão monocrática. O voto, Sr. Presidente, pelo exposto é pela valorização do Projeto de Lei do Senado 151 de 2005 com as Emendas nº 1 e nº 3 da CCJ e parcialmente com a Emenda nº 2 da CCJ nos termos da subemenda nº 1 da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional que apresento na forma a seguir: Subemenda nº 1 da Comissão de Relações Exteriores de Defesa Nacional a Emenda nº 2 é a Comissão de Constituição e Justiça da CCJ, Comissão de projeto já foi encaminhado. Lê-se ao art. 3º do Projeto de Lei do Senado número 151 de 2005 a seguinte redação: art. 3º: Esse dispositivo já tem oportunidade de comentá-lo no meu parecer. Os Ministérios da Justiça das Relações Exteriores, do Turismo poderão por Portaria conjunta dispensar exigência do visto de turismo para nacionais de determinado país quando o interesse nacional recomendar. Este é o meu voto, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI): Em discussão, Srs. Senadores que queiram discutir, com a palavra não há quem queira discuti-lo em votação. Indago aos os Senhores... Vou tomar os votos Senador Eduardo Suplicy.

SENADOR EDUARDO SUP LICY (PT-SP): Favorável.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI): Senador Antônio Carlos Valadares.

SENADOR ANTÔNIO CARLOS VALADARES (PSB-SE): Com o Relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI): Senador Mozarildo.

SENADOR MOZARILDO CAVALCANTI (PTB-RR): Com o Relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI): Senador Mão Santa.

SENADOR MÃO SANTA (PMDB-PI): Com o Heráclito Fortes que o Relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI): Senador Jarbas Vasconcelos.

SENADOR JARBAS VASCONCELOS (PMDB-PE): Com o Relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI): Senador Heráclito Fortes com o Relator.

Presidente não vota, não é? Senador Marco Maciel. Senador Romeu Tuma. Senador Eduardo Azeredo.

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Com o Relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI): Senador... Senador Inácio Arruda.

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): Com o Relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI): Senador Edison Lobão.

SENADOR EDISON LOBÃO (PFL-MA): Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI): Senador Garibaldi.

SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI): Com quem?

SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Com V.Ex^a e com o Relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI): [risos]. Senador César Borges.

SENADOR CÉSAR BORGES (PFL-BA): Com o relator, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI): Um, dois, três, quatro, cinco, seis, sete, oito, nove, dez, onze, doze, treze votos. Matéria está aprovada. Vamos agora colocar em votação as Emendas, indago aos parlamentares se repetem à votação do projeto para as Emendas nº 1, nº 2 e nº 3 da CCJ e a Emenda nº 2 da CCJ nos termos da Subemenda nº 1 da Comissão de Relações Exteriores. Srs. Senadores que concordam permaneçam como se encontram. Aprovado. A matéria vai à Secretaria Geral da Mesa para as devidas providências. Item 5, aprova o texto do protocolo sobre privilégio imunidades da Autoridade Internacional dos Fundos Marinhos, assinado em Kingston em 27 de agosto de 98, autoria Comissão de Relações Exteriores aqui representada pelo Embaixador Marco Antônio Diniz e o Relator é o Senador Edu-

ardo Azeredo. Concedo a palavra ao Senador Eduardo Azeredo para proferir o seu parecer.

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG):

Sr. Presidente, Srs. Senadores, o acordo se faz acompanhar a disposição de motivo do Ministério das Relações Exteriores, do qual acabo de destacar que a Autoridade Internacional para os Fundos Marinhos foi estabelecida pela convenção das Nações Unidas sobre o Direito do mar. Com objetivo principal de regular as atividades de mineração dos fundos marinhos de modo a garantir a seus membros o benefício decorrentes das atividades de mineração no fundo do mar e além das jurisdições nacionais. Como órgão da convenção cabe à autoridade a elaboração e consolidação do arcabouço jurídico regulador da exploração dos recursos minerais dos fundos marinhos. No Brasil, o desenvolvimento da captação tecnológica e científica dos setores públicos e privado poderão habilitar o País em futuro não muito distante, a iniciar atividades de exploração, prospecção e posterior aproveitamento dos recursos minerais dos fundos oceânicos, aqui ainda com algumas informações adicionais, tenho a lhe dizer que o Brasil tem longa tradição, tanto na produção quanto na implementação do novo Direito do mar. Tendo sido um dos países baluartes das negociações conducentes à convenção de *Montego Bay* também conhecida como Carta da Jamaica que criou a Autoridade Internacional dos Fundos Marinhos. O regime dos Fundos Marinhos dá à área a natureza jurídica de *res communis* internacional a ser gerida de forma solidária pela autoridade que para tanto se cria. Vale lembrar, para informação, que os fundos marinhos correspondem em sentido jurídico ao leito do mar além de 200 metros de profundidade, abaixo da plataforma continental subjacente à região pelágica e à região abissais, não suscetíveis de exploração territorial os fundos marinhos, podem, no entanto, ser explorados em suas muitas riquezas desde que em proveito de toda a Comunidade Internacional e sob a supervisão da autoridade que trata a Convenção do Mar, daí a importância da Autoridade Internacional dos Fundos Marinhos de que tudo acordo sobre exame pelo que se deve aprovar aperfeiçoamento jurídica lhe confere plenitude da personalidade jurídico internacional. Em face do exposto, por considerar conveniente e oportuno os interesses nacionais, opinamos pela aprovação do Projeto de Decreto Legislativo nº 22 de 2007. É o voto, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI): Em discussão, Srs. Senadores que queiram discutir. Não havendo discussão, encerrada a discussão, em votação. Srs. Senadores que aprovam permaneçam como se encontram. Aprovado. Item 8,

aprova o texto do acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Federal da Alemanha sob co-produção cinematográfica assinado em Berlim em 17 de fevereiro de 2005, autoria Comissão de Relações Exteriores e o Relator é o Senador Francisco Dornelles que, estando ausente, autorizou a indicação de um Senador *ad hoc* para representá-lo nesse Ato. Indico, portanto, o Senador Inácio Arruda para quem dou a palavra para proferir o seu parecer.

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): Sr. Presidente, gostaria de dizer primeiro que é uma grande iniciativa do Governo do Brasil e da Alemanha, o nosso Relator Francisco Dornelles fez uma apreciação muito sintética do acordo promovido entre as duas Federações e que eu quero ir diretamente ao voto, porque em matéria de produção audiovisual eu acho que nós devemos ampliar o máximo que o nosso país puder e esse acordo é, extremamente, favorável à co-produção entre Brasil e Alemanha por isso o nosso voto é favorável à aprovação do Projeto de Decreto Legislativo nº 115 de 2007.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI): Em discussão, Srs. Senadores, que queiram fazer uso da palavra para discutir. A palavra está aberta não havendo... Encerrada a discussão em votação, Srs. Senadores que aprovam permaneçam como se encontram. Aprovado. Item 9, aprova o texto de acordo básico de cooperação técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e a Subsecretaria da organização dos Estados Americanos, assinado em Brasília em 23 de maio de 2006, autoria Ministério das Relações Exteriores e o Relator é o Senador Marco Maciel, cujo parecer é favorável. Concedo conteúdo à palavra ao Senador Marco Maciel para proferir o seu parecer.

SENADOR MARCO MACIEL (PFL-PE): Nobre Senador Heráclito Fortes, Presidente desta Comissão, Sras. e Srs. Senadores, nos termos do disposto no art. 49, Inciso I da Constituição Federal, do art. 84 Inciso VIII da Constituição Federal, o Presidente da República submete a consideração do Congresso Nacional mediante mensagem específica o texto acordo básico de cooperação técnica e do governo da República Federativa do Brasil e a Secretaria Geral da Organização dos Estados Americanos - OEA, referida mensagem da notícia de que o acordo foi assinado nesta capital, isto é, Brasília em maio de 2006. A exposição de motivos do Sr. Ministro de Estado das Relações Exteriores que acompanha o documento presidencial informa que o acordo foi celebrado em Brasília por ocasião da visita do Secretário Geral da OEA, Sr. José Maria Insulza. Aliás, que foi Ministro das Relações Exteriores

do Chile, chefe da Casa Civil do Chile, esclarece ainda que ele tem por objeto definir as condições básicas, sobre as quais o Governo Brasileiro e a OEA poderão implementar iniciativas conjuntas de cooperação e benefício de países em desenvolvimento da América Latina no Caribe, bem como Projetos de interesses de Instituições Brasileiras. O acordo foi apresentado à Câmara dos Deputados em 8 de agosto de 2006, ele foi aprovado naquela Casa em maio de 2007 e remetido à apreciação do Senado no mesmo mês. A proposição foi distribuída a essa Comissão nos termos do art. 376 Inciso III do Regimento Interno da Casa, e devendo destacar, além disso, que não foram apresentadas Emendas no prazo regimental, a matéria foi consequência distribuída para que oferecesse Relator. Análise: cumpre ressaltar de início que não há reparo a serem feitos no projeto ao que concerne à constitucionalidade, juridicidade e regimentalidade da matéria. No mérito, o acordo proporciona marco jurídico com vistas à ampliação das diferentes formas de intercâmbio entre o nosso País e a OEA. A possibilidade de aumento dessa cooperação, mediante o acordo negociado, visa incrementar a presença do Brasil em programas mantidos pela referida organização, isto é, a OEA. O documento expõe que o pactuado engloba as condições básicas e que a Secretaria Geral da OEA prestará cooperação ao Governo, no caso ao Governo Brasileiro, na implementação do projeto de desenvolvimento e sobre as quais referidos Projetos que serão executados. Prescreve ainda que eventual cooperação será prestada em conformidade com as resoluções e decisões pertinentes aplicáveis à aquela Secretaria. Estabelece por igual que a cooperação se sujeita à disponibilidade de recursos financeiros de ambas as partes. Ainda no âmbito desse objeto, o acordo estipula que a atuação conjunta dos pactuantes deve se dar em prol do progresso econômico social dos países de desenvolvimento que fazem parte da organização "Terceiros Países" e de acordo com as decisões de seus órgãos diretores. O tratado prevê, também, a cooperação técnica entre países em desenvolvimento, parêntese, (cooperação sul-sul), fecha parêntese. A ser implementada por ambas as partes e sujeito à consequente Terceiros Países porventura envolvidos. Nessa hipótese requer se a existência de acordos de cooperação técnica bilaterais entre ambas as partes do acordo e os Terceiros Países, eventualmente, interessados. De modo, Sr. Presidente, resumindo em conformidade com o art. 3º do Tratado a cooperação técnica recebida pela Secretaria Geral poderá consistir em proporcionar serviços de consultores para assessorar a prestação, e prestar cooperação ao Governo ou por intermédio neste. Organizar e dirigir seminários

rios, programas de treinamento profissional, grupo de trabalho e atividades, conceder bolsas de estudo e aperfeiçoamento, preparar e executar projetos de cooperação técnica recebidas do exterior, testes, experiências pesquisas ou estudos avançados em assuntos de mútuo interesse, prestar outra forma de cooperação técnica que venha a ser acordada entre as partes, isto é, entre o Brasil e a Secretaria Geral da OEA - Organização dos Estados Americanos. O acordo estabelece de igual maneira os responsáveis pela coordenação, implementação das ações dele decorrentes, a forma em que se dará a cooperação técnica dos compromissos assumidos pelo Brasil para garantir a utilização dessa cooperação às obrigações administrativas e financeiras das partes. A prestação de cooperação para outros países em desenvolvimento membros da OEA e o modo de solução de controvérsias. Em função do exposto, Sr. Presidente, tendo em consideração relevante interesse nacional pelo acordo voto pela aprovação do Projeto Decreto Legislativo nº 116 de 2007, este é o meu voto, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI): Srs. Senadores que queiram discutir, manifeste-se. Não há discussão, encerrada a discussão. Em votação, Srs. Senadores que aprovam permaneçam como se encontram. Aprovado. Dispõe sob aplicação das regras, sob aplicação das regras de origem previstas no acordo sobre regras de origem do GATE, 1994 e dá outras providências, autoria Presidência da República e o Relator é o Senador Garibaldi Alves, cujo parecer é favorável a quem dou a palavra.

SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Sr. Presidente, Senador Heráclito Fortes, Sras. e Srs. Senadores, o Projeto de Lei versado em 17 Artigos tem como motivação expressa na exposição de motivos conjunta dos Ministros de Desenvolvimento, Indústria e Comércio da Fazenda e das Relações Exteriores estabelecer a obrigatoriedade de apresentação de certificado de origem para todos os produtos sobre investigação ou sujeitos à medidas anti-dumping, compensatórias ou de salvaguardas. Por ocasião do despacho aduaneiro juntamente com outros documentos exigidos para o desembaraço da mercadoria. A medida administrativa se justificaria, Sr. Presidente, pelo uso crescente das medidas de proteção à concorrência desde a década passada e por reflexos de expedientes, de burla a essas medidas como a apresentação de documentos contendo informações falsas quanto a origem. A despeito de possuir objetivo claro e definido, o Projeto de Lei dedica 7 dos seus 17 Artigos aos princípios regentes das regras de origem e ao próprio regime de origem no que não redundo o acordo sobre regra de origem do GATE, isso porque a

despeito de longevidade dos trabalhos do comitê sobre regras de origem da Organização Mundial do Comércio para a conclusão do programa de harmonização de regras de origem que complementaria o acordo, algumas questões ainda estão em aberto, principalmente aquelas que polarizam os interesses dos países produtores de insumos e dos países exportadores de bens finais. Sr. Presidente, eu pediria a V.Ex^a se poderia ler as conclusões do parecer... Sr. Presidente, V.Ex^a poderia me autorizar a ler as conclusões do parecer? Ou eu teria que ler todo ele?

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI): V.Ex^a pode resumir. Só o voto.

SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Ah, obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI): Por nada.

SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Então, Sr. Presidente, vigente o acordo sobre regras de origem do GATE no ordenamento jurídico pátrio, é preciso provê-lo de normas que apure as regras do regime de origem não preferenciais, ou seja, aquelas válidas para todas as transações comerciais não regidas por acordos regionais ou sistemas preferenciais de comércio e garantem o respeito àquelas regras sem contradizer as normas do regime multilateral. É o que pretende o Projeto sobre o escrutínio dessa Comissão de Temática. O Projeto de Lei em tramitação congressual há cinco anos aborda assunto premente à eficácia dos regimes de proteção a concorrência de que largamente o Brasil se utiliza. Lembremos que o Brasil é dos países mais demandados e mais demandantes no mecanismo de solução, de controvérsias da Organização Mundial do Comércio. A constatação de que os interesses nacionais estão sendo defendidos de forma aguerrida junto às instâncias internacionais em geral, com sucesso exige, Sr. Presidente, que internamente construamos todos os mecanismos necessários para o total aproveitamento desses objetivos. Nesse sentido, o Projeto de Lei em tela é irreprochável por tudo quanto explicitado, por julgá-lo oportuno e conveniente, o nosso voto é pela aprovação do Projeto de Lei da Câmara nº 84 de 2006, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI): Em discussão, Senadores que queiram discutir o façam agora, não há discussão, em votação. Senadores que aprovam permaneçam como se encontram. Item 11, institui o Grupo Parlamentar Brasil - Panamá e dá outras providências, o autor é esse Presidente, o Relator é o Senador Edison Lobão para quem passo a palavra.

SENADOR EDISON LOBÃO (PFL-MA): Sr. Presidente, Srs. Senadores venho a esta Comissão para exame nos termos do art. 103 do Regimento Interno, o Projeto de Resolução nº 27 de 2007. A proposição de autoria de V.Exª foi apresentada no dia 25 de maio de 2007 e encaminhada à Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional da mesma data. O projeto em tela por ter escopo o criador do Grupo Parlamentar Brasil-Panamá como serviço de cooperação Inter-Parlamentar a ser integrado por Membros do Congresso Nacional que a ele formalmente aderirei. O Grupo Parlamentar proposto deverá reger-se por seu Regulamento Interno, forma comumente adotada em grupos congêneres no exercício cada vez mais freqüente da diplomacia parlamentar. O efeito cumpre destacar da justificativa que acompanha a proposição legislativa será chamada Diplomacia de Cooperação Parlamentar revestida de acentuada importância do cenário internacional globalizado por promover o debate Inter-Parlamentar sob determinados temas de grande interesse dos países e por estimular uma produção legislativa harmonizada. A criação do Grupo colaborará para o maior aproximação política dos dois países, demonstrando a importância da atitude do Congresso Nacional em busca de criar e dinamizar a atuação de Grupos Parlamentares com Nações Amigas fazendo a diplomacia parlamentar uma importante ferramenta da política externa. A maior participação do poder legislativo da condução da política externa, não apenas como *controller* das atividades do Executivo, é tendência das democracias modernas que deve ser implementada também em nossa cultura política. O voto: Em face do exposto, somos pela aprovação do Projeto de Resolução do Senado nº 27 de 2007 por sua constitucionalidade, juridicidade e regimentalidade, conveniência e oportunidade sendo, ademais, versado em boa técnica legislativa, é o parecer, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI): Em votação, em discussão, Senadores que queiram discuti-lo manifestem-se, não há discussão. Em votação. Senadores que aprovam permaneçam como se encontram. Aprovado. Item 14, requer que seja aprovado o voto de congratulações de solidariedade a ser encaminhado ao Ministério das Relações Exteriores na pessoa do Exmº. Sr. Ministro Celso Amorim, pela indicação do Sr. Álvaro Augusto de Vasconcelos Leite Ribeiro como representante único do Governo Brasileiro para ocupar o cargo de Diretor de Assuntos Tarifários e Comerciais da Organização Mundial das Alfândegas – OMA, autoria Senador Eduardo Azeredo. V.Exª quer fazer uso da palavra?

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Sr. Presidente, apenas dizer que o Sr. Álvaro Augusto

Leite Ribeiro é auditor fiscal da Secretaria da Receita Federal foi exatamente indicado a representar o Brasil nesse posto eletivo diretor na versão mundial das alfândegas. Comércio internacional dos motores essenciais da prosperidade econômico mundial sendo a OMA necessária para conferir segurança, circulação de mercadorias no comércio global de forma a não impedir, mas sim facilitar as trocas comerciais, protegendo o comércio internacional tendo assim o importante papel de estabelecer e representar princípios e padrões para serem adotados com o nível mínimo do que precisa ser implementado pelos seus membros. A estrutura da OMA inclui também ajuda apropriada e programas de reforço, capacidades para as administrações aduaneiras. Diante da importância de tão renomado organismo internacional e na conquista do maior fortalecimento das Relações Internacionais quanto ao Comércio Exterior, consideramos que a presença a qualificação profissional do nosso representante poderá exercer uma influência positiva nos acordos litígios dos quais o Brasil for parte. Exatamente a justificação do Requerimento de congratulações ao Sr. Álvaro Augusto de Vasconcelos Leite Ribeiro.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI): Em discussão, Srs. Senadores que aprovam que queiram discuti-lo, se manifestem. Não há discussão. Em votação. Senadores que aprovam a matéria permaneçam como se encontram. Aprovado. Item 15, requer nos termos do art. 93 do Regimento Interno do Senado Federal a realização de Audiência Pública com objetivo de discutir a atual situação geopolítica da América do Sul e suas reivindicações para o futuro do MERCOSUL com a presença dos seguintes convidados: Luiz Manoel Rebelo Fernandes, professor do Instituto de Relações Internacionais da PUC/RJ, e Presidente do FINEP, Maria Regina Soares de Lima, professora do Instituto de Relações Internacionais da PUC/RJ e pesquisadora do IUPERJ, autoria o Senador Inácio Arruda. Algum comentário Senador Inácio?

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): Peço apoio dos meus pares para que a gente possa aprovar esse Requerimento, é um debate que eu considero muito importante sobre, especialmente, a questão do MERCOSUL e dada a situação, hoje, de dificuldades de chegarmos a um amplo acordo na rodada de Dorra(F). Essas dificuldades exigem que nós possamos trabalhar no sentido de fortalecer o MERCOSUL e parcerias de outros blocos com o MERCOSUL diretamente. Acho que é uma questão estratégica para o Brasil, por isso estou propondo esse debate, espero que a gente possa realizar aqui um grande, uma grande discussão em torno dessa questão com esses convidados que, evidentemente, os senhores poderão, se desejarem,

agregar mais uma ou duas pessoas a este debate sobre a geopolítica particularmente da América do Sul.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI): Em votação Srs. Senadores que aprovam permaneçam como se encontram. Aprovado. Eu queria apenas suprir uma falha dessa Presidência e comunicar para efeitos regimentais que o Item 10, cujo Relator foi o Senador Garibaldi foi aprovado.

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Presidente, a propósito dessa questão do MERCOSUL, eu queria só voltar uma... Já foi aprovado o Requerimento meu no mês de março convidando o Embaixador do Brasil na Argentina para que viesse aqui também expor a opinião dele, ainda tem várias controvérsias em relação à Argentina. Acho que seria interessante se nós pudéssemos reativar esse convite.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI): V.Ex^a como Presidente dessa Casa fica, portanto, autorizado a fazer as tratativas no sentido de trazê-lo o mais rápido possível a esta Comissão. Item 16, requer nos termos do art. 93 Inciso II do Regimento Interno do Senado Federal, seja convidado... Sejam convidados os Srs.: Tenente-Brigadeiro Juniti Saito, Comandante da Aeronáutica, o Sr. Almirante de Esquadra Júlio Lopes de Moura Neto, Comandante da Marinha e o Sr. General de Exército Enzo Martins Peri, Comandante do Exército para, no âmbito de Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, discutir separadamente a questão orçamentária relacionada as suas respectivas forças. Eu queria dizer que essa questão agora, Senador Tuma, esse Requerimento é anterior à criação da Subcomissão, acho que V.Ex^a poderia, inclusive, assumir essa discussão de uma maneira célere, porque o orçamento está em pleno andamento. Em discussão Srs. Senadores que aprovam permaneçam como se encontram. Senador Tuma.

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP): Só para dizer, eu estava agora com assessores militares que estavam, que estão aqui na Comissão sobre a importância dessa discussão diante da subcomissão para se elaborar um programa de buscar os meios no orçamento. Então, se V.Ex^a fez a proposta, eu acho que é razoável que a subcomissão faça essa reunião.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI): Senador Tuma, V.Ex^a tão como Presidente da subcomissão tomaria todas as providências no sentido que seja realizada a Comissão. Em votação, Srs. Senadores, que aprovam permaneçam como se encontram. Aprovado. Senador Mão Santa, estamos no último Item, pediria a permissão a V.Ex^a que é rápido.

SENADOR MÃO SANTA (PMDB-PI): Eu queria dar uma sugestão depois.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI): Requer nos termos, Item 17... Requer nos termos regimentais a realização de Audiência Pública na Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, conjuntamente, com a Comissão de Ciência e Tecnologia e Inovação e Comunicação e Informática para discutir o programa nuclear da Marinha, deverá ser convidado para a audiência Almirante de Esquadra Júlio Soares de Moura Neto, Comandante da Marinha. O autor é o Senador Augusto Botelho, em discussão. Srs. Senadores que aprovam permaneçam... Não há quem queira discutir, os Senadores que aprovam permaneçam como se encontram. Aprovado. Vamos retornar ao Item nº 1. Não, Extrapauta, antes eu vou, porém, passar a palavra ao Senador Mão Santa.

SENADOR MÃO SANTA (PMDB-PI): Senador Heráclito, as relações Brasil e Venezuela não estão boas como é de conhecimento. Agravou-se, e a origem, vamos dizer, foi talvez aqui o Parlamento. Então, Presidente Heráclito, ontem eu fui procurado pelo intermediário, está entendendo? Da Embaixada. Então, eu disse... Estava grave os relacionamentos, então, eu sugeri para esse intermediário, que V.Ex^a que Deus colocou aí nessa posição e eu acho que eu estava tão grave que não adiantava eu visitar o Embaixador... O embaixador me visitar. E eu sugeri que viesse, que V.Ex^a entrasse em contato com o Presidente do Parlamento lá. Lá era bi-cameral e unificou-se eu visitei, eu conheci como é que funciona. E disse que o meu entendimento com V.Ex^a sempre foi o melhor possível e acho, e acho que pode ter esse entendimento que fazemos como V.Ex^a orientou, nós fomos recentemente no Chile, cuja caravana foi comandada pelo Azeredo que foi extraordinário, não é? O relacionamento, a aproximação, o respeito, o comercialização. Então, Presidente Heráclito, eu acho que poderia sair uma delegação daqui ao Parlamento para buscarmos essa convivência que é histórica e que é tradicional, e queria, não é? Vamos dizer a sua aquiescência para avançarmos nesse sentido. Eu mesmo se você me delego a esse eu escolheria...

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Um aparte Senador Mão Santa.

SENADOR MÃO SANTA (PMDB-PI): Pois não.

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Eu acho que é pertinente, mas tendo em vista que o Presidente Chávez agrediu o Senado Brasileiro verbalmente, eu acho que a inicialmente deve partir da Venezuela. Eu acho que primeiro seria adequado que parlamentares da Venezuela viessem aqui e para depois uma representação nossa pudesse ir lá, eu acho que é só questão de que nós fomos agredidos, o Senado Brasileiro foi agredido pelo Presidente Chávez.

Então, quem está devendo um gesto de aproximação conosco é o Governo Venezuelano.

SENADOR MÃO SANTA (PMDB-PI): Nós iríamos ao Parlamento como nós fomos no Chile, V.Ex^a comandou e eu fui, foi um êxito total em todos aspectos nós revivemos os bons relacionamentos de Brasil e Chile desde D. Pedro II e reavivada, até pela presença de Fernando Henrique Cardoso, José Serra, esse intercâmbio de Brasil e Chile de hoje e foi V.Ex^a, eu quero dizer, igualou-se a Rui Barbosa em Aya. Agora, para essa missão V.Ex^a não é o indicado.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI): Senador Mão Santa, eu recebi ontem através do Senador Zambiasi que é o coordenador do Parlamento, do nosso Parlamento no MERCOSUL uma solicitação de audiência do Embaixador da Venezuela ao Presidente da Comissão de Relações Exteriores, essa audiência vai ocorrer hoje, eu gostaria...

SENADOR MÃO SANTA (PMDB-PI): Já é fruto disso que a minha foi informal de uma pessoa amiga que tem relacionamento.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI): V.Ex^a está se tornando, portanto, o Barão de Rio Branco contemporâneo.

SENADOR MÃO SANTA (PMDB-PI): É, porque sabe que eu tive o privilégio de nascer o Piauí onde V.Ex^a é o extraordinário líder.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI): É verdade, essas questões precisam ser tratadas até, porque, antes de olharmos, unificadamente, para a figura do Sr. Chávez, nós temos que olhar para a Venezuela.

SENADOR MÃO SANTA (PMDB-PI): Pois é...

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI): A relação histórica que nós temos com o povo da Venezuela, de forma que, conversei já inclusive com o Senador Suplicy que tem defendido a posição do Chávez aqui, não tão sistematicamente, mas...

SENADOR MÃO SANTA (PMDB-PI): O Suplicy também foi ao Chile quando ele se ausentou.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI): Nós vamos ter essa audiência hoje, após isso na próxima reunião nós continuaríamos a tratar... Senador Suplicy.

SENADOR EDUARDO SUP LICY (PT-SP): Presidente Heráclito Fortes, o que eu tenho defendido é que nós possamos ter um diálogo construtivo com o Presidente Hugo Chávez em alguns momentos, eu defiro da maneira como ele fala, como ele age, então, eu, inclusive, foi um dos que apoiei para que ele possa reconsiderar a decisão sobre a RCTV. Eu coloquei isso em termos construtivos, mas acho que deveremos ter um entendimento para que a Venezuela possa estar

no MERCOSUL e acredito que esse diálogo com o Embaixador Garcia Montóya que visitará V.Ex^a hoje a tarde poderá ser construtivo para a finalidade do melhor entendimento e, inclusive, com o Presidente Hugo Chávez, mas, sobretudo, com o povo venezuelano.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI): Agradeço a V.Ex^a, agradeço também ao Senador Mão Santa pela iniciativa e V.Ex^a poderá colaborar muito com essa Comissão acompanhando esses acontecimentos. Não há por parte da Comissão nenhuma intenção de declarar guerra à Venezuela, nem de puxar a corda em decorrência das infelicidades verbais que são constantes do Presidente Chávez, mas estamos tratando como um país com qual nós temos ligações e temos que ter as cautelas devidas até, porque o MERCOSUL é um guardião da democracia que o Senador Suplicy tanto prega, e é uma das condições básicas para o ingresso naquele bloco exatamente a plenitude democrática vivida pelos países.

SENADOR MÃO SANTA (PMDB-PI): Eu discorde do Azeredo, eu acho que nós deveríamos ir, eles viriam depois, mas não diminui nada essa aproximação do parlamento, não é? A linguagem é um ponto de desentendimento aquilo pode ser, é um erro da linguagem desse Parlamento com ele. Eu acho que poderíamos ir, então, V.Ex^a, sem dúvida nenhuma tem mais sabedoria do que eu para chegarmos a uma solução satisfatória e aproximação desses dois países que têm uma história muito bonita. Ela é tão bonita que quando D. Pedro II disse: "Filho coloque a coroa antes de um aventureiro". O aventureiro era Simón Bolívar que era de lá. Quer dizer, ele já, ele já pensava libertar o Brasil de reis.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI): Nada a ver com o momento atual, tenho certeza. Com a palavra o Senador Mozarildo.

SENADOR EDUARDO SUP LICY (PT-SP): Sr. Presidente, onde é que está aqui o aventureiro era o Simón Bolívar, eu não tinha conhecido nos livros de história.

SENADOR MÃO SANTA (PMDB-PI): Pois é, não é conhecer é interpretar. Antes o aventureiro era o Pedro, era o justamente isso, dizendo para o seu filho D. João VI, o aventureiro o nosso Simón Bolívar estava libertando, Simón Bolívar estava libertando todas as colônias espanholas ao lado do Brasil e ela tirando os reis.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI): Infelizmente Senador Suplicy esse é um caso que não permite acareação. Com a palavra o Senador Mozarildo Cavalcanti.

SENADOR MOZARILDO CAVALCANTI (PTB-RR): Senador Heráclito, eu fico feliz com a notí-

cia que V.Exª deu de que o Embaixador solicitou uma audiência com V.Exª para começar uma tentativa de um diálogo que eu lamento que tenha sido rompido e, logicamente, que reconheço por, lamentavelmente, pelas atitudes e as palavras do Presidente Chávez. Mas eu, como Senador de Roraima, eu fico muito preocupado, porque se o Brasil pode ter conseqüências e o MERCOSUL, Roraima é o que mais tem... Nós estamos ali colados na Venezuela, dentro da Venezuela, aliás. Nós dependemos de trocas comerciais importantes para subsistência, inclusive, não só da capital como das cidades fronteiriças como Pacaraima. Então, para mim, realmente é muito ruim pensar que o Brasil possa ter, realmente uma complicação no relacionamento com a Venezuela. E, embora, entenda como brasileiro que é, lamentável, que o Presidente Chávez tenha dito o que já disse que agora, inclusive, estabelecendo prazos para o Parlamento. Eu entendo que é bom que a gente tente corrigir isso, mesmo que estejamos, digamos assim, sendo os ofendidos e não os ofensores. Eu me coloco, inclusive, à disposição de V.Exª para tentar colaborar de maneira intensa na correção desse rumo, eu acho que tudo se resolve conversando e conversando eu acho que vai ser bom para o Brasil, mas principalmente para o meu Estado.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI): Feito os esclarecimentos, hoje, espero que a audiência com o Embaixador seja uma audiência esclarecedora e eu comunicarei à Comissão.

SENADOR MÃO SANTA (PMDB-PI): V.Exª tem dois aqui, aceito essa incumbência e nós iríamos atrás de outros, V.Exª é o ideal se fosse eu acho que nem deveria ir, porque V.Exª é o primeiro time, vai o time reserva. V.Exª fica resguardado.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI): Evidentemente que a delegação dessa eu não estaria completa sem a presença do Senador Suplicy que tem sido um baluarte no sentido dessa

SENADOR MÃO SANTA (PMDB-PI): O terceiro homem.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI): Segundo aproveitaria para fazer a sua pregação sobre a renda mínima na Venezuela que eu acho que é muito oportuna no momento, nada mais havendo a tratar está encerrada a sessão.

Sessão encerrada às 12h46.

**SENADO FEDERAL
SECRETARIA DE COMISSÕES
COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E
DEFESA NACIONAL**

ATA DA 22ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NA-

CIONAL, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA NO DIA NOVE DE AGOSTO DO ANO DE DOIS MIL E SETE, ÀS DEZ HORAS.

Às dez horas e cinquenta e cinco minutos do dia nove de agosto do ano de dois mil e sete, na sala de reuniões da Comissão, sob a Presidência do Senhor Senador HERÁCLITO FORTES, reúne-se a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional com a presença das Senhoras Senadoras e dos Senhores Senadores EDUARDO SUP LICY, MARCELO CRIVELLA, ANTÔNIO CARLOS VALADARES, MÃO SANTA, JARBAS VASCONCELOS, PAULO DUQUE, MARCO MACIEL, MARIA DO CARMO ALVES, ROMEU TUMA, ARTHUR VIRGÍLIO, EDUARDO AZEREDO, JOÃO TENÓRIO, CRISTOVAM BUARQUE, INÁCIO ARRUDA, AUGUSTO BOTELHO, SERYS SLHESSARENKO, WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA E FLEXA RIBEIRO. Deixam de comparecer os demais Senadores. Havendo número regimental, o Senhor Presidente declara abertos os trabalhos, dispensando a leitura da ata da reunião anterior que é dada como lida e aprovada. O Presidente concede a palavra ao Senador EDUARDO SUP LICY. O Presidente autoriza a formação de comissão integrada pelos Senadores Eduardo Suplicy, Jarbas Vasconcelos e Marcelo Crivella para ouvir o ex-Embaixador Pío Corrêa. O Presidente dá início a apreciação das matérias da Extra-Pauta com o desmembramento do Requerimento nº 17, de 2007 – CRE, de autoria do Senador Cristovam Buarque nos seguintes itens: Item 01: Requerimento nº 17-A, de 2007 – CRE, de autoria do Senador Cristovam Buarque que “*Requer, nos termos do Art. 93, Inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, sejam convidados os Senhores Roberto Novaes, da Universidade Federal do Rio de Janeiro, Marcelo Carneiro, da Universidade Federal do Maranhão, Reginaldo Nunez, do Departamento Intersindical de Estudos e Estatísticas Socioeconômicas, Bautista Vidal, ex-Secretário de Tecnologia Industrial do Ministério da Indústria e Comércio, e a Senhora Lígia Sigaud, do Museu Nacional, para, em Audiência Pública desta Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, serem ouvidos e debater sobre as questões relacionadas à perspectiva de o Brasil transformar-se em um grande produtor e exportador de etanol e de outras formas de energia*”. Aprovado. Item 02: Requerimento nº 17-B, de 2007 – CRE, de autoria do Senador Cristovam Buarque, que “*Requer, nos termos do Art. 93, Inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, sejam convidados os Ministros das Relações Exteriores, da Agri-*

cultura, do Desenvolvimento, da Indústria e do Comércio Exterior, das Minas e Energia e do Trabalho para, em Audiência Pública desta Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, serem ouvidos e debater sobre os acordos e negociações com governos e empresas estrangeiros relacionados à produção de bioenergia e seus desdobramentos sócio-econômicos e ambientais para o Brasil. Aprovado. Item 03: Requerimento nº 17-C, de 2007 – CRE, de autoria do Senador Cristovam Buarque, que *“Requer, com fundamento no art. 50, § 2, da Constituição Federal e no art. 215 do Regimento Interno do Senado Federal, sejam solicitadas ao Ministro de Estado do Trabalho, informações sobre aquisições de terra e de empreendimentos agrícolas e agroindustriais vinculados à produção de etanol e de biodiesel por capital estrangeiro nos últimos cinco anos.”* Aprovado. Item 04: Requerimento nº 17-D, de 2007 – CRE, de autoria do Senador Cristovam Buarque, que *“Requer, com fundamento no art. 50, § 2, da Constituição Federal e no art. 215 do Regimento Interno do Senado Federal, sejam solicitadas ao Ministro de Estado da Justiça, informações sobre aquisições de terra e de empreendimentos agrícolas e agroindustriais vinculados à produção de etanol e de biodiesel por capital estrangeiro nos últimos cinco anos.”* Aprovado. Item 05: Requerimento nº 17-E, de 2007 – CRE, de autoria do Senador Cristovam Buarque, que *“Requer, com fundamento no art. 50, § 2, da Constituição Federal e no art. 215 do Regimento Interno do Senado Federal, sejam solicitadas ao Ministro de Estado das Relações Exteriores, informações sobre aquisições de terra e de empreendimentos agrícolas e agroindustriais vinculados à produção de etanol e de biodiesel por capital estrangeiro nos últimos cinco anos.”* Aprovado. Item 06: Requerimento nº 17-F, de 2007 – CRE, de autoria do Senador Cristovam Buarque, que *“Requer, com fundamento no art. 50, § 2, da Constituição Federal e no art. 215 do Regimento Interno do Senado Federal, sejam solicitadas ao Ministro de Estado do Desenvolvimento Agrário, informações sobre aquisições de terra e de empreendimentos agrícolas e agroindustriais vinculados à produção de etanol e de biodiesel por capital estrangeiro nos últimos cinco anos.* Aprovado. O Presidente coloca em votação a anexação ao Requerimento 17-A, de 2007- CRE o documento intitulado “uso da palha da cana-de-açúcar para fins não energéticos”. Aprovado. O Presidente volta a pauta da Comissão: Item 01: Projeto de Lei do Senado nº 55, de 2005, de autoria do Senador Marcelo Crivella, que *“Dispõe sobre a*

criação do Dia de Celebração da Amizade Brasil-Argentina e dá outras providências.” Adiado. Item 02: Projeto de Lei do Senado nº 326, de 2007, de autoria do Senador Pedro Simon, que *“Regulamenta a assistência judiciária internacional em matéria penal nos casos de investigação, instrução processual e julgamento de delitos, e estabelece mecanismos de prevenção e bloqueio de operações suspeitas de lavagem de dinheiro.”* Retirado de pauta a pedido do Relator para reexame da matéria. O Presidente inicia a apreciação da Pauta-Extra a pedido do Senador Eduardo Suplicy. Item 01: Requerimento nº 51, de 2007 – CRE, de autoria do Senador Arthur Virgílio, que *“Requer, nos termos regimentais, a realização de reunião de Audiência Pública, sobre alerta do INCRA acerca de aquisições de terras na Floresta Amazônica e em outras áreas do Brasil, consideradas excessivas, convidando para esse fim o Ministro do Desenvolvimento Agrário, Guilherme Cassel e o Presidente do INCRA, Rolf Hackabard.”* Adiado. Item 02: Requerimento nº 52, de 2007, de autoria do Senador Arthur Virgílio, que *“Requer, nos termos regimentais e constitucionais, que sejam convocados, no âmbito desta comissão de relações exteriores e defesa nacional, o ministro da justiça, Sr. Tarso Genro, e ministro das relações exteriores, sr. Celso Amorim, para que expliquem o episódio da deportação dos boxeadores cubanos.”* Discussão pelo Senador EDUARDO SUPLICY. Aprovado o desmembramento do Requerimento nos Requerimentos nº 53, de 2007 – CRE e 54, de 2007 – CRE. Item Extra-Pauta: Requerimento nº 53, de 2007 – CRE, de autoria do Senador Arthur Virgílio e Eduardo Azeredo, que *“Requer, nos termos do art. 90, V, do Regimento Interno do Senado Federal, bem como do art. 58, & 2º, V, da Constituição Federal, requeiro que seja convidado o Excelentíssimo Senhor Ministro de Estado da Justiça, Tarso Genro, para que venha a esta Comissão prestar esclarecimentos sobre a deportação dos atletas cubanos que vieram ao Brasil para os Jogos Pan-Americanos de 2007.”* Discussão pelos Senadores EDUARDO SUPLICY. Aprovado. Item Extra-Pauta: Requerimento nº 54, de 2007-CRE, de autoria dos Senadores Arthur Virgílio e Eduardo Azeredo, que *“Requer, nos termos do art. 90, V, do Regimento Interno do Senado Federal, bem como do art. 58, & 2º, V, da Constituição Federal, requeiro que seja convidado o Excelentíssimo Senhor Ministro de Estado das Relações Exteriores, para que venha a esta Comissão prestar esclarecimentos sobre a deportação dos atletas cubanos que vieram ao Brasil para os Jogos Pan-*

Americanos de 2007.” Adiado. O Presidente concede a palavra ao Senador EDUARDO AZEREDO, ROMEU TUMA, JARBAS VASCONCELOS, MARCELO CRIVELLA e ARTHUR VIRGÍLIO. Item Extra-Pauta: Requerimento nº 55, de 2007 – CRE, de autoria do Senador Heráclito Fortes, que *“Requer, nos termos do § 2º do art. 50, da Constituição Federal, combinado com o art. 216 do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro que sejam prestadas, pelo Excelentíssimo Senhor Ministro de Estado da Defesa, informações referentes ao voo no qual foram deportados os pugilistas cubanos de volta a seu país, em 04 de agosto último, quais sejam: 1- O voo era comercial ou o transporte se deu em aeronave da Força Aérea Brasileira ou fretada? 2- Quem arcou com as despesas da deportação? 3- Qual a aeronave utilizada? 4- Qual o horário da decolagem? 5- Lista de passageiros e tripulantes.”* Aprovado. O Presidente concede a palavra ao Senador INÁCIO ARRUDA. O Senador Eduardo Azeredo assume a Presidência. O Presidente, em exercício, concede a palavra ao Senador ARTHUR VIRGÍLIO. O Senador Heráclito Fortes reassume a Presidência e concede a palavra aos Senadores MARCELO CRIVELLA e MÃO SANTA. O Presidente volta a apreciação da pauta. Item 03: Projeto de Decreto Legislativo nº 113, de 2007, de autoria da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional (CD), que *“Aprova o texto do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República de Angola sobre Auxílio Jurídico Mútuo em Matéria Penal, assinado em Brasília, em 3 de maio de 2005.”* O Relator Senador MARCELO CRIVELLA faz a leitura do seu Relatório. Discussão pelo Senador MARCO MACIEL. Aprovado. Item Extra-Pauta: Requerimento nº 56, de 2007 – CRE, de autoria do Senador Heráclito Fortes, que *“Requer a participação da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional na realização de Seminário Internacional acerca das mudanças climáticas ocorridas nos últimos anos que colocam em risco qualquer espécie de vida na Terra, em conjunto com a Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle do Senado Federal, Comissão do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável da Câmara dos Deputados, Comissão Mista Especial de Mudanças Climáticas no Brasil e a Comissão de Relações Exteriores Defesa Nacional da Câmara dos Deputados, a ser realizado no período de 28 a 30 de agosto do corrente.”* Aprovado. Item 06: Projeto de Decreto Legislativo nº 199, de 2007, de autoria da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional (CD),

que *“Aprova o texto do Acordo sobre Transferência de Pessoas Condenadas entre os Estados Partes do Mercosul, celebrado em Belo Horizonte, em 16 de dezembro de 2004.”* O Relator Senador EDUARDO AZEREDO faz a leitura do seu Relatório. Aprovado. Item 05: Projeto de Decreto Legislativo nº 196, de 2007, de autoria da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional (CD), que *“Aprova o texto do Memorando de Entendimento entre os Membros do Fórum de Diálogo Índia-Brasil-África do Sul, o Governo da República Federativa do Brasil, o Governo da República da África do Sul e o Governo da República da Índia, para estabelecer Força-Tarefa Trilateral sobre Biocombustíveis, assinado em Brasília, em 13 de setembro de 2006.”* O Relator Senador MARCELO CRIVELLA faz a leitura do seu Relatório. Aprovado. Item 04: Projeto de Decreto Legislativo nº 114, de 2007, de autoria da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional (CD), que *“Aprova o texto do Tratado entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Suriname sobre Assistência Jurídica Mútua em Matéria Penal, assinado em Paramaribo, em 16 de fevereiro de 2005.”* Adiado. Item 07: Indicação nº 01, de 2006, de autoria do Senador Aloizio Mercadante que *“Sugere a comissão de relações exteriores e de defesa nacional e à comissão de meio ambiente, defesa do consumidor e fiscalização e controle, bem como à comissão de assuntos econômicos, que procedam a estudos sobre a criação de um fundo mundial ambiental (FMA), na forma proposta no texto da justificativa desta indicação.”* Adiado. Item 08: Requerimento (SF) nº 874, de 2006, de autoria do Senador Eduardo Suplicy, que *“requer, nos termos do artigo 223 do regimento interno, seja apresentado voto de censura e repúdio à decisão da promotoria pública da coroa britânica (crown prosecution service) de inocentar os oficiais da scotland yard envolvidos no assassinato do cidadão brasileiro Jean Charles de Menezes.”* Adiado. Item 09: Requerimento (SF) nº 639, de 2007, de autoria do Senador Flexa Ribeiro que *“requer, nos termos do art. 223, do regimento interno do senado federal, seja apresentado voto de censura e repúdio à decisão do governo da Venezuela de não renovar a concessão da emissora privada “rctv”.* Adiado. Item 10: Requerimento nº 47, de 2007 – CRE, de autoria do Senador Fernando Collor, que *“requer, nos termos do § 2º do art. 50 da constituição federal, combinado com o art. 216 do regimento interno do senado federal, sejam prestadas, pelo Exmo. sr. ministro das relações exteriores, embaixador Celso Amorim, as seguintes*

informações referentes a atos internacionais: 1. relação de atos bilaterais e multilaterais atualmente em negociação, inclusive ajustes complementares; 2. esclarecimento sobre a iniciativa de negociação, se brasileira ou de outro estado ou organização internacional interessada; 3. justificativa sobre o interesse brasileiro na negociação, bem como seu estágio atual". Adiado. Item 11: Requerimento nº 48, de 2007 – CRE, de autoria do Senador Fernando Collor, que *"requer, nos termos do § 2º do art. 50 da constituição federal, combinado com o art. 216 do regimento interno do senado federal, sejam prestadas, pelo Exmº sr. Ministro das Relações exteriores, chanceler Celso Amorim, informações a respeito da situação dos brasileiros na região fronteira Brasil-bolívia e das medidas de proteção que tenham sido tomadas.* Adiado. Item 12: Requerimento nº 49, de 2007 – CRE, de autoria do Senador Fernando Collor, que *"requer, nos termos do § 2º do art. 50 da constituição federal, combinado com o art. 216 do regimento interno do senado federal, sejam prestadas, pelo Exmº sr. ministro da defesa Waldir Pires, informações a respeito da situação de nossas forças de defesa na região fronteira Brasil-bolívia."* Adiado. Item 13: Requerimento nº 50, de 2007 – CRE, de autoria do Senador Fernando Collor, que *"nos termos do art. 222 do regimento interno do senado, requeiro sejam apresentados ao exmº senhor ministro das relações exteriores, chanceler Celso Amorim, votos de solidariedade pelas injustas declarações do Presidente da Venezuela Hugo Chaves, que referiu como impertinentes as considerações feitas pelo chanceler sobre a tramitação no congresso brasileiro, do protocolo de adesão daquele país ao mercosul."* Adiado. O Senhor Presidente nada mais havendo a tratar, encerra a reunião às treze horas e nove minutos, lavrando eu, JOSÉ ALEXANDRE GIRÃO M. DA SILVA, Secretário da Comissão, a presente Ata que, após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com o Registro da Estenotipia Informatizada da presente reunião. – Senador Heráclito Fortes, Presidente.

REGISTRO DA ESTENOTIPIA INFORMATIZADA DA 22ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA NO DIA NOVE DE AGOSTO DO ANO DE DOIS MIL E SETE, ÀS DEZ HORAS E CINQUENTA E UM MINUTOS.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Havendo número regimental declara

aberta a 22ª Reunião Ordinária da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura. Submeto à Comissão a dispensa da leitura da Ata da reunião anterior. Os Srs. Senadores que aprovam permaneçam como se encontram. Aprovado.

Passamos agora à apreciação da pauta.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Pela ordem, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Pela ordem, tem a palavra o Senador Eduardo Suplicy.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Sr. Presidente, Senador Heráclito Fortes, conforme V. Exª inclusive conversou comigo, há pouco dias o jornal O Correio Brasiliense fez uma matéria a respeito do Embaixador Jacques Fernandes Vieira Guilbault, que foi objeto de indicação pelo Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, pelo Ministro Celso Amorim, para ser Embaixador do Brasil em Guiné-Conacri, tendo eu sido então designado para Relator. A matéria do Correio Brasiliense, depois objeto de repercussão no chamado ex-blog do Prefeito César Maia, afirmou que teria a Comissão, eu próprio como Relator, sido enganados, mal informados a respeito do referido diplomata. Eu gostaria de aqui esclarecer ao Correio Brasiliense, bem como ao Prefeito César Maia, que de maneira alguma nós aqui fomos enganados, inclusive já havia o jornal e o Prefeito César Maia conversado inclusive comigo sobre o assunto a respeito do fato dele ter sido parte do serviço secreto do Itamarati, em 76 e 77, conforme afirma, como se nós não tivéssemos tomado conhecimento, esse assunto foi do nosso conhecimento, foi objeto inclusive do convite feito por indicação do então Senador, hoje Governador do Paraná, Roberto Requião, nesta Comissão.

Ele prestou longo depoimento em 21 de agosto de 2001, onde relatou todos os episódios, que foram novamente relatados tanto na sessão aberta e inclusive aprofundados na sessão reservada de sua arguição no ano passado, e quero aqui esclarecer que nós, Senadores, perguntamos a ele sobre o assunto e que ele nos reiterou que em nenhum momento, como parte do serviço secreto do Itamarati, lhe foi dada a atribuição e ele jamais utilizou de sua participação no serviço secreto para estar fazendo denúncias de natureza política sobre qualquer brasileiro, e não há, até hoje, qualquer brasileiro que tenha sido objeto de denúncia por parte dele para fins do aparelho de repressão, muito menos para ser torturado ou fuzilado, conforme disse aquela matéria e o blog. O que ele esclareceu sim foi que quando estava em Portugal, ele informou às autoridades superiores, inclusive ao Ministro de Relações

Exteriores Azeredo, inclusive sobre a compra com sobrepço de casa da embaixada brasileira em Lisboa, e por ter feito esta ... por ter levado esta informação às autoridades superiores depois se sentiu perseguido, quando estava realizando trabalho no Canadá, e, por esta razão, é que ele acabou deixando o serviço do Itamarati, e, inclusive, relatados estes fatos em todos os seus pormenores para a Comissão de Anistia do Ministério da Justiça, ele foi reintegrado ao serviço público, à carreira diplomática, e o Presidente Lula e o Ministro Celso Amorim, considerando a sua reintegração, depois de algum tempo ele foi indicado para ser Embaixador em Guiné-Conacri, e aqui foi argüido inclusive sobre estes fatos. Diante da preocupação óbvia minha como Relator e de V. Ex^a como Presidente, eu ontem telefonei para o Embaixador Guinô(F) e pedi a ele se poderia nos enviar um breve relato dos fatos, e, se me permite, Presidente, se V. Ex^a achar adequado, eu posso ler para registro. Então, o farei, porque é uma comunicação que eu pedi que ele me enviasse, mas para a Comissão de Relações Exteriores e, portanto, está em termos pessoais, mas ele sabe que é com esta finalidade.

“Prezado Senador Suplicy, estimado amigo. Agradeço de coração o seu telefone de ontem, Deus o abençoe - chegou hoje de manhã essa comunicação. Desminto frontalmente, categoricamente as acusações do Correio Brasiliense de que eu tenha prejudicado de alguma forma, nem perseguido ou delatado brasileiros exilados que eram escoraçados, torturados ou mortos pelos militares na época da denominada Revolução de 1964, tanto é que até hoje, muito embora os amigos do César Maia queiram a qualquer custo me prejudicar, não surgiu ninguém afirmando que eu tenha prejudicado de alguma forma. Francamente, com tanta vontade de me liquidar, é até estranho, mesmo inverossímil, que não tenham conseguido produzir sequer uma pessoa que eu tenha perseguido ou prejudicado. Levando em conta as circunstâncias, essa “ausência” vem a ser praticamente diploma de idoneidade, correção, decência e dignidade. Meu depoimento junto à Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional do Senado Federal, em 21 de agosto de 2001, retratam fielmente os acontecimentos que causaram a minha exclusão da carreira diplomática, inclusive as razões que me levaram a ingressar no serviço secreto. Ao término desta segue breve relato a cerca de meu trabalho na Guiné. Gratíssimo por sua defesa de meus direitos e de minha honra, sou-lhe eternamente agradecido, fico a seu inteiro dispor inclusive para qualquer outro esclarecimentos. Respeitosa saudações, Jacques Fernandes Vieira Guilbault, e em seguida ele faz um breve relato de suas atividades na Guiné e

[ininteligível] alguma culpa tivesse, após vinte e cinco anos de exílio, sofrimento, miséria e angústia, já teria eu pago com juro a justiça que me persegue, por demais monstruosa, e a marca política que a identifique infame, desclassificada e repugnante. Que política é essa? E aí, sobre as suas atividades. Abri a embaixada dia 15 de agosto de 2006. Dia católico, festivo, que será atraído às bênçãos do seu sobre nossa emissão. As condições locais, extremamente peculiares, tornaram exaustivas as buscas de locais tanto para a chancelaria como para a residência. Não obstante as dificuldades de ambientes, foram providencialmente escolhidos excelentes locais nos melhores bairros da capital guineense, segundo o Governo --

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Senhor Suplicy.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Pois não.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Eu poderia ponderar a V. Ex^a. A segunda parte não trata do assunto aqui em tema. Eu, para economia de tempo, já que todos os companheiros receberam, eu indagarei a V. Ex^a. se não seria desnecessária a leitura.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Muito bem. Então, Sr. Presidente, eu sugiro que possamos dar como registrado e para ser transcrito oficialmente a comunicação inteira, ser distribuído inclusive ao Correio Brasiliense, e eu me disponho, se V. Ex^a assim achar adequado, eu encaminharei cópia do mesmo inclusive ao Prefeito César Maia para esclarecimento.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Eu queria apenas fazer uma ponderação a V. Ex^a.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Pois não.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Na correspondência o Embaixador refere-se a uma briga pessoal dele com o Prefeito César Maia?

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Não, não é com o Prefeito, na verdade se trata de pessoa da assessoria do Prefeito que --

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Essa Comissão não é fórum para dirimir as questões.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Certo, muito bem.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Mas em nenhum momento o Embaixador se refere à matéria publicada no Correio Brasiliense, em nenhum momento o Embaixador lhe perguntou que está processando o Correio Brasiliense, o seu superior,

o Embaixador Pio Corrêa, salvo engano, que confirmou as denúncias? Porque na realidade a matéria trazida foi pelo Correio Brasiliense, produto de uma pesquisa feita nos arquivos liberados pelos órgãos... oriundos dos órgãos de informações na época --

SENADOR EDUARDO SUPPLY (PT-SP): Presidente, V. Ex^a poderá observar, a primeira frase dele é “desminto frontalmente, categoricamente as acusações do Correio Brasiliense”, e, portanto, se refere sim à matéria do Correio Brasiliense, que fala... o que diz a matéria? Que eu próprio, que nós não saberíamos do fato de que ele trabalhou no serviço secreto. Fato que foi objeto de, primeiro, de Audiência Pública com a presença dele aqui, em 2001, quando convidado pelo Senador Roberto Requião, e fez um depoimento longo, cuja a transcrição foi distribuída para todos nós, quando no ano passado examinamos, e ele, no seu depoimento para esta Comissão, presidida por V. Ex^a, confirmou que participou do serviço secreto, que foi algo que o Itamarati então considerou que deveria ter sido criado, mas que ele não participou de qualquer ação tal como expressa naquele relatório e reiterada no blog do Prefeito César Maia.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Eu quero lembrar a V. Ex^a que após uma conversa que tivemos na época, eu também fiquei convencido.

SENADOR EDUARDO SUPPLY (PT-SP): Claro.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Tanto é que nós trabalhamos no sentido de promover a sabatina e depois a votação em Plenário. Mas eu quero lembrar a V. Ex^a que nós estamos diante de um fato aonde a Comissão vem sendo acusada, daí porque eu ponderar a V. Ex^a que nós devemos tomar providências de proteção ao nome não só do Congresso, mas também dessa Comissão.

SENADOR EDUARDO SUPPLY (PT-SP): Pois bem, mas eu --

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Eu queria sugerir a V. Ex^a, que é --

SENADOR EDUARDO SUPPLY (PT-SP): Está aqui o Embaixador Marco Antonio, que inclusive é assessor do Ministro Celso Amorim. Se V. Ex^a achar adequado nós podemos pedir ao Ministro Celso Amorim que, tendo inclusive esta comunicação, possa esclarecer oficialmente à Comissão as razões porque, quando o Presidente Lula, o Ministro Celso Amorim, designaram-no para ser Embaixador, obviamente estavam cientes de todos estes episódios e que foram aqui esclarecidos, detalhadamente perguntados, inclusive na sessão reservada. E mais, Senador Heráclito Fortes, é importante ressaltar, é preciso que se saiba

exatamente a razão pela qual o assessor do Prefeito César Maia - e eu quero conversar com o Prefeito César Maia sobre isso - está insistindo em fazer isto, porque poderá haver razões graves para isso. Como eu não tenho qualquer prova disso, eu vou conversar pessoalmente --

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Mais uma vez nós não vamos permitir, nós não podemos, V. Ex^a tem ... (0:13:48) para isso, que essa Comissão dê guarida entre uma briga entre assessores, mas eu não posso deixar de considerar uma denúncia feita pelo jornal O Correio Brasiliense, baseado em documento de um arquivo que chegou às suas mãos, e depois confirmadas pelo Ministro Plínio Corrêa, Embaixador Plínio Corrêa, que à época exercia funções no Itamarati. O que eu quero ponderar a V. Ex^a --

SENADOR EDUARDO SUPPLY (PT-SP): Qual é o teor daquilo que o Embaixador Pio Corrêa está confirmando? Se a informação for --

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Eu estou pegando aqui, exatamente, eu vou pegar aqui.

SENADOR EDUARDO SUPPLY (PT-SP): O Embaixador Pio Corrêa encaminhou a V. Ex^a ou a nós alguma informação importante que deveria ser objeto de nosso conhecimento? Se a informação foi a confirmação daquilo que o Embaixador Jacques Fernandes Vieira Guilbault confirma e já confirmou a nós e em longo depoimento, então o fato, qual foi a grande denúncia do Correio Brasiliense? “Ah, ele participou do serviço secreto, do serviço reservado do Itamarati”. Ele aqui explicou que aconteceu isso, que naquela época o Itamarati criou um serviço reservado e ele estava, mas que ele nunca teria feito denúncias sobre atividades políticas de brasileiros. O que ele confirmou a nós, em detalhe, é que quando em Portugal soube de que a casa adquirida para ser embaixada do Brasil teria sido adquirida com sobrepreço e que pessoas teriam sido beneficiadas com respeito a esta operação. E ele, preocupado com a probidade administrativa, informou as autoridades superiores, inclusive o então Ministro. É possível que o Embaixador Pio Corrêa saiba desses fatos e aí sim é importante que ele esclareça quais foram as providências? Se as providências foram apenas de perseguir o Embaixador Jacques Fernandes Vieira Guilbault ou se foi também de averiguar quem é que se beneficiou com aquela operação.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Senador Supply, comove e emociona a mim, quero crer que a todos da Casa, a veemência e a emoção com que V. Ex^a defende essa questão.

SENADOR EDUARDO SUPLYCY (PT-SP): É claro, porque se está fazendo uma denúncia contra a minha pessoa que eu não acho justo.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Mas quem fez a denúncia, Senador Suplicy? Não há denúncia contra V. Ex^a.

SENADOR EDUARDO SUPLYCY (PT-SP): O Correio Brasiliense, sem averiguar totalmente essa parte do episódio, está dizendo que eu fui enganado, que V. Ex^a, que todos nós fomos enganados.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Senador Suplicy --

SENADOR EDUARDO SUPLYCY (PT-SP): Isso não é inadmissível até que o Correio Brasiliense vá a fundo na questão.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Senador Suplicy, eu pediria a V. Ex^a que se acautelasse para que nós possamos tomar providências com relação a esse caso.

SENADOR EDUARDO SUPLYCY (PT-SP): Então eu peço que V. Ex^a então tome as devidas providências.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Eu estou fazendo isso em respeito há alguns partidos políticos que durante anos e anos defenderam a abertura dos arquivos dos porões da ditadura.

SENADOR EDUARDO SUPLYCY (PT-SP): Eu também sou de pleno acordo.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): E agora, quando os arquivos começam a ser abertos, se começa a colocar em dúvida o conteúdo desses arquivos. É preciso que se diga exatamente o que se quer, senão manda-se incinerar. O Governo pode tudo, manda incinerar os arquivos e acaba com isso para não ficar esse tipo de dúvida, agora --

SENADOR EDUARDO SUPLYCY (PT-SP): Eu sou inteiramente a favor de abrir os arquivos de maneira completa.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Agora nós estamos diante de um fato e a intenção dessa Comissão é proteger V. Ex^a inclusive, para que não paire dúvidas sobre a sua atitude, e eu, digo aqui, que se V. Ex^a foi induzido a erro, foi induzido inocentemente, porque foi baseado no que tinha em mãos, e essa dúvida para o bem de V. Ex^a, para o bem dessa Comissão, não pode perdurar, daí porque eu proponho criar uma Comissão de três Senadores, capitaneada por V. Ex^a, V. Ex^a escolherá os dois outros Senadores para ouvir o Embaixador Pio Corrêa. Se as informações do Embaixador Pio Corrêa não forem satisfatórias nós iremos convocar o Sr. Embaixador para esclarecer. É a melhor maneira.

SENADOR EDUARDO SUPLYCY (PT-SP): Eu posso convidar os dois meus amigos aqui do lado? Eu vou pedir ao Embaixador Pio Corrêa que nos visite e nos informe. Então o Senador --

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Entendeu, Senadores Crivella e Jarbas, nós ouvimos, ouvimos.

SENADOR EDUARDO SUPLYCY (PT-SP): Eu aceito a sugestão de V. Ex^a.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): É uma maneira de esclarecer.

SENADOR EDUARDO SUPLYCY (PT-SP): Está muito bem.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Agora nós não podemos aqui colocar, nesta Comissão, uma briga do Embaixador com um ex-assessor ou com o assessor do Prefeito do Rio de Janeiro. Não é isso. É uma matéria que saiu no Correio Brasiliense. Vamos ver aqui para esclarecer. "Em conversa com a reportagem por telefone, Pio Corrêa, que vive e trabalha no Rio de Janeiro, admitiu ter sido o autor intelectual e material do Centro de Informações do Exército do Exterior -- CIEEX. Isso saiu de mim sim, da minha cabeça, afirmou. Como O Correio Brasiliense revelou na edição de ontem, o Itamarati operou entre 66 e 85 a agência de informações dedicadas a monitorar os opositores do regime militar no exterior. Pio Corrêa, no entanto, preferiu não seguir adiante nas explicações com o argumento de que certas histórias não devem ser contadas. Há doze anos decidiu registrar indiretamente as suas histórias, as mesmas sendo explicitadas num livro de memória. A obra "O mundo em que vivia" foi elaborado para ser apenas um extenso relato das suas atividades como Diplomata, mas algumas informações, quando cruzadas com dados dos arquivos secretos e depoimentos dos ex-membros do serviço compõem um quebra-cabeça". De forma que acho que, nessa questão, é o mais simples, vamos ouvi-lo.

SENADOR EDUARDO SUPLYCY (PT-SP): Bem, mas apenas eu vou dizer o seguinte: a informação dada pelo Embaixador Pio Corrêa confirma aquilo que o Embaixador Jacques Fernandes Vieira Guilbaud tinha nos dito. Essa informação não está dizendo que nós fomos enganados, porque o Embaixador Jacques Guilbaud aqui afirmou ter sido criado, na época, e o Embaixador Pio Corrêa confirma, um serviço secretos do Itamarati da qual ele fez parte, e isto tudo foi objeto de análise da Comissão de Anistia, ele foi anistiado, ele retornou ao serviço diplomático do Itamarati e veio a trabalhar, e, como trabalho, foi designado para ser Embaixador. O que nós vamos perguntar ao Embaixador Pio Corrêa é se, por acaso, surgiu qualquer procedimento da parte do Embaixador Jacques Guilbaud que possa

ter sido inadequado, porque o que ele nos disse aqui é que ele acabou sendo perseguido e saiu do serviço diplomático do Itamarati, de maneira que acharam estranho, isso tudo foi explicado, porque informou sobre sobrepreço na compra da casa da embaixada do Brasil em Portugal.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): V. Ex^a tem absoluta razão, mas eu acho que é o caminho mais correto, até porque hoje, se a gente abrir O Correio Brasiliense na coluna assinada pelo Jornalista Tales Faria, a primeira matéria --

SENADOR EDUARDO SUPPLY (PT-SP): O Jornal do Brasil.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): O jornal do Brasil, perdão, o Jornal do Brasil, repercutindo inclusive no blog [ininteligível], sobre o título "Quem é o bandido nessa história aí". Então nós não podemos deixar que assuntos dessa natureza não sejam esclarecidos. V. Ex^a pode até não acreditar, mas eu preservo muito a sua biografia e a sua história.

SENADOR EDUARDO SUPPLY (PT-SP): Eu acredito.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Eu tenho a maior admiração pela sua luta.

SENADOR EDUARDO SUPPLY (PT-SP): Em que pesem os embates aqui que V. Ex^a, com frequência até de bom humor, mas é com muito respeito sempre que eu --

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Para mim, eles são pedagógicos, eu sempre aprendo alguma coisa com V. Ex^a.

SENADOR EDUARDO SUPPLY (PT-SP): Eles acabam sendo bom para o interesse da Nação brasileira.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Claro. Então combinemos assim: crie-se a comissão, nós vamos ouvi-lo, certo, eu acho que não é cômodo nem para o próprio Embaixador essa posição voltando a tudo, agora providências legais que alguém quiser tomar contra O Correio Brasiliense ou contra quem quer que seja é outra questão.

SENADOR EDUARDO SUPPLY (PT-SP): Se for possível ao Itamarati obter o telefone do Embaixador Pío Corrêa eu agradeço, que assim eu tomarei --

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Mas V. Ex^a acha com a maior rapidez. Achou daquela atleta de Cuba, falou com a sogra dele, como que não vai falar com o Pío Corrêa que é aqui no Brasil?

SENADOR EDUARDO SUPPLY (PT-SP): Eu vou conseguir.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Nisso aí V. Ex^a não precisa pedir auxílio de ninguém. [risos]

SENADOR EDUARDO SUPPLY (PT-SP): Eu vou conseguir.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Agora eu só queria pedir a V. Ex^a, no caso do Embaixador Plínio Corrêa, é que formalizasse para não me por naquele constrangimento de falar com a sogra do atleta. Como Presidente da Comissão, infelizmente, eu não podia.

SENADOR EDUARDO SUPPLY (PT-SP): Quando V. Ex^a quiser falar com a sogra do pugilista, eu também providenciarei. Obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Eu preferia falar --

SENADOR EDUARDO SUPPLY (PT-SP): Ou com ele próprio.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Eu preferia falar com o comandante Fidel Castro.

SENADOR EDUARDO SUPPLY (PT-SP): Quem sabe conseguimos.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Que eles possam resolver alguma coisa. Vamos aqui, no item extra da pauta, que é o desmembramento de matéria. Requerimento 17/2007, desta Comissão, aprovada em 22.03.2007. Foi desmembrado, pois no mesmo requerimento consta a Audiência Pública e o pedido de informações a órgãos diferentes. Os requerimentos desmembrados são o 17-A, 17-B, 17-C, 17-D, 17-E e 17-F. Os Srs. Senadores que aprovam permaneçam como se encontram. Aprovado. Bom, antes de mais nada, eu quero saber se está aprovada a Comissão que ouvirá o Embaixador Pío Corrêa. Senador Supply, Senador Jarbas e Senador Crivella. Aprovado. Requerimento do Senador Cristovam. Senador Cristovam encaminhando documento intitulado "uso da palha da cana-de-açúcar para fins não energéticos" para que seja anexado ao requerimento nº 17-A, de 2007, desta Comissão. Os Srs. Senadores que aprovam permaneçam como se encontram. Aprovado. O item 1 é terminativo, nós vamos aguardar a chegada de mais algum companheiro para votá-los. O item 2 foi retirado de pauta a pedido do seu Relator e vamos ao item 3.

SENADOR EDUARDO SUPPLY (PT-SP): O item dois foi retirado, Sr. Presidente?

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): O Relator Romeu Tuma telefonou pedindo, porque não pode comparecer, deve ter algum compromisso, ele pediu para a próxima --

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Ficará para a próxima semana?

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Para a próxima semana.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Tá bem, obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Item 3 - Aprova o texto do acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República de Angola sobre o auxílio jurídico mútuo em matéria penal. Assinado em Brasília em 03 de maio de 2005. Autoria: Comissão de Relações Exteriores. O Relator é o Senador Crivella, a quem passo a palavra.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Permite, pela ordem, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Pois não, Senador.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Quando me referi ao item 2, eu pergunto a V. Ex^a, o item 2 da pauta extra, ela será objeto de exame nesta sessão? O requerimento do Senador Arthur Virgílio a respeito do episódio dos pugilistas?

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Está na pauta, será examinado.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): É que eu estou num dilema de precisar estar presente à... a Senadora Lúcia Vânia veio aqui me convocar porque vai começar a audiência da Ministra do Turismo e --

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Se o Senador Crivella concordar e... Senador Crivella, V. Ex^a aceitaria também, eu vou designá-lo para ser Relator *ad-hoc*, já que o... Vamos então atender à solicitação do Senador Suplicy. Requerimento 52. Requer nos termos regimentais e constitucionais que sejam convocados no âmbito desta Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional o Ministro da Justiça, o Sr. Tarso Genro, e das Relações Exteriores, o Sr. Celso Amorim, para que expliquem o episódio do deportação dos boxeadores cubanos. Eu gostaria de ter adiado para ouvir o Senador Arthur Virgílio até para ponderar a participação do Ministério das Relações Exteriores neste episódio, que eu acho que é mínima ou nenhuma, mas estamos atendendo e vamos colocar em votação. Os Srs. Senadores que aprovam permaneçam como estão.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Sr. Presidente, inclusive para dar uma informação relevante, Sr. Presidente, acabo de ser informado que o Ministro em exercício das Relações Exteriores, Samuel Pinheiro Guimarães, estará recebendo o Senador Arthur Virgílio ... o Senador Arthur Virgílio estará recebendo o Ministro em exercício de Relações Exteriores, Samuel

Pinheiro Guimarães, ao meio-dia, para tratar desse assunto, de maneira que se trata de uma deferência importante e relacionada --

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Eu queria fazer uma proposta a V. Ex^a, eu não sei se é regimental, é desmembrar as duas convocações. Aprovaremos a convocação do Ministro da Justiça e deixaríamos o Ministro das Relações Exteriores para depois.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Eu apoio, mas eu gostaria de sugerir, isso inclusive eu tinha ontem dialogado com o Senador Arthur Virgílio, que na forma como costumamos fazer, transformar em convite a convocação, dada inclusive a disposição do Ministro da Justiça de estar colaborando aqui.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Essa parte, essa modificação, somente com a anuência do autor, mas eu tenho certeza que o Ministro Tarso Genro não se sentirá molestado, até porque essa convocação é uma convocação combinada, com data, acerto de data, e V. Ex^a poderia ser o Embaixador desse convite.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Uma hipótese seria, mas obviamente se o Senador Arthur Virgílio e os demais membros considerarem que o Secretário responsável pela área, que foi o Deputado Antônio Carlos Biscaia, pudesse inclusive colaborar para essa finalidade. Mas isso, obviamente, na presença, com a anuência do Senador Arthur Virgílio, mas eu não tenho objeção não, só faço a sugestão de que conforme a tradição nossa seja feita na forma de convite.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): O Senador Eduardo Azeredo assina o documento nos termos da convocação e, não havendo mais quem queira discutir, coloco em votação. Os Srs. Senadores que aprovam permaneçam como se encontram. Aprovado, aprovada a convocação do --

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Senador.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Pois não, Senador Azeredo.

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Eu falo com o Senador, eu assinei também o pedido, dessa maneira pedindo que seja transformado em convite a convocação, não há problema nenhum.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Eu agradeço o Senador Eduardo Azeredo. Do ponto de vista da presença do Ministro da Justiça ou de quem for acordado --

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Eu só farei um apelo a V. Ex^a: não vamos apequenar essa Comissão, não vamos terceirizar a responsabilidade. A convocação é para o Ministro do

Estado. Aliás, eu gostaria até de convocar o Biscaia, que hoje exerce função importante naquele Ministério, pela admiração, pelo apressado que tenho por ele, pelo grande parlamentar que foi, pelo grande Promotor Público que foi. Eu tenho por ele toda admiração, respeito e amizade, e tenho com ele inclusive um ponto comum, pois quando vim para o Senado foi ele que ocupou o meu gabinete na Câmara. Mas, nesse caso, eu acho que a responsabilidade do Ministro de Estado.

SENADOR EDUARDO SUPPLY (PT-SP): Se me permite, Presidente Heráclito Fortes, com todo o respeito, carinho e amizade que temos desenvolvidos entre nós. O caso vem ganhando importância até pelas manifestações que ainda ontem o Presidente, comandante Fidel Castro, está dedicando ao assunto, inclusive na análise mais ampla das relações entre Cuba e o Brasil, e dada a esta relevância que o próprio comandante Fidel Castro está dando ao caso, me parece que V. Ex^a tem razão em que o próprio Ministro da Justiça possa aqui comparecer, dada as implicações deste episódio que se referem não apenas a uma questão de dois pugilistas que vieram aos Jogos Pan-Americanos, participaram do começo e depois deixaram de ir à final. Tiveram diversos entevos, acabaram indo à Cuba nas circunstâncias que justamente deseja o Senador Arthur Virgílio e a Comissão verem esclarecidos. Na comunicação ontem feita, no artigo de Fidel Castro ontem publicado, ele ali está garantindo que os dois pugilistas estão numa Casa de Repouso, estão vendo seus familiares e --

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Casa de Visitas.

SENADOR EDUARDO SUPPLY (PT-SP): Casa de Visitas, poderão trabalhar como atletas e de diversas formas --

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Senador Supply.

SENADOR EDUARDO SUPPLY (PT-SP): Poderão dar entrevistas à imprensa, esclarecimentos.

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): A matéria de hoje diz que eles não poderão trabalhar como boxeadores, terão que arrumar outro emprego, foram demitidos dos cargos que tinham na área esportiva. Que esta história está muito mal contada por enquanto, está. Houve precipitação no mínimo, os boxeadores não puderam falar com a imprensa antes de serem enviados à Cuba, então --

SENADOR EDUARDO SUPPLY (PT-SP): É um pouco diferente, eu estou com o artigo aqui do Presidente Fidel Castro. A referência dele é que ele de fato está considerando que os atletas cubanos não participem dos jogos preparativos à Olimpíada de Pequim que se realizarão em Chicago por causa dos incidentes

havidos, mas ao mesmo tempo há um parágrafo onde ele diz que eles estarão podendo estar com os seus familiares, que inclusive eles poderão dar entrevistas à imprensa se assim desejarem e assim por diante.

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG):

O que eles quiserem fazer lá, que façam lá. Nós temos que esclarecer é que eles se deportados ou se foram por vontade própria, é isto que tem que ser esclarecido.

SENADOR EDUARDO SUPPLY (PT-SP): Eu acho que o assunto merece esclarecimento e não tenho objeção de que o Ministro da Justiça seja então convidado e que se diga que ele mesmo possa vir, dada a relevância maior que o caso está tomando.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Senador Supply, quando V. Ex^a pegou esse artigo do Fidel Castro, pelo espírito que V. Ex^a tem de justiça e a revolta que a discriminação lhe causa e sempre foi a bandeira de V. Ex^a, eu pensei que V. Ex^a traria para cá a parte do artigo aonde o comandante Fidel diz que os atletas andavam com prostitutas brasileiras. Desrespeitoso, discriminador, injusto, porque segundo a imprensa os rapazes se faziam acompanhar de atletas brasileiras. O Sr. Fidel Castro faz acusações a brasileiros ou brasileiras de maneira preconceituosa. Daí pensei que V. Ex^a, que é um homem ligado inclusive aos movimentos sociais da Igreja, fosse se manifestar e manifestar a sua indignação com relação a esta parte. De qualquer maneira eu acho, Senador Supply, que nós temos que ter cautela pela maneira açodada como foi procedida essa operação. Seria praxe, por exemplo, um representante da OAB, alguém do movimento das igrejas, de preservação de direitos humanos, um exame de corpo de delito, a presença da imprensa. Como será que o Governo vai agir agora no atendimento desse traficante brasileiro que tem pedido de extradição? Vai agir com a mesma rapidez com que agiu, Senador Tuma, na questão dos dois rapazes?

SENADOR ROMEU TUMA (DEM-SP): Nem pode.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Nem pode.

SENADOR ROMEU TUMA (DEM-SP): Nem pode porque já prática de delito e aqui é que ele tem que responder, e os dois eram clandestinos também e também tinha que abrir um processo pela clandestinidade até que se resolvesse a situação de cada um para depois decidir se deportava ou não, porque há um preâmbulo legal. Eu sei que o Dr. Paulo ontem, eu falei com ele, ele disse que têm declarações deles, acompanhados de advogados, que pediram para ir embora. Por quê? Acho eu que a família foi ameaçada

e eles se apavoraram, quer dizer, é uma história que é meia nebulosa, mas o procedimento de quem está clandestino é prisão e fazer um procedimento, depois toma a decisão.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Eu tenho certeza que o Senador Inácio Arruda está ávido para falar sobre isso, para mostrar a sua indignação, não concorda com o que foi feito, porque nós fomos desmoralizados. É uma invasão, o que se fez no país foi uma invasão. Imagine se um Presidente, um outro Presidente fizesse, tivesse esse comportamento, imagine, Senador Inácio Arruda, se um Presidente estrangeiro acusa brasileiras de prostitutas sem nenhuma prova, a indignação que já teria tomado conta de certos setores radicais da política brasileira. Este manto de silêncio --

SENADOR JARBAS VASCONCELOS (PMDB-PE): Na ditadura militar havia muito isso aqui no Brasil.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Exatamente, exatamente. Então nós temos tendo uma repetição de um fato vergonhoso para o país.

SENADOR ROMEU TUMA (DEM-SP): O Ministro Saulo Ramos, à época, baixou normas contra a deportação imediata, principalmente quem tinha que prestar algum depoimento ou responder por algum crime, por que o que fazia? O cara pratica um crime aqui, imediatamente deporta, ele volta para fazer outra vez. Eu não estou fazendo a comparação --

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Senador Tuma, eu encontrei-me ontem à noite com o ex-Ministro Paulo Brossard, e ele me relatou fatos da época dele de Ministro da Justiça. Emocionou-se, com lágrimas nos olhos, contando de alguns problemas que ele viveu, segurando situações aonde se queria a todo custo, usando inclusive de força, arrogância, prepotência de países mais fortes, para que se tomassem atitudes dessa natureza e eles não concordaram. Me contou alguns episódios que eu não vou relatar aqui por questão que V. Ex^a sabe muito bem. A maneira --

SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ): Presidente, só pela ordem, Presidente, eu concordo inteiramente com V. Ex^a --

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Até porque, a sua palavra aqui é fundamental pela função que ocupa e pelo trabalho que tem tido incessante de repatriação de brasileiros que estão lá fora. Então a palavra de V. Ex^a é fundamental.

SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ): Presidente, V. Ex^a --

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): E de presos inclusive.

SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ): V. Ex^a tem toda a razão. O regime de força, de truculência que se exerce em Cuba, pelo comandante Fidel Castro, é de ser repudiado por todos os homens que amam a democracia, a liberdade, que é o objetivo final do progresso e desenvolvimento das civilizações. Nós temos, Sr. Presidente, ódio a todas as ditaduras, ódio e nojo a todas as ditaduras, foi bradado em nome do Brasil pelo pai da nossa Constituição.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Ulisses Guimarães na assinatura da Constituição.

SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ): E esses regimes autoritários se estiolam, sentam, se extravasam na truculência, no ódio e no sangue. De tal maneira que V. Ex^a tem toda a razão quando reclama do tratamento que se dá ao povo de Cuba, tenho irmãos cristãos que vivem lá sob pesada, sob pesada tortura psicológica e física. É um horror. Agora eu quero parabenizar a V. Ex^a por termos transformados a convocação em convite do Ministro da Justiça, que segundo acabamos de informar agora, a nossa consultoria, está disposto inclusive a visitar Arthur Virgílio como fará a Samuel Pedro Guimarães, e gostaria de fazer um apelo a V. Ex^a se poderíamos relatar o acordo do Brasil com Angola, e eu quero agradecer a V. Ex^a que sempre dá distinção de relatar os acordos do Brasil com a África, o interesse do continente africano, porque, Sr. Presidente, ocorrem três Comissões concomitantemente na qual eu sou membro e fico preocupado de ter que sair. Era esse apelo que eu gostaria de fazer a V. Ex^a.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Temos ainda alguns Senadores que querem falar sobre o assunto e, em seguida, eu atenderei a V. Ex^a. Eu queria apenas, Senador --

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Eu só queria informar a V. Ex^a que há uma carta para o jornal O Globo hoje, do Presidente da OAB, Seção Rio de Janeiro, onde diz que ele procurou os dois pugilistas, conversou com o Delegado Federal responsável pelo caso, como também com o Procurador da República Leonardo Luiz de Figueiredo Costa, representante do Ministério Público Federal, e informou este Procurador que entrevistaram os atletas a sós sem a presença de agentes policiais, ofereceu lhes a possibilidade de ingressar com *Habeas-Corpus* para que permanecem no Brasil, mas ambos lhe informaram que por livre e espontânea vontade tinham decidido regressar a Cuba. É uma informação relevante que talvez V. Ex^a não soubesse.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Senador Suplicy, V. Ex^a --

SENADOR EDUARDO SUP LICY (PT-SP): Está no O Globo de hoje.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): V. Ex^a é um homem experiente --

SENADOR EDUARDO SUP LICY (PT-SP): Pelo Presidente da OAB Wadih Damous. E por que registro isso? Porque o Presidente Heráclito Fortes tinha demandado --

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Senador Eduardo Suplicy, V. Ex^a é um homem experiente, vivido, e V. Ex^a tem fontes privilegiadas neste assunto. Tem um Advogado deste Brasil brilhante, que V. Ex^a tem mais acesso do que todos nós. Consulte o Dr. Dalmo Dalari sobre qual é o valor que ele daria para uma declaração de dois atletas, já presos, com a família ameaçada no seu país, e esses mesmos atletas que dois dias antes, em conversas também publicadas, logicamente pelos jornais, mostrando a satisfação de estar no Brasil. Como é que dois atletas que são encontrados numa praia e são presos pela polícia estão querendo voltar para o seu país de origem? Senador Suplicy!

SENADOR EDUARDO SUP LICY (PT-SP): V. Ex^a tem toda razão, este caso precisa ser melhor esclarecido.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Esse caso, olha, esses depoimentos, a partir desse momento, passa a perder o valor e a eficácia. Senador Tuma, V. Ex^a sabe muito bem como que essas coisas ocorrem. Quando eu digo, Senador Suplicy, que este caso repete no Século XXI o episódio da Olga Benário, não há nenhuma diferença. A diferença é só tecnológica. A Olga Benário foi expatriada num navio cargueiro para a Alemanha, e na época as versões, consulte os arquivos, é de que ela teria pedido para que o seu filho, no caso filha, nascesse na sua terra, na Alemanha. Aconteceu o que aconteceu. De forma que, Senador Suplicy, a única diferença é tecnológica, um foi de navio cargueiro e o outro foi de jatinho. E nós estamos agora, eu estou agora aqui acabando de confeccionar um requerimento --

SENADOR EDUARDO SUP LICY (PT-SP): Uma foi para ser morta e os dois, eu espero, e espero contribuir com V. Ex^a, para que de fato não ocorra qualquer tragédia com os dois pugilistas, inclusive que lhes possa ser assegurada a liberdade se o desejarem de virem ao Brasil novamente e a outros países, se assim o desejarem.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): V. Ex^a obteve garantia de que eles podem sair de Cuba com a família? Obteve isso?

SENADOR EDUARDO SUP LICY (PT-SP): Nós vamos procurar saber tudo. Eu espera colaborar com V. Ex^a com este objetivo.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Eu quero deixar bem claro a V. Ex^a que eu, pessoalmente, não tenho o que me queixar da atitude do Governo de Cuba, do comandante Fidel, de ter pedido de volta, de ter sido duro. Aliás, a história dele é essa. Eu não tenho o direito de interferir nas questões, e nem nós temos, nas questões de soberania. A nossa tristeza e o nosso pesar foi pela pusilanimidade com que as autoridades brasileiras agiram, e agora, de maneira insensata, tentam jogar o Itamarati como partícipe deste episódio, quando nós sabemos que não foi, deveria ter sido pelo menos consultado, deveria ter sido pelo menos acompanhado.

A atuação, Senador Jarbas, foi provincialesca, lembrando aqueles filme que relatam a época da ditadura quando na calada da noite atirava naquelas veraneios, naqueles camburões, das casas, as pessoas para terem encontro, depoimento, torturas e a história sabe o que foi. O Governo agiu dessa maneira. Esse é um assento desagradável que nós não gostaríamos de estar tratando aqui, mas é preciso que haja um esclarecimento. Aliás, talvez, Senador Crivella, essa seja a ponta do iceberg para que se veja o que está acontecendo na política brasileira, na diplomacia brasileira, não na diplomacia oficial, mas a diplomacia informal instalada em setores do Governo com relação a alguns países da América Central e da América Latina. É preciso que se tenha cuidado sobre esta questão. Senador Crivella.

SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ): Sr. Presidente, somos chamados a relatar o item --

SENADOR ROMEU TUMA (DEM-SP): Só um minutinho. V. Ex^a poderia, Presidente, requerer à Polícia Federal cópia do depoimento dos dois que foi prestada e --

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): O Senador Suplicy tem.

SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ): Já tem cópia distribuída até.

SENADOR EDUARDO SUP LICY (PT-SP): O Ministro da Justiça colocou, está à disposição, eu posso distribuir cópia aqui.

SENADOR ROMEU TUMA (DEM-SP): Não se preocupe então.

SENADOR EDUARDO SUP LICY (PT-SP): Mas já foi encaminhado, já estará em suas mãos em instantes.

SENADOR ROMEU TUMA (DEM-SP): Obrigada.

SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ):

Sr. Presidente, chega a essa Comissão o projeto de decreto legislativo nº 103/2007 que aprova o texto de acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República de Angola sobre auxílio jurídico mútuo em matéria penal, assinado em Brasília em 03 de maio de 2005.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Senador Crivella, eu pediria a V. Ex^a mais um pouquinho de ... é porque o Senador Arthur Virgílio solicitou, aqui através da assessoria, que gostaria de falar sobre o assunto.

SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ):

Certo, com o maior Presidente, concedo o aparte ao nobre Senador.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): O senhor fique absolutamente tranqüilo que nós... Senador Arthur Virgílio.

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM): Muito bem, Sr. Presidente, é evidente que eu concordo, aliás, é a praxe, concordo em transformar em convite aquilo que a Constituição obriga que se escreva sobre a forma de convocação, e sempre assim, pode parecer até uma coisa grosseira, mas não é, é uma exigência constitucional. Agora o que eu julgo essencial é nós não fugirmos desse debate e temos que... eu não tenho muita disposição para... [ininteligível] argumentos ideológicos, enfim, essa história de que isso foi feito. Só as palavras do Fidel Castro de que os rapazes são desertores, desertores do que? Se o Giba quiser sair da seleção brasileira ele sai amanhã. O Altafini, o José Altafini, o "Mazzola" da seleção brasileira de 1958, se naturalizou italiano e jogou contra o Brasil na Copa de 1962, e o Altafini, toda vez que chegava em São Paulo, era recebido com festa. Aonde é que está o direito de ir e vir? Essa história de dizer que não vai jogar mais, que vão arranjar um trabalho para os rapazes. O trabalho dos dois rapazes é boxe, eles não vão trabalhar em outra coisa que não seja o trabalho forçado. O trabalho dos rapazes é boxe, eles não fazem outra coisa não, eles são talentosos, eles têm... eu gostaria que o dirigente cubano tivesse o talento para a democracia que têm os dois rapazes para o boxe, enfim.

Essa história de que o soldado, aquele que sai da sua delegação é o soldado que abandonou a sua trincheira, isto não é guerra, é esporte. E o direito de optar? Alguém que não está bem aqui, quer sair daqui e ir morar na Argentina, qual é o problema de ir para a Argentina? Eu não posso compactuar com isso, é algo que extrapola da minha capacidade de tolerância, enfim. Receberei agora com muito trazer prazer o meu prezado amigo e colega Embaixador Samuel Pinheiro Guimarães, como me considero amigo pessoal

e admirador do Ministro Tarso Genro, que tirei muito prazer em ouvi-lo aqui também. Agora já passei dos tempos de ficar passando a mão na cabeça de ditadura. Eu não faço distinção entre a ditadura de direita e a ditadura de esquerda. Vamos falar a verdade, o Mao Tse-Tung não sabia nadar direito e a propaganda dizia que ele nadava quilômetros, enfim. O que ele fez foi passar muita doença venérea para um monte de escravas que ele colocava à disposição dele, é o que dizem as biografias mais atualizadas dele, enfim. Nós vimos o que fez Stalin na União Soviética. Que diferença que tem do Stalin para o Hitler? Então aquelas mortes todas foram em favor de uma causa justa? Matou mais gente que Hitler e os dois são dois criminosos aos meus olhos.

Eu não tenho paciência para essa coisa e muito pouca paciência para os intelectuais que ficam assinando também manifestos tentando compreender, enfim, quando vêem o Fidel Castro se mencionam, enfim. Eu já passei dessa fase, já me emocionei muito, gastei a minha quota de emoção com ele, eu não tenho paciência mais não. Eu quero saber as condições reais que estão sendo vividas por esses dois rapazes. O olhar traduz a alma. O olhar do rapaz é olhar de quem está coagido, não é olhar de quem está feliz. Então volta para lá e é tratado daquele ... Casa de Visita. O que é Casa de Visita? Para que: Vão reeducar o rapaz, vão reeducar o rapaz? Criticando o rapaz porque disse que estavam aqui na companhia de prostitutas? Vamos sem bem claros, o regime foi capaz de resolver a questão da prostituição ou ela se alastrou brutalmente ao longo dos últimos anos em Cuba? Eu já vi coisas aberrantes. Fui uma vez lá, há muito tempo atrás, e um companheiro meu, até naquela época eu tinha uma simpatia enorme pela figura do Fidel Castro, enfim, mas um companheiro meu, eu estava em processo de mudança, esse meu companheiro não, e ele me dizia que não tinha nem prostituta e que não tinha homossexual. Que coisa maluca. Eu digo: aonde que você já foi num lugar que não tem homossexual? Eu disse para ele: "Você sabia que o Leonardo da Vinci era homossexual? Você sabia que têm cineastas, escritores e pensadores?" Vai agora julgar as pessoas pela opção sexual que elas fazem, enfim, e seria um regime tão perfeito, tão bom, tão justo que curaria o ser humano chamado dessa doença chamada homossexualismo? Pelo amor de Deus, vamos abrir essa cabeça, vamos abrir a cabeça, vamos começar a pensar de maneira arejada, num bem fundamental para as pessoas humanas que é a liberdade. Agora prostituta eu vi e era menos do que hoje, hoje está terrível, hoje está terrível, o que é o sinal de injustiça econômica, o que é sinal de que talvez alguns estejam se apropriando da riqueza.

Não me conste que o Sr. Raul Castro passe por necessidades, agora as mulheres cubanas vivem em dificuldades sim. E eu quero saber detalhes desse episódio porque, para mim, a coisa mais natural do mundo é alguém escolher aonde quer morar. Se eu quiser morar no Canadá, eu renuncio ao meu mandato e vou morar no Canadá. O Governo brasileiro não vai me impedir porque é um direito meu de ir morar no Canadá. Se o canadense quiser vir para cá, ele vem morar aqui. Que história de paraíso é essa que você quer obrigar o sujeito a ficar no Paraíso? Cinco rapazes fugiram do paraíso, não estavam nem conspirando dentro o regime ditatorial de Fidel Castro. Iam numa jangada que dificilmente chegaria até o outro lado. Tiraram os rapazes da boca do tubarão e condenaram à morte, fuzilamento, condenação sumária, enfim. Os rapazes estavam fugindo de lá. Pelo amor de Deus, estavam fugindo de lá. Aí aparece gente que diz: “não, mas ...” Eu era um jovem capaz de justificar a invasão da Tchecoslováquia pela União Soviética em nome da luta pelo socialismo, enfim, eu justificava a invasão pela União Soviética da Hungria.

Hoje eu sei que foram dois massacres que se praticaram contra a autonomia de dois povos, e eu não posso ser unilateral, eu não posso condenar como condeno o desvario com que se porta o Presidente Bush e ao mesmo tempo achar que é bonito o que se faz em Cuba. Eu não posso. Esses detalhes todos são importantes, como que foram transportados, como se deu isso, por que é que mantiveram os rapazes longe da imprensa, por que mantiverem os rapazes longe de entidades como a OAB e outras que se preocupam com os direitos humanos? Por que isso? Isso tudo eu quero saber. Tudo que eu não quero é que se repita o episódio Olga Benário. Olga Benário foi entregue por um Governo de direito para uma ditadura de direita. Eu não gostaria que nós tivéssemos nada parecido com a entrega de duas Olgas Benários para uma ditadura de esquerda. E a gente aqui inventando desculpa. Que perigo esses rapazes fazem para aquele grande regime construído pelo Fidel Castro? Que perigo esses rapazes trariam ficando aqui? Por que é que a delegação sai tão às pressas? E, segundo a imprensa brasileira, para não desertarem mais pessoas. Por que os brasileiros não estavam desertando? Eu prezo muito a honestidade intelectual.

Eu estava vindo agora, o Senador Heráclito, e pedi ao meu assessor, ao Valter, para me dizer quem é a pessoa, porque está depondo lá uma pessoa, me parece ligada ao Governo, numa outra Comissão, falando sobre trabalho escravo. Primeiro é uma pessoa brilhante, muito inteligente, eu não sei se trabalha no Ministério do Trabalho, eu sei que está falando lá, enfim,

e ele começou dizendo que nos últimos doze anos o trabalho escravo passou a ter um combate sistemático no país, e fez uma coisa que eu tenho a impressão que deveria ser uma norma, ou seja, reconhecer o valor dos outros, ele disse, agradeceu especificamente ao Presidente Fernando Henrique Cardoso, o fato do Presidente ter estabelecido o programa de combate ao trabalho escravo, e aí ele começou falando das vantagens que ele vê da preocupação do Governo dele, do Governo do Presidente Lula, com o trabalho escravo. E disse mais. Ele disse que o Brasil poderia, ele disse que alguns usam o trabalho escravo para, através dele, baratear os seus custos de produção, mas que o Brasil é tão bom no agronegócio que o Brasil não precisa disso, o Brasil continuaria competitivo, mais do que todos. O que prejudica os Brasil, segundo ele, são os subsídios dos outros e não o custo da mão-de-obra.

Era possível, então, segundo ele, e eu concordo com ele, se dar dignidade ao trabalhador rural e se continuar competitivo. Quer dizer, é uma pessoa que eu faço questão de passar um bilhete para ele daqui a pouco e dizer que, infelizmente, eu não pude ficar para ouvir a sua palestra, enfim. Mas aqui, eu entendo que nós não temos como deixar de deixar isso bem esclarecido, bem nítido. Eu não gostaria de ver o Brasil conspurcado, o Brasil manchado por esta coisa de ter participado de algo parecido com um seqüestro de duas pessoas, enfim. Agora me dizer que estão felizes? Não estão. Eu tenho idade e vivência suficiente para entender um pouco da alma humana. A gente sabe quando a pessoa está feliz. Olhem os retratos, eu só peço isso, olhem o retrato do rapaz. Eu vi uma coisa interessante, Senador Heráclito. Eles iam comer um leitão na casa deles, enfim, e o olhar dele está mais triste do que o do leitão, o leitão não sabia que ia ser abatido ainda. Ele intui que vai ser abatido, aí ele fica com o olhar triste também, o boi, o leitão. O dele é de uma rés(F) que vai ser abatida. Ele está triste, ele está triste. E, mais ainda, vão arranjar um emprego para ele depois. Meu Deus, o emprego dele é boxe, ele não tem que fazer outra coisa, o emprego dele é boxe. Ele tem que lutar boxe, ele tem que ter o direito de lutar boxe em qualquer lugar. Ele queria lutar na Alemanha, ele tem que ter o direito de lutar boxe na Alemanha, se ele quiser. O Governo brasileiro deveria pedir ao Governo cubano, que têm relações tão boas, que mandassem os rapazes de volta, mandassem os rapazes de volta para cá para eles terem emprego garantido como instrutores da nossa equipe olímpica de boxe.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Para poder disputar o campeonato do mundo.

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM): Poder disputar o campeonato do mundo, quem sabe se

naturalizando brasileiros como se naturalizou italiano o José Altafini, o “Mazzola”, que disputou contra o Brasil e nós não deixamos de aplaudir os gols do “Mazzola” na Copa de 1962. Ele não cometeu crime nenhum. O Giba pode sair, o Ronaldo Fenômeno pode, se ele quiser, o Ronaldo Gaúcho pode. É traição à Pátria o Ronaldo Gaúcho falar que agora ele não vem mais para cá jogar?

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Nós temos um jogador brasileiro hoje naturalizado português, o Déco.

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM): Que deu um show no Brasil, por sinal, e o Déco chega aqui e eu vou com faixas agora, “fora traidor”, “deixar de jogar na seleção brasileira significa o soldado abandonar a sua trincheira”. Pelo amor de Deus, Fidel Castro, vamos nos mancar, acabar com essa história, isso pertence a outra história, não é do século XXI, pelo amor de Deus.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Sr. Presidente.

SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ): Sr. Presidente.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Eu sei que há um esforço grande do Senador Crivella para relatar a matéria --

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Eu queria apenas antes, conforme eu tinha anunciado, pedir a aprovação de um requerimento rápido e em seguida passarei a V. Ex^a, nós já estamos no assunto.

SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ): Pois é, Presidente, eu estou com a palavra aqui, foi um aparte tão brilhante, embora nada tivesse a ver com o nosso relatório.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Senador Crivella, é o seguinte: nós estamos ainda nesse item cubano. O item próximo é o que V. Ex^a relata.

SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ): Não, já tínhamos começado esse item.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Não.

SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ): Sim, Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Não, não Senador, me desculpe mas não encerramos --

SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ): V. Ex^a pode pegar inclusive a fita, eu já tinha lido o cabeçalho, e V. Ex^a, “com a palavra V. Ex^a”

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Mas era à V. Ex^a para a discussão da

matéria. Fique tranqüilo que V. Ex^a não perderá o seu vôo. Confiei na aviação brasileira.

SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ): Eu vou confiar, Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Nos termos do parágrafo 2º, do artigo 50, da Constituição Federal, c.c. o artigo 216 do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro sejam prestadas pelo Sr. Ministro da Defesa informações referentes ao vôo no qual foram deportados os pugilistas cubanos de volta ao seu país, em 04 de agosto último, quais sejam: 1) Se o vôo era comercial ou de transporte e se deu em aeronave da força área brasileira ou vôo fretado?; 2) Quem arcou com as despesas dessa deportação no caso de vôo fretado?; 3) Qual a aeronave utilizada?; 4) Qual o horário da decolagem?; 5) A lista de passageiros e tripulantes. A justificativa está aqui, quero [ininteligível] de tempo, e assinam o Presidente dessa Comissão e o Vice-Presidente, o Senador Eduardo Azeredo. Em votação. Os Senadores que aprovam permaneçam como se encontra. Está aprovado. Senador Inácio Arruda e em seguida o Senador Marcelo Crivella.

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): Sr. Presidente, eu não quero fazer nenhuma contradição ao Senador Arthur Virgílio, porque é uma questão também de opinião. Eu quero examinar melhor e que a gente tenha cuidado no que a gente está tratando. Eu sei que V. Ex^a é um homem muito zeloso, um Senador sempre preocupado em conduzir bem essas questões. Eu acho que não há nenhuma dificuldade em transformarmos uma convocação em convite, V. Ex^a tem feito isso normalmente na Câmara, e agora no Senado, sem nenhuma dificuldade. Então eu acho que sobre isso nós estamos de acordo. O problema central, que eu acho que entra num debate que embora V. Ex^a diga que não e mostre sempre que não, se cai num debate que tem um fundo político ideológico. Querendo ou não você veja a situação que ocorreu aqui no Brasil, quer dizer, de repente some da delegação dois pugilistas. Ou mais, digamos que eles tenham querido pedir asilo político no país. Eu acho que outros desejaram fazer isso e fizeram, e o Brasil, se um cubano ou outro país, um membro de outro país desejar pedir asilo político no país, o Brasil vai examinar as circunstâncias daquele pedido e dará ou não o asilo político, se essa for a situação de que há um perseguição política àqueles cidadãos de outro país.

Então o Brasil tem feito isso inúmeras vezes, recebendo os cidadãos de outras partes do mundo no nosso período mais recente, e nós também fomos recebidos em muitos países do mundo, entre eles Cuba, que recebeu dezenas de brasileiros exilados políticos,

perseguidos, condenados à revelia, à morte aqui no Brasil. Foi Cuba que recebeu, muitos, muitos, dezenas de brasileiros. Esse episódio é um episódio nebuloso. Dois pugilistas que estão às vésperas de ganhar um medalha de ouro deixam de disputar a medalha de ouro para ir atrás de um negócio, digamos assim, onde aqueles que ofereciam o negócio de repente dizem: “não, nós não queremos mais oferecer esse negócio”, e ficam esses dois pugilistas, numa expressão popular brasileira, e se tratando do Rio de Janeiro, a ver navios na Baía de Guanabara. Então, sinceramente, se a gente não tiver cuidado, a gente pode transformar uma questão que digamos assim foi tratada entre empresários que convidaram pugilistas para um negócio, numa questão política e de natureza ideológica que eu tenho a impressão que talvez não seja o que V. Ex^a deseja, tratar essa questão do ponto de vista político-ideológico, que eu acho que ela não é, embora Cuba e Fidel tenham as suas opiniões e dêem as suas opiniões. Eu acho que o tratamento nosso tem que ser de muito zelo, de muito cuidado com essas questões, não é? Eu acho que... depois, os pugilistas, eles dizem: “bom, nós queremos ir embora”. Há um depoimento, agora mesmo nós receberemos aqui as notas dos depoimentos que foram entregues aqui pelo Senador Suplicy, que nós precisamos examinar. Tem uma nota de entrada da matéria e depois você tem o depoimento completo dos pugilistas.

Eu acho que nós temos que examinar, é a nossa obrigação, inclusive pelas boas relações que nós temos com o país, com Cuba, antes e agora. Não é uma relação de agora, é uma relação que vem de trás, vem desde o Governo Sarney, do Governo Collor, do Governo Itamar, do Governo Fernando Henrique, e é mantida no Governo de Lula. Eu acho que a gente ... e acho que é justo que a gente não queira comparar uma coisa com a outra. Eu acho que o episódio da Olga Benário é bem distinto. Olga foi presa aqui no Brasil, foi presa pelo regime brasileiro. Havia um episódio muito ... hoje já muito esclarecido nas disputas entre Prestes e Felinto Muller lá atrás na Coluna, lá atrás, que todos que buscaram ler a história, não apenas o Domingos Meirelles, mas que leram sucessivamente os textos de Fernando Moraes, Domingos Meirelles e outros jornalistas que foram biógrafos da Olga, do Prestes e dos que fizeram a Coluna àquela época, Siqueira, Costas e Prestes, que foram os comandantes da Coluna. As disputas terminaram numa intriga pessoal de Felinto Muller com Prestes. E Olga estava presa, detida. Houve todo um processo, havia uma Guerra Mundial no meio, então querer comparar esses dois episódios eu acho que seria uma forçação de barra muito grande, que eu também compreendo que também não é o desejo

de V. Ex^a, querer estabelecer uma medida tão exata entre esses dois episódios, um episódio importante da história brasileira e este episódio dos pugilistas cubanos. Eu sou daqueles que quero o melhor tratamento para os pugilistas cubanos. Eu sou do partido mais perseguido do Brasil, em todos os tempos, em todos os tempos, foi o nosso partido. V. Ex^a conhece muito bem a história do nosso partido, e nós queremos ver apurado se há um indício de que houve maltrato da nossa parte, do Brasil, eu acho que nós temos que apurar. E eu tenho a impressão que tanto o Ministro Tarso Genro, como o Ministro das Relações Exteriores, Celso Amorim, também tem o maior zelo com essas preocupações.

A minha preocupação é só que a gente não transforme esse episódio numa luta política-ideológica, que eu acho que seria um grande equívoco nosso se a gente fizesse assim, seria um erro político da nossa atuação. Nós devemos apurar. Nós temos instrumentos, então vamos apurar. Um deles é a nossa Comissão poder ouvir, não só o Celso Amorim, mas também o Ministro Tarso Genro, e esclarecer todos os detalhes de como esse episódio ocorreu efetivamente. Eu não deixaria de disputar a medalha de ouro, porque se eu disputasse a medalha de ouro, e ganhasse a medalha de ouro, a minha reputação do mundo do pugilismo estaria muito mais elevada de que se eu saísse sem disputar essa medalha. Eu acho que precisa esclarecer mesmo o que foi que ocorreu nesse episódio dos pugilistas cubanos, eu acho que a gente tem essa oportunidade aqui no Senado da República, eu acho que nós, às vezes a gente confunde as coisas, mas eu acho que nesse episódio talvez a gente vai ter até a oportunidade de esclarecer bem, convidando aqui o Ministro Celso Amorim, convidando o Ministro Tarso Genro, eu acho que vai ser muito oportuno o debate com os dois para que a gente possa esclarecer. E, se for necessário, nós solicitamos outros membros do Governo a prestar também informações diretas, não só mandando por escrito, mas direta aqui para os Senadores para que a gente possa esclarecer esse episódio e não deixar que ele possa arranhar em nenhuma hipótese as relações entre Brasil e Cuba.

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PMDB-MG):

O requerimento está aprovado, vamos agora ver a oportunidade da presença dos Ministros e, Senador Arthur Virgílio, eu gostaria que fosse mais rápido só --

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM):

Eu serei rápido e [ininteligível] do Senador Marcelo Crivella, eu vou responder aqui ao meu prezado amigo, o Senador Inácio Arruda. Eu concordo com a frase final da sua fala, que é exatamente que temos que apurar, e é precisamente, eu fui cuidadoso, eu disse: “tomara

que não seja um outro caso Olga Benário", ou seja, tomara que não tenha havido o transporte ilegal, porque é fato que dos dois tinham noventa dias para permanecer no Brasil tentando regularizar a sua situação, o prazo de noventa dias. Foi muito rápida a saída deles. Aqui uma opinião meramente esportiva para o Senador Inácio Arruda. Eles, eu não sei qual o estado psicológico que eles viviam, nem que tipo de pressão sofriam, nem que estado mental viviam naquele momento para ter aberto mão da medalha de ouro que era líquida e certa para ambos, sobretudo para o Guilherme Ringondeaux, agora a reputação deles é fantástica, eles não precisam de mais nada. O único defeito que eles têm é não serem pesados, pois os pesados ganham mais dinheiro, mas eles são os melhores, sobretudo o Ringondeaux é o melhor do mundo no peso dele, ele tem futuro no boxe profissional, e é o que eu percebo que ele gostaria de fazer.

No caso de Olga, eu creio que mais do que uma rincha pessoal entre aquela figura execranda que era o Senador Felinto Muller e o Luís Carlos Prestes, houve a responsabilidade efetiva deste que eu considero o maior estadista brasileiro, da República brasileira, que se chama Getúlio Vargas. Uma atitude criminosa do Governo Vargas sim. Se alguém me pergunta se Vargas que foi mais estadista do que JK, eu não tenho nenhuma dúvida em dizer que JK foi um grande democrática, mas Vargas foi mais estadista sim, Vargas fez muito mais mudanças no Brasil do que JK, mas foi criminosa a atitude do seu Governo. Sobre Fidel, ele pode expor as suas opiniões à vontade, mas eu acho estranho porque aqui quem fala muito sobre esporte não é o Presidente Lula, é o Presidente do Comitê Olímpico. Ele está tratando de maneira política e ideológica a questão dos rapazes, ele omite opiniões diárias como se fosse um costume de Estado, aquilo que para mim deveria ser uma opção de cidadania, de liberdade pessoal. Relações com Cuba. O Brasil sempre teve relações com Cubas, e eu quero lembrar a V. Ex^a, tanto quanto, em todos os momentos desde que estou na vida pública que houve qualquer perseguição a quem quer que fosse, e ao seu partido inclusive, eu jamais deixei de colocar a minha voz ao lado dos perseguidos e V. Ex^a é testemunha disso, é testemunha disso.

Eu lutei muito na Comissão de Relações Exteriores da Câmara, ajudando um Deputado jovem e brilhante que se chama Márcio Santilli(F), que foi o grande artífice na Comissão de Relações Exteriores na luta pelo reatamento das relações, eu lutei muito por isso, o Senador Jarbas Vasconcelos também, e conseguimos, que era um anseio da sociedade brasileira, esse reatamento, o que não quer dizer que

nós tínhamos que nos alinhar à violação de direitos humanos. O Brasil precisa ser muito firme na defesa de direitos humanos, dizer: "olha, a nossa relação de amizade é essa, a nossa relação comercial é esta aqui". Nós temos todo o dever de nos relacionarmos bem. O Brasil fez bem, em 1962, quando o Chanceler Santiago Dantas enfrentou o Secretário de Estado Dim Husky(F) e o Brasil se absteve naquela votação junto com o México, se não me engano, e foi voto vencido na OEA, mas não compactuou com a exclusão de Cuba do sistema interamericano, eu sou contra o bloqueio norte-americano, enfim, agora não me sinto obrigado a compactuar com violação a direito da pessoa humana, e não está no pacto da relação Brasil e Cuba que o Brasil deva pactuar isso, como não devemos, nós que temos relações boas com os Estados Unidos, imaginar que é correta a política norte-americana de guerrear com todo mundo e transformar num inferno a visita de qualquer brasileiro, de qualquer cidadão do mundo, aos Estados Unidos. Tira sapato, põe sapato, estão vivendo uma paranóia que é do Presidente Bush, uma paranóia, criaram aquela confusão, quer dizer, eu que prego relações comerciais intensas com os Estados Unidos, eu não me sinto obrigado a achar bonito que eles façam o que fizeram, que é aquela desvairada tenha chutado pessoas desarmadas e amarradas no Iraque, aquela figura lá, com a diferença de que houve lá a punição, enfim. Mas, enfim, Senador Inácio Arruda, o depoimento deles teve um defeito básico para mim: não foi assistido pela OAB, não foi presenciado por nenhuma entidade ligada à defesa do direito da pessoa humana.

**SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FOR-
TES (DEM-PI):** A Igreja tão consultada e tão requerida em tempos passados, através da sua pastoral.

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM): Não foi, e é precisamente isso, o Senador Inácio tem razão de novo, é um caso nebuloso, é precisamente isso. E gostaria de saber, eu quero saber isso, saber isso, porque se nós vamos vender ou comprar o que tivermos que comprar de Cuba, vamos vender e comprar o que tivermos que vender e comprar de Cuba, agora Cuba tem o direito de ter suas opiniões sobre o Brasil e outro dia o Governo cubano foi muito duro com o Governo brasileiro, dizendo que nós estamos contribuindo para o aumento da fome do mundo, com essa política que eu julgo justíssima brasileira, de desenvolver cada vez mais a tecnologia do etanol e procurar tornar o etanol um combustível sustentável ao longo do tempo. E entraram contra o Brasil na OMC, entraram contra o Brasil na OMC. Como votaram contra o Brasil em episódios outros, votaram contra o Brasil no BID. Não se alinharam automaticamente ao Brasil

nesse episódio do Conselho de Segurança da ONU, mas sobretudo votaram expressamente contra o Brasil no caso da OMC e votaram contra o Brasil no BID, ou seja, o Estado cubano, pelo seu ângulo, viu que era melhor para ele próprio naquele momento, não se alinha automaticamente ao Brasil, e o Brasil não pode se alinhar automaticamente a Estado nenhum e não pode, por exemplo, dizer que não é violação de direitos da pessoa humana aquilo que foi feito com os cinco rapazes que tentavam fugir para Miami.

Eu considero um desespero, uma pessoa querer morar em Miami é uma coisa de péssimo gosto, é uma coisa já grotesca dizer o meu ideal de vida é morar em Miami, já considero uma coisa muito emergente. Agora o sujeito já está no desespero, já foge, foge para onde? Para Miami, que é uma espécie de lixo dos Estados Unidos, enfim, ele foge para Miami, é apanhado na boca do tubarão e volta para ser fuzilado. Está acima das minhas forças concordar com uma coisa dessas, encontrar uma justificativa para isso, está acima, eu não consigo. Eu quero, precisamente, apurar. Volto a dizer aqui, eu tenho um apresso intelectual profundo pelo Ministro Tarso Genro, eu tenho apresso pessoal, eu me considero amigo pessoal de S. Ex^a, como sou amigo pessoal do Chanceler Celso Amorim. Sou informado agora pelo brilhante Embaixador Marco Antonio Diniz Brandão que o Itamarati, nesses episódios, não é consultado. Muito bem. Pode até ser o que Itamarati não tenha nada a ver com isso, eu tenho um apresso no Itamarati e que registro na prática aqui quando procuro ajudar, com discordâncias em relação aos juros da política externa, mas procuro ajudar no dia-a-dia o Itamarati a tocar os seus negócios aqui na Casa, eu faço isso com um enorme prazer, eu me sinto da Casa, enfim. Agora a pergunta que eu faço agora já é outra então: é justo o Itamarati não ser consultado? Será que é correto o Itamarati não participar disso? Ou seja, tem razão o Senador Inácio Arruda, tem muita coisa nebulosa que tem que ser esclarecida e que eu quero precisamente esclarecer. Agora deixando bem claro, nós temos um compromisso nítido com o direito da pessoa humana, eu não posso me horrorizar --

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): Senador, é que nesse episódio, ao esclarecer os fatos, pode aparecer uma situação do tipo a vítima foi Cuba e não ao contrário, por isso que precisa esclarecer.

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM): Eu não consigo imaginar como que Cuba possa ser vítima disso. O povo cubano sim, diante de um ditador, mas eu não posso imaginar --

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): Vamos deixar as coisas serem esclarecidas, do que a gente formar já uma opinião, porque se não a gente

nem houve. Não ouvimos ainda o Celso Amorim, não ouvimos o Ministro da Justiça, as informações são precárias, e nós vamos formando um juízo.

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM):

Senador Inácio, eu vou ser assim bem claro: tudo que eu não quero, Senador Heráclito, é que o Brasil tenha prestado um subalterno, agredindo direito da pessoa humana ao regime cubano, é tudo que eu não gostaria de ver, é tudo que eu não quero, porque eu fui de uma ... eu participei, quando Deputado, de uma visita ao Uruguai, à ditadura uruguaia. Nós estávamos lá numa missão de Deputados da esquerda brasileira, estávamos levando nada mais nada menos do que o filho do principal líder Tupamaro(F) que estava preso numa enxovia chamada "La Libertà"(F) por ironia. Meu Deus, como é o nome do principal líder Tupamaro(F) que levou um tiro na boca, enfim, o... o seu filho... Raúl Sendic, o seu filho era o Raúl Sendic Ivo(F). O risco que nós corremos foi muito grande, a ditadura uruguaia não respeitava nada, e nós fomos lá, estava conosco o saudosíssimo Advogado da Liberdade Evaristo de Moraes Filho. Nós fomos lá. Primeiro fomos lá contando para a ditadura uruguaia uma mentira, porque nós dizíamos que o Raúl Sendic Ivo(F) morava no México e na verdade ele morava em Havana, e como não era na época do computador, isso passou. O rapaz queria ver o pai de qualquer jeito. E o pai foi ver, eles permitiram que o pai o visse. A ditadura uruguaia praticou as piores barbaridades.

Nós sentávamos na mesa, com os familiares de perseguidos políticos, e os policiais sentavam na nossa mesa para ouvir as conversas sem pedir licença. Mandaram marinheiros fazerem baderna no último dia que estivemos lá, fizeram todas as provocações para tentarem um confronto conosco que eu não sei em que daria, e quem chefiava essa delegação era o Deputado Amorim Muller, que foi muito hábil em conduzir a todos naquele momento. Mas nós chegamos lá, ouvimos coisas terríveis, a ditadura uruguaia tinha um ódio permanente ao vencido, diferente até da ditadura brasileira, que ela tinha o adversário da vez. Quando começou a luta armada ela esqueceu os adversários de primeira instância e deixou os adversários já livre da tortura, passava a torturar o adversário da vez. O ódio ao vencido era tão grande lá que, entre todas as coisas, eles faziam com as mulheres, eles introduziam na vagina das mulheres um aparelho de sucção, e as mulheres, por defesa natural, se abaixavam, até o momento que chegavam ao chão e, quando chegava ao chão, aquilo lhes arrancava o útero. É uma coisa realmente enojante, eu nunca esqueci o nome do Coronel que mandava mais do que todo mundo no Uruguai, chamado Coronel Ledesma, um imbecil que conseguia

andar em duas patas, ele conseguia andar em duas patas. Tinha todo o aspecto de um ser humano, inclusive era considerado como ser humano por certidões que ele tirava no Uruguai, mas não era um ser humano aquilo. Quer dizer, este horror que o Brasil viveu, que viveu a Argentina, que viveu o Uruguai, esse horror que viveu o Chile, isso que causa toda nossa repulsa, não deve nos eximir de ter a mesma repulsa quando bilhamos(F) eventuais situações de desrespeito aos direitos da pessoa humana em que qualquer lugar, inclusive em Cuba, em qualquer lugar.

Eu sou uma pessoa que V. Ex^a conhece a minha origem. Me emocionava muito nós vermos aquela tentativa, eu me solidarizei o que pude com Cuba enquanto acreditei. Eu não consigo acreditar que aquilo sirva ao povo cubano. Eu gostaria de saber que trauma não passa na cabeça de um povo que sai daquela ditadura corrupta, sanguinária de Fulgêncio Batista, e resvala para uma outra ditadura. Por outro lado, eu digo isso com enorme tristeza, porque minha geração viveu aqueles sonhos todos. Eu quero esclarecer, eu quero saber de verdade o que fizeram com esses rapazes. Considero estranho que alguém diga assim que quer boxear profissionalmente, alguém diga assim: “pôxa, eu me arrependi”, eu considero estranho, e torço mesmo para a gente aqui poder aqui dizer depois da vinda do Ministro Tarso Genro, eu torço mesmo para a gente poder dizer que o Governo brasileiro... eu quero ser convencido de que o Governo brasileiro agiu com correção, eu quero ser convencido que não se repetiu o episódio do transporte clandestino de dois seres humanos, eu quero me convencer disso, porque me assustou muito o que eu vi, Fidel Castro dizendo “eles não são condenados à morte, não serão presos”, eu digo: meu Deus do céu, então íamos prender o “Mazzola”, eu estou pegando o parâmetro brasileiro, íamos prender o “Mazzola” porque ele se naturalizou italiano. Não é concessão nenhuma respeitar o direito à vida que tem esses dois cidadãos cubanos. Agora depois me pavor mais, vai para a Casa de Visita. Que Casa de Visita é essa? Eu me apavoro mais ainda.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Senador Arthur Virgílio, nós temos um jogador de futebol, Ríncon, colombiano.

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM): Fred Ríncon.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Que está preso no Brasil e tem pedido de extradição. Isso já rola há dois ou três anos. O Governo brasileiro até hoje não agiu com a celeridade que agiu --

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM): O Brasil é tão generoso na sua tradição diplomática de

asilo que não foi fácil, aliás, foi por vontade própria aquela figura do assalto ao trem pagador, uma figura por sinal de extrema simpatia pessoal, e, Senador Inácio Arruda, o Brasil na sua tradição de dar asilo a todos que o procuram para pedir asilo, o Brasil até já asilou criminosos, como criminoso era aquela figura historicamente execrável do Alfredo Stroessner. O Stroessner morou aqui, chegou a morar em Brasília, enfim, uma figura que fez um mal enorme ao seu país, ao Paraguai. O Brasil já concedeu asilo a todos, o Brasil tem essa tradição, uma tradição de, tirando o período mais negro da ditadura brasileira, quando infelizmente outros países aqui da nossa vizinhança eram ditaduras também e eles trocavam informações para ver como é que se tinha nova forma de torturar, como que se torturava mais rápido para obter mais rapidamente a confissão, e faziam o transporte de presos, alguém era preso aqui, tentava fugir daqui e era preso, era recambiado para a Argentina, o Brasil pegava um argentino, mandava e eles mandavam um brasileiro para cá, enfim, uma ditadura entregava os presos que a outra ditadura queria prender, os cidadãos que a outra ditadura queria prender, ou seja, eu não vejo outro caminho a não ser nós aprofundarmos a liberdade tão essencial que, para mim, gera bem-estar. O regime de liberdade é o que gera bem-estar. O regime de ditadura, ele termina beneficiando uma pequena casta, tem sido assim. Portanto, eu aguardo mesmo, com muita ansiedade, essa explicação do Governo brasileiro, cabal, porque nós não podemos compactuar com agressão ao direito da pessoa humana.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Senador, antes de passar, eu queria fazer um apelo ao Senador Mão Santa. Eu havia assumido um compromisso com o Senador Crivella, ele está com problema de vôo.

SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ): Não, não estou não, Presidente. Sr. Presidente, não tem nada disso.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Resolveu? Podemos continuar a discussão?

SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ): Podemos, nós podemos continuar a discussão.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Podemos continuar a discussão, então eu fico mais confortável. Antes de passar a palavra ao Senador Mão Santa, eu queria dizer ao Senador Inácio Arruda que eu talvez tenha sido, juntamente com o Senador Arthur Virgílio, eu tenha sido um dos responsáveis pela comparação entre o caso Olga Benário e o caso dos atletas cubanos. Eu não veja nenhuma diferença. A diferença é tecnológica. As versões de

pedido de que os atletas pediram, houve no caso da Olga Benário. O erro do Governo brasileiro foi não ter agido como manda a lei, não ter feito um procedimento que desse a tranquilidade de que não estavam sendo pusilânimes com o Governo, atendendo a uma solicitação do Governo cubano. Essa é uma mácula que o Governo não conseguirá se livrar dela. As versões agora de que os atletas fingiram que estão felizes, o Senador Suplicy queria que eu falasse com a sogra de um dos rapazes dizendo que ele estava passeando lá no..., como é o nome? Malecon(F). Primeiro que eu não sabia se era sogra realmente, e segundo, veja bem, num momento como esse V. Ex^a sabe que sob pressão psicológica ou sob tortura você diz qualquer coisa. E volto a repetir: eu tenho uma admiração pessoal muito grande pelo Presidente da Assembléia Nacional de Cuba, tenho me encontrado com ele, é o Alarcón, eu tenho me encontrado com ele em vários movimentos internacionais, simpósios, seminários, e nós não temos o direito de condenar Cuba não. Cuba agiu como sempre agiu, não mudou. Nós é que mudamos, nós é que mudamos. E esta história da calada da noite, sem o acompanhamento do Itamarati, sem a participação da pastoral dos direitos humanos, cadê a Igreja onde tudo se colocava? Quer dizer, exame de corpo de delito, uma entrevista à imprensa. O aqodamento, a pressa para servir alguém, para atender alguém, é o que nos deixa aborrecidos, e essa Comissão tem que cumprir o seu papel, que é o da apuração desses fatos.

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): Eu não fiz nenhuma contestação ao requerimento. Eu apenas fiz uma proposta que nós alterássemos de convocação para convite, que é o que eu acho que está todo mundo de acordo. Claro. O problema, Senador Heráclito, é que eu conversei aqui com o Senador Arthur Virgílio. É que o Senador Arthur Virgílio, ele já tem uma opinião formada, atualizada dele, sobre Cuba. Então com a opinião já é formada nós não temos mais como ... ele já tem a opinião formada, então o que eu vou fazer? Eu vou tratar do episódio, não há --

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Senador, me desculpe, mas nós não estamos julgando Cuba não, nós estamos julgando o Brasil, a autoridade brasileira aqui no caso.

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): Mas eu estou me reportando ao debate que se promoveu, e se discutiu aqui também sobre Cuba, e nesse ponto de vista o Senador já tem uma opinião formada. Eu não sei se V. Ex^a já tem, mas o Senador Arthur Virgílio já deu --

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): A única crítica que eu fiz aqui, e foi ao Fidel Castro, foi de chamar de prostitutas as moças que

andavam na companhia dos rapazes, que é discriminatório e inaceitável por parte de nós brasileiros.

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): Mesmo que a gente tenha uma opinião formada --

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Se fosse o Bush que dissesse isso nós estávamos com passeata aí na Avenida Paulista bombando.

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): Muita gente não tem feita passeata sobre Bush não. Bush tem feito o que quer e muita gente não tem feito passeata nenhuma, nem dado opinião sobre ele. Então eu acho que esse episódio, o que nós temos que fazer é esclarecer o episódio, porque a opinião sobre Cuba sempre vai ter, quer dizer, um Senador tem uma opinião, outra tem outra sobre a realidade cubana, é um país que está se desenvolvendo, que está crescendo, que querendo ou não é a segunda potência olímpica da América, quer dizer, do Canadá à Patagônia, do Alasca à Patagônia, querendo ou não. São questões que você vai colocando, se for um debate sobre Cuba ou sobre o regime cubano e etc.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Que não é o caso.

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): Que não é nem a responsabilidade nossa, mas nós temos opinião, vamos formando no tempo. Agora o episódio, esse episódio é outra coisa que nós temos que examinar e esclarecer, é esse episódio. Agora aproveitar o episódio para poder estabelecer a sua opinião sobre Cuba, não precisa desse episódio para a gente dar opinião sobre Cuba, os que defendem Cuba e os que não defendem o seu regime, não precisa desse episódio para esclarecer a opinião sobre Cuba, isso que a gente tem que esclarecer, e não há paralelo com o episódio de Olga Benário, que aí eu estou de acordo. Há intriga do Senador Felinto Muller, mas há evidentemente o crime de Estado, porque foi o Presidente da República que permitiu. É uma outra situação totalmente diferente, mas absolutamente diferente. Querem fazer essa comparação, é um exagero, é uma forçação de barra sem precedentes também do ponto de vista político.

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM): Senador Arruda Inácio, antes do senhor encerrar permite eu apartar?

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): Claro.

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM): Tem razão o Senador Inácio quando diz que eu tenho opinião formada sobre a ditadura cubana. Eu tenho. E tem Senador o Senador Heráclito quando diz que o interesse nosso é saber da responsabilidade do

Governo brasileiro nesse episódio. Agora quer ver eu melhorar a minha opinião sobre Cuba? É deixar de ter notícias de que direitos humanos são violados lá. Eu não percebo que a coisa melhore nesse campo. É a segunda potência e, obstinadamente eles têm feito um trabalho de base que fez de Cuba a segunda potência no esporte olímpico, nas Américas. Isso é verdade, é louvável. Por outro lado, foi o único país que apresentou essa história de alguém largando a sua delegação. Os outros estariam livres para dizer: "olha, eu gostei muito do Brasil, eu vou ficar aqui". Qualquer lançador de dado da República Dominicana ou da Costa Rica poderia ter ficado aqui. O escândalo está em que é uma questão de Estado a opção do rapaz de ficar ou não ficar. E aquele outro, do handebol, que inclusive trabalhou com o Advogado, que já devia ter contatos no Brasil, deveria ter planejado aquilo e não improvisado, ele pediu asilo ontem, se não me engano, e ele teve cobertura brasileira, de pessoas no Brasil, enfim, mas outro que demonstrou seu descontentamento, ou seja, optou por sair de lá, e sair de lá é um problema, sair de lá não é --

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): É que tem aí, Senador Arthur Virgílio, é preciso realmente esclarecer as coisas, fazer um debate sincero sobre a opinião, sincero, porque senão a gente fica só na posição política-ideológica.

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM): Eu sou sincero.

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): Eu também falo muito sinceramente, e gosto de debater com V. Ex^a por isso, porque há sinceridade na palavras de V. Ex^a. Vários jogadores, vários atletas cubanos são jogadores em vários países, em clubes de vários países, sem deixar de ser da seleção cubana, em vários. Na Itália, na França, na Alemanha, mesmo nos Estados Unidos. Eles são profissionais naqueles clubes e vem para a seleção cubana. É bom a gente não fazer essa confusão. O episódio é outro, é de outra natureza. Se a gente conseguir esclarecer, vamos fazê-lo, eu tenho a convicção de que nós vamos chegar a bom termo nesse debate, para a gente não ficar apenas com a nossa opinião formada. Eu tenho uma, não concordo com absolutamente tudo que Cuba faz, nós temos as nossas opiniões, temos discutido com os cubanos aqui no Brasil sobre vários aspectos do desenvolvimento, do crescimento, da economia e etc, porque temos as nossas opiniões, damos aqui no Brasil e damos também para os nossos amigos de outros países e de outras nações, quaisquer que sejam elas que peçam a nossa opinião, também não saímos oferecendo opinião e dando lição para os outros de democracia, de Direitos Humanos, de nada disso.

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM): Mas temos o direitos de dizermos --

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): Nós temos a nossa opinião, mas não temos o direito de ficar dando lição para os outros.

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM): Mas no fórum internacional dizer assim: "Não concordamos com o fuzilamento de cinco homens, nós não concordamos".

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): Claro, somos contra a pena de morte.

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM): E o Brasil tinha que ter feito isso de maneira incisiva e não fez.

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): Nós temos defendido a posição do movimento internacional contra a pena de morte.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Sr. Presidente, é questão de ordem, não é pela ordem não. O regimento aí tem um tempo de debate, não é, dois minutos para cada e --

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): Nós concluímos, Sr. Presidente, a nossa fala.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Concluíram? V. Ex^a não concorda com o Fidel pela acusação feita às brasileiras, eu queria --

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): Sr. Presidente, eu não concordo com muita coisa que a gente diz aqui.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Mas o Fidel pode.

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): Não, o Fidel não, nem ele e nem ninguém.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Claro, muito obrigado. Senador Mão Santa, em seguida o Senador Crivella.

SENADOR MÃO SANTA (PMDB-PI): Serei breve. V. Ex^a tem razão, o episódio é muito grave. Na história da humanidade, isso daqui é uma Casa para fazer leis. No meu entender o dia mais feliz do mundo foi quando houve a Declaração Universal dos Direitos Humanos. Nós não podemos abrir mão. Então, as Nações Unidas, pecado maior, Cuba, segundo o nosso Senador Arruda, faz parte dessa ONU. Devia ser tirada a vaga dela. Primeiro, artigo 3º: "todo homem tem direito à vida, à liberdade e à segurança pessoal". Serei breve. Artigo 9º: "ninguém será arbitrariamente detido ou exilado". E por uma ironia do destino, qual é o nome do PT aí, hein, tem alguém? Não tem ninguém, o PT está ... por ironia do destino, artigo 13. É o número do PT, ô Arruda, 13 é o número? Eu não sei também, é o número do PT? Por ironia do destino, o artigo 13 da Declaração Universal dos Direitos Humanos, "todo ho-

mem tem direito à liberdade de locomoção e residência dentro das fronteiras de cada Estado; todo homem tem direito de deixar qualquer país, inclusive o próprio, e a este se quiser regressar". Então é isto, está aqui, é uma manchete desse jornal aqui, O Globo, "Fidel pune atletas deportados pelo Brasil". O artigo 13, Luiz Inácio, 13, ironia do destino, da ONU, "todo homem tem o direito à liberdade de locomoção e residência dentro das fronteiras de cada Estado; todo homem tem livre direito de deixar qualquer país, inclusive o próprio, e a este regressar". E está aqui O Globo, "Fidel pune atletas deportados pelo Brasil", e é o artigo 13. Então eu queria terminar dizendo o seguinte. Artigo 23: "todo homem tem direito ao trabalho, à livre escolha". Se eles querem escolher o boxe e o outro está determinando? Arruda, V. Ex^a é um extraordinário líder da política brasileira, eu sou a sua admiração --

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): E eu à pessoa de V. Ex^a.

SENADOR MÃO SANTA (PMDB-PI): Eu também, mas o Fidel eu conheço, e eu tenho uma experiência própria que quero relatar, eu conheci ele lá e tal, nós vamos quero discutir, eu quero debater. Eu conheço a Modeguita do Meio, o Favorito, tomei o Daiquiri(F), tomei o Mourito(F), conheço tudo, as cubanas se oferecendo, eu conheço Cuba. Então é o seguinte: fui fazer um convênio, a minha universidade, o Estado do Piauí, fizemos não só com Cuba, com São Marcos, a primeira universidade na América Latina no Peru, com Coimbra. Não levei médico no Piauí porque eu sou médico e vim à política, mas convivi com a classe médica, porque tinha um Prefeito de Paulistana, que era [ininteligível], ele era do PT, da esquerda, tinha um lá e outros de lá foram ali para vamos dizer uma cidade do Barras, e eu convivi com eles com o Governador, eles viviam sentados. Primeiro esperavam eu sentar com o Governador e eu conversava. Olha, num tempo eu estava lá no almoço, um médico disse assim: "olha a comida que tem aqui; a gente não come em um mês em Cuba". Um ficou logo com uma brasileira, não ia deportar nunca. Agora eu fiz convênios com a universidade com determinados profissionais, inclusive na área de esporte. Era mais ou menos, eu não sei o número exato, eu posso estar errando, mas vamos dizer que seria seiscentos dólares para ele vir, principalmente na área de esporte, em outras áreas, não fiz a de saúde, mas no contrato a metade a gente tem que pagar ao Governo cubano e ele fica com a outra metade. Por isso que eles querem deportar, ele vendendo o trabalho profissional. Eu fiz inúmeros, só não fiz na área médica porque eu sou médico, eu não ia contrariar nenhum sindicato médico.

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): Foram bons assim os resultados?

SENADOR MÃO SANTA (PMDB-PI): Foram, realmente foram, mas no contrato, a metade, eu não sei os valores exatos porque era muita coisa, mas a metade se depositava para o Governo, e ele tinha que subsistir com a outra metade.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Para o Fidel?

SENADOR MÃO SANTA (PMDB-PI): É, a outra metade para o Fidel. Mas o artigo 23: "todo homem tem o direito ao trabalho, à livre escolha de emprego e condições justas". Então o artigo 28: "todo homem tem o direito a uma ordem social e internacional em que os direitos e liberdades estabelecidos na presente declaração possam ser plenamente realizados". Então pecou e eu quero lhe parabenizar, Heráclito, você está muito além. Olha que eu vi uma manifestação que vai ter aí, desses Sem-Terra, isso é um exército. Eu sou oficial da reserva, eu os vejo marchando na cadência, na ordem, é dinheiro, é tudo organizado, aquilo ali está um exército, eu não sei quem vai comandar, mas vamos supor... e a manifestação vai ser contra o Senado, contra o Renan, eles estão anunciando, convocando. Vamos supor aí que num agrado o Luiz Inácio, amigo do Renan, eles tomem o Governo. Nós vamos precisar buscar um asilo no Uruguai, ali no Uruguai, aí o Uruguai nós devolve, estamos morto na mão desses irresponsáveis. Ah, se V. Ex^a fosse o comandante, aí estava... então V. Ex^a está salvaguardando --

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): É que --

SENADOR MÃO SANTA (PMDB-PI): Os nossos próprios, que ninguém sabe nessa estabilidade, e eu o parabenizo, e mais, uma crítica ao Presidente Luiz Inácio. Ele está lá na Jamaica, parece que ele tem inveja de V. Ex^a. V. Ex^a me levou a essa Comissão e V. Ex^a se lembra que nós fomos à Jamaica a trabalho. Lá tem uma organização internacional que ela é oriunda da Alemanha, lá é que se faz a lei, mas ela é sediada, eu acho, pela posição geográfica, eu estou avaliando no mapa, em Jamaica, que é a terceiriza ilha do Caribe em tamanho. Cuba é a maior, aquela de Haiti e Porto Rico e ela. Então tem o que eles chamam de autoridade. O chefe lá é o Nides Satya(F), ele nasceu numa ilha, que eu olhei, Nide(F), é o Satya Nadan(F) o nosso assessor ali de [ininteligível] e é muito interessante poro que o Heráclito foi convidado.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Fiji.

SENADOR MÃO SANTA (PMDB-PI): Fiji é o nome da ilha. Olha, ele é internacional, o Heráclito. Então é o Satya Nadan(F), mas nós estivemos, acompanhados pelo Flexa Ribeiro, presidido pelo... essa

organização em inglês é o [ininteligível], eles buscam pesquisar as riquezas submarinas, esses metais que dizem os técnicos que vão desaparecer na superfície da terra, então eles estão... todo mundo pesquisa e paga, inclusive a perspectiva de ter no nosso litoral, na área de Fernando de Noronha, as maiores riquezas estão sendo detectadas. Então eles nos advertiram e nós fomos para isso, e é uma pena o Luiz Inácio não vir aqui aprender aqui conosco, porque a PETROBRAS que gasta dinheiro com estudo, com escola de samba, com time de futebol e tudo, nunca deu um tostão e o Brasil é o único país que não está pesquisando as riquezas internas de metais. Então nós achamos, eu e o Heráclito, estamos aguardando o relatório, para que haja influência.

Antes do Lula estar lá no negócio do biocombustível, que ontem o da Nicarágua deu o recado do Chaves para eles, que aquilo é uma loucura, lá eles que se entendam, ele devia fazer era um contrato. A Petrobrás gasta tanto dinheiro, nós pagamos a gasolina mais cara do mundo. Eu já fui na Venezuela, você enche um tanque de carro a cinco reais e aqui a cinquenta. Então esse dinheiro que é gasto aí, e V. Ex^a deveria era ter sido o Presidente da Petrobrás, porque é austero, é parcimonioso, daria um pouco de recursos para o Brasil pesquisar as nossas riquezas internas. E ele disse que os outros países ele não pode deter. O Japão já estão é pesquisando daqui a pouco as nossas riquezas. Essa é a nossa preocupação, e parabenizá-lo pela nossa missão que foi em Jamaica, que só agora o Lula vai, mas justamente não vai no ponto mais importante que é apoiar, e eu queria agradecer, Heráclito, eu estou agradecido pelo Piauí. Esses dados aqui, ele deu até demais, da Consagração Universal dos Direitos, foi um piauiense, o Bernardo que está assessorando aí, que mostra a inteligência de nossa gente.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Item 3 da pauta, com a palavra o Senador Marcelo Crivella.

SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ): Senador Heráclito Fortes, V. Ex^a é um grande defensor dos direitos cubanos, mas peca contra seu colega, o Senador Crivella.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Defensor dos direitos cubanos?

SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ): Dos direitos humanos dos boxeadores cubanos, mas V. Ex^a --

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Dos cubanos que ele falou, V. Ex^a está com --

SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ): V. Ex^a peca contra os direitos de seu colega. Primeiro V.

Ex^a, quando conferir no vídeo tape dessa Comissão vai ver que me cassou a palavra que V. Ex^a tinha me concedido. Calma, deixa eu falar agora, ouça calado. V. Ex^a me cassou a palavra. Mas é claro que o debate tem uma importância extraordinária, e V. Ex^a, com toda a sinceridade, eu o conheço, V. Ex^a é corpulento e o seu coração ocupa talvez a maior parte desse corpo, nós sabemos disso. Mas V. Ex^a ensinou e provocou risos nesse auditório, de que o seu colega estaria preocupado em voltar para o seu Estado de origem, que tenho que voltar mesmo, V. Ex^a também para o Piauí, nós defendemos os nossos Estados, temos compromisso enormes, principalmente às vésperas da eleição municipal, mas não é isso não. Eu ontem, V. Ex^a também esteve aqui prestando uma homenagem ao Senador Antônio Carlos Magalhães, eu fui o último orador.

Hoje abri a sessão às nove horas da manhã, a sessão do seu Vice-Presidente aqui do lado, e era um requerimento que eu sou co-autor para tratar sobre energia. Ainda tinha o Ministro do meu estado, o Lupi, aqui do lado na Comissão de Direitos Humanos tratando sobre trabalho escravo, e além de tudo premido pela paixão, pelo amor incandescente que sinto da África onde passei dez anos como missionário. Então eu quero dizer a V. Ex^a que vou para o Rio de Janeiro, que confio na aviação, mas a minha passagem é as vinte e uma horas. Então V. Ex^a fique sabendo isso, e todos esses que riram, não tenho nenhuma intenção de sair daqui às pressas. Agora, espera aí, V. Ex^a não pode achar, não tem o direito de achar de que rusga ou arranha a admiração, o carinho e, mais do que isso, a intenção que sei que existe por trás de suas palavras, que sempre nos debates mais acalorados V. Ex^a procura dar um cunho mais amistoso às nossas questões, e deu a oportunidade ao Brasil de assistir aqui ao debate mais, eu diria, categorizado entre duas pessoas que conhecem profundamente. Arthur apresentou argumentos eu daria profundos, e a contradição de Inácio foi também profunda. V. Ex^a, como eu, sabe que o regime político de Cuba é para ser execrado, execrado. Inácio defende, em certos aspectos, alguma coisa que, a meu ver, é indefensável. Mas eu queria apenas deixar registrado isso antes de ler o relatório que V. Ex^a me dá a honra, e eu, repito, de relatar, sabendo do amor que tem pela África.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Antes de mais nada, eu queria remendar essa fratura de comunicação existente entre nós dois que eu não permito. V. Ex^a tem razão. Quando eu falei da palavra, voltou-se aqui o debate de maneira acalorada, e eu esperava que o assunto tivesse terminado e não estava, daí porque V. Ex^a tem razão, o assunto foi retomado e V. Ex^a pacientemente aguardou. Quando

eu me referi a que V. Ex^a iria viajar, é bom que se diga, o que o Brasil todo saiba, que Senador, Deputado, têm direitos e deveres, têm obrigações nesta Casa e tem obrigações fora. Eu entendo a preocupação de V. Ex^a, nós temos que ter realmente isso, mas a informação que me chegou é que V. Ex^a tinha um compromisso oficial fora e tinha o voo com horário marcado. Daí porque eu tive essa preocupação. Sei até que V. Ex^a não depende muito de entrar no sofrimento de nós outros com relação a este voo, mas fiquei preocupado.

SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ):

Só se V. Ex^a me emprestasse um avião.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Mas fiquei preocupado e daí porque eu quis, inclusive para estimular os companheiros, a apressar o debate e não lhe prejudicar. V. Ex^a fique absolutamente certo que, atuante como é, presente como é, jamais, quando fiz essa referência, foi no sentido de dizer que V. Ex^a já estava saindo das suas obrigações, pelo contrário, se ficou essa impressão quero que seja retirada, porque eu tenho por V. Ex^a uma admiração e um respeito pelo trabalho que faz. Foi apenas para inclusive estimular os companheiros que fossem mais rapidez na questão.

SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ):

Muito obrigado, Sr. Presidente. Mais uma vez agradeço a honra de poder relatar esse texto que aprova o acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República de Angola sobre auxílio jurídico mútuo em matéria penal. Essa Comissão é chamada a pronunciar-se sobre o projeto de decreto legislativo 113/2006, que é o PDC 2219 na origem da Câmara dos Deputados. Em cumprimento ao disposto no artigo 49, inciso I, c.c. o artigo 84, inciso VIII, da Constituição Federal, o Sr. Presidente da República submeteu à apreciação do Congresso Nacional o texto do ato internacional referido. O projeto de decreto legislativo foi aprovado pela Câmara dos Deputados em 17 de maio de 2007, tendo naquela Casa passado pelo crivo da Comissão de Justiça e Cidadania. Sr. Presidente, passo imediatamente à análise. No preâmbulo do acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República de Angola sobre o auxílio jurídico mútuo em matéria penal, os Estados partes reconhecem a necessidade de se buscarem instrumentos para combater o crime transnacional, a exemplo de lavagem de dinheiro, corrupção, tráfico ilícito de drogas e de arma de fogo, entre outros. Com o acirramento do processo globalização verificamos não apenas a intensificação do fluxo de pessoas, bens e capitais entre fronteiras estatais, mas também de atividades criminosas.

Desse modo, torna-se inviável reprimir a criminalidade disseminada em nível transnacional exclusivamente por meio de legislação doméstica. Em outras palavras, é indispensada a celebração de tratados de cooperação em matéria penal. Em seu artigo 1º, o acordo em exame determina que a assistência entre Brasil e Angola será prestada ainda que a conduta do agente sob investigação, inquérito ou ação penal, seja punível em apenas um dos Estados. A execução do pedido poderá ser negada nos casos previstos no artigo 3º quando, por exemplo, atentar contra a soberania e aos interesses essenciais do Estado, ou quando houver fortes indícios de que o procedimento penal desrespeita garantias previstas em instrumentos internacionais de proteção a direitos humanos. O acordo prevê, ainda, regras sobre a forma e o conteúdo das solicitações. Em suma, o presente tratado reforça os termos de outros instrumentos multilaterais, com destaque para a Convenção das Nações Unidas contra a corrupção, convenção contra o crime transnacional organizado em seus protocolos. Por todos os expostos, por ser conveniente e oportuno aos interesses nacionais, constitucional e legal, e versado em boa técnica legislativa, somos pela aprovação do presente projeto de decreto legislativo. Sr. Presidente, eu gostaria apenas, Sr. Presidente, de dizer que a imagem que temos hoje da África é bem diferente da que tínhamos há cinquenta anos atrás, Sr. Presidente. Quando inicia-se o processo de descolonização da África Continental, parecia ao mundo de que a África finalmente entraria num caminho de progresso, de educação, de desenvolvimento econômico. Porém, o que ocorreu, o que se observou, Sr. Presidente, é que a África passou a sofrer um projeto de balcanização. E isso, Sr. Presidente, eu explico o porquê. A África, vivi lá dez anos, ela tem uma característica. O africano sempre foi o homem da sua tribo, o homem da sua família, da sua linhagem, e partindo da década de 60 passou a assumir uma das, eu diria teorias políticas, mais cruéis que os homens foram capazes de entabular, que é a teoria das nacionalidades. Os líderes que assumiram os processos de descolonização, cito Camuzobanda(F), cito Roberto Mugabi, cito Samora Machea(F), o próprio Mobutu(F), cito Idi Amin Dadá(F), eram jovens formados nas escolas européias, americanas e russas também, e trouxeram para cá o conceito de "a cada nação um Estado".

Mas a África dessa época, Sr. Presidente, era a África agropecuária. Portanto, a riqueza estava no campo, e para financiar esse Estado, desses jovens líderes, começaram os primeiros conflitos. E houve aí, Sr. Presidente, um seqüestro cambial das riquezas do campo em favor da cidade. Era a guerra do produtor de riqueza contra o produtor de poder. A partir daí, Sr.

Presidente, a África se vê derramada pelo sangue, vê em seu solo o derramamento de sangue entre os homens que geravam poder, os produtores de poder e os produtores do campo. É claro, Sr. Presidente, que, por exemplo, na África do Sul, onde existem onze nações, onze nações, Sutus(F), Zulus(F), Tsuanas(F), Cossas(F), Pedis(F), se fez um só Estado, com conflitos imensos que se irradiaram também em Moçambique e nessa Angola que agora vemos. Sr. Presidente, eu gostaria, no momento em que peço o voto dos meus companheiros para esse acordo, ressaltar, ressaltar o papel importante que deve ter o continente africano para a diplomacia brasileira, até porque, Sr. Presidente, é a nossa fronteira leste, e cada vez que ocorre conflitos lá, inclusive aumento de consumo de droga ou conflitos armados por questão de poder, o Brasil acaba sendo afetado por irradiação. Mas não é só isso não, Sr. Presidente. O Brasil deve muito na sua constituição, na sua civilização, a toda a contribuição dada durante trezentos e cinquenta anos por negros africanos que foram submetidos aqui a esse hediondo regime que imperava em nossas terras, a escravidão. De tal maneira, Sr. Presidente, que agora estamos fazendo um acordo com Angola de tratar de efeitos. Por isso fiz essa pequena explanação, efeitos de uma balconização que surgiu no continente africano e que hoje ainda leva milhões de pessoas ao desemprego, à fome e à falta de desenvolvimento econômico e social. Por isso muitos se prestam a esse hediondo trabalho de vir ao Brasil e serem mulas no tráfico de drogas. E acredito, Sr. Presidente, para concluir, que esse acordo há de contribuir para que essas pessoas que foram pegadas, que sejam pegadas aqui no Brasil traficando drogas, possam serem presas, extraditadas para Angola e pelo menos ficarem pertos das suas famílias, como também os brasileiros na África virem para cá. Além disso, que as polícias de ambas as nações possam desenvolver programas em comum. Sr. Presidente, eram essas as minhas palavras.

SR. SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE): V. Ex^a me concede um aparte?

SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ): Concedo o aparte a V. Ex^a com o maior prazer, é uma honra ouvir V. Ex^a.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Senador Marco Maciel, tem a palavra para o aparte concedido.

SR. SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE): Nobre Senador incrível, eu gostaria de em rápidas palavras dizer que V. Ex^a citou muito bem a questão África. Houve um debate muito grande no mundo e também aqui no país quando se aproximava a virada do século, mais do que a virada do século, a virada do

milênio, sobretudo naquele período do ano de 2000 e 2001, porque realmente nós estávamos assistindo não apenas a uma virada de um século, mas algo muito mais significativo, a virada do milênio. Poucas gerações conseguem ver ou participarem de uma virada de século, pouquíssimas conseguem participar de uma virada de milênio, e nós fomos, a geração sob esse aspecto, afortunada, porque vivemos a virada de um século e de um milênio. Então sempre discuti que prioridades deveriam marcar o novo século e quem sabe o novo milênio. Então teve um professor francês, pensador, filósofo, [ininteligível] Lapouge(F). Eu conheço alguns trabalhos dele e ele desenvolveu um raciocínio de que em grande parte subscrevo. Algumas pessoas especularam os temas mais diferentes, mas ele foi num tema específico e foi a questão África. Ele disse: "olha, uma prioridade no novo século é resolver a questão África". Por quê? Porque as fronteiras da África foram definidas ao arrepio dos interesses das suas populações, e isso explica muitos conflitos que ainda marcam a África dos nossos dias. Enfim, é um reflexo do fim do colonialismo e também da primeira, mas, sobretudo, da Segunda Grande Guerra Mundial, e daí porque eu acho que nós devemos ter uma preocupação com a África e, quem sabe, fazer como V. Ex^a está preconizando, assim um repensar da África olhando de fato as suas diferenças étnicas e formas de como essas etnias possam se organizar e construir o seu projeto de desenvolvimento.

Quando eu cheguei V. Ex^a tinha praticamente prolatado o seu parecer, mas ainda gostaria de dizer que de fato a questão África é uma questão não resolvida, e não é por outra razão que a África é o continente que tem o maior número de países, o que a ONU chama de [ininteligível], quer dizer, as regiões, os países menos desenvolvidos, para falar claro o quarto mundo, mais do que o terceiro, o quarto mundo. Entre os países classificados pela ONU nesse critério a África comparece com trinta e quatro países. Na América, no nosso hemisfério, no caso é o Haiti, é o único caso, e a África, pelo menos na última estatística que eu vi, a África comparecia com trinta e quatro países. E os demais eram países do pacífico austral, da Oceania, etc, mas com eu quero dizer que a questão africana é uma questão que dói e sobretudo porque nós tivemos uma grande contribuição africana na formação dessa diversidade étnica que é um grande patrimônio que o Brasil possui. Por isso eu quero dizer, que embora não tenha ouvido o parecer de V. Ex^a em toda sua inteireza, não posso deixar de dizer que as considerações que V. Ex^a produziu são considerações que devem ser refletidas.

SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ):

Muito obrigado, Senador Marco Maciel, e assim, Presidente, eu concluo o meu relatório, apenas dizendo que da última visita do Presidente Lula ao continente africano, nós, ao chegarmos na África do Sul, país mais desenvolvido do continente, era um jantar na casa do Presidente Thabo Mbeki, e o primeiro pedido que ele fez ao Presidente foi de que o Brasil apoiasse a Copa do Mundo na África do Sul. E isso, Presidente, é muito importante, porque ali há onze nações. Como disse o africano é, e acredito que sempre será, o homem da sua família, da sua tribo, essa sua linhagem, e ali existem Zulus(F), Sutos(F), Cossas(F), Tsuanas(F), ele é própria é Cossa(F), e de tal maneira é importante tentar formar uma nação que a Copa do Mundo, com uma camisa, um time, uma bandeira, será fundamental na unificação do que ele quer e que sirva de exemplo para um Estado africano. Eu até hoje não sei como que se define uma nacionalidade. Temos aí a fórmula de Renan, mas eu não vou discutir isso, Sr. Presidente, é uma coisa longa, mas eu quero dizer que foi isso que encontrei nos dez anos que eu passei lá, quer dizer, o africano deve, em primeiro lugar, lealdade ao seu chefe tribal, à sua família.

Se o Senhor tiver um africano em Nova Iorque, por exemplo, e chegar lá um parente, ele é obrigado a alojá-lo, a conseguir alimentação por questões de tradicionais milenares. Ele é o homem da sua família, da sua tribo, da sua linhagem, e há ali, dentro daquilo que chamamos um Estado, onze tribos com línguas diferentes, e interessante, embora hoje se fale em Zimbábue, em Zâmbia, em Lessute(F), em Malao(F), em [ininteligível], todos cantam um só hino, [ininteligível] África. É o hino que se canta numa solenidade na Namíbia, em Botsuana, na África do Sul, lá em Moçambique, e vai por aí afora. Há algumas pequenas modificações em termos de sotaque, por exemplo, só por curiosidade, o Zulu(F), ele usa nas palavras o Z. Os Suaze(F) já tira o Z e passa para o T. A água, por exemplo, em Zulu(F) é Amanzi(F), em Tshuase(F) é Amantes(F), mas, pronto, são pequenas diferenças. Agora o hino ainda continua sendo o hino de antes desse processo que citei aqui, de balconização, de teoria de nacionalidades que ocorreu na década de 60 e que lamentamos todos, e concordo perfeitamente com o grande estadista Marco Maciel quando diz que devíamos sim nos preocupar. Eu sempre procuro trazer esse assunto, quando sou dado a honra de relatar qualquer questão sobre a África para trazer à nossa mente ou relembrar a situação desse grande continente, a quem devemos muito, Sr. Presidente. Olha, eu quero dizer o seguinte: Capristano de Abreu dizia que Portugal não tinha tecnologia para criar seu rebanho solto, Portugal é muito peque-

no, era estabulado. Foram os negros africanos que nos trouxeram a dádiva de tratarmos o nosso gado, e hoje temos o maior rebanho do mundo, fora dos estábulos, como também o Governador do Rio de Janeiro, do meu Estado, no século XVI, século XVII, pedia negro de Almina(F), porque dizia que os negros de Almina(F) tinham nas mãos a sorte de encontrar o ouro. Não era, era a tecnologia de minas, e os fornos também lá de Minas Gerais para a metalurgia do ferro vieram com tecnologia africana. De tal maneira, essa é a grande contribuição, eu gosto sempre de ressaltar, e agradeço a paciência e generosidade dos meus colegas em ouvir-me. Obrigado, Senhor Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Em discussão. Não havendo quem queira discuti-lo, em votação. Os Srs. Senadores que aprovam permaneçam como se encontram. Aprovado. Requerimento extrapauta, não terminativo. Requeiro a participação da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional na realização de seminário internacional acerca das mudanças climáticas ocorridas nos últimos anos que colocam em risco qualquer espécie de vida na terra. Em conjunto com a Comissão de Meio-Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle do Senado Federal, Comissão de Meio-Ambiente e Desenvolvimento Sustentável da Câmara dos Deputados, Comissão Mista Especial de Mudanças Climáticas no Brasil e a Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional da Câmara dos Deputados a ser realizado no dia 28 a 30 de agosto. O autor é o Presidente desta Comissão. Coloco em discussão. Os Srs. Senadores que queiram discutir, manifestem-se. Não há discussão. Em votação. Os Srs. Senadores que aprovam permaneçam como se encontram. Aprovado.

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Só o item 5, Presidente, que eu sou o relator, para poder --

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Item?

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): 5 ou 6, eu não sei.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Item 6 da pauta. Projeto de decreto legislativo nº 199. Aprova o texto do acordo sobre transferência de pessoas condenadas entre os Estados partes do Mercosul, celebrado em Belo Horizonte, em 16 de dezembro de 2004. Autoria da Comissão de Relações Exteriores da Câmara dos Deputados e o Relator é o Senador Eduardo Azeredo, que tem o parecer favorável, a quem eu dou a palavra.

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Sr. Presidente, este acordo foi aprovado já pela Câmara

dos Deputados depois de já ter passado pela representação brasileira da Comissão Parlamentar Conjunta do Mercosul que foi anterior à criação do Parlamento do Mercosul. O relatório nessa Comissão foi do Senador Pedro Simon e na Câmara dos Deputados foi aprovado em 31 de maio de 2007, chegando aqui ao Senado em 05 de junho de 2007. O tema é da maior importância, reputando problemática a inserção de qualquer indivíduo no meio prisional, as dificuldades para o estrangeiro, sobretudo nos casos em que não possuam residência habitual no país da condenação são ainda maiores. As diferenças culturais, as dificuldades de comunicação e de relacionamento, derivadas da barreira do [ininteligível] tormento, soma-se ainda a isso a ausência na maioria dos casos de contato direto e pessoal com o mínimo de regularidade com parentes e amigos. As consequências dessa realidade podem ser aferidas de maneira especial em dois planos: na criação de dificuldades de administração dos estabelecimentos prisionais e no questionamento do fim último da aplicação da pena detentiva, que é a reinserção social do condenado. Em geral, não é no Estado da condenação que o apenado irá refazer a sua vida, após a libertação, até porque nessas hipóteses aplica-se como pena acessória a expulsão do território do Estado em que o crime foi cometido. Tendo em vista as circunstâncias descritas, o direito internacional busca há algum tempo solução equitativa que possibilite o necessário cumprimento da pena e, ao mesmo tempo, permita a futura reintegração do condenado ao convívio social no Estado de origem. Considerando esse quadro criou-se um novo instituição de cooperação jurídica internacional em matéria penal, a transferência de pessoas condenadas.

O referido instituto foi desenvolvido a partir de instrumentos bilaterais e adquiriu notável incremento de seu significado e utilização com a celebração de tratados multilaterais sobre a matéria, de que é exemplo a Convenção de Estrasburgo, de 21 de março de 1983, celebrado sob a égide do Conselho da Europa e designada como convenção sobre transferências de pessoas condenadas. Nessa ordem de idéias o acordo em análise revela-se compatível com a prática internacional mais recente. A República Federativa do Brasil possui no momento presente tratados bilaterais dessa natureza com vários países. O texto em apreciação é, entretanto, o primeiro no âmbito multilateral celebrado pelo Governo brasileiro. O acordo sobre transferências de pessoas condenadas entre os Estados partes do Mercosul segue, em linhas gerais, o modelo tratado para trato tratados dessa natureza. Assim, por exemplo, a natureza do consentimento expresso do condenado para transferência, a necessidade de dupla incrimina-

ção, a condição de que a sentença condenatória não seja contrária aos princípios de ordem pública no Estado recebedor, a indispensabilidade de que ambos os Estados aprovem a transferência, a garantia de direitos fundamentais da pessoa condenada transferida e a manutenção da jurisdição do Estado sentenciador para uma eventual revisão criminal. Considerando, portanto, o objetivo, meu voto é favorável e de interesse relevante para o país.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Em discussão. Os Srs Senadores que queiram discuti-lo, que o façam. Não havendo manifestação, em votação. Os Senadores que aprovam permaneçam como se encontram. Aprovado. Senador Crivella, não quero de maneira alguma ser novamente acusado de ter ido contra os seus interesses, realmente a insistência do Senador Eduardo Azeredo fez eu pular o item 7, que é o projeto do qual V. Ex^a é relator. O item 5 --

SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ): V. Ex^a tem uma perseguição aplicável, mas seus pecados contra mim tem perdão antecipado.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Pronto, muito obrigado.

SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ): Antes de pecar já está perdoado.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Aprovam. Item 5º. Projeto de decreto legislativo 196. Aprovam o texto memorando de entendimento entre os membros do Fórum de diálogo Brasil, Índia e África do Sul. O Governo da República Federativa do Brasil, o Governo da República Federativa da África do Sul e o Governo da República da Índia para restabelecer força tarefa trilateral sobre biocombustível, assinado em Brasília em 03 de setembro de 2006. Autoria é da Comissão de Relações Exteriores da Câmara dos Deputados, o Relator o Senador Crivella, com parecer favorável, a quem dou a palavra.

SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ): Muito obrigado, Sr. Presidente. Esse relatório é o da maior importância, Presidente, são um bilhão de pessoas... mais de um bilhão, um bilhão e cem milhões de pessoas na Índia, quarenta milhões de africanos na África do Sul e mais cento e oitenta milhões de brasileiros que hoje torcem muito para que os nossos biocombustíveis possam ter um papel relevante em nossas economias, lembrando que a África do Sul não possui petróleo, produz petróleo através de carvão, que ela consegue, com tecnologia própria, transformar carvão. É a maior produtora de carvão do continente africano e, do esmagamento do carvão, se podemos popularizar dizendo isso, consegue produzir o seu petróleo, mas ainda assim necessita de importação. O

Brasil já é auto-suficiente, eu nem sei porque o Brasil se torna exportador de petróleo, eu não sei como um país pode abrir mão de uma salvaguarda como essa. Lembro que a Indonésia exportava petróleo a três dólares ao Brasil, hoje importa a setenta e cinco. Qual o sentido, Sr. Presidente, do Brasil exportar petróleo? Qual o país que abre mão de salvaguardas como essas? O mundo caminha para uma escassez de energia de longo prazo. Mas muito bem, Sr. Presidente, eu vou então dar, fazer aqui o meu voto. Antes vou ler a análise. Sob a égide da Cooperação Sul/Sul e da emergência do protagonismo brasileiro na produção de biocombustíveis, Brasil, Índia e África do Sul resolveram formalizar uma força tarefa para coordenar os esforços entre esses países e tendem-se a tornar-se potências mundiais no fornecimento e distribuição de bioenergia nas próximas décadas. Muito bem.

A África do Sul também é o maior produtor de cana-de-açúcar do continente. Os três países deverão ainda, segundo a disposição ministerial, estabelecer a cooperação em áreas como produção, consumo de biocombustíveis, programas de cooperação técnica, transferência de tecnologia, capacitação na produção sustentável de biocombustíveis e intercâmbio de informações. Deve ser levar em conta, ademais, que a constituição da força tarefa trilateral sobre biocombustíveis representa a concretização da cooperação a que estão vocacionados os países componentes, ultrapassando o ponto de meras intenções para a realização de metas práticas, as quais reforçarão a competência Sul/Sul como um todo. Nesse sentido, a iniciativa reveste-se de importância e demonstra conveniência técnica de política, além de estar amparada nos [ininteligível] constitucionais e regimentais. Sr. Presidente, pelo exposto, o voto é pela aprovação do projeto de decreto legislativo. Eu não sei, Sr. Presidente, só para concluir, se a Índia terá campos vastos para o desenvolvimento da agricultura do biocombustível. Eu quero lembrar que eles são grandes produtores de especiarias e foram durante o período mercantilista, os grandes vendedores de especiarias para a Inglaterra, que já naquela época, devido às populações que cresciam e plantavam muito num mesmo terreno, tinham na comida, os seus vegetais, sem gosto, como é na Índia, vivi lá também um certo tempo da minha vida. Lá todos os alimentos produzidos não têm o gosto, por exemplo, do Brasil, porque são um bilhão e cem milhões de pessoas produzindo há séculos, há milênios, então precisam colocar pimenta, e colocam pimenta na banana, colocam pimenta no abacaxi, não comem manga sem pimenta, sem vinagre, exatamente para despertar o sabor do alimento. Eu não sei se eles terão campos para produzir biocombustível, mas, Sr. Presi-

dente, a tecnologia, tenho certeza, poderá ser aprendida, já que os indianos dominam grande tecnologia na área nuclear e também na área de computador. Eram essas as minhas palavras, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Em discussão. Não havendo quem queira discuti-lo, em votação. Os Senadores que aprovam permaneçam como se encontram. Aprovado. Srs. Senadores, antes de encerrar a presente sessão eu quero parabenizar essa Comissão pelo rendimento de hoje. Essa discussão envolvendo a situação dos atletas cubanos que foram repatriados para cada Cuba precisa ser feita, e essa Comissão é um Fórum natural para este tema, de forma que eu me congratulo com os Senadores que participaram dessa discussão, cada um com as suas posições, mas o importante é preservar o nome do Brasil. O Brasil não pode ser manchado na sua tradição, no seu conceito internacional pela maneira açodada e, acima de tudo, pela maneira pouco habitual nas práticas nacionais de repatriamento tão rápido e pouco esclarecido. Quero crer que com a convocação aqui aprovada do Ministro da Justiça e o requerimento feito para o esclarecimentos sobre o deslocamento dos atletas, ao retorno a Cuba, nós possamos, pelo menos, prestar satisfações à sociedade. Eu repito, Senador Marco Maciel, nós não temos o que cobrar do comportamento do Presidente cubano. Nós temos que cobrar, isto sim, das autoridades brasileiras. As autoridades brasileiras foram negligentes, as autoridades brasileiras não agiram de acordo com o que manda o procedimento legal do Brasil com relação a casos dessa natureza. Essa Comissão se sente, portanto, com a consciência de que cumpriu o seu dever em tomar as providências que tomou. Nada mais havendo a tratar, está encerrada a sessão.

Sessão encerrada às 13h09.

SECRETARIA DE COMISSÕES COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL

ATA DA 23ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA NO DIA DEZESSEIS DE AGOSTO DO ANO DE DOIS MIL E SETE, ÀS DEZ HORAS E TRINTA E SEIS MINUTOS.

Às dez horas e trinta e sete minutos do dia dezesseis de agosto do ano de dois mil e sete, na sala de reuniões da Comissão, sob a Presidência do Senhor Senador HERÁCLITO FORTES, reúne-se a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional com a presença das Senhoras Senadoras e dos Senhores Senadores ANTÔNIO CARLOS

VALADARES, CRISTOVAM BUARQUE EDUARDO AZEREDO, EDUARDO SUPPLY, JARBAS VASCONCELOS, MÃO SANTA, MARCELO CRIVELLA, MARCO MACIEL, MARIA DO CARMO ALVES, MOZARILDO CAVALCANTI, PAULO DUQUE, AUGUSTO BOTELHO, EDISON LOBÃO, FLEXA RIBEIRO, INÁCIO ARRUDA, SERYS SLHESSARENKO, VALDIR RAUPP, WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA, CÉSAR BORGES e os Senadores não membros SIBÁ MACHADO E JONAS PINHEIRO. **Justifica a ausência o Senador ROMEU RUMA. Deixam de comparecer os demais Senadores. Havendo número regimental, o Senhor Presidente declara abertos os trabalhos, dispensando a leitura da ata da reunião anterior que é dada como lida e aprovada. O Presidente dá início a apreciação da pauta. Item 01: Audiência Pública com a presença do Almirante-de-Esquadra Júlio Soares de Moura Neto, Comandante da Marinha, para explicar aos membros da Comissão sobre a questão orçamentária da Marinha do Brasil, em atendimento ao requerimento 39, de 2007 – CRE, de autoria do Senador Heráclito Fortes, aprovado no dia 05/07/2007. O Presidente convida o Almirante-de-Esquadra Julio Soares De Moura Neto para compor a Mesa. O Presidente concede a palavra ao Almirante-de-Esquadra JULIO SOARES DE MOURA NETO para fazer sua exposição. Fazem uso da palavra os Senadores CRISTOVAM BUARQUE, MOZARILDO CAVALCANTI, AUGUSTO BOTELHO, EDUARDO AZEREDO, EDUARDO SUPPLY, MÃO SANTA e FLEXA RIBEIRO. O Senador Eduardo Azeredo assume a presidência. O Presidente, em exercício, concede a palavra aos Senadores ANTÔNIO CARLOS VALADARES, MARCELO CRIVELLA, EDISON LOBÃO, PAULO DUQUE e EDUARDO SUPPLY. O Presidente coloca em votação como Extra Pauta, o Requerimento nº 58, de 2007 – CRE, de autoria do Senador Eduardo Suplicy e outros, que “*Requer, nos termos regimentais, seja solicitado ao Ministério das Relações Exteriores disponibilizar aos membros da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional os documentos produzidos pelo Centro de Informações no Exterior (CIEIX) desse órgão entre os anos de 1965 a 1985*”. Aprovado. O Senhor Presidente nada mais havendo a tratar encerra a reunião às treze horas e trinta e cinco minutos, lavrando eu, JOSÉ ALEXANDRE GIRÃO MOTA DA SILVA, Secretário da Comissão, a presente Ata que, após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com o Registro da Estenotipia Informatizada da presente reunião. – Senador Heráclito Fortes, Presidente.**

REGISTRO DA ESTENOTÍPIA INFORMATIZADA DA 23ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA NO DIA DEZESSEIS DE AGOSTO DO ANO DE DOIS MIL E SETE, ÀS DEZ HORAS E TRINTA E SEIS MINUTOS.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Havendo número regimental declaro aberta a 23ª Reunião Ordinária da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª legislatura. Submeto à Comissão a dispensa da leitura Ata da sessão anterior. Os Srs. Senadores que concordam permaneçam como se encontram. Aprovada.

O item 1 da pauta destina-se a Audiência Pública com a presença do Exmo. Sr. Almirante-de-Esquadra Júlio Soares de Moura Neto, Comandante da Marinha, com o objetivo de explicar aos membros da Comissão sobre a questão orçamentária da Marinha do Brasil, em atendimento ao requerimento 39/2007, de autoria do Presidente desta Comissão, aprovado em 05.07.2007. Convido o Almirante-de-Esquadra Júlio Soares Moura Neto a compor a mesa. Concedo a palavra ao Almirante Júlio Soares de Moura, Comandante da Marinha, para fazer a sua exposição.

SR. JÚLIO SOARES DE MOURA NETO: Muito obrigado, Senador. Bem, Exmo. Sr. Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Senador Heráclito Fortes, Exmo. Sr. Vice-Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional e também Vice-Presidente da Subcomissão Permanente de Modernização e Reaparelhamento das Forças Armadas, Senador Eduardo Azeredo, que me conduziu até aqui, Exmos. Sras. e Srs. Senadores, autoridades presentes representadas, senhoras e senhores.

Bom, eu estou muito honrado com esta oportunidade de dirigir-me a V. Ex^{as} e cumpre-me apresentar-lhes uma síntese da real e da difícil situação em que se encontra a Marinha do Brasil e também a nossa proposição para atenuar essas dificuldades. Dessa forma eu vou seguir o seguinte roteiro, como está apresentado na tela, falarei da questão orçamentária, as principais consequências que isso trás, o Programa de Reaparelhamento da Marinha, uma síntese das necessidades da Marinha e algumas considerações finais. Passamos, portanto, à questão orçamentária que é o fulcro da minha apresentação. A Marinha vem enfrentando um quadro de persistente constrição orçamentária que já perdura mais de uma década e pode ser sintetizada no gráfico que está apresentado em tela. Cumpre destacar que essa linha vermelha, ela representa as nossas necessidades mínimas ao longo dos

anos, traduzindo o quantitativo necessário para manter o inventário dos meios existentes, sem incremento de novos meios e/ou sistemas de armas. Atualmente as nossas necessidades mínimas alcançam o valor de um bilhão oitocentos e quarenta e dois milhões, aqui em 2007, dos quais a LOA nos concedeu um bi quatrocentos e noventa e dois milhões, mas com o contingenciamento nós estamos trabalhando com um bi duzentos e oitenta e cinco milhões.

Portanto, a diferença entre a necessidade mínima e o que está realmente autorizado está na ordem de quinhentos e cinquenta milhões, envolvendo o contingenciado pelo próprio Governo e os créditos extraordinários que nós já temos apresentado ao Ministério da Defesa. Tais necessidades podem ser apresentadas em três grupos. Muito bem. Então aí estão **o um bi** oitocentos e quarenta e dois milhões que eu lhes falei. Nós temos aí, nesses itens em cor mais clara, a atividade fim, ou seja, a Marinha precisa ter meios, ter capacidade de manter os seus meios navais, aeronavais e de fuzileiros navais, o que demanda recursos para reparos e sobressalentes. Ela precisa formar e adestrar o seu pessoal para que possam operar esses meios e ter combustível e ter munição para atuar na Amazônia Azul e complementar o preparo da força por meio de exercício no mar e interno, ou seja, para cumprir a missão constitucional.

Então essa é a atividade fim, no valor de novecentos e trinta e oito milhões. Na parte debaixo vêm as atividades subsidiárias, ou seja, envolvendo a segurança do tráfego aquaviário, aí incluindo a sinalização náutica, a hidrografia, o ensino ao profissional marítimo; os programas de pesquisa na Antártica e na Amazônia Azul e o desenvolvimento de tecnologia para o país, em especial o programa nuclear, que necessita de cento e trinta milhões. O valor disso aqui é duzentos e sessenta e sete milhões; e, por fim, na parte debaixo do quadro, os valores se referem ao funcionamento básico da Força, as atividades meio, e são elas a alimentação e fardamento do pessoal, serviços de saúde, benefícios e auxílios previstos em lei como, por exemplo, vale-transporte, auxílio-creche e as despesas de funcionamento administrativo de todas as organizações militares da Marinha, que são distribuídos por todo o território nacional, que envolve seiscentos e trinta e sete milhões. O total disto então é um bi oitocentos e quarenta e dois milhões, perfeitamente definido pela Marinha. Quais são as consequências que nós temos disso? A crônica escassez de recursos ao longo de todos os anos veio acumulando uma série de demandas e levou-nos a um crítico estado de degradação e obsolescência material, de vulnerabilidade estratégica, de redução de atividades, sem precedentes na história

contemporânea da Nação. Alguns dos pontos que vou lhes falar. Esse então é a degradação do ensino ao profissional marítimo, de graves consequências. Nesse ensino ao profissional marítimo eu destaco a diminuição qualitativa e quantitativa de cursos impossibilitando a formação de mão-de-obra qualificada para guarnecer os novos meios da Marinha mercante. Que meios são esses? Navios mercantes, plataformas, embarcações *offshore*, em construção ou encomendados pelos diversos segmentos da comunidade marítima.

A gente deve levar em consideração que há uma previsão de encomenda pela Transpetro de cerca de vinte petroleiros, o que foi agravar essa perda de formação e qualificação de marítimos e aquaviários. Sobre isso é crescente a pressão de armadores e sindicatos afins e, além disso, eu constato a obsolescência dos equipamentos dos Centros de Instrução de Formação da Marinha Mercante, que só mantemos dois, o CIAGA - Centro de Instrução Almirante Graça Aranha no Rio, e o CIABA - Centro de Instrução Almirante Braz de Aguiar em Belém. Um outro tópico de grave consequência é a degradação da sinalização náutica. Essa degradação da sinalização náutica, ela reduz a segurança da navegação marítima e fluvial e implica no aumento dos custos dos fretes marítimos em função do elevado seguro da carga e da necessidade de se utilizar uma maior quantidade de navios menores em detrimento de um menor número de navios maiores, uma vez que não há confiança na navegação em nossas águas. Por quê? O balizamento é deficiente ou está deficiente, algumas cartas de publicações náuticas encontram-se desatualizadas, as sondagens das nossas costas são efetuadas com equipamentos obsoletos e as previsões meteorológicas e oceanográficas possuem baixa confiabilidade.

Tudo isso, é importante que se frise para as senhoras e para os senhores, essa elevação dos custos do transporte marítimo tem um impacto direto no custo Brasil, uma vez que cerca de 95% do volume total do comércio exterior brasileiro é escoado por via marítima. Uma outra grave consequência é o estado vegetativo do programa nuclear. Com relação ao programa nuclear da Marinha, que nós iniciamos em 1979, vale ressaltar que desde o ano de 1999 os demais jogos **participes** do programa deixaram de aportar recursos, passando apenas a Marinha a arcar com a quase totalidade dos seus custos. Em face do baixo teto orçamentário só foi possível manter as suas atividades num estado que eu chamo de estado vegetativo, ou seja, sem avanço no desenvolvimento da tecnologia nuclear. Essa condição ocasiona a dispensa do pessoal qualificado com perda de conhecimento técnico específico e, naturalmente, afeta os investimentos já realizados. Para terem uma

idéia senhoras e senhores, os recursos previstos na LOA deste ano são de 41,4 milhões de reais. O aporte de recursos adequados seria da ordem de cento e trinta milhões por ano, como mostrei naquelas necessidades mínimas, e isto ao longo dos próximos oito anos, o que nos permitiria encerrar ou completar o Programa Nuclear da Marinha.

Como alvissareiro cabe destacar que recentemente o Presidente da República anunciou, durante a visita que fez ao Centro Tecnológico da Marinha em São Paulo, e em outras ocasiões, como na posse do Ministro da Defesa, que irá aportar os recursos necessários ao prosseguimento do Programa Nuclear da Marinha. Uma outra grave consequência é a degradação da capacidade operativa da Marinha, que se manifesta através do comprometimento da capacidade de cumprir as tarefas de patrulha naval, de inspeção naval e de socorro e salvamento no mar, o que ocasiona algumas coisas: aumento da vulnerabilidade dos campos marítimos de exportação e exploração de petróleo; a redução das ações relativas à prevenção da poluição no mar e em águas interiores e no combate aos ilícitos no mar, aí nesse caso incluídas as chamadas novas ameaças, que são os delitos transnacionais, os quais eu cito o contrabando, o tráfico de drogas, o tráfico de armas, o crime organizado e o terrorismo internacional. Com a redução de dinheiros se degradada essa capacidade de fazer as patrulhas navais. E há também o descumprimento de compromissos internacionais, como, por exemplo, a convenção internacional de busca e salvamento marítimo, que é a convenção de Hamburgo. Um outro tópico importante é a redução de atividade circosociais(F), com prejuízo à assistência médica à população ribeirinha da Amazônia e do Pantanal. Os navios da Marinha prestam um apoio muito grande a essas populações ribeirinhas, eles são conhecidos como os navios da esperança.

Quando faltam recursos nós somos obrigados a diminuir esse apoio a essa população ribeirinha que conta com estes navios para ver a presença do Estado nas suas regiões. Outro aspecto é a perda da capacitação do pessoal por falta de adestramento adequado. Aliás, a mim preocupa a perda do conhecimento técnico profissional de oficiais, praças e servidores dos serviços da Marinha, que são o nosso maior patrimônio e em cuja formação o país investiu volumosos recursos e nós estamos perdendo esse pessoal. E, por último, o cancelamento, a postergação ou execução parcial das manutenções programadas para os meios, ocasionando índices críticos de disponibilidades e a baixa de navios e aeronave. O quadro que eu vou mostrar aos Senhores e às Senhoras, permite visualizar que o número de baixas é significativamente maior que o de

incorporações. Dentro de um processo natural decorrente do esgotamento da vida útil dos diversos meios e, em alguns casos, precipitados por manutenção inadequada, conforme acabei de mencionar, a Marinha desativou, nesse período entre 1999 a 2006, vinte e um navios e seis aeronaves. No mesmo período, apenas dez navios foram incorporados.

Um outro aspecto é a degradação da infra-estrutura de apoio logístico fixo, que se manifesta através da perda da capacidade de construção naval, de reparo e de conhecimento; a redução de estoques estratégicos de munição convencional sobressalente e combustível; a indisponibilidade de torpedos para os nossos submarinos; esgotamento da vida útil de mísseis; e dificuldades na manutenção e funcionamento das organizações militares - são trezentos e sessenta e três organizações militares que a Marinha possui em todo o país. Daí nós podemos mostrar, nesse quadro que se segue, quais são as necessidades de meios. Para o complemento da sua destinação constitucional e atribuições subsidiárias, a Marinha necessita manter a esquadra, a diretoria de hidrografia e navegação e em vários pontos do território nacional [ininteligível] navais, cujas forças são compostas de navios, aeronaves e tropas de fuzileiros navais. Esse quadro em tela apresenta para o tipo de meios as quantidades necessárias previstas no plano estratégico da Marinha. É essa primeira coluna. Então aqui nós temos as necessidades. Aqui temos o existente. Aqui temos a idade média e, portanto, a falta. E os Senhores podem ver nos totais, tanto de navios como aeronaves, que dos navios e submarinos, porque o primeiro deles é submarinos, nós tínhamos uma necessidade prevista no nosso Plano Estratégico da Marinha de cento e quarenta e cinco meios e nós só temos noventa e quatro.

No que diz respeito a aeronaves, nós precisaríamos ter cento e vinte e oito e só temos noventa e um. Além disso, como os Senhores vem na idade média, há meios com uma idade avançada, o que quer dizer que indica um estado crítico de obsolescência material e tecnológica. Bom, nessa comparação cabe destacar a significativa diferença entre a necessidade da Marinha e o inventário atual de meios, decorrente da falta de um reaparelhamento. Eu destaco que a espinha dorsal do poder naval brasileiro é a esquadra, e essa esquadra se situa no Rio de Janeiro, pilar fundamental da capacidade dissuasória da nossa força. E nesse quadro agora eu mostro os meios da esquadra, qual é a situação que se encontram. Os navios da esquadra, de vinte e um, onze estão imobilizados e dez operam com restrição. Dos submarinos, dos cinco existentes, dois estão imobilizados, dois operam com restrições e um opera sem restrições. Dos helicópte-

ros, dos cinquenta e oito existentes, vinte e sete estão imobilizados e trinta e um operam com restrições. E das aeronaves de asa fixa, dos vinte e três. Esse é um quadro bastante preocupante. O que vai acontecer se nada for feito? Bom, se nada for feito nós vamos ter uma degradação natural dos meios. Esses navios têm suas baixas previstas.

Então está aqui aqueles cento e quarenta e cinco que eu disse para os Senhores que nós precisamos dos navios, e aqui está 2007 com noventa e quatro. Se nada fizermos, isso irá aos poucos caindo paulatinamente com o decorrer dos anos, e em 2014, 2013, estaremos com sessenta e dois navios, e iremos, se nada for feito, a um ponto em que será o fim do poder naval. Daí a importância de se definir o Programa de Reaparelhamento da Marinha. Tal situação nos leva a uma constrangedora e crescente vulnerabilidade estratégica, sem precedentes nos últimos quarenta anos, que requer providências prementes. Para reverter esse quadro torna-se imperativa a implementação, em alguma medida, do reaparelhamento da força. A atual condição de aprestamento já representa uma perigosa redução da capacidade do sistema de defesa nacional, o que limita significativamente as opções do país para fazer frente a crises político estratégicas. Vale lembrar que a perda de credibilidade da capacidade dissuasória nacional tende a fragilizar a política externa brasileira em qualquer foro de atuação e de decisão. E aí caímos no Programa de Reaparelhamento. Para se contrapor a esta realidade há vários anos, a Força tenta aprovar o Programa de Reaparelhamento da Marinha, elaborado em função das necessidades estratégicas estabelecidas na política de defesa nacional e de outras orientações de nível estratégico, tendo sempre em conta a realidade sócio-econômica do país.

A aprovação e execução do Programa de Reaparelhamento da Marinha, e isso é importante eu dizer, produzirão reflexos positivos para a economia nacional, estimulando um cem número de setores da cadeia produtiva associados à indústria naval e a indústria de defesa. Portanto, o Programa de Reaparelhamento trará benefícios não só para a Marinha, como para o país, incentivando a indústria naval e a indústria de defesa. Bem, com o propósito de analisar as prioridades e propor cronogramas e fluxo de recursos necessários aos Programas de Reaparelhamentos das Três Forças, foi instituído, em dezembro de 2005, por decreto presidencial, um grupo de trabalho interministerial, composto por representantes da Casa Civil - a Casa Civil foi quem coordenou o grupo, Ministério da Fazenda, Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, Ministério da Defesa, no qual foram incluídos representantes dos comandos das três forças. Esse GTI encaminhou ao

Ministro da Defesa, em 31 de agosto de 2006, um relatório, para que depois de analisado, fosse submetido a deliberação do Exmo. Sr. Presidente da República. Por determinação do Ministro da Defesa uma atualização do PRM foi recentemente enviada. Então nós estamos com ele bem atualizado. Do relatório produzido pelo GTI nós podemos destacar – consta isso do relatório - que das Três Forças a Marinha é a que se encontra em situação mais crítica quanto à obsolescência dos seus meios e a necessidade de investimento no reaparelhamento, tendo sido preterida nas decisões de investimento nos últimos anos.

Bem, isso está escrito lá, mas o fato é que a elevada degradação do poder naval foi reconhecida, tanto pelo Ministério da Defesa, quanto pelos demais setores do Governo que participaram do GTI. Como resultado dos trabalhos desenvolvidos a Marinha dividiu a programação de reaparelhamento em dois períodos, sendo o primeiro de maior prioridade, estava originalmente previsto para 2006/2012. Como até então isso não ocorreu, ele foi atualizado nessa recente revisão para 2008/2014. Nosso esforço é que ele inicie no ano que vem. A estimativa de custos levantadas se limitaram aí a esse primeiro período, portanto, de 2008/2014, e no montante de cerca de 5,8 bilhões de reais, relativos a oito grupos de prioridades, de reaparelhamentos. A Marinha já colocou esses oito grupos, que engloba construção, modernização ou aquisição de diversos meios, como submarinos, navios, helicópteros. A seguir eu vou lhes mostrar uma idéia do que é esse programa. Bom, então aí tem a síntese de custos. As prioridades estão aí apresentadas. Prioridade 1 - Submarino e torpedos; Prioridade 2 - Navios patrulhas, helicópteros, navios escoltas, navios patrulhas fluviais, embarcações do sistema de segurança do tráfego aquaviária e navios de hidrografia, modernização do Navio Aeródromo São Paulo, mísseis, minas, munição, carros de combate, navios de desembarque e navios de transporte de apoio. Bom, por ano nós temos quanto isso envolve em milhões de reais e um cronograma perfeitamente atualizado que totaliza 5,8 milhões de reais. Cabe destacar que há em curso tratativas para aprovação de uma operação de crédito externo destinado a viabilizar o projeto de construção e modernização de submarinos, que é a primeira prioridade.

Essa operação já foi aprovada no âmbito da CO-FIEX. Futuramente, caso seja aprovada pelo Governo, deverá ser submetida à apreciação do Senado Federal, e aí, caso venha a ser aprovada nessa Casa, a operação demandará o pagamento DAUPMIEN(F), que é esse valor que está lançado aqui. Aqui está incluído, em 2008, o pagamento do DAUPMIEN(F) para este empréstimo. Agora devo dizer aos Senhores que devido

à magnitude dos recursos envolvidos e aos aspectos estratégicos relacionados ao projeto submarinos, considerado que é a prioridade absoluta para a Marinha, o Presidente da República pretende apresentar o assunto ao Conselho de Defesa Nacional. Então esse ponto, submarinos, isso o Presidente vai levar ao Conselho de Defesa Nacional. Recursos disponíveis. Na busca por soluções alternativas, importa considerar que há recursos para atender as necessidades mínimas da Força e a implementação do Programa de Reaparelhamento da Marinha. Essas leis apresentadas na tela, que são as chamadas Leis do Petróleo, elas proporcionam recursos complementares ao orçamento da Marinha para as atividades de fiscalização e proteção das áreas produtoras de petróleo e gás natural situadas em nossa plataforma continental. Todavia, parte dos recursos que deveriam ser destinados à Marinha, essa parte tem sido regularmente mantida nas reservas de contingência das Leis Orçamentárias Anuais, por conta da política fiscal vigente.

Desse modo ocorre o sucateamento da Força por dotação orçamentária insuficiente, havendo recursos conforme previsão legal. Esse paradoxo resulta de um superávit primário, obtido nos últimos anos, ter sido suportado, em parte e desproporcionalmente, pelos royalties incidentes sobre a produção de petróleo e gás natural destinado à Marinha. Ainda mais sobre os royalties. No próximo slide essa situação. Em 31 de dezembro de 2006 o superávit financeiro acumulado no Tesouro Nacional, referente aos royalties do petróleo destinados à Marinha, conforme informações do Ministério do Planejamento, alcançou o valor de 2,6 bilhões de reais. Na Lei Orçamentária de 2007 repete-se o paradoxo entre a previsão de arrecadação das receitas oriundas dos royalties, vinculados à Marinha, que é da ordem de 1,4 bilhões, e realmente a parcela efetivamente alocada na rubrica de outros custeios de capital, que é de quinhentos e cinquenta e um milhões, ficando as condições... Apesar de tudo isso que eu falei para os Senhores e Senhoras, da situação material da Força. Ressalte-se que 861,9 milhões, restantes dos royalties, vinculados à Marinha, estão lançados à conta de reserva de contingência da LOA.

Bom, aí cumpre comentar que a participação da Marinha em todo o orçamento representa somente 0,3% do total do orçamento de custeio de capital fixado na LOA. Então nos cabe, no OCC(F), 0,3%, e, no entanto as parcelas dos royalties da Marinha, contingenciado, representa 3,35% do total da reserva de contingência consignada na LOA, ou seja, é uma participação absolutamente desproporcional, dez vezes maior na reserva de contingência proporcionalmente à nossa participação no orçamento. Síntese das ne-

cessidades. Bom, então como lhes mostrei naquelas necessidades mínimas da Marinha para 2008, e agora eu vou falar de 2008, que é muito importante, porque estamos em plena discussão, totalizam, conforme demonstrado anteriormente, 1,8 milhões. Esse é o valor mínimo necessário para a manutenção e operação da força naval. Para recuperar o poder naval há que se implementado o Programa de Reaparelhamento da Marinha, aprovado pelo grupo de trabalho interministerial, o que vai demandar investimentos da ordem de 5,8 bilhões num período de 2008 a 2014. Para 2008 a parcela de 792,6 milhões. Portanto, o total das necessidades orçamentárias da Marinha para 2008 é cerca de 2,6 bilhões. Parte desse montante será suportado por recursos próprios que a Força possui, oriundos dos fundos sobre responsabilidade direta da Marinha, que é o Fundo Naval e o Fundo do Ensino Profissional Marítimo.

Todavia, parcela substancial terá que ser suportada por recursos do Tesouro, o [ininteligível] tesouro livre, entre ele os recursos dos royalties vinculados à Marinha. Sabe-se que embora haja a perfeita compreensão do problema por parte do Poder Legislativo, há limitações na apresentação de emendas ao Projeto de Lei orçamentário encaminhada pelo Executivo. Uma notícia. Em recente reunião no Ministério da Defesa ficou definido que no orçamento destinado àquele Ministério em 2008 a Marinha deverá dispor de um total de 2,135 bilhões, fora os convênios e as emendas parlamentares que venham a ser aprovadas. Tal montante, e isso é uma notícia alvissareira, se realmente nós conseguimos receber esses 2,135 bilhões, um pouco abaixo do nosso desejo, que é de 2,6, mas isso vai nos permitir respirar, vai permitir retomar o desenvolvimento do Programa Nuclear da Marinha, eu garanto isso aos Senhores, vai permitir que se garanta a quase totalidade das necessidades mínimas, aquele um bi oitocentos e quarenta e dois, e iniciar a recuperação do poder naval.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): É aumento de quanto em relação ao ano passado?

SR. JÚLIO SOARES DE MOURA NETO: É um aumento bastante considerável. No ano passado nós trabalhamos com um bi, a LOA trabalhou com um bi quatrocentos e noventa e dois, e, na realidade, o que foi liberado com o contingenciamento foi um bi e duzentos mais ou menos. Então nós estamos trabalhando hoje com um bi e duzentos. Isto é um grande aumento e que vai permitir, como eu digo, cumprir as necessidades mínimas. Então a força terá capacidade de [ininteligível], reservar os cento e trinta milhões para o Programa Nuclear da Marinha e dar a partida na recuperação

do poder naval. Eu não vou usar o termo dar a partida no reaparelhamento da força porque ele não foi ainda aprovado, mas dar a partida em alguma coisa.

Bem, considerações finais. Sras. e Srs. Senadores, como dito, em face dos efeitos da degradação natural que o tempo em operações navais impõe, prossegue o inexorável processo de degradação do poder naval com a desativação de navios e aeronaves, gerando uma constrangedora e crescente vulnerabilidade estratégica sem precedentes nos últimos quarenta anos. A atual condição de aprestamento das forças navais já representa uma perigosa redução da capacidade do sistema de defesa nacional, o que limita significativamente as opções do país para fazer frente a crises político estratégicas. Vale lembrar que a perda de credibilidade da capacidade dissuasória nacional tende a fragilizar a política externa brasileira. Para reverter esse quadro torna-se imperativo aprovar o Programa de Reaparelhamento da Marinha proposto, que é a nossa meta prioritária, e garantir a sua continuidade nos diversos anos através da alocação de recursos ao longo do período, sob a pena de vermos o poder naval ter o seu valor militar reduzido a praticamente zero. Enquanto se aguarda essa aprovação do Programa de Reaparelhamento e a apreciação do Conselho de Defesa Nacional sob obtenção do submarino, a intenção da Marinha, com aqueles recursos de dois bilhões cento e trinta e cinco, se eles forem confirmados, dar adiante com a implementação de outras metas prioritárias constantes do relatório do GTI do Programa de Reaparelhamento.

Então nós vamos iniciar a construção dos navios patrulhas e dos helicópteros de multiemprego, que é a prioridade dois e três, respectivamente, podendo estar mais presente na Amazônia Azul, principalmente nas proximidades dos campos de exploração e desbrotação de petróleo. Ressalto, mais uma vez, que as fontes de recursos relativos aos royalties do petróleo, atinente ao comando da Marinha, são suficientes para exportar o PRM, mas estão comprometidas com superávit primário, representando 97% do total dos recursos consignados na reserva de contingência do setor da defesa. Convém reiterar, além da aprovação do Programa de Reaparelhamento da Marinha, dois outros aspectos importantíssimos para o erguimento material da Força. A manutenção dos valores orçamentários previstos para o Ministério da Defesa, em 2008, vai permitir preservar o percentual do orçamento que corresponde à Marinha, ou seja, a Defesa precisa receber o que está pretendendo para que a gente possa receber aquele dois bi cento e trinta e cinco, o qual poderá vir a ser complementado com convênios e emendas dos Srs. Parlamentares e com recursos orçamentários adicio-

nais. Além disso, é importantíssima a decisão governamental a respeito do projeto submarinos, prioridade absoluta da Marinha, que, como já mencionado, será apresentado pelo Presidente da República, e, segundo informações, a curto prazo ao Conselho de Defesa Nacional. Assim, somente dessa forma será possível construir um poder naval minimamente capacitado e assegurar às futuras gerações a segurança e a defesa do imenso patrimônio que é a Amazônia Azul. Muito obrigado Senhoras e Senhores.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Em primeiro lugar queremos agradecer a participação inicial do Comandante Chefe da Marinha, agradecer também a clareza com que V. Ex^a dispôs as questões para a qual foi convidado. O objetivo da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional é trazer para cá essa discussão orçamentária com o objetivo exclusivo de fortalecermos as Três Armas. V. Ex^a é o primeiro, teremos na próxima semana o Comandante do Exército e depois o Comandante da Aeronáutica, de modo que o Congresso, através dessa Comissão, tenha conhecimento da real situação e possa, de maneira consciente e de maneira bem clara, trabalhar para o fortalecimento orçamentário das Três Armas que consideramos altamente necessárias para o país na busca da paz.

SR. JÚLIO SOARES DE MOURA NETO: Perfeitamente, Senador.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Passamos então à lista de oradores inscritos. Com a palavra o primeiro orador, o primeiro Senador que vai fazer a intervenção, que é o Senador Cristovam Buarque.

SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Sr. Presidente, Sr. Almirante, Srs. Senadores e Sras. Senadoras. Em primeiro lugar felicitar a presidência dessa Comissão pela iniciativa de estarmos aqui debatendo um assunto fundamental, mas realmente fundamental para o futuro do Brasil. Segundo felicitá-lo Almirante, pela maneira fática, clara e precisa como o Senhor traz para nós o programa orçamentário da Marinha. Confesso que eu gostaria muito mais de ver uma Marinha tão forte que a gente viesse aqui discutir os cenários que a Marinha vê para o futuro. Um cenário do Atlântico Sul, quais são as expectativas, o cenário dos rios, tanto os internos, especialmente, o Amazonas, como os rios fronteirços, gostaria de ver a discussão, sem dúvida alguma aqui, do papel da Marinha na formação da juventude brasileira, pelo menos nos seus conscritos, eu gostaria de ver aqui a gente discutindo o papel da Marinha na formação de uma consciência nacional que, para mim, além da escola, só as Forças Armadas que ajudam a criar.

Eu gosto de dizer que o país é criado pelos seus professores e soldados, com todo respeito aos demais profissionais, mas os outros dão suporte, são esses dois que de fato constroem o futuro e asseguram o futuro. Mas diante dessa realidade, Presidente Heráclito Fortes, eu acho que seria outro momento para discutir os cenários onde a Marinha brasileira tem um papel tão decisivo na consolidação do Brasil. Hoje o que a gente tem que discutir é esse apagão, é esse apagão mais grave do que muitos dos que se falam por aí, um apagão que terá consequência na soberania nacional. Eu não estou olhando só dez, vinte, trinta anos, estou olhando para cem, duzentos anos. Faz duzentos anos do Almirante Tamandaré, eu vi escrito ali, estava alerta para isso. Ao mesmo tempo eu quero dizer que quando eu vi aqui que a vida média de alguns navios é de quarenta e seis anos, então se a média é quarenta e seis têm alguns que o Almirante Tamandaré seria capaz de comandar, ainda hoje. Até porque a gente não analisa também a velocidade das inovações tecnológicas que faz com que o navio, embora o navio tenha uma vida útil, pelo que eu aprendi conversando com os nossos oficiais, maior do que tanques, de que outros equipamentos, mas mesmo assim hoje tem uma vida útil restrita.

Então diante desse apagão, eu acho que o que a gente deve discutir é o apagão e o que fazer. Em primeira coisa eu quero manifestar a minha preocupação aqui, e isso eu não consulto obviamente ao Almirante porque eu não quero comprometer-lo, faz de conta que ele nem houve, eu me recupero quando eu vejo o nosso Ministro da Defesa transformado em gerente dos aeroportos. O Ministro da Defesa hoje, pelo que ele fala, pelo que ele diz, parece o Presidente da Infraero. A sensação que eu tenho que há uma duplicidade de funções, tanto que se chocam aí os debates, ANAC, Infraero e Ministro. Não tinha que haver isso. O Ministro teria que estar aqui falando disso e colocar um gerente para a Infraero, um homem da logística, que teria perfeita condições, qualquer um dos que o Brasil tem, para comandar isso. O que o Almirante disse aqui e que mais me choca é que, em palavra maiúscula, ele escreveu FIM em 2025. 2025 está aí, 2025 é muito perto. Ele escreveu a palavra FIM e, pelo cenário, de fato a gente está diante desse risco.

Então, Presidente, eu creio que a gente tem que alertar o Brasil nos discursos que a gente faz, nas conversas políticas que a gente faz, para o apagão que a gente está vivendo em relação à Marinha brasileira e que eu até estou de acordo com o Almirante, pode ser mais grave que as duas outras armas, mas as outras duas armas também estão sob uma condição de depreciação, degradação, perdendo, por razões tecnológicas

ou por simples ineficiência da idade, grande parte de suas armas. Nós, essa Comissão, precisa fazer alguma coisa, e eu sugiro, Presidente, consultando obviamente depois o Ministro, que a gente faça uma SubComissão *ad-hoc* para visitar a Marinha, pontos que a Marinha escolha entre as trezentos e sessenta e três unidades para ver a situação. Visitar também as condições boas que a Marinha tem como o seu arsenal, a construção de submarino e ver como que isso poderia estar andando numa velocidade muito maior. É só uma sugestão que eu faço. E é uma única pergunta ao Almirante: pelo que eu entendo como Presidente da Comissão de Defesa da nossa base polar, que eu sou, eu tenho a impressão que lá o orçamento é outro, que isso não tem nada a ver com o orçamento global da Marinha, não vai sair daquele um bilhão quatrocentos e sessenta e um, se não me engano. Essa é a pergunta que eu faço. O resto, Almirante, dizer que o Senhor conte com um Senador disposto aqui, por razões de patriotismo, de consciência nacional, de lutar para que a situação seja revertida, e eu creio, falo por mim, mas eu creio que muitos outros aqui, senão todos, estão dispostos a ajudar o máximo que for possível para a Marinha, como também as outras Forças Armadas, terem capacidade de levar adiante um projeto nacional nesse país. Pelo que o Senhor colocou, três anos depois do Segundo Centenário da Independência, a gente estaria sem Marinha de fato com esse nome no mundo de hoje. Conte conosco e, a minha sugestão ao Presidente, uma Comissão *ad-hoc* de alguns Senadores para irmos visitar, aonde o Almirante considerar que seja correto, e essa pergunta, se os nossos recursos para a base nossa polar estão fora disso ou se a gente tem que se preocupar também com esses recursos.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Por dever de justiça, Senador Cristovam, eu quero dizer que nós já recebemos dois ou três convites para visitar as dependências da Marinha. No primeiro deles alguns Senadores foram consultados, mas nós estávamos numa semana de muita turbulência aqui na Casa e eu acho que terminou não indo. Foi alguém no primeiro contato? O Senador Augusto Botelho fez a visita. Amanhã nós temos o Senador Sibá Machado fazendo então a visita, ele vai inaugurar, para sua biografia, um passeio de submarino, então de forma que essa interação entre a Marinha e a Comissão felizmente está acontecendo e exatamente a idéia de trazer a discussão para cá partiu de uma conversa inicial que eu mantive com o Almirante num café da manhã que tivemos acerca de dois meses atrás. Passo a palavra ao Almirante para casa queira fazer algum esclarecimento.

SR. JÚLIO SOARES DE MOURA NETO: Muito obrigado. Eu não sei se viram naquele quadro que eu apresentei sobre os meios, nós temos cinco submarinos, dois indisponíveis, dois operando com dificuldades e um excelente. É nesse um excelente que o Senador vai embarcar [risos]. Dizer para os Senhores que está garantido --

SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Mas, Almirante, se tiver lugar num dos submarinos ruins, tem gente que vai querer indicar outros Senadores [risos].

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Eu tenho uma lista fantástica.

SR. JÚLIO SOARES DE MOURA NETO: -- Muito bem. Mas eu agradeço as palavras do Senador Cristovam Buarque e, se me permitir, eu acho que a gente pode, apesar do quadro ser um quadro negro e ele está sendo apresentado exatamente para que a gente tome medidas hoje para evitar que se atinja 2025 com o fim do poder naval, aquilo lá é se nada for feito atingiremos. Mas eu tenho certeza que alguma coisa será feita. Muito bem. A Marinha se preocupa muito com o Atlântico, o Atlântico que nós chamamos de Amazônia Azul, é o nosso local de trabalho, e também com as hidrovias interiores, e nós temos feito muitos esforços para estarmos presentes. A dificuldade que eu coloco sempre é que eu não tenho os meios suficientes para fazer tudo que eu preciso fazer, e é por isso que é o alerta e que irá sempre cada vez mais, sempre se nada for feito. Eu relembro também que, como eu lhes disse, pela primeira vez, em 2008, nós estamos tendo um aceno de que as coisas vão melhorar.

Então talvez este ano, com a visão que o Congresso está tendo, com a visão que o Governo está tendo, é possível que seja o ponto de inflexão para as Forças Armadas e elas comecem a ganhar o lugar que merecem e aí começa a haver novamente o crescimento e ela já atinja o nível que é o nível simplesmente capaz de cumprir a sua missão constitucional, nada diferente disto. Agora quanto ao programa Antártico, ele está incluído nos recursos orçamentários, mas eles estão garantidos, não haverá falta de recursos, a Marinha considera o Programa Antártico prioritário, não faltará recursos para o Programa Antártico brasileiro.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Eu quero apenas lembrar, Almirante, que cerca de quinze anos atrás ou mais um pouco, um passeio de submarino, desses submarinos, aconteceu no Rio de Janeiro e o já falecido Deputado Nelson Marchesan foi um dos integrantes da comitiva, e houve um problema, o submarino adernou. Foi um vexame. E eles tiveram mais trabalho em acalmar o Presidente da delegação, que era o Deputado Marchesan, do

que voltar com o submarino à tona. Esse risco sempre acontece. Não é desestimulando o Sibá não [risos], eu acho que ele deve ir, mas o segundo Senador inscrito é o Senador Mozarildo Cavalcanti.

SENADOR MOZARILDO CAVALCANTI (PTB-RR): Sr. Presidente, Srs. Senadores. Ouvi com atenção e com espanto até a explanação do Comandante, e quando ele falou que está tocando esse ano com um bilhão e duzentos milhões e que o ideal, quer dizer, que o esperado pela Marinha é dois bilhões seiscentos e trinta e dois milhões e seiscentos mil. Olha, eu fico estarrecido porque em 2003, só para as ONGs, para as Organizações Não Governamentais, os Ministérios, só os Ministérios, sem contar as empresas como Petrobrás e etc, destinaram três bilhões de reais para as ONGs, que aí todo dia nós estamos vendo na imprensa que são, grande parte delas, é bom ressaltar que tem muitas honestas, mas grande parte delas são picaretas que só se utilizam de uma causa importante que é a solidariedade, o terceiro setor e etc, para saquear os cofres públicos. Então eu acho que o Presidente Heráclito tomou uma decisão muito boa de nos ouvir aqui, às vésperas, vamos dizer, de apreciarmos o orçamento, de ouvirmos o relato, tanto do Comandante da Marinha como das outras Forças, para que nós tenhamos a exata dimensão, primeiro, do que o Executivo vai mandar de proposta para o Congresso e o que é que nós podemos aqui, digamos assim, dentro do que é em média, Comandante, o que nós mexemos no orçamento não passa de 14%, e, lamentavelmente, o que nós mexemos, mais de 50% não é liberado, muito mais de 50%, mas acho que nós temos que fazer a nossa parte, e aqui na Comissão, que é de Relações Exteriores e Defesa Nacional, nós temos feito todo ano a inclusão de recursos que seria dispensável, o Executivo devia ter a consciência dessa necessidade e não precisar nem sequer que houvesse adicionais aqui por parte do Parlamento, mas nós estamos aqui exatamente para isso.

E eu queria dizer, como disse o Senador Cristovam, que a Marinha pode contar que terá aqui, eu tenho certeza de todos os Senadores, mas eu estou me comprometendo pessoalmente a ficarmos muito atentos na hora da discussão do orçamento e em outros momentos que pudermos ajudar a nossa Marinha, porque é inacreditável que até bem pouco tempo o Brasil se preocupava com a Argentina, porque o poderio militar da Argentina era digamos assim até preocupante no que tange à questão atômica, e hoje nós temos no norte a Venezuela se equipando de maneira veloz e nós nos desequipando de maneira também até veloz. Então eu queria deixar esse registro e dar a minha digo até indignação diante de um quadro desse,

que até porque como falou também o Senador Cristovam é uma questão de patriotismo e de sentimento de necessidade da defesa nacional, da importância da defesa nacional, e queria encerrar aqui homenageando o nosso colega Augusto Botelho que é Tenente e Médico da Marinha.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Eu gostaria de comunicar, Senador Mozarildo, que V. Ex^a será indicado por essa presidência para relatar essa matéria, de forma que eu digo isso porque sei que tem sido uma preocupação permanente sua com esse setor e tenho certeza que V. Ex^a fará um extraordinário trabalho até pela maneira determinada com que encara os desafios que encontra pela frente. O próximo orador inscrito, o Senador Augusto Botelho.

SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR): Sr. Presidente --

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Gostaria de vê-lo fardado numa sessão aqui?

SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR): Eu fui médico no Hospital Marcílio Dias no meu serviço militar, trabalhei lá e gostei de trabalhar, foi um hospital onde eu vi, no tempo que eu trabalhei, em 1973 para 1974 já era um hospital de ponta no Brasil, espero que continue. Eu sei que está com dificuldades financeiras e tudo, mas é um hospital onde se faz ciência e presta-se uma assistência médica de primeira qualidade, no Hospital Marcílio Dias no Rio de Janeiro. Bom, primeiramente eu quero dizer que realmente... eu acho que lá em Roraima nós somos quase contemporâneos, o Mozarildo saiu um pouquinho na minha frente lá de Roraima para estudar fora. Lá a gente, nos colégios, a gente ainda naquele tempo se falava em patriotismo, a gente cantava hinos, plantava árvores, estudava os heróis da Pátria, que eu não tenho mais visto isso nesse país. Eu não sei se por causa daquela pressão de ONGs querendo tirar uns pedaços do nosso Estado, no nosso Estado lá a todo tempo, que esse sentimento continuou vivo na gente e nós continuamos sendo nacionalistas e lutamos para que o Brasil mantenha a sua integridade territorial e a sua integridade cultural também. Em relação a essa exposição do Almirante, foi muito boa, bem real para a gente ter uma noção e, principalmente, esse escalonamento de prioridades para se ver o que é que se vai fazer primeiro. Nós temos aqui nessa Casa que lutar para que esses dois bilhões cento e trinta e cinco sejam realmente efetivados, aliás, o orçamento da Defesa seja mantido para que a Marinha possa ter os seus recursos.

Mas eu queria fazer uma pergunta para o Almirante com relação que eu sei que a PETROBRAS, a

exploração de gás e petróleo paga um royalty para a Marinha. É a respeito de que se esse valor desse royalty não fosse contingenciado, Sr. Almirante, daria para a gente fazer as patrulhas? Que cada plataforma daquela é um patrimônio dos brasileiros, fica sem proteção praticamente nenhuma, exposta lá no meio do mar. No dia que um terrorista resolver fazer no mundo todo, se o Osama Bin Laden resolver dar uma bomba em todo mundo, ele pega a nossa plataforma sem nenhuma proteção. Eu gostaria de saber se aquele recurso vinculado do petróleo fosse liberado daria para a gente fazer, é o item 3 se não me engano de prioridade do Senhor ou os 2, dos navios patrulhas, o item 2, se daria para a gente fazer o navio patrulha, e dizer também que quando eu visitei o centro de pesquisa de energia nuclear da Marinha, fiquei muito entusiasmado de ver o nosso trabalho lá, mas fiquei muito preocupado também, porque a maioria dos funcionários de lá, os nossos cientistas que lá trabalham, já estão se aproximando da época de aposentadoria.

Então nós aqui, nessa Casa, a nossa relação, essa Comissão, que é de Defesa Nacional, tem que trabalhar para que haja oportunidade para novos cientistas serem agrupados lá naquela equipe, na equipe lá do Aramar, e isso foi a coisa que mais me preocupou, porque o salário deles é baixo, eles trabalham por entusiasmo e por patriotismo mesmo, porque gostam daquilo, como nós somos Médicos e gostamos, eles são cientistas porque gostam da ciência, mas o salário deles também não é um salário digno, deveriam lutar para melhorar a dignidade do salário do pessoal que trabalha lá e principalmente fazer com que o país abrisse novas oportunidades de entrar mais gente lá. O Presidente Lula, depois que visitou, disse que vai aumentar os recursos. Eu tenho certeza que ele vai fazer isso porque ele também, quando a gente entra lá e sai, a gente sai com outra coisa, aquilo aumenta assim o sentimento da gente de ser brasileiro, de ser um povo que luta e que vence. Então a minha pergunta principal é em relação a esses royalties da Marinha que não são liberados. Eu queria saber se eles, em si, dariam para a gente resolver o problema do patrulhamento naval da nossa Amazônia Azul.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Com a palavra o Almirante Júlio Moura Neto.

SR. JÚLIO SOARES DE MOURA NETO: Bem, Senador, primeiro quanto ao Hospital Naval Marcílio Dias, nós temos feito o seguinte: é uma prioridade da Marinha o nosso sistema de saúde, então de onde não tiver recursos, nós vamos ter que conseguir. Quando se administra um orçamento insuficiente, cabe ao administrador estabelecer prioridades, não é? Então,

como eu disse ao Senador Cristovam Buarque, é uma prioridade o Programa Nuclear da Marinha e é uma prioridade o nosso sistema de saúde da Marinha. Então o Hospital Naval Marcílio Dias, se o Senhor aceitar um convite em voltar lá, o Senhor vai se entusiasmar com o que vai encontrar. Ele está cada dia melhor, nós temos reservado, do pouco dinheiro que temos, temos reservado os recursos para a saúde da Marinha porque sabemos que isso afeta toda a família naval, e eu chamo a família naval os militares e os seus dependentes que contam com esse apoio. Então o Hospital Naval Marcílio Dias está muito bem.

Quanto à pergunta clara sobre os royalties do petróleo, a resposta é sim. Se os royalties do petróleo estivessem sendo liberados ano após ano, não haveria essa degradação. Eu mostrei naquela curva inicial que a nossa necessidade, eu posso até falar para o senhor, a nossa necessidade mínima é de um bi oitocentos e quarenta e dois, e esse ano eu estou trabalhando com um bi duzentos e qualquer coisa. Então tem seiscentos milhões de GAP aí, quinhentos e cinquenta milhões de GAP entre o que eu gostaria de ter e o que eu realmente tenho. Bom, se o Senhor for ver este ano, este ano eu tenho oitocentos e cinquenta milhões contingenciados nos royalties do petróleo. Então claro que se não houvesse contingenciamento eu estaria recebendo toda aquela necessidade mínima que nós calculamos e estaríamos vivendo normalmente, não é? Porque é importante dizer que essa degradação do poder naval, que hoje requer um Programa de Reparelhamento, é fruto de orçamentos insuficientes, aonde se vai pouco a pouco tendo que estabelecer prioridade, e estabelecendo prioridade a gente vê que alguma coisa recebe uma prioridade maior e alguma coisa recebe uma prioridade menor, e daí a degradação do poder naval.

Quanto também ao que o senhor falou de Aramar, bom, ainda voltando aos royalties do petróleo, uma das preocupações que eu tenho, como Comandante da Marinha, é nos fazer presentes junto às bacias petrolíferas. Dessa forma, até como eu disse, se nós conseguirmos manter aquele patamar previsto para 2008 para a Defesa, e claro, a Defesa irá nos repassar o que previu para nós, nós já vamos iniciar a cumprir a prioridade 2, apesar do Programa de Reparelhamento não estar aprovado, nós já vamos a partir para a construção de navios patrulha, que são doze ao todo, e helicópteros de multiemprego(F) que irão também apoiar a bacia petrolífera, principalmente a de Campos, operando de São Pedro da Aldeia. Então essa é uma preocupação, eu vejo que está começando, eu quero repetir mais uma vez, eu vejo que pode ser que seja o ponto de inflexão de todas as Três Forças. Quanto

a Aramar é preocupante realmente a idade do nosso pessoal, todos eles entusiasmados, mas o tempo está passando e eles precisam retomar. Eu diria ao Senhor o seguinte: com a retomada da energia nuclear pelo país, com toda certeza as oportunidades no campo da energia nuclear aumentarão e isso fará o chamamento para que a juventude volte a estudar energia, saiam engenheiros nucleares e teremos maior disponibilidade de pessoal, haverá necessidade. Nós já estamos com essa previsão para 2008, reservando os recursos necessários para dar continuidade, aqueles cento e trinta milhões de reais estão garantidos para 2008 dentro desse quadro que eu apresentei. Então eu considero que se o Programa Nuclear da Marinha, mantiver o ritmo, ele está retomado e nós chegaremos ao final dele, em torno de cinco, seis anos, teremos completado todo o Programa Nuclear. Muito obrigado.

SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR): Só mais uma coisinha, uma complementação que faltou. A gente, quando fala em gastar esse dinheiro na Marinha, reaparelhar, algumas pessoas podem achar que estamos gastando dinheiro em guerra, em tudo. Realmente é para garantir a nossa soberania, mas esse material da Marinha é todo produzido dentro do Brasil, praticamente esses navios. Um navio patrulha desse gera cento e cinquenta empregos direto e trezentos e quarenta indiretos, cada um, cada navio desse hoje. São quatrocentos e noventa empregos que geram novos empregos, a produção do navio.

SR. JÚLIO SOARES DE MOURA NETO: Se o Senhor me permitir, eu diria o seguinte: esse submarino será construído no Brasil; navios patrulhas construídos no Brasil; helicópteros, não necessariamente; navios escolta construídos no Brasil; navio patrulha fluvial construído no Brasil; embarcações do sistema de segurança aquaviária são lanchas construídas no Brasil; modernização do Navio Aeródromo São Paulo, é o velhinho de quarenta e seis anos, mas que está muito bem, nós cuidamos muito bem dele, no Brasil; mísseis, nós queremos construir mísseis no Brasil; minas, no Brasil; munição, no Brasil.

Quase todo esse Programa de Reparelhamento será um incentivo grande, como eu disse, à indústria de defesa e à indústria naval, com criação de muitos empregos, com a retomada dessa indústria, que para que ela possa querer se aventurar a vender material para o exterior, a nossa indústria de defesa, a primeira pergunta que o comprador de lá faz é: "quanto você vendeu para o seu país? É um navio? Quantos navios seus a Marinha comprou? É um tanque? Quantos o exército comprou? É um avião? Quantos a aeronáutica comprou?" Então a indústria de defesa requer que

nós a incentivemos, e tem que começar pelas Forças Armadas brasileiras.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Eu, antes de passar a palavra ao próximo orador, professor Cristovam, eu quero relatar a esta Comissão um fato. Quando eu contei aqui o episódio acontecido com o Deputado Marchesan e usei a palavra adernar, o Senador Suplicy, como sempre nessa contestação afetuosa comigo, pôs em dúvida o termo adernar, e com sua equipe competente veio ele aqui agora e realmente comprovou que eu tinha razão, aí trouxe para mim: adernar é pender, abater duradouramente, inclinar ou emborcar, e faz um bilhete reconhecendo, pelo menos dessa vez, que eu tinha razão, pelo menos dessa vez [risos]. Aí ele diz: "obrigado, aprendi mais uma palavra, não tenho grande vivência de navegação". É a única coisa que eu descordo. É um navegador de grande curso, com grande experiência, e, aliás, eu me lembro que quando se elegeu ao Senado, na primeira vez, um dos carros chefe da sua propaganda era exatamente ele remando num lago de São Paulo. Quem rema em lago rema em mar, de forma, Senador, que permita-me continuar no meu propósito de não concordar com V. Ex^a [risos].

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Quando adernou o barco --

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): O seu barco adernou alguma vez?

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Não, eu não tinha apreendido a palavra.

SR. JÚLIO SOARES DE MOURA NETO: Eu posso dar uma ajuda. Como é que funciona um submarino? O submarino está na superfície, ele têm tanques nos bordos, na proa, na popa, tanques vazios, cheios de ar. Na medida em que o Comandante do navio resolve mergulhar com o submarino, ele vai deixando entrar água nesses tanques e o navio então, com a velocidade que vem, mergulha e vai para a profundidade. Quando ele chega na profundidade, ele estabiliza a quantidade de água e mantém o que nós chamamos em linguagem naval acota(F). Mas se por acaso um desses tanques receber água a mais, ele pode inclinar para um dos lados ou inclinar para o outro lado, e isto seria o adernar. Isto é possível acontecer com uma avaria numa das válvulas ou com uma manobra errada de tanques. Também uma maneira de se colocar muito na parte de vante, ele pode abicar, virar para, abaixar a sua proa ou então derrubar, que seria a proa. Então adernar, abicar e derrubar.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): -- Obrigado. Agora já sabemos. Quando formos aceitar o convite do Senador Sibá, ele vai amanhã, eu um dia desses quero também visitar e --

SR. JÚLIO SOARES DE MOURA NETO: Está convidado.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): E V. Ex^a vai ter o direito de dizer que o quer que o seu submarino faça dentro do que o Senhor entender [risos].

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): É uma escolha livre [risos]. Com a palavra o próximo orador inscrito, o Senador Eduardo Azeredo.

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Sr. Almirante, Sr. Presidente, Srs. Senadores e Senadoras. Eu estava acompanhando esses números do orçamento, ainda anteontem eu fiz um pronunciamento aqui sobre o Ministério da Defesa como um todo, mostrando realmente que apenas 9,2 % do orçamento tinha sido liberado até o dia 13/08, que é essa data. Então eu tenho, especialmente da Marinha, é lamentável mesmo. 2005, de cinquenta e um milhões para reaparelhamento e adequação, só 50% foi liberado. Em 2006, de cento e cinquenta milhões, só 35% foi liberado. Fechou o ano. E nesse ano, de duzentos e oitenta e cinco, só 10% foram liberados até o momento. Se nós formos olhar a segurança da navegação aquaviária, aí é mais difícil ainda, e olha que nós estamos falando, esse assunto de segurança, ele está na pauta, não é, pela questão aérea, mas da mesma maneira nós temos que ter na navegação aquaviária, e os números aqui também são ridículos. Em 2005 foi melhor, 70% foi liberado, mas três milhões e seiscentos apenas, em 2006 de doze milhões só cinco foi liberado, 39%, e em 2007 não chegou em um milhão ainda dos três e setecentos previstos.

Então eu queria ver, Almirante, é evidente que V. Ex^a quer a maior liberação possível, mas o que é que nós podemos fazer a mais? Porque, veja bem, aqui nós podemos tratar do orçamento, e o que eu estou falando é que apesar de estar no orçamento o Governo não libera, essa que é a dificuldade maior. O PLANTAR, até colaborando aqui, os valores do PLANTAR, Senador Cristovam, eram seiscentos e oitenta e um mil em 2005, quatro milhões duzentos e vinte em 2006 e quatro milhões trezentos e noventa e seis em 2007. No caso de PLANTAR, no ano passado foi liberado a totalidade praticamente, 94%, Mas os recursos do PLANTAR é porque estão vindo de créditos adicionais. O orçamento inicial era de um milhão e trezentos, teve três milhões ainda a mais de acréscimo. Então eu estou mais preocupado é com a execução orçamentária, que está me parecendo muito preocupante, quer dizer, eu acho um absurdo inclusive que royaltys se-

jam contingenciado. O royalty deveria ser da Petrobrás direito para Marinha, não tinha de passar no Tesouro de forma alguma. E com relação aos helicópteros, de helicópteros tem uma fábrica boa em Minas Gerais, em Itajubá, eu espero que esses helicópteros também sejam comprados no Brasil.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Com a palavra o Almirante.

SR. JÚLIO SOARES DE MOURA NETO: Muito bem, o fato é este também. Além do contingenciamento, não é, o Senhor falou também de quanto foi liberado, o Governo libera parceladamente os recursos orçamentários, além digamos do que é contingenciado na LOA, como eu mostrei, aprovado um bi e quatrocentos, recebi um bi e duzentos, preciso de um e oitocentos. Esse GAP aí é que precisa ser resolvido, e isto também vem parceladamente. Este ano ainda está melhor, este ano de 2007 ainda é um ano melhor do que nos outros anos, porque nos outros anos eram duodécimos, então eram liberados mensalmente. Esse ano não, já tem sido liberado de uma maneira mais ampla, então já foi liberado em três parcelas, se não me engano, já foi liberado --

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: [pronunciamento fora do microfone].

SR. JÚLIO SOARES DE MOURA NETO: Então dos nossos recursos nós já tivemos liberados um bi e falta o restante que vai ser liberado agora, a pouco prazo, e o Governo está sendo mais ágil na liberação dos recursos. Bom, quanto a esse aspecto da segurança da navegação que o Senhor tocou, eu acho que é um ponto que deve ser batido com muita força. Por quê? Ele envolve dois aspectos. Ele envolve, primeiro, a garantia da vida humana no mar, isso não tem preço, então é importantíssimo. Mas ele envolve também, nesse pacote segurança da navegação, o nosso preparo das nossas águas para que outros navios possam passar. Muito bem. Na medida em que não se tem confiança nas águas nacionais porque não se tem confiança se realmente o navio pode entrar nesse porto, o que é que o Armador faz? Ao invés de mandar um navio grande de duzentas mil toneladas, ele manda dois navios menores de cem mil toneladas. Ele traz a carga dele, só que o custo é muito maior, porque ele tem medo de se o navio, tem um calado muito grande, passar ali e não ter possibilidade de entrar. Então tudo isso é fundamental que nós possamos manter, com absoluta confiabilidade, toda a nossa segurança do tráfego aquaviário, para que os países tenham confiança, e é fundamental por dois motivos. Primeiro, porque todo o nosso comércio exterior, 95% do nosso comércio interior, importações, exportações, são por

via marítima. Então o peso disto em cima do custo Brasil é muito grande.

Os senhores podem ficar seguros que se a segurança da navegação, se a segurança do tráfego aquaviário não existir nós estamos nos penalizando, o país, e eu alerto isso para que a gente não deixe de reservar recursos para isso, para possa todo mundo vir aqui, os grandes navios entrem, que vai chegar com um preço muito menor a carga aqui e, quando ele for embora, levará por preço... o custo de frete é uma coisa absurda, que é dinheiro que nós saímos, não é, que nós perdermos. Então eu acho muito válido, eu agradeço muito ao que o Senhor disse e eu puder dar um acréscimo à sobre a segurança do tráfego aquaviário. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Com a palavra --

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Os helicópteros são de Minas Gerais então aí [risos].

SR. JÚLIO SOARES DE MOURA NETO: O Senhor está falando da Helibras, em Itajubá.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): -- Com a palavra o Senador Eduardo Suplicy.

SENADOR EDUARDO SUP LICY (PT-SP): Sr. Presidente --

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Não aderne na sua intervenção.

SENADOR EDUARDO SUP LICY (PT-SP): -- Meu caro Ministro Moura Neto, quero também agradecer a exposição que V. Ex^a nos faz e de grande relevância para conhecermos as necessidades da Marinha e a evolução. V. Ex^a mencionou o grupo de trabalho interministerial que foi criado em 09 de dezembro de 2005 pelo então Presidente em exercício, Vice-Presidente da República José Alencar, e que estava nesta data também exercendo o Ministério da Defesa, então obviamente mostra uma preocupação muito grande que ele estava tendo com este assunto. Ainda recentemente a Comissão de Relações Exteriores aprovou um requerimento do Senador Fernando Collor de Mello, eu acho que essa sessão foi em abril deste ano, onde ele requereu que fosse encaminhado aos Ministros de Estado, da Casa Civil, da Fazenda e Planejamento, voto de conclamação para que lancem, no âmbito do Governo Federal, a proposta de aprovação de relatório conclusivo do grupo de trabalho interministerial, criado para análise da situação de nossas Forças Armadas, para garantir os recursos necessários. Eu pergunto se este relatório já de fato foi concluído, em que estágio se encontra e qual é o grau de sua apreciação, aprovação, pelo Poder Executivo, que me parece que se trata de uma medida, primeiro no âmbito do Executivo, se por

ventura ele terá repercussões para o Congresso Nacional, se essas repercussões são apenas... ou se elas vão se consubstanciar em justamente a definição dos recursos que ora o Senhor aqui nos apresenta ou se tem ... ou se ainda não está concluído este trabalho?

Quando V. Ex^a chegou aqui, lhe perguntávamos e eu agradeceria se puder nos informar um pouco mais detalhadamente, das preocupações que o Comando da Marinha tem, toda a Marinha brasileira tem, com respeito a possíveis acidentes que por ventura ocorram, seja ali na costa brasileira, nos mares brasileiros, seja também nos rios, onde há navegação tão intensa como, por exemplo, na região amazônica, e de vez em quando ouvimos notícias de barcos de passageiros e navios de diversos tamanhos que por ventura sofrem acidentes, naufrágios ou os barcos adernam ou o que mais, muitas coisas acontecem. Então, se puder nos dizer, e que medidas podem ser efetivadas pela Marinha para estar também prevenindo, acudindo melhor os eventuais acidentes, as vítimas, os acidentados, já que hoje estamos tão preocupados com aquilo que acontece com a aviação civil área, com os aeroportos, é importante também sabermos o que acontece nesse espaço tão grande onde as embarcações brasileiras, seja da Marinha, seja comercial ou de passageiros, trabalham. Agradeceria também se puder nos transmitir uma avaliação a respeito do Ministério da Defesa e se puder nos informar qual a avaliação que V. Ex^a tem com respeito à criação do Ministério da Defesa em relação a quando existiam os três Ministérios da Marinha, da Aeronáutica e do Exército. E por que formulo essa pergunta? Nós sabemos que há uma preocupação, por parte até do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, no sentido de possivelmente reformular o ato do Executivo e do Legislativo que criou o Ministério da Defesa. Ele próprio, certa vez, numa conversa informal com os Senadores, disse que ele acreditava que seria importante, à luz da experiência havida, que pudesse haver, quem sabe, uma melhor definição da estrutura organizacional para que possa haver um muito melhor entrosamento, seja do relacionamento do Ministro da Defesa ou da Ministra da Defesa, se um dia houver, com os Comandantes das Forças Armadas. Então, eu sei que se trata de um assunto talvez de complexidade, mas quem sabe possa V. Ex^a nos dar um parecer, porque certamente o novo Ministro da Defesa, Néelson Jobim, mas à luz da experiência dos Ministros anteriores, como Waldir Pires, José Alencar Gomes da Silva e o José Viegas, nos quatro anos e meio ou quatro anos e pouco mais do Presidente Lula, todos certamente têm uma contribuição, mas acho que contribuição de V. Ex^a é muito importante para nós. Obrigada.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Antes de passar a palavra para o --

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Eu ainda tenho mais uma pergunta.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): -- -- Pois não.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): -- Porque eu tinha aqui, mas... refere-se inclusive à preocupação manifestada por um Senador que hoje, por alguma razão não está aqui, eu não sei se ele está em licença, mas que transmitiu no Plenário e todos nós ouvimos e aqui também. Eu me refiro ao próprio ex-Presidente e Senador Fernando Collor de Mello, que em pronunciamento de preocupação com o que ocorre com o Ministério da Defesa e das Forças Armadas, mencionou, dentre outros fatos, o episódio da compra, por exemplo, de equipamentos de defesa, inclusive aviões russos por parte da Venezuela, e mencionou que inclusive esses aviões podem com facilidade chegar a qualquer ponto do território brasileiro e voltar rapidamente, assim por diante. Se há da parte aí do conjunto das Forças Armadas brasileiras alguma preocupação com respeito a este assunto, mas obviamente como o propósito do Brasil sempre tem sido de harmonizar os seus esforços com os nossos países vizinhos e para assegurar a paz, sobretudo em nosso continente, se essa iniciativa é vista apenas como algo que também um país vizinho, a Venezuela, precisa ter para da mesma maneira que nós assegurar a sua soberania ou se há alguma preocupação de outra natureza? Se puder nos falar a respeito, agradeço.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Antes de passar a palavra ao Almirante Júlio, eu queria deixá-lo bem a vontade. O convite foi para discussão do orçamento. Essa outra parte de reestruturação das Forças, é evidente que ele poderá, se assim achar conveniente, não responder por estar fora da pauta. Nós temos inclusive --

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Eu quero deixá-lo inteiramente a vontade, Presidente, para --

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): -- Porque nós temos inclusive uma convocação feita, salvo engano, até pelo Senador Collor, para uma discussão --

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Sobre este tema.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): -- Sobre esse assunto e que deverá ser, pelas circunstâncias, em caráter reservado, uma sessão reservada que será marcada ainda em data a ser acertada.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Muito bem, então fica o Comandante inteiramente a vontade.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Com a palavra o comando Júlio.

SR. JÚLIO SOARES DE MOURA NETO: Bem, inicialmente o Senhor nos perguntou a respeito do grupo de trabalho interministerial. Muito bem. No momento esse grupo já teve uma tramitação preliminar e o Ministério da Defesa requereu que as Forças fizessem ajustes no relatório do grupo de trabalho interministerial, isso foi feito como eu lhes falei em julho, portanto, há pouco tempo, e o meu sentimento é de que o Ministro da Defesa vai encaminhá-lo ao Presidente da República. De toda forma, nesses recursos que já estão sendo previstos para 2008, apesar do Programa de Reaparelhamento ainda não estar aprovado e eu considero necessário ele ser aprovado porque pode vir a ser mais um suporte para que nós consigamos cumprir nos anos que vem pela frente o reaparelhamento das Forças, mesmo ele não está aprovado, o que é fundamental, alguns recursos já foram alocados pelo Ministério do Planejamento para que se possa iniciar a retomada da construção. Como eu lhes disse, a Marinha vai investir nos navios patrulha e nos helicópteros. Mas, no momento, sendo objetivo, o relatório do GTI encontra-se no Ministério da Defesa, ele foi resistido, está com o Ministro da Defesa.

O segundo aspecto que é no que diz respeito aos acidentes de navegação. A pergunta foi: "existem acidentes de navegação?" Bom, envolvendo navios da Marinha de Guerra, existem, são menores. Envolvendo embarcações mercantes e navios mercantes, eles existem, e são num número considerável. A qualquer momento nós estamos sempre com os navios da Marinha indo a fazer socorro. Existe uma rede de segurança do tráfego aquaviário, de proteção à vida humana, que quando existe algum incidente, em qualquer parte do mar, imediatamente, e isso chega à Marinha, a Marinha imediatamente manda navios naquela direção, divulga para os navios mercantes que estão nas proximidades, que nós temos o controle, então é feito um alarme, um alerta geral: há um navio acidentado nesta região e todos os demais navegantes se auxiliam mutuamente, inclusive navios mercantes que têm prazos a cumprir, porque levam carga de um porto para o outro e tem horário de chegar, eles param isso porque a vida humana tem prioridade e fazem isso.

Muito bem, então existem acidentes. No meio de toda a dificuldade orçamentária, como sempre, se estabelecem prioridades. Eu falei da Antártica, falei do sistema de saúde e falo agora do nosso sistema de socorro e salvamento, o apoio à vida humana no mar.

Para esse nós não deixamos que faltem recursos, e a Marinha sempre que há um evento que nós chamamos SAR [ininteligível], nós mandamos imediatamente, tomamos as providências custe o que custar, nós e todas as demais Marinhas do mundo imediatamente vão em socorro, saem às vezes um navio com duzentos homens para salvar um barco, um veleiro com dois tripulantes que está com o mastro quebrado e correndo risco de vida. Isso não importa. O que importa é que se salve a vida, que nada tem mais valor do que isso. Bom, o assunto do Ministério da Defesa, Senador, eu posso dizer ao Senhor o seguinte: eu acho que não cabe ao Comandante da Marinha avaliar o Ministério da Defesa. Ele foi criado por uma decisão soberana do Governo e a Marinha deve dizer ao Senhor o seguinte: o nosso relacionamento com o Ministério da Defesa tem sido o melhor possível nas duas mãos, tanto da Marinha com o Ministério da Defesa, a quem nós respeitamos e consideramos um escalão superior, como do Ministério da Defesa para com a Marinha na busca de recursos para que a Marinha funcione.

Quanto à estrutura, eu não estou a par do que está ocorrendo e isso provavelmente ocorrerá no Ministério da Defesa, e ele com certeza levará em consideração se achar por bem a opinião das Forças. Quanto ao problema da Venezuela, eu tenho dito, em todas as vezes que me perguntam a respeito disso, o seguinte: as Marinhas têm um relacionamento muito íntimo e muito amigo. Muitas vezes países não têm bom relacionamento, como ocorre também na Antártica, e também em termos de relações exteriores, mas no mar as Marinhas se apóiam, os navios se apóiam, os marinheiros se apóiam, como na Antártica, os homens da Antártica se apóiam independente de credo, a partido político, enfim, não há isto(F). A mesma coisa ocorre com a Marinha. Nós temos um excelente relacionamento com todas as Marinhas dos países que são vizinhos. Consideramos que a Venezuela tem o direito de se reaparelhar, como nós estamos discutindo o nosso Programa de Reaparelhamento. Nós também queremos nos reaparelhar e temos apresentado aos Senhores e em outros fóruns essa necessidade.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Com a palavra o próximo orador inscrito, o Senador Mão Santa.

SENADOR MÃO SANTA (PMDB-PI): Almirante, eu queria fazer uma pergunta: o Senhor tem algum filho oficial da Marinha?

SR. JÚLIO SOARES DE MOURA NETO: Não, senhor.

SENADOR MÃO SANTA (PMDB-PI): Eu queria fazer uma reflexão. Olha, eu sou do Piauí, o Piauí é o que tem menos litoral e lá tem uma Capitania dos Portos, sessenta quilômetros, seis quilômetros, o Piauí começou um porto em Epitácio Pessoa e não tem, mas, Almirante, me preocupa muito. O Ministro da Defesa surgiu numa tese, que o nosso Presidente Fernando Henrique Cardoso, ele se inspirava muito no Presidente Norte-Americano Bill Clinton, e o Bill Clinton, que tinha sido quatro vezes Governador de Estado, de Arkansas, coisa que o nosso Luiz Inácio não foi nem Prefeito, mas o Bill Clinton foi quatro vezes Governador de Arkansas, e viu que era complexo e mandou estudar como governada a democracia, e os maiores sábios americanos, Ted Gray(F) [ininteligível], que eu os conheço pessoalmente, eu freqüentei um curso dele, fizeram aquele livro "Reinventando o Governo".

Resumindo, o Governo não pode ser grande demais porque afunda, vou dar até o exemplo do Titanic, perfeito, grande. Tem que ser menor, então isso foi para diminuir os [ininteligível] e tal. Mas de repente esse país, que ao longo de sua história tinha quinze, dezesseis Ministérios, passou para quarenta. O dinheiro é um só. Nós já fomos Governador do Estado, eu fui Prefeitinho, então faltou o essencial, é calamitosa. Eu li um livro "Meu exílio no Piauí", Almirante Pena Boto. O Senhor já ouviu falar? Ele retrata a importância, e Suplicy, eu estou aqui porque eu acho que nós temos que ser os pais da Pátria, então o Luiz Inácio era para ouvir aqui e aprender, isso foi criado para isso. Então o Almirante Pena Boto fez curso de balística na França, mas de repente, quando chegou, uma enciumada com o Ministro da Marinha da época, ele diz: "Piauí". E ele chega, Tutóia, [ininteligível], de madrugada, no Sobral, ele disse: "olha, o meu conhecimento de balística eu vou matar morcego, [ininteligível], é um livro muito interessante, está na Capitania dos Portos lá da Parnaíba. Mas desde aí, Amurindo(F) Vale, que foi Ministro da sua Marinha, foi Capitão dos Portos.

Eu quero lhe dizer que o essencial é invisível aos olhos. Eu quero dar um testemunho, de quem não tem porto, o significado dessa gente. Educativo. Eles sempre exerceram uma influência educativa. Eles foram criados, sonhando para se respeitar a Pátria na disciplina e na hierarquia. Então mesmo não tendo porto, eu sei que porto não seria hoje tão necessário porque surgiram dois próximos, o do Maranhão e do Ceará, e é um transporte de carga pesada para longa distância, mas teve esse lado que eu quero dar o testemunho. Na cidade, eles sempre ... era uma instância, hoje a gente vê Polícia Federal. Não, era a autoridade moral do Capitão dos Portos que impunha brasilidade, cidadania, respeito, visão de futuro. Eu vou lhe citar

um fato, por isso que o Luiz Inácio tem que aprender com a gente. O Heráclito conhece. Aí de repente eu fui Prefeito dessa cidade e o nosso ... do sindicato do crime lá, como que era Heráclito, o Coronel lá? O Heráclito, o do sindicato do crime lá, o Coronel? O que foi preso aí do --

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Sindicato do crime?

SENADOR MÃO SANTA (PMDB-PI): -- Lá em Teresina, o da polícia, o Coronel?

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Corrêa Lima.

SENADOR MÃO SANTA (PMDB-PI): -- Corrêa Lima. Esse Corrêa Lima era Delegado Especial. Aí surgiu um bocado de crime e, para você ver, esse Corrêa Lima que era o chefe do sindicato do crime. Aí de repente eu fui lá no Capitão dos Portos, eu o Prefeito, ele era o Delegado da minha cidade, e eu convivi depois como Governador, porque eu já sabia. Aí eu fui ao Capitão dos Portos e disse para ele: "rapaz", no fim ele saiu matando, tinha até um funcionário civil da Capitania. E eu com um capitão, quer dizer, o Prefeito ia lá como o último recurso, o Delegado lá da Polícia era o chefe, o Capitão, e eu conversando, eu digo: "olha, rapaz, ele está suspeito, mas não pode ser suspeito; o Bispo não pode, o senhor não pode, eu não posso ser suspeito, autoridade não pode ser suspeita.

Esse era o meu raciocínio, eu conversando com o Capitão dos Portos, e ele disse: "é mesmo". Se suspeitava, o capitão Corrêa Lima, foi o chefe, depois chegou a Coronel. Olha, eu peguei ele Prefeitinho. Aí o Capitão, eu digo: "o meu raciocínio é que ele não pode ser suspeito, eu não posso, o Senhor não pode, o Bispo, autoridade não pode ser suspeita". Eu já pensava assim, não é? Aí dialogamos aí e tal, olha a influência lá. Aí ele também suspeito, eu digo: "não está direito, como é que eu posso governar uma cidade que o Comandante do crime mora lá, é o Delegado Especial". Ele era Capitão, tinha um Coronel, o Heráclito viu, era um terror esse negócio do sindicato do crime lá. Aí nasceu a idéia. Comandante do Exército lá era um Capitão Aramir, Major Aramir, eu não sei se o Heráclito que é de lá conhece. E ele tinha ido, porque a nossa cidade é litorânea, com o General Noronha, de Fortaleza, e eu Prefeito, lá tinha um Tiro de Guerra, aí trocando idéia, ele disse: "rapaz, só tem um jeito, é tu recorrer lá para o Aramir", eu digo: "eu conheço, ele veio aqui com um General, almoçamos juntos". Aí telefonei lá, ele disse: "olha, assim eu não posso não, mas, ô Prefeito, o Senhor telefona para o General Noronha, que é de Fortaleza". Olha como funcionava essa esse país organizado. Eu digo: "ah, eu o conheço, ele veio aqui no Tiro de Guerra", até de

repente ele viu que eu era Francisco Morais Souza, que eu era parente de Jonas Morais Corrêa, que era o chefe do Estado Maior, chamava Joaninha. Eu sei que ele deu a ordem e tal, eu sei que o Exército tirou esse homem lá de Parnaíba.

Depois eu fui Governador, por isso que eu compreendi que eu já sabia com performance, coincidiu e dei ordem de prisão, mas a gente recorria, isso existe, e hoje o que eu vejo, por isso que eu perguntei a V. Ex^a isso, porque eu vim sábado passado, eu fui deixar uma filha fazendo um estágio no Rio de Janeiro, aí no aeroporto, essa televisão faz a gente ser muito conhecida, era um Almirante da Marinha, eu não estou aqui com um cartão, já reformado, porque quando eu vi esse monte de emprego, nesse Chico Mendes tem gente que entra sem concurso, ganhando dez mil quatrocentos e quarenta e oito, e eu sei, eu sei a vida de vocês, porque quando eu governei o Piauí tinha gente com vinte e sete mil dólares e eu recorri ao Sepúlveda Pertence, eu digo: “eu não sei como que não tem outra revolução”, porque era pessoal da Justiça, pessoal da Fazenda e da Polícia Militar ganhando. O maior era vinte e sete mil dólares. Aí ele acabou me dando uma liminar para eu fazer um redutor, para diminuir, e eu levava o contracheque do meu Secretário de Obra, Oliveira, ele mostrou, rapaz, no líquido não dava uns três mil e tanto, ele era o meu Secretário de Obra e tinha sido chefe Comandante do Segundo Exército do Recife, se aposentou e eu o aproveitei, e eu cheguei e mostrei o contracheque do General e os dos ofícios da Polícia. Eu não podia governar desse jeito. Aí Sepúlveda Pertence me deu uma liminar para eu fazer um redutor. Esse Sepúlveda Pertence é um Rei Salomão, esse é um homem raro, não é?

Então eu sei, mas nessa discussão eu pedi para o líder do Governo me trazer o contracheque do pai dele, General, que era melhor do ele, o pai do Mercadante adorou ele, e que só voltaria se eu soubesse para comparar com esses que entram aí, por isso que está faltando o dinheiro. O Luiz Inácio nomeou vinte e quatro mil assim, pela porta larga, sem concurso. Os DAS-6(F) são dez mil quatrocentos e quarenta e oito, no Governo do Estado a gente só tem até DAS-4(F), mas no Federal tem dez mil, começando, sem concurso, por isso que está faltando dinheiro para a Marinha. O Governo cresceu demais, o Exército e... e de tal maneira que eu fiz essa pergunta porque o Almirante agora me disse o seguinte: “olha, eu estou aposentado, nem tanto, a minha mulher, e você não sei o que”, e ele disse o seguinte: “eu estou exercendo a advocacia para viver, ganho quase nove mil, mas desconta um apartamentinho e tal, é três mil e tanto”, mas a observação dele eu já fiz para o Mercadante,

“pergunte ao senhor seu pai, Mercadante”, ele disse: “é [ininteligível]”. A coisa mais bonita, Heráclito, que ele dizia que tinha nas Forças Armadas, era um General entregar a espada para o Aspirante seu filho; era um Brigadeiro para o seu filho; era um Almirante para o seu filho. E ele disse que tem observado, nunca mais o próprio Mercadante me disse “era mesmo, eu tenho um irmão que é”, por isso que eu perguntei, e eu sei o que é isso porque eu estou com uma filha se formando, foi até estagiária, pegou o meu anel, a gente sente. Se os Generais, os Almirantes, os Brigadeiros não estão orientando para os filhos deles é porque o negócio não está bom. Então entrou nessa decrepitude.

Aí esses homens, eu fiz o CPOR, eu não sei se V. Ex^a fez, e o Luiz Inácio também não fez, então eu tenho mais essa experiência a ensinar ao Luiz Inácio, eu sou oficial da reserva. Olha, disciplina e hierarquia. E eu sou machinho, eu devo muito a essa formação que eu passei no Exército. Então esse desmoronamento moral, ético, caiu por isso, está decadente todas as Três Forças, e eu acho que errou mais uma vez. Esse Ministro da Defesa, isso a gente tem que ter noção exata da sabedoria popular. Tem provérbio até na [ininteligível], e eu nunca vou contra um provérbio, “cada macaco em seu galho”. Esse Ministro da Defesa tinha que ser para esses homens, que fizesse um rodízio, um rodízio, um da aeronáutica. É, e vou lhe dizer mais, que o Luiz Inácio foi à Jamaica, eu acho que nós fomos e ele tem inveja, “vou lá na Jamaica”. Quero denunciar aqui, Suplicy, nós fomos à Jamaica a convite, está aí o Presidente que merece, o nosso piauiense, que somos orgulhosos, lá tem uma instituição, uma organização que a sede legislativa dela é na Alemanha, ela se chama autoridade, até o Secretário, como que é o nome dele? Eu não sei, ele é de uma ilhazinha, Fiji, e a importância dessa, que nós, já foi denunciado por uns técnicos brasileiros, é SIABID(F), é buscar as riquezas minerais no fundo do mar.

Então é um organismo que ele tem as riquezas, e nos estudos deles, Cristovam Buarque, eles demonstram que os minérios da superfície da terra vai faltar, nós estamos ajustando tudo aí, então eles estão buscando no fundo do mar os mineiros, pesquisando, os países organizados, civilizados e ricos, e o Brasil, com essa costa, nós não participamos. Nós não participamos. A Petrobrás com esse dinheiro louco, louco, que pesquisa no fundo, podia estar lá dando recurso e, segundo os estudos deles, já o Japão, a própria Alemanha, já estão entrando para ver as riquezas minerais, e, segundo eles, na área de Fernando de Noronha, que é do Nordeste, lá nas profundezas, têm riquezas que nós não temos conhecimento. Então é isso que seria a Marinha de hoje, a Marinha que fez

isso, nós chegamos aqui, o Exército e a Aeronáutica. O ITA, olha o ITA. Quando eu era jovem, eu sonhava, porque eu tenho um defeito de visão, eu tenho lente de contato, naquele tempo não podia, mas pelo menos o meu sonho era ser fiador, todo mundo queria, o ITA era o maior sonho da juventude, tanto da Marinha e tal, e isso arrasta, e eu disse mais para o Sepúlveda Pertence, eu disse: “olha, eu não sei como não tem outra revolução, porque eu sou Médico e eu não deixo o enfermeiro ganhar mais do que eu não nunca”. Como é que esse povo da polícia do Piauí estava ganhando mais dos os Almirantes de Exército e mostrei, tanto é que ele deu. Agora são forças acessórias. Agora o tempo que eu arrasto, esses homens davam o exemplo, foram exemplares. Eu mandei buscar o Pena Boto que passou na minha cidade, tem um livro, Almirante do Vale, e assim eram no Brasil todos. O que você vê da Polícia Federal é o... eu sou muito, muito, muito mais do tempo passado que nós tínhamos essa liderança, essa nacionalidade, esse espírito cívico desses Oficiais que nos trouxeram e entraram em decadência.

Eu lamento contestar que nos últimos anos, segundo o Almirante, por isso que eu perguntei a V. Ex^a, ele disse que tem observado que nenhum Almirante bota o filho lá, nenhum Brigadeiro, então é porque não está bom, porque todos nós queremos o melhor para os nossos filhos. Então é a nossa preocupação, e V. Ex^a que fez, a preocupação de V. Ex^a, Suplicy, com os mais pobres, foi louvável, ninguém está aqui, que merece aquela sua Renda Mínima, mas não prejudicando aquilo que era tão importante. O essencial é invisível aos olhos, essas Forças Armadas tinha isso, elas arrastavam com o espírito da ordem e do progresso. Então são essas as palavras.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Antes de passar a palavra ao Almirante Júlio, eu quero dizer que essa viagem feita à Jamaica, fomos eu, o Senador Mão Santa e o Senador Flexa Ribeiro, e tivemos a oportunidade de conhecer a estrutura da autoridade. Realmente, Almirante, achamos que nós devemos dar um pouco mais de atenção a esse organismo, tanto é assim que fizemos um convite para que o Presidente da autoridade, que hoje é um cidadão da Ilha de Fiji, um homem de experiência internacional em direito do mar, viesse à essa Comissão para conversar sobre o tema e, evidentemente, que de antemão já convidou V. Ex^a e a sua equipe, porque eu acho que esse é um assunto que deve ser discutido. Eu tive a felicidade de lá encontrarmos, Senador Cristovam, com um técnico da EMBRAPA. Da EMBRAPA não, da CPRM, da CPRM, que estava acompanhando, tinha acabado de haver um seminário e ele estava acompanhando em nome do Brasil essas movimentações,

mas eu acho que é um assunto que nós devemos dar mais atenção. Se esse organismo estivesse instalado na França, em outro local mais sofisticado, nós estávamos cheios de técnicos indo para lá toda semana. Como se localiza na Jamaica, não só esse deslocamento é pequeno como as informações também são poucas. É o único organismo internacional, instalado na Jamaica, mas eu acho que em termos de futuro será um fórum de discussão da maior importância. Com a palavra o Senhor.

SR. JÚLIO SOARES DE MOURA NETO: Bem, sobre isso que o senhor está falando, Senador, é muito importante. A convenção das Nações Unidas sobre o direito do mar, Convenção de Jamaica, talvez por causa disso a aérea fique lá, ela foi aprovada em Kingston, muito bem, ela estabelece uma série de direitos dos países litorâneos. No caso das águas, ela estabelece que todo país tem direito à zona econômica exclusiva, que se estende a duzentas milhas náuticas do sul da costa do país, onde ele tem a prioridade para explorar os recursos vivos, não vivos, do próprio mar, do solo e do subsolo marinho, e esse subsolo marinho chama-se plataforma continental. Essa plataforma continental, que é onde estão esses minerais, ela pode ir além das duzentas milhas. Então a ONU autoriza que os países façam seus levantamentos para verificar se a sua plataforma continental realmente vai além das duzentas milhas. O Brasil fez isso. O Brasil iniciou, a figura ali mostra de uma certa forma interessante, e após dezessete anos de trabalhos que juntou a Marinha, a Petrobrás, a comunidade científica na área de geologia marinha e etc, nós conseguimos fazer o levantamento da nossa plataforma continental além das duzentas milhas. Até duzentas milhas todo mundo tem direito. Além das duzentas milhas. Muito bem. E apresentamos a nossa proposta, em 2004, apresentamos a proposta para a ONU.

Essa proposta envolve uma área de novecentos e cinquenta mil quilômetros quadrados, o que é uma área bastante grande. A Comissão, a ONU, a Comissão de Limites da ONU, ela possui peritos de diversos países e nomeou lá uma Comissão de peritos, uma Subcomissão de peritos que analisou a nossa proposta e já nos deu a resposta. Acatou, acatou muita coisa, acatou vamos imaginar assim acatou 80% da nossa proposta, não acatou totalmente a nossa proposta. Há lugares onde eles acham que a nossa argumentação não foi uma argumentação forte. Então no momento a proposta da plataforma continental voltou para o Brasil e a Comissão Interministerial para os Recursos do Mar está avaliando isso para que então o coordenador, que por acaso é o Comandante da Marinha, e essa Comissão Interministerial envolve uma quantidade enorme de

Ministérios, possa submeter isto ao Governo através do Ministério das Relações Exteriores.

Mas o mais importante é dizer o seguinte: essa Comissão já de algum tempo acordou para a necessidade do levantamento dos recursos minerais dessa plataforma continental, e já temos aprovado, isso são programas de longo prazo, da mesma maneira que a REEMPLAQUE(F) levou uma grande quantidade de anos, o nosso programa de levantamento do potencial mineral da nossa plataforma continental, que é um trabalho grande e árduo, levará algum tempo, mas o Brasil já partiu para nós podermos levantar e saber onde é que estão os minerais, que minerais nós temos, quais são as capacidades. Hoje pode ser economicamente inviável, mas no futuro poderá ser economicamente viável. Então eu queria apenas comunicar aos Senhores que já há um programa que se chama REEMPLAQUE(F), aonde recursos já foram alocados para que os navios da Marinha sejam equipados com equipamentos e comecem a fazer o levantamento dos perfis para que se possa saber que tipo de minerais nós possuímos na nossa plataforma continental. Isso é uma riqueza que não podemos abandonar e eu concordo plenamente com o Senhor, Senador.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Nós vamos ter um encontro aqui, segundo a informação do Presidente da Autoridade, em abril, no Rio de Janeiro, um encontro internacional para discussão desse caso, desse assunto, e é exatamente nessa oportunidade que ele virá até Brasília. Concedo a palavra ao último orador inscrito, o Senador Flexa Ribeiro, a quem inclusive designei Relator para um assunto reivindicado pela autoridade, é um tratado que tramita no Senado e que é de interesse inclusive internacional, de forma que V. Ex^a, por ter testemunhado a importância do --

SENADOR EDISON LOBÃO (DEM-MA): V. Ex^a poderia me inscrever, o último orador.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): -- Pois não, com o maior prazer, está inscrito. Senador Flexa Ribeiro.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Presidente, Senador Heráclito Fortes, Vice-Presidente Senador Eduardo Azeredo, Comandante da Marinha, Almirante-de-Esquadra Júlio Soares de Moura Neto, Srs. Senadores. Eu quero primeiro pedir desculpas ao Comandante e ao Presidente por não ter podido assistir à palestra porque tinha um compromisso, como membro da mesa do Senado, para uma reunião às onze horas da manhã, coincidente com a Audiência Pública, mas fiz questão de voltar aqui e tomar conhecimento, através do material que foi distribuído, mas mais para afirmar, Comandante Júlio, que esta Casa

tem buscado, ao longo de todo o tempo, dar o seu apoio ao reaparelhamento, ao fortalecimento das unidades militares das Três Forças, inclusive nós temos uma Subcomissão formada aqui na Comissão de Relações Exteriores exatamente para tratar dessa questão de aprofundar o conhecimento das necessidades das Três Forças no sentido do seu fortalecimento e da sua reestruturação.

Nós não podemos deixar de tomar essa preocupação em função da importância que tem as Três, a Marinha, o Exército e a Aeronáutica, no sentido da defesa da soberania brasileira, e não só em função disso, dos serviços que prestam essas três unidades a todas as regiões brasileiras, em especial para a região amazônica e para o meu Estado, que é o Estado do Pará. Eu sou testemunha do trabalho que, no caso específico da Marinha, vamos ter também a oportunidade de conversar com o Comandante do Exército e o Comandante da Aeronáutica, ela desenvolve atendendo as populações ribeirinhas do nosso Estado e da nossa região. Já se discutiu aqui muito, já ouvimos palestras de outros Comandantes que o antecederam da situação crítica em que a Força se encontrava e, pelo que o senhor relatou aqui com relação ao reaparelhamento das Forças Armadas, a Marinha é que se encontra na situação mais crítica. Naquela altura, isso há um ano e pouco atrás, havia uma quantidade enorme de equipamentos da Marinha em desuso, inoperantes.

O senhor coloca aqui no seu quadro que a situação dos meios da esquadra brasileira tem noventa e um navios e a necessidade de ter cento e quarenta e cinco, e dos vinte e um existentes, onze estão imobilizados. Eu estou entendendo esse quadro, que aí diz operando com restrições os outros dez, ou seja, não tem nenhum equipamento em condição ideal de uso. Quando nós vamos aos submarinos, cinco submarinos, dois imobilizados, dois operando com restrição, tem um então que estaria em condições satisfatórias. Os helicópteros, cinquenta e oito existentes, vinte e sete imobilizados, trinta e um operando com restrições, ou seja, a totalidade da frota. Então o helicóptero operando com restrição já é um problema mais sério ainda do que o navio operando com restrição, porque aí você tem um problema da segurança de vôo. As aeronaves então nem se fala. Vinte e três aeronaves, vinte e uma imobilizadas e duas operando com restrição.

Então realmente a situação necessita de uma ação, eu diria, emergencial, emergencial. E eu vejo, eu vejo, Comandante, Almirante Júlio, que há um comprometimento, como próprio V. Ex^a disse aqui, da segurança naval, da navegação também, por falta de recursos. E quando nós vamos à questão dos royalties da Petrobrás, de petróleo, que a gente vem discutin-

do isso há anos aqui na Comissão, tanto de Relações Exteriores quanto na Comissão Mista de Orçamento, nós vamos verificar que só os recursos dos royalties eram mais do que necessários para atender a necessidade do Programa de Reaparelhamento da Marinha brasileira. E é lamentável, é lamentável que se faça um contingenciamento da forma tão drástica como é feito no caso dos royalties de petróleo. Eu estou buscando aqui na transparência que diz dos valores arrecadados pelo royalty, eu tenho aqui, melhor dizendo, não está na transparência, mas eu pedi que fizesse um levantamento pelo gabinete --

SR. JÚLIO SOARES DE MOURA NETO: Seria essa?

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): -- Não, essa é de 2006/2007, eu fiz --

SR. JÚLIO SOARES DE MOURA NETO: O saldo que existe em 2006, tem dois bilhões e seiscentos milhões e --

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): -- Eu pedi que fosse feito o levantamento e o número é muito mais impressionante. Existem de saldo acumulado de royalties da Marinha, vinculados à Marinha, sete bilhões e seiscentos milhões de reais. O estimado para 2007 é da ordem de três bilhões quatrocentos e setenta e seis milhões. Então o que se verifica, por exemplo, em 2003 foram arrecadados seiscentos e quarenta e oito milhões, liberados duzentos e cinco. Em 2004 arrecadados setecentos e cinquenta e sete milhões e liberados duzentos e trinta e nove. Em 2005 arrecadados noventa e quarenta e dois milhões e liberados quatrocentos e oitenta e um. Em 2006 arrecadados um bilhão cento e oitenta e quatro, liberados quatrocentos e catorze. Em 2007 estimada a arrecadação em um bilhão quatrocentos e treze e, na Lei Orçamentária, quinhentos e cinquenta e um milhões. Então o que nós precisamos fazer, evidentemente, não é só no caso da Marinha, não só no caso das Forças Armadas, mas eu acho que isso é uma ação que o Congresso Nacional tem que tomar com relação à peça orçamentária, que talvez seja a peça mais importante do Congresso Nacional, que é exatamente aprovar a aplicação dos recursos que vêm da sociedade e que deve retornar para a sociedade.

E o que nós fazemos aqui no Congresso, ao longo de todo esse tempo, é apenas aprovar uma peça de ficção, porque o Executivo, ele age de forma monocrática no sentido de liberar ou não, contingenciar os recursos sem verificar, como V. Ex^a mesmo disse, impondo no caso aqui dos royalties um contingenciamento até exagerado com relação ao contingenciamento de outras áreas. O nosso Senador Antônio Carlos Magalhães, que nos deixou agora, ainda esse mês

passado, ele lutou aqui ao tempo todo na questão de aprovar um orçamento impositivo em 80%, deixando uma margem ao Governo de contingenciamento de 20% dos recursos aprovados pelo Congresso Nacional. Isto resolvido, estaria resolvido todas as questões, não só do contingenciamento do royalty, como também das agências reguladoras e de outras instituições que têm recursos próprios de arrecadação de taxa, de serviço, e que como esses recursos vão para o Tesouro, acabam também sendo contingenciados e dificultando a ação para que essas agências deveriam ter a sua atividade voltada, como é o caso que nós estamos vivendo agora da questão do apagão aéreo por falta também de recursos para a modernização do sistema. Eu quero apenas prestar a solidariedade, no caso das necessidades de recursos, e dizer que temos defendido aqui, ao longo desse tempo todo, com firmeza, o apoio ao reaparelhamento e à reestruturação, o fortalecimento de todas as Forças Armadas. Então conte com o apoio nosso, tanto na Comissão de Relações Exteriores quanto na Subcomissão que trata especificamente deste assunto, como também a nível de Plenário e na Comissão de orçamento para dotar a Marinha brasileira dos recursos necessários para cumprir, como o faz, o papel importante que tem junto à Nação brasileira.

[troca de presidência]

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEVEDO (PSDB-MG): Almirante, com a palavra.

SR. JÚLIO SOARES DE MOURA NETO: Muito obrigado, Senador. Na realidade é isso mesmo. Nós precisamos trabalhar o orçamento e é um dos motivos que um dos temas aqui foi a questão orçamentária onde eu pude apresentar aos Senhores os recursos que existem, de onde se pode buscar, e aí eu acredito que ... mas é importante dizer que, como eu falei anteriormente, para o ano de 2008 já estão previstos alguns recursos melhores do que para 2007, quer dizer, se não forem contingenciados os recursos da defesa em 2008, a Marinha já poderá atingir as suas necessidades mínimas, recuperar, dar andamento no Programa Nuclear da Marinha e também iniciar a construção de navios, compra de helicópteros e coisa desse tipo como previsto. Obrigado.

SENADOR EDISON LOBÃO (DEM-MA): Presidente. V. Ex^a desculpe a impropriedade: se não forem contingenciados. Esperamos que não sejam. Ainda que na questão nuclear, os recursos, a necessidade mínima ano para a retomada é de cento e trinta milhões.

SR. JÚLIO SOARES DE MOURA NETO: Isso.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): E na LOA, de 2007, só estão disponibilidades quarenta e um milhões.

SR. JÚLIO SOARES DE MOURA NETO: Isso, então esse ano ficará praticamente em estado ainda vegetativo, a não ser que venha alguma suplementação de crédito, que nós já pedimos, mas a partir de 2008, nos recursos que estão previstos, já estão reservados cento e trinta milhões, o que nós permitirá retomar o Programa Nuclear e aí numa quantidade de anos que se imagina de cinco ou seis anos, nós tenhamos o Programa Nuclear pronto e terminado.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Com a palavra o Senador Antônio Carlos Valadares e, em seguida, o Senador Marcelo Crivella.

SENADOR ANTÔNIO CARLOS VALADARES (PSB-SE): Senador Presidente Eduardo Azeredo, Sr. Almirante-de-Esquadra Júlio Soares de Moura Neto, Srs. Senadores. O relato aqui feito pelo Almirante-de-Esquadra Júlio Soares de Moura Neto realmente é preocupante porque traz ao conhecimento público a fragilidade de uma das instituições que deveriam merecer, da parte das autoridades governamentais, não só do atual Governo como também de Governos passados, uma maior atenção, visando melhor estruturá-la para atender a problemas estratégicos de proteção do nosso litoral, dos nossos rios, enfim, tornar a Marinha capaz de, na eventualidade de uma falta de juízo de algum dos nossos vizinhos ou de áreas em fronteiras, a Marinha ter a capacidade dissuasória de dizer que tem condições de enfrentar qualquer ameaça à segurança nacional ao lado do Exército e da Aeronáutica.

A história, Sr. Presidente, tem dado exemplos de que as Nações, mesmo se preparando para a eventualidade de um ataque, enfrentaram, através de ações bélicas, batalhas que poderiam redundar em vitórias e se transformaram em derrotas com a ocorrência de uma mortalidade que poderia ser ter sido evitada ou a mortandade que poderia ter sido evitada, como aconteceu, quem poderia imaginar que a Alemanha, um país tão desenvolvido, uma civilização exemplar, gerasse uma figura diabólica como gerou, inclusive transformou a Alemanha numa ditadura, Adolf Hitler, que jogou o mundo numa guerra fratricida onde morreram mais de vinte milhões de pessoas. Aqui na América do Sul nós temos um exemplo que pegou o Brasil de surpresa, ao lado da Argentina e do Uruguai. O Paraguai é uma Nação pequena, com tão poucos habitantes, comparativamente ao Brasil e à própria Argentina e ao Uruguai em conjunto, e, no entanto, Solano López foi capaz de não só invadir o Brasil, mas de ameaçar, de vencer a guerra, que foi duradoura e custou milhares e milhares de vidas aos brasileiros, argentinos, uruguaios e ao próprio povo paraguaio durante cinco anos, numa guerra desnecessária, mas que o Brasil estava intei-

ramente despreparado. D. Pedro II teve que enfrentar pessoalmente, de ir pessoalmente para encorajar, convocações, e de pessoas que achavam que aquela guerra era desnecessária, em que o Brasil não tinha nenhum preparo, principalmente na Marinha.

Hoje é outra época, é outro período, mas quem diz, quem é que tem a capacidade de prever de que em algum país da América Latina possa surgir um ditador que venha a cometer a loucura de ameaçar os países democráticos como se situa hoje o Brasil no conceito internacional? Ora, prevenir é melhor do que remediar. Antigamente, nos idos de 1910 até também na década de 30, na década de 40, na Guerra-Fria, na década de 50, os militares diziam que se conquista a paz se preparando para a guerra. Mas isso foi antigamente. Hoje ninguém se prepara para a guerra. Hoje se prepara para dissuadir alguém de vir a pensar numa ameaça à segurança nacional. Hoje a segurança nacional está... a soberania do nosso país está acima dos interesses bélicos de indústrias, como acontece, tempo, nos Estados Unidos, onde a indústria bélica é alimentada anualmente através de ações guerreiras, da iniciativa do Governo Americano, e isto não só provoca uma instabilidade internacional, mas ao lado disso promove o enriquecimento de empresas privadas que se somam a essa iniciativa com o objetivo do lucro. Mas voltando à situação do Brasil, acho que a Marinha está numa situação humilhante pelo relatório que foi feito, e aqui, já referido pelo Senador Flexa Ribeiro, o Brasil não tem nenhuma capacidade, pelo menos de imobilizar, qualquer tentativa de ameaça, parta de onde a partir. Não tem capacidade de defender a nossa costa, o nosso litoral tão rico, aí está a plataforma continental palmilhada de exploração petrolífera, com plataformas que custaram milhões e milhões à Petrobrás, merecendo um cuidado especial, inclusive contra ataques terroristas.

Ora, se acontece em outros países, pode acontecer no Brasil. Basta que uma posição da nossa diplomacia seja inadequada com relação aos árabes, que nós poderemos ser vítimas de um ataque terrorista. Não que estejamos aqui sendo pessimistas, pregando a catástrofe, não. Mas volto a dizer que as nossas Forças Armadas, e neste caso aqui que nós estamos discutindo a Marinha, ela tem que ter uma preocupação prioritária do Governo como condição *sine qua non* para a sobrevivência da nossa autonomia, da nossa segurança, da segurança da nossa sociedade, do nosso povo, do nosso patrimônio, construído com tanto sacrifício por aqueles que estão recompondo a nossa Nação. Quanto ao Programa de Reaparelhamento aqui, num documento distribuído por V. Ex^a, o Governo atual, até é um gesto louvável a ser considerado e a ser

aplaudido, reuniu, fez um grupo de trabalho interministerial, incluindo Comandos das Forças Armadas, para discutir essa questão do reaparelhamento, e entre os anos de 2008 e 2014, segundo aqui esse documento, estima-se um investimento total da ordem de cinco bilhões e oitocentos milhões de reais, sem considerar os custos adicionais dos programas cujas execuções se estenderão para além de 2014, como é o caso da modernização de submarinos e outros projetos.

Ora, a Marinha dos Estados Unidos, a Marinha da Rússia, estão fazendo, desde há muito tempo, desde a década de 50, através de submarinos, agora submarinos mais potentes, nucleares, investigações, pesquisas científicas, tecnológicas no Oceano Ártico, rompendo o desconhecido, inclusive camadas de gelos, numa operação perigosa, mas a meu ver frutífera, produtiva para o futuro da humanidade. Se a Marinha brasileira tem mais recursos, sem dúvida que poderá ingressar nessa área da pesquisa científica com mais vigor, ganhando avanço na tecnologia de exploração submarina, das nossas riquezas, não só minerais como também propondo o aproveitamento das algas, das riquezas que existem nas profundezas dos nossos mares.

Então eu gostaria de manifestar a minha alegria em estar participando desta reunião com a presença de V. Ex^a, de tantos militares graduados da Marinha brasileira, e dizer que eu sou Senador do Estado de Sergipe, lá existe um investimento maciço da Petrobrás na plataforma continental. Sergipe hoje detém, pela descoberta dos campos, um lugar privilegiado no Nordeste de produção de petróleo em águas profundas, agora recentemente na costa de Sergipe, lá na costa do Município de Estância foi descoberto um poço de alta qualidade de petróleo puro, fino, em condições de competitividade com países que precisam de um petróleo de melhor qualidade, e foi então contratada pela Petrobrás uma grande plataforma, a primeira da América Latina, um modelo redondo, que vai se prestar à exploração do petróleo gerando royalties, riqueza, emprego e renda no nosso Sergipe. Eu não sei o valor que é a PETROBRAS despendeu com esta plataforma, mas ela veio do exterior e custou milhões e milhões de dólares. É um patrimônio que precisa ser preservado e a Marinha tem um convênio com a Petrobrás com, dentre outros objetivos, de também proteger o patrimônio do povo brasileiro através da Petrobrás. A minha palavra, então, é apenas de que como Senador integrante da Comissão de Orçamento, da Comissão Mista, e participando lá como indicado pela base do Governo, eu me coloco à disposição de V. Ex^a para o que for necessário em favor da Marinha naquela Comissão. Agradeço a V. Ex^a, Sr. Presidente.

SR PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEVEDO (PSDB-MG): Obrigado, Senador Antônio Carlos. Sr. Comandante, eu vou pedir aos outros dois Senadores que se manifestem ainda ou que querem se manifestar, o Senador Marcelo Crivella e o Senador Edison Lobão, e V. Ex^a então faria depois as respostas já encerrando.

Então com a palavra o Senador Marcelo Crivella.

SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ): Sr. Presidente, eu quero, em primeiro lugar, pedir desculpas ao Almirante por quem tenho profundo apreço, pois tive que me ausentar, já que o Prefeito de Resende e de Barra do Ipirá haviam me pedido, com muita antecedência, uma audiência com o Ministro dos Transportes. Então tive que acompanhá-los lá, mas voltei a tempo para lhe dizer que sou inteiramente solidário às causas da Marinha brasileira. E queria fazer uma pequena reflexão. Sei que estamos falando para o Brasil através da TV Senado. Vários colegas meus abordaram sobre o poder dissuasório, o poder de defesa nacional, mas eu vou além. Eu queria fazer uma pequena retrospectiva história de cunho geopolítico e vou escolher como ponto, por questões metodológicas, a primeira hegemonia mundial, a Grã-Bretanha, que no século XVII e XVIII assume o seu poderio. Como que ela assume? Aquela ilha. Bom, ela deu uma sorte enorme de ter carvão nas imediações de minério de ferro e domina a metalurgia do aço, inventa o canhão e tem a máquina a vapor, faz o Couraçado. Com essa arma, uma ilha que tinha armas, mas não tinha dinheiro, nem comida, e aí nós temos que estabelecer poder como um trínômio, armas, dinheiro e idéias, com as armas ela vai conseguir o dinheiro engolindo China e Índia, que na época do período mercantilista, por uma balança extremamente deficitária para os países da Europa, acabou sendo o estoque, o cofre forte de todo o ouro que saiu do Brasil, da prata do Potosí, da Silésia, do cobre da Alemanha, e que acaba sendo levado para a Grã-Bretanha quando ela transforma em colônia China e Índia. Eram grandes fornecedoras de seda, de especiarias, de pimenta, canela para a Europa.

Hoje, quando a gente visita o Palácio do Congresso lá na Inglaterra de [ininteligível], aqueles grandes quadros que nós vemos lá, tudo isso é apoiado de uma rapinagem inglês. Com o dinheiro eles fazem o que? Emitem a moeda, o padrão monetário internacional, a libra esterlina. Mas não foi só com armas e dinheiro que se tornaram a primeira hegemonia. Eles tinham idéias. Adam Smith, política econômica clássica, não vale Estado, vale mercado. Desconstroem ou chutam a escada pela qual subiram para ser hegemonia. Não vale Estado, vale mercado. É aquela coisa conserva-

dora, veja como eu sou formidável, veja como eu sou extraordinário, quer ser como eu, faça exatamente aquilo que eu digo? Não. Que eu fiz? Não. Que eu mando você fazer. Fukuyama escreveu recentemente um livro “Desconstruindo a História”.

Pois bem. Abrem-se os mercados, política liberal e agora neoliberal, só que a Europa entra no grande moloque(F), naquele dilúvio de fogo, de ferro, de sangue, e os Estados Unidos aproveita. Já não era mais o vetor carvão a energia, era o petróleo, eles tinham muito; a arma já não era mais o couraçado e o canhão, era a energia nuclear, eles dominavam a tecnologia. E tendo arma e tendo energia e vendendo e pegando o ouro e a prata da Europa que estava convulsionada, passam a ter então a possibilidade de emitido ir o dinheiro do mundo, o dólar. Continua o lastro em ouro, padrão monetário internacional, mas com conversibilidade e lastro em ouro. Mas também não foi só com dinheiro e armas que se transformaram em hegemonia. Tinham idéias. Instituíram o mercado. Tá bom vamos acreditar que não vale o Estado, vale o mercado. Mas todo mundo sabe que o consumidor não é racional, que as instituições não funcionam na livre concorrência, então vamos regulamentar o mercado. Surge a Organização Mundial do Comércio. Aceitamos o multilateralismo, desde que seja feito com as nossas regras. Armas, territórios santo, nossa fonte de poder. Tratado de Não Proliferação de Armas Nucleares, um tratado internacional que legitima que cinco ou seis potências sejam possuidoras de armas nucleares enquanto o resto do mundo não pode ter. Agora no tratado original eles deviam diminuir o seu arsenal atômico. Não o fazem. Diminuir os testes. Não o fazem.

É como disse outro dia um Diplomata, eu não me lembro o nome, tentar convencer o sujeito a parar de fumar com um cigarro na boca. Dinheiro. Não pode mexer, isso é fonte do meu poder. Fundo Monetário Internacional. E nós, o Brasil? Esse gigante tem um calcanhar de Aquiles, energia; o Brasil não. O Brasil é uma potência promissora para o futuro. Agora é impressionante como esse país abre mão de salva-guardas como a sua Marinha como suas Forças Armadas, numa demonstração ao mundo de falta de auto-estima. E isso eu me penitencio, porque nós do Congresso, força política da Nação, temos sido de certa forma um tanto eu diria de assentes(F) nesse debate. Sr. Ministro, eu tenho aqui uma PEC, 4.953/2004. Três anos. Já tive a oportunidade aqui nessa Comissão, na época presidida pelo saudoso Senador Saturnino Braga, de ter uma proposta dele quase aprovada, transformar em projeto de Comissão. O que era? 2,5% do PIB como orçamento anual estável para as nossas Forças Armadas. Eu aplaudi quando foi o Ministro Jobim lá para a

Defesa. Sabe por quê? Porque uma vez me surpreendi, eu, um Senador recente, recebendo uma ligação do Presidente do Supremo. E sabe o que ele me pedia? Era assim de manhã. “Senador Crivella, Jobim”. Pois não, Ministro, que ilustre ligação”. “Olha, eu estou ligando porque tem aqui uma lei que é o aumento aqui dos Ministros e eu quero que o Senhor vote conosco, é uma questão importante”. Eu não sei se os outros Senadores receberam essa ligação, mas eu recebi. E me veio à mente agora, com o Ministro Jobim, que era um militante nas questões de recursos para o Supremo, de ser também para as Forças Armadas e defender essa nossa PEC, de termos um orçamento anual estável à altura das nossas tradições, das nossas conquistas, do sangue dos nossos antepassados que nós legaram um território continental e que hoje, meu Deus do céu, me angustia saber que nós estamos, repito, abrindo mão de salva-guardas como essa, que é a nossa Marinha, o nosso Exército e a nossa Aeronáutica.

Eu quero me congratular também com o Almirante-de-Esquadra Júlio Soares de Moura Neto, que vem para cá e de maneira eu diria até religiosa, como um jesuíta no início da colonização desse nosso país, fazer a sua pregação, nos mostrar com humildade, mas também com uma certa dose de eu diria espanto, e até indignação, de termos a que ponto chegou a nossa Marinha de Guerra. E essa coisa, meu Deus do céu, de contingenciar. É a minha segunda PEC, proibir contingenciamento de recursos das Forças Armadas. O contingenciamento é feito porque o Governo, em certa ocasião da sua receita tributária, ele tem déficit, por isso há contingenciamento. No princípio do ano o Governo não arrecada impostos suficientes para manter suas despesas, mas no final do ano, ou por exemplo na época em que todos nós declaramos o Imposto de Renda, os recursos arrecadados tributários, eles sobem. O que os americanos fazem com isso? Eles fazem um fundo de estabilização. É isso que os americanos fazem. Na hora que o Tesouro tem queda de recursos, eles captam no mercado, de tal maneira que não se contingência o orçamento, que é uma outra proposta que fiz aqui, copiarmos o que eles fazem lá e dá certo. Alguém disse, Guido, “mas aí vamos captar, as taxas são altas”. Mais altos são os custos de termos as nossas Forças Armadas depauperadas ou mobilização e desmobilização das grandes obras nacionais, principalmente agora no PAC. Pare aí uma barragem. A empreiteira tira suas máquinas, equipamentos e centenas de operários, e depois vem a fazer a mobilização para ver o custo que isso vai ter.

Então, desculpe, eu falo até de maneira emocionada porque devo muito do pouco que sou, às Forças Armadas. Eu, quando era estudante de engenharia,

tinha uma dificuldade tremenda para pagar, eu estudava numa Universidade Católica no Rio de Janeiro, e tive a oportunidade, me apresentei como soldado, mas como já estava na faculdade me mandaram para o CPOR, como o Senador Mão Santa. Prestei o concurso e entrei na Infantaria. E pensei que fosse prestar o meu serviço militar, mas acabei ficando oito anos, e servi na brigada pára-quedista, depois servi no 24-B Motorizado(F), e depois me mandaram para o 22 de Barra Mansa e que hoje não existe mais.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Oficial brilhante.

SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ): Não, não fui tão brilhante assim, mas gostaria de ter sido. Agora, esses dias fui entregar uma patrulha mecanizada de uma emenda que fiz para Barra Mansa, aonde que foi a festa de entrega do trator, dos implementos? No meu quartel, que já não é mais quartel. O Exército se mudou dali, não pode manter aquela unidade, e nós entendíamos cinco mil jovens na região, incorporávamos seiscentos, mas atendíamos cinco mil, tínhamos o Tiro de Guerra, desfilávamos, enfim, hoje já não existe mais a presença do Exército na região importante, que é a região sul fluminense no meu Estado, como já não existe mais o Núcleo de Preparação de Oficiais da Reserva de Petrópolis, da Baixada Fluminense, enfim, eu não sei aonde que nós vamos parar, e é por isso, Almirante Júlio Moura, que eu quero dizer isso, quer dizer, todas as Nações que se constituíram, que são hoje hegemonias, que têm uma ação eu diria importante no contexto mundial, construíram seu poder sobre um trinômio, que é armas, dinheiro e idéias. Fora disso é utopia, fora disso é conversa regrada a uísque de pessoas que acabam se encantando com o canto da serpente de que o mercado lhe levará ao paraíso, quando na verdade acaba nos levando a ser uma Nação fraca. Com as riquezas que nós temos, com essa conquista que o Brasil tem aí nos fóruns internacionais para aumentar a nossa área da plataforma continental, subindo milhões de quilômetros quadrados, com as nossas exportações todas pelo mar, com a nossa maior riqueza, nossas plataformas, eu diria de certa forma até sem a vigilância que nós necessitamos, nós abrimos mão de uma salva-guarda como a Marinha de Guerra do Brasil, com tantos serviços prestados a esta Nação, é um absurdo. Muito obrigado, por ter me ouvido, Senhor Almirante.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEVEDO (PSDB-MG): Obrigado, Senador Marcelo Crivella. Com a palavra o Senador Édison Lobão.

SENADOR EDISON LOBÃO (DEM-MA): Sr. Presidente, eu desde logo quero pedir ao meu colega Marcelo Crivella que me empreste a cadeira dele para ver

se eu consigo alguma inspiração [risos] depois desse discurso histórico de S. Ex^a. Almirante, eu me encontrava no meu gabinete e acompanhei o depoimento de V. Ex^a na Comissão de Relações Exteriores e Segurança Nacional. Vi a intervenção de alguns colegas meus, todas judiciosas, e estou aqui para secundá-los dizendo que em verdade nós não podemos abandonar as nossas Forças Armadas. As Marinhas estão, como dizia Crivella, na gênese da história dos povos.

A Guerra de Tróia não teria acontecido sem a Marinha. É claro que eram navios feitos de madeira, precários, mas que serviram para transportar milhares e milhares de soldados e ficou para a história a bravura do Aquiles e de tantos outros guerreiros que ali estiveram, inclusive do grande poeta, do Homero, que relatou aquelas batalhas todas durante dez anos, a Ilíada, que é a poesia das poesias.

Almirante, eu estive certa vez, era Deputado ainda no Rio de Janeiro, convidado pela Marinha, para conhecer um submarino que a Marinha estava adquirindo. Recordo-me que fui com o Almirante Amaral Peixoto, do Estado do Senador Crivella, era Senador, com o Senador Sarney, era Senador também à época, eu Deputado, e alguns poucos parlamentares. Em seguida fomos convidados a visitar as fragatas que haviam sido importadas da Inglaterra. Navios extraordinários. E naquele momento a nossa Marinha construía, nos seus estaleiros, fragatas semelhantes àquelas, porém melhores. Olha que coisa extraordinária. Aqueles fragatas eram o que havia de mais moderno no mundo naquele instante, inclusive com foguetes exocets e etc, e a Marinha brasileira, nos seu estaleiro do Rio de Janeiro, que acabou construindo fragatas semelhante, apenas com os projetos, mapas dos ingleses, melhorando estas belonaves. Esta é a nossa Marinha, que agora também constrói submarino e assim por diante.

Eu outro dia me pus a ler um discurso do Deputado Plínio Salgado nos anos 60. É uma história curiosa. A Câmara resolveu homenagear a Marinha no dia da Batalha do Riachuelo. O orador não compareceu. Era Presidente da Câmara o Deputado Ranieri Mazzilli, de São Paulo. Ficou sem saber o que fazer. Alguém sugeriu a ele então que convocasse o Deputado Plínio Salgado a fazer o discurso. Plínio Salgado cochilava no Plenário da Câmara, eu era Jornalista naquela época, assisti a estes acontecimentos todos. O assessor da mesa desceu, acordou o Plínio Salgado e disse que ele tinha esta missão, ele disse: “mas eu não me preparei”, “mas o Senhor está preparado para o resto da vida”. Plínio Salgado assomou a tribuna e fez o discurso mais bonito que eu já vi sobre a Marinha de Guerra do Brasil. Uma peça extraordinária. Ele descrevia a Batalha do Riachuelo e tinha-se a impressão de estar

vendo, assistindo o confronto daqueles marinheiros extraordinários do Brasil.

É preciso que cada brasileiro tome conhecimento destas coisas para amar cada vez mais esta Força tão extraordinária. Ela hoje moderna tem realmente esta responsabilidade inclusive de defender as nossas plataformas submarinas, as plataformas do petróleo e as nossas duzentas milhas. Não me chamem de velho porque não o sou, mas eu participei de alguns episódios até do passado recente. Nos anos 60, quando houve o episódio da Guerra da Lagosta, com a França, eu estava com o Chanceler, o Ministro de Relações Exteriores, no momento em que alguém entrou no gabinete e disse que o Brasil estava submetido àquelas ameaças da Marinha de Guerra da França. O Ministro telefonou ao Ministro da Marinha e disse: "bom, agora vamos testar os nossos marinheiros neste confronto de um país como o Brasil enfrentando um país como a França". Felizmente isso não foi necessário. Mas a nossa Marinha esteve presente e responderia dentro da sua capacidade. É claro às necessidades nacionais. Nós então ficaríamos humilhados com a intervenção aqui de um país estrangeiro. Eu tenho propugnado tanto quanto o Tenente Crivella pela necessidade de se dotar as Forças Armadas --

SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ): V. Ex^a me traz saudades. Gostaria de ter o mesmo vigor daquela época [risos].

SENADOR EDISON LOBÃO (DEM-MA): -- Dotar as nossas Forças Armadas dos recursos necessários, não precisam ser até exuberantes, não, apenas os necessários, para que ela continue cumprindo o seu papel extraordinário, transcendental, na defesa deste país, das nossas fronteiras, das nossas águas territoriais que são vastas, muito vastas. Quando eu vejo a Força Área Brasileira com oitocentos aviões, dos quais quatrocentos no pátio, sendo pirateados para que um forneça componente ao outro, eu mergulho numa tristeza profunda. Os tanques do Exército também estocados porque não têm combustível nem munição, muito deles, para se movimentar. Assim é com os navios da nossa Marinha. Esta situação não pode prosseguir até porque somos um país rico, não somos mais pobres, já não o somos há muito tempo. Em 1964 o Brasil era a 48^a Nação econômica do mundo, transformou em seguida na 8^a. Hoje somos a 12^a, 11^a. Nós não precisamos estar nesta miserabilidade com as nossas Forças Armadas.

Devíamos muito ao exterior, hoje devemos muito pouco ou quase nada, ao Fundo Monetário Internacional, e não fale mal dele, Senador Crivella, porque ele é um banco internacional do qual o Brasil é sócio. Eu nunca achei o Fundo Monetário Internacional um mal

e sim um bem para os países, mas o fato é que não devemos a ele. Nós temos dívida interna hoje. Estamos equacionando-a com todo o vigor. Vivemos um momento bom da economia nacional. Acho que este é o momento, Sr. Presidente, de nós resgatarmos os nossos compromissos com as Forças Armadas deste país. Ou fazemos isto agora ou vamos dar uma demonstração ao mundo de que nós temos pouco apressamento por elas, e não é o caso. As Forças Armadas brasileiras interferiram no processo político em alguns momentos para ajudar o povo, nunca com o propósito de se assenhorear do poder, de se adornar do poder. As Forças Armadas nos livraram muitas vezes de armadilhas terríveis, embora alguns não reconheceram, mas isto é o que aconteceu. Voltaram depois aos quartéis, temos uma democracia sólida, garantida por ela, as Forças Armadas. Quando eu vejo um Oficial General das nossas Forças Armadas ganhando tanto quanto um Major da Polícia Militar de Brasília, isso me dá uma tristeza imensa. Eu reconheço que a Polícia Militar de Brasília é muito competente.

A Polícia Civil de Brasília é considerada a segunda melhor do mundo, a nossa Polícia Civil de Brasília. Merece ser bem remunerada. Mas e os nossos Oficiais Generais? O Major da Polícia equivalendo ao Oficial General em sua retribuição, em seu salário, em seu soldo? Isso não me parece correto. E os nossos militares nunca reivindicaram salários exuberantes. Houve até um episódio que poucos conhecem, quando em 1964 houve a revolução, um dos primeiros gestos do Presidente Castelo Branco ao assumir o poder foi retirar uma mensagem que se encontrava no Congresso Nacional atribuindo salários elevados às Forças Armadas. Ele, um general do Exército, Marechal Castelo Branco, mandou uma outra mensagem reduzindo aquilo que estava sendo proposto como salário, como soldo dos militares. Isto quer dizer que até os líderes das Forças Armadas são parcimoniosos, são responsáveis. Eles não são sindicalistas, e quando eu vejo os Sargentos, controladores de voo, se submetendo a um motim, prejudicando milhões de brasileiros, a imagem do Brasil lá fora, é claro que isto é uma minoria escassa, mas também me dá uma tristeza imensa disso. As Forças Armadas são ancoradas na disciplina e na hierarquia. Quando se quebra um princípio e um outro nós não temos salvação. Ela passa a ser um elemento marítimo à deriva. Oxalá isso nunca mais aconteça. Houve um motim, em 1964, começo de 1964, final de 1963, aqui em Brasília, de Cabos e Sargentos, até da Marinha mesmo, que se amotinaram, ficaram num prédio aqui do Ministério da Marinha e quase foram postos para fora do prédio a tiros de tanque de guerra. Não podiam cometer o crime que estavam cometendo.

Mas isso são poucos e, naquele momento, eram estimulados pela política, contaminados pela má política e não pela boa política. Senhor Comandante da Marinha, eu não tenho palavras que não sejam de homenagem à força que V. Ex^a comanda, por tudo quanto ela representa à nossa história. E a nossa história, no que diz respeito à participação da Marinha, não é pobre, é rica. Sempre que o país, sempre que a Nação necessitou dos seus militares, eles ali estavam em condições de cumprir o seu papel. De sua ação, Senador Crivella, eu fui também testemunha por volta de 1964, quando o Governo resolveu fazer intervenção no Estado de Goiás, pelas razões que não cumpre aqui examinar, retirar o Governador. O Coronel Beira Matos foi encarregado de comandar uma operação militar para garantir a retirada do Governador que não desejava sair pacificamente. E o que fez o Coronel Beira Matos? Constituiu um grupo de militares, poderoso, maior do que o necessário, com um objetivo inteligente e até humano, o da dissuasão. Levando aquela tropa do Exército e da Aeronáutica, da Força Aérea Brasileira, tão grande, tão densa, ele desestimulava exatamente a reação do Governo do Estado. Lá chegando, eu era jornalista, fiz a cobertura do episódio, chamou o Coronel da Aeronáutica que se chamava Peixoto e disse a ele que levasse um comunicado do Comandante da tropa, da expedição, ao Governador. E disse a ele: "vá armado, mas não utilize a sua arma em nenhuma hipótese". Havia um movimento muito grande de pessoas na praça do Palácio, o Coronel entrou na praça, foi agredido, cuspidado, jogaram-lhe uma pedra na cabeça, sangrando caiu, pegou na pistola, mas resolveu desistir porque percebeu que se desse um tiro ali o Exército avançaria, seria uma chacina. Ele preferiu então o sacrifício, até da própria vida, se fosse o caso, a não submeter o povo, o Exército e a Força Aérea àquele confronto. Esse é o espírito dos nossos oficiais. Eu não conheço militares fora do Brasil que sejam melhores dos os nossos. Temos, portanto, uma dívida que haveremos de resgatar para com esses militares. Sr. Comandante, eram estas as palavras que queria dizer nesse momento.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEVEDO (PSDB-MG): Obrigado Senador Édison Lobão. Com a palavra o Comandante para --

SENADOR PAULO DUQUE (PMDB-RJ): -- logo após ouvir o Comandante.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEVEDO (PSDB-MG): Talvez fosse melhor o Senhor falar de uma vez e ele faria a resposta conjunta. Com a palavra o Senador Paulo Duque.

SENADOR PAULO DUQUE (PMDB-RJ): Conforme V. Ex^a já deve ter observado, existe uma identidade

enorme entre a classe política desse Senado com as Forças Armadas, seja da Marinha, seja da Aeronáutica, seja do Exército. Isso é uma pequena parcela Senado. Somos oitenta e um. Eu represento o nosso querido Estado do Rio de Janeiro, o novo Estado do Rio de Janeiro. Sempre passo ali onde fica a sede da Esquadra Brasileira, ali perto da Ponte Rio-Niterói, continua ali, mas imagino que em quase todo o litoral brasileiro há as subsedes, há os distritos navais e vai por aí. É uma costa de cerca de nove mil milhas, por aí mais ou menos no nosso litoral. Como disse o Senador Lobão, o Brasil no seu todo deve muito às Forças Armadas, especialmente à Marinha, quando não havia ainda a Aeronáutica.

Me identifico de forma muito especial com a Aeronáutica porque quando a Escola Naval funcionava como funciona ainda na Ilha de Villegaignon, a escola de aeronáutica funcionava no Campo dos Afonsos, hoje está em Pirassununga, e eu fui cadete do ar, isso nos idos de 1945. Calculo que ninguém ainda aqui fosse nascido, tem muito tempo isto, Segunda Guerra Mundial, e quando o Senador Lobão discorreu sobre alguns aspectos, veio-me à memória e ia ser oportuno perguntar hoje a V. Ex^a uma curiosidade que tenho. Logo após o suicídio do Presidente Getúlio Vargas, V. Ex^a se lembra da crise, eu não sei se se recorda da crise que sobreveio, em que todo mundo tomou parte. O povo chorando muito, revolta, as Forças Armadas preocupadíssimas pelo episódio, e havia um cruzador que estava ancorado ali no cais, que era o Cruzador Almirante Tamandaré, Almirante Tamandaré. De tal maneira fiquei admirado da ação desse navio que foi comprado pelos Estados Unidos, serviu ao Brasil durante muito tempo, mas foi um navio guerreiro. Ele participou da Batalha de Pearl Harbor e de outras ações de guerra, foi um navio essencialmente guerreiro. Foi comprado, mudamos o nome, transformou-se no Cruzador Tamandaré, que, na ocasião, abrigou o Presidente Carlos Luz e uma equipe de políticos e militares. O cruzador era Comandado pelo Almirante Silvio Heck, figura tradicional da Marinha, e abrigava no seu bojo também o Almirante Pena Boto e civis e militares. E ele estava na esperança de que fosse abrigado lá pelo Governador Jânio Quadros, em São Paulo, dispôs-se a sair pela Baía da Guanabara em demanda ao Porto de Santos. E foi saindo, quando foi hasteada uma bandeira dizendo "é proibido a saída de navios militares". Mas ele continuou impávido, impecável, e foi recebendo alguns tiros de fortalezas que guarnecem a Baía da Guanabara. Passa por Copacabana, é alvejado, mas não é atingido pelo Forte Duque de Caxias, se aproxima do Forte de Copacabana, hoje museu militar, foram doze projéteis, doze tiros contra o navio.

Até hoje eu me pergunto: será que aqueles tiros foram para valer ou será que os brasileiros, os militares que estavam naqueles fortes, jamais tentaram afundar ou alvejar aquele navio? E o Tamandaré, ele com o poder de fogo que se punha, um poder enorme de fogo, bastava desviar um pouco a sua rota em direção ao Forte de Copacabana e talvez um ou dois tiros acabassem com o Forte. Mas não fez isso. Não fez nenhum tipo de reação. Continuou na sua marcha e saiu pela baía à fora. É aquilo, Lobão, Senador, que faz com que o Brasil seja rico nesse tipo de história, e que eu abandonei todas as perguntas de caráter técnico, que gostaria de fazer, para perguntar a V. Ex^a: qual é, hoje, hoje o navio, o Almirante Tamandaré, porque mais tarde ele foi vendido para um estaleiro poderoso, inglês talvez, saiu para ser entregue ao estaleiro, para ser desmontado, e ele, como que num último ato de heroísmo, numa tempestade, que fez com que o rebocador se livrasse do navio, porque ele ia afundando, afundando, quase ao chegar nas costas da África do Sul, onde se localiza esse estaleiro. Então a minha pergunta única, que eu sei que V. Ex^a, seus companheiros, já estão aqui há muito tempo, mas valeu o encontro, a minha única pergunta: hoje existe algum outro navio de guerra com o nome do Almirante Tamandaré? Se não puder responder --

SR. JÚLIO SOARES DE MOURA NETO: Suas palavras foram muito bonitas e me emocionaram porque o Senhor pegou muito bem o espírito daquele dia, onde o cruzador não atirou em Copacabana porque poderia matar gente brasileira e não atiraria nunca, como da resposta se o Exército atirou para acertar, eu não sei, mas os tiros passaram perto, não é? Isso contam os homens que estiveram lá, mas o navio não atirou, não atira em sua gente não. Nós não temos nenhum navio com o nome de Tamandaré. Eram dois Cruzadores, Barroso e Tamandaré. O Barroso nós temos, uma corveta que está em construção no arsenal de Marinha do Rio de Janeiro e ela deve ficar pronta em 2008, tivemos que adiar a construção naval em face dos recursos, ela deveria ter ficado pronta há mais tempo, mas estamos construindo uma corveta grande. Temos que pensar em homenagear o ex-Sant Laus(F) --

SENADOR PAULO DUQUE (PMDB-RJ): Não, é ex-Sant Laus(F) II, mas de qualquer maneira fica aqui a sugestão, creio que de toda a Comissão, no sentido de dar o nome de Tamandaré, já que aquele está nas costas da África, bem profundo, bem profundo. E eu estimo que V. Ex^a tenha tido a franqueza de dizer que se emocionou porque somos todos brasileiros.

SR. JÚLIO SOARES DE MOURA NETO: Muito obrigado, Senador.

SENADOR PAULO DUQUE (PMDB-RJ): Dê as mãos à Marinha.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEVEDO (PSDB-MG): Obrigado, Senador Paulo Duque.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Sr. Presidente, pela ordem, Sr. Presidente. Eu agradeço, que o Senador Presidente Heráclito Fortes tinha transmitido a mim que seria apreciado um brevíssimo requerimento antes de encerrar a sessão.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEVEDO (PSDB-MG): Está bem. Então antes ainda de passar a palavra para o Comandante, eu só vou colocar, com a licença do Comandante, em votação esse requerimento, e logo depois fazemos então as palavras de encerramento. Requerimento 58/2007, os Senadores Eduardo Suplicy, Marcelo Crivella e Flexa Ribeiro, requer nos termos regimentais seja solicitado ao Ministério das Relações Exteriores disponibilizar aos membros da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional os documentos produzidos pelo Centro de Informações no Exterior - CIEIX, desse órgão nos anos de 1965 a 1985. Em discussão. Não havendo quem queira discutir, em votação. Aprovado.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEVEDO (PSDB-MG): Retorno a palavra, portanto, ao Almirante Júlio Soares de Moura Neto, Comandante da Marinha, para mais esclarecimentos e as suas palavras finais.

SR. JÚLIO SOARES DE MOURA NETO: Muito obrigado, Senador. Para mim foi uma honra, como eu disse ao Ministro, ter tido a oportunidade de vir aqui perante a Comissão, falar aos Srs. Senadores, Exmos. Srs. Senadores e Sras. Senadoras que aqui me ouviram e que se uniram na preocupação da Marinha. É mais transmitir a preocupação da Marinha no sentimento que tenho de que nós temos que avisar a Nação de que a Marinha, no seu processo natural de degradação, necessita de medidas emergenciais. Eu acho que a mensagem foi muita bem aceita pelos Senhores, repito, porque a bem da verdade é preciso que se diga que se mantiver o orçamento de 2008 nós estamos dando ... revertendo a curva declinante para uma curva que será positiva e que, se nós conseguirmos manter em 2009, 2010, em breve nós teremos as Forças Armadas que o país necessita, Forças Armadas capaz de defender a soberania nacional, aos interesses através das suas ações de sua ação, que são ações que já exigem credibilidade, e essa credibilidade pode ser perdida, e depois, para ser recuperada, é muito difícil, muito demorada. Então eu agradeço a

atenção dos Senhores, os discursos que foram feitos, que todos eles, e as palavras que me emocionaram da saída do Cruzador Tamandaré nos idos de 1954. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Comandante Júlio Soares, nós é que agradecemos a sua presença, as suas informações, colocamos esta Comissão à disposição permanente da Marinha, Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, agradecemos também a presença dos vinte e dois Senadores que aqui estiveram, doze deles tendo usado da palavra.

Está encerrada a sessão. Muito obrigado.

Sessão encerrada às 13h35.

SECRETARIA DE COMISSÕES

SUBSECRETARIA DE APOIO ÀS COMISSÕES PERMANENTES

COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRA-ESTRUTURA

Ata da 8ª Reunião, extraordinária, da Comissão de Serviços de Infra-Estrutura, da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura, realizada no dia 22 de março de 2007, quinta-feira, às 10 horas, na sala de reunião nº 13, da Ala Senador Alexandre Costa, Anexo II.

Às onze horas e quatro minutos do dia vinte e dois de março do ano de dois mil e sete, na sala de reuniões da comissão, sob a Presidência do Senador MARCONI PERILLO, reúne-se, extraordinariamente, a Comissão de Serviços de Infra-Estrutura, com a presença das Senhoras e Senhores Senadores **Serys Slhessarenko, Delcídio Amaral, Ideli Salvati, Francisco Dornelles, Inácio Arruda, Fernando Collor, Valdir Raupp, Wellington Salgado, Adelmir Santana, Eliseu Resende, Jayme Campos, Heráclito Fortes, Raimundo Colombo, João Tenório, Flexa Ribeiro, João Durval, Fátima Cleide, Renato Casagrande, Garibaldi Alves, Gilvam Borges, Neuto de Conto, Demóstenes Torres, Jonas Pinheiro, Romeu Tuma, Cícero Lucena, Eduardo Azeredo**. Presentes, também, os Senadores **Edison Lobão, Magno Malta, Arthur Virgílio e José Agripino**. Deixam de comparecer os demais Senadores. Havendo número regimental, o Senhor Presidente declara aberta a reunião, dispensando-se a leitura da ata da reunião anterior que é dada como lida e aprovada. É aprovada a inversão da Pauta. Em seguida, a Presidência dá início à primeira parte da Pauta: **Item Único - Decisão Terminativa - Projeto de Lei do Senado, nº 137, de 2006**, que “determina que empresas operadoras do Serviço de Móvel Pes-

soal instalem bloqueadores de sinais de radiocomunicações nas penitenciárias estaduais e federais, e dá outras providências”, de autoria do Senador Rodolpho Tourinho, tendo como relator o Senador Flexa Ribeiro, que apresenta parecer pela aprovação do Projeto e da Emenda nº 1 e pela rejeição da Emenda nº 2, ambas de autoria da Senadora Serys Slhessarenko, nos termos do Substitutivo. A Presidência concede vista coletiva, nos termos regimentais. A matéria é Adiada. Após, a Presidência passa-se a segunda parte com a realização de Audiência Pública destinada a ouvir o Excelentíssimo Senhor Ministro de Estado das Minas e Energia, *Silas Rondeau*, o Presidente da PETROBRÁS, *José Gabrielli* e o Presidente da ELETROBRÁS, *Valter Luiz Cardeal de Souza*, a fim de participarem de debate sobre o Programa de Aceleração do Crescimento - PAC, em atendimento aos Requerimentos nºs 011 e 016, de 2007-CI, ambos de autoria do Senador Marconi Perillo e outros, e ao Requerimento nº 10, de 2007-CI, também de autoria do Senador Marconi Perillo. A Presidência responde ao questionamento da Senadora Ideli Salvati, esclarecendo que incluiu a questão do Gás Boliviano na presente Audiência Pública, por entender que as autoridades convidadas teriam condições de discorrer sobre o assunto, evitando, assim, a necessidade de voltarem à comissão em outra oportunidade. Ato contínuo, assume a Presidência dos trabalhos o Senador Delcídio Amaral. Fazem uso da palavra, para os seus questionamentos os Senadores Marconi Perillo, Francisco Dornelles, Flexa Ribeiro, Eliseu Resende, João Tenório, Valdir Raupp, José Agripino, Delcídio Amaral, Raimundo Colombo, Wellington Salgado, Inácio Arruda, Arthur Virgílio e Ideli Salvati. A Presidência solicita ao Presidente da Petrobrás, senhor José Gabrielli, que encaminhe à Comissão informações detalhadas a respeito do Gasoduto do Sul e Centro-Oeste. O Senador Raimundo Colombo solicita ao Ministro de Estado de Minas e Energia, senhor Silas Rondeau, que encaminhe à Comissão dados detalhados do número de licenciamentos ambientais. A Comissão aprova, ainda, as seguintes matérias constantes da Extrapauta **Item 1 – Requerimento nº 27, de 2007-CI**, de autoria do Senador Romero Jucá, subscrito pelo Senador Delcídio Amaral, requerendo o aditamento do nome do senhor Amin Alves Murad, Diretor-Presidente da Supervia, entre os convidados para a audiência pública a realizar-se no dia 29 de março de 2007, por ocasião da aprovação do Requerimento nº 2, de 2007-CI, de autoria dos Senadores Eduardo Azeredo e Inácio Arruda, para discorrerem sobre os sistemas dos trens metropolitanos no País. **Item 2 – Requerimento nº 28, de 2007-CI**, de autoria dos Senadores Renato Casagrande, Marconi Perillo, Wellington Salgado, Eliseu

Resende e Eduardo Azeredo, convidando o Ministro de Estado dos Transportes, senhor Paulo Sérgio Passos, os Governadores dos Estados do Espírito Santo, Paulo Hartung, de Goiás, Alcides Rodrigues e de Minas Gerais, Aécio Neves, e os Diretores-Presidentes da Companhia Vale do Rio Doce, senhor Roger Agnelli e da Agência Nacional de Transporte Terrestre, senhor José Alexandre Nogueira Resende, para comparecem em Audiência Pública a fim de discutirem as soluções que visem desobstruir os gargalos para consolidar o corredor Centro-Leste. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dezesseis horas e um minuto, lavrando eu, *Dulcília Ramos Calháo*, Secretária da Comissão, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra do seu registro de Estenotipia Informatizada. – Senador **Marconi Perillo**, Presidente

8ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRA-ESTRUTURA, 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA NO DIA 22 DE MARÇO DE 2007 ÀS 11 HORAS E 05 MINUTOS.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Havendo número regimental declarado aberta a 8ª reunião da Comissão de Serviços de Infra-Estrutura Extraordinária da 1ª Sessão Legislativa da 53ª Legislatura.

Antes de iniciarmos os trabalhos proponho a dispensa da leitura da ata da reunião anterior. Os Srs. e Srª.s. Senadores e Senadoras que aprovam permanecem como se encontram. Aprovada.

Há requerimento sobre a Mesa os quais serão deliberados extrapauta. Há também o primeiro item da pauta que diz respeito a discussão e deliberação em relação ao Projeto de Lei nº 137 de 2006, decisão terminativa que “determina que empresas operadoras do Serviço de Móvel Pessoal instalem bloqueadores de sinais de radiocomunicações nas penitenciárias estaduais e federais, e dá outras providências”.

Esta matéria exigirá *quorum* em maioria para ser deliberada e aprovada ou rejeitada. A segunda parte diz respeito a Audiência Pública, com a presença dos Excelentíssimos Srs. Ministro de Estado de Minas e Energias Silas Rondeau, do Presidente da ELETROBRÁS Valter Luiz Cardeal de Souza e do Presidente da PETROBRÁS, José Gabrielli. Esses requerimentos têm como objetivo a discussão em relação ao Programa de Aceleração do Crescimento, já que tanto em relação a PETROBRÁS quanto em relação a ELETROBRÁS, coordenados pelo Ministério de Minas e Energia, existem recursos altos destinados ao Programa de Aceleração do Crescimento.

Por outro lado, também há um outro requerimento de minha autoria com o objetivo de discutir a questão do último contrato estabelecido entre o Governo Brasileiro e o Governo da Bolívia, em relação ao gás natural. Portanto, nós teremos duas discussões a serem feitas: uma para ouvir esclarecimentos das autoridades convidadas em relação ao acordo Brasil/Bolívia sobre o gás e o outro, para debater e ouvir dos Excelentíssimos Srs. Expositores, informações específicas em cada uma dessas áreas de atuação em relação ao Programa de Aceleração do Crescimento.

Como esta deliberação relacionada ao Projeto de Lei 137 exige *quorum* qualificado, eu proponho aos Srs. Senadores e às Srª.s. Senadoras a inversão da pauta. Os Srs. Senadores que aprovam permaneçam como estão. Aprovada. Então nós fizemos a inversão da pauta, a fim de que possamos ter *quorum* para deliberar o item único da pauta e os requerimentos extrapauta.

Já se encontra aqui na Presidência o Exmo. Sr. Ministro de Minas Gerais e Energia Silas Rondeau, a quem tenho a honra de convidar para compor a mesa.

Os Exmos. Srs. Presidentes da PETROBRÁS e da ELETROBRÁS, já estão se deslocando, aliás, eu sou informado aqui pelo Exmo. Sr. Ministro, que o Dr. José Gabrielli, acaba de chegar. Então, eu tenho a honra de convidá-lo para sentar-se à mesa.

Estamos informados, ainda, de que o Exmo. Sr. Presidente da ELETROBRÁS, o Dr. Valter Luiz Cardeal de Souza, já está se deslocando do Palácio do Planalto para comparecer e participar desta reunião.

Como autor dos requerimentos, gostaria de informar aos Exmos. Srs. convidados alguns dos motivos que nos levam a iniciativa desse convite. Primeiro, em relação a questão do acordo do gás Brasil/Bolívia. Gostaria de fazer algumas considerações que motivaram ou que justificaram a iniciativa do requerimento. E depois, em relação ao Programa de Aceleração do Crescimento, outro motivo primordial deste nosso convite.

No dia 13 de março, a Câmara dos Deputados da Bolívia aprovou emenda à Lei referente aos 44 contratos assinados pelo Presidente Evo Morales com a PETROBRÁS e outras 11 empresas petrolíferas. A norma precisa ainda ser aprovada no Senado. Caso seja ratificada pelos Senadores, entrarão em vigor os novos contratos que o governo negociou com as petrolíferas no fim de outubro de 2006, após a nacionalização decretada em 1º de maio. O atraso na aprovação dos contratos levou a PETROBRÁS e seus sócios a pagarem, no dia 12 de março, 32 milhões de dólares adicionais em royalties e impostos sobre a produção de gás nos campos de San Alberto e San Antonio, os

maiores da Bolívia. O valor se refere à produção de novembro. A estatal brasileira. [soa a campanha]

A estatal brasileira informou que o pagamento foi feito sob protesto e com “reserva de direitos”, entre aspas. Ela informou que, entre aspas, “lançará mão de todos os meios legais cabíveis para buscar ressarcimento do pagamento dessa diferença que julga indevida”. Em fevereiro Brasil e Bolívia chegaram a um acordo sobre o preço do gás. O preço de 4.30 dólares por milhão de BTUS, estabelecido em contrato não muda, mas valerá apenas até o limite de 8900 quilocalorias por metro cúbico. A partir desse patamar o Brasil vai pagar um valor maior, segundo cotação internacional, por componentes nobres do gás como etano, gás liquefeito de petróleo e gasolina natural.

O Ministro Boliviano de Hidrocarbonetos, Carlos Villegas, estima que seu país receberá cerca de 100 milhões de dólares a mais por ano, um aumento de cerca de 8% em relação ao que o Brasil importou no ano passado, ou seja, um bilhão, duzentos e sessenta milhões de dólares. O Ministro de Minas e Energia do Brasil, Dr. Silas Rondeau disse prever reajuste de 3 a 4% no máximo, ou seja, 50 milhões de dólares; um número bastante discrepante em relação à afirmação do Ministro Boliviano.

Para que o valor inicial comece a ser cobrado PETROBRÁS e Governo Boliviano farão aditivo ao contrato existente estabelecendo a partir de qual faixa o gás será desmembrado e ficará mais caro. Vale mencionar que a brasileira BRASKEM retomou as negociações com o Governo da Bolívia para instalar no país um pólo petroquímico, um investimento de um bilhão e quatrocentos milhões de dólares que vinha sendo estudado há seis anos, mas que teve suas negociações interrompidas depois que o Presidente Evo Morales assumiu o cargo de Presidente no início de 2006.

O objetivo é produzir polietileno a partir do gás natural boliviano. A companhia está disposta a seguir em frente com o projeto, desde que o país garanta condições condizentes, entre aspas, “com a realidade de mercado”.

Além disso, a Bolívia quer uma parceria nas usinas que ficariam do lado boliviano do Rio Madeira em projetos que estão em avaliação como da Hidrelétrica de Cachoeira Esperança. O projeto dessa usina tem potencial de geração de cerca de três mil megawatts. Mesma capacidade projetada para cada uma das hidrelétricas do complexo do Madeira, do lado brasileiro do rio. Essa usina ficaria a cerca de 100 quilômetros da fronteira dos dois países.

Além disso, Sr. Ministro e Srs. Presidentes, nos preocupa muito o fato de termos recebido informações, de que as reservas bolivianas serão muito insuficientes

para atender aos contratos e aos projetos já firmados até o presente momento. Existem ramais de gasodutos que já estão parados há anos, projetos de ramais que já estão parados há anos, como o projeto do ramal que liga Campo Grande, no Estado de Goiás até o Triângulo Mineiro, dentre outros ramais importantíssimos para o aquecimento da nossa economia, para o nosso crescimento econômico.

De modo que nos preocupa muito essas questões e mais, também, a informação de que o Governo Brasileiro, isso segundo a imprensa, estaria disposto a bancar vinte milhões de dólares para a viabilização de um projeto de biocombustível na Bolívia.

De modo que essas são as primeiras, as preliminares preocupações dessa Comissão de Serviços de Infra-estrutura em relação a estes contratos assinados recentemente com o Governo Boliviano. Não só essa Comissão, mas os formadores de opinião de maneira geral, no Brasil, têm enorme preocupação em relação a esses contratos.

Por outro lado, Sr. Ministro e Srs. Presidentes da PETROBRÁS, da ELETROBRÁS, também nos interessa sobremaneira discutir aqui, as questões relativas ao Programa de Aceleração do Crescimento. É claro, já dissemos na presença dos Ministros Chefe da Casa Civil, da Fazenda e do Planejamento, que em nossa opinião para que o país cresça serão necessários cortes de gastos públicos, redução da carga tributária, redução das taxas de juros etc. Mas nós sabemos da importância, do papel da PETROBRÁS, do papel da ELETROBRÁS e do Ministério de Minas e Energia, enquanto indutores desse projeto de crescimento e, como peças fundamentais para que efetivamente o PAC possa deslanchar e, efetivamente, cumprir com seus objetivos, ou seja, estartar, depois de longo período de crescimento bastante abaixo da média internacional e, sobretudo, bastante abaixo da média na América Latina, o Brasil possa, efetivamente, reencontrar o caminho do crescimento.

Nós temos absoluta convicção de que o Ministério de Minas e Energia, que ao longo dos últimos anos tem adotado providências e medidas importantes, sobretudo em relação a questão do suprimento de energia, garantia de construção de novas geradoras, de novas hidrelétricas e de novas fontes de energia certamente contribuirão muito para que o PAC possa, efetivamente, se tornar uma realidade e contribuir para que o país possa crescer.

Com essas preliminares, Sr. Ministro e Srs. Presidentes, eu agradeço em nome de toda a nossa Comissão a honra que V.Ex^{as}. nos dão em comparecendo aqui para debater esses assuntos de tamanha relevância e passo a palavra ao Exmo. Sr. Ministro de

Minas e Energia, Silas Rondeau, para que ele possa discorrer sobre os dois temas por um período de vinte minutos.

Com a palavra o Exmo. Sr. Ministro de Minas e Energia, Dr. Silas Rondeau. Lembrando, aqui, senhor Ministro, que se V.Ex^a. necessitar de mais tempo, com certeza, essa mesa terá o máximo prazer em conceder.

SR. MINISTRO SILAS RONDEAU: Muito bom dia a todos. Eu saúdo com muita alegria os Srs. Senadores que estão aqui presentes. Agradeço o convite e faço um agradecimento especial ao Sr. Presidente da Comissão Permanente de Serviços de Infra-Estrutura do Senado Federal, o Senador Marconi Perillo. E eu quero, também, saudar a equipe que me acompanha.

Srs. Senadores, eu trouxe comigo, como é de costume, uma equipe de apoio, meu Secretário de Petróleo e Gás, Secretário de Planejamento, Secretário de Energia, Geologia e Mineração, enfim.

E o objetivo, segundo eu conversei rapidamente com o Sr. Presidente, seria fazer uma apresentação rápida do Plano de Aceleração do Crescimento do Governo Federal e tentar responder os questionamentos, as dúvidas que, eventualmente, sejam colocadas aqui. E com esse intuito, eu trouxe então a nossa equipe de apoio, se for necessário nós estaremos recorrendo diretamente a eles.

Sr. Presidente, eu, na realidade, eu queria uma orientação sua ou da Casa. Eu tenho um convite, cujo tema que me foi pedido que apresentasse era um debate sobre o Programa de Aceleração de Crescimento. Eu estou entendendo que esses assuntos que foram discorridos, lidos por V.Ex^a. Sobre a questão Brasil e Bolívia, enfim - está aqui, dia 26 de fevereiro - podem ter sido incluídos dentro do aspecto do PAC porque, de uma forma absolutamente correta, quando nós estamos falando de gás da Bolívia, eu estou falando da auto-suficiência energética do Brasil e, o PAC enxerga essa posição, sim.

De sorte que, eu queria propor, eu fiz uma síntese do Programa de Aceleração do Crescimento que diz respeito à infra-estrutura, uma síntese com números e os aspectos que ele aborda. Eu entendo, com a chegada do Cardeal, da ELETROBRÁS, e mais do Gabrielli, em função de questões específicas relativas à área de energia elétrica ou do petróleo, nós tentaremos estar respondendo a cada um desses questionamentos.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Pela ordem. Só um minutinho, Presidente?

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Sim.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Se for possível. Eu tenho só uma preocupação de nós--

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Com a palavra, pela ordem, a ilustre Senadora Ideli Salvatti.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Obrigada, Presidente. Eu só tenho assim uma pequena preocupação, acho que tem que ser uma preocupação de todos nós.

O objetivo de a audiência ser respeitada, digamos assim, os temas, por conta que determinados assuntos, inclusive, este do gás, por envolver relações internacionais, nós temos que ter sempre muito cuidado ao tratá-lo. Porque aqui está sendo transmitido, é coisa pública.

Então, eu queria apenas ressaltar, porque se as autoridades que foram convidadas não foram alertadas para este assunto, poderão não estar munidas de todos os dados relevantes que um assunto como este pode suscitar. Então, eu só queria fazer esta pequena observação, Presidente, para gente poder focar, na questão do Plano de Aceleração do Crescimento.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Só respondendo a questão de ordem de V.Ex^a., eu gostaria apenas de informar que este requerimento relativo ao acordo Brasil/Bolívia, foi aprovado no dia 16 de fevereiro passado.

É um Requerimento que se tornou público. Foi aprovado pela unanimidade dessa Casa. E eu não vejo, Senadora, nenhum problema em debatermos esse assunto aqui, que é de relevante importância para o país. Devolvo a palavra ao ilustre, Exmo.--

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Presidente?

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Pois, não.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Eu não estou querendo fazer polêmica, obviamente, que as autoridades têm tranquilidade para tratar do assunto, até porque cuidam do assunto, cotidianamente, mas a minha única preocupação é que o tema que está inclusive aqui no tema da audiência é o Programa de Aceleração do Crescimento.

Então, se foi aprovado o requerimento, ele deveria pelo menos então estar aqui, também, contemplado como assunto. Só isso. Na pauta da audiência.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Pela ordem, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Pois, não. Com a palavra, pela ordem, o ilustre Senador Flexa Ribeiro.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Só para aduzir ao que V.Ex^a. colocou na abertura do trabalho de que ao tratarmos dos investimentos no PAC estamos tratando, também, da questão de investimen-

to da PETROBRÁS em gás. E esses investimentos da PETROBRÁS em gás, evidentemente, que têm ligação direta com o gás que vem da Bolívia.

Então, são assuntos que têm interface, são interligados. E os nossos convidados, aparentemente, a primeira vista, não se colocaram contrários à sua proposição de discutir também isso.

Então, a nobre Senadora Ideli, como Líder do PT, eu acho que ela tem que deixar que a audiência pública tenha a transparência que a Nação Brasileira precisa. Então, é um processo democrático, que a TV Senado estende a todos os brasileiros para que a gente possa debater.

E eu quero aqui agradecer e festejar a presença do Ministro Silas, do Presidente Gabrielli, da PETROBRÁS e do Presidente Cardeal, da ELETROBRÁS, porque eu acho que é importante discutirmos uma questão que é fundamental para o sucesso do PAC, que é a questão da energia. Sem energia não há PAC. Isso é definitivo.

SENADOR DEMOSTENES TORRES (PFL-GO):

Pela ordem, Sr. Presidente.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Eu

estou com a proposta do Presidente para que a discussão seja ampla, não haja limitação de tema dentro do PAC.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Com a palavra, pela ordem, o ilustre Senador Demostenes Torres.

SENADOR DEMOSTENES TORRES (PFL-GO):

Sr. Presidente, V.Ex^a. tem inteira razão em debater esse tema. Eu acho que nós não temos que ter o melindre, acho que a Senadora preocupada, com razão, porque pode ser que isso acabe, de alguma forma, causando um estremecimento com o Presidente Boliviano. Mas acontece que o Presidente, também, não teve nenhum prurido, quando rompeu os contratos com a PETROBRÁS. Ele tem vindo tanto ao Brasil, que eu acho que ele quer ser Presidente da FUNAI, porque não é possível.

Então, acho que nós temos que debater com informação, com espírito público, não é? Explícito. Eu acho que o Presidente, o Presidente Evo Morales, teve a sutileza de um elefante numa casa de louça conosco, com todos os brasileiros.

Então, por que é que nós não podemos debater o assunto? Senador, por exemplo, Marconi Perillo, logo lá no Presidente, logo que entrou disse: "Olha, nós estamos com as obras atrasadas", e é verdade. Agora, como é que nós tocamos as obras com a insegurança que nós temos em relação ao Presidente Boliviano - especificamente, não com o povo boliviano. Agora, são questões que o Presidente da PETRO-

BRÁS, principalmente, tem como responder, não é? E nós queremos ouvir.

Então, sem gerar qualquer constrangimento ao povo boliviano, não é? Eu acho que é um direito nosso.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: [inaudível] Com o Presidente junto.

SENADOR DEMOSTENES TORRES (PFL-GO):

Exatamente. Eu acho que o Evo Morales, nós o respeitamos. E até se ele mudar a nacionalidade podemos indicá-lo a Presidente, embora não tenha intimidade [inaudível] para ser o Presidente da FUNAI.

Agora, nós vamos sim, vamos sim, fazer esse debate que nós temos já, inclusive, iniciado. O Presidente Silas Rondeau já começou a fazer a sua exposição. E todos os demais vão fazer, agora, sem a preocupação... É claro que temos essa prudência, mas sem a preocupação de esconder a verdade, porque isso poderia melindrar A ou B.

Então, eu discordo de V.Ex^a., nesse aspecto, Senadora.

SENADORA FÁTIMA CLEIDE (PT-RO): Pela ordem, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Eu agradeço as questões de ordem dos ilustres Senadores, Ideli Salvatti, Flexa Ribeiro, Demostenes Torres.

Concedo a palavra, por questão de ordem, pela ordem, à Senadora Fátima Cleide, depois nós vamos devolver a palavra ao Exmo. Sr. Ministro, para que ele possa fazer a exposição.

SENADORA FÁTIMA CLEIDE (PT-RO): Sr. Presidente, eu pedi a palavra pela ordem, apenas para fazer um registro lamentável da fala do Senador Demóstenes Torres, não dá para deixar passar essa questão da sugestão, de que o Presidente Evo Morales possa vir a ser Presidente da FUNAI.

Eu acho um desrespeito com a autonomia e a soberania dos povos, do povo boliviano e com a autonomia e soberania dos povos indígenas do nosso país.

A FUNAI é um órgão com todos seus defeitos e os seus problemas que precisa ser encarado pelo Senado Federal, como representante dos povos indígenas brasileiros. E nós temos, Senador Demóstenes, aqui no Brasil, tirando os não indígenas, nós temos também indígenas que podem chegar à Presidência da FUNAI. Eu só queria fazer esse registro, porque eu lamento.

Acredito que foi um equívoco, uma infelicidade do Senador Demostenes, que precisa ser registrado e que, com todo o respeito ao povo boliviano, ao Presidente Evo Morales e à FUNAI e aos índios brasileiros, aos indígenas brasileiros.

SENADOR DEMOSTENES TORRES (PFL-GO):

Pela ordem.

SENADORA FÁTIMA CLEIDE (PT-RO): Então é uma forma preconceituosa de se colocar com relação a um povo que constituiu a nossa formação social e cultural do Brasil.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Agradeço a manifestação de V.Ex^a.

Com a palavra para réplica o Senador Demostenes.

SENADOR DEMOSTENES TORRES (PFL-GO): Digo e repito. Digo e repito que, claro que foi um chiste e não teve intenção nenhuma em ofender, nem os índios brasileiros nem... V.Ex^a. sabe muito bem disso, claro que se utilizou da oportunidade política. Isso é interessante, não é? Mas só para registrar que também não quis ofender o povo boliviano de forma alguma.

Mas que o Presidente vem tanto aqui, vem sempre querendo criar problemas, principalmente, para a matriz energética brasileira, principalmente em relação ao gás boliviano.

SENADORA FÁTIMA CLEIDE (PT-RO): Respeitando a autonomia e soberania do povo boliviano também, não é Senador?

SENADOR DEMOSTENES TORRES (PFL-GO): Também. Também respeitamos. É nossa obrigação.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Agradeço a todas as manifestações feitas através de questão de ordem.

Eu queria apenas para encerrar essa celeuma, essa polêmica, informar aos ilustres convidados, aos ilustres Senadores e Senadoras, que como fui autor dos dois requerimentos, apenas por uma questão de economia processual e sabedor do tempo escasso de ambos; Sr. Presidente da ELETROBRÁS, Sr. Ministro, apenas por uma questão de economia processual e tendo convicção e consciência do tempo de cada um dos Srs., que é precioso, resolvi agrupar aqui os dois requerimentos para que V.Ex^{as}., não tivessem, depois, a necessidade de voltar aqui a essa Comissão convocados, já que os senhores estão aqui convidados para nossa honra e para a nossa satisfação.

Então, para não fazê-los voltar aqui uma outra vez para discutir apenas o tema gás, eu resolvi agrupar, agregar os dois requerimentos.

Com a palavra, o Exmo. Sr. Ministro Silas Rondeau.

SR. MINISTRO SILAS RONDEAU: Muito obrigado, Sr. Presidente.

Retomando então a questão do PAC. Quero só registrar da minha satisfação em participar de um ambiente democrático e construtivo como esse. Eu acho

que esse é o lugar realmente para que nós coloquemos todas as nossas questões e, a nossa obrigação é essa mesma de estar respondendo a todas aquelas dúvidas.

Só quero, combinar então, com o Sr. Presidente e os Srs. Senadores, eventualmente, qualquer tipo de questionamento que não tivermos aqui no momento a resposta, nós estaremos encaminhando a esta Casa juntamente com a cópia da apresentação que nós estaremos deixando aqui.

Quero também, finalmente, só para iniciar já a apresentação, dizer que meu propósito é puxar, através de uma lógica do PAC da infra-estrutura e ser complementado pelos segmentos de eletricidade e petróleo e gás, pelos dois Presidentes. Tentarei ser breve, sem prejuízo do conteúdo que nós julgamos, são os pontos mais relevantes do PAC, do Programa de Aceleração do Crescimento, que diz respeito a infra-estrutura.

Quando nós estamos falando de Programa de Aceleração de Crescimento do Governo Federal, na realidade ele foi segmentado em três eixos principais.

1. A infra-estrutura social e urbana. A infra-estrutura que nós chamamos logística, estradas, portos, aeroportos, enfim, e a infra-estrutura energética da qual eu estarei falando agora aqui.

Infra-estrutura energética, estou falando de usinas hidrelétricas, linhas de transmissão, petróleo, gás, fontes renováveis, GNL, eólicas, enfim, esse conjunto de obras que serão necessárias durante o processo de suprimento das condições energéticas para que o país cresça. Esse subconjunto que nós estamos chamando de PAC, no que diz respeito ao eixo que chamamos da infra-estrutura energética, ela está a cargo do Ministério de Minas e Energia.

Como nós encaramos isso então, Srs. Senadores? Simplificando, nós vamos tratar de duas coisas aqui: combustível e energia elétrica. Dois objetivos bem definidos onde, no que diz respeito à energia elétrica nós temos como objetivo: Assegurar o suprimento de energia elétrica e sua universalização de maneira geral estamos definindo dessa forma. E o objetivo específico no que diz respeito a combustíveis é: Assegurar o abastecimento do petróleo, do gás natural e dos combustíveis renováveis. Com esses dois objetivos, então, nós dividimos em cinco programas.

No que diz respeito ao primeiro objetivo afeito à eletricidade que é assegurar o suprimento de energia elétrica e sua universalização nós temos três programas: Geração de energia elétrica ou de transmissão de energia elétrica e o programa "Luz para Todos", que está sob a responsabilidade do Ministério de Minas e Energia, mas está sendo acompanhado, lá no eixo da infra-estrutura social e urbana. Mas é de res-

ponsabilidade do acompanhamento da implementação pelo Ministério da Minas e Energia, através da ELETROBRÁS.

E, com respeito ao objetivo que nós chamamos de petróleo, assegurar o abastecimento de petróleo e gás natural ao país, nós temos dois programas importantes que é: Petróleo e gás natural e o de biocombustíveis. Essa estrutura da minha apresentação que eu, repito, vou passar muito rapidamente, principalmente com os principais números que nós consideramos os mais significativos.

De uma maneira geral, então, dos 504 bilhões de reais que é a previsão dos investimentos do PAC, no período 2007 a 2010, nós temos então, inicialmente esse desdobramento em que nós temos os programas de energia elétrica até o ano de 2010, com 54 bilhões, entre 2008 e 2010; ou seja, soma o ano que eu vou dar uma ênfase que é 2007, mais os três anos subsequentes, 2008, 2010, 65.9 bilhões de reais serão investidos no programa de geração de energia elétrica.

No programa de transmissão de energia elétrica nós temos um investimento de 12.5 bilhões, aonde em 2007 já temos uma programação para estar investindo 4,3 bilhões.

Na área de petróleo e gás, dá para ver, o mais expressivo dele, no quadriênio nós temos uma previsão de 179 bilhões, dos quais 35.9 praticamente 36 bilhões é o que se pretende investir no segmento de petróleo e gás. E combustíveis renováveis, 17.4 bilhões; ou seja, nós estamos - após incluir o programa do "Luz para Todos", que está previsto 8,7 bilhões, isso vai ser nos dois anos, 2007/2008, porque a previsão é universalizar em 2008, nós temos então uma previsão de investimentos totais no Programa de Aceleração do Crescimento relativo a infra-estrutura de 283.5 bilhões de reais.

Aquela última coluna que está lá após 2010, nós só estamos assinalando que: em virtude do esforço do programa, dos investimentos que nós estaremos fazendo, principalmente, no que diz respeito a geração quando ela é hidráulica ela tem... É assim: normalmente você tem cinco anos para, começando a obra, a primeira máquina rodar e, mais cinco anos para motorizar quando é o caso de grandes hidrelétricas, ou menos, quando é um pouco menor.

Mas é uma obra que, normalmente, ela em qualquer circunstância, mesmo em situações favoráveis, nós temos em torno de cinco a 10 anos para executar. E aqueles 20.7 ali, de geração de energia elétrica, são as obras que tiveram início nesse esforço 2007/2010 e que dão continuidade. Transmissão elétrica da mesma forma. E petróleo e gás, que é o mais expressivo deles, também, pelas mesmas razões.

Então, a última coluna ali é o seguinte: O que significa a inércia do PAC; o que nós estamos fazendo e o que será assegurado a partir do seu início, em função das obrigações que se têm com contratos para complementar essas obras, que não dá para fazer tudo nos quatro anos. Então esse é o quadro de previsão de investimentos, 283.5, praticamente 2/3 dos investimentos do PAC está nesse eixo da infra-estrutura.

E aqui, nós fazemos um destaque regionalizado. A região Norte, Nordeste, enfim, como nós estamos distribuindo esses 283, 5 bilhões nas diversas regiões do país. Chamando a atenção que existem alguns programas que nós chamamos nacionais, que pode estar ocorrendo em qualquer uma que seja das regiões, cito como exemplo: os blocos de petróleo, ou uma grande linha de transmissão que ligue Rondônia ao Rio de Janeiro, que passará por duas regiões ou mais, como é o caso das interligações Norte/sul.

Como é que nós vamos fazer isso? Rapidamente eu peço a paciência dos Srs. Senadores só para dizer. Como é que o Governo, o Ministério de Minas e Energia, está enfrentando esse desafio de administrar um programa de 284 bilhões de reais? Qual a metodologia?

Rapidamente. Não vou me deter muito nessa lâmina, apenas dizer que: na Casa Civil foi criado um grupo gestor e uma réplica, um rebatimento, nós criamos no Ministério, através da Portaria 30, do dia 05 de fevereiro, em que a coordenação geral é do Ministro e nós estamos administrando, então, os quatro principais programas, eletricidade, no que diz respeito a geração transmissão, petróleo, combustível e "Luz para Todos", com um comitê técnico que fecha o banco de dados, interage diretamente com as empresas relacionadas ou os agentes relacionados.

Então, existe uma estrutura formal criada dentro do Ministério para acompanhar o PAC com, nominalmente, coordenadores específicos para isso. E temos reuniões de acompanhamento praticamente toda segunda-feira e, que esse acompanhamento é feito também com a Casa Civil toda sexta-feira.

Estamos acompanhando todos os cronogramas. E, o nosso papel é não só acompanhar o status em que se encontram essas obras, mas principalmente criar as condições ou desimpedir qualquer óbice que nós tenhamos no processo de acompanhamento desse programa importante.

E qual é a metodologia que nós adotamos no Ministério de Minas e Energia [soa a campainha], para acompanhar com essa estrutura? Nós usamos o quê? Isso é rapidamente; nós conhecemos como o tal do PDCA, que é PLAN, DO, CHECK e ACTION; ou seja, eu planejo, eu executo, eu checo e isso vai rodando

dentro de um processo interativo, cujas ações vão sendo implementadas no transcurso de cada segmento de acompanhamento. O P, por exemplo, que é planejar ou projetar, nós definimos o objetivo do programa. Foi isso que foi feito naquela fase até o lançamento do PAC.

Aqui estiveram presentes principalmente os documentos - isso é importante eu dizer para os Srs. Senadores - que o Plano de Gestão 2007, feito no Ministério mais o Plano Nacional de Energia, que está sendo finalizado agora - que eu falei com os Srs. Senadores na reunião anteontem sobre este tema [soa a campainha]--

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Concedo ao Exmo. Sr. Ministro, nosso expositor, prorrogação do seu tempo em mais dez minutos.

SR. MINISTRO SILAS RONDEAU: Obrigado, Sr. Presidente.

Então, nós temos esses documentos que subsidiaram a definição dos programas; ou seja, o PAC é um substrato de um planejamento que nós temos decenal, do anual, ou dos 25 anos próximos, para dar consistência às obras que foram selecionadas, o subconjunto dessas obras que fazem parte do que nós chamamos PAC. E essa primeira parte do planejamento está lá sendo coordenada pelo Ministério de Minas e Energia.

A parte do D, do DO, que é fazer e executar, ele ocorre basicamente em dois ambientes distintos, um que executa as tarefas - e isso é feito diretamente pelos Departamentos de Minas e Energia - estão aqui a maioria representados. E, os agentes - cito dois agentes importantes - que é a PETROBRÁS, e a ELETROBRÁS, mais os agentes privados que estão dentro desse segmento do nosso ciclo PDCA, que é de executar as tarefas.

Nós no Ministério estamos acompanhando, através dos departamentos cada um desses agentes, através de um rebatimento daquele comitê, como eu mostrei ali no início. Foi criado um espelho também na PETROBRÁS e um espelho daquela estrutura na ELETROBRÁS, para acompanhar a execução de cada um desses projetos.

E, no segundo ambiente nós temos a fiscalização e o andamento dos projetos porque existe concessão e existem os dois órgãos ANEEL e a ANP, que se encarregam dessa fiscalização.

No C, que nós chamamos de verificar, controlar, também dois ambientes distintos acontecendo concomitantemente. Nessa parte do ciclo nós temos um monitoramento que é feito pelos departamentos também do Ministério de Minas e Energia e, principalmente, pelo Comitê de Monitoramento do Setor Elétrico que

reúne uma vez por mês e repassa todos esses pontos que diz respeito ao atendimento de energia elétrica ou de suprimento de combustíveis.

Nesse segundo ambiente também nós precisamos verificar e promover as articulações necessárias. Isso é feito por aqueles coordenadores que eu mostrei na primeira planilha, dos coordenadores de cada um dos programas.

E, finalmente, ação: nós temos que agir, proceder em cima desse ciclo, corrigir rumos, ocorre também em dois ambientes distintos, aonde nós temos que atuar preventivamente na análise e reorientação desses programas. Esse ciclo nós estamos rodando praticamente semanalmente, isso é feito pelo Grupo Gestor do Ministério de Minas e Energia e a definição das políticas energéticas.

A retomada, a correção de rumo, que isso é feito num comitê que assessora o Presidente da República, o CNPE, que ocorre com a participação de sete Ministros em que as grandes questões são ali, então, uma vez identificado o problema são corrigidos. E roda o que nós chamamos do ciclo PDCA, que vai acontecendo e, essa é a ferramenta que nós utilizamos juntamente com o Comitê para acompanhar o desenvolvimento desse programa.

Vou falar, então, sobre o subprograma energia elétrica que constitui transmissão e geração. O que é que nós temos no PAC previsto para o setor de energia elétrica, dentro daqueles 69 bilhões de reais que eu mostrei lá? Para isso nós utilizamos - como eu falei na transparência anterior - o planejamento decenal, o planejamento de longo prazo, os documentos da matriz energética, o plano de gestão do Ministério.

E, nós temos então, fundamentamos a eleição dos programas chamados "prioritários" para fazer parte do PAC. O planejamento que considera três tendências, a tendência de crescimento baixo, de referência ao crescimento alto, em que o mercado de energia pode estar variando entre 3,9% e 5,5% de crescimento. Isso é ajustado, volto a insistir, por isso eu mostrei aquela figurinha chata do início, do PDCA.

Isso tem que ser ajustado em tempo real, para que a energia do próximo terceiro ano na frente ou do próximo quinto ano, sejam tomadas às providências com antecipação, para que a falta de energia não venha a provocar uma alteração na velocidade ou na aceleração desse crescimento ou que o excesso de energia venha a trazer um preço de energia mais caro. Então, utilizamos mecanismos de planejamento como está mostrado.

A síntese é: nesse quadriênio 2007/2010, nós estaremos agregando geração 12 mil, ali está errado, viu, faltou um ali: 12 mil, 336 megawatts nos quatro

anos. E em transmissão nós estamos agregando 13 mil, 826 quilômetros. Repito. No quadriênio 2007/2010, dos programas que estão sendo contemplados no PAC, nós temos 12 mil, 386 megawatts e 13 mil, 826 quilômetros de transmissão.

Se fizer a conta nós vamos observar que existem outras obras de geração que estão em andamento e que não estão no PAC, até porque não precisava de um acompanhamento mais estreito porque elas estão em fase de complementação. Nós temos, nessa situação, alguma coisa da ordem de mil megawatts, posso citar, por exemplo, Tucuruí que está entrando 1125 megawatts, é muito importante, uma carga importante está entrando, mas não está aí, porque ela já está praticamente desdobrando.

E o PAC são obras que carecem de uma atenção especial por parte do Ministério, da ELETROBRÁS e dos agentes, para que ocorra essa oferta de energia e garanta o crescimento dentro da previsão do Governo, que é crescer 4,5% em 2007, 5% em 2008/2009/2010. Nós temos que criar um mecanismo para que, em necessitando, nós tenhamos condições de atender toda essa energia.

Ali embaixo eu botei uma observação, rapidinho, só para dizer o seguinte: que aquele rescaldo, aquela inércia significa que, em função das ações do PAC, mais 27.420 megawatts estarão sendo agregadas por conta desse Programa de Incentivo no segmento de geração e, mais 5257 quilômetros nos anos após 2010.

De uma forma sintética: como é que vai crescer a geração do país? Em 2003, nós tínhamos 83 gigawatts disponíveis. E nós chegaremos até o final de 2010, com 110 mil megawatts: 01 gigawatts, 1000 megawatts. De quê forma? Nós vemos nitidamente esse crescimento em que em 2007 nós estamos agregando novos 4,7 mil megawatts. Em 2008, 3, 8, chegando, então, essa posição que do ano passado, 2006, para o ano de 2010, nós estamos agregando esta geração nova conforme nós estamos mostrando aí.

Esse é o desafio do PAC: Garantir o crescimento desta oferta de geração, que é o que esta - segundo declarações do mercado -, requisitado para suas energias através de suas distribuidoras e agências de maneira geral.

No que diz respeito à transmissão, também, nós temos um crescimento mostrado, como está no gráfico, em que nós saímos de uma posição de dezembro de 2007 com 86 mil quilômetros de linha de transmissão, chegando a 100 mil quilômetros de linha de transmissão. De quê forma? O que é que está no PAC?

Então, nós como dividimos ali por região, temos aqui na Região Norte, nós temos duas usinas, Santo Antônio e Giral que são usinas que deverão - estamos

nos esforçando para que o leilão ocorra em 2007, provavelmente a primeira delas já em julho de 2007. O processo de licenciamento está em andamento. Estamos aguardando manifestação do grupo de licenciador do Ibama para isso.

Temos ainda obras iniciando 2007, São Salvador e Estreito. Estreito já está com canteiro de obras lá, já iniciou efetivamente, São Salvador, enfim. E planejamento e projetos são as usinas que estamos trabalhando nesse período, para finalizar todos os estudos, licenciar e colocar em leilão.

Não significa, por exemplo, que uma usina como Belo Monte, que tem uma previsão da primeira etapa de cinco mil megawatts, esses megawatts estejam disponíveis já na primeira fase. Mas significa que o esforço do PAC, não só concluir, colocar em operação, como possibilitar a entrada futura desses empreendimentos.

Então, esse é o quadro da Região Norte, no que diz respeito a geração. No que diz respeito a transmissão nós temos destaque para três linhas importantes, uma é ligando Tucuruí a Manaus, atendendo [soa a campanha] ao Estado do Amapá, chegando a Manaus. Outra é o terceiro circuito Norte - Sul, que faz a interligação do Sistema Norte, Nordeste com o Sistema Sudeste, Centro-Oeste e Sul.

E uma linha de interligação que já está em construção - segundo nós podemos estar vendo ali: início de construção em 2007, mas praticamente já iniciou -, que são as obras de ligação entre o sistema até então isolado Acre/Rondônia, com o sistema interligado nacional e, também, em projeto um grande eixo de escoamento de energia que traria a energia vinda do Rio Madeira. Essas são as obras previstas de geração e transmissão no Norte.

Temos aqui no Nordeste, então, esse conjunto de obras, o que está em branco, volto a insistir, são obras que estão em planejamento, portanto, têm chances, estamos trabalhando. Esse que é o esforço do Ministério, no sentido de liberar os estudos, liberar as licenças para que elas sejam lícitas e sejam incorporadas à disponibilidade da geração da matriz do país.

As que estão em azul iniciam as obras em 2007. Nós estamos iniciando em 2007, 28 obras importantes de geração no Nordeste. E, em planejamento e projetos são estas que estão em branco, são sete.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Concedo mais cinco minutos ao Exmo. Sr. Ministro, para concluir a exposição.

SR. MINISTRO SILAS RONDEAU: Região Nordeste, nós temos então essas linhas de transmissão, só destaco a interligação Norte/Nordeste, que é um último

reforço que possibilitará mais um intercâmbio da ordem de duas mil megawatts para a Região Nordeste.

Na Região Sudeste nós vemos está bem colorido, são bastantes obras. Nós temos iniciando obras em 2007, 18 obras. Obras que estão em andamento dez e que entram em operação em 2007, cinco obras. E nós temos, na Região Sudeste também, esse grupo de obras, a mesma coisa - esse material está sendo disponibilizado para os Srs.

Na Região Sul, nós temos hidrelétricas entrando em operação. Termoelétricas, enfim. Na Região Centro-Oeste também todas essas azuis, volto a insistir, estão iniciando obras em 2007. Entram em operação 16 obras no Sudeste, obras de geração entram em operação no Sudeste. E, estamos trabalhando fortemente para colocar mais dez projetos em condições de serem licitados. Na Região Centro-Oeste, que temos o desafio de linhas de transmissão são as que estão aí - repito, inclusive, aquela linha preta ali, é a interligação das Usinas do Madeira ao centro consumidor do Sudeste, Sul, Centro-Oeste.

Esse quadro aqui mostra, então, outro aspecto que foi encarado com bastante empenho na eleição pelo Ministério de Minas e Energia para o PAC, que são os estudos de viabilidade técnica econômica. Nós temos então condições de incorporar até o ano 2010, mais 25 mil, 768 megawatts de potência que estarão disponíveis para futuros leilões.

Os leilões ocorrem a partir dos seus estudos de viabilidade aprovados, sua licença prévia liberada e os leilões são feitos em cima disso; ou seja, a prateleira de oportunidades se constrói a partir dos estudos de viabilidade ou, então, a partir dos estudos de inventário que desdobra com os estudos de viabilidade, que nós estamos inventariando, conhecendo, identificando tecnicamente as possibilidades de utilização da geração hidráulica em pelo menos 32 mil, 950 megawatts, cujo inventário deve estar pronto, esse conjunto de inventários deve estar pronto também até o ano de 2010.

Aqui, rapidamente, só tem essa lâmina do "Luz para Todos". Nós temos uma meta de universalização para até o ano 2008, que é atender pelo menos dez mil, 676 pessoas. Nós, hoje, 10 milhões, 676 mil pessoas. Que está aqui embaixo, que é o quê? A aplicação de oito bilhões e 700 milhões nesse programa. E, complementar com cinco milhões, 150 mil pessoas que, somadas àquela última coluna de cinco milhões, 526, deve perfazer aquela previsão lá de dez milhões, 676 mil pessoas atendidas somente na área rural. Nós temos uma previsão em torno de dois milhões a dois milhões e meio, também, que serão atendidos na área urbana.

Petróleo e gás natural. Eu vou passar rapidinho em função do meu tempo que já estourou Gabrielli e eventualmente, naturalmente, eu vou só passar os grandes números e, só um flash e poderá ser, naturalmente, complementado pelo Presidente da PETROBRÁS.

É dizer que o programa do PAC, a atuação do Ministério de Minas e Energia na área de petróleo e gás não coincide necessariamente com a PETROBRÁS. A PETROBRÁS é um agente, nós temos atuando no Brasil outros agentes, Shell, iniciativa privada, no que diz respeito não só ao petróleo, como a biocombustíveis, etanol e tudo o mais.

Sem dúvida nenhuma, a PETROBRÁS é o agente mais expressivo. É o mais importante. E é um agente que tem como seu acionista controlador o Governo. Portanto, é de uma importância muito grande e, esse destaque para a PETROBRÁS [soa a campanha], nós procuramos dar aqui na apresentação que pode ser confirmada na apresentação também sucinta que eu pedi ao Gabrielli que fizesse.

Então na área de petróleo e gás natural nós temos, basicamente o que é que nós temos? Vou tentar também ser rápido. O Brasil hoje, ele tem uma relação reserva/produção, ou seja, aquilo que se eu gastasse exatamente o que eu estou gastando esse ano, quanto tempo eu sobreviveria, se eu não botasse mais nada no meu estoque? Eu tenho 12,5 anos, não é isso? Minha relação reserva/produção. E uma das metas do PAC é que a indústria do petróleo brasileiro, com PETROBRÁS e todos que estão no segmento consigam agregar, anualmente, uma média de 800 milhões de barril de petróleo. Com isso significa que nós saímos de uma posição, é só somar, três mil e 200, mais os 15 de praticamente 19, sai da minha reserva produção de 12.5 para praticamente 19, no ano de 2010. Isso é muito importante ter o estoque.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Senhor Ministro, dada a relevância de vossa exposição eu prorrogo por mais cinco minutos para conclusão.

SR. MINISTRO SILAS RONDEAU: Eu agradeço e peço desculpas se não calibrei o meu tempo nos vinte minutos. Mas tentei, eu confesso reduzir o máximo de tempo, por conta de que realmente, é um programa muito grande, são 2/3 praticamente do Programa do PAC está na infra-estrutura.

Mas essa questão como eu dizia, Sr. Presidente, é importante que a PETROBRÁS, juntamente com as empresas da área de produção tenham como meta assegurada. E a PETROBRÁS quem assegurou para o Governo, esse esforço no sentido de garantir pelo menos uma média de um incremento de 800 milhões de barris de petróleo/ano. E ainda, sair dos 1,8 milhões

de produção diária no Brasil para, em 2010, com 2,60. E ainda, adicionar pelo menos 350 mil barris de petróleo em novas refinarias e petroquímicas.

O refino, ampliação e modernização da maioria das suas plantas onde será possível processar o óleo pesado, aquele nosso brasileiro e diminuir a importação do óleo mais leve, por conta da PETROBRÁS através de um programa de modernização e melhoria das suas plantas. Construção de 44 petroleiros, dos quais dois são superpetroleiros. E a utilização e a introdução do óleo vegetal bruto no processo de refino, das Refinarias da PETROBRÁS que em 2007, já temos capacidade de incluir pelo menos 256 mil metros cúbicos de óleo vegetal no refino, chegando até 2010, através, dessas melhorias tecnológicas a serem feitas nas plantas de PETROBRÁS chegarmos à capacidade de processar, pelo menos 425 mil metros cúbicos de óleo vegetal, diretamente nas Refinarias da PETROBRÁS.

Esse é o resumo geral. Aqui, rapidamente, eu não vou me ater nisso. Somente dizer que aqui estão entrada em operação, obras em andamento, início em operação. Que nós temos dos principais, dos principais projetos que estão dentro do PAC para atender a meta do petróleo e gás. Refino e petroquímica também nós temos aqui. Eu deixo - mais uma vez insisto com a Presidência da Mesa esse o nosso material.

HBIO, foi o que eu falei e me referi a pouco, pelo menos quatro dessas refinarias estarão até o ano 2010, aptas para introduzir na sua cadeia o processamento direto do óleo vegetal, que é o que nós chamamos de HBIO. Aqui, a ampliação da frota dos petroleiros, aqueles 44 navios que eu me referi, dos quais dois são superpetroleiros em estaleiros instalados em Suape, Rio de Janeiro e Itajaí.

Nós temos então o PLANGAS, que é um esforço de antecipação da disponibilização do gás natural para o mercado brasileiro e com isso, até o ano 2010 já estarmos bastante avançados no projeto de independência energética brasileira e a caminho da auto-suficiência energética brasileira, no que diz respeito ao gás natural. Isso é um grande desafio para PETROBRÁS e as empresas que estão empenhadas nesse projeto como um todo e isso pode ser detalhado, através de uma pergunta dos Srs. Senadores, aproveitando a presença do Sr. Presidente da PETROBRÁS, o Gabrielli que está aqui conosco.

Aqui é muito importante a infra-estrutura para o escoamento desse gás, nós estamos falando então da construção desses gasodutos que temos, praticamente nós vamos ter uma quantidade de 4400 quilômetros adicionais de gasodutos até 2010. E, temos a incorporação ainda também, não só do escoamento desses reservatórios que nós temos para o gás, como também

a introdução de gás natural liquefeito nos Portos de Perseu, no Ceará e no Porto da Guanabara, na Baía de Guanabara no Rio de Janeiro; que totaliza também a disponibilização técnica de pelo menos vinte milhões de metros cúbicos diários através da regaseificação. [soa a campainha]

Combustíveis renováveis. Nós temos aqui só a destacar, que temos no Programa do biodiesel um crescimento de 3,3 bilhões de litros/anos; introdução de pelo menos 26, com 20 de 2007, 46 novas usinas de biodiesel. No Programa de Produção de Combustíveis Renováveis temos uma meta extremamente ousada de chegamos a 2010 produzindo 23 bilhões de litros de álcool e introduzindo algo da ordem de 77 novas usinas, novas refinarias, novas destilarias, especificamente a grande maioria delas voltadas para o álcool.

E, no que diz respeito à logística a construção de 1150 quilômetros de dutos, alcooldutos ou polidutos que apoiarão na logística da distribuição ou na coleta para a centralização nos centros de distribuição nacional do etanol produzido no Brasil todo.

Temos aqui uma perspectiva também bastante positiva no que diz respeito ao Programa do biodiesel. Estão entrando em operação em 2007, pelo menos 20 usinas de biodiesel e tem planejado, nós temos em projeto, pelo menos mais 26 plantas de biodiesel no país como um todo. E, usinas de etanol também cada um desses triangulinhos, se é amarelo é porque entra em operação em 2007; em branco, nós temos em planejamento; ou seja, é um conjunto bastante grande são 77 usinas de etanol que estão previstas, principalmente concentradas na Região Centro-Sul do país.

Álcoois e polidutos nós temos um já em andamento avançado dos estudos e viabilidade, enfim, e a PETROBRÁS encarregada desse processo que é do alcoolduto, Senador Canedo, que chegará a São Sebastião. O outro em estudo ainda, é um poliduto que poderá chegar, a partir de Cuiabá, chegar ao Porto do Paranaguá.

Isso aqui é bastante importante. Isso aqui é o seguinte: biodiesel, 2005, praticamente ninguém falava em biodiesel no país. Em 2006, nós já tivemos uma produção de 75 milhões de litros. E, esse amarelinho é o incremento na produção de biodiesel nacional, a partir daquele esforço que nós estamos acompanhando e foi mostrado na lâmina anterior.

E o que é interessante é o seguinte: para que o Brasil chegue a condição já definida em lei de utilizar o B2, ou seja, 2% do biodiesel no diesel mineral, nós precisamos de 840 milhões de litros. Portanto, essa meta já está praticamente garantida para 2008, conforme mostra ali no gráfico. E, a meta de introduzir até 5% até 2013, nós podemos dizer que com esse esforço

nós já podemos pensar de que até 2010, antecipando três anos, nós já poderemos estar utilizando o B5, porque a perspectiva de produção é de três bilhões e 33 milhões de litros em 2010 e, o necessário para a produção em 2010, a introdução de 5% é somente dois bilhões e 200 milhões.

Portanto, aquilo ali é uma questão que estamos discutindo em nível do Ministério, enfim, do Governo, se isso corresponde a uma antecipação do B5 no Brasil, ou se isso fará parte de uma política de exportação do biodiesel, que também é possível, isso está em estudo ainda. Mas o importante é que o Programa do biodiesel é um sucesso sim, conforme está sendo mostrado e tem surpreendido muito a nós do ponto de vista positivo.

No que diz respeito ao etanol, rapidamente também, só assinalar que aqui está a nossa curva de produção também do etanol, que chega aqueles 23 bilhões e 300 milhões de litros no ano de 2010. E esse amarelinho nessa barra casada aqui, é o incremento anual que deve ser impresso a taxa de produção do etanol brasileiro, por conta dos investimentos que nós mostramos ali nas novas usinas no sistema de transporte também, enfim, estaremos chegando ali.

E, do lado direito, nós observamos que o mercado interno, que é faixa verde, já nos possibilita pensar sim, em garantir contratos de exportação - que é essa faixinha aqui; aqui é o mercado nosso interno, aqui é a produção, isso aqui foi o incremento no ano e aqui, o que nós temos condições inclusive de estar exportando, como sendo uma das metas que o Brasil tem de fixar a posição do Brasil como grande produto de etanol, dentro de um conceito de combustível renovável mundial. Estou terminando, com os destaques para 2007. Desculpe se eu estou correndo muito, minha idéia é cumprir o prazo, porque já furei duas vezes.

Mas vejam só, um destaque muito importante que diz respeito diretamente a esta Casa é a Norma Legal 351, que já está na fase final de apreciação pelas duas Casas, mas que tem um impacto muito positivo - não vou entrar no detalhe - mas apenas dizer o seguinte; significa... Só para, se eu considerar somente a geração de emergência elétrica que nós - a emergência nova que eu estarei incrementando no próximo segmento, por conta do reflexo da Medida 351, já pode significar benefícios de até 20% no custo da energia. Atenção: Eu não estou dizendo que nós vamos baratear o custo de energia em 20%, por conta da Medida Provisória 351.

Eu estou dizendo que: o crescimento marginal dos megawatts próximo que nós estaremos introduzindo, por conta dos benefícios que serão transferidos para o consumidor no momento do leilão pode chegar

a até 20%, portanto, é uma medida extremamente importante para o Programa e, eu peço particularmente um apoio dessa Casa no momento que esta matéria estiver chegando para sua aprovação aqui nesta Casa [soa a campainha].

Para energia elétrica, eu queria apenas dizer que as obras já foram iniciadas no Estreito, 1087 megawatts, em Fontes Chapecó 1455. A interligação Acre/Rondônia já me referi, do sistema interligado já está em implantação com previsão de conclusão em 2008, sem nenhum prejuízo para as fontes térmicas porque estão lá hoje em Rondônia, especificamente na cidade de Porto Velho onde está previsto também o gasoduto chegar lá. E, essa geração que hoje é da ordem de 450 megawatts ficar disponível trocando com o sistema interligado a energia térmica, quando for solicitada em função de uma hidroeletricidade baixa.

A retomada dos estudos de inventário, como eu falei, nós temos capacidade de deixar inventariados pelo menos 33 megawatts até o ano de 2010, e os estudos de viabilidade econômica e ambiental, aqueles que são os próximos passos a partir da licença prévia para ser licitado, nós temos condições de até o ano de 2010 estar deixando nessa prateleira algo em torno de 26 mil megawatts. Isso é um grande feito, se considerarmos que no início de 2003, nós não registrávamos mais do que três mil megawatts de oportunidade de nova energia de geração hidráulica disponível, sob a forma de inventário.

Aqui o destaque como eu falei, Usina do Rio Madeira. Essa é uma grande luta que nós estamos travando no sentido de viabilizar isso. Estamos contando já com o cronograma de que a licença prévia saia em março de 2007, um *hotshow* sendo apresentado em abril de 2007. É importante ressaltar que a Usina do Madeira é o primeiro grande empreendimento em hidroeletricidade que nós estamos fazendo nos últimos 20 anos, o último deles foi em Tucuruí.

Portanto, nós estamos tentando fazer com todo cuidado e um deles e a questão ambiental que está sendo travada. E, nós estamos aguardando por parte do Ibama, do Ministério de Meio Ambiente a liberação dessa licença prévia para prosseguirmos com esse processo e o leilão, enfim, ser possível ser realizado em julho de 2007, quando nós pudemos então estar assegurando a entrada de pelo menos mais 03 mil 150 megawatts a um investimento de 9.2 bilhões de reais, que isso será feito sob uma modalidade de projeto *fines*(F), utilizando com certeza, a participação privada e pública no processo.

Finalmente, nós temos então, leilões que nós estamos realizando de energia elétrica nesse ano, um em maio, um em junho, enfim, com energias novas e

fontes alternativas. Esse é o primeiro leilão que nós estamos fazendo especificamente vocacionado para fontes alternativas dentro de um processo competitivo. Estamos também com pelo menos três leilões previstos em linha de transmissão, para atender aquela meta do crescimento que nós temos ali de 373 quilômetros no primeiro lote, mais 1800 quilômetros no segundo lote.

E, finalmente, o terceiro leilão de linha em transmissão previsto para novembro com 2023 quilômetros. São investimentos importantes e na área de petróleo e gás nós temos - é a síntese do que eu falei - mas a produção nacional de óleo de dois bilhões de barris, em 2007 está chegando a dois bilhões de barris/dia; entradas em operação da Bacia de Campos, da P52 e da P54 e, que as duas somam 360 mil barris de petróleo adicionais/dia.

Entrando em operação, já entrou em operação, aliás, o Campo de Manati, está em fase de aumento de produção, não é isso Gabrielli? O Manati que chegaremos ao final de 2007, com seis milhões de metros cúbicos de gás natural. Temos também como ponto de destaque para o cronograma de 2007, a entrada em operação do Campo do Piranemo com 20 mil barris; entrada em produção da Fase II de Peruá; entrada em operação dos gasodutos de Campinas, Rio, Cabiúnas, Vitória, Vitória, Cassinos, todos nas datas que estão entre parênteses.

Processamento de óleo vegetal, o HBIO que nós chamamos de até 256 mil metros cúbicos, naquelas quatro refinarias que eu mostrei no gráfico anterior. E assinatura dos contratos para construção de 16 navios em 2007, aonde 10 já foram assinados no mês passado em Suape, que nós estivemos lá presentes e 13, estão para serem produzidos no Rio de Janeiro e três em Itajaí.

No que diz respeito ainda a petróleo e gás natural, é importante, nós estamos trabalhando. Na reunião do CNPE do dia 27 nós estamos nos esforçando para aprovar já a definição dos blocos, as áreas já foram definidas e aprovadas também pelo CNPE. Se tudo correr bem dentro desse cronograma nós temos condição de ofertar num leilão até 29 de agosto, novas áreas para exploração e produção de petróleo, que nós chamamos: a 9ª Rodada de Licitação.

Pedindo desculpas, então, pelo estouro do tempo, esta é a síntese do novo PAC Infra-Estrutura e Energética. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Eu agradeço a exposição bastante ampla, bastante elucidativa de parte do Exmo. Sr. Ministro de Minas Gerais e Energia.

Informo a V. Ex^a. Sr. Ministro, que dada a relevância, a importância dessa exposição, esta Comissão concedeu a V. Ex^a., 55 minutos para que fosse feita a exposição.

Passo a palavra, agora, com muito prazer ao ilustre Presidente da PETROBRÁS, Dr. José Gabrielli, pelo período de 20 minutos.

SR. JOSÉ GABRIELLI: Ilustre Senador, Srs. Senadores e Senhoras Senadoras. Eu vou tentar ser o mais breve possível para possibilitar o debate posteriormente. Esperem, o pessoal está preparando a apresentação. Eu imagino que a discussão sobre a situação da Bolívia nós vamos fazendo a discussão, porque na nossa apresentação não tem uma situação da Bolívia, mas no debate nós estamos disponíveis para responder as perguntas. Eu vou tentar passar rápido para não repetir as informações do Ministro. A idéia inicial é fazer uma aderência entre o PAC da PETROBRÁS e os diversos problemas governamentais; localizar os investimentos que estamos fazendo; fazer uma apresentação breve dos diversos projetos e, terminar com alguns pontos de atenção para a execução desse projeto. Em relação a aderência, portanto, esses números são praticamente os mesmos dos Ministros. Nós estamos concentrados em cinco subprogramas: Petróleo, exploração e produção, refino, transporte e petroquímica, gás natural, energia elétrica porque a PETROBRÁS, também, produz energia elétrica e energia renovável. Próximo. Aqui nós temos, o nosso investimento total dentro do PAC é de 171,7 bilhões de reais. Aqui nós resolvemos fazer a distribuição percentual, portanto, 100% ali corresponde a 171,7 e quem quiser compor os valores é só aplicar as diversas percentagens. 58% dos nossos investimentos está no programa de oferta de petróleo e gás natural, sendo que a maior parte desses 58,2, está no nosso programa de exploração e produção da PETROBRÁS. Nós temos 6,2% de parceiros que não são da PETROBRÁS.

No nosso programa de gás natural de oferta de petróleo e gás natural nós temos 10,3, de tal maneira que, a maior parte dos nossos investimentos estão na área de oferta de petróleo e gás natural. O segundo componente importante é a área de refino onde nós alocamos 18% do nosso investimento total, sendo que quase 15% está na área de refino, transporte e petroquímica e nós temos parceiros com 1,4% dos investimentos. Na área de transporte dutoviário nós estamos investindo 4,5% dos investimentos totais; 3,4% no transporte marítimo. Energia nas diversas regiões nós estamos investindo em torno de 0,8%, em torno de 1% e, o programa de gás 7,3% do total dos investimentos. O próximo, por favor. A localização dos investimentos. Nós temos em termos de distribuição regional, nós

temos a maior parte dos investimentos no Sudeste, 74% no Sudeste, onde está a maior parte de nossas reservas de petróleo, uma vez que nós concentramos os nossos investimentos na área de oferta de petróleo e gás natural. A maior parte dos investimentos, portanto, se concentram na Região Sudeste. 16% está no Nordeste, dentro do Nordeste um elemento importante é a perspectiva de refino de petróleo, essencialmente nós estamos construindo em conjunto com a PEDEVESA, uma refinaria nova no Nordeste Brasileiro, a Refinaria Abreu Lima, em Pernambuco. E, a oferta de petróleo e gás que também se elevará bastante no Nordeste, absorvendo 6,9% dos investimentos. O próximo, por favor. Em termos de petróleo e gás a nossa meta de produção está colocada. A nossa entrega total de gás natural no final de 2010, é em torno de 70 milhões de metros cúbicos/dia, o que significa um aumento significativo em relação a entrega de hoje. Os projetos, por favor. Os projetos estão alocados aí.

Nós temos, portanto, na área de produção os principais projetos: Em 2007, nós temos a FPSO Rio de Janeiro, com cem mil barris de petróleo por dia que já está em operação; a produção de Piranema, que é uma produção de 20 mil barris por dia, que deve começar a operar em meados deste ano é uma produção em Sergipe com um petróleo de alta qualidade. Em Roncador o P-52 deve entrar em operação com 180 mil barris/dia de capacidade de produção, em setembro. E, o Roncador com P-54, mais 180 mil barris por dia em setembro desse ano. Portanto, nós temos 460, 490 mil barris a mais em 2007 de capacidade de produção. Isso não significará, necessariamente aumento de produção nesse volume, porque nós temos o declínio natural dos campos que estão sendo substituídos por esses novos sistemas de produção. Em 2008, o FPSO Niterói, com cem mil barris e Marlim Sul, P-51, também entrando. Portanto, em 2008 nós estamos prevendo adicionais, capacidades de produção de 280 mil barris. Em 2009, 180 mil barris em janeiro de 2009, com P-53. O Projeto FRADE em final de 2009 entra em operação. O Projeto FRADE é um projeto operado, não é operado por nós é operado por uma empresa americana, nós somos sócios e temos esse 100 mil barris de volume adicional desse Projeto FRADE. 2010, Jubarte, com P-57 mais 180 mil barris fazendo, portanto, com que a nossa produção em 2010 atinja em torno de 2.4 milhões de barris de petróleo no Brasil. Próximo, por favor.

Em termos de produção de gás, nós já temos Manati com início de produção agora esse ano, atingindo 100 milhões de metros cúbicos/dia no final do ano é um campo de produção na Bahia. Peruá deve entrar em operação esse ano com 5,2 milhões de metros cú-

bicos. Portanto, esse ano nós estamos adicionando 11 milhões de metros cúbicos/dia de produção em 2007. Em 2008, Merluza, Lagosta, Camarupim e Canapu são campos tanto na Bacia de Campos como na Bacia do Espírito Santo, elevando a produção, portanto de mais de 6.5 milhões de barris em 2008. Em 2009, Mexilhão adiciona mais seis milhões de metros cúbicos. Mexilhão é um grande campo na Bacia de Santos e temos a ampliação da UTGC, que vai permitir ampliar a capacidade de sete milhões de metros cúbicos/dia em 2009. A produção de Uruguá-Tambaú em 2010, adiciona mais 5,6 milhões de metros cúbicos/dia de produção nacional. Em termos de refino de transporte petroquímico, por favor. Nós vamos aumentar a capacidade de processamento de petróleo nacional. O grande salto no processamento do petróleo nacional será em 2012, depois de entradas em operação do Complexo Petroquímico do Rio de Janeiro e da entrada de operação da Refinaria de Pernambuco. Nós temos projetos chama-se de conversão, são projetos que aumentam a capacidade de processamento do petróleo pesado nacional, isso faz com que haja um melhor resultado das nossas refinarias mais adaptadas à matéria prima produzidas por nós e, portanto, tornando mais sustentável a auto-suficiência brasileira. Nós vamos sair de uma utilização em torno de 80% de petróleo nacional para chegar e atingir em 2011, 90% de petróleo nacional nas nossas refinarias.

Os investimentos em modernização são investimentos que envolvem a melhoria da qualidade dos nossos produtos, envolve o aumento de processos. Isso significa, portanto, que nós não somente teremos um aumento da nossa capacidade de refino nas nossas atuais refinarias, como também um aumento da capacidade de produzir um petróleo de melhor qualidade, um derivado de melhor qualidade, uma gasolina e um diesel de muito melhor qualidade em termos de emissões de enxofre para o futuro. É importante dizer que nesse período nós estaremos construindo duas grandes estruturas de refino; uma que é a Refinaria de Pernambuco e a outra que é o Complexo Petroquímico do Rio de Janeiro. Esse Complexo Petroquímico do Rio de Janeiro tem uma característica tecnológica bem mais avançada e desafiadora, porque será o primeiro grande complexo do mundo que vai utilizar petróleo pesado para produzir derivados petroquímicos diretamente do petróleo pesado e isso vai fazer, portanto, com que às condições de fornecimento dos produtos petroquímicos se alterem substancialmente no Brasil, substituindo e saindo das rotas tradicionais que utilizam a NAFTA e o gás natural para produzir petroquímicos. Próximo, por favor. Do ponto de vista, como eu disse, os projetos de qualidade envolvem uma redução da

emissão de enxofre hoje em torno de mil partes por milhão de gasolina, a partir de 2009, baixarmos isso para 50 partes por milhão e, o diesel também baixar dos atuais 500 a 2000, para 50, 500 e 2000, em 2010. Próximo, por favor. Em termos de gás natural, nós vamos ampliar. Então, esses são os gasodutos importantes e a produção de gás do PLANGAS, como eu disse, é o momento da produção do PLANGAS e, vamos ter, portanto em torno de quatro mil e 500 quilômetros de novos gasodutos entrando em operação até 2010.

Portanto, implantando uma rede de gasodutos no Brasil de mais de nove mil quilômetros de gasodutos no Brasil. Do ponto de vista de energia elétrica, nós vamos ter uma capacidade adicional de geração de energia elétrica dentro do Sistema PETROBRÁS de 640 megawatts. Nós já temos hoje em torno de capacidade de geração em torno de quatro mil megawatts e temos contratos hoje em torno de 2000 megawatts/hora. A nossa energia renovável, nós vamos ampliar a produção. Nós estamos construindo da PETROBRÁS três plantas de biodiesel para iniciar a produção em 2007/2008, início em 2008. Estamos participando com empresas privadas em cerca de uma dezena, um pouco mais de uma dezena de projetos para participação minoritária da PETROBRÁS em plantas de biodiesel no Brasil. Do ponto de vista de produção e óleo e [inaudível] natural, esses são os volumes, portanto de valores equivalentes, de óleos equivalentes; nós estaremos atingindo em 2011 uma produção de 2.4 milhões de barris de óleo equivalente no Brasil. Estamos nesse período também construindo duas unidades da regaseificação de gás natural, uma unidade no Ceará, outra no Rio de Janeiro. Estamos em estudos outras unidades em outros locais do Brasil, mas ainda estão em fase de estudo. Mas no PAC nós estamos viabilizando, portanto, um aumento da nossa capacidade de transformar o gás natural liquefeito em gás, regaseificando esse gás adicionando, portanto, de forma flexível a oferta de gás natural de mais 20 milhões de metros cúbicos até 2010. Eu acho que com isso são os grandes itens do PAC da PETROBRÁS. O próximo, por favor.

Nós gostaríamos de destacar alguns pontos de atenção na implementação desses projetos. Nós temos problemas de rapidez do licenciamento ambiental. Nós temos problemas na regulamentação de contratações de obra. Em alguns momentos nós precisamos adotar procedimentos mais acelerados para a contratação, de forma a viabilizar a rapidez e os cronogramas que nós temos. Nós temos dificuldades, uma vez que a recuperação da indústria brasileira é mais lenta do que o crescimento de nossas demandas industriais em termos de conteúdo local. Nós temos certeza que a indústria brasileira vai responder a esse desafio,

mas nós temos que ajustar essa demanda no tempo, de tal maneira que não tenhamos estrangulamentos na indústria brasileira fornecedora de equipamentos e serviços para o nosso programa de investimentos. Vamos ter limitações importantes na capacidade da mão-de-obra nacional, estamos adotando um programa junto com o Ministério de Minas e Energia e outras entidades brasileiras, chamado de Programa de Mobilização da Indústria Nacional de Petróleo, onde nós vamos pretender treinar até 2008, cerca de 70 mil novos profissionais em setecentas e poucas ocupações, mapeadas em diversas regiões do Brasil, para que essa mão-de-obra seja capacitada para atender a cadeia de fornecedores da PETROBRÁS. E, teremos discussões também nas diversas atividades nossas em termos das eventuais restrições que possam ocorrer no orçamento do Governo. Não sei se cumpri o meu prazo, mas...

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): [interrupção no áudio] Agradece a exposição do ilustre Presidente da PETROBRÁS eu agradeço pela generosidade em relação ao tempo. Muito obrigado ao Dr. Gabrielli. V. Ex^a., está absolutamente sintonizado com o Exmo. Sr. Ministro, um colaborou com o tempo do outro. Obrigado. [risos] Com muita honra convido para fazer uso da palavra e realizar a sua exposição, o Exmo. Sr. Presidente da ELETROBRÁS, Dr. Valter Luiz Cardeal de Souza, pelo período de 20 minutos.

SR. VALTER LUIZ CARDEAL DE SOUZA: Senador Marconi Perillo, Presidente da nossa Comissão de Infra-Estrutura do Senado. Honra-me, sobretudo, a oportunidade de estar aqui nesta Casa para poder apresentar de forma bem rápida a questão do PAC, o envolvimento da ELETROBRÁS. E quero iniciar dizendo, que sobre a questão das obras do PAC, o Ministro Silas já apresentou de forma bem completa, todas as obras que estão em desenvolvimento a responsabilidade da ELETROBRÁS. Bem a nossa Empresa ELETROBRÁS hoje, ela controla. As principais controladas, que nós chamamos de subsidiárias, Furnas, ELETRONORTE, Chest e a nossa ELETROSUL. No âmbito carvão, a nossa CGTE, Eletronuclear e a Itaipu Binacional, com uma empresa de participação chamada Lightpar. O nosso Centro de Pesquisa de Excelência, o maior Centro de Pesquisa de Excelência da América Latina, o CEPEL. E nossas - chamadas empresas de distribuição federalizadas, onde atuam no Estado de Rondônia, a CERON, Roraima, Boa Vista, Amazonas, através da CEAM e a Manaus Energia. No Estado do Piauí, a CEPISA e, no Estado de Alagoas a CEAL. A ELETROBRÁS é responsável hoje por, praticamente, 70% de todo o transporte de energia do *grid* nacional

e 40% de toda a energia produzida no país. A ELETROBRÁS é uma empresa com aproximadamente 80 bilhões de patrimônio líquido. Dentro desse contexto, a similitude com que o Ministro desenvolveu no âmbito do Ministério de Minas e Energia, nós da ELETROBRÁS, também criamos um Comitê Gestor espelho específico para o PAC. Nesta linha, atuamos na área de geração de energia elétrica sobre os pontos de vista do que se refere às gerações outorgadas, as conversões das UTS, um amplo programa de conversão das UTS a óleo, contribuindo sobremaneira para a redução da conta de combustível que está muito pesada para a nossa sociedade como um todo. O nosso programa de fonte alternativa, um dos maiores programas do mundo, 3300 megawatts em pleno andamento; as novas gerações a licitar, leilões de energia. Participamos do desenvolvimento de todos os inventários e potenciais hidroelétricos e os estudos de viabilidade. Na área de transmissão também as transmissões outorgadas, os leilões de novas linhas de transmissão e os projetos estruturantes, Tucuruí, Macapá, Manaus e Ji-Paraná, na realidade, é Cuiabá. Ji-Paraná, Jauru, Ji-Paraná, é a nossa capital de Rondônia, Rio Branco, Porto Velho e Acre, Rio Branco. A ELETROBRÁS, também desenvolve importante programa e atuação no que se refere ao Programa "Luz para Todos", são mais de 375 contratos já assinados com as concessionárias. Já investimos em torno de cinco bilhões só no Programa "Luz para Todos" e atendemos mais de cinco milhões e 280 e poucas pessoas. O programa - como foi falado pelo Ministro - vamos atender até o ano 2008, ou seja, de 2007 e 2008 mais cinco milhões 150 pessoas, totalizando um volume, um contingente humano de nossos irmãos brasileiros nas regiões importantes do nosso país, em torno de dez milhões. Atuamos também diretamente nas interligações, algumas obras, só para ficar bem claro: Nas interligações Norte-Sul. Lá estamos trabalhando nas Colinas-Miracema, Gurupi-Peixe, Miracema-Gurupi, Peixe e Serra da Mesa, obras da Chest, ELETRO-NORTE, em parceria também com a iniciativa privada. Linhas de transmissão do Norte, como já falei, Ji-Paraná, Pimenta Bueno e Pimenta Bueno-Vilhena, que são as novas obras, a ELETRO-NORTE está fazendo 100% dessas obras. No Nordeste, estamos trabalhando em Funil, Ibicoara, Milagres, Recife, Milagre-Picos, Tauá, Paraíso, obras da Chest e 100% da Chest. Ainda, no Sudeste em transmissão Macaé, Campos, Itapeti, Tijuco Preto, Furnas, 100% dessas obras. Irapé, Aracuari, Itutinga, Juiz de Fora, Furnas, também Furnas, 100% dessas obras. Sul: Campos Novos, Nova Santa Rita, ELETROSUL em parceria 49%. Caxias: Caxias do Sul, [inaudível] Ângelo Lacerda, Estevão, Palhoça, também ELETROSUL 100% das obras.

Programa de Geração de Energia Elétrica no âmbito da ELETROBRÁS. No Sudeste estamos trabalhando em Baguari, Furnas com participação com a iniciativa privada. Em Simplício, Furnas com 100%. No Sul, com a ELETROSUL, Mauá, 49%. Foz do Chapecó, Furnas com 49%. E, Passo São João, ELETROSUL com 100%. No Centro-Oeste, Batalha, Serra do Facão, Furnas 100% e Dardanelos e Chest com ELETRO-NORTE com 49%. Então, como podemos ver a ELETROBRÁS atua fortemente no PAC colocando à disposição recursos, seu corpo técnico e toda a sua tradição de empresa-alavanca, empresa-braço do Governo, empresa essencial, para a implementação de infra-estrutura do país. Aqui eu vou fazer uma ênfase especial, vendo o meu amigo e Senador Valdir Raupp, sobre a questão do Gasoduto Urucu-Porto Velho. Esse gasoduto ele está em estudo, mas com certeza deveremos construí-lo. Por quê? A Usina Âncora de 400 megawatts, mais a conversão de uma usina de 80 megawatts, propriedade da ELETRO-NORTE estão sendo convertidas para o gás, gás da Amazônia. Então, o gás da Amazônia, assim como depois de 20 anos, implementamos. Estamos lá na Amazônia convertendo as máquinas da Amazônia para usar o gás brasileiro, o gás da Amazônia e ainda em 2008, se Deus quiser. O mesmo deveremos fazer com o Gasoduto Urucu-Porto Velho, todos os licenciamentos estão resolvidos, inclusive, da ANP, licença de obras. Os estudos estão concluídos, estamos já trabalhando nas minutas da contratação do gás. O gás quando definido, o gás de Urucu para a utilização desse importante insumo nacional e que reduz e contribui essencialmente para a redução do consumo, da conta de consumo de combustível fóssil. E mais do que isso, reduzindo a emissão, contribuindo ambientalmente naquela região desenvolvida no nosso país. Então Senador, tenha certeza, que o nosso Gasoduto Urucu-Porto Velho deverá ser implementado, dado que a nossa Usina Âncora, usina bi-combustível, usina em ciclo combinado está lá aguardando ansiosamente pelo gás. Obrigado, era isso.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Agradecendo a exposição do Exmo. Sr. Presidente da ELETROBRÁS, nós vamos iniciar agora a fase dos questionamentos. Existem inscrições de inúmeros Senadores que desejam participar do debate.

SENADOR VALDIR RAUPP (PMDB-RO): Sr. Presidente. Pela ordem, Sr. Presidente. Eu aqui. É uma proposta que eu queria fazer a exemplo como foi feito no Plenário com a audiência pública com a Ministra Dilma, com o Ministro Mantega e o Ministro Paulo Bernardo, diminuir o tempo, já são meio-dia, quase meio-dia e quarenta, está acontecendo a reu-

não do Congresso nesse momento. Então, diminuir para três minutos para perguntas, a intervenção dos Srs. Senadores e o mesmo tempo em bloco de cinco ou dez para agilizar um pouco. Só para dinamizar, Sr. Presidente o tempo.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): [interrupção no áudio] A Mesa acolhe a questão de V. Ex^a. e do Senador Valdir Raupp.

SENADOR JOSÉ AGRIPINO (PFL-RN): Sr. Presidente—

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Eu peço inscrição, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Com a palavra o ilustre Líder do PFL, Senador Agripino.

SENADOR JOSÉ AGRIPINO (PFL-RN): Eu queria além de pedir inscrição, eu queria fazer uma ponderação a V. Ex^a. Eu acho a oportunidade que é dada a Comissão de reunir o Ministro das Minas Gerais, o Presidente da PETROBRÁS e o Presidente da ELETRÓBRÁS é uma oportunidade rara que os Senadores não podem desperdiçar. Então, eu acho que com todo respeito a colocação feita pelo Senador Valdir Raupp, nós temos que tirar partido dessa oportunidade, fazer as perguntas que nos ocorrerem e tentar obter as respostas convincentes ou não, mas obter as respostas por inteiro. Então, eu me permitiria ponderar ao Senador Valdir Raupp, claro que todos nós temos compromisso, e que nós precisamos tirar o proveito devido desse encontro, para que as perguntas fossem feitas - claro que o tema é muito importante é fundamental - e as respostas pudessem ser conclusivas. Porque senão terá sido de pouca valia a presença de autoridades, que é não fácil reunir numa sala numa oportunidade única. É a ponderação que faço a V. Ex^a., e ao plenário.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): A Mesa acolhe as duas ponderações acho que ambas são pertinentes. Sugiro apenas aos ilustres Senadores e Senadoras, que as questões sejam direcionadas a cada um dos expositores para que eles possam fazer respostas específicas, sem que haja necessidade que todos os três possam estar respondendo ao mesmo tempo, como aconteceu com a audiência última com presença dos Ministros. Como autor do requerimento--

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Sr. Presidente, eu gostaria de pedir a palavra.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Pois não, senhor.

SENADOR RAIMUNDO COLOMBO: (PFL-SC): É que fica muito injusto. O Ministro falou uma hora, nós vamos ter três minutos e eu acho que é inadequado esse procedimento. Claro que agora já aconteceu,

mas eu quero sugerir que nas próximas reuniões se atenham ao tempo, porque nós aqui ficamos numa situação extremamente desigual, muito prejudicado. Gostaria que isso não ocorresse outras vezes.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Sr. Senador, não é objetivo nosso obstacularizar ou atrapalhar a participação dos Senadores. Pelo contrário. Esta Audiência Pública foi convocada, exclusivamente, com o objetivo de propiciar o debate e a participação dos ilustres Srs. Senadores. Então, essa oportunidade será concedida a V. Ex^a., e a todos os demais.

SENADOR RAIMUNDO COLOMBO: (PFL-SC): O senhor concorda que a gente fica prejudicado, não é?

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Perfeitamente.

SENADOR RAIMUNDO COLOMBO: (PFL-SC): Ok, agradeço.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Acolho a manifestação de V. Ex^a. Como autor dos requerimentos tenho algumas questões rápidas a fazer, iniciando ao Presidente da PETROBRÁS. Em fevereiro, quando o Presidente Evo Morales aqui esteve, Sr. Presidente, ele disse com todas as letras “que iria cumprir”; ou seja, “vamos cumprir com todos os contratos que temos com a PETROBRÁS. Nunca faltará gás para o Brasil”. Eu pergunto a V. Ex^a. - por que essa visita motivou muitos rumores, as últimas decisões do Presidente da Bolívia também foram motivos de muitos questionamentos. Então eu pergunto: Quais as expectativas da PETROBRÁS em relação a implementação dos novos contratos de compra de gás entre Brasil e Bolívia? A segunda pergunta também é dirigida ao ilustre Presidente da PETROBRÁS. Em fevereiro, como já disse anteriormente, Brasil e Bolívia chegaram a um acordo sobre o preço do gás; o preço de quatro e 30 dólares por milhão de BTUS estabelecido em contrato não muda, mas valerá apenas até o limite de oito mil e novecentos quilocaloria de metros cúbicos. A partir desse patamar o Brasil vai pagar um valor maior por componentes nobres do gás, como etano, gás liquefeito, petróleo e gasolina natural.

O Ministro Boliviano de Hidrocarbonetos, Carlos Villegas estima que seu país receberá cerca de 100 milhões de dólares a mais por ano, um aumento de cerca de 8% em relação ao que o Brasil importou no ano passado, um bilhão, 260 milhões de dólares. O Ministro de Minas e Energias aqui presente, Dr. Silas, disse prever reajuste de apenas 3.4% e não em relação aos 8% previstos pelo Ministro Boliviano; ou seja, no máximo 50 milhões de dólares a mais adicionais em relação a esse novo contrato. Para que o

valor adicional comece a ser cobrado PETROBRÁS e Governo Boliviano deverão realizar um aditivo ao contrato existente, estabelecendo a partir de qual faixa o gás será desmembrado e ficará mais caro. Qual é efetivamente Sr. Presidente da PETROBRÁS a estimativa do Governo Brasileiro, da PETROBRÁS em relação a esses custos adicionais? Também deve fazer uma pergunta intrigante, que foi motivo também de um outro questionamento nosso quando da presença dos Ministros. Nós temos informações - e a Folha de São Paulo divulgou - essa pergunta eu faço ao ilustre Presidente da ELETROBRÁS e ao ilustre Ministro de Minas e Energia. Segundo matéria da Folha, do dia 03 de fevereiro, aspas: "Os níveis de riscos de falta de energia superam o aceitável a partir de 2009, ficando mais críticos a partir de 2010 - isso na Região Sudeste, onde mais se produz e certamente mais se consome energia no Brasil". Segundo a Folha: "O risco em 2009 é de 12.75%, em 2010, 21%. Em 2011, 27.15%, de risco de racionamento de energia ou de apagão, como queiram analisar. Um outro dado que temos Sr. Presidente e senhores Ministro até 2010, segundo informações que temos, o gargalo de energia elétrica poderá ser a geração, há alto risco de falta de energia no final da década senão chover bastante e, se a PETROBRÁS não conseguir gás natural para as térmicas que estão fora do sistema já a partir de 2009. Segundo agentes privados esse risco é de pelo menos 25%, quando na verdade, o risco natural seria de 5%. Por fim, Sr. Ministro, eu coloco uma outra questão.

Como é que os senhores analisam a questão do estudo de bacias, a questão ambiental em relação a esses investimentos que serão feitos? E, para não deixar de lado a minha região, eu gostaria de também colocar duas perguntas, uma ao Sr. Presidente da ELETROBRÁS e outra ao Sr. Presidente da PETROBRÁS, já agradecendo ao Sr. Presidente da PETROBRÁS, pela assinatura do contrato de projeto do alcoolduto, quando ainda era Governador. Eu quero agradecer a PETROBRÁS por essa priorização, mas queria saber por que uma região como a Região Centro-Oeste, que é a região que produz muito acima da média brasileira, gera mais empregos, o seu PIB cresce mais, as exportações... Ainda não viabilizou o projeto do gás natural, compreendendo Campo Grande até Goiânia e o triângulo mineiro. Esse é um projeto estratégico para o futuro da nossa região. Eu queria perguntar: Quais os motivos levam esse projeto a estar até agora sem uma definição e sem constar no PAC. Nós estamos há seis anos trabalhando esse projeto com a participação do Senador Delcídio, o nosso Vice-Presidente, os Governos do Mato Grosso do Sul, Goiás, enfim. Eu gostaria de saber o porquê da não priorização no PAC

do gasoduto, do ramal do Gasoduto Campo Grande até Goiás e triângulo mineiro. Por fim, eu gostaria de perguntar ao Presidente da ELETROBRÁS, o Dr. Cardal, se efetivamente nós teremos como cumprir as metas de universalização rural e urbana e até quando. Agradeço muito a atenção de V. Ex^{as.}, e passo a palavra para sua pergunta, ao ilustre Senador Francisco Dornelles. Eu gostaria de deixar aqui três ou quatro ou mais Senadores fizessem os questionamentos e depois V. Ex^{as.}...fariam as respostas. Muito obrigado, pela atenção. Com a palavra o Senador Francisco Dornelles.

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PC DO B-CE): Pela ordem [inaudível]. Pela ordem.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Pela ordem de inscrição o Senador Francisco Dornelles, o Senador Flexa Ribeiro que está ausente, o Senador Eliseu Resende, o Senador João Tenório, o Senador Valdir Raupp, o Senador José Agripino, o Senador Delcídio Amaral, o Senador Raimundo Colombo e Cícero Lucena, Wellington Salgado, Expedito Júnior e Inácio Arruda. Inscrevo, agora, o nosso Governador Garibaldi.

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PC DO B-CE): Você vê que eu pedi antes do Agripino, mas ele me botou por último.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Eu estou colocando o Agripino aqui, no lugar do Senador Jonas Pinheiro

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PC DO B-CE): Fez corretamente.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): É do mesmo partido dele. Se o senhor quiser, eu troco também por algum Senador do PC do B.

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PC DO B-CE): De forma nenhuma.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Muito obrigado.

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PC DO B-CE): Eu considero V. Ex^{a.}, do PC do B.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Então, eu cedo o lugar a V. Ex^{a.}

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PC DO B-CE): V. Ex^{a.} falou [inaudível].

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Com a palavra o ilustre Senador Francisco Dornelles.

SENADOR FRANCISCO DORNELLES (PP-RJ): Sr. Ministro, eu tive oportunidade dias atrás de cumprimentar V. Ex^{a.}, pelo grande e importante trabalho que vem desenvolvendo no Ministério de Minas e Energia. Duas perguntas pontuais. Em primeiro lugar

por que motivo o Governo, às vezes, transmite a impressão de que oscila muito em relação à construção de Angra III? E uma segunda posição. Eu queria dizer que os autoprodutores estiveram ausentes dos últimos leilões, alegando não há isonomia de condições em relação aos demais participantes. Que medidas o Governo planeja implementar nos próximos leilões para estimular a produção dos autoprodutores? Em relação ao Presidente José Gabrielli, eu quero dizer que eu defendo muito que nas compras de bens e serviços, o Poder Público deve dar preferência as empresas domiciliadas no país. E defendo também que em certos setores o Governo tem que fazer políticas setoriais, para desenvolver certos setores da indústria nacional. Nesse ponto eu tenho que cumprimentar V. Ex^a., pelo grande e importante trabalho que vem desenvolvendo na PETROBRÁS e que o meu Estado tem sido um grande beneficiado. Porque foi só em decorrência dessa política da PETROBRÁS, que foi possível recuperar a indústria naval do país, a indústria naval do Rio que hoje está empregando um número muito grande de pessoas desenvolvendo renda e emprego. Mas eu fiquei preocupado Sr. Presidente com notícias divulgadas na imprensa nas últimas duas semanas em relação às plataformas 55 e 57, que a PETROBRÁS teria mudado a sua posição em relação à construção dessas usinas no país. Eu pediria a V. Ex^a., se pudessem comentar esse assunto. E por último, em relação ao Presidente de ELETROBRÁS eu perguntaria se era possível dar uma visão sobre as condições de como se encontra a situação, a construção da usina de Simplício, no Centro Norte do Rio de Janeiro. Muito obrigado, senhor Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Eu agradeço a manifestação do ilustre Senador Francisco Dornelles. E concedo a palavra ao Senador Flexa Ribeiro, lembrando que o tempo é exíguo.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Presidente, Senador Marconi Perillo, Vice-Presidente, Senador Delcídio Amaral, um *expert* no assunto. Ministro Silas Rondeau, Presidente José Gabrielli da PETROBRÁS, Presidente Valter Cardeal de Souza da ELETROBRÁS, Sr^{as} Senadoras e Srs. Senadores. Eu não tive oportunidade de ouvir todas as explanações que tive que ir a Sessão do Congresso que é inicia hoje pautando os vetos presidenciais, com 28 vetos sendo levados a apreciação do Congresso. Depois, ainda, na Comissão de Relações Exteriores, tive que votar a apreciação de dois Embaixadores para países amigos do Brasil. Mas eu gostaria de fazer alguns questionamentos aos nossos ilustres convidados. O primeiro deles Ministro Silas Rondeau, o PAC ele na

sua configuração, ele estabelece um crescimento de 5% da economia, começa com 4,5 no primeiro ano, a partir daí ele estabelece um crescimento de 5%. Em função disso, há um abatimento na arrecadação da União para dar sustentação aos investimentos públicos a partir desse crescimento do PIB. Então, imagine-se e haja já estabelecido pelo Governo que os investimentos previstos, que são poucos do Governo, gira em torno de 60 bilhões em relação aos quinhentos e tantos bilhões do PAC, mas mesmo assim há necessidade de se ter recurso do Tesouro para enfrentá-lo. Ora, a dúvida que me assiste é que com relação ao crescimento de energia o Plano Decenal de Energia Elétrica ele prevê um crescimento de 4,4% ano de 2006 a 2015. Como nós sabemos que há uma relação entre crescimento do PIB e geração de energia de algo em torno de 1.2, 1.3, nós chegamos a conclusão - e aí gostaríamos de ter esclarecido por V. Ex^a. - chegamos à conclusão de que ou o plano decenal precisa ser revisto ou o país não irá crescer nas taxas atribuídas pelo PAC e haverá um impasse: Não cresce porque não tem energia, não tem energia por que não cresce.

Então como é que nós vamos corrigir isso? Porque a expansão de energia prevista pelo PAC entre 2007 e 2010, dito pela ANEEL é de 12 mil, 386 megawatts. A da ANEEL - isso pelo PAC - a da ANEEL também é 10 mil 5225 megawatts, também há uma defasagem para menor em nível de geração. Então, eu queria saber como é que nós vamos conciliar essa questão. Uma outra questão, eu não sei se é para V. Ex^a., ou poderia ser ou para o Presidente da ELETROBRÁS. A questão da geração de energia hídrica, com o efetivo início da Hidroelétrica de Belo Monte no Estado do Pará. Eu tenho dito e repetido que Belo Monte é importante, não para o Pará, ela está localizada no Pará, até porque o Pará é exportador de energia elétrica há muito tempo com a Tucuruí. E lamentavelmente, Senador Agripino o único insumo que é tributado no consumo que o Governo quer mudar, agora, o único insumo tributado no consumo é energia elétrica. Então, os Estados exportadores de energia, como é o caso do Pará, são penalizados porque exportam energia e não cobram ICMS na produção. E, quem se beneficia dos ICMS, são os Estados que se beneficiam com a energia, se desenvolvem com a energia que é produzida no Pará. Então, isto é um absurdo. É um absurdo que penaliza os Estados exportadores, como é o caso do Pará. Então, eu perguntaria a V. Ex^a.: Como? Se Belo Monte efetivamente está resolvido o problema para início de implantação, que não pode atender o PAC, porque não vai gerar a tempo de atender o PAC. Segundo. Como V. Ex^a. vê, essa questão de ser o insumo energia o único que indevidamente - a meu ver - é tributado no

consumo e não na produção. A planilha que V. Ex^a. Colocou aí, e que a Ministra Dilma tinha posto, que o aproveitamento hidrelétrico está em estudos de EIA/RIMA, de viabilidade técnica econômica, alguma coisa em torno - o senhor colocou aqui trinta e poucos mil megawatts - a Ministra Dilma colocou á 25 mil, 768 mil megawatts. Mas é importante que o Brasil saiba que 90% desta geração hídrica está no Estado do Pará. É Belo Monte, é Usina de Marabá, é a Usina de Teles Pires, é a Usina de São Luis do Tapajós. E, para que não sabe tem uma geração maior do que Tucuruí e maior que Belo Monte. Belo Monte seria maior, se fosse feita em conjunto as duas etapas, mas como será feita uma etapa só de cinco mil megawatts, São Luis do Tapajós tem nove mil e 80 megawatts e Cachoeira Porteira e Prainha. Quer dizer 90% dessa energia hídrica está sendo no nosso Estado do Pará. Então, é importante que possamos rever essa legislação. O Estado do Pará não pode mais permanecer sendo penalizado pela União Federal, não só com isso como também a questão da exportação dos seus produtos minerais in natura.

A outra questão que eu colocaria é a questão do gás, aí eu pediria ao nosso ilustre Presidente Gabrielli, que responda. Lamentavelmente, a nosso ver, a PETROBRÁS ela se omitiu com relação a prospecção e a produção de gás ao longo desse tempo. Não quero dizer que tenha sido só neste Governo, mas em outros Governos. Eu não sei se pela competitividade entre petróleo e gás e saímos para ir buscar o gás da Bolívia. Após o lamentável incidente com o Presidente Evo Morales, a PETROBRÁS então, deu uma notícia de que dentro de dois três anos o Brasil seria auto-suficiente em petróleo, em gás, desculpe, em gás. Então, primeiro saber se isso tem procedência? Segundo. Se tem procedência, por que a dois ou três anos atrás não fizemos isso para não ficássemos dependentes de um Presidente instável, que não merece confiança não só do Brasil, como de qualquer país que se respeite. Terceiro. Eu perguntaria a V. Ex^a.: Qual projeto ou planos que tem a PETROBRÁS de estender o Gasoduto do Nordeste, o GASENE, para atender - porque ele vai até São Luis da Maranhão - para atender o GASENE, ou através do Gasoduto que vem pelo Centro-Oeste. E, saber de V. Ex^a., eu quero parabenizá-lo. Eu quero parabenizar V. Ex^a., pela atitude de defender a soberania brasileira no episódio da Bolívia. V. Ex^a., deu uma declaração de que não aceitaria a espoliação do patrimônio brasileiro na Bolívia e não aceitaria a revisão do preço do gás, contratado com a nação brasileira. Lamentavelmente - eu e eu quero parabenizá-lo por aquela posição corajosa que tomou naquela altura e que todos nós brasileiros gostaríamos de ter tomado.

Mas lamentavelmente o que nós vimos e o que aconteceu foi exatamente o contrário do que V. Ex^a., declarou à imprensa. Então, eu quero saber: Quem mudou? Mudou V. Ex^a. ou estava errado quando disse aquela primeira declaração ou está errado o Governo quando aceita o aumento do gás, rever o preço do gás que atinge diretamente o setor produtivo nacional? Eu teria mais algumas outras perguntas, mas o Presidente já está fazendo sinal aqui há bastante tempo. E, como eu tenho o maior respeito por ele eu vou encerrar aqui e, depois, encaminho à V. Ex^{as}., outras dúvidas que tenho aqui.

[troca de presidência]

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCIDIO AMARAL (PT-MS): Muito obrigado, Senador Flexa Ribeiro. Com a palavra o Senador Eliseu Resende.

SENADOR ELISEU RESENDE (PFL-MG): Sr. Presidente dessa Sessão, Sr. Ministro, Sr. Presidente da ELETROBRÁS, Sr. Presidente da PETROBRÁS. Nós todos sabemos que a variação do produto interno bruto de um país, depende de estar ligado na demanda de energia elétrica ou energia do petróleo. Há uma correspondência. A minha pergunta é: Se tanto a ELETROBRÁS quanto a PETROBRÁS, tinha uma curva de crescimento do produto interno bruto e a curva correspondente de crescimento da oferta, da oferta de energia, seja energia elétrica, seja energia do petróleo? Porque nós não estamos tratando. O PAC não representa programa de crescimento. O PAC representa, Programa de Aceleração de Crescimento. É importante observar isso, porque são duas coisas completamente diferentes. É preciso saber como que as estatais e os agentes econômicos do país aceleraram o seu crescimento para cumprir um Programa de Aceleração do Crescimento do país. Se porventura, quando lançado o PAC, a ELETROBRÁS e a PETROBRÁS, voltaram a reexaminar os seus programas de produção, para que nos anos de 2007 a 2010, houvesse o acompanhamento do crescimento do produto da economia, como deseja o Governo e como colocou nas suas metas. Se porventura a PETROBRÁS, a ELETROBRÁS, reuniu seu Conselho de Administração, mudou o seu plano estratégico e aumentou seus investimentos com créditos orçamentários adicionais. E basicamente, quais foram esses projetos? Porque um projeto de energia elétrica com um novo bloco de produção de petróleo, não se entra em operação em menos de quatro anos. O Governo fez um programa de quatro anos, admite que haverá uma aceleração do crescimento.

Qual foi a forma encontrada para aumentar a demanda de energia para acompanhar esse crescimento? Eu faço uma pergunta adicional ao Presidente da PETROBRÁS, e fico muito preocupado com relação

ao Programa de Conservação de Energia do Petróleo do Brasil. Nós temos Programa de Conservação de Energia Elétrica. Todas as ameaças de apagões são precedidos de Programa de Conservação de Energia Elétrica que tem surtido efeito, a sociedade tem cumprido o seu... Está solidária com todos esses programas e se comporta para promover realmente uma redução do consumo de energia elétrica. No campo do petróleo, o que se faz para reduzir o consumo de energia do petróleo? Isso é muito importante, Presidente, porque a PETROBRÁS evidentemente quer crescer sua produção, para crescer as suas vendas. Então, quanto mais crescer o consumo, quanto mais crescer o consumo, quanto mais crescer o consumo supérfluo, quanto mais houver o desperdício dos combustíveis - e aqui eu quero citar especificamente dos combustíveis automotivos melhor para a PETROBRÁS como empresa, mas isso seria melhor para o Brasil?

Então, eu pergunto se há um Programa de Conservação de Energia, porque nós estamos muito perto da auto-sustentação, da eficiência, da suficiência de produção de petróleo para cumprir a nossa demanda, estamos muito perto. E o que se sabe é que no campo dos transportes que são os únicos consumidores de gasolina e diesel, que são os principais derivados de petróleo, craqueados na refinaria do país este consumo é absurdo. Se haveria condição de reduzir esse consumo por um programa de conservação e o excedente da produção de gasolina e diesel seria exportado e o Brasil poderia ser considerado como um país pertencente a OPEP, talvez, na produção ou na exportação líquida de derivados de petróleo. Então, a pergunta é essa: Se a ELETROBRÁS pareou o seu programa, também a PETROBRÁS, para cumprir a aceleração do crescimento? Não quer dizer... É variar a concavidade da curva. É o coeficiente angular da curva do crescimento que mudou. Então, é preciso ver se houve alguma ação da PETROBRÁS e ELETROBRÁS para produzir isso, porque nós precisamos... O Presidente da República disse que os efeitos vêm até 2010. E, no caso específico eu gostaria de perguntar ao Presidente da PETROBRÁS, se há intenção de produzir ou promover um programa de economia de energia do petróleo. E ao Ministro eu perguntaria o seguinte, Ministro: O país há muito tempo que tem de pensar e não está pensando num programa de eclusas. No nosso crescimento da economia precisamos construir muitas hidrovias. Falou-se aqui em Belo Monte, tem as Usinas do Madeira, as Usinas do Tapajós. Nós sabemos que essas hidrelétricas não podem condenar os rios a serem navegáveis. A quem pertence a decisão de construir eclusas neste país? São só as perguntas.

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCIDIO AMARAL (PT-MS): Muito obrigado, Senador Eliseu Resende.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Pela ordem, Presidente. Gostei do coeficiente angular. Nós vamos falar agora de gradiente de crescimento, não é meu caro Senador e Ministro Eliseu Resende.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Sr. Presidente, essa ordem vai ser respeitada da inscrição, não é?

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCIDIO AMARAL (PT-MS): Absolutamente respeitada, meu caro.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Ah sim, porque eu estou sentido que tem que mesclar, para que haja um pouco de elogio também para os membros da Mesa, porque se não se puder... Eu acho que não vai poder porque tem que observar a listagem, mas é só de pressão, de repente a gente têm alguns elogios para fazer também.

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCIDIO AMARAL (PT-MS): Não, mas ocorrerão os elogios. Agora, o que nós precisamos é acordar mais cedo para inscrever antes não é meu caro, Senador Wellington.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Pela ordem, Presidente.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Eu estava na reunião na Presidência de Comissões com o Presidente do Senado.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Pela ordem, Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCIDIO AMARAL (PT-MS): Senador Flexa.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Pela ordem.

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCIDIO AMARAL (PT-MS): Mas nós precisamos dar sequência.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): É rapidamente para responder ao nobre Senador Wellington, nosso amigo. Dizer que todos os participantes da Mesa foram elogiados. Eu fiz elogio ao Ministro Rondeau, ao Presidente da PETROBRÁS e ao Presidente da ELETROBRÁS. Agora, essa questão de inscrição V. Ex^a. respondeu. O Senador Wellington e a base do Governo tem que acordar cedo, tem que vir aqui e fazer inscrição, como faz a oposição.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Art. 14, Sr. Presidente. A minha Comissão é a que se reúne mais cedo aqui nesse Senado, às 15 para às nove.

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCIDIO AMARAL (PT-MS): Todos nós sabemos que V. Ex^a. é um madrugador. Como nós falamos lá em Mato Grosso do

Sul: O senhor começa a marchar cedo. [risos] Com a palavra o Senador João Tenório, de Alagoas.

SENADOR JOÃO TENÓRIO (PSDB-AL): Sr. Presidente, Sr. Ministro Silas Rondeau, Sr. Presidente da PETROBRÁS, Sr. Presidente da ELETROBRÁS. Tem sido muito recorrendo, digamos assim, a discussão sobre o fato de que nesse orçamento apresentado para o PAC, há uma superposição de números e de valores; ou seja, que os números que são estão sendo ofertados como componente do PAC já consta de outros programas de outros ordenamentos financeiros do Governo. O PAC está prevendo investimento até 2010 de 503. nove bilhões de reais dos quais 437 vêm das empresas estatais e das empresas privadas. Segundo a imprensa e a Agência Brasil, quase 150 bilhões, ou seja, praticamente 30%, viria da PETROBRÁS esse investimento, da ordem de grandeza de 150 bilhões. Tem aqui uma declaração do Sr. Paulo Maurício Tino-co de Campos do dia 28 de fevereiro, que está no site da empresa que diz simplesmente o seguinte, abre aspas, todo investimento da PETROBRÁS no PAC consta do Plano Estratégico 2007/2011, aprovado em 2006 e amplamente divulgado ao mercado. O PAC não alterou os investimentos projetados que priorizam o aumento da produção e reservas aumentando o refino bem como a quantidade de nossos produtos, fecha aspas. Ou seja, segundo esse seu Diretor, Gerente de Relacionamento dos Investimentos da PETROBRÁS, essa superposição existe; ou seja, aproximadamente 30% do total de investimentos previstos para o PAC como um todo, já constava nos programas de investimento da PETROBRÁS. Então seria uma superposição de valores, seria um requentar, digamos assim, como nós dizemos no Nordeste: "Seria um café meio que requentado". Então esse é uma questão que reduziria... É muito forte isso, porque se esses números forem verdadeiros são 30% do total de investimento do PAC que está contemplado em outros programas do Governo. Então, a minha pergunta seria: Se de fato procede essa visão que está muito difundida hoje na mídia, está muito difundida no mercado que de fato o PAC nada mais é ou pelo menos parcialmente o é, uma superposição de programas já estabelecidos pelo Governo. E colocaria para o Presidente de ELETROBRÁS, se esse número é verdadeiro para a PETROBRÁS, se existe de fato também no caso da ELETROBRÁS esse procedimento, que elevaria ainda mais uma redução do efetivamente disponível para investimento na infraestrutura pelo PAC do Governo.

[troca de presidência]

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO) Com a palavra o ilustre Líder do PMDB, Senador Valdir Raupp.

SENADOR VALDIR RAUPP (PMDB-RO): Sr. Presidente, Senador Marconi Perillo, Srs. Convidados, Sr. Ministro Silas Rondeau, das Minas Gerais e Energia, Sr. Presidente da PETROBRÁS José Gabrielli, Sr. Presidente da ELETROBRÁS, Valter Cardeal e, nosso querido Senador, Vice-Presidente da Comissão, Delcídio Amaral. Que time hein, Wellington? Falou que não tinha elogios. Se um dia eu for Presidente da República, eu quero esse time todo no meu Governo, nos Ministérios, na PETROBRÁS, na ELETROBRÁS e o Delcídio junto, que é um grande técnico também. Eu não posso passar dos três minutos porque eu fui o autor da proposição de três minutos. Tenho que ser bem rápido, mas o Líder do PFL poderá se estender um pouco, deixar um pouco de tempo para ele. Eu queria falar do Gasoduto Urucu-Porto Velho. Eu acho até que o Presidente da ELETROBRÁS não gosta muito desse projeto. Eu fiquei triste, porque eu não vi o quadradinho aqui nesse quadro aqui dos gasodutos o quadradinho de Urucu Porto Velho, tem Coari-Manaus, tem todos os outros do Brasil todo e Porto Velho não tem. Sei que é uma obra cara, mas de muita importância e o Presidente da ELETROBRÁS, o Cardeal, me falou um dia no meu gabinete que não construiu o Gasoduto Urucu-Porto Velho é um crime de lesa-pátria, porque está se queimando mais de um milhão de litro de óleo diesel por mês, aliás, por dia; Por dia 2.8 milhões de litros por dia. Por dia, numa térmica ciclo combinada que pode queimar gás a hora que tiver o gás lá. E, essa obra do gás ela vai demorar dois anos ainda. Nós demoramos cinco anos para tirar licença ambiental. Eu me preocupo - eu não quero entrar na questão das usinas, mas eu me preocupo porque eu sei que vai sair, porque o Brasil precisa delas da Usina do Madeira e a Usina do Belo Monte, mas eu me preocupo a questão da licença ambiental Ministro, a demora. Já marcaram algumas datas, a exemplo do gasoduto que até que enfim saiu, depois de um termo de ajustamento de conduta com o Ministério Público Federal, com as organizações não governamentais e saiu a licença ambiental. E essas usinas se continuar do jeito que está indo, marca data não sai, se arrasta aqui, se arrasta ali, pode passar o tempo e chegar o sufoco de 2010, 2011 e 2012 da crise de energia elétrica. Se o PIB for crescer mais de três pontos como já cresceu segundo os novos ajustes do IBGE, mais de 3% no ano passado e deve crescer mais de 3,5% esse ano e chegar a 5%, como o Presidente da República quer o ano que vem e nos anos seguintes. Será que nós vamos ter, sem as usinas do Madeira e as usinas de Belo Monte e as nossas térmicas funcionando: Há energia suficiente para sustentar esse crescimento a partir de 2009 e 2010? Mas a pergunta que eu faço

é especificamente ao Presidente da PETROBRÁS. A Dilma me falava, quando era Ministra das Minas e Energia que o gasoduto ia sair.

O Ministro Silas continua falando o tempo todo que o gasoduto sai, que é uma prioridade. O Presidente Cardenal da mesma forma. Tive uma reunião antes do natal com a Ministra Dilma, da Casa Civil, e o Ministro Silas por mais de uma hora, uma hora e meia e ficou certo que teria um reserva de dois milhões de metros cúbicos de gás para Porto Velho, para a térmica de Porto Velho. Eu sei Presidente, desculpe citar o seu nome, V. Ex^a., é economista e economista sempre é muito seguro, ele me falou que é uma obra cara e teria que baixar os custos porque têm poucas empresas no Brasil, capacitada para construir gasoduto, nós sabemos disso. E que a obra realmente ela pode ser cara, mas mesmo assim compensa, porque ela vai economizar na diferença do preço do óleo diesel e também da despesa que está dando para a CCC, são em torno de quatro bilhões ou mais de quatro bilhões por ano que se gasta no sistema isolado com subsídios de óleo diesel para as térmicas a diesel. Eu acho que tudo isso aí vem a compensar. Então, a construção do gasoduto vai ser importante tanto para a PETROBRÁS para o Brasil, para Rondônia, para o Norte Brasil, que vai deixar de poluir e vai ter uma energia mais barata. Então essa é a minha pergunta. Eu acho que fiquei dentro dos três minutos.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Com a palavra o ilustre Líder do PFL, Senador José Agripino em permuta com o Jonas Pinheiro.

SENADOR JOSÉ AGRIPINO (PFL-RN): Sr. Presidente e Sr. Vice-Presidente, Sr. Presidente da PETROBRÁS, Sr. Presidente da ELETROBRÁS e Sr. Ministro. Eu vou procurar ser muito pragmático, muito objetivo e muito focado, para que nós possamos ter o rendimento que todos os Senadores estão procurando dar a esse encontro. Para começar pelo Líder do PMDB, que eu acho que fui muito preciso. Ele de certa forma reportou-se a seu liderado, ele não elogiou, ele cobrou. E na mesma linha, Presidente Gabrielli, eu queria fazer uma sugestão ao Ministro Silas Rondeau. Uma sugestão pragmática. Está em discussão o PAC. Dentro do PAC, o Governo tem dito que pretende dar prioridade ou enfocar como assunto prioritário, a definição do marco regulatório do gás. A proposta do Governo está numa Comissão, ainda em estágio preliminar de análise e sabe-se que no Congresso a avaliação de fatos como esse demoram e o marco regulatório do gás não pode esperar. Eu queria deixar aqui uma sugestão e fazer uma pergunta por que não aproveitar o PL 226 que o Senado já aprovou - é o marco regulatório do

gás - é um projeto de lei que o Senado já debateu, o Relator foi o Senador Rodolpho Tourinho, ex-Ministro de Minas e Energia, um homem ponderado, sensato, bom coordenador de entendimentos, que fez um belo trabalho no Senado; já levou à aprovação esse projeto de lei, já está na Câmara e com o esforcinho do Governo o marco regulatório do gás fica pronto. E aquilo que é o objetivo do PAC, com um peteleco pode ficar pronto. É uma sugestão que quero dar ao Governo, ao Ministro Silas.

O marco regulatório do gás está em estágio embrionário de avaliação na Câmara, na Comissão Especial. O PL 226 está no forno, foi aprovado no Senado, foi arredondado por um Relator competente, ex-Ministro como V. Ex^a. o é atualmente e homem do ramo, trabalhou na praia dele, o Senador Delcídio sabe disso. O marco regulatório - que foi Presidente do Senado - é uma bela peça, por que não aproveitar e avançar com esse marco regulatório e queimarmos etapa? O segundo ponto. Ainda dentro da linha do pragmatismo e aí a minha pergunta é focada diretamente ao Dr. Gabrielli. Dr. Gabrielli, eu não quero discutir aqui a questão do gás, poucas coisas no Brasil nos últimos 50 anos causaram tanta espécie ao brasileiro que tem amor próprio, como a discussão sobre o cerco as Refinarias da PETROBRÁS na Bolívia. A truculência com que o Governo Boliviano tratou da justa, repito, justa, do justo pleito de refazimento da tarifa do gás cobrado pela Bolívia ao Brasil que era baixo e que os bolivianos com justiça pleiteavam o reajuste, que provocaram a indignação do povo brasileiro e uma posição meio - pelo viés ideológico - meio conciliatório demais do Governo Brasileiro com relação a Bolívia. Se o pleito da Bolívia era justo foi leniente a atitude do Governo Brasileiro. Mas o que é fato é que ficou disso tudo do entendimento sobre o preço do gás, um fato que eu, pessoalmente como brasileiro não aceito, o cerco que Evo Morales ordenou que fosse feito ao patrimônio da PETROBRÁS em território boliviano. O que passa para mim é a insegurança de investimentos que a PETROBRÁS possa fazer na Bolívia, porque o cesteiro que faz um cesto faz um cento. Aquele que foi fez o que foi feito pode fazer muito mais. E aí vem a minha pergunta: Está-se apesar de tudo pretendendo - creio que através da BRASKEM - promover um investimento pesado de mais de um bilhão de dólares na fronteira Brasil-Bolívia, em território boliviano para fazer dentro supenho do PAC, um investimento, um pólo para acho que fazer poliuretano ou polipropileno com gás da Bolívia.

Quem é que me assegura que em algum momento os bolivianos sob sobre o comando de Evo Morales, não vão cercar esta planta industrial? E aí vem o

contraponto, a minha preocupação Ministro Silas. Eu sou potiguar, no Rio Grande do Norte existe um distrito chamado Diguar, é o distrito potiguar que produz mais de 100 mil barris de petróleo por dia. Mas mais do que isso produz o gás que é injetado no GASE-NE; que leva o gás para Pernambuco; que leva o gás para o Ceará; que alimenta dentre outras coisas, por exemplo, a usina siderúrgica que está em vias de se completar no Ceará em Fortaleza e abastece o mundo de consumidores ao longo do trajeto em direção ao Norte e em direção ao Sul. Eu não sei se a direção de gás do Diguar está sendo mantida, se ela está caindo, se ela perspectiva de crescimento. Mas uma coisa é certa, uma coisa chamado eteno é 5%, é uma fração que se obtém de 100% do gás, 5% são eteno. Eteno. Eteno para misturar com cloro, energia elétrica. O que eu quero perguntar? Eu não compreendo, não cabe na minha cabeça que o Brasil corra o disco de dentro do PAC, permitir que se faça um investimento superior a um bilhão de dólares numa *joint-venture* com uma empresa privada, com a BRASKEM, para ficarmos reféns de eventuais cercos: O cesteiro que faz um cesto faz um cento. Cercos. Quando nós temos gás potiguar no Estado de Rio Grande do Norte que há anos recebe, e recebe com muita alegria a PETROBRÁS, oferecendo educação, saúde a centenas de funcionários da PETROBRÁS que são muito bem tratados no meu Estado. A PETROBRÁS que tem serviço prestado ao meu Estado, e meu Estado que recebe tão bem a PETROBRÁS. Eu não entendo como é que em Guamaré – Ministro, V. Ex^a. deve saber tanto eu; a ELETROBRÁS tem, Dr. Cardeal, no Município perto Pendências chamado Alto do Rodrigues, um empreendimento de porte médio chamado Termoaçu, é a Termoelétrica de Açu. É um empreendimento da PETROBRÁS associado a uma empresa privada. Está ficando pronta.

A geração de energia elétrica em território potiguar, Ministro. A 40 quilômetros de distância estão as Salinas de Macau. Todo dia, pela força do sol, se produz sal que abastece o Brasil inteiro. Energia mais sal produz cloro e solda cáustica. Eteno se pode produzir tirando-se 5% do gás que em Guamaré se produz. Guamaré fica distante 40 quilômetros de Macau, que fica distante 40 quilômetros de Alto do Rodrigues, que fica, mais uma vez, 40 quilômetros distante de Guamaré. É um triângulo. É um triângulo de ocorrências que em lugar nenhum do mundo existe. Em lugar nenhum do mundo existe sal, energia elétrica e eteno justapostos um ao lado do outro. Só no Rio Grande do Norte que recebe a PETROBRÁS com tanta fidalguia. Eu não entendo como é que o Governo do Brasil vai encarar - claro que tem o direito - encarar um investimento de um 1.4 bilhão de dólares na fronteira Brasil/Bolívia,

para propiciar uma planta, um pólo químico com um gás do qual nós somos reféns, quando em território brasileiro que ninguém nos tomará nunca aquele gás. Nunca! O Rio Grande do Norte não vai fazer nenhuma guerra separatista, nunca! Quando com o gás do Rio Grande do Norte se poderá produzir uma coisa chamada resina de PVC, que vai retirar do Nordeste de um pedaço do Nordeste definitivamente a condição de pobreza. Alto do Rodrigues, 40 quilômetros de distância de Macau, 40 quilômetros de distância de Guamaré: Eteno, cloro e energia elétrica. Mistura eteno com cloro produz resina de PCV que é matéria prima para plástico. Eu queria que V. Ex^a., me desse uma explicação de por que no PAC não está previsto isso. Eu reputo uma injustiça ao meu Estado. É uma coisa focada, não é nenhum provincianismo. É questão de filosofia. Por que o PAC não prevê o aproveitamento de oportunidades reais, de vocações naturais, competitivas em que o Brasil competirá em qualquer circunstância. E, para produzir uma coisa da qual o Brasil é carente. O mercado é crescente pode até ser que nesse momento não existe o mercado, mas daqui até esta planta ficar pronta, com absoluta certeza, haverá mercado suficiente para a demanda desse eteno produzido com sal potiguar, com energia brasileira e com gás do Rio Grande do Norte.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Agradeço ao Senador Agripino pela presença e participação nessa Comissão. Concedo a palavra ao senhor ilustre Vice-Presidente dessa Comissão de Infra-Estrutura, Senador Delcídio Amaral.

SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Eu queria cumprimentar o Presidente Senador Marconi Perillo, cumprimentar o Ministro Silas, cumprimentar o Presidente da PETROBRÁS Gabrielli, o Presidente da ELETROBRÁS Cardeal. Primeiro registrar e mais uma vez destacar a apresentação aqui feita, não só pelo Ministro, mas pelos Presidentes Gabrielli e Cardeal, nos dando uma visão muito clara, lúcida, objetiva dos programas principalmente voltados para a área de energia, uma vez que o PAC ele tem uma... A componente energética no PAC é absolutamente fundamental, como foi muito bem dito aqui. O crescimento está absolutamente associado ao consumo de energia, seja energia fóssil renovável, elétrica. E, portanto, eu quero registrar não só a importância, essa iniciativa da Comissão de Infra-Estrutura, mas destacar, também, as diferenças do Programa de Aceleração do Crescimento com relação a outros programas de desenvolvimento estruturados no país. Especialmente no que se refere às alterações na legislação, legislação de licitações, uma definição clara dos licenciamentos ambientais dos Municípios, dos Estados, aquilo que está no âmbito

federal. A desoneração tributária que foi muito bem apresentada aqui, numa tela só pelo próprio Ministro Silas. E, a minha preocupação que já foi destacada aqui, especialmente no que se refere aos licenciamentos ambientais. Nós temos Coari-Manaus com as dificuldades que sabidamente conhecidas, Manaus é um parque térmico que consome óleo diesel, portanto, muito mais poluente. Porto Velho, o Senador Raupp foi bastante claro na sua exposição.

E um projeto que foi idealizado para utilizar gás natural de Urucu e o Gasoduto de Urucu patina, Urucu-Porto Velho, sem falar nas Usinas do Madeira, que não só envolvem questões ambientais como Belo Monte aqui foi citado pelo Senador Flexa, mas também especialmente pelas relações binacionais, no caso do madeira com a nossa vizinha Bolívia. Portanto, eu acho que o Programa de Aceleração do Crescimento é um grande desafio. Ele entra na legislação e isso é fundamental para que o programa dê certo. Entra nessa questão fiscal, na questão tributária e, portanto, é efetivamente um avanço que se bem compreendido e debatido e aperfeiçoado na Câmara e no Senado, eu não tenho dúvida nenhuma de que ele se tornará realidade. Então eu faço questão de registrar isso até por tudo que já estudei e acompanhei, principalmente na questão de energia olhada sob todos os aspectos. Não poderia deixar de destacar também, meu prezado Ministro Silas, essa leitura da agroenergia, do biodiesel, do etanol e o meu Estado o Mato Grosso do Sul é um Estado com um potencial extraordinário, para fazer frente a esses desafios voltados para a agroenergia, voltados para o seqüestro de carbono, voltados para as emissões as metas de emissão definidas pelo Protocolo de Kyoto. E quero saudar também a apresentação de V. Ex^a., quando mostra o poliduto saindo de Cuiabá atravessando o Mato Grosso do Sul e também atravessando o Paraná chegando até o porto de Paranaguá. Esse projeto é de extrema relevância e importância para os Estados da Região Centro-Oeste, como também o é - e foi muito bem dito pelo Presidente - esse alcoolduto, Senador Canedo, e depois chegando até Paulínia em São Paulo. Eu não poderia também deixar de registrar finalmente a implementação dos gasodutos interligando a malha Sudeste a malha Nordeste, fortalecendo a região, principalmente, os projetos na região especialmente do Ceará. Promover essa integração das bacias de gás natural e também do gás natural importado através do GASENE, do fortalecimento que já está em execução da área do Rio de Janeiro, através do Gasoduto de Campinas. E evidentemente todo esse processo também ligado a termoeletricas como disse o Presidente Gabrielli, abastecidas por gás natural. E todo esse programa que se desenha, em função do

consumo de energia elétrica crescer com uma elasticidade sempre maior do que o PIB. Portanto, o desafio é muito grande.

Eu queria não só registrar ao Ministro Silas, a importância também dos projetos que foram encaminhados pelo Governo do meu Estado e a Bancada especialmente no fortalecimento do suprimento de energia ao nosso Estado. E, gostaria de restringir essa minha participação, respeitando as opiniões aqui emitidas pelo Líder Agripino e também pelo próprio Presidente Gabrielli, que fala do pólo do Rio de Janeiro que é uma tecnologia nova. Nós que importamos nafta vamos produzir um projeto petroquímico usando óleo pesado, o que é um avanço extraordinário mostrando a competência do nosso Centro de Pesquisa, do CEMPES, lá na Ilha do Fundão. Eu gostaria de limitar aqui a minha participação a duas perguntas, depois de todos esses registros. Primeiro. Reiterar o questionamento feito pelo Presidente Marconi Perillo, no que se refere aquele famoso Gasoduto do Brasil Central que foi inclusive discutido intensamente aqui no Senado Federal e dentro do projeto que falou sobre a universalização, que foi aqui intensamente registrado, e que é um Projeto "Luz para Todos", que é um projeto de extrema importância e relevância para o país. Mas nessa ocasião na Medida Provisória nós discutimos e segregamos da CDE, da Conta de Desenvolvimento Energético, recursos para esse Gasoduto do Brasil Central, e que nós não tivemos mais um *follow-up* de como esses projetos caminharam. E o segundo ponto, fruto das negociações com a Bolívia e principalmente negociações que, a despeito de todas as dificuldades, eu entendo que tanto o Presidente Lula, o Ministro Silas e o Presidente Gabrielli, souberam conduzir, apesar de todas as dificuldades, conduziram com competência essa negociação, compreendendo até, também, aquilo que o Presidente Evo Morales defende, que é uma questão atávica, que eu sou fronteiro, eu conheço bem a realidade da Bolívia. A Bolívia foi um país espoliado a vida inteira, desde os espanhóis. Então discursos como o do Presidente Evo Morales, para nós que somos da fronteira não é novidade, porque isso percola na sociedade boliviana como um todo. A agregação de valor àquilo que é produzido na Bolívia. É uma questão histórica, não é uma questão, porque um Presidente entrou ali, isso o povo boliviano traz ao longo da sua história sofrida.

SENADOR JOSÉ AGRIPINO (PFL-RN): E o Pará também.

SENADOR DELCIDIO AMARAL (PT-MS): Eu gostaria de destacar: Como essa negociação foi feita e houve um debate muito intenso, no que se refere ao gás nobre e respeitando a possibilidade da implanta-

ção de outros projetos petroquímicos no Brasil, especialmente ressaltando esse do Rio de Janeiro, que é um tremendo avanço em função do óleo pesado - petroquímica utilizando óleo pesado. Eu gostaria de enfatizar a importância do Pólo Gás-Químico na região de fronteira através de uma separadora na divisa, na cidade de Corumbá - coincidentemente a minha cidade. Essa separadora seria de vital importância - e do outro lado Porto Soares, porque ela não só separaria o gás como o etano, o propano e butano. O Etano sendo uma matéria-prima para o eteno e o polietileno e um futuro pólo utilizando o polietileno para a indústria plástica. Como também o etano e o propano sendo utilizado na produção de GLP e essas separações propiciando a produção de fertilizantes na região de fronteira, que vai atender Mato Grosso do Sul, Mato Grosso e Goiás. Portanto, eu gostaria também até de ouvir do Ministro Silas, do Presidente Gabrielli, a leitura que se faz com relação a esses projetos de separação do gás na região de fronteira, porque para nós eles são de extrema importância e mais do que nunca a relevância para desenvolver o nosso Estado e, desenvolver a Região Centro Oeste como um todo.

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Eu encerro esse primeiro bloco de questionamentos e passo a palavra ao ilustre Ministro de Minas e Energia, Senador Silas, para responder aquelas perguntas pertinentes aos Senadores. Logo depois, nós vamos continuar os questionamentos. Tem mais oito, V. Ex^a. É o primeiro do próximo bloco. Com a palavra o Exmo. Sr. Ministro Silas Rondeau para fazer as respostas.

SR. MINISTRO SILAS RONDEAU: Sr. Presidente me desculpe, primeiro, se eu não for fiel a toda essa lógica, porque eu não sou muito acostumado a isso, minha memória, ainda, não adquiriu essa... Eu tentei registrar aqui - e só pediria, se isso for possível aqui no ritual da Casa - eventualmente se eu esqueci de algum detalhe que for considerado importante, o Senador que fez a pergunta e eu não atendi meu reafirmasse. Eu tentei registrar aqui e vou tentar, também da mesma forma com todo esforço, responder em cima dos questionamentos. Começo, então, com a intervenção do Sr. Presidente, Senador Marconi Perillo. Eu vou tentar também bastante breve, se não satisfizer, por favor, também digam: "Olha, você não foi sucinto demais, não sou obrigado a entender essa sua linguagem", enfim. E a gente vai tentando complementar, mas o objetivo também é respeitar os tempos dos Srs. Que estão aqui com tanta paciência aqui, escutando esse grupo, o Ministro, dois Presidentes da PETROBRÁS e ELETROBRÁS sobre esses temas que acho que é muito importante para nós podermos nos comunicar

com essa Casa e darmos a nossa posição acerca deles. Bem, o Senador Perillo falou primeiro sobre a questão do risco do déficit de energia e, algumas perguntas eu observei que de certa forma eu vou estar respondendo uma próxima lá. Risco de déficit de 5%. Saiu uma reportagem na Folha de São Paulo, dizendo: "Olha, do jeito que vão as coisas quando der em 2010, 2011 e 2012, o risco de déficit vai ser tamanho e..." E o é o seguinte: Nós temos - e já respondo uma das perguntas que foi feita aqui, pelo Senador Agripino: Se nós acompanhamos a curva de carga... Senador Eliseu Resende - a curva de carga e demanda". Nós acompanhamos sempre aquele organismo que nós colocamos lá de Comitê de Monitoramento do Setor Elétrico, nós acompanhamos permanente e mensalmente todo o balanço estático como se fala que é: Tudo que eu tenho de energia que está entrando e toda a energia que vai ser demandada: Como é que você faz isso? Nós permanentemente através das distribuidoras estamos em contato com todo o mercado para dizer quais vão ser as cargas que estarão entrando; uma indústria que vai se instalar que vai lá e diz: "A partir de tanto eu preciso de tanto megawatts". O somatório de tudo isso é a visão de que o Brasil vai precisar consumir. E em função dessa carga nós lá no Ministério, juntamente com os demais agentes promovemos um mecanismo de acompanhar sempre o mais próximo possível, visto que todas as distribuidoras no ambiente de contratação regular são obrigadas a contratar 100%, fica aí. E o consumidor livre ele tem por definição e por opção dele próprio na responsabilidade de ir buscar essa fonte também. Então, nós estamos acompanhando isso. Quando se diz 5% do risco de déficit foi um número que nós estabelecemos no Ministério de Minas e Energia--

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: A folha chega a colocar a possibilidade de até quase 30% em 2011.

SR. MINISTRO SILAS RONDEAU: Exato. O nível de 5% ele está estabelecido no CNPE como sendo um nível de segurança. Se nós tivéssemos um risco zero, o custo de energia ia para o infinito. 5% é um risco que nós podemos suportar dentro de um preço considerado razoável na política de modicidade tarifária perseguida pelo modelo. Aquele estudo leva em consideração principalmente a questão da saída de três mil megawatts da PETROBRÁS, por conta do gás térmico. Está absolutamente de acordo com o modelo matemático que enxerga-se. Depois de rodar duas mil séries sintéticas dentro de um algoritmo complexo chamado Modelo Estocástico Dual, em que você simula duas mil séries a partir de todo o histórico já registrado, ele diz o seguinte: "Existe a possibilidade de eu frustrar pelo menos com 1% a falta de energia nessas duas

mil séries". Isso é um conceito. Eu quero assegurar sem querer ser muito técnico na questão e acho que já sendo, mas dizer o seguinte: O risco de déficit é um mecanismo que nós temos para assegurar a energia mais barata e o menor risco, por conta da entrada de novas fontes lá na frente. E também ele sinaliza o custo médio, ele juntamente com o CMO, ele sinaliza o custo médio dessa energia "spot" lá na frente. Então, nós temos aí toda uma discussão - inclusive hoje à tarde com a PETROBRÁS, de que forma nós podemos incorporar os três mil megawatts que estão instalados. E, nós temos algumas dificuldades por conta ou de contrato ou de disponibilidade, agora, de gás ou por conta da entrada do gás da Bolívia ou do reforço do Gasoduto Campinas Rio, para avaliar essa situação.

O que eu posso dizer para essa Casa, para os Srs. Senadores não estão aqui, os Srs. Senadores que não estão aqui, mas devem estar em seus gabinetes, enfim. É que nós estamos permanentemente acompanhando esse processo e não há nenhum motivo de alarme com respeito a esses números. São números gerados absolutamente dentro de um modelo estatístico que está correto. O modelo estatístico está correto e isso reforça a nossa preocupação em rapidamente encontrar uma forma de retomar pelo menos essa carga, que por conta dos despachos que foram feitos no final do ano passado eles estão em fase de estudo. Tão logo se consiga resolver isso ou entrar com nova térmica no seu lugar ou então resolver um problema de suprimento do gás, nós vamos rodar o sistema - isso é feito todo dia primeiro do mês lá no CNS, a gente vai observar que esse nervosismo da curva ele se estabiliza. Sobre a questão de estudos de bacias eu queria dizer o seguinte. Existe sim, uma preocupação do Governo - e foi isso que eu disse logo no início - a retomada do planejamento estratégico energético do país fez com que nós colocássemos, após a criação da Lei 10.848, na responsabilidade da EPE fazer os estudos de planejamento e levantamento de todas as bacias onde a avaliação ambiental integrada leva em consideração toda a questão da bacia aonde qualquer empreendimento venha a ser implantada. Senador Francisco Dornelles, o Governo oscila sobre a questão da definição de Angra III? Eu diria: Não.

O que existe na realidade sempre foi o seguinte, após a paralisação do projeto de Angra III - que não foi nesse Governo, naturalmente nós já encontramos com essa situação do jeito que estava lá. Nós estamos pagando em torno 20 milhões de dólares por ano para conservar adequadamente os equipamentos e essa obra leva pelo menos 17 anos que está paralisada. A questão é: Qual é o preço da energia que vai ser colocada para o consumidor pagar a partir de Angra III?

Vários estudos foram feitos nesse Governo no sentido de refazer inclusive as questões de financiamento ou inovações tecnológicas e de engenharia que fossem adequadas para que se chegasse no preço competitivo. Eu posso lhe assegurar que hoje a questão de Angra III, o seu custo de referência já está próximo do custo de geração, por exemplo, de carvão mineral. Portanto, voltamos a conversar sobre a questão de Angra III. E, do ponto de vista elétrico o que me move a definição de entrada ou não de Angra III, é a questão custo. Foi por isso que ela fez parte e está contida no Planejamento Decenal com a possibilidade de estar entrando até em 2013 e 2014, caso a decisão seja tomada agora. Na oportunidade em que eu estive com o Sr., lá na outra audiência, eu disse que além da questão absolutamente elétrica tem uma questão de natureza estratégica do país como um todo em função - e eu não vou entrar aqui na questão - da natureza da fonte. Mas isso eu posso lhe assegurar que o Presidente coordena uma discussão em que esse assunto está sendo tratado da melhor forma possível, com todos os outros Ministérios envolvidos, Defesa, Ciência e Tecnologia e tudo. Do ponto de vista de preço da energia ela já está num patamar competitivo para entrar e dar sua contribuição de Angra III. Arelado a ele está naturalmente a definição do Programa Nuclear Brasileiro que este sim, atravessa um pouco mais a definição unicamente desse Ministério. Sobre a questão dos autoprodutores é muito interessante, obrigado pelo Sr. Ter levantado essa questão. Nós estamos agora às vésperas de um leilão e isso sempre vem à tona. O que acontece é que os autoprodutores não se sentem muito ou, aliás, tem reclamado e tem sido atendido lá no Ministério é de um chamado Fator Alfa - tudo bem, Senador? O que é esse fator Alfa? Esse fator Alfa significa o seguinte: "Olha, eu tenho uma cachoeira - vamos dizer assim, simplificando - e que gera energia elétrica e essa concessão é da União. Eu vou dar essa concessão para um empreendedor gerar energia". Se ele gerar energia para o ambiente de contratação regulado esse que todas as concessionárias comprem energia, eu tenho uma fórmula que é um leilão. Eu vou lá e pergunto: "Quem quer fazer essa usina, me diga qual o preço da energia que você me entrega e pronto".

O que oferecer o menor preço para gerar os mesmos megawatts horas leva. Se for privado, se for autoprodutor e ele quiser aquela energia a indústria dele específica, primeiro ele tem duas coisas. Primeiro ele tem que deixar pelo menos 30%, para o ambiente lá que todo mundo tem que comprar que eu estou chamando "ambiente regulado". Ele vai estar num ambiente livre. E segundo. Tem um fatorzinho Alpha em que ele vai pagar aquilo, visto que ele vai ser um

acesso direto aquela energia, portanto, ele vai pagar pela concessão essa diferença desse privilégio que ele tem desse bem da União não estar indo para todo mundo e estar indo só para o empreendimento dele. É o chamado Fator Alpha. Esse fator foi muito importante no início dos processos porque de certa forma privilegiava nós que não temos uma usina só para nós. Mas o investido privado pode fazer uma usina só para ele. Agora, nesse exato momento o que nós estamos fazendo para atender esse pleito? Nós estamos reduzindo esse Fator Alpha, de sorte que no último leilão esse Fator Alpha que já foi muito maior do que isso já reduziu para 0,32 e nesse próximo leilão nós no Ministério, estamos trabalhando para que ele seja bem próximo de zero. Como está em lei eu não posso dizer que ele é zero, mas nós podemos ajustar para que incentive a tomada de carga por conta desses autoprodutores, numa energia mais próxima do que qualquer um do setor regulado estaria recebendo. Ou seja, é um assunto que está conosco já fomos procurados, isso está sendo resolvido. Eu acredito que a contento, porque a associação que trata desse assunto já esteve conosco e está bem encaminhado. Senador Flexa Ribeiro, meu caro Senador, paraense e amigo. Olhe de fato o que o senhor colocou é o seguinte: O PAC vai ter problema de recurso para poder disponibilizar energia? E como é que vocês estão enxergando isso? Se entre 2006 e 2015 você considera 4,2% o crescimento de energia elétrica e em função do crescimento da economia e se a economia crescer 4,5, 5 e 5, 5, como é que vocês vão dar conta dessa energia? Primeiro dizer o seguinte, só para tranquilizar o senhor e os demais Senadores que até o ano de 2011, cinco anos depois do último leilão que nós fizemos, nós estamos com todas as demandas registradas e declaradas por todos os agentes do ambiente regulado nós estamos com todas elas atendidas. Como é que vai funcionar? Suponha que não seja 4,5, que seja cinco, que cresça a economia nós temos mecanismo, através do próprio mecanismo do modelo de leilões, para suprir a energia que atenda o próximo ano; três anos que estiver na frente, cinco anos que estiver na frente ou um ano. Certamente se essa energia entrar ela será mais cara, mas não será o consumidor final que estará pagando visto que ele está num ambiente regulado. Em tese, essa energia seria uma energia que seria colocada no "spot", onde quem estava descontratado estaria pagando o custo dessa energia pela responsabilidade da entregar a energia ao preço que foi acertado nos contratos que já estão enxergando até cinco anos; ou seja, existem mecanismos próprios e ágeis que possibilitam o atendimento do equilíbrio da carga e da demanda dentro do modelo. O que nós temos que fazer é acompanhar - e eu expli-

quei para os senhores aqui naquela introdução meio chata como é que funcionava a CNSE mensalmente acompanhando isso. Ou seja, não nos surpreenderá qualquer nível de crescimento da economia, porque ela não acontece amanhã. Eu tenho um tempo em que ela vai reagindo e a oferta de carga pode ser feita mais cara ou mais barata, quer seja ela uma hidráulica que leva cinco anos para fazer e é muito mais barata ou uma térmica que leva até 18 meses para suprir. A solicitação até o ano de 2010 e 2011, ela está praticamente do ponto de vista de contrato atendida. Temos preocupação? Temos. Temos muito trabalho para fazer? Sim. O principal deles é acompanhar diariamente como é que está sendo essa evolução. Agora, o que não é justo dentro dessa proposta do PAC ou de qualquer Programa de Manutenção do Crescimento da Economia, tomando como base a disponibilidade de energia elétrica é você sobreofertar o mercado. Porque se eu sobreofertar o mercado, você vai estar pagando uma energia que não vai estar usando. A sobreoferta trava o crescimento. A sobreoferta encarece e pode também travar o crescimento. O segredo vai estar na linha de equilíbrio e isso o modelo que está implantado faz muito bem. Isso que eu quero deixar os Srs. Senadores tranquilos, sem querer me alongar na parte técnica da explicação que eu poderia até isoladamente explicar com maiores detalhes sem quer quer naturalmente me estender por conta do tempo.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Ministro, eu só queria um esclarecimento. Então, a Agência Nacional de Energia Elétrica ela não acredito no crescimento do Brasil, porque quando ela estabelece o crescimento de 4,4% na geração ou melhor dizendo, o Plano Decenal de Energia do Ministério das Minas e Energia não acredita no crescimento do Brasil. Porque quando ele coloca 4,4% como taxa de crescimento de energia ele estabelece que o Brasil vai crescer algo em torno de 3,5% e não os cinco que o PAC está dizendo e que o Ministério do Planejamento e do Desenvolvimento está afirmando. Então é preciso corrigir os dados lá, porque acredite-se no crescimento, porque todos nós queremos que cresça até mais do que cinco, porque os outros países cresce a nove e dez e o Brasil tem que acompanhar o ritmo e fazer então só a adequação dos dados.

SR. MINISTRO SILAS RONDEAU: Eu estava chegando nesse ponto muito obrigado. Senador é o seguinte: Acredita. Primeiro o Ministério acredita. Não só acredita, porque a metodologia inclusive leva em conta que nós estamos revisando anualmente. O Plano Decenal de Energia ao qual o senhor se refere é o que feito para o período 2006 e 2015, nós estamos soltando 2007 e 2016. Essa revisão como eu falei ela

é feito anualmente no documento do Plano Decenal de Energia, mas é feito mensalmente o acompanhamento através do Comitê de Monitoramento, ele é extremamente dinâmico. O que nos conforta e volto a dizer é que o modelo permite essa adequação, vamos dizer em tempo real do processo. Nós não só acreditamos como na simulação do Senado - eu mostrei o crescimento do país. Nós temos 5%, considerando a economia crescendo até 5.1%. Nós temos os mecanismos para nos ajustar a essa faixa com o tempo suficiente para dar conta da energia, para não comprometer o crescimento, mas também com a responsabilidade suficiente para não sobreofertar o mercado e com isso trazer uma energia mais cara para todos nós. É isso que eu queria dizer. Então, rapidamente, também, quanto a diferença entre o Plano Decenal enxergou um crescimento, uma necessidade e de 12 mil megawatts e a ANEEL de 10. Por quê? Quem é que está... Isso é capacidade instalada. Como eu não sei quem vai ganhar o leilão, se vai ser uma hidroelétrica ou uma térmica, um critério é: 70% disso vai ser da elétrica e outra é térmica, porque o fator de capacidade de uma para outra... Deixa eu explicar para não querer... O fator de capacidade é quanto eu coloquei ali que ele pode gerar. Uma térmica você praticamente gera 80 a 90% daquilo que o gerador tem condição de gerar. Uma hidráulica como tem verão e tem inverno tem uma época que sobre água e outra que diminui, ele tem um fator de capacidade de mais ou menos 50%; ou seja, se eu pegar isso aqui e multiplicar pelo número de horas do ano é como se ele tivesse gerado só a metade em relação ao fator de capacidade. Portanto, uma hidráulica é mais barato, mas tem um fator de capacidade menor. Essa diferença é que deve dar entre ANEEL e... Mas isso não nos preocupa.

O importante é que nós estamos acoplando em cima do que nós chamamos de energia assegurada. Esta sim, em função de cada fonte o que ela vai proporcionar. No que diz respeito a questão que o senhor falou e essa reclamação é bastante recorrente sobre a tarifação no consumo. Podemos, o Ministério de Minas e Energia ou o Governo, juntamente com esta Casa fazer uma grande discussão, afinal de contas trata-se de matéria de legislação tributária. Eu acredito que aqui no Senado enfim no Governo, nós estamos... Está na pauta a discussão da reforma tributária. É um bom momento para a gente discutir essa questão, apenas lá no Ministério ou os agentes têm que cumprir a lei da forma como ela foi aprovada. E a regra é essa que nós temos obrigação de cumprir. Veja, eu diria que é a que está vigorando, então, é ela que nós temos que cumprir. E essa discussão tem que ser feita em cima na Casa que é responsável mesmo que é aqui no Con-

gresso. Eu acho que nós temos que fazer a discussão é do Congresso mesmo e tem o apoio absoluto do Ministério de Minas e Energia, aonde recebemos várias demandas por conta de agentes. Existe quem goste e existe quem não goste. O Estado, eminentemente receptor, vai gostar. O gerador, como é no caso do Pará, normalmente tem essa posição.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Eu sugestão a V. Ex^a. que apresente um requerimento convocando uma audiência para tratar desse assunto, Senador Flexa.

SR. MINISTRO SILAS RONDEAU: O Senador Eliseu, ele também fez uma pergunta, fez algumas considerações mas perguntou exatamente o seguinte: O Programa de Eclusas a quem compete a decisão? A decisão é Ministério do Transporte. O Ministério de Minas e Energia nos seus projetos quando avalia e encaminha e essa a política que nós temos conduzido lá é que para cada barramento desses sejam previstas as eclusas. Mas não está no custo da energia elétrica do consumidor que vai adquirir aquela energia o preço da eclusa, que faz parte do sistema de transporte que eu acho que é absolutamente justo. Defendo inclusive que essas eclusas tem que ser feitas realmente, mas dentro de uma equação que isso daqui é para o sistema hidroviário e não para aparecer na nossa conta no final do mês não é que a gente está pagando eclusa. Essa é uma decisão que também não é nossa, mas que é bom deixar claro como é que ocorre. Sobre se a PETROBRÁS e a ELETROBRÁS fizeram um ajuste em seus orçamentos por conta do PAC? Eu diria o seguinte; que a PETROBRÁS e a ELETROBRÁS fizeram foi ao eleger as obras a que eles se candidatam para que se o a PAC dê a resposta necessária eles têm que se preparar orçamentariamente para enfrentá-las. Por quê? No caso de ELETROBRÁS, quer seja linha, quer seja usina é um leilão. A ELETROBRÁS ela disputa no leilão igualmente com os outros privados. Se ela ganha sim, se ela ganha ela tem que ajustar o orçamento, captar recursos, enfim. O modelo para a expansão da geração e da transmissão é um modelo que é incorporado através de leilões. Então, o máximo que a ELETROBRÁS tem que fazer e foi isso que ela fez, foi dizer o seguinte: "Eu tenho uma disponibilidade de recursos para investir até seis bilhões, por exemplo, que é o nível de investimento previsto nesses quatro anos disponíveis para investir caso a ELETROBRÁS, com muita competência vá lá e consiga na disputa do leilão, arrematar através das suas empresas essas unidades geradoras. Senador Eliseu Resende. Senador João Tenório. O PAC é uma maquiagem dos programas estratégicos da PETROBRÁS e da ELETROBRÁS? É um prato requentado? Eu digo: Não. O Senador João

Tenório não está aqui, mas eu gostaria que ele... Talvez, ele esteja me vendo agora. Mas veja: Não.

Eu diria o seguinte muitas obras, muitos projetos e na sua grande maioria tanto da PETROBRÁS como da ELETROBRÁS, estavam nos seus planejamentos. São duas empresas que tem a tradição de fazer planejamento de curto, médio e longo prazo, seria estranho se não tivesse. O que o PAC faz é priorizar as obras cujos efeitos sejam melhor percebidos dentro do desafio desse crescimento, dentro de uma perspectiva de aceleração. Eu diria que o PAC, ele não é uma tabela. O PAC não é um número. O PAC não é uma relação. O PAC ele diz muito mais simplificando. Como uma questão de atitude. Dessas obras que estão no meu planejamento, quais são as que são mais viáveis e quais são aquelas que nós podemos imprimir um outro ritmo e priorizar de forma que seus resultados, dentro de uma curva de ABC, sejam os mais expressivos para enfrentar o desafio do crescimento. É isso o PAC. Para quem tinha planejamento foi muito bom, foi muito mais fácil estar dentro do... Enfrentar essa seleção de prioridades que foi o PAC. Agora para quem não teve e não tem conhecimento de quem estava nessa segunda condição, mas certamente teria uma dificuldade muito maior. Então, eu aproveito inclusive para dizer que esta de parabéns as duas Casas, pelo fato que são duas empresas que têm tradição de planejamento e foram sim, beneficiadas no momento em que teve um desafio nacional de enfrentar, de apresentar programas prioritários que fizessem a diferença na velocidade com que o Brasil cresce. E a ELETROBRÁS e PETROBRÁS, apareceram rapidamente com essa resposta. A questão quando eu digo que o PAC não é um número o PAC é muito mais uma questão de atitude eu fiz questão - volto mais uma vez naquelas duas palestras iniciais - é a forma como eu estamos enxergando. Foi criada uma estrutura só para isso. Foi defendido um modelo de acompanhamento disso e mecanismos de correção de rota para que o produto do PAC que é energia elétrica na ponta, no caso de geração; capacidade da transmissão no caso de linhas ou disponibilidade de petróleo na medida da necessidade da auto-suficiência fosse atendida. É isso que está por detrás do processo como um todo. Senador Valdir Raupp, Líder do PMDB e nosso grande defensor das térmicas de Rondônia Urucu-Porto Velho e Manaus está sim, no PAC. Nós temos toda uma luta, o senhor conhece muito bem isso.

As dificuldades, como o Senador Delcídio colocou aqui, começam por todos os segmentos e estão sendo superadas, cinco anos para o licenciamento ambiental e, agora, nós estamos na avaliação do plano de negócios que envolvem a PETROBRÁS que vai

fornecer o gás; a estrutura do transporte, que não é só a PETROBRÁS é uma empresa privada e quem vai comprar o gás, por quanto vai e quem faz o contrato. Ele vai liberar o gás e construir o gasoduto a hora que ele tiver um contrato. Isso a ELETROBRÁS está encarregada de fazer juntamente com a ELETRONORTE e está andando. O que acontece e que isso é positivo é que paralelo a ação nós estamos desenvolvendo o que chamamos de Modelo do Sistema Isolado, para evitar que ao ligar, simplesmente ligar o gás eu fique com um contrato fixo lá e não ter como vender isso, sem que dê oportunidade para que as usinas lá de Porto Velho estejam contribuindo para restante do país através da interligação do sistema. É isso que ocorre. Nesse modelo para sistemas isolados nós estamos prevendo uma transição que estimule, que estimule a sub-rogação da CCC, ou seja, a CCC que é aquela conta de combustíveis que todo mundo paga, enfim. E que estimule dizendo o seguinte: "Olha, nós vamos continuar pagando um pouquinho mais, mas em compensação a conta do combustível..." Que hoje o milhão de BTU do óleo diesel especial, o chamado PTE, chegue lá na ordem de 20 dólares, caía para quatro dólares ou cinco dólares, que é o que nós esperamos que seja o preço do milhão de BTU negociado com a PETROBRÁS, cuja discussão hoje está em andamento entre a PETROBRÁS e a ELETROBRÁS. Senador Agripino Maia, também, rapidamente, ele fez uma pergunta mais dirigida, eu vou pedir que o Presidente Gabrielli responda, que é essa questão do triângulo virtuoso, que ele citou lá do sal, energia elétrica e etena(F) na possibilidade da produção de resina de PVC. Senador Delcídio Amaral, eu agradeço bastante a forma como ele se dirigiu, realmente, esse esforço do Governo no sentido de dar uma nova dinâmica, uma nova forma de trabalhar no diz respeito a disponibilização da infraestrutura necessária para o Brasil crescer no que diz respeito a energia elétrica e derivado de petróleo, mas ele também fala sobre o Gasoduto do Brasil Central, que eu peço também que o Gabrielli responda isso. E, dizer que a unidade de separação de gás na região de fronteira, também passa por uma avaliação de natureza econômica financeira, ou uma seja, de planos de negócios da PETROBRÁS ou não, mas que, só para terminar essa é a última resposta que eu fiz os registros aqui, do Agripino já, não do Senador Agripino, desculpe, é porque eu tinha levantado o e alguém anotou para mim. O Senador Agripino me pergunta sobre a Lei do Gás, mas sobre a separadora de gás na região de fronteira, também, a PETROBRÁS a discussão com a Bolívia tem esse tema que pode esclarecer, tá Gabrielli? Eu deixo contigo essa. O Senador Agripino Maia, fala sobre a Lei do Gás. Eu quero dizer que nós no Ministério

também estamos apoiando integralmente com a maior celeridade um marco regulatório que discipline, mas que principalmente incentive os investimentos na área do gás natural, porque isso deve incentivar a indústria e melhorar às condições de fornecimento e quem sabe até deixar os preços do gás natural nos níveis que o mercado exige, enfim. Mas só dizer rapidamente esse assunto está em franca discussão desde junho/julho de 2005, quando a ANP apresenta ao Ministério de Minas e Energia a sua proposta do gás natural. Nós temos tramitando e paralelamente também o projeto de lei que foi feito pelo Senador Tourinho que também é muito bom.

A única coisa que eu queria deixar registrado é que o projeto de lei do Governo que está na Câmara não conflita com o projeto do Senador Tourinho. O que nós estamos tratando, agora, é de que a criação de uma Comissão Especial na Câmara de Deputados destinada especificamente para proferir um parecer sobre essa Lei do Gás, ela seja absolutamente ajustada os contornos em que na nossa visão o projeto de lei do Governo ele abrange muito mais do que simplesmente o transporte. O projeto de lei do Governo ele incentiva todos os outros segmentos e tenta disciplinar prioridade do gás, enfim, e disciplinar o processo como dever ser, inclusive, nos mercados maduros como europeu e americano, para que esse combustível, efetivamente, ele se consolide na matriz energética brasileira e não simplesmente, seja um fator que ofereça risco por conta de seu fornecimento. Senador Delcídio, eu terminei. Eu acho que, se fiquei devendo, por favor, alguém me ajude, mas eu tentei com isso responder a todas as solicitações feitas pelos Srs. Senadores.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Essa Presidência agradece ao ilustre Ministro Silas Rondeau pelas respostas cuidadosas, muito bem feitas e muito bem elaboradas a todos os Senadores que interpelaram. Muito obrigado pela consideração a esta Comissão, a esta Casa e a cada um dos Senadores. Com a palavra o ilustre Presidente da PETROBRÁS, Dr. José Gabrielli.

SR. JOSÉ GABRIELLI: Sr. Senador Marconi Perillo, eu vou começar pelas perguntas do Senador Marconi Perillo, que faz uma pergunta sobre quais são as expectativas para os novos contratos de compra de gás da Bolívia. Eu vou aproveitar essa pergunta para tentar esclarecer um pouco mais a complexidade dos contratos com a Bolívia. Em nenhum o momento do contrato de compra de gás da Bolívia foi questionado ou pela Bolívia ou por nós. Esse contrato é um contrato chamado GSA, que é um contrato que tem validade até 2019 e esse contrato está em plena vigência. E todas as discussões desse contrato são feitas no âmbito dos

termos estrito desse contrato. Em nenhum momento esse contrato foi questionado. Em 2003, nós dentro dos termos estritos do contrato solicitamos uma revisão dos preços do gás, porque achávamos que o preço do gás estava muito alto. A Bolívia, dentro dos termos estritos do contrato disse que os preços não estavam altos. Agora, dentro dos termos estritos do contrato a Bolívia solicitou a revisão dos preços do gás. Dentro dos termos estritos do contrato nós dissemos que não achávamos que não era necessário aumentar o preço do gás, porque o preço do gás acompanhava uma cesta de óleos e o preço do gás, portanto, não estava baixo, estava adequado ao mercado internacional. Tudo isso foi acordado e foi uma discussão intensa, normal, dentro dos termos estritos do contrato, que nunca foi questionado nem pela Bolívia e nem por nós. O que nós fizemos de acordo recente é uma outra coisa. O aditivo que está para ser assinado é um aditivo reconhecendo a natureza e a composição das correntes que nós compramos da Bolívia; ou seja, nós estamos comprando um conjunto de gases e estamos pagando um outro tipo de coisa. Então, nós estamos reconhecendo que num conjunto de gases que nós estamos comprando, nós temos um componente a mais o que o coloca - aí eu já vou responder a pergunta do Senador Delcídio Amaral - a necessidade da acelerarmos projetos de separação de gases. Porque a separação de gases vai permitir o aproveitamento econômico de algo que estamos recebendo, sem utilizar. E agora temos que pagar. Então, esse é um problema de aceleração da discussão da separação dos gases para viabilizar a utilização desses componentes nobres do gás que nós trazemos da Bolívia.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: E daí o PAC.

SR. JOSÉ GABRIELLI: Quanto--

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Daí o PAC para acelerar.

SR. JOSÉ GABRIELLI: Exatamente. Daí o PAC para acelerar esse processo. Quanto vai ser o impacto final sobre o preço do gás? É muito difícil dizer, porque do processo de medidas acima de 800 mil e 900 quilocalorias da Bolívia, vai depender da composição a cada momento. Então, é muito difícil antecipadamente com precisão - a estimativa apresentada pelo Ministro Silas de três e a estimativa apresentada pelo Ministro Villegas de oito, são a margem existente do efeito final que ocorrerá sobre os preços do gás, que só saberá após a viabilização desse aditivo. Esse aditivo não está implementado ainda. Por quê? Porque no mesmo termo do acordo existiam dois elementos desse acordo que eram importantes. Um era o reconhecimento dessa qualidade das correntes de gás que nós trazíamos da Bolívia. E a outra questão que era a chamada

protocolização ou na linguagem mais brasileira, se me permitam os Senadores, os registros em cartório dos contratos aprovados pelo Congresso Boliviano, não sobre a compra de gás - aí vem o segundo tipo de contrato que é o contrato da exploração e produção de gás dentro da Bolívia, que é um contrato completamente distinto do contrato de compra de gás da Bolívia pelo Brasil. Como é completamente distinto do contrato de venda de gás dentro do Brasil para as distribuidoras de gás brasileiras. São três contratos distintos que são entre: A PETROBRÁS Bolívia YPFB dentro da Bolívia; entre a PETROBRÁS Brasil e a YPFB entre o Brasil e a Bolívia e entre a PETROBRÁS e as distribuidoras estaduais dentro do Brasil. São três contratos distintos com componentes distintos e assinantes distintos. Esse contrato interno à Bolívia foi alterado por modificações regulatórias internas à Bolívia. Esse contrato que nós acordamos em outubro do ano passado com a Bolívia ele estabelece uma condição diferente da que nós tínhamos anteriormente, que é a condição de que nós vamos produzir o gás na Bolívia e essa produção de gás na Bolívia vai estar sujeita a um imposto de 50% sobre a receita que nós temos na Bolívia. Esse imposto será pago, portanto sobre a receita. Em cima desses 50% restantes nós temos custos ressarcíveis que serão mensalmente analisados e serão pagos pela YPFB a PETROBRÁS. O componente restante desse contrato é dividido entre a PETROBRÁS e a YPFB de acordo com a curva que depende do ritmo dos investimentos, depende da produção e depende do preço de mercado.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Isso é bom ou mal para o Brasil, Presidente?

SR. JOSÉ GABRIELLI: Esse é um contrato que é economicamente atraente, porque ele dá uma taxa de retorno médio acima de 15% ao ano. E, portanto, é um contrato atraente para quem está produzindo na Bolívia.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: E em relação às condições antigas?

SR. JOSÉ GABRIELLI: Em relação às condições antigas, é pior do que as relações das condições antigas, vai ser uma mudança interna do povo boliviano. A alternativa é pegar ou largar essa que é a questão. E nós temos 50% do gás brasileiro vindo da Bolívia. Nós temos uma responsabilidade com os contratos que nós temos com o povo brasileiro.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Todo o contrato prevê um contrato de longa duração, o contrato prevê que existem lucros cessantes.

SR. JOSÉ GABRIELLI: Não. Mas não é lucro cessante, porque mudou, me permite o Senado, mudou a lei.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Sim, mas a PETROBRÁS não tinha expectativa de ter uma lucratividade acima?

SR. JOSÉ GABRIELLI: Lucros cessantes quanto a mudança legislativa, não tem.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Sim, mas o contrato previa ou não uma lucratividade maior?

SR. JOSÉ GABRIELLI: Há uma mudança na legislação não há como ter lucro cessante quando há mudança da lei.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Presidente.

SR. JOSÉ GABRIELLI: Soberanamente defendida pelo Congresso Nacional. Essa é uma Casa do Congresso Nacional, nós não poderíamos admitir jamais no Brasil, alguém dizer que a lei brasileira não vale.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Depois dessa “quebra de contrato”, eu diria entre aspas, da Bolívia com o Brasil, com a PETROBRÁS, quais as medidas que estão sendo tomadas pela PETROBRÁS, no sentido de garantir segurança jurídica em relação aos contratos. Porque na verdade, nós todos brasileiros compreendemos que houve quebra de contrato, que de segurança... Ou seja, desconfiança no mínimo, do Governo Boliviano em relação aos contratos que existiam, então essa questão--

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PC DO B-CE): Na verdade, já houve uma repactuação entre o Governo Brasileiro e o Governo Boliviano.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Então, na verdade eu quero saber... Os novos contratos já foram celebrados Senador Inácio Arruda, o que eu quero saber é o seguinte: A PETROBRÁS confia a partir dessa nova pactuação na segurança jurídica da Bolívia em relação ao que está firmado a partir de agora?

SR. JOSÉ GABRIELLI: Senador Marconi Perillo--

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Presidente, deixa eu só traduzir o questionamento do Presidente Marconi Perillo. V. Ex^a, disse que houve uma nova legislação e com relação a nova legislação não se discute tem que adequar. Então, qual exatamente a pergunta do Senador Perillo: Qual a segurança que o Brasil tem, a PETROBRÁS tem que amanhã o senhor Evo Morales não amanheça com dor de cabeça ou com problema de estômago e resolva alterar novamente a legislação. E aí, a PETROBRÁS vai de novo se adequar à nova legislação? E enquanto isso ela está usando recursos da sociedade brasileira para aplicar na Bolívia?

SR. JOSÉ GABRIELLI: Senador Flexa Ribeiro e Senador Marconi Perillo --

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PC do B-CE): É mais ou menos parecido a gente chamar aqui o Chefe do Setor Imobiliário Norte Americano, para saber se a gente também vai resolver essa questão, porque está lá uma bolha imobiliária que impacta a Bolsa Brasileira. Então, eu não sou nem um defensor da PETROBRÁS nesses termos, aqui está o Presidente da PETROBRÁS para defender. É mais ou menos comparando--

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Senador Inácio, isso não é crítica nós estamos tratando de uma questão de Estado, Estratégia para o Brasil não é nem para o Governo é uma questão de Estado.

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PC do B-CE): Qual é a estratégia para o Brasil? Então, nesses termos—

[tumulto]

SR. JOSÉ GABRIELLI: Eu gostaria de poder responder.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Presidente, Presidente. Na mesma vertente do Senador Marconi Perillo--

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: [inaudível] Não está inscrito e quer perguntar, vai ficar uma--

SR. JOSÉ GABRIELLI: Eu gostaria de poder responder. Como a resposta--

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Essa Casa é uma Casa democrática, nós estamos aqui para debater--

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Claro. Eu quero debater e estou inscrito.

SR. JOSÉ GABRIELLI: Eu gostaria de poder responder.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Presidente, aliás, só para complementar.

[tumulto]

Se o contrato previa... O senhor tem esses cálculos? Até o final do contrato a PETROBRÁS lucraria "X". Hoje com as novas regras a PETROBRÁS vai lucrar "X" menos tanto. O senhor tem esses dados?

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Eu asseguro a palavra ao Presidente da PETROBRÁS, Dr. José Gabrielli, para concluir as suas respostas.

SR. JOSÉ GABRIELLI: Isso. Então, respondendo as perguntas dos Ilustres Senadores, nós tivemos no que se refere ao contrato de exploração e dentro da Bolívia, nós tivemos uma mudança lei boliviana, que é anterior inclusive ao Presidente Morales. É anterior, porque a Lei do Gás da Bolívia é anterior ao Presidente Morales. É anterior ao Presidente Morales é uma lei existente anteriormente a que foi implementada pelo

Presidente Morales. Essa alteração da lei muda as condições econômicas do contrato na Bolívia--

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Perfeito.

SR. JOSÉ GABRIELLI: As condições do contrato que nós chegamos a assinar com a Bolívia são condições a nosso ver que permitem avaliar investimentos na Bolívia pela taxa de retorno adequada para isso, uma vez que do ponto de vista da empresa PETROBRÁS, ela tem como máximo de segurança jurídica os macros legais aprovados pelos Congressos nos países soberanos.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): O Sr. tem os números?

SR. JOSÉ GABRIELLI: Porque mais do que isso nós não podemos esperar! Mais do que uma lei aprovada pelo Congresso do país, não tem como ter mais segurança jurídica do que isso, infelizmente. A não ser que nós façamos como certos países que usam o Exército para impor suas vontades. E não acreditamos que o Governo Brasileiro vá fazer isso... Não acreditamos que isso seja a garantia jurídica. A garantia jurídica é o império da lei. É o império do Congresso Nacional.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): O Sr. tem os números da redução da expectativa de lucro?

SR. JOSÉ GABRIELLI: Então, eu vou dizer ao senhor. O que acontece no novo contrato evidentemente que nós saímos de um imposto que correspondia em alguma coisa em torno de 40% e chegamos a um imposto que começa com 50% e pode chegar a 80%. Até porque nós não podemos saber antecipadamente qual vai ser o imposto, uma vez que ele ocorrerá sobre o lucro adicional além dos custos ressarcidos. Portanto, é muito difícil prever antecipadamente. Então, dessa forma o contrato que nós temos com a Bolívia aprovado pelo Congresso Boliviano é um contrato que permite a rentabilidade, que permite estudar novos projetos. Qual é o problema da insegurança que nós temos nesse momento? A insegurança que nós temos nesse momento é que o contrato não foi ainda registrado em cartório. E, como não foi registrado em cartório e existiram problemas formais no contrato, no encaminhamento da YPFB, isso voltou ao Congresso Nacional Boliviano e está sob a avaliação do Congresso Boliviano. Enquanto estiver sobre a avaliação do Congresso Boliviano ele, portanto, não leva ao acordo que nós fizemos à possibilidade de reconhecimento das frações nobres nas correntes de gás que nós temos e, portanto, não se implementa o aditivo referente ao valor adicional do etano, propano e cinco mais--

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Os contratos da Bolívia são referendados pelo Congresso caso a caso.

SR. JOSÉ GABRIELLI: Caso a caso. É a diferença da legislação daqui.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): E é uma boa medida.

SR. JOSÉ GABRIELLI: Pode ser, é uma boa medida--

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Quem sabe nós não temos a mesma sorte no embate com a PETROBRÁS.

SR. JOSÉ GABRIELLI: A soberania dos países e do Senado, entendeu? Bom. Então, conseqüentemente, essa situação dos contratos na Bolívia é importante se mencionar. No que se refere as refinarias. As refinarias é uma situação completamente diferente. No que se refere as refinarias a mudança na legislação boliviana também exige que 50% das refinarias sejam repassadas ao controle da YPF. Só que a Constituição Boliviana diz que isso tem que ter indenização prévia e justa, o que significa a necessidade de avaliar o valor das refinarias. Nós já contratamos bancos que fazem essa avaliação para nós. Estamos esperando que a Bolívia faça a avaliação da parte dela. Objetivamente, nós nunca perdemos em nenhum momento o controle operacional de nossas refinarias. Em nenhum momento nós deixamos de ser operadores e controladores de nossas refinarias na Bolívia. Do ponto de vista dos novos componentes então eu acho que a explicação foi dada, ela vai significar... E a necessidade de acelerar a utilização econômica dessas novas correntes que já está incluídas, porém, agora acelera a necessidade de fazer a separação. O que se refere... O Senador "Marcones" Perillo, ainda, menciona a questão do alcoolduto, nós agradecemos. O alcoolduto de Goiás para... Não, não o Brasil Centro, o alcoolduto de Goiás--

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Campo Grande para o triângulo mineiro, passando por Goiás.

SR. JOSÉ GABRIELLI: Não, não, eu estou falando do alcoolduto.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Ah, sim, desculpa. Sim. Eu pensava que era [inaudível].

SR. JOSÉ GABRIELLI: O alcoolduto nós fizemos um acordo, temos um acordo, um memorando de entendimentos com a Mitsui e com a Camargo Corrêa, estamos avançando no estudo técnico do traçado e das condições técnicas desse alcoolduto. Temos um acordo com a Mitsui para analisar 40 usinas adicionais que irão produzir ao longo desse alcoolduto para exportação para o Japão. Temos uma empresa no Japão, uma *joint-venture* entre PETROBRÁS e a NIPPON ALCOHOL HANBAI, que é a empresa monopolista. É uma empresa estatal japonesa que tem o monopólio

de importação de álcool químico e farmacêutico no Japão, portanto, os processos de decisão de análises do alcoolduto estão em andamento e acreditamos que dentro do tempo de gravidez normal o alcoolduto se tornará efetivamente uma questão efetiva. O Senador "Marcones" Perillo também menciona o Gasoduto do Brasil Central. Eu vou aproveitar a resposta ao Senador "Marcones" Perillo sobre--

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Marconi.

SR. JOSÉ GABRIELLI: Marconi. Não é "Marcones", é Marconi, desculpe, Senador. Sobre o gasoduto do Brasil Central para comentar um pouco o gasoduto Urucu-Porto Velho, porque essa estrutura de gasodutos desenvolvidas nesse período há alguns anos atrás ela envolve um problema de sócios e de proprietários dos gasodutos. A PETROBRÁS não é proprietária nem do Gasoduto Brasil Central e nem do Gasoduto Urucu-Porto Velho. A PETROBRÁS é sócia minoritária desses contratos, portanto, o processo de decisão desses gasodutos não depende só da PETROBRÁS depende dos sócios. Esse é um primeiro elemento societário importante a ser chamado a atenção. Um segundo ponto importante para chamar a atenção mais para o Gasoduto Brasil Central do que para o Gasoduto Urucu-Porto Velho é que para definir um gasoduto é necessário você que estabelecer o volume de transporte que vai ocorrer nesse gasoduto que seja economicamente suficiente para pagar o gasoduto. Então a definição da possibilidade de transporte em função da distância pode tornar inviável certos tipos de gasodutos em função dos mercados que têm nas pontas, se nós não tivermos mercados ao longo do gasoduto. Esse estudo é um estudo necessário de ser feito no caso do Brasil Central para mostrar e demonstrar que ao longo do gasoduto, ele torna viável um investimento que é fixo, que é longo e que acaba rebatendo sobre a tarifa de transporte. Evidentemente que um gasoduto... A fonte de suprimento do gasoduto é outro elemento importante. A fonte de suprimento do gasoduto, portanto, no caso do Brasil Central tem algumas alternativas possíveis.

A Bolívia foi um momento inicial pensado. A nossa expectativa para a Bolívia de importação de gás da Bolívia para o Brasil mantém-se em 30 milhões de metros cúbicos até 2019, porque é esse o contrato que nós temos com a Bolívia. E esses 30 milhões de metros cúbicos/dia da Bolívia não permitem garantir suprimento para esse outro gasoduto no volume que seria necessário para viabilizar o pagamento dele. Então teríamos que pensar nesse caso em alternativas de suprimento envolvendo redirecionamento de suprimento da produção do Sudeste Brasileiro para o

Centro-Oeste Brasileiro ou eventualmente no futuro, a incorporação do gasoduto do Sul trazendo da Venezuela para a região. Portanto, são estudos bastante longos que não tem como ter uma decisão no curto prazo sobre esse gasoduto. No que se refere ao Gasoduto Urucu-Porto Velho a questão central como eu mencionei é a questão da negociação com o sócio. A discussão do preço com a ELETROBRÁS é um ponto em relação ao modelo do custo do gasoduto nós já temos um modelo que me parece que está equilibrado, falta agora finalizar a discussão de quanto é que ele vai pagar, o Cardeal vai pagar pelas moléculas, entendeu? [risos] Então, estamos em face final de negociação sobre isso, porque a molécula existe é uma questão de definir preço entre a PETROBRÁS e ELETROBRÁS. O Senador Dornelles. O Senador Dornelles fez uma pergunta sobre as compras, a política de conteúdo nacional em relação ao Brasil. E citou o caso da P-55 e P-57, que são duas grandes plataformas que nós vamos construir para entrar em operação até 2010. E que nós recebemos as ofertas dos estaleiros no Brasil bastante elevadas e preços acima das expectativas que nós tínhamos.

Nós cancelamos as licitações e estamos apresentando, estamos dentro de poucos dias apresentando alternativas no processo de contratação dos fornecedores, do processo de contratação dos fornecedores com a manutenção da política de conteúdo nacional. Mas não será na mesma forma que nós estávamos fazendo. Ela mantém a política de conteúdo nacional, nós devemos alterar, dividir em mais etapas, devemos provavelmente, oferecer alguns dos componentes chaves já adquiridos pela PETROBRÁS. Vamos estandarizar, vamos diminuir a customização dos modelos, dos projetos e, portanto, vamos dar condições para que a indústria nacional se ajuste às novas condições mais padronizadas e, portanto, ao nosso ver possam baixar os preços para o gasoduto. Portanto, Senador, nós mantemos a política de conteúdo nacional, vamos querer o mesmo percentual de conteúdo nacional, estamos mudando a forma de contratação para viabilizar uma redução de custos, porque os custos vieram muito acima das expectativas que nós tínhamos. O Senador Flexa Ribeiro, faz três perguntas. Pergunta primeiro, se nós vamos ser auto-suficientes em gás. A nossa posição é que nós não vamos ser auto-suficientes em gás nesse período. Nós vamos ser independentes da produção de gás. A nossa expectativa é que nós vamos aumentar a produção brasileira para 71 milhões de metros cúbicos/dia em 2010, 2011. Então, portanto nós vamos aumentar para 71 milhões de metros/cúbicos a produção. Vamos aumentar a capacidade da oferta intermitente com o GNL de mais 20 milhões, portanto,

91 milhões e vamos continuar importando 30 milhões da Bolívia. Só que os 30 milhões de 121 milhões, que segue a nossa expectativa de demanda para 2011 é muito menos relativamente do que os atuais 24 milhões em relação aos 42 milhões que nós usamos hoje. Nós vamos diminuir a importância relativa do gás da Bolívia, mas não vamos ser auto-suficientes na produção de gás dentro do PAC e até 2011.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Qual é a expectativa de auto-suficiência?

SR. JOSÉ GABRIELLI: Nós não temos no horizonte estratégico nosso que é 2011, a perspectiva de busca de auto-suficiência. Isso aí eu já vou aproveitar para responder a pergunta do Senador José Agripino. O gás ele é um... A experiência brasileira... E vou com isso também responder a pergunta que o Senador fez num primeiro momento dizendo que a PETROBRÁS omitiu a prospecção de gás. A PETROBRÁS evidentemente concentrou a sua preocupação na produção de petróleo e o petróleo vem associado ao gás. Então, o petróleo vem associado ao gás e nós não tínhamos descoberto nenhum volume significativo de gás não associado até 2003. A partir de 2003 nós encontramos alguns volumes significativos - veja que eu não estou usando a palavra reserva - porque esse é um outro componente importante para explicar o problema que nós temos. Os volumes são volumes de gás não associados, por exemplo, Manati que começou a produzir esse ano é uma produção gás não associado. Nós vamos ter a produção de gás não associado em Espírito Santo. Vamos ter produção de gás não associado na Bacia de Santos. Nós vamos ter onze campos de produção de gás não associado até 2011. Então, nós vamos ampliar a produção de gás não associado. Isso é bom? É. Mas isso tem um outro problema.

A curva de produção de gás não associado ela tem um pico e ela declina muito rápido. Ela declina, ela envelhece tanto como os seres humanos e ela perde força como os seres humanos. Ela diminui a capacidade de produção como os seres humanos. Então nos campos de produção, você mantém a produção descobrindo novos campos; mantém a produção investindo em novas tecnologias de recuperação, porém isso tem um limite físico e tem um limite econômico. Esta é a limitação fundamental por que no Rio Grande do Norte, nós apesar de termos essa combinação de elementos mencionados pelo Senador José Agripino os volumes de produção do Rio Grande do Norte são declinantes. Portanto, fazer um projeto que depende de grandes volumes de gás numa região que tem volumes declinantes é provavelmente criar um problema para o investimento. Apesar disso nós temos um memorando de entendimentos com o Governo do Rio Grande do

Norte para estudar a viabilidade técnica e econômica desse complexo de PVC lá no Rio Grande do Norte, no entanto nós sabemos que há uma limitação física da capacidade. Guamaré é muito importante. A produção do Rio Grande do Norte é muito importante, sem dúvida nenhuma, mas dado o crescimento da demanda do Nordeste nós temos um problema de falta de gás no Nordeste e não de sobra de gás no Nordeste. Nesse momento há falta de gás no Nordeste e não excesso de gás no Nordeste.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: E a interligação do sistema--

SR. JOSÉ GABRIELLI: Mesmo com a interligação do sistema dado o crescimento da demanda previsto no Brasil, nós estamos dizendo que a demanda vai crescer para 121 milhões de metros cúbicos/dia, e a nossa oferta vai crescer para 71 + 20, 91 ficando dependente dos 30 milhões da Bolívia. Portanto, também mesmo com a interligação nós não temos excesso de gás suficiente talvez para diversificar a utilização de gás muito intensiva no país. Ou seja, nós temos que tomar consciência que o país não é rico em gás. O país é um país pobre em gás. E, portanto, nós não podemos desperdiçar o gás, nós temos que usar o gás de maneira mais eficiente possível, porque o gás não é como se pensava no passado uma disponibilidade fácil. Quando nós chegamos na PETROBRÁS em 2003, todos os contratos e todos os investimentos no Brasil/Bolívia já estavam feitos cabia a nós otimizar isso, porque nós não alternativa mais. Não havia mais alternativas. Os contratos já estavam feitos, o investimento já estava feito e cabia então otimizar esses investimentos porque era nossa responsabilidade como gestores da companhia. O GASENE, estender o GASENE até o Pará é uma possibilidade, não acredito que seja a possibilidade mais viável no curto prazo. Nós não temos ainda decisão de estender até o Maranhão, portanto estamos estudando nesse momento. Até o final tem um memorando de entendimento com a Venezuela para estudar o gasoduto até o PECEN, portanto trazer de Guaiara, no Norte da Venezuela até PECEN. Está em estudos nós temos até dezembro desse ano--

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Passaria pelo Pará.

SR. JOSÉ GABRIELLI: E aí passaria pelo Pará, então, a alternativa seria mais do Norte para o Sul, do que do Sul para o Norte. Mas isso está em estudo são gasodutos complexos. Eu pediria aos Senadores que entendessem que não são coisas que se decidem só pela vontade são questões muito complexas que exigem estudos. Hoje nós temos mais de 60 pessoas técnicos, trabalhando só nisso e é um processo que não é uma coisa fácil decidir. Portanto em resposta

aos preços ao Senador, os contratos, os preços continuam sem se alterar, nós não alteramos o preço do contrato. Nós reconhecemos um produto diferente que nós estávamos não pagando, isso é um aditivo distinto do que nós estamos fazendo. As cláusulas do contrato são absolutamente mantidas. E o que eu disse eu mantenho, certo? Nós alteramos os preços em função da mudança da fórmula de preço. Senador Eliseu--

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Pela ordem. Só para parabenizá-lo, saída política para o aumento de preço.

SR. JOSÉ GABRIELLI: O Senador Eliseu Resende faz uma pergunta técnica muito importante que eu gostaria de responder. Quando nós fazemos a curva de produção petróleo nós fazemos a curva de produção do petróleo em função dos investimentos que nós temos para desenvolver os campos que nós temos e para elevar a produção. E evidentemente que a escolha dos projetos envolve uma expectativa que nós temos do crescimento da produção. Como é que nós estamos projetando a nossa produção? Nós estamos projetando a nossa produção para que ela atenda 20% acima do crescimento do consumo brasileiro; ou seja, nós estamos fazendo a projeção de nossa produção em função de uma estimativa do crescimento do mercado brasileiro, 20% acima do que nós projetamos do crescimento do mercado brasileiro na hipótese de que no longo prazo, o crescimento do PIB Brasileiro é em torno de 4%. Portanto nós estamos admitindo 20% de crescimento da oferta de petróleo acima desse crescimento de 20% desse mercado. O que foi acelerado? Nós aceleramos várias coisas. Nós - como disse o Ministro Silas - nós reordenamos a nossa carteira de projetos. Nós intensificamos os investimentos na infra-estrutura de gás; nós intensificamos o nosso investimento na produção de gás; nós intensificamos a produção de óleo leve; nós intensificamos investimentos nas Unidades de Tratamento de GLP para viabilizar a expansão da cadeia de produção de gás. Nós intensificamos a alocação de projetos em termos de que alguns projetos passem a adotar o que nós estamos chamando de "ritmo rápido", adotando processos de clones, ou seja, uma unidade exatamente igual a outra construída ao lado ao invés de fazer uma unidade completamente, diferente para otimizar e acelerar o processo de decisão e de implementação e posta em marcha dos projetos.

Então, nós fizemos uma série de decisões que aceleram o ritmo de crescimento e o ritmo de investimentos que nós tínhamos dentro da empresa. Conservação de petróleo. O Senador fez um raciocínio de que para a PETROBRÁS o desperdício do petróleo derivado era melhor do que o não desperdício. Eu queria

respeitosamente discordar do Senador, o Programa de Conservação de Energia é dirigido pelo Diretor de Gás e Energia da PETROBRÁS. Nós temos longas negociações com a indústria automobilística brasileira para fazer redução de emissões e para reduzir consumo de combustíveis, para ter motores mais eficientes na utilização de gás. Nós temos avançado na certificação da indústria de fogões brasileiros para otimizar e já temos resultados nisso, otimizar a utilização do gás liquefeito no Brasil. Nós temos avançado na certificação de geladeiras e de eletrodomésticos, para diminuir o uso de energia elétrica que é fortemente hidroelétrica, mas que vai acabar tendo um impacto marginal na produção de gás no futuro no mundo inteiro. Esse é um elemento chave para o uso de fósseis no mundo inteiro, porque o componente fóssil na geração elétrica no resto do mundo é muito maior do que no Brasil. E, portanto, nós temos trabalhado e temos acelerado não depende só de nós. O caso dos automóveis dos caminhões depende da indústria automobilística nós temos intensas discussões. Temos um selo pronto de conservação de energia para incluir nos automóveis esse selo de conservação, portanto, nós estamos trabalhando na conservação de combustíveis também. Além do que o Brasil tem um exemplo para o mundo. Cerca de 40% da gasolina equivalente utilizada no Brasil é álcool é 23% de anidro misturada na gasolina C, que não é pura, não há possibilidade de você usar gasolina pura no Brasil, você tem 23% de álcool.

E, além disso, você tem de uma frota *flex fuel* crescente que faz com que o volume de álcool hidratado corresponda mais ou menos a 40% do mercado de gasolina no Brasil, o que é uma alternativa muito grande para a conservação em termos de combustíveis fósseis. O Senador João Tenório mencionou a questão do que ele chamou de requestrar valores, a superposição de valores. Eu acho que já expliquei o que nós fizemos foi acelerar uma série de projetos, incluir alguns projetos para viabilizar a expansão. O Senador Valdir Raupp eu já expliquei acho que a situação do Urucu-Porto Velho. O Senador José Agripino menciona a questão do PVC no Rio Grande do Norte, a explicação fundamental é a estimativa e volumes no futuro para o gás do Rio Grande do Norte que ao nosso ver não é suficiente ainda, mas estamos estudando isso, para viabilizar um complexo que usa intensamente o gás. O Senador Delcídio pergunta sobre o pólo gás químico e a separação dos gases e fertilizante. Eu acho que a visão que ele apresenta é uma visão adequada de otimização de valor na fronteira com a Bolívia, depende essencialmente da estabilização das condições regulatórias na Bolívia. Acreditamos uma vez que o Congresso Nacional Boliviano aprova

o contrato na medida em que os contratos sejam registrados em cartório e que a gente possa rediscutir novos investimentos na Bolívia, esses projetos devem andar, mas está dependendo um pouco da situação boliviana. Acho que respondi a todos.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Agradeço a participação e as respostas do ilustre Presidente da PETROBRÁS, gostaria apenas de solicitar a ele que nós enviasse informações mais detalhadas em relação ao Gasoduto Brasil Central, já que eu mesmo iniciei a elaboração desse projeto quando Governador a sete anos. E, realmente nós temos demanda em relação ao gás proveniente da Bolívia de Campo Grande. E a outra colocação que faço diz respeito ao alcoolduto. Agradeço a V. Ex^a., por ter confiado no Governo do Estado de Goiás, nós assinamos juntos o primeiro convênio, o primeiro contrato para a realização do projeto e cumprimento o Governo por ter inserido no PAC, a realização desse alcoolduto. Agradeço ao Ministro e a V. Ex^a. Com a palavra o ilustre Presidente da ELETROBRÁS.

SENADOR DEMOSTENES TORRES (PFL-GO): Pela ordem, Sr. Presidente. Senhor Presidente, pela ordem.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Com as escusas do Sr. Presidente da ELETROBRÁS, concedo a palavra pela ordem ao Senador Demostenes.

SENADOR DEMOSTENES TORRES (PFL-GO): Sr. Presidente, apenas para indagar a V. Ex^a. Se ainda colocará em votação hoje o Projeto de Lei n. 137.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Senadores Demóstenes infelizmente será humanamente impossível em função da ordem o dia, mas... Desde já eu quero determinar a Secretaria da Comissão, que insira como primeiro item da ordem do dia da próxima da reunião extraordinárias dessa Comissão. Com a palavra o ilustre Presidente da ELETROBRÁS, Dr. Luiz Cardeal.

SR. VALTER LUIZ CARDEAL DE SOUZA: Obrigado, Senador Marconi. Bem, eu queria ser bem objetivo porque a ELETROBRÁS tem duas respostas a ser dadas em relação aos empreendimentos sobre sua responsabilidade. As demais questões em relação aos demais Senadores com certeza o nosso Ministro respondeu de forma consistente e adequada. Então Senador Francisco Dornelles, eu começo respondendo a sua pergunta sobre a Hidrelétrica Simplício. É uma bela de uma usina, 305 megawatts, com energia firme de 191 megawatts, 100% de responsabilidade de FURNAS, uma empresa controlada da ELETROBRÁS. As notícias boas são que no dia 15 de 01, ou seja, 15 de janeiro deste ano de 2007, a licença par-

cial para iniciar os túneis já foram emitidas. E no dia 09 de março desse mês corrente foram autorizadas a subpressão da vegetação para o início das obras. O cronograma está em estrito andamento, está em estrita consonância com o planejado. Nós estamos, então iniciando a obra, iniciamos a obra nesse trimestre de 2007. Era isso.

Em relação a pergunta do Senador Flexa Ribeiro, nosso Senador do Estado do Pará, sobre Belo Monte. Eu iniciaria dizendo Senador, que felizmente nós conseguimos em 2006 no final de 2006, pela primeira vez após 20 anos de estudos, protocolar no Ibama o pedido de licenciamento ambiental. E esse licenciamento ambiental tinha sido obstado pela Justiça, pelo Ministério Público e estamos então, agora, novamente na condição de desenvolver o assunto que foi removido esse óbice. Estamos devolvendo os estudos de impacto ambiental os relatórios de impacto, os relatórios de impacto ao meio ambiente. A questão da peça antropológica, a questão da avaliação ambiental integrada, exigida pelo Ibama. Ontem no Ministério de Minas e Energia tem uma Comissão Permanente trabalhando isso, onde desenvolve a ELETROBRÁS, o Ministério de Minas e energia coordenando, e empresas que estão juntamente conosco desenvolvendo esses estudos, estabelecendo um cronograma final para o empreendimento Belo Monte. Então, estamos também dentro do cronograma, graças a Deus agora está indo bem. Eu não sei se respondi. Era isso.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Presidente, só ainda a respeito de Belo Monte. O Presidente da Comissão de Infra-Estrutura aprovou um requerimento de minha autoria, para que fizéssemos uma Audiência Pública para discutir exatamente a implantação de Belo Monte com a participação do Ministério Público Federal, para que se defina de vez a questão dos embargos que são repetidos todas às vezes que se quer tomar, inclusive com um Decreto Legislativo que foi aprovado aqui no Congresso e que o Supremo derubou para que tenha que ser feito. Eu falei com o Dr. Antônio Fernando que foi um dos convidados para participar de tal forma que a gente possa nessa Audiência Pública definir um sistema que atenda todas as exigências e transforme em realidade o início da hidroelétrica de Belo Monte.

SR. VALTER LUIZ CARDEAL: Muito bom, Senador. Agradeço. Bom, o Senador Marconi Perillo perguntou sobre [inaudível]. Se as metas seriam atingidas. No que se refere às metas do Programa "Luz para Todos" lá do Ministério da Saúde no campo tenhamos certeza que sim, Senador. Estamos exatamente na metade do programa um pouco mais em dois anos de desenvolvimento e esse ano de 2007 a 2008, deveremos

atenção atingir aquela meta de [inaudível] de mais e dez milhões de pessoas. No que se refere a administração urbana isso é um assunto tratado diretamente com as concessionárias e fiscalizado pela ANEEL, isto é lei estabelecida. Obviamente que o acompanhamento disso também fazemos e estão em andamento. E também as notícias que temos são alvissareiras também devemos atingir a administração urbana na meta definida em lei.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Agradeço a participação do Presidente da ELETROBRÁS e nós vamos, agora, para o segundo e último Bloco de questionamentos por parte dos Srs. Senadores. Existem quatro Senadores inscritos aqui presentes. Eu concedo a palavra ao ilustre Senador Raimundo Colombo.

SENADOR RAIMUNDO COLOMBO (PFL-SC): Sr. Presidente Marconi Perillo, Sr. Ministro e senhores Presidente da PETROBRÁS, da ELETROBRÁS, senhores companheiros, o que eu gostaria de colocar, o Brasil um vantagem estratégica em relação a energia hidráulica nós somos terceiro maior volume do mundo, o primeiro é a Rússia, o segundo a China e terceiro o Brasil, mas nós temos o melhor perfil, portanto, poderemos ter o melhor resultado. Entretanto está crescendo exatamente o inverso à oferta de energia, o investimento de energia termoeletrica. Os índices de crescimento de energia no país são claros, nos últimos cinco anos cresceu 150% no seu custo. Hoje megawatts é mais de 200 reais. E o último leilão mostrou a oferta de energia termoeletrica e nós estamos perdendo essa vantagem estratégica porque nós não conseguimos ampliar as nossas plantas hidroelétricas, isso fica muito claro. O que está acontecendo? Por que a gente não libera os novos investimentos? No meu Estado, na minha região tem uma usina a Paiquerê que está aqui no PAC que está há mais de cinco anos esperando a tal licença ambiental do IBAMA. Existe uma flagrante dificuldade de relação entre o Governo de Minas e Energia que quer oferecer a sustentação para o crescimento econômico e outra parte do Governo que é a questão ambiental que não permite. De forma clara Ministro, essa é a pergunta: Há quanto tempo nos últimos dois anos que o senhor é Ministro ou perto disso, quantas autorizações ambientais foram concedidas? No conhecimento que eu tenho parece que foi só uma e está é a triste realidade. A nossa região é vítima dessa dificuldade. Nós temos um potencial hídrico tranquilo com um impacto ambiental mínimo, com a concordância de todos; só para dar uma idéia do perfil, não realoca uma família, não alaga praticamente nenhuma propriedade e a burocracia ambiental excessiva impede a implantação desta usina que gera 292 megawatts/hora. Aqui já foi

dito e todos nós sabemos o que isso representa para o futuro do Brasil, a gente não vai sentir isso agora, mas é um catástrofe senão houver uma atitude firme e corajosa.

Então, o PAC não será verdadeiro senão enfrentar essa questão dentro do próprio Governo que as questões ambientais. Essa questão, a pergunta é simples: Quantas licenças foram autorizadas nos últimos dois anos? Para mim ter uma idéia se a informação que eu tenho está correta ou não, porque eu não quero basear o meu fundamento em cima de informação errada. E o nosso Presidente da PETROBRÁS cumprimentando, eu gostaria de colocar. Aumentou a produção de brasileira de petróleo, parabéns para nós, nós temos quase a auto-suficiência; caiu o preço do mercado internacional, a PETROBRÁS acusa lucros extraordinários para orgulho de todos os povos brasileiros. A minha pergunta é simples, simples como é o povo brasileiro. Por que não baixa o preço do combustível na bomba? Eu sei que é uma *commodity*, eu sei que tem uma carga tributária absurda, mas vamos tratar também dessa questão que é importante porque ela prejudica a economia inteira do nosso país. Objetivando seriam essas duas perguntas e eu acrescento os elogios que o Senador Wellington colocou no começo implícito nas minhas perguntas.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Com a palavra o ilustre Senador Wellington Salgado.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Sr. Presidente Marconi Perillo, Sr. José Gabrielli, meu querido amigo Ministro de meu partido Silas Rondeau e o nosso Cardeal. Na verdade, eu bem falei porque--

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Não pode esquecer Cardeal [risos].

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): É claro. Eu queria primeiramente parabenizar o Presidente Marconi Perillo, porque em pouco tempo como Presidente dessa Comissão já trouxe a essa Comissão a nata do Governo. Porque da outra vez, nós tivemos aqui a Dilma, Bernardo e o Mantega e agora as nossas três figuras também importantíssimas nesse Governo. Então está de parabéns o Presidente, porque já chegou realmente mostrando porque veio. Agora, eu queria Ministro Silas inclusive já tenho estado mais com ele do que com o próprio Ministro Hélio Costa, porque toda a atividade que está tendo aqui a nossa líder Ideli Salvatti fez muito bem uma sessão fechada para apresentação do que é PAC. Eu participei, então, uma série de dúvidas que eu tinha inclusive com a questão da GEOBRAS com a descoberta de gás lá no Noroeste de Minas, já foi

me dada a explicação pela sua assessoria aqui em *in off*, mas já me deu uma explicação, conversamos sobre a dúvida que eu tinha, então, conseqüentemente eu não tenho mais dúvidas com relação a isso. Ao Presidente José Gabrielli eu queria parabenizar pela compra da Ipiranga porque demonstra realmente que uma empresa com maioria de capital estatal consegue competir a nível de mercado com as demais e conseguindo inclusive crescer.

Eu acho que isso é muito importante, talvez, se nós não tivéssemos vendido a VALE hoje nós teríamos uma administração muito parecida inclusive com ações pulverizadas e não na mão de minoritários e que daria o mesmo resultado que a PETROBRÁS. Com relação a ELETROBRÁS também tive uma apresentação de novo que foi colocada pela nossa Líder onde mostrou que está sendo muito bem acompanhado inclusive pela ANEEL, a Agência de Energia Elétrica tem acompanhado fazendo um trabalho muito conjunto. Agora eu teria três perguntas simples. Eu tinha organizado porque você quando fica por último, eu que sempre tive... Tenho o nome com letra W e também sou grande e maiores para o final o W sempre no final do alfabeto e sou sempre o último. Me parece muito claro que o primeiro Governo do Presidente Lula ele procurou colocar comida na barriga e, agora ele vai gerar empregos. Quer dizer, você alimentado pode ir atrás do emprego. Está bem claro isso. E também o chamado PAC, com certeza, a oposição vai acompanhar todos os índices e vai questionar e vai colocar, vai discutir, mas eu acho que o mais importante é ter criado essa expectativa que nós podemos crescer, nós vamos crescer. Então você em todo o local que você vai esta todo mundo falando em PAC. Eu que venho da iniciativa privada eu vejo que quando você quer motivar a sua equipe você tem que criar um ideal e falar nisso. E a equipe do Presidente Lula tem mostrado isso tem falado em PAC, a oposição tem questionado o PAC. Em todo o local que eu vou seja Minas, Goiás, Pernambuco que eu freqüento só se fala em PAC. Todo mundo discutindo isso. Eu acho isso importantíssimo de criar expectativa e ficar todo mundo otimista que nós podemos crescer. Esse é o grande fato do PAC. Agora, se vai acontecer ou não isso vai depender. Eu acredito que vai acontecer, porque se está todo mundo acreditando vai acontecer. Tive uma audiência, audiência não, o Embaixador do Irã, senhor Embaixador do Irã, Sr. Seyed Jafar, nós tivemos um conversa que inclusive foi acompanhada de mais dois Senadores, o Senador Romeu Tuma e mais um Senador que eu não lembro agora, nós estivemos conversando aonde ele colocou para mim numa conversa, nessa conversa que o preço que nós pagávamos pelo gás da Bolívia era um preço

abaixo de mercado, uma conversa informal. E o que acontece hoje? Todo mundo questiona nesse momento quanto é que a PETROBRÁS perdeu em todos esses acontecimentos já colocado aqui pelo Presidente da PETROBRÁS. Agora se somar tudo o que a PETROBRÁS ganhou até o momento que houve esse corte e o que ela está perdendo agora a PETROBRÁS está no prejuízo ou no lucro para os acionistas? Isso que eu quero saber, porque para mim foi colocado pelo Embaixador numa conversa que não tinha nem esse sentido nós estávamos conversando sobre a questão de energia limpa para fins pacíficos, que eu acho que o Brasil precisa. Ministro Silas, sempre quando se fala em energia atômica como fonte de risco todo mundo fala com muito medo eu sinto isso: "Não, existe."

Existe a possibilidade de estudo, está sendo gas-to", mas todo mundo fala com muito medo. Eu acho que essa vai ser a saída do Brasil com toda essas questões do meio ambiente que nós estamos sofrendo, mas eu acredito muito nesse tipo de energia. A questão... Já falei. Eu tenho um aqui um... Eu fui procurado quando eu assumi a Liderança do PMDB por alguns representante da PETROBRÁS onde colocavam para mim que a quantidade de buracos que nós perfuramos para ver se tem gás ou se tem petróleo quando eles me compararam com que o Canadá faz era uma coisa absurda, absurdamente inferior. Então eu fiquei com isso na cabeça. Presidente eu queria se existe essa questão realmente de poucos buracos que nós fazemos para procurar petróleo e gás no Brasil? Ou se eu cheguei e alguém me deu essa informação errada? Então para tirar essa dúvida nada mais do que esse momento. E por último vão algumas perguntinhas simples que eu fiz uma para cada um. Em relação a esse aumento que foi colocado pelo Presidente Marconi Perillo, que seria de 100 milhões de dólares a mais para a Bolívia eu não sei se é ano ou mês. Isso quando representa em função do lucro que a PETROBRÁS teve? Porque eu vi essa situação inclusive fique muito chateado com o Presidente da Bolívia, mas depois eu fui acalmando eu fui vendo. Essa situação me lembra muito você brigar com bêbado. Você quando briga com bêbado, se você brigar você apanha de bêbado ou bate em bêbado, então, é melhor acertar com o bêbado e deixa o bêbado lá. Então, esse eu acho que é o caso da Bolívia. É um bêbado a gente tem que ver como é que administra o bêbado. Se brigar bateu em bêbado se apanhar apanhou de bêbado, então deixa o bêbado lá e eu acho que foi isso que a PETROBRÁS e o Presidente conseguiram administrar. Então eu queria saber esses 100 milhões de dólares o quanto representa em função do lucro da PETROBRÁS só para a gente ter idéia de números. O Ministro Silas, foi a questão

da energia atômica eu queria que V. Ex^a., falasse um pouco sobre esse assunto sem medo. V. Ex^a., é do meu Partido no meu Partido não tem ninguém com medo. É um Partido corajoso e por último a ELETROBRÁS. Sr. Presidente Cardeal que eu não posso esquecer o sobrenome Cardeal. Existe energia para assegurar um crescimento de 5% ao ano? Perguntas simples e que eu acho que eu fiz um afago em cada, porque eles merecem também. É isso senhor Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): A Mesa agradece as participações em termos de questionamentos por parte dos Senadores Colombo, Wellington Salgado e concede a palavra ao ilustre Senador Inácio Arruda, sem antes lembrar que nós já estamos há quase quatro horas aqui nesta Audiência Pública. Eu gostaria de solicitar aos três últimos oradores questionadores inscritos que dentro do possível, conseguisse conter suas questões para que os convidados possam responder e nós possamos prosseguir a nossa agenda. Com a palavra o ilustre Senador Inácio Arruda.

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PC do B-CE): Muito oportuna a observação de V. Ex^a., Presidente Marconi. Eu quero primeiro registrar esse fato do Brasil estar planejando o seu presente e o futuro. Algo que ficou muito debilitado e que nós conseguimos resgatar. E é muito difícil nós olharmos o mundo e percebemos que seria possível fazê-lo sem o Estado. Isso ficou muito marcado também no nosso país, que o Estado não tinha responsabilidade com isso. Aquela política do Estado mínimo. Então, eu acho que não era correta. Eu acho que nós conseguimos repor essa questão. O Estado tem um papel estratégico de pensar o presente e o futuro. E as empresas que tomaram à frente desse processo são as empresas estatais também estratégicas, no caso de um país em desenvolvimento como o Brasil. Então, aqui está o Ministério das Minas e Energia com a PETROBRÁS e a ELETROBRÁS. São empresas destacadíssimas no processo de desenvolvimento no Brasil. E empresas que no caso de PETROBRÁS principalmente hoje tem um leque de articulação com um conjunto muito largo de empresa empresas privadas, atua com um conjunto muito grande de empresas privadas. Você vê que uma série de empreendimentos de gasodutos já são feitas com participação majoritárias de empresas privadas, a PETROBRÁS é sócia minoritária, mas está dentro do processo de planejamento. Nós passamos a pensar o Estado Brasileiro. Eu acho que isso é muito positivo é um resgate positivo no processo de desenvolvimento de uma nação grandiosa como é o Brasil continental. Acho que temos uns problemas aqui que foram levantados. Eu acho que o Ministro levantou, Gabrielli levantou, mas que precisa

ver como é que nós vamos tratar que dizem respeito à legislação, que são os problemas da regulamentação. Eu vejo que a gente começa, quer dizer, retomamos o planejamento, mas o processo de conseguir pôr isso na prática, frente a regulamentação que exige regulamentação ambiental, trabalhista é um conjunto de regras, de normas, que vão segurando.

Então, como que a gente consegue sem causar prejuízos ao meio ambiente e sem criar dificuldade da valorização do trabalho que é fundamental para nós como é que a gente consigo andar mais rápido. Como dar mais velocidade. Nós já botamos aqui a palavra acelerar, mas acelerar nós estamos com um problema aqui, quer dizer, o processo não é um marco regulatório para poder garantir que os contratos sejam respeitados que eu estou falando. É das normas e exigências que fazem com que a gente consiga fazer um marco, mas a gente não consegue tirar o barco do papel de jeito nenhum, entendeu? Porque tem uma série de licenças de exigências de órgãos, de auditorias, de Tribunais. Quer dizer é um conjunto de exigências que o barco passa três anos, quatro anos e a gente não conseguiu tirar o barco do papel. Depois vem um problema que nós discutimos aqui no Congresso Nacional, o problema da inovação tecnológica que é uma questão para nós brasileiros, para nossa indústria. E nós estamos agora com problema, nós queremos que a indústria corra a indústria privada brasileira corra e a universidade corra também para ajudar a indústria brasileira na área de tecnologia para responder a essa demanda nossa a essa necessidade nossa e colocamos até percentuais. A expressão aqui de 60% de produto nacional, nesse barco que nós vamos construir ou nesse gasoduto ou nessa plataforma. Mas essa imposição legal de produção nacional, transformou-se num embargo a produção. Quer dizer, a inovação que nós impusemos como norma, quer dizer a partir daquele momento ela também causou um impacto de segurar uma obra importante. Então, como que a gente sai dessa amarra? Como que a gente desata esse nó para poder acelerar o nosso crescimento? E um problema concreto que eu examinei aqui na passagem das duas intervenções tanto do Gabrielli como do Ministro Silas, diz respeito aqui ao nosso problema do gás. Nós estamos aqui com... Nós íamos com o GASENE, eu peguei aqui, eu pedi um mapa a Assessoria para olhar, porque o GASENE ele sofreu... Pelo que eu olhei no mapa lá eu disse assim: "Não é possível". Esse negócio ia cortando o Nordeste inteiro e chegava por acolá e chegava pelo Ceará e esse que vinha subindo ele está cortado aqui, ele não chega nesse mapa até o Ceará. Nós vamos ver o quê? Vem só por cima agora? Vem pela Venezuela? Vem descendo de lá para cá ou sofreu um corte aqui

a construção do GASENE? Eu quero que a PETROBRÁS nos explique esse problema de gás no Ceará é um problema complicadíssimo, porque nós temos [soa a campainha] lá siderúrgica tem não sei o quê e tudo depende de gás. E um outro problema aqui nosso também relativo a gás, são as plantas de regaseificação. Qual é a capacidade dessas plantas de regaseificação? E se esse gás que nós vamos adquirir nós vamos comprar gás em que mercado? Nós estamos comprando gás na África, nós estamos comprando gás na Ásia, e se esse gás que nós vamos comprar ele é mais vantajoso do que o gás boliviano, do que o gás venezuelano? Se nós temos noção já desse preço de gás fora desses mercados da Bolívia e da Venezuela que nós vamos trazer para essas plantas do Ceará e do Rio de Janeiro. Se ele tem um custo favorável de Santa Catarina, porque ela conseguiu aqui um novo barco ali, Itajaí pelo que eu estou vendo, deve ser Itajaí. Então ela pretende ter essa noção porque vai precisar de muito gás e se tem gás lá fora que a gente pode adquirir essas plantas de regaseificação são muito importantes e a gente precisaria ter a noção de preços desse gás se eles são vantajosos, se são importantes. Então, vamos buscar esse gás lá fora, porque é importante trazer para cá e qual a força que têm essas plantas aqui nessas regiões.

[soa a campainha]

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Agradeço a compreensão do ilustre Senador Inácio Arruda.

Concedo a palavra ao ilustre Líder Arthur Virgílio.

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM): Muito bem Sr. Presidente eu cumprimento V. Ex^a., e os ilustres depoentes Ministro Silas Rondeau, o Dr. José Gabrielli o Dr. Valter Luiz Cardeal de Souza. E apenas para fazer um comentário, uma pequena deixa do Ministro Silas Rondeau, figura por quem tenho um enorme apreço pessoal.

Aqui eu não pretendo mesmo discutir o PAC, mas eu não acredito impacto do PAC um significativo das taxas de crescimento econômicos do Brasil. E menos, ainda, que eles sejam uma perspectiva duradoura, sustentável. É praticamente nenhum impacto em 2007, quem sabe um pequeno impacto em 2008 e não vejo que tenha fôlego para mais. O Brasil precisa de reformas estruturais, retomar o ciclo de reformas estruturais.

Resolver o seu nó fiscal que é responsável por juros elevados, repensar a Administração torná-la mais razoável, mais racional economizar, cortar custos, procurar aumentar a capacidade de investimentos. E eu acredito mais Sr. Ministro e Sr. Presidente, que a nova

metodologia de cálculo do PIB é que poderá mesmo mostrar um PIB melhor. Eu não estou entre aqueles que dizem que a metodologia é ruim ou é desonesta. De jeito algum. Acho que é boa. Boa. Ela incorpora o terceiro setor, ela incorpora mais fortemente a construção civil. Ela é boa. E ela coloca os pontos positivos e negativos aferidos pelos cálculos, pelos seus parâmetros.

Por exemplo, se é verdade que houve nesses últimos anos um acréscimo do PIB pela nova metodologia. É verdade também que tem um dado preocupantíssimo, menos investimentos proporcionais no social; um superávit primário menor; uma taxa de investimento absolutamente baixa de 16%, quando o Brasil precisaria de 25% para poder sustentar pela metodologia antiga algo parecido com 5% ao ano.

E, portanto eu pretendo até a semana que vem ir à Tribuna para fazer uma análise bastante sóbria, bastante séria da nova metodologia, pegando o Governo como cobaia, dizendo: "Olha, ela exibiu favoravelmente ao Governo os pontos tais e tais e exibiu - eu estou dando o exemplo da taxa de investimento da formação bruta de capital fixo - e exibiu deficiência de flancos".

Quer dizer, se o Governo investe 16% ao ano fica aberrante falar em crescimento econômico avantajado; ou a taxa não é essa e aí seria o Governo a questionar a metodologia que o IBGE está aplicando ou a taxa de crescimento não será avantajada, porque não se obtém crescimento avantajado com irrisórios 16% a título de formação bruta de capital fixo.

Mas eu gostaria de maneira muito objetiva e pode ser tanto para o Dr. Gabrielli quanto para o Ministro Silas Rondeau, fazer basicamente três perguntas a respeito do Gasoduto Coari-Manaus. O Doutor Gabrielli da outra vez esteve aqui e de maneira muito generosa me denominou padrinho do gasoduto, então, eu quero saber como é que anda o meu afilhado. Basicamente, qual será o dispêndio total--

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Pelo mapa também.

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM): É verdade. Eu quero saber qual será o dispêndio? Qual é o dispêndio anual previsto? E o prazo efetivo; o prazo realista, o prazo técnico efetivo para a entrega da obra? Ou seja, o que se pretende gastar? O que está gastando nesse ano? O que se pretende gastar até o final? Prazo para a entrega da obra e o dispêndio total? Quanto custará o gasoduto Coari-Manaus?

Apenas isso, obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Agradeço a participação do ilustre Líder Arthur Virgílio e, tenho a satisfação de convidar

a última oradora e questionadora inscrita a Líder do PT, Senadora Ideli Salvatti.

Informando aos ilustres expositores que 14 Senadores participaram desses questionamentos num total de 18 inscritos. Registrando aqui o fato de que efetivamente todos aqueles que tiveram interesse em discutir essas questões tão relevantes para o país, inseridas no PAC ou pertinentes a questão do gás Brasil-Bolívia tiveram oportunidade de questionar e a oportunidades também de ouvir exposições muito abrangentes e muito contundentes a respeito de cada um dos questionamentos.

Eu agradeço a participação dos Senadores e agradeço também a disposição do Sr. Ministro e dos Srs. Presidentes de virem aqui em respeito a essa Comissão em respeito a essa Casa.

Com a palavra a ilustre Senadora Ideli Salvatti.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Agradeço, Sr. Presidente. Em primeiro lugar eu quero cumprimentar o nosso querido Ministro Silas Rondeau, Presidente da nossa tão importante PETROBRÁS, a quarta em lucro o ano passado quase 26 bilhões de dólares. Nós estávamos até brincando aqui dizendo assim: "Olha, pelo tempo de permanência aqui e não é só aqui tem vindo com muita frequência, eu fiquei pensando assim, se isso não pode ter prejudicado um pouquinho a lucratividade da PETROBRÁS pelo tempo de Congresso". E o nosso querido Dr. Cardeal também Presidente da ELETROBRÁS.

Eu vou fazer rapidamente algumas perguntas e depois eu tenho alguns comentários a fazer. A primeira pergunta é a seguinte: A PETROBRÁS historicamente se a gente pegar uma fatia de um certo período ela não investiu o montante dos recursos que estão agora incluídos no PAC. Então, a primeira pergunta é: Vai dar isso tudo mesmo? Porque é um volume de dinheiro Dr. Gabrielli, que a gente fica perguntando, a gente até fica... Porque tem uns que defendem Estado mínimo e depois pergunta quanto é que vai no mínimo para o Estado deles.

Eu terminei de ouvir aqui um dos defensores do Estado mínimo perguntando explicitamente quanto é que vai lá para o Estado dele. Mas a gente quer saber assim, se vai... Se vai ter mesmo todo esse dinheiro? Não está mais defendendo é o Estado máximo, desde que seja para a Amazônia, para o Amazonas.

A outra questão é o seguinte, nós sabemos o que foi, o que tem sido essa questão do HBIO - em primeiro lugar acho que temos que fazer aqui o registro da importante descoberta eu diria assim, deste produto novo que o Centro de Pesquisa da PETROBRÁS desenvolveu e eu acho que ele vai contribuir de forma significativa na nossa matriz energética. A determinação

do Presidente Lula para que o biodiesel efetivamente se concretize e o etanol, o álcool que está depois dos motores flex, da retomada do PRÓALCOOL.

Agora, isto tudo no PAC ainda a gente acha... Agora eu posso, já que ele está presente, agora, eu posso citar. Viu, Arthur Virgílio? Eu fiz uma provocaçãozinha na sua ausência mas quero fazer na sua presença: "Estado mínimo mas bastante para o Amazonas, tá". Então, para que não fique registrado que eu falei na sua ausência. Então... Máximo lá para o Amazonas, Estado máximo.

Essa questão do HBIO, do biodiesel, do álcool, do etanol, a sensação que passa é que ainda é pequeno no PAC. Está sendo algo que está tendo relevância internacional, nós estamos liderando isso. Fizemos... Teve até a questão da vinda do Bush, eu acho que foi essa a marca da vinda, porque precisa vir conversar com quem detém a tecnologia, com quem lidera em termos no cenário internacional essa questão da bio-energia.

E eu não poderia deixar aqui de registrar que fiz uma excelente reunião, até o Wellington já registrou o seminário que nós realizamos com a presença do Ministro de Minas Energia, o Silas Rondeau, do Ildo Sauer, do Kelman da ANEEL, que nos prestigiaram muito e nos passaram muitas informações subsidiando todo o nosso debate desse tema importante que é a energia.

Mas depois do seminário ainda tive uma reunião onde o Ildo Sauer junto agricultores, com pequenos agricultores do Rio Grande do Sul e de Santa Catarina do Projeto de Produção de Álcool que a PETROBRÁS está desenvolvendo álcool e biodiesel com pequenos agricultores, para demonstrar que inclusive é possível produzir álcool e biodiesel modificando e se contrapondo às grandes áreas, aos imensos canaviais que a gente não quer que se reproduza no nosso país. Então, a pergunta é com relação se o HBIO, o biodiesel e o álcool ainda não é pequeno na questão do PAC.

E os comentários, a questão da bateira lá em Santa Catarina, eu quero dizer eu estou brincando com a bateira, mas nós queremos lá o ponto de regaseificação até porque, eu já quero transformar em pergunta; como o Sul do país depende exclusivamente do gás boliviano - inclusive, o Ildo Sauer está indo agora segunda-feira a Santa Catarina para fazer esse debate lá com os setores empresariais e dos portos do nosso Estado. A gente sabe que a regaseificação para a introduzir gás na emergência para o Sul do país é fundamental que esteja lá. E, nós não abrimos mão de ser lá na nossa santa e bela Catarina.

E os comentários que eu gostaria de concluir aqui da minha intervenção são sobre os seguintes as-

pectos. Primeiro. De tudo que nos foi brindado terça-feira com a participação das autoridades que vieram ao seminário para discutir a questão energética para os Parlamentares do bloco de apoio ao Governo. E a audiência de hoje o principal destaque não pode deixar de ser realçado aqui de forma significativa que é a retomada do planejamento.

Um país como o nosso que não tem planejamento energético, ele não pode se constituir enquanto país, enquanto nação. Eu fico assim abismada, porque é assim; nós sequer utilizamos 30% do nosso potencial hidrelétrico, nem 30% a gente utiliza. Então é uma irresponsabilidade muito grande, porque não utilizar nem 30% e teve apagão por problema de chuva! Então, isso é um prova inequívoca da irresponsabilidade que durante um bom período nós ficamos por exatamente não termos o planejamento. É imperdoável para um país como o nosso que tem um potencial.

A França, por exemplo, ocupa integralmente 100% seu potencial hidráulico e nós não chegamos a 30% e sofremos apagão por causa de "choveu menos". Então é inadmissível. Então, a retomada do planejamento de longo prazo pelo Estado Brasileiro eu acho que é assim, o que tem que ser louvado pela ação do Governo Lula, que teve à frente do Ministério de Minas e Energia, da ELETROBRÁS, da PETROBRÁS e tal.

A outra questão é a seguinte, me desculpe o Senador Raimundo Colombo, mas assim: Têm problemas entre a área energética e a área ambiental e vai ter problema, porque o Ministério de Meio Ambiente tem a obrigação de fazer cumprir a lei. E se não fizer cumprir a lei, eu acho que todos nós temos que exigir que faça cumprir a lei, porque até eu quero usar como exemplo.

Como exemplo de uma região inclusive de uma situação, que é da região do Senador Raimundo Colombo, a Usina Barra Grande que era uma das 45 que estavam imbricadas quando o Presidente Lula assumiu em 2003, hoje mais da metade já foi liberada. Mas a Usina Barra Grande foi um escândalo que aconteceu lá, porque deram licença para construir aquela usina quando aonde nós tínhamos uma das últimas reservas de araucária do Estado de Santa Catarina, quiçá Sul do país.

E a empresa construiu legitimamente que ela tinha licença que foi dada e aí, quando nós assumimos estava tudo imbricado, Ministério Público, MAB, e tal tudo um é de guerra, tivemos que fazer um termo de ajuste de contas. Levamos mais de três anos para poder negociar uma barbaridade que fizeram, que inclusive o processo corre ainda hoje. Eu espero que os responsáveis por terem dado aquela licença criminosa teve que ter uma compensação ambiental etc e tal.

Então se é para a gente não cumprir a lei, eu acho que está muito certo ter divergência em algumas situações pela Lei Ambiental tem que ser cumprida.

SENADOR RAIMUNDO COLOMBO (PFL-SC): Senadora, a senhora me permite um aparte, por favor?

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Pois não, eu já terminei, mas agora está com o Presidente.

SENADOR RAIMUNDO COLOMBO (PFL-SC): É evidente que ninguém quer desrespeitar a lei eu não sou idiota. Mas também é óbvio e para qualquer cidadão sabe e os Ministros e as autoridades sabem é que há dificuldade de relacionamento entre o Ministério de Minas e Energia e o Ministério de Meio Ambiente. Eu não estou dizendo absolutamente nada que não seja a verdade.

E a usina de Paiquerê que eu fiz referência há uma enrolação - e qualquer pessoa de bom senso sabe são mais de cinco anos e ela não tem o impacto e todos os estudos foram concluídos. O que eu disse foi apenas o óbvio. E o que eu tentei foi ajudar e esse direito eu tenho, embora a senhora tenha de colocar, eu quero apenas deixar esclarecido e quero reafirmar mais uma coisa. Existem aspectos positivos, mas existe um risco muito grande, se não houver investimentos imediatos, de nós termos um apagão muito pior do que o que nós tivemos porque os investimentos não estão acontecendo.

E o Ministro vai poder responder quantas autorizações o IBAMA deu para construir novas usinas nos últimos dois anos e aí esclarece o nosso conflito.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Eu encerrei, Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): A palavra pela ordem ao ilustre Senador Arthur Virgílio.

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM): É para registrar que a líder labora num evidente exagero quando se refere à excelência do planejamento de hoje, em contra posição ao que seria nenhum planejamento no passado recente. Eu dou um exemplo do Avanço Brasil que para mim era um PAC mais organizado do que esse PAC, com o adendo de que o Governo passado tinha preocupação efetiva com reformas estruturais. Então esse PAC tem o mérito de focar nos investimentos. Ele tem a meu ver o demérito dele ser trabalhado quando não se têm no país marcos regulatórios convincentes.

Está se falando em energia e apagão. O Senador Colombo tem absoluta razão. Eu tenho presenciado seguidos fracassos nos [inaudível] de energia. E não estou vendo que vá ter êxito daqui para frente, se não se

tiver a preocupação de estabelecer o ambiente jurídico que atraía com garantias efetivas o investimento.

Portanto, uma reunião como essa é muito boa para se trabalhar talvez diferente do que se faz em Plenário. Não que no Plenário se dê menos seriedade às palavras, que se possa ter mais licença. Mas no Plenário se tem talvez mais liberdade para ser menos técnico, aqui eu entendo que aqui se deve procurar precisão, deve procurar a exatidão. E a exatidão - e esse é o meu espírito - é ver o que se tem de equivocado, esse é o meu papel de direito de um Partido de oposição, que o tem de equivocado no hoje e eu aponto defeitos e inocuidades no PAC.

Vi, por exemplo, Dr. Gabrielli uma pesquisa da CNI e o Governo conta com duzentos e tantos bilhões de capital privado para completar os tais quinhentos e tantos bilhões em quatro anos do PAC. Mais de 70% dos empresários consultados disseram que não se sensibilizaram, que não vão alterar suas prioridades para investimento em função do PAC, vão continuar fazendo exatamente o que faziam.

Se levarmos em conta o que já estava planejado na ELETROBRÁS, na PETROBRÁS adiante, nós vamos ver a redução daquele volume - que é um volume muito bom, do ponto de vista de marketing, então, é uma maravilha citar aqui aqueles tantos bilhões assim. Portanto, eu não eu vejo que esteja havendo toda essa perfeição no planejamento. Eu vi foi um certo apagão no planejamento no início do Governo passado, no Governo do Presidente Lula no início dele.

Eu ouvi a tentativa de se tentar orientar o investimento e aí está outro mérito do PAC, focar na necessidade de que se aumente o investimento no país embora talvez sem os meios justos e precisos para obter isso na prática. E reintroduzir a figura do investimento que não tinha sido uma preocupação fulcral na primeira etapa. É apenas a minha...

Eu pretendo sinceramente que o país dê certo. Eu não trabalho como vi alguns trabalharem e no Governo passado foi assim, procurando se opor ao país. Afinal de contas se hoje se comemora exportação a maior, foi porque nós enfrentamos muitos piquetes aqui na porta para quebrar monopólios. Enfrentamos muitos piquetes aqui na porta para fazer alterações estruturais na economia brasileira.

E mais ainda, àqueles que tinham a posição que eu tinha e que tinha, por exemplo, o Presidente da Sessão eram apontados como se fossem vendilhões da pátria como se tivessem traído o país. Nós estamos vendo que quebrado o monopólio da PETROBRÁS ela ficou mais pujante do que nunca. Eu não vou nem entrar no assunto da Ipiranga, porque seria prender o Dr.

Gabrielli por... Nós íamos ter que ficar aqui até de noite. Porque eu tenho sérios questionamentos a fazer.

Sérios questionamentos. Quanto ao que houve aquela desconfiança quanto a informações privilegiadas, a concentração de poderes que a gente teria que ver os prós e contras dela, mas--

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PC do B-CE): V. Ex^a., concede um aparte?

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM): Com muita honra, Senador Inácio Arruda.

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PC do B-CE): Além do que sobre quebra de monopólio nós teríamos que listar ainda pelo menos uns quatro ou cinco monopólios privados, existentes no Brasil que não foram enfrentados até agora.

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM): Quais seriam eles?

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PC do B-CE): Eu posso citar do aço, eu posso citar o do cimento para ficar em dois importantes que impactam em toda a economia nacional, que não até agora não se conseguiu enfrentar. Eu acho que nós temos que encontrar uma hora tanto na legislação como no Governo que se tenha coragem de enfrentar, que é um problema sério.

Eu acho que é um bom debate essa questão de monopólios, porque monopólio sempre se tem a idéia que é monopólio estatal e não é monopólio só estatal. É de determinados segmentos da economia nacional que podem estar nas mãos do Estado ou em mãos privadas esse que é o problema não é um problema só de o Estado máximo ou Estado mínimo.

É um outro debate para que a gente não possa prender os convidados que no tempo que V. Ex^a., imaginou que seria até às sete horas da noite.

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM): Eu pensei até em mais do que isso, eu pensei em meia-noite. [risos]

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PC do B-CE): Meia-noite. [inaudível]

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM): Mas quando o Senador Inácio Arruda, querido amigo, se refere a esse monopólio eu vi aí uma clara crítica ao Dr. Benjamin Steinbruch da CSN e, ao Dr. Ermírio de Moraes do cimento, enfim. E a economia tem que procurar ver quais seus convenientes.

No caso do aço é preciso muita escala é preciso investimento maciço é como na petroquímica. Na petroquímica não dá para qualquer um chegar no BNDES pegar um empréstimo e montar uma empresa de petroquímica, mas se o Senador me dá razão.--

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PC do B-CE): Foi oportuno então o aparte de V. Ex^a., essas áreas precisavam de escala, precisa de monopólio.

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM): Se o Senador me diz que é preciso quebrar monopólios privados, se ele julga que essa é uma prioridade, ele me dá razão quando nós imaginamos que teria sido bom para a economia brasileira nós quebramos monopólios estatais. Para mim é evidente.

O telefone celular, pelo amor de Deus, era um motivo de esnobismo. Uma pessoa sentava no restaurante e ficava falando com a outra na mesa do lado para mostrar que tinha o telefone celular. Quem tinha linha de telefone fixo tinha que declarar no imposto de renda. As exigências que se faziam para as operadoras - hoje são outras exigências - naquela época eram as seguintes: De tantos em tantos metros tem que ter orelhão. Hoje em dia pouca gente...

Hoje em dia só quem gosta de falar em orelhão é seqüestrador não tem mais... Ninguém mais se preocupa com o orelhão. O celular está [inaudível] São 100 milhões de aparelhos celulares uma tecnologia que avança a cada momento. A economia brasileira é um processo. É um processo e eu reputo como importante as reformas estruturais do Governo passado.

Reputo como relevantes certas reformas microeconômicas feitas nesse Governo, como por exemplo, a Lei das Pequenas e Microempresa com o voto da oposição, com a nossa ajuda. A votação da Lei de Falência, isso tudo criou um ambiente propício para se ter uma economia que vai se azeitando aos poucos, enfim.

Mas eu não estou tranqüilo como gostaria de estar em relação ao fornecimento de energia, se a gente pensa em um prazo mais longo. Eu não estou tranqüilo eu gostaria de estar, mas não estou tranqüilo. Eu tenho visto seguidos fracassos de leilão de energia e aqui nós temos o possível e temos tentado corrigir e estamos até avançando nisso.

Tem um projeto do Senador Tasso Jereissati que é bom para nós criarmos os marcos regulatórios convincentes. Esse projeto passou no Senado e está indo para o Plenário agora é uma PEC e é basicamente isso. E portanto, eu procurei dar a contribuição que me ocorreu nesse momento, para um debate que eu julguei muito proveitoso nesta Comissão, que é muito bem presidida pelo Senador Marconi Perillo.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Sr^{as} Senadoras e Srs. Senadores, só corroborando com o ilustre Líder Arthur Virgílio, eu gostaria de dizer que como Governador de Goiás, não apenas fui e continuo a ser hoje como Senador, aberto ao planejamento estratégico como pratiquei o planejamento estratégico. Também não gosto da tese de ficar atirando pedras da vidraça alheia, de qualquer maneira eu lamento ainda que o planejamento estraté-

gico nesse Governo comece apenas agora à medida que é lançado o PAC Brasil.

Com a palavra o ilustre Presidente da ELETROBRÁS, Dr. Valter Cardeal, para as últimas respostas.

SR. VALTER LUIZ CARDEAL DE SOUZA: Eu tenho a pergunta do Senador Wellington Salgado: Se existe energia para assegurar o consumo, assegurar em função do crescimento do Brasil assegurar a demanda de consumo de energia no nosso país?

Bom, primeiro nós começamos pelo nosso novo modelo institucional, que foi implementado no Governo do Presidente Lula, em que esse modelo assegura em que todas as concessionárias de distribuição de energia tenham 100% da sua energia contratada. Isso faz com que de acordo com o planejamento estratégico podemos, chamar assim ou o planejamento e ter que ser feito para uma usina aconteça num período X de anos ou que aconteça em três anos, no chamado A menos três; aconteça em cinco anos no chamado A menos cinco, ou empreendimentos de maior porte em número maior.

Essa energia tem que ser previamente contratada no planejamento determinativo da expansão onde tem a nossa chamada EPE, Empresa de Pesquisa Energética, responsável por esse instrumento - claro que outorgado e monitorado pelo Ministério de Minas e Energia - isto faz com que a oferta de energia fique assegurada e tem sido assim.

Então eu não concordo com o Senador Arthur Virgílio a dizer que os leilões têm sido um fracasso. Esse leilão próximo agora, habilitados para oferta de energia tem 25 mil megawatts listados que deverão ser habilitados. Quase sua totalidade para disputar em leilão público pelo menor preço e não como no passado se fazia; era o leilão para o uso do bem público quem pagasse o maior valor de bem público da usina é que levava o empreendimento. E isso acabou não acontecendo e não se tinha nenhuma garantia de que as concessionárias teriam que ter o seu mercado atendido em 100%. Esse é o primeiro ponto.

O segundo ponto que também vem reforçar é o nosso PAC em que contribui sobremaneira quando as condições financeiras são muito melhores disponibilizadas no PAC e, principalmente desonera nas questões de encargos fiscais; desonera os nossos pleitos e os nossos investidores. Então Senador Wellington, nós temos os mecanismos que é o modelo institucional o Programa do PAC e temos sim, trabalhado em inventários, em estudos de viabilidade sempre na vanguarda para garantir que os empreendimentos venham a acontecer.

Só exemplificando, no passado, quando aqui se implementou nesse país o Programa Chamado PPT,

49 térmicas gerando emprego e renda lá fora, não aqui dentro para não fazer... Nós não temos fábrica de [inaudível] no Brasil ainda a gás. Dessas 49 deve ter acontecido quatro e nove. Então, o que nós estamos fazendo aqui nesse primeiro ciclo de Governo e agora, é garantindo pari passu a oferta com a demanda. E os instrumentos que esse Governo implementou e nós ELETROBRÁS estamos também num outro cenário.

Nós disputamos com todos os players privados os empreendimentos tanto de transmissão quanto de geração em igual condições. Então, somos uma empresa competitiva e não tememos competir com nenhum seguimento privado para garantir oferta de energia ao nosso país. Era isso.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Com a palavra o ilustre Presidente da PETROBRÁS, para suas considerações finais e respostas aos questionamentos, Dr. José Gabrielli.

SR. JOSÉ GABRIELLI: Ilustre Senador, vou tentar ser o mais rápido possível.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Cinco minutos.

SR. JOSÉ GABRIELLI: O Senador Raimundo Colombo fez quatro perguntas: Por que a PETROBRÁS aumentou a produção, caiu o preço internacional, tem lucros ótimos e por que não baixa o combustível na bomba? Primeiro. Para aumentar a produção precisa tem investimento nós saímos de cinco bilhões de dólares de investimentos em 2003, investimos 12 bilhões de dólares em 2006. E vamos investir quase 20 bilhões em 2007, porque senão não aumenta a produção precisa ter investimento.

Para ter investimento nós reinvestimos 75% do lucro, portanto para reinvestir nós temos que ter lucro e o lucro viabiliza o crescimento da produção. E o preço do combustível, portanto ele tem sido mantido estável ao longo do tempo do Brasil; o preço do combustível caiu, mas já subiu de novo e nós estamos mantendo ele instável. O Brasil passou o ano de 2006 sem enfrentar a crise do preço do petróleo, quando o mundo inteiro enfrentou esse preço do petróleo.

Então, a nossa política é uma política inclusive recomendada e elogiada pelo FMI, porque é uma política que minimiza os impactos das flutuações diárias do preço internacional e do preço doméstico.

O Senador Wellington Salgado menciona uma informação do Embaixador do Irã que eu gostaria de respeitosamente discorda do Embaixador do Irã. O gás natural diferentemente do petróleo não tem um preço internacional. O gás natural tem um preço que é determinado pela infra-estrutura de entrega do gás e pela existência de alternativas para o usuário do gás. Então isso determina os preços locais do gás, com exceção

do GNL o gás natural liquefeito que crescentemente passa a ter preços internacionais.

Portanto, dizer que o preço da Bolívia estava mais baixo ou mais alto - não estava porque ele estava se ajustando de acordo com o preço do óleo combustível que é o preço do combustível alternativo ao gás natural. Portanto, não estava mais baixo, ele vinha se ajustando ao preço do óleo combustível. E evidentemente que ao acompanhar o preço do óleo combustível, ele vinha acompanhando o preço do seu alternativo que é a maneira de determinar o preço máximo e remunerar nessa condição todo o investimento que é necessário para o gasoduto que leva o gás até o mercado final.

Então, desse ponto de vista não é correto dizer que a PETROBRÁS teve o lucro com o preço da Bolívia, pelo contrário, nós pagamos o preço que era o preço equivalente o preço justo. Em relação ao reconhecimento das correntes mais nobres do gás da Bolívia, também é difícil analisar isso em relação ao impacto da PETROBRÁS. Evidentemente no que curto prazo, se nós começarmos a pagar no curto prazo e não tivermos alternativas para utilizar essas correntes, isso vai ser um custo adicional para nós. Mas nós podemos utilizar essas correntes e visualizar projetos que permitam expandir o uso dessas correntes retornando mais do que nós estamos investindo nessa questão. Isso é uma questão de acelerar investimentos de novo para utilizar essas correntes.

Nós não fazemos buracos, não fazemos poços exploratórios evidentemente que a exploração no Brasil ela tem uma regra que é dada pela Legislação Brasileira. Nós só pudemos fazer poços exploratórios nas áreas que a concessão que nós temos concessão para fazer isso, que são áreas que estão via leilão da ANP. Nós temos que comprar essas áreas. Nós disputamos nesses leilões com todas as empresas internacionais e temos feito o máximo possível. Evidentemente comparando com outros países em condições que são distintas do Brasil, porque nós temos uma produção no mar, principalmente.

Temos uma condição bastante diferenciada de países que tenham uma produção em terra, portanto, a comparação não é adequada comparar número a número. Mas não é porque a PETROBRÁS faz menos poço exploratório do que precisa. Ela faz o máximo que pode com as áreas exploratórias que tem e com a disponibilidade das sondas que é um limitador hoje no mundo [soa a campainha] Que é a disponibilidade de sondas para exploração.

O Senador Inácio Arruda eu queria terminar. Ele me perguntou sobre a regaseificação, quanto é o volume de regaseificação e o preço que será pago. O projeto nosso é de seis bilhões de metros cúbicos/dia

no terminal de PECÉM. E 14 milhões de metros cúbicos/dia no terminal do Rio de Janeiro.

Os estudos de São Francisco, não os estudos de São Francisco e os estudos de outros lugares estão em andamento, nós temos ainda uma decisão mas estão em estudos nesse momento. O que tem decisão são esses dois terminais. Esses dois terminais a idéia é que esses terminais não sejam terminais de uso contínuo, que sejam terminais de uso intermitente e os preços são os preços internacionais de GNL hoje, que hoje devem estar em torno dos seis dólares por milhão de BTU, que equivale mais ou menos ao custo de levar o gás boliviano ao Ceará, que equivale mais ou menos ao custo de trazer o gás da Venezuela ao Ceará [soa a campainha]. Portanto, esse é o custo que nós temos.

Senador Arthur Virgílio o meu tempo já estourou, eu vou só dar uma informação rápida e objetiva que eu queria comentar sobre a Ipiranga mas... Eu só queria, no que se refere--

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Sr. Presidente, o senhor tem mais três minutos para concluir.

SR. JOSÉ GABRIELLI: Três minutinhos. Em relação a Ipiranga. Eu queria dizer de forma clara a posição da PETROBRÁS que confia que energicamente a CVM vai descobrir e vai punir exemplarmente qualquer eventualidade de vazamento de informações.

Portanto, nós temos confiança que a CVM vai ser exemplar nessa punição de eventualidades de vazamentos. Temos tranquilidade que o nosso pessoal provavelmente não está envolvido nisso, portanto esperamos que a CVM seja exemplar nisso. Podemos discutir depois a questão da petroquímica, podemos discutir a questão da distribuição, mas como o Senador disse não dá para falar.

O nosso investimento do gasoduto afilhado do Senador é de um bilhão 438 milhões. Nesse momento o trecho GLP duto tem 14% de realização física, 23% de realização orçamentária; o trecho B1 tem 10% de realização física e 25% de realização orçamentária; o trecho B2, tem 16% de realização física e 28% de realização orçamentária. A diferença é porque nós temos a compra dos tubos já está feita, portanto, nós compramos os tubos e portanto isso em termos orçamentários é maior, mas a realização física vai depender um pouco da implantação desses tubos.

Aí nós estamos enfrentando um pouquinho mais de dificuldade com as águas e com a realidade dura que o Senador conhece do regime de águas no Amazônia. Nós estamos tentando o máximo possível estão todas as equipes mobilizadas, nós vamos ter mais de 2000 homens mobilizados nisso. Os equipamentos são

enterrados em alguns lugares e estamos tentando o máximo possível de cumprir o cronograma.

A conclusão me parece que é 2008, não é isso?

SENADOR ARTHUR VIRGÍLO (PSDB-AM): 2008.

SR. JOSÉ GABRIELLI: [soa a campainha] Vai depender das chuvas, nesse momento nós estamos fazendo tudo que é possível, mas são coisas que a natureza... É junho de 2008. Essa é a nossa previsão agora a natureza é dura, às vezes--

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Isso é o que se chama de Estado máximo para o Arthur Virgílio.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Eu só gostaria de complementar, viu Gabrielli? A pergunta do Senador Virgílio, que é muito importante. Investimento no gasoduto de um bilhão e 400, isso é menos que o valor do consumo de um ano de óleo na cidade [inaudível].

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Sr. Presidente, eu gostaria apenas que V. Ex^a., tivesse em relação a questão do alcooduto o mesmo tratamento isonômico que V. Ex^a., tem em relação ao Senador Arthur Virgílio.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Isso é uma boa disputa, é uma boa disputa.

SR. JOSÉ GABRIELLI: Nós somos mais urgentes com o alcooduto do Ceará, porque Urucu-Manaus levou quantos anos?

SENADOR ARTHUR VIRGÍLO (PSDB-AM): Goiás.

SR. JOSÉ GABRIELLI: O alcooduto de Goiás tem dois anos Senador e lá levou 20 anos. Então nós estamos indo mais rápido, muito mais rápido--

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Porque agora tem planejamento por isso que--

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: V. Ex^{as}., não respondeu... Sr. Presidente, Sr. Presidente.

SR. JOSÉ GABRIELLI: Passou 20 anos, porque teve aquelas dificuldades passadas de Urucu e agora está acelerada.

[risos]

[tumulto]

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: O Presidente não compreendeu o espírito da isonomia. Isonomia em relação ao apadrinhamento, Sr. Presidente.

[risos]

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Eu não sei por que mas acho que ele não tem saudade do passado agora o negócio está acelerado.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Ele anda mais prestigiado no atual Governo do que nos dois anteriores.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Sr. Presidente, pode concluir.

SR. JOSÉ GABRIELLI: Bom, eu acho que já terminei.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Tá. Muito obrigado.

Com a palavra para suas considerações e respostas aos questionadores, aos nossos Senadores.

SR. JOSÉ GABRIELLI: Eu faltei falar da minha Líder Ideli--

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Esqueceu.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Pois, não. V. Ex^a., tem mais dois minutos.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Para quem não sabe bateira é o nome de barquinho lá em Florianópolis.

SR. JOSÉ GABRIELLI: A Senadora Ideli Salvatti, ela menciona uma questão dos biocombustíveis, se os investimentos são pequenos. Eu acho que estão mensurados de forma pequena no PAC, não que sejam os investimentos pequenos, porque eu acho... Ali estão os investimentos já conhecidos, mas existe um conjunto de projetos em andamento que estão se acelerando nesse momento que provavelmente vão aumentar muito esses investimentos na área de biocombustíveis mensurados pelo PAC, porque há uma clara aceleração de investimentos nessa área.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Eu agradeço a manifestação dos ilustre Presidente da PETROBRÁS.

E concedo a palavra para suas considerações finais e respostas aos Senadores que participaram dos questionamentos ao ilustre Ministro Silas Rondeau.

SR. MINISTRO SILAS RONDEAU: O Senador Raimundo Colombo ele fala sobre a importância da participação hidráulica na matriz energética, mas elétrica brasileira eu concordo absolutamente. Realmente o país é um exemplo da utilização de fontes renováveis no Brasil. Essa sua preocupação é a preocupação do setor elétrico, a preocupação do Ministro, a preocupação do Governo em manter essa participação expressiva e exemplar no caso, por exemplo, da capacidade instalada no Brasil na relação de 70 para 30 entre hidráulico e térmico.

Mas No que diz respeito a geração de energia elétrica é de 93 contra sete, portanto isso faz parte sim, do rol de prioritário nosso de manutenção de políticas para o setor. Mas quero dizer que há sim, uma velocidade que precisa ser impressa na questão dos licenciamentos para os empreendimentos hidroelétricos principalmente.

Mas ao contrário - e me permita discordar dessa posição - não há nenhum problema de relacionamento do MME com o MMA. Eu tenho relacionamento sim, estreitíssimo com o Ministério do Meio Ambiente até mesmo porque toda essa questão envolvendo licenciamentos eles nos obrigam a estar conversando praticamente todo dia. Naturalmente que nós não convergimos nem no conceito e muitas vezes em alguns casos na velocidades que nós precisamos, para liberar as necessárias licenças para o andamento das usinas hidrelétricas que nós precisamos.

Mas estamos evoluindo bastante e dizer que na realidade o que ocorre ali nas áreas de licenciamento - e não é só do Ministério do Meio Ambiente, são os órgãos de licenciamentos estaduais também que têm as dificuldades que foram impostas pelo cumprimento da lei. Que aqui nessa Casa de uma forma soberana e sábia, está certo, brindou o Brasil com modernas legislações consideradas as mais completas, mas tem por outro lado essa questão de uma grande discussão no que diz respeito ao licenciamento principalmente para usinas hidroelétricas.

Então objetivamente a pergunta foi: "E aí quantas licenças ambientais nesse Governo vocês liberaram?" Licenças prévias aquelas que permitem entrar no leilão foram dadas 17; licenças de instalação, ou seja, aqueles empreendimentos que foram a leilão tiveram suas outorgas e a partir daí precisa instalar o canteiro e começar a obra foram dadas 16; e licença de operação ou seja já passou pela prévia, já passou pela instalação e agora é hora de funcionar a usina, foram dadas 23.

São 56 licenças que foram dadas pelo órgão federal. Não estou contando aqui porque eu não tenho - o meu pessoal não conseguiu levantar - a quantidade de licenças que foram dadas no âmbito estadual. Eu sei que o Governo Marconi Perillo e hoje Senador e Presidindo dessa sessão aqui, ajudou bastante. Eu estava na ELETROBRÁS, mas discussões com o Ministério Público e os órgãos estaduais é preciso que seja feita essa interação absolutamente responsável e nós estamos caminhando.

Gostaríamos de estar numa velocidade maior com certeza, Senador. Eu acho que nós precisamos correr e crescer mais acelerado e esse que é o desafio do PAC, portanto, a sua observação é extremamente procedente no que diz respeito que precisamos juntos o Executivo, mas principalmente aqui nessa Casa fazer essa discussão de uma forma absolutamente aberta, qual o *trade-offs* nós vamos ter que imprimir entre a questão da preservação ambiental e a vantagem competitiva e comparativa que nós temos em eletricidade, como a Senadora Ideli falou muito bem, nós temos

264 mil megawatts conhecidos como potencialmente factíveis do ponto de vista de geração de energia elétrica e temos um pouco mais de 28% disso hoje em operação e em construção.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: O senhor me permite? O senhor poderia me encaminhar, depois por gentileza, a relação porque a informação que eu tenho - é nela que eu estou me baseando os números não são esses. Eu não estou colocando dúvida em V. Ex^a., absolutamente.

SR. MINISTRO SILAS RONDEAU: Não eu também--

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Mas eu gostaria de ter o número oficial, porque eu tive uma reunião com o setor produtivo e eles apontaram um número totalmente diferente desse que está aí. Eu não conheço o setor, quero ter a certeza absoluta de estar me posicionando com fundamentos corretos.

SR. MINISTRO SILAS RONDEAU: Estou determinando então à minha Assessoria que me passou esses dados aqui inclusive distinguir as especialidades que são outorgas--

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Esse a gás são outras outorgas estadual--

SR. MINISTRO SILAS RONDEAU: Mas eu pesquisei e nós estamos mandando lá.

A outra questão que V. Ex^a., colocou também e quero ser bastante rápido como eu prometi, passamos bastante do horário e agradeço a paciência dos senhores. É a questão relativa ao Paiquerê. É um dos exemplos, está certo?

No caso da Bacia do Uruguai foi exigido por conta daquela questão lá de Barra Grande a avaliação ambiental integrada e isso está em análise foi encaminhado no dia 1º de fevereiro. E depois estamos aguardando que tenha um desdobramento positivo, naturalmente dentro de todas as limitações técnicas que o grupo de licenciamento tem que enfrentar. E as discussões sempre elevadas de uma forma muito proativa entre a equipe do Ministério de Minas e Energia e o Ministério do Meio Ambiente.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Esse assunto eu conheço bem e exatamente no sentido de lhe ajudar que eu quero participar. Eu quero que se conclua os estudos de uma vez e que a gente possa começar e se tiver obstáculos intransponíveis que se deixe claro que não pode para que se busque onde há planta.

Então, a minha intenção aqui é ajudar o Ministério de Minas e Energia, porque me preocupa muito o fornecimento de energia para o futuro do país.

SR. MINISTRO SILAS RONDEAU: Eu tenho absoluta certeza e por isso eu agradeço. Peço desculpas se não foi essa a impressão que eu dei ao responder.

Absoluta certeza disso e isso é muito importante que os Srs. Parlamentares todos estejam afinados com essa questão, porque faltar energia não é mais... Deixa de ser somente um problema somente da ELETROBRÁS, um problema do Ministério de Minas e Energia um problema do Brasil. Ninguém de nós nesse país quer isso, quer repetir essa experiência que o país teve.

Só para dizer ao senhor como nós estamos seguros, ao mesmo tempo otimistas com respeito a questão das ofertas de energia. Nós temos cadastradas esses megawatts que eu mostrei aqui rapidamente, nós temos cadastrados para entregar energia daqui a três anos após o leilão que vai ser feito agora em maio, nós temos cadastrados quatro mil 570 megawatts só de fontes alternativas. Significa o primeiro filho do Programa PROINFA estímulo as fontes alternativas energia limpa.

Temos para energia que deve ser entregue a três anos no leilão que chama de A menos três, vamos fazer em 2007 para entregar energia completando aquela curva de 2010, 19 mil, 952 megawatts cadastradas; ou seja que manifestaram interesse de entrar no leilão. E para o leilão de longo prazo, aquele que normalmente ele é vocacionado para hidrelétricas que nós chamamos de A menos cinco, ou seja, para entregar energia durante o ano de 2011, nós temos cadastrados, interessados em 16 mil 408 megawatts.

Portanto só agora em 2007, entre o que eu preciso e não posso dizer por que esse é o segredo do leilão, está certo? E o que o mercado está dizendo em que está interessado em colocar como oferta em torno de 24 mil 522. Pela conta mais primária que tem - que foi ali que nós mostramos na curva - é muito menos do que isso de sorte que nós estamos avançando e avançando positivamente confirmando que o modelo para o setor elétrico foi um modelo adequado sim.

Com isso eu acho que eu respondi algumas lá na frente que eu vou aqui dando baixa.

O Senador Wellington Salgado --

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Sr. Ministro eu vou conceder mais cinco minutos para V. Ex^a., concluir, se possível.

SR. MINISTRO SILAS RONDEAU: Meu caro correligionário Wellington Salgado com quem tenho estado realmente muito intensamente tem mostrado inclusive interesse. Eu agradeço inclusive esse apoio lá ao trabalho que nós estamos desenvolvendo lá no MME.

Eu quero dizer que o PAC na nossa visão, nós cremos que efetivamente o PAC tem tudo para acontecer. Nós precisamos trabalhar muito e precisamos também do apoio dessa Casa e vocês têm dado isso, uma demonstração clara disso e nós agradecemos.

Sobre a questão da nuclear eu quero dizer o seguinte eu não tenho absolutamente nenhum medo. Eu posso ter uma precaução no sentido de não atrapalhar porque eu sou um defensor da fonte nuclear para o Brasil como sendo uma alternativa sim, a primeira alternativa do ponto de vista de geração de base que nós temos é a nuclear, porque nós temos o domínio da cadeia praticamente toda começando da prospecção, pela exploração, pelo beneficiamento, pela produção do combustível, chegando até o tratamento e armazenamento de seu rejeitos.

Temos a tecnologia que é o calcanhar de Aquiles da centrífugadora totalmente nacional, então, nós não podemos abandonar uma vantagem como essa em que o país figura no cenário mundial como a 6ª maior reserva de urânio do mundo. Isso é uma coisa importante.

O Senador Inácio Arruda a pergunta foi acredito que satisfeita pela explicação do Gabrielli, quando fala do volume do gás e do preço do gás que chegaria ali. O Senador Arthur Virgílio também já foi respondido pelo Gabriel sobre o gasoduto Coari-Manaus ele não está aqui, mas eu gostaria inclusive de ressaltar.

Eu conheci o Senador Arthur Virgílio como Prefeito de Manaus no início da grande discussão sobre o gás para a Amazônia, na época que [inaudível] O gás no imaginário do Amazônia como sendo a segunda maior fronteira de desenvolvimento daquela região depois da Zona Franca de Manaus. E realmente muito tempo aconteceu de lá para cá.

O próprio Senador foi um dos que ajudou muito a discussão de como fazer o transporte foi aonde impactou - o Senador Inácio Arruda falava disso que ele conhece isso - que era da forma de transportar esse gás que na época o modelo era fazer GNL, criogenizar e levar. Então ele teve uma participação muito grande então eu acho que é merecido esse título que o Gabrielli dá a ele de padrinho do Gasoduto Coari-Manaus.

A nossa Senadora queria Ideli Salvatti, eu agradeço as suas palavras. A gente fica no Ministério e no Governo bastante satisfeito, com o reconhecimento da forma como a senhora tem se comportado com respeito aos trabalhos nossos nessa área de energia, tem sido muito importante isso.

E dizer que no caso da nossa querida PETROBRÁS, pode ter qualquer defeito e é difícil da gente encontrar assim a primeira vista, mas esse de não gastar ela gasta não tem não, ela gasta bem e gasta. Então ela vai das empresas acompanhadas pelo Ministério de Minas e Energia a que teve a melhor execução orçamentária no exercício de 2006 foi a PETROBRÁS assim sem nenhuma dúvida, de sorte que eu sei que eles vão dar conta dessa antecipação de gás--

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Ministro, o senhor não está vendo o sorriso de alegria dele.

[risos]

SR. MINISTRO SILAS RONDEAU: E só dizer finalmente já concluindo de que a retomada do planejamento Senadora, para nós é uma coisa bastante importante, é um marco de honra. Esse realmente a senhora identificou muito claramente com a perspicácia política que a senhora tem que esse é o cerne, esse é o segredo do nosso plano, principalmente, no que diz respeito a infra-estrutura.

Nós começamos ao contrário do que possa pensar, o planejamento de longo prazo, para o setor energético no Brasil começou em 2004, [soa a campainha] a então Ministro Dilma.

Seu primeiro produto já foi apresentado a sociedade que foi o Plano Decenal de Energia em 2006 e agora em 2007, nós estamos entregando o Plano Nacional de Energia e a matriz energética.

Eu quero agradecer aos Srs. Senadores e a todos que estiveram aqui com toda paciência de nos ouvir. Me colocar absolutamente ao inteiro dispor dessa Casa, meu caro Presidente da Comissão, já amigo de tanto tempo o Senador Marconi Perillo desde o tempo de Governador lá no Estado de Goiás.

E desejar que seu trabalho aqui, seja da forma como eu vi manifestado pelos seus colegas, reconhecido de que tem uma nova dinâmica, uma nova vontade de convergir os interesses reais da Comissão de Infra-Estrutura com os entes envolvidos diante dessa missão que vocês têm aqui no Senado. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Bem, nós vamos encerrar essa primeira fase da pauta de hoje, não sem antes agradecer mais uma vez às presenças muito ilustres e honrosas do Exmo. Sr. Ministro Silas Rondeau, Ministro de Minas e Energia, competente Ministro, assim como dos ilustres Srs. Presidentes da Eletrobrás Valter Luiz Cardeal de Souza e da PETROBRÁS, José Gabrielli, ambos também muito competentes, excelentes técnicos.

E ao mesmo tempo deixar aqui evidenciado que do ponto de vista de vista dessa Presidência continua a preocupação em relação a questão do gás da Bolívia. Nós continuamos muito preocupados com relação a questão da insegurança jurídica por parte do Governo Boliviano em relação ao fornecimento de gás para o Brasil.

Reiterando a nossa confiança nos trabalhos de V. Ex^{as.}, nós agradecemos pela oportunidade que todos os Senadores tiveram pelo menos os interessados, em debate durante cinco horas questões referentes a infra-estrutura energética que são da maior relevância

para o Brasil. Muito obrigado a todos, sejam sempre bem-vindos.

Eu informo aos ilustres Senadores que há sobre a mesa três requerimentos que serão lidos.

Primeiro requerimento, requerimento nº 27/2007 dessa Comissão de Infra-Estrutura. Aditamento ao requerimento nº 02/2007, de autoria dos ilustres Senadores Romero Jucá e Delcídio Amaral, que requerem a participação do Dr. Amin Alves Murad, Diretor Presidente da Supervia, empresa com larga experiência em sistema de trens metropolitanos entre os convidados para a Audiência Pública do dia 29 em consequência da aprovação de requerimento de autoria dos ilustres Senadores Inácio Arruda e Eduardo Azeredo. Em discussão. Não havendo quem queira discutir, em votação. Os Srs. Senadores e Senadoras que aprovam permaneçam como. Estão aprovado.

Requerimento nº 28 dessa Comissão, de iniciativa dos ilustres Senadores Renato Casagrande, Marconi Perillo, Wellington Salgado, Eliseu Resende e Eduardo Azeredo. Solicitam que sejam convidados os Srs. Ministros de Estado de Transportes, os Governadores dos Estados de Espírito Santo, Goiás, Minas Gerais e os Srs. Diretores Presidentes da Companhia Vale do Rio Doce e da Agência Nacional de Transporte Terrestre a comparecerem a esta Comissão de Serviços e Infra-Estrutura para, em Audiência Pública, discutirem o corredor Cento-Leste, sobretudo o corredor ferroviário. Em discussão. Não havendo quem queira discutir, em votação. Srs. Senadores e Senadoras que aprovam permaneçam como estão. Aprovado o requerimento.

Requerimento nº 29, de autoria dos ilustres Senador Raimundo Colombo e Arthur Virgílio, requerem nos termos regimentais que seja convidado o Ministro Relator do Tribunal de Contas da União, Augusto Nardes, para em reunião de Audiência Pública prestar esclarecimentos a respeito de relatório de obras superfaturadas da INFRAERO.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Sr. Presidente, só para--

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Com a palavra, a ilustre Senadora Ideli Salvatti.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Apenas uma informação. Pelo que está no noticiário, nós temos relatório preliminares a respeito de análise das questões da Infraero. Então, eu queria saber se vão ser esses relatórios preliminares, porque ainda não tem relatório consolidado do Tribunal de Contas.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Senadora, eu tenho o prazer de conceder a palavra ao autor do requerimento, Senador

Raimundo Colombo, para que ele possa prestar esses esclarecimentos a V. Ex^a.

SENADOR RAIMUNDO COLOMBO (PFL-SC):

Sr. Presidente, Sra. Senadora, a notícia está presente em toda a imprensa nacional, e nós estamos convivendo com esta realidade do apagão. Eu procurei me informar quem poderia trazer as informações para que a gente pudesse debater essa questão. E aí me informaram que seria o Tribunal de Contas da União.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC):

Poderíamos fazer essa verificação, Senador Raimundo Colombo, por conta de que a informação que eu tenho é de que ainda são relatórios da equipe técnica preliminares, não passou ainda pelo pleno com parecer do Ministro Augusto Nardes.

Então, até para a gente não deliberar sobre algo que possa ter alguma... Teria algum problema? Eu não tenho nada contra. Eu quero lhe dizer o seguinte: Se está já consolidado--

SENADOR RAIMUNDO COLOMBO (PFL-SC):

A informação que eu tenho, Senadora, é que está consolidado e ele teria condição de não vir aqui defender. Quer dizer, seria um tipo de informação, não tem nenhum outro--

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC):

Poderíamos deixar para... Terá o meu voto com certeza, mas daria para a gente poder verificar isso para votarmos na semana que vem?

SENADOR RAIMUNDO COLOMBO (PFL-SC):

Eu não sou o único autor, quer dizer, tem também o Senador Líder do PSDB. Eu não posso falar por ele.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC):

De qualquer forma, nós também não temos mais quorum aqui. Se eu pedir verificação de quorum, estamos só nós três aqui.

SENADOR RAIMUNDO COLOMBO (PFL-SC):

A senhora solicita a verificação de quorum?

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC):

É, eu só vou verificar porque realmente eu gostaria de ter a certeza de que é o Ministro Augusto Nardes.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Não havendo quorum, prorrogo a discussão desse requerimento, adio a discussão desse requerimento para a próxima Sessão Extraordinária.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC):

Deixando claro, Presidente, que não é impedimento não, é apenas esclarecimento e eu votarei a favor se ficar configurado que está consolidado o relatório.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO):

Retirado de pauta e adiado para a próxima Sessão. Encerro a presente Sessão Extraordinária e convoco outra para a próxima quinta-feira no horário regimental. Muito obrigado a todos.

Sessão encerrada às 16h01.

**SECRETARIA DE COMISSÕES
SUBSECRETARIA DE APOIO ÀS COMISSÕES
PERMANENTES
COMISSÃO DE SERVIÇOS DE
INFRA-ESTRUTURA**

Ata da 9ª Reunião, extraordinária, da Comissão de Serviços de Infra-Estrutura, da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura, realizada em 29 de março de 2007, às 9:00 horas, na sala de reunião nº 13 da Ala Senador Alexandre Costa, Anexo II.

Às nove horas e vinte e quatro minutos do dia vinte e nove de março do ano de dois mil e sete, na sala de reuniões da comissão, sob a Presidência do Senador MARCONI PERILLO, reúne-se a Comissão de Serviços de Infra-Estrutura, com a presença das Senhoras Senadoras e Senhores Senadores **Serys Slhessarenko, Delcídio Amaral, Ideli Salvati, Inácio Arruda, Fernando Collor, Romero Jucá, Valter Pereira, Wellington Salgado, Eliseu Resende, Jayme Campos, Heráclito Fortes, João Tenório, Flexa Ribeiro, Augusto Botelho, Gilvam Borges, Marco Maciel, Jonas Pinheiro, Rosalba Ciarlini, Romeu Tuma, Cícero Lucena, Eduardo Azeredo**. Presentes, também, os Senadores **César Borges e Patrícia Saboya**. Deixam de comparecer os demais Senadores. Havendo número regimental, o Senhor Presidente declara aberta a reunião, dispensando-se a leitura da ata da reunião anterior que é dada como lida e aprovada. A Presidência lê os seguintes expedientes: Aviso nº 371, do TCU, datado de 27 de março de 2007, subscrito pelo Ministro Ubiratan Aguiar, na Presidência, referente ao Processo de revisão tarifária da Eletropaulo Metropolitana Eletricidade de São Paulo S.A., relativo ao exercício de 2003. Aviso nº 411, do TCU, datado de 27 de março de 2007, subscrito pelo Ministro Ubiratan Aguiar, na Presidência, referente ao Processo de revisão tarifária da Light Serviços de S.A., relativo ao exercício de 2003. Em seguida a Presidência comunica que a presente reunião destina-se à realização de Audiência Pública com a presença dos Excelentíssimos Senhores Ministros de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão, *Paulo Bernardo*, e das Cidades, *Márcio Fortes*, do Presidente da Companhia Brasileira de Trens Urbanos - CBTU, *João Luiz da Silva Dias* e do Diretor Presidente da SUPERVIA, *Amin Alves Murad*, para participarem de debate sobre a situação em que se encontram os investimentos do Governo Federal nos sistemas de trens metropolitanos no País, em atendimento aos Requerimentos nº (s) 02, de 2007-CI, de autoria do Senador Eduardo Azeredo e 027, de 2007-CI, de autoria dos Senadores Romero

Jucá e Delcídio Amaral. Em seguida, a Presidência convida os expositores para tomarem assentos à Mesa dos trabalhos. O Senhor Presidente concede a palavra ao Senador Eduardo Azeredo, para justificar o seu requerimento. Em seguida, a Presidência concede a palavra aos expositores para suas considerações iniciais. Assume a Presidência dos trabalhos o Senador Eduardo Azeredo. Fazem uso da palavra, de acordo com a lista de inscrição, os Senadores Marconi Perillo, Eduardo Azeredo, Inácio Arruda, Eliseu Resende, Valter Pereira, Wellington Salgado, Jayme Campos, Cícero Lucena, César Borges, Ideli Salvatti, Heráclito Fortes. A Presidência concede, ainda, a palavra ao Deputado Estadual Célio Moreira, Presidente da Assembléia Legislativa de Minas Gerais, ao Vereador Totó Teixeira, Presidente da Câmara Legislativa de Belo Horizonte e ao Deputado Estadual João Leite, para indagarem aos expositores. A Comissão aprova extrapauta o **Requerimento nº 29, de 2007-CI**, de autoria do Senador Raimundo Colombo e Arthur Virgílio, requerendo seja convidado o Ministro-Relator do Tribunal de Contas da União, Augusto Nardes, para, em reunião de Audiência Pública, prestar esclarecimentos a respeito de Relatório de Obras Superfaturadas da Infraero. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às treze horas e dezoito minutos, lavrando eu, *Dulcília Ramos Calháo*, Secretária da Comissão, a presente ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra do seu registro de Estenotipia Informalizada. – Senador **Marconi Perillo**, Presidente.

9ª Reunião extraordinária da Comissão de Serviços de Infra-Estrutura, da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura,

Realizada no Dia 29 de Março de 2007, às 9 Horas e 24 Minutos.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): [soa a campainha] Havendo número regimental declaro aberta a 9ª Reunião Extraordinária da Comissão de Serviços de Infra-Estrutura da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura.

Antes de iniciar os trabalhos, proponho a dispensa da leitura e aprovação da Ata da reunião anterior. Os Srs. Senadores e Sras. Senadores que aprovam permaneçam como se encontram. Aprovado.

Há expedientes a serem lidos sobre a Mesa. Aviso do Tribunal de Contas da União nº. 371 de 27 de março do corrente, subscrito pelo Ministro na Presidência Ubiratan Aguiar, referente ao processo de revisão tarifária da ELETROPOL, metropolitana eletricidade de São Paulo, exercício de 2003. Relator, Ministro Benjamin Zymler. Aviso do Tribunal de Contas da União nº. 411 de 27 de março do corrente, subscrito pelo Ministro

na Presidência Ubiratan Aguiar, referente ao processo de revisão tarifária da Light Serviços de Sociedade Anônima. Exercício de 2003, Relator Ministro Benjamin Zymler. Os avisos do TCU estão à disposição dos senhores e senhoras Senadores na secretaria dessa Comissão.

Há Requerimento sobre a Mesa que passo a lê-los. Requeiro nos termos regimentais, seja convidado o Ministro Relator do Tribunal de Contas da União Augusto Nardes, para em reunião de Audiência Pública prestar esclarecimentos a respeito de Relatório de obras superfaturadas da INFRAERO, assinados pelo Senador Raimundo Colombo, Arthur Virgílio. Está em discussão. Não havendo quem queira discutir, está em votação. Aqueles que se considerarem favoráveis permaneçam como estão. Aprovado.

A presente Audiência Pública tem como objetivo a realização de debate com a finalidade, de discutir a situação em que encontram os investimentos do Governo Federal no sistema de trens metropolitanos no País. Tenho a honra de convidar para tomarem assentos à Mesa dos trabalhos os Srs: Dr. Paulo Bernardo Ministro de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão. Dr. Márcio Fortes, Ministro de Estado das Cidades, Dr. João Luiz da Silva Dias, Presidente da Companhia Brasileira de Trens Urbanos, C B T U e Dr. Amin Alves Murad, Presidente da Super Via.

Excelentíssimos Srs. Ministros, convidados, Srª. Senadora, Srs. Senadores. Quero registrar com honra as presenças dos ilustres Deputados Federais, Dr. Paulo Maluf, ex-Governador de São Paulo, e Dr. Márcio Reinaldo Deputado Federal por Minas Gerais. Uma satisfação recebê-los aqui nessa Comissão. Como já me referi anteriormente, Srs. Ministros, Srs. Convidados, essa Audiência Pública tem como objetivo debater a situação em que se encontram os investimentos do Governo Federal nos sistemas de trens metropolitanos no País. O autor do Requerimento é o ilustre Senador Eduardo Azeredo. Além de outros que subscreveram. A empresa Metroviária Brasileira compreende 15 sistemas, provendo serviços de transporte urbano de passageiros a 42 milhões e 500 mil brasileiros, distribuídos por 68 Municípios, em área equivalente a 37.3 mil quilômetros quadrados. Os sistemas são operados por oito sociedades empresárias estatais. Duas federais, cinco estaduais e um distrital. Assim como, por duas concessionárias serviço público. Os Municípios atendidos estão compreendidos nas regiões metropolitanas de Belo Horizonte, Dois Municípios; Recife, quatro Municípios; Salvador, um Município; Maceió, três Municípios; João Pessoa, quatro municípios; Natal quatro municípios; Porto Alegre, cinco Municípios; São Paulo 22 Municípios; Fortaleza três Municípios; Teresí-

na um Município; Rio de Janeiro 18 Municípios; além de Brasília. Cabe às estaduais federais, companhia brasileira de trens urbanos e empresa de trens urbanos de Porto Alegre, a TRENSURB respectivamente, a administração e operação e desses três sistemas. Recife, Belo Horizonte, Natal, João Pessoa e Maceió por intermédio da CBTU, Porto Alegre por meio da TRANSURB. Até novembro de 2005 a CBTU também administrava e operava o sistema de Salvador, agora transferido à Prefeitura Municipal. As características gerais desses seis sistemas encontram-se demonstrada na tabela nº. 01 abaixo.

A CBTU é a sociedade empresária resultando Fusão a Vida em 1984, entre a empresa de engenharia ferroviária sociedade anônima e a diretoria de Transporte Metropolitano da extinta rede ferroviária federal. Tem a missão de planejar, realizar estudos, projetos de construir e implantar sistemas de transporte de pessoas, operando-os comercialmente. Ao longo de seis anos, desde a criação da CBTU, foi-se implementando o programa de modernização da ferrovia. Em 1990 teve início o programa de estadualização do sistema de trens urbanos de passageiros sobre trilhos. Em 94 iniciou-se o programa de descentralização de trens urbanos. Transferiram-se neste ano os Estados de São Paulo e Rio, por intermédio respectivamente da companhia paulista de trens metropolitanos e da companhia Fluminense de trens urbanos. Os sistemas ferroviários locais e de passageiros. Em 2002 verificou-se a descentralização do sistema de Fortaleza, e em 2005, o de Salvador. Atualmente a CBTU opera o sistema de Recife, Belo Horizonte, João Pessoa, Maceió e Natal. Com a finalidade subjacente de transferi-las às empresas de governos locais. Os objetivos com a transferência são: Garantir a ampliação de rede de transporte público urbano integrado, manter o subsídio aos sistemas, assegurando-lhes a universalidade, integrar os sistemas da política urbana, estabelecer política industrial para o transporte urbano.

Com essas considerações iniciais, eu vou suspender essa Sessão por cinco minutos, a fim de que, possamos aguardar a chegada do autor do Requerimento para que ele possa fazer aqui a sustentação, da sua iniciativa. Com a permissão dos Srs. Ministros, dos Srs. Senadores, eu suspendo por cinco minutos essa Sessão. [soa a campanha].

Sessão suspensa às 09h31m.

Sessão reaberta às 09h33m

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Reabro a presente Sessão com o objetivo de realização de Audiência Pública proposta a partir de Requerimento do ilustre Senador Eduardo Azeredo, a quem concedo a palavra para justificar a

sua iniciativa. Com a palavra o ilustre Senador Eduardo Azeredo.

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG):

Sr. Presidente, Senador Marconi Perillo, Srs. Ministros Paulo Bernardo e Márcio Fortes. Sr. Presidente João Luiz, Dr. Presidente da Super Via, Amir Murad. Eu quero primeiro agradecer a presença das autoridades que foram convidadas, para que nós possamos discutir esse tema do transporte de massa, na verdade, e abordando a questão especial dos trens metropolitanos.

Nós temos um crescimento populacional explosivo, eu poderia dizer, nas grandes cidades brasileiras, os projetos de metrô são todos eles oriundos de mais de uma década atrás, praticamente, ou mais do que isso, e não tem tido a evolução necessária para acompanhar o aumento de população. O que nós assistimos então, é sempre um problema muito agravado na questão do transporte por ônibus que faz a maioria do transporte da população brasileira. Nós temos algumas cidades com soluções de ônibus inteligentes, como a solução de Curitiba, mas nem sempre é possível fazer os mesmo em todas as cidades. De maneira que o objetivo que nós queremos discutir aqui, discutir nessa Audiência Pública os investimentos específicos na questão do trem metropolitano. Quer dizer, eu tenho os dados do PAC, do ponto de vista de Belo Horizonte nós consideramos que o valor é muito insignificante, são 180 milhões para 4 anos, não será possível com isso fazer grande coisa para o metrô de Belo Horizonte. E eu quero destacar ainda aqui, a presença do Presidente da Câmara Municipal de Belo Horizonte, Vereador Totó Teixeira, que está aqui, e também dos Deputados Estaduais João Leite e Célio Moreira, que são da frente mineira em defesa do metrô de superfície de Belo Horizonte. De maneira que basicamente, é essa a questão e depois eu faria alguma pergunta específica. É a questão do transporte de massa no Brasil.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Após a manifestação--

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG):

Só o outro Deputado também, o Deputado Gil Pereira, também é Deputado Estadual e o Deputado Macio Reinaldo Deputado federal, também de Minas.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Esta Presidência registra e cumprimenta os ilustres visitantes. Com a palavra, para a sua exposição, excelentíssimo Sr. Ministro de Estado do Planejamento, Dr. Paulo Bernardo por 15 minutos.

SR. MINISTRO PAULO BERNARDO: Muito obrigado. Meus cumprimentos, Presidente Marconi Perillo, quero cumprimentar também o Senador Azeredo pelo... E também dizer que concordo com as palavras de V.Ex^a. sobre a importância desse tema. Me parece que nós

tentamos agendar essa vinda aqui desde dezembro, pelo menos desde dezembro eu me lembro V.Ex^a. já tinha esse Requerimento, não sei a data dele, mas, não conseguimos fazer no final do ano e depois me parece que também no período de janeiro, acho que não seria o melhor período porque de fato não teríamos uma... Um momento ideal para discutir isso dentro do Senado. Mas, é uma satisfação atender o convite. Quero cumprimentar o meu colega, Márcio Fortes. O Presidente da CBTU, João Luiz. Quero cumprimentar o Presidente da Super Via, os Deputados que aqui estão, Senador Jonas, Vereador de Belo Horizonte, enfim, o Deputado João Leão, estou vendo aqui também.

Eu vou falar rapidamente, Sr. Presidente, vou fazer uma exposição do trabalho que fizemos nesses quatro anos e o que está programado no Programa de Aceleração do Crescimento nessa área. Nós, durante o período de... Do primeiro mandato do Presidente Lula, particularmente a partir de 2005, fizemos negociações com os Estados para retomar obras que estavam paralisadas. Eu queria... Passando aí, mostrar o que aconteceu. Nós tínhamos, e falando particularmente dos sistemas de Belo Horizonte, de Recife, de Fortaleza e de Salvador, problemas como um baixo nível de investimento, isso nós concordamos com o Senador Azeredo, atraso na implantação dos projetos, obras paralisadas, funcionamento ineficiente dos sistemas e dificuldades para a descentralização dos sistemas, na conformidade da lei 8693 de 1993. Nós procuramos na nossa estratégia de retomada dos investimentos, trabalhar para aumentar a sustentabilidade econômica dos sistemas, concluir projetos já iniciados e viabilizar a descentralização dos sistemas sobre gestão federal, isso envolveu negociações com os vários governos dos Estados, em alguns casos por vários meses, porque evidentemente isso tem um impacto não só na gestão, mas também um impacto financeiro. Além disso, a medida em que essas negociações foram se desenvolvendo, nós incluímos no Projeto piloto de investimentos, inicialmente o sistema de Belo Horizonte, depois o de Fortaleza e depois o de Salvador. Fizemos intensas negociações, mas não foi possível chegar a um bom termo com relação ao sistema de Recife. Fizemos uma descentralização do sistema de Fortaleza e de Salvador, uma coisa que não é trem urbano, não está exatamente no objeto do tema, mas na mesma época nós fizemos uma negociação com a Prefeitura de São Paulo, na época o Governador José Serra era o Prefeito, e acabamos também com os mesmos moldes, fazendo a inclusão do corredor expresso Tiradentes de São Paulo. É uma obra... Na verdade é um grande corredor para ônibus que foi inaugurado, se não me engano agora no começo do mês de março, mas

dentro desse espírito de negociação também incluído no Projeto piloto de investimento. E, além disso, nós colocamos no PP I também recursos para apoiar os Estados e os Municípios na elaboração de planos diretores de mobilidade urbana em áreas metropolitanas. Se não me engano em 12 áreas de regiões metropolitanas esses projetos estão, esses planos diretores estão sendo elaborados com o apoio financeiro do Governo Federal.

Quando nós elaboramos o Programa de Aceleração do Crescimento, nós fizemos uma previsão de investimentos em sistema de transporte de massa de um bilhão e meio de reais, com recursos incluídos no Projeto piloto de investimento. E aí incluídos nos trens urbanos: Belo Horizonte, Recife, Fortaleza e Salvador, ao corredor expresso Tiradentes lá em São Paulo, e também recursos para capacitar os sistemas para transporte aproximado de um milhão e quatrocentos milhões de passageiros por dia. E estamos trabalhando para viabilizar a descentralização dos sistemas de Belo Horizonte e do Recife. Nós ainda não temos a conclusão dessas negociações. Temos feito esses contatos com os governos, mas queremos fazer descentralização. E aí é um mapa mostrando os cinco principais investimentos, lá no norte e nordeste, Fortaleza, Recife, Salvador, Belo Horizonte e São Paulo. Aí tem uma descrição rápida de cada um dos projetos, no caso da região metropolitana de Fortaleza, nós estamos fazendo a ampliação da linha sul e modernizando a linha oeste. As principais intervenções são a retomada do trecho subterrâneo, um trecho chamado Benfica-São Benedito. Enfim, são recursos da ordem de 484, 485 milhões para esse período. O objetivo é aumentar a capacidade para 185 mil passageiros por dia. Passando. Em Salvador, os principais... As intervenções estão aí, a linha Lapa-Pirajá, implantação com 12 quilômetros praticamente e linha Calçada-Paripe é uma modernização. Recursos totais de 498 milhões para o período dos próximos... Esse ano e mais três anos. E queremos ter uma capacidade no trecho Lapa-Pirajá de 200 mil passageiros por dia e aumentar a capacidade no outro trecho para 40 mil passageiros por dia, passando. Lá em Belo Horizonte, a linha Eldorado-Vilarinho nós estamos fazendo a implantação... Isso já está em andamento. 28 quilômetros. E no caso da linha 2, Barreiro-Calafato, também o Senador Eduardo Azeredo tem razão, isso é um Projeto já de longa data, nós estamos fazendo a vedação da faixa de domínio com extensão de 10 quilômetros e elaboração dos projetos executivos das linhas 2 e 3.

Aí estão as principais intervenções, é um investimento como disse o Senador de 186 milhões nesse período, e a nossa expectativa é aumentar a capacidade

de do sistema de 145 para 225 mil passageiros/dia na linha 1 e fazer essa garantia da faixa domínio ferroviário que viabilizará a implantação do sistema metropolitano da linha 2. E a regionalização da gestão do sistema de Belo Horizonte, conforme nós tínhamos falado anteriormente. Passando. No Recife, nós estamos prevendo a implantação e modernização da linha sul e a modernização da linha centro. A idéia de aumentar a capacidade de transporte de 185 para 365 mil passageiros/dia com investimentos de 295 milhões para o período de execução do Programa de Aceleração do Crescimento. Passando. Na verdade, então, eu acho que tem algumas coincidências na fala do Senador Eduardo Azeredo e da nossa exposição. Era essa a nossa exposição, Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Sr. Ministro Paulo Bernardo, agradoço a V.Ex^a. pela exposição. Sucinta, objetiva, como de resto é a atuação de V.Ex^a. Tenho a satisfação e a honra de convidar para fazer sua exposição, o Ex. Sr. Ministro das Cidades, Dr. Márcio Fortes. Por 15 minutos.

SR. MINISTRO MÁRCIO FORTES: Sr. Presidente, bom dia. Muito bom dia Srs. Senadores, Srs. Vereadores, Secretários presentes, dirigentes das empresas de transporte metropolitano. A exposição vai ser um pouquinho mais detalhada, em relação ao quadro geral que o Sr. Ministro Paulo Bernardo apresentou, porque eu entendo que a apresentação deve abranger todo o sistema nosso da CBTU e projetos que nós temos para levar a diante novas obras no pós PAC. Nós estamos no PAC, mas são projetos que temos discutido em determinadas capitais brasileiras.

Só para fazer uma aproximação de que nós trabalhamos nas cidades, nós temos uma Secretaria Nacional de transporte Urbana, a SEMOB que é a dirigida pelo José Carlos Xavier, vocês conhecem o popular, Grafite, que é o nome dele. Porque ele é mais conhecido com Grafite do que como José Carlos Xavier. Ninguém sabe quem é o José Carlos Xavier, mas todo mundo sabe quem é o Grafite. E temos duas empresas, a CBTU e a TRENSURB. A TRENSURB especificamente para Porto Alegre e a CBTU como o Sr. Ministro Paulo Bernardo já indicou, coordena vários sistemas. Ou tem suas possibilidade de gestão ou a negociação para transferência ou dá o apoio técnico, inclusive, para a realização de obras, como é o caso, por exemplo, de Salvador que já há transferência, mas existe um apoio financeiro e apoio técnico para a construção do metrô. Esse é um quadro geral, a política e mobilidade urbana sustentável. É uma reunião de política de transporte de circulação integrada com a política de desenvolvimento urbano.

Vamos passar logo os eixos que vou fazer um comentário. O que nós procuramos? Universalizar o acesso ao serviço público por toda população. Cidadania, inclusão social. Temos que aperfeiçoar os marcos regulatórios e a gestão do setor, e temos que integrar a política de mobilidade com as demais políticas de desenvolvimento urbano de proteção do meio ambiente. Os senhores vão ver durante a exposição, temos problemas em alguns locais com o meio ambiente. E como quadro geral lembrar, Presidente, nós encontramos muitas pessoas que dormem no centro de cidade de baixo de viadutos e são pessoas que muitas vezes, ou na maioria das vezes tem emprego, tem casa e tem família. E não vão, a casa, por vários motivos. Problema da agilização de decisão com respeito à vias-expressas, a discussão sobre a tarifária social que pode ser para o ônibus ou para o metrô. Então, temos que pensar na integração dos modais de transporte com a política de desenvolvimento urbano que leva à definição de áreas, por exemplo, a construção de habitação de interesse social em áreas mais longe, mas que tem que ser viabilizada essa situação, com a disponibilização de transporte pelos seus vários modais.

No Brasil, lembrar que 35% vão a pé. O próprio Presidente da República sempre refere a sua mocidade, quando já trabalhava que ele andava 11 quilômetros a pé sempre, e não tinha recursos para pagar o tíquete do ônibus. Andava a pé. O transporte coletivo hoje em dia, 90% de ônibus, 10% de trilhos. Temos a presença forte de automóvel, 28%, e a bicicleta, que é um outro programa que estamos desenvolvendo com mais carinho no Ministério que é o desenvolvimento de programas de ciclo vias, ou seja, utilização de locomoção não motorizada. E temos 2% de motocicleta que eu queria lembrar os senhores que inclusive, é um problema delicado que está sendo discutido aqui no Congresso, é a situação dos famosos... Além do transporte individual, o transporte de moto táxi e moto frete. Isso está na Comissão de Transportes. Não vou tecer detalhes aqui, mas são situações muito críticas inclusive, com a decisão do Supremo de que as legislações estaduais e Municípios são inconstitucionais. Então não valem, mas no Brasil milhares de motocicletas fazem o moto táxi em desacordo com a lei, mas é uma realidade social. Inclusive, estive falando com o Ministro Alfredo para entrar em contato mais diretamente com o nosso Presidente da Comissão de Transportes na Câmara para ver como tratamos desse assunto de uma maneira mais ágil porque não podemos fechar os olhos para a realidade.

Bem, metrô. Sempre se pergunta por que tal metrô não entrou? Por que tal projeto não entrou no PAC? Aqui estão os motivos fundamentais, que era:

Concluir as obras para a melhoria das condições de vida da população, tornar os empreendimentos sustentáveis, transferir a gestão do metrô para a esfera competente, inclusive obrigação legal está na Lei 8693 de 93. E a idéia então, qual é? Foi de presidir o PAC, foi de basicamente concluir as obras. Evitar iniciar novas quando houvesse situações a meio caminho, verificar o que seria necessário, como caso de Belo Horizonte e fechar a faixa de domínio como vamos ver adiante e inclusive, tem recurso para verificar o Projeto para qualquer situação anteriormente programada. Inclusive, há casos em Belo Horizonte que nós temos projetos da década de 70, projetos da Barreiro-Calafate, que precisamos aprofundar, porque sempre me perguntam: Quanto vai custar? Por onde vai passar? Qual o tipo de veículo vai ser utilizado? Essas respostas têm que vir de um projeto. Por isso que há recursos previstos para o Barreiro-Calafate, como veremos em seguida.

Então, os projetos iniciados, nós temos: Belo Horizonte 95, Recife 96, Fortaleza 99, Salvador 2000. Temos que concluir essas situações. Alguma superposição, como o Paulo Bernardo falou, mas vamos rapidamente. O projeto inicialmente era para Belo Horizonte, a conclusão da linha 1, trecho Eldorado - São Gabriel. Na verdade, era a linha Eldorado-Vilarinho e temos a expansão de São Gabriel-Vilarinho. No momento existe um grande investimento previsto, inclusive já em curso em Vilário que é um terminal que vai envolver até a construção de shopping e que me corrija o Senador Azeredo, acho que com a transferência do centro administrativo lá do Governo de Estado, onde está o antigo jôquei. Essa estação vai ter uma importância muito grande, porque ali vai ser a concentração de veículos das pessoas vêm de Vespaziano, aquelas áreas próximas, também vai ser o ponto de desembarque das pessoas que vão trabalhar no futuro centro do jôquei. Então, uma estação de maior importância, portanto, um investimento muito grande não só da parte da CBTU, como setor privado para a construção de shopping com grandes garagens e integração com ônibus. E está no PAC a elaboração dos projetos linha 2 e 3 implantação da faixa de domínio. Vamos rapidamente ver aqui, aprofundando o que o Paulo Bernardo já falou. Obrigado, Sr. Presidente, porque a minha idéia justamente é que pudesse ter não mais um [inaudível], mas pudesse tecer detalhes sobre o que está sendo programado dentro do PAC. Por que é que há mais recursos para o metrô e menos recursos para outro? Dentro desse espírito de que alguns tiveram investimento já no passado, e outras situações você já tem um metrô quase concluído você está concluindo a operação, e outro está iniciando ou dando curso ao que estava iniciado e você tem uma projeção de recursos muito maiores

para chegar ao fim. No caso de Belo Horizonte, está é a parte inicial de Eduardo-Vilarinho, está chegando a parte, parte final. Por isso, que temos aí então, os valores inclusive, pequenos para Eldorado-Vilarinho. Então, o que nós temos... Eldorado-Vilarinho, como opera, tem 70 milhões de passageiros/ano, temos que fazer implantação, o Projeto era ser implantação de seis quilômetros de via duplicada(F) e segregado, o trecho São Gabriel-Vilarinho com dois túneis, construção do edifício sede de administração, seis novas estações, dois terminais de integração, três viadutos rodoviários, e dois ferroviários, revisão de cinco e montagem de 10 trens e instalação de sistemas fixos. Implantação de bilhetagem automática e de sistema de controle tráfego rodoviário na área central.

Com respeito ao tão reclamado e tão reclamado e pleiteado, trecho Barreiro-Calafate, lá se fala em Belo Horizonte, concluir as obras de implantação da plataforma ferroviária do trecho Barreiro-Calafate. O que nós temos? Desapropriações, remoção de interferências, construção... Na verdade essa remoção de interferência, eu acho que podemos fazer um ligeiro comentário, que isso é até uma maneira que estamos fazendo para ter um melhor... Utilização pela parte do trem de carga, já que estão mexendo com a base da linha férrea, com dormentes, com a situação dos trilhos. E do nosso lado estamos simplesmente delimitando a faixa onde vai ser feita a ampliação... Com o Projeto a ser realizado. Então temos construção, recuperação e modernização de estações, remanejamento da linha de carga existente, implantação da infra-estrutura da linha de passageiros, cerca de dez quilômetros, vedação da faixa de domínio e construção de diversas obras de arte, ou seja, a passarela concluída. Por questão de segurança, fechar a faixa de domínio, mas, sobretudo já com definição e como vai estar a linha do trem de carga e como vai ser a nossa linha. Trem de carga é uma linha singela, Não é João Luiz? E do outro lado temos duas linhas para o metrô, ida e volta. A situação, como eu disse, Eduardo-Vilarinho, está implantação praticamente concluída faltando apenas complementação da sinalização e o terminal de Vilarinho que eu mencionei. E o Calafate-Barreiro, nós temos concluído seis viadutos ferroviários, um viaduto rodoviário e duas passarelas. Temos 16% das desapropriações e 38% das obras civis.

Aí tem um quadro detalhado do que foi feito até 2006 e dos acréscimos agora que vamos ter em função do PAC. Podemos ver que até 2006 tivemos... Perdão, até 2006 nós tivemos investimentos da ordem de 639 bilhões. Enquanto que agora com a previsão com o PAC, vamos chegar a 826. Por que é que tem tanto investimento para trás e pouco investimento para

frente? Justamente em função do que eu mencionei, que estamos em relação a Eldorado-Vilarinho na fase última na conclusão e com respeito à situação Barreiro-Calafate estamos preocupados em fazer algumas intervenções pequenas e, sobretudo entrar no Projeto. Isso que é importante definir qual vai ser a versão nova do Projeto para Barreiro-Calafate. E lembrar que o Projeto de regionalização firmado com o Estado e Municípios em 95 estabelecia investimentos de 198 milhões de dólares. E olha, os valores já foram muito mais altos do que esse. Senador Azeredo, eu vou me permitir ler aqui, acho que é bom, sei que o senhor está centrado na discussão de Belo Horizonte. Eu vou só recapitular a todos o que aconteceu até agora em relação ao ramal Barreiro-Calafate. Ele integrava o projeto original do metrô de superfície de Belo Horizonte. Do final dos anos 70 que previa a implantação do sistema de 60 quilômetros em duas etapas. Primeiro Eldorado a São Gabriel com 20 quilômetros e um ramal Barreiro-Calafate com dez quilômetros. Uma segunda de Betim a estação Eldorado em Contagem, com 30 quilômetros. A primeira etapa que se iniciou em 81 foi paralisada em 87, na, crise da moratória, com a implantação apenas do trecho Eldorado - estação central. Teve prosseguimento em 91 com recurso da Vale do Rio Doce como antecipação de pagamento com o direito de passagem da companhia vitória Minas, após a ligação Costa-Lacerda. Em 91 foi assinado o primeiro convênio de regionalização em que o Governo Federal se comprometia implantar tão-somente a linha até a estação São Gabriel, que se chamava estação São Paulo, excluindo o ramal Barreiro-Calafate e a extensão para Bentinho. Firmarão convênio o Governador Hélio Garcia e o então Prefeito de Belo Horizonte, Eduardo Azeredo me corrija, por favor, se tiver alguma coisa imprecisa. Em 93 foi aprovada a prioridade para o financiamento do Banco Mundial no voar de 98 milhões de dólares para Belo Horizonte. E 101 milhões de dólares para Recife. Com contrapartida do Tesouro Nacional de igual valor. Nas negociações entre a CBTU, a Prefeitura de Belo Horizonte e o Banco Mundial aprovou-se o Projeto de se entender a linha da entrada norte de Belo Horizonte, Vilarinho - Vila Norte, firmando-se em 95 o contrato de empréstimo e novo convênio de regionalização sendo o Governador do Estado Eduardo Azeredo e o Prefeito e atual Ministro Patrus Ananias. O Governo Federal se comprometia obviamente, a concluir a linha até a estação São Gabriel fora do contrato Banco Mundial. O ramal Barreiro-Calafate continuou excluído mesmo porque, seu Projeto como operação em Y passara a ser inadequado e os custos de desapropriação, como originalmente previstos, estavam elevados.

Em 98 foi reintroduzido no contrato da empreiteira responsável pelas obras o trecho da estação central - São Gabriel, a construtora Mendes Júnior, o ramal Barreiro-Calafate. E dada à ordem de serviço para um viaduto ferroviário sob o anel rodoviário. A partir daí, os recursos colocados no orçamento federal sempre foram de Emendas de bancadas de Minas no Congresso, com liberações muitas vezes apenas parciais. Em sete anos, foram executados temos ali 58 milhões, conforme está ali no quadro, a OGU da União até 2006. 58 milhões zero dezoito. A proposta contida no PAC é de concluir todas as obras de infra-estrutura do ramal Barreiro-Calafate incluindo drenagem, contenções, reassentamento da linha de carga, FCAMRS, desapropriações, viadutos, passarelas e vedação de faixa. Incluiu-se a implantação da estação nova rodoviária comum às linhas 1 e 2, antiga estação entroncamento. Onde estaria o Y. Paralelamente serão elaborados projetos na linha 2 e 3 que configuram o sistema no qual se insere o ramal Barreiro-Calafate. As especificações de material rodante, sinalização, comunicação e alimentação da linha 2 permitirão ter-se no final de 2008, o quadro de alternativas com seus custos e benefícios para a decisão do Projeto. Foi isso Senador por que é que eu quis explicar, para que... Todos são mineiros aqui, conhecem bem o problema. Estou dando um retrospecto.

O de 98 a 2004, nós tivemos dotações aprovadas parcialmente. Tínhamos, por exemplo, ano a ano 98, 20 milhões, [soa campainha]... 99, 22; 2000, 30; 2001 20; 2002, 32; 2003, 35; 2004, 12. Apenas no caso aqui, foi 2004 uma liberação total, nos outros anos a liberação foi parcial. O contrato com a Mendes Júnior que foi celebrado em 85 sem licitação, conforme previam regras existentes, que [inaudível] à época, lastreado na contratação de financiamento externo no valor de 90 milhões de dólares agenciados pela empreiteira, só conseguiu internalizar 35 milhões de dólares em função da moratória de novembro de 86. Apesar disso, o valor do contrato seguiu sendo correspondente em cruzeiros e moedas subsequentes aos 90 milhões de dólares. Em abril de 2004, após a conclusão do viaduto ferroviário da Gameleira, a obra foi paralisada e dada plena quitação com pagamentos de 12 milhões escritos: resto a pagar em dezembro de 2004. A CBTU no momento está preparando os editais para a licitação das intervenções incluídas no PAC e em três anos 2007 a 2009, me permite apenas uma referência Senador, o não será até 2010, mas apenas em três anos 2007 a 2009, está a previsão de se aplicar cerca de 167 milhões, tem uns quebrados. O que corresponde quase três vezes que se aplicou em 7 anos de 98 a 2004. Aquele valor de 58 que referi anteriormente. Então, detalhei

um pouco Belo Horizonte, que sei que vai ser o tema da discussão. E o quadro está ali mencionado com a presença que temos aí do PPI, 2007 23 milhões, 2008 62 milhões, 2009 82 milhões, perfazendo 167 milhões que estão previstos. Além do que nós já temos para a estação vilarinho, que são cerca de 18 milhões. Então, Barreiro-Calafate está ali mencionado e Vilarinho em cima com 18 milhões novecentos e setenta, esse ano de 2007. Aplicação para encerrar o que é necessário fazer na estação de Vilarinho.

Bem, apenas uma referência, a questão da descentralização, eu pessoalmente participei de negociações com a fazenda, com o planejamento, como mencionou o Sr. Ministro Paulo Bernardo, desde a presença, inclusive de Murilo Portugal, Secretário-Executivo, com o Governo do Estado. Com representantes da prefeitura visitei o Governador Aécio, em Belo Horizonte e vamos ver que sempre que o problema passa por não querer aceitar, mas para a definição do que seja o tamanho do déficit operacional. Isso é importante, da necessidade de investimentos futuros. Por aí passa a questão da transferência, obviamente. Passamos a Recife que temos um problema semelhante de negociação também. Em Recife encontrei um metrô, fiz uma vistoria, peguei um carro de linha, aliás, referi Presidente que a tecnologia própria lá em Recife faz com que se tenha um carro de linha importado, uma caminhonete bandeirante, se trocou eixo, colocou roda de vagão, anda-se na linha, o carro de linha fazendo a primeira, segunda, terceira e quarta dirigindo e podemos fazer uma vistoria. Eu fiz duas vistorias lá e foi isso que permitiu, Senador, que numa conversa com o Presidente Lula quando voltava de Londres, me parou para uma programação na nossa sala no Ministério das Cidades em Recife, eu fiz um gesto para ele: Presidente, falta talvez apenas isso para colocar uma linha sul em funcionamento. Porque encontrei toda a parte aérea colocada, os trilhos colocados, a faixa de domínio existente e que faltaria seria um investimento para terminar estações algumas das quais estão quase terminadas. Investimentos em sinalização, em segurança, terminar algumas sub estações e com isso naquele ano inclusive, orçamentos previstos para Recife era de zero no orçamento e conseguimos liberar uma Medida Provisória aprovada no Congresso de 78 milhões. O que já permitiu fazer com que o trem já andasse em caráter experimental. Desde setembro está em caráter experimental. Anteontem mesmo estava em Recife, e antes do entupimento que existe ali, eu saí do Palácio do Governo, Governador, e peguei o trem que leva até a rua que era experimental e fui até a estação aeroporto...

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: [pronunciamento fora do microfone].

SR. MINISTRO MÁRCIO FORTES: Onde existem vagões já recuperados, estão modernizados climatizados e fui até a estação aeroporto onde deverá haver uma conexão por passarela. Está previsto isso no Projeto.

Bem, eu estou invertendo as coisas, mas para dizer como coloquei a questão de Recife. Então, nós temos... Um minutinho Magno, só um resumo. Tem uma extensão da linha que centro - rodoviária Camaragibe, que esse era o cronograma do Projeto, implantação da linha sul, até cajueiro seco, exatamente essa linha nova que vai do centro e passa por Beribeira e vai até cajueiro seco, já está operando experimentalmente até a porta larga. E duplicação da linha diesel - cajueiro seco até cabo. Essa é a vertente nova que se espera no PAC, é aproveitar uma linha que já existe e introduzir ali algo de novo que é o VLT, o veículo leve sobre trilhos, que já foi objeto de um estudo para Grupo de Trabalho envolvendo a CBTU, o BNDES, o nosso Ministério, obviamente, além da CBTU, a Casa Civil e o SIMEF que é o no sindicato de material ferroviário no sentido de definir o protótipo do VLT brasileiro. São aqueles bondinhos que existem na Europa que teremos que desenvolver pela indústria nacional, e desenvolver também o Projeto do BNDES para financiamento. O protótipo já está definido, está na reta final essa questão de como fazer o financiamento. Lembrar... Eu não engenheiro aqui, mas sempre nosso João Luiz, lembra, o peso morto dos atuais veículos de transporte, máquina diesel, o peso morto é três vezes maior de um VLT. 72 toneladas contra 28 toneladas. Isso para andar nas cidades obviamente, esse VLT será muito importante que estará falando apenas dos metrôs tradicionais até outros eixos de comunicação utilizando centros de avenidas colocando como na Europa esses trens. Chamados veículo leve sobre trilho.

Rapidamente, na linha sul, o Projeto todo, Recífcas de Ouro seco, são 14,5km, 10 estações e seis terminais, está tudo praticamente na fase conclusão operando até o final do ano que vem. Ampliação da linha centro, que é rodoviária Camaragibe, ou seja, implantação de vias numa extensão de quatro quilômetros e duas estações, Terminal Camaragibe. O geral para as duas linhas é uma modernização do material rodante, ou seja, revisão e temos a questão da bilhetagem e temos a climatização de 25 unidades de trens composição de quatro carros cada um. São trens da década de 80. Temos a recuperação da área de duplicação da linha sul, que é estação de cajueiro seco até Cabo de Santo Agostinho, aí que vai ser feito o entroncamento para exatamente o VLT. Recuperação da linha centro

está muito desgastada, a linha e temos que mexer em tudo que é necessário e recuperação e melhoria de permanentes estações e seus estornos, estação, sistema fixo, oficina e obras de artes especiais. Vou ter que mexer inclusive, até na questão dos dormentes e a situação da linha.

O que eu disse agora, eu não preciso repetir. Então, estão concluídas vias permanentes ou de estações, estamos terminando duas estações, duas subestações retificadoras, vedação da faixa com quatro passarelas e temos que concluir agora a sinalização e seis terminais de integração que estão sendo já licitados. Só lembrar *en passant* que são destinados pelo PAC 100 milhões de reais, como veremos na tabela a diante, isso permitirá 35 milhões para recursos contratos atuais e 65 milhões de licitações, envolvendo basicamente os editais para a construção dessas áreas de integração. Como também já ter o primeiro adiantamento para a compra dos VLTs, cerca de 14 milhões para esse fim. Recuperação e duplicação da linha sul, já falei, que é de cajueiro seco-Cabo de Santo agostinho, em geral a questão de material rodante e bilhetagem. Lembrar que temos o fluxo de 110 milhões de passageiros/ano. Assim como Belo Horizonte à questão de transferência passa também... Saudar o Senador, antigo colega de Ministério de Minas e Energia, antigo colega de FURNAS, servidores juntos. O senhor era Presidente de FURNAS e eu era Presidente do Conselho, era secretário de Minas e Energias e naquele momento que nós lançamos lá atrás, como apenas um parêntese, Angra 2, não é Senador?

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: [pronunciamento fora do microfone].

SR. MINISTRO MÁRCIO FORTES: [risos] Bem, vemos aí no quadro que acabei de falar para 2007 tinha a previsão para 100 milhões de reais. Previsto no PAC que é justamente que os próximos recursos até 2009 permitirão que esteja funcionando já no final do ano que vem, a linha sul e também teremos o início, já com a compra dos trens, com encomenda dos trens teremos o início do detalhamento de ação do trem que vai para cabo. Lembrar que a previsão desse trem faz parte de uma preocupação dentro do PAC, Senador, com relação a dois investimentos grandes do Governo Federal via PETROBRÁS. No Rio nós temos o COMPERG, em Suape, nós temos o investimento em refinaria, além dos investimentos em estaleiros. Então nós estamos inclusive com um Grupo de Trabalho específico lá com o Governo do Rio de Janeiro e Governo de Pernambuco, para ver as intervenções que nós temos que fazer com antecipação, como previsão para evitar favelamento posterior, falta de água, dificuldade de transportes. Quanto mais investirmos em

transporte não só na parte do metrô como até na parte rodoviária, poderemos evitar o fluxo de pessoas... Faltamente existirá o fluxo, mas que seja menor, evitando os problemas todos urbanos. E também me lembrou o Governador do Recife que boa parte da população habita em conjuntos habitacionais ao norte de Recife. O transporte... Seria fundamental ter um transporte rápido eficiente até o cabo para evitar o afluxo desnecessário e melhorar essa questão de necessidade de habitação e saneamento.

A situação... O histórico da questão de negociação é a mesma relativa a Belo Horizonte, que é agravada pelo fato de uns ramais não estarem funcionando, só funcionava parcialmente em Beribeira. Para negociar com o Estado, é claro que eu deveria ter pelo menos a linha funcionando, inclusive, para poder verificar o afluxo de passageiros... Semelhante a Belo Horizonte. Mesma questão de verificar qual o déficit operacional, mas em Recife nós teríamos o agravante do trem não estar funcionando na linha até a Cajueiro Seco. Mas agora nós temos a experimental, já é outra situação para discutir. Teremos uma idéia de como será o fluxo de passageiros. Em Salvador nós temos aí no PAC a implantação do metrô Lapa - Pirajá e recuperação e modernização do trem urbano Calçada-Paripe, duas vertentes. Nós temos Calçada-Paripe, muita discussão houve a respeito da recuperação dessa via, inclusive, a questão de uma ponte que não sabíamos como [inaudível] era uma ponte, para carga, não é João Luiz? Antigamente, não sabia se faria uma ponte de estrutura mais leve ou mais pesada. Ao final se definiu com a engenharia, como se fazer. E estão em cursos às obras, e são 13 quilômetros e meio de via permanente, nove estações, temos dois terminais de integração, recuperação de seis trens, substituição da estrutura metálica da ponte São João, que eu referi e modernização da subestação de Lobato e recuperação do sistema de eletrificação.

O que merece manchete é a questão do novo sistema de metrô no Lapa-Pirajá que passa a ter uma construção de quase 12 quilômetros, um trecho de via dupla eletrificada, sendo três quilômetros, 3,7 km elevado, 2,2 subterrâneo e o restante é nível. Sendo oito estações, centro de manutenção e centro de controle operacional. Aquisição de 12 trens, implantação de sistemas fixos da bilhetagem eletrônica. Lembrar que nas negociações que tivemos em 2005 podemos fazer a descentralização, com respeito às obras necessárias fizemos um acordo no sentido que a CBTU daria o suporte técnico para a realização das obras e também tivemos um acordo no sentido de que haveria uma cobertura do déficit operacional, no valor de 12 milhões, em três parcelas por três semestres e com a

possível revisão desse valor, se ficasse provado que o valor destinado era insuficiente. Tivemos, Senador, uma questão delicada que houve um atraso no Projeto, porque houve necessidade... Primeiro o metrô ia ficar pouco mais curto, depois se voltou ao Projeto original e com isso houve um atraso e agora está sendo, neste momento, avaliado toda a prestação de contas da CTS com respeito ao déficit operacional para eventual reforço, como também para se discutir eventual aplicação desse período em que se fará a reposição conveniada para cobrir os custos operacionais.

Estamos em andamento com a reforma de instalações fixas, no caso só da Paripe, recuperação dos trens que eu já mencionei, construção do muro de arri-me e mexida na ponte. No metrô Lapa-Pirajá que houve atraso por reformulação do projeto, tendo em andamento as obras de infra-estrutura da via, cinco estações do trecho Lapa acesso norte em acabamento, o que é bem visível, a instalação do elevador de Boconilha, bem visível já na cidade, fornecimento e montagem de sinalização, sistemas auxiliares, aquisição de 12 trens. Lembrar que como vamos ver no quadro seguinte, da parte do Governo do Estado, havia o compromisso de fornecimento de trens e que já foi feito com seis trens sendo que ficou limitada a participação do Governo do Estado a um valor que já aparece aqui no quadro, em que nós temos aqui total Projeto de Salvador até 2006 553 milhões e temos a contribuição aqui do Estado... 149 milhões. Exatamente. A contribuição do Estado destinando são seis trens coreanos que já foram adquiridos pelo Governo do Estado. A distribuição do PAC os senhores vêem como está colocado, 38 milhões em 2007. Nós temos aqui 191, valor alto relativo ao ano anterior. Isso inclui restos a pagar. 38 milhões, 108, 101 e 223. Lembrar, inclusive, como estando esta obra no PPI, Presidente, você pode fazer um jogo. Se há várias obras no PPI, quem anda na frente pode ter o reembolso... Desembolso dos valores mais rapidamente em função dos que estão mais atrasados. Como aqui no caso de Salvador, houve um atraso no projeto, e o expresso Tiradentes correu, no ano passado sem qualquer problema, sem qualquer trauma, não existe problema político, o problema é técnico. Colocamos 30 milhões para adiantar a obra do expresso Tiradentes e vamos repor agora o recurso esse ano, para Salvador continuar seu Projeto agora, que está pegando momento já com o Projeto em curso.

Fortaleza é o sistema já descentralizado e que nós temos a ampliação da linha sul e implantação da linha oeste. Temos o trecho vila das flores e João Felipe, que temos a duplicação e eletrificação de 24 kms, com 3,9 kms subterrâneos e 2,2 em via elevada. Segregação do sistema de transporte ferroviário de carga

com a construção de 33 quilômetros de linha singela. Construção de quatro, reforma de cinco, recuperação de cinco estações, construção do centro administrativo operacional, manutenção, aquisição de dez trens, remanejamento de interferência com a construção de 13 pontes e viadutos e ampliação do sistema fixo.

Pudesse voltar o quadro, Magda, por favor. A segregação, dois tipos de segregação. Há um paralelo ali que vai de... Alto alegre até Parangaba, onde vai inclusive, ter um elevador lá. Aqui já tem uma segregação da linha e temos também um desvio aqui do trem de carga, que é o trem que segue em direção ao Piauí, Alto Alegre e vai até nova metrópole, são 130km. Até Caucaia. Desculpe. Até Caucaia, até lá em cima, são 130 km. Esse desvio aqui já melhorou muito, a situação operacional. E lá no centro, Srs. vêem que lá existe lá em cima perto de Tirol e centro de Padre Cícero, havia um trecho que está sendo eliminado que trazia muita complicação ao trânsito na cidade e vamos atuar com túnel, para evitar o problema de circulação no centro da cidade. A situação atual do Projeto. Nós estamos em andamento nas obras civis no trecho de superfície Mira das flores–Aracapé. No trecho subterrâneo do centro que vai resolver o problema daquele que eu me referi agora, e do serviço de recolocação da via entre o Conjunto esperança e Couto Fernandes. Incluindo a segregação de 17 quilômetros da linha de carga ligando Caucaia à parte de alto alegre como mencionei, obras do viaduto e avenidas de contorno travessia 13 de maio, das plataformas de desvios temporários para o retorno da operação trem diesel, no trecho entre Vila das Flores e Aracapé da linha sul. Iniciada a construção do centro de manutenção e fornecimento de sistemas fixos em quatro trens. A linha oeste que é o trecho João Felipe – Caucaia, ainda está em fase de licitações. O quadro geral aí está. Vemos no PAC a previsão de 10 milhões 2007 e 20 milhões em 2008. Os valores até 2006 foram na faixa de 40 milhões através do PPI.

Temos aí um quadro geral que dá a situação dos projetos em andamento, para visualização de todos. O PAC, como já foi anunciado pelo Presidente, e o quadro mais conhecido, está ali subtotal PAC, tem previsto recursos na faixa de um bilhão e meio de reais com essa distribuição que está sendo indicada pelos diversos metrô. Está Belo Horizonte com 186, Recife com 295, Fortaleza com 523 da parte da União, Salvador com 582, sendo 497 da parte da União, total dos projetos 1 bilhão 503. Até 2006 havia sido investido verificar no caso de Belo Horizonte a grande concentração de recursos até 2006 haviam sido investidos 3297. Então, vocês podem verificar no caso de Belo Horizonte, a grande concentração de recursos até 2006, e o

valor menor já na previsão do PAC, pelas razões que apliquei. Estão concentrados recursos pequenos para Vilarinho, mas também na parte do Projeto Barreiro-Calafate. E como viram na exposição, há muitas obras em andamento...

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG):

Ministro no caso de Belo Horizonte, aí está a complementação da linha 1 falta recursos iniciais que fizeram a primeira fase da linha 1. Que esse aí... Porque a linha 1 teve o primeiro trecho e depois teve um adendo--

SR. MINISTRO MÁRCIO FORTES: Bem, rapidamente mencionar que a CBTU administra também outros metrô de menor porte, mas importantes também, por exemplo, Natal, João Pessoa, Maceió, e Porto Alegre administrado pela TRENURB. Em Natal nós temos metrô que opera dez mil passageiros/dia, temos estudos para eventual discussão do PAC futuro incluir, ser incluído também esse Projeto. Então, será uma matéria apresentada oportunamente à área econômica. Nós temos a situação do Projeto aí escrito, como estamos já com os trechos que estão funcionando, recuperação de 23 quilômetros nos trechos de Ceará Mirim-Ordelândia, temos recuperação de 12 quilômetros permanentes no trecho e um trecho Ordêlândia-Nova Alecrim. E um trecho novo Alecrim que é até Bernardo Vieira com a implantação de 3 km de via permanente e 3 estações.

No caso de Natal, lembrar que tivemos o acidente há pouco, tivemos que recuperar uma máquina. É uma ação relativa a Natal também não inicia. Senhores podem ver que há um previsão de aquisição de 12 VLTs para a operação do sistema. No caso, aí está a previsão do VLT. Mais para o Sr. Ministro Paulo Bernardo estar se preparando para o futuro PAC. É a previsão de VLT de um, dois, tres... Um ano é o ano que possa ter decisões a respeito de um PAC. Quatro anos... Aí estão os totais que seriam destinados para modernização e investimentos necessários para a aquisição de VLT.

João Pessoa. Nós temos também outro metrô. Com operação de 11 mil passageiros/dia compartilhando parte do trecho com a ferrovia nordestina e temos o Projeto, no momento é a recuperação e melhoria de 30 quilômetros da linha existente, entre Santa Rita e Cabedelo, recuperação de nove estações, construção de cinco estações e desvios e nove estações, e implantação de novos sistemas de sinalização e controle. Com sinalização automática em 24 passagens de nível. Introdução de novo sistema de telecomunicações de 14 estações. Aqui também temos construção de uma passarela, interligando a estação João Pessoa ao terminal rodoviário, e a aquisição de oito VLTs. Eu acho que aqui já vão demonstrando que o VLT poderá ser implantado, assim que tivermos o recurso, auxiliando

o desenvolvimento maior ainda da indústria nacional de material ferroviário porque é definido o Projeto básico como foi pelo Grupo de Trabalho que eu referi, o BNDES já definindo a situação de um investimento, e financiamento como será feito. Podemos aí ter proximamente uma utilização VLT até como modelo. Podemos iniciar para depois ter a utilização em outras capitais esquecendo praticamente de metrô, mas pensando transporte urbano como já ocorre em cidades européias, por exemplo. Aí está o valor de VLT João Pessoa. Cerca de cem milhões diluídos ao longo de quatro anos.

Maceió é outro sistema que nós temos operando seis mil passageiros/dia. Tivemos o acidente, temos o problema aí. Dá para voltar o mapa? Temos ali um problema daquela encosta junto ao tabuleiro que você tem um problema de meio ambiente. O metrô passa por uma área que tem pouca população para utilizar, o pessoal vem de coqueiro seco, atravessa em barca e vai até pegar o trem em Mutande. E por isso que a operação é baixa. Temos que pensar na melhoria do trem contornando aquela área [inaudível] e pensar na questão ambiental, sobretudo. Nós temos uma previsão lá de uma feira, um trem turístico que possa ir até Utinga lá em cima. Porque hoje em dia temos o trem turístico apenas na parte litoral, podemos ter o trem turístico até Utinga. Temos o problema da remoção da feira do passarinho. Vamos discutir como fica isso também. São pequenos problemas que eu menciono *en passant* do sistema.

Aí está o quadro da situação do Projeto. E a situação do Projeto e a situação da ação não inicia quanto à modernização. Aqui teremos oito VLTs e implantação de novos sistemas de sinalização e controle de telecomunicações. Ou seja, há investimento previsto para implantação de via dupla trecho novo, Maceió shopping, melhoria de trem na infra-estrutura nas outras situações de Lourenço de Albuquerque, de Fernão Velho a Maceió. Aqui a previsão de VLT vai a 134 milhões. Mencionar a questão da TRENURB que vem a aqui a extensão de São Leopoldo até Novo Hamburgo. É um trecho de cerca de 9,3 quilômetros em via dupla triplicada, com quatro estações. É uma área de banhados de difícil construção. É o respectivo edital que é de 2001 está em análise no Tribunal de Contas com explicações que foram solicitações a empresa TRENURB e pedido de vista, que foram apresentados o tema que chegou a ir a Plenário voltou à análise da CERCEC(F) em Porto Alegre. Estamos para uma definição final, saber se edital que é 2001, se ele segue ou não segue. Para fazermos ou não um novo edital e depois definirmos recursos. A ideia também assim como em Recife, é ligar a estação aeroporto,

aeroporto – Guararapes, com uma esteira. Aqui para quem conhece Porto Alegre, a idéia seria utilizar aquele aéreo móvel, aquele trem suspenso que está ali, 20 e tantos anos em exposição em Porto Alegre, e poucos sabem que ele funciona normalmente em Jacarta. É a única experiência que nós temos. Não tem nada de eletro magnético, aquilo é um vento, é um túnel de ar por baixo do trem. Eu já andei nele várias vezes, e realmente depois que eu vi o resultado lá em Jacarta, eu acho que não há porque. Temos até essa oportunidade de termos uma experiência ligando a estação do aeroporto, aeroporto salgado filho passando pela área de carga ligando o metrô ao aeroporto novo e ao aeroporto velho. E lembrar que tem uma região de São Leopoldo, Novo Hamburgo, ali uma região coureiro calçadista, há muitos exportadores importadores que vem ao Brasil e aquele trecho rodoviário, muitas vezes tem o trânsito complicado e ali a certeza de que pode pegar o metrô, o dia que houver a expansão em Novo Hamburgo e ali em questão de minutos chegar ao aeroporto sem problemas de atraso. Toda vez que eu vou a Novo Hamburgo, São Leopoldo fico na dúvida. Tem que sair mais de uma hora e meia de antecedência porque eu não sei o que pode ocorrer na estrada. Então, nosso investimento seria também para fazer uma ligação com esse aéreo móvel para o aeroporto. Temos uma situação semelhante, semelhante à situação de Belo Horizonte. Tem o Projeto de uma linha 2 em que ali embaixo na estação mercado, está prevista uma proposta de linha 2, que faria circular ali como está vendo aquela linha amarela fazer uma integração da área central da cidade também. Nessa fase estamos também a espera de uma definição maior. Os custos... Temos a conclusão da linha 1 que seria a primeira parte, porque esse projeto aqui, pelo que eu sei pelo edital é cerca de 650 milhões de reais, não sei se haverá revisão de valores, para uma construção prevista para possivelmente, sete anos. O aéreo móvel é uma coisa fácil, os 23 milhões aqui seria um valor relativamente pequeno para um benefício muito intenso que haveria para todos que poderiam acessar, seja Porto Alegre, seja centro de Novo Hamburgo ou de São Leopoldo rapidamente o aeroporto. E a linha dois previsão apenas de um recurso para um projeto executivo, a mesma coisa de Barreiro–Calafate, só que aqui é fase mais embrionária ainda.

Só para mencionar rapidamente, outros pleitos que existem para metrô no Rio de Janeiro a linha 3, Curitiba e Vitória. Já mandamos equipes a Curitiba e a Vitória, para discutir o assunto e no Rio de Janeiro isso tem sido objeto de discussão entre o Governador e a Casa Civil, ainda o assunto ficando no momento basicamente no âmbito do Governo Estadual. O Secre-

tário de Transportes está verificando como aproveitar uma linha existente que não foi privatizada que vai de Niterói até Centro de Itaboraí... E que atualmente tem quase que a faixa de domínio toda invadida por casas que estão muito próximas e para fazer o trem funcionar adequadamente, tem que ter uma intervenção do Ministério para fazer a remoção das casas, usando a resolução 460 do Fundo de Garantia. Aí está. Três coisas em discussão no Rio de Janeiro seria a ligação Itaboraí–Niterói, que já mencionei, seria a travessia da Guanabara. Dois projetos, ou perfurando ou por tubo e uma conexão também que se discute lá no Rio de Janeiro que é a estação do metrô de Estácio até Carioca. Tentando desafogar um pouco o fluxo de passageiros ali, embora o Governo do Estado esteja pensando em ligar São Cristóvam diretamente à estação da Central do Brasil, como via alternativa. São esses projetos só para saber que já passaram algum momento nas nossas mesas para análise. No caso... PAC do Rio de Janeiro, o pleito que tinha sido solicitado a nós, era apoio apenas para Projeto. Aprofundar o Projeto que seriam dois anos 46 milhões e não para obras ainda. Os valores das obras para ter uma idéia, só o trecho terrestre de Niterói até Itaboraí está na faixa de um bilhão e duzentos, um bilhão e trezentos. A travessia alguém... Tem que haver um Projeto mais detalhado, mas já se falou em algo em torno de dois bilhões de reais.

Em Curitiba tivemos já uma equipe visitando para ver como poderíamos um metrô também com a implantação de 14 quilômetros de via. A ação não foi iniciada obviamente, só discussão com as visitas das equipes técnicas. Lá a idéia é até 23 trens com quatro carros e construção de tudo que é necessário para operar o metrô. Estou correndo para aproveitar mais o tempo para a discussão. E está previsto aqui a elaboração do Projeto Executivo, 19 bilhões fase inicial ainda. Vitória, idem, idem, visita à equipe técnica para discutir, seria um VLT, mais um caso de VLT. Seria um trecho grande, 48 quilômetros e com as várias ligações mencionadas ali. A ação não foi iniciada. Está apenas discussão na Mesa. E para o Projeto, metrô, quatro milhões. Temos a situação última de não operação por nós, mas é um convênio que já havia no Ministério das Cidades quando eu cheguei e tendo ido a Teresina com o Presidente da República vislumbrei uma situação interessante. Lá passa um trem carga, aquele mesmo trem de carga que eu mencionei quando passava pelo Ceará, ele passa lá por Piauí e o de carga passa de madrugada. E durante o dia existe um trenzinho que o Senador Alberto, que agora é Deputado Alberto Silva e descobriu os depósitos dos trens de cargas pelo Brasil ele sabe onde estão todos. Ele fez

funcionar lá o que chama um metro de superfície. Mas ele ligava trecho com pouco fluxo de passageiro. E já encontrei lá um Projeto iniciado, paralisado, para levar uma área que chama de troca-troca onde tem cinco mil ambulantes, etc. Então, fazer essa linha chegar a seu final é importante para dar vida a esse chamado metrô superfície. Estamos concluindo os trabalhos, é o único caso onde nós temos um convênio do Ministério com o Governo do Estado. Fica fora... Que nós sempre trabalhamos com a Caixa Econômica que é um convênio direto, que nós temos um gestor nosso acompanhando. É um trecho de um quilômetro e utilizamos uma verba oriunda de uma Emenda de bancada no valor de 10 milhões de reais. A inauguração deve ser possivelmente para junho.

Essa exposição que eu queria fazer aqui detalhando todos os casos porque eu entendi que a solicitação do Senador Azeredo talvez prendesse mais a Belo Horizonte seria o momento oportuno para dar um quadro geral do que está sendo feito no Governo Federal com respeito a todos os metrô. Sobre o que estamos fazendo e que eventualmente poderíamos fazer em função da visita das equipes técnicas e das solicitações que tem vindo de municipalidades ou de governos estaduais. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Agradeço ao ilustre SR. MINISTRO MÁRCIO FORTES pela exposição, detalhada, por sinal, e indago ao Sr. Presidente da CBTU, Dr. João Luiz se ele tem algo a acrescentar. Caso tenha, eu vou conceder a palavra. Por 10 minutos, Sr. Presidente.

Dr. JOÃO LUIZ DA SILVA: Sr. Senador, Sr. Ministro Paulo Bernardo, Srs. Senadores, é uma apenas uma complementação rápida, porque o eu havia me referido, o Ministro fez uma apresentação exaustiva. Mas, apenas para enfatizar uma colocação feita inicialmente pelo Senador Eduardo Azeredo, da extrema importância que nós estamos vivendo nesse momento, e o PAC foi desenvolvido não só como um programa para colocar energia no sistema econômico, mas identificando gargalos nas infra-estruturas em portos, rodovias. E um dos gargalos de infra-estrutura mais graves desse País é exatamente o transporte urbano. As cidades. Nós estamos com 82% da população nas cidades e mais da metade dessa população nas regiões metropolitanas. Então, qualquer taxa de crescimento que nós perseguimos, já temos aí 4, 5, 6%, nós vamos ter o colapso nas nossas cidades. As cidades como São Paulo, Rio de Janeiro e quanto maior a cidade o problema mais grave, inclusive Brasília, Belo Horizonte, todas as cidades terão agravada as suas condições de transporte de mobilidade.

Então, nós vamos viver um grande apagão. A ameaça que os gargalos oferecem de portos e de energia há um crescimento da economia poderão limitar esse gargalo no transporte urbano é da maior gravidade.

Então, nós precisamos estar atentos, a esses programas, estamos recompondo colocando investimento nos projetos iniciados, mas deveremos estar atentos para esses investimentos. E são investimentos que serão necessários em sistemas de grande capacidade como é o caso que foi referido aqui, da linha três no Rio de Janeiro que é um Projeto pesado, mas um projeto que alcança Niterói e São Gonçalo, um milhão de habitantes, e vai colaborar para o descongestionamento da ponte Rio - Niterói. O que nós sentimos é que os 35% da população hoje, já excluídos do sistema de transporte pela maneira como o transporte é colocado no País, o transporte é produzido como bem de mercado enquanto é um bem público, é uma infra-estrutura pública, nós precisamos fazer a discussão e alteração desse modelo que não é aplicado em nenhuma outra parte do mundo até para poder viabilizar investimentos privados. Se nós viabilizarmos o modelo fiscal adequado para o transporte urbano, e que a população não seja cobrada por custo médio por passageiro transportado, nós teremos condições de produzir um transporte de maior qualidade. Hoje, a limitação que existe para a produção de transporte é a capacidade de pagamento. Estão excluídos os muitos pobres e os que têm um pouquinho mais, também se excluem porque procuram outros modos mais eficientes. Porque se nós melhorarmos a qualidade do nosso sistema no transporte por ônibus nós agravamos a exclusão, porque a tarifária é calculada como custo médio por passageiro pagante. Quer dizer o passageiro pagante não são todos os passageiros. Está aí também a política social, as gratuidades que recaem, sobre o passageiro pagante. Então, nós temos exclusão nas duas pontas da estrutura de renda. Os muito pobres andam a pé, são os 35% da população que anda a pé, e os que não são tão pobres também já buscam a motocicleta. Hoje está colocado nos grandes centros, como a motocicleta como transporte barato. Esse é um cálculo privado de custos privados. Não se computa a pessoa paga 60 Reais de pretensão numa motocicleta, mas não se computa o que representa de mortes no trânsito, de pessoas motociclistas e pedestres atropelados por motocicleta. E o custo social disso, não só dos danos à população, uma população ativa, mas de leitos nos hospitais. Transporte público é um bem público, tem que ser discutido como tal, como estrutura fundamental, não estamos falando só de perversidade de um modelo, mas estamos falando de eficiência das cidades. As nossas cidades estarão comprometidas se

nós não mudarmos esses modelo. E eu estava antes aqui, Sr. Presidente, eu estava sentindo a ausência do Senador Eliseu Resende. Nós falamos aqui e o Senador Eduardo Azeredo chamou atenção o Projeto de Belo Horizonte, o Projeto de Recife os nº.s que ali aparecem estão computados de 1996 para frente. Os projetos são de 1981. Recife, Belo Horizonte e Porto Alegre são nossos metrô de superfície, o pai desse Projeto é exatamente Senador Eliseu Resende, que lutou por essa solução, uma solução inteligente que buscava viabilizar, solucionar o conflito entre os nossos subúrbios e o nosso sistema de carga. Então os três sistemas, no caso Belo Horizonte e Recife têm os investimentos anteriores até 1995. E no caso na hora que se confronta com Salvador e Fortaleza, não. Esses projetos não receberam investimentos significativos e tiveram início realmente agora no início dos 1999 e 2000. Então, o confronto entre valores investidos parece desfavorável a Belo Horizonte e em verdade não é. Embora Belo Horizonte como o Rio de Janeiro e São Paulo reteram investimentos muito mais significativos, para dotar a cidade de um sistema de mais alta capacidade. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Agradeço a exposição do Dr. João Luiz, Presidente da CBTU. Concedo a palavra no prazo de 10 minutos, prorrogáveis caso seja necessário, ao Dr. Murad, Presidente da Super Via.

Dr. AMIM ALVES MURAD: Obrigado, Presidente. Eu agradeço o convite e o que eu venho trazer aqui é uma contribuição de um Projeto já descentralizado que é a concessão dos trens urbanos na região metropolitana do Rio de Janeiro e um pouco dos nossos projetos e também trazer um problema importante para os trens metropolitanos do Brasil inteiro que é a questão do preço da energia elétrica para os trens. Que isso é um problema gravíssimo e que não está sendo discutido como deve ser.

Bom, nós assumimos em 1998. Em 1984, esse sistema chegou a transportar um milhão de passageiros/dia na região metropolitana do Rio de Janeiro e com a degradação do sistema e a falta de cuidado com o serviço e com os ativos foi reduzindo consistentemente ao longo dos anos, chegando a 1998 com 145 mil passageiros. Mas não era só isso. Não só caiu o nº. de passageiros todo ano, como também o Governo do Estado colocava em torno de 150 milhões de dólares por ano para subvencionar(F) o sistema. Então o sistema era o pior dos mundos, caiu o serviço, caiu o nº. de passageiros e fazia com o Governo do Estado do Rio de Janeiro colocasse recursos. A partir de 1998, então, com a privatização, o Governo do Estado pára de colocar recursos e a população reage

e volta a andar de trem, e nós, ao final de... No ano de 2006 tivemos 387 mil em média de passageiros/dia transportados chegando, hoje, no ano de 2007 a 451 mil passageiros por dia. Isso é só um exemplo de como eram os trens antes e como ficaram depois da concessão e também internamente os trens e como são hoje. As estações, a plataforma do inferno que era chamada em Jacarezinho hoje, a própria comunidade toma conta da plataforma, e não é só o cuidado com o ativo, o serviço também melhora substancialmente. Nós tínhamos 27% de pontualidade quando pegamos a concessão, chegamos a 82 em 2004, 90% em 2006, a previsão para esse ano de 91%. Nós tínhamos itens de falha infinitos em 98 chegando a 11.700 em 2004, 3900 em 2006. E aí a população mostra que o fator qualidade inclusive é mais influente do que o preço. Nós fomos de 98 a 2006 de 60 centavos para 1,90 e mesmo assim a população responde e vai. Mas, obviamente que a modicidade da tarifária é fundamental para o retorno daquele um milhão que já foi transportado em 1984. E agora dividindo a nossa visão de futuro, quer dizer, nós em 84 transportávamos um milhão de passageiros, pegamos com 145 mil, então obviamente 855 mil passageiros migraram para outro meio de transporte. Ônibus, van, carro, a pé, bicicleta. E não foi por opção. Porque eram transportes mais caros e mais demorados. Quer dizer, piorou a qualidade de vida da população. E a gente tem exemplo, Belfort Roxo, um trem você leva 53 minutos, o ônibus 90 minutos. Santa Cruz 75 minutos contra 120 minutos de ônibus. Madureira meia hora e 55 minutos de ônibus, a opção da migração não foi por tempo, foi por realmente degradação do serviço. E preço também. A nossa tarifa é dois reais no sistema todo. Um ônibus de Paracambi para o centro é 4,20. Em Belfort Roxo é 3,90 contra 2 reais. E em Nova Iguaçu 2 reais, e de van é mais caro ainda. Então a opção não foi nem por conforto nem por preço. Foi realmente por degradação do sistema. E o que aconteceu? Para cada trem de quatro passageiros que foram retirados do sistema, nós colocamos nas ruas, ou 13 ônibus ou 84 vans. O que acontece? Aumenta o trânsito, obviamente, aumenta a poluição e piora a qualidade de vida. E não só a qualidade de vida piora, mas também os custos para o Governo na manutenção das vias engarrafadas, etc. O que estamos fazendo? Já recuperamos 255 mil daquele um milhão. Agora nós precisamos dar continuidade a esse processo para pelo menos retornar a 1984. Como? Recuperando os passageiros que migraram para outros modais, e conquistando 500 mil novos passageiros com o aumento da área de influência da concessão. Esse aumento da área de influência, são com as integrações que nós vamos fazer esse aumento. E o importante é que

em vermelho a nossa malha ferroviária, nós atuamos justamente aonde? Temos um alto percentual de pessoas residentes com mais de dez anos que ganham até um salário mínimo. É justamente com pessoas que mais precisam aonde a gente atua com esse meio de transporte, mais barato e mais rápido.

E isso é que significa distribuição justa e equilibrada de infra-estrutura que está no planador do Governo do Estado do Rio de Janeiro. E o que é que a gente precisa para isso? Nós precisamos de trem. Basicamente nós precisamos de 120 novos trens, 32 reformados e seis que estão pela liberação de pagamento pelo Governo do Estado do Rio de Janeiro. Nós vamos transformar o trem em metrô de superfície. A diferença de trem para metrô? O trem funciona por horário, o metrô por intervalo. Então nós sairíamos de horários fixos para intervalos fixos. Nós já estamos entrando nesse mês com a bilhetagem eletrônica, ela, vai ser implantada até outubro e é fundamental para a redução de custo para o cliente. Só dessa forma a gente pode cobrar tarifárias diferenciadas para trechos mais curtos. Reforma em estações para conforto do cliente, acessibilidade, etc, e infra-estrutura, tanto nas subestações quanto na sinalização, já que você incluindo mais trens você precisa de uma modernização nas estações. Esses investimentos em infra-estrutura são da ordem de 60 milhões de dólares, feitos integralmente pela concessionária, e os trens de acordo com o modelo de concessão seriam uma negociação com o Governo do Estado e o Governo Federal, coisa que está em andamento ainda com o Governo do Estado do Rio de Janeiro. Isso estaria alinhado a essa distribuição justa e equilibrada de infra-estrutura, é um investimento baixíssimo comparado ao ativo que já está colocado, as linhas já estão lá, então você colocar... É só colocar trens e a infra-estrutura são modernizações que devem ser feitas pela concessionária, e a estrutura ideal para o crescimento da população, crescimento da população urbana e desenvolvimento econômico do Estado. E obviamente todo o processo é invertido, a cada trem que coloca, nós retiramos ônibus, vans, e vamos reduzir trânsito, reduzir população, reduzir custo. E quem mais ganha é a população que vai ter um transporte mais barato e mais rápido.

Esse é o nosso programa de investimento, mas nesse momento esse transporte da população pode ficar mais barato e pode incentivar a migração da população para os trilhos. Como? Com a redução da tarifa de energia elétrica. Retornando ao desconto de 70% na tarifa de energia elétrica como já houve no passado. E qual é o impacto? Nós, na Super Via, nós tínhamos na época de 99 até 2001 o custo, o gasto com energia elétrica era entre 10 milhões e 15 milhões de reais/ano.

Nós chegamos a 2005 com mais de 42 milhões de reais/ano de conta de energia. E tudo isso é repassado à tarifa para a população que a população de baixa renda que paga esse aumento de energia elétrica. Só em 2006 caiu, um pouco em função da redução do ICMS do Governo do Estado do Rio de Janeiro. E se compararmos com custo operacional, nós temos na ordem de 12, 13% do custo operacional, ele passa para 25% do custo operacional da concessão o custo de energia elétrica. [soa a campanha].

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Sr. Expositor, eu prorrogo por mais cinco minutos o tempo de V.S^a.

Dr. AMIM ALVES MURAD: Já estou acabando. Aqui as portarias do DENAI que foram de 70% para zero. Vamos em frente. Obviamente que nós precisamos equilibrar as concessões de energia elétrica para poder ter essa redução de tarifa. E qual seria o impacto da sociedade para essa redução de tarifa? Nós teríamos uma redução de 8,69% no transporte, no preço da tarifa, exatamente para aquele grupo social que mais utiliza que é quem ganha até um salário mínimo, e esse repasse de tarifa não teria impacto na inflação dado que nós teríamos essa redução de 8,69% na tarifa de transporte e um crescimento de meio por cento na tarifa de energia para os demais consumidores. Nessa condição, nós teríamos um equilíbrio inflacionário, nós não teríamos nenhum problema com essa redução de energia, esse crescimento para outros consumidores na inflação. E é isso. O benefício resultante é um transporte mais barato e mais rápido. Essa é a minha contribuição, Presidente, foi o mais rápido que eu pude.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Esta Presidência agradece ao ilustre expositor, Presidente da Super Via, Dr. Amim Murad. Encerra esta fase das exposições e inicia imediatamente os questionamentos por parte dos Senadores. Essa Presidência, Srs. Ministros, senhores expositores, elaborou aqui alguns questionamentos que nós consideramos importantes de serem respondidos. Abordados e refletidos aqui na Comissão. Os primeiros, as primeiras perguntas eu faria ao Sr. SR. MINISTRO PAULO BERNARDO, depois ao Sr. SR. MINISTRO MÁRCIO FORTES.

Primeiro, dos investimentos previstos no PAC para 2007, da ordem de 700 milhões nessa área, que distribuição deverá ser obedecida em face das opções de investimentos estabelecidos para os metrô? Isso já foi respondido aqui pelo Sr. SR. MINISTRO MÁRCIO FORTES. Na verdade, segundo me diz aqui o Dr. Paulo Bernardo, o investimento está da ordem de um bilhão e meio. Os programas: 1295 centralizações de sistema e 9989 mobilidades urbanas. Prevê investimentos no

orçamento de 2007 de 613.6 bilhões de reais. Além de inferior à previsão do PAC, esse valor contempla investimentos outros que não os priorizados no PAC. Que alterações orçamentárias, Sr. SR. MINISTRO PAULO BERNARDO, deverão ser efetuadas no sentido de viabilizar esses investimentos programados no PAC? Ainda com relação a esse questionamento anterior, deverão ser propostos cancelamentos de despesas já fixados no orçamento no sentido de viabilizar esses investimentos? Também nos parece que as relações entre... De um lado a entidade fechada de Previdência privada, Fundo de Pensão, e do outro a CBTU e a TRENSURB se afiguram um dos pontos sensíveis em face da visibilidade econômica do sistema de transporte operados por essas empresas. Quem administra a entidade previdenciária? Quem escolheu o administrador? E qual é a origem das dívidas da CBTU e TRENSURB? Que ao final das contas é dívida da União para a quantidade. Essa é uma pergunta ao Ministro Márcio.

As demonstrações contábeis a CBTU, por exemplo, parecem não revelar em 2006 o nº. de empregados da empresa. Qual o nº. atual dos empregados? Como ele evoluiu nos últimos dois ou três anos? Qual é a razão entre a dívida trabalhista e Previdenciária e o nº. de funcionários? Uma pergunta ao Presidente da CBTU.

E por último uma pergunta que faço aos Ministros Paulo Bernardo, não só uma pergunta, mas uma solicitação ao Ministro Márcio e Sr. Ministro Paulo Bernardo e faço também em nome do Governador do Estado de Goiás, Dr. Alcides Rodrigues. Nós há alguns anos iniciamos a realização do projeto metrô leve de Goiânia. Isso já deve ter seis anos. Nós completamos toda a documentação técnica, Projeto conceitual, já foi incluído, Projeto básico já foi concluído, o Projeto de visibilidade econômica também já foi concluído, o [inaudível] também já foi concluído. E da parte institucional e de financiamento já foi incluído no Projeto do PPA Federal 2004, 2007. Já teve aprovação do Ministério das Cidades, Dr. Grafite, inclusive, conhece bem esse assunto. Nós pretendemos um empréstimo de 155 milhões de dólares junto ao Banco Mundial, já foi aprovado pela CEAIM, Ministério de V.Ex^a. Já foram realizadas ainda, quatro missões do Banco Mundial para a avaliação do Projeto. Pendente apenas da missão final. Nós falamos aqui, Srs. Ministros, falo de um Projeto que tem uma extensão, essa linha norte-sul tem uma extensão de 15 quilômetros, terá uma capacidade para 15 mil passageiros/hora sentido, um investimento de 483 milhões de reais, sendo 60% do Banco Mundial e integrado por 25 trens. Nós conversamos aqui, aliás, V.Ex^a.s. dissertaram aqui nesta manhã, sobre a situação e de forma muito detalhada dos projetos de Belo Horizonte, São Paulo,

Recife, Fortaleza, Salvador, Porto Alegre, Natal, Macaé, Rio de Janeiro, Teresina e Curitiba. Esse Projeto nosso é anterior a alguns desses aqui detalhados. Nós sabemos que em algumas regiões metropolitanas, uma das maiores agressões ao ser humano é exatamente o transporte coletivo. O transporte de massa tem como razão principal à busca pela eficiência, pela qualidade dos serviços, pela melhoria do trânsito, o respeito aos usuários, enfim, esse modelo já implantado aqui no Brasil e em todas as partes do mundo é o modelo mais eficiente no sentido de se garantir qualidade de serviços aos usuários.

Então, com base neste conceito e nesta preocupação, nós começamos ainda no primeiro Governo em Goiás, a desenvolver esse Projeto que considero fundamental, para cidades de médio e grande porte, sobretudo cidades que já se transformaram em capitais metropolitanas. Então, eu peço a V.Ex^a.s. que incluam no PAC esse Projeto do metrô de Goiânia, metrô leve de Goiânia. Agradeço pela atenção de todos, ao final eu gostaria de obter as respostas, mas antes eu vou passar a palavra aos Senadores inscritos, já que nós estamos informados do tempo premente dos Ministros. O Sr. Ministro Paulo Bernardo terá uma reunião do Conselho Monetário Nacional, e o Ministro Márcio Forte, também tem compromissos dentre os quais a posse de alguns novos Ministros. Eu passo a palavra inicialmente ao Senador Eduardo Azeredo, autor do Requerimento para as suas indagações, depois ao Senador Inácio Arruda também co-autor desse Requerimento. E depois ao Ministro Eliseu Resende.

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG):

Sr. Presidente, acho que estamos aqui todos de acordo. Essa é uma agenda positiva. Mas, é uma agenda positiva que pode virar uma agenda negativa, se nós não tivermos realmente o desembolso necessário e no momento adequado. Então me parece que algumas questões ainda que eu gostaria de ter alguma resposta, a questão da transferência dos Estados e Municípios. Quer dizer, o que é que ainda obstaculiza essa questão? O que está faltando? Quer dizer, eu sei que os Estados querem que os metrôs estejam em condições de funcionamento mais adequado, com melhor capacidade de transporte, para poder então assumir essa questão. No caso de Minas Gerais, a empresa de metrô que vai assumir ela foi criada eu era Governador ainda, são mais de oito anos, e tem também a participação da Prefeitura de Belo Horizonte e da Prefeitura de Contagem.

A questão de possibilidade de PPPs. Eu vejo aí pela exposição do Presidente da Super Via, os dados falam por si. A quantidade de ônibus ou vans para substituir um vagão de metrô ou de trem. E essa situação

nos corredores de transportes das grandes cidades é lamentável. Lá em Belo Horizonte a gente pega as principais, avenida Amazonas, avenida Antônio Carlos, são comboios de ônibus que gastam tempo muito maior do que gastaria se houvesse a questão do metrô e também além do conforto evidentemente e da própria segurança. A questão do moto táxi, Sr. Ministro Márcio Fortes, ainda ontem eu recebi um grupo grande de representantes de moto taxistas. Está aqui conosco o Deputado Gil Pereira que é de Montes Claros, que foi o autor na época de um Projeto e eu cheguei a sancionar um Projeto em Minas Gerais que vigorou até essa decisão do Supremo de que o Estado não poderia mais legislar sobre isso. A questão de projetos aqui no Congresso nós temos dois projetos do Senador Leonel Pavan um deles, e já tem um Relatório favorável do Senador Suplicy. Na Comissão de Constituição e Justiça. E outro Comissão de Assuntos Econômicos. A idéia é... Eu estou tentando agilizar essa votação para que daqui possa ir para Câmara. Eu também não tenho menor dúvida, a questão do moto táxi é uma realidade. É preferível que nós regulamentemos o moto táxi com as questões que vimos agora na viagem dos Governadores à Colômbia, o Aécio, o Sérgio Cabral e o Governador Arruda que na Colômbia eles têm, usam jalecos com número, capacete também com número. Junto com uma touca, uma touca higiênica e tudo. Então é isso aí que nós temos que fazer aqui, regulamentar o moto táxi, ignorar acho que não é o caminho porque é uma realidade de fato que existe aí.

Bom, e a questão ainda do metrô de Belo Horizonte, é porque eu vi aí a questão linha diesel, quer dizer, isso é possível nós fazermos pré-metrô, que na época também ainda, na época que o Luiz Otávio Valadares era o Presidente, nós chegamos a demandar um estudo que seria um pré-metrô da cidade de Betim, que é na grande Belo Horizonte até o Eldorado, em Contagem. Não sei se é isso que está sendo chamado de linha diesel, seria uma litorina, uma LT que pudesse chegar até o metrô. E o Sr. Ministro Paulo Bernardo, eu queria, Ministro, só um outro assunto que diz respeito ao transporte de massa como um todo também. É a questão, que está na Constituição, que a cobrança do INSS deverá passar para faturamento e não folha de pagamento, só que isso nunca que foi regulamentado. As empresas de transporte urbano, elas estão demandando um tratamento diferenciado em que elas poderiam fazer esse tipo de mudança da saída do pessoal para o faturamento. Isso implicaria é... Como resultado positivo, a contratação de mais pessoas, ao invés de turnos extras. E eu queria saber a posição do Ministério sobre essa hipótese. Muito obrigado Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Com a palavra o ilustre Senador Inácio Arruda. Também autor do Requerimento.

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PC DO B-CE): Sr. Presidente, senhores convidados, Sr. Ministro Márcio Fortes, Sr. Ministro Paulo Bernardo, meu caro João Luiz, Amim Murad, digamos assim, que é um tema recorrente mas muito importante. E eu digo assim, ele está incluído na agenda do aquecimento global, já que o aquecimento global é a coqueluche do debate desse momento. Porque os metrô, quando elétricos, eles... Os trens, quando elétricos, que ficou essa idéia de que metrô é só... São os elétricos, mas mesmo os trens a diesel, que agora nós temos o biodiesel. Então, nós podemos dizer que estamos contribuindo em muito com o debate para diminuir o aquecimento global se optarmos por esse modelo de transporte público. E o transporte público é um dos fatores centrais também, digamos, do aquecimento global. Porque o principal ainda é o combustível fóssil nesse tipo de transporte do nosso País e do mundo inteiro.

Então, acho que nós podemos trabalhar bastante aqui. Há pouco estávamos conversando aqui, eu e a Senadora Patrícia que teve que sair para a Comissão de Desenvolvimento Regional porque estamos discutindo os vetos da SUDENE e da SUDAM. E ela, naturalmente, iria também argüir os seus convidados, e já me pediu aqui que fizesse também em seu nome. Mas, o principal que nós gostaríamos de discutir é primeiro: São as garantias dos investimentos. Acho que a segurança que o programa de aceleração do crescimento vai trazendo e... E nós corremos um pouco assim: O que é que nós podemos incluir mais no PAC? Sr. Ministro Márcio Fortes, Sr. Ministro Paulo Bernardo? Que demanda nós podemos incluir no PAC? E isso... Tem espaço, tem abertura dos Ministérios para que a gente possa incluir mais algumas demandas dos Estados, das regiões dentro do programa de aceleração de crescimento, haja vista que as regiões metropolitanas, em função de nós termos um País que dobrou a sua população em 30 anos, um País que tinha uma população grande, dobrou a população em 30 anos. Você imagina se a China tivesse dobrado a sua população em 30 anos, ou a Índia, ou a Indonésia, ou mesmo os Estados Unidos. O Brasil dobrou a sua. E dobrou na região, nas regiões urbanas, nas metrópoles.

Então, as regiões metropolitanas, elas explodiram. Quer dizer, a explosão demográfica no Brasil foi muito forte, muito, muito forte. E passou a ter uma exigência de transporte público muito grande.

Então, o trem passou a ser o meio de transporte, digamos assim, mais importante para todos nós. Exigindo um trem não só de velocidade como na velocidade

da execução dos projetos. E os trens andaram muito pouco, digamos assim, na execução dessas obras nos últimos anos. E nós estamos numa expectativa muito grande em relação ao PAC.

Então, a nossa preocupação maior, primeiro é... O desembolso, o esforço... Eu lembro das visitas que nós fizemos tanto ao Sr. Ministro Márcio Fortes, antes ao Ministro Olívio e ao Sr. Ministro Paulo Bernardo, quantas vezes a gente foi lá já tentando: Vamos ver se a gente consegue, que desenho a gente faz, como é que a gente arruma, como é que a gente ajeita o problema do metrô de Fortaleza? Vai lá no João Luiz, vai lá na CBTU. Uma confusão eterna para conseguir desenrolar o metrô. Agora fica esperançoso, agora estamos com o PAC, as nossas esperanças estão elevadas. Como estão elevadas, eu e a Senadora Patrícia aqui dizemos assim: Vamos nos aventurar mais, é um momento de ousadia. No momento de ousadia, Sr. Ministro Paulo Bernardo, nós queríamos ver já um outro trecho, que é um trecho lá em Fortaleza, não, mas eu quero incluir, Marconi Perillo pediu, mas nós queremos incluir mais. Que é o trecho ali de Parangaba, Mucuripe, que hoje já é bastante adensado, nós temos uma população já razoável que nós temos o trem de carga. Como eu senti é... Que o Sr. Ministro Márcio Fortes falou com... Assim, de forma bastante efusiva sobre esse trecho lá no Piauí, está certo? Porque tem um comércio, tem uma atividade, o pessoal precisava se transportar com rapidez, então tem um trecho ali de Parangaba, Mucuripe, um trecho interessante que nós podemos ter um veículo leve sobre trilhos naquela, naquela região movido ao biocombustível, um biodiesel, não é? Então, eu acho que nós podemos trabalhar e a minha... Indagação para os nossos dois Ministros também cabe à CBTU, se a gente não pode contratar com a empresa de trens do Ceará, ou direto com a CBTU, examinar onde é que a gente contrata melhor. Já pedir esse trabalho para que a gente possa incluir no PAC. Para dar essa velocidade que a gente deseja à questão do transporte público no nosso País. Seria... Um passo adiante. É isso que nós estamos desejosos, não só os Senadores. Isso há pouco estava aqui o Deputado Eugênio Rabelo também querendo indagar sobre a questão. Querendo solicitar esse apoio. Deputado Chico Lopes, quer dizer, todos preocupados com a questão do transporte público em Fortaleza e na região metropolitana.

Então, nós queríamos saber se a gente pode já encomendar, Sr. Ministro Márcio Fortes, nós estamos aqui com o senhor e com o Ministro do Planejamento, quer dizer, a vantagem de ter os dois presentes. Quer dizer, um que pode assim, pedir o projeto: Me traz aí, Senador Inácio esse projeto e põe aqui. E o Ministro do planejamento diz: Eu garanto esse negócio, pode

botar. Eu acho que a gente pode ajustar essa causa do povo cearense. Está certo? Então essa é a indagação, se a gente tem esse canal, se está aberto para a gente fazer esse projeto? [soa campainha]

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Obrigado, Senador Arruda.

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Presidente, o Ceará é o que tem o maior volume do PAC o de Belo Horizonte é o menor.

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PC DO B-CE): Mas, o Ministro já respondeu a essa questão, quer dizer, nós não somos de 81. Está certo? Nós somos de 99.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Bom, eu vou encerrar agora as inscrições. Nós temos aqui pela ordem de inscrição, inscritos o Senador Eliseu Resende, Ministro Eliseu Resende. O Senador Valter Pereira e o Senador Wellington Salgado. Eu encerro as inscrições, indagando se a Senadora Rosalba deseja fazer algum questionamento?

SENADORA ROSALBA CIARLINI (PFL-RN): Sr. Presidente, eu agradeço mas, infelizmente eu estou sendo convocada porque sou membro titular da Comissão de desenvolvimento regional. Estão precisando de quorum eu vou ter que ir.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Perfeito.

SENADORA ROSALBA CIARLINI (PFL-RN): Infelizmente, com permissão, agradecendo a presença do Sr. Ministro Márcio Fortes, Paulo Bernardo, do Dr. Amim Alves, do Dr. João Luiz e dizer o quanto é importante esse assunto e espero que não esqueçam da minha querida Natal.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Bom, então, pela ordem de inscrição, Senador Eliseu, Senador Valter, Senador Wellington, nós não vamos inscrever mais nenhum Senador, dado os compromissos dos senhores Ministros. Com a palavra o ilustre Ministro Eliseu Resende.

SENADOR ELISEU RESENDE (PFL-MG): Sr. Presidente, Senador Marconi Perillo, Ministro do Planejamento Paulo Bernardo, Ministro das Cidades, velho amigo, lutador em várias fases do desenvolvimento do Brasil lutamos juntos, meu prezado João Luiz da Silva Dias, Presidente da CBTU, também um decano nessa área de transportes públicos, trabalhando em Minas Gerais nessa direção. Sr. Presidente da Super Via.

Minha colocação é uma colocação mais genérica de obter a, o pensamento do governo com relação aos metrô e aos trens metropolitanos. Que prioridade é

dada a esse quadro? E qual é a maneira que o governo estava esboçando para administrar esse setor? Seja na fase dos investimentos, seja na fase da... Operação. Os trens metropolitanos e os metrô, eles iniciaram depois do segundo choque do petróleo, depois desse segundo choque de petróleo começamos a fazer os trens de Belo Horizonte, Salvador, Salvador não, Salvador foi mais tarde, de Porto Alegre, metrô REC, no Recife. Já tínhamos o projeto de Fortaleza. Esse programa hoje está sendo buscado pelos demais Governadores de Minas, porque se sente que esse é um investimento importante e altamente relevante no momento. Se me perguntarem quais são os investimentos extremamente prioritários ou que devem resolver os pontos críticos dos transportes no Brasil, particularmente no que tange a economia de consumo de combustíveis, combustíveis automotivos, o Sr. Ministro Paulo Bernardo já conhece a minha posição. Eu diria: Oferta de transporte público nas cidades e recuperação das rodovias do Brasil. Se nós aqui Senadores da Comissão de infra-estrutura pudéssemos assistir ao governo lançando ou priorizando programas desse tipo, nós ficaríamos muito felizes. O Presidente da Super Via disse que o custo operacional do metrô, 25% desse custo operacional é com... É energia elétrica. Também se calcula qual é a redução de consumo de combustíveis quando se passa de uma estrada esburacada, para uma estrada em perfeitas condições. A economia de 25% também nos combustíveis automotivos.

Eu diria que se o Brasil desenvolvesse um programa de conservação da energia do petróleo, nós teríamos uma contribuição enorme para reduzir o consumo aqui e como nós temos muito pouquinho faltando para a auto-suficiência talvez, nós pudéssemos ser exportadores líquidos da indústria do petróleo e do gás. Talvez pudéssemos participar até da OPEP. Dentro desses pontos críticos, levando em conta agora somente à oferta do transporte público, ficou claro aqui que ela é extremamente importante, mas ficou claro também, nitidamente claro que o volume dos investimentos são enormes. Nós vemos quanto que a CBTU deve sofrer, o Ministro das Cidades deve sofrer, o Ministro de Planejamento por demanda de investimento nos metrô e nos trens metropolitanos. Cada capital do Estado, cada cidade de maior porte procura esses investimentos.

Então, a primeira pergunta, Sr. Ministro Paulo Bernardo, Sr. Ministro Márcio Fortes: Qual é a sistemática ou o modelo de financiamento dos metrô que o governo está elaborando para tratar racionalmente desse programa? Se é possível obter a participação do setor privado? Se essa participação do setor privado se estende aos investimentos? Se a parceria

público-privada está sendo considerada para efeito de atrair os investimentos públicos? Atrair os investimentos privados, perdão. E se há uma possibilidade de transferência desse sistema para uma companhia, como foi feito em alguns estados, com participação da capital do Estado, da Prefeitura do Estado e das cidades da área metropolitana para que isso fique mais racionalizado em termos da integração com as outras modalidades de transporte.

Então, primeiro, o que nós gostaríamos de saber se é condição prioritária, se é um trabalho prioritário, mesmo que o governo pretende desenvolver em primeiro lugar. Em segundo lugar, se onde ele vai procurar os investimentos? E em terceiro lugar: Como executar e operar esse sistema? São as três perguntas genéricas que eu faço. Sem... Voltar a um ponto específico que atenda o meu Estado, o trem metropolitano de Belo Horizonte. Senão eu seria aqui diferente dos outros Senadores.

Eu me prendo, João Luiz, ao ramal Calafati/Barreira. Quando nós iniciamos o metrô nós iniciamos com a rede básica do Horto/Santa Efigênia, floresta, Santa Tereza, Prado, Calafati, e fico o faltando a extensão de Calafati a Barreiro. Esse trecho é importante porque ele estende a malha metropolitana ferroviária para a cidade de Ibirité e para uma zona mais importante, mais ampla da região metropolitana. São as perguntas. Desculpe Presidente, se eu fui, não fui conciso.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Senhor Ministro, V.Exa. Sábio, preparadíssimo em relação a esse tema. Nós ganhamos com a dissertação de V.Exa.. Com a palavra o ilustre Senador Valter Pereira.

SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Sr. Ministro Márcio Fortes, Sr. Ministro Paulo Bernardo, Dr. João Luiz, Dr. Amin. Eu quero ver se consigo plagiá-los num aspecto, na praticidade, na objetividade. Eu vi a exposição, eu não vi a exposição do Sr. Ministro Paulo Bernardo, porque quando cheguei, ele já tinha terminado. Mas, senti que todos os expositores foram muito objetivos e muito rápidos. E eu vou procurar fazê-lo, o que é muito difícil para um político. Mas, é um, chega a ser um desafio para o político.

Mas, Sr. Ministro Márcio Fortes, o PAC definiu obras prioritárias tendo em vista os pleitos dos Estados e tendo em vista as necessidades já detectadas pelos respectivos Ministérios. No caso de Mato Grosso do Sul ocorreu um problema. O governo não tinha perspectiva de reeleição, em função disso, foi omissos com relação àquela fase preparatória do PAC e não é... Consignou os pleitos do Estado, não... Discutiu as prioridades de Mato Grosso do Sul e das cidades que compõe o nosso Estado. Em função disso é... Após o

mês de... Aliás, após o mês de dezembro, já no início de janeiro, novo governo, novos Parlamentares começaram a correr atrás do prejuízo e hoje existem já, vários pleitos que estão sendo, vários não, alguns pleitos que estão sendo analisados e com apoio significativo, apoios significativos como é o caso do poliduto que tem o engajamento não só de autoridades do Estado como o Governador de Mato Grosso do Sul, como do Sr. Ministro Paulo Bernardo, que foi Secretário de Fazenda e Planejamento lá de Mato Grosso do Sul, conhece as potencialidades do Estado e hoje é um dos parceiros nesse importante projeto que foi concebido na administração do atual Governador André Puccinelli. E também de duas linhas de transmissão que são fundamentais que também têm o apoio do Sr. Ministro Paulo Bernardo e a gente precisa registrar aqui para que é... Não se cometa a injustiça de não fazê-lo. Mas, nessa corrida atrás do prejuízo, eu tenho tentado é... Tentado viabilizar algumas propostas do Mato Grosso do Sul. Apresentei algumas Emendas e tentei falar com V.Exa., Sr. Ministro Márcio Fortes, através de audiência. Marquei três vezes, tentei marcar audiência lá com V.Exa., mas não fui feliz. Não fui feliz porque sempre tinha um problema, uma dificuldade. Certo, então isso aí, efetivamente, me contrariou. E agora o que me contrariou mais não foi esse problema de não ter conseguido ir ao seu Ministério discutir com V.Exa. sobre esses pleitos de Mato Grosso do Sul, o que me contrariou mais e inclusive, eu tenho aqui elaborado um Requerimento de informações que eu faria hoje, através do Plenário da... Do Senado Federal, mas vou fazê-lo aqui, pessoalmente a V.Exa. Destoa um pouco do assunto que está em pauta mas... Está afinado com essa discussão do PAC.

Então, a pergunta que eu diria, que eu faria a V.Exa. é o seguinte: As informações que nós temos é que o PAC ainda não andou. É claro que sabemos também que na área do governo há um engajamento. O Ministério do Planejamento está fazendo o seu dever de Casa, o Ministério das Cidades também o seu, discutindo tudo o que é possível e os outros Ministérios também. Mas, formalmente, o PAC ainda é... Está embrionário. Mas há uma notícia de que o Ministério estaria já recebendo propostas para a área de saneamento e habitação através de algumas liberações, através do sinal verde do Ministro à caixa Econômica para receber isso. Eu gostaria que V.Exa. Primeiro me respondesse essa pergunta para que eu formulasse as outras. É procedente? A Caixa Econômica já está autorizada a receber projetos de Prefeituras com recursos do PAC ou com recursos tenho a Própria Caixa Econômica já previstos, ampliados pelo Governo Federal?

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Olha, nós estamos, eu--

SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Eu gostaria que ele me respondesse porque tem uma outra pergunta que depende dessa.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Senhor Senador, eu defiro, vou passar a palavra ao Ministro Márcio para que ele possa responder.

SR. MINISTRO MÁRCIO FORTES: Senador, a respeito de audiência eu tenho um procedimento, que V.Exa. Já conhece, eu não marco hora, eu estou aberto de 7 da manhã à meia-noite. Ontem eu saí--

SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): é perigoso o senhor me receber às 7 da manhã, eu acordo às cinco.

SR. MINISTRO MÁRCIO FORTES: Com todo o prazer, eu aviso que basta ligar para saber se estou, recebo com o maior prazer e assim que eu rodo o tempo todo para poder atender o maior nº. de Deputados e Senadores. Ontem mesmo saí de lá tarde, recebendo alguns, levaram cerca de 10, 20 Prefeitos junto, a minha porta é aberta, continua aberta. Deve ter havido um não esclarecimento sobre o meu comportamento, que eu deixo livre para receber. A prioridade para mim é receber deputados, Senadores e Prefeitos. É assim que eu funciono. A respeito da sua pergunta. O que é que foi feito do PAC até agora? Primeira rodada, nós tínhamos projetos em carteira do saneamento para todos que é financiamento no valor, projetos no montante de cerca de 7 bilhões de reais no final do ano passado após a seleção dos projetos que foram apresentados no total de 21 bilhões. Fizemos contratações, tínhamos projetos de 5 bilhões em carteira. E então o que é que nós fizemos? A autorização do Conselho monetário para a contratação esse ano é de 3 bilhões de reais de financiamento, oneroso, saneamento para todos. Nós fizemos o... Uma leitura do que tinham sido melhor hierarquizado.

Então, cerca de 4 bilhões de reais em projetos foram enviados aos agentes financeiros para que pudesse as Prefeituras, os Estados confirmar o interesse e seguir com a análise, melhorar o que fosse o caso e passar em seguida já para a fase de análise do Tesouro Nacional. Desses 4 bilhões foram apresentados, por estados e municípios, apenas, confirmados, cerca de 3 bilhões e 700 milhões. E eu acredito que desses 3 bilhões e 700 milhões até a faixa de autorização que é 3 bilhões, certamente estarão aí, os municípios terão dificuldade em ter capacidade de endividamento. A média histórica está dando cerca de 20%, não tem passado pelo Tesouro.

Então, deveremos estar num valor próximo ao valor do autorizado pelo Conselho monetário. Isso foi startado no nosso Ministério da parte do PAC. A parte de financiamento. Na parte de OGU, nós tínhamos também, em um Ministério, muitos estoques de projetos na área de saneamento envolvendo ou... Ou envolvendo favelas, ou envolvendo é... Saneamento propriamente. Passando pelo PAS Bid, passando pelo, PAT, PROSA-NEAR E passando pelo... Pisarme, que é o programa regiões metropolitanas. E recebemos muitas cartas logo que foi emitido o... O PAC.

Então, num primeiro momento, nós mandamos para a Caixa, essa relação de projetos que tínhamos para ver também se existiam os projetos, se esses projetos ainda eram do interesse das prefeituras, dos governos do Estado, para análise. E mandamos várias cartas, que recebemos, para a Caixa contatar as Prefeituras para saber se efetivamente, o que estava sendo dito naquelas cartas conferia com a verdade, ou seja, se havia projeto ou não. Foram dois prazos, o primeiro de financiamento foi até o dia 5 e essa rodada agora foi até o dia 23. Simplesmente para orientação. Nada foi liberado, porque eu queria colocar para o senhor o que foi definido e o Presidente já tem dito isso a todos. Nós vamos--

SR. MINISTRO PAULO BERNARDO: Márcio. Me permite um aparte, um complemento. É importante frisar que isso é feito com edital, é publicado. Todos têm acesso a essa informação, na verdade é divulgado para todas as agências da Caixa, para os municípios, portanto é... Esse procedimento é público.

SR. MINISTRO MÁRCIO FORTES: Eu gostaria de argumentar, Ministro, é o seguinte, os projetos que estavam já em carteira, ver os que podem ser prioritários. A idéia é que já temos um cronograma, inclusive, de reuniões a serem mantidas com representantes do Governador e dos Prefeitos, das áreas selecionadas. Basicamente regiões metropolitanas, ou cidades pólos. Para ver se os projetos que nós temos são efetivamente os que interessam ao Governador, o que interessam aos Prefeitos. Essa consulta à Caixa foi saber uma primeira peneirada para saber se havia interesse e se havia projeto. Porque muitas vezes eu recebo uma carta, gostaria de fazer isso, mas não tem projeto algum. Foi só uma mera seleção. Então, para cada Estado haverá uma reunião preparatória com representante dos Governadores e dos, das municipalidades para ver se aquele mesmo é o ambiente que nós queremos. E o Presidente depois terá reuniões, já também no cronograma estabelecido com o Governador e com os Prefeitos para confirmar esse interesse. Se são esses mesmos os projetos, podendo trocar, se não quer que mude alguma coisa, o espírito que o

Presidente quer dizer o seguinte, já tem dito publicamente, o PAC tem vontade política e tem recurso. A execução não é do Presidente nem é minha, eu não executo nada, quem executa é o Governador, quem executa é o Prefeito. E há os casos que têm SPE, que temos o setor privado envolvido.

Então, essa reunião com o Presidente será no seguinte sentido: O PAC informal, no sentido de que o recurso se transforma em obra e obra em benefício para a população. Porque eu, do meu telefone celular que todos tem o meu telefone, eu divulgo a todo o instante, todos ligam para mim, o Brasil inteiro, deputados, senadores, qualquer cidadão liga para mim eu esclareço as coisas. Eu falo muito com superintendente da caixa, como foi isso, como vai aquilo, ligo para Prefeitos para saber como está a situação, mas na hora H, quem vai correr atrás vai ser o Prefeito ou o Governador para saber por que é que a licença ambiental não saiu, a regularização fundiária está pendente, como está a licitação, por que é que afinal de contas a Caixa não fez uma medição, o que ficou faltando para a gente poder correr com os projetos. Então é um pacto no sentido de fazer as coisas funcionarem, porque isso moveu o PAC, Presidente, disponibilizar recursos e fase as coisas funcionarem. O problema que nós temos falta de projetos. Tanto que o PAC está prevendo recursos para ajudar as prefeituras e estados para fazer os projetos. Como companhias estaduais de saneamento que estejam também com dificuldade de gestão, nós ajudaremos na gestão com grupos de apoio. Com consultores. Disponibilizando software para a parte financeira, para cadastro. Disponibilizando hidrômetros para as companhias poder saber a medição da água como anda. Trocar idéias para melhorar a gestão. Em alguns casos vamos auxiliar diretamente a empresa estadual, em vários casos como prefeituras e estados nós vamos pagar, inclusive, os projetos para que eles saiam. Porque essa é a descoberta que nós temos, desde o ano passado contratamos o Fenício(F), a idéia, por exemplo, era acabar com as palafitas do Brasil, na hora H de um bilhão de reais, só pode contratar cerca de 500 porque não tinha projeto disponível. Também é verdade o seguinte, Senador, ninguém faz projeto sem ter certeza que há recurso. Eu acho que agora essa divulgação do PAC já trouxe a consciência para todos que o recurso há e há vontade política de fazer. Muitos que têm possibilidade de fazer os projetos já estão correndo. Tanto que já recebi várias comunicações, vários Prefeitos, estou mandando pleito, estou mandando pleito etc. Não há pressa, porque é o seguinte: No primeiro momento estávamos vendo o que estava em carteira ou o que tinha chegado nesse momento. Nós vamos abrir, seguramente após o dia 20, estarei

liberando instruções normativas a respeito, os editais para apresentações de cartas consultas, para as contratações subseqüentes. Estamos trabalhando agora para o primeiro semestre de 2007, queremos fazer o segundo semestre de 2007 para contratar no início de 2008. Aí haverá chamada para Fundo de habitação em interesse social, e haverá chamada para saneamento. Trabalhamos seja com saneamento integrado, seja com urbanização de assentamentos precários, seja com recursos para qualquer modalidade de saneamento, água, esgoto, drenagem o que for necessário. São essas as chamadas que faremos a partir, certamente do dia 20. Estamos mexendo no cronograma porque há muito detalhe a discutir. Houve uma distribuição de tarefas, por exemplo, saneamento, cidades com menos de 50 mil habitantes passou para a FUNASA.

Então, saiu da nossa alçada, mas eu levantei algumas questões. E cidades, por exemplo, com população flutuante intensa, cidade turística, Búzios, Capão da canoa no sul, tem 30 mil, de repente tem 200 mil pessoas morando. Como tratamos? Em que faixa fica. Coisas desse tipo. Uma série de decisões que estamos tomando para ajustar o fluxo, para liberar... Os editais aparecerem e até encaresso aos senhores Senadores e Deputados presentes aqui, lembrarem os Prefeitos para ficarem atentos ao nosso site já a partir do dia 15, porque lá colocaremos editais transparentes, como sempre fazemos, para que as cartas consultas sejam apresentadas.

Então, Senador, o que aconteceu no momento foi para não parar. Tudo o que está em estoque fomos soltando. Para ter essa primeira oportunidade até de contato do Presidente com os Governadores, com os Prefeitos para empenhar, em total liberdade de discussão ver o que interessa. Por exemplo, o Senador, o Prefeito que tem um projeto interessante, o governador pode apresentar na Mesa e assim vai funcionar.

SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Eu acho que a decisão de V.Exa., Ministro é uma decisão louvável. Eu acho que a administração tem que andar mesmo. Agora, eu vou ler uma notícia para V.Exa. Para V.Exa. Entender o motivo que me leva a fazer esse questionamento aqui, que eu ia fazê-lo através do Plenário, mas eu preferi fazer na Comissão. Porque eu acho que tem que ter, na administração pública, e eu quero dizer a V.Exa. O seguinte, essa questão da audiência para mim não vai mudar o conceito que eu tenho de V.Exa. O conceito que eu tenho de V.Exa. é de uma eficiente, de uma pessoa diligente e que está fazendo o seu deverzinho de Casa direitinho. Agora eu vou ler a notícia e V.Exa. vai entender a angústia que todos os Parlamentares aqui têm uma, têm se dedicado, têm se debruçado principalmente os Parlamentares da base

do governo para viabilizar as propostas, para que não tenha é... Nenhum óbice que possa comprometer o andamento do PAC. Porque é o único projeto que hoje, realmente nós temos e que amarra a esperança do povo brasileiro ainda. Mas eu vou ler essa notícia para V.Exa. Entender a inquietação, onde é que está a inquietação dos Parlamentares. Essa notícia foi publicada e não foi desmentida. O Deputado Federal, Vander Loubet, PT/MS, anunciou que hoje juntamente com o Prefeito Nelsinho Trad, conseguiu hoje, essa notícia é de dois dias atrás, conseguiu inserir Campo Grande nas obras do PAC, plano de aceleração do crescimento, obtendo recursos da ordem de 70 milhões para os setores de habitação e saneamento da cidade. Segundo Vander Loubert, ele e o Prefeito da capital conseguiram os recursos dos Ministérios das Cidades, aí vêm aspas: "Enquanto muita gente estava estudando Emendas para o PAC, nós optamos por trabalhar de maneira rápida e eficiente", rápida e eficiente.

Então, o que é que ele está confessando aqui? Está confessando que ele está sendo ligeiro e os demais, todos os demais estão sendo lerdos. Ele está sendo eficiente. Que tipo de eficiência que ele está encontrando? O que é que... Qual é o pulo do gato que nós não estamos conseguindo descobrir? Onde é que o bicho está pegando? Muito bem, se vangloriou o Deputado petista lembrando que com agilidade elaborou o Projeto junto com Nelsinho Trad e apresentou ao Sr. Ministro Márcio Fortes, que o aprovou. A atitude do petista unindo-se ao Prefeito do PMDB, para captar recursos em Brasília, exemplifica que a bancada federal está levando a sério, a proposta. Que já é uma... Porque aqui não tem nada de bancada. A bancada não agiu no subterfúgio, a bancada não agiu nos porões, a bancada está agindo dentro da transparência, dentro do formalismo, dentro da maior lisura possível. E esse negócio de rapidez, de agilidade, debaixo dos panos, debaixo dos porões, isso não é atitude ética. Agora, o que eu queria saber é se a atitude ética que está faltando, estaria só na ação do Parlamentar. Prefiro acreditar que seja na área do Parlamentar.

Então, eu gostaria que V.Ex^a. deixasse bem claro, porque é preciso que a bancada no todo, isso causou um profundo mal-estar em toda a bancada do Estado do Mato Grosso do Sul. É preciso que a bancada tenha a tranquilidade de que o Ministro não está abrindo informações privilegiadas que de que o Deputado não está abrindo com base em informações privilegiadas. Porque se isso estiver acontecendo, logo, logo vai faltar base Parlamentar para o Governo. Então, eu gostaria que V.Ex^a. só desse essa tranquilidade.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Sr. Senador Valter Pereira, Srs.

Ministros e convidados, logo após o último questionamento nós vamos abrir porque os Ministros possam fazer as respostas coletivamente. Com a plataforma o ilustre Senador Wellington Salgado de Oliveira.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Ilustre Presidente Marconi Perillo, Sr. Ministro Paulo Bernardo, Sr. Ministro Márcio Fortes, Amim Alves, Presidente da Super Via, João Luiz da Silva, Presidente da CBTU.

Claro que eu sofro um pouco por ser o último, inclusive após nosso decano, o ex-Ministro Eliseu Resende e também aqui o nosso ex-Prefeito e ex-Governador Azeredo. E o que é que acontece? Além de que são dois Ministros que atendem muito bem quem vai a seus Ministérios. Já fui atendido com toda a comunidade política de Araguari pelo Ministro Marcio Fortes, a quem nos recebeu como bem colocou aqui, com tranquilidade, procurando solução. E o Sr. Ministro Paulo Bernardo, a gente já conhece bastante, de outra vezes, sempre atende com muita cordialidade. Fica difícil reclamar diante de duas figuras que atendem muito bem. Mas, eu tenho que reclamar. Vou aproveitar e reclamar um pouco. Porque não tem, eu vou nos números direto. Não vou falar de privatização, porque a gente sabe que o Governo do Presidente Lula não passa privatização. Existe a idéia de passar para o Estado o metrô.

Então, pode ser que vá por aí uma melhor solução para o problema do metrô de Belo Horizonte, passe por esse caminho. Agora, quando eu pego os nº.s, Srs. Ministros, eu vou logo para o campo político. Eu vejo aqui que os aliados, Governadores e Prefeitos, acabaram levando muito mais recurso do que Belo Horizonte. Eu não tenho como pensar de outra maneira. Eu procuro não falar, falei até a questão de ter cuidado que são dois Ministros muito atenciosos, e nós vamos tentar aqui a nossa bancada mudar alguma coisa no Senado quando chegar. Não é isso, Senador Azeredo, Senador Eliseu? Agora, botar 186 milhões para Minas, 295 para Recife, onde nós temos o João Paulo Prefeito, e o meu ilustre amigo Eduardo Campos Governador, dessa nova safra, como também nosso ex-governador Marconi Perillo. Fortaleza. 523 milhões. E o nosso Senador ainda reclamava aqui um pouco. Ele queria mais. Que diz que é uma data, ele queria mais.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: [pronunciamento fora do microfone].

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Não, não. O Inácio, que saiu. V.Ex^a. não, estou olhando lá atrás na cadeira vazia.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: [pronunciamento fora do microfone].

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Não. Salvador, 497 milhões. Temos o Jacques Wagner sendo eleito, e o nosso querido amigo João Henrique que é um grande prefeito, filho do nosso Senador companheiro também e algumas coisas e é um grande político. Senador César Borges também não fala nada porque está sendo bem... O Estado está... [risos] Está sendo bem recompensado.

SENADOR CÉSAR BORGES (PFL-BA): V.Ex^a. me citou, me permitiu um breve aparte. [risos]

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Claro.

SENADOR CÉSAR BORGES (PFL-BA): Eu queria dizer a V.Ex^a. que o metrô de Salvador ficou quatro anos paralisado, nesse governo, apesar de todos os esforços que forma tomados, com o dinheiro do Banco Mundial disponibilizado e o Governo sem condições de internalizá-lo, por questões fiscais orçamentárias. Segundo, quando retomado, foi reduzido à metade. Hoje é conhecido como metrô calça curta. Porque de 12 quilômetros previstos inicialmente, o Governo só está viabilizando metade, e mesmo assim com inauguração prevista para o final de 2008... Portanto, apesar da eficiência que V.Ex^a. e dos nº.s falados, Salvador não está contemplado devidamente com que seria o seu tão sonhado transporte de massa.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Agora, até o Senador César Borges reclama de 497 milhões. Imagina Minas Gerais com 186 milhões. Quer dizer, eu pediria um pouco mais de carinho com o nosso Prefeito Pimentel, que é um companheiro de primeira hora, e o Governador Aécio, que mesmo sendo do PSDB, ele sempre foi um parceiro desse Governo, sempre procurando uma solução, sempre bem cortejado, uma boa relação com o Presidente Lula. Agora, é o que eu digo, 186 milhões, Sr. Ministro Márcio Fortes? [soa a campainha] E a bancada de Minas está aqui presente, a Câmara, a Assembléia, quer dizer, no respeito a essa Audiência Pública que V.Ex^a. colocou, eles vieram de Minas aqui para presenciar.

Então, quer dizer, fica difícil pra mim recebê-los aqui, para o Senador Azeredo e não reclamar. Nós temos que reclamar. Como é que nós... Não é Senador? Como é que eles vão vir aqui, e nós vamos só falando. Eu pelo menos sou da base de apoio do Governo. Tenho votado sempre com o Governo. Então tenho que reclamar. A oposição me seduz, mas eu sou firme com o Presidente Lula. Agora, eu tinha que fazer essa reclamação e pedir uma maior atenção para o metrô. Só isso, Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Eu já havia proferido despacho,

encerrando a lista de inscrição. Mas, diante dos apelos do Senador Jayme Campos e Cícero Lucena, eu vou abrir exceção concedendo a cada um dois minutos para que nós possamos encerrar.

SENADOR CÉSAR BORGES (PFL-BA): Sr. Presidente, eu estava em respeito à sua deliberação, não solicitando também intervenção, mas já que V.Ex^a. abre essa possibilidade, eu me inscrevo também.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Senador César, também dois minutos para V.Ex^a.. Com a palavra o Senador Jayme Campos.

SENADOR JAYME CAMPOS (PFL-MT): Sr. Presidente, Srs. Ministros, serei bem breve, até fazer uma ressalva aqui, César Borges, que foi o primeiro que chegou aqui e marquei presença. Entretanto para que a Comissão não tenha instalado e eu tive que me que deslocar a outro evento.

Sr. Presidente, Sr. Ministro, ouvindo a colocação do ilustre Senador Valter Pereira do Mato Grosso do Sul, eu quero fazer apenas um questionamento para o senhor. Uma indagação, não é questionamento. Os recursos previstos através do PAC, certamente através do próprio orçamento já previsto, eu imagino que vai ser democratizado de tal forma na medida em que acontece que muitos locais desse País aqui, o Governador não se dá bem com o Prefeito. E o senhor disse aqui de que os Governadores serão ouvidos investimentos e, sobretudo nessa área. [soa a campanha] Entretanto, quando o ilustre Senador Valter Pereira faz esse comentário em relação... Às vezes em relação ao seu Estado, da velocidade que alguns projetos tomaram no seu Ministério, eu tenho visto dos corredores, sobretudo no próprio Estado do Mato Grosso, que um volume bastante razoável de recurso do seu Ministério está previsto para algumas cidades. Serão bem-vindas. Agora, eu particularmente que já fui Governador do meu Estado, três vezes Prefeito da minha cidade, sou atualmente Senador da República por oito anos, e Relator do Ministério das Cidades deste ano de 2007, me causa muita preocupação tendo em vista de que os recursos que estão comentando, que vai se liberar para alguns Municípios. Eu imagino que tenha que ser de forma criteriosa. Ou vai ocorrer aquela velha história, para alguns muitos [soa campanha] e para outros quase nada. Então, eu quero perguntar para o Senhor. Eu quero crer que vai ter um manual, sobretudo, vai ser democratizado, para que os investimentos sejam feitos de forma transparente e, sobretudo sem grandes interferência políticas para que toda a sociedade seja beneficiada com as obras previstas através do PAC, e acima de tudo também através já dos recursos da própria Caixa Econômica Federal. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Obrigado, Senador Jayme Campos, com a palavra o Senador Cícero Lucena por dois minutos.

SENADOR CÍCERO LUCENA (PSDB-PB): Eu quero inicialmente dizer da minha renovação da cobrança no sentido de como o PAC cuidou da Paraíba. A Paraíba ficou fora do gás, a Paraíba ficou fora em ferrovia, a Paraíba de 520 quilômetros de duplicação da BR 230, só está sendo contemplada com 40. Se o metrô de Salvador chamado calça curta, você imagina essa estrada da Paraíba. A Paraíba ficou fora de porto, a Paraíba ficou fora de biodiesel, a Paraíba ficou fora de pólo petroquímico, a Paraíba ficou fora de metrô, porque é um exemplo de se assim que lhe parece, enquanto outros choram por 500 milhões, por 300 que só foi 300, foi 500... [soa campanha]... A Paraíba ficou fora, embora tenha uma linha urbana da CBTU que liga o Município da Grande João Pessoa de Cabedelo, passa em João Pessoa, passa pelo Município de Baê e vai até Santa Rita. Mesmo sendo Prefeito durante oito anos e não foi no período somente do Governo Lula, nós não conseguimos desenvolver um Projeto embora tivesse um estudo preliminar para fazermos um transporte urbano integrado. Então, já temos um pré-metrô, a linha principal já está montada, mas os avanços não foram oferecidos.

E eu gostaria de pedir ao Sr. Ministro Paulo Bernardo, como Ministro do Planejamento um dos responsáveis para pensar não só as questões emergenciais, mas principalmente futuro. Para que ele possa nos ajudar e ajudar os paraibanos a lembrar ao Presidente Lula, não as promessas de campanha que eu não gostaria de citar como promessa de campanha, mas... [soa campanha]... O compromisso de fazer justiça com o povo paraibano.

Quanto ao Ministro das Cidades, eu fico feliz do senhor dizer que esse processo irá ser transparente e reconhecedor do seu trabalho. Quero dizer que pelo menos no momento atual, embora sabedor que sou da sua disposição de analisar outros projetos do Governo do Estado da Paraíba, mas hoje o que está deliberado no caso específico é que a Prefeitura de João Pessoa estaria recebendo 80 milhões entre saneamento e habitação e o Governo do Estado da Paraíba 30 milhões. Não quero ser injusto. Sei que o senhor está analisando projetos na ordem de 250 milhões para abastecimento d'água e esgotamento sanitário na Paraíba, projetos que se encontram já oferecidos ao seu Ministério. Então, é o apelo que eu peço a toda equipe do governo, que lembre ao Governo Lula compromisso com povo paraibano.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Com a palavra o Senador César Borges por dois minutos.

SENADOR CÉSAR BORGES (PFL-BA): Muito obrigado, Sr. Presidente. Vou procurar atender os dois minutos.

A questão do metrô de eu já coloquei rapidamente. Ele foi muito prejudicado, sabe disso aqui o Ministro do Planejamento, e o Sr. Ministro Márcio Fortes, Ministro a quem eu tenho um apreço e está sempre de portas abertas para os Parlamentares. Pelo contingenciamento que aconteceu no primeiro Governo Lula, no primeiro Governo Lula, e agora uma redução de 50% do seu percurso que não vai atender absolutamente nada. São seis quilômetros. É muito pouco para uma cidade como Salvador de dois milhões e seiscentos mil habitantes. Então essa é a questão que eu deixo bastante clara.

A segunda essa afeta todas as grandes cidades brasileiras. É o custo do transporte. Eu não sei qual é a política do Ministério das Cidades, do planejamento, do próprio Governo Lula com relação à questão de transportes. Porque hoje, a população mais carente do nosso País, não está podendo utilizar transportes públicos. [soa campainha]. Essa é uma verdade. Os custos são bastante elevados, principalmente do óleo diesel. O óleo diesel é uma responsabilidade direta do Governo. A PETROBRÁS, se você olhar o custo do óleo diesel ela fica com 63% do custo. ICMS, 13, CID, PIS e COFINS mais 12% e distribuição de revenda 12%. Todos os Países do mundo há subsídio para transporte público. Hoje, para cada aumento de 10% do valor você diminui mais 10% de pessoas que não podem utilizar, vão andar a pé. Então em Salvador, por exemplo, se cobra dois reais por um preço de um transporte público. Significa um dólar. Isso é preço de País desenvolvido. E o Governo Federal não se mexe. Conversa com os Prefeitos, enrola os Governadores, os Prefeitos, mas enfim, não há uma política definida do Governo Federal para o transporte público das grandes metrópoles brasileiras, onde se inclui Salvador, mas com certeza, Belo Horizonte, Rio de Janeiro, São Paulo. Então, é uma falha gritante, brutal. Que está penalizando a população trabalhadora e a mais pobre. Que está se começando a simplesmente se locomover andando ou procurando morar em favelas e ocupações desordenadas dentro das cidades, porque não pode pagar o transporte público e aí vai se deslocar mais rapidamente andando para o local de trabalho.

Então, essa é a questão. Qual é a política de transporte público para viabilizar, para a população de baixa renda do nosso País do Governo Federal. Muito obrigado, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Agradeço ao Senador César Borges pela compreensão, e gostaria de abrir aqui com a permissão dos Srs. Senadores uma exceção, atendendo a um pleito do Senador Eduardo Azeredo e creio que com o apoio do Senador Eliseu Resende, e o Senador Wellington Salgado. Estão presentes aqui, para a nossa satisfação os Deputados Federais: Célio Moreira, Presidente da frente parlamentar pró-metrô, o Deputado João Leite, o senhor já me deu muitas alegrias, Deputado João Leite, como Atleticano e o Vereador Totó Teixeira, Presidente da Câmara Municipal de Belo Horizonte. Eu vou abrir atendendo à solicitação da bancada mineira por Requerimento do Senador Eduardo Azeredo, com o apoio dos demais Senadores, para que um dos senhores possa falar por dois minutos. Os senhores escolham aí um dos três para falar representando, os mineiros que vieram de Belo Horizonte e nos dão a honra aqui, de suas presenças nessa Sessão tão especial de hoje. Apoio da bancada de Mato Grosso do Sul, bancada goiana, bancada baiana, com o apoio de todas as bancadas desse Senado.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Sr. Presidente, infelizmente a hierarquia vai ter que funcionar. O Deputado vai falar em nosso nome. Eu gostaria também de me manifestar se V.Ex^a. permitir.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): O senhor já falou.

[risos].

Com a palavra o ilustre Deputado Célio Moreira.

DEPUTADO CÉLIO MOREIRA (PL-MG): Obrigado Presidente, Senador Marconi Perillo, gostaria de cumprimentar O Ministro Marcos Fontes, Sr. Ministro Paulo Bernardo, Dr. Amin Murad, Dr. João Luiz, Senadores, Senadoras.

Nós vimos as explanações e as explicações, Sr. Presidente, e nós vimos aí até a reclamação do Senador César Borges, dizendo que o metrô de Salvador está de calça curta. Então, o metrô de Belo Horizonte está sem calça e a gente está querendo vestir e dizer que para Belo Horizonte, para a região metropolitana de Belo Horizonte a importância desse transporte. Sabemos que o metrô é um transporte rápido, barato, e com toda certeza vai atender com carga total de Barreiro e Vilarinho, [soa campainha] aproximadamente quatro milhões e oitocentos/mês. Seria aproximadamente isso. Portanto, fizemos várias Audiências Públicas, inclusive na Câmara, visitas, inclusive com a presença do Dr. João Luiz, e nós vimos esse ramal Calafato/Barreiro, realmente um trecho que já tem obras de artes, terraplanagem que estão sendo da-

nificados, estações que está servindo de esconderijo para marginais e as pessoas que moram à margem desses dez quilômetros estão sofrendo com insegurança muito grande. E os dinheiros que é aprovado pela Câmara, ele tem sido contingenciado. Portanto, esses 186 milhões que está no PAC para o metrô de Belo Horizonte, nós acreditamos que um recurso muito simples, muito pouco, insuficiente para atender. E aí a gente não está discutindo nem a questão da linha 2, que isso aí seria... Como já foi aqui explanado pelo Sr. Ministro e pelo Dr. João Luiz que é para atender, acabar praticamente a linha 1. E nós tivemos a presença, Sr. Presidente, em Minas Gerais, do Presidente Lula, em Pouso Alegre, prometendo acabar aquilo que foi iniciado. Então, a promessa do nosso Presidente de terminar o metrô de Belo Horizonte. Nós sabemos que o metrô, ele não pára. Ele continua. As ligações como Ribeirão das Neves, agora foi muito bem colocado pelo Sr. Ministro Márcio Fortes onde vai ser construído o centro administrativo do Governo do Estado de Minas Gerais, com essa estação de Vilarinhos, sem dúvida, vai ajudar bastante. E o trânsito de Belo Horizonte já está saturado. Não agüenta mais.

Então, é importante a conclusão do metrô de Belo Horizonte. Isso aí não só na questão de economia, tempo, mas a questão ambiental também. Belo Horizonte, Minas Gerais vai ganhar muito. Eu quero parabenizar o Senador Wellington Salgado também, que faz uma observação, e nós não entendemos, ainda não deu pra gente captar isso por que Belo Horizonte vai receber 186 milhões? O Governador Aécio Neves, ele tem sido um parceiro do Presidente da República, do Prefeito Fernando Pimentel, e a gente não vê, até agora a gente não entendeu porque é contra o crescimento, é contra a aceleração do desenvolvimento e crescimento de Belo Horizonte e região metropolitana. Então, a gente gostaria de pedir, Sr. Presidente, uma atenção. Eu não digo aqui uma atenção especial por parte dos Ministros, do Presidente da República. Mas, atender Belo Horizonte e região metropolitana porque o metrô de Belo Horizonte ele já anda há 23 anos. Vai fazer 24 anos que está essa discussão. E constantemente tanto na Câmara Municipal, Vereador Totó Teixeira Presidente da Câmara Municipal, sempre recebendo as comissões dos dois Distritos maiores de Belo Horizonte que é Barreiro e Venda Nova pedindo providências, tanto a Câmara, Assembléia Legislativa, [soa campainha] os nossos Deputados Federais e nossos Senadores. Então, a gente gostaria de pedir inclusive, aos nossos Senadores Eliseu Resende, Senador Eduardo Azeredo e Wellington, que quando chegar essa proposta estiver aqui tramitando que faça essa correção para que Belo Horizonte a região me-

tropolitana seja realmente contemplada e que o metrô seja realmente uma realidade na nossa cidade. Muito obrigado, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Agradeço a participação da bancada mineira, da Assembléia Legislativa e da Câmara Municipal, aqui nessa Comissão durante esse importante debate. Eu vou conceder primeiro, agora a palavra ao Sr. Ministro Paulo Bernardo, Ministro do Planejamento, para que ele possa responder a todas as indagações, e logo em seguida eu vou liberá-lo com a permissão dos Srs. Senadores e Sr^a. Senadora para que ele possa presidir ou participar da Comissão da reunião do Conselho monetário nacional. E depois vamos ouvir as respostas do ilustre Sr. Ministro Márcio Fortes. Com a palavra o Ministro Paulo Bernardes.

SR. MINISTRO PAULO BERNARDO: Obrigando, Senador Marconi Perillo. Queria responder algumas questões específicas que foram colocadas, mas também falar um pouco dessas questões mais gerais que foram discutidas aqui pelos Srs. Senadores. E me referindo à fala de V.Ex^a., Senador Perillo, primeiro eu quero assumir um compromisso de estudar essa questão do metrô de Goiânia, e se for como... Eu não consegui durante a fala aqui, não consegui porque o nosso Secretário-Executivo está no Congresso, o adjunto está aqui conosco. Eu não consegui a informação sobre essa questão do Projeto lá de financiamento do Banco, mas se for... Se tiver dependendo de mandar uma missão nós vamos resolver isso nos próximos dias. E a questão do Projeto, eu quero sentar com o Governador e evidentemente o Márcio Fortes tem que estar nessa conversa. Porque o Projeto começa a discussão técnica ali pelo Ministério das Cidades.

Com relação às diferenças que há entre alguns investimentos que nós estamos anunciando no PAC e o que consta no orçamento, na verdade nós dependemos de uma alteração na Lei de Diretrizes Orçamentárias, me parece que está pautada hoje, inclusive, para a Sessão do Congresso, não sei se está mantida... Foi cancelada. Nós dependemos dessa alteração na LDO para fazer o aumento do projeto piloto de investimento para 0,5 do PIB. Na verdade até possível que haja mudança desse percentual, em função dos novos dados do PIB que foram divulgados. Então, nós vamos à sequência mandar os projetos para cá incluindo esses valores, inicialmente seis bilhões e setecentos milhões de reais para completar os recursos que faltam. Quer dizer, nós estamos anunciando, não estão no orçamento ainda, mas essa por causa disso.

Com relação às questões que foram colocadas por vários Senadores, o Senador Eduardo Azeredo, me parece que um dos motivos da sua... Da convoca-

ção dessa reunião, mas também o Senador Wellington Salgado colocou isso, Senador Eliseu Resende, e inclusive os Deputados da bancada mineira sobre a questão dos recursos para Belo Horizonte, eu queria lembrar inclusive o seguinte, no período anterior, período de 2005 e 2006, o primeiro metrô que foi incluído no projeto piloto de investimento foi o de Belo Horizonte. Nós estabelecemos alguns critérios para trabalhar e fazer essa inclusão, isso foi discutido com o Ministério das Cidades, com a companhia de trens urbanos, e fizemos, chegamos à conclusão que tecnicamente era mais viável colocar o de Belo Horizonte... Fizemos enquanto negociávamos com o Governo da Bahia, o Governo de Pernambuco, o Governo de Ceará. E eu lembro que nós apanhamos muito por causa disso. Eu não tenho certeza, mas certamente o Senador César Borges deve ter batido na gente por causa disso. Porque entrou Belo Horizonte e não entrou Salvador, por exemplo. E depois na sequência nós fomos equacionando essas questões, e o que nós colocamos de recursos não foi para igualar. Para dizer: Olha, então o Ceará vai ter 500 milhões, o metrô de Salvador vai ter 500 milhões e o de Belo Horizonte conseqüentemente tem que ter 500 milhões. Na verdade tem uma etapa para completar, como nós mostramos no caso de Belo Horizonte, completar uma das linhas e fazer a demarcação da faixa de domínio para outra linha, então, esses recursos foram colocados porque eram considerados os recursos suficientes.

Quando nós... Se nós formos discutir, por exemplo, metrô, eu acho que talvez seja um dos pontos onde nós não estamos tão bem. Mas, se a gente observar o conjunto do que foi colocado no PAC, nós vamos ver primeiro que é um esforço muito grande para fazer um programa de investimentos públicos e também investimentos que caberão a iniciativa privada, e que se a gente pegar, por exemplo, a situação de Minas, em comparação com outros Estados, Minas tem um volume grande de recursos. É natural, porque também têm o maior número de quilômetros de estradas, de rodovias, ferrovias importantes. Mas, tem muitos recursos que foram alocados para Minas.

Então, eu diria que nós vamos ter que discutir essas questões todas e falando bem francamente, quando nós falamos: Os Deputados e Senadores mineiros têm que resolver isso. Se nós formos tirar de um lugar, se for colocar mais em um lugar, vai ter que tirar de outro. E acho que algumas questões que foram levantadas, o Senador Inácio Arruda, verbalizou mais claramente isso, tem como incluir outras obras no PAC? Eu diria tem. É possível. O PAC na verdade, Senador Valter Pereira, não é apenas um programa com investimentos. Nós colocamos esse grande volume de obras de infra-es-

trutura, nós colocamos uma política de desoneração, todos sabem que se dependesse da intenção inicial do Governo nós teríamos ido inclusive um pouco além. Mas, significa neste ano seis bilhões e seiscentos, se nós acrescentarmos o que foi votado no ano passado pelo Congresso, projetos bons, importantes como o super simples, nós vamos ter uma desoneração neste ano acumulado de aproximadamente 13, 14 bilhões que vão ser desonerados. A nossa receita inclusive, a previsão de receita para este ano é menor do que nós mandamos no Projeto de Lei orçamentária.

Então, além disso, nós temos um programa de melhorar o ambiente de negócios. Nós colocamos o Projeto das agências reguladoras, o Projeto de Lei do gás, nós colocamos projetos que inclusive já foram aprovados pelo Congresso, como a lei do Super Simples estava no PAC, a lei do saneamento, foram projetos do resseguro. O projeto se antecipou e nós colocamos. Nós estávamos colocando isso como prioridade e o Congresso aprovou. Nós achamos que esses projetos, além do sistema de defesa da concorrência, vão melhorar a possibilidade de investimento, ambiente de negócios. O ambiente de negócio no Brasil vai se tornar melhor. Não é para este Governo, vai se tornar melhor para os próximos anos. Isso é importante. E colocamos algumas medidas de caráter fiscal que são conhecidos. Fizemos o debate, aliás, o debate foi convocado por esta Comissão, embora tenha sido no Plenário, nós temos algumas medidas que achamos importantes que sejam aprovadas para resolver algumas questões fiscais. Por exemplo, completar a extinção da rede ferroviária federal. Isso é importantíssimo para eliminar um risco potencial de alguns bilhões. Nós temos 48 mil ações tramitando na justiça. Não estamos bem aparelhados para responder a isso. Temos um potencial de rombo que passa dos oito bilhões. Quero dizer, precisamos equacionar isso.

A questão da despesa, folha de pagamentos, despesa de pessoal, que nós mandamos um Projeto de Lei para cá para mexer na redação da Lei de Responsabilidade fiscal, que é importantíssimo. Porque nós temos uma preocupação em não permitir que as nossas despesas correntes cresçam mais que o PIB. O que tem acontecido nos anos anteriores. Quer dizer, todo esse conjunto aí forma o PAC. Nós vamos mandar o Projeto de Lei que regulamenta a Previdência complementar dos servidores. Então, eu estou falando tudo isso porque a nossa avaliação é que nós vamos ter uma melhoria substancial das nossas condições fiscais, das nossas condições de investimento no País que é possível seguir discutindo e avançando nisso. Analisar esses projetos.

Então, veja bem, os projetos que foram... Que não estão incluídos diretamente no PAC, nós estamos financiando a elaboração do plano Diretor desses projetos. Porque achamos importante. Essa questão, vários Senadores, o Senador Eliseu Resende colocou muito bem isso, nós sabemos que é crucial resolver essa questão do transporte de massa no País. E nós precisamos fazer esse esforço. Eu sei que o Senador Azeredo chamou essa audiência por causa disso. E nós queremos fazer esse esforço. Aliás, o Congresso já aprovou três ou quatro medidas do PAC. As pessoas estão dizendo: V.Ex^a. disse o PAC não está andando. Está andando, Senador. Está andando. Nós vamos ter evidente um período de maturação do debate. Todo mundo quer saber as consequências de cada medida. Mas, acho que nós estamos com um clima muito bom aqui. Eu tenho conversado com Parlamentares tanto da base governista, como da oposição, que tem demonstrado boa disposição para debater. Não quer dizer que vai concordar com tudo. Tem Emenda, tem o debate.

Agora, outra coisa que eu queria falar, o Senador Valter Pereira expressou isso mais fortemente, mas outros falaram, o Senador Jaime falou isso, os critérios que nós estamos utilizando para selecionar projetos. Primeiro, na área de saneamento e na área de habitação vai ter um volume de recursos que se eu não tiver enganado, de memória, vai bater na Casa dos 170 milhões de reais, para esses quatro anos. Isso para todas as modalidades, isso o Márcio pode falar melhor. E nós estamos procurando ter critérios objetivos. Por exemplo, saneamento, onde tem déficit de saneamento? É nas grandes cidades, nas regiões metropolitanas.

Então, é aí que tem que ter prioridade. Habitação, a questão de favelas, a questão de habitações em áreas degradadas. Então, nós estamos procurando selecionar com critérios claros, publicar amplamente, divulgar amplamente isso e fazer uma distribuição equânime, o mais equânime que nós pudermos fazer. Então isso quer dizer--

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: [pronunciamento fora do microfone].

SR. MINISTRO PAULO BERNARDO: Esses recursos ao assim, nós temos no... Recursos do PPI, por exemplo, pra habitação de interesse social, nós vamos ter três bilhões por ano, não é Márcio? São 12 bilhões em quatro anos. Esses são recursos do tesouro. O PP I vai entrar como uma parcela do recurso. Agora, tem recursos do Fundo de Garantia, tem recursos do... Não, basicamente os recursos do Fundo de Garantia e os recursos do orçamento. Que nós vamos colocar. Podendo ter como o Márcio disse, possibilidade de ter

sociedade de propósito específico, participação da iniciativa privada com outras fontes de investimento. Mas, de fato, nós estamos empenhados em fazer isso com critérios mais equânimes, transparentes, públicos.

Então, às vezes dá uma discussão, uma pendenga dentro de uma bancada por conta disso. Esse caso que V.Ex^a. está dizendo do Nelsinho Trad que é Prefeito de Campo Grande, é um Prefeito do PMDB. V.Ex^a. sabe, o PMDB até o Governo passado--

SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Mas, o problema não é o Prefeito. O problema é a informação privilegiada. Esse aí que é o problema. A informação... Isso que traz o desconforto.

SR. MINISTRO PAULO BERNARDO: Mas, não temos como controlar o que o Deputado faz de declaração. Veja bem, o Prefeito Nelsinho Trad é do PMDB até o governo passado.

SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Os recursos postulados por Campo Grande são úteis e necessários. Não coloco em dúvida sobre isso. E as gestões do Prefeito também não estou colocando em dúvida. O que eu estou colocando em dúvida é se o Parlamentar está tendo informação privilegiada. Porque se tiver tendo informação privilegiada e tratamento privilegiado, aí não tem sentido eu estar aqui apoiando o PAC, apoiando o Governo.

SR. MINISTRO PAULO BERNARDO: Senador Valter Pereira, responder objetivamente. Não tem esse negócio de informação privilegiada. Nós estamos fazendo com critérios absolutamente transparentes, públicos, todo mundo sabe como é que é, como é que funciona. Está nos editais da Caixa Econômica, no Ministério das Cidades, e o Márcio disse bem, nós queremos discutir com Governadores, com os Prefeitos de maneira que um vai saber o que o outro está recebendo e qual é o critério para fazer isso.

Então, eu acho que nós temos que evidentemente zelar para que o fluxo de informações seja o mais democrático possível. Agora, com um Deputado, o que o Deputado fala na mídia, nós não temos como controlar isso. V.Ex^a. sabe bem disso. Esses projetos de Campo Grande estão tramitando desde o ano passado. Eu mesmo recebi o Nelsinho, que é o filho, porque o pai é Parlamentar aqui, recebi várias vezes para discutir isso. Não temos o menor problema de continuar debatendo.

SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): É que são projetos do PAC e o PAC começou esse ano, Ministro.

Então, se ele por força do Projeto do PAC está chamando Prefeitos e mandando os Prefeitos apresentarem dentro do PAC esse Projeto, está tendo informação privilegiada. E isso aí nós não vamos tolerar.

Vou falar uma coisa, sou do PMDB, V.Ex^a. me conhece, sabe que eu sou disciplinado, meu partido aliou-se ao Governo, faz parte da base do Governo, esses dias o Governo quase levou uma lambada aí por diferença de um voto. Foi o meu voto lá, estive lá, compareci, votei chamado pela liderança, mas ser chamado de otário, isso eu não vou aceitar. E o que a notícia traz é exatamente isso. Olha o que é que o Deputado fala: Enquanto muita gente estava estudando Emendas para o PAC, nós optamos por trabalhar de maneira rápida e eficiente. Rápida, no subterfúgio. Enquanto nós estamos aqui elaborando Emendas, trabalhando à luz do dia, o outro está indo nos porões do Ministério. Isso eu não acredito. E o Ministro está aqui, fiz questão de... Essa informação ia obter no seu Ministério pessoalmente. Porque acho que o Deputado do Governo, o Parlamentar do Governo, Senador ou Deputado, tem que procurar o Ministro, conversar olho no olho com o Ministro, fazer as suas reclamações. Só que eu não tive oportunidade. Por isso que eu fiz aqui de público. Ia fazê-lo num ambiente até mais amplo que é no Plenário. Vou deixar de fazê-lo porque V.Ex^a. está aqui. E eu acredito na idoneidade de V.Ex^a., acredito que V.Ex^a. vai dar o esclarecimento devido. Mas, não vou aceitar passar por otário. Porque aqui do jeito que ele diz aqui, todos os Parlamentares do Mato Grosso do Sul exceto ele são otários. Porque ele descobriu os caminhos, os subterfúgios, descobriu os porões. E eu, mesmo que soubesse dos porões e os subterfúgios, eu não ia procurar esse caminho. Eu ia trabalhar à luz do dia porque essa é a minha história.

SR. MINISTRO PAULO BERNARDO: Senador Valter Pereira, só para concluir, evidentemente que não vou ficar aqui polemizando com V.Ex^a.. V.Ex^a. está chateado com a notícia e não me compete... Realmente não temos nada a ver com isso. Quero dizer o seguinte, os critérios são definidos publicamente--

SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): V.Ex^a. tem sido de uma lisura extraordinária no relacionamento com a bancada de Mato Grosso do Sul. Eu sou testemunha disso. Estou participando. Há poucos dias atrás V.Ex^a. me recebeu no Ministério. E está recebendo todos. E está discutindo com a bancada. Então não tem o reparo. O reparo é aqui. A essa questão aqui que aconteceu agora.

SR. MINISTRO PAULO BERNARDO: Eu agradeço o que V.Ex^a. coloque dessa forma porque fica claro o que estamos falando. Eu quero dizer que para nós é importante tratar bem a base aliada e é importante tratar os Parlamentares da oposição. Com todos aqueles que queiram informação do Governo. Queiram saber. E o Presidente Lula tem batido muito, o Sr. Ministro Márcio Fortes sabe bem disso, nós não vamos

fazer seleção de projetos olhando de que partido é o Prefeito ou de que partido é o Governador. Seria um absurdo fazer isso. Nós vamos colocar os critérios e evidentemente vamos exigir que se enquadre nos critérios que tenha Projeto, que as consistências técnica estejam asseguradas e assim por diante. Portanto, eu quero agradecer a fala final de V.Ex^a., quero agradecer, Senador Marconi Perillo, a oportunidade de ter falado tanto tempo aqui, acho que nós acabamos extrapolando muito o que era a expectativa de tempo. E queria dizer que essas cobranças: Dá para incluir o metrô de Goiânia no PAC? Dá para melhorar a posição do Belo Horizonte no PAC? Eu acho que se depender de nós, se depender do Márcio Fortes, do Ministério do Planejamento e acho que do Governo, nós estamos plenamente abertos a discutir e ajudar nisso. Queremos ajudar nisso.

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG):

A demanda que me passa aqui os dados o nosso Presidente da Câmara de Belo Horizonte, Totó Teixeira, que está na linha 2 para entrar em operação esse ramal Barreto, são necessários 450 milhões. Nós já temos 167, então com 280 põe em funcionamento.

SR. MINISTRO PAULO BERNARDO: Eu quero dizer que nós temos boa vontade. O Senador Marconi Perillo me cobrou isso insistentemente. Vamos discutir isso. Se tiver condições de fazer isso, vamos fazer. Nós queremos ajudar resolver esse grande problema que é a questão do transporte de massa como disse o Senador Eliseu.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Sr. Ministro Paulo Bernardo, essa Presidência em nome de toda a Comissão de Infra-Estrutura, agradece a V.Ex^a. pela disposição de aqui comparecer pela segunda vez para debater assuntos de alta relevância para o Brasil. Muito obrigado a V.Ex^a., sabedores do compromisso que V.Ex^a. tem agora, nós liberamos.

SR. MINISTRO PAULO BERNARDO: Eu agradeço. Vai ter uma reunião do Conselho Monetário Nacional, o Valter Pereira falou meio em tom de brincadeira, mas nós vamos discutir lá taxa de juros de longo prazo para o próximo período, e eu tenho que ir.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Não vou pedir informação porque pode ser informação privilegiada, assim, alguma coisa, não é Ministro? Então tem que ficar. Se ele falar alguma coisa é informação privilegiada e não pode.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Bom, para as respostas... No prazo de 15 minutos eu concedo a palavra ao ilustre Ministro das cidades, Dr. Márcio Fortes.

SR. MINISTRO MÁRCIO FORTES: Presidente, eu anotei as perguntas que o senhor formulou naquela parte inicial, a respeito de ... Com relação a REFER a indicação dos dirigentes é feita em votação. Nós temos os patrocinadores principais Central, a CBTU e a Rede Ferroviária e também os participantes. E a indicação e votação é entre os dirigentes, os diretores da REFER.

Dívida, realmente é uma questão que nós estamos procurando equacionar principalmente com a área econômica do Governo porque encontramos essa dívida na faixa de cerca de 500 milhões de reais. Mexendo no orçamento nós podemos liquidar no ano passado 79 milhões. Estamos procurando discutir como de maneira mais consistente podemos abater progressivamente essa dívida. Ou até passá-la para a União. Já que isso aqui vem em boa parte de período anterior relativo à rede ferroviária. Então é uma questão a discutir passar para a União e como fazer o abatimento. Então tem um passado que diz respeito à rede ferroviária então, a mesma coisa nós vamos discutir o que passar pela união e como fazer o abatimento, mas ano passado nós conseguimos abater 79 milhões.

Isso foi uma colocação feita pela Presidência. A questão de o metrô de Goiânia, o metrô de Fortaleza que foi levantada aqui pelo Senador Inácio Arruda, a resposta foi dada da parte do planejamento, e eu digo o seguinte, nós inclusive, temos como apresentei aqui, projetos de novos metrôs que foram objetos de grupos de estudos que visitaram as cidades mencionadas, no caso aqui Vitória e Curitiba, e não foi dado custo em face das condições básicas que aponte no início. As diretrizes quais seriam? Primeiro, terminar as obras que estavam em andamento para fazer investimento em novos. Foi essa a direção inicial. Se essa diretriz muda na discussão como já abriu o Sr. Ministro Paulo Bernardo, podemos ter esse encaminhamento favorável e inclusive, receber o Projeto de Goiânia porque a nossa equipe só foi à Vitória e Curitiba. Não foi a Goiânia. Então, com muito prazer podemos receber o Projeto. Sei que tem o apoio do Governador Alcides e da sua parte também e podemos rediscutir essa matéria e incluir na lista que estamos programando. Ou seja, fazendo uma coleção... Me permita colocar o seguinte, eu sou também Presidente do Conselho das cidades. Não sei se os senhores acompanham os trabalhos, é um fórum novo que foi criado na base legal, faz parte do Ministério das Cidades, lá tem 71 representantes, muitos movimentos sociais, trabalhadores, empresários, Governo estadual, com Governo Municipal ampla representatividade. E o Conselho das Cidades fez uma solicitação de que pudéssemos ter um estudo para a partir do segundo semestre, termos algum outro PAC

mais aprofundados na aérea do transporte urbano. Foi o pleito que eu levei ao Presidente já essa solicitação e ele me disse que eu já pudesse ir analisando como seria a montagem de um PAC e não apenas de alguns metrôs, mas de uma visão mais ampla como solicitado pelo Senador Eliseu, para uma visão mais ampla de política urbana a ser implementada num modelo de financiamento ou de recursos para fundo perdido, como está previsto no PAC para as outras áreas no meu Ministério, que são habitação e saneamento. Já tem um caminho para isso.

Então, vamos analisar também e vamos receber qualquer solicitação de ação mais aprofundada. Todos aqueles que foram mencionadas aqui, João Pessoa, Maceió e Natal, nós temos levantamento de necessidade, seja de melhoria de material rodante ou investimentos para melhorar a situação das linhas, seja investimento em linhas novas. Inclusive, com a colocação do VLT como eu mencionei aqui.

O Senador Eliseu pergunta como está funcionando a questão do modelo de financiamento, participação do setor privado, participação... Possibilidade de transferência para sistemas locais dentro da 8693. Realmente, essa é a previsão da 8693 e nas negociações que nós tivemos no passado, desde que eu estou de 2005 no Ministério. Essa questão foi colocada na Mesa em uma análise com Salvador, na análise de Belo Horizonte, Fortaleza já está transferido e não chegou a ser iniciada a discussão com Recife. Mas, grupos de trabalhos chegaram a ser montados, com Minas Gerais. Equipes vieram aqui para discutir, afinal de contas, qual era o tamanho do problema da operação? O que poderia... Se houvesse previsão? E com eventual cobertura como foi feito em Salvador em que a transferência se fez mediante uma cobertura de um déficit operacional durante um certo período, sujeito como eu disse antes, revisão e ampliação, como me parece que deveremos ter, em função do atraso do Projeto e o negativo continua a correr.

Foi feita uma pergunta também, a respeito de política de transporte urbano. Eu quero dizer que, nós temos já elaborado um... Discutido dentro do Executivo, um anteprojeto exatamente relativo a transporte e mobilidade urbana. Senhores podem imaginar, regiões metropolitanas a situação de super posições de linhas. Relembrar que o transporte é responsabilidade municipal. Mas, nós queremos ver se podemos num conjunto de medidas, ser discutidas aqui com o Congresso, posamos ter um documento, um marco regulatório sobre o assunto. Isso é claro, envolverá outros aspectos, não só da questão dos projetos via ônibus, mas também a questão da integração de modais e ter uma política nacional para ver o que é a visão preferencial para

que setor. Se é para ônibus, para o metrô, se é para barcas em outras situações que nós temos, se é para transporte individual ou se é para questão de ciclovias. Ou seja, algumas definições gerais nesse anteprojeto. Esperamos passar aqui pelo Congresso, já estamos terminando a discussão no âmbito do Executivo.

Sobre a questão levantada pelo Senador Valter, lembrar o seguinte, *en passant*, eu respondi de início dizendo que nós vimos que havia em estoque e mandamos já para financiamento, o programa saneamento para todos, já mandamos para análise dos agentes financeiros e Tesouro Nacional, os projetos que estavam em estoque. Para projetos outros de habitação ou de saneamento integrado, urbanização de assentamentos precários, são favelas ou saneamento integrado, nós também tínhamos estoque elevado. Cerca de um bilhão setecentos milhões a oitocentos bilhões de projetos. Mandamos para a Caixa, e eu tive o máximo de cuidado nisso, vou explicar para o senhor que aí que houve o mal-entendido. A Caixa andou procurando alguns Prefeitos e alguns governos de Estado. Para saber como estavam esses projetos. Eu tive o cuidado que essa pesquisa fosse feita de caráter informal, porque não tem nenhum outro objetivo que não seja saber a situação dos projetos. Porque nessa área Senador só para esclarecer, o senhor deve ter visto o tamanho, por exemplo, do PAC em matéria de publicação, ele é grosso assim, e em termos de Ministério das Cidades ele é fininho. Porque na área de habitação e saneamento, a nossa situação é diferente do Ministério dos Transportes ou Minas e Energia. Nós trabalhamos, quando cheguei no Ministério assim encontrei a situação, trabalhava basicamente com financiamento para saneamento. Programa saneamento para todos. Como um administrador pode fazer uma política de saneamento contando com o financiamento apenas? É aleatório. Um Município que eu possa ver que tem necessidade brutal de uma ação do Governo, pode não conseguir autorização do tesouro e tomar um empréstimo, porque não tem capacidade de endividamento. É claro que nós precisávamos de um reforço e aí que está o valor do PAC. Um reforço, uma OGU, em geral, incluída dentro do PPI. Eu estava um ano e seis meses no Ministério exatamente, no dia em que o PAC foi aprovado, parece coincidência, e eu passei um ano e seis meses dizendo: Precisamos reforçar o orçamento do Ministério em saneamento e habitação e ter PPI. Por que o orçamento do Ministério em saneamento era apenas de 70 milhões, que o Congresso aprovou essa faixa que veio. Então, 70 milhões não dão para fazer nada. Enquanto o financiamento que nós tínhamos disponível era de dois bilhões e 200 milhões com recurso do FAT. Foi por aí que saiu o PAC.

Aumentando substancialmente o recurso para financiamento, que dois bilhões e duzentos passou para três bilhões, mas, sobretudo colocando um financiamento expressivo para o orçamento em si ou para PPI. Houve perguntas agora sobre os valores que nós temos, nós temos três bilhões de reais, para financiamento, programa orçamento para todos, isso anualmente. E temos três bilhões colocados em saneamento. Para dois milhões, nosso Ministério e um bilhão dentro da FUNASA. Então saltamos de sessenta, setenta milhões de reais para dois bilhões.

Então, essa é a parte. E na parte de habitação, passamos a ter um programa de financiamento que, aliás, só tinha nome antes e que era: Pró Moradia. Agora passa a contar também com a autorização do Conselho monetário de um bilhão por ano. E foi reforçada também a OGU de habitação, porque... O ano passado tivemos o Fundo de Habitação interesse social com um bilhão e passamos a ter esse ano agora dois bilhões e trezentos. Envolvendo inclusive, no meio o PSH, que é uma operação conjunta com a Fazenda. Então esses nº.s saltaram brutalmente. Por que nós tínhamos que fazer isso? Não podíamos ficar esperando chamadas etc para levar em diante as obras. O que nós fizemos? Vimos que estava em estoque, e mandamos o financiamento para um lado e no outro lado vimos que tinha estoque. E no caso, por exemplo, urbanização de favela foi um saldo ano passado de um bilhão e 120 milhões de reais em projetos. E além de PAT, Pró Sanear, aqueles projetos que eu referi, tinha 500 e tantos milhões mais alguns outros projetos lá, tinha cerca de um bilhão e oitocentos, um bilhão e novecentos. E tínhamos várias cartas apresentadas durante o ano. Chegaram e continuaram a chegar. Recebemos cartas diariamente, ofício dos Governadores, ofício dos Prefeitos, pedindo isso, pedindo aquilo, e muitos enviando projetos, inclusive até pela fala do Presidente, o Presidente vem batendo nesse ponto há muito tempo, como já disse aqui. Faltam projetos, faltam projetos, faltam projetos. Então, muitos Prefeitos e muitos Governadores começaram a mandar ofício, começaram mandar também projetos.

Isso inclusive, ajudou para termos na formulação de uma política a ser executada nesse primeiro momento, de onde devíamos atuar. Ou seja, foi dito pelo Sr. Ministro Paulo Bernardo, que há uma concentração nossa de ações em regiões metropolitanas em cidades com mais de um milhão de habitantes, em cidades pólos onde estão concentrados os grandes problemas de favelas, de palafitas e também o déficit habitacional e déficit de saneamento. Então é por aí que vai começar nesse momento. Mas no segundo momento é como se fazia antes. Abrir o edital, colocar a carta consulta

modelo na Internet para que todos se habilitem e com prazo para rodar já a partir do segundo semestre. Nós estamos fazendo agora, para não perder o primeiro semestre, é colocar na rua o que nós sistemas em estoque e colocar todas as cartas que vieram. Essas informações que o senhor leu que alguém pode ter dito que conseguiu alguma coisa...

SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): O próprio Deputado que disse.

SR. MINISTRO MÁRCIO FORTES: Que ele disse que conseguiu alguma coisa. Vamos qualificar o que ele conseguiu. Pode ser que a Caixa tenha feito consultas se algum Projeto anterior. Porque ela fez a consulta inclusive, de maneira informal. Porque nós precisamos saber como estão os projetos. Ele existe. Houve alguns casos, Senador, que os Prefeitos disseram para a Caixa--

SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Ministro, data vênha da sua exposição, eu gostaria dizer o seguinte, V.Ex^a. disse que o Caixa procurou alguns Prefeitos e Governadores--

SR. MINISTRO MÁRCIO FORTES: Desse Governo em estoque.

SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Veja, esse é o procedimento ético. É o procedimento padrão. Eu acho que realmente o Ministério tem que autorizar a Caixa e a Caixa ir atrás. Mas quem está procurando é um Parlamentar. É um Parlamentar que chega e fala: Estou arrumando uma verba lá no Ministério das Cidades. O Ministro é assim comigo. É meu amigo pessoal e eu vim aqui e quero que você prepare o Projeto e encaminhe na caixa. Isso só pode ser viável se tem informação privilegiada, Ministro. E isso é crime. Então, o que eu quero que V.Ex^a. explicita é que o Parlamentar não recebeu delegação para fazer interveniência, para ser agenciador, e que V.Ex^a. também abra o olho porque alguém do seu Ministério está antecipando essas informações. Alguém do seu Ministério está municiando esse Parlamentar, para ele agir assim. Porque nenhum Parlamentar da nossa bancada tomou conhecimento. E aí o mais grave é que o Parlamentar ainda insinua que a ação dele é uma ação de esperteza, de malandragem... De quem conhece o subterfúgio e que os outros são todos otários.

Então, Ministro, a minha revolta principal é que eu estou sendo hoje, certo, apontado por um colega lá da Câmara como otário. Ou incompetente. Então, é isso que eu não quero. Eu estou procurando os caminhos normais, apresentando as minhas Emendas, procurando audiência com o Ministro aqui, fui lá com o Sr. Ministro Paulo Bernardo, e procurando todos os meios éticos porque a minha história de vida é pontilhada pela ética. E de repente aparece um sujeito que

descobre a malandragem. Eu não sei o que ele faz. Mas, uma coisa é certa, pelo que V.Ex^a. está expondo, existe sim indícios muito fortes de que alguém do seu Ministério está conluiado com esse Parlamentar porque esse Parlamentar está tendo informação privilegiada, sim. E não é a Caixa Econômica que está procurando o Prefeito. Quem está indo procurar é o Deputado, ele é que está chegando lá com a pasta. E falando: Eu tenho uns caminhos aí, caminhos que são mais seguros... Enquanto que os outros estão lá trabalhando, trabalhando no Congresso, fazendo o trabalho normal, eu tenho uma outra forma de atuar que dá certo. E aí há um risco, Ministro. A esperteza quando é demais engole o esperto. V.Ex^a. se lembra daquele episódio da Comissão do orçamento. Dos anos do orçamento. [soa a campainha] Quando é liberado um Parlamentar para agir desse jeito com informações privilegiadas, daqui a pouco novos anos estarão aí a comprometer o Governo do Presidente Lula.

SR. MINISTRO MÁRCIO FORTES: Senador, eu estava entrando na explicação. Quando houve o aparte. Queria explicar ao senhor o seguinte: Não existe nenhuma decisão sobre Projeto algum. O que eu falei com o senhor antes é a pura realidade. Ou seja, nós temos quantidade de projetos em estoque, temos a carta que continua a chegar no Ministério...

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: [pronunciamento fora do microfone].

SR. MINISTRO MÁRCIO FORTES: Temos estoques de projetos antigos, estoque de cartas que nós temos. E eu disse aqui que nós teremos reunião técnica, vamos supor com representantes dos Prefeitos e representantes dos Governadores para ver o que é que é querem. Não existe nada decidido. A exceção do que foi do Saneamento Para Todos, para agente financeiro, não existe nada decidido sobre Projeto algum. Então, por isso que nós vamos fazer reunião. Existe cronograma de reuniões com todos os representantes de todos os Estados, Governadores ou Prefeitos de cada Estado, uma sequência em que haverá reunião conosco no Ministério e com o Presidente da República. A pergunta é o seguinte: Que projetos vocês querem? Mandaremos inclusive, volta de volta aos Prefeitos. Nós estamos digitando tudo que nós temos. E não existe decisão sobre Projeto algum. Nada. Inclusive, porque a última palavra talvez o senhor não tenha sido informado disso, existe o G PAC, grupo Executivo do Projeto PAC, a que Ministra Dilma, o Sr. Ministro Paulo Bernardo faz parte e o Ministro Mantega, eles é que carimbam as decisões. Nenhuma decisão pode ser tomada por ninguém. Nem pelo Ministro dos Transportes, Minas e Energia ou Ministro das cidades. Nós selecionamos isso tecnicamente, isso vai para lá. Agora, antes disso

inclusive, haverá esses procedimentos que eu mencionei ao senhor em que o próprio Presidente vai conversar com o prefeito e fazer reuniões. É um cronograma, que eu posso lhe passar depois para o seu Estado, porque eu não trouxe aqui agora, qual é a data que está prevista para a reunião no Ministério, para com Presidente, para uma conversa. É a partir daí que vai. Até agora quem está dizendo que teve alguma coisa aprovada é totalmente equivocado. Nada foi aprovado. Nós estamos recebendo, estamos listando as coisas, apenas digitando. O que está digitado em uma lista não significa absolutamente nada. Porque não houve reuniões. Essa decisão, inclusive, foi tomada no nosso Grupo de Trabalho na semana passada, ou seja, vamos conversar com todos, porque não temos certeza o que é importante, o que já foi feito, o que é quer ser trocado. Porque muitas vezes o Projeto de um Prefeito para determinada região, ele diz: Não, já fiz, mas eu quero um outro, para outro lugar. E têm outros: Eu não quero mais nada. O quadro é complexo. Há outras situações que o Governo do Estado quer fazer e a Prefeitura da capital quer fazer também. Como é que a gente harmoniza o interesse? Como é que vai fazer a parte de um com a parte de outro. Então não tem absolutamente nada. Antes--

SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): V.Ex^a. me satisfaz. Então, a informação dada pelo Parlamentar não é verídica.

SR. MINISTRO MÁRCIO FORTES: Não há nada aprovado.

SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Mas eu gostaria que V.Ex^a. explicitasse com bastante clareza. O Parlamentar, efetivamente, passou a ser um agenciador da Caixa Econômica, ou do Ministério das Cidades... Está autorizado a pedir que os Prefeitos apresentem os projetos?

[troca de presidência]

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEVEDO (PSDB-MG): Senador Valter, eu acho que o Ministro já colocou bem. Não está autorizado. De maneira que eu mesmo da oposição fico mais satisfeito de ter essa informação e a gente poderia então, voltar ao assunto do metrô.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Com todo respeito, que eu tenho com o Senador Valter aqui, eu acho que o Ministro tem que concluir o raciocínio. O Valter vai dar um tempo agora para nós terminarmos aqui. Imagino que o Ministro ainda tem compromisso e todos nós temos. Por favor, Ministro.

SR. MINISTRO MÁRCIO FORTES: Só para encerrar, como o protocolo do Ministério está aberto, continuam os Prefeitos a mandar, os Governadores a mandar e eu continuo recebendo. Lamento ter havido

esse grande problema da sua parte porque os vários presentes aqui sabem que vão ameaçá-lo a hora que é querem, sem marcar, e houve alguns Deputados até que fizeram testes. Para ver se tinha que bater na porta ou não para entrar, porque eu recebo sem marcar hora, eu subjetivo. Para poder receber o maior nº. de pessoas. às vezes fico preocupado porque aparece um Deputado lá, foi a noite, marquei nove horas achando que era audiência de 15 minutos e levou 10 ou 11 Prefeitos para poder conversar, mostrar seus projetos e eu recebo com maior prazer. E eu tinha um jantar com outros deputados, fui chegar no jantar onze e tantas da noite. Mas, com maior prazer eu faço e todos os dias.

Então, o que acontece? Eu recebo Deputados, Senadores, Prefeitos de tudo quanto é lugar. Todos vêm com projetos me entregar, e nós vamos recebendo e vamos mandando digitar. Tudo. Nada vai ser decidido antes da conversa com o Presidente da República. Porque ele quer ter a certeza de que ele está atendendo o interesse do Estado, o interesse dos Municípios, e quer em contrapartida, a ação do Governador e do Prefeito, correndo atrás dos projetos para eles se tornarem realidade. Para não virar o que muitas vezes ocorreu no passado, e eu mesmo já constatei isso na minha área anteriormente, projetos aprovados contabilizados inclusive, no primário e que estão parados. No âmbito do Fundo de Garantia já tínhamos que rever vários projetos nesse sentido. Então, a decisão última vai ser nessa conversa com o Presidente e na reunião do G PAC que é o órgão Executivo que aprova. Ninguém além, da Ministra Dilma, SR. MINISTRO PAULO BERNARDO e Ministro Mantega têm poder para dar a palavra final. E só a partir daí que segue.

SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Estou satisfeito com a resposta de V.Ex^a. Ministro. Quero lhe dizer como já disse anteriormente e vou repetir, o tenho no melhor conceito. Por quê? Porque outros Parlamentares comentam sobre a sua conduta. Mas fique de olho, Ministro. Fique de olho em alguns Assessores, porque indícios de que estão vazando informações privilegiadas são muito fortes.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEVEDO (PSDB-MG): Senadora Ideli com a palavra.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Apenas saudar o Sr. Ministro Márcio Fortes e dizer que a experiência acumulada que nós temos em relação como Ministério, quero dar esse testemunho, é das melhores. Todas às vezes que procuramos fomos prontamente atendidos. Essa questão que o Ministro levanta ela é verídica. Muitos dos projetos que chegam lá não têm muitas vezes a consistência adequada para... São até aprovados e incluídos e depois não podem ser viabili-

zados. Eu quero dizer que o gabinete tem tido inclusive, essa preocupação de até manter contato. Santa Catarina é um Estado que tem grande nº. de Municípios de pequeno porte e às vezes as Prefeituras não têm a estrutura para fazer os projetos. A gente tem buscado até ajudar dentro do possível nessa parceria. Agora, Parlamentar que sai oportunisticamente anunciando como sendo da sua autoria o benefício depois de construído, se tem no seu Estado, no meu Estado também tem. E acho que em todos os Estados. Devemos sim fazer o alerta, para poder vir ocorrer uma informação vazar por escalões menores e tal, mas quero aqui fazer o testemunho do comportamento do Ministro e da relação extremamente harmoniosa e respeitosa de forma suprapartidária que a gente acumulou ao longo desse período.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZE-REDO (PSDB-MG): O Vereador Totó Teixeira que é o Presidente da Câmara Municipal de Belo Horizonte, vou abrir só uma exceção, só para ele falar um minutinho ainda sobre metrô mesmo.

VEREADOR TOTÓ TEIXEIRA (PMDB-MG): Senador, eu estava retendo o Senador César Borges, porque eu quero dar uma resposta. Eu estava... Me permite que assim o Senador vai ser liberado... Desculpe estar alterando aqui o procedimento.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZE-REDO (PSDB-MG): Então, vamos ouvir o Senador César... O Ministro falar sobre o Senador César Borges.

SR. MINISTRO MÁRCIO FORTES: Senador, fui eu que estive inclusive, lá em Salvador assinando o documento de descentralização e também estabelecendo as bases para o início das obras do metrô e da recuperação do ramal ferroviário. E também aqui em Brasília acertamos a questão de como cobrir o déficit operacional. Foi a disposição que eu coloquei da CBTU para apoiar a construção. Naquele momento, naquele primeiro momento o metrô estava previsto com um nº. menor de estações. Mas, depois que entrou no PAC, Senador, deixou de ser de calças curtas. Está já com 12 quilômetros estabelecidos, esse é o Projeto integralmente colocado, reformulamos o Projeto, ele é visível inclusive, lá em Bonoco com elevado, estamos à parte do túnel prevista. Então, está restabelecido o trajeto inicial de 12 km e não mais 6.

SENADOR CÉSAR BORGES (PFL-BA): Então os 12 km serão feitos e isso vai até...

SR. MINISTRO MÁRCIO FORTES: Lá para Pirajá. Exatamente. Só para esclarecer o senhor. Por isso que eu estava retendo, o Sr. desculpa, dar essa informação, porque foi inicialmente, quando eu assinei havia uma escassez de recursos. Foi lá atrás antes do PAC. Com o PAC restabeleceu-se a situação anterior e

vai. Então, esse é o objetivo nosso. Nós já havíamos discutido internamente, que não faria sentido ter um metrô tão curto como estava. E a área econômica em discussão conosco, voltou ao que era.

SENADOR CÉSAR BORGES (PFL-BA): Por enquanto é calça curta. Só estou acreditando que no futuro não seja. É essa a nossa expectativa. O Ministro está dizendo que foi alocado recursos porque foi reduzido de 12 para seis quilômetros. Ou seja, o que atenderia diariamente a 200 mil usuários passaria para apenas 80 mil usuários. Se agora está restabelecido, tem recurso alocado no PAC, nós ficaremos na expectativa.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZE-REDO (PSDB-MG): Presidente, Totó Teixeira, só um ou dois minutos, por favor.

VEREADOR TOTÓ TEIXEIRA (PMDB-MG): Obrigado, Senador. É uma honra.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: O povo mineiro não é fácil. Deram dois minutos, o Marconi, o Eduardo assumiu e já deu mais para o Vereador, o Deputado... Senador fica aqui a mercê.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Espero que a pergunta seja bastante plausível.

VEREADOR TOTÓ TEIXEIRA (PMDB-MG): Eu espero que isso aí seja descontado no meu tempo, Senador.

[risos].

É uma honra muito grande estar aqui nessa Casa maior do Brasil, falando sobre metrô. Infelizmente o nosso metrô tem se arrastado vários anos, V.Ex^a. conhece bem. Está aqui o Senador Eliseu Resende, pai daquele Projeto de Belo Horizonte, não é o melhor Projeto, mas é o que tinha na época para ser feito e ele tem que ser concluído no trecho principal, ou seja, Eldorado/Vilarinho e Barreiro/Calafate. Essa espinha dorsal tem que ser incluída para se pensar em alternativas. Ficamos sonhando em fazer metrô subterrâneo. Subterrâneo é caro. Tem que terminar esse primeiro que vai atender 500 mil pessoas por dia, lá na região de Belo Horizonte e isso é um quarto da população de Belo Horizonte.

Então, se terminar do jeito que foi orientado, com a linha Calafate/Barreiro, nós estaremos por satisfeitos para pensar aí em fazer alternativas subterrâneas que é muito mais caro que a leve. Não vou fazer perguntas, porque com certeza as respostas não vão ser do jeito que eu queria. Na verdade, esse dinheiro que se investe em metrô no Brasil é um Projeto totalmente calça curta. No Brasil todo. Porque o que o metrô representa de segurança e tranquilidade, antipoluinte, é a moda do mundo respeitar o meio ambiente. Teria que investir muito mais dinheiro. É muito tímido esse investimento, tanto de Salvador, como de Belo Horizonte. Aqui,

tem que se pensar tem que pensar o seguinte: Vamos priorizar isso, porque o social, a repercussão social é muito importante. Veja bem, Senador, esse metrô de Belo Horizonte tem quatro anos que não tivesse nem um tostão no trecho do Barreto, fala-se que agora que vai investir para vedação de faixa, essa vedação de faixa foi reinvasada. Isso é dinheiro que está conserando o que já foi feito e não foi usado, porque ele fala o Presidente do CBTU, diz que o Projeto, o processo de licitação está irregular. Mas tem quatro anos. Por que não suspendeu imediatamente? Suspendeu, não. Cancelou. Porque na verdade ele suspendeu. Então, tem efeito jurídico perigoso. Se mandar outra empresa continuar, a empresa que detém o direito de fazer vai entrar na justiça e vai demorar mais quatro. Mas, ele fez o seguinte, ele suspendeu. Se ele quiser cancelar nós teremos mais uma briga de três anos.

Então, será sete anos sem nem investimento no trecho. Então enquanto ficar essa conversa aí que, eu não acredito mesmo. Eu quero ação. Obrigado pela oportunidade.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Muito obrigado, Presidente. Ministro com a palavra para encerrar.

SR. MINISTRO MÁRCIO FORTES: Para encerrar ainda pegando o gancho da sua referência. Os 167 milhões que são distribuídos como está no PAC, para a linha Barreiro/Calafate tem um investimento básico que é em algo, sem o qual não podemos fazer nada.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: [pronunciamento fora do microfone].

SR. MINISTRO MÁRCIO FORTES: Não, a Barreiro/Calafate, são 167. Os outros são 18 a mais.

Então, 167 milhões, nós temos investimento no que é fundamental. Como o João Luiz já referiu e nós temos referido, os projetos que nós temos são da década de 80 ou 70. São projetos antigos que têm que ser totalmente refeitos. Porque a pergunta básica que não tem resposta é o seguinte: Quanto vai custar? Eu não sei por que eu nem sei o que vai ser feito. Por onde vai passar? Que tipo de equipamento? Quais são as soluções modernas ou não? Então dos 167 e quebrados, para estudo e Projeto, deixa-me ver aqui para vários casos que eu projetei é para Projeto. Senão não posso saber onde vou aplicar. Todos novos aí estão com projetos, projetos, projetos. Então nós colocamos, veja bem, 28 milhões 366 mil reais para estudos e projetos. A partir daqui, aí sim, vão cobrar quando vai ser feito porque eu terei idéia de quanto vai custar? Qual é a engenharia financeira? Qual é a tecnologia que vai ser adotada? Qual é o melhor percurso. Isso aqui o estudo de Projeto que vai dizer qual é a solução. E nós não temos isso. Esse é o grande problema.

Então, nós estamos colocando o fundamental o dinheiro para estudo do Projeto. Isso que eu queria responder, além da explicação que eu já dei anteriormente. Por que é que os nº.s aparentemente são injustos, mas não são injustos. É o seguinte, porque para Belo Horizonte faltava pouco para acabar, Eldorado e Vilariño, faltava 18, encerra. Para fazer o novo e corrigindo todos os itens que o senhor mencionou, implantação da faixa de domínio, transferência de concessionária, etc, tudo bem, vamos fazer para consertar o que está existente. Mas não temos o básico, que é o estudo do projeto. Sem o projeto básico não posso fazer nada. Investindo no correto. A partir daí, sim, concluído o estudo do Projeto, vamos colocar na Mesa como vamos colocar a questão de Goiânia, vamos colocar também o pleito de Fortaleza ou qualquer outro pleito que nós estamos adiantando aqui, como de Vitória e Curitiba, que são duas situações que mereceram a visita do nosso técnico e que já chegaram os temas a serem levados até para a sala de situação que nós temos para discutir o que vem no futuro. Então, essa é a resposta que eu queria dar para Belo Horizonte.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Ministro, o Senador Heráclito Fortes estava na outra Comissão, na Comissão de Relações Exteriores com o Ministro Celso Amorim, mas ele chegou agora e queria fazer uma observação se V.Ex^a. permitir.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI): Agradecer a compreensão dos senhores e infelizmente muitas tarefas nessa Casa nos impedem às vezes de comparecer a todos os eventos. Eu estou presidindo a Comissão de Relações Exteriores onde se realiza a oitiva do Ministro Celso Amorim. Mas, Senador Eduardo Azeredo, eu queria lhe fazer um pedido: Me empreste o Vereador Totó Teixeira para levar ele para Teresina, para defender o metrô de lá por uns dias. E ele ter a clareza que teve aqui agora. Os metrôs em execução no Brasil são calça curta. São vergonhosos. O caso do Estado do Piauí é uma vergonha. O caso do metrô de Teresina é vergonhoso. É um metrô de calça curta, como ele disse. O ex-Ministro Eliseu Resende conhece muito bem. São trens antigos. O Ministro sabe do episódio do ano passado que recursos foram desviados da Prefeitura de Teresina, para a obra do metrô, e liberados. E de lá pra cá uma pedra não foi colocada nesse metrô. O que eu queria saber de V.Ex^a., Sr. Ministro, de maneira concreta: É quanto falta para a conclusão do metrô? Quanto tem para esse ano? E o que foi feito dos recursos liberados o ano passado? Por que é que a obra não evoluiu? Se esse dinheiro foi para pagar atrasado? Porque na realidade quando nós Parlamentares fizemos um sacrifício depois que

fomos surpreendidos com o recurso reaplicado, o recurso que tinha destinação correta, depois se fez um entendimento e resolveu-se a situação. E esperávamos que o metrô avançasse e simplesmente o metrô continua parado.

Eu gostaria que V.Ex^a. pudesse esclarecer alguma coisa sobre essa obra que é aguardada com expectativa, embora nós saibamos de antemão que não resolverá o problema de uma cidade, mas sim apenas uma parte. Embora seja importante, é claro.

SR. MINISTRO MÁRCIO FORTES: Senador, o senhor se lembra que eu fui com o Presidente Lula numa visita e ele me pediu que verificasse a situação no metrô e eu verifiquei realmente que o metrô estava com obra paralisada porque ele tinha um trecho que aproveita a linha do trem de carga e não tinha o fluxo grande de passageiros. O importante era chegar o troca-troca. E vi alguns pilares já lançados e uma obra que seria facilmente concluída. E eu falei com o Presidente, eu posso verificar isso com Ministério e levar adiante, inclusive... Como era um convênio que já vinha anteriormente sido assinado com o Estado, eu falei assim: Vai ser o único caso em que eu tenho uma execução direta do Ministério. Nem vai ser com Caixa Econômica, porque vou aproveitar o convênio que já existe. E assim nós fizemos o episódio da utilização da Emenda de bancada foi devidamente esclarecido que inclusive, o Relator, cada Emenda de bancada tem um coordenador. E houve um equívoco de entendimento do coordenador... Que era o Deputado Mussa Mendes, ele autorizou como foi pedido a ele e depois foi tudo esclarecido.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI): Eu quero preservar a ausência do Deputado Mussa. A verdade não foi bem essa, Sr. Ministro. A verdade Governo é Governo e nós sabemos disso. Manda quem pode e obedece quem tem juízo. Tirou-se o recurso e colocou-se. Depois se quis arrumar um culpado. E evidentemente que o pau quebra do lado mais fraco e a culpa aparentemente seria do coordenador. Mas não. Quando o coordenador tomou conhecimento, o fato já estava acabado. Posteriormente, diante do mal-estar acontecido, encontrou-se a solução. Eu tratei do fato *en passant*. Mas, eu não poderia deixar aqui que o Deputado Mussa carregasse nas costas o ônus do que foi cometido. Aliás, o Governador mostrou muita força no Ministério de V.Ex^a., o que é bom para o Estado.

SR. MINISTRO MÁRCIO FORTES: Inclusive o deputado Mussa Mendes, particular amigo meu, situação especial, e inclusive não estava dizendo que foi... Um dos requerimentos que a distribuição do recurso dava uma dupla interpretação.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI): Não me obrigue a dizer que uma empreiteira andou com um processo de mão em mão para esse assunto, que não fica bem para o País. Eu não gostaria de chegar a tanto.

SR. MINISTRO MÁRCIO FORTES: É problema da bancada.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI): De bancada, não. Do Ministério também. Eu não queria entrar nesse assunto. Mas, na realidade não seria bom à gente entrar nesse assunto. Esse assunto é questão de passado. Mas quem comandou o processo foi uma empreiteira, isso é verdade.

SR. MINISTRO MÁRCIO FORTES: O que eu posso registrar, Senador, é que houve um entendimento depois no final, sobre a destinação dos recursos e o objetivo maior é terminar esse quilômetros e meio que faltava. Operação curta. E nós designamos um gestor que vai lá todos os meses. Que é o Dr. Márcio Galvão e ele acompanha a execução da obra. Ontem estive com o Governador Wellington e perguntei a ele quando estava prevista a possível inauguração desta obra. Ele disse que é queria que eu visitasse lá até o mês de junho para ver o andamento das obras como está. Então, em momento irei lá pessoalmente visitar já que foi uma solicitação do Presidente a mim, para que levasse a diante. Então, nós fizemos convênio, equacionamos... Depois... Pode ter havido percalço, mas houve entendimento no final para que a obra seguisse e eu tenho um gestor que está acompanhando. E eu vou lá pessoalmente nos próximos dois meses porque deu a entender que está andando a obra. Nessas coisas sou pior do que São Tomé, eu vou pessoalmente e nem uso o meu gestor. Eu vou lá olhar como está a obra. Porque é um compromisso até meu com o próprio também me lembro que o Senador Alberto Silva, na ocasião também se mostrou interessado que ajudasse e ele me disse que eu já falei aqui antes que ele sabe alguns locais onde há alguns trens disponíveis no Brasil, que ele queria utilizar alguns para modernizar mais a linha. E eu fiz o esforço para poder ajudar que realmente vi que o trecho que funcionava tinha baixíssima frequência de passageiro e o importante era chegar ao troca-troca. E depois houve uma discussão sobre a estação, o formato da estação, se é problema de meio ambiente, se adentrava mais ali naquela rua. E afinal se equacionou todo problema do projeto e a execução das obras. Só falta agora ver como é que está, a parte última da execução das obras e eu vou pessoalmente.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI): Esses fatos não tem diretamente culpa. É a periferia da burocracia brasileira. Já chega V.Ex^a. o prato feito. In-

felizmente a gente convive com esse tipo de realidade. A minha curiosidade é que da última liberação para cá, obras físicas nada foram feito. E eu ficaria muito satisfeito se após essa visita V.Ex^a. comunicasse essa Comissão o andamento dessa obra.

SR. MINISTRO MÁRCIO FORTES: Comunico a Comissão e em particular o senhor. Esteja certo do seguinte, eu fui um dos maiores entusiastas para resolver a situação.

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Dr. João Luiz da Silva Dias, Presidente da CBTU para suas palavras finais.

DEPUTADO CÉLIO MOREIRA (PL-MG): Senador, eu queria só aproveitar a oportunidade do Ministro, nós vamos fazer uma Audiência Pública na Assembléia Legislativa com a presença dos Ministros e Deputados Federais, o Senador e os Deputados Federais. E a gente gostaria de ver, pedir a V.Ex^a. até a questão da agência do Ministro para que ele possa comparecer a essa audiência.

SR. MINISTRO MÁRCIO FORTES: Com o maior prazer.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Muito obrigado.

DR. JOÃO LUIZ DA SILVA: A grande questão é que cada um desses projetos praticamente mereceria uma audiência específica. Então a iniciativa lá do Deputado Célio Moreira é muito feliz, porque nós deveríamos e devemos em cada lugar discutir exaustivamente o Projeto. Mas, o tempo já está muito curto, mas eu gostaria de abordar uma questão levantada pelo Senador Eliseu Resende, que pergunta o critério da priorização na fase de planejamento, na fase de execução? Com certeza, os metrô, os três metrô de superfície que V.Ex^a. deu início nos anos 80 tiveram planejamento. Tiveram planejamento do GEIPOT e depois o acompanhamento do CBTU. Não é a realidade de hoje. A primeira grande questão nossa é nós restaurarmos o processo de planejamento. Não o planejamento tecnocrático. Planejamento. Nós não podemos ficar regidos ou pelo interesse privado que é legítimo, mas não pode subverter o interesse público e não podemos estar regidos pelo a visão do período administrativo que nós estamos falando de investimentos de infraestrutura de projetos que têm uma maturação longa. Vou exemplificar rapidamente, mas como um exemplo impressionante. Nós encontramos o metrô de Fortaleza e encontramos o metrô de Salvador, o Senador César Borges aqui fazia a queixa que paralisado no Governo Lula, nós encontramos o metrô que já deveria estar pronto. O metrô de Fortaleza foi contratado em 99 para ser executado em três anos.

Então, o Governo Lula devia encontrar pronto. A linha sul prontinha. Pondo em funcionamento. A obra

estava parada desde setembro de 2002. Pouco executada. E por quê? Porque, na hora que contrataram financiamento, tinham um Projeto básico feito às pressas. E contrataram a execução para a empresa, para o grupo que ganhou a licitação fazer o Projeto e executá-lo. Na hora que vai fazer o Projeto, começam a aparecer, as circunstâncias. O licenciamento ambiental.

Então, com toda a razão o Município de Fortaleza não autorizou que fosse em superfície o trecho no pólo de Parangaba. Teria que ser o elevado porque senão a cidade ia receber um paredão em um centro muito importante da cidade.

Então, primeiro, contrata-se por 500 milhões, o total lá do Projeto para fazer alguma coisa e a coisa que vai ser executada é outra. E o exemplo mais chocante é de Salvador. Salvador recebeu a prioridade no CEAIN para financiamento do Banco Mundial em 1997 para um VLT. Era uma rede de transporte um VLT que faria uma cobertura e uma interligação com a linha Calçada/Pararipe. O que foi contratado em 1999 foi um contrato para um segmento Lapa Pirajá, um segmento de metrô e a modernização de outro fragmento que é a nossa linha calçada Pararipe sem nenhuma articulação sobre elas. O orçamento que estava contratado, sabido, conhecido com a participação do Governo do Estado em 117 milhões de dólares, era o orçamento 307, sabidamente pelo opção que o Estado tinha feito, o orçamento necessário naquele momento sem o Projeto Executivo ainda, já era de 380 milhões de dólares que seria de responsabilidade do Estado. O Estado tinha responsabilidade de 117 milhões de dólares, e contava que participaria o setor privado como concessão onerosa com 60 milhões de dólares. Quer dizer, a concessionária entraria com 60 milhões de dólares com sistemas e material rodante para operar um sistema e ser remunerado pela tarifa unitária da cidade de Salvador. Nós estamos cansados de saber que a tarifa não paga nem ônibus. E ao contrário do que muita gente pensa, se eu for falar em custos privados, não de custos sociais, o metrô é um transporte caro. E aí entra aquela outra questão que o Senador colocava, do metrô de Goiânia. Como é que são estabelecidas as prioridades? No mundo inteiro se faz metrô, sistemas sobre trilhos como requisito de qualificação do transporte. É um transporte evidentemente mais qualificado. Não só do ponto de vista ambiental, mas poder ter características de regularidade, de pontualidade.

Então, é um transporte mais qualificado. No Brasil, nós tomamos muito mais como uma imposição de capacidade. Onde o sistema sobre pneus por ônibus não tem mais capacidade. O exemplo mais eloquente é Curitiba, que é referência mundial de transporte

qualificado por ônibus. Nesse momento Curitiba está estudando a substituição do eixo norte-sul que é o eixo originário, feito com planejamento urbano, foi trinário criado, planejou-se a cidade para criar aquela linha, aquele corredor que opera com ônibus biarticulado, que, entretanto chegou no seu limite. Está com 23 mil passageiros, sentido hora. Então, se impõe e a Prefeitura está trabalhando, quer desenvolver o Projeto naquele planejamento com aquela competência que tem, mas de uma linha então subterrânea, de baixo lá da canaleta se colocar o metrô e fazer uma qualificação urbana da coisa.

Agora, o metrô de Salvador, além de ser 317 milhões de dólares, e que a União entraria com 190, 40 de contrapartida, 150 o Banco Mundial. E o Governo da Bahia entra com 117, já era 380 de partida, pela alteração do Projeto, por opção do Governo do Estado, e aí começa a sofrer outras alterações por imposição do Projeto Executivo. A estação da Lapa não podia mais ser desse jeito. Tinha que sair do outro lado, porque se não teria que desativar o terminal da Lapa o que seria um custo absurdo, porque é principal terminal de Salvador. Então, tiveram que fazer alterações. Nessas alterações o Projeto passou a ser de 440 milhões de dólares.

Então, o Senador César Borges coloca toda aquela reação da população no metrô calça curta. O metrô calça curta foi uma operação de emergência que o Governo fez de colocar recursos do PPI. Os recursos que estavam disponibilizados naquele momento era remanejamento. Porque só Belo Horizonte que era a conclusão da linha 1 tinha sido incluído no PP I.

Então, o Governo em 2005 quando viu que outras intervenções não teriam condições de colocar, não teria condições de prosperar, remanejou 500 milhões para os metrô de Salvador e de Fortaleza. Então era o recurso que estava ao alcance naquele momento, mas hoje, no PPA Programa de Aceleração do Crescimento, o PAC, nós estamos com um Projeto totalmente equacionado. 440 milhões de dólares. Então ele está melhor do que estava antes--

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEVEDO (PSDB-MG): Doutor, olha, eu não estou politizando a discussão aqui. Então ia ter que lembrar que o desembolso foi ridículo, em relação a Belo Horizonte, os outros metrô também. O Senador César Borges já saiu daqui. Então não dá pra ficar falando assim, no passado foi assim, no passado foi assado, no passado foi mal feito. Vamos fazer para frente. Essa tem sido a nossa posição. Agora, se nós formos discutir o passado, tudo bem. Eu topo discutir o passado aqui também. Já nós vamos ver que não é bem assim. Quer dizer, o

Presidente Lula já falou, o passado dele agora é ele mesmo. Então vamos olhar para frente.

Dr. JOÃO LUIZ DA SILVA: É o que nós estamos fazendo na hora que estamos discutindo o Projeto de Belo Horizonte. Foi priorizada a conclusão da linha 1, ela está sendo concluída, termina agora em julho com a inauguração do terminal, com a inauguração da sinalização, da modernização do C C O e com relação a linha do Barreiro, foi priorizada a implantação da faixa enquanto se desenvolve-se os projetos. Porque a grande questão que o Projeto que foi assumido dada a ordem 1998 era aquele Projeto que V.Ex^a. tinha desenvolvido e dado início em 1981. Era o subúrbio que seria moderno e nós teríamos uma linha operando em Y. Então o trem sairia do Barreiro, entraria na linha principal e o trem operaria naquela projeção daquela época de meia em meia hora. Poderia chegar a 15 minutos e até menos. Hoje com o metrô com a reformulação que foi feita em 95, está projetado para chegar a 3 minutos e meio de intervalo. Nós estamos com uma demanda, a demanda do Eldorado, é uma demanda da ordem de 70 mil passageiros/dia. É uma demanda equivalente do Barreiro. Nós não temos condições de aumentar espaçamento para o trem do Barreiro ingressar. Isso é tanto verdade que desde a hora que foi feita a opção de retomar, porque o convênio celebrado com o Governo do Estado havia concordado com a exclusão e com a extensão pra Vilarinho, é um convênio assinado pelo Governo do Estado pela Prefeitura em 95 o Barreiro estava excluído. Então quando foi incluído, em 1998, a partir daí passou-se a se fazer ensaios de possibilidades. Chegaram a quatro. Eu encontrei na CBTU já quatro ensaios de coisa. E com um Projeto cujo financiamento não existiam recursos assegurados no orçamento, porque nós lá na Prefeitura e depois na CBTU tivemos diversas vezes aqui no Congresso para fazer empenho junto ao Congresso e V.Ex^a. sempre foi o líder na questão de colocar recursos de Emenda. Agora recurso de emenda, se o próprio recurso do orçamento do Executivo sofre contingenciamento as Emendas sofrem muito mais. Agora, de qualquer forma então olhando para o futuro como está fazendo Curitiba, nós precisamos elaborar projetos e não é elaborar pura e simplesmente concepção, projeto de conceito, projeto básico simplificado nós precisamos ter projetos bem elaborados. É que nós vamos estar fazendo enquanto eu estou executando as obras para ampliação e o contrato da Mendes Júnior não é possível de ser retomado, que não encerrou, não fechou é um contrato de 1985 passou por quatro moedas. Não teve licitação porque não era a regra da época. O Ministro já fez a referência, o valor do contrato dado na época era o financiamento que a Mendes Júnior ia agenciar no

exterior. Era a regra da época. 90 milhões de dólares. Só trouxe 35. O valor em moeda nacional continuou sendo relacionado aos 90 milhões. Em 1990 o TCU determinou que fosse marcado prazo para o contrato. Todos os contratos tinham que ter prazo. Então no cálculo feito com os períodos paralisados restava um prazo remanescente de 14 meses. Isso em 1990. E o contrato continuou em vigor. E nós só não paramos antes quando nós entramos, porque a Mendes Júnior estava fazendo o viaduto ferroviário. Nós não íamos interromper uma obra no meio do viaduto com quebra de responsabilidade técnica. No dia que acabou de fazer o tabuleiro, nós demos a suspensão porque nós não tínhamos dinheiro para pagar, e conseguimos com aquela Emenda que o Senador Eliseu Resende havia assegurado junto com toda a bancada de Minas, dos 12 milhões e quinhentos, nós conseguimos fazer o pagamento e a liquidação. Mas, temos para frente e eu acho que é extremamente importante a iniciativa, lá da Assembléia e da Câmara de Vereadores para a gente fazer uma dissertação exaustiva olhando para frente embora o passado nos influencie. E com uma questão importante que o Ministro também chamou atenção, não adianta só fazer linha de metrô, não adianta só planejar o metrô, planejar bem, gastar mais tempo planejando, para depois executar melhor. Nós temos que olhar também o resultado. Como que vai funcionar? Como que vai funcionar o metrô de Salvador onde se imaginou que uma concessionária iria ser remunerada pela tarifa de ônibus, tendo um custo muitas vezes superior. Essa solução nunca foi dita. Como nunca se falou, se explicou, como que o metrô de Brasília vai funcionar. Brasília foi planejada com automóvel, não foi planejada com transporte público, e de repente se implantou uma linha de metrô. Como que essa linha se viabiliza? Não se viabilizou até agora. É uma linha com um problema extremamente grave. Por quê? Porque nós não podemos falar em metrô como uma linha. Faz parte de uma rede de toda uma estrutura de transporte que tem ser otimizada. A Super Via não pode ficar abandonada, como operadora privada, a sua própria sorte. Ela tem que fazer parte de uma rede de transporte público e ser remunerada pelo transporte que o Poder Público está comprando dela. Nós compramos tantas viagens, custa tanto. Nós pagamos. O que o passageiro tem capacidade de pagar não é problema deles. É da sociedade. A sociedade do Rio de Janeiro tem que bancar com a requalificação do seu transporte urbano hoje, totalmente cartelizado. Nós temos que ter uma rediscussão do transporte público no País, e ver a questão do metrô que o sistema de alta capacidade de uma maneira ampla com essa participação de Estados, da Prefeitura, da gestão da autoridade metropolitana.

Mas, só podemos pensar e imaginar a participação do setor assegurando a sua remuneração e com o controle público, há que ter autoridade metropolitana, autoridade local que possa reger e estabelecer as condições dos operadores privados. Sejam metrô ou ônibus. É um modelo que é no mundo inteiro. Como se tivesse criando... Não. É no mundo inteiro. O sistema é subsidiado e tem que ser subsidiado pela sociedade. Não pelos usuários diretos porque o sistema favorece a cidade como um todo. Então, essa é a construção que nós estamos envolvidos. O nosso programa de regionalização fez isso. Remodelou, não é simplesmente uma operação eu faço, passo e seja feliz. Mesmo porque todas as projeções de demanda dos estudos que nós tínhamos aí do banco Mundial, todos eles, superestimavam a demanda e colocavam uma tarifa que seria tarifa internalizada pelo metrô, inalcançável. Então, falar que Recife vai transportar 400 mil passageiros e vai internalizar uma tarifária de 45 centavos de dólar. Não existe. Não existe os 400 mil passageiros e não é possível internalizar 45 centavos de dólar, por uma razão muito simples. Os passageiros não são lindeiros. Eles são alcançados através da integração. São passageiros que têm que pagar e remunerar também os operadores de ônibus.

Então, 45 é a parcela da tarifa internalizada pelo metrô. O usuário vai pagar muito mais do que isso. Agora, como é que é possível pagar num País cujo salário mínimo está indo agora para 380 reais, como é que é possível o cidadão pagar mais do que 50 centavos pelo deslocamento completo. Cinquenta centavos, significa um real por dia, 30 reais por mês é 8 ou 9% do salário mínimo. Isso é uma aberração para a nossa realidade. Para realidade Brasileira. Com essa desigualdade social.

Então, tem que ser construído um sistema de financiamento público que viabilize as operadoras. Não é uma questão da operadora. A operadora pública ou privada e se ela for pública ela tem que ser eficiente também, o sistema tem que dar controle para que mesmo se pública, ela seja eficiente e se privada, também seja eficiente e atue em atendimento ao usuário, e não só a sua regência que é normal, é lógica, de ser remunerada.

[troca de presidência]

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Eu pergunto ao ilustre Senador Eduardo Azeredo, autor do Requerimento, se ele deseja réplica. E indago também ao Senador Wellington, Senador Eliseu Resende...

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Eu queria parabenizá-lo porque mais uma vez essa Comissão traz aqui pessoas, Mi-

nistros influentes, Ministros que fazem parte desse Governo e fortalecendo essa Comissão que V.Ex^a. é o Presidente.

E segundo eu queria falar para o nosso mineiro João Luiz, que em Minas tudo se resolve na conversa. Uma boa conversinha fechada, não precisa ser tão assim, o nosso grande conhecedor Totó, com certeza o Senador Azeredo, o Senador Eliseu vão marcar um encontro, sentar numa Mesa como bons mineiros, vão acertar toda essa confusão e tenho certeza que Minas vai ganhar, porque eu nunca vi um mineiro que não cuidasse bem de Minas. Eu queria por último colocar aqui meu carinho especial com o Ministro Macio Fortes, do eu tenho testemunhado e que tem conduzido muito bem o Ministério das Cidades, que é um Ministério que todo mundo acaba indo bater na porta, a porta de V.Ex^a.. Não tem nem mais tranca, como V.Ex^a. bem colocou. Eu devo pedir algumas ligações a cobrar para o vosso telefone para poder ver se a gente consegue alguma coisa. Todo mundo ligando a cobrar, os mineiros. Mas eu queria também pedir desculpas pela infelicidade de ter surgido hoje, e bem colocado pelo Senador Valter, que infelizmente calhou de acontecer um assunto específico da região dele, que acabou trazendo para essa Comissão, mas eu queria deixar o meu carinho especial e a minha solidariedade com o Senador Valter, que acabou trazendo um problema para... Que não era o debate dessa Comissão. E tenho certeza que o Ministério de V.Ex^a. não tem nada a ver com essa situação e que o Senador Valter irá esclarecer. Só isso que eu queria colocar, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Antes de encerrar a audiência, eu vou conceder excepcionalmente ao Vereador Presidente da Câmara de Belo Horizonte Totó, por dois minutos para que ele não saia daqui frustrado. Com a palavra o Vereador Totó por dois minutos.

VEREADOR TOTÓ TEIXEIRA (PMDB-MG): Com certeza, na presença de V.Ex^a. eu não falei ainda. Só queria o seguinte, acho que o João Luiz é uma pessoa que o Sr. Ministro devia levar lá para o Ministério do Planejamento para calcular nº.. Agora, como Executivo é um desastre. Eu se tivesse uma empresa, jamais. Porque ele pensa modernamente, sim. Economicamente deve ser os nº.s devem bater. Mas na prática, veja bem, o terminal de vilarinho que custaria 30 milhões para os cofres públicos, já estava licitado, pronto para construir, ele suspendeu alegando anormalidade na licitação. Acontece que esse processo rolou por quatro anos, fez outra licitação, com certeza até a conclusão vai demorar sete anos da suspensão do processo e vai custar mais de 80 milhões para o cofre público. Então como é que faz um negócio para diminuir o custo de

30 para 70? Outra coisa, ele foi oriundo da BHTRANS, gestor... Aliás, ele é um artista, ele nasceu no Governo militar da extrema-direita conservadora e está na extrema esquerda. Não sei como consegue. E outra coisa, saiu da BHTRANS, deixou um déficit de 400 milhões. Nós passamos um aperto danado nessa cidade que ele deixou lá para pagar. E agora nós fizemos um ajuste de conta vai sobrar 80 milhões para a prefeitura [soa campainha]... Eu não gostaria de tê-lo como executor de nada. Ele pode fiscalizar. Coloca lá no TCE, no TCU, que lá é bom. Tem que ter gente boa de nº... Agora, para executar, de jeito nenhum.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Para tréplica, concedo a palavra ao dr. João Luiz por dois minutos também.

Dr. JOÃO LUIZ DA SILVA: Está ficando na ordem de 30 milhões. É um terminal totalmente diferente daquela licitação que nós anulamos, e eu posso passar toda as informações para V.Ex^a. sobre os vícios de corrupção. E é bom, acho até que o ambiente não é adequado para a gente estar tratando das coisas extremamente graves, de uma empreitada integral, uma licitação feita com 29 dias, teria que ser 45, sem Projeto, sem licenciamento ambiental, de um sistema que seria pago 16 parcelas, um milhão e quatrocentos onde nem existia Projeto. E a empresa que entrou, nessa licitação que foi fulminante, com 29 dias entre o edital e a apresentação de proposta, teve que apresentar estudos de mercado, e só ela, porque ela contratou três meses antes, e uma concepção do terminal que foi contratado também três meses antes. E tem outros episódios com relação o Presidente da CBTU que assinou o contrato no dia 13 de dezembro de 2002 e recebeu um financiamento do BANCO RURAL no dia 16 de dezembro de 2002, onde o avalista dele era o Bruno Brunelli, que era o dono Diedro e Marco Valério. Então V.Ex^a. [soa campainha] tome muito cuidado com essa licitação em particular, que foi anulada pelos seus vícios insanáveis inclusive, fraude no contrato. Em que a página que tinha a garantia foi subtraída, substituída. E a empresa vem justificar que aquilo ali foi uma necessidade. Necessidade de alterar contrato se faz por aditivo. Mas, foi feita posteriormente, uma subtração da página para reduzir a garantia que só foi apresentada em fevereiro de 2003.

Então, foi anulada, o Tribunal de Contas acompanhou a anulação. Não havia como não anular. E era um empreendimento que está agora substituído por um de 30 milhões, com todo o solo criado feito. Ou seja, está onerado por toda estrutura para receber quatro lages, como fizemos na região de V.Ex^a., onde nós fizemos uma operação urbana, V.Ex^a. sabe muito bem que eu coordenei aquele Projeto com uma parceira com o

setor privado, com grande benefício para a região do barreiro. [soa campanha] E não sai da BHTRANS com déficit de 400 milhões. Esse déficit é posterior à minha presença na BHTRANS porque as regras--

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Um minuto para o Deputado João Leite. Nós vamos encerrar a Sessão.

DEPUTADO JOÃO LUIZ LEITE (PSDB-MG): Muito obrigado Senador Perillo. Quero parabenizá-lo por essa audiência tão importante onde podemos discutir algo que interessa a população brasileira. Saio muito feliz com a atuação dessa Comissão, dos nossos Senadores também, Senador Azeredo que se empenhou muito, Senador Eliseu Resende, Senador Wellington Salgado e muito decepcionado porque a gente olha para a região metropolitana de Belo Horizonte, para a cidade de Belo Horizonte e infelizmente nós voltamos com as mãos vazias. Porque o que está previsto não acelera. Nós estamos vivendo em Belo Horizonte um apagão do trânsito e não vamos levar para os belo-horizontinos e para a região metropolitana, os trabalhadores e trabalhadoras que estão lotando os ônibus, outros andando a pé numa cidade com uma topografia acidentada e que necessitaria muito do investimento. Infelizmente o Governo Federal não tem o investimento que vai atender a população de Belo Horizonte, da região metropolitana. Mas, fica o nosso agradecimento a essa Comissão pela atuação brilhante e aos Senadores de Minas Gerais. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Antes de encerrar essa Sessão eu gostaria de agradecer ao ilustre Sr. Ministro Márcio Fortes, Ministro das cidades, pela atenção dispensada a essa Comissão, aos Senadores e pela presença. Agradecer também o Dr. João Luiz da Silva Presidente da CBTU, Presidente da Super Via por terem também aquecido ao nosso pedido. Cumprimentar o Senador Eduardo Azeredo, autor do Requerimento, todos os demais autores os Senadores de Minas que ficaram aqui esta hora, Senador Eliseu, Senador Wellington--

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Sr. Presidente, nós vamos só fazer uma Emenda conjunta, os três senadores mineiros para poder aumentar objetivamente essa linha do metrô do Barreiros. Esperamos que possamos ter a boa vontade do Governo para poder aprovar.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Bom, antes de encerrar convoco todos os Senadores integrantes dessa Comissão, para estarem aqui na terça-feira, às 14h00 para uma Sessão de sabatina do Dr. Antônio Domingos Teixeira indicado para membro do Conselho Diretor da ANATEL. Nada

mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente reunião. Muito obrigado a todos.

Sessão encerrada às 13h16.

**SECRETARIA DE COMISSÕES
SUBSECRETARIA DE APOIO ÀS COMISSÕES
PERMANENTES
COMISSÃO DE SERVIÇOS DE
INFRA-ESTRUTURA**

Ata da 10ª Reunião, ordinária, da Comissão de Serviços de Infra-Estrutura, da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura, realizada em 03 de abril de 2007, às 14 horas, na sala de reunião nº 13, da Ala Senador Alexandre Costa, Anexo II.

Às quatorze horas e vinte e oito minutos do dia três de abril de dois mil e sete, na sala de reunião da Comissão, na Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senador MARCONI PERILLO, reúne-se, ordinariamente, a Comissão de Serviços de Infra-Estrutura com a presença das Senhoras Senadoras e dos Senhores Senadores **Dalcídio Amaral, Ideli Salvati, Inácio Arruda, Fernando Collor, Expedito Júnior, Romero Jucá, Leomar Quintanilha, Valter Pereira, Wellington Salgado, Heráclito Fortes, Flexa Ribeiro, Flávio Arns, Jonas Pinheiro, Rosalba Ciarlini e Cícero Lucena**. Deixam de comparecer os demais Senadores. Havendo número regimental, o Senhor Presidente declara aberta a reunião, dispensando a leitura da ata da reunião anterior, que é dada como aprovada. A Presidência lê os seguintes expedientes: Ofício nº 83/07, do Gabinete do Senador Romeu Tuma, encaminhando cópia do Requerimento nº 79, de 2007-M, em que Sua Excelência requer licença para tratamento de saúde nos dias 3 e 4 de abril de 2007; Ofício nº 58/2007, do Gabinete do Senador Sérgio Guerra, encaminhando Licença Médica de Sua Excelência por 40 dias, a contar de 04 de março de 2007; Requerimento do Senador Jayme Campos, justificando sua ausência nos dias 3 e 4 de abril de 2007. Em seguida, passa-se à deliberação da seguinte matéria constante da Pauta: **Item Único – Mensagem do Senado Federal nº 51, de 2007**, que “submete à apreciação do Senado Federal o nome do Senhor Antônio Domingos Teixeira Bedran, para exercer o cargo de Membro do Conselho Diretor da Agência Nacional de Telecomunicações – Anatel”, de autoria da Presidência da República, tendo como Relator o Senador Heráclito Fortes. A apreciação da indicação é adiada. A Comissão aprova, extrapauta, o **Requerimento, nº 30, de 2007-CI**, de autoria do Senador Flexa Ribeiro, que “requer nos termos regimentais e constitucionais, que seja dirigido convite às autoridades abaixo relacionadas para, em Audiência Pública, no âmbito desta Comissão, seja debatido o sis-

tema hidroviário nacional: Senhor Alfredo Nascimento – Ministro dos Transportes; Senhor Geddel Vieira Lima – Ministro da Integração Nacional; Senhor Silas Rondeau – Ministro de Minas e Energia; Senhora Marina Silva – Ministra do Meio Ambiente; Senhor Fernando Brito Fialho – Diretor-Geral da ANTAR; Senhor José Machado – Diretor-Presidente da Agência Nacional de Águas – ANA e Senhor Jerson Kelman – Diretor-Geral da Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL”. Fazem uso da palavra os senhores Senadores Heráclito Fortes e Wellington Salgado. A Presidência agradece a presença de todos e declara encerrada a reunião às quatorze horas e trinta e quatro minutos, lavrando eu, *Dulcídia Ramos Calháo*, Secretária da Comissão, a presente Ata que, após lida e aprovada será assinada pelo Senhor Presidente e publicada, juntamente com a íntegra o seu registro de Estenotipia Informatizada. – Senador **Marconi Perillo**, Presidente.

10ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRA-ESTRUTURA, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA.

REALIZADA NO DIA 03 DE ABRIL DE 2007, ÀS 14 HORAS E 28 MINUTOS.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Havendo número regimental declarado aberta a 10ª Reunião Ordinária da Comissão de Serviço de Infra-Estrutura da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura.

Antes de iniciar os trabalhos proponho a dispensa da leitura da Ata da reunião anterior. Os Srs. Senadores que aprovam permaneçam como se encontram. Aprovado.

Há expediente sobre a Mesa. Requerimento da lavra do ilustre Senador Jayme Campos, que justifica a ausência em virtude de atestado médico. Idem o Senador Romeu Tuma, que justifica a ausência também com base no art. 43, inciso I do Regimento Interno. Também licença médica. Também do ilustre Senador Sérgio Guerra, que comunica licença médica pelo período de 40 dias, entre 12 de fevereiro e 4 de março.

Requerimento nº. 30/2007, de autoria do ilustre Senador Flexa Ribeiro. Requer nos termos regimentais e constitucionais seja dirigido convite às autoridades abaixo relacionadas para em Audiência Pública no âmbito dessa Comissão seja debatido o Sistema Hidroviário Nacional. Convite aos ilustres Ministros de Transportes, Alfredo Nascimento, da Integração Nacional, Jadel Vieira Lima, de Minas e Energia, Silas Rondeau, do Meio Ambiente, Marina Silva, Diretor-Geral da ANTAC, Diretor Presidente da ANA e Diretor-Geral da ANEEL. Está em discussão o Requerimento. Não havendo quem queira discutir, está em votação. Os

Srs. Senadores que aprovam permaneçam como se encontram. Aprovado.

Com a palavra o ilustre Senador Heráclito Fortes para uma questão de ordem. Com a palavra, pela ordem, o ilustre Senador Heráclito Fortes.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI): Sr. Presidente, a convocação dessa Sessão da Comissão destina-se como item único à aprovação do... A análise do nome do Sr. Antônio Domingos Teixeira Bedran para ocupar um cargo do Conselho Diretor da ANATEL. O currículo do Sr. Bedran é por demais conhecido, mas eu quero ponderar a V.Exª. e os demais companheiros, que nós estamos com um *quorum* baixo. Nós não temos no momento sequer número suficiente para a deliberação. E acho que por bem não se correr nenhum risco com a análise dessa natureza. Daí porque solicito e peço aos companheiros a ponderação do adiamento dessa Sessão.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Com a palavra o ilustre Senador Wellington Salgado.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Sr. Presidente, eu concordo plenamente com o Relator, Senador Heráclito Fortes, vejo que é um cargo muito importante que merece um debate pela explanação do indicado, e essa sendo uma Comissão muito importante com Senadores ilustres que a compõem, eu pediria a V.Exª se poderia realmente marcar uma outra data, visto que hoje o *quorum* está baixíssimo, e esse é um cargo muito importante e mereceria um debate. Eu concordo plenamente com o ilustre Senador.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI): Eu quero voltar a explicar, nós necessitamos com um *quorum* qualificado, nós precisamos de 13 votos, nós não temos... Já mandei fazer a verificação, a própria presença nos Senadores no Plenário é baixa, tendo em vista tratar-se de uma semana atípica. De forma que a minha sugestão é que não se corra riscos... Quando eu disse atípica, exatamente pelo problema, pela dificuldade de deslocamento de alguns Parlamentares da sua base aqui.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Sr. Presidente, pela ordem. Queria deixar bem claro também se for lido o relatório eu pedirei vista do relatório para dividir com V.Exª a responsabilidade.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI): Eu queria que a senhora ali atrás que se manifestou, que entendesse que a minha intenção é de ajudar. Não é de atrapalhar. Queria que a senhora entendesse, talvez a senhora não conheça o mecanismo regimental. O que eu estou querendo é colaborar com o Dr. Bedran pela

sua história. O conheço muito bem. De forma que eu estou cumprindo aqui com um dever Parlamentar do qual eu não abro mão.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Bom, há um Requerimento verbal, de iniciativa do ilustre Senador Heráclito Fortes, corroborado pelo ilustre Senador Wellington Salgado, de transferência desta reunião ordinária, de adiamento desta reunião de sabatina ao Dr. Antônio Domingos Teixeira Bedran, para a próxima Reunião ordinária que deverá ocorrer às 14h do dia 10, terça-feira próxima. Os Srs. Senadores que aprovam este Requerimento permaneçam como estão. Aprovado.

Está encerrada a presente Sessão. Convoco outra para a próxima terça-feira, dia 10, às 14h.

Sessão encerrada às 14h34.

SECRETARIA DE COMISSÕES SUBSECRETARIA DE APOIO ÀS COMISSÕES PERMANENTES

COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRA-ESTRUTURA

Ata da 11ª Reunião, ordinária, da Comissão de Serviços de Infra-Estrutura, da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura, realizada em 10 de abril de 2007, às 14 horas, na sala de reunião nº 13, da Ala Senador Alexandre Costa, Anexo II.

Às quatorze horas e vinte e sete minutos do dia doze de abril de dois mil e sete, na sala de reunião da Comissão, na Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senador DELCÍDIO AMARAL, Vice-Presidente da Comissão, reúne-se, ordinariamente, a Comissão de Serviços de Infra-Estrutura com a presença das Senhoras Senadoras e dos Senhores Senadores Delcídio Amaral, Francisco Dornelles, Inácio Arruda, Fernando Collor, Expedito Júnior, Romero Jucá, Valdir Raupp, Leomar Quintanilha, Joaquim Roriz, Valter Pereira, Wellington Salgado, Adelmir Santana, Eliseu Resende, Jayme Campos, Heráclito Fortes, Raimundo Colombo, João Tenório, Marconi Perillo, Flexa Ribeiro, João Durval, João Ribeiro, Augusto Botelho, Renato Casagrande, José Maranhão, Neuto de Conto, Geraldo Mesquita, Demóstenes Torres, Marco Maciel, Jonas Pinheiro, Romeu Tuma e Cícero Lucena. Deixam de comparecer os demais Senadores. Havendo número regimental, o Senhor Presidente declara aberta a reunião, dispensando a leitura da ata da reunião anterior, que é dada como aprovada. A presente reunião destina-se à deliberação das seguintes matérias constantes da Pauta: Item 1 - Mensagem do Senado, nº 51, de 2007, de autoria da Presidência da

República, que “submete à apreciação do Senado Federal o nome do senhor Antônio Domingos Teixeira Bedran, para exercer o cargo de Membro do Conselho Diretor da Agência Nacional de Telecomunicações – ANATEL”, tendo como relator o Senador Heráclito Fortes. Foi aprovada a indicação, obtendo o seguinte resultado 23 votos sim, nenhum voto não e nenhuma abstenção, totalizando 23 votos. Foram convidados os Senadores Delcídio Amaral e João Durval para os escrutínios. Usam da palavra para sabatar o indicado os senhores senadores Heráclito Fortes, Fernando Collor, Wellington Salgado, Flexa Ribeiro, Leomar Quintanilha, Renato Casagrande, Romeu Tuma, Cícero Lucena, Marconi Perillo, Raimundo Colombo, Delcídio Amaral e Joaquim Roriz. Item 2 - Projeto de Lei do Senado, nº 137, de 2006 - **Decisão Terminativa – de autoria do Senador Rodolpho Tourinho, que “determina que as empresas operadoras do Serviço Móvel Pessoal instalem bloqueadores de sinais de radiocomunicações nas penitenciárias estaduais e federais, e dá outras providências”, tendo como relator o Senador Flexa Ribeiro, que apresenta parecer pela aprovação do projeto e da emenda nº 1 e pela rejeição da emenda nº 2, ambas da Senadora Serys Slhessarenko, nos termos do substitutivo. Após leitura do Relatório, foi concedida vista coletiva, nos termos regimentais. A apreciação da matéria é adiada.** Item 3 - Projeto de Lei do Senado, nº 155, de 2005 - **Decisão Terminativa, de autoria do Senador Gerson Camata, que “estabelece diretrizes nacionais para o saneamento básico, e dá outras providências”, tendo como relator o Senador Cícero Lucena, que apresenta parecer pela declaração de prejudicialidade do PLS nº 155, de 2005, nos termos do art. 334 do Regimento Interno do Senado Federal. A apreciação da matéria é adiada.** Item 4 - Projeto de Lei do Senado, nº 222, de 2004 - **Decisão Terminativa, de autoria do Senador Sérgio Cabral, que “acrescenta o art. 50–A, à Lei nº 9.478, de 1997, dispondo sobre a repartição do acréscimo da produção da exploração de gás natural e de petróleo, nas modalidades royalties e participação especial, e dá outras providências”, tendo como relator o Senador Delcídio Amaral, que apresenta parecer pela aprovação do projeto. A matéria foi retirada de pauta, a pedido do relator, para reexame.** Item 5 - Projeto de Lei do Senado, nº 264, de 2004 - **Decisão Terminativa, de autoria do Senador Augusto Botelho, que “altera a Lei nº 6.766, de 19 de dezembro de 1979, para condicionar a pavimentação de vias urbanas à prévia implantação das redes de infraestrutura urbana básica, e dá outras providências”,**

tendo como relator o Senhor Adelmir Santana, que apresenta parecer pela aprovação do Projeto, com a emenda que apresenta. A apreciação da matéria é adiada. Item 6 - Projeto de Lei do Senado, nº 22, de 2004 - **Decisão Terminativa, de autoria do Senador Magno Malta, que “inclui o trecho rodoviário compreendido entre as cidades de Pedro Canário (ES) e Nanuque (MG), na Relação Descritiva das Rodovias do Sistema Rodoviário Federal, do Plano Nacional de Viação, aprovado pela Lei nº 5.917, de 1973”**, tendo como relator o Senador Delcídio Amaral, que apresenta parecer pela aprovação do Projeto, na forma do Substitutivo que apresenta. A apreciação da matéria é adiada. Item 7 - Ofício “S” nº 04, de 2006 – **Não Terminativo, de autoria da Deputada Sandra Batista, que “encaminha abaixo assinado coletado no Estado do Pará que solicita a anulação da Resolução nº 85, de 1998, da Agência Nacional de Telecomunicações – ANATEL, que, “aprova o regulamento do serviço telefônico comutado”, tendo como relator o Senador Flexa Ribeiro, que apresenta parecer pela expedição de ofício à CCJ, para conhecimento do teor da reivindicação e do Ofício nº 4, de 2006, e posterior remessa do processado ao arquivo. A apreciação da matéria é adiada.** Item 8 - Projeto de Lei da Câmara, nº 32, de 2003, de autoria do Deputado Gilberto Kassab, que “dispõe sobre a criação do Programa de Microdestilarias de Alcool – PROMICRO, e dá outras providências”, tendo como relator o Senador Tasso Jereissati, que apresenta parecer pela recomendação de que a matéria seja apreciada, primeiramente, pela Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, retornando, a seguir, à Comissão de Serviços de Infra-Estrutura, nos termos do art. 133, inciso V, alínea “d” do RISF. A apreciação da matéria é adiada. Item 9 - Projeto de Lei da Câmara, nº 67, de 2006, de autoria do Deputado Pedro Fernandes, que “inclui no anexo da Lei nº 5.917, de 10 de setembro de 1973, que aprova o Plano Nacional de Viação, o trecho rodoviário de ligação entre a BR-222, na localidade de Chapadinha/MA, e a BR-343, na cidade de Buriti dos Lopes/PI”, tendo como relator o Senador Heráclito Fortes, que apresenta parecer favorável à aprovação do projeto, com as emendas que apresenta. A apreciação da matéria é adiada. Assume a Presidência dos trabalhos o Senador Marconi Perillo, Presidente da Comissão. A presidência registra a presença do Deputado Federal Júlio Semeghini, Presidente da Comissão de Ciência, Tecnologia e Comunicação da Câmara dos Deputados. A Presidência agradece a presença de todos e declara encerrada a reunião às dezesseis

horas e dezessete minutos, lavrando eu, **Dulcília Ramos Calháo, Secretária da Comissão, a presente Ata que, após lida e aprovada será assinada pelo Senhor Presidente e publicada, juntamente com a íntegra o seu registro de Estenotipia Informatizada.**
– Senador Marconi Perillo, Presidente.

12ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRA-ESTRUTURA, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA.

REALIZADA NO DIA 12 DE ABRIL DE 2007, ÀS 10 HORAS E 12 MINUTOS.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Havendo número regimental, declaro aberta a 12ª Reunião Extraordinária da Comissão de Serviços de Infra-Estrutura, da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura.

Antes de iniciar os trabalhos, proponho a dispensa da leitura e aprovação da Ata da Reunião anterior. Srs. Senadores e Sras. Senadoras que aprovam, permaneçam como se encontram. Aprovada.

A presente Audiência Pública tem como objetivo a realização de debate com a finalidade de discutir o processo de concessões públicas em rodovias federais. Tenho a honra de convidar para tomar assento à Mesa os senhores Geraldo Viana, Presidente da Associação Nacional das Empresas de Transporte de Cargas e Logística ANTC; o Sr. Paulo Godoy, Presidente da Associação Brasileira de Infra-Estrutura e Indústrias de Base, a ABDIB; o Sr. Cloraldino Severo, consultor de transportes; o Sr. José Augusto Da Fonseca Valente, Secretário de Política Nacional de Transporte do Ministério dos Transportes SNTT. E o entre José Alexandre Nogueira de Rezende, Diretor-geral da ANTT, Agência Nacional de Transportes Terrestres. Tenho o prazer de passar a palavra à ilustre Senadora Ideli Salvatti, autora do requerimento, para realização dessa Audiência Pública. Com a palavra, pelo tempo de cinco minutos, a Senadora Ideli Salvatti.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Sr. Presidente, em primeiro lugar, quero saudar e agradecer os ilustres convidados, já devidamente nominados que, atendendo a convite da Comissão de Infra-Estrutura, comparecem para que nós possamos debater este importante tema, que é a questão das concessões das nossas rodovias e, principalmente, o que nos motivou a solicitar esta audiência é uma situação que nós vivenciamos, de um processo que aconteceu, foi implementado, ao longo de vários anos de concessões de rodovias e, Presidente...

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Pois não.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Eu acho que nós temos mais um convidado que chegou, eu acho que seria importante já anunciá-lo.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Sra. Senadora, todos já foram convidados.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Não, o Valente.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Eu convidei o Sr. José Augusto Da Fonseca Valente, por favor, tomar assento à Mesa.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Tudo bem. Então, o pessoal poder viabilizar aí o assento do Dr. Valente. E, para nós, nestes últimos anos, nós tivemos uma controvérsia, a partir de procedimentos do Tribunal de Contas da União, que foram fazendo ajustes e modificações no edital. E, no final do ano passado, a decisão do Presidente Lula de não dar andamento, para que pudessem ainda, novos ajustes ocorrerem no sentido de que a concessão tivesse uma adequação mais perfeita possível aos interesses do país. E, portanto, trazer para a Comissão de Infra-Estrutura este tema, com as divergências que foram tornadas públicas, e a polêmica que está instalada, inclusive, em alguns Estados aonde a concessão e o pedágio, eu até queria dizer assim, quando eu solicitei audiência, eu solicitei até numa situação relativamente privilegiada, Senador João Durval, porque Santa Catarina é um dos raros estados, a partir de uma determinada faixa do país para baixo, se você pegar vários Estados, Santa Catarina é o único Estado que, pelo menos na região Sudeste, Sul, que ainda não tem a implementação de pedágios. Nós estamos incluídos agora neste lote, com dois trechos, na 101 e na 116 e, obviamente, quando a gente propõe aqui audiência é para poder aprofundar o tema, ver se temos alternativa, se realmente o que está... O que já foi implementado no país é realmente o mais adequado, se as modificações solicitadas pelo Tribunal de Contas da União dão conta efetivamente de atender os interesses do Brasil para que as nossas rodovias concessionadas possam atender o fluxo, o preço, o custo que tudo isso acarreta.

Então esse foi o objetivo da audiência e as autoridades que aqui comparecem, não é? O representante da ABDIB, da ANTT, do Ministério dos Transportes, o ex-Ministro, Cloraldino Severo, dos Transportes e o representante da Associação das Empresas de Transportes de Cargas, ANTC, que eles possam efetivamente esclarecer e, quem sabe, dessa audiência nós contribuirmos com esse debate que está aberto no Governo Federal, no Governo Lula, para que andamento nós daremos para o processo concessionário das nossas rodovias. É esse o objetivo, Presidente da

Comissão, Senador Marconi Perillo e é isto que nos anima a fazer audiência—
[soa a campainha].

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Agradeço a manifestação da ilustre Senadora Ideli Salvatti, autora do requerimento. Concedo imediatamente a palavra ao Sr. Cloraldino Severo, consultor de transportes, pelo prazo de 10 minutos, para fazer as suas considerações.

SR. CLORALDINO SEVERO: Sr. Presidente, Srs. Senadores, Sra. Senadora Ideli Salvatti, senhoras, senhores. Eu entendo esta manifestação do Senado, de uma extrema importância para o país. Este país vive um momento de transição muito importante no seu desenvolvimento e me parece que o transporte está bastante esquecido dentro disso. As mudanças que teremos que fazer, no setor de transportes, superam a todas que já foram feitas, em qualquer outro Governo anterior. Portanto, precisamos nos preparar, com uma visão mais ampla, para esses novos tempos. Eu lamento que tem se buscado sempre análises casuísticas, análises voltadas para uma solução, ao invés de dar uma solução mais ampla para o problema, porque o país precisará delas; não existe nenhuma solução específica ou alternativa que sirva a todos os casos, a todas as situações.

Feita esta preliminar, eu gostaria de colocar uma segunda preliminar muito importante, quando se debate a questão de pedágio, que é que existem três partes nisso, infelizmente, esse tripé está arrego(F), porque duas partes têm se movido juntas e uma parte tem ficado abandonada, que é a sociedade, o cidadão, o usuário, o consumidor. Esta parte nunca é levada em consideração, a partir de todos os seus direitos. Todos os modelos que foram preparados e que são vigentes no país se preocuparam com a situação dessas outras partes. Há outro ponto importante, a ser fixado logo de início, é dizer-se que é preciso meditar que quando se fala em concessão de pedágio, se fala numa relação de negócio instantâneo, como se um táxi fosse, e que, portanto, não se pode deixar de dar a quem usa, naquele momento, os benefícios antecipadamente, o que não vem acontecendo. E não se pode também transferir investimentos, como tem acontecido porquanto a pessoa paga por investimento que não recebeu.

Feita essas preliminares, eu quero colocar, já que o tempo é pequeno, voltar logo para a questão objetiva. A questão objetiva, para começo de conversa, são as licitações que estão aí. Quero dizer de início que não há nenhuma condição, nenhuma sequer, dessas concessões prosperarem, desses editais prosperarem, na forma em que estão postos até agora. Eles pecam por todos os aspectos. A audiência Pública feita com

a ANTT foi extremamente elucidativa a este respeito, quando a ANTT, em todas as questões-chave, disse o que é certo, que não era com ela essa questão, que era com o Ministério. Que todas as questões que dissessem respeito a modelo e que não fossem específicas do edital, dependiam de uma decisão de Governo, de uma decisão do Ministério. Isto é verdade. Só que essa oportunidade não foi dada à sociedade de se discutir as outras questões, que são de modelo sim, e que têm que ser resolvidas. Todo o problema começa pelo erro de querer se tratar do edital e não tratar da concepção anterior ao edital, que é o próprio modelo, que é totalmente lesivo aos interesses da sociedade. Mesmo ficando dentro das questões específicas, das questões específicas do edital, vê-se que os projetos e os estudos todos que instruíram estas licitações são, em primeiro lugar, imprecisos. O Tribunal de Contas mostrou isso muito bem, a sociedade mostrou isso muito bem; há uma total imprecisão dos estudos, que também são incompletos. Não existe um projeto básico. Para reduzir a tarifa, numa preocupação interessante, a ANTT e o Ministério procuraram reduzir objetivos e estabeleceram objetivos menores e, com isso, reduzindo os investimentos, naturalmente reduziria a tarifa.

Mas está bem esclarecido pela própria ANTT, o que é lógico, quando se retomarem os investimentos essa tarifa terá que sofrer as alterações correspondentes. Portanto, nós estamos dando um cheque em branco. O edital mantém todos os vícios do modelo anterior. As questões referentes ao modelo de carga fiscal, à exclusão de trechos que não foram discutidos ou esclarecidos, trechos de pista simples; essa questão da pista simples merece uma reflexão muito profunda, se diz: "Não, mas a lei, a lei hoje dá legalidade". Não é questão de dar legalidade, a lei diz o seguinte, que os casos que tiverem que ser exceção, se faça uma modificação e se diga que tem que ser exceção. Vamos refletir o seguinte: quando nasce uma estrada, a sociedade se organiza em torno dessa estrada. A sociedade cria o seu armazénzinho, criam o seu negóciozinho, então, os pequenos se juntam àquela estrada. É justo que, depois, quando se desenvolve, o Governo chega e diz: "Não vale mais nada agora, você tem que pagar essa estrada" e desestruturam aquela sociedade e aqueles grupos sociais menos favorecidos. Por causa disso, no mundo inteiro, se mantém uma via alternativa. Não se tira o que se deu ao povo. Então, a via alternativa é absolutamente essencial. Se disserem: "Ah, mas a legalidade... Está respaldado pela lei". Está sim, foi criada uma lei geral, pela Medida Provisória que criou todo o programa de descentralização, mas essa mesma, essa mesma lei diz que se excepcione o

que tem que ser excepcionado. E o caso das rodovias é um caso típico.

Então, a licitação, da forma que foi feita, facilita conluíus. Lamentavelmente tenho que dizer isso. É muito séria a montagem dessa licitação, com todos esses trechos ao mesmo tempo, que permite que se repita episódios negros da história da área de transporte, em termos de conluio. É preciso que se tenha atenção a isso e que se analise muito melhor.

Então, a Audiência Pública feita pela ANTT não cumpriu os seus objetivos. Por isso nós entendemos que não há como, de forma nenhuma, se aceitar este modelo. Para os usuários, posição que eu me coloco, como representante nessa história, para os usuários, existem muitas questões importantes, naturalmente a modicidade da tarifa; existe a questão dos tipos de tarifa. Veja que o Ministério já reconheceu o equívoco que tem na sua estrutura de tarifas e mudou, na PPP da Bahia, fez uma alteração, o que nos editais continua.

A questão da via alternativa é fundamental. A questão dos impostos de tributos é um acinte, que se paga e o que se paga de impostos e tributos, que estão onerando profundamente. O pagamento pós-investimento lesa o consumidor porque o usa a estrada e não teve o investimento feito. O sistema de pedágio fechado, portanto, é uma necessidade fundamental; o modelo de concessão precisa mudar; o modelo de delegação... Existe uma série de modelos, ninguém aqui está querendo deixar de usar a iniciativa privada; vai se usar a iniciativa privada, em todas as situações. Só que existem formas diferentes de usar que são mais favoráveis à sociedade e ao interesse público; o direito adquirido, que eu me referia antes, das pessoas que se organizaram e que de repente perdem; a natureza da contraprestação ser instantânea. Essas coisas não se meras questões teóricas, essas questões mexem no bolso do cidadão profundamente e precisam ser mudadas antes do edital. Então, é fundamental—

[soa a campainha].

Que se mudem essas coisas. Só para fechar, então, senhor Senador, Srs. Senadores, eu quero dizer que é terrível dizer que, de cada real que nós pagamos para as empresas concessionárias, conforme relatório da ANTT—

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Autorizo a prorrogação do tempo do expositor por mais três minutos.

SR. CLORALDINO SEVERO: De cada real que o cidadão paga, voltam, como investimento, 27,9%, enquanto 50% é custo operacional. Isto é um escândalo. É impossível se aceitar tanta ineficiência. Esta caixa preta tem que ser aberta. Os relatórios da ANTT não satisfazem os interesses e o que a lei dá ao usu-

ário e ao cidadão. Eles precisam ser mais explícitos e precisam ser criados canais para que a sociedade acompanhe e defenda os seus direitos que a lei os assegura amplamente.

Então, é importante, para fechar, que a ANTT abra canais novos para que a sociedade toda esteja lá presente, trazendo os problemas que sente, ajudando na fiscalização, e ajudando na construção de soluções para o país. Não está na minha cabeça a idéia, de forma nenhuma, de exclusão de pedágio, mas este modelo que está aqui é totalmente inaceitável e, nas circunstâncias que mostramos, são inadequados. E entendemos que as coisas que o Tribunal de Contas colocou, se for lido direito o parecer do tribunal de contas, vai se ver que não foram cumpridos, que os projetos não foram feitos, e uma série de outras economias que permitirão que se impugne todos... A impugnação desses editais e que o país continue com essas prorrogações que não terminam nunca.

Obrigado pela oportunidade de estar nessa Casa, trazendo esses anseios, que são da parte esquecida. Que este fato de falarmos antes tenha outro significado na coisa, de que os usuários passaram, pela primeira vez, a serem escutados e trazerem a sua voz a esta Casa, que é a esperança que o povo pode ter de defesa dos interesses do cidadão, do usuário e do consumidor. Obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Essa Presidência agradece ao Sr. Cloraldino Severo, Consultor de Transportes, ex-Ministro dos Transportes, pela sua exposição. Tenho a honra de conceder a palavra, pelo prazo de 10 minutos, ao Sr. Geraldo Viana, Presidente da Associação Nacional das Empresas de Transportes de Cargas e Logística, ANTC. Com a palavra, o Sr. Geraldo Viana.

SR. GERALDO VIANA: Sr. Presidente, Srs. Senadores, demais participantes dessa Audiência Pública, senhores convidados, é uma honra para a ANTC e Logística participar desse esforço de elucidação de uma questão tão importante para o país, de modo geral, e para o setor de transporte, de maneira muito particular. Eu quero dizer aos os senhores que, do ponto de vista do setor que eu represento, ao longo dos anos, fizemos um esforço muito grande, quer dizer, a nossa parte eu tenho consciência de ter feito, no sentido de preservar o modelo que deu certo do Brasil, de financiamento da infra-estrutura de transporte, através de recursos públicos, da época do nosso saudoso Fundo Rodoviário Nacional, do nosso imposto único de combustível e lubrificantes que asseguraram a construção e a manutenção desta batalha que temos aí.

Todavia, perdemos a batalha crucial na Constituinte, por uma questão de cinco ou seis votos, e o modelo

foi desarmado. Ficamos sem fontes de custeio. O resultado foi trágico, perdemos praticamente a condição de transitar pelas nossas rodovias porque os recursos tributários à época, o principal recurso tributário que substituiu o IUCL foi o ICMS sobre combustíveis, ou seja, os recursos foram transferidos para os Estados e o encargo continuou na mão da união. Era preciso encontrar saídas para esse impasse, não é? De novo apostamos tudo na CIDE, na criação da CIDE. Foi um caso raro em que a iniciativa privada... Apoiar a criação de um novo tributo, com o compromisso de vinculação, de aplicação dos recursos na infra-estrutura de transporte. Isso aconteceu no final de 2001 e, no final de 2002, foi aprovada finalmente a lei regulamentadora desta Emenda constitucional da CIDE, não é?

No final de 2002, na verdade, último ato do Governo Fernando Henrique, foi a sanção dessa lei, com vetos que realmente destruíram aquela esperança de vinculação. Quer dizer, havia naquela lei a criação de um fundo, mecanismos de fiscalização que, na verdade, faziam parte da própria fundamentação da proposta de criação desse tributo. Quando o Congresso Nacional aprovou a criação da CIDE, aprovou na suposição de que os recursos seriam totalmente direcionados à infra-estrutura de transporte. Não foram, pelo menos não foram durante o primeiro ano, porque não havia lei, durante o ano de 2002. No ano de 2003, 2004 os recursos foram muito mal aplicados, grande parte deles foi desviada para outras finalidades, não foram aplicados naquelas finalidades constitucionais.

Graças a medidas tomadas pelo setor de transporte, inclusive Ações Diretas de Inconstitucionalidade, promovidas junto ao Supremo Tribunal Federal, conseguiu-se que o Governo, a partir de 2005/2006, voltasse a aplicar, passasse a aplicar realmente os recursos da CIDE naquilo que havia sido originalmente proposto. Mas, na verdade, o que nós concluímos, ao longo desse processo, é que sem recursos vinculados, sem recurso garantidos, dificilmente o Estado, qualquer Estado, qualquer setor, seja federal, estadual ou municipal dará conta de prestar um bom serviço à sociedade, de entregar estradas seguras, bem sinalizadas, bem conservadas sempre; não é fazer isso de vez em quando, é fazer sempre é não permitir a queda do padrão de serviço. E isso, a nossa história revela isso, um permanente sobe e desce, eventualmente temos até boas estradas, em alguns lugares, em alguns Governos, para, em seguida, novamente, em função de outras demandas sociais igualmente importantes, esses recursos serem negados ao setor rodoviário.

Então, diante dessa realidade passamos a conviver, com uma certa naturalidade, com a inevitabilidade da criação de um sistema de concessão à iniciativa

privada. E reconhecemos que foi feito, esse modelo foi implantado de uma maneira atabalhoada, fruto de uma necessidade premente de se dar uma resposta, quer dizer, não foi bem uma escolha, foi falta de opção. Na verdade, isso foi feito sem a agência reguladora, esse foi um caso que, na verdade, as concessões precederam a criação da agência reguladora. Foi feito realmente de uma maneira desastrada, que resultaram no modelo cheio de defeitos, nós, desde o primeiro momento, temos denunciado isso e temos buscado o aperfeiçoamento desse modelo de concessões. Para nós, nós não podemos perder de vista, Srs. Senadores, que as principais rodovias brasileiras, as mais importantes rodovias brasileiras estão concedidas há 10 anos, alguma delas há mais de 10 anos.

Nós estamos lidando com um segundo lote que abriga algumas estradas importantíssimas, como a Régis Bittencourt, como a Fernão Dias como a BR-101, mas eu estou muito mais preocupado, eu estou igualmente preocupado em encontrar uma saída para o que foi feito antes; nós temos que buscar formas de redução da tarifa atualmente praticada nas principais rodovias brasileiras, sem violentar os contratos. Essa é a solução, porque também violentar contrato, primeiro que nós não concordamos com violência ao contrato, porque isso realmente cria uma instabilidade jurídica, que desestimula novos investimentos e, de fato, nós concluímos que isso não pode ser feito desta maneira.

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP): [pronunciamento fora do microfone].

SR. GERALDO VIANA: Qualquer tipo de violência, não é, Senadores? E essa nós conhecemos muito bem. Então, a saída seria buscar outras alternativas e eu queria como contribuição na busca desse esforço, eu quero deixar com essa Comissão um trabalho que já é de 2004, encaminhado na ocasião para ANTT, que foi produzido no âmbito de um esforço pioneiro feito no âmbito da concessão da Dutra, nós criamos um grupo paritário com a Concessionária Nova Dutra, com os operadores de transporte na Nova Dutra, transporte e caminhões, não sei se o senhor sabe, mas, na nova Dutra, o caminhão representa 66% da Receita da estrada, quer dizer, o caminhão, o restante é um pedacinho é ônibus e o resto, automóveis passeio; 66% da Receita da Dutra vem do caminhão. Portanto, nós temos lá um peso muito importante; é uma estrada fundamental para o país. Criamos lá um grupo paritário com a concessionária, com os representantes do setor de transporte, todos, caminhoneiros, autônomos, empresários, todos os principais usuários da Dutra, no setor de transporte, estão representados nesse grupo.

Trabalhamos duro para entender o que se passava e, finalmente, chegamos a um trabalho de consenso com a concessionária, fruto de um estudo altíssima qualidade técnica, que demonstra que há possibilidade concreta de se reduzir a tarifa, com a concordância da concessionária, em mais de 33%, em alguns casos, em 35%, a partir de dois elementos fundamentais, primeiro: Desoneração tributária e foi tocado de passagem aqui pelo nosso ex-Ministro, Cloraldino Severo, é um escândalo que um Governo que adotou um modelo de concessão para se livrar de uma despesa que ele já não podia fazer, faça disso fonte de novas receitas tributárias. Os tributos, na tarifa de pedágio, representam mais ou menos 20% dos tributos federais não. Estou falando, não estou falando do municipal, do ISS, que é uma coisa mais complicada, porque depende de negociação com cada município. Mas, a desoneração tributária, acompanhada de um alargamento da base de contribuintes, ou seja, de uma fórmula que possibilite que todos que usem a rodovia paguem, de alguma maneira, na proporção do que usem, ou seja, por quilômetro realmente utilizado, e não por quilometragem oferecida, como é o modelo atual, de sorte que, ao fazer isso, você consegue reduções absurdas; nós podemos ter, no modelo antigo, sem falar em PPP, só com recurso de iniciativa privada, os mesmos serviços que estamos tendo com uma tarifa substancialmente mais barata, com a concordância da concessionária, ou seja, sem criar com isso uma... A possibilidade de uma discussão judicial que, sabe Deus, aonde vai terminar. Provavelmente com a condenação do Estado a pagar aquela eventual alteração tarifária.

Então, a nossa luta tem sido realmente demonstrar que essa possibilidade existe, e agora, mais recentemente, estive ontem participando, Srs. Senadores, de um trabalho em São Paulo de um encontro—

[soa a campainha].

SR. GERALDO VIANA: Mais dois minutos para concluir, Senador? Até porque o nosso tempo foi--

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Essa Presidência vai autorizar mais três minutos para o senhor concluir.

SR. GERALDO VIANA: OK, perfeito. Eu tinha muita coisa mais a dizer, mas acho que vou tentar, nestes três minutos restantes, concluir o meu raciocínio. Eu participei ontem de um encontro preparatório da implantação do Sistema Nacional de Identificação Automática de Veículos, o SINIAV, já é hoje uma resolução do CONTRAN, todo veículo, isso vai se provavelmente implantado de forma muito rápida, todos os veículos acabarão tendo uma forma de identificação eletrônica, que possibilitará... Isso é um aplicativo que se pode fazer em cima disso, entre outras coisas, a cobrança

de pedágio de forma automática, sem essas malditas cabines de barreira ou de contenção que, de fato, além de tudo, irritam demais o usuário de estrada do “parar e pagar” a todo instante é algo muito desgastante, não é? E possibilitará que mesmo em rodovias como Régis Bittencourt, como a Fernão Dias, como a Dutra, que não foram feitas para serem concedidas, são rodovias abertas com centenas e centenas de entradas e saídas, isso que torna impossível você captar, quando eu digo que há uma enorme evasão, eu quero dar números. No caso da Dutra, que nós estudamos bem, está nesse estudo que vou deixar com essa Comissão, 91% dos que andam na rodovia Presidente Dutra não pagam pedágio; só 9% pagam pedágio. É uma coisa absurda porque há aqueles que transitam em poucos quilômetros, cinco, seis quilômetros, até em trechos... Fazem da estrada quase que a sua... O complemento do seu trabalho; as cidades foram emendando no Vale do Paraíba etc, e também nas duas pontas, na Grande São Paulo, no Grande Rio.

Então, se você tentar cobrar o pedágio desse usuário, o pedágio que se cobra na barreira de contenção hoje, haverá uma revolução. Ninguém concordará em pagar esse pedágio. Agora, se pagar pelo quilômetro que ele vai utilizar, cinco quilômetros, seis quilômetros—

[soa a campanha].

Vai pagar centavo e aí você terá a possibilidade de cobrar de todo mundo pela via automática, sem cabine de contenção.

Então, eu gostaria que estas idéias que possibilitam corrigir os erros cometidos no modelo atual sejam aproveitadas na segunda etapa de concessões federais, acho que, ao contrário do nosso ex-Ministro, que há... É aproveitável o processo que está aí, com correções que podem ser feitas ainda, de maneira que nós tenhamos, finalmente, a solução de problemas crônicos em rodovias absolutamente essenciais para o país, como a Régis Bittencourt e a Fernão Dias, para dar só exemplo, e a BR-101, que são rodovias que o setor de transporte clama por soluções e principalmente são rodovias que matam diariamente muita gente. Quer dizer, nós precisamos dar uma solução nesse problema que, além de tudo é um problema humano—

[soa a campanha].

É um problema social da maior gravidade. Desculpe ter excedido o tempo. Muito obrigado pela atenção dos senhores.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Essa presidência agradece a participação, a exposição do Dr. Geraldo Santana, Presidente da ANT—

SR. GERALDO VIANA: Viana.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Viana, e concede a palavra ao Sr. José Augusto Da Fonseca Valente, Secretário de Política Nacional de Transportes do Ministério dos Transportes, SNT, pelo prazo de 10 minutos.

SR. JOSÉ AUGUSTO DA FONSECA VALENTE: Senador Marconi Perillo, Presidente da Comissão, em nome de quem cumprimento a todos os demais Senadores, demais participantes da Mesa, senhoras e senhores, nós participamos, durante um bom período da discussão desse programa de concessão, dentro do Ministério, junto com a ANTT, e eu vou tratar, eu vou fazer uma abordagem aqui mais em função da quantidade enorme de eventos que a gente fez, ao longo desse período que a gente está no Ministério do Transportes, junto com as comunidades, com os transportadores, com lideranças, fizemos audiências no vale do Ribeira com Prefeitos, Vereadores e tentar contribuir, seja para aprimorar o atual processo, que está em andamento, mas, principalmente para o futuro.

Então, em primeiro lugar, eu vou dividir em dois momentos aqui: Um é uma macro discussão, uma discussão mais ampla, sobre a questão da gestão da malha rodoviária, têm algumas questões que estão sendo colocadas pelos governadores e governadoras e tratar um pouco esse assunto. E um segundo momento, sugestões de como é que a gente pode fazer para aprimorar esse processo e reduzir as tarifas, inclusive, dos contratos já existentes.

Então, a primeira grande discussão que nós temos que fazer e que foi iniciada no Governo Fernando Henrique, que é sobre a questão da descentralização de parte da malha federal para os Estados, lá em 2002, através da MP 82, foram repassados aos Estados 14.500 quilômetros de rodovias federais; o Estado que mais teve repasse de rodovia foi Minas, que tem 12 mil quilômetros de rodovia pavimentada federal; foram passados seis mil, não é? E, lá no final de 2002, inclusive, foram passados recursos da ordem um bilhão e 900 milhões para os Governos estaduais para cuidar desses 14500 quilômetros. Houve problemas, a maioria dos Estados não conseguiu cuidar dessas rodovias. Houve um entendimento que tinha um problema jurídico que a lei que foi fruto, a Lei de conversão resultante da MP 82, ao ter sido vetada, fez perder a eficácia... Há o entendimento de que não perdeu. O fato concreto é que essas rodovias ficaram abandonadas até dezembro de 2005, quando o TCU determinou que o DNIT entrasse com uma ação emergencial nessas rodovias, que gerou tal programa emergencial de trafegabilidade e segurança, e que a imprensa cunhou de “operação tapa-buraco”, e que não era “operação tapa-buraco”, porque o foco dessa

ação foi exatamente determinação do TCU de entrar nas rodovias da MP 82, que estavam abandonadas e precisavam de reparos muito maiores, mais pesados do que simplesmente tapar buraco.

Mas o fato, então, é que nós estamos diante desse problema. O próprio Governador Aécio Neves já em duas ocasiões pleiteou a transferência de parte da malha federal para o Estado, para que o Estado faça a gestão, mediante também o repasse de recursos da CIDE equivalentes e tal, para que se garanta isso. De qualquer maneira, esse é um assunto que está em discussão, que eu acho que tem muito a ver com o que a gente está discutindo, a questão das concessões. Por quê? Porque uma boa parte desse, dessa possibilidade de transferir rodovias que não têm característica federal para os Estados... Normalmente, quais são as rodovias que têm características federais? São as 100, 101, 116, 153, 161, as que começam com o número um; algumas 200, tipo a BR-262, que ela percorre grande, uns três ou quatro Estados da federação e, eventualmente, algumas rodovias 300 ou 400 que têm, que passam por mais de um Estado ou que têm uma característica de ligação internacional ou por questões de segurança nacional. Então, o fato é que tinha uma política no Governo anterior e essa política continua valendo no Governo atual, e que a gente precisa enfrentar essa discussão, que é a descentralização das rodovias federais.

Muito bem, bom, então, eu acho que essa é uma discussão que precisa ser feito e quando for discutir a descentralização das rodovias federais para os Estados, discutir também a possibilidade de utilizar uma lei que foi aprovada há pouco mais de um ano e que foi regulamentada agora recentemente, que é a lei do consórcio público, lei essa que possibilita uma eficácia em parcerias entre a União, o Estado e alguns Municípios, que passa a constituir um ente jurídico com possibilidades muito maiores do que cada ente em particular e de se utilizar a Lei de Consórcio Público e se discutir, por exemplo, fazer PPPs, através dos Consórcios Públicos. Então, hoje a gente só discute PPP entre a União e uma empresa privada ou então o Governo do Estado e empresa privada, ou uma Prefeitura e empresa privada.

Eu acho que, dentro dessa discussão da descentralização, essa discussão mais ampla, a gente pode fazer uma discussão de busca de eficácia e de rapidez nesse processo de construção de PPPs, utilizando os Consórcios Públicos.

Um terceiro item que eu acho que é fundamental nessa abordagem macro, é a da participação da sociedade. Naturalmente, teriam que se discutir critérios de participação, mas hoje não dá mais para a gente

imaginar processos de discussão de qualquer tipo de projeto, especialmente de concessão ou de PPP, que não tenham uma intensa participação da sociedade, não só no momento de discutir o projeto, mas também depois, na gestão do contrato. Quer dizer, todos esses contratos que já existem, de concessão, e os que passarem a existir de PPP, deveriam ou deverão contemplar a participação da sociedade na gestão desses contratos. Isso garante uma maior transparência, o Sr. Geraldo Viana apresentou aqui o exemplo desse trabalho que está sendo feito na GPT-Dutra, onde os transportadores participam de discussões junto com a concessionária e, no nosso entendimento, isso daí pode garantir muitos avanços, tanto na elaboração como depois na gestão.

Bom, agora para reduzir, na... Para tentar responder a seguinte pergunta: Como fazer para reduzir a tarifa? Porque isso é o que a sociedade quer, o Governo quer, todo mundo quer. Então, eu retomo aqui uma proposta que já foi colocada pelo Geraldo Viana a gente fazer, estudar junto com a Fazenda a possibilidade de desonerar, fazer uma desoneração tributária dos próximos contratos de concessão e de PPP. Dentro dessa lógica, o que existia antes era um peso para o Tesouro. Quando se faz um processo de concessão ou de PPP, esse peso do Tesouro é aliviado, portanto, a oneração tributária, algo que não existia, essa receita não existia, ela vai passar a existir em cima de quem? Em cima do usuário porque, na verdade, quem vai pagar isso é o usuário, não é a empresa concessionária que paga. Isso a gente pode reduzir até 20% do valor da tarifa.

Uma outra coisa importante é o DNIT realizar, antecipar as obras pesadas. Então, vou dar um exemplo, BR-101, no Rio de Janeiro, entre a ponte Rio-Niterói e a divisa com o Espírito Santo—

[soa a campainha].

Caiu lá, teve um problema de acesso a Campos, então, tem todas as ações e nós estamos trabalhando já para isso, para o DNIT iniciar a contorno de Campos. E, assim, também o DNIT pode iniciar obras mais pesadas, como a parte de duplicação, duplicação da Serra do Cafezal, na Régis Bittencourt, por exemplo.

E, finalmente um assunto que já foi tratado aqui, mas esse eu acho que é o de maior importância de tudo, que é a implantação... A gente tem que trabalhar para, em cinco anos, só ter sistema digital de controle do pedágio. Então, dentro dessa lógica que foi colocado pelo Geraldo Viana. O usuário vai pagar aquilo que ele utilizar a rodovia; se ele utilizar 10 quilômetros, ele paga 10 quilômetros; se ele utilizar 100 quilômetros, 100, 300, 400. Com isso, nós vamos poder ter a seguinte condição, o exemplo da Dutra é revelador: Se

todos os que usam a Dutra pagarem pedágio, o valor da tarifa vai cair para níveis irrisórios, não é? Então, isso dá uma justiça maior, que é o que o ex-Ministro Cloraldino Severo--

[troca de presidência]

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Sr. Secretário, mais três minutos para a conclusão, por favor.

SR. GERALDO VIANA: Está ok. Muito obrigado, Presidente.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Quem não paga pedágio?

SR. GERALDO VIANA: Quem não paga pedágio? Vamos pegar o exemplo da Dutra, mais uma vez. O primeiro... Quem sair de Rio de Janeiro em direção a São Paulo, vai ter o primeiro pedágio em Japeri, a cerca de 50 quilômetros do início da Dutra. Nesse trecho, nós temos São João de Meriti, tem Queimados, mas tem também, tem muito caminhão que circula ali, caminhões que saem de São João, o pessoal que vai pegar areia naquela região de Japeri, vai trazer para a Nova Iguaçu ou para São João de Meriti, de qualquer maneira, nós temos dois efeitos aí, o primeiro é que esses veículos, especialmente os caminhões, que são os que impactam efetivamente sobre a estrutura da rodovia, eles vão causar perda de vida útil para a rodovia. Agora, tem uma coisa que quase ninguém está atento para isso, eles vão demandar aqueles serviços que são extremamente importantes e que têm um custo. Por exemplo, acidentes: Esse pessoal que circula ali entre Japeri e o Rio de Janeiro, circula na Dutra, qualquer acidente ele vai demandar o atendimento da concessionária para o seu acidente; têm milhares de motos que circulam ali diariamente e que estão se acidentando e estão demandando esse serviço. Eles vão demandar o socorro mecânico também; se o veículo tiver algum dano ali, ele demanda o socorro mecânico da concessionária. Então, eles não pagam o pedágio, demandam serviços e provocam, se você fizer o somatório de todos os veículos que circulam na rodovia, sem passar pelas praças de pedágio, você vai ver que o impacto desses veículos é significativo na estrutura do pavimento, na demanda por serviços, tanto de atendimento médico como de mecânico—

[soa a campanha].

SR. GERALDO VIANA: E, na verdade, eles não pagam. Então, essa questão de implantar um sistema digital, que a gente hoje já tem todas as condições, já está sendo encaminhado, o DENATRAN está implantando esse sistema, isso vai ser uma realidade, que eu acho que a gente precisa é aperfeiçoar isso. Fazendo isso e discutindo com a sociedade a fase, tanto a fase de projeto como depois, na gestão dos contratos, eu

acho que a gente vai ter o melhor dos mundos e vai ter condição, então, de financiar, de uma maneira leve para todo mundo, e vai ter a eficácia que se pretende com as rodovias em boas condições. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Muito obrigado, Secretário de Política Nacional de Transportes, Dr. José Augusto Valente. Eu quero passar a palavra agora para o caro José Alexandre Nogueira de Resende, Diretor-geral da Agência Nacional de Transportes Terrestres. Eu vou manter aqui a sistemática do Presidente, Senador Cícero Lucena, 10 minutos e mais três de prorrogação.

SR. JOSÉ ALEXANDRE NOGUEIRA DE RESENDE: Eu preferiria uma tarde, Senador.

[risos].

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Eu sei que o tema é cativante, mas nós estamos premidos pelo tempo.

SR. JOSÉ ALEXANDRE NOGUEIRA DE RESENDE: Bom-dia a todos, é uma satisfação estar aqui para poder esclarecer algumas coisas, realmente o tema é bastante vasto, bastante complexo. Não sei se eu vou conseguir resumir em 10 minutos, mas espero que--

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Dr. José Alexandre, acho que o som... Está ligado?

SR. JOSÉ ALEXANDRE NOGUEIRA DE RESENDE: Alô. Está? Espero poder esclarecer algumas coisas. Em vez de fazer uma colocação, primeiro, eu gostaria de me ater a algumas coisas que foram colocadas aqui, e o primeiro aspecto que eu queria falar é sobre a questão que foi levantada da Audiência Pública. A nossa Audiência Pública levou mais de 120 dias, essa audiência, ela se deu tanto pela forma intercâmbio documental, quanto por reuniões públicas. Foram feitas reuniões em todas as capitais. Houve 1600 contribuições e todas as 1600 contribuições foram respondidas uma a uma, estão todas disponíveis no site da Agência. Em relação... Talvez até venha a dizer que nunca tenha havido uma audiência como esta e todos os estudos elaborados, desde a época do Ministério, todos, sem exceção de nenhum, estão à disposição no site da Agência.

Com relação à questão que foi levantada aqui de custos operacionais, eu vou tentar, mais uma vez, esclarecer isso, isso já foi inclusive matéria que eu tive que esclarecer ao Sr. Presidente da República essa colocação. Nós estamos falando de uma concessionária de serviço público; nós estamos falando de uma empresa privada que exercerá, sob delegação, competências da União. Portanto, não se cabe falar como se fosse um orçamento público de ORCARP ou ORCUST(F). Assim, o DNIT investe 400 milhões numa

“operação tapa-buraco”; nós não investimos 400 milhões numa “operação tapa-buraco”. Primeiro, porque uma concessionária não faz “tapa buraco”. Segundo, porque conservação é conservação e por isso nós chamamos de custo operacional.

Portanto, não é pegar os investimentos que lá estão dispostos e dizer: “A rodovia está sendo conservada e mantida, esses são recursos para o pavimento”. Não é verdade. Manutenção e conservação não são investimentos, e apenas o investimento é passível de indenização caso rompida a concessão pelo saldo de depreciação ainda não amortizado. Então, não é verdadeira a colocação de que apenas para o pavimento vai o que se chama investimento; investimento é ampliação. Quando se tem lá nove bilhões de reais de investimento, são nove bilhões de construção nova, de duplicação de terceira faixa, de viadutos, de trevos novos, não existentes; agregação ao patrimônio público, portanto.

Terceiro aspecto. Eu acho que poucos processos tiveram uma análise tão profunda por parte do Tribunal de Contas da União, órgão, inclusive, subordinado a essa Casa, que participou ativamente de todos os estudos que lá constam. Quero dizer também, conforme foi colocado aqui, à Agência cabe implementar a política estabelecida pelo Governo. Não cabe à Agência discutir se vai ou não ter pedágio. Não cabe à Agência discutir qual é o modelo de pedágio; cabe a ela implementar a política e, para isso, ela tem autonomia.

Terceiro aspecto. Antes de mais nada, eu acho que tem uma discussão mais importante em relação a isso, que envolve dois aspectos. Primeiro, são 150 bilhões de reais em patrimônio, perdão 150 bilhões de dólares, segundo o Banco Mundial, em patrimônio rodoviário que está se perdendo nesse país. Isso tem um custo e jamais terá capacidade do Estado de reconstituir isso. Há anos que nós não construímos novas rodovias. Segundo no Brasil, morrem nas estradas, por ano, mais do que na guerra do Iraque. São mais de 35 mil mortos por ano; dados do Ministério da Saúde, estão aqui. Isso é sério. Eu quero informar também que muito se fala: “Ah, os custos operacionais são irrelevantes”. Eu tenho uma pesquisa aqui do Datafolha, em que, perdão é tanto papel que eu botei aqui... Bom, a pesquisa do Datafolha dá um índice extremamente alto de usuários que praticamente exigem como condição de concessão (F) que haja o atendimento dos chamados custos operacionais. E, sobre isso, eu quero fazer uma colocação, que eu já ouvi esse comentário: “Ah, não tem ninguém para fazer atendimentos, não tem nada”. Só na rodovia Presidente Dutra, no ano passado, foram 226 mil atendimentos; mais de 100 atendimentos por dia. Isso faz com o que usuário re-

almente, e eu ainda vou encontrar essa pesquisa para mostrar para os senhores, para falar para os senhores, ele tem essa predileção para que você tenha... Ah, perdão, está aqui na minha mão, desculpe, senhores. 83% dos usuários não dispensam o serviço de atendimento aos usuários. A pesquisa é do Datafolha.

Outro aspecto que eu queria colocar aqui é relativamente a uma afirmação de que o edital como posto, como apresentado, permitiria o conluio. Como é que foi feito o edital de concessão da primeira etapa? As empresas apresentavam um envelope de habilitação; abria-se o envelope; publicava-se a lista dos habilitados; davam-se 60 dias para apresentar uma proposta técnica. 60 dias, depois apresentava a proposta técnica, analisava, dava o resultado dos habilitados do Diário Oficial da União; 60 dias depois, apresentava a proposta de preço. O que é que nós fizemos? Instituímos o sistema de leilão. Nenhuma concessionária participaria diretamente do leilão, apenas sociedades corretoras. O leilão seria feito pela Bolsa de Valores, não por nós. Os documentos seriam entregues uma semana antes, por sociedades corretoras para que nenhum licitante pudesse ter conhecimento de um outro licitante no prédio da Bolsa de Valores, no ambiente da CBLC, apresentaria todos os envelopes, inclusive o envelope de tarifa inicial. Na hora do leilão, e somente na hora que tivesse iniciado o leilão, seria possível um concorrente detectar quem está participando.

Segundo, pela primeira vez, tiramos a exigência de empresas de engenharia; uma mera carta-compromisso de quem tem um profissional e não empresa, responsabilidade técnica, em alguma gerência, supervisão ou execução de alguma obra rodoviária, sem instituir quantitativos, poderia participar. Terceiro, abrimos para Fundos de Pensão, instituições financeiras e principalmente licitantes estrangeiros. Foi a melhor forma que nós encontramos para que esse processo pudesse acontecer com transparência e mais de 80 entidades chegaram a nos procurar querendo esclarecimentos para participar desse leilão.

Outra questão que eu queria levantar, que foi colocado aqui, e até ratificando o que foi dito pelo Sr. Geraldo Viana, não é verdade que a sociedade não participa da gestão dessas rodovias, e cito aqui o exemplo que ele citou, não eu, o GPT-Dutra, em que 70% dos usuários, desculpa, eu estou arredondando o número porque estou pegando a média no Brasil, 70% dos usuários que pagam o pedágio, efetivamente a Receita recolhida são veículos pesados. E esse grupo é representado no que a gente chama GPT-Dutra. Grupo de Trabalho Paritário na Dutra. E a informação que ele deu aqui é extremamente correta: De 793 mil veículos que passam na Dutra, por dia, 74 mil pagam pedágio.

Um dos principais trechos, Senador Azeredo, o senhor perguntou, São José dos Campos-Taubaté, aquilo já não é mais uma estrada, aquilo é uma avenida e não há nenhuma praça de pedágio. Até em função disso, eu quero citar aqui que hoje eu tive uma notícia—

[soa a campainha].

Talvez, ao longo do dia, eu tenha a confirmação de que o Tribunal de Contas da União teria finalmente liberado os estudos promovidos pela Agência para realocação de praça de pedágio e com isso talvez constituir uma forma de cobrança e acredito que essa colocação foi bastante adequada, mais justa--

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG):

Dr. José Alexandre, mas isso é no mundo todo; no mundo todo, esse transporte urbano é cobrado nas--

SR. JOSÉ ALEXANDRE NOGUEIRA DE RESENDE:

Eu poderia explicar, se não eu vou me perder aqui, se o senhor puder me dar a chance de fazer essa pergunta para mim depois, eu faria exatamente essa, não sei posso--

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Senador Eduardo Azeredo está muito angustiado para perguntar.

SR. JOSÉ ALEXANDRE NOGUEIRA DE RESENDE:

Então, vamos lá, mas não vai cortar o meu tempo.

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): No caso, José Alexandre, você tem mais três minutos.

SR. JOSÉ ALEXANDRE NOGUEIRA DE RESENDE: 10, 20.

[risos].

Na verdade, o que acontece? Tem várias formas de pedágio e vários sistemas de pedágio, Senador. Londres, por exemplo, tem o pedágio urbano; entrou no centro de Londres, você é fotografado; são mais de 300. Não sei, talvez seja a solução para São Paulo.

[Risos].

Na verdade, quando se fez essas concessões, foi há mais de 10 anos; a concessão é algo dinâmico e até fazer uma colocação que foi feita pelo Sr. Geraldo Viana, antecipando a uma colocação, vou tentar ser muito rápido, não há impedimento de se fazer um processo como da segunda etapa e depois vir a adotar um procedimento de pedagiamento mais diferenciado e mais moderno, isso, inclusive, há na previsão dos contratos, a segunda etapa. Essa decisão mesmo do tribunal é bastante auspiciosa, no momento que nos permite agora gerir este contrato na dinâmica que o mercado estabelece para uma concessão como a Dutra. Na verdade, quando surgiu a Agência, nós começamos a pensar na questão dos pedágios eletrônicos, nos pedágios por quilômetro, que realmente seria a

forma mais justa. Não tinha, primeiro, a tecnologia e não tinham também condições de custos adequadas e o impacto seria muito grande. Hoje, nós estamos fazendo um piloto na CONCEPA, ainda um tipo de TAG, não é ainda por quilômetro, mas a Agência já iniciou estudos, visando a possível transformar dessas rodovias todas em rodovias que sejam pedagiadas por quilômetro.

Há de ressaltar também a diferença das nossas rodovias com as rodovias, muitas das rodovias do exterior, quando se faz essa comparação, tem que ter muito cuidado ao comparar situações como no exterior e no Brasil. Primeiro, a maioria delas lá fora são rodovias fechadas, o que facilita esse tipo de cobrança de pedágio; as nossas rodovias são abertas. Eu já tive, por exemplo, interessados na concessão de rodovia dizer que morre de medo da concessão como a Fernão Dias, porque aquilo é um "paliteiro". Tem saída de acesso para tudo quanto é lado.

Então, eu só queria antecipar aqui, é um pouco falar da sua pergunta—

[soa a campainha].

Só uma questão, Senador Delcídio, só que o Senador Romeu Tuma chegou a colocar aqui uma vez e tal, tem que ver também, na questão de custos operacionais, o custo social que é feito com essas rodovias. Só para se ter uma idéia, mais de 200 partos foram feitos da população lindeira na rodovia Presidente Dutra. E, atendendo até apelo de diversos Parlamentares aqui, diversos Governadores de Estado, há uma necessidade de se combater hoje o roubo. É muito grande essa questão. Nós estamos num trabalho grande, estamos atendendo também uma solicitação do Governador Sérgio Cabral, já iluminamos toda a Baixada Fluminense; abaixou extremamente... Fortes os índices de assalto nas rodovias federais, na baixada Fluminense, em São Paulo também.

Temos também uma questão que é relativamente ao roubo de carga; mais de três bilhões de reais são gastos por ano na defesa do roubo de carga pelos transportes rodoviários de passageiros e nós temos hoje feito um trabalho grande para também aumentar o nível de fiscalização, hoje, por exemplo, na CONCERT, nós já temos 70% da rodovia inteiramente filmada e qualquer assalto e qualquer roubo nesses pontos são imediatamente fotografados.

Eu peço desculpas aí por ter me excedido, eu falei, o tema é muito... Mas eu fico à disposição das perguntas. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Muito obrigado, meu caro José Alexandre de Resende. Agora, eu passo a palavra para o último expositor, SR. PAULO GODOY, Presidente da

Associação Brasileira de Infra-Estrutura e Indústrias de Base.

SENADOR JAYME CAMPOS (PFL-MT): Sr. Presidente, pela ordem. Um minuto só.

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Pela ordem, Senador Jayme.

SENADOR JAYME CAMPOS (PFL-MT): Eu quero fazer apenas uma pergunta para não esquecer, tanto de sua parte como a minha. Essas rodovias que o senhor disse que estão todas elas firmadas, 70% são rodovias federais?

SR. JOSÉ ALEXANDRE NOGUEIRA DE RESENDE: Especificamente o caso da CONGER, nós estamos chegando a 70% de—

SENADOR JAYME CAMPOS (PFL-MT): Rodovias filmadas?

SR. JOSÉ ALEXANDRE NOGUEIRA DE RESENDE: Tanto na parte de telecomunicações e de celular, como também de—

SENADOR JAYME CAMPOS (PFL-MT): Não são filmadas então, não é? Não são filmadas, ou seja, rodovias com câmeras?

SR. JOSÉ ALEXANDRE NOGUEIRA DE RESENDE: Monitoradas.

SENADOR JAYME CAMPOS (PFL-MT): Estão sendo monitoradas? Isso é no Brasil?

SR. JOSÉ ALEXANDRE NOGUEIRA DE RESENDE: Não, na CONGER.

SENADOR JAYME CAMPOS (PFL-MT): Não, eu estou perguntando se é no Estado brasileiro.

SR. JOSÉ ALEXANDRE NOGUEIRA DE RESENDE: Perdão, é um trecho de estrada no Rio de Janeiro.

SENADOR JAYME CAMPOS (PFL-MT): No Rio de Janeiro, uma estrada. Porque eu fiquei meio assim, só se for nos Estados Unidos e Nova Iorque, porque aqui no Brasil, confesso, com toda a honestidade—

SR. JOSÉ ALEXANDRE NOGUEIRA DE RESENDE: Desculpe.

SENADOR JAYME CAMPOS (PFL-MT): Ok, obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Com a palavra, SR. PAULO GODOY. 10 minutos.

SR. PAULO GODOY: Bom dia, Srs. Senadores, meus cumprimentos—

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): 10 minutos.

SR. PAULO GODOY: Vou correr bastante. Senador Delcídio, Senador Marconi Perillo, meus cumprimentos pelo dinamismo que os senhores têm empreendido essa Comissão, Srs. Senadores. Essa discussão de hoje nos remete a uma reflexão maior sobre o que

nós devemos fazer com os recursos que são arrecadados da sociedade brasileira. Porque nós temos aí duas possibilidades: Financiar os investimentos através dos recursos públicos, e aí então nós vamos discutir no país como dividir e quais são as prioridades do país, ou fazer com que os serviços públicos sejam financiados e bancados pelos usuários.

Assim foi com a telecomunicação, que é com a energia, e outros serviços públicos, como água ou esgoto, que são financiados pelos usuários. No mundo todo, e aqui no Brasil não foi diferente, o desenvolvimento das rodovias foi bancado pelo Poder Público, porque se decidiu, em algum momento, que a necessidade imposta aos países fazia com que os recursos públicos, parte deles, deveriam ser destinados para a malha rodoviária, em função do desenvolvimento que se esperava trazer na consequência desse investimento.

Agora, existe uma reflexão profunda, a respeito dos mecanismos de financiamento de serviços públicos, e o mundo todo, e nós não podemos comparar obviamente com o mundo desenvolvido, vem optando agora para transferir, cada vez mais, a responsabilidade tanto de ampliação quanto de manutenção dos sistemas existentes, através dos usuários. E aí financiar, através de quem usa, nós temos duas opções: Ou favorecer a tarifa, e aqueles que usam procurarem, onde é possível ser financiado por usuário, eles poderem ter... Minimizar os efeitos da tarifa, e um outro modelo que é, aonde, nos centros mais desenvolvidos, aonde a renda é maior, poderem pagar direitos de outorga que podem servir, aí sim, para completar recursos que não são obtidos no orçamento, para poder fazer investimentos em áreas menos favorecidas. Então, essa é uma opção que os Governos têm que adotar, de que modelo pretendem trilhar o seu caminho.

Nós achamos que a justiça da execução do orçamento passa a predestinar os recursos nas áreas mais carentes e tudo aquilo que puder ser financiado pelo usuário, assim, que o seja. E achamos que deve ter também esta mentalidade de fazer com que, nos centros mais desenvolvidos, aonde possa ser financiado, usar recursos para poder financiar as áreas menos favorecidas.

Bom, parece que isso não é, pelo menos nos nossos debatedores hoje aqui, parece não ser uma... Um debate muito dividido. Mas o que nós não podemos fazer no país é essa situação que se encontra hoje; nós temos 190 mil quilômetros de estradas pavimentadas no país. Apenas 10 mil pedagiadas. E o crime que está se cometendo com o país são esses números que o Dr. José Alexandre passou rapidamente, que são as mortes no trânsito; é o custo Brasil, o custo dos transportes, que foi citado aqui pelo Geraldo Viana. O cus-

to/benefício entre você pedagogar, de você rodar numa estrada boa e numa estrada ruim, está amplamente exposto por diversos estudos, que nós vamos deixar, nós trouxemos aqui, que é muito papel, mas nós vamos deixar à disposição dessa Comissão. Um estudo da escola... Não é nosso, a Escola Superior de Agronomia Luiz de Queiroz, a Esalq, um estudo autônomo, chega à conclusão de que o transportador tem um prejuízo de 34 reais para cada 100 quilômetros rodados se ele não rodar numa estrada ruim, numa estrada boa. 34 reais por cada 100 quilômetros. Nós estamos falando aqui de pedágio de cinco reais para cada 100 quilômetros. O transporte de soja, o Senador Marconi não está aqui, numa viagem de 1100 quilômetros, teria reduzido 15% se esse transporte tivesse sido feito em estradas de boa qualidade.

Fundação, a FIA, Instituto de Administração da USP, para cada um real pago em pedágio, voltam 1,44 em benefícios sócio-econômicos. Instituto de Pós-Graduação e de Pesquisa da Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2,24 reais é o custo quando se trafega em estrada sem manutenção; 1,60, em boas condições, e aí vai. Fundação FIP, em São Paulo, o pedágio não significa aumento de custo dos produtos finais transportados por rodovias pedagogadas, porque exatamente se faz essa compensação de custo/benefício. O resultado é que a comparação e a percepção das pesquisas de maior credibilidade no país, que é da CNT, mostram que nas estradas o índice de satisfação é, do estado geral da estrada, é de ruim e péssimo, para 79,8% dos trechos. E aí tem a divisão por pavimento, sinalização, geometria e a diferença que existe dessa avaliação nas estradas de boa qualidade e nas estradas pedagogadas.

Com essas considerações, nós chegamos à conclusão de que nós precisamos prover o Brasil de boas estradas, pelo custo econômico que representa e pelo custo social, através de mortes, de acidentes e de infelizes que estão no nosso cotidiano.

Bom, feito isso, nós precisamos decidir com que velocidade nós queremos que o país se desenvolva. Qual é a velocidade que nós queremos. Esse lote de rodovias, não é por falta de debate e nem participação da sociedade brasileira, porque nós estamos a exatamente seis, sete anos discutindo esses lotes. Que já foram para o Tribunal de Contas, já voltaram, Ministério Público, Audiências Públicas, já, então, não é por falta de debate, esses lotes de rodovias estão colocados no PAC.

Então, o Brasil precisa decidir—

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG):

Seis anos, já faz.

SR. PAULO GODOY: Pois é, é o que eu estou colocando. O Brasil precisa decidir que velocidade que quer empreender os seus investimentos. Eu acho louváveis essas iniciativas que estão sendo colocadas aqui para reduzir Perfeitamente, reduzir o custo do pedágio, essa idéia de fazer a universalização do financiamento, através dos usuários, é fantástica, como foi dito aqui, não precisa ferir os contratos, negociação é sempre possível, não é? Aprimorar os contratos, desenvolver as novas tecnologias; nós precisamos estar abertos para isso, os contratos precisam prever condições de negociação para que permita esta evolução, perfeitamente. Mas isso não pode ser o motivo e usar esses argumentos positivos, corretos para postergar as coisas, para embaralhar as coisas, para criar cortina de fumaça para que as coisas não andem. É assim que às vezes que se pratica no meio ambiente; é assim que às vezes um debate ideológico. Nós aqui não temos que ter ideologia, temos que ter pragmatismo do desenvolvimento do país. O que é que nós queremos? Queremos atrair capital privado? O Estado brasileiro é capaz de dar conta dos investimentos que precisam ser feitos no país? Se assim for, e se assim tivesse sido, nós não estaríamos com essa situação nas estradas brasileiras. Para os Srs. Senadores, que percorrem o país afora e saem de carro, sabem o que é trafegar nas estradas brasileiras.

Então se o Estado brasileiro não tem essa condição, nós temos que criar condições de atrair—
[soa a campainha].

Sim empresas privadas. E a regra é mundial para atrair empresas privadas. Para você considerar, hoje, em todos os setores, tanto no Tribunal de Contas, no Ministério Público, nas Agências, há um aparelho que... Disponível para aferir qual é a rentabilidade adequada de um projeto, e se dúvida tiverem, existe o mecanismo do próprio Estado. Nós temos o BNDES que pode ser convocado para dar sua opinião de como ele entende que pode financiar um projeto, com que rentabilidade, com que cobertura, com que garantia. Existem os Fundos de Pensão, que podem ser o testemunho do que estão dispostos a colocar nos projetos para que eles possam se desenvolver de uma forma correta, justa, honesta, remuneração correta. Ninguém pode pleitear um outro tipo de tratamento. Conluio é crime. E só é possível fazer conluio se não tiver um sistema de competição nos processos.

E, assim, cabe ao poder concedente, cabe ao Governo, em todos esses processos estabelecer condições de competitividade e o mercado vai competir e, aí sim, vai assimilar todos os ganhos, todas as possibilidades de desenvolvimento tecnológico para o que contrato se desenvolva de uma forma adequada. A

participação da sociedade é correta e nós temos mecanismos, isso aqui é participação da sociedade. Nós temos Audiências Públicas; se for preciso que essas Audiências Públicas se modifiquem, em algum critério para permitir uma maior interação das pessoas que estão interessadas, que se faça, mas não se utilize esse argumento para postergar, para ter cortina de fumaça. Vamos ser honestos com o país e encontrar os mecanismos adequados para nós desenvolvermos aceleradamente.

Assim, Srs. Senadores, nós achamos que temos que, muitas vezes, tirar um pouco caracteres ou políticos ou ideológicos, em situações em que elas são muito técnicas e objetivas. Este processo dessas concessões, como eu disse, já se arrasta há algum tempo. No site da ANTT, existe disponível um material completo de tudo aquilo que foi feito, de tudo aquilo que se discutiu, de todas as intervenções que foram feitas. Concorro com senhores palestrantes aqui, que nós precisamos estar abertos sempre para evoluir e podemos introduzir mecanismos. Parece-me, inclusive, é uma consulta que eu faço ao Dr. José Alexandre que os contratos já prevêem, nessas minutas que estão disponíveis, já prevêem essa possibilidade de contemplar as colocações que o Dr. Valente e o Dr. Viana fizeram. Nós não precisamos remontar tudo, iniciar o processo novamente, levar para todas as instâncias burocráticas de controle do aparelho do Estado. Não é preciso fazer isso. Se há algum mecanismo que ainda não se obteve, pode-se perfeitamente corrigir rapidamente porque o Brasil tem pressa. Essas estradas são eixos importantes e que têm conseqüências econômicas e sociais importantes.

Então, o apelo que nós fazemos nesse momento é que para que essa reflexão, em nome do desenvolvimento do país, nesse e em outros casos, nós temos todos os mecanismos de aparelho para o controle do que quisermos, até da rentabilidade dos projetos; vamos usá-los objetivamente e construtivamente, para que nós tenhamos esse prazer de ver o Brasil, em pouco tempo, alcançar o nível de desenvolvimento que desejamos.

[troca de presidência]

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Essa Presidência agradece a exposição do Paulo Godoy, Presidente da ABDIB, e inicia agora a parte do debate. Concedo a palavra, com muito prazer, à ilustre Senadora Ideli Salvatti, autora do requerimento para a Audiência Pública, pelo prazo de cinco minutos.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Sr. Presidente, primeiro quero cumprimentar e agradecer a presença dos nossos ilustres convidados, Sr. Paulo

Godoy, da ABDIB; o José Alexandre, da ANTT; o Valente, da Secretaria de Política Nacional dos Transportes, do Ministério dos Transportes, o Sr. Cloraldino Severo, ex-Ministro dos Transportes; o Geraldo Viana, da ANTC. E dizer, eu terminei ali agora de gravar a entrevista e eu vou reproduzir aqui o que eu falei na entrevista. Esta questão das concessões, ela é uma necessidade, tendo em vista que o fluxo dos veículos e do transporte e do desenvolvimento do nosso país nos coloca para poder dar conta da necessidade que nós temos de dar atendimento a uma demanda que, inclusive agora com o aumento do crescimento do país, vai ser cada vez maior. Ao mesmo tempo em que é uma necessidade, é uma controvérsia instalada nesse país, desde que iniciou, não é? Tem uma polêmica colocada que não adianta a gente querer dizer que ela não existe, porque ela existe, está posta, tem reação, ação judicial, discussão, debate, Associação de usuários reclamando, tem Governador fazendo toda uma política de enfrentamento, inclusive, porque pegou as suas estradas totalmente concessionadas etc e tal.

Então, eu acho que aqui—

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: [pronunciamento fora do microfone].

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Mas tem, não adianta a gente dizer o que problema não existe quando existe, está posto, tem questionamento, tem discussão. Aqui foi colocada uma preocupação no sentido de conluio em licitação. Eu quero dizer o seguinte, *a priori*, nós não podemos dizer que há ou ao que não há. Agora, o histórico das licitações no nosso país, eu quero dizer que nos obriga a nos preocuparmos sim. Como é que nós não vamos nos preocupar com um histórico que nós temos nesse país de licitações combinadas, fraudadas, superfaturadas etc e tal. Portanto, temos que ter essa preocupação sim, é exigência, se a gente quer que o processo seja o mais transparente, o mais lícito e o mais legal. Para nós, inclusive como do partido do Presidente e tal, nesses quatro anos, que se arrastou toda essa questão do segundo lote, não houve nenhuma concessão nova no Governo do Presidente Lula, mas a gente sabe que vai ter que andar, não é? Vai ter que andar. Agora, tem que andar com transparência, tem que andar colocar o interesse público em primeiro lugar. Tem discussões que eu acho que são absolutamente pertinentes, que nós precisamos ter transparência para fazer. Nas concessões que estão em vigor, tem muita crítica, por exemplo, de que não entra, para baratear o custo do pedágio, uma série de utilizações, que são feitas, da faixa de domínio, questão de fibra ótica, *outdoors*, gasoduto, oleodutos... Nós não vamos abrir esse debate, ou seja, na hora de fazer as concessões, essa questão não vai entrar? Eu pergun-

to, tem que entrar. Porque senão aquela questão que o Dr. Cloraldino colocou de que, de cada real pago no pedágio, 27% volta em benefício e 59% no custo operacional, fica para... Isso precisa ser avaliado, não é? De forma muito concreta, se é esta mesmo a realidade e ainda mais se as receitas advindas de benefícios que não estão incluídos no processo concessionário e que as concessionárias se beneficiam, pela utilização da faixa de domínio, toda este rol de possibilidades de faturamento, que não entra para beneficiar o usuário, mas entra para beneficiar a empresa, se isso daí não fica contemplado. A própria taxa de retorno do—

[soa a campanha].

Investimento, que é muito criticada e debatida, inclusive no sentido da sua, da sua faixa elevada. Agora, o que eu queria colocar mesmo, Presidente, até como questionamento, é o seguinte: Eu tenho a sensação que deverá andar esse segundo lote, apesar de achar que nós vamos ter grandes embates jurídicos, de novo, de novo. Eu não tenho dúvida disso. Agora, é o seguinte, a ANEEL, ela fez uma empresa-modelo, na área de energia, para servir de parâmetro para poder avaliar as propostas do desenvolvimento da área energia ética. Por que é que nós não temos um modelo diferenciado, alternativo, para poder debater a questão das concessões para servir inclusive—

[soa a campanha].

Como parâmetro. Por que é que nós não adotamos o mesmo modelo que a ANEEL adotou para ter como parâmetro de comparação, por que é que nós não fazemos? Eu quero até ser mais ousada, como tem o problema do Paraná, que tem o Governador lá que tem tido um enfrentamento político nessa questão das concessões, e Santa Catarina é o único Estado que não tem, de uma parte do Brasil para baixo, não tem, por que é que nós não podemos fazer, na bifurcação que sai lá de Curitiba, da 116 e do trecho do Paraná, que desemboca na 101, porque está no lote, por que é que nós não podemos fazer, nesta bifurcação, a experiência do alternativo, de uma concessão alternativa? Aonde taxa de retorno possa ser debatida do investimento, a utilização de todos estes benefícios anexos à concessão não possam ser incluídos para baixar o custo do pedágio. E quero dizer mais, quando começou, quando começou este segundo lote, eram sete trechos—

[soa a campanha].

O Espírito Santo pediu para ser incluído, depois o Governador Paulo Hartung pediu para ser retirado. Então, por que é que nós não podemos retirar a 116 e a 101 do Paraná - Santa Catarina, para fazermos, já que lá em Santa Catarina não existe, e no Paraná tem controvérsia política, por que é que não podemos

destacar e fazermos uma experiência, até para servir de parâmetro, como a ANEEL tem—

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG):

Só um aparte?

[soa a campanha].

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Se o Presidente permitir--

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): O tempo já está esgotado, Senador.

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG):

Eu quero convidá-la para fazer parte da oposição, a partir desse discurso.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Olha, Senador—

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Para concluir, Senadora.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Eduardo Azeredo, eu quero dizer que eu acho que é uma proposta de bom senso, é uma proposta democrática e viável, e viável, inclusive para que uma série de críticas e de questionamentos a respeito do modelo de concessão que foi implementado anteriormente ao nosso Governo possa ser agora, inclusive, como é que se diz? Comparado com o modelo alternativo. Nós não temos muito com o que comparar, em termos de concessões, não temos muito, tem um modelo que foi implantado, que está em vigor, que tem crítica, que tem questionamento, então, vamos buscar... Eu não estou pedindo nem em todos os lotes não. Estou pedindo... Vamos tirar um lote para fazer uma experiência alternativa, a gente sabe que têm propostas, têm sugestões, vamos fazer, não é? Para poder, inclusive, comparar.

Era isso, Sr. Presidente, e a pergunta fica obviamente aberta para que todos os membros da Mesa possam concordar ou não e até ver se isso é tão opcionista assim. Eu acho que é uma coisa de bom senso, que eu tenho certeza absoluta que o Presidente Lula, quando, em dezembro, determinou, "vamos parar e ver se podemos melhorar", eu acho que ele estava também, ele não estava com espírito opcionista, ele estava com espírito de—

[soa a campanha].

Aperfeiçoar o modelo para o bem do Brasil--

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG):

A oposição sempre tem bom senso--

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Obrigado, Senadora. Nós vamos fazer um bloco de quatro Senadores perguntando. Com a palavra, o Senador Cícero Lucena.

SENADOR CÍCERO LUCENA (PSDB-PB): Senador Marconi Perillo, ao lhe cumprimentar, cumprimento os demais Senadores e Senadoras, bem como os que

compõem a Mesa. Acho que essa audiência, ela tem um papel muito importante. O Brasil tem vivido, nos últimos tempos, um nome chamado apagão, que, efetivamente, tem preocupado e trazido transtornos para várias e vários usuários do serviço público. E, sem dúvida, com o que nós ouvimos aqui, com a preocupação que nós tivemos, estamos tendo e vivenciando no país como um todo, cada um aqui, se puxar para essa linha vai ter muito que dizer, nós temos que ter o cuidado para não entrarmos no “buraco negro” das estradas brasileiras. Não o “apagão”, mas o “buraco negro”, por que a vivência dessa rotina que, pelos transportadores, pelos usuários, que nos trazem para exatamente aperfeiçoarmos aqui a discussão. Sem dúvida nenhuma, a experiência mundial estabelece que é uma boa atitude, nós buscarmos a parceria pública-privada e a cobrança do pedágio. Se você for para o lado matemático, ele prova isso. Os dados dados aqui pelo Dr. Paulo, não dele, mas de entidades independentes, demonstram o custo do quilômetro rodado, em estradas com pedágio, e estradas sem a manutenção, que é a realidade que nós vivemos, reafirmado pelo senhor José Alexandre, quando ele afirma que nós temos um patrimônio de estrada com mais de 150 bilhões de dólares, mas há muito tempo não se investe em estrada, como deveríamos estar investindo e com o risco de perder esse patrimônio, se nós falarmos só financeiramente. Se nós formos calcular que a morte de 35 mil pessoas/ano, em acidente, quanto isso representa, você pode até querer dimensionar, mas não existe base de cálculo econômica para o valor da vida; existe um número matemático para referenciar estatisticamente a quantidade de pessoas que morrem.

Agora, nós teríamos custo a levantar, por exemplo, não dos que morrem, mas do que fazem uso do programa de Saúde, que ficam com problemas de deficiência, que aí você pode calcular esse custo do que isso representa. Agora, sem dúvida, a abertura desse trabalho aqui que, para nós temos cuidados para não entrarmos no “buraco negro” das estradas, o senhor Cloraldino, ex-Ministro foi severo, não só no nome, foi também nas suas afirmações, que levam todos a terem uma preocupação muito grande, que é o papel e a função dessa Casa. Quando ele afirma em determinado instante do conluio, é tanto que os outros que o sucederam se preocuparam em responder, mas que, sem dúvida nenhuma, isso é possível e eu gostaria que, se fosse possível, ele esclarecesse onde estará a falha que leva a essa sua conclusão, a sua afirmação, mas a preocupação da transparência, do processo, todos nós temos como buscar, através dos instrumentos, da vigilância e da transparência. Eu acho que é preocupante o que o senhor disse, mas nós temos

como, principalmente a importância de ter sido nesse momento, antes que as coisas aconteçam.

Agora, a outra preocupação que eu tive com a palavra do ex-Ministro é que ele cita alguns pontos que eu considero muito importantes. A questão da exclusão daquele pequeno, que fica nas vias paralelas, está certo? As áreas de pedágio, as vias de pedágio, que há investimento. A Paraíba é um exemplo disso, na ligação João Pessoa-Campinas, na duplicação que—

[soa a campainha].

Está sendo feita, tem duas cidades, uma é Riachão e a outra é Cajá, o comércio de Riachão era muito grande, na hora que duplicou, que o eixo saiu do centro da cidade, matou a atividade econômica. Cajá, que está sendo executada depois, já estão com essa preocupação para tentar preservar. E olhe que não é cobrança de pedágio; é só o desvio da estrada que, conseqüentemente, o pedágio também assim estabelece.

Então, isso é algo que nós devemos estar, nas—

[soa a campainha].

Nossas discussões, talvez até nessa, vamos dizer assim, nesse estudo profundo de um caso, como a Senadora Ideli propôs, mas não podemos deixar de levar em conta isso, bem como, o que é que o senhor acha do não pagamento por uma grande parte do usuário. Eu acho que tem razão quem coloca nisso, porque quem deve pagar é quem usa. Porque senão, se for necessário o Governo Federal estar bancando os custos para—

[soa a campainha].

O pedágio ou mesmo quem está usando o pedágio, sempre esse custo é repassado. Aí termina o cara que usa um jumento, lá no Nordeste, estar pagando pedágio nas estradas de São Paulo para alguém que usa.

Então, é importante a gente colocar para pagar o pedágio quem efetivamente é usuário do pedágio. Essa é uma preocupação que todos nós devemos ter e praticar.

Quanto ao repasse para os Estados, eu realmente tenho as minhas preocupações dessa estrada porque, em algum instante, foram repassadas estradas para os Estados, foram repassados recursos para os Estados não, estou generalizando, mas também não quero entrar nessa polêmica, porque o meu Estado é um exemplo disso; os recursos foram recebidos e não foram aplicados na estrada e ficou o abacaxi para quem efetivamente ficou sob sua responsabilidade.

Então, em linhas gerais, são essas as minhas preocupações, de ter transparência no processo, ser favorável—

[soa a campanha].

À participação da iniciativa privada e da cobrança do pedágio; deixar alternativas em estradas paralelas para quem não possa usar o pedágio ou quem use com pouco tempo; cobrar efetivamente os quilômetros rodados e usados e não está sobrecarregando as taxas e, conseqüentemente, ter velocidade; velocidade com segurança, com responsabilidade, na busca da solução desse problema que o Brasil pede urgência.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Obrigado, Senador. Com a palavra, o ilustre Senador Eduardo Azeredo. Após, o Senador Francisco Dornelles.

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG):

Sr. Presidente, senhores convidados, Srs. Senadores e Senadoras, o Governo não faz nem deixa fazer. Eu acho que esse é o resumo da área de transportes no Brasil. Nós temos aí, passados quatro anos e três meses do Governo Lula, uma situação realmente que é crítica nas estradas brasileiras. Os dados estão claros, não precisa a gente ficar repetindo aqui; é repetitivo... As mortes, os acidentes, o custo que existe. Eu não estou entendendo muito essa audiência aqui, Sr. Presidente, por que na outra sala lá, nós temos membros do Governo tentando defender sobre o apagão aéreo. Essa aqui foi convocada pela líder do PT e eu não estou entendendo o que é que nós estamos fazendo aqui, porque o Governo é que tem que dar a resposta; é o Governo... Quando eu digo que queria convidá-la para participar da oposição, que a oposição sempre tem bom senso, é nesse sentido. Cadê a resposta? Eu não vi respostas. Eu queria respostas do Governo. O que é estaca faltando para, depois de quatro anos e três meses, não ter uma concessão de estrada? É alguma coisa ideológica? Que eu saiba, não. Não é nada ideológico. Pelo menos é assim que o Governo diz--

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Senador Eduardo Azeredo, se V.Exa. só me permite--

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Perfeito, Senadora.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): O Tribunal de Contas da União ficou este período todo analisando os editais, exigindo modificações. Exigindo modificações e não pequenas modificações. Entende? Então, eu acho bom a gente pelo menos dar as informações corretas e justas--

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): A informação correta e justa, o Tribunal de Contas da União não ficou os quatro anos e três meses olhando não. Ele ficou algum período analisando e o Governo evidentemente tem elementos, capacidade para poder dialogar com o Tribunal de Contas da União, ser ágil

no fornecimento de informações e conseguir liberar o processo. Eu não estou negando que exista um cipó de legislações no Brasil que prejudica a questão das obras, isso evidentemente que existe, mas não foi o tempo todo que o Governo teve esse processo parado no Tribunal de Contas da União.

E, então, o que nós não temos? O Congresso fez a sua parte, o Congresso aprovou as PPPs, e nada de PPP sair, não tem nenhuma PPP. "Ah, mas é, porque é difícil". Minas Gerais está fazendo com uma PPP lá já. Começou depois que foi aprovado, já está fazendo uma concessão rodoviária. Então, eu... A minha ansiedade, como disse aqui o Senador Delcídio Amaral, é uma ansiedade mesmo de defesa da vida dos brasileiros, defesa do interesse público, defesa de melhor qualidade nas estradas, menor preço de pedágio para a população que transita por essas estradas.

Olha, eu não consigo realmente ver onde está, a menos que seja realmente uma questão de discussão permanente; dos 27 Governadores, que eu saiba, apenas um é contra, que é o Governador do Paraná, que é um Governador polêmico, como todos sabem. De maneira que as avaliações de estradas são inquestionáveis; as estradas melhores do Brasil estão em São Paulo porque as estradas de São Paulo são pedagidas. E também, porque tiveram investimentos maiores na sua malha. A questão da Fernão Dias, a Fernão Dias teve o início de duplicação em 1994; em 1997, eu era Governador do Estado ainda, o Governo delegou para Minas Gerais fazer a concessão, que assim era mais rápido, mas eu saí do Governo, quando veio no Governo seguinte, voltou atrás. As estradas voltaram para o Governo Federal, de lá para cá, nada. A estrada está se deteriorando, está se perdendo, já está toda ela precisando de manutenção. Aí, daqui a pouco, não tem jeito de fazer pedágio, porque está precisando ter uma manutenção, quase que refazer.

Então, eu fico muito preocupado, a minha pergunta é essa: Quando é que vai começar o processo de concessão de PPP, Dr. José Augusto Valente? As estradas federais transferidas, realmente é verdade, quer dizer, eu folgo em ter a informação. Desde, então, dezembro de 2005, elas são responsabilidade novamente do Governo Federal. Assim que está definido, porque eu--

SENADOR CÍCERO LUCENA (PSDB-PB): Assumiu isso--

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Assumiu isso, está bem, eu sei, Senador Cícero. Lá no caso de Minas Gerais--

[soa a campanha].

Foi isso mesmo. Foi o quê? 700 milhões, 500 milhões foram usados para pagar o 13º salário de 2002,

do Governo Itamar Franco. De maneira que agora precisa ter uma definição, ou é do Governo Federal ou do Governo Estadual, não pode ficar uma estrada sem dono e aí não tem manutenção e a população que fica fazendo manutenção com carrinho de terra, o que aconteceu e acontece na BR-135, em Minas Gerais, que liga Montes Claros ao Norte de Minas, em que a população que fica com o carrinho para tapar o buraco com terra.

O meu tempo está terminando já aí, eu deixaria só essa pergunta, quer dizer, quando é que vamos começar com as PPPs, quando é que vamos começar com as concessões? Se é possível fazer delegação para a concessões, talvez esse fosse o caminho, voltar a passar a delegação para os Estados, para ser mais ágil. É evidentemente que, tomando todos os cuidados, para que não tenhamos conluio, não tenhamos nenhum problema que afete o interesse público. Mas isso está claro, isso está comum para todos nós. Eu continuo deixando: Quando é que vai começar?

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Com a palavra, o ilustre Senador Francisco Dornelles, pelo prazo de cinco minutos.

SENADOR FRANCISCO DORNELLES (PP-RJ): Sr. Presidente, eu cumprimento na pessoa de V.Exa. a todos os membros da Mesa. Eu faço essa pergunta dirigida ao Dr. José Augusto Valente, do Ministério dos Transportes. Se o Senador Eliseu Resende e o Senador Eduardo Azeredo decidirem constituir uma empresa de navegação, hoje, eles conseguem constituir essa empresa em 24 horas, mas com sede num paraíso fiscal. E essa empresa com sede num paraíso fiscal, participa do transporte marítimo brasileiro, sem pagar um tostão de imposto de renda, sem pagar um tostão de qualquer outro tipo de imposto, sem pagar qualquer contribuição, sem estar sujeito a qualquer legislação brasileira. Entretanto, senhor Secretário, se forem eles apossados de um ataque de patriotismo e decidirem transferir essa empresa para o Brasil, fazer com que essa empresa seja brasileira, primeiro eles iriam levar um ano para transferir essa empresa para o Brasil e, a partir do momento em que fosse transferida, eles passariam a pagar todos os impostos, todas as contribuições e estar sujeita a uma legislação que tornaria inviável a empresa brasileira de navegação.

O que eu pergunto é o seguinte: Qual é a política do Ministério dos Transportes em relação a transporte marítimo? Será que o Ministério verifica que com esse custo hoje, chamado custo Brasil, nós não podemos ter empresas brasileiras de navegação? Nós estamos gastando de quatro a seis bilhões de dólares por ano. O Ministério entende que o Brasil não deve ter empresas brasileiras de navegação? Que é mais, mais pro-

duativo não ter essas empresas? E caso ele ache que é importante ter essas empresas, qual é a política do Ministério? Porque não pode pensar, ninguém pensar é que uma empresa constituída num paraíso fiscal, que opera no Brasil com custo zero, possa realmente, que uma empresa brasileira que pague todos os impostos possa competir com a empresa domiciliada num paraíso fiscal. Qual é a política do Governo em relação ao transporte marítimo, em relação às empresas brasileiras de navegação marítima? Essa é a minha questão.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Agradeço ao Senador Dornelles. Com a palavra, o Senador Jayme Campos.

SENADOR JAYME CAMPOS (PFL-MT): Obrigado, Sr. Presidente Marconi Perillo, ilustres convidados, que eu quero saudar e cumprimentar na figura do ilustre Ministro Cloraldino Severo, talvez V.Exa. não se recorde da minha pessoa. Fui Prefeito de Várzea Grande, o senhor era ministro, sou irmão do ex-Senador, ex-Governador Júlio Campos e também fui Governador do meu Estado, e hoje estou aqui.

Presidente Marconi, eu acho os dois grandes benfeitores da construção, da implantação das rodovias federais deste Brasil, aqui está ao meu lado o velho querido Ministro Eliseu Resende, na minha frente aqui, o velho e querido amigo Cloraldino Severo. Eu acho que foi o auge das boas rodovias federais desse país e, sobretudo, da verdadeira integração nacional, sobretudo nós, que estamos fincados lá na região Amazônica, na região Centro-Oeste do Brasil.

Tivemos a oportunidade ímpar, na gestão do Ministro Eliseu Resende, e de Cloraldino Severo, de receber duas grandes obras, fundamentais para o nosso Estado, que foram a pavimentação asfáltica da BR-364 e da BR-163, ligando os grandes centros desse país até Porto Velho, como também a integração, que era o sonho de todos nós brasileiros da Amazônia, com a implantação da BR-163, ligando a cidade de Várzea Grande, de Trevo Largado, até a cidade de Sinope. São marcantes e, até então, que me provem o contrário, são as únicas obras concretas que aconteceram, até então, no meu Estado de Mato Grosso, na gestão do Ex-Presidente João Batista Figueiredo e do Ex-Presidente Garrastazu Médici.

Feito isso, eu quero ser bem pragmático e objetivo nas minhas perguntas. Há poucos dias atrás, Dr. José Alexandre, filho do querido Ministro Eliseu Resende, V.Exa. eu acho que tem suficientemente a capacidade e informação para me dar... Eu ouvi um Procurador-Geral da República dizendo através da mídia nacional, dos grandes veículos de comunicação, dizendo que ser concessionário das rodovias desse

país é melhor que se vender produtos, ou seja, vender cocaína nesse país. Eu fiquei perplexo, fiquei realmente estarecido, eu imagino que não chega a tal ponto, mas, quando se fala em conluio também, ao mesmo tempo, eu quero fazer duas perguntas bem objetivas: Qual o critério para a privatização dessas rodovias federais? Qual a forma que se aplica para definir os valores e cobranças de pedágio e, acima de tudo, exemplificando a minha pergunta também, temos alguns trechos em Mato Grosso, que eu acho, eu, particularmente, até porque fui Governador do meu Estado, hoje sou Senador, conheço bem Mato Grosso, temos alguns trechos, que é o caso do Trevo Largado até a cidade de Jangada e que demanda a cidade de Tangará da Serra, é uma rodovia que eu acho que é a campeã de mortes. Ali, entrou, eu imagino que você já tem que fazer um seguro de vida com bastante antecipação, sob pena de, no decorrer da sua caminhada, na sua trafegabilidade, já receber o atestado de óbito. Eu pergunto por que não também privatizar os trechos, ou seja, esse trecho, aí me refiro a Trevo do Largado até a Jangada ali, algo trafega/dia de 10 a 12 mil autos, sobretudo na época da safra, grande escoamento da nossa produção demanda da região Norte do Estado. Eu pergunto a V.Exa., o porquê não também nós privatizarmos determinados trechos que, certamente, sejam viáveis, até porque nenhum cidadão, nenhum empresário nesse país, nenhum Setor Privado vai investir em algo que não gera retorno.

Então, me causa muita preocupação, até porque nós, como legislador e fiscalizador, quando um Procurador da República vem—

[soa a campainha].

Questionar as tarifas, ou seja, os preços praticados hoje nas cobranças dos pedágios e, acima de tudo, nós queremos saber os critérios que são adotados para a implantação. De forma, encerrando, Sr. Presidente Marconi Perillo, eu não poderia deixar aqui, em hipótese alguma, de saudar o velho companheiro Eliseu Resende por tudo que fez pelo Brasil, da mesma forma, ilustre e querido Senador, Ministro, melhor dizendo, Cloraldino Severo, por tudo o que fez pelo meu Estado. Se o pouco que tem lá feito, sem nenhum constrangimento de dizer, respeitando os Ex-Presidentes, os Ex-Ministros, mas o que o Mato Grosso tem, até agora, foi obra de Eliseu Resende e de Cloraldino Severo. Parabéns, sucesso, que Deus o abençoe.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Com a palavra. o ilustre Senador Delcídio Amaral, Vice-Presidente dessa Comissão, pelo prazo de cinco minutos.

SENADOR DELCIDIO AMARAL (PT-MS): Queria cumprimentar o Presidente, cumprimentar os debate-

dores aqui presentes. Primeiro, eu queria fazer uma... Nós estamos num dilema que a gente precisa ultrapassar definitivamente, sobre investimentos privados, investimentos estatais e isso também se reflete não só com relação a rodovias, mas com relação à energia também e outros segmentos da infra-estrutura brasileira. Na minha leitura, nós vamos caminhar para um modelo híbrido. A Senadora Ideli falou em modelo alternativo, mas eu acho que nós vamos caminhar para um modelo híbrido. Em determinadas rodovias, por exemplo, nós vamos ter, e é absolutamente fundamental que se passe para a iniciativa privada mesmo essas rodovias, absolutamente natural e nós temos, hoje, nós temos toda uma regulamentação estabelecida, se for necessário alterar essa regulamentação para eliminar a incertezas ou desvios, como foi muito bem dito aqui pelo Paulo Godoy, conluíus, que foi a expressão mais utilizada, eu acho que nós temos o momento especial para fazer esse debate; está se criada agora a Subcomissão dos Marcos Regulatórios e, entre os temas seguramente estarão as rodovias. Mas entendo que nós vamos ter um modelo híbrido, um modelo onde vão participar as empresas privadas, um modelo onde nós vamos utilizar investimentos privados e públicos, que são as famosas parcerias público-privadas, nós discutimos aqui intensamente, o ano passado, principalmente em 2004, as parcerias público-privadas, nós precisamos botar em campo essas parcerias. Nós discutimos longamente, no Senado, e agora esse processo ainda patina na definição dos fundos e na priorização dos projetos, esse fundo de investimento, que vai pautar ou que vai lastrear as parcerias público-privadas. E existem outros lugares que o Governo vai ter que marcar presença mesmo. Por que não há pio, não há interesse de um investidor privado eventualmente participar e a regra do jogo é essa, e acho que é importante, eu acho destacar que nós não podemos olhar a questão da infra-estrutura ideologicamente. Infra-estrutura é pragmatismo absoluto. Nós vamos poder discutir ideologia em políticas sociais, qual é o destaque a ser dado no orçamento da União ou para Infra-Estrutura, uma presença maior ou menor do Estado, em determinados segmentos do dia-a-dia, da nossa população, do nosso povo, nas políticas sociais, mas infra-estrutura é pragmatismo puro, mas evidentemente justo, dentro de regras muito bem estabelecidas, sem incertezas jurídicas e levando em consideração o negócio, o negócio em si.

Aqui foi dito sobre toda essa infra-estrutura paralela, que se soma a essas concessões, inegavelmente. Nós temos que olhar a questão de dutos, de gasodutos de cabos de fibra óticas, que são lançados, não só ao longo de rodovias, mas ao longo das ferrovias também,

é todo um conjunto de ações que evidentemente têm que pesar num processo de concessão.

[soa a campanha].

Eu já estou concluindo, Presidente, portanto, eu... Nós estamos angustiados com... Principalmente para que nós venhamos a colocar em campo essas alternativas, definindo claramente o que é que vai ser concessão privada, o que é que é parceria público-privada, e o que é que vai ser do Governo mesmo. E foi citado por algum, acho que foi pelo Senador Eduardo Azeredo, nós, por exemplo, temos a BR-163, nós queremos transformar a BR-163, lá em Mato Grosso do Sul, não em rodovia da morte, nós queremos transformar a BR-163 na rodovia da vida. E se não há uma definição clara do que vai ser feito com a BR-163, então, por favor, repasse a concessão para o Estado, faça a transferência para o Estado de Mato Grosso do Sul dessa concessão, que nós vamos fazer um leilão da celeridade, ao leilão da 163, porque a 163 está prejudicando... Esse "rame-rame" da 163 prejudica o desenvolvimento do nosso Estado, nós temos uma classe produtora eficiente, competente, competitiva, nós estamos perdendo no frete. Nós não temos segurança, quando chegamos no Porto de Paranaguá, nós não temos segurança se a carreta vai chegar no dia. Quanto é que custa um navio no Porto de Paranaguá ou num outro Porto? Quanto é que custa o atraso de um dia? São 40 mil dólares, 45 mil dólares. E aqui foi citado, eu acho que o tema proposto pela líder Ideli Salvatti é, no que se refere, nós estamos discutindo rodovias, mas nós podemos rebater isso para as ferrovias, nós podemos rebater isso para as hidrovias, para os portos. Hoje, porto no Brasil, é um negócio importante. Nós não estamos mais exportando 30 bilhões de dólares, 40 bilhões de dólares; nós estamos exportando 120 bilhões de dólares.

Então é uma responsabilidade enorme do país. Ferrovia, o meu querido, o meu querido Diretor-geral da ANTT, José Alexandre, nós temos que avaliar a questão, eu não posso perder essa oportunidade, que aqui tem representantes vários, não só do setor de rodovia, mas Agente Regulador, Consultores experientes, o Secretário de Política Nacional de Transporte, nós temos que ver ferrovia também. Eu vi um levantamento agora da Confederação Nacional dos Transportes, o frete ferroviário é mais caro que o frete rodoviário no Brasil. Nós temos uma ferrovia chamada Novo Oeste, que é um desastre. Foi um modelo de privatização horroroso e que prejudicou Mato Grosso do Sul, está prejudicando Mato Grosso e tem prejudicado São Paulo—

[soa a campanha].

As nossas ferrovias vão atravessar São Paulo para chegar no Porto de Santos, têm que parar em

São Paulo para a composição ferroviária trafegar de madrugada para o Porto de Santos.

Então, nós precisamos estabelecer e esse que eu gostaria de ouvir, quer dizer, qual é o cronograma, qual é a estratégia que nós temos pela frente? Porque instrumentos nós temos; nós temos que melhorar os instrumentos? Claro, nós temos que melhorar os instrumentos. Nós temos que aperfeiçoar o marco regulatório? Temos que aperfeiçoar o marco regulatório, mas vamos colocar às claras o que nós precisamos fazer, porque o Brasil não pode esperar mais. Nós não podemos mais perder competitividade em função de ter um frete cada vez mais caro.

Eu vi uma conta de uma exportação da costa leste americana para o Porto de Roterdã na Holanda e comparando com o Brasil; os americanos estão num processo descendente e nós subindo exponencialmente. Quando é que vai parar isso? Vai chegar uma hora que o produtor não vai ter condição mais de ser competitivo porque nós não estamos morrendo, não na eficiência como produtores, como empresários, nós vamos perder no frete, nós vamos perder na logística e nós não podemos mais conviver com esse quadro porque o Brasil precisa crescer, o Brasil precisa ser competitivo e o Brasil é um grande *player* mundial hoje e nós não podemos é deixar nossa competitividade de lado, não pela falta de eficiência dos nossos empresários e produtores, mas pela falta de ineficiência da nossa infra-estrutura. Isso que eu gostaria de dizer, Sr. Presidente. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Essa Mesa agradece a participação do ilustre Vice-Presidente dessa Comissão, Senador Delcídio Amaral.

A Presidência preparou também algumas questões específicas que serão dirigidas aos expositores. Ao senhor José Alexandre Nogueira, Diretor-Presidente da ANTT: A Agência dispõe de quadro de pessoal técnico, Recursos Humanos suficientes para desenvolver as suas atividades, em especial para criar um ambiente favorável à elaboração e fiscalização de normas de regulação técnica, econômica e, sobretudo, da concorrência?

Aos senhores José Alexandre, José Augusto da Fonseca, Secretário de Política Nacional de Transportes, e Sr. Cloraldino Severo: Os senhores acreditam que a carência de profissionais na área de transportes, entre outras categorias, a dos topógrafos, dos operadores, dos motoristas, engenheiros com especialização em tráfego em construção rodoviária? Acham-se que sim, a Agência ou o Ministério desenvolvem ou deveriam desenvolver algum programa específico para atuar nessa formação?

Ao senhor José Alexandre Nogueira: Qual a política tarifária desenhada para as concessões de infra-estrutura e para a prestação de serviços de transporte regular, o objetivo maior é garantir o retorno dos custos incorridos pelos outorgados ou fomentar a inovação tecnológica e os ganhos de qualidade no setor?

Ainda ao senhor José Alexandre Nogueira, há prevalência de políticas tarifárias baseadas em taxa de retorno, ou seja, tarifa igual a custo mais lucro fixo, ou daquela baseada em valores máximos, tarifas-teto ou *pricecap*, sistema pelo qual o concessionário pode cobrar o valor inferior ao máximo fixado pela Agência.

Ao senhor José Alexandre Nogueira ainda, o Sistema *Price*, de tarifas teto, pelo qual o concessionário pode cobrar o valor inferior ao máximo fixado pela Agência, não seria mais eficiente para baratear o custo dos pedágios e fomentar a inovação tecnológica e a concorrência do setor? Como a agência pode atuar para reduzir os custos dos pedágios nas rodovias concedidas?

Ao senhor José Alexandre Nogueira ainda, o Presidente da Confederação Nacional dos Usuários de Transportes Coletivos Rodoviário, Ferroviário, Hidroviário e Aéreo, o CONUT, José Filinto, reclamou que a ANTT não fiscaliza o transporte de passageiros no Brasil. Segundo ele, há muita facilidade para realizar o transporte ilegal. Então pergunto: Que medidas concretas têm sido adotadas por essa Agência com vistas a coibir o transporte ilegal em nosso país? Essa é uma questão importante, inclusive aqui na região do entorno de Brasília.

Aos senhores José Alexandre e José Augusto: A transferência da administração das rodovias brasileiras para as empresas privadas, por meio de contratos de concessão, tinha como objetivo principal desonerar o setor público, incapaz, como se sabe, de mobilizar recursos financeiros suficientes para a recuperação da sua malha rodoviária. Além disso, somente os que utilizassem a rodovia concedida deveriam remunerar o serviço, evitando que toda a população pagasse por serviços que somente uma parcela usufrui. Isso até foi comentado aqui, todavia, na realidade, isso está ocorrendo, estaria ocorrendo o inverso em relação a essa situação. Tendo em vista o atual regime tributário do setor, observa-se que o atual usuário das rodovias passou efetivamente a remunerar os serviços de infra-estrutura posto à sua disposição, mas não deixou de transferir recursos para a União e a CIDE é um caso específico; Estados e Municípios, em razão de serviços que esses entes públicos não mais se ocupam.

O motorista brasileiro, por exemplo, Srs. Senadores, senhoras Senadoras, para trafegar nessas rodovias privatizadas, paga sobre o combustível que consome,

a chamada CIDE combustível, que tem como uma de suas destinações o financiamento de programa de infra-estrutura de transportes. Mesmo assim, como já dito, paga também o pedágio, que remunera a concessionária. No entanto, sobre o preço pago a título de pedágio, estão ainda embutidos o Imposto Sobre Serviços, o COFINS, o PIS, os impostos Estaduais e Municipais e todos os demais tributos que incidem sobre essa atividade. Parece-me, e é sobre isso que eu peço que os senhores comentem, tratar-se de tributação injusta e anacrônica, pois sua razão de ser é justamente o fato de o Estado haver se desincumbido de prestar um serviço público de que é titular. Em outras palavras, transformou-se em meio de reduzir despesas, em fontes de rendas vultuosas, com prejuízos para o usuário do transporte rodoviário brasileiro.

Eu pergunto ainda, o que os senhores acham da descentralização das rodovias federais para os Estados? E mais, os senhores acham, e aí eu pergunto a todos da Mesa, que a Contribuição de Domínio, a CIDE, está conseguindo atingir os seus objetivos, ou seja, trabalhar pela conserva e manutenção das nossas rodovias federais, na construção de novas rodovias e outras obras de infra-estrutura, os senhores acham que é correto transferir os recursos ou parte dos recursos para a formação do chamado superávit primário?

Ao senhor José Augusto Valente: O Governo do Presidente Lula incentivou politicamente a criação das PPPs. Após uma série de aperfeiçoamentos introduzidos nessa Casa, com destaque para o trabalho do Senador Tasso Jereissati, entre outros, esse projeto foi aprovado e sancionado no final de 2004. Entretanto, o Governo Federal tem sido econômico, para dizer o mínimo, na elaboração de projetos utilizando esse importante instrumento e, mais ainda, na sua efetiva realização. Assim, pergunto: Quais os impedimentos para a maior utilização dos PPPs?

Ao senhor Geraldo Viana, Presidente da ANTC, o senhor tem defendido a utilização de cobranças automáticas nos pedágios brasileiros, como forma de barateamento das tarifas cobradas dos usuários. Gostaria que o senhor detalhasse esse ponto de vista, informando-nos de que forma o sistema que o senhor propõe funcionaria, em termos operacionais, e como poderíamos chegar à desejada redução das tarifas praticadas nos pedágios.

Ao Sr. Cloraldino Severo: O senhor teve a honra de estar à frente dos Ministério dos Transportes em momentos que havia muito mais recursos e os projetos eram muito mais ambiciosos. Já, desde aquele período, entretanto, esse Ministério vem assistindo à dramática redução dos seus recursos, a questão da concessão rodoviária foi colocada como uma panacéia para

todos os males que afligem o setor. Em sua opinião, essa é uma solução que efetivamente resolve nossas necessidades de estrutura? Que alternativas o senhor propõe para que possamos retomar a capacidade de ação que tínhamos há 30 anos? O que falta para que possamos manter, expandir uma infra-estrutura de transportes adequada àquela grandeza brasileira, dos tempos do Ministro Eliseu Resende? E mais, o DNIT substitui o DNER, o senhor acha que os vícios como corrupção nas estações etc, foram efetivamente banidos daquele órgão?

Por fim, SR. PAULO GODOY, Presidente da AB-DIB, o intenso contingenciamento orçamentário sofrido pelo Ministério dos Transportes resultou no precário, precaríssimo estado de conservação em que atualmente se encontra a malha rodoviária nacional. Assim, antes que possamos dar início a um processo de retomada da expansão da malha e da integração nacional, é necessário recuperar ou reabilitar a malha existente? O senhor tem estimativa de custos envolvidos numa operação dessa grandiosidade? Que tecnologias poderiam ser utilizadas para reduzir custos e prolongar a vida útil dos projetos de engenharia rodoviária.

Agradeço a atenção dos senhores e pergunto ao Senador Romeu Tuma se ele quer ainda fazer uso da palavra, para que eu possa encerrar esse período de oitivas e começar o processo de respostas.

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP): Agradeço V.Exa. Só peço desculpas, que tem uma Comissão de Relações Exteriores, muito importante, que é sobre o Apagão Aéreo, então, essas duas de valor enorme para a sociedade brasileira, infelizmente elas, ao mesmo tempo, trazem um pouco de dificuldade para acompanharmos. É claro que as perguntas feitas pelo Presidente quase que esgotam qualquer dúvida que a gente possa ter a respeito do assunto.

O que me preocupa são algumas leituras de jornal, principalmente de tirar a hidrovía do Ministério dos Transportes, porque a gente pensa e luta muito, e se discute, há muitos anos, sobre o intermodal, que o Brasil ainda não alcançou a possibilidade de ter o sistema de transporte trimodal de primeira linha. Hoje, nós temos a hidrovía, principalmente em São Paulo, onde o transporte, hoje, da importância da cana, que é muito mais barato que o transporte rodoviário.

E V.Exa. falou uma coisa aqui que, para mim, é séria e triste, Presidente, que é o transporte clandestino. Nós temos tido em São Paulo, V.Exa. fala no entorno, mas eu falo de São Paulo, onde nós temos uma rodoviária com transporte legalizado, e alguns endereços onde o transporte clandestino é feito, principalmente, não só para o Nordeste, mas para a região do Paraná, Foz do Iguaçu, para que possam os sacoleiros ter o me-

lhor preço no transporte, com risco muito maior, porque são ônibus praticamente, quase que inutilizáveis, pela deficiência de fiscalização, de pneus, de tudo aquilo que possa trazer insegurança para o usuário.

Então eu acho que é uma pergunta séria, eu não sei se a Agência que teria que verificar isso, porque a fiscalização é deficiente. Eu acho que talvez o estado que eu digo, não o Estado político, mas o estado físico, regional, poderia assumir mais um pouco a responsabilidade de fiscalização desse sistema de transporte clandestino, que traz muita insegurança, e a maioria dos acidentes são feitos através disso. E os assaltos feitos nos ônibus são em ônibus clandestinos, porque, provavelmente, pode ter uma ligação entre a quadrilha e o transportador.

Eu fui Presidente de Comissões de roubo de carga e o nosso querido Viana aqui conhece as dificuldades que tivemos no trabalho e na busca, quer dizer, a CPI ajuda, é propositiva e, de repente, ela termina, volta todo o sistema da criminalidade a agir. Então, eu não sei se os portos também vão sair realmente do Ministério dos Transportes, e agora, com esta construção naval, que ontem o Presidente Lula estava presente à assinatura de alguns contratos da construção de... A recuperação da indústria naval brasileira, eu fui o Relator da Medida Provisória, e acho, eu não sei se isso tudo não vai trazer um pouco... Que está na Petrobrás, TransPetro, está na Petrobrás, mas ela fica, eu acho que um vínculo com o Ministério dos Transportes, não sei se isto eu tenho alguma razão nisso ou não.

Então, eu agradeço V.Exa., e gostaria de que se batesse muito nesse transporte clandestino, Presidente, que V.Exa. se referiu aqui.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Pela ordem, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Agradeço a todos os Senadores pela... Com a palavra, pela ordem, Senadora Ideli Salvatti.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Sr. Presidente, se permite, do debate aqui, me surgiu ainda uma última pergunta. Se V. Exa. me permite—

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Por favor, Senadora.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Que eu possa fazer, queria inclusive, dirigi-la ao José Alexandre, Diretor-geral da ANTT, e também ao Valente, do Ministério dos Transportes. Porque é o seguinte, nós tivemos um processo de concessão que teve um movimento bastante acelerado e a Agência Reguladora, ela só foi criada bem depois que o processo de concessão teve o *boom*, não é? 97, 98, 99, e a Agência Reguladora só foi criada aqui, me deram aqui, até eu

pedi, lei 10.233, de 05 de junho de 2001, quando os processos concessionários, na grande maioria, aconteceram antes disso. Parece-me que isso também aconteceu na energia, na telefonia, ou seja, primeiro se diminuiu o Estado, a participação do Estado e depois o órgão que tinha a obrigação de fiscalizar, sob a ótica do meu ponto de vista, do interesse público, do interesse da população, foi criado muito depois, não é? Então, a pergunta que me fica é a seguinte: Todos esses problemas, essas questões que estão colocadas, que a gente não pode mascarar, elas existem, e se a gente quer que as coisas andem, a gente precisa fazer com que andem melhor, não é? Não andem com os mesmos problemas, se esse fato de ter tido um grande aumento do processo de concessões, antes da criação da Agência Reguladora, se isto hoje causa problemas, se isso dificulta. Inclusive a gente tem alternativas, de ter o fluxo da discussão e do aperfeiçoamento do sistema porque a gente parte de algo que se consolidou antes de o órgão, fora do Governo, inclusive, que é importante, que a Agência Reguladora não é Governo; é um órgão à parte, que faz o papel da fiscalização do setor, sob a ótica do interesse público. Então, era essa apenas, Presidente.

[soa a campanha].

SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Sr. Presidente, só--

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Pois não, Senador Delcídio.

SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Eu queria só fazer um registro, é importante o comentário que a Senadora Ideli acabou de fazer. Vários países que tomaram a decisão de promover a privatização de setores de infra-estrutura, esse processo, eles caminharam sempre primeiro fazendo-se a lição de casa, a lição de casa, o que é? Marco regulatório. Ampla discussão, e aí as Agências. Realmente esse é um problema que nós estamos vivenciando--

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Aqui não foram os bois na frente do carro; foi tudo na frente do carro--

SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Houve um processo de privatização, mas as Agências que, na minha leitura, têm que ser fortalecidas e têm que ter um papel fundamental, como mantenedoras das regras da fiscalização, enfim, de todo aquele arcabouço jurídico que foi montado, elas vieram *a posteriori*, em alguns casos. Então, nós temos, além dos problemas de marcos regulatórios, nós temos o problema de distorção do próprio papel exercido pelas Agências, na infra-estrutura do país. Então, esse é um problema também sério e acho que importante esse registro da Senadora Ideli.

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG):

Presidente, só uma coisa para completar aqui--

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Pois não, Senador Eduardo Azeredo.

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG):

As Agências, efetivamente, não são parte de Governo e nem poderiam ser. O objetivo exatamente para dirimir o ambiente de competição ou de concorrência. Mas é importante lembrar que os membros são indicados pelo Governo e aprovados pelo Congresso.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Bom.

SENADOR JAYME CAMPOS (PFL-MT): Presidente, há poucos dias atrás teve um verdadeiro movimento nacional aqui em Brasília, e eu acompanhei, por sinal, vários Presidentes de Agências Estaduais, que estão pedindo autonomia, não só do Estado, eu imagino também que as Agências Nacionais, Federal, têm que ter autonomia. Parece-me, na medida que quando é indicado pela Presidência da República, ela passa a descumprir aquilo que é o seu objetivo, as suas prerrogativas. Eu acho que as Agências têm que ser fortalecidas para que possamos, com certeza, com todas as suas prerrogativas, em sua plenitude, fazerem o seu papel. Hoje, a bem da verdade, com todo respeito que eu tenho por V.Exas. aqui, as Agências não têm cumprido com o seu papel, com a sua obrigatoriedade. É fundamental que possamos resgatar para que a sociedade realmente acredite nas Agências, saibam aonde ir recorrer para cobrarem os seus direitos. Obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Essa Presidência acolhe as questões de ordem da Senadora e dos três Senadores, e informa que a Comissão de Infra-Estrutura está preparando um arcabouço da autonomia, para a autonomia das Agências, incluindo PEC, Projeto de Lei Complementar, enfim, um amplo estudo que tem como objetivo exatamente garantir absoluta autonomia e independência aos órgãos reguladores.

Agora, nós passamos a fase das respostas aos questionamentos que foram feitos pelos ilustres Senadores que pertencem a essa Comissão. Eu começaria convidando o Sr. Geraldo Viana, Presidente da Associação Nacional das Empresas de Transporte de Cargas e Logísticas, ANTC, para fazer os seus comentários em relação aos questionamentos.

SR. GERALDO VIANA: Alô, está com som? Obrigado, Sr. Presidente. Bom, especificamente com relação ao questionamento que me foi formulado por V.Exa., eu diria o seguinte: A cobrança automática de pedágio já é uma prática, em parte da nossa malha, através de

um sistema conhecido como “sem parar”, tem um outro nome que agora me escapa, mas que, de qualquer forma, já reúne quase, se não me engano, mais de um milhão de participante, já usam esse sistema. É um sistema que funciona muito bem, eu particularmente sou usuário dele. Acho que é o melhor dos mundos, você recebe a sua conta detalhada, dizendo onde é que você passou, quanto é que custou etc. Evidente que a generalização disso implica algum custo para o proprietário de veículo e é por isso que nós estamos depositando todas as nossas expectativas nesse sistema chamado SINIAV, que é um sistema identificação automática de veículos, à base de rádio-frequência. Porque, a partir do instante em que isso for feito, com o mesmo chipzinho(F) que, segundo as informações que a gente tem colhido, realmente vão ser custo de centavo de dólar, um chip muito simples, ele possibilitará não só aquelas aplicações que o órgão de trânsito pretende, qual seja, de uma fiscalização mais eficaz, e isso é fundamental. Nós temos... Esse trabalho que o DENATRAN vem desenvolvendo é chave para que a gente possa ter o mínimo de controle sobre a frota rodante no Brasil. Não sei se Srs. Senadores sabem, mas mais de 30% hoje da frota, pelo menos em São Paulo e um percentual parecido no resto do Brasil, pode se dizer que seja hoje clandestina, na medida que não se licencia, o proprietário dos veículos, em função do valor de IPVA, em função de valor de multa, simplesmente não faz o licenciamento anual do veículo e fica por isso mesmo porque não se fiscaliza. Então, criar condições para que essa fiscalização possa ser feita e de forma eletrônica, de maneira que a capturar rapidamente toda essa frota que se tornou clandestina, é fundamental para se fazer qualquer outra coisa, por exemplo, a discussão aí da inspeção veicular, que é chave para a gente melhorar até essa situação de acidente, que foi aqui mencionada, não adiantará nada, porque ela é casada com o licenciamento, quer dizer, o que se espera é que no momento do licenciamento a pessoa faça a inspeção veicular, como 30% não fazem por conta do IPVA e da multa, outros 30% talvez venham a não fazer, por conta da inspeção veicular que não fizeram ou fizeram e não foram aprovados.

Então, se não melhorar a fiscalização, podemos esquecer qualquer outra possibilidade de melhoria da nossa frota e das condições de trânsito no país.

Bom, com esse sistema automático, e que ontem eu tive, já vi que estava bastante avançado, nesse encontro que houve em São Paulo, a gente imagina que seja possível, através de um aplicativo que seria adicionado ao sistema, fazer a cobrança de pedágio também. Nesse instante, nós poderemos abolir grande parte das praças de pedágio, os chamados pedá-

gios de barreira, que são absolutamente injustas. O senhor sabe, Sr. Presidente, no instante em que você coloca o pedágio de barreira, se cobra do usuário e dá a ele o direito de andar 100 quilômetros, mas pode se dar o caso de ele querer ir a 10 quilômetros, logo depois do pedágio. Significa que aquele cálculo que a gente está fazendo aqui, de custo por quilômetro, fica totalmente distorcido porque ele não andou 100, ele andou só 10.

Então, é essa injustiça que se precisa corrigir com a cobrança rigorosamente quilométrica, até mesmo esse tráfego quase urbano, ou urbano mesmo, que—

[soa a campainha].

Causa tanta preocupação, se resolveria com a cobrança automática, porque se cobraria tão pouquinho. Quer dizer, o custo por quilômetro baixando e baixando para sei lá, para 20 centavos, para menos que isso, por quilômetro, e se cobrando do cidadão que usa cinco quilômetros, quatro quilômetros, aquele valor, esse percentual ficaria muito pequeno. A respeito desse assunto que foi aqui mencionado, eu quero lembrar que a não cobrança desse tráfego é uma dupla injustiça porque, primeiro, porque faz com que aqueles que pagam, paguem por ele, e justamente nessas áreas, são onde se faz o maior investimento. No caso específico da Dutra, que a gente conhece melhor porque tem lá o GPT, grande parte do investimento da Dutra foram as marginais feitas em São Paulo e no Rio de Janeiro, nas proximidades de São Paulo e do Rio de Janeiro, para quê? Para dar conta desse tráfego gerado por esse pessoal que não paga o pedágio.

Quer dizer, o grande investimento que justifica parte da tarifa, foi para atender esse tráfego. Então, essa é a primeira injustiça. A segunda, pior ainda, lembrando—

[soa a campainha].

Esse episódio aqui do Vale do Paraíba, entre São José dos Campos e Taubaté, que foi mencionado pelo Dr. José Alexandre, quem paga, além de estar pagando por aquele que usa, ainda se vê atrapalhado, porque o trânsito ali fica completamente congestionado, e uma viagem que você poderia fazer em quatro horas viram cinco, viram seis, porque aquele pessoal está lá atrapalhando o trânsito.

Então, é realmente necessário que passe a se criar uma forma de cobrança, ainda que seja uma cobrança pequeninha, uma cobrança pequena, porque justa; o sujeito andou pouco tem que pagar pouco. Ele não pode pagar quatro quilômetros e pagar como quem anda 100, aí realmente gera a revolta a essa coisa. Então, quando o senhor pergunta qual é a idéia com relação à cobrança automática? É exatamente

essa. Eu acho que isso possibilita a universalização da cobrança, possibilita uma coisa muito importante também, que eu não toquei, está nesse estudo que eu deixei aqui com Sr. Presidente, que é a possibilidade da introdução, a partir daí, do desconto de frequência. Ou seja, possibilitar àqueles que usam mais pagar proporcionalmente menos, que é uma coisa que existe em qualquer atividade econômica e que é muito justa. Quer dizer, aquele que usa, passa uma vez por ano na estrada, paga X; é a questão da fidelização; o que passa toda hora vai poder pagar proporcionalmente menos. Só no sistema automático que se pode fazer isso que se cobra *a posteriori* e se verifica quantas vezes a pessoa transitou.

Então, só esse conjunto de possibilidades justifica que a gente—

[soa a campainha].

Realmente priorize essa questão da cobrança automática. Obrigado, Senadores. Existem questões que foram levantadas pelos Srs. Senadores, que dizem respeito ao transporte. Eu gostaria de, numa outra oportunidade, poder fazer alguns comentários, se houver tempo—

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Essa Presidência concederia a V.Exa. mais dois minutos para que V.Exa. possa concluir.

SR. GERALDO VIANA: Ah, pois não. Eu gostaria de fazer uma observação a respeito dessa questão que foi aqui levantada, dos fretes, pelo Senador Delcídio Amaral. Que os fretes brasileiros são realmente muito elevados e que isso tem comprometido o escoamento da produção nacional. Há um estudo muito sério feito pela COPEAD do Rio de Janeiro, que demonstra exatamente o contrário. Aliás, eu quero fazer uma distinção entre frete e custo de transporte, que vai muito além do frete, não é? O frete brasileiro, aquele que é recebido pelo empresário de transporte ou pelo transportador autônomo, segundo esse estudo da COPEAD, é um dos mais baratos do mundo, em função de o setor ser muito competitivo. Realmente há uma super oferta de transporte e isso faz com que o frete praticado seja muito pequeno, o que justifica esse estado geral da frota brasileira; não é a toa que o Brasil tem caminhões de 30, 40 anos rodando e que a idade média da frota de caminhões seja de 20 anos, são dados da Agência. Por que é que tem? Porque o sujeito gosta de andar com caminhão velho? Não, porque não tem renda, por que o frete realmente é muito barato, a ponto de acabar ficando mais caro que o frete ferroviário, que foi aqui mencionado—

[soa a campainha].

Agora, o custo geral de transporte acaba ficando muito alto em função das ineficiências, em função das retenções a que os veículos acabam sendo submetidos. Então, a infra-estrutura acaba agregando ao custo de transporte, ao custo logístico global, uma enormidade que, de fato, faz com que percamos competição.

Há uma outra questão também, que tem a ver com a multimodalidade, que foi aqui levantada pelo Senador Tuma. Eu já vou encerrar, Sr. Presidente. Há uma acentuação, especialmente quando se trata com o produto agrícola, em que o produtor tem a percepção clara, o produtor ou o exportador, tem a percepção clara que está pagando muito com transporte, quando ele compara com, por exemplo, o seu concorrente norte-americano, que traz a soja lá do meio-oeste americano, através da hidrovia do Missouri, Mississippi. Porque ele está comparando, na verdade, o transporte hidroviário, que é o mais barato do mundo, com o transporte rodoviário, que necessariamente é um transporte que tem que ser mais caro.

Então, é uma situação paradoxal, em que aquele que paga, acha que está pagando muito e aquele que recebe tem certeza que está recebendo muito pouco; o frete fica muito pequeno para quem recebe e muito caro para quem paga. Por quê? Porque se está sendo usado o meio errado de transporte. Na verdade, nesses casos em que se transportam produtos de baixo valor agregado, o que se tinha que fazer é investir pesadamente na hidrovia, na ferrovia e nisso nós estamos de pleno acordo e por isso mesmo nós temos muitas dúvidas com relação a essa transferência diária de portos para outras Secretarias, até porque, de fato, nós estamos, ao invés de facilitar a integração, nós estamos criando mecanismos que tornam mais difíceis a integração, na medida em que você coloca órgãos diferentes a tomar conta de cada modalidade de transporte, o que parece uma falta de racionalidade.

Eu queria fazer apenas essas observações apenas para complementar a minha intervenção. Obrigado, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Essa Presidência agradece ao Sr. Geraldo Viana pelas respostas. Indago aos Srs. Senadores se algum deles tem interesse em réplica—

SENADOR JAYME CAMPOS (PFL-MT): Um minuto só.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Senador Jayme Campos.

SENADOR JAYME CAMPOS (PFL-MT): Obrigado, Presidente. Só... Não é questionando, mas fazendo uma observação na palavra do Dr. Geraldo, o senhor disse que, com todos os preços ainda competitivos do transporte rodoviário, só para dar um exemplo para o

senhor, no Mato Grosso, a frota de caminhões diminuiu algo em torno de algo de sete mil caminhões porque os preços, na verdade, não são o ideal praticado que as empresas pagam aos transportadores. Se não bastasse isso, o senhor tem um dado significativo aí, de uma empresa do Rio de Janeiro, mas eu faço uma observação na sua fala. Eu queria que o senhor levantasse, se tivesse gente, pessoas suficientes, para levantar para ver quantos mil caminhões nesse país aqui, e não é pouco não, que estão o quê? Com busca e apreensão, porque o cidadão que compra o caminhão não dá conta de pagar a prestação, estão literalmente quebrados; não só os que transportam soja, que transportam bois, estão quebrados, não estão fazendo, vou falar como nós mato-grossenses, para a "bóia", ou seja, não dá para comer, estão todos quebrados.

O senhor não imagina, a frota nossa brasileira está envelhecida, em que pese está crescendo até porque a produção está crescendo etc. Entretanto, eu acho que, a bem da verdade, não só a questão das precariedades das nossas rodovias, de uma maneira geral, quanto aqui o nosso companheiro Paulo Godoy diz aqui da questão dos transportes e o Delcídio faz ali um aparte, ora, você imagina Mato Grosso do Sul, que escoia para o Porto de Paranaguá, que acho que não são mais que 600, 700 quilômetros, e nós, que transportamos a 1500, Presidente Marconi Perillo, o senhor imagina, não tem como ser competitiva a nossa produção. De forma que esse adendo que eu faço para o senhor, se o senhor tiver gente suficiente, mande fazer levantamento nos DETRANS do Brasil para ver quantos mil carros, quantos mil caminhões estão com busca e apreensão porque estão quebrados aqueles que, naturalmente, é uma profissão de abnegados. Obrigado.

[soa a campanha].

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Concedo a palavra ao Senador Delcídio para a réplica.

SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Presidente, só fazer um comentário em relação às explicações, do Sr. Geraldo Viana, que há aí uma filigrana entre custo de transporte e frete, que são dois conceitos que têm que ficar muito claros, portanto, diferentes. O comentário que eu fiz é exatamente, não em função, eu nem entrei no mérito dos preços praticados, eu estou dizendo que a infra-estrutura está inviabilizando o transporte; é a origem das dificuldades que nós estamos enfrentando. Nós, principalmente, o Senador Jayme Campos, e Mato Grosso do Sul enfrenta problemas assemelhados, e Goiás, que o senhor foi Governador e conhece muito bem, é Senador hoje, as dificuldades são imensas. O tempo que se perde nas

estradas é uma verdadeira barbaridade. Sem falar em problemas de manutenção, é ponta de eixo, é suspensão é, enfim, é lastimável.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): É o custo Brasil.

SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): É o custo Brasil e que inviabiliza uma classe produtora efficientíssima, respeitada no Brasil inteiro, mas que está morrendo no transporte. É igual à burocracia, meu Presidente, que morre no Xerox.

[risos].

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Concedo a palavra para a réplica ao Sr. Geraldo Viana. Dois minutos.

SR. GERALDO VIANA: Agradeço, Sr. Presidente. Com relação, então, a essa observação do Senador Delcídio Amaral, eu quero dizer que é isso mesmo, o custo logístico abrange outros custos, custo portuário, o custo da armazenagem, a questão de armazenagem é tão crítica quanto a das rodovias, a falta de condição de cilagem, tanto na origem quanto nos portos, acabam levando a custos adicionais enormes. Eu quero dizer que o custo hoje mais importante do setor de transporte não é diesel, não é mão-de-obra, não é veículo, não é nada, é a improdutividade. Hoje você precisa de três, quatro veículos para fazer o serviço de um porque os veículos estão perdendo velocidade, estão perdendo capacidade de se movimentar nas estradas e nas cidades, com congestionamento de trânsito e etc. Na verdade, esse custo de improdutividade é imenso, é por isso que a gente discute sem receio a questão de privatização, concessão e tal, em muitas situações você paga pedágio de um lado e ganha do outro. A relação de custo/benefício, que foi aqui mencionada.

Com relação ao que disse o Senador Jayme Campos, essa questão é realmente é inegável, há muitos donos de caminhões, pequenos transportadores—

[soa a campanha].

Que estão perdendo a sua frota porque não conseguem pagar a prestação e geram uma situação que é a mais indesejável de todas, porque ganham pouco por tonelada, colocam mais tonelada do que pode no caminhão, aí vem o sobrepeso e aí vem a destruição das rodovias e o acidentes. E também porque têm que trabalhar muito porque têm que pagar a prestação, trabalham 36 horas seguidas, que é à base de rebite, que é anfetamina para poder ganhar condição de... Que é um crime a bolinha, que é um crime porque também é geradora de acidentes. Daí nós chegamos às 34 mil mortes que, a bem da verdade, não é só das rodovias, as rodovias e das cidades, que é um dado global, mas que é um dado absolutamente assustador. É por isso que nós temos, de fato, essa disposição de discutir e

com a urgência que fala o Senador, nós precisamos discutir com muita rapidez, resolver muito rapidamente essa questão porque, a cada dia que passa, são mortes desnecessárias—

[soa a campanha].

E há um custo, senhor Senador, me permite só esse dado porque foi aqui mencionado, só que não foi pontuado. Recentemente o IPEA fechou um estudo assustador, que mensurou o custo dos acidentes de trânsito no Brasil, sem considerar o que disse o Senador Cícero Lucena, o custo das vidas, deixando de lado o custo das vidas, só com os custos pessoais, hospitalares, as perdas materiais, as perdas de equipamentos urbanos etc, o IPEA chegou à assustadora soma de 28 bilhões de dólares de perdas anuais em acidentes de trânsito no Brasil. Quer dizer, eu até brinquei o seguinte, brinquei não, dizendo sério, pela primeira vez, a gente tem um estudo que comprova o custo do que não se faz, porque é muito fácil saber o custo daquilo que é feito e às vezes criticar porque custou mais caro. Agora, raramente você tem a oportunidade de medir quanto custa a omissão, quanto custa a falta de ação a inação, custa isso. No caso das medidas que vão sendo postergadas, com relação à melhoria das condições de fluidez de transporte, de trânsito etc, custa isso; custa 34 mil mortos por ano e custam 28 bilhões de reais por ano, medidos pelo IPEA, que é um órgão absolutamente insuspeito e isento. Obrigado, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Essa Presidência agradece ao Sr. Geraldo Viana e, sobretudo, pela contribuição trazida com essas estatísticas. Concedo a palavra para suas respostas ao Sr. Cloraldino Severo, Ex-Ministro dos Transportes, Consultor de Transportes, pelo prazo de cinco minutos.

SR. CLORALDINO SEVERO: Sr. Presidente, Srs. Senadores, eu quero esclarecer, de pronto, que nesse tempo extremamente curto, realmente responder todas as questões seria muito difícil, mas, primeiramente quero dizer--

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): A Mesa será tolerante, Sr. Cloraldino--

SR. CLORALDINO SEVERO: Mas, primeiramente quero dizer que deixei aqui, à disposição da sociedade, do Senado, uma exposição longa com todos esses aspectos colocados e com uma proposta de marco regulatório. Ousei juntar, a partir de todas as leis, e criar uma lei guarda-chuva neutra, que atenda os diversos setores; ela não é favor de A, de B ou de C, não que pretenda que seja ela a redação final, mas

uma provocação de já ter alguma coisa junta e ordenada, a partir da legislação.

A segunda questão que eu queria dizer ao Senador Eduardo Azeredo, que perguntava a nós o que é que o Senado ainda tinha que ver com isso, eu quero lhe dizer que estou aqui como um representante dos usuários; nós temos feitos fóruns, fizemos, no Rio Grande do Sul, diversos, fizemos em Santa Catarina, fizemos no Paraná e, juntando com a questão Agência Reguladora, o Rio Grande do Sul foi pioneiro em Agência Reguladora, eu quero lhe dizer que os usuários estão convencidos e isso que nós estamos vivenciando, há quase 10 anos de concessão, que há um grande esquecido, que é o cidadão, o usuário e o consumidor e que essas Agências não dão respostas a essas questões. Se nós não cuidáramos, e para que se possa cuidar disso, é preciso que a legislação abra os espaços necessários, inclusive não deixando que aconteçam algumas situações como as que estão nos editais em outros pontos. As vias alternativas são um dos casos fundamentais para que a livre opção do usuário se exerça. A questão do pedágio fechado, que foi secundada aqui pelo Viana e por outros, é absolutamente fundamental. Têm situações, nós vimos depoimentos de professores que andam trechos pequenos por dia e que pagam um absurdo, uma parcela do seu salário muito grande é dada para esse tipo de situação. Então, isso é uma injustiça muito grande. Via alternativa, e a outra questão é a volta, o 791, que o Ministro Eliseu e então Diretor-geral do DNER, foi parte da sua construção, e que é um decreto sábio em que coloca o que o mundo faz. O que é que o mundo faz? O mundo bota pedágio em via expressa e auto-estrada. Não se faz, no mundo desenvolvido, pedágio para via de pista simples. Para esclarecer pontos que estão sempre sendo levantados aqui, há uma mortandade, "ah, porque tem que fazer manutenção", mas claro, nós sabemos e sempre fizemos e é possível fazer.

Então, não é pelo fato de ter uma concessão que nós estamos ter a estrada boa, nós temos estradas no Rio Grande do Sul, dá para pegar o trecho do Estado, o Estado é concessão, se alguém passar, vai pensar, porque a propaganda é tão grande, que o trecho melhor é o da concessão, quando é ao contrário; o trecho melhor é do Governo.

Então, o Governo está cheio de exemplos de situações de estradas boas e nós fizemos isso muitas vezes, no passado, e podemos continuar fazendo, tanto é que estamos construindo 101 e todas essas rodovias, quem é que vai fazer? É o Setor Privado. Não tem nada que seja Governo que faça.

Sobre, ainda, a questão do exterior, é preciso pensar bem. Nos Estados Unidos, hoje, da sua rede

pavimentada, 0,2% da rede tem pedágio; na Europa, 0,4%; no Rio Grande do Sul, 22%; no Rio, 20%; no Paraná, em torno de 15. Esses Estados estão pesadamente—

[soa a campanha].

Onerados. Por último, então, me perguntaram se a Agência resolve, eu quero dizer o seguinte: que a Agência é necessária, é fundamental.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): V.Exa. terá mais dois minutos.

SR. CLORALDINO SEVERO: A Agência é necessária e é fundamental, mas não será ela a que vai, quem terá que ser o grande fiscal é o usuário. É a sociedade que terá que ter os meios para efetivamente fazer a fiscalização.

E, para finalizar, a questão do híbrido. Nessa proposta de lei, está a minha convicção, que tem que ser realmente o híbrido, porque cada caso é um caso, e tem que ter uma solução. Aí, vem o conluio, acabar com essa idéia das montagens de pacotões, que são feitos iguais para todos, para que se possa dividir entre alguns as concessões; é preciso que cada casa seja um caso e cada caso tenha uma licitação em dia diferente, para que haja uma competição efetiva nas condições que a sociedade local aceite. Se não for assim, nós vamos ter problemas muito sérios. Eu não esqueço, Ministro Eliseu Resende e eu, como Diretor-geral do DNER, tivemos que resolver uma situação delicada na Cuiabá-Porto Velho, aonde a concorrência tinha dado 497 milhões de dólares. Anulamos a concorrência; fizemos de novo; revisamos o edital e deu 310, com o trabalho depois, em notificações e gestão, a estrada terminou em 250 e tantos milhões de dólares.

Então, senhores, os mesmos, as mesmas empresas que estiveram lá, estiveram em outros lugares, elas estão no papel delas, eu não estou condenando nada. O que é preciso é que o Governo e a sociedade acordem e, no respeito às empresas, o Governo bota as regras e as regras estão aí.

[soa a campanha].

Quando mudamos as regras, o que é que aconteceu? Caiu o preço. E a mesma coisa vale aqui, nós, os usuários, nós, da sociedade, queremos meter a mão nessa história juntos. É isso.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Essa Presidência agradece a manifestação do Dr. Cloraldino e indaga aos Srs. Senadores se desejam utilizar a palavra para a réplica.

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Eu queria apenas dizer que--

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Com a palavra, o Senador Eduardo Azeredo.

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG):

Na verdade, o Senado está muito interessado, tanto é que nós estamos fazendo essa Audiência Pública, nós estamos presentes aqui. O que eu disse é no sentido da nossa ansiedade por soluções, por decisões do Governo. O que vai ficando muito claro é o que Governo tem usado a estratégia política de se eximir das responsabilidades.

Então, quando a questão é polêmica, como a questão do Apagão Aéreo, como a questão das estradas, o Governo começa a dizer assim: "Eu não tenho nada com isso". Começa a fazer até críticas. Então, essa que é a colocação que eu fiz, foi nesse sentido. É evidente que o primeiro objetivo é quem passa pelas estradas, é ter as vias paralelas, nós temos lá Pedra-Juiz de Fora tem vias paralelas lá, para quem puder ir naquele trecho, Belmiro Braga por ali. Então, é evidente que o interesse da população é o primeiro, objetivo que a população possa transitar e nós estamos aqui no Senado é para isso, é para defender a população.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Essa Mesa indaga ao Dr. Cloraldino se deseja utilizar a palavra para a tréplica.

SR. CLORALDINO SEVERO: Eu acho que o Senador fez a colocação, eu quis insistir porque, como nós não sentimos, nós a sociedade, o que arvora a sociedade? Eu sou um cidadão que colocou o seu serviço à disposição de associações de usuários, não como contratado das associações, mas como participante, para que a gente... Eu não acredito em Governo, não tenho posição ideológica e não tenho partido de filiação. Sou um técnico e sempre fui isso, acima de tudo, mas tenho uma obrigação social. Então, eu não acredito em solução de Governo; ou a sociedade toma, e quando falo em Governo, estou falando qualquer Governo; não é deste ou daquele Governo. Ou a sociedade civil toma a mão, leva a sério e tem oportunidade respeitada, que não tem sido, ou então nós vamos ter todas essas mazelas que conhecemos. Então, é só esse ponto que eu queria deixar.

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): V.Exa. está só indo muito longe demais, não é? O Governo precisa ter, precisa regular as relações e tudo mais—

SR. CLORALDINO SEVERO: Sim, eu não tenho nada contra o Governo--

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Não precisa ser um Bakunin—

[soa a campanha].

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Essa Presidência agradece o Sr. Cloraldino Severo pela participação, pelas respostas, enfim, pelas formulações e se coloca aqui à disposi-

ção para novos debates. Eu passo a palavra agora ao Sr. Paulo Godoy, Presidente da ABDIB, pelo prazo de cinco minutos.

SR. PAULO GODOY: Obrigado, Senador. Eu selecionei aqui algumas colocações que foram feitas pelos Srs. Senadores, começando pela Senadora Ideli, eu acho que queria fazer uma sugestão em cima da sugestão de V.Exa., que fez uma sugestão de separar um lote. Eu acho que é válido imaginar-se uma experiência e a minha sugestão é no sentido não de separar o lote para não tumultuar e postergar o processo, talvez a senhora possa verificar com a ANTT, o Ministério dos Transportes, uma identificação de um projeto com características ou um empreendimento com características adequadas para essa experiência e propor, aí sim, se fazer um estudo mais completo e se tentar imaginar algum outro tipo de solução. Eu acho que é válido o que V.Exa. colocou.

Agora, nós vimos como são as coisas diferentes. Já o Senador Júlio Campos está pleiteando até a extensão desse mecanismo, diante da--

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Trocamos já. Se ele... Trocamos já--

SR. PAULO GODOY: Pois é, ele já está colocando... O Senador Delcídio coloca problemas lá na BR-163, que precisa de solução, como eu disse essa solução vem com recursos públicos ou vamos ter que fazer um mecanismo parecido com esse. Apenas para identificar, e até alguns Estados que foram aqui colocados, eu tenho também, todos aqui tem, podem ter acesso ao índice de satisfação ou ao índice de percepção entre rodovias péssimas, ruins e também boas, não é? Por, exemplo, no Estado do Paraná, onde no Estado do Paraná a percepção, pesquisa da CNT, 48% das pessoas pesquisadas concluem que o estado é bom e ótimo das estradas do Paraná. No Rio Grande do Sul 41,7; já no Estado de Santa Catarina, 18% apenas.

Mas, para não politizar, o Estado de Minas Gerais não fica atrás também dessa percepção ruim, com relação às estradas. No Estado de São Paulo, esse índice é de 73,5%. Então, eu acho que aí os usuários estão se manifestando a respeito do que pretendem, do que querem com relação à qualidade das estradas. Que opção o Governo de Minas já, possivelmente com base nesses números, adotou uma solução, está procurando, lá na MG-050, fazer essa experiência que a senhora coloca, uma outra alternativa, com PPP etc, para tentar solucionar o problema.

Com relação a estradas paralelas, também é preciso ter em mente, o Ministro Cloraldino sabe disso, nós temos que separar o muito o mundo desenvolvido dos países em desenvolvimento, como o nosso e

como as estradas que foram construídas nos Estados Unidos, na Europa e nos países desenvolvidos e aquilo que foi feito aqui ou que se deixou de se fazer aqui. Então, obviamente que lá, os recursos públicos foram abundantes; se construiu e aqui não se construiu e o Brasil não é paradigma, nós temos na América Latina, situação semelhante e em regiões menos envolvidas o mesmo problema. Então, agora, fazer estrada paralela, quer dizer, imaginar você vai fazer um investimento, dois investimentos, um aqui pedagiado e outro aqui, é uma coisa absolutamente impraticável. As rotas alternativas, elas podem existir, mas obviamente que vai se congestionar e vão se deteriorar em pouco tempo porque essa percepção do custo/benefício, ela não é fácil imputar na cabeça das pessoas, dos usuários. A tendência é sempre você falar bom: "Eu não vou pagar e vou passar ali". Dificilmente ele vai computar todo o tempo gasto e desgaste etc.

E também é preciso ter em mente que, nos países desenvolvidos, o sistema de pedágio também tem, agora e cada vez mais, também está ligado exatamente a essa percepção do congestionamento, tanto em estradas como em centros urbanos—

[soa a campainha].

Então, está bom. Aí tem diversas colocações que foram feitas por outras pessoas aqui, que eu estou até curioso para ouvir. Com relação à CIDE, Senador Marconi Perillo, é claro que ela não está atingindo o seu objetivo; ela é irmã da CPMF. São contribuições que são colocadas, que são constituídas para uma determinação função, desagrega o pacto federativo, em termos de distribuição de recursos, e também acabam não servindo para as funções a que elas se destinam. Obviamente que se nós tivéssemos condições de ter, no Ministério dos Transportes, os recursos que estão sendo arrecadados da CIDE, a história poderia ser outra. Isso não está ocorrendo e, conseqüentemente, nós estamos aqui debatendo que tipo de solução podemos fazer com o cobertor curto do orçamento público e as suas atribuições e responsabilidades do Poder Público.

O pedágio automático, eu acho que isso está colocado e o sentimento que nós temos em contato com todas as concessionárias, é também nesse sentido. É possível buscar essas alternativas, como eu disse na primeira intervenção. Agora, nós não podemos colocar isso como críticas de que o modelo foi errado porque, naquele momento, também não se tinha nem alternativa tecnológica nem condições de estabelecer esse mecanismo. Então, agora ele tem, para que não se confunda, que se foi feita a coisa errada porque, naquele momento, o que se praticava e o que se tinha era

aquela situação. Então, eu acho que é possível fazer esse tipo de correção e se imaginar essa colocação.

O Senador Marconi Perillo ainda coloca a questão dos recursos, não é? E o que nós podemos fazer, é óbvio que houve um desmonte das equipes técnicas, tanto dos técnicos do Governo, quanto da iniciativa privada, porque o investimento escasseou-se, então se desmontou muito equipamento, que foram perdidos, o Ministro sabe disso, o Ministro Eliseu sabe quantos equipamentos ficaram ociosos, pátios de equipamentos, cemitérios de equipamentos e de técnicos que, depois, se aposentaram e não se consegue repor porque não tinha... O setor elétrico, Senador Delcídio, padece do mesmo problema, em algumas áreas da geração de energia, por exemplo.

Bom, com relação a recursos, nós estimamos que, só em rodovias—

[soa a campainha].

É preciso ter alguma coisa como oito bilhões de reais por ano. Eu estava aqui comentando com o Dr. Valente, quer dizer, os orçamentos mais recentes, com um pouco de liberação de verba, nos dois últimos anos, levou alguma coisa como quatro bilhões de reais, quer dizer, ainda tem uma diferença muito grande a ser cumprida, mas nos anos anteriores, esse valor chegava a dois bilhões de reais. Para se ter uma idéia, as concessionárias privadas, em 10 mil quilômetros, nos últimos 10 anos, investiram, em média, um bilhão de reais por ano, para se estabelecer um tipo de parâmetro. Isso não é demérito porque demérito é pelo fato de não ter orçamento público para fazer. Mas, mesmo tendo orçamento público, Senador, é preciso dotar o DNIT e os organismos do Estado com capacidade até para conseguir gastar. Porque, em muitas ocasiões, a própria situação gerencial não permite, mesmo com recurso, conseguir vencer as etapas do licenciamento ambiental, fazer um edital de licitação, tais são as amarras e intervenções na Justiça ou questionamentos que são feitos e não consegue fazer o que nós chamamos a necessidade de debatermos aqui, Senador, até uma sugestão para essa Comissão, do que nós chamamos um rearranjo institucional. Nós tentamos definir com mais clareza as atribuições e responsabilidades de todos os agentes, não só de Governo, do Estado e da Federação, incluindo os Poderes Legislativo, Judiciário e o Poder Executivo.

Então, com relação a recursos, eu acho que nós vamos encontrar os recursos e formas alternativas de capturar também a iniciativa privada para fazer, como disse o Senador Delcídio, e as Agências cumprem um papel fundamental, Senador Delcídio, essas características foram colocadas por outras pessoas e nós temos—

[soa a campainha].

Essa agência de regulação funcionando de uma forma autônoma e profissional, mas também lhes imputando responsabilidade. Quer dizer que não são um novo poder da Federação; é preciso ter responsabilidade, é preciso ter prazos, cumprimento de desempenho, a nossa idéia, inclusive, que o próprio Senado Federal deveria ser a Casa que pudesse receber essas informações do desempenho da Agência e pudesse, então, cobrar dessas Agências um desempenho adequado.

Eu espero contribuir e colocar, Senador, a ABDIB à disposição dos Srs. Senadores e desta Comissão, quando desejar que nós venhamos contribuir aqui com os debates.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Agradeço a manifestação do Sr. Paulo Godoy, suas respostas muito contundentes. Essa Presidência já se preocupa em elaborar um projeto para cuidar exatamente da institucionalização do setor de transportes. Nós fizemos essa encomenda a nossa assessoria e eu indago aos Srs. Senadores se desejam utilizar da palavra para a réplica--

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Senador Marconi, não é nem réplica, se me permite--

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Senadora Ideli Salvatti com a palavra.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): É, porque depois o Dr. Valente vai ainda responder até... Porque é o seguinte: O dinheiro da CIDE não está carimbado; ele entra no caixa geral, não é? As informações, eu não estou de poder aqui, mas talvez aí o Dr. Valente possa explicitar que nós já alcançamos a equivalência, ou seja, a parte da CIDE que fica com a União, o equivalente já é... Não é? Então, eu acho que isso é um dado importante porque continuamos ouvindo sempre de que não se aplica o recurso da CIDE. Então, eu queria até pedir ao Dr. Valente que pudesse explicitar.

E quero falar sobre Santa Catarina. Nós temos em Santa Catarina a seguinte situação: Tem o trecho norte da BR-101, já duplicado, inclusive com empréstimo internacional, e temos a parte, o trecho sul, que está sendo duplicado exclusivamente com recurso da União. Não tem ali nenhum... Já estamos no terceiro ano de obra, sem nada, tudo recurso do caixa da União. Uma obra que está sendo cumprido o cronograma e tal. Aí a população pergunta para gente assim: "Bom, lá aonde teve, inclusive, endividamento do país para poder fazer a obra, lá vai ser instalado o pedágio. E aonde a União está colocando o recurso não? Então, assim, por que é iniciativa privada não põe o dinheiro na obra para depois cobrar o pedágio?" É a pergunta que as pessoas todas nos fazem. Depois de duplica-

do tudo direitinho aí a iniciativa privada vai instalar a concessão? Assume?

[soa a campanha].

Então, esta é a pergunta, que a gente tem que responder todo dia, lá em Santa Catarina, todo dia. Todo dia a gente tem que responder isso até porque, como a gente não tem e as estradas podem ter uma avaliação aí de 18%, mas as estradas em Santa Catarina melhoraram e muito. Vou dar aqui os dados da 470, 470. Há três anos atrás, número de mortes, 37. No ano seguinte, 26; e no ano passado, 19. Por quê? Porque restauramos, sinalizamos tudo com dinheiro da União. Então, eu acho que é importante responder isso.

SENADOR JAYME CAMPOS (PFL-MT): Que bom, não é?

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Com a palavra, para a réplica, o Senador Delcídio Amaral.

SENADOR DELCIDIO AMARAL (PT-MS): Só, não é réplica, Presidente, eu só gostaria, achei os comentários de todos os palestrantes muito pertinentes e registrando também a forma acurada como o Sr. Paulo Godoy colocou também suas posições, como também o Ministro Cloraldino Severo, como o próprio Geraldo Viana. Mas eu queria só tocar no assunto, o Paulo falou aqui rapidamente, e eu não posso deixar de registrar isso. O empobrecimento de quadros técnicos no Brasil. Olha, o que tem de peladeiro e... Durante... E isso não é de agora não, essa degradação vem de há muito. Vem de há muito, mas de muitos e muitos anos. O setor de energia, então, uma barba-ridade. Hoje tem gente que confunde disjuntor com seccionador; transformador com reator, é um negócio inacreditável... Vertedouro com turbina. Então, eu acho que esse ponto é um ponto muito importante, ele parece que veio assim a reboque dessa nossa discussão, mas nós precisamos qualificar os nossos quadros, nós perdemos muito em termos de inteligência nacional. A experiência que o Brasil conquistou ao longo de muitos anos nós perdemos nas últimas décadas, infelizmente. Hoje, uma empresa de energia contrata serviço em Levallois-Perret, na França. Aquele pessoal que aprendeu a fazer projeto de subestação, de linha, de usina, é capaz de arrumar emprego na França, aqui não. E isto é uma coisa que nós temos que discutir também, a engenharia nacional nesse processo de privatização. Porque eles foram relegados—

[soa a campanha].

SENADOR DELCIDIO AMARAL (PT-MS): Nós começamos com a privatização a gerar emprego lá fora e desqualificamos os nossos quadros; engenheiros aí de vários setores estão aí vendendo sanduíche na praia, são donos de restaurante, de boteco no Rio de

Janeiro e nós perdemos tudo aquilo que foi investido principalmente na qualificação dos nossos quadros técnicos. Eu vejo o Ministro Cloraldino falar, o Ministro Eliseu Resende, vamos comparar o setor elétrico daquela época, por exemplo, o setor de infra-estrutura daquela época com que existe hoje, como diz o Raul Seixas “pare o mundo que eu quero descer”.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Com a palavra, para a réplica, o Senador Jayme Campos.

SENADOR JAYME CAMPOS (PFL-MT): Eu queria aproveitar a presença da Senadora Ideli, dizer aqui que estou querendo até comprar a casa em Camburiú para ir para lá, tendo em vista os dados magníficos—

[risos].

É uma pena que isso só aconteça em Santa Catarina, no Estado dela lá. Mas só recordando aqui, em épocas passadas, nós tínhamos o Fundo Rodoviário, mantinha o DNER, mantinha também o Departamento de Estradas e Rodagem de todos os Estados da Federação. Veio a CIDE e a cobrança da CIDE, na verdade, a CIDE, partezinha dela vai para os municípios; parte maior vai para os Estados e a parte do Leão, ou seja, o grosso do bolo, fica para o Governo Federal. Eu pergunto: Será que estão investindo realmente aquilo que fica para o Governo Federal nas estradas? Eu imagino que nem 20%, 30% de tudo aquilo que arrecada com a CIDE, está sendo investido, Paulo, nas rodovias para a manutenção, restauração etc.

Feito isso, o que é que ocorre?—

[soa a campanha].

Eu imagino que se o Governo investisse tudo aquilo que arrecada da CIDE, quase que era suficiente para mantermos as rodovias em bom Estado de conservação. Eu acho que, Sr. Presidente, é fundamental que nós aqui fazermos com que através dessa Comissão ou do próprio Senado, saibamos de quanto efetivamente arrecada a CIDE e de quanto está sendo repassado aos Municípios, aos Estados e quanto fica para o Governo Federal, e quanto realmente está sendo investido todos os anos, nas obras federais, na manutenção e construção das rodovias, sob pena, naturalmente, de todos nós brasileiros estarmos contribuindo e lamentavelmente não estar sendo retornado para a nossa população.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Dr. Paulo, eu fiz uma pergunta aos Drs. José Alexandre, José Augusto Vicente, depois o Senador Delcídio corroborou, relativamente à questão da deficiência ou carência de profissionais na área de transportes, engenheiros, topógrafos etc, eu faço também a V.Exa. essa pergunta, se o senhor

acha que efetivamente, nos últimos anos, deixou-se em segundo plano a formação de profissionais qualificados ou a valorização de profissionais qualificados para o setor.

E, por último, gostaria apenas de trazer um dado. Nós conseguimos, depois de muito trabalho, os Governadores da época, Aécio, eu, Geraldo Alckmin etc, viabilizar que uma parte da CIDE, dos recursos da CIDE, fosse transferida aos Estados e Municípios. No meu caso, no caso de Goiás, por exemplo, apenas com os recursos destinados ao Estado, nós concluímos quase 30 rodovias, porque os recursos foram integralmente destinados à infra-estrutura. De modo que se, efetivamente os recursos da CIDE forem todos aplicados no setor de infra-estrutura, nós teremos uma revolução nesse país. Com a palavra V.Sa. para a tréplica.

SR. PAULO GODOY: Obrigado, Senador. Bom, então eu vou começar por esse ponto da formação. Óbvio que isso ocorreu, o Senador Delcídio deu esse testemunho. Eu acho que todos aqui são cientes desse movimento muito pernicioso para o desenvolvimento técnico do país.

Então, eu vou me permitir aqui fazer uma propagandazinha rápida, percebendo isso, a ABDIB está organizando cursos de extensão universitária focado em infra-estrutura, através do nosso site www.abdib.org.br, nós estruturamos, em convênio com a Fundação Getúlio Vargas, a Universidade de São Paulo e instituições de crédito aí no ensino, MBAs para energia, infra-estrutura e agora que está me ocorrendo até, eu espero que tenhamos condições de montar turmas para logística, que os investimentos possam retornar. E inauguramos um curso no Rio de Janeiro, em meio ambiente, especificamente voltado ao desenvolvimento da infra-estrutura. E oferecemos, estamos oferecendo à iniciativa privada, oferecendo bolsa de estudos para o Ministério Público, para agentes do Governo que mexem com essas matérias e obviamente a essas pessoas ligadas à iniciativa privada. Achamos que iniciativas como essa poderão ajudar e nós vamos incentivar muito para que se pratique, esse caso é de pós-graduação, já de pessoas formadas, acho que nós podemos já imaginar alguma coisa e, com o Ministério da Educação, até tentar algum tipo de convênio mais extenso nesse sentido.

Também sobre a colocação da Senadora Ideli, PPP, concessão, podem se criar muitas alternativas, aqui foram colocadas aqui, nós não precisamos ficar numa nota só, por exemplo, o Governo do Estado de São Paulo, nesse momento, está anunciando que, para resolver o problema do Rodoanel na cidade de São Paulo, todos aqui devem conhecer razoavelmente os problemas de trânsito que se enfrentam lá, e ali então

se está adotando um critério que é pedagogiar trechos já construídos, e com direito de outorga, ou seja, arrecadando recurso, coisas que foram feitas em Chicago, por exemplo, Illinois, nos Estados Unidos, onde o Governo americano arrecadou, nessas duas estradas, oito bilhões de dólares, oito bilhões de dólares em direitos de outorga. É claro que, lá, as outorgas são de 70 a 100 anos e, obviamente, todos devem imaginar o volume de tráfego e a renda de que nós estamos falando, o arrendamento que nós estamos falando lá. Bom, mas essa é uma solução, quer dizer, vai pedagogiar um trecho, retirar direito de outorga, para ajudar a construir o trecho sul, conseqüentemente, o trecho oeste ajudar a construir o trecho sul e, depois, o trecho sul pronto se ajuda, inclusive o trecho sul faz parte do PAC, que nós esperamos que realmente se efetive e aí vai se construir o trecho leste.

Assim também tem a rodovia dos Tamoios, que é um corredor para o Porto de São Sebastião e o perímetro urbano de São Sebastião para acessar o Porto; da mesma forma serão obtidos recursos com relação à Carvalho Pinto e à Airton Senna, que são as rodovias que acessam lá ao litoral.

Então, eu acho que nós podemos fazer essa criatividade para conseguir encontrar soluções alternativas e algumas com orçamento público, orçamento público, DNIT ou Governo do Estado, resolver colocar, ampliar o atendimento entre eixos que são financiáveis, talvez, estender em vicinais para que haja não duplicação, mas melhorias de sinalização, de atendimento, estender os atendimentos. O Dr. José Alexandre colocou que, nas pesquisas de opinião, esses atendimentos são requeridos; tem estatística que mostra na rodovia Dutra, em outras, o número de atendimentos que são feitos por esses serviços que... Agora, nós podemos fazer tudo, pode tirar o serviço, baratear, pode diminuir, como o Ministro Cloraldino colocou, pode diminuir o investimento, põe pedágio mínimo. Nós estamos falando desses pedágios desses sete lotes, que estão entre os menores pedágios do país, esses que estão fixados pela Agência, até agora. Estão, entre os menores no país. É claro que a relação entre um e outro não pode ser simplesmente olhar o preço do pedágio de um e de outro, depende do investimento que foi feito em cada uma dessas intervenções que foram feitas.

[soa a campainha].

Muito obrigado, Sr. Presidente.

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM): Pela ordem, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Antes de conceder a palavra a V. Exa., eu que gostaria de registrar aqui o agradecimento dessa Comissão ao Sr. Paulo Godoy, Presidente da

ABDIB, que comparece, num período de 60 dias, pela segunda vez aqui, para trazer com riqueza de detalhes os seus conhecimentos e sua especialidade em relação ao setor da indústria de base, transportes, de infra-estrutura e de logística. Muito obrigado a V.Exa. Esta Comissão estará sempre à disposição. Com a palavra, pela ordem, o Senador Arthur Virgílio.

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM): Sr. Presidente, eu lamento até, participei agora da eleição que tornou o Senador Tasso Jereissati Presidente da Subcomissão de Reforma Tributária da Comissão de Assuntos Econômicos, e por isso não estive presente, como eu gostaria, ao início desta reunião tão relevante. Mas eu quero até transgredir um pouco o Regimento e não deixar de dar uma rápida pincelada o que penso sobre as questões em geral aqui postas.

Em primeiro lugar, eu cumprimento os ilustres depoentes, são as melhores figuras que poderiam, de fato, por suas credenciais, estarem aqui para o debate. Mas eu vejo no Governo um certo hermafroditismo ideológico, ou seja, ele que reduziu os investimentos públicos a patamares ínfimos, e isso é um fato, a gente não briga com matemática, ao mesmo tempo, ele resiste à idéia da iniciativa privada. Dá a impressão de que se divide e está numa transição, se Deus quiser, para melhor, vai evoluindo; a gente não anda para trás, a gente anda para frente—

[soa a campainha].

O Governo resiste e eu estava ouvindo a líder do PT, figura muito querida por mim, mas a idéia da iniciativa privada tem que infra-estruturar para depois lucrar. É algo assim, como se eu estivesse num shopping center, só eu, aí passa a Gisele Bündchen e olha para mim. Só tenho eu. Então, é para mim, por mais que eu não mereça. Aí ela olha para mim, aí, como ela olhou para mim e sorriu para mim, eu não só fico surpreso com aquilo, como começo a me auto-flagelar, começo a me auto-espantar, porque eu digo: “Meu Deus!” Eu fico como um penitente dos tempos da Inquisição. Eu digo: “Eu tenho que pisar agora em espinhos porque eu não mereço o sorriso que ela me deu”. É preciso parar essa resistência. Para mim, o diagnóstico está muito claro: o Governo tem acertos macroeconômicos. Fez, quando eu digo Governo, vem dos anos 90 para cá, e eu incluo aí o Presidente Fernando Henrique e incluo o Presidente Lula, acertos macroeconômicos.

O Governo arrefeceu o ânimo reformista; ele não está tocando reformas, isso vai limitar obrigatoriamente o crescimento a que ele teria direito. Há um nó fiscal que tem que ser desatado. Esse nó fiscal não resolve só com a economia, eu sou favor da economia, mas não se resolve só com economia, se resolve com reformas estruturais. Nós temos, a meu ver, uma grave

crise de gerência; o Governo opera mal e não opera a tempo e a hora o máximo que poderia da máquina administrativa.

Para mim, a coisa está muito clara, o Governo precisa prestigiar as agências ao invés de digladiar com elas. O Governo precisa fazer mais privatizações e precisa fazer mais concessões. Ele precisa assumir a sua postura de Estado que recupera sua capacidade de investir da infra-estrutura, para atrair os capitais privados que vão tocar o desenvolvimento às taxas sonhadas pelo Presidente Lula, que são taxas compatíveis com as possibilidades do Brasil, mas, para elas serem atingidas, efetivamente, por longo prazo, de maneira sustentada, é fundamental se recuperar a capacidade de investimento do Estado para a infra-estrutura—

[soa a campainha].

Se jogar, sem nenhum preconceito, em relação à empresa à privada; privatizar mais sim, conceder mais. Em outras palavras, ir buscar o capital que falta ao Estado brasileiro onde ele sobra, ele está sobrando no mundo ainda; nós não precisaríamos ter tanta preocupação com dinheiro da Petrobrás e da Eletrobrás, desviando até de programas outros, se nós temos um excesso de liquidez jamais visto nos últimos 40 anos da economia internacional.

Obrigado, Sr. Presidente, por ter aberto essa exceção. Eu não poderia deixar de expor o meu pensamento.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Essa Presidência acolhe e registra a questão de ordem do ilustre Senador Arthur Virgílio. Concedo a palavra para resposta ao Sr. José Augusto Da Fonseca Valente, Secretário de Política Nacional de Transportes, do Ministério dos Transportes, SNT. V.Exa. tem a palavra por cinco minutos.

SR. JOSÉ AUGUSTO DE FONSECA VALENTE: Muito obrigado. Tem aqui um conjunto de perguntas que naturalmente levaria muito mais que cinco minutos e, então, eu vou ter que selecionar alguma coisa aqui.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Está bem.

SR. JOSÉ AUGUSTO DE FONSECA VALENTE: Primeiro, dois mitos que acho que precisam ser derrubados, e eu pretendo derrubá-los com fundamentação. Ao contrário, eles são erigidos sem fundamentação, e eu pretendo derrubá-los com fundamentação. Por quê? Porque se a gente não fizer um diagnóstico adequado, nós não vamos desenvolver as ações e não vamos alcançar os resultados que são pretendidos. O primeiro mito é de que as estradas boas são estradas seguras, o que não é verdade. Essa pesquisa do IPEA, que eu recomendo a todos os Senadores e Senadoras leiam, ou então peçam à assessoria para estudá-la adequada-

mente, a pesquisa do IPEA mostra o seguinte: Que... O número que eu tenho é que são 22 bilhões de reais/ano o custo dos acidentes. Desse custo, seis bilhões e meio são nas rodovias federais e 15 bilhões e meio são das rodovias Estaduais e Municipais. Agora, o dado mais definitivo. Que malha os senhores acreditariam que seria a de maior custo dos acidentes? Que malha de que Estado teria o maior custo de acidentes? Se a gente for seguir pela lógica de que as estradas boas são as estradas seguras, tentar fazer essa correlação entre estrada boa e segurança no trânsito, a última opção que a gente diria é São Paulo. Concorde? São Paulo não pode ser a estrada com maior custo de acidentes porque é a melhor malha rodoviária do País. Quer dizer, não é a malha federal em São Paulo, não. É a malha Estadual de São Paulo. É a que tem o maior custo de acidentes. Três bilhões e trezentos milhões.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: [pronunciamento fora do microfone].

SR. JOSÉ AUGUSTO DE FONSECA VALENTE:

Claro, mas é isso. Porque não existe essa correlação. A correlação correta é: Quais são as verdadeiras causas dos acidentes? Onde tem muito movimento de veículo, tem maior tendência de acidentes e de mortes, não é isso? Agora, nos levantamentos da Polícia Rodoviária Federal, e nos levantamentos da Pancary, que é uma gerenciadora de risco que se debruça exclusivamente sobre caminhões, sobre os clientes dela, as causas são a imprudência, no caso dos caminhões, o excesso de peso, o cansaço do motorista e, lá atrás, agregadas a essas causas, condições geométricas das rodovias. Que condições? Tem uma grande rampa descendente e, no final da rampa, tem uma curva de raio pequeno. Isso, às vezes, até tem a sinalização, mas se não tiver a sinalização, aí é um problema de sinalização. Mas, em muitos casos, têm a sinalização, mas ele vem com excesso de peso, vem cansado e ele não consegue segurar o caminhão. Isso quem diz é a Pancary, não sou eu. Eu recomendaria também que os senhores fossem atrás dessa informação.

No caso de veículos em geral, é a imprudência. E isso é que eu acho que é uma pauta a ser construída, entre o Governo Federal e os Governos Estaduais, Municipais, a sociedade, o Congresso, todo mundo, para atacar essa causa que é a fundamental, que é a imprudência. É a direção agressiva, é a irresponsabilidade de grande parte dos condutores, é a forma agressiva ou não defensiva, que aí pode ser uma forma de você tratar esse problema, que as pessoas tenham, sejam formadas em direção defensiva e coisas desse tipo. Então, essa é uma correlação. E daí que é bom ter estradas em—

[soa a campanha].

Situações precárias para que não tenha acidente? Claro que não. Eu sou projetista geométrico, tenho 34 anos nessa área, trabalhei na ponte Rio-Niterói, fiz inúmeros projetos, sou projetista geométrico. A questão da geometria da via, e as condições do pavimento, tudo isso, sinalização, são fundamentais para um tráfego mais seguro. Mas elas são totalmente insuficientes. E quem diz isso não sou eu, nem ninguém. São órgãos como o IPEA e a Polícia Rodoviária Federal, quando faz lá as pesquisas delas de causas de acidente.

O segundo mito, esse é duro, porque inclusive está presente aqui o Vice-Presidente da Sessão de Carga da CNT, e a gente vem debatendo esse assunto, e esse é mais difícil, mas eu recomendo a mesma coisa: Que todos se dirijam à pesquisa da CNT, de julho de 2006, e além a pesquisa da CNT. Não vão por conta do que diz a imprensa. Vai lá ler. Veja o que é que a pesquisa diz sobre as condições de pavimentos. Pergunte ao Governador, ex-Governador Marconi Perillo, se aquilo que está lá na pesquisa das rodovias estaduais de Goiás condiz com que ele sabe das rodovias de Goiás. Aí eu pergunto: A pesquisa está errada? Ela é mentirosa? Não. Não é nada disso. A pesquisa tem uma metodologia que dá um privilégio muito grande para a questão da geometria da via. As rodovias têm que ser duplicadas, com canteiro central, não pode ser com barreira Jersey, essas coisas todas.

Então, ao dar um peso muito grande para a geometria, realmente, do ponto de vista da geometria, uma quantidade grande de rodovias, especialmente as estaduais, não atendem às condições porque elas foram feitas na década de 30, 40, 50, 60, onde o modelo de Projeto era o traçado francês, que privilegiava acompanhar o mínimo de custo, as rampas mais suaves, curvas de raio muito pequeno, aliás, as rampas elevadas. Isso tudo para reduzir ao mínimo o custo da construção da obra. Especialmente o custo de terraplanagem. Então essas rodovias nunca vão tirar nota alta nessa pesquisa. A CNT está correta em fazer isso. Por quê? Porque está vendo, do ponto de vista do caminhoneiro, da empresa, não são desejáveis estradas como em Minas, por exemplo, Poços de Caldas... Toda aquela região ali, Caxambú, Cambuquira, São Lourenço etc, que são rodovias de curva com raio muito pequeno e que causam uma grande dificuldade para os caminhões dirigindo porque o trem-tipo era outro e as condições econômicas também. Mas—

[soa a campanha].

Se vocês olharem as notas do pavimento, vou dar os números agora: Das 109 ligações pesquisadas da CNT, a nota geral foi 71. A nota do pavimento, a nota média do pavimento foi 79. A nota média da sinalização foi 71. Igual à nota geral. E a nota média da geometria

foi 63. Então, essa pesquisa mostra o seguinte, temos que evoluir muito na geometria. Duplicação, duplicações que precisam ser feitas, essa coisa toda. Agora, o pavimento e a sinalização, o que a pesquisa diz é uma outra coisa.

Então, eu acho que essa questão da... Isso remete para quê? Que os Gastos feitos pelo Governo Federal e pelos Governos estaduais, não esqueçam, porque a pesquisa vai a 27 mil quilômetros de rodovias estaduais. Os gastos feitos pelos Governos estaduais deram certo. Peço de novo aqui o testemunho do ex-Governador Marconi Perillo, do pessoal de Minas, que sabe o que é que o Governador Aécio investiu lá nas rodovias. Dinheiro de onde? Da CIDE. Em Minas, o orçamento do DER, em 2005, foi 100 milhões. Só de CIDE, foram 150 milhões, repassados para o Estado. O Governo do Estado pôde fazer--

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG):

Me desculpe, mas o orçamento não foi só 100 milhões, não.

SR. JOSÉ AUGUSTO DE FONSECA VALENTE:

Bom, essa era a informação do pessoal do DER, nas discussões que fazíamos no fórum dos Secretários. Mas, de qualquer maneira, foram 150 milhões de CIDE, São Paulo dá quase 400 milhões, o que dá realmente para fazer muita coisa. Não é possível que com esses investimentos... Agora vou falar do Governo Federal. 2003 e 2004, 2002 também foi muito ruim, já tinha a CIDE sim, em 2002. Foi muito baixo. E teve aqueles um bilhão e novecentos, que são atribuídos na conta da CIDE, que foram para as rodovias estadualizadas, e a gente sabe é sabe que não foram usados nas rodovias estadualizadas. Foi para pagar 13º e outras despesas.

Então, na realidade, 2002 foi muito ruim. 2003 foi ruim, o orçamento do Ministério dos Transportes era um bilhão e 700; 2004 era dois e 400. Tinha um bilhão de dívida do Governo anterior, de obras que tinham sido feitas e não tinham sido pagas. Então, só a partir de 2005, é que o Governo realmente pôde retomar a capacidade de investir, com a criação do PPI, que todos aqui devem conhecer. Então, quanto é que é arrecadado da CIDE? Sete bilhões e meio. A DRU, que é desvinculação de receita da União, é quanto? 20%. Então, para a DRU, vai um bilhão e meio. Ou deveria ir. Então, sobram seis bilhões. Desses seis bilhões, são aplicados aqueles 29% que vão para Estados e Municípios. Que dá mais ou menos 1,8 bilhões. Sobre quanto para o Governo Federal? 4,2 bilhões.

Então, o que é que tem que ser cobrado do Governo Federal? A não ser que alguém ache que não deva fazer o rigor fiscal. Mas todo mundo que está presente aqui, todos os Senadores, eu tenho certeza, que

querem o rigor fiscal. Então, o que sobra efetivamente são quatro bilhões e 200. Então, em 2005 e 2006, o Governo Federal gastou, ele pode ainda nem ter pago totalmente 2006... Em 2006, está pagando em 2007. Assim como teve despesa de 2005 que foi paga em 2006. Mas quando a gente pegar três, quatro anos, nós vamos ver que aquilo que foi empenhado, foi liquidado e foi pago, mas o que está dando é um valor acima desses quatro bilhões e duzentos que sobram para o Governo Federal. E, neste ano, vai ser muito mais. A previsão, nesse ano, é chegar a nove bilhões. Então, se der nove bilhões, vai ser o dobro do valor da CIDE que seria para os Estados. Por que é importante dizer isso? Porque tem um discurso que fala que como o Governo, ao invés da CIDE, tem que fazer PPP ou coisa... No meu modo de ver, e acho que é o pensamento do Governo, do Ministério, acredito que estou falando em nome deles, PPP e concessões têm que ser feitas porque uma fala aqui do Presidente da ABDIB, "o Brasil tem pressa". Não dá para esperar, mesmo que seja um ritmo de nove bilhões por ano, não dá para esperar fazer um determinado investimento que precisa ser em ferrovia, por exemplo, que a CIDE vai muito pouco ainda para ferrovia, daqui a quatro, cinco anos. Tem que fazer já, o Ferroanel de São Paulo tem que atacar já. A Variante Guarapuava – Ipiranga ou Guarapuava-Engenheiro Bley, nos sul, têm que atacar já. A Nova Transnordestina, que já foi a primeira PPP do Governo, que são 75% de recursos da União e 25 da CFM, essa obra que está em andamento, ela tem atacar já. Então, a PPP e a concessão são uma necessidade por causa da velocidade que o Brasil precisa que os investimentos sejam feitos. Não é porque—

[soa a campainha].

Está aplicando assim, esse ano nós já vamos aplicar mais que o valor total da CIDE. Mas precisa de mais ainda. Precisa de muito mais porque nós temos uma necessidade, seja por conta do que não foi feito no passado, seja por conta do ritmo de crescimento, especialmente dos volumes de exportação e importação, que têm uma pressão violentíssima sobre a infraestrutura.

Meu tempo já mais do que acabou, eu gostaria apenas de falar sobre a questão de pessoal, que isso realmente é um ponto extremamente delicado. E ele está acontecendo não só no Governo, está acontecendo nas empresas de obras, devido ao elevadíssimo volume de contratos em andamento no Governo Federal e nos Governos estaduais, por conta dessa CIDE que é repassada para os Governos estaduais, as empresas estão com dificuldade de encontrar gente, de encontrar operador de *motoscraper*, operador de trator, topógrafo, engenheiro... A engenharia, eu

fui engenheiro construtor da época áurea, da década de 70. Assim como tinha a Internacional Engenharia, Temag, todas essas na área de energia, aquela lá da Visão, como é o nome? A Hidroceres, a Montreal. Tinha um grupo Promon, um grupo de elite, que constituía a massa crítica da engenharia nacional. Isso tudo foi desmontado, ao longo tempo. A parte de consultoria foi totalmente desmontada. Hoje, as próprias empreiteiras acabam fazendo o papel das empresas de consultoria, não têm controle tecnológico, antes tinha uma empresa de consultoria que fazia os ensaios. O cara fazia lá o pavimento. Você ia lá tirava amostra, fazia ensaio... Se tivesse fora das especificações, tinha que quebrar e mandar refazer. Não era assim, na década de 70? Isso acabou. Então, as empresas de consultoria foram para vala, as empresas de engenharia também, as de obra, aquele problema de as empresas faturarem, fazerem hoje e só receberem seis meses depois, causou uma insolvência generalizada. Então, com o PPI, que garante o pagamento a tempo, é que nós estamos recuperando essa condição. Então, as agora estão aceitando dar ritmo às obras e tal. Onde é que a gente precisa avançar? Fazer bancos de projetos na área da engenharia consultiva. Por exemplo, na área de projetos de ferrovia, de rodovias, na área de portos, o que é do Poder Público, fazer tudo isso.

Então, isso há um Projeto, dentro do DNIT, já está se investindo muito mais em projetos, mas a gente não está fazendo um banco de projetos. Nós estamos fazendo projetos que já deviam ter sido feitos e não foram. E na parte do DNIT, especialmente, o que o Governo fez, que foi abrir concursos. Então, foram chamados cerca de 500 profissionais. Para se ter uma idéia, no DNIT Sede, em 2000, até esse concurso, tinham 20 engenheiros. Um volume gigantesco de contratos e 20 engenheiros para dar conta disso. Na Antiga SUNIT(F), que agora se chama Superintendência Regional, e nas residências, que também têm um outro nome, mas pra mim é distrito... É nomenclatura antiga, nas residências, era um vexame também. Não existia gente suficiente. Santa Catarina era até privilegiada porque tinham lá dois ou três, pessoal da antiga, que eram de lá mesmo, que ficaram, e que deram uma ajuda significativa lá para o João José. Mas a maioria dos Estados não tinha gente para dar conta do desafio que precisava.

Então, abertura de concurso e um trabalho de formação, que foi outra coisa... Eu trabalhei também no IPR. O IPR fazia um trabalho de formação de engenheiros residentes, dos engenheiros em geral do DNER. Também isso aí acabou, o IPR acabou virando uma coordenação, DSIII lá, tinha sido uma Diretoria do DNER e agora a atual gestão—

[soa a campanha].

Levou o IPR para uma assessoria especial da Diretoria. Mas ainda não é a solução. A gente tem discutido, no Ministério, a criação de uma empresa de pesquisa de transporte, que foi outra coisa grave que aconteceu, que foi a extinção do GEIPOT e, com isso, juntou esse quadro todo. Engenharia consultiva, na área acadêmica também houve uma redução grande e nós, então, ficamos... Nós temos que correr agora atrás do prejuízo. Teriam outros assuntos aqui, coisas que foram perguntadas, mas acho que as mais importantes são essas daí. Ah, sim, uma pergunta do...

SENADOR FRANCISCO DORNELLES (PP-RJ): Sr. Presidente, eu queria dizer que o Presidente Lula fez ontem um discurso no Rio, dizendo da importância que ele dá ao problema do transporte marítimo no Brasil. Eu gostaria de conhecer qual é a política do Ministério nesse setor, o que tem sido feito até agora e o que se pretende fazer.

SR. JOSÉ AUGUSTO DE FONSECA VALENTE: Primeiro eu quero--

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Com licença, eu gostaria de passar a palavra ao Senador Eduardo Azeredo, para réplica, já que o Senador Francisco Dornelles já utilizou da palavra, para que V. Exa. possa encerrar, já que nós vamos encerrar 10 para as duas essa Sessão, tendo em vista que nós vamos iniciar a Sessão deliberativa do Senado. Com a palavra, o Senador Eduardo Azeredo.

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Dr. José Augusto, apenas é a questão, eu tenho já defendido aqui que nós precisamos ter, tendo em vista o crescimento do país, o crescimento da demanda de automóveis, do tráfego, precisamos ter um pensamento grande, digamos, pensar grande. E não interessa se é esse Governo ou se é o Governo passado. É termos realmente um plano de duplicação das rodovias que estão congestionadas, o Projeto dos metrô para transporte urbano, para assim nós diminuirmos o movimento de automóveis dentro das grandes cidades. Agora, para isso, tem que ter financiamento externo, tem que ter dinheiro de concessão, tem que ter dinheiro público. Então, eu sei que não é só problema de dinheiro que justifica a concessão. O tempo é importante. Mas é dinheiro também, porque, não é só dinheiro, por exemplo, no caso da BR-040, Brasília-Belo Horizonte, não é só dinheiro não. Tem quatro anos que nós estamos lutando para conseguir retomar a duplicação e está começando agora. Quatro anos. Eu consegui aprovar Emenda no Orçamento. Agora está saindo. Então, está bem, vou cumprimentar o Governo agora que está conseguindo fazer. Quatro anos e não foi problema de dinheiro. Mas é problema de dinheiro

em outros momentos sim porque têm muitas estradas que não têm dinheiro para fazer a duplicação.

Agora, eu queria, realmente eu fico pouco, eu passo só com essa postura, às vezes, de diminuir o problema, que é um pouco o que o Zuanazzi fez, na questão da... Que foi infeliz em dizer que não existe problema na área aérea. Mas, na verdade, nessa pelo menos nessa área, existe problema sim. É evidente que falta sinalização, é evidente que o motorista é imprudente, mas tem problema de peso de estrada, mas tem também más estradas. É claro que uma estrada duplicada, com um movimento grande, o número de acidentes é menor. Os gráficos são muito claros. Os gráficos de acidentes em estradas pedagiadas mostram que é menor o número de acidentes em estradas pedagiadas porque, então, são estradas melhores. Mas eu deixo a última pergunta, que eu fiz, que dia que vai ter a concessão de rodovias, o primeiro lote e o segundo?

SR. JOSÉ AUGUSTO DA FONSECA VALENTE:

Isso, são duas respostas que estão faltando, não?

[soa a campainha].

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Sr. Secretário, eu vou destinar dois minutos. Eu vou pedir para ser muito sucinto—

SR. JOSÉ AUGUSTO DA FONSECA VALENTE:

Sim, eu vou tentar ser extremamente objetivo--

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Senão o nosso Presidente da ANTT será prejudicado e nós gostaríamos muito de ouvi-lo. Com a palavra, por dois minutos.

SR. JOSÉ AUGUSTO DA FONSECA VALENTE:

A PPP da BR-116 e da 324, eu vou deixar para o José Alexandre responder, parece que já está tudo pronto para sair. Não há impedimento. O TCU já analisou, parece que já devolveu para a ANTT e vai sair. Esses sete lotes, que podem ser sete, seis ou cinco, vai depender das conversas, há uma decisão do Governo de levar a termo agora o mais rápido possível. Foram um ano e oito meses do TCU apreciando de maio de 2005 até dezembro de 2006. Com relação às PPPs--

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG):

Então, eu tenho razão com relação à Senadora Ideli, não é? Porque um ano e oito meses, o Governo está há quatro anos e três meses, então tem mais tempo por fora do TCU.

SR. JOSÉ AUGUSTO DA FONSECA VALENTE:

É, mas é que, quando foi feito no Governo anterior, tinha muitos problemas que o próprio TCU também tinha apontado, e foi feita toda uma revisão. Tem razão. Podia ter sido mais rápido? Podia ter sido mais rápido. Nós queríamos que fosse mais rápido? Querí-

amos. Mas não foi. Mas não era e não é um problema ideológico—

[soa a campainha].

Com relação a PPPs, então é isso. É essa, a do Ferroanel de São Paulo, a MRS já apresentou um Projeto e está sendo analisado internamente, assim que tiver o sinal verde, seja interno ou seja do TCU, que sempre tem que passar pelo TCU, o Ferroanel vai ser feito. Já tem a PPP da Nova Transnordestina, que eu já mencionei aqui, e vamos passar agora para a BR-116, em Minas, que está na fila e outras possibilidades. Porque nós já encaminhamos um pedido à ANTT da terceira etapa de concessões, que seria, não é, José Alexandre, em torno de cinco mil quilômetros possíveis. Mas, com a lei da PPP, pode ser que tenham coisas que não sejam exatamente concessão. Pode ser na linha de PPP. Mas isso é algo que o José Alexandre pode falar.

Com relação à questão do transporte marítimo, a primeira coisa que eu tenho que confessar é que a gente ainda não avançou tudo o que deveria ter avançado. Houve um--

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Houve algum tempo que foi avançado?

SR. JOSÉ AUGUSTO DA FONSECA VALENTE:

Houve. Primeira coisa, um investimento na área de dragagem, que é um dos principais gargalos. E as dragagens só não andaram mais rápido, alguns casos, por causa de problema ambiental. Não existe problema, nem orçamentário nem financeiro, porque todas essas dragagens estão no PPI. Vários... Nas hidrovias de navegação interior, estão sendo recuperados e restaurados uma série de portos, inclusive o maior deles, o de Parintins, mas vários portos hidroviários estão sendo trabalhados. Acessos, na área de portos, que não é exatamente no transporte marítimo, mas que vai refletir lá--

SENADOR FRANCISCO DORNELLES (PP-RJ):

É só para ficar claro sobre a pergunta, o seguinte, eu não me referi a portos nem infra-estrutura. Eu quero aquela diferença entre empresas brasileiras de navegação e empresas estrangeiras de navegação. Porque todas elas utilizam os portos, todas elas... Qual é o... O que é que tem sido feito para que o Brasil tem possa ter empresas brasileiras de navegação?

SR. JOSÉ AUGUSTO DA FONSECA VALENTE:

Isso que eu estava dizendo. Isso aí ainda é uma fragilidade. Porque isso não é uma discussão concluída dentro do Governo. Mas já se avançou muito na parte de Marinha Mercante, de construção de embarcações. Avançou-se alguma coisa na área de cabotagem. Na minha opinião, ainda alguém daquilo que é necessário e, no PAC, está lá a previsão da conclusão de Tucuruí,

das eclusas de Tucuruí, mas que também ainda é algo insuficiente. Embora o fato de ter infra-estrutura não quer dizer que os operadores vão utilizar a infra-estrutura porque toda a produção de soja do oeste do Paraná, embora tenha uma ferrovia que saia de Cascavel e vá até o Porto de Paranaguá ou São Francisco do Sul, a soja não vai pela ferrovia. Ela vai por caminhão. Então, além de ter a infra-estrutura, tem que ver outros mecanismos para induzir ou para romper a cultura rodoviária ou induzir os operadores, os produtores a utilizarem a ferrovia e as hidrovias, naquilo que é mais adequado para elas.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Eu indago ao Senador Francisco Dornelles se ele está satisfeito com as respostas. Com a palavra o Senador Francisco Dornelles.

SENADOR FRANCISCO DORNELLES (PP-RJ): Sr. Presidente, o que eu diria é o seguinte, existe aqui uma confusão muito grande entre estaleiro e Companhia Brasileira de Navegação; entre porto e empresas brasileiras de navegação. Hoje nós gastamos seis a cinco bilhões de dólares por ano, pagando os nossos *spreads* a empresas estrangeiras de navegação. Eu reconheço que têm sido feitos investimentos em portos, tem se tido preocupação com as hidrovias, nós estamos misturando as coisas. Nós precisamos... O que é que existe? Qual é a política do Governo em relação à navegação marítima, à navegação? O que tem sido feito—

[soa a campanha].

Para que as empresas brasileiras de navegação possam ficar no mercado? Não é problema de infra-estrutura, de investimento. É em relação ao custo Brasil que hoje as empresas brasileiras de navegação não conseguem competir com empresas registradas em paraísos fiscais e que operam no Brasil.

SR. JOSÉ AUGUSTO DA FONSECA VALENTE: Inclusive tem empresas brasileiras que fazem isso também. Vai para lá, pega o navio--

SENADOR FRANCISCO DORNELLES (PP-RJ): Não, não é empresa brasileira; dois brasileiros constituem uma empresa no estrangeiro para não pagar imposto aqui e agora nós vamos ter, com o veto da Emenda 03, profissionais liberais no Brasil que vão constituir no Uruguai para operar aqui. De modo que o problema básico é que não existe ainda uma política voltada para o transporte marítimo, principalmente para o fortalecimento de empresas brasileiras de navegação.

[Soa a campanha].

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Bom, eu concedo a palavra ao Dr.

José Alexandre, Presidente da ANTT, para responder aos questionamentos, por 10 minutos.

DR. JOSÉ ALEXANDRE NOGUEIRA DE RESENDE: Bom, acho que tem um volume enorme de perguntas aqui. É uma pena, se eu não puder esclarecer tudo, eu saio até um pouco--

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Com licença, Sr. Presidente. Eu gostaria apenas de esclarecer que estou destinando 10 minutos ao Dr. José Alexandre pelo número de perguntas, o volume de perguntas é muito grande e o nosso Secretário José Augusto teve quase 40 minutos para fazer as suas respostas. Com a palavra, o Dr. José Alexandre.

DR. JOSÉ ALEXANDRE NOGUEIRA DE RESENDE: Bom, a primeira questão aqui, até pela ordem, vou responder à Senadora Ideli, ela fez uma primeira colocação sobre... Que o segundo modelo de concessões deveria utilizar receitas alternativas, uso da via, que não entra na tarifa. Romero, você pode colocar aquela apresentação? Eu quero dizer à senhora que praticamente desde que a Agência foi criada, todos os anos, o reajuste final da tarifa... Posso me aproximar ali, só para explicar? Esse é o reajuste da tarifa. Reajuste simples. Simplesmente a aplicação do reajuste. Esse é o reajuste com a revisão da Agência. É o que foi aplicado. Desde 2002 a 2006, todas as concessões baixaram o valor real da tarifa. Se puder abrir um, mais rápido... No caso da Nova Dutra, o acumulado seria 63, foi 61 o real. Esse é o caso da CONGER, BR-040, em Juiz de Fora. Além dessa redução, foi antecipada, em 10 anos, toda a construção da nova rampa de subida da Rio-Petrópolis. Essa CRT, Rio-Teresópolis--

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Esse percentual é em IGPM, alguma coisa?

DR. JOSÉ ALEXANDRE NOGUEIRA DE RESENDE: Esse é a CONCEPA, no Rio Grande do Sul, oi?

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Esse percentual--

DR. JOSÉ ALEXANDRE NOGUEIRA DE RESENDE: É o acumulado de 2002 a 2006.

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Não, mas eu sei, mas é em IGPM, é um índice próprio, o que é?

DR. JOSÉ ALEXANDRE NOGUEIRA DE RESENDE: É uma fórmula paramétrica que é adotada no caso das concessões. Eu vou fazer o comparativo no final. Esse é o caso de CONCEPA, no Rio Grande do Sul; esse é o caso da ponte Rio-Niterói. Você tem aquele quadro... Deixa-me pegar aqui, Senador, só para lhe fazer o... Desculpe. Com relação à questão do IGPM, também com isso eu respondo aqui a per-

gunta da Senadora Ideli, se eu adotasse o modelo da ANEEL, eu teria um cumulativo aí maior, se a senhora verificar seria o reajuste real visa àquela coluna de IGPM. Essa coluna aqui. Se eu adotasse o modelo da ANEEL, esse seria o valor adicional que eu teria que aplicar à tarifa hoje. Por isso, que inclusive, eu defendi a questão da prática fórmula paramétrica como fórmula de correção mais correta, tanto do ponto de vista do usuário, quanto do ponto de vista do investidor.

Com relação, ainda, à questão que foi colocada de que os benefícios responderiam por 29%, o resto é operacional, eu comentei aqui no início, a senhora não estava, eu comentei a questão de que nós contabilizamos diferentes. Então, todo o serviço de sinalização, pintura de pista, a sinalização vertical ou horizontal, conservação, limpeza de bueiros, tudo isso que é feito nos contratos do DNER e que se fala que são investimentos do DNIT, na verdade, para nós, é custo operacional. Então a manutenção do pavimento é custo operacional. Investimento, e por isso que é só 29%, ele corresponde à agregação de patrimônio da União, ou seja, é uma duplicação que não existe, é um trevo novo que não existe, é uma terceira faixa que não existe.

Com relação, ainda, à questão do Espírito Santo, o 8º lote foi retirado porque não tinha estudo ambiental, ou seja, o TCU não iria aprová-lo porque não tinha o estudo ambiental concluído. E, na verdade, o que nós temos no Brasil, e aí é preciso distinguir para que não se seja... Não se coloque de forma adequada essa discussão de rodovias, nós temos na verdade três modelos de concessão de rodovias, de concessões de rodovias implantadas no Brasil. Tem um que é o federal, tem um que é o de São Paulo, tem um que é do Rio Grande do Sul. Existem, em função desses modelos, problemas em cada um desses modelos. Eu, a pedido inclusive, do Ministro, na época, e do Governador Rigotto, eu fiz um estudo profundo no problema das concessões do Rio Grande do Sul. Não quero entrar nesse mérito, mas até porque não é uma gestão minha, mas eu fiz e apresentei minhas sugestões e como é que a Agência via que poderia ter resolvido. Então, existem problemas na modelagem e existem problemas na gestão dos contratos que geram decorrências das tarifas.

Quando eu entrei na Agência, em 2002, a tarifa do Rio Grande do Sul e do Paraná era abaixo das tarifas federais. Hoje são maiores. Quer dizer, paga por trafegar numa rodovia como a Dutra, uma tarifa menor, sempre comparado a uma tarifa por cem quilômetros, então não é um valor nominal que está lá, do que uma pista simples no Rio Grande do Sul. Um dos grandes problemas que aconteceram foi gestão. Se tem uma

concessão de 15 anos; prazo já inadequado. Com cinco anos de concessão você retira todos os investimentos que estão diluídos em 15 anos. Fica quatro anos sem dar reajuste ao concessionário. Direito de contrato. No final, o que acontece? É uma pancada, que você tem que voltar com os investimentos, mas só pode diluir eles em sete, oito anos. Então, o reflexo para fazer a mesma coisa do início é muito maior. E repor perdas de reajuste de quatro anos atrás gera um rebatimento maior. Então, o contrato hoje ele tem a mesma cara que o contrato no início, mas uma tarifa real muito mais alta. A culpa é de fazer a concessão ou não fazer a concessão ou de quem gere o contrato?

Então, acho que essa questão, ela precisa ser colocada também, para que não se misturem problemas que são reais, na modelagem do Rio Grande do Sul, que gera uma reação no Rio Grande do Sul e também no Paraná, com outras concessões. É por isso que, quando se faz uma pesquisa hoje, em nível nacional, 77% dos usuários querem concessões rodoviárias. Também em relação a isso, quer dizer, com esse estudo que o Paulo Godoy mencionou, eu conheço ele, inclusive está disponível no site da Agência, feito pela USP, quando a gente fala em 34 reais de custo adicional, por não usar uma rodovia concedida, se o pedágio é sete, é cinco ou três, isso, em termos econômicos para o usuário, acho que já estaria resolvido.

Com relação à questão se as concessões terem sido feitas antes, ainda uma colocação da Senadora Ideli, da Agência ser criada, eu diria à senhora que, em termos de rodovia, não. Está visto aí, mas a gente foi até o início das concessões. Em termos de ferrovia, sim. E basta a senhora verificar que toda essa situação de inversão da situação das ferrovias se deu toda por atos regulatórios das Agências, que não havia antes. Havia, inclusive, nos contratos, obrigações para que o Poder Público editasse determinadas regulamentações que não foram feitas. Então, se perdeu aí um espaço na questão ferroviária, grande. E, principalmente no setor de passageiros também, porque o setor já estava 12 anos sem ter sequer fiscalização.

Em relação a essa questão, Presidente, eu queria falar para o senhor até que essa colocação que o frete da Novo Oeste estaria mais alto que o rodoviário, essa me foi cobrada até pelo Presidente da República. Eu sei que essa informação chegou lá—

[soa a campainha].

E eu vou lhe responder a mesma coisa. Eu tenho isso em cima da minha mesa. Não é verdade. Isso foi uma abertura de negociação da Novo Oeste para o próximo ano; mudou completamente a gestão. Então, hoje, eles atuam comercialmente e, na verdade, o Ferroviário tem menos 27 quilômetros ed Rondonópolis,

fazendo a perna da rodoviária até chegar ao Porto de Santos.

Bom, com relação à colocação do Senador Cícero Lucena, já foi praticamente colocado aqui, na verdade, o número de 22 bilhões, como número de custo de acidentes, dito pelo Valente, é esse mesmo.

Em relação ao Senador Eduardo Azeredo, houve realmente, através do Diário Oficial, um despacho do Ministro dia 07 de outubro de 2003, publicado no Diário Oficial do dia 13 do 10 de 2003, que praticamente suspendeu o processo de concessões por um ano e meio. Depois, ele permaneceu exatamente um ano e oito meses no Tribunal de Contas da União.

Em relação à colocação do Senador Jayme Campos, que menciona uma colocação de um Procurador Federal, de que concessão ferroviária rende mais do que o tráfico de drogas, esse mesmo Procurador, ele se retratou no mesmo dia, inclusive, na televisão. E seria impensável uma coisa dessas acontecer, numa realidade hoje de mercado no Brasil. Você tem a Agência, você tem o Tribunal, você tem a CVM, você tem todos os agentes financeiros, essas empresas têm ações na Bolsa de Valores, então, é muito fácil serem precificadas, não só pelos agentes econômicos, pelos próprios investidores, e tem também o BNDES, que analisa e tem sob sua guarda cada concessão que faz conosco.

Sobre critérios e privatização, que foi colocado aqui, na verdade, nós alteramos completamente o critério. O modelo ainda proposto pelo Ministério dos Transportes, em 2005, era a concorrência, com tarifa de... Eu vou pegar apenas uma para citar como exemplo. Vou pegar duas. Fernão Dias e Regis Bittencourt. O Ministério dos Transportes propunha a tarifa 5,38 e 5,05. A Agência, depois que pegou esse processo, está propondo 3,4 e 3,3. Ou seja, essa apreciação de tarifa, como se deu, até respondendo a uma pergunta do Senador Marconi Perillo, ela se deu exatamente verificando os ganhos tecnológicos que os concessionários adquiriram ao longo dos anos.

Então, aquela estrutura como é hoje feita pelo DNIT, CBUQ, nós estamos usando micro revestimento. Hoje, se você verifica uma concessão rodoviária, nós temos uma situação de asfalto que não é adequada, tem um único fornecedor. Hoje, nenhuma concessão rodoviária usa o asfalto do jeito que o DNIT usa.

E também, colocando aqui uma preocupação, quando se fala em manter rodovias em obras públicas, hoje o DNIT as faz através de um programa que ele chama de PIR IV; PIR IV tem quatro anos de vida útil. Ou seja, só o fato da rodovia não ser concessionada, ela já vai custar para a sociedade o dobro do que ela custaria se fosse feita numa modelagem adequada

com, no mínimo, oito anos de vida útil. E como é precificada numa concessão rodoviária. Ou seja, há um ganho real no custo da manutenção daquela estrada, em nível de 25 anos.

Com relação a valores e pedágio, e como é que se chegou aqui também, Senador Jayme Campos, nesse trabalho, participaram, além do TCU, o BID, o BIRD, a ANTT, o BNDES, e da modelagem, quem sugeriu foi a BOVESPA, e CBLC. Com relação a uma rodovia com 10, 12 mil, provavelmente ela é auto-sustentável. Quer dizer, em torno de oito mil, mais ou menos, em VDM, ela já se tornaria uma rodovia, em tese, eu não sei o volume de obras dessa rodovia. Agora, também volto a afirmar aqui, não cabe à Agência definir qual é o objeto de outorga. Não gosto, inclusive, de discutir isso. Cabe ao Governo definir e a Agência promover. A nossa obrigação é fazer estudos. Com relação a fazer estudos, até uma informação que o Dr. Valente colocou, nós estamos estudando sim 15 mil quilômetros adicionais, tanto para PPP, quanto para concessão. Isso não quer dizer que vai ocorrer. A nossa obrigação é estudar.

Com relação à PPP e com relação à segunda etapa, do ponto de vista da Agência e do TCU, está pronto desde dezembro. Eu aguardo uma posição do Governo Federal de publicar ou não esses editais.

Com relação, em termos de as Agências estarem mais frágeis em termos de pessoal também, eu não gostaria de entrar muito na discussão sobre essa questão operacional da Agência. Poderia falar sobre pessoal. Um dos nossos grandes problemas, e aqui respondendo também à pergunta do Senador Marconi Perillo, eu tenho menos da metade do quadro de pessoal previsto em lei. Tenho que fiscalizar cinco mil e quinhentos terminais rodoviários, cerca de 250 empresas... Duas mil e novecentas linhas interestaduais, internacionais de passageiros; quatro mil empresas no fretamento; 850 mil caminhoneiros; 12 concessões ferroviárias; seis concessões rodoviárias; 240 operadores de transporte multimodal e tem alguma coisa em torno de pouco mais de 200 fiscais no Brasil.

Com relação à política tarifária, na verdade, nunca houve um ato específico editando política. Recentemente eu conversei isso com o Ministro Alfredo já, depois que tomou posse, da conveniência de fazer isso. Se tivesse sido estabelecido, um Decreto, como dita a lei 10233, que criou a Agência, que cabe ao Ministro de Estado dos Transportes a edição da política tarifária a ser estabelecida nas outorgas de rodovias concedidas, nós não teríamos nenhum tipo de problema com o TCU. Porque a discussão foi exatamente em cima de qual deve ser a taxa interna de retorno, qual deve ser o sistema de precificação dos custos, coisas que

deveriam estar expedidas através de um ato definindo essas políticas.

Eu vou tentar responder tudo. Em relação à pergunta do Senador Marconi Perillo, tarifa regulada, tarifa *pricecap*, na tarifa regulada, nós tínhamos os pedágios e tinha as linhas interestaduais, se verificaram e nós fizemos uma Audiência Pública e, há coisa de duas semanas, nós editamos uma Resolução da Agência, em que nós transformamos as linhas interestaduais em sistemas *pricecap*, e hoje já operam com o mesmo sistema de descontos que operam as linhas de ônibus.

Pricecap no pedágio é possível. Tanto é que as concessionárias têm contratualmente o direito de praticar descontos. A questão da rodovia é que a concorrência da rodovia se dá na licitação, e não durante... Não há concorrência depois que ela explora. Só no ato de licitação da outorga. Portanto, dificilmente as concessões dariam desconto. No caso específico da Nova Dutra, ela deu, durante sete anos, oito anos, ela isentou as motocicletas. Claro que isso é um problema. Ela está retomando agora. Porque é uma grande despesa que tem em nível de acidentes, mobilização de UTI, mobilização de ambulâncias, são exatamente os acidentes com motos que normalmente geram vítima fatal.

Com relação à pergunta que foi feita em relação à descentralização das rodovias, eu, pessoalmente, sou favor. A Agência obviamente não pode entrar nisso. Com relação ao que foi dito de pedágio fechado, não vejo como fazer rodovias hoje nessa situação, no momento em que o Brasil já tem uma malha constituída. O que se fala é em manter essa malha via alternativa, pedaggiar em pista simples. Essa questão de pedaggiar em pistas simples foi já ultrapassada, inclusive, nos Estados Unidos. Os Estados Unidos está fazendo um grande programa rodoviário, então... Inclusive eles trabalham com uma taxa interna de retorno de 12% em dólar. Já tem o primeiro piloto que a concessão lá em Colorado, que o edital já está na rua, já está em processo licitatório e deve atingir um quantitativo total de um milhão e meio de quilômetros.

Foi mencionado aqui também o nível de percentual de concessão. A Argentina tem mais quilômetros concedidos do que nós. A licitação, em dias diferentes, que foi colocada aqui. Na verdade, essa foi a proposta da Agência. Eu usei essa fórmula na rede ferroviária federal e propusemos, no plano de outorga, ao Governo feito, que fosse feito em dias diferentes. Foi exatamente uma decisão do Palácio e da Casa Civil no sentido de fazer tudo junto. Não foi uma decisão da agência.

Eu vi aqui muito essa questão de conluio. Isso foi muito trabalhado entre a gente e o BOVESPA. Gostaria de saber exatamente onde é que está esse ponto, até que eu possa reabrir a discussão com o BOVESPA. Se existe essa coisa... Foi até perguntado aqui pelo Senador Jayme Campos. Gostaria de saber isso, onde é que está, no edital, esse ponto para que a gente possa discutir. Esse edital foi colocado em Audiência Pública, em momento algum, tendo mil e seiscentas contribuições, foi levantado qualquer ponto em relação a isso. Muito pelo contrário, tudo que foi sugerido em Audiência Pública, em relação aos procedimentos do leilão, foi levado em conta.

Com relação também a essa comparação que se faz muito entre rodovia aqui, e conceito de rodovia lá fora, eu acho que não deve ser misturado. Porque nos Estados Unidos e na Europa o pedágio surge como uma solução para o congestionamento. Você faz uma via lateral porque aquela está congestionada. Então, abre concessão. O México tem uma muito interessante. Exatamente do lado, uma concessionária com pedágio caríssimo, três vezes São Paulo quase, o pedágio de nível São Paulo, ao lado de uma não concessionada, e o tráfego dela está aumentando sem parar, porque leva três, quatro horas a mais você ir na rodovia gratuita.

Agora, esse é o conceito que foi adotado lá fora. Por quê? Porque eles mantêm as suas rodovias. Os Estados Unidos tem um fundo rodoviário muito parecido com o que seria a nossa CIDE hoje, em termos resumidos, e gastam isso mantendo as suas estradas. Eles não precisam conceder para manter estradas. O nosso problema é que nós precisamos conceder para manter as estradas.

Com relação à questão do nível de acidentes, eu acho que tem uma questão que tem que ser verificada aí, se a rodovia é concessionada ou não, tem mais ou não, essa conta, ela não é assim. Essa conta é o número de acidentes por milhão de veículos. Você tem que proporcionalizar as rodovias para poder verificar se têm mais ou menos acidentes. E quando se faz isso se verifica que, efetivamente, na rodovia concedida, tem muito menos acidente.

Com relação ao que foi levantado de pedágio público, eu acho que nem vou entrar aqui. Está o Senador Eliseu Resende aqui, que sabe o que aconteceu com a administração do pedágio do DNER, que chegou no momento, perdão, Dr. Severo também, que também chegou no momento em que a arrecadação de pedágio não chegava a cobrir a despesa de operação da praça de pedágio. E essa é uma questão real. Quer dizer, hoje, mesmo com esse ambiente que nós temos, com a Agência instituída, independente, eu tenho problema em todos os reajustes que a Agência vai conceder. Em

todos os reajustes, eu tenho problemas sérios para implementar esses reajustes. Imagina como é que seria se fosse um órgão da Administração Pública.

Com relação também a uma comparação que foi feita aqui, estou terminando já, Senador Delcídio, com relação a uma comparação que foi feita aqui para se usar também um *benchmark* como empresa, eu quero dizer o seguinte, é muito mais fácil isso na distribuição, na transmissão e na geração. Agora, quando você pega concessão rodoviária, são coisas completamente diferentes. Eu tenho uma rodovia Presidente Dutra, que fatura seiscentos milhões por ano. E eu tenho uma ECOSUL que fatura 40 milhões por ano. São dois negócios completamente diferentes, que vão até exigir uma precificação de rentabilidades diferentes.

Com relação a recurso da CIDE, que a Senadora Ideli falou, já foi colocado, é uma pena porque eu tenho esse quadro na minha Mesa, ontem mesmo o Ministério dos Transportes me mandou. O que foi arrecadado e o que foi gasto no setor de transportes efetivamente. Se a senhora se interessar, depois eu posso mandar esse documento para a senhora.

Com relação à colocação de pedagiar depois de duplicar, por que a iniciativa privada não investe, a senhora pode não concordar com minha linha de raciocínio, Senadora, mas eu penso assim: Eu acho que deveria privatizar ou conceder, assim que acaba a restauração do DNIT. Por quê? Porque a tarifa de pedágio mais barata que vai haver durante 25 anos. Eu diria à senhora, se eu fosse governante, talvez eu fizesse na primeira etapa o seguinte, eu entraria para recuperar a Dutra e depois eu concederia. Eu talvez tivesse a metade da tarifa que eu tenho hoje. Na CON-CER, eu posso dizer, porque é uma coisa que eu fico um pouco impressionado. A CON-CER, ali na saída do Rio de Janeiro para Petrópolis, chegou, logo nos três primeiros anos, a quintuplicar cada pista. Você chega a ter cinco faixas de rolamento de um lado e de outro. Aquilo foi um peso gigantesco no contrato. Se eu não tivesse feito aquilo, no terceiro ano, se eu tivesse feito aquilo no décimo ano, a tarifa cairia. Isso, na verdade, é porque a concessão é um fluxo de caixa. Eu já estou terminando, Senador. Por isso permite a gente fazer uma coisa. Quer dizer, é muito preocupante quando você chega, faz aquele movimento, eu retiro tudo de uma concessão, e depois eu volto com tudo. O impacto é gigantesco. A subida da serra de Petrópolis, nós colocamos o início da Agência, no ano 17 da concessão. O resultado deu menos de 10 centavos na tarifa, e aí fomos trazendo ela devagarzinho, todo ano. Em cima do quê? Em cima dos ganhos de modicidade, em cima dos ganhos de fiscalização, fazendo postergação de algumas obras que não foram realizadas. E, mesmo

assim, dando aquele resultado que deu ali. E vamos começar agora, daqui a dois anos, a duplicação da serra, sem que a tarifa da CON-CER tenha aumentado mais que 10 centavos. Se eu tivesse entrado com ela de uma vez, no ano de 2003, a tarifa subiria mais de um real.

Bom, e finalmente, eu queria só colocar uma colocação aqui também. Ah, Senador, me permita uma coisa, tem um dado interessante aqui. A senhora deve conhecer a Viação Catarinense, lá em Santa Catarina, ele tem uma vida útil de 120 mil quilômetros. Já quando ele trafega na Rio-Juiz de Fora, que ele trafega como mil e um, tem trezentos mil quilômetros de vida útil. Isso em função da situação da rodovia na BR-40 e lá em Santa Catarina. Essa pergunta a senhora pode verificar até com eles diretamente.

Bom, e para concluir aqui, eu espero ter colocado tudo, só queria fazer uma colocação com respeito um pouco a essa questão de pedágio, acho que essa discussão deveria ser uma questão bastante econômica, não no sentido político, até porque qualquer rodovia dessas, e eu cheguei a comentar com o Presidente da República, umas duas semanas atrás. Quem trafega hoje na Regis Bittencourt, trafega 100 quilômetros, deve gastar em torno de 10 litros de gasolina para fazer 100 quilômetros; a CIDE está 18% do litro, não é isso? Então, o litro está 2,50, isso daria, vamos arredondar, 50 centavos, 10 litros, cinco reais. Então, esse pedágio de cinco reais por 100 quilômetros, que nós estamos propondo, ele já é pago hoje, através da CIDE. Obrigado.

[troca de presidência]

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCIDIO AMARAL (PT-MS): Eu gostaria de saber se algum Senador ou Senadora tem réplicas. Parece que o almoço fala mais alto nesse momento. E eu quero... Eu só queria fazer um registro, meu caro José Alexandre, que eu não falei da Ferronorte, não. Eu falei é daquela sucata chamada antiga Noroeste, que é um desastre, e eu estava muito esperançoso que a América Latina Logística desse conta com o recado, mas parece que ela está criando é complicação para quem quer transportar carga através da rodovia nossa lá. E você conhece bem aquele... A crise que nós enfrentamos com a nossa antiga Noroeste.

Eu queria agradecer a todos, ao Paulo Godoy, da ABDIB, ao José Alexandre, da ANTT; ao José Augusto da Fonseca Valente, nosso Secretário Nacional de Políticas de Transporte; ao ex-Ministro Cloraldino Severo, aqui presente, Consultor, ao Geraldo Viana, da ANTC, agradecer a atenção de todos que nos acompanharam até agora. Parabenizar a Senadora Ideli pela

iniciativa, cumprimentar o nosso ex-Ministro Senador Eliseu Resende.

E só registrar que nós teremos uma reunião na terça-feira, às 17... No dia 17, às 10h00, uma Audiência Pública conjunta com a Comissão de Meio Ambiente, com a Comissão de Relações Exteriores e a Comissão de Infra-estrutura, conforme o Requerimento apresentado pelo Senador Inácio Arruda, sobre fontes alternativas de energia.

E, no mesmo dia, às 14h00, teremos uma Sessão Administrativa Deliberativa, a partir das 14h00, tratando de matérias de caráter terminativo e não terminativo. Eu quero agradecer a atenção de todos, a competência com que expuseram esses temas todos, e muito obrigado.

Sessão encerrada às 14h08.

**SECRETARIA DE COMISSÕES
SUBSECRETARIA DE APOIO ÀS COMISSÕES
PERMANENTES
COMISSÃO DE SERVIÇOS DE
INFRA-ESTRUTURA**

Ata da 12ª Reunião, extraordinária, da Comissão de Serviços de Infra-Estrutura, da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura, realizada em 12 de abril de 2007, às 10:00 horas, na sala de reunião nº 13 da Ala Senador Alexandre Costa, Anexo II.

Às dez horas e quatorze minutos do dia doze de abril do ano de dois mil e sete, na sala de reuniões da comissão, sob a Presidência do Senador MARCONI PERILLO, reúne-se a Comissão de Serviços de Infra-Estrutura, com a presença das Senhoras Senadoras e Senhores Senadores **Delcídio Amaral, Ideli Salvatti, Francisco Dornelles, Inácio Arruda, Fernando Collor, Valter Pereira, Adelmir Santana, Eliseu Resende, Jayme Campos, Raimundo Colombo, João Tenório, Flexa Ribeiro, João Durval, Fátima Cleide, Augusto Botelho, Romeu Tuma, Cícero Lucena e Eduardo Azeredo**. Presente, também, o Senador **Arthur Virgílio**. Deixam de comparecer os demais Senadores. Havendo número regimental, o Senhor Presidente declara aberta a reunião, dispensando-se a leitura da ata da reunião anterior que é dada como lida e aprovada. Dando início aos trabalhos, a Presidência comunica que a presente reunião destina-se à realização de Audiência Pública com a presença dos senhores **Paulo Godoy**, Presidente da Associação Brasileira da Infra-Estrutura e Indústrias de Base – ABDIB; **José Alexandre Nogueira de Resende**, Diretor-Geral da Agência Nacional de Transportes Terrestres – ANTT; **José Augusto da Fonseca Valente**, Secretário de Política Nacional de Transportes do Ministério dos Transportes – SNTT/MT; **Cloraldino Severo**, Consultor de

Transportes e ex-Ministro dos Transportes e **Geraldo Viana**, Presidente da Associação Nacional das Empresas de Transporte de Cargas e Logísticas – NTC, com a finalidade de debaterem no âmbito da Comissão de Serviços de Infra-Estrutura acerca do processo de Concessões Públicas em Rodovias Federais, em atendimento ao Requerimento nº 013, de 2007-CI, de autoria da Senadora Ideli Salvatti e outros, aditado pelo Requerimento nº 25, de 2007-CI, de autoria do Senador Delcídio Amaral. A Presidência convida os expositores para tomarem assentos à mesa dos trabalhos. Em seguida, é concedida a palavra à Senadora Ideli Salvatti para justificar o seu requerimento. Após, a Presidência concede a palavra aos expositores para suas considerações iniciais. Ato contínuo, assumem a Presidência dos Trabalhos os Senadores Cícero Lucena e Delcídio Amaral. Fazem uso da palavra, de acordo com a lista de inscrição, a Senadora Ideli Salvatti, autora do requerimento, e os Senadores Cícero Lucena, Eduardo Azeredo, Francisco Dornelles, Jayme Campos, Delcídio Amaral, Marconi Perillo, Romeu Tuma e Arthur Virgílio. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às quatorze horas e oito minutos, lavrando eu, **Dulcília Ramos Calháo**, Secretária da Comissão, a presente ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra do seu registro de Estenotipia Informatizada. – Senador **Marconi Perillo**, Presidente.

12ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRA-ESTRUTURA, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA.

REALIZADA NO DIA 12 DE ABRIL DE 2007, ÀS 10 HORAS E 12 MINUTOS.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Havendo número regimental, declaro aberta a 12ª Reunião Extraordinária da Comissão de Serviços de Infra-Estrutura, da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura.

Antes de iniciar os trabalhos, proponho a dispensa da leitura e aprovação da Ata da Reunião anterior. Srs. Senadores e Sras. Senadoras que aprovam, permaneçam como se encontram. Aprovada.

A presente Audiência Pública tem como objetivo a realização de debate com a finalidade de discutir o processo de concessões públicas em rodovias federais. Tenho a honra de convidar para tomar assento à Mesa os senhores **Geraldo Viana**, Presidente da Associação Nacional das Empresas de Transporte de Cargas e Logística ANTC; o Sr. **Paulo Godoy**, Presidente da Associação Brasileira de Infra-Estrutura e Indústrias de Base, a ABDIB; o Sr. **Cloraldino Severo**, consultor de

transportes; o Sr. José Augusto Da Fonseca Valente, Secretário de Política Nacional de Transporte do Ministério dos Transportes SNTT. E o entre José Alexandre Nogueira de Rezende, Diretor-geral da ANTT, Agência Nacional de Transportes Terrestres. Tenho o prazer de passar a palavra à ilustre Senadora Ideli Salvatti, autora do requerimento, para realização dessa Audiência Pública. Com a palavra, pelo tempo de cinco minutos, a Senadora Ideli Salvatti.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Sr. Presidente, em primeiro lugar, quero saudar e agradecer os ilustres convidados, já devidamente nominados que, atendendo a convite da Comissão de Infra-Estrutura, comparecem para que nós possamos debater este importante tema, que é a questão das concessões das nossas rodovias e, principalmente, o que nos motivou a solicitar esta audiência é uma situação que nós vivenciamos, de um processo que aconteceu, foi implementado, ao longo de vários anos de concessões de rodovias e, Presidente...

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Pois não.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Eu acho que nós temos mais um convidado que chegou, eu acho que seria importante já anunciá-lo.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Sra. Senadora, todos já foram convidados.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Não, o Valente.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Eu convidei o Sr. José Augusto Da Fonseca Valente, por favor, tomar assento à Mesa.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Tudo bem. Então, o pessoal poder viabilizar aí o assento do Dr. Valente. E, para nós, nestes últimos anos, nós tivemos uma controvérsia, a partir de procedimentos do Tribunal de Contas da União, que foram fazendo ajustes e modificações no edital. E, no final do ano passado, a decisão do Presidente Lula de não dar andamento, para que pudessem ainda, novos ajustes ocorrerem no sentido de que a concessão tivesse uma adequação mais perfeita possível aos interesses do país. E, portanto, trazer para a Comissão de Infra-Estrutura este tema, com as divergências que foram tornadas públicas, e a polêmica que está instalada, inclusive, em alguns Estados aonde a concessão e o pedágio, eu até queria dizer assim, quando eu solicitei audiência, eu solicitei até numa situação relativamente privilegiada, Senador João Durval, porque Santa Catarina é um dos raros estados, a partir de uma determinada faixa do país para baixo, se você pegar vários Estados, Santa Catarina é o único Estado que, pelo menos na região

Sudeste, Sul, que ainda não tem a implementação de pedágios. Nós estamos incluídos agora neste lote, com dois trechos, na 101 e na 116 e, obviamente, quando a gente propõe aqui audiência é para poder aprofundar o tema, ver se temos alternativa, se realmente o que está... O que já foi implementado no país é realmente o mais adequado, se as modificações solicitadas pelo Tribunal de Contas da União dão conta efetivamente de atender os interesses do Brasil para que as nossas rodovias concessionadas possam atender o fluxo, o preço, o custo que tudo isso acarreta.

Então esse foi o objetivo da audiência e as autoridades que aqui comparecem, não é? O representante da ABDIB, da ANTT, do Ministério dos Transportes, o ex-Ministro, Cloraldino Severo, dos Transportes e o representante da Associação das Empresas de Transportes de Cargas, ANTC, que eles possam efetivamente esclarecer e, quem sabe, dessa audiência nós contribuirmos com esse debate que está aberto no Governo Federal, no Governo Lula, para que andamento nós daremos para o processo concessionário das nossas rodovias. É esse o objetivo, Presidente da Comissão, Senador Marconi Perillo e é isto que nos anima a fazer audiência—

[soa a campainha].

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Agradeço a manifestação da ilustre Senadora Ideli Salvatti, autora do requerimento. Concedo imediatamente a palavra ao Sr. Cloraldino Severo, consultor de transportes, pelo prazo de 10 minutos, para fazer as suas considerações.

SR. CLORALDINO SEVERO: Sr. Presidente, Srs. Senadores, Sra. Senadora Ideli Salvatti, senhoras, senhores. Eu entendo esta manifestação do Senado, de uma extrema importância para o país. Este país vive um momento de transição muito importante no seu desenvolvimento e me parece que o transporte está bastante esquecido dentro disso. As mudanças que teremos que fazer, no setor de transportes, superam a todas que já foram feitas, em qualquer outro Governo anterior. Portanto, precisamos nos preparar, com uma visão mais ampla, para esses novos tempos. Eu lamento que tem se buscado sempre análises casuísticas, análises voltadas para uma solução, ao invés de dar uma solução mais ampla para o problema, porque o país precisará delas; não existe nenhuma solução específica ou alternativa que sirva a todos os casos, a todas as situações.

Feita esta preliminar, eu gostaria de colocar uma segunda preliminar muito importante, quando se debate a questão de pedágio, que é que existem três partes nisso, infelizmente, esse tripé está arrego(F), porque duas partes têm se movido juntas e uma parte tem

ficado abandonada, que é a sociedade, o cidadão, o usuário, o consumidor. Esta parte nunca é levada em consideração, a partir de todos os seus direitos. Todos os modelos que foram preparados e que são vigentes no país se preocuparam com a situação dessas outras partes. Há outro ponto importante, a ser fixado logo de início, é dizer-se que é preciso meditar que quando se fala em concessão de pedágio, se fala numa relação de negócio instantâneo, como se um táxi fosse, e que, portanto, não se pode deixar de dar a quem usa, naquele momento, os benefícios antecipadamente, o que não vem acontecendo. E não se pode também transferir investimentos, como tem acontecido porquanto a pessoa paga por investimento que não recebeu.

Feita essas preliminares, eu quero colocar, já que o tempo é pequeno, voltar logo para a questão objetiva. A questão objetiva, para começo de conversa, são as licitações que estão aí. Quero dizer de início que não há nenhuma condição, nenhuma sequer, dessas concessões prosperarem, desses editais prosperarem, na forma em que estão postos até agora. Eles pecam por todos os aspectos. A audiência Pública feita com a ANTT foi extremamente elucidativa a este respeito, quando a ANTT, em todas as questões-chave, disse o que é certo, que não era com ela essa questão, que era com o Ministério. Que todas as questões que dissessem respeito a modelo e que não fossem específicas do edital, dependiam de uma decisão de Governo, de uma decisão do Ministério. Isto é verdade. Só que essa oportunidade não foi dada à sociedade de se discutir as outras questões, que são de modelo sim, e que têm que ser resolvidas. Todo o problema começa pelo erro de querer se tratar do edital e não tratar da concepção anterior ao edital, que é o próprio modelo, que é totalmente lesivo aos interesses da sociedade. Mesmo ficando dentro das questões específicas, das questões específicas do edital, vê-se que os projetos e os estudos todos que instruíram estas licitações são, em primeiro lugar, imprecisos. O Tribunal de Contas mostrou isso muito bem, a sociedade mostrou isso muito bem; há uma total imprecisão dos estudos, que também são incompletos. Não existe um projeto básico. Para reduzir a tarifa, numa preocupação interessante, a ANTT e o Ministério procuraram reduzir objetivos e estabeleceram objetivos menores e, com isso, reduzindo os investimentos, naturalmente reduziria a tarifa.

Mas está bem esclarecido pela própria ANTT, o que é lógico, quando se retomarem os investimentos essa tarifa terá que sofrer as alterações correspondentes. Portanto, nós estamos dando um cheque em branco. O edital mantém todos os vícios do modelo anterior. As questões referentes ao modelo de carga fiscal, à exclusão de trechos que não foram discutidos

ou esclarecidos, trechos de pista simples; essa questão da pista simples merece uma reflexão muito profunda, se diz: "Não, mas a lei, a lei hoje dá legalidade". Não é questão de dar legalidade, a lei diz o seguinte, que os casos que tiverem que ser exceção, se faça uma modificação e se diga que tem que ser exceção. Vamos refletir o seguinte: quando nasce uma estrada, a sociedade se organiza em torno dessa estrada. A sociedade cria o seu armazenzinho, criam o seu negociozinho, então, os pequenos se juntam àquela estrada. É justo que, depois, quando se desenvolve, o Governo chega e diz: "Não vale mais nada agora, você tem que pagar essa estrada" e desestruture aquela sociedade e aqueles grupos sociais menos favorecidos. Por causa disso, no mundo inteiro, se mantém uma via alternativa. Não se tira o que se deu ao povo. Então, a via alternativa é absolutamente essencial. Se disserem: "Ah, mas a legalidade... Está respaldado pela lei". Está sim, foi criada uma lei geral, pela Medida Provisória que criou todo o programa de descentralização, mas essa mesma, essa mesma lei diz que se excepcione o que tem que ser excepcionado. E o caso das rodovias é um caso típico.

Então, a licitação, da forma que foi feita, facilita conluíus. Lamentavelmente tenho que dizer isso. É muito séria a montagem dessa licitação, com todos esses trechos ao mesmo tempo, que permite que se repita episódios negros da história da área de transporte, em termos de conluio. É preciso que se tenha atenção a isso e que se analise muito melhor.

Então, a Audiência Pública feita pela ANTT não cumpriu os seus objetivos. Por isso nós entendemos que não há como, de forma nenhuma, se aceitar este modelo. Para os usuários, posição que eu me coloco, como representante nessa história, para os usuários, existem muitas questões importantes, naturalmente a modicidade da tarifa; existe a questão dos tipos de tarifa. Veja que o Ministério já reconheceu o equívoco que tem na sua estrutura de tarifas e mudou, na PPP da Bahia, fez uma alteração, o que nos editais continua.

A questão da via alternativa é fundamental. A questão dos impostos de tributos é um acinte, que se paga e o que se paga de impostos e tributos, que estão onerando profundamente. O pagamento pós-investimento lesa o consumidor porque o usa a estrada e não teve o investimento feito. O sistema de pedágio fechado, portanto, é uma necessidade fundamental; o modelo de concessão precisa mudar; o modelo de delegação... Existe uma série de modelos, ninguém aqui está querendo deixar de usar a iniciativa privada; vai se usar a iniciativa privada, em todas as situações. Só que existem formas diferentes de usar que são mais favoráveis à sociedade e ao interesse público; o direito

adquirido, que eu me referia antes, das pessoas que se organizaram e que de repente perdem; a natureza da contraprestação ser instantânea. Essas coisas não se meras questões teóricas, essas questões mexem no bolso do cidadão profundamente e precisam ser mudadas antes do edital. Então, é fundamental—

[soa a campanha].

Que se mudem essas coisas. Só para fechar, então, senhor Senador, Srs. Senadores, eu quero dizer que é terrível dizer que, de cada real que nós pagamos para as empresas concessionárias, conforme relatório da ANTT—

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Autorizo a prorrogação do tempo do expositor por mais três minutos.

SR. CLORALDINO SEVERO: De cada real que o cidadão paga, voltam, como investimento, 27,9%, enquanto 50% é custo operacional. Isto é um escândalo. É impossível se aceitar tanta ineficiência. Esta caixa preta tem que ser aberta. Os relatórios da ANTT não satisfazem os interesses e o que a lei dá ao usuário e ao cidadão. Eles precisam ser mais explícitos e precisam ser criados canais para que a sociedade acompanhe e defenda os seus direitos que a lei os assegura amplamente.

Então, é importante, para fechar, que a ANTT abra canais novos para que a sociedade toda esteja lá presente, trazendo os problemas que sente, ajudando na fiscalização, e ajudando na construção de soluções para o país. Não está na minha cabeça a idéia, de forma nenhuma, de exclusão de pedágio, mas este modelo que está aqui é totalmente inaceitável e, nas circunstâncias que mostramos, são inadequados. E entendemos que as coisas que o Tribunal de Contas colocou, se for lido direito o parecer do tribunal de contas, vai se ver que não foram cumpridos, que os projetos não foram feitos, e uma série de outras economias que permitirão que se impugne todos... A impugnação desses editais e que o país continue com essas prorrogações que não terminam nunca.

Obrigado pela oportunidade de estar nessa Casa, trazendo esses anseios, que são da parte esquecida. Que este fato de falarmos antes tenha outro significado na coisa, de que os usuários passaram, pela primeira vez, a serem escutados e trazerem a sua voz a esta Casa, que é a esperança que o povo pode ter de defesa dos interesses do cidadão, do usuário e do consumidor. Obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Essa Presidência agradece ao Sr. Cloraldino Severo, Consultor de Transportes, ex-Ministro dos Transportes, pela sua exposição. Tenho a honra de conceder a palavra, pelo prazo de 10 minutos, ao

Sr. Geraldo Viana, Presidente da Associação Nacional das Empresas de Transportes de Cargas e Logística, ANTC. Com a palavra, o Sr. Geraldo Viana.

SR. GERALDO VIANA: Sr. Presidente, Srs. Senadores, demais participantes dessa Audiência Pública, senhores convidados, é uma honra para a ANTC e Logística participar desse esforço de elucidação de uma questão tão importante para o país, de modo geral, e para o setor de transporte, de maneira muito particular. Eu quero dizer aos os senhores que, do ponto de vista do setor que eu represento, ao longo dos anos, fizemos um esforço muito grande, quer dizer, a nossa parte eu tenho consciência de ter feito, no sentido de preservar o modelo que deu certo do Brasil, de financiamento da infra-estrutura de transporte, através de recursos públicos, da época do nosso saudoso Fundo Rodoviário Nacional, do nosso imposto único de combustível e lubrificantes que asseguraram a construção e a manutenção desta batalha que temos aí.

Todavia, perdemos a batalha crucial na Constituinte, por uma questão de cinco ou seis votos, e o modelo foi desarmado. Ficamos sem fontes de custeio. O resultado foi trágico, perdemos praticamente a condição de transitar pelas nossas rodovias porque os recursos tributários à época, o principal recurso tributário que substituiu o IUCL foi o ICMS sobre combustíveis, ou seja, os recursos foram transferidos para os Estados e o encargo continuou na mão da união. Era preciso encontrar saídas para esse impasse, não é? De novo apostamos tudo na CIDE, na criação da CIDE. Foi um caso raro em que a iniciativa privada... Apoiar a criação de um novo tributo, com o compromisso de vinculação, de aplicação dos recursos na infra-estrutura de transporte. Isso aconteceu no final de 2001 e, no final de 2002, foi aprovada finalmente a lei regulamentadora desta Emenda constitucional da CIDE, não é?

No final de 2002, na verdade, último ato do Governo Fernando Henrique, foi a sanção dessa lei, com vetos que realmente destruíram aquela esperança de vinculação. Quer dizer, havia naquela lei a criação de um fundo, mecanismos de fiscalização que, na verdade, faziam parte da própria fundamentação da proposta de criação desse tributo. Quando o Congresso Nacional aprovou a criação da CIDE, aprovou na suposição de que os recursos seriam totalmente direcionados à infra-estrutura de transporte. Não foram, pelo menos não foram durante o primeiro ano, porque não havia lei, durante o ano de 2002. No ano de 2003, 2004 os recursos foram muito mal aplicados, grande parte deles foi desviada para outras finalidades, não foram aplicados naquelas finalidades constitucionais.

Graças a medidas tomadas pelo setor de transporte, inclusive Ações Diretas de Inconstitucionalidade,

de, promovidas junto ao Supremo Tribunal Federal, conseguiu-se que o Governo, a partir de 2005/2006, voltasse a aplicar, passasse a aplicar realmente os recursos da CIDE naquilo que havia sido originalmente proposto. Mas, na verdade, o que nós concluímos, ao longo desse processo, é que sem recursos vinculados, sem recurso garantidos, dificilmente o Estado, qualquer Estado, qualquer setor, seja federal, estadual ou municipal dará conta de prestar um bom serviço à sociedade, de entregar estradas seguras, bem sinalizadas, bem conservadas sempre; não é fazer isso de vez em quando, é fazer sempre é não permitir a queda do padrão de serviço. E isso, a nossa história revela isso, um permanente sobe e desce, eventualmente temos até boas estradas, em alguns lugares, em alguns Governos, para, em seguida, novamente, em função de outras demandas sociais igualmente importantes, esses recursos serem negados ao setor rodoviário.

Então, diante dessa realidade passamos a conviver, com uma certa naturalidade, com a inevitabilidade da criação de um sistema de concessão à iniciativa privada. E reconhecemos que foi feito, esse modelo foi implantado de uma maneira atabalhoada, fruto de uma necessidade premente de se dar uma resposta, quer dizer, não foi bem uma escolha, foi falta de opção. Na verdade, isso foi feito sem a agência reguladora, esse foi um caso que, na verdade, as concessões precederam a criação da agência reguladora. Foi feito realmente de uma maneira desastrada, que resultaram no modelo cheio de defeitos, nós, desde o primeiro momento, temos denunciado isso e temos buscado o aperfeiçoamento desse modelo de concessões. Para nós, nós não podemos perder de vista, Srs. Senadores, que as principais rodovias brasileiras, as mais importantes rodovias brasileiras estão concedidas há 10 anos, alguma delas há mais de 10 anos.

Nós estamos lidando com um segundo lote que abriga algumas estradas importantíssimas, como a Régis Bittencourt, como a Fernão Dias como a BR-101, mas eu estou muito mais preocupado, eu estou igualmente preocupado em encontrar uma saída para o que foi feito antes; nós temos que buscar formas de redução da tarifa atualmente praticada nas principais rodovias brasileiras, sem violentar os contratos. Essa é a solução, porque também violentar contrato, primeiro que nós não concordamos com violência ao contrato, porque isso realmente cria uma instabilidade jurídica, que desestimula novos investimentos e, de fato, nós concluímos que isso não pode ser feito desta maneira.

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP): [pronunciamento fora do microfone].

SR. GERALDO VIANA: Qualquer tipo de violência, não é, Senadores? E essa nós conhecemos muito bem. Então, a saída seria buscar outras alternativas e eu queria como contribuição na busca desse esforço, eu quero deixar com essa Comissão um trabalho que já é de 2004, encaminhado na ocasião para ANTT, que foi produzido no âmbito de um esforço pioneiro feito no âmbito da concessão da Dutra, nós criamos um grupo paritário com a Concessionária Nova Dutra, com os operadores de transporte na Nova Dutra, transporte e caminhões, não sei se o senhor sabe, mas, na nova Dutra, o caminhão representa 66% da Receita da estrada, quer dizer, o caminhão, o restante é um pedacinho é ônibus e o resto, automóveis passeio; 66% da Receita da Dutra vem do caminhão. Portanto, nós temos lá um peso muito importante; é uma estrada fundamental para o país. Criamos lá um grupo paritário com a concessionária, com os representantes do setor de transporte, todos, caminhoneiros, autônomos, empresários, todos os principais usuários da Dutra, no setor de transporte, estão representados nesse grupo.

Trabalhamos duro para entender o que se passava e, finalmente, chegamos a um trabalho de consenso com a concessionária, fruto de um estudo altíssima qualidade técnica, que demonstra que há possibilidade concreta de se reduzir a tarifa, com a concordância da concessionária, em mais de 33%, em alguns casos, em 35%, a partir de dois elementos fundamentais, primeiro: Desoneração tributária e foi tocado de passagem aqui pelo nosso ex-Ministro, Cloraldino Severo, é um escândalo que um Governo que adotou um modelo de concessão para se livrar de uma despesa que ele já não podia fazer, faça disso fonte de novas receitas tributárias. Os tributos, na tarifa de pedágio, representam mais ou menos 20% dos tributos federais não. Estou falando, não estou falando do municipal, do ISS, que é uma coisa mais complicada, porque depende de negociação com cada município. Mas, a desoneração tributária, acompanhada de um alargamento da base de contribuintes, ou seja, de uma fórmula que possibilite que todos que usem a rodovia paguem, de alguma maneira, na proporção do que usem, ou seja, por quilômetro realmente utilizado, e não por quilometragem oferecida, como é o modelo atual, de sorte que, ao fazer isso, você consegue reduções absurdas; nós podemos ter, no modelo antigo, sem falar em PPP, só com recurso de iniciativa privada, os mesmos serviços que estamos tendo com uma tarifa substancialmente mais barata, com a concordância da concessionária, ou seja, sem criar com isso uma... A possibilidade de uma discussão judicial que, sabe Deus, aonde vai terminar. Provavelmente com a condenação do Estado a pagar aquela eventual alteração tarifária.

Então, a nossa luta tem sido realmente demonstrar que essa possibilidade existe, e agora, mais recentemente, estive ontem participando, Srs. Senadores, de um trabalho em São Paulo de um encontro—

[soa a campanha].

SR. GERALDO VIANA: Mais dois minutos para concluir, Senador? Até porque o nosso tempo foi—

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Essa Presidência vai autorizar mais três minutos para o senhor concluir.

SR. GERALDO VIANA: OK, perfeito. Eu tinha muita coisa mais a dizer, mas acho que vou tentar, nesses três minutos restantes, concluir o meu raciocínio. Eu participei ontem de um encontro preparatório da implantação do Sistema Nacional de Identificação Automática de Veículos, o SINIAV, já é hoje uma resolução do CONTRAN, todo veículo, isso vai se provavelmente implantado de forma muito rápida, todos os veículos acabarão tendo uma forma de identificação eletrônica, que possibilitará... Isso é um aplicativo que se pode fazer em cima disso, entre outras coisas, a cobrança de pedágio de forma automática, sem essas malditas cabines de barreira ou de contenção que, de fato, além de tudo, irritam demais o usuário de estrada do “parar e pagar” a todo instante é algo muito desgastante, não é? E possibilitará que mesmo em rodovias como Régis Bittencourt, como a Fernão Dias, como a Dutra, que não foram feitas para serem concedidas, são rodovias abertas com centenas e centenas de entradas e saídas, isso que torna impossível você captar, quando eu digo que há uma enorme evasão, eu quero dar números. No caso da Dutra, que nós estudamos bem, está nesse estudo que vou deixar com essa Comissão, 91% dos que andam na rodovia Presidente Dutra não pagam pedágio; só 9% pagam pedágio. É uma coisa absurda porque há aqueles que transitam em poucos quilômetros, cinco, seis quilômetros, até em trechos... Fazem da estrada quase que a sua... O complemento do seu trabalho; as cidades foram emendando no Vale do Paraíba etc, e também nas duas pontas, na Grande São Paulo, no Grande Rio.

Então, se você tentar cobrar o pedágio desse usuário, o pedágio que se cobra na barreira de contenção hoje, haverá uma revolução. Ninguém concordará em pagar esse pedágio. Agora, se pagar pelo quilômetro que ele vai utilizar, cinco quilômetros, seis quilômetros—

[soa a campanha].

Vai pagar centavo e aí você terá a possibilidade de cobrar de todo mundo pela via automática, sem cabine de contenção.

Então, eu gostaria que estas idéias que possibilitam corrigir os erros cometidos no modelo atual sejam

aproveitadas na segunda etapa de concessões federais, acho que, ao contrário do nosso ex-Ministro, que há... É aproveitável o processo que está aí, com correções que podem ser feitas ainda, de maneira que nós tenhamos, finalmente, a solução de problemas crônicos em rodovias absolutamente essenciais para o país, como a Régis Bittencourt e a Fernão Dias, para dar só exemplo, e a BR-101, que são rodovias que o setor de transporte clama por soluções e principalmente são rodovias que matam diariamente muita gente. Quer dizer, nós precisamos dar uma solução nesse problema que, além de tudo é um problema humano—

[soa a campanha].

É um problema social da maior gravidade. Desculpe ter excedido o tempo. Muito obrigado pela atenção dos senhores.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Essa presidência agradece a participação, a exposição do Dr. Geraldo Santana, Presidente da ANTC—

SR. GERALDO VIANA: Viana.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Viana, e concede a palavra ao Sr. José Augusto Da Fonseca Valente, Secretário de Política Nacional de Transportes do Ministério dos Transportes, SNT, pelo prazo de 10 minutos.

SR. JOSÉ AUGUSTO DA FONSECA VALENTE: Senador Marconi Perillo, Presidente da Comissão, em nome de quem cumprimento a todos os demais Senadores, demais participantes da Mesa, senhoras e senhores, nós participamos, durante um bom período da discussão desse programa de concessão, dentro do Ministério, junto com a ANTT, e eu vou tratar, eu vou fazer uma abordagem aqui mais em função da quantidade enorme de eventos que a gente fez, ao longo desse período que a gente está no Ministério dos Transportes, junto com as comunidades, com os transportadores, com lideranças, fizemos audiências no vale do Ribeira com Prefeitos, Vereadores e tentar contribuir, seja para aprimorar o atual processo, que está em andamento, mas, principalmente para o futuro.

Então, em primeiro lugar, eu vou dividir em dois momentos aqui: Um é uma macro discussão, uma discussão mais ampla, sobre a questão da gestão da malha rodoviária, têm algumas questões que estão sendo colocadas pelos governadores e governadoras e tratar um pouco esse assunto. E um segundo momento, sugestões de como é que a gente pode fazer para aprimorar esse processo e reduzir as tarifas, inclusive, dos contratos já existentes.

Então, a primeira grande discussão que nós temos que fazer e que foi iniciada no Governo Fernando Henrique, que é sobre a questão da descentrali-

zação de parte da malha federal para os Estados, lá em 2002, através da MP 82, foram repassados aos Estados 14.500 quilômetros de rodovias federais; o Estado que mais teve repasse de rodovia foi Minas, que tem 12 mil quilômetros de rodovia pavimentada federal; foram passados seis mil, não é? E, lá no final de 2002, inclusive, foram passados recursos da ordem um bilhão e 900 milhões para os Governos estaduais para cuidar desses 14500 quilômetros. Houve problemas, a maioria dos Estados não conseguiu cuidar dessas rodovias. Houve um entendimento que tinha um problema jurídico que a lei que foi fruto, a Lei de conversão resultante da MP 82, ao ter sido vetada, fez perder a eficácia... Há o entendimento de que não perdeu. O fato concreto é que essas rodovias ficaram abandonadas até dezembro de 2005, quando o TCU determinou que o DNIT entrasse com uma ação emergencial nessas rodovias, que gerou tal programa emergencial de trafegabilidade e segurança, e que a imprensa cunhou de “operação tapa-buraco”, e que não era “operação tapa-buraco”, porque o foco dessa ação foi exatamente determinação do TCU de entrar nas rodovias da MP 82, que estavam abandonadas e precisavam de reparos muito maiores, mais pesados do que simplesmente tapar buraco.

Mas o fato, então, é que nós estamos diante desse problema. O próprio Governador Aécio Neves já em duas ocasiões pleiteou a transferência de parte da malha federal para o Estado, para que o Estado faça a gestão, mediante também o repasse de recursos da CIDE equivalentes e tal, para que se garanta isso. De qualquer maneira, esse é um assunto que está em discussão, que eu acho que tem muito a ver com o que a gente está discutindo, a questão das concessões. Por quê? Porque uma boa parte desse, dessa possibilidade de transferir rodovias que não têm característica federal para os Estados... Normalmente, quais são as rodovias que têm características federais? São as 100, 101, 116, 153, 161, as que começam com o número um; algumas 200, tipo a BR-262, que ela percorre grande, uns três ou quatro Estados da federação e, eventualmente, algumas rodovias 300 ou 400 que têm, que passam por mais de um Estado ou que têm uma característica de ligação internacional ou por questões de segurança nacional. Então, o fato é que tinha uma política no Governo anterior e essa política continua valendo no Governo atual, e que a gente precisa enfrentar essa discussão, que é a descentralização das rodovias federais.

Muito bem, bom, então, eu acho que essa é uma discussão que precisa ser feita e quando for discutir a descentralização das rodovias federais para os Estados, discutir também a possibilidade de utilizar uma

lei que foi aprovada há pouco mais de um ano e que foi regulamentada agora recentemente, que é a lei do consórcio público, lei essa que possibilita uma eficácia em parcerias entre a União, o Estado e alguns Municípios, que passa a constituir um ente jurídico com possibilidades muito maiores do que cada ente em particular e de se utilizar a Lei de Consórcio Público e se discutir, por exemplo, fazer PPPs, através dos Consórcios Públicos. Então, hoje a gente só discute PPP entre a União e uma empresa privada ou então o Governo do Estado e empresa privada, ou uma Prefeitura e empresa privada.

Eu acho que, dentro dessa discussão da descentralização, essa discussão mais ampla, a gente pode fazer uma discussão de busca de eficácia e de rapidez nesse processo de construção de PPPs, utilizando os Consórcios Públicos.

Um terceiro item que eu acho que é fundamental nessa abordagem macro, é a da participação da sociedade. Naturalmente, teriam que se discutir critérios de participação, mas hoje não dá mais para a gente imaginar processos de discussão de qualquer tipo de projeto, especialmente de concessão ou de PPP, que não tenham uma intensa participação da sociedade, não só no momento de discutir o projeto, mas também depois, na gestão do contrato. Quer dizer, todos esses contratos que já existem, de concessão, e os que passarem a existir de PPP, deveriam ou deverão contemplar a participação da sociedade na gestão desses contratos. Isso garante uma maior transparência, o Sr. Geraldo Viana apresentou aqui o exemplo desse trabalho que está sendo feito na GPT-Dutra, onde os transportadores participam de discussões junto com a concessionária e, no nosso entendimento, isso daí pode garantir muitos avanços, tanto na elaboração como depois na gestão.

Bom, agora para reduzir, na... Para tentar responder a seguinte pergunta: Como fazer para reduzir a tarifa? Porque isso é o que a sociedade quer, o Governo quer, todo mundo quer. Então, eu retomo aqui uma proposta que já foi colocada pelo Geraldo Viana a gente fazer, estudar junto com a Fazenda a possibilidade de desonerar, fazer uma desoneração tributária dos próximos contratos de concessão e de PPP. Dentro dessa lógica, o que existia antes era um peso para o Tesouro. Quando se faz um processo de concessão ou de PPP, esse peso do Tesouro é aliviado, portanto, a oneração tributária, algo que não existia, essa receita não existia, ela vai passar a existir em cima de quem? Em cima do usuário porque, na verdade, quem vai pagar isso é o usuário, não é a empresa concessionária que paga. Isso a gente pode reduzir até 20% do valor da tarifa.

Uma outra coisa importante é o DNIT realizar, antecipar as obras pesadas. Então, vou dar um exemplo, BR-101, no Rio de Janeiro, entre a ponte Rio-Niterói e a divisa com o Espírito Santo—

[soa a campanha].

Caiu lá, teve um problema de acesso a Campos, então, tem todas as ações e nós estamos trabalhando já para isso, para o DNIT iniciar a contorno de Campos. E, assim, também o DNIT pode iniciar obras mais pesadas, como a parte de duplicação, duplicação da Serra do Cafezal, na Régis Bittencourt, por exemplo.

E, finalmente um assunto que já foi tratado aqui, mas esse eu acho que é o de maior importância de tudo, que é a implantação... A gente tem que trabalhar para, em cinco anos, só ter sistema digital de controle do pedágio. Então, dentro dessa lógica que foi colocado pelo Geraldo Viana. O usuário vai pagar aquilo que ele utilizar a rodovia; se ele utilizar 10 quilômetros, ele paga 10 quilômetros; se ele utilizar 100 quilômetros, 100, 300, 400. Com isso, nós vamos poder ter a seguinte condição, o exemplo da Dutra é revelador: Se todos os que usam a Dutra pagarem pedágio, o valor da tarifa vai cair para níveis irrisórios, não é? Então, isso dá uma justiça maior, que é o que o ex-Ministro Cloraldino Severo--

[troca de presidência]

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Sr. Secretário, mais três minutos para a conclusão, por favor.

SR. GERALDO VIANA: Está ok. Muito obrigado, Presidente.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Quem não paga pedágio?

SR. GERALDO VIANA: Quem não paga pedágio? Vamos pegar o exemplo da Dutra, mais uma vez. O primeiro... Quem sair de Rio de Janeiro em direção a São Paulo, vai ter o primeiro pedágio em Japeri, a cerca de 50 quilômetros do início da Dutra. Nesse trecho, nós temos São João de Meriti, tem Queimados, mas tem também, tem muito caminhão que circula ali, caminhões que saem de São João, o pessoal que vai pegar areia naquela região de Japeri, vai trazer para a Nova Iguaçu ou para São João de Meriti, de qualquer maneira, nós temos dois efeitos aí, o primeiro é que esses veículos, especialmente os caminhões, que são os que impactam efetivamente sobre a estrutura da rodovia, eles vão causar perda de vida útil para a rodovia. Agora, tem uma coisa que quase ninguém está atento para isso, eles vão demandar aqueles serviços que são extremamente importantes e que têm um custo. Por exemplo, acidentes: Esse pessoal que circula ali entre Japeri e o Rio de Janeiro, circula na Dutra, qualquer acidente ele vai demandar o atendimento da

concessionária para o seu acidente; têm milhares de motos que circulam ali diariamente e que estão se acidentando e estão demandando esse serviço. Eles vão demandar o socorro mecânico também; se o veículo tiver algum dano ali, ele demanda o socorro mecânico da concessionária. Então, eles não pagam o pedágio, demandam serviços e provocam, se você fizer o somatório de todos os veículos que circulam na rodovia, sem passar pelas praças de pedágio, você vai ver que o impacto desses veículos é significativo na estrutura do pavimento, na demanda por serviços, tanto de atendimento médico como de mecânico—

[soa a campanha].

SR. GERALDO VIANA: E, na verdade, eles não pagam. Então, essa questão de implantar um sistema digital, que a gente hoje já tem todas as condições, já está sendo encaminhado, o DENATRAN está implantando esse sistema, isso vai ser uma realidade, que eu acho que a gente precisa é aperfeiçoar isso. Fazendo isso e discutindo com a sociedade a fase, tanto a fase de projeto como depois, na gestão dos contratos, eu acho que a gente vai ter o melhor dos mundos e vai ter condição, então, de financiar, de uma maneira leve para todo mundo, e vai ter a eficácia que se pretende com as rodovias em boas condições. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Muito obrigado, Secretário de Política Nacional de Transportes, Dr. José Augusto Valente. Eu quero passar a palavra agora para o caro José Alexandre Nogueira de Resende, Diretor-geral da Agência Nacional de Transportes Terrestres. Eu vou manter aqui a sistemática do Presidente, Senador Cícero Lucena, 10 minutos e mais três de prorrogação.

SR. JOSÉ ALEXANDRE NOGUEIRA DE RESENDE: Eu preferiria uma tarde, Senador.

[risos].

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Eu sei que o tema é cativante, mas nós estamos premidos pelo tempo.

SR. JOSÉ ALEXANDRE NOGUEIRA DE RESENDE: Bom-dia a todos, é uma satisfação estar aqui para poder esclarecer algumas coisas, realmente o tema é bastante vasto, bastante complexo. Não sei se eu vou conseguir resumir em 10 minutos, mas espero que--

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Dr. José Alexandre, acho que o som... Está ligado?

SR. JOSÉ ALEXANDRE NOGUEIRA DE RESENDE: Alô. Está? Espero poder esclarecer algumas coisas. Em vez de fazer uma colocação, primeiro, eu gostaria de me ater a algumas coisas que foram colocadas aqui, e o primeiro aspecto que eu queria falar é sobre a questão que foi levantada da Audiência

Pública. A nossa Audiência Pública levou mais de 120 dias, essa audiência, ela se deu tanto pela forma intercâmbio documental, quanto por reuniões públicas. Foram feitas reuniões em todas as capitais. Houve 1600 contribuições e todas as 1600 contribuições foram respondidas uma a uma, estão todas disponíveis no site da Agência. Em relação... Talvez até venha a dizer que nunca tenha havido uma audiência como esta e todos os estudos elaborados, desde a época do Ministério, todos, sem exceção de nenhum, estão à disposição no site da Agência.

Com relação à questão que foi levantada aqui de custos operacionais, eu vou tentar, mais uma vez, esclarecer isso, isso já foi inclusive matéria que eu tive que esclarecer ao Sr. Presidente da República essa colocação. Nós estamos falando de uma concessionária de serviço público; nós estamos falando de uma empresa privada que exercerá, sob delegação, competências da União. Portanto, não se cabe falar como se fosse um orçamento público de ORCARP ou ORCUST(F). Assim, o DNIT investe 400 milhões numa "operação tapa-buraco"; nós não investimos 400 milhões numa "operação tapa-buraco". Primeiro, porque uma concessionária não faz "tapa buraco". Segundo, porque conservação é conservação e por isso nós chamamos de custo operacional.

Portanto, não é pegar os investimentos que lá estão dispostos e dizer: "A rodovia está sendo conservada e mantida, esses são recursos para o pavimento". Não é verdade. Manutenção e conservação não são investimentos, e apenas o investimento é passível de indenização caso rompida a concessão pelo saldo de depreciação ainda não amortizado. Então, não é verdadeira a colocação de que apenas para o pavimento vai o que se chama investimento; investimento é ampliação. Quando se tem lá nove bilhões de reais de investimento, são nove bilhões de construção nova, de duplicação de terceira faixa, de viadutos, de trevos novos, não existentes; agregação ao patrimônio público, portanto.

Terceiro aspecto. Eu acho que poucos processos tiveram uma análise tão profunda por parte do Tribunal de Contas da União, órgão, inclusive, subordinado a essa Casa, que participou ativamente de todos os estudos que lá constam. Quero dizer também, conforme foi colocado aqui, à Agência cabe implementar a política estabelecida pelo Governo. Não cabe à Agência discutir se vai ou não ter pedágio. Não cabe à Agência discutir qual é o modelo de pedágio; cabe a ela implementar a política e, para isso, ela tem autonomia.

Terceiro aspecto. Antes de mais nada, eu acho que tem uma discussão mais importante em relação a isso, que envolve dois aspectos. Primeiro, são 150

bilhões de reais em patrimônio, perdão 150 bilhões de dólares, segundo o Banco Mundial, em patrimônio rodoviário que está se perdendo nesse país. Isso tem um custo e jamais terá capacidade do Estado de reconstituir isso. Há anos que nós não construímos novas rodovias. Segundo no Brasil, morrem nas estradas, por ano, mais do que na guerra do Iraque. São mais de 35 mil mortos por ano; dados do Ministério da Saúde, estão aqui. Isso é sério. Eu quero informar também que muito se fala: "Ah, os custos operacionais são irrelevantes". Eu tenho uma pesquisa aqui do Datafolha, em que, perdão é tanto papel que eu botei aqui... Bom, a pesquisa do Datafolha dá um índice extremamente alto de usuários que praticamente exigem como condição de concessão(F) que haja o atendimento dos chamados custos operacionais. E, sobre isso, eu quero fazer uma colocação, que eu já ouvi esse comentário: "Ah, não tem ninguém para fazer atendimentos, não tem nada". Só na rodovia Presidente Dutra, no ano passado, foram 226 mil atendimentos; mais de 100 atendimentos por dia. Isso faz com o que usuário realmente, e eu ainda vou encontrar essa pesquisa para mostrar para os senhores, para falar para os senhores, ele tem essa predileção para que você tenha... Ah, perdão, está aqui na minha mão, desculpe, senhores. 83% dos usuários não dispensam o serviço de atendimento aos usuários. A pesquisa é do Datafolha.

Outro aspecto que eu queria colocar aqui é relativamente a uma afirmação de que o edital como posto, como apresentado, permitiria o conluio. Como é que foi feito o edital de concessão da primeira etapa? As empresas apresentavam um envelope de habilitação; abria-se o envelope; publicava-se a lista dos habilitados; davam-se 60 dias para apresentar uma proposta técnica. 60 dias, depois apresentava a proposta técnica, analisava, dava o resultado dos habilitados do Diário Oficial da União; 60 dias depois, apresentava a proposta de preço. O que é que nós fizemos? Instituímos o sistema de leilão. Nenhuma concessionária participaria diretamente do leilão, apenas sociedades corretoras. O leilão seria feito pela Bolsa de Valores, não por nós. Os documentos seriam entregues uma semana antes, por sociedades corretoras para que nenhum licitante pudesse ter conhecimento de um outro licitante no prédio da Bolsa de Valores, no ambiente da CBLC, apresentaria todos os envelopes, inclusive o envelope de tarifa inicial. Na hora do leilão, e somente na hora que tivesse iniciado o leilão, seria possível um concorrente detectar quem está participando.

Segundo, pela primeira vez, tiramos a exigência de empresas de engenharia; uma mera carta-compromisso de quem tem um profissional e não empresa, responsabilidade técnica, em alguma gerência, su-

pervisão ou execução de alguma obra rodoviária, sem instituir quantitativos, poderia participar. Terceiro, abrimos para Fundos de Pensão, instituições financeiras e principalmente licitantes estrangeiros. Foi a melhor forma que nós encontramos para que esse processo pudesse acontecer com transparência e mais de 80 entidades chegaram a nos procurar querendo esclarecimentos para participar desse leilão.

Outra questão que eu queria levantar, que foi colocado aqui, e até ratificando o que foi dito pelo Sr. Geraldo Viana, não é verdade que a sociedade não participa da gestão dessas rodovias, e cito aqui o exemplo que ele citou, não eu, o GPT-Dutra, em que 70% dos usuários, desculpa, eu estou arredondando o número porque estou pegando a média no Brasil, 70% dos usuários que pagam o pedágio, efetivamente a Receita recolhida são veículos pesados. E esse grupo é representado no que a gente chama GPT-Dutra. Grupo de Trabalho Paritário na Dutra. E a informação que ele deu aqui é extremamente correta: De 793 mil veículos que passam na Dutra, por dia, 74 mil pagam pedágio. Um dos principais trechos, Senador Azeredo, o senhor perguntou, São José dos Campos-Taubaté, aquilo já não é mais uma estrada, aquilo é uma avenida e não há nenhuma praça de pedágio. Até em função disso, eu quero citar aqui que hoje eu tive uma notícia—

[soa a campainha].

Talvez, ao longo do dia, eu tenha a confirmação de que o Tribunal de Contas da União teria finalmente liberado os estudos promovidos pela Agência para realocação de praça de pedágio e com isso talvez constituir uma forma de cobrança e acredito que essa colocação foi bastante adequada, mais justa--

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG):

Dr. José Alexandre, mas isso é no mundo todo; no mundo todo, esse transporte urbano é cobrado nas--

SR. JOSÉ ALEXANDRE NOGUEIRA DE RESENDE:

Eu poderia explicar, se não eu vou me perder aqui, se o senhor puder me dar a chance de fazer essa pergunta para mim depois, eu faria exatamente essa, não sei posso--

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Senador Eduardo Azeredo está muito angustiado para perguntar.

SR. JOSÉ ALEXANDRE NOGUEIRA DE RESENDE:

Então, vamos lá, mas não vai cortar o meu tempo.

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): No caso, José Alexandre, você tem mais três minutos.

SR. JOSÉ ALEXANDRE NOGUEIRA DE RESENDE: 10, 20.

[risos].

Na verdade, o que acontece? Tem várias formas de pedágio e vários sistemas de pedágio, Senador. Londres, por exemplo, tem o pedágio urbano; entrou no centro de Londres, você é fotografado; são mais de 300. Não sei, talvez seja a solução para São Paulo.

[Risos].

Na verdade, quando se fez essas concessões, foi há mais de 10 anos; a concessão é algo dinâmico e até fazer uma colocação que foi feita pelo Sr. Geraldo Viana, antecipando a uma colocação, vou tentar ser muito rápido, não há impedimento de se fazer um processo como da segunda etapa e depois vir a adotar um procedimento de pedagiamento mais diferenciado e mais moderno, isso, inclusive, há na previsão dos contratos, a segunda etapa. Essa decisão mesmo do tribunal é bastante auspiciosa, no momento que nos permite agora gerir este contrato na dinâmica que o mercado estabelece para uma concessão como a Dutra. Na verdade, quando surgiu a Agência, nós começamos a pensar na questão dos pedágios eletrônicos, nos pedágios por quilômetro, que realmente seria a forma mais justa. Não tinha, primeiro, a tecnologia e não tinham também condições de custos adequadas e o impacto seria muito grande. Hoje, nós estamos fazendo um piloto na CONCEPA, ainda um tipo de TAG, não é ainda por quilômetro, mas a Agência já iniciou estudos, visando a possível transformar dessas rodovias todas em rodovias que sejam pedagiadas por quilômetro.

Há de ressaltar também a diferença das nossas rodovias com as rodovias, muitas das rodovias do exterior, quando se faz essa comparação, tem que ter muito cuidado ao comparar situações como no exterior e no Brasil. Primeiro, a maioria delas lá fora são rodovias fechadas, o que facilita esse tipo de cobrança de pedágio; as nossas rodovias são abertas. Eu já tive, por exemplo, interessados na concessão de rodovia dizer que morre de medo da concessão como a Fernão Dias, porque aquilo é um "paliteiro". Tem saída de acesso para tudo quanto é lado.

Então, eu só queria antecipar aqui, é um pouco falar da sua pergunta—

[soa a campainha].

Só uma questão, Senador Delcídio, só que o Senador Romeu Tuma chegou a colocar aqui uma vez e tal, tem que ver também, na questão de custos operacionais, o custo social que é feito com essas rodovias. Só para se ter uma idéia, mais de 200 partos foram feitos da população lindeira na rodovia Presidente Dutra. E, atendendo até apelo de diversos Parlamentares aqui, diversos Governadores de Estado, há uma necessidade de se combater hoje o roubo. É muito grande essa questão. Nós estamos num trabalho grande, estamos

atendendo também uma solicitação do Governador Sérgio Cabral, já iluminamos toda a Baixada Fluminense; abaixou extremamente... Fortes os índices de assalto nas rodovias federais, na baixada Fluminense, em São Paulo também.

Temos também uma questão que é relativamente ao roubo de carga; mais de três bilhões de reais são gastos por ano na defesa do roubo de carga pelos transportes rodoviários de passageiros e nós temos hoje feito um trabalho grande para também aumentar o nível de fiscalização, hoje, por exemplo, na CONCERT, nós já temos 70% da rodovia inteiramente filmada e qualquer assalto e qualquer roubo nesses pontos são imediatamente fotografados.

Eu peço desculpas aí por ter me excedido, eu falei, o tema é muito... Mas eu fico à disposição das perguntas. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Muito obrigado, meu caro José Alexandre de Resende. Agora, eu passo a palavra para o último expositor, SR. PAULO GODOY, Presidente da Associação Brasileira de Infra-Estrutura e Indústrias de Base.

SENADOR JAYME CAMPOS (PFL-MT): Sr. Presidente, pela ordem. Um minuto só.

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Pela ordem, Senador Jayme.

SENADOR JAYME CAMPOS (PFL-MT): Eu quero fazer apenas uma pergunta para não esquecer, tanto de sua parte como a minha. Essas rodovias que o senhor disse que estão todas elas firmadas, 70% são rodovias federais?

SR. JOSÉ ALEXANDRE NOGUEIRA DE RESENDE: Especificamente o caso da CONCERT, nós estamos chegando a 70% de—

SENADOR JAYME CAMPOS (PFL-MT): Rodovias filmadas?

SR. JOSÉ ALEXANDRE NOGUEIRA DE RESENDE: Tanto na parte de telecomunicações e de celular, como também de—

SENADOR JAYME CAMPOS (PFL-MT): Não são filmadas então, não é? Não são filmadas, ou seja, rodovias com câmeras?

SR. JOSÉ ALEXANDRE NOGUEIRA DE RESENDE: Monitoradas.

SENADOR JAYME CAMPOS (PFL-MT): Estão sendo monitoradas? Isso é no Brasil?

SR. JOSÉ ALEXANDRE NOGUEIRA DE RESENDE: Não, na CONCERT.

SENADOR JAYME CAMPOS (PFL-MT): Não, eu estou perguntando se é no Estado brasileiro.

SR. JOSÉ ALEXANDRE NOGUEIRA DE RESENDE: Perdão, é um trecho de estrada no Rio de Janeiro.

SENADOR JAYME CAMPOS (PFL-MT): No Rio de Janeiro, uma estrada. Porque eu fiquei meio assim, só se for nos Estados Unidos e Nova Iorque, porque aqui no Brasil, confesso, com toda a honestidade—

SR. JOSÉ ALEXANDRE NOGUEIRA DE RESENDE: Desculpe.

SENADOR JAYME CAMPOS (PFL-MT): Ok, obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Com a palavra, SR. PAULO GODOY. 10 minutos.

SR. PAULO GODOY: Bom dia, Srs. Senadores, meus cumprimentos—

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): 10 minutos.

SR. PAULO GODOY: Vou correr bastante. Senador Delcídio, Senador Marconi Perillo, meus cumprimentos pelo dinamismo que os senhores têm empreendido essa Comissão, Srs. Senadores. Essa discussão de hoje nos remete a uma reflexão maior sobre o que nós devemos fazer com os recursos que são arrecadados da sociedade brasileira. Porque nós temos aí duas possibilidades: Financiar os investimentos através dos recursos públicos, e aí então nós vamos discutir no país como dividir e quais são as prioridades do país, ou fazer com que os serviços públicos sejam financiados e bancados pelos usuários.

Assim foi com a telecomunicação, que é com a energia, e outros serviços públicos, como água ou esgoto, que são financiados pelos usuários. No mundo todo, e aqui no Brasil não foi diferente, o desenvolvimento das rodovias foi bancado pelo Poder Público, porque se decidiu, em algum momento, que a necessidade imposta aos países fazia com que os recursos públicos, parte deles, deveriam ser destinados para a malha rodoviária, em função do desenvolvimento que se esperava trazer na consequência desse investimento.

Agora, existe uma reflexão profunda, a respeito dos mecanismos de financiamento de serviços públicos, e o mundo todo, e nós não podemos comparar obviamente com o mundo desenvolvido, vem optando agora para transferir, cada vez mais, a responsabilidade tanto de ampliação quanto de manutenção dos sistemas existentes, através dos usuários. E aí financiar, através de quem usa, nós temos duas opções: Ou favorecer a tarifa, e aqueles que usam procurarem, onde é possível ser financiado por usuário, eles poderem ter... Minimizar os efeitos da tarifa, e um outro modelo que é, aonde, nos centros mais desenvolvidos, aonde a renda é maior, poderem pagar direitos de outorga

que podem servir, aí sim, para completar recursos que não são obtidos no orçamento, para poder fazer investimentos em áreas menos favorecidas. Então, essa é uma opção que os Governos têm que adotar, de que modelo pretendem trilhar o seu caminho.

Nós achamos que a justiça da execução do orçamento passa a predestinar os recursos nas áreas mais carentes e tudo aquilo que puder ser financiado pelo usuário, assim, que o seja. E achamos que deve ter também esta mentalidade de fazer com que, nos centros mais desenvolvidos, aonde possa ser financiado, usar recursos para poder financiar as áreas menos favorecidas.

Bom, parece que isso não é, pelo menos nos nossos debatedores hoje aqui, parece não ser uma... Um debate muito dividido. Mas o que nós não podemos fazer no país é essa situação que se encontra hoje; nós temos 190 mil quilômetros de estradas pavimentadas no país. Apenas 10 mil pedagiadas. E o crime que está se cometendo com o país são esses números que o Dr. José Alexandre passou rapidamente, que são as mortes no trânsito; é o custo Brasil, o custo dos transportes, que foi citado aqui pelo Geraldo Viana. O custo/benefício entre você pagar, de você rodar numa estrada boa e numa estrada ruim, está amplamente exposto por diversos estudos, que nós vamos deixar, nós trouxemos aqui, que é muito papel, mas nós vamos deixar à disposição dessa Comissão. Um estudo da escola... Não é nosso, a Escola Superior de Agronomia Luiz de Queiroz, a Esalq, um estudo autônomo, chega à conclusão de que o transportador tem um prejuízo de 34 reais para cada 100 quilômetros rodados se ele não rodar numa estrada ruim, numa estrada boa. 34 reais por cada 100 quilômetros. Nós estamos falando aqui de pedágio de cinco reais para cada 100 quilômetros. O transporte de soja, o Senador Marconi não está aqui, numa viagem de 1100 quilômetros, teria reduzido 15% se esse transporte tivesse sido feito em estradas de boa qualidade.

Fundação, a FIA, Instituto de Administração da USP, para cada um real pago em pedágio, voltam 1,44 em benefícios sócio-econômicos. Instituto de Pós-Graduação e de Pesquisa da Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2,24 reais é o custo quando se trafega em estrada sem manutenção; 1,60, em boas condições, e aí vai. Fundação FIP, em São Paulo, o pedágio não significa aumento de custo dos produtos finais transportados por rodovias pedagiadas, porque exatamente se faz essa compensação de custo/benefício. O resultado é que a comparação e a percepção das pesquisas de maior credibilidade no país, que é da CNT, mostram que nas estradas o índice de satisfação é, do estado geral da estrada, é de ruim e péssimo,

para 79,8% dos trechos. E aí tem a divisão por pavimento, sinalização, geometria e a diferença que existe dessa avaliação nas estradas de boa qualidade e nas estradas pedagiadas.

Com essas considerações, nós chegamos à conclusão de que nós precisamos prover o Brasil de boas estradas, pelo custo econômico que representa e pelo custo social, através de mortes, de acidentes e de infortúnios que estão no nosso cotidiano.

Bom, feito isso, nós precisamos decidir com que velocidade nós queremos que o país se desenvolva. Qual é a velocidade que nós queremos. Esse lote de rodovias, não é por falta de debate e nem participação da sociedade brasileira, porque nós estamos a exatamente seis, sete anos discutindo esses lotes. Que já foram para o Tribunal de Contas, já voltaram, Ministério Público, Audiências Públicas, já, então, não é por falta de debate, esses lotes de rodovias estão colocados no PAC.

Então, o Brasil precisa decidir—

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG):

Seis anos, já faz.

SR. PAULO GODOY: Pois é, é o que eu estou colocando. O Brasil precisa decidir que velocidade que quer empreender os seus investimentos. Eu acho louváveis essas iniciativas que estão sendo colocadas aqui para reduzir Perfeitamente, reduzir o custo do pedágio, essa idéia de fazer a universalização do financiamento, através dos usuários, é fantástica, como foi dito aqui, não precisa ferir os contratos, negociação é sempre possível, não é? Aprimorar os contratos, desenvolver as novas tecnologias; nós precisamos estar abertos para isso, os contratos precisam prever condições de negociação para que permita esta evolução, perfeitamente. Mas isso não pode ser o motivo e usar esses argumentos positivos, corretos para postergar as coisas, para embaralhar as coisas, para criar cortina de fumaça para que as coisas não andem. É assim que às vezes que se pratica no meio ambiente; é assim que às vezes um debate ideológico. Nós aqui não temos que ter ideologia, temos que ter pragmatismo do desenvolvimento do país. O que é que nós queremos? Queremos atrair capital privado? O Estado brasileiro é capaz de dar conta dos investimentos que precisam ser feitos no país? Se assim for, e se assim tivesse sido, nós não estaríamos com essa situação nas estradas brasileiras. Para os Srs. Senadores, que percorrem o país afora e saem de carro, sabem o que é trafegar nas estradas brasileiras.

Então se o Estado brasileiro não tem essa condição, nós temos que criar condições de atrair—

[soa a campainha].

Sim empresas privadas. E a regra é mundial para atrair empresas privadas. Para você considerar, hoje, em todos os setores, tanto no Tribunal de Contas, no Ministério Público, nas Agências, há um aparelho que... Disponível para aferir qual é a rentabilidade adequada de um projeto, e se dúvida tiverem, existe o mecanismo do próprio Estado. Nós temos o BNDES que pode ser convocado para dar sua opinião de como ele entende que pode financiar um projeto, com que rentabilidade, com que cobertura, com que garantia. Existem os Fundos de Pensão, que podem ser o testemunho do que estão dispostos a colocar nos projetos para que eles possam se desenvolver de uma forma correta, justa, honesta, remuneração correta. Ninguém pode pleitear um outro tipo de tratamento. Conluio é crime. E só é possível fazer conluio se não tiver um sistema de competição nos processos.

E, assim, cabe ao poder concedente, cabe ao Governo, em todos esses processos estabelecer condições de competitividade e o mercado vai competir e, aí sim, vai assimilar todos os ganhos, todas as possibilidades de desenvolvimento tecnológico para o que contrato se desenvolva de uma forma adequada. A participação da sociedade é correta e nós temos mecanismos, isso aqui é participação da sociedade. Nós temos Audiências Públicas; se for preciso que essas Audiências Públicas se modifiquem, em algum critério para permitir uma maior interação das pessoas que estão interessadas, que se faça, mas não se utilize esse argumento para postergar, para ter cortina de fumaça. Vamos ser honestos com o país e encontrar os mecanismos adequados para nós desenvolvermos aceleradamente.

Assim, Srs. Senadores, nós achamos que temos que, muitas vezes, tirar um pouco caracteres ou políticos ou ideológicos, em situações em que elas são muito técnicas e objetivas. Este processo dessas concessões, como eu disse, já se arrasta há algum tempo. No site da ANTT, existe disponível um material completo de tudo aquilo que foi feito, de tudo aquilo que se discutiu, de todas as intervenções que foram feitas. Concordo com senhores palestrantes aqui, que nós precisamos estar abertos sempre para evoluir e podemos introduzir mecanismos. Parece-me, inclusive, é uma consulta que eu faço ao Dr. José Alexandre que os contratos já prevêm, nessas minutas que estão disponíveis, já prevêm essa possibilidade de contemplar as colocações que o Dr. Valente e o Dr. Viana fizeram. Nós não precisamos remontar tudo, iniciar o processo novamente, levar para todas as instâncias burocráticas de controle do aparelho do Estado. Não é preciso fazer isso. Se há algum mecanismo que ainda não se obteve, pode-se perfeitamente corrigir rapidamente

porque o Brasil tem pressa. Essas estradas são eixos importantes e que têm consequências econômicas e sociais importantes.

Então, o apelo que nós fazemos nesse momento é que para que essa reflexão, em nome do desenvolvimento do país, nesse e em outros casos, nós temos todos os mecanismos de aparelho para o controle do que quisermos, até da rentabilidade dos projetos; vamos usá-los objetivamente e construtivamente, para que nós tenhamos esse prazer de ver o Brasil, em pouco tempo, alcançar o nível de desenvolvimento que desejamos.

[troca de presidência]

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Essa Presidência agradece a exposição do Paulo Godoy, Presidente da ABDIB, e inicia agora a parte do debate. Concedo a palavra, com muito prazer, à ilustre Senadora Ideli Salvatti, autora do requerimento para a Audiência Pública, pelo prazo de cinco minutos.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Sr. Presidente, primeiro quero cumprimentar e agradecer a presença dos nossos ilustres convidados, Sr. Paulo Godoy, da ABDIB; o José Alexandre, da ANTT; o Valente, da Secretaria de Política Nacional dos Transportes, do Ministério dos Transportes, o Sr. Cloraldino Severo, ex-Ministro dos Transportes; o Geraldo Viana, da ANTC. E dizer, eu terminei ali agora de gravar a entrevista e eu vou reproduzir aqui o que eu falei na entrevista. Esta questão das concessões, ela é uma necessidade, tendo em vista que o fluxo dos veículos e do transporte e do desenvolvimento do nosso país nos coloca para poder dar conta da necessidade que nós temos de dar atendimento a uma demanda que, inclusive agora com o aumento do crescimento do país, vai ser cada vez maior. Ao mesmo tempo em que é uma necessidade, é uma controvérsia instalada nesse país, desde que iniciou, não é? Tem uma polêmica colocada que não adianta a gente querer dizer que ela não existe, porque ela existe, está posta, tem reação, ação judicial, discussão, debate, Associação de usuários reclamando, tem Governador fazendo toda uma política de enfrentamento, inclusive, porque pegou as suas estradas totalmente concessionadas etc e tal.

Então, eu acho que aqui—

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: [pronunciamento fora do microfone].

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Mas tem, não adianta a gente dizer o que problema não existe quando existe, está posto, tem questionamento, tem discussão. Aqui foi colocada uma preocupação no sentido de conluio em licitação. Eu quero dizer o seguinte, *a priori*, nós não podemos dizer que há ou ao que não

há. Agora, o histórico das licitações no nosso país, eu quero dizer que nos obriga a nos preocuparmos sim. Como é que nós não vamos nos preocupar com um histórico que nós temos nesse país de licitações combinadas, fraudadas, superfaturadas etc e tal. Portanto, temos que ter essa preocupação sim, é exigência, se a gente quer que o processo seja o mais transparente, o mais lícito e o mais legal. Para nós, inclusive como do partido do Presidente e tal, nesses quatro anos, que se arrastou toda essa questão do segundo lote, não houve nenhuma concessão nova no Governo do Presidente Lula, mas a gente sabe que vai ter que andar, não é? Vai ter que andar. Agora, tem que andar com transparência, tem que andar colocar o interesse público em primeiro lugar. Tem discussões que eu acho que são absolutamente pertinentes, que nós precisamos ter transparência para fazer. Nas concessões que estão em vigor, tem muita crítica, por exemplo, de que não entra, para baratear o custo do pedágio, uma série de utilizações, que são feitas, da faixa de domínio, questão de fibra ótica, *outdoors*, gasoduto, oleodutos... Nós não vamos abrir esse debate, ou seja, na hora de fazer as concessões, essa questão não vai entrar? Eu pergunto, tem que entrar. Porque senão aquela questão que o Dr. Cloraldino colocou de que, de cada real pago no pedágio, 27% volta em benefício e 59% no custo operacional, fica para... Isso precisa ser avaliado, não é? De forma muito concreta, se é esta mesmo a realidade e ainda mais se as receitas advindas de benefícios que não estão incluídos no processo concessionário e que as concessionárias se beneficiam, pela utilização da faixa de domínio, toda este rol de possibilidades de faturamento, que não entra para beneficiar o usuário, mas entra para beneficiar a empresa, se isso daí não fica contemplado. A própria taxa de retorno do—

[soa a campanha].

Investimento, que é muito criticada e debatida, inclusive no sentido da sua, da sua faixa elevada. Agora, o que eu queria colocar mesmo, Presidente, até como questionamento, é o seguinte: Eu tenho a sensação que deverá andar esse segundo lote, apesar de achar que nós vamos ter grandes embates jurídicos, de novo, de novo. Eu não tenho dúvida disso. Agora, é o seguinte, a ANEEL, ela fez uma empresa-modelo, na área de energia, para servir de parâmetro para poder avaliar as propostas do desenvolvimento da área energia ética. Por que é que nós não temos um modelo diferenciado, alternativo, para poder debater a questão das concessões para servir inclusive—

[soa a campanha].

Como parâmetro. Por que é que nós não adotamos o mesmo modelo que a ANEEL adotou para ter como parâmetro de comparação, por que é que nós

não fazemos? Eu quero até ser mais ousada, como tem o problema do Paraná, que tem o Governador lá que tem tido um enfrentamento político nessa questão das concessões, e Santa Catarina é o único Estado que não tem, de uma parte do Brasil para baixo, não tem, por que é que nós não podemos fazer, na bifurcação que sai lá de Curitiba, da 116 e do trecho do Paraná, que desemboca na 101, porque está no lote, por que é que nós não podemos fazer, nesta bifurcação, a experiência do alternativo, de uma concessão alternativa? Aonde taxa de retorno possa ser debatida do investimento, a utilização de todos estes benefícios anexos à concessão não possam ser incluídos para baixar o custo do pedágio. E quero dizer mais, quando começou, quando começou este segundo lote, eram sete trechos—

[soa a campanha].

O Espírito Santo pediu para ser incluído, depois o Governador Paulo Hartung pediu para ser retirado. Então, por que é que nós não podemos retirar a 116 e a 101 do Paraná - Santa Catarina, para fazermos, já que lá em Santa Catarina não existe, e no Paraná tem controvérsia política, por que é que não podemos destacar e fazermos uma experiência, até para servir de parâmetro, como a ANEEL tem—

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG):

Só um aparte?

[soa a campanha].

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Se o Presidente permitir--

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): O tempo já está esgotado, Senador.

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG):

Eu quero convidá-la para fazer parte da oposição, a partir desse discurso.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Olha, Senador—

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Para concluir, Senadora.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Eduardo Azeredo, eu quero dizer que eu acho que é uma proposta de bom senso, é uma proposta democrática e viável, e viável, inclusive para que uma série de críticas e de questionamentos a respeito do modelo de concessão que foi implementado anteriormente ao nosso Governo possa ser agora, inclusive, como é que se diz? Comparado com o modelo alternativo. Nós não temos muito com o que comparar, em termos de concessões, não temos muito, tem um modelo que foi implantado, que está em vigor, que tem crítica, que tem questionamento, então, vamos buscar... Eu não estou pedindo nem em todos os lotes não. Estou pedindo... Vamos

tirar um lote para fazer uma experiência alternativa, a gente sabe que têm propostas, têm sugestões, vamos fazer, não é? Para poder, inclusive, comparar.

Era isso, Sr. Presidente, e a pergunta fica obviamente aberta para que todos os membros da Mesa possam concordar ou não e até ver se isso é tão opcionista assim. Eu acho que é uma coisa de bom senso, que eu tenho certeza absoluta que o Presidente Lula, quando, em dezembro, determinou, "vamos parar e ver se podemos melhorar", eu acho que ele estava também, ele não estava com espírito opcionista, ele estava com espírito de—

[soa a campanha].

Aperfeiçoar o modelo para o bem do Brasil--

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG):

A oposição sempre tem bom senso--

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Obrigado, Senadora. Nós vamos fazer um bloco de quatro Senadores perguntando. Com a palavra, o Senador Cícero Lucena.

SENADOR CÍCERO LUCENA (PSDB-PB): Senador Marconi Perillo, ao lhe cumprimentar, cumprimento os demais Senadores e Senadoras, bem como os que compõem a Mesa. Acho que essa audiência, ela tem um papel muito importante. O Brasil tem vivido, nos últimos tempos, um nome chamado apagão, que, efetivamente, tem preocupado e trazido transtornos para várias e vários usuários do serviço público. E, sem dúvida, com o que nós ouvimos aqui, com a preocupação que nós tivemos, estamos tendo e vivenciando no país como um todo, cada um aqui, se puxar para essa linha vai ter muito que dizer, nós temos que ter o cuidado para não entrarmos no "buraco negro" das estradas brasileiras. Não o "apagão", mas o "buraco negro", por que a vivência dessa rotina que, pelos transportadores, pelos usuários, que nos trazem para exatamente aperfeiçoarmos aqui a discussão. Sem dúvida nenhuma, a experiência mundial estabelece que é uma boa atitude, nós buscarmos a parceria pública-privada e a cobrança do pedágio. Se você for para o lado matemático, ele prova isso. Os dados dados aqui pelo Dr. Paulo, não dele, mas de entidades independentes, demonstram o custo do quilômetro rodado, em estradas com pedágio, e estradas sem a manutenção, que é a realidade que nós vivemos, reafirmado pelo senhor José Alexandre, quando ele afirma que nós temos um patrimônio de estrada com mais de 150 bilhões de dólares, mas há muito tempo não se investe em estrada, como deveríamos estar investindo e com o risco de perder esse patrimônio, se nós falarmos só financeiramente. Se nós formos calcular que a morte de 35 mil pessoas/ano, em acidente, quanto isso representa, você pode até querer dimensionar, mas não

existe base de cálculo econômica para o valor da vida; existe um número matemático para referenciar estatisticamente a quantidade de pessoas que morrem.

Agora, nós teríamos custo a levantar, por exemplo, não dos que morrem, mas do que fazem uso do programa de Saúde, que ficam com problemas de deficiência, que aí você pode calcular esse custo do que isso representa. Agora, sem dúvida, a abertura desse trabalho aqui que, para nós temos cuidados para não entrarmos no "buraco negro" das estradas, o senhor Cloraldino, ex-Ministro foi severo, não só no nome, foi também nas suas afirmações, que levam todos a terem uma preocupação muito grande, que é o papel e a função dessa Casa. Quando ele afirma em determinado instante do conluio, é tanto que os outros que o sucederam se preocuparam em responder, mas que, sem dúvida nenhuma, isso é possível e eu gostaria que, se fosse possível, ele esclarecesse onde estará a falha que leva a essa sua conclusão, a sua afirmação, mas a preocupação da transparência, do processo, todos nós temos como buscar, através dos instrumentos, da vigilância e da transparência. Eu acho que é preocupante o que o senhor disse, mas nós temos como, principalmente a importância de ter sido nesse momento, antes que as coisas aconteçam.

Agora, a outra preocupação que eu tive com a palavra do ex-Ministro é que ele cita alguns pontos que eu considero muito importantes. A questão da exclusão daquele pequeno, que fica nas vias paralelas, está certo? As áreas de pedágio, as vias de pedágio, que há investimento. A Paraíba é um exemplo disso, na ligação João Pessoa-Campinas, na duplicação que—

[soa a campanha].

Está sendo feita, tem duas cidades, uma é Riachão e a outra é Cajá, o comércio de Riachão era muito grande, na hora que duplicou, que o eixo saiu do centro da cidade, matou a atividade econômica. Cajá, que está sendo executada depois, já estão com essa preocupação para tentar preservar. E olhe que não é cobrança de pedágio; é só o desvio da estrada que, conseqüentemente, o pedágio também assim estabelece.

Então, isso é algo que nós devemos estar, nas—

[soa a campanha].

Nossas discussões, talvez até nessa, vamos dizer assim, nesse estudo profundo de um caso, como a Senadora Ideli propôs, mas não podemos deixar de levar em conta isso, bem como, o que é que o senhor acha do não pagamento por uma grande parte do usuário. Eu acho que tem razão quem coloca nisso, porque quem deve pagar é quem usa. Porque senão,

se for necessário o Governo Federal estar bancando os custos para—

[soa a campanha].

O pedágio ou mesmo quem está usando o pedágio, sempre esse custo é repassado. Aí termina o cara que usa um jumento, lá no Nordeste, estar pagando pedágio nas estradas de São Paulo para alguém que usa.

Então, é importante a gente colocar para pagar o pedágio quem efetivamente é usuário do pedágio. Essa é uma preocupação que todos nós devemos ter e praticar.

Quanto ao repasse para os Estados, eu realmente tenho as minhas preocupações dessa estrada porque, em algum instante, foram repassadas estradas para os Estados, foram repassados recursos para os Estados não, estou generalizando, mas também não quero entrar nessa polêmica, porque o meu Estado é um exemplo disso; os recursos foram recebidos e não foram aplicados na estrada e ficou o abacaxi para quem efetivamente ficou sob sua responsabilidade.

Então, em linhas gerais, são essas as minhas preocupações, de ter transparência no processo, ser favorável—

[soa a campanha].

À participação da iniciativa privada e da cobrança do pedágio; deixar alternativas em estradas paralelas para quem não possa usar o pedágio ou quem use com pouco tempo; cobrar efetivamente os quilômetros rodados e usados e não está sobrecarregando as taxas e, conseqüentemente, ter velocidade; velocidade com segurança, com responsabilidade, na busca da solução desse problema que o Brasil pede urgência.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Obrigado, Senador. Com a palavra, o ilustre Senador Eduardo Azeredo. Após, o Senador Francisco Dornelles.

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Sr. Presidente, senhores convidados, Srs. Senadores e Senadoras, o Governo não faz nem deixa fazer. Eu acho que esse é o resumo da área de transportes no Brasil. Nós temos aí, passados quatro anos e três meses do Governo Lula, uma situação realmente que é crítica nas estradas brasileiras. Os dados estão claros, não precisa a gente ficar repetindo aqui; é repetitivo... As mortes, os acidentes, o custo que existe. Eu não estou entendendo muito essa audiência aqui, Sr. Presidente, por que na outra sala lá, nós temos membros do Governo tentando defender sobre o apagão aéreo. Essa aqui foi convocada pela líder do PT e eu não estou entendendo o que é que nós estamos fazendo aqui, porque o Governo é que tem que dar a resposta; é o Governo... Quando eu digo que queria

convidá-la para participar da oposição, que a oposição sempre tem bom senso, é nesse sentido. Cadê a resposta? Eu não vi respostas. Eu queria respostas do Governo. O que é estaca faltando para, depois de quatro anos e três meses, não ter uma concessão de estrada? É alguma coisa ideológica? Que eu saiba, não. Não é nada ideológico. Pelo menos é assim que o Governo diz--

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Senador Eduardo Azeredo, se V.Exa. só me permite—

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Perfeito, Senadora.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): O Tribunal de Contas da União ficou este período todo analisando os editais, exigindo modificações. Exigindo modificações e não pequenas modificações. Entende? Então, eu acho bom a gente pelo menos dar as informações corretas e justas--

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): A informação correta e justa, o Tribunal de Contas da União não ficou os quatro anos e três meses olhando não. Ele ficou algum período analisando e o Governo evidentemente tem elementos, capacidade para poder dialogar com o Tribunal de Contas da União, ser ágil no fornecimento de informações e conseguir liberar o processo. Eu não estou negando que exista um cipoal de legislações no Brasil que prejudica a questão das obras, isso evidentemente que existe, mas não foi o tempo todo que o Governo teve esse processo parado no Tribunal de Contas da União.

E, então, o que nós não temos? O Congresso fez a sua parte, o Congresso aprovou as PPPs, e nada de PPP sair, não tem nenhuma PPP. “Ah, mas é, porque é difícil”. Minas Gerais está fazendo com uma PPP lá já. Começou depois que foi aprovado, já está fazendo uma concessão rodoviária. Então, eu... A minha ansiedade, como disse aqui o Senador Delcídio Amaral, é uma ansiedade mesmo de defesa da vida dos brasileiros, defesa do interesse público, defesa de melhor qualidade nas estradas, menor preço de pedágio para a população que transita por essas estradas.

Olha, eu não consigo realmente ver onde está, a menos que seja realmente uma questão de discussão permanente; dos 27 Governadores, que eu saiba, apenas um é contra, que é o Governador do Paraná, que é um Governador polêmico, como todos sabem. De maneira que as avaliações de estradas são inquestionáveis; as estradas melhores do Brasil estão em São Paulo porque as estradas de São Paulo são pedagias. E também, porque tiveram investimentos maiores na sua malha. A questão da FERNÃO DIAS, a FERNÃO DIAS teve o início de duplicação em 1994; em 1997, eu era Governador do Estado ainda, o Governo delegou

para Minas Gerais fazer a concessão, que assim era mais rápido, mas eu saí do Governo, quando veio no Governo seguinte, voltou atrás. As estradas voltaram para o Governo Federal, de lá para cá, nada. A estrada está se deteriorando, está se perdendo, já está toda ela precisando de manutenção. Aí, daqui a pouco, não tem jeito de fazer pedágio, porque está precisando ter uma manutenção, quase que refazer.

Então, eu fico muito preocupado, a minha pergunta é essa: Quando é que vai começar o processo de concessão de PPP, Dr. José Augusto Valente? As estradas federais transferidas, realmente é verdade, quer dizer, eu folgo em ter a informação. Desde, então, dezembro de 2005, elas são responsabilidade novamente do Governo Federal. Assim que está definido, porque eu—

SENADOR CÍCERO LUCENA (PSDB-PB): Assumiu isso—

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Assumiu isso, está bem, eu sei, Senador Cícero. Lá no caso de Minas Gerais—

[soa a campanha].

Foi isso mesmo. Foi o quê? 700 milhões, 500 milhões foram usados para pagar o 13º salário de 2002, do Governo Itamar Franco. De maneira que agora precisa ter uma definição, ou é do Governo Federal ou do Governo Estadual, não pode ficar uma estrada sem dono e aí não tem manutenção e a população que fica fazendo manutenção com carrinho de terra, o que aconteceu e acontece na BR-135, em Minas Gerais, que liga Montes Claros ao Norte de Minas, em que a população que fica com o carrinho para tapar o buraco com terra.

O meu tempo está terminando já aí, eu deixaria só essa pergunta, quer dizer, quando é que vamos começar com as PPPs, quando é que vamos começar com as concessões? Se é possível fazer delegação para a concessões, talvez esse fosse o caminho, voltar a passar a delegação para os Estados, para ser mais ágil. É evidentemente que, tomando todos os cuidados, para que não tenhamos conluio, não tenhamos nenhum problema que afete o interesse público. Mas isso está claro, isso está comum para todos nós. Eu continuo deixando: Quando é que vai começar?

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Com a palavra, o ilustre Senador Francisco Dornelles, pelo prazo de cinco minutos.

SENADOR FRANCISCO DORNELLES (PP-RJ): Sr. Presidente, eu cumprimento na pessoa de V.Exa. a todos os membros da Mesa. Eu faço essa pergunta dirigida ao Dr. José Augusto Valente, do Ministério dos Transportes. Se o Senador Eliseu Resende e o Senador Eduardo Azeredo decidirem constituir uma empresa

de navegação, hoje, eles conseguem constituir essa empresa em 24 horas, mas com sede num paraíso fiscal. E essa empresa com sede num paraíso fiscal, participa do transporte marítimo brasileiro, sem pagar um tostão de imposto de renda, sem pagar um tostão de qualquer outro tipo de imposto, sem pagar qualquer contribuição, sem estar sujeito a qualquer legislação brasileira. Entretanto, senhor Secretário, se forem eles apossados de um ataque de patriotismo e decidirem transferir essa empresa para o Brasil, fazer com que essa empresa seja brasileira, primeiro eles iriam levar um ano para transferir essa empresa para o Brasil e, a partir do momento em que fosse transferida, eles passariam a pagar todos os impostos, todas as contribuições e estar sujeita a uma legislação que tornaria inviável a empresa brasileira de navegação.

O que eu pergunto é o seguinte: Qual é a política do Ministério do Transportes em relação a transporte marítimo? Será que o Ministério verifica que com esse custo hoje, chamado custo Brasil, nós não podemos ter empresas brasileiras de navegação? Nós estamos gastando de quatro a seis bilhões de dólares por ano. O Ministério entende que o Brasil não deve ter empresas brasileiras de navegação? Que é mais, mais produtivo não ter essas empresas? E caso ele ache que é importante ter essas empresas, qual é a política do Ministério? Porque não pode pensar, ninguém pensar é que uma empresa constituída num paraíso fiscal, que opera no Brasil com custo zero, possa realmente, que uma empresa brasileira que pague todos os impostos possa competir com a empresa domiciliada num paraíso fiscal. Qual é a política do Governo em relação ao transporte marítimo, em relação às empresas brasileiras de navegação marítima? Essa é a minha questão.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Agradeço ao Senador Dornelles. Com a palavra, o Senador Jayme Campos.

SENADOR JAYME CAMPOS (PFL-MT): Obrigado, Sr. Presidente Marconi Perillo, ilustres convidados, que eu quero saudar e cumprimentar na figura do ilustre Ministro Cloraldino Severo, talvez V.Exa. não se recorde da minha pessoa. Fui Prefeito de Várzea Grande, o senhor era ministro, sou irmão do ex-Senador, ex-Governador Júlio Campos e também fui Governador do meu Estado, e hoje estou aqui.

Presidente Marconi, eu acho os dois grandes benfeitores da construção, da implantação das rodovias federais deste Brasil, aqui está ao meu lado o velho querido Ministro Eliseu Resende, na minha frente aqui, o velho e querido amigo Cloraldino Severo. Eu acho que foi o auge das boas rodovias federais desse país e, sobretudo, da verdadeira integração nacional,

sobretudo nós, que estamos fincados lá na região Amazônica, na região Centro-Oeste do Brasil.

Tivemos a oportunidade ímpar, na gestão do Ministro Eliseu Resende, e de Cloraldino Severo, de receber duas grandes obras, fundamentais para o nosso Estado, que foram a pavimentação asfáltica da BR-364 e da BR-163, ligando os grandes centros desse país até Porto Velho, como também a integração, que era o sonho de todos nós brasileiros da Amazônia, com a implantação da BR-163, ligando a cidade de Várzea Grande, de Trevo Largado, até a cidade de Sinope. São marcantes e, até então, que me provem o contrário, são as únicas obras concretas que aconteceram, até então, no meu Estado de Mato Grosso, na gestão do Ex-Presidente João Batista Figueiredo e do Ex-Presidente Garrastazu Médici.

Feito isso, eu quero ser bem pragmático e objetivo nas minhas perguntas. Há poucos dias atrás, Dr. José Alexandre, filho do querido Ministro Eliseu Resende, V.Exa. eu acho que tem suficientemente a capacidade e informação para me dar... Eu ouvi um Procurador-Geral da República dizendo através da mídia nacional, dos grandes veículos de comunicação, dizendo que ser concessionário das rodovias desse país é melhor que se vender produtos, ou seja, vender cocaína nesse país. Eu fiquei perplexo, fiquei realmente estarrecido, eu imagino que não chega a tal ponto, mas, quando se fala em conluio também, ao mesmo tempo, eu quero fazer duas perguntas bem objetivas: Qual o critério para a privatização dessas rodovias federais? Qual a forma que se aplica para definir os valores e cobranças de pedágio e, acima de tudo, exemplificando a minha pergunta também, temos alguns trechos em Mato Grosso, que eu acho, eu, particularmente, até porque fui Governador do meu Estado, hoje sou Senador, conheço bem Mato Grosso, temos alguns trechos, que é o caso do Trevo Largado até a cidade de Jangada e que demanda a cidade de Tangará da Serra, é uma rodovia que eu acho que é a campeã de mortes. Ali, entrou, eu imagino que você já tem que fazer um seguro de vida com bastante antecipação, sob pena de, no decorrer da sua caminhada, na sua trafegabilidade, já receber o atestado de óbito. Eu pergunto por que não também privatizar os trechos, ou seja, esse trecho, aí me refiro a Trevo do Largado até a Jangada ali, algo trafega/dia de 10 a 12 mil autos, sobretudo na época da safra, grande escoamento da nossa produção demanda da região Norte do Estado. Eu pergunto a V.Exa., o porquê não também nós privatizarmos determinados trechos que, certamente, sejam viáveis, até porque nenhum cidadão, nenhum empresário nesse país, nenhum Setor Privado vai investir em algo que não gera retorno.

Então, me causa muita preocupação, até porque nós, como legislador e fiscalizador, quando um Procurador da República vem—

[soa a campainha].

Questionar as tarifas, ou seja, os preços praticados hoje nas cobranças dos pedágios e, acima de tudo, nós queremos saber os critérios que são adotados para a implantação. De forma, encerrando, Sr. Presidente Marconi Perillo, eu não poderia deixar aqui, em hipótese alguma, de saudar o velho companheiro Eliseu Resende por tudo que fez pelo Brasil, da mesma forma, ilustre e querido Senador, Ministro, melhor dizendo, Cloraldino Severo, por tudo o que fez pelo meu Estado. Se o pouco que tem lá feito, sem nenhum constrangimento de dizer, respeitando os Ex-Presidentes, os Ex-Ministros, mas o que o Mato Grosso tem, até agora, foi obra de Eliseu Resende e de Cloraldino Severo. Parabéns, sucesso, que Deus o abençoe.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Com a palavra. o ilustre Senador Delcídio Amaral, Vice-Presidente dessa Comissão, pelo prazo de cinco minutos.

SENADOR DELCIDIO AMARAL (PT-MS): Queria cumprimentar o Presidente, cumprimentar os debatedores aqui presentes. Primeiro, eu queria fazer uma... Nós estamos num dilema que a gente precisa ultrapassar definitivamente, sobre investimentos privados, investimentos estatais e isso também se reflete não só com relação a rodovias, mas com relação à energia também e outros segmentos da infra-estrutura brasileira. Na minha leitura, nós vamos caminhar para um modelo híbrido. A Senadora Ideli falou em modelo alternativo, mas eu acho que nós vamos caminhar para um modelo híbrido. Em determinadas rodovias, por exemplo, nós vamos ter, e é absolutamente fundamental que se passe para a iniciativa privada mesmo essas rodovias, absolutamente natural e nós temos, hoje, nós temos toda uma regulamentação estabelecida, se for necessário alterar essa regulamentação para eliminar a incertezas ou desvios, como foi muito bem dito aqui pelo Paulo Godoy, conluíes, que foi a expressão mais utilizada, eu acho que nós temos o momento especial para fazer esse debate; está se criada agora a Subcomissão dos Marcos Regulatórios e, entre os temas seguramente estarão as rodovias. Mas entendo que nós vamos ter um modelo híbrido, um modelo onde vão participar as empresas privadas, um modelo onde nós vamos utilizar investimentos privados e públicos, que são as famosas parcerias público-privadas, nós discutimos aqui intensamente, o ano passado, principalmente em 2004, as parcerias público-privadas, nós precisamos botar em campo essas parcerias. Nós discutimos longamente, no Se-

nado, e agora esse processo ainda patina na definição dos fundos e na priorização dos projetos, esse fundo de investimento, que vai pautar ou que vai lastrear as parcerias público-privadas. E existem outros lugares que o Governo vai ter que marcar presença mesmo. Por que não há pio, não há interesse de um investidor privado eventualmente participar e a regra do jogo é essa, e acho que é importante, eu acho destacar que nós não podemos olhar a questão da infra-estrutura ideologicamente. Infra-estrutura é pragmatismo absoluto. Nós vamos poder discutir ideologia em políticas sociais, qual é o destaque a ser dado no orçamento da União ou para Infra-Estrutura, uma presença maior ou menor do Estado, em determinados segmentos do dia-a-dia, da nossa população, do nosso povo, nas políticas sociais, mas infra-estrutura é pragmatismo puro, mas evidentemente justo, dentro de regras muito bem estabelecidas, sem incertezas jurídicas e levando em consideração o negócio, o negócio em si.

Aqui foi dito sobre toda essa infra-estrutura paralela, que se soma a essas concessões, inegavelmente. Nós temos que olhar a questão de dutos, de gasodutos de cabos de fibra óticas, que são lançados, não só ao longo de rodovias, mas ao longo das ferrovias também, é todo um conjunto de ações que evidentemente têm que pesar num processo de concessão.

[soa a campainha].

Eu já estou concluindo, Presidente, portanto, eu... Nós estamos angustiados com... Principalmente para que nós venhamos a colocar em campo essas alternativas, definindo claramente o que é que vai ser concessão privada, o que é que é parceria público-privada, e o que é que vai ser do Governo mesmo. E foi citado por algum, acho que foi pelo Senador Eduardo Azeredo, nós, por exemplo, temos a BR-163, nós queremos transformar a BR-163, lá em Mato Grosso do Sul, não em rodovia da morte, nós queremos transformar a BR-163 na rodovia da vida. E se não há uma definição clara do que vai ser feito com a BR-163, então, por favor, repasse a concessão para o Estado, faça a transferência para o Estado de Mato Grosso do Sul dessa concessão, que nós vamos fazer um leilão da celeridade, ao leilão da 163, porque a 163 está prejudicando... Esse "rame-rame" da 163 prejudica o desenvolvimento do nosso Estado, nós temos uma classe produtora eficiente, competente, competitiva, nós estamos perdendo no frete. Nós não temos segurança, quando chegamos no Porto de Paranaguá, nós não temos segurança se a carreta vai chegar no dia. Quanto é que custa um navio no Porto de Paranaguá ou num outro Porto? Quanto é que custa o atraso de um dia? São 40 mil dólares, 45 mil dólares. E aqui foi citado, eu acho que o tema proposto pela líder Ideli Salvatti

é, no que se refere, nós estamos discutindo rodovias, mas nós podemos rebater isso para as ferrovias, nós podemos rebater isso para as hidrovias, para os portos. Hoje, porto no Brasil, é um negócio importante. Nós não estamos mais exportando 30 bilhões de dólares, 40 bilhões de dólares; nós estamos exportando 120 bilhões de dólares.

Então é uma responsabilidade enorme do país. Ferrovia, o meu querido, o meu querido Diretor-geral da ANTT, José Alexandre, nós temos que avaliar a questão, eu não posso perder essa oportunidade, que aqui tem representantes vários, não só do setor de rodovia, mas Agente Regulador, Consultores experientes, o Secretário de Política Nacional de Transporte, nós temos que ver ferrovia também. Eu vi um levantamento agora da Confederação Nacional dos Transportes, o frete ferroviário é mais caro que o frete rodoviário no Brasil. Nós temos uma ferrovia chamada Novo Oeste, que é um desastre. Foi um modelo de privatização horroroso e que prejudicou Mato Grosso do Sul, está prejudicando Mato Grosso e tem prejudicado São Paulo—

[soa a campainha].

As nossas ferrovias vão atravessar São Paulo para chegar no Porto de Santos, têm que parar em São Paulo para a composição ferroviária trafegar de madrugada para o Porto de Santos.

Então, nós precisamos estabelecer e esse que eu gostaria de ouvir, quer dizer, qual é o cronograma, qual é a estratégia que nós temos pela frente? Porque instrumentos nós temos; nós temos que melhorar os instrumentos? Claro, nós temos que melhorar os instrumentos. Nós temos que aperfeiçoar o marco regulatório? Temos que aperfeiçoar o marco regulatório, mas vamos colocar às claras o que nós precisamos fazer, porque o Brasil não pode esperar mais. Nós não podemos mais perder competitividade em função de ter um frete cada vez mais caro.

Eu vi uma conta de uma exportação da costa leste americana para o Porto de Roterdã na Holanda e comparando com o Brasil; os americanos estão num processo descendente e nós subindo exponencialmente. Quando é que vai parar isso? Vai chegar uma hora que o produtor não vai ter condição mais de ser competitivo porque nós não estamos morrendo, não na eficiência como produtores, como empresários, nós vamos perder no frete, nós vamos perder na logística e nós não podemos mais conviver com esse quadro porque o Brasil precisa crescer, o Brasil precisa ser competitivo e o Brasil é um grande *player* mundial hoje e nós não podemos é deixar nossa competitividade de lado, não pela falta de eficiência dos nossos empresários e produtores, mas pela falta de ineficiência da

nossa infra-estrutura. Isso que eu gostaria de dizer, Sr. Presidente. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Essa Mesa agradece a participação do ilustre Vice-Presidente dessa Comissão, Senador Delcídio Amaral.

A Presidência preparou também algumas questões específicas que serão dirigidas aos expositores. Ao senhor José Alexandre Nogueira, Diretor-Presidente da ANTT: A Agência dispõe de quadro de pessoal técnico, Recursos Humanos suficientes para desenvolver as suas atividades, em especial para criar um ambiente favorável à elaboração e fiscalização de normas de regulação técnica, econômica e, sobretudo, da concorrência?

Aos senhores José Alexandre, José Augusto da Fonseca, Secretário de Política Nacional de Transportes, e Sr. Cloraldino Severo: Os senhores acreditam que a carência de profissionais na área de transportes, entre outras categorias, a dos topógrafos, dos operadores, dos motoristas, engenheiros com especialização em tráfego em construção rodoviária? Acham-se que sim, a Agência ou o Ministério desenvolvem ou deveriam desenvolver algum programa específico para atuar nessa formação?

Ao senhor José Alexandre Nogueira: Qual a política tarifária desenhada para as concessões de infra-estrutura e para a prestação de serviços de transporte regular, o objetivo maior é garantir o retorno dos custos incorridos pelos outorgados ou fomentar a inovação tecnológica e os ganhos de qualidade no setor?

Ainda ao senhor José Alexandre Nogueira, há prevalência de políticas tarifárias baseadas em taxa de retorno, ou seja, tarifa igual a custo mais lucro fixo, ou daquela baseada em valores máximos, tarifas-teto ou *pricecap*, sistema pelo qual o concessionário pode cobrar o valor inferior ao máximo fixado pela Agência.

Ao senhor José Alexandre Nogueira ainda, o Sistema *Price*, de tarifas teto, pelo qual o concessionário pode cobrar o valor inferior ao máximo fixado pela Agência, não seria mais eficiente para baratear o custo dos pedágios e fomentar a inovação tecnológica e a concorrência do setor? Como a agência pode atuar para reduzir os custos dos pedágios nas rodovias concedidas?

Ao senhor José Alexandre Nogueira ainda, o Presidente da Confederação Nacional dos Usuários de Transportes Coletivos Rodoviário, Ferroviário, Hidroviário e Aéreo, o CONUT, José Filinto, reclamou que a ANTT não fiscaliza o transporte de passageiros no Brasil. Segundo ele, há muita facilidade para realizar o transporte ilegal. Então pergunto: Que medidas concretas têm sido adotadas por essa Agência com

vistas a coibir o transporte ilegal em nosso país? Essa é uma questão importante, inclusive aqui na região do entorno de Brasília.

Aos senhores José Alexandre e José Augusto: A transferência da administração das rodovias brasileiras para as empresas privadas, por meio de contratos de concessão, tinha como objetivo principal desonerar o setor público, incapaz, como se sabe, de mobilizar recursos financeiros suficientes para a recuperação da sua malha rodoviária. Além disso, somente os que utilizassem a rodovia concedida deveriam remunerar o serviço, evitando que toda a população pagasse por serviços que somente uma parcela usufrui. Isso até foi comentado aqui, todavia, na realidade, isso está ocorrendo, estaria ocorrendo o inverso em relação a essa situação. Tendo em vista o atual regime tributário do setor, observa-se que o atual usuário das rodovias passou efetivamente a remunerar os serviços de infra-estrutura posto à sua disposição, mas não deixou de transferir recursos para a União e a CIDE é um caso específico; Estados e Municípios, em razão de serviços que esses entes públicos não mais se ocupam.

O motorista brasileiro, por exemplo, Srs. Senadores, senhoras Senadoras, para trafegar nessas rodovias privatizadas, paga sobre o combustível que consome, a chamada CIDE combustível, que tem como uma de suas destinações o financiamento de programa de infra-estrutura de transportes. Mesmo assim, como já dito, paga também o pedágio, que remunera a concessionária. No entanto, sobre o preço pago a título de pedágio, estão ainda embutidos o Imposto Sobre Serviços, o COFINS, o PIS, os impostos Estaduais e Municipais e todos os demais tributos que incidem sobre essa atividade. Parece-me, e é sobre isso que eu peço que os senhores comentem, tratar-se de tributação injusta e anacrônica, pois sua razão de ser é justamente o fato de o Estado haver se desincumbido de prestar um serviço público de que é titular. Em outras palavras, transformou-se em meio de reduzir despesas, em fontes de rendas vultuosas, com prejuízos para o usuário do transporte rodoviário brasileiro.

Eu pergunto ainda, o que os senhores acham da descentralização das rodovias federais para os Estados? E mais, os senhores acham, e aí eu pergunto a todos da Mesa, que a Contribuição de Domínio, a CIDE, está conseguindo atingir os seus objetivos, ou seja, trabalhar pela conserva e manutenção das nossas rodovias federais, na construção de novas rodovias e outras obras de infra-estrutura, os senhores acham que é correto transferir os recursos ou parte dos recursos para a formação do chamado superávit primário?

Ao senhor José Augusto Valente: O Governo do Presidente Lula incentivou politicamente a criação das

PPPs. Após uma série de aperfeiçoamentos introduzidos nessa Casa, com destaque para o trabalho do Senador Tasso Jereissati, entre outros, esse projeto foi aprovado e sancionado no final de 2004. Entretanto, o Governo Federal tem sido econômico, para dizer o mínimo, na elaboração de projetos utilizando esse importante instrumento e, mais ainda, na sua efetiva realização. Assim, pergunto: Quais os impedimentos para a maior utilização dos PPPs?

Ao senhor Geraldo Viana, Presidente da ANTC, o senhor tem defendido a utilização de cobranças automáticas nos pedágios brasileiros, como forma de barateamento das tarifas cobradas dos usuários. Gostaria que o senhor detalhasse esse ponto de vista, informando-nos de que forma o sistema que o senhor propõe funcionaria, em termos operacionais, e como poderíamos chegar à desejada redução das tarifas praticadas nos pedágios.

Ao Sr. Cloraldino Severo: O senhor teve a honra de estar à frente dos Ministério dos Transportes em momentos que havia muito mais recursos e os projetos eram muito mais ambiciosos. Já, desde aquele período, entretanto, esse Ministério vem assistindo à dramática redução dos seus recursos, a questão da concessão rodoviária foi colocada como uma panaceia para todos os males que afligem o setor. Em sua opinião, essa é uma solução que efetivamente resolve nossas necessidades de estrutura? Que alternativas o senhor propõe para que possamos retomar a capacidade de ação que tínhamos há 30 anos? O que falta para que possamos manter, expandir uma infra-estrutura de transportes adequada àquela grandeza brasileira, dos tempos do Ministro Eliseu Resende? E mais, o DNIT substitui o DNER, o senhor acha que os vícios como corrupção nas estações etc, foram efetivamente banidos daquele órgão?

Por fim, SR. PAULO GODOY, Presidente da AB-DIB, o intenso contingenciamento orçamentário sofrido pelo Ministério dos Transportes resultou no precário, precaríssimo estado de conservação em que atualmente se encontra a malha rodoviária nacional. Assim, antes que possamos dar início a um processo de retomada da expansão da malha e da integração nacional, é necessário recuperar ou reabilitar a malha existente? O senhor tem estimativa de custos envolvidos numa operação dessa grandiosidade? Que tecnologias poderiam ser utilizadas para reduzir custos e prolongar a vida útil dos projetos de engenharia rodoviária.

Agradeço a atenção dos senhores e pergunto ao Senador Romeu Tuma se ele quer ainda fazer uso da palavra, para que eu possa encerrar esse período de oitivas e começar o processo de respostas.

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP): Agradeço V.Exa. Só peço desculpas, que tem uma Comissão de Relações Exteriores, muito importante, que é sobre o Apagão Aéreo, então, essas duas de valor enorme para a sociedade brasileira, infelizmente elas, ao mesmo tempo, trazem um pouco de dificuldade para acompanharmos. É claro que as perguntas feitas pelo Presidente quase que esgotam qualquer dúvida que a gente possa ter a respeito do assunto.

O que me preocupa são algumas leituras de jornal, principalmente de tirar a hidrovía do Ministério dos Transportes, porque a gente pensa e luta muito, e se discute, há muitos anos, sobre o intermodal, que o Brasil ainda não alcançou a possibilidade de ter o sistema de transporte trimodal de primeira linha. Hoje, nós temos a hidrovía, principalmente em São Paulo, onde o transporte, hoje, da importância da cana, que é muito mais barato que o transporte rodoviário.

E V.Exa. falou uma coisa aqui que, para mim, é séria e triste, Presidente, que é o transporte clandestino. Nós temos tido em São Paulo, V.Exa. fala no entorno, mas eu falo de São Paulo, onde nós temos uma rodoviária com transporte legalizado, e alguns endereços onde o transporte clandestino é feito, principalmente, não só para o Nordeste, mas para a região do Paraná, Foz do Iguaçu, para que possam os sacoleiros ter o melhor preço no transporte, com risco muito maior, porque são ônibus praticamente, quase que inutilizáveis, pela deficiência de fiscalização, de pneus, de tudo aquilo que possa trazer insegurança para o usuário.

Então eu acho que é uma pergunta séria, eu não sei se a Agência que teria que verificar isso, porque a fiscalização é deficiente. Eu acho que talvez o estado que eu digo, não o Estado político, mas o estado físico, regional, poderia assumir mais um pouco a responsabilidade de fiscalização desse sistema de transporte clandestino, que traz muita insegurança, e a maioria dos acidentes são feitos através disso. E os assaltos feitos nos ônibus são em ônibus clandestinos, porque, provavelmente, pode ter uma ligação entre a quadrilha e o transportador.

Eu fui Presidente de Comissões de roubo de carga e o nosso querido Viana aqui conhece as dificuldades que tivemos no trabalho e na busca, quer dizer, a CPI ajuda, é propositiva e, de repente, ela termina, volta todo o sistema da criminalidade a agir. Então, eu não sei se os portos também vão sair realmente do Ministério dos Transportes, e agora, com esta construção naval, que ontem o Presidente Lula estava presente à assinatura de alguns contratos da construção de... A recuperação da indústria naval brasileira, eu fui o Relator da Medida Provisória, e acho, eu não sei se isso tudo não vai trazer um pouco... Que está na Petrobrás,

TransPetro, está na Petrobrás, mas ela fica, eu acho que um vínculo com o Ministério dos Transportes, não sei se isto eu tenho alguma razão nisso ou não.

Então, eu agradeço V.Exa., e gostaria de que se batesse muito nesse transporte clandestino, Presidente, que V.Exa. se referiu aqui.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Pela ordem, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Agradeço a todos os Senadores pela... Com a palavra, pela ordem, Senadora Ideli Salvatti.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Sr. Presidente, se permite, do debate aqui, me surgiu ainda uma última pergunta. Se V. Exa. me permite—

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Por favor, Senadora.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Que eu possa fazer, queria inclusive, dirigi-la ao José Alexandre, Diretor-geral da ANTT, e também ao Valente, do Ministério dos Transportes. Porque é o seguinte, nós tivemos um processo de concessão que teve um movimento bastante acelerado e a Agência Reguladora, ela só foi criada bem depois que o processo de concessão teve o *boom*, não é? 97, 98, 99, e a Agência Reguladora só foi criada aqui, me deram aqui, até eu pedi, lei 10.233, de 05 de junho de 2001, quando os processos concessionários, na grande maioria, aconteceram antes disso. Parece-me que isso também aconteceu na energia, na telefonia, ou seja, primeiro se diminuiu o Estado, a participação do Estado e depois o órgão que tinha a obrigação de fiscalizar, sob a ótica do meu ponto de vista, do interesse público, do interesse da população, foi criado muito depois, não é? Então, a pergunta que me fica é a seguinte: Todos esses problemas, essas questões que estão colocadas, que a gente não pode mascarar, elas existem, e se a gente quer que as coisas andem, a gente precisa fazer com que andem melhor, não é? Não andem com os mesmos problemas, se esse fato de ter tido um grande aumento do processo de concessões, antes da criação da Agência Reguladora, se isto hoje causa problemas, se isso dificulta. Inclusive a gente tem alternativas, de ter o fluxo da discussão e do aperfeiçoamento do sistema porque a gente parte de algo que se consolidou antes de o órgão, fora do Governo, inclusive, que é importante, que a Agência Reguladora não é Governo; é um órgão à parte, que faz o papel da fiscalização do setor, sob a ótica do interesse público. Então, era essa apenas, Presidente.

[soa a campainha].

SENADOR DELCIDIO AMARAL (PT-MS): Sr. Presidente, só--

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Pois não, Senador Delcídio.

SENADOR DELCIDIO AMARAL (PT-MS): Eu queria só fazer um registro, é importante o comentário que a Senadora Ideli acabou de fazer. Vários países que tomaram a decisão de promover a privatização de setores de infra-estrutura, esse processo, eles caminharam sempre primeiro fazendo-se a lição de casa, a lição de casa, o que é? Marco regulatório. Ampla discussão, e aí as Agências. Realmente esse é um problema que nós estamos vivenciando--

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Aqui não foram os bois na frente do carro; foi tudo na frente do carro--

SENADOR DELCIDIO AMARAL (PT-MS): Houve um processo de privatização, mas as Agências que, na minha leitura, têm que ser fortalecidas e têm que ter um papel fundamental, como mantenedoras das regras da fiscalização, enfim, de todo aquele arcabouço jurídico que foi montado, elas vieram *a posteriori*, em alguns casos. Então, nós temos, além dos problemas de marcos regulatórios, nós temos o problema de distorção do próprio papel exercido pelas Agências, na infra-estrutura do país. Então, esse é um problema também sério e acho que importante esse registro da Senadora Ideli.

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Presidente, só uma coisa para completar aqui--

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Pois não, Senador Eduardo Azeredo.

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): As Agências, efetivamente, não são parte de Governo e nem poderiam ser. O objetivo exatamente para dirimir o ambiente de competição ou de concorrência. Mas é importante lembrar que os membros são indicados pelo Governo e aprovados pelo Congresso.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Bom.

SENADOR JAYME CAMPOS (PFL-MT): Presidente, há poucos dias atrás teve um verdadeiro movimento nacional aqui em Brasília, e eu acompanhei, por sinal, vários Presidentes de Agências Estaduais, que estão pedindo autonomia, não só do Estado, eu imagino também que as Agências Nacionais, Federal, têm que ter autonomia. Parece-me, na medida que quando é indicado pela Presidência da República, ela passa a descumprir aquilo que é o seu objetivo, as suas prerrogativas. Eu acho que as Agências têm que ser fortalecidas para que possamos, com certeza, com todas as suas prerrogativas, em sua plenitude, fazerem o seu papel. Hoje, a bem da verdade, com todo respeito que eu tenho por V.Exas. aqui, as Agências

não têm cumprido com o seu papel, com a sua obrigatoriedade. É fundamental que possamos resgatar para que a sociedade realmente acredite nas Agências, saibam aonde ir recorrer para cobrarem os seus direitos. Obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Essa Presidência acolhe as questões de ordem da Senadora e dos três Senadores, e informa que a Comissão de Infra-Estrutura está preparando um arcabouço da autonomia, para a autonomia das Agências, incluindo PEC, Projeto de Lei Complementar, enfim, um amplo estudo que tem como objetivo exatamente garantir absoluta autonomia e independência aos órgãos reguladores.

Agora, nós passamos a fase das respostas aos questionamentos que foram feitos pelos ilustres Senadores que pertencem a essa Comissão. Eu começaria convidando o Sr. Geraldo Viana, Presidente da Associação Nacional das Empresas de Transporte de Cargas e Logísticas, ANTC, para fazer os seus comentários em relação aos questionamentos.

SR. GERALDO VIANA: Alô, está com som? Obrigado, Sr. Presidente. Bom, especificamente com relação ao questionamento que me foi formulado por V.Exa., eu diria o seguinte: A cobrança automática de pedágio já é uma prática, em parte da nossa malha, através de um sistema conhecido como "sem parar", tem um outro nome que agora me escapa, mas que, de qualquer forma, já reúne quase, se não me engano, mais de um milhão de participante, já usam esse sistema. É um sistema que funciona muito bem, eu particularmente sou usuário dele. Acho que é o melhor dos mundos, você recebe a sua conta detalhada, dizendo onde é que você passou, quanto é que custou etc. Evidente que a generalização disso implica algum custo para o proprietário de veículo e é por isso que nós estamos depositando todas as nossas expectativas nesse sistema chamado SINIAV, que é um sistema identificação automática de veículos, à base de rádio-frequência. Porque, a partir do instante em que isso for feito, com o mesmo chipzinho(F) que, segundo as informações que a gente tem colhido, realmente vão ser custo de centavo de dólar, um chip muito simples, ele possibilitará não só aquelas aplicações que o órgão de trânsito pretende, qual seja, de uma fiscalização mais eficaz, e isso é fundamental. Nós temos... Esse trabalho que o DENATRAN vem desenvolvendo é chave para que a gente possa ter o mínimo de controle sobre a frota rodante no Brasil. Não sei se Srs. Senadores sabem, mas mais de 30% hoje da frota, pelo menos em São Paulo e um percentual parecido no resto do Brasil, pode se dizer que seja hoje clandestina, na medida que não se licencia, o proprietário dos veículos, em função do

valor de IPVA, em função de valor de multa, simplesmente não faz o licenciamento anual do veículo e fica por isso mesmo porque não se fiscaliza. Então, criar condições para que essa fiscalização possa ser feita e de forma eletrônica, de maneira que a capturar rapidamente toda essa frota que se tornou clandestina, é fundamental para se fazer qualquer outra coisa, por exemplo, a discussão aí da inspeção veicular, que é chave para a gente melhorar até essa situação de acidente, que foi aqui mencionada, não adiantará nada, porque ela é casada com o licenciamento, quer dizer, o que se espera é que no momento do licenciamento a pessoa faça a inspeção veicular, como 30% não fazem por conta do IPVA e da multa, outros 30% talvez venham a não fazer, por conta da inspeção veicular que não fizeram ou fizeram e não foram aprovados.

Então, se não melhorar a fiscalização, podemos esquecer qualquer outra possibilidade de melhoria da nossa frota e das condições de trânsito no país.

Bom, com esse sistema automático, e que ontem eu tive, já vi que estava bastante avançado, nesse encontro que houve em São Paulo, a gente imagina que seja possível, através de um aplicativo que seria adicionado ao sistema, fazer a cobrança de pedágio também. Nesse instante, nós poderemos abolir grande parte das praças de pedágio, os chamados pedágios de barreira, que são absolutamente injustas. O senhor sabe, Sr. Presidente, no instante em que você coloca o pedágio de barreira, se cobra do usuário e dá a ele o direito de andar 100 quilômetros, mas pode se dar o caso de ele querer ir a 10 quilômetros, logo depois do pedágio. Significa que aquele cálculo que a gente está fazendo aqui, de custo por quilômetro, fica totalmente distorcido porque ele não andou 100, ele andou só 10.

Então, é essa injustiça que se precisa corrigir com a cobrança rigorosamente quilométrica, até mesmo esse tráfego quase urbano, ou urbano mesmo, que—

[soa a campanha].

Causa tanta preocupação, se resolveria com a cobrança automática, porque se cobraria tão pouquinho. Quer dizer, o custo por quilômetro baixando e baixando para sei lá, para 20 centavos, para menos que isso, por quilômetro, e se cobrando do cidadão que usa cinco quilômetros, quatro quilômetros, aquele valor, esse percentual ficaria muito pequeno. A respeito desse assunto que foi aqui mencionado, eu quero lembrar que a não cobrança desse tráfego é uma dupla injustiça porque, primeiro, porque faz com que aqueles que pagam, paguem por ele, e justamente nessas áreas, são onde se faz o maior investimento. No caso específico da Dutra, que a gente conhece melhor porque tem lá

o GPT, grande parte do investimento da Dutra foram as marginais feitas em São Paulo e no Rio de Janeiro, nas proximidades de São Paulo e do Rio de Janeiro, para quê? Para dar conta desse tráfego gerado por esse pessoal que não paga o pedágio.

Quer dizer, o grande investimento que justifica parte da tarifa, foi para atender esse tráfego. Então, essa é a primeira injustiça. A segunda, pior ainda, lembrando—

[soa a campanha].

Esse episódio aqui do Vale do Paraíba, entre São José dos Campos e Taubaté, que foi mencionado pelo Dr. José Alexandre, quem paga, além de estar pagando por aquele que usa, ainda se vê atrapalhado, porque o trânsito ali fica completamente congestionado, e uma viagem que você poderia fazer em quatro horas viram cinco, viram seis, porque aquele pessoal está lá atrapalhando o trânsito.

Então, é realmente necessário que passe a se criar uma forma de cobrança, ainda que seja uma cobrança pequeninha, uma cobrança pequena, porque justa; o sujeito andou pouco tem que pagar pouco. Ele não pode pagar quatro quilômetros e pagar como quem anda 100, aí realmente gera a revolta a essa coisa. Então, quando o senhor pergunta qual é a idéia com relação à cobrança automática? É exatamente essa. Eu acho que isso possibilita a universalização da cobrança, possibilita uma coisa muito importante também, que eu não toquei, está nesse estudo que eu deixei aqui com Sr. Presidente, que é a possibilidade da introdução, a partir daí, do desconto de frequência. Ou seja, possibilitar àqueles que usam mais pagar proporcionalmente menos, que é uma coisa que existe em qualquer atividade econômica e que é muito justa. Quer dizer, aquele que usa, passa uma vez por ano na estrada, paga X; é a questão da fidelização; o que passa toda hora vai poder pagar proporcionalmente menos. Só no sistema automático que se pode fazer isso que se cobra *a posteriori* e se verifica quantas vezes a pessoa transitou.

Então, só esse conjunto de possibilidades justifica que a gente—

[soa a campanha].

Realmente priorize essa questão da cobrança automática. Obrigado, Senadores. Existem questões que foram levantadas pelos Srs. Senadores, que dizem respeito ao transporte. Eu gostaria de, numa outra oportunidade, poder fazer alguns comentários, se houver tempo—

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Essa Presidência concederia a V.Exa. mais dois minutos para que V.Exa. possa concluir.

SR. GERALDO VIANA: Ah, pois não. Eu gostaria de fazer uma observação a respeito dessa questão que foi aqui levantada, dos fretes, pelo Senador Delcídio Amaral. Que os fretes brasileiros são realmente muito elevados e que isso tem comprometido o escoamento da produção nacional. Há um estudo muito sério feito pela COPEAD do Rio de Janeiro, que demonstra exatamente o contrário. Aliás, eu quero fazer uma distinção entre frete e custo de transporte, que vai muito além do frete, não é? O frete brasileiro, aquele que é recebido pelo empresário de transporte ou pelo transportador autônomo, segundo esse estudo da COPEAD, é um dos mais baratos do mundo, em função de o setor ser muito competitivo. Realmente há uma super oferta de transporte e isso faz com que o frete praticado seja muito pequeno, o que justifica esse estado geral da frota brasileira; não é a toa que o Brasil tem caminhões de 30, 40 anos rodando e que a idade média da frota de caminhões seja de 20 anos, são dados da Agência. Por que é que tem? Porque o sujeito gosta de andar com caminhão velho? Não, porque não tem renda, por que o frete realmente é muito barato, a ponto de acabar ficando mais caro que o frete ferroviário, que foi aqui mencionado—

[soa a campanha].

Agora, o custo geral de transporte acaba ficando muito alto em função das ineficiências, em função das retenções a que os veículos acabam sendo submetidos. Então, a infra-estrutura acaba agregando ao custo de transporte, ao custo logístico global, uma enormidade que, de fato, faz com que percamos competição.

Há uma outra questão também, que tem a ver com a multimodalidade, que foi aqui levantada pelo Senador Tuma. Eu já vou encerrar, Sr. Presidente. Há uma acentuação, especialmente quando se trata com o produto agrícola, em que o produtor tem a percepção clara, o produtor ou o exportador, tem a percepção clara que está pagando muito com transporte, quando ele compara com, por exemplo, o seu concorrente norte-americano, que traz a soja lá do meio-oeste americano, através da hidrovia do Missouri, Mississippi. Porque ele está comparando, na verdade, o transporte hidroviário, que é o mais barato do mundo, com o transporte rodoviário, que necessariamente é um transporte que tem que ser mais caro.

Então, é uma situação paradoxal, em que aquele que paga, acha que está pagando muito e aquele que recebe tem certeza que está recebendo muito pouco; o frete fica muito pequeno para quem recebe e muito caro para quem paga. Por quê? Porque se está sendo usado o meio errado de transporte. Na verdade, nesses casos em que se transportam produtos de baixo valor agregado, o que se tinha que fazer é investir pesadamente

na hidrovia, na ferrovia e nisso nós estamos de pleno acordo e por isso mesmo nós temos muitas dúvidas com relação a essa transferência diária de portos para outras Secretarias, até porque, de fato, nós estamos, ao invés de facilitar a integração, nós estamos criando mecanismos que tornam mais difíceis a integração, na medida em que você coloca órgãos diferentes a tomar conta de cada modalidade de transporte, o que parece uma falta de racionalidade.

Eu queria fazer apenas essas observações apenas para complementar a minha intervenção. Obrigada, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Essa Presidência agradece ao Sr. Geraldo Viana pelas respostas. Indago aos Srs. Senadores se algum deles tem interesse em réplica—

SENADOR JAYME CAMPOS (PFL-MT): Um minuto só.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Senador Jayme Campos.

SENADOR JAYME CAMPOS (PFL-MT): Obrigada, Presidente. Só... Não é questionando, mas fazendo uma observação na palavra do Dr. Geraldo, o senhor disse que, com todos os preços ainda competitivos do transporte rodoviário, só para dar um exemplo para o senhor, no Mato Grosso, a frota de caminhões diminuiu algo em torno de algo de sete mil caminhões porque os preços, na verdade, não são o ideal praticado que as empresas pagam aos transportadores. Se não bastasse isso, o senhor tem um dado significativo aí, de uma empresa do Rio de Janeiro, mas eu faço uma observação na sua fala. Eu queria que o senhor levantasse, se tivesse gente, pessoas suficientes, para levantar para ver quantos mil caminhões nesse país aqui, e não é pouco não, que estão o quê? Com busca e apreensão, porque o cidadão que compra o caminhão não dá conta de pagar a prestação, estão literalmente quebrados; não só os que transportam soja, que transportam bois, estão quebrados, não estão fazendo, vou falar como nós mato-grossenses, para a “bóia”, ou seja, não dá para comer, estão todos quebrados.

O senhor não imagina, a frota nossa brasileira está envelhecida, em que pese está crescendo até porque a produção está crescendo etc. Entretanto, eu acho que, a bem da verdade, não só a questão das precariedades das nossas rodovias, de uma maneira geral, quanto aqui o nosso companheiro Paulo Godoy diz aqui da questão dos transportes e o Delcídio faz ali um aparte, ora, você imagina Mato Grosso do Sul, que escoia para o Porto de Paranaguá, que acho que não são mais que 600, 700 quilômetros, e nós, que transportamos a 1500, Presidente Marconi Perillo, o senhor imagina, não tem como ser competitiva a

nossa produção. De forma que esse adendo que eu faço para o senhor, se o senhor tiver gente suficiente, mande fazer levantamento nos DETRANS do Brasil para ver quantos mil carros, quantos mil caminhões estão com busca e apreensão porque estão quebrados aqueles que, naturalmente, é uma profissão de abnegados. Obrigado.

[soa a campainha].

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Concedo a palavra ao Senador Delcídio para a réplica.

SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Presidente, só fazer um comentário em relação às explicações, do Sr. Geraldo Viana, que há aí uma filigrana entre custo de transporte e frete, que são dois conceitos que têm que ficar muito claros, portanto, diferentes. O comentário que eu fiz é exatamente, não em função, eu nem entrei no mérito dos preços praticados, eu estou dizendo que a infra-estrutura está inviabilizando o transporte; é a origem das dificuldades que nós estamos enfrentando. Nós, principalmente, o Senador Jayme Campos, e Mato Grosso do Sul enfrenta problemas assemelhados, e Goiás, que o senhor foi Governador e conhece muito bem, é Senador hoje, as dificuldades são imensas. O tempo que se perde nas estradas é uma verdadeira barbaridade. Sem falar em problemas de manutenção, é ponta de eixo, é suspensão é, enfim, é lastimável.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): É o custo Brasil.

SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): É o custo Brasil e que inviabiliza uma classe produtora eficientíssima, respeitada no Brasil inteiro, mas que está morrendo no transporte. É igual à burocracia, meu Presidente, que morre no Xerox.

[risos].

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Concedo a palavra para a réplica ao Sr. Geraldo Viana. Dois minutos.

SR. GERALDO VIANA: Agradeço, Sr. Presidente. Com relação, então, a essa observação do Senador Delcídio Amaral, eu quero dizer que é isso mesmo, o custo logístico abrange outros custos, custo portuário, o custo da armazenagem, a questão de armazenagem é tão crítica quanto a das rodovias, a falta de condição de cilagem, tanto na origem quanto nos portos, acabam levando a custos adicionais enormes. Eu quero dizer que o custo hoje mais importante do setor de transporte não é diesel, não é mão-de-obra, não é veículo, não é nada, é a improdutividade. Hoje você precisa de três, quatro veículos para fazer o serviço de um porque os veículos estão perdendo velocidade, estão perdendo capacidade de se movimentar nas estradas e nas ci-

dades, com congestionamento de trânsito e etc. Na verdade, esse custo de improdutividade é imenso, é por isso que a gente discute sem receio a questão de privatização, concessão e tal, em muitas situações você paga pedágio de um lado e ganha do outro. A relação de custo/benefício, que foi aqui mencionada.

Com relação ao que disse o Senador Jayme Campos, essa questão é realmente é inegável, há muitos donos de caminhões, pequenos transportadores—

[soa a campanha].

Que estão perdendo a sua frota porque não conseguem pagar a prestação e geram uma situação que é a mais indesejável de todas, porque ganham pouco por tonelada, colocam mais tonelada do que pode no caminhão, aí vem o sobrepeso e aí vem a destruição das rodovias e o acidentes. E também porque têm que trabalhar muito porque têm que pagar a prestação, trabalham 36 horas seguidas, que é à base de rebite, que é anfetamina para poder ganhar condição de... Que é um crime a bolinha, que é um crime porque também é geradora de acidentes. Daí nós chegamos às 34 mil mortes que, a bem da verdade, não é só das rodovias, as rodovias e das cidades, que é um dado global, mas que é um dado absolutamente assustador. É por isso que nós temos, de fato, essa disposição de discutir e com a urgência que fala o Senador, nós precisamos discutir com muita rapidez, resolver muito rapidamente essa questão porque, a cada dia que passa, são mortes desnecessárias—

[soa a campanha].

E há um custo, senhor Senador, me permite só esse dado porque foi aqui mencionado, só que não foi pontuado. Recentemente o IPEA fechou um estudo assustador, que mensurou o custo dos acidentes de trânsito no Brasil, sem considerar o que disse o Senador Cícero Lucena, o custo das vidas, deixando de lado o custo das vidas, só com os custos pessoais, hospitalares, as perdas materiais, as perdas de equipamentos urbanos etc, o IPEA chegou à assustadora soma de 28 bilhões de dólares de perdas anuais em acidentes de trânsito no Brasil. Quer dizer, eu até brinquei o seguinte, brinquei não, dizendo sério, pela primeira vez, a gente tem um estudo que comprova o custo do que não se faz, porque é muito fácil saber o custo daquilo que é feito e às vezes criticar porque custou mais caro. Agora, raramente você tem a oportunidade de medir quanto custa a omissão, quanto custa a falta de ação a inação, custa isso. No caso das medidas que vão sendo postergadas, com relação à melhoria das condições de fluidez de transporte, de trânsito etc, custa isso; custa 34 mil mortos por ano e custam 28 bilhões de reais por ano, medidos pelo IPEA, que é

um órgão absolutamente insuspeito e isento. Obrigando, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Essa Presidência agradece ao Sr. Geraldo Viana e, sobretudo, pela contribuição trazida com essas estatísticas. Concedo a palavra para suas respostas ao Sr. Cloraldino Severo, Ex-Ministro dos Transportes, Consultor de Transportes, pelo prazo de cinco minutos.

SR. CLORALDINO SEVERO: Sr. Presidente, Srs. Senadores, eu quero esclarecer, de pronto, que nesse tempo extremamente curto, realmente responder todas as questões seria muito difícil, mas, primeiramente quero dizer--

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): A Mesa será tolerante, Sr. Cloraldino--

SR. CLORALDINO SEVERO: Mas, primeiramente quero dizer que deixei aqui, à disposição da sociedade, do Senado, uma exposição longa com todos esses aspectos colocados e com uma proposta de marco regulatório. Ousei juntar, a partir de todas as leis, e criar uma lei guarda-chuva neutra, que atenda os diversos setores; ela não é favor de A, de B ou de C, não que pretenda que seja ela a redação final, mas uma provocação de já ter alguma coisa junta e ordenada, a partir da legislação.

A segunda questão que eu queria dizer ao Senador Eduardo Azeredo, que perguntava a nós o que é que o Senado ainda tinha que ver com isso, eu quero lhe dizer que estou aqui como um representante dos usuários; nós temos feitos fóruns, fizemos, no Rio Grande do Sul, diversos, fizemos em Santa Catarina, fizemos no Paraná e, juntando com a questão Agência Reguladora, o Rio Grande do Sul foi pioneiro em Agência Reguladora, eu quero lhe dizer que os usuários estão convencidos e isso que nós estamos vivenciando, há quase 10 anos de concessão, que há um grande esquecido, que é o cidadão, o usuário e o consumidor e que essas Agências não dão respostas a essas questões. Se nós não cuidáramos, e para que se possa cuidar disso, é preciso que a legislação abra os espaços necessários, inclusive não deixando que aconteçam algumas situações como as que estão nos editais em outros pontos. As vias alternativas são um dos casos fundamentais para que a livre opção do usuário se exerça. A questão do pedágio fechado, que foi secundada aqui pelo Viana e por outros, é absolutamente fundamental. Têm situações, nós vimos depoimentos de professores que andam trechos pequenos por dia e que pagam um absurdo, uma parcela do seu salário muito grande é dada para esse tipo de situação. Então, isso é uma injustiça muito grande. Via

alternativa, e a outra questão é a volta, o 791, que o Ministro Eliseu e então Diretor-geral do DNER, foi parte da sua construção, e que é um decreto sábio em que coloca o que o mundo faz. O que é que o mundo faz? O mundo bota pedágio em via expressa e auto-estrada. Não se faz, no mundo desenvolvido, pedágio para via de pista simples. Para esclarecer pontos que estão sempre sendo levantados aqui, há uma mortandade, “ah, porque tem que fazer manutenção”, mas claro, nós sabemos e sempre fizemos e é possível fazer.

Então, não é pelo fato de ter uma concessão que nós estamos ter a estrada boa, nós temos estradas no Rio Grande do Sul, dá para pegar o trecho do Estado, o Estado é concessão, se alguém passar, vai pensar, porque a propaganda é tão grande, que o trecho melhor é o da concessão, quando é ao contrário; o trecho melhor é do Governo.

Então, o Governo está cheio de exemplos de situações de estradas boas e nós fizemos isso muitas vezes, no passado, e podemos continuar fazendo, tanto é que estamos construindo 101 e todas essas rodovias, quem é que vai fazer? É o Setor Privado. Não tem nada que seja Governo que faça.

Sobre, ainda, a questão do exterior, é preciso pensar bem. Nos Estados Unidos, hoje, da sua rede pavimentada, 0,2% da rede tem pedágio; na Europa, 0,4%; no Rio Grande do Sul, 22%; no Rio, 20%; no Paraná, em torno de 15. Esses Estados estão pesadamente—

[soa a campanha].

Onerados. Por último, então, me perguntaram se a Agência resolve, eu quero dizer o seguinte: que a Agência é necessária, é fundamental.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): V.Exa. terá mais dois minutos.

SR. CLORALDINO SEVERO: A Agência é necessária e é fundamental, mas não será ela a que vai, quem terá que ser o grande fiscal é o usuário. É a sociedade que terá que ter os meios para efetivamente fazer a fiscalização.

E, para finalizar, a questão do híbrido. Nessa proposta de lei, está a minha convicção, que tem que ser realmente o híbrido, porque cada caso é um caso, e tem que ter uma solução. Aí, vem o conluio, acabar com essa idéia das montagens de pacotões, que são feitos iguais para todos, para que se possa dividir entre alguns as concessões; é preciso que cada casa seja um caso e cada caso tenha uma licitação em dia diferente, para que haja uma competição efetiva nas condições que a sociedade local aceite. Se não for assim, nós vamos ter problemas muito sérios. Eu não esqueço, Ministro Eliseu Resende e eu, como Diretor-geral do DNER, tivemos que resolver uma situação delicada na

Cuiabá-Porto Velho, aonde a concorrência tinha dado 497 milhões de dólares. Anulamos a concorrência; fizemos de novo; revisamos o edital e deu 310, com o trabalho depois, em notificações e gestão, a estrada terminou em 250 e tantos milhões de dólares.

Então, senhores, os mesmos, as mesmas empresas que estiveram lá, estiveram em outros lugares, elas estão no papel delas, eu não estou condenando nada. O que é preciso é que o Governo e a sociedade acordem e, no respeito às empresas, o Governo bota as regras e as regras estão aí.

[soa a campanha].

Quando mudamos as regras, o que é que aconteceu? Caiu o preço. E a mesma coisa vale aqui, nós, os usuários, nós, da sociedade, queremos meter a mão nessa história juntos. É isso.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Essa Presidência agradece a manifestação do Dr. Cloraldino e indaga aos Srs. Senadores se desejam utilizar a palavra para a réplica.

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Eu queria apenas dizer que--

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Com a palavra, o Senador Eduardo Azeredo.

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Na verdade, o Senado está muito interessado, tanto é que nós estamos fazendo essa Audiência Pública, nós estamos presentes aqui. O que eu disse é no sentido da nossa ansiedade por soluções, por decisões do Governo. O que vai ficando muito claro é o que Governo tem usado a estratégia política de se eximir das responsabilidades.

Então, quando a questão é polêmica, como a questão do Apagão Aéreo, como a questão das estradas, o Governo começa a dizer assim: “Eu não tenho nada com isso”. Começa a fazer até críticas. Então, essa que é a colocação que eu fiz, foi nesse sentido. É evidente que o primeiro objetivo é quem passa pelas estradas, é ter as vias paralelas, nós temos lá Pedra-Juiz de Fora tem vias paralelas lá, para quem puder ir naquele trecho, Belmiro Braga por ali. Então, é evidente que o interesse da população é o primeiro, objetivo que a população possa transitar e nós estamos aqui no Senado é para isso, é para defender a população.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Essa Mesa indaga ao Dr. Cloraldino se deseja utilizar a palavra para a tréplica.

SR. CLORALDINO SEVERO: Eu acho que o Senador fez a colocação, eu quis insistir porque, como nós não sentimos, nós a sociedade, o que arvora a sociedade? Eu sou um cidadão que colocou o seu serviço à disposição de associações de usuários, não como

contratado das associações, mas como participante, para que a gente... Eu não acredito em Governo, não tenho posição ideológica e não tenho partido de filiação. Sou um técnico e sempre fui isso, acima de tudo, mas tenho uma obrigação social. Então, eu não acredito em solução de Governo; ou a sociedade toma, e quando falo em Governo, estou falando qualquer Governo; não é deste ou daquele Governo. Ou a sociedade civil toma a mão, leva a sério e tem oportunidade respeitada, que não tem sido, ou então nós vamos ter todas essas mazelas que conhecemos. Então, é só esse ponto que eu queria deixar.

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): V.Exa. está só indo muito longe demais, não é? O Governo precisa ter, precisa regular as relações e tudo mais—

SR. CLORALDINO SEVERO: Sim, eu não tenho nada contra o Governo--

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Não precisa ser um Bakunin—

[soa a campainha].

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Essa Presidência agradece o Sr. Cloraldino Severo pela participação, pelas respostas, enfim, pelas formulações e se coloca aqui à disposição para novos debates. Eu passo a palavra agora ao Sr. Paulo Godoy, Presidente da ABDIB, pelo prazo de cinco minutos.

SR. PAULO GODOY: Obrigado, Senador. Eu selecionei aqui algumas colocações que foram feitas pelos Srs. Senadores, começando pela Senadora Ideli, eu acho que queria fazer uma sugestão em cima da sugestão de V.Exa., que fez uma sugestão de separar um lote. Eu acho que é válido imaginar-se uma experiência e a minha sugestão é no sentido não de separar o lote para não tumultuar e postergar o processo, talvez a senhora possa verificar com a ANTT, o Ministério dos Transportes, uma identificação de um projeto com características ou um empreendimento com características adequadas para essa experiência e propor, aí sim, se fazer um estudo mais completo e se tentar imaginar algum outro tipo de solução. Eu acho que é válido o que V.Exa. colocou.

Agora, nós vimos como são as coisas diferentes. Já o Senador Júlio Campos está pleiteando até a extensão desse mecanismo, diante da--

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Trocamos já. Se ele... Trocamos já--

SR. PAULO GODOY: Pois é, ele já está colocando... O Senador Delcídio coloca problemas lá na BR-163, que precisa de solução, como eu disse essa solução vem com recursos públicos ou vamos ter que fazer um mecanismo parecido com esse. Apenas

para identificar, e até alguns Estados que foram aqui colocados, eu tenho também, todos aqui tem, podem ter acesso ao índice de satisfação ou ao índice de percepção entre rodovias péssimas, ruins e também boas, não é? Por, exemplo, no Estado do Paraná, onde no Estado do Paraná a percepção, pesquisa da CNT, 48% das pessoas pesquisadas concluem que o estado é bom e ótimo das estradas do Paraná. No Rio Grande do Sul 41,7; já no Estado de Santa Catarina, 18% apenas.

Mas, para não politizar, o Estado de Minas Gerais não fica atrás também dessa percepção ruim, com relação às estradas. No Estado de São Paulo, esse índice é de 73,5%. Então, eu acho que aí os usuários estão se manifestando a respeito do que pretendem, do que querem com relação à qualidade das estradas. Que opção o Governo de Minas já, possivelmente com base nesses números, adotou uma solução, está procurando, lá na MG-050, fazer essa experiência que a senhora coloca, uma outra alternativa, com PPP etc, para tentar solucionar o problema.

Com relação a estradas paralelas, também é preciso ter em mente, o Ministro Cloraldino sabe disso, nós temos que separar o muito o mundo desenvolvido dos países em desenvolvimento, como o nosso e como as estradas que foram construídas nos Estados Unidos, na Europa e nos países desenvolvidos e aquilo que foi feito aqui ou que se deixou de se fazer aqui. Então, obviamente que lá, os recursos públicos foram abundantes; se construiu e aqui não se construiu e o Brasil não é paradigma, nós temos na América Latina, situação semelhante e em regiões menos envolvidas o mesmo problema. Então, agora, fazer estrada paralela, quer dizer, imaginar você vai fazer um investimento, dois investimentos, um aqui pedagado e outro aqui, é uma coisa absolutamente impraticável. As rotas alternativas, elas podem existir, mas obviamente que vai se congestionar e vão se deteriorar em pouco tempo porque essa percepção do custo/benefício, ela não é fácil imputar na cabeça das pessoas, dos usuários. A tendência é sempre você falar bom: "Eu não vou pagar e vou passar ali". Dificilmente ele vai computar todo o tempo gasto e desgaste etc.

E também é preciso ter em mente que, nos países desenvolvidos, o sistema de pedágio também tem, agora e cada vez mais, também está ligado exatamente a essa percepção do congestionamento, tanto em estradas como em centros urbanos—

[soa a campainha].

Então, está bom. Aí tem diversas colocações que foram feitas por outras pessoas aqui, que eu estou até curioso para ouvir. Com relação à CIDE, Senador Marconi Perillo, é claro que ela não está atingindo o

seu objetivo; ela é irmã da CPMF. São contribuições que são colocadas, que são constituídas para uma determinação função, desagrega o pacto federativo, em termos de distribuição de recursos, e também acabam não servindo para as funções a que elas se destinam. Obviamente que se nós tivéssemos condições de ter, no Ministério dos Transportes, os recursos que estão sendo arrecadados da CIDE, a história poderia ser outra. Isso não está ocorrendo e, conseqüentemente, nós estamos aqui debatendo que tipo de solução podemos fazer com o cobertor curto do orçamento público e as suas atribuições e responsabilidades do Poder Público.

O pedágio automático, eu acho que isso está colocado e o sentimento que nós temos em contato com todas as concessionárias, é também nesse sentido. É possível buscar essas alternativas, como eu disse na primeira intervenção. Agora, nós não podemos colocar isso como críticas de que o modelo foi errado porque, naquele momento, também não se tinha nem alternativa tecnológica nem condições de estabelecer esse mecanismo. Então, agora ele tem, para que não se confunda, que se foi feita a coisa errada porque, naquele momento, o que se praticava e o que se tinha era aquela situação. Então, eu acho que é possível fazer esse tipo de correção e se imaginar essa colocação.

O Senador Marconi Perillo ainda coloca a questão dos recursos, não é? E o que nós podemos fazer, é óbvio que houve um desmonte das equipes técnicas, tanto dos técnicos do Governo, quanto da iniciativa privada, porque o investimento escasseou-se, então se desmontou muito equipamento, que foram perdidos, o Ministro sabe disso, o Ministro Eliseu sabe quantos equipamentos ficaram ociosos, pátios de equipamentos, cemitérios de equipamentos e de técnicos que, depois, se aposentaram e não se consegue repor porque não tinha... O setor elétrico, Senador Delcídio, padece do mesmo problema, em algumas áreas da geração de energia, por exemplo.

Bom, com relação a recursos, nós estimamos que, só em rodovias—

[soa a campanha].

É preciso ter alguma coisa como oito bilhões de reais por ano. Eu estava aqui comentando com o Dr. Valente, quer dizer, os orçamentos mais recentes, com um pouco de liberação de verba, nos dois últimos anos, levou alguma coisa como quatro bilhões de reais, quer dizer, ainda tem uma diferença muito grande a ser cumprida, mas nos anos anteriores, esse valor chegava a dois bilhões de reais. Para se ter uma idéia, as concessionárias privadas, em 10 mil quilômetros, nos últimos 10 anos, investiram, em média, um bilhão de reais por ano, para se estabelecer um tipo de parâ-

metro. Isso não é demérito porque demérito é pelo fato de não ter orçamento público para fazer. Mas, mesmo tendo orçamento público, Senador, é preciso dotar o DNIT e os organismos do Estado com capacidade até para conseguir gastar. Porque, em muitas ocasiões, a própria situação gerencial não permite, mesmo com recurso, conseguir vencer as etapas do licenciamento ambiental, fazer um edital de licitação, tais são as amarras e intervenções na Justiça ou questionamentos que são feitos e não consegue fazer o que nós chamamos a necessidade de debatermos aqui, Senador, até uma sugestão para essa Comissão, do que nós chamamos um rearranjo institucional. Nós tentarmos definir com mais clareza as atribuições e responsabilidades de todos os agentes, não só de Governo, do Estado e da Federação, incluindo os Poderes Legislativo, Judiciário e o Poder Executivo.

Então, com relação a recursos, eu acho que nós vamos encontrar os recursos e formas alternativas de capturar também a iniciativa privada para fazer, como disse o Senador Delcídio, e as Agências cumprem um papel fundamental, Senador Delcídio, essas características foram colocadas por outras pessoas e nós temos—

[soa a campanha].

Essa agência de regulação funcionando de uma forma autônoma e profissional, mas também lhes imputando responsabilidade. Quer dizer que não são um novo poder da Federação; é preciso ter responsabilidade, é preciso ter prazos, cumprimento de desempenho, a nossa idéia, inclusive, que o próprio Senado Federal deveria ser a Casa que pudesse receber essas informações do desempenho da Agência e pudesse, então, cobrar dessas Agências um desempenho adequado.

Eu espero contribuir e colocar, Senador, a ABDIB à disposição dos Srs. Senadores e desta Comissão, quando desejar que nós venhamos contribuir aqui com os debates.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Agradeço a manifestação do Sr. Paulo Godoy, suas respostas muito contundentes. Essa Presidência já se preocupa em elaborar um projeto para cuidar exatamente da institucionalização do setor de transportes. Nós fizemos essa encomenda a nossa assessoria e eu indago aos Srs. Senadores se desejam utilizar da palavra para a réplica--

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Senador Marconi, não é nem réplica, se me permite--

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Senadora Ideli Salvatti com a palavra.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): É, porque depois o Dr. Valente vai ainda responder até... Porque

é o seguinte: O dinheiro da CIDE não está carimbado; ele entra no caixa geral, não é? As informações, eu não estou de poder aqui, mas talvez aí o Dr. Valente possa explicitar que nós já alcançamos a equivalência, ou seja, a parte da CIDE que fica com a União, o equivalente já é... Não é? Então, eu acho que isso é um dado importante porque continuamos ouvindo sempre de que não se aplica o recurso da CIDE. Então, eu queria até pedir ao Dr. Valente que pudesse explicitar.

E quero falar sobre Santa Catarina. Nós temos em Santa Catarina a seguinte situação: Tem o trecho norte da BR-101, já duplicado, inclusive com empréstimo internacional, e temos a parte, o trecho sul, que está sendo duplicado exclusivamente com recurso da União. Não tem ali nenhum... Já estamos no terceiro ano de obra, sem nada, tudo recurso do caixa da União. Uma obra que está sendo cumprido o cronograma e tal. Aí a população pergunta para gente assim: “Bom, lá aonde teve, inclusive, endividamento do país para poder fazer a obra, lá vai ser instalado o pedágio. E aonde a União está colocando o recurso não? Então, assim, por que é iniciativa privada não põe o dinheiro na obra para depois cobrar o pedágio?” É a pergunta que as pessoas todas nos fazem. Depois de duplicado tudo direitinho aí a iniciativa privada vai instalar a concessão? Assume?

[soa a campainha].

Então, esta é a pergunta, que a gente tem que responder todo dia, lá em Santa Catarina, todo dia. Todo dia a gente tem que responder isso até porque, como a gente não tem e as estradas podem ter uma avaliação aí de 18%, mas as estradas em Santa Catarina melhoraram e muito. Vou dar aqui os dados da 470, 470. Há três anos atrás, número de mortes, 37. No ano seguinte, 26; e no ano passado, 19. Por quê? Porque restauramos, sinalizamos tudo com dinheiro da União. Então, eu acho que é importante responder isso.

SENADOR JAYME CAMPOS (PFL-MT): Que bom, não é?

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Com a palavra, para a réplica, o Senador Delcídio Amaral.

SENADOR DELCIDIO AMARAL (PT-MS): Só, não é réplica, Presidente, eu só gostaria, achei os comentários de todos os palestrantes muito pertinentes e registrando também a forma acurada como o Sr. Paulo Godoy colocou também suas posições, como também o Ministro Cloraldino Severo, como o próprio Geraldo Viana. Mas eu queria só tocar no assunto, o Paulo falou aqui rapidamente, e eu não posso deixar de registrar isso. O empobrecimento de quadros técnicos no Brasil. Olha, o que tem de peladeiro e... Durante... E isso não é de agora não, essa degradação

vem de há muito. Vem de há muito, mas de muitos e muitos anos. O setor de energia, então, uma barba-ridade. Hoje tem gente que confunde disjuntor com seccionador; transformador com reator, é um negócio inacreditável... Vertedouro com turbina. Então, eu acho que esse ponto é um ponto muito importante, ele parece que veio assim a reboque dessa nossa discussão, mas nós precisamos qualificar os nossos quadros, nós perdemos muito em termos de inteligência nacional. A experiência que o Brasil conquistou ao longo de muitos anos nós perdemos nas últimas décadas, infelizmente. Hoje, uma empresa de energia contrata serviço em Levallois-Perret, na França. Aquele pessoal que aprendeu a fazer projeto de subestação, de linha, de usina, é capaz de arrumar emprego na França, aqui não. E isto é uma coisa que nós temos que discutir também, a engenharia nacional nesse processo de privatização. Porque eles foram relegados—

[soa a campainha].

SENADOR DELCIDIO AMARAL (PT-MS): Nós começamos com a privatização a gerar emprego lá fora e desqualificamos os nossos quadros; engenheiros aí de vários setores estão aí vendendo sanduíche na praia, são donos de restaurante, de boteco no Rio de Janeiro e nós perdemos tudo aquilo que foi investido principalmente na qualificação dos nossos quadros técnicos. Eu vejo o Ministro Cloraldino falar, o Ministro Eliseu Resende, vamos comparar o setor elétrico daquela época, por exemplo, o setor de infra-estrutura daquela época com que existe hoje, como diz o Raul Seixas “pare o mundo que eu quero descer”.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Com a palavra, para a réplica, o Senador Jayme Campos.

SENADOR JAYME CAMPOS (PFL-MT): Eu queria aproveitar a presença da Senadora Ideli, dizer aqui que estou querendo até comprar a casa em Camburiú para ir para lá, tendo em vista os dados magníficos—

[risos].

É uma pena que isso só aconteça em Santa Catarina, no Estado dela lá. Mas só recordando aqui, em épocas passadas, nós tínhamos o Fundo Rodoviário, mantinha o DNER, mantinha também o Departamento de Estradas e Rodagem de todos os Estados da Federação. Veio a CIDE e a cobrança da CIDE, na verdade, a CIDE, partezinha dela vai para os municípios; parte maior vai para os Estados e a parte do Leão, ou seja, o grosso do bolo, fica para o Governo Federal. Eu pergunto: Será que estão investindo realmente aquilo que fica para o Governo Federal nas estradas? Eu imagino que nem 20%, 30% de tudo aquilo que arrecada com

a CIDE, está sendo investido, Paulo, nas rodovias para a manutenção, restauração etc.

Feito isso, o que é que ocorre?—

[soa a campainha].

Eu imagino que se o Governo investisse tudo aquilo que arrecada da CIDE, quase que era suficiente para mantermos as rodovias em bom Estado de conservação. Eu acho que, Sr. Presidente, é fundamental que nós aqui fazermos com que através dessa Comissão ou do próprio Senado, saibamos de quanto efetivamente arrecada a CIDE e de quanto está sendo repassado aos Municípios, aos Estados e quanto fica para o Governo Federal, e quanto realmente está sendo investido todos os anos, nas obras federais, na manutenção e construção das rodovias, sob pena, naturalmente, de todos nós brasileiros estarmos contribuindo e lamentavelmente não estar sendo retornado para a nossa população.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Dr. Paulo, eu fiz uma pergunta aos Drs. José Alexandre, José Augusto Vicente, depois o Senador Delcídio corroborou, relativamente à questão da deficiência ou carência de profissionais na área de transportes, engenheiros, topógrafos etc, eu faço também a V.Exa. essa pergunta, se o senhor acha que efetivamente, nos últimos anos, deixou-se em segundo plano a formação de profissionais qualificados ou a valorização de profissionais qualificados para o setor.

E, por último, gostaria apenas de trazer um dado. Nós conseguimos, depois de muito trabalho, os Governadores da época, Aécio, eu, Geraldo Alckmin etc, viabilizar que uma parte da CIDE, dos recursos da CIDE, fosse transferida aos Estados e Municípios. No meu caso, no caso de Goiás, por exemplo, apenas com os recursos destinados ao Estado, nós concluímos quase 30 rodovias, porque os recursos foram integralmente destinados à infra-estrutura. De modo que se, efetivamente os recursos da CIDE forem todos aplicados no setor de infra-estrutura, nós teremos uma revolução nesse país. Com a palavra V.Sa. para a tréplica.

SR. PAULO GODOY: Obrigado, Senador. Bom, então eu vou começar por esse ponto da formação. Óbvio que isso ocorreu, o Senador Delcídio deu esse testemunho. Eu acho que todos aqui são cientes desse movimento muito pernicioso para o desenvolvimento técnico do país.

Então, eu vou me permitir aqui fazer uma propagandinha rápida, percebendo isso, a ABDIB está organizando cursos de extensão universitária focado em infra-estrutura, através do nosso site www.abdib.org.br, nós estruturamos, em convênio com a Fundação Getúlio Vargas, a Universidade de São Paulo e

instituições de crédito aí no ensino, MBAs para energia, infra-estrutura e agora que está me ocorrendo até, eu espero que tenhamos condições de montar turmas para logística, que os investimentos possam retornar. E inauguramos um curso no Rio de Janeiro, em meio ambiente, especificamente voltado ao desenvolvimento da infra-estrutura. E oferecemos, estamos oferecendo à iniciativa privada, oferecendo bolsa de estudos para o Ministério Público, para agentes do Governo que mexem com essas matérias e obviamente a essas pessoas ligadas à iniciativa privada. Aachamos que iniciativas como essa poderão ajudar e nós vamos incentivar muito para que se pratique, esse caso é de pós-graduação, já de pessoas formadas, acho que nós podemos já imaginar alguma coisa e, com o Ministério da Educação, até tentar algum tipo de convênio mais extenso nesse sentido.

Também sobre a colocação da Senadora Ideli, PPP, concessão, podem se criar muitas alternativas, aqui foram colocadas aqui, nós não precisamos ficar numa nota só, por exemplo, o Governo do Estado de São Paulo, nesse momento, está anunciando que, para resolver o problema do Rodoanel na cidade de São Paulo, todos aqui devem conhecer razoavelmente os problemas de trânsito que se enfrentam lá, e ali então se está adotando um critério que é pedagogiar trechos já construídos, e com direito de outorga, ou seja, arrecadando recurso, coisas que foram feitas em Chicago, por exemplo, Illinois, nos Estados Unidos, onde o Governo americano arrecadou, nessas duas estradas, oito bilhões de dólares, oito bilhões de dólares em direitos de outorga. É claro que, lá, as outorgas são de 70 a 100 anos e, obviamente, todos devem imaginar o volume de tráfego e a renda de que nós estamos falando, o arrendamento que nós estamos falando lá. Bom, mas essa é uma solução, quer dizer, vai pedagogiar um trecho, retirar direito de outorga, para ajudar a construir o trecho sul, conseqüentemente, o trecho oeste ajudar a construir o trecho sul e, depois, o trecho sul pronto se ajuda, inclusive o trecho sul faz parte do PAC, que nós esperamos que realmente se efetive e aí vai se construir o trecho leste.

Assim também tem a rodovia dos Tamoios, que é um corredor para o Porto de São Sebastião e o perímetro urbano de São Sebastião para acessar o Porto; da mesma forma serão obtidos recursos com relação à Carvalho Pinto e à Airton Senna, que são as rodovias que acessam lá ao litoral.

Então, eu acho que nós podemos fazer essa criatividade para conseguir encontrar soluções alternativas e algumas com orçamento público, orçamento público, DNIT ou Governo do Estado, resolver colocar, ampliar o atendimento entre eixos que são financiáveis, talvez,

estender em vicinais para que haja não duplicação, mas melhorias de sinalização, de atendimento, estender os atendimentos. O Dr. José Alexandre colocou que, nas pesquisas de opinião, esses atendimentos são requeridos; tem estatística que mostra na rodovia Dutra, em outras, o número de atendimentos que são feitos por esses serviços que... Agora, nós podemos fazer tudo, pode tirar o serviço, baratear, pode diminuir, como o Ministro Cloraldino colocou, pode diminuir o investimento, põe pedágio mínimo. Nós estamos falando desses pedágios desses sete lotes, que estão entre os menores pedágios do país, esses que estão fixados pela Agência, até agora. Estão, entre os menores no país. É claro que a relação entre um e outro não pode ser simplesmente olhar o preço do pedágio de um e de outro, depende do investimento que foi feito em cada uma dessas intervenções que foram feitas.

[soa a campanha].

Muito obrigado, Sr. Presidente.

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM): Pela ordem, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Antes de conceder a palavra a V. Exa., eu que gostaria de registrar aqui o agradecimento dessa Comissão ao Sr. Paulo Godoy, Presidente da ABDIB, que comparece, num período de 60 dias, pela segunda vez aqui, para trazer com riqueza de detalhes os seus conhecimentos e sua especialidade em relação ao setor da indústria de base, transportes, de infra-estrutura e de logística. Muito obrigado a V. Exa. Esta Comissão estará sempre à disposição. Com a palavra, pela ordem, o Senador Arthur Virgílio.

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM): Sr. Presidente, eu lamento até, participei agora da eleição que tornou o Senador Tasso Jereissati Presidente da Subcomissão de Reforma Tributária da Comissão de Assuntos Econômicos, e por isso não estive presente, como eu gostaria, ao início desta reunião tão relevante. Mas eu quero até transgredir um pouco o Regimento e não deixar de dar uma rápida pincelada o que penso sobre as questões em geral aqui postas.

Em primeiro lugar, eu cumprimento os ilustres depoentes, são as melhores figuras que poderiam, de fato, por suas credenciais, estarem aqui para o debate. Mas eu vejo no Governo um certo hermafroditismo ideológico, ou seja, ele que reduziu os investimentos públicos a patamares ínfimos, e isso é um fato, a gente não briga com matemática, ao mesmo tempo, ele resiste à idéia da iniciativa privada. Dá a impressão de que se divide e está numa transição, se Deus quiser, para melhor, vai evoluindo; a gente não anda para trás, a gente anda para frente—

[soa a campanha].

O Governo resiste e eu estava ouvindo a líder do PT, figura muito querida por mim, mas a idéia da iniciativa privada tem que infra-estruturar para depois lucrar. É algo assim, como se eu estivesse num shopping center, só eu, aí passa a Gisele Bündchen e olha para mim. Só tenho eu. Então, é para mim, por mais que eu não mereça. Aí ela olha para mim, aí, como ela olhou para mim e sorriu para mim, eu não só fico surpreso com aquilo, como começo a me auto-flagelar, começo a me auto-espantar, porque eu digo: “Meu Deus!” Eu fico como um penitente dos tempos da Inquisição. Eu digo: “Eu tenho que pisar agora em espinhos porque eu não mereço o sorriso que ela me deu”. É preciso parar essa resistência. Para mim, o diagnóstico está muito claro: o Governo tem acertos macroeconômicos. Fez, quando eu digo Governo, vem dos anos 90 para cá, e eu incluo aí o Presidente Fernando Henrique e incluo o Presidente Lula, acertos macroeconômicos.

O Governo arrefeceu o ânimo reformista; ele não está tocando reformas, isso vai limitar obrigatoriamente o crescimento a que ele teria direito. Há um nó fiscal que tem que ser desatado. Esse nó fiscal não resolve só com a economia, eu sou favor da economia, mas não se resolve só com economia, se resolve com reformas estruturais. Nós temos, a meu ver, uma grave crise de gerência; o Governo opera mal e não opera a tempo e a hora o máximo que poderia da máquina administrativa.

Para mim, a coisa está muito clara, o Governo precisa prestigiar as agências ao invés de digladiar com elas. O Governo precisa fazer mais privatizações e precisa fazer mais concessões. Ele precisa assumir a sua postura de Estado que recupera sua capacidade de investir da infra-estrutura, para atrair os capitais privados que vão tocar o desenvolvimento às taxas sonhadas pelo Presidente Lula, que são taxas compatíveis com as possibilidades do Brasil, mas, para elas serem atingidas, efetivamente, por longo prazo, de maneira sustentada, é fundamental se recuperar a capacidade de investimento do Estado para a infra-estrutura—

[soa a campanha].

Se jogar, sem nenhum preconceito, em relação à empresa à privada; privatizar mais sim, conceder mais. Em outras palavras, ir buscar o capital que falta ao Estado brasileiro onde ele sobra, ele está sobrando no mundo ainda; nós não precisaríamos ter tanta preocupação com dinheiro da Petrobrás e da Eletrobrás, desviando até de programas outros, se nós temos um excesso de liquidez jamais visto nos últimos 40 anos da economia internacional.

Obrigado, Sr. Presidente, por ter aberto essa exceção. Eu não poderia deixar de expor o meu pensamento.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Essa Presidência acolhe e registra a questão de ordem do ilustre Senador Arthur Virgílio. Concedo a palavra para resposta ao Sr. José Augusto Da Fonseca Valente, Secretário de Política Nacional de Transportes, do Ministério dos Transportes, SNT. V.Exa. tem a palavra por cinco minutos.

SR. JOSÉ AUGUSTO DE FONSECA VALENTE: Muito obrigado. Tem aqui um conjunto de perguntas que naturalmente levaria muito mais que cinco minutos e, então, eu vou ter que selecionar alguma coisa aqui.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Está bem.

SR. JOSÉ AUGUSTO DE FONSECA VALENTE: Primeiro, dois mitos que acho que precisam ser derrubados, e eu pretendo derrubá-los com fundamentação. Ao contrário, eles são erigidos sem fundamentação, e eu pretendo derrubá-los com fundamentação. Por quê? Porque se a gente não fizer um diagnóstico adequado, nós não vamos desenvolver as ações e não vamos alcançar os resultados que são pretendidos. O primeiro mito é de que as estradas boas são estradas seguras, o que não é verdade. Essa pesquisa do IPEA, que eu recomendo a todos os Senadores e Senadoras leiam, ou então peçam à assessoria para estudá-la adequadamente, a pesquisa do IPEA mostra o seguinte: Que... O número que eu tenho é que são 22 bilhões de reais/ano o custo dos acidentes. Desse custo, seis bilhões e meio são nas rodovias federais e 15 bilhões e meio são das rodovias Estaduais e Municipais. Agora, o dado mais definitivo. Que malha os senhores acreditariam que seria a de maior custo dos acidentes? Que malha de que Estado teria o maior custo de acidentes? Se a gente for seguir pela lógica de que as estradas boas são as estradas seguras, tentar fazer essa correlação entre estrada boa e segurança no trânsito, a última opção que a gente diria é São Paulo. Concorda? São Paulo não pode ser a estrada com maior custo de acidentes porque é a melhor malha rodoviária do País. Quer dizer, não é a malha federal em São Paulo, não. É a malha Estadual de São Paulo. É a que tem o maior custo de acidentes. Três bilhões e trezentos milhões.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: [pronunciamento fora do microfone].

SR. JOSÉ AUGUSTO DE FONSECA VALENTE: Claro, mas é isso. Porque não existe essa correlação. A correlação correta é: Quais são as verdadeiras causas dos acidentes? Onde tem muito movimento de veículo, tem maior tendência de acidentes e de mortes, não é isso? Agora, nos levantamentos da Polícia Rodoviária Federal, e nos levantamentos da Pancary, que é uma gerenciadora de risco que se debruça exclusivamente sobre caminhões, sobre os clientes dela, as causas são

a imprudência, no caso dos caminhões, o excesso de peso, o cansaço do motorista e, lá atrás, agregadas a essas causas, condições geométricas das rodovias. Que condições? Tem uma grande rampa descendente e, no final da rampa, tem uma curva de raio pequeno. Isso, às vezes, até tem a sinalização, mas se não tiver a sinalização, aí é um problema de sinalização. Mas, em muitos casos, têm a sinalização, mas ele vem com excesso de peso, vem cansado e ele não consegue segurar o caminhão. Isso quem diz é a Pancary, não sou eu. Eu recomendaria também que os senhores fossem atrás dessa informação.

No caso de veículos em geral, é a imprudência. E isso é que eu acho que é uma pauta a ser construída, entre o Governo Federal e os Governos Estaduais, Municipais, a sociedade, o Congresso, todo mundo, para atacar essa causa que é a fundamental, que é a imprudência. É a direção agressiva, é a irresponsabilidade de grande parte dos condutores, é a forma agressiva ou não defensiva, que aí pode ser uma forma de você tratar esse problema, que as pessoas tenham, sejam formadas em direção defensiva e coisas desse tipo. Então, essa é uma correlação. E daí que é bom ter estradas em—

[soa a campainha].

Situações precárias para que não tenha acidente? Claro que não. Eu sou projetista geométrico, tenho 34 anos nessa área, trabalhei na ponte Rio-Niterói, fiz inúmeros projetos, sou projetista geométrico. A questão da geometria da via, e as condições do pavimento, tudo isso, sinalização, são fundamentais para um tráfego mais seguro. Mas elas são totalmente insuficientes. E quem diz isso não sou eu, nem ninguém. São órgãos como o IPEA e a Polícia Rodoviária Federal, quando faz lá as pesquisas delas de causas de acidente.

O segundo mito, esse é duro, porque inclusive está presente aqui o Vice-Presidente da Sessão de Carga da CNT, e a gente vem debatendo esse assunto, e esse é mais difícil, mas eu recomendo a mesma coisa: Que todos se dirijam à pesquisa da CNT, de julho de 2006, e além a pesquisa da CNT. Não vão por conta do que diz a imprensa. Vai lá ler. Veja o que é que a pesquisa diz sobre as condições de pavimentos. Pergunte ao Governador, ex-Governador Marconi Perillo, se aquilo que está lá na pesquisa das rodovias estaduais de Goiás condiz com que ele sabe das rodovias de Goiás. Aí eu pergunto: A pesquisa está errada? Ela é mentirosa? Não. Não é nada disso. A pesquisa tem uma metodologia que dá um privilégio muito grande para a questão da geometria da via. As rodovias têm que ser duplicadas, com canteiro central, não pode ser com barreira Jersey, essas coisas todas.

Então, ao dar um peso muito grande para a geometria, realmente, do ponto de vista da geometria, uma quantidade grande de rodovias, especialmente as estaduais, não atendem às condições porque elas foram feitas na década de 30, 40, 50, 60, onde o modelo de Projeto era o traçado francês, que privilegiava acompanhar o mínimo de custo, as rampas mais suaves, curvas de raio muito pequeno, aliás, as rampas elevadas. Isso tudo para reduzir ao mínimo o custo da construção da obra. Especialmente o custo de terraplanagem. Então essas rodovias nunca vão tirar nota alta nessa pesquisa. A CNT está correta em fazer isso. Por quê? Porque está vendo, do ponto de vista do caminhoneiro, da empresa, não são desejáveis estradas como em Minas, por exemplo, Poços de Caldas... Toda aquela região ali, Caxambú, Cambuquira, São Lourenço etc, que são rodovias de curva com raio muito pequeno e que causam uma grande dificuldade para os caminhões dirigindo porque o trem-tipo era outro e as condições econômicas também. Mas—

[soa a campanha].

Se vocês olharem as notas do pavimento, vou dar os números agora: Das 109 ligações pesquisadas da CNT, a nota geral foi 71. A nota do pavimento, a nota média do pavimento foi 79. A nota média da sinalização foi 71. Igual à nota geral. E a nota média da geometria foi 63. Então, essa pesquisa mostra o seguinte, temos que evoluir muito na geometria. Duplicação, duplicações que precisam ser feitas, essa coisa toda. Agora, o pavimento e a sinalização, o que a pesquisa diz é uma outra coisa.

Então, eu acho que essa questão da... Isso remete para quê? Que os Gastos feitos pelo Governo Federal e pelos Governos estaduais, não esqueçam, porque a pesquisa vai a 27 mil quilômetros de rodovias estaduais. Os gastos feitos pelos Governos estaduais deram certo. Peço de novo aqui o testemunho do ex-Governador Marconi Perillo, do pessoal de Minas, que sabe o que é que o Governador Aécio investiu lá nas rodovias. Dinheiro de onde? Da CIDE. Em Minas, o orçamento do DER, em 2005, foi 100 milhões. Só de CIDE, foram 150 milhões, repassados para o Estado. O Governo do Estado pôde fazer--

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG):

Me desculpe, mas o orçamento não foi só 100 milhões, não.

SR. JOSÉ AUGUSTO DE FONSECA VALENTE:

Bom, essa era a informação do pessoal do DER, nas discussões que fazíamos no fórum dos Secretários. Mas, de qualquer maneira, foram 150 milhões de CIDE, São Paulo dá quase 400 milhões, o que dá realmente para fazer muita coisa. Não é possível que com esses investimentos... Agora vou falar do Governo Federal.

2003 e 2004, 2002 também foi muito ruim, já tinha a CIDE sim, em 2002. Foi muito baixo. E teve aqueles um bilhão e novecentos, que são atribuídos na conta da CIDE, que foram para as rodovias estadualizadas, e a gente sabe é sabe que não foram usados nas rodovias estadualizadas. Foi para pagar 13º e outras despesas.

Então, na realidade, 2002 foi muito ruim. 2003 foi ruim, o orçamento do Ministério dos Transportes era um bilhão e 700; 2004 era dois e 400. Tinha um bilhão de dívida do Governo anterior, de obras que tinham sido feitas e não tinham sido pagas. Então, só a partir de 2005, é que o Governo realmente pôde retomar a capacidade de investir, com a criação do PPI, que todos aqui devem conhecer. Então, quanto é que é arrecadado da CIDE? Sete bilhões e meio. A DRU, que é desvinculação de receita da União, é quanto? 20%. Então, para a DRU, vai um bilhão e meio. Ou deveria ir. Então, sobram seis bilhões. Desses seis bilhões, são aplicados aqueles 29% que vão para Estados e Municípios. Que dá mais ou menos 1,8 bilhões. Sobre quanto para o Governo Federal? 4,2 bilhões.

Então, o que é que tem que ser cobrado do Governo Federal? A não ser que alguém ache que não deva fazer o rigor fiscal. Mas todo mundo que está presente aqui, todos os Senadores, eu tenho certeza, que querem o rigor fiscal. Então, o que sobra efetivamente são quatro bilhões e 200. Então, em 2005 e 2006, o Governo Federal gastou, ele pode ainda nem ter pago totalmente 2006... Em 2006, está pagando em 2007. Assim como teve despesa de 2005 que foi paga em 2006. Mas quando a gente pegar três, quatro anos, nós vamos ver que aquilo que foi empenhado, foi liquidado e foi pago, mas o que está dando é um valor acima desses quatro bilhões e duzentos que sobram para o Governo Federal. E, neste ano, vai ser muito mais. A previsão, nesse ano, é chegar a nove bilhões. Então, se der nove bilhões, vai ser o dobro do valor da CIDE que seria para os Estados. Por que é importante dizer isso? Porque tem um discurso que fala que como o Governo, ao invés da CIDE, tem que fazer PPP ou coisa... No meu modo de ver, e acho que é o pensamento do Governo, do Ministério, acredito que estou falando em nome deles, PPP e concessões têm que ser feitas porque uma fala aqui do Presidente da ABDIB, "o Brasil tem pressa". Não dá para esperar, mesmo que seja um ritmo de nove bilhões por ano, não dá para esperar fazer um determinado investimento que precisa ser em ferrovia, por exemplo, que a CIDE vai muito pouco ainda para ferrovia, daqui a quatro, cinco anos. Tem que fazer já, o Ferroanel de São Paulo tem que atacar já. A Variante Guarapuava – Ipiranga ou Guarapuava-Engenheiro Bley, nos sul, têm que atacar já.

A Nova Transnordestina, que já foi a primeira PPP do Governo, que são 75% de recursos da União e 25 da CFM, essa obra que está em andamento, ela tem atacar já. Então, a PPP e a concessão são uma necessidade por causa da velocidade que o Brasil precisa que os investimentos sejam feitos. Não é porque—

[soa a campanha].

Está aplicando assim, esse ano nós já vamos aplicar mais que o valor total da CIDE. Mas precisa de mais ainda. Precisa de muito mais porque nós temos uma necessidade, seja por conta do que não foi feito no passado, seja por conta do ritmo de crescimento, especialmente dos volumes de exportação e importação, que têm uma pressão violentíssima sobre a infra-estrutura.

Meu tempo já mais do que acabou, eu gostaria apenas de falar sobre a questão de pessoal, que isso realmente é um ponto extremamente delicado. E ele está acontecendo não só no Governo, está acontecendo nas empresas de obras, devido ao elevadíssimo volume de contratos em andamento no Governo Federal e nos Governos estaduais, por conta dessa CIDE que é repassada para os Governos estaduais, as empresas estão com dificuldade de encontrar gente, de encontrar operador de *motoscraper*, operador de trator, topógrafo, engenheiro... A engenharia, eu fui engenheiro construtor da época áurea, da década de 70. Assim como tinha a Internacional Engenharia, Temag, todas essas na área de energia, aquela lá da Visão, como é o nome? A Hidroceres, a Montreal. Tinha um grupo Promon, um grupo de elite, que constituía a massa crítica da engenharia nacional. Isso tudo foi desmontado, ao longo tempo. A parte de consultoria foi totalmente desmontada. Hoje, as próprias empreiteiras acabam fazendo o papel das empresas de consultoria, não têm controle tecnológico, antes tinha uma empresa de consultoria que fazia os ensaios. O cara fazia lá o pavimento. Você ia lá tirava amostra, fazia ensaio... Se tivesse fora das especificações, tinha que quebrar e mandar refazer. Não era assim, na década de 70? Isso acabou. Então, as empresas de consultoria foram para vala, as empresas de engenharia também, as de obra, aquele problema de as empresas faturarem, fazerem hoje e só receberem seis meses depois, causou uma insolvência generalizada. Então, com o PPI, que garante o pagamento a tempo, é que nós estamos recuperando essa condição. Então, as agora estão aceitando dar ritmo às obras e tal. Onde é que a gente precisa avançar? Fazer bancos de projetos na área da engenharia consultiva. Por exemplo, na área de projetos de ferrovia, de rodovias, na área de portos, o que é do Poder Público, fazer tudo isso.

Então, isso há um Projeto, dentro do DNIT, já está se investindo muito mais em projetos, mas a gente não está fazendo um banco de projetos. Nós estamos fazendo projetos que já deviam ter sido feitos e não foram. E na parte do DNIT, especialmente, o que o Governo fez, que foi abrir concursos. Então, foram chamados cerca de 500 profissionais. Para se ter uma idéia, no DNIT Sede, em 2000, até esse concurso, tinham 20 engenheiros. Um volume gigantesco de contratos e 20 engenheiros para dar conta disso. Na Antiga SUNIT(F), que agora se chama Superintendência Regional, e nas residências, que também têm um outro nome, mas pra mim é distrito... É nomenclatura antiga, nas residências, era um vexame também. Não existia gente suficiente. Santa Catarina era até privilegiada porque tinham lá dois ou três, pessoal da antiga, que eram de lá mesmo, que ficaram, e que deram uma ajuda significativa lá para o João José. Mas a maioria dos Estados não tinha gente para dar conta do desafio que precisava.

Então, abertura de concurso e um trabalho de formação, que foi outra coisa... Eu trabalhei também no IPR. O IPR fazia um trabalho de formação de engenheiros residentes, dos engenheiros em geral do DNER. Também isso aí acabou, o IPR acabou virando uma coordenação, DSIII lá, tinha sido uma Diretoria do DNER e agora a atual gestão—

[soa a campanha].

Levou o IPR para uma assessoria especial da Diretoria. Mas ainda não é a solução. A gente tem discutido, no Ministério, a criação de uma empresa de pesquisa de transporte, que foi outra coisa grave que aconteceu, que foi a extinção do GEIPOT e, com isso, juntou esse quadro todo. Engenharia consultiva, na área acadêmica também houve uma redução grande e nós, então, ficamos... Nós temos que correr agora atrás do prejuízo. Teriam outros assuntos aqui, coisas que foram perguntadas, mas acho que as mais importantes são essas daí. Ah, sim, uma pergunta do...

SENADOR FRANCISCO DORNELLES (PP-

RJ): Sr. Presidente, eu queria dizer que o Presidente Lula fez ontem um discurso no Rio, dizendo da importância que ele dá ao problema do transporte marítimo no Brasil. Eu gostaria de conhecer qual é a política do Ministério nesse setor, o que tem sido feito até agora e o que se pretende fazer.

SR. JOSÉ AUGUSTO DE FONSECA VALENTE:

Primeiro eu quero--

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Com licença, eu gostaria de passar a palavra ao Senador Eduardo Azeredo, para réplica, já que o Senador Francisco Dornelles já utilizou da palavra, para que V. Exa. possa encerrar, já que nós vamos encerrar 10 para as duas essa Sessão, tendo em vista

que nós vamos iniciar a Sessão deliberativa do Senado. Com a palavra, o Senador Eduardo Azeredo.

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG):

Dr. José Augusto, apenas é a questão, eu tenho já defendido aqui que nós precisamos ter, tendo em vista o crescimento do país, o crescimento da demanda de automóveis, do tráfego, precisamos ter um pensamento grande, digamos, pensar grande. E não interessa se é esse Governo ou se é o Governo passado. É termos realmente um plano de duplicação das rodovias que estão congestionadas, o Projeto dos metrô para transporte urbano, para assim nós diminuirmos o movimento de automóveis dentro das grandes cidades. Agora, para isso, tem que ter financiamento externo, tem que ter dinheiro de concessão, tem que ter dinheiro público. Então, eu sei que não é só problema de dinheiro que justifica a concessão. O tempo é importante. Mas é dinheiro também, porque, não é só dinheiro, por exemplo, no caso da BR-040, Brasília-Belo Horizonte, não é só dinheiro não. Tem quatro anos que nós estamos lutando para conseguir retomar a duplicação e está começando agora. Quatro anos. Eu consegui aprovar Emenda no Orçamento. Agora está saindo. Então, está bem, vou cumprimentar o Governo agora que está conseguindo fazer. Quatro anos e não foi problema de dinheiro. Mas é problema de dinheiro em outros momentos sim porque têm muitas estradas que não têm dinheiro para fazer a duplicação.

Agora, eu queria, realmente eu fico pouco, eu passo só com essa postura, às vezes, de diminuir o problema, que é um pouco o que o Zuanazzi fez, na questão da... Que foi infeliz em dizer que não existe problema na área aérea. Mas, na verdade, nessa pelo menos nessa área, existe problema sim. É evidente que falta sinalização, é evidente que o motorista é imprudente, mas tem problema de peso de estrada, mas tem também más estradas. É claro que uma estrada duplicada, com um movimento grande, o número de acidentes é menor. Os gráficos são muito claros. Os gráficos de acidentes em estradas pedagiadas mostram que é menor o número de acidentes em estradas pedagiadas porque, então, são estradas melhores. Mas eu deixo a última pergunta, que eu fiz, que dia que vai ter a concessão de rodovias, o primeiro lote e o segundo?

SR. JOSÉ AUGUSTO DA FONSECA VALENTE:

Isso, são duas respostas que estão faltando, não?

[soa a campanha].

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO):

Sr. Secretário, eu vou destinar dois minutos. Eu vou pedir para ser muito sucinto—

SR. JOSÉ AUGUSTO DA FONSECA VALENTE:

Sim, eu vou tentar ser extremamente objetivo--

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Senão o nosso Presidente da ANTT será prejudicado e nós gostaríamos muito de ouvi-lo. Com a palavra, por dois minutos.

SR. JOSÉ AUGUSTO DA FONSECA VALENTE:

A PPP da BR-116 e da 324, eu vou deixar para o José Alexandre responder, parece que já está tudo pronto para sair. Não há impedimento. O TCU já analisou, parece que já devolveu para a ANTT e vai sair. Esses sete lotes, que podem ser sete, seis ou cinco, vai depender das conversas, há uma decisão do Governo de levar a termo agora o mais rápido possível. Foram um ano e oito meses do TCU apreciando de maio de 2005 até dezembro de 2006. Com relação às PPPs--

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG):

Então, eu tenho razão com relação à Senadora Ideli, não é? Porque um ano e oito meses, o Governo está há quatro anos e três meses, então tem mais tempo por fora do TCU.

SR. JOSÉ AUGUSTO DA FONSECA VALENTE:

É, mas é que, quando foi feito no Governo anterior, tinha muitos problemas que o próprio TCU também tinha apontado, e foi feita toda uma revisão. Tem razão. Podia ter sido mais rápido? Podia ter sido mais rápido. Nós queríamos que fosse mais rápido? Queríamos. Mas não foi. Mas não era e não é um problema ideológico—

[soa a campanha].

Com relação a PPPs, então é isso. É essa, a do Ferroanel de São Paulo, a MRS já apresentou um Projeto e está sendo analisado internamente, assim que tiver o sinal verde, seja interno ou seja do TCU, que sempre tem que passar pelo TCU, o Ferroanel vai ser feito. Já tem a PPP da Nova Transnordestina, que eu já mencionei aqui, e vamos passar agora para a BR-116, em Minas, que está na fila e outras possibilidades. Porque nós já encaminhamos um pedido à ANTT da terceira etapa de concessões, que seria, não é, José Alexandre, em torno de cinco mil quilômetros possíveis. Mas, com a lei da PPP, pode ser que tenham coisas que não sejam exatamente concessão. Pode ser na linha de PPP. Mas isso é algo que o José Alexandre pode falar.

Com relação à questão do transporte marítimo, a primeira coisa que eu tenho que confessar é que a gente ainda não avançou tudo o que deveria ter avançado. Houve um--

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Houve algum tempo que foi avançado?

SR. JOSÉ AUGUSTO DA FONSECA VALENTE: Houve. Primeira coisa, um investimento na área de dragagem, que é um dos principais gargalos. E as dragagens só não andaram mais rápido, alguns casos,

por causa de problema ambiental. Não existe problema, nem orçamentário nem financeiro, porque todas essas dragagens estão no PPI. Vários... Nas hidrovias de navegação interior, estão sendo recuperados e restaurados uma série de portos, inclusive o maior deles, o de Parintins, mas vários portos hidroviários estão sendo trabalhados. Acessos, na área de portos, que não é exatamente no transporte marítimo, mas que vai refletir lá--

SENADOR FRANCISCO DORNELLES (PP-RJ):

É só para ficar claro sobre a pergunta, o seguinte, eu não me referi a portos nem infra-estrutura. Eu quero aquela diferença entre empresas brasileiras de navegação e empresas estrangeiras de navegação. Porque todas elas utilizam os portos, todas elas... Qual é o... O que é que tem sido feito para que o Brasil tem possa ter empresas brasileiras de navegação?

SR. JOSÉ AUGUSTO DA FONSECA VALENTE:

Isso que eu estava dizendo. Isso aí ainda é uma fragilidade. Porque isso não é uma discussão concluída dentro do Governo. Mas já se avançou muito na parte de Marinha Mercante, de construção de embarcações. Avançou-se alguma coisa na área de cabotagem. Na minha opinião, ainda alguém daquilo que é necessário e, no PAC, está lá a previsão da conclusão de Tucuruí, das eclusas de Tucuruí, mas que também ainda é algo insuficiente. Embora o fato de ter infra-estrutura não quer dizer que os operadores vão utilizar a infra-estrutura porque toda a produção de soja do oeste do Paraná, embora tenha uma ferrovia que saia de Cascavel e vá até o Porto de Paranaguá ou São Francisco do Sul, a soja não vai pela ferrovia. Ela vai por caminhão. Então, além de ter a infra-estrutura, tem que ver outros mecanismos para induzir ou para romper a cultura rodoviarista ou induzir os operadores, os produtores a utilizarem a ferrovia e as hidrovias, naquilo que é mais adequado para elas.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Eu indago ao Senador Francisco Dornelles se ele está satisfeito com as respostas. Com a palavra o Senador Francisco Dornelles.

SENADOR FRANCISCO DORNELLES (PP-RJ):

Sr. Presidente, o que eu diria é o seguinte, existe aqui uma confusão muito grande entre estaleiro e Companhia Brasileira de Navegação; entre porto e empresas brasileiras de navegação. Hoje nós gastamos seis a cinco bilhões de dólares por ano, pagando os nossos *spreads* a empresas estrangeiras de navegação. Eu reconheço que têm sido feitos investimentos em portos, tem se tido preocupação com as hidrovias, nós estamos misturando as coisas. Nós precisamos... O que é que existe? Qual é a política do Governo em

relação à navegação marítima, à navegação? O que tem sido feito—

[soa a campainha].

Para que as empresas brasileiras de navegação possam ficar no mercado? Não é problema de infraestrutura, de investimento. É em relação ao custo Brasil que hoje as empresas brasileiras de navegação não conseguem competir com empresas registradas em paraísos fiscais e que operam no Brasil.

SR. JOSÉ AUGUSTO DA FONSECA VALENTE: Inclusive tem empresas brasileiras que fazem isso também. Vai para lá, pega o navio--

SENADOR FRANCISCO DORNELLES (PP-RJ):

Não, não é empresa brasileira; dois brasileiros constituem uma empresa no estrangeiro para não pagar imposto aqui e agora nós vamos ter, com o veto da Emenda 03, profissionais liberais no Brasil que vão constituir no Uruguai para operar aqui. De modo que o problema básico é que não existe ainda uma política voltada para o transporte marítimo, principalmente para o fortalecimento de empresas brasileiras de navegação.

[Soa a campainha].

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Bom, eu concedo a palavra ao Dr. José Alexandre, Presidente da ANTT, para responder aos questionamentos, por 10 minutos.

DR. JOSÉ ALEXANDRE NOGUEIRA DE RESENDE: Bom, acho que tem um volume enorme de perguntas aqui. É uma pena, se eu não puder esclarecer tudo, eu saio até um pouco--

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Com licença, Sr. Presidente. Eu gostaria apenas de esclarecer que estou destinando 10 minutos ao Dr. José Alexandre pelo número de perguntas, o volume de perguntas é muito grande e o nosso Secretário José Augusto teve quase 40 minutos para fazer as suas respostas. Com a palavra, o Dr. José Alexandre.

DR. JOSÉ ALEXANDRE NOGUEIRA DE RESENDE: Bom, a primeira questão aqui, até pela ordem, vou responder à Senadora Ideli, ela fez uma primeira colocação sobre... Que o segundo modelo de concessões deveria utilizar receitas alternativas, uso da via, que não entra na tarifa. Romero, você pode colocar aquela apresentação? Eu quero dizer à senhora que praticamente desde que a Agência foi criada, todos os anos, o reajuste final da tarifa... Posso me aproximar ali, só para explicar? Esse é o reajuste da tarifa. Reajuste simples. Simplesmente a aplicação do reajuste. Esse é o reajuste com a revisão da Agência. É o que foi aplicado. Desde 2002 a 2006, todas as concessões baixaram o valor real da tarifa. Se puder abrir um, mais

rápido... No caso da Nova Dutra, o acumulado seria 63, foi 61 o real. Esse é o caso da CONCER, BR-040, em Juiz de Fora. Além dessa redução, foi antecipada, em 10 anos, toda a construção da nova rampa de subida da Rio-Petrópolis. Essa CRT, Rio-Teresópolis--

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG):

Esse percentual é em IGPM, alguma coisa?

DR. JOSÉ ALEXANDRE NOGUEIRA DE RE-

SENDE: Esse é a CONCEPA, no Rio Grande do Sul, oi?

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG):

Esse percentual--

DR. JOSÉ ALEXANDRE NOGUEIRA DE RE-

SENDE: É o acumulado de 2002 a 2006.

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG):

Não, mas eu sei, mas é em IGPM, é um índice próprio, o que é?

DR. JOSÉ ALEXANDRE NOGUEIRA DE RE-

SENDE: É uma fórmula paramétrica que é adotada no caso das concessões. Eu vou fazer o comparativo no final. Esse é o caso de CONCEPA, no Rio Grande do Sul; esse é o caso da ponte Rio-Niterói. Você tem aquele quadro... Deixa-me pegar aqui, Senador, só para lhe fazer o... Desculpe. Com relação à questão do IGPM, também com isso eu respondo aqui a pergunta da Senadora Ideli, se eu adotasse o modelo da ANEEL, eu teria um cumulativo aí maior, se a senhora verificar seria o reajuste real visa àquela coluna de IGPM. Essa coluna aqui. Se eu adotasse o modelo da ANEEL, esse seria o valor adicional que eu teria que aplicar à tarifa hoje. Por isso, que inclusive, eu defendi a questão da prática fórmula paramétrica como fórmula de correção mais correta, tanto do ponto de vista do usuário, quanto do ponto de vista do investidor.

Com relação, ainda, à questão que foi colocada de que os benefícios responderiam por 29%, o resto é operacional, eu comentei aqui no início, a senhora não estava, eu comentei a questão de que nós contabilizamos diferentes. Então, todo o serviço de sinalização, pintura de pista, a sinalização vertical ou horizontal, conservação, limpeza de bueiros, tudo isso que é feito nos contratos do DNER e que se fala que são investimentos do DNIT, na verdade, para nós, é custo operacional. Então a manutenção do pavimento é custo operacional. Investimento, e por isso que é só 29%, ele corresponde à agregação de patrimônio da União, ou seja, é uma duplicação que não existe, é um trevo novo que não existe, é uma terceira faixa que não existe.

Com relação, ainda, à questão do Espírito Santo, o 8º lote foi retirado porque não tinha estudo ambiental, ou seja, o TCU não iria aprová-lo porque não tinha o estudo ambiental concluído. E, na verdade, o

que nós temos no Brasil, e aí é preciso distinguir para que não se seja... Não se coloque de forma adequada essa discussão de rodovias, nós temos na verdade três modelos de concessão de rodovias, de concessões de rodoviárias implantadas no Brasil. Tem um que é o federal, tem um que é o de São Paulo, tem um que é do Rio Grande do Sul. Existem, em função desses modelos, problemas em cada um desses modelos. Eu, a pedido inclusive, do Ministro, na época, e do Governador Rigotto, eu fiz um estudo profundo no problema das concessões do Rio Grande do Sul. Não quero entrar nesse mérito, mas até porque não é uma gestão minha, mas eu fiz e apresentei minhas sugestões e como é que a Agência via que poderia ter resolvido. Então, existem problemas na modelagem e existem problemas na gestão dos contratos que geram decorrências das tarifas.

Quando eu entrei na Agência, em 2002, a tarifa do Rio Grande do Sul e do Paraná era abaixo das tarifas federais. Hoje são maiores. Quer dizer, paga por trafegar numa rodovia como a Dutra, uma tarifa menor, sempre comparado a uma tarifa por cem quilômetros, então não é um valor nominal que está lá, do que uma pista simples no Rio Grande do Sul. Um dos grandes problemas que aconteceram foi gestão. Se tem uma concessão de 15 anos; prazo já inadequado. Com cinco anos de concessão você retira todos os investimentos que estão diluídos em 15 anos. Fica quatro anos sem dar reajuste ao concessionário. Direito de contrato. No final, o que acontece? É uma pancada, que você tem que voltar com os investimentos, mas só pode diluir eles em sete, oito anos. Então, o reflexo para fazer a mesma coisa do início é muito maior. E repor perdas de reajuste de quatro anos atrás gera um rebatimento maior. Então, o contrato hoje ele tem a mesma cara que o contrato no início, mas uma tarifa real muito mais alta. A culpa é de fazer a concessão ou não fazer a concessão ou de quem gere o contrato?

Então, acho que essa questão, ela precisa ser colocada também, para que não se misturem problemas que são reais, na modelagem do Rio Grande do Sul, que gera uma reação no Rio Grande do Sul e também no Paraná, com outras concessões. É por isso que, quando se faz uma pesquisa hoje, em nível nacional, 77% dos usuários querem concessões rodoviárias. Também em relação a isso, quer dizer, com esse estudo que o Paulo Godoy mencionou, eu conheço ele, inclusive está disponível no site da Agência, feito pela USP, quando a gente fala em 34 reais de custo adicional, por não usar uma rodovia concedida, se o pedágio é sete, é cinco ou três, isso, em termos econômicos para o usuário, acho que já estaria resolvido.

Com relação à questão se as concessões terem sido feitas antes, ainda uma colocação da Senadora Ideli, da Agência ser criada, eu diria à senhora que, em termos de rodovia, não. Está visto aí, mas a gente foi até o início das concessões. Em termos de ferrovia, sim. E basta a senhora verificar que toda essa situação de inversão da situação das ferrovias se deu toda por atos regulatórios das Agências, que não havia antes. Havia, inclusive, nos contratos, obrigações para que o Poder Público editasse determinadas regulamentações que não foram feitas. Então, se perdeu aí um espaço na questão ferroviária, grande. E, principalmente no setor de passageiros também, porque o setor já estava 12 anos sem ter sequer fiscalização.

Em relação a essa questão, Presidente, eu queria falar para o senhor até que essa colocação que o frete da Novo Oeste estaria mais alto que o rodoviário, essa me foi cobrada até pelo Presidente da República. Eu sei que essa informação chegou lá—

[soa a campanha].

E eu vou lhe responder a mesma coisa. Eu tenho isso em cima da minha mesa. Não é verdade. Isso foi uma abertura de negociação da Novo Oeste para o próximo ano; mudou completamente a gestão. Então, hoje, eles atuam comercialmente e, na verdade, o Ferrovário tem menos 27 quilômetros ed Rondonópolis, fazendo a perna rodoviária até chegar ao Porto de Santos.

Bom, com relação à colocação do Senador Cícero Lucena, já foi praticamente colocado aqui, na verdade, o número de 22 bilhões, como número de custo de acidentes, dito pelo Valente, é esse mesmo.

Em relação ao Senador Eduardo Azeredo, houve realmente, através do Diário Oficial, um despacho do Ministro dia 07 de outubro de 2003, publicado no Diário Oficial do dia 13 do 10 de 2003, que praticamente suspendeu o processo de concessões por um ano e meio. Depois, ele permaneceu exatamente um ano e oito meses no Tribunal de Contas da União.

Em relação à colocação do Senador Jayme Campos, que menciona uma colocação de um Procurador Federal, de que concessão ferroviária rende mais do que o tráfico de drogas, esse mesmo Procurador, ele se retratou no mesmo dia, inclusive, na televisão. E seria impensável uma coisa dessas acontecer, numa realidade hoje de mercado no Brasil. Você tem a Agência, você tem o Tribunal, você tem a CVM, você tem todos os agentes financeiros, essas empresas têm ações na Bolsa de Valores, então, é muito fácil serem precificadas, não só pelos agentes econômicos, pelos próprios investidores, e tem também o BNDES, que analisa e tem sob sua guarda cada concessão que faz conosco.

Sobre critérios e privatização, que foi colocado aqui, na verdade, nós alteramos completamente o critério. O modelo ainda proposto pelo Ministério dos Transportes, em 2005, era a concorrência, com tarifa de... Eu vou pegar apenas uma para citar como exemplo. Vou pegar duas. Fernão Dias e Regis Bittencourt. O Ministério dos Transportes propunha a tarifa 5,38 e 5,05. A Agência, depois que pegou esse processo, está propondo 3,4 e 3,3. Ou seja, essa apreciação de tarifa, como se deu, até respondendo a uma pergunta do Senador Marconi Perillo, ela se deu exatamente verificando os ganhos tecnológicos que os concessionários adquiriram ao longo dos anos.

Então, aquela estrutura como é hoje feita pelo DNIT, CBUQ, nós estamos usando micro revestimento. Hoje, se você verifica uma concessão rodoviária, nós temos uma situação de asfalto que não é adequada, tem um único fornecedor. Hoje, nenhuma concessão rodoviária usa o asfalto do jeito que o DNIT usa.

E também, colocando aqui uma preocupação, quando se fala em manter rodovias em obras públicas, hoje o DNIT as faz através de um programa que ele chama de PIR IV; PIR IV tem quatro anos de vida útil. Ou seja, só o fato da rodovia não ser concessionada, ela já vai custar para a sociedade o dobro do que ela custaria se fosse feita numa modelagem adequada com, no mínimo, oito anos de vida útil. E como é precificada numa concessão rodoviária. Ou seja, há um ganho real no custo da manutenção daquela estrada, em nível de 25 anos.

Com relação a valores e pedágio, e como é que se chegou aqui também, Senador Jayme Campos, nesse trabalho, participaram, além do TCU, o BID, o BIRD, a ANTT, o BNDES, e da modelagem, quem sugeriu foi a BOVESPA, e CBLC. Com relação a uma rodovia com 10, 12 mil, provavelmente ela é auto-sustentável. Quer dizer, em torno de oito mil, mais ou menos, em VDM, ela já se tornaria uma rodovia, em tese, eu não sei o volume de obras dessa rodovia. Agora, também volto a afirmar aqui, não cabe à Agência definir qual é o objeto de outorga. Não gosto, inclusive, de discutir isso. Cabe ao Governo definir e a Agência promover. A nossa obrigação é fazer estudos. Com relação a fazer estudos, até uma informação que o Dr. Valente colocou, nós estamos estudando sim 15 mil quilômetros adicionais, tanto para PPP, quanto para concessão. Isso não quer dizer que vai ocorrer. A nossa obrigação é estudar.

Com relação à PPP e com relação à segunda etapa, do ponto de vista da Agência e do TCU, está pronto desde dezembro. Eu aguardo uma posição do Governo Federal de publicar ou não esses editais.

Com relação, em termos de as Agências estarem mais frágeis em termos de pessoal também, eu não gostaria de entrar muito na discussão sobre essa questão operacional da Agência. Poderia falar sobre pessoal. Um dos nossos grandes problemas, e aqui respondendo também à pergunta do Senador Marconi Perillo, eu tenho menos da metade do quadro de pessoal previsto em lei. Tenho que fiscalizar cinco mil e quinhentos terminais rodoviários, cerca de 250 empresas... Duas mil e novecentas linhas interestaduais, internacionais de passageiros; quatro mil empresas no fretamento; 850 mil caminhoneiros; 12 concessões ferroviárias; seis concessões rodoviárias; 240 operadores de transporte multimodal e tem alguma coisa em torno de pouco mais de 200 fiscais no Brasil.

Com relação à política tarifária, na verdade, nunca houve um ato específico editando política. Recentemente eu conversei isso com o Ministro Alfredo já, depois que tomou posse, da conveniência de fazer isso. Se tivesse sido estabelecido, um Decreto, como dita a lei 10233, que criou a Agência, que cabe ao Ministro de Estado dos Transportes a edição da política tarifária a ser estabelecida nas outorgas de rodovias concedidas, nós não teríamos nenhum tipo de problema com o TCU. Porque a discussão foi exatamente em cima de qual deve ser a taxa interna de retorno, qual deve ser o sistema de precificação dos custos, coisas que deveriam estar expedidas através de um ato definindo essas políticas.

Eu vou tentar responder tudo. Em relação à pergunta do Senador Marconi Perillo, tarifa regulada, tarifa *pricecap*, na tarifa regulada, nós tínhamos os pedágios e tinha as linhas interestaduais, se verificaram e nós fizemos uma Audiência Pública e, há coisa de duas semanas, nós editamos uma Resolução da Agência, em que nós transformamos as linhas interestaduais em sistemas *pricecap*, e hoje já operam com o mesmo sistema de descontos que operam as linhas de ônibus.

Pricecap no pedágio é possível. Tanto é que as concessionárias têm contratualmente o direito de praticar descontos. A questão da rodovia é que a concorrência da rodovia se dá na licitação, e não durante... Não há concorrência depois que ela explora. Só no ato de licitação da outorga. Portanto, dificilmente as concessões dariam desconto. No caso específico da Nova Dutra, ela deu, durante sete anos, oito anos, ela isentou as motocicletas. Claro que isso é um problema. Ela está retomando agora. Porque é uma grande despesa que tem em nível de acidentes, mobilização de UTI, mobilização de ambulâncias, são exatamente os acidentes com motos que normalmente geram vítima fatal.

Com relação à pergunta que foi feita em relação à descentralização das rodovias, eu, pessoalmente, sou favor. A Agência obviamente não pode entrar nisso. Com relação ao que foi dito de pedágio fechado, não vejo como fazer rodovias hoje nessa situação, no momento em que o Brasil já tem uma malha constituída. O que se fala é em manter essa malha via alternativa, pedaggiar em pista simples. Essa questão de pedaggiar em pistas simples foi já ultrapassada, inclusive, nos Estados Unidos. Os Estados Unidos está fazendo um grande programa rodoviário, então... Inclusive eles trabalham com uma taxa interna de retorno de 12% em dólar. Já tem o primeiro piloto que a concessão lá em Colorado, que o edital já está na rua, já está em processo licitatório e deve atingir um quantitativo total de um milhão e meio de quilômetros.

Foi mencionado aqui também o nível de percentual de concessão. A Argentina tem mais quilômetros concedidos do que nós. A licitação, em dias diferentes, que foi colocada aqui. Na verdade, essa foi a proposta da Agência. Eu usei essa fórmula na rede ferroviária federal e propusemos, no plano de outorga, ao Governo feito, que fosse feito em dias diferentes. Foi exatamente uma decisão do Palácio e da Casa Civil no sentido de fazer tudo junto. Não foi uma decisão da agência.

Eu vi aqui muito essa questão de conluio. Isso foi muito trabalhado entre a gente e o BOVESPA. Gostaria de saber exatamente onde é que está esse ponto, até que eu possa reabrir a discussão com o BOVESPA. Se existe essa coisa... Foi até perguntado aqui pelo Senador Jayme Campos. Gostaria de saber isso, onde é que está, no edital, esse ponto para que a gente possa discutir. Esse edital foi colocado em Audiência Pública, em momento algum, tendo mil e seiscentas contribuições, foi levantado qualquer ponto em relação a isso. Muito pelo contrário, tudo que foi sugerido em Audiência Pública, em relação aos procedimentos do leilão, foi levado em conta.

Com relação também a essa comparação que se faz muito entre rodovia aqui, e conceito de rodovia lá fora, eu acho que não deve ser misturado. Porque nos Estados Unidos e na Europa o pedágio surge como uma solução para o congestionamento. Você faz uma via lateral porque aquela está congestionada. Então, abre concessão. O México tem uma muito interessante. Exatamente do lado, uma concessionária com pedágio caríssimo, três vezes São Paulo quase, o pedágio de nível São Paulo, ao lado de uma não concessionada, e o tráfego dela está aumentando sem parar, porque leva três, quatro horas a mais você ir na rodovia gratuita.

Agora, esse é o conceito que foi adotado lá fora. Por quê? Porque eles mantêm as suas rodovias. Os

Estados Unidos tem um fundo rodoviário muito parecido com o que seria a nossa CIDE hoje, em termos resumidos, e gastam isso mantendo as suas estradas. Eles não precisam conceder para manter estradas. O nosso problema é que nós precisamos conceder para manter as estradas.

Com relação à questão do nível de acidentes, eu acho que tem uma questão que tem que ser verificada aí, se a rodovia é concessionada ou não, tem mais ou não, essa conta, ela não é assim. Essa conta é o número de acidentes por milhão de veículos. Você tem que proporcionalizar as rodovias para poder verificar se têm mais ou menos acidentes. E quando se faz isso se verifica que, efetivamente, na rodovia concedida, tem muito menos acidente.

Com relação ao que foi levantado de pedágio público, eu acho que nem vou entrar aqui. Está o Senador Eliseu Resende aqui, que sabe o que aconteceu com a administração do pedágio do DNER, que chegou no momento, perdão, Dr. Severo também, que também chegou no momento em que a arrecadação de pedágio não chegava a cobrir a despesa de operação da praça de pedágio. E essa é uma questão real. Quer dizer, hoje, mesmo com esse ambiente que nós temos, com a Agência instituída, independente, eu tenho problema em todos os reajustes que a Agência vai conceder. Em todos os reajustes, eu tenho problemas sérios para implementar esses reajustes. Imagina como é que seria se fosse um órgão da Administração Pública.

Com relação também a uma comparação que foi feita aqui, estou terminando já, Senador Delcídio, com relação a uma comparação que foi feita aqui para se usar também um *benchmark* como empresa, eu quero dizer o seguinte, é muito mais fácil isso na distribuição, na transmissão e na geração. Agora, quando você pega concessão rodoviária, são coisas completamente diferentes. Eu tenho uma rodovia Presidente Dutra, que fatura seiscentos milhões por ano. E eu tenho uma ECOSUL que fatura 40 milhões por ano. São dois negócios completamente diferentes, que vão até exigir uma precificação de rentabilidades diferentes.

Com relação a recurso da CIDE, que a Senadora Ideli falou, já foi colocado, é uma pena porque eu tenho esse quadro na minha Mesa, ontem mesmo o Ministério dos Transportes me mandou. O que foi arrecadado e o que foi gasto no setor de transportes efetivamente. Se a senhora se interessar, depois eu posso mandar esse documento para a senhora.

Com relação à colocação de pedagiar depois de duplicar, por que a iniciativa privada não investe, a senhora pode não concordar com minha linha de raciocínio, Senadora, mas eu penso assim: Eu acho que deveria privatizar ou conceder, assim que acaba

a restauração do DNIT. Por quê? Porque a tarifa de pedágio mais barata que vai haver durante 25 anos. Eu diria à senhora, se eu fosse governante, talvez eu fizesse na primeira etapa o seguinte, eu entraria para recuperar a Dutra e depois eu concederia. Eu talvez tivesse a metade da tarifa que eu tenho hoje. Na CON-CER, eu posso dizer, porque é uma coisa que eu fico um pouco impressionado. A CON-CER, ali na saída do Rio de Janeiro para Petrópolis, chegou, logo nos três primeiros anos, a quintuplicar cada pista. Você chega a ter cinco faixas de rolamento de um lado e de outro. Aquilo foi um peso gigantesco no contrato. Se eu não tivesse feito aquilo, no terceiro ano, se eu tivesse feito aquilo no décimo ano, a tarifa cairia. Isso, na verdade, é porque a concessão é um fluxo de caixa. Eu já estou terminando, Senador. Por isso permite a gente fazer uma coisa. Quer dizer, é muito preocupante quando você chega, faz aquele movimento, eu retiro tudo de uma concessão, e depois eu volto com tudo. O impacto é gigantesco. A subida da serra de Petrópolis, nós colocamos o início da Agência, no ano 17 da concessão. O resultado deu menos de 10 centavos na tarifa, e aí fomos trazendo ela devagarzinho, todo ano. Em cima do quê? Em cima dos ganhos de modicidade, em cima dos ganhos de fiscalização, fazendo postergação de algumas obras que não foram realizadas. E, mesmo assim, dando aquele resultado que deu ali. E vamos começar agora, daqui a dois anos, a duplicação da serra, sem que a tarifa da CON-CER tenha aumentado mais que 10 centavos. Se eu tivesse entrado com ela de uma vez, no ano de 2003, a tarifa subiria mais de um real.

Bom, e finalmente, eu queria só colocar uma colocação aqui também. Ah, Senador, me permita uma coisa, tem um dado interessante aqui. A senhora deve conhecer a Viação Catarinense, lá em Santa Catarina, ele tem uma vida útil de 120 mil quilômetros. Já quando ele trafega na Rio-Juiz de Fora, que ele trafega como mil e um, tem trezentos mil quilômetros de vida útil. Isso em função da situação da rodovia na BR-40 e lá em Santa Catarina. Essa pergunta a senhora pode verificar até com eles diretamente.

Bom, e para concluir aqui, eu espero ter colocado tudo, só queria fazer uma colocação com respeito um pouco a essa questão de pedágio, acho que essa discussão deveria ser uma questão bastante econômica, não no sentido político, até porque qualquer rodovia dessas, e eu cheguei a comentar com o Presidente da República, umas duas semanas atrás. Quem trafega hoje na Regis Bittencourt, trafega 100 quilômetros, deve gastar em torno de 10 litros de gasolina para fazer 100 quilômetros; a CIDE está 18% do litro, não é isso? Então, o litro está 2,50, isso daria, vamos

arredondar, 50 centavos, 10 litros, cinco reais. Então, esse pedágio de cinco reais por 100 quilômetros, que nós estamos propondo, ele já é pago hoje, através da CIDE. Obrigado.

[troca de presidência]

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Eu gostaria de saber se algum Senador ou Senadora tem réplicas. Parece que o almoço fala mais alto nesse momento. E eu quero... Eu só queria fazer um registro, meu caro José Alexandre, que eu não falei da Ferronorte, não. Eu falei é daquela sucata chamada antiga Noroeste, que é um desastre, e eu estava muito esperançoso que a América Latina Logística desse conta com o recado, mas parece que ela está criando é complicação para quem quer transportar carga através da rodovia nossa lá. E você conhece bem aquele... A crise que nós enfrentamos com a nossa antiga Noroeste.

Eu queria agradecer a todos, ao Paulo Godoy, da ABDIB, ao José Alexandre, da ANTT; ao José Augusto da Fonseca Valente, nosso Secretário Nacional de Políticas de Transporte; ao ex-Ministro Cloraldino Severo, aqui presente, Consultor, ao Geraldo Viana, da ANTC, agradecer a atenção de todos que nos acompanharam até agora. Parabenizar a Senadora Ideli pela iniciativa, cumprimentar o nosso ex-Ministro Senador Eliseu Resende.

E só registrar que nós teremos uma reunião na terça-feira, às 17... No dia 17, às 10h00, uma Audiência Pública conjunta com a Comissão de Meio Ambiente, com a Comissão de Relações Exteriores e a Comissão de Infra-estrutura, conforme o Requerimento apresentado pelo Senador Inácio Arruda, sobre fontes alternativas de energia.

E, no mesmo dia, às 14h00, teremos uma Sessão Administrativa Deliberativa, a partir das 14h00, tratando de matérias de caráter terminativo e não terminativo. Eu quero agradecer a atenção de todos, a competência com que expuseram esses temas todos, e muito obrigado.

Sessão encerrada às 14h08.

SECRETARIA DE COMISSÕES SUBSECRETARIA DE APOIO ÀS COMISSÕES PERMANENTES

Ata da 13ª Reunião da Comissão de Serviços de Infra-Estrutura, 11ª Reunião da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional e da 10ª Reunião da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, Extraordinárias, da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura, realizada em conjunto no dia 17 de abril de 2007, às 10 horas

e 30 minutos, no Plenário nº 06, da Ala Senador Nilo Coelho, Anexo II.

Às dez horas e cinquenta e dois minutos do dia dezessete de abril do ano de dois mil e sete, no Plenário nº 06 da Ala Nilo Coelho, Anexo II, sob a Presidência do Senador **LEOMAR QUINTANILHA**, reúnem-se a Comissão de Serviços de Infra-Estrutura, a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional e a Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle com a presença das Senhoras Senadoras e dos Senhores Senadores **Marconi Perillo**, Presidente da Comissão de Infra-Estrutura, **Serys Selhessarenko**, **Delcídio Amaral**, **Ideli Salvati**, **Francisco Dornelles**, **Inácio Arruda**, **Fernando Collor**, **Expedito Júnior**, **Valter Pereira**, **Eliseu Resende**, **João Durval**, **Flávio Arns**, **Marco Maciel**, **Mozarildo Cavalcanti**, **Gilvam Borges**, **Mão Santa**, **Flexa Ribeiro**, **João Ribeiro**, **Marcelo Crivella**, **Antônio Carlos Valadares**, **Garibaldi Alves Filho**, **Renato Casagrande**, **José Agripino** e **Marisa Serrano**, **Aloizio Mercadante** e **Paulo Duque**. Deixam de comparecer os demais Senadores. Havendo número regimental, o Senhor Presidente declara aberta a reunião, dispensando-se a leitura das atas das reuniões anteriores que são dadas como lidas e aprovadas. Em seguida, a Presidência comunica que a presente reunião destina-se a realização de audiência pública com a presença dos Senhores **Adriano Duarte Filho**, Coordenador-Geral de Tecnologia Setoriais do Ministério de Ciência e Tecnologia; representando o Dr. Luiz Antônio Rodrigues Elias; **Jerson Kelman**, Diretor-Geral da Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL; **Ivonice Campos**, Diretora Executiva da Associação Brasileira de Energia Eólica – ABEE, representando o Dr. Adão Linhares Muniz e **Manoel Polycarpo de Castro Neto**, Coordenador-Geral do Escritório Sede da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis – ANP, representando o Dr. Haroldo Borges Rodrigues Lima, a fim de discorrer sobre **Fontes Alternativas de Energia**, em atendimento aos Requerimentos nºs 09 e 11, de 2007—**CRE**, nº 08, de 2007—**CMA**, e nºs 18 e 24, de 2007—**CI**, todos de autoria do Senador Inácio Arruda. A Presidência comunica a ausência justificada do Senhor Márcio Pereira Zimmermann. Após, o Senhor Presidente convida os expositores para tomarem assento à Mesa dos trabalhos, concedendo, inicialmente, a palavra ao Senhor Adriano Duarte Filho para suas considerações iniciais, e em seguida, aos demais expositores na seguinte ordem: Jerson Kelman, Ivonice Campos e Manoel Polycarpo de Castro Neto. Fazem uso da palavra de acordo com a lista de inscrição, os Senadores Inácio Arruda, Ideli Salvati, Valter Pereira, Delcídio Amaral, Mão Santa, Antônio Carlos Valadares,

Marcelo Crivella e Garibaldi Alves Filho. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às treze horas e cinquenta e quatro minutos, lavrando os Secretários, *Dulcília Calháo, Maria Lúcia Ferreira de Mello e José Francisco B. Carvalho*, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelos Senhores Presidentes e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com o Registro da Estenotipia Informatizada. – Senador **Marconi Perillo**, Presidente da Comissão de Serviços de Infra-Estrutura. – Senador **Heráclito Fortes**, Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional. – Senador **Leomar Quintanilha**, Presidente da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle.

11ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL, EM CONJUNTO COM A 10ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E CONTROLE E A 13ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRA-ESTRUTURA, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA.

REALIZADA NO DIA 17 DE ABRIL DE 2007, ÀS 10 HORAS E 53 MINUTOS.

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO): Havendo número regimental, declaro aberta a 10ª Reunião conjunta da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle com a 11ª Reunião da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional e a 13ª Reunião da Comissão de Serviços de Infra-Estrutura da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura.

Os Srs. Senadores que estiverem de acordo com a dispensa da leitura da Ata da reunião anterior, permaneçam como se encontram. Aprovado.

Esta Audiência Pública tem como objetivo discutir tema relacionado a fontes alternativas de energia, em atendimento aos Requerimentos nº 08/2007, desta Comissão, 09 e 11/2007, da Comissão de Relações Exteriores, e 18/2007, da Comissão de Infra-Estrutura, todos de autoria do Senador Inácio Arruda. Foram elencados como convidados Dr. Márcio Pereira Zimmerman, Secretário de Planejamento e Desenvolvimento Energético do Ministério de Minas e Energia, que, em razão de outros compromissos não pôde comparecer e enviou-nos um expediente justificando a sua ausência, está acompanhando o Sr. Ministro de Minas e Energia em uma reunião, na III Reunião da Comissão Binacional de Trabalho do Grande Gasoduto do Sul, e é o chefe da delegação brasileira, então não poderia estar nesta manhã conosco; Dr. Adriano Duarte Filho, Coordenador-Geral de Tecnologias Setoriais do Mi-

nistério da Ciência e Tecnologia, a quem convidamos para compor a Mesa; Dr. Jerson Kelman, Diretor-Geral da Agência Nacional de Energia Elétrica, ANEEL, a quem convidamos também para compor conosco a Mesa; Dra. Ivonice Campos, Diretora Executiva da Associação Brasileira de Energia Eólica, ABEE, convidamos a Dra. Ivonice para compor a Mesa conosco; Dr. Manoel Policarpo de Castro Neto, Coordenador-Geral do escritório da sede da Agência Nacional de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis, ANP, em Brasília, a quem convidamos também para compor conosco a Mesa. Estou seguro que o momento é o mais oportuno para estarmos discutindo e, nesta oportunidade, ouvindo as autoridades que têm vivenciado essas questões sobre a oferta de energias alternativas no âmbito desta Comissão, o momento é o mais oportuno. E nós iniciariamos, nós vamos estabelecer um critério, nós temos quatro convidados, nós estabeleceríamos o critério de conceder até 20 minutos para cada um dos palestrantes, para fazerem as suas observações, as suas colocações preliminares, e então partiríamos para a segunda parte, aonde teríamos a participação dos eminentes Srs. Senadores. Nós começaríamos ouvindo o Dr. Adriano Duarte Filho, Coordenador-Geral de Tecnologias Setoriais do Ministério da Ciência e Tecnologia. Dr. Adriano, tem V. Sª a palavra.

SR. ADRIANO DUARTE FILHO: Bom dia. Eu gostaria de cumprimentar o Senador Leomar Quintanilha, e estender esse cumprimento a todas as autoridades presentes. Eu trouxe uma pequena apresentação, para tentar esclarecer as ações que o MCT vem tomando na área de energias renováveis. A nossa ação na realidade é propiciar o suporte tecnológico, o desenvolvimento tecnológico e de ciência que permitam o desenvolvimento das tecnologias desenvolvidas no Brasil.

Pode passar o primeiro *slide*, por favor. Se a gente estiver analisando os investimentos em Pesquisa e Desenvolvimento realizados no mundo, a gente nota que, no caso do Brasil, a gente tem praticamente meio a meio entre empresas e Governo. Nos outros Países mais avançados, esse percentual não permanece, não se confirma, havendo uma participação expressiva das empresas no desenvolvimento de pesquisa e tecnologia.

Ao longo dos anos, um outro problema que a gente tem é que o investimento em Pesquisa e Desenvolvimento no Brasil, a gente está vendo aqui desde 70 até agora, ele mostrou uma instabilidade muito grande, eu acho que o que a gente pode tirar daqui é uma instabilidade grande, com aumentos e diminuições, o que causa problema na estabilidade dos grupos de pesquisas a que você atinja algum resultado, você não consegue fazer um desenvolvimento em um ano. Porque

são normalmente cinco, dez anos para se conseguir alguma coisa. A gente tem um expressivo crescimento aqui ultimamente, mas, apesar de numericamente o valor estar bom, é importante, ou está havendo crescimento, mas ainda está na faixa aí de 0,9% do PIB. Quer dizer, o PIB está crescendo. A nossa meta seria conseguir, com o País em desenvolvimento, 1%, e aumentar isso para frente.

Em todo caso, o que a gente tem de disponibilidade, de nosso poder de Ciência e Tecnologia é na faixa de 80 mil Pesquisadores, sendo uma faixa de 50 mil Doutores. A gente publica artigos e a gente tem um desenvolvimento expressivo na área. Chama atenção esse dado aqui, que nas empresas a gente tem pouca atividade de pesquisa. Na parte de Pesquisadores, tem um pouco mais. O pessoal de engenharia é que se dedica a essa área. Mas o pessoal de alto nível, qualificado para fazer realmente avanço tecnológico tem pouca gente nas empresas.

A produção científica, vamos dizer, do Brasil, se você olhar aqui, a gente vem aumentando ano a ano a quantidade de Doutores formados. Nós temos na faixa de 10 mil Doutores por ano e, conseqüentemente, os artigos publicados em revistas internacionais, que têm revisão por pares, ou seja, de boa qualidade, ele vem crescendo também da forma, de uma forma expressiva, a gente está a 1,6% dos artigos publicados brasileiros.

No entanto, o quadro não é tão interessante assim. Se a gente olhar quem se dedica à atividade de Pesquisa e Desenvolvimento, se a gente olhar o Brasil, universidade ela... Da atividade em Pesquisa e Desenvolvimento, as universidades têm um maior, vamos dizer, esforço. Enquanto que as empresas - o vermelhinho aqui - têm 20% basicamente do pessoal que está se dedicando a essa área. Se você olhar os outros Países, acontece exatamente o contrário. As empresas executam grande parte do esforço de pesquisa e o Governo complementa isso. Principalmente com pesquisa básica, que dá suporte às outras.

Como conseqüência, não podia ser outra, a gente tem poucas patentes, isso aqui é uma amostra dos escritórios de patentes americanos, poucas patentes na realidade registradas lá, enquanto que os outros Países possuem muito mais. A gente desenvolve pouca atividade em empresa. Então um dos desafios que a gente tem em Ciência e Tecnologia no Brasil, apesar de fazer ciência de crescente e boa qualidade, é como transferir isso, ou como fazer esse conhecimento migrar para a produção.

Os instrumentos que o Governo tem, que dispõe, são incentivos fiscais, subvenção econômica, subvenção é um mecanismo novo criado basicamente há

dois anos atrás por uma lei da inovação que permite apoio de dinheiro público em empresa privada para fazer Pesquisa e Desenvolvimento. Antes disso, isso era basicamente proibido. Então existe um mecanismo muito novo que permite, que reconsidera, reconhece que é necessário incentivar a Pesquisa e Desenvolvimento dentro das empresas, mesmo as privadas. Financiamentos com ou sem retorno, equalização, taxas de juros interessantes aí, mais baixas do que no mercado, para fazer Ciência e Tecnologia, capital de risco, a formação de Recursos Humanos capacitados para P&D, vocês viram o esforço está sendo feito, e projetos cooperativos, que a gente incentiva muito em cooperação entre universidade e empresa.

A Lei de Inovação, que eu citei agora pouco, ela muda esse panorama criando mecanismos novos, permitindo, por exemplo, que as empresas possam partilhar da infra-estrutura das universidades para fazer a sua pesquisa. Isso, aprovado em lei. E alianças estratégicas entre empresas e instituições de C&T. Isso era proibido antes.

A subvenção econômica, como eu já comentei, que implica alocação de recursos públicos, são projetos de parceria, a empresa entra com a sua parte, o Governo entra com a sua parte, permitindo na realidade o desenvolvimento tecnológico. Como eu disse, isso é muito novo. E um outro mecanismo interessante aqui, e essa lei tem esse nome, Lei do Bem, que é a Lei 11.196, de 2005, muito recente também, ela... As empresas que quiserem contratar Pesquisadores, Doutores - lembram? o número era muito pequeno - o Governo, através de projetos em edital, paga parte do salário desses Pesquisadores, incentivando assim que as empresas tenham Pesquisadores no seu quadro de pessoal. Então a gente está remunerando uma parte expressiva dos salários dos Pesquisadores. Então esses mecanismos são muito novos, são de um ano, dois anos atrás e a gente está começando a aplicá-los.

E para a subvenção econômica, quer dizer, esse específico recurso para pesquisa em empresas com ou sem universidade junto, porque a empresa pode querer fazer a pesquisa sozinha, ela tem basicamente esses valores aqui destinados para esse período, sendo que para apoiar a contratação de Pesquisadores da empresa tem 60 milhões, e isso aqui tudo por chamada pública, 300 milhões para projetos de pesquisa. As prioridades desse primeiro edital, que foi julgado ainda em dezembro do ano passado, quer dizer, é muito recente, foram essas aqui: semicondutores, fármacos, condensamento tecnológico, nanotecnologia, biotecnologia, energias alternativas e biomassa é que foram as prioridades para esse primeiro edital. Um outro edital deve ser lançado no meio do ano, em

continuidade. Basicamente, a demanda que apareceu nesse edital, quer dizer, as empresas que propuseram projetos, basicamente terão dívidas essas áreas aí. Tem alguma coisa de energias alternativas, não tão pequena; interessante que semicondutores e software foi uma demanda expressiva de apoio à pesquisa, na realidade, empresas de *software* são pequenas, então trabalham muito bem nessa área; e algumas outras áreas aqui.

Bom, energias renováveis, agora voltando, depois desse panorama basicamente de onde a gente está, o Ministério da Ciência e Tecnologia ele tem várias ações encarando as energias renováveis como um todo. E pensando em energias, a gente tem as renováveis, solar, eólica, hidrogênio, biomassa... Outras aqui ainda, geotérmica, energia de marés e tal; as não renováveis, nuclear, petróleo e gás natural, e isso se mistura com recursos minerais aqui nessa área de renováveis. E a gente atua na realidade em termos de basicamente fomento, incentivo ao desenvolvimento desse conhecimento e tecnologia e ciência basicamente nessa área. E Recursos Humanos também.

Mapeando basicamente onde a gente tem, a gente tem energia hídrica, que é talvez a renovável que mais se usa no Brasil, tem a convencional, que são as grandes hidroelétricas, e tem a pequena central hidroelétrica, que são aproveitamento de pequenos cursos d'água. Em termos de biomassa, basicamente energia renovável, você tem ações de biocombustíveis; no Brasil, biodiesel e etanol é muito importante; processos termoquímicos, combustão e gaseificação, que é uma rota tecnológica que eu acho muito animadora para o futuro; biotecnologia envolve nova variedade hegemônica, e aqui realmente onde foi o grande aumento de produtividade no etanol, ao longo dos anos, foi justamente nessa área aqui que trouxe esse aumento de produtividade; energia solar, solar térmica normal, que a gente tem aproveitamento do calor do sol e foto solar fotovoltaica para a geração de energia elétrica; eólica, eu separei aqui grande porte e pequeno, médio porte, grande porte é basicamente grandes usinas geradoras e, pequeno, para pequenos aproveitamentos locais; hidrogênio, chamado combustível do futuro, ele tem queima limpa, a queima do hidrogênio produz basicamente calor e água, então existe um grande movimento mundial em termos do desenvolvimento da tecnologia de hidrogênio, através de células combustível, que são geradores elétricos, basicamente movidos a hidrogênio, e produção de hidrogênio que, aí é que está a novidade, ele pode ser produzido também através de energia renovável, então ele se torna um hidrogênio renovável. Então ele fase parte do nosso elenco aqui.

Eu gostaria de chamar a que todo esse esforço não tem muito sentido sem se trabalhar a eficiência energética. Você pode gerar uma energia interessante, mas você usa mal essa energia elétrica, se o seu chuveiro for ineficiente, se a sua máquina for ineficiente, se os seus eletrodomésticos forem ultrapassados e gastarem muita energia. Então a eficiência talvez seja um investimento muito interessante para fazer em termos de se evitar o uso de energia desnecessária. E é muito barato também. Mais barato que construir uma central.

Na área de biomassa, vou comentar um pouquinho sobre o programa de biodiesel, que está mais recente, é mais novo.

Normalmente, quando a gente dá aula a gente leva sempre umas transparências, para poder atender a qualquer emergência. Mas aqui eu não vim preparado para isso.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: [pronunciamento fora do microfone][inaudível]

SR. ADRIANO DUARTE FILHO: Por favor, vamos aproveitar.

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO): O Dr. Jerson, enquanto o computador se reajusta aí, fará um comentário sobre a exposição do Dr. Adriano.

SR. JERSON KELMAN: Se voltar, eu paro no meio. Só para aproveitar enquanto espera, fazer um comentário que nesse assunto Pesquisa e Desenvolvimento e eficiência energética, as empresas concessionárias de energia elétrica também têm suas obrigações nesse campo. Elas têm que aplicar tanto em Pesquisa e Desenvolvimento quanto em eficiência energética, junto, da ordem de 500 milhões de reais por ano. E esses dois programas, quer dizer, são desenvolvidos pelas concessionárias e são supervisionados pela ANEEL. Até então a ANEEL examinava as propostas, são centenas de propostas de pesquisa, a gente examinava as propostas que são mais interessantes, aprovava, e dentre essas tinham muitas boas, uma parte de boas, algumas não tão boas, enfim, mas a avaliação estava no processo, na promessa, e não no resultado. Nós estamos lá na ANEEL mudando nossa metodologia para que os investimentos em P&D, Pesquisa e Desenvolvimento e investimentos em eficiência energética sejam de risco para as concessionárias, que só, digamos, irão se credenciar na ANEEL como... O seu investimento será reconhecido na ANEEL como aquele que tem que ser feito dentro de P&D e eficiência energética se atender ao critério do resultado. Nós vamos examinar o resultado. Se o resultado for bom, é entendido como P&D e eficiência energética; se o resultado for mau, vamos dizer, o

prejuízo é da concessionária, e não do consumidor. Eu só introduzi esse termo aqui, que não é o tema da minha apresentação, para aliviar um pouco a tensão do Windows sendo montado de novo.

SR. ADRIANO DUARTE FILHO: Se o senhor permite fazer um comentário em cima do seu comentário, esse mecanismo ele ocorre tanto para a ANEEL quanto para a ANP, a Agência Nacional de Petróleo também tem uma, vamos dizer assim, é compulsório as empresas que produzem petróleo no Brasil aplicar parte em Ciência e Tecnologia. Em pesquisa própria.

Bom, continuando, a gente estava falando da biomassa e ia entrar no biodiesel. Então o programa de biodiesel na realidade começou quatro anos atrás. É um programa novo, e a primeira tarefa na realidade foi fazer projetos em parceria com os Estados no sentido de identificar um programa estadual envolvendo as áreas estratégicas aí para domínio de uma nova realidade econômica, que envolve a agricultura, produção e armazenamento, os resíduos e controle de qualidade.

Então, e vou detalhar um pouquinho em seguida, mas de 2003 a 2005 a gente investiu 16 milhões basicamente na formação de encomendas com Estados parceiros, as Secretarias de Ciência e Tecnologia em cada Estado, e um edital de unidades piloto, e em 2006 e 2008 a gente já tem um valor maior, porque os projetos começam a se materializar, seriam 20 milhões em projetos de pesquisa em rede e capacitação de laboratórios, mais 12 milhões aí, que é uma parceria com a ANP.

Só para vocês entenderem, as áreas de atuação do biodiesel, que, como eu falei, é renovável--

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: [pronunciamento fora do microfone][inaudível]

SR. ADRIANO DUARTE FILHO: Sim, também. Claro. O biodiesel, toda parte agrícola a gente considera renovável.

Então, você tem basicamente a área de atuação da pesquisa que agente desenvolve é a produção de matéria-prima, a gente faz parceria com a EMBRAPA; a produção do combustível, isso foi feito edital, basicamente aqui você aprimora a tecnologia existente de produção, catalisadores, balanço térmico; a produção gera resíduos, torta, farelo, glicerina, em grande quantidade, tem que se desenvolver tecnologia para lidar com isso; existem os problemas de armazenamento, estabilidade do produto, é um produto novo, não se conhece bem ainda no Brasil, então pode existir aqui necessidade de aditivos para aperfeiçoar esse produto; testes e ensaios de motores, a gente tem que pegar esse produto e testar, a gente tem uma parceria com a ANFAVEA e vários produtores de veículos e SINDI-

PEÇAS, e estamos testando já há algum tempo veículos com biodiesel na mistura, prevendo já os próximos aumentos de percentual de mistura; e a necessidade de investir em controle de qualidade. Quer dizer, é necessário que os laboratórios no Brasil sejam capazes de analisar esse produto e dar informações. A gente chama de serviço tecnológico isso aí. Isso forma uma rede de pesquisa na realidade, porque a gente apóia o desenvolvimento das pesquisas nessa área.

Então, a parceria com 23 Estados, na realidade, isso aqui são as contrapartidas por região, porque os Estados fizeram contrapartida apoiando o MCT. Mas o importante aqui é que criou um grupo de Pesquisadores, mobilizou um grupo de gente só pesquisando biodiesel e a formação de RH. E é em cima dessa primeira parceria, desse trabalho de resultados que a gente montou as redes de pesquisa, focando já nos gargalos tecnológicos da cadeia.

Um edital que a gente fez também, sem esquecer a área familiar, quer dizer, tentando testar o modelo de agricultura familiar com pequenas unidades. Isso foi avaliado agora um mês atrás junto com o MDA no sentido de ver se esse modelo é viável ou se existe alguma alteração a fazer.

Bom, as prioridades da rede brasileira de tecnologia, como de biodiesel são as seguintes: domínio de novas culturas, aí pinhão manso, macaúba, tem as culturas mais desconhecidas ainda, que não sabem produzir em grande escala; parceria com a EMBRAPA, a gente está aportando quatro milhões aí para o final do ano, final do ano passado; a parte de produção de biodiesel, a tecnologia das usinas, catalise, purificação, protótipos, rota de processamento contínuo, isso foi um edital julgado em dezembro do ano passado também, bem interessante, com várias parcerias de empresas já entrando junto com os Pesquisadores para dominar essa tecnologia; problema dos co-produtos, a glicerina principalmente, temos várias rotas estudando aqui, desde a produção de aditivo para gasolina, através da glicerina, até a queima simplesmente, com cuidados ecológicos; a parte de armazenamento e estabilidade, aditivos basicamente de produtos, tem também uma rede estudando isso; normalização e controle de qualidade, aqui a gente fez uma parceria com a Agência Nacional de Petróleo, a ANP tem uma rede de laboratórios no Brasil que ficam analisando os combustíveis dos postos de gasolina, vendo a qualidade deles, a gente, vamos dizer, aportou recursos para essa rede poder ter esses equipamentos [soa a campainha], eu pediria mais cinco minutos, tendo em vista a interrupção, ter os equipamentos necessários para analisar o biodiesel, porque isso não era disponível no Brasil. Então, aí a gente está aportando esse recurso e vai

fazer a continuidade ainda neste ano, com mais recursos ainda.

O teste de ensaio de veículos, agente já está fazendo essa parte, já temos um milhão de quilômetros rodados com o B-5, e estamos pesquisando o B-10 e B-20 ainda, para entender se existe algum problema do uso do biodiesel em veículos.

Eu vou tentar acelerar um pouquinho, devido ao tempo e, depois, alguma pergunta específica eu respondo. Na parte de etanol na realidade a gente tem apoio aí à biotecnologia, a melhoramento genético, à aviação a álcool, pequenas usinas de álcool, envolvidos nessa faixa aqui mais de 20 milhões. Especificamente, na parte do álcool celulósico, que é uma fronteira tecnológica, o mundo inteiro pesquisa isso, a gente desenvolveu uma rede de pesquisa com mais de cem Pesquisadores também e está aportando nove milhões aí para desenvolver essa tecnologia de domínio, a tecnologia, pelo menos das nossas... Nosso bagaço de cana aqui no Brasil. Em termos de água e energia, também em parceria com a EMBRAPA, a EMBRAPA está criando a sua unidade de água e energia e está aportando 22 milhões em termos de apoio, em trabalho conjunto com a EMBRAPA.

Gaseificação e combustão, eu falei, é outra tecnologia importante, ela usa biomassa na verdade para produzir hidrogênio e até outros combustíveis, a gente formou dois editais, tem uma rede se consolidando para pesquisar gaseificação e combustão; aqui, basicamente as áreas que a gente atua no álcool, pequenas usinas, aviação, biofábrica, que eu já comentei; energia solar e eólica, a gente trabalha apoiando basicamente essas duas frentes de Pesquisa e Desenvolvimento no Brasil. A gente aportou dois milhões e meio para criar um CB-SOLAR, que é um instituto de pesquisa que está envolvendo uma planta piloto de produção de módulo fotovoltaico - módulo fotovoltaico é esse elemento que gera, a partir do sol, energia elétrica. E isso envolve tecnologia de silício, tecnologia limpa, isso envolve salas especiais, e o objetivo, isso é uma parceria com várias empresas, inclusive PETROBRÁS, é desenvolver no Brasil o processo de produção industrial desses módulos e ter a produção brasileira disso.

Na parte basicamente de pesquisa em universidade, a gente investiu até 2006, em quatro editais, dois milhões, mais dois milhões em 2006 e 2007 nas universidades que pesquisam isso aí, fora esse centro específico. Aqui é o objeto do centro, que é fazer um painel fotovoltaico. É bem complexa a instalação, você vê que o pessoal usa roupas especiais para poder trabalhar com a dopagem do silício. Duas semanas atrás na reunião de acompanhamento do Projeto eles conseguiram chegar a 14% de eficiência, então

a gente vai conseguir talvez até o final do ano estar produzindo tecnologia para produzir painéis em nível internacional de qualidade. Aqui mais uma vista, isso aqui é a produção que eles estão fazendo.

Energia eólica, a gente também fez dois editais, na FINEP e CNPq... Na FINEP principalmente, aportando dois e meio milhões até 2006, mais dois milhões em seguida, no desenvolvimento de componentes e partes de aerogeradores. Na realidade é assim, financiar empresas que estão com a tecnologia, para dar o próximo passo e fazer uma parte comercial já, um componente para poder estar fornecendo para essa indústria. E aerogeradores de pequeno porte. Eu vou dar alguns exemplos aqui do que foi apoiado; aqui tem a visão bem longa de um, de uma parceria aqui entre uma empresa e a Universidade Federal do Rio de Janeiro; uma parceria da VEG com outras empresas também, apoiada pelo MCT; um aerogerador também de pequeno porte aqui, Tectrol e Eletrovento, que fabricam. Existe muito mercado para isso aqui no Brasil, então a gente está tentando ver se elas tiram do protótipo e lançam no mercado isso aí, com o apoio nosso; um meio diferente aqui, quer dizer, de eixo vertical, uma experiência aí que de repente é uma outra alternativa.

Hidrogênio. Como eu falei, hidrogênio é um combustível que pode ser produzido em energia renovável, que se fala que é a energia do futuro; a gente tem apoio aí à pesquisa, isso aqui é uma célula combustível, produz eletricidade a partir de hidrogênio, a gente tem projeto de dois ônibus funcionando a célula combustível e a hidrogênio em fabricação no Brasil, o protótipo naturalmente, um no Rio e outro em São Paulo, até o fim do ano eles estão rodando para testes. Ainda na fase de protótipos. A gente estabeleceu uma rede de pesquisa também, envolvendo vários Estados e várias universidades do Brasil, para fazer o desenvolvimento dessa tecnologia; com apoio também em 2004 e 2005, 12 milhões; recursos de 2006 e 2007, 17 milhões. A gente pretende, em trinta meses aí, começar a atacar os gargalos que nos impedem de produzir no Brasil. Hoje você tem que importar membranas, tem que importar catalisadores. E a gente já tem, já está começando a aparecer algumas patentes nacionais dos institutos de pesquisa apoiados para essa tecnologia. Isso aqui é futuro. O hidrogênio na realidade é o que vai, depois que a energia renovável tiver terminado o seu ciclo, o hidrogênio certamente vai estar forte. Deve estar na matriz energética brasileira em 2020 e existe um movimento mundial em aceleração de pesquisa nessa área e a gente não pode ficar de fora, sob pena de ser só um importador no futuro. Cabe comentar que no hidrogênio, e o assunto é importante, muito importante,

o Ministério das Minas e Energia já se mobiliza e já definiu um roteiro para a estruturação de economia do hidrogênio, como é chamada essa nova, e de economia do petróleo, quando ela terminar, vai ter a economia do hidrogênio, já preparando estudos prospectivos para a introdução do hidrogênio na matriz energética.

Cabe comentar aqui que ainda o Ministério da Ciência e Tecnologia apoiou a criação de 12 centros de referência em energias renováveis, que se ocupam, fazem Pesquisa e Desenvolvimento nessa área toda. O CRESESB exatamente, há um centro do MCT e do MME, mas a gente apoiou também. E eu gostaria de comentar o prazer que eu tenho aqui de ver a Dra. Ivonice, que trabalhou muito, quando trabalhava no MCT, na criação do desenvolvimento desses centros aqui de referência. Então é uma ação já tomada alguns anos atrás e esse pessoal está trabalhando e está se ocupando de energias renováveis.

Bom, eu corri no final, eu agradeço a atenção, o meu objetivo era dar um panorama geral [soa a campanha] basicamente da ação que a gente tem no desenvolvimento daquilo que não funciona bem ainda, que é o que vai funcionar, que é o nosso foco aqui. Obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO): Os nossos agradecimentos ao Dr. Luiz Antônio Rodrigues Elias pela sua participação inicial e--

SR. ADRIANO DUARTE FILHO: Sou o representante do Dr. Elias.

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO): Dr. Adriano Duarte. Desculpe. Dr. Adriano Duarte Filho. Ouviremos agora o Dr. Jerson Kelman, Diretor-Geral da Agência Nacional de Energia Elétrica, ANEEL. Tem V. S^a a palavra.

SR. JERSON KELMAN: Eu tenho só 10 transparências. Na realidade, oito, porque uma é de abertura e uma do final, só quero que coloque lá o *slide*. Não é esse. É que eu tinha tido o cuidado de deixar pronto. Vai subindo, por favor. Com a seta. Está escrito "A palestra P".

Próximo, por favor. Eu vou só, em poucos *slides*, mostrar a qual é a atuação da ANEEL no que diz respeito ao detalhamento da legislação relacionada a fontes alternativas. Então, vou passar por alguns benefícios que tem as fontes alternativas. Quer dizer, são benefícios garantidos em lei, que simplesmente a ANEEL detalha, sob o ponto de vista técnico. Mas a garantia é dada por lei. Quem desenvolve uma fonte alternativa, essencialmente, como já disse, biomassa, produção de pequena central hidroelétrica ou usina eólica, vento, tem direito a que o uso da linha de transmissão ou de distribuição tanto para ele como para os seus... Tanto

para o gerador como para quem compra a energia, o pagamento dessa linha tem uma redução de 50%. Isso é garantido em lei. Nós agora estamos propondo que se essa fonte alternativa for queima de... For o lixo, o uso do lixo, que resolve dois problemas simultaneamente, quer dizer, resolve o problema de produzir energia elétrica se livrando do lixo urbano, aí nós achamos, estamos em Audiência Pública agora, para reduzir em 100%. Quer dizer, vamos dar incentivo total a quem... Tem algumas experiências bem interessantes--

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: [pronunciamento fora do microfone][inaudível]

SR. JERSON KELMAN: Na transmissão e na distribuição. No uso da linha. No uso do fio. O uso do fio. Isso está em Audiência Pública. Tem algumas experiências já bem sucedidas de queima de lixo que não colocam resíduos na atmosfera. São muito bem-sucedidas. Então a idéia é seguir nisso.

O próximo, por favor. Outro benefício. Hoje, os consumidores são divididos em duas categorias: nós todos somos os chamados cativos, consumidores cativos, aquele que não escolhe de quem comprar energia elétrica, de quem comprar o quilowatt/hora, quer dizer, os eletros; e os livres, os livres são consumidores acima de três mil quilowatts que, por opção, podem decidir de quem vão comprar, de que gerador vão comprar, não necessariamente do mix da energia da distribuidora local, quer dizer, uma grande empresa, uma grande fábrica pode comprar energia produzida por um gerador que ela bem entender, faz um contrato bilateral. Isso naturalmente é um grande incentivo. Se essa fonte geradora for fonte incentivada, o limite, em vez de três mil, passou a ser quinhentos, então há uma possibilidade de comercialização direta, que é um grande incentivo para, vamos dizer, consumidores isolados ou agrupados. Pode ser, por exemplo, uma rede de supermercados. Várias unidades, vários supermercados que, conjuntamente, têm mais de quinhentos quilowatts de demanda instalada e aí eles se capacitam a fazer um negócio de compra de energia, direto com o gerador incentivado, que é biomassa ou eólica ou PCH. Além disso, como essas usinas são em geral de pequeno porte, elas em geral estão localizadas na rede não de transmissão de alta voltagem, e, sim, na rede de distribuição, de baixa voltagem, na distribuidora. Então há uma possibilidade da distribuidora comprar diretamente, como essas são incentivadas no ambiente regulada, quer dizer, a distribuidora compra diretamente de uma usina incentivada que esteja no seu território sem leilão. Quer dizer, ela pode comprar diretamente, limitada a 10% da carga da distribuidora, quer dizer, de tudo que ela compra, de tudo que a distribuidora compra de vários geradores até 10% pode

ser alternativas locais, e sem leilão, limitado naturalmente o repasse aos consumidores, não é qualquer tarifa, limitado a um preço de referência para passar aos consumidores.

As fontes incentivadas não têm que fazer aqui aplicação em Pesquisa e Desenvolvimento, que eu fiz referência a que todos os geradores fazem, todas as concessionárias têm que aplicar em termos de Pesquisa e Desenvolvimento e eficiência energética, têm que aplicar um percentual da sua receita operacional líquida. As fontes incentivadas não têm. As fontes incentivadas se forem talvez o principal incentivo na Amazônia, as fontes incentivadas podem ter até 75% do custo de investimento subsidiado. O que é quer dizer isso? Qual é a lógica? Isso é a lei também, lei da conta de combustíveis, hoje toda a geração de energia elétrica nos sistemas isolados, essencialmente a Amazônia, é caro e é pago pelos consumidores do Brasil inteiro. E essa conta em 2006 foi de 4,5 bilhões de reais. Para termos uma idéia do que é que é isso, o Bolsa Família é da ordem de oito bilhões, e nós estamos falando de 4,5 bilhões. E isso daí, se for uma usina de fonte incentivada, que substitua a queima de óleo, ela pode ter até 75% do seu custo de investimento subsidiado. Não têm que pagar a compensação financeira que todas as PCHs, Pequenas Centrais Hidroelétricas não têm que pagar a compensação financeira que todas as hidroelétricas têm que pagar, mas, se for pequena, isto é, abaixo de 30 megawatts não tem que pagar. E há um programa dedicado especialmente para essas três fontes: PCHs, Pequenas Centrais Hidroelétricas, até 30 megawatts, eólicas e usinas termoeletricas, que queimam bagaço de cana essencialmente. E o que foi contratado nesse programa de incentivado, programa do Governo, quer dizer, com recursos que são dos consumidores, foram aqueles números ali. Ali foi contratado PCH, 1. 191 megawatts, eólicas, 423 megawatts e biomassa, 655 megawatts, totalizando 3. 200 megawatts. E os custos unitários são bem altos, são bem acima, com exceção da biomassa, que é o chamado [inaudível], que está a cento e nove reais, o preço que está saindo em leilões e de fontes não incentivadas está na ordem de cento e trinta reais, então se verifica ali, por exemplo, que a eólica teve possibilidade de contratar a duzentos e trinta e dois reais o megawatt/hora, quando outras fontes não incentivadas, vamos dizer, as mais caras estão sendo vendidas a 130.

Nós, agora em maio, por determinação do Ministério de Minas e Energia, a ANEEL vai organizar um leilão só de fontes incentivadas. Qual é a principal motivação? Na ANEEL, a ANEEL já concedeu autorização para instalação de PCHs, de mais de cem PCHs, que têm também licença ambiental, portanto, são empre-

endimentos que poderiam ir para frente, totalizando cerca de mil e quinhentos megawatts. Esses cerca de cem empreendimentos não saíram ainda do papel.

Então, procuramos naturalmente saber por que, e a explicação é que esses empreendedores não só de PCHs, mas de outras fontes que estão fora do PROINFA, os que estão dentro do PROINFA está resolvido, os que estão fora do PROINFA, fora daquele programa incentivado estavam sem condições de ter um contato de longo prazo que lhe permitisse construir a usina. Então agora o Governo definiu, corretamente, que em maio será organizado um leilão só de fontes incentivadas. Só para elas. Outras fontes não entram. E a intenção da ANEEL é que os detentores de autorização para construção de Pequenas Centrais Hidroelétricas, que tendo sido dada autorização para construir a usina, tendo sido dada a licença ambiental e tendo sido dada a oportunidade de vender a energia, se não o fizerem e se não tomarem partido desta oportunidade nós iniciaremos o processo de, o termo certo eu não sei, mas de anular a autorização. Quer dizer, cassar a autorização, porque estão sentados em cima da cachoeira que é um bem público, sem fazer com que esse recurso, esse bem público, esse recurso natural renda benefício para a população.

Estou terminando. Isso aí é só do leilão, qual é a distribuição. Temos de 24 eólicas... Que estão inscritas para o leilão: 24 eólicas, 42 biomassa e 77 Pequenas Centrais Hidroelétricas, e vejam que eram 100 e 30 já estão começando a devolver suas as autorizações, porque nós não vamos permitir que fique indefinidamente alguém com uma autorização e com uma licença ambiental sem desenvolver a hidroelétrica.

Próximo. Aí é em termos de megawatts.

Próximo. Esse é o último *slide*, que mostra nas várias categorias o que é que nós temos de... Qual é a situação. Nós temos que... Ali temos Micro Central Hidroelétrica é abaixo de um megawatt, Pequena Central Hidroelétrica, entre um e trinta, eólica, biomassa, como eu disse, que é essencialmente bagaço de cana, e solar. O que temos ali, em operação, muito pouco, número de unidades, muito poucas. Em construção, muitas em PCH, nenhuma eólica, até porque demora pouco tempo para construir algumas em biomassa. E aquela última linha, outorga, são aquelas que não saíram ainda, aquelas que tiveram, foi dado autorização, mas que não se materializaram. Então há uma grande preocupação nossa e do Governo em fazer com que essas autorizadas, sejam micro centrais, pequenas centrais, eólicas ou biomassa decidam se querem fazer uso da autorização ou, se não querem, então devolvam para que outros o façam. Era que o eu tinha a dizer.

Muito obrigado, Senador Quintanilha, Presidente desta Comissão, pela oportunidade, e Sras. Senadoras.

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO): Nossos agradecimentos ao Dr. Kelman por essa sua participação inicial, e nós ouviremos agora a Dra. Ivonice Campos, Diretora Executiva da Associação Brasileira de Energia Eólica. Tem V. S^a a palavra.

SRA. IVONICE CAMPOS: Bom dia, Senador Quintanilha, Presidente da Comissão de Meio Ambiente, bom dia a todos. Senador, em nome do Presidente da Associação Brasileira de Energia Eólica, Adão Linhares Muniz, que justifica a sua ausência por conta de motivos supervenientes de um chamado também de Governo para atender hoje pela manhã. No entanto, nós estamos à disposição e vou me empenhar para fazer uma boa apresentação.

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO): Com certeza a senhora trará todas as informações que precisamos.

SRA. IVONICE CAMPOS: Muito obrigada. Me cabe aqui apresentar, em nome da Associação Brasileira de Energia Eólica, a questão do setor eólico numa perspectiva mundial e também situada no contexto do mercado brasileiro. A Associação Brasileira de Energia Eólica ela atua em parceria com a Associação Mundial de Energia Eólica, inclusive nós brasileiros ajudamos a criar a associação mundial e o Brasil representou durante por muito tempo, em nome das Américas, a Vice-Presidência da associação mundial. Por isso é um trabalho dinâmico que a gente desenvolve em âmbito global.

Os dez maiores Países que aproveitam energia eólica, da ordem de sessenta e três mil megawatts já instalados, e que nós podemos destacar, por exemplo, a Alemanha, em primeiro lugar, com vinte mil megawatts instalados, sendo que no último ano instalou cerca de dois mil e cento e noventa e quatro megawatts, a Espanha e Estados Unidos vêm em segundo lugar praticamente com cerca de onze mil megawatts, mas num regime bastante acelerado de implantação de centrais eólicas, a Índia encaminhou o seu programa de energias eólicas e também acelera bastante, com implantação mil e oitocentas e quarenta megawatts somente no ano passado, a China, que começou o seu programa muito depois do Brasil, já passou bastante à frente, implantando ainda no ano passado mil e cem megawatts.

E assim, classificando os dez maiores em potência instalada, com base no final do ano de 2006, nós ainda não aparecemos em relação aos dez maiores, embora tenhamos um grande potencial eólico no País. Não sabemos também, nem junto à associação mundial,

quem serão os dez maiores no ano 2020. No entanto, a inclinação, o desenvolvimento e o crescimento do mercado de energia eólica mundial está dando saltos, mas saltos muito representativos, expressivos, é a indústria que mais cresce no planeta, da ordem de 40% ao ano. Os senhores podem muito bem ver que a partir do ano de 2008 os investimentos estimados são de trezentos e quarenta e sete bilhões de euros ao nível mundial.

Analisando então a perspectiva de mercado, nós vemos que no Brasil nós tínhamos, como bem falou o Dr. Jerson até agora, instalados cerca de 237 megawatts, uma perspectiva com o PROINFA fase I de mil e quatrocentos e cinquenta e dois megawatts em dezembro de 2008, enquanto a China já tinha instalado, até dezembro de 2006, dois mil e quatrocentos e cinco megawatts, instalando num único ano mil e cento e quarenta e cinco megawatts, propondo ter instalado sete mil em 2008 e uma previsão de trinta mil megawatts no ano 2020, assim como a Índia. O Brasil tem na lei que estabelece o Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia, o PROINFA, definido para os próximos 20 anos um crescimento da ordem de 10% ao ano.

O Brasil é muito bem aquinhado do ponto de vista do potencial eólico, inclusive em áreas bastante estratégicas, como, por exemplo, o litoral da região Nordeste e da região Sul, que são extremidades do sistema interligado nacional.

O que nós podemos destacar como qualidade do nosso potencial eólico é a complementaridade energética decorrente da sazonalidade dos ventos e da hidraulicidade, que se complementam ao longo de todos os meses do ano. Naqueles períodos, por exemplo, na bacia do Rio São Francisco, e isso se cumpre de Norte a Sul do Brasil, inclusive do Amapá ao Rio Grande do Sul. No entanto, aqui um exemplo, por exemplo, na bacia do São Francisco, enquanto o regime hidráulico está em baixa, nós temos excelente potencial de vento para ser explorado.

Este é o potencial, é o atlas eólico brasileiro. Onde os senhores podem ver nas áreas mais escuras onde nós temos um potencial bastante significativo, e o litoral do Nordeste se destaca bastante, mas também o interior de vários Estados; uma região bastante nova, o Espírito Santo; e a região Sul do Brasil. Entenda-se que essa avaliação foi feita com as tecnologias de medição a uma altura apenas de 50m de altura. Hoje nós temos tecnologia de aerogeradores que já estão da ordem de cinco megawatts por aerogerador e que por certo vão traduzir num potencial ainda maior de energia eólica, na medida em que nós aumentamos a altura desse aproveitamento energético.

Aqui por região. Então nós podemos destacar, por exemplo, a região Nordeste tem cerca de setenta e cinco mil megawatts de potência, seguida pela região Sudeste, com cerca de trinta mil, e a região Sul, com cerca de vinte e dois mil e oitocentos megawatts. O potencial eólico brasileiro é bastante expressivo então, da ordem de duzentos e três mil megawatts, com quatrocentos e dezenove terawatt/hora/ano, isso se nós considerarmos o potencial total dos ventos, ventos da ordem de sete a oito e meio metros por segundo. Convém destacar que a qualidade dos ventos brasileiros é muito superior aos ventos da Europa e dos Estados Unidos. Enquanto aqui nós ainda estamos aproveitando ventos de sete a oito e meio metros por segundo, de altíssima qualidade, porque são ventos bem comportados, nós não temos tufões e outras ocorrências, na Alemanha, são aproveitados de forma bastante competitiva ventos da ordem de cinco, cinco e meio metros por segundo.

Os contratos do PROINFA, o nosso Programa de Incentivo em Fontes Alternativas de Energia, conseguiram contratar, por cerca de vinte anos, mil e quatrocentos megawatts de energia eólica, representando cerca de oitocentos aerogeradores a serem implantados no Brasil no período até final de 2008. Essa demanda de instalação, quando nós pensarmos ao nível do mundo, significaria que nós precisaríamos ter, pelo menos, umas quatro indústrias de fabricação de componentes de aerogeradores.

A implementação e as vantagens dos aerogeradores, é uma montagem bastante simplificada, nós conseguimos com tecnologia, instalar um aerogerador no máximo em três dias, quer dizer, nós conseguimos instalar num tempo recorde uma central eólica. São vantagens bastante pertinentes quando nós pensarmos naquelas demandas e de juros durante a construção das nossas grandes hidroelétricas no Brasil.

Como é que o mercado mundial se estabeleceu? Ainda na década de 70, a Dinamarca, por necessidade energética, ela resolveu desenvolver a sua indústria eólica e tem uma indústria eólica bastante competente, com várias fábricas implantadas, produzindo aerogeradores e exportando para o mundo todo. Na Alemanha, por exemplo, que hoje é líder mundial, com mais de vinte mil megawatts instalados, foi a questão da consciência ambiental, que se refere bastante a essa Comissão do Meio Ambiente, Senador Quintanilha. Hoje nós estamos vivendo uma realidade de necessidade e de consciência. Uma necessidade energética, por tecnologias limpas de aproveitamento principalmente de energias renováveis e também por conta da questão da consciência ambiental, visando inclusive a minimizar os riscos das mudanças climáticas globais.

Ao nível do mundo todo, nesse esquema, nesse modelo de consciente, os esquemas de incentivos variam. Nos Estados Unidos, nós temos [inaudível], temos [inaudível] na Alemanha, quer dizer, nós temos prêmio ao preço na Alemanha, Espanha e Itália, que inclusive motivaram como, por exemplo, na Espanha, o desenvolvimento da indústria eólica em praticamente todas as regiões do País. Onde tem instalação de centrais eólicas lá a política inclui a instalação da fábrica de componentes de aerogeradores. E na Inglaterra, e nós vamos ver os efeitos a seguir, a questão do mercado competitivo. A Índia se motivou pela falta de eletricidade, pela decisão política, baseada inclusive na questão das mudanças climáticas, ela estabeleceu um conjunto de cooperativas, no entanto, eles têm baixos ventos e alto nível de produção doméstica na questão dos aerogeradores.

Os novos mercados potenciais emergentes, China, Brasil, Egito, norte da África, África do Sul, Estados Unidos, Canadá e Turquia. E aí, por conta desses modelos de mercado, nós temos como um dos modelos, cujo pano de fundo é bastante político, é o sistema de preço fixo com prioridade para o desenvolvimento rural. Neste modelo nós vimos vingar os programas da Dinamarca, que hoje tem mais de duzentos e cinquenta mil investidores em cooperativas de turbinas eólicas; a Alemanha, que tem mais de três mil fazendeiros gerando eletricidade; e na Espanha, como eu já havia mencionado anteriormente, cuja prioridade é uma legislação industrial nas diferentes regiões do País. O que se diz é que não há investimento melhor em áreas rurais para desenvolvimento local do que projetos eólicos. E nós podemos destacar aqui no Brasil como, por exemplo, no Estado do Rio Grande do Norte o investimento em centrais eólicas autorizadas no programa PROINFA representam para o Rio Grande do Norte os maiores investimentos que aquele Estado já teve notícia de que pudessem acontecer, especialmente em áreas do interior do Estado, difícil de levar proposta de desenvolvimento.

E assim nós podemos também mostrar, por sistemas de licitação, a Inglaterra, o País de Gales e a Escócia e Holanda, e que tiveram problemas ambientais exacerbados e problemas também com Bancos, era o início do processo e, no entanto, eles deram prioridade também com terras que tivessem bons ventos. O Ministro da Energia inglês recomendou inclusive, numa reunião que tivemos em conjunto, que os proprietários rurais não dividissem suas terras, e, sim, aumentassem a renda das suas terras e da sua atividade econômica, colocando aerogeradores naquelas terras que tivessem ventos. Porque a aplicação de aerogeradores não im-

pede a continuidade da atividade econômica na área onde ela está sendo instalada.

Só para mostrar para os senhores, a correlação onde nós tivemos um sistema de preço fixo semelhante ao que nós já tivemos no Brasil na primeira fase, nós vimos um grande desenvolvimento das centrais eólicas naqueles Países, onde se incluem a Alemanha, a Dinamarca, a própria Espanha e, onde nós tivemos um sistema de licitação pura e simples, nós tivemos um baixo desenvolvimento de energia eólica como, por exemplo, a França, que conseguiu instalar apenas setenta e nove megawatts.

Os fabricantes de turbinas eólicas, na década de 70 e 80, eram a Boeing, a McDonald Douglas, a [inaudível], e era um desastre, porque realmente era um alto custo e uma sofisticação excessiva, até por conta da origem dessa tecnologia. Na década de 80, no entanto, houve um interesse dos fabricantes de implementos agrícolas, que simplificaram e reduziram o custo. E uma baixa flexibilidade estrutural na fabricação de aerogeradores.

Só para dar uma idéia, agora rapidamente nós vamos passar algumas fotos. As turbinas eólicas modernas são maiores do que um Boeing 747. Vamos lá rapidamente então. Um aerogerador, a montagem de um aerogerador, a montagem de um estator, o tamanho, a montagem do conjunto, o teste de desempenho em bancada, um cubo rotor na base de gôndola, um cubo rotor, eixo [inaudível] é uma gôndola na sua montagem, um conversor de frequência cavalete indutor, a parte elétrica, transformador a seco, e a montagem com base em cavalete [inaudível]. Quer dizer, toda aquela complexidade tecnológica ela se reduz a uma simplicidade de instalação de um aerogerador nas centrais eólicas. A montagem começa com uma base como essa, em torno de oito por oito metros, quer dizer, mantendo toda a atividade econômica daquela área rural. A montagem é muito rápida. Os componentes da torre, por exemplo, a preparação da gôndola. Se o senhor puder me dar um pouquinho mais de tempo, eu agradeço. A preparação do gerador, o aerogerador parcial, a preparação do cubo, a preparação do rotor quando ele ainda está no chão, a ascensão e a montagem final do aerogerador.

Essas fotos, só para ilustrar que tamanho e que dimensão de indústria. Só a fase I do PROINFA vai demandar para o mercado brasileiro cerca de cem mil toneladas de aço. Então para vocês verem que é ele multi-setorial, é um desenvolvimento para o País como um todo, inclusive nos demais setores da economia. Para exemplificar, eu coloquei um exemplo de uma fábrica que pudesse produzir cem aerogeradores por ano, porque seria o ideal que cada Estado pudesse

ter a sua fábrica, ela gera cerca de duzentos e setenta empregos diretos e trinta subcontratados, ela exige um capital da ordem de dezesseis milhões de dólares e um capital de giro da ordem de vinte milhões, e ela precisa, sim, de incentivos como isenção de impostos, aqueles usuais já nos Estados, e incentivos também para capital de giro. O faturamento possível dessa indústria de fabricação de aerogeradores é da ordem de cento e noventa milhões de dólares anual e o custo estimado de investimento [inaudível], por exemplo, o “chave na mão”, é da ordem de dois mil e duzentos dólares. Essa fábrica demanda um terreno da ordem de sessenta mil metros quadrados. Enfim, para que os senhores possam ver a facilidade de se ter a indústria eólica implantada em todos os seus Estados.

A fabricação então de aerogeradores, como eu falei anteriormente, ela vai demandar, vai acionar e vai desenvolver toda a economia não só no parte do setor elétrico, da fabricação de equipamentos e sistemas, mas também nos outros setores, metal-mecânico inclusive.

As centrais eólicas então desenvolvem, o grupo de máquinas de construção é bastante complexa, é uma indústria de alta tecnologia, onde inclusive os Bancos internacionais hoje, a partir da certificação da qualidade dos ventos, eles dão garantias de riscos de faturamento.

Só para ter uma idéia de como é fácil também fazer a implantação de centrais eólicas marítimas, quer dizer, ela pode estar submersa, basta essa garra da base ser implantada, ancorada na base, e assim tem vários programas, grandes programas, inclusive, no litoral da Dinamarca, no litoral da França da ordem de cinco mil megawatts só submarino.

Projeções e perspectivas. Isso é só para nós sentirmos a evolução da curva de consumo. O que é que vai acontecer ao nível do mundo até o ano de 2040. De novo, a variação ao nível do mundo, todos os setores da economia que ele movimenta simultaneamente.

Do ponto de vista da política energética, nós podemos ver a variação que cada... Por exemplo, o mercado de carvão, desde a década de 50, a variação de participação percentual que cada alternativa energética pode sugerir. Por exemplo, o gás, a nuclear, como é que se comporta essa variação. Agora, para exemplificar e focar, por exemplo, na Alemanha, ela tem hoje da ordem de vinte mil e seiscentos e vinte e dois megawatts, olhem a densidade da instalação de centrais eólicas na Alemanha nos dias de hoje, para que os senhores entendam a viabilidade e a competitividade dessa alternativa na Europa hoje. De novo, focando que dá para ver que eles têm 26% de participação de

energia eólica na sua matriz e pretendem, já no ano 2011, uma participação da ordem de 50%.

Agora, se o senhor permitir, Senador Quintanilha, nós trouxemos algumas propostas do quanto precisamos dos senhores para ajudar a desenvolver no Brasil, a coordenar e organizar o setor eólico brasileiro. Muita coisa precisa ser feita. Nós precisamos de uma política industrial, nós precisamos de uma política energética como, por exemplo, a garantia governamental da implementação da fase II do PROINFA. Isso significa, nós precisamos sinalizar para os nossos investidores, especialmente aqueles, os fabricantes de equipamentos que se instalem no Brasil e se instalem nos nossos Estados, porque nós temos uma perspectiva de potencial eólico bastante competitiva, inclusive no curto prazo.

A outra questão que nós gostaríamos de colocar também, Senador Quintanilha, é que nós temos esse potencial eólico de qualidade como, por exemplo, na região Nordeste, no Espírito Santo e na região Sul, o Nordeste sozinho representa 52% do potencial e que são ventos reconhecidos internacionalmente como de boa qualidade e temos também uma produtividade energética semelhante à geração hidroelétrica nessas regiões, inclusive gozamos da oportunidade da complementaridade hidroeólica, porque no período seco nós temos os melhores ventos e assim por diante. Podemos fazer uma complementação importante na energia secundária excedente das hidroelétricas.

Do ponto de vista da sustentabilidade ambiental local e global para a competitividade, as avaliações técnicas recentes que a Associação Brasileira de Energia Eólica conduziu mostram que para cerca de mil megawatts médios eólicos gerados no Nordeste, permite economizar, ou guardar no reservatório da bacia do São Francisco cerca de cento e vinte e quatro bilhões de metros cúbicos de água no período seco, de julho a novembro, firmando cerca de trezentos e cinquenta e três megawatts médios de energia secundária hidroelétrica, sem nenhum investimento público pelo lado da geração hidroelétrica e ainda evitando cerca de 12% das perdas de transmissão. Representa um acréscimo na oferta de energia firme a custo zero, compensando o custo maior da energia eólica.

A outra proposta que nós faríamos é que verificamos que no Plano Nacional de Desenvolvimento Energético, o PNDE de 2030, ele somente previu cerca de quatro mil e setecentos megawatts de geração eólica. E nós lamentamos muito, porque isso foi uma sinalização de desestímulo ao setor. Porque considerou apenas duzentos megawatts de implantação por ano de potência eólica. Então isso breca, limita, inibe os investidores que já estavam no Brasil pensando e

negociando ao nível dos Estados a instalação dos seus empreendimentos.

E por último, e muito agradecida pela paciência, nós gostaríamos de destacar que na Portaria MME-31, de 15 de fevereiro de 2007, ele motivou o setor eólico a apresentar projetos e somaram cerca de mil e setecentos e oitenta e cinco megawatts ali credenciados. Inclusive mil e setecentos e oitenta e cinco megawatts que seriam passíveis de serem concretizados num prazo relativamente curto de dezoito meses, representando uma alternativa de desenvolvimento energético, sem dúvida, capaz de minimizar o risco do abastecimento para os próximos anos, e essa solução é uma solução complementar, estrutural e, não, conjuntural. No entanto, as condicionantes estabelecidas, que indicam como teto para o preço da energia requerida o valor equivalente ao custo marginal de operação e também o modelo de contrato e o prazo de contratação de quinze anos, citado na portaria referida, apontam para a impossibilidade da participação dos investidores na contratação desses empreendimentos no leilão proposto, pois essa condição não oferece a viabilidade econômica necessária para remunerar os investimentos eólicos.

Então a gente realmente diagnosticou que existe uma necessidade de ponderar e quantificar os benefícios da inserção eólica no sistema elétrico brasileiro, por meio da consolidação de mecanismos de contratação e equiparação realista, com índice de custo e de benefício para a geração eólica, que afete o valor global da energia para o consumidor final. Nós precisamos, sim, da ajuda dos senhores para que nós possamos cumprir a legislação do Programa de Incentivo das Fontes Alternativas de Energia na fase II e também cuidarmos e organizarmos uma política industrial, uma política tecnológica e uma política energética capaz de aproveitar todo esse nosso potencial brasileiro. Obrigada pela paciência da atenção. Bom dia.

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO): Obrigado, Dra. Ivonice. Ouviremos agora o Dr. Manoel Policarpo de Castro Neto, Coordenador-Geral do escritório sede da Agência Nacional de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis, da ANP, em Brasília. Tem V. S^a a palavra.

SR. MANOEL POLICARPO DE CASTRO NETO: Boa tarde. Primeiro cumprimentar o nobre Senador Leomar Quintanilha, e o restante da Mesa, expressar o agradecimento pelo convite feito ao Diretor-Geral, Aroldo Lima, a participar dessa Audiência Pública, e apresentar as desculpas da sua ausência devido a compromissos junto com a Diretoria, hoje nós temos a reunião de Diretoria Geral.

Então nós vamos apresentar aqui um pouco as questões ambientais, mais ligadas principalmente à questão de combustíveis, principalmente o biodiesel e, um pouco, de álcool. Hoje nós temos uma realidade, que está aí nos jornais, dia a dia, que são realidades de mudanças climáticas extensas no nosso mundo, no nosso País, principalmente. Nós, num dia, vemos aí seca na Amazônia, em pouco tempo depois nós vemos enchente na Amazônia, conseqüentes quebras de safra em outras regiões, você vê aí o fenômeno do ciclone Catarina, que nos afetou aqui no Brasil em 2004, vimos o furacão Katrina, que atingiu aí a América do Norte com uma força muito grande, levando sérios problemas a Nova Orleans, nos Estados Unidos, e temos aí ondas de calor não só na Europa como no mundo todo.

Então nós temos aí uma realidade mundial hoje, do clima sendo modificado pelo efeito estufa. Boa parte desse efeito estufa é causado pelos gases chamados gases de efeito estufa, quais sejam eles, o dióxido de carbono, o metano, o óxido nitroso. Entre outros que estão aí, esses três são os principais, sendo que o dióxido de carbono é que apresenta maior problema, porque ele faz parte da queima de combustíveis fósseis. Hoje um problema muito grande. Você tem a matriz energética hoje mundial baseada mais de 70%, quase 80% basicamente em combustíveis fósseis não renováveis, criando problemas de todo o tamanho à natureza por emissão de carbono. A isso, nós podemos ver que os Países desenvolvidos são os principais emissores de poluentes no mundo. Os principais Países eles estão por volta aí de 77%, se a gente não incluir a China, porque se incluir a China, que está num crescente muito grande, nós passamos a quase 90%, que é uma realidade hoje extremamente penosa. Por sorte, nós somos um País que hoje apresenta por volta só de 3%, mas estamos aí na frente, apresentando uma série de novidades e uma série de propostas de renovação e de melhoria nesse tipo de emissão no País, quais sejam eles, principalmente os biocombustíveis.

Aqui saiu errado ali a marcação, é no lado. Só uma comparação entre Brasil e Estados Unidos. Nós emitimos duzentas e noventa e sete milhões de toneladas e os Estados Unidos cinco mil e duzentas e vinte e nove milhões de toneladas. É um disparate completo. Nós aderimos ao Protocolo de Kyoto, os Estados Unidos não aderiram ao Protocolo de Kyoto, e provavelmente não vai [risos] aderir.

Os impactos. Os impactos a gente tem visto aí no mundo todo. Você vê na África, você vê uma diminuição de produção, você vê na Ásia também uma diminuição de produção, aumento das desertificações na África, você vê na Nova Zelândia questões de a diminuição da disponibilidade de água, na Europa você vê o desa-

parecimento de geleiras nos Alpes suíços e em outras regiões, até nos pólos, na América Latina você vê uma diminuição da produção, você vê um efeito estranho na América do Norte, que é um aumento da produção, devido ao aumento da temperatura, mas acompanhado a ele vem uma série de doenças que esse aumento de temperatura tem trazido e que tem trazido problemas seríssimos à produção de oleaginosas principalmente, e milho, que é o grande produto deles em termos de produção de etanol; o ciclo polar, a gente tem visto aí dia a dia nos jornais uma diminuição da calota polar com o respectivo aumento dos níveis do mar, acarretando ainda em pequenas ilhas inclusive a possibilidade de algumas deixarem de existir num breve tempo.

Próximo, por favor. Isso é uma foto ilustrativa, só para a gente ver a aí calota polar em 79 e a calota polar agora em 2003, o tanto que ela diminuiu. E essa água toda para dentro do Oceano, você tendo uma série de complicações.

Essa não saiu muito boa, mas é uma geleira da Patagônia, há 50 anos atrás e, hoje, essa segunda foto, que não aparece, você não vê mais essa área aqui, que é uma geleira, ela não existe mais, ela só está concentrada nos picos dos montes acima; aqui as neves eternas do Monte Kilimanjaro, que não são tão mais eternas, estão deixando de existir, a parte que é eterna hoje é pequena.

Bom, aqui a gente começa a discutir a função da Agência Nacional de Petróleo. Você tem, a partir de 97, na Lei 9.478, a criação da Agência Nacional de Petróleo, com as suas atribuições de regular, contratar e fiscalizar as atividades integrantes da indústria do petróleo. Qual é o papel da ANP? Implementador de política nacional de petróleo, gás natural e biocombustíveis, gerente das reservas de petróleo e gás natural da União, regulador e fiscal, agente de desenvolvimento, agente na defesa do consumidor e da livre concorrência, assegurador do abastecimento nacional de combustíveis.

Bom, nessa questão aí, nós nos englobamos aí à questão principal ambiental hoje, que é a produção dos biocombustíveis, principalmente falando na área de biodiesel, que é hoje o que a agência regula como toda propriedade; e aí algumas questões que são chaves aí, não têm nenhuma relação ao nosso amigo [risos] Chavez, qual o limite do mercado do biodiesel, apesar de todas as suas influências que ele tem causado aí, onde produzir oleaginosas, quais são as áreas que nós temos que produzir e se essa produção será sustentável.

Aqui o programa nacional de biodiesel, que é a Lei 11.097, de 2005, que determina que a progressividade da adição de biocombustíveis na mistura com

diesel. A gente diz aí B2, que é uma mistura de 2% de biodiesel no diesel, B5 seria 5% e, progressivamente, a gente vendo isso. Até o final desse ano nós temos aí o B2, que ainda não é obrigatório, só é obrigatório em função da demanda e a partir do ano que vem o B2 se torna obrigatório e, implicando um mercado firme, vai apresentar uma demanda de um bilhão, de quase um bilhão, dá oitocentos e noventa milhões de litros de biocombustível por ano. Quando a gente passar para o B5, em 2013, vai ter uma demanda de 2,4 bilhões de litros. Hoje, através dos leilões que a ANP tem realizado, os cinco os últimos leilões que a ANP tem realizado, já temos garantidos oitocentos milhões de litros de biocombustíveis, assegurando a meta do Governo do B2 e temos uma projeção, num próximo *slide* nós iremos ver, existe uma projeção de que essa produção, a partir do ano que vem, vai ultrapassar um bilhão de litros, dando margem aí ao que o Governo tem comentado muito, que é a antecipação da mistura B5 para 2010, uma questão que está sendo discutida amplamente aí no Governo.

Próximo, por favor. Essa projeção ficou meio ruim, está... [risos]. Mas é basicamente qual é o objetivo do Governo, que é a inclusão social, você tem o B2 com um bilhão de diesel, o B5 vai exigir 2,4 bilhões. E mostra a estratégia do Governo que é a implementação da discussão.

Próximo, por favor. Aqui nós estamos tratando do selo combustível social, que já é bem conhecido aqui, que é a forma de incentivo à produção de biodiesel em todo o País. Podendo chegar a 0%, dependendo da região e do tipo de cultura usada.

Essa é nossa matriz energética atual. Nós vemos aí que 43,6% da nossa matriz é baseada em recursos renováveis. Só para vocês terem uma idéia, a nível mundial isso fica por volta de 12%. É uma diferença muito grande a nosso favor, e nós estamos aí tentando que ela possa ainda crescer um pouco mais, tentando aí ultrapassar essa meta com incentivos, principalmente aqui nessa área de biomassa, que é a produção aí dos biocombustíveis de segunda geração, que já devem estar proximamente, ou nos próximos cinco anos devem estar entrando no mercado, cinco a dez anos, você tem uma entrada no mercado em substituição ao biodiesel, solucionando uma série de problemas que o biodiesel hoje traz principalmente na questão da produção de combustíveis concorrendo com a produção de alimentos.

Essa é produção mundial de óleo e gordura, nós temos observado um aumento aqui principalmente na palma, um aumento significado, você vê, aqui você tem a palma, você tem a entrada do girassol, que quase não tem, ele existe aqui, mas é muito pequeno.

Então, nós temos um aumento gradual exatamente da soja, na área de oleaginosas que vão servir para produção de biodiesel, na área de gordura também. O pinhão manso ele ainda não consegue aparecer na estatística, ele é muito pequeno, a nível mundial ele é insignificante, não que não tenha importância, é que ele não aparece ainda a nível mundial como uma estatística.

Bom, essa cadeia produtiva, está aqui muito só para representar essa questão aqui. Quando nós mostramos aqui a produção de oleaginosas maior do que o restante, não é à toa, isso aqui representa por volta de 80% do custo da produção final de biodiesel. Isso é de extrema importância e que deve ser tomado com uma série de cuidados essa produção de oleaginosas.

Só para mostrar o leque de oleaginosas que nós podemos ter disponíveis no Brasil. E aqui está o pinhão manso, como o senhor disse, dentre outras, várias, desde o buriti, a mamona, a pequi, até o babaçu e outras fontes, que seriam óleos de fritura, resíduos de indústrias de refino de óleo, sebo ou gordura animal.

Capacidade instalada, produção e demanda de óleo. Isso aqui é só para a gente ver que até esse ano 2006, até 2005, 2006, a produção e o consumo estão muito próximos. E essa tendência de estar aqui muito próximo significa dar um problema para... Quer dizer, gera uma perspectiva de problema muito grande, que é exatamente a competição entre a produção de óleo e a alimentação, consumo de alimentação. Hoje já existe um crescente muito grande, e a gente vai, provavelmente agora esse ano a gente vai ver essa diferença aumentar bem aqui, porque já existe uma produção bem própria para o biodiesel, então ela já tem uma diferença, você consegue visualizar uma diferença entre o consumo, que aqui consumo entenda-se como consumo alimentício, não outro.

A capacidade de produção, você via que até 2002, basicamente 95% de toda a produção estava aqui na Europa. Você vê que agora em 2007, a gente, 2006, 2007 essa capacidade do resto do mundo cresceu, não significa que a Alemanha tenha diminuído, ou a Europa tenha diminuído, pelo contrário, ela aumentou aqui, significa que o mundo agora tem produzido muito mais, baixando essa liderança européia para 50%.

Outro que está aí com outro [risos] problema... Mas, basicamente, quando a gente... Deu problema. Mostrando aqui os biocombustíveis de primeira geração, a fonte, você vê aqui a fonte de oleaginosas em cima, a cana, e você já vê aqui nos biocombustíveis de segunda geração, você vê resíduos que não fazem parte da cadeia alimentícia, e já podemos apresentar aí, como foi apresentado aqui pela Ivonice, e pelo pessoal aqui, a produção de hidrogênio aqui, que é, a

gente tem costumado a dizer, é uma coisa meio difícil de falar, a meta mundial de substituição de combustíveis por biocombustível, é de por volta de 20%. Não existe no mundo uma idéia de que hoje você conseguiria discutir plenamente os combustíveis fósseis por biocombustíveis, até porque, para vocês terem uma idéia, para fazer isso, precisaríamos de uma área de aproximadamente quatro vezes o tamanho da terra plantado basicamente com cana e oleaginosa, mas o que existe é que o biocombustível está aí, mostrando que pode, até os 20% ele tem condições de substituir tranquilamente a matriz energética, juntamente com essas inovações que estão sendo apresentadas, sem apresentar grandes problemas, você veja que dentro do próprio Brasil você pode ter uma expansão muito grande, você tem essa área aqui, que é a atual, ou você tem uma área de expansão no cerrado, e uma área de expansão de cultura permanente, que pode entrar na Amazônia não como uma invasora, e, sim, como uma solucionadora de problemas nas áreas, principalmente nas áreas devastadas da Amazônia e em algumas regiões de cerrado.

Potencial para produção de biodiesel. Você tem uma expansão. Só no cerrado, você poderia aumentar para trezentos bilhões de litros de biodiesel, é claro que aqui essa conta incluiria algumas áreas na área de alimentação. Mas se você esquecesse o resto do País e se detivesse só no cerrado você já teria uma produção quase que suficiente para abastecer o mundo todo.

Aqui são algumas oleaginosas, e só por questão mesmo de referência, é a produtividade que elas dão em termos de óleo por hectare.

O desafio inicial do B2 já foi transplantado, quer dizer, essa capacidade de oitocentos e sessenta milhões já foi atendida pelos leilões, não plenamente, mas já está praticamente com oitocentos milhões atendido, e os sessenta milhões são pequenos, e uma previsão de, a partir do ano que vem, ter mais de um bilhão de produção. Só para mostrar a economia, com o B2 nós podemos economizar cento e sessenta milhões de dólares por ano, e com o B5 essa economia passa para quatrocentos milhões de dólares.

Os fatores críticos. Disponibilidade de óleo sementes, produtividade agrícola, redução da carga tributária, qualidade dos insumos, e aí nós entramos nessa parte, garantia da qualidade do produto, rendimento do processo de produção, garantia de desempenho dos motores, controle de qualidade da bomba de abastecimento, novos usos para a glicerina, sensibilidade e motivação da sociedade.

Diagnóstico. A sustentação legal e firme propósito do Governo na sua implementação, é o que nós temos visto; boa resposta do produtor de biodiesel de soja, em

plantas [soja a campainha] em operação ou em projeto. Perspectiva de oferta crescente de biodiesel.

Só as preocupações finais, a qualidade de insumos, que é uma preocupação que tem no mundo, não podemos abrir mão da qualidade, porque você traria um descrédito a todo o programa, todo o biodiesel produzido apresenta algum tipo de incentivo econômico, isso a nível mundial. Plantas de esmagamento são estratégicas e a glicerina produzida como produto ajuda a viabilizar o negócio.

A questão da produção mundial de onde estão concentradas as produções mundiais de algodão, girassol, mamona... E aqui a gente tem apresentado só também uma integração da agricultura com a energia, quer dizer, você tem um aproveitamento do sistema agrosilvopastoril, introduzindo oleaginosas em áreas dantes não utilizadas para esse tipo de atividade. Soja. E gado. Era isso que eu tinha a colocar. Queria agradecer.

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO): Registramos nossos agradecimentos ao Dr. Manoel Policarpo, bem como aos demais expositores, que trouxeram aos membros desta Comissão informações consistentes a respeito das energias renováveis, dando um panorama do quadro brasileiro em comparação com o que existe fora do País. Nós passaremos agora à interação com os eminentes Srs. Senadores. Nós estamos com a lista, vou inscrever V.Ex^a, tem preferência o autor do Requerimento, Senador Inácio Arruda, em seguida, inscrita a Senadora Ideli Salvatti e, em seguida, V.Ex^a.

SENADOR DELCIDIO AMARAL (PT-MS): Sr. Presidente, pela ordem.

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO): Pela ordem, V.Ex^a.

SENADOR DELCIDIO AMARAL (PT-MS): Eu solicito, Sr. Presidente, a minha inscrição.

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO): Perfeitamente, V.Ex^a será atendido. Com a palavra o Senador Inácio Arruda.

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores, nossos convidados, primeiro registrar aqui a nossa instabilidade nas nossas Audiências Públicas, em face de termos que participar, ao mesmo tempo, de várias atividades. Então, nós estamos aqui nesta audiência e tivemos que acompanhar também a reunião da Comissão de Assuntos Econômicos, que estava acontecendo simultaneamente à nossa audiência. Como disse o Senador Mão Santa, aqui a gente tem que operar quase que milagreiramente. Não sempre usando a "Mão Santa" dele, mas tendo que correr a alguns quilômetros por hora nos corredores do Senado. E também a Comissão

de Agricultura e a Comissão de Educação, que estão reunidas ainda as duas. Mas eu acho que cumprimos a bom termo as nossas tarefas do dia de hoje. E dizer, Sr. Presidente, que propus esta reunião porque nós estamos num acelerado debate dentro do Congresso Nacional acerca do problema do aquecimento global. Eu venho de uma região que debate a questão do aquecimento global há muitos e muitos anos. E que não trata como uma questão meramente de coqueluche, do momento, das circunstâncias, mas como uma questão presente nas nossas vidas a todo o instante, desde que nós nascemos ali no semi-árido nordestino que nós discutimos e aprendemos a conviver com o problema do aquecimento global, intenso na nossa região, estamos ali bem próximos do Equador e numa região semi-árida, e buscando por todos os meios encontrar as maneiras de aproveitamento de fontes de energia. E de sorte que a discussão e o debate sobre o aquecimento global nos permitiu abrir caminhos para essas alternativas. Então, nós temos uma oportunidade para que o nosso País, e a nossa região possa debater com mais intensidade essas fontes alternativas. O Senado da República tem vários especialistas, Ex-Governadores, Ministros de Estado, pessoas que conviveram intensamente com esses problemas de forma muito objetiva e concreta e que têm que responder a essas questões, eu acho que era uma oportunidade de nós convidarmos e acelerarmos também esse debate na nossa Comissão de Meio Ambiente, de Infra-estrutura e na Comissão de Aquecimento Global, porque nós criamos uma Comissão Mista do Congresso Nacional, da Câmara dos Deputados e do Senado da República para debater essa questão.

Então uma das questões que eu gostaria de levantar com os senhores convidados. A primeira questão, o financiamento para essas fontes alternativas, tanto por parte do Governo diretamente como os mecanismos da Agência Nacional de Energia e também da Agência Nacional de Petróleo, o problema de incentivos, como a gente maximizar. Eu ouvi a questão do lixo e fiquei numa expectativa muito positiva. Nós tínhamos 50% e podemos chegar a 100. Então você já tem uma puxada boa para que todos aqueles que podem produzir energia a partir desse insumo vão ter um incentivo adicional, mas, numa escala mais largada, numa fonte de energia mais promissora como solar, como eólica, é possível dar mais incentivos, é possível agregar mais incentivos, se eu tiver possibilidade de ter um bairro inteiro com placas de silício já aqui testado, e já está numa fase, e eu vi o Adriano mostrando as nossas placas, então se as placas de silício estiverem a postos eu posso emplacar um bairro inteiro e a ANEEL me banca esse negócio e eu ven-

do ali na frente para uma... O Governo, ou o Estado compra essa energia e coloca no sistema. Então, eu acho que esses mecanismos para a população toda tomar conhecimento e dizer "não, eu posso fazer". Um plano piloto. A Alemanha tem isso em vários bairros, em várias cidades, em vários Municípios. Quer dizer, nós podemos tomar essa iniciativa, nós podemos fazer isso mais com a energia eólica, no caso da nossa região, ali no Nordeste brasileiro, no Sul do País, nós podemos incrementar mais, incentivar mais esse setor da energia eólica, quer dizer, nós não tivemos, uma parte do Nordeste não tem água, então não vai ter hidroelétrica. Nós tivemos a sorte de ter ventos. Então ali aquela brisa marinha, nós temos os ventos. Quer dizer, sempre dizem para mim o seguinte: "Não, mas, Senador, é muito caro, essa energia eólica não dá, não, é cara demais". Eu pergunto ao Diretor aqui da Agência de Energia, e pergunto também à Dra. Ivonice Campos: comparativamente, hoje, construir uma usina hidroelétrica e construir uma usina eólica, com a mesma quantidade de megawatts de produção, o custo de energia gerado é tão diferente assim esse custo? Eu não quero comparar à energia de Paulo Afonso, porque Paulo Afonso já foi amortizada. Eu quero comparar: vamos construir, aqui e agora, uma hidroelétrica e vamos construir uma usina eólica. Se eu tivesse condições de ter as placas de silício já do Dr. Adriano aqui na mão eu também gostaria de construir uma usina com a mesma quantidade de megawatts, e dizer: "Bom, nessas condições, o preço, a diferença de preço é essa [soa a campainha] e eu posso então bancar, o Estado pode entrar assim, assim e assim". Isso para a gente sentir o que é essa diferença tão grande que impede que a gente possa tocar um empreendimento com jazidas tão boas, que a gente já tem provadas na região Nordeste e na região Sul do País, e tenho a impressão que outras regiões podem ser exploradas também do ponto de vista da energia eólica, que é um potencial que está mais à mão. Porque eu vejo mesmo aqui na área da questão da biomassa, que talvez a gente não tenha que ter tanta terra, porque se a gente precisar de quatro Planetas Terra para poder suprir de energia, então é melhor a gente usar os ventos, que não precisa explorar tanto. Então se a gente tem o potencial dos ventos, então vamos utilizá-lo. Então, sinceramente, eu acho que a gente teria condições de explorar mais esse tipo de fontes de energia. Então eu estou assim entusiasmado com o potencial que tem o País. Agora, nós precisamos desse... Vamos pegar o custo disso e ver se a gente pode fazer com a eólica, solar, o que a gente pode fazer, ou que já está fazendo com a questão do lixo. Eu acho que é uma oportunidade rara e rica que a gente está tendo no Brasil.

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO): Nós adotariamos, para racionalizar e ter um melhor aproveitamento da audiência, nós ouviríamos três Senadores e aí teríamos as respostas. Ouviremos, em seguida então, a Senadora Ideli Salvatti, para os seus questionamentos. Tem V.Ex^a a palavra.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Agradeço, Sr. Presidente, inclusive eu ia fazer uma questão de ordem, exatamente para fazer o bloco, e V.Ex^a já tomou a iniciativa. Eu queria inicialmente comentar que este assunto nós abordamos num seminário, inclusive com a participação do Dr. Jerson Kelman, também com o Ministro Silas Rondeau e o Diretor de Gás da Petrobrás, Dr. Ildo Sauer, que subsidiou de forma extremamente positiva a Bancada tanto do PMDB quanto do bloco de apoio ao Governo aqui nesta... Eu vou pedir, por favor, Presidente, eu vou pedir de público, eu preciso de água, porque eu estou com a minha garganta bastante--

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): É do cerrado e pelo Nordeste.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Muito grata, muito grata. Essa parceria com o cerrado e o Nordeste é maravilhosa. Eu agradeço aí a água providencial aqui, porque a minha garganta está muito prejudicada. Mas nós tivemos a oportunidade de fazer um aprofundamento desta questão da energia, questões estratégicas vinculadas à energia no nosso País e nos animou muito quando o Ministro Silas Rondeau colocou a manutenção da diversidade, ou seja, no Plano Nacional de Energia 2030 está mantida e haverá um empenho para que esta diversidade seja mantida na nossa matriz energética. E uma das questões que foi já levantada naquela reunião, e agora o Dr. Kelman reforça, e eu queria até fazer uma provocaçãozinha maior, porque já ficou bastante identificado de que é impossível, nos leilões de energia, se manter nos leilões o conjunto da diversidade que a nossa matriz energética possui e, portanto, se você mantém a concorrência entre as diversas fontes de energia pela diferença até de custo você perde a competitividade e aí determinadas fontes de energia acabam sendo prejudicadas. Então me parece que nós já vamos ter de fontes renováveis. Mas ainda é pouco. Porque, se você colocar PCH com eólica continua tendo dificuldade de competitividade.

Então a minha primeira pergunta é nesse sentido. Nós temos como afunilar para termos leilões de energia bastante específicos para poder termos uma diferença entre PCH, eólica, solar? Porque a diversidade da matriz ela tem vários objetivos. Primeiro, é a gente não ficar tão refém de uma única fonte, podermos

manter esta diversidade e depois incentivar a questão tecnológica, a questão inclusive científica, que eu acho que é muito importante.

E aí eu já queria colocar, primeiro saudar a Dra. Ivanice, por ser a única mulher aí na Mesa, mas também por ser catarinense, então saudando aí a presença do nosso Estado também nessa discussão toda da energia, eu achei ótimo o mapa, viu, Arruda? Porque é bastante lá no Nordeste e bastante lá no Sul, inclusive metade de Santa Catarina venta muito e nós queremos aproveitar muito esta possibilidade, mas eu queria [soa a campainha], por conta--

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): E venta na região da Ivonice.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): E venta lá na região da Ivonice. E eu queria dizer assim, essa questão do viés tecnológico, científico, no caso da energia eólica é muito importante, porque nós já temos conhecimento de setores empresariais que produzem e que estão saindo do Brasil. Estão deixando. Então essa história da gente poder trabalhar com um leilão específico talvez seja uma das formas principais da gente poder incentivar esse setor, porque, como eu percebi ali, tem País onde não venta tanto, mas está na matriz eólica pela questão da produção do equipamento. E o Brasil poderia conjugar isso na questão eólica, não só aproveitar a fonte dentro da matriz, mas, principalmente, fomentar e dar sustentabilidade a este setor.

E por último ainda, eu queria poder dizer que é muito gratificante quando a gente percebe a questão do selo verde, de você poder ter na bioenergia a agricultura familiar valorizada para a produção. Porque uma das grandes preocupações é esta questão da fronteira agrícola, da utilização do território brasileiro em grandes produções, a questão do álcool, do etanol e tal e o que mais que nós poderíamos fazer, além do selo verde, para vincular a produção da bioenergia à agricultura familiar. Porque eu acho que quando o Presidente Lula pensou o biodiesel ele pensou o biodiesel não para substituir alimento, ele não pensou biodiesel para a utilização da terra em grandes canaviais, mas exatamente para fortalecimento da agricultura familiar. A Petrobrás--

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO): Para concluir, Senadora.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Já vou concluir. A PETROBRÁS nos animou muito, porque está desenvolvendo uma produção de biodiesel no Rio Grande do Sul e agora vai começar em Santa Catarina, vinculada à agricultura familiar, inclusive, aproveitando aquela produção que os agricultores fazem, normalmente todo agricultor tem uma plantação de cana, para fazer o melado, para fazer a sua própria produção, da

cachaça etc e tal, e eles estão desenvolvendo um projeto muito interessante de vários produtores associados numa destilaria, que pode produzir um pré-álcool, que depois pode ser utilizado para a produção de energia. Então, eu queria saber se nós temos ainda algumas coisas a incentivar da vinculação da bioenergia com a agricultura familiar.

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO): Obrigado, Senadora Ideli. Com a palavra o Senador Valter Pereira.

SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Sr. Presidente, nós estamos aqui hoje numa coincidência extremamente oportuna. Enquanto nós estamos aqui debatendo essas fontes alternativas, o Presidente da República está lá em Caracas, ouvindo os conselhos do concorrente nosso em matéria de combustível, que é a Venezuela. E lá na Venezuela, com certeza, o Presidente Hugo Chavez está dizendo: "olha, vocês vão produzir o biocombustível e vai faltar terra depois para produzir alimentos". E curiosamente este que é o combustível do futuro, quer dizer, o etanol, o biodiesel, todos esses combustíveis, curiosamente, nós que estamos com o novo, nós que estamos com o combustível do futuro estamos na defensiva, explicando "não, não é bem assim e tal e tal, e sofrendo as pressões daqueles que detêm o combustível velho, aquele que vai se acabar, e aquele que hoje todos os cuidados nos recomendam que nós deveríamos nos acautelar, porque os combustíveis fósseis estão em localidades de muito risco para qualquer economia que analisa esse tipo de cuidado. E toda a economia tem que analisar o risco. A pergunta que eu gostaria de fazer é a seguinte. Como é - aqui está o representante da Petrobrás - como é que a Petrobrás está enxergando essa falácia de que nós estaríamos confiscando áreas que poderiam nos fazer falta amanhã na cultura de produtos alimentícios? E eu não poderia deixar também de aproveitar essa oportunidade para me dirigir ao Dr. Jerson Kelman, pela forma responsável que atendeu, poucas semanas atrás, a Bancada de Mato Grosso do Sul, quando enfrentou a gulodice de uma empresa distribuidora de energia elétrica, que queria um reajuste completamente fora da realidade e que, ouvindo a nossa Bancada prestou atenção nos pleitos e reduziu significativamente a avidez, a pretensão da Companhia de Energia Elétrica de Mato Grosso do Sul. Então, eu quero agradecer aqui de público a forma com que nos atendeu e gostaria de formular essa pergunta especialmente ao representante da Petrobrás. Outra indagação que eu gostaria de fazer é a seguinte. Se na cabeça da Petrobrás não passa também a hipótese de que seria mais oportuno para que esse advento do biodiesel, se não seria mais oportuno que tivesse uma

agência de fomento, uma agência que cuidasse especificamente da política de biodiesel, já que entre o petróleo e o biodiesel existe uma certa concorrência, que é natural, pela origem de cada um dos combustíveis. Hoje nós temos uma Petrobrás que tem uma cultura fundada [soa a campainha] no petróleo. E o que nós estamos vendo agora é uma nova cultura, uma cultura de combustível renovável. Então, como é que enxergaria essa questão do biodiesel sendo tratada por uma agência a ser criada pela para cuidar exatamente da política do biodiesel?

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO): Obrigado, Senador Valter. Iniciaremos as respostas. Com a palavra o Sr. Jerson Kelman.

SR. JERSON KELMAN: Muito obrigado, Senador Quintanilha, eu começo então respondendo à alegação muito objetiva do Senador Inácio Arruda, pergunta o Senador qual é a comparação de preço de uma nova usina, de um quilowatt/hora produzido por uma usina eólica nova não comparando com as usinas antigas, já depreciadas, já amortizadas, as hidroelétricas, mas, sim, com uma nova usina, seja térmica, seja hidroelétrica. Então os números são dessa natureza. No PROINFRA, que é um programa, como sabem, incentivado para fontes alternativas, quer dizer, é um programa que subsidia fontes alternativas, o megawatt/hora de eólica é pago a duzentos e trinta de dois reais e, nos leilões de usinas novas, não alternativas, usinas--

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): O megawatt?

SR. JERSON KELMAN: O megawatt/hora. Porque realmente no Brasil o que interessa é o megawatt/hora, unidade de energia, e não unidade de potência. As usinas eólicas, como as hidráulicas, têm uma potência muito maior do que em média conseguem produzir. Porque, no caso da eólica, nem sempre venta e, quando venta não se consegue armazenar o vento; no caso dos rios, nem sempre tem água nos rios, mas, quando tem, nós conseguimos armazenar nos reservatórios. É uma pequena vantagem da hidroelétrica em relação às eólicas, no sentido de se pode se armazenar água e não se pode armazenar vento. Mas, de todo modo, eu fiz essa diversão para dizer que o que interessa efetivamente é o custo por unidade de energia, e não de potência. É essa, a unidade, que faz sentido para o nosso balanço. Então, repetindo, o custo de uma usina eólica pago, dentro do programa subsidiado do Governo, é de duzentos e trinta e dois reais por megawatt/hora, e, nos leilões que nós estamos realizando de fontes não incentivadas, quer dizer, ou térmicas ou hidráulicas de grande porte, está saindo em torno de cento e vinte. Então, grosso

modo, objetivamente, Senador, o custo da eólica, de uma nova eólica, comparado com uma nova qualquer outra coisa não incentivada é praticamente o dobro, o dobro. É isso.

Bem, isso entra então, o Senador, um assim fazendo uma brincadeira, diz "a ANEEL podia bancar este negócio da eólica", me permita fazer um comentário. Na realidade, como sabemos, a ANEEL não banca nada, quem banca são os consumidores.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: [pronunciamento fora do microfone][inaudível]

SR. JERSON KELMAN: Bom, a nuclear, segundo cálculos oficiais, está saindo, a nuclear Angra III, ignorando o que já foi investido, que é o que chama-se custo afundado em economia, porque o que já foi investido não tem como recuperar, os americanos chamam de [inaudível]. Então, ignorando esses recursos afundados, está da ordem de cento e quarenta reais o megawatt/hora. Então é bem mais competitivo. A nuclear está agora, não porque ficou mais barata, mas porque as outras fontes mais caras, a nuclear ficou competitiva porque as outras encostaram nela, mas estão longe ainda da eólica em termos de competição.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Dr. Kelman, se o Presidente me permite, o senhor está com os números bem na cabeça. A hidroelétrica o custo é?

SR. JERSON KELMAN: Está saindo 120 reais por megawatt/hora.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): A eólica?

SR. JERSON KELMAN: 232.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): A nuclear

SR. JERSON KELMAN: 140 reais por megawatt/hora.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): A solar.

SR. JERSON KELMAN: Solar eu não tenho, Senadora, mas eu imagino, talvez o Dr. Adriano tenha, mas é mais cara ainda do que a eólica.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Termoelétrica a carvão.

SR. JERSON KELMAN: Termoelétrica a carvão é competitiva. Assim como gás natural, compete com a hidroelétrica. É da ordem de 120.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Termoelétrica a carvão e termoelétrica a gás competem com a hidroelétrica.

SR. JERSON KELMAN: Isso. Elas estão... Podem competir. Aí depende de caso a caso.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Então desculpe, só porque são números para--

SR. JERSON KELMAN: Nesse programa PROINFA que está incentivado, dos mil e quatrocentos e vinte e três megawatts que foram contratados, quer dizer, os empreendedores tiveram contratos que lhes garantem pagamento a esse preço, duzentos e trinta e dois reais o megawatt/hora, dos mil e quatrocentos e vinte e três megawatts contratados, só duzentos e trinta e dois foram construídos, por diferentes razões, a principal delas é que o programa de incentivo, o PROINFA, exige que o equipamento tenha um índice de nacionalização bem grande, enfim, que seja fabricado no Brasil [soa a campanha] e havia... Eu não sei se posso--

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUIN-TANILHA (PMDB-TO): Pode concluir, mas isso é para buscar a objetividade das respostas.

SR. JERSON KELMAN: Mas é que houve diversos Senadores--

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUIN-TANILHA (PMDB-TO): Estamos dando o desconto aqui da intervenção da Senadora Ideli Salvatti.

SR. JERSON KELMAN: Então, sendo mais objetivo, as razões são essencialmente nacionalização.

Só para fazer um comentário final, Senador, não posso escapar de mencionar o seguinte, no seu Estado, no Ceará, na minha visão, o principal obstáculo à disseminação de eólica é a política tributária do Estado, porque o Ceará junto com o Amazonas são os dois únicos Estados que cobram ICMS da geração de energia elétrica, e depois, naturalmente isso passa do preço que a distribuidora paga quando compra essa energia, e depois quando a distribuidora tem que se creditar desse pagamento do ICMS quando vende energia aos consumidores finais, aí é uma política de isenção. Na realidade, é a política de isenção aos consumidores que quem paga é a distribuidora, o que dá um forte incentivo para que ninguém queira fazer contratos com usinas do próprio Estado que, como sabem, se fosse uma geração fora do Estado não pagaria ICMS.

Então, me perdoe eu tocar num assunto que não foi o objeto da pergunta, mas há uma questão tributária, que é da alçada dessa Casa, é Lei Complementar que trata de ICMS, e que se destinasse, se limitasse o ICMS apenas ao consumidor final, grande parte da dificuldade de contratação dessas eólicas estaria sanado.

Agora me permite passar para a pergunta da Senadora Ideli Salvatti, que diz respeito a criar cercados, quer dizer, fazer um leilão não das fontes alternativas como um todo, mas sim eólica... Senadora, eu penso que nós no Brasil devemos ter a preocupação em manter, nós temos que ter preocupação em duas coisas: uma é, interessa ter fontes alternativas, fontes, vamos dizer, que estão na fronteira do conhe-

cimento? Sem dúvida nenhuma. Até a solar, que é muito cara. Nós devemos fazer isso. A dúvida está em qual é a dimensão disso. Porque, como eu disse, sai o dobro do preço. Como o Senador Valter Pereira fez menção a uma conversa que tivemos recentemente, lá na ANEEL, com toda a Bancada do Mato Grosso do Sul, participou o SENADOR DELCIDIO AMARAL, o que é que era aquilo? Aquilo era uma preocupação, legítima, dos Parlamentares com uma subida crescente do preço da tarifa de energia elétrica no Brasil. A principal razão para subida de tarifa energética do Brasil é o custo de produção dessa energia, cada vez maior. Cada vez maior, porque temos menos hidroelétricas, porque os custos ambientais crescem, porque não temos gás e porque também incentivamos, damos incentivos a essas fontes alternativas, que são mais caras. Então, felizmente, não é um problema da ANEEL, é um problema de política energética, que cabe ao Congresso Nacional e ao Executivo decidir. Mas o que eu pondero [soa a campainha] é que essa Casa poderia se debruçar sobre qual é o tamanho que devem ter esses incentivos, que se forem muito grandes, a tarifa explode.

Finalmente, para terminar, uma questão que o Senador Valter Pereira levanta com relação a se vai faltar alimentos, a pergunta foi dirigida à ANP, mas me permita responder, se vai faltar alimentos por conta da produção de etanol etc, nós hoje temos seis milhões de hectares plantando cana, dos quais metade para a produção de etanol. Portanto, três milhões de hectares para cana. E nós poderíamos produzir etanol suficiente para substituir 5% do consumo mundial de gasolina, todo o mundo, multiplicando essa área por sete, isto é, chegando a vinte milhões de hectares. Vinte milhões de hectares é menos de 10% da área utilizada com pecuária, pastos, nós temos duzentos e vinte milhões de hectares em pastos. Então, é claro que o Brasil pode fazer isso, como diz no popular, “com o pé nas costas”, sem prejudicar um quilo de produção de alimentos. E finalmente, o caso do Rio Grande do Sul, nós apenas lá fizemos o que cabe à agência reguladora, que tem uma posição neutra entre os interesses dos agentes, o interesse do Governo e os interesses dos consumidores. É a nossa obrigação. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO): Obrigado, Dr. Kelman. Dra. Ivonice

SRA. IVONICE CAMPOS: A título de contribuição, complementando um pouquinho a apresentação e as respostas do Dr. Kelman e na direção do Senador Inácio Arruda e da Senadora Ideli Salvatti, é de que a atratividade da geração eólica nós temos que considerar o seguinte: o Brasil ainda não tem uma indústria

eólica consolidada. A expectativa é de que no máximo em dois anos, se nós tivermos políticas firmes, política industrial, enfim, que oriente isso, nós possamos ter ao nível dos Estados as indústrias de componentes e de aerogeradores, e a competitividade realmente se amplia fatalmente, porque essas indústrias se implantam num prazo de oito a onze meses. É uma revolução. Além do que a atratividade desse leilão é de cento e quarenta reais por megawatt/hora, e as centrais eólicas já estão a um nível de duzentos a duzentos e trinta reais por megawatt/hora. De duzentos, porque nós temos sítios onde nós temos melhor qualidade de vento, melhor fator de capacidade, enfim. Além do que nós deveríamos comparar as alternativas do ponto de vista do desenvolvimento da indústria nacional e também do custo global da energia lá no consumidor final, considerando os aspectos das complementaridades todas, das diminuições dos riscos de perda, todas as condicionantes do ponto de vista dos ganhos de sazonalidade positiva entre eólica e hídrica e, do ponto de vista de Brasil, nós precisamos neste momento fazer essa análise, só que precisamos, sim, estimular, com políticas muito definidas, a questão de acelerar a industrialização do setor eólico no Brasil, para que realmente nós possamos ter, num curto prazo de tempo, níveis da ordem dos cento e quarenta reais de megawatt/hora, que não estão tão distantes assim, em função da velocidade com que se consegue instalar as centrais eólicas e a indústria eólica no País.

A outra questão interessante é que não valeria a pena a gente comparar as outras fontes de energia como carvão e gás, porque elas estão debaixo da conta de consumo de combustíveis. São questões muito diferentes. Os combustíveis são pagos por essa conta. Então tem condições muito peculiares, tem regiões com potencial avantajado e com qualidade de ventos capaz de ter uma produtividade energética considerável, onde esses custos vão descer muito rapidamente. Aí é que está o incentivo, o foco onde a legislação pode entrar fortemente para buscar atender. A questão dos leilões específicos me parece muito oportuna, Senadora Ideli Salvatti, porque na ANEEL tem quatro mil e seiscentos e noventa e dois megawatts eólicos já autorizados. O que é que significa isso? São parques eólicos que já têm investidores, que já têm empresas e que já têm licenças ambientais. Então nós estamos a mais de meio caminho andado para poder empreender, precisamos das condições, sim, para que eles possam ser investidores de fato. Muito obrigada.

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO): Obrigado, Dra. Ivonice. Com a palavra o Dr. Manoel de Castro.

SR. MANOEL POLICARPO DE CASTRO NETO:

Só respondendo aqui rapidamente ao Senador Valter Pereira, é uma coisa comum acontecer, nós não somos a Petrobrás, nós somos a Agência Nacional do Petróleo, regulamos a Petrobrás, então, em momento nenhum, nós podemos em falar em nome da Petrobrás. Mas posso responder o seu questionamento. A preocupação com alimento eu acho que o Kelman já respondeu com boa propriedade, com muita propriedade. A diferença básica dessa preocupação é exatamente a questão de implementação do modelo americano, que é a produção de bioetanol por milho, porque, aí sim, pode ser um problema para a produção de alimentos no mundo, e o modelo brasileiro de implementação de bioetanol pela cana-de-açúcar, que é como o Kelman já disse, a gente tem condições de crescer muito ainda, de atender toda a demanda sem fazer uma interferência grande na área de alimentação.

Na hipótese das agências reguladoras sobre biocombustíveis, é bom lembrar que a Agência Nacional de Petróleo é também a Agência Nacional de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis. Então, que nós já começamos fazer a regulação de algumas partes de biocombustíveis, o biodiesel tem passado por parte na ANP. É lógico que ainda falta algumas implementações de legislações para aumentar o escopo de atuação da ANP, inclusive, diga-se de passagem, na questão do etanol, que nós ainda não somos exatamente a única agência a regular. E nisso aí, a Senadora Ideli Salvatti nos pergunta, ela já deu uma saída, mas na questão da ampliação do selo combustível social. Uma das discussões que existe hoje nesse meio é a ampliação da produção não só de mamona e de palma, para outras oleaginosas, é evidente definida aí pelo Ministério da Agricultura o tamanho da área chamada propriedade familiar, a agricultura familiar, nós poderíamos incluir nisso aí o girassol e outras oleaginosas que já são próprias da agricultura familiar hoje em dia. Eu acho que é isso. Eu não sei se lhe respondi, Senador.

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO): Muito obrigado, Dr. Manoel. Voltamos à lista de inscrição. SENADOR DELCIDIO AMARAL, tem V.Ex^a a palavra. Naturalmente apelando para a capacidade de síntese de V.Ex^a.

SENADOR DELCIDIO AMARAL (PT-MS): Muito [risos] obrigado. Sr. Presidente, eu quero cumprimentar V.Ex^a, cumprimentar a iniciativa também, o Senador Marconi Perillo me pediu para que eu falasse pela Comissão de Infra-Estrutura, até porque hoje, infelizmente, existem mil Comissões funcionando hoje pela manhã, portanto, é absolutamente impossível que a gente tenha alguma eficiência, principalmente trabalhando nessas Comissões. Mas eu vou falar muito rapidamente, primei-

ro registrar a iniciativa. É muito importante. E eu acho que nós precisamos ter outras oportunidades para fazer essa discussão. Até para ter uma discussão mais ampla de energias alternativas. Esse conceito de energia alternativa é um conceito amplo. Eu já ouvi aqui falar em energia alternativa, o gás, o carvão, o que não deixa de ser verdade, a nuclear, energia a base de metano, do lixo das cidades, que é uma energia muito explorada em outros Países no mundo também, mas acho que é importante a iniciativa. Eu infelizmente não pude, em função dessa confusão das Comissões aqui pela manhã de hoje, não pude acompanhar a apresentação do Dr. Adriano, então fica um pouco prejudicado o meu questionamento, mas queria primeiro registrar ao Dr. Kelman o trabalho feito pela ANEEL, principalmente incentivando, e eu não posso deixar de destacar, não só energia eólica e outros tipos de energias alternativas, mas principalmente PCH. O Brasil se preparou para isso, os fabricantes se prepararam para isso, nós temos uma belíssima tecnologia, são projetos que em quinze meses, eu ouvi a Dra. Ivonice falar aqui da eólica em onze meses e uma PCH em 15, 16 meses nós podemos colocar em operação, cria a geração distribuída, portanto, o sistema como um todo ganha com isso, além de viabilizar outros atrativos, turísticos, de lazer, que é uma coisa extraordinária. E eu acho que a forma como foi estruturado esse projeto eu acho que é um dos pontos positivos da área de energia no Brasil, principalmente a implementação das PCHs.

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO): Estimula inclusive o aproveitamento de potenciais menores.

SENADOR DELCIDIO AMARAL (PT-MS): Menores, usinas de dez megawatts, quinze megawatts, que, dependendo da região do País, têm um papel absolutamente extraordinário para garantir o desenvolvimento, para garantir uma energia compatível com o crescimento dessas regiões, desses Municípios. Então eu não posso deixar de destacar aqui as PCHs, e eu que sou um entusiasmo desse programa de Pequenas Centrais Hidroelétricas. E acho que esse programa é exitoso e caminha, e caminha com velocidade, eu não tenho dúvida, o Brasil vai usufruir disso, a população.

Com relação à exposição da Dra. Ivonice, nossa querida Engenheira Ivonice Campos, como disse a Senadora Ideli, de Santa Catarina, tive a honra de trabalhar na ELETROSUL com ela, uma *expert* nessa área de energia, não poderia também deixar de destacar as ponderações que foram feitas nesse material que foi distribuído pela Dra. Ivonice. O primeiro ponto, Presidente, não dá, nós precisamos estruturar projetos eólicos através de sociedades de propósito específico. Elas precisam ser viabilizadas através de operações

de *project finance*, e não dentro dessa lógica que está vigindo hoje, porque os custos crescem demais. Aí nós vamos começar a discutir aqui se é o 140 do Dr. Kelman, se é o 230 da Dra. Ivonice, que está lá no PROINFA, esse valor é corrigido, e isso inibe efetivamente investimentos na área de energia eólica, que vão ser muito importantes para o Brasil. Eu ouvi aí a Dra. Ivonice falar, há inclusive uma sazonalidade diferenciada entre a sazonalidade hidráulica e a sazonalidade de ventos, região por região. Então elas podem inclusive atuar complementarmente. Mas eu acho que ainda é tímida a presença da energia eólica no Brasil e, é importante destacar, a Alemanha, a Espanha, vários Países hoje têm parques eólicos extraordinários. Eu tinha até... O número que eu tinha da Alemanha, Dra. Ivonice era de doze mil megawatts, já vi que foi para vinte, e eu acho que a Espanha vai a onze agora. Então, é uma possibilidade que se avizinha, que se apresenta. Agora, não vou fazer nenhum comentário nem citar nome, tem uma afirmação aqui, Dra. Ivonice, que preocupa muito, o monopólio de chapa de aço. Mas isso é uma conversa para um outro dia, para uma outra Sessão nossa. Isso é lamentável.

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): Se quiser, eu posso fazer as citações aqui. E V. Ex^a. vai só reafirmando.

SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Então [risos] esse é um assunto preocupante e encarece o custo. Porque inclusive existem barreiras comerciais para trazer chapa grossa para o Brasil.

Então acho que é um problema que nós precisamos nos debruçar sobre isso. E principalmente, tem muita gente que fala em competitividade, mas adora criar monopólio privado. Aí é bonito falar de eficiência, de produtividade, de qualidade total. É fácil. Principalmente com essas vantagens e com o mercado já todo ele carimbado. Mas eu não vou fazer essa discussão. Mas acredito na energia eólica, acredito nos projetos que estão sendo planejados, mas os instrumentos que estão sendo disponibilizados estão muito aquém. Principalmente no que se refere a financiamento, e questões como essa que o Dr. Kelman acabou de dizer, de aplicar ICMS na geração. Aí o distribuidor não vai querer, porque isso encarece violentamente o custo para o consumidor final.

E para encerrar, acompanhei atentamente a exposição do Dr. Manoel de Castro Neto sobre biodiesel, faltou aqui nós falarmos de álcool também, mas quero fazer um destaque. Que é tecnologia. Eu não ouvi aqui uma abordagem [soa a campanha] tecnologia dessas questões, que, no meu ponto de vista, são fundamentais, porque a gente fala, Sr. Presidente, fala de mamoná, fala de girassol, por exemplo, no meu Estado

lá há uma onda de pinhão manso, fala de soja, fala de Hbío, mas, como é que está essa questão tecnologia do biodiesel, qual é a especificação que efetivamente nós precisamos perseguir para atender o mercado consumidor? Hoje em dia eu sinto e eu vejo no meu Estado lá uma preocupação muito grande, não se sabe bem qual é a especificação, se eu for utilizar um veículo cujo motor seja adaptado ou construído para operar com biodiesel, daqui a pouco eu vou ter problema num veículo automotor, aí quem me vendeu vai dizer que o problema é do biodiesel e quem produz o biodiesel vai falar do é do veículo automotor.

Então, eu acho que essa questão de caráter tecnológico é extremamente relevante e importante, de especificação da comercialização do biodiesel. E o Dr. Manoel de Castro mostrou claramente a ampliação do B2 para o B5, tudo aquilo que se avizinha nesse mercado. Então eu gostaria de ouvir também um pouco dessa questão tecnológica, que é uma preocupação fundamental e que nós precisamos incentivar. Agradeço V.Ex^a, Presidente, Senador Leomar Quintanilha, pela oportunidade, não passei muito do tempo, consegui me manter no prazo legal.

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO): A contribuição de V.Ex^a é muito importante, Senador Delcídio, muito obrigado. Com a palavra o Senador Mão Santa.

SENADOR MÃO SANTA (PMDB-PI): Sr. Presidente, Leomar Quintanilha, eu já aprendi muito aqui e, aliás, eu acho que as minhas indagações não tem mais nem sentido. Mas me leva uma preocupação, Senador Leomar Quintanilha, porque tem um termo “economicidade”, e quem criou isso merece respeito, merece, para os técnicos brasileiros pensarem e refletirem. Eu sou Médico Cirurgião, mas às vezes penso, Juscelino era Médico Cirurgião e fez esse rolo todinho aqui, como ele. Mas um grande industrial, chegaram a ele e perguntaram: “Você não tem medo de fazer pobre, não, tocar fogo aí na sua fábrica de automóvel e você ficar pobre?” E ele parou e disse: “Não, eu ia ver uma necessidade da comunidade e ia fabricar essa necessidade com os princípios maior quantidade, menor tempo e menor custo”. E aí se basearam todos os princípios. Economicidade. Eu tenho as minhas preocupações, mas ele já tirou minhas dúvidas, os senhores é que são responsáveis. Eu conheço o Brasil e conheci a Ilha Fernando de Noronha, é muito vento. E eu vi isso daí, a prática, a gente observa e pensa-se, logo, se eu penso, eu existo, não é, Antônio Carlos Valadares? [inaudível], não é? Não foi V.Ex^a que disse, não, mas foi [inaudível]. Então eu fiquei lá meditando em Fernando de Noronha, é onde Miguel Arraes foi preso, não é? Ali. Vento como o quê. Tem essa eólica, insignificante, eu

me indaguei, e que funciona é uma termoeletrica, ela está lá como os moinhos do Cervantes, Dom Quixote de La Mancha, mas eu indaguei, por que é que não está? É vento, é experiência. Talvez seja economicidade que o nosso Jerson Kelman foi bem claro, os números são... O resto é fantasia. E esse negócio de remédio eu posso ensinar a todos vocês, eu sou Médico. Esse negócio de fazer remédio, vegetais, óleo, desde o óleo de rícino, purgante [inaudível]. Dr. Manoel nem tinha nascido, mas a gente já tomava óleo de rícino, todo medicamento com óleo é caro. Vá numa farmacinha, um vidrinho, vá lá, entre numa farmácia, tudo criado nesses óleos medicamentosos... Mas vamos do de comer, no supermercado, passe aí e veja o preço. Eu vi essa mamona, isso foi uma palhaçada, lá no Piauí, só mídia e demagogia, fracasso total, todo mundo arrasado, todo mundo falido, só mídia, não tem economicidade, tem óleo que dá, na natureza nada se cria, nada se perde, tudo se transforma. Já se sabe disso, que dá, dá. Mas sai cinco reais o óleo combustível. Então tu vai botar, para dizer que o Piauí vai ter mamona... Quem é que vai comprar esse óleo? É cinco. É a economicidade. Então é isso que nós queremos atentar. Outro lugar que tem vento que só o diabo, vento, Da. Ivonice, é esse tal de Aruba, os bicho são tudo virado, as Palmeiras, é vento. E se esse negócio fosse econômico, os holandeses não são burros, não, porque eles vieram aqui e ensinaram os pernambuco, não foi ali no Pernambuco? A criar cana, criar isso aí que está dando açúcar, cachaça, óleo, foi aquele... Como é o nome? Nassau. Então Aruba é deles, porque eles não são burros, não. E tem vento como o quê? Então nós temos que meditar se é da realidade, e eu sou muito "um quadro vale dez mil palavras", os números do Jerson que a gente ficou meio vendo essa realidade, combustível [soa a campainha] é esse daí mesmo, é o petróleo, o do nosso amigo Morales está em segundo lugar, quer queiramos ou não queiramos, aí vêm os nossos outros. Essa é a realidade e que nós temos que enfrentar, porque, quem disse, até que se mude o Henry Ford está valendo aqueles princípios dele.

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO): Senador Mão Santa, pela exposição de V.Ex^a, parece que os holandeses gostam mais do vento para secar roupa e para soltar pipa. Senador Antônio Carlos Valadares, V.Ex^a com a palavra.

SENADOR ANTÔNIO CARLOS VALADARES (PSB-SE): Sr. Presidente, ultimamente têm acontecido alguns fatos em escala mundial que têm ajudado o projeto Brasil da produção de biocombustível que, como nós sabemos é um projeto que vem ao encontro dos interesses daquelas Nações que defendem o meio ambiente e estão preocupadas com o aquecimento

global. Recentemente, no mês de março, o Presidente Bush reuniu as três grandes produtoras de carros, de veículos nos Estados Unidos, a General Motors, a Ford e a Chrysler, isso aconteceu no mês de março, e fez uma recomendação a essas empresas que se debruçassem sobre os carros capazes de usarem o biocombustível, tal como acontece aqui no Brasil, uma tecnologia avançada que o Brasil desenvolveu e hoje é exemplo para todo o mundo.

Por outro lado, a Comissão de Bruxelas na Europa fixou que, até o ano de 2020, 10% do consumo de combustível deve ser oriundo da biomassa e, ainda, a Agência Internacional da Energia afirma que haverá uma multiplicação por cinco, ou até sete vezes da produção mundial de combustíveis verdes, que deverá ocorrer daqui até o ano de 2030. Quer dizer, isso, sem dúvida alguma, contribui para uma mudança de visão e também de um avanço na produção agrícola em todo o mundo, notadamente nos Países menos desenvolvidos, que podem se aproveitar dessa situação do ponto de vista econômico como o Brasil.

Eu leio hoje no Estado de São Paulo uma notícia, "Na corrida do álcool, acordo entre Brasil e Japão põe PETROBRÁS na frente". Aqui o jornal fala de que enquanto Bush estava tentando convencer o Brasil, o Presidente Lula a entrar num acordo com os Estados Unidos, visando ao fornecimento de etanol para aquele País, muito embora os Estados Unidos tenham uma tarifa de, se não me engano, 0,3, 30 centavos sobre cada litro de álcool que entra nos Estados Unidos, essa tarifa alfandegária naturalmente que reduz substancialmente as possibilidades do fornecimento de álcool, pelo menos na quantidade que os americanos estão desejando, o Japão, pelo que eu estou vendo aqui, leva uma grande vantagem, porque, além de ter um pequeno território onde não há produção de álcool praticamente, o que não ocorre nos Estados Unidos, onde essa tarifa, imposta pelo Congresso, através dos pedidos que são feitos pelos produtores rurais que praticam a produção do álcool através do milho, o japonês deseja obter, e incluiu a PETROBRÁS, é isso aí que eu gostaria de saber, infelizmente não tem aqui um representante direto da PETROBRÁS, mas, quem sabe, o Dr. Manoel Castro poderá quebrar o galho mais uma vez e nos dizer se há realmente essa tentativa de acordo entre o Japão e o Brasil envolvendo a PETROBRÁS, para fornecimento de etanol para o Japão, sem a necessidade de uma cobrança de tarifa. O que seria altamente benéfico, do ponto de vista econômico, para o Brasil.

E também eu gostaria de fazer uma pergunta, para finalizar, Sr. Presidente, relacionada com a produção do álcool através da mamona. Me parece que existe

assim uma espécie de disputa intestina... Não, produção do biodiesel através da mamona, digo melhor, que existe [soa a campainha] uma disputa intestina entre etanol e a produção de biodiesel através da mamona. Há um estudo que prova também que o etanol celulósico, o que eu quero falar, da produção do bagaço de cana. Há um cientista Luiz Augusto Barbosa Cortez da Unicamp e também Rogério César de Cerqueira Leite, dois grandes cientistas que trabalham em projetos de pesquisa sobre etanol celulósico, "reclamaram das verbas destinadas à pesquisa, muito embora elas ressaltem a capacidade do Brasil em aumentar em 10% a produção para atender a 5% de toda a gasolina consumida no mundo".

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO): Para concluir, Senador.

SENADOR ANTÔNIO CARLOS VALADARES (PSB-SE): Para concluir, assim eu pergunto, eu não sei quem poderia responder a essa pergunta, mas o Presidente poderia destacar. Em primeiro lugar, em que estágio estão atualmente as pesquisas no Brasil para a produção de etanol a partir do bagaço de cana? Quem investe mais nas pesquisas, as universidades ou o setor privado? E segundo lugar, onde está o valor percentual do investimento no setor? Atualmente é colocado aproximadamente 0,2% do faturamento no setor em Pesquisa e Desenvolvimento, o que é muito pouco. É possível colocar 1% pelo menos, como querem os Pesquisadores brasileiros?

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO): Algumas dessas questões levantadas por V.Ex^a foram objeto da exposição inicial do Dr. Adriano, mas o assunto é relevante, e eu creio que não custará a ele, agora, nas considerações, responder às suas perguntas. Nós vamos dar a palavra agora ao último Senador inscrito... Penúltimo Senador inscrito, Marcelo Crivella.

SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ): Sr. Presidente, eu quero primeiro pedir desculpas aos ilustres palestrantes, mas nós temos aqui no Senado muitas Comissões, e a gente fica correndo de um lado para o outro, essa Audiência Pública era imperdível, mas, por força de regimento, tínhamos de comparecer a outras. Eu queria colocar apenas algumas considerações à Mesa. A gente sabe que a idade da pedra terminou não foi por falta de pedra, questões climáticas. Eu não creio que a fase dos combustíveis fosseis, e vi uma entrevista de um cientista com o Prêmio Nobel, dizendo que o petróleo não é um combustível fóssil, ele é um combustível renovável, ele vem de processos químicos, do magma da terra, aliás, foi até matéria no News Week, no princípio desse ano. Ele se reportando às várias crises onde se previa o fim do combustível,

o declínio e nunca nenhuma delas aconteceu. Mas eu acho que a gente vai passar essa fase do combustível fóssil por causa de clima também. Por causa do aquecimento, por tanto lançamento na atmosfera de dióxido. Os senhores já viram uma notícia que saiu recentemente na França de que eles vão conseguir agora em 2010, por cinco minutos, controlar a fusão nuclear. O que seria, quer dizer, na opinião dos cientistas do mundo todo, o nosso combustível do futuro. Nós, no Brasil, temos alguma pesquisa em relação a isso? O Jerson falou sobre o problema, eu sou um fã da energia eólica e sou um fã da energia solar, tenho projetos aqui relatados pelo eminente Senador Inácio Arruda nesse setor, mas nós temos o problema de armazenamento dessas matérias-primas. Mas, no meu Estado do Rio de Janeiro, Angra III, nós temos condições de armazenar e dominamos a mineração, o beneficiamento, o enriquecimento e o uso do urânio e somos a sexta reserva do mundo. Há planejamentos para a gente colocar a nossa usina nuclear III em funcionamento? Eram essas, Sr. Presidente, as minhas considerações. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO): Agradecemos a contribuição de V.Ex^a, Senador Marcelo Crivella. Nós vamos incluir mais um Senador no bloco, que é o último inscrito, e assim nós daremos oportunidades aos convidados de responder em bloco essas perguntas. Senador Garibaldi Alves, tem V.Ex^a a palavra.

SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Sr. Presidente, eu não tenho a convicção de que os últimos serão os primeiros, como diz o evangelho, mas quero fazer uma simples pergunta, que talvez já tenha sido respondida, porque eu cheguei atrasado e peço desculpas se eu vou ser repetitivo. Eu queria saber se há um planejamento estratégico no País por parte do Governo para a implantação do biodiesel, uma espécie de zoneamento, "naquela região cabe o pinhão manso, naquela outra cabe a mamona", se há, se houve maturação para isso. É só a pergunta que eu quero fazer.

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO): O Senador Garibaldi encerra os questionamentos então formulados pelos Srs. Senadores. Senador Garibaldi, de resto, eu creio que o País ainda deve, principalmente aos agricultores um zoneamento agrícola, o estabelecimento de onde se deve plantar o quê neste País

SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Geral.

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO): Geral. Eu acho que o País ainda deve isso aos produtores, principalmente aos produ-

tores, porque a atividade agrícola, além de ser uma atividade econômica, é uma atividade nobre, porque provê a mesa do cidadão num elemento essencial à vida que é o alimento.

SENADOR DELCIDIO AMARAL (PT-MS): E isso na hora do almoço.

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO): Na hora do [risos]. É importante que tenha esse zoneamento.

SENADOR DELCIDIO AMARAL (PT-MS): Zoneamento econômico e ecológico.

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO): Que não existe ainda, alguns Estados estão realizando, mas não existe isso sem um planejamento nacional, eu acho que o planejamento tem que ser nacional, o estabelecimento desse zoneamento. Senador Mão Santa.

SENADOR MÃO SANTA (PMDB-PI): Presidente, deixa eu complementar a Bíblia que ele disse ali. Eu acho que todo mundo está naquela: "se a fé for do tamanho de um grão de mostarda nada é impossível", está todo mundo nessa aqui. Tenha muita fé, Garibaldi.

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO): Dra. Ivonice, poderia iniciar as respostas, por gentileza.

SRA. IVONICE CAMPOS: Pois não. Senador Delcídio do Amaral Gomes, é um prazer ouvi-lo, pela admiração que nós lhe temos, nós do setor energético. Senador Delcídio, muito oportuna a sua colocação no que tange à questão do setor siderúrgico nacional e os fornecimentos para um índice de nacionalização, tão discutido na questão do PROINFA, na verdade nós já temos, a Associação Brasileira de Energia Eólica já tem agendado com o Ministro Silas e, a pedido, também com a Presidência da ELETROBRÁS, uma reunião com todo o setor siderúrgico nacional, visando exatamente à redução de custos para tornar mais competitiva a geração eólica. É claro que quando o senhor se refere a PCHs, eu também me encanto com PCHs, pela oportunidade que ela gera, é uma proposta, além de ser uma alternativa de desenvolvimento energético, ela é uma proposta de desenvolvimento regional integrado. A PCH realmente é multiuso.

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO): São as Pequenas Centrais Hidroelétricas.

SENADOR DELCIDIO AMARAL (PT-MS): É central de 10 megawatts, 15.

SRA. IVONICE CAMPOS: O senhor me desculpe por não ter feito... As Pequenas Centrais Hidroelétricas elas são até 30 megawatts.

SENADOR MÃO SANTA (PMDB-PI): Desculpe. É a minha ignorância.

SENADOR DELCIDIO AMARAL (PT-MS): A minha ignorância também vai chegar no Piauí e no Maranhão.

SENADOR MÃO SANTA (PMDB-PI): Aquela Boa Esperança que tem lá. Hidroelétrica.

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO): Ali não é pequena, não. Ali é gigantesca.

SRA. IVONICE CAMPOS: Grande!

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO): PCH é até 30 megawatts.

SRA. IVONICE CAMPOS: Mas as condições para PCHs e para eólica a gente precisa analisar com bastante cuidado, porque as PCHs têm uma indústria de fabricação de equipamentos totalmente consolidada no País e dominada ao nível dos Estados. Eu posso dizer, por exemplo, em Santa Catarina nós temos a indústria completa para a produção de PCHs. Então é uma indústria consolidada, nós temos PCHs em operação hoje, que foram repotencializadas, que têm 92 anos, como, por exemplo, a PCH Luiz Dias, que fica em Minas Gerais. E, do ponto de vista dos leilões, nesse momento--

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO): Que nós podemos dizer que vem de Delmiro Gouveia. Então tem algum tempo. Foi a primeira hidroelétricazinha nossa em Paulo Afonso. Temos mais de 100 anos em PCH.

SRA. IVONICE CAMPOS: Pois não. Exato. No Brasil tem mais de 100 anos, exatamente, consolidou a indústria de fabricação de equipamentos e transformou realmente a questão de atratividade e competitividade pelo multiuso do investimento de PCHs. No caso da eólica, que é destituição entrante no Brasil, porque nós ainda não temos a fabricação de equipamentos de toda a cadeia produtiva no Brasil, por isso ela é mais onerosa, por isso que nós entramos na fila para comprar os equipamentos, os componentes lá fora e fica mais caro para nós, além do quê, o prazo de contratação das usinas eólicas está dito como de 15 anos e a de PCH é de 30 anos. Então tem algumas coisas e algumas condições que estão descritas na questão da aquisição como política que carece um pouquinho de cuidado quando ela se tratar de uma proposta de desenvolvimento de um setor importante para a economia nacional e importante para todos os Estados do Brasil. É só para chamar atenção das condições desiguais que nós ainda temos por conta que nós estamos com a necessidade de política industrial para desenvolver essa indústria no Brasil, para tornar mais competitiva, mas nós não podemos negar os projetos que já estão aí, com investidores querendo entrar, nós temos que criar pelo menos condições mínimas para

que naqueles sítios, ou naqueles Estados que realmente estão precisando, têm necessidade de energia e não têm outra alternativa elas possam entrar e serem analisadas numa condição de complementaridade energética, como é a condição de complementaridade da sazonalidade hídrico-eólica. O reservatório da hidroelétrica é a grande bateria para a sazonalidade das energias renováveis. Muito obrigada.

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO): Dr. Kelman.

SR. JERSON KELMAN: Senador Delcídio, eu também sou entusiasmado por Pequenas Centrais Hidroelétrica, e fiquei muito feliz em ver que no leilão que vamos organizar no dia 24 de maio tem 77 PCHs inscritas, a maior parte delas já com licença, quer dizer, têm autorização, é claro, e já têm, a maior parte, licença ambiental. De forma que a perspectiva, vamos dizer, de materialização dessas usinas é muito grande, e eu tinha feito a menção que aquelas que, tendo a autorização da ANEEL, tendo a licença ambiental, tendo oportunidade de comercializar essa energia a longo prazo não quiserem fazer nada disso e continuarem, digamos, no papel, essas a ANEEL está iniciando o processo de cassação da autorização. Senador Mão Santa, apenas uma curiosidade, não sei se... Eu tenho uma notícia de anos atrás sobre Fernando de Noronha, tinha lá um gerador eólico em Fernando de Noronha--

SENADOR MÃO SANTA (PMDB-PI): É bonito para a gente tirar fotografia, como no livro de Dom Quixote. Mas eu perguntei, uma curiosidade natural, eu governava o Piauí e fui lá, é mínima. O que funciona. E eu fiquei imaginando Aruba, que o senhor ouviu eu falar, que é de holandeses. E é um vento... A termoelétrica é mínima, funciona, então não é economicidade, deve estar no que V.Ex^a permitiu aí.

SR. JERSON KELMAN: Eu ia só mencionar--

SENADOR MÃO SANTA (PMDB-PI): Como o óleo da mamona. Sai a cinco reais o litro. Quem é que vai comprar? Quem é que vai botar no carro?

SR. JERSON KELMAN: Eu só ia mencionar, Senador, uma curiosidade que anos atrás, eu tenho quase certeza que o assunto está solucionado, mas anos atrás houve um problema de licenciamento ambiental dessa pequena usina eólica, porque havia uma preocupação com acidentes com pássaros, era uma preocupação que tinha lá, que é uma preocupação comum com usinas eólicas, mas só para curiosidade. E com relação, Senador Marcelo Crivella, em relação a Angra III, é uma fonte energética que não é renovável, mas é estocável, o urânio é estocável e essa discussão sobre se Angra III vai para frente ou não vai para frente é uma decisão do Presidente da República,

naturalmente, que será aconselhado pelo Conselho Nacional de Política Energética em reunião que deve ocorrer brevemente. Era o que tinha a dizer.

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): Jerson, desculpe, sobre a eólica para o leilão do dia 24, qual é a expectativa?

SR. JERSON KELMAN: Eólica para o dia 24, estão inscritas vinte e quatro geradoras, que estarão competindo, mas como disse a Senadora Ideli, reconhecendo o que ela disse e concordando, a competição é um pouco desigual. Porque é claro que as PCHs elas podem até competir com grandes usinas hidroelétricas, e já estão ficando próximas, ou biomassa também pode competir, quer dizer, das três alternativas, biomassa, que é produzir eletricidade pela queima de bagaço de cana, eólica, vento ou Pequenas Centrais Hidroelétricas, que é uma central hidroelétrica de pequena escala, das três, a que é menos competitiva sob o ponto de vista de custo, é a eólica.

Então, quando você faz um leilão juntando essas, há de se reconhecer, o que disse a Senadora Ideli, que vamos ver o resultado, mas a expectativa não é muito favorável às eólicas.

SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ): Presidente, o homem.

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO): Senador Crivella.

SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ): Muito obrigado, Presidente. O homem, vamos dizer assim, é condenado a viver na mediocridade do seu avanço tecnológico. Nós desmatamos a nossa Mata Atlântica no Rio e no Nordeste, porque não sabíamos que o bagaço da cana podia ferver a nossa garapa, e naquela época tinha escravidão, quer dizer, ninguém tinha, eu diria até inspiração para pensar, e cometemos esse crime ambiental contra o País, essa insanidade, o bagaço estava ali e podia ser um excelente combustível para aquela fogueira. E nós não precisamos ter cuidado para não cometer as mesmas coisas no futuro.

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO): Mas a questão da energia eólica, o vento, qual o comprometimento com o ambiente? Talvez fosse interessante que as pesquisas tivessem avançado mais, para reduzir esse custo de produção e nós termos o aproveitamento de um potencial que a própria natureza está nos oferecendo. Dr. Marcelo, teria algum questionamento direcionado? Tem sim. Sobre os japoneses.

SR. MANOEL POLICARPO DE CASTRO NETO: Não, [risos] antes da questão que o senhor levantou, o Senador Delcídio Amaral também levantou uma questão aqui, que é extremamente importante, na questão da qualidade do biodiesel produzido e usado nos mo-

tores. Hoje quando se fala em biocombustível fala-se no produto final da transesterificação, ou esterificação, o éster, transesterificado ou esterificado, que atenda às especificações da ANP, não pode ser qualquer éster, aí concordo com o Senhor, se amanhã ou depois começar a ser usado qualquer éster dentro do motor, produto de qualquer fabriqueta de fundo de quintal, com certeza a indústria automobilística não poderá garantir a qualidade do motor. Nesse termo de garantia, hoje a indústria automobilística já garante o uso do B5 com a tecnologia atual, quer dizer, todo motor atual usando até B5 ela diz que não tem problema nenhum de adaptação. O que você tem que ter problema, e aí é um problema que a ANP tem enfrentado no dia-a-dia, é a qualidade final do produto, e é por isso que todo o biodiesel produzido no Brasil, para ser comercializado, para ser considerado biodiesel, tem que ter o atestado de qualidade da ANP. Se ele não tiver o atestado de qualidade, ele pode ser um produto qualquer, um éster qualquer, que não o biodiesel, porque não vai atender às especificações, e aí sim, a indústria automobilística não teria como atender, de forma alguma, as condições tecnológicas de adaptação dos motores a essa nova tecnologia. É bom falar que hoje no Brasil a indústria automobilística já fala em B5, já autoriza B5, devido à idade da nossa frota, a nossa frota, infelizmente, é muito velha, é muito antiga. Na Europa, por exemplo, todo motor produzido a partir desse ano, a partir de 2007 já tem a garantia do B30, ele pode usar até B30, e a gente sabe que eles usam até B50 sem afetar nenhuma qualidade, e já há casos de uso de B100, 100% do biodiesel, sem grande comprometimento do motor, sem grandes adaptações a serem feitas. As adaptações são pequenas, são direcionadas principalmente nas partes plásticas dos motores, porque o éster ataca, e ataca com uma certa força quando você fala em B100, acima de B20. Então existe, sim, uma preocupação na qualidade, e essa é uma grande preocupação que a ANP tem colocado. Nós temos aí na questão que foi levantada pelo.

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO): Ao encaminhar as respostas que V.S^a está produzindo às perguntas formuladas, já pode aproveitar para apresentar suas considerações finais.

SR. MANOEL POLICARPO DE CASTRO NETO: Certo, só respondendo ao Senador Antônio Carlos Valadares, as informações que nós temos desse acordo da PETROBRÁS com o Japão são informações muito a nível muito de noticiário ainda. Nós sabemos como é, nós sabemos, mas até porque é exatamente o que nós temos levantado aqui. A Agência Nacional de Petróleo, Gás Natural e Biocombustível ainda precisam

de algumas adaptações para entrar na questão do etanol, algumas adaptações de legislação para entrar na questão do etanol. Então muitas vezes passa primeiro na Ciência e Tecnologia no Ministério do Desenvolvimento Agrário para depois chegar na ANP. Esse não é um assunto ainda tratado de forma ampla, oficial dentro da Agência Nacional de Petróleo, tem os seus encaminhamentos, que estão sendo levantado, mas nenhum conseguiria responder à sua pergunta específica.

Então, só fazendo as considerações finais, nós temos aí que levantar que o Brasil, que o mundo hoje passa por questões ecológicas e climáticas extremamente importantes e que o mundo tem dado resposta a isso. A grande resposta a isso têm sido os biocombustíveis, têm sido as energias alternativas como a energia eólica. E vemos aí o que Brasil tem despontado nessa tecnologia, com um potencial muito grande de ser o grande mestre desse desenvolvimento. Precisamos ainda ter alguma preocupação nesse desenvolvimento, preocupações sociais na questão do álcool, questões de desenvolvimento de pesquisa na área de biocombustíveis, biocombustíveis de segunda geração que estão nascendo, e não devemos perder, de forma alguma, a visão de que nós podemos e seremos os maiores produtores de biocombustível do mundo, sem que isso passe necessariamente pela quebra na produção de alimentos do País, ou do mundo. Nós podemos produzir perfeitamente bem, sem invadirmos nenhuma área na área de alimentos, perfeitamente bem, sem criarmos problemas sociais em cima disso. Só uma questão aí do Senador Mão Santa, é bom lembrar, é que o biodiesel que era produzido pelos meninos no Piauí, com o tal do "Saúde dos Meninos", que era através do óleo de rícino, não é um biodiesel ainda especificado pela ANP, é antigo, mas ainda não é especificado pela ANP.

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO): Obrigado Dr. Marcelo, nós passamos a palavra ao Dr. Adriano, para resposta às perguntas que lhe foram endereçados e já podendo aproveitar para fazer as suas considerações finais.

SR. ADRIANO DUARTE FILHO: Eu vou fazer minhas considerações, eu agradeço as perguntas, eu tenho uma lição de casa, grande aqui, vou começar tentando responder a parte do Senador Delcídio. Sobre especificação, a ANP já falou bastante sobre isso, a legislação brasileira hoje autoriza 2% de biodiesel no diesel, qualquer posto de gasolina que a gente for comprar o produto tem 2% lá, a maioria tem, e a partir de 2011 autoriza 5% de mistura do biodiesel. Alguns fabricantes... Então, hoje o Ministério da Ciência e Tecnologia tem um acordo com a ANFAVEA e com o SINDIPEÇAS e com IPT e com TECPAR(F) e vários

centros de pesquisas, e a gente está rodando uma frota, já rodamos, eu mostrei na minha transparência, quase um milhão de quilômetros, alguns testes já terminaram, nas várias tecnologias de motores possíveis, o teste do B 5, estamos testando isso. Então a ANFAVEA hoje ela não autoriza como corpo dos fabricantes brasileiros o B5, só o B2, ela dá a garantia do B2. Alguns fabricantes, até com base nos testes que já estão realizados, já estão falando: “olha, a gente também já entende que é possível autorizar B5 sem problema nenhum”. Como foi comentado. A gente também, de forma prospectiva, quer dizer, para entender o que acontece, está testando, aí sim em frotas cativas, B20, B30, o IPT já foi até B100. Então existe uma série de prospecção para ver o que acontece com os motores. Então a gente deve ter até o final do ano finalizado os testes com B5, aí a ANFAVEA pode ter dados para poder liberar a garantia dos motores. Então esse é um trabalho que a gente está coordenando. O problema é que em locais mais distantes o pessoal está misturando óleo vegetal puro, que não é nem o biodiesel próprio, e sim o óleo normal, que nem a gente usa na alimentação. Isso realmente os resultados são catastróficos, e o nosso medo é que o pessoal comece a chamar isso de biodiesel, porque, na realidade, não tem nada a ver, o biodiesel é um produto com uma especificação muito bem definida pela ANP. E que a gente até está capacitando os laboratórios brasileiros para poder analisar o biodiesel de acordo com essa especificação, está investindo bastante recursos nisso.

Bom, Senador, então eu acredito que eu tentei responder a pergunta. E, Senador Valadares, casualmente eu conheço um pouquinho da história do álcool no Japão. Dois anos atrás o Ministro Furlan fez uma missão de comércio para tentar comercializar, incentivar a venda de álcool no Japão, e eu estava presente nessa missão, e junto, a PETROBRÁS ela fundou um escritório para fazer o comércio de álcool no Japão, uma *trading*, em parceria com uma *trading* japonesa. Então a gente assistiu a diversas reuniões, dentro do pessoal que discutia o problema de biocombustíveis no Japão, os fabricantes de petróleo diziam que não funcionava em veículos, as universidades japonesas falavam “funciona, sim, a gente já experimentou”, e era um jogo comercial muito interessante, e ficou clara a manifestação deles, o seguinte: “a gente não quer depender de uma única fonte de fornecimento”. Então, se o Brasil for o maior fornecedor possível, a gente não quer depender de um lugar só, como a gente depende hoje do petróleo, que o álcool seja uma *commodity*, que a gente possa ter vários fornecedores no mundo, isso é uma mensagem que foi clara, a PETROBRÁS, eu acredito, está fazendo a lição de casa e está conse-

guindo implementar a venda de álcool no Japão. Então eu tenho essa informação casualmente, eu não sou da PETROBRÁS, mas eu estava presente lá durante esse evento.

A segunda pergunta que o senhor fez foi sobre etanol celulósico, e rapidamente, só para colocar todo mundo ao par do que acontece, a cana-de-açúcar, você produz o álcool através da garapa da cana, você espreme a garapa, fermenta, aí se obtém o álcool, mas ainda sobra o bagaço e sobra a palha da cana, e se a gente pensar em termos de energia, 1/3 da energia está na garapa, 1/3 da energia está no bagaço e 1/3 da energia está na palha, a gente queima a palha, e o bagaço está começando a ser aproveitado nas usinas mais modernas. Saindo pouquinho da pergunta, se você fizer... Você produz hoje, através da queima do bagaço, o vapor, esse vapor toca a usina e ainda produz um pouco da energia elétrica que a ANEEL compra. Se você aumentar a tecnologia envolvida na queima desse bagaço e trabalhar com vapor de mais alta pressão você consegue duplicar ou triplicar a produção dessa energia. Ou seja, sobra mais para a ANEEL comprar. Então eu entendo que uma ação interessante é que a modernização dessas usinas levaria a uma grande produção de energia e a um incremento no desenvolvimento industrial também, porque toda a tecnologia é fornecida no Brasil, as indústrias brasileiras fornecem equipamentos para isso. Então é bem interessante aí essa área. Bom, e a celulose, é possível você, através de processos químicos ou bioquímicos transformar a matéria vegetal do bagaço ou da palha em álcool. Transforma em outro produto e depois fermenta isso e dá álcool.

Então, essa é uma rota de pesquisa que revolucionaria basicamente a produção de álcool, porque você pode produzir álcool de capim, pode produzir álcool de madeira... Então em cada País pesquisa na realidade é a sua matéria-prima principal. Por exemplo, a Suécia é muito boa em álcool de madeira, o Estados Unidos vem pesquisando álcool das biomassas que eles têm lá. O mundo inteiro pesquisa isso e não se chegou um valor econômico, e ainda não é econômica a produção, está mais ou menos o dobro do preço normal nas pesquisas mais avançadas. O ano passado, em fevereiro, o Ministério da Ciência e Tecnologia montou uma rede de pesquisa em etanol a partir da celulose, [soa a campainha] especificamente, me desculpe, a partir do bagaço da cana, que já está dentro da usina, então ele é muito fácil processar. Essa rede é coordenada pelo Prof. Cerqueira Leite e participam mais de cem Pesquisadores, que já vêm pesquisando basicamente, o processo chama hidrólise, há muitos anos, então a gente está muito bem nisso. Eu acho

que em laboratório a gente já constituiu bastante bons resultados, eles não são divulgados ainda porque estão em fase de pedido de patente. Então a gente está na realidade trabalhando bem isso. Os investimentos sendo feito nessas pesquisas são de nove milhões, no final da semana a gente vai ter uma reunião com a rede do MCT, para definir o [inaudível], quer dizer, a definição de equipamentos, já protótipos, desta produção. Então o processo está em andamento no Brasil, vamos dizer assim.

O Senador Crivella. Bom, eu não sou da área nuclear, não especialista na área nuclear, eu só vou dar duas informações rápidas. O Ministério da Ciência e Tecnologia investe na área do domínio do ciclo de produção nuclear. Então, a partir do minério até você ter o combustível nuclear. Então, a gente tem várias ações disso e a gente, ao longo dos anos, junto com os atores, principalmente a Marinha, investe nisso para dominar comercialmente a produção do ciclo. E esse é um processo longo, a gente está dominando, e eu acho que a gente está muito bem, está quase finalizando isso.

Com relação à pesquisa de alta tecnologia de ciência, que é a fusão nuclear, existe um consórcio mundial, que vários Países participam, para tentar desenvolver em conjunto essa ciência, essa tecnologia, porque é muito caro. E o Brasil participa também, temos os nossos cientistas lá, então a gente participa desse bolo, dessa cooperação internacional para desenvolver essa tecnologia, que certamente em 30, 40 anos pode mudar um pouco essa discussão que a gente está tendo aqui.

SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ):

Tem notícia dessa experiência na França em 2010?

SR. ADRIANO DUARTE FILHO: Eles têm a proposta de construir um reator. Mas eu não tenho informação sobre o assunto, infelizmente.

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO): Para concluir, Dr. Adriano.

SR. ADRIANO DUARTE FILHO: Bom, como conclusão, eu acho que a gente em termos de energias renováveis, tem curto prazo, que são essas energias que já estão comerciais, médio prazo, algumas que estão nascendo como etanol celulósico e, um pouquinho mais longo prazo, tecnologias de hidrogênio, tecnologia nuclear, que vão estar na frente. A gente, como Ciência e Tecnologia, tem que pagar um pouquinho para cada santo e não perder a possibilidade de dispôr o Brasil de tecnologia para poder as políticas públicas na realidade se aproveitarem do que for desenvolvido aqui. Então essa é a nossa posição. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO): Amanhã nós teremos uma nova

Audiência Pública, promovida pela Comissão do Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, em conjunto com a Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, para tratar de questões relacionadas com a produção e exportação de álcool, etanol e biodiesel, em atenção aos Requerimentos dos Senadores Sibá Machado e Osmar Dias. Estão convidados o Ministro da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, Reinhold Stephanes; Ministro do Desenvolvimento Agrário, Guilherme Cassel; Márcio Santilli, do Instituto Sócio-Ambiental; Roberto Rodrigues, Presidente do Conselho Superior de Agronegócio da FIESP e Coordenador da Comissão Interamericana do Etanol; Dr. Antônio de Pádua Rodrigues, representante do Grupo Moema e da indústria da cana-de-açúcar; e o Dr. Manoel dos Santos, Presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura. Concedo a palavra à Dra. Ivonice Campos, para as suas considerações finais.

SRA. IVONICE CAMPOS: Sr. Presidente, por oportuno, eu gostaria de trazer uma informação que pode ser útil. Eu faço a coordenação técnica do Programa de Desenvolvimento de Misturas Biocombustíveis, que é uma parceria entre Instituto Nacional de Tecnologia, ligado ao Ministério da Ciência e Tecnologia, PETROBRÁS Distribuidora e a B100, que é uma empresa de base tecnológica, e nós estamos rodando em São Paulo, desde outubro do ano passado, cerca de 2200 ônibus do transporte urbano usando B38, 38% de substituição do diesel de petróleo, com sucesso até agora e com redução da carga poluidora da ordem de 60%. É um programa de demonstração e desenvolvimento das misturas e está à disposição dos senhores as informações, inclusive para replicar essa alternativa para os demais Estados que se interessarem. E a outra notícia, que acho que pode ser útil também, é que tem um projeto, já em demonstração, do aproveitamento do hidrogênio da vinhaça de cana-de-açúcar com a tecnologia de célula combustível, com um rendimento energético bastante considerável e com ganhos ambientais importantes do ponto de vista dos créditos de carbonos que são possíveis comercializar.

E agora, Sr. Presidente, eu gostaria de agradecer a fidalguia do convite que foi-nos dirigido, para a Associação Brasileira de Energia Eólica, e nós estamos muito felizes por ter participado dessa Audiência Pública de fontes alternativas e ter podido mostrar um pouquinho das perspectivas de sustentabilidade e da competitividade da energia eólica também para o Brasil e poder contar com o apoio de todas as autoridades aqui presentes no desenvolvimento deste mercado para o Brasil. Obrigada também aos meus colegas de Mesa, e um bom dia.

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO): Para expender as suas considerações finais, só resta agora o Dr. Jerson Kelman, a quem passo a palavra.

SR. JERSON KELMAN: Apenas para registrar que mais uma vez vim ao Senado com muita alegria e o Diretor-Geral da ANEEL virá tantas vezes quantas for convidado. É a nossa satisfação.

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO): Estamos chegando ao final de mais esta Audiência Pública, rica em informações e subsídios, que manteve uma interação muito consistente com os eminentes Sr. Senadores, e eu quero agradecer aos ilustres convidados que abrilhantaram com as suas exposições e o seu debate essa Audiência Pública, Dr. Adriano Duarte Filho, Coordenador-Geral de Tecnologias Setoriais do Ministério da Ciência e Tecnologia, Dr. Jerson Kelman, Diretor-Geral da Agência Nacional de Energia Elétrica, ANEEL, a Dra. Ivonice campos, Diretora Executiva da Associação Brasileira de Energia Eólica, ABEE, e o Dr. Manoel Policarpo de Castro Neto, Coordenador-Geral do escritório sede da Agência Nacional de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis. E também aos eminentes Senadores que contribuíram com a participação efetiva para o escopo desta Audiência Pública. Nada mais havendo a tratar, está encerrada a Sessão.

Sessão encerrada às 13h54.

**SECRETARIA DE COMISSÕES
SUBSECRETARIA DE APOIO ÀS COMISSÕES
PERMANENTES
COMISSÃO DE SERVIÇOS DE
INFRA-ESTRUTURA**

Ata da 14ª Reunião, extraordinária, da Comissão de Serviços de Infra-Estrutura, da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura, realizada em 19 de abril de 2007, às 11 horas, na sala de reunião nº 13, da Ala Senador Alexandre Costa, Anexo II.

Às onze horas e vinte e dois minutos do dia dezoito de abril de dois mil e sete, na sala de reunião da Comissão, na Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senador MARCONI PERILLO, reúne-se, extraordinariamente, a Comissão de Serviços de Infra-Estrutura com a presença das Senhoras Senadoras e dos Senhores Senadores **Serys Slhessarenko, Delcídio Amaral, Inácio Arruda, Fernando Collor, Romero Jucá, Joaquim Roriz, Jayme Campos, Heráclito Fortes, Raimundo Colombo, João Tenório, Marconi Perillo, Flexa Ribeiro, João Durval, Flávio Arns, Fátima Cleide, Augusto Botelho e Renato Casagrande.** Deixam de comparecer os demais Senadores. Havendo número regimental, o Senhor

Presidente declara aberta a reunião, dispensando a leitura da ata da reunião anterior, que é dada como aprovada. A Presidência lê expediente do Senador Cícero Lucena, no qual requer autorização para se afastar dos trabalhos da Comissão no período de 14 a 24 de abril de 2007. A presente reunião destina-se à deliberação das seguintes matérias constantes da Pauta: **Item 1 - Projeto de Lei do Senado, nº 137, de 2006** - Decisão Terminativa – que “Determina que as empresas operadoras do Serviço Móvel Pessoal instalem bloqueadores de sinais de radiocomunicações nas penitenciárias estaduais e federais, e dá outras providências”, tendo como relator o Senador Flexa Ribeiro, que apresenta parecer pela aprovação do projeto, com acatamento parcial da Emenda nº 1 e pela rejeição da Emenda nº 2, ambas de autoria da Senadora Serys Slhessarenko, nos termos do Substitutivo. Em 22/03/07, foi concedida vista coletiva, nos termos regimentais. Em 10/04/07, foi apresentado o Voto em Separado, de autoria do Senador Demóstenes Torres, concluindo pela aprovação do projeto em sua redação original. A apreciação da matéria é adiada. **Item 2 - Projeto de Lei do Senado, nº 155, de 2005** - Decisão Terminativa, que “Estabelece diretrizes nacionais para o saneamento básico, e dá outras providências”, tendo como relator o Senador Cícero Lucena, que apresenta parecer pela declaração de prejudicialidade do PLS nº 155, de 2005, nos termos do art. 334 do Regimento Interno do Senado Federal. Adiado. **Item 3 - Projeto de Lei do Senado, nº 264, de 2004** - Decisão Terminativa, que “Altera a Lei nº 6.766, de 19 de dezembro de 1979, para condicionar a pavimentação de vias urbanas à prévia implantação das redes de infra-estrutura urbana básica, e dá outras providências”, tendo como relator o Senhor Adelmir Santana, que apresenta parecer pela aprovação do Projeto, com emenda que apresenta. A apreciação da matéria é adiada. **Item 4 - Projeto de Lei do Senado, nº 22, de 2004** - Decisão Terminativa, que “Inclui o trecho rodoviário compreendido entre as cidades de Pedro Canário (ES) e Nanuque (MG), na Relação Descritiva das Rodovias do Sistema Rodoviário Federal, do Plano Nacional de Viação, aprovado pela Lei nº 5917, de 1973”, tendo como relator o Senador Delcídio Amaral, que apresenta parecer pela aprovação do Projeto, na forma do Substitutivo que apresenta. A apreciação da matéria é adiada. **Item 5 - Ofício “S” nº 04, de 2006** - “Encaminha abaixo assinado coletado no Estado do Pará que solicita a anulação da Resolução nº 85, de 1998, da Agência Nacional de Telecomunicações – ANATEL, que, “aprova o regulamento do serviço telefônico comutado”, tendo como relator o Senador Flexa Ribeiro, que apresenta parecer pela expedição de Ofício à CCJ, para conhe-

cimento do teor da reivindicação e do Ofício nº 4, de 2006, e posterior remessa do processado ao arquivo. A apreciação da matéria é adiada. **Item 6 - Projeto de Lei da Câmara, nº 32, de 2003**, que “Dispõe sobre a criação do Programa de Microdestilarias de Alcool – Promicro, e dá outras providências”, tendo como relator o Senador Tasso Jereissati, que apresenta relatório recomendando que a matéria seja apreciada, primeiramente, pela Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, retornando, a seguir, à Comissão de Serviços de Infra-Estrutura, nos termos do art. 133, inciso V, alínea “d” do RISF. Foi designado relator “ad hoc” o Senador Flexa Ribeiro. Após leitura do Relatório e colocado em votação, a Comissão aprova o Parecer do Relator. **Item 7 - Projeto de Lei da Câmara, nº 67, de 2006**, que “Inclui no anexo da Lei nº 5.917, de 10 de setembro de 1973, que aprova o Plano Nacional de Viação, o trecho rodoviário de ligação entre a BR-222, na localidade de Chapadinha/MA, e a BR-343, na cidade de Buriti dos Lopes/PI”, tendo como relator o Senador Heráclito Fortes, que apresenta parecer favorável à aprovação da matéria, com as emendas que apresenta. A apreciação da matéria é adiada. A Comissão aprova, extrapauta, o **Requerimento nº 31, de 2007-CI**, de autoria do Senador Marconi Perillo, requerendo, em aditamento ao Requerimento nº 21, de 2007-CI, aprovado em 15 de março de 2007, convidar o Senhor Clésio Andrade, Presidente da Confederação Nacional do Transporte – CNT, para participar de debate, em Audiência Pública, sobre a grave situação da rede rodoviária brasileira. A Presidência agradece a presença de todos e declara encerrada a reunião às onze horas e trinta e dois minutos, lavrando eu, *Dulcidia Ramos Calháo*, Secretária da Comissão, a presente Ata que, após lida e aprovada será assinada pelo Senhor Presidente e publicada, juntamente com a íntegra o seu registro de Estenotipia Informatizada. – Senador **Marconi Perillo**, Presidente.

14ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRA-ESTRUTURA, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA.

REALIZADA NO DIA 19 DE ABRIL DE 2007, ÀS 11 HORAS E 20 MINUTOS.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Havendo número regimental, declaro aberta a 14ª Reunião Extraordinária da Comissão de Serviços de Infra-Estrutura, da 1ª Sessão Legislativa Ordinária, da 53ª Legislatura.

Antes de iniciar os trabalhos proponho a dispensa da leitura da Ata da reunião anterior. Srs. Senadores e Sras. Senadoras, que aprovam permaneçam como se encontram. Aprovado.

Há Requerimento sobre a mesa. Requerimento de autoria do ilustre Senador Cícero Lucena. Requeiro os termos regimentais autorização para o desempenho de missão no exterior no período de 14 a 24, corrente mês, representando essa Casa na Feira de Guanzu(F), que será realizada na cidade de Guanzu(F), China, no período de 16 a 22 de abril deste ano. Conforme autorização da presidência do Senado Federal. Senador Cícero Lucena. Srs. Senadores, Sras. Senadoras, que aprovam, permaneçam como estão. Aprovado.

Requerimento de minha autoria. Requeiro em aditamento ao Requerimento 21/2007 dessa Comissão, aprovado em 15 de março, convidar o Senador, o Sr. Clésio de Andrade, Presidente da Confederação Nacional da Indústria do Transporte, para participar do debate em Audiência Pública sobre a grave situação da Rede Rodoviária Brasileira. Está em votação. Srs. Senadores, Sras. Senadoras que aprovam, permaneçam como estão. Como se encontram. Aprovado.

A presente reunião destina-se a deliberação das seguintes matérias. Projeto de Lei nº. 137/2006, decisão terminativa. Requer *quorum* qualificado.

Eu indago ao Senador Flexa Ribeiro, se ele quer fazer o relatório ou se nós transferimos para terça-feira às 14h com a possibilidade de *quorum* qualificado para a votação e com a presença de todos os Senadores envolvidos nesse projeto em tela.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Da mesma forma que dá Sessão anterior, eu não vejo sentido de nós discutirmos o projeto sem que os tenhamos *quorum* qualificados para que os Senadores possam deliberar sobre o assunto. Então, eu acho que a proposição de V.Exa. é correta no sentido de que não havendo *quorum* qualificado, que adiemos para a próxima reunião.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Sras. Senadoras, e Srs. Senadores que concordam com proposta permaneçam como estão. Aprovado. Adiado para terça-feira.

PLS nº. 155, PLS/264, PLS/22, também requerem decisão terminativa. A Sras. Senadoras e Srs. Senadores que concordam, com o adiamento para a próxima Sessão Ordinária, terça-feira as 14 h, permaneçam como estão, aprovado.

Ofício sem número, não terminativo. Eu pediria ao Senador Flexa Ribeiro que também adiássemos a apreciação desse Requerimento, já que a presidência da Comissão tem discordância em relação ao Parecer. Eu gostaria de conversar com o ilustre Senador Flexa Ribeiro sobre o assunto. Havendo concordância da parte de V.Exa., nós vamos adiar.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Sem nenhum problema, Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Então, está adiado esse Requerimento.

Item 6 da pauta. Projeto de Lei da Câmara nº. 32/2003 não terminativo, dispõe sobre a criação do programa de Micro Destilarias de Alcool, PROMICRO, e dá outras providências. É de autoria do Deputado, do então Deputado Gilberto Kassab, cujo Relator é o Senador Tasso Jereissati. Quem possibilitar de comparecer sugere que seja designado o Relator ad hoc. Eu designo nesse momento o Senador Flexa Ribeiro para fazer a leitura do Parecer do ilustre Senador Tasso Jereissati.

Com a palavra o Senador Flexa Ribeiro.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Presidente Senador Marconi Perillo, Sras. Senadoras, Srs. Senadores. É com muita honra que faço a leitura do Parecer do nobre Senador Tasso Jereissati, sobre o projeto—

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Item 6.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): O Parecer do Senador Tasso Jereissati, que trata do Projeto de Lei da Câmara nº. 32/2003, PL nº. 868/99, na origem, de autoria do nobre Deputado Gilberto Kassab, propondo a criação do programa de Micro Destilaria de Alcool, PROMICRO.

Na Câmara dos Deputados foi analisado pelas Comissões de Agricultura e Política Rural, e de Finanças e de Tributação e de Constituição Justiça e de Redação. A proposição obteve Parecer favorável nas três comissões sendo aprovada com Emenda apresentada na CCJR.

O caput do art. 1º do Projeto, cria o programa de Micro Destilarias de Alcool, PROMICRO. Estabelece o atendimento prioritário as cooperativas de produção agrícola. E as pequenas propriedades rurais oriundas de projetos de assentamento do INCRA.

O § 1º do mesmo artigo, define micro destilaria com uma unidade com capacidade de produção de até 5.000 litros de álcool por dia.

O §2º incluiu no programa além da produção do álcool etílico, o aproveitamento agrícola e agroindustrial de outros produtos derivado da cana-de-açúcar, e o aproveitamento da palha e do bagaço para projetos de auto-produção e de co-geração de energia elétrica.

O artigo 2º, determina que os contratos de financiamento de micro destilaria de álcool seja realizados com prazos de oito anos, com dois anos de carência.

O artigo 3º por sua vez, estabelece que a lei deverá entrar em vigor 120 dias após a data de sua publicação. No Senado Federal o PLC tramitou pela Comissão de Assuntos Econômicos, onde o Relator

da matéria, Senador Jonas Pinheiro, apresentou o relatório favorável ao projeto. A matéria foi encaminhada ao Plenário para a apreciação. Depois de encerrada a discussão em Plenário foi aprovado o Requerimento nº 979/2003, apresentado pelo o Senador Aloizio Mercadante, solicitando o adiamento da votação para que a matéria fosse examinada pela a Comissão de Serviços de Infra-Estrutura.

Na Comissão de Serviço de Infra-Estrutura, foi aprovado o relatório do Senador João Tenório, concluindo pela a apresentação de Requerimento de informações aos Ministros de Estado da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, e do Desenvolvimento Agrário. Solicitando informações a respeito do número de micro destilarias existentes no país, de sua capacidade de produção, bem como sobre o número de pequenos agricultores existentes das regiões canavieiras. A tramitação da proposição ficou sobrestada até o recebimento das informações requeridas. Posteriormente foi aprovada em Plenário o Requerimento 332/2005, de autoria de Senador Sérgio Guerra, solicitando a análise da matéria pela Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, após a apreciação por esta Comissão de Serviço de Infra-Estrutura.

Análise, o projeto da Lei da Câmara 32/2003, trata de programa de incentivo a produção de álcool e micro destilaria. Ressalta-se que a proposição sobre a análise prevê ainda um incentivo ao aproveitamento da palha e do bagaço de cana-de-açúcar para projetos de auto-produção e de co-geração de energia elétrica. Lembramos que a produção de energia elétrica, a partir de subprodutos da Cana, já é uma raridade nas grandes Usinas de Açúcar e Alcool. E pode vir a ser uma fonte de renda adicional para os pequenos produtores rurais.

Para subsidiar a elaboração desse parto Parecer, foram solicitadas aos Ministros da Agricultura Pecuária e Abastecimento e do Desenvolvimento Agrário, informações sobre o número de destilarias com capacidade de produção de até 5.000 litros de álcool por dia. Bem como sobre a localização dos assentamentos do INCRA. O Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, informou que no rol das destilarias cadastradas em sua Secretaria de Produção e Comercialização, não consta unidades fabris com capacidade de produção de até 5.000 litros de álcool diários. Essa informação comprova a necessidade de incentivar a instalação de micro destilaria de forma a torná-las competitivas frente as grandes unidades de produção. O Ministro do Desenvolvimento Agrário por sua vez, informa que as principais regiões canavieiras do país, estão localizadas no estado de São Paulo, Minas Gerais, Paraná, Pernambuco e Alagoas. E que nessas regiões há diversos

projetos de assentamentos de trabalhadores rurais, os quais poderão ser beneficiados pelo presente Projeto de Lei. Como a análise das informações prestadas pelos Ministérios da Agricultura e do Desenvolvimento Agrário refere-se a atribuições da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, entendemos pertinente que a matéria seja apreciada primeiro por aquela Comissão, para posteriormente ser analisada por esta Comissão evidentemente de Infra-Estrutura. Voto.

Diante do exposto nos termos do art. 133 do Inciso V, alinha D, do regimento interno do Senado Federal. Recomendamos que a matéria seja primeira apreciada pela Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, retornando posteriormente a esta Comissão.

Este é o voto, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): A matéria está em discussão. Não havendo quem queira discutí-la, encerro a discussão e coloco em votação o Parecer do Relator. Em votação o Parecer do Relator.

Sras. Senadoras e Srs. Senadores que aprovam, permaneçam como estão. Aprovado.

O item 7 é de iniciativa do Deputado Pedro Fernandes, cujo o Relator é o Senador Heráclito Fortes que nesse momento preside a Comissão de Relações Exteriores. Eu pedi agora a nossa secretaria para ver se é possível a presença do Senador Heráclito Fortes aqui agora, para que a gente possa ter... Bom o Senador Heráclito Fortes, infelizmente não pode estar aqui em virtude de estar recepcionando os Senadores da Alemanha. Nesse sentido também com a concordância das Sras. Senadoras e dos Srs. Senadores, adio a apreciação e votação do Projeto para a próxima terça-feira.

Não havendo mais matérias a serem relatadas, discutidas e votadas, encerro a presente reunião, convocando outra em caráter ordinário para a próxima terça-feira às 14h, Sessão de caráter deliberativo. Está encerrada a Sessão.

Sessão encerrada às 11h31.

**SECRETARIA DE COMISSÕES
SUBSECRETARIA DE APOIO ÀS COMISSÕES
PERMANENTES
COMISSÃO DE SERVIÇOS DE
INFRA-ESTRUTURA**

Ata da 15ª Reunião, extraordinária, da Comissão de Serviços de Infra-Estrutura, da 1ª Sessão Legislativa Ordinária, da 53ª Legislatura, realizada em 26 de abril de 2007, às 11 horas, na sala de reunião nº 13, da Ala Senador Alexandre Costa, Anexo II.

Às onze horas e trinta e quatro minutos do dia vinte e seis de abril de dois mil e sete, na sala de reu-

nião da Comissão, na Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senador MARCONI PERILLO, reúne-se, extraordinariamente, a Comissão de Serviços de Infra-Estrutura com a presença das Senhoras Senadoras e dos Senhores Senadores **Delcídio Amaral, Francisco Dornelles, Inácio Arruda, Fernando Collor, Valdir Raupp, Eliseu Resende, Jayme Campos, Raimundo Colombo, Flexa Ribeiro, João Durval, Augusto Botelho, Renato Casagrande, Garibaldi Alves, Geraldo Mesquita, Marco Maciel e Cícero Lucena.** Deixam de comparecer os demais Senadores. Havendo número regimental, o Senhor Presidente declara aberta a reunião, dispensando a leitura da ata da reunião anterior, que é dada como aprovada. A Presidência lê requerimento do Senador Romeu Tuma, solicitando afastamento dos trabalhos no período de 19 a 22 de abril de 2007, para representar o Senado no 6º Fórum Empresarial. A presente reunião destina-se à deliberação das seguintes matérias constantes da Pauta: **Item 1 - Projeto de Lei do Senado, nº 137, de 2006** - Decisão Terminativa - "Determina que as empresas operadoras do Serviço Móvel Pessoal instalem bloqueadores de sinais de radiocomunicações nas penitenciárias estaduais e federais, e dá outras providências", de autoria do Senador Rodolpho Tourinho, tendo como relator o Senador Flexa Ribeiro que apresenta parecer pela aprovação do Projeto, com acatamento parcial da Emenda nº 1 e pela rejeição da Emenda nº 2, ambas de autoria da Senadora Serys Slhessarenko, nos termos do Substitutivo. Em 22/03/07, foi concedida vista coletiva, nos termos regimentais. Em 10/04/07, foi apresentado o Voto em Separado, de autoria do Senador Demóstenes Torres, concluindo pela aprovação do Projeto em sua redação original. A apreciação da matéria é adiada. **Item 2 - Projeto de Lei do Senado, nº 155, de 2005** - Decisão Terminativa - "Estabelece diretrizes nacionais para o saneamento básico, e dá outras providências", de autoria do Senador Gerson Camata, tendo como relator o Senador Cícero Lucena que apresenta parecer pela declaração de Prejudicialidade do PLS nº 155, de 2005, nos termos do art. 334 do Regimento Interno do Senado Federal. A apreciação da matéria é adiada. **Item 3 - Projeto de Lei do Senado, nº 264, de 2004** - Decisão Terminativa - "Altera a Lei nº 6.766, de 19 de dezembro de 1979, para condicionar a pavimentação de vias urbanas à prévia implantação das redes de infra-estrutura urbana básica, e dá outras providências.", de autoria do Senador Augusto Botelho, tendo como relator o Senador Adelmir Santana, que apresenta parecer pela aprovação do Projeto, com a emenda que apresenta. A apreciação da matéria é adiada. **Item 4 - Projeto de Lei do Senado, nº 22, de 2004** - Decisão Terminativa

tiva - “Inclui o trecho rodoviário compreendido entre as cidades de Pedro Canário (ES) e Nanuque (MG), na Relação Descritiva das Rodovias do Sistema Rodoviário Federal, do Plano Nacional de Viação, aprovado pela Lei nº 5917, de 1973.”, de autoria do Senador Magno Malta, tendo como relator o Senador Delcídio Amaral, que apresenta parecer pela aprovação da matéria, na forma do Substitutivo que apresenta. A apreciação da matéria é adiada. **Item 5 - Projeto de Lei da Câmara, nº 67, de 2006** - Não Terminativo - “Inclui no anexo da Lei nº 5.917, de 10 de setembro de 1973, que aprova o Plano Nacional de Viação, o trecho rodoviário de ligação entre a BR-222, na localidade de Chapadinha/MA, e a BR-343, na cidade de Buriti dos Lopes/PI”, de autoria do Deputado Pedro Fernandes, tendo como relator o Senador Heráclito Fortes, que apresenta parecer pela aprovação da matéria, com as emendas que apresenta. A apreciação da matéria é adiada. A Presidência agradece a presença de todos e declara encerrada a reunião às doze horas e três minutos, lavrando eu, *Dulcília Ramos Calháo*, Secretária da Comissão, a presente Ata que, após lida e aprovada será assinada pelo Senhor Presidente e publicada, juntamente com a íntegra o seu registro de Estenotipia Informatizada. – Senador **Marconi Perillo**, Presidente.

15ª Reunião extraordinária da Comissão de Serviços de Infra-Estrutura, da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura,

REALIZADA NO DIA 26 DE ABRIL DE 2007, ÀS 11 HORAS E 32 MINUTOS.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Havendo número regimental declarado aberta a 15ª Reunião Extraordinária da Comissão de Serviço de Infra-estrutura da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura. Antes de iniciar os trabalhos, proponho a dispensa da leitura da Ata da reunião anterior. Os Srs. Senadores que aprovam permaneçam como se encontram. Aprovado.

A presente reunião destina-se à deliberação das seguintes matérias: PLS nº. 137/2006, PLS nº. 155/2005, PLS nº. 264/2004, PLS nº. 22/2004, e PLC nº. 64/2006. Informo que todos esses projetos são terminativos nessa Comissão. E o primeiro deles é da mais alta relevância. É o Projeto de Lei nº. 137/2006 que determina que as empresas operadoras de serviço móvel pessoal instalem bloqueadores de sinais de rádio comunicações nas penitenciárias estaduais e federais e dá outras providências. O autor desse Projeto é o Senador Rodolpho Tourinho. O Relator é o Senador Flexa Ribeiro. O parecer dele é pela aprovação do Projeto e pelo acatamento parcial da Emenda nº. 01, folha 14 pela rejeição Emenda nº. 02, folha 15.

Ambas de autoria da Senadora Serys Slhessarenko, nos termos do substitutivo.

Lembro aos Srs. Senadores e Sras. Senadoras que foi concedido vista coletiva na reunião do dia 15 de março pelo prazo regimental. Comunica a Comissão, que foi apresentado um voto em separado de iniciativa do Senador Demostenes Torres, que está ausente. Na verdade, a Comissão de Justiça se reúne geralmente às quartas. Foi convocada uma Sessão para hoje, no sentido de um esforço concentrado para limpar a pauta em relação aos projetos da área de segurança. Ocorre que este Projeto já está aqui na Comissão de Infra-estrutura acerca de 50 dias. E há uma pressão muito forte da sociedade no sentido de que essa Comissão aprecie, rapidamente, esse Projeto que é da mais alta relevância para o país. Importante dizer que a pedido, ou do autor do voto em separado ou do Relator e em virtude também de feriados, nós já procrastinamos essa reunião, várias vezes, a apreciação dessa matéria. De modo que eu consulto aos Srs. Senadores se nós prosseguimos a apreciação dessa matéria, repito, determina que as empresas operadoras de serviço móvel pessoal instalem bloqueadores de sinais de rádio comunicações nas penitenciárias estaduais e federais e dá outras providências. O autor é o Senador Rodolpho Tourinho. Então é um Projeto de muita relevância. Nós somos aqui agora apenas seis Senadores, não temos quorum, mas eu gostaria de ouvir a manifestação dos Srs. Senadores aqui presentes a respeito do melhor encaminhamento em relação a esse tema, a esse Projeto, até porque nós vamos ter um feriado na semana próxima, na terça-feira, é preciso saber se realmente teremos condições de, em havendo mais um adiamento, colocar definitivamente esse Projeto em votação. E também solicitando aos Srs. Senadores que em caso de adiamento os senhores possam estar fazendo um compromisso aqui de comparecerem para que a gente possa realmente resolver essa questão. Com a palavra, pela ordem, ao Senador...

SENADOR JAYME CAMPOS (PFL-MT): Presidente, Marconi Perillo, Sr. Vice-Presidente, Senador Delcídio Amaral, acho que fundamentalmente, se possível, óbvio, houver quorum suficiente, para nós fazermos os encaminhamentos desse Projeto de suma importância para o nosso Brasil.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Senador Jayme Campos, qual a sua sugestão?

SENADOR JAYME CAMPOS (PFL-MT): Eu sou favorável que, se possível, hoje, nós concretizemos aqui, já está com o parecer do companheiro Senador Flexa Ribeiro, acho que é fundamental, nós colocarmos, hoje, em pauta esse assunto aqui. Segundo, Sr.

Presidente, consulto V.Ex^a. se na próxima semana a Comissão de Infra-estrutura vai direcionar atividades aqui, até porque nós temos um feriado, terça-feira, que é primeiro de maio, eu pergunto a V.Ex^a. se vai ter... Vai realizar aqui sessões aqui ou não.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Havendo sessões deliberativas eu vou convocar sessões da Comissão de Infra-estrutura.

SENADOR JAYME CAMPOS (PFL-MT): Nesse caso seria na quarta-feira?

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Na quinta-feira. As nossas reuniões extraordinárias e por aprovação do Plenário, dessa Comissão, são realizadas às quintas-feiras, 10h00 ou 11h00 da manhã. Para evitar congestionamento de pauta e problema em relação ao funcionamento de outras comissões. Mas V.Ex^a. coloca aqui uma questão relevante, nós precisamos consultar o Relator. Nós estamos aqui preocupados, Senador Flexa, com a postergação da votação desse Projeto, já que por várias vezes ele foi adiado, ora por solicitação do autor do pedido de voto separado, ora pelos feriados, ora porque o parecer de V.Ex^a. ainda não estava incluído. De modo que a sociedade começa a fazer uma pressão forte junto à Comissão de Infra-estrutura, com razão, já que esta Comissão é terminativa e agora pouco o Senador Jayme Campos coloca, aqui a preocupação dele no sentido de esgotarmos a matéria ainda hoje. E eu indago a V.Ex^a. se está preparado para pronunciar o vosso relatório? Nós já somos aqui, oito Relatores. Eu não tenho dúvida de que nós vamos ter quorum para votar essa matéria, a fim de que, agente possa dar mais essa contribuição ao Brasil quanto à celeridade dessa pauta do Senado Federal, em relação ao combate à violência e criminalidade. Com a palavra o Senador Flexa Ribeiro.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Presidente, Senador Marconi Perillo, Srs. Senadores, V.Ex^a. tem toda razão de estar querendo, e todos nós queremos, colocar em votação esse Projeto. Até porque ele faz parte de um conjunto de projetos que visam diminuir a criminalidade em nosso País. Eu, como tinha consciência de que o Projeto era relevante, busquei, no menor espaço de tempo possível, concluir o Relatório fundamentado em cima de dados que foram buscados pela nossa Assessoria, pela Assessoria do Senado e por mim próprio, e encaminhei o voto à Comissão. O que eu tenho feito, Senador Marconi Perillo, ao longo desse tempo, é tentado introduzir melhorias no Relatório em função do prazo que tem sido dilatado, por falta de quorum. Eu desde o primeiro instante, seguramente duas semanas após receber a incumbência

honrosa de V.Ex^a. de relatar o Projeto, eu entreguei o Relatório.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): E eu sou testemunha disso, Senador.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Eu apenas lastimo é que não consiga quorum, por ser uma votação terminativa e termos que ter o voto qualificado, de não termos conseguido até então, a votar. Hoje, especialmente hoje, nós estamos... Eu acabei de vir da CCJ, da qual faço parte, estão lá todos os Senadores, inclusive o Senador Demostenes Torres que tem o voto em separado em relação ao meu. Então eu estou pronto para relatar o meu voto. Eu... A votação lá na CCJ, agora nesse exato instante, é exatamente do Projeto talvez, mais polêmico que diz respeito à tentativa da redução da criminalidade, que é da redução da maioria penal. Esta discussão vai se estender por longo tempo. Então o Senador Demostenes estava ao meu lado lá quando V.Ex^a. solicitou a presença nossa aqui, eu vim até aqui para me colocar à disposição, disse a ele que nós poderíamos vir em conjunto, ele tem um fato mais agravante, ele é o Relator do voto lá, da maioria penal. Quer dizer, ele realmente não tem como se ausentar nem das discussões, porque como a Senadora Patrícia Saboya apresenta o voto separado, ele vai ter que defender o voto que ele apresentou.

Então, eu compreendo a situação do Senador Demostenes Torres, de não ter a menor condição nem de se ausentar, como eu fiz agora, no momento do término da leitura do voto da Senadora Patrícia e início da discussão.

Então, eu acho que é uma... Seria uma indelicadeza da nossa parte se nós fizéssemos a apresentação do meu Relatório com a ausência do Senador Demostenes. Mas eu estou pronto se assim os meus pares entenderem, de colocar em discussão a proposta que faço para a instalação necessária, reconhecidamente necessária do sistema de bloqueios de comunicação no sistema penitenciário brasileiro.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Senador Flexa Ribeiro, nós havíamos convocado uma Reunião Extraordinária para ontem. Infelizmente não houve quorum. Eu estou seguro de que nós teremos quorum hoje. As nossas reuniões extraordinárias estão marcadas desde a primeira Sessão dessa Comissão, para as quintas-feiras, nesse horário. O que há de extraordinário hoje, além da nossa Reunião Extraordinária, é a reunião que está sendo realizada em caráter excepcional, na Comissão de Justiça. Ocorre que se nós temos esse tipo de constrangimento, a sociedade nos cobra. A sociedade quer a aprovação, a aprovação ou rejeição, ou seja,

apreciação desse Projeto. Primeiro eu quero indagar, Senador... Senador Jayme Campos acaba de solicitar aqui, Senador Flexa, que votemos hoje. Eu passei a palavra aqui aos membros da Comissão, e no caso do Senador... Do voto separado do ilustre Senador Demostenes, nós podíamos que fizesse a leitura do voto separado respeitando a opinião do Senador Demostenes. Agora, na minha opinião, se nós pudéssemos deliberar sobre essa matéria hoje. Porque dificilmente nós vamos conseguir quorum na semana que vem. E eu vou convocar, em havendo Sessão deliberativa do Senado, eu vou convocar a Sessão, vou convocar uma reunião dessa Comissão para a próxima quinta. Mas nós não sabemos se haverá quorum. Talvez - -

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): [pronunciamento fora do microfone].

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Mas as nossas sessões são realizadas as quintas. Quarta-feira à tarde, os Senadores não vêm, porque tem Sessão no Plenário. Nós já temos essa experiência. E o fato é que numa semana com feriado, dificilmente nós vamos ter quorum. Nós somos todos experientes e sabemos disso. Com a palavra o Senador Jayme Campos.

SENADOR JAYME CAMPOS (PFL-MT): Senador Flexa, V.Ex^a. tem que entender que nós temos que dar celeridade aqui, até porque nós Senadores estamos sendo cobrados. Eu imagino que o Presidente tenha autoridade suficiente e a prerrogativa para nomear o Relator *ad hoc* aqui, para falar em nome do Senador Demostenes Torres, Presidente. Eu particularmente defendo a tese de que nós teríamos que votar hoje, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): A secretaria da Mesa, me informa que não é possível designar um Relator *ad hoc*... Aliás, um leitor *ad hoc* do voto em separado.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): De modo, Senador Jayme Campos, que essa faculdade não existe, segundo me relata a secretaria. Agora, o Senador Delcídio Amaral, vice-presidente dessa augusta Comissão pede a palavra. Concedo com prazer.

SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Meu caro Presidente, Senadores, eu quero primeiro registrar a dificuldade que nós estamos enfrentando para obter quorum nas comissões. Hoje, por exemplo, nós tivemos o funcionamento da Subcomissão dos Marcos Regulatórios. Uma dificuldade imensa de se arremeter Senadores. Tem quase que pegar Senador pelo corredor e levar à força para o Plenário da CAE. Então nós temos uma questão de fundo que nos preocupa muito, em termos de atividades das Comissões

Permanentes e das Subcomissões dentro do Senado. Eu confesso, Presidente, que essas mudanças na agenda, elas prejudicam a todos nós. Todos nós aqui, de comum acordo e V.Ex^a. colocou em votação, marcamos as nossas reuniões para as quintas-feiras, às 11h00. Só que infelizmente nós estamos sendo atropelados por tarefas sob responsabilidade de outras Comissões. E eu...

Esse tema é um tema importante. Eu olhei aqui, a maioria das matérias que fazem parte da agenda de hoje são terminativas. Portanto, precisam do voto dos titulares e suplentes da Comissão de Infra-estrutura. Agora, Presidente, até pela complexidade dos temas e pelo que esses temas representam para a sociedade brasileira, e concordo com V.Ex^a. da cobrança que nos é imposta pela sociedade, mas com esse risco de nós não conseguirmos o quorum eu acho que nós precisamos ponderar bem sobre a possibilidade de colocar em votação temas tão importantes. E a CCJ, na minha leitura, vai longe hoje, até porque hoje o principal Projeto do pacote contra a violência está sendo votado hoje e cujo Relator... Nesse instante. E muitas pessoas da CCJ que teriam um papel importante nesse debate, estão lá sem poder vir votar aqui, na Comissão de Infra-Estrutura.

Eu acho, Sr. Presidente, que até por uma questão de... Por segurança, seria a despeito da pressão e da preocupação de V.Ex^a. que tem comandado a Comissão de Infra-estrutura com extrema eficiência e eficácia, seguindo à risca a agenda que foi aqui aprovada, eu acho complicado uma votação hoje, porque nós podemos correr o risco de não ter o número de Senadores suficientes para discutir, debater e votar essas matérias. Então queria ponderar que eu acho uma coisa... O Senador Flexa que tem sempre estado... Tem sempre marcado posição, que apresentou seu Relatório e que tem se empenhado nesse trabalho, acho que a ponderação do Senador Flexa é uma ponderação pertinente. Eu não sei se teremos hoje, as condições necessárias para votar nominalmente as matérias que constam da nossa pauta.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Senador Geraldo Mesquita fez pedido da palavra. Depois o Senador Casagrande. Pela ordem, Senador Flexa Ribeiro.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Só para informar a V.Ex^a. e aos Senadores da Comissão, que se assim for deliberado de que se deva relatar o Projeto hoje, eu estou pronto para fazê-lo.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Obrigado, Senador Flexa Ribeiro. Com a palavra o Senador Geraldo Mesquita. Logo após, Senador Renato Casagrande.

SENADOR GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB-AC): Presidente Marconi Perillo, eu queria pegar inclusive, uma carona no raciocínio exercido há pouco pelo eminente Senador Delcídio Amaral, no que se refere à situação vivenciada aqui, no Senado Federal, ultimamente, o Senador Delcídio chegou a mencionar o fato de que para o funcionamento de algumas comissões há necessidade de praticamente laçar Senadores pelos corredores e levar para as comissões. Esse é um problema que vai persistir e talvez até se agravar.

Em razão disso, eu apresentei recentemente, até a pedido de colegas, Senador Delcídio, um Projeto de Resolução aqui no Senado reduzindo o número de integrantes das comissões. Eu acho que esse não é o único... Não é a única solução, mas é a solução que se apresenta viável, porque esse problema enquanto tivermos a composição das comissões e o número de comissões e Subcomissões existentes presentemente na Casa, esse problema tende a se agravar, inclusive. Então eu creio que a redução de número de integrantes das comissões propiciará a que as comissões funcionem melhor diluindo-se o número de Parlamentares que não é tão grande assim, pelas comissões.

Em relação ao assunto em exame presentemente, é claro, Senador Marconi, que essa matéria não se subordina... A apreciação dela, nessa Comissão, não se subordina de forma alguma a deliberações de matéria correlatas que ocorrem em outras Comissões, por exemplo, Comissão de Constituição e Justiça. Eu entendo a preocupação de V.Ex^a., a sociedade de fato cobra mesmo que apreciemos, que seja qual for o resultado, mas que apreciemos as matérias. Mas nesse caso, em particular e específico, eu acho que a presença do Senador Demostenes é fundamental. A bagagem que ele poderia trazer para a discussão dessa matéria, nessa Comissão eu acho que é de fundamental importância. E aqui eu acho, Senador, que seria o caso de todos nós aqui, nos comprometermos de na próxima Sessão que V.Ex^a. designasse para o exame dessa matéria e de outras, que nós comparecêssemos sem a necessidade de sermos laçados pelos corredores dada a relevância e a importância que a matéria tem para todos nós, para a Casa e para esse País. Mas eu acho... Aí eu ponderaria que a presença do Senador Demostenes e as ponderações trazer e aduzir a discussão dessa matéria, eu creio que são fundamentais. Eu deixaria essa sugestão a V.Ex^a. para a sua deliberação.

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Com a palavra o Senador Renato Casagrande.

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Sr. Presidente, primeiro concordar com V.Ex^a. com a mesma opinião de V.Ex^a. com relação à importância do Projeto e da necessidade de votarmos, uma vez que já estamos atrasados dessa votação. Mas de fato a ação de outras Comissões hoje, impede de uma presença significativa de Senadores nessa Comissão, e a ausência do Relator do voto do substitutivo, é ruim nós desconsiderarmos esse voto. Então, eu opino de que nós deveríamos marcar uma reunião para quarta-feira e... Quinta-feira, manter a reunião da quinta-feira, e nós fazemos a reunião na próxima quinta-feira.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Bom—

[corte no áudio]

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Ao Senador Jayme Campos, se haveria concordância da parte dele.

SENADOR JAYME CAMPOS (PFL-MT): Sr. Presidente, primeiro que eu acho temerário prorrogarmos para a próxima semana. Todavia, se a maioria decidir dessa forma, é óbvio que tenho que respeitar a decisão da maioria. Da minha parte, eu respeito a decisão que a maioria dos colegas Senadores aqui...

[corte no áudio]

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Bom, nós estamos aqui... Senador Renato Casagrande, Senador Geraldo Mesquita, nós estamos aqui, Senador Marco Maciel, Senador Jayme Campos, Senador João Durval, Senador Flexa Ribeiro, Senador Cícero Lucena, Senador Delcídio, Senador Renato Casagrande, Senador Geraldo Mesquita e eu. Somos nove Senadores, nove Senadores. Consultaria os Senadores aqui presentes, se eles confirmam presença para a próxima quinta-feira agora, às 11h00, para que a gente possa, efetivamente, deliberar sobre essa matéria.

SENADOR MARCO MACIEL (PFL-PE): Bom, é o meu caso também, Presidente, Senador Marconi Perillo, agora eu estou com um problema, talvez tenha que ir a Uberaba na quinta-feira. Como V.Ex^a. sabe, seu Estado é um grande pólo da agropecuária brasileira e V.Ex^a. sabe que vai haver aquele encontro em Uberaba. E geralmente eu tenho comparecido e tenho convite muito insistente para comparecer. Não confirmei, mas talvez tenha que ir a Uberaba.

Agora, eu indagaria se, não se poderia examinar a hipótese de fazer uma reunião em caráter extraordinário na quarta-feira. Porque o que eu percebo é que não vai ter quorum para votações em Plenário. E talvez

havendo uma mobilização, tenha condições de à tarde ou na quarta no fim da manhã formar um quorum aqui. E até vou acrescentar, quando a Comissão de Justiça entendeu de fazer a Reunião na quinta-feira, foi... Como aqui foi lembrado e é notório, com o objetivo de encerrar todos aqueles projetos relativos à chamada pauta de combate à violência. E daí se pensou e foi realizado de fato isso, essa reunião na quinta-feira. Mas, também, já houve uma percepção de que encerrando quinta-feira, hoje, teria vantagem de essa pauta poder ir para o Plenário. Mas sabendo que dificilmente haverá quorum na quarta-feira para deliberações desse tipo. Então eu acho que não vai ser difícil, talvez, tentar uma reunião na quarta-feira. Porque é quem vier a Brasília, estará na quarta-feira. Quem não vier na quarta-feira, não vem mais. Na minha opinião. Pelo menos a experiência que eu tenho aqui, é essa. Vale a mesma coisa para a Câmara dos Deputados.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): A sugestão de V.Ex^a. é pertinente. Ocorre que na quarta de manhã nós temos já, as sessões ordinárias da Comissão de Justiça.

SENADOR MARCO MACIEL (PFL-PE): Mas parece que a CCJ não fará [pronunciamento fora do microfone], porque o Senador Antonio Carlos, eu participei um pouco dessas conversas, então o seguinte, o Senado Antonio Carlos quando achou, a dúvida é fazer na quinta-feira, foi justamente porque o partido [inaudível] dificilmente na quarta de manhã tivesse quorum para deliberar na Comissão de Justiça. E eu acho que a voz da experiência confirma um pouco isso. Agora, não custaria nada tentar uma Sessão às 11h00 na quarta-feira, ou 14h00, ou 15h00 na quarta. Porque eu tenho a impressão quem... E vai ter quorum na Comissão. Talvez não haja quorum para votação em plenário, sobre tudo de matéria que exija quorum qualificado. E ainda tem isso, que foram lidas medidas provisórias e dificilmente vai ter um acordo.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Bom, eu agradeço...

SENADOR MARCO MACIEL (PFL-PE): Nós podíamos fazer um esforço. Na quinta pode ser que eu esteja presente, mas eu preferiria se fosse na quarta.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Bom, nós vamos fazer uma tentativa de reunião na quarta-feira, caso efetivamente o Senador Antônio Carlos não convoque reunião deliberativa ordinária da Comissão de Justiça. Nós faríamos uma tentativa para quarta-feira às 11h00, em sendo impossível, às 14h00 e não sendo possível, para quinta. Vamos fazer uma tentativa no sentido de realmente esgotar essa pauta aqui, que tem assuntos da mais alta relevância. Eu sinceramente acho que na

próxima semana deveríamos votar esse Projeto dos bloqueadores de celulares nos presídios. Acho que é uma resposta que a Comissão de Infra-estrutura dará à sociedade, já que é terminativa nesse assunto. Eu agradeço as manifestações de todos, havendo concordância nós vamos então suspender esta Sessão, não sem antes eu aprovar aqui, alguns requerimentos que não dependem de quorum. Mas eu agradeço a participação de todos. Senador Delcídio está pedindo a palavra. Concedo a V.Ex^a.

SENADOR DELCIDIO AMARAL (PT-MS): Presidente, é só confirmando... Eu acho que a ponderação do Senador Marco Maciel é ponderação importante. Acho que nós precisamos perseguir essa alternativa de quarta-feira. Porque é quem vier vem na quarta. Na quinta e com o Plenário bloqueado com Medida Provisória, aí meu querido Senador Marco Maciel, nós vamos voltar outra vez voltar à conversa de laçar Senador aqui no corredor para votar. Então eu acho que essa ponderação de quarta-feira, Presidente, é muito importante. Nós precisamos fazer um esforço para votar na quarta-feira, porque quinta-feira há risco novamente, ainda mais com o Plenário, ainda mais com as votações em Plenário trancadas.

SENADOR JAYME CAMPOS (PFL-MT): Sr. Presidente, só fazer uma consulta a V.Ex^a., até a secretaria desta Comissão. Ontem o Senador Tasso Jereissati, que preside a Comissão, ele propôs para reunir às 19h30. É uma sugestão dele. Eu imagino que aqui também não teria nenhuma dificuldade, se fosse o caso, na quarta-feira às 19h30 viémos aqui ou 19h00. O que nós temos que fazer é dar celeridade nos projetos que se encontram nessa Casa. Eu particularmente não tenho nenhuma dificuldade.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Eu vou dar o despacho final então. Nós vamos fazer a primeira tentativa para as 11h00. Caso não haja reunião da CCJ, porque se houver realmente vai ficar difícil. Em havendo Sessão da CCJ nós faremos uma tentativa para as 14h00, e se não possível, 19h30, conforme sugestão de V.Ex^a..

Há sobre a Mesa um Requerimento de autoria do subchefe de gabinete do Senador Romeu Tuma, informando Requerimento no qual S.Ex^a requer seja considerada como justificada sua ausência aos trabalhos dessa Casa no dia de hoje, 26 de abril. Srs. Senadores e Sras. Senadoras que aprovam permaneçam como se encontram. Aprovado.

Nada havendo mais a tratar, declaro encerrada a presente Reunião e convoco outra, em caráter extraordinário para a próxima quarta-feira, às 11h00. Não sendo possível às 11h00, às 14h00. Nós ainda vamos

comunicar no dia de hoje, aos Srs. Senadores. Está encerrada a Sessão.

Sessão encerrada às 12h03.

**SECRETARIA DE COMISSÕES
SUBSECRETARIA DE APOIO ÀS COMISSÕES
PERMANENTES
COMISSÃO DE SERVIÇOS DE
INFRA-ESTRUTURA**

Ata da 16ª Reunião, extraordinária, da Comissão de Serviços de Infra-Estrutura, da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura, realizada em 2 de maio de 2007, às 11 horas, na sala de reunião nº 13, da Ala Senador Alexandre Costa, Anexo II.

Às onze horas e dez minutos do dia dois de maio de dois mil e sete, na sala de reunião da Comissão, na Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senador MARCONI PERILLO, reúne-se, extraordinariamente, a Comissão de Serviços de Infra-Estrutura com a presença das Senhoras Senadoras e dos Senhores Senadores **Inácio Arruda, Fernando Collor, Expedito Júnior, Leomar Quintanilha, Valter Pereira, Wellington Salgado, Adelmir Santana, Eliseu Resende, Jayme Campos, Flexa Ribeiro, João Ribeiro, Renato Casagrande, Marco Maciel, Romeu Tuma, Cícero Lucena e Eduardo Azeredo**. Presente ainda o Senador Magno Malta. Deixam de comparecer os demais Senadores. Havendo número regimental, o Senhor Presidente declara aberta a reunião, dispensando a leitura da ata da reunião anterior, que é dada como aprovada. A presente reunião destina-se à deliberação das seguintes matérias constantes da Pauta: **Item 1 - Projeto de Lei do Senado, nº 137, de 2006** - Decisão Terminativa - “Determina que as empresas operadoras do Serviço Móvel Pessoal instalem bloqueadores de sinais de radiocomunicações nas penitenciárias estaduais e federais, e dá outras providências”, de autoria do Senador Rodolpho Tourinho, tendo como relator o Senador Flexa Ribeiro que apresenta parecer pela aprovação do Projeto, com acatamento parcial da Emenda nº 1 e pela rejeição da Emenda nº 2, ambas de autoria da Senadora Serys Slhessarenko, nos termos do Substitutivo. Em 22/03/07 foi concedida vista coletiva, nos termos regimentais. Em 10/04/07, foi apresentado o Voto em Separado, de autoria do Senador Demóstenes Torres, concluindo pela aprovação do Projeto em sua redação original. Após a leitura do Relatório pelo Relator, usam da palavra para discutir a matéria os Senadores Wellington Salgado, Romeu Tuma, Magno Malta, Inácio Arruda, Renato Casagrande, Valter Pereira, Expedito Júnior, Adelmir Santana, Eduardo Azeredo, Marco Maciel, Flexa Ribeiro e Jayme Campos. Foi Concedida Vista

aos Senadores Wellington Salgado e Romeu Tuma, nos termos regimentais. **A apreciação da matéria é adiada. Item 2 - Projeto de Lei do Senado, nº 155, de 2005** - Decisão Terminativa - “Estabelece diretrizes nacionais para o saneamento básico, e dá outras providências”, de autoria do Senador Gerson Camata, tendo como relator o Senador Cícero Lucena que apresenta parecer pela declaração de Prejudicialidade do PLS nº 155, de 2005, nos termos do art. 334 do Regimento Interno do Senado Federal. Após a leitura do Relatório e colocado em Votação, a Comissão aprova o Projeto, que tem Parecer pela Declaração de Prejudicialidade da matéria. **Item 3 - Projeto de Lei do Senado, nº 264, de 2004** - Decisão Terminativa - “Altera a Lei nº 6.766, de 19 de dezembro de 1979, para condicionar a pavimentação de vias urbanas à prévia implantação das redes de infra-estrutura urbana básica, e dá outras providências.”, de autoria do Senador Augusto Botelho, tendo como relator o Senador Adelmir Santana, que apresenta parecer pela aprovação do Projeto, com a emenda que apresenta. Após a leitura do Relatório, usam da palavra os Senadores Flexa Ribeiro, Adelmir Santana, Cícero Lucena, Jayme Campos, Renato Casagrande, Eliseu Resende, e Inácio Arruda. Colocado em votação, a Comissão aprova o Projeto, com a Emenda nº 01-CI apresentada. **Item 4 - Projeto de Lei do Senado, nº 22, de 2004** - Decisão Terminativa - “Inclui o trecho rodoviário compreendido entre as cidades de Pedro Canário (ES) e Nanuque (MG), na Relação Descritiva das Rodovias do Sistema Rodoviário Federal, do Plano Nacional de Viação, aprovado pela Lei nº 5917, de 1973.”, de autoria do Senador Magno Malta, tendo como relator o Senador Delcídio Amaral, que apresenta parecer pela aprovação da matéria, na forma do Substitutivo que apresenta. A Presidência designa o Senador Wellington Salgado como relator *ad hoc*. Colocado em votação, a Comissão aprova o Projeto nos termos da Emenda nº 01-CI (SUBSTITUTIVO), com 12 votos favoráveis, nenhum voto contrário e nenhuma abstenção. A matéria irá à Turno Suplementar. **Item 5 - Projeto de Lei da Câmara, nº 67, de 2006** - Não Terminativo - “Inclui no anexo da Lei nº 5.917, de 10 de setembro de 1973, que aprova o Plano Nacional de Viação, o trecho rodoviário de ligação entre a BR-222, na localidade de Chapadinha/MA, e a BR-343, na cidade de Buriti dos Lopes/PI”, de autoria do Deputado Pedro Fernandes, tendo como relator o Senador Heráclito Fortes, que apresenta parecer pela aprovação da matéria, com as emendas que apresenta. A Presidência designa o Senador Cícero Lucena como relator *ad hoc*. Após a leitura do Relatório e colocado em votação, a Comissão aprova o Parecer do Relator, com as Emendas nºs 01 e 02-CI apresenta-

das. A Comissão aprova, ainda, as seguintes matérias constantes da **Extrapauta: Item 1 – Requerimento nº 32, de 2007-CI**, de autoria do Senador Inácio Arruda, requerendo a criação de uma subcomissão permanente destinada a examinar e debater os temas relacionados à infra-estrutura e desenvolvimento urbano. **Item 2 – Requerimento nº 33, de 2007-CI**, de autoria do Senador Inácio Arruda, requerendo seja convidado o Ministro de Estado da Integração Nacional, Senhor Gedel Vieira Lima, para expor, em Audiência Pública, as ações do Programa de Aceleração do Crescimento-PAC, no âmbito do Ministério. A Presidência agradece a presença de todos e declara encerrada a reunião às treze horas e vinte e oito minutos, lavrando eu, *Dulcília Ramos Calháo*, Secretária da Comissão, a presente Ata que, após lida e aprovada será assinada pelo Senhor Presidente e publicada, juntamente com a íntegra o seu registro de Estenotipia Informatizada. – Senador **Marconi Perillo**, Presidente.

16ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRA-ESTRUTURA, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA.

REALIZADA NO DIA 02 DE MAIO DE 2007, ÀS 11 HORAS E 05 MINUTOS.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Havendo número regimental, declaro aberta a 16ª Reunião Extraordinária da Comissão de Serviços de Infra-Estrutura, da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura.

Antes de iniciarmos os trabalhos, proponho a dispensa da leitura da Ata da reunião anterior. Os Srs. Senadores e Sras. Senadoras que aprovam, permaneçam como se encontram. Aprovada.

A presente reunião, como já disse anteriormente, destina-se à deliberação das seguintes matérias: PLS nº. 137/2006, que é exatamente este que trata dos bloqueadores de celulares nas penitenciárias estaduais e federais do Brasil, PLS nº. 155/2005, PLS nº 264/2004, PLS nº 22/2004 e PLC nº. 67/2006.

O Senador Flexa Ribeiro já se encontra presente. Ele, ao longo desses últimos dias, se debruçou em relação à elaboração do parecer deste Projeto de iniciativa do Senado, inclusive realizando modificações, aprimoramentos ao seu próprio Parecer, estando ele em condições de relatar a matéria, vou passar a ele a palavra, para que ele possa fazer a leitura do parecer com as modificações, até porque uma vez realizadas as modificações no Projeto, cabe ao Relator fazer leitura, sobretudo, dos trechos que foram modificados, a fim de que eventualmente se algum Senador desejar pedir vista da matéria, a ele será concedida a vistas ou ao conjunto dos membros da Comissão, já que

nós também já temos informação de que por motivo de saúde, o Senador Demostenes, autor de um voto em separado não poderá comparecer a essa Sessão pelos próximos 10 dias.

De qualquer maneira, acho que não será demais realizarmos aqui um esforço no sentido de esgotarmos essa matéria ainda hoje. Caso seja possível, caso haja quorum para a deliberação, seria o caso de nós designarmos um Relator ou um Senador ad hoc para fazer a leitura do voto em separado do Senador Demostenes que com certeza está muito bem elaborado.

Então, havendo possibilidade de leitura por parte do parecer do ilustre e competente Senador Flexa Ribeiro, passo a ele a palavra.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Presidente, Senador Marconi Perillo, Srs. Senadores. Eu pediria a V.Exª, se possível fosse, que a Secretaria da Comissão pudesse fazer o contato nos gabinetes dos Senadores membros da Comissão para que eles pudessem vir até aqui para com isso a gente tenha o quorum qualificado para deliberar a respeito do Projeto tão importante, como V.Exª já falou da instalação dos bloqueadores do sistema penitenciário.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Acolho o Requerimento de V.Exª e determino à Comissão que prossiga os contatos junto aos gabinetes dos Senadores que compõem esta Comissão na condição de titulares e o suplentes. Repito, e faço mais uma vez um apelo aos ilustres Senadores e Senadoras que compõem essa Comissão de Serviço de Infra-Estrutura que compareçam para que a gente possa deliberar sobre esta importantíssima matéria e outras matérias de grande relevância para o País. Mas, essa matéria em especial, Senador Flexa, V.Exª caprichou no parecer, já pude lê-lo, mas essa matéria talvez seja uma das mais importantes, senão a mais importante dentro desse pacote de redução da criminalidade e de combate à violência no Brasil. A instalação de bloqueadores de celulares nos presídios brasileiros, nas penitenciárias estaduais e federais, certamente vai colaborar e muito para que a gente possa ter a redução em relação aos índices de criminalidade que tanto preocupam a sociedade brasileira. Com a palavra o Senador Flexa Ribeiro.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Presidente, o Projeto do nobre Senador Rodolpho Tourinho, ele determina que as empresas operadoras de serviço móvel pessoal, instalem bloqueadores de sinais de radiocomunicações nas penitenciárias estaduais, federais e dá outras providências.

Esse Projeto do... Como disse, do nobre Senador Rodolpho Tourinho, foi a mim encaminhado por V.Exª para que eu o relatasse. De posse do Projeto, eu... E

face à urgência que V.Ex^a me solicitou para que o relatasse, eu busquei as informações necessárias para que embasasse o parecer o mais fundamentado possível. E fiz reuniões com a área técnica e depois com... Até na oportunidade em Audiências Públicas com diretores da ANATEL, fiz uma reunião com a associação das empresas operadoras do sistema de telefonia móvel, busquei nos anais da CPI do Tráfico de Armas as sugestões que lá foram aprovadas, porque desde aquele tempo já se verificava a necessidade de bloqueios da comunicação nos presídios, busquei informações de experiências internacionais a respeito desse bloqueio também em Países outros.

Acho que nós temos consenso com relação à necessidade de instalar esses bloqueadores. A imprensa nacional, a mídia nacional, diariamente traz ao conhecimento da sociedade extorsão feita por presidiários com pessoas da sociedade de fora, através da telefonia móvel pedindo que sejam depositados recursos, valores ou então comprados cartões de celular pré-pago para que se dê o número para que eles possam alimentar aqueles celulares que estão dentro dos presídios. Ainda agora na semana passada o funcionário do meu gabinete, o Eraldo, foi, eu diria extorquido em mil reais e seria em mil e oitocentos se ele não tivesse tido a flexibilidade que eu diria de ter sido informado de que aquele telefonema que ele estava recebendo não era verdadeiro. Até porque uma coisa que me foi relatado por ele, eu até disse a ele: "Mas, Eraldo, como é que você cai num processo como esse que está tão divulgado pela imprensa?". Ele disse: "Senador, o problema é que a pessoa que me ligava não deixava eu desligar o telefone. Dizendo que se eu desligasse o telefone meu filho iria ser sacrificado. Então eu fiquei com o telefone ligado o tempo todo só me deslocando para comprar os cartões e fazer a transferência do número". Quer dizer, é esse tipo de situação que a sociedade brasileira está sujeita se nós não agirmos no Senado com relação à instalação dos bloqueadores. É importante que os Srs. Senadores tomem conhecimento que existe desde 2003 a Lei 10.792 que determina que os estabelecimentos penitenciários devem dispor de bloqueadores de telecomunicações para telefones celulares, radiotransmissores e outros meios. Ou seja, nós estamos legislando sobre algo que já existe uma lei que determina a instalação. Só que a lei ela não diz quem vai instalar a... Quem é a responsabilidade pela instalação dos bloqueadores e de quem é o ônus pela instalação desse sistema. Ou seja, ela é inócua. Ela não trouxe nenhum efeito, nenhuma eficácia na instalação.

Como eu disse no início, existe o consenso da necessidade de instalar os bloqueadores. A diver-

gência que há é com relação a quem deve instalar e a quem deve ser... Quem deve arcar com o ônus da instalação.

Então, no material que eu colhi, a própria ANATEL, Agência Nacional de Telecomunicações, que é incumbida de fazer a fiscalização das telecomunicações, ela diz no texto que me foi repassado relatório inicial para a Comissão instituída pela Portaria nº 23/49 de 3 de dezembro de 2006. Ela diz o seguinte: Atualmente praticamente todos os aparelhos de radiocomunicações são utilizados para fins criminosos no interior dos presídios. São telefones celulares do serviço móvel pessoal, SMP. No entanto, uma solução, aí eu peço aos Srs. Senadores que prestem atuação ao que diz a ANATEL. No entanto, uma solução técnica que venha a ser adotada para bloquear somente as comunicações nas subfaixas de radiofrequências do SMP será ineficaz, pois a população carcerária, ao perceber a impossibilidade de utilização dos telefones celulares pode migrar para outros serviços equivalentes, tais como Serviço Móvel Especializado, Serviço Telefone Fixo Comutado, STFC, com tecnologia WLL, Serviço Limitado Móvel Privado SLMP, Serviço Móvel Global por Satélite, dentre outros. Esses serviços utilizam uma vasta gama de sub faixas de radiofrequência requerendo, portanto, o respectivo bloqueio.

Ora, Sr. Presidente, quando a ANATEL nos diz que a pura e simples, o puro e simples bloqueio das faixas de frequência das operadoras de telefonia móvel não satisfaria a impossibilidade de comunicação do preso com o exterior, por quê? Porque as empresas iriam bloquear cada uma delas a sua frequência. Mas existem outros meios de comunicação que não seriam bloqueados. E nós temos que ter um sistema de bloqueio que bloqueie qualquer tipo de comunicação possível. Inclusive de radiotransmissão de dentro dos presídios para fora. Então isso é dito pela própria ANATEL. Diz mais. Adicionalmente deve considerar o uso de equipamentos não certificado ou clandestino, tais como os telefones sem fio de longo alcance, até 35 quilômetros que operam na faixa VHF. É importante frisar que se deve prioritariamente coibir o uso de equipamentos de radiocomunicação.

Evidente que o fato de nós instalarmos os bloqueadores, não é suficiente. É preciso que as ações que impeçam a entrada dos sistemas de comunicação sejam colocadas e monitoradas para que uma das ações importantes é que haja a revista das visitas e das pessoas que possam ter o contato com o preso para que eles não levem outro tipo de radiocomunicação que possa vir a existir com a tecnologia.

O uso criminoso desses equipamentos é mais danoso em comparação à utilização de equipamen-

to de radiação restrita ou equipamento utilizado em serviços limitados, por terem eles a capacidade de acessar mais de 140 milhões de números de telefones fixos ou celulares para a prática como simulações de seqüestros, extorsões, ameaças, etc. Portanto, qualquer solução a ser adotada deve estar preparada para se adaptar rapidamente aos avanços tecnológicos sob pena da discussão aqui enfrentada se tornar vazia em um breve lapso temporal. Isso é um outro dado importante aos Srs. Senadores. O meu Relatório prevê que as operadoras de telefonia móvel ficam responsáveis pela encaminharem à ANATEL e ao sistema prisional qualquer nova tecnologia ou qualquer mudança de frequência que elas possam vir a adotar, de tal forma que a correção no sistema de bloqueio possa imediatamente ser feito, sob pena disso não acontecer, ela ser penalizada com multa pecuniária e na reincidência inclusive com a possibilidade de suspensão da concessão. Então, as operadoras continuam responsáveis sim pelo sistema a ser instalado.

Uma outra observação que eu gostaria de passar aos nossos Senadores, é que foi colocado aqui pela ANATEL de que por ocasião da concessão, o sistema de bloqueadores não era obrigatório por parte das concessionárias, ou seja, na concessão que foi concedida a cada uma das operadoras não fazia parte como obrigação dela a instalação desses bloqueadores. E caso isso possa vir ser atribuído, porque é uma ação do Congresso legislar nesse sentido, dizer. Não, a operadora vai ser obrigada a instalar e arcar com os ônus. Ela, dita pela ANATEL, repassaria esse ônus ao usuário do sistema de telefonia móvel. Ora, feita essa leitura e tomado conhecimento desse relato por parte da ANATEL, o que é que eu busquei? Cheguei à conclusão de que primeiro se fosse obrigação das operadoras fazer a instalação dos sistemas de bloqueio, cada uma faria o bloqueio da sua frequência, e nós teríamos no sistema penitenciário, tantos sistemas de bloqueio quanto fosse as operadoras funcionando e não teríamos o bloqueio de outros sinais como, por exemplo, de radiotransmissor. Nós não teríamos um responsável pela manutenção do sistema, um responsável pela operação do sistema.

Então, a ANATEL recomenda que o sistema de bloqueio não seja imposto às operadoras, e que seja então evidentemente se não é imposto a operadora, seja feito pelo próprio Governo com um único sistema bloqueando todas as frequências móveis no sistema de telefonia móvel e bloqueando todo o sinal possível de radiotransmissão. Esse é o primeiro ponto para definição do Relatório.

O segundo ponto é a quem cabe o ônus da instalação do sistema de bloqueio. Ora, a ANATEL diz que

se for obrigação das operadoras, elas irão transferir para a tarifa da telefonia móvel esse custo. E evidente que nenhum de nós Parlamentares, hoje, cogita ou possibilita de qualquer aumento de carga tributária, seja ela direta ou indireta para o cidadão brasileiro. E evidente que isso seria um momento de carga tributária, porque haveria o aumento da tarifa. Fui buscar qual o meio para que pudesse ter os recursos de instalação dos bloqueadores sem onerar o usuário, e cheguei ao resultado estarrecedor que já fiz aqui relatos em ocasiões anteriores de que o FISTEL, que é o Fundo de Fiscalização da Telefonia, arrecada a cada ano valores que eu tenho aqui em 2003, arrecadou 1 bilhão, 288 milhões. E foram desconfiados para a ANATEL 231 milhões. Em 2004, 1 bilhão, 987. Foram usados 252. Ou seja, um excesso de arrecadação da ordem de 1 bilhão e 700 milhões em números redondos. Em 2005, arrecadou 2 bilhões e 56 milhões. A ANATEL usou para a sua função de fiscalização, 231 milhões. Novamente, 1 bilhão e 800 milhões de excesso de arrecadação. Em 2006, 2 bilhões e 14 milhões arrecadados. Excesso de arrecadação de 221 bilhão, 880 milhões. Em 2007, na LDO, no orçamento aprovado em 2007, previsão de arrecadação do FISTEL, 2 bilhões, 135 milhões. Previsão de utilização pela ANATEL, 350 milhões. Novamente temos um excesso de arrecadação de 1 bilhão e 800 milhões.

Ora, esses recursos estão sendo usados pelo Governo Federal, Senador Inácio Arruda, para fazer o superávit primário, ou seja, para pagar juros da dívida brasileira.

Então, não é justo que oneremos novamente o usuário brasileiro quando ele já contribui através de tarifa no FISTEL com recursos que são além dos necessários por seis vezes. Então o que é que diz o meu Relatório? Vamos usar os recursos que sobram no FISTEL para instalar esses bloqueadores e será isso uma única vez porque a partir de então o meu Relatório diz que qualquer nova casa penitenciária que for construída pelo Governo, seja ele estadual ou federal, terá que ter já no seu Projeto o bloqueador de sinal instalado. Ou seja, nós temos que resolver o passado, porque o futuro o Projeto já prevê a obrigatoriedade da instalação. Esse cálculo estimativo desse sistema deve gerar em todos os presídios e vai depender evidentemente do grau de necessidade de bloqueio o sistema penitenciário de alta complexidade ou de média ou baixa periculosidade, melhor dizendo, ele giraria em torno de 300 a 400 milhões de reais que seriam utilizados pelo FISTEL. E, além disso, terminado esse Projeto, eu vou propor, apresentar um Projeto para que nós possamos rever, Senador Wellington Salgado, V.Ex^a que é o Presidente da Comissão de Ciência

e Tecnologia, que possamos rever essa tarifa cobrada do usuário do sistema de comunicação para que se recolha o necessário para que as agências reguladoras possam exercer a sua função de fiscalização, de ordenamento do sistema.

Por último, Srs. Senadores, Sr^{as}. Senadoras, eu gostaria de informar que no meu Relatório eu fiz uma inclusão em função de uma Audiência Pública na Comissão de Ciência e Tecnologia que eu vou ler porque esse Relatório já era do conhecimento de todos os senhores há mais de 30 dias, foi distribuído a todos os gabinetes. Vou ler só a parte que foi adicionada depois da audiência da Comissão de Ciência e Tecnologia. “Adicionalmente informamos que a partir de contatos efetuados com o Ministério da Justiça e da Audiência Pública sobre o tema realizado na Comissão de Ciência e Tecnologia Comunicação e Informática da Câmara dos Deputados no último dia 11 de abril, reformulamos o nosso substitutivo original. Nesse contexto, introduzimos alterações pontuais no art. 1º e 2º de forma a contemplar a existência de outras tecnologias de controle das comunicações a serem utilizadas nos estabelecimentos penitenciários, e não apenas os bloqueadores de sinais de radiocomunicações. Da mesma forma, acrescentamos no § 2º do art. 4º para condicionar a introdução pelas empresas de novas tecnologias de comunicação sem fio, ao desenvolvimento de dispositivos de bloqueio ou controle a elas compatível, renumerando-se os demais parágrafos”.

Quer dizer o seguinte. Existe hoje uma tecnologia de rastreio dos telefones existentes dentro do presídio. Então, há como a companhia saber que de dentro daquela casa penitenciária está sendo utilizado o telefone número tal, e com isso ele pode chegar a esse telefone. Então isso permite a instalação desse sistema em casas de menor risco, um presídio de menor risco não haveria a necessidade de ter o bloqueador que limite a todos os sinais. Poderia ter um rastreador. Também permite isso. E mais do que isso, qualquer nova tecnologia sem fio desenvolvida pela operadora, a operadora terá que dar, fornecer ao Governo o sistema de bloqueio, aquela nova tecnologia. Ou seja, para que não tenhamos que a cada avanço tecnológico tenhamos que ir atrás da tecnologia de bloqueio daquele avanço.

Então, será responsabilidade da operadora a utilizar uma nova tecnologia oferecer ao Governo o sistema de bloqueio àquela tecnologia que ela vai implantar. Esta é a adição que fiz ao parecer que já estava distribuído.

Em resumo, Sr. Presidente, o meu voto é para que o sistema de bloqueio seja completo, não só como previa o Projeto do nobre Senador Rodolpho Tourinho

da telefonia móvel, mas seja de qualquer sinal de radiotransmissão que ele seja feito pelo próprio Governo, para que vai ser o responsável tanto pela instalação como pela operação e pela manutenção do sistema e que o ônus dessa instalação seja custeado pelo FISTEL. Para isso eu faço uma alteração na lei do FISTEL propondo, acrescentando esta função como também passível de ser custeada pelos recursos do FISTEL.

Então, diante do exposto, o voto é pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 137/2006 com o acatamento parcial da Emenda nº 1, as folhas 14 pela rejeição da Emenda nº 02 as folhas 15, nos termos do substituto que é este que eu relatei aos Srs. Senadores. Era o que tinha a relatar, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Essa Presidência cumprimenta o ilustre Senador Flexa Ribeiro pela dedicação a este Relatório, pela competência do voto em... Aliás, pela competência do substitutivo, pelo esforço feito nesses últimos dias no sentido de trazer com a rapidez que o assunto requer este voto, este substitutivo à apreciação e deliberação dos Srs. Senadores, cumprimento igualmente ao ilustre Senador baiano Rodolpho Tourinho pela iniciativa desse Projeto, e agradece aos Srs. Senadores que já se fazem presentes aqui na Comissão de Serviço em infra-estrutura. Eu acho que está valendo o nosso esforço. Nós já temos aqui 12 Senadores presentes, eu e gostaria de fazer mais um apelo aos ilustres Senadores que ainda não compareceram no sentido de compareçam à Comissão de Serviço de Infra-Estrutura porque nós vamos deliberar no dia de hoje a respeito de um Projeto da mais alta relevância para o Brasil, que é o Projeto que dispõe sobre os bloqueadores de telefonia, bloqueadores nos presídios, nas penitenciárias estaduais e federais. Esse é um Projeto importantíssimo dentro do pacote de combate à segurança.

De modo que eu queria mais uma vez convidar aos ilustres Senadores para que compareçam, venham votar um Projeto importantíssimo que será deliberado no dia de hoje. Nós temos aqui já a presença de todos os Senadores do bloco da minoria. Dois Senadores do bloco de apoio ao Governo e um Senador do PMDB. Então eu gostaria de agradecer aos que se encontram e convidar aos demais para que compareçam no sentido de que podemos deliberar no dia de hoje ainda este Projeto de tamanha relevância.

Com a palavra pela ordem o ilustre Senador Romeu Tuma. Existem Senadores inscritos para discutirem a matéria. O voto em separado. Após o pedido de ordem de V.Ex^a...

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP): Não, eu fico inscrito para debater porque achei que o senhor

já estava encerrando para entrar em votação. O apelo pela importância da discussão e votação desse Projeto, eu queria só me manifestar favorável a esta ansiosa expectativa de V.Exª e torná-lo aprovado hoje. Eu espero.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Estão inscritos os Senadores para o debate os Senadores Wellington Salgado, Senador Magno Malta, Senador Romeu Tuma, Senador Renato Casagrande. Já estão presentes os Senadores Inácio Arruda, Wellington Salgado, Adelmir Santana, Eliseu Resende, Jayme Campos, Flexa Ribeiro, Marco Maciel, Romeu Tuma, Cícero Lucena, Eduardo Azeredo e Renato Casagrande. Com a palavra o ilustre Senador Wellington Salgado de Oliveira.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Sr. Presidente, queria parabenizá-lo pela presença de vários Senadores na sua Comissão no dia de hoje, um dia que demonstra o prestígio de V.Exª. Eu queria, Senador Flexa Ribeiro, tem uma história, essa questão dos bloqueadores, me lembra muito uma história que não aconteceu em Minas. Tinha um cidadão que ele achava que toda vez que ele saía para trabalhar que a mulher o traía no sofá da sala. E ele resolve tirar o sofá da sala para resolver o problema. Entendeu, Senador Flexa? Entendeu a história? Essa história dos bloqueadores me lembra uma história que não aconteceu em Minas, mas não me lembro qual Estado foi, o cidadão saía para trabalhar e a mulher o traía no sofá da sala. Então ele ficou preocupado e para resolver o problema ele tirou o sofá da sala.

Então, é o mesmo caso dos bloqueadores. O problema é sério, mas é um problema de autoridade. A ordem é não entrar celulares nos presídios. No entanto nós vamos ficar aqui fazendo lei para poder resolver uma crise de autoridade. Quando esse Projeto for em discussão na CCJ, eu lembro falei, estava presente o Senador Antônio Carlos Magalhães, eu falei: "Querida ver se o Senador Antônio Carlos Magalhães fosse diretor de um presídio se alguém entrava com celular". Aí o Senador Pedro Simon falou: "Vigi Maria! Eu não queria estar preso lá de jeito nenhum!" [risos]

Então, é uma questão de autoridade. Não pode entrar, não pode entrar. Agora, V.Exª colocou muito bem. Vai haver a todo momento uma mudança de tecnologia. Então uma hora se coloca bloqueador para celular, depois vem um Wirefire que todo mundo vai acessar de uma caneta daqui a pouco, vai ter informação numa caneta. Então vai ficar cada vez mais difícil. E o que é pior, como V.Exª bem colocou, o cálculo do custo da assinatura da telefonia não está previsto essa despesa. E quando estive aqui, o Presidente esteve na Comissão de Educação o Presidente da ANATEL,

ele colocou bem claro: Se não faz parte da planilha, ela terá que ser incluída e passará para os consumidores. E V.Exª ficou preocupado com isso. E aí surgiu todo o debate da questão do FISTEL, quando V.Exª colocou o quanto é arrecadado. V.Exª. colocou ao Presidente, mas para funcionar bem quanto é que precisa? 500 milhões. E V.Exª falou: Mas nós estamos arrecadando dois milhões no ano de 2007 vai estar previsto. Dois bilhões. E essa diferença vai para o famoso superávit primário?

Então, é uma série de colocações que nós temos que ter muito cuidado com essa aprovação. E eu queria saber de V.Exª, Sr. Presidente, nós temos aqui a idéia de um voto em separado feito pelo Senador Demostenes que não está presente. E esse voto em separado ele foi apresentado na CCJ votado e aprovado. Não é isso, Senador Flexa? Foi aprovado o votado em separado do Senador Demostenes. Ele foi Relator e aprovou lá.

Então, eu queria saber, Sr. Presidente, como é que... Qual vai ser a situação de não estar presente o Senador Demostenes, e se não está presente, não pode ser lido o voto, porque é um voto dele, estaríamos votando o voto de V.Exª, Senador Flexa, sem ouvir, porque está hospitalizado o Senador Demostenes, sem ouvir o voto em separado dele. Eu fico um pouco preocupado, porque a gente tem uma questão nas Comissões de quando tem algo desse tipo a gente esperar para vir para o grande debate, que é o voto em separado contra o voto de V.Exª. Então eu queria saber, Sr. Presidente, claro, vamos seguir o que V.Exª colocar, cumprindo o regimento, qual será a atitude da Mesa com relação a essa situação.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Bom, essa Presidência recebeu a informação por parte do Senador Demostenes de que ele se submeteu a uma cirurgia no final de semana e início dessa semana, e que estará por 10 dias em licença médica. Ocorre que a pedido do próprio Senador Demostenes, o próprio Senador Flexa, uma vez, e de alguns outros Senadores, nós já postergamos essa deliberação por dois meses. Eu tenho certeza, tenho convicção de que o voto do ilustre Senador Demostenes é um voto muito bem fundamentado. Agora, não há necessidade de se ler o voto em separado. Caso o autor esteja, e também não pode ser delegado a terceiros a leitura ad hoc do voto em separado. Somente o autor do voto em separado pode fazer a leitura. Nós fizemos um esforço muito grande na semana passada para votar, para deliberar essa matéria. Não houve quorum. Não havia quorum e nós fizemos um apelo para que na quarta-feira, no dia de hoje, todos pudessemos estar aqui para efetivamente votar. Eu estou disposto

a colocar em votação essa matéria. Nós estamos fazendo um esforço muito grande, já estão aqui 14 Senadores, quando cheguei aqui éramos apenas 2, eu e o nosso Senador Jayme Campos, nosso Governador Jayme Campos, e--

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP): Eu já tinha passado por aqui.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): O Senador Romeu Tuma já tinha Estado, Senador Adelmir... Mas o fato é que nós temos aqui quorum, nós temos aqui a presença de 14 Senadores que representam essa Comissão. A única maneira que eu tenho de não votar hoje é se alguns dos Srs. Senadores pedir vistas, já que houve modificação no voto do Senador Flexa Ribeiro.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Desculpe, Sr. Presidente, mas a diferença Senador Flexa é mínima...

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Eu acho que esse voto foi bastante aprimorado. O Senador Flexa discutiu várias vezes com o Senador Demostenes e eu acho sinceramente que o mesmo esforço que foi feito pela sociedade, pela CCJ para votar o pacote antiviolência tem que ser feito por essa Comissão.

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP): O senhor dá licença, Sr. Presidente?

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): O Sr. Senador Wellington Salgado se dá por satisfeito? Posso passar a palavra ao Senador Romeo ou ao Senador Magno? Com a palavra o Senador Romeu Tuma, por favor.

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP): Eu tenho a impressão que o Demostenes fez um bom Relatório, só que o Senador Flexa se acautelou porque as companhias telefônicas têm reclamado que não tem capacidade para colocar. O senhor faz pelo fundo e pelo Governo. Quer dizer, tira esse aspecto de reação das companhias telefônicas. Eu acho que nós temos que encontrar um caminho que se coloque isso anteontem. Não dá para esperar mais. O uso do telefone, ontem ainda se apresentou na televisão mais um fato de tentativa de extorsão só que o telefonema caiu no fantástico e aí fizeram uma programação para prender os autores do telefonema que deveriam ter saído do presídio do Rio de Janeiro e dois foram buscar o dinheiro e pegaram o pacote de jornal. Então é uma coisa que está correndo no mundo.

SENADOR MAGNO MALTA (PR-ES): Senador Tuma...

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP): Pois não.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Eu queria dar só uma... Só um minutinho, Senador Magno. Eu gostaria de dar aqui uma explicação. Essa Comissão aprovando hoje, segundo me informa a Secretaria, essa Comissão aprovando o substitutivo do Senador Flexa Ribeiro, ainda haverá um turno suplementar, uma vez que há um substitutivo a ser aprovado. Portanto ao Senador Demostenes Torres será dado a oportunidade de dar o seu voto em separado, ler o seu voto em separado, discutir o seu voto em separado com o conhecimento que lhe é peculiar.

Portanto, a possibilidade um turno suplementar certamente assegura ao Senador Demostenes a oportunidade de ler seu voto em separado. Reitero aqui o compromisso dessa Comissão no sentido de deliberar sobre essa matéria em primeiro turno no dia de hoje. Com a palavra o Senador Magno Malta.

SENADOR MAGNO MALTA (PL-ES): Me dá um aparte, Senador Wellington. Só para que a Comissão entenda, é porque o voto em separado do Senador Demostenes ele rejeitou todas as Emendas. E rejeitou uma Emenda da Senadora Serys Silhessarenko que prevê multa e ela dá o valor da multa, mínimo e máxima. E a diferença do Senador Flexa do voto separado que foi aprovado, ele acata parte da Emenda da Senadora Serys que é aqui, "a inobservância do dever estabelecido nesse artigo sujeito a operadora a pena de multa a ser revertida ao Fundo Penitenciário Nacional que ela propunha que a mínima era 30 e a máxima 150 mil. Então ele acata parte da Emenda dela que o Senador Demostenes fez o voto em separado para não rejeitar Emenda nenhuma. Agora...

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): Não é, não. Acho que o grande detalhe é o problema de quem paga.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): E quem instala.

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): É.

SENADOR MAGNO MALTA (PL-ES): Eu sei. Quando o Presidente... Inácio, só quando o Presidente reparou que no segundo turno o debate continua, é para dizer o seguinte, o Senador Demostenes ele vai poder debater exatamente porque ele rejeitou tudo. A discussão dele é essa. Ele rejeitou tudo e o Senador Flexa acata parte da Emenda. Então no segundo turno o debate se dará aí, quer dizer, respeitando o Senador Demostenes que rejeitou e o Senador Flexa que está acatando.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): V.Ex^a tem a palavra para discutir a matéria. Já se dá por satisfeito?

SENADOR MAGNO MALTA (PL-ES): Não.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Então, com a palavra ao Senador Magno Malta para discutir a matéria.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Eu não terminei a minha... Só dois minutos, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Antes de conceder a palavra ao Senador Wellington para que ele possa concluir a sua discussão. Depois Senador Romeu Tuma, Senador Renato Casagrande e o Senador Valter Pereira. Com a palavra o Senador Wellington Salgado por dois minutos.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Primeiro, Sr. Presidente, queria agradecer o esclarecimento quanto a questão da segunda votação, fiquei muito satisfeito. Acho que a sua Assessoria funcionou rapidamente, V.Ex^a também, mostrando que o Senador Demostenes vai ter o seu direito ao voto.

Em segundo só queria colocar, Senador Flexa, a minha preocupação rapidamente para que todos possam debater que é um assunto polêmico, que tudo que está sendo criado, eu não estou aqui para defender teles. Inclusive eu na Comissão de Comunicação sou um dos que mais bate nas teles porque eu discuto uma série de situações. Agora, tudo que nós estamos criando, estamos repassando para elas. Por exemplo, para fazer a escuta telefônica, antigamente a escuta era feita na sede das teles. Agora não. Agora é feita colocando um custo para levar até a delegacia ou até o local aonde a polícia ou o Poder Judiciário quer que faça. Isso tudo tem um custo. Nós estamos repassando e repassando. Achar que isso não vai ser repassado para o usuário de alguma maneira é pura ingenuidade nossa. Porque no sistema empresarial, se há custo alguém vai pagar por isso. E o Senador Flexa coloca nesse caso, Sr. Presidente, esse custo vai ser pago pelo FUST, pelo FISTEL. Que é um fundo que tem uma reserva sobrando. Não é isso Senador Flexa? Então, muito obrigado pelos esclarecimentos, Sr. Presidente, e vou votar com o relatório do Senador Flexa Ribeiro.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Senador Wellington e demais Senadores aqui presentes, antes de conceder a palavra ao Senador Magno Malta, gostaria de fazer apenas um esclarecimento regimental. Para facilitar a discussão e até mesmo para abreviá-la.

Segundo o art. 282, do nosso Regimento Interno do Senado, sempre que for aprovado o substitutivo integral a Projeto de Lei de Decreto Legislativo ou de Resolução em turno único será submetido a turno su-

plementar. Então é regimental o turno suplementar. No seu § 2º, esse artigo estabelece o seguinte: Poderão ser oferecidas Emendas no turno suplementar por ocasião da discussão da matéria vedada apresentação de novo substitutivo integral. Portanto, estará assegurado a todos os Senadores a apresentação de Emendas. Concedo a palavra ao Senador Magno Malta.

SENADOR MAGNO MALTA (PL-ES): Sr. Presidente, realmente a importância dessa matéria é preciso dar a ela velocidade. Realmente. Eu me lembro que quando os pré-pagos começaram, há oito anos atrás, nós fizemos uma proposta que os dados dos pré-pagos porque havíamos descoberto que o PCC, Geleirão que é mais antigo do que o próprio Marcola, já estava desconfiando os pré-pagos de dentro dos presídios e o crime já começava a usar oito anos atrás, o Moroni Torga, Senador Tuma se lembra bem disso, fizemos uma proposta na Câmara Federal no sentido de que as teles já se preparassem naquele momento há oito anos atrás. Quando essa discussão chega, e aí se eu pudesse fazer um apelo aos donos das teles, em nome da família brasileira e dos pagadores de impostos brasileiros que nós os recebemos tão bem aqui e eles ganham tão bem, fatura tão bem, não há o que reclamar, muito se tem ganhado, há sobra nos investimentos. E quando o Senador Flexa disse que não é desejo dele e nenhum de nós de debitar mais uma vez isso na conta do contribuinte, a mim me preocupa uma série de coisas. Primeiro, é que celular ele não nasce na parede da cela, nem no chão da cela, nem o laptop aparece lá no vaso sanitário. Tem mão. Essas coisas têm mão. Eu sempre falo isso com muita ironia que eu não teria problema em levar Fernadinho Beira-Mar para minha casa. Porque se eu trancar ele no banheiro, ele jamais falará num telefone celular. Porque eu não vou dar. E não nasce no chão da minha casa um celular. Ia tomar banho se eu ligasse o chuveiro lá fora, senão não ia tomar banho também. Vai comer se eu der comida. Alguém opera isso. Eu acho que a responsabilidade de Governo é aqui. Com sistema penitenciário. Com o sistema penitenciário, com a rigidez do sistema penitenciário. Com o cuidado com a vigilância do sistema penitenciário brasileiro, Senador Flexa. Há uma série de medidas a serem tomadas que parece que não está dentro do assunto. Está dentro dele. Por exemplo, como é que você concebe que ele tenha, Fernadinho Beira-Mar, 23 Advogados? Que Marcinho tenha 21 Advogados? E um só peticiona e o resto todo faz visita com direito de Advogado de uma hora para ficar com o cliente para operacionalizar as coisas. Acho que é isso que o Senador Wellington estava querendo dizer quando fala em crise de autoridade. E aí, e aí é o seguinte nós vamos cair porque se aparecer uma nova

tecnologia nós vamos fazer uma outra lei, vamos ter que Emendar essa.

Então, veja, quando eu leio aqui, “instalação de custeio, manutenção e adequação... Bloqueios, conforme previsto no artigo... Dezembro de 2003 mediante convênio com governos estaduais e federal”. Isso quer dizer o seguinte, que mesmo em sendo convênio, se você convenia com o Governo, o consumidor é que é penalizado. De qualquer forma.

Então, eu imagino, eu sei que não estão me ouvindo, e se estão me ouvindo não se sensibilizarão com o meu apelo. Porque os homens que operam as teles, os seus donos, gerentes e diretores, os que desfrutam dos milhões que vão para investimentos, alguns deles têm família nesse País, têm filhos nesse País. Transitam nas ruas desse País. E que experimentam a violência advinda dos presídios, de dentro dos presídios por conta do que está acontecendo lá. E aquilo que você tem que gastar nesse investimento para se bloquear telefone, meu Presidente, é absolutamente menor do que vale a segurança de um filho desse cidadão, desses senhores que dirigem essas empresas e que estão aqui no Brasil. É absolutamente menor do que aquilo que eles ganham e vão continuar ganhando. Então eu sei que o meu apelo emocional, mas quem vive a violência que nós vivemos e sabemos que o bonde da violência maior, e V.Ex^a foi Governador, e conviveu diuturnamente com esse problema, vem de dentro dos presídios, é o comando de dentro dos presídios, que tem regra, que tem lei a ser cumprido para quem está fora e quem está dentro. O general deu ordem tem que ser cumprido. E os generais quase sempre ou na sua grande maioria, 60% deles hoje estão encarcerados, as ordens vêm de lá. Eu sei que o meu apelo a esses cidadãos é por conta do momento ímpar que nós estamos vivendo, absolutamente menor o investimento do que aquilo que faturam, absolutamente menor do que aquilo que já está guardado, o Senador Flexa quando faz a proposta nesse fundo aí, dá números que a gente fica rindo do número que o Presidente fala que precisa para fazer a operação. Aí vai o Relator e fala: Mas está sobrando o dinheiro aqui. E vai sobrar muito mais.

Então, como eu tenho certeza que eles não estão ouvindo, eu vou votar com o Senador Flexa o Relatório e acho que só que a Emenda que o Senador Flexa acatou ele deveria ter acatado totalmente a Emenda da Senadora Serys impondo a multa mínima e a multa máxima porque está na metade aqui. A metade da Emenda. Não fala nem no valor da multa máxima e nem mínima. E fico preocupado como é que o Juiz pode arbitrar isso se não tem o valor na lei.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Senador Magno, o Senador Flexa

argumenta que está previsto. Caso não haja acho que pode ser no turno suplementar.

SENADOR MAGNO MALTA (PL-ES): Está aqui Senador Flexa. A pena, fundo penitenciário cujo valor será fixado em regulamento específico. Acho que V.Ex^a acatando a Emenda dela toda já fica. E eu vou votar com V.Ex^a entendendo que V.Ex^a tem sensibilidade para isso.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Com a palavra o Senador Romeu Tuma para discutir a matéria pelo prazo de cinco minutos.

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP): Presidente, praticamente na discussão já... V.Ex^a me deu duas oportunidades. Não quero tomar o tempo. Gostaria muito de votar esse Projeto. A CCJ tem trabalhado intensamente e conseguiu aprovar praticamente todo o pacote. Eu acho que o Senador Flexa não está defendendo as teles. Não está. Eu queria apelar para o Senador Wellington, para que na Comissão de Ciência e Tecnologia nós pudéssemos convidar alguns técnicos para discutir sistema de comunicação. Porque não é mais só o telefone com essa banda larga, banda não sei o que e outros instrumentos que os bandidos estão na nossa frente.

Então, nós temos que ir fechando as portas. V.Ex^a está certo. Mas deverão ter outros meios que eles vão nos quebrar mais à frente. Portanto, por causa da nossa velocidade, Mão Santa... Senador. O santo homem lá...

SENADOR MAGNO MALTA (PL-ES): Quando ele jogava basquete, em algumas vezes quando ele acertava o pessoal chamava ele de Mão Santa.

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP): Então, a nossa velocidade ela tem o poder de começar a trazer dificuldade para o bandido se rearticular. Então, eu sou favorável à votação já que a oportunidade do Demostenes vir defender o voto dele. E tem ainda, Sr. Presidente, o fundo de segurança pública que tem que fazer os projetos para que a Secretaria Nacional de Segurança possa financiar alguns projetos nessa área de segurança. E foram aprovados muitos na CCJ. Então nós temos dois fundos aqui. A FISTEL que ele levanta e tem o Fundo de Segurança Pública. Obrigado.

[soa a campainha]

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Concedo a palavra ao ilustre Senador Renato Casagrande, pelo prazo de cinco minutos. Por favor.

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Obrigado. Presidente, Sr^{as}. e Srs. Senadores, Sr. Presidente, tem um ditado que diz que catitu em cima de árvore ou é enchente ou mão de gente. O Senador Mag-

no Malta disse que celular não chega sozinho dentro da cela do sistema prisional nosso. Esses aparelhos não chegam sozinhos.

Então, a primeira questão, e o Senador Wellington também já colocou aqui, a primeira questão é a ineficácia da gestão do sistema penitenciário nosso. A primeira questão é essa. Um sistema falido, como está dizendo o Senador Romeu Tuma, um sistema falido e corrompido, um modelo de gestão ultrapassado que precisa ser aperfeiçoado. Se nós tivéssemos isso nós não precisaríamos estar discutindo essa legislação agora neste momento. Então nós estamos apresentando uma proposta, debatendo uma proposta decorrente da ineficácia da nossa gestão do sistema carcerário. Então essa é a questão central. Por isso que catitu em árvore ou é enchente ou é mão de gente, nesse caso você colocar aparelho dentro do sistema penitenciário nosso é a ineficiência da gestão do nosso sistema. Mas, nesse quadro, foi apresentada a proposta.

Então, naturalmente nós estamos debatendo aqui que precisamos encontrar uma saída. Nós não vamos modernizar o sistema de gestão de uma hora para outra. A tecnologia já está aí disponível a todos inclusive aos encarcerados. Todos estão com essa tecnologia à sua disposição. Nós temos um sistema de prestação de serviço nessa área que se modernizou muito nos últimos anos. E nós temos também empresas que cada vez estão mais concentradas na prestação de serviço, e que têm desde a época da privatização ganhado um dinheiro significativo. A palavra "significativo" ser trocada por qualquer outra palavra mais dura, mas ganharam um dinheiro exorbitante. E o brasileiro está correspondendo até a modernização que teve porque o brasileiro está buscando ter o acesso, está tendo acesso a mais de 11 milhões de telefone celulares hoje no nosso País. Ontem vi uma reportagem numa dessas TVs dizendo do total de ligações feitas dos presídios, falso seqüestros, a grande maioria dentro do presídio do Rio de Janeiro. 75% dos presídios do Rio de Janeiro. Foi no Fantástico a matéria. Eu vi essa matéria e nós sabemos que existe um problema hoje que causa tipo de crime como falso seqüestro, novos crimes como falso seqüestro, que causa comunicação entre os líderes do crime organizado no País, então acho que é mais do que natural que nós não precisávamos nem estar debatendo o assunto aqui com relação a quem ia prestar esse serviço no sistema penitenciário. As empresas deveriam até ter uma atitude voluntária e prestar esses serviços para a sociedade brasileira pela quantidade de recurso que elas têm ganho nos últimos anos e só pagar imposto não é a única função da empresa. [soa a campainha]

Então, Sr. Presidente, eu gosto mais do Relatório do Senador Demostenes. No segundo turno, votarei no Relatório do Senador Demostenes. Mas não vou votar contra o Senador Flexa Ribeiro. Não tem outro parâmetro para votar. Eu vou explicar meu voto, vou votar favorável ao Relatório do Senador Flexa Ribeiro porque é o Relatório que nós vamos apreciar, não vou votar contra, mas tendo o debate depois do segundo turno, eu tenho preferência pelo Relatório do Senador Demostenes. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Informando a esta Comissão que o Senador Demostenes terá a oportunidade de apresentar Emendas e nós só vamos colocar em votação no turno suplementar, ou seja, em segundo turno após a volta dele. Ele pede um prazo de 10 dias. E nós vamos votar então após a volta do Senador Demostenes pediu 10 dias de licença. O turno suplementar.

Eu concedo a palavra ao ilustre Senador Valter Pereira, pelo prazo de cinco minutos. Representante do grande Estado do Mato Grosso do Sul.

SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Muito obrigado, Sr. Presidente. Sr. Presidente, V.Ex^a tem pressa. Nós também temos e a sociedade brasileira também tem. Esta matéria tem que passar necessariamente por dois turnos de votação. Portanto, seria contraproducente rejeitar a proposta, o Relatório produzido pelo Senador Flexa Ribeiro. E tendo que... Devemos efetivamente votar e aprová-lo. Assim nós estaremos dando a celeridade necessária. Lá na frente, se formos convencidos de que o Relatório do Senador Demostenes Torres seja mais apropriado, essa posição de hoje poderá ser revista.

Na conversa que tive com o Senador Demostenes Torres, a impressão que ele me passou foi no sentido de que teríamos uma agilidade maior, teríamos uma condição mais efetiva se implantássemos o sistema dentro dos parâmetros que eles estabeleceram. Então eu estou numa posição parecida com a do Senador Casagrande. E gostaria de deixar registrado porque amanhã se houver uma mudança de posição eu quero que não seja debitada a questão da incoerência, mas sim da oportunidade. Entendo que se nós não votarmos hoje essa proposta, nós estaremos conspirando contra a celeridade que precisa que precisa ser dada a essa matéria.

Portanto, Sr. Presidente, que precisa se estabelecer a vigilância, que precisa se estabelecer o controle do uso dos celulares, e que precisa realmente banir esse feio de comunicação dos presídios, isso é inquestionável. Seja através de uma ação do Governo seja através de um comando das empresas concessionárias do serviço, o que é necessário é a consciência

de que precisa ser efetivamente proscrito esse tipo de serviço dentro dos presídios. Independentemente de discutir aqui a gestão dos presídios. Portanto, esse o registro que eu gostaria de fazer.

SENADOR EXPEDITO JÚNIOR (PR-RO): Sr. Presidente, pela ordem.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Obrigado, Senador Valter Pereira que não utilizou nem os cinco minutos. Com a palavra pela ordem o Senador Expedito.

SENADOR EXPEDITO JÚNIOR (PR-RO): Sr. Presidente, é só para um esclarecimento. Eu procurei aqui o Senador Casagrande e ele disse que V.Ex^a havia informado já aqui em Plenário que nós poderíamos votar no segundo turno o Relatório do Senador Demostenes. Se hoje o Relatório está sendo rejeitado, nós vamos votar só--

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Não está sendo rejeitado. Está sendo colocado em votação apenas o Relatório do Senador Flexa Ribeiro. Há um voto em separado do Senador Demostenes. Esse voto poderá ser apreciado através de Emendas em segundo turno conforme estabelece o regimento.

SENADOR EXPEDITO JÚNIOR (PR-RO): O voto completo dele?

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Pode apresentar Emendas. O regimento não estabelece apenas Emendas... Qualquer Emenda. Emenda aditiva, modificativa, supressiva. Qualquer tipo de Emenda. Portanto não apenas o Senador Demostenes que é autor de um bom voto separado, mas qualquer Senador ou Senadora poderá apresentar as Emendas que julgar necessárias. Espero ter respondido ao Senador Expedito à altura da sua preocupação.

SENADOR EXPEDITO JÚNIOR (PR-RO): Na verdade, Sr. Presidente, em não estando presente o Senador, o Relatório dele cai.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Não há Relatório do Senador. Há um voto em separado. O Relatório do Senador Flexa Ribeiro. Como se trata de um substitutivo, haverá um turno suplementar. Ou seja, o segundo turno conforme estabelece o Regimento Interno do Senado--

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Que pode ser apresentado por intermédio de Emendas.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): --Nesse segundo turno, qualquer Senador poderá apresentar as Emendas que julgarem necessárias. Que julgar necessárias. Você pode apresentar supressiva, aditiva, modificativa. Qualquer Emenda. Portanto, estará assegurado o direito de qualquer

Senador de modificar o relatório, aliás, o substitutivo que deverá ser votado agora.

SENADOR EXPEDITO JÚNIOR (PR-RO): Há um questionamento. Nós não poderíamos aqui dois ou três ou mais Senadores subscrevermos aqui já as Emendas do Senador Demostenes?

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Não se trata de Emenda, Senador Expedito. É um voto em separado. Não vejo problema algum. Ocorre que...

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: [pronunciamento fora do microfone]

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Não, ele não será nem votado.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: [pronunciamento fora do microfone]

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Se o senhor quiser... Eu tenho um despacho aqui a fazer. O Sr. Senador Expedito, o Sr. Senador Casagrande poderão os dois apresentar Emendas nessa fase. Não há problema. Ocorre que nós vamos ter um segundo turno. Um turno suplementar. E eu acho que as Emendas poderão ser bem melhor elaboradas e apreciadas, deliberadas no segundo turno. Estou falando aqui apenas como um encaminhamento de bom senso. Se nós vamos ter um segundo turno, nós vamos ter tempo e oportunidade de apresentar Emendas com bom senso, com mais tempo para apresentá-las, elaborá-las e apresentá-las para que sejam deliberadas e aprovadas.

SENADOR EXPEDITO JÚNIOR (PR-RO): Eu vou seguir a orientação de V.Ex^a até porque no segundo turno nós vamos ter a possibilidade de termos aqui a presença do Senador Demostenes.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Perfeitamente. Que com certeza vai ilustrar muito a Sessão. Agora, Senador Expedito, o apelo que eu fiz desde que aqui cheguei, é no sentido de que a Comissão possa votar hoje em primeiro turno, a sociedade nos cobra providências em relação a bloqueadores nos presídios. Então nós queremos votar, vamos votar. Nós vamos ter segundo turno, e no segundo turno todos os Srs. Senadores terão oportunidade de apresentar.

[tumulto]

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP): Só queria uma--

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Com a palavra pela ordem o Senador Romeu Tuma.

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP): Conversando com o Senador, para ficar claro que eu tenho certeza que V.Ex^a assim esclareceu. Até para a Assessoria do

Senador Demostenes. V.Ex^a garantiu que o voto dele como Emenda poderá ser discutido--

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Estou garantindo aqui com base na secretaria. Não é uma decisão subjetiva. É uma objetiva. Está previsto no Regimento Interno do Senado. Não se trata de um desejo meu ou não. O meu desejo é que o Senador Demostenes pudesse estar aqui sem estar acometido do problema, e sem que se submeter a cirurgia. Mas a ele será assegurado o direito a todos os senhores e senhoras para colaborarem com a aprovação de um Projeto que esteja a altura dos interesses e das necessidades da sociedade brasileira.

SENADOR MAGNO MALTA (PL-ES): Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): O Senador Magno Malta com a palavra. Pela ordem.

SENADOR MAGNO MALTA (PL-ES): A Assessoria informa aqui pela ordem, pedi pela ordem por isso, é que votando o relatório do Senador Flexa cabe Emenda no segundo momento, mas o voto em separado do Senador Demostenes morre. Ele desaparece.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Senador Magno Malta, V.Ex^a tem direito a pedir vistas. Ou algum Senador. Basta pedir vistas que eu encerro a Sessão.

SENADOR MAGNO MALTA (PL-ES): Não, não é... Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Eu estou dando aqui o encaminhamento técnico. O parecer nem será apreciado. O voto em separado não será apreciado.

SENADOR MAGNO MALTA (PL-ES): Eu posso fazer um pedido, Sr. Presidente?

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Agora, Sr. Senador Magno Malta, o Senador Demostenes Torres, ou V.Ex^a ou qualquer outro Senador poderão apresentar tantas quantas Emendas queiram no sentido de aprimorar, melhorar esse substitutivo.

SENADOR MAGNO MALTA (PL-ES): Isso. Senador Demostenes pode apresentar. Agora, o voto em separado dele morre. Não é isso? Olha a Assessoria dizendo.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): O voto dele não será apreciado.

SENADOR MAGNO MALTA (PL-ES): Não existe. Exatamente normalmente existe o voto de Demostenes.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Exatamente.

SENADOR MAGNO MALTA (PL-ES): Isso que eu queria que ficasse claro. Então o que o Senador Demostenes pode fazer é o que qualquer Senador pode fazer. É emendar num segundo com o do Senador Flexa. Agora o dele desaparece hoje porque nem lido foi.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Exatamente. Está claro. Desde o início, Senador Magno Malta. Agora, o Senador poderá como os senhores apresentar Emendas tantas quantas forem necessárias--

SENADOR MAGNO MALTA (PL-ES): O entendimento de alguns Senadores, inclusive do Senador aqui, e de alguns Senadores que não estando o Senador Demostenes ele teria oportunidade de com o voto dele lê-lo na outra Sessão. E não existe isso.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Pelo que eu estou entendido aqui, pelas informações da Secretaria, as Emendas não poderão ter caráter apenas supressivo, mas modificativo, aditivo. O voto em separado poderá ser completamente reproduzido através de Emendas, aditiva, supressivas, modificativa.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Presidente.

SENADOR MAGNO MALTA (PL-ES): Mas o que eu quero dizer é o seguinte, todos podemos Emendar.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): É facultativo a todos os Senadores.

SENADOR MAGNO MALTA (PL-ES): E fica claro que o voto em separado dele some aqui.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Claro. Há um pedido de palavra pela ordem do Senador Adelmir. Depois eu quero assegurar a palavra ao Senador Inácio e ao Senador Renato Casagrande, Senador Flexa Ribeiro. Com a palavra o Senador Adelmir.

SENADOR ADELMIR SANTANA (PFL-DF): Eu só queria, Sr. Presidente, dar uma contribuição. Eu vejo a pressa, o interesse em ser votado, mas a colocação do Senador Casagrande é que criou exatamente essa pequena discussão entre nós, quando ele afirmou que votaria no Relatório, mas se tivesse aqui colocado o Relatório do Senador Demostenes, ou o voto em separado, ele votaria com o Senador Demostenes. E quis inclusive se assegurar dessa possibilidade, possibilidade que não existirá. Existirá, sim, sob a forma de Emenda. Mas o voto em separado do Senador Demostenes ele deixa de existir para a próxima votação.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Não será sequer apreciado. Mas

ele poderá ser todo reapresentado através de Emendas supressivas, aditivas, modificativas etc.

SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Sr. Presidente, eu gostaria de fazer uma pergunta.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Pois não, Senador Valter.

SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Seguinte, se algum Senador dessa Comissão decidir subscrever o voto e o Relatório do Senador Demostenes, poderia ser submetido a voto?

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Através de Emendas.

SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Não, agora.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Eu creio que sim.

SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Então podemos votar o voto do Senador Demostenes. Eu estou disposto a assiná-lo.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Não há problema nenhum. Regimentalmente é facultado a qualquer Senador membro da Comissão subscrever desde que haja concordância do autor do voto em separado.

[soa a campanha]

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): É, acho que essa é a solução, Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Desde que haja concordância do autor do voto em separado. Creio eu. Bom, a Mesa assegura que pode inclusive sem a concordância do autor.

SENADOR MAGNO MALTA (PL-ES): Um Assessor do Senador Demostenes acabou de sair da sala de cirurgia e pediu para que alguém pedisse vista. Eu não sou membro da Comissão, não posso fazê-lo. Mas se alguém quiser fazer.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Faço um apelo aqui.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Mas aí seria um pedido de vista coletivo.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Eu acho que não precisa pedir vista. Vamos votar e vamos aproveitar aqui o voto do Senador Demostenes.

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): Sr. Presidente, eu queria assegurar a palavra--

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Vou assegurar a palavra o Senador Inácio Arruda para discutir a matéria. Com a palavra o Senador Inácio Arruda, por cinco minutos.

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): Eu quero iniciar a minha fala, Sr. Presidente, Sr^{as}. e Srs. Senadores, fazendo até um apelo aos Senadores.

Porque é um tema, o tema da segurança pública, ele ganhou essa espécie também de... É parecido hoje com o aquecimento global. Ele ganhou essa espécie de notoriedade. Então fica uma espécie de corrida. Então a semana passada foi a aprovação na Comissão de Justiça na questão da redução da maioria penal. Então se tem a disputa, tem todo o embate, e há o esforço também mediático em torno dessas questões da segurança pública. Então, é uma espécie de pressão psicológica. Então fica mais ou menos a seguinte questão. Os Senadores não podem deixar de votar agora. Porque a matéria está na pauta, está sendo discutido, e os senhores têm que votar.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Senador, um aparte por favor. Esse Projeto tem dois anos que tramita nessa Comissão e há dois meses nós estamos adiando essa matéria.

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): Não tem problema. Tem debate, tem discussão na sociedade, nós estamos aqui para discutir e para votar com o máximo de tranquilidade. Acho que nós não temos que ficar pressionados para votar com nenhum tipo de açodamento. Nenhum tipo de açodamento. Nós temos que ir com o máximo de tranquilidade. Nós somos aqui, alguns Parlamentares aqui, uns já vieram da Câmara como Deputado Federal, outros já são Senadores há 8, 16 anos, discutem com tranquilidade essas matérias, esses temas. Sabem que não é com esse efeito de pressão às vezes imediatista que a gente resolve o problema. Eu mesmo não tenho aqui o lucro das empresas que foram privatizadas e que eu não sei quanto é que tem no balanço de 2006. Mas me parece que não é pouca coisa que tem no balanço dessas empresas, que permitisse que elas fizessem a instalação dos equipamentos. Que elas garantissem que esses equipamentos fossem instalados. Sem repassar para tarifa e para preço. Porque o dinheiro que vem para o fundo é dinheiro de tarifa. Tudo vem. Não tem uma geração de riqueza que vem de outro lugar. Os fundos são criados com taxas cobradas do contribuinte, do consumidor, vem do mesmo lugar. Então, acho que a gente não pode, vamos votar, vamos transferir para o fundo, ou vamos cobrar das empresas? Não. Acho que a gente muito que ir com o máximo de tranquilidade.

O Senador Demostenes fez um substitutivo num voto seu, é um Senador, debate muito essas questões. Tem debatido muito essas questões. Por isso que eu busquei examinar. O Senador Flexa fez um trabalho aqui, um esforço grande também no seu Relatório. Examinou as questões. Pegou dados, fez Audiência Pública. Então nós não podemos desconsiderar nem o trabalho do Senador Flexa, feito com zelo, com o máximo de cuidado, com máximo de atenção, nem o

trabalho do Senador Demostenes que é uma pessoa que atua na área. É um profissional. Antes de ser Senador da República, é um profissional que atua com essas questões. Imagino que faz até um apelo para que a gente faça vistas. Estamos aqui querendo votar, mas o próprio Senador na Mesa de cirurgia faz um apelo para que a gente faça um pedido de vista. Não sei se está querendo voltar antes de se... Antes que os médicos digam que ele já está em condições de exercer o seu mandato. Espero que não. Espero que se recupere completamente. [soa a campainha] Mas acho que nós devemos ter tranquilidade. E se concluirmos que podemos fazer uma Emenda imediata para resolver o problema hoje, vamos fazer, assim, com o máximo de tranquilidade sem ficar no efeito pressão. Porque a gente corre hoje para fazer uma Emenda, o Casagrande aqui disse uma coisa. Ele dispõe de tecnologia e às vezes age com mais pragmatismo do que o Poder Público. Não é verdade? Quer dizer, o crime organizado eles vão muito mais rápido. Agem muito mais rápido. Na hora de botar o bloqueador, ele já tem outro equipamento mais sofisticado que já está a nossa frente. Temos que ter máximo de tranquilidade, vamos votar a matéria, mas com toda paciência do mundo, se for pedir vistas, Sr. Presidente, se pede. Se pede vistas. Talvez o melhor não era nem pedir vistas, se um Senador que tem esse apego a matérias como essa faz um substitutivo e que nós não podemos votar o substitutivo dele. Não podemos. O dele está fora. Se nós votarmos do Senador Flexa, que acho que tem virtudes para ser votado, nós liquidamos o do Senador Demostenes. Nós podemos apresentar nosso. O dele fica fora. Quer dizer, ele fica fora desse debate completamente.

Então eu penso assim, nós temos condições sim de votar, podemos votar, mas há uma matéria do Senador Demostenes na Mesa que votada fica liquidado e pode entrar com o nome de Inácio Arruda, Wellington, Senador Casagrande, mas não pode entrar com nome de Demostenes. Nessa questão aqui não.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Sr. Presidente, peço vistas do Projeto. Sinto muito, mas vou pedir vistas.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Apenas para informar aos Senadores, que o voto em separado... Senador Wellington, [soa a campainha] o votado em separado do ilustre Senador Demostenes Torres foi subscrito pelos Senadores Renato Casagrande, pelo Senador Valter Pereira, pelo Senador Wellington Salgado e pelo Senador Inácio Arruda. Agora, o pedido de vista é regimental, toda a sociedade está percebendo o esforço nosso aqui de votar, de deliberar essa matéria, não há problema

nenhum. Apenas informo que vou trazer esse Projeto na próxima Sessão porque nós já estamos adiando a pedido de todas as partes há dois meses. Eu, por exemplo, na semana passada, na quinta-feira, tentei colocar em votação. Não deu quorum. Eu não sabia aquela data, que o Senador Demostenes seria submetido a uma cirurgia. Só depois nós fomos informado. E eu fiz um apelo muito grande no sentido de que os Srs. Senadores comparecessem. Os Srs. Senadores compareceram, estão aqui numa data após o feriado, é uma data complicada aqui no Congresso, mas felizmente nós estamos dando uma demonstração de responsabilidade, de seriedade e de espírito público para o Brasil, estamos aqui com quorum para deliberar essa matéria, agora, repito, é importante registrar o parecer do Senador Demostenes, eu sei que é um voto em separado importante, assim como é importante o parecer do Senador Flexa Ribeiro, e gostaria de dizer que regimentalmente, já disse antes, Senador Wellington Salgado, o pedido de vistas é regimental. Se V.Ex^a assim o faz, nós vamos suspender esta discussão, nós vamos conceder vistas e vamos passar para a pauta seguinte que também vai deliberar sobre matéria de caráter terminativo.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Sr. Presidente, veja bem, eu--

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Registrando apenas que a sociedade espera de nós uma solução rápida. Nós estamos tratando de um tema importante, e que já está tramitando aqui, Senador Inácio, há dois anos. São os bloqueadores nos presídios federais e estaduais. Com a palavra o Senador Wellington.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Sr. Presidente, eu sou membro dessa Comissão, tenho acompanhado como V.Ex^a tem conduzido uma Comissão, uma Comissão tão importante, V.Ex^a conduz com primor, inclusive no regimento, seguindo tudo, mas eu queria dizer o seguinte aos Srs. Senadores. O que eu estou fazendo esse pedido de vista agora, eu faria se tivesse uma situação idêntica com qualquer um dos Senadores aqui presentes. Eu faria por quê? O Senador Demostenes acaba de me ligar, para você ver o interesse que tem nisso. Acabou de ser operado e tem uma pessoa ao lado dele me ligando pedindo para pedir vistas que ele gostaria de debater. Eu faria esse pedido, Sr. Presidente, se acontecesse a mesma coisa com qualquer Senador. Seja de qualquer partido. Eu acho importante o debate, acho bonito o debate, o conteúdo aqui, não vejo uma segurança desse Plenário porque existe uma divisão. O Senador Flexa Ribeiro por quem eu tenho o maior respeito e é um grande lutador pelas suas causas, acre-

dita fielmente nessa, e eu gostaria, Sr. Presidente, de ver um debate aqui nessa Casa entre o Senador Flexa e o Senador Demostenes que tem posição contrária. Então diante disso eu peço vista, com respeito a todos os Senadores e a sociedade também.

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP): Presidente, pela ordem. É referente ao assunto, Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Com a palavra pela ordem o Senador Romeu Tuma.

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP): Já está pedido vistas. Eu acho Wellington, está correto. Pelo relatório final do Relatório do Demostenes, sem prejuízo do Relatório do Senador Flexa que tem uma visão um pouco diferenciada, ele chama atenção que o Relatório do Senador Flexa fere a Constituição Federal desconsiderando a Lei 9.472 de 16 de julho. Não preserva o interesse público e joga mais um ônus para a sociedade brasileira. Portanto, ele pede a rejeição do substitutivo.

Então, eu acho que era um debate importante visto que ele chama atenção pelo interesse público. Então V.Ex^a com toda cautela, inteligência e respeito, concedeu a vista. Então eu acho que vai valer a pena se esperar mais uma semana a pedido do Senador Demostenes sem prejuízo e com todo respeito ao Senador Flexa Ribeiro.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Srs. Senadores, antes de proferir o despacho em relação à solicitação de vistas, eu gostaria de assegurar a palavra ao Senador Adelmir que pediu a palavra para discutir... Não havendo mais interesse, concederia a palavra ao Senador Eduardo Azeredo, ao Senador Expedito que pediram a palavra também pela ordem, e depois por último ao Senador Flexa Ribeiro. Com a palavra o Senador Eduardo Azeredo. Pela ordem.

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Já tendo o pedido de vistas sido feito, eu só apelaria ao Senador Wellington que nós pudéssemos realmente discutir na próxima reunião em definitivo, votar em definitivo. As duas alternativas são válidas. Ou nós obrigamos o Governo a fazer isso utilizando o dinheiro que está na verdade no superávit, que é o dinheiro do FISTEL, ou nós fazemos a obrigatoriedade para as empresas operadoras. Eu na verdade podemos fazer até uma coisa mista. Podíamos ter um sistema em que as empresas são obrigadas podendo utilizar o recurso, se ressarcir através do recurso do FISTEL. O nome do fundo aí, não sei exatamente qual que é. O fato é que é um fundo que tem muito recurso, que não é muito utilizado como o Senador Flexa colocou aqui, existe saldo nesse fundo, e a solução precisa ser

tomada. Nós não podemos deixar que continue esse tipo de ocorrência banalizada que nós estamos vendo a partir das penitenciárias. Então o meu apelo é que caminhamos para o voto rapidamente.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Com a palavra o Senador Expedito.

SENADOR EXPEDITO JÚNIOR (PR-RO): É só um questionamento. Esse é o primeiro pedido de vistas?

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Não. Há possibilidade de uma nova concessão de vistas, segundo o regimento, já que o Relator fez modificações em seu Relatório. Esse não é o primeiro pedido de vistas. Já houve pedido de vistas, pedido este que motivou inclusive ao Senador Demostenes preparar um voto em separado. Portanto, não se trata de um primeiro pedido de vistas. Mas, segundo o Regimento Interno, é facultado a essa Presidência conceder um novo pedido de vistas, regimentalmente falando, em se tratando de modificações realizadas pelo próprio Relator da matéria.

Então, nós estamos aqui amparados pelo Regimento Interno em condições de após as discussões aqui, deferir ou não o pedido de vistas que foi formulado pelo Senador Wellington e pelo Senador Romeu Tuma. Com a palavra o Senador Marco Maciel.

SENADOR MARCO MACIEL (PFL-PE): Sr. Presidente, Sr^{as}. e Srs. Senadores, eu serei breve. Acho que o Senador Wellington Salgado colocou bem a questão quando lembrou estar o Senador Demostenes Torres sem condições, face uma cirurgia que submeteu, de estar presente a esta Sessão. E o pedido de vista prorroga apenas a apreciação da matéria por uma semana. Acho conveniente que seja acolhido esse pedido de vistas até porque o projeto pode ser enriquecido com novas sugestões que a abertura de vistas propicia. E podemos assim encerrar a discussão dessa matéria e passar para outras matérias igualmente importantes que constam da ordem do dia e dependem essas outras matérias de também de voto terminativo desta Comissão. Essa é a minha opinião e acho que deveríamos talvez adotar esse procedimento que teríamos um ganho processual muito grande na medida em que agilizaríamos a tramitação de outras matérias.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Concordo com V.Ex^a, Senador Marco Maciel. Com a palavra pela ordem o Senador Expedito Júnior.

SENADOR EXPEDITO JÚNIOR (PR-RO): Na medida em que houve já o pedido de vista, então eu gostaria de retirar aí... Retiramos a nossa assinatura,

a nossa Emenda que nós subscrevemos aí do Senador...

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Pela ordem, Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Foi deferido, Sr. Senador.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Eu acho que não deveria retirar, Sr. Presidente, porque na ausência do Senador Demostenes, estaria já feito o Requerimento.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Tá ok. Com a palavra, para concluir o seu parecer e concluir essa fase da discussão da matéria, ao Relator Senador Flexa Ribeiro.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Presidente Marconi Perillo, senhores e senhoras Senadores. Eu fico bastante satisfeito e tranqüilo com o pedido de vistas porque eu acho que é importante a presença do Senador Demostenes Torres. E lamentavelmente por um motivo mais do que justificado, questão de saúde, ele não pôde estar hoje aqui.

Então, Senador Wellington, eu acho que o pedido de vistas foi correto no sentido de que a gente possa, numa Sessão à frente, Presidente Wellington, ter a possibilidade de apresentar tanto o Relatório quanto o voto em separado, para a apreciação dos membros dessa Comissão. Porque o voto em separado do Senador Demostenes Torres, ele vem no sentido contrário ao meu Relatório. Como eu dizia aqui ao Senador Inácio Arruda, nós temos um ponto de consenso que acho que é de todos no sentido da necessidade emergencial de instalar os bloqueadores. Aí nós estamos de acordo. Estamos trabalhando aqui, é evidente, por todos os cidadãos brasileiros e pelos usuários do sistema. O voto separado do Senador Demostenes, ele faz, define que a obrigatoriedade da instalação do bloqueio seja pelas operadoras. Cada uma vai bloquear o seu sinal de frequência. O meu parecer define que seja pelo Governo para ter um único responsável e bloqueie todas as frequências possíveis de telefonia móvel e bloqueie também todo o sistema de radiotransmissão. Portanto é um sistema mais amplo e com um único responsável na sua instalação, na sua manutenção e na sua operação.

Outro ponto de divergência é a quem cabe o ônus da instalação do sistema. O Senador Demostenes Torres transfere às operadoras a instalação dos bloqueadores e aí vem uma questão técnica: Quem irá instalar os bloqueadores para os sinais de radiotransmissão, que não será feito pelas bloqueadoras. Cada bloqueadora vai instalar um bloqueador do seu sinal de frequência. E não de todo o conjunto possível de comunicação de dentro do prédio. Aí o meu Relatório

vem buscar os recursos existentes hoje, como disse o Senador Inácio, sem alterar ou sem prejudicar o cidadão usuário que não haverá nenhum aumento de tarifa nem de cobrança que os recursos já são existentes. Mas é importante, parabênz V.Ex^a, Presidente Marconi Perillo, porque possamos fazer o debate com a presença do Senador Demostenes Torres.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Encerro a discussão. [Soa a campanha] vou agora proferir o despacho. Srs. Senadores, considerando que essa Presidência e esta Comissão atingiram plenamente seus objetivos que era realmente iniciar o debate aqui na Comissão com a leitura do parecer do ilustre Senador Flexa Ribeiro, considerando também a abertura da discussão por parte dos Srs. Senadores, considerando o fato de que há o interesse dessa Comissão em relação à leitura e ao debate quanto ao voto em separado do ilustre Senador Demostenes Torres, considerando o fato de que ele efetivamente está... Acaba de ser submetido a uma cirurgia, portanto tem a necessidade de convalescença e com a concordância de todos nós de que ele realmente deva participar do debate, e já após ter consultado a Assessoria do ilustre Senador Demostenes e a Assessoria ter me assegurado que na próxima semana o Senador Demostenes poderá estar aqui para debater a matéria, eu defiro o pedido de vistas coletivo e vou marcar uma nova Sessão desta Comissão para quinta-feira próxima, às 10h, a fim de que possamos...

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: [pronunciamento fora do microfone]

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Na outra semana. Nós temos uma Audiência Pública, mas vou suspender a Audiência Pública para dar prioridade a essa matéria. Nós temos aqui previsto uma Audiência Pública muito importante, mas nós vamos marcar uma outra data para essa Audiência Pública. Mas nós vamos marcar para a próxima quinta-feira, dez ou nove horas a fim de que a gente possa deliberar essa matéria. E aí eu espero que seja em turno único já com a presença de todos. De modo que defiro o pedido de vistas coletivo.

Vamos agora ao Item 02 e eu pediria aos senhores senadores que compareçam à próxima Sessão. Nós tivemos um quorum de 16 Senadores para essa votação e agora vamos passar ao Item 02 que também é terminativo e depende de quorum qualificado.

SENADOR JAYME CAMPOS (PFL-MT): Sr. Presidente, pela ordem.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Com a palavra o Senador Jayme Campos.

SENADOR JAYME CAMPOS (PFL-MT): Nós temos aqui já inserido, aí para que no dia 10 nós tenhamos uma audiência junto com os diretores da ANTT em relação à ferrovia que demanda a de Miracema até o norte do Estado. E parece que V.Ex^a quer transferir a data?

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Se V.Ex^a concordar, dada a relevância dessa discussão, Senador Jayme Campos, eu acerto uma nova data com V.Ex^a.

SENADOR JAYME CAMPOS (PFL-MT): Eu particularmente gostaria, claro, natural até pelos convites que já enviamos aos Prefeitos, Deputados Estaduais, forças vivas da sociedade civil organizada do meu Estado em relação a essa audiência. Se fosse possível, naturalmente com a aquiescência dos demais pares, que esse assunto, essa matéria ficasse com a data como já estava, dia 10 aí, fundamental, tendo em vista que fizemos um verdadeiro movimento. E tem pessoas já...

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Nós temos que levar em consideração que o Senador Demostenes não poderá estar aqui na terça-feira ou quarta. Ele ainda estará em convalescença. Depois nós teremos o mesmo problema vivido no dia de hoje.

SENADOR JAYME CAMPOS (PFL-MT): E eu imagino que o Senador Demostenes, e todos nós gostaríamos que ele estivesse aqui, mas vai ser possível até porque ele está fazendo uma cirurgia no dia de hoje. Hoje é quarta-feira. Eu gostaria que ele recuperasse amanhã. Mas eu acho que a situação, tendo em vista, a cirurgia menor que seja, ela tem um prazo de duração até para a recuperação de toda a sua saúde plena. De maneira que eu queria fazer aqui um apelo--

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Senador Jayme Campos, se não deliberarmos essa matéria na quinta-feira pela manhã, dificilmente nós teremos quorum para deliberar à tarde.

SENADOR JAYME CAMPOS (PFL-MT): Você fala a Audiência Pública nossa? Da minha parte acho que não há problema.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Vamos fazer uma inversão. Como a audiência no período vespertino não dependerá de quorum qualificado, nós poderemos realizá-la às 14h e marcar a Sessão de quinta-feira para às 10h.

SENADOR JAYME CAMPOS (PFL-MT): Esta Sessão de hoje para às 10h?

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Aliás vou convocar todos para às 09h. Para que haja tempo mais que suficiente para

a gente deliberar essa matéria. Eu sei que o debate vai ser bastante acalorado então nós vamos marcá-la para 09h de quinta-feira. E remarcando determino à Secretaria que remarque para as 14h a Audiência Pública convocada pelo Senador Jayme Campos se ele assim o concordar.

SENADOR JAYME CAMPOS (PFL-MT): Ótimo.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Então está marcado para as 09h da próxima semana, quinta-feira, uma Sessão deliberativa para a gente votar esse e outros projetos.

SENADOR JAYME CAMPOS (PFL-MT): E às 14h ficaria a nossa Audiência Pública com os diretores da ANTT. Muito obrigado, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Item 02 da pauta. Projeto de Lei do Senado nº 155/2005. Decisão terminativa. O autor é o Senador Gerson Camata e estabelece diretrizes nacionais para o saneamento básico e dá outras providências. O parecer do Senador Cícero Lucena é pela declaração de prejudicialidade da matéria. Lembro aos Srs. Senadores que o projeto é terminativo e que, portanto, exige quorum qualificado. Concedo a palavra ao Senador Cícero Lucena para proferir o seu parecer. De preferência, se possível apenas o voto ou uma parte do voto.

SENADOR CÍCERO LUCENA (PSDB-PB): Presidente, vou direto à análise. A presente matéria é de natureza reconhecidamente polêmica, visando a superar os impasses encontrados ao longo dos últimos anos na tramitação não apenas desse, mas de diversos Projetos de Lei sobre o saneamento básico. Os Presidentes da Câmara dos Deputados e do Senado Federal constituíram uma Comissão Mista de Saneamento com base nos artigos 142 e 143 do regimento comum para elaborar um projeto de Lei consensual. A Comissão concluiu pela apresentação do Projeto de Lei do Senado 219/2006 que foi aprovado pelo Plenário da Casa no dia 2 de julho de 2006 e converteu-se em lei nº 11.445 de 05 de janeiro de 2007. O Projeto tratava da mesma matéria do PLS 155/2005. Tendo inclusive idênticas Emendas. Registramos de todo modo o mérito do PL 155/2005, cujo texto foi em grande medida aproveitado pelo PL 219/2006.

O voto, Sr. Presidente, ante o exposto, o parecer é pela declaração de prejudicialidade do Projeto de Lei nº 155 do Senado, de 2005, nos termos do art. 334 do Regimento Interno do Senado Federal.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): [soa a campainha] Nos termos do parecer do ilustre Relator Senador Cícero Lucena, declaro a prejudicialidade da matéria nos termos do

art. 334 do Regimento Interno do Senado Federal. Em votação. Quem vota com o Relator, vota sim. Pela prejudicialidade da matéria. Procederei agora à votação. Senador Inácio Arruda, como vota?

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): Com o Relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Senador Expedito Júnior.

SENADOR EXPEDITO JÚNIOR (PR-RO): Com o Relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Senador Renato Casagrande.

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Com o Relator, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Eu indago se há mais algum Senador do bloco de apoio ao Governo aqui presente. Titulares do PMDB. Como vota o Senador Leomar Quintanilha? Como vota o Senador Valter Pereira? Como vota o Senador Wellington Salgado?

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): [pronunciamento fora do microfone]

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Eu convido os titulares do bloco da minoria. Como vota o Senador Adelmir Santana? Voto do Senador Adelmir Santana com o Relator. Senador Eliseu Resende.

SENADOR ELISEU RESENDE (PFL-MG): Com o Relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Senador Jayme Campos, Senador Flexa Ribeiro. Senador Marco Maciel. Senador Romeu Tuma. Senador Cícero Lucena. Senador Eduardo Azeredo.

Bom, vamos aqui proferir o resultado. 13 sim, pela unanimidade declaramos prejudicial a matéria. A matéria vai à Secretaria-Geral da Mesa para as devidas providências.

Item 03 da pauta. Altera a Lei nº. 6.766 de 19 de dezembro de 1979 para condicionar a pavimentação de vias urbanas a redes de infra-estrutura urbana básica e dá outras providências. O autor é o Senador Augusto Botelho, o Relator Senador Adelmir Santana. Lembro aos Srs. Senadores que o Projeto é terminativo e exige, portanto, quorum qualificado. Concedo a palavra ao Senador Adelmir Santana para proferir o seu parecer.

SENADOR ADELMIR SANTANA (PFL-DF): Sr. Presidente, vou entrar na análise vez que esse Relatório já se encontra algum tempo nessa Comissão. Trata-se de proposição de grande relevância social como afirma o seu autor, o combate à situação de precariedade da

infra-estrutura de saneamento em nosso País, principal fator de disseminação de doenças, de veiculação hídrica e de comprometimento da rede de postos de saúde e hospitais. Depende de exigências como as que constitui objeto do Projeto sob exame. Como a Legislação atual admite que os loteamentos sejam registrados e ocupados sem a pavimentação das vias de circulação e apenas com as obras de escoamento de águas pluviais, vastas áreas urbanas se implantam sem que as mínimas condições de saneamento estejam satisfeitas. Adiante, já com grandes comunidades convivendo com tais precariedades e reivindicando melhorias as autoridades tendem a promover a pavimentação de vias, obras mais visível, anteriormente ao provimento de infra-estrutura. Não raro, a anterior implantação dessas redes enseja danos a pavimentação precocemente executada. A instituição do princípio de racionalidade nessa matéria tão importante para o País que já tem mais de quatro quintos de sua população vivendo em cidades, devem merecer o apoio do Congresso Nacional. A exigência de previa execução das redes de infra-estrutura por ocasião da pavimentação das vias urbanas contribuirá para que o déficit social na área de saneamento seja mais celeremente reduzido. No mérito, ademais, a proposição é consentânea com os princípios de diretrizes da Política Nacional de saneamento, recentemente transformada em Lei nº. 11.445 de 05 de janeiro de 2007. No tocante à constitucionalidade, o projeto encontra abrigo no art. 21, inciso XX da Constituição Federal. Que fixa a competência da União para instituir diretrizes para o desenvolvimento urbano. De outra parte, a iniciativa da proposição preenche os requisitos inscritos no art. 61 da Lei Maior. Encontram-se igualmente atendidos os preceitos de juridicidade e regimentalidade. O projeto, contudo, carece de pequeno ajuste na redação do caput do art. 2º A, dispositivo que pretende adiar a lei alterada. A remissão feita aos incisos do art. 2º deveria na verdade referir-se ao § 6º do art. 2º no sentido de sanar a impressão formulamos adiante a Emenda necessária.

Voto: Ante as razões comentadas, voto pela aprovação do PLS 264/2004 com a seguinte Emenda que é aquilo que eu fiz referência no parágrafo anterior. Emenda nº. 01, substitui a redação proposta no caput do art. 2º A pela seguinte. Art. 2º A: A pavimentação de vias urbanas somente será realizada após a implantação dos itens constantes dos incisos II, III, IV, V, do § 6º do art. 2º. Esse é o nosso Relatório e voto, Sr. Presidente.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Pela ordem, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Com a palavra, pela ordem, o Senador Flexa Ribeiro.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Eu solicitaria ao nobre Relator, Senador Adelmir Santana que fizesse a leitura desses incisos para que os Senadores pudessem ter de forma clara o que... Qual a obrigatoriedade que está sendo imposta para a pavimentação de vias urbanas. Da Emenda do Senador Adelmir Santana.

SENADOR ADELMIR SANTANA (PFL-DF): A Emenda apenas faz uma alteração. Porque ele fala assim art. 2º § 6º. A infra-estrutura básica dos parcelamentos situados nas zonas habitacionais declaradas por lei como interesse social, consistirá no mínimo de:

- 1) Via de circulação pavimentada;
- 2) Escoamento das águas pluviais;
- 3) Abastecimento de água potável;
- 4) Esgotamento sanitário;
- 5) Energia elétrica domiciliar.

Ele apenas no art. 2º, A, ele faz referências a esses incisos e diz assim: Do art. 2º. Eu estou alterando e dizendo § 6º do art. 2º. É a única alteração que fazemos na Emenda. É uma questão apenas de redação porque se refere ao art. 2º e o art. 2º tem mais de um parágrafo.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): A matéria está em discussão. Srs. Senadores. Sr. Senador Cícero Lucena para a discussão da matéria.

SENADOR CÍCERO LUCENA (PSDB-PB): Presidente, como ex-Prefeito de uma cidade, a cidade de João Pessoa por dois mandatos, nós temos a consciência da importância desse Projeto, da iniciativa, do parecer, da Relatoria, mas nós não podemos deixar de trazer uma preocupação como administrador municipal. Esta lei tem a responsabilidade de só fazer investimento quando da infra-estrutura tiver devidamente concluída, ex-Governador, ex-Prefeito, Senador Jayme Campos, o senhor sabe muito bem de que a realidade, a prática vivida nos nossos Municípios não é essa. Nós não podemos, por exemplo, estabelecer em áreas de expansão dos Municípios que têm ruas, vamos dizer assim, sem nenhuma infra-estrutura, é uma realidade brasileira, e que de repente você está proibindo o Prefeito de fazer dele fazer o asfalto, por exemplo, da via de transporte coletivo, seria uma prioridade já que ele não tem condições de fazer esse investimento. Possivelmente para novos loteamentos onde a Prefeitura vem autorizar, aí sim exigir toda a infra-estrutura. Mas a realidade vivida hoje nos Municípios brasileiros é que dessa forma nós estaremos dando cobertura a Prefeitos que não querem trabalhar pelo investimento

na infra-estrutura, mas sacrificando a população que vai prorrogar em muito o prazo de no mínimo ter, por exemplo, as vias de transporte coletivo, de transporte de massa devidamente pavimentada.

Eu vivi essa experiência na cidade de João Pessoa, em algumas ruas eu fiz, até porque já fazem oito anos, eu fui Prefeito por oito anos, já fazem três anos que deixei a Prefeitura e sem dúvida nenhuma esses investimentos ainda não chegaram lá. Não quero responsabilizar o atual Prefeito. É porque as limitações de recursos do Município fazem com que a correção dessas áreas antigas que não tem ainda infra-estrutura você venha penalizar essa medida, que é correta de preservação dos recursos públicos, mas ela vai engessar muito a administração municipal.

SENADOR JAYME CAMPOS (PFL-MT): Sr. Presidente, pela ordem. Quero apenas colaborar com as palavras do ilustre Senador Cícero Lucena, até porque eu fui Prefeito também por 14 anos, três mandatos, na verdade muitas cidades brasileiras, Senador Marconi Perillo, o que é ocorre? As Prefeituras hoje, dentro do código de uso do solo, sobretudo dentro da lei orgânica do Município, quando um cidadão vai aprovar um loteamento, na verdade existem ali as exigências. Esgoto, galeria com fluviais, posteamento, arruamento, áreas reservadas para equipamentos comunitários, etc, etc. Todavia, na verdade não é na prática isso na demanda do tempo que vai passando, as empresas e imobiliárias elas não cumprem com o seu dever. Caso especificamente da minha cidade que é uma cidade de 300 mil habitantes, ali hoje qualquer loteamento para ser aprovado é reservado inicialmente 50% se for mil lotes, 500 lotes fica disponibilizado para o cumprimento daquilo da sua aprovação. Feito isso, eu acho se o Poder Público municipal cobrar na sua plenitude aquilo que foi de fato aprovado quando da aprovação do seu loteamento, eu imagino que nós não teríamos hoje na verdade um grande número de Municípios brasileiros hoje que lamentavelmente os loteamentos não foram contemplados com as obras de infra-estrutura. Contudo acho que para aperfeiçoar isso aí depende muito dos Municípios. Entretanto quando V.Exª diz aqui de que fundamentalmente alguns acessos, alguns bairros mais distantes a Prefeitura é impossibilitada, ela é engessada para investimento, sobretudo, no transporte de massa. Isso é uma política que nós aqui temos que exigir de tal forma, na medida que lamentavelmente hoje grande parcela dos bairros das cidades brasileiras, hoje não tem o mínimo de infra-estrutura. Vive abaixo, muitos deles, de qualquer situação de qualidade de vida.

Então eu acho que as leis que estão sendo aprovadas aqui, sobretudo esse Projeto aqui é fundamental, sobretudo ,quando o Senador Adelmir Santana, que-

ro cumprimentar aqui pela, como Relator do Projeto, com certeza vai melhorar, vai aprimorar, com certeza os investimentos nos Municípios brasileiros em que se respeitem os loteamentos doravante que foi ser aprovado. Muito obrigado.

SENADOR ADELMIR SANTANA (PFL-DF): Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): [soa a campainha]. Concedo a palavra ao Senador Adelmir Santana.

SENADOR ADELMIR SANTANA (PFL-DF): Eu entendo todas essas ponderações feitas por ilustres Senadores ex-prefeitos. Mas na justificativa do Projeto feito pelo Senador Botelho, que por sinal é médico, ele faz algumas citações e faz algumas ponderações que morre muito mais gente em razão da falta de saneamento básico do que em razão de não ir, por exemplo, o transporte coletivo. Então, eu queria ponderar aos Srs. Senadores naturalmente que isso é uma exigência que passa a ser feita em futuros loteamentos, futuros ordenamentos urbanos. E a questão de saneamento básico no País é uma questão essencial. Se nós não atentarmos para isso, até a questão de asfaltar ruas e depois fazer determinadas outras tarefas, encarece o processo. Corta o asfalto, desmonta o asfalto. Asfalto também é caro. Tão caro muitas vezes do que se colocar uma canalização de águas pluviais.

Então eu queria ponderar aos senhores Prefeitos que levasse em conta também o aspecto do saneamento básico como uma questão essencial para vida e para saúde da população.

SENADOR CÍCERO LUCENA (PSDB-PB): Para discutir, Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Senador Cícero Lucena, pela ordem. Eu gostaria apenas de informar a Comissão que nós temos dois oradores inscritos para a discussão. Senador Flexa e Senador Casagrande. Logo após eu vou encerrar o período de discussão até porque se não votarmos não vamos ter quorum para deliberar. Com a palavra, pela ordem, o Senador Cícero Lucena.

SENADOR CÍCERO LUCENA (PSDB-PB): Bastante rápido, Senador, é só a preocupação, como disse o Senador Jayme, é que nós nos Municípios todos adotaram exatamente esta postura de novos loteamentos já têm que ter toda essa infra-estrutura. Agora, com a proposta, nós vamos engessar. Porque a realidade que nós vivemos é que a maioria dos Municípios brasileiros não atingem a 50% de saneamento básico ainda até agora. Obviamente que a importância do saneamento básico é fundamental. Mas se além disso nós engessarmos a condição de pavimentação, nós estamos levando a população a continuar no sa-

crifício maior. Até porque o exemplo de João Pessoa eu tinha esse Projeto aprovado, o Governo do Estado era meu adversário político, fez o loteamento de duas mil casas, não botou uma pedra de meio fio. E fez o loteamento. Você imagina a Prefeitura fazer o esgotamento sanitário.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Com a palavra para discutir a matéria o Senador Flexa Ribeiro por três minutos.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Presidente, eu quero parabenizar o Senador Augusto Botelho pelo seu Projeto e o Senador Adelmir Santana pelo Relatório. A minha preocupação é, Senador Adelmir, V.Ex^a disse há pouco que o projeto se dirige a novos parcelamentos. Ou seja, a novos loteamentos que venham a ser feitos. Em sendo assim, eu sou plenamente de acordo. Acho que novos parcelamentos que vierem a ser feitos devem atender a exigência que está aqui imposta. Até porque a gente procure resolver o problema para frente, e depois vamos resolver para trás. Agora, eu tenho uma dúvida, Senador Presidente, Marconi Perillo, no art. 2º diz assim: A pavimentação de vias urbanas somente será realizada após a implantação dos incisos constantes do inciso II, III, IV... Aí vai. A pergunta é o seguinte, as vias urbanas hoje existentes só poderão ser pavimentadas após a implantação disso, aí nós vamos engessar, eu tiraria por Belém, capital do meu Estado do Pará. Só existe esgoto sanitário acho que em 20% da cidade. Então nenhuma rua de Belém poderia ser pavimentada porque ela tem águas pluviais, algumas, água potável quase todas, mas esgoto sanitário só 20%. Então não poderiam ser pavimentadas. Então a minha dúvida, Senador Adelmir, é se o Projeto diz respeito apenas a novos parcelamentos urbanos, ou se diz respeito às vias já existentes. Porque aí sim nós vamos impedir o asfaltamento em todas as cidades brasileiras.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Com a lavra o Senador Adelmir Santana, se quiser responder o Senador Flexa Ribeiro.

SENADOR ADELMIR SANTANA (PFL-DF): O projeto não faz essa diferenciação. O projeto apenas faz a... Reafirma que a pavimentação das vias urbanas somente ocorrerão após atendido esses incisos I, II, III, IV e V do Projeto.

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Com a palavra o Senador Renato Casagrande para discutir a matéria no prazo de três minutos.

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES):

Vou ser mais rápido, Presidente. Acho que a tese do Projeto é uma tese importante, e é o correto, de fato nós temos toda a infra-estrutura preparada antes de pavimentarmos, mas eu estou junto com os Parlamentares, os Senadores, que levantaram as preocupações com que já existe. Até porque tem muitos locais que a responsabilidade de fazer o saneamento básico é do Estado e não do Município. Pega no Estado do Espírito Santo a maioria dos Municípios quem gerencia essa parte é uma companhia estadual. Caso da Paraíba também, e de outros Estados. E não... No Pará, e não as Prefeituras. Então, nós temos essa dificuldade.

Então, talvez pudéssemos, para nós não votarmos contra o Projeto, e que todo mundo concorda que está correto, é para frente isso, nós temos que... Os novos loteamentos têm que ser exigido isso, eu acho que tem que forçar a barra para que as coisas certas possam ser implementadas. Ao invés de votarmos contra que a gente pudesse fazer uma Emenda dizendo que isso será implementado na verdade com novos loteamentos, novas vias urbanas nos novos loteamentos. O Relator podia acatar uma sugestão para que nós todos pudéssemos votar a favor desse Projeto, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Senador Adelmir Santana, V.Ex^a acata a sugestão? Senador Casagrande...

SENADOR ADELMIR SANTANA (PFL-DF): Teria que ser uma supressão da questão.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Ou uma Emenda modificativa.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Exclui o art. 2º.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): A Secretaria prepara a redação. Com a palavra o Senador Eliseu Resende, nosso ex-Ministro de transportes, palavra balizadíssima para discutir essa matéria.

SENADOR ELISEU RESENDE (PFL-MG): Obrigado, Sr. Presidente. Não fui Prefeito ainda. [risos] [soa a campanha] Eu acho que a propósito é o mais salutar possível. Tecnicamente a gente recomenda isso. As obras de infra-estrutura sejam feitas antes da pavimentação. Mas eu fico preocupado, Presidente, com a colocação disso em lei. Mesmo porque pode haver fatos específicos onde tecnicamente se aconselha o pavimento mesmo quando não há energia elétrica e até mesmo quando não há saneamento.

Eu quero chamar outra atenção sobre um outro detalhe aqui. Quando se fala em pavimentado, pavimentação, não quer dizer asfaltamento. Um simples calçamento poliédrico, de pé-de-moleque é pavimento. O broquete é pavimento. Paralelepípedo é pavimento.

Então eu tenho a impressão, eu fico só preocupado com o engessamento. A imposição de uma disciplina administrativa ao poder municipal. Não sei até mesmo se isso é prerrogativa nossa. Então eu chamo atenção para esses detalhes.

SENADOR CASAGRANDE (PSB-ES): Sr. Presidente, só para esclarecer. Eu fui chamado atenção aqui pela Assessoria que o Parágrafo Único do Projeto, ele já dá a seguinte redação ao art. 2º A. Parágrafo Único. A execução de obras em desacordo com o disposto no caput, isto é, daquelas exigências, deverá ser fundamentada por laudo de engenharia que comprove a conveniência técnica e a economicidade da solução adotada. Portanto esse Parágrafo Único já atende a essas exigências pode ser, vamos dizer assim, pode ser desconsiderado ou desatendido alguns desses itens.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Eu sugiro ao Senador Adelmir que acerte a redação com o Senador Eliseu em relação aos pontos que preocupam o Senador, para que nós possamos deliberar a matéria. Eu acho que é relevante essa matéria. Senador Eliseu.

SENADOR ELISEU RESENDE (PFL-MG): Presidente, adoto também como Relator esse Parágrafo Único que não tinha dado atenção antes. Isso realmente exigindo um laudo técnico nas obras que estejam em desacordos, apenas aumenta burocraticamente o processo, mas salva...

SENADOR CASAGRANDE (PSB-ES): Salva as cidades citadas pelos Senadores Prefeitos.

[risos]

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Não havendo mais--

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): A principal ressalva, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Com a palavra o Senador Inácio Arruda.

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): A principal ressalva que eu faço é relativa à expressão que o Senador Eliseu Resende utilizou. É que é uma matéria tipicamente do Poder Legislativo municipal. Nós estamos entrando, digamos assim, nessa seara diretamente. A rigor. Basta ver o Item 05, logo em seguida, como é que a gente já vai entrando na questão do loteamento. Se nós pegarmos hoje o Plano Diretor de qualquer cidade, tudo que nós estamos colocando aqui vai estar posto no Plano Diretor. E vai estar posto no código de costura. Se nós examinarmos as cidades brasileiras, vamos examinar só uma questão implora que diz respeito ao pedestre. Aquele que não tem o carro, que não tem a bicicleta e não tem a moto que são

as calçadas. Que é a questão da humanizar. Caberia colocar nesse Projeto. Mas é o problema de código de postura do Município. Está posto no código de postura. Eu estou de acordo porque sou municipalista, não fui prefeito, mas fui Vereador na minha cidade, gostaria de ter sido Prefeito, já disputei eleições Municipais, acho que é bom administrar, é importante administrar, acho que a gente tem que ter todo esse zelo e todo esse cuidado. Mas acho que a gente exagera um pouco entrando muito na seara lá do gestor municipal. Termina... Eu compreendo que nós vamos engessando. Mesmo que a gente aprove com as observações do Ademir, Senador Ademir, mas o Projeto do Senador Augusto Botelho, ele causa um engessamento às cidades hoje e para frente. Para o futuro.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Como diria o Dr. Ulysses Guimarães, vamos a voto.

[soa a campainha]

SENADOR CASAGRANDE (PSB-ES): Eu só queria dizer que a colocação do Senador Inácio é procedente. Mas a lei que estamos nós estamos aqui tratando é de 79. Então alguém já errou lá em 1979. Quer dizer, nós apenas estamos melhorando ou tentando melhorar uma Lei de 79. Portanto, não estamos com nenhuma lei nova.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Presidente, para discutir.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Com a palavra pela ordem o Senador Flexa Ribeiro.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Presidente, a lei que o Senador Adelmir se refere é lei que trata do parcelamento do solo urbano. É lei para novos loteamentos. Então nós precisamos único e exclusivamente tirar a dúvida, deixar sem dúvida nenhuma com relação que o Projeto de Senador Augusto Botelho, trata de novos loteamentos. Não trata de vias urbanas existentes. Só isso. Até porque o adendo que ele leu aí dizendo que se houver uma justificativa pode-se deixar de ser exigido, torna a lei sem eficácia.

Então, vamos só tirar essa questão de que ela se define para novos loteamentos, novos parcelamentos urbanos e vamos votar. Agora, o que não podemos deixar é engessar as cidades brasileiras no sentido de pavimentar vias já existentes que não tenham o atendimento desses itens que estão aqui.

[soa a campainha]

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Eu indago ao Senador Adelmir Santana se ele concorda em agregar a sugestão do Senador Flexa ao seu parecer. Havendo concordância e não havendo mais quem queira discutir a matéria,

encerro a discussão. Srs. Parlamentares, comunico que serão duas votações nominais, uma para o Projeto e outra para a Emenda. Eu até sugiro que a gente possa repetir a votação. Em votação o Projeto de Lei do Senado nº. 264/2004. Quem votar com o Relator vota sim. Senador Inácio Arruda, como vota?

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): [pronunciamento fora do microfone]

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Senador Expedito Júnior. Senador Renato Casagrande, com o Relator. Senador João Ribeiro, com o Relator. Pelo PMDB. Como vota o Senador Leomar Quintanilha? Com o Relator, Senador Valter Pereira. Senador Wellington Salgado.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Com o Relator, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Como vota o Senador Adelmir Santana? Senador Eliseu Resende. Senador Jayme Campos, com o Relator. Senador Flexa Ribeiro.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Com o Relator e as devidas Emendas.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Senador Marco Maciel.

SENADOR MARCO MACIEL (PFL-PE): Com o Relator e as respectivas Emendas.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Senador Romeu Tuma. Senador Cícero Lucena.

SENADOR CÍCERO LUCENA (PSDB-PB): Com o Relator com a devida modificação.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Senador Eduardo Azeredo. Encerrada a votação, vou proclamar o resultado. Votaram 13 dos Srs. Senadores, 13 votos favoráveis, ressalvado a Emenda. E as sugestões de modificações. Vou repetir a votação para as Emenda, caso os Srs. Senadores concordem. Os Srs. Senadores que concordam, permaneçam como se acham. Aprovado.

Item 04 da pauta.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Presidente, pela ordem. Só para deixar claro. A Emenda é para excluir do projeto as vias urbanas já existentes. Ou seja, o Projeto vale apenas para novos parcelamentos urbanos, novos loteamentos.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Senador Flexa Ribeiro, essa é a compreensão dessa Presidência e de toda a Comissão. Eu determino à secretaria que acolha as sugestões e a Emenda do Senador Flexa.

Item 04 da pauta, Projeto de Lei do Senado nº. 22/2004. Decisão terminativa. O Projeto é de autoria do ilustre Senador Magno Malta, Relator Senador Del-

cídio. Não estando presente, designo como Relator ad hoc o ilustre Senador Wellington Salgado de Oliveira. Com a palavra o Senador Wellington Salgado.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Sr. Presidente, eu vou ler rapidamente o voto. Mas eu queria deixar claro aqui que é um momento muito importante, inclusive agradecer a V.Exª de me dar a oportunidade de relatar esse Projeto. Porque na verdade eu sempre ouvia falar de meu avô que comprava boi em Nanuque e levava para Governador Valadares. E ele sempre me contava a história e comprava no fio do bigode e só pagava depois que vendia em Governador Valadares. Então foi o destino gracioso comigo que me coloca aqui para relatar esse projeto graças também à autoria do Senador Magno Malta. Muito obrigado Senador por essa oportunidade. Então vou ler simplesmente o voto muito orgulhoso.

Diante do exposto, votamos favoravelmente à aprovação no projeto de Lei da Câmara nº 22/2004 na forma do seguinte. Projeto de Lei do Senado nº. 22/2004 substitutivo. Altera a Lei 5.917 de 10 de setembro de 1973 que aprova o Plano Nacional de Viação, para incluir na relação descritiva das rodovias do sistema rodoviário federal, o trecho compreendido entre as localidades de Pedro Canário e Nanuque, Minas Gerais. O Congresso Nacional decreta inclua-se no Item 2.2 relação descritiva das rodovias do sistema rodoviário federal, subitem Plano Nacional de Viação aprovado a lei 5.917 de 10 de setembro de 1973. Trecho rodoviário com a seguinte descrição. É esse o voto, Sr. Presidente, e dedico esse voto ao meu avô esteja ele onde estiver.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): A matéria está em discussão. Não havendo quem queira discutir a matéria, encerro a discussão. Em votação. O Projeto de Lei do Senado nº. 22/2004 nos termos do substitutivo que apresenta. Lembro aos Srs. Senadores que o Projeto é terminativo. E exige quorum qualificado. Quem vota com o Relator vota sim. Vamos à votação. Senador Inácio Arruda, como vota?

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): [pronunciamento fora do microfone]

[risos]

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Senador Expedito, como vota? Senador João Ribeiro como vota?

SENADOR JOÃO RIBEIRO (PR-TO): Também em homenagem ao Relator, com o Relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Senador Renato Casagrande.

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES):

Em homenagem ao nosso Senador Magno Malta voto com o Relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Senador Leomar Quintanilha.

SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO): Voto com o Relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Senador Wellington Salgado. Senador Adelmir Santana. Obrigado por ter permanecido. Senador Eliseu Resende, grande mineiro.

SENADOR ADELMIR SANTANA (PFL-DF): Eu gostaria, Sr. Presidente, não sei se cabe espaço de tempo para isso fazer uma breve consideração a respeito desse assunto.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Pois não, Sr. Senador.

SENADOR ADELMIR SANTANA (PFL-DF): Nós estamos modificando e inserindo um trecho rodoviário um Projeto de Lei de 1973. E a nossa Constituição estabelece que a União tem de estabelecer as diretrizes e o Plano Nacional de Viação. Há um Projeto de Lei tramitando desde 1995 estabelecendo novo Sistema Nacional de Viação. Esse Projeto de Lei tramita na Casa ainda não foi considerado para aprovação, está na verdade do Senado. Enquanto isso nós estamos aprovando a inserção de trechos estaduais no Plano Nacional de Viação sem um estudo técnico adequado. Sugeriria que essa Comissão de Infra-Estrutura abraçasse essa tese e nós pudéssemos dar aqui uma solução definitiva do problema. Nós estamos falando de estadualização de estradas, estamos falando em federalização de estradas. Aos Governadores interessa de certa forma a estadualização das estradas para que eles possam conservá-las adequadamente, porque a União está conservando muito pior do que o Estado.

Então, parece que federalizar uma estrada é vantagem para a estrada enquanto não é. Então eu dou essa palavra. Enquanto isso, nós não podemos rejeitar nenhum Projeto como esse que o Senador apresentou, o Senador Salgado, porque nós não temos bases técnicas para julgar isso. Isso tem uma influência muito grande na rede nacional como um todo. Então eu sugiro à Comissão de Infra-Estrutura tomar iniciativa. Eu fico a disposição de V.Exª para conversar sobre essa comercial, de rever o Plano Nacional de Viação porque nós estamos com um plano definido em Lei de 1973.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Bom, eu solicito à Secretaria e à consultoria Parlamentar que presta apoio a esta Comissão que em conjunto com a Assessoria do Senador Eliseu Resende preparem estudos e iniciativas no sentido de contemplarmos a preocupação que ele

acaba de suscitar. Se V.Ex^a concordar, Senador, nós vamos conjuntamente preparar aqui um conjunto de iniciativas, talvez Audiência Pública, talvez um novo projeto talvez trazer para a Comissão de Infra-estrutura a discussão dessa matéria.

SENADOR ELISEU RESENDE (PFL-MG): Esse Projeto de Lei que tramita é bom identificar o seu paradeiro aqui no Senado. Mesmo porque ele está totalmente desatualizado. Ele foi feito há 12 anos atrás.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Avocar a Comissão de Infra-Estrutura. Eu solicito à Secretaria que tome essas providências, em conjunto com a colaboração da eficiente consultoria do Senado Federal. O Senador Eliseu Resende vota sim. Com essa ressalva. Como vota o Senador Jayme Campos?

SENADOR JAYME CAMPOS (PFL-MT): Sr. Presidente, antes de declarar meu voto, fazer só, colaborando com as palavras do Senador Eliseu Rezende, isso virou verdadeiro samba do crioulo doido. Lamentavelmente o que é que o tem ocorrido? Vários Estados têm conseguido colocar no Plano Nacional de Viação algumas rodovias estaduais. Entretanto, o que temos acompanhado e visto é que alguns Estados pedindo de volta as rodovias estaduais até porque o Governo Federal não tem conseguido dar manutenção dessa rodovia. De forma, Senador Eliseu Resende, é muito pertinente o que V.Ex^a. disse aqui na medida que nós temos que rever, avocar para a Comissão de Infra-Estrutura essa lei que se encontra parado no Senado Federal, para termos um critério novo, até porque já está superado, como nova modalidade de privatização, de concessão nas nossas rodovias. De forma que é pertinente, é oportuno, e eu quero me associar com o senhor e também se possível participar nesse trabalho, Senador Presidente Marconi Perillo, no sentido de nós buscarmos critérios que efetivamente passarmos uma borracha, uma régua, e deixarmos de uma vez por todas uma definição de forma concreta, séria e responsável nessas condições que hoje estão praticando no Plano Nacional de Viação. Mas eu voto com o Relator, nesse caso, até porque eu imagino que é fundamental para seu Estado e acima de tudo nós possamos impor novas regras no sentido de quando alguma rodovia estadual for inserido no Plano Nacional de Viação no nosso País. Obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Pertinente a observação do Senador Jayme Campos. Nós solicitamos à Secretaria que inclua o Senador nessa discussão que será feita a proposta do Requerimento do Senador Eliseu Resende. Como vota o Senador Flexa Ribeiro?

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Presidente, voto com o Senador Magno Malta, parabenizando pelo projeto. Voto com o avô do Senador Wellington Salgado, que também peço a Deus que ele esteja em paz, em bom lugar, e com o Senador Wellington Salgado para que ele vá encontrar o seu avô num bom lugar também. E que demore muito tempo para que isso aconteça.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Como vota o Senador Jayme Campos?

SENADOR JAYME CAMPOS (PFL-MT): Voto com o Relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Senador Cícero Lucena, com o Relator. Senador Eduardo Azeredo.

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Presidente, eu também quero fazer uma justificativa de voto. Eu voto sim, mas com a mesma ressalva feita pelo Senador Eliseu. Eu conversava com ele agora a pouco, é uma ilusão achar, Senador Magno Malta que fazer uma federalização de uma estrada hoje seja bom. Na verdade federalizar estrada hoje está sendo um mau negócio porque o Governo não cuida das estradas federais e elas estão em situação ruim em praticamente todo o Brasil. O Senador Wellington vai me falar que tem obra lá no Triângulo Mineiro. Mas na verdade deve ser... Uma beleza não pode estar, a estrada que liga Patos a Uberlândia está péssima. A estrada que liga Parachá(F), estrada que liga Belo Horizonte, está ruim.

De maneira que... Não tem, então, eu acho que nós precisamos fazer uma revisão global, sim. O caminho é esse, é a revisão global do Plano Viário Brasileiro. Então é favorável com a ressalva já que nesse caso aqui se trata de uma ligação entre duas BRs na região de Nanuque, então a ligação nas duas BRs pode ser interessante, mas a solução realmente é o que o Senador Eliseu colocou, uma revisão geral do Plano Viário Brasileiro. Existem estradas que são federais hoje que não tem o menor sentido que sejam federais, e existem outras estradas que poderiam ter uma ação maior do Governo que não tem.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Como vota o Senador Eduardo Azeredo? Sim.

Vamos agora proferir o resultado. Votaram os Srs. Senadores, tivemos, portanto, quorum, os 12 votos foram favoráveis, está aprovado o Projeto.

SENADOR MAGNO MALTA (PL-ES): Sr. Presidente, pela ordem.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): O Projeto 22/2004, dos termos da

Emenda irá a turno suplementar na próxima reunião da Comissão de Acordo com os artigos 92 e 282. Caso os Srs. Senadores concordem com a segunda votação, nós vamos resolver essa questão agora. Os Srs. Senadores que concordam em repetir a votação permaneçam como estão. Aprovado incluindo a Emenda Item 05. Votação simbólica. Com a palavra o Senador Magno Malta pela ordem.

SENADOR MAGNO MALTA (PL-ES): Sr. Presidente, pela ordem.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Só um minutinho, Senador Magno Malta.

SENADOR MAGNO MALTA (PL-ES): Eu não sou da Comissão. Quero agradecer ao avô do Senador Wellington. [risos] Mas eu quero dizer, Sr. Presidente, que o Senador Eliseu Resende quando ele coloca, e ele coloca a idade desse Projeto que está aqui, jogado perambulando de um lado para outro. Existem questões que não podem esperar. E esse projeto aprovado hoje aqui colabora, Senador Inácio Arruda, diretamente com o PAC. Porque essa é a área, é o setor alcooleiro que liga Minas ao Estado do Espírito Santo. É o setor do gado. Esse setor onde estão as usinas, e com essa visão brasileira que o mundo começa a ter de nós a respeito da nossa tecnologia, e o crescimento hoje da nossa perspectiva dentro do Plano de desenvolvimento nacional com o álcool brasileiro, a nossa tecnologia, essa é uma área vital. Para o Estado de Espírito Santo e para Minas Gerais. De maneira que é importante federalizar. Eu não concordo. Porque é muito mais fácil para o Governo construir. Se está pecando na conservação. Precisa resolver o problema desse pecado. Agora, construir, fazer, é mais fácil para o Governo Federal do que para o Governo Estadual. De maneira que eu acho que para o PAC nós estamos dando um passo definitivo, avançado no meu Estado, com o Estado de Minas Gerais nessa cooperação com essas estradas que certamente o Governo Federal vai fazer a partir da iniciativa desta Comissão. Agradeço, Sr. Presidente, e agradeço a toda a Comissão.

[soa a campanha]

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Item 05 da Malta, Projeto de Lei da Câmara nº. 67/200. O autor, Deputado Pedro Fernandes, Relator, Senador Heráclito Fortes que apresentou o seu parecer pela aprovação da matéria com as Emendas que apresentam. Com a ausência do Senador Heráclito Fortes e por considerar essa matéria importante, a fim de que nós possamos concluir aqui a pauta de hoje com um avanço extraordinário em relação ao Item 01 e deliberação em relação ao demais itens, eu convido o ilustre Senador Cícero Lucena para

fazer apresentar o voto aqui como Relator ad hoc. Com a palavra o Senador Cícero Lucena.

SENADOR CÍCERO LUCENA (PSDB-PB): Sr. Presidente, devido a discussão até do item anterior, nós vamos direto ao voto com as mesmas preocupações que aqui foram levantadas pelo Senador Eliseu Resende.

Pelo exposto somos de parecer favorável à aprovação do Projeto de Lei da Câmara nº. 67/2006 com as Emenda que apresentamos. Dê-se à Emenda do Projeto de Lei da Câmara nº. 67/2006 a seguinte redação. Altera a Lei 5.917 de 10 de setembro de 1973 que aprova o Plano Nacional de Aviação de modo a concluir na relação descritiva das rodovias do sistema rodoviário federal o trecho rodoviário de ligação entre a rodovia BR 222 na localidade de Chapadinho no Maranhão e a Rodovia BR-343 na cidade de Buriti dos Lopes, no Piauí. A outra Emenda, Sr. Presidente, dê-se ao art. 1º do Projeto de Lei da Câmara 67/2006, a seguinte redação. A relação descritiva das rodovias do Sistema Rodoviário Federal, Item 222, subitem ligação constante no anexo no Plano Nacional de Viação aprovado pela Lei de 1.917 de 10 de setembro de 1970, veio e passa a vigorar acrescido o trecho rodoviário com a seguinte discriminação. Relação descritiva das rodovias do Sistema Rodoviário Federal, BRs pontos de passagem, Chapadinha, Brejo São Bernardo, Jandira e Buriti dos Lopes. Unidade da Federação Maranhão-Piauí extensão 225 quilômetros. É o voto, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): A matéria está em discussão. Não havendo quem queira discuti-la coloco em votação. Em votação o parecer do Relator, ressalvados as Emendas. Os Srs. Senadores e Senadoras que aprovam o parecer ressalvadas as Emendas, permaneçam como estão. Aprovado. Em votação as Emendas. Os Srs. Parlamentares, os Srs. Senadores que aprovam as Emendas permaneçam como se encontram. Aprovada.

Existem dois requerimentos sobre a Mesa de iniciativa do Senador Inácio Arruda. Matéria não deliberativa. Não terminativa.

Requeiro na forma do art. 73 do Regimento Interno do Senado Federal que seja criada uma Subcomissão Permanente destinada a examinar e debater os temas relacionados a infra-estrutura e desenvolvimento urbano. Os Srs. Senadores que aprovam permaneçam como estão. Aprovado. A próxima Sessão nós vamos tratar de fazer a composição dessa Subcomissão de iniciativa do competente Senador Inácio Arruda que apresenta aqui um Requerimento da mais alta relevância.

Requerimento de iniciativa do Senador Inácio Arruda. Requeiro na forma do regimento do art. 40/93 do Regimento Interno do Senado e do art. 58 da Cons-

tuição Federal que seja convidado o Ministro de Estado da Integração Nacional, Sr. Geddel Vieira Lima, a fim de que exponha sobre as ações do Programa de Aceleração do Crescimento no âmbito do Ministério. O Requerimento está em discussão. Não havendo quem queira discuti-lo--

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Com a palavra o Senador Wellington Salgado.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Primeiro eu queria parabenizar a Comissão de V.Ex^a que tem trazido todos os Ministros aqui, e realmente quando se quer ver um Ministro é só vir na Comissão do Presidente Marconi Perillo. [risos] E vai ser muito bem colocado pelo Senador Inácio Arruda, vai ser muito bom ter o meu correligionário, o Ministro Geddel Vieira. Portanto tem o meu voto.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Em discussão. Não havendo quem queira discutir coloco em votação o requerimento de iniciativa do Senador Inácio Arruda. Em votação. Os Srs. Senadores que aprovam permaneçam como se encontram. Aprovado. Não havendo mais matéria a ser deliberada, encerro essa Sessão convocando outra em caráter extraordinário para a próxima quinta-feira às 9h para deliberarmos sobre os bloqueadores de celulares, os presídios estaduais e federais e outra em caráter extraordinário às 14h para Audiência Pública de iniciativa do Senador Jayme Campos com os membros da Agência Nacional de Transportes. Está encerrada a presente Sessão.

Muito obrigado.

Sessão encerrada às 13h29.

**SECRETARIA DE COMISSÕES
SUBSECRETARIA DE APOIO ÀS COMISSÕES
PERMANENTES
COMISSÃO DE SERVIÇOS DE
INFRA-ESTRUTURA**

Ata da 17ª Reunião, extraordinária, da Comissão de Serviços de Infra-Estrutura, da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura, realizada em 10 de maio de 2007, às 9 horas, na sala de reunião nº 13, da Ala Senador Alexandre Costa, Anexo II.

Às dez horas e vinte e cinco minutos do dia dez de maio de dois mil e sete, na sala de reunião da Comissão, na Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senador DELCÍDIO AMARAL, Vice-Presidente da Comissão, reúne-se, extraordinariamente, a Comissão de Serviços de Infra-Estrutura com a presença das Senhoras Senadoras e dos Senhores

Senadores **Serys Slhessarenko, Delcídio Amaral, Inácio Arruda, Fernando Collor, Jayme Campos, João Tenório, Flexa Ribeiro, João Durval, Augusto Botelho, Geraldo Mesquita, Jonas Pinheiro.** Deixam de comparecer os demais Senadores. Havendo número regimental, o Senhor Presidente declara aberta a reunião, dispensando a leitura da ata da reunião anterior, que é dada como aprovada. A presente reunião destina-se à deliberação do item único da Pauta - **Projeto de Lei do Senado, nº 137, de 2006** - Decisão Terminativa - "Determina que as empresas operadoras do Serviço Móvel Pessoal instalem bloqueadores de sinais de radiocomunicações nas penitenciárias estaduais e federais, e dá outras providências", de autoria do Senador Rodolpho Tourinho, tendo como relator o Senador Flexa Ribeiro que apresenta parecer pela aprovação do Projeto, com acatamento parcial da Emenda nº 1 e pela rejeição da Emenda nº 2, ambas de autoria da Senadora Serys Slhessarenko, nos termos do Substitutivo. Em 22/03/07 foi concedida vista coletiva, nos termos regimentais. Em 10/04/07, foi apresentado o Voto em Separado, de autoria do Senador Demóstenes Torres, concluindo pela aprovação do Projeto em sua redação original. Em 02/05/07, foi concedida vista aos Senadores Wellington Salgado e Romeu Tuma, nos termos regimentais. Usam da palavra os Senadores Flexa Ribeiro, Ideli Salvati e Wellington Salgado. **A apreciação da matéria é adiada.** A Presidência convoca os membros para a próxima reunião a realizar-se no dia 16 de maio às 14 horas. Nada mais havendo a tratar, a Presidência declara encerrada a reunião às dez horas e trinta e cinco minutos, lavrando eu, *Dulcídia Ramos Calháo*, Secretária da Comissão, a presente Ata que, após lida e aprovada será assinada pelo Senhor Presidente e publicada, juntamente com a íntegra o seu registro de Estenotipia Informatizada. – Senador **Marconi Perillo**, Presidente.

17ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE INFRA-ESTRUTURA, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA.

REALIZADA NO DIA 10 DE ABRIL DE 2007, ÀS 10 HORAS E 20 MINUTOS.

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Havendo número regimental, declaro aberta a 17ª Reunião Extraordinária da Comissão de Serviços de Infra-Estrutura da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura.

Antes de iniciar os trabalhos proponho a dispensa da leitura da Ata da Reunião anterior.

Os Srs. Senadores e Senadoras que aprovam permaneçam como se encontram. Aprovada.

A presente reunião destina-se a deliberação do Projeto de Lei do Senado, de nº. 137/2006. E eu gos-

taria só de historiar rapidamente sobre esse projeto, é o projeto que determina que as empresas operadoras do Serviço Móvel Pessoal instalem bloqueadores de sinais de radiocomunicações nas penitenciárias estaduais e federais e dá outras providências.

Esse projeto tem como autor o Senador Rodolpho Tourinho, como Relator, o Senador Flexa Ribeiro, o Parecer pela aprovação do projeto nos termos do substitutivo que apresenta e pelo acatamento parcial da Emenda nº. 1, folhas 14, e pela rejeição da Emenda nº. 2, folha 15, ambos de autoria da Senadora Serys Slhessarenko.

Em 22 de março de 2007, foi concedida vista coletiva a Requerimento dos Senadores Demostenes Torres e Serys Slhessarenko pelo prazo de 5 dias.

Em 10 de abril de 2007, foi apresentado voto em separado do Senador Demostenes Torres.

Em 25 de abril de 2007, o Relator, Senador Flexa Ribeiro, apresenta novo relatório, com alterações em sua análise e no substitutivo que apresenta.

Em 2 de maio de 2007, foi concedida vista coletiva a Requerimento dos Senadores Romeu Tuma e Wellington Salgado pelo prazo de 5 dias.

Lembrando aos Srs. Senadores e Sras. Senadoras, que o projeto é terminativo e exige votação nominal, e uma matéria extremamente importante, de grande relevância para o país, para o Congresso Nacional, e para a Comissão de Infra-Estrutura, eu quero sugerir a V.Ex^{as}, que nós encerremos essa reunião, porque nós precisamos de votação nominal, não há um quorum seguro para garantir a votação nominal, e eu sugeriria marcar para a próxima quarta-feira, dia 16 de maio, às 14 horas, a votação desse projeto de fundamental importância para a país.

Se V.Ex^{as} estiverem de acordo, eu encerrarei a Sessão, marcando Reunião Ordinária para votar esse projeto do Senador Tourinho no dia 16 de maio às 14 horas.

Todos de acordo?

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): A discutir, Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCIDIO AMARAL (PT-MS): Senador Flexa Ribeiro para discutir.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): A proposta de V.Ex, tem aprovação de minha parte pela transferência da discussão de hoje, mas não pode registrar um sentimento que já toma conta de mim há algum tempo, da gente não estar tendo condições de ter quorum qualificado para votar esse projeto.

Eu vou acatar a solicitação de V.Ex^a, por um motivo que para mim é mais importante até porque o quorum, eu acho que daqui a pouco, nós teríamos esse quorum necessário à votação. Mas o nobre Senador

Demostenes Torres, autor do voto em separado, ele se encontra se recuperando, graças a Deus, de uma cirurgia que fez, ele está internado no Hospital Sara, eu conversei com ele ontem, vou fazer uma visita a ele hoje. E acho que a presença dele é importante, para que a gente possa dar as informações, para que os Senadores da Comissão possam exercer o voto consciente. Eu tenho informação, até pela líder do próprio PT, de que o Governo é contra, o meu Parecer. E sei por que é contra. Porque o projeto pretende, visa, melhor dizendo, proteger o cidadão brasileiro de mais um sobrecarga de taxas sobre as escorchantes carga tributária de 40% do país. E eu utilizo, para cobrir a necessidade emergencial da instalação dos bloqueadores, que já está definida por lei desde 2003, a Lei 10.792, a obrigatoriedade da instalação, por parte do Governo Federal, por parte do Governo Federal, eu utilizo os recursos excedentes. Ou seja, não haverá nenhum problema orçamentário ou fiscal do Tesouro, porque os recursos estão orçamentados e são excedentes na ordem de 1 bilhão e 800 milhões. Como esse custo será uma única vez, porque o meu voto define que, a partir de agora, qualquer nova casa penitenciária que for construída deverá ter no seu projeto já definido o bloqueio do sistema de comunicação, não só de telefonia móvel, porque é importante que os Senadores tenham consciência que nós não estamos tratando aqui única e exclusivamente do bloqueio da telefonia móvel, que é insuficiente para a necessidade da repressão do controle do crime organizado do interior do sistema penitenciário.

Nós estamos tratando de bloqueio de sinais outros, também, de radiocomunicação que não dizem respeito à questão da telefonia móvel.

Mas como é uma matéria, realmente, que precisa ter um debate, e um debate qualificado com o Senador Demostenes Torres, até para que os Senadores da Comissão possam votar conscientemente, não apenas porque são da base do Governo, mas que antes de serem da base do Governo, eles têm um papel importante de defender a sociedade brasileira, que é para isso que nós fomos eleitos pelo povo.

Eu quero concordar com V.Ex^a para que possamos marcar essa Reunião Extraordinária para a próxima terça-feira, às 14 horas.

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCIDIO AMARAL (PT-MS): Quarta-feira.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Quarta-feira.

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCIDIO AMARAL (PT-MS): Dia 16 de maio, às 4 horas.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Eu teria uma viagem da Comissão de Relações Exteriores,

uma viagem em visita ao Congresso do Chile, mas vou abrir mão da viagem para estar aqui, e espero que o Senador Demostenes esteja recuperado para que a gente possa efetivamente votar o projeto.

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCIDIO AMARAL (PT-MS): Muito obrigado, Senador Flexa. Senadora Ideli Salvatti.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Apenas... Eu não vou ter oportunidade a fazer a visita ao Senador Demostenes, da minha agenda do dia de hoje. Mas já que o Senador Flexa Ribeiro comunicou que fará a visita, eu quero pedir a ele que seja porta-voz, não só dos votos de melhoras, de estima de melhoras mais rápidas possíveis para que ele possa voltar a nosso convívio, mas também confirmar ao Senador Demostenes, porque ontem ele me ligou, a gente tratou do assunto do projeto, e eu encampei o voto em separado, que ele daria, neste projeto, no dia de hoje.

Então, apenas para o Senador Flexa Ribeiro comunicar, informar ao Senador Demostenes, que eu comungo e concordo plenamente com a posição que ele iria exarar no seu voto em separado, que é de restaurar o projeto original, inclusive do Senador Rodolpho Tourinho, que colocava a questão do custo da instalação dos bloqueadores nas operadoras.

Portanto, apesar de estar aqui veiculado como oposição de Governo, é bom apenas deixar registrado, que não só recebi o pedido, como concordei no mérito, e estou assinando o voto em separado do Senador, elaborado pela Assessoria do Senador Demostenes Torres, ta?

Então, é apenas para efeito de informação, e o voto em separado do Senador é exatamente de restaurar o projeto original, que não era do Governo, o projeto original inclusive era do Senador Rodolpho Tourinho.

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCIDIO AMARAL (PT-MS): Meu caro Senador Wellington Salgado.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): primeiramente, eu quero elogiar o tamanho do cabelo de V.Ex^a.

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCIDIO AMARAL (PT-MS): Por que? Muito comprido?

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Está seguindo...

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Está quase igual ao teu, hein, Wellington.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Está indo bem, está indo bem. E em segundo, achar que é uma decisão sábia, a decisão colocada por V.Ex^a. O debate, com certeza, vai enriquecer ainda mais o projeto que venha sair.

O Senador Flexa, meu amigo, no jantar tem tentado me seduzir para poder votar com ele, conversado. Então, eu acho que vai ser um bom debate. Presidente, vai ser um bom debate. Então, aguardo, vou aguardar até quarta-feira esse debate, e muito sabiamente transferido por V.Ex^a.

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCIDIO AMARAL (PT-MS): Muito obrigado Senador Wellington. Eu só gostaria de registrar que às 14 horas nós teremos uma Audiência Pública na Comissão de Infra-Estrutura, com a presença do Dr. José Alexandre Nogueira Resende, do Dr. Gregório Rabelo, do Professor Amir Mattar Valente, e do Dr. Antônio Galvão Novaes, sobre um trabalho relativo a um Projeto de Desenvolvimento Regional, denominado *Brasil Central de Iniciativa da NTT*, atendendo um Requerimento da Senadora Serys e do Senador Jaime Campos. Hoje às 14 horas.

Está encerrada essa Sessão.

Sessão encerrada às 10h33.

**SECRETARIA DE COMISSÕES
SUBSECRETARIA DE APOIO ÀS COMISSÕES
PERMANENTES
COMISSÃO DE SERVIÇOS DE
INFRA-ESTRUTURA**

Ata da 18ª Reunião extraordinária da Comissão de Serviços de Infra-Estrutura, da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura, realizada em 10 de maio de 2007, às 14:00 horas.

Às quatorze horas e quarenta minutos do dia dez de maio do ano de dois mil e sete, na sala de reuniões da comissão, sob a Presidência do Senador MARCONI PERILLO, reúne-se a Comissão de Serviços de Infra-Estrutura, com a presença dos Senhores Senadores **Serys Silhessarenko, Delcídio Amaral, Inácio Arruda, Fernando Collor, Jayme Campos, João Tenório, Flexa Ribeiro, João Durval, Augusto Botelho, Geraldo Mesquita e Jonas Pinheiro**. Presentes, também, o Deputado Federal Eliene Lima, os Deputados Estaduais Miguel de Souza, Celso Maldaner, Ilderlei Cordeiro, Néri Geller, Ederson Dalmorim, José Gustavo, José Humberto Macedo, Cesarino Junior e José Domingos e os Senhores Valter Miotto, Prefeito Municipal de Pontes e Lacerda/MT; Marino José Franz, Prefeito Municipal de Lucas do Rio Verde/MT; Nilson Leitão, Prefeito Municipal de Sinop/MT; Manoel Messias Sales, Prefeito Municipal de Feliz Natal/MT; Dilceu Rossato, Prefeito Municipal de Sorriso/MT; Osmar Rossetto, Prefeito Municipal de Nova Ubiratã/MT e da Professora Jacy Proença, Vice-Prefeita Municipal de Cuiabá/MT. Deixam de comparecer os demais Senadores. Havendo número regimental, o Senhor Presidente declara aberta a reunião, dispensando-se

a leitura da ata da reunião anterior que é dada como lida e aprovada. Em seguida a Presidência comunica que a presente reunião destina-se à realização de Audiência Pública com a presença dos senhores José Alexandre Nogueira Resende, Diretor-Geral da Agência Nacional de Transportes Terrestres – ANTT, Senhor Gregório Rabelo, Diretor da ANTT e Autor do Projeto Brasil Central, Professor Amir Mattar Valente, Chefe do Laboratório de Transporte da Universidade Federal de Santa Catarina e da senhora Ursula Beatriz Schmitdinger Vieira, Engenheira da Universidade Federal de Santa Catarina, representando o senhor Antônio Galvão Novaes, Consultor da Universidade Federal de Santa Catarina, para discutirem o Projeto de Desenvolvimento Regional “Brasil Central”, de iniciativa da Agência Nacional de Transportes Terrestres, em atendimento ao Requerimento nº 19, de 2007-CI, de autoria da Senadora Serys Slhessarenko, subscrito pelos Senadores Jayme Campos e Jonas Pinheiro. Em seguida, a Presidência passa a ler o Ofício nº 106/2007-DR, da ANEEL, datado de 30 de abril de 2007, pelo qual o Presidente da ANEEL, Dr. Jerson Kelman, remete cópia do Relatório de Gestão da Prestação de Contas Anual 2006, encaminhado à Secretaria Federal de Controle Interno – SFC/CGU. A Presidência informa que o relatório se encontra à disposição na Secretaria da Comissão, para eventuais consultas de qualquer dos senhores membros. Ato contínuo, assumem a Presidência dos trabalhos os Senadores Jayme Campos e Serys Slhessarenko. Após, a Presidência convida os expositores para tomarem assentos à Mesa dos trabalhos. Antes de passar a palavra aos convidados, o Senhor Presidente concede a palavra à Senadora Serys Slhessarenko e aos Senadores Jayme Campos e Jonas Pinheiro, para justificarem o requerimento. Fizeram uso da palavra os Senadores Jayme Campos, Serys Slhessarenko, Jonas Pinheiro, João Ribeiro e Augusto Botelho. Excepcionalmente, a Presidência concede a palavra aos Senhores Deputado Estadual José Domingos, Nilson Leitão, Prefeito Municipal de Sinop, Júlio Pitucho, Prefeito Municipal de Alto Garça, Professora Jacy Proença, Vice-Prefeita Municipal de Cuiabá, Marino José Franz, Prefeito Municipal de Lucas do Rio Verde, Deputado Federal Eliene Lima e Dilceu Rossato, Prefeito Municipal de Sorriso. Nada mais havendo a tratar, a Presidência encerra a reunião às dezesseis horas e quarenta e oito minutos, lavrando eu, *Dulcília Ramos Calháo*, Secretária da Comissão, a presente ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra do seu registro de Estenotipia Informatizada. – Senador **Marconi Perillo**, Presidente.

18ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRA-ESTRUTURA, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA.

REALIZADA NO DIA 10 DE MAIO DE 2007, ÀS 14 HORAS E 39 MINUTOS.

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCIDIO AMARAL (PT-MS): Havendo número regimental declaro aberta a 18ª Reunião Extraordinária da Comissão de Serviços de Infra-Estrutura, da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura.

Antes de iniciar os trabalhos, proponho a dispensa da leitura da Ata da Reunião anterior. Os Srs. Senadores e Sras. Senadoras que aprovam permaneçam como se encontram. Aprovada.

Há expediente a ser lido. A presente Reunião... não, eu vou passar a palavra para o meu Presidente aqui, que aí eu estou com a presença dele, eu volto aqui para a Vice-presidência.

[troca de presidência]

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Cumprimentando e agradecendo ao querido Vice-Presidente, Senador Delcídio Amaral, cumprimentando pela competente presidência pela manhã e agora no início dessa Sessão, queremos fazer a leitura de um expediente que está sobre a Mesa.

Prestação de contas anual, exercício de 2006. Como parte do processo de transferência das ações da ANEL, em conformidade com os procedimentos deliberados em Reunião da diretoria colegiada a essa Audiência, tomamos a liberdade de enviar a V.Exa, para conhecimento, cópia do relatório de gestão da prestação de contas anual de 2006, que encaminhamos à Secretaria Federal de controle interno.

O Relatório de gestão, de prestação de contas anual de 2006 da ANEL está disponível para eventuais consultas dos Srs. Senadores e Sras. Senadoras, membros, na Secretaria dessa Comissão.

A presente Reunião, como já lembrou aqui o Senador Delcídio Amaral, destina-se à realização de Audiência Pública, com a finalidade de debater e no âmbito da Comissão de Serviços de Infra-Estrutura acerca do projeto de desenvolvimento regional Brasil Central, de iniciativa da Agência Nacional de Transporte Terrestres, ANTT, em atendimento ao requerimento de nº. 19/2007 de autoria da Senadora Serys Slhessarenko e do Senador Jayme Campos, com a presença dos senhores José Alexandre Nogueira Rezende, Diretor Geral da Agência Nacional de Transportes Terrestres, ANTT, a quem tenho a honra de convidar para estar aqui conosco aqui na Mesa. Dr. Gregório Rabelo, diretor da ANTT e autor do projeto Brasil Central. Também tenho a honra de convidar. Professor Amir Mattar

Valente, chefe do laboratório da Universidade Federal de Santa Catarina, também faço o convite para estar na Mesa, presente aqui na Mesa, e Antônio Galvão Novaes, Consultor da Universidade Federal de Santa Catarina, também convido para compor a Mesa. Dr. Antônio Galvão está representado pela Dra Úrsula Vieira, a quem convido para compor a Mesa.

Concedo a palavra pelo prazo de 10 minutos aos Srs. Senadores, autores do requerimento. Com a palavra Senadora Serys Slhessarenko, pelo período de 10 minutos.

SENADORA SERYS SLHESSARENKO (PT-MT):

Obrigada, Presidente. Nosso Vice-Presidente, Senadores Jayme Campos, também autor da proposição, Senador Jonas Pinheiro, senhores que compõem essa Mesa, senhores aqui presentes, Prefeitos, Vereadores, autoridades em geral. Quero saudar todos aqui presentes, saudar em nome dos Prefeitos, todos aqueles que estão nessa luta e saudar as mulheres, na pessoa da professora, Vice-Prefeita de Cuiabá, Professora Jaci.

Sr. Presidente, Srs. Senadores. Eu, nesses últimos finais de semana, tenho andado muito pelo nosso Estado de Mato Grosso. Tanto na capital, quanto em muitos municípios do nosso Estado, discutindo, conversando sobre o PAC, que é o nosso Programa de Aceleração do Crescimento. Isso aqui é um resumo do PAC, especialmente para a região centro-oeste, que nós fizemos, tirando do PAC, como um todo, mais a parte do centro-oeste e mais especificamente a parte de Mato Grosso. E aqui estão previstos, com clareza, Sr. Presidente, obras estruturantes, que, com certeza, farão a diferença na nossa competitividade da produção em nosso país, especialmente pelas obras estruturantes. O Presidente Lula determinou, isso já foi conferido, inclusive, nós estivemos já os três Senadores de Mato Grosso, estivemos na sala do Presidente Lula, com a Primeira Ministra, com a Primeira Ministra, já passei a Dilma para a Primeira Ministra. Cuidado, Delcídio, com a Ministra-Chefe da Casa Civil, Dilma Rousseff, e os Senadores de Mato Grosso. Estávamos lá, os três e o Governador Blairo Maggi, onde nós vimos lá, no computador lá da presidência, não é Senador? As obras estruturantes para Mato Grosso, antes mesmo de ser publicado o PAC.

Então, elas estão, no nosso ponto de vista, muito bem asseguradas, inseridas, realmente no PAC. Tanto a 158, como a estrada, a 364, a 242 e a 163, principalmente essa última, no Pará, que são obras, todos nós sabemos, que fundamentais para o nosso Estado de Mato Grosso para o Brasil.

A Ferronorte também está assegurada por ser, entrou no PAC também por estar contando com recursos do BNDES. Que é trazê-la de Alto Araguaia até

Rondonópolis, e nós vamos continuar essa luta, porque ela tem que chegar a Cuiabá.

Por tudo isso, eu até quero ler alguma coisa aqui, um trequinho da Gazeta Mercantil, Sr. Presidente, senhores e senhoras aqui presentes. Nos preocupou bastante, que no último mês de março, a Gazeta Mercantil publicou a seguinte matéria: "Produtores de Mato Grosso são os que mais perdem com a dificuldade das estradas e o acesso limitado aos portos. O Estado brasileiro com maior vocação para celeiro agrícola também é o que tem a pior rentabilidade no cultivo da soja".

Isso é um dado da Gazeta Mercantil. Aí, senhoras e senhores, ainda seguindo com dados, a produção de Sorriso, nosso Sorriso que está aqui, estava bem aqui pertinho, o Sr. Prefeito tem que percorrer, a produção de Sorriso tem que percorrer em torno de 2.2 mil quilômetros de estradas, alguns trechos ruins para chegar no porto mais próximo. Por mais contraditório, Sr. Presidente, que pareça, é essa condição desfavorável da logística, que estimula o sojicultor de Mato Grosso a ampliar a área cultivada e tentar ganhar em escala o que perde no transporte, isso segundo o analista da AGRA FNP.

Isso aí entra uma questão muito maior, que vem uma questão ambiental e outras coisas mais, não é? Porque se precisar, ampliar, ampliar, ampliar a área para poder segurar mesmo a produtividade ou semelhante, (a minha garganta está ruim), a gente sabe que é um prejuízo também grande, significativo para o meio ambiente.

A região mais afetada é a de Sorriso, com a pior rentabilidade do país, duas vezes menor que a do Paraná. Nessa safra, o sojicultor mato-grossense vai ganhar duas vezes menos que o do Paraná, devido aos problemas de logística da região, tanto para o escoamento da safra quanto para compra de insumos. Se não bastasse, Sorriso e Lucas do Rio Verde, ambas do Mato Grosso, têm as piores cotações da saca de soja do Brasil, 23.40 e 23.60, respectivamente, segundo AGRA FNP. Referente, esses dados, a 5 de março desse ano.

Em seguida o pior preço vem de outra região produtora do Estado, em terceiro lugar, Rondonópolis, onde a saca custa 25.50. Ainda assim o produtor de Rondonópolis, que está a 600 quilômetros ao sul de Sorriso e é servido com estradas melhores, consegue lucro líquido bem maior, de 350 reais por hectare, ante os 200 reais em Sorriso. Na outra ponta está o produtor do Paraná, onde o lucro é de 500 reais por hectare.

Acompanhei o ano passado a APRO-SOJA, toda aquela mobilização que houve, todo o problema, e o nosso Presidente Lula, todos nós sabemos, sensibili-

zado com o problema, liberou os subsídios estimados em um bilhão de reais, que compensaram essa deficiência. Sem esses recursos a produção em Mato Grosso estaria inviabilizada. Mas aí nós nos perguntamos, isso tem sido uma conversa permanente, principalmente, entre nós três, os Senadores de Mato Grosso, que... até quando? Nós sabemos que não pode ficar a vida inteira, subsidiando, subsidiando, estoura o buraco e vai preenchendo. Então, até quando? Nós temos que resolver algumas coisas de forma mais definitiva.

Quer me parecer, Sr. Presidente, senhores e senhoras convidados, que discutir nessa casa a logística de transportes é um dever cada vez mais inadiável. A solução de nossa logística estará resolvida quando contarmos com o transporte multimodal e principalmente com ferrovias. É nesse sentido que vai os meus elogios, Dr. Alexandre Rezende. O Dr. Alexandre Rezende é Diretor, Presidente da ANTT, não é? E também ao diretor, Dr. Gregório Rabelo, que já esteve, inclusive, em meu Estado, lá no nosso Mato Grosso, discorrendo sobre o mesmo tema, e que é um dos grandes idealizadores, incentivador do projeto Brasil Central.

Nós temos clareza que no empuxo que está Mato Grosso, em termos de desenvolvimento, mesmo com todas as dificuldades existentes, está avançando e nós temos aí a questão do Pró-álcool, temos aí a questão do álcool, questão do etanol, do H-Bio, do biodiesel, do biocombustível e outros mais, e nós sabemos que Mato Grosso, se nós não tomarmos apenas providências emergenciais, com relação ao transporte, as formas de retirada da produção do Estado de Mato Grosso, já, já vai ficar absolutamente inviabilizado, em termos da gigantesca produção.

Eu venho agora, cheguei na segunda-feira aqui, à noite, estive quinta, sexta, sábado, domingo e segunda na região do Araguaia do Norte, e a gente viu lá bem de perto principalmente essa questão alcooleira, que está começando a deslanchar para valer e o etanol também, tanto com a... acho que a Aguaçu, não me lembro, e a antiga Gameleira (F) e a outra, usinas alcooleiras, que são só para começar a conversa. Após diversas audiências, inclusive, que nós tivemos com o Dr. Gregório e o Senador Jayme Campos, tivemos menos vezes com o Senador Jonas, até porque, em alguns momentos, ele estava com outros compromissos. Mas eu e o Senador Jayme, discutimos bastante essa questão com a representação da ANTT, especialmente com o Dr. Gregório.

[soa a campanha]

Já estou terminando, Sr. Presidente. Para ir encerrando aqui, eu tentei até trazer por escrito, porque diz que eu falo demais, né? Eu deixaria aqui duas posições. Uma primeira quanto ao traçado. Eu gostaria

de solicitar já de antemão aqui, eu gostaria primeiro de ter ouvido os senhores que estão na Mesa, já que eu falei primeiro, eu gostaria de que, com relação ao traçado, de solicitar aos técnicos que antes da definição de onde será o Terminal de Mato Grosso, se em Lucas do Rio Verde ou na cidade de Sorriso, que os técnicos pudessem se sentar com os representantes das duas partes e com base em critérios técnicos, econômicos, de viabilidade ambiental, pudessem definir o que é melhor para todos. Eu acho que a saída é por aí. É sentar todo mundo e discutir essa questão. Aí vai o meu apelo para que juntos, ANTT, Ministério dos Transportes, Senado Federal também intercedamos para que o novo traçado, tão logo esteja aprovado, seja inserido no PAC para que se realize a obra para valer. Sei que já está acontecendo, a realização, a elaboração do projeto, acho o que momento dessa Audiência Pública é perfeito, não podia ser antes e nem depois, é mais ou menos por agora, como a gente diz. Se fosse antes, talvez fosse muito cedo, se deixasse para depois, que está elaborado o projeto pronto e acabado não tinha sentido essa audiência. Então essa audiência tem sentido aqui e agora, eu vejo por aí. E vejo que todas as partes têm que ser chamadas.

E já encerrando, Presidente, o projeto tem em resumo os seguintes focos, que até todos nós sabemos, está aqui, não é? Primeiro que o ramal setentrional ligará Miracema, Tocantins a Lucas do Rio Verde, Mato Grosso. O segundo que é ramal meio norte, que ligará estreito de balsas, no Maranhão, a Eliseu Martins, no Piauí. E o terceiro, que é o eixo extremo norte, que ligará à Ceilândia, no Maranhão, a Belém, no Pará, aos portos de Belém do Pará, Ponta do Espadarte e Vila do Conde.

Eu acredito que é por aí a alternativa e a saída, está super em tempo, é agora mesmo, e que, com a força que a gente consiga mostrar a política, pelo nosso Estado de Mato Grosso, toda a bancada de Mato Grosso e demais bancadas da região, que poderão se beneficiar também com essa questão. Que todos nos mobilizemos para valer para que a gente consiga, que o melhor projeto, que é melhor para Mato Grosso aconteça, em termos daqueles critérios que já citei aqui e outros mais. Que sentemos todos juntos especialmente as partes, tanto Lucas quanto Sorriso [soa a campanha] E que a partir daí, feito projeto, aí a força política de todos nós incida para que a gente comece, não precisa esperar terminar o PAC em 2010, ou brigar para que isso entre no orçamento de qualquer jeito, que vai ser mais difícil tendo o PAC até 2010, mas que a gente consiga, ainda está em tempo, do meu ponto de vista, de feito o projeto, terminado o projeto,

entrar no PAC, para que ele comece a se concretizar. Obrigada, Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Concedo a palavra ao autor do requerimento, Senador Jayme Campos, pelo período de 10 minutos.

SENADOR JAYME CAMPOS (PFL-MT): Muito obrigado, Sr. Presidente. Presidente, a Comissão de Infra-estrutura, Senador, Governador Marconi Perillo, ilustre Dr. José Alexandre, Diretor Geral da ANTT, Dr. Gregório, Diretor dessa Agência, senhor representante da Fundação, ou seja, da Universidade Federal do Estado de Santa Catarina, Dra. Úrsula Vieira, também da Universidade Federal de Santa Catarina, Srs. Senadores de Mato Grosso, aqui presentes. Se me permite, Sr. Presidente, quero registrar a presença do Senador Jonas Pinheiro, se possível, a nossa Secretária, também que é um dos autores do Requerimento, só não foi possível assinar, mas eu gostaria que constasse em Ata dessa Comissão. Senadora Serys, meu caro amigo Senador Augusto Botelho, do Estado de Roraima, que nos honra com a sua presença, querido Deputado Federal do Mato Grosso, Wellington Fagundes, senhores Prefeitos, Vereadores, Sociedade Civil Organizada de Mato Grosso, empresários, meus senhores e minhas senhoras.

Senhor Presidente, antes de mais nada, eu quero agradecer a V.Exa, pela sua generosidade, sobretudo, a demonstração que é um grande estadista, principalmente compromissada com o nosso Brasil, mas especialmente com a nossa região centro-oeste deste país.

Há pouco tempo atrás, nós tínhamos essa pretensão, e quando nós procuramos o Senador Marconi Perillo, Presidente dessa Comissão, foi da maior boa vontade, Deputado Zé Domingos, que o Senador marcou essa data, e estamos aqui com as autoridades da Agência Nacional de Transporte Terrestre, atendendo aos nossos convites, vieram aqui, gentilmente, naturalmente, discutir esse assunto inerente à problemática da logística do nosso Estado da nossa região.

Essa é uma Reunião, Senador Marconi Perillo, que eu reputo da maior importância possível, na medida em que Mato Grosso, o Estado de Goiás, o Mato Grosso do Sul, essa região próspera, que tem contribuído sobremaneira, com uma grande produção agrícola, lamentavelmente ainda não temos ainda uma logística que permitamos que a nossa produção seja competitiva e, sobretudo, lucrativa. Eu reputo que é uma data histórica, tendo em vista que aqui se inicia uma discussão, de um grande programa ambicioso, para toda a região do centro-oeste, sobretudo, para o meu Estado de Mato Grosso. Mato Grosso tem contribuído com uma grande

produção agrícola, entretanto, os nossos produtores, a nossa economia tem sido penalizada, tendo em vista, a distância que nós estamos dos nossos portos, que possamos exportar nossa produção.

E hoje, eu quero crer, nós aqui, Senadora Serys, damos início a um trabalho penoso, competente, que certamente nós vamos mudar a configuração, vamos mudar a história daquele Estado, no sentido de permitirmos aqui, que essa discussão em relação à ferrovia, que é a ferrovia norte-sul, que chegará até Miracema, no Estado do Tocantins, e, graças ao bom Deus, me parece com a visão moderna, a visão de um grande estadista como o seu pai, o Ministro Eliseu Rezende, e parece que nasce ou renasce uma nova fênix, para a economia do nosso Estado.

Essa tão importante ferrovia, é claro, natural, que ela vai ter um poder de maturação, na medida, que eu recordo muito bem, que a ferrovia nossa, que hoje está parada, no município de Alto Taquari, eu recordo, Alto Araguaia, eu confesso a V.Exa, que eu quando era jovem, guri, já se ouvia falar na ferrovia, que tinha colocado no plano nacional de viação, e até então não tinha acontecido.

Então, toda... coisa difícil Mato Grosso, se falar assim: Olha, você vai na ferrovia Vicente de Vuolo... Graças a Deus passaram 30 anos, a ferrovia hoje está parada em Alto Araguaia e certamente ela chegará no seu destino, de todos nós cuiabanos, de todos nós mato-grossenses, que é demandando passando pela cidade de Rondonópolis, indo até a cidade de Cuiabá.

Feito isso, eu espero que a ferrovia também se trave aqui um grande debate, sobretudo, uma discussão ampla, com a sociedade, porque eu acho que no mundo moderno, sobretudo, no mundo democrático, nós temos que discutir, com a maior profundidade possível, naturalmente aquele que vem de interesse de toda uma coletividade.

Entretanto, na qualidade de representante de uma das unidades federativas mais afetadas, se não a mais prejudicada, pela enorme deficiência que hoje nós enfrentamos, na logística do escoamento da nossa produção, gostaria de iniciar aqui o meu questionamento, com algumas constatações e preocupações, que, tenho certeza, que inquieta e provoca, não só os mato-grossenses, mas toda a classe produtiva e a sociedade brasileira em geral.

Não podemos mais conviver com esta infeliz opção, pelo modal rodoviário, que nos impõe a transportar nossas riquezas em caminhões velhos e "buracovias", que praticamente, intrafegáveis.

Todos sabemos que o forte da nossa economia, o agronegócio trabalha com o baixo valor agregado, contexto em que transporta em larga escala faz uma

diferença gigantesca para os índices de competitividade. A estrutura portuária com que contamos atualmente já apresenta capacidade para assimilar 450 milhões de toneladas de grãos anuais, porém, só produzimos 120 milhões, quando poderíamos estar produzindo cerca de 300 milhões, mais do que o dobro, caso conseguíssemos escoar com eficiência.

É importante salientar, Sr. Presidente, que já existem estudo norte-americanos, publicados, de alta credibilidade, dando conta que se superarmos o problema da infra-estrutura de transporte, o Brasil estará exportando até 2024, algo como 600 milhões de toneladas, sendo 400 milhões só da região centro-oeste. Portanto, diante dessa cifra, Dr. José Alexandre, é impossível deixarmos de passar a oportunidade de revermos a opção Viária Nacional, sob pena de estarmos condenando as gerações futuras e se persistirem, aos trancos e barrancos, no erro que hoje temos a chance de reparar.

Dito isto, eu vou formular algumas perguntas, mas eu imagino que antes das minhas perguntas, eu queria, com certeza, dar a palavra para o Senador Jonas, eu imagino que será um debate democrático e aberto, que nós poderemos debater com maior amplitude possível este assunto. E é óbvio, que é bom que se esclareça, principalmente os veículos de comunicação de Mato Grosso aqui, que nada vai inviabilizar a Ferronorte chegar até a cidade de Cuiabá, nada vai inviabilizar a pavimentação asfáltica da BR-163, nada vai inviabilizar a pavimentação asfáltica da BR-158. Muito pelo contrário, Prefeito Júlio, o que nós queremos é criar novas opções, sobretudo, não só no setor ferroviário, rodoviário, mas certamente, Senador Marconi Perillo, também a questão das navegações dos nossos rios. Nós temos madeira Tapajós, nós temos o Telespires (F) Tapajós, enfim, o transporte hidroviário, na medida que nós fazemos esse transporte intermodal, viário, ferroviário, rodoviário, com certeza, nós teremos uma região mais próspera, um Brasil mais competitivo. Essa é a nossa defesa nos interesses dessas políticas públicas.

E eu confesso de público a V.Exa, Senadora Serys, que é do partido da base aliada do Governo do Presidente Lula, que nós estamos apostando no PAC, eu espero que não seja apenas uma peça fictícia, não. Eu tenho certeza de que o Presidente Lula está realmente determinado, haja vista, que nas suas aparições a público, nos vínculos de comunicação, ele quer destravar o Brasil, e nós particularmente da região centro-oeste, sobretudo, o meu Estado do Mato Grosso, eu estou apostando que a BR-163, nesses próximos dias, ela já seja iniciada, até porque as informações que eu tenho do DNIT é de que me parece que já está subin-

do os primeiros técnicos engenheiros das companhias detentoras dos contratos daquela rodovia, para iniciarmos aquele trabalho, que é o sonho de todos nós mato-grossenses, sobretudo, daquela vasta região do Estado que é a região norte de Mato Grosso, no decorrer, ou seja, margeando a BR-163, como também da BR-158, que tem inserido no PAC, está inserido no PPI, enfim, no orçamento da União, e nós estamos apostando. E quero reiterar aqui, a sociedade mato-grossense presente, através dos nossos legítimos representantes, Deputados, Vereadores, Prefeitos, empresários, de que a nossa luta será incessante na busca efetivamente de políticas públicas, que possamos mudar a história daquele Estado, tanto da minha parte, como a Serys, essa valorosa e grande Senadora, desse valoroso e grande companheiro Senador Jonas Pinheiro, com certeza. Nós vamos conseguir os nossos objetivos de transformar a economia mato-grossense num futuro, bem breve, numa economia forte, sobretudo, que vai permitir mais geração de emprego, distribuição de renda, inclusão social. Enfim, aquilo que certamente todos nós gostaríamos de ter com o brasileiro.

Quero aqui cumprimentar também aqui a representante da Prefeitura de Cuiabá, a nossa Vice-Prefeita de Cuiabá, que representa o Prefeito Nilson Santos, a nossa Vice-Prefeita Jaci Proença, que nos honra com a sua presença.

De forma, Sr. Presidente, após as falas de Jonas, quando iniciar as perguntas, que serão abertas aqui ao debate, aí eu vou fazer as minhas indagações a V.Exa, a esse grande brasileiro, àqueles que não conhecem, é filho do nosso ex-Ministro, atual Senador, companheiro Eliseu Rezende, que tem um trabalho magnífico no Brasil, mas, sobretudo, pelo Mato Grosso, foi autor da pavimentação asfáltica da BR-364 e da BR-163.

De forma na presidência agora da ANTT, com certeza, o companheiro José Alexandre vai ajudar muito o Mato Grosso na concretização do nosso sonho. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Ilustre Senador Jonas Pinheiro, também autor do requerimento, pelo prazo de 10 minutos.

SENADOR JONAS PINHEIRO (PFL-MT): Obrigado, Presidente Marconi Perillo, senhores Diretores da ANTT, prezados Senadores aqui presentes, Deputados e especialmente nossos queridos representantes dos municípios interessados, os Prefeitos e Vereadores aqui presentes.

Existe no Mato Grosso dizeres, de que Deus é brasileiro e nasceu em Mato Grosso. Porque lá em Mato Grosso a natureza, ela é perfeita para produzir. É clima, é solo, é extensão de terra, é topografia, é

pluviometria, é luminosidade. Portanto, tudo que a agricultura exige para que dê uma boa produtividade, Mato Grosso tem. O que falta no Estado de Mato Grosso é apenas os homens fazerem a sua parte. Então, como brasileiros, que todos nós somos, eu acho que o que nós estamos fazendo aqui é os brasileiros fazendo a sua parte. O que é que precisa Mato Grosso, hoje, para produzir? Mato Grosso precisa é de ter comunicação mais fácil, com as áreas de produção, desculpe, com as áreas de... com o mercado, seja Mercado Nacional, seja mercado internacional, pois nós estamos de todo o lado que nós vamos, nós temos mais de dois mil quilômetros em cima de lombo de caminhão para fazer a nossa exportação. Quer dizer, nós ficamos, nós perdemos na competitividade com outras regiões do país. Nós conhecemos muito bem essa sistemática dos Estados Unidos, onde qualquer lugar dos Estados Unidos que você produza, a diferença do preço do frete, em função do sistema intermodal, é 4% do valor da produção. Hoje em Mato Grosso, Dr. José Alexandre, nós temos região que nós estamos gastando 50% do preço da produção em frete. Mesmo assim nós estamos produzindo de teimoso, de teimoso.

Então, a Reunião de hoje, eu acho ela excelente, oportuna, quem está participando dessa Reunião são todos interessados em tratar do assunto de transporte do Estado de Mato Grosso, e eu acho que eu tenho muito menos a falar sobre o assunto. Nós estamos aqui muito mais para discutir com os senhores Diretores da ANTT, com os técnicos, que aqui estão, para ver se, como diz o Senador Jayme Campos, se o que nós estamos pensando hoje aqui não seja um ato de ficção, mas de uma realidade que nós precisamos dela. Portanto, repito, Deus fez a parte dele, nós precisamos fazer a nossa. Obrigada.

SENADOR JAYME CAMPOS (PFL-MT): Pela ordem, eu quero registrar a presença também do ilustre Deputado Federal [inaudível], do PSDB que também é, além de ser Deputado do PSDB, do Mato Grosso, da Câmara, é um grande produtor rural do nosso Estado que nos honra também com a sua presença.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Essa presidência agradece as intervenções, muito oportunas dos ilustres Srs. Senadores autores do Requerimento, Senadora Serys, Senador Jayme, Senador Jonas Pinheiro. E registra com prazer as ilustres presenças dos Excelentíssimos Srs. Deputados Federais Wellington Fagundes, Neri Geller e o Deputado Estadual José Domingos, e ainda registra também, com prazer, a presença da ilustre Vice-Prefeita de Cuiabá, Jaci Proença.

Antes de conceder a palavra aos expositores, para que possam discorrer sobre o tema proposto no

requerimento, sobretudo, em relação a esse projeto, a esse estudo de avaliação de projetos estratégicos, determinado transporte na região Brasil Central, gostaria de fazer breves comentários, enquanto integrante também, com muita honra da nossa bancada do centro-oeste. Eleito que fui pelo Estado de Goiás, pelo meu querido Estado de Goiás.

O comentário que faço é a respeito do trabalho realizado pela ANTT, Dr. José Alexandre, Dr. Gregório e pela Universidade Federal de Santa Catarina, os Professores Amir, Antônio Galvão e a nossa representante aqui do Antônio Galvão.

Este estudo, pelo que eu já vi, é um estudo completo, é um estudo que trata da questão intermodal, rodovia, ferrovia e hidrovias, um estudo, na minha opinião, fundamental para que o Brasil possa ser competitivo na agroindústria, na produção primária. Este estudo engloba, envolve, não apenas os Estados do Centro-Oeste, Goiás, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Brasília, Distrito Federal, mas também contempla o Pará, o Maranhão, o Piauí, Rondônia, o Paraná e a Bahia, Minas Gerais e Mato Grosso do Sul. Portanto, um estudo que tem, que enfoca efetivamente todos os projetos macroestruturantes, todos os projetos estratégicos para a região central do Brasil. É um estudo que, por certo, facilitará muito a atuação do próprio Governo Federal e a nossa própria atuação, enquanto Senadores, aqui na Comissão de Infra-Estrutura e no Senado da República. Portanto, registro aqui, com satisfação, os cumprimentos aos autores do requerimento, Senadores do Estado do Mato Grosso, que teve o apoio de todos nós da Comissão, e saúdo a todos os que elaboraram esse estudo minucioso, em relação a toda essa multimodalidade de transportes, com vistas a destravar o Brasil, a alavancar o Brasil, em relação à sua competitividade.

Concedo com muito prazer a palavra ao Professor Amir Mattar Valente, Chefe do Laboratório de Transporte da Universidade Federal de Santa Catarina, pelo período de 5 minutos.

SR. AMIR MATTAR VALENTE: Boa-tarde a todos, obrigado pelas palavras. Eu estou aqui, tenho a honra de estar aqui presente, a honra também de ter tido a oportunidade e a confiança da Agência Nacional de Transporte Terrestre, e nos passar essa tarefa de assessoria técnica à elaboração desse estudo.

SENADOR JONAS PINHEIRO (DEM-MT): À medida que a gente foi desenvolvendo mais o estudo, cabe aqui também citar a nossa engenheira, Úrsula Antônia Galvão Novaes, e o nosso professor, que também faz parte do nosso grupo de trabalho, Ademir Oliveira, da Universidade Federal do Mato Grosso. À medida que a gente vai avançando pelos estudos, a gente vai, in-

clusive, se apaixonando pelos estudos, vai vendo o quanto Brasil é rico e o quanto ele pode ser mais rico e o quanto temos que fazer um prol disso.

A gente fica sensibilizado também com o espírito de união, que a gente observa na Casa, nas autoridades, na Agência Nacional, no Senado, enfim, para que isso, efetivamente, venha a acontecer. Isso a gente, como técnico, se sente muito mais motivado, porque a gente está desenvolvendo, então, um trabalho e a gente começa a avaliar a importância desse trabalho, e o empenho nosso é total em relação a isso. A gente sabe que já existe uma estrutura na Região Sul e Região Sudeste, a gente sabe que essa estrutura foi planejada para aquele momento de desenvolvimento que já existe na Região Sul e Região Sudeste. Mas a gente está se defrontando com um novo Brasil, vamos dizer assim, com novos acontecimentos, com números que a gente projeta, que a gente imagina, que em 20 anos triplica a produção agrícola, enfim. E o que é que a gente tem que fazer por isso. Como a Senadora Serys mesmo colocou, quer dizer, há que se ter infraestrutura para tudo isso, há condições de atendimento de necessidade de projetos para tudo isso, o que a gente tem que identificar é prioridade e horizonte. Esse nosso estudo, então, ele tem essa incumbência técnica de fazer uma projeção desses cenários, como o Senador Marconi Perillo colocou, abrangendo aí a questão de uma visão mais completa do todo. E também focado, na questão da Agência, no que se refere à identificação também de prioridades e oportunidades, necessidades de projeto no sentido também, daqueles que possam potencialmente ser passados para a iniciativa privada.

Além dos projetos, os demais projetos que integram esse conjunto logístico. Sabemos, então, do quão é fundamental a gente identificar novas saídas, novos portos. O quanto que se tem de importância no papel relacionado a portos, também da Região Norte, da Região Nordeste, o aproveitamento disso, a nossa carga que sai para a exportação, para a Europa. A nossa riqueza, que pode estar entrando por isso, o cunho de agente indutor de desenvolvimento e de integração, que está embutido nesse projeto, além da questão econômica. Quer dizer, a gente se encontra em um momento de identificação de um nosso Brasil, vamos dizer, onde a gente está desenhando isso aí.

E a gente, nesse momento do nosso trabalho, como colocado, a gente não está aqui trazendo um trabalho concluído, a gente não está, longe da gente, da nossa pretensão, então a gente está aqui num momento buscando, na verdade, buscar o que a gente está desenvolvendo, e colher e ouvir, absorver, as opiniões, as sugestões, os comentários, de vocês conhecedores

da região que muito vai contribuir e engrandecer para o nosso trabalho, que em outra oportunidade, a gente estará, enfim, apresentando a Agência aí.

Bom, a gente tem uma seqüência, uma seqüência breve de transparências, eu pediria ajuda para a professora, pode a parte inicial que é o objetivo do trabalho, já pode passar uma folha aí. Quer dizer, então esse projeto consiste, na verdade, como aí colocado, enfim, na questão da identificação de cenários futuros de produção e da identificação de soluções de logística, para poder dar vazão a esse crescimento, a esse desenvolvimento.

E então como resultado, (pode passar para a seguinte), já praticamente concluído, como resultado a expectativa então da identificação de projetos e da priorização desses projetos e do apontamento de potencialidades, para a iniciativa privada de diversos desses projetos.

Eu passo a palavra, desculpa, eu devolvo a palavra ao Senador, eu gostaria que a Úrsula me ajudasse na continuação dessa apresentação, na seqüência.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Eu prorrogo o tempo de V.Exa, ou então transfiro mais 10 minutos à Dra. Úrsula. Com a palavra a Dra. Úrsula Vieira.

SRA. ÚRSULA VIEIRA: Boa-tarde a todos. Preparei aqui algumas imagens, onde estão algumas premissas, algumas considerações, que estão sendo feitas no projeto, vocês vão ver muito a palavra "proposta", até porque como a Senadora Serys falou, é um momento excelente de a gente estar apresentando, porque a seqüência, agora, nós precisaremos ouvir muito vocês sobre essas premissas, sobre essas nossas considerações, uma vez que nós nos baseamos bastante em informações, fontes oficiais, IBGE, SIS-COMEX, em vários artigos, publicações. Mas agora, realmente, no momento que nós estamos, nós precisaremos bastante da ajuda de vocês, para dar seqüência ao projeto e para confirmar esses dados em que nós, estamos chegando.

Aqui acabou ficando sem efeito da apresentação...

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Dra. Úrsula, um instantinho só. Em meu nome e nome do Senador Delcídio Amaral, gostaríamos de convidar o ex-Governador Senador Jayme Campos, para presidir essa sessão.

[troca de presidente]

SRA. ÚRSULA VIEIRA: Pois não. A nossa área em estudo, que está ressaltada em amarelo, ela abrange 11 Estados, já mencionados aqui anteriormente, 1217 municípios, é uma região cujo PIB é o PIB de 2004, é a última divulgação, 14% do PIB, uma área

territorial, correspondente a 34% da área Brasil e uma produção em termos de produção de grãos em 2005, toda a nossa data base é 2005, 65% estão na área em estudo.

Apenas para visualização, nós estaremos considerando, em toda a nossa análise do projeto, principalmente na região em estudo e que está próxima das propostas de infra-estrutura, as nossas zonas de tráfego, elas serão municipais. O que isso significa? Que nós vamos identificar cada município desses, para onde se iria a opção logística mais, de valor mais baixo para exportar os seus produtos ou até mesmo, os produtos do mercado interno, teremos uma zona bem definida. Ou seja, isso, porque os municípios que produzem muita soja, muito grão, soja, principalmente, como Sorriso, ele pode, até mesmo inviabilizar o projeto ou viabilizar o projeto, conforme o caminho que ele for percorrer.

Então nós tomamos o cuidado de não agrupar as zonas. No final do projeto, a gente vai poder visualizar exatamente as áreas de influência, pertencentes a cada, inclusive, (passando aqui), a cada destino da exportação. Seja ela, Estados Unidos, Europa ou Ásia.

É importante também ressaltar que essa zona de tráfego externa, ela vai nos dar, ela precisa ser o destino, realmente, porque vai diferenciar bastante se estiver saindo pelos portos do Norte e os portos do Sudeste e Sul.

Nossos parâmetros de projeção, para considerar o limite de crescimento de cada município, em termos de produção, eles estão baseados no dados do IBGE, que nos dá uma região potencial agrícola, baseado em dados do solo, topografia, enfim, várias características, e nós consideramos a mancha do IBGE, como uma mancha produtiva nacional.

Nós estamos considerando também mapa de biomas, ou seja, os municípios que pertencem ao cerrado, eles podem ter 80% da sua área ocupada. Os municípios que pertencem, enfim, a cada limitação essa, e incluímos também a parte da transição.

Nós estamos considerando também, desconsiderando, na realidade, as áreas indígenas, não é? Como áreas possíveis de plantio, não só indígenas, também as reservas em geral.

Nós estamos também considerando que já está ocupado atualmente pelas safras, principalmente considerando a primeira safra, como área, e os produtos de cultura permanente.

E nós fizemos também mais uma premissa de que da área ocupada com pecuária, cerca de 30% poderá ser ocupada com grãos. Grãos ou cana, enfim.

Aqui não vou falar de cada uma das formas de projeção, aqui a gente, só mencionar os produtos que

estão sendo considerados, que até agora não foi exposto. Nós temos a soja, o algodão, o milho e o sorgo (F), o arroz, feijão e o trigo, estamos estudando os combustíveis, em geral, fertilizantes, a madeira, o cimento. Produtos siderúrgicos e minérios, e mais algum produto que vier se julgar interessante de estudar.

Dentro dessa nossa projeção, o nosso critério é realizar a produção, a projeção da produção, projetar o mercado interno e separar, para a exportação, o excedente, certo? Esse mercado interno, ele vai poder, vai estar sendo projetado através do PIB ou o crescimento populacional ou até mesmo o cuidado que nós temos que ter quando nós projetamos, por exemplo, o frango, a carne de frango e o milho, nós temos que estar avaliando se está atendendo a demanda para suprir o frango.

Na parte de cenário, já da demanda, nós estamos considerando, aqui também, como proposta, deixando bem claro... O cenário, que a gente está chamando *status quo*, cenário na qual se considera que a evolução da produção tenha o mesmo comportamento verificado no passado, e demais cenários concebidos com base na opinião de especialistas, bem como a partir de tendências divulgadas por fonte pública e privada. Ou seja, até esse momento, tudo baseado em publicações, e no momento seguinte, nós vamos ter que auferir esses dados, não é?

A nossa proposta é de três cenários de demanda, com diferentes situações para soja, milho e cana. A justificativa seria da soja, devido ao aumento da participação no mercado mundial, e o início da operação do H-Bio, que vai dar uma demanda considerável aí até 2020.

O milho está sendo considerado também, tem uma exportação crescente, e também a projeção da carne nos surpreendeu, está com um valor bastante alto. Estamos tendo o cuidado de verificar se ela está suprimindo essa demanda.

E a cana-de-açúcar, para a produção do etanol, para atendimento ao mercado interno, que está bastante crescente, devido a carros bicomcombustíveis, e a participação do atendimento à demanda mundial.

Esses nossos cenários que estão aqui, eu não vou citar cada um, é a forma baseada em que dados nós estamos realizando essas projeções, certo? Então o H-Bio, premissas de atender ao mercado internacional, seja ele Estados Unidos, e premissas para atender também o milho, ao invés, talvez, de ser exportado o etanol para os Estados Unidos, e sim o milho. Enfim, são três cenários que vocês poderão avaliar e, com certeza, nós teremos bastantes sugestões a respeito deles.

Essa imagem aqui eu preparei, tem que tomar muito cuidado na divulgação dela, porque é assim... essa mancha ao contrário da mancha da produção, que todos estão acostumados a ver, é uma mancha de área desocupada, ou seja, potencial de crescimento realmente. Então a gente vê onde tem, assim, os grandes volumes, é justamente onde tem menos a crescer, certo?

Dessa área aqui, nós tiramos a área de reservas indígenas, e esses valores aqui, deixar bem claro, são valores, ou um ou outro, só para ter uma noção em termos de área, em volume, certo? Então chamar aqui, olhar aqui o Mato Grosso, que teria 17 milhões de hectares disponíveis, e que poderia gerar uma produção ou de soja, nesse valor, ou de cana ou de milho, é claro que no cenário a gente está preparando o mix, ou seja, a proporção de cada um desses produtos no Estado, não seria ou tudo ou nada, com certeza.

Nossos cenários de oferta, eles estão agrupados da seguinte maneira: oferta, já entrando na parte de infra-estrutura, através de obras que resultam em benefícios já imediatos e significativos após executadas, então nós dividimos em quatro cenários; estamos dando prioridades a algumas obras, prioridade não, dividido no cenário, cenário um ou dois, não está necessariamente na ordem cronológica. Mas estamos olhando as obras que resultam em benefício imediata e significativas, após executadas, que dão atendimento a regiões com bom potencial de produção e baixa oferta de infra-estrutura, projetos em processo adiantados para execução, ou seja, que já estão bastante, assim, como há três, outras que já estão bem estudadas e que estão em processos adiantados mesmo. E priorizadas melhorias na infra-estrutura existente, ou seja, também questões que, às vezes, uma pavimentação, uma restauração, já adianta bastante, já libera um caminho para atender.

SR. PRESIDENTE SENADOR JAYME CAMPOS (PFL-MT): Dra. Úrsula.

SRA. ÚRSULA VIEIRA: Pois não.

SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO):

Eu gostaria de conceder mais 5 minutos. Temos o Gregório, temos o Presidente da ANTT, eu gostaria aqui dessa oportunidade, de forma democrática, aqui, permitir que os nossos Prefeitos e Deputados, das nossas lideranças, Senadores, fizessem as perguntas, porque o tempo vai vencer.

SRA. ÚRSULA VIEIRA: Pois não. Aqui nós temos a primeira proposta de cenário, aonde nós fizemos um agrupamento dessas obras, de acordo com algumas premissas, já citadas. Então nós teríamos aqui a Ferrovia Norte-Sul, sendo considerada o trecho até Palmas. A BR-163, isso aqui são assim, cenários de

infra-estrutura, vai ser, rodado o sistema com toda a demanda, projetada e atual, em cima da situação atual hoje, como a infra-estrutura se encontra e também em cada cenário desses para verificar como é que se comportaria os caminhos que iriam ser percorridos, por onde passariam e qual seria o volume que estaria passando por cada um deles.

Então a Ferrovia Norte-Sul em Palmas, a BR-163 pavimentada até Santarém, a Ferronorte até Rondonópolis, o ramal ferroviário de Estreito a Balsas, no Maranhão e a pavimentação do trecho de Ribeirão Cascalheiras a Sorriso, isso é um primeiro cenário, onde está a parte rodoviária, principalmente, eu não sei dos ramais de Balsa e até Palmas aqui.

Mas a segunda proposta de cenários, e os cenários são acumulativos, o efeito da apresentação aqui mudou. Mantendo essa infra-estrutura acrescentando mais a uma outra análise, se nesse novo cenário, nós estivéssemos com a Norte-Sul concluída, que a ligação da Ferrovia Balsas a Eliseu Martins, à Transnordestina, ou seja, essa ligação tivesse feita a ligação com a Ferroviária Transnordestina. A ligação de Miracema Tocantins a Lucas do Rio Verde. Ou seja, essa ligação proposta aqui, se nós tivéssemos com ela pronta, o alcoolduto de Senador Canedo, que vai ligar Paulínia a Goiás, a rodovia Inter-Oceânica, ligando aqui o Acre, e a ligação ferroviária de Luiz Eduardo Magalhães a Brumado, para também ajudar a diminuir os custos aqui da região produtora, a grande produtora da Bahia.

Um terceiro cenário, novamente é importante mencionar que ele é acumulativo, mantendo essas obras, se nós tivéssemos mais essas outras obras, que seria a construção e pavimentação da 135, que um trecho é construção e alguns é pavimentação e alguns, restauração. A ligação de Açailândia a Porto de Vila do Conde, ou seja, uma nova opção até porque o volume de carga é crescente e a região é muito produtora, uma nova opção ao porto de Itaqui, seria o porto de Vila do Conde. A ligação ferroviária de Lucas do Rio Verde a Sorriso a Sinop, ou seja, além de chegar aqui em Lucas, a ferrovia subiria até Sinop, é feita também essa análise. E a ligação rodoviária de Rondonópolis a Cuiabá, ou seja, além desse trecho também, já chegando em Cuiabá.

E o quarto cenário, além de todos esses mencionados, a gente estaria rodando o sistema para verificar também, agora olhando também as hidrovias, que não podemos deixar de considerar, o trecho Telespíres, na hidrovia Telespíres Tapajós, do trecho aqui de Alta Floresta até Santarém, em condições já navegáveis, a Hidrovia do Rio da Morte e Araguaia de Nova Xavantina a Xambioá, a nova Xavantina aqui, Xambioá, até o momento onde tem possibilidade de passar. E

também a ligação da Ferrovia Cascavel-Dourados, aqui na região do Paraná, e ajudaria no escoamento da produção aqui, do Mato Grosso do Sul.

O que eu tinha para apresentar são essas imagens, é realmente para mostrar o que está sendo considerado, o momento realmente é agora, de estarmos conversando, esses números... e os números que até os que nós estamos... e que não foram apresentados, que sejam avaliados, questionados por todos para a gente realmente chegar num projeto bem consistente. Obrigada.

SR. PRESIDENTE SENADOR JAYME CAMPOS (PFL-MT): Muito obrigado, Dra. Úrsula, que nesse ato, representa a Universidade Federal de Santa Catarina. E quero registrar aqui a presença do ilustre Senador do João Ribeiro, do Estado do Tocantins, que nos prestigia aqui, nessa Reunião de interesse em comum, Tocantins, Mato Grosso, Goiás e toda a região.

Concedo a palavra ao ilustre Dr. Gregório, Diretor da ANTT, com a palavra por 10 minutos.

SR. GREGÓRIO RABELO: Senhor Presidente e autor, um dos autores do Requerimento para essa Reunião, Senador Jayme Campos, Senadora Serys Slhessarenko, também autora desse convite, Senador Jonas Pinheiro, também autor desse convite, demais Senadores, Senadoras, se tiver, Deputados, companheiro Presidente, Diretor Geral da Agência de Transporte Terrestre, Dr. José Alexandre Nogueira Rezende. Companheiros de trabalho da Universidade de Santa Catarina, que nos ajudam, da Universidade de Mato Grosso. Eu vejo aqui na platéia o nosso companheiro, Diretor de Conselho, Dr. Noboru Ofugi, eu queria cumprimentar o Superintendente da SUEMI(F), que é a superintendência responsável pelo estudo desse projeto, Dr. Roberto Vaz. O meu amigo, querido também, Dr. Hilário Pereira Filho, uma das pessoas que também colaborou muito com esse projeto. As pessoas que me ajudaram diretamente, meus Assessores da Diretoria, Gregório Rabelo, Dr. Juarez, Fátima, Caíta (F), Silvana, Carolina. Enfim, todos aqueles que trabalham conosco nesse trabalho.

Minhas senhoras, meus senhores. Em 2004, eu tive a felicidade de ser indicado, pelo Sr. Presidente da República, o estadista Luiz Inácio Lula da Silva, para esse Senado Federal, para ocupar uma Diretoria da Agência Nacional de Transportes Terrestres. O meu nome veio primeiro aqui para essa Comissão, onde graças a Deus, o meu nome foi aprovado por unanimidade, eu até me surpreendi, mas aproveito até na oportunidade fiquei tão emocionado que não agradei, aproveito a oportunidade para agradecer hoje. Então, aprovado no Plenário do Senado, fui nomeado. Chegando à Agência, eu cheguei com um objetivo, efeti-

vamente de honrar o meu mandato, prestando serviço da melhor maneira ao país. Eu vinha do Ministério da Agricultura, onde foi realizado um belo trabalho à época. E lá nós tínhamos sempre a preocupação e lamentávamos muito, não poder aumentar a produção agrícola, agropecuária do Brasil, da forma que gostaríamos, e o Brasil necessitava, e o povo brasileiro precisa, por falta de condições de transporte. E a área mais acentuada, nesse sentido, era o Estado do Mato Grosso. No gabinete do Ministro, na época, eu vi diversos empreendedores empolgados com o Estado do Mato Grosso, mas depois desistiram da empreitada, vamos dizer assim, por falta de condições. Lá naquela região, como é sabido, Senador Jonas Pinheiro, que é o homem que eu acompanhei desde a constituinte, vamos dizer, é o príncipe aqui da Agricultura Brasileira, da Agropecuária Brasileira, é o homem que defende com unhas e dentes, não só o seu Mato Grosso, mas como esse setor no Brasil, ele é testemunha, quer dizer, de todos esses fatos do Ministério da Agricultura, porque ele estava sempre lá orientando Ministro, nos levando subsídios para administrar agricultura no país.

Então, chegando à Agência, sabendo de todos esses problemas, eu procurei me inteirar com as pessoas que lá estavam, com os técnicos que já estavam lá, estabelecidos na Agência uma forma de atender esta necessidade. E para minha sorte deparei com um homem público de valor, é um funcionário público, que chegou a ser Presidente do GEIPOT, é um homem que há 50 anos trabalha com os eixos de desenvolvimento de transporte, com essa estratégia, principalmente para a região do Brasil Central, que eu tenho a honra de declinar o nome dele aqui, inclusive, ele está aqui na platéia, é o Dr. Vande Lage Magalhães. Resgatamos um projeto que ele tentava levar a efeito na Agência Nacional do Transporte Terrestre, sem sucesso. Mas, eu, humildemente, chamei, discutimos. E eu, no dia 10 de setembro de 2005, apresentei o projeto. Apresentei e peguei a minha malinha de mascate, e fui ao Mato Grosso, fui ao Tocantins, fui ao Maranhão, fui ao Piauí e fui ao Pará. Mas eu quero registrar, em primeira mão, que a pessoa mais importante, no avanço desse processo, a pessoa que nos abriu as janelas, as portas, foi a Senadora Serys Slhessarenko, que em uma conversa com o Governador Blairo Maggi, pediu que ele nos ouvisse e ele enviou, em Brasília, o seu chefe da Casa Civil, Dr. Antônio Pagu, para discutir o projeto conosco, lá na Agência. E ela na oportunidade, teve, assim, quer dizer, muito carinho conosco e foi até lá, eu tenho até uma foto registrado lá, está ampliada, viu, Senadora? Foi um momento muito importante para nós.

Pois muito bem. Logo depois as lideranças do Mato Grosso, liderada pela Senadora Serys Slhessarenko, o Governador Blairo Maggi, os Senadores Jonas Pinheiro e suas lideranças empresariais, enfim, Prefeito e tudo mais promoveram um workshop memorável na Assembléia Legislativa do Estado do Mato Grosso, onde foi exposto toda essa problemática, por pessoas gabaritadas e entendidas do assunto do país.

Eu quero revelar aqui, nesse momento, que eu me socorri, da exposição dessa gente, para fazer propaganda do projeto Brasil afora, onde encontrou efetivamente muita receptividade.

Quero dizer, Sr. Presidente, demais Senadores e Senadoras, que eu me sinto muito orgulhoso de ter sido o autor da proposição na Agência, e ter lutado, vocês não sabem o tanto que eu lutei, e penei para trazer o projeto até aqui. Quero revelar a bem da verdade, muita resistência, muita resistência, principalmente, do pessoal que cultua o rodoviarismo no Brasil. Nós estamos aqui quase que é com sangue e suor, nessa cruzada, nessa cruzada republicana, é uma cruzada republicana, porque nós sabemos, para a região central do Brasil, esse é o projeto, esse é o projeto, não existe outro, pode inventar, eu desafio.

E outra coisa, se nós quisermos que o Brasil cresça alguma coisa a mais, nós temos que mudar a nossa mentalidade do rodoviarismo para o modal ferroviário. Se nós não fizermos isso, minha gente, infelizmente, nós vamos continuar andando em buracovias, nós vamos continuar transportando nossa grande produção em caminhãozinhos de 20 anos de idade, que é a média que nós temos hoje aí.

Essa é a realidade, eu quero aproveitar essa oportunidade, aqui, ímpar, Sr. Senador, e quero agradecer o seu convite e dos demais propositores, justamente para deixar registrado nos anais dessa Casa. Principalmente que as lideranças, Srs. Prefeitos, Srs. Vereadores, senhores empreendedores, pioneiros daquela região que sofrem, convocar vocês todos, para pressionar essa é a palavra. Porque se não pressionar isso não vai sair, eu sei o que é que estou dizendo. Tem projeto de tudo que é jeito, e como dizia o meu avô, até de um olho só, por aí, para barrar esse aqui. Vocês vão ouvir argumentos de toda a natureza, “ah, não é a hora, isso aqui é assim, isso aqui é assado”, é corpo mole mesmo, mas se você quiser resolver o problema brasileiro de produção, hoje, o Brasil já era para estar produzindo, no mínimo, 300 milhões de toneladas de grãos. 300 milhões de toneladas. Vergonhoso, 120 milhões, nós estamos produzindo, numa extensão como essa, o mundo todo com fome, o Brasil precisando de alimento, e nós temos empreendedores aqui, quer dizer, de valor nesse país. [soa a campainha] Já termino, Sr.

Presidente. Nesse país. Com gabarito para alimentar o mundo e um projeto dessa natureza encontra as receitas que já encontrou. Eu não vou deixar detalhes aqui, porque, quer dizer, não é necessário, mas eu queria trazer essa notícia para deixar registrado nos anais dessa Casa, da Câmara alta do país.

E eu quero dizer que além dessas nuances todas, para finalizar, é de necessidade do Estado, e só falei do Estado de Mato Grosso, agora de Goiás e Tocantins aquela região. Quer dizer, além disso tudo, nós ainda temos um ramal muito importante, que é o ramal que vem de Estreito para Balsas, Maranhão e Eliseu Martins, no Piauí. Isso é fundamental para o Estado, para a economia daquela região. Com essa iniciativa nós já integramos, já colocamos os trilhos na Ferrovia Norte-Sul, encontrando com os trilhos da Nova Transnordestina. Com isso, com a conclusão, com a conclusão da Nova Transnordestina, nós já teríamos o Porto de Suape e Pecém recebendo também essa economia.

Outra nuance muito importante do projeto, eu estou propondo aqui, nós estamos propondo, por indicação do Dr. Hilário Filho, que está ali, colocamos no projeto a conclusão da Ferroviária Norte-Sul, prolongando o eixo de Açailândia para Recife, encontrando o porto de Ponta do Espadarte e de Vila do Conde. Naturalmente esse Porto de São Luiz, que é o maior de todos. Eu vou ler um *paper*, viu, para todos saber o que é que é...

SR. PRESIDENTE SENADOR JAYME CAMPOS (PFL-MT): O senhor tem 5 minutos mais, tá?

SR. GREGÓRIO RABELO: para todos saberem o que é que é o Porto do Itaqui, no Maranhão. Vocês vão ficar, assim, muita gente bem informada, não sabe o que quê é. Eu vou dizer aqui para vocês, em poucas palavras, eu vou resumir para vocês, é tanta coisa, me permitam ler e me desculpem.

Diz assim o texto que nós selecionamos: “O porto do Itaqui é o porto com vocação graneleira, administrada pela empresa maranhense Portuária, EMAP, desde fevereiro de 2001, situado na Bahia de São Marcos, no Município de São Luiz do Maranhão, em sua área de influência nos Estados do Maranhão, Tocantins, Sudeste do Pará, Norte do Goiás, Nordeste de Mato Grosso e Mato Grosso do Sul. Logística multimodal perfeita, com as ferrovias, Carajás, Companhia Ferroviária do Nordeste, Norte e Sul, e a futura Transnordestina. Além desse modal está interligado com a malha hidroviária dos rios das Mortes, Araguaia e Tocantins. Além dos leitos rodoviários. da BR-158 e das rodovias estaduais e municipais. O canal de acesso oferece profundidade natural mínima de 23 metros e largura de quase dois metros, um metro e oitenta”. Quase dois metros não, de quase 2 quilômetros, aliás, perdão. “O porto dispõe

de 1616 metros de cais acostável, com a profundidade de até 19 metros. Possui capacidade de tancagem de 220 mil m³, e está ampliando sua capacidade para 320 mil m³. O porto é entreposto de derivados de petróleo, do Norte e do Nordeste do Brasil, e é o maior importador de óleo diesel do país. O porto do Itaqui movimentou, em 2006, cerca de 12,5 milhões de toneladas de grãos, e atracou 606 navios. O Porto Maranhenses mais os terminais privados da Companhia Vale do Rio Doce, Dalumar, forma o complexo portuário do Itaqui, que movimentou, no ano passado, 93, 94 milhões de toneladas e é o segundo em operação de carga no Brasil. As principais cargas movimentadas pelo porto do Itaqui são derivado de petróleo, ferro gusa, soja, fertilizante, alumínio e cobre”.

Então, eu quero dizer para vocês, que hoje, hoje o Porto de Itaqui já recebe navios com até 400 mil toneladas, 400 mil toneladas. Esses navios só aportam em 2 portos, só em Itaqui e Rotterdam.

Então, vejam bem, então, nós estamos ancorados com sistema de portos, quer dizer, maravilhosos, a receber toda essa produção, que ela sai de carrinho velho, de Mato Grosso e vai para Paranaguá, em estradas esburacadas. Essa é a nossa realidade. Então eu acho que nós homens públicos, homens do povo, todos que temos condição de fazer alguma coisa pelo Brasil, é o momento. E nós que estamos inseridos nessa região, nesse contexto, e até mesmo aqueles que não estão, eu acho que ajudando o projeto ajuda o Brasil.

Queria deixar isso aqui, e fazer um apelo para vocês da base, não deixem isso morrer, eu sozinho, que venho tocando praticamente sozinho essa idéia, quer dizer, já estou meio cansado, porque é difícil você enfrentar, às vezes, oposição sem nenhum significado, e eu, pelo menos, não compreendo. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR JAYME CAMPOS (PFL-MT): Muito obrigado ilustre Dr. Gregório, que é um expert no assunto, em relação à questão ferroviária, hidroviária e rodoviária. Concedo a palavra a João Ribeiro, Senador do Estado do Tocantins, que é um dos padrinhos, patronos dessa magnífica obra que vem demandando do Maranhão até o Estado do Tocantins.

SR. GREGÓRIO RABELO: Permite, Senador? É só para fazer uma justiça. A segunda exposição que nós fizemos sobre esse projeto, nós fizemos lá em Tocantins para o Senador João Ribeiro, ainda no mês de novembro de 2005. Eu queria deixar isso aqui registrado, que eu omiti. Obrigado.

SENADOR JOÃO RIBEIRO (PR-TO): Primeiro, queria cumprimentar o Senador Jayme Campos, que preside esta Reunião, esta Comissão, os diretores da ANTT Dr. José Alexandre, Diretor, Presidente,

Dr. Gregório, meu velho conhecido, meu velho amigo, entusiasta desta causa, deste ramal da ferrovia, que, com certeza, vai, como ele mesmo colocou, beneficiar muito o Brasil, o Mato Grosso e toda esta região produtora, que o país tem. A Dra. Úrsula e o professor Amir, também a minha saudação a eles e os colegas Senadores e Senadoras, principalmente a bancada do Mato Grosso, que aqui se faz bem representada ou os três Senadores do Mato Grosso aqui estão: o Senador Jonas, a Senadora Serys e, portanto, demonstram que a bancada mato-grossense está muito interessada nessa obra. Eu gostaria de ter estado aqui desde o início, mas infelizmente não pude, e a nossa Casa aqui é muito, a gente tem muita Comissão, muitas coisas para ver, e lamentavelmente não podemos estar sempre, ao mesmo tempo, em 2 ou 3 lugares.

A minha fala vai ser rápida só, no sentido, Senador Jayme Campos, no sentido da declaração de apoio a um projeto que eu conheço, que fui um dos primeiros a conhecer o projeto de perto, a sua apresentação foi feita em Palmas, nós organizamos lá, para um grupo de políticos, do Estado. E o Tocantins não fica enciumado pelo fato do projeto se interligar com a Ferrovia Norte-Sul. Pelo contrário, nós ficamos orgulhosos e somos parceiros da bancada do Mato Grosso, neste sentido. Este ramal ferroviário, realmente, ele é extremamente importante, não só esse como aquele que pretendem fazer, de Barreiras também, tem um ramal que a Bahia está querendo fazer, de Barreiras, se integrando aí, não sabemos ainda bem certo o local, mas com a Ferrovia Norte-Sul, esse, de Balsas do Maranhão, uma região muito produtora de soja, para o Estreito que, com certeza, sairá, porque tem padrinho muito forte aí, o Presidente Sarney, tantos outros políticos fortes.

E eu acho, viu, Dr. Gregório, que esse projeto também vai para frente, porque a bancada do Mato Grosso é muito forte. E precisando do Tocantins, eu tenho certeza que, da minha parte, eu posso falar que, com certeza, eu que sou coordenador da bancada do Estado, que nós estaremos de mãos dadas para que a gente possa fazer com que funcione esse projeto. Eu acho que é preciso convencer o Presidente da República, que nós estamos aí com a questão do PAC. O PAC é um projeto que, com certeza, ele está projetado para este Governo e para o próximo também, mas, sobretudo, para esse Governo, pelos próximos 4 anos, então não tem obras definidas.

Agora, a Ferrovia Norte-Sul como é que foi? Teve um período muito difícil em que o Governo não priorizava, que, não é do Governo do Presidente Lula. O Presidente Lula priorizou a construção da Ferrovia Norte-Sul. Ele fez mais do que os outros governos to-

dos, em 15 anos e, portanto, teve muita contestação também, o próprio Presidente Lula me disse uma ou duas vezes, que quando a Ferrovia Norte-Sul foi lançada, ele criticou muito o Presidente Sarney, naquela época, ele próprio. Senador, tem que fazer justiça agora, e disse isso, no dia que ele foi a Vianópolis, lá na inauguração da plataforma multimodal, de que ele, sem conhecer melhor o Brasil, naquela época, ele não conhecia o Brasil tão bem, depois ele fez aquela caravana pelo Brasil afora de ônibus. Ele disse, para mim, Senador, “essa obra não é obra do Tocantins, nem do Maranhão não, essa obra é de integração nacional”. Então este ramal, Senador Jonas, é um ramal de integração nacional, Mato Grosso é um grande produtor de soja, produtor de grãos, de carne e, portanto, nós temos que integrar, produz muito mais do que nós, no Tocantins, muito mais, sem comparação. Então não justifica um Estado como aquele não ter uma forma de escoar sua produção.

Por isso fica aqui a minha declaração de apoio. O Presidente Lula deve ir agora, era para ser dia 24 deste mês, à cidade do Estreito, no Maranhão, para visitar as obras da hidrelétrica do Estreito. E também vai a Araguaína inaugurar a nossa plataforma multimodal, de Araguaína, que terá outra em Guaraí, terá outra em Miracema, próximo a Palmas, a ferrovia já está licitada até Palmas, estão preparando para licitar outro trecho até Goiás, já tem um trecho de Goiás licitado, mas o restante do trecho e, portanto, o trecho de Araguaína, na Colinas está em obra, já com recursos, quase 300 milhões, mais 327 milhões estão sendo colocados agora, alocados, para fazer até Guaraí e, portanto, não está muito longe para chegar em Miracema, porque parece que a pretensão desse ramal é ir a Miracema, se não mudou o projeto, acima de Miracema.

Portanto, eu, sem querer tomar muito tempo, porque eu acho que a bancada do Mato Grosso está mais interessada ainda do que eu para falar, mas só para dizer que eu me junto a eles, a esta bancada valorosa que o Mato Grosso tem, aproveito para dizer isso, que o Mato Grosso tem uma das mulheres bancadas dos estados brasileiros, nesta Casa, os Deputados e Senadores, tem um grande Governador, o Governador Blairo Maggi, é um extraordinário Governador. Um dia eu perguntava para o Senador Jonas Pinheiro: “Senador Jonas Pinheiro, como é o Governador Blairo Maggi?” Ele disse: “nós somos de partidos políticos diferentes, mas é um grande Governador, está fazendo um grande trabalho”. Um dia no corredor V.Exa. me disse isso.

Então, Mato Grosso, que tem que aproveitar este momento que está vivendo, com a classe política, com os políticos que tem, fazer uma audiência com o Presidente Lula, desse Conselho aqui, extrai dessa reunião

uma Audiência com o Presidente Lula, o Ministro dos Transportes, que é do meu partido, eu me comprometo em levá-lo, o homem forte do DNIT, já está aqui no Senado para ser sabatinado, por essa Comissão de Infra-Estrutura, que deve ser na próxima semana, espero que seja, que é exatamente aquela pessoa que o Dr. Gregório disse, Dr. Pagot, que é um homem, todos com quem eu conversei, de todos os partidos, dizem que é um dos melhores homens, nessa área de infraestrutura, que o Brasil tem. Então quero aproveitar esse momento, com o Dr. Pagot, que vai ser o Diretor Geral do DNIT para poder viabilizar essa obra tão importante para o Mato Grosso e para o Brasil.

Então fica aqui os meus cumprimentos a todos os diretores da ANTT. E contem com o Senador João Ribeiro, eu sou líder do meu partido, aqui na Casa, do PR, no que eu puder fazer, contem comigo. O Governador do Mato Grosso é o único Governador que nós temos do PR, e, portanto, eu vou, como diz o ditado popular, eu vou pegar com unhas e dentes, vou agarrar no chifre do boi, para que a gente possa, realmente, levar esse projeto avante, contem comigo. Parabéns, Dr. Gregório, pela sua luta, não desanime, se tiver alguém criando qualquer tive de entrave, não se preocupe, toque para frente, conte comigo.

SR. PRESIDENTE SENADOR JAYME CAMPOS (PFL-MT): Obrigado, Senador João Ribeiro, pelo apoio e, sobretudo, pela sua manifestação de carinho e de amizade a todos nós, Senadores pelo Mato Grosso. Eu pergunto ao ilustre Senador Augusto Botelho, se quer fazer, falar também em relação a esta audiência.

SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PDT-RR): Eu vim aqui para aprender, para quando chegar a hora de Roraima a gente estar bem preparado para fazer, mas lá nós vamos focalizar bem as hidrovias também, né?

SR. PRESIDENTE SENADOR JAYME CAMPOS (PFL-MT): Obrigado, Senador Augusto Botelho. Concedo a palavra ao ilustre Presidente da ANTT, Dr. José Alexandre. 15 minutos, 20 minutos o tempo que quiser, naturalmente, porque ele é hoje, indiscutivelmente, a pessoa mais importante dessa Comissão e, com certeza, vai dar notícias bastante alvissareiras para todo o povo mato-grossense, que nos vai assistir pela TV Senado, como também à nossa liderança, não só política, mas, sobretudo, empresarial aqui. Com a palavra o ilustre Senador José Alexandre.

SR. JOSÉ ALEXANDRE: Virei Senador, está ótimo.

SR. PRESIDENTE SENADOR JAYME CAMPOS (PFL-MT): O pai dele é Senador, hein?

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Diga-se de passagem, um grande Senador, viu?

SR. PRESIDENTE SENADOR JAYME CAMPOS (PFL-MT): É verdade.

SR. JOSÉ ALEXANDRE: Srs. Senadores, Sra. Senadora, Sr. Presidente, eu queria inicialmente, até para tecer alguns comentários sobre a questão do setor de transportes, que sofreu uma profunda reestruturação institucional, por parte do Governo em 2001, onde foi reestruturado, segmentos e os órgãos que compunham o Ministério dos Transportes, com a criação das agências reguladoras, a reestruturação do DNR, passando a se nominar DNIT. E nessa reestruturação coube à Agência, a questão do transporte multimodal, quer dizer, a ANTT é que hoje responde pelo transporte multimodal, intermodal. E a partir daí, em 2002, nós resolvemos montar comissões dentro da Agência, grupos de trabalho, no sentido, que a gente pudesse ter uma interlocução, a maior possível com todos os agentes que, o território nacional, relativamente a usuários, transportadores, identificar eventuais entraves, eventuais questões que pudessem estar prejudicando, ou deveriam ser inicialmente o foco da Agência.

Dentro dessa avaliação se detectou problemas crônicos no setor ferroviário, principalmente, onde quase todo o setor, a não ser uma concessionária, todos estavam com o patrimônio líquido negativo, uma enorme satisfação por parte de usuários. Detectamos também uma série de problemas no campo de rodovia, volto a frisar, no momento em que cabe à Agência, ANTT, especificamente, essa avaliação. E dentro disso coube também a uma superintendência de estudos de mercado, criado na Agência, hoje então superintendente, como foi dito, está aqui, que avaliou também vários estudos, várias idéias, que pudessem fazer ou primar pela forma de condução da Agência.

Dessa forma, diversas regulamentações foram feitas, diversos estudos foram feitos. Hoje, nós temos, inclusive, o setor ferroviário, um dos setores que mais cresce no Brasil hoje, todas as concessionárias, hoje, é patrimônio líquido positivo. Tivemos aí um grande problema, inclusive, nessa região, que envolve um pouco o Brasil Central, com a questão do Novo-Oeste, Brasil ferrovias, e foi detectado diversas questões, no segmento de transporte.

Eu não quero abrir muito, mas na área portuária tem alguns problemas crônicos e portos antigos, com baixos calados (F). Na área rodoviária, hoje nós estamos até utilizando um pouco que falou o Senador Jonas Pinheiro, nós estamos regredindo, em competitividade, nós não estamos perdendo em competitividade em relação a outros mercados, que também estão evoluindo, nós estamos perdendo competitividade.

Eu tive a oportunidade, recentemente, de vir a essa mesma Comissão aqui, e mencionei diferenças,

por exemplo, de custos enormes do setor rodoviário. Até para repetir aqui, uma expressão que eu usei, hoje você anda numa rodovia de São Paulo, e a vida útil de um pneu de um ônibus é 300 mil quilômetros; você trafega numa rodovia de Santa Catarina, e a vida útil é 120 mil quilômetros. Isso é custo Brasil. É a mesma coisa, semelhança ocorre com o caminhão. Um caminhão transitando no Estado de São Paulo é 34 reais mais barato por 100 quilômetros, do que um caminhão transportando em outro Estado. Então essa é a realidade que nós estamos tendo, nós estamos perdendo competitividade no setor de transportes.

Quando você olha o mapa geográfico do país, o que é que você vê? Você vê uma região amazônica onde você tem quase que vias naturais de escoamento de produção, o que é que acontece? Baixa densidade econômica. Segundo problema: cadê a eclusa? Aliás, um dos projetos que deram entrada aqui, no Senado, foi exatamente a questão do marco regulatório das eclusas, isso, se não me engano, há duas semanas atrás. Seria até muito importante que essa Comissão analisasse esse mérito da importância que significa isso, em vias navegáveis naturais, que nós já temos. E quando se verifica também a geografia do Brasil, se identifica esta região, denominada Brasil Central, como uma região que encontrou a sua vocação, e a sua vocação no agronegócio.

Nós tivemos a oportunidade, inclusive, vim nesta Comissão por convocação do Senador Delcídio, com os problemas relativamente oriundos da Brasil Ferrovia, e foi uma situação muito complicada, essa vivida pela Agência, em que chegou num momento que não tendo mais saída, eu tive que ir ao Palácio do Planalto comunicar a eminência de uma declaração de caducidade da Brasil Ferrovia, que foi um choque no Palácio até pelas consequências que deveriam, uma situação dessa, e principalmente a região e os transportadores sofrendo com a falta de capacidade de escoamento.

Há pouco tempo antes de começar, até comentei um pouco com o Senador Delcídio, que aqui, nessa Comissão, foi debatida a solução, ele lutou muito, para uma solução que fosse encontrada na Brasil Ferrovias, conseguimos essa solução, depende de toda uma engenharia financeira, participação direta do Senhor Presidente da República nas discussões, e hoje nós temos até uma situação bastante interessante, que é a produção da Novo-Oeste, apesar de ainda, muito pequena, concordo, é a maior da sua história. A nível de investimentos, a Nova-Oeste passou de investimentos de 7,3 milhões de reais por ano, para 33, 34. A Ferroban, que estava na faixa de 6, para 58, no ano passado 85, a Ferronorte que estava em 56, 53, para 96.158. Hoje a gente vem acompanhando, existe um

termo de ajuste de conduta, que nós condicionamos na venda da Brasil Ferrovias ALL, que ela vem cumprindo, até passei ao Senador Delcídio algumas informações sobre isso. E há uma mobilização de investimentos muito grande, por conta, nesta região da Novo-Oeste e da Ferronorte em relação aos investimentos da ALL. Eles têm sentado conosco, na questão da planificação, para a chegada até Rondonópolis e posteriormente a chegada até Cuiabá. Na verdade, nós deixamos que eles tivessem uma certa liberdade, no primeiro ano, para promover os ajustes necessários dentro da ferrovia, tendo em vista a gravidade da situação que eles receberam. E eles, agora, vêm junto com a Agência promovendo, apresentando os seus planos trienais de investimento, e dentro disso, há uma discussão da superintendência do transporte de carga com a ALL, sobre a questão da reativação de vários trechos, da expansão até Rondonópolis e Cuiabá, e também da Nova-Oeste, a reativação de alguns trechos da Nova-oeste. Claro, que isso demanda um certo calendário, mas é fato é que os resultados começam a surgir, os níveis de investimentos, são níveis de investimentos altíssimo, eles já colocaram lá mais de 1 bilhão de reais, e esse desenvolvimento certamente será capturado no transporte de cargas.

Mas mesmo assim se verifica que naquela região há uma carência nessa questão de escoamento, quer dizer, há uma vocação nítida, clara, hoje, um potencial enorme, foi dito aqui, até pelo Senador Jayme Campos, em torno de 400 milhões de tonelada/ano poderia ser exportada pela região ou oriunda da região. Então nós resolvemos, discutir um pouco, na verdade, a proposta original veio da, tivemos diversas dificuldades para começar a tocar esse processo, inclusive, questões orçamentárias. E acabando aí, até, por que a Universidade de Santa Catarina? Porque a solução que nós encontramos foi trabalhar via convênio, para que fosse viável esse trabalho. E o que é que nós estamos ter que de resultado? Resultado esse que devemos ter, em meados segundo semestr. Aí sim nós vamos ter um estudo de demanda com algumas projeções de cenário como disse aqui pela Dra. Úrsula, que vamos poder programar, vamos fazer uma coisa que há muito tempo carece no setor de transporte, vamos poder planejar.

Nesse momento, então, eu acho que é, inclusive, muito importante, Sr. Presidente, a participação desta Comissão, porque é nesse momento que você começa a colocar as pré-condições, e aí, eu acho que cabe também, a essa Comissão, participar da Política Setorial de Transportes para que você possa estabelecer as condições preliminares, para um traçado em que você possa estabelecer aí, como a Senadora Serys disse,

exatamente em quais localidades e porque deveria passar uma ferrovia. Porque nesse será o momento de contratar o projeto de engenharia.

Então, na verdade, o que a Agência vai fazer é concluído esse trabalho, ela vai ter o material na mão, a informação na mão, de quais são as carências, quais são os problemas, qual é a melhor logística de escoamento. Veja, é uma região que tem meios de transporte, que estão sendo feitos com incríveis criatividade, você tem transporte que vai de balsa, depois pega ferrovia, você tem outros que sobe por caminhão, depois sobe o rio. É importante também e faz parte também desse trabalho, não é só ferrovia, a parte das hidrovias também fazem parte. Quer dizer, o que nós estamos falando aqui, é qual é o meio logístico mais barato de escoar uma produção? Seja ele rodovia, ferrovia ou hidrovia. Claro, que na característica, quando você vê o mapa geográfico da região, você vê logo que os dois meios mais adequados, pelo princípio básico, é ferrovia e hidrovia. Mas tem que verificar exatamente essa questão, porque muitas vezes, essa lógica não se dá exatamente assim, quer dizer, a cada vez que você tomba mais as cargas, a bandeirada de custos sobe. Por isso que em algumas ocasiões, você tem o transporte rodoviário, inclusive, mais barato que o ferroviário. Mas a princípio realmente, os dois focos da região, demonstram, pelo menos, assim se apresentam sendo ferrovias e hidrovias.

Com esse material na mão, eu acho que aí há um instrumento, em que essa Comissão pode analisar as melhores logísticas de escoamento, e a partir daí a própria Comissão colocar as suas pretensões para que possa o Poder Executivo desenvolver o projeto de engenharia e prosseguir nas suas obras.

Então basicamente é isso que nós resolvemos, nós estamos fazendo na Agência. Eu até tinha comentado, um pouco antes com o Senador Jayme Campos da oportunidade de se discutir isso, no segundo semestre, com esse material pronto, e acho que realmente, nós vamos ter aí algumas novidades, não vou entrar em números aqui, eu acho que a Universidade está ainda coletando, ainda chegando a um resultado, para que a gente possa desenvolver isso, mas a Agência está aberta aos os senhores, qualquer indagação que haja, qualquer dúvida que haja estaremos o tempo todo colocando isso, e esse trabalho tão logo concluído, será entregue ao Sr. Ministro dos Transportes, e também enviarei aqui uma cópia para a Comissão e para os senhores, e coloco a disposição na oportunidade também, se quiserem discutir sobre o projeto, obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR JAYME CAMPOS (PFL-MT): Muito obrigado, Dr. José Alexandre, que deixou bem explicito, naturalmente, o andamento do

projeto, em relação a essa ferrovia, que demanda Miracema ao Estado do Mato Grosso. Portanto, eu quero ver se a Senadora Serys Slhessarenko quer de forma mais direta fazer alguma ao ilustre Presidente.

Não é normal, é bom que se esclareça, que é Comissão aqui, até pelo Regimento Interno, não permite, naturalmente, se não for Senador ou Senadora, questionar, naturalmente, as pessoas que aqui é convidado para falar em relação aos assuntos inerentes a essa Comissão. Todavia, com a permissão do nosso ilustre Presidente, Senador Marconi Perillo, ele me permitiu que pudéssemos, de forma mais democrática, que o Deputado Zé Domingos, que representa neste ato, a Assembléia Legislativa do Estado de Mato Grosso, como também um Prefeito, que, naturalmente, nos prestigia e participa desse evento da medida que é de suma importância para o nosso Estado, fizesse uma pergunta dirigida aos senhores Diretores da ANTT aqui nessa Comissão.

Concedo a palavra, ou seja, ser bem prático, objetivo e pragmático, no sentido de que essas suas indagações seja também de forma objetiva, respondida pelos senhores Diretores da ANTT, aqui presentes. Com a palavra, concedo ao Deputado Zé Domingos.

DEPUTADO ZÉ DOMINGOS: Senador Jayme Campos, onde em seu nome, eu cumprimento os demais Senadores que compõem esta Comissão, quero também, em nome do Diretor Geral da ANTT, José Alexandre Nogueira Rezende, cumprimentar todos os técnicos da ANTT, como também os seus parceiros da Universidade Federal de Santa Catarina. E quero também, em nome do Prefeito Marino, cumprimentar todos os Prefeitos do Mato Grosso, Vereadores, que hoje estão prestigiando essa brilhante Audiência Pública, liderada, capitaneada pela bancada do Mato Grosso, tendo a V.Exa nesse momento presidindo essa importante reunião.

Sr. Presidente, eu quero, primeiramente parabenizá-lo a V.Exa, em conjunto com o Senador Jonas Pinheiro e a Senadora Serys, que nesse momento em prol do desenvolvimento do Mato Grosso, para o que Mato Grosso possa ser mais competitivo, para que o Mato Grosso possa dar uma resposta mais positiva ainda ao Brasil, estão trabalhando juntos, de forma que o Mato Grosso possa ter a logística necessária, para que o Mato Grosso possa não ser só o celeiro de produção do Brasil, como também do mundo.

E ao analisar, Sr. Presidente, a fala, tanto do Professor Almir quanto da Dra. Úrsula, nós chegamos à conclusão que o porto seguro, o porto seguro desse ramal setentrional, com certeza, está no Mato Grosso, especialmente no Centro-Norte mato-grossense, na região que demanda de Sinop até Lucas de Rio Verde,

analisando o cenário de demanda, analisando o cenário de oferta e conseqüentemente o custo operacional por se tratar de um ramal ferroviário, de baixo custo operacional, e com a capacidade bastante grande de transporte, com certeza, vai ser a redenção da região do médio e extremo norte mato-grossense, além de ser um ramal ferroviário de integração das BRs mais importantes, como eixo de escoamento da produção do centro-norte e norte mato-grossense, que é a BR-163 e a BR-158 e vai fazer com que essa região, dos três municípios: Sorriso Sinope e Lucas de Rio Verde, possa ser um centro aglutinador de toda essa região.

Então eu quero parabenizar os estudos, e, ao mesmo tempo, fico feliz até porque, conforme explicação que aqui foi feita, tanto por parte da Universidade Federal de Santa Catarina, como também pela ANTT, que a decisão, aonde será o final, inicialmente desta, deste ramal ferroviário, ou seja, no primeiro cenário ou no cenário 1 ou no cenário 3, vai se levado em consideração o cenário de demanda, oferta levando em consideração às questões técnicas também.

Mas para finalizar a minha participação, até em função do tempo, quero agradecer a oportunidade e além disso, essa quebra regimental, mas finalizo dizendo o seguinte: De acordo com esse estudo, com esse projeto Brasil Central, o produto final do estudo vai virar PPPs, concessões simples ou virá do recurso do orçamento da União, e quando isso poderá estar inserido no PAC, no Plano de Aceleração de Crescimento, que essa pergunta seja feita, tanto para a ANTT como também por ilustres Senadores do Estado do Mato Grosso, que compõem essa importante Comissão do Senado, que é a Comissão de Infra-Estrutura. Obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR JAYME CAMPOS (PFL-MT): Depois das palavras do Zé Domingos, eu vou conceder a palavra ao ilustre Prefeito da cidade de Sinop, Nilson Leitão, mas que seja bem objetivo até, porque eu imagino que tem outros Prefeitos que gostariam de fazer também suas indagações. Pelo menos, assim dá oportunidade, pelo menos, para mais dois ou três Prefeitos indagarem. E o nosso Presidente, o nosso Diretor responder com a maior brevidade possível.

PREFEITO NILSON LEITÃO: Eu quero primeiro cumprimentar e parabenizar os Senadores dessa comissão, nobre Senador Jayme Campos, Senadora Serys, cumprimentar a ANTT, por essa bela iniciativa, colocando nas mãos de uma Universidade, para que possa fazer esse estudo, cumprimentar todos Prefeitos, Vereadores, todas as autoridades.

Eu, na verdade, eu quero fazer uma sugestão. Já há estudo de também de outros setores da sociedade, em relação a esse desenvolvimento sustentável dessa nossa região. E a nossa tão fadada 163, que agora,

acreditamos que vai realmente acontecer, nós queremos sugerir a possibilidade do trecho Lucas do Rio Verde a Santarém, que seja incluído nos estudos de viabilidade estratégica, promovido pela Universidade de Santa Catarina, para que se tenha ao diagnóstico da competitividade.

Nós acreditamos que esse, nós estaremos próximos a Santarém, e parece que não houve esse estudo ferroviário, para essa localidade, e nós queremos sugerir que seja incluído, até porque em grandes países, países desenvolvidos, é muito normal uma grande rodovia estar acompanhando paralelamente as grandes ferrovias, e, com certeza absoluta, ali é uma grande saída, sem desprezar a saída por Itaqui, e incluindo Tocantins, óbvio, mas a sugestão é essa, Senador.

SR. PRESIDENTE SENADOR JAYME CAMPOS (PFL-MT): Muito obrigado da participação do Prefeito Nilson Leitão. Quero registrar também a presença do ilustre Deputado Federal, do Estado do Mato Grosso, professor Eliene, que também nos honra com sua presença.

Por favor, mais algum Prefeito quer fazer alguma indagação?

Com a palavra o Prefeito Júnior Pitucha, da cidade de Alto Garças.

PREFEITO JÚNIOR PITUCHA: Quero aqui parabenizar o Senador Jayme Campos, ele que tão novo chegou nessa Casa aqui, já se preocupa com os problemas do Estado de Mato Grosso, e preocupado com os problemas do Estado de Mato Grosso, principalmente ligado a agronegócio. Eu quero aqui fazer uma pergunta aos Diretores da ANTT e aos da Universidade, hoje o problema que existe no agronegócio, do Estado do Mato Grosso, que vem se agravando há 3 anos, onde todo o agronegócio há mais de 3 anos, colhe prejuízos naquela região. Eu quero perguntar para os senhores, se esses investimentos, que, hoje, estão sendo anunciados nessa Audiência Pública, não for realizado, qual será o futuro, principalmente, da região do Estado de Mato Grosso?

SR. PRESIDENTE SENADOR JAYME CAMPOS (PFL-MT): Está registrado, Prefeito Júnior.

Concedo a palavra para a indagação à Vice-Prefeita, representando o Prefeito de Cuiabá, professora Jaci Proença.

VICE-PREFEITA JACI PROENÇA: Bom, eu quero agradecer inicialmente o convite que o Senador Jayme Campos nos formulou para estarmos aqui nessa discussão extremamente importante, à Senadora Serys, ao Senador Jonas, à toda a bancada de Mato Grosso, aqui presente, demais parlamentares solidários à problemática, que, na verdade, demonstra que a problemática não se trata só do problema de Mato Grosso,

mas numa questão a ser superada por uma política pública Nacional, os representantes da Universidade Federal de Santa Catarina, ao Presidente, ao Diretor da Agência Nacional de Transporte Terrestre.

Na verdade, nós vimos aqui uma série de cenários apresentados, quatro cenários. E não sei se me falha a memória, apenas um deles, o terceiro, que apresenta a questão da conclusão da Ferronorte, não sei se me falha a memória. Mas eu digo isso, e não quero que seja entendido, aqui, principalmente pelos representantes políticos, lideranças políticas, da região Norte, que está mais em foco nesse momento aqui, que se trata de uma manifestação, no sentido de: "Não, espera lá, tem uma questão anterior". Isso, na verdade, eu quero aqui também colocar, que estamos inteiramente a favor da proposta, que o Deputado Domingos elaborou, já discutiu amplamente, porque se faz necessário para o desenvolvimento de todo o nosso Estado, porque está, na verdade, a dimensão continental, mas que a preocupação se trata na efetividade, às vezes, das políticas públicas que são elaboradas.

Há muitos anos, e como bem disse os nossos Senadores, Jayme Campos, nós estamos aí com a ferrovia, Vicente Vuolo, que quando quer se referir a um projeto ou a uma proposta que não vai ser efetivado ou que demora a ser efetivada, se faz a referência a ela. E para nós é com muito pesar isso, porque Vicente Vuolo não precisa aqui nós fazermos nenhum registro, um esforço para lembrarmos o quão líder que ele foi, o grande estadista que ele foi.

Então isso é de suma importância, a Ferronorte, como essa que se coloca agora, nessa discussão entre Sorriso ou Lucas. Então é mais pela preocupação da efetividade desses projetos, e que não ocorrem, evidentemente, pela falta de continuidade, quando entra alguém que assume determinados setores extremamente importantes.

Manifestar aqui a nossa satisfação, porque quando se fala de Mato Grosso, de desenvolvimento, geralmente salta aos olhos ou vem à memória produção agrícola do Estado de pecuária, principalmente grãos, mas o Mato Grosso é um Estado extremamente rico, de uma potencialidade, como bem frisou o Senador Jonas Pinheiro. O Mato Grosso, além da produção, no campo agropecuário, mas também é riquíssimo numa potencialidade turística e acima de tudo aqui, modéstia à parte, de uma potencialidade enorme, em termos de lideranças e vocês a são conhecedores disso, porque nós temos nessa Casa, no Senado, essas grandes lideranças, que muito bem representa o Estado de Mato Grosso.

Então, nós temos uma potencialidade enorme, que precisa ser discutido, que precisa ser visto com

os olhos, e aqui a satisfação, porque as pessoas estão discutindo assim, não são os Senadores da bancada de Mato Grosso que vai ter que se preocupar com isso, não é apenas um setor de governo que vai ter que se preocupado com isso, mas o propósito dela é exatamente para gente se irmanar, se empenhar, unir esforços, no sentido de dar viabilidade para a produção do Brasil! Não é produção de Mato Grosso, não é desenvolvimento de Mato Grosso, mas é desenvolvimento do Brasil.

E Cuiabá, estrategicamente, é o centro geodésico da América do Sul, a gente não precisaria falar mais nada, não é só interligação com o Atlântico, mas também nós temos o Pacífico, e não se pode falar dessa integração, e até com muita propriedade, nesse momento oportuno, porque nós estamos comemorando o centenário do Marechal Rondon, Marechal Cândido Rondon, é o pai de integração. Então necessário se faz colocar a importância devida nessa discussão do desenvolvimento do país, Cuiabá, Mato Grosso, ligação com Atlântico e Pacífico.

SR. PRESIDENTE SENADOR JAYME CAMPOS (PFL-MT): Obrigado, Vice-Prefeita. Concedo um minuto para o Prefeito Marino, para que o nosso Presidente passe a responder, inclusive, eu quero fazer duas perguntas para ele aí. E a Senadora Serys. Um minuto, para ser bem breve, até para ser objetivo e, sobretudo, para o Presidente ter tempo para responder.

PREFEITO MARINO JOSÉ FRANZ: Em nome do Senador Jayme Campos, gostaria de cumprimentar todas as autoridades aqui presentes. Só colocando algumas considerações rapidamente. Hoje, o frete, preço histórico nosso, do médio norte ao Porto de Paranaquá ou ao Porto de Santos, utilizando do modal Alto Taquari, girava em torno de 50 dólares, por tonelada, hoje está 85 a 110.

Eu o sou de uma época, que você pegava o saco de milho, de graça, lá em Sorriso, Lucas de Rio Verde, e tinha que dar dinheiro mais para o freteiro, para levar esse milho até o sul do país.

Então, essa ferrovia é de extrema importância para a sobrevivência, desses onze Estados, porque com essa forte valorização do real frente ao dólar, que é uma política que deve continuar, cada vez a questão da logística vai ser mais acentuada, e vai fazer o diferencial daqui para frente.

Nós podemos integrar também através da Transnordestina, o transporte de carne, porque o Mato Grosso vai ser um grande produtor de proteína animal, com muito valor agregado já, e pode acessar os grandes mercados do Nordeste, hoje, através dessa logística. E principalmente o algodão, o nosso algodão também, hoje, que nós temos um frete de Rondonópolis muito

mais caro para o Nordeste, que se fosse como pegar lá do Golfo do México e levar até Shangai, na China. Então, são questões de lógica, eu acho que para defender esse projeto, é só ter o bom senso e fazer a conta, é só isso aí.

SR. PRESIDENTE SENADOR JAYME CAMPOS (PFL-MT): Obrigado, Prefeito Marino, de Lucas de Rio Verde. Concedo a palavra a ilustre Senadora Serys Slhessarenko.

SRA. SENADORA SERYS SLHESSARENKO (PT-MT): Vou ser rápida, Senador. Eu acho que a gente não tem que deixar pairar dúvida aqui, que uma coisa é uma coisa e outra coisa é outra coisa, é a lógica da história. Que no começo da minha fala eu já disse aqui, na minha primeira fala, que nós temos a questão da Ferronorte, e vamos chamar Norte-Sul, que não é bem... A gente apelidou meio que de Norte-Sul, a Ferronorte, gente, a Ferronorte é uma empresa privada que está tocando, ela só entrou, inclusive, no PAC por conta da parte do BNDES, entendeu? Ela é de fundamental importância, eu acho que isso que a Vice-Prefeita coloca aí, essa lembrança do Senador Vuolo, que eu acho que o Senador, o Senador Jayme Campos já colocou, quer dizer, alguma coisa em Mato Grosso quando emperrava e não saía, a gente falava "é a ferrovia do Vuolo". Hoje, infelizmente, isso não é mais realidade até, porque ela está andando, devagar, chegava Taquari, agora já está de Taquari, chegou ao Alto Araguaia, agora está se encaminhando a Rondonópolis, nós vamos fazê-la chegar em Cuiabá, que é fundamental. Então a Ferronorte é fundamental, tem que ficar muito claro isso, porque senão algumas pessoas vão pensar: "Estão querendo puxar para a Norte-Sul", chamando de "Norte-Sul" sempre entre aspas, e a Ferronorte vai ser esquecida. Não, uma coisa é uma coisa, outra coisa é outra coisa, eu reforço aqui. Daqui a pouco estão fazendo a maior confusão aí, entendeu? Porque a Ferronorte tem que sair sim, e está saindo.

Agora, a Universidade Santa Catarina, que ganhou a licitação para a elaboração do estudo, do projeto. Eu queria perguntar, é isso que eu queria agora, a previsão, quando eu pedi, na minha fala primeira, que eu achava que era extremamente importante, sentar, que eu achava um momento dessa audiência agora extremamente oportuna, é agora, eu pergunto aos representantes da empresa, que ganhou a licitação, que é a nossa Universidade, previsão na possibilidade, quando, etc. da discussão ampla entre as partes interessadas. É possível fazer isso, vocês pretendem fazer, está na Ordem do Dia? Para usar o nosso termo aqui, fazer essa discussão mais ampla com as partes interessadas, se é aqui agora, se é daqui a pouco lá em Mato Grosso, junta o pessoal do município, de ou-

tro município, as lideranças políticas etc e tal. Se isso é possível. Porque isso daí é uma decisão se tem que sair, se é, tem que sair daqui, como conclusão, inclusive, dos trabalhos. Eu acho que o fundamental é isso.

E o outro é de que a gente já assuma aqui o compromisso de que feito o projeto e tudo trabalhado e aprontado, inclusive, o projeto de engenharia, não é? Que a gente aí se comprometa com o esforço de fazer entrar no PAC.

SR. PRESIDENTE SENADOR JAYME CAMPOS (PFL-MT): Obrigada, Senadora Serys, mas o nosso Presidente, Dr. José Alexandre, ele vai ter que retirar daqui a pouco. Então, eu passo a palavra para o senhor, para o senhor responder objetivamente as perguntas aqui feitas pelos nossos inscritos.

SR. JOSÉ ALEXANDRE: Bom, em relação ao que foi colocado aqui, se vai ser PPP, concessão, obra pública, isso não está em pauta, agora, não cabe a nós essa questão, inclusive, a lei é explícita, isso é uma incumbência exclusiva do Ministro do Estado dos Transportes, a Agência não pode colocar isso. Legalmente o que a Agência pode fazer é promover estudos e propor sugestões, isso sim, que é o que nós estamos fazendo aqui. Volto a dizer, nós estamos fazendo aqui um estudo de demanda de projeção e de soluções logísticas. A Agência não pode fazer estudos de engenharia para ser contratado, isso é função legal do DNIT. Tá?

Com relação a 163, a questão de competitividade, eu acho que está claro, ali, a sua inclusão, inclusive, eu tenho participado de algumas reuniões, inclusive, às vezes com até a presença do próprio Presidente, sobre a questão da 163, se analisou a possibilidade de fazer uma PPP, na 163 até o IMME(F) desenvolveu o projeto, o senhor deve estar sabendo, depois houve várias discussões, em que o Sr. Presidente acabou por optar, por fazer uma pavimentação como obra pública, confesso também que essa era a minha sugestão a ele, porque eu acho que seria um ônus muito grande, um pedagiamento, nessa rodovia. E você teria que ver que praticamente o retorno é vazio, isso levaria um ônus muito maior, na questão de pedagiamento.

Com relação, foi mencionado aqui, o futuro da região sem os investimentos apontados, a efetividade dos projetos, eu volto a dizer aqui, e a Senadora Serys falou muito propriamente, isso aqui, na verdade, é um estudo de viabilidade. Isso vai apontar soluções e não apresentar projeto, o projeto vem depois. Foi exatamente quando eu mencionei aqui da conveniência, que quando a gente tiver os problemas apontados, as demandas e as possíveis soluções, aí sim, eu acho que essa Comissão, aqui, deveria também promover mais um encontro, para que pudesse definir exatamente, qual é a escolha do processo. E qual deve ser o traçado

dessas ferrovias. O que foi mencionado pela Senadora Serys, inclusive, eu tive a preocupação aqui de relatar Novo-Oeste e Ferronorte exatamente por isso, na verdade, no PAC existem também os investimentos privados, não apenas aqueles que são investidos com financiamento do BNDES. Eu digo à senhora, que a gente tem acompanhado essa questão da Ferronorte, da Novo-Oeste, da Ferroban, eu poderia dizer a senhora, que do nosso ponto de vista, a gente vive a realidade, vê os números, sabe o que quê é, eu não imaginava uma mobilização de capital tão rápido por parte da ALL. É claro que obviamente os usuários, a população, que está lá politicamente também, você quer que tudo fique pronto o mais rápido possível, mas não é brincadeira o que foi mobilizado de capital pela ALL nesse processo todo, são 3 concessões que ela está tentando retomar. Teve um problema seriíssimo de gestão, que gerou uma questão, inclusive, desagradável na questão de pessoal, deve ter chegado ao seu conhecimento. E ainda tem os investimentos que ela tem que fazer na própria malha da ALL, que é a malha Sul.

Então, quando a gente vê por esta ótica, vê em relação aos problemas que a gente tinha e o que a gente tem hoje, quer dizer, voltar a sentar com a concessionária, para discutir data para chegar em Rondonópolis ou uma previsão para chegar em Cuiabá, já é uma evolução muito grande, do que se falava há dois anos atrás.

E a questão que foi colocada aqui, eu volto a dizer, quer dizer, o projeto de engenharia, isso é uma questão do DNIT, e a Agência está à disposição, nesse momento, para apoiar a Comissão, apoiar o Governo em qualquer questão, relativamente a qual o modal deveria ser utilizado para melhor logística.

SR. PRESIDENTE SENADOR JAYME CAMPOS (PFL-MT): Muito obrigado, Sr. Presidente. Eu imagino que o senhor deve ter um compromisso, se não me falha a memória, na Presidência da República. Eu quero agradecer, antes de mais nada, a sua presença nessa Comissão, com certeza, ela foi muito proveitosa, na medida que podemos já esclarecer até certo ponto, de como estão os andamentos do trabalho de diagnóstico, sobretudo, a viabilidade econômica, dessa sonhada também ferrovia, que demanda Miracema até a região Norte do Estado do Mato Grosso, naturalmente, isso é uma obra que todos nós sonhamos, na medida que vamos viabilizar a economia. De forma que V.Exa tenha certeza, o respeito, o apoio e, acima de tudo, a confiança de toda a sociedade mato-grossense, principalmente dos nossos parlamentares, dos três Senadores da República, daquele Estado, como também, certamente, de toda a bancada federal do Congresso Nacional, aqui representada também, pelo

querido Deputado Eliene, que nos prestigia também com sua presença.

V.Exa fique muito à vontade, que vou apenas deliberar aqui, para que apenas o Deputado Federal Eliene faça sua indagação também, na medida em que o Presidente vai ter que se retirar, vai ficar o outro Diretor aqui, para nós concluirmos o trabalho hoje, por sinal está se expirando já o horário, mas V.Exa tem dois minutos para fazer sua declaração ao nosso diretor Gregório.

DEPUTADO ELIENE LIMA (PP-MT): Obrigada do Senador Jayme Campos. Eu quero, aqui, saudar V.Exa, Senadora Serys, pela iniciativa de trazer aqui, na Comissão de Infra-Estrutura do Senado Federal, uma discussão muito importante, no que diz respeito ao desenvolvimento do nosso Estado. Nós, sem o agronegócio, o agronegócio sem as vias de escoamento, sem uma estruturação de desenvolvimento racional, nós estamos cada vez ficando mais distantes da meta que buscamos aqui, como parlamentares, como os onze escolhidos, pelo povo de Mato Grosso, para estar aqui representando. Eu quero parabenizar, parabenizar aqui, que todos os Prefeitos que comparecem também para acompanhar a discussão.

Há alguns dias atrás, está aqui presente o Adalberto, que ele também promoveu um evento, para discutir o corredor Centro-Norte, que envolve as BRs 163, BR-158, a hidrovía Tocantins-Araguaia. E fiquei muito feliz de saber que tem mais um sonho. Porque a Feronorte foi um sonho lá atrás, que o Vuelo começou, e que hoje está caminhando. Nós gostaríamos que muito mais rápido do que está, mas está caminhando, e esse sonho da ferrovia Norte-sul que, com certeza, ajudará e muito a integração, ainda mais em uma das regiões, hoje, bastante esquecidas, que é a região do Araguaia, com a região Norte, com todo o Brasil.

Então eu quero dizer que estamos em sessão, eu fiz questão de participar do início da abertura da sessão, nós estamos na Ordem do Dia, em processo de votação, mas quero estar atento para estar também discutindo, sugerindo e ajudando, Senadora Serys, a contribuir nesse processo. Muito obrigado pela oportunidade.

[troca de presidência]

SRA. PRESIDENTE SENADORA SERYS SLHES-SARENKO (PT-MT): Obrigada, Deputado Eliene, parece que agora é passar para o Dr. Gregório Rabelo, se não me engano.

SR. GREGÓRIO RABELO: Agora, eu me sinto até muito melhor com a Presidenta feminina aqui [Risos]. Muito bom, Sra. Presidenta, senhores presentes aqui, Deputados, Senadores. Eu vou responder a pergunta do Prefeito, eu sou muito objetivo, e sou brigão, por

aquilo que eu acredito. O Prefeito perguntou “se não for efetivado o projeto, o que é que acontece?” Vai piorar, estagnação, vocês vão quebrar todos. Esses dias eu vi, lá no Porto de Itaquí, alguém perguntando: o que é sobrava para produtor, nessa circunstância? Eu quase que gritei: Nada. Compreendeu? É o desestímulo. É isso aí que vai acontecer. O outro Prefeito disse exatamente, que isso é uma questão de bom senso e vontade política. É exatamente isso, nós temos que quebrar aqui a barreira dos interesses menores, eu não tenho papas na língua não, eu falo, nós temos que quebrar a barreira aqui dos interesses menores, para albergar os interesses republicanos, que a nação, nesse momento, exige. Eu, pelo menos, não estou brincando de ser Diretor da ANTT, de ter mandato de 4 anos, com toda uma liturgia que foi feita, quer dizer, eu estou lá, imbuído do espírito público maior possível. E por isso, eu aceitei a sugestão do Vande Magalhães com esse projeto, e o apresentei e estou defendendo com unhas e dentes.

Então eu respondo, Prefeito, diretamente, é uma questão de bom senso e se não for feito, é a decadência total daquelas pessoas, que foram desbravar o Mato Grosso com sangue e suor, lágrima, morte com peste, aquelas coisas todas, que a gente conhece, vocês mais do que nós.

Outra coisa, que eu quero repetir. O projeto Brasil Central é um projeto estratégico de desenvolvimento, estratégico de desenvolvimento, o estudo, quando sair de lá, o PAC pode aproveitá-lo, porque ele é todo coincidente com o PAC. Eu não tinha o poder de adivinhar, eu apresentei esse projeto em 2005, o PAC chegou em 2007. Mas ele é completamente coincidente, e olha, vejam bem, há 30 anos que o Brasil não tinha um projeto dessa natureza, vocês ouviram o Senador Jonas Pinheiro acabar de falar. Eu me sinto feliz e até o meu mandato, na ANTT, é justificado pela apresentação desse projeto. Porque ele é efetivamente é de interesse, como disse a nossa Vice-Prefeita, ele não é de interesse do Estado do Mato Grosso não, ele é de interesse do país, ele é de interesse do Brasil, nós precisam produzir. Eu vou fazer uma afirmação aqui, as políticas sociais do Presidente Lula só estão dando certo por causa da grande oferta de alimento, da boa oferta de alimento. Porque se nós não tivéssemos a oferta de alimentos, que nós temos no país, não tinha dinheiro que cobrisse a assistência social nesse país, porque a assistência é basicamente na alimentação, da escola às favelas. Então, o agronegócio, isso provém do agronegócio, então nós temos mesmo é que pensar no homem do campo, no produtor rural, porque se nós não tivermos um campo forte, produzindo, o país volta à inflação galopante, volta a todas as mazelas.

Então, temos que, efetivamente, priorizar isso, e eu, mais uma vez, afirmo com vocês, vamos nos irmanar na condução desse processo. Porque ele é vital para o Brasil, e uma questão de vida ou morte da economia do Estado do Mato Grosso.

SR. PRESIDENTE SENADOR JAYME CAMPOS (PFL-MT): Obrigado, Dr. Gregório. Eu acho que as perguntas foram bem elaboradas, já pelos inscritos. Eu vou conceder um minuto ainda mais só para o nosso Prefeito, da Cidade de Sorriso, porque nós temos Plenário ainda, e vamos ter votação no dia de hoje, e todos nós, Senadores, temos que comparecer, lá no Plenário. Com a palavra o Prefeito Rossato, da Cidade de Sorriso.

PREFEITO DIRCEU ROSSATO: Bom, já que o tempo é curto, dispenso os cumprimentos, apenas cumprimentar o Senador Jayme Campos, e toda a bancada, todos os Prefeitos. A minha indagação é a seguinte, tem que ficar claro, que muitos questionam Mato Grosso, na questão ambiental. E Mato Grosso pode triplicar sua produção, sem desmatar mais nenhum hectare de área. Então essa preocupação já não existe, Mato Grosso tem a sua grande área já desmatada, e é uma preocupação de todos, que moram em Mato Grosso, também com a apresentação do meio ambiente. E nós temos que tornar público, que o Mato Grosso está preocupado tanto quanto os demais Estados do país, na questão ambiental. E o nosso Governador do Estado do Mato Grosso tem colocado a cena, rigorosamente, defendendo as questões ambientais do Mato Grosso, tanto ou mais, que o IBAMA defende a questão, em termos de nacional. Então, nós, de Mato Grosso, estamos muito preocupados sim, porque também é a nossa sobrevivência defendermos as questões ambientais.

Mas, uma pergunta que eu gostaria de deixar aqui claro, estudo de viabilidade, mas o projeto ainda está por acontecer, e o projeto que vai determinar o melhor local, onde atende as demandas, onde o transporte fica mais barato para uma região como um todo. Então nós, daquela região, o que nós queremos é que seja tanto, Nilson Leitão quanto o Prefeito Marino, como todos os Prefeitos da região, o interesse nosso é do crescimento regional, aquela região do Posto do Gil até o Norte de Guarantã, é uma das regiões que tem uma potencialidade das maiores do país, não existe uma região com a potencialidade tão grande. Então todos nós estamos preocupados, não tão somente com a nossa cidade, mas sim que esse projeto, venha atender, que fique melhor para todos nós, para todos os municípios que contemple eles da melhor forma possível, que eles seja o custo menor de transporte para todos esses municípios.

SR. PRESIDENTE SENADOR JAYME CAMPOS (PFL-MT): Obrigado, Prefeito Rossato. Eu acho que ficou bem claro aqui, naturalmente, nós teremos a oportunidade dentro em breve, nós temos uma grande Audiência Pública, lá na cidade de Sorriso ou Lucas, para discutirmos esse assunto inerente à ferrovia, que chegará, se Deus quiser, naquela vasta região rica do nosso Estado.

De forma que eu quero, antes de mais nada, agradecer a presença dos ilustres Diretores da ANTT, da Universidade Federal de Santa Catarina, mas, sobretudo, também ao nosso Presidente desta Comissão, Senador Marconi Perillo, ao Sr. Vice-presidente, Senador Delcídio Amaral, como também a presença honrosa do ilustre Senador da República de Roraima, Augusto Botelho, e aos demais Senadores, que aqui passaram, aos Deputados Federais, Prefeitos, Vereadores, Vice-Prefeitos, empresários. Enfim, aqueles que deslocaram das mais distantes cidades do seu Estado, para participar desta Audiência aqui, que certamente vai gerar, com certeza, uma nova perspectiva e, acima de tudo, uma concretização no sonho nosso também da viabilização da nossa economia mato-grossense.

Está convocado também para 19ª Reunião Extraordinária da Comissão de Serviços de Infra-Estrutura, da 1ª Sessão Legislativa Ordinária, da 53ª Legislatura, a realizar-se no dia 16 de maio de 2007, quarta-feira, às 14 horas, na sala de Reunião nº 13, da Ala Senador Alexandre Costa, Anexo 2.

Item único, Projeto de Lei do Senado nº. 137/2006, decisão alternativa, que determina que as Empresas Operadoras de Serviços Móvel e Pessoal instalem bloqueadores de sinais de radiocomunicação nas penitenciárias estaduais e federais e dá outras providências.

Dessa forma, eu encerro esta Reunião, agradecendo a presença de todos, principalmente aos Diretores da ANTT.

Muito obrigado. Declaro encerrada.

Sessão encerrada às 17h.

**SECRETARIA DE COMISSÕES
SUBSECRETARIA DE APOIO ÀS COMISSÕES
PERMANENTES
COMISSÃO DE SERVIÇOS DE
INFRA-ESTRUTURA**

Ata da 19ª Reunião, extraordinária, da Comissão de Serviços de Infra-Estrutura, da 1ª Sessão Legislativa Ordinária, da 53ª Legislatura, realizada em 16 de maio de 2007, às 14 horas, na sala de reunião nº 13, da Ala Senador Alexandre Costa, Anexo II.

Às quatorze horas e quarenta e cinco minutos do dia dezesseis de maio de dois mil e sete, na sala de reunião da Comissão, na Ala Senador Alexandre

Costa, sob a Presidência do Senador MARCONI PERILLO, reúne-se, extraordinariamente, a Comissão de Serviços de Infra-Estrutura com a presença das Senhoras Senadoras e dos Senhores Senadores **Serys Slhessarenko, Delcídio Amaral, Inácio Arruda, Expedito Júnior, Wellington Salgado, Jayme Campos, Heráclito Fortes, João Tenório, Flexa Ribeiro, João Durval, Augusto Botelho, Geraldo Mesquita, Demóstenes Torres e Rosalba Ciarlini**. Deixam de comparecer os demais Senadores. Havendo número regimental, o Senhor Presidente declara aberta a reunião, dispensando a leitura da ata da reunião anterior, que é dada como aprovada. A presente reunião destina-se à deliberação do item único da Pauta – **Projeto de Lei do Senado, nº 137, de 2006** - Decisão Terminativa – “Determina que as empresas operadoras do Serviço Móvel Pessoal instalem bloqueadores de sinais de radiocomunicações nas penitenciárias estaduais e federais, e dá outras providências”, de autoria do Senador Rodolpho Tourinho, tendo como relator o Senador Flexa Ribeiro que apresenta Parecer pela aprovação do Projeto, com o acatamento parcial da Emenda nº 1 e pela rejeição da Emenda nº 2, ambas de autoria da Senadora Serys Slhessarenko, nos termos do Substitutivo. Em 22/03/07 foi concedida vista coletiva, nos termos regimentais. Em 10/04/07, foi apresentado o Voto em Separado, de autoria do Senador Demóstenes Torres, concluindo pela aprovação do Projeto em sua redação original. Em 02/05/07, foi concedida vista aos Senadores Wellington Salgado e Romeu Tuma, nos termos regimentais. Em 10/05/2007, a apreciação da matéria foi adiada. Usam da palavra para discutir a matéria os Senhores Senadores Demóstenes Torres, Flexa Ribeiro, Jayme Campos, Marconi Perillo, Augusto Botelho, João Tenório, Geraldo Mesquita e Delcídio Amaral. **A matéria foi retirada de pauta a pedido do Senador Demóstenes Torres, sendo acatada pelo Relator.** A Presidência agradece a presença de todos e declara encerrada a reunião às quinze horas e quinze minutos, lavrando eu, *Dulcília Ramos Calháo*, Secretária da Comissão, a presente Ata que, após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada juntamente com a íntegra o seu registro de Estenotipia Informatizada. – Senador **Marconi Perillo**, Presidente.

19ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRA-ESTRUTURA DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA.

REALIZADA NO DIA 16 DE MAIO DE 2007, ÀS 14 HORAS E 44 MINUTOS.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Havendo número regimental,

declaro aberta a 19ª Reunião Extraordinária, da Comissão de Serviços de Infra-Estrutura, da 1a. Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura.

Antes de iniciar os trabalhos, proponho a dispensa da leitura da Ata da reunião anterior. Srs. Senadores que aprovam, permaneçam como se encontram. Aprovado.

Essa reunião destina-se à deliberação do Item Único da pauta, Projeto de Lei do Senado, nº 137 de 2006, Decisão Terminativa. Projeto importantíssimo para o Brasil, nós já colocamos na pauta esse projeto, várias vezes, por solicitação dos Srs. Senadores. Também já prorrogamos ou adiamos essa votação inúmeras vezes. E hoje, nós colocamos como Item Único da pauta, com objetivo de deliberarmos sobre os encaminhamentos futuros em relação a esse projeto, que determina às operadoras de serviço móvel pessoal a instalarem bloqueadores de sinais de radiocomunicação nas penitenciárias estaduais, federais e dá outras providências. Esse projeto é de autoria do Senador Rodolpho Tourinho, da Bahia, o Relator é o Senador Flexa Ribeiro, que já leu o seu relatório na sessão anterior, na reunião anterior. Há um voto em separado de autoria do Senador Demostenes, o Parecer do Senador Flexa Ribeiro é pela aprovação do projeto, nos termos do substitutivo que apresenta, com acatamento parcial da Emenda nº 1 e pela rejeição da Emenda nº 2, ambas de autoria da Senadora Serys Slhessarenko.

Em 15/3/2007, foi concedida a vista coletiva a Requerimento dos Senadores Demostenes Torres e Serys Slhessarenko, pelo prazo de 5 dias, ou seja, em março. Depois em 25 de abril desse ano, o Relator, Senador Flexa Ribeiro, apresentou novo relatório, com alterações em sua análise, no Substitutivo que apresenta. Em 2/5/2007, nova vista foi concedida a Requerimento dos Senadores Romeu Tuma e Wellington Salgado, também pelo prazo de 5 dias. E em 10/5/2007, novamente esta matéria foi adiada em função da falta de quorum, aqui na Comissão.

Lembro aos Srs. Senadores que esse projeto é terminativo, portanto exige votação nominal, e eu coloco a matéria em discussão. Srs. Senadores que queira discuti-la, por favor, se inscrevam.

SENADOR DEMOSTENES TORRES (DEM-GO): Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Com a palavra o Senador Demostenes Torres.

SENADOR DEMOSTENES TORRES (DEM-GO): Eu, hoje, pela manhã, tive a oportunidade de ter uma reunião com o Senador Flexa Ribeiro, e com o Senador Agripino Maia. Antes eu conversei com o Dr. Pedro

Abramovay, que é Presidente de uma Comissão criada no Ministério da Justiça, justamente para verificar a possibilidade da instalação desses bloqueadores. Eu, conversando com o Dr. Pedro Abramovay, coloquei toda a posição do Senador Flexa Ribeiro, que, inclusive, já participou de duas reuniões também com esse mesmo grupo, e fui informado pelo Dr. Pedro Abramovay que a Anatel está desenvolvendo um sistema, analisando sete espécies de aparelhos bloqueadores de celular diferentes, uma vez que, conforme aponta o Senador Flexa Ribeiro no voto que ele fez, e no Substitutivo que ele apresenta, as ondas são diferentes, dependendo de qual a companhia que faz a emissão, que controla seu sistema de telefonia móvel.

Muito bem, esses testes serão feitos até o mês de junho, final do mês de junho, é a previsão, e também está sendo feita uma catalogação de todos os presídios existentes no Brasil, incluindo aí as Casas de Prisão Provisória, com o intuito de verificar em quais deles, realmente, há necessidade de se colocar esse aparelho bloqueador. Em alguns, com crimes punidos com detenção, crime de menor importância, primários, até com a nova legislação, que nós devemos criar no Brasil, já aprovada pela Comissão de Constituição e Justiça, e o Governo também, numa vertente, que aponta o Senador Flexa Ribeiro, admite que pode, por iniciativa própria, não deixar apenas com as empresas os ônus da implantação, da manutenção, de adquirir-se todo esse material.

Então, em decorrência disso, eu propus ao Senador Flexa Ribeiro e também ao Senador Agripino, que participou da reunião, que nós pudéssemos, se houvesse a aquiescência de V.Ex^a, nós pudéssemos retirar de pauta esse projeto, aguardarmos esses levantamentos que o Ministério está fazendo através dessa Comissão, para que, eu sei que nós já adiamos muito, é um projeto que tem sido protelado, eu mesmo fui o Relator dele o ano passado na Comissão de Constituição e Justiça, dei o Parecer favorável, tem um voto divergente, também tenho pressa que isso, que essa votação possa acontecer. Mas eu reconheço que diante dessas incertezas tecnológicas, e que desses levantamentos que estão sendo feitos, que, talvez, Sr. Presidente, fosse melhor que nós aguardássemos, até porque se nós fizermos essa modificação ou aprovarmos, qualquer que seja o projeto aprovado, ele vai para Câmara, da Câmara ele pode ser modificado, já com o estudo pronto do Ministério, e a última palavra viria para o Senado, já para fazer ou aprovar um projeto, mais ou menos simplista, ou com aprimoramento que foi feito pela Câmara. Enquanto que se nós aprovarmos esse projeto com essas referências que nós vamos ter, pode ser que quando formos dar a última palavra, se a

Câmara modificar, nós possamos ter condição de fazer um aprimoramento muito melhor. Porque quando volta da Câmara, nós temos que escolher, fazer uma opção entre um texto e outro.

O Senador Flexa Ribeiro concordou, o Senador Agripino Maia também concordou, o Senador Flexa lamenta pela demora, eu também lamento, mas se V.Ex^a concordasse, nós poderíamos retirar, até a primeira semana do mês de agosto, quando voltássemos, aí nós poderíamos fazer a aprovação de algo, que embora esteja demorando, pela própria manifestação, a gente vê que há um descontentamento, é um descontentamento generalizado, mas é melhor nós aprovarmos algo que tenha substância, algo que possa ter uma sequência, do que simplesmente aprovarmos aqui, quem é que vai pagar. Se continuar dessa mesma forma, nós vamos nos digladiar aqui, eu mantendo a minha posição de que as empresas devem arcar com esse ônus. O Senador Flexa Ribeiro, já com as ponderações que fez, dizendo que o Governo deve arcar com esses ônus.

Então, Sr. Presidente, de acordo com, no entendimento breve já feito com o Senador Relator, eu solicitaria a V.Ex^a, embora seja, é algo que, com certeza, nós gostássemos de ver aprovado agora, que nós pudéssemos retirar, para que esses estudos fossem concluídos pelo Ministério da Justiça e por essa Comissão, e posteriormente nós pudéssemos fazer uma votação até mais conscienciosa e mais estudada, com o relatório que o próprio Senador poderá vir a refazer, que terá o meu inteiro e integral apoio.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Senador Flexa Ribeiro com a palavra.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Presidente, Senador Marconi Perillo, Srs. Senadores, o projeto em pauta, como bem disse o Senador Demostenes Torres, um projeto que se tornou polêmico, mas antes de ser polêmico, é um projeto da maior importância, nessa cruzada que o Congresso Nacional faz, no sentido de criar instrumentos legais para combater e diminuir a violência em nosso país.

O Senador Demostenes Torres é, sem sombra de dúvida, hoje, uma, um dos Senadores, se não o Senador, que tem relatado a maioria dos projetos, com relação a essa questão de ações de combate à violência. Na CCJ, quase todos eles são de Relatoria do Senador Demostenes Torres, e ainda hoje aprovamos vários lá.

Existe essa Comissão que o Governo constituiu, através do Ministério da Justiça, que junto com a Anatel e as operadoras, estudam tecnologias possíveis, no sentido de instalar os bloqueadores. O Senador

Demostenes Torres, na reunião que fizemos hoje pela manhã, ele sugeriu que nós aguardássemos essa definição, e a alteração que eu fiz no relatório que apresentei, ainda no início de abril, foi exatamente já em função desta reunião que tinha ocorrido no Ministério da Justiça, com a participação tanto da Anatel quanto das operadoras, que eu aproveitei as sugestões que lá foram colocadas e as introduzi no relatório, que não foi uma modificação tão profunda, mas que atendia à necessidade naqueles presídios de menor importância, que não houvesse a instalação de bloqueadores, mas houvesse a instalação de rastreadores de aparelhos celulares, que é uma tecnologia já dominada, de menor custo, e que poderiam ser usados nessas unidades prisionais de menor periculosidade.

O Senador Demostenes diz, e isso é uma verdade, que se faz necessário separar em quais unidades vão ser instalados bloqueadores totais, e não somente, repito de telefonia móvel, mas de qualquer sinal de radiocomunicação, em outros que poderiam ser instalados equipamentos com tecnologia menos sofisticada.

O prazo é longo, Senador Marconi Perillo, Presidente. A previsão da Comissão é concluir o estudo em junho. Nós temos, a nossa Legislatura vai até dia 15 de julho. Então eu queria propor, eu queria propor ao Senador Demostenes e ao Presidente, que nós pudéssemos fazer, Presidente, uma audiência lá para meados de junho... Não, de junho, daqui a.... assim, final de junho, com essa Comissão, de tal forma que ela viesse até aqui, na Comissão de Infra-Estrutura e transmitisse aos Senadores o que foi discutido e o que é que foi sugerido por essa Comissão. E havendo essa definição, talvez na última semana de junho ou na primeira semana de julho, nós pudéssemos concluir o relatório e votássemos ainda antes do espaço, do recesso que teremos. Essa é a proposta que faço ao Presidente.

SENADOR JAYME CAMPOS (DEM-MT): Presidente Marconi Perillo, pela ordem. Eu quero fazer apenas aqui uma observação da fala do Senador Demostenes e na fala do querido Senador Flexa Ribeiro. Na verdade, esse projeto já faz alguns dias que está aqui, acho que tem mais de meses, aqui. Me causa só uma certa preocupação, Senador Demostenes, é na medida que está protelando, protelando e certamente a nossa Comissão tem o papel de aprovar, mas, claro, natural, depois de feito um estudo, sobretudo aqui, até com o voto em separado de V.Ex^a. O que nós temos que fazer, como bem disse o Senador Flexa, é convocar esta Comissão, para que no máximo meado de julho, lá para o dia 15 ou dia 20 de julho, nos dão um prazo, estabeleçam um prazo, vamos imaginar que se daqui

a pouco, lá no mês de agosto, setembro, eles não tomaram nenhuma decisão. Isso é muito ruim, aqui, que isso aqui são instrumentos que nós estamos criando, para que possamos ter no nosso presídio maior segurança. Evidentemente, quando se busca aqui, quem vai pagar, se é o Governo, se é as concessionárias de serviço de telefonia desse país, qual é o instrumento, ou seja, qual que é o melhor aparelhamento para fazermos essa vigilância dos presídios de nosso país, eu imagino que é fundamental nós tomarmos uma providência aqui nessa Comissão, convocando todos eles, para que venham até aqui nos dar uma explicação e, sobretudo, assumir um compromisso, que no máximo, no máximo, início de fim de julho, início de agosto, com certeza, essas providências sejam tomadas. Essa é uma reunião para o mês de julho. E meio, fim de julho, início de agosto, possamos estar definitivamente com esse projeto aprovado e permitindo com isso a instalação desses equipamentos para melhorar a segurança dos presídios no nosso país.

Muito obrigado. Só essa observação minha, Excelência, Senador Demostenes.

SENADOR DEMOSTENES TORRES (DEM-GO): Sr. Presidente, a ponderação feita pelos dois Senadores, Flexa Ribeiro e Jayme Campos, ela é ponderação que merece ser acolhida, talvez se nós fizéssemos com essa Comissão uma reunião no fim do mês de junho, uma Audiência Pública, talvez, fosse... Como eles vão concluir o estudo, final de junho, talvez aí, e nós temos o trabalho até metade de julho, se estiver concluído, quem sabe a gente não consegue antecipar essa votação.

E só lembrando também, não é que a legislação esteja descoberta, porque hoje já há obrigação, nós criamos uma legislação que obriga o Governo Federal a instalar, só que o Governo não instala. Então é por isso que talvez, demorando um pouco mais, nós possamos ter uma legislação, um pouco mais suficiente.

Eu concordo com essa solicitação de Audiência Pública, feita pelo Senador Flexa Ribeiro e que tem a aquiescência do Senador Jayme Campos.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Bom, eu vou ver atentamente aqui as ponderações do Senador Demostenes Torres, tem se esforçado muito e colaborado muito com a discussão, aprovação, autoria de inúmeros projetos nessa área. A mesma coisa em relação ao Senador Flexa Ribeiro, que também tem se debruçado em relação a matérias relacionadas à Segurança Pública, e o Senador Jayme Campos.

Eu queria antes de dar o despacho, colocar algumas preocupações. Primeiro, essa Comissão não está, essa presidência não está nem um pouquinho

preocupado se quem vai pagar pelos serviços serão as operadoras ou o Governo. O Governo tem recurso de sobra, do PAC e do FUST, que é colocado todos os anos para a geração de superávits primários. As operadoras, por sua vez também, têm obtido lucros extraordinários. De modo que o que nos importa aqui, nessa Comissão, nós já estamos travando desse debate há muito tempo, é que efetivamente a sociedade brasileira se sinta segura, à medida em que haja uma deliberação dessa Comissão, uma aprovação por parte do Congresso Nacional, de uma lei que efetivamente possa ser cumprida pelo Governo Federal.

V.Ex^a, Senador Demostenes, lembra que apesar de nós já termos algumas legislações atinentes a esse assunto, elas não são cumpridas pelo Governo Federal. Nós queremos, com essa discussão toda, que está mobilizando a sociedade, que está mobilizando a imprensa, os formadores de opinião, garantir aqui, depois desses debates todos, a aprovação de um texto que efetivamente possa ser cumprido e colocado em prática. O que não pode mais é que a gente não tenha no Brasil uma legislação condizente com a realidade e com a necessidade de se ter em todos os presídios, em todas as penitenciárias estaduais e federais, no Brasil, bloqueadores de todos os serviços de telefonia, de todos os serviços que possam propiciar àqueles que são reeducandos ou presidiários, perigosos ou não, acesso ou condições de acessar as pessoas que estão de fora, e com isso continuarem a manter as redes do crime organizado, no Brasil.

Então a grande preocupação que nós temos, e nós já debatemos isso aqui muito, na semana passada o Senador Delcídio abriu e suspendeu a sessão por falta de quórum, nosso Vice-Presidente, mas a preocupação suprapartidária nessa Comissão e no Senado e também, com certeza, no Congresso, é de que a gente possa debater e deliberar rapidamente a esse respeito.

Concordo com as ponderações dos ilustres Senadores Demostenes Torres, Flexa Ribeiro, Senador Flexa, autor, do Relator Senador Demostenes, autor do voto em separado, que são divergentes, o Senador Jayme Campos. Agora, não dá para gente ficar aqui a mercê do Governo. Uma coisa, Senador Demostenes, e eu discuti isso hoje com o Senador Flexa, é nós concordarmos ou não com o voto em separado de V.Ex^a. E a gente te respeita. Uma outra coisa é nós concordarmos ou não com o Parecer do Senador Flexa Ribeiro, outra coisa é nós ficarmos aqui a mercê da vontade política do Governo Federal. O Congresso não pode estar submetido enquanto o poder independente autônomo à vontade do poder executivo Federal. E V.Ex^{as} têm feito aqui inúmeras observações, pronun-

ciamentos contundentes em relação à necessidade de termos assegurada a independência, a autonomia do Poder Legislativo e especialmente do Senado Federal. O Senado que tem Estado aqui entulhado, entupido de tantas e tantas Medidas Provisórias, que acabam impedindo que a gente tenha um debate mais profundo em relação às questões que mais importam a sociedade brasileira. De modo que é preciso aqui, antes de uma deliberação, de uma decisão, buscarmos um meio termo. V.Ex^{as} já colocaram aqui algumas alternativas, eu acho que esperar o mês de agosto é um tempo muito tardio, é um tempo muito demorado. Eu gostaria de propor aqui, porque, na verdade, se nós formos esperar para fazer uma sessão aqui no dia 26, que é a última quinta-feira do mês de junho, nós vamos aguardar 40 dias.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: [pronunciamento fora do microfone]

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Não. Eu estou dizendo, se nós marcarmos para o dia 26 de junho uma sessão deliberativa aqui na Comissão, nós vamos aguardar daqui até lá, 40 dias. 40 dias. Se nós formos esperar para o mês de julho, nós vamos a ele estar já nos arrastando por 60 dias, agosto, 90 dias.

Eu gostaria de fazer uma sugestão aqui, que eu considero mais ou menos de meio termo, que seria a seguinte: Marcarmos para o dia 20, uma quarta-feira, 20 de junho, uma quarta-feira, a Audiência Pública. Nós faríamos uma Sessão Extraordinária, os Srs. Senadores Flexa e Demostenes e os demais Senadores que compõem a Comissão indicariam as personalidades que deveriam ser convidadas para esse debate, para essa Audiência Pública, e daí, no dia 26 de junho, portanto, 6 dias depois, e aí nós já teremos percorrido 40 dias dessa sessão de hoje até a sessão do dia 26, nós marcaríamos uma outra sessão, uma outra reunião deliberativa para finalmente a gente debater, deliberar sobre o assunto, nessa Comissão. 40 dias, Senador Demostenes, o senhor foi Secretário, o senhor é Senador muito experiente, o Senador Flexa também, Senador Jayme Campos, todos os que aqui estão, é um tempo mais do que suficiente para que uma discussão como essa possa amadurecer, florescer e, efetivamente, chegar a algum denominador comum.

Eu espero que, com esse prazo, nós tenhamos o tempo suficiente para que esse amadurecimento haja. E, inclusive, para, se possível, haver o entendimento entre V.Ex^{as} em relação ao Parecer e ao voto em separado. Se nós conseguirmos chegar a uma sessão deliberativa aqui, onde o Senador Demostenes, Senador Flexa e os demais Senadores possam estar consensuados em relação ao Substitutivo, melhor ainda,

melhor do que voltarmos aqui para o embate entre o Relatório e o Substitutivo. Então eu acho que nesse sentido, nós teremos um tempo maior para um amadurecimento a fim de que possamos, efetivamente, votar o Substitutivo, que possa ser apreciado deliberado e, enfim, encaminhado para à Câmara dos Deputados, para a apreciação final.

Eu proponho, então, as datas do dia 20 de junho para Audiência Pública e já solicito à Secretaria que marque na nossa agenda, e no dia 26, aí, sim, nós faremos a votação e deliberação.

Eu devolvo a palavra ao Senador Demostenes, ao Senador Flexa, para que eles possam, Senador Jayme, para que eles possam se manifestar. Com a palavra o Senador Flexa Ribeiro.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Presidente, estou de pleno acordo. V.Exª tem toda razão, acho que daqui até lá, a Comissão vai ter o tempo suficiente para chegar a algum resultado ou a nenhum resultado, e após a Audiência Pública do dia 20, nós, se houver algum fato determinante, faremos as alterações necessárias, e junto com o Senador Demostenes, vamos colocar em votação, dia 26, e encerrar processo.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Antes de passar a palavra ao Senador Demostenes, eu queria apenas dizer, que eu concordo com as observações de S.Exa. Senador Demostenes, S.Exª Senador Flexa, no sentido de que há, realmente, o risco de deliberarmos aqui sobre o Parecer ou sobre o Substitutivo, ou sobre voto em separado, e daqui a pouco na Câmara, em função desse estudo que está sendo realizado, temos esse projeto completamente modificado, depois ter que ser submetido de novo aqui, quer dizer, nós teríamos... Nós que queremos agilizar a tramitação dessa matéria, poderíamos estar contribuindo para sua postergação.

Com a palavra o Senador Demostenes.

SENADOR DEMOSTENES TORRES (DEM-GO): É justamente esse o espírito, Sr. Presidente. Esse projeto, ele foi aprovado o ano passado, ele ficou na gaveta, aqui, mais de ano, quando V.Exª chegou desengavetou o processo, o projeto passou para o Senador Flexa, para dar um Parecer, e... Eu concordo, o Congresso não pode realmente ficar a mercê do Poder Executivo. Aliás, eu tenho muita experiência em debater com o Executivo, quase sempre, sou uma espécie de leão branco, fico quase que isolado, o Governo de um lado e eu fico de outro. Mas, como V.Exª bem disse, é um estudo. Quer dizer, então o estudo, ele vai chegar a uma conclusão, eu lamento profundamente, que nós estejamos atrasando, e dessa vez por uma proposta minha, mas eu acho que, como V.Exª bem concluiu,

é prudente nós levarmos em conta, em consideração esse estudo, porque talvez atrasando um pouco agora, nós possamos lucrar no futuro, ganhar em eficiência e ganhar também em qualidade nesse projeto.

Agradeço a V.Exª, acho que a atitude de V.Exª foi sábia, e nós a acatamos.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Senador Jayme Campos.

SENADOR JAYME CAMPOS (DEM-MT): Eu acho que é excelente a opinião do senhor, até porque buscamos uma coisa razoável, que é para o dia 20 de junho. Eu também, particularmente, defendo a mesma tese, e V.Exª também tem deferido, que essa Casa não pode ficar a reboque do Governo, aí do Executivo, muito menos a mercê, sobretudo, um assunto sério, que todos nós estamos preocupados com a segurança, sobretudo, V.Exª, que é um homem que conhece perfeitamente o assunto. Eu acho que nesse caso é louvável a opinião do Senador Marconi Perillo, eu acho que todos nós, Senadores aqui presentes, estamos plenamente satisfeitos com a ponderação que o Senador Marconi Perillo fez. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Eu indago o Senador Augusto Botelho, se ele tem algo a acrescentar.

SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR): Eu acho que essa é uma solução que pode fazer com que a gente resolva o mais rápido possível, esse problema. Concordo com a posição da Presidência.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Obrigado, indago o Senador João Tenório, se há algo a acrescentar.

SENADOR JOÃO TENÓRIO (PSDB-AL): Cheguei aqui, meio que no fim, mas eu acho que toda iniciativa que leva ao bom senso é uma coisa que deve ser buscada, e deve ser... eu acho que esse tempo que é dado traz como consequência prática um entendimento entre ambas as opiniões, eu acho que é válido.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Senador Geraldo Mesquita?

SENADOR GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB-AC): Presidente, eu acho que o encaminhamento não poderia ser melhor do que está sendo, aliás, de consenso aqui.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): O Senador Delcídio Amaral, Vice-Presidente dessa Comissão.

SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Eu também faço coro, acho que é uma decisão, Presidente, equilibrada, de bom senso, e eu espero que agora, em função desse encaminhamento, nós, na última semana de junho, nós tenhamos condição de votar esse projeto. Agora, é uma sugestão sensata, equilibrada e

ajusta, definitivamente, um cronograma para que essa matéria venha a ser apreciada.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Bom, eu lembro apenas aos Senadores Demóstenes e Flexa, que será necessário a apresentação formal do Requerimento, eu queria até já colocar em votação para que ele possa estar aprovado, mas de qualquer maneira solicitaria os ilustres Senadores, eu, inclusive, gostaria de assinar também, para que a gente possa estabelecer o calendário da Audiência Pública e depois da sessão deliberativa.

Nada mais havendo a tratar, encerro a presente sessão, convocando outro...

Antes, Srs. Senadores, coloco em votação o Requerimento de iniciativa dos ilustres Senadores Demóstenes Torres, Flexa Ribeiro e Jayme Campos. Os Srs. Senadores e Sras. Senadoras que aprovam, permaneçam como estão. Aprovado. Não havendo mais nada a tratar, encerro a presente sessão convocando outra em caráter extraordinário para a próxima semana.

Sessão encerrada às 15h16

**SECRETARIA DE COMISSÕES
SUBSECRETARIA DE APOIO ÀS COMISSÕES
PERMANENTES
COMISSÃO DE SERVIÇOS DE
INFRA-ESTRUTURA**

Ata da 20ª Reunião, extraordinária, da Comissão de Serviços de Infra-Estrutura, da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura, realizada em 24 de maio de 2007, às 09 horas, na sala de reunião nº 13, da Ala Senador Alexandre Costa, Anexo II.

Às nove horas e cinquenta e oito minutos do dia vinte e quatro de maio de dois mil e sete, na sala de reunião da Comissão, na Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senador MARCONI PERILLO, reúne-se, extraordinariamente, a Comissão de Serviços de Infra-Estrutura com a presença das Senhoras Senadoras e dos Senhores Senadores **Serys Slhessarenko, Delcídio Amaral, Adelmir Santana, Eliseu Resende, Raimundo Colombo, Flexa Ribeiro, João Durval, Augusto Botelho, Gilvan Borges, Geraldo Mesquita e Eduardo Azeredo**. Deixam de comparecer os demais Senadores. Havendo número regimental, o Senhor Presidente declara aberta a reunião, dispensando a leitura da ata da reunião anterior, que é dada como aprovada. A Presidência faz a leitura do Ofício nº 46/2007, oriundo da Secretaria de Assuntos Legislativos do Ministério da Justiça, no qual é formulado convite aos membros da Comissão de Serviços de Infra-Estrutura do Senado Federal, para participarem da reunião da Comissão Sobre Segurança Eletrônica nos Presídios, no âmbito do Ministério da Justiça, a

ser realizar às dez horas do dia 29 de maio de 2007, no Ministério da Justiça. A Presidência determina o envio de cópia do expediente para os Senadores Flexa Ribeiro, Demóstenes Torres, Romero Jucá e ao Gabinete do Senador Marconi Perillo. A Presidência determina que a Secretaria da Comissão confirme as presenças dos Senadores Marconi Perillo, Flexa Ribeiro e Demóstenes Torres, na reunião do dia 29, às 10:00, no Ministério da Justiça. O Senador Flexa Ribeiro solicita à Presidência para que formule convite aos membros da Comissão do Ministério da Justiça para participarem da Audiência Pública a fim de tratar da questão de bloqueadores de telefonia celular nos presídios. O Senador Augusto Botelho solicita que seja incluído, também, representante do Ministério Público. O Senador Flexa Ribeiro solicita à Presidência agendar Audiência Pública para debater a questão da Usina de Belo Monte, assim que sejam nomeados os novos dirigentes da Eletrobrás e Eletronorte e o do novo Ministro de Minas e Energia. O Senador Flexa Ribeiro registra o lamentável fato ocorrido no Estado do Pará com a invasão da Usina de Tucuruí, pelos integrantes do Movimento dos Sem Terra, da Via Campesina e do Movimento dos atingidos pelas Barragens, solicitando à Presidência o envio de ofício ao Presidente da República e ao Ministro Interino de Minas e Energia para que tomem medidas enérgicas para que ações desse tipo não se repitam. A presente reunião destina-se à deliberação das seguintes matérias constantes da Pauta: **Item 1 - Projeto de Lei do Senado, nº 22, de 2004** - Decisão Terminativa - "Inclui o trecho rodoviário compreendido entre as cidades de Pedro Canário (ES) e Nanuque (MG), na Relação Descritiva das Rodovias do Sistema Rodoviário Federal, do Plano Nacional de Viação, aprovado pela Lei nº 5917, de 1973.", de autoria do Senador Magno Malta, tendo como relator o Senador Delcídio Amaral, que apresenta parecer pela aprovação da matéria, na forma do Substitutivo que apresenta. Em 02/05/2007, foi aprovado o Substitutivo. **A matéria irá à Turno Suplementar. Item 2 - Projeto de Lei do Senado, nº 264, de 2004** - Decisão Terminativa - "Altera a Lei nº 6.766, de 19 de dezembro de 1979, para condicionar a pavimentação de vias urbanas à prévia implantação das redes de infra-estrutura urbana básica, e dá outras providências", de autoria do Senador Augusto Botelho, tendo como relator o Senador Adelmir Santana, que apresenta parecer pela aprovação do Projeto, com a emenda que apresenta. Em 02/05/2007, foi aprovado o Projeto e a Emenda nº 01-CI, com as modificações sugeridas pelos Senadores Cícero Lucena e Flexa Ribeiro. Em 15/05/2007, o Relator apresenta nova Emenda para adequação do texto original do Projeto. **A apreciação da matéria é**

adiada. Item 3 - Projeto de Lei do Senado, nº 184, de 2007 - Decisão Terminativa - “Altera e acrescenta as hidrovias do Tapajós, Teles Pires e Jurueña na Relação Descritiva do Sistema Hidroviário Nacional, do Plano Nacional de Viação, aprovado pela Lei nº 5.917, de 1973”, de autoria do Senador Flexa Ribeiro, tendo como relator o Senador Marconi Perillo, que apresenta Parecer pela aprovação do Projeto com as duas Emendas que apresenta. **A apreciação da matéria é adiada. Item 4 - Projeto de Lei do Senado, nº 189, de 2006** - Não Terminativo - “Disciplina a utilização do espectro de radiofrequências destinado aos serviços de televisão.”, de autoria do Senador Flávio Arns, tendo como relator o Senador Garibaldi Alves, que apresenta relatório pela aprovação do Projeto com as Emendas 01, 02 e 03 que apresenta. **A apreciação da matéria é adiada. Item 5 - Projeto de Decreto Legislativo, nº 389, de 2005** - Não Terminativo - “Autoriza o Poder Executivo a implantar o aproveitamento Hidrelétrico do Rio Madeira, no Estado de Rondônia, inclusive as usinas hidrelétricas de Jirau e de Santo Antônio e a hidrovía do Rio Madeira.”, de autoria do Senador Valdir Raupp, tendo como relator o Senador Expedito Júnior, que apresenta parecer pela aprovação da matéria. **A apreciação da matéria é adiada. Item 6 - Mensagem do Senado, nº 208, de 2006** - Não Terminativo - “Encaminha ao Senado Federal os Relatórios Anuais da Agência Nacional de Telecomunicações – ANATEL, relativos às atividades dos exercícios de 2004 e 2005”, de autoria da Presidência da República, tendo como relator o Senador Raimundo Colombo, que apresenta parecer para conhecimento da Comissão e pelo encaminhamento do processado ao Arquivo. **A apreciação da matéria é adiada.** A Comissão aprova as seguintes matérias constantes da **Extrapauta** – **Item 1** – Requerimento nº 34, de 2007-CI, de autoria do Senador Marconi Perillo, requerendo a realização de seminário, em conjunto com a Comissão Permanente de Minas e Energia da Câmara dos Deputados, destinado a debater questões relacionadas à perspectiva e participação do setor do carvão mineral nacional e das demais fontes fósseis face à necessidade de diversificação da matriz energética brasileira. **Item 2** – Requerimento nº 35, de 2007-CI, de autoria do Senador Demóstenes Torres, requerendo a realização de audiência pública no âmbito da Comissão de Serviços de Infra-Estrutura, para debater a matéria do PLS 137, de 2006, que trata de bloqueadores de serviço móvel pessoal nos presídios, com a participação dos seguintes componentes da Comissão Interministerial, do Ministério da Justiça: Dr. Pedro Vieira Abramovay – Secretário de Assuntos Legislativos do MJ; Dr. Maurício Kuehne – Diretor-Geral do Departamento Penitenciário Nacional; Dr.

Aurélio Virgílio Veiga Rios – Subprocurador Geral da República; Dr. Maximiliano Salvadori Martinhão – Gerente-Geral de Certificação e Engenharia de Espectro da Superintendência de Rádio Frequência e Fiscalização da ANATEL e Ten. Cel. Benedito Donizeti Marques – Representante da Secretaria de Administração Penitenciária de São Paulo. A Presidência agradece a presença de todos e declara encerrada a reunião às dez horas e dezesseis minutos, lavrando eu, *Dulcília Ramos Calháo*, Secretária da Comissão, a presente Ata que, após lida e aprovada será assinada pelo Senhor Presidente e publicada, juntamente com a íntegra o seu registro de Estenotipia Informatizada. – Senador **Marconi Perillo**, Presidente.

20ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRA-ESTRUTURA, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA.

REALIZADA NO DIA 24 DE MAIO DE 2007, ÀS 09 HORAS E 58 MINUTOS.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Havendo número regimental, declaro aberta a 20ª Reunião Extraordinária, da Comissão de Serviços de Infra-Estrutura, da 1ª Sessão Legislativa Ordinária, da 53ª Legislatura. Antes de iniciar os trabalhos, proponho a dispensa da leitura da Ata da Reunião anterior. Srs. Senadores que aprovam, permaneçam como se encontram. Aprovado.

Há expediente sobre a Mesa, que passo a lê-lo.

Expediente de iniciativa de Ministério da Justiça, encaminhado aos Exmos. Srs. Senadores, Marconi Perillo, Demóstenes Torres, Flexa Ribeiro e Romero Jucá. Adiamento da decisão Terminativa sobre o PLS 137/2006, a respeito da instalação de bloqueadores de celulares nas penitenciárias. Convite para acompanhamento dos trabalhos da Comissão sobre segurança eletrônica nos presídios, no âmbito do Ministério da Justiça.

Dentre outras considerações, Srs. Senadores, o Dr. Pedro Vieira Abramovay, Secretário de Assuntos Legislativos, diz o seguinte:

“Venho, por meio deste, convidar V. Exª. e os Exmos. Srs. Senadores componentes da Comissão Permanente de Serviços de Infra-Estrutura do Senado, para a participação na próxima Reunião da Comissão, a realizar-se no dia 29 de maio de 2007, às 10 horas, no Ministério da Justiça. Caso assim considere adequado. Aproveito o ensejo para informar que as Reuniões da Comissão, também estão abertas à participação de representantes indicados pelo Senado Federal. Aproveito, por fim, para enviar-lhe dossiê, com os principais documentos, referentes ao trabalho da Comissão, ressaltando, dado o seu caráter prepa-

ratório e preliminar, que as posições indicadas ainda não são definitivas e não refletem, portanto, as propostas da Comissão.”

Eu gostaria de solicitar à Secretaria da Comissão, que distribuisse uma cópia desse documento aos Exmos. Srs. Senadores, Flexa Ribeiro, Demostenes Torres, Romero Jucá e, também, ao meu gabinete.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Com a palavra, pela ordem, o Exmo. Sr. Senador Flexa Ribeiro.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): V. Ex^a., na Sessão passada, definiu que nós iríamos prorrogar a aprovação desse Projeto, tão importante, de instalação dos bloqueadores, mas nós definimos uma data para fazermos, inclusive, uma Audiência Pública com a Comissão, aqui na Comissão de Constituição e Justiça, Comissão do Ministério da Justiça. E, em seguida, ainda nesse semestre, na semana seguinte, colocaríamos em votação.

Eu tenho participado, através da nossa Assessoria, dessas Reuniões lá no Ministério da Justiça e vou, pessoalmente, nessa do dia 29, inclusive, conversando, ontem, com o Senador Demostenes, fiz o convite a ele, que ele fosse junto comigo, também, a esta Reunião e ele aquiesceu. Então, nós estaremos participando dessa Reunião do dia 29, até para que a gente possa solicitar que o estudo seja acelerado, que o prazo deles é até o final de junho, que eles antecipem isso, para que a gente possa, em junho ainda, aprovar o Projeto, aqui na Comissão de Infra-estrutura.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Eu concordo com a argumentação de V. Ex^a. e informo que também irei a essa Reunião. Já pediria, à Secretaria, para que marcasse, agendasse, para o dia 29, às 10h, no Ministério da Justiça, a nossa presença.

Além disso, Senador Flexa Ribeiro, eu gostaria de dizer, à V. Ex^a., que nós vamos manter a data do dia 21 de junho, uma quinta-feira, para a realização da... Aliás, do dia 20, uma quarta-feira, para a realização da Audiência Pública, com a Comissão, com o objetivo de discutirmos a questão dos bloqueadores de celulares nas penitenciárias. E estamos acertando, para o dia 27 ou 28, a Sessão em que nós vamos deliberar sobre o Projeto, nós ainda não temos uma definição precisa, se será no dia 27 ou no dia 28. Nós estamos acertando com a nossa Secretaria. De modo que teremos, no mês de junho, duas datas importantíssimas em relação a esse tema, primeira, dia 20 e, a segunda, 27 ou 28.

Há Requerimentos sobre a Mesa, sobre a Mesa, que passo a lê-los.

“Requerimento nº 34, de iniciativa deste Senador, que requer, nos termos regimentais, a realização de Seminário, em conjunto com a Comissão Permanente de Minas e Energia da Câmara dos Deputados, destinado a debater questões relacionadas à perspectiva e participação do setor do carvão mineral nacional e das demais fontes fósseis, face à necessidade de diversificação da matriz energética brasileira.

Está em discussão. Não havendo quem queira discutir, em votação, Srs. Senadores que aprovam, permaneçam como estão. Aprovado.

Um Requerimento de iniciativa do Senador Demostenes, que convida o Secretário Pedro Abramovay, Secretário de Assuntos Legislativos do Ministério da Justiça; Dr. Maurício Kuehne, Diretor-Geral do Departamento Penitenciário Nacional; Dr. Aurélio Virgílio Veiga Rios, Procurador-Geral da República; Dr. Maximiliano Salvadori Martinhão, Gerente-Geral de Certificações de Engenharia da ANATEL e o Tenente-Coronel Benedito Donizete(F) Marcus(F), Representante da Secretaria de Administração Penitenciária do Estado de São Paulo. Ele requer a realização de uma Audiência Pública, para debater a matéria constante do PLS 137/2006, que determina que as empresas operadoras do serviço móvel pessoal instalem bloqueadores de sinais de radiocomunicação nas penitenciárias.

Eu pergunto ao Senador Flexa Ribeiro se ele deseja assinar o Requerimento ou se ele tem alguma sugestão de nome, de Autoridades a serem convidadas, além dessas que já constam nesse Requerimento.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Eu gostaria, sim, de me associar ao Senador Delcídio, mas gostaria de fazer--

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Senador Demostenes.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Senador Demostenes, gostaria de fazer uma análise melhor, a respeito desses nomes, para saber se precisaria acrescentar algum outro. Farei isso ainda pelo dia de hoje e encaminharei à Secretaria.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Eu solicito à Secretária Dulcília que mantenha contato, no dia de hoje, com o Senador Flexa, para que nós possamos ampliar ou manter este Requerimento, porque na minha opinião, uma vez acordado, esse poderá ser o Requerimento que dará motivação para a realização da Audiência no dia 20.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Faremos em conjunto com a..

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): O objetivo é o mesmo.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Ah, então.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): O objetivo é o mesmo. Eu acho que nós temos apenas de definir os nomes--

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Isso, isso.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): as Autoridades que vão participar, porque--

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Essa é a Comissão do Ministério da Justiça.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Imagino que seja. Eu gostaria de solicitar a V. Ex^a., que contactasse a Secretaria da Comissão, para que nós pudéssemos, já, agendar a Audiência proposta nesse Requerimento para o dia 20. Com isso nós estaríamos, já, com o assunto resolvido. Eu só não quero é marcar a Audiência do dia 20 sem a anuência e a participação de V. Ex^a.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Farei isso ainda durante o dia de hoje.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Srs. Senadores que aprovam, permaneçam como estão. Aprovado.

A presente Reunião destina-se, ainda, à deliberação de inúmeras matérias que estão nesta Comissão e que já foram designados os Relatores, os Relatores já prepararam e já apresentaram seus Relatórios à esta Comissão, mas nós temos, aqui, uma evidência, muito forte, de falta de *quorum*, para votar esses Projetos, que são todos Terminativos, que dependem, portanto, de maioria simples, para a aprovação e, até mesmo, para o debate.

É o PLS 22/2004, 264/2004, 184/2007, 189/2006, o Projeto de Decreto Legislativo 389/2005 e da Mensagem do Senado n° 208/2006. São Projetos muito importantes, que, como já disse, dependem de maioria, porque são Terminativos, um deles, o primeiro deles o Relator é Senador Delcídio Amaral; o outro, Relator, Senador Adelmir Santana; o outro sou eu; o quarto Projeto, tem, como Relator, o Senador Garibaldi Alves; o quinto, que é um Projeto de Decreto Legislativo, o Senador Expedito Júnior é o Relator e o sexto, o Senador Raimundo Colombo, é o Relator.

Só para avisar que são importantes, mas como já disse, dependem de *quorum* e, não havendo *quorum*, eu gostaria de declarar encerrada a Sessão, convocando outra, em caráter extraordinário, para a próxima quinta-feira. Com a palavra, antes de encerrar, portanto, com a palavra o Senador Flexa Ribeiro.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): [interrupção no áudio] requerimento aprovado, para que

seja feita uma Audiência Pública a respeito da instalação da hidroelétrica de Belo Monte. Eu gostaria que, dentro da brevidade possível, nós marcássemos a Audiência. Até agora não é possível marcar, porque nós não temos Ministro das Minas de Energia, nós não temos o Presidente da Eletronorte, nós não temos o Presidente da Eletrobrás. Então, o setor elétrico está, totalmente, sem comando.

Lamentável, numa hora em que o Governo utiliza, como não poderia deixar de ser, a produção de energia como um dos seus vértices, do Programa de Aceleração do Crescimento.

Então, tão logo sejam feitas as indicações dessas Presidências, nós possamos marcar a Audiência Pública, porque, na relação, deveriam comparecer o Presidente da Eletronorte e o Presidente da Eletrobrás.

Agora, eu quero, só, registrar, aqui, o que fiz, ontem, no Plenário do Senado e a imprensa hoje divulga, com bastante dimensão, o fato lamentável, que ocorreu ontem, na invasão da Hidrelétrica de Tucuruí, no Estado do Pará, feita através dos Movimento dos Sem Terra e da Via Campesina e, também, do Movimento dos Atingidos pelas Barragens. Eu acho que o direito de reivindicar é direito de todo cidadão brasileiro. Agora, que essas reivindicações sejam feitas dentro dos limites da legalidade. E o que nós vimos ontem e as cenas mostradas pela televisão, elas são mais do que ilustrativas da forma como foi feita essa invasão para reivindicar geração de emprego e renda, atendimento na área de saúde, atendimento na área de saneamento.

Eu acho que isso deve e tem que ser reivindicado, não da forma como foi feita. Inclusive, a televisão mostra que a invasão da sala de comando da hidroelétrica, com um dos invasores ameaçando, inclusive, apertar os botões de controle das turbinas de geração, o que poderia provocar um acidente da maior gravidade em todo o País, porque como há uma interligação do sistema elétrico nacional, com a Hidrelétrica de Tucuruí, não só o Norte e o Nordeste ficariam prejudicados, mas eu acho que poderia haver repercussão grave nacional.

Então, eu pediria à V. Ex^a., Sr. Presidente, que essa Comissão pudesse fazer um ofício ao Presidente da República e ao Ministro, interino, das Minas de Energia, no sentido de tomar medidas enérgicas, para que ações como essas não voltem a acontecer, sob pena de que até os investimentos privados, nesse setor, tão importante para o crescimento do País, podem ser prejudicados, porque o estado de direito, quando não é garantido, ele faz com que os investidores recuem da sua intenção. E aquilo que foi mostrado, que ocorreu ontem, que foi mostrado, exaustivamente, hoje, pelas

televisões, é, evidentemente, um fato que deve, nesta Comissão, ter um pronunciamento e um pedido de que sejam tomadas medidas enérgicas, com relação àqueles, que identificados, tomaram, compareceram ao movimento.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Sr. Senador Flexa Ribeiro. Como Presidente da Comissão de Serviços de Infra-Estrutura, quero manifestar a minha solidariedade ao povo do Pará, minha solidariedade a V. Ex^a., congratular V. Ex^a. pela posição destemida, firme, em relação a esse assunto e dizer que nós precisamos, no Brasil, de Autoridades que, efetivamente, exerçam seu papel, evitando que a baderna possa ser uma constante em nosso País.

Precisa ter Autoridade para cumprir a lei e para evitar que episódios, tão lamentáveis como esses, continuem a acontecer no Brasil. Nós não podemos deixar passar lá fora, fora das nossas fronteiras, que aqui no Brasil, os contratos não são respeitados, que não há segurança jurídica para as empresas e que não há, simplesmente, Autoridade a comandar o País, no sentido de manter a ordem, de manter a hierarquia, de manter, efetivamente, padrões de governabilidade, de respeitabilidade, às pessoas que produzem nesse País, que produzem as riquezas nesse País. Portanto, a minha solidariedade a V. Ex^a.

SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR): Eu gostaria de pedir, ao Senador Flexa, que, no seu Requerimento para a Audiência sobre a hidrelétrica, acrescentasse, também, o Ministério Público, que eles também estão incluídos nas ações que obstaculam as--

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Havendo concordância, será convidado.

Olha, eu gostaria, antes de encerrar, dizer ao Senador Flexa Ribeiro que, relativamente a essa Audiência Pública, a Secretaria está autorizada a marcar, na semana que o senhor considerar oportuna, a Audiência.

Nós vamos, inclusive, verificar um horário especial, se não der pela manhã, a gente faz no início da tarde. Assim como aconteceu recentemente, numa iniciativa dos Senadores do Mato Grosso. Então, nós marcamos na semana que for melhor, que for mais conveniente à V. Ex^a. e aos demais Senadores.

Gostaria de solicitar, também, à Secretaria, Senador Flexa, que, em conjunto com V. Ex^a. e a competente Consultoria do Senado, preparem hoje ainda, o expediente a ser enviado às Autoridades relativamente a esse caso exposto por V. Ex^a.

Não havendo mais nada a tratar, encerro a Sessão, convocando outra, em caráter extraordinário, para a próxima semana.

Muito obrigado.

Sessão encerrada às 10h16.

**SECRETARIA DE COMISSÕES
SUBSECRETARIA DE APOIO ÀS COMISSÕES
PERMANENTES
COMISSÃO DE SERVIÇOS DE
INFRA-ESTRUTURA**

Ata da 21ª Reunião, extraordinária, da Comissão de Serviços de Infra-Estrutura, da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura, realizada em 31 de maio de 2007, às 09 horas, na sala de reunião nº 13, da Ala Senador Alexandre Costa, Anexo II.

Às dez horas e quatorze minutos do dia trinta e um de maio de dois mil e sete, na sala de reunião da Comissão, na Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senador MARCONI PERILLO, reúne-se, extraordinariamente, a Comissão de Serviços de Infra-Estrutura com a presença das Senhoras Senadoras e dos Senhores Senadores **Serys Slhessarenko, Delcídio Amaral, Fernando Collor, Valdir Raupp, Wellington Salgado, Adelmir Santana, Eliseu Resende, Jayme Campos, Heráclito Fortes, Flexa Ribeiro, João Durval, João Ribeiro, Augusto Botelho, Garibaldi Alves, Demóstenes Torres, Romeu Tuma, Cícero Lucena e Eduardo Azeredo**. Deixam de comparecer os demais Senadores. Havendo número regimental, o Senhor Presidente declara aberta a reunião, dispensando a leitura da ata da reunião anterior, que é dada como aprovada. A presente reunião destina-se à deliberação das seguintes matérias constantes da Pauta – **Item 1 - Projeto de Lei do Senado, nº 264, de 2004 - Decisão Terminativa - “Altera a Lei nº 6.766, de 19 de dezembro de 1979, para condicionar a pavimentação de vias urbanas à prévia implantação das redes de infra-estrutura urbana básica, e dá outras providências”**, de autoria do Senador Augusto Botelho, tendo como relator o Senador Adelmir Santana, que apresenta parecer pela aprovação do Projeto, com a emenda que apresenta. Em 02/05/2007, foi aprovado o Projeto e a Emenda nº 01-CI, com as modificações sugeridas pelos Senadores Cícero Lucena e Flexa Ribeiro. Em 15/05/2007, o Relator apresenta nova Emenda para adequação do texto original do Projeto. Em 02.05.2007, foi aprovado o Projeto e a Emenda nº 01-CI, com as modificações sugeridas pelos Senadores Cícero Lucena e Flexa Ribeiro. Em 15/05/2007, o Relator apresenta nova Emenda para adequação do texto original do Projeto. Após a leitura do Relatório e colocado em votação, **a Comissão aprova o Pare-**

cer do Relator, com a Emenda apresentada. Item 2 - Projeto de Lei do Senado, nº 184, de 2007 - Decisão Terminativa - “Altera e acrescenta as hidrovias do Tapajós, Teles Pires e Juruena na Relação Descritiva do Sistema Hidroviário Nacional, do Plano Nacional de Viação, aprovado pela Lei nº 5.917, de 1973”, de autoria do Senador Flexa Ribeiro, tendo como relator o Senador Marconi Perillo, que apresenta relatório pela aprovação do Projeto com as duas Emendas apresentadas. Designado relator “ad hoc”, o Senador Fernando Collor. **Aprovado o Projeto e as Emendas, com 13 votos favoráveis. Item 3 - Projeto de Lei do Senado, nº 189, de 2006** - Não Terminativo - “Disciplina a utilização do espectro de radiofrequências destinado aos serviços de televisão.”, de autoria do Senador Flávio Arns, tendo como relator o Senador Garibaldi Alves, que apresenta relatório pela aprovação do Projeto com as Emendas 01, 02 e 03 que apresenta. Designado relator “ad hoc” o Senador Jayme Campos. O Senador Augusto Botelho usa da palavra para discutir a matéria. **Aprovado o Parecer e as Emendas. Item 4 - Projeto de Decreto Legislativo, nº 389, de 2005** - Não Terminativo - Autoriza o Poder Executivo a implantar o aproveitamento Hidrelétrico do Rio Madeira, no Estado de Rondônia, inclusive as usinas hidrelétricas de Jirau e de Santo Antônio e a hidrovia do Rio Madeira.”, de autoria do Senador Valdir Raupp, tendo como relator o Senador Expedito Júnior, que apresenta relatório pela aprovação da matéria. Designado relator Ad hoc, o Senador Flexa Ribeiro. Usam da palavra para discutir a matéria os Senadores Valdir Raupp e Augusto Botelho. **Aprovado. Item 5 - Mensagem do Senado nº 208, de 2006** - Não Terminativo - “Encaminha ao Senado Federal os Relatórios Anuais da Agência Nacional de Telecomunicações – ANATEL, relativos às atividades dos exercícios de 2004 e 2005”, de autoria da Presidência da República, tendo como relator o Senador Raimundo Colombo, que apresenta relatório pelo conhecimento da Comissão e pelo encaminhamento do processado ao Arquivo. **Retirado de pauta a pedido do relator.** A Presidência agradece a presença de todos e declara encerrada a reunião às onze horas e dezoito minutos, lavrando eu, *Dulcília Ramos Calháo*, Secretária da Comissão, a presente Ata que, após lida e aprovada será assinada pelo Senhor Presidente e publicada, juntamente com a íntegra o seu registro de Estenotipia Informatizada. – Senador **Marconi Perillo**, Presidente.

21ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRA-ESTRUTURA, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA.

REALIZADA NO DIA 31 DE MAIO DE 2007, ÀS 10 HORAS E 12 MINUTOS.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Havendo número regimental, declaro aberta a 21ª Reunião Extraordinária da Comissão de Serviços de Infra-Estrutura, da 1ª Sessão Legislativa Ordinária, da 53ª Legislatura.

Antes de iniciar os trabalhos, proponho a dispensa da leitura da Ata, da reunião anterior. Srs. Senadores que aprovam permaneçam como se encontram. **Aprovado.**

A presente reunião destina-se à deliberação de alguns Projetos de Lei do Senado, alguns terminativos, outros não terminativos. Nós não temos quórum para a apreciação dos projetos, cuja decisão é terminativa. Um deles, de autoria do Senador Flexa Ribeiro, eu sou o Relator, já está pronto para a deliberação, o outro, o autor é o Senador Flávio Arns, que disciplina a utilização do espectro de radiofrequências, destinado aos serviços de televisão, Senador Garibaldi é o Relator, também essa decisão não terminativa, nós vamos colocá-lo em votação.

O item 01 também depende de decisão terminativa, autor é o Senador Magno Malta.

Item 02 também depende de decisão terminativa, o Senador Augusto Botelho é o autor, e o Relator é o Senador Adelmir Santana.

Nós vamos passar então à apreciação do Item 04 da pauta, o autor é o Senador Flávio Arns, o Relator é o Senador Garibaldi Alves.

Eu peço ao Senador Jayme Campos para fazer o relatório *ad hoc*, por gentileza, Senador Jayme Campos.

SENADOR JAYME CAMPOS (PFL-MT): Sr. Presidente, Srs. Senadores, o Relator desse Projeto de Lei é o Senador Garibaldi Alves.

Relatório. Vem a esta Comissão para Parecer o Projeto de Lei do Senado nº 189/2006, que disciplina a autorização no espectro de radiofrequências, destinada aos serviços de televisão. De autoria do Senador Flávio Arns, a proposição tem por objetivo regular a exploração dos espectros radioelétricos pelas emisoras de televisão, de forma a estabelecer novos critérios para a utilização. A proposta em tela introduz no arcabouço legal do setor de radiodifusão alguns princípios, como definição dos seus sistemas de exploração, classificados em privado público e estatal. Nesse sentido reserva o mínimo de 40% de espectros radioelétrico rededicados à transmissão de sinais de televisão em todas as localidades brasileiras, para o sistema público estatal.

Seguindo esse dispositivo do PLS nº 189/2006, estabelece que para as novas emissoras de televisão

incluídas no sistema privado, a autorização de espectros de radiofrequências será onerosa, a partir de renumeração anual equivalente ao seu valor econômico e reajustado por índice infracionário deferido em regulamentação. Prevê, por outro lado, a gratuidade do uso desses espectros pelas emissoras públicas estatais.

O Projeto de Lei determina ainda, entre outros dispositivos, que deve ser assegurada a prestação de serviços de radiodifusões de sons e imagem, de forma livre e gratuita para o público em geral, em níveis adequados de qualidade. Atendendo esse requisito, as emissoras privadas poderiam oferecer o seu critério e mediante renumeração, outras facilidades, com a distribuição de múltiplas programações, a prestação de serviços de informações ou telecomunicações e a cessão de capacidade de transmissão a terceiros. A proposição nessa Casa foi distribuída para as Comissões de Serviços de Infra-Estrutura e Educação, cabendo a esta última decisão terminativa. Por fim, cumpre conseguir consignar que não houve apresentação de Emendas no projeto.

Análise. O PLS nº 189/2006 busca, segundo justificção do autor, otimizar a utilização de espectros radioelétricos destinados a transmissão de serviços de radiodifusão de sons e imagens, sobretudo, a partir de introdução da TV digital no país. O primeiro dispositivo propôs, já no parágrafo único do art. 1º, vincula sua aplicação à Lei nº 9472/1997, conhecido como Lei Geral de Telecomunicação, LGT. Apesar de não tratar especificamente sobre os serviços de radiodifusão é a referida lei que disciplina a autorização do espectro radioelétrico, inclusive, com as emissoras de televisão.

Nesse sentido, seu art. 19, inciso VII e IX, determina que a competência de Agência Nacional de Telecomunicações, ANATEL, administrar os espectros de radiofrequências e evitar os respectivos atos que outorgam a extinção do direito do uso. A LGT estabelece que a outorga dos serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagem, fique excluída da jurisdição da Agência, permanecendo no âmbito de competência do Poder Executivo, devendo, a Agência elaborar, manter os respectivos planos de distribuição de canais, levando em conta, inclusive, os aspectos concernentes à evolução tecnológica.

No art. 211, portanto, não resta dúvida sobre a aplicação da Lei nº 9472/1997 na gestão do espectro radioelétrico, assim, como na distribuição e destinação das faixas de frequências, para os serviços de televisão.

O art. 2º propõe que seja observada, no emprego do espectro destinado à televisão, uma série de princípios constitucionais, como da liberdade de expressão, a promoção do pluralismo político e do regime demo-

crático. O estímulo à diversidade cultural, a complementaridade do sistema privado público e estatal, e à defesa da livre concorrência, estando em consonância com a essencialidade dos serviços de radiodifusão de sons e imagem.

Já no art. 3º, ao definir quais as características do sistema privado, público, estatal de televisão, regula os conceitos trazidos pelo art. 223 da Constituição Federal, que determina que ao outorgar e renovar as concessões, permissões ou autorizações de serviços de radiodifusão, o Poder Executivo deve observar o princípio, da complementaridade do sistema privado, público e estatal.

Assim o estabelecimento das fronteiras entre os três sistemas, a partir das definições previstas, pode auxiliar o poder, com sedenta elaboração de novas políticas de outorga para o setor. Nesse contexto, a proposta veio a encontro do anunciado, recentemente, pelo Ministério das Comunicações, que pretende criar uma rede de TV no âmbito do Governo Federal, a diferenciação entre o sistema público e estatal, será fundamental para definir o escopo, bem como os limites dessa iniciativa.

O art. 4º estabelece que o plano de distribuição e destinação de radiofrequências, de competência da ANATEL, deve reservar em todas as localidades brasileiras, 40% dos espectros destinado aos serviços de radiodifusão de sons e imagens, às emissoras públicas e estatais. Entendemos que esse artigo merece reparos, isto por quê? Como já mencionado anteriormente, compete à referida Agência, de acordo com as peculiaridades de cada área geográfica, a disponibilidade de faixa de frequências, a compatibilidade dessas faixas com atividades a serem exploradas, além de requerimentos dos próprios interessados a disciplinar a utilização desses espectros.

Portanto, a previsão pelo PLS nº 189/2006, de um percentual preestabelecido com reserva indiscriminada de parte do espectro às emissoras públicas e estatais, sem que se considere as peculiaridades das diversas localidades do país, pode gerar deficiência no uso do recurso espectral, contrapondo-se ao princípio imposto pela LGT, segundo a qual a destinação de faixas de radiofrequências considerada seu emprego nacional e econômico. No art. 159, *caput*, dessa forma, propomos uma modificação no artigo 4º, de modo que reserve de parte do espectro radioelétrico, prevista para as emissoras públicas e estatais, que esteja de acordo com viabilidade técnica de cada localidade.

O art. 5º propõe uma série de novos critérios para a renumeração pelas emissoras privadas de televisão, do uso do espectro radioelétrico, a partir do estabelecimento de um montante anual equivalente ao seu valor

econômico, calculado segundo metodologia, detalhada e regulamento posterior. Isto porque, com a digitalização dos sinais de televisão e as atuais técnicas de compressão, a mesma faixa de 6 megahertz, que hoje é utilizada para transmitir um canal analógico, poderá distribuir simultaneamente de 4 a 8 programações, com a maior qualidade de áudio e vídeo, ou de forma alternativa transmitir um canal digital em alta definição com qualidade ainda superior.

Nesse contexto, argumenta o autor, haverá um substancial aumento na capacidade de transmissão, permitindo que as emissoras de televisão ofereçam múltiplas programações, além de uma gama variável de serviços de informações ou telecomunicações. Por isso o espectro dessas radiofrequências, com as possibilidades decorrentes da tecnologia digital, torna-se um recurso cada vez mais valioso, justificando uma contrapartida financeira, por parte das emissoras privadas que represente seu efetivo valor econômico a título de renumeração anual.

Sr. Presidente, como chegou o nosso Relator aqui, eu queria que V.Ex^a continuasse o Relatório, por favor, faça questão.

Com a palavra o Senador Garibaldi Alves, Relator do Projeto.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Aceito o despacho de V.Ex^a, Sr. Senador Jayme Campos.

SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Sr. Presidente, eu nunca vi aqui Relatório a quatro mãos, só esse agora. [risos] Então eu faria um apelo aqui ao nosso eminente Senador Jayme Campos, para que ele continuasse, ele vai muito bem.

SENADOR JAYME CAMPOS (PFL-MT): Com a devida autorização de V.Ex^{as}, nós continuamos.

De forma, acertado o art. 6º, propõe que as novas regras de renumeração, pelo uso do espectro de radiofrequência, não sejam aplicadas às autorizações já outorgadas, e suas respectivas renovações, assim como aquelas em processo de outorga finalizado ou em andamento, pelo prazo de 15 anos, a partir de vigência da lei.

Quando o artigo 7º da proposição, deve-se destacar a garantia assegurada para a manutenção das prestações de serviços de radiodifusão de sons e imagem, de forma livre e gratuita para o público em geral, nos termos do art. 6º, alínea “d”, da Lei nº 4117 de 27 de agosto de 1962. Ressalte-se, ainda, as possibilidades abertas pelas propostas, para que as emissoras comerciais de televisão explorem além dos serviços convencional gratuito, uma ampla gama de prestação, como distribuição de múltiplas programações, a transmissão de dados e outros serviços de informação ou

de telecomunicações, e a cessão a terceiros de parte de sua capacidade de transmissão, permitindo uma maior flexibilidade no seu modelo de negócio, sobretudo, a partir da implementação do sistema de TV digital. Note-se, que essas emissoras poderão colaborar no uso pelo usuário, pelo acesso às novas ofertas.

Para enriquecer a proposição, sugerimos a adição de outras possíveis facilidades, como: a interatividade, a mobilidade e a transmissão de alta definição, nos termos que propõe o Governo Federal para digitalização dos serviços de radiodifusão de sons e imagem.

Uma ressalva, entretanto, faz necessária e se deve ser incluída na redação do artigo 7º para a prestação de serviços de telecomunicações a serem renumeradas pelos usuários. As emissoras de radiodifusão deverão obter junto ao poder concedente as respectivas outorgas, sob a pena de desenvolver atividade clandestina, art. 184, parágrafo único da Lei 9472/1997.

O artigo 8º prevê a gratuidade da utilização dos espectros radioelétricos pelas emissoras públicas e estatais. Propõe ainda a possibilidade de oferta de mais uma programação simultânea, e de serviço de informação de uso livre e gratuito e para evitar o eventual uso deficiente desse espectro, determina que a capacidade ociosa das emissoras públicas e estatais será oferecida em outras inseridas dentro dos mesmos sistemas de exploração. Assim como os canais universitários educativos e culturais e exploração, assim como culturais e comunitários, distribuídos pelas redes de TV a cabo.

Assim, apesar do estabelecido pelo art. 48, da Lei nº 9472/97, determina a obrigatoriedade de cobrança pela autorização de uso de radiofrequências em qualquer caso. A oferta do serviço do interesse social para empresa sem fins lucrativos, associado à otimização e o compartilhamento dos espectros radioelétricos, elas serão destinadas, justificaria a isenção da renumeração prevista.

Voto. Diante do exposto, o voto é pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 189/2006, com as seguintes Emendas:

Emenda nº 01. Dê-se ao artigo 4º do Projeto de Lei do Senado nº 189/2006, a seguinte redação: “Artigo 4º: O plano que se trata do artigo 158 da Lei 9472, de 16 de julho de 97, deverá reservar aos sistemas público e estatal de televisão, faixa de espectros de radiofrequências, de acordo com a viabilidade técnica de cada localidade”. Esse é o voto.

Continuando aqui, né, Sr. Presidente?

Esse é o voto do nosso querido Relator Garibaldi Alves.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Agradeço ao Senador Jayme Cam-

pos pela gentileza de ter aceito a condição de Relator *ad hoc*. O Senador Garibaldi Alves estava participando de uma outra sessão, numa outra Comissão, mas tão logo soube da leitura do Relatório fez questão de acorrer aqui ao Plenário da Comissão. Eu indago a S.Ex^a. O Senador Garibaldi Alves, se ele tem alguma, algo a aditivar aqui ao Relatório, alguma informação, além daquela que já consta do Relatório. Com a palavra o Senador Garibaldi.

SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Não, Sr. Presidente, eu não tenho nada a acrescentar, eu estou satisfeito aqui com o nosso Relator *ad hoc*.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): A matéria está em discussão. Srs. Senadores que queiram discutir.

Senador Augusto Botelho tem a palavra.

SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR): Eu acho que esse projeto vem justamente no sentido de tentar democratizar a frequência dos canais de televisão, dos canais de transmissão de rádio, que aqui no Brasil existe um monopólio praticamente de pequenos grupos, que dominam toda... Eu acho que nessa hora de tornar a TV digital, seria uma hora de democratizar. Eu entendo que esse projeto caminhe nesse sentido de democratização, de dar oportunidade para outras pessoas, outros grupos entrarem no sistema de televisão e de rádio, porque fica muito, assim... É lógico que com a globalização vai haver sempre uma predominância das grandes potências, mas as regiões, as TVs regionais podem desenvolver, podem criar grupos, ter mais acesso as universidades, aos grupos sociais, para terem o seu canal de televisão. Eu creio que... Eu sou favorável ao projeto, Senador, porque eu acho que ele caminha nesse sentido, democratizar a informação.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): A matéria continua em discussão. Não havendo mais quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação o Parecer favorável, de autoria do Senador Garibaldi Alves. Os Srs. Senadores, ressalvadas as Emendas, os Srs. Senadores que aprovam, permaneçam como estão.

Eu indago aos Srs. Senadores, se podemos repetir a votação para as Emendas 1, 2 e 3. Aprovado.

Item 5 da pauta, o Projeto de Decreto Legislativo nº 389/2005, o autor é o ilustre Senador Valdir Raupp, líder do PMDB nessa Casa, o projeto autoriza o Poder Executivo Federal a implantar o aproveitamento hidrelétrico do Rio Madeira no Estado de Rondônia. Inclusive, as usinas hidrelétricas de Jirau e de Santo Antônio e a Hidrovia do Rio Madeira.

O Relator é o Senador Expedito Júnior, que não se encontra, eu solicitaria ao amazonense, paraense, o Senador Flexa Ribeiro, que se, possível aceitasse a condição de Relator *ad hoc*. Com a palavra o Senador Flexa Ribeiro.

SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR): Posso dar uma informação rápida aqui para os Senadores?

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Pois não, Senador.

SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR): Olha, os paraenses e os amazonenses não são muito assim, harmônicos, não. Cada um briga para ser o melhor do que o outro o tempo todo, desde que eu me entendo por criança. Mas no fim eles comem pato com tucupi e tacacá tudo juntos, e tambaqui também.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Obrigado, Senador Augusto. Palavra com o Senador Flexa Ribeiro.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Presidente, Senador Marconi Perillo, Srs. Senadores. A relação dos amazonenses com paraenses é a mais afetiva e próxima possível, nós todos, amazônidas, defendemos o desenvolvimento daquela região. E eu me sinto honrado e agradeço a V.Ex^a por ter me dado esse privilegio de relatar, de ser o Relator *ad hoc* do projeto do Senador Valdir Raupp, que trata da autorização para o Poder Executivo Federal implantar o aproveitamento hidrelétrico do Rio Madeira, no Estado de Rondônia, inclusive, as usinas hidrelétricas de Jirau e de Santo Antônio, e a hidrovia do Rio Madeira.

O Relator Senador Expedito Júnior, ele, no seu Relatório, ele diz que tramita nesta Comissão, o Projeto de Decreto Legislativo 389/2005, de autoria do Senador Valdir Raupp, que, como disse, autoriza o Poder Executivo a implantar o aproveitamento hidrelétrico do Rio Madeira no Estado de Rondônia, que inclui as usinas hidrelétricas de Jirau e de Santo Antônio e a hidrovia do Rio Madeira.

A citada proposição autoriza a implantação do empreendimento condicionada a que se realiza o estudo de impacto ambiental e seus respectivos relatórios de impacto ambiental, avaliação ambiental integrado na Bacia do Rio Madeira e o estudo de natureza antropológica atinente às comunidades indígenas, ribeirinhas e tradicionais, localizadas na área de influência do empreendimento. Autorização é também condicionada a que se promova a oitiva das comunidades indígenas, pelo Congresso Nacional nos termos do § 3º do art. 238 da Constituição Federal.

Análise. Conforme dispõe o art. 49, inciso XVI da Constituição Federal, compete exclusivamente ao Congresso Nacional autorizar em terras indígenas a

exploração e aproveitamento de recursos hídricos. Entre eles os potenciais de energia hidráulica. O Poder Executivo já há muito vem desenvolvendo estudos de viabilidade do aproveitamento hidrelétrico do Rio Madeira, tendo classificado como projeto estruturante para o setor de energia elétrica nacional, as usinas de Jirau e Santo Antônio, que compõem o complexo do Rio Madeira, deverão gerar respectivamente 3900 megawatts e 3580 megawatts. Esse complexo está contemplado no Programa de Aceleração de Crescimento do Governo Federal. Prevê-se ainda a construção de eclusa nas duas usinas, que propiciarão navegabilidade do Rio Madeira.

Aí eu quero fazer, V.Ex^a, com a competência que dirige essa Comissão de Infra-Estrutura, sabe que esse projeto é da maior importância para o crescimento do nosso país, não só esse, como o projeto de Belo Monte, no Estado do Pará e todos os projetos de geração de energia.

Eu farei hoje, no Plenário, um pronunciamento exatamente me referindo a essa questão do Relatório, que me chegou ao gabinete, do primeiro trimestre, a avaliação do primeiro trimestre do andamento do PAC. E aproveito, Presidente Marconi Perillo, para que possamos instalar aquela Subcomissão que, por Requerimento de nossa autoria, foi aprovada aqui na Comissão de Infra-Estrutura, de acompanhamento da implantação do Programa de Aceleração do Crescimento. Eu recebi no gabinete, acho que todos os Senadores devem ter recebido também, esta avaliação do primeiro trimestre, e fiquei assustado com relação à questão da energia. Esta usina, que nós estamos hoje aqui relatando *ad hoc*, o Parecer do nobre Senador Expedito Júnior, ela está colocada nessa avaliação como preocupante, como preocupante. E a de Belo Monte também numa posição que não é preocupante, mas é de atenção, ou seja, 70% do programa de geração de energia é, na avaliação do PAC, está ou em posição de atenção ou de preocupação.

Então eu acho que esse projeto aqui, é um projeto da maior importância, o voto do Senador Expedito Júnior é pela aprovação do Projeto de Decreto Legislativo 389/2005. E eu quero parabenizar o Senador Expedito Júnior, quero parabenizar o Senador Valdir Raupp e a V.Ex^a, porque acho que esse projeto, a Comissão cumpre aqui a sua obrigação de aprovar a autorização e a implantação.

Eu tive uma informação ontem, quando vi os dados para o pronunciamento de hoje, de que o Ministério de Minas e Energia, através da área de acompanhamento ambiental do Ministério, espera para hoje, espera para hoje a autorização do IBAMA para efetivo início de implantação das usinas de Jirau e de Santo

Antônio. Então eu espero que isso, todos nós brasileiros esperamos que isso aconteça. O voto é pela aprovação da autorização.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): A matéria está em discussão.

SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-PR): Para discutir, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Presidente com a palavra o ilustre autor do projeto, Senador Valdir Raupp, e depois passaremos ao Senador Botelho.

SENADOR VALDIR RAUPP (PMDB-RO): Inicialmente eu gostaria de agradecer o Senador Flexa Ribeiro, por ter relatado *ad hoc* o Relatório do Senador Expedito Júnior, pela aprovação. E dizer que a construção das usinas de Jirau e Santo Antônio é de vital importância para o país, para a região norte e do modo especial para o abastecimento energético do Estado de Rondônia. Constituindo ainda base essencial para o desenvolvimento sustentável da região.

Essas usinas, Sr. Presidente, ao serem conectadas ao sistema energético integrado brasileiro, contribuirão de modo significativo para o atendimento da demanda nacional por energia, requisito fundamental para o desenvolvimento econômico e social da nação. Além de garantir o provimento de energia necessária à região norte e ao país como um todo, caso, por exemplo, da região nordeste, cuja capacidade de aproveitamento hidrelétrico está praticamente esgotada e dependerá de energia suprida pela região norte, as usinas serão construídas no meu Estado, em Jirau e Santo Antônio, trarão para a região abrangido pelo empreendimento, volume significativo de recurso, com melhoria da infraestrutura regional, além de tornar possível a instalação de novas atividades dependentes dos suprimentos de energia. O impacto ambiental decorrente do empreendimento deverá ser objeto das análises dos estudos necessários, competindo aos órgãos ambientais conduzir o licenciamento, bem como avaliar o impacto do complexo sobre os povos indígenas, que serão por eles afetados.

Da mesma forma, estudos especializados devem ser feitos sobre o impacto do projeto, sobre a vida e a cultura da população local, de modo a constituir a base imprescindível para a ampla discussão com os diversos segmentos da sociedade.

Ademais, as barragens devem adotar técnicas que minimizam os impactos locais, são projetos modernos, moderníssimos, que foram elaborados. Importa frisar que o Decreto Legislativo, ora proposto e relatado pelo nobre Senador Flexa Ribeiro, autoriza a implantação do empreendimento condicionando, todavia a aprovação pelos órgãos competentes dos

necessários estudos de viabilidade técnica, econômica e financeira, que o impacto ambiental de natureza antropológica e arqueológica.

Nós tivemos ontem, Sr. Presidente, com o Ministro Interino de Minas e Energias, Nelson Hubner, com o Presidente do IBAMA, Dr. Bazileu com a comitiva de autoridades do Estado de Rondônia e grande parte da bancada federal, a audiência com o Presidente da Câmara dos deputados, Arlindo Chinaglia, com o Presidente do Senado, do Congresso Nacional, Senador Renan Calheiros, hoje ainda tem mais uma rodada de reuniões com essas autoridades do Estado. Porque são projetos importantes, não só para Rondônia, mas para o Brasil, e eu espero sinceramente que o IBAMA, eu sei que o Presidente Lula já cobrou, já pediu, já exigiu, já teve entendimento com a Ministra Marina da Silva, né? E que essa licença ambiental vai sair, eu não tenho dúvida disso. Mas eu espero que seja logo, porque vai demorar quase um ano para se formar o consórcio, para fazer o leilão, para alavancar empréstimos para iniciar essas obras.

E o depoimento do Presidente da Vale do Rio Doce, antes de ontem à noite no Jornal do Globo, já demonstra a situação crítica por que vai passar o Brasil. O Senador Garibaldi, os Srs. Senadores não vão elaborar nenhum projeto mais de longo prazo, no momento, porque sabe que daqui a 4, 5 anos não vai ter energia no Brasil. Se esses empreendimentos grandes, como Belo Monte, no Pará, como Rio Madeira, e outras usinas não saírem do papel, nós vamos ter problema mais sério do que já tivemos no passado, que foi o apagão. Obrigado, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Senador Valdir Raupp, esse projeto de V.Ex^a é extremamente oportuno, e eu ia falar aqui exatamente das declarações do Presidente da Vale do Rio Doce, o Presidente Roger, Presidente da Companhia Vale do Rio Doce, fez uma seriíssima advertência ao Ministro da Fazenda antes de ontem, corroborando com aquilo que nós dissemos aqui nessa Comissão ao Ministro de Minas e Energia, aos outros Ministros, Ministra Dilma, Ministro Paulo Bernardo, Ministro Mantega, a respeito da preocupação que nós temos em relação à possibilidade concreta de racionamento ou de falta de energia, nos próximos 5 anos. Esse complexo de hidrelétricas, que estão sendo propostas através desse projeto, vão significar a geração de 7480 megas novos. Então são projetos fundamentais, estratégicos para o desenvolvimento da Amazônia, para o desenvolvimento do Brasil. Parabéns V.Ex^a e a todos que estão apoiando esse projeto. Com a palavra o Senador Augusto Botelho.

SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR): Inicialmente eu gostaria de parabenizar o Senador Raupp, que eu sei que é preocupado com a energia, e ele falou nessas três hidrelétricas e esqueceu de falar no viaduto, no “gasoduto” dele, que tem a licença aprovada. Eu pedi um aparte só para lembrar que, por exemplo, a situação dos bagres, que é uma das coisas que está preocupando muito os ecologistas, os bagres do Rio Madeira, no Itaipu são 120 metros de desnível e foi resolvido o problema. Lá não vai dar nem 70 metros de desnível lá, naquelas hidrelétricas, 20 e poucos metros, quer dizer, é uma discussão, eu acho desnecessária, se já existe uma solução no Rio Paraná, pode ser adotada lá no projeto também.

Então o que nos preocupa, como V.Ex^a falou, Sr. Presidente Marconi, é que as empresas... a Vale do Rio Doce já está revendo o projeto de expansão dela nos próximos dez anos, o que significa que nós vamos ter menos emprego, se ela diminuir os investimentos. E no Brasil, nós sabemos que o principal problema da nossa sociedade agora é a falta de trabalho e a segurança também, mas a segurança também é consequência disso também, a insegurança, porque não tem trabalho, é mais fácil ir trabalhar com o pessoal do tráfico do que... se não ter um emprego digno.

Mas eu gostaria de parabenizar o Senador Raupp, porque eu sei que ele é um lutador, e tenho certeza de que ele está pensando no Brasil daqui a 10 anos, daqui a 8, 10 anos. E nós temos que acelerar para que o IBAMA resolva logo esse problema, aí daqui a pouco o IBAMA vai dizer que é o Ministério Público que está segurando, e fica nesse jogo e não se resolve esse problema. Nós temos que decidir se a gente quer trabalho para as pessoas que vão nascer, que vão precisar de emprego daqui a um tempo ou se a gente vai querer que tenha muito bagre lá no Rio Madeira. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Agradeço a manifestação do Senador Augusto Botelho. Eu gostaria de dizer a Sr^a. Senadora e aos Srs. Senadores, Senadora Serys, que somos aqui agora dez Senadores, com mais dois Senadores, nós poderemos votar os três projetos terminativos. Então eu peço à Secretaria que mobilize os demais Senadores, com mais dois a gente pode matar a pauta. Podemos votar toda a pauta hoje, agora.

A matéria continua em discussão. Não havendo quem queira discuti-la, encerro a discussão e coloco em votação o Parecer, de autoria do Senador Expedito ao projeto do Senador Valdir Raupp, lido aqui, de forma *ad hoc*, pelo Senador Flexa Ribeiro.

Está em votação, Srs. Senadores e Sr^a Senadora que aprovam, permaneçam como estão. Aprovado. Parabéns, Senador Valdir Raupp.

Nós vamos para o item 06 da pauta, que trata-se de mensagem do Senado, do nº 208, é não terminativo, o autor é o Senador Raimundo Colombo. Trata-se do encaminhamento ao Senado dos relatórios anuais da ANATEL, relativo às atividades dos exercícios de 2004 e 2005, autoria é a Presidência da República, o Relator é o Senador Raimundo Colombo, que, entretanto, nos encaminha uma solicitação para retirar de pauta, a fim de que ele possa aprimorar o seu Relatório. Está retirado de pauta.

Eu volto agora ao Item 02 da pauta, já que em relação ao item 01, nem o autor, nem o Relator estão presentes.

O Item 02 trata da adequação do texto original de um Projeto de Lei já aprovado aqui, de iniciativa do Senador Augusto Botelho e cujo Relator foi o Senador Adelmir Santana, presente, ambos presentes. Um projeto importantíssimo, na minha opinião, enquanto Presidente dessa Comissão de Serviços de Infra-Estrutura, porque altera a Lei 6766 de dezembro de 79, para condicionar a pavimentação de vias urbanas à prévia implantação das vias de infra-estrutura urbana básica e dá outras providências.

Eu passo a palavra ao Senador Adelmir, para que ele possa complementar o seu Relatório, e pediria ao Senador Heráclito Fortes, se possível, que ficasse aqui por alguns instantes, para que a gente possa votar dois projetos terminativos.

Com a palavra o Senador Adelmir Santana.

SENADOR ADELMIR SANTANA (PFL-DF): Sr. Presidente, como o senhor bem disse é o projeto do Senador Augusto Botelho, que na verdade, volta a essa Comissão, para um adendo de Parecer, que após todas as discussões, inclusive, o acolhimento de Emendas do Senador Flexa Ribeiro, do Senador Cícero Lucena, que foram acolhidas, depois nós verificamos que seria apenas uma alteração de redação, mas como era terminativo, tive que voltar para um adendo de Parecer, porque é uma lei nova, de nº 11.445 de 5 de janeiro de 2007, e nós estávamos alterando a 6766 de 79, que já tinha sofrido alguma alteração e que dava uma abrangência, alterava o título "rede de esgoto sanitário", pelo termo "esgotamento sanitário". Então em razão disso, sem nenhuma alteração de profundidade, apenas alteração de redação, nós estamos trazendo novamente o adendo ao Relatório encampando essa alteração feita pela lei... que é posterior a 11.445. É essa a proposição, Sr. Presidente, o projeto já foi amplamente discutido, inclusive, foi, como eu disse, aco-

lhido as Emendas apresentadas pelo Senador Cícero Lucena e o Senador Flexa Ribeiro.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Matéria continua em discussão. Não havendo quem queira discutí-la, encerro a discussão.

Srs. Parlamentares, comunico que será uma votação nominal pela Emenda. Como já disse, ainda não temos o quórum, eu vou fazer a chamada esperando que os Senadores compareçam. Senadora Serys, como vota?

SENADORA SERYS SLHESSARENKO (PT-MT): Com o Relator, Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Senador Heráclito Fortes, como vota?

SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI): Com o Relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Muito bem.

Senador Delcídio? Se ausentou.

Senadora Ideli, Senador Francisco Dornelles, Senador Inácio Arruda, Senador Fernando Collor, Senador Expedito Júnior.

Senador João Ribeiro? Também se ausentou.

Senador Augusto Botelho, como vota?

SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR): Com o Relator, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Senador Valdir Raupp, como vota?

SENADOR VALDIR RAUPP (PMDB-RO): Com o Relator, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Senador Jucá, Senador Quintanilha, Roriz, Valter Pereira, Wellington.

Senador Garibaldi? Está aí dentro? Senador Garibaldi, como vota? Vota com o Relator.

Senador Adelmir Santana, como vota?

SENADOR ADELMIR SANTANA (DEM-DF): Com o Relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Senador Jayme Campos?

SENADOR JAYME CAMPOS (PFL-MT): Com o Relator, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Senador Flexa Ribeiro?

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Com o Relator, Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Senador João Durval, como vota?

SENADOR JOÃO DURVAL (PDT-BA): Com o Relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Com o Relator.

Senador Marconi Perillo com o Relator.

Senador Heráclito já votou.

Senador Colombo, Senador Tenório, Senador Sérgio Guerra, Eliseu...

Senador Cícero Lucena, como vota?

SENADOR CÍCERO LUCENA (PSDB-PB): Com o Relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Senador Eduardo Azeredo, como vota?

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Sim, com o Relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Senador Flexa Ribeiro?

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Com o Relator, Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Senador Fernando Collor, como vota?

SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Com o Relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Obrigado pela presença, Presidente Collor, com a presença de V.Ex^{as}, nós fechamos o quórum aqui.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): 12 votos "sim", está aprovada a Emenda adendo do Senador Adelmir, ao projeto do Senador Botelho. Parabéns Senador Botelho, está aprovado o projeto.

SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR): Muito obrigado, Senador.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Que certamente será um marco para o Brasil, em termos de habitação, aliás, em termo de pavimentação, com a exigência de infra-estrutura e saneamento.

Com a palavra Senador Augusto Botelho.

SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR): Eu gostaria de agradecer o voto dos nossos ilustres Exmos. Srs. Senadores, e dizer que esse projeto eu fiz visando a vida das crianças. Toda cidade que tem esgotamento sanitário, a mortalidade é menor, é nitidamente, a mortalidade infantil é nitidamente menor do que as cidades que não têm esse produto. A qualidade de vida das pessoas melhora com o esgotamento sanitário, com o esgotamento sanitário, com água tratada e com drenagem fluviais. E também eu cresci vendo no meu estado, desde 1962, 63, quando asfaltaram

as primeiras ruas em Roraima, ou seja, asfaltar uma rua, um ano depois abria a rua para fazer esgotamento sanitário, fazia água pluvial. Eu acho que isso é um desperdício de dinheiro público, na casa da gente, a gente não faz isso. E muito obrigado, espero diminuir a morte das crianças com esse projeto.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Pela ordem, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Com a palavra Senador Flexa Ribeiro, depois o Senador Jayme Campos. Eu pediria rapidez, para que a gente possa votar o outro projeto.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): É isso que eu ia pedia a V.Ex^a, que nós... Como temos o quórum necessário para votar o projeto terminativo, posamos votar o item 02, cujo Relator é V.Ex^a.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Eu designo o Senador Fernando Collor para fazer o relatório *ad hoc*, em meu nome, ao item 3 da pauta. Apenas o voto, Senador, para a gente aproveitar o quórum.

SENADOR JAYME CAMPOS (PFL-MT): Sr. Presidente, pela ordem.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Antes disso, Senador Collor, antes disso Senador Collor, eu quero apenas proferir o despacho em relação ao projeto anterior.

Um minutinho, Senador Jayme Campos, eu quero apenas proclamar o resultado, o projeto teve 12 votos favoráveis, a Emenda 2 da Comissão de Serviços de Infra-Estrutura, matéria vai à Secretaria Geral da Mesa para as devidas providências.

Com a palavra Senador Jayme Campos, logo após o Senador Fernando Collor para proferir o voto, como Relator *ad hoc*, já que estou presidindo a sessão.

SENADOR JAYME CAMPOS (PFL-MT): Sr. Presidente Marconi Perillo, Srs. e Sras. Senadores, não seria diferente, naturalmente a atitude do ilustre Deputado, Senador Augusto Botelho, autor do projeto e do Relator Senador Adelmir Santana, nesse sentido trabalhando preocupado com a vida. Até porque, como médico, pediatra, o ilustre companheiro, Senador Augusto Botelho, mostra a preocupação com a futura geração, com as nossas crianças de todo Brasil. E é bom que se esclareça, Senador Augusto Botelho, duas coisas são importantes na escala de valores, primeiro é Deus, segundo é a vida. Terceira, que é bom que se esclareça, Senador Flexa Ribeiro, 17% das causas das mortes desconhecidas nesse país aqui é originário à falta de saneamento básico em nosso país. De maneira que projetos como esse, realmente nós temos que aprovar e, sobretudo, louvar a sua iniciativa. Cumprimento o senhor, em nome de

toda a população brasileira, sobretudo, o meu Estado de Mato Grosso, que lamentavelmente apenas 16% das nossas cidades, dados estatísticos do Ministério da Saúde, da própria Secretaria da Saúde do nosso estado, hoje obtém serviço de esgotamento sanitário. De forma que eu cumprimento [soa a campainha] V.Ex^a na certeza absoluta de que projetos como esse é que nós vamos melhorar a qualidade de vida do povo brasileiro. Obrigado, senhor.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Item 03, Projeto de Lei do Senado nº 184/2007, Decisão Terminativa, altera e acrescenta as hidrovias do Tapajós, Teles Pires e Juruena, na relação descritiva do Sistema Hidroviário Nacional, do Plano Nacional de Viação, aprovado pela Lei 5917/73. Autor é o Senador Flexa Ribeiro, Relator é o Senador Marconi Perillo, pela aprovação do projeto, com duas Emendas que apresenta. Solicito ao Senador Fernando Collor, que por gentileza faça a Relatoria *ad hoc*. Com a palavra o Senador Fernando Collor.

SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Muito obrigado, Presidente Senador Marconi Perillo, pedirei para fazer uma leitura sucinta do Relatório. O projeto sob exame de autoria do Senador Flexa Ribeiro, tem por objetivo alterar o Plano Nacional de Viação, objeto da Lei nº 5917, de 10 de dezembro de 1973, com o propósito de estender a Hidrovia do Rio Tapajós e incluir as hidrovias dos rios Teles Pires e Juruena, todas na Bacia Amazônica, na relação descritiva do Sistema Hidroviário Nacional. Os argumentos que ensejaram a proposição são procedentes. De fato, melhor aproveitamento do potencial hidroviário no Brasil, constitui hoje uma espécie de consenso nacional, trata-se de medida plenamente consentânea com o objetivo essencial do Plano Nacional da Viação, PNV, fixado no art. 2º da Lei 5917/1973, qual seja o de permitir o estabelecimento da infra-estrutura de um sistema viário integrado, assim como as bases para planos globais de transporte, que atendam, pelo menor custo às necessidades do país. No que respeita a técnica legislativa, contudo, impõe-se o aprimoramento da redação da Ementa de maneira, de uma parte harmonizar as regências dos verbos, alterar, transitivo direto, e acrescentar, transitivo direto e indireto, e de outra, expressar mais claramente o propósito do projeto. No mesmo sentido deve-se modificar a redação do *caput* do art. 1º para substituir a expressão pleonástica, acrescido da “reticências” inclusão. Ambas as correções se fazem na forma das Emendas adiante formuladas.

Voto, voto assim pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 184/2007, com as seguintes Emendas: Emenda... Ementa, a seguinte redação, altera a Lei nº 5917 de 10 de setembro de 1973, que aprova

o Plano Nacional de Viação e dá outras providências, para incluir as hidrovias dos rios Teles Pires e Juruena, bem como redefinir a extensão e os pontos extremos da hidrovia do Rio Tapajós, na relação descritiva do Sistema Hidroviário Nacional.

A outra Emenda: dê-se ao *caput* do art. 1º a seguinte redação: “art. 1º, o item 52.1, relação descritiva das hidrovias do Plano Nacional de Viação, constante do anexo da Lei nº 5917 de 10 de setembro de 1973, passa a vigorar modificado pela redefinição dos pontos extremos e dá extensão da hidrovia do Rio Tapajós, bem como acrescido das hidrovias dos rios Teles Pires e Juruena, nos termos seguintes”.

Esse é o Relatório, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Presidente agradeço ao Senador Fernando Collor, pela gentileza de fazer aqui o papel de Relator *ad hoc*, muito obrigado.

A matéria está em discussão. Não havendo quem queira discuti-la, encerro a discussão.

Srs. Parlamentares, comunico que serão 3 votações nominais, uma para o projeto, e as outras duas para as Emendas. Se os senhores concordarem nós poderemos repetir a votação para as Emendas. Aprovado.

O projeto está em votação. Senadora Serys, como vota?

SENADORA SERYS SLHESSARENKO (PT-MT): Com o Relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Senador Fernando Collor, como vota?

SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Com o Relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Senador João Ribeiro? Senador Augusto Botelho?

SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR): Com o Relator, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Senador Valdir Raupp, como vota?

SENADOR VALDIR RAUPP (PMDB-RO): Com o Relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Senador Garibaldi Alves, como vota?

SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Com o Relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Senador Adelmir Santana, como vota?

SENADOR ADELMIR SANTANA (PFL-DF): Com o Relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Senador Jayme Campos?

SENADOR JAYME CAMPOS (PFL-MT): Com o Relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Senador Heráclito Fortes, como vota?

SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI): Com o Relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Senador Marconi Perillo com o Relator. Senador Flexa Ribeiro?

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Com o Relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Senador João Durval, como vota?

SENADOR JOÃO DURVAL (PDT-BA): Com o Relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Senador Cícero Lucena, como vota?

SENADOR CÍCERO LUCENA (PSDB-PB): Com o Relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Senador Eduardo Azeredo, como vota?

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Com o Relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Senador Jayme Campos já votou.

Senador Eliseu Resende, como vota?

SENADOR ELISEU RESENDE (DEM-MG) Com o Relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Nós vamos agora proceder...

A matéria recebeu 13 votos "sim". Está aprovado o projeto.

Repito a votação para as Emendas. Srs. Senadores que aprovam, permaneçam como estão. Aprovado. Aprovado o Projeto e as Emendas nº 1 e 2. A matéria vai à Secretaria Geral da Mesa para as devidas providências. Está aprovado o projeto, parabênizo o Senador Flexa Ribeiro, Senador Fernando Collor.

Nós não vamos mais votar hoje o outro item, mas antes disso concederei a palavra ao ilustre autor do projeto, Senador Flexa Ribeiro, agradecendo aos Senadores que vieram aqui para prestigiar e dar quórum a essa sessão. Muito obrigado.

Com a palavra Senador Flexa Ribeiro.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Eu quero agradecer a V.Ex^a, Senador Marconi Perillo, por ter sido o autor do Parecer.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): As assinaturas, Fernando Collor.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Ao Senador Fernando Collor, como Relator *ad hoc*, e a todos hoje, meus pares, Senadores e Senadoras, que votaram pela aprovação desse projeto. Esse projeto é da maior importância, Senador Marconi Perillo, V.Ex^a sabe que no modal de transporte brasileiro, o sistema hidroviário é o patinho feio, quando deveria ser, sem sombra de dúvida, o mais explorado, porque, principalmente na Região Amazônica e no Centro-Oeste, os rios são as nossas ruas. Então, o que nós estamos fazendo aqui é acrescentar ao Plano Nacional de Viação, que nele estão incluídos o sistema rodoviário, ferroviário, portuário, hidroviário e aeroviário.

Esta lei define ainda o Plano Nacional de Viação, compreende o conjunto de princípios e normas fundamentais estabelecidas no seu art. 3º aplicáveis ao Sistema Nacional de Viação e geral, para atingir os objetivos mencionados no art. 2º e aplicados também ao conjunto particular das infra-estruturas viárias, que estão contempladas nas relações descritivas, que compõem o sistema que enuncia. Dessa forma, para que a União possa exercer seu papel no desenvolvimento das infra-estruturas viárias, no Sistema Hidroviário Nacional, deve ser relacionadas às vias de interesse nacional, para orientar as ações com vistas ao seu efetivo desenvolvimento. Então no sistema hidroviário, já contempla a hidrovia Araguaia-Tocantins, a hidrovia do Rio Madeira e não contempla, não contemplava a hidrovia dos rios Teles Pires-Tapajós e Juruena.

Então, o que nós fizemos aqui foi apenas incluir essa hidrovia, que é da maior importância para o escoamento da safra de grãos do centro-oeste brasileiro. Então vai poder propiciar a diminuição do custo de frete, vai propiciar a maior competitividade do produtor brasileiro, e mais ainda, vai servir como uma via de integração desta região, para que ela possa se desenvolver com maior velocidade.

Quero agradecer a V.Ex^a pelo seu Parecer e a todos os Senadores que aprovaram o projeto.

SENADOR JAYME CAMPOS (PFL-MT): Senador Flexa. Me conceda um aparte aqui, rapidinho. V.Ex^a, talvez não tenha o tamanho da dimensão que representa esta magnífica obra do futuro, é evidente que isso vai demorar muitos anos, até que o período de maturação vai demorar muito. Todavia, quando se fala em incluir no o Plano Nacional de Viação, essa hidrovia, Senador Marconi Perillo, ela é importante para toda a nossa re-

gião, sobretudo para o Mato Grosso, as pessoas estão no longo da BR-163, principalmente no extremo-norte do estado, naquela região de alta floresta... Monte Verde, que está sem nenhuma perspectiva, tendo em vista, que a produção, hoje, daquela região, ela está incompatível com os meios de transporte. Hoje é só o transporte que existe é o rodoviário. Para V. Ex^a. ter uma noção, Senador Flexa, Sr. Presidente, lamentavelmente o que produz ali não tem nenhum valor, na perspectiva, pelo menos na esperança, nós vivemos na esperança, já dizia o saudoso Rui Barbosa: "Ai de nós, se não tivesse os sonhadores", e dessa feita, surge um novo sonho para nós mato-grossenses aqui, eu quero cumprimentar aqui, em nome da sociedade mato-grossense, sobretudo, daqueles bandeirantes que foram desbravar aquela Amazônia ilegal, na década de 1970, estimulado pelo Governo Federal, que lamentavelmente, Senador Marconi Perillo, deixou a mercê de uma política justa, sobretudo de preços mínimos, de obras estruturantes, que poderia dar mínimo de dignidade, sobretudo cidadania àquela população, hoje surge no fundo do túnel, Senador Flexa Ribeiro aqui, e V. Ex^a, que é Relator desse projeto, realmente uma nova perspectiva. Disse aqui, chegou um assessor meu, que eu ganhei o dia hoje aqui, estou feliz, vou falar até através dos veículos de comunicação, ao vivo, se possível daqui a pouco nas rádios da região, dizendo de que hoje, pelo menos, nasce uma esperança, uma perspectiva, eu tenho certeza, pelo menos nas futuras gerações possam desfrutar de um transporte intermodal, que vai, com certeza, dar uma nova perspectiva na produção, sobretudo na direção de emprego e renda àquela população.

Parabéns, Senador Flexa Ribeiro, parabéns, Sr. Relator Marconi Perillo, pela manifestação, sobretudo de respeito àqueles brasileiros que estão desbravando, plantando, construindo realmente uma civilização moderna no norte e sobretudo na região centro-oeste do nosso país. Parabéns, Senador.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Para concluir Senador Flexa.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Eu quero agradecer ao Senador Jayme Campos e dizer que esse país, Senador Marconi Perillo, se tivesse um compromisso com as gerações futuras, já teria dado a prioridade necessária para o sistema hidroviário. Lamentavelmente o que nós temos visto é o impedimento total da implantação dessas hidrovias. Não é só na Amazônia, não, a própria hidrovia do Rio Tietê Paraná sofre dificuldades para ter a sua configuração implantada. Mas na Amazônia, principalmente, em que os rios são as vias naturais de escoamento, é impossível que não se possa fazer as adaptações ne-

cessárias para que se torne navegável em toda a sua extensão. Nós temos que, a questão ambiental, ela tem que mudar a visão do "não fazer" para o "como fazer". E com isso melhorar a vida de milhares, centenas de milhares de brasileiros, que dependem, como disse o Senador Jayme Campos, de uma região que está totalmente isolada, que não adianta produzir, porque não tem como escoar, ou não tem como competir a nível de mercado internacional com a sua produção, e tem ao seu lado um rio que pode, com pequenas obras de engenharia tornar viável a melhoria da condição de vida dessa população.

Vamos junto, Senador, com a vossa liderança na Comissão de Infra-Estrutura, levantar a bandeira do hidroviarismo nacional, para que o Governo tome isso como uma bandeira de luta, para que, através da Comissão de Infra-Estrutura, possamos implantar efetivamente o sistema hidroviário em nosso país.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Parabenizo V. Ex^a pela iniciativa, cumprimento pela aprovação do projeto. E tenho a honra de conceder a palavra a esse grande brasileiro, ex-Ministro Eliseu Resende.

SENADOR ELISEU RESENDE (DEM-MG): Muito obrigado, Presidente, eu quero me associar à manifestação do Senador Jayme Campos, congratulando-me com o Senador Flexa Ribeiro por essa iniciativa de incluir o Tapajós no sistema hidroviário do país, como preceitua a legislação nossa. E lembrar, Sr. Presidente, que nós temos duas ações de compromisso com esse entendimento do Senador Flexa Ribeiro de prestigiar o sistema hidroviário nacional. Um é que eu volto a repetir aqui, a hidrovia Tapajós, Teles Pires e Juruena, em boa hora, está sendo introduzida no Plano Nacional de Viação aprovado pela Lei 5917/1973. Nós temos o Sistema Viário Nacional estabelecido numa lei de 34 anos atrás, ou de 27 mais 7, é, 34 anos atrás.

E eu quero lembrar a V. Ex^a, da iniciativa que essa Comissão esta tomando sobre a sua presidência, que é avocar a lei que tramita aqui no Senado Federal, já há 12 anos, que estabelece as novas diretrizes para o Sistema Nacional de Viação. Essa lei de 1973 está totalmente defasada no aspecto rodoviário, ferroviário e principalmente hidroviário.

Então o que está havendo são ações, sugestões de parlamentares, tal como essa preciosa sugestão hoje do Senador Flexa Ribeiro, de incluir trechos do sistema no nosso Plano Nacional de Viação. A idéia é trazer o Plano Nacional de Viação para a Comissão de Infra-Estrutura, e nós aqui discutimos novamente qual é a malha viária do país, no campo hidroviário, no campo rodoviário, no campo ferroviário e no campo portuário e no campo aeroportuário. Nós não podemos

mais conviver com um estado, com uma situação planejada e editada por esse país há 34 anos atrás.

Eu queria, já é uma iniciativa de V.Ex^a, eu quero parabenizar aqui o Senador Flexa Ribeiro e lembrá-lo de que há uma idéia de fazer um amplo estudo das ferrovias nacionais, das rodovias nacionais e das hidrovias nacionais, para que nós, a exemplo do que estamos fazendo aqui, incluindo os Tapajós, o Jurue- na e Teles Pires, incluamos também outros afluen- tes, particularmente na Bacia Amazônica, na Bacia do Paraná Paraguai, para que nós possamos ter um sistema hidroviário, que é o sistema mais econômico e de menor consumo de energia entre os meios de transportes disponíveis.

A segunda lembrança que faço, Sr. Presidente, é o Projeto de Lei que eu tive oportunidade de apre- sentar aqui no Senado, nessa Legislatura e que já foi encaminhado para a Comissão de Infra-Estrutura, e designado Relator Senador Delcídio Amaral, sobre um projeto de construção de eclusas, para viabilização dessas hidrovias. Nós temos uma dívida, que é uma bacia hidrográfica, uma das mais volumosas e mais ricas do mundo, no entanto, com determinados pontos críticos constituídos por cachoeiras e corredeiras, que impedem a navegação. A simples construção de eclu- sas, fará com que esses rios se transformem em rios navegáveis, ou seja, hidrovias, e dê uma grande con- tribuição para um sistema viário mais econômico, para o transporte de bens e de pessoas no nosso país.

Exemplifico com o Tapajós, Teles Pires e Jurue- na, que aqui está sendo introduzido no plano, há uma corredeira na região de Itaituba, a 300 quilômetros do rio Amazonas, que impede toda a navegação do rio. Então essa iniciativa de incluirmos o rio, aqui nessa reunião de hoje, do Plano Nacional de Viação no Sis- tema Hidroviário Nacional, ela tem como consequência a necessidade de se construir a Hidrovia no Tapajós para que nós possamos provocar a navegação de cerca de 2.000 km de rios no Brasil incluindo Teles Pires e Jurue- na.

Eu quero também apelar a V.Ex^a, que essa tra- mitação de um programa de construção de eclusas, possa ser realmente desenvolvido da forma mais expe- dita possível. Porque não temos só o caso do Tapajós e de Jurue- na, temos o caso das hidrovias do Madeira e do Alto Madeira e dos seus afluentes. O PAC, que é o Programa de Aceleração do Crescimento da Eco- nomia, traz a construção de duas hidrelétricas no Ma- deira, a hidrelétrica de Jarí e a hidrelétrica de Santo Antônio, se essas hidrelétricas forem concluídas, sem a previsão das eclusas, então nós vamos condenar a navegabilidade do Madeira, estamos destruindo uma dívida, que é o Madeira, afluente principal do Solimões,

para gerar o rio Amazonas, que vai fazer com que nós possamos, ao invés de condenar essa navegabilida- de do rio, nós possamos prever a construção da eclu- sa, tal como nós fizemos em Tucuruí, no Tocantins e Araguaia, prever a construção da eclusa no Jari e no Santo Antônio, corredeiras do Rio Madeira, para que assim nós tenhamos condição de conseguir obter no país um sistema hidroviário nacional desejado.

Se isso for feito e esse programa for desenvolvido, Sr. Presidente, em algum tempo, nós teremos um rico sistema hidroviário, correspondente talvez a 70% da malha rodoviária principal do país, e damos um salto de qualidade no nosso sistema de transportes, produ- zindo eficiência e economia nos cursos de produção e de fluxo de produção no nosso país. Queria trazer essas duas lembranças a V.Ex^a, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PE- RILLO (PSDB-GO): A presidência acolhe a manifes- tação, sempre muito pertinente de V.Ex^a, e informa a V.Ex^a que tão logo seja concluído o Relatório de parte do Senador Delcídio Amaral, em relação ao projeto que determina, que caracteriza como serviço público a ope- ração de eclusas, de iniciativa de V.Ex^a, nós incluiremos na pauta, e vamos dar a máxima celeridade possível à apreciação e deliberação dessa Comissão.

Quanto ao Plano Nacional de Viação, eu gostaria de solicitar à Secretaria, providências urgentes no sentido de trazer, avocar para a Comissão, o Plano Nacional de Viação, que já se encontra em tramitação nessa Casa, conforme bem lembra o Senador Eliseu, há 12 anos. Eu solicito que sejam adotadas providên- cias ainda hoje, para que a gente possa propor a avo- cação do Plano Nacional de Viação.

Com a palavra o Senador Flexa Ribeiro.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): O Se- nador Eliseu Resende tem toda razão, existem vários projetos aqui no Congresso que visam evitar a cons- trução de barragens sem as eclusas. Não sei por que esses projetos, Senador Eliseu, eles estão parados na Câmara, não tem andamento. Eu não entendo, eu não entendo isso. Isso deveria ser uma condição ne- cessária para que qualquer barragem só pudesse ser executada com as eclusas que possibilitassem a na- vegação. A hidrovia do Rio Madeira hoje funciona, já está funcionando, já está escoando a produção de soja, não acredito que se faça as barragens, as hidrelétricas sem que se faça as eclusas. Eu estou de acordo, acho que nós temos que acelerar e conseguir que isso se resolva de uma vez por todas.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PE- RILLO (PSDB-GO): Não havendo mais nada a tratar, encerro a presente sessão e convoco outra em caráter extraordinário para a próxima semana.

Sessão encerrada às 11h17

**SECRETARIA DE COMISSÕES
SUBSECRETARIA DE APOIO ÀS COMISSÕES
PERMANENTES
COMISSÃO DE SERVIÇOS DE
INFRA-ESTRUTURA**

ATA DA 15ª REUNIÃO (EXTRAORDINÁRIA) DA COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 27 DE JUNHO DE 2007.

Às onze horas e oito minutos do dia vinte e sete de junho de dois mil e sete, na sala 7, da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência em exercício, do Senador **EXPEDITO JÚNIOR**, reúne-se a Comissão de Agricultura e Reforma Agrária do Senado Federal, com a presença dos Senadores: **ANTÔNIO CARLOS VALADARES, PEDRO SIMON, CÉSAR BORGES, JONAS PINHEIRO, KÁTIA ABREU, FLEXA RIBEIRO, MARISA SERRANO, OSMAR DIAS AUGUSTO BOTELHO, VALDIR RAUPP, EDISON LOBÃO E MARCONI PERILLO**. Deixam de comparecer os Senhores Senadores(as): Sibá Machado, Delcídio Amaral, João Pedro, Joaquim Roriz, Leomar Quintanilha, Neuto de Conto, Heráclito Fortes e Cícero Lucena. Havendo número regimental, é declarada aberta a reunião, dispensando-se a leitura da Ata da reunião anterior, que é dada como aprovada. O Senhor Presidente em exercício, Senador Expedito Júnior, informa que a presente reunião destina-se à realização de audiência pública de acordo com a seguinte pauta: Item Único - Audiência Pública, com a finalidade de discutir os índices de produtividade rural, conforme o **REQUERIMENTO Nº 13 DE 2007 - CRA**, de autoria da Senadora Kátia Abreu, aprovado em 13/06/2007, com adendo do Senador Sibá Machado, com a presença dos seguintes convidados: **Sr. Leônicio Brito** - Presidente da Comissão Nacional de Assuntos Fundiários da CNA; **Sr. Elizeu Alves** - Assessor do Diretor-Presidente da Embrapa; **Sr. Guilherme Delgado** - Técnico de Planejamento e Pesquisa do IPEA; **Sr. César José de Oliveira** - Diretor de Desenvolvimento de Projetos de Assentamento do INCRA. **EXTRA-PAUTA: REQUERIMENTO Nº 14, DE 2007 - CRA**, de autoria do Senador João Ribeiro e do Senador Expedito Júnior, que requerem seja realizada audiência pública para contribuir com o debate e instrução do Projeto de Lei do Senado nº 260, de 2007, que institui a Política Nacional de Integração Lavoura-Pecuária, com os seguintes convidados: **Dr. José Roberto Rodrigues Peres** - Gerente-Geral da Embrapa; **Dr. Luiz Carlos Balbino** - Gerência de Planejamento e Negócios da Embrapa. Resultado: **Apro-**

vado. Será cumprida a deliberação da Comissão. Após a exposição dos Senhores convidados, fazem uso da palavra para tecerem comentários sobre os assuntos abordados, os seguintes Senadores(as): Kátia Abreu, Marisa Serrano, Osmar Dias e Jonas Pinheiro. **RESULTADO: AUDIÊNCIA PÚBLICA REALIZADA.** Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às treze horas e vinte e três minutos, lavrando eu, Marcello Varella, Secretário da Comissão, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, conjuntamente com a íntegra das notas taquigráficas. – Senador **Expedito Júnior**, Presidente, em Exercício da Comissão

15ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA.

REALIZADA NO DIA 27 DE JUNHO DE 2007, ÀS 11 HORAS E 07 MINUTOS.

SR. PRESIDENTE SENADOR EXPEDITO JÚNIOR (PR-RO): Havendo número regimental declaro aberta a 15ª Reunião da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária do Senado Federal da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura.

Requeiro a dispensa da leitura da Ata da reunião anterior que com a anuência do Plenário é dada como aprovada.

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, informo que foi apresentado o Requerimento de nossa autoria e de autoria do Senador João Ribeiro para a Audiência Pública a fim de instruir o Projeto de Lei do Senado nº. 260/2007 que institui a Política Nacional de Integração a Lavoura, Pecuária. Desta maneira, com a anuência da Comissão vou colocar o Requerimento que encontra-se sobre a bancada em votação.

Antes de colocar em votação eu gostaria só de fazer um comentário, que eu tenho certeza que os Senadores dessa Comissão, principalmente o Senador Jonas Pinheiro, a Senadora Kátia Abreu, o Senador Osmar Dias e tantos outros Senadores importantes dessa nossa Comissão, poderão estudar esse projeto e oferecer Emendas para aprimorá-lo, de modo que o Brasil possa ter uma política consistente de integração entre a lavoura e a nossa pecuária. Então foi nesse sentido que eu apresentei este Requerimento para que nós pudéssemos aprofundar um pouquinho mais. E cumprimentar também a iniciativa do Senador João Ribeiro, que é o Relator do projeto, no sentido em convidar a EMBRAPA para que possamos discutir nessa Comissão a instituição da Política Nacional de Integração Lavoura e Pecuária. Em votação o Requerimento então do Senador João Ribeiro, que também

foi assinado pelo Senador Expedito Júnior. Os Srs. Senadores que concordam permaneçam como se acham. Aprovado. Será cumprida a deliberação da Comissão.

A presente reunião destina-se à Audiência Pública com a finalidade de analisar e discutir os índices de produtividade rural em atendimento ao Requerimento nº. 13/2007, de autoria da Senadora Kátia Abreu. Com o adendo do Senador Sibá Machado, aprovado no dia 13 de junho deste mês. Sobre a Mesa Ofício 385/207 datado de 25 de junho da Sr^a. Lucimeri Selivon, Chefe de Gabinete da presidência do INCRA, a qual lamenta o não comparecimento do Sr. Presidente, tendo em vista o lançamento do Plano Safra da Agricultura Familiar 2007/2008 que ocorrerá hoje às 11h30. Entretanto indica o seu representante. Esta reunião tem a presença dos seguintes convidados. Que desde já convido para compor a Mesa. Sr. César José de Oliveira, Diretor de Desenvolvimento de Projetos de Assentamentos do INCRA. Sr. Guilherme Delgado, Técnico de Planejamento e pesquisa do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, IPEA. Sr. Eliseu Alves, Assessor do Diretor Presidente da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária-EMBRAPA. Leôncio de Sousa Brito, Presidente da Comissão Nacional de Assuntos Fundiários da Confederação Nacional de Agricultura e Pecuária do Brasil.

Com a palavra o Sr. César José de Oliveira, Diretor de Desenvolvimento de Projetos e Assentamentos do INCRA.

SR. CÉSAR JOSÉ DE OLIVEIRA: Sr. Senador Expedito Júnior, Vice-Presidente da Comissão, colegas integrantes dessa audiência, Sr. Leôncio Brito da Confederação Nacional da Agricultura, Sr. Eliseu Alves da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária, Sr. Geraldo Barros do Centro Especializado de Pesquisa Econômica, Sr. Guilherme Delgado, Srs. Senadores, Sr^{as}. Senadoras, colegas aqui presentes, em nome do INCRA eu quero agradecer à Senadora a oportunidade de estarmos aqui presentes para promovermos esse debate, considerando que esse tema há muito tempo merece maior discussão e maior aprofundamento. Eu peço licença ao Presidente para que possa fazer de pé a apresentação, ou quem sabe daqui sentado... Daqui mesmo resolve, né? Tá bom.

Então a Audiência Pública da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária do Senado e o tema da nossa apresentação que vai subsidiar essa discussão diz respeito aos índices de rendimento mínimo que informam o conceito de produtividade. Índice de produtividade são indicadores de rendimentos menos utilizados para aferir o cumprimento da função social na sua dimensão econômica. Considerando que a função social da

terra incorpora uma dimensão ambiental e uma dimensão trabalhista. E o índice de produtividade e índice de rendimento dialogam com a dimensão econômica. Os indicadores de produtividade medem a utilização e eficiência na exploração de produtos vegetais, extrativos vegetais ou florestais e pecuário, e tais índices são utilizados como parâmetro para o cálculo do GUT e do GEE. Respectivamente Grau de Utilização da Terra e Grau de Eficiência na Exploração. É importante destacar o art. 2º da Lei Agrária define que não perderá a qualificação de propriedade produtiva o imóvel rural que por razões de força maior, caso fortuito ou de renovação de pastagem tecnicamente conduzida, desde que devidamente comprovada deixar de apresentar os respectivos, Grau de Eficiência na Exploração exigida para espécie. Nesse caso, caso fortuito ou de força maior verifica-se quando no fato necessário o efeito não era possível de evitar ou possível de impedir sendo imprescindível a comprovação dos fatos pela INCRA, bem como considera-se renovação de pastagem o conjunto de ações tecnicamente conduzidas. Então eu quero aqui abrir um parêntese e dizer que o INCRA quando faz a classificação do imóvel, faz uma análise dos últimos 12 meses anteriores à realização da vistoria. E quando comprovado essas situações, o imóvel não poderá ser desapropriado.

A fiscalização da produtividade. O INCRA vistoria apenas as grandes propriedades que correspondem a 2% do total de imóveis rural. Nós estamos falando no universo de quase cinco milhões de imóveis que correspondem a apenas 99 mil que conforme o Censo Agropecuário 95 e 96 são classificados com grande propriedade. As informações que subsidiam o trabalho de fiscalização do INCRA no caso da produtividade são declaradas e comprovadas pelo proprietário.

Conforme... As informações que subsidiam a classificação da produtividade são declaradas e comprovadas pelo proprietário. Conforme a Constituição Federal no art. 185, inciso II, bem como a Lei Agrária de 93, a propriedade produtiva é aquela que explorada econômica e racionalmente atinge simultaneamente Grau de Utilização da Terra igual ou superior a 80% e Grau de Eficiência na Exploração igual ou superior a 100% segundo índices fixados pelo Governo Federal. O que é o GUT e o que é o GEE? Parâmetro utilizado para aferir a utilização da terra. E ele é obtido a partir da relação percentual entre a área efetivamente utilizada e a área aproveitável total do imóvel. Aqui não inclui se é área de reserva legal, preservação permanente, acesso e assim por diante. E o Grau de Eficiência na Exploração o parâmetro utilizado para aferir a eficiência na exploração da área efetivamente utilizada do imóvel rural. Os índices de produtividade que o INCRA utiliza

atualmente para aferir a classificação do imóvel por conseguinte a sua produtividade, ele tem como referência a instrução especial do INCRA que é de 1980. Nessa instrução especial traz a apuração da produtividade do imóvel rural, prevê cinco zonas de pecuária, índice de rendimento para 38 produtos vegetais, índice de lotação para pecuária e índice de lotação para sete produtos extrativos vegetais e florestais. O que deu base à construção dos índices hoje adotados foi o Censo Agropecuário de 1975. Nós estamos falando, portanto, de algo que foi construído há 32 anos atrás. Então, não é tão contemporâneo. Qual a fundamentação legal para ajuste dos índices mínimos de rendimento? O art. 11 da Lei Agrária, 8.629/93 define que os parâmetros índices e indicadores que informam o conceito de produtividade serão ajustados periodicamente, de modo a levar em conta o progresso científico e tecnológico da agricultura e o desenvolvimento regional pelos Ministérios de Estado de Desenvolvimento Agrário e da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, ouvido o Conselho Nacional de Política Agrícola.

Então, como eu me referi a pouco, os índices que o INCRA utiliza hoje para efeito de classificação da produtividade ou não de um imóvel, e, portanto, a dimensão econômica de sua função social, tem como base dados de 32 anos atrás. Para a atualização dos índices, são necessários apenas atos administrativos, uma portaria interministerial do Ministério do Desenvolvimento Agrário, e do Ministério da Agricultura pecuária e abastecimento que reajusta os índices de 38 produtos vegetais e os índices de lotação para pecuária. Quais os procedimentos que nós adotamos no sentido de construção dessa proposta? Ela foi elaborada em conjunto pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário, pelo INCRA e pelo mapa, teve uma proposta preliminar que foi elaborada em parceria com a UNICAMP, INCRA e MDA, essa proposta subsidiou essa discussão dentro do Governo envolvendo esses Ministérios e o INCRA. O ajuste dos índices ele é feito a partir das estatísticas oficiais disponíveis. No caso para a pecuária, é o Censo Agropecuário de 95/96, também nós estamos falando de algo que remete a 12, 11 anos atrás. E para produtos vegetais, a série histórica da PAM de 2000 a 2004, todas do IBGE. É importante dizer que os dados que nós utilizamos atualmente eles se refere ao Censo Agropecuário. Como nós não temos informações por estabelecimento, nós estamos utilizando a série histórica de 2000 a 2004 da Pesquisa Agrícola Municipal. E não se altera parâmetro de normas legais são atos administrativos de ajuste de índices. A partir do trabalho que nós realizamos a gente chegou a oito zonas de pecuária. E essas zonas de pecuária se distribuem nessas diferentes cores. Esse azul mais clarinho cor-

responde à zona de pecuária 1. O que significa isso? Cada hectare necessita de 03 animal para ser considerada produtiva quando analisa pecuária. Esse azul mais claro. É essa a informação. Se nós analisarmos a zona de pecuária 8, seria esse amarelo mais escuro que corresponde um hectare, 1.47 animal. Então considerando a zona menor, que é o azul mais claro, nós em dez hectares seria necessários três animais, considerando no caso de animais vacas ou bois com três anos ou mais. Essa é a referência para a zona pecuária. E ela se distribui nessas oito zonas que vai de 03 unidade animal até 1.47. O estudo que nós realizamos ela aglutina 557 microrregiões geográficas. Embora a Lei Agrária faça referência a microrregiões homogêneas, mas o IBGE não trabalha mais com microrregiões homogêneas. Por isso que o trabalho foi feito com microrregiões geográficas. E nós fizemos o agrupamento dessas microrregiões conforme a média de índice de lotação.

No caso do ajuste de índice de rendimento dos produtos vegetais. A base foi o Censo Agropecuário 95 e 96 e a PAM 2000, 2004. Qual foi o critério de ajuste? Índice de rendimento médio por Estado a partir de dados da PAM nesse período, de 2000 a 2004. Aqui nós temos um exemplo do produto desse trabalho. Índice de rendimento de produtos vegetais no caso da cana-de-açúcar. Vamos pegar aqui Alagoas. O índice atual 50 toneladas está a proposta é passar para 60 toneladas. No caso do Paraná, também cana-de-açúcar, o índice atual 70 toneladas, permanece 70 toneladas. No caso São Paulo, o índice lá de 75 era de 70 toneladas, a proposta atual 75. [soa a campainha] Então vocês...

SR. PRESIDENTE SENADOR EXPEDITO JUNIOR (PR-RO): Nós não estabelecemos o tempo para cada expositor, nós deveríamos dar 10 minutos mais 10 minutos. Pode ser isso?

SR. CÉSAR JOSÉ DE OLIVEIRA: Mais um slide encerra, Senador.

SR. PRESIDENTE SENADOR EXPEDITO JUNIOR (PR-RO): Vou conceder mais 10 minutos, a hora que V.Ex^a encerrar...

SR. CÉSAR JOSÉ DE OLIVEIRA: Obrigado.

SENADOR OSMAR DIAS (PDT-PR): Sr. Presidente, pela ordem. Se for 10 mais 10 vezes quatro, nós não conseguiremos concluir antes da Ordem do Dia.

SR. PRESIDENTE SENADOR EXPEDITO JUNIOR (PR-RO): Então mais 10 minutos.

SR. CÉSAR JOSÉ DE OLIVEIRA: Eu prometo que mais dois minutos eu concluo, porque tem mais só um slide. Mas esse slide aqui ele evidencia claramente que o que está proposto não provocará um caos na agricultura brasileira porque produtividade abaixo do que está proposto aqui evidentemente não alcançará

nível satisfatório de rendimento. E essa atividade econômica poderá estar comprometida. Então no caso da cana-de-açúcar que é uma atividade que está em evidência, no momento, esses são os índices para esses Estados e para os demais Estados aproximadamente 50 toneladas.

Para encerrar, um outro slide que traz também informação a respeito da soja. Estados de São Paulo, Paraná e Mato Grosso do Sul. O índice atual para a soja é de 1.900 quilos. A proposta é que chegue a 2.200. Não dá nem 20%. No caso do Paraná, de 1.900 a 2.500, e no caso do Mato Grosso do Sul de 1.200 a 2.200 quilos. É sabido que nas últimas décadas, especialmente no cerrado houve uma expansão substancial da soja com a produção de grãos como um todo. Então a proposta que o INCRA juntamente com o Ministério do Desenvolvimento Agrário juntamente com o Ministério da Agricultura, discutem é essa que eu apresento aos senhores e às senhoras para a discussão.

SR. PRESIDENTE SENADOR EXPEDITO JÚNIOR (PR-RO): Com a palavra por 10 minutos o Sr. Guilherme Delgado, técnico de planejamento e pesquisa do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, IPEA.

SR. GUILHERME DELGADO: Presidente da Mesa, Senador Expedito Júnior, em seu nome todos os membros demais, e os Senadores aqui presentes. E no curto período de 10 minutos vou tentar comentar um pouco a apresentação.

Vejam bem, na realidade, a Portaria que regula os índices de produtividade é a última cadeia de um edifício constitucional que começa no art. 5º. O art. 5º estabelece a função social da propriedade fundiária como a cláusula pétrea. Remete ao art. 184 a definição desse conceito. Portanto, a definição do conceito é passível de mudança, mas não o art. 5º que por sua vez remete regulamentação pela Lei Agrária. Demorou vários anos, só foi editada em 93, portanto, somente a partir de 93 é que se poderia aplicar os índices de produtividade, já que o Estatuto da Terra que a legislação anterior é pré-constitucional. Então de 94 para cá, do Poder Executivo ele está inadimplente com o princípio constitucional que legitima o direito de propriedade. Então na realidade nós estamos tratando de uma coisa que é muito importante do ponto de vista da legitimidade jurídica das relações fundiárias sem o que nós caímos no campo do interpretacionismo e, digamos, de cada um fazer o que é quer.

Então, na verdade, ao discutir, digamos assim, uma atualização de um índice de produtividade 32 anos defasado, acho que aí nós já teríamos que nos é questionar o que significa isso. Ou seja, um País que tem no seu agronegócio o motivo de tanto prestígio internacional, de penetração nos mercados externos,

não é capaz de ajustar os índices de produtividade da terra para cumprir um mandamento constitucional cláusula pétrea, sem o qual o direito de propriedade fica discutível. Então, na realidade esse é a primeira questão.

A segunda questão é que a Portaria em cogitação que acabou de ser explicada pelo colega do INCRA, na realidade ela é bastante parcimoniosa, e eu diria até que conservadora do ponto de vista de aferir as condições de rendimento físico da terra. Porque vejam bem, cerca de 3/4 das áreas dos estabelecimentos do Censo de 95 e 96 são áreas de pecuária. Apenas 1/4 são áreas de cultura. Portanto, a esmagadora maioria do território objeto de regulamentação dessa Portaria é de pecuária extensiva. Portanto, são as discussões sobre índice de lotação pecuária aquelas que realmente vão incidir e vão ter caráter realmente importante do ponto de vista da aplicação da função social. Tanto do ponto de vista do grau de utilização, como do ponto de vista do grau de eficiência. Ora, a Portaria declaradamente ela está utilizando dados do Censo de 95 e 96. Portanto, ela já estaria uma vez editada 11 anos defasada, já que nós estamos realizando nesse momento, fechando a porteira, o Censo Agropecuário de 2007, cujos dados devem ficar prontos o mais tardar até final desse ano, início do ano que vem, portanto, já informando toda uma base de atualização bem mais recente.

Então, na verdade, eu estou preocupado aqui com o tempo, porque o tempo é... O tempo é de ouro aqui. Na realidade... Mas quando tocar eu já estou com o raciocínio... Ah, cinco minutos. Na realidade, os índices de lotação que foram colocados aí são tão baixos, índice de lotação de 07, 08, 1, um ponto qualquer coisa por hectare, que na realidade uma boa norma jurídica de atualização deveria ser imediatamente editar essa Portaria e comprometer-se a divulgar publicamente dos dados do Censo de 2007, o Censo em execução, e imediatamente o INCRA atualizar esses índices. Só assim nós vamos ter condições de estar praticando uma política agrária que não é só uma política agrária no sentido de favorecer a Reforma Agrária. É uma política agrária no sentido de favorecer a produtividade e favorecer a eficiência. Porque você não pode através de processos procrastinatórios, processos que adiam permanentemente o cumprimento da função social que tem na produtividade de todos os fatores e principalmente da terra um mandamento explícito, você não pode com isso, digamos assim, favorecer o desenvolvimento econômico. O desenvolvimento econômico não se faz favorecendo atraso de relações fundiárias. Atraso de matriz técnica ultrapassada.

Então, do ponto de vista, digamos assim, propriamente técnico, eu diria que embora os índices sejam

índices de rendimento físico da terra, não sejam de todos os fatores, como é colocado aí por alguns, na realidade eles estão corretos porque o que se pede através da Legislação regulamentadora do art. 184 é que você meça a função social da propriedade pelas formas de utilização da terra. Se a terra tem baixo grau de utilização, baixo grau de rendimento, ela supostamente ela está tendo uma destinação completamente ilegítima do ponto de vista do ordenamento do direito de propriedade. Portanto, ela deveria ser objeto de taxaço ou de desapropriação. Esse é que está no texto constitucional.

Então, nós estamos discutindo índices de 37 culturas, índice de grau de utilização, de grau de eficiência econômica, mas eu chamaria atenção que o nó górdio da questão é a questão dos índices de rendimentos pecuários. São esses é que são o grande impeditivo, o grande problema de você conseguir arrecadar, dispor terras para efeito de aplicação do princípio da função social da propriedade ou para efeito de desapropriação.

Portanto, eu ainda tenho um saldo de dois minutos, mas não vou usar porque eu já dei minhas informações gerais. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR EXPEDITO JÚNIOR (PR-RO): A Senadora Kátia Abreu ela pede para que nós registramos e também já agradecemos a presença do Sr. César Ramalho da Silva... Cesário Ramalho da Silva, Presidente da Sociedade Rural Brasileira. Agradecemos a presença. Com a palavra o Sr. Eliseu Alves. Tem V.Ex^a a palavra por 10 minutos.

SR. ELISEU ALVES: Senador Expedito, Srs. Senadores, eu estou vendo aqui o Senador Jonas Pinheiro companheiro de luta há muito tempo. Nós já estamos transitando na agricultura há mais de 50 anos.

Eu quero dizer basicamente que eu tenho uma visão dos índices de produtividade da agricultura... Vão passando os slides. Do ponto de vista e que a gente tem que considerar a agricultura brasileira dos dias de hoje. A produtividade da terra, ali nós temos o índice de produtividade da terra, temos o índice de produtividade total dos fatores. Quando é que se deve usar o índice de produtividade da terra que é no fundo o que o INCRA propõe? Se deve usar o índice de produtividade da terra numa agricultura estritamente tradicional. Que usa a terra e trabalho. Eu tenho um trabalho que está sendo distribuído aí, inclusive no livro, que mostra que só nessa condição de agricultura tradicional que usa terra e trabalho, e que terra e trabalho seguem a mesma regra, a mesma proporcionalidade, o índice de rendimento da terra representa produtividade total dos fatores. O índice que mede realmente a produtividade total dos fatores, a produtividade da agricultura

é a produtividade total dos fatores, não a produtividade por hectare. Quando o Brasil tinha a agricultura atrasada na ocasião que foi escrita a Constituição de 1988 ou mesmo antes, possivelmente esse índice teria uma indicação. Mas eu insisto que o que precisa de fazer é revisar esse índice. Qualquer índice de produtividade que for utilizado permitirá o Governo a desapropriar a terra. Isso não tem segredo nenhum. Qualquer índice de produtividade ou qualquer técnica que for utilizada dentro de um determinado índice, eu vou lá permitir o Governo desapropriar a terra. O que a gente tem que fazer é o índice que esteja relacionado com aquilo que a Constituição fala. Porque a propriedade tem que ser economicamente eficiente e racional. Esse índice de produtividade da terra só dá uma propriedade economicamente, racionalmente administrada se a agricultura for uma agricultura tradicional. Numa agricultura que se sofisticou em que a terra tem uma pequena relação com o custo total, nesse tipo de agricultura a produtividade por hectare não representa o que a gente quer. O que nós estamos querendo é que os agricultores sejam bem sucedidos economicamente. Não é que tenham... Que utiliza a terra toda e que tenham uma produtividade por hectare elevada. Quer dizer, ao defender a mudança do índice de produtividade eu não estou criando empecilho para o INCRA, apenas estou querendo que se estabeleça um índice que leve os produtores a serem mais... Do ponto de vista econômico, mais bem sucedido e que não tenham tanto problema para pagar os empréstimos com o BANCO DO BRASIL. Essas produtividades altas por hectare acabam sempre levando à falência, ao contrário do que muita gente pensa. E outra coisa, a questão de usar a terra toda não é um bom indicativo nessa época de preservação do meio ambiente, quem sabe deixar uma parte da fazenda ociosa é uma coisa muito importante do ponto de vista de preservar os recursos do meio ambiente. Então eu estou defendendo um outro índice, nesse índice de produtividade total a gente pode colocar os problemas de meio ambiente, mas com isso eu não estou querendo dizer que a gente tenha que impedir que o INCRA tenha acesso às terras para desapropriar e assentar o pessoal da Reforma Agrária. Apenas eu estou querendo um procedimento que esteja diretamente correlacionado com a eficiência econômica das propriedades. Não dando uma falsa interpretação de eficiência que é o índice de produtividade da terra quando isso não é verdade e tecnicamente todo mundo sabe disso.

Vamos para frente, por obséquio. Aqui está basicamente o que nós dissemos aqui, nós vamos passar rapidamente nesse slide mostrando que a produtividade da terra só tem importância numa agricultura

tradicional. Numa agricultura mecanizada, cheia de capital, capitalizada, com tecnologia esse índice não tem importância.

Aqui está a finalidade desse índice. Penalizar as terras ociosas, penalizar o rendimento por hectare baixo porque se julga ser essa condição contrária aos interesses nacionais é ainda sinônimo de atraso. Eu não acho que rendimento baixo seja contrário aos interesses nacionais. Rendimento baixo dependendo da relação de preço de produto e preço de insumo pode ser uma decisão correta. Pode ser uma decisão correta. Não é uma decisão incorreta rendimento baixo. Quer dizer, o índice que nós estamos usando hoje... Dizem que índice de rendimento baixo é uma coisa errada. Não é uma coisa errada. Pode ser uma coisa errada se a relação de preço de produto para insumo favorecer um rendimento elevado. Mas isso é uma decisão que tem que ser tomada. E outra coisa quebrar a liderança do latifúndio, que eu não tenho nada contra isso. Eu acho que liderança atrasada tem que ser quebrada mesmo.

O ponto básico. Os índices de produtividade da terra e o grau de utilização contribuíram para a intensificação da agricultura brasileira. Intensificação em dois sentidos: com produtividade alta e utilização o máximo possível da terra. O que evidentemente pode não ser uma coisa muito boa. Pode ser inclusive uma coisa errada considerando a pressão que existe hoje para a preservação do meio ambiente.

Aqui eu estou mostrando, olha, por exemplo, o INCRA, eu já participei de reuniões, tem uma idéia de médias. Olha, o que a gente tem que saber basicamente, ali está um caso de um produto milho. Ali nós temos os decis. A questão que a gente tem que saber é perguntar se um dado agricultor pertence utilizando esse índice velho. Eu não gosto desse índice que está aí. Se um determinado agricultor pertence, por exemplo, à distribuição. Caso de milho, por exemplo, olha lá, 10% dos produtores produzem menos de 534... Eu estou usando os índices do IBGE. Na Bahia, em Minas Gerais, é 1.766, São Paulo é 2.318... Cada lugar é um índice. Então, aonde é que eu vou fazer o corte? Quem eu desejo eliminar para poder fazer a produtividade da agricultura? Isso é uma coisa arbitrária que tem que ser decidido pelo poder político. Mas provavelmente esses índices que o INCRA está propondo aqui, esteja lá no decil 60. Que seria muito interessante que o INCRA trouxesse a informação qual o decil que serve de base para fazer o corte, utilizando esse índice que não é o índice da minha escolha.

Vamos para o quadro seguinte... Esse é o mesmo quadro em outros Estados. Mato Grosso do Sul, Mato Grosso e Goiás, o próximo... Aonde é que nós temos

que escolher. Se nós formos ficar com esse índice de produtividade da terra, é importante que o INCRA adicione, aduza a informação qual é o decil que está servindo de base para fazer o corte. Isso aqui, gente, são dados do IBGE e evidentemente não são dados de produtores.

O que é que se espera de um índice de produtividade rural? Correlação elevada com a eficiência econômica ambiental. Se não tiver correlação com a eficiência econômica ambiental, o índice está ruim. E eu acho que o índice de produtividade da terra medido por rendimento e por hectare não tem essa correlação. Seja fácil de ser entendido por todo mundo, inclusive por quem vai ser desapropriado. E cursos razoáveis de operacionalização. Ou seja, não deve custar uma fortuna para ser calculado.

Eu vou mostrar aí para vocês o seguinte. Eu tenho cinco amostras, e nessas cinco amostras eu calculei a correlação entre o índice de produtividade total que realmente mede [soa a campainha] a eficiência da fazenda com o índice de produtividade por hectare. Olha aí. Vocês vêem que essa correlação vai subindo. Quanto mais atrasada é a agricultura. Quer dizer, no semi-árido da Bahia, no Vale do Gavião, nós temos uma correlação relativamente elevada. E lá da FGV que já é uma agricultura um pouco mais avançada, mas ainda bem primitiva, nós encontramos o índice de 56 de correlação. Porque mesmo aquele R quadrado explica a capacidade que o índice de produtividade da terra tem de explicar a variação do índice de produtividade total. E vocês vêem que numa agricultura mais avançada essa capacidade é muito mais baixa. Eu fiz esse estudo no Rio Grande do Sul e encontrei exatamente nessa área de unidade animal, encontrei uma correlação zero. Ou seja, não tinha nenhuma correlação entre a produtividade por hectare e a produtividade total. [soa a campainha] Eu acho que eu vou ficar por aqui, e muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR EXPEDITO JUNIOR (PR-RO): Muito obrigado. Com a palavra o Sr. Leôncio de Sousa Brito. Tem V.Ex^a a palavra por 10 minutos.

SR. LEÔNCIO DE SOUSA BRITO: Senador Expedito, companheiros que compõem a Mesa, Sr^{as}. e Srs. Senadores, colegas.

Por que a revisão dos índices, se nós temos as grandes propriedades brasileiras quanto a produtividade, 134 milhões de hectares ainda disponíveis e 58 mil grandes propriedades? Mais de três vezes a área atual de grãos.

Por que a revisão dos índices se num eventual ajuste serão atingidos do que está sendo proposto, e me causou alegria quando eu li o nosso representan-

te do INCRA colocar índices mínimos, sendo que na verdade são calculados pela média e pela mediana, pelo terceiro e sétimo decil no caso da pecuária, e nós teríamos com essa proposta mais 214 milhões de hectares nas grandes propriedades e mais 88 milhões de hectares nas médias propriedades desde que esse proprietário possua outra.

Essa é a destinação das terras brasileiras. Campos naturais e pastagens, o INCRA soma todas aquelas propriedades que está dito assim: Função principal da propriedade: Pecuária. Então, todas essas propriedades que foram somadas como pecuária estão dentro dos campos naturais que muitas vezes nem serve para pastagem e as pastagens, as unidades de conservação, as áreas indígenas, os 72 milhões de hectares dos assentamentos, 46 milhões das lavouras anuais e 16 milhões em café, cana, laranja, floresta cinco, terras devolutas de áreas inexploradas 271 milhões de hectares. O que soma a área do território brasileiro.

Isso aqui, Dr. Eliseu, vem comprovar o que o senhor afirma. Duas propriedades com a mesma área, uma com uma área cultivada de 800 hectares, com uma produção de 4.4 toneladas por hectare e a outra com produção de seis toneladas por hectare, com o índice atual de 1.9 toneladas por hectare, o critério de desapropriação diz o seguinte: Ela tem que ter 80 de GUT e 100 de GEE. As duas têm bem mais de 100 de GEE, mas a propriedade B é improdutiva. Ela tem só 70% da sua área cultivada utilizada apesar de ser muito mais produtiva do que a outra. Isso é por causa da simultaneidade que atinge o art. 6º da Lei 8.629 em que não dá ao produtor mais produtivo o direito de zelar pelo meio ambiente ou cuidar melhor da sua propriedade e de recursos naturais, como é o lógico.

A inadequação desses índices físicos, também sistemas alternativos de baixa produtividade como os orgânicos e tecnologia bista(F), branda também vão ser prejudicados. A aferição é injusta, pois apenas afere a capacidade produtiva e não a viabilidade econômica. E no caso da aferição dos índices pecuários, o parâmetro adotado é lotação animal. Unidades animais por hectare. Eu observei bem que o nosso representante do INCRA dizia animal por hectare. E não é. Hoje é unidade animal por hectare. E produtividade que nós aprendemos na escola é aquilo de alguma coisa por hectare por ano. E não cabeça por hectare. Cabeça por hectare é jardim zoológico. Aí tem várias cabeças por hectare, mas não é produtivo. E não é verdade também que em 1980 ficou definido definitivamente os índices de pecuária, porque em 2003 o INCRA até num convênio com a CNA passaria a cabeça por hectare novamente, mas permaneceu unidade animal por hectare.

Esse aqui mostra também a inconsistência de que a lotação é igual para todas as propriedades. Mas a genética das vacas é diferente. As 70 vacas em todas as propriedades têm uma produtividade completamente diferente. E outros fatores também como manejo e tecnologia podem levar, não só no caso de pecuária, mas de agricultura, também dentro da mesma área produtividade diferentes.

Esses são os fatores de conversão de cabeça e do rebanho para a unidade animal nas três regiões do País e que a gente vai ter, com certeza, uma degradação de pastagens muito grande prejudicando e muito a produção e produtividade futura como também o meio ambiente. Esses fatores de conversão têm diferença das regiões do País.

Aqui estão as zonas de pecuária que eram cinco e proposta para oito e nós vamos ver que se nós usarmos da tabela anterior de conversão, numa zona de pecuária sete, por exemplo, nós teremos quase quatro bezerros por hectare. E isso se fosse confinado. Tudo bem. Mas acontece que a pastagem ela sofre o efeito, como tudo aquilo do agronegócio, da agricultura e da pecuária é orgânico. Se você pegar uma tonelada de aço você faz tantas toneladas de parafuso. Mas você não pega uma tonelada de sementes e coloca na mesma região ou em regiões diferentes e tem a mesma produção e a mesma produtividade. Válido também para cabeças por hectare.

Agora nós vamos... Nós tivemos o cuidado de colocar cinco regiões do País para mostrar a variação da produtividade e do índice de produtividade. Em azul nós temos o atual para soja no Mato Grosso, Senador Jonas Pinheiro. E em vermelho a proposta de 2.500 quilos por hectare que é a proposta. A gente observa essa faixa verde, esses dados são da CONAB, a produção durante os anos de 87 até 2006. O que é isso? Isso é a média. Abaixo dessa faixa vermelha, nós temos uma série de produtores. Como também acima daquela pontuação verde nós podemos ter também uma série de produtores. Dez, doze, quinze produtores em cima daquela linha verde poderem puxar a média para cima. Mas quantos que ficarão abaixo já suscetíveis de serem vistoriados e desapropriados para assentamentos? Algodão em Goiás a mesma coisa, esse aí a gente nota não só variações, talvez 97, 98 seja a entrada do algodão chinês, eu não estou bem certo, mas isso mostra também questão climática e principalmente mercado e câmbio.

Pecuária agora centro-oeste, Mato Grosso do Sul. A gente vê aí a inadequação de Dourados, Paranaíba Ribas do Rio Pardo, vermelho é o proposto, azul o atual, a lotação observada e também a inadequação em Amambaí. Algumas regiões de maior aptidão

para pecuária dentro da média aparentemente estão cumprindo o índice.

Soja no Paraná, Senador Osmar Dias, aí a gente vê bem as secas que nós tivemos nesse período, 2002, 2003, 2005, soja Rio Grande do Sul, olha só que variação impressionante da produção, produtividade e a distância entre o índice proposto e o índice atual.

Milho no Paraná também. 3.200 quilos por hectare é o proposto. Atual é quase mil novecentos e pouco. Como é que está a... Porque vou repetir, essa linha verde da CONAB representa a média. E nós ouvimos a proposta do INCRA que era para índices mínimos. Então, eu fico pensando como é que nós vamos conduzir esse debate.

Arroz irrigado do Rio Grande do Sul. Agora todos nós já estamos acompanhando bem, o azul o vermelho e o verde.

Pecuária do Rio Grande do Sul, parece que... Aí nós temos, cria e cria e engorda, em Bagé, Alegrete só engorda, Bagé cria, engorda, e a gente percebe que está totalmente inadequado a lotação observada e o índice proposto muito difícil dos produtores rurais do Rio Grande do Sul cumprirem essa mudança.

Aqui nós vamos já para o norte, na parte de agricultura, soja, arroz, feijão e milho, qual é a proposta atual e o percentual de aumento que temos na proposta do MDA.

Tocantins, Senadora Kátia Abreu, olha lá a lotação observada [soa a campanha] e o proposto. São Paulo laranja, Dr. Cesário, olha como é que nós vamos ficar muito próximo do limite. Pecuária São Paulo, totalmente inadequado. Bahia, soja, a gente vê bem claramente através da planilha. Soja no Maranhão. Aqui no Ceará a diferença de 400% a mais, 265, 338, 313 nesses vários Municípios de pecuária no Ceará com a zona de pecuária atual e a zona de pecuária proposta.

Isso aqui é uma alteração arbitrária que foi feita em 2003 na Instrução Normativa nº. 11, e que muda. Antes era um bezerro uma cabeça era produtividade mínima exigida, e agora passa para... [soa a campanha]

Esse é o compromisso que foi feito entre a CNA e o INCRA para que o conceito científico zootécnico transformação cabeça por unidade animal com base na relação peso/produtividade. Muito obrigado.

Aí são os projetos de Reforma Agrária e a gente tem um milhão e sessenta mil famílias em 7.373 assentamentos, o Dr. Rolf Hackbart na Audiência Pública sobre faixa de fronteira semana passada, especificamente sobre o Paraná disse que nós já somos 72 milhões de hectares. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR EXPEDITO JUNIOR (PR-RO): Gostaria de agradecer aqui aos nossos convidados por terem cumprido aí o tempo regimental.

E passar a palavra à autora do Requerimento, a Senadora Kátia Abreu. Tem V.Ex^a a palavra.

SENADORA KÁTIA ABREU (PFL-TO): Obrigada, Sr. Presidente. Eu quero agradecer a presença dos Srs. Palestrantes. Sr. César José de Oliveira do INCRA, Leôncio Brito da CNA, Eliseu Alves, é sempre um prazer encontrar, da EMBRAPA, Guilherme Delgado do IPEA e a presença do Cesário que é o Presidente da Sociedade Rural Brasileira, a todos os técnicos que aqui se encontram, Senadores e Senadoras. Pessoal da imprensa, muito obrigada pela presença.

Eu gostaria, Sr. Presidente, de fazer algumas considerações sobre um tema tão importante para o Brasil. Eu tenho um amigo que diz que o direito de propriedade no Brasil ele está no DNA do brasileiro. Talvez seja uma das coisas mais importantes para o cidadão brasileiro, quer seja ele do campo, quer seja ele da cidade. E eu sei da alegria de qualquer cidadão ao adquirir um pedaço de terra. Seja comprando, seja herdando, seja ganhando. De qualquer forma, é um prazer imenso poder ter uma propriedade rural de qualquer tamanho que seja. Só que exatamente nesse momento quando você realiza este sonho, que é de tantos, é exatamente quando começam os nossos graves e grandes problemas, é quando você começa a atividade nesse pedaço de chão seja o tamanho que for. E as dificuldades elas estão nas estatísticas. Se nós observarmos o agronegócio que alguns poucos criticam e às vezes fazem deboche, esse agronegócio que exporta, que faz 1/3 das exportações, esse agronegócio que representa 1/3 do PIB, esse agronegócio que representa 1/3 do emprego. Ainda tem gente que debocha desse agronegócio. Mas mesmo com esses indicadores, se nós formos aprofundar na questão do endividamento rural, nós vamos achar problemas quase que insolucionáveis nessa atividade comercial. 73% da produção do País é a produção feita pelo agronegócio comercial. E apenas 23% da produção nacional está dentro da agricultura familiar.

Então esse agronegócio que por muitas vezes é debochado, com toda tecnologia, com toda eficiência, com todo o aprendizado ao longo do tempo encontra dificuldades terríveis para se manter na propriedade. Especialmente a classe média rural brasileira que disse ontem em Fortaleza no PEC Nordeste, repito aqui, essa classe média rural brasileira que está sendo expulsa do campo, especialmente ela. E não é diferente com os assentamentos da Reforma Agrária. E as pesquisas não são da CNA, não são da Sociedade Rural Brasileira. As pesquisas, inclusive uma agora pouco feita pelo próprio INCRA. Pelo próprio INCRA a FAL e a USP que diz que deve haver em torno de 70 mil lotes desocupados ou aglutinados ou em áreas não parce-

ladas. Uma pesquisa nova na UnB mostra que apenas 3% dos assentamentos no Brasil estão consolidados. Menos de 1% emancipado. Ou seja, auto-sustentável. Que ainda apenas 9% dos assentamentos do Brasil geram lucro. E hoje ainda na Folha de São Paulo um editorial da Folha questionando o custo da Reforma Agrária para o povo brasileiro comparado ao Bolsa Família e fazendo uma analogia dos seus resultados.

Nós ainda temos prontos para a Reforma Agrária a disposição do Presidente da República, nós já temos vistoriados e constatados como improdutivos, esperando o recurso tão prometido ao MST, nós temos 134 milhões de hectares à disposição do INCRA. 50 mil propriedades rurais que ainda não foram divididas, parceladas e criado os assentamentos. Eu ainda quero aqui dizer que dos cinco milhões de proprietários rurais de todo este País que ocupa metade dos 850 milhões de hectares do Brasil todo, eu quero dizer que desses cinco milhões de produtores rurais, três milhões e novecentos têm área de zero a cinquenta hectares. Eu não consigo enxergar neste País o problema fundiário que tantos outros gostam de criticar.

Se você pegar os Estados Unidos junto, a Argentina, a Austrália e o Canadá, esses quatro Países juntos eles têm dois milhões e oitocentos mil propriedades rurais. E o Brasil tem quase cinco milhões. E aqui a pesquisa encomendada pelo INCRA, pelo seu órgão que o senhor representa, diz que há certamente um passivo fundiário dentro dos projetos em que um grande número de famílias pode ser assentadas sem que a arrecadação de novas áreas tenha que ser feita. Essa pesquisa é de vocês. Eu quero daqui a pouco passar às mãos do senhor, que chama "A qualidade dos assentamentos da Reforma Agrária Brasileira", que está aqui à sua disposição.

Então diante das pesquisas de resultados com relação aos assentamentos, porque hoje vale no Brasil muito mais a quantidade de assentamentos do que a qualidade dos assentamentos. Eu já vi muitos produtores rurais terem vontade de ter muitos hectares de plantio e de ter muitas cabeças de boi. Nessa hora a gente pode falar de quantidade, mas quando falamos de seres humanos que estão sendo assentados e enfiados a qualquer preço e custo na zona rural, nós estamos falando de gente, nós temos que falar de qualidade. Não sou contra a Reforma Agrária, sou a favor de uma Reforma Agrária de qualidade. Aonde o cidadão individualmente ou em grupo tenha direito de comprar com dignidade a sua terra. Mesmo que seja subsidiada com 20, 30 anos. Mas ele tem que sentir que essa propriedade vai ser entregue e deverá ser

paga ao cidadão vocacionado que realmente tem desejo e experiência no campo.

Mas de qualquer forma, Sr. Presidente, e colegas Senadores, eu quero dizer antes de continuar a respeito dos índices, eu quero dizer que sou radicalmente contra os índices em tese. Porque eu não conheço nenhuma atividade no Brasil, nenhuma, nenhuma atividade que vive e convive com uma espada acima de sua cabeça. Eu estou acostumada a ver indústrias de carro dar férias coletivas por 90 dias, por 120 dias porque o mercado não está bom. E nada acontece com ele. Não tem nenhum fiscal do Governo que vá lá vistoriar a sua produtividade e tomar a sua indústria. Eu não conheço isso no comércio, aonde o dono do comércio tem direito de contratar mais gente em dezembro perto do natal e demitir posterior a esse período, diminuir o seu estoque. Eu não conheço nenhum órgão do Governo interferindo no comércio e medindo os índices de produtividade para desapropriá-lo.

Como disse bem o Dr. Eliseu, nós produtores rurais nós somos obrigados a ser incompetentes diante do mercado. Mesmo que eu faça uma avaliação que o meu custo de produção está mais alto do que o preço do produto, mesmo que eu verifique com as análises econômicas que hoje estão à disposição de todos nós, que o mercado não vai ser bom na próxima safra, que o dólar deverá cair na próxima safra, ou deverá subir na próxima safra, que os preços das *commodities* internacionais deverão cair. Nós não temos o direito de temos o direito de sermos capacitados. De avaliar a nossa produção de acordo com o mercado brasileiro ou internacional. Porque se eu resolver dos 80% da minha área utilizável por uma questão de inteligência e mercado e capacidade administrativa eu resolvo não produzir em 80% da minha área, mas em 50% da minha área eu recebo a visita do senhor, do INCRA desapropriando a minha propriedade rural.

Essa questão do GUT e do GEE quando o senhor fala de legitimidade, de cláusula pétrea do direito de propriedade o senhor está invertendo esse conceito. O direito de propriedade é para quem tem a propriedade, e de não de quem quer a propriedade. É cláusula pétrea, sim. Porque protege quem está na posse e no uso dela. Seja pequeno, seja médio, ou seja, grande. E não existe legitimidade no não cumprimento do GUT e nem do GEE. Porque a Constituição como o senhor disse não dita que o GUT tem que ser de 80% e nem que os índices de produtividade têm que ser de 100. Isso foi regulamentado pela Lei 8.629. Na Constituição com muita inteligência diz, sim, na Constituição o seu art. 184, que compete à União desapropriar por interesses sociais para fins de Reforma Agrária o imóvel rural que não esteja cumprindo sua função

social, mediante prévia e justa indenização em títulos da dívida agrária.

A Constituição foi tão perfeita em respeito ao direito de propriedade no seu art. 5^a que ao invés de continuar após o art. 184 definir o que seria função social, cumprimento de função social, antes de aprofundar na questão da lei e dizer quem deve ser desapropriado, ele faz uma exceção de cara no seu art. 185 e escreve: "São insuscetíveis de desapropriação para fins de Reforma Agrária a propriedade produtiva". E apenas no 186 é que ele retoma o quatro e vai estabelecer quem pode e quem não pode ser desapropriado. Tão manha importância e gravidade que isso poderia se transformar caso não ficasse elucidado como ficou na Constituição. E não define só a propriedade produtiva, mas no seu Parágrafo Único ainda diz: "A lei garantirá tratamento especial à propriedade produtiva e fixará normas para o cumprimento dos requisitos relativos a sua função social". Esse Parágrafo Único infelizmente ninguém lembrou de regulamentar.

Qual foi a infelicidade, Dr. Eliseu, que o senhor conhece tão bem com esses três artigos da Constituição? É que infelizmente a Lei 8.629 ela neutralizou a vedação constitucional. Ela neutralizou o art. 185 da Constituição. E diz na lei que para eu não ser desapropriado eu tenho que burramente cumprir o GUT e o GEE simultaneamente. O que era uma exceção que era a produtividade produtiva, misturou com o Grau de Utilização da Terra, e eu sou obrigado a fazer as duas coisas ao mesmo tempo, eu queria pedir para voltar aquela planilha que eu te mostrei aquela hora. Por favor, Assessoria. Voltar aquela planilha. E repetir o que o Léo mostrou naquele exemplo maravilhoso que está ali.

Se eu cumprir o GUT de 80%, se eu cumprir os 100% de produtividade, eu não serei desapropriado. Mas, se o Senador Osmar Dias não cumprir os 80, mas cumprir 79,5, e produzir mais do que eu, ele é desapropriado e eu não. Quando o senhor fala que o pior índice é de pecuária, o senhor tem razão. Só não tem razão em dizer que ele está atrapalhando a questão da vistoria e adquirir mais terras para a Reforma Agrária. Ele é o pior índice porque ele é imbecil. Porque na agricultura ninguém conta quantos pés de soja tem por hectare para dizer se o cidadão é produtivo ou não. Conta por tonelagem. Tá correto, tá certo. Agora, na pecuária conta por pé de boi e chifre de boi e rabo de boi. Porque eu posso na mesma forma daquele exemplo que está ali, eu posso ter quatro vacas por hectare e produzir 40 litros de leite que eu sou desapropriada e ele que tem 10 e produz só 10 litros de leite cumprindo o GUT e o GEE amarrado e congelado, ele não é desapropriado e eu sou embora esteja produzindo mais do que ele

com menos vaca. É um índice inexplicável. É um índice que não mais cabe na situação do agronegócio brasileiro. Falta inteligência a esse índice. E com relação a essa miscelânea nesses dois artigos da Constituição, aonde espertamente conseguiu ser aprovado a mistura desses dois índices, nós protocolamos uma ADIN no Supremo Tribunal Federal que vocês já têm conhecimento, pedindo uma revisão dessa Legislação aonde fez letra morta o art. 185. E protocolei um Projeto de Lei que deverá ser votado nessa confissão na última hora aonde ia ser aprovado aqui, ia ser avaliado nessa Comissão, alguém puxou o projeto para CAE, mas ele deverá retornar para essa Comissão copiando exatamente a ADIN do Dr. Ilmar Galvão, e nós vamos tentar e eu tenho muita esperança que a gente possa conseguir retomar a situação da Constituição e assim nós podemos viver em paz.

Outra questão importante que o senhor disse que está à disposição do INCRA para ser vistoriado apenas 2% das propriedades rurais. O senhor só esqueceu de dizer que isso significa 120 milhões de hectares à disposição do INCRA para ser vistoriado. Embora seja 2% que o senhor tenha dito agora pouco.

Uma coisa importante que tem que ficar na cabeça das pessoas e que eu disse isso ao Ministro Reinhold Stephanes na semana passada, é que nós não podemos confundir média com mediana. Mediana é você pegar de um a dez e a linha mediana é você em cima do 4,5 como é a questão do decil e dividir metade para cá e metade para lá. Agora, média significa que eu sozinha posso está acima dos índices de produtividade puxando todos os outros Senadores com a média lá para baixo. Eu posso estar muito mais forte na produtividade e puxá-los para essa média aonde o INCRA quer jogar os novos índices. Índice tem que ser piso. Índice não pode ser teto. Porque se for teto, eu que estou produzindo bem vou colocar todos os meus vizinhos e meus colegas que estão abaixo de mim na produtividade, ao nível dessa média e vou colocar todos eles improdutivos. Vocês viram lá em várias oportunidades no Paraná, em São Paulo, em alguns lugares, que o índice está acima. Mas você pode ver em vários lugares que a qualquer transtorno que nós tenhamos, principalmente com a avaliação de um ano que o INCRA faz de uma propriedade, muitos, mais da metade nesse princípio de que eu que uso alta tecnologia posso estar puxando seis pessoas para cima, eu vou por mais de 60% dos produtores rurais podem ficar improdutivos do dia para noite após a assinatura deste Decreto.

Então eu gostaria aqui de dar a oportunidade aos nossos colegas e pedir desculpa pelo tempo que acabei de usar, mas realmente é um tema que deixa

todos nós estarecidos, indignados com essa ânsia e essa voracidade de querer desapropriar terras sem ter recurso para fazer assentamento. A tese do INCRA é: vou tomar de quem está fazendo e vou dar para quem está fazendo pior. Porque essas são as estatísticas dos assentamentos brasileiros. Embora eles não mereçam, precisam de subsídio como toda pequena propriedade no mundo inteiro. Na França, todos são subsidiados. Agora, qual é o limite do Tesouro brasileiro? Nós temos limite. Nós não temos o dinheiro francês, o dinheiro europeu, e dinheiro de primeiro mundo. Nós vamos ter que escolher se nós vamos cuidar bem dos nossos assentamentos ou se nós queremos ter um número e cuidar mal, transferindo a favelização urbana para o campo, porque o que os olhos não vêem o coração não sente. Então é muito melhor esconder os pobres no campo, no meio do mato, do que ficar todo dia passando de carro e vendo eles ali morando naquela miséria. Não é diferente. Meu Estado tem 400 assentamentos e eu conheço praticamente quase todos eles. E não conheço, infelizmente, não conheço meia dúzia que seja produtivo no meu Estado. Apesar da ajuda, da qualificação profissional, falta estrutura, falta condições de comercialização e essa ânsia inexplicável no aumento de terras a disposição da Reforma Agrária. Realmente nós vamos, eu pessoalmente não vou conseguir entender nunca o tratamento que tem sido dado ao agronegócio, esse que é debochado, mas que comparece na economia brasileira. Muito obrigado, Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR EXPEDITO JUNIOR (PR-RO): Queria agradecer a presença do Deputado Federal Dagoberto, do Mato Grosso do Sul.

Eu queria consultar aqui o nosso Plenário se nós faríamos o debate e já devolveríamos aqui a palavra individual ou se faríamos em grupo. Grupo de três?

SENADORA KÁTIA ABREU (PFL-TO): Sr. Presidente, pela ordem um minutinho. Gostaria de registrar também a presença do Dr. Ademar que é Presidente da Federação da Agricultura de Mato Grosso do Sul, que se faz aqui presente. Muito obrigado pela presença.

SR. PRESIDENTE SENADOR EXPEDITO JUNIOR (PR-RO): Está registrada a presença. Em grupo de três? Sugere aqui a Senadora Marisa Serrano. Então com a palavra a Senadora Marisa Serrano.

SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Obrigada, Sr. Presidente. Quero saudar a Mesa, cumprimentar todos os presentes, Dr. Eliseu, Guilherme Delgado, Sr. César de Oliveira, e o Sr. Leônicio de Brito que é do meu Estado, de Mato Grosso do Sul. Cumprimentar também o Dr. Ademar que preside a FAMASUL em Mato Grosso do Sul e o Deputado Dagoberto que faz parte da Comissão de Agricultura e

Pecuária da Câmara dos Deputados. É um prazer recebê-los aqui.

Eu quero dizer que não sou produtora rural. Eu quero falar aqui como uma política e como uma professora. E eu não tenho condições de entender certas coisas que estão acontecendo no nosso País. A política de Reforma Agrária a quem interessa e qual é o objetivo dessa política? É favelizar o campo, é dar condições àqueles que estão produzindo continuarem a produzir, e aqueles que estão assentados terem condições de produzir. Todos nós políticos, nenhum político seja da área da agricultura e pecuária ou não seja, como eu, nenhum deixa de conhecer os assentamentos. Todos nós conhecemos. E no meu Estado há um grande assentamento na antiga Fazenda Itamaraty. Que fica na fronteira com o Paraguai. Região de fronteira não só de faixa de fronteira, mas Município de fronteira.

Então, além de nós termos um grande assentamento, nós temos todos os problemas decorrentes de uma região situada no Município de fronteira com o Paraguai extremamente preocupante para todos nós.

Portanto, as minhas considerações vendo esse quadro que o Léo acabou de nos mostrar e equilibrando como que a gente podia ver aí o Grau de Utilização da Terra e o GEE, e como que poderíamos ter índices que possam diminuir a produtividade ou dar instabilidade ao campo. Se nós estamos falando de PAC, Programa de Crescimento, se nós vamos falar em desenvolvimento da indústria brasileira, o crescimento, o desenvolvimento do povo, a aquisição pelo povo das riquezas nacionais, se nós queremos que o povo brasileiro cresça, se desenvolva, tenham oportunidades, então nós temos que tomar uma atitude neste País que seja coerente. E aqui eu não estou falando como produtora rural porque eu não tenho um metro de terra. Eu não posso admitir que a gente nivele por baixo aquilo que nós devíamos nivelar por cima. Eu quero os assentamentos brasileiros em condições de produzirem. Eu não quero assentamento brasileiro como nós temos na Fazenda do Itamaraty, que está se tornando âmbito de prostituição, de drogas, de corredor de drogas, que estão diuturnamente fechando as nossas estradas, pedindo dinheiro para poder passar, quer dizer, a instabilidade que nós estamos criando nesse País é um absurdo.

Então eu quero que o dinheiro do INCRA, que aquilo que foi feito para os assentamentos seja para garantir aos assentamentos que nós temos nesse País, que eles sejam produtivos e que dêem ao homem que está sentado condições realmente de gerar riqueza e renda e principalmente a felicidade daqueles que estão lá.

O que eu vi esses dias na estrada que demanda Campo Grande é um absurdo! É um absurdo! Um acampamento que se predispõe ao assentamento colocar as criancinhas na carteira escolares na frente dos adultos, atrás, e isso foi um desrespeito ao Estatuto da Criança e Adolescente. Eu disse ao Governador que tínhamos que entrar na justiça e entramos em Mato Grosso do Sul a esse respeito, porque é um absurdo usarem as nossas crianças como boi de piranha, como aqueles que estão na frente de uma guerra. Isso não existe! Isso é nós estarmos contra tudo aquilo que nós estamos pregando em termos de direitos humanos, de um Estado de Direito, de um Estado Democrático, de um Estado que tem à frente de tudo o valor da cidadania.

Portanto, eu vim aqui hoje, Kátia, e a todos nossos companheiros Senadores, fazer esse meu protesto. Não vou discutir índice de produtividade porque não tenho condições reais para isso. Eu posso dizer o seguinte, eu estou nessa Comissão porque eu sei que meu País precisa sim, se quer crescer, se quer ter um PAC de desenvolvimento e crescimento principalmente nesse País precisa apostar em quem produz. E eu sei quem produz no meu Estado. Então eu estou aqui por isso. Estou aqui também para dar a contra-face a essa produção. Que não seja uma produção a toda prova. Eu não quero que os produtores rurais do meu Estado produzam em detrimento da vida e das condições de trabalho exequíveis e boas do trabalhador de Mato Grosso do Sul e do País.

Portanto, eu quero ser aqui se por possível um fator moderador. Que continuemos produzindo, mas possamos dar ao homem que está na terra que tenha meios de sobrevivência e com qualidade.

Então eu termino minha falar, Sr. Presidente, dizendo aqui que eu não quero ver o campo empobrecendo. Eu quero que os produtores continuem a produzir, mas eu quero uma Reforma Agrária que tenha um foco voltado para aqueles que lá estão assentados e que não tenham a mínima condição de produzir com dignidade e dar aos seus filhos dignidade também. Eram minhas palavras. Muito obrigada.

SR. PRESIDENTE SENADOR EXPEDITO JUNIOR (PR-RO): Próximo orador inscrito, Senador Osmar Dias.

SENADOR OSMAR DIAS (PDT-PR): Sr. Presidente, senhores convidados, eu e o Senador Jonas Pinheiro fizemos questão de pegar um autógrafo do Dr. Eliseu Alves no livro de sua autoria pelo que ele representa para a história da agricultura brasileira.

Eu era estudante de agronomia e o Dr. Eliseu Alves já era Presidente da EMBRAPA, um de seus criadores. E pela importância que tem a EMBRAPA

para a agricultura brasileira, pela importância que tem a EMBRAPA para o desenvolvimento econômico e social do País, acredito que o Dr. Eliseu Alves, além de ser uma das maiores autoridades para se falar em produtividade agrícola, porque a EMBRAPA é a grande responsável pelo crescimento de qualidade da agricultura brasileira, o Dr. Eliseu Alves deveria ser respeitado e homenageado por onde passasse. Porque ele, sem dúvida nenhuma, foi um dos artífices da maior empresa de pesquisa agropecuária do mundo que é dispensada pelo próprio Governo na hora de aferir os índices de produtividade.

Eu faço aqui, acho que em nome de todos os Senadores uma homenagem ao Dr. Eliseu Alves que deveria ser sempre lembrado... [palmas] pelo que ele representa para o Brasil. Talvez o próprio Eliseu Alves não tenha refletido ainda sobre o seu significado para o País. Então eu estou só lembrando porque o senhor significa muito. Principalmente para minha geração que aprendeu muito com o senhor.

Mas, eu gostaria também de dizer ao representante do IPEA que não é aqui apenas que o tempo vale ouro. Deveria ser em todas as repartições públicas do Governo. Deveria ser em todos os órgãos públicos para acabar com a burocracia e o péssimo atendimento que se dá à sociedade brasileira, porque tem gente que pensa que as pessoas têm todo o tempo do mundo para ficar ouvindo aquilo que nós já sabemos que vamos ouvir.

Então, vamos dispensar a ironia que o senhor me dirigiu quando eu disse aqui que o tempo de cada um era dez minutos, porque a sua ironia é muito menos importante do que o assunto que nós estamos discutindo aqui. O senhor veio aqui discutir um assunto respeitando os Senadores. E eu espero que o senhor faça isso pelo menos da próxima vez. Porque hoje o senhor deixou de me respeitar quando eu pedi que cortasse o tempo e o senhor fez a ironia dizendo que o tempo aqui pelo jeito vale ouro, e não precisa ser muito inteligente, Sr. Guilherme, para entender que o senhor fez ironia. Comigo não. Não pega a ironia. Vamos conversar sério.

O senhor disse aí uma... Fez uma afirmação completamente absurda. Tão absurdo quanto a sua ironia. Dizer que é discutível a legitimidade dos títulos de propriedade enquanto não se corrigir os índices de produtividade. Eu jamais pensei que fosse ouvir tamanha barbaridade numa Audiência Pública para discutir um assunto tão sério. Essa é uma barbaridade o que o senhor acaba de dizer. Colocar em dúvida a legitimidade do direito de propriedade, e colocando isso em analogia com o índice de produtividade que foram calculados levando-se em conta parâmetros que não

tem nada a ver com a realidade brasileira, que não tem nada a ver com a realidade do campo. Talvez por pessoas que nunca tenham tido um contato com uma lavoura de soja, uma lavoura de cana, uma pastagem bem cultivada ou má cultivada. Enfim, parâmetros teóricos que podem deflagrar conflitos sociais nesse País se nós não considerarmos a realidade que se impõe sobre a agricultura brasileira. Eu tenho o direito de pensar que com essa proposta que está sendo feita aqui, sem levar em conta um debate maior com segmentos da sociedade que se organizaram ao longo dos anos para representar o setor produtivo, eu tenho o direito de pensar que o Governo já instituiu o seguro rural, o seguro de renda. Já instituiu a garantia de preços menores, já instituiu e cumpre a garantia de preços menores. Porque parece que quando se propõe essa correção sem critérios dos índices de produtividade, nós estamos considerando que o Governo cumpre todas as suas obrigações com o setor produtividade, e que pode ele, portanto, cobrar do setor produtivo esses índices que está impondo. Talvez se levasse em conta os estudos da EMBRAPA e não da UNICAMP, porque não dá para entender porque, e essa é uma pergunta que eu faço ao representante do INCRA e do próprio IPEA que pode responder, por que se dispensou os estudos e todo o patrimônio de conhecimento que a EMBRAPA guarda para se valer da UNICAMP para aferir índice de produtividade da pecuária? Essa é uma pergunta que eu gostaria de saber a resposta. Por que dispensar a EMBRAPA que é respeitada por todos?

Segundo. A questão do estabelecimento dos índices de produtividade já se comprovou ali pela tabela que Leônicio mostrou e pelas afirmações feitas pelo nosso digno representante aqui da EMBRAPA, o Eliseu, que é impossível você não considerar a modernização das técnicas que são colocadas em prática na agricultura. Quando você dispensa a produção de quilos, ou de litros de leite ou de quilos de carne para dar como referência unidade animal, você está pedindo para o produtor colocar um monte de gado sem nenhuma genética no lugar daqueles que poderiam estar oferecendo uma produtividade muito maior, porque está completamente equivocado essa base de cálculo do índice de produtividade da pecuária. Isso a gente fala há 20 anos e novamente estamos vendo esse erro sendo cometido.

Terceiro. Eu gostaria de saber se no caso em que o produtor compra os insumos pagando 3,10, valor do dólar e vendo a sua produção no ano seguinte ele estará capitalizado o suficiente, eu gostaria de fazer essa pergunta para o representante do IPEA, se ele acha que o produtor que comprou os seus insumos e compôs o seu custo de produção a 3,10 o dólar e

vende a safra a 2,40, se ele está devidamente capitalizado para investir em produtividade no ano seguinte e conseguir esses índices. Essa pergunta eu gostaria que fosse respondida.

A outra pergunta que eu deixo, se os senhores sabem que numa microrregião até numa propriedade que é vizinha de outra, uma propriedade pequena mesmo, que seja de 50 hectares, muitas vezes pode aquela propriedade receber uma manga de chuva que a gente chama, e toda a vizinhança não. Aquela propriedade teve no momento do ciclo de desenvolvimento da cultura uma condição de clima ótima. Choveu ali. Mas nos vizinhos não e os vizinhos não conseguiram a produtividade. E de repente aquela propriedade que foi beneficiada pelo clima vai embasar o cálculo daquela região e vai fazer com que todos os seus vizinhos estejam comprometidos em relação ao seu índice de produtividade. Agora, por exemplo, no Paraná se plantou o milho safrinha. Há casos em que na mesma propriedade a lavoura, o mesmo talhão da lavoura num lugar queimou e no outro não em função do movimento dos ventos porque não foi uma geada de formação, foi uma geada de vento. Geada negra que a gente conhece tecnicamente. Não foi uma geada de formação de gelo. Então esses pequenos detalhes influenciam demais o índice de produtividade de uma propriedade que pode, se comparado com a do vizinho sair perdendo e muito, mesmo que eventualmente aquele produtor tenha investido mais para obter mais produtividade. Essa é uma pergunta que eu deixo. Se isso vai ser considerado pelos cálculos médios que os senhores estão fazendo.

E outra pergunta que eu deixo ainda, na questão da produtividade do Paraná. Se o INCRA ou o IPEA ou quem quer que seja fez um levantamento da média obtida porque eu vi esse gráfico colocado pelo Leônicio aqui, da média obtida pelas propriedades, e o que significa, qual é o número de produtores que ficaram abaixo dessa média e eu vou dar, não precisa ser um ano, não. Eu vou dar cinco anos. Pega os últimos cinco anos e inclusive este que se considera um ano de boa safra, pega os últimos cinco anos e vejam se o Paraná conseguiu. Aliás, qual é o percentual de produtores que conseguiram a média exigida pelo INCRA que passa a ser de 2.500 quilos por hectare que no meu cálculo aqui dá em torno de cem sacas por alqueire paulista, o que é uma média de produtividade que precisa correr tudo bem para o sujeito conseguir tendo investido muito para conseguir. Não vou nem chegar onde chegou a Senadora Kátia Abreu, para fazer aquela consideração que quando não vai bem para pequena empresa, para média empresa, qualquer que seja o ramo de atividade, ela repetir o pé, como se diz na linguagem

popular, ela retira os investimentos, passa a produzir menos para se adaptar e esperar o mercado voltar a normal. O produtor não tem esse direito, não vou nem chegar a isso, mas gostaria que essas perguntas que fiz fossem respondida porque é impossível não considerar esses fatores que interferem na produtividade e na vida dos produtores rurais. Quando se fala que o produtor tem que buscar esses índices de produtividade, parece que o Governo considera que os produtores estão capitalizados suficiente para comprar adubo sem que o Governo interfira no mercado dos insumos que neste ano tiveram crescimento médio, só os adubos de 44% sem nenhuma justificativa porque o dólar caiu, o câmbio se desvalorizou, o dólar se desvalorizou em relação ao real, e a referência que sempre foi o dólar para calcular o preço dos adubos porque são componentes importados, acabou não valendo mais. Então este ano, por exemplo, quem é que garante que os produtores vão usar a quantidade de fertilizante adequada para produzir? E se eles não usar vai cair a produtividade? Claro que vai cair. Quem é que garante que eles vão usar? Porque uma tonelada de adubo subir 44% sem nenhuma preocupação do Governo, quer dizer, o Governo não se preocupa que o adubo cresceu 44%. Mas ele quer obrigar o produtor usar a quantidade adequada de adubo para ter aquela produtividade.

Eu gostaria de deixar essas colocações que elas fossem respondidas. Obrigado, Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR EXPEDITO JUNIOR (PR-RO): Nós temos mais um Senador inscrito. Então eu gostaria de passar a palavra já em seguida e aí já devolveríamos aqui a palavra para que vocês pudessem então responder aí as perguntas dos nossos eminentes Senadores.

Passo a palavra, então, ao nosso quarto Senador de Rondônia, ao Senador Jonas Pinheiro.

SENADOR JONAS PINHEIRO (PFL-MT): Muito obrigado, Presidente. Prezados companheiros Senadores. Eu também quero me referir aqui ao Dr. Eliseu, como foi dito pelo Senador Osmar Dias. Dr. Eliseu que eu ainda conheci muito jovem no trabalho de extensão rural lá pelos idos de 62, 63, 64. Nós formamos uma amizade muito duradoura e permanente em função das razões já expostas aqui pelo Osmar.

Senhores palestrantes, esta Casa está de fato preocupada com o índice de produtividade. Se a questão técnica dos índices já traz essa discussão bem pesada, imagina quem serão aqueles que vão executar no campo a tarefa de ver o GUT ou GEE. Será que todas as intempéries serão levadas em consideração?

Leônicio, você conhece muito bem o sul do Mato Grosso como é uma região extremamente produtiva,

mas algum tempo atrás as doenças, a ferrugem nesses dois últimos dois anos caiu a produtividade da soja que geralmente era 40, 50 sacos por hectare, baixou para 15, 20 sacos por hectare. Como é que vamos aferir isto? Regiões no meu Estado que era a região com constâncias do clima e do regime pluviométrico, passaram a ter secas violentas que também contribuiu com a queda de produtividade das nossas lavouras. Se a seca traz esse prejuízo, o excesso de chuva também traz. Porque o agricultor planta, consultiva, faz o extrato cultural tudo direito, e na hora de colher não consegue colher porque a máquina não entra no campo.

Então nós temos uma série de considerações que o simples número que nós vimos aqui não vai regular esse índice de produtividade e por isso que eu disse, preocupa quem vai ser o aplicador dessas normas.

Daí, Dr. Leônicio, nós esperamos que esses índices possam ser os mais flexíveis possíveis para enquadrar em todas essas condições. Enquanto nós aqui aprovamos a lei, a Lei da Reforma Agrária, esses índices todos foram discutidos e especificados. A média não pode ser de 12 meses. A média tem que ser no mínimo três anos. Enfim, já que nós estamos aqui com um técnico do IPEA e técnico do INCRA, nós queremos discutir mais esse assunto e não há outro lugar melhor para se discutir do que no Congresso Nacional particularmente na Comissão de Agricultura de Senado Federal. Eu como sou profissional da área, sou técnico agrícola, comecei pelo INCRA, na época não era INCRA, na época era Serviço Social Rural, na época era INIC, passei pela SUPRA, fui preso pela revolução, de forma que eu gostaria de discutir muito bem esse assunto. E sou como disse o Dr. Eliseu, extensionista rural desde 1964. Portanto, nós estamos aqui a disposição para discutir esse assunto. Obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR EXPEDITO JUNIOR (PR-RO): Atendendo aqui um pedido da Senadora Kátia Abreu, nós vamos conceder por dois minutos a palavra ao nobre Deputado do Mato Grosso do Sul, Deputado Dagoberto, do PDT.

DEPUTADO DAGOBERTO NOGUEIRA (PDT-MS): Queria agradecer ao Presidente que me concedeu a palavra. É que eu examinei e fiquei ouvindo quando a Senadora Kátia e o Senador Osmar Dias fez as suas colocações em relação ao INCRA. E eu confesso, Presidente, que quando o Presidente Lula assumiu o Governo dele há cinco anos atrás, quase cinco anos atrás, havia uma expectativa de que a Reforma Agrária podia ter um sentido maior do que teve no passado. Podia viabilizar esses assentados. Porque a discussão lá da Reforma Agrária é de quanto que assentou. Isso que os governos ficavam comparando. Essa questão numérica. O nosso Governo assentou

tanto, o outro governo assentou tanto. Como se isso, assentasse, era o ato de fazer Reforma Agrária. E assentava e esse povo morria porque não tinha vocação, porque não tinha estrutura e a Reforma Agrária é falida nesse País. E por incrível que pareça, o Lula erra, eu sou da base do Governo. Mas erra quando põe um segmento do PT, um segmento que só tem uma verdade. Não existe outra verdade. E não aprenderam a ouvir o setor produtividade por isso que a Reforma Agrária não produz nesse País. Porque é só a verdade desse setor do PT que é estabelecida lá no INCRA. Se eles tivessem ouvido como estão ouvindo hoje, talvez esses índices seriam diferentes, teria uma compreensão por que é que uma vaca produz 12 quilos de leite a campo e outra produz um, ou dois. E por que é que a questão numérica não é tão importante? Ia entender por que é que uma soja que tem várias qualidades de soja da forma plantada, da forma colhida produz muito mais do que a outra. Mas não são capazes de ouvir. Não são capazes de entender. E por isso fixam números com uma única verdade. Que é como se tivesse guerreando com o setor produtivo.

Aí eu quero dizer, César, que essa minha crítica não é o que estamos sentindo desde o início desse Governo vem acontecendo isso. Nós temos o INCRA no nosso Estado que é dirigente pelo Bonelli que é da corrente de vocês. Mas o Bonelli ainda é uma pessoa que ouve. Ele é uma pessoa que ouve. Mas nós percebemos que a Direção Nacional do INCRA teria que se render à verdade também das pessoas que não pensam somente como vocês. E aí vocês teriam feito esses índices muito mais justos do que estão fazendo outro e com conhecimento. Isso que é importante. É vocês e o que eu estou pregando hoje. É para aprender ouvir, para não errar. É assim que eu tenho certeza absoluta que a Reforma Agrária pode acontecer e muito melhor do que hoje está acontecendo, que está uma vergonha. Vocês vão terminar o Governo do Lula e vão comparar a questão numérica com o Governo do Fernando Henrique. E vão achar até que ganhou, mas quando forem, quando a Senadora Marisa falou, lá na Fazenda Itamaraty e ver a forma com que eles estão vivendo lá, aí vocês vão ver o tanto que vocês perderam. Porque não é só com essa forma que... A verdade absoluta de vocês não pode prevalecer sobre os interesses do País. Era só isso, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR EXPEDITO JUNIOR (PR-RO): Agradecemos a participação então do Deputado Dagoberto, e na mesma ordem de inscrição dos nossos convidados eu gostaria de passar a palavra ao Dr. César Sérgio de Oliveira. Por cinco minutos.

SR. CÉSAR JOSÉ DE OLIVEIRA: Obrigado. Te-rei certamente dificuldades de conseguir responder a

todas as perguntas em cinco minutos. Eu vou priorizar as questões levantadas pelo Senador [interrupção no áudio] e pelas Senadoras que acho aí quem sabe posteriormente se tiver uma outra oportunidade as questões aqui levantada pelos colegas.

É importante destacar que a atualização dos índices é uma exigência legal. Não faz parte de uma estratégia do INCRA ou de uma estratégia do Governo para obter mais terras. Não é isso que orienta a ação do INCRA, não é isso que orienta a ação do MDA, não é isso que orienta a ação do Governo quando a gente faz essa discussão da necessidade de atualização dos índices produtividade. Porque sempre é colocado como uma contraposição de modo tal a dizer que o INCRA ou o Governo quer criar um ambiente que inviabilize o agronegócio no Brasil para aumentar a ação de desapropriação no Brasil. Acho que é importante fazer esse destaque. Depois, que os índices de produtividade foram definidos muito antes desse Governo.

Então, nós temos a compreensão que dado o lapso de tempo entre a primeira... Não atualização, mas o primeiro momento de definição dos índices e o período de aproximadamente 32 anos, nós consideramos que é razoável adotarmos esse procedimento de atualização dos índices de produtividade.

Então, primeiro fazer essa observação. Pegar então algumas questões que a Senadora Kátia Abreu levanta. A referência de custo da Reforma Agrária e o custo Bolsa Família, inclusive a Folha de São Paulo acho que ontem ou antes de ontem traz matéria sobre isso. Que esse debate ele não é um debate recente. Nós estamos tratando de uma discussão que diz respeito: Quais as ações estruturantes que o Estado brasileiro promoverá no sentido de superar os problemas que a gente traz decorrentes ainda da herança da escravidão. Acho que esse é um desafio tremendo. Ao dizer isso nós não queremos dizer que é tarefa fácil fazer Reforma Agrária. Mas nós sabemos também que a concentração da terra é um dos elementos que contribui para esse grau de pobreza. E é importante nós enfrentarmos efetivamente isso. Entendida a política de Reforma Agrária como uma ação estruturante do Estado Brasileiro... Bom o tempo vai... É essencial nós também entendermos que o Bolsa Família é uma ação emergencial e compensatória. E é essencial e necessário também que ações complementares associem a essa política para que efetivamente esses homens e mulheres que hoje dependem desse programa possa ter efetivamente condições de vida e dignidade, seja no campo seja na cidade. Qual é o custo da geração de um posto de trabalho na indústria? No comércio? E a gente sabe o custo da violência da criminalidade e da marginalidade. Eu não acho que é absurdo ou está

fora da realidade brasileira o custo de 31 mil reais para assentamento de uma família que normalmente gera três postos de trabalho.

A Senadora fez observação quanto a quantidade e qualidade que também foi um comentário do Deputado Dagoberto. Eu posso assegurar que a política de Reforma Agrária implementação no Brasil ela se articula com a política agrícola voltada para a agricultura familiar e para a Reforma Agrária que dá um passo adiante em relação ao momento anterior. [soa a campainha] Há inegavelmente uma condição melhor do ponto de vista das ações que organizam a política agrícola voltada para a Reforma Agrária e para a agricultura familiar no Brasil em relação ao momento anterior. Embora consideramos que ainda é insuficiente se pegarmos do ponto de vista do crédito destinado a esse setor, assistência técnica, as ações de educação e infra-estrutura produtiva e infra-estrutura social.

Eu percebo que há uma vulnerabilidade nesse processo como está concebido os índices que é parte da fala da senhora, Senadora, como também do Senador Osmar Dias, quando se refere à lotação pecuária trabalhar tão somente a questão da unidade animal. Certamente eu destaco esse como um dos pontos a serem discutidos e para que a gente possa dar um passo adiante. Não há nenhuma dúvida [soa a campainha] quanto a essa questão.

Em relação à utilização das médias. Eu quero aproveitar e fazer comentários à parte da questão levantada pelo Senador Osmar Dias. Qual o número de produtores abaixo dessa média, no caso do Estado do Paraná, e situação de secas e mudanças a que teve condições excepcional e a que não teve. No caso do estudo realizado por nós, ele não trata de estabelecimentos rurais. Nós pegamos informações de Municípios porque são as informações disponíveis na PAM. Então nós não temos informações do número de produtores que estarão contemplados com esse corte ou número de produtores que estarão fora pelo fato de trabalharmos com informação municipal. Agora, é importante também entender que todas as médias são influenciadas pelos extremos. Sejam as mínimas, sejam as máximas. E nós sabemos que o universo da agricultura brasileira, a agricultura familiar contribui para puxar pra baixo essa produtividade. Então esse critério que a gente utiliza ao fazermos dessa forma nós entendemos que puxa para baixo o índice que nós definimos.

Esse trabalho não leva em conta parâmetros teóricos. Observação do Senador Osmar Dias. E também a outra porque a EMBRAPA fica fora. É importante, Senador, informar que desde a década de 80 o IN-

CRA realiza esses estudos com a UNICAMP. Há um acúmulo de mais de 20 anos nesse tema.

SENADOR OSMAR DIAS (PDT-PR): Só um apartezinho, me permita.

SR. CÉSAR JOSÉ DE OLIVEIRA: Pois não.

SENADOR OSMAR DIAS (PDT-PR): Quando vocês começaram a fazer estudo com a UNICAMP, a UNICAMP não tinha nem Faculdade de Ciências Agrárias. Só fazer essa observação. Veja com que base está sendo estabelecido esses índices de produtividade. Repito, a UNICAMP, naquele ano em que vocês começaram a trabalhar com a UNICAMP [soa a campainha] não tinha Faculdade de Ciências Agrárias.

SR. CÉSAR JOSÉ DE OLIVEIRA: Bom, eu não conheço as razões que levaram o INCRA a estabelecer a parceria lá nos anos 80 com a UNICAMP. Hoje com certeza a UNICAMP é um centro de excelência sobre os mais variados temas, inclusive com análise sobre a agricultura brasileira --

SENADOR OSMAR DIAS (PDT-PR): O que o senhor pensa da EMBRAPA?

SR. CÉSAR JOSÉ DE OLIVEIRA: É uma empresa de excelência no Brasil e que é referência para a América Latina e para o mundo.

SENADOR OSMAR DIAS (PDT-PR): E por que UNICAMP e não EMBRAPA?

SR. CÉSAR JOSÉ DE OLIVEIRA: Pelo fato, repito, de já desde os anos 80 o INCRA estabelecer relações com a UNICAMP que já tinha material desde aquele período decorrentes de trabalhos realizados anteriormente. Aproveito, Senador, essa observação que o senhor faz para fazer um comentário. Por exemplo, o Dr. Eliseu Alves sabe porque participamos de reuniões juntos, sobre esse tema, na Casa Civil e na Presidência--

SR. PRESIDENTE SENADOR EXPEDITO JUNIOR (PR-RO): Vou conceder mais um minuto.

SR. CÉSAR JOSÉ DE OLIVEIRA: --que o Dr. Eliseu na verdade participou representando o Ministério da Agricultura juntamente com outros colegas do Ministério de algumas reuniões, eu não sei as razões que levaram o pesquisador a não participar posteriormente, e eu infelizmente não posso responder por ele. Mas quero de novo reafirmar que é inegável a importância e a contribuição da EMBRAPA nesse processo, mas não só nesse, como todo o processo de evolução da agricultura brasileira.

A respeito das questões, para concluir, levantadas pela Senadora Marisa Serrano e pelo Deputado Dagoberto, eu queria dizer que nós do INCRA temos todo o interesse e disposição e coloco-me aqui à disposição do senhor, como também da Senadora para tratarmos das questões relacionadas à Reforma Agrária no Mato

Grosso do Sul. Nós estamos inteiramente à disposição para que a gente possa dar um passo adiante em relação ao que o INCRA já fez naquele Estado.

Nós temos um universo de mais de sete mil assentamentos no Brasil. Quase um milhão de famílias assentadas. Não é difícil encontrarmos em algum assentamento ou em boa parte dos assentamentos problemas das mais diversas ordens. Infelizmente ocorre isso. Repito, eu coloco-me à disposição não somente do Deputado como também da Senadora como dos senhores para que esse diálogo ele tenha prosseguimento.

SR. PRESIDENTE SENADOR EXPEDITO JUNIOR (PR-RO): Nós estamos extrapolando um pouquinho aqui no horário, mas é porque o debate está sendo importante aqui nessa Comissão. É uma das comissões mais importantes, acredito, do Congresso Nacional, e nós temos usado pouco a nossa Comissão de Agricultura.

Então quero aproveitar aqui com muita honra a presença de um dos que mais entende na nossa agricultura brasileira que é o Senador Osmar Dias que defende muito aqui nessa Comissão, também o Senador Jonas Pinheiro, a Senadora Kátia Abreu que brilhantemente faz várias intervenções aqui no Plenário desta Casa, enfim, todos a todos os Senadores, Senador César que acabou de chegar e está aqui também daqui a pouco deverá fazer uso da palavra, e também ao nosso Senador Augusto Botelho.

Com a palavra então o Senador Guilherme Delgado. Perdão, pesquisador Guilherme Delgado. Cinco minutos.

SR. GUILHERME DELGADO: Dentro dos cinco minutos eu vou responder objetivamente algumas questões e não vou entrar em detalhes porque evidentemente não há tempo.

á uma questão sobre... Que acho que foi mal entendida a questão da legitimidade que levantei do direito de propriedade. Veja bem, o direito de propriedade fundiária no Brasil ele aparece pela primeira vez no art. 5º, itens... Posso estar errado, 22 e 23, que trata dos direitos e garantias individuais. Então lá está mencionado que a propriedade fundiária cumprirá a função social nos termos dessa Constituição. Então isso remete ao conceito de função social do art. 184, 185 e 186. Então o conceito ele é passível de mutação. Mas o critério da função social como fonte de legitimidade do direito, não. Portanto, quando a Constituição imprime esse caráter à propriedade fundiária ela está transitando do argumento da Lei de Terras de 1850 que considerava a propriedade uma mercadoria para o critério de bem social. Portanto, a propriedade fundiária ao cumprir um bem, uma função social, ela é um bem

social. Não estou inventando isso, [risos] isso é termo constitucional. Então o art. 184, ele é regulamentado pela Lei Agrária em 93 que cria o GUT, o GEE, etc. E o GUT e o GEE é objeto de matéria administrativa com a Portaria que periodicamente atualiza o princípio. Então quando eu estou dizendo que o critério da função social regulamentada pela instrução do Ministério, na realidade ela está numa hierarquia de normas legislativas, ela está no limite inferior, mas se reportando ao conceito de legitimidade do direito de propriedade, eu estou logicamente argumentando. Veja bem, não estou inventando nem estou criando jurisprudência. Eu estou interpretando o texto constitucional.

Portanto, o Poder Executivo ele não tem a faculdade de aplicar ou não aplicar. Ele tem a obrigação de aplicar. Agora, vamos discutir se o critério ou se os critérios de produtividade que estão sendo aplicados são aqueles mais corretos, mais expeditos do ponto de vista de aferição das condições de produtividade da terra. Nós estamos falando de produtividade da terra. Não de produtividade de todos os fatores. Isso é que o conceito constitucional se reporta à função social da propriedade fundiária. E ela remete à utilização da terra. Portanto, é perfeitamente pertinente cobrar e exigir periodicamente essa autorização.

Bom, em relação a uma pergunta específica do Senador Osmar Dias sobre a... Bom, se o agropecuarista não tem condições de intensificar o capital para obter um rendimento por hectare adequado para atender os índices ele fica inadimplente porque ele não tem capacidade de investimento? Do ponto de vista da tendência de longo prazo, sim. Ou seja, se estabelecidos e os índices de produtividade são reajustados periodicamente e não todo ano. Pelo menos em cada Censo Agropecuário deveria ser. Se o agropecuarista não tem, digamos assim, condições de investir para minimamente se adequar àqueles critérios mínimos, o que está me dizendo a legislação da função agrária? Ele está deixando de ser um bem social. Portanto, ele merece uma outra destinação. É isso. [soa a campanha] Bom, isso é a parte conceitual. Evidentemente que há várias outras questões. Eu só queria lembrar ao Senador que em absoluto não teve nenhuma ironia de minha parte em momento algum. Não é de meu perfil esse tipo de atitude. Pode ter sido interpretado assim porque na realidade no Parlamento as pessoas têm uma interpretação e uma linguagem e na área técnica acadêmica nós temos outras. Então as pessoas às vezes podem pensar que nós estamos dizendo coisas que nós não dissemos. Então o que eu disse aqui foi simplesmente isso e algo diferente não deve ser colocado como verídico.

SENADOR OSMAR DIAS (PDT-PR): Pela ordem, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR EXPEDITO JUNIOR (PR-RO): Tem V.Ex^a pela ordem.

SENADOR OSMAR DIAS (PDT-PR): Deve ser por isso mesmo porque eu acabo de ouvir uma outra barbaridade que no parlamento não estou acostumado a ouvir, que se o sujeito não tem capital para investir, ele tem que entregar a terra. Foi mais ou menos isso a conclusão aqui. Deve ser linguagem técnica que eu estou um pouco afastado dessa linguagem técnica. Porque não é possível! Se o sujeito não tem capacidade para investir, a gente tem que levar em conta que o governo não está colocando em prática políticas públicas que dêem capacidade para o produtor investir. E hoje tem um Grupo de Trabalho no Ministério da Fazenda e o Ministério da Agricultura estudando exatamente o problema de queda de renda da agricultura e o problema do endividamento. E aí ele não está na situação de não investir porque quer. Ele está na situação de não poder investir porque a conjuntura levou ele a chegar nessa situação. E por isso ele não está cumprindo a função social. E o Estado? Está cumprindo a função social com ele? Produtor? Acho que era bom raciocinar um pouco sobre isso, né?

SR. PRESIDENTE SENADOR EXPEDITO JUNIOR (PR-RO): Com a palavra a Senadora Kátia Abreu, pela ordem.

SENADORA KÁTIA ABREU (PFL-TO): Eu quero fazer um reparo, Sr. Presidente, o Dr. Guilherme Delgado disse, ele próprio cita o art. 5º da Constituição, e eu gostaria de ler apenas uma frase desse artigo. "Todos são iguais perante a lei e sem distinção de qualquer natureza garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros", e aí vai. E aí o senhor menciona que a propriedade fundiária atenderá a sua função social. Não é fundiária, não. É a propriedade, é aqui no inciso XXIII, a propriedade atenderá a função social. Não está dizendo que é fundiária, não. É qualquer tipo de propriedade. Então pelo seu raciocínio, essa e qualquer uma outra, inclusive uma indústria que não atender sua função social poderá ser desapropriada? Deveria ter índice também de produtividade e de espaço físico ocupado? É isso que o senhor quis dizer? Porque aqui diz: "A lei estabelecerá o procedimento para desapropriação, por necessidade ou utilidade pública ou por interesse social, mediante justa e prévia indenização em dinheiro, ressalvado os casos previstos nessa Constituição". A propriedade, e não especifica que é fundiária. É qualquer propriedade. Na sua avaliação é essa.

Agora, uma coisa que não pode ficar confusa na cabeça das pessoas, principalmente quem nos ouve é que o senhor está insistindo, talvez a sua forma de

dizer não está sendo clara, o senhor está insistindo em dizer que a função social ela está diretamente ligada ao espaço físico da produção. O senhor está confundindo como se na Constituição estivesse objetivando e focando esse assunto. Quem colocou espaço físico obrigatório de 80% foi uma lei. Não foi a Constituição como o senhor disse agora pouco de novo. Está na "Constituição, não fui eu que inventei". A Constituição é claríssima graças a Deus. Ela diz: "A função social é cumprida quando a propriedade rural atende - Dois pontos - Aproveitamento racional e adequado". O que é que racional e adequado tem a ver com a obrigatoriedade de produzir em 80, burramente, mesmo se eu tiver tendo prejuízo? Onde é que inventaram isso? Isso não tem lógica, não tem sentido! A própria Constituição com inteligência que teve, "racional e adequado". O que é racional e adequado? É observando mercado, preço, tecnologia, logística, que não tem nesse País. Isso que é aproveitamento racional e adequado. E não uma produção indiscriminada como o senhor está propondo que a Constituição pudesse estar falando.

Então a nossa crítica aqui, não foi o senhor que fez a lei, mas a nossa crítica é mistura e a interpretação da lei que foi absurda a proposta tão inteligente da Constituição. Mas dizem por aí que Deus não limitou a burrice, só limitou a inteligência. Obrigado, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR EXPEDITO JUNIOR (PR-RO): Antes de passar a palavra ao Dr. Eliseu, tem direito à tréplica o Dr. Guilherme.

SR. GUILHERME DELGADO: Veja bem, o que eu coloquei é tão claro, Constituição ela não trabalha com aspectos de Legislação Ordinária. Ela tem uma Lei Agrária que é a lei seis mil, duzentos e... Não me lembro agora, de 2003 que regulamentou o princípio da utilização racional e adequada. Não regulamentou a utilização das relações de trabalho nem os critérios ambientais. Isso está fora da regulamentação. Portanto, quando eu estou falando dos critérios que vão do art. 5º à Portaria isso tem uma rationale dentro da ordem constitucional. Se o Parlamento criou os critérios de GUT e GEE para aferir a utilização racional e adequada, somente uma nova lei que modifique essa poderá colocar o assunto em rediscussão. Do contrário, o Poder Executivo é obrigado, ele não tem a faculdade, ele é obrigado a executar. Senão ele está inadimplente com o princípio constitucional e com a legitimidade do direito de propriedade. É essa a minha interpretação.

SR. PRESIDENTE SENADOR EXPEDITO JUNIOR (PR-RO): Com a palavra o Dr. Eliseu Alves.

SR. ELISEU ALVES: Não tem nenhuma pergunta específica pra mim. Mas em primeiro lugar eu quero agradecer ao Senador Osmar Dias, quero transferir

os elogios que ele fez para a EMBRAPA porque na realidade eu sou um peixinho pequeno dentro da EMBRAPA. E quero reafirmar uma coisa.

Primeiro, o seguinte, esse método de calcular índice de produtividade para desapropriação vai estar errado e vai dar confusão enquanto ele estiver vigorando. Portanto, se tem que mudar a lei, eu acho que deve mudar a lei. Hoje em dia nós estamos diante de uma agricultura sofisticada e só o índice de produtividade total dos fatores que mede a produtividade de todos os fatores, não só da terra, tem condições realmente de dizer se uma propriedade está sendo bem administrada ou não. Quer dizer, do jeito que está nós vamos ter confusão porque na realidade a Constituição também fala na racionalidade do uso da terra, entende? E na realidade a lei não respeita esse princípio da racionalidade que está na Constituição.

Então eu acho que essa lei é fruto dos desarranjos que tão aí. Com isso eu não estou querendo, eu não manifestei hora nenhuma contra a Reforma Agrária. Eu não sou contra a Reforma Agrária. Eu acho que a Reforma Agrária tem o seu lugar de ser, e eu acho que dá o direito de propriedade a uma coisa importante, agora, eu estou discutindo que esse índice de desapropriação que está aí é o índice tecnicamente incorreto. E eu deixei de participar das reuniões, realmente eu participei, tive muito prazer de encontrar com o pessoal do INCRA lá, eles são muito cordiais e competentes também. Estão cumprindo o seu papel. Tive muito prazer. Deixei de participar porque não tem ambiente para se discutir essa questão. Todo mundo acha que mudar a lei é absolutamente impossível aqui dentro do Brasil. Eu não concordo com isso. Eu acho que se a lei está errada tem que ser mudada.

Segundo ponto, é o seguinte, vigindo a lei tem técnicas melhores [soa a campainha] de medir o índice. Eu estou propondo que o INCRA, por exemplo, naquela ocasião escolheu o decil 60. Ou seja, 60% das propriedades lá no caso seria dos Municípios. Mas a gente está imaginando que esses dados dos Municípios, ou seja, a viabilidade que existe dentro do Município representa as viabilidades que existe dentro das propriedades, que é questionável. Mas 60% dos Municípios não se enquadram. Tem produtividade menor. Isso é um absurdo! Como é que você vai estabelecer um índice que desapropria 60% dos agricultores? Por isso que eu estou insistindo que precisa de mostrar o decil que está servindo de corte. Esses dados que eu tive aqui são dados do IBGE. Se coloca o índice de 60, significa que eu estou desapropriando 60% dos Municípios.

Portanto, eu acho se o negócio é um negócio de eliminar quem não pertence à distribuição ficando com

esse índice no meu modo de entender completamente errado, se é um negócio de eliminar, vamos escolher o decil 10, o decil 20. Porque aí a gente está sabendo que está eliminando apenas 20% das pessoas que estão aí. Não eliminar 60% que isso não faz sentido. Mas eu repito e reafirmo. Esse índice de medir produtividade nos dias de hoje da agricultura brasileira é extremamente lamentável.

SENADORA KÁTIA ABREU (PFL-TO): Sr. Presidente, só um comentário que por favor. Eu acho que o Dr. Eliseu com a sua sabedoria tem conseguido explicar melhor do que nós toda essa situação. Agora, o que nós estamos pedindo, nós sabemos, Dr. Guilherme, acabei de dizer que não foi o senhor que fez a lei. Mas a partir do momento em que as coisas vão amadurecendo, a tecnologia vem se imprimindo e o mundo vem mudando e nós não conseguimos ainda modificar essa lei, o Governo tem o livre arbítrio de mudar os índices ou não. Então ele pode ou não mudar os índices. Tem tanta lei que deveria estar sendo cumprida e também que não está sendo cumprida. Todos os dias nós enfrentamos legislação que não se cumpre. Por que é que essa tem que cumprir a revelia e no peito e na raça? Não. Nós podemos aguardar, tem Projeto de Lei na Casa, nós vamos conseguir, eu quero pedir o apoio aqui dos colegas o Projeto de Lei que tira a simultaneidade da avaliação de GUT e GEE. Porque aí sim a propriedade produtiva não vai ser uma análise física, mas sim o índice total dos fatores como propõe o Dr. Eliseu. Quando nós conseguimos separar as duas modais que foram feitas no passado. Que na época talvez pudesse ser correta. Mas que hoje com o desenvolvimento e a tecnologia não é mais correto.

E eu gostaria apenas de dizer ao Dr. César que esse argumento não é justo para não dizer outro nome, não é justo que esse argumento de que a distribuição de terras vem minimizar a questão da escravidão e da injustiça social. Isso não é justo e não é correto esse tipo de informação para o povo brasileiro. Porque se a sua tese fosse correta que a redistribuição de terra, redivisão de terra poderia minimizar as injustiças sociais e a pobreza, qual é que o senhor acha que estaria em melhores condições? Maranhão ou São Paulo? Porque Maranhão tem 60% da população no campo, e São Paulo só tem sete. Qual é o Estado mais rico? Então, um fator não implica o outro. Por favor, não faça isso. A Europa tem 7% da população no campo. Os Estados Unidos 2. E nós 25. Quem que é mais rico, amigo? Então são teses que já caíram por terra, que já faliram. Então não é a redistribuição de terra, a redivisão de terra que vai trazer o fim da desigualdade. Por favor, acho que o senhor representa um órgão importante. Nós não podemos ficar passando para quem

nos ouve, pessoas importantes como o senhor, teses que eu tenho certeza que o senhor for refletir, nem o senhor acredita mais nelas. Obrigada.

SR. PRESIDENTE SENADOR EXPEDITO JUNIOR (PR-RO): Antes de passar a palavra para o Dr. César para a tréplica eu passo aqui a palavra por um minuto para o Senador Osmar Dias.

SENADOR ORMAR DIAS (PDT-PR): É até bom porque o Dr. César poderia explicar por que é que não há essa mesma disposição em obedecer a lei e o INCRA não faz a retificação dos títulos de propriedade da faixa de fronteira cujos processos estão nas mãos do INCRA há mais de cinco anos. Podia ter essa disposição também em cumprir a lei neste caso, retificar os títulos da faixa de fronteira.

SR. PRESIDENTE SENADOR EXPEDITO JUNIOR (PR-RO): Com a palavra o Dr. César José de Oliveira.

SR. CÉSAR JOSÉ DE OLIVEIRA: Senadora, eu respeito muito as opiniões e as posições que a senhora com tanta convicção defende não só aqui no Senado, como no Brasil inteiro em função da opção que a senhora faz. Mas, eu tenho outras convicções que não necessariamente confrontam com que a senhora tem. E para algumas pessoas podem ter caído ou estarem ultrapassadas. Eu tenho convicção que é importante, é necessário, em que pese também reconhecer que o tema que nós estamos discutindo aqui, que eu acho que tomou a maior parte desse debate, que é a Reforma Agrária, tivesse acontecido há 40 anos atrás ou há 30 anos atrás. Porque muitos dos países desenvolvidos, ou a quase totalidade, a quase totalidade desses Países realizaram Reforma Agrária. A Europa quase inteira, a América Latina nem se fala também foram vários os Países que realizaram. Fora de tempo esse debate no Brasil. Eu concordo plenamente com a senhora. É fora de tempo. Porém, eu não acho [soa a campainha] que ele não faz sentido. E o exemplo de São Paulo e Maranhão não é apenas a população rural que pode ser utilizada como elemento para explicar a pobreza do Maranhão ou a riqueza de São Paulo. Tem um conjunto de outros elementos como a senhora bem sabe que explica essa distorção que ocorre há décadas. Infelizmente, mas é assim.

Quanto às questões que o Dr. Eliseu levantou, ele participou de algumas reuniões, repito, sobre esse tema que e não foi adotado o sexto decil. Em alguns casos o terceiro, em alguns casos o quarto. Eu vou pegar o exemplo, Dr. Eliseu, do caso da soja em grão no Paraná, do Senador Osmar Dias. O terceiro decil a produtividade média em 2004 foi 2.547. O terceiro decil é 2.500 quilos. O quarto decil, 2.602. [soa a cam-

panha] O índice proposto, 2.500. Então não é verdade que foi adotado o sexto decil.

SR. ELISEU ALVES: Eu falei em alguns casos.

SR. CÉSAR JOSÉ DE OLIVEIRA: Praticamente em nenhum caso foi adotado o sexto decil para produtos vegetais.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: [pronunciamento fora do microfone]

SR. CÉSAR JOSÉ DE OLIVEIRA: Não. No caso da pecuária, a média é essa a referência.

SR. PRESIDENTE SENADOR EXPEDITO JUNIOR (PR-RO): A palavra está assegurada ao Dr. César. Depois eu passo a palavra ao Dr. Leônicio.

SR. CÉSAR JOSÉ DE OLIVEIRA: Senador, quanto à retificação de faixa de fronteira o senhor bem sabe que esse é um debate que se arrasta há muito tempo. Há divergências as mais diversas e inclusive, contraditórias. E não é um tema de fácil solução, mas o INCRA tem mostrado e tem dado provas do seu interesse e disposição em solucionar esse problema. Há no Brasil uma Legislação que regulamenta como é que deve ser feita essa ratificação. Nem sempre todos os atores envolvidos interessados nesse caso particular entendem que deve ser aplicada a legislação vigente, como também os Decretos presidenciais e normativos da AGU como assim por diante. Mas eu quero reafirmar ao senhor da disposição do INCRA especialmente no Estado do Paraná em levar isso adiante. Não há nenhuma dificuldade com relação a essa questão.

SR. PRESIDENTE SENADOR EXPEDITO JUNIOR (PR-RO): Com a palavra o Dr. Leônicio de Sousa Brito por até cinco minutos.

SR. LEÔNICIO DE SOUSA BRITO: Muito obrigado Sr. Presidente, Sr^{as.} e Srs. Senadores. Vale ressaltar que a Lei 8.629 que no seu art. 11 dá ao Ministério da Agricultura e ao MDA ouvir do Conselho Nacional de Política Agrícola de mudar os índices essa mesma lei também no seu art. 6º utiliza aquele preceito constitucional do racional e adequado. Então se o INCRA está cumprindo realmente a lei, ele tem que cumprir também o art. 6º que dá obrigatoriedade de utilização racional e adequada.

Quanto à questão dos parâmetros e da medição, do convênio que o INCRA fez através... Com a UNICAMP através da FECAMP e utiliza-se a Pesquisa Agrícola Municipal, o PAM. E essa pesquisa agrícola ela não tem caráter de censo. Ela não confere com confiabilidade. Porque são entidades públicas e privadas que são ouvidas em cada Município. E apresentam uma dispersão muito grande fazendo que a produtividade média municipal esconda na verdade, até o exemplo da chuva do Senador Osmar Dias, uma distribuição de produtividade mais equivalente, mais equânime.

Os dados utilizados são de 95 e 96, e leva à conclusão feita no convênio da UNICAMP com o INCRA que no caso das 557 microrregiões da pecuária são utilizados o terceiro decil como índice mínimo e o 7º decil como índice máximo. Aboliram aquelas médias que existiam antes, de cabeça por hectare e com isso passaram a usar esses decis utilizando unidade animal por hectare.

Então quando a gente sai de uma premissa falsa a gente normalmente chega num resultado duvidoso. Então é o que aconteceu isso e não representa a realidade da pecuária nacional hoje, como também não representa o avanço que nós tivemos no nosso País nesses últimos 20 anos.

Eu quero me somar também ao reconhecimento que todos nós brasileiros devemos ter à EMBRAPA, e afirmar que no meu Estado em Mato Grosso do Sul nós temos dois Mato Grosso do Sul. Um, antes da EMBRAPA e outro depois da EMBRAPA. E eu acredito que isso vale para o Brasil todo. E nós não acreditamos, e inclusive no nosso convênio que firmamos com o INCRA e que não foi cumprido conforme nós apresentamos na nossa exposição, nós trouxemos os técnicos renomados da EMBRAPA, gado de corte, de Campo Grande para que junto ao INCRA mostrasse a realidade da pecuária brasileira. Cabeça por hectare é uma medida de espaço físico. Não é uma medida de produtividade. Quilo de qualquer coisa por hectare é que mede produtividade, conforme nós aprendemos na escola. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR EXPEDITO JUNIOR (PR-RO): Gostaria de comunicar ao Plenário que nós tivemos uma reunião na semana passada, Kátia Abreu, Senador Osmar Dias, e nós tomamos uma decisão de buscar alguns projetos que entendemos que deveria estar sendo discutido aqui nesta Comissão e estava em outras Comissões. Por exemplo, Comissão de Assuntos Econômicos do Senado, e nós fizemos aqui sete requerimentos, onde estamos trazendo para essa Comissão para que possamos discutir aqui projetos, principalmente aqui do Senador César Borges, nós temos aqui dois projetos do Senador César Borges, Senador Paulo Paim, Senadora Serys, Senador Raupp, Pedro Simon e Senador Álvaro Dias. Agradeço aqui a presença dos nossos--

SENADOR OSMAR DIAS (PDT-PR): Antes de encerrar pela ordem. Apenas para cumprimentar a Senadora Kátia Abreu por nos dar a oportunidade de debater um assunto de tamanha importância como este [soa a campainha] com representantes de órgãos que devem debater este assunto antes de tomar qualquer decisão. Portanto, registro o agradecimento da Senadora Kátia Abreu.

SENADORA KÁTIA ABREU (PFL-TO): Pela ordem, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR EXPEDITO JUNIOR (PR-RO): Senadora Kátia Abreu.

SENADORA KÁTIA ABREU (PFL-TO): Muito obrigado, Senador Osmar Dias. Acho que a sua participação, o seu conhecimento e a sua experiência foram muito importantes para essa Audiência Pública.

Eu gostaria também de cumprimentar o Dr. Eliseu, Léo Brito que se dedica a tanto tempo a nossa Comissão de Assuntos Fundiários Indígenas da Confederação Nacional da Agricultura, ao Dr. César do INCRA, Dr. Guilherme do IPEA, o IPEA que é um instituto muito importante para o Brasil, mas especialmente o Dr. Eliseu. O senhor que tem o respeito e a gratidão da Confederação Nacional da Agricultura, especialmente nosso Presidente Antônio Ernesto, eu gostaria de público usando aqui essa Tribuna do Senado lhe agradecer por tudo que o senhor tem feito pelo nosso País.

Para encerrar as minhas palavras eu gostaria apenas de dizer que realmente muitos Países fizeram a Reforma Agrária. Só que numa circunstância e num momento colonização, num momento totalmente diferente deste momento que estamos vivendo. Pedi a Reforma Agrária hoje nos moldes e nos exemplos que aqui foram citados de que todos os Países desenvolvidos fizeram, é o mesmo que nós queremos fazer uma frota de caravelas. Naquele tempo todos os Países ricos tiveram frotas de caravelas. Foram importantes naquele momento. E nem por isso nós brasileiros temos que agora nesse momento fazer e construir uma frota de caravelas. E também quero lembrar que esses mesmos Países ricos que fizeram colonização mandaram seus pobres para outros Países. Mandaram para a Austrália, para o próprio Estados Unidos, mandaram para o Brasil, e não souberam cuidar tão bem assim como gostam de ser demonstrados quando vocês querem dizer que o mundo fez Reforma Agrária.

Mas eu gostaria, Sr. Presidente, aproveitando essa oportunidade, Senador Osmar Dias, aqui argumentar a respeito da mudança dos juros que deverão ser apresentados amanhã no Palácio do Planalto através do Plano Safra do Brasil. Estou extremamente preocupada com esses juros, Senador Jonas Pinheiro e César Borges. Quando eu olho que a SELIC caiu de 2002 a 2006, a SELIC caiu 48%. A TJLP 40, o IGP-DI 88, a valorização do real frente ao dólar 45%. A cesta-básica em 2002 em São Paulo custava 290 reais a preço de hoje. E hoje se fosse corrigir e hoje a cesta-básica está em 184. Uma redução de 12% na contribuição do nosso setor. Em 2005, o superávit na balança comercial agronegócio representou 86%, e em 2006, 93%.

Então com esses índices que nós estamos vendo, os juros e as taxas que foram diminuídas a percentuais elevadíssimos, não é admissível que a taxa de juros para o agronegócio brasileiro possa ter uma redução em torno de 15 a 20%. É inadmissível que esse setor que tanto tem contribuído com o Brasil, que deverá ser anunciado amanhã no Palácio do Planalto tem uma redução tão pequena diante da redução de outros índices que foram feitos pelo Governo e com a contribuição de transferência de renda de quase 40% no preço dos alimentos, transferência de renda para o setor urbano, para a comunidade urbana. Então nós pedimos que até amanhã, ainda dá tempo do Governo Federal refletir a respeito da diminuição desses juros porque o percentual de 15 a 20% o Governo não estará sendo justo com o agronegócio que tem contribuído tanto com a economia brasileira.

Muito obrigada, Presidente, por essa audiência, por ter marcado tão prontamente essa oportunidade, muito obrigado aos Senadores, à imprensa, a todos os técnicos aqui. Muito obrigada.

SR. PRESIDENTE SENADOR EXPEDITO JÚNIOR (PR-RO): Comunicar ainda ao Plenário que amanhã às 10h, um Requerimento do Senador César Borges, que foi propondo aqui Audiência Pública da Subcomissão do Biocombustível será feita amanhã, será realizada amanhã nesta Comissão às 10h da manhã.

Então eu agradeço aqui a presença do Dr. César José de Oliveira, representando aqui o INCRA, cumprimentar aqui também o Dr. Guilherme Delgado, representando o IPEA, cumprimentar aqui o Dr. Leôncio de Sousa Brito, que representa aqui CNA, e enfim cumprimentar aqui também o Dr. Eliseu Alves, em nome dos servidores dessa Casa, desta Comissão, em nome dos Senadores desta Comissão, fica aqui também o nosso gesto de respeito e de gratidão pelo que o senhor tem feito pela agricultura, pelo Brasil. Um grande abraço.

E não havendo mais nada a se tratar na tarde de hoje, está encerrada a presente reunião.

Sessão encerrada às 13h24

**SECRETARIA DE COMISSÕES
SUBSECRETARIA DE APOIO ÀS COMISSÕES
PERMANENTES
COMISSÃO DE SERVIÇOS DE
INFRA-ESTRUTURA**

ATA DA 16ª REUNIÃO (EXTRAORDINÁRIA) DA COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 11 DE JULHO DE 2007.

Às onze horas e dezesseis minutos do dia onze de julho de dois mil e sete, na sala 7, da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência, em exercício, do Senador **EXPEDITO JÚNIOR**, reúne-se a Comissão de Agricultura e Reforma Agrária do Senado Federal, com a presença dos Senadores(as): **SIBÁ MACHADO, ANTÔNIO CARLOS VALADARES, GARIBALDI ALVES FILHO, NEUTO DE CONTO, HERÁCLITO FORTES, CÉSAR BORGES, JONAS PINHEIRO, CICERO LUCENA, FLEXA RIBEIRO, MARISA SERRANO, OSMAR DIAS, JOÃO RIBEIRO, AUGUSTO BOTELHO, VALDIR RAUPP, MÃO SANTA E JOÃO TENÓRIO**. Deixam de comparecer os Senhores(as) Senadores(as): Delcídio Amaral, João Pedro, Leomar Quintanilha, Pedro Simon e Kátia Abreu. Havendo número regimental, é declarada aberta a reunião, dispensando-se a leitura da Ata da reunião anterior, que é dada como aprovada. O Senhor Presidente, em exercício, Senador Expedito Júnior, informa que a presente reunião destina-se à eleição do Presidente da Comissão para o período de julho de 2007/2008. **ITEM ÚNICO: ELEIÇÃO DO PRESIDENTE DA COMISSÃO PARA O PERÍODO DE JULHO DE 2007/2008**. Encerrado o escrutínio secreto, a Presidência designou os senhores Senadores Cesar Borges e Jonas Pinheiro como escrutinadores e foram computados 13 votos, sendo proclamado eleito o Senador Neuto de Conto, por 13 votos. Após a eleição, o Senador Neuto de Conto é convidado pela Mesa para assumir a Presidência da Reunião. **RESULTADO: O Senador Neuto de Conto, foi proclamado eleito, por 13 votos, para a Presidência da Comissão, para o período de julho de 2007/2008. EXTRA-PAUTA: REQUERIMENTO Nº 15, DE 2007 – CRA. ASSUNTO:** Requer, nos termos regimentais do artigo 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, seja realizada Audiência Pública perante esta Douta Comissão a fim de discutir a recuperação da lavoura cacaueteira e os recentes programas anunciados pelo Governo Federal para o setor, com a participação dos seguintes convidados: Ministro de Estado da Agricultura, Dep. Reihnold Steffhanes; Diretor Geral da Comissão Executiva do Plano da Lavoura Cacaueira – CEPLAC, Sr. Gustavo de Moura; Presidente da Federação de Agricultura do Estado da Bahia, João Martins da Silva Junior; Representante da Comissão Nacional de Cacau – CNA, José Mendes Filho; Presidente da Federação de Agricultura do Estado de Rondônia, Francisco Ferreira Cabral. **AUTOR:** Senador César Borges. Iniciada a discussão, fazem uso da palavra para tecerem considerações sobre o assunto, os seguintes Senhores Senadores: Cesar Borges e Jonas Pinheiro. Na fase de votação da matéria, a mesma foi aprovada por unanimidade. **RESULTADO:**

APROVADO, com adendo do Senador Expedito Júnior. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às onze horas e cinquenta e seis minutos, lavrando eu, Marcello Varella, Secretário da Comissão, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente, em exercício e publicada no Diário do Senado Federal, conjuntamente com a íntegra das notas taquigráficas. – Senador Expedito Júnior, Presidente, em Exercício, da Comissão.

16ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA.

REALIZADA NO DIA 11 DE JULHO DE 2007, ÀS 11 HORAS E 16 MINUTOS.

SR. PRESIDENTE SENADOR EXPEDITO JÚNIOR (PR-RO): Havendo número regimental declaro aberta a 16ª reunião extraordinária da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária do Senado Federal da 1ª Sessão legislativa Ordinária da 53ª legislatura.

Os Srs. Senadores que estiveram de acordo com dispensa da leitura de Ata da reunião anterior permanecem como se encontram. Aprovado.

A presente reunião destina-se a eleição do Presidente da Comissão, tendo em vista a vaga definitiva para o período de julho de 2007 a 2008, nos termos do art.59, §3º e art. 60 do Regimento Interno do Senado Federal.

Passamos à eleição.

Esclareço aos Srs. Senadores e Senadoras que a eleição se dará em escrutínio(F) secreto, conforme o art. 60 do Regimento Interno do Senado Federal.

Informo que o candidato à presidência é Exmo. Senador Neuto de Conto de Santa Catarina, do Partido Democrático Brasileiro, PMDB Partido do Movimento Democrático Brasileiro.

Informo aos membros dessa Comissão que a cédula de votação encontra-se sobre a mesa devidamente rubricadas. Desta forma, solicito aos nobres Senadores que retirem as cédulas e após o voto depositem na urna.

Eu vou chamar logo, o Senador Flexa Ribeiro.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Presidente, pela ordem.

SR. PRESIDENTE SENADOR EXPEDITO JÚNIOR (PR-RO): Tem V.Exa. a palavra.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Eu estou participando de uma Audiência Pública na Comissão de Ciência e Tecnologia, sobre conteúdo, áudio visual em tempo de convergência e tecnológico, mas fiz questão de vir até aqui para participar da eleição do novo Presidente da Comissão de Agricultura e quero, apesar do voto ser secreto, eu quero aqui declarar o

nosso voto ao nobre Senador Neuto de Conto, que tão bem representa o estado de Santa Catarina aqui no Senado Federal, é um Senador que tem um compromisso com a área da agricultura, conhecedor dos assuntos, como V.Exa. também, Senador Expedito Júnior, como Vice-Presidente, que vai ajudá-lo a conduzir esta importante Comissão do Senado Federal, no objetivo de consolidar e fortalecer o setor da agricultura brasileira, que é, sem sombra de dúvida, um dos pilares da nossa economia, passa por dificuldades que precisam evidentemente ser saneadas, mas nós temos um futuro, o Brasil tem um futuro promissor como produtor de alimento para saciar a necessidade mundial do abastecimento. Quero parabenizar o Senador Neuto de Conto pela, com certeza absoluta, sua eleição para presidência desta Comissão.

SR. PRESIDENTE SENADOR EXPEDITO JÚNIOR (PR-RO): Eu gostaria, Senador Flexa, de registrar aqui, que ontem nós tivemos a oportunidade, por uma Senadora, que defende muito a agricultura também, que é Senadora Kátia Abreu, e nós tivemos a oportunidade de conversar, ontem, praticamente, com quase todos os presidentes da Confederação da Agricultura do Brasil e da Federação da Agricultura, V.Exa. estava junto, teve a oportunidade também de conversar com maioria deles, e dizer que com alegria, eu convido aqui o Senador Flexa para fazer o seu voto.

Senador Jonas Pinheiro.

SENADOR JONAS PINHEIRO DA SILVA (PFL-MT): Senador Expedito, Presidente em exercício desta Comissão.

Eu também gostaria de exercer, nesse instante, o meu direito de voto e eu o faço com muito prazer, porque o Senador Neuto de Conto, eu o conheço há muitos anos, nós fomos colegas, Deputado Federal, e naquela oportunidade nós tivemos um trabalho muito intenso a favor da agricultura brasileira.

Eu quero dizer também a V.Exa. que por determinação desta Comissão, eu estou indo para o Ministério da Agricultura, para a última rodada de negociação do endividamento agrícola brasileiro, eu espero que hoje, a gente tenha um rumo final desse grave problema em que nós queremos resolver. Se a agricultura brasileira vai bem, a vida do agricultor vai muito mal, e agora nós queremos resolver o problema do agricultor, uma vez que já resolvemos o problema do país, pela agricultura que hoje tem. Obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR EXPEDITO JÚNIOR (PR-RO): Convido o Senador Jonas Ribeiro, Jonas Pinheiro, perdão, para fazer o seu voto.

Senadora Marisa Serrano.

Convido o Senador César Borges para fazer o seu voto.

É o só para Presidente viu? Aí tem Presidente e Vice-Presidente, mas é só para Presidente.

Senador João Tenório pede a palavra, pela ordem.

SENADOR JOÃO TENÓRIO (PSDB-AL): Sr. Presidente. Estamos vivendo um momento importante aqui, nesta Casa, nesta Comissão, eu conversava há pouco, aqui, com o Senador Neuto de Conto, Senador César Borges, sobre a importância que a agricultura tem na vida econômica nacional. E nós estávamos comentando números. O Brasil o ano passado, gerou na sua balança comercial um saldo de 47,5 bilhões de dólares, dos quais 42 bilhões foram gerados pelo agronegócio. Então, isso se dá, exatamente, demonstra claramente, o tamanho da importância que esse setor tem para vida nacional, por conta de que, todos nós sabemos hoje, que esse grande fluxo de capital que entra no Brasil deve-se, sobretudo, o suporte dado por esse saldo comercial, que por coincidência ou não, é gerado quase todo na agricultura.

Então, nós estamos vivendo um momento importante na eleição do Senador Neuto de Conto para presidência dessa Comissão e levando em consideração, sobretudo, o fato de que essa Comissão precisa ter um desempenho, que nós temos certeza que vai acontecer, compatível com o tamanho da importância desse setor agrícola nacional, para a vida nacional, daí eu registro, também, abertamente, a satisfação de poder votar no nobre Senador e dizer que nós todos, mesmo nós nordestinos, temos certeza que haverá um desempenho no sentido de crescer como um todo, a agricultura brasileira e, sobretudo, integrar também, as diversas regiões do país. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR EXPEDITO JÚNIOR (PR-RO): Convido o Senador Mão Santa também, para fazer o seu voto.

SENADOR MÃO SANTA (PMDB-PI): Eu queria primeiro, declarar a importância dessa Comissão, que nesse momento, o meu partido indica o Neuto de Conto, sem dúvida nenhuma, faz parte do melhor do nosso quadro e V.Exa. também, Expedito Júnior, quer dizer, e os dois são responsáveis, sem dúvida nenhuma, por essa Comissão, que eu reputo da mais importante.

Bastaria recordar, no desenvolvimento da história do mundo, Franklin Delano Roosevelt, quando no seu pensamento ele diz: "As cidades poderão ser destruídas, elas serão reconstruídas através do campo, mas se o campo for destruído, a cidade será destruída pela fome". Então, com essa filosofia, ele disse, tendo um pique(F) de luz, ele disse, e construiu sem dúvida nenhuma, uma das economias mais fortes, e os Estados Unidos, ele é forte, não é, vamos dizer, na produção de [ininteligível] indústria não, é na produção de grãos

mesmo. Então sem dúvida nenhuma, o país espera da ação. E os dois, tanto o Presidente, que nós vamos eleger, e o Vice-Presidente com os membros, dão essa confiança a todo Brasil, de que nós vamos ter melhores dias no campo, que o campo está empobrecido.

SR. PRESIDENTE SENADOR EXPEDITO JÚNIOR (PR-RO): Tem V.Exa. a palavra.

SENADOR OSMAR DIAS (PDT-PR): Presidente, Senador Expedito, eu fiz questão de comparecer a reunião para dar o meu voto, ao nosso Presidente Neuto de Conto. Convivi com Neuto de Conto, no tempo em que era Secretário da Agricultura do Paraná e ele de Santa Catarina. Portanto, ele tem afinidade com o setor da agricultura, do agronegócio, e tenho certeza que ele conduzirá esta Comissão, com competência e com a preocupação que devemos ter com um setor, que nós últimos anos atravessou uma crise muito forte, este ano apesar da recuperação da safra, nós ainda sofremos as consequências da crise, não só da estiagem, mas de preço, e este ano, principalmente, em função da defasagem cambial que traz consequências nos preços e na renda no produtor. Acredito que nós devemos estabelecer uma pauta para esta Comissão e interferirmos em assuntos de importância para o setor.

Tenho conversado com o Ministro da Agricultura, Reinhold Stephanes, e ele tem manifestado o desejo de fazer uma parceria de trabalho com a Comissão, inclusive, convidando membros desta Comissão para uma viagem ao México, no início de agosto, o que mostra essa sua disposição. Tenho convicção que o Presidente Neuto de Conto vai estabelecer essa parceria, no sentido de nós darmos a nossa contribuição para o aperfeiçoamento das políticas públicas em benefício dos agricultores brasileiros, principalmente, nós devemos colocar como nosso objetivo e como meta da nossa Comissão, cobrarmos do governo federal essas políticas, em especial, o estabelecimento daquelas que possam assegurar para o setor, o seguro, o seguro de renda para os produtores rurais que é um sonho antigo que ainda não foi realizado. Por isso, quero desejar ao Neuto de Conto muito sucesso, me colocar a sua disposição para um trabalho conjunto, nesta Comissão, tendo como objetivo o benefício dos agricultores do Brasil. Parabéns ao Neuto de Conto e muito sucesso.

SR. PRESIDENTE SENADOR EXPEDITO JÚNIOR (PR-RO): Convido o Senador Neuto de Conto para fazer o seu voto.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: O Sr. é o mais velho daqui?

SR. PRESIDENTE SENADOR EXPEDITO JÚNIOR (PR-RO): Sou o mais velho.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Que coisa!

SR. PRESIDENTE SENADOR EXPEDITO JÚNIOR (PR-RO): Convido também, o Senador Garibaldi para fazer o seu voto.

O que Garibaldi? O vice mantém. [risos]. Deixa ele acabar de votar.

Não havendo nenhum mais Senador para proferir o seu voto, declaro encerrada a votação.

Vamos proceder à apuração.

Eu convido o Senador César Borges e o Senador João Tenório para exercer o papel de escrutinadores.

Constam treze votos. Treze votos, sendo treze votos a favor da unidade Neuto de Conto, sendo que mais dois Senadores, Senador João Ribeiro e o Senador Sibá declaram também votos também a favor do Presidente.

Desta forma, declaro eleito para o período de julho de 2007 a 2008, o Sr. Senador Neuto de Conto para Presidente.

Convido o Senador para tomar assento à mesa.

[troca de presidência]

SR. PRESIDENTE SENADOR NEUTO DE CONTO (PMDB-SC): Assumo a presidência desta importante e significativa Comissão, Comissão da Agricultura e da Reforma Agrária.

Primeiramente, cabe-me agradecer a confiança de todos os Srs. Senadores em que, por unanimidade, me conduzem a esta presidência, para substituir o Senador, ex- Senador Luis(F).

Para isso, temos o firme propósito de conduzir os trabalhos com a participação contínua e permanente, como a que até aqui tem feito, o Senador Expedito Júnior, na vice-presidência, contando com a colaboração, a experiência, a capacidade de cada um daqueles Senadores que fazem parte desta Comissão, todos eles especialistas nesta área tão importante do país.

Eu iniciaria até minhas palavras, fugindo um pouco da agricultura, dizendo que vivemos a era da ciência e da tecnologia, da inteligência e da competência, e eu a chamo que é a era da rapidez, da velocidade, e para justificar, hoje, o que acontece em qualquer parte do mundo, num lampejo adentre em nossos lares no mesmo instante. O nosso vizinho que era do portão, deixou de ser o vizinho do portão para estar também, em qualquer parte do universo, adentre em nossos lares, em nossos trabalhos através da informática, através desta rapidez, através dos nossos instrumentos, e por outro lado nós também encontramos, ainda, uma agricultura em alguns segmentos avançado, e tão avançado como qualquer parte do mundo, mas em outros segmentos tão rudimentar, tão atrasadas e tão deficiente, essa agricultura, que ela tem a respon-

sabilidade e sempre teve, de produzir o combustível para o ser humano, e eu, pelas minhas atividades nesta área, quer seja como filho de pequeno produtor rural ou como empregador rural, como Secretário da Agricultura do meu estado, Santa Catarina, fui membro da Comissão da Câmara dos Deputados, em todas nossas atividades, nós sempre temos defendido muito, este fundamento básico que é a terra, ora, a terra, a água e o ar, que fazem a composição da vida do ciclo da vida do ser humano. O ar, pela necessidade em todos os momentos e permanente, mas a água e a terra são os dois fatores fundamentais que nos dão o direito a vida, a nossa multiplicação, a nossas sucessões, por isso, eu gostaria de falar um pouco da terra. A terra em que, ela até pouco tempo, ela quase que servia, exclusivamente, para produzir alimentos para o ser humano, mas o valor dela se tornou tão importante e tão grande, de que hoje, nós não estamos mais só falando na produção de alimentos, estamos entrando na agroindústria, através do frango, do suíno, do boi, nós estamos produzindo os cereais, todos eles que fazem parte da nossa exportação, a fruticultura que está se ampliando dia-a-dia, estão falando quase, mais de 3 milhões de hectares para os próximos anos, para ampliação dessa área, também significativa, importante, a silvicultura, a expansão do reflorestamento para biomassa, para o biodiesel, a expansão desta área em que ela encontra em todos os recantos do nosso país, terras adequadas para esse trabalho, nós podemos entrar, nós falamos há pouco na Comissão tão importante, na Subcomissão comandada pelo Senador João Tenório, do biodiesel, do álcool, que ela sai, nós estamos saindo da função de alimento para atender aos demais segmentos da sociedade, para movimentar essa máquina brasileira e alcançamos, o algodão que também não é alimento, mas também sai da terra, da produção da terra, a construção civil, sai da terra, porque daí que sai todas as cerâmicas e poderíamos dentro desta terra, entrar na Reforma Agrária. Quem não gostaria, e quem são os sem terra? Tem que se dar terra? Sim, mas temos que qualificá-los e, principalmente, cadastrá-los, saber se temos terra, aonde estão terra e que não se torne movimento de massas, para ter realmente a terra para produzir para suas famílias, o Brasil tem condição, tem soluções para isso. O cooperativismo, esse segmento da cooperativa rural, que tem dado uma sustentação, principalmente no sul do Brasil, com a sua capacidade produtora de gerenciamento, de exportação. E poderíamos entrar em todos os demais segmentos, café, cacau, coco, esta água, a pesca, aquícultura.

Eu, como Secretário da Agricultura, meu caro Senador Osmar Dias, eu vinha do interior, e eu ficava indignado porque o agricultor tem que plantar, nem

sempre colhe e quando colhe, armazenar para poder comer, eu fui para litoral e o pescador, e essa era a minha filosofia, só colhia. Ora, se ele só colhia, e ele ia se queixando toda vida, e aí nós lançamos, em Santa Catarina, o Programa da Ostra. Hoje, somos o maior produtor nacional e estamos exportando para o mundo, ostras cultivadas, no mar, são atividades em que trazem a economia, a elevação e, principalmente, renda. E assim, para nós não delongarmos demais, podia trazer vários outros segmentos dizendo que a terra, ela talvez, talvez não com toda segurança, é o maior produtor de riquezas de alimento e de riquezas para nossa sociedade, para a sociedade do mundo, então, a terra que eu quero render a primeira grande força da sociedade, e ela é finita, ela tem que ser cuidada, ela tem que ser protegida e ela tem que ter normas e regras, para que ela possa ajudar a nós e a nossas gerações.

Segundo ponto, já foi dito aqui no dia de hoje. 2006, o superávit da balança comercial foi em torno de 48 bilhões de dólares, a agricultura, praticamente, só exporta, importa muito pouco alguns insumos, e ela foi responsável quase pelo mesmo valor nas suas exportações, são números em que nos dá a segurança e a certeza do valor que tem esse segmento, e nem sempre reconhecido pelas autoridades, pelo seu potencial de crescimento. E essa nova onda, que está aí, que é o biodiesel, o álcool, em que o mundo está voltando, eu que estou voltando de uma viagem oficial da Europa, o mundo está se voltando sabendo que o petróleo tem fim, e que precisa já se buscar alternativas, encontra nos países que tem solo, que nem tem o Brasil, que tem solo que nem tem o Brasil, que tem extensões que nem o nosso país, está muito visado para os que querem buscar na área imobiliária, na terra, mas que os querem visando produção para garantir o futuro das suas ações.

Por isso, Srs. Senadores, eu tenho a convicção, tenho a disposição, a força e a responsabilidade de pautar nesta Casa todos os segmentos da produção do nosso país, do Norte a Sul, aos quatro ventos, para que aqui, já porte, e contando com a cooperação e ajuda de todos os Srs. Senadores nós pudemos construir metas, metas fortes, definidas, metas em que possamos conduzir essa secretaria, tirá-la da situação em que se encontra, não uma secretaria, uma Comissão de segundo plano, para passar a ser uma puxadora das ações em que a nação espera, e nós temos a responsabilidade de dar essa resposta.

Estou cumprimentando a cada um e a todos, deixando a minha disposição permanente em todos os assuntos da área para que nós possamos dar a esta Comissão e aos Srs. Senadores que a ela pertence, a

viabilidade, o trabalho, a luta e as decisões, para que nós possamos crescer, o país precisa desse quadro, nós precisamos demonstrar o valor da Comissão e também as soluções de seus grandes problemas.

Por isso, deixo meus abraços, meu cumprimento, a minha, o meu reconhecimento e o meu muito obrigado pela oportunidade que me dão para chegar a essa presidência e, certamente, desta presidência dar o retorno da confiança que recebemos.

SENADOR CÉSAR BORGES (PFL-BA): Pela ordem, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR NEUTO DE CONTO (PMDB-SC): Sr. Senador César Borges.

SENADOR CÉSAR BORGES (PFL-BA): Sr. Presidente, eu quero em primeiro lugar, parabenizá-lo e dizer logo de pronto, que pelo seu pronunciamento e pelo seu passado não poderia haver uma indicação melhor para presidir esta Comissão e concordar inteiramente com a sua afirmativa, de que esta Comissão pode e deve ocupar um espaço de muita importância no cenário do Senado e principalmente, no cenário da agricultura brasileira.

Lamentavelmente, apesar de sermos essencialmente um país agrícola, com a extensão que nós temos, os solos que nós temos, a potencialidade que nós temos, nós não temos visto os governos do nosso país, principalmente, os governos federais, darem a importância necessária a agricultura brasileira, e talvez muitos dos nossos problemas, hoje, vividos nas grandes metrópoles, adivinha até desse fato, de que o governo sem políticas agrícolas, definidas, claras, precisas, que vem ao encontro das necessidades dos agricultores, dos produtores rurais, permitiu que hoje, nós tenhamos essa migração do campo para as cidades e uma desestruturação em muitos setores da agricultura brasileira.

Então, parabenizo V.Exa., tenho certeza que V.Exa. fará um grande trabalho, quero me colocar aqui a sua disposição, como parceiro, como companheiro, como seu colega, nessa luta que é de todos nós pela agricultura brasileira e para o papel importante que essa Comissão, pode e deverá assumir sobre seu comando, sobre sua liderança.

E desde já, eu apresento um Requerimento aqui, e gostaria que V.Exa. pudesse colocar em apreciação, que é uma questão que aflige muito o meu estado, a Bahia, uma lavoura que já foi extremamente próspera e que tanto contribuiu para geração de emprego e renda e, principalmente, para formação de capital brasileiro, permitiu até ano passado, na década de 50, a industrialização do Centro Sul que é a lavoura cacaueteira, e que lamentavelmente, que por uma série de fatores negativos, desde pragas, que ninguém sabe exata-

mente como chegaram ao estado da Bahia, como é a vassoura de bruxa, ao preço baixo internacional, a esse dólar baixo, que ontem o governador de São Paulo, chamou de um desvario cambial, que nós estamos vivendo, tem levado a uma situação muito preocupante para sobrevivência desse setor agrícola do estado da Bahia. Recentemente, agora, tudo do país, se diz que é PAC, qualquer problema será resolvido com o PAC, vamos dar um PAC, vamos empacar aí, algum setor, que aí resolvemos problema, é segurança, é saúde, tem PAC para tudo, me parece isso, algo mais virtual, mais uma palavra de marketing, não me parece uma realidade, eu estou acompanhando e li na imprensa baiana que nós teremos um PAC para a lavoura cacauífera, em função disso, em função da própria crise, é que eu me senti incentivado aqui, a fazer um Requerimento, que eu gostaria que V.Exa. colocasse em apreciação nessa Comissão, para nós pudéssemos ouvir o Ministro da Agricultura, o Diretor Geral da Comissão Executiva do Plano de Lavoura Cacaueira (CEPLAC), um órgão, que já foi um órgão importantíssimo para sustentabilidade da lavoura e que, eu acho, foi esvaziado pelo governo federal, o Presidente da Federação da Agricultura do estado da Bahia, e também o representante da Comissão, não é Confederação, da Comissão Nacional da Agricultura, a cacaucultura(F), que ela tem uma base brasileira no estado da Bahia, ela se expandiu para região amazônica, que está aqui o Senador Expedito Júnior, que sabe também, que tem uma importância na região amazônica, eu coloquei o Presidente da Federação da Agricultura, porque a Bahia representa a maior parcela da produção nacional, mas efetivamente, poderia ser enriquecida com alguém também da Amazônia, porque sei que os estados amazônicos detêm uma parcela da produção brasileira.

Então, Sr. Presidente, eu gostaria que V.Exa. sentisse aí, o nosso total e restrito apoio ao seu comando aqui, da Comissão, e ficaria grato por apreciar esse Requerimento que estamos submetendo a Comissão.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR NEUTO DE CONTO (PMDB-SC): [interrupção no áudio] ... de autoria do Senador César Borges, que requer nos termos do art. 93, Inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, seja realizado Audiência Pública perante esta Comissão a fim de discutir a recuperação da lavoura cacaueira e os recentes programas anunciados pelo governo federal para o setor, com a participação dos seguintes convidados: Ministro da Agricultura, Diretor geral da Comissão Executiva do Plano de Lavoura Cacaueira (CEPLAC), Presidente da Federação da Agricultura do Estado da Bahia, o representante da Confederação Nacional da Agricultura.

SENADOR CÉSAR BORGES (PFL-BA): Eu explico, Presidente. É porque talvez, esteja até correto, é um representante da Confederação Nacional da Agricultura, porque a Comissão Nacional do Cacau, ela está dentro da Comissão, da Confederação Nacional da Agricultura, então, a Confederação Nacional da Agricultura, pelo seu representante, que deverá ser o Presidente da Comissão Nacional do Cacau, que é um organismo interno da CNA.

SR. PRESIDENTE SENADOR NEUTO DE CONTO (PMDB-SC): Com a retificação então para representantes da Comissão Nacional do Cacau.

SENADOR EXPEDITO JÚNIOR (PR-RO): Sr. Presidente, pela ordem.

SR. PRESIDENTE SENADOR NEUTO DE CONTO (PMDB-SC): Com a palavra, o Senador Expedito Júnior.

SENADOR EXPEDITO JÚNIOR (PR-RO): Além de parabenizar V.Exa., eu quero também cumprimentar o Senador César Borges e incluir no seu Requerimento para que seja convidado também, o Presidente da Federação de Agricultura do estado de Rondônia e gostaria também, ainda Sr. Presidente, de tecer um comentário, aqui, sobre essa greve que nós estamos enfrentando aqui, que é dos servidores do INCRA, eu acho que é chegado o momento do governo federal, principalmente aqueles que estão na frente desta negociação, buscar o entendimento com esta categoria, o estado de Rondônia, hoje, existe graças ao trabalho que o INCRA, está certo que nós temos várias críticas, hoje, porque infelizmente há quatro anos, que nós não vemos mais ninguém assentando no estado de Rondônia, os conflitos agrários do nosso estado, cada vez se complica mais, não tem interlocutor, não tem quem negocie, não tem quem converse, não tem dinheiro para o INCRA, não tem dinheiro para se fazer mais agricultura neste país, mas assim mesmo, eu gostaria de congratular-me aqui, com os servidores do INCRA, que estão fazendo uma reivindicação justa, e estão aí, paralisados já, há vários dias, e me parece, que agora estão tentando buscar um entendimento para com o governo e me parece que avançou, tem até uma carta que eles me pediram para ler, eu não vou ler a carta toda, a carta do comando de greve aqui dos servidores do INCRA, mas quero me solidarizar e fazer um apelo para que o governo possa, urgentemente, abrir aí, uma negociação com os servidores e ver o que é possível atender, esses, que para mim, é um dos responsáveis da criação e da formação do estado de Rondônia.

SR. PRESIDENTE SENADOR NEUTO DE CONTO (PMDB-SC): Nós colocamos em votação o Requerimento com o adendo do Senador Expedito Júnior.

Os Senadores que aprovam permaneçam como estão. Aprovado.

Será cumprida a deliberação da Comissão.

Nada mais havendo a tratar encerramos a Sessão do dia de hoje.

Sessão encerrada às 11h56.

SUBSECRETARIA DE APOIO ÀS COMISSÕES PERMANENTES

COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA

ATA DA 17ª REUNIÃO (EXTRAORDINÁRIA) DA COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 8 DE AGOSTO DE 2007.

Às onze horas e quinze minutos do dia oito de agosto de dois mil e sete, na Sala nº 7, da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senador **NEUTO DE CONTO**, reúne-se extraordinariamente a Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, com a presença dos seguintes Senadores(as): **SIBÁ MACHADO, DELCÍDIO AMARAL, ANTÔNIO CARLOS VALADARES, LEOMAR QUINTANILHA, HERÁCLITO FORTES, KÁTIA ABREU, CÍCERO LUCENA, FLEXA RIBEIRO, MARISA SERRANO, OSMAR DIAS, ALOIZIO MERCADANTE, AUGUSTO BOTELHO, VALDIR RAUPP, ELISEU RESENDE, MARCONI PERILLO, JOÃO TENÓRIO E JOÃO DURVAL**. Deixam de comparecer os Senhores Senadores: Expedito Júnior, João Pedro, Garibaldi Alves Filho, Pedro Simon, César Borges e Jonas Pinheiro. Havendo número regimental, é declarada aberta a reunião, dispensando-se a leitura da Ata da reunião anterior, que é dada como aprovada. O Senhor Presidente, Senador Neuto de Conto, informa que a presente reunião destina-se à apreciação de matérias, de acordo com a seguinte Pauta: **ITEM 1: PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 96, DE 2004 – TERMINATIVO. EMENTA:** Altera o artigo 9º da Lei nº 10831, de 23 de dezembro de 2003, que dispõe sobre a agricultura orgânica e dá outras providências. **AUTOR:** Senador Valdir Raupp. **RELATOR:** Senador Leomar Quintanilha. **RELATÓRIO:** Pela rejeição. Iniciada a discussão, fazem uso da palavra para tecerem considerações sobre a matéria, os seguintes Senhores(as) Senadores(as): Marisa Serrano, Leomar Quintanilha, Osmar Dias e Valdir Raupp. **RESULTADO: Concedido vista pelo prazo regimental ao Senador Osmar Dias. ITEM 2: PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 116, DE 2007 - NÃO TERMINATIVO. EMENTA:** Autoriza a criação de nova Superintendência Regional do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA),

na região norte do Estado do Mato Grosso. **AUTOR:** Senador Jayme Campos. **RELATOR:** Senador Heráclito Fortes. **RELATÓRIO:** Pela rejeição. **RESULTADO: Adiado. ITEM 3: PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 278, DE 2007 - NÃO TERMINATIVO. EMENTA:** Isenta de COFINS e da Contribuição para o PIS/PASEP as vendas e importações de máquinas, aparelhos, instrumentos, equipamentos e materiais de construção destinados ao ativo imobilizado do produtor rural. **AUTORA:** Senadora Marisa Serrano. **RELATOR:** Senador João Durval. **RELATÓRIO:** Pela aprovação. Iniciada a discussão, fazem uso da palavra para tecerem considerações sobre a matéria, os seguintes Senhores(as) Senadores(as): Marisa Serrano, Kátia Abreu, João Durval, Sibá Machado, Flexa Ribeiro e Cícero Lucena. Na fase de votação da matéria, a mesma foi aprovada pela maioria dos membros presentes. **RESULTADO: Aprovado. Encaminhado à CAE, em decisão terminativa. EXTRA-PAUTA: ITEM 1: REQUERIMENTO Nº 16, DE 2007 – CRA. ASSUNTO:** Requer a realização de Audiência Pública, tendo em vista reportagem da Revista Veja sobre a precária infra-estrutura brasileira especialmente sobre as hidrovias, bem como a legislação dos portos. **AUTORA:** Senadora Kátia Abreu, com adendo do Senador Osmar Dias. Iniciada a discussão, fazem uso da palavra para tecerem considerações sobre o assunto, os seguintes Senhores(as) Senadores(as): Kátia Abreu, Osmar Dias, Marisa Serrano e Leomar Quintanilha. Na fase de votação da matéria, a mesma foi aprovada por unanimidade. **RESULTADO: Aprovado. Será cumprida a deliberação da Comissão.** Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às onze horas e cinquenta e oito minutos, lavrando eu, Marcello Varella, Secretário da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente da CRA e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas. – Senador **Neuto de Conto**, Presidente da Comissão

17ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA.

REALIZADA NO DIA 08 DE AGOSTO DE 2007, ÀS 11 HORAS E 12 MINUTOS.

SR. PRESIDENTE SENADOR NEUTO DE CONTO (PMDB-SC): Havendo número regimental declaro aberta a 17ª reunião extraordinária da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária do Senado Federal da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª legislatura. Requeiro a dispensa da leitura da ata da reunião anterior que com a anuência do Plenário, é dada como aprovada. Aprovado.

Encontra-se sobre as bancadas a nota sobre o endividamento agrícola que trata da conclusão dos trabalhos do grupo constituído pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, Ministério da Fazenda, bem como por Senadores e Deputados. Informo ainda que tendo em vista a conclusão dos trabalhos do referido grupo, essa Presidência fará arquivar o Requerimento apresentado pelo Senador Osmar Dias, o qual foi inicialmente apreciado em 13 de junho do corrente e retirado de pauta. Desta forma, o Requerimento está arquivado com a aquiescência do nobre Senador Osmar Dias. A presente reunião destina-se à aprovação das matérias. Temos o item 1º...

SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS):

Sr. Presidente, eu gostaria, com a anuência do Senador João Durval, solicitar a Vossa Excelência a possibilidade da antecipação da pauta, da inversão, que o item nº. 03 pudesse ser votado por primeiro.

SR. PRESIDENTE SENADOR NEUTO DE CONTO (PMDB-SC): Acreditamos que com a aquiescência do Plenário o Requerimento da nobre Senadora Marisa Serrano, podemos passar então para o item terceiro. Item terceiro, que trata do Projeto de Lei do Senado nº. 278/2007 de autoria da Senadora Marisa Serrano, isenta de COFINS, E dada a contribuição para o PIS/PASEP as vendas e importação de máquinas, aparelhos, instrumentos, equipamentos e materiais de construção destinado AO ativo imobilizado do produtor rural. Com a palavra o Senador João Durval.

SENADOR JOÃO DURVAL (PDT-BA): Relatório. Esta Comissão passa a examinar nesta oportunidade o Projeto de Lei do Senado nº. 278 de 24 de maio de 2007, de autoria da Senadora Marisa Serrano. O artigo primeiro suspende a exigência De recolhimento da contribuição para o PIS/PASEP e da contribuição para o financiamento da seguridade social, COFINS e PIS/PASEP importação da COFINS importação, incidentes respectivamente na venda e importação de máquinas, aparelhos, instrumentos e equipamentos novos e de materiais de construção para utilização ou incorporação na produção agropecuária destinados ao ativo imobilizado de produtores rurais, sejam pessoa física ou jurídica. Os parágrafos primeiro a terceiro do artigo primeiro detalham as condições de controle da isenção pela emissão de nota fiscal, utilização efetiva do bem ao fim a que se destina e as sanções na hipótese de sua não utilização. O art. 2º atribui ao Poder Executivo a obrigação de estimar a renúncia fiscal decorrente da aplicação do disposto no PLS 278/2007 e o artigo terceiro dispõe sobre a entrada em vigência da lei. Encerrado o prazo regimental, não foram apresentadas Emendas. Análise. A análise dos requisitos formais e materiais de constitucionalidade e juridicidade

cabirão à Comissão de Assuntos Econômicos onde a matéria será apreciada em caráter terminativo. Ademais, a matéria consubstanciada na proposição insere-se no âmbito das atribuições do Congresso Nacional em conformidade com o que dispõe o caput do artigo 48 da Constituição Federal. Ressalte-se também que não há vício de iniciativa nos termos do artigo 61 da Carta Magna. Quanto ao mérito cabe a esta Comissão se pronunciar quanto à tributação da atividade rural, tendo em vista o disposto no artigo 104 B, inciso 11 do Regimento Interno desta Casa.

A carga tributária brasileira subiu de 25,30%, no primeiro trimestre de 95, para 34,28% do Produto Interno Bruto no quarto trimestre de 2006. O aumento no período é de 35,5%, e foi estimado em estudo do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, o IPEA. A agropecuária e conseqüentemente o agronegócio é um dos setores da economia mais afetados pelo aumento da carga tributária. Além disso, sofre com a influência do clima e das oscilações de preços dos produtos agrícolas nos mercados interno e externo. Assim, o projeto em análise traz grande contribuição ao desonerar as cadeias produtivas do agronegócio. Pelas razões expostas, o voto é pela aprovação do PLS nº. 278/2007.

SENADOR SIBÁ MACHADO (PT-SP): Para discutir, Sr. Presidente.

[vozes sobrepostas]

SR. PRESIDENTE SENADOR NEUTO DE CONTO (PMDB-SC): O Relator concluiu pela aprovação do projeto. Em discussão.

SENADOR SIBÁ MACHADO (PT-AC): Sr. Presidente, eu vou pedir vistas e como tal, se V.Exª. me conceder, eu queria explicar as razões.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Presidente, pela ordem, Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR NEUTO DE CONTO (PMDB-SC): Sim, Flexa Ribeiro, Senador, eminente Senador.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Eu gostaria de fazer um apelo ao nobre Senador Sibá Machado para que ele pudesse recuar do seu pedido de vista num aspecto bastante...isso. O projeto não é terminativo, Senador Sibá. Então V.Exª. vai poder exercer a discussão e as alterações que V.Exª. possa vir a fazer no projeto, ou as informações que o Governo necessite com relação à diminuição da receita pela isenção do PIS e COFINS ao longo da tramitação do projeto. Não vamos suspender a tramitação no primeiro momento quando V.Exª. pode fazê-lo na Comissão seguinte. E aí nós, em homenagem à nossa Senadora Marisa Serrano e em homenagem a todo o setor produtor rural do país, V.Exª. estará contribuindo para

que o projeto ande, enquanto se faz os levantamentos que a sua preocupação e a sua responsabilidade levaram a pedir vista do projeto. É o apelo que faço a V.Ex^a. nesse instante.

SR. PRESIDENTE SENADOR NEUTO DE CONTO (PMDB-SC): Com a palavra a Senadora Marisa Serrano.

SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Obrigado, Sr. Senador. É claro que, regimentalmente, é um direito do Senador Sibá solicitar vistas ao processo e ao projeto. Mas eu gostaria também de dizer-lhe que como não é terminativo, e ele ainda vai para CAE, vai ser exaustivamente ainda discutido, é possível que a gente possa discutir o projeto, achar as suas incongruências, se houver, durante esse processo, como disse o Senador Flexa. E eu gostaria muito de colocar que a razão pela qual eu fiz e preparei essa proposta foi justamente desonerando um pouco, um pouco, um setor que é vital para a economia brasileira e agradecendo a relatoria do Senador João Durval, quando ele coloca a carga tributária brasileira que nesses últimos anos passou... teve um aumento de 35.5% de acordo com o IPEA. Quer dizer, não há como a gente querer um país desenvolvido, um PAC de crescimento na área, principalmente de infra-estrutura, se nós não garantirmos àqueles que produzem condições de continuar fazendo. Principalmente sabendo que os países produtores da União Européia, o próprio Estados Unidos são países que subsidiam a sua agricultura e subsidiam fortemente. Por quê? Para garantir que o homem continue produzindo no campo, que não deixe a sua atividade.

Além disso, que possam incorporar a sua atividade às novas tecnologias no mundo altamente globalizado, isso é fundamental e é fundamental também que, e principalmente, que esse produtor rural seja competitivo e auxilie o país no seu desenvolvimento. Eu tenho muita preocupação em garantir que quem produz nesse país tenha condições de fazê-lo. Nós queremos um país que cresça e eu não posso admitir que a gente possa, não ache e não procure achar vertentes para que todos, eu estou aqui trabalhando nessa área da agricultura e da pecuária, mas eu quero dizer em todas as outras áreas. Eu quero que o Brasil possa ter condições de competidor igualmente com os outros países naquilo que sabemos ser melhores. E agricultura e pecuária nós somos tope de linha no mundo. E não há como a gente deixar de ajudar a quem está nestes séculos todos, não é só de agora, mas está dando uma lição ao país de estrutura, de capacidade gerencial, e isso é muito importante numa época que o gerenciamento, a gestão estão tão combatidos, a agricultura e pecuária tem dado esse exemplo ao país. E portanto eu gos-

taria muito que esse projeto fosse analisado e que a gente pudesse desonerar o máximo que a gente puder àqueles que produzem. O que é que eu estou propondo? Que a aquisição e a importação de máquinas, de implementos agrícolas, aquilo que for importante para... e equipamentos importantes para a agricultura e pecuária e que seja incorporado à produção, que seja incorporado ao patrimônio do produtor, que não seja nada feito para ganhar lucro com isso revendendo ou alugando, nada disso, é para o patrimônio próprio, que isso seja desonerado. É uma forma de estimular o produtor rural. Portanto, Sr. Presidente e Srs. Senadores, a minha proposta visa principalmente garantir a quem produz nesse país condições de continuar produzindo com competitividade. A palavra é essa e eu gostaria muito de poder ajudar nesse momento. Portanto foram essas as razões do meu projeto e que eu gostaria que o Senador Sibá, se possível, pudesse oportunizar a que o projeto continuasse mesmo com as modificações que necessariamente, se for isso da sua lavra, a gente pudesse incorporar.

SR. PRESIDENTE SENADOR NEUTO DE CONTO (PMDB-SC): Com a palavra o eminente Senador Sibá Machado.

SENADOR SIBÁ MACHADO (PT-AC): Eu só vou pedir licença aos demais Senadores que pediram a palavra porque eu também tenho que voltar ali à CCJ rapidamente. Primeiro, é porque há uma dúvida de da parte da análise que nós fizemos ainda que previamente sobre a matéria e compreendemos as razões que a Senadora Marisa Serrano apresenta. Vou acatar, então, a sugestão do Senador Flexa Ribeiro de retirar o pedido de vistas, mas podendo reapresentar o debate quando estivermos no ambiente da Comissão de Assuntos Econômicos. Mas, rapidamente, Sr. Presidente, porque nos levamos a pedir o pedido de vistas. Porque sabemos exatamente que a Europa e Estados Unidos fazem pesados subsídios à agricultura desses países. Isso realmente é muito forte. Desde logo em seguida a Segunda Guerra Mundial, os europeus se juntaram no chamado PAC deles, que não tem nada a ver com o nosso, mas seria o plano de abastecimento comunitário, que aí passaram a jogar vultuosos recursos na agricultura, especialmente a agricultura familiar deles. E isto se tornou uma tradição e o mundo inteiro hoje, especialmente os países do sul do mundo têm dificuldades nas relações comerciais. Mas o Brasil tem dado passo significativo também nessa direção.

E nós agora acabamos, em 2005, junto ao Decreto 5630, de também isentar em 100% o PIS/PASEP e a COFINS sobre os adubos, os fertilizantes e uma série de outros investimentos importantes para o desenvolvimento da nossa agricultura. Então este aqui

é um segundo passo. Como trata também de mexer em isenção fiscal, renúncia fiscal, mexer com tributação e etc., então isto nos criou uma preocupação se não não estaríamos aqui fazendo algo que pudesse ter dificuldades na relação com o Governo. Então vou acatar a sugestão do Senador Flexa Ribeiro e num ambiente da Comissão de Assuntos Econômicos vou até rogar para ficar com a relatoria do projeto e pretendo, neste intervim, apresentar sugestões que se fizer necessário.

SR. PRESIDENTE SENADOR NEUTO DE CONTO (PMDB-SC): Continua em discussão.

SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Presidente, só que V.Ex^a. atente-se bem ao art. 2º quando toda a Legislação já coloca para um próximo ano, então não vige no ano próprio, vai vigir no ano fiscal seguinte, que, portanto, entra no orçamento seguinte e que o Governo tem, pela própria Legislação, a obrigação de fazer todo o levantamento do impacto disso nas contas públicas. E ele tem 60 dias, no mínimo de 60 dias para fazer e no máximo de 90. Quer dizer, isso o Governo terá tempo, terá condições para que não haja um impacto no próprio ano, mas no ano seguinte e o Governo terá tempo com a gestão grande do Governo Lula tenho certeza que vai conseguir fazer este encaminhamento para o próximo ano.

SR. PRESIDENTE SENADOR NEUTO DE CONTO (PMDB-SC): Quero agradecer a compreensão do Senador Sibá Machado e dizer que também esse projeto vai ser terminativo na Comissão da CAE.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Presidente, pela ordem. Eu quero...

SR. PRESIDENTE SENADOR NEUTO DE CONTO (PMDB-SC): Com a palavra o Senador Flexa Ribeiro.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Eu quero apenas assumir aqui o, agradecer o Senador Sibá Machado por ter atendido o apelo que fizemos a ele e dizer que a reivindicação dele de solicitar a relatoria na CAE terá o apoio do PSDB. Ele pode contar com o apoio do PSDB para que possamos convencer o Presidente Aloizio Mercadante, do PT, da CAE, para que ele possa direcionar a V.Ex^a. a relatoria do projeto da nobre Senadora Marisa Serrano. Vai ter alguma dificuldade no convencimento do Senador Mercadante, mas o PSDB vai, com certeza, trabalhar com afinco nesse sentido.

SR. PRESIDENTE SENADOR NEUTO DE CONTO (PMDB-SC): Continuando em discussão. Com a palavra o Senador Cícero Lucena, [ininteligível] da palavra?.

SENADOR CÍCERO LUCENA (PSDB-PB): Eu agradeço, Presidente, mas era para argumentar com

a compreensão do Senador Sibá Machado. Eu agradeço.

SR. PRESIDENTE SENADOR NEUTO DE CONTO (PMDB-SC): Tá bom. Com a palavra a Senadora Kátia Abreu.

SENADORA KÁTIA ABREU (DEM-TO): Obrigada, Sr. Presidente. Eu gostaria de parabenizar a Senadora Marisa Serrano que tem demonstrado uma sensibilidade muito grande para o agronegócio, embora a sua especialidade seja principal a educação, mas pela importância que o setor tem no Mato Grosso do Sul, ela tem demonstrado a sua responsabilidade como Senadora daquele Estado e se preocupado com os pontos principais e cruciais do agronegócio brasileiro. Quero apenas, Senadora Marisa Serrano, dizer que na Medida Provisória 382, aonde o Governo isenta de PIS e COFINS o setor têxtil, calçadista e máquinas, apenas desses dois setores, que eu apresentei uma Emenda idêntica de V.Ex^a. também para suprimir da cobrança de PIS e COFINS máquinas e implementos agrícolas idêntico ao teor da sua Emenda. E quero dizer que é com alegria que vejo aqui ser aprovado o seu projeto. Sr. Presidente, mesmo porque nós estamos hoje com uma arrecadação e meia a mais de CPMF, correspondente a CPMF. Mais de trinta e tantos bilhões de reais de arrecadação a mais feitas pelo Governo.

Então acho que é realmente um momento de nós caminharmos para uma desoneração assim como da CPMF e de outros produtos de importância para o Brasil, para o desenvolvimento do nosso país. Eu gostaria, Sr. Presidente, de apresentar aqui o Requerimento verbal, posteriormente o farei escrito, para um pedido de Audiência Pública nesta Comissão para que nós possamos discutir um dos temas mais importantes hoje em voga no país, mostrado inclusive pela revista Veja no último domingo, que é a questão da infra-estrutura do país. A revista Veja demonstra com precisão estudos que muitos dos Senadores dessa Casa já estavam detectando e fazendo ao longo deste período, mas ela vem então ampliar esse debate e mostrar para o Brasil o apagão da logística brasileira. A questão das rodovias, a questão das ferrovias, a questão dos portos, a questão da energia, a questão do apagão aéreo... Infelizmente faltou, na minha opinião, e eu estou enviando a correspondência à revista Veja para que complementemente ainda mais este debate, a falta de hidrovias no país. Eu acho que essa é uma questão fundamental, não só para o agronegócio, mas para toda a produção brasileira, para todas as cadeias dinâmicas deste país, nós também debatermos a questão da infra-estrutura e, especialmente, a questão da hidrovias.

Então eu gostaria de aprovar aqui esse Requerimento pedindo o apoio dos colegas Senadores e Se-

nadora, para que a gente possa aprovar em alguma Audiência Pública para discutirmos a questão das hidrovias no país e a questão da Legislação dos portos. Uma Legislação de mais de 10 anos atrás em que traz e força uma reserva de mercado a oligopólios, tirando a competitividade do país. Então eu gostaria que nós pudéssemos aprovar esse Requerimento e debatermos aqui e discutir os membros que deverão participar dessa Audiência Pública e eu sugiro, em princípio, que seja convidado o Presidente do DNIT para que possa vir nos apresentar as suas questões com relação aos seus planos, planejamentos do DNIT, com relação à construção de hidrovias. Também gostaria aqui de colocar em votação a participação da CNA, da Confederação Nacional da Agricultura e Pecuária do Brasil que será representada pelo Dr. Faier(F) que é um dos maiores especialistas do país em logística, especialmente em hidrovias e portos, e também a Agência Nacional de Transporte aquaviário, seriam as três, em princípio, que eu gostaria de colocar em aprovação mas querendo ouvir sugestões de mais Senadores para que a nossa Audiência Pública possa ficar completa e esclarecer todas as nossas dúvidas e, a partir dela, nós então fazermos um trabalho para implementação das mesmas. Quero apenas aqui registrar que por mil quilômetros o transporte de mil toneladas fica em torno de 42 dólares na rodovia. E 18 dólares, apenas, na hidrovia. E o que nós estamos vendo no país é uma sucessão de interrupção e de falta de esperança na construção das hidrovias com a construção das hidrelétricas sem a construção das eclusas que oportuniza as hidrovias. Já protocolei Emenda por três vezes em três Medidas Provisórias obrigando a construção de eclusas simultaneamente à construção das hidrelétricas. Para V.Ex^a. ter uma idéia, a hidrelétrica Luiz Eduardo Magalhães, no Rio Tocantins, próximo a Palmas, foi construída ainda no Governo anterior sem a eclusa. Se fosse construída na época junto com a hidrelétrica, a eclusa custaria em torno de 360 milhões de reais.

Hoje, para ser construída após a construção da hidrelétrica, ela ficará em mais de 600 milhões de reais. Além de termos um custo de 50% a mais na construção da eclusa, coisa que o tesouro brasileiro não está em condições de fazer, nós também estamos tirando o direito do cidadão brasileiro, do empresário brasileiro, do uso múltiplo das águas. Também ingressei com uma ação na Justiça Federal do Tocantins e Maranhão, pedindo a paralisação da obra da hidrelétrica de Estreito na divisa de Tocantins do Maranhão com o Rio Tocantins não porque eu seja contra a construção da hidrelétrica, mas é porque ela também está sendo construída sem a construção da eclusa. Por isso ingressamos na justiça com uma ação pública de direito difuso, econô-

mico, no sentido de obrigar o Governo a implementar imediatamente a construção da eclusa junto com a hidrelétrica. Então, por todos esses motivos, não só pelas hidrelétricas do Tocantins, pelas hidrovias do Tocantins, mas também em prol das hidrovias do Rio Madeira que também serão construídas duas hidrelétricas no Estado de Rondônia, do Senador Raupp, do Senador Expedito Júnior, também construindo duas hidrelétricas sem as eclusas. Serão impedidos quatro hidrelétricas, quatro hidrovias com a construção dessas duas hidrelétricas. Três hidrovias de integração regional do sul do país, da América do Sul, e uma hidrovia que serviria dentro do país na divisa com a Bolívia. É um crime que nós estamos cometendo à economia nacional. Também com relação às hidrovias de Telles Pires Tapajós aonde nós precisamos pensar no centro-oeste que diz respeito ao Mato Grosso, um Estado promissor, importante para o país, que também está com a deficiência de transporte de logística gravíssimo.

Nós estamos vendo agora a construção da eclusa de Tucuruí, depois de tantos anos. Uma fortuna incalculável será aplicada e sendo que na época poderia ter sido feito isso junto com a construção da hidrelétrica de Tucuruí. Então nós não podemos correr o mesmo erro que foi ocorrido na construção de Tucuruí. Nós temos que corrigir. Passaram-se tantos anos e hoje o Governo, a sociedade, o Congresso Nacional já sabe do crime que isso seria contra a economia nacional, a continuidade da construção das hidrelétricas sem viabilizar as eclusas para oportunizar as hidrovias no transporte da produção. Então, por esses argumentos, Sr. Presidente, eu gostaria de ver aprovado, com o apoio dos colegas, essa Audiência Pública para debatermos assunto de tão importância para o país. Muito obrigada.

SR. PRESIDENTE SENADOR NEUTO DE CONTO (PMDB-SC): Senadora Kátia Abreu, nós vamos dar continuidade ao Projeto de Lei 278 e posteriormente colocamos em discussões e votação o Requerimento de V.Ex^a. Portanto, continua em discussão o projeto 278 da eminente Senadora Marisa Serrano e do nosso Relator, Senador João Durval. Não havendo mais quem queira discutir, nós colocamos em votação. Senhores e as Senhoras Senadoras que concordam, permaneçam como se encontram. Aprovado. A matéria será encaminhada à Comissão de Assuntos Econômicos em discussão terminativa. Nós voltamos ao item 1. Projeto de Lei nº. 96/2004 de autoria do Senador Valdir Raupp que altera o artigo 9 da lei 10831 de 23 de dezembro de 2003 que dispõe sobre agricultura orgânica e dá outras providências. Esclareço que o presente projeto é de natureza terminativa, exigindo

quorum de votação nominal. Com a palavra o Relator, Senador Leomar Quintanilha.

SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO): Sr. Presidente, Srs. Senadores, a proposta sobre apreciação desta Comissão é de autoria do eminente Senador Valdir Raupp que nos honra aqui com a sua presença. A proposta visa alterar o artigo 9º da lei 10831 de 2003 para prever que os órgãos federais disponham em atos complementares também sobre a utilização de produtos de origem animal em bio fertilizantes. O art. 2º estabelece a cláusula de vigência. No Senado Federal o projeto foi distribuído inicialmente à Comissão de Assuntos Econômicos que não chegou a se pronunciar sobre a matéria e não foram apresentadas Emendas. Com a criação da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, por intermédio da resolução nº. 01/2005 o Sr. Presidente do Senado Federal, com base no inciso 10 do artigo 48 do Regimento Interno do Senado Federal, redistribuiu o presente PLS para esta Comissão. Em conformidade com o artigo 91, com os artigos 91, inciso um e 104 B, inciso sexto do regimento interno do Senado Federal, incumbe a esta Comissão, em decisão de caráter terminativo, a apreciação da matéria quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade, regimentalidade, técnica Legislativa e mérito. Eu gostaria de comentar, Sr. Presidente, a respeito do mérito, que é o que mais interessa a esta Comissão. Na justificação do projeto o autor alerta para o risco representado pela proteína prion(F) responsável pela doença encefalopatia espongiforme transmissível, conhecida popularmente como a doença da vaca louca. A utilização de bio fertilizantes é bastante difundida na agricultura orgânica. Alguns desses insumos são produzidos a partir de proteína animal e contém farinha de ossos e sangue para posterior pulverização sobre as plantas. O risco de absorção da proteína prion(F) pela planta, caso o bio fertilizante seja contaminado e sua posterior transmissão para o gado alimentado a partir da planta é muito baixo, pois o prion(F) é uma proteína animal. Por outro lado, existe o risco de que o resíduo de bio fertilizante depositado sobre as folhas das plantas possa transmitir o prion(F) aos animais e as pessoas que as consumirem. Aqui, por conseguinte, emerge uma questão de fiscalização por parte do Ministério de Agricultura, Pecuária e Abastecimento, e não a necessidade de haver uma regulamentação específica de biofertilizante no âmbito da lei que disciplina a produção orgânica.

Ademais, a proposta de alteração não modifica substancialmente a lei da agricultura orgânica. Ainda mais se considerar que o Poder Público já dispõe de competência para regulamentar o que está sendo proposto. Tanto é assim que o Decreto 4954 de 2004 dis-

ciplinou a área de fertilizantes como um todo, inclusive os biofertilizantes. Assim entendemos que a matéria não carece de alteração na lei de agricultura orgânica por se referir primordialmente à matéria constante da lei de fertilizantes, que é a lei 6894 de 1980 que já se encontra regulamentada pelo Decreto 4954/2004. Aprimoramentos quanto a esse normativo são de competência do Poder Executivo. Em face do exposto, Sr. Presidente, nós estamos opinando pela rejeição do Projeto de Lei do Senado nº. 96/2004 entendendo que a preocupação do eminente Senador Valdir Raupp é significativa, mas que o escopo da sua propositura já está atendido na lei que regula a agricultura orgânica. Esse é o voto. Pela, o voto pela rejeição.

SR. PRESIDENTE SENADOR NEUTO DE CONTO (PMDB-SC): Continua em discussão. Pela ordem a palavra ao Senador Osmar Dias.

SENADOR OSMAR DIAS (PDT-PR): Bom, primeiro eu quero, em respeito ao Senador Leomar Quintanilha, dizer que ele mesmo ressaltou, fez aqui elogios ao mérito da proposta do Senador Valdir Raupp. E ela é realmente meritória. O Senador Valdir Raupp coloca para discussão um projeto de extrema importância. E eu tenho dúvidas sobre o atendimento já desse pressuposto de estar o Executivo autorizado pela regulamentação da lei dos fertilizantes. Eu tenho dúvida. Como o projeto é importante, o Senador Valdir Raupp tem uma preocupação que todos os consumidores brasileiros são atendidos por esta preocupação é muito importante a gente ressaltar aqui o próprio Ministério da Agricultura não tem também estrutura suficiente para fazer a fiscalização, eu acho que se a gente conseguir reforçar a lei, tornar a lei mais rigorosa, dar mais instrumentos para que os órgãos fiscalizadores possam conter qualquer desvio na fabricação de fertilizantes orgânicos que possam prejudicar os consumidores dos alimentos produzidos a partir desses fertilizantes orgânicos, ainda mais porque a agricultura orgânica é um nicho de mercado, de produção que precisa ser preservado e ser valorizado, eu, entendendo as razões do Senador Leomar Quintanilha, eu peço vistas do projeto para que eu possa analisar se realmente a lei de fertilizantes já atende esse pressuposto e, dessa forma, fazer um estudo para tentar salvar uma proposta de extrema importância que faz o Senador Valdir Raupp. Evidentemente entendendo as razões do Senador Leomar Quintanilha.

SR. PRESIDENTE SENADOR NEUTO DE CONTO (PMDB-SC): O Presidente então concede vistas do projeto ao Senador Osmar Dias. Continua... O item 3 da pauta, o Relator, o Senador Heráclito Fortes não está presente, portanto nós vamos, nós vamos deixar, se ele não chegar em tempo, vai passar para... Vamos... Em

discussão o Requerimento da Senadora Kátia Abreu. De autoria o Requerimento da Senadora Kátia Abreu, que solicita Audiência Pública para tratar do tema de infra-estrutura, especialmente sobre as hidrovias. Em votação o Requerimento.

SENADOR OSMAR DIAS (PDT-PR): Eu gostaria de deixar meu voto consignado por que eu tenho que ir à CCJ onde sou Relator de uma sabatina que será feita agora e o meu voto é favorável ao Requerimento. E eu pediria à Senadora Kátia Abreu que permitisse que nós analisássemos mais nomes para que posteriormente eu pudesse apresentar um aditivo ao Requerimento sugerindo nomes, principalmente para a área de portos.

SR. PRESIDENTE SENADOR NEUTO DE CONTO (PMDB-SC): Nós gostaríamos que, ficamos no aguardo do Requerimento por escrito dos nomes e também da formalização da matéria para que nós providenciemos data e espaço de tempo para trazer-mos o debate.

SENADORA KÁTIA ABREU (DEM-TO): Perfeitamente Presidente. Eu acho que o Senador Osmar Dias está coberto de razão. Nós precisamos ter alguém, sim, na representação dos portos. Nós vamos entrar em contato com algumas pessoas no Brasil, representações de classe, que possam vir falar a respeito deste assunto. Acho que nós estamos aprovando aí a CNA, que é a parte da produção, dois, Governo, que é o DNIT, a agência que é muito importante que é a agência reguladora e, na realidade, então, alguém da representação dos portos que nós iremos buscar este nome para incluir no Requerimento, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR NEUTO DE CONTO (PMDB-SC): Portanto colocamos em votação o Requerimento. Senhoras e senhores...

SENADOR OSMAR DIAS (PDT-PR): Sr. Presidente, só a título de informação, o Presidente da Secretaria de Portos é o ex-Ministro Pedro Brito. Então poderia ser um nome, de repente, colocado nesse Requerimento de convite para depor nessa Comissão, prestar depoimento, e eu queria também parabenizar a Senadora Kátia Abreu pela, por essa convocação dessas pessoas envolvidas nessa área das hidrovias. Realmente o Rio Madeira, que é um dos maiores rios da Amazônia, recebe agora duas grandes usinas e o projeto, consta no projeto as hidrovias ali... Perdão, as eclusas na hidrovia do Madeira, no entanto estão licitando agora a obra em outubro e não vai constar no projeto, no contrato as eclusas. As eclusas estão ficando fora. Eu acho que é de suma importância porque vai possibilitar a navegação do Mato Grosso pelo Rio Guaporé até o Rio Amazonas nos portos de Porto Velho, Itaquiara ganhando o Oceano Atlântico, como

também dá uma saída à Bolívia, uma saída prometida pelo Brasil há mais de cem anos e até hoje não viabilizada que é a saída do país à Bolívia ao Oceano Atlântico.

SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO): Pela ordem, Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR NEUTO DE CONTO (PMDB-SC): Pela ordem a palavra com o Senador Leomar Quintanilha.

SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO): Presidente, só para deixar minha manifestação favorável, o meu voto de aprovação a esse Requerimento e justificar a necessidade da minha retirada por que eu sou Relator de outro projeto na Comissão de Assuntos Sociais e estão requerendo a minha presença lá. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR NEUTO DE CONTO (PMDB-SC): Devidamente justificado. Senadora Kátia Abreu.

SENADORA KÁTIA ABREU (DEM-TO): Sr. Presidente, eu gostaria de agradecer o apoio dos Senadores, dos colegas, da colega Senadora para a aprovação dessa Audiência Pública, mas eu gostaria aqui de fazer a V.Ex^a., como Presidente, reiterar uma solicitação feita na Presidência anterior. Com relação à pauta de votação da nossa Comissão. Eu sou titular nessa Comissão por acreditar firmemente na importância desse setor para o país e o quanto o Senado Federal é importante na participação das decisões do agronegócio brasileiro. Muito me estranha, e eu não consigo entender essa situação, de tantos projetos em votação na Comissão de Agricultura da Câmara, que muitos deles, na maioria, teriam que vir para o Senado aqui serem aprovados. Então nós, nunca participei, nunca participei de uma Comissão de Agricultura na Câmara, como Deputada há seis anos, que a pauta não tivesse mais de 20 itens, até 25, 30 itens sendo aprovados na Comissão de Agricultura da Câmara. Eu imagino que muitos deles deveriam vir para cá, senão todos. Nós temos que localizar esse problema, ver o que está acontecendo, a secretaria da Comissão tem se esforçado e empenhado nesse sentido, mas nós temos que buscar esses projetos que possam estar passando em outras comissões sem passar aqui na nossa Comissão. A importância dela, ela está sendo, nesse momento, esvaziada com apenas dois, três projetos a serem votados.

Então nós temos que estar atentos na busca desses projetos. Quero aqui ressaltar, Sr. Presidente, e pedir o seu apoio e dessa Comissão, que um Projeto de Lei da Senadora Lúcia Vânia, por exemplo, que tratava de índice de produtividade e que eu tive a honra de relatar e apresentei um substitutivo, que já foi, inclusive,

lido nessa Comissão, foi aprovado um Requerimento no Plenário do Senado pedindo que esse projeto passasse em primeira mão pela CAE. Esse projeto está na CAE, já passou o prazo de nomeação de Relator, nada foi feito, a gente sente que foi uma manobra legítima, por sinal, do Partido dos Trabalhadores para tirar daqui o Projeto de Lei. Eu já rerepresentei outro Requerimento, está no Plenário do Senado em ordem de votação para que retorne à Comissão de Agricultura. Então nós temos que estar atentos, são manobras legítimas que o regimento permite, mas que nós também temos que estar atentos para fazer a nossa parte, e eu tenho certeza que o senhor, Senador Neuto de Conto, eu tenho certeza que na Presidência dessa Comissão o senhor irá dinamizar ainda mais os nossos trabalhos e estar atento a essas questões da nossa pauta para não diminuir a importância da nossa Comissão e não esvaziá-la como é a pretensão legítima de muitos aqui nesta Casa. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR NEUTO DE CONTO (PMDB-SC): Realmente nós estamos olhando aqui, temos vários requerimentos na Mesa que estão, foram solicitados para matérias que chegam à Casa para serem por esta para serem lidos ainda. Mas eu queria, antes de colocar, encerrando a discussão do Requerimento, queria que a senhora e os Srs. Senadores concordam, que concordam permaneçam como estão. Então declaramos aprovado.

Será cumprido as deliberações da Comissão. Gostaria de comunicar que ontem também foi lido na Mesa o Requerimento do Senador Flexa Ribeiro que trata de uma Comissão para examinar os empregos, a empresa Pará Pastoril e Agrícola AS., que trata de dois membros de cada Comissão para que se façam presentes para analisar as denúncias feitas e a admissão, ou melhor, o cancelamento de contrato de 1180 trabalhadores dessa empresa que o Ministério do Trabalho está considerando como escravos. Esse Requerimento vai ser debatido e certamente vamos encontrar uma solução. E também o expediente recebido da FAES, da Federação da Agricultura e Pecuária do Estado do Espírito Santo, assinado pelo Presidente Júlio da Silva Rocha Júnior. Eu só queria também anunciar aos eminentes Senadores e Senadoras que nós, além de mantermos dois técnicos de alto nível na Comissão que foram escolhidos pelo Presidente anterior, Rildon Carlos de Oliveira, que é técnico engenheiro agrônomo e zootecnista, e também da Shangeli Silva Sousa, que a formação é bióloga e também tem formação da agricultura.

Estamos contratando, estamos contratando um jornalista para que a Comissão tenha, através desse jornalista, um respaldo na grande imprensa nacional

das ações que aqui se realizam. Não temos nada a tratar, encerramos a presente Sessão, convocando outra para a próxima quarta-feira, dia 15, quando teremos uma Audiência Pública do setor cacauzeiro. Requerimento do Senador César Borges. Então declaramos encerrados os trabalhos.

Sessão encerrada às 11h56.

SUBSECRETARIA DE APOIO ÀS COMISSÕES PERMANENTES

COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA

ATA DA 18ª REUNIÃO (EXTRAORDINÁRIA) DA COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 15 DE AGOSTO DE 2007.

Às onze horas e quinze minutos do dia quinze de agosto de dois mil e sete, na sala 7, da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência, do Senador **NEUTO DE CONTO**, reúne-se a Comissão de Agricultura e Reforma Agrária do Senado Federal, com a presença dos Senadores: **DELCÍDIO AMARAL, ANTÔNIO CARLOS VALADARES, EXPEDITO JÚNIOR, GARIBALDI ALVES FILHO, LEOMAR QUINTANILHA, CESAR BORGES, JONAS PINHEIRO, KÁTIA ABREU, CICERO LUCENA, FLEXA RIBEIRO, MARISA SERRANO, JOÃO RIBEIRO, AUGUSTO BOTELHO, E VALDIR RAUPP**. Deixam de comparecer os Senhores Senadores(as): Sibá Machado, João Pedro, Pedro Simon, Heráclito Fortes e Osmar Dias. Havendo número regimental, é declarada aberta a reunião, dispensando-se a leitura da Ata da reunião anterior, que é dada como aprovada. O Senhor Presidente, Senador Neuto de Conto, informa que a presente reunião destina-se à realização de audiência pública de acordo com a seguinte pauta: Audiência Pública, em cumprimento ao **REQUERIMENTO Nº 15, DE 2007 - CRA**, de **AUTORIA** do Senador César Borges, com adendo do Senador Expedito Júnior, aprovado em 11/07/07, com a finalidade de discutir a recuperação da lavoura cacauzeira e os recentes programas anunciados pelo Governo Federal para o setor, com a participação dos seguintes convidados: **Sr. Girabis Evangelista Ramos** – Diretor do Departamento de Sanidade Vegetal da Secretaria de Defesa Agropecuária – MAPA, representando o Ministro de Estado da Agricultura; **Sr. Gustavo Costa de Moura** – Diretor-Geral da Comissão Executiva do Plano da Lavoura Cacaueira – CEPLAC; **Sr. João Martins da Silva Júnior** – Presidente da Federação de Agricultura e Pecuária do Estado da Bahia - FAEB; Após a exposição dos Senhores convidados fazem uso da

palavra para tecerem comentários sobre os assuntos abordados, os seguintes Senadores(as): Katia Abreu, Cesar Borges, Jonas Pinheiro e Garibaldi Alves Filho.

RESULTADO: AUDIÊNCIA PÚBLICA REALIZADA.

Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às treze horas e quarenta e dois minutos, lavrando eu, Marcello Varella, Secretário da Comissão, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, conjuntamente com a íntegra das notas taquigráficas. – Senador **Neuto de Conto**, Presidente da Comissão.

18ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA,

REALIZADA NO DIA 15 DE AGOSTO DE 2007 ÀS 11 HORAS E 13 MINUTOS.

SR. PRESIDENTE SENADOR NEUTO DE CONTO (PMDB-SC): Havendo número regimental declaro aberta a 18ª Reunião Extraordinária da Comissão da Agricultura e Reforma Agrária do Senado Federal da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura.

Requeiro a dispensa da leitura da ata da reunião anterior que com a anuência do Plenário é dada como aprovada.

Informo a Comissão que esta Presidência recebeu Aviso nº 1157, SUSESC, do TCU - Plenário, subscrito pelo Ministro Walton Alencar Rodrigues, Presidente do Tribunal de Contas da União, datado de oito de agosto do corrente, que encaminha cópia do acórdão proferido nos autos do processo nº 13.109, de 2006, o qual trata do cumprimento do art. 42 I do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias que determina que os recursos destinados pela União à irrigação na região Centro-Oeste, seja equivalente ao percentual de 20%. No voto, o relator Ministro Ubiratan Aguiar, informa que não foi cumprido pela União, no exercício 2002 a 2006, o art. 42 I, dos Atos das Disposições Constitucionais Transitórias ADCT, por não ter sido observado o percentual de 20% para a aplicação dos recursos destinados à irrigação na região Centro-Oeste.

Acarretou ressalva nas contas do chefe do Poder Executivo, conforme apreciação do TCU das contas do Governo da República do exercício 2006. O resultado em recomendação ao Ministério da Integração Nacional e ao Ministério do Planejamento e Orçamento e Gestão. Vale dizer que tais informações tiveram origem no parecer nº 154, de 2007 desta Comissão, o qual foi relator o Senador Jonas Pinheiro, sobre o Aviso nº 27, de 2007.

A presente reunião destina-se a Audiência Pública em cumprimento ao Requerimento nº 15, de 2007 - CRA, de autoria do Senador César Borges,

com adendo do Senador Expedito Júnior, aprovado em 11/07/2007, com a finalidade de discutir a recuperação da lavoura cacaueira e os recentes programas anunciados pelo Governo Federal para o setor. Com a participação dos seguintes convidados, que desde já, convido para comporem à Mesa: Senhor Girabís Evangelista Ramos, Diretor do Departamento de Sanidade Vegetal da Secretaria da Defesa Agropecuária e representando o Sr. Ministro de Estado da Agricultura, Pecuária e Abastecimento; senhor Gustavo Costa de Moura, Diretor-Geral da Comissão Executiva do Plano da Lavoura Cacaueira - CEPLAC; senhor João Martins da Silva Junior, Presidente da Federação da Agricultura e Pecuária do Estado da Bahia, representando a CNA - Conferência da Agricultura e Pecuária do Brasil; senhor Francisco Ferreira Cabral, Presidente da Federação da Agricultura e Pecuária do Estado de Rondônia. Acho que passamos a palavra ao primeiro convidado.

SENADOR CÉSAR BORGES (DEM-BA): Sr. Presidente, pela ordem.

SR. PRESIDENTE SENADOR NEUTO DE CONTO (PMDB-SC): Pela ordem, o eminente Senador da Bahia César Borges.

SENADOR CÉSAR BORGES (DEM-BA): Sr. Presidente Senador Neuto De Conto, eu quero agradecer a V.Exª. pela agilidade como providenciou a realização desta reunião, dessa Audiência Pública.

Atendendo ao requerimento nosso aprovado, também aqui nessa Comissão, com o adendo do nobre Senador Expedito Júnior e neste momento, Sr. Presidente, eu quero crer que V.Exª. deve ter colocado para os convidados que relacionamos a emissão deste convite em tempo hábil. Que todos pudessem se programar, primeiro em atenção ao Senado Federal, em atenção a um convite do Presidente dessa Comissão de Agricultura da Câmara alta brasileira que é o Senado Federal.

Em segundo lugar pela importância dessa cultura, a importância que ela tem hoje e que ela já teve tão grande para o nosso País em passado recente. O que eu tenho a lamentar é que o Ministro da Agricultura não esteja presente aqui entre nós nesse momento. Eu acho que seria o mínimo que ele poderia fazer pela cacauicultura brasileira. Porque efetivamente o que se pretende nessa reunião, e eu coloquei isso no meu requerimento, é que se esclareça para a região cacaueira, para o Estado da Bahia, a realidade de um plano que está sendo anunciado pelo Governo da Bahia, pelo Secretário da Agricultura da Bahia, Geraldo Simões, que deu entrevista, inclusive, que é um Plano para a Aceleração do Desenvolvimento e diversificação do agronegócio da região que cacaueira. Nós estamos

vivendo o tempo do PAC. Há PAC para tudo, daqui a pouco teremos PAC para o trânsito, teremos PAC para não sei mais o quê. É PAC para a segurança, é PAC para tudo, vamos empacotar todo o País.

Entretanto, me parece que é muito mais um discurso, é muito mais uma marca do que uma realidade. Então, eu estou vendo, veiculado pelo Diário Oficial do Estado da Bahia, pela mídia baiana, de que há um PAC para o cacau. Então, o que eu quero é esse esclarecimento e eu acho que só o Ministro da Agricultura que poderia realmente dizer se é uma realidade ou não. Eu não quero aqui, de forma nenhuma, desconsiderar a presença de todos porque eu mesmo os convidei e sei da importância do Presidente da Federação da Agricultura, do Diretor da Comissão Executiva do Plano Lavoura Cacaueira, mas creio que talvez a Federação da Agricultura queira uma explicação da mesma forma, se esse PAC é uma realidade ou mais uma miragem e seria extremamente penoso que estivesse enganando mais uma vez os cacauicultores baianos que já sofrem tanto e não podem ser enganados em sua boa fé de uma ação governamental conseqüente.

Acho que a CEPLAC, da mesma forma, vive dificuldades que precisa do apoio decisivo da autoridade maior, que seria o próprio Governo Federal representado pelo seu Ministério, pelo seu Ministro da Agricultura e com o apoio das autoridades monetárias. Quando falta o Ministro, que eu tenho a maior consideração, o Ministro Reinhold Stephanes, falta aqui, eu acho que ele de certa forma mostra um descompromisso com a região e com essa lavoura. Com todo respeito ao senhor Girabis Evangelista Ramos, mas ele é um Diretor do Departamento de Sanidade Vegetal da Secretaria de Defesa Agropecuária, ele é um Diretor, ele sequer é o Secretário de Defesa Agropecuária e ele está representando o Ministro.

Eu quero lavar esse protesto, dessa desconsideração do Ministro para com esta Casa e para com esta Comissão, Sr. Presidente. Faço esse registro e quero que fique constando aqui da ata dos trabalhos de que o Ministro teria que ter uma consideração maior com esta Comissão e principalmente com a lavoura e com o todos aqueles que têm a sua vida dependendo da lavoura do cacau. Estas são as minhas palavras iniciais, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR NEUTO DE CONTO (PMDB-SC): Senador da nossa querida Bahia, Senador César Borges, nós oficiamos ao Ministro. O Ministro nos respondeu indicando na própria resposta, através de documento em nosso poder, designando o Dr. Gerabis que deverá representá-lo e espero que venha com as respostas que nós precisamos. Por isso nós concedemos a palavra a Gerabis Evangelista Ra-

mos que representa o Ministro da Agricultura que está com a palavra.

SR. GERABIS EVANGELISTA RAMOS: Obrigado, Senador Neuto De Conto, Presidente da Comissão de Agricultura do Senado, cumprimento o Senador César Borges, a Senadora Kátia Abreu, e os ilustres companheiros de Mesa aqui presentes.

Eu estou representando o Ministro da Agricultura e na seqüência também o Secretário Executivo e o Secretário de Defesa, que eu trago a todos os senhores os cumprimentos do Ministro Reinhold Stephanes. Lamento que ele não esteja nesse momento, aqui no Senado, em face de um problema muito sério que nós estamos vivendo no Ministério que é a greve da fiscalização federal agropecuária que hoje se depara com o último dia. E o Ministro está empenhado em resolver esse problema em relação a esse movimento que, de várias formas, ele nos traz uma grande preocupação em face de que as exportações do agronegócio brasileiro estão crescentes e boa parte dessas exportações são produtos perecíveis. Por isso há essa preocupação do Ministro discutindo essa relação, desse movimento grevista, com o Ministério do Planejamento e Casa Civil.

Essa é a justificativa que, possivelmente na próxima oportunidade Senador, o Ministro poderá estar aqui não só com o senhor, com outros Senadores e poderá ter outras políticas em relação ao cacau e a agropecuária brasileira ao grande agronegócio.

Em minha apresentação, como o Senador César Borges acabou de referir, meu nome é Gerabis Evangelista Ramos. Eu estou responsável pelo Departamento de Sanidade Vegetal do Ministério da Agricultura e onde está, onde se discute todas as doenças das culturas cultivadas no Brasil e também daquelas não cultivadas e aquelas pragas que hoje são exóticas e são quarentenárias para o País. Então, a minha preocupação, Senador Neuto De Conto, é que se não trabalhar a sanidade vegetal das culturas que são de grande importância para o nosso País, com certeza, nenhum PAC ou outro PAC, ou qualquer outro PAC poderá restabelecer, porque várias pragas que rodam o País, em nosso País, simplesmente ela dizima as culturas e, por exemplo, a vassoura-de-bruxa. Então, eu quero separar duas situações: A sanidade vegetal do problema da gloriosa CEPLAC que ela vem trabalhando em relação à recuperação da lavoura cacaueira do Brasil, principalmente no Sul da Bahia e Espírito Santo.

Por favor, pode passar a primeira. Hoje os problemas fitossanitários que a cultura do cacau tem, hoje, nós temos a vassoura-de-bruxa que é conhecido não só dos baianos, mas de todo Brasil, o que ela causou não só para a Bahia, mas para o agronegócio brasi-

leiro. E têm mais algumas que é a fitóftora, podridão parda, a moniliose que é essas pragas são responsáveis por 25% da quebra mundial do cacau. A próxima, por favor.

E aqui está, onde ocorrem essas doenças, essas pragas, aliás? A podridão parda que é a fitóftora ocorre na África, na América e na Ásia; a vassoura-de-bruxa que ela tem o hábitat na Amazônia, ela chegou ao Sul da Bahia e a monilíase que é a *Moniliophthora Roreri* que ela está na América Latina principalmente onde está a Colômbia, Equador, Venezuela, Panamá, Costa Rica, Nicarágua, Peru, Honduras, Guatemala, Belize e México. Essa praga que, ao final, é um fungo é de grande patogenicidade e ela simplesmente pode causar prejuízo muito maior do que a vassoura-de-bruxa se ela for introduzida no Brasil, por favor.

Ações que o Ministério da Agricultura realizou e vai continuar realizando primeiro: Junto com a CEPLAC foi instituída a antiga CAVAB que é a Campanha de Controle da Vassoura de Bruxa. Essa CAVAB atuou que até hoje deixou, culturalmente deixou na Região Sul, na Região Norte do País, que todo o fruto de cacau ou de cupuaçu que sai de lá resiste a uma cultura do povo amazônico de não carregar fruto, nem por via terrestre e nem por via aérea e a vassoura-de-bruxa quando chegou ao Sul da Bahia que causou um prejuízo tão grande que a Bahia, principalmente do Brasil, e a Bahia caiu do segundo produtor de cacau para quinto. Por favor, o próximo.

Hoje nós temos duas ações dentro do orçamento do PPA: Uma que é ligada, responsabilidade da CEPLAC, que no caso do Dr. Gustavo Moura deve discorrer sobre a recuperação do cacau, que esse é um programa e o próximo o controle... Por favor, senhores o próximo, e tem uma prevenção do controle de praga da cacauicultura, nós vamos verificar que... Olha, essas metas, essas ações de metas que nós temos que fazer! Nós temos que fazer convênio com todos os Estados que tem plantação de cacau, nós temos que fazer com iniciativa privada, entidades envolvidas, pesquisa de defesa agropecuária em vários Estados da Superintendência. Próximo, por favor.

E aqui para a surpresa dos senhores são os recursos que nós temos para cacau. Para a defesa fitossanitária do cacau são 379 mil reais para cuidar do Brasil inteiro em cacau. Com trânsito, com todo o trânsito, desses 379, foi contingenciado 40%, foi para 321 e hoje eu posso afirmar aos Srs. Senadores e ao Presidente, que hoje nós temos algum... Nesse mês de agosto, 30 mil reais para se trabalhar com sanidade vegetal, com cacau e desse recurso nós priorizamos o que é mais importante para a cacauicultura no Brasil.

Próximo. Que é as ações da monilíase, nós estamos dando atenção a monilíase porque essa praga é uma praga que poderá ter, ocorrer o declínio total da cacauicultura no Brasil.

Próximo. E aqui nós estamos fazendo as metas dos Estados da Federação que nós estamos trabalhando. Nós estamos trabalhando na Amazônia, Bahia, Rondônia, Pará, e segue.

Próximo. Isso aqui é o sintoma dessa doença no fruto de cacau, aquela parte branca, aquela parte negra, ali preta é a necrose, a podridão e simplesmente a parte branca são os espólios do fungo, e aquilo ali são partes do vento, pelo vento ou pelas ferramentas, pelo corpo, pela indumentária do trabalhador rural vai passando de cultura para cultura. Perdão, de planta para planta.

Próximo. Aqui é um estado avançado da monilíase. Próximo. Nós fizemos junto com os órgãos estaduais de defesa vegetal nos Estados do Norte junto com a CEPLAC, um levantamento fitossanitário de onde está, qual é a posição da monília hoje no Norte do País. Próximo. Então, aqui está dividido o Brasil pela zona de risco: A parte vermelha é a zona de risco, de alto risco. É onde aquela parte vermelha ali faz a divisa com os países que existe a monília, que há possibilidade de introdução da monília por via terrestre, por via até, por animal, pelo rio e outras coisas mais.

A parte amarela é a parte de médio risco, a faixa tampão. E a parte branca que constitui também a parte tampão mais ao Sul da Bahia. A Bahia e o Espírito Santo é a área de baixo risco por isso que existem duas áreas, a branca e a amarela, que separa a parte de alto risco.

Próximo. E aqui nós criamos, nós estamos fazendo o plano de contingência, como eu havia dito antes que, o recurso que nós temos para o cacau é simplesmente... Nós estamos dando atenção à monília e estamos fazendo o plano de contingência para a Região Norte. Essas são as atividades que ocorrerão até dezembro.

Próximo. Com o declínio do cacau, principalmente na Bahia, as indústrias, hoje tem cinco indústrias que estão no Sul da Bahia, em Itabuna e Ilhéus, elas são esmagadoras de cacau que faz manteiga e o chocolate que nós consumimos e também exportamos. Essas indústrias elas empregam, elas têm a sua responsabilidade social que emprega milhares de famílias de trabalhadores que são responsáveis por várias famílias. E essas indústrias têm uma infra-estrutura montada que simplesmente elas necessitam de amêndoa para continuar suas atividades, então, elas solicitaram ao Ministério da Agricultura que viabilizasse as importações de amêndoa de cacau. Foi então, Sr. Presidente,

que nós fizemos, nós temos pessoas capacitadas tanto no Ministério da Agricultura quanto na EMBRAPA e quanto da CEPLAC e fomos aonde tem a cacau, a produção de cacau, que é na Indonésia e também na África, Gana e Costa do Marfim e fomos fazer uma análise de risco de praga para saber quais são as pragas que são simplesmente perigosas, potencial de alto risco para o Brasil.

Então, dessa viabilidade, dentro das exportações, nós determinamos que toda a importação de cacau, seja dos países da África e da Indonésia, tivesse um acompanhamento sobre o tratamento fitossanitário dessas exportações antes de chegar ao Brasil. Então, hoje todas as importações de cacau que chegam ao Brasil, espero que seja passageiro, está aqui a CEPLAC e o Dr. Gustavo sabe mais ou menos o quanto tempo pode durar essas importações, mas existe hoje, todo o cacau que entra no Brasil tem... Passa primeiro todo o navio, passa por uma formigação de porões, todo o navio. Dois: Todos os sacos que compõem a pilha de cacau é passado por um tratamento fitossanitário com brometo de metila que é um gás extremamente violento; não sobra nada que estiver por baixo. E o terceiro tratamento é um tratamento de transição em alto-mar que é feito também com brometo de metila em alto-mar. Todas essas precauções visam o quê? Que nenhuma praga que entre no Brasil, principalmente pela Bahia, onde tem cacau venha a se estabelecer no Estado. E uma das pragas que nós temos uma grande preocupação, além da monília, é uma planta infestante denominada estriga, de semente milimétrica, que elas simplesmente atacam todas as culturas cultivadas dentro do setor agrícola.

Próximo. É isso que eu tenho a apresentar aos senhores e fico à disposição dos Senadores e Sr. Presidente, para aquilo que eu possa responder dentro do meu tema que é a sanidade vegetal.

SR. PRESIDENTE SENADOR NEUTO DE CONTO (PMDB-SC): Muito obrigado. Acho que nós vamos ouvir os três palestrantes para depois fazermos as intervenções. Nós convidamos então, com a palavra, o senhor Gustavo Costa de Moura, Diretor-Geral da Comissão Executiva do Plano de Lavoura Cacaueira - CEPLAC.

SR. GUSTAVO COSTA DE MOURA: Bom dia a todos, parabéns ao Senador, Presidente da Comissão, Senador Neuto De Conto, pela oportunidade que dá ao cacau, à região cacaueira de estar aqui se apresentando. Quero também, na pessoa do Senador César Borges, parabenizar, nós estamos realmente precisando, as dificuldades são grandes e esse problema se arrasta há muito tempo Senador.

Sei que a provocação de tudo isso vem do senhor, me permita dizer, e não poderia ser diferente, filho de Waldomiro Borges, neto de produtor de cacau, eu conheço a sua luta, conheço o seu compromisso com a região que também não é muito diferente do meu. Então, o que eu quero mostrar a vocês é uma idéia do que é a região, do começo de tudo e deixar bem claro os problemas, as soluções, eu não vou dizer erros. Eu vou dizer que hoje, momentos que caminham hoje para uma definição. Cacau é uma cultura perene, o amadurecimento dela vem depois de sete anos, e a região do cacau é isso aí. É uma região de clima úmido, uma região onde a pluviosidade está em torno de 1500 podendo chegar a 2800 milímetros, uma foto dessas pode ser na Bahia, no Amazonas, a temperatura média são 26 graus e a umidade relativa do ar é sempre acima de 80, abaixo de 90%.

Outro. Então, esse é o ecossistema da região cacaueira. Outro. Veja só essa é a importância ambiental dessa cultura. A cultura implantada sobre o sistema cabruca, é a broca da mata selecionando a madeira e debaixo dessa mata, debaixo desse passivo ambiental, é que está o cacau.

Outro. Aí está o cacau preservando o meio ambiente, vivendo em consórcio, com algumas outras culturas. Outro. Essa foto é importante porque a região é cortada por rios, é cortada por afluentes e nascentes faz com que o cacau preserve e conserve esse meio ambiente e esses recursos naturais. Outro. A importância social está aí, o produtor na Bahia 70% são pequenos produtores abaixo de 50 hectares e no Norte do País, 90 e poucos por cento estão aí. Esse pequeno produtor geralmente ele tem essa mata, debaixo dessa mata está o cacau e ele tem na realidade 10% a 20 da terra dele em pasto que é para manter o burro, tirar o leite e outras coisas.

Outro. Isso é a importância ainda social que a quantidade de emprego gerada que já foi 204 mil, hoje está em torno de 175 mil trabalhadores na região cacaueira brasileira. Outro. A importância econômica. Outro. A participação dos Estados na produção do cacau. O que a gente pode ver é que a Bahia representa 67%, o Amazonas 1%, o Espírito Santo está ali representa 9%, Mato Grosso que é 1%, Pará e Rondônia. Outro. Esse é o agronegócio cacau, o cacau gera em derivados para a exportação 386 milhões de dólares, gera em chocolate cinco bilhões e 600 milhões de reais. E produção e processamento propriedade 47 mil 340, indústrias processadora cinco e indústria chocolateira 98.

Outro. Esse é um mercado garantido onde nós podemos observar a evolução da produção mundial é de 1.8, a evolução do consumo mundial é de 2.38,

existe uma evolução dos estoques mundiais negativos em 0,91. O preço atual está em torno de 1800 dólares e o preço previsto é de 2000 dólares que tem alcançado constantemente esse ano.

Outro. Esse é o mercado de chocolate brasileiro, nós temos uma evolução de 6%, nós temos uma evolução de consumo aparente de 4.7, nós temos uma evolução nas exportações em chocolate de 10.08. Outro. Essas são as exportações de cacau brasileiro. Eu não estou vendo aqui direito, mas ali deve ser a partir de 1990 até 2006, o que a gente vê é o seguinte: É uma mudança, nesse período havia as exportações de bagas, o amêndoa de cacau, e hoje nós trabalhamos mais com produtos industrializados como licor, torta e manteiga.

Outro. Esse é o balanço do mercado internacional, o que é que a gente vê aqui? O superávit vermelho, os estoques, a produção, a moagem e os preços internacionais que estão aí. Dizem que cacau com quatro mil dólares, ele viveu a vida toda, o produtor, não é verdade. O preço de cacau médio é em torno de 1500, 1600 dólares. Outro. Esse é o preço do cacau no mercado externo, o que é que nós vemos? O preço do cacau é ascendente enquanto a curva do dólar é descendente. Isso faz com que se estabilize o preço do produto e faz com que o produtor tenha dificuldades em aproveitar esse grande momento de ascensão de preço.

Outro. Esses são os problemas vividos, hoje, com a cacauicultura, vassoura-de-bruxa e queda dos preços do cacau no mercado interno. O que é que nós temos com a vassoura-de-bruxa? Baixa produtividade, a queda dos preços, produtores descapitalizados, queda de renda, endividamento do produtor, redução dos empregos e desempregos, preço do cacau não cobre o custo e desagregação da Mata Atlântica.

Outro. Esse é o grande problema, a vassoura-de-bruxa, ela inicialmente, ela ataca as partes aéreas da planta dando essa super brotação e ali está onde se instala o fungo até ele secar. Outro. Ela também ataca o fruto e quando ela ataca o fruto ela torna esse fruto imprestável ao consumo do chocolate porque ela descaracteriza o sabor. Outro. Esse é, depois desses ataques, ela forma esse cogumelo e dá a esporulação. Outro. As consequências são essas, plantas atacadas com alta incidência. Outro. E áreas atacadas sem produção nenhuma. Outro. E a intensificação do desmatamento na região.

Outro. Esse é um quadro dos remanescentes da Mata Atlântica no Sul da Bahia e em 1997. Outro. Bem, nós vamos falar sobre a vassoura-de-bruxa, é uma doença originária do Amazonas, ela chegou ao Peru, ao Equador em... Aí estão as datas, em 1989 ela chega à Bahia atacando as plantas e dando prejuízo

financeiro. Outro. Eu trouxe a evolução da produção de cacau da Bahia, o que nós vemos nesse quadro? Em 1999, na época de 30, nós tivemos primeira crise, foi a criação do Instituto de Cacau, em 1957, a segunda crise onde havia uma queda de produção e a criação da CEPLAC. Eu vou passar para outro e depois eu volto ao quadro. Outro. Nesse ano houve a criação da CEPLAC está aí que é a Comissão Executiva do Plano da Lavoura Cacaueira. Outro. Aí está a área de atuação da CEPLAC, Floresta Amazônica e Mata Atlântica com gerência e superintendência na Bahia, Rondônia, Pará, Mato Grosso, Amazonas, Espírito Santo e uma série de regional em seis Estados em uma população de região de seis milhões de pessoas.

Outro. Aí está a criação da CEPLAC, criada no dia 20 de fevereiro, inicialmente pelo Decreto 40987, inicialmente vinculada ao Ministério da Fazenda com as atribuições de estabelecer o equilíbrio financeiro da lavoura cacaueira causada pelas crises sucessivas. Outro. O histórico e isso é bom e importante deixar bem claro aqui, a CEPLAC, inicialmente, foi criada com recurso da própria lavoura, foi criada inicialmente com 15% até 1964 e 10% até 1989. Ela foi criada através de contribuição cambial e depois imposto de importação.

Outro. Em 18 de abril de 1974, através do Decreto 73, ela é subordinada ao Ministério da Agricultura com essas atribuições. Outro. O imposto de exportação é suspenso, através da Resolução 887, de 27/12/80. E a reforma administrativa, imposto em 1990, acabou tornando a CEPLAC apenas um Departamento do Ministério da Agricultura. Outro. E em 1999, o que nós vemos? Todo aquele patrimônio construído com o dinheiro, com o esforço do produtor, através dessa determinação ele é incorporado ao patrimônio da União, ela não podia ser titular desse patrimônio próprio por nunca ter possuído personalidade jurídica. Segundo esse entendimento os bens móveis, imóveis, incluem entre outros que são de propriedade da União, art. 20 Constituição Federal. E eram apenas utilizados pela CEPLAC e aí foi todo o seu patrimônio financeiro, todo o seu patrimônio econômico e patrimônio...

Veja só, nesse período a CEPLAC cria o pró-cacau que é de 1976 a 1985, a estratégia para o cacau foi aumentar a produção por expansão de novas áreas, era tornar o Brasil o maior produtor de cacau do mundo, se produziu um milhão de toneladas, com o aumento de produtividade e áreas renováveis e aumento de produtividade com aplicação de insumos modernos. Outro. E o que nós vemos? Nós vemos o crescimento extraordinário onde praticamente se duplica, triplica a produção de cacau. Nós chegamos a atingir a meta de quase 440 mil toneladas e em 1989 a grande... Cau-

sada pela vassoura-de-bruxa, a entrada da vassoura-de-bruxa, o que nós vemos nesse ano? É a queda do cacau e a região vai produzir em torno de 110, 120 toneladas com praticamente 200 mil desempregados e empobrecimento de toda a região.

Outro. Aí é o cenário da década de 90, redução da produção em 75%, o Brasil cai para o quinto produtor, o déficit do abastecimento da indústria instalada, aumento das importações, o porto de Ilhéus foi feito com intuito de exportar cacau e passa a ser adaptada à importação, redução das exportações, perda de mercado e renda, o cacau Bahia deixa de ser um produto oferecido porque a demanda interna absorve todo esse produto, descapitalização e endividamento do produtor, desempregados 200 mil, desmatamento e ameaça aos recursos naturais.

Outro. E é criado o programa de recuperação da lavoura cacauzeira que teve através de uma resolução do Banco Central de 19 de junho de 1995. Com o objetivo de combater a vassoura-de-bruxa, recuperar a lavoura e evitar o desemprego rural. Outro. A justificativa são essas: O cacau foi o maior produtor da Bahia, 93 Municípios, 650 mil hectares. Os preços pagos estavam muito abaixo, os produtores descapitalizados. Outro. E aí está o aporte financeiro, era um aporte, no primeiro ano de 120 milhões, no segundo ano... Nesses dois anos seria a remoção das plantas atacadas que era o controle cultural, no terceiro e quarto ano seria a clonagem com plantas intercompatíveis, os beneficiados pequenos, médios e grandes produtores.

Outro. Através desse pacote nós temos, hoje, um endividamento em torno de 700 milhões com uma inadimplência de aproximadamente 29 milhões esse ano, e eu acredito que para o ano nós vamos ter uma inadimplência muito maior ainda. Outro. As Câmaras setoriais são um organismo de política executiva do Ministério da Agricultura. Essas Câmaras setoriais reúnem todos os setores, Federação, Governos Estaduais, Comissão Nacional de Agricultura e ela submete as suas demandas ao Ministério da Agricultura. Outro. Então, entre as soluções encaminhadas pelas Câmaras está a institucionalização da CEPLAC, caracterização e equacionamento dos [ininteligível], agroecologia e meio ambiente, agroindustrialização, verticalização, organização do produtor, comercialização, sistemas agroflorestais e coordenação de projetos e pesquisa.

Outro. Através de uma Portaria Ministerial, nº 19, de fevereiro de 2007, o Ministro da Agricultura no uso das suas atribuições conferidas no art. 87, Parágrafo Único, considerando a necessidade de diversificar, dinamizar ações da região cacauzeira do Estado, ele cria um grupo de trabalho e no art. 1º, instituiu o grupo de trabalho no prazo de... Para elaborar proposta do

Plano Executivo de Aceleração e desenvolvimento da diversificação do agronegócio da região cacauzeira. Isso foi publicado no Diário Oficial, no dia 21 de fevereiro de 2007, na Seção II, nº. 35.

Outro. O que é esse PAC? Está aí o PAC. Esse PAC é o Plano Executivo esta aí, ele é implementado de 2007 a 2015... Passa. O impacto esperado é reverter o processo de desagregação social, ambiental e econômico resultante da crise do agronegócio do cacau e resgatar... Equacionar a dívida dos produtores com prioridade no processo de renegociação da dívida, aumentar a competitividade da lavoura cacauzeira em qualidade do produto da região, diversificar o agronegócio regional. Outro. Aperfeiçoar o serviço de pesquisa, melhorar a infra-estrutura do serviço, fomentar o desenvolvimento do turismo, promover a regularização fundiária, promover o associativismo e o cooperativo, ajustar as políticas públicas e demandas características regionais.

Outro. Os desafios a serem vencidos: É a agregação de valor ao cacau ambiental, outro, fortalecimento das organizações, inserção e demandas regionais, crédito, assistência técnica, diversificação e outros. Outro. As ações necessárias diversificariam a economia da região através do agronegócio borracha, o agronegócio dendê e reflorestamento com a espécie nativa das áreas degradadas. Outro. E outros com a fruticultura no Vale do Rio de Contas e outro vales de rio. Outro. Aí está a agroindustrialização e a criação de pequenas unidades agroindustriais como esse chocolate que vocês estão experimentando que tem aproximadamente 50% de cacau, é orgânico, enquanto o chocolate convencional ele tem só 8%. Esse cacau é um produto que pode agregar selo e pode ser produzido por pequenas agroindústrias em nível de produtor.

É importante dizer que o cacau ele é vendido a três reais, três e 50, quatro, e quando chega a chocolate ele chega a ser vendido a 600, 700 reais o quilo. Outro. A diversificação agrícola, esse são alguns clones lançados pela CEPLAC, clones com aptidão também para madeira. Outro. Isso é o dendê, o dendê é uma palmácea, dá esse fruto, esse fruto ele gera o óleo que pode ser também aproveitado como biocombustível. Outro. A média de produtividade, o efeito comparativo do dendê em relação à autocultura, enquanto o dendê na Malásia ele produz 3.9 a 4.7 toneladas por hectares, a mamona produz nove e a soja produz 05. Então, o que a gente pode ver é o potencial dessa bomba produtora de óleo que é esse produto vegetal que é o dendê.

Outro. A fruticultura na região ela trabalha com abacaxi, acerola, mamona, o principal produto é a graviola e o cupuaçu. Outro. O palmito também pode

ser usado como açaí na produção de fruto e pode ser usado como pupunha na produção de pupunha. Outro. Aí estão os caminhos a trilhar, a clonagem com o material autocompatível, o adensamento das plantas, outro. Aí estão os clones selecionados pela CEPLAC, outro, outro, vale dizer que esses clones de última geração são clones autocompatíveis, vale dizer também que a CEPLAC já está produzindo clones que tenha agregação de quatro a cinco fontes de resistência, vale dizer que os materiais resistentes à monília já foram também importados, já estão saindo do quarentenário e a gente quer fazer com que esse material seja disponibilizado que é um material já de quarta e quinta geração.

Essa pode ser uma clonagem ou uma reclonagem, nesse caso é uma reclonagem. O que é no primeiro momento foi clonada essa planta aqui, um broto basal que está aqui, só que foi clonada com planta intercompatível e não apresenta hoje uma produção compatível com o que se espera e o que foi projetado. Então, você tem que fazer a reclonagem com plantas autocompatíveis com aquele material que está ali, lançado pela CEPLAC. Outro. Aí está o resultado dessa planta. Aqui você vê o corte da planta velha, aqui é o enxerto e aqui é o cavalo do enxerto onde existe uma compatibilidade e os dois produzem.

Outro. Aí está uma área de CCN-51 clonada. Essa planta, no Equador, ela produz mais ou menos 240 arrobas por hectare. O Equador teve a vassoura-de-bruxa, tem a monília, ela tinha uma produtividade de 90 mil toneladas, baixou para dez mil toneladas e este ano está atingindo 120 a 130 toneladas baseado em uma única planta. Nós, hoje aqui, temos mais de 35 plantas. Outro. Aí está um combate à vassoura-de-bruxa, que é um combate alternativo, é o biofungicida produzido pela CEPLAC, é um antagonico ao fungo, esse produto se arrasta e Girabi sabe disso, ele foi descoberto no Amazonas, potencializado, e nós não conseguimos o registro definitivo. Ele está na Malásia, está na Indonésia, está no mundo todo, inclusive, é vendido no mercado não como *Tricovab stromaticum*, como *Tricovab*. E nós, do Ministério da Agricultura, não conseguimos registrar esse produto.

Então, estão aí os efeitos deles na planta, nós estamos lançando agora o Clonovabis(F), que é um saprofítico, que é um endofítico, passa aí... Aí nós estamos vendo o resultado em laboratório, em campo, são as vassouras-de-bruxa não tratadas, nós podemos ver que ela esporula; e nas vassouras-de-bruxa tratadas ele coloniza e impede a esporulação do patógeno.

Outro. Aí está a produção de mel na região que evoluiu muito, nós hoje somos o maior protetor de própolis do Brasil. Nós geramos uma receita de 830 mil

reais, os maiores produtores de mel na região, Teixeira de Freitas, Santa Cruz de Cabrália. Outro. Isso aí está a potencialidade regional, nós podemos chegar a 30 milhões de reais agregando 5.714 mil empregos na região. Outro. Outro mercado é um mercado de flores, essa é a dimensão do mercado brasileiro. Outro. Essa é a floricultura brasileira, o que gera. Outro. Esse é o número de empregos gerados na floricultura. Outro. Essas são as flores que nós pretendemos trabalhar em consórcio, em sistemas agroflorestais, aí nós vemos orquídeas, nós vemos algumas outras. Outro. Isso aí é a proposta da CEPLAC, sair do monocultivo do cacau, trabalhar em sistemas agroflorestais, o que a gente vê aqui? A gente vê a implantação dos sistemas agroflorestais com a seringa, se, trabalhando nesse consórcio de implantação com o abacaxi aí podem ter flores, e se separando mais um pouco, com o cacau, são blocos onde você tira do produtor a dependência do monocultivo do cacau. Outro. Aí é um sistema já formado onde o cacau está sendo implantado. Isso aí é um sistema cacau-seringa.

Outro. Aí está outro sistema implantado, nós vemos aqui a linha, nós vemos o cacau de um lado, o cacau de outro, ali já é outro sistema, aqui nós vemos a implantação de flores tropicais.

Outro. Aí nós vemos um sistema formado, aí a seringa do outro lado é o cacau. Outro. Nós vemos o cacau, pupunha; a pupunha é um produto que se faz o palmito, nós estamos vendo o cacau em bloco e a pupunha implantada. Outro. Aí também é o cacau com a pupunha, tirando do produtor a dependência do monocultivo, dando a ele uma opção de 40% em outra receita. Outro. Aí está um sistema florestal, formado... Aqui nós vimos o mogno-africano e eu deixo aqui para vocês uma preocupação minha: Esse sistema você pode fazer com o mogno-brasileiro, com o jacarandá, com o jequitibá, com as plantas nacionais. Mas só que, infelizmente, Senador, nós temos uma dificuldade muito grande. A partir do momento que você faça com plantas, essências brasileiras, elas são protegidas e você não tem uma exploração comercial. O trâmite é muito difícil.

E o que a gente encontra? Essas essências levam 30 anos para entrar no ponto de maturação e os créditos que estão aí são para eucalipto, uma cultura que você implementa e corta com oito anos. Só que com oito anos, nós temos o mogno que o metro cúbico chega a valer 150 mil reais, você planta, Senador, para gerações, você não colhe, mas você deixa com que aqueles que, como nós, estão tendo oportunidade de colher.

Passa aí. Esse é o sistema de frente onde a gente vê o cacau, onde a gente vê a pupunha, aqui é o café,

onde a gente vê a pupunha, onde a gente vê o cacau. Isso aí você impede do produtor ficar no monocultivo. Outro. Aí nós estamos vendo aqui é outro sistema com cacau, com uma essência nativa que o é pinho-cuiabano. Outro. Aqui nós estamos vendo também um outro arranjo produtivo, aqui está o cacau, aqui está o cacau, isso aí é uma essência também nativa que é o louro-freijó. Outro. Aqui também outro arranjo produtivo, aqui você já vê... Aqui a teca uma essência nativa. O que caracteriza é que tem que ser uma cultura de porte alto e uma cultura de ou porte baixo para não haver o sombreamento e para não haver a não produção de um ou de outro. Outro. Aqui a gente vê cacoco(F) com café. Outro. Aqui a gente vê a teca com cupuaçu. Outro. Aqui a gente vê o açaí com a pupunha, um para produção de fruto, outro para a produção de palmito.

Outro. A gente vê aqui um consórcio de café com o açaí. Essa área é uma área de 1800 hectares, tem 300 mil pés de açaí. Outro. Aí é o consórcio, está aí o açaí, o café, em um convívio harmônico. Outro. Aqui a gente vê o cajá, que é conhecida na Bahia como cajá, no Norte é conhecido como taperebá, uma é uma fruta de excelente qualidade consorciada com a pupunha em um arranjo florestal. Outro. E depois de todos esses argumentos senhores, Sr. Senador, ocorreu a Resolução 3484, que dispõe sobre o cronograma de reprogramação das dívidas do financiamento ao amparo do programa de recuperação da lavoura cacaueira. Isso foi uma reunião do Banco Central no dia 31 de dezembro e foi publicado em Brasília no dia 1º de agosto de 2007.

A publicação dessa Resolução é de extrema importância. Tira os produtores do SERASA, tira os produtores da dívida ativa da União que eram para ser encaminhados, porque todos eles para... Tiveram que dar a hipoteca de seu patrimônio que esta em primeiro, segundo, terceiro e quarto grau e coloca o produtor em situação de normalidade, de adimplência, fazendo com que ele possa implementar os novos programas que venham a surgir a partir daí. Isso é de extrema importância.

Outro. Essa é a minha apresentação, esse programa está sendo tratado em nível de Ministro da Agricultura, em nível de Secretaria, existe um grupo de trabalho formado e coordenado pelo Ministro, pelo Secretário de Agricultura. Agradeço a todos, me coloco à disposição, e mais uma vez parablenizo a iniciativa do Senador César Borges com o compromisso e com o comprometimento com a região do cacau. Muito obrigado a todos.

SR. PRESIDENTE SENADOR NEUTO DE CONTO (PMDB-SC): Agradecemos à explanação do Dr. Gustavo Moura e passamos de imediato a palavra ao

Dr. João Martins da Silva Junior, Presidente da Federação da Agricultura e Pecuária do Estado da Bahia e que também representa a CNA.

SR. JOÃO MARTINS DA SILVA JUNIOR: Sr. Senador Neuto De Conto, Presidente dessa Comissão de Agricultura, na qual eu agradeço em nome dos produtores rurais da Bahia, em nome do CNA, o convite feito e aqui eu estou representando não só os produtores rurais da Bahia como representando a CNA. Senador César Borges um eterno defensor da cacauicultura, Senadora Kátia Abreu, meu amigo Senador Jonas Pinheiro que conhece muito bem o Sul da Bahia porque viveu naquela região e conhece muito bem, Srs. Senadores.

Eu acho que não cabe mais falar sobre o cacau, o cenário da cacauicultura, mas eu acho que tem de se abordar uma coisa aqui, Srs. Senadores, que é bastante preocupante. Primeiro é que ouvimos do Diretor de Defesa de que existe um orçamento mínimo para uma nova praga que possa vir a ocorrer no nosso Estado e que com certeza irá extinguir definitivamente a cacauicultura na Bahia. E segundo, é bastante preocupante, onde eu ouvi o companheiro Gustavo Moura falar sobre a evolução da cacauicultura na Bahia, falar sobre a CEPLAC, falar sobre os planos e porque não dizer, louvável companheiro Gustavo, pensar na diversificação, mas eu acho que o que se tem que pensar nesse exato momento é na sobrevivência dos produtores de cacau, esses sim, que realmente são preocupantes, situação que você sabe melhor do que ninguém, porque você vive na região extremamente preocupante chegando ao ponto até de ser piedoso porque passam os produtores rurais no Sul da Bahia.

O que existe, Srs. Senadores, que se os senhores não sabem, as cidades da região cacaueira passaram a ser detentoras de grandes favelas, favelas extremamente preocupantes, violentas, hoje, no Estado da Bahia. E para mim a coisa que foi aqui colocada que o Ministério, que o Governo tem um programa de diversificação, um programa também de resolver o problema de endividamento, eu acho que deve passar primeiro por procedimentos que já passaram outros endividamentos de outras lavouras e de outras regiões.

O endividamento do cacau ele é inchado, foi um dinheiro, na época, que tinha TJLP, mais juros, que engordou demais esse débito. Eu acho que esse débito tem de ser revisto. Nós temos de fazer depois de revisto esse débito um plano de pagamento compatível. Não ainda se buscar soluções que estão hoje aí prorrogação de débito ou então alguma coisa como no passado se fez dando uma carência de três, quatro anos quando o próprio Gustavo, que não é só cacauicultor,

mas Diretor-Geral da CEPLAC, diz que a maturação do cacau se faz depois de sete anos.

Então, o que existe na verdade, Srs. Senadores é uma situação de desespero na região cacauzeira. Os cacauicultores estão desesperados, desanimados porque todo dia alguém no meio político aparece com um plano mirabolante, já se falou em cinco bilhões de reais, depois dois bilhões, o PAC do cacau, mas na verdade eu hoje saio dessa reunião frustrado porque eu esperava ouvir aqui uma coisa de concreto, esperava ouvir aqui uma coisa dita pelo Ministro ou qualquer representante dele que está autorizado o reescalonamento da dívida do cacau. Com prazo, com juros compatíveis era isso que eu esperava ouvir aqui! Mas volto frustrado e a Federação da Agricultura não ficou parada, não. Nós estamos entrando contra procedimentos indevidos pela CEPLAC e orientação quando implantou o programa da região cacauzeira, a primeira e segunda fase, que foi um dinheiro jogado fora porque aquilo que foi sugerido aos produtores não deu resultado e nós estamos entrando com ação contra o Governo, pedindo ressarcimento, não só pelo lucro que o produtor não teve como o tempo perdido e até para não pagar o que foi tomado ao Governo.

Então, eu acho que essas coisas têm que ser colocadas com muita frieza, Senador César Borges. O cacauicultor não pode mais ficar sendo enganado, a verdade é essa. Cada dia que passa aparece alguém na região dizendo que o Governo tem um plano para resolver o problema do cacau, mas isso nunca resolve. O que nós estamos vendo é prorrogação, prorrogou; agora para se pagar em janeiro, chega a janeiro, como o próprio Gustavo disse, a inadimplência vai ser maior. Então, volto para Bahia frustrado de não ter ouvido aqui nesse Plenário alguma coisa que dissesse que realmente está buscando a solução da cacauicultura e a solução da vida dos cacauicultores.

Isso é lamentável, isso é lamentável aqui dentro. Srs. Senadores nós fizemos aqui um resumo do que é que nós achamos que seria uma solução, que seria um começo da solução. Recalcular as dívidas que se encontram inchadas pelas altas taxas de juros praticadas no financiamento contratado, liberar as garantias porque eu estou ouvindo falar de diversificação, o cacauicultor não pode tomar um centavo! Como é que ele pode diversificar se todo o patrimônio dele está penhorado? Então, precisa ser liberado parte do patrimônio para ele poder dar garantia.

Estabelecer novos prazos, carências e juros para o pagamento das dívidas, prazos compatíveis, juros civilizados. Nós estamos hoje, vivendo no Brasil, agora mesmo o plano de safra, juros de 6,75 que já é um juro muito alto porque nós estamos com uma inflação infe-

rior a 5% e não podemos ter juros de 6,75. Intensificar investimento em ciência e tecnologia para resolver o problema da vassoura-de-bruxa e esse que acabaram de anunciar aí que é o problema da monília.

Então, quando a gente ouve, vê o Diretor de Defesa Sanitária dizer que não tem orçamento para a região cacauzeira para a defesa sanitária, infelizmente, eu vou voltar, Senador César Borges, você que é da Bahia, infelizmente, eu vou voltar sem nenhuma notícia boa aos cacauicultores. Porque diversificação todos eles hoje já tem consciência que é necessário fazer. Mas fazer como? Com que dinheiro? Essa que é a pergunta. Então, Sr. Presidente, eu não tenho a acrescentar mais nada, apenas quero dizer que vou voltar para a Bahia extremamente preocupado com o que vai ocorrer com os cacauicultores da Bahia. Obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR NEUTO DE CONTO (PMDB-SC): Agradecemos à intervenção do Dr. João Martins da Silva Junior e vamos abrir o debate para os Srs. Senadores. E o nosso... Vai ter a oportunidade também no debate... Vamos dar a palavra ao Senador César Borges que é o autor do requerimento.

SENADOR CÉSAR BORGES (DEM-BA): Muito obrigado, Sr. Presidente. Vejam bem, Srs. Senadores, nós assistimos aqui duas autoridades ligadas ao Governo Federal e um ligado aos produtores. O senhor Girabis colocou aqui na posição de representante do Ministro, eu fiz um protesto, que ele é um Diretor de Departamento, acho que o Ministro poderia ter uma consideração maior a essa Comissão estando presente, era isso que desejávamos, ele não são se fez presente, poderia ter encaminhado seu Secretário Executivo, também ele não encaminhou, poderia ter encaminhado o Secretário de Defesa Agropecuária, que eu acho que já seria uma desconsideração, mas ele mandou um senhor Diretor, nada contra a sua pessoa, nada, absolutamente, contra a sua pessoa. Mas isso mostra o descompromisso do Ministro e eu só posso ver um descompromisso do Governo Federal porque o Ministro representa o Governo Federal nesse ato aqui, nessa Audiência.

O senhor Girabis coloca que tem 30 mil reais, se não me engano, esse ano para fazer uma defesa da sanidade vegetal com relação ao cacau, quer dizer, algo que beira ao ridículo, lamentavelmente beira ao ridículo, não podemos esperar que saia nada, absolutamente, dessa área centralizada do Governo Federal que é o Ministério da Agricultura. Eu sei que o Ministério da Agricultura, lamentavelmente aqui, se trata de pessoas ligadas ao setor é prestigiado pelo Governo Federal, não é. Senador Jonas Pinheiro conhece bem essa questão, o Ministério da Agricultura é sempre relegado ao segundo plano, a Senadora Kátia conhece

também muito bem essa questão. Nesse Governo, no seu primeiro mandato, eu estive com o Ministro Roberto Rodrigues e vi o seu desespero querendo, por exemplo, com relação à sanidade animal, 50 milhões para poder proteger o rebanho brasileiro da febre aftosa que foi uma conquista e ele dizia que ouviu o Presidente Lula, por diversas vezes, autorizar o Ministro então, da Fazenda Palocci, a liberação, coisa que não acontecia. E ele terminou tendo um entrevero, um momento difícil para ele dentro do Governo, e que mais tarde redundou na saída do Ministro Roberto Rodrigues.

Então, nós sabemos da dificuldade do Ministério da Agricultura, agora isso tem que ser dito de forma clara, aberta. Eu acho que o Ministro Reinhold Stephanes tinha que vir aqui e dizer qual a posição. Então, lamentavelmente, eu não vejo o Ministério da Agricultura imbuído de um desejo de resolver um problema, por exemplo, como esse que nós estamos aqui debatendo que é a cacauicultura. Porque já estamos cansados de planos, já vivemos esse drama, quando eu digo vivemos porque eu sou também cacauicultor, não estou fazendo defesa própria, mas não posso esconder essa situação que muito me honra porque é um bem de raiz, bem já foi dito do meu avô, do meu pai, então é um bem de raiz e assim como eu muitos, eu acho que o próprio Gustavo Moura tem essa tradição de cacauicultor. E, lamentavelmente, é como se diz na região: "Após a queda, o coice". E é coice atrás de coice.

Não é? Você cai do cavalo e toma um coice do cavalo e toma o segundo coice, o terceiro coice. Primeiro se deu na década de 80, com a queda dos preços internacionais; em seguida a introdução da vassoura-de-bruxa na região que a própria região se mobilizou porque havia uma denúncia que foi criminosa e coisa que não foi devidamente apurada até hoje e fica essa suspeição, não é? Porque a quem recaia a suspeita, hoje é Secretário da Agricultura no Estado da Bahia! Quando ele era naquela época da CEPLAC, e não se chegou a absolutamente a apuração nenhuma. Vassoura-de-bruxa, agora quando o preço internacional tem uma recuperação, uma política cambial danosa ao Brasil e em especial aos produtores de cacau. Quer dizer um preço de 2000 dólares a tonelada, estamos 1800, 2000 oscilando e o preço do cacau que já esteve estabilizado em torno de 70, 80, já chegou a 140, a aroba está em 56, 57 essa semana, já teve a menos.

Quer dizer outro coice. E os planos que foram criados a partir de 1994, 95, que houve uma sensibilização, coisa que não era fácil no Governo Fernando Henrique Cardoso, mas houve a presença do Senador Antonio Carlos Magalhães, do Governador Paulo Souto, depois eu no Governo, conseguimos esses planos, entretanto, não tínhamos a rota tecnológica ainda, a

CEPLAC, estava pesquisando e fazendo uma pesquisa em cima dos próprios cacauicultores. Nós nos endividamos para ter uma rota de trato cultural, coisa que se revelou inviável e como a autoridade monetária não tem sensibilidade para o agricultor e esses empréstimos, Senador Jonas Pinheiro, são aqueles empréstimos que têm que ser remunerados, com a TJLP, mais juros altíssimos que o BNDES e o Banco do Brasil precisam ter lucros fabulosos. Pois bem, o que fez com a região? Endividou todo mundo. Acabou. Foi um outro coice, acabou de liquidar porque ficamos endividados, hipotecados, com todos os nossos patrimônios penhorados aos bancos. E aí vem o PESA, você transforma dívida bancária em dívida fiscal com a União e nós começamos a ser devedores da União e vamos responder perante o Ministério Público que vai o Governo, o Secretário do Tesouro Nacional, contra o produtor.

Eu quero citar até um exemplo da Resolução 3484 que não foi citada como é que foi feito porque o que eu tenho feito aqui com a bancada federal é conseguido prorrogar a cobrança das parcelas. Parece-me que essa Resolução também apenas prorroga; prorroga, mas prorrogar não resolve porque é para janeiro do ano que vem, mas janeiro vai chegar. É inexorável que daqui a seis meses nós chegaremos a janeiro e aí como se faz? E ainda houve um outro caso porque essa Resolução não foi... Veja bem, Sr. Presidente, ela é do Banco Central que tinha que comunicar ao Banco do Brasil para que não se executasse, não mandasse para o SERASA os produtores, todos os produtores foram para o SERASA, agora é que estão esclarecendo a situação. Veja a importância que lamentavelmente o grau de irresponsabilidade que o Governo Federal vem tratando isso.

Eu fui Governador da Bahia, tive dificuldades imensas com a área financeira, monetária do Governo Federal. Era o Governo do Presidente Fernando Henrique Cardoso. Se tinha a sensibilidade de criar um plano, não fazia um plano real, não dava com os juros necessários e nem os recursos suficientes. Aí vem esse atual Governo, quatro anos, absolutamente nada. A CEPLAC em dificuldades, com orçamento que não... A CEPLAC hoje é um uma pálida sombra do que foi a CEPLAC no passado. Quatro anos sem nada. Agora, a partir do início do ano, começam a aparecer nos jornais baianos de que há um PAC para o desenvolvimento e diversificação do agronegócio da região cacauieira, Aqui, o Dr. Gustavo Moura, fez um histórico muito preciso, sobre o que é a cacauicultura, o que representa para a Bahia, talvez tenha que se dizer o que representou para o Brasil, porque na década de 50, na industrialização de São Paulo, os dólares eram

da exportação do cacau quando nós éramos francamente exportadores. E ajudamos e subsidiamos hoje, o complexo industrial que existe em São Paulo, não ficou lá na Bahia foi ficar em São Paulo com os dólares do cacau. E o Governo Federal não olha essa história, mas era preciso olhar.

Mas ele fez um retrato muito interessante. Não precisa acrescentar números. Nós chegamos a segundo produtor mundial, 440 mil toneladas, da Bahia expandiu para a Amazônia, não sei se isso foi bom ou ruim, para a Bahia me parece que foi ruim porque foi da Amazônia que veio a vassoura-de-bruxa, lamentavelmente, porque ela é nativa lá da Amazônia. Reduzimos a produção para 120 mil toneladas com uma rota tecnológica que foi descoberta através de pesquisa e que já existiam em outros países como o Equador, que a clonagem, as espécies resistentes, nossa produção até cresceu um pouco. Voltou aos patamares de 150 mil, 170 mil toneladas, pois bem, agora nós já estamos regredindo novamente porque também havia experimentos que não deram certo, que não tinham produtividade. Além do desestímulo, preço baixo que temos um câmbio que estava em um e 80 até pouco tempo. Então, mais uma vez está prejudicado o produtor.

Muito bem, mas há uma rota tecnológica, mas para que ela seja implementada é preciso se resolver o passivo da região de 700 milhões. É preciso novos créditos e o produtor está endividado. O PESA, sempre a má vontade dos bancos oficiais, o Banco do Brasil tem péssima vontade de renegociar a dívida dos cacaucultores. É exigência, burocracia, aqui já foi dito até burocracia para espécies nativas brasileiras a serem plantadas e poderem ser cortadas, quer dizer, é toda a espécie de dificuldade para a recuperação dessa lavoura. Agora, o Dr. Gustavo Moura chegou... Um pedaço da sua exposição deixou de tratar da realidade e passou a tratar do sonho, o ideal, o que é que pode ser feito? O que é que deseja ser feito? Tudo bem, diversificação eu absolutamente não posso ser contra até porque toda a minha família tentou a diversificação, entretanto, o que nós queremos tratar é do cacau, a diversificação vem em segundo plano. Nós não podemos matar o principal para cuidar do secundário. A diversificação, desde criança eu ouço falar é abacate abacaxi e por aí vai, café, mas não se solidifica na região porque o fundamental é o cacau e o fundamental não está sendo preservado. Ele está em uma dificuldade imensa, imerso em problemas.

E a partir do que foi apresentado um sonho eu fico a perguntar: Como é que nós vamos realizar esse sonho? Qual é - eu vou passar depois a palavra - qual o comprometimento do Governo Federal com esse projeto? Foi criado pela Portaria Ministerial nº 19, de

fevereiro, um grupo executivo. Preparou, não sei se essa discussão se deu com todos eles, eu perguntaria ao Presidente da Federação da Agricultura se todos foram ouvidos porque a região é representada por vários setores. Se foi, ótimo. Há um projeto, um plano, qual o comprometimento? Ontem estive aqui no Congresso Nacional o Governador da Bahia, Jacques Wagner, do mesmo Partido do Presidente da República e eu perguntei a ele sobre esse programa. Porque na Bahia já se anuncia, no Diário Oficial do Estado já anuncia, pelo Secretário da Agricultura de que é dado como líquido e certo, temos aqui como algo... Simões que é o Geraldo Simões, Secretário da Agricultura, revelou que tanto a repactuação da dívida quanto os novos financiamentos serão feitos com juros especiais, em condições diferenciadas de prazo, de forma a permitir a efetiva recuperação econômica da região. Os 700 milhões de dívida devem ser refinanciados com juros de cerca de 7% ao ano e uma carência de sete ou oito anos, e fala da diversificação, fala de recursos para que se possa a região ser recuperada e recuperar e modernizar 150 mil hectares de cacauais duplicando a atual produção.

Só podemos festejar. Eu não estou aqui, absolutamente, eu quero que isso se realize, eu quero aplaudir, eu não posso aceitar que isso seja uma quimera, que isso seja uma ilusão, uma miragem, porque será realmente doloroso ver uma região tão sofrida onde tantas famílias já se desesperaram, já abandonaram suas terras, mais de 200 mil desempregos e nós conhecemos a pujança dessa região Itabuna, Ilhéus, Ipiaú, Jequié, Camacã que é a terra do Geraldo Moura, Canavieiras... A pujança que já houve dessa região e o que ela é hoje nessa realidade. Então, não pode mais uma vez ser uma ilusão. Quando eu tive a iniciativa de fazer a convocação para essa Audiência Pública, eu queria ouvir uma palavra firme. Porque ontem o Governador Jacques Wagner me disse: "Esse projeto está na mesa do Presidente Lula". Na mesa do Presidente Lula pode ficar, dali pode ir para o lixo, dali pode ir para uma gaveta, pode continuar lá. Porque PAC para mim é absolutamente nada. É um nome de marketing, há PAC para tudo nesse País, hoje.

Agora se você olha a execução orçamentária, sequer 30% dos recursos que estariam para investimentos esse ano em setores fundamentais de saneamento, habitação, tudo no PAC. Porque ali se juntou todos os projetos parados do Governo Federal. Sequer 30% foi executado, nós já estamos no segundo semestre do ano, então, qual o comprometimento do Presidente Lula, do Governo Federal efetivo com a região? Eu não ouvi aqui do Dr. Gustavo Moura nenhuma referência e nem ao valor desse programa, nem ao comprometimento

do Governo Federal. Do senhor Girabis muito menos ainda, ele colocou apenas uns 30 mil reais que havia para a defesa vegetal. E por outro lado eu assisto o Presidente da Federação que fala pelos agricultores, que fala quase que desesperado, se esgoelando dizendo: "Pelo amor de Deus não podemos viver esse situação mais". Isso não é uma brincadeira se trata da vida de milhares de baianos, 93 municípios que dependem da cacauicultura.

Não é brincadeira, não pode estar se anunciando que vai se fazer, Sr. Presidente. Então, por isso que eu estou reclamando a presença do Ministro da Agricultura e se ele não tem condições de responder ele devia trazer uma resposta do Ministro do Planejamento, da Ministra-Chefe da Casa Civil, do Ministro da Fazenda, qual é o comprometimento para se alocar recurso? Porque se fala em dois bilhões no PAC, se fala em cinco bilhões, se fala em três bilhões. Fala-se em aplicação de 2007 a 2015. Está se sacando aí oito anos, não é? Quer dizer está sacando já para o Governo futuro. Eu espero que não seja também saque para o terceiro mandato. É uma expectativa que não haja, por trás disso também, esse tipo de ameaça. Então, Sr. Presidente, o que eu queria saber aqui das autoridades que vieram representando o Governo Federal, senhor Girabis, em particular o Ministro, qual são os valores alocados para esse programa? Isso é para valer ou isso é brincadeira? Porque esse Governo está se notabilizando por anúncios, por promessas que pretendem substituir às realizações. E promessas e anúncios não substituem realizações. Apenas levam a frustração quando elas não acontecerem.

Então, eu queria saber do senhor Girabis, do senhor Gustavo Moura também se ele tem essa autorização para falar nesses números. Porque a CEPLAC hoje é - e não é sua culpa propriamente - porque nós sabemos do desinteresse de aplicação de mais recurso para revitalizar a CEPLAC que tem, inclusive, problemas institucionais, problemas institucionais porque já se tentou várias vezes acabar com a CEPLAC, incorporá-la na EMBRAPA, e ações desse tipo por parte do Governo Federal. Mas gostaria de saber se a CEPLAC está atendida, do ponto de vista, orçamentário, para suas necessidades de pesquisa, de extensão, de assistência, para um programa como esse anunciado e até para simplesmente as necessidades atuais.

E ao presidente da Federação da Agricultura da Bahia, também eu perguntaria isso: Se foi discutido com a Federação da Agricultura, com os representantes da cacauicultura esse programa? Se é do seu conhecimento que este programa atende as expectativas de todos os agricultores? Era essa a minha intervenção, Sr. Presidente, eu fico aqui também frustrado porque,

lamentavelmente, por mais que eu considere tanto o Secretário Executivo da CEPLAC quanto o Diretor do Departamento de Sanidade Vegetação do Ministério, eu não acho que eles tenham condições de dar uma resposta objetiva, clara, que traga segurança à região porque talvez feneça a eles essa capacidade. Isso teria que ser uma autoridade do Governo Federal a nível Ministerial, mas de qualquer forma ficam essas nossas indagações. Muito obrigado, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR NEUTO DE CONTO (PMDB-SC): Nós agradecemos à manifestação do Senador César Borges, as respostas nós fazemos ao fim, vamos ouvir agora a eminente Senadora de Tocantins, Kátia Abreu.

SENADORA KÁTIA ABREU (DEM-TO): Obrigada, Sr. Presidente, eu quero cumprimentar aqui o Dr. Gustavo, Dr. Girabis, e especialmente João Martins, Presidente da Federação da Agricultura da Bahia, que não é a primeira vez que eu o vejo se manifestar com sua indignação a respeito da questão do cacau na Bahia.

E realmente é a situação hoje do campo brasileiro. Todos na mesma situação, algumas situações mais graves, outras menos graves, mas todas na linha da gravidade. E eu fico muito contente de ver o meu colega, Senador César Borges, o conhecimento que ele tem a respeito do assunto porque ele é uma pessoa bastante respeitada nessa Casa e a sua palavra tem uma força muito grande. E eu acho Senador, que nós estamos precisando na verdade é de um PAC de responsabilidade, de um PAC de gestão porque eu fico aqui ouvindo o João Martins, Presidente da Federação, ouvindo o Senador César Borges com o conhecimento que ele tem do assunto, e fica passando um filme aqui na minha cabeça das outras causas, dos outros problemas desse País e tem hora que vai dando um desânimo e a gente tem até que fazer força para não desanimar porque a nossa luta é uma luta sem vitória, a gente não tem descanso!

Às vezes a pessoa vai para uma empreitada e ela tem começo, meio e fim e a nossa não tem. A nossa só tem começo e meio. Ela não pára. Então, são lutas, lutas e lutas e que a gente não tem retorno. E o mais grave disso, que o João Martins disse e que entristece a nós todos e que não é acontece nesse País, o nosso banco tecnológico, o nosso banco de experiência que é o produtor rural. Para o Governo, para esse Governo, para outros governos, tanto faz estar produzindo cacau o João, o Pedro, a Maria, o José, não tem importância para os Governos que essas pessoas sejam excluídas, sejam expulsa do campo, que outra pessoa vem que compre suas terras e comece tudo de novo. Quer dizer não há consideração por esse patrimônio que é

um patrimônio precioso, a experiência, a tecnologia aplicada, o saber no campo, o conhecimento.

Então, essas coisas realmente nos entristecem muito e eu fico pensando: "Meu Deus! Em quem eu vou votar para Presidente da República na próxima eleição?" Não precisa ser um ruralista. Eu não quero que seja um agricultor o Presidente da República, eu não espero tanto, mas sinceramente eu esperaria que nós pudéssemos ter uma pessoa que pelo menos conhecesse, não é? Conhecêsse vaca, boi, cacau, que já tivesse visto isso de perto, certa experiência, certa sensibilidade, mas as nossas chances são pequenas, as nossas chances são pequenas, por que tudo isso? Não é que o agronegócio seja a única coisa importante desse País, mas "pelo amor de Deus" é um terço das exportações, é um terço do emprego, é um terço do PIB, quer dizer, qualquer Presidente da República tem que ter no mínimo sensibilidade por esse setor. Nós não queremos que tenha dó de nós, não.

Agora, eu quero aqui reafirmar, sou oposição e sou oposição convicta, mas não é só desse Governo que a gente vê isso, não. Dos governos passados também, a irresponsabilidade só vai aumentando a cada dia e a gente vai ficando cansado de tanto fazer, de tanto lutar e não ter esse reconhecimento. E aqui a gente não quer fazer nenhuma caça às bruxas; a única bruxa que a gente quer caçar é a do cacau, essa nós queremos, a vassoura-de-bruxa, nós não queremos aqui responsabilizar apenas uma pessoa, mas a manutenção desse *statu quo*, dessa falta de responsabilidade nesse País.

Então, eu estou sempre dizendo desde que cheguei aqui no Senado, muito feliz da minha vida por ter sido eleita e tomado posse dia primeiro de fevereiro, esse ano, que eu tenho concentrado os meus esforços, João Martins, em três coisas prioritárias com relação à agronegócio: É a logística, que eu já devo ter feito mais de... Com certeza, o Senador César Borges deve estar enjoado e o Senador Jonas Pinheiro também de me ouvir falar de hidrovía, eclusa, ferrovia, estradas, portos, mas eu vou ficar aqui oito anos falando desse assunto porque para mim é uma das coisas mais graves que tem para o desenvolvimento do País em todos os segmentos, não é só do agronegócio, não.

Nós somos um País que tem essa vocação, nós somos reconhecidos por isso no mundo inteiro ou será que os outros países têm medo de nós porque nós somos competitivos no quê senão for no agronegócio? Então, logística para mim sinceramente é obsessão hoje. É uma das formas que nós temos de minimizar os nossos sofrimentos, a falta de subsídio que nós não temos tesouro para isso, a dar um bi por dia como o primeiro mundo faz, nós não temos política

agrícola nesse País, nós não temos seguro agrícola nem para enfrentar um dólar desse, um câmbio desse, nós não temos nada que nos apóie. Pelo menos cumpra a responsabilidade, faça a sua parte Governo, dê condições para que o produtor possa transportar os seus produtos.

Agora sou eu que estou falando sobre a oposição? Isso é hoje unanimidade no País. A revista *Veja* mostrou resumidamente em quatro, cinco páginas como é que está a questão da infra-estrutura nesse País. Construção de hidrelétricas pelo País inteiro sem a mínima visão da construção das eclusas para poder transportar a produção. Segundo ponto que eu vou me dedicar nessa Casa nesses oito anos é desenvolvimento tecnológico, pesquisa João. Você sabe que isso, se nós tivéssemos uma questão da Engenharia genética, se nós tivéssemos dado passos à frente, se nós tivéssemos avançado nesse sentido eu tenho certeza absoluta que esse problema já tinha superado. O que a gente vê todo dia? É a ANVISA avançando em cima da CTNBio. É o Ministério Público avançando em cima da CTNBio, não todos, mas especialmente uma senhora que montou acampamento dentro da CTNBio, do Ministério Público, e não sai lá de dentro e não deixa as reuniões acontecerem. É um Secretário Executivo - eu estou ficando rouca de indignação - é um Secretário Executivo que devia estar lá para fazer funcionar porque cientista não sabe mexer com essas coisas técnicas, é burocrática. Cientista é cientista, está para pesquisar, tem um Secretário Executivo para isso, para fazer a reunião acontecer da CTNBio. Ele é indicado da Marina Silva e está lá para não deixar acontecer a CTNBio, as reuniões! Não se aprova nada nesse País! Esse milho, que aprovaram agora ultimamente, no primeiro mundo isso já está na terceira fase, isso aí já é o Fusca para o primeiro mundo, esse milho que foi tão comemorado por nós aqui pela sua aprovação. São bilhões e bilhões de reais de prejuízo por falta de desenvolvimento tecnológico por causa de pesquisa. É 09.9 do PIB, João, o investimento de pesquisa no Brasil.

Um Brasil que tem essa vocação agrícola e consequentemente seus problemas sanitários que é o terceiro problema que eu estou me dedicando também aqui nessa Casa que é a defesa sanitária. Defesa sanitária, o Brasil inteiro por falta de conhecimento e por falta de preparo das pessoas responsáveis, acha que defesa sanitária é aftosa, se resume à aftosa e esquece o resto. Agora, há uma concentração às vezes, do pouco esforço que tem nas cadeias mais dinâmicas que seja soja, que seja algodão e esquece de cadeias importantíssimas que já foram cadeias importantes como o cacau para o Brasil e a consequência desse produto

ter sido simplesmente eliminado dos indicadores econômicos do País, a cacau foi eliminado.

Então, esses três pontos, como mostraram ali agora, a questão do defensivo - eu acho que é um defensivo orgânico, eu perdi um pouco - é um biofungicida, um defensivo. É um defensivo. Como é que você faz a defesa da concorrência? Que segurança jurídica nós temos de enfrentar um cartel desses de quatro bilhões e meio de dólares por ano na mão de meia dúzia de multinacionais? Quem somos nós, João, produtores rurais para enfrentar esse povo? Sem ter a menor força jurídica para isso, uma legislação de defesa da concorrência que nos proteja, são eles que não deixam registrar isso daí, são eles, defensivos genéricos nesse País. Nós só conseguimos mudar e eu quero aqui reconhecer, mesmo estando na oposição eu sei reconhecer o que as pessoas fazem de bom e faço questão absoluta de registrar: Conseguimos mudar o Decreto dos Defensivos genéricos, uma luta pessoal de seis anos para poder quebrar esse cartel por causa de um decretinho que iguala o registro de defensivo genérico igual a um defensivo novo. É o cartel que não deixa e a Ministra Dilma Rousseff enfrentou.

Em novembro do ano passado eu estive na Casa Civil com a CNA, com a Confederação Nacional da Agricultura, e nós conseguimos mudar esse Decreto graças a ela e à sua Assessoria. Ela deu conta de enfrentar esse cartel que há anos persiste. Mas ainda assim não conseguiu efetivamente fazer esse Decreto funcionar. São três Ministérios, minados de influência desse oligopólio que ainda insiste em dificultar o registro de defensivos genéricos que poderia dar uma economia para o País em torno de mais de 20%, João Martins. Ainda estamos lutando e eu tenho esperança que na próxima safra a gente possa ter esse produto para enfrentar essa concorrência.

A defesa sanitária. 147 milhões, Senador César Borges, em 2007; 147 milhões e também não sou eu que estou falando. A semana passada, se não me engano, no Estadão de domingo, no editorial, era exatamente defesa sanitária no País. De 147 milhões só tem uma execução orçamentária 17.7% para não mentir, a defesa sanitária do País só conseguiu executar isso.

Agora, eu sinceramente, eu acredito nesse Ministro, eu ponho fé nele, eu acredito que ele está com boa intenção e que ele tem boa índole, eu estou depositando toda a minha confiança e o meu crédito nele. Agora a máquina burocrática, os interesses corporativos, as dificuldades de um Governo incompetente, de uma máquina aparelhada que dificulta toda essa situação. Eu sempre digo: O setor agropecuário, hoje, não é problema de produtor rural mais não. Ele é um problema nacional, ele é de interesse nacional, é uma

questão de Estado, Presidente. Com esses indicadores econômicos ele é questão de Estado. Não é questão de produtores rurais, não. Porque se esses indicadores forem alterados, mesmo trocando o João, o Pedro, a Maria, o José um dia isso vai ter fim. As multinacionais, as empresas do agronegócio que eu não tenho nada, absolutamente nada, contra quem ganha dinheiro, não; sou desenvolvimentista, eu sou progressista, eu acho bom que todo mundo ganhe dinheiro, agora em uma cadeia como está o agronegócio, você pode avaliar, Senador César Borges, toda a cadeia do agronegócio, toda sem exceção, um empobrecimento total e absoluto do setor primário e enriquecimento exagerado da agroindústria. Isso tem que um dia ter fim. Isso não terá um bom fim.

Se você pegar da pecuária de corte, a pecuária de leite e chegar até o cabrito, ou todas as áreas de vegetal, todos os segmentos estão desse jeito. As empresas de fertilizantes, de defensivo, de máquinas, de implementos, os frigoríficos, tudo enriquecendo todos os dias, que eu acho ótimo, parabéns pela competência, mas não pode ser pelo sangue do produtor rural. Só o nosso suor que a gente dá, mas o nosso sangue não dá. Porque aí vai nos faltar vida para continuar produzindo. E nós estamos falando aqui do cacau de pessoas que tem 50 hectares, 50 hectares a média nacional de um produtor, ele não sabe nem se defender. Ele não sabe nem se defender, ele não sabe o que fazer.

Realmente é um estado de calamidade e esse endividamento, João Martins, você sabe que nós estamos em uma renegociação de dívidas e o Ministro Reinhold Stephanes tem tentado colaborar muito. E você fique certo que o café, inclusive, e o cacau estão incluídos nessa renegociação aonde ela tem três etapas: A primeira etapa é o FRA que é aquela parte... Inclusive a Medida Provisória está na Casa, o Senador Jonas Pinheiro é o relator aonde trata daquele assunto dos fornecedores, o produtor que está fora do crédito oficial e que deve aos fornecedores, então, estão criando um fundo para poder solucionar essa questão. A segunda etapa é especificamente sobre o custeio investimento do crédito oficial da safra 2003, quatro, cinco que vai entrar no relatório do Senador Jonas Pinheiro com uma prorrogação desse ano, um paliativo. E a terceira parte que é a mais complexa, que é a aonde vai entrar dessa crise de 2004, cinco, seis, têm as parcelas de PESA, securitização, quem não pagou custeio não tem como pagar PESA e securitização. Então, vai entrar PESA, securitização, vai entrar o cacau, vai entrar o café, vai entrar o RECOOP e nós estamos lá na Confederação Nacional da Agricultura com todo o nosso departamento técnico, lá com o Esperoto, o nosso colega do Rio Grande do Sul, preparando essa

proposta que nós pretendemos entregar o mais rápido possível em cima de renda. Nós não vamos fazer proposta mais de adivinhação, a nossa proposta vai ser essa e nós não vamos arredar pé um minuto, porque nós queremos que ela seja uma coisa factível em cima da renda do produtor, inventar não ainda porque o dinheiro não cai do céu. Tem que ser em cima da renda dos produtores rurais e nós vamos trabalhar para que isso possa se efetivar.

Então, eu quero aqui dizer especialmente ao meu colega João Martins, ao Senador César Borges, a todos os Senadores que têm o problema do cacau em seus Estados que nós somos parceiros. Assim como todas as situações do agronegócio, no fim, os nossos problemas são os mesmos: É logística, desenvolvimento tecnológico que não tem, pesquisa que não tem, defesa sanitária que não tem. Especificamente com relação ao cacau os produtores não podem pagar pela irresponsabilidade e omissão do Governo, que na época não foi desse Governo, não. Repito. Que inventou um programa, arrumou um programa que não era factível. E que empurrou os produtores tudo dentro do buraco. Como é que esses homens e mulheres podem pagar uma conta dessas que não é dela? Que não são nossas? Defesa sanitária e pesquisa são programas de Governo como a Saúde, como Educação, como Segurança Pública. Abra a Constituição, vamos ler a Constituição.

Então, eu quero me solidarizar com a Bahia, com os outros Estados, só vendo esse pedaço aqui, essa página da Veja do dia 26 de abril de 2006 é uma calamidade. A evolução das safras, 380 mil toneladas para 90 mil toneladas. A exportação de cacau in natura que é uma coisinha da Veja, meia página de Veja, exportação de cacau in natura, já exportou 120 mil toneladas em 2005. Mil... O que é isso? Coisa horrível! E a importação de cacau in natura, em 1995, eram cinco mil toneladas hoje são 55 mil toneladas. Em 2005, hoje não.

Hoje 80. Pois é. Então, o que mais deixa a gente impressionada é que isso não foi do dia para a noite, não foi de um ano para outro, baixou de cinco para 55 ou para 80. Há quantos anos isso está acontecendo? E ninguém faz absolutamente nada. Os governos não fazem absolutamente nada e assim tem outros setores não é só o cacau.

Eu encerro aqui, vamos tratar dessa questão do endividamento, João, que está te preocupando principalmente, são os companheiros que estão lá na sua base com você. É o Senador César Borges que também é um produtor, vamos tentar solucionar esse injusto endividamento e ter fé que nós possamos fazer a nossa CTNBio funcionar, que nós possamos fazer o

orçamento da defesa funcionar do Ministério da Agricultura, a nossa EMBRAPA que está fazendo algumas pesquisas, Senador César Borges, está fazendo Senador, tem lá a pesquisadora Lucília que está trabalhando no controle biológico e químico que é uma coisa bastante comum, mas também tem um projeto genoma que inclui a vassoura-de-bruxa, que está estudando a reprodução do fungo causador. Com poucos recursos, com muito pouco dinheiro, mas é assim a pesquisa no País todo. Então, eu quero agradecer aos palestrantes, e aqui me solidarizar para que a gente também possa implementar e fortalecer essa luta em prol do cacau brasileiro. Muito obrigada.

SR. PRESIDENTE SENADOR NEUTO DE CONTO (PMDB-SC): Agradecemos a Senadora Kátia Abreu, e ouviremos o Senador por Mato Grosso, Senador Jonas Pinheiro.

SENADOR JONAS PINHEIRO (DEM-MT): Sr. Presidente, companheiros da EMBRAPA, Federação da Agricultura lá da gloriosa Bahia, Dr. João Martins, Senadores e Senadora. Primeiro eu quero lavar aqui o meu protesto, o Mato Grosso apareceu muito pouco em relação ao cacau. O Mato Grosso tem cacau, tem cacau. Eu conheci... Há poucos dias visitei em Jauru a propriedade do Ovídio Miranda de Brito, onde ele tem lá quatro mil hectares de seringa, cuja seringa sombreia uma área muito grande de cacau e eu entendi que até uma dessas fotografias é de lá, senão é parece muito. Três, é... E o cacau representou muito na região de alta floresta onde tinha uma unidade de cacau da CEPLAC que fez lá um belíssimo trabalho, não só no cacau como a diversificação com outras atividades nativas na região ou cultura permanente. Fez um belíssimo trabalho e o trabalho existe lá ainda. Claro que nós estamos lá um pouco parados nesse trabalho porque Mato Grosso não tem uma unidade diretiva da CEPLAC. Ela é comandada por Belém do Pará.

E Belém do Pará com Mato Grosso há uma dificuldade muito grande de relacionamento, Belém do Pará com o Norte do Estado do Mato Grosso. Mas companheiro João Martins, foi muito bom a sua intervenção bem como do Senador César Borges. Eu vou repetir o finalzinho da intervenção da Senadora Kátia Abreu: "Nós queremos agora, nesse instante, de forma emergencial dar condição para que os produtores do Brasil venham a continuar na atividade. E para que ele continue na atividade, nós temos que resolver o problema dos produtores que já estão inadimplentes e resolver aqueles que estão adimplentes e que podem ir brevemente para a inadimplência". O que nós queremos é dar possibilidade para que eles continuem na atividade produtiva. E isso era muito importante lá para região de Barreira, região de Mimoso, onde ain-

da, antes de ontem, eu estive no encontro do algodão em Uberlândia falei com os baianos que estavam lá comandados pelo Jacobson.

Mas nós dividimos esse trabalho em três fases. A primeira fase foi resolver o problema do endividamento do produtor com as empresas fornecedoras de insumos, seja fertilizante, seja defensivo agrícola. A segunda fase são aqueles que têm financiamento de custeio e investimento que tem parcela a pagar este ano. E a terceira fase é que eu quero chamar agora a atenção, que a Senadora Kátia já disse, nós queremos resolver problema do agronegócio brasileiro, dando um contorno definitivo para o agronegócio brasileiro. 700 milhões de débito do cacau é pouco em relação ao que nós temos hoje de endividamento. Nós queremos, Dr. Gustavo, é dar contorno definitivo ou permanente para o agronegócio brasileiro de uma dívida de 130 bilhões de reais. 130 bilhões de reais é o passivo do agricultor brasileiro hoje, todos nós sabemos que o agricultor não tomou esse financiamento, o agricultor... Foi inserida na sua conta uma porção de gorduras e que chegou a esse ponto que nós estamos--

SENADOR GARIBALDO ALVES FILHO (PMSB-RN): V.Ex^a. me permite um aparte?

SENADOR JONAS PINHEIRO (DEM-MT): Sim, pois não.

SENADOR GARIBALDO ALVES FILHO (PMSB-RN): Eu conheço a luta de V.Ex^a., Senador Jonas Pinheiro, desde a CPI do endividamento rural. Nós fizemos parte daquela CPI, eu e V.Ex^a., V. Ex^a. na qualidade de relator e eu de Presidente. E de lá para cá, nós fizemos um levantamento em vários Estados, procuramos ter o retrato da realidade e de lá para cá as coisas em vez de melhorarem só fizeram piorar. E eu vejo que 130 bilhões, eu não sei dizer, essa é a gordura que V.Ex^a. falou, eu não sei dizer nem quanto ela representa, mas deve representar muito, não é Senador Jonas Pinheiro?

SENADOR JONAS PINHEIRO (DEM-MT): Com certeza, representa mais do que uma safra inteira por ano no Brasil. Uma safra inteira se fosse só para pagar dívida não daria para--

SENADOR GARIBALDO ALVES FILHO (PMSB-RN): Naquele tempo tinha uma história curiosa, que se dizia quando a gente chegava fazendo parte da Comissão, que o agricultor dizia: "Olhe Senadores, aqui nós não podemos chamar nossas mulheres de meu bem, podemos chamar de meu amor, minha querida, meu bem, não". E aí se perguntava por quê? E eles diziam: "Porque senão o banco penhora". Então, naquele tempo o agricultor já fazia uso da ironia para poder enfrentar uma situação absolutamente crítica e uma dívida impagável como é ainda hoje. Então, eu peço

desculpas ao Senador Jonas Pinheiro, e ao Presidente, mas eu não poderia deixar de lembrar essa luta que o Senador Jonas Pinheiro iniciou há muito tempo, muito antes até dessa Comissão e que tem sido coerente, tem sido um batalhador e tem sido, sobretudo, Sr. Presidente, sobretudo, a maior qualidade que eu acho do Senador Jonas Pinheiro é que ele é um homem de muita fé. Porque se ele não tivesse muita fé, ele já tinha desistido há muito tempo dessa luta.

SENADOR JONAS PINHEIRO (DEM-MT): Muito obrigado eminente companheiro Senador Garibaldi Alves Filho, que fez daquela Comissão e eu diria a V.Ex^a. que tudo que está naquele relatório ele é muito atualizado. Só que naquela época a dívida era 121 bilhões, ela está atualizada em tudo que está escrito, continua o mesmo problema e com uma dívida agora de 130 bilhões de reais.

Mas só para fazer um adendo ao problema do meu bem, viu? Que hoje já existe mais uma complicação. Os gaúchos não podiam falar meu bem porque o banco penhorava depois começou a chamar de minha prenda. Agora é o Padre que toma.

Bom, então nós estamos agora nesta ação de resolver problema emergencial da agricultura brasileira. Primeiro passo e esse passo já veio através de uma Medida Provisória depois de muita luta, depois que nós vimos e com o FAT como um financiador do pagamento da dívida das empresas fornecedoras de insumos e no final o CODEFAT retirou o apoio, mas o Governo bancou o apoio e nós estamos hoje com isso consolidado através de uma Medida Provisória, votada na Câmara, já está no Senado, é a Medida Provisória 372, que nós temos que votá-la rápido, agora depende dos nossos companheiros Senadores da República se deixa ou não deixa votar essa Medida Provisória tão importante para o Brasil.

Nesse projeto, nessa Medida Provisória que vai a dois bilhões e 200 milhões de negociação, o agricultor vai poder pagar, em cinco anos, a sua dívida com os fornecedores de insumos. Nós abrimos um espaço legal para que o agricultor possa dar como garantia a sua safra futura. Mas independente disso, por uma engenharia montada através de uma Comissão que fazem parte eu e a Senadora Kátia Abreu, alguns Deputados Federais, o Governo através do Ministério da Fazenda, Ministério da Agricultura e a OCB e a CNA foi montada uma outra engenharia econômica que criou um fundo de liquidez. Esse fundo de liquidez, ela constituído de 10% do valor da dívida do produtor que o produtor paga esses 10% como entrada para fazer essa negociação, mas esses 10% do valor da dívida de cada um vai para esse fundo.

Esse fundo de liquidez recebe também 20% do crédito da empresa fornecedora de insumos. Portanto, ela tem o crédito de 100%, ela só vai receber 80%. 20% fazem parte desse fundo. E o Tesouro Nacional também entra como cotista com mais 15% fazendo, Senador Garibaldi Alves Filho, um fundo de liquidez de 45% do valor de todo o endividamento do agricultor brasileiro. É esse fundo que, em última análise, vai ser a garantia dessa negociação. A primeira garantia a ser exercida no caso de um não pagamento ela vem do aval, vem da garantia que o produtor dá através do penhor.

Caso haja algum problema com o produtor é esse fundo que vai pagar a dívida. Portanto é uma engenharia que está posta, que vai ser servir hoje para a negociação com o fornecedor de insumos, mas no futuro vai servir para outras ações. Muito bem, a Medida Provisória veio para cá, mas enquanto a Medida Provisória estava sendo tramitada na Câmara a negociação, esta banca de negociação continuou, e hoje nós já temos a negociação feita com o Governo em relação a custeio e investimento. As parcelas de custeio e investimento, vencida ou vincenda este ano, ela já está sendo composta. O que nós vamos fazer com o custeio? A parcela do custeio ela ganha mais um ano de prazo e vai ser paga depois do último pagamento previsto, entra a parcela que está sendo prorrogada agora.

E o investimento? O investimento... Quando é investimento dos programas de juros mais altos como Moderfrota, Finame Especial que os juros variavam entre 12 a 15%, o agricultor vai pagar 30%, teoricamente vai pagar 30% da parcela vencida ou vincenda e 70% prorroga para última para um ano após a última parcela. Mas aqui vem a caixa de bonanças do Governo, esses 30% do pagamento desse ano, da parcela, na verdade o agricultor vai pagar apenas 15% do valor da parcela e 15% vai ficar como um bônus, bônus que o Governo vai descontar essa diferença da dívida do produtor.

Quando o programa foi financiado com juros mais baratos, tipo FNE, FCO, MODERAGRO que os juros são 8.75, aí a parcela pagável 20% da parcela, prorroga-se os 80% para um ano após a última parcela programada e desses 20% prorrogados, o Governo ainda dá um bônus de 5% para compensar os juros desse financiamento e 15 é para compensar os juros altos que estão postos na conta do produtor rural.

Muito bem, as atividades qualquer tipo de atividade agrícola, suinocultura, bovinocultura, cacauicultura pode prorrogar 100% da parcela este ano. Pode prorrogar 100% da parcela, a discussão era se caso a caso, se o banco teria que analisar caso a caso e nós conseguimos, Senador César Borges, de que não seja caso a caso, mas que seja por bloco de informação

da assistência técnica, se a assistência técnica - CEPLAC - que dá assistência técnica lá no Sul da Bahia ou qualquer parte do País, estabelecer que não dá para pagar porque não houve renda, por intempéries, seca ou excesso de chuva ou por doenças incontrolláveis, então, o que vai valer para estabelecer se é o financiamento, se é a prorrogação é 100% é exatamente aquela lauda, a lauda daquele técnico.

A lauda da assistência técnica, nesse caso a CEPLAC ou no caso da também... Tem a empresa de pesquisa e assistência técnica, eu não sei qual o nome da antiga CADE Bahia. Pois é, então... Ou dela. O laudo dela que vai valer para justificar a prorrogação dos 100% da parcela.

Enfim, eu já disse: Isso não é a solução definitiva, a solução definitiva nós estamos começando a trabalhar agora, de agosto até dezembro, que é o contorno definitivo, a engenharia definitiva para a solução do problema. Por enquanto nós queremos é permitir que os produtores não saiam da atividade. Nós queremos permitir que o Brasil não venha a sofrer impacto, não diminuição da sua produção por falta de acesso a crédito rural para os produtores brasileiros nesse ano.

Enfim, é uma Medida Provisória que está escrita, está na pauta, o grande problema nosso e o Senador César Borges sabe disso, é o impacto que está dando no trancamento de pauta por obstrução e aqui eu falo como muita preocupação que o impacto dessa não votação é por obstrução do PSDB e do DEM principalmente, que está obstaculizando a votação que é urgente e relevante. Porque enfim o agricultor vai negociar essa dívida para ter acesso em outro crédito para formalizar a sua atividade.

Enfim, Dr. Gustavo, a CEPLAC será importantíssima nesse terceiro episódio que é a solução da cacauicultura de forma definitiva nesse encontro que nós vamos ter agora a partir de gosto. Felizmente a cacauicultura tem um representante aqui que é o Senador César Borges que evidentemente vai ser convidado para participar desse processo de negociação. Eu queria também dizer que nós conseguimos incluir algumas benesses nesta Medida Provisória, uma delas é com os pescadores de lagosta, que está uma discussão há muito tempo, nós estamos aproveitando e incluindo aqui também. E o Senador Garibaldi Alves Filho, apresentou também uma emenda que trata do produtor de melão do Nordeste, particularmente do Rio Grande do Norte, que nós vamos poder enquadrá-los também nesse processo.

Enfim, nós estamos aproveitando essa Medida Provisória que está negociada com o Governo, para ver se, caso específico, nós possamos resolver. E lá do Sul, nós recebemos uma demanda dos caminheiros

que vão até os portos e passou de cinco horas ele é obrigado a passo pagar uma multa por estar mais de cinco horas nos portos. Também nós estamos revogando esta multa que tem os caminhheiros que estão lá parados, não tem culpa disso, mas ele é obrigado a pagar uma multa que nós estamos também resolvendo esse problema, nessa Medida Provisória.

Portanto, essa Medida Provisória para os líderes que estão nos ouvindo nesse instante, nos escutando, nos assistindo ela é importante porque ela é importante para o Brasil e nós precisamos aprovar urgentemente. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR NEUTO DE CONTO (PMDB-SC): Cumprimentar e agradecer a manifestação do Senador Jonas Pinheiro e cumprimentá-lo pelo brilhante relatório que ele produziu, a Medida Provisória 372 que é o Item 02 da Pauta do dia do hoje, e esperamos que haja um acordo e que se deixe de ser obstruir da reunião e se possa votar essa importante matéria.

Eu gostaria também, embora que todos os assuntos praticamente foram esgotados, e escusa até ao Senador César Borges porque passamos a atuar em todos os segmentos da agricultura e não só do cacau, ele provocou. Mas esta Casa ela vai, e esta Comissão, estar permanentemente em atenção com reuniões importantes iguais a essa. Dizer aos nossos palestrantes que essa sessão vai ser transmitida na íntegra pela TV Senado, não sei durante a noite ou manhã porque nesse momento está sendo transmitida a Comissão de Constituição e Justiça e dizer que eu venho do Sul, também um pequeno produtor rural em cima de três hectares de terra, com doze irmãos que conhecemos a trajetória do pequeno, do médio, do grande, e quando o Secretário da Agricultura no Estado de Santa Catarina, nós íamos vacinar os rebanhos com a polícia. Por força da comunidade, por força da agroindústria e hoje é o único Estado do Brasil que tem vacinação, aliás, certificação sem vacinação porque recebemos da OIE há pouco tempo agora e passamos a nos habilitar perante o mundo com nosso produto.

Mas foi muito sacrifício e muitas lutas para que acontecesse isso, certamente se o Governo, e todos os governos tivessem atuado da mesma forma, o Brasil estaria em outra posição principalmente nesse setor e não é diferente com a vassoura-de-bruxa. É só com determinação, muito trabalho, muita luta é que se encontram soluções disso. Nós temos um ditado lá no Sul que: "Só se perde a batalha que se abandona". A batalha que não se abandona ele tem fim, sim. E nós queremos dizer, principalmente, ao nosso Dr. João Martins pela luta e pelo trabalho dentro das federações, dentro das... Que nós vamos levar, não só pela

imprensa, vamos nos reunir, vou procurar marcar ainda hoje uma reunião com o nosso Ministro Stephanes para que lá nós possamos colocar a ele a preocupação da Comissão e dos segmentos da agricultura e principalmente da sua atenção no caso da Bahia, especialmente do setor do cacau.

Dito isto e pelo adiantado da hora e que nós já temos sessões daqui a pouco no Plenário, eu gostaria de ouvir os nossos Palestrantes dando cinco minutos para cada um porque praticamente não houve pergunta. O que aconteceu foram reclamações, conseqüentemente, eu queria pedir perdão até pelo espaço porque--

SENADOR CÉSAR BORGES (DEM-BA): Sr. Presidente, só para--

SR. PRESIDENTE SENADOR NEUTO DE CONTO (PMDB-SC): Sim, Senador.

SENADOR CÉSAR BORGES (DEM-BA): Esclarecer, eu fiz algumas indagações.

SR. PRESIDENTE SENADOR NEUTO DE CONTO (PMDB-SC): Estão, estão.

SENADOR CÉSAR BORGES (DEM-BA): E não foram citadas aqui, se há o programa, se não há, qual é o número e qual não é? Se há compromisso ou não.

SR. PRESIDENTE SENADOR NEUTO DE CONTO (PMDB-SC): Eu acredito que nesse pequeno espaço eles terão condições de dar essa resposta.

SR. GERABIS EVANGELISTA RAMOS: Eu quero finalizar com as minhas considerações, informando ao Senador César Borges e ao Senador Jonas Pinheiro, Senador Garibaldi Alves Filho e a Senadora Kátia Abreu que se ausentou, que eu lamento a ausência do Ministro, e para atenuar essa frustração dos Srs. Senadores eu quero afirmar que o agronegócio brasileiro, a importância e a pujança que essa atividade econômica representa para o País e que hoje temos uma greve, um movimento paredista se movimentando e no intuito de parar as exportações tanto exportações quanto importações, o Ministro possivelmente tem dedicado além das... Depois dessas viagens que ele teve que fazer ao México e também acompanhando o Presidente Lula, ele obviamente deve estar dedicando a essa parte hoje e por isso não pôde estar aqui. Porém, isso não me constrange Senador, em dizer para o senhor que eu não tenho a resposta das indagações que o senhor colocou aqui, porém eu levarei isso a assessoraria direta do Ministro e quero dizer o seguinte: Que possivelmente ele deve receber como Senador Neuto De Conto está nos afirmando. A Senadora Kátia Abreu, o que ela se referiu, eu também compartilho com algumas coisas que ela diz.

Primeiro com relação à defesa da agropecuária que primeiramente pelo orçamento. O orçamento de 147 milhões e depois a disponibilidade desses recur-

sos durante o ano. Defesa agropecuária não é uma coisa estanque. Ela existe ao cotidiano. Esse cotidiano é como se tem todo dia tem que fazer defesa agropecuária nesse País como se faz a saúde pública nesse País também. E além de tudo mais, há o contingenciamento desse recurso e além do mais acopla esse recurso à Lei de Responsabilidade Fiscal, o que significa? Você amarra os convênios com Estado e Município, 24 certidões para o Estado e Município cumprirem. Por exemplo, o Estado hoje que estava com uma parcela do Fundo de Garantia, vamos supor, inadimplente, ele pagou hoje; em 48 horas é o prazo ele tem para fazer um convênio com o Ministério. Eu concordo com qualquer órgão público, se nessas 48 horas ele cair novamente na inadimplência não se passa recurso.

Aí você vê qual é a margem de execução, 17%? Em termos porque se você pegar os últimos dias do ano de 2006 foi assinado convênio que tem resto a pagar, está sendo executado agora. Os senhores podem notar que a partir de setembro, outubro e novembro, o último trimestre, para começar a ser assinado o convênio com os Estados exatamente porque eles passam, os Estados passam a prestar contas de seus convênios agora. Então, você pode ver que a execução vai aumentar a partir de setembro. Eu desafio os senhores se for o caso, desafio, eu peço aos senhores para olhar os termos CIAF a partir de setembro e outubro que os convênios do Ministério vão passar a ser assinados e repassados recursos.

Quando ela afirma que o problema defensivo agrícola necessita de uma intervenção do poder, do Congresso Nacional em relação a melhorar a legislação de aplicabilidade desses requisitos [soa a campanha] é importante. Quanto ao... Eu vou encerrar porque eu tenho cinco minutos. É que ela afirma do fungicida biológico do Gustavo. Esse fungicida biológico foi ainda quando eu estava comandando a área, na época que eu comandava a área esse produto ainda estava sendo pedido que foi concedido esse registro especial temporário. E hoje continua ainda dentro da burocracia. Tenho certeza absoluta, Srs. Senadores e Sr. Presidente, que o problema do registro desse produto não está no Ministério da Agricultura. Registro defensivo agrícola genérico não está... O problema não está dentro do Ministério da Agricultura. Isso eu tenho plena convicção e afirmo com os senhores, não está lá. Nós temos mais dois órgãos que têm uma parcela de responsabilidade no registro dos defensivos agrícolas que é o Ministério do Meio Ambiente através do órgão ambiental Ibama e a saúde pública, o Ministério da Saúde com a ANVISA. Eu encerro e levarei as preocupações dos senhores ao Ministro Reinhold Stephanes.

SR. PRESIDENTE SENADOR NEUTO DE CONTO (PMDB-SC): Dr. Gustavo de Moura.

SR. GUSTAVO COSTA DE MOURA: Eu gostaria de dizer o seguinte: Eu sou um produtor, sou filho, sou neto, bisneto de produtor. Esse programa que está aí, eu participo dele há 20 anos e sei, como produtor, o sentimento do produtor. O sentimento do produtor, Senador, principalmente quando... Eu não gostaria de citar nome mais uma pessoa me ligou uma vez e disse: "Você vai tomar a segunda parcela do... Você vai fazer o PESA?" Eu digo: "Vou". "Você já leu o PESA?" Quem me falou isso foi Borginho(F) e eu disse a ele: "Não". "Mas é a opção que você tem", e ele disse: "Se você ler você não assina". E hoje eu sei o que é aquilo. Se você não paga em 24 horas é expedido um DAE e é mandado para você e se você não paga vai para a dívida ativa da União. Todo esse problema que está acontecendo de colocar o produtor na Justiça é porque o que é decidido aqui no dia 15, é publicado no dia 1º e o banco, para internalizar essas informações, leva 30 dias.

E se o banco não lhe coloca no SERASA, se o banco não lhe coloca, ele está infringindo o Acordo de Basiléia. O produtor lá está sem representação nenhuma. Está sem conhecimento de nada. E eu gostaria de falar aqui muita coisa, o PAC tem número, são oito anos de carência para começar a pagar porque a maturidade do investimento só chega com sete. Mas os financiamentos que estão aí não prevêem recurso para oito anos, só em seringa, para cacau, não, só para sistemas florestais.

O PAC prevê a volta do custeio. O PAC prevê adensamento de 300 mil hectares. Como é 60% são 120 mil hectares a serem implantados de seringa, de pupunha, tem números. Não é competência é... Competência, para poder lhes dizer aqui quanto é. Porque não cabe a mim. Cabe ao Presidente da República, cabe ao Ministro da Agricultura. Eu participei da elaboração do PAC. O que eu mostrei ali é que você, para pedir dinheiro, você tem que ter um projeto técnico e esse projeto técnico está bem fundamentado.

Você está entendendo? Eu quero dizer também o seguinte--

SENADOR CÉSAR BORGES (DEM-BA): E os compromissos com esse programa foram assumidos por quem na esfera federal?

SR. GUSTAVO COSTA DE MOURA: Veja só, esse PAC é porque houve uma troca de Ministro. Quando o processo é o seguinte: Você pode ver ali quem assinou a portaria foi o Ministro Guedes, o plano foi implementado. Quando ele iria assinar a portaria, ele saiu. Estava pronto. Entra o Ministro Reinhold Stephanes. Um Ministro sair e assinar uma coisa que o outro

deixou criar um processo complicado, atrasou porque o processo de convencimento do Ministro tem sido feito. Tem sido exposto, tem criado grupo de trabalho, já mandou representante da Secretaria Executiva visitar a região. [soa a campanha]

SENADOR CÉSAR BORGES (DEM-BA): Presidente, eu lhe peço para lhe compensar agora, eu queria saber o seguinte por que: Recurso, não dispõe o Ministério da Agricultura?

SR. GUSTAVO COSTA DE MOURA: Não.

SENADOR CÉSAR BORGES (DEM-BA): Terá que ser o Ministério da Fazenda, Planejamento, Casa Civil. Há este compromisso político por parte dos órgãos federais, do Presidente da República, dos outros Ministérios?

SR. GUSTAVO COSTA DE MOURA: Olha, veja só: Esse plano não foi feito só com o Ministério da Agricultura. Esse plano tinha representante do Ministério da Fazenda, Tesouro, está entendendo? Representante de todos os setores ou os atores importantes que tivessem poder de decisão. Esse plano atualmente está sendo coordenado pelo Secretário Executivo que o Ministro já volta a chamar para ele porque, na realidade, se for coordenado por mim ou por qualquer outro, fica só no papel.

Eu acho que tem que ter realmente uma cobrança, agora, o plano existe, o plano existe e o plano tem nome. Então, o que eu me sinto muito à vontade é eu falar... Falou-se aqui de securitização, falou-se de PESA, mas eu queria só dizer o que é a securitização do cacau? Se o tempo der, a securitização do cacau, antes de tudo isso acontecer, a vassoura-de-bruxa entra, a produção cai, o produtor agrícola tinha um custeio que era chamado penhor agrícola, Cédula Rural Pignoratícia onde a garantia era o fruto. Os frutos acabaram meu amigo, e o banco não tinha condição de executar aquilo ali e o produtor, para aderir o programa de recuperação, ele teve que securitizar essa dívida. Ele trocou uma cédula rural pignoratícia onde a garantia era o fruto, o banco tinha que buscar o fruto por uma cédula rural hipotecária. Então Senador, eu estou na Comissão de Agricultura, eu represento o Governo Federal como o senhor diz, mas o meu espírito de produtor, o meu compromisso, é latente.

E outra coisa, nós temos que acabar com esse negócio que o recurso e a garantia do BNDES, o recurso e a garantia do Banco do Brasil... Não. É do produtor que dá uma cédula rural hipotecária, eles não têm garantia nenhuma. Enquanto nós tivermos uma agricultura onde você financia uma cultura a 150 reais e na hora de pagar ela custa 50, como é o caso do cacau, nós vamos ter calote porque não temos garantia e nem seguro, nem de renda e nem de produção.

Renda é você plantar e colher 100 arrobas por hectare, vem a chuva em excesso, vem a seca, era para ter um seguro lhe garantindo isso. Como não tem, nós ficamos a mercê das intempéries e das benesses de mercado que isso não ocorre em outro País. Eu acho que essa é a grande discussão da Câmara, essa é o que vai fixar o produtor em sua atividade, ele não quer benesses, não. Agora, ele não pode ficar é como caloteiro, porque o senhor conhece, o senhor é do ramo, e o que nós temos é o seguinte: Quem planta a 150 não pode pagar a 30. Nós estamos encontrando uma euforia da pecuária que está aí. Daqui a dois anos ela vai sair de 60,70 volta para 30.

SENADOR CÉSAR BORGES (DEM-BA): Essas questões estão contempladas nesse anteprojeto do plano, nessa--

SR. GUSTAVO COSTA DE MOURA: Essas questões de seguro, de renda, ou de... É uma questão que vem se arrastando, eu realmente não sei como está, eu dou só uma--

SENADOR CÉSAR BORGES (DEM-BA): Na verdade é um desejo, é um reclame seu como produtor.

SR. GUSTAVO COSTA DE MOURA: Como produtor, viu? É um desejo para que o setor possa ter estabilidade. O setor, a região do cacau, 30% hoje das pessoas tradicionalmente cacaeiras permanecem nela. Eu agradeço a todos, agradeço a oportunidade, parabeno ao Senador, Senador Jonas Pinheiro, um batalhador também e conheço lá de Mato Grosso, Mato Grosso é uma gerência regional, não é mais submissa a... Tem problemas que o senhor sabe, mas nós estamos solucionando e espero poder ter uma definição real. Muito obrigado a todos.

SR. PRESIDENTE SENADOR NEUTO DE CONTO (PMDB-SC): Ouvimos agora, então, as palavras finais do Dr. João Martins da Silva Junior.

SR. JOÃO MARTINS DA SILVA JUNIOR: Presidente, eu começo a lamentar mais uma vez de ouvir uma coisa que não é justa, por parte do Dr. Gustavo, de dizer que os produtores da Bahia não têm representação. Era Governador Senador César Borges quando foi lançado o programa, esse tal programa de recuperação do cacau e eu estava no lançamento e me comprometi, como o fiz, em capacitar mais de 30 mil trabalhadores na clonagem. Dr. Gustavo sabe que a maioria quase total dos trabalhadores na clonagem foi feito em um compromisso meu da Federação da Agricultura do Senado. É lamentável também o Dr. Gustavo falar que não tem representação quando ele foi nomeado Diretor da CEPLAC, que ele me fez um telefonema vexatório pedindo minha presença na CEPLAC, me colocou dentro do gabinete me pedindo apoio para que ele tivesse toda a sustentação do sin-

dicalismo para que ele pudesse realizar um bom trabalho dentro da CEPLAC. É lamentável quando não tem representação, o Estado que não tem representação dos produtores, quando o Secretário atual da Agricultura, na mudança do Ministro de Agricultura, sabendo que eu iria almoçar com o Ministro da Agricultura dentro da CNA, que o Senador Jonas Pinheiro estava lá, me pediu para fazer um apelo ao Ministro da Agricultura para que retomasse a proposta do programa de recuperação da lavoura cacauaieira e que o colocasse também como coordenador do programa.

Então, um Estado que não tem representação de produtor não teria uma força que todos esses segmentos buscassem o Presidente da Federação para ter essa representação. E vou mais, Dr. Gustavo sabe que somos nós que estamos impedindo dos produtores, não só de cacau como de outros segmentos lá, estamos entrando com ações, que já ganhamos muitas ações, muitas ações. Estamos em Brasília, agora no Supremo Tribunal, que também já tivemos uma preliminar de um Ministro nos dando ganho de causa, então, é lamentável, Senador César Borges, que você conhece o trabalho que a gente está fazendo lá, na região cacauaieira e na Bahia como um todo, e uma representação é lamentável tudo isso.

Talvez seja por isso, Sr. Presidente, que o cacau esteja passando essa situação. Pelo individualismo dos produtores, auto-suficiência dos produtores. Senador César Borges é tradicional nisso e sabe que o cacauicultor sempre foi muito "senhor de si", individualista, mas isso está mudando, está mudando. Então, eu quero agradecer a todos e dizer que a Federação da Agricultura do Estado da Bahia, a CNA, a qual eu estou representando aqui, estamos e respondendo a sua pergunta, Senador, o produtor rural não participou da elaboração desse plano de trabalho. Foi comunicado o que... Sabia que tinha dois propósitos do Ministério da Agricultura em Ilhéus visitando a região cacauaieira, algum comentário sobre isso, mas aí é que eu acho que o produtor rural, o cacauicultor devia estar acompanhando esse processo. Mas o cacauicultor que não estivesse ao [soa a campainha] lado do Governo, que fosse neutro. Que fosse neutro. Fazer o trabalho como o Senador Jonas Pinheiro está fazendo. Então, é assim que se busca a solução do cacau. Então, terminando, Sr. Presidente, eu quero voltar para minha terra, mas lamentavelmente com pouca esperança enquanto não se vislumbrar esse cenário da cacauicultura. Obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR NEUTO DE CONTO (PMDB-SC): Agradecendo a presença dos Srs. Senadores, dos senhores palestrantes, do senhor Girabis

Evangelista Ramos, Dr. Gustavo Costa de Moura, Dr. João Martins da Silva Junior.

Sem nada mais termos para tratar, encerramos a presente sessão, a presente reunião pública que tratamos sobre o cacau.

Sessão encerrada às 13h43.

SUBSECRETARIA DE APOIO ÀS COMISSÕES PERMANENTES

COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA

ATA DA 5ª REUNIÃO DA SUBCOMISSÃO PERMANENTE DOS BIOCOMBUSTÍVEIS DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 28 DE JUNHO DE 2007.

Às dez horas e trinta minutos do dia vinte e oito de junho de dois mil e sete, na sala 13, da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência, do Senador JOÃO TENÓRIO, reúne-se a Subcomissão Permanente de Biocombustíveis do Senado Federal, com a presença dos Senadores(as): MARISA SERRANO, JONAS PINHEIRO, VALTER PEREIRA, CÍCERO LUCENA e VALDIR RAUPP. **Deixam de comparecer os Senhores Senadores(as):** Sibá Machado, Antônio Carlos Valadares e Neuto de Conto. **Havendo número regimental, é declarada aberta a reunião, dispensando-se a leitura da Ata da reunião anterior, que é dada como aprovada. O Senhor Presidente, Senador João Tenório, informa que a presente reunião destina-se à realização de audiência pública de acordo com a seguinte pauta:** Audiência Pública, em cumprimento ao REQUERIMENTO Nº 7, DE 2007 - CRA-BIO, de autoria do Senador César Borges, com a finalidade de discutir propostas para estimular, aprimorar e viabilizar a implantação do Programa do Biodiesel na Região Nordeste, com a participação dos seguintes convidados: JOSÉ NILTON DE SOUZA VIEIRA – Assessor do Departamento de Cana-de-Açúcar e Agroenergia - Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento; RICARDO DE GUSMÃO DORNELLES – Diretor do Departamento de Combustíveis Renováveis do Ministério de Minas e Energia; LUÍS SÉRGIO FARIAS MACHADO - Gerente do Pronaf e de Créditos Fundiários do Banco do Nordeste do Brasil – BNB; MOZART SCHMITT DE QUEIROZ – Gerente Executivo de Desenvolvimento Energético da Área de Gás e Energia – PETROBRÁS. **EXTRA-PAUTA:** REQUERIMENTO Nº 8, DE 2007-CRA-BIO, de autoria do Senador João Tenório, que requer seja convidada a Senhora Elimara Aparecida Assad Sallum, Assessora Sindical da União da Indústria de Cana-de-Açúcar – ÚNICA para

participar como expositora da audiência pública, objeto do Requerimento nº 4, de 2007 – CRA-BIO, de autoria do Senador Cícero Lucena. Resultado: Aprovado. Será cumprida a deliberação da Subcomissão. Após a exposição dos Senhores convidados, fazem uso da palavra para tecerem considerações sobre os assuntos abordados, os seguintes Senadores(as): Cícero Lucena e César Borges. RESULTADO: AUDIÊNCIA PÚBLICA REALIZADA. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às treze horas e vinte e dois minutos, lavrando eu, Marcello Varella, Secretário da Subcomissão, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, conjuntamente com a íntegra das notas taquigráficas. – Senador **João Tenório**, Presidente da Subcomissão.

5ª REUNIÃO DA SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE BIOCOMBUSTÍVEL DA COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA.

REALIZADA NO DIA 28 DE JUNHO DE 2007, ÀS 10 HORAS E 28 MINUTOS.

SR. PRESIDENTE SENADOR JOÃO TENÓRIO (PSDB-AL): Bom-dia a todos. Havendo número regimental, declaro aberta a quinquagésima reunião da subcomissão permanente, a 5ª reunião, desculpe, da Subcomissão Permanente de Biocombustíveis no âmbito da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária do Senado Federal da primeira sessão legislativa da 53ª Legislatura. Requeiro a dispensa da leitura da ata da reunião anterior que com a anuência do Plenário, é dada como aprovada.

Informa a Comissão que será realizada no dia 4 de julho corrente, quarta-feira próxima, Audiência Pública com a finalidade de discutir e analisar a situação atual do setor dos biocombustíveis sob a ótica social e trabalhista de autoria do Senador Cícero Lucena, com adendo da Senadora Marisa Serrano. Antes de iniciarmos os nossos trabalhos informo a Comissão que apresentei requerimento em adendo a requerimento número 4 de 2007 que encontra-se sobre a bancada convidando a Sra. Elimara Aparecida Sagum(F), Assessora Sindical Da Única, União De Indústria Cana-De-Açúcar de Alagoas, do Brasil, que com a anuência da Comissão vou colocá-la em votação. Então é a convocação da Sra. Elimara Aparecida que é uma funcionária da Única cujo desempenho lá é devido, exclusivamente, a essas questões de relações trabalhistas, então eu estou submetendo a inclusão dela no grupo que deverá estar aqui reunido na próxima semana.

Coloco em votação e os senadores que concordam, permaneçam como se estão. Aprovado. A pre-

sente reunião destina-se à Audiência Pública com a finalidade de discutir propostas para estimular, aprimorar e viabilizar a implantação de programa de biodiesel na região Nordeste em cumprimento ao requerimento número 7 de 2007, de autoria do Senador César Borges, que chegará daqui a pouco, aprovada em reunião de 30 de 5 de 2007 com os seguintes convidados que desde já convido para compor a Mesa: O Sr. José Nilton de Souza Vieira, assessor do departamento de cana-de-açúcar e agroindústria da secretaria de produção e agro energia do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, por favor, senhor. O Sr. Ricardo de Gusmão Dornelles, diretor do departamento de combustíveis renováveis do Ministério de Minas e Energia. O Sr. Mozart Schmitt de Queiroz, Gerente Executivo de desenvolvimento energético na área de gás e de energia da Petrobras. Bom-dia. Tudo bem? E o Sr. Luiz Sérgio Farias Machado, gerente do PRONAF e de crédito fundiário do Banco do Nordeste do Brasil, BNB. Conterrâneo nordestino.

Bom, vamos dar início às nossas discussões começando pelas exposições e eu passaria a palavra ao Sr. José Nilton de Souza Vieira, assessor do departamento de cana-de-açúcar e a agroenergia da secretaria de produção de água e energia do Ministério da Agricultura.

Eu queria só, antes do senhor começar, lembrar um pouco rapidamente o motivo e a razão dessa, fundamental dessa audiência. O Senador César Borges, ele tem, ele está, assim, muito preocupado com a questão da, do uso do nordeste das possibilidades que possam ser criadas no Nordeste para a possibilidade de negócios com o biocombustíveis de modo geral e, particularmente, de biodiesel. Então só para orientar um pouco a sua..

SR. JOSÉ NILTON DE SOUZA VIEIRA: Obrigado, Senador, em nome do Ministério da Agricultura eu gostaria de agradecer a oportunidade de estar aqui para debater a questão e dizer que o Ministério da Agricultura ou os órgãos de agricultura que seja no Brasil ou em qualquer lugar do mundo tratam biocombustíveis como mais um componente de demanda e, naturalmente, um meio de aumentar a renda do trabalhador, do produtor rural, na medida em que preços mais, demanda mais elevada representa preços mais elevado e melhor remuneração para a cadeia produtiva.

Entretanto, quando comparamos o tamanho do mercado de combustíveis com o tamanho dos mercados tradicionais para produtos agrícolas vamos ver que o desafio de compatibilizar a oferta sustentável de biocombustíveis em função do caráter estratégico do mercado de energia com a necessidade de segurança alimentar num contexto que haja remuneração

satisfatória para o produtor e custos acessíveis para os consumidores. Esse é o problema que está sendo colocado, não apenas no Brasil, mas em todos os países do mundo, em função, inclusive, da questão da segurança energética e o caso americano em que a alta dependência em relação ao petróleo e o crescimento da participação do petróleo importado no suprimento interno coloca como uma questão de primeira ordem e, adicionalmente, os impactos ambientais, as mudanças climáticas, que também reforçam a necessidade de buscar uma matriz energética mais limpa e renovável. Especificamente em relação ao biodiesel é preciso destacar que temos uma longa tradição em biocombustíveis e quando lançamos o programa nacional do álcool também lançamos um programa de apoio à produção de óleos vegetais. Entretanto o programa do álcool foi mais exitoso, especialmente pelo fato de que tínhamos a tradição no cultivo da cana-de-açúcar, que é uma matéria-prima que permite altos rendimentos agrícolas e alta produtividade por unidade de área cultivada. Então, hoje a cana-de-açúcar representa 40% do consumo de bio, de combustíveis no ciclo Oto, o álcool hidratado misturado a gasolina e o álcool hidratado, que é usado em veículos a álcool ou em veículos *flex fuel* e ocupa apenas 3 milhões de hectares com o seu cultivo para esse fim. Ao passo que hoje, se compararmos a área ocupada com soja na última safra, algo em torno de 20 milhões de hectares, e se fôssemos fazer biodiesel com todo aquele óleo chegaríamos a 10 bilhões de litros de biodiesel, que seria apenas 20% do nosso consumo de óleo diesel.

Então o grande problema, o grande desafio que temos quando falamos em biocombustíveis ou em biodiesel é identificar matérias-primas que permitam alto rendimento por unidade de área cultivada e que consequentemente minimizem os efeitos da concorrência entre a agricultura de alimentos e a agricultura energética. E essa questão vem sendo tratada pelo Ministério sob dois pontos de vista diferente. O primeiro, o que é que podemos fazer no curto prazo, uma vez que já temos os leilões para a aquisição de matérias-primas que estão em curso, em caráter facultativo, é a mistura de 2% que passa a ser obrigatória no ano que vem? E a partir de 2013 esses limites sobem para 5%. Então, no curto prazo precisamos de identificar matérias-primas que ofereçam essa resposta nessa fase de estruturação do programa e de transição. E para o longo prazo, aí sim, o esforço científico e não apenas a EMBRAPA, como também outros centros de referência em pesquisa agrônoma identificando matérias-primas com potencial para atender essas demandas. E isso colocado um dos desafios do programa que é como promover a oferta de forma desconcentrada e essa é a grande

vantagem dos biocombustíveis, uma vez que é possível produzir diferentes matérias-primas nas diferentes áreas do país, ao contrário que acontece com o petróleo em que está concentrado em algumas poucas regiões do Globo. Então, a gente já tem a identificação de algumas matérias-primas com o potencial para as diferentes regiões do país e quando chegamos ao caso específico da região Nordeste precisamos tratar duas regiões Nordeste, pelo menos duas, o semi-árido, que tem restrições hídricas que dificultam o cultivo de algumas matérias-primas, portanto essas restrições levam ao direcionamento da pesquisa para outras matérias-primas específicas.

Hoje, a mamona e futuramente, no futuro não muito distante, talvez o pinhão manso e outras variedades nativas, como a Macaúba. Ou seja, do ponto de vista de semi-árido precisamos ainda mapear alternativas que permitam, juntamente com a mamona, se consolidar como boas opções para os produtores. E quando saímos do semi-árido para as regiões com o clima mais regular como é o caso do oeste baiano, o do Sul Maranhão, o Piauí mesmo a região de transição da Amazônia, aí já abre o escopo para outras possibilidades e dentre essas outras possibilidades estão o girassol e está também, estão também algumas palmáceas. Então o nosso desafio é exatamente promover condições para a produção a partir das matérias-primas que hoje estão disponíveis e, ao mesmo tempo, fomentar o desenvolvimento tecnológico para aquelas matérias-primas com potencial e que poderão ser grandes fornecedoras de óleo no longo prazo. Então, pensamos o pinhão manso, pensamos na mamona, que é o que vem sendo trabalhado pelo governo, pensamos também no programa, e já está em curso em programa de revitalização da economia algodoeira do nordeste, obviamente o algodão não vai ser produzido para fins de biocombustíveis, ou para fins de biodiesel, mas ao processar o algodão em termos da semente, automaticamente essa semente poderá ser utilizada como fonte de óleo. Agora, é importante dizer que esse é o desafio da agricultura. E paralelamente a esse temos um outro desafio igualmente importante que é do ponto de vista da pesquisa para transformar essas matérias-primas em combustíveis.

E aí vem uma preocupação nossa em relação a como compatibilizar a melhor alternativa agrícola, agrônoma com a melhor alternativa industrial e temos essa dificuldade hoje, observamos essa dificuldade quando falamos da mamona que apresenta restrições técnicas para a produção a custos competitivos e dentro das especificações técnicas da Agência Nacional de petróleo e ouvimos também, ainda não temos certeza técnica que em relação ao pinhão manso poderemos ter pro-

blema simular, não tão grave quanto o da mamona, que tem um óleo extremamente viscoso, mas que também implicará custos adicionais para chegarmos a um biodiesel dentro das especificações técnicas requeridas. E esse desafio entre compatibilizar aptidão agrícola com facilidades no processo técnico para produção a baixos custos, processamento a baixos custos, só reforça a necessidade de colocar pesquisa como prioridade dentro desses, desse estágio inicial, podemos dizer assim, do programa do biodiesel. E em função disso, em relação a isso o Ministério da Agricultura, em conjunto com outros órgãos de governo, estão traçando o plano estratégico para pesquisa, tanto na questão do álcool combustível quanto no do biodiesel para que possamos sistematizar os programas, as ações em curso e de pesquisa em função de um problema que temos que é a escassez de recursos, não temos recursos para atender as demandas de todos os centros que hoje estão envolvidos, então há a necessidade de priorizar de forma que a médio e longo prazo tenhamos cada vez, uma consistência cada vez maior do, dos resultados, tanto agrônômicos quanto técnicos. Eu preferiria não me estender muito, só colocando essas informações iniciais e me colocando à disposição para quaisquer questionamentos. Obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR JOÃO TENÓRIO (PSDB-AL): Muito obrigado, passo a palavra ao Sr. Ricardo Gomes Dornelles, diretor do departamento de combustíveis renováveis do Ministério de Minas e Energia. Seria bom a gente estabelecer aqui um tempo máximo de 10 minutos para que a gente possa usar depois um pouco mais de tempo para os questionamentos, se por acaso os senadores presentes desejem.

SR. RICARDO DE GUSMÃO DORNELLES: Bom-dia, obrigado pelo convite, Senador, eu trouxe uma apresentação, acho que ela está bastante [ininteligível] dará tempo para os debates. Bom, aqui, só para lembrar que o programa de biodiesel brasileiro, o programa nacional de produção e uso de biodiesel, ele foi iniciado essa discussão no ano de 2003 e teve como base para a formulação do programa a busca por um programa equilibrado do ponto de vista social, ambiental e de mercado. Não poderíamos fazer um programa que não levasse em conta esses três aspectos e graças à conjuntura atual do país, onde o mercado de energia, o mercado de petróleo, basicamente, é um mercado que estamos com a auto-suficiência de petróleo, portanto, do ponto de vista de suprimentos para combustíveis muito mais tranquilo que pôde, podemos, portanto, imprimir no programa de biodiesel um pilar social, a veia social do programa com muito mais ênfase do que embora tenha se tentado do Pró-álcool lá nos anos 75, as condições econômicas da época

acabaram por não permitir um desenvolvimento do ponto de vista social mais elevado do que poderia ter sido feito. Só para lembrar, o programa, hoje ele está respaldado em duas leis, basicamente, a lei 11097 que torna a mistura obrigatório de 2%, a partir de 2008, e 5% a partir de 2013.

Na própria lei que definiu isso deixou uma abertura para que o Conselho Nacional de política Energética, dependendo de algumas condições que se verificassem, pudesse antecipar os prazos, então com o desenrolar do programa até o momento, esse prazo 2013, o governo vem trabalhando com uma certeza muito grande de antecipá-lo para 2010 dado que a resposta da iniciativa privada ao estímulo que foi dado para a implementação das unidades de produção se mostrou bastante efetivo. A segunda lei que é a lei 11116 que estabeleceu o modelo tributário para o biodiesel, e nesta lei é que foi inserido o mecanismo pelo qual se dá a oportunidade de inserção da agricultura familiar, se dá a possibilidade de que o pilar social do programa tenha um estímulo para a sua consolidação. Esta barrinha aqui é a alíquota existente sobre o diesel de petróleo, diesel mineral, dos tributos federais que é a Cid e as contribuições da PIS e COFINS. A alíquota do biodiesel foi colocada exatamente do mesmo tamanho. Portanto pode se depreender que não haveria, portanto, nenhum tipo de benefício tributário para o biodiesel. No entanto, a lei ela estabeleceu um mecanismo de redução, coeficiente de redução dessa alíquota em função de diferentes condições.

Quais seriam essas condições? Essa primeira condição seria para o biodiesel que fosse produzido pela agricultura intensiva de larga escala, independente de tamanho dela, mas se utilizasse mamona ou a palma, são as palmáceas na região norte, nordeste e semi-árido, teria um desconto de 31% na carga tributária federal, ao invés pagar 218 reais por metro cúbico pagará 151 reais por metro cúbico. Um segundo item de desoneração foi para toda a matéria-prima produzida para produção de biodiesel originada na agricultura familiar, esse desconto seria de 68%, então teria uma alíquota efetiva de 70 reais por metro cúbico. Aqui para a agricultura familiar em geral, ou seja, em toda a região do país, com qualquer matéria-prima, seja soja no Rio Grande do Sul, no Mato Grosso o girassol, enfim, qualquer dessas matérias-primas, basta que seja originadas na agricultura familiar tem direito a esse desconto. E o terceiro item de desgravação que é uma desgravação total de 100%, seria uma produção da agricultura familiar com essas matérias-primas, mamona ou palma, nessas regiões norte, nordeste ou semi-árido. Mais um Ricardo. Então essa, essa política de desgravação tributária ela focou como princípio di-

minuir as desigualdades regionais existentes e dar um foco maior na questão da agricultura familiar.

Então esta foi o modelo que foi criado, está claramente direcionando um incentivo maior para as regiões norte e Nordeste e, porque essas matérias-primas que eram as matérias-primas que há época se tinha o maior conhecimento agrônômico em que se pudesse apostar num programa de larga escala. Para essas duas, para ter direito a essas duas desonerações se criou o selo combustível social que é um selo que é concedido pelo Ministério do Desenvolvimento agrário, que reconhece esta situação, e a partir daí as empresas fazem direito ao usufruir do benefício dessa desoneração. Esse selo ele está numa instrução normativa do Ministério do Desenvolvimento Agrário, ele estabelece um percentual mínimo de produção da agricultura familiar, 50% da região Nordeste do semi-árido, 30% das regiões sudeste e sul e 10% para as regiões norte e centro-oeste. Esta, este rateio, esta divisão, o porquê desses percentuais foi a avaliação que o Ministério do Desenvolvimento agrário fez em função da disponibilidade de mão-de-obra oriunda da agricultura familiar nessas regiões.

É sabido que o nordeste tem praticamente metade dos agricultores familiares do Brasil, então daí esse percentual maior para a região nordeste. Não só este percentual mínimo é necessário, mas que o industrial, o produtor de biodiesel, efetivamente, tenha um contrato com o agricultor familiar, contrato este que tem que ter a garantia de compra, a relação de preço e reajuste de preço e tem que estar chancelado por uma entidade representativa da classe da agricultura familiar. Obviamente com o intuito de se evitar a realização dos chamados contratos leoninos. Portanto há uma federação de trabalhadores, de um sindicato de trabalhadores da agricultura familiar que tem que chancelar esse contrato entre os agricultores e o produtor industrial. E um terceiro ponto necessário para que se obtenha o selo é que o industrial dê, assegure assistência técnica, capacitação aos agricultores. O que é importante dizer é que o selo, só a questão do selo não garante o benefício fiscal a toda a produção da usina. Ele dá direito ao benefício fiscal proporcional à quantidade de matéria-prima, na verdade é o valor da matéria-prima, utilizado na produção de biodiesel. Ou seja, quanto mais matéria-prima se comprar da agricultura familiar, maior será o benefício tributário que o industrial terá direito. Bom, neste período em que o regime foi provisório, foi, perdão, autorizativo, nós precisamos implantar uma sistemática que fizesse uma aceleração da implementação dessa indústria, da indústria agrícola, da indústria de transformação e também a otimização de toda a logística de distribuição

do combustível. Nós tínhamos zero de biocombustíveis no ano de 2004, não existia isso no país, e precisaremos, a partir de 2008, uma quantidade de 800 milhões de litros, aproximadamente, para garantir o mínimo de 2% requerido pela lei.

Então o governo criou uma sistemática de leilões onde assegurava a compra pelos produtores importadores de diesel das usinas que fossem detentoras do selo social. Portanto, foi uma condição para a habilitação participar do leilão que a usina tivesse o selo com motivo social, ou seja, que tivesse um arranjo produtivo envolvendo a agricultura familiar. Foram realizados 5 leilões com um total de compra de 890 milhões de litros com os prazos de entregas que variaram de 2006, foi o primeiro leilão até 2007. Posso ter mais... Bom, como é que está o quadro? Como eu falei a chamada do Setor Privado para a incorporação do programa foi bastante ativa e hoje nós temos uma capacidade instalada, capacidade industrial instalada. Isso não quer dizer que nós já temos a produção agrícola para isso. A produção agrícola está sendo desenvolvida, está sendo plantada para isso, mas a capacidade de fábrica nós já teremos em 2000, até agora nós já temos 1 milhão e 500 milhões de litros em capacidade de fábrica autorizada e a expectativa é que até o final do ano que vem a capacidade seja da ordem de 3 milhões e 500 mil. E aqui estão as demandas necessárias para atender os requisitos legais.

Então, a gente percebe claramente que há uma sobre oferta de capacidade instalada que, certamente a capacidade agrícola virá a reboque dessa capacidade, ninguém constrói uma unidade industrial para ficar ociosa então daí, por isso que eu falei dessa demanda de 2013 o governo deverá antecipá-la seguramente para 2010 e já começa a haver uma grande consulta aos fornecedores brasileiros sobre a viabilidade de exportação de biodiesel, basicamente países da Europa alguma coisa dos Estados Unidos já tem alguma consulta também de importação, possibilidade de importação do biodiesel no Brasil. Nesse mapa tem um cenário daquelas unidades que eu comentei, nós já temos 31 unidades autorizadas para funcionamento, existem mais 27 no processo de autorização e outras 6 que estão no processo de construção que, daqui até a final da construção solicitarão a autorização a Agência Nacional de petróleo. Essa distribuição geográfica de localização dessas plantas, onde se observa que você tem em operação aqui já na região Nordeste está um número bastante considerável de unidades e o detalhamento delas está mais adiante. O importante aqui, pode voltar, é que os contratos viabilizados para o leilão vão assegurar os postos de trabalho para 255 mil famílias, ou seja, são 255 mil famílias fizeram o contrato

com essas unidades industriais que foram vencedoras nos leilões. Aqui novamente é só um quadro mostrando esta barrinha mais clara é a capacidade da fábrica e a barrinha vermelha é o que foi vendido no leilão. Então a gente observa que tem unidades que tem uma capacidade grande, mas venderam pouco no leilão, portanto, a gente está muito tranquilo que a partir de 2008 a gente terá a capacidade para suprir os 2% sem nenhuma dificuldade e nos dá aquela garantia que eu estou alertando de poder antecipar a meta de 2013. Bom, desses leilões, as unidades localizadas na região do Nordeste venderam 335 milhões de litros dos 885, ou seja, 38% do leilão foi vendido por unidades produtoras localizadas na região nordeste. Pode passar mais uma. Aquele mesmo quadro passado, aqui eu fiz uma, só com a demanda e a produção no nordeste, a gente observa que no nordeste hoje tem uma capacidade superior aos 2% e aqui para... para janeiro de 2008 a gente terá a capacidade de 606. Quer dizer, a gente poderia atender grande parte do Brasil só pelo nordeste. Aí obviamente isso não será uma, uma conta obrigatória dessa forma, isso vai depender das condições logísticas, cursos, oportunidades do preço em que se viabilizar essa produção. Bom, atualmente o nordeste está com 26% desta capacidade de 1 milhão 506, pode passar mais uma, e a expectativa, em 2008, é que o maior número de produções estão acontecendo aqui na Região Sul, apesar de nós praticamente aumentarmos bastante aqui mais de 50% a capacidade do nordeste, outras regiões terão uma produção maior, uma instalação, um maior número de usinas e a proporção nordeste deve cair para alguma coisa em torno de 17%.

Estas são as usinas que estão locadas naquele mapa, na Bahia estão essas usinas, aqui essa Simões filhos na verdade ela está autorizada com 19 e já requereu uma autorização para ampliar para 81, para adicionar 81 milhões de litros na sua capacidade. Então no Ceará 3 usinas, no Maranhão uma usina, no Piauí uma usina. A região lá tem, portanto, um excedente de produção para o seu mercado local, o que implica dizer que parte dessa produção será exportada, efetivamente, para o exterior ou suprirá alguma outra região brasileira de biodiesel. O que chama a atenção aqui é que a produção, ela está muito concentrada numa única empresa, quer dizer, de todas aqui, esta empresa, Brasil Ecodiesel, ela tem uma participação bastante significativa dessa produção, o que denota algum tipo de preocupação que temos que ter no sentido de buscar uma diversificação maior. Não é interessante para o país, não é interessante para o agricultor, não é interessante para ninguém você ter uma concentração tão elevada. Pode passar. Aqui eu trouxe algumas fotos,

essa é a planta da Brasil Ecodiesel no Ceará, na cidade de Crateús, a de Floriano, que foi uma das primeiras que foi montada, Iraquara no interior da Bahia, a IBR em Simões Filho. Bom aqui eu trouxe uma informação do zoneamento agrícola, o zoneamento agrícola é uma atividade conduzida pelo Ministério da Agricultura e o Ministério do Desenvolvimento agrário, os dois estão trabalhando juntos em definir essas necessidades do ponto de vista agrícola.

Então aqui eu tenho um mapa por tipo de oleaginosa, verde é o que já está realizado o zoneamento, o que está em execução está com previsão de terminar este ano e o que está planejado até 2010. Então aqui eu tenho para a mamona, para a soja já está praticamente toda zoneada, girassol, algodão tem uma grande parte de zoneamento no nordeste, amendoim está aqui na Bahia, em Goiás, o dendê já está zoneado na Bahia, a gente precisa fazer um zoneamento do dendê de aqui na região norte onde tem um grande potencial de produção do dendê. Essa é a parceria, quer dizer, dentro desse processo de obtenção do selo o que é que as empresas estão se movimentando para acertar com os agricultores com os movimentos sindicais participando das negociações. A mamona consorciada com o feijão, que basicamente a arrecadação técnica e agrônômica para a produção de mamona é em consórcio com o feijão. Girassol em Irecê na Bahia, quer dizer, eu acho que está tendo uma grande aceitação, as experiências que estão, as colheitas que estão sendo bastante positivas. Então uma cooperativa baiana, quer dizer, aqui essa cooperativa ainda está só na área agrícola, ela não está ainda no esmagamento, a idéia dela passar para a etapa de esmagamento, mas essa frota, inclusive já foi comprada por essa própria cooperativa. Mais uma.

Bom, e os desafios que nós temos é que a demanda de biocombustíveis, ela está crescente, as questões ambientais cada vez mais estão requerendo processos de obtenção de combustíveis renováveis de uma forma sustentável e o que nós, complementando o que o José Nilton colocou, nós temos que avançar na produtividade e no balanço energético. Nós temos que conseguir, cada vez mais, maiores produtividades na instalação de óleo e na extração, e nos rendimentos industriais para que se consiga ter um biodiesel bastante competitivo a exemplo do que o álcool é hoje bastante competitivo, só para ilustrar, quer dizer, nos 30 anos de Pró-álcool a produtividade de litros de álcool por hectares aqui no Brasil dobrou. Passou de 3,600 mais ou menos, a média hoje está 6600, tem lugar que dá 7, 7000. Eu acho que esse é um caminho que o biodiesel terá que trilhar. Acho que acabou. Bom, os desafio é busca de novas variedades agrícolas com mais pro-

atividade, maior agregação de valor aos co-produtos, os senhores sabem que o biodiesel gera no mínimo uma torra que tem, exceto a mamona, e futuramente o pinhão manso, ela é muito rica em proteína para uso alimentício e para a ração, a torta de mamona, ela tem a toxina da ricina, existem trabalhos financiados pelo Ministério da Ciência e Tecnologia para fazer a desintoxicação da torta da mamona e poder utilizá-la também para ração e alimentos, hoje ela é um adubo orgânico de muito valor de nitrogênio e o desenvolvimento de otimização de rotas tecnológicas, independente da escala de produção.

Ainda hoje as tecnologias que temos no país são tecnologias desenvolvidas por engenheiros, químicos e cientistas locais que criaram a sua própria tecnologia, a tecnologia do professor Expedito Parente na TECBIO, talvez seja o maior exemplo de sucesso dessa tecnologia, todas as plantas da Brasil Ecodiesel utilizam a tecnologia da TECBIO e outras tecnologias são parcerias de empresas brasileiras com empresas estrangeiras, nós estamos importando para o Brasil para aprimorar e desenvolver para as nossas condições tecnologias americana, italiana e alemã basicamente. E não são tecnologias de pequena escala, então a tecnologia de pequena escala é um desafio a ser buscado e o fortalecimento do associativismo. Quer dizer, eu acho que a grande dificuldade, a maior dificuldade no programa de biodiesel não está na área industrial, não está na área técnica, está, sim, na capacidade de organizar os arranjos produtivos, organizar os agricultores, em especial os pequenos agricultores de forma que eles possam ser produtivos e eficientes. 80% do custo de um litro de biodiesel está na matéria-prima, portanto o fundamental é fortalecer o arranjo produtivo dos agricultores. Eu acho que basicamente era isso.

SR. PRESIDENTE SENADOR JOÃO TENÓRIO

(PSDB-AL): Agradeço o Sr. Ricardo Gusmão Dornelles pela explicação, pela exposição competente e precisa que nos deu e passo a palavra ao Sr. Mozart Schmitt de Queiroz, gerente executivo do desenvolvimento energético da área de gás e energia.

SR. MOZART SCHMITT DE QUEIROZ: Obrigado Senador, bom dia a todos é uma satisfação estarmos aqui e poder colaborar com este debate e agradecer o interesse do Senado estar avaliando o programa e discutindo um programa bastante importante, sem dúvida, como já foi mostrado pelo Dornelles, com grande impacto positivo na geração de emprego, na economia, no balanço comercial do país. Eu vou sinalizando aqui então você vai... pode seguir. Bom, isso aqui é o que que é a produção de biodiesel. É uma reação de óleo vegetal ou gordura animal com álcool, eu vou produzir biodiesel e glicerina, posso fazer direto a partir do grão

ou a tecnologia que a Petrobras está desenvolvendo, está testando partindo direto do grão aqui do óleo.

A primeira patente sobre a tecnologia de produção de biodiesel é de 37. E aí, porque é que esse negócio não é usado? Porque é não usado há muito tempo, porque só agora vem à tona? Quer dizer, é uma tecnologia tão antiga? Vamos tentar entender isso. Seguinte, por favor. A explicação está aqui: O óleo diesel ainda é um produto muito barato, porque o petróleo é um produto muito barato, é disponibilizado de forma muito barata. A história, pelo menos os dados a que a gente tem aqui dos últimos 20 e poucos anos é que o preço dos óleos vegetais estão acima do diesel. Como a matéria-prima, óleo vegetal como o Dornelles falou, é 80% do preço do biodiesel não teria sentido eu estar comprando uma matéria-prima mais cara para produzir um produto mais barato. Mas o programa vem crescendo em termos mundiais, começou na Alemanha, que tem muito menos condições que o Brasil, e vários países como França, Itália, outros da União Européia, os próprios Estados Unidos e hoje temos na Índia, na China, enfim, todos os países e a gente espera, a partir do próximo ano já o Brasil começar a aparecer nessas estatísticas. Países com muito menos condições de terra, clima, solo adotaram o programa em que perspectivas? Tem 3 argumentos para as energias renováveis: É a questão ambiental. É a questão de diminuir a dependência energética, mas, sobretudo, a questão da geração de emprego e renda para o povo. E o Brasil tem um grande potencial de produção de oleaginosas, sendo que a despeito de ter um grande potencial, 90% da produção da nossa produção de oleaginosa é soja. Por que soja? Porque tem um mercado. Olha o nosso potencial: A soja não é o melhor produto para se produzir um óleo, ele é voltado para produzir proteína, 80% é proteína.

Outras oleaginosas tem um maior teor de óleo se eu olhar a produção de óleo por hectare, então eu vou ver o amendoim, sobretudo vou ver o dendê, o babaçu, mas ninguém aprendeu ainda como cultivar o babaçu, é uma indústria extrativista. O povo está vendo grande simpatia pelo girassol no Brasil inteiro para a surpresa que a gente tem imagem do girassol numa planta de clima frio da Rússia, da Argentina. O pessoal vem plantando, como o Dornelles já mostrou, em Quixadá, em Irecê, em Mossoró no Rio Grande do Norte etc., e vem se mostrando positivo. Qual é a vantagem? A vantagem é que eu produzo o óleo e produzo uma grande quantidade de proteína que se constitui alimentação animal e, o que é mais importante, como os Incas já faziam, humana. O que é isso então? Cadeia produtiva eu tenho o campo, o trabalhador, e aqui é o grande gerador de emprego, eu preciso fazer uma

extração, depois então vimos para unidade de transesterificação, esse símbolo não está o melhor possível, mas entenda-se como tal. Onde com a reação com o álcool e um catalisador, que é uma soda, um ácido, eu vou então produzir como co-produto 10% a glicerina, o excesso de álcool vai sobrar, eventualmente algum excesso de um pré tratamento aqui de algum rejeito e o meu biodiesel que virá para a bomba misturado com o óleo diesel mineral melhorando a qualidade do diesel. Isso aqui, como foi dito, nós precisamos adaptar as tecnologias externas e o pessoal que já começou há mais tempo. É uma planta piloto da Petrobras em Guamaré partindo do óleo. Qual é a idéia? A tecnologia está madura na Europa a partir de Colza(F). Está madura na Indonésia a partir de dendê. Está madura nos Estados Unidos a partir de soja. Mas precisamos aprender a operar a partir das nossas oleaginosas, como foi dito, a mamona, etc. Isso.

Essa aqui é uma outra planta, o iguamaré, ao lado daquela primeira com a tecnologia partindo do grão é uma unidade mais complexa, mas abre a possibilidade de alguns locais isolados em vez de eu botar um extrator e depois a unidade de biodiesel eu vou fazer tudo numa unidade só. Tem prós e contras, é um processo em teste, é uma patente nossa. Esse aqui são os três primeiros projetos industriais da Petrobrás. Uma pequena correção, Dornelles, tu botou 50 mil litros, são 50 mil toneladas por ano, traduzida em litros dá uns 57 mil, mais ou menos. São 3 primeiras plantas que estão em construção no semi-árido coerente com uma empresa estatal, coerente com o programa do governo de procurar gerar emprego e renda em outras regiões, não só nas que já existiam. Investimento da ordem de, aproximadamente 80 milhões em cada uma delas, 57 milhões de litros aproximadamente. Projetos contratados para poderem operar com várias oleaginosas, não ficar refém de uma só que permitirá ao agricultor em cada época do ano cultivar o que for possível e aproveitar vocações produtivas já existentes nas regiões e com o complemento, inclusive, com a gordura animal. A perspectiva de cada uma dessas plantas é gerar em torno de 20 mil, 25 mil, beneficiar 25 mil famílias na compra direta da agricultura familiar, é óbvio que esse número dependerá da propriedade, do tamanho da propriedade média, é uma estimativa, depende das adesões etc., e a gente trabalha para maximizar esse número. Há perspectivas que durante o emprego nós geraremos, durante a fase de construção geraremos cerca de 500 empregos diretos, lá na obra, e indiretos durante a operação, depois serão cerca de 60 empregos diretos em cada unidade, os terrenos foram cedidos pelas parcerias, em parcerias cedidos pelas prefeituras, Câmaras de Vereadores, cada um desses municípios.

A empresa vencedora da licitação foi a empresa do Rio Grande do Sul utilizando uma tecnologia americana, nós obtivemos as licenças de instalações ainda o ano passado, foi um processo bastante rápido, com a boa colaboração das prefeituras, dos governos estaduais de todos os Estados e assinamos os contratos tão logo obtivemos as licenças ambientais. Isso aqui é uma pequena imagem do andamento das obras de cada uma delas, vamos a seguinte, aqui Montes Claros, aqui lá em Candeias, Quixadá, desculpe, sendo um combustível social o Dornelles já explicou podemos pular. Isso aqui organizações, instituições com as quais estamos estabelecendo parcerias visando ao sucesso dos empreendimentos.

Veja, a Petrobras é uma empresa de energia não conhece muito, ou conhece muito pouco dessa questão agrária, então estamos nos apoiando nos trabalhos do MDA, nos apoiando na EMBRAPA, trabalhando com os governos estaduais, com a secretarias de agricultura em órgãos de pesquisas, com as EMATERs, com as prefeituras, todas as Prefeituras estão colaborando, destaque-se aqui Quixadá que organizou um plano de formação de técnicos agrícolas em parceria com o Governo do Estado já o ano passado e com patrocínio da Petrobras, treinou técnicos agrícolas, a própria Prefeitura contratou uma equipe de técnicos agrícolas, enfim, eu estou destacando esse trabalho de Quixadá, mas as três prefeituras estão colaborando bastante. Instituições financeiras se dispendo a financiar a tanto os agricultores, quanto a reforma, a modernização de esmagadoras, construindo-se as parcerias com organizações representantes das agriculturas familiares, todas elas, independente de posicionamentos políticos e tal, estamos trabalhando com todas, e trabalhando com instituições de pesquisas onde temos a EMBRAPA, que já foi citada lá em cima, temos o CEPLAC, na Bahia, e temos a empresa baiana de desenvolvimento agrário que também está colaborando. [soa a campainha]

Bom eu vou seguir aqui eu tenho mais informações, eu quando eu entender eu paro, depois fico para, tenho mais algumas informações importantes. Então, de certa forma sublinhando nós já fizemos vários seminários, várias reuniões com organizações agricultura familiar. Estamos contratando como, repito, compromissos, selo combustível social é dar assistência técnica. Como a Petrobras não tem experiência está contratando quem tem. Contratando quem? Contratando as EMATERs de cada Estado para que elas façam a assistência técnica com a Petrobras aportando os recursos necessários. Parceria com o DENOL, inclusive com a alocação de recursos aqui aprovado pelo Congresso, para o DENOL que se instalando usinas esmagadoras para extrair o óleo, as usinas esmagadoras vão ficar junto a

agricultura familiar, vão extrair o óleo, a Petrobras vai comprar o óleo como matéria-prima, os agricultores, nas suas cooperativas, suas organizações vão gerir o coproduto, seja para adubo, seja para alimento, ração valorando a rentabilidade da sua propriedade.

Tem também esmagadoras privadas que estão, com os quais estamos trabalhando. Sublinhando aqui sempre trabalhando em parceria com os governos locais. Para o suprimento nós estamos articulando e mobilizando, em parcerias com as instituições públicas, municípios no entorno dos, das plantas, já fazendo uma primeira plantação esse ano, ainda que as plantas vão operar o ano que vem, no caso do Ceará fizemos um convênio com o Estado que o Estado está ajudando a co-patrocinar o fomento à atividade, garantindo um preço mínimo no caso para a mamona, garantindo insumos, sementes e, enfim, dando mais um impulso para o pequeno proprietário. Isso aqui as regiões, estamos aqui em Quixadá, onde é que está Quixadá? Está por aqui? Então, estamos procurando trabalhar nas regiões de entorno para a perspectiva da maior proximidade possível.

Idem na Bahia, na Bahia não prevíamos, inicialmente, mas descobrimos depois, um grande potencial de cultivo de amendoim na região, no entorno de Candeias, o pessoal planta amendoim para o São João, mas pode plantar para outros fins numa segunda safra, no mesmo terreno e temos a possibilidade, com a CEPLAC, de ampliar, resgatar a produção de dendê e ampliar a produção de mamona que já foi grande no Estado. Já temos um convênio com a CEPLAC, estamos, espero que a semana que vem assinando um convênio com a secretaria de agricultura da Bahia. Algumas regiões de pólos aí que já de cultivo de mamona e outras oleaginosas que estamos incentivando aumenta a produtividade dos dendezaís aqui no sul. Minas Gerais. Minas Gerais na foi, na região, uma grande produtora de algodão, de mamona, estamos contribuindo para o resgate dessa capacidade. Aqui temos, aqui já tivemos grandes, grande produção aqui, na década de 80, esse azul aqui. Como já foi dito, o algodão, o pessoal cultiva para aproveitar a fibra, mas sobra o caroço que pode se extrair o óleo e sobrar a ração. A produção de Minas Gerais, de algodão, vem crescendo minha bateria aqui está quase indo, e a gente espera impulsionar ainda mais. Histórico aqui de produção de algodão também no Ceará já foi grande, caiu, a gente espera recuperar. Mamona, obrigado, mamona já foi grande e a gente espera, caiu, isso aqui está se recuperando como veremos no próximo. Aqui nós já, nos últimos anos, em função do anúncio do programa de biodiesel, o pessoal começou a estar plantando o Governo do Estado do Ceará já algum tempo vem fa-

zendo o esforço para retomar o cultivo de algodão, o cultivo de mamona começou a ter uma retomada, teve uma queda que o pessoal tinha uma expectativa de biodiesel aqui, não se realizou, caiu um pouco, mas agora já está se recuperando novamente.

Também em Minas Gerais, só complementando, já vem crescendo, o algodão já foi grande. Bom, isso aqui eu vou apresentar mais estes três, depois eu paro. Então o que é que nós estamos trabalhando? Estamos trabalhando sempre para atingir o selo combustível social, no caso aqui, Minas Gerais eu preciso de 30%, eu estou numa expectativa de colher, conseguir 20 mil toneladas ano, a partir de diversos cultivos agricultura familiar complementando demais com agro-negócio, grandes produtores aqui de algodão, sebo e soja. Idem em Candeias, incluindo aqui o amendoim, dendê e mamona, perspectiva de produção bem acima do necessário em função da grande presença da agricultura familiar na Bahia e no Ceará também o esforço está sendo maior para resgatar o cultivo familiar numa região onde o algodão e o mamona já deixou de ser uma grande atividade agrícola, mas com a parceria que estamos, as parcerias que estamos estabelecendo nós esperamos recuperar. Isso aqui é uma lista ficou escura, peço desculpa, mas é uma lista de grandes fornecedores, sejam frigoríficos, sejam esmagadoras, grandes produtores que estão mais ou menos próximos dessas plantas que, enquanto a agricultura familiar não suprir a totalidade do óleo necessário, nós vamos estar recorrendo a esses grandes fornecedores para garantir a operação da planta. Bom, aqui só mais detalhes de esmagadoras, eu acho que não vem ao caso, Senador, eu paro por aqui, se houver alguma pergunta eu recorro, a apresentação depois fica disponível. Mas são detalhes mais que são conhecidos para o pessoal que tiver interesse... vamos dar uma passadinha rápida, frigoríficos e tal.

OK. Vamos lá... É aí, continuo é mais para mostrar que com as plantas e biodiesel nós vamos resgatar esmagadoras que existiam, algumas estavam paradas, nós vamos poder, e por isso nós optamos por um modelo em que nós não vamos implantar esmagadoras, vamos ajudar a recuperar as que estavam lá, que o pessoal, o banco vai financiar essa modernização e nós vamos estar reativando, aproveitando o investimento já feito no passado. Bom, estou à disposição, mais uma vez agradeço a tolerância e a boa vontade de estar ouvindo e agradeço em nome da Petrobras. Obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR JOÃO TENÓRIO (PSDB-AL): Obrigado, Dr. Mozart, por trazer aqui a visão, a percepção da Petrobras e as iniciativas no que diz respeito à biodiesel e, ao mesmo tempo, pas-

sando a palavra ao Dr. Luis Sérgio Farias Machado, gerente do PRONAF de Crédito Fundiário do Banco do Nordeste do Brasil.

SR. LUIS SÉRGIO FARIAS MACHADO: Bom-dia a todos, inicialmente cumprimentar ao Senador João Tenório em nome do qual saúdo os demais senadores e agradecer em nome do Presidente do Banco do Nordeste, Dr. Roberto Schmitt, pelo convite que nos foi formulado para participar dessa audiência. O Banco do Nordeste, ele vem atuando no programa de biocombustível considerando três grandes vertentes. Você pode passar, por favor? A política de crédito que é o instrumento maior do Banco do Nordeste, aonde o banco vem atuando basicamente com fundo constitucional de desenvolvimento do Nordeste, mas que tem outras fontes para apoiar essa política de biocombustível.

Uma política de desenvolvimento territorial que tem um impacto social muito grande na questão da organização da produção, na organização dos produtores, principalmente para que possamos atrair integradora dentro de uma relação harmoniosa, produtor, produção integradora e incentivamos também a melhoria da questão tecnológica, principalmente através do incentivo à pesquisa, através dos recursos que o banco disponibiliza para o Fundeci, Fundo De Desenvolvimento Científico e Tecnológico, que visa superar diversos gargalos e entraves que já foram relatados pelos palestrantes que me antecederam. Então eu vou agora detalhar especificamente em relação a cada situação o que é que o banco vem fazendo.

No que se refere a política de crédito, o banco vem adotando algumas medidas e algumas condições que visam, acima de tudo, a diminuição do risco de crédito, mas também proteger ao agricultor, principalmente ao agricultor familiar, o pequeno agricultor. Nesse sentido o banco só financia qualquer atividade ou qualquer cultura que tenha como objetivo a produção de biocombustível se o município estiver zoneado dentro do zoneamento do Ministério da agricultura que já foi relatado aqui anteriormente. Portanto a mamona, o girassol, o amendoim nós estamos disposto a financiar desde o que Município esteja zoneado para tal. Além disso, a gente exige em todos os projetos de financiamentos do banco, quer seja de custeio, quer seja de investimento, que seja utilizada as sementes certificadas e esse é um dos grandes gargalos, principalmente em relação a mamona que é a cultura que possibilita uma melhor atratividade em relação ao selo social.

Então é exigido que esse produtor utilize a semente certificada, porque reconhecidamente ele tem uma relação direta com a produtividade que por sua vez tem uma relação direta com a viabilidade do empreendimento e com a capacidade de geração de

renda. E outro instrumento que a gente tem utilizado, inclusive isto é legal, faz parte da exigência do selo social, como foi já destacado, que é a integradora se obrigada a prestar assistência técnica ao agricultor familiar. A Petrobras já nos falou aqui que está trabalhando de forma terceirizada com a EMATER e outras integradoras, como no caso da Brasil Ecodiesel, ela trabalha através de seu grupo técnico. Mas essa assistência técnica, ela é muito importante para a mudança de um perfil cultural acima de tudo para a utilização de tecnologias apropriadas e modernas de produção que possibilite a maior viabilidade, que foi falado pelo colega Zé Nilton, do Ministério da Agricultura. Além disso, é um pressuposto básico para o banco financiar a existência de integradora, essa integradora, ela tem que firmar um contrato com os produtores, contrato esse que é intermediado pelos movimentos sociais, CONTAG, MST etc., no caso da agricultura familiar, no caso dos grandes produtores essa intermediação, ela é feita diretamente com o grande produtor, mas que se destine um preço prévio para que o banco possa fazer uma análise de viabilidade prévia para que esse preço, de fato, seja remunerador ao produtor. E eu, já acrescento que no caso específico da mamona que é a cultura que está sendo mais incentivada no Nordeste, é inicialmente a forma que nós buscamos para poder viabilizar, é que essa mamona seja trabalhada de forma consorciada.

Hoje, pelos níveis de produtividade que a mamona vem dando em relação a região Nordeste, a viabilidade, ela, na produção isolada, fica, é contestável. Todavia, na hora que ela trabalha com o feijão consorciado, principalmente para a agricultura familiar, essa viabilidade tem um retorno positivo para o agricultor. Além disso, a questão da garantia de compra da produção, mas o mais importante que essa garantia de compra da produção, caso não venha acontecer na prática, essa empresa ela perde direito ao selo social e, portanto perde competitividade e diminuição de custo pelas isenções tributárias. É exigido ainda a obrigatoriedade do Pró Agro Mais para a agricultura familiar e do Pró Agro Tradicional para a agricultura do agronegócio, que é um seguro que possibilita absorver os riscos relacionados a intempéries climáticas. Então na ocasião de uma seca ou de uma inundação esse Pró Agro Mais ou Pró Agro Tradicional, ele quita o financiamento do banco, mas o que é mais importante, ele também libera um determinado valor para o produtor para que não fique descapitalizado.

O valor do financiamento é deduzido diretamente do preço pago pela integradora no banco e discutimos também, previamente a qualquer negociação, o orçamento padrão no sentido de que nesse orçamento

padrão deve conter alguns insumos básicos que venham a acarretar, como consequência, a melhoria da produtividade. Pode passar. Alguns instrumentos nós temos utilizado juntamente com o Ministério Do Desenvolvimento Agrário que tem sido um grande parceiro na vertente da agricultura familiar, mas também junto com o Ministério da Agricultura no sentido de proteger esse produtor. A obrigatoriedade do Pró Agro Mais e do Pró Agro Tradicional para a operação de custeio no qual eu relatei anteriormente, a definição desse preço que tem que ser remunerador, a obrigatoriedade de ter assistência técnica que deve ser cumprida pelas integradoras, uma cláusula de performance mínima, e isso é importante, aonde a integradora garante uma produtividade mínima para esse produtor. Se essa produtividade for menor do que essa produtividade mínima, ela paga a diferença para o produtor e essa produtividade mínima é exatamente aquela que dá um ponto de equilíbrio em relação a rentabilidade do empreendimento. Aumento do preço em função da produtividade, em função do aumento da produtividade ele aumenta também o valor do preço no sentido da gente incentivar esse produtor a buscar ou a utilizar tecnologias que permitam o aumento da produtividade, e o mais importante, é a perda do selo social, caso essas integradoras não venham a cumprir com as cláusulas acordadas durante o termo de cooperação. Pode passar. Em relação a política de desenvolvimento territorial o banco tem um funcionário chamado agente de desenvolvimento que é um funcionário especializado que atua com foco em território, juntamente com os demais parceiros no sentido de organizar esses territórios, a organizar a produção, capacitar os produtores e acima de tudo, permitir a integração produção, integradora e que seja de forma mais harmoniosa possível. E, além disso, reforça as bases materiais que já foram destacadas aqui como a utilização de semente certificada, a exigência de assistência técnica, a utilização de técnicas modernas de cultivo, a questão da gestão que tem a ver muito com a viabilidade do negócio, esse agente de desenvolvimento busca, através de parcerias do SEBRAE, de parcerias com o SENAI, capacitar esses produtores e o mais, uma importante é o reforço para a utilização dessa tecnologia de produção. Pode passar.

Também atuamos no sentido de melhorar, ou de superar os gargalos existentes em relação ainda ao biocombustível e o banco financia pesquisa objetivando exatamente diminuir esses gargalos como, por exemplo, produção de semente básica que é ainda é insuficiente, a produção de uma variedade que permite, de mamona que permita produzir em municípios com altitude abaixo de 300 metros e, principalmente,

porque a região semi-árida, a maioria dos municípios são abaixo de 300 metros e nós possamos incluir o semi-áridos nessa produção. A questão da melhoria do processo de produção da indústria, a questão da utilização de novos produtos para a glicerina, todos nós sabemos que a glicerina é um subproduto da extração do óleo diesel e que tem pouca aplicabilidade, então a gente precisa buscar outra aplicabilidade. A questão da desintoxicação da torta de mamona para que ela possa ser utilizada como um produto a mais a ser vendido pelo produtor ou ser utilizado de forma complementar a pecuária e assim melhore a renda do produtor. Pode passar. Pode passar. Pode passar por favor. Nesse sentido o banco tem firmado algumas parcerias com a Petrobras, toda aquela experiência que foi relatada no Ceará, nós estamos com a parceria muito forte com a Petrobras, na Bahia também, em Minas Gerais, com essa empresa a Brasil Ecodiesel em toda a região nordeste dentro daqueles pressupostos que eu relatei anteriormente e estamos abertos para qualquer outra empresa que pretenda trabalhar dentro do perfil que foi comentado. Pode passar. Nós temos um grande desafio que é a agregação de valor, principalmente ao pequeno produtor. E nós entendemos que essa agregação de valor ela não se dá vendendo somente grãos, nós temos que, urgentemente, trabalhar para que esse produtor, através de formas associativas possa esmagar esse grão e possa agregar valor e agregar renda a esses produtores e aí sim a integradora adquirir não o grão, mas o óleo na forma bruta. Pode passar. Para isso nós temos o programa de financiamento, tanto para custeio, como para investimento. No que se refere ao financiamento para o custeio, posso prosseguir?

Nós temos o FNE rural cujo prazo é de até 2 anos, cujos juros variam de 5 a 9%, 5% para mini produtor e 9% para grande produtor e tem ainda direito a um bônus de adimplência se esse produtor pagar em dia de 25% no semi-árido e de 15% fora do semi-árido. No caso do PRONAF nós também trabalhamos com essas diversas letras aí, cujo prazo também de custeio é de até 2 anos e o juros é bem menor, varia de ½% ao ano, foi aprovado, inclusive ontem e foi lançado pelo Presidente Lula, até 5,5%. ½% para o PRONAF B, ao ano, com direito, inclusive a arrebate de 25% e 5,5% para PRONAF E que é aquela categoria que está melhor extratificada.

Passar, por favor. Em relação ao investimento nós temos o FNE rural para atender implantação de dendê, plantação de cana-de-açúcar, etc., que o prazo pode ser até de 12 anos com 4 anos de carência, os juros são o mesmos, 5 a 9% com incidência de bônus, temos também o FNE industrial que financia a indús-

tria esmagadora, a indústria processadora, cujo prazo também é de 12 anos, de até 12 anos, com 4 anos de carência, e os juros varia de 7,25 a 11,5 sendo 7,25 para a micro e pequena empresa e 11,5 para grande empresa, e trabalhamos também na linha de investimento do PRONAF dando destaque a um PRONAF que foi lançado ontem no Palácio do Planalto que é o PRONAF Eco que é destinado exclusivamente para a geração de fontes de energias alternativas. Pode passar. E a gente gostaria de colocar, para contribuir com o debate, alguns desafios que achamos que temos que já foram comentados alguns deles aqui. Primeiro é termos de fato a quantidade adequada de sementes de mamona que essas sementes cheguem, principalmente, ao pequeno produtor. Segundo, mais recursos para a assistência técnica. Tanto para treinar os técnicos das EMATERs, que estão necessitando de treinamento específico para essa área, mas também para que esses técnicos, ao absorver essa tecnologia, possam repassar para esses produtores, notadamente os pequenos produtores. Aperfeiçoamento do zoneamento, principalmente da data de plantio em relação ao Ministério da Agricultura, para isso nós temos tido uma abertura muito grande do Ministério da Agricultura de discutirmos as datas de plantio, notadamente dos municípios do componente do semi-árido, no que se refere a mamona. Para isso nós já estamos em negociação com o Dr. Mitidiel(F) do Ministério da Agricultura que tem sido muito sensível para essa situação. Precisamos estender o zoneamento do girassol já que no momento no nordeste ele só está zoneando, somente foi, somente ocorreu o zoneamento para o Maranhão e o Piauí, precisamos estendê-los para os demais Estados. Recursos para a capacitação do produtor, isso é um fator fundamental, não só na tecnologia, mas na gestão dos seus empreendimentos. Trabalhar agregação de valor que é aquele modelo que eu citei anteriormente não vender o grão, mas vender o óleo da forma bruta, definir a logística, os corredores de coleta em cada Estado para que isso seja foco feito de forma mais eficiente e trabalhar tudo aquilo que tem a ver com a melhoria da produtividade para que, de fato, esse programa venha a ter maior viabilidade e possa, de fato, incluir o pequeno agricultor e gerar renda para esse produtor. Então era isso que a gente tinha a falar, nos colocamos a disposição no momento do debate.

SR. PRESIDENTE SENADOR JOÃO TENÓRIO (PSDB-AL): Agradeço ao Dr. Luiz Sérgio Farias que traz na visões, traz nas intenções as iniciativas do Banco do Nordeste que é fundamental para responder o questionamento que foi feito, sobretudo, pelo Senador César Borges quando apresentou o requerimento para

essa reunião e para iniciar o debate eu passo exatamente a palavra ao Dr. César Borges.

SENADOR CÉSAR BORGES (PFL-BA): Sr. Presidente, eu agradeço a V.Exa., mas eu queria ceder a minha vez que eu teria novamente por ter sido autor do requerimento ao Senador que me pede, Cícero Lucena, por que ele irá à outra Comissão aqui. Então se V.Exa. aqui ceder.

SR. PRESIDENTE SENADOR JOÃO TENÓRIO (PSDB-AL): Senador Cícero.

SENADOR CÉSAR BORGES (PFL-BA): Além de que ele é um profundo conhecedor do problema.

SENADOR CÍCERO LUCENA (PSDB-PB): Agradeço como sempre o Senador César Borges com sua gentileza me cede essa oportunidade, mas eu tenho que iniciar, exatamente, parabenizando-o pela iniciativa de convocar essa audiência pública no sentido de que possamos ter informação sobre uma região que tem o seu potencial, que tem a necessidade que o governo olhe com bons olhos, com respeito ao nosso potencial, mas principalmente com as nossas questões social. Então eu quero parabenizar ao Senador César Borges com a sua eterna sensibilidade voltada não só para a Bahia, mas para a região nordeste como um todo no sentido de que nós possamos encontrar alternativas de desenvolvimento e desenvolvimento com justiça social. E ao Presidente também da Comissão, Senador João Tenório, por estar nos proporcionando essa oportunidade de debatermos assuntos tão importantes para a nossa região.

Então eu gostaria de agradecer a todos os expositores e alguns detalhes que me chamaram a atenção sem antes fazer um registro político de cobrança. Eu peço a todos os 4 membros, aqui expositores, que através dos seus órgãos, através das pessoas responsáveis que lembrem ao Presidente Inácio Lula da Silva que na campanha ele esteve na Paraíba dizendo que na Paraíba assumiu o compromisso com os paraibanos com a unidade de biodiesel. E já se passaram 10 meses praticamente, 8, 10 meses e em nenhuma exposição eu vi esse compromisso do Presidente Lula. Então como eu não acredito que ele enganou os paraibanos e que apenas no período eleitoral, talvez querendo conquistar voto, tenha dito isso, eu acredito que está faltando lembrar ao Presidente desse compromisso com a Paraíba e com os paraibanos da unidade do biodiesel. Eu estou repetindo a cobrança, porque eu acho que os ministros que iniciaram o PAC não lembraram ainda o Presidente. Então que os senhores lembrem aos ministros para que o Ministro lembre ao Presidente e ele cumpra o compromisso com o povo paraibano.

Quanto à exposição aqui do Sr. José Nilton de Souza da agricultura, ele colocou com muita proprie-

dade a questão dos itens que hoje estariam, em tese, sendo trabalhados para o biodiesel como na matéria-prima com a preocupação clara econômica, ele citou mamona, citou o pinhão manso, o algodão, embora os outros, também na frente, complementaram como o girassol embora o Banco do Nordeste, como sempre, com uma visão também de banco e aprofundando tecnicamente, citou também o girassol e outros itens, no caso o girassol com o zoneamento da Bahia e do Maranhão, pelo que eu entendi. Então essa preocupação eu gostaria de aprofundar um pouco mais por que a informação que nós temos em relação ao pinhão manso, que foi tratado tanto por Sr. José Nilton, como por Ricardo Gusmão, Dr. Ricardo Gusmão, no caso do pinhão manso ele citando a referência torta que a torta da mamona está sendo processada, está sendo desenvolvida a tecnologia para que ela possa virar, ter a sua utilização de uso e não, mas não entrou em detalhe do pinhão manso. Eu perguntaria ao Sr. José Nilton sobre o pinhão manso: O que é que nós temos e em que estágio nós encontramos? Até, porque no caso específico da Paraíba que não tem o privilégio que tem a Bahia pela sua extensão e pelo seu clima e tem outras alternativas como o girassol, como a soja, a Paraíba não se enquadra no girassol, nem se enquadra na soja. Então nós temos que buscar o aprimoramento da mamona como buscar também o avanço que se está conseguindo em relação ao pinhão manso.

Então a minha pergunta é sobre em que estágio se encontra a pesquisa do uso do pinhão manso como alternativa, bem como que uso teria a torta do pinhão manso Sr. Ricardo Gusmão? Pelo que eu ouvi também há a redução para quando utilizado, principalmente a agricultura familiar, do selo e essa redução, pelo que foi mostrado pelo Sr. Ricardo Gusmão, ela contempla a questão da mamona e a palma. Se existe flexibilização para outros produtos como o girassol, que já está sendo tratado, ou mesmo o pinhão manso quando vier a ser utilizado em escala de melhores condições? E eu confesso que fiquei um pouco na dúvida se é benefício para a região nordeste você exigir 50% de agricultura familiar ou eu entendi errado para ter o selo? Quanto que na região norte centro-oeste, para ter o selo precisa de 10%. Isso não é penalização ao nordeste? Esta é a pergunta que eu faço a quem praticou essa política. E na Região Sul, sudeste, 30% ou então eu entendi errado a explicação, mas na forma com que está aqui que exige para ter o selo no nordeste, 50%, você estaria penalizando a região nordeste. Na verdade se esse for o caso. Bem como perguntar ao Sr. Mozart, da PETROBRAS, que vocês têm algumas experiências no caso do biodiesel esmagadora então numa operação

em parceria com o DENOCS que para mim é uma surpresa o DENOCS estar atuando nessa área. Então eu estranho como é que de repente o DENOCS passa a operar esmagadoras. Pelo menos foi o que eu entendi na exposição que foi feita aqui pelo Sr. Mozart. Bem como vocês têm uma experiência que eu gostaria de tomar conhecimento mais profundo, obviamente que está em fase de experiência, mas até para que a gente possa fazer a adaptação, porque a Paraíba já foi uma das grandes produtoras de álcool.

O senador João Tenório conhece isso das usinas que existiram, ainda existem na Paraíba, mas muitas foram fechadas e também nós tivemos uma queda na produção da cana, principalmente dos pequenos produtores. Até, porque houve um avanço e está tendo um avanço muito grande da produção da agricultura familiar, porque foram áreas que foram desapropriadas, outras eram inconveniente na produção por questões a não mecanização dessas unidades, outras vários pequenos engenhos de cana para produção de rapadura e de cachaça foram fechadas e diminuiu muito essa produção, embora nós tenhamos ainda o problema da geração de emprego, da mão-de-obra nessa região. Então eu gostaria de ter conhecimento, não necessariamente nessa audiência, mas que nos seja enviado da experiência que está sendo feita no Rio Grande do Sul onde estão sendo colocadas pequenas usinas em parceria com política de, da produção da família, agricultura familiar e com a unidade de beneficiamento da Petrobras. Então nós gostaríamos de aprofundar essa discussão para talvez fazermos algumas das pequenas recuperações nas áreas, principalmente do brejo paraibano, que é quem mais tem sofrido com essa perda da produção da cana.

Bom, e por fim renovar o meu agradecimento a todos aqui presentes e espero que essa audiência possa ser multiplicada no sentido, Senador João Tenório, até de nós ouvirmos também as partes das produtoras do setor que está produzindo para que a gente veja também esse lado, aqui nós vimos o lado oficial que, sem dúvida nenhuma, pelo entusiasmo, pela confiança deles nos deixa alegres, mas precisamos ter também a visão dos produtores no sentido da gente ter se tudo é maravilha como aqui foi colocado. Muito obrigado. E peço também que todo esse material que foi exposto seja encaminhado, não só a mim como Senador, como sugestão aos demais membros dessa Comissão que também eventualmente tem interesse nesse assunto. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR JOÃO TENÓRIO (PSDB-AL): Obrigado, Senador, a secretaria vai providenciar essas informações que serão captadas em cada um dos setores que aqui estão presentes

SENADOR CÍCERO LUCENA (PSDB-PB): Presidente. Não sei qual será a metodologia se eles vão responder...

SR. PRESIDENTE SENADOR JOÃO TENÓRIO (PSDB-AL): Eu acho melhor pela sua urgência de migrar para outra Comissão que também é tão importante que nós sabemos. Então V.Exa. fez uma série de questionamentos e os senhores, pela ordem que acharem mais conveniente, ordenem aí as respostas.

SR. JOSÉ NILTON DE SOUZA VIEIRA: Começando pela agricultura, Senador, a questão do pinhão manso temos duas etapas de pesquisa, a questão da etapa agrônômica e por se tratar de ser um arbusto perene isso requer um tempo de pesquisa maior do que as variedades de cultura de cultivo anual e as pesquisas mais em estágio mais adiantados estão sendo coordenadas pela EPAMIG no Estado de Minas Gerais. A expectativa da EPAMIG e da EMBRAPA é que até o final deste ano já tenha um bom referencial científico para poder sugerir ou recomendar o seu plantio. Num segundo momento é a questão do, da preocupação do colega do Banco do Nordeste que é a produção de sementes certificadas a fim de assegurar que o agricultor realmente terá condições de atingir os níveis de produtividade que se espera para a alternativa. Do ponto de vista do processamento o pinhão manso não tem os mesmos problemas da mamona que no diz respeito a toxidez da torta, embora ela não venha a ser utilizada para a ração animal. E ele tem um problema de acidez que é um pouco acima da acidez dos outros óleos vegetais e que representa um custo adicional de processamento. Mas sobre essa parte industrial eu preferia não comentar, me ater só a parte agrícola.

SR. PRESIDENTE SENADOR JOÃO TENÓRIO (PSDB-AL): Aproveitando aí a questão que foi elaborada pelo Senador Cícero Lucena, eu tenho uma informação que eu não sei se procede que é o seguinte: Que uma grande dificuldade do pinhão manso é que ele, a semelhança de eu acho que é café, ele não amadurece de uma vez só. Então a colheita ele torna seletiva, é uma colheita seletiva. O que dificulta demais a sua utilização, eu não sei se isso procede ou se é a informação que me chega e seria interessante se fosse esclarecido, porque em assim sendo, se não houver uma mudança genética importante...

SENADOR CÍCERO LUCENA (PSDB-PB): Se me permite, Presidente, eu complementaria se ele pode também ser trabalhado consorciado para atender, no caso a agricultura familiar?

SR. PRESIDENTE SENADOR JOÃO TENÓRIO (PSDB-AL): Certo.

SR. JOSÉ NILTON DE SOUZA VIEIRA: Bom, realmente este problema existe por que se trata de um

arbusto que o processo de floração não é uniforme e depois o processo de crescimento e amadurecimento dos frutos também não é. Entretanto um aspecto positivo em relação ao café é que ao ficar maduro ele se desprende sozinho do pé. Então, automaticamente quando já há uma concentração significativa de frutos maduros, somente o ato de balançar o pé já faz com que eles caiam, então simplifica a colheita quando comparamos com o café, por exemplo. Isso, de um ponto de vista representa um problema, mas do ponto de vista da ocupação e força de trabalho significa que vamos ter mais tempo, mais atividades para serem desenvolvidas pelo trabalhador. E isso é o incentivo ou atrativo maior para a agricultura familiar. E a questão do consórcio, embora ainda não se tenha estudado qual, quais seriam as alternativas mais apropriadas para esse consórcio, o aspecto a ser considerado também é o espaçamento ideal. Porque no caso da mamona, já se sabe que a planta em consórcio com o feijão, porque quando ela cresce à altura suficiente, o feijão já está estruturado e já começa a ser produzido. E no caso do pinhão manso, como é uma variedade perene, então a medida que ele vai se desenvolvendo ele vai ocupando uma área cada vez maior, então é possível que tenhamos o consórcio no primeiro ou no segundo ano, mas depois que ele atingir a estrutura, a idade adulta, isso já apresenta restrições.

SR. MOZART SCHMITT DE QUEIROZ: OK, Senador, eu agradeço às perguntas e eu queria, em primeiro dizer que, bom eu não sabia que tinha havido esse compromisso do Presidente Lula lá com a Paraíba, mas o governo da Paraíba procurou a Petrobras, eu estou em diálogo, lá com o secretário da agricultura, nós estamos avaliando, a Petrobras tem um roteiro lá de umas 30 perguntas de estudos de viabilidade que não adianta também chegar lá e colocar a planta, ou colocar a planta em que Município, de que tamanho, para que oleaginosa etc., então nós estamos, o secretaria de agricultura está fazendo um diagnóstico e nossa parte também avaliando e tem um problema todo que é o, um problema que teremos, um bom problema para resolver que é a questão do tamanho do mercado, por que como o Dornelles apresentou o mercado gerado para 2% é de cerca de 850 milhões de litros ano e hoje o país já tem essa capacidade instalada, aliás, já tem uma capacidade instalada para atender uns 5%. E como o programa tem uma perspectiva muito boa, são todos os Estados, muitos municípios, enfim, muitas autoridades, muitos investidores estão demonstrando interesse em implantar mais unidades.

A preocupação é que a gente não chegue a um excesso de oferta sem mercado e aí tem que combinar com as, a indústria automobilística, as montado-

ras para que elas aceitem uma porcentagem maior de mistura como foi o álcool, o álcool começou, me parece 2,5% não me lembro muito, já faz muito tempo, hoje estamos em 25, a Europa já está com programa há algum tempo, mas mesmo na Europa por uma série de razões técnicas, a indústria automobilística resiste a garantir, a manter a garantia para o motor com uso de um diesel contendo mais que 5% de biodiesel. Então nós temos uma questão técnica que não é bem da oferta do biodiesel, mas é do mercado de biodiesel para equacionar, mas eu queria aproveitar para adiantar o que país ainda importa algo em torno de 5% do diesel em função do perfil do refino. Então, Jacobi 5, nós temos uma contribuição de parar essa importação e a gente espera ampliar esse mercado. Bom, essa é a primeira questão. A questão para o DNOCS foi uma emenda do Deputado Ariosto Holanda que alocou recurso para o DNOCS montar essas pequenas extratoras e a idéia não é que o DNOCS continue a operadora, só essa sutileza aí. A idéia é o DNOCS alocar esse recurso público no espírito, contribuir para desenvolvimento do nordeste, mas disponibilizar essas unidades construídas com recursos públicos, disponibilizar para organizações da agricultura familiar no espírito que foi colocado. Estar fortalecendo a organização da agricultura familiar para que a própria organização agricultura familiar opere e gire os co-produtos etc., etc. Então essa é a questão do DNOCS.

A questão da experiência no Rio Grande do Sul é uma experiência que a Petrobras está colaborando, é uma iniciativa de uma cooperativa chamada Cooperbio, da região de Palmeiras das Missões, noroeste do Estado, região Das Missões, são projetos, são 9 pequenas micro destilarias, 500 litros dia, que vão produzir um álcool semi-acabado com a ordeno de 90% de álcool e 10% de água que virão então para uma destilaria maior com capacidade para absorver toda essa produção que então vai produzir o álcool especificado. É uma experiência baseada na agricultura familiar, a própria agricultura familiar vai operar cada um dessas micro destilarias e a micro destilaria central então vai especificar o produto de acordo com as definições da ANP para poder disponibilizar para o mercado. O projeto está terminando de se instalar, tem uma pendenciazinha da licença ambiental ainda para a destilaria central, a retificadora, e nós esperamos próximos 2, 3 meses estar construída a instalação e depois nós temos um tempo de operação para poder disponibilizar o resultado. Mas estamos vivendo com grandes otimismo, sim, a possibilidade de ser uma oportunidade para pequenos agricultores, viabilizar o aumento de renda em consórcio com a produção de alimento e não calcado, não centrado na monocultura

que tem os seus problemas sociais, ambientais etc. Bom, eu acho que de minha parte é isso.

SENADOR CÍCERO LUCENA (PSDB-PB): Não. Depois de V.Exa.

SR. PRESIDENTE SENADOR JOÃO TENÓRIO (PSDB-AL): Isso me remete a uma preocupação que é seguinte: Quando você faz a primeira industrialização da produção do álcool você separa o álcool do seu combustível naquele momento, naquele canto. Na micro destilaria. Depois você pega esse álcool e manda ele para ser reprocessado numa retificadora, mas não manda o combustível. Então você passa a ter nesse modelo uma demanda de combustível fóssil significativamente maior e eu conheço, porque eu sou produtor de álcool e não é muito pequeno essa, essa quantidade de combustível para você retificar um álcool de 90 para 98, 99, é uma quantidade relativamente importante em combustíveis fósseis. Eu não entendo muito a lógica disso por conta disso aí.

SR. MOZART SCHMITT DE QUEIROZ: É. Mas eu posso lhe explicar Senador. A idéia que essa destilaria central, por sua vez, também tem uma micro destilaria acoplada, então ela também vai receber alguma cana aí para ter um, algum combustível. Por outro lado, a idéia do pessoal, que o pessoal está trabalhando é produzir pequenas florestas energéticas na perspectiva de que é esse suprimento a mais de uma energia extra, não seja combustível fóssil, mas seja biomassa cultivada também nas propriedades, obviamente com todos os cuidados ambientais possíveis. Mas o pessoal está atento para isso. E o projeto, Senador, avança mais ainda no sentido, inclusive, de não produzir álcool apenas da cana. O senhor sabe, o Brasil já produziu álcool a partir de mandioca para a Petrobras, a Alemanha já produziu de batata, os Estados Unidos produzem de milho, outros países produzem, inclusive, de trigo. Então em tese eu posso produzir álcool, em tese não, a tecnologia disponível diz que eu posso produzir álcool de amilase. Então o pessoal está estudando inclusive, de uma das tecnologias em teste é produzir a partir de mandioca e batata que tem vocação na região com o apoio das universidades e resgatar, adaptar essa tecnologia com a forma também de estar otimizando. E o objetivo do pessoal lá é justamente ver o mais ecológico possível, dando melhor disposição final para o vinhoto, aproveitando a ponta da cana, não queimando, mas alimentando o gado para produção de carne e leite, enfim, é um projeto mais ecológico possível, menos impactante em termos ambientais e procura maximizar a geração de emprego e renda, repito, como uma opção em regiões não tão propícias ao cultivo da cana como é a região de São Paulo, no litoral nordestino etc.

SENADOR CÍCERO LUCENA (PSDB-PB): O nosso interesse na Paraíba é exatamente esse, é em áreas que, hoje, para a cana simplesmente gerar o álcool ela não é economicamente viável, mas aproveitando essa questão do, da agricultura familiar, até, porque nós tivemos parte de uma Comissão aqui do Senado e da Câmara, na última reunião do G 8, em Berlim, onde nós identificamos, essa nossa reunião era dos legisladores e foi muito tocado e sempre a preocupação da questão da ampliação da fronteira agrícola na produção do etanol para que isso não, vamos dizer assim, atinja áreas que não é de interesse ecológico que sejam atingidos, bem como a preocupação da alimentação. Daí esse programa que vocês estão fazendo no sul, obviamente que são experiências a serem devolvidas como, por exemplo temos na Paraíba, que ainda não conseguiu funcionar, que talvez sejam alternativas num projeto como esse uma pequena destilaria da associação dos plantadores de cana na Paraíba, localizada no vale do Mamanguape, que se estende, no caso, até as proximidades do brejo e dizer que quanto ao mercado, nós acreditamos que haverá uma ampliação, até porque começa a despertar interesses internacionais para a importação do biodiesel como aqui foi dito pelo Dr. Ricardo Gusmão.

E, por fim, no sentido de pedir desculpa aos senhores, para que a, por motivo que eu tenho também uma Audiência Pública agora com o Ministro do Desenvolvimento Regional, do qual eu sou membro da Comissão, e já tendo ocupado aquela pasta, nós precisamos debater, até porque temos entre outros interesses a discussão do Rio São Francisco, mas quero renovar o meu reconhecimento da importância dessa reunião, bem como agradecer a participação de todos e dizer que os senhores lembrem ao Presidente Lula e os demais também lembrem. Muito obrigado

SR. PRESIDENTE SENADOR JOÃO TENÓRIO (PSDB-AL): Obrigado, Senador. Passo a palavra agora ao Senador César Borges que foi o autor, inclusive, do requerimento que gerou essa Audiência Pública.

SENADOR CÉSAR BORGES (PFL-BA): Prezado Presidente, Senador João Tenório, eu quero agradecer a V.Exa. pela presteza em atender o nosso requerimento para que essa audiência fosse realizada o quanto antes e quero agradecer também aos participantes, nossa solicitação, na verdade se prendia a que fossem os titulares dos cargos, entretanto, entendo que muitas vezes uma agenda cheia de Ministro, de Presidente de banco ou mesmo a Petrobras tem impedido essa participação. E começaria, Sr. Presidente, dizendo que nós solicitamos essa audiência porque nós temos visto ao longo do processo do desenvolvimento do Brasil que sempre que há uma política governamental termi-

na a massa, a densidade econômica do sul, sudeste do país e até outras condições climáticas também de solo atraindo os investimentos. Me recordo que no governo passado, não do Presidente Lula, do Presidente Fernando Henrique, quando se falava no programa de concessão rodoviárias e privatização lá no Nordeste nós tínhamos uma nítida visão que iria privilegiar sempre o sul e o sudeste do país, por que pelo que eu sei só existe uma única rodovia que foi motivo de concessão em todo o norte e nordeste do Brasil.

Ela está situada na Bahia, ela liga Salvador ao litoral norte, é a linha verde, foi no meu governo, até fui muito criticado na época por isso pela oposição que estava fazendo a concessão com cobrança de pedágio, que se acha então que o empresário não tem interesse de investimento no Nordeste. Quando há uma política de privatização, claro que nós não temos muita coisa a ser privatizado, então no nordeste os Estados privatizaram uma ou outra companhia, principalmente distribuidora de energia elétrica e parou por aí. E agora eu vejo um bum no país com relação a questão do álcool e aqui nós estamos tratando, na verdade de biocombustíveis, não é apenas biodiesel. Então eu começaria até por essa questão do etanol. E de uma recente apresentação, acho que aqui mesmo nessa Comissão o ex-Ministro Roberto Rodrigues, mostrou de que o total de etanol produzido no Brasil, hoje, você teria no Nordeste brasileiro, apenas 9% da produção, Nordeste e norte somado, nordeste e norte somado que representa mais de 50% da área do território nacional. Entretanto, só existem 8 usinas de açúcar e 19 destilarias, destilarias de álcool na região norte e nordeste que respondem por 9% da produção. Usinas, com destilaria, tivemos 52. Veja a diferença: Quando se vai se para o Centro-sul são 288 unidades. Recentemente eu li no jornal que uma única empresa estaria fazendo captação de recursos internacionais na bolsa de Nova Iorque para construir 40 usinas, 40 novas usinas. Praticamente vai representar a produção de todo o norte e nordeste no Brasil.

SR. PRESIDENTE SENADOR JOÃO TENÓRIO (PSDB-AL): O Brasil deve produzir esse ano, cerca de 500 milhões de toneladas de cana, das quais 50 milhões do nordeste, ou seja, 10%.

SENADOR CÉSAR BORGES (PFL-BA): 10%, os 9% que eu estou falando. Então lamentavelmente não se assiste uma política governamental direcionada para tirar esse gap existente entre os desenvolvimentos inter regionais, você tem então o nordeste perdendo essas oportunidades de desenvolvimento e hoje a concentração se dá exatamente onde se há mais riqueza no país. São Paulo, Minas Gerais, alguma parte de Goiás, do sul de Goiás, principalmente, no Mato Grosso, norte

do Paraná e o Nordeste fica com 9, 10%. Eu não vejo uma política específica, o governo está preocupado, muito, em difundir o álcool, mas não vejo uma política específica. A Bahia tem condições, porque a Bahia, já foi dito aqui, a Bahia tem 570 mil quilômetros quadrados, a Bahia tem essa vantagem comparativa em relação a outros Estados nordestinos, porque ela tem uma área extensa e com diversos tipos de solo e de clima. Então nós temos áreas específicas para o plantio de cana-de-açúcar, mas não há incentivo diferenciado. Por exemplo, a área do São Francisco, um projeto da Codevasf, existe uma grande empresa, a Agrovale que ela utiliza o processo da irrigação. Muito bem, mas o custo da energia para você irrigar é penalizado. Lá o custo da energia você deu um subsídio com relação ao consumo, mas com relação à demanda mantém penalizando o custo elevado, o custo da demanda.

O que vai criando sempre uma dificuldade competitiva para as empresas localizadas lá. Nós temos a região do Oeste da Bahia, são 4 milhões de hectares, não há um programa específico por parte do Governo Federal. Ou o Governo do Estado faz junto com a própria iniciativa privada ou não avança. Temos o extremo sul da Bahia onde temos lá plantações de eucalipto, mas tudo pela iniciativa privada, o governo, no máximo as empresas tem capacidade financeira, vão ao BNDES, tomam recurso para investimentos. Mas não passa daí, porque não há uma política específica para apoiar, através de incentivos fiscais, e incentivos também creditícios, com juros diferenciados para o nordeste. Nós sempre defendemos uma política diferenciada para Nordeste porque nossas condições são piores. Então, com isso eu quero justificar, porque eu solicitei essa reunião. Porque se não houver a sensibilidade de um Presidente da República, o que é lamentável, Sr. Presidente, é que quando há um Presidente da República nordestino, V.Exa., não vou repetir o que V.Exa. disse, não chegaria a tanto, mas lamentavelmente ele é cooptado pelo sul e sudeste, pelo poderio econômico e ele termina esquecendo aquelas necessidades, aqueles compromissos de transformar o Nordeste. Nós tivemos o Presidente Sarney, tivemos o Presidente Collor de Estado de V.Exa. e temos agora o Presidente Lula do Estado de Pernambuco. E lamentavelmente eu vejo muito discurso, mas a SUDENE não foi recriada. Então, voltando ao assunto. Eu não vejo uma política específica para o álcool, está aí o Ministério de Minas e Energia junto com o Ministério da Agricultura simplesmente deixa o nordeste tocando com suas próprias forças que não são grandes, que não são grandes. Então eu cobro do governo uma política para o etanol, Nordeste e norte do país e nordeste de forma específica, não há, não há, efetivamente não há estímulo.

Ou a iniciativa privada com sua própria perna caminha ou nós não vamos avançar.

O Dr. Mozart falou sobre o álcool de mandioca, é uma possibilidade, é um potencial efetivo. Agora, acha V.Sa. que é possível fazer isso sem um apoio decisivo governamental, sem uma política específica para apoiar o desenvolvimento agrícola com crédito fácil e não burocratizado, porque eu senti aqui Dr. Luiz Sérgio que mostrou há várias, eu diria, dificuldades que o agricultor está enfrentando no nordeste e para obter o próprio crédito, porque o Banco do Nordeste, ele quer salvaguardar os seus interesses do crédito fornecido, então ele não vai financiar, não vai fazer o empréstimo se não tiver a certeza do retorno. Ele faz uma avaliação do projeto. Então, se tem semente não se está na zona, na área zoneada pelo Ministério da Agricultura, quer dizer, só temos dificuldades. E Dr. Luiz Sérgio sabe disso, das grandes dificuldades, seja com a própria área governamental. Então a mandioca é o potencial, mas o potencial falando é fácil, agora vamos executar. Temos grandes empresas nacionais com interesse de desenvolver o projeto de álcool a partir da mandioca, mas precisa ter uma política governamental para o setor.

Eu desconheço que haja. Ou por parte do Ministério de Agricultura, do Ministério de Minas e Energia ou de parte da Petrobras. Então, se houver eu gostaria que alguns dos senhores pudessem dar essa visão para nós. Com relação ao biodiesel, então a situação é pior, porque se criou uma expectativa enorme que o biodiesel era a redenção do nordeste, isso foi criado pelo próprio Presidente Lula. O Presidente do Banco do Nordeste esteve aqui, talvez um ano, ou 2 anos atrás e eu perguntei a ele sobre o Banco do Nordeste financiar usinas de biodiesel a partir da mamona. Ele disse que não há essa tecnologia, nem o Banco do Nordeste estaria financiando. Eu pediria até que o Dr. Luiz Sérgio pudesse confirmar, Dr. Schmitt diz, mas o Dr. Schmitt, o Presidente do Brasil foi que disse que o Banco do Nordeste, não, nós não financiamos. Nós não financiamos, porque não temos ainda a rota tecnológica clara, definida, não sabemos.

Vamos fazer usina piloto a partir da mamona, a partir da mamona, estou falando da mamona. As usinas que estão implantadas na Bahia, é uma só em Iraquara, tem uma em Simões Filho, outra em Candeias que a Petrobras vai instalar. Aí veio alguém aqui do Ministério da Agricultura e disse: Já estamos, já estamos elevando o preço de mercado da mamona e V.Sa. disse isso também, pelo potencial futuro do uso da mamona, mas está usando a mamona? Não, qual é a base então agrícola? É a soja. Então, não há ainda o desenvolvimento dessa tecnologia, as usinas que

estão se implantando pelo o que eu sei, pelo menos na Bahia, a situação da Bahia, estão trabalhando com soja, não está se comprando mamona nenhuma. Essa é uma outra pergunta, há ou não há essa tecnologia? Há ou não há viabilidade econômico financeira para a transformação da mamona em biodiesel? Porque quando se fala em pinhão manso, eu até disse aqui, eu não conheço pinhão manso, eu sou homem do campo, eu sou do interior da Bahia, eu não sou da capital, mas não conheço pinhão manso. Conhece, Presidente? Nós não conhecemos pinhão manso, eu gostaria de ser apresentado a uma fruta do pinhão manso. É virtual. Mas é o que eu estou colocando aqui quando eu pedi essa Audiência Pública foi para discutir, porque falar é fácil, fazer é muito mais difícil.

Então, elaborar programas, mostrar números e trazer uma palestra pronta é uma coisa que se faz com assessoria, é fácil fazer no escritório, não estou com isso desmerecendo a palestra dos senhores, longe disso. Eu estou dizendo que é fácil, agora vamos para o campo executar. Então, a partir daí, por exemplo, eu conversando com os interessados baianos na área do biodiesel, veja quantos pontos críticos eles apontaram aqui e a Bahia tem, como volto a repetir, 570 mil quilômetros quadrados, do tamanho da França. Representa 30% da área do nordeste brasileiro e tem o maior semi-árido do nordeste brasileiro. Nós temos, de 570 mil quilômetros, 360 mil no semi-árido, mas mesmo assim ainda sobram 200 mil quilômetros quadrados para que, para o plantio de tantas oleaginosas e da própria cana-de-açúcar. Pois bem, eu vou listar aqui para os senhores dificuldades. Existem ações de alguns ministérios sendo realizados diretamente com algumas prefeituras sem articulação com a coordenação do programa na Bahia, gerando dispersão de esforços e ações duplicadas. Pequena participação de recursos federais para apoiar a estruturação da cadeia de produção de biodiesel. Do total de investimento de 2003 a 2006, apenas 2 milhões de reais, é federal. Grande atraso na liberação de recursos já acordados com alguns ministérios prejudicando o cronograma dos projetos. Não há um programa da produção de sementes melhoradas para atender a demanda do nordeste. Sem isso é fundamental. É levar o agricultor ao desastre.

Se não temos semente melhorada vamos induzir o pequeno agricultor, médio ou grande, qualquer um, o grande não que ele se defende, ele vai atrás da semente dele, mas e o pequeno e o médio? Utilização, por parte dos produtores, de sementes impróprias para o plantio, ou de baixo rendimento, baixa qualidade, alta susceptibilidade as doenças e pragas. Reduzida oferta de crédito ao produtor agrícola, agravada pelo fato dos pequenos produtores rurais da Bahia encontram-

se, em suas maioria, inadimplentes com o PRONAF. O PRONAF biodiesel, divulgado pelo MDA, ainda está inoperante na maioria dos Estados. Ausência de um projeto mais consistente de integração da agricultura familiar com a cadeia de biodiesel, financiamento, contratualização, preços mínimos de garantia, capacitação, reestruturação de cooperativas e associações. Veja como é grande esse trabalho. Poucos recursos disponibilizados a fazer frente ao desafio de construir uma cadeia agro-industrial integrada e sustentável. Porque é uma cadeia, começa no setor agrícola e vai para setor industrial e depois tem a comercialização, foi colocado o problema aqui de mercado para receptionar se aumentarmos o volume de biodiesel, mas isso depende do governo, ele pode atuar no sentido de muito bem chegar rapidamente ao B 5, B 10 e assim por diante.

Uma proposta da criação de uma rede brasileira de tecnologia de biodiesel que seria um grupo a mais relevante de apoio aos programas estaduais existentes de biodiesel. Seria um grupo de vital importância para a manutenção e alavancagem de todos os programas, que até alguns Estados, e a Bahia mesmo, vem fazendo algum esforço, pelo menos eu posso dizer a nível até do ano passado, do governo passado, que eu tinha relações mais estreitas, agora menos, mas o governo vinha desenvolvendo uma tentativa de aproveitar, de oportunizar o biodiesel. Colocarei ainda, como eles me colocaram aqui: Hoje está muito claro para todos o que o programa nacional de produção e uso de biodiesel vai encontrar bastante dificuldade na sua efetiva implementação a curto e médio prazo, em função do fato de muitos dos programas, na verdade são um grande amontoado de projetos, muitos em duplicidade com pouca ou nenhuma complementaridade que é requerida em um trabalho de rede. Os projetos, na sua imensa maioria, são muito incipientes para o salto que o governo pretende dar. O que não invalida, entretanto, as necessidades que seja dada continuidade a política de descentralização de recursos através de repasse. Então são algumas observações que se os senhores pudessem comentar eu ficaria bastante satisfeito e acharia que estamos avançando nesse debate aqui nesse momento. Então fica a questão do uso da mamona porque, pelo que eu sei, está sendo utilizado soja, a questão da estrutura dessa cadeia produtiva agro-industrial, a questão do financiamento e há uma questão também legal, porque a visão é de que o arcabouço legal, através da lei 11116 de 2005 que instituiu incentivos e alíquotas reduzidas para a contribuição do PIS/PASEP e a contribuição social, o COFINS, em função da matéria-prima utilizada, não é suficiente. Esse programa ainda está com o apoio fiscal

governamental insuficiente. Seria preciso ampliar com a redução de outros impostos, inclusive também articulando com os Estados para que o ICMS pudesse ser diferenciado com relação à questão do biodiesel, porque senão o programa não vai avançar. Eu apresentei aqui no Congresso Nacional, no Senado, dois projetos de lei. Ambos tramitam muito lentamente, temos que reconhecer que a tramitação é lenta aqui nas Casas, entretanto, não tem nenhuma vontade governamental também, nem na base do governo de apoiar esses projetos. Eu tenho um projeto que é o PLS 121/06 que propõe antecipar o prazo para a edição do percentual mínimo obrigatório de biodiesel ao óleo diesel, já comentado aqui e o PLS 1807 que propõe a abertura de linhas de crédito para produção de biodiesel e que estão tramitando aqui. Eu pergunto qual a avaliação de V.Sas. com relação a esses projetos? Porque a gente faz o projeto aqui, o parlamentar, muitas vezes o governo, quando tem interesse edita uma Medida Provisória e acabou-se.

E vale como lei no dia seguinte. Então não tem problema a autoria em si, o importante é que a medida saia para beneficiar a população e a região, então eu me daria extremamente satisfeito se os senhores pudessem articular com os seus ministros, com seus superiores hierárquicos para que sensibilizasse o governo da possibilidade de editar medidas provisórias ou mandar para o Congresso como Projeto de Lei que chega com outra força de que uma iniciativa parlamentar. É lamentável essa constatação da hipertrofia do Executivo, mas o Executivo tem esses instrumentos que nós não temos. Nós não achamos democrático, protestamos, mas o governo sempre usa, só protesta quando está na oposição, quando vem ao governo acha que é fundamental para governar, isso eu não estou destacando aqui, é qualquer um, na oposição critica, quando chega no governo usa desses instrumentos, lamentavelmente. Então, Sr. Presidente, mais uma vez, eu quero parabenizar a V.Exa. e reafirmar essa minha preocupação de que, primeiro lugar, no etanol, nordeste está muito pouco contemplado, muito pouco contemplado.

Ou governo cria uma política direcionada, específica para o nordeste ou nós vamos ficar marginal nesse processo que o Brasil vai experimentar de novo desenvolvimento em cima da produção do álcool, do etanol. Em segundo lugar com biodiesel é muito mais o programa virtual até agora do que uma realidade. É muito mais virtual de que uma realidade. Eu acho isso perverso com a população sofrida do nordeste brasileiro que está endividada, sabe aqui o representante que os produtores rurais estão endividados, dívida essa que foi securitizada e que hoje está sendo exigida pelo

tesouro nacional e os produtores estão sendo executados. A crise é generalizada, que a nossa agricultura não é de alta tecnologia, lamentavelmente ela é baseada em quê? Em pecuária, agricultura de subsistência, na minha terra tem um cacau que eu sou produtor que nunca passou uma crise tão grande que sequer mais considerado na base dos produtos agrícolas brasileiros, quase que é desprezado o cacau. Então, sobre isso o governo passa ao largo. Vamos ao discurso, vamos aos projetos virtuais, mas na prática lamentavelmente não existe. Então, eu parabeno V.Exa., porque convocou rapidamente essa reunião que serve para o debate e serve para alertar a população brasileira que nos ouve sobre esses problemas, em especial a população do nordeste. Muito obrigado, Sr. Presidente, e se cada um puder comentar a respeito eu fico agradecido.

SR. PRESIDENTE SENADOR JOÃO TENÓRIO (PSDB-AL): Muito obrigado Senador César Borges e parabéns pela sua objetividade e conhecimento profundo das coisas do nordeste, região que tanto defende e ama e antes de passar aqui para o pessoal eu gostaria só de fazer um comentário em cima disso que V.Exa. colocou, sobretudo no que diz respeito o etanol no nordeste. O governo, os governos e, particularmente, o governo atual, ele tem tido uma postura um tanto quanto difícil de ser entendida no que diz respeito a esses apoios setoriais e regionais. Senão, vejamos: Eu fiz um pronunciamento a semana passada sobre o subsídio da equalização de cana do nordeste que é um tema abominado e o governo olha com isso com olhares, assim, de rejeição absoluta. Fizemos um levantamento, Senador, do seguinte: A região da zona franca de Manaus, que é uma coisa importantíssima para a região nossa, sobretudo para o Estado do Amazonas, é uma coisa que é fundamental para dispersão do desenvolvimento nacional, e, sem dúvida nenhuma, que é aquelas indústrias que ali se encontram evidentemente subsidiadas, é a grande verdade, com renúncias fiscais importantes, a renúncia fiscal da zona franca de Manaus, por ano, é da ordem de grandeza de 12,5 bilhões de reais. Isso assegura a existência de 100 mil empregos na região.

É importantíssimo, ninguém pode deixar de dizer que é, porque trata-se de criar um novo pólo, um novo núcleo de desenvolvimento do país. Os produtos, a indústria de bens de consumo e bens de capital, a indústria automotiva com inserção da indústria da Bahia, ela é total e integralmente situada nos chamados sul maravilha, na região Centro-sul do país e essa indústria é absolutamente protegida, se V.Exa. quiser importar um carro, você tem que pagar 35% do imposto de importação e mais as dificuldades aduaneiras que nós conhecemos. Então isso é um fato, mas

isso o governo faz com... e é bom que seja, porque o Brasil precisa de uma indústria de bem de capital. O Brasil precisa de uma indústria de bem de consumo, precisa de uma indústria automotiva e essa indústria, está provado que não pode competir com a indústria lá de fora, tanto não pode o que governo concorda claramente, sem nenhum constrangimento de conferir uma proteção a esse tipo de atividade. Muito bem, mais uma vez, zona franca de Manaus, 12 bilhões e meio para viabilizar uma atividade que é importante para a região e também, evidentemente, importante para o país pela descentralização do processo de desenvolvimento.

Quando chega no Nordeste a coisa é diferente. Só para se ter idéia, a renúncia fiscal de todo o nordeste federal, eu estou falando de impostos federais, são 6 bilhões de reais contra 12,5 bilhões só na zona franca de Manaus. Então isto mostra uma maneira estranha do governo olhar as coisas do Nordeste como V.Exa. bem o disse. O subsídio da equalização de cana no nordeste, que viabilizariam atividade para o nordeste tão importante ou mais importante do que a zona franca para Amazonas e do que a indústria de bem de capital e bem de consumo para São Paulo e Estados semelhantes, para o nordeste é muito mais importante a manutenção e o desenvolvimento dessa atividade, porque essa atividade emprega, hoje, no nordeste 350 mil pessoas contra 100 mil pessoas na zona franca de Manaus. Muito bem, isso custaria ao Governo Federal 250 milhões de reais por ano, contra uma renúncia fiscal de 12,5 bilhões de reais da zona franca de Manaus, contra uma proteção que deve ser centenas de bilhões de reais a indústria situada em outras regiões mais ricas do país para viabilizá-la e não expô-la a uma competição internacional que elas não suportariam, essa que é a grande verdade, mas quando vai para o nordeste aí existe um foco de, eu diria, um certo preconceito com essas coisas da região. Então isso que V.Exa. traz aqui no momento, eu estou dando apenas um exemplo do caso do, da produção de cana, do etanol, uma coisa que talvez eu conheça um pouco mais, mas claramente vai acontecer também no que diz respeito ao biodiesel.

Não há condição de se imaginar o semi-árido nordestino ter que produzir e competir com as terras da região do Triângulo Mineiro, por exemplo, para produzir grãos, não há a menor possibilidade e outra coisa, é importante para o Nordeste, seria a salvação para o Nordeste aquela, se nós incorporássemos a região do semi-árido como região de produção e a mamona é caro, o governo tem que botar na cabeça o seguinte: É a produção de biocombustível e, em particular de biodiesel, é uma coisa que tem outros ingredientes

que não econômicos, propriamente dito. Você tem um ingrediente cobrado do biocombustível o seguinte: Eu quero que você resolva ou pelo menos contribua para resolver os problemas ecológicos do mundo. Aquecimento global e tudo isso. Eu quero que você empregue, porque é preciso que empregue, o petróleo nós sabemos que emprega muito pouco, então vamos para o biodiesel. É preciso que vocês empreguem. Agora se vire para competir com o petróleo, se vire para competir com o petróleo e mais, nordeste tem todas as dificuldades reconhecidas, o Dr. Zé Nilton colocou aqui as diferenças fundamentais regionais que existem entre as nossas região e as outras regiões do país, mas chega para nós e diz o seguinte: Olha, quer produzir? Tudo bem, produzam e vão competir com as melhores regiões do país, assim como ele não concorda, ele não concorda que a indústria de bem de capital, repito, de bem de consumo situada quase toda integralmente no eixo Rio-São Paulo, Minas Gerais tenha a competição com a indústria internacional. Da mesma maneira que aquela indústria não pode suportar essa competição, e nós do nordeste não podemos em agricultura e não é só em cana e biodiesel não, é em qualquer tipo de agricultura, nós não temos a menor condição de competir com Ribeirão Preto, com o Triângulo Mineiro, são coisas absolutamente diferente só que no Nordeste moram nordestinos que precisam viver, que precisam sobreviver. Então a inexistência dessa política que V.Exa. se refere a ela é um desastre para a região nordeste, porque ele deixa de usar aquilo pouco que poderia transformar em alternativas econômicas e oportunidades econômicas. Então eu passo a palavra aos senhores debatedores, mas antes gostaria de fazer o registro dessa posição que eu acho que é constrangedora para o nordeste, para a região nordeste. Nós vivemos no Nordeste uma situação de constrangimento, porque entendemos que tudo que vai para o Nordeste é entendido como uma migalha, como uma concessão enquanto que nas outras regiões não, na outra região é proteção com o objetivo de viabilizar desenvolvimento e atividades econômicas. À vontade aí pelos temas que foram colocados.

SR. RICARDO DE GUSMÃO DORNELLES: Acho que eu vou começar, acho que eu não consigo terminar. Bom, eu queria primeiro fazer o esclarecimento que a convocação que nos foi feita foi para o tema biodiesel. A convocação que foi encaminhada ao Ministério era para debater o tema de biodiesel, portanto a minha apresentação aqui se prendeu ao tema do biodiesel apenas. Mas eu, por acaso, no Ministério, respondo pelo departamento de combustíveis renováveis, portanto a parte de álcool, biodiesel está sob a minha área no Ministério eu não me furto a tentar esclarecer e deba-

ter sobre esse assunto com esta Casa. Com relação ao tratamento diferenciado para o nordeste, quando se criou o programa de biodiesel a gente tinha um exemplo que foi o programa do álcool. O grande problema do programa do álcool, do ponto de vista de permitir uma maior descentralização de renda e evitar a monocultura foi que o subsídio que foi concedido durante décadas foi um subsídio exclusivamente concedido ao litro produzido independente de qualquer coisa, então você tinha...

SR. PRESIDENTE SENADOR JOÃO TENÓRIO (PSDB-AL): A cana? A cana é produto [ininteligível]. Não, o subsídio é agrícola, não é industrial.

SR. RICARDO DE GUSMÃO DORNELLES: Não. Senador, Senador o senhor me permita discordar, só posso discordar aqui nessa Casa.

SR. PRESIDENTE SENADOR JOÃO TENÓRIO (PSDB-AL): Eu só queria explicar o seguinte. Ele é, digamos assim, é captado no produto no álcool ou no açúcar, concordo com você. Agora ele, digamos assim, ele drena completamente para a produção agrícola, entendeu? Ele é devido à diferença de produtividade que existe entre a cana do nordeste e a cana do Centro-sul.

SR. RICARDO DE GUSMÃO DORNELLES: Senador nos idos, nos idos da conta petróleo, não é? Que era a fonte que subsidiava esse recurso, está o ditame legal que o subsídio era o álcool. E se reconhecia, não formalmente, dois tipos de subsídios. Que eram denominados subsídio de equalização e subsídio de competitividade. Muito embora isso, em todos os ditames legais nunca houve essa diferenciação per si. Mas a lei de 64 que criou a ABEPEC(F) que tinha essa diferenciação, mas independente disso, o problema é que você teve um grande subsídio, o subsídio de competitividade para o que álcool fosse mais barato que a gasolina que ela dá 2 litros de álcool, independente da sua origem, independente da sua formação e aí essa, isso gerou uma distorção em quem se apropriou desse subsídio. Deste exemplo, ao se fazer o programa de biodiesel se criou um mecanismo inusitado, único e moderno que foi reconhecer na lei a possibilidade de se criar uma desoneração tributária diferenciada em função da região de produção, do tipo do agricultor e da matéria-prima. Esse modelo é único, foi criado e aprovado nesta Casa, desta forma, que chega a uma desoneração tributária do âmbito federal sob o produto de 100%. De 100% de todo o biodiesel. Todo o biodiesel produzido.

SR. PRESIDENTE SENADOR JOÃO TENÓRIO (PSDB-AL): Não. Eu digo o seguinte: É sobre aqueles três impostos que deve dar 9%.

SR. RICARDO DE GUSMÃO DORNELLES: É PIS e COFINS. CID, PIS e COFINS

SR. PRESIDENTE SENADOR JOÃO TENÓRIO (PSDB-AL): E mais ou menos equivale a 9% do preço final.

SR. RICARDO DE GUSMÃO DORNELLES: Equivale, aí vai depender um pouco do preço, falar em preço a gente ainda está num processo ainda de descobrir o real preço desse biocombustível que é uma coisa que está nascendo agora. O preço do leilão foi da ordem de 1.8, 1.75, o preço médio do leilão sem tributos, só com PIS e COFINS inseridos. Nós estamos falando numa desoneração de 22 centavos, portanto dá mais do que 10% de desconto do tributo. Então você chega a uma desoneração de 100% dos tributos federais sobre o biodiesel produzido na região norte e nordeste do semi-árido usando uma determinada matéria-prima. O porquê da matéria-prima?

Exatamente para que a matéria-prima que melhor benefício pudesse dar a sociedade, em especial, os pequenos agricultores tivessem o maior benefício. No caso a mamona na região do Nordeste, porque era a matéria-prima de maior conhecimento agrônomo, passível para a sua utilização e a palma no nordeste que a coleta dela é toda manual, é uma árvore, é um arbusto, precisa de uma coleta toda manual. É possível se ampliar isso? É possível. Muitos se perguntam: Porque não o pinhão manso? Porque os órgãos de agricultura, os órgãos técnicos agrônômicos ainda não arrecadam o que pinhão manso tenha uma aptidão com uma produção de larga escala. Em se comprovando isso, como ele também deve ser uma matéria-prima de grande utilização de mão-de-obra o dispositivo legal já o permite, passa por um decreto o Poder Executivo incluir essa matéria-prima como beneficiária da produção.

Então, Senador, eu concordo com várias coisas que o senhor coloca. Agora, a gente não pode tapar também algumas realidades. O programa do biodiesel tem sim um incentivo claro, específico para as regiões menos desenvolvidas, a região norte e nordeste, existe uma parcela eu acho que o senhor não pôde, V.Exa. não pôde estar presente aqui quando eu apresentei. Existe uma parcela de desoneração para a região norte e nordeste que não depende da agricultura familiar, quer dizer, se for o agronegócio ou industrial, ele também tem direito a uma desoneração menor de 32, 38% dos tributos federais. Com relação ao ICMS, desde que começamos a conversar com esse programa do biodiesel eu pessoalmente estive nas reuniões do CONFAZ, do COPEP, do GT5, do CONFAZ é o grupo de biocombustíveis, talvez umas 10 vezes e lá no CONFAZ o senhor conhece a sistemática ao cons-

censo dos Estados há uma enorme dificuldade de se conseguir um consenso de todos os Estados. Na região nordeste o problema do ICMS do biodiesel não é tão problemático, porque o ICMS do diesel no nordeste é 17% e o ICMS do biodiesel é 18%, porque é a alíquota normal. Então isso é para a região Centro-sul, onde a alíquota do diesel é em média 12%, os Estados do sul estão tributando o biodiesel em 18%, ou seja, mais que o tributo do derivado de petróleo.

Mas eu acho que já tem, se não me engano, 6 meses que o CONFAZ chegou a um consenso, uma resolução onde os Estados fariam, tomariam suas medidas específicas para equilibrar a base de cálculo do ICMS em 12%, só que isso depende, portanto, da ação individual de cada Estado. Se não me falha a memória, Rio Grande do Sul e Goiás só que o fizeram até o momento. Então já existe, portanto, um meio caminho andado dentro do CONFAZ que agora falta com que os Estados efetivamente apliquem uma resolução própria interna no âmbito estadual para reduzir um pouco a carga tributária do ICMS no biodiesel. Com relação a tecnologia, dentro do programa de biodiesel existe uma série, foi até criticado, uma série de caixinhas de subgrupos exatamente para que não houvesse superposições de atividades, é um programa muito transversal, então a parte de tecnologia, obviamente, ficou a cargo do Ministério de ciência tecnologia fazer a coordenação de todas as atividades. O Ministério de Ciência e Tecnologia organizou uma rede de tecnologia de biodiesel onde, no caso do nordeste a ADENE é a entidade nordeste que coordena todas essas ações...

SR. PRESIDENTE SENADOR JOÃO TENÓRIO (PSDB-AL): ADENE é virtual

SR. RICARDO DE GUSMÃO DORNELLES: Assim como a rede também é virtual segundo as mais modernas técnicas de pesquisa, a formação em rede. [Risos]. A autarquia não, eu estou dizendo a rede. Existe um sem número de pesquisa sendo feitas, existem os convênios do MCT com a quase totalidade dos Estados onde projeto de interesse dos Estados agrupados dentro da rede, evitando exatamente a duplicidade de pesquisas, a gente tinha Estados como o Ceará, eu vou citar exemplo não necessariamente a verdade, mas Ceará e Paraíba implicaram pedidos de projeto para estudar melhor as tecnologias para tirar a toxina da mamona. Certamente o Ministério da Ciência e Tecnologia na coordenação para evitar a duplicação e dispêndio de recursos públicos, no caso de fomento a pesquisa, negociou com os Estados, negociou com os agentes para dividir isso e não haver duplicidade. Então é certo que existem muitas coisas a serem melhoradas, a questão de crédito, ela precisa ser melhorada,

há uma dificuldade disso, o governo vem trabalhando muito com o B N B, com o Banco do Brasil no sentido de melhorar as condições de crédito, a questão do PRONAF, foi dividido o PRONAF biodiesel em dois de tal forma que o agricultor, ao pegar o crédito do biodiesel, não utilize o limite de crédito dele para os outros, enfim, para as suas outras necessidades, quer dizer, é um limite de crédito diferenciado, são melhorias que nós estamos trabalhando. Certamente tem muita coisa a fazer. Eu acho que a maior dificuldade, o maior desafio deste programa reside na estruturação das cadeias, dar condições que as cadeias se torne cadeias competitivas, ou cadeias efetivamente competitivas. No caso do Nordeste o governo está dando um incentivo de uma desoneração plena que reflete em 22 centavos por litro produzido, de biodiesel produzido, desde que se cumpra com alguns requisitos.

Requisitos esses que visam focar a participação da agricultura familiar que tenham foco em matérias-primas de maior utilização. Quanto a afirmação que o senhor coloca de que o biodiesel, a mamona não está sendo utilizada para biodiesel, isso tem sido feito uma, tem sido colocado em diversos fóruns, a maior, a empresa que está na Bahia, que está no Ceará que é a Brasil Ecodiesel não chega ao governo, não chega ao MDA e eu tenho contato permanente com MDA e tocamos nesse assunto ainda esta semana, não há, no âmbito no MDA, nenhum registro de queixa de descumprimento dos contratos de compra de matéria-prima pelas empresas que obtiveram o selo combustível social. Portanto, ela obteve um selo que foi validado por um órgão do governo, com as entidades sindicais que firmaram os contratos e neste ano não há registro de queixa de não cumprimento dos contratos firmados para a obtenção do selo. Há, de fato, uma utilização de soja bastante significativa ainda nesse mercado, até porque, a soja é o óleo que tem maior disponibilidade no mercado. Agora a empresa está comprando a mamona, segundo informação que nós temos ela já utilizou um pouco de mamona para a produção de biodiesel, certamente ela está comprando, está estocando essa mamona e irá usá-la em algum momento por que ela não vai ficar com essa mamona parada esse tempo todo.

E mesmo que ela destine este óleo ao mercado de óleo, que hoje está pagando mais, só que se ela destinar toda a mamona que ela se comprometeu a comprar ao mercado de óleo, ela não vai conseguir o preço de óleo que o mercado está dando hoje. O mercado de óleo de mamona é um mercado muito pequenininho, muito pequenininho. Eu não tenho aqui o número de cabeça, mas a produção da Brasil Ecodiesel eu acho que supera em 10 vezes o mercado

internacional de óleo de mamona. Então quer dizer, se ela for jogar isso tudo no mercado internacional o preço certamente afundará e ela perderá qualquer benefício de estar querendo usufruir de um preço mais caro. Agora não há... queria ressaltar isso, que não há desvio do incentivo tributário que o incentivo tributário é concedido na medida em que a empresa vende o biodiesel. O benefício está sobre a contribuição do PIS/COFINS, portanto ela é objetivo da operação do resultado da comercialização. Então se ela não vender o biodiesel, se ela não utilizar a mamona para a produção do biodiesel ela não terá direito a usufruir do benefício tributário, ainda que tenha cumprido com todos os requisitos dos contratos que deram a ela direito de ter o selo combustível social.

Então, basicamente, eu acho que são esses esclarecimentos e, com relação ao álcool, de fato o Brasil, quer dizer, o mundo tem, o mundo está nesse movimento monstruoso por conta do álcool, atropelando diversas coisas e, no Brasil, o governo montou um grupo informal, não há portaria de designação desse grupo, envolvendo diversos ministérios, exatamente para traçar, observar, traçar estratégias, orientar uma atuação integrada das diversas áreas do governo com relação ao álcool. Está-se discutindo estratégias, se discutindo políticas aonde nós queremos ir, como nós queremos ir. Já está começando a fazer novos zoneamentos agrícolas para cana, se não me engano, agora na região nordeste foi nó no Maranhão?

Eu acho que no momento foi feito o zoneamento agrícola da cana no Estado do Maranhão, e este zoneamento agrícola da cana é condição *cinequanon* para que se possa caminhar, com segurança, na expansão de novas fronteiras agrícolas, para evitar que você tenha uma produção em regiões que não serão propícias e não terão, portanto, competitividade, e terá algum problema operacional nessas empresas. Então não está formatado isso, mas eu queria lhe dizer que, dentro do governo, existe um grupo de técnicos que tem se reunido com alguma frequência, com uma periodicidade de duas a três vezes por mês, para olhar esse assunto, discutir esse assunto, para fazer frente a essa demanda, a essa necessidade o que setor sucro-alcóoleiro está vivendo aqui no país.

SR. JOSÉ NILTON DE SOUZA VIEIRA: Srs. Senadores, eu gostaria de acrescentar alguns pontos colocados pelo Ricardo Dornelles que já cobriu significativamente a demanda, mas... e gostaria de iniciar com a constatação, enquanto cidadão, antes de falar como técnico de governo. E enquanto cidadão, vejo que um dos grandes problemas que temos no nordeste, não apenas o nordeste, mas de promover o desenvolvimento regional está associado à estrutura

perversa que se transformou a nossa carga, o nosso modelo tributário, o nosso modelo de arrecadação. E aí corroborando com que o senhor falou, mais grave do que o que o nordeste ter renúncias fiscais significativamente menores que as zona franca de Manaus é termos uma estrutura tributária baseada na cobrança de impostos sobre a produção e o consumidor nordestino ter que transferir renda para os Estados produtores do Centro-sul.

Esse é um problema extremamente delicado e esperamos contar com o apoio do Senado, da Câmara, para evoluir para ter uma carga tributária mais justa que facilitará significativamente o trabalho do Executivo em direcionar políticas em criar instrumentos de políticas e dentro desses instrumentos, a questão do zoneamento agrícola da cana-de-açúcar, o problema técnico operacional é que antes de se fazer o zoneamento de qualquer matéria-prima, de qualquer produto agrícola, primeiro é preciso que se faça um estudo básico para saber como é que essa matéria-prima se comporta a partir das suas diferentes variedades e em diferentes ambientes de produção. Esse estudo básico para a cana-de-açúcar está sendo concluído agora, provavelmente nos próximos 2 ou 3 meses, e que dará subsídio para o zoneamento agrícola como o zoneamento de risco climático.

Entretanto, a gente já conhece pelas potencialidades da cana-de-açúcar, já tem um mapeamento básico das áreas com maior aptidão, e dentre das áreas com maior aptidão, eu tenho um estudo coordenado pelo Centro de Estudos de gestão estratégica que está exatamente focando as regiões não tradicionais no cultivo da cana-de-açúcar que possam abrigar projetos de investimento. E uma ênfase tem sido dada ao chamado meio norte que pega o Tocantins, Piauí, Maranhão e oeste da Bahia pela perspectiva de facilidade de escoamento de álcool para o mercado externo, seja pela ferrovia Norte Sul e, quem sabe, futuramente já há até planos de termos um álcoolduto paralelo a essa ferrovia caso haja volume de produção suficiente para acomodar essa estratégia, essa alternativa de escoamento.

E isso aí, automaticamente nos remete para a preocupação do Senador João Tenório que é a questão das áreas de produção tradicionais de cada de açúcar na região Nordeste, onde sabemos que em algumas dessas áreas, especialmente aquelas de topografia pouco favorável há problemas técnicos e que consequentemente em se fazendo um zoneamento de risco climático e também que considera aspectos técnicos do manejo adequado da atividade, essas áreas poderão sofrer restrições sendo classificadas como áreas não recomendadas, ou áreas de baixa aptidão. E aí temos

aquele problema que recaiu sobre o governo, inclusive fomos criticados por órgãos de imprensa e também pela sociedade, da forma como foi operacionalizado o programa de equalizações no passado, em que se calculou um preço médio, um custo médio de produção da cana-de-açúcar no Nordeste vis-à-vis em São Paulo. E ignorou-se as situações ou os desequilíbrios entre áreas de topografia plana, área com solos favoráveis e áreas com topografia e solos pouco favoráveis. Então, aquele modelo que deveria ser um modelo de redistribuição inter regional de renda acabou se transformando o modelo de concentração intra regional no Nordeste, na medida que as propriedades com maior aptidão para o cultivo e com maior produtividade agrícola e menores custos passaram a receber uma fatia maior do benefício, já que ele era calculado sobre o volume produzido.

E ao pensar a necessidade de rever essa questão a gente está trabalhando dentro da perspectiva do que é equalização de preços ou equalização de custos, tal como conceitos agrícola, e que isso é regulamentado desde 1966, se não me falha a memória, pelo decreto de lei 79 e que consta também da lei agrícola, Lei 8471, que é exatamente como é que vamos tratar das desigualdades regionais respeitando um ambiente de livre mercado que é o que o torneio baliza a economia brasileira, e a idéia básica é essa, de que devemos primeiro ter o zoneamento agrícola...

SR. PRESIDENTE SENADOR JOÃO TENÓRIO (PSDB-AL): Queria discordar por que eu sei e conheço que exclusivamente a Lei de mercado rege a economia brasileira. Nós demos um exemplo aqui de proteções e importante, nós defendemos essa proteção como é o caso da renúncia fiscal, da zona franca de Manaus, sem a qual ela não existiria. A proteção da indústria, repito, de bem de capital e bem de consumo situada lá no Centro-sul é importante para o Brasil que ele existe, então sem a qual ela não existiria. Então, não é só a Lei de mercado que está regendo as tendências do desenvolvimento do país. Existem outros fatores que são fatores que aí sim dependem do governo, clima não depende do governo, topografia não depende do governo, qualidade de solo nem tão pouco depende do Governo. Mas existem estes outros fatores que o governo pode manipular ele para espalhar mais esse desenvolvimento pelo país todo, quer dizer, é isso que eu queria...

SR. JOSÉ NILTON DE SOUZA VIEIRA: Então, eu até chegaria lá, Senador, a questão é essa, como é que a gente, uma vez que analisemos como é que a coisa está no ambiente de livre mercado, aí vem os desdobramentos. Qual a necessidade de incentivos complementares e que meios complementares de ação

o governo teria para tentar minimizar esses efeitos da menor competitividade de uma ou de outra região? E o ponto principal é esse, é que ainda não conhecemos tecnicamente, não temos conhecimento técnico suficiente, para dizer qual é a melhor alternativa. E aí um exemplo de que normalmente costumamos ouvir é de que o produtor nordestino, o agricultor da zona da mata nordestina planta cana-de-açúcar porque é atividade que secularmente, economicamente viável.

Entretanto, podemos até dizer que seja a melhor alternativa para 15, 16 mil agricultores que, ou pouco mais que isso, na zona da mata, mas possivelmente vamos encontrar alguns estabelecimentos rurais com baixa aptidão para a cana-de-açúcar e poderemos encontrar outras alternativas, que não a cana-de-açúcar, mais apropriadas para eles e é nesse aspecto que a gente entende que temos que focar os estudos, aprofundar o conhecimento às características micro regionais e buscar as melhores alternativas agrônômicas, agrícolas, para cada estabelecimento, e conseqüentemente naquelas em que a cana-de-açúcar realmente se confirmar como a melhor temos uma política diferenciada. Agora temos uma política diferenciada respeitando também as desigualdades locais.

SR. LUIS SÉRGIO FARIAS MACHADO: Em relação às questões relacionadas ao banco, no primeiro momento eu queria destacar que o Projeto de Lei do Senador César Borges, 18/2007, que prevê questão de linhas de créditos, nós não temos ainda conhecimento, mas destacando que tudo aquilo que vem ao encontro de novas linhas de crédito, de forma diferenciada para região nordeste, tudo que aqui foi apresentado vai ter o apoio do banco. Agora, eu gostaria só de prestar algumas informações sobre a negativa, o Senador sobre a declaração do nosso Presidente, Dr. Roberto Schmitt, há 2 anos atrás.

Há 2 anos atrás o programa de biocombustível, pelo menos para o banco Nordeste e eu acho que para a maioria das pessoas, nós tínhamos muito mais indagações do que certezas. E boa parte dessas indagações elas foram sendo construídas ao longo dos últimos 2 anos e que foram mais ou menos esclarecidas. E o Banco do Nordeste como responsável pela gestão e o zelo do recurso público ele não poderia, naquele momento, já de antemão, já que existia algumas questões para serem solucionadas, adotar um projeto de financiamento no qual comprometeria mais ainda o endividamento dos produtores e isso não é o nosso objetivo, o nosso objetivo é que esse financiamento, de fato, ele reverta para o desenvolvimento na nossa região. Mas algumas questões ao longo desses dois anos foram fundamentais para que o Banco do Nordeste começasse a se engajar. Uma delas é a própria

questão da ratificação da lei, mas o mais importante aqui que está com o nosso parceiro foi a entrada da Petrobras no mercado. Até então nós tínhamos dúvida se a Petrobras iria comprar essa produção e aí, a partir do momento que a Petrobras entrou no local, no mercado, isso nos deu a maior certeza, mas mesmo assim, Senador, nós estamos trabalhando com toda a parcimônia. Nos últimos 2 anos no ó banco não financiou nenhuma integradora, toda a integradora é capital privado o que pode nos direcionar, já que é capital privado, nos direcionar de uma certeza ou de uma possível certeza quanto a viabilidade. E somente a partir do ano passado, e vamos incentivar mais a partir desse ano a questão da produção, mas mesmo assim, nós tivemos o cuidado de direcionar, inicialmente, para a agricultura familiar e assim mesmo utilizando um consórcio. Porque aquelas questões que foram levantadas, não só pelo Banco do Nordeste, mas por todos os outros parceiros, a questão da semente básica, assistência técnica, etc., etc., hoje demonstra que a produtividade da mamona isolada, inclusive na região que o senhor conhece bem, Irecê, que já foi uma grande produtora, ela tem um nível que ainda não é um nível satisfatório. Então em função disso nós resolvemos trabalhar a questão da produção custeio agrícola com o PRONAF dado o nível de subsídio que o PRONAF tem e assim mesmo consorciado. Então nós estamos trabalhando fortemente com o PRONAF B, apenas para destacar, ilustrar o exemplo, o juros é apenas de 0,5% e ele tem direito de 25% no rebate no principal e, assim mesmo, trabalhando no consórcio com o feijão. E mesmo assim o banco só vai financiar se tiver tudo acertado com a integradora e que essa integradora venha a ter sanções econômico sociais, mas com toda a parcimônia que o projeto prevê. Agora nós acreditamos, sim, nesse programa e entendemos que um programa dessa magnitude com as diferenças que nós temos entre regiões se avoluma as dificuldades, mas que as dificuldades em grande parte estão sendo superadas.

SENADOR CÉSAR BORGES (PFL-BA): Se me permite faria uma pergunta. Você não acha o que Banco do Nordeste está se municiando de muitas precauções, garantias, um banco que é essencialmente de desenvolvimento para a região? O que termina inviabilizando o crédito de alguma forma, você cria tantas barreiras, tanta burocracia, tantas obrigações a serem cumpridas, tem que ser dessa forma que o agricultor, muitas vezes não tem condições de satisfazer as exigências.

SR. LUIS SÉRGIO FARIAS MACHADO: OK. Em relação ao crédito, hoje, eu diria que tem algo que a gente pode avançar, mas em relação, e aí eu acho que estamos falando mais do pequeno produtor o Banco tem avançado muito na desburocratização. Um grande

problema até então era a questão se esse produtor tem garantia oi não? Hoje o Banco está trabalhando no programa de biodiesel para a garantia pessoal. Em todo o PRONAF hoje é a garantia pessoal dele, nem avalista a gente tinha a necessidade, o que no valor até 10 mil a gente não exige aval, entre 10 e 20 mil é que a gente exige aval como toda essa parte de custeio para a agricultura familiar ela situa abaixo de 10 mil, a gente não está exigindo esse tipo de burocracia. A questão da integradora, Senador, não é uma exigência do Banco do Nordeste. É uma exigência do próprio programa, porque dentro do selo social, para que ela integre ou compre, ela tem que ter algumas exigências que essa integradora deve cumprir. Dentro dessas exigências ela tem que fornecer a semente básica, ela tem que prestar assistência técnica e tudo. Então é algo que sobressai o Banco e o Banco tem que cumprir e que é importante para proteger esse produtor para que ele, no futuro, não venha a ser inadimplente. Não, no momento o banco ainda não financiou nenhum integrador.

SR. MOZART SCHMITT DE QUEIROZ: Bom, Senador, eu vou tentar colaborar com alguns esclarecimentos complementares. Eu vou começar pela questão do álcool de mandioca e depois então a gente volta para o assunto que é o principal aqui. A questão de álcool de mandioca, a Petrobras, com a tecnologia do Instituto Nacional de tecnologia, instalou uma planta experimental em Curvelo, em 78, 79, era uma planta de 60 mil litros dia. Essa planta operou por uns 3 ou 4 anos e, na época também, surgiu uma outra planta de álcool de mandioca com uma capacidade maior em Sinope que também operou por algum tempo, era uma outra tecnologia. O que eu posso lhe assegurar é que tecnologia industrial de produção de álcool de amiláceos se tem disponível. O Brasil ainda tem plantas, se não me engano, em Imperatriz, no Maranhão, a Tobaza, a empresa Tobaza que produz álcool a partir de babaçu, da polpa do babaçu. A Petrobras está desenvolvendo no seu centro de pesquisa, tecnologia para a produção de álcool a partir da polpa da mamona, seria uma forma de valorizar mais aquela polpa, e como eu já falei, os Estados Unidos produzem a partir de milho, que em essência é muito parecido. Quanto e como industrialmente se pode resolver isso? Essa planta em Curvelo, Minas Gerais, os problemas industriais a Petrobras resolveu, particularmente eu, como técnico, participei na época colaborando um pouco a partir do centro de pesquisa da Petrobras.

O problema há época foi o suprimento de matéria-prima. Foi concebido à época e esse é um problema que eu tenho alertado sempre o problema da gente sair vendendo muitas ilusões em cima do pinhão manso. Há época os agricultores na região plantavam a lavou-

rinha de mandioca para fazer sua farofa lá para comer com arroz e feijão ou carne seca, daí a lavouras extensivas baseadas na monocultura surgiram problemas de doença etc. Existia na época uma expectativa que o negócio seria viável com a produtividade em torno de 8, 10 toneladas por hectare de safra. O pessoal estava colhendo em torno de 4, 5 e enfim, a planta acabou parando por falta de suprimento. Hoje eu tenho tido notícia, não estou estudando o assunto, mas tenho notícia de produtividade da ordem de 20, a 25 toneladas por hectare, de mandioca, em várias regiões do país. Precisaria, talvez o Ministério da Agricultura, MDA, enfim, dar uma estudada e ver também a questão do suprimento energético, porque ao contrário da cana que ao trazer para processar ela traz o bagaço que já é o combustível, a mandioca se traz a raiz e precisa trazer o combustível de outra região, de outra fonte. Há época tinha também o cultivo de eucalipto na região para suprir de energia aquela unidade. Então ao se pensar um projeto de mandioca ou batata doce ou mesmo mamona, temos que pensar o suprimento energético. Eu creio que isso seja possível quando à economicidade eu acho que é um problema que talvez o Ministério da Agricultura, o MDA, poderiam estudar e reafirmo, do ponto de vista de tecnologia industrial a Petrobras pode colaborar resgatando a tecnologia que já usou. Bom, passando então para a questão do biodiesel. A mamona, como já foi dito, ela tem um pouco mais de dificuldade de se processar do que outras oleaginosas. Mas a Petrobras, na sua planta que eu mostrei aqui, lá no Rio Grande do Norte e no centro de pesquisas, já produziu álcool 100% de mamona, biodiesel, obrigado. Biodiesel a 100% de mamona, inclusive um dos testes para a B 5 no seu Estado parceria da Petrobras com a Ford e com a MCT e com a universidade local estamos testando dois carros biodiesel 100% mamona e dois carros biodiesel soja e um, dois carros branco para comparar.

Então já se tem tecnologia, obviamente que elas têm uma tecnologia brasileira, porque a mamona é uma questão brasileira, ela está em processo de aperfeiçoamento e nós estamos visualizando que a melhor solução, provavelmente será misturar óleo de mamona com óleo de soja, ou óleo de girassol, ou óleo de dendê, ou outros óleos, ou mesmo sebo bovino, para se produzir o biodiesel. Então, combinando a mamona dá um óleo com a maior estabilidade e, mas tem uma viscosidade mais alta. Outros tem uma menor estabilidade, mas tem o maior índice de cetano. Então na combinação como mesmo na indústria do petróleo se faz o chamado *blend*, se mistura um petróleo mais pesado com um petróleo mais leve para se obter aquele perfil de refino que o mercado deseja. Por um lado,

por outro lado em termos agrícola é como foi dito, o Brasil foi o grande exportador de mamona até a década de 80, a partir daí a Índia começou a produzir e ocupar esse pequeno mercado internacional a um custo mais baixo e aí caiu a produção de mamona no Ceará, mesmo na Bahia, etc. E hoje tem um mercado restrito que quando aumenta um pouco a produção, em geral o trabalhador acaba ficando com essa semente na lavoura, porque as empresas não vão lá comprar aquele mercado inteiro. O que nós acreditamos é que com melhoria de sementes, o senhor tem razão, com alguma tecnologia agrícola nós possamos aumentar bastante essa produtividade.

O que eu estou falando não é imaginação, tem uma série de questões aí a serem esclarecidas concretamente a EMBRAPA no Rio Grande do Sul ao nível do mar no Município de Cristal perto de Pelotas, 3, 4 metros acima do nível do mar, obteve uma produtividade 2500, 3000 mil quilos de mamona por hectare, enquanto a média do nordeste é da ordem de 700 quilos por hectare. Então existem evidências de que podemos com um pouco de tecnologia, com algum trato cultural, com alguma adubação melhorar muito essa produtividade e, portanto, caminharmos no sentido do que o álcool caminhou no Brasil que, no início da sua produção tinha um curso da ordem de 100 dólares o barril, obviamente subsidiado e hoje está da ordem de 30, 40 dólares o barril, quer dizer, houve uma redução com algum ganho industrial, mas sobretudo com ganhos agrícolas.

Então, acreditamos que a mamona possa caminhar para isso e também o pinhão manso, que é uma planta nativa no meio do mato, aqui e acolá, nós podemos trazê-la para um cultivo, mas acredito que isso vai, realmente, levar um tempo e não sou eu que digo, é a EMBRAPA, e outras instituições de pesquisa que tem dito isso. Bom, melhoria de semente. Nós estamos trabalhando com a EMBRAPA e tomando o cuidado do que nós fomos fomentar nós darmos uma semente fornecida pela EMBRAPA devidamente adaptada para as regiões. A rede de tecnologia apesar de funcionar pelos recursos de internet etc., mas ela existe de fato, a própria Petrobras, no seu centro de pesquisa e/ou em parcerias com universidades já gastou mais de 20 milhões ou já investiu mais de 20 milhões no desenvolvimento de tecnologia para a produção de oleaginosas, nossas duas plantas semi industriais no Rio Grande do Norte exigiram recursos significativos, mas estão contribuindo para o desenvolvimento tecnológico do país.

Nós já trabalhamos para abastecer essa planta do Rio Grande do Norte há algum tempo alguma parceria construída com o governo do Rio Grande do

Norte fomentando o plantio com as organizações de agricultura familiar se comprometendo a plantar, com o B N B se comprometendo a financiar e a Petrobras se comprometendo com contratos de adquirir essa produção agrícola. Essa parceria dos 4 agentes nós estamos conseguindo desenvolver o plantio de oleaginosas no Rio Grande do Norte que não é um Estado de grande tradição nessa coisa, inclusive o pessoal está plantando girassol e vendendo ganhos do girassol em relação a mamona, porque o agricultor ver que qualquer coisa eventualmente não vem o comprador ele tem um girassol como alimento para os seus animais. Bom, quanto a cadeia fomento, a cadeia produtiva a Petrobras está investido nesse sentido, recebi um telefonema agora, o Presidente Gabrielli acabou de autorizar a assinatura de um contrato com a Secretaria Da Agricultura da Bahia para a Secretaria Da Agricultura da Bahia promover, realizar a assistência técnica aos agriculturas naquelas regiões que nós vemos que pode nos abastecer, um convênio de, por 2 anos de 3 milhões e meio, um aporte concreto que vai se repetir, repercutir na melhor capacitação do agricultor baiano para produzir. Já temos um contrato assinado em maio do ano passado com o CEPLAC também com cerca de 1 milhão e 300 mil reais para o CEPLAC ajudar a capacitar os produtores de dendê no sul da Bahia para melhorar sua produtividade. Então são exemplos, eu poderia citar outros exemplos de convênio em outras regiões do país, mas o foco aqui é o nordeste e de atender.

E por fim, salvo se passou alguma coisa, eu anotei aqui, mas parece que o mais relevante é isso, nós estamos alocando alguns recursos também para ajudar instaurar cooperativas no Nordeste que se organizem, que produzam, que montem a sua esmagadora que nos forneça o óleo, nós não queremos, enquanto Petrobras, estar gestando, gerindo co-produto da extração do óleo como a polpa da mamona, ou a polpa do girassol, ou a polpa do amendoim, enfim, do que for, nós queremos que o agricultor faça isso agregando valor a sua propriedade, a sua cadeia produtiva, mas estamos alocando alguns recursos nesse sentido de montar essa cadeia produtiva. E por fim eu queria dizer, Sr. Senador, com todo respeito ao seu profundo conhecimento, mas que o programa de biodiesel já não é mais algo virtual. A Petrobras está misturando B2 dentro do que a lei autoriza hoje em mais de 4 mil e 100 postos onde o cidadão, ou transportador que para, seja coletivo, ou seja caminhão de carga, pára nesse posto, mistura 2, abastece com biodiesel, com diesel contendo 2% de biodiesel e temos mais ainda um programa envolvendo cerca de...

SENADOR CÉSAR BORGES (PFL-BA): Eu só lhe pediria o seguinte: O senhor tem o dado desse B2 que hoje está abastecendo, quantos por cento é originário de cada oleaginosa, tem alguma idéia? De soja, de mamona, de dendê?

SR. MOZART SCHMITT DE QUEIROZ: Eu não tenho, mas eu poderia buscar para o senhor e me comprometeria em mandar para o seu gabinete.

SR. RICARDO DE GUSMÃO DORNELLES: Esse dado está gerando da ordem 70%, 65 a 70% de soja, tem uma parcela não pequena de sebo e tem a parcela de mamona, girassol e outras.

SENADOR CÉSAR BORGES (PFL-BA): Essa outra, quanto é que caberia? Eu só quero saber o finalzinho para saber quanto é que está desenvolvendo que efetivamente viria, seria a origem do Nordeste brasileiro?

SR. MOZART SCHMITT DE QUEIROZ: Eu posso dizer, Senador, que eu acho que a melhor fonte para responder essa pergunta seria o MDA, que está monitorando isso daí ou o próprio MME. A Petrobras desenvolveu no centro de pesquisa uma tecnologia para identificar o DNA de cada biodiesel, então o senhor me mandar uma amostra do seu biodiesel o nosso centro de pesquisa pode identificar, mas nós não temos tido o papel de fazer esse acompanhamento.

SENADOR CÉSAR BORGES (PFL-BA): Basicamente a soja, eu só queria isso, basicamente a soja onde estão as plantas do 70% de soja?

SR. RICARDO DE GUSMÃO DORNELLES: O senhor quiser eu posso mostrar de novo aqui a apresentação.

SENADOR CÉSAR BORGES (PFL-BA): Eu lamento, eu peço desculpa estava numa consulta médica me atrasei, não vi. Só para...

SR. RICARDO DE GUSMÃO DORNELLES: Mas tem em todas as regiões

SENADOR CÉSAR BORGES (PFL-BA): Sim, mas eu quero o percentual. Eu quero saber o impacto econômico que o biodiesel tem causado no nordeste. Eu acho pequeno, é essa a minha preocupação. Eu quero que o senhor entenda, essa é a minha preocupação para mostrar que esse impacto ainda é pequeno para o nordeste brasileiro.

SR. RICARDO DE GUSMÃO DORNELLES: Volta ao anterior, uma para frente. Aí são todos os leilões, toda essa, dos 885 milhões de m3 que foram vendidos no leilão, 35% foi vendido na região nordeste. 38% foi na região nordeste. Quanto disso daqui é mamona ou soja eu não tenho esse dado aqui agora. Mas desse total aqui...

SENADOR CÉSAR BORGES (PFL-BA): Tinha que separar daí a soja que também no caso é produzida no nordeste.

SR. RICARDO DE GUSMÃO DORNELLES: Também no nordeste embora o que está sendo produzido de soja por aqui eventualmente... Senador, nesse momento de partida certamente tem muito problema. A gente está criando uma indústria, o Senador conhece uma usina de álcool quando começa uma safra dá problema de vez em quando, mesmo a usina de álcool estar rodando a algumas décadas de... tem algum óleo de soja que foi produzido aqui que veio do centro-oeste. Não tenha dúvida que veio. Seguramente veio, mas a gente... nós estamos num processo de partida, existem dificuldades operacionais que estão sendo resolvidas. Agora, o Nordeste, quer dizer, mas certamente o Setor Privado que está instalando isso aqui não instalou isso aqui para trazer óleo de soja para o Mato Grosso. Não tem racionalidade econômica isso.

SENADOR CÉSAR BORGES (PFL-BA): Pode ser soja do oeste da Bahia..

SR. RICARDO DE GUSMÃO DORNELLES: Certamente tem, certamente tem, certamente tem.

SENADOR CÉSAR BORGES (PFL-BA): 5 milhões na área de grãos.

SR. MOZART SCHMITT DE QUEIROZ: Bom, então só permitindo concluir, Senador, eu, não, não, contribuiu, esclareceu, o que eu posso lhe afirmar é que nossas partes as nossas plantas entrarão em operação final desse ano, início do próximo e nós estamos procurando fomentar o resgate do plantio de mamona como do algodão e outros cultivos locais como eu tinha mostrado na nossa programação nós vamos priorizar a aquisição da agricultura familiar. O que tiver de oferta na agricultura familiar no entorno das nossas plantas nós vamos adquirir e estamos trabalhando para que haja o plantio, repito, em parceria com os poderes públicos locais, sejam prefeituras, governos estaduais, independente de partido. É com o governo de Minas, é com o governo da Bahia, é com o governo do Ceará, estamos trabalhando hoje e o ano passado já estávamos trabalhando, houve troca, inclusive com o governo da Bahia, nós já vinham trabalhando junto há algum tempo com convênios assinados, etc., estamos implementando os compromissos assumidos nesses protocolos, etc. Nós acreditamos no resgate e naturalmente eu não posso responder pelos nossos concorrentes exatamente a porcentagem, mas eu creio que o MDA e o próprio MME, a rigor a Petrobras, se quisesse como eu estava dizendo, nós teríamos tecnologia para identificar o DNA de cada metro cúbico de biodiesel que adquirimos, mas seria um custo e não temos a obrigação para isso, a ANP, o que lhe asseguro é que

o biodiesel que nós recebemos, recebemos desde que ele esteja devidamente especificado na especificação definida para a ANP que é um, foi definida com referência a especificação européia e americana. Então, estamos produzindo, consumindo um biodiesel que em tese poderia estar sendo disponibilizado no mercado europeu com alguns ajustes ou o mercado americano. Esse é o biodiesel que estamos disponibilizando nos nossos postos e já houve caso lamentavelmente de termos que recusar algumas cargas, alguns fabricantes, enfim, ou cargas de alguns fabricantes que não chegaram no Posto de recepção da Petrobras com a devida especificação. Bom...

SR. RICARDO DE GUSMÃO DORNELLES: Só queria ressaltar que esse é um ponto marginal, porque senão parece que isso é uma prática usual. Aconteceram uma meia dúzia de casos de um caminhão, um caminhão estranho estar fora da especificação.

SR. MOZART SCHMITT DE QUEIROZ: É, mas só quero sublinhar isso, que a Petrobras tem um cuidado...

SENADOR CÉSAR BORGES (PFL-BA): Nós estamos usando o B 2. O B 5 entraria quando?

SR. MOZART SCHMITT DE QUEIROZ: Eu acho que o Dornelles.

SR. RICARDO DE GUSMÃO DORNELLES: Senador...

SENADOR CÉSAR BORGES (PFL-BA): Eu queria que esclarecesse sobre isso se há possibilidade de antecipação e se há, vamos dizer assim, a produção, a oferta para isso, para a antecipação?

SR. RICARDO DE GUSMÃO DORNELLES: A lei estabeleceu o prazo de 2013 para o B 5 e estabeleceu a possibilidade do Conselho Nacional de política energética, observado 6 pontos que estão na lei, entre outros, disponibilidade de matéria-prima, capacidade da indústria nacional, participação da agricultura familiar antecipar esses prazos o hoje estava trabalhando com a eu diria que temos 100% de certeza que será antecipado para 2010 não está ainda nenhum ato formado disso, eu não sei, não posso lhe dizer se vai ser janeiro, fevereiro, março ou julho, mas todos os indicativos dão conta que vamos antecipar para 2010 sem nenhuma dificuldade. O número de unidades industriais que está instalada aufere com tranquilidade que a capacidade industrial disponível para fazer isso, o programa de testes que está sendo desenvolvido pelo governo em parceria com a indústria automotiva, com diversos institutos de pesquisa regionais, inclusive essa experiência que está sendo feita da Petrobras na Bahia, faz parte, integra esse conjunto de ensaios que estão sendo realizados, tivemos uma reunião esta semana onde diversos resultados de ensaios foram apresen-

tados, nenhum tipo de problema grave, do que foi já testado não há nenhum impedimento para isso, só que ainda existem alguns tipos de motores que ainda não completaram o número de horas suficientes para que as montadoras certifiquem, que a mistura de B 5 não tenha problema, que eles vão manter a garantia. Mas isso certamente acaba este ano de 2007.

Então o governo trabalha com a possibilidade de, no máximo, no final do ano já termos garantias técnicas dos montadores de que manteriam as garantias para os seus veículos, portanto já poderíamos ter uma autorização de B 5 e a obrigatoriedade de B 5 estamos trabalhando para 2010.

SR. JOSÉ NILTON DE SOUZA VIEIRA: Eu gostaria de fazer dois comentários adicionais, o primeiro em relação a questão do álcool de mamona, de mandioca ou de batata doce que o Ministério da Agricultura está descentralizando recursos, ainda que simbólicos, para a Universidade Federal do Tocantins exatamente para concluir uma etapa de pesquisas para esse fim e um dos, um dos projetos de pesquisa, um dos objetos da pesquisa é exatamente a possibilidade de que a produção do álcool, da mandioca ou da batata doce possa se dar de forma complementar ao álcool da cana naquelas unidades com maior eficiência energética e que tenham a sobra de bagaço para pós safra da cana-de-açúcar utilizar esse excedente do bagaço para fazer a destilação do álcool a partir de outras matérias-primas. O problema técnico é que o processo de fabricação do álcool, a parte de amidos, é um pouco diferente e precisaria requerer investimentos adicionais na planta que fabrica o álcool a partir da cana-de-açúcar. Então, isso está sendo estudado se haveria a viabilidade técnica para fazer esses ajustes.

E o outro aspecto relacionado ao biodiesel de mamona a gente, na ótica do Ministério da Agricultura, embora a participação dele ainda seja muito pequena, o que a gente vem observando é que como o preço internacional do óleo de mamona está muito acima do preço dos óleos vegetais que hoje estão sendo utilizados para o biodiesel, significa que mesmo que o integrador que compre a mamona e não a utilize para fazer biodiesel, ela pode comprá-la a um preço mais alto e, portanto, remunerar melhor o produtor rural destinando esse óleo para outro mercado. O que a gente... e o Ricardo Dornelles não fez menção, mas o que se observou que essas empresas não estão utilizando o crédito fiscal relacionado a mamona, ou seja, elas não estão fazendo biodiesel de mamona dentro dos níveis que se esperavam, mas não estão utilizando o crédito fiscal, ou seja, não teria nenhum problema tributário relacionado a isso. O que precisamos checar e discutir é se os preços que venham a conseguir para o óleo

de mamona permitiria que pagasse mais do que o que foi contratado com o produtor com o foco da produção do biodiesel.

SR. PRESIDENTE SENADOR JOÃO TENÓRIO (PSDB-AL): Bem, gostaria de antes de encerrar agradecer a presença dos Srs. senadores, sobretudo do Senador César Borges. Primeiro pela escolha adequada dos nossos palestrantes, V.Exa. fez, escolheu bem cada setor, cada área o senhor escolheu com propriedade e, além do mais, a sua participação no debate aqui. Agradecer a todos os palestrantes e pedir a compreensão deles pela nossa veemência, veemência de nós nordestinos. Isso é uma angústia do nordeste, é uma angústia que a gente tem que manifestar nas poucas oportunidades que tem, porque nós vemos o Brasil crescendo e é verdade, um crescimento ainda pífio, mas quando nós comparamos esse crescimento pífio com que acontece na nossa região classificamos com a exata percepção de que nós estamos cada vez mais nos afastamos da média brasileira. Então..

SENADOR CÉSAR BORGES (PFL-BA): Sr. Presidente, se me permite para acrescentar ao que V.Exa., se é possível acrescentar alguma coisa, quer dizer, que esse programa, por exemplo, de biodiesel e também a parte de etanol para o nordeste, verificamos que o Nordeste está em segundo plano, é um projeto que pode avançar muito, tem muito a ser feito, está dando os seus primeiros passos, não é um projeto de curto prazo que vai ser a redenção da nossa região, é um projeto de longo prazo, o que é de médio prazo. O que nós podemos pedir a eles e que eles transmitam aos seus superiores é que dê prioridade ao nordeste que não há uma política específica. O que a gente vê é isso. Claro, há convênios, a Petrobras está trabalhando, não deixaria de ser até o Presidente da Petrobras como baiano fazer convênio com a Bahia e até alinhado politicamente com o Governador, sem há problema, eu acho que essa importância tem que ser dada e vocês darão. Agora nós queremos muito mais do que isso, porque senão a densidade econômica do Centro-sul e do sudeste leva absolutamente, se não houver algo diferenciado nós sempre vamos ser marginais nesse processo. E é isso que nós não queremos ser. Muito obrigado, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR JOÃO TENÓRIO (PSDB-AL): O Senador, mas só para completar e o que nos deixa angustiados de fato mais ainda é que é o tipo do programa que tem, assim, um nicho muito importante da região porque ele carece de terras não muito qualificadas, essa é a verdade, não muito e nós temos esse tipo de terra, nós temos um excedente de mão-de-obra sem oportunidade econômica de renda, de emprego, então é um, são programas, ambos os

programas do etanol e do biodiesel que nos parece ser, assim, vocacionado para a região. Evidentemente que aqueles gargalos que aqui foram comentados precisam ser superados, mas o que nos angustia exatamente e daí a veemência nossa, do Senador César e na minha própria no sentido de tentar sensibilizar o governo no sentido de que crie as condições mínimas indispensáveis para que esses programas aconteçam, sobretudo na região Nordeste do Brasil.

SR. JOSÉ NILTON DE SOUZA VIEIRA: Senador, acabo de me lembrar que estou em dívida com uma resposta em relação a um questionamento seu especificamente o Projeto de Lei 18 de 2007, no nosso entendimento do Ministério da Agricultura não haveria necessidade de uma lei para esse fim. Isso, o propósito do senhor poderia ser atingido por resoluções do Banco Central a partir de votos encaminhados pelo Ministério da Fazenda ao Conselho Monetário nacional, entretanto precisaríamos discutir isso tecnicamente no âmbito do Poder Executivo.

SENADOR CÉSAR BORGES (PFL-BA): Não há problema nenhum.

SR. PRESIDENTE SENADOR JOÃO TENÓRIO (PSDB-AL): Dr. Mozart tem ainda um comentário

SR. MOZART SCHMITT DE QUEIROZ: Eu queria pedir só um minuto dizendo que eu saio daqui satisfeito por duas coisas. Uma é que eu estou vendo aqui que a quantidade de visões políticas de que o mercado por si não resolve tudo está crescendo e isso eu acho que contribui para a gente equacionar os nossos problemas, por um lado. Por outro lado aproveitar para sublinhar, Senador, já que os representantes, direto, do Ministério não disseram é que o nosso Presidente Lula, sempre que pode, chama uma reunião de quem está tocando o programa de biodiesel e a pergunta central é: Como é que a agricultura familiar está se inserindo? Como é que a mamona está se inserindo? Como é que o nordeste está se inserindo? Então eu acho que o senhor está, nas suas preocupações aqui o senhor está, nesse ponto, perfeitamente alinhado com as preocupações do nosso Presidente e se a coisa não andou mais é que depende um pouco de acordos, acordos com a, volto a dizer, com os produtores dos veículos, com a iniciativa privada que está investindo e obviamente com os recursos estatais que não são infinitos, mas na medida do possível a gente está procurando otimizar os que existem para chegar a bom termo e eu acho que o programa, sem dúvida, tenho certeza, vai contribuir com a melhoria da geração de emprego e renda do semi-árido que começa no vale do Jequitinhonha e segue até onde o senhor conhece melhor do que eu. Obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR JOÃO TENÓRIO (PSDB-AL): Eu encerraria nossa sessão, mas antes eu gostaria de fazer um registro aqui e fico muito a vontade de fazê-lo. Sou um Senador de oposição, mas sou obrigado a reconhecer um trabalho que o Presidente da República está fazendo, importantíssimo, sobretudo nessa área do etanol em buscar e abrir nossos mercados. Ele tem sido assim, eu diria um caixeiro viajante tentando vender a idéia do produto etanol, sobretudo, porque é absolutamente necessário que isso aconteça. Você tem uma velocidade de crescimento da produção de etanol no Brasil muito maior do que a velocidade de abertura de novos mercados. Então esse trabalho que o Presidente está fazendo em todas as suas viagens em busca de acordos e de tentativa de abrir novos mercados tem sido, assim, uma coisa que precisa ser registrada apesar da minha condição de Senador de oposição. Eu agradeço a todos a oportunidade que nos deram de conhecer um pouco mais sobre o tema. Muito obrigado pela presença.

Sessão encerrada às 13h22.

COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA

SUBCOMISSÃO PERMANENTE DOS BIOCOM- BUSTÍVEIS

ATA DA 6ª REUNIÃO DA SUBCOMISSÃO PERMANENTE DOS BIOCOMBUSTÍVEIS DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 4 DE JULHO DE 2007.

Às nove horas e trinta minutos do dia quatro de julho de dois mil e sete, na sala 7, da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência, do Senador **JOÃO TENÓRIO**, reúne-se a Subcomissão Permanente dos Biocombustíveis, com a presença dos(as) Senadores(as): **SIBÁ MACHADO, ANTÔNIO CARLOS VALADARES, JOÃO RIBEIRO, CÍCERO LUCENA, OSMAR DIAS e KÁTIA ABREU**. Deixam de comparecer os Senhores(as) Senadores(as): Marisa Serrano, Jonas Pinheiro, Valter Pereira e Neuto de Conto. Havendo número regimental, é declarada aberta a reunião, dispensando-se a leitura da Ata da reunião anterior, que é dada como aprovada. O Senhor Presidente, Senador João Tenório, informa que a presente reunião destina-se à realização de audiência pública de acordo com a seguinte pauta: Item Único: Audiência Pública, em cumprimento ao **Requerimento nº 4, de 2007 – CRABIO**, de autoria do Senador Cícero Lucena, aprovado em 11/04/07, com a finalidade de discutir e analisar a situação atual do setor de biocombustíveis do Brasil sob a ótica social e trabalhista, bem como ao **Requerimento nº 5 de 2007- CRABIO**, de autoria da

Senadora Marisa Serrano, aprovado em 9/05/07 e ao **Requerimento nº 8 de 2007- CRABIO**, de autoria do Senador João Tenório, aprovado em 28/06/07, com as presenças dos seguintes convidados: **Sr. Aparecido Bispo** – Secretário-Geral da FERAESP – Federação dos Empregados Rurais Assalariados do Estado de São Paulo (ligado a CUT); **Sra. Maria Cristina Gonzaga** – Pesquisadora e Técnica da Divisão de Ergonomia da Fundacentro, do Ministério do Trabalho; **Sr. Eduardo Yojiro Koizume** – Engenheiro de Segurança do Trabalho – Consultor da União da Indústria da Cana de Açúcar – UNICA; **Sra. Elimara Aparecida Assa Sallum** – Assessora Sindical da União da Indústria da Cana de Açúcar – UNICA. Após a exposição dos Senhores convidados, fazem uso da palavra para tecerem comentários sobre os assuntos abordados, os seguintes Senadores(as): Cícero Lucena, Kátia Abreu, Eduardo Suplicy, José Nery e Sibá Machado. **RESULTADO: AUDIÊNCIA PÚBLICA REALIZADA.** Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às treze horas e quinze minutos, lavrando eu, Marcello Varella, Secretário da Subcomissão, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, conjuntamente com a íntegra das notas taquigráficas. – Senador João Tenório, Presidente da Subcomissão.

6ª REUNIÃO DA SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE BIOCOMBUSTÍVEL DA COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA.

REALIZADA NO DIA 04 DE JULHO DE 2007, ÀS 09 HORAS E 30 MINUTOS.

SR. PRESIDENTE SENADOR JOÃO TENÓRIO (PSDB-AL): Sras. e Srs. Senadores, senhores convidados, havendo número regimental, declaro aberta a 6ª Reunião da Subcomissão Permanente dos Biocombustíveis no âmbito da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária do Senado Federal da 1ª Sessão Legislativa da 53ª Legislatura.

Requeiro a dispensa da leitura da Ata da reunião anterior que com a anuência do plenário, é dada como aprovada. Aprovado. Informo à Comissão que será realizado no dia 11 de julho corrente, quarta-feira próxima, reunião dessa Subcomissão para análise e balanço dos trabalhos do primeiro semestre e discussão e planejamento para o 2º semestre de 2007.

A presente reunião destina-se à audiência pública com a finalidade de discutir e analisar a situação atual do setor de biocombustíveis no Brasil sob a ótica social e trabalhista em cumprimento ao requerimento nº 4 de 2007 de autoria do Senador Cícero Lucena, aprovado em reunião de 11 de 04 de 2007, bem como ao requerimento nº 5 de 2007, de autoria da Senadora

Marisa Serrano, aprovada em 9 de 05 de 2007 e ao requerimento nº 8 de 2007, do Senador João Tenório, aprovado em 28 do 06 de 2007, com a presença dos seguintes convidados que, desde já, eu solicito a presença deles na Mesa, os convido para participarem da Mesa. O Sr. José Pastori, Advogado Trabalhista, professor da Faculdade de Economia e de Administração de pesquisador da Fundação do Instituto de Pesquisas Econômicas, ambos da Universidade de São Paulo. Sr. Elio Neves, Presidente da FERAESP, Federação dos Empregados Rurais e Assalariados do Estado de São Paulo, ligado à CUT. A Sra. Maria Cristina Gonzaga, pesquisadora e técnica da divisão de economia da FUNDACENTRO, Ministério do Trabalho, o Sr. Eduardo Yojiro Koizume, Engenheiro de Segurança do Trabalho, consultor da União da Indústria da Cana-de-açúcar, a UNICA. A Sra. Elimara Aparecida Assa Sallum, assessora sindical da União da Indústria de Cana-de-açúcar, da UNICA.

Sobre a Mesa, carta subscrita pelo Sr. José Pastore, professor de relações do trabalho da Universidade de São Paulo datada de 19 de julho corrente informando sua impossibilidade em comparecer nessa data perante essa Comissão. Antes de passar a palavra aos senhores convidados eu gostaria de colocar rapidamente aqui qual é o espírito que tem regido os trabalhos dessa Subcomissão. Nós entendemos que o setor de biocombustível é um setor que pode colocar e já coloca o Brasil na liderança dessa atividade no mundo. Seguramente, tivemos a oportunidade, ontem, por exemplo, de conversar bastante com a comitiva de parlamentares australianos. Estivemos há três semanas atrás no Reino Unido, enfim, tivemos na Comissão de Relações Exteriores uma recepção, uma missão de parlamentares franceses. Então, todos eles, sem nenhuma exceção, manifestam, assim, uma imensa curiosidade, manifestam um desejo muito grande de conhecer melhor esse setor pelas implicações que ele proporciona, quer seja no lado ecológico, ambiental, quer seja do lado de geração de oportunidade de emprego, quer seja ele no que diz respeito às tecnologias que, então, foram desenvolvidas no Brasil. Então, o nosso espírito tem sido o seguinte: O setor é um setor que o Brasil não pode deixar para lá e perder essa oportunidade magnífica de continuar a liderar e trazer realmente essa... esse momento de liderança para o país dessa área de atividade econômica. Poucas que o Brasil lidera.

Por outro lado entendemos que o setor tem alguns problemas, algumas dificuldades, alguns vícios e evidentemente que o objetivo dessa Comissão é exatamente tentar gerar políticas públicas e procedimentos que façam com que esses erros sejam cometidos,

sejam corrigidos, e em vez de se tirar, de se liquidar o setor, de se inviabilizar o setor pelas questões de alguma dificuldade, algum erro, que por acaso ele apresente, é muito mais razoável imaginar que o correto é corrigir esses erros e fazer com que o setor, de fato, cresça dentro de uma visão mais adequada, quer seja sob o ponto de vista ambiental, quer seja do ponto de vista da relação trabalhista. Várias questões são sempre levantadas no que diz respeito da conveniência ou não de dar andamento a esse projeto no Brasil. Alguns deles, o ambiental, já discutimos bastante aqui, a questão da ocupação diária, também nós temos discutido bastante. E um dos mais recorrentes, sem sombra de dúvida, é a questão da relação com o trabalho, a relação trabalhista do setor. Há uma série de informações, algumas delas nós entendemos que procedente, outras, um tanto quanto exageradas, eu diria.

Mas o fato é que existe o problema. Nós trabalhamos com o setor trabalha mais ou menos com... principalmente no que diz respeito a etanol, que é o que está mais avançado, é bom que se diga, porque no que diz respeito à produção de biodiesel, nós somos ainda relativamente incipientes, é uma coisa que ainda está iniciando, mas no que diz respeito a etanol é de fato um... o setor que não é só o etanol, é também açúcar e cana-de-açúcar, ele apresenta, ele gera aproximadamente um milhão e 200 mil empregos por todo o país, espalhado por todo o país. E evidentemente que quem lida com um milhão e duzentos mil empregados, um setor que lida com isso, sem sombra de dúvida deve ter problemas que precisam ser analisados e um esforço grande para corrigi-los. Então, isso é mais ou menos o espírito da Comissão que tem trabalhado até hoje e eu gostaria, então, agora de passar, sem mais delongas, a palavra aos senhores palestrantes e eu gostaria de iniciar com a senhora Maria Cristina Gonzaga que é pesquisadora e técnica da divisão de ergonomia da FUNDACENTRO do Ministério do Trabalho.

SRA. MARIA CRISTINA GONZAGA: Bom dia.

SR. PRESIDENTE SENADOR JOÃO TENÓRIO

(PSDB-AL): Eu gostaria de estabelecer, eu acho que 10 minutos é o suficiente para cada... para a gente ter tempo depois de fazer. Até porque tem os aviões aí nos esperando.

SRA. MARIA CRISTINA GONZAGA: Eu gostaria de ter um pouco mais.

SR. PRESIDENTE SENADOR JOÃO TENÓRIO

(PSDB-AL): 10 minutos básico e a gente dá...

SRA. MARIA CRISTINA GONZAGA: Bom dia para todos. É muito importante para mim estar aqui representando a FUNDACENTRO nesse momento, falando sobre a saúde dos cortadores, isso tudo que nós fazemos há muitos anos. A FUNDACENTRO é

uma instituição do Ministério do Trabalho e Emprego que existe há 40 anos e que tem por objetivo principal estudar a saúde dos trabalhadores. Nós estudamos há 13 anos os trabalhadores canavieiros, com o principal objetivo de manter a sua saúde física e mental. Então a gente observa situações que exponha eles a riscos e tentamos corrigir isso.

Eu vou relatar brevemente algumas ações que a gente executou nos últimos anos até para justificar o que eu vou apresentar. Normalmente nós trabalhamos com demandas, eu trabalho com demandas formatadas pela FERAESP e pela Promotoria de Justiça do Estado de São Paulo, fui representante oficial da FUNDACENTRO numa negociação tripartite com uma grande usina do Estado de São Paulo, com a FERAESP e com o Governo Federal e o Ministério do Trabalho. Fiz uma tese, uma dissertação de mestrado em 2004 sobre o setor e nos últimos anos nós fizemos dois encontros com os trabalhadores canavieiros da região Sudeste e Nordeste. E após as denúncias das mortes que estão ocorrendo em São Paulo nós tivemos reuniões com os diversos elos das cadeias produtivas da cana-de-açúcar, contemplando o pessoal rural, pessoal de transporte e o pessoal da indústria. Então, em função desses dados eu vou apresentar algumas questões que a gente acha que pode estar exaurindo os trabalhadores.

Bom, o corte manual de cana, não sei se vocês conhecem essa atividade, o canavial é dividido em talhões, grandes talhões, formado por linhas de canas plantadas de formas paralelas. O espaçamento entrelinhas formam as ruas e as ruas agrupadas formam o eito que é onde o trabalhador vai trabalhar. O trabalhador recebe por eito trabalhado. Nesse eito o trabalhador tem que com um facão cortar rente ao solo a cana cortada e organizar a cana na terceira rua. Basicamente é isso que é o corte de cana. Nós consideramos que alguns fatores provocam o esgotamento desses trabalhadores. Os fatores organizacionais que estão mais prejudicando os trabalhadores, o primeiro deles é o plano de participação nos resultados, o que se chama de PPR. O trabalhador, nesse plano, passa a ser chamado de colaborador. Esse plano define metas de produção individuais e coletivas vinculado ao pagamento dos trabalhadores.

As metas no Estado de São Paulo, na década de 60, eram 6 toneladas/dia, hoje chegam a 12 toneladas/dia, e o Valor Econômico soltou uma matéria no dia 26 do 05 que atualmente é 20 toneladas/dia. Os profissionais de RH das usinas, atualmente, exigem o cumprimento das metas rígidas de produção com punições para aqueles que não atingem e prêmios para aqueles que atingem as metas. A avaliação médica

também a gente tem observado os exames admissionais, periódicos e demissionais são precários e para os trabalhadores assalariados, com registro em carteira e inexistente para os trabalhadores clandestinos, aqueles que não têm registro em carteira. Os exames admissionais têm sido utilizados para selecionar os trabalhadores que atingem as metas de produção. O exame admissional definia ser usado para selecionar os trabalhadores, verificar a saúde para o trabalhador começar a trabalhar.

O que tem chegado até a FUNDACENTRO é que eles têm sido usados para selecionar quem atinge metas, quem não atinge meta de produção é demitido e não é... bom, enfim, o exame admissional está sendo usado de forma muito equivocada. Outra questão que também nos relataram muito, e eu mesma estudei, se eu tiver tempo eu vou mostrar as imagens aí, as normas rígidas de produção definidas pelos procedimentos da iso 9002. Elas definem rotinas operacionais rígidas que desconsidera o trabalho real e atrapalham a execução da atividade, por exemplo, condicionam as posturas inadequadas e geram muitos problemas de saúde.

Isso tudo nós vamos ter fotos e imagens para exemplificar para os senhores. O pagamento por produção, vinculado a produção diária do trabalhador é um problema também. A questão climática interfere no peso da cana e o pagamento é feito pelo peso da cana. Então, a cana perde peso nas épocas mais secas e as modificações genéticas também, a cana atualmente tem muito mais sacarose e muito menos peso. Então, isso interfere muito no pagamento do trabalhador. O aumento do espaçamento entre as ruas de cana plantada para adequar ao corte mecanizado também vem sendo um problema. Antes era um metro de espaçamento entre ruas, atualmente é um metro e 40. Isso é feito para se plantar mais socas. Soca é da onde... É a touceira de cana. Mas socas, em vez de plantar duas socas, se plantam três socas. Isso obriga o trabalhador a cortar muito mais cana para obter o peso exigido e, portanto, executar com muito mais esforço. Um exemplo para vocês, se antes 100 metros davam dez toneladas, hoje são necessários 300 metros de cana para se atingir as 100 toneladas. Isso tudo eu tenho relatórios que depois eu posso passar para vocês o site da FUNDACENTRO onde estão esses relatórios, estão todos publicados. São públicos. O gato que é o contratador, o cara que contrata mão-de-obra sem registro em carteira ele também fica com... recebe 30% do salário dos cortadores de cana. Isso o Estado de São Paulo está divulgando isso a todo o momento. Então, isso é um complicador. O trabalhador ganha

por produção e, além disso, quem o contrata fica com 30% do salário.

O Valor Econômico do dia 17 também, numa matéria, soltou o seguinte. Que em média os empregadores pagam 60 reais por cada trabalhador aliciado pelo gato. Então, isso é complicador, um complicador porque aqui permite o trabalhador sem direito nenhum em carteira. Algumas questões relacionadas à saúde dos trabalhadores. O plantio da cana, nós não estamos discutindo o corte de cana, mas eu vou falar uma breve frase sobre o plantio da cana. O plantio da cana é perigoso, os trabalhadores executam atividades junto com grandes máquinas em movimento, existem quedas com muitos acidentes nessa questão. O efeito combinado entre adubos, maturadores de cana, que é um novo produto que os canaviais do Brasil estão usando também fazem muito mal para a saúde, principalmente quando é feita a queima da cana em cima dele. Então, o efeito entre maturadores, adubos e queima, ninguém conhece, o mundo não conhece isso. E isso está sendo praticado no Brasil.

Os trabalhadores também são desnutridos e desidratados. Stress por calor é uma rotina nos canaviais. Então a gente entende que um conjunto de fatores pode estar exaurindo os trabalhadores. As proteções que eles usam são totalmente inadequadas, os EPI's, Equipamentos de Proteção Individual, inclusive, isso foi o meu tema de mestrado, porque é um problema muito sério, os equipamentos eles devem ser obrigados, de forma obrigatória [soa a campainha], o Ministério do Trabalho exige isso, e quem não usar o EPI é demitido por justa causa e os trabalhadores são obrigados a trabalhar com insegurança e desconforto. E isso eu tenho aqui alguns quadros das empresas que eu trabalhei onde é muito claro as advertências que os trabalhadores recebem e são demitidos. Enfim, os riscos a que esses trabalhadores estão expostos são os seguintes: Riscos químicos: agrotóxicos, herbicidas, maturadores. Riscos físicos: calor, frio, umidade, radiação solar. Riscos mecânicos: atrito, pressão, vibração, fricção, os próprios EPI's são riscos para os trabalhadores. Riscos biológicos: bactérias, fungos, vírus, animais peçonhentos. Riscos organizacionais: forma de pagamento, turno, jornada, pausa, normas de produção, metas a serem atingidas. E riscos operacionais: postura, força, movimentos repetitivos, etc. Só exemplificando, quando eu falo em movimento repetitivo, é mais ou menos um golpe por segundo que o trabalhador dá para conseguir cortar a cana e atingir as metas de produção. Eu teria muito mais coisas para apresentar sobre problemas na previdência, sobre ações necessárias que o Governo está propondo para tentar minimizar um pouco o efeito dessa tragédia

que acontece nos canaviais. Mas eu prefiro apresentar alguns slides para os senhores mostrando um pouco o que eu descrevi, porque o meu tempo já exauriu. Alguém pode abrir, por favor, FUNDACENTRO? Acho que era bom apagar a luz, gente. Porque senão não vamos ver detalhes das minhas imagens.

SENADOR EDUARDO SUPPLY (PT-SP): Pela ordem, Sr. Presidente. Se for possível obtermos a cópia do texto da senhora Maria Cristina Gonzaga. Agradeço se puder distribuir ainda enquanto vemos os slides. Se for possível. [Riso].

SRA. MARIA CRISTINA GONZAGA: Senador, infelizmente eu não tenho cópia do texto aqui. Eu tenho cópia da apresentação que eu vou fazer.

SENADOR EDUARDO SUPPLY (PT-SP): Eu sei. Mas a Secretaria da Mesa pode providenciar de pronto se a senhora dispuser.

SRA. MARIA CRISTINA GONZAGA: Não, ela pode... pode fazer...

SENADOR EDUARDO SUPPLY (PT-SP): num instante. Ela faz num instante.

SRA. MARIA CRISTINA GONZAGA: Pode fazer uma cópia disso.

SR. PRESIDENTE SENADOR JOÃO TENÓRIO (PSDB-AL): A Secretaria vai providenciar como tem sido feito...

SENADOR EDUARDO SUPPLY (PT-SP): Obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR JOÃO TENÓRIO (PSDB-AL): Sempre desde que a professora...

SRA. MARIA CRISTINA GONZAGA: Sim, claro. Mas tudo isso que eu estou apresentando aqui é uma síntese de cinco relatórios que a FUNDACENTRO tem publicado. Eu posso mandar para o Senado os textos todos ou posso entrar no site da FUNDACENTRO e já disponibilizar que isso está disponível.

SENADOR EDUARDO SUPPLY (PT-SP): Obrigado.

SRA. MARIA CRISTINA GONZAGA: Perfeito? Bom, aqui só um exemplo, que aqui é o corte manual da cana-de-açúcar. Aqui o corte da cana-de-açúcar, aqui eu exemplifico muito bem, é uma atividade pesada, dura, que machuca e exaure o corpo dos trabalhadores, um trabalhador cortando cana crua aqui. Só para exemplificar. Pode passar, querido. Vou mostrar aqui alguns procedimentos da ISO-9002, isso é minha fonte, é um dado de uma empresa que eu estudei, mas está publicado, portanto, é público. O trabalhador munido de facão, usando todo o conjunto de EPI, Equipamento de Proteção Individual, deveria executar o corte da seguinte maneira. Entrar de frente para o eito, o corte da base deve ser feito rente ao chão não deixando toco, nem soqueiras.

O corte das ponteiros deve ser feito no último gomo, não deixando que venha palmito e nem cana junto com a ponteira, que deve ser separada antes da cana ser cortada. O desponte poderá ser feito na mão ou no chão. Na segunda hipótese deverá ser despontado no momento que o feixe for jogado no chão, não havendo necessidade de ponta e pé ficarem no mesmo lado, ou seja, podem ficar opostos. A leira deve ser feita de maneira que fique sempre centralizado em relação a cinco ruas, isto é, deve ficar centralizada na terceira rua de cana. Leira é a cana organizada, tá gente. A leira é quando a cana, depois de cortada, ela está organizada. A leira deve ficar limpa em todo o seu comprimento, livre de palhas, no mínimo 30 centímetros de cada lado.

Eu sempre faço questão de apresentar isso porque, teoricamente, o que é a atividade do cortador? É pegar um facão e cortar cana. Só, mais nada. Existem "n" procedimentos que ele tem que cumprir para conseguir receber o salário senão os fiscais de campo a todo o tempo controlam a produção e a qualidade do trabalho deles também. Então isso é uma coisa muito complicada. Pode passar para o terceiro slide, por favor, Humberto. Aqui, só um exemplo aqui do procedimento exigido pela ISO-9002, a organização da cana na terceira rua. Desponte no chão. Vocês podem observar a postura que a trabalhadora aí está, exigiram que ela curve a coluna completamente, imagine isso milhares de vezes por dia o que acontece com a coluna dessa trabalhadora. Pode continuar. Aqui só um comunicado sobre a exigência dos EPI's que são obrigatórios, aqui um comunicado de um texto meu também, "*uma empresa preocupada com a integridade física dos seus trabalhadores, vem através desses informar que todos deverão usar seus Equipamentos de Proteção Individual quando em serviço que o não cumprimento dessa norma acarretará advertência verbal, escrita, suspensão por um dia, por três dias e desligamento por justa causa.*" Demissão sem direito a nada. Pode continuar, Senador.

Aqui alguns exemplos, isso é um estudo meu, das lesões provocadas nos trabalhadores pelos Equipamentos de Proteção Individual. A mão de uma trabalhadora com distrofia ungueal, essas unhas não vão crescer mais, então, só exemplificando. Pode passar, Senador. Mão de um trabalhador rural. Não são só as mulheres que sofrem com os EPI's, os homens também sofrem, a mão de um cortador de cana. Pode passar, Senador. O pé de um trabalhador como fica com as botas de proteção, imagine vocês, os trabalhadores trabalhando com essas lesões o tempo todo o que acontece com eles. Aqui os EPI's também não têm nenhum tamanho diferenciado, são tamanhos únicos.

Agora o Ministério está conseguindo alguma questão sobre isso, mas as trabalhadoras, como os EPI's são comprados os mais baratos que têm no mercado normalmente, normalmente tamanho único. Então, uma trabalhadora aqui tem que usar três luvas por baixo de uma luva de proteção para conseguir manter o emprego e segurar o cabo do facão.

Só vou dar um detalhe que não vai dar tempo de apresentar. Normalmente as luvas não são aderentes ao cabo do facão. Os trabalhadores o tempo todo improvisam, emborracham o cabo do facão, diminuem o tamanho do cabo porque é totalmente inadequado para a mão das mulheres, principalmente. As mulheres não conseguem segurar com firmeza o cabo do facão. Isso gera situações de riscos tremendos nos canaviais. Pode continuar. Aqui só uma improvisação do que os trabalhadores o tempo todo têm que fazer. Isso aqui é um local para proteger a mão do trabalhador para ele poder amolar o facão, mas o trabalhador, para conseguir segurar a lima, nesse porta lima, ele tem que colocar pano, senão a lima escorrega e pode ferir ele e ferir os companheiros que estão ao lado.

Aqui só um exemplo de mais estratégias. Aqui os trabalhadores improvisando cabo de facão de mulher aqui. Aqui um cabo de uma mulher que ela, além de tudo, ela tem que diminuir dois centímetros no cabo, aqui para se conseguir segurar o cabo do facão com a luva de proteção e as mulheres têm que tirar também dois centímetros para conseguir segurar o cabo. Pode continuar. Mais improvisação. Um trabalhador improvisando com um cabo de vassoura a Lima para proteger a mão de amolar o facão que a todo o momento ele faz isso. Pode continuar. Alimentação, gente, não é meu estudo, mas acabou de ser publicado um estudo muito grande e só para mostrar a alimentação desses trabalhadores, esse estudo, o pessoal estudou 202 famílias de bóias-frias cortadores de cana e sem-terras acampados e assentados.

A fome atinge duas vezes mais os bóias-frias que os sem-terras. Os sem-terras, alimentos mais equilibrados e diversificados. Bóias-frias cortadores... você volta, por favor. Os alimentos gordurosos e basicamente carboidrato. Tanto que nós estudamos isso, os trabalhadores normalmente são muito gordos, eles têm um peso excessivo. Mas por quê? Comem gordura e carboidrato que é o que eles conseguem comprar para comer. A questão de saúde, isso, a nutrição disso ninguém sabe, ninguém estuda. Pode continuar. Eu não vou apresentar a recomendação que nós temos, gente, mas eu recomendo, eu preparei para vocês uma recomendação que eu estou sugerindo turno de seis horas de trabalho e, após uma hora e meia de jornada, pausa de 20 horas. Não vai dar para apre-

sentar. 20 minutos. Por que eu estou sugerindo isso? Nós fizemos um estudo em 96/97, em cima de 1800 comunicações de acidentes de trabalho e o pico dos acidentes acontece após uma hora e meia de trabalho. E isso é uma rotina nos canaviais, eu não consegui mais as comunicações por acidente de trabalho, para formatar melhor, perceber como isso acontece, mas isso não é muito antigo, isso é de 96 e o pico aqui, vocês podem observar, uma hora e meia de trabalho os trabalhadores começam... se acidentam mesmo. Então, a gente pensa, eu sou ergonomista, que se aqui entrasse com uma alimentação, com pausa e algum lanche que não seja carboidrato, alguma coisa para dar energia para o trabalhador, provavelmente a gente conseguiria diminuir os acidentes aqui. Pode passar, doutor. Oi, querido.

Trabalhador levantou água gelada de casa, é que ninguém fornece água nos canaviais, embora as normas exijam, mas é uma rotina que eu vejo nos canaviais os trabalhadores levarem, na mochila, garrafa de água congelada. Se fornece a água, a água é quente. Esse outro estudo não é meu, é um estudo de uma professora da UNICAMP, do Pedro Ramos, mas todo mundo está falando que os trabalhadores estão ganhando muito, estão ganhando muito mais. Mas aqui eu tenho um exemplo, é um estudo que foi feito há dois anos, o Pedro Ramos, ele mostra aqui nesse... na minha azul, eu não tenho legenda porque eu montei esse gráfico, opa, você pode voltar, por favor? Aqui nós temos em real, que é o pagamento do corte de cana e a remuneração também em real e o rendimento do cortador. Vocês podem observar na linha azul o pagamento do corte de cana, o real em tonelada aumentou. Não, diminuiu. Perdão. Diminuiu. Olha, aqui o rendimento do trabalhador como caiu de 1969 até 2004. A linha azul.

O rendimento no corte em compensação, pelas exigências de metas, olha como ele aumentou, aumentou a linha lilás. E a remuneração deles, remuneração/dia também diminuiu. A linha amarela, olha. Então, tudo bem, os trabalhadores estão tendo que trabalhar muito mais para conseguir manter o emprego, mas eles estão produzindo muito mais e ganhando menos. Se a gente conseguir estudo... a gente avaliar numa sequência aqui, então, eles não tendo, não estão tendo incremento salarial não. Eles estão tendo redução salarial se a gente considerar o salário e a produção exigida. Esse estudo também posso disponibilizar para os senhores, até o site dele está aqui. É de um professor da UNICAMP. Pode passar, por favor, Humberto. Aqui algumas cenas do plantio de cana. Só para vocês observarem, aqui uma carreta levando os

trabalhadores. Os trabalhadores vão em cima do caminhão totalmente soltos. Nada protege eles.

Um grupo vai em cima do caminhão, outro grupo no chão. Eu não tenho a rotina operacional daqui porque isso não me foi fornecido. A FUNDACENTRO não conseguiu acessar isso, mas o relato dos trabalhadores é que existem normas rígidas de produção aqui também. Você passa o próximo slide, por favor? A lateral desse caminhão, os trabalhadores vão em cima da cana. Um grupo vai em cima da cana, um grupo no chão. A proteção na carreta é só para cana. Conforme a cana vai caindo vai ficando sem nenhuma proteção os trabalhadores em cima da carreta. Vocês podem observar, eles estão totalmente soltos em cima da cana. Conclusão: quedas. Algum óbito pode acontecer aqui, nós não sabemos nesse caso ainda, mas é uma situação que evidentemente é de risco.

Certo. Bom, eu finalizei. Eu teria mais questões para apresentar que a FUNDACENTRO está trabalhando com várias entidades, mas eu não tenho tempo. Então, agradeço a vocês terem me ouvido. Espero ter conseguido explicar o pouco que eu sei dos canaviais, embora eu estude há 13 anos os canavieiros e me coloco à disposição, tanto aqui como na FUNDACENTRO, para vocês tirarem qualquer dúvida, tá bom? Obrigada.

SR. PRESIDENTE SENADOR JOÃO TENÓRIO (PSDB-AL): Agradeço a Dra. Maria Cristina pelas informações importantes com que ela nos traz e, ao mesmo, tempo que passo a palavra ao Dr. Eduardo Yojiro Koizume, Engenheiro de Segurança do Trabalho, consultor da União da Indústria de Cana-de-Açúcar, a UNICA.

SR. EDUARDO YOJIRO KOIZUME: Excelentíssimo Senador João Tenório, Digníssimo Presidente da Subcomissão Permanente dos Biocombustíveis, Digníssimo Senador Sibá Machado, Vice-Presidente da Subcomissão, também Permanente, dos Biocombustíveis, Senadores, Senadoras presentes, senhoras e senhores, funcionários da Casa. Meu nome é Eduardo Yojiro Koizume, eu sou um técnico na área de Segurança do Trabalho. Eu trabalhei muitos anos em indústria química nesta função e depois no centro de tecnologia da COPERSUCAR, em Piracicaba, como chefe da divisão de segurança agroindustrial daquela entidade, daquele centro de tecnologia. E aqui estou convidado para fazer uma apresentação, discutir alguns aspectos da questão do corte de cana, especialmente um muito agudo que tem sido publicado que é referente à morte dos trabalhadores, a questão da exaustão do trabalho que leva a um cenário, inclusive, de morte. Então, este é um tema que eu me proponho a fazer a

discussão nesse momento. Então, eu peço a gentileza de fazer a projeção.

Bom, então esse é o tema que nós vamos tratar, que é corte manual de canas. Meu nome está aqui, Eduardo Yojiro Koizume. Próximo. Então, esse assunto, ele inicia por aqui que foi publicado por várias vezes essa questão da morte por exaustão e eu me lembro das primeiras que, segundo a pastoral do migrante, desde 2004 até abril de 2007 ocorreram 19 mortes suspeitas em canaviais que estão sendo investigadas pelo Ministério Público Federal. Então, inicialmente, essa era uma... foi colocada como suspeita. E depois vários pronunciamentos de muitas pessoas e entidades têm colocado como não suspeita, mas como mortes efetivas. E parece que a fundamentação que essas pessoas colocam, sempre, bom, primeiro nós fomos ver a questão dos atestados de óbito, enfim, aquilo que realmente caracterizava aquela situação e, parece-me que não existe nenhuma comprovação, ou pelo menos daquilo que nós conhecemos, não existe nenhuma comprovação de óbito das pessoas confirmado por aquele motivo. Mas, isso complica muito nessa linha.

Então, aqui, por exemplo, nós temos aqui os dados que as pessoas estão apresentando, como esta pesquisadora Maria Aparecida Moraes da Silva, a própria Maria Cristina que me antecedeu. Enfim, várias pessoas. Mas eu chamo atenção, especialmente aqui, por exemplo, para o Francisco da UFSCAR, que ele trata de uma certa forma uma quantidade de golpes de facão que estão aí descritos e que eles publicaram. Então, podia passar para a outra tela. Se a gente olhar essa tela, dessa quantidade de golpes que ele está citando, se nós tentarmos olhar numa jornada efetiva de oito horas, que na verdade não é essa jornada, é muito maior do que isso, se nós trabalharmos lá 28 mil e 800 segundos, que são oito horas, a pessoa teria que estar desferindo 12,72 golpes de facão por segundo. Então imaginem o que o seriam 12,72 golpes por segundo do facão, segundo os dados que estão sendo colocados. Muito bem, então, aí surge o seguinte: Existe uma afirmação de mortes por exaustão, etc., mas parece-me que os dados e tudo aquilo que se coloca a público, ela não tem muita consistência para dizer o porquê, efetivamente, as pessoas estão fazendo esse tipo de afirmação. Então, eu fiz aqui um pequeno *aprou* (F) para tentar olhar um pouco o problema. Primeiro olhar sob o ponto de vista amplo, ergonômico, mas com um enfoque muito específico na sobrecarga fisiológica do homem. Por quê? Porque essa parece ser a questão. Quer dizer, será que esse tipo de atividade, será que isso está acontecendo ele causa uma sobrecarga tão grande? Então, eu tentei montar aqui um escope de

um trabalho que poderia ser feito para realmente olhar se isto acontece ou não.

Então, essa é a intenção daqui para frente. Próximo. Então, aqui eu passo pelo conceito de ergonomia que é ampla ergonomia, estudo da adaptação do trabalho, das características fisiológicas e psicológicas do ser humano. Próximo. Então, agora eu vou para sobrecarga. Então, eu vou fazer o enfoque na sobrecarga. Então, para eu poder estudar a sobrecarga e chegar em alguma conclusão eu coloco aqui uma proposta de um estudo. Como poderia ser um estudo que avaliasse isso? Então, primeiro eu preciso ter um grupo representativo da população de cortadores de cana. Então, eu tenho que ter uma mostra, e eu tenho que fazer, na verdade, duas avaliações: Uma no período frio e outra no período quente. Por quê? Porque a safra da cana, ela se dá exatamente nos dois períodos, aqui no Sudeste.

Então ela começa em abril/maio e termina em novembro. Então, ela pega períodos frios mesclados com quentes. Muito bem. Essa mostra, para estratificar essa mostra, para ser representativo eu estou considerando o seguinte: Eu preciso olhar um pouco sobre a parte de origem daqueles cortadores de cana, sejam eles residentes ou migrantes. Eu tenho que verificar a parte de sexo também, porque existem homens e mulheres envolvidos nessa atividade, a idade dessas pessoas que estão envolvidas, para que nessa estratificação ela seja representativa, o tempo na atividade. Aqui também existem várias afirmações de que, após quatro safras, cinco safras a pessoa está inútil, ela deixa a atividade e etc. Aqui é questão de produtividade. Então, dentro da amostra verificar o que realmente existe de produtividade. Porque quando se fala de 20 toneladas, 10, 5, etc., é preciso ter, realmente uma estratificação bem representativa. E essa aqui é a parte de massa corporal. Como que é a característica do indivíduo que está cortando a cana? A Cristina, que me antecedeu, ela falou alguma coisa de população gorda e etc. Então, é preciso olhar um pouco como é que é isso também para poder chegar numa estratificação correta. Próximo. Muito bem, que parâmetros? Então, eu tendo uma mostra como é que eu devo avaliar agora? Quais seriam os parâmetros que eu deveria avaliar? Próximo. Primeiro seria a duração da jornada. Quanto efetivamente é a duração da jornada? Que hora efetivamente a pessoa sai? Que hora que ele está disponível ao corte? Quanto tempo ele corta? Se ele pára para tomar água, para fazer refeição, para afiar o facão, enfim, qual que é efetivamente essa duração da jornada e a duração das pausas também? O que acontece exatamente nessa atividade? Próximo.

A produtividade por período, quer dizer, desde o período que ele inicia até a hora que ele termina, como será essa real produtividade dessas pessoas? Bom, aqui eu coloco mais duas condições como parâmetros, são as condições ambientais que eu vou fazer apresentar mais alguma coisa e o próximo seria... pode passar o próximo? Condições ambientais e sobrecarga. Vou me ater nesses dois aqui com mais, um pouco mais de detalhe. Então, próxima. Condições ambientais. Para se fazer medição ambiental existe um critério, eu estou mostrando o equipamento aqui. Pode ir para o próximo. Então, este equipamento aqui ele tem um termômetro de bulbo úmido, seco e termômetro de globo. Estes componentes são utilizados para medir a real condição da temperatura ambiente para fins ocupacionais. Os dados que são coletados aqui, seja naquele período frio, seja no período quente, eles servirão, inclusive, para entrar numa equação onde você determina um índice chamado IBUTG. Então, na verdade, isto aqui é para uma a variação ambiental. Isso é uma tecnologia para se conhecer exatamente como é a variação da condição ambiental naquela atividade. Próximo.

Bem, agora vamos para a parte fisiológica, depois da ambiental vamos para a parte fisiológica. Quais são os pontos que eu chamo atenção que poderiam ser trabalhados? Então, quais são os pontos importantes? Elevação da temperatura interna do corpo, perda hídrica associada à perda de sais minerais, elevação da demanda respiratória e elevação da frequência cardíaca. Então, vamos dar uma olhada em cada um desses itens aqui. Próximo. Temperatura interna do corpo. Só para fins de informação, para fins de temperatura interna do corpo, que é uma variável extremamente significativa para a gente avaliar sobrecarga da pessoa, eu diria que alguns limites permissivos ou recomendados pela Organização Mundial da Saúde e outras instituições de alta credibilidade que elas estabelecem que a temperatura do corpo no trabalho, a temperatura interna do corpo não deve exceder a 38 graus. Os efeitos esperados.

Se nós tivermos um nível de 39,2 graus na temperatura retal, porque nós estamos falando de temperatura interna do corpo. A maioria das pessoas apresentará distúrbios e mudanças fisiológicas rapidamente reversíveis e a 42 pode levar a seqüelas fisiológicas. Mas essa parte de avaliação de temperatura interna do corpo é uma coisa difícil de se fazer, porque socialmente é muito complicado fazer certos tipos de trabalho para esse tipo de medição. Então, o próximo. Então, a recomendação é ir para algum critério menos problemático como fazer na parte oral, então, como chegaram à temperatura estimada da parte interna do corpo através da... [soa a campainha] da parte oral. Então, aqui eu

tenho o critério da medição da norma ISO-8092, que admite que se a temperatura for maior que 18 graus, usando esses critérios antes de medir, colocar o termômetro na boca do sujeito com a boca fechada, nestas condições aqui, essa temperatura medida ela pode ser associada para chegar à temperatura interna do corpo, segundo critérios da ISO-9886. Próximo. Agora vem o ponto fundamental que é a parte da resposta cárdio-respiratória, quer dizer, qual que é realmente essa demanda? Então, como é que a gente começaria isso daqui? Através de uma avaliação do consumo de oxigênio e frequência cardíaca. Então, nós... o primeiro ponto era fazer o tal da chamada ergoespirometria, onde vão ser detectados três pontos fundamentais para que possam fazer uma avaliação. Depois eu explico um pouco mais o que é isso. E depois vem um monitoramento da frequência cardíaca de campo, ou seja, as pessoas que foram selecionadas para ser avaliadas, elas primeiro vão fazer um exame geral para detectar qual é o perfil dele e depois, no campo, vai ser comparada através do perfil dele próprio.

Eu acho que muitos de nós aqui já fomos, já nos submetemos a alguns testes quando nós vamos fazer a parte de capacitação física. Então, quando nós vamos ao cardiologista o que quê ele faz? Ele primeiro faz uma avaliação nossa dentro do laboratório para determinar qual é a nossa condição, qual é o nosso perfil e depois ele estabelece um conjunto de exercícios adequados aquele perfil que foi levantado, que o meu é diferente dela e assim por diante. Cada um tem o seu perfil. Então, é necessário fazer isso. Como é feito isso? Normalmente é feito numa esteira onde a pessoa, aonde essa esteira, a velocidade é controlada e aqui vai ser medida a frequência cardíaca e a parte respiratória. Então, é colocada uma máscara no sujeito. Próxima. Acho que a próxima mostra alguma coisa. Então, aqui nós já vemos alguma coisa do teste sendo realizado, ou seja, a pessoa no esforço sendo controlado, tanto na parte respiratória como na parte cardíaca. Próximo. Aí, essa parece que está um pouco melhor.

Nós temos aqui sensores colocados e o sistema de captação de oxigênio e da produção de gás carbônico. Então, com este tipo de teste eu consigo dizer que para cada uma pessoa como é o perfil dele. Então, eu traço esse perfil. Próximo. Então, como é... aí através desse teste de laboratório eu vou chegar naqueles três indicadores chamado Limiar Anaeróbico, ou LA, o ponto de compensação respiratória e o volume máximo de oxigênio. Então, quando nós chegamos nesses três pontos o fisiologista pode, por exemplo, determinar um conjunto de exercício às pessoas e controlar a parte de exercício das pessoas, e ela está sob total controle da parte cárdio-respiratória, ou seja, a pessoa, ela tem

um perfil, foi levantado esse perfil e, na atividade dele, nós estamos monitorando em função do perfil dele próprio. Então, próximo. Como que seria isso? Eu trouxe aqui uma tela para mostrar o seguinte. Então, aqui eu tenho uma medição em tempo que vai ser feito numa pessoa, aqui a parte de batimentos cardíacos. Então, como é que é feito isso? Então, o primeiro ponto. Próximo. Eu vou colocar no gráfico de cada pessoa esse primeiro limite chamado limite anaeróbico. Então está lá o primeiro limite. Próximo.

Aí eu vou colocar também o ponto de compensação respiratória. E finalmente eu vou colocar o VO2 máximo, aí a pessoa, então, este é o perfil que eu levantei em laboratório, na clínica. Agora, eu vou colocar a pessoa trabalhando. Se fosse, no caso, se fosse o cortador de cana, ele estaria trabalhando somente com um medidor colocado nele que vai dar o batimento cardíaco e eu teria um gráfico mais ou menos desse tipo. Este aqui é de um esportista que eu coloquei que foi um exemplo. Então, aqui vocês percebem como está variando o batimento cardíaco dele ao longo de todo esse tempo aqui e aqui os limites referenciais dele. E aqui, nesse caso aqui, nós traçamos uma curva de tendência que é a curva polinômica. Então, passa para a próxima, por favor. Aqui uma nova, um novo perfil que nós estamos mostrando aqui. Vocês já percebem aqui que esta aqui, por exemplo, ela tem um comportamento diferente. Só lembrando o seguinte, por exemplo. Quando uma pessoa vai dimensionar os exercícios para uma pessoa perder peso, adquirir capacitação, o que quê ele faz? Normalmente ele trabalha aqui neste intervalo entre este intervalo e este intervalo. É isto que é prescrito para as pessoas trabalharem. Então, disso daí, então, eu gostaria de dizer o seguinte.

Para a gente poder chegar em algum estudo, alguma conclusão sobre exaustão, sobrecarga, etc., eu acho que é absolutamente necessário ter algumas... alguns trabalhos dirigidos desta forma para que a gente possa ter consistência naquilo que está falando. Por enquanto, não havendo esse estudo, o que se pode afirmar é o seguinte: Não existe nenhuma comprovação que as 19 mortes ocorridas nas últimas quatro safras no trabalho de corte manual de cana-de-açúcar tenham decorrido de excesso de esforço físico. A ausência de literatura ou estudo científico acerca da relação entre esforço físico em termos de atividade, tornam infundadas as afirmações sobre excesso de trabalho no corte de cana-de-açúcar. Então, na verdade, o propósito foi esse. Tentar mostrar um pouco de qual poderia ser uma metodologia capaz de fazer uma avaliação mais, tecnicamente mais embasada para que a gente pudesse ter uma resposta mais adequada para as discussões. Era isso, me coloco à disposição para os debates.

SR. PRESIDENTE SENADOR JOÃO TENÓRIO (PSDB-AL): Agradeço Dr. Eduardo Koizume pela bela exposição que aqui apresenta levantando exatamente o contraditório que é importante, o motivo maior dessas audiências públicas e ao mesmo tempo que convido o próximo expositor que aqui representa, substitui e representa o Sr. Elio Neves que é... Sr. Aparecido Bispo. Com a palavra Sr. Aparecido Bispo. E água-de-côco é um mimo de Alagoas que nós trazemos aqui para... [RISOS]

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Obrigado, Sr. Presidente. É pela primeira vez que eu vou experimentar...

SR. PRESIDENTE SENADOR JOÃO TENÓRIO (PSDB-AL): Espero que goste...

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Da Subcomissão de Biocombustíveis, porque nas demais Comissões eu não conhecia isso.

SR. PRESIDENTE SENADOR JOÃO TENÓRIO (PSDB-AL): Isso é um mimo das Alagoas aos presentes.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Muito obrigado.

SR. APARECIDO BISPO: Bom dia... Bom dia, desculpe pelo atraso, é que a gente foi pego de surpresa ontem e acabei chegando atrasado aqui. Quero cumprimentar aqui os membros da Mesa e o plenário presente. Eu sou Aparecido Bispo, sou Secretário-Geral da FERAESP, Federação dos Empregados Rurais e Assalariados do Estado de São Paulo. Peguei um pouco aqui do que a Cristina apresentou e peguei aqui um bocado do que o Eduardo fala. Realmente, a gente não tem estudos que falam que as mortes foram por exaustão. Mas eu comecei a cortar cana com 13 anos, cortei cana durante 9 anos e eu sei o que passa o cortador de cana. Nos anos 80 o trabalhador cortava, em média 7... cortava em média 3 toneladas um cortador de cana pelo outro, hoje, já tem a média de 12 toneladas um trabalhador pelo outro. Então, a produção aumentou muito. Isso que a Cristina fala é real. O salário, ele não teve um aumento, mas na produção sim. E é comum a gente ver trabalhadores caírem desmaiados, trabalhadores dar câibras. Se está dando câibra é porque está faltando alguma coisa ou está trabalhando demais. Dores de cabeça forte e problemas de sangramentos no nariz porque ele tem respirado muito aquela fuligem quando ele bate o facão no chão, sobe aquele vento, principalmente quando o clima está parado e ele respira toda aquela fuligem. Então, dá diversos problemas.

Eu acho que nós também temos que ver e preparar algo que possa fazer esses estudos. Mas eu tenho certeza que essas mortes têm sido, sim, por exaustão,

porque isso é claro, mostra a produtividade, desde a época dos escravos, um escravo cortava uma tonelada e 200 quilos. Hoje um trabalhador, hoje empresa para se garantir o emprego tem que cortar dez toneladas, se ele não cortar ele não é contratado. Ele passa por um processo de experiência que ele, se durante os três meses ele não atingiu as 30 toneladas, ele acaba sendo eliminado dessa empresa. Isso é um fato real. E que nós precisamos apurar isso. Então, do longo dos anos nós estamos vendo esse crescimento. O setor está crescendo, o setor está bem, está exportando. Acho que nós precisamos cuidar dessa parte. O salário dos trabalhadores está defasado.

Quando a gente vai fazer o debate com o setor, fala que os trabalhadores ganham mais de mil reais. Então, por que é que a gente quando vai fazer acordos coletivos eles não aceitam que os trabalhadores ponham piso com a categoria de mil reais, por exemplo, o piso tem que ser lá 400 reais, 390, 420. Esse é o piso do cortador de cana. Aí joga para ele a produtividade, aí ele não vai querer trabalhar pelo piso, porque o piso é baixo. E como é que ele vai pagar seu aluguel, pagar sua água, pagar sua luz, sustentar a sua família? Ele vai ter seu lazer... ele vai ter que trabalhar por produção. Aí ele vai ter que cortar 10, 20, 15 toneladas por dia para poder ter um salário aí de 600, 700, 800 reais porque é o que ele vai precisar. Então, nós precisamos fazer essa discussão mais clara. Acho que os estudos tem que ser feitos? Tem. O Eduardo está certo quando fala que o estudo não foi feito, que não comprovou. Não comprovou mesmo. Porque eu já cobre do Ministério do Trabalho isso. Tem que pegar esses diagnósticos e provar que realmente aconteceu. Mas nós, na prática, vemos isso.

É comum a gente... quem cortou cana e quem corta cana sabe disso. Pode perguntar para qualquer um se não há problemas de desmaios no dia-a-dia, de câibra, praticamente metade da turma vem dando câibra na barriga, nas pernas, nos braços. Sem falar nos problemas de LER, pelos esforços repetitivos. Além de ter os esforços dele no facão, ele também tem o esforço de pegar o peso. Ele carregou durante o dia 10 toneladas. Claro que não foi de uma vez, mas aquilo vai pesando durante o dia. Então, tem todos esses problemas que a gente precisa colocar. E nós precisamos discutir esses pontos porque ao longo dos anos a gente se fala tanto no setor que está bem, a tecnologia avançada. Eu concordo. Mas nós precisamos avançar na tecnologia dos trabalhadores, no fato, lá no local de trabalho, aonde precisa se ter ambulância para socorrer na hora que precisa, que não tem, a maioria das vezes as empresas não cumprem, só quando o Sindicato vai fazer uma visita, aí os caras trazem correndo. Então

umas questões que a gente tem colocado, problemas de atestado, onde tem os Municípios pequenos que têm destilarias, infelizmente tem um problema sério.

Os médicos não fornecem atestado para o trabalhador que for atendido. Eu quero colocar essa denúncia. O trabalhador procura o médico, ele falta no trabalho por algum motivo de saúde, ele procura o médico, o médico, ele fala que trabalha na empresa X, ele não pega atestado, o médico não fornece atestado e ele fica com falta e ele é penalizado por isso. Então, os Municípios pequenos tem passado por muitos problemas nesse sentido, de um problema de saúde que poderia estar verificando. Porque se ele está... por que ele não falta? Às vezes ele está com um problema de saúde que ele poderia ser tratado e não ocorrer mortes. Mas só que ele vai no médico e ele não tem atestado. E muitas vezes ele é obrigado a trabalhar doente porque ele sabe que se ele for no médico ele vai ter falta. Porque não vai pegar o atestado, aí ele vai trabalhar doente e lá, no local de trabalho ele precisa cortar dez toneladas. Ele não está com condição de cortar dez. Mas só que ele está com problema de saúde e aí ele é obrigado a cortar dez toneladas, se não ele não garante o emprego. Então, tem um monte de fator. Tem usinas boas? Tem usinas boas. Mas a grande maioria tem tido uma postura muito ruim, eu acho que precisa ser mudado esse contexto. E essa Comissão tem a obrigação de estar, a gente está elaborando um trabalho nesse sentido. A FERAESP está à disposição para fazer essa discussão. Se precisar fazer alguns levantamentos mais concretos a gente vai fazer, de visitas que precisam ser feitas, os trabalhos que nos referimos precisam fazer. Encaminhamos algumas coisas, estamos encaminhando uma discussão com a UNICA, está sendo louvável isso, mas nós precisamos avançar mais. Avançar mais na condição de trabalho.

Precisamos avançar na questão de ganho dos trabalhadores. Porque se os trabalhadores ganham o que o setor fala que ganha, acho que vamos colocar isso a título de piso e não exigir por que ele pode ganhar, mas ele tem que ganhar se matando, ele tem que ganhar ali no esforço, no facão, na competição com os próprios companheiros, porque tem algumas metas que as empresas colocam que é o tal de PPR, que não é participação no lucro, e que é onerado toda a turma. Se um trabalhador da turma falta, aquele PPR, ele acaba sendo diminuído pela turma inteira. Então, o trabalhador acaba cobrando o outro que ele não falte, naquela turma não tenha falta porque o PPR dele, no final da safra, será maior. Então, tem esses problemas também que nós precisamos ter colocado. Então, tudo que está colocado está destinado à produtividade do setor. E o trabalhador não está sendo remunerado

por isso. Além disso, tem um outro problema que é a questão transparência que é um dos problemas que nós estamos discutindo.

O trabalhador está lá, ele corta cana, mas ele não tem o controle do caminhão que vem, cata a cana e leva até a balança e pesa. Se ele ganha por tonelada, quem controla isso para ele é só a empresa. E muitas empresas não fornecem um comprovante diário no final do dia para ele saber quantas toneladas ele cortou. E muitas vezes ele vai saber depois de uma semana, 15 dias, o quanto que ele cortou lá atrás. Então, tem uma série de questões que está colocada, que precisa ser mudada. Acho que nós, da FERAESP, estamos tentando fazer essa discussão. Elimara, ele tem acompanhado, o Eduardo tem acompanhado alguns trabalhos que nós temos feito, mas a gente acha e acredita que precisa avançar mais porque essas mortes precisam ser eliminadas dos canaviais. A gente sabe disso, o excesso de cãibra que tem, alimentação, realmente, é muito ruim, principalmente para os migrantes, quando ele vem e lá ele se localiza nas cidades, ele precisa economizar, comer menos o possível para ele mandar o dinheiro para a casa dele, que está lá em Alagoas, que está lá em Minas, em qualquer outra área do Nordeste. Aí ele tem uma condição mais precária de alimentação ainda. Então, esses pontos nós precisamos discutir. Tem alguns avanços com relação a alojamentos que algumas empresas já estão adotando, tem uma alimentação boa, a gente tem acompanhado algumas questões que tem avançado, mas com relação a produtividade, que é um dos pontos que mais pega, nós precisamos fazer essa discussão. Então, é isso. Não preparei nada para que pudesse ser apresentado, mas é isso que a gente queria falar, estou à disposição para o debate.

SR. PRESIDENTE SENADOR JOÃO TENÓRIO

(PSDB-AL): Agradeço ao senhor Aparecido Bispo que traz a sua experiência mesmo, até de cortador de cana durante um período longo da sua vida, o que, de fato, enriquece o debate aqui porque é alguém que já teve com a mão na massa, como nós costumamos dizer no Nordeste. E a última expositora, Dra. Elimara Aparecida. Prefere falar em pé. Está concedido a solicitação.

SRA. ELIMARA APARECIDA ASSA SALLUM:

Excelentíssimo Sr. Senador Presidente dessa Comissão, Dr. José Tenório... João Tenório, desculpe, Excelentíssimos Srs. Senadoras e Senadores aqui presentes... [soa a campainha] componentes desta... Posso. Ilustres palestrantes, senhores assessores aqui presentes, senhoras e senhores. Em primeiro lugar eu gostaria de agradecer e parabenizar essa Comissão pela iniciativa de nós podermos estar discutindo a questão social e trabalhista nesta Casa. Gostaria de agradecer o convite

a mim celebrado pelo Sr. Presidente dessa Comissão e dizer que é com muito orgulho que aceitei e pretendo deixar um pouco da minha contribuição nesta Casa. Trabalho há 25 anos no setor sucroalcooleiro como advogada na área trabalhista. Aprendo a cada dia e tenho a certeza absoluta que tenho o maior orgulho de trabalhar nesse setor.

Como iniciei na minha exposição, gostaria de dizer o seguinte: O setor sucroalcooleiro, ele tem um índice de formalidade muito grande. Por gentileza, se você pudesse ir passando. Quanto à questão social ele gera empregos diretos formais. Nós temos uma tabela aí onde nós demonstramos os empregos na cana-de-açúcar, açúcar e álcool de 2000 a 2005. 2005, cana-de-açúcar, 414 mil 668 empregos. Açúcar, 439 mil 573, álcool 128 mil 363, ou seja, um contingente de 982 mil 604 trabalhadores. É desse setor que nós estamos falando. Aonde nós temos um contingente, hoje, de mais de um bilhão de trabalhadores com empregos diretos e formais. Na sequência eu gostaria de dizer o seguinte: Na cana-de-açúcar, empregados com carteira assinada na área agrícola: Nós temos 93,8%.

Na economia brasileira, o índice de informalidade não chega a 50%. Na agricultura, podemos afirmar que é em torno de 32%, ou seja, é um setor que emprega, registra dentro de uma formalidade a nível nacional. É desse setor que nós estamos falando nessa audiência. Por favor, na sequência. Muito bem, temos também a escolaridade e valor médio do rendimento das pessoas ocupadas em diversas lavouras. Como podemos observar o setor da cana tem uma remuneração média de 810 reais e um índice de escolaridade em torno de 5 anos. Perdemos de quem? Perdemos aqui da soja. A soja é uma cultura diferente com mais de 50% mecanizada e, como vocês podem observar, ela tem um índice de escolaridade superior a outros segmentos agrícolas. Na sequência, por favor. Questão social. Mecanização na colheita: Aproximadamente 45% da área da cana em São Paulo. Proposta no Estado de São Paulo: Eliminar a queima em 2014, nas áreas mecanizáveis e 2007 na área total. Uma máquina colheitadeira em média faz o trabalho de 100 homens. Estamos preocupados? Estamos sim. O que pretendemos fazer? Articulação com o Poder Público e representantes sindicais, visando a qualificação de trabalhadores, em decorrência do crescimento do corte mecanizado.

Apoio ao treinamento e capacitação de profissionais de nível médio e superior. Pensamos na questão da sustentabilidade, responsabilidade corporativa, trabalho feito pela UNICA, indicadores do balanço social e base nas empresas do setor, setor que participa da implementação dos indicadores Ethos(F) e indicado-

res setoriais com as suas associadas. A UNICA associou ao World Bank(F) para dar início ao segundo programa de responsabilidade social e corporativa e competitividade sustentável para as associadas que envolvem 2500 universitários que também já participaram deste programa. Projeto Tear, tecendo redes responsáveis com seus fornecedores. Parceria com a FER(F), Ribeirão Preto, observatório do setor sucroalcooleiro. Trabalhista. Nós estamos falando de setor que em regra você tem uma agroindústria com uma atividade híbrida, urbana e rural.

O quê que nós fazemos? É o cumprimento da Legislação Trabalhista. Seja ela Constituição Federal, a consolidação das leis de trabalho, especial no meio rural, a lei 5889 de 73 do decreto 73624. A norma regulamentadora de saúde e segurança no trabalho que é a norma regulamentadora 31 que entrou em vigência em 2005, uma das normas, uma norma bastante complexa, mais rígidas do mundo, podemos afirmar. Nós temos as convenções coletivas de trabalho e ou acordos coletivos de trabalho que contemplam, além da questão salarial, benefícios que variam de setor para setor e ou empresa para empresa, respectivamente. Além disso, no ano de 1996, o segmento assinou com o Governo do Estado de São Paulo o pacto dos Bandeirantes que tenha por objetivo a erradicação do trabalho infantil no setor sucroalcooleiro no Estado de São Paulo. Paralelamente, como o colega que me antecedeu, Aparecido Bispo, nós, tanto a FERAESP como a UNICA, por iniciativa firmaram um protocolo de intenções, visando o quê? Objetivo. Aperfeiçoar as condições de trabalho rural no setor canavieiro e avaliar e recomendar as melhores práticas relativas aos seguintes temas.

Além da Legislação, além da Constituição das normas coletivas, nós fazemos esse trabalho. Terceirização no corte de cana-de-açúcar, condições atuais e alternativas para eliminação. Divulgamos recentemente documento que depois do início desse trabalho já houve uma redução de em torno de 60% da terceirização no corte manual da cana-de-açúcar no Estado de São Paulo. Transporte de trabalhadores rurais. Transparência do sistema de aferição e pagamento do trabalho por produção, corte de cana. Aqui foi dito muito a questão trabalho por produção. Todos os acordos coletivos de trabalho e convenções que eu conheça, a nível de Brasil, no setor da cana, prevêem pagamento por produção. Todos. O que se citou aqui foi a questão do [ininteligível], estamos trabalhando para aumentar essa transparência. Esse grupo de trabalho, um subgrupo estuda *hollerith*, o outro subgrupo estuda o sistema, um subgrupo estuda equipamento de proteção, como foi dito aqui. Realmente nós temos os equipamentos de proteção

para agricultura e você não diz para que cultura que ele é. Só que esse equipamento de proteção tem que ter um CA, um Certificado de Aprovação sendo que no corte de cana o trabalhador rural tem preferência por um óculos de telinha que não tem CA e é autuado. Então, realmente eu concordo nesse ponto com a expositora da FUNDACENTRO que nós temos que ter uma atenção especial com relação aos equipamentos de proteção para cada segmento da agricultura e não só para o corte de cana com relação a esse aspecto. E a questão do trabalhador migrante que eu vou falar um pouco, falar depois, que é um problema grande para nós. Muito bem, eu trouxe alguns pontos que nós poderíamos chamar de questões polêmicas.

Questões polêmicas por quê? Por que um setor em crescimento, um setor em expansão é um setor que está sendo acompanhado pela mídia. É um setor que está sendo objeto de críticas, objeto de discussão. E o quê que nós vamos vendo em tudo isso? O que quê que nós estamos observando em tudo isso? O setor começou a sua expansão, início da expansão, em 2005 e junto com a expansão do setor entrou em vigência a norma regulamentadora nº 31 que é... como disse, é uma norma complexa. É um avanço? Sim, é um avanço. Mas traz questões polêmicas. É uma norma onde o setor da agricultura teve que se adaptar, uma vez que até 1988 nós não tínhamos uma norma específica para o meio rural. De 98... de 88 até 2005 nós tínhamos cinco normas regulamentadoras rurais e três normas urbanas. E de repente, a partir de 2005, nós tivemos uma Legislação super complexa relativa à norma regulamentadora 31. Coincidentemente o setor em expansão com as ações do Ministério do Trabalho e Emprego e o Ministério Público do Trabalho, constantemente nós podemos ver na mídia notícias relativas ao descumprimento desta norma. Ora, é uma norma nova, é uma norma recente, é uma norma que traz questões polêmicas tais como exames médicos.

Anteriormente você tinha norma regulamentadora nº 7... [soa a campainha] aonde você dizia quais eram os exames complementares, urbana. Hoje no rural fica a critério do médico da empresa, do empregador rural os exames complementares, você tem uma discussão sobre isso. A questão de pausas, veja bem, a única Legislação que trata de usos e costumes é a Legislação no meio rural. Vou citar como exemplo a questão que já estou falando aqui de jornada de intervalo para almoço, seja observado os usos e costumes da região. É difícil você conseguir fazer com que um cortador de cana, um trabalhador que ganhe por produção parasse o tempo mínimo uma hora para almoço. E, na verdade, as duas partes se acomodaram. O setor patronal acostudou ir para a justiça pagar um adicional e o tra-

balhador trabalhava, não descansava essa uma hora. Errado. Estamos trabalhando para isso. Para mudar. Mas isso depende não só do empregador. Mas sim, também do trabalhador. Quando foi dito aqui questões de punição, vinculação de trabalho, eu gostaria de fazer um pouco da defesa nesse sentido porque, veja bem, nós estamos tratando de uma Legislação com usos e costumes. Então, tem que existir uma parceria com o Sindicato dos Trabalhadores, como está existindo em São Paulo a nível de você conscientizar o trabalhador da necessidade de parar. Ora, eu estou em 2007 conscientizado para parar uma hora para o almoço. De repente eu tenho pausas.

A NR-31 diz: *“O empregado que trabalha em atividade em pé, ou de sobrecarga tem que ter pausas.”* Não diz quantas. Então, nós estamos também trabalhando isso. Em São Paulo em regras, as pausas estão sendo tiradas. 10 minutos no período da manhã e 10 minutos no período da tarde. Outros assuntos polêmicos na NR-31 também estão sendo objetos de fiscalização. Agora, é necessário e importante entender o seguinte. O auditor fiscal cumpre o seu papel, mas ele tem uma autonomia funcional, ou seja, cada auditor fiscal pode olhar um item de uma norma nova e ter uma interpretação diferente. E até que esses autos de infração sejam julgados na esfera administrativa ou judicial não aprova ainda em muitos casos de um erro do empregador. Muito bem, terceirização: Para nós, como vocês viram no protocolo de intenção, a única recomenda, o fim da terceirização no corte manual da cana-de-açúcar.

Grande parte dos problemas que nós temos visto eles estão voltados à terceirização? Sim. Então, nós trabalhamos para isso independente de não existir nenhum tipo de proibição na Legislação para esse tipo de assunto. O que nos preocupa? Uma portaria do Ministério do Trabalho e Emprego aonde permite que o auditor fiscal chegue numa empresa que esteja com uma empresa terceirizada e diga que cancele o registro com o terceirizado e diga com vínculo empregatício tem que ser com a usina ou com o tomador de serviço. No nosso entendimento, com todo o respeito, é inconstitucional essa portaria porque cabe à Justiça do Trabalho a decisão de vínculo de emprego ou não e não a esfera administrativa. Aí você vê algumas notícias. Foram encontrados em determinada empresa trabalhadores sem registros. É importante salientar que tem que verificar se eles não tinham o registro ou se eles tinham com o terceiro e não com o empregador. No meu ponto de vista é um ponto extremamente importante. Questão do migrante. Foi dito aqui, gato, terceirização, migrantes. Existe uma Instrução Normativa do Ministério do Trabalho que diz o seguinte:

“Contratou trabalhador oriundo de outro Estado ou região você tem que pagar o transporte, fazer o exame médico, dar o alojamento para alimentação e devolver esse trabalhador para o seu Estado.” Perfeito. Tem que ser cumprido. O quê que ocorre no setor verdadeiramente? Ocorre o seguinte. Grande parte das empresas cumprem essa Instrução Normativa. Temos um exemplo de São Paulo de um grupo grande que traz aproximadamente 10 mil trabalhadores com base na Instrução Normativa. Acontece o seguinte: Existe uma migração natural. As pessoas, há mais de 20, 30 anos, se deslocam de um Estado para o outro do País em busca de trabalho.

Esse trabalhador e existe uma terceira situação, irregularidade que pode acontecer que essa eu vou deixar de lado que tem que ser apurada. Eu gostaria de trabalhar com essas duas. Se eu trago um trabalhador eu tenho que cumprir a Instrução Normativa. Agora, se eu não trago o trabalhador e ele vem espontaneamente, o que nós temos visto na mídia? Encontramos repúblicas urbanas. Ora, no meu modesto entender a NR 31 não contempla repúblicas urbanas. Um grupo de trabalhadores se desloca de um Estado para o outro, eles se agrupam 10, 15 pessoas, numa casa, apresentam para as empresas o endereço daquele Município, no Estado de São Paulo existem algumas cidades dormitórios, e são contratados. Num determinado momento a fiscalização do trabalho, do Ministério Público do Trabalho vai lá, evidentemente que essa República urbana, ela não vai ter as condições da NR-31 quando trata de alojamento. Vai lá e diz: Condições degradantes de trabalho no setor sucroalcooleiro. Ora, eu entendo o seguinte: Se eu trouxe trabalhador eu tenho que cumprir a Instrução Normativa.

Agora, se eu não trouxe esse trabalhador, primeiro que eu não posso proibir que ele se desloque, é um direito previsto constitucionalmente. Segundo ponto: Eu não sou responsável por essa moradia urbana, porque se fosse responsável, o empregador passaria a ter a função social do Estado porque se ele tiver que arrumar uma República urbana do trabalhador ele teria que arrumar as casas dos seus empregados que não estivessem nas mesmas condições. Veja bem, então, nós temos que tomar um cuidado muito grande com isso e eu estou falando isso porque eu afirmo que foram firmados termos de ajustes de conduta no sentido do empregador ter que dar o colchão ou ter que fazer a limpeza, arrumar essas casas. É um problema complexo a migração? É. Mas nós temos que separar. E grande parte das notícias que têm sido veiculadas na imprensa são situações encontradas em alojamentos aonde houve esse deslocamento natural dos trabalhadores. Registrando ainda, irregularidades têm que ser

apuradas. Mas essa é a situação que nós vivemos. A questão relativa à jornada de trabalho, acho que já chamei a atenção a questão do intervalo e das pausas.

Eu acho que os autos de infração eu também já coloquei. Nós tivemos 3011 autos de infração e no ano de 2007 com base de 6 da NR-31 e até maio, 1903 autos de infração, mas ele pega o segmento rural como um todo. Gostaria de registrar ainda, rapidamente, a questão do plano de participação dos resultados aqui. Para você fazer um plano de participação dos resultados você tem que ter uma Comissão de trabalhadores ou uma representação sindical do outro lado. Pois bem, não vamos confundir salário e remuneração com plano de participação dos resultados. As metas desses acordos coletivos de trabalho são feitos por empresa e cabe à empresa e a liderança sindical discutir essas condições. Então, eu acho que se alguns pontos colocados, no meu ponto de vista, pode ser uma exceção e não regra porque eu não imagino que uma liderança sindical ou uma Comissão de trabalhadores submeta assinar um acordo que não contemple as suas necessidades. Por outro lado eu gostaria de dizer também o seguinte: A questão do trabalho por produção. Veja bem, existe um piso salarial. Se o trabalhador não cortar, cortar uma tonelada de cana por dia, no final do mês ele vai receber o piso salarial da categoria. O quê que é dito? A média do corte de cana hoje, que nós temos, é em torno de oito ou nove toneladas. Quer dizer, então eu não obrigo o trabalhador a trabalhar além do que ele pode trabalhar. Primeiro porque atividade no corte de cana quem dá o ritmo é o próprio trabalhador, como foi dito por Eduardo. Ele afia o facão, ele pára, ele toma água.

Outro fato que foi dito aqui, a questão da água. Na frente de trabalho, eu posso afirmar, principalmente São Paulo, antes da NR-31 nós já disponibilizávamos água. Agora é água fresca na frente de trabalho. Então, você tem o ônibus com toldo, banquinho, mesa e água fresca. Ocorreram autuações? Sim, por que acabou a água, porque acabou a água? Sim. Isto é inadmissível. Concordo. Agora, dizer que nós não disponibilizamos água na frente de trabalho isso eu posso afirmar.

SR. PRESIDENTE SENADOR JOÃO TENÓRIO (PSDB-AL): A senhora sintetize aí...

SRA. ELIMARA APARECIDA ASSA SALLUM: Então tá. Bom, dado ao tempo, agora, é só para finalizar eu vou colocar aqui, índice de acidentes de trabalho no Brasil, posição do setor sucroalcooleiro. Esses dados, as informações utilizadas na construção dos indicadores foram extraídas do sistema de comunicação de acidentes de trabalho e cadastro de informações sociais.

Com esses dados aqui a gente pode concluir o seguinte: Mesmo para a pior situação de incidência de acidentes típicos, que é ocupada pela produção do álcool, ainda existem 33 outros setores em pior colocação que o setor sucroalcooleiro. Para a cultura da cana, 44 e para as usinas 41. Com relação à mortalidade, aspecto e a cultura da cana é a mais criticada, o setor é precedido por 149 setores da economia. E para finalizar a gente gostaria de dizer que nossa idéia, a intenção da UNICA é a produção com sustentabilidade ambiental e social. Era isso.

SR. PRESIDENTE SENADOR JOÃO TENÓRIO (PSDB-AL): Agradeço a Dra. Elimara Aparecida, sobretudo por atender no último momento aí na limitação do tempo e gostaria de passar para a segunda fase da nossa sessão de hoje, iniciando o debate entre os senhores e senhoras Senadores com os participantes dessa exposição.

SENADOR SIBÁ MACHADO (PT-AC): Sr. Presidente, minha inscrição, Presidente. Queria saber se a minha inscrição está feita?

SR. PRESIDENTE SENADOR JOÃO TENÓRIO (PSDB-AL): Ainda não.

SENADOR SIBÁ MACHADO (PT-AC): Tá. Estou pedindo.

SR. PRESIDENTE SENADOR JOÃO TENÓRIO (PSDB-AL): Tá bom. Mas para dar início eu passaria a palavra ao autor do requerimento que deu origem a essa sessão de hoje e essa audiência pública, o Senador Cícero Lucena.

SENADOR CÍCERO LUCENA (PSDB-PB): Sr. Presidente, eu gostaria, inicialmente, até por motivos superiores, eu perdi um pouco da palestras dos demais participantes de me pronunciar efetivamente no final, mas gostaria de justificar o porquê desse requerimento, já fiz quando apresentei, mas para os palestrantes que tive conhecimento da reportagem da Dra. Maria Cristina Gonzaga que foi publicado no sentido da preocupação que nós devemos ter em um item que consideramos muito importante para o projeto de um Brasil mais justo, mais humano e, principalmente, mais solidário. E todos nós estamos vivendo, vamos dizer assim, a produção do etanol como uma expectativa, não só de crescimento econômico, mas também com a sua contribuição em função de ser um combustível alternativo, em função do aquecimento global.

E consciente que nós somos de que essa indústria tem um potencial muito grande no Brasil, em várias regiões brasileiras, nós não podemos admitir esse crescimento apenas para o consumo interno. E como tal nós teríamos que pensar também na adoção dessa alternativa para o mercado externo, para o mercado internacional. E sabemos que essa relação de comércio

que porventura venha se estabelecer e confiamos que será estabelecida, ela precisa ter um embasamento, um alicerce muito responsável, não só na questão ambiental, mas também na questão trabalhista. Então, essa foi a razão para que nós possamos identificar, vamos dizer assim, eventuais desacertos que haja no setor, mas também, mais do que identificar nós temos a capacidade de propor soluções que, com certeza, elas existem e essa Casa tem exatamente essa atribuição na função Legislativa ouvindo todas as partes, desde o próprio representante do trabalhador, aquele que conhece o setor, não só como trabalhador, como produtor, a imprensa de um modo geral e o cidadão para que aqui a gente possa, então, estabelecer as normas. Então, essa foi a razão do nosso requerimento que, na verdade, somei ao requerimento do Senador João Tenório para que a gente possa aprofundar esse debate e no final, então, eu farei algumas perguntas que assim eu achar conveniente. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR JOÃO TENÓRIO (PSDB-AL): Pela ordem de inscrição, Senadora Kátia Abreu com a palavra.

SENADORA KÁTIA ABREU (PFL-TO): Obrigado, Sr. Presidente. Eu gostaria de agradecer a presença dos palestrantes, da maior importância aqui no dia de hoje e parabenizar o Senador Cícero Lucena por essa iniciativa, a Dra. Elimara, advogada da UNICA, Dra. Maria Cristina da FUNDACENTRO, um cumprimento especialíssimo a você, Aparecido Bispo, pela sua presença. Acho que foi muito interessante, muito importante a sua vinda aqui, você que cortou cana desde os 13 anos, por 9 anos, não foi isso? Quero dizer que você tem a minha admiração e meu respeito. Te acho muito corajoso e duro na queda para conseguir cortar cana tanto tempo assim. E o Dr. Eduardo também faço aqui um cumprimento especial e quero informar a essa Comissão que o Dr. Eduardo é um oficial da reserva do Corpo de Bombeiros de São Paulo e teve um acidente de trabalho onde ele perdeu os dedos da mão desativando uma bomba. Então, o nosso Dr. Eduardo, além da sua capacidade ele também é um herói nacional. Muito obrigado pela sua presença, Dr. Eduardo.

Bom, Sr. Presidente, colegas Senadores e Senadoras, eu acho que esse tema... ah, perdão, Presidente, eu quero também apresentar aqui o Dr. Rodolfo Tavares que é Presidente da Federação de agricultura do Rio de Janeiro e é o Presidente da Comissão de Trabalho da Confederação Nacional de Agricultura e que faz toda a interlocução do setor produtivo, do empresariado rural, junto ao Ministério do Trabalho e todos os órgãos afins para que a gente possa harmonizar a nossa convivência. Eu quero aqui agradecer a presença dele e de todos os técnicos da confederação

ção da agricultura. Nós sabemos, Sr. Presidente, da importância dessa audiência pública e desse assunto como um todo. Eu acho que exatamente nesse tema não deverá sair nem vencidos e nem derrotados. Não pode ser uma vitória que vá dar nesse resultado, que ou o patrão ou o empregado venceu ou que o patrão ou o empregado perdeu. Então, eu acredito que nós temos que achar um caminho para que nós possamos harmonizar esse setor tão importante.

Às vezes eu fico imaginando na minha cabeça como era muito mais fácil a gente estimular os empresários do açúcar e álcool a mecanizar as suas lavouras. Era um problema a menos para nós, Senadores, políticos, empresários, eu sei que nem todas as áreas são mecanizáveis, mas grande parte delas, sim. E nós iríamos arrumar um problema muito maior, talvez, um problema anônimo aonde nós não conheceríamos o nome das pessoas, que seria o desemprego no campo. Então, entre esse dilema eu prefiro ficar com o problema e tentar ajudar a resolver e lutar para manter o emprego no nosso país. Mesmo porque nós estamos falando em torno de 412 usinas neste país. E se você for analisar essas 412 usinas de açúcar e álcool espalhadas por todo o território, na realidade você vai encontrar um número menor de grupos, ou seja, 70 grupos comandam 70% da produção de açúcar e álcool no país. Então, quando eu digo esse número é muito mais fácil a gente se encontrar com essas pessoas e tentar achar um caminho viável, decente, equilibrado, que traga o bem-estar, mas que não pode haver o exagero porque as vezes o exagero na proteção, na realidade, Aparecido, pode trazer o desamparo. Então, as vezes o Ministério, eu tenho certeza que a Dra. Maria Cristina deve ser uma pessoa bastante bem intencionada, mas que esse exagero pode trazer distorções. Eu gosto muito de sempre exemplificar na minha vida pública a questão familiar. É o mesmo que uma mãe e um pai não querer que o filho vá à escola com medo da violência, não querer que ele saia a noite com os amigos com medo das drogas, não querer que ele aprenda a dirigir porque tem medo dele morrer de acidente.

É o jeito mais fácil de você criar um ser humano fraco, um ser humano frágil. Então, esse excesso de proteção, quem dera, todas nós, mães e pais, pudéssemos trazer nossos filhos dentro de casa 24 horas. Então, eu acredito que nenhuma mãe, acho, que quando deu a luz a um filho, sonhou para esse filho que ele pudesse ser cortador de cana. Sem desmerecer a profissão sob hipótese alguma, sem desmerecer a categoria, mais pela dureza do trabalho mesmo, pela dificuldade, pelo desgaste físico, emocional. Quem é que não sabe que cortar cana não é fácil? Talvez seja uma das atividades, das profissões mais duras para

um ser humano. Mas entre um sonho de uma mãe que jamais sonhou do seu filho ser um cortador de cana, eu tenho certeza que essa mesma mãe prefere seu filho cortador de cana do que desempregado, passando fome e sem ter condições de sustentar sua família. Mas eu quero aqui lembrar também, a Dra. Maria Cristina, se me permite, a senhora que tem uma experiência muito grande na área de cana, que já trabalhou 12 anos, não sei se me engano, a senhora disse, mas eu quero também dizer à senhora que eu não sou especialista em nada não.

Eu sou produtora rural há muitos anos, há 25 anos, talvez. E à frente da minha propriedade rural há 20 desde que ficou viúva. Então, eu conheço um pouco a lida rural. E na realidade, Presidente João Tenório, eu não conheço nenhum trabalho no campo que seja uma delícia. Não consigo imaginar nenhuma circunstância, por mais que a gente se esforce, por mais que a gente tente, por mais que o patrão contribua, por mais que o trabalhador compreenda, nós jamais conseguiremos fazer o corte de cana ser uma delícia, Senador Suplicy. Jamais conseguiremos essa arte e esse feito. Mas nas outras atividades é a mesma coisa. A senhora não deve conhecer como é que é que faz para tirar leite. Isso é importante que a senhora conheça, a senhora que é do Ministério do Trabalho. Então, tirar leite não é também uma coisa que é uma delícia, que nós temos que levantar três horas da manhã, cada trabalhador pode tirar 200 litros por dia, com um banquinho de uma perna só que fica amarrado nas suas pernas, que a vaca, quando reage, bate o rabo na cara do trabalhador sujo de lama quando não é sujo de outra coisa. Dá LER também no dedo e não tem outro jeito, quer dizer, têm algumas propriedades rurais que têm o privilégio de ter a mecanização na tiragem do leite.

Eu quero saber se alguém aqui já acompanhou, Senador Suplicy, o senhor que é de São Paulo, um centro urbano, se o senhor já acompanhou uma colheita de sementes de capim, de preferência de andropoco(F)? Eu gostaria muito que o senhor pudesse ter essa oportunidade o quanto é desagradável, o quanto é difícil, o quanto é complicado uma colheita dessa. O trabalhador rural que está no sol, no calor e recebe toda aquela plumagem no rosto durante todo dia da sua colheita. Eu gostaria muito que todos aqui pudessem também assistir como é que é que faz uma cerca de arame. Cerca de arame numas terras que são boas, terras de primeira de cultura é bem mais fácil. Mas eu quero ver fazer cerca de arame no cascalho, no lajeiro, com cavadeira, com alabanca, fazendo todo o esforço físico possível.

Eu gostaria muito que alguns aqui pudessem acompanhar o quê que é um roço de pasto na foice, Se-

nador Sibá Machado. O senhor conhece, que o senhor também é do Interior do Brasil e sabe do que significa e o que impõe a um trabalhador essa condição. Então, eu quero dizer com isso que nessa situação no campo não é apenas os trabalhadores que sofrem com essas condições. Eu quero aqui falar em nome dos produtores médios desse país. A classe média rural brasileira que junto com tudo isso que eu acabei de dizer aqui, participa junto com seu trabalhador. E eu quero dizer por experiência própria. Graças a Deus os meus filhos, que quando eu fiquei viúva, um tinha 4 e um tinha um ano, eles crescem, graças a Deus eles crescem e assumem os nossos caminhos e dirigem a propriedade rural. Mas eu que sou da classe média rural brasileira e já campeeí gado no mato em cima de cavalo, levando maribondo no rosto, levando galho de árvore nas costas por muitas das vezes e sei o que significa você subir num cavalo as seis da manhã e descer dele para almoçar uma hora e depois no final da tarde. Não tem corpo que agüenta. Não tem ser humano que possa dizer que realmente é uma delícia. A não ser nos filmes, nas novelas, onde as atrizes dão um passeio pelo gramado em volta do lago e descem dos seus cavalos e vão ter uma vida tão feliz e contente.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Desculpe mas V. Exa. está muito bem. Parabéns. [Risos]

SENADORA KÁTIA ABREU (PFL-TO): Isso é a delicadeza dos paulistanos. Mas é... mas eu quero aqui [riso]. Poderia dar tantos outros exemplos aqui. Eu tenho o prazer e orgulho de defender essa classe rural brasileira, de estar... de ser uma das diretoras da Confederação Nacional da Agricultura, eu tenho muita alegria e muito orgulho, embora nós estejamos num período de luto e de muita tristeza, Sr. Presidente, Senador João Tenório com o falecimento do nosso Presidente Antônio Ernesto de Salvo na última sexta-feira. Nós estamos de luto, mas queremos usar a memória dele com mais força em favor da classe, em favor desse campo, dos patrões e trabalhadores para que a gente possa manter esse *status quo* e melhorar a cada dia.

O que me preocupa, Aparecido Bispo, eu achei as suas considerações excelentes. Você que esteve na prática e você que esteve na lida, você reclamou de coisas que eu acho bastante procedentes. Você falou da produtividade, você falou da câibra, você falou do direito que você tem de saber o peso da cana que você cortou naquele dia. Eu acho isso tudo factível. Eu acho que está corretíssimo as suas reivindicações. Mas eu quero também lembrar que essa questão da produtividade, claro que na cana é diferente, pode existir esse componente que a gente não pode afirmar, como diz o Dr. Eduardo, porque não existe um estudo ainda

profundo para a gente afirmar que aquilo está provocando mortes no campo. Pode até ser que sim, que em determinados casos provocou. Mas se você pegar também os acidentes e as mortes na construção civil do Brasil são coisas e números altíssimos. Não estou dizendo que está correto e que nem nós temos que aceitar isso não. Nós temos que combater e de preferência, Excelência, não ter nenhuma morte no campo. Nós temos que lutar é para isso.

Nós só não podemos é levar essa discussão para o exagero e levar isso para números e chutes e análises que não têm profundidade científica e nem técnica. Você deu sua experiência como um cortador de cana e você tem a sua certeza íntima porque você estava na lida e na prática. Mas nós precisamos acreditar na ciência nesse país. Nós precisamos acreditar na pesquisa. Nós precisamos que a FUNDACENTRO formule uma metodologia dessa em parceria com as entidades de açúcar e álcool para que a gente possa, definitivamente, acertar quando for tratar as questões do trabalhador rural porque eu me preocupo muito com isso. Nós não podemos exigir de uma pessoa o que ela não é capaz de fazer. Então, eu acho que essa questão procede bastante. Eu acho que a metodologia que o Dr. Eduardo apresentou, ela é fantástica e eu gostaria ainda de mais um minutinho, Sr. Presidente, abordar um outro tema que me preocupa muito, que é a questão da NR-31.

Eu quero informar a todos aqui, eu acho que a maioria já sabe, que a convenção 184 da OIT de 2001, que recomendou essa instrução 31. E todos nós sabemos que nós temos 178 países membros da OIT. Dos 178 países membros da OIT, apenas nove ratificaram essa orientação da OIT, tamanho o detalhamento, tamanho a complexidade de detalhes que a normativa 31 do Ministério do Trabalho tem. Então, esses nove países, eu até gostaria de mostrar para vocês quem são os países. Desses nove países, nós só temos dois países agricultáveis que trabalham com agricultura, que têm expressividade na agricultura que é Argentina, que entrou agora o ano passado, e o Brasil. Os outros países, Eslováquia, Finlândia, o Quirquístão, República da Moldávia, São Tomé e Príncipe, a Suécia, e o Uruguai também que tem atividade agrícola. Então, são esses os países que fizeram aqui... que ratificaram essa orientação da OIT. Será que está todo mundo errado e só nós estamos certos? Mas eu não quero entrar nesse mérito de mudar ou não a NR-31. Eu acho que tudo que a gente puder fazer para zelar o trabalhador e trazer o bem-estar no campo eu sou adepta e quero estar junta dessa bandeira. Não estou em momento algum, não me sinto obrigada, não tenho compromisso algum de defender quem pratica

trabalho escravo, aquele que proíbe o direito, que tira o direito de ir e vir de um trabalhador, que faz com que ele ganhe sem... que ele trabalhe sem ganhar, como diz a OIT. A OIT também define bem o quê que é um trabalho escravo.

Não há, na esfera internacional, nenhum tratado de direito humano ou convenção da OIT que trate o trabalho forçado, o trabalho escravo, que inclua no seu rol de tipificação condições degradantes do trabalho. É só o Brasil. É só o Brasil. A OIT, na sua convenção 29, ela define o que é trabalho escravo e em momento algum, nem na 29, em nenhuma outra menciona e traduz para um novo dicionário que trabalho escravo é o mesmo que degradante. Só nós brasileiros. Isso não quer dizer que nós concordamos que o trabalho degradante deva ser aceitável não. Eu só não posso é definir conceitos de forma errada. O que quê é trabalho escravo? Isso é tão claro. Está escrito em todos os organismos internacionais e, inclusive, definidos pela Procuradoria da República do Trabalho aonde define a questão do direito de ir e vir, as condições de salário, a proibição de sair da propriedade rural.

Degradante é horrível, nós temos que combater o trabalho degradante, mas eu não posso admitir, como Senadora do meu Brasil, que eu possa admitir que o degradante seja o mesmo que escravo. Absolutamente. Não meu dicionário isso não consta. Pode pegar o dicionário Aurélio que em nenhum lugar vai estar dito que escravo é o mesmo que degradante. Porque o escravo, na verdade, eu não acredito que nós tenhamos o escravo verdadeiro no Brasil, aonde ele está algemado, aonde ele está amarrado, aonde ele está trabalhando sob armas, aonde ele não recebe salário, para esse tipo de coisa eu quero ser algoz, eu quero estar junto para punir, agora, o degradante, sim, nós temos, eu quero confessar que nós temos, principalmente nas novas fronteiras e aonde há a ausência do Estado Brasileiro. Aonde o médico que você reclamou que não dá o atestado médico, muitas vezes, nem tem no interior do meu Estado, até publicar em jornal a gente publica a contratação de médico para o interior do país e os médicos não aparecem. Então, isso é uma questão do Estado. Isso não é uma questão do patrão brasileiro, do patronato brasileiro. Isso é função de Governo.

Assim como a NR-31 exige aqui, incrível que pareça, as edificações devem ser dotadas de sistema de saneamento básico destinada a coleta das águas servidas na limpeza e na desinfecção para que se evite contaminação do meio ambiente. Tem alguma coisa errada nisso? Absolutamente. Agora, quantos por cento das cidades brasileiras têm saneamento básico, Senador Sibá? Lá no seu Acre, lá no meu Tocantins?

Quantos por cento dos Municípios brasileiros têm saneamento básico? Não estou dizendo que não tenha que ter não. Eu estou só avaliando a hipocrisia da sugestão que quer forçar que nas propriedades rurais tenha saneamento básico e o Estado Brasileiro que seja Município, Estado, Federal, não coloca, principalmente no Norte e no Nordeste, nas nossas cidades nós não temos saneamento básico, quase 90% das nossas cidades. Então, eu acho que isso tem que ser considerado e avaliado como um exagero dessa condição. Agora, eu fico muito indignada com relação à questão do abuso da Legislação das normativas, das portarias do Ministério do Trabalho que quer sobrepor até o Código Penal. Então foi criado no Ministério do Trabalho um transitado em julgado administrativo, Presidente. Porque transitado em julgado na justiça todo mundo conhece o que quê é isso.

Agora, transitado em julgado administrativo eu só conheço no Ministério do Trabalho. O quê que quer dizer isso? Eu sou fiscalizada pelo Ministério do Trabalho, eu só posso recorrer para o meu algoz. Eu não tenho um conselho tripartite paritário como tem o pessoal do FISCO, da receita, das fazendas aonde o empresário, comerciante, que se vê lesado ou multado ele tem a instância tripartite paritária para ele se defender administrativamente. No Ministério do Trabalho não tem. Não tem. Se eu sou fiscalizado, o mesmo que me fiscaliza, que me multa, que me pune e que me põe numa lista negra sem direito à defesa. Eu nunca vi uma lista negra no Brasil, é negra que chama? Uma lista negra no Brasil, ou suja, eu nunca vi...

SENADOR SIBÁ MACHADO (PT-AC): Vou só pedir a V. Exa. porque aí eu me sinto prejudicado, me sinto negro e eu queria muito que a gente tentasse abolir do nosso diálogo a palavra negra como sinônimo de coisa ruim e muitas vezes ela é empregada, mas é mais pelo...

SENADORA KÁTIA ABREU (PFL-TO): É, com certeza. O próprio Ministério, me perdoa, Senador Sibá, você está coberto de razão, mas é o que a gente ouve, inclusive, por parte dos auditores e no Ministério e virou um termo popular. Então, eu quero aqui dizer, uma lista suja. Então, o quê que acontece com tudo isso? Eu não tenho como me defender neste momento. Eu nunca vi uma lista suja que tivesse nela o Pareja, eu nunca vi na lista... a senhora está incomodada com o meu tempo de falar? O Presidente é que coordena a Comissão e que define o tempo de cada palestrante aqui no momento. Então, eu nunca vi numa lista suja, Sr. Presidente, o Waldomiro Diniz, eu nunca vi numa lista suja antecipada sem direito de transitado em julgado e ser condenado os 40 que foram denunciados pelo Ministério Público Federal.

Está correndo em sigilo de justiça. Eu não vejo um monte de gente condenada, muito pertinho de nós aqui, em alguma lista suja. Agora, nessa lista suja eu quero aqui confirmar e quero aqui acreditar que entre essas pessoas pode ter os que abusam. Mas pode ter os que não estão abusando e estão indo para a mesma lista suja de igual para igual. Então, por isso é que a Constituição nos permite e as Nações Unidas, há 60 anos atrás, toda a pessoa tem direito em plena igualdade a uma audiência justa e pública por parte de um Tribunal independente e imparcial para decidir se seus direitos e deveres, ou do fundamento de qualquer acusação criminal contra ele. Então, Senador Sibá, essa lista suja implica o seguinte: Imediatamente, eu que fui fiscalizada, multada e pela mesma pessoa eu fui avaliada administrativamente eu vou direto para essa lista, eu não tenho direito a financiamento, eu não tenho direito a participar de licitação e se eu produzo álcool eu não posso vender para a PETROBRAS. Sem ser ainda condenada pela justiça desse país. E quero aqui lembrar em falar em justiça e leis, que as nossas leis de saúde e segurança, ela tem 260 artigos, incisos e parágrafos únicos da vida e a americana 60. Porque esse número de artigos e incisos pudesse cercar alguma coisa nós não teríamos criminosos no país e em nenhum lugar do mundo. Se cadeia elétrica resolvesse alguma coisa, nos Estados Unidos não tinha criminoso. Então, não é o número, Aparecido, de artigos, incisos e portarias e decretos, Instruções Normativas que vai fazer o trabalhador ter melhor bem-estar.

Não são apenas com ações coercitivas é que nós vamos tentar mudar essa situação. Por que não ampliamos o prazo da visita dupla? Nós podemos considerar que no Brasil tem quase dois mil auditores fiscais. Mas na ativa só 600 para fiscalizar tudo, o rural e o urbano. E quando é uma norma nova, nós só temos 90 dias com direito a dupla visita. O quê que é a dupla visita? Como a norma é nova, o Ministério chega na sua propriedade e te dá um prazo antes de te autuar para que você possa corrigir os seus rumos. E isso só dura 90 dias num Brasil desse tamanho. Eu acho que a dupla visita que era um instrumento inteligente onde ele pudesse ser ampliado esse período, a lei de 2005, Instrução Normativa 31. E eu confesso a V. Exa., sou produtora rural, sou diretora da CNA e conheço ela há muito pouco tempo. Com profundidade conheço há muito pouco tempo. Imaginem os produtores espalhados por esse Brasil todo. Então, não quero com isso proteger quem está errado.

Chegou a fiscalização sem carteira assinada, trabalho infantil, isso não se discute. Não tem que ter dupla visita. É punição imediata. Porque todo mundo no mundo sabe que tem que assinar carteira. Isso é um

pré-requisito que a gente não pode abrir mão. Então, eu quero aqui encerrar as minhas palavras e gostaria que a Dra. Maria Cristina, ela colocou as suas opiniões com muita clareza e com muita propriedade. Mas a senhora não deu solução para as coisas. Talvez, tenha sido o tempo que a senhora não teve, eu gostaria que a senhora... qual é a solução? É mecanizar? Está tão ruim, tão detestável, tão prejudicial que nós temos, diante das suas palavras, nós temos algum caminho? Nós temos algum rumo? Ou nós temos é que estimular mecanização para que a gente possa melhorar? Eu quero aqui apresentar à senhora Dra. Maria Cristina o Fazenda legal...

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: [pronunciamento fora do microfone] Ministério do Trabalho.

SENADORA KÁTIA ABREU (PFL-TO): Só um minutinho. Só um minutinho, deixa eu terminar de falar. Esse aqui, Sr. Presidente, é o Fazenda legal, é um programa da Confederação Nacional da Agricultura, aonde nós imprimimos aqui os sete pontos mais complicados no campo que é a questão ambiental, crédito rural, defesa agropecuária, questão fundiária, previdenciária, trabalhista e tributária no sentido de orientar os nossos produtores. Essa parceria foi oferecida ao Ministério do Trabalho e nós sequer tivemos respostas do interesse do Ministério do Trabalho em fazer uma conscientização por parte dos produtores, em levar o conhecimento a eles e não só a multa, e não só a lista suja e ninguém se interessou. Mas nós estamos fazendo sozinhos, mesmo sem o Ministério do Trabalho nós vamos continuar fazendo sozinhos, orientando os produtores rurais do quanto é importante ele andar na lei, ele cumprir a legislação por pior, por mais rigorosa que ela seja, nós queremos alcançar.

E ainda quero aqui lembrar que dos 260 artigos e incisos, e parágrafos únicos da vida que regulamentam a nossa lei de saúde e segurança, numa única propriedade rural um auditor fiscal consegue tirar 600 autos de infração numa visita baseado na NR-31 e nas demais portarias e leis que tem o Ministério do Trabalho. Então, especificamente eu gostaria que a Dra. Maria Cristina pudesse dizer sobre a solução, alguma esperança que nós possamos ter no fim do túnel e relacionar esse estudo do Dr. Eduardo, essa proposta de metodologia que ele apresenta, se é possível fazer pela FUNDACENTRO. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR JOÃO TENÓRIO (PSDB-AL): Mantendo o ordenamento de se ouvir primeiro todos os questionamentos e as opiniões para, depois, colocar a palavra com os senhores participantes da Mesa, eu gostaria de passar, então, a palavra ao Senador Eduardo Suplicy para a sua intervenção.

SENADOR EDUARDO SUPLYCY (PT-SP): Sr. Presidente Senador João Tenório, eu quero primeiro cumprimentar a Subcomissão dos biocombustíveis, ao Senador Sibá Machado, Vice-Presidente, e também aos Senadores Cícero Lucena e Kátia Abreu que estão interessados nesse tema e eu queria dizer que, inclusive, convidei o Senador José Nery, pois ambos não somos membros desta Comissão. Mas quando eu soube, inclusive, pela Dra. Maria Cristina Gonzaga de que iria haver esta audiência...

SENADOR SIBÁ MACHADO (PT-AC): Senador Suplicy, só um instantinho, Senador José Nery é membro suplente da Comissão de Agricultura.

SENADOR EDUARDO SUPLYCY (PT-SP): Ah! Tudo bem, mas eu não sou, mas eu..., mas eu..., mas ele é também Vice-Presidente. Ele é o Presidente da Subcomissão de Trabalho Escravo da Comissão de Direitos Humanos. E aí nós dois somos. E avaliei que esta era uma sessão que seria como que parte da nossa... e, portanto, eu vim aqui com grande interesse, tenho que estar na Comissão de Constituição e Justiça daqui a instantes para votação. Mas eu quero cumprimentar a todos os depoentes, Sr. Eduardo Yojiro Koizume, Sra. Elimara Aparecida Assa Sallum, Maria Cristina Gonzaga e Aparecido Bispo pela contribuição importante que aqui nos dão. E também gostaria de ouvir da Dra. Maria Cristina, como perguntou a Dra. Kátia Abreu, mas de cada um dos senhores e senhoras quais são as medidas que propõe para que evitemos situações que levem os trabalhadores cortadores de cana e na plantação de cana-de-açúcar e das usinas de açúcar a terem tantos problemas com respeito à sua saúde. No que diz respeito a aquilo que há pouco a Dra. Kátia Abreu, Senadora Kátia Abreu mencionava em que medida temos ou não na agricultura da cana-de-açúcar situações ainda hoje de trabalho infantil e de trabalho caracterizado como de semi-escravidão, ou de escravidão, eu gostaria até de pedir o depoimento dos que estão aqui presentes para nos dizer em que medida conhecem casos dessa natureza porque são os que nós estamos estudando na Comissão do Trabalho Escravo. Como é que poderíamos, assim, definir se há ou não?

Eu vou aqui relatar algo para a Senadora Kátia Abreu, que me parece tipicamente uma situação. Eu vou contar duas, para que então os nossos depoentes podem, possam nos dizer. Uma situação que, por exemplo, está no livro Desenvolvimento como Liberdade do Prêmio Nobel de economia Amartya Sen. Ele diz que quando ele tinha 10 anos de idade, em Dacca(F), onde ele morava com seus pais, num bairro onde havia contínuos conflitos entre hindus e muçulmanos, ele, aos 10 anos de idade, certo dia brincando no jardim

de sua casa, eis que viu que um homem adentrara o portão da casa gritando por socorro e ele havia sido esfaqueado nas costas. Ele deu água para o homem, chamou por seu pai que logo veio e levou o trabalhador muçulmano Kardemia(F) para o hospital.

No caminho, disse, Kardemia(F), bem que a minha mulher tinha me avisado para não vir a este lugar tão perigoso, mas eu não tinha outra alternativa senão de encontrar um trabalho aqui na vizinhança que pudesse assegurar a sobrevivência da família. E o que impressionou Amartya Sen foi que quando esse homem chegou no hospital, levado pelo pai, ele teve uma forte hemorragia e veio a falecer. Então, conclui Amartya Sen, tipicamente este homem estava sem liberdade econômica, Política, Social, ele estava sem liberdade real, estava sem qualquer outra alternativa senão colocar a sua vida em risco para alcançar a sua sobrevivência, tipicamente é uma situação de falta de liberdade do ser humano. Segundo exemplo. Eu tinha sido eleito, estava ainda no meu primeiro ano de mandato como Senador em 91 para 2, quando o padre Ricardo Rezende, lá no Sul do Pará, fez um apelo para que inúmeros Senadores e Deputados fôssemos a Rio Maria conhecer a situação que ele descrevia como próximo da escravidão.

E ali fomos diversos Deputados e Senadores, inclusive, o Presidente Lula não era parlamentar mais, que ele tinha terminado o seu período como Constituinte, mas ele compareceu. E ali ouvimos tipicamente o depoimento de dezenas de trabalhadores que em síntese era o seguinte, Senadora Kátia Abreu. *"Ah, a gente vem aqui para a porta do restaurante, ou do hotel, ou da rodoviária e ali o fazendeiro chega, ou o seu Gerente, ou o capataz e nos diz tipicamente. Bem, nós vamos lá para a Fazenda, quem quiser entra aí no ônibus ou no caminhão, vamos lá, uns 400, 500 quilômetros e vocês vão lá cortar a floresta, preparar a terra, plantar e vão receber um tanto."* Pois bem, daí para lá nós fomos, nos disseram os trabalhadores. E chegando lá passadas três, quatro semanas, perguntávamos. Bom, agora está na hora de receber, já trabalhei um bocado e minha família está esperando. Eu preciso receber. Mas como assim, receber? Você, por enquanto, está devendo. Como estou devendo? Você comprou aqui na venda mais do que tem direito de receber. Bom, se for assim eu vou embora. Se for embora vai levar um tiro e muitos levaram tiros, tipicamente, esta era uma situação e era início de 92. Então, isso aí tipicamente descrevia uma situação em período recente. E nós sabemos que volta e meia há situações como essa que gostaríamos que não houvesse mais. Pois bem, e eu... como é que podemos contribuir para que situações como essa não existam mais?

E aqui eu queria fazer uma pergunta sobre... para os quatro depoentes. Tem havido, por parte de alguns produtores, por exemplo, o Presidente da Associação de Cafeicultores no Espírito Santo, ainda recentemente disse: *"Ah, agora com o programa bolsa-família há trabalhadores que as vezes preferem não se formalizar para continuar recebendo o bolsa-família."* E se porventura do conhecimento dos presentes está havendo este tipo de fenômeno no que diz respeito às dificuldades de formalização? A outra questão, no que diz respeito a quando a Sra. Elimara apresentou os índices de formalização, se os índices mais altos no plantio de cana-de-açúcar, no cultivo de cana-de-açúcar, envolvem também os migrantes? Se os migrantes estão sendo formalizados mesmo que temporariamente? E finalmente, por que é que eu defendo que nós possamos passar de um programa como o bolsa-família para aquilo que já é objeto de lei, só falta ser implementado, quando o for que, a Renda Básica incondicional para todos, a chamada Renda Básica de Cidadania.

No dia que nós tivermos o direito de toda e qualquer pessoa, não importa a sua origem, raça, sexo, idade, condição civil, ou mesmo socioeconômica, de partilhar da riqueza, receber uma renda como direito de sermos brasileiros, ou brasileiras, não importa se está empregado, desempregado, um rico, pobre, vermelho, amarelo, negro, branco, menino, avô, etc., homem, ou mulher, casado, solteiro, desquitado, viúvo, etc., todos vão ter esse direito, então, diante de qualquer oportunidade que coloque a sua vida em risco, que venha a humilhar a pessoa diante de qualquer situação que possa, de repente, por falta de alternativa, levar uma pessoa a ser o aviãozinho da quadrilha de narcotraficantes, ou a menina que vai vender o seu corpo por falta de alternativa de sobrevivência e assim por diante, se houver a Renda Básica como direito de cidadania, essa pessoa vai aumentar o seu grau de liberdade em relação aquela situação que nos dizia Amartya Sen, que no seu livro, que era um livro tão bonito, ele disse: *"Desenvolvimento, se for para valer deve significar a ampliação do grau de liberdade de cada pessoa na sociedade."* Para que possam até melhor conhecer e refletir sobre isso, vou dar a cada um dos depoentes e não sei se a Senadora Kátia Abreu, já lhe dei, mas vou lhe dar também, a Renda Básica de Cidadania para que conheça melhor. Muito obrigado, meus parabéns e a todos os que aqui nos prestaram depoimentos muito valiosos.

SR. PRESIDENTE SENADOR JOÃO TENÓRIO (PSDB-AL): Muito obrigado Senador Eduardo Suplicy. Próximo orador inscrito, Senador José Nery.

SENADOR JOSÉ NERY (PSOL-PA): Sr. Presidente, Senador João Tenório, Srs. Senadores, Senadora

Kátia Abreu, quero cumprimentar todos os convidados dessa audiência pública, Dr. Eduardo Koizume, Dra. Elimara Aparecida, Dra. Maria Cristina Gonzaga e o nosso companheiro trabalhador, Aparecido Bispo, da FERAESP. Primeiro dizer da importância desse... dessa audiência, desse debate pelas questões estratégicas que ela, que fazem parte de uma discussão como essa em razão da necessidade de aprofundamento da discussão sobre o próprio modelo de desenvolvimento agrícola, rural do nosso país em que o agronegócio, a questão da busca de alternativas para a produção de combustíveis, o desenvolvimento econômico que, ao final das contas, está imerso nesse grande debate que o país vem e vários órgãos de Governo vem colocando como uma das alternativas para o desenvolvimento brasileiro, especialmente na produção de energia e no campo passa pela... pelo incremento da produção de cana, milho e outros produtos agrícolas para a geração de combustíveis para o país. Mas nós não podemos pensar essa questão apenas do ponto de vista do desenvolvimento econômico. Porque assim o fazendo nós desprezamos uma questão fundamental na implementação desses empreendimentos agrícolas que é a questão do trabalho, da força de trabalho.

Eu acompanhei de perto, no interior do Pará, lá no Amazonas, região do baixo Tocantins, a partir de 1986 as condições de trabalho e de vida de milhares de assalariados rurais, dos grandes complexos agroindustriais do baixo Tocantins, especialmente dos Municípios de Moju, Tailândia, Calábria ou Branco, onde tem grandes projetos, tanto da plantação de coco e de dendê. E nós acompanhamos de perto o que significa a super exploração da mão-de-obra e as condições degradantes de trabalho a que são submetidos os trabalhadores nos complexos agroindustriais na Amazônia e que se reproduzem pelo país afora ainda nos dias de hoje. Então, a constatação de situações de trabalho degradante e que em muitas circunstâncias são trabalhos, são situações análogas a de escravo, porque muitos desses trabalhadores estão submetidos à escravidão por dívida, há pouco exemplificado aqui pelo Senador Suplicy, estão submetidos ao isolamento nas fazendas distantes, fora de qualquer controle do Estado, de quem quer que seja, de qualquer fiscalização e impõe condições absurdas aos trabalhadores empregando a violência, porque, via de regra, estas propriedades são guardadas por jagunços, por pistoleiros, em situações de coerção no limite extremo. Infelizmente essa não é uma realidade do século passado, ou de 1992, quando o Senador Suplicy relata aquela visita de uma Comissão de Senadores e Deputados ao Sul do Pará. Infelizmente é uma situação que perdura, continua apesar dos esforços que o país tem feito para combater o

trabalho escravo, para combater as condições degradantes de trabalho, para buscar o mínimo de civilidade nas relações de trabalho no campo brasileiro. Seja na Amazônia, seja no Nordeste, seja nos canaviais paulistas, seja no Sudeste, seja aonde for.

Temos que assinalar que o esforço que tem sido feito com a criação da Comissão Nacional para Erradicação do Trabalho Escravo, por iniciativa do Governo Federal, coordenado pelo Ministério do Trabalho e vários órgãos do Ministério Público do Trabalho, que tem incrementado as ações de fiscalização para coibir essas práticas. Mesmo assim assinalando o que tem sido feito de forma positiva nos últimos 10 anos, chegam a quase 20 mil os trabalhadores que foram libertados em condições análogas a de escravo. Esses são os dados oficiais. Evidentemente a fiscalização não tem dado conta para atender a todas as denúncias. Só no Pará, este ano, foram realizadas, junto à DRT, Senador João Tenório, mais de 200 denúncias e a capacidade da DRT e do grupo móvel de fiscalização não conseguiu, este ano, a fazer fiscalização em 30, 35 dessas áreas que foram denunciadas como tendo trabalho análogo a de escravo. Eu faço questão de assinalar a importância do programa de erradicação do trabalho escravo porque considero um avanço significativo. Primeiro o Brasil ter reconhecido oficialmente, perante os organismos internacionais, de que aqui, 119 anos após abolida oficialmente a escravidão no país, nós temos situações comparadas à situação de escravos.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: [pronunciamento fora do microfone].

SENADOR JOSÉ NERY (PSOL-PA): Exatamente. Certo.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: [pronunciamento fora do microfone].

SENADOR JOSÉ NERY (PSOL-PA): Tá. Então, hoje as novas condições... as condições de trabalho escravo contemporâneas, elas contêm elementos muito mais sofisticados porque tentam, como disse aqui há pouco, ele se referiu a Dra. Maria Cristina Gonzaga, são... é um processo articulado desde a retirada do trabalhador lá do seu local de origem, do seu Estado de origem para levar para as usinas, para as fazendas, seja no Sudeste, seja na Amazônia, esses trabalhadores estão submetidos a condições que... condições desumanas com a qual nenhum cidadão e, principalmente uma Casa Legislativa como a nossa do Senado Federal, pode estar indiferente. Por isso, ao analisarmos o contexto desse debate sobre a ampliação da política nacional de biocombustíveis, mas principalmente, o que o nos interessa fazer aqui também, com igual preocupação, é avaliar se o país, se nós, brasileiros, temos o direito de permitir que haja uma ampliação de

áreas de produtividade, de recursos, de possibilidade, do ponto de vista energético, sem discutirmos profundamente e adotarmos um conjunto de medidas eficazes, que tenha como base a Legislação e procedimentos a ser adotados pelas empresas, para impedir que esse momento que está se anunciando aí possa significar mais escravidão, mais degradação das condições de trabalho, mais violência contra os trabalhadores, porque essa é a triste e vergonhosa realidade que, apesar da fiscalização, não tem se alterado.

Por isso, queria dizer também que a necessidade do emprego no campo tem que ser respondida com a proteção integral aos direitos trabalhistas, à saúde, previdenciária, em toda a sua extensão. Fora disso é a reprodução de uma mentalidade colonial, escravagista, de parte das nossas elites que não compreendeu que o país, para se democratizar, precisa adotar posturas claras e decidir em relação às relações de trabalho, especialmente no campo brasileiro.

Ou fazemos isso ou nós continuaremos a reproduzir modelos, situações que nos colocam de joelhos perante a Comunidade Internacional e perante a nós mesmos que precisamos de dignidade para responder aos desafios e um processo de desenvolvimento que garanta dignidade a todos, aos trabalhadores e aos trabalhadores em particular. Conheço em certa medida a situação dos canaviais de São Paulo. Em 1992, ainda como membro de educação popular da FASE(F), atuando no Pará e intercâmbio, um programa de intercâmbio, Senador Suplicy, com a equipe da FASE(F), de São Paulo, especialmente a equipe de Jaboticabal naquela época, visitei, Senador João Tenório, os canaviais paulistas, os trabalhadores, as empresas e pude constatar muito do que você, Aparecido, aqui informou, relatou das informações aqui trazidas pela Dra. Maria Cristina Gonzaga, pelas informações dos representantes do setor empresarial, mas especialmente as considerações que vocês trouxeram e as informações, pude constatar nas visitas que fiz à Araraquara, Ribeirão Preto, Sertãozinho, Jaboticabal e situações que infelizmente, em algum sentido elas se agravam, o que exige, Primeiro, que as condições de trabalho passem a ser fiscalizadas além do que já se tem sido feito e é preciso fortalecer a fiscalização. Porque não tem sido suficiente para coibir os abusos. E nesse sentido creio que esta Subcomissão ou a Comissão de Trabalho, de combate a trabalho escravo nós deveríamos, eu queria sugerir para fortalecer a fiscalização, que o Ministério do Trabalho contratasse os fiscais, os auditores fiscais aprovados no último concurso para ajudar a incrementar a fiscalização.

Mesmo assim, são em torno de 200 auditores que estão concursados e deveriam ser contratados pelo

Ministério do Trabalho e são insuficientes, são insuficientes para dar conta da ampliação da fiscalização no âmbito, em âmbito nacional e nas necessidades que a situação exige. Também queria dizer que uma questão que tem correlação direta com a situação de emprego e renda no campo, que a única alternativa para garantir trabalho e renda no campo não é o emprego nos grandes canaviais, nas fazendas, nos empreendimentos agrícolas. Temos que defender de forma mais enfática uma... e fazer uma rediscussão do Plano Nacional de metas para Reforma Agrária para poder garantir aos pequenos agricultores, aos sem-terra, quer dizer, que a sua dignidade seja respeitada na medida em que seja incluída efetivamente num processo de Reforma Agrária, que é preciso aumentar recursos e redefinir todo o Plano Nacional que o Governo Federal vem adotando, como forma, Senador João Tenório, da gente diminuir a violência no campo, diminuir as possibilidades que esses trabalhadores submetidos a condições desumanas, como são e são constatados por todas as fiscalizações realizadas, dizer que na Subcomissão de combate a trabalho escravo vamos realizar, a partir do início de agosto, um conjunto de visita a várias regiões do país. Iniciaremos pelo Estado do Pará, Maranhão e Tocantins e depois vamos a São Paulo para debater mais diretamente com as autoridades dos Estados, dos organismos, com os trabalhadores, com os empregadores, com todo o setor interessado na questão, avaliarmos a execução do Plano Nacional para a erradicação do trabalho escravo, do trabalho degradante.

Vamos também poder ter contato no sentido de fortalecer as ações de fiscalização e também apoiar os agentes locais, regionais, em cada Estado da Federação que estão devidamente comprometidos com a busca da cidadania nas relações de trabalho no campo, combate ao trabalho escravo e dizer aqui dessa Comissão, dessa Subcomissão de Combate ao Trabalho Escravo, participam o Senador Suplicy, o Senador Inácio Arruda, a Senadora Lúcia Vânia e Senadora Maria do Carmo, além de igual número de suplentes. Então, nós pretendemos fazer essa agenda pelo país afora a partir da primeira semana de agosto em que precisamos discutir, rediscutir essas relações de trabalho no campo, especialmente no setor sucroalcooleiro, estabelecendo, além das normas existentes, o cumprimento delas e definindo a questão, a necessidade de um piso salarial e, a partir daí, algum ganho por produção, se for o caso, por conta, o trabalhador na busca de um salário que remunere e garanta melhores condições de vida acaba se submetendo às condições exaustivas que leva à morte, à doença e, enfim, todas as situações que as pesquisas tanto da

FUNDACENTRO, quanto de outros organismos, tem constatado de forma muito precisa.

Por último propor que no âmbito da Subcomissão de biocombustível, da Comissão de Agricultura do Senado, da Comissão de Direitos Humanos, através da Subcomissão do trabalho escravo, poderíamos programar para o 2º semestre, Sr. Presidente, é a proposta que faço aqui, um fórum de todos os que são interessados na busca de soluções para essa questão, para a gente adotar alguns procedimentos a partir da Legislação das normas estabelecidas pelos organismos de fiscalização e controle dessa área, para que possamos avançar minimamente e daqui há poucos anos possamos dizer que combatemos, erradicamos o trabalho escravo, melhoramos as condições de trabalho na agricultura brasileira e especialmente conferimos alguma dignidade para uma situação que precisa ser realmente enfrentada com a radicalidade que a situação exige e, por último, em informar da gravidade da situação, Sr. Presidente, é que anteontem no meu Estado do Pará tivemos a triste constatação, através de uma fiscalização feita pelo grupo móvel do Ministério do Trabalho, Ministério Público do Trabalho, foi realizada uma operação do grupo móvel na cidade de Hulanópolis(F), no Estado do Pará em que uma empresa, a empresa Pagrisa(F), que produz cana-de-açúcar, foi constatado e realizada a maior operação de libertação de trabalhadores em situação análoga a de escravo, exatamente 1100 trabalhadores em condições degradantes e desumanas.

Por isso a atualidade deste debate está posta. Ou fazemos, ou procuramos as medidas necessárias para combater com a radicalidade necessária e a urgência necessária, ou nós, cada vez mais, caminhamos para compactuar, para fechar os olhos às situações que efetivamente merecem a atenção do Poder Público, da sociedade, do Judiciário, dos parlamentares e de todos os que têm interesse em resolver situações tão degradantes, tão graves como essa. Então, essa denúncia que eu trago aqui, na verdade não é uma denúncia, é a constatação reafirma a necessidade de um combate mais efetivo que deve envolver a todos. Deve envolver o Governo, deve envolver o Parlamento, deve envolver os empreendedores, os empresários, deve envolver e principalmente a representação e a contribuição dos trabalhadores brasileiros, daqueles que querem cidadania, respeito aos direitos trabalhistas no campo brasileiro. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR JOÃO TENÓRIO (PSDB-AL): Obrigado Senador José Nery pela boa participação que V. Exa. traz nesse momento. Eu acho que mais uma vez fica muito óbvio e claro que todos desejam e buscam um aperfeiçoamento do sistema e

não é uma eliminação do sistema. E isso é positivo, isso é exatamente o espírito que rege o trabalho dessa Subcomissão. Acho que a busca de eliminação desses pontos que, por acaso, existam nessa intensidade que aqui foi colocada, ela, se isso é verdade merece, de fato, uma avaliação mais consistente, mais robusta no sentido de que o setor que se propõe a ser um setor importante para a economia nacional e já o é, elimine de fato e definitivamente os vícios que, por acaso, ainda residam. Passaria a palavra ao Senador Sibá Machado, Vice-Presidente dessa Comissão, para as suas considerações.

SENADOR SIBÁ MACHADO (PT-AC): Obrigado, Sr. Presidente. Saudar aqui os nossos convidados, o Aparecido Bispo, Presidente da FERAESP. A nossa pesquisadora Maria Cristina, Dra. Aparecida, Dr. Eduardo e aos demais Senadores e Senadoras que estão aqui presentes. Eu queria também rogar ao Presidente que tivesse um pouco de paciência comigo para também aproveitar desta ocasião e fazer uma reflexão, antes de entrar propriamente no assunto. Mas, Sr. Presidente, acabo de ler o livro, a carta de Pero Vaz de Caminha, inclusive, com o português da época que estou com muita dificuldade de entender. Mas como tem os comentários eu aproveito para tirar as dúvidas. E a formação do território brasileiro que estampado ali e que já trouxeram para cá os brutamontes da Força Armada Portuguesa os que tinham de piores de bandidos das prisões de Portugal para, como castigo, vir para cá. E tiveram dois deles o azar de serem escolhidos para ficarem aqui e tinha que tomar uma decisão, ou levar dois indígenas presos para Portugal...

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Senador, azar deles ou nosso?

SENADOR SIBÁ MACHADO (PT-AC): Deles, dos dois degradados. [Risos]

SENADOR SIBÁ MACHADO (PT-AC): Eu estou falando dos dois condenados. Tinha que escolher entre levar dois índios para aprender a falar português e explicar tudo o que era os costumes deles aqui, ou deixar dois dos condenados aqui para aprender a falar o guarani para, numa próxima vinda, ter alguém que pudesse fazer a tradução. A dificuldade de comunicação foi muito grande. Mas o Brasil já foi formado em cima dos sem nada, dos que vieram para cá para prestar um grande serviço. E nós estamos com esta mácula na nossa história durante muito tempo.

Com muita dificuldade passos estão sendo dados, mas acredito que muito lentamente. Está aqui o Aparecido Bispo que participa de uma organização sindical do qual eu participei das primeiras reuniões, Senador Suplicy, sobre isto e a intransigência do Poder Público brasileiro e da compreensão do empresariado brasi-

leiro de que a unicidade sindical é uma coisa sacra, intocável, que não pode ser mudada nunca porque foi Getúlio Vargas que nos trouxe.

Quero saber onde é que isso está escrito em qualquer livro sagrado do mundo para dizer que nós não podemos mexer nisso. É o óbvio ululante que os empregados do Brasil poder, a organização da peãozada brasileira que escolha a melhor forma de se organizar, a gente não deve se meter nisso. Agora, até hoje o Brasil não reconhece o direito de organização de uma Central Sindical, não reconhece o direito das categorias se organizarem em Sindicato da maneira que bem entenderem. Então, eu digo isso para dizer que já começa daí a situação de dificuldade do entendimento. E eu fundei um Sindicato paralelo lá no Acre também e por conta disso eu fiquei cinco dias aqui em Brasília sem ter o direito de acessar uma reunião da CONTAG, porque disse que o Sindicato era paralelo e consegui, ainda não sei por que força uma sala não utilizada do Sindicato dos Policiais Cíveis, aqui de Brasília. Foi por isso que encontrei um lugar para comer, beber e dormir, porque o ônibus veio, só quando ele voltasse que eu podia ir para casa.

Bem, nós estamos aqui para tentar encontrar alguns caminhos e ainda acho que o Poder Público tem que liderar isto, não tem jeito, tem que liderar. Neste momento a força do Estado tem que ser a força da negociação, do caminho do meio e as partes têm que, no meu entendimento, ir gradativamente superando estas dificuldades.

Voltando a este assunto aqui, Sr. Presidente, estamos tratando da cana-de-açúcar que, depois do minério e do boi, foi o produto mais importante da economia daquela época, da formação das capitânicas hereditárias. Estamos falando de um produto que, sob as bases da construção desse produto foi exatamente a razão da escravatura. E não é fácil, de lá para, cá esconder isso. Não dá para esconder. Agora, o que nós podemos é aproveitar este novo momento aonde este produto entra no que tem de mais interessante da modernidade, ousar trabalhar agora um outro tipo de consumo que não tradicionalmente como alimento, mas agora como combustível. Ousar substituir itens do petróleo e, portanto, entrar numa cadeia produtiva de extrema importância, hoje, para o mundo. E acho que aí é onde ganha esta Subcomissão que nós estamos aqui para tratar deste produto, cana-de-açúcar, e os desafios que ele oferece para o nosso país que eu acho muito importante.

Portanto nada, não há momento melhor para que a gente possa aproveitar, agora, a ocasião e superar uma série das barreiras que nós ainda temos pela frente. Nós já debatemos aqui sobre diversos aspectos e

este é um. Como tratar as relações trabalhistas? Eu vejo aqui dois bons estudos, o Dr. Eduardo apresenta um estudo a partir de uma lógica de pensamento e vejo a Dra. Maria Cristina apresentando outro. Isso é normal de um debate. No campo científico, político, em qualquer lugar vai ter pontos de vista bastante diferenciados. E o que eu sempre rogo, toda vez que eu tenho uma dúvida dessa natureza, é *in loco* dar uma olhada onde que nós avançamos, aonde a coisa está mais atrasada. Mas acho que a própria... o setor empresarial brasileiro tem que começar a dar um sinal também. É preciso dar um sinal. Porque quando a gente vai debater a lucratividade do ponto de vista social eu coloco aí a situação ambiental que eu vejo do mesmo tamanho, problema do mesmo tamanho.

Quem paga o custo, porque no momento que substituímos todas as luvas, por luvas personalizadas, nós não temos mais uma luva universal, a luva vai ser personalizada, significa um custo a mais até na hora de saber o tamanho da mão de cada um, a rotatividade do trabalhador, este ano ele está aqui, esse ano ele não está mais, no outro ano aquela luva já não lhe serve, a bota também não, o tipo da roupa, sei lá mais o que. São tantos os problemas que nós temos que por simples que pareçam, tem que ser calculado como custo de produção. Ele tem que entrar no custo de produção. Falando friamente. Já que não dá para falar a partir do coração, vamos falar friamente de números. O quê que nos coloca num raio de analisar o que é o custo, hoje, da cana-de-açúcar no Brasil? E quem paga os incrementos do custo? Então, para a gente ter um ISO daquele, é o 9002, não é isso? 9002. Para ter um... uma chancela de uma avaliação daquela natureza como tantas outras, é preciso, sim, obedecer uma série de regras.

O problema é saber quem paga. Se é o Poder Público que entra com a diferença ou se o consumidor, porque entra no custo da empresa. Agora, a gente podia dar alguns passos. Passo número um. Acho que a CNA, poderia a gente ter um momento ainda neste ano de 2007, tendo em vista de que a gente está colocando o Brasil como ponta de lança aí do álcool para combustível, ter como regra nº 1. Só entra dos negócios nacionais. Acho que a gente tem que avançar nisso. Só entra em qualquer negócio se resolver alguns gargalozinhos, um deles que já foi dito aqui. Como é que a gente trabalha todos os dias aqui sobre Controle Externo de todas as instituições? Ninguém mais no Brasil pode trabalhar sem controle. Ninguém mais. Aqui a regra da desconfiança é absoluta para todos nós. Então, como é que um trabalhador passa as horas que for, não vou entrar neste mérito, porque nós temos dois estudos aqui bem divergentes, mas o

trabalhador entra no corte da cana, sai, entra tal hora, sai tal hora, produziu X toneladas, imaginariamente e se passou uma tonelada a mais, ou se foi uma tonelada a menos, se a empresa se dá o luxo de fazer a distribuição do dia daquilo que foi considerado baixa produtividade do dia, vai que um teve mais dor de cabeça, outro teve uma má digestão, outro teve uma febre, ou está pensando no filho que ficou em casa sem ter o que comer. Naquele dia aquele trabalhador, aquela trabalhadora está, digamos assim, com o seu astral muito para baixo e que não está disposto a produzir da forma que produziu no dia anterior. Então, como distribuir isso? Então, nada melhor do que resolvermos um ponto.

Regra número um, CNA, o Congresso Nacional, o Governo dizer que para vender um litro para a PETROBRAS tem que obedecer essa regra. O trabalhador vai saber no final do dia quanto de cana ele cortou. Regra nº 2, que a gente tem que estabelecer para, digamos assim, entrar no raio da exportação. Porque eu sei que o Brasil começa a credenciar empresas para serem as empresas brasileiras que vão exportar álcool para os Estados Unidos, para o Japão e para outros lugares. Na regra da exportação tem que estabelecer que, além de uma coisinha como essa que parece muito simples, outros elementos na área da Segurança do Trabalho estarão estabelecidas. E botar isso no seu preço, já que isso tem que ser discutido no preço. E aí o consumidor tem que saber que o litro de álcool vai aumentar X centavos, um Delta a mais de centavos porque a empresa está obedecendo aquele critério. E a empresa que não obedecer aquele critério, uma questão de tempo para ajustamento. Precisa criar ajustamento.

Eu vi ali o número de São Paulo, eu já tinha escutado isso numa outra reunião, de que até 2017 o uso do fogo estará suprimido. Então, para um Estado como o de São Paulo, acho que isso é muito importante. E para as novas usinas que ainda não temos o problema da fuligem e que ainda não temos o problema de trabalhadores migrantes, que ainda não temos o problema de trabalhadores desempregados no período da entressafra, então, não criemos isso, já entra direto suprimido estes problemas.

Novas usinas, todas as usinas do Brasil que forem criadas doravante poderiam já entrar numa regra completamente diferente. Por que eu tenho que criar o problema para depois nós passarmos infundáveis reuniões aqui discutindo sobre um problema que nós já achamos que já deve ser superado? E abrir o período de transição para as anteriores. E ainda vem o problema das dificuldades que nós temos entre região Nordeste, com topografias complexas, topografias que não permitem o uso da máquina, situação de outras

que o uso do fogo já está muito próximo das cidades e assim por diante. Então, o que eu queria, talvez, se a gente pudesse elencar alguns pontos, assim, bem fora das nossas paixões aqui, históricas e tradicionais e até ideológicas, mas que a gente pudesse pontuar e isto dá um custo, inclusive, ambiental. Isso tem que entrar no custo da empresa.

O que eu não posso achar, Sr. Presidente, é que a empresa, ao ter engenheiro sobre planejamento ambiental, este engenheiro discute sobre um aspecto que não põe na sua empresa lá o custo desse negócio. Todos nós sabemos que uma coisa é uma empresa trabalhar corretamente fazendo tudo o que a lei manda e no final da conta ela vender um produto de igual preço para um irresponsável que não cumpre a lei. Aí se vai ser tratamentos iguais, aí dá o prêmio para quem faz as coisas erradas. E a gente tem que ir separando gradativamente. Eu acho que o grande papel da nossa Comissão é ir separando as empresas nível um, essa tem que ter preço nível 2. A empresa nível sei lá qual, aí você vai caracterizando, dificultando o mercado dela. Porque, para mim, eu acho que tantas reuniões para discutir do ponto de vista da natureza humana é perda de tempo. Nós podíamos trabalhar aqui do ponto de vista dos negócios. E aí, quanto aos trabalhadores, eu acho que uma das coisas que a gente poderia incentivar aqui é a organização sindical.

Do ponto de vista da negociação dos preços dos salários, dos valores salariais, aí tem que ser mesmo acordo coletivo, é de lugar para lugar, é perspectiva de produção, é perspectiva de preço, é perspectiva de exportação, de mercado, de tudo mais. Então, dentro do planejamento estratégico da empresa, como que ela remunera o seu trabalhador? Mas aquilo que é sagrado da segurança no trabalho, daquilo que é sagrado do respeito à organização sindical, daquilo que é sagrado sobre direito mínimo da saúde e de tantas outras coisas, isso para mim eu acho que é o óbvio ululante e só tem para mim um único recado, premia no preço quem faz as coisas corretas e quem não faz vai prejudicando gradativamente. Então, digo isso para V. Exa. que soube que agora a PETROBRAS está credenciando algumas empresas para serem as primeiras no Brasil a iniciar a venda de álcool para o Japão. E eu estava seriamente pensando que a gente poderia ter uma conversa séria com o Governo, do ponto de vista Ministra Dilma Rousseff e o Presidente da PETROBRAS, Dr. Sérgio Gabrielli. Porque colocar num dos critérios, num dos critérios do credenciamento das empresas, quais são as empresas que já deram esse passo? Porque para mim é isso que tem que ser dito para o Brasil, é isso que nós queremos. E aí a Senadora Kátia Abreu tem razão em algumas coisas. Por quê?

Quando a gente pega uma norma que também ela aprofunda tanto uma regra, desconhecendo uma realidade brasileira é para não funcionar. É para empurrar todo mundo na ilegalidade. E eu vou dizer um caso aqui muito sério para V. Exa. Nós recebemos um dinheiro, isso na época que eu era de Sindicato de trabalhadores rurais, um dinheiro do Ministério aqui para construir uma escola dentro de um seringal. Acho que quase ninguém aqui conhece o que é um seringal nativo. E imagina se eu chegar na cidade de Xapuri, estando em Rio Branco é 170 quilômetros de Rio Branco até Xapuri e sair de Xapuri até essa escola era mais ou menos 6 horas de caminhada a pé. A pé. E aí para fazer esta escola o que o pessoal tem lá é madeira. E fizeram a escola de madeira. A única coisa que eles compraram na cidade foi o prego, as dobradiças, os ferrolhos e as fechaduras. O resto tudo eles fizeram lá da mata. Quando foram prestar conta dessa bendita escola, qual não foi a confusão que nós arrumamos, porque os técnicos do Ministério viram lá na prestação de contas estava escrito lá. Gasolina, óleo para lubrificante da motosserra, Lima da motosserra, corrente da motosserra, carne, feijão, arroz, café, não sei mais o quê, alho, óleo. Mas o quê que isso tem haver com escola? É porque o pessoal faz um mutirão, tiraram a madeira da mata e construíram a escola e a única coisa próxima daquilo que eles queriam era o prego e os ferrolhos. E aí foi uma luta, levou um ano, ameaçando, inclusive, de punição lá a comunidade. Então, são as realidades do Brasil que não é tão simples assim.

O que a gente tem que ter um critério é. O que é aquilo que está na barra do intolerável. Na barra do intolerável aí nós não temos que ter tolerância nenhuma. Mas aquilo que no meu entendimento já está um pouco no esforço de sair daquele mundo e partir para um mundo diferente, aí nós temos que ir dando doses diferenciadas para estas pessoas. Você já deu este passo? Agora, procure dar mais esse, e mais aquele para chegar até aqui. Porque realmente eu acho que a grande crise que nós estamos vivendo aqui é de tentar nivelar ou todo mundo por cima ou todo mundo por baixo, não cria uma regra de transição e nós vamos criar aqui no Brasil, talvez, até o medo da expansão das coisas. Agora, o Aparecido, eu te digo aqui com toda a sinceridade. Acho que você poderia, inclusive, para a gente não ficar aqui só no... eu gostaria muito e eu pessoalmente gostaria de ver. Me mostre uma realidade dessas que você citou aqui e eu vou pedir ao Dr. Eduardo, ou à Dra. Aparecida que também me leve alguma realidade das quais vocês me falaram aqui. Porque aí para esta realidade que o Aparecido está nos citando aqui nós temos que dar um tratamento para isto. E na realidade que também eles nos apresentam

aqui nós temos que também fazer um enaltecimento e divulgar porque é isto que eu acho que o Brasil está precisando e aqui, seria talvez, o nosso grande papel colaborador.

E aí para o Ministério do Trabalho, se nós vamos pegar que tipo de regra? Por enquanto ele tem que pegar a regra que lhe compete para tratar o que é um trabalho degradante e o que é um trabalho escravo. E aí em alguns casos eu realmente tenho que admitir de que o trabalho escravo está muito claro porque embora não use a força física de bater, de agredir ou coisa parecida, mas essa do trabalhador já chegar em algum lugar endividado, proibido de sair porque está devendo, de não saber exatamente o que tem direito e o que não tem, isto é natural porque nós estamos diante de um trabalhador, o mais analfabeto, o menos esclarecido, aquele que está, digamos assim, como dizia a minha mãe, pela hora da morte, está pela hora da morte. Então, ele se sujeita aí na esperança de ter uma oportunidade de trabalho para levar um pouco de condições de vida para a sua família. E nós não podemos ter tolerância com isso. Já ouvi, inclusive, caso de dizer quando o Ministério faz uma vistoria que encontra uma situação como essa, acaba de desempregar porque devolve as pessoas... como é que dá o nome? O termo? Libertar... não é bem essa palavra. Mas vou usá-la. Resgatar o trabalhador, na prática está desempregando esse trabalhador. E aí nós temos que tomar todo o cuidado do mundo para que não permita que, por conta de dizer que no meio de desempregado pode fazer o que quiser, ou também dizer: Vamos tirar o trabalhador aqui nessa condição dando a ele a desesperança de não ter a fonte de trabalho. Então, procurar o caminho do meio eu acho que é a coisa mais natural que nós poderíamos fazer, o grande esforço que a gente faz e que o Brasil dê passos cada vez mais significativos no sentido de ser um país de economia competitiva, sim, mas a mais humana e a mais organizada que nós temos que... aquele modelo da China não nos interessa, Sr. Presidente, e nós temos que encontrar o nosso próprio modelo. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR JOÃO TENÓRIO (PSDB-AL): Obrigado Senador Sibá Machado, pela sua posição, sobretudo, ponderada em relação ao tema. É um tema complexo. Eu gostaria de passar a palavra agora aos senhores que participam da Mesa para respectivas considerações. Pediria um pouco de síntese por conta do andamento do tempo. E como a Dra. Maria Cristina Gonzaga tem um problema de agenda mais complicada, eu solicitaria que ela fosse a primeira a se pronunciar.

SRA. MARIA CRISTINA GONZAGA: Eu vou responder algumas perguntas colocadas... colocadas

pela Senadora Kátia Abreu, Senador Suplicy. Eu acho que todos que estão presentes querem saber aquilo que eu vou tratar. Bom, a primeira... só uma observação que não faz parte das perguntas, primeiro, o Dr. Koizume colocou carga física só. A ergonomia trabalha com carga mental no trabalho. Então, tudo que eu apresentei aqui é sobrecarga mental, não física. Só um esclarecimento para ficar bem claro o que é ergonomia: Normas de produção são carga mental, roubo na produção é carga mental, é sofrimento mental, não físico. Posso, depois eu tenho texto sobre isso, posso estar repassando para os senhores. Enfim, eu vou começar pela primeira pergunta que a Senadora colocou. Ações necessárias para melhorias.

A primeira ação da listagem que eu vou apresentar é que o Senado consiga nos colocar pesquisadores de universidades do Ministério Público dentro das empresas. As usinas não autorizam o Poder Público fazer pesquisa nunca. Eu só consegui entrar numa usina e fiquei 4 anos porque a FERAESP intermediou, senão, nós somos proibidos. Então, se o Senado conseguir garantir a nossa entrada, tanto da FUNDACENTRO como outros órgãos de pesquisa, o INCOR está com um estudo exatamente como o Koizume apresentou e não consegue entrar para fazer, o instituto do câncer... o Instituto do Coração da USP de São Paulo, não consegue entrar. Então, por favor, eu solicito isso aos Srs. Senadores, abram caminhos para a gente entrar nos ambientes de trabalho e conseguir trabalhar. A primeira coisa que em função da listagem que eu vou apresentar de demandas, de pesquisas, a gente precisa conseguir entrar para observar.

Bom, algumas ações necessárias para melhorias isso foi exaustivamente discutido um ano com as federações todas que eu relatei no início, CONTAG, FERAESP, FETAESP, FEBRAQUIM, enfim, todos os setores ligados à produção, tanto agrícola, como industrial, como transporte. Essas listagens saíram de nove reuniões que eu tenho um relatório imenso, disponível, posso passar para todos os senhores. Primeira questão que a gente acha que tem que acabar é com a terceirização da mão-de-obra. Pauta da FERAESP. Primeira pauta. Acabar com a terceirização de mão-de-obra, acabar com o trabalhador sem registro em carteira. Segunda ação que a gente... eu vou colocar em ordem de prioridade. Monitorar as ações de usinas, fornecedores de cana e condomínios ou consórcios de mão-de-obra com relação à saúde e a segurança do trabalhador.

SENADOR SIBÁ MACHADO (PT-AC): A senhora me permite um pouquinho só porque tocou num assunto...

SRA. MARIA CRISTINA GONZAGA: Perfeito.

SENADOR SIBÁ MACHADO (PT-AC): É pensável numa idéia de não existir mais o gato e as empresas também poderem se relacionar diretamente com os próprios sindicatos para que eles apresentem os trabalhadores temporários ou permanentes, como quer que seja, e acabar definitivamente com esse... você falou de 30%, não é...

SRA. MARIA CRISTINA GONZAGA: Do salário...

SENADOR SIBÁ MACHADO (PT-AC): As vezes fica retido na mão do gato.

SRA. MARIA CRISTINA GONZAGA: Ou paga 60 reais.

SENADOR SIBÁ MACHADO (PT-AC): Então, se as empresas fizerem, então diretamente o acordo de contratação com os próprios sindicatos?

SRA. MARIA CRISTINA GONZAGA: Mas as empresas, Senador Sibá, eles estão trabalhando com o gato direto. O gato recebe, pelo menos, informação dos jornais. Eu não consigo entrar para verificar. 60% de trabalhador aliciado pelo empregador o gato recebe 60 reais. O empregador, o gato leva um trabalhador para um empregador. Ele recebe do empregador 60 reais. Eu tenho isso, eu tenho jornais que estão saindo isso em São Paulo. Posso repassar para os senhores. Isso a gente não consegue avaliar. É por isso que eu estou falando. Se os senhores conseguirem que a gente entre nas empresas para pesquisar, nos fornecedores, nos condomínios de mão-de-obra vocês vão ajudar muito o Ministério do Trabalho e as universidades a interferir, pelo menos, para descobrir o que está acontecendo, coisa que nós não conseguimos. Bom...

SR. PRESIDENTE SENADOR JOÃO TENÓRIO (PSDB-AL): Eu queria só fazer uma pequena intervenção aqui sem trabalhar V. Sa. É o seguinte. Qual o crescimento do setor, novas usinas, 70 e poucas usinas se instalando até 2010. Eu digo isso porque eu sou do setor, quero dizer que estou pouco a vontade de falar por ser do setor.

SRA. MARIA CRISTINA GONZAGA: Perfeito. Perfeito, Senador.

SR. PRESIDENTE SENADOR JOÃO TENÓRIO (PSDB-AL): Mas de qualquer forma eu falei. E com o crescimento das, então, existentes, está havendo um problema absolutamente inverso. Está havendo um problema de demanda de mão-de-obra nessa área do corte de cana que não está sendo atendido.

SRA. MARIA CRISTINA GONZAGA: Sim. Hum-hum.

SR. PRESIDENTE SENADOR JOÃO TENÓRIO (PSDB-AL): Então, de maneira... no momento... existem duas leis na natureza que ninguém muda. Uma é da oferta e procura e outra é da gravidade, não conhe-

ço ninguém ainda que conseguiu mexer nessas duas leis. Então, quando existe o desequilíbrio, ou seja, uma busca grande, maior do empregador, do trabalhador e uma oferta não correspondente, naturalmente existe uma valoração do trabalho. Isso é uma coisa que natural, perfeitamente esperado que isso aconteça. Então, só para um registro, isso acontece, está acontecendo inclusive no Nordeste que é uma região pior nessa situação porque é uma região do desemprego é muito maior, as condições econômicas são muito maiores.

SRA. MARIA CRISTINA GONZAGA: Sim. Tanto que eles estão vindo para cá.

SR. PRESIDENTE SENADOR JOÃO TENÓRIO (PSDB-AL): E mesmo assim, mesmo na região Nordeste, existe hoje absolutamente identificado, uma relação, eu diria, favorável, é bom que isso aconteça, a demanda em relação a oferta. Então, uma série de vícios, digamos assim, que estão sendo registrados aqui, de certa forma desaparecem ou são atenuados, pelo menos...

SRA. MARIA CRISTINA GONZAGA: Esperamos que sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR JOÃO TENÓRIO (PSDB-AL): No que diz respeito a essa relação.

SRA. MARIA CRISTINA GONZAGA: Esperamos que sim. Posso continuar, Senador? Dá licença.

SR. PRESIDENTE SENADOR JOÃO TENÓRIO (PSDB-AL): Desculpa aí...

SRA. MARIA CRISTINA GONZAGA: Não. Não tem problema. Bom, monitorar as ações seria o quê? Avaliar como está funcionando toda a questão de contratação, de controle de saúde, que isso ninguém avalia. Os programas de controle de saúde ocupacional nas usinas são um buraco negro, ninguém consegue chegar neles. O Ministério Público não consegue, nós não conseguimos porque nós não temos acessos, a DRT consegue, mas a DRT olha apenas a normalização se está sendo cumprida. O conteúdo e a qualidade é a pesquisa que traz. O fiscal do trabalho ele tem que atuar pontualmente multando, agora, é a pesquisa que consegue olhar, interferir e tentar transformar. Então, ações das usinas como eu falei. Garantir descanso legal semanal, descanso legal. O que seria turno de 5 por um e meio de jornada. Acabar com o turno de 6 por 1, de 5 por 1 e de 7 por 1 que existe no Brasil.

Em várias usinas os trabalham sete dias, descansam 24 horas ou trabalham seis dias, eles vão ter um domingo de descanso a cada quatro semanas. Para quê? Para a cana não ficar parada. Os empresários estão tentando mostrar que é processo contínuo de produção. E não é. A cana é cortada e tem um intervalo para ela chegar na usina. Então, não é processo contínuo. O trabalhador não precisa trabalhar 24 horas

para manter cana na usina funcionando. Isso é uma demanda sindical tremenda, quase parou todos os canaviais de São Paulo por esse motivo.

Garantir também duas causas remuneradas de 20 minutos. Por que pausa remunerada? O trabalhador que ganha por produção, se a pausa não for remunerada ele não faz pausa. Pausa remunerada de 20 minutos até uma hora e meia de trabalho. Não queremos humanizar? Não queremos fazer uma coisa perfeita? Então, isso aqui faz parte de humanização do trabalho. Diminuir a jornada de trabalho de seis horas, para seis reais. Eliminar oito horas, seis horas. A gente ia propor quatro horas, mas a FERAESP discutiu, não faça isso porque senão vai ser jornada dupla pelos salários que eles ganham. Então, a gente decidiu, a mesma pauta que eu estou colocando aqui a FERAESP está colocando em São Paulo. Controlar de forma eficiente programa de controle médico de saúde ocupacional nas usinas. Analisar a água que está sendo fornecida para os trabalhadores. Analisar mesmo, levar para laboratório para ver que água é essa. Se é potável, se não é. Se tem veneno. O que tem nessa água? E analisar amostras de soros fisiológicos que estão sendo distribuídos nas usinas e ninguém sabe como que tem nesse soro fisiológico. Ninguém sabe e ninguém consegue pegar uma amostra para analisar. Melhorar o conforto de EPI para o corte de cana. Eu vou ler rapidamente meio parágrafo num trabalho meu...

SR. PRESIDENTE SENADOR JOÃO TENÓRIO (PSDB-AL): Gostaria que para nós darmos um pouco de celeridade à...

SRA. MARIA CRISTINA GONZAGA: Tá bom. Melhorar o conforto dos EPIs. O certificado de aprovação, como a Elimara falou muito bem, tem que prevê ar adequação, atividade ao usuário. Isso é uma coisa importantíssima que o Ministério do Trabalho tem que fazer. Tornar eficiente o registro de doenças através do preenchimento de CAT(F), isso aqui está diretamente vinculada ao registro do trabalhador, diretamente, acabou a terceirização isso aqui já entra. Fornecer alimentação equilibrada e quente no eito e água potável nos eitos de cana. Viabilizar transporte seguro, exigir a certidão liberatória prevista na IN-65 do Ministério do Trabalho e Emprego, o que é ônibus seguro para esses trabalhadores. Garantir alojamentos limpos e confortáveis e eu tenho mais um link de pesquisa que daí é o Poder Público que quer fazer e não consegue entrar como iniciei. Pesquisar o efeito de maturadores associados aos adubos de cana e a queima. Diminuir... minimizar a carga laboral de trabalho, fazer pesquisas para entender o trabalho na cana crua, caída, enrolada, em curva de nível, em beirada de canavial e nas diferentes estações do ano. Pesquisar os efeitos das

metas de produção sobre a saúde dos trabalhadores. Pesquisas para monitorar as formas de controle de produção nos canaviais. Estudar os limites humanos em termos de esforços físicos e mentais. Comunico, senhores, nós estamos tentando fazer isso. Eu... várias, a FUNDACENTRO e várias universidades, ninguém consegue chegar perto dos trabalhadores para fazer isso. Por isso que eu solicito a esse Senado, garanta a nossa entrada que a gente faz isso, que a gente tenta começar essas pesquisas todas e monitorar um pouco para ver se melhora.

SR. PRESIDENTE SENADOR JOÃO TENÓRIO (PSDB-AL): Gostaria de dar alguma...

SR. APARECIDO BISPO: Fala que realmente a gente tem feito um trabalho conjunto e a pesquisa que ela pôde fazer na questão dos equipamentos de proteção foi comprovado, foi uma pesquisa de um longo de tempo com mulher, com homem, mulher, na percentagem, foi uma pesquisa realmente feita e comprovada e a FERAESP acompanhou. Isso no dia-a-dia. Então, mostrou a precarização dos equipamentos, as dificuldades. Até porque as pessoas, umas são mais altas, são mais baixas, mão maior, mão menor, o pé, o jeito da pessoa. Então, isso tudo comprovou que realmente há problema nos equipamentos. Agora, assim, o que nós estamos buscando essa parceria mesmo para aprofundar em outros itens que a gente precisa ter realmente o conhecimento de fato da questão e realmente nós temos dificuldades de entrar nisso. A Elimara falou de algumas coisas que nós estamos trabalhando. Estamos trabalhando em algumas questões. Acho positivo? Acho positivo. É louvável o que nós estamos fazendo. Mas, assim, pelo nosso entendimento ainda há muita dificuldade de fazer. E são poucas empresas ainda que abrem, mesmo com a participação da UNICA nem todas as empresas abrem. Inclusive, nós fizemos um trabalho do ano que apenas três empresas abriram para fazer um trabalho que nós começamos a fazer o ano passado num estudo dos *hollerits*, da pesagem, transparência nas pesagens. Então, só foram três empresas que abriu para nós. Então, isso há uma dificuldade muito grande. Então, tem a maioria... uma grande parte do setor não quer abrir. Eu não sei qual é o medo que tem. Então, isso é fato. Eu queria também falar na questão, o Sibá falou da questão ambiental, da queima. Um fato também muito importante que a gente precisa falar aqui, Sibá, é sobre a maturação da cana. Ela é passada com herbicidas. Se nós pegarmos ali aquela região de Araraquara, Ribeirão Preto, a gente vai ver que a gente sai da cidade e logo de cara tem um canavial. E ali é pulverizado um veneno para amadurecer a cana. E aquilo ali é jogado no tempo, o vento uma hora está para cá, outra hora está para lá. Aquilo tudo vai criar

sobre as pessoas. A gente não está manuseando um veneno dentro de um barracão fechado, nós estamos manuseando o veneno no ar livre, na natureza, então, isso tem seqüelas. Nós precisamos também avaliar e que tipo de produto está sendo jogado.

Além disso, aquele produto, quando cai sobre a cana, ele fica ali determinado tempo. Ele vai ser queimado, a cana vai ser queimada e aquilo vai ser jogado novamente na natureza pela queima. Então, a gente tem esses fatos que precisam ser estudados que...

SRA. MARIA CRISTINA GONZAGA: Só uma informação, que ele está falando sobre maturador de cana. Saiu uma matéria da Isto É que eu fiz e teve um erro de digitação, as 1383 mortes que ocorreram, ocorreram na Nicarágua, não no Brasil. Imediatamente a Isto É, na semana seguinte, fez, eu encaminhei uma carta aberta, eles corrigiram. Agora, nós estamos discutindo com a Nicarágua o maturador no Brasil há 4 anos. É um produto de efeito crônico. As mortes, possivelmente, nós estamos precisando estudar e não conseguimos, como eu já relatei aqui, pode, sim, estar associadas ao uso de maturadores nos canaviais. É que ele tocou no maturador, eu só quis esclarecer isso.

SR. APARECIDO BISPO: Um outro ponto também é a questão das fiscalizações, isso que o Senador falou aqui, que eles pedem as fiscalizações, as fiscalizações atendeu 30 das duzentas e tantas. Isso ocorre no Estado de São Paulo, as fiscalizações não dão conta de fazer o trabalho na medida em que ocorre, porque se a gente encontra, por exemplo, uma turma plantando numa determinada área de plantio de cana sem registro, se eu peço hoje a fiscalização ela tem que acontecer amanhã, porque daqui a três dias aquele pessoal já não vai estar lá, ele plantou a cana, ele mudou de local. Então, nós temos deparado com vários problemas, já que a demanda de fiscalização é grande, a fiscalização vai ser atendida daqui há um mês e esse trabalhador já mudou, já está em outro lugar e muitas vezes o Sindicato já nem tem mais acesso, porque até porque a área rural ela é uma área complexa, é grande, é de difícil acesso, muitas vezes a gente depara com pessoas que impedem os sindicatos de entrar nas propriedades para checar a situação.

Isso é fato. Não acontece isso só em outra região do Brasil não. No Estado de São Paulo acontece que eu já me deparei com isso. Que a gente é impedido até por ameaças de entrar na propriedade. Então nós precisamos, sim, que o Estado tenha mais eficiência nas fiscalizações do rural, no trabalho rural. Eu acho que precisa ser melhorado. Outra coisa, acho que assim, quando a gente fala de trabalho rural, realmente é um trabalho penoso. Eu já fiz, já colhi semente, semente de capim, realmente é um trabalho penoso, já lidei

com leite, é realmente é um trabalho penoso. Agora, o que nós estamos colocando aqui é o seguinte: Se eu tivesse que cortar cana três toneladas em vez de cortar dez eu teria um trabalho menos penoso. Se eu tivesse que tirar 50 litros de Leite ao invés de tirar 200 eu teria um trabalho menos penoso. Eu acho que nessa questão que estamos falando. E eu posso ser remunerado com relação a isso. Acho que nós estamos discutindo isso. Até porque eu, na condição de assalariado, eu vou trabalhar, tirar 200 litros de leite eu vou ganhar o salário, eu vou ganhar 15 reais por dia, 10 reais por dia, depende da região. Enquanto o produtor que vai fazer o serviço ele vai ser muito mais remunerado por aquilo que ele fizer. Então, a realidade é outra. Então, eu quero colocar esse ponto.

Com relação a, a Elimara falou com relação da República de Trabalhadores Rurais na cidade, nós nos deparamos com um problema muito sério. É o gato. As vezes, chega para a empresa, o trabalhador vem por conta, mas 90 matéria é gato que tem transportes, tem ônibus precários, muitas vezes, que quer colocar ele para ser contratado pelas empresas e ele faz contato com alguém em determinado Estado e fala: Vem 40 pessoas aí que eu arrumo a casa aqui. E o cara já vem instruído para falar que ele veio por conta. Aí eu não sei se realmente a usina tem que ser responsabilizada ou quem quer que seja, mas nós temos que dar um jeito nos gatos. Eu acompanho alguns trabalhos na região de Andradina que vem o pessoal do Piauí e todas as vezes que eles vêm eles vai com determinado gato. Já tem o nome dos gatos todos. E ele chega, a usina vai contratar em março, abril, ele vai ser contratado as vezes por um condomínio, por um terceirizado, em março, abril, ele já chega em fevereiro e ele fica trabalhando sem registro em fevereiro já para esse cara que vai ser registrado lá em abril e vai ficar na mesma turma dele. Então, assim, como é que é isso? Realmente tem parte. Agora, quem tem que se responsabilizar? Eu acho que nós temos também, porque, assim, se a usina é boa e nós temos lá um condomínio que fornece para ela que é mau, que tem uma relação bem diferente das empresas, eu acho que as empresas têm que discutir porque ela está comprando aquela cana. A cana está indo para determinada usina.

A gente tem realidade de condomínios que não fornecem para as usinas a todo o ano a gente acompanha e todo o ano acontece a mesma coisa. E a usina fala que não tem nada a ver. Mas a usina está comprando, então ela está estimulando aquele fornecedor, aquele condomínio, ter prática. E aí as usinas têm muito mais poder de estar fiscalizando, até porque o impacto que ia acontecer de negatividade com uma turma, porque geralmente a imprensa fala que é

o trabalhador cortador de cana, que sai na imprensa é o cortador de cana, é da usina tal e vai repercutir para o setor sucroalcooleiro. Eu acho que se o setor tem compromisso de ter uma transparência e está disposto a cumprir as leis como a gente tem discutido, eu acho que tem que punir os fornecedores e os condomínios que têm prática ruim que está ferrando todo o setor, porque o impacto vai para o setor.

A matéria que sai, sai para o setor. Então, acho que o setor tem que ter sua obrigação também de estar acompanhando esse processo. Com relação, falou também do ponto da água potável. Acho que têm empresas que tem acompanhado, tem melhorado a condição, mas, assim, tem muitas empresas que está fazendo porque tem cobrança, se não tiver não vai fazer. Tem muita situação muito precária. Esse estudo que a Maria Cristina fala é real, infelizmente, está difícil de se colocar, existe a lei, a NR-31. Eu acho que a NR-31 tem seus erros, mas se a gente for pegar na questão da água, na questão de um local para os trabalhadores ficar, isso a gente é louvável, a gente tem que acrescentar. Tem os erros? Tem. É porque muitas das vezes a gente faz a demanda e a gente não tem a oportunidade, nem o setor patronal e nem o setor dos trabalhadores, tem a oportunidade de participar, de elaborar.

Geralmente alguém que elaborou não conhece de fato o que a gente conhece. E aí não dão a oportunidade para a gente participar. Mas tem coisas que é realmente boa, a questão da pausa tem que ter. Tem que ter. Agora, precisa ser discutida. Agora, fala-se na lei, tem que ter pausa, mas não fala quanto tempo que é, que hora que tem que ser. Então, eu acho que se tivesse discutido, talvez, com o setor, tanto patronal e rural, a gente poderia ter determinado já nessa pausa como que ela ia funcionar. Não teria que discutir agora na NR, na Comissão da NR-31 do Ministério do Trabalho que nós estamos discutindo para ver se vai ser 10 minutos, se vai ser 20, se vai ser remunerado, se não vai ser remunerado. A forma que vai ser. Então, nós podíamos ter avançado nisso se nós tivéssemos tido a oportunidade de ser chamado para participar da norma. Então, essa questão da água é realmente essencial para o trabalhador porque quem trabalhou sabe disso porque o trabalhador costuma levar uma garrafa d'água de 5 litros da casa, ele já leva gelada.

Essa água até meio-dia já acabou. Ele bebe. Às vezes quando ele vai parar para a refeição ele tem que se lavar ele usa aquela água e as vezes ele tem que buscar, quando acaba a água ele tem que buscar e a usina, muitas vezes o transporte não tem a água adequada que ele precisa. Ele vai ter que, como ele vai ter que agüentar até quatro, cinco, seis horas da tarde

que ele vai ter que voltar em casa e ainda vai ter que tomar água, ele vai ter que tomar aquela água quente ou realmente com uma condição de higiene ruim. Então, acho que isso tem que ser melhorado mesmo. A questão do banheiro também é um outro ponto que precisa ser colocado, principalmente para as companheiras mulheres. Houve uma mudança na lei, mas só o que é que aconteceu? Inventaram um banheiro que custa muito barato. O que é que aconteceu? O banheiro há um tempo atrás não tinha. As que tinham, eles faziam uma barraca de lona, uma barraquinha e faziam um buraco no chão.

A pessoa teria que entrar naquele buraco lá e fazer suas necessidades. Hoje se inventou o quê? Fizeram um vasilhinho, fizeram um tanque, um galão que é reutilizado não sei do que, tira até essa embalagem dele, ele é reutilizado, não sei se é de veneno, o quê que é, e ele põe a água e a pessoa tem que se lavar ali com aquela água e é muito precário, até a gente já teve discussão do Ministério do Trabalho. Acho que se tem que fazer uma coisa, faça uma coisa que atenda. O que quê é que fizeram? Fizeram uma coisa que é barata. Mas não atende. Então, vai ter que ser discutido tudo de novo para que a gente consiga fazer uma coisa que atenda de fato. Então, acho que o seguinte. Se nós temos que cumprir e a lei está exigindo, acho que nós temos que rapidamente se organizar, tanto o patronato como o Poder Público e o Sindicato tem que se organizar e falar: Vai ter que ser assim. Que nós vamos construir. Porque aí já passa para as empresas que estão a fim de construir e vai construir uma coisa que realmente atenda às necessidades porque o que foi, o que está sendo feito não é.

Realmente é para reduzir custo, aquilo que o companheiro fala, é custo benefício. Então, quando se pensa numa luva para o trabalhador, não se pensa numa luva que realmente vai resolver o problema dele de ele bater o facão, ou dele, as vezes o facão bate naquela luva, as vezes não corta, mas só que a luva machuca a mão dele quando ele faz isso aqui e o contato que tem o mel da cana, aquilo resseca muito rápido, enderece tudo a luva. E ele não consegue fazer isso aqui, olha, a mão fica dura, assim, quando ele força muito, por isso que dá muito problema de LER e muitos trabalhadores que usam a luva, se vocês observar, tiver a oportunidade, que você falou muito bem, nós podemos articular para conhecer isso, os trabalhadores acabam ficando sem unha, com a unha toda comida, porque ele força muito isso aqui para pegar a cana. Então, nas fotos dela tem aqui. Então, isso é real. Então, quando se pensa em equipamento, se pensa nos equipamentos as vezes com custo baixo, né, já que também os equipamentos também que são feitos para o setor rural não

é o equipamento feito para aquilo. Não é equipamento feito para cortar cana. É um equipamento adaptado. Ele vem de uma indústria de solda de algum lugar e ele se adapta, alguém que faz uma adaptaçãozinha e vai ser utilizado no corte da cana. Então, nós precisamos ter essa discussão mais profunda e também, a partir daqui, pensar numa forma da gente discutir quais equipamentos que deve ser ideal para o trabalho do corte da cana. É isso, obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR JOÃO TENÓRIO (PSDB-AL): Muito obrigado, Aparecido. Passo a palavra ao...

SENADORA KÁTIA ABREU (PFL-TO): Sr. Presidente, pela ordem, Sr. Presidente. Pela ordem.

SR. PRESIDENTE SENADOR JOÃO TENÓRIO (PSDB-AL): Pois não.

SENADORA KÁTIA ABREU (PFL-TO): Os dois palestrantes agora vão se manifestar ou o Senador...?

SR. PRESIDENTE SENADOR JOÃO TENÓRIO (PSDB-AL): Eu colocaria a oportunidade de falar ao nosso...

SENADORA KÁTIA ABREU (PFL-TO): Tá, eu estou apenas preocupada que a Dra. Maria Cristina tem que sair e eu ainda gostaria de fazer um questionamento.

SR. PRESIDENTE SENADOR JOÃO TENÓRIO (PSDB-AL): Pois não.

SENADORA KÁTIA ABREU (PFL-TO): Depois do Senador falar eu gostaria.

SENADOR CÍCERO LUCENA (PSDB-PB): Serei bem rápido, até para pedir desculpa por que tanto eu como o Senador José Nery nós estávamos na Comissão de Assuntos Sociais e tinha um projeto que eu era o autor e o Senador José Nery era o relator quanto à distribuição de medicamento de uso continuado entregue pelos Correios àquelas pessoas que precisam, foi uma experiência nossa vivida na Prefeitura que agora graças a Deus e ao nobre relator e aos demais pares nós acabamos de aprovar. Mas eu, eu gostaria de fazer bastante breve, até pelo horário avançado, demonstrando de uma forma clara da importância desse tema e dizer que para mim foram colocados, não só pelos expositores, mas também pelos Senadores, pela Senadora Kátia também, pontos que eu considero fundamentais. É que, na verdade, nós estamos num processo de avanço nessa indústria, vamos assim dizer, sucroalcooleira. E dizer que essa questão da condição de trabalho, ela acontece com problemas de Equipamentos individuais de Proteção Individual, com falta de cumprimento do empregador ou do empregado da Legislação, isso acontece em vários setores.

Eu acho que é muito oportuna a gente ter essa condição de saber que existe o problema e existem os mecanismos para adotar e não, simplesmente generalizar como se fosse uma coisa ideológica entre patrão e empregado ou entre empregado e patrão. Existem os bons patrões e existem os maus patrões. Como existe o bom trabalhador e o mau trabalhador. Então, eu acho que isso é uma coisa muito clara. Até porque nessa questão de condição de trabalho escravo, o Senador Eduardo Suplicy está cuidando para mim de um dos maiores escravos que são o desempregado quando ele se preocupa em dar a renda mínima exatamente para aquele que não tem nenhuma. Se nós formos falar e aí a Senadora Kátia disse bem, citou até o Aurélio como dicionário, Senador Eduardo Suplicy, se nós pensarmos direitinho em termos de remuneração o nosso trabalhador, que ganha o salário mínimo, é um trabalho escravo porque ele também não recebe o que é justo e o que ele precisa como salário mínimo para manter a sua família. Agora, nós não podemos fugir da realidade que vivemos em nosso país. Muitas leis existem.

Deixar de cumprir a Legislação é questão de cobrança, quer seja melhor estruturar o Ministério do Trabalho, despolitizar aqueles que cobram, quer seja no Ministério do Trabalho, aonde quer que seja, fazer como política a sua função, o seu trabalho, as suas verificações, a Senadora Kátia, com muita propriedade disse que nós não podemos ter sentença em outra instância que não seja a justiça. Isso é tão verdadeiro que a própria justiça tem as suas instâncias. E uma pessoa só pode ser considerada condenada depois de percorrido todas as instâncias. Não é um Juiz, por mais justo que ele seja, em uma Comarca que ele dá a sentença final. Ele é humano, pode ter tido provas manipuladas ou não, pode ter informações ou não por que está ali no processo em documentos, mas a própria justiça admite que tem que chegar até o Supremo quando é o caso. Não acho que ninguém pode estar condenando quem quer que seja em qualquer esfera, até porque essa questão de conceito muda muito. Pouco tempo atrás o Presidente Lula achava que o usineiro era um marginal. Esse ano passou a achar que é um herói nacional. Então, você veja como a questão de valor é relativo. Então, nós temos que ter cuidado nessa condição que muitas vezes a gente estabelece ao emitir uma opinião, a fazer um julgamento para não fazer um julgamento e, sim, um linchamento como muitas vezes acontece. O Ministério Público deveria ter e alguns têm, a responsabilidade de que quando emitir um parecer não fazer um pré-julgamento porque se ele assim o fizer ele já está incorrendo num erro que

julga o Judiciário, o Juiz e as outras instâncias e não o Ministério Público.

O Ministério Público emite a sua opinião. Não pode considerar que o seu parecer é uma sentença, quanto mais um fiscal, quanto mais em outras instâncias. Então, eu acho que isso é oportuno. Esse problema, para mim, é um problema muito claro. Nós temos que cobrar. É inaceitável até porque o empresário e se o empresário não fizer assim não merece nem ser empresário, não será, deixando de dar água no caso que você falou, Aparecido Bispo, deixando de dar água em boas condições, deixando de oferecer um sanitário em boas condições que ele vai ter mais ou menos lucro. Não acredito que isso tenha nem espaço na contabilidade dele como resultado favorável a ele. Então, eu acho que isso é mais a gente cobrar, discutir a consciência e processar aquilo que a gente acha necessário.

O Equipamento de Proteção Individual isso é discutível. Não é só no canalial não. É em qualquer atividade, em qualquer atividade. Há poucos dias atrás nós estávamos numa das Comissões discutindo se a gente pegava o protetor solar, tá certo, e o protetor solar deixasse de ser tratado pela Legislação como cosmético para ser um Equipamento de Proteção Individual. De repente, você está ali passando o dia cortando cana sem nenhuma proteção solar, quer dizer, então, existe uma larga oportunidade de nós discutirmos isso. Então, eu quero agradecer aproveitando, Presidente, dessa oportunidade e com a certeza absoluta de que nós não estamos encerrando, nós estamos iniciando essa discussão que com certeza terá efeito, não só para o projeto de um Brasil mais justo e desenvolvido, gerando emprego, avançando nas nossas conquistas e potenciais, mas também que esse debate aqui, obviamente isso se estenda aos demais setores. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR JOÃO TENÓRIO (PSDB-AL): Senadora Kátia tem uma consideração a fazer.

SENADORA KÁTIA ABREU (PFL-TO): Obrigado, Presidente. Eu gostaria, em primeiro lugar, Senador Sibá Machado, dizer que estou muito surpresa pela coincidência de pensamentos, embora sejamos de partidos com linhas programáticas diferentes e, em determinados pontos, até distantes. Mas eu faria o mesmo discurso seu em qualquer lugar do Brasil com muita tranquilidade. Acho que você foi brilhante na sua exposição. A questão da barra do intolerável, achei fantástico, acho que é isso mesmo, nós temos que definir o que é intolerável, não interessa se chama escravo ou degradante porque a Legislação não diferencia. No Código Penal os dois conceitos estão

no mesmo artigo, todos os dois são crime e colocam como iguais. Então, colocar na barra do intolerável que nós sabemos que nós não podemos suportar e fazer os passos gradativos até chegar na Excelência e, sim, premiar A Excelência, eu acho que esse é o caminho. E tudo tem custo mesmo. Para você ter uma idéia, Aparecido, para pagar um tirador de leite numa Fazenda, nós não precisamos de 200 litros/dia não. Nós precisamos de 1600 litro/dia para pagar um vaqueiro tirador de leite. É só você fazer a conta de 50 centavos de leite dia com um salário de 404 por mês com os encargos sociais no Brasil que é mais de 100%. Então, se você colocar isso, eu não preciso de tirar 200 litros não, eu preciso tirar 1600 litros de leite/dia para poder pagar esses funcionários, infelizmente.

Agora, eu queria perguntar à Dra. Maria Cristina e até fazer esse alerta aqui ao Senador José Nery com relação do implemento do Ministério do Trabalho em termos de fiscalização e de orientação. Tem uma Medida Provisória aqui na Casa aonde tira dos 20% que é destinado ao Ministério do Trabalho da contribuição sindical recolhida de todo o patronato brasileiro, 20% é do Ministério e dos trabalhadores, 20% é do Ministério do Trabalho. Esse dinheiro significa em torno de 200 milhões de reais, ano. Esse dinheiro significa 1/3 do orçamento do Ministério do Trabalho e a Medida Provisória propõe que desses 20%, ou seja, 100 milhões de reais serão transferidos para as Centrais Sindicais. Não tenho nada contra, muito pelo contrário, as Centrais Sindicais.

Eu só quero saber como é que o Ministério do Trabalho vai fazer. Como é que ele vai sobreviver? Como é que ele vai andar? E outra coisa que eu não ouvi sendo mencionado, eu ouvi as sugestões com muito respeito que a senhora aqui colocou, mas eu não vi nenhum trabalho com relação a que possa disseminar conhecimento e treinamento. Eu quero dar um exemplo aqui do Rio de Janeiro, do meu colega Rodolfo Tavares. Ele formou 55 técnicos de saúde no Rio de Janeiro. Não tem um caso de trabalho degradante ou escravo no Estado do Rio de Janeiro. Porque ele, pelo SENAR, que é o Serviço Nacional de Aprendizagem Rural, que é um dos S, que fez o treinamento dessas pessoas para poder trabalhar nas propriedades rurais e orientar os produtores. Então, eu acredito muito. E 5 mil cortadores de cana que ele está aqui me dando a informação de que ele treinou no Rio de Janeiro. Então, pode ir nas estatísticas que o Rio de Janeiro está fora de qualquer circunstância desse tipo. Então, eu acredito muito na disseminação do conhecimento e do treinamento, das cartilhas como esse trabalho maravilhoso aqui também que o Rio de Janeiro foi pioneiro, junto com o Estado do Paraná, em mostrar,

mostrar ao produtor rural para ele ser legal, fazenda legal. Então, acredito muito nisso. Então, eu gostaria de entender essa ação. Por que é que a CONTAG não aceita intermediar no lugar do gato?

Eu gostaria muito que o Ministério pudesse oficializar isso para a CONTAG que é a representante legítima dos trabalhadores rurais do país. Por que é que ela não aceita intermediar no lugar do gato? Eu gostaria de ter essa resposta. E por último, depois eu vou dizer por quê. E por último eu quero aqui fazer um pedido ao Senador José Nery. Ele tem se mostrado um Senador corajoso, correto, legítimo, fazendo juz ao seu Estado nesse período de turbulência aqui no Congresso Nacional, eu quero lhe parabenizar com muita sinceridade. Mas com relação, Senador José Nery, a essa fiscalização no seu Estado do Pará que eu, inclusive, estive em redenção um dia desses, uns 15 dias atrás, e saí de lá escandalizada com o que vi naquela cidade e naquela região com relação aos produtores rurais. Mas veja bem, aqui está um exemplo clássico, fresquinho, acabou de sair do forno. São 1108 cortadores que, como disse bem o Sibá, o resgate vai virar um desemprego. Nesse desemprego, nessa hora o trabalhador está levando o FGTS que ele tem direito, o aviso prévio, o seguro-desemprego de dois meses pago pelo Governo Federal, sem a menor chance do produtor ter se defendido. Hoje esse cidadão já está na Folha de São Paulo e você pode ter certeza que está na imprensa internacional primeiro do que na nossa aqui, ele já está execrado. Isso é um Tribunal de exceção.

Eu quero aqui dizer que nem os autos ainda dessa fiscalização, Senador, foram extraídos. Nós não tivemos acesso a eles. Que país é esse que nós estamos? E por que é que esse fiscal que ele já é conhecido no *métier*, ele tem que ir rapidamente para a imprensa e colocar esse produtor que emprega 1108 pessoas? Que irresponsabilidade é essa? Porque esse FGTS, com esse aviso prévio, esses dois meses de seguro-desemprego vai acabar. E para onde vão essas mil pessoas? Eu pergunto, eu não conheço o caso, eu não... nós não conhecemos o caso, nós não temos acesso aos autos, nós não estamos nessa propriedade rural e realmente aqui eu quero reconhecer que pode estar acontecendo um extremo, mas eu não posso afirmar isso. Eu não posso tirar a presunção da inocência. Isso é Constitucional. Isso é legítimo. Eu não posso execrar uma pessoa sem direito a defesa. Será?

Eu pergunto, caso não tenha achado nenhuma aberração de pessoas coagidas, de pessoas trancadas, de pessoas sem salário, de pessoas sem carteira assinada, será que não seria o caso aqui, nesse momento, como disse o Sibá que o resgate não se transforme em

desemprego e darei a oportunidade de uma segunda visita, da visita prévia e da dupla visita e ficasse lá de plantão alguém do Ministério, se for o caso, até que a segunda visita pudesse vir? Porque aqui, como diz a matéria, também não sei se está clara, mas é um jornal de respeito, das irregularidades encontradas pela fiscalização. Não havia banheiro, não havia, os trabalhadores estavam superlotados nos espaços, as refeições não era espaço coberto. Isso é o que identificou o fiscal. Mas o dono da empresa vem se defendendo aqui embaixo de item por item. Ele tem a sua versão também. E ele tem que ser ouvido. Eu sei que lá não deve estar o melhor dos mundos não. Eu tenho certeza que não estar o melhor dos mundos. Mas e o custo benefício disso tudo? Eu quero aqui retirar a barra do intolerável, expressão usada pelo Sibá que eu gostei muito. Não estou aqui defendendo a barra do intolerável. Eu estou dizendo que numa fiscalização dessa eu acho que seria mais sã, sano, eu acho que seria mais inteligente, de bom senso verificar *in loco* o que está acontecendo e não vir com estrelismo direto para a imprensa, dizendo que está resgatando e libertando e execrando um cidadão brasileiro que está trabalhando, que está empreendendo, um lugar difícil do país que é o Pará, e o senhor sabe disso, Senador, quanto é difícil as circunstâncias do Pará, um grande Estado, tem um potencial maravilhoso, mas falta a infra-estrutura de Governo, não só desse agora, da Governadora Ana Júlia, mas ao longo do tempo nós não temos estradas, não temos Ferrovia, não temos Hidrovia, não temos escoamento de produção, agora que conseguimos o certificado de aftosa, vocês estão de parabéns, o Sul do Estado conseguiu a duras penas dos produtores rurais. Eu acho que nós não podemos fazer isso com o Brasil.

Eu acho, do mesmo jeito que nós não podemos defender o intolerável, nós temos que ter bom senso e pensar em primeiríssimo lugar, não é nesse empresário não, porque com certeza ele vai quebrar. Difícilmente ele vai sobreviver. Demitiu todo mundo, teve uma despesa exorbitante para fazer o acerto de mil e tantos trabalhadores, vai ver comprometida a sua safra e com certeza ele não vai sobreviver, tanto que ele poderia estar contribuindo com o emprego no país. Então, eu gostaria de deixar aqui essas... essas considerações e mais uma. Esse grau de arbitrariedade com o que está fazendo o Ministério do Trabalho, nenhum usineiro desse país, de sã consciência, vai abrir para ninguém entrar não, para o Ministério do Trabalho entrar não. Para ser execrado, ir para uma lista suja, ser condenado, transitado em julgado administrativamente, eu não abriria a minha usina se eu tivesse uma. Desse jeito não. Nessa intolerância e nesse preconceito eu não

abriria a minha porque eu não sou doida. Eu ia criar dificuldades. Agora, eu não conheço quem não queira colaborar para andar correto e ter paz para trabalhar. Porque o Ministério do Trabalho tem que chegar um dia dele ser bem-vindo. E não ser um terror na cabeça dos produtores.

Ele tem que ser um reparador. É o produtor rural, é o comerciante, é o industrial, ficar feliz com a chegada porque vai reparar rumos, vai melhorar a sua performance e o seu cumprimento de lei assim como são as auditorias. Eu já fui Presidente do SENAR em Tocantins. Eu tinha alívio a cada três meses quando chegava auditoria no meu SENAR para corrigir meus rumos, para ver se eu estava fazendo correto. Sempre recebi a todos eles com alegria. Então, eu quero aqui encerrar, Sr. Presidente, e agradecer a paciência e a tolerância de V. Exa.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Sr. Presidente, eu queria fazer as ponderações finais também.

SENADORA KÁTIA ABREU (PFL-TO): Só queria que respondessem...

SRA. MARIA CRISTINA GONZAGA: Bom, só uma questão. Vários juristas, algumas perguntas estão considerando...

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: É exatamente. Ela está saindo agora...

SRA. MARIA CRISTINA GONZAGA: Então ou eu saio sem responder ou eu deixo um cartão e respondo por e-mail para a senhora. Olha, em primeiro lugar eu quero esclarecer que eu não sou fiscal do trabalho, eu sou do Ministério do Trabalho, a FUNDACENTRO, que é uma fundação de pesquisa, eu não sou fiscal, eu estudo, eu pesquiso, eu não fiscalizo. Treinamento. Eu não trabalho com treinamento. Eu acho que a gente só treina quando consegue chegar no trabalhador. Se não consegue não tem como. A ÚNICA, em São Paulo, tem um trabalho muito grande com o SENAR, de treinamento. Até nós tentamos trabalhar junto e parou o projeto porque pararam todas as negociações com as mortes dos trabalhadores. Seria a UNICA, a FERAESP e a FUNDACENTRO.

No Rio de Janeiro eu acho que isso acontece brilhante. Talvez nós não tenhamos nenhum trabalhador registrado no Rio de Janeiro, por isso que não está tendo acidente registrado, não sei. Não conheço nada do Rio de Janeiro. Só mais uma questão que o senhor falou, gato e CONTAG. Eu não sei relatar para o senhor, para você como fica, Senadora, a intermediação, seu Miguel, o rapaz, eu não sei falar sobre gato intermediar a mão-de-obra, CONTAG intermediar os gatos. Isso eu acho que o Aparecido responde melhor do que eu. Eu não sei nada disso. E tinha mais uma coisa. Política pública...

SENADORA KÁTIA ABREU (PFL-TO): [pronunciamento fora do microfone].

SRA. MARIA CRISTINA GONZAGA: Então, eu não sei, eu não sou do Ministério do Trabalho. O que eu posso informar para a senhora. Na FUNDACENTRO nós precisamos de quadro de pesquisadores. Eu e uma pesquisadora só trabalhamos cana-de-açúcar no Brasil inteiro. Não tem pesquisadores. Nosso quadro está se esgotando e a tendência é acabar a FUNDACENTRO se não vier mais verba de pesquisa para nós podermos trabalhar. Eu peço desculpas por ter que sair, Sr. Presidente [pronunciamento fora do microfone] viagem para São Paulo programada, agradeço muito a atenção de todos.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: [Risos]

SRA. MARIA CRISTINA GONZAGA: Mas mesmo estando a gente não sabe se vai sair ou não.

SR. PRESIDENTE SENADOR JOÃO TENÓRIO (PSDB-AL): Passo a palavra à Dra. Elimara Aparecida para as suas considerações.

SRA. ELIMARA APARECIDA ASSA SALLUM: Bom, eu vou tentar responder as perguntas na ordem em que foram formuladas, mas em primeiro lugar eu gostaria de dizer que quando eu apresentei o índice de informalidade do setor ali eu incluí o Rio de Janeiro. E parabenizar a Federação da Agricultura do Rio de Janeiro pelo brilhante que tem feito, inclusive, em parceria com outras federações e junto a Confederação Nacional da Agricultura. Eu gostaria de iniciar com essa fala. Medidas que proponho para evitar situações no corte de cana com respeito a saúde. Eu acho que de tudo que eu aprendi nessa manhã aqui na fala de cada um dos senhores e aquele... a pouca experiência que eu tenho no setor eu consigo enxergar o seguinte: Legislação nós temos, nós temos a Constituição Federal, nós temos, nós temos a formalidade demonstrada por índices oficiais, incontestáveis. Nós temos um segmento que tem um salário entre os maiores da agricultura, índices oficiais também.

Nós temos a entidade a qual eu assessoro ela determina o cumprimento da Legislação. Acho que nós estamos fazendo tudo para que isso ocorra. Além do cumprimento da Legislação, como colocou nosso colega, companheiro de trabalho de muitas reuniões, Aparecido Bispo, nós temos uma coisa que está fora de tudo isso que, além da Legislação, que é o protocolo de intenções visando as melhorias das condições de trabalho. Só queria fazer uma correção. Nós trabalhamos num grupo pequeno, no primeiro momento, porque as questões são tão complexas que nós estamos estudando para que a gente possa trazer um universo maior de empresas e de sindicatos profissionais também.

Temos, além de tudo, uma coisa prevista na Constituição Federal que se chama: Negociação coletiva. Legitimidade do representante profissional e patronal para discutir acordos e convenções coletivas. Nós temos uma lei de política salarial que estabelece a livre negociação entre as partes. Aquelas lacunas, eventualmente existentes na lei, certamente estão sendo supridas pelas negociações coletivas de trabalho. Quanto a Norma Regulamentadora 31, em que pese a complexidade dela e os problemas que nós estamos tendo, ela trouxe um avanço significativo para o setor. Isso nós não podemos negar. Com relação a falta de água, eu tenho que concordar com o companheiro, amigo Aparecido, uma vez que isso... são exceções e não regra. Porque hoje as frentes de trabalho que eu tenho oportunidade de estar acompanhando que é mais no Estado de São Paulo, você tem toldo, banquinho, mesa, água potável disponibilizada para o trabalhador.

Em função disso eu acho que chegamos a ter elogios da fiscalização esse ano. Na minha visão, o que está faltando para o setor, e eu acho que é um compromisso nosso e que nós estamos aprendendo junto com a bancada profissional, em alguns casos é a questão da gestão. Isto por quê? Porque nós tivemos algumas fiscalizações esse ano aonde o empregador comprou o banheiro, porque é difícil você colocar um banheiro na lavoura. Não é tão fácil você analisar uma área numa atividade híbrida, uma área industrial e uma área agrícola. Não é tão fácil você conscientizar. Porque a Legislação existe. O quê que está faltando? Está faltando uma gestão, talvez. Você melhorar, você conscientizar. Agora, essa gestão é um compromisso das partes porque senão nós vamos cair no que a colega, desculpe a ausência, acabou de dizer, nós não estamos para advertir, suspender e mandar embora esse empregado, mas ele também tem que estar consciente das necessidades para parar para o almoço, para parar para pausa, para utilizar esse banheiro, enfim, então, eu acho que essa parceria relação capital e trabalho ela está sendo feita e ela é de extrema importância. Essa é minha visão com relação. Como foi dito, temos problemas? Temos.

Todos os segmentos, eu acredito, grande parte deles têm ou numa proporção menor ou noutra maior. Agora nós não podemos esquecer que nós temos um contingente de mais de um milhão de trabalhadores num segmento, repito, onde os usos e costumes estão arraigados. Muito bem, eu acho que foi feita uma pergunta com relação a trabalho infantil, escravidão e semi-escravidão. Eu sou capaz de assegurar que o trabalho infantil é praticamente inexistente no setor sucroalcooleiro. Veja bem, com relação à condição análoga de escravo, o que foi colocado aqui é o seguinte.

No meu entender o art. 149 do Código Penal deixou a critério da jurisprudência para você definir o que seria isso. Para mim eles têm que estar ligado uma condição degradante de trabalho ou a uma jornada exaustiva ele teria que estar ligado a um cerceamento de liberdade como foi colocado pelo Deputado João Tenório, como foi colocado, desculpe, pelo Senador.

Enfim, então ele tem que estar ligado a esse cerceamento de liberdade. E eu não conheço ainda um processo judicial transitado e julgado no país que você tenha tido como o empregador com a característica de condição penal análoga de escravo. No Estado de São Paulo, quer dizer, em alguns outros Estados que a gente conhece também eu não vejo setor sucroalcooleiro com essas condições. Para responder, eu não sei se eu responderia corretamente essa pergunta com relação a bolsa-família e seguro-desemprego. Com relação ao bolsa-família, o seguro desemprego, na verdade, foi eu que coloquei porque a minha experiência é maior com relação a isso. O quê que acontece? Na cana é uma atividade sazonal como tem outras atividades na agricultura. O que aconteceu esse ano, em São Paulo, para citar como exemplo? Saiu uma notícia do jornal que trabalhadores foram encontrados sem registro. A fiscalização foi lá e o que aconteceu? Eles saíram de uma cultura e passaram a trabalhar na cana e estavam recebendo esse seguro desemprego. Então, eles não queriam registro. E a fiscalização foi lá, o Cido(F) pode ser testemunha, foi na região de Guariba, de Ribeirão.

A fiscalização foi lá e autuou com a falta de registro. Não justifica um empregador ter um empregado sem registro. Mas eu não sei se eu faço um paralelo com a questão da bolsa, alguma coisa assim, a própria questão do seguro-desemprego dificulta no meio rural, as vezes, a contratação formal quando você fala de condomínios de pequenos produtores que precisam de um empregado por um determinado período. Com relação à questão da formalidade dos migrantes, quando eu afirmo aqui que o setor patronal nós orientamos que ele tem que cumprir a Instrução Normativa nº 65, ela estabelece que eu contrate esse trabalhador no Estado de origem, faça os exames médicos, pegue uma certidão liberatória, traga para o Estado, coloque num alojamento e leve esse trabalhador de volta. Então este, em função disto, quer dizer, este migrante contratado regularmente, ele tem um registro formal, então ele está incluído nesse dado.

Por outro lado o que foi apontado aqui que eu acho que é uma... existem algumas coisas que a gente pode afirmar, outras que a gente fica até numa situação difícil de você pagar um valor por que o gato do trabalhador, eu gostaria de fazer o seguinte registro:

No índice de formalidade de 92% que nós temos do setor canavieiro nós temos empregados registrados. Pagar mal significa pagar três vezes. Você paga para o empreiteiro, você paga o auto de infração e você paga uma reclamação trabalhista e não podemos esquecer que aquele prestador de serviço que você contrata, se ele não estiver regular, respondendo a questão do Cido, você tem uma responsabilidade subsidiária podendo chegar até a uma responsabilidade solidária. Então, a questão desta terceirização, desse gato, no meu entender isso vai acabar, quer dizer, isso ainda ocorre, mas numa proporção muito menor. Quando eu disse na minha explanação. Nós firmamos um compromisso de eliminar no corte manual de cana. Mas isso não acontece da noite para o dia pelos motivos que vocês mesmos brilhantemente colocaram aqui. Deixa eu ver se tem mais alguma pergunta que eu não sei se, se... se deixei de responder? Mas eu acho que em regra é isso aí. Então, só para concluir, é o setor formal com carteira, emprega, registra. Tenho problemas? Tem. E, talvez, com a expansão, eu volto a repetir, houve uma confusão de papéis num determinado momento.

O Sindicato representa o trabalhador, o Sindicato patronal o empregador, o Ministério Público tem a sua função, o Ministério do Trabalho tem a sua função. Ingerência no poder de comando das empresas não é possível. Fazer um trabalho, eu, eu, eu... eu admiro as universidades, admiro os estudiosos, mas participei de cinco audiências públicas no ano passado em São Paulo, para tratar de três temas. Terceirização, fim do corte manual da cana-de-açúcar e NR-31, nos posicionamos da seguinte maneira: Terceirizar ou não no corte manual é decisão de cada empresa. Mas recomendamos o fim.

Cumprimento da NR-31, devemos cumprir. Fim do pagamento de produção nós não conversamos porque é o fim da atividade, seja ela na cana ou qualquer outra atividade do segmento. Então, esse tem sido o nosso posicionamento. Então, eu acho que eu agradeço a atenção de vocês, meu muito obrigado, muito obrigada mais uma vez aí para o Presidente da Comissão, por essa oportunidade da gente poder participar dessa audiência.

SR. PRESIDENTE SENADOR JOÃO TENÓRIO (PSDB-AL): Para encerrar essa fase de debate eu passo a palavra ao Dr. Eduardo Yojiro.

SR. EDUARDO YOJIRO KOIZUME: Da minha parte eu gostaria de fazer o seguinte comentário de que quando eu fui solicitado a falar sobre o assunto eu realmente estava muito preocupado. Por quê? Porque você, se realmente está existindo mortes por exaustão da forma como está sendo falado é algo extremamente. É algo muito contundente que realmente merece

toda a atenção. Então, realmente eu procurei não vir aqui emotivamente colocar as minhas exposições, mas tentei colocar isso dentro de um contexto que pudesse ser analisado e que pudesse ser, inclusive, debatido, etc., dentro de uma comunidade que tenha competência para discutir esse tipo de assunto. E interessante que também eu, quando eu soube, eu sabia também que a Cristina estaria presente neste debate, então, eu achei que era uma oportunidade excelente. Por quê? Porque nós estamos tratando de uma entidade que é uma entidade de pesquisa.

Eu não sou entidade de pesquisa, eu sou uma pessoa que trabalho, mas não sou entidade de pesquisa. Então, veio uma pessoa de entidade de pesquisa, exclusivamente de pesquisa, ela se diz pesquisadora, então, eu esperava encontrar uma formatação um pouco mais consistente da discussão. E no fundo, observei pelo que ela colocou, de que ela fez algumas menções das várias incursões que ela tem feito dentro do segmento. Claro que certamente dentro do contexto da ergonomia ela tem... ela está apontando alguns pontos ali. Mas eu também lembro, então essa é a primeira crítica, ou seja, eu imaginava que dentro desse contexto a FUNDACENTRO que tem a missão institucional de fazer certas coisas diante de um quadro tão grave ela tivesse realmente feito alguma coisa muito mais consistente até para que possibilitasse um debate muito mais, muito mais direcionado, um combate, um debate melhor. E o segundo ponto é que eu lembro que na minha apresentação eu fiz um ponto lá que diz assim:

Esse assunto pode ser tratado como ergonomia, mas eu vou dar um enfoque muito centrado para sobrecarga fisiológica. Eu não vou entrar na discussão da ergonomia como um todo. Por quê? Porque ao fazer isso eu perco o direcionamento objetivo. Então, tentei ser o mais objetivo possível para poder falar isso. Porque houve uma certa crítica de que eu não considerei outros aspectos da ergonomia na minha fala. Isso eu fiz de propósito. Por quê? Porque nós estamos fazendo, nós fizemos um trabalho direcionado para sobrecarga fisiológica, então, eu me abstraí de vários pontos. Por quê? Porque eu teria que ser objetivo naquela questão. E ter uma proposta, inclusive, quer dizer, como eu penso, como que eu poderia direcionar esse assunto para se ter um parecer melhor. Porque eu acho que todas as... acho não, tenho certeza que todas as informações que veicularam elas não tem conteúdo suficiente para as pessoas afirmarem o que estão afirmando. Pode ser uma suposição de alguém. Mas nada que alguém tenha mostrado com clareza isso.

O mínimo que, no meu entendimento, tinha que se fazer, é um estudo sério como estou propondo que

siga uma metodologia, ou esta ou a partir dessa discussão seja feito, produzido uma metodologia capaz de poder avaliar. Mas acho que nós não podemos ficar diante de uma situação tão grave assim que as pessoas estão afirmando isso, ficar só no achismo.

Acho que isso é uma inconseqüência. Então, este é um ponto que eu queria... Segunda questão que eu queria dizer é sobre a NR-31 que está sendo muito demitida aqui. Eu lembro que essa questão normativa é muito interessante porque lá em 88 foi feita as normas regulamentadoras rurais. E em 2005 veio a nova norma. Dá a impressão o seguinte. Que aquelas normas que foram produzidas em 81 foram tão brilhantes, foram tão incorporadas no meio rural que agora eu vou aperfeiçoá-la. Mas, na verdade, o que aconteceu? Aquelas normas nem atingiram os pequenos nem os médios, atingiu de raspão os grandes. Então, aquilo tudo que foi produzido de norma, que foi uma crítica que eu fiz, durante, inclusive, as discussões da normativa era isso, quer dizer, nós partimos do pressuposto que aquilo era tão brilhante, aquelas normas regulamentadoras, que agora vamos aperfeiçoar e deixaram deste tamanho, foi o que aconteceu.

E agora quando a gente vai para campo para verificar como que é isso, as pessoas não entendem aquelas anteriores, as cinco anteriores que a Elimara(F) e outras pessoas fizeram menção, então, essa também é uma crítica grande que se faz aqui. E para finalizar queria dizer o seguinte, dentro do Ministério do Trabalho também, nos tempos anteriores existiam duas Secretarias. Uma que tratava de prevenção e outra que tratava de fiscalização. O quê que aconteceu? Hoje a gente só tem uma Secretaria que engloba tudo e é exclusivamente sob ponto de vista fiscalizatório, a parte preventiva, a parte recomendativa, que é uma das essências de você melhorar todo esse sistema, ela desaparece. O enfoque fica exclusivamente sob o ponto de vista da fiscalização. Claro que eu também defendo que é necessária fiscalização. Não exclusivamente. Então, esses são os comentários que eu queria fazer.

SR. PRESIDENTE SENADOR JOÃO TENÓRIO (PSDB-AL): Eu gostaria de acrescentar somente um pequeno ponto que eu acho que é importante, o seguinte. Eu costumo dizer o seguinte, que cortar cana não é um bom trabalho, mas é um bom emprego porque se comparado com as outras atividades agrícolas no país é, sem sombra de dúvida, aquela que oferece uma remuneração, uma das que oferece uma remuneração mais adequada e oferece a presença de Assistência Social das empresas, é bom que se diga, muito mais presente do que outras atividades. Então, eu acho que não é um bom trabalho porque não é bom

trabalho nenhuma atividade agrícola manual. Colher café, dizem que é pior, tão difícil quanto. Colher... tirar leite, como a Senadora Kátia Abreu colocou com muita propriedade, é também um trabalho difícil, enfim, não é um trabalho bom como não o é a maioria dos trabalhos manuais e, particularmente, os agrícolas. Agora, é um bom emprego por isso. Porque tem um nível de remuneração que é significativamente maior do que a média da agricultura brasileira e tem uma presença, eu digo isso, sou de uma região mais pobre, mas mesmo assim é uma região onde se faz presente a Assistência Social, médica, hospitalar, educacional, muito grande do setor no que diz respeito às comunidades que vivem ao seu redor. Agora, existe um fator e cortar cana, realmente, se você tiver oportunidade de não ir, é como diz a Senadora Kátia, é uma boa opção.

O grande problema é esse crescimento ineficiente, esse crescimento ínfimo da economia brasileira que não gera oportunidades melhores de emprego. Então, resta ao trabalhador dizer o seguinte. Eu não tenho emprego mais credenciado, de melhor qualidade, que me permita mais conforto e um trabalho mais leve e vou fazer aqueles trabalhos e não é só cortar cana, mas aqueles trabalhos, que são mais difícil, o que o Brasil precisa mesmo é deslanchar e começar a crescer. Evidentemente que isso não evita a obrigação de todos aqueles que trabalham neste setor e nos demais setores da agricultura brasileira procurar proporcionar o melhor que seja possível aos seus trabalhadores. Então, eu gostaria de encerrar agradecendo...

SENADOR JOSÉ NERY (PSOL-PA): Sr. Presidente, eu queria fazer uma breve manifestação.

SR. PRESIDENTE SENADOR JOÃO TENÓRIO (PSDB-AL): Pois não, eu gostaria que fosse um pouco rápido, por que...

SENADOR JOSÉ NERY (PSOL-PA): Bem breve. Eu também tenho outro compromisso esperando, mas, Sr. Presidente, senhores convidados, Srs. Senadores, Senadora Kátia Abreu. Primeiro reafirmar aqui que a atividade normativa do Estado quanto a fiscalização em várias áreas, mais em relação à área trabalhista, em especial, se baseado numa Legislação, em normas públicas, aprovadas, de conhecimento de todos, é mais do que justa e necessária que se faça a fiscalização. Portanto, a fiscalização pode ser questionada se feita de forma arbitrária e em desacordo com a Legislação. Eu creio que não é isso que nós temos assistido no país em termos de fiscalização trabalhista, previdenciária ou em qualquer outra área.

Nesse sentido a importância do grupo móvel de fiscalização no Ministério do Trabalho, no Ministério Público do Trabalho, das organizações que tratam da questão, tem mais é que ser apoiada porque se as fis-

calizações ocorrem, se constata-se irregularidades é porque de fato elas existem. E aos que têm responsabilidade na contratação da mão-de-obra, os empregadores, evidentemente tem que estar imbuídos do senso da sua responsabilidade, das suas obrigações para não se permitir que sejam multados, que sejam aplicados qualquer tipo de sanção, mas inclusive, porque qualquer multa feita indevidamente o empregador também tem o direito de obter a correção se foi algo feito irregularmente pela fiscalização. Então, queria aqui comentar rapidamente também, Sr. Presidente, e entregar ao senhor como Presidente da Subcomissão o relatório preliminar de um fato que aqui comentei bem como a Senadora Kátia Abreu, em relação a fiscalização do Ministério do Trabalho, do MP, do Ministério Público do Trabalho, no Pará, lá no Município de Huanópolis, na Pará Pastoral e Agrícola S/A, a Pagrisa, na verdade foram constatados situações irregulares envolvendo mais de 1100 trabalhadores, tem haver com alojamento, com transporte, com alimentação, com questões de saúde, com jornadas de trabalho extensa, exaustiva e o que ocorreu é que no curso da fiscalização o próprio, o sócio-proprietário da empresa de comum acordo com o empregador resolveram fazer uma consulta aos trabalhadores se desejavam continuar trabalhando, regularizar aquelas pendências e se desejariam continuar trabalhando.

Do total de um pouco mais de 1500 trabalhadores presentes lá naquela área, naquela Fazenda, 1108 optaram pelo desligamento da empresa, o ressarcimento, garantia de todas as condições trabalhistas. Certo? Mas isso é um direito do trabalhador em qualquer circunstância. Ele, ao sair do trabalho, ele tem que ter rescisões garantidas. Então, eu queria passar ao senhor esse relatório, bem como à Senadora Kátia Abreu, é um relatório preliminar que dá conta desse processo de fiscalização, mas é aonde foi identificada irregularidades e que a fiscalização que está dando conta, não só de corrigi-las, bem como de fazer com que a Fazenda, com que o empreendimento adote providência para que situação dessa natureza não se repita. Muito obrigado ao senhor e parabéns pela condução dos trabalhos.

SR. PRESIDENTE SENADOR JOÃO TENÓRIO (PSDB-AL): Muito obrigado, Senador. Eu gostaria assim de agradecer a presença dos... aqui tiveram os conferencistas que vieram contribuir de uma maneira tão importante para esclarecimento desses... dessa área tão crítica no setor, tão crítica e tão criticada do setor. Então, é um agradecimento grande a todos os senhores que aqui se deslocaram e aos Srs. Senadores que vieram exatamente estabelecer esse debate

que eu acredito que tenha sido da maior profundidade e da maior relevância. Muito obrigado a todos.

Sessão encerrada às 13h15.

COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA

SUBCOMISSÃO PERMANENTE DOS BIOCOMBUSTÍVEIS

ATA DA 7ª REUNIÃO DA SUBCOMISSÃO PERMANENTE DOS BIOCOMBUSTÍVEIS – CRA-BIO, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 11 DE JULHO DE 2007.

Às dez horas e vinte e oito minutos do dia onze de julho de dois mil e sete, na sala 7, da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência, do Senador **JOÃO TENÓRIO**, reúne-se a Subcomissão Permanente dos Biocombustíveis, com a presença dos(as) Senadores(as): **SIBÁ MACHADO, ANTÔNIO CARLOS VALADARES, MARISA SERRANO, JONAS PINHEIRO, NEUTO DE CONTO, ROSALBA CIARLINI E VALDIR RAUPP**. Deixam de comparecer os Senhores(as) Senadores(as): Valter Pereira. Havendo número regimental, é declarada aberta a reunião, dispensando-se a leitura da Ata da reunião anterior, que é dada como aprovada. O Senhor Presidente, Senador João Tenório, informa que a presente reunião destina-se à planejamento para o 2º semestre e apreciação de requerimentos, de acordo com a seguinte Pauta: **ITEM ÚNICO: Discussão dos trabalhos e planejamento para o 2º semestre de 2007 - Relatório Semestral 2007. EXTRA-PAUTA: ITEM 1: REQUERIMENTO Nº 9, DE 2007 – CRA-BIO. ASSUNTO:** Requer nos termos do art. 90 II, do Regimento Interno do Senado Federal, que seja realizada audiência pública, no âmbito desta Subcomissão dos Biocombustíveis, com a finalidade de discutir a produção nacional de biodiesel. **AUTOR:** Senador João Tenório. Iniciada a discussão, fazem uso da palavra para tecerem considerações sobre o assunto, o Senhor Senador: Jonas Pinheiro. Na fase de votação a matéria foi aprovada por unanimidade. **RESULTADO: APROVADO.** Será cumprida a deliberação da Subcomissão. **ITEM 2: REQUERIMENTO Nº 10, DE 2007 – CRA-BIO. ASSUNTO:** Requer a realização de Seminário Internacional, sob a coordenação desta Subcomissão dos Biocombustíveis, destinado a identificar as barreiras mundiais aos biocombustíveis do Brasil. Propõe também que o referido evento se realize nos dias 3 e 4 de outubro do corrente ano. **AUTOR:** Senador João Tenório. Iniciada a discussão, fazem uso da palavra para tecerem considerações sobre o assunto, o Senhor Senador: Jonas Pinheiro. Na fase de votação a matéria foi aprovada por unanimidade.

RESULTADO: APROVADO. Será cumprida a deliberação da Subcomissão. **ITEM 3: REQUERIMENTO Nº 11, DE 2007 – CRA-BIO. ASSUNTO:** Requer nos termos do art. 90, II, do Regimento Interno do Senado Federal, que seja realizada audiência pública no âmbito desta Subcomissão dos Biocombustíveis, com a finalidade de discutir o real impacto da produção de etanol no meio ambiente. **AUTOR:** Senador João Tenório. Iniciada a discussão, fazem uso da palavra para tecerem considerações sobre o assunto, os seguintes Senhores Senadores: Jonas Pinheiro e Sibá Machado. Na fase de votação a matéria foi aprovada por unanimidade. **RESULTADO: APROVADO.** Será cumprida a deliberação da Subcomissão. **ITEM 4: REQUERIMENTO Nº 12, DE 2007 – CRA-BIO. ASSUNTO:** Requer nos termos do Regimento Interno do Senado Federal diligências/visitas a empresas produtoras de biocombustíveis com a finalidade de observar as boas e más experiências no contexto trabalhista e ambiental, em acordo com a CNA E CONTAB/CPT. **AUTOR:** Senador Sibá Machado. Iniciada a discussão, fazem uso da palavra para tecerem considerações sobre o assunto, os seguintes Senhores Senadores: Jonas Pinheiro e Sibá Machado. Na fase de votação a matéria foi aprovada por unanimidade. **RESULTADO: APROVADO.** Será cumprida a deliberação da Subcomissão. **ITEM 5: REQUERIMENTO Nº 13, DE 2007 – CRA-BIO. ASSUNTO:** Requer nos termos do Regimento Interno do Senado Federal audiência/seminário com estudiosos do Zoneamento Econômico Ecológico – ZEE, para esclarecimentos a respeito do zoneamento agrícola brasileiro e a expansão de culturas para biocombustíveis e outras culturas. **AUTOR:** Senador Sibá Machado. Iniciada a discussão, fazem uso da palavra para tecerem considerações sobre o assunto, os seguintes Senhores Senadores: Jonas Pinheiro e Sibá Machado. Na fase de votação a matéria foi aprovada por unanimidade. **RESULTADO: APROVADO.** Será cumprida a deliberação da Subcomissão. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às onze horas e cinco minutos, lavrando eu, Marcello Varella, Secretário da Subcomissão, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, conjuntamente com a íntegra das notas taquigráficas. – Senador **João Tenório**, Presidente da Subcomissão

7ª REUNIÃO DA SUBCOMISSÃO PERMANENTE DOS BIOCOMBUSTÍVEIS DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA,

REALIZADA NO DIA 11 DE JULHO DE 2007, ÀS 10 HORAS E 28 MINUTOS.

SR. PRESIDENTE SENADOR JOÃO TENÓRIO (PSDB-AL): Srs. Senadores e Sras. Senadoras, bom

dia, havendo número regimental, declaro aberta a 7ª reunião da Comissão Permanente dos Biocombustíveis, no âmbito da Comissão da Agricultura e Reforma Agrária do Senado Federal da primeira sessão legislativa da 53ª Legislatura. Requeiro a dispensa da leitura da ata da reunião anterior que com anuência do plenário é dada como aprovada.

A presente reunião destina-se a realização de pequeno balanço de trabalho do primeiro semestre e discussão e planejamento do segundo semestre de 2007. Vale ressaltar que foram aprovados onze requerimentos durante os trabalhos desde a criação dessa Subcomissão em 1º de março corrente e que foi também realizado 3 audiências públicas.

Eu gostaria rapidamente de fazer aqui uma retrospectiva do que aconteceu no primeiro semestre e expectativa do que deve acontecer no segundo. Nós tivemos uma, evidentemente um primeiro semestre um tanto quanto complicado para nossa Comissão em função da competição, digamos assim, que está havendo aqui um número muito grande de Comissões e Subcomissões que de fato cria uma certa dificuldade na gestão, na geração de, digamos assim, audiências com quorum elevado que tem dificultado um pouco nosso trabalho, mas mesmo assim nós conseguimos realizar 3 audiências públicas importantíssimas, como nós tínhamos programado, a primeira delas sobre a questão da produção de biocombustível de modo geral mas particularmente do biodiesel, do etanol, a segunda delas nós tratamos com muita ênfase, a questão aqui do zoneamento dessa produção, dessas produções, e a terceira que foi a mais concorrida e importante, nós tratamos da relação entre o trabalho no setor, sobretudo no setor do etanol que é o mais conhecido e é aquele que tem apresentado mais denúncia e mais reclamações por parte de todos que lidam com essa questão da relação do trabalho, então nós entendemos que foi profícuo sobretudo a 3ª audiência que é a mais, digamos assim, a mais conflituosa eu diria em termos de posicionamento, mas nós saímos daqui é com um entendimento de que é passível melhorar as coisas. Nós temos que entender que existem problemas, problemas que precisam ser equacionados, mas entendemos também que a solução é possível, quer dizer, que a atenuação dessas dificuldades que nós temos enfrentado no setor no que diz respeito a relação do trabalho. É uma coisa que existe, talvez não na proporção que pareça existir em função da posição da imprensa, mas de qualquer forma ficou completamente perceptível de que é possível avançar muito nessa aérea e fazer com que esse trabalho seja um trabalho que possa ser executado com mais dignidade e conforto para aqueles que o fazem.

Então foi mais ou menos essa nossa agenda do primeiro semestre e nós gostaríamos de comentar apenas um pouco aqui o que nós pretendemos fazer aqui no segundo semestre. Tivemos também no primeiro semestre, a oportunidade de alguns contatos externos aqui. Um deles foi com o nosso Embaixador americano Clifford que nós temos tido uma conversa recorrente com ele como tentar estabelecer uma relação com o governo americano, sobretudo com o Congresso americano, aonde acontece de fato as decisões em função da desoneração da entrada do álcool brasileiro. O Embaixador tem sido muito solícito e tem nos ajudado a nos orientar no sentido que a gente cria uma Comissão aqui para ir aos Estados Unidos, à Washington, mais em particular, para uma conversa com o Congresso americano, sobretudo com o Senado americano, é uma coisa que tem evoluído, eu acho que será de uma valia muito grande em função do fato muito claro que existe da situação do etanol brasileiro que é um crescente aumento de produção interna com uma velocidade muito alta, e a não correspondente da abertura de novos mercados que precisariam ser abertos para absolver o excedente de produção, então esses contatos têm sido contatos, um contato importante e nós vamos intensificar isso no segundo semestre.

No que diz respeito, tivemos oportunidade também numa viagem programada aí pela Comissão de Relações Exteriores e ao Reino Unido onde tivemos oportunidade de ir ao Parlamento Inglês expor com bastante, com presença muito intensa dos parlamentares britânicos, o tema mais importante que ele mais destaca é evidentemente que essa viagem tem como objetivo exclusivo discutir a questão dos biocombustíveis, mas a curiosidade dos britânicos, a curiosidade do estrangeiro em relação a esse tema é muito grande, então esse tema dominou lá as reuniões nossas, quer com os empresários, como com o Parlamento e foi muito, uma boa oportunidade nós levarmos até o Parlamento Inglês exatamente a realidade, os fatos que ocorrem de fato aqui no nosso programa, no nosso setor. Bom, isso aí foram as coisas que mais assim, importante que aconteceram, tivemos também a presença num sâmite(F) do etanol em São Paulo, tivemos a presença também no sâmite(F) do etanol em que foi patrocinado pelos agentes brasileiros em Nova Iorque, em todos esses pontos, é evidente que há uma curiosidade, há um interesse monumental em relação a solução, a contribuição que os biocombustíveis de um modo geral podem oferecer a questão do aquecimento global, a questão que afeta o meio ambiente.

Então foi essa mais ou menos a agenda nossa do primeiro semestre, e nós gostaríamos de estabelecer alguns pontos aqui para iniciar o trabalho já em

agosto. Nós estamos propondo aqui, existe na mesa 2 proposições, 3 proposições, a primeira delas é nos termos do art. 9º. do Regimento interno do Senado Federal requeira que seja realizado no âmbito dessa Subcomissão, a audiência pública com a finalidade de discutir o real impacto da produção do etanol no meio ambiente. Será o próximo tema que nós vamos tentar iniciar aqui. Nós não vamos sugerir nomes ainda, Senador Sibá, para que todos possam num momento mais oportuno trazer nomes que possam contribuir para essa audiência.

O segundo requerimento, diz respeito no artigo, nos termos do art. 90 do requerimento interno do Senado Federal. Requeiro que seja realizado no ativo dessa Subcomissão, a audiência pública com a finalidade de discutir a produção nacional de biodiesel, é uma coisa que nós precisamos avançar um pouco mais nas nossas discussões, é a questão do biodiesel que tem ficado um pouco para trás. Então está na hora da gente discutir um pouco, e finalmente nós estamos propondo aqui a Subcomissão, que aprove um requerimento de minha autoria.

Requeiro a realização de seminário internacional sobre a coordenação dessa Subcomissão de biocombustível destinado a identificar as barreiras mundiais aos biocombustíveis do Brasil. Proponho também que o referido evento se realize nos dias 3 e 4 de outubro do corrente ano. Nós temos observado aí, sobretudo nessa última viagem do Presidente da República que ele tem, que se tem, o Brasil tem encontrado algumas barreiras importantes a serem vencidas no sentido de tentar se abrir novos mercados. O Presidente tem sido, eu tenho dito, apesar de ser de um partido de oposição, mas eu tenho reconhecido que o Presidente tem sido assim, tem um trabalho muito intenso, muito importante na tentativa de abertura de novos mercados. E tem sido difícil ainda, nós temos 3 mercados em potenciais importantes, nós temos o Japão, temos a União Européia e os Estados Unidos, todos eles com dificuldades, ou tarifárias ou de qualquer modo para impedir a entrada dos biocombustíveis de modo geral e em particularmente do etanol.

Eu gostaria de consultar a Comissão se pudermos votar esses 3 requerimentos em globo, de maneira global para evitar que a gente delongue mais no assunto, se estiverem de acordo. Senador Jonas com a palavra.

SENADOR JONAS PINHEIRO (PFL-MT): Sr. Presidente, esse assunto de biocombustível, eu destacaria o etanol, naquela época não se falava etanol, era o álcool mesmo. Eu vivi as fases do Pró-álcool, desde o lançamento, o seu crescimento, a sua queda e o seu ressurgimento. E porque que foi a queda do setor de

álcool? É que V.Ex^a. que é de um Estado produtor de álcool por Excelência, lembra que no impacto do Pró-álcool, as indústrias automobilística do Brasil entraram dentro daquela linha de produzir álcool, produzir carro a álcool. 95% dos carros que é produzido no Brasil era álcool, portanto há havia muito consumo do álcool, de repente houve uma fase que faltou álcool. Ao faltar o álcool, esta procura por carro a álcool diminuiu, diminuiu tanto que chegou inverter essa situação. Para cada um de nós conseguirmos um carro a álcool tinha que encomendar, tinha que sair por encomenda, porque as indústrias de automóvel no Brasil passaram a produzir apenas 0,5% de carro a álcool, e isso evidentemente fez com que tivéssemos excesso de álcool no Brasil, e esse excesso de álcool colocava os usineiros e produtores de álcool em choque, vimos aí a autofagia dos próprios produtores de álcool querendo vender o álcool, porque tinha que bancar a folha de pagamento, teria que pagar impostos, teria que enfim pagar seus compromissos e o álcool que era produzido naquela época a 30 centavos o litro, nós chegamos ver álcool a ser vendido a 14 centavos, quero dizer, alguém que produz álcool a 30 centavos e vende a 14, ele tem que tomar prejuízo mesmo. Esses fatos são fatos reais, eu tenho muito, eu tenho muito conhecimento disso porque eu acompanhei, vi a queda do Sr. Olaci que estava produzindo, construindo a maior usina do Brasil, quando ele vendeu álcool abaixo do custo de produção.

Mas, Sr. Presidente, este Congresso Nacional montou aqui a frente parlamentar sucro alcoeira, essa frente parlamentar deixou saudade nessa casa, porque a frente parlamentar é que ajudou politicamente constituir o ponto de apoio para a produção de álcool no Brasil e eu me lembro que uma das ações da frente parlamentar parece que vai voltar agora. Sr. Presidente, tinha uma medida provisória, que eu fui relator dela, e essa medida provisória não tinha nada a haver com o álcool e nem com a agricultura, e nós pegamos uma carona nessa medida provisória e incluímos a elevação da mistura de álcool a gasolina para 25%. Parece que essa medida provisória que transformou isso em lei, vai ser utilizada, está sendo utilizada novamente no Brasil. Essa Comissão tem que produzir os mesmos efeitos que produziu aquela frente parlamentar do setor sucro alcoeira que tão bom serviço praticou ao país.

Então, enquanto o senhor propõe aqui esse seminário, nós alegamos com isso e eu se pudesse indicar um nome para tratar disso, eu gostaria de propor o nome do eminente Ministro Roberto Rodrigues, que é um homem que nasceu em usina, que foi criado em usina, que tem um crédito extraordinário no mundo todo, pode ser um bom caixeiro ambulante do álcool brasileiro pelo mundo, como faz hoje o Pratinho de Mo-

raes com a carne, a com as carnes brasileiras. Que o Brasil não é o maior produtor de carne, mas é o maior vendedor de carne. O país que mais exporta carne é o Brasil em função do trabalho do Ministro Pratinho de Moraes. E eu proporia o nome do Roberto Rodrigues, porque é um homem reconhecido, tem prestígio no Brasil, tem prestígio no mundo, e hoje, Senador Sibá, ele é o homem contratado pela FIESP e é responsável pelo setor do agronegócio dentro da FIESP, daí é a minha ousadia de sugerir o nome do Roberto Rodrigues para ser um dos nossos representantes ou palestrista nesse seminário, porque ele, com certeza, vai ajudar essa Comissão a fazer o trabalho, tem que fazer pelo setor de biocombustível pelo Brasil afora, e o entusiasmo do Roberto Rodrigues contagia qualquer um de nós, por isso eu ousei em apresentar o nome dele para enriquecer o seminário proposto por V.Ex^a., muito obrigado.

SENADOR SIBÁ MACHADO (PT-AC): Presidente, juntamente com a proposição do Senador Jonas Pinheiro, eu acho que poderíamos pensar algumas empresas que já estão liderando a produção de biocombustível no Brasil e a gente poder talvez trabalhar com essas pessoas aqui, para ter um panorama bem completo com aqueles que vamos, dizendo assim, estão com a mão na massa.

Então temos a Brasil Eco Diesel que me parece que é hoje responsável por 60% de todo biodiesel brasileiro, o Sr. Nelson Silveira que poderia ser uma pessoa também que pudesse estar aqui com a gente, tem uma outra empresa lá do Estado do Pará, a Agropalma que trabalha com [ininteligível] de dendê e que talvez pudesse também, eu não me lembro aqui o nome do responsável direto por ela. E talvez não sei se a gente pudesse encontrar outro nome, mas eu imagino que a gente poderia aí ter um perfil do ponto de vista empresarial brasileiro como que eles estão vendendo o futuro disso mesmo, a aposta que estão fazendo, os investimentos já colocadas, os desafios que estão enfrentando, e a gente poder talvez materializar um pouco entre nós a visão sobre isso. Então eu sugiro aí estas duas empresas a mais, que o Roberto Rodrigues realmente já falava pela FIESP, já teria uma visão bem clara do empresariado mais do Centro-Sul, e a gente teria aí o Nelson que está trabalhando mais Nordeste, e a Agropalma que trabalha a Amazônia, então aí teria três empresas que poderia dar um retrato melhor dos biocombustíveis brasileiro.

SR. PRESIDENTE SENADOR JOÃO TENÓRIO (PSDB-AL): Obrigado Srs. Senadores, concordo plenamente com as suas sugestões. Eu queria só dar um pouco do perfil, o perfil como eu imagino esse seminário. Eu acho que esse seminário deveria ser um

seminário para gente levar a realidade brasileira para o mundo, um pouco diferente dos seminários que têm acontecido em voltaram a acontecer esse ano e demais anos. Eu acho que teria que nós trazermos, tentar trazermos para cada desses grupos importantes que são mercadologicamente importante, que como é o caso da União Européia, Japão, Estados Unidos, trazer um parlamentar que tenha um envolvimento com essa causa e alguém do executivo que tenha também uma importância nas decisões e convidar a imprensa internacional que está muito curiosa em relação a esse tema. Então nós tentaríamos trazer aqui nessa data o mais possível, convidar a maior quantidade possível de jornalistas que têm ligação, que têm haver com o tema no sentido que nós possamos é criar aqui de fato, trazer as Embaixadas desses países todos para esse evento, eu acho que é importantíssimo isso, e evidentemente do lado brasileiro, as sugestões estão aqui já estão perfeitamente de acordo com aquilo que eu tinha imaginado, alguém que fale bem, fale bem não, fale competentemente do etanol de um lado, outros que falem competentemente com o conhecimento de causa do biodiesel do outro, e que a gente possa ajudar esse trabalho que tem sido feito aí pelo Presidente da República, no sentido de tentar abrir esse nosso mercado. Hoje existe, está muito claro um sistema que se inaugura, que eu diria, que eu chamaria de presença do Parlamento, nas discussões de Parlamento, nas relações entre os países, então eu acho que nós deveríamos usar esse momento aqui para estabelecer, para puxar para esse tema, essa nova, esse novo comportamento que está acontecendo na diplomacia mundial, a diplomacia Parlamental eu diria, que foi tão discutida, tão comentada em Londres quando nós tivemos, tivemos a oportunidade de conversar com os australianos que aqui também vieram e com os franceses, e há como o que a criação, assim, muito clara e evidente de uma nova diplomacia, não que não objetivo de substituir a diplomacia tradicional, mas tem o objetivo de juntar-se à ela, no sentido de que as vezes coisas que são discutidas entre os governos no lado executivo, quando chega no Parlamento não encontra o mesmo eco, então o objetivo desse trabalho é exatamente fazer com que os Paramentos se entendam, falem na mesma linguagem.

Então nós tentaríamos dar essa formatação, trazer membro desses três núcleos mais importantes para o desenvolvimento do biocombustível brasileiro, a absorção do biocombustível de um lado e do outro lado tentar trazer a maior quantidade possível de jornalistas, da imprensa mundial, que tem conexão, que tem a ver com esses temas.

Então, seria essa mais ou menos a formatação na qual se enquadra perfeitamente a sugestão do Senador Jonas Pinheiro, como do Presidente Sibá Machado.

E aqui eu tenho sobre a mesa, dois requerimentos.

Requeiro nos termos do Regimento, diligência de visitas as empresas produtoras de biocombustível nas quais passamos a observação as boas e más experiências no contexto trabalhista e ambiental de acordo com a CNA, [ininteligível] CPT, do Senador Sibá Machado, e o outro é o requerimento dos termos, do Regimento da audiência e do seminário com os estudiosos do zoneamento econômico e ecológico para o esclarecimento a respeito do zoneamento agrícola brasileiro e a expansão de culturas para o biocombustível e outras culturas.

Eu acho que Senador Sibá, que isso aqui se enquadra exatamente dentro deste segundo, desse segundo pedido de audiência pública, [ininteligível], então nós estamos aqui depois V.Ex^a. poderia sugerir alguns nomes que seria importante.

SENADOR SIBÁ MACHADO (PT-AC): Eu posso sugerir sobre o primeiro requerimento, é que baseado naquela rodada que nós fizemos aqui e que nós tivemos. Quem participou mesmo? Teve a FERAESP(F), teve o Ministro do trabalho.

SR. PRESIDENTE SENADOR JOÃO TENÓRIO (PSDB-AL): É a ÚNICA.

SENADOR SIBÁ MACHADO (PT-AC): E teve a ÚNICA não é isto? E nós tivemos ali duas, a experiência mostrada pela ÚNICA, muito boa, e umas críticas feitas pelo representante da FERAESP. E a minha preocupação é o seguinte, onde nós tenhamos aquelas empresas que já deram seu passo, que já avançaram, já se aprimoraram dentro do rumo que todos nós aqui desejamos, eu acredito que a gente tem que fazer um esforço de divulgar o máximo que este é o caminho que a gente vai adotar daqui para frente, até mesmo porque a Europa e todo o mundo diz que quer comprar um combustível brasileiro e que seja um combustível que não tenha atrás de si problemas ambientais, trabalhistas ou coisa parecida, e a gente precisa fazer isso. E as críticas que foram apresentadas, eu sugiro que a gente visite também no sentido que essas empresas que estão com esse tipo de problema, a gente dá uma nota, aquela nota daquelas que estão com problema, mas trabalhando para sair do problema e aquelas que não querem se esforçar para sair do problema. Então até mesmo porque quando o Ministério do trabalho faz essas visitas e que diz que encontra trabalhos análogos em determinadas áreas, é que encontra total desrespeito as questões ambientais ou coisa desse tipo, a gente também se esforçar para que essas empresas

caminhem na direção da solução do problema e que a gente não fique aqui apenas com o chamado processo repressivo, única e exclusivamente se a gente encontra, digamos assim, espaço de compreensão, então esse é um tipo de visita que eu acho importante a gente fazer porque a unir a Comissão a um lugar como esse, a gente fazer um relatório, apresentar aspecto de negociação a gente com, eu acredito que a gente contribuirá para a solução desses graves problemas. Então a idéia de fazer no segundo semestre pelo menos duas visitas.

A Senadora Kátia Abreu pediu para gente visitar aquela usina lá do Pará, que a imprensa naquela semana deu que foram encontrados 1108 trabalhadores, e depois outras, diversas outras instituições mandaram representantes lá e disseram que não era exatamente aquilo que estava sendo feito e até propôs que, se eu quisesse ir lá, eu quero ir lá, eu gostaria até de ir lá também. Mas eu queria que talvez a gente formalizasse uma visita como essa que facilita.

Então o primeiro requerimento trata mais ou menos disso. E o segundo, é porque fica, se tem uma coisa que eu não gosto de trabalhar é assim, a partir só do que, digamos assim, recado chega pela imprensa, pela mídia, se tem ou não tem prejuízo para as áreas agricultáveis voltadas a alimentação no Brasil, se estão, áreas sendo substituída para combustível ou não, e que a gente pudesse então trazer estudiosos que trabalham sobre esse tema, que pudesse dizer para nós como está o mapa agrícola brasileiro e se os biocombustíveis estão ou não colocando em risco estas áreas voltada a produção de alimentos ou florestas nativas, então acredito que é uma medida que a gente trabalha com isso também, para onde está indo o mapa brasileiro da agricultura e da pecuária, acredito que esta Comissão também tem autoridade máxima para onde for, a gente falar com, digamos assim, falar com o conhecimento de fato do problema, então é nessa direção que eu apresento esses dois requerimentos.

SR. PRESIDENTE SENADOR JOÃO TENÓRIO (PSDB-AL): [falha no áudio] Senador Sibá Machado, eu queria dizer o seguinte, eu sou do setor, tenho contatos diários, ele é absolutamente pertinente, porque o que é que vai acontecer que começa a sinalizar, é exigência do mercado internacionais de querer essa certificação de, digamos assim, de procedimento, elas aconteça para permitir que esses produtos brasileiros vá aos mercados, então na verdade, além da questão interna, nós temos como consequência disso, uma antecipação de um problema que vai acontecer daqui um ano ou dois. Certo. Daqui um ano ou dois para se exportar álcool eu diria até mais do que álcool, essa

coisa está tomando uma dimensão no mundo que isso vai ser uma coisa que vai ser comum aos produtos agrícolas de um modo geral, particularmente o álcool, particularmente ao etanol e ao biodiesel, então nada mais oportuno, Presidente, do que esse requerimento que V.Ex^a. submete a casa e nós concordamos, não só concordamos como é repito, entendemos que é uma medida antecipatória, digamos assim, de problemas que nós vamos ter indiscutivelmente daqui a pouco, então é muito oportuna essa sua posição.

Então eu gostaria de submeter a, colocaria em votação em bloco, os 5 requerimentos que aqui foram apresentados.

SENADOR ANTÔNIO CARLOS VALADARES (PSB-SE): Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR JOÃO TENÓRIO (PSDB-AL): Pois não, Senador.

SENADOR ANTÔNIO CARLOS VALADARES (PSB-SE): Pela ordem. Presidente, V.Ex^a. poderia relacionar ou discriminar o conteúdo de cada requerimento, resumidamente, uma vez que...

SR. PRESIDENTE SENADOR JOÃO TENÓRIO (PSDB-AL): A pois não, o primeiro requerimento, são dois, três requerimentos--

SENADOR ANTÔNIO CARLOS VALADARES (PSB-SE): Eu não estava presente. Obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR JOÃO TENÓRIO (PSDB-AL): É, o primeiro deles é um requerimento da realização no âmbito dessa Subcomissão de audiência pública com a finalidade de discutir o real impacto da produção de etanol no meio ambiente, que é exatamente esse aspecto que o Senador Sibá Machado traz no seu requerimento, quer dizer, está coincidindo isso aqui...

SENADOR ANTÔNIO CARLOS VALADARES (PSB-SE): Inclusive V.Ex^a. tem conhecimento e demais Senadores de que a União Européia está fazendo uma pregação sistemática.

SR. PRESIDENTE SENADOR JOÃO TENÓRIO (PSDB-AL): Exatamente.

SENADOR ANTÔNIO CARLOS VALADARES (PSB-SE): De que nós estaríamos invadindo florestas, prejudicando a produção de alimentos em função do etanol e realmente esse requerimento tem consistência e validade e por isso que eu parabeno e felicito o Senador Sibá Machado por essa iniciativa, para o esclarecimento devido a respeito dessas notícias contraditórias e até alarmistas que são publicadas na imprensa da Europa e dos Estados Unidos.

SR. PRESIDENTE SENADOR JOÃO TENÓRIO (PSDB-AL): Pois não, Senador Jonas Pinheiro.

SENADOR JONAS PINHEIRO (PFL-MT): Eu gostaria também de parabenizar a proposta do Senador Sibá Machado, porque esta hoje é a maior preocupação

do Estado do Mato Grosso. O Estado do Mato Grosso, é um Estado do Centro-Oeste, é um Estado formado basicamente por cerrados, mas ele tem um grande defeito. Para ajudar o Mato Grosso no passado quando tinha incentivo fiscal, o Mato Grosso ficou, sobretudo com a divisão do Mato Grosso, todo território mato-grossense incluído na Amazônia legal. E aí vem a contradição porque o Mato Grosso é produtor de *commodities*, o que o Mato Grosso produz? É soja, é algodão, é carne, é o maior produtor de carne hoje do Brasil. Produz 50% do algodão e todos eles exportáveis pela qualidade, e é o Estado onde está preparado para produzir etanol, uma vez que hoje o Mato Grosso tem só a margem da BR 63 na aérea de cerrado, 3 milhões de hectares de aérea aberta e disponível para implantação de qualquer tipo de atividade agrícola, e o que fazer com essa, com esse produto agrícola quando esse assunto da Europa pegar pelo mundo todo de que não compre produto onde usa trabalho escravo, que não é o caso do Mato Grosso, não é o caso do Brasil também, que seja produzido na Amazônia legal. Esse é o contexto internacional.

Por isso meu querido Senador Sibá, eu tenho uma proposta que é muito polêmica, mas eu tive a coragem de apresentar no Senado Federal, retirando o Estado do Mato Grosso da Amazônia legal por esse fato, que Mato Grosso pode vir a ser prejudicado. São 3 milhões de habitantes que vivem basicamente do agronegócio produzindo e não ter para quem vender e baixar o preço no Brasil inteiro, porque a produção do Mato Grosso, o dia que não puder ser exportada e for tentado vender no mercado interno, evidentemente os nossos preços de produto agrícola vão lá embaixo. Eu ainda justifico que para mim o bioma cerrado, é o mesmo bioma em qualquer parte do Brasil, pois bem, Mato Grosso é, faz divisão com o Mato Grosso do Sul e o que divide é uma linha imaginária. Pois bem, se você está com o pé da linha imaginária para o Norte a reserva legal no cerrado é 35%. Se você está com o pé da linha imaginária para o Sul, a reserva é 20%. A mesma coisa acontece com Goiás e o Estado de Mato Grosso. Mato Grosso é 35% e do outro lado do rio Araguaia que é Goiás é o mesmo cerrado. A reserva legal é 20%, quer disser, há uma injustiça que eu considero com o Estado do Mato Grosso. Por isso eu tive a coragem de apresentar essa proposta, esse projeto de lei, ele é polêmico, mas eu gostaria de discutir, algo de solução tem que ser dado para o Estado do Mato Grosso. Se não é retirá-lo da Amazônia legal, pelo menos tem que pontualmente resolver esse tipo de problema, que vai ser um Estado vocacionado para produzir *commodities* e em grande quantidade. E se o mundo não aceitar o produto da Amazônia legal, nós vamos ter problema sério, seriíssimo.

Por isso Senador Sibá, eu gostaria que o senhor entendesse isso nos ajudasse, porque há muita crítica disso dentro do PT. Ontem falei com a Ministra Marina Silva, ela está me aguardando, para eu levar para ela o pretendemos com nosso projeto. Não é aprová-lo como está, mas pelo menos ver é a saída que ela tem para o Estado do Mato Grosso. E essa história do bioma do cerrado, para mim é uma, é um troço que não posso entender como conhecedor de terra, de que só porque o bioma cerrado está no Mato Grosso tem que ser diferente do bioma cerrado de Goiás ou do Mato Grosso, ou do Mato Grosso do Sul muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR JOÃO TENÓRIO (PSDB-AL): Senador Jonas, acho que um dos, as questões mais importantes desse, dessas discussões que tomam conta do país no que diz respeito, sobretudo a distribuição espacial da produção de biocombustível, é exatamente o equilíbrio, se buscar o equilíbrio entre a proteção ambiental, o requerimento número 1 e a criação de oportunidades, de espalhar um pouco as oportunidades do país. Na hora que se cria barreiras intransponíveis, você reduz a aérea de crescimento do país para aquelas que são possíveis, então você cria uma certa deformação econômica e social dentro do país, então o equilíbrio entre a possibilidade de estender, de expandir, de espalhar o máximo possível a produção não só de cana de açúcar, de biocombustível, como agricultura de um modo geral pelo país todo, tem que ser elevado como uma tentativa de equilíbrio com outro lado da questão, que é a questão ambiental, não se pode é dizer-se que não por conta de uma questão ambiental, nós vamos excluir toda a preocupação com a geração de oportunidades econômicas nem tão pouco o contrário, por conta da necessidade de se expandir, a espalhar as oportunidades econômicas do país todo, se deixar de lado as questões ambientais, então eu acho que a busca desse equilíbrio eu acho que é a discussão mais importante que nós temos que fazer, não só no âmbito dessa Subcomissão, como sobretudo no âmbito da Comissão de agricultura que hoje inicia uma nova fase depois da eleição de seu Presidente.

Colocaria em votação os requerimentos. Os Srs. e Sras. Senadores que concordam permaneçam como se encontram. Aprovado.

Será cumprida a deliberação da Comissão, eu gostaria de informar também que nós estamos preparando um pequeno relatório sobre as atividades da Subcomissão no primeiro período do ano e vamos distribuir isso com os senhores membros da Subcomissão. Eu agradeço a presença, a atenção e não havendo mais nenhum questionamento, damos por encerrada a sessão. Obrigado.

Sessão encerrada às 11h05.

COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA,
INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA

ATA DA 7ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 04 DE ABRIL DE 2007.

Às nove horas e quatorze minutos do dia 04 de abril de dois mil e sete, na sala de reuniões da Comissão, Ala Senador Alexandre Costa, sala treze (13), sob a Presidência do Senhor Senador Wellington Salgado de Oliveira e com a presença dos Senhores Marcelo Crivella, Renato Casagrande, Sérgio Zambiasi, Ideli Salvatti, Valdir Raupp, Valter Pereira, Cícero Lucena, Flávio Arns, Romero Jucá, Leomar Quintanilha, Heráclito Fortes, Rosalba Ciarlini e Flexa Ribeiro, não membros da Comissão Senador Ademar Santana e o Deputado Federal Wladimir Costa, reúne-se a Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática. Deixam de comparecer os Senhores Senadores, Augusto Botelho, Gilvam Borges, Demóstenes Torres, Maria do Carmo Alves, José Agripino, João Tenório, Eduardo Azeredo e Romeu Tuma, que justifica a ausência. O Senhor Presidente, Senador Wellington Salgado de Oliveira, registra a presença, para acompanhar a Audiência Pública do Senador Ademar Santana (PFL/DF), não membro da Comissão, e do Deputado Federal Wladimir Costa (PMDB/PA). Havendo número regimental abrem-se os trabalhos. O Senador Presidente Wellington Salgado de Oliveira, submete à Comissão a dispensa da leitura da Ata da Reunião anterior, que é dada como aprovada. Prosseguindo, inicia-se a presente reunião, convocada na forma de Audiência Pública, atendendo ao Requerimento nº 001-CCT, de 2007, de autoria do Senador Wellington Salgado de Oliveira, que “Nos termos do disposto nos incisos V e IX, do artigo 90, do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro a realização de Audiência Pública, no sentido de que sejam ouvidos, separadamente, os Excelentíssimos Senhores Ministros da Ciência e Tecnologia, Sérgio Machado Rezende e das Comunicações, Hélio Costa, com o propósito de apresentar as diretrizes e os programas prioritários de as respectivas pastas, para os próximos quatro anos.” Finda a exposição, a Presidência franquia a palavra aos Senhores Senadores membros da Comissão. Usam a palavra os Senhores Senadores Wellington Salgado de Oliveira, autor do requerimento, Marcelo Crivella, Flexa Ribeiro, Valter Pereira, Cícero Lucena, Renato Casagrande, Rosalba Ciarlini, Ideli Salvatti e o Deputado Wladimir Costa. O Senhor Senador Wellington Salgado de Oliveira, agradece a todos pela presença e declara encerrados os trabalhos desta sessão determinando que as Notas Taquigráficas sejam anexadas

a esta Ata para devida publicação. Nada mais havendo a tratar, a Presidência encerra a reunião, às onze horas e quarenta e um minutos, determinando que eu, Égli Lucena Heusi Moreira, Secretária da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática lavrasse a presente Ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada, no Diário do Senado Federal.

Senador **Wellington Salgado De Oliveira**, Presidente da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática.

COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA,
INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA - CCT

NOTAS TAQUIGRÁFICAS

7ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA NO DIA 04 DE ABRIL DE 2007

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Bom, declaro aberta a 7ª reunião Extraordinária da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura a realizar-se em 4 de abril de 2007, quarta-feira, 8h45, na sala nº 13, da Ala do Senador Alexandre, Senado Federal. Audiência pública. O Ministro, eu pedi para trazer....

Audiência pública com o Exmo. Sr. Ministro de Estado das comunicações, Senador Hélio Costa. Tema: Diretrizes e programas prioritários do Ministério da Comunicação, do qual a autoria de requerimento é da minha pessoa. Peço a dispensa da Ata da Reunião anterior. Os Senadores que estiverem de acordo, permaneçam como estão. Aprovado.

Bom, como o requerimento é de minha autoria, estamos aqui com o Sr. Ministro Hélio Costa, que eu ia convidar o Senador Crivella para trazê-lo, mas a assessoria já o colocou na mesa. O Ministro também acorda cedinho. Já passou no Ministério e tudo. Bom, eu queria, como autor do Requerimento, primeiramente fazer três perguntas ao Ministro e, depois, passaremos a palavra aos outros Senadores. É, claro. Então, primeiro faremos a exposição do Ministro sobre o tema o qual ele foi convidado que é Diretrizes e Programas Prioritários do Ministério das comunicações. Com a palavra o Sr. Ministro Hélio Costa.

SR. MINISTRO HÉLIO COSTA: Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores, Srs. e Sras. convidados. Eu tenho, inicialmente, imenso prazer de estar aqui na comissão de comunicações do Senado da República

porque me sinto muito orgulhoso de, possivelmente, ter sido, de uma forma muito pequeninha, mas importante, parte da decisão que levou à criação desta Comissão. Quando Presidente da comissão de educação, comunicações e informática do Senado Federal, eu, com o apoio dos meus colegas da Comissão, iniciei o procedimento para nós criarmos a subcomissão de ciência e tecnologia em virtude da importância que nós começávamos a ver já há dois anos, no setor de ciência e tecnologias e as discussões que poderiam se realizar aqui no âmbito desta Comissão. E foi exatamente a existência da subcomissão de ciência e tecnologia e o acúmulo de assuntos relacionados com radiodifusão e telecomunicações da Comissão de Educação que levaram à criação da Comissão de comunicações, ciência e tecnologia. Eu cheguei a fazer uma revisão de tudo aquilo que nós, no ano de 2006, discutimos na Comissão de Educação e no ano anterior, de 2005 e os dados me levam à conclusão de que em torno de 70% dos assuntos discutidos naquela época na Comissão de Educação se referiam a procedimentos que tinham origem no Ministério das comunicações. Então, evidentemente que era mais do que necessário a criação de uma Comissão de comunicações no Senado da república. Então, quero cumprimentar o Senador Wellington Salgado e através do Presidente da Comissão a todos os membros da Comissão de Comunicações, Ciência e Tecnologia do Senado da República e em especial pela oportunidade que me dão de poder participar com os senhores das informações, eu não diria necessariamente o debate em torno do que nós estamos, neste momento, fazendo e propondo no Ministério das Comunicações. Nós temos uma, uma política que certamente é importante para o país que é uma política pública de comunicação. Nós devemos encaminhar ao Presidente da República, nas próximas semanas, o texto desta proposta de políticas públicas. Elas estão baseadas em vários Decretos presidenciais e estão sendo agora reunidas em um documento que poderá certamente servir de base nos próximos quatro anos para a política de comunicação do governo. Mas, sobretudo, a preocupação que nós temos que ter com a área pública. E foi nesse sentido que eu entendi a oportunidade de estar aqui e podermos falar sobre vários assuntos. Mas, inicialmente, eu queria me ater à proposta da TV digital e com ela a criação dos canais públicos de televisão.

Em primeiro lugar é importante fazermos um retrospecto do que levou a possibilidade da criação dos canais públicos. Nós tivemos, durante aproximadamente 18 meses no Ministério das Comunicações uma ampla discussão sobre o modelo de TV digital que íamos adotar no país e para isso nós seguimos o

Decreto que o Presidente da República tinha baixado estabelecendo as diretrizes da TV digital. Ela tinha que ser uma TV aberta, tinha que ser uma TV gratuita, ela não podia se cobrar pelo sistema de TV digital, ela tinha que ter portabilidade, ou seja, tínhamos que ter a capacidade de ver a televisão até no celular, andando em qualquer circunstância. Ela tinha que ser móvel, no carro, no ônibus, no trem até 300 quilômetros de velocidade e ter imagem perfeita de televisão no veículo e, sobretudo, ela tinha que resguardar o direito do telespectador brasileiro de não ser obrigado a comprar um televisor novo para poder receber a TV digital. Ou seja, com a utilização de um terminal de acesso que vai ficar em torno de 100 reais, ele vai ter como ver a TV digital, vai ter como participar dessa ferramenta extraordinária que é a TV digital que vai possibilitar a interatividade, vai nos dar um espaço extraordinário para a TV escola, para a TV educação, para a TV Cultura, para o comércio digital, o e-commerce, como se diz em inglês, quer dizer, tudo isso é o que a TV digital vai nos oferecer. Mas o Decreto estabelecia esses caminhos. Nós tínhamos que seguir essa orientação básica. Sobre tudo porque no nosso sistema de televisão analógico, ele chega a 98% do território nacional de forma gratuita. Você comprou um televisor na loja, ligou, você está vendo televisão, então a TV digital não podia ser diferente, nós temos que fazer a TV com acesso de todos.

E, ao mesmo tempo, isso aí nos impôs uma série de situações técnicas diferenciadas porque os sistemas de televisão digital que nós tínhamos no mercado e temos ainda no mercado, que é o sistema americano, NTSC, o sistema europeu. DVB, ou o sistema japonês, ISDB, com essas siglas parecendo uma sopinha de letras, esses três modelos foram concebidos para a televisão a cabo. Para a televisão satélite. Eles não estavam formatados para a televisão aberta como nós temos no Brasil. Então nós envolvemos 1200 técnicos, cientistas, professores, especialistas de 92 instituições de ensino públicas e privadas, as mais extraordinárias fontes de pesquisa deste país, a Universidade do Estado de São Paulo, a Universidade Federal de Minas Gerais, do Rio Grande do Sul, da Paraíba, o Instituto Mackenzie, o INATEL, em Minas Gerais, todos esses institutos de pesquisa foram chamados a participar do estudo da TV digital. Formamos 22 consórcios. Cada consórcio cuidava de uma área. E no fim de um ano e meio nós tínhamos um relatório que indicava o caminho que nós devíamos seguir. E ao invés de adotarmos o padrão europeu, ou o padrão americano, ou o padrão japonês, os nossos técnicos, os nossos cientistas indicavam um sistema brasileiro de TV digital que era, na realidade, composto das principais ferramentas dos

três sistemas. Nós pegamos o que tinha de melhor no padrão japonês, que era o sistema de modulação. Pegamos o que era de melhor no sistema europeu, que era a compressão de vídeo. Pegamos o que era de melhor no sistema americano, a compressão de áudio. Na realidade, o nosso corpo técnico criou um instrumento para fazermos aqui a interatividade, o nosso middle é o instrumento que vai conectar software com hardware, a parte técnica com a parte de programação, isso foi feito na Universidade da Paraíba, é um dos melhores do mundo. Certamente o conjunto dessas ferramentas fazendo o Sistema Brasileiro de TV Digital, de uma forma diferenciada do que aconteceu no passado quando nós instituímos a TV a cores, com um padrão brasileiro que eu chamo de padrão jabuticaba, só nós é que temos. Quer dizer, ninguém mais tinha. Aliás, eu descobri que o Laos, tem. Eu não sei por que é que o Laos tinha o mesmo sistema do Brasil, mas era o único outro país que tinha o sistema PAL- M.

Desta vez nós não deixamos acontecer este erro porque todas as ferramentas usadas no Sistema Brasileiro de TV digital que vem do padrão japonês, do padrão europeu, do padrão americano são ferramentas compatíveis. Você cria uma arquitetura de TV digital com estas ferramentas e você tem o Sistema Brasileiro, que os japoneses disseram para nós que é o mais moderno do mundo. Eles disseram: Olha, vocês fizeram uma coisa inteligente, vocês pegaram o que há de melhor nos três sistemas e fizeram um sistema que não tem comparação. Por isso é que nós estamos indo à Argentina, ao Uruguai, ao Chile, Paraguai, Venezuela, Colômbia, levando a idéia do Sistema Brasileiro, que nem é mais Sistema Brasileiro, porque já inventamos um nome, Sistema Latino Americano de TV Digital porque realmente é o melhor. Porque ele se dedica à televisão aberta. Ele vai conseguir funcionar na cidade de São Paulo, do Rio de Janeiro, qualquer capital brasileira com todos os obstáculos dos edifícios e morros. Ele vai funcionar! Porque nós criamos um sistema de robustecimento da transmissão da imagem. Os testes foram feitos em São Paulo, quem passou no teste foi o sistema japonês de modulação. Por isso é que nós nos agarramos nessa proposta. E com a adoção do Sistema Brasileiro de TV Digital, com a possibilidade de você fazer a compressão de vídeo com o sistema europeu e cada canal de televisão no sistema analógico se transformar em 4 canais digitais, inicialmente. Porque na hora que nós usarmos um outro compressor de vídeo, que se chama H264, também europeu, nós vamos transformar cada canal analógico em 8 canais digitais. Isso quer dizer que agora, a partir do ano que vem nós vamos ter condições de realmente fazermos a democratização dos sistemas de comunicação no

país partindo de um sistema digital de televisão que contempla a TV privada, a TV estatal, a TV pública. Foi partindo deste princípio que nós incluimos, e o Presidente da República assina no Decreto 5820, 4 canais públicos de televisão. Quatro canais que vão ser dedicados à cidadania, que vão ser dedicados à emissoras de televisão que terão tempo suficiente para debater problemas para levar a educação, saúde, para se dedicar a temas exclusivos.

Então, tem um canal entre os quatro previstos no Decreto 5820, que é o canal da educação. Esse vai se dedicar exclusivamente à educação partindo de uma rede nacional. Ancorado, evidentemente onde? Nos esforços que o MEC já fez no passado e que continua fazendo o Ministério da Educação de ter uma televisão capaz de levar conhecimento, de estar sempre como uma janela do conhecimento colocada no país inteiro. Aquilo que o Presidente Lula disse ao dar posse ao Ministro Franklin Martins. Não vai ser preciso levantar 5 horas da manhã, 6 horas da manhã para ver uma aula de matemática na televisão ou uma aula de português ou de literatura. Você pode ter uma emissora de TV dedicada à educação 24 horas por dia. Nós vamos ter um canal dedicado à cultura. Eu não sei se você me perguntar, certamente, possivelmente será ancorado no Ministério da Cultura. E você vai ter condições de, através deste canal da cultura, você mostrar o extraordinário talento do Brasil em cada cidade, em cada comunidade. Talvez mais importante do que tudo isso nós temos um canal da comunidade. Quer dizer, eu posso estar até exagerando, mas quando eu penso que cada município brasileiro dos cinco mil quinhentos e tantos municípios, cada município desses vai ter o seu canal de televisão. Eu não sei quem vai gerar esse canal, mas pode ser a comunidade, pode ser a Câmara dos Vereadores, a própria Prefeitura, pode ser a sociedade como um todo, uma organização local, uma entidade, um Conselho Local, não sei, isso não é da competência do Ministério das Comunicações, o conteúdo desses canais não é o Ministério das Comunicações que decide, não é ele que discute. Ele nem sugere. O que o Presidente me pediu foi um projeto de viabilidade destes canais. É possível se fazer uma rede de televisão? É possível nós termos uma TV da educação, da cultura, da cidadania em todo o país, em cada cidade brasileira? E eu fui ao Presidente e disse: É possível! É perfeitamente possível! O sistema digital nos dá essa opção. O que é que ficou diferente do que o Presidente me pediu? O Presidente pensou no sistema digital, ou seja, a partir do ano que vem, porque nós começamos em julho os testes com a TV digital em São Paulo, nós devemos estar divulgando na semana que vem as consignações dos canais das

cabeças de rede sediadas em São Paulo para que elas já possam fazer as encomendas dos seus transmissores e dos seus equipamentos necessários para a transmissão digital e a partir de dezembro elas ficam obrigadas a entrar no ar comercialmente com o sistema digital. E, mais uma vez, com a preocupação do decreto assinado pelo Presidente Lula, a transmissão tem que ser simultânea, durante dez anos, você transmite analogicamente e digitalmente. Se o cidadão em casa decidir que ele não quer se digitalizar, como se diz entre aspas, ele continua vendo a TV analógica dele pelos próximos dez anos. Agora, daqui a dez anos, aí não tem jeito. Ele vai ter que se modernizar a força, porque nós vamos desligar o sistema analógico. Porque o retorno dos canais analógicos é uma grande fonte de renda para o governo.

Veja só, quando você faz a consignação de um canal, você está emprestando temporariamente a uma rede de televisão ou a uma emissora de televisão um canal digital para que ele atenda a determinação do Decreto 5820 e transmita simultaneamente para que ninguém fique prejudicado. Agora, lá na frente, quando terminar o prazo de dez anos, esse canal é devolvido. O original é devolvido ao governo. Para se ter uma idéia, Senador, nos Estados Unidos, o retorno dos canais vai gerar uma receita para o governo de 100 bilhões de dólares, só o retorno dos canais. O nosso cálculo é que no Brasil pode chegar a 20 bilhões de dólares o retorno dos canais originais. Então, nós estamos diante de uma situação diferenciada. Quando eu disse para o Presidente que além de ser possível, sim, fazemos os canais públicos a partir da TV digital, o sistema japonês de modulação, olha bem a diferença, não estou falando de padrão japonês, estou falando de sistema de modulação japonês, que nós usamos no padrão brasileiro, no Sistema Brasileiro de TV Digital, este sistema de modulação japonês, ele tem uma característica técnica que foi dissecada pelos nossos engenheiros, pelos nossos técnicos. Eles concluíram e eu.... Consegui traduzir isso de uma forma bem simples para explicar nas minhas palestras que tenho feito sobre TV digital que pode ser mais ou menos colocada assim: Quando você origina uma imagem de uma rede de televisão numa cidade como Brasília, você manda esta imagem, no primeiro segmento, pelo canal 60 até a 40 quilômetros de distância, no máximo. Lá no quilômetro 40 você pega esta imagem, retransmite no canal 61. 80 quilômetros depois você pega a imagem e retransmite no canal 62. E no quilômetro 120 você volta ao canal 61, porque já não há incompatibilidade de imagens.

O sistema japonês consegue fazer isso dentro do mesmo canal. Você não precisa de dez canais para

fazer isso. Você usa o mesmo canal. É como se você estivesse no seu computador, baixando um programa de vídeo e, ao mesmo tempo em que você está recebendo a informação, o vídeo está se compondo no seu computador, ele já te dá condições de você começar a ver a imagem. Ele está baixando o finalzinho do programa e você já está vendo o começo. Esse é o sistema. E por esta razão estes dez canais de 60 a 69, que ficam reservados para esta transmissão interna e também são muito usados para as transmissões externas das redes, você sai com o carro de reportagem e manda pelo canal 60, 61 ou 62 para o transmissor principal a imagem que você está gerando na rua. Como você agora não vai precisar mais desses dez canais para fazer este serviço interno, eu disse ao Presidente que não precisávamos esperar pela implantação da TV digital no Brasil inteiro, porque nós podemos levar cinco anos, é o meu prognóstico, mas podemos levar dez em algumas outras regiões, nós podemos começar a fazer a implantação da rede pública, dos canais à disposição da comunidade, da cultura e da educação agora já usando os canais de 60 a 69. Então, podemos começar amanhã! O Presidente me pediu para fazer esse estudo técnico, o estudo foi encaminhado a ele preliminarmente, não é um estudo definitivo, mas ele já está em condições. como possivelmente anunciar dentro de duas ou três semanas um grupo de trabalho que vai poder sim discutir, conversar sobre até mesmo o conteúdo. Como é que essas televisões vão funcionar? Agora, o que... Despertou muita atenção da imprensa e eu entendo perfeitamente até a preocupação é que de imediato surgiu àquela idéia de que: Ah, é mais uma empresa estatal! É mais uma tentativa de se fazer notícia com dinheiro público. Não é necessariamente essa a proposta.

O Presidente deixou bem claro no discurso que fez mais uma vez na posse dos novos Ministros que nós pretendemos fazer uma televisão que tenha, sobretudo, a preocupação com a coisa pública. Número 1. Em segundo lugar, que tenha com as políticas públicas. Eu costumo citar o exemplo e usei o exemplo na Câmara e volto a dizer aqui, eu ainda não vi uma matéria com mais de 5 minutos, olha que 5 minutos eu vi num programa especializado, sobre o biodiesel. No entanto, eu estive na Europa há dois meses e vi, na Itália, um programa de meia hora sobre o biodiesel. O que nós estamos pretendendo fazer aqui não é copiar sistemas internacionais de TVs públicas, porque cada país tem as suas peculiaridades, mas os exemplos que nós temos que nos debruçar sobre eles certamente estão na BBC, estão na PBS americana, estão na TV 5, francesa, que são TVs públicas, muito embora algumas com subvenções do próprio governo. Agora,

nós não temos condição de fazer, por exemplo, o que a BBC faz. A BBC tem um orçamento de 12 bilhões de reais, eu traduzi para reais para ficar mais fácil. 12 bilhões por ano. Como é que acontece isso? Cobra-se uma libra, ou seja, o equivalente a, o que, talvez quatro reais, por aparelho de televisão em cada residência. Todo mundo é obrigado a pagar. Se quiser ter televisão, senão não pode ter televisão, é licença que você tem que ter para ver televisão na Inglaterra. Tem vinte mil empregados, vinte mil profissionais, oito canais. E eu não conheço ninguém com mais capacidade para fazer os mais extraordinários documentários sobre todo e qualquer assunto do que a BBC. Eles conseguem equilibrar de tal forma a sua programação, o seu conteúdo que eu não conheço um inglês que realmente diga assim: Ah, a BBC está devendo ao povo inglês ou à comunidade britânica de nações.

O sistema americano já é diferente, ele é todo patrocinado pela iniciativa privada. São contribuições que são feitas com um detalhe muito importante, quer dizer, se você contribui para o PBS americano, você desconta aquilo que você contribuiu para o Imposto de Renda o que é muito bom e muita gente faz e ela vive é disso mesmo e está muito bem. É uma belíssima televisão. Eu tenho certeza de que quem foi nos Estados Unidos já viu, principalmente na região de Boston, onde ela se origina, a base dela está em Boston, sabe o que é que é uma TV pública bem feita. Agora, qual é o nosso modelo? Nós temos uma TV pública também muito bem estrutura do ponto de vista de conteúdo, de capacidade do nosso profissional. A TV Cultura, de São Paulo, não deixa nada a desejar. Ela tem uma belíssima programação. Já teve até muito melhor, hein. Por que TV Senado, claro. O trabalho, o serviço público que presta a TV Senado, a TV Câmara, extraordinário. Eu mandei fazer uma análise da penetração da TV Senado, ela só não tem mais audiência porque, lamentavelmente, ela ainda não está estabelecida nas principais capitais, mas vai estar, assim como a TV Câmara vai estar, certamente nas principais capitais. Mas ela é uma fonte de referência. Então, nós olhamos para essas redes de televisão e dizemos: É possível fazer alguma coisa pelo menos semelhante no Brasil? Olha, nós temos qualificação. Eu vi outro dia um programa de televisão onde alguém disse assim: "Ah, o Sr. Ministro Hélio Costa diz que nós fazemos a melhor televisão do mundo ou pelo menos uma das melhores do mundo". Eu não disse a melhor não, mas eu disse que nós estamos entre os melhores do mundo. Eu volto a insistir que nós estamos, sim, entre os melhores do mundo.

O nosso modelo de televisão, ele chega hoje a mais de 70 países porque nós temos qualidade profis-

sional, o nosso profissional da área de comunicação, de televisão, é muito bom. Nós competimos com qualquer televisão do mundo. No entanto aparece alguém para dizer assim: Ah, mas não é muito bom. Como não é muito bom, só porque a novela das 8, só tem a novela das 8 ou das 9 que é bom produto de televisão? Eu acho que não. Tem ótimos programas jornalísticos. Todas as redes, diga-se de passagem. Cada rede está se aprimorando nesse sentido. Documentários formidáveis. Quer dizer, nós sabemos fazer televisão. O que a gente imagina é que estes canais poderão dar um espaço muito maior para nós discutirmos assuntos de interesse nacional. Por que é que a TV Senado é tão ouvida? Porque quando você entra numa discussão como nós estamos agora ao vivo para o Brasil inteiro falando sobre a TV digital, eu vou sair daqui e durante dez dias vou encontrar as pessoas que me param no aeroporto, que me param na rua e diz: Ah, agora eu estou entendendo melhor aquela questão da TV digital que o senhor falou na TV Senado e eu acompanhei. Isso é todo dia. A toda hora eu encontro as pessoas com esse testemunho.

Então, desses quatro canais, tem um canal que é a continuidade da Radiobras. Por quê? Porque a Radiobras é um serviço importante prestado, sim, ela tem profissionais competentes, talvez não tenha tido, nesses últimos anos, recursos suficientes para poder se expandir e fazer tudo aquilo que ela tem competência para fazer. Lamentavelmente, quer dizer, ela ficou reduzida a uma presença no máximo a 25, 30% do território nacional. Ela não tem disponibilidade financeira, não tem recursos orçamentários para poder fazer a programação que gostaria de fazer, mas na medida em que você vê os outros dois pólos da TV no Brasil, a TV pública que é a TV Cultura de São Paulo e a TVE do Rio de Janeiro, você sabe que tirando dali parte da programação dessas duas redes, você pode, sim, fazer uma belíssima programação nacional. Veja só a TVE do Rio de Janeiro, ela tem um orçamento de 40 milhões de reais. Quer dizer, olha só, eu falei que a BBC tem 12 bi. A TVE do Rio tem 40 milhões por ano para fazer televisão. Ela consegue mais 40 milhões de doações, de participações voluntárias, de recursos que chegam à TVE porque, evidentemente, ela conseguiu sensibilizar grupos e pessoas, entidades, empresas para poder participar da TVE. A TV Cultura, de São Paulo, teve que partir para uma situação bem mais delicada, porque ela acaba virando uma TV comercial, muito embora o canal seja um canal educativo, que não pode fazer publicidade, ela estendeu um pouquinho o conceito do apoio cultural, que é perfeitamente autorizado em lei e, a partir daí ela consegue se sustentar. Porque durante algum tempo o governo estadual dedicou uma atenção

muito especial à TV Cultura e a partir de determinado momento parece que se desencantou um pouco com o processo da TV Cultura e aí diminuiu um pouquinho o dinheiro e aí ela entrou em dificuldades financeiras. Para isso teve que se superar fazendo exatamente o que as TVs comerciais fazem. Perdão. Eu vejo que os exemplos estão colocados. A principal questão foi levantada com respeito a TV do Executivo, por que nós identificamos a Radiobras como a TV do Executivo. Pode até ter razão quem disse: Ah, a TV do Executivo é uma TV Estatal. Bom, certamente desse conceito é porque ela é financiada com recursos governamentais de orçamento. Mas será que isso é o bastante para dizer: Ah, porque é estatal vai ser ruim ou porque é estatal não tem futuro? Como se o estatal fosse sinônimo de alguma coisa errada ou ruim. E a gente deixa de olhar para frente e dizer assim: Mas a Petrobras é uma empresa estatal que tem hoje uma credibilidade no mundo inteiro em tecnologias próprias, avançadas, perfuração de poços em alto-mar. Por acaso os nossos Bancos Estatais, não são Bancos modelo? Banco do Brasil, Caixa Econômica, o próprio BNDES? Quer dizer, então nós temos algumas estruturas, a EMBRAPA não foi uma empresa formada de uma empresa estatal, ainda tem, na verdade, uma Golden Cher do Governo dentro da EMBRAPA. E a EMBRAPA é hoje sinônimo do sucesso da indústria aeronáutica nacional.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: EMBRAPA.

SR. MINISTRO HÉLIO COSTA: A EMBRAPA, exatamente. Quer dizer, todas as principais pesquisas na agropecuária que se faz nesse país, EMBRAPA. Eu me lembro de, dos primeiros convênios há 30, 40 anos atrás que se fazia entre a EMBRAPA, a Universidade, antiga Universidade rural do Rio de Janeiro com a Universidade de [inaudível] nos Estados Unidos. A Universidade de Viçosa com a EMBRAPA. Quer dizer, tudo isso, eu não sei, eu vejo, de uma forma diferenciada. Eu acho que o fato de ser estatal não quer dizer que vai dar errado não, pelo contrário, pode dar muito certo. A gente tem que perder essa paranóia de que o que é estatal é errado só por ser estatal. Ah, porque é dinheiro público. O dinheiro público usado corretamente, evidentemente que tem que ser considerado. E veja só, o sistema a cabo, o sistema a cabo, que vem da Lei 8977, de 1995, ele já contempla todos estes canais que o Decreto 5820 está contemplando para a TV aberta. Porque, na TV a cabo você tem obrigatoriedade de ter um canal universitário, obrigatoriedade de ter um canal da comunidade, obrigatoriedade de ter o canal do Legislativo, obrigatoriedade de ter o canal do Senado e da Câmara, Canal do Supremo e ainda tem que colocar na TV a cabo os canais abertos. Essa é a Lei do Cabo. Essa é a Lei do Cabo. Então, tudo aquilo

que nós estamos propondo para a TV aberta já existe no sistema a cabo desde 1995. E nunca gerou este grande debate, esta grande discussão.

Agora, o que nós estamos pedindo é um direito de tudo aquilo que você vê no cabo, ou seja, que a elite vê no cabo, porque só tem cabo neste país quem pode pagar 50 a 70 reais por mês. Nós queremos que tudo aquilo que a elite vê no cabo, que o povão tenha direito de ver também na TV aberta. Será que é pedir demais? E com um, uma ressalva importantíssima, nós não estamos propondo um modelo estatal de canais, nós estamos propondo o seguinte: Temos viabilidade técnica de 4 canais que podem ser usados pela sociedade. Como é que vamos utilizar? Possivelmente um desses canais vai ser a continuidade da Radiobras, mas os outros três, certamente, da comunidade, da cultura e da educação, são canais da mais absoluta importância. O governo não pretende competir com ninguém não! Nós não vamos competir com a TV comercial, nós não vamos competir com a TV a cabo. Nós não vamos competir com a TV educativa. Nós estamos fazendo uma proposição. Na verdade, aqui nesta Comissão é que você Senador, você Senadora vai discutir este assunto e nos dar subsídios. E vai dizer: Olha, Ministro, leve ao Presidente a nossa idéia. Ou faça direto como o relatório final de uma ampla discussão sobre a TV pública o que é que nós podemos fazer, o que devemos fazer, o que é que o Senador e a Senadora sugere? Essa é a proposta que nós estamos fazendo. E a mais modesta proposta foi feita pelo Ministro. Olha, nós temos, sim, viabilidade técnica de quatro canais e não precisamos esperar a implantação da TV digital, nós podemos fazer isso já, agora, neste momento. Muito obrigado, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Muito obrigado Sr. Ministro pela explanação de todo o projeto do Ministério das Comunicações. Nós passaremos a três, três Senadores e depois o Ministro responde, depois mais três, tá bom assim? Rapidamente? Três minutos cada. Eu, o Ministro, eu como autor do, do requerimento, primeiro, segundo o vice-presidente da Comissão, Senador Marcelo Crivella e terceiro inscrito é o Senador Flexa Ribeiro, foi o primeiro a chegar.

SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Eu sou o primeiro inscrito....

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Senador Valter Pereira está na frente? Senador Valter Pereira chegou na frente? Não, porque é ordem de chegada a lista.

SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Ah, sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Mas com certeza V.Exa. está incluído aqui. Então eu faço o seguinte, Senador Valter, vou fazer o bloco de 4 e V.Exa. faz a pergunta, tá bom assim, rapidamente? Ministro, as minhas perguntas V.Exa. Já arrematou na exposição. Mas tem uma pergunta que eu gostaria de fazer que ontem, na Comissão de Educação, alguns Senadores estavam presentes, foi levantado a discussão se poderia haver uso do FUST para a educação? Essa seria a minha pergunta. Uma outra também que eu ouvi aqui que não respondeu, que na explanação de V.Exa. não foi apresentado é o seguinte: Um dos mais importantes programas de inclusão digital é a expansão do programa de internet banda larga, quais são os projetos do Ministério das Comunicações com relação ao projeto de banda larga? Passarei agora ao Senador Marcelo Crivella, vice-presidente dessa Comissão, depois Senador Flexa Ribeiro, Senador Valter. Com a palavra o Senador Crivella.

SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ): Sr. Presidente, Sra. Senadora Ideli, senhores Senadores. Sr. Ministro. V.Exa. Hoje deu aqui uma palestra extraordinária. Acho que a diferença do craque para o perna-de-pau é que o craque faz uma jogada difícil ficar fácil e o perna-de-pau, na cara do gol chuta para fora. V.Exa. é um orgulho para essa Casa. Orgulho para o povo de Minas Gerais e para a sua cidade, Barbacena. Pela maneira clara como o senhor apresenta problemas complexos, difíceis. E muitas vezes a gente lê nos jornais uma página inteira falando de TV digital e no final a gente pensa que não leu nada porque não se.... Não se dá os detalhes que a gente quer saber. E V.Exa. hoje mostrou que os nossos técnicos brasileiros construíram um sistema de TV digital moderno, com o melhor que há de compressão de áudio, de vídeo, enfim, ferramentas importantes desenvolvidas em várias partes do mundo. Eu não sabia disso e fiquei muito orgulhoso de saber. V.Exa. tem tido, no governo Lula, uma atuação de destaque, nós temos acompanhado aqui. É um orgulho para nós, Senadores, e para essa Casa. Mas eu gostaria de perguntar a V.Exa., que comigo trabalhou incansavelmente, aliás, eu segui os seus passos depois até como Presidente da Comissão Parlamentar de Inquérito que V.Exa. iniciou nessa Casa para tratarmos o problema da imigração ilegal. Como é que nós vamos fazer para alcançar os nossos milhões de brasileiros no exterior com a TV pública? Eles vão assistir por internet? Nós estaremos no satélite? Queria também que V.Exa. nos esclarecesse como é que o Ministério vê essa nova fase da TV a cabo, dos buquês, sendo transmitidos por telefones fixos.

Ouvi dizer, Sr. Ministro, V.Exa. me corrija se eu estiver errado, de que o preço vai cair, a assinatura do buquê vai vir bem mais barato porque vai ser transmitida por uma rede já instalada de telefones fixos. E por último, Sr. Ministro, V.Exa. disse que não trata de programação, o Ministério da Justiça tem lá seus parâmetros todos. Mas, há alguma.... Alguma idéia de como é que nós vamos criar ou fazer um conselho de programação para os nossos canais públicos? Morei alguns anos na África e lá também, Sr. Ministro, as televisões cobram quando a gente vai comprar na loja um aparelho, uma taxa. A gente paga quando compra e depois tem de pagar todo o ano. Esse pagamento dos anos subsequentes, as pessoas se esquecem, porque não tem muita fiscalização, tem na hora que você vai comprar a televisão. O sujeito só vende se você pagar aquela mensalidade. E, especificamente na África do Sul, são três canais, CBC1, 2 e 3, e depois abriram uma concorrência para ETV, mas funciona, como V.Exa. diz, para os padrões africanos de maneira excelente, evita-se usar concessões públicas como instrumento de manipulação de poder. O que hoje o mundo desconfia. Eu termino perguntando a V.Exa. O seguinte: V.Exa. acha que nós deveríamos transformar as concessões públicas em sociedades de capital aberto? Sociedades anônimas para que essas emissoras tivessem uma governança de transparência e publicassem seus balanços em jornais e nós pudéssemos ver, por exemplo, Sr. Ministro, a influência do capital financeiro na sua gestão e financiamento e aí vermos, muitas vezes, o porquê que determinadas redes trazem tantos pensamentos sobre privatização, sobre neoliberalismo, sobre reformas de Previdência e interesses que muitas vezes são importantes para o grande capital financeiro. Sr. Ministro, mais uma vez parabéns por V.Exa. estar aqui no Senado hoje dando esse banho de aula que o povo brasileiro teve a oportunidade de assistir e nós também na Comissão. Muito obrigado, ministro.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Muito obrigado, Senador Crivella, e agora com três minutos também o Senador Flexa Ribeiro com a palavra.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Presidente, Senador Wellington Salgado, Senador Marcelo Crivella, Ministro e Senador Hélio Costa. Primeiro, uma alegria e um prazer tê-lo conosco na sua Casa em que V.Exa. nos traz, através dessa audiência, as informações que eu acho que a partir de agora vão subsidiar um debate bastante importante. Eu próprio, Presidente Wellington, vou encaminhar um requerimento à Comissão para que façamos uma audiência pública em que seja ouvido não só o governo, o Ministro que

nos trouxe aqui as informações, mas a sociedade, de uma forma geral, para que a gente possa aprofundar o debate não só com relação a TV digital e muito mais em relação a TV pública. Eu teria três questionamentos a fazer ao Ministro. Primeiro, o senhor já declarou que uma das fontes de financiamento da TV pública poderia ser através das PPPs, Parcerias Público Privadas, permitindo inclusive, como V.Exa. colocou aí, o desconto do Imposto de Renda nas doações feitas ao projeto. Isso vai de encontro a todas as ações do governo através do Ministério da Fazenda. Qualquer projeto que tramite no Senado Federal que venha usar desconto do Imposto de Renda sempre é vetado pelo Governo Federal. Inclusive agora é... é importante que se veja porque toda vez que há essa.... Essa questão, há também a diminuição da... Dos recursos transferidos aos estados e municípios. Então, como é que o senhor venceria essa batalha junto ao governo para que essa TV pública pudesse ser, ter essa fonte de financiamento? V.Exa. falou na BBC, na questão do... [Soa a campanha] Dos recursos arrecadados e que correspondem a 20 bilhões de dólares ou lá na... Na Inglaterra. Lamentavelmente, a prática no Brasil e deste governo é no sentido contrário. Nós temos vários fundos que deveriam ser usados para avanços na tecnologia de informação, como é o FISTEL e o FUST e que são usados pelo governo para superávit primário com políticas de contingenciamento. Se criarmos mais um, vamos ter um novo fundo contingenciado pelo Executivo para aumento do superávit primário. Uma outra pergunta, Ministro, o... Nós gostaríamos de saber qual o verdadeiro propósito da criação de uma TV pública, uma nova TV pública? Já que nós temos a Radiobras. V.Exa. mesmo disse, a Radiobras conta com mais de mil jornalistas e congrega duas Agências de Notícias, quatro rádios e duas TVs, entre elas um canal dedicado à divulgação das idéias do Executivo que é o NBR. Por que não fazer com que a Radiobras seja fortalecida, seja consolidada? V.Exa. disse que ela não tem recursos, que os recursos da Radiobras são insuficientes. Então, como que nós vamos propor a criação de novas TVs públicas se a que existe, ela não atende às necessidades do governo por falta de recursos? Não seria mais lógico investir no fortalecimento da Radiobras já existente? Qual seria o... Na criação da TV pública, qual seria o ato normativo do Poder Executivo na criação? Seria uma Portaria, um Decreto ou... Seria encaminhado um Projeto de Lei ao Congresso para que houvesse o debate legislativo a respeito da criação? E, por último, a pergunta não é minha, a pergunta é, chegou a mim do professor Emilson Nunes Costa, isso aí já é a.... Acho que, como V.Exa. colocou, ação da TV Senado. Ele pergunta se

a TV pública como é na Europa vai ser administrada por um conselho gestor? E se a sociedade teria participação na escolha desse conselho para que ela realmente fosse uma TV pública e não mais uma TV governamental?

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Muito obrigado. Alguma coisa a mais, Senador?

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Não, obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Obrigado. Inclusive é a primeira, o Senador Flexa acaba de ser incorporado a essa Comissão, com certeza uma grande aquisição para a nossa Comissão, não é isso, Senador? Com a palavra o Senador Valter que fecha esse bloco porque tem um compromisso e foi o primeiro a assinar. Diga, Senador Valter.

SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Isso, obrigado pelo reconhecimento. Sr. Ministro Hélio Costa, eu quero dizer o seguinte, que como seu companheiro de partido me sinto muito orgulhoso da sua conduta frente ao Ministério das Comunicações porque V.Exa., indiscutivelmente, está revelando uma extraordinária competência administrativa já que o povo brasileiro já conhecia sua competência como homem de comunicação. E hoje V.Exa. esbanja competência como administrador público. Então, ontem eu até estava ouvindo o comentário da Senadora Ideli, que ela deixou este recinto, ela estava, ela estava diante de uma provocação, ela reagiu, ela reagiu dizendo que.... Fez um comentário sobre alguns dados positivos do governo e disse o seguinte, que essa é a forma petista de governar. E eu diria o seguinte, com muito orgulho V.Exa. mostra para o povo brasileiro a forma peemedebista de governar. Ministro, quando se fala em TV pública e qualquer meio de comunicação pública, a sociedade, principalmente os intelectuais, aqueles que acompanharam a história deste país, lembram logo do período da ditadura Vargas quando existiu o DIP e isso causa uma certa reação. No entanto, eu quero deixar muito claro que a mim esse tipo de preocupação não assalta mais porque as condições são outras. Nós temos hoje, em nosso país, uma infinidade de canais de televisão, de rádio, de sorte que o que existe hoje fartamente é um clima de competição. A TV pública, se exibir qualidade, terá audiência, se não exibir qualidade não a terá. E isso vale também para-- [Soa a campanha] a TV privada, para a rádio privada, para a empresa privada. Nós estamos vivendo hoje, na área de comunicação, um clima de competição inigualável na história deste país.

Portanto, eu acredito que esse tipo de preocupação não tem cabimento nos dias que nós vivemos. Eu acho que se houvesse uma manipulação do governo no sentido de restringir as atividades das outras emissoras, aí sim, procederia esse tipo de inquietação. E isso não existe. Mas eu gostaria de fazer um comentário com V.Exa. e fazer algumas indagações sobre o programa de inclusão digital que V.Exa. tem apregoado com bastante insistência e é uma das metas do Governo Federal, é uma das metas do Presidente Lula. Indiscutivelmente a inclusão digital é a inserção da sociedade, é a inserção dos indivíduos para o exercício da cidadania e é infinito o alcance das ferramentas que V.Exa. Tem anunciado. Efetivamente, o Senador Crivella, que mostrou-se impressionado com a exposição de V.Exa. e tem razão V. Exa. porque a mim também causa impressão, sempre que eu converso sobre a área de comunicação, de telecomunicações e a área de informática porque o avanço é muito significativo. Agora, nesse programa de inclusão digital, eu gostaria de ponderar a V.Exa. algumas áreas que eu gostaria que depois V.Exa. comentasse. Por exemplo, assentamentos, aldeias indígenas, povoados da zona rural são áreas onde a inclusão digital ainda não chegou, embora já esteja nas imediações. Só para que V.Exa. tenha uma idéia, eu recebi uma ligação do Prefeito do Município de Terenos, em Mato Grosso do Sul, um município pequeno onde existem numerosos assentamentos fundiários e o Prefeito disse-me o seguinte: "Senador, eu estou recebendo do Ministério da Educação numerosos computadores que pedi, pedi para a Secretaria Nacional de Ensino à Distância, eles me mandaram os computadores e, de imediato, já vamos começar a ministrar cursos para capacitação de filhos de lavradores, de filhos de assentados, de gente simples que está estudando na zona rural. Só que está faltando uma coisa, Senador, eles vão ter acesso ao computador, mas ainda não terão o acesso à internet. Já que o senhor vai ter o contato com o Ministro, hoje, numa audiência pública leva a ele este pleito". E ali eu comecei a refletir, Sr. Ministro, o que é que significa a internet num assentamento fundiário? Este assentamento especificamente dista da cidade cerca de 60 quilômetros, 55 a 60 quilômetros. Estradas péssimas. Agora, muitas delas estão sendo recuperadas, mas sempre que há uma chuva as estradas estragam demais. Mas veja, Sr. Ministro, o que é que isso representa? Um posto de saúde instalado num assentamento deste tem condições de fazer diagnóstico à distância, tem condições de transmitir um eletrocardiograma e exames laboratoriais à distância. Um computador, uma... Um acesso à internet numa área como essa ajuda na educação porque permite ao aluno a consulta, a pesquisa e o

ensino à distância que hoje também, V.Exa. sabe muito bem que é uma menina dos olhos do Ministro da Educação. E para o produtor rural? O acesso que ele tem à cotação do boi, à cotação dos cereais, a tudo isso? Então, a inclusão digital, na minha avaliação pessoal, se pronuncia com muito mais eloquência exatamente nessas comunidades mais distantes.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Senador Valter eu poderia..., pediria que V.Exa. tem um assunto tão belo--

SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Eu gostaria de indagar de V.Exa. é se nesse programa de inclusão digital não daria para incluir banda larga em todos os assentamentos fundiários e aldeias indígenas que estão distantes dos municípios para que ela venha a atender exatamente essa demanda de.... Usuários que hoje estão marginalizados do sistema digital? Essa é a indagação que eu gostaria de fazer.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Passamos agora na forma, ao término desse primeiro bloco, a palavra ao Sr. Ministro para que possa responder aos 4 Senadores. Com a palavra o senhor Sr. Ministro Hélio Costa.

SR. MINISTRO HÉLIO COSTA: Muito obrigado, Sr. Presidente. O Senador Wellington Salgado, ele se refere, na sua primeira pergunta, à questão do uso do FUST, do Fundo de Universalização das Telecomunicações na educação. Na realidade, a própria Lei do FUST, ela prevê que 18% de todos os recursos arrecadados no FUST são aplicados nas escolas, na educação, na universalização do sistema de telefonia para as escolas. Evidentemente, escolas públicas nós estamos falando. E eu gostaria de fazer a entrega à Comissão de Comunicações do Senado de oito volumes que estão aqui nesta mesa que representam a primeira vitória do Ministério das Comunicações para realmente possibilitar a utilização dos recursos do FUST desde que o FUST foi criado em 2002. Quando a lei geral das telecomunicações de 1997 se refere ao FUST, ela ainda não vê, ela não contempla, ela não enxerga lá na frente o que é que ia acontecer na realidade no setor e não vê sequer a banda larga. Então, você não tem como utilizar os recursos do FUST para fazer expansão da banda larga, porque a lei não permite. Você, na verdade, fica com a obrigação de usar os recursos do FUST exclusivamente no sistema de telefonia fixa. No sistema fixo. Você não pode sequer fazer a extensão de redes celulares com os recursos do FUST. Então, há uma amarra na Lei do FUST, Senador, de tal forma que nós precisamos urgentemente, ou pontualmente, na Lei Geral de Telecomunicações ou através de uma

proposta de uma Lei de Comunicação de massa que possa prever a convergência da radiodifusão com as telecomunicações e que nos dê condições de usar os recursos. Às vezes, o Presidente da República é acusado: Olha, o Presidente está fazendo a utilização dos recursos do FUST para o superávit primário, o Ministro da Fazenda não quer liberar o dinheiro. Não é bem isso não! É muito difícil você vencer todas as barreiras que foram impostas pela própria Lei Geral, no que diz respeito à utilização dos recursos do FUST. Olha, 5 Ministros tentaram fazer isso. Desde o Ministro Sérgio Motta que nós estamos tentando utilizar os recursos do FUST e, em seguida ao Ministro Sérgio Motta, os Ministros do Governo do Presidente Fernando Henrique e os dois Ministros que me antecederam, todos tentaram usar os recursos do FUST e não conseguiram. Porque, lá no fundo, em última análise, chegava o Tribunal de Contas e dizia: Olha, não está rigorosamente de acordo com a lei. Então, o que é que nós fizemos? Nós pegamos todos os nossos técnicos, nossos especialistas, fizemos um projeto em cima da proposta que nós obtivemos da consulta que fizemos ao Tribunal de Contas da União. Como é que nós conseguiremos usar os recursos do FUST? E essa proposta está toda aqui encadernada, já foi encaminhada ao Tribunal de Contas, já foi encaminhada à Casa Civil e à Presidência da República, esta é a única chance que nós temos de, nos próximos meses, utilizar os recursos do FUST. Aqui tem projetos na área da educação, são 8 projetos. Na área de segurança pública, na área da saúde, evidentemente nós queremos chegar a todas as escolas. É um absurdo, nós ainda temos, hoje no Brasil, cem mil escolas que não têm telefone, telefone! São 70 mil escolas na zona urbana e 30 mil escolas na zona rural que não têm telefone! Eu vi aqui o Senador Valter se referir a internet lá no Mato Grosso, 100 mil escolas não têm telefone.

SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): E no caso que eu mencionei, Sr. Ministro é.... A zona rural não tem telefone. Mas... Uma vez instalada a banda larga com a internet, internet com a banda larga, quer dizer, já está resolvido o problema do próprio telefone. Indiscutivelmente já estará resolvido até o próprio--

SR. MINISTRO HÉLIO COSTA: Eu vou ter uma resposta para o senhor, específica, no finalzinho da minha fala que eu vou me referir à sua colocação. Mas é importante ressaltar que o primeiríssimo projeto que nós encaminhamos com os recursos do FUST foi feita exatamente, se não me falha a memória aqui, em 6 de julho de 2006. Nós fechamos o primeiro projeto que era um projeto piloto de 7 milhões de reais que nós pusemos no orçamento para retirar dos recursos do FUST. Fazemos a primeira aplicação dos recursos

para chegarmos a esses 8 projetos aqui. O primeiro, ele se referia à adequação das escolas com crianças com necessidades especiais para que nós possamos colocar telefones, equipamentos, rampas de acesso etc., para aqueles que têm problemas auditivos ou visuais. E sabe o que aconteceu, Senador? Eu enviei uma carta recentemente para o Presidente da Anatel pedindo a ele: Olha, aproveito a oportunidade para solicitar informações sobre o andamento das ações relativas ao projeto de atendimento aos núcleos e aos centros especiais de atendimento às pessoas com necessidades especiais encaminhado a essa Agência no dia 6 de junho de 2006, por meio de Ofício 34/2006. Sabe por que é que foi feito isto, Senador? Por que é que eu estou usando este documento aqui? É porque quem aplica os recursos do FUST não é o Ministério das Comunicações, nós fazemos a política pública, nós fazemos o projeto, Senador Crivella e encaminhamos à Anatel, ela é que tem a obrigação de pegar o dinheiro e aplicar e fazer o projeto funcionar. Então, está lá! Desde 6 de junho. Aguardando a aplicação dos recursos. Depois que fizer a aplicação desses 7 milhões, nós entramos nesse aqui. Isso aqui são 720 milhões, quase 1 bi. Possivelmente chegamos a 1 bilhão de reais para podermos fazer aplicação desses 8 aqui. Também não é o Ministério das Comunicações que aplica isto aqui, o Ministério fez o projeto, passou pelo TCU. Aprovou o projeto. Encaminhou à Casa Civil, ao Presidente da República e agora a Anatel é que vai implementar o programa. Então, tem Senador, inclusive aqui, que diz assim: Ah, o Ministro não está fazendo a aplicação dos recursos do FUST. O Ministro está fazendo tudo o que pode. Tudo o que o Ministro pode fazer está feito, Senador. Agora, evidentemente que nós temos que cobrar aqui a aplicação, primeiro do projeto piloto de 7 milhões.

SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Eu discordo de V.Exa., Ministro. Eu acho que nós não temos que cuidar só de.... Nós temos que mudar a legislação para que o Ministério que tem a função efetivamente executiva passe a executar esses recursos, passe a utilizar esses recursos. Porque o investimento tem que ser feito pela administração. E não pelo colegiado.

SR. MINISTRO HÉLIO COSTA: Veja só Senador, olha, eu vou um pouquinho mais além, depois que este documento é enviado eu vou ler para o senhor aqui o Decreto número 6039 de 7 de fevereiro de 2007, que aprova o plano de metas para a universalização do serviço telefônico fixo comutado em instituições de assistência às pessoas com deficiência auditiva. Este é um projeto ligado ao projeto dos 7 milhões que o Presidente da República assinou. O Decreto está assinado pelo Presidente da República. Como é que

fazemos? O Presidente mandou. Isso aqui é um Decreto do Presidente da República, tem que ser cumprido! Não tem condição.

SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Se for, se for cotejado--

SR. MINISTRO HÉLIO COSTA: Não é isso?

SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Se for cotejado, quantos discursos de críticas ao governo por que não utiliza os recursos--

SENADOR CÍCERO LUCENA (PSDB-PB): Presidente, questão de ordem.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Senador Valter. Só um minutinho. Eu tenho que dar o meu voto senão vai virar um debate e as perguntas não serão respondidas.

SENADOR CÍCERO LUCENA (PSDB-PB): Os inscritos não vão ter oportunidade de falar.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Eu vou colocar ordem na Casa, Sr. Ministro. Vamos voltar às perguntas, é um debate maravilhoso, Senador, por isso é que ele é empolgante, mas aí nós vamos tirar o direito dos outros senadores....

SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Só o debate já justificou--

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Sim, mas tem os outros senadores, Senador Valter, que eu tenho que tentar administrar. Com a palavra o Sr. Ministro para--

SR. MINISTRO HÉLIO COSTA: Eu vou tentar também cortar um pouquinho as minhas exposições, até porque a questão que o Senador Wellington também se refere é V.Exa. Levanta e tenho certeza que os outros Senadores também têm curiosidade em saber o que é que nós estamos fazendo com relação ao projeto de internet banda larga que nós estamos já, na verdade, com o projeto em andamento. O nosso projeto é até janeiro do ano que vem, dezembro, janeiro nós estarmos presentes com pelo menos um ponto de internet banda larga em cada município brasileiro, nos 5468, se o número não me falha a memória, nós vamos estar em todos eles com um ponto de internet banda larga. Hoje nós temos, no máximo, 600 cidades brasileiras capazes de ter internet banda larga. Porque a estrutura da banda larga, o [inaudível], não chega no Brasil inteiro, ele só chega a 600 cidades. Então este acesso que nós estamos fazendo é através do satélite. Nós estamos reformando, reformulamos já completamente o projeto que se chama GSAC, que é governo eletrônico de acesso ao cidadão. Esse programa que no passado era só via satélite, agora, na nossa admi-

nistração, ele passa a ser um programa satélite, mas também terrestre. Ele pode ser feito por cabo. Ele pode ser feito por rádio. Ele pode ser feito com modernas tecnologias de WiMax, Wi-Fi, todos esse sistemas de internet que nós temos sem fio. Então, através deste programa vamos chegar a todos os municípios brasileiros. Agora, o Senador Crivella, ele imediatamente faz uma referência elogiosa à minha pessoa que eu agradeço muitíssimo. Crivella é meu amigo, ele tem todo o direito de exagerar com respeito a minha biografia e eu fico muito grato pela sua atenção e seu carinho, sobretudo. Nós participamos juntos da CPI da imigração ilegal. Estivemos nos Estados Unidos juntos, vivemos o drama dos nossos brasileiros que estavam presos lá. Foi o trabalho de V.Exa. e, evidentemente, dos nossos companheiros Senadores e Deputados que pôde, naquela época, trazer mais de mil brasileiros que estavam presos nos Estados Unidos em condições não... Degradantes, mas pelo menos humilhantes. É..., e nós trouxemos de lá, como resultado da discussão feita na CPI da Imigração, o Ministério das Comunicações iniciou entendimento e já está com o Ministério das Relações Exteriores trabalhando, já resolveu a questão técnica e falta apenas uma participação da iniciativa privada para cobrir um custo que não vai chegar a dez mil reais por mês, se não encontrarmos quem queira participar, o próprio Ministério vai encontrar a forma, de nós criarmos o telefone internacional 0800 de referência de emergência para o brasileiro em situação crítica de emergência no exterior.

Então, este número já está conseguido, este número já existe na realidade. Nós já temos todo o equipamento técnico capaz. Só estamos aguardando agora a última reuniãozinha que vamos fazer entre o Ministério das Relações Exteriores e o Ministério das Comunicações para nós anunciarmos o número do telefone que qualquer brasileiro em situação de emergência no exterior disca o 0800 nos Estados Unidos ou na Europa, evidentemente partindo do sistema 0800, ele vai chegar a um Call Center no Brasil que vai tomar as providências imediatas para esta questão. O Senador Crivella fala, evidentemente, do conceito de TV pública, mais [inaudível] o que a operadora de rede já está fazendo em alguns países, ou seja, se você chegar hoje na Inglaterra, você já não tem mais o conceito de televisão por cabo ou por satélite ou por via terrestre. Você tem um terminal de acesso na sua casa que é a sua televisão, mas é também a sua internet, é também o seu telefone, é possivelmente a extensão do seu celular. Ele vira na, verdade, um banco de informações que tudo está conduzido pelas operadoras de rede. Ou seja, em tese, pelas companhias telefônicas juntamente com as emissoras de radiodifusão e aqueles que são prove-

dores de banda larga etc. Eventualmente, este será o sistema. Eu não vejo nenhuma outra maneira de você conduzir a revolução que se faz no sistema todo tecnológico, isto já está acontecendo nos Estados Unidos, na Europa, na Ásia e, eventualmente, inevitavelmente acontecerá aqui também. A única dificuldade que nós temos, evidentemente, é conforme eu disse, a estrutura de se fazer chegar a banda larga no país inteiro ainda é muito modesta. As empresas de telefonia fixa certamente vão ter um... Um grande investimento a fazer nessas redes principais de transmissão. É claro que nós, lá na frente, começamos a ver no fundo do túnel a possibilidade de nós utilizarmos sim os recursos do FUST para fazer a extensão dessas redes, porque sem elas nós não vamos conseguir chegar aquilo que nós propomos fazer com a grande comunicação da internet banda larga. [Soa a campanha] é... Ainda, o Senador Crivella fala sobre a possibilidade do capital aberto nas TVs públicas. Ora, eu cheguei a citar aqui na TV pública, eu cheguei a citar aqui no começo qualquer TV, de modo geral, né? Eu citei aqui no começo que a própria TV pública americana PBS, ela tem uma participação efetiva do capital. Quer dizer, se não fosse a contribuição das grandes empresas, não fosse a contribuição individual dos telespectadores que gostam da TV pública americana ela nem existiria. Então, tudo isso é possível. Mas as sugestões, conforme coloquei também antecipadamente, partem daqui. Partem dos Senadores, partem dos Deputados, nós estamos abertos para receber todas essas observações que precisam, sim, ser feitas para nós. A TV como poder, né? Eu entendo que há aí um equilíbrio que se precisa sempre, evidentemente, observar. Eu acho que a opinião pública, a sociedade civil, todos nós podemos fiscalizar, todos nós temos instrumentos de fiscalizar. O Congresso é um instrumento de fiscalização. As próprias Agências são instrumentos de fiscalização. As entidades de classe são instrumentos de fiscalização. E o governo não quer fazer uma TV estatal a exemplos que nós temos inúmeros no país, no mundo inteiro. Quer dizer, nós não queremos esse tipo de televisão porque ficou muito bem colocado pelo Senador Crivella, pelo Senador Valter: Ou você faz uma televisão inteligente ou você não tem audiência. Veja só! A cidade de São Paulo tem 12 canais de TV abertas. Oito são vistos e quatro dão barra de audiência, traço zero de audiência, não tem ninguém vendo. O canal está no ar e ninguém está vendo.

Então, não adianta ter o canal. Tem que ter o canal com inteligência, com competência, com capacidade para produzir o que as pessoas vão ver. E hoje a rede de televisão, a TV independente, ela tem um inimigo feroz que é o controle remoto. Não está bom

é só apertar. Passar para o outro canal. Isso sem contar a competição que nós já temos no cabo, porque na hora que você chega em casa ligue o seu televisor e preste atenção. Na minha tem 30 canais estrangeiros. 30 canais. De todo o tipo. De todo o país. Essas TVs todas que nós citamos aqui, BBC, Rai, [inaudível], tudo está na TV cabo, você vê o que você quiser em qualquer idioma, como quiser. Competição. Ou você faz bem, ou não tem audiência. Como é que a TV Senado é vista? Porque tem uma boa programação. Mesmo quando você não está aqui na Comissão ou no Plenário tem um bom gosto na programação que a TV Senado mostra. Evidentemente isto é que leva à audiência. Então eu espero que a gente tenha todos esses instrumentos, Senador Crivella, para podermos acompanhar, sim, até que ponto a TV pública vai ser feita com inteligência e competência sem ser necessariamente apenas um instrumento de promoção do próprio governo. O Senador Flexa Ribeiro levanta a questão da sociedade, da participação, do debate que eu acho fundamental, quer dizer, mais uma vez é o Congresso, é a sociedade civil que vai participar desse debate, vai nos oferecer sugestões. Eu fiz, sim, uma sugestão de parceria público privada porque acho que é um caminho que pode, eventualmente, lá na frente ser utilizado para você implantar um sistema de televisão pública no país. É o exemplo que nós temos, certamente nos Estados Unidos, é um pouco do exemplo francês, tem um pouco do exemplo português. Quer dizer, cada uma dessas televisões que chegam aqui a gente sente que elas têm um amparo qualquer na estrutura privatizada. É o governo com o apoio de alguém. Nós já sentimos isso em parte em São Paulo. Quer dizer, conforme eu disse. A TV Cultura, ela tem apoio governamental, mas tem também apoio da iniciativa privada. A TVE do Rio de Janeiro, sem o apoio do governo e sem o apoio da iniciativa privada ela nem existiria. O orçamento dela é 80 milhões, 40 de um lado, 40 do outro. Então é perfeitamente viável que a gente possa fazer isso. E se a grande argumentação, o excepcional seria, conforme o senhor lembrou, se nós conseguíssemos convencer e eu estou aqui para fazer esse convencimento, ao Ministro da Fazenda de que investir na TV pública você tem pelo menos algum tipo de desconto no seu Imposto de Renda. Como, aliás, acontece em vários países. É assim na Inglaterra, é assim nos Estados Unidos. Ah, você contribui para a TV pública, desconta aquilo do Imposto de Renda. É muito? É pouco? Não sei, mas é um assunto que precisa ser conversado e eu tenho certeza que o Ministro da Fazenda vai nos receber com essa idéia, com toda a sua atenção de sempre. V.Exa. falou também sobre o FISTEL e o FUST. Era o caso específico do

FISTEL, o fundo, ele é destinado exclusivamente à fiscalização. Quer dizer, então nós temos que usar os recursos para fazer a fiscalização do sistema de radio-difusão e de telecomunicações. Nós fazemos isso na realidade. Acho até que nós precisamos um pouquinho mais de recursos para aumentarmos e fazermos uma fiscalização mais inteligente. Quer dizer, tem muita gente que reclama, inclusive da própria fiscalização. A gente não tem gente suficiente para fazer isso, mas os recursos do FISTEL são destinados à fiscalização. No caso específico do FUNTEL, o recurso do FUNTEL é destinado exclusivamente a projetos de inovação tecnológica. Você não pode fazer qualquer coisa com o dinheiro do FUNTEL, você só pode fazer inovação tecnológica. Veja só que coincidência, hoje ao meio-dia no auditório do Ministério das Comunicações, nós estamos fazendo uma cerimônia com a presença do Presidente do CPQD, professor Hélio Graciosa, do Ministro da Ciência e Tecnologia, Sergio Rezende, porque nós vamos mostrar como é que os recursos do FUNTEL foram utilizados para o desenvolvimento de produtos nacionais, de ferramentas nacionais e que nós estamos vendendo estas ferramentas, essas invenções, essas inovações conseguidas com recursos do FUNTEL através do CPQD, estamos vendendo os direitos para as empresas privadas, particulares. Evidentemente, com o *royalt* que vai ter sempre o CPQD com os recursos do FUNTEL. A que ponto de sofisticação nós já chegamos com recursos da inovação tecnológica nós criamos, inovamos, fizemos ferramentas de telecomunicações que estão sendo vendidas para as empresas de telecomunicações. E o governo fica com o *royalt*. O FUST, evidentemente, conforme eu disse aqui, está muito bem coberto, a questão levantada pelo senhor e... Eu só faço uma observação sobre a sua colocação, Senador Flexa Ribeiro. Nós não estamos propondo uma nova televisão. Nós estamos propondo e eu disse aqui, insistentemente, que nós queremos fortalecer a Radiobras exatamente dentro do conceito levantado por V.Exa., nós entendemos que a Radiobras, ela precisa ser ampliada, que ela precisa estar presente em todo o território nacional.

Acabo de conversar com o Eugênio Bucio para que a gente possa iniciar rapidamente as transmissões da TV, da Radiobras em São Paulo porque já existe o canal da Radiobras em São Paulo que não é utilizado, nós vamos começar a utilizar nas capitais como um todo. Então, é por aí mesmo! Nós temos é que pegar o que nós já temos, que profissionalmente é muito bem feito, dar mais recursos, mais atenção e fazermos uma televisão ainda melhor do que certamente já se faz. No Ato Normativo não existe absolutamente nada, o Decreto 5820, 5820, ele estabelece a criação dos canais,

já existe a base legal, portanto dentro deste Decreto 5820, mas ele tem que ser normatizado no momento em que nós falamos de cada um dos canais em particular. Então, evidentemente que nós estamos aguardando, o Presidente da República está aguardando, toda a sua equipe está aguardando as sugestões que vêm do Senado, da Câmara e da sociedade civil para que nós possamos realmente dizer: Olha, os canais públicos que nós temos são esses e nós achamos, entendemos, com a observação feita pelo Congresso que é assim que a gente deve contribuir e fazer. Mas o Ato Normativo parte, evidentemente do Decreto 5820. Você se referiu ao Emilson Nunes Costa vendo a TV Senado fazendo a pergunta para V.Exa.. Nós vamos ter um conselho gestor? É mais ou menos o modelo da TV Cultura de São Paulo, é o modelo da TVE do Rio de Janeiro. Quer dizer, você através de um conselho gestor do qual a sociedade participa, através deste conselho é que você fala de conteúdo, você fala de programação. Quer dizer, as decisões são tomadas certamente por um colegiado. É por isso que ela se caracteriza, na realidade como uma TV pública. Por isso que ela não é uma TV estatal. Porque, tecnicamente, tudo é estatal. Quem tem o direito de explorar a televisão pelo art. 21 da Constituição é a União. A União ou por delegação da União a A, B, C ou D, na forma privada na, forma pública ou na forma estatal. É... O Senador Valter Pinheiro, Pereira, perdão, está aqui, desculpe, Valter, nosso querido amigo Valter. O Senador Valter Pereira, ele começou fazendo algumas observações sobre o clima de competição e até usou uma frase aqui que eu guardei, Senador: A qualidade da programação é que leva à audiência. Não tenho a menor dúvida. Eu sou um profissional de televisão. Eu.... Reconheço que a.... a função da televisão começa por aí. Ela tem que ser pública, ela tem que ter um... um foco do serviço público, ela tem que estar preocupada com a sociedade.

Evidentemente que todas as televisões, sejam públicas, privadas, elas têm esse foco. Mas, com inteligência você faz uma programação de qualidade, com a programação de qualidade é que você consegue audiência. Porque não adianta você fazer um trabalho imenso e não ter audiência nenhuma. Acabei de citar o exemplo de São Paulo onde se tem 12 canais, 8 são vistos e 4 dão barra, então não chega apenas ter o canal, V.Exa. tem toda a razão. Eu queria também, com relação às suas preocupações iniciais em que você fala da inclusão digital, que é a inserção do indivíduo na sociedade, é sim. Por essa razão é que nós estamos fazendo deste ano de 2007 é.... a inclusão digital como carro chefe do Ministério das Comunicações. Da mesma forma que nós priorizamos a TV digital no ano

passado, este ano o nosso grande projeto é a inclusão digital. Conforme disse aqui anteriormente, nós vamos estar em todos os municípios brasileiros com pelo menos um ponto de internet banda larga. Nós temos um projeto em andamento que eu não posso entrar em detalhes porque ele ainda é embrionário. Nós estamos em discussões na Casa Civil e com o Presidente da República, onde nós vamos poder usar uma enorme, vasta rede de fibras ópticas que existem, que existe no país com este sistema de internet banda larga. Nós estamos com o governo negociando a utilização desse sistema de fibra ótica que já está no Brasil há muito tempo, vocês reconhecem imediatamente a questão que eu estou levantando. Quer dizer, todas as torres de alta tensão do país têm um cabo que passa no topo desta torre que na verdade deveria ser um cabo pára-raios, mas é de 20 anos para cá, de 15 anos no mínimo para cá este cabo foi substituído por um fecho de fibra ótica que, além de ser o cabo terra, ele é também uma fibra ótica de grande capacidade. Então, nós temos uma rede extraordinária esparramada por esse país e nós estamos trabalhando no sentido de fazermos a utilização desses recursos do chamado OPGW, *Optical Ground Wire*, quer dizer, esse cabo de fibra ótica. V.Exa. falou e eu fiquei até muito.... muito emocionado aqui quando V.Exa. fala das aldeias indígenas com conexão. Porque, na semana passada, na quinta-feira da semana passada, exatamente às 14 horas eu recebi, no meu gabinete, a Ministra Marina Silva. Nós assinamos um convênio com os povos da floresta para atender a 150 comunidades indígenas com internet banda larga.

Nos locais onde não tem eletricidade nós estamos captando a eletricidade por energia solar, por placas de recepção de energia solar que abastecem os computadores, 150 comunidades indígenas em 13 estados que vão do Amapá, Amazonas, Pará, Minas Gerais, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, todos esses estados estão contemplados dentro dessa proposta com os povos das florestas onde nós já começamos a implantar o sistema por quê? Porque na reformulação que nós fizemos do GSAC onde ele era utilizado nas capitais, nas cidades, onde você tinha conexão por cabos, ou por rádio, nós tiramos esses pontos do GSAC, que era via satélite, da cidade, colocamos o cabo naquele ponto e pegamos o satélite e levamos lá para a fronteira do Brasil, lá no meio da floresta amazônica para atender os povos da floresta. Eu vou incluir nesse projeto e tenho certeza que a Ministra Marina Silva vai convidar, vai concordar comigo essas zonas rurais que são prejudicadas também no procedimento. Muito embora é... com o projeto que nós temos de expansão do sistema de telefonia celular, que já começa a... a se

movimentar, especialmente estou dando como exemplo Minas Gerais, onde no máximo em dois anos todos os 853 municípios estarão cobertos com telefonia celular, a partir da telefonia celular nós vamos poder fazer a conexão de alta velocidade de internet. Então, essa situação de penúria, Senador Walter, está por pouco tempo, se Deus quiser no máximo em dois anos nós vamos cobrir todas essas dificuldades técnicas que existem. O senhor falou também do Prefeito de Terenos que ele colocou essa situação, ele já tem os computadores e, lamentavelmente, não tem a conexão. Essa é a missão do Ministério das Comunicações. O Ministério das Comunicações faz a conexão. Quer dizer, o MEC vai lá e dá o computador. Você tem o Ministério da Cultura que vai lá e coloca um telecentro e quem faz a conexão internet banda larga? Ah, quem faz a conexão é o Ministério das comunicações. Então fale com o seu Prefeito para entrar em contato com o Ministério das comunicações, porque é nossa obrigação na medida em que nós temos implantado um sistema de tele centros, não adianta ter o computador se ele não está ligado à internet. Você tem que ligar à internet é o que nós vamos fazer com o maior carinho, com o maior cuidado.

Nós estamos com alguns projetos que são absolutamente importantes. O caso de Tiradentes, por exemplo, que eu gostaria de convidar, eu cheguei a convidar inclusive jornalistas e alguns Deputados para fazer uma visita a Tiradentes. Ficou tão grande a visita que os nossos companheiros pediram para fazer um outro dia para poder acomodar todo mundo. Mas, Senador, é uma cidade de dez mil habitantes que recebe 3, 4 mil pessoas turistas pelo fim-de-semana e nós já temos lá um projeto de internet sem fio. Então você chega na cidade histórica como Tiradentes, senta no centro da cidade, com o seu *lap top*, bota no joelho, abriu está conectado na internet banda larga. Nós estamos fazendo isso agora em seis outras cidades no país inteiro. Começando lá do Norte até o sul. É o projeto nosso de fazer com que a internet realmente seja massificada no país, porque é, sem dúvida nenhuma, o grande instrumento de inclusão social é a inclusão digital. Sem contar, evidentemente, do que ela traz de recursos extraordinários. Eu quando citei Tiradentes, é porque você chega numa cidadezinha do interior de Minas Gerais onde agora com a internet banda larga você vai ver o padeiro de Tiradentes trocando receitas de pães com o padeiro em Paris, na França. Ou você vai pegar uma criança que estava com uma pneumonia e o médico foi lá, fez uma chapa que é transmitida via internet para São Paulo, onde um especialista vê a chapa, devolve 15 minutos depois e diz: Olha tem que internar imediatamente ou não precisa internar e

o remédio é esse que tem que se prescrever para a criança. Então, eu, lamentavelmente, eu gostaria de ficar aqui falando muito mais, mas, infelizmente, eu tenho que dar a oportunidade para que os senhores Senadores possam continuar com suas perguntas, que eu fico muito honrado. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Sr. Ministro, muito esclarecedor não só a resposta como também a explanação inicial, mas nós temos mais dois Senadores inscritos. Que é o Senador Cícero Lucena e o Senador Casagrande. Queria anunciar aqui também a presença do Deputado Federal Wladimir Costa, membro da Comissão de Comunicação da Câmara, do PMDB do Pará, é um prazer tê-lo aqui Wlad. Com a palavra o Senador Cícero Lucena, depois o Senador Casagrande.

SENADOR CÍCERO LUCENA (PSDB-PB): Sr. Ministro Hélio Costa, Presidente e vice-presidente desta Comissão, demais Senadores. Eu tenho por formação ao participar de um debate não, não estabelecer no princípio do debate sobre qualquer assunto, preconceitos, mas sim aberto para o convencimento e para os argumentos. Em relação a TV pública, obviamente que quando se defende se cita apenas os exemplos exitosos. Quando se é contra cita os exemplos contrários. E, obviamente, que na sua fala, na fala do Exmo. Sr. Ministro ele deixou de uma forma muito transparente que esta Comissão e o Congresso como um todo é que terá a responsabilidade maior na definição que TV pública nós queremos e se queremos. Obviamente que estaremos trabalhando para buscar a perfeição da TV pública se for o caso, na sua implantação. Para mim também foi esclarecedor que não estaríamos criando apenas mais uma TV e sim e esse era o meu questionamento que foi feito pelo Senador Flexa, mas já devidamente respondido pelo senhor que era o aprimoramento da estrutura de comunicação que hoje pública nós já temos, a exemplo da Radiobras com as suas ramificações. Mas eu acho que com relação a TV pública, para mim ficou claro, se nós queremos uma TV a la Venezuela ou se nós queremos uma TV nos padrões democráticos europeus e americano. Eu acho que isso, o processo da discussão vai devidamente definir, inclusive as formas de recursos e a grade, vamos dizer assim de exibição. Agora, para mim, quando se fala em criar recursos, criar incentivo-- [Soa a campainha] como foi proposto aqui, da participação pública privada e como incentivo o Imposto de Renda, eu particularmente já me posicionei contra. Contra pela minha formação municipalista e pela experiência de Prefeito e de ex-governador que efetivamente nós temos uma discussão maior em relação que é o pacto

federativo pela concentração dos recursos à mão da União e mal distribuído principalmente para os estados que precisam desses recursos que estão cumprindo a sua obrigação de rolagem de dívida, de pagamento de dívidas do passado, mas que precisa ter também alavancado é... os recursos para que possa cumprir com as atribuições que lhe foram delegadas pela Constituição de 88. Mas eu teria, e vejo aqui, me permita só se for possível o senhor me responder para que eu possa desenvolver o raciocínio, não querendo propor um debate quebrando o procedimento. É que o senhor colocou de uma forma muito clara de que está num esforço e citou inclusive a aldeia indígena, um esforço de levar a banda larga para todos os municípios. Hoje são cerca de 600 que têm esse acesso, mas a pretensão correta do Ministério é de chegar a todos os municípios. O senhor poderia ter uma idéia ou dizer quanto custaria isso, só próximo que eu possa desenvolver o raciocínio? Obviamente, por ordem de grandeza.

SR. MINISTRO HÉLIO COSTA: Sim, Senador, seria praticamente impossível eu fazer uma projeção do quanto vai custar chegar com cada um dos pontos, eventualmente em dois, três anos em todo o território nacional. Eu posso dizer o que nós temos de recursos orçamentários este ano e nós pretendemos fazer a chegada de um ponto de internet, principalmente em uma escola pública, nós podemos chegar aí na ordem de, aproximadamente, cem milhões de reais. Nós estamos já no procedimento da licitação nesse sentido, estes recursos já existem no orçamento porque há um programa que vem desde o governo Fernando Henrique que se chama GSAC, governo eletrônico de sistema de apoio ao cidadão. Este programa já tem 3200 pontos instalados em todo o país. O que é que aconteceu com esses pontos? É que pelo menos metade deles estavam em regiões urbanas que poderiam ser cobertas pelo cabo, que é muito mais barato, ou pelo rádio. Nós pegamos estes pontos que estavam nas cidades, substituímos e levamos para as cidades do interior. Então, o custo é bem menor do que poderia ser. Nós, de 3200 até o final do ano, nós vamos chegar a pelo menos a 5000 pontos, 5200 pontos aproximadamente. Sempre através da escola pública. O nosso ponto é a escola pública. Nós já temos por base, na realidade, 16 mil escolas públicas no país inteiro que são prioridade absoluta. Nós não vamos ficar apenas nos 5800. Nós vamos chegar num programa conjunto com o Ministério da Educação, que faz parte inclusive do PAC, dos 8 bilhões que o governo anunciou para a educação, em conjunto com o Ministério das Comunicações. O MEC vai lá, coloca a estrutura e o Ministério das Comunicações vem e faz a conexão.

SENADOR CÍCERO LUCENA (PSDB-PB): Pois não, Ministro. Me ajuda no desenvolver do raciocínio. Até porque, como Prefeito que fui da Cidade de João Pessoa, eu priorizei a informática nas escolas como também na área de saúde que o senhor fez referência aí, enfim, a aplicação, ela é muito ampla e importante. E eu consegui colocar, em 92 escolas no município de João Pessoa, não tive a oportunidade de ter a parceria com o Ministério da Comunicação. E eu sei da importância disso, primeiro na parte administrativa, onde você dota a escola de um melhor gerenciamento com a informática da parte pedagógica, porque você proporciona, além dos programas que você compra com acesso aos professores, com a internet você abre a porta do mundo do saber, mas também do controle do acesso das escolas, já que nós fornecíamos a carteira de estudante gratuitamente a todos os alunos da rede municipal e ao passar na catraca ou no acesso inicial da escola o projeto levava você a identificar a presença do aluno com uma série de desdobramentos, desde futuramente, se fosse conveniente, evitar a chamada na sala de aula, ganhando aquele tempo para a educação, ao controle da evasão escolar, que aí você tinha relatório semanal que podia referenciar os alunos que mais estavam faltando e uma Comissão ia à casa desse aluno para saber se tinha alguma razão que justificasse essa ausência na escola, questão de segurança, até mesmo se um dia o usuário da escola pública tivesse o acesso ao telefone, poder os pais ser avisados se o filho entrou ou não na escola. Então, os avanços tecnológicos, sem dúvida nenhuma, bem utilizados, será de uma valia muito grande para esse programa, problema sério que nós temos no país que é a educação. Mas, eu tenho vamos dizer e entendo nesse projeto que como o senhor bem disse, hoje usa às vezes um custo maior de um ponto quando poderia estar usando o sistema convencional. Mas, sem dúvida nenhuma, a busca de encontrar alternativa mais barata e mais eficiente é um papel do Ministério que deve estar desenvolvendo nesse caminho. Mas, sem dúvida nenhuma, voltando à questão do FUST, o que é que ocorre? Para mim ficou muito claro e não vou estender nessa audiência até porque nós precisamos aprofundar um estudo técnico que foi feito pelo Ministério que, pelo que eu entendi, nesses volumes está propondo mudanças, está certo, na legislação, na condição autorizativa--

SR. MINISTRO HÉLIO COSTA: Não, perdão, Senador, estes volumes, eles atendem à lei como ela está. Ele pode ser executado.

SENADOR CÍCERO LUCENA (PSDB-PB): Isso.

SR. MINISTRO HÉLIO COSTA: Ele está pronto para ser executado. Nós estamos também propondo mudanças pontuais na lei para facilitar a utilização dos recursos com instrumentos modernos de comunicação conforme eu citei, a própria banda larga é um deles.

SENADOR CÍCERO LUCENA (PSDB-PB): Pronto, então eu entendi como parte do que poderia até consultando o Tribunal de Contas e que há a necessidade, está certo, da.... do aprimoramento, vamos dizer assim, não vamos só fazer a crítica ao FUST, porque eu acho que ele é importante, podemos fazer a crítica pela não utilização e sendo utilizado é como superávit. Até porque existiam caminhos que poderiam ser aplicados como o senhor acaba de demonstrar através desses volumes. Então, eu acho que cabe a essa Comissão, cabe a essa Casa se debruçar, de forma rápida no debate democrático para que nós possamos aprimorar porque, sem dúvida nenhuma, entre, se for o caso de propor, por exemplo, a universalização do acesso nos municípios. Porque o senhor fez referência a cem mil escolas que não têm ainda telefone. Então, isso deve ser um caminho prioritário. Mas o município, como um todo, até para que outros projetos da área de saúde, para a área de segurança, que cada vez mais há uma demanda da tecnologia, possa estar contemplado. Então, embora a escola seja importante, mas o município, como é a comunidade indígena, como são os rincões desse país, possam estar devidamente contemplados. Então, eu acho que nós devemos centrar os nossos esforços para ajudar a flexibilização ou o melhor ordenamento do uso do recurso que existe. O senhor está falando em cem milhões no orçamento quando nós temos cerca de quatro bilhões no fundo que poderia estar ajudando na eficiência do Ministério da Comunicação. E por fim, Presidente, me alongando, que não é do meu costume, mas pela importância do tema, eu colocaria uma preocupação e gostaria de ouvir do Sr. Ministro, o que o Ministério acha disso. Nós sabemos da força da comunicação. Nós sabemos da importância dos veículos de comunicação, quer seja televisão, quer seja jornal, quer seja rádio. Os jornais não são concessões públicas, mas rádio e TV sim. Qual é o posicionamento do Ministério na perspectiva e na possibilidade que começa a se consolidar no país da concentração dos veículos de comunicação, de redes de comunicação que detenha o controle da TV, de um jornal, de sistemas de rádio, várias rádios em cadeias e, conseqüentemente, podendo usar, embora respeitando a concorrência, mas quem tem eficiência pode usar não muito.... vamos dizer assim, ao bem do processo democrático, principalmente em período eleitoral. Muito obrigado e desculpe por me estender.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Eu queria passar, não sei se vai ser por último, porque eu queria perguntar se o Deputado Wladimir Costa queria fazer uso do palavra em retribuição ao que o Presidente da comissão de V.Exa., Deputado Júlio Semeghini me deu a palavra quando eu visitei a Comissão de V.Exa. Queria saber se V.Exa., após o Renato Casagrande, o Senador Renato Casagrande, gostaria de fazer uso da palavra?

DEPUTADO WLADIMIR COSTA (PMDB-PA): Positivo, Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Ok, depois do Senador Renato Casagrande. Com a palavra o Senador Renato Casagrande.

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Sr. Presidente, Senador Wellington, Sr. Ministro Hélio Costa. Quero só fazer o agradecimento da sua vinda à nossa Comissão. Eu.... não acompanhei a audiência por que eu tinha já um compromisso anteriormente marcado não vou fazer pergunta porque pode ser que eu repita a pergunta e fica uma coisa chata, entendeu? Então pode ficar um pouco ridículo, mas só fazer a manifestação da minha.... da minha alegria de tê-lo aqui e me colocar à sua disposição, o senhor que é Senador da República, conhece muito bem essa Casa, me colocar à sua disposição é fazer também da minha posição a posição que já ouvi de alguns parlamentares, nós temos um recurso a ser usado no aperfeiçoamento e na universalização da comunicação e o recurso não está sendo usado. O senhor está dizendo que tem um estudo de proposta de alteração legal. Também diversas propostas de alteração legal já foram apresentadas aqui no Senado e na Câmara, mas nós precisávamos de um prazo, Ministro, porque essas propostas o que senhor desenvolveu são propostas que estão aonde? Estão na Casa Civil para ser encaminhada ao Congresso Nacional? Por que a demanda de utilização de recursos nessa área é uma demanda necessária que nós temos hoje e o governo tem usado recursos certamente para compor o superávit primário que nós precisamos de ter, mas chegou a hora de nós, de fato, estendermos a todas as regiões brasileiras as tecnologias disponíveis aí para que os brasileiros possam se comunicar. Então, eu compreendo que tem por parte do governo visões distintas com relação ao tempo e a hora de fazer a utilização desses recursos, o Ministro encaminhou a proposta de alteração legal para que nós possamos usar todo o recurso, ou usar o recurso em todas as tecnologias disponíveis. Não dá para usar recurso só para a expansão de telefonia fixa porque essa já foi feita na verdade. Então eu acho que a úni-

ca questão que precisa ficar mais clara da hora que eu cheguei até o momento é que tem uma proposta, onde está esta proposta, por que é que não foi encaminhada ainda para o Congresso Nacional? Obrigada, Ministro, por sua presença aqui conosco.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Senadora Rosalba não quer fazer uso da palavra, então eu vou passar ao Deputado Wladimir em retribuição a grande atenção da comissão de V.Exa. quando visitamos a comissão de comunicação na Câmara, com a palavra o Deputado Wladimir.

DEPUTADO WLADIMIR COSTA (PMDB-PA): Muito obrigado, Deputado Wellington, saudações paraenses a você e ao nobre Ministro das comunicações e não foi só um ato de gentileza é porque você é uma pessoa muito querida, lá na Câmara, por todos nós parlamentares e todos os membros da comissão de ciência e tecnologia, onde recentemente tivemos o privilégio de receber a visita do nobre Sr. Ministro Hélio Costa onde fez uma, vários esclarecimentos extremamente importantes. Quem dera que todos os Ministros, ao assumirem pastas de respectivos Ministérios no nosso país, fossem especialistas dentro da... dos Ministérios, não é? E o Sr. Ministro Hélio Costa é um profissional aplicado, já foi correspondente, acho que ainda sente muito falta ainda, né? Porque antigamente eu acho que a vida era muito menos atribulada para ele porque não é fácil administrar os destinos do Ministério das comunicações, dadas as suas complexidades, né? Situações. Tantos emperramentos no mundo da comunicação. E hoje a gente observa que dada esta qualificação e esse preparo profissional do Sr. Ministro Hélio Costa, toda essa atividade profissional aí ao longo de presumivelmente acho que umas três décadas, apesar de ainda ser muito jovem, então, hoje a gente observa que, graças a Deus, a TV pública é uma grande realidade. Eu acho que as pessoas que criticam nós respeitamos, é um ato democrático. Mas as pessoas criticam porque precisavam se embasar um pouquinho mais da importância da TV pública no nosso país. O que ela vai representar do contexto cultural, na prática da responsabilidade social, a chegada da TV digital? Onde as pessoas de baixo poder aquisitivo vão poder interagir, vão poder se profissionalizar, vão poder se aculturar.

Enfim, um avanço de extrema importância. Hoje com a velocidade da comunicação. Hoje a internet está aí. Hoje nós temos jornalistas que, em tempo real, estão aqui na audiência pública e já estão com seus *notebooks* em tempo real já despachando matérias para todo o planeta. Isso é extremamente fantástico. E o nosso, o nosso Ministério das Comunicações hoje, no

rumo certo, no rumo da comunicação, dando a oportunidade para que um pobre tenha direito a usufruir de uma linha telefônica através da tarifa social. Onde tribos indígenas, porque hoje os nossos índios já não são mais tão desaculturados não. Hoje o índio, tem índio que pilota avião, tem índio que fala inglês, que fala francês, que é poliglota. E eles querem também internet, eles querem cada vez mais avançar os seus conhecimentos. Hoje, nas escolas públicas, dada as suas precariedades, mas há este compromisso. Tanto dinheiro depositado. Tantos bilhões depositados quando se pode pegar uma boa fatia desse dinheiro e aplicar em favor dos alunos das escolas públicas. E hoje o Ministério das Comunicações, ele tem um rumo e ele tem um Norte. Um Norte de melhorar, de ajudar a qualificar aquelas pessoas que não tinham acesso à cultura. Então isso é uma coisa muito boa. Isso é digno de orgulho, eu sonho com a chegada da TV digital. Eu sonho com a chegada da TV pública. Não só pelo que ela vai representar no contexto cultural, no contexto de programação, mas pelos milhares de empregos que vão ser oferecidos aos profissionais de comunicação, aos jornalistas, repórteres, comunicadores, locutores, entrevistadores, técnicos, operadores, enfim. Eu só tenho a ovacionar a atitude do Ministério das comunicações, ao governo Lula, que tem dado subsídios, tem dado oportunidade para que o Sr. Ministro Hélio Costa coloque em prática os seus projetos tão sonhados que, fundamentalmente, vão colaborar nas políticas públicas e vão colaborar para o engrandecimento do nosso país. E na hora de nós criticarmos, nós estamos aptos a criticar. Mas nesse momento nós estamos aqui para elogiar, com certeza, o Ministério das Comunicações. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Muito obrigado, Deputado. Para quem não conhece o Deputado é um grande comunicador no Pará, é uma audiência estupenda. Então, é nada mais do que uma, um jornalista para outro jornalista que além de jornalista, Senador, Ministro.

DEPUTADO WLADIMIR COSTA (PMDB-PA): Eu só não tenho o privilégio de ser jornalista, eu sou radialista. [Risos]

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Radialista. Com a palavra agora a Senadora Rosalba resolveu dar o ar da sua graça, digamos assim, com a palavra Senadora.

SENADOR ROSALBA CIARLINI (PFL-RN): Obrigada, Presidente, por nos conceder essa oportunidade. Eu gostaria, Sr. Ministro, de colocar nosso respeito, admiração pelo seu trabalho que acho que todo o brasileiro

conhece antes mesmo de o senhor ser Ministro. Mas eu acho que até talvez eu esteja sendo repetitiva, mas é uma preocupação. Quando se falou em TV pública, a primeira interrogação que nos veio por que uma TV pública se nós temos já, no nosso país, TVs universitárias, de cultura que com mais apoio, mais fortalecimento, com certeza, já fazem um grande trabalho, poderiam realmente fazer um trabalho ainda maior. Mas, dentro desse Norte acho que os nossos pensamentos estão caminhando iguais já que sinto que há uma intenção de que essa TV pública seja realmente feita através da valorização das TVs universitárias e de cultura. E que isso realmente daria um sentido de que essa TV seria uma TV plural, não com um sentido de que ela venha a retratar apenas um pensamento e uma posição que coloque apenas a fazer desde as escolas uma... um ensinamento, podemos assim dizer, porque a TV é o ensinamento. A gente tem visto, quando as TVs e aqui eu quero até fazer uma referência a questões que nós temos assistido através de novelas, que despertam a população nas questões dos deficientes, de down e de tantas outras questões. Então a TV tem hoje um papel fundamental na vida dos brasileiros. Nós que caminhamos pelo interior e pelas cidades mais distantes vemos o quanto hoje, naquelas casinhas mais simples, mais pobres é o primeiro bem de consumo, sonho de todos eles e você vê milhares e milhares de antenas parabólicas para que eles-- [Soa a campainha] Possam ter acesso a TV.

Então, eu acho que esse é o veículo de comunicação hoje o mais forte, mais poderoso e que nós que queremos um Brasil onde realmente os direitos do cidadão sejam, sejam preservados, sejam defendidos, onde a democracia seja forte, democracia é convivência de contrários, são opiniões diversas que podem convergir para o melhor para o nosso país. Então, a nossa preocupação passa exatamente por aí. É que nós entendemos que essa TV, ela não pode jamais expressar apenas o pensamento de governistas ou de qualquer partido, ela tem que ser uma TV aberta ao sentimento, às posições, às reivindicações de que esta nação vive nos seus mais, nas suas mais diferentes regiões. Dentro dessa conjuntura plural que é o nosso país. Então, fica aqui a nossa preocupação quanto a uma TV pública que não expresse a pluralidade, a diversidade, a força que tem o nosso país.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Muito obrigado Senadora Rosalba. Gostaria agora de passar a palavra ao Senador Hélio Costa, Sr. Ministro Hélio Costa para responder aos demais Senadores e as suas considerações finais, Ministro, para essa maravilhosa

audiência pública do qual nós estamos presentes. Com a palavra o Sr. Ministro Hélio Costa.

SR. MINISTRO HÉLIO COSTA: Muito obrigado, Senador Wellington. Em primeiro lugar eu quero agradecer a colaboração do Senador Cícero Lucena, que com a sua experiência de Prefeito de uma grande cidade, Governador de um grande Estado, conhecedor das situações que cada um de nós vive no seu Estado e a importância da integração que eu vejo que vá ser feita agora pela inclusão digital. Tão importante quanto a integração social, a inclusão digital, ela vai unir as pessoas, ela vai.... impulsionar as sociedades, as comunidades. Então, V.Exa. tem preocupações. Evidentemente que a nossa proposta, Senador Lucena, é sim um modelo europeu. A nossa idéia de TV pública passa por aí. Até porque, ela.... Ela é mais isenta, ela é mais profissional, ela é mais é.... Competente. Eu vivi na Inglaterra, vivi algum tempo na França. Tenho certeza de que estou me reportando a alguns exemplos que devem servir de base para a nossa TV pública. O que nós tentamos fazer, já como TV pública no país, passa por isso. Eu sempre cito o exemplo da TV Cultura de São Paulo, porque a TV Cultura, de São Paulo, ela é realmente uma boa proposta a seguir dentro de um conteúdo inteligente, profissionalismo bem adequado às situações e, evidentemente, mesmo sendo uma TV patrocinada por recursos públicos, ela soube manter o seu equilíbrio, a sua eficiência com programação inteligente. Quando eu me referi à utilização de incentivos fiscais, evidentemente é apenas uma proposta. O próprio governo tem mais ou menos a reação que V.Exa. teve porque quem já foi Prefeito e sabe das dificuldades de cada vez dividir ainda mais os recursos públicos, eu que tenho inclusive propostas aqui no Senado, nos dois primeiros anos que passei aqui com respeito as dívidas dos Estados nós citávamos sempre o art. 35 da Lei de Responsabilidade Fiscal que amarrou de tal maneira essa discussão da dívida dos Estados que a gente não consegue ir a lugar nenhum e elas, hoje, representam para nós, em cada estado da federação, um peso fortíssimo, dinheiros que poderiam estar sendo usados, evidentemente, na saúde, na educação, numa série de coisas.

Então, eu comungo com a sua preocupação, muito embora faça a sugestão porque ela pode ter uma aceitação que vai ajudar, de certo modo, sem prejudicar. Quer dizer, quando eu digo assim: Olha, o incentivo fiscal, ele não é necessariamente uma situação tão simples quanto eu determinar no orçamento um recurso que vai ser usado para esse fim. Eu acho que se uma empresa tem uma colaboração a dar, ela pode dar, se ela tiver um incentivo fiscal, ela pode contribuir mais. É a única proposta que eu tenho feito nesse sen-

tido. Nós vamos, sim, trabalhar para que a banda larga chegue a todos os municípios. Nós citamos aqui os projetos que nós temos, os exemplos que já demos e eu acho que em todo o país nós estamos vendo essa movimentação, essa verdadeira é...., destinação de recursos e esforços e idéias para a implantação da internet banda larga. Eu na semana passada, não sei se na segunda ou na terça-feira, eu acompanhava pela internet, nos Estados Unidos, esta semana estão sendo colocados como investimento público e privado 25 bilhões de dólares para dotar todas as cidades americanas de estrutura de internet banda larga na grande maioria delas já pela tecnologia sem fio. Na Europa, a mesma coisa. No Japão, a mesma coisa. Quer dizer, nós estamos no limiar de uma grande transformação da sociedade através da inclusão digital e é por essa razão que a gente insiste tanto, que a gente fala tanto, que o Brasil não pode perder o ritmo que nós já estamos vendo nos Estados Unidos, na Europa etc. E, certamente, se Deus quiser, nós vamos conseguir chegar lá. Eu gostaria de citar dois exemplos de como é que nós estamos já em condições de usar o FUST porque um projeto que sensibiliza a todos, e ele está aqui, é o projeto que interliga as Delegacias de Polícia no Brasil inteiro. É o projeto da segurança nacional que passa por aí. Quer dizer, quando as Delegacias de Polícia, a Polícia Federal, a Polícia Estadual, todo o sistema de segurança vai poder se conectar. Porque, na realidade, falta isso no momento para a segurança nacional. Como? Isso está projetado, já está autorizado, passado pelo TCU, já foi encaminhado, este projeto já está na Casa Civil e, evidentemente, agora precisa de um Decreto do Presidente da República. Mas, nós estamos amarrados no Decreto anterior. Quer dizer, foi assinado um Decreto pelo Presidente da República em junho, autorizando a execução do primeiro projeto piloto, nós estabelecemos assim. Primeiro projeto piloto. O segundo é esse aqui.

Então, nós precisamos implantar o projeto piloto que só depende, exclusivamente, da Anatel, mais ninguém. Eu vou acabar na, realidade, entrando na resposta que V.Exa. me colocou para responder. Nós temos também, Senador Lucena, um exemplo interessante do que nós podemos fazer com idéias que nós estamos tentando implementar através do Ministério das Comunicações. Veja só, a lei diz que a universalização tem que ser feita pelas empresas de telefonia fixa. E às vezes nós esbarramos na seguinte situação, a empresa vai lá no estado da Paraíba, no interior da Paraíba, diz assim: Olha eu vou botar telefone aqui nessa cidadezinha. Aí ela chega e diz: Olha, eu estou cumprindo a meta de universalização. Estou oferecendo telefone a todo mundo nesta cidade, a 40 reais por mês. Evidente

que ninguém pode comprar mais telefone a 40 reais por mês. Ele cumpriu a lei. Eu não posso mais cobrar dele a universalização naquela cidade, porque ele foi lá, ofereceu o telefone, ninguém quis. Por quê? 40 reais. Quem é que no interior da Paraíba pode gastar 40 reais por mês para ter um telefone fixo em casa? Esses são os problemas que nós temos que resolver na discussão da Lei Geral de Comunicação ou então, pontualmente, na Lei Geral de Telecomunicações, resolvendo essas pequenas questões. Da mesma forma, nós temos algumas idéias. A gente vai tentando mudar alguns conceitos. Por exemplo, as companhias telefônicas têm uma obrigação de instalar, me parece que até dezembro deste ano, os chamados postos de serviços de telefonia. Ela tem obrigação, pela Lei Geral de Comunicação. Quer dizer, ela é uma obrigação imposta às empresas que receberam as concessões da telefonia fixa.

Então, ela tem de botar aquele telefone. Nós chegamos a conclusão de que em muitos casos esses telefones, esses postos, esses PSTS, eles são obrigados a funcionar 24 horas por dia e é totalmente desnecessário que ele funcione de meia-noite às quatro, por exemplo, em determinadas regiões. Fizemos uma proposta que foi engendrada pelo nosso secretário de telecomunicações, Dr. Roberto Pinto Martins, onde a proposta é a seguinte: Olha, ao invés de você fazer 24 horas de cobertura no PST, nós queremos que você use este dinheiro para fazer banda larga nas escolas da região. Você concorda em substituir um programa pelo outro? Essa proposta foi aceita pelas companhias telefônicas. Ela certamente vai ser um grande impacto na região Norte e Nordeste do país, porque ao invés de termos uma coisa funcionando de meia-noite às quatro, nós vamos ter mais possibilidades de implantação da internet banda larga nas escolas públicas. E eu falo um pouquinho também sobre a concentração que V.Exa. cita das redes de televisão. Eu entendo que quando a gente fala da rede pública de televisão ela vem inclusive para poder ajudar a minimizar este impacto da concentração que nós vemos hoje nas redes de televisão privadas nacionais.

Evidentemente que o sistema de televisão digital também vem corrigir essa distorção porque pelos nossos cálculos técnicos feito no Ministério das Comunicações, quando nós tivermos o sistema internet, perdão, o sistema de TV digital implantado no país inteiro e você atender a todas as redes de televisão e a todas as emissoras independentes no Brasil inteiro, quando todos estiverem sendo atendidos com o canal digital, ainda assim nós teremos 80% de todos os canais digitais livres para serem outorgados. Para serem licitados. Quer dizer, a utilização do espectro digital vai utilizar

menos de 20% do sistema digital. Então, realmente é uma grande revolução. Você vai ter condições de, em toda e qualquer comunidade, implantar um sistema de televisão. Você vai ter como utilizar a televisão como uma ferramenta de educação, de saúde, de integração etc. Então, nós priorizamos a implantação da TV digital, foi exatamente porque sabemos dos recursos que ela pode oferecer. O Senador Renato Casagrande, eu praticamente já respondi a sua pergunta, Senador, na verdade o Ministério das Comunicações é responsável pela política pública, nós estabelecemos o caminho. Nós fazemos o projeto. Nós, quando, com o cuidado que queremos ter, vamos ao Tribunal de Contas da União e perguntamos: é assim que eu posso fazer? O que eu estou tentando evitar é que eu passe por todo o procedimento de fazer o projeto e chegar lá na ponta e o Tribunal dizer assim: É, mas não vou te autorizar usar o dinheiro dessa forma. Então, nós fizemos assim uma espécie de projeto Agatha Christi que eu chamo: Mate o vilão e depois vem mostrando como é que se chegou ao assassinato dele para acobertar o crime. É assim que se faz nos romances da Agatha Christi, então está aqui. O vilão é esse aqui. Como é que eu encontro uma maneira de evitar esse transtorno no fim da pista? Aí o Tribunal foi nos dando informações, subsídios. Evidentemente que fez uma série de observações que nós cumprimos nesses últimos meses e os projetos estão ali. Então, quando nós--

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES):

Dentro do atual espectro legal?

SR. MINISTRO HÉLIO COSTA: Sim, perfeitamente. Então o que nós fizemos? O primeiro projeto que foi o projeto piloto, conforme eu disse, que tem verba orçamentária, ele foi todo planejado, preparado, submetemos ao Tribunal de Contas e enviamos ao Presidente da República. O Presidente da República assinou o decreto, o decreto, eu cheguei a citar aqui é o Decreto 6039, de Quando? Decreto de 16 de julho de 97. Isto aqui está prontinho para ser executado. Perdão, eu errei a data. O Decreto do Presidente da República é de 7 de fevereiro de 2007. Então, desde esta data que nós estamos prontos para executar o primeiro projeto piloto com os recursos do FUST. Feito isso, nós temos mais 8 projetos elaborados, prontos, enviados ao Tribunal de Contas para a supervisão. Eu fui pessoalmente visitar o Presidente do Tribunal de Contas e o Ministro Relator, que é o Ministro Ubiratan Aguiar. Aprovados os 8 projetos, enviamos à Casa Civil. Estamos aguardando para, a qualquer momento, um Decreto semelhante a este aqui para os 8 projetos. Assim que nós executarmos-- [Soa a campainha] O projeto 1 nós passamos para o conjunto de 8 projetos.

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Ministro, desculpa minha insistência. O senhor está fazendo os projetos dentro daquilo que a legislação lhe permite hoje?

SR. MINISTRO HÉLIO COSTA: Isso. Perfeito.

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Está certo. O senhor disse que tem proposta de alteração da lei para permitir que o recurso seja utilizado também em... outras atividades para fazer chegar as novas tecnologias à população?

SR. MINISTRO HÉLIO COSTA: É...

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): A alteração legal, como é que está a questão da alteração legal para ampliar o uso do recurso?

SR. MINISTRO HÉLIO COSTA: Sei, eu acho que eu--

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): O senhor já respondeu certamente isso, por isso que eu não queria--.

SR. MINISTRO HÉLIO COSTA: Eu não sei se V.Exa. Já estava aqui, eu cheguei a abordar exatamente as dificuldades que nós temos na compatibilização da Lei Geral de Telecomunicações, que é de 1997 com a lei do FUST que é de 2002. Quer dizer, na realidade, a lei do FUST por ser mais nova, ela já contempla a utilização de novas ferramentas na internet. Mas a Lei Geral, ela não via ainda a internet, ela não via a banda larga, ela não via esses instrumentos, via a internet, mas não via banda larga. Não via a telefonia celular como uma extensão da aplicação dos recursos do FUST. Então hoje nós não podemos, eu citei aqui, fazer internet banda larga com os recursos do FUST. Nós não podemos fazer a expansão da rede de telefonia celular com os recursos do FUST. Você fica muito limitado. Você fica só e exclusivamente limitado à universalização da telefonia fixa. Então, o que é que nós fizemos? Nós fizemos uma proposta ao Congresso e foi encaminhado na realidade através do exemplo que nós demos da assinatura básica porque hoje um dos principais instrumentos de comunicação no país, eu citei aqui anteriormente, ainda é praticamente inacessível. Nós temos, num país como o Brasil, nós temos 40 milhões apenas de telefones fixos. Hoje temos, orgulhosamente, a gente diz assim: Ah, temos 100 milhões de telefones celulares pré-pagos. É aquele que o sujeito gasta, em média, em média segundo as próprias companhias telefônicas celulares, 4 reais por mês. É a conta média de quem usa um telefone pré-pago. Nós queremos que o telefone seja fixo, que ele seja em casa. Evidentemente que ele tem que usar o celular, beleza. Mas nós temos de aumentar o número de telefones fixos. Há 5 anos nós tínhamos 40 milhões de telefones fixos. Hoje, temos 40 milhões de

telefones fixos. Na verdade, está diminuindo. Se há 5 anos tínhamos 40 milhões, agora temos trinta e oito e qualquer coisa. Está diminuindo o número de telefones fixos, agora, o telefone fixo, ele não é usado porque ele é caro.

Então, nós fizemos a proposta e enviamos ao Congresso. O Presidente da República pediu urgência na verdade na apreciação da proposta de redução do custo da assinatura básica. Fizemos isso em comum acordo com as companhias telefônicas. Elas entenderam que fizeram um ajuste aqui, ali, na franquia um pouquinho, no acesso à internet, tal, mas elas não teriam prejuízo e, evidentemente, poderíamos oferecer uma assinatura básica em torno de 14 reais. Vamos voltar agora com este projeto. Vamos voltar agora com este projeto. Agora, nós podemos usar recursos do FUST se nós mexermos na lei para fazermos a subvenção da assinatura básica. Com os recursos do FUST podem ser utilizados para, por exemplo, nas camadas mais pobres da sociedade, quem ganha um salário-mínimo, dois salários-mínimos, você pode, se quiser, autorizado, pontualmente, dentro da Lei Geral, você pode subvencionar, você pode utilizar recursos do FUST para subvencionar, pagar a assinatura básica em uma escola pública. Quer dizer, essas coisas é que nós precisamos utilizar. Está tudo aqui, oh. Mais uma vez eu me reporto a esses 8 projetos, aqui tem exemplo de todos eles. Agora, vamos ter de mexer na Lei Geral de Telecomunicações, se não mexer na Lei Geral você fica todo amarrado, você não tem condições. Começa por aí. A proposta, na verdade, é uma proposta mais ampla. O que nós fizemos e tem várias propostas na Câmara dos Deputados e entendo que aqui também tem, modificando a Lei Geral de Telecomunicações, mas tudo está agarrando porque há a necessidade de se fazer uma ampla discussão sobre uma Lei Geral de Comunicação de Massa é que toda vez que você vai levar a discussão, e eu espero que aqui seja diferente agora, você chega e diz assim: Vamos discutir essa proposta pontual na Lei Geral de Comunicação? O Deputado pára, ou o Senador pára e diz assim: Bom, mas tem uma proposta maior que é da Lei Geral de Comunicação de Massa, nós vamos incluir tudo junto. E aí a gente fica esperando. Nós temos é que começar a discutir realmente a Lei Geral o mais depressa possível.

SENADOR CÍCERO LUCENA (PSDB-PB): Ministro, abusando a sua forma democrática de comunicação e também me dando por satisfeito nas respostas anteriores já que o senhor citou e eu concordo plenamente com a forma do projeto piloto na área de segurança, eu acho que é fundamental porque haverá todo um desdobramento até você fazer a integração das

delegacias com delegacias bem como com o avanço tecnológico, nos programas que já existem para você também interligar com as viaturas policiais e também avançar até para a identificação de portarias de prédios públicos ou privados, alguma forma de você fazer através da comunicação toda essa integração. Então eu lhe pediria, se já não está pensado, mas quem foi Prefeito continua Prefeito, aqui a Senadora Rosalba também foi Prefeita de Mossoró e tem o mesmo sentimento. Eu tive uma experiência no PSF na área de saúde em João Pessoa. Nós conseguimos implantar 180 equipes, foi a primeira capital do Brasil em ter 100% de cobertura em PSF. Lá nós fizemos um projeto piloto onde parte das equipes das 180, 52 tinham o *palm top*. Então, em vez de ter a ficha que hoje normalmente é autorizado com os dados de cada residência, de cada usuário, cada morador da residência isso era uma ficha num *palm top*, que ao chegar no posto do PSF ele descarregava no computador do posto do PSF todas as informações e tem alguns, a Senadora Rosalba é médica, mas dizem que medicina tem muito a ver com estatística, então, essas informações ajudava ao gerenciamento não só do próprio posto, não só o planejamento da Secretaria de Saúde, como até futura integração com o Ministério da Saúde. Nesses postos tinham um computador do PSF, cada um tinha um computador. E lá permitia, além de ter o prontuário de cada morador da região, do público atendido, permitia, por exemplo, a gente marcar consultas porque nós tínhamos uma central de consultas e quando o médico do PSF identificava a demanda de uma consulta especializada ele, no próprio computador, ele marcava essa consulta e o paciente, então, sabia aonde se dirigir, em que dia, que hora e qual médico queria atendê-lo, tudo isso através da tecnologia de um gerencialmente que se é possível. Eu estou citando esse caso até porque lá nós avançamos ao ponto do exame laboratorial. Ele era coletado no PSF, o exame de sangue ou fezes e urina, mandado no laboratório central para ser feito, ser analisado e o resultado voltava para o PSF pela internet e o médico, então, tinha o acesso. Então, quer dizer, isso são tecnologias que podem estar no gerenciamento do Governo reduzindo custos, tendo melhor controle, evitando multiplicações de exames sem necessidade, porque aquilo está arquivado. Então, a minha sugestão é que fosse elaborado um projeto piloto onde se buscasse também colocar quando o Município assim não tiver, em postos da PSF, da mesma linha que o senhor está fazendo nas escolas, tentar fazer também na área da saúde. Muito obrigado, desculpe pela intervenção.

SENADOR ROSALBA CIARLINI (PFL-RN): Só uma complementação. E que isso fosse uma rede to-

tal ligando ao Ministério, facilitaria muito a todos os Municípios, das nossas reivindicações, das nossas necessidades.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Sr. Ministro eu queria pedir, por que a líder Ideli Salvatti e o bom de ser Presidente é que palavra pode voltar atrás e ela tinha me comunicado que foi receber o Presidente do Equador, não é isso? E queria de qualquer maneira falar com V. Exa., fazer alguns questionamentos. Então volto atrás, antes que V. Exa. faça considerações finais e ainda considerações sobre o Deputado Vlad, eu queria passar a palavra a Senadora Ideli Salvatti. Com a palavra, Senadora.

SENADOR IDELI SALVATTI (PT-SC): Eu queria pedir mil desculpas, Ministro, mas V. Exa., como é Senador, sabe o quanto a gente precisa estar em quatro lugares ao mesmo tempo aqui no Senado, né, ainda mais quando a gente acumula tarefas aí de liderança. Então, eu queria fazer apenas duas perguntas e dois apelos, tá? Então, a primeira pergunta é: Nós estamos aí num mundo cada vez mais competitivo, né, e, portanto, os países que tiverem maior investimento em pesquisa e desenvolvimento vão estar no centro, catalisadores aí do desenvolvimento. Então, eu gostaria, Ministro, que pudesse ter alguns esclarecimentos a mais a respeito da parceria firmada entre o Ministério das Comunicações e o centro de pesquisa e desenvolvimento em telecomunicações, particularmente no caso do Projeto Giga. Eu sei que V. Exa. já tratou um pouco desta questão do Projeto Giga na sua explanação, a minha assessoria já me alertou, mas eu queria um pouco mais de detalhamento sobre esta parceria entre o Ministério e o CPQD e também o que o Ministério tem, qual é o objetivo central deste projeto e desta parceria? Então, é um pouco assim, é uma pergunta bem focada nessa questão aí da pesquisa e desenvolvimento. E aí o apelo, Presidente, é o seguinte. Eu estou muito angustiada, ansiosa porque cada inauguração da TV Senado numa capital é uma festa e eu fico perguntando sempre: E Florianópolis? E Florianópolis? E aí diz que está com V. Exa. as onze concessões que faltam para as demais capitais, têm várias que já foram inauguradas, algumas que estão em procedimento e nessa linha da democratização, eu até ontem recebi o diretor de comunicação do Senado ontem, que muito gentilmente esteve lá no meu gabinete e eu cobreí dele. Ele disse assim: Mas Senadora, a senhora vai estar com o Sr. Ministro Hélio Costa amanhã, aproveite e dê uma perguntinha, um apelo. Então é um apelo das concessões que faltam para a gente poder instalar a TV Senado em todas as capitais. E o último apelo, Ministro, é o seguinte, toda

essa questão da TV digital tem o viés importantíssimo da democratização dos meios de comunicação de acessibilidade, de poder como do período que eu consegui ficar aqui durante a sua audiência de que é poder fazer com que as pessoas que não podem pagar a TV a cabo, tenham acesso na TV aberta, a toda a programação. E eu acho que nós tivemos um grande avanço com a questão comunitária, tanto das rádios, quanto das TVs comunitárias. A gente sabe dos problemas, dos desvios, de uma série de irregularidades que foram cometidas. Mas, Ministro, está muito lento o processo lá no Ministério. Nós precisaríamos ter algum tipo de agilidade para poder contemplar esse que foi, acho que um grande avanço da democratização da comunicação. Então, é o apelo da agilidade nos processos, tanto das rádios, quanto das TVs comunitárias no Ministério das Comunicações.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Muito bem colocado. Obrigado, Senadora pelas colocações. Voltando a palavra para o Sr. Ministro para que responda as dúvidas da Senadora e também para suas considerações finais e depois o vice-Presidente, Senador Crivella, queria saber se tivesse também algumas considerações finais para colocar. Com a palavra, o Sr. Ministro.

SR. MINISTRO HÉLIO COSTA: Em primeiro lugar, eu quero agradecer as palavras do Deputado Wladimir Costa, que conforme disse o Senador Wellington Salgado, um conhecidíssimo, respeitadíssimo e admiradíssimo comunicador no Estado do Pará, já nem diria mais Belém, mas no Estado do Pará e ficamos muito honrados com a sua presença aqui. O Deputado é da Comissão de comunicações da Câmara dos Deputados, é um conhecedor do assunto comunicações, conforme V. Exas. puderam ouvir e certamente os elogios que ele fez ao Sr. Ministro Hélio Costa, é mais ou menos a mesma situação que eu vi com o Senador Wellington e o Senador Crivella e eu gosto até em um minuto contar a história de um cidadão que entrou numa agência bancária, no Rio de Janeiro, ali em Copacabana, mas com a roupa de gari e disse assim: Eu quero um empréstimo. E o Gerente falou assim: O senhor mora aqui? Ele disse: Moro. Que carro o senhor tem? Ele disse assim: Eu tenho um Mercedes, mas tem também na garagem um Audi. O seu apartamento tem quatro ou cinco quartos? Tem seis. Aí o gerente disse assim: Você está me gozando, não é? É, mas o senhor que começou. Foi mais ou menos o que aconteceu aqui. Como eu vivo elogiando o Wladimir, o Wellington e o Crivella eles também não perdem a oportunidade de poder fazer um elogio para o Sr. Ministro Hélio Costa. Muito obrigado mesmo, né. Eu quero já fazer uma

rápida observação com relação à Senadora Rosalba porque, mais uma vez, eu quero insistir. Nós não estamos criando uma nova rede conforme se antecipa pública. Nós estamos na realidade abrindo as portas para incentivarmos, colocarmos recursos, aproveitarmos o talento dos nossos companheiros, jornalistas da RADIOBRÁS que já vêm fazendo um trabalho tão bonito, especialmente no que se diz respeito à chamada TV do Executivo. Quanto às TVs da educação, da cultura e certamente da comunidade, cada um dos Ministérios, evidentemente, terá condições de poder trabalhar para poder produzir, ajudar a fazer uma grande TV pública sem interferências conforme nós estamos deixando bem claro, das ações executivas. Vou já diretamente à questão levantada pela Senadora Ideli Salvatti, primeiro porque eu tinha citado e a Senadora não estava aqui que hoje ao meio-dia nós estamos fazendo uma cerimônia, Senadora Ideli Salvatti, sobre o Projeto Giga, que é um sucesso, utilizando os recursos do FUNTEL, através da gestão do CPQD e nós vamos, certamente, passar para a iniciativa privada aquelas ferramentas que nós desenvolvemos com recursos do FUNTEL dentro do CPQD e que são utilizadas nos bens e serviços de redes óticas.

Então, é um processo absolutamente interessante o que acontece na medida em que um projeto é apresentado dentro de um fundo como o FUNTEL. Ele passa pelo conselho do fundo, ele é direcionado para os estudos dentro do CPQD ele é desenvolvido, transformado em uma ferramenta importante de comunicação e informática e hoje nós estamos vendendo estas ferramentas que nós desenvolvemos para as empresas particulares que vão pagar royalties ao CPQD pelo desenvolvimento das ferramentas e evidentemente que não são ferramentas que se aplicam apenas no Brasil, nós estamos abertos a utilização destes bens e serviços em redes óticas com essas ferramentas desenvolvidas no CPQD dentro do Projeto Giga que é um sucesso, sem dúvida nenhuma. Nós, podemos até adiantar aqui uma nota que fez o Roberto que é nosso Secretário de Comunicação, de telecomunicações, ele diz: O exemplo é que nós vamos ter capacidade de transmitir em até dez giga bites com as ferramentas que nós estamos desenvolvendo e que estamos agora vendendo, né. A Senadora Ideli tem toda a razão, evidente que os seus eleitores de Florianópolis não podem ficar sem receber a imagem da TV Senado, não é isso?. Agora, a proposta que tem o Ministro das Comunicações é de que todas as capitais estejam, até o final do ano, com a imagem da TV Senado. Nós já temos onze autorizadas. O Presidente Renan já está antecipando os recursos que nós temos que ter, certamente, no orçamento para o ano que vem

para podermos implantar os sistemas de retransmissão nas demais capitais. Acabamos de inaugurar Manaus, Belém, me parece Recife, Natal e certamente vamos descer para o Sul do país e chegar com rapidez, do momento até a nossa Florianópolis.

Agora, lembrando, inclusive, que o Poder Público tem sempre prioridade. Isso até me dá oportunidade de poder fazer um pouquinho da defesa, do durismo que eu sempre apresento quando alguém vai lá discutir comigo, concessões de TV educativa. E eu digo: Olha, a lei é muito clara, em primeiro lugar é o poder público, então você tem que atender com os canais educativos, em primeiro lugar você tem obrigação por lei de atender a RADIOBRÁS, depois da RADIOBRÁS você tem que atender as TVs do Senado e Câmara, depois você tem que atender a TV universitária que é a TV da universidade pública, Federal, Estadual, talvez até Municipal, quem sabe. Depois de tudo isso, nesta sequência é que é possível você atender a uma universidade particular. Quer dizer, então às vezes as pessoas dizem. O Ministro é muito duro, ele não quer nem conversar sobre TV educativa. Não é isso. É que a finalidade da TV educativa começa por aí, começa lá em cima com a RADIOBRÁS, com a TV Senado, com a Câmara, com as universidades para poder chegar lá embaixo, evidentemente poder atender outras opções. Agora eu tenho que fazer um comentário rápido sobre a colocação feita pela Senadora Ideli sobre as rádios comunitárias. Veja só. Eu tenho aqui um levantamento feito com relação às ações da Comissão de educação do Senado que incorporava a comunicação. Em 2005 nós tivemos um total de 994 projetos discutidos e que passaram pelo plenário da Comissão. Na verdade, perdão, errei, o total é 1168 dos quais 994 projetos são 535 de rádios comerciais, 425 de rádios comunitárias, 8 TVs educativas, 26 TVs comerciais num total de 994. No ano de 2006 que foi um ano atípico que nós tivemos várias dificuldades de *quórum*, especialmente aqui por ser um ano eleitoral nós tivemos o seguinte. 384 projetos foram discutidos na Comissão. Perdão, 541 projetos foram discutidos na Comissão dos quais 384 são 118 rádios comerciais, 250 rádios comunitárias, nenhuma TV educativa, 16 TVs comerciais num total de 384. Na Câmara dos Deputados, eu fiz esse mesmo acompanhamento aqui e de 700 projetos que foram analisadas o ano passado na Câmara dos Deputados, 500 tiveram origem no Ministério das Comunicações exatamente com a grande maioria, ou seja, 305 dos 500 projetos eram projetos de rádios comunitárias. Agora, as pessoas dizem assim: Ah, o Ministro não libera a rádio comunitária. Olha só, Senadora, nós trabalhamos praticamente 12 horas por dia no Ministério das Comunicações. Nós temos 10

mil pedidos de rádios comunitárias no país. Nós não temos 20 engenheiros e advogados para analisar os 10 mil projetos que estão lá. Quer dizer, então, como é que nós fazemos?

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): São quase duas por cidades. Nós temos cinco mil e poucos municípios, não é isso?

SR. MINISTRO HÉLIO COSTA: Cinco mil e poucos municípios. Hoje nós temos aproximadamente 2.500 funcionando, autorizadas e mais 10 mil pedidos. O problema é que nós temos que analisar cada pedido desse para que ele realmente represente a comunidade porque tem muita violação do princípio da rádio comunitária. E muita gente que acha que é muito mais fácil comprar um transmissor que custa 700 reais e botar uma rádio no ar sem autorização conforme manda a Constituição Federal, do Congresso Nacional e passando pelo Ministério das Comunicações e pelo Presidente da República. Causando uma série de dificuldades porque de repente vai lá o Ministério Público, vai lá a Polícia Federal, vai lá ANATEL e fecha a rádio e diz: O Ministro fechou a rádio. O Ministro não fecha rádio. Eu não fecho, eu só abro. Não é competência do Ministério das Comunicações fechar rádio comunitária. A competência é da fiscalização e essa fiscalização hoje se dá através da ANATEL quando ela é provocada certamente pelo Ministério Público. Na semana passada, foram fechadas aqui na região de Brasília 16 rádios "piratas". Eu não gosto de usar esse termo pirata, porque muitas vezes mesmo não tendo autorização definitiva como deveria ter ela presta um serviço importante à comunidade e quando a gente identifica esse serviço importante prestado à comunidade nós fazemos tudo para facilitar o procedimento. Agora, o procedimento está na internet. Se você abrir hoje a página da internet do Ministério das Comunicações, www.mc.gov.br, você vai ver que tem 23 ícones destinados à rádio comunitária. É um passo a passo de como fazer um pedido para se obter uma rádio comunitária. Você acompanha, inclusive, pela internet a partir do momento em que você entrou no site e tem o seu número de protocolo, você digita o protocolo seu e você tem onde está o seu projeto, em que lugar está dentro do Ministério das comunicações. Você sabe o que normalmente acontece? Isso acontece com você, Senadora, acontece comigo, alguém chega e diz assim: Ah, eu iniciei um procedimento para ter uma rádio comunitária na minha cidade, está lá há três anos, ele não resolve, não acontece, ela nunca saiu. Aí eu vou ver o documento, está lá: Exigência, pede o documento, abre o documento B, documento C, certidões e ninguém responde à exigência. Pára, na medida em que você

vai andando com o procedimento, tem uma exigência de um documento não veio o documento ele pára e as vezes fica lá um ano esperando o documento chegar. 80% das vezes as reclamações, na verdade, tem origem na falta de acompanhamento do procedimento do processo no Ministério das Comunicações que tem um site que lhe dá todas as informações com absoluta precisão do que está acontecendo.

Então, a nossa situação é de verdadeira penúria, porque nós somos acusados de não liberarmos rádios comunitárias, nós somos acusados de fecharmos rádios comunitárias quando na verdade nós não fazemos nem um, nem outro. Nós estamos lá para seguir a lei certinha, como a lei determina. A lei diz que eu tenho que seguir aquilo ali. Eu tenho que ter todos os documentos em dia, tenho que mandar para a Casa Civil, que por sua vez encaminha ao Presidente da República que manda para a Comissão de comunicações da Câmara que aprova lá em plenário ou terminativamente pela própria Comissão e manda para cá, chega aqui ela é aprovada terminativamente por esta Comissão agora. Então, é um procedimento que as vezes leva no mínimo, no mínimo um ano para poder cumprir todo este procedimento. E olha que eu gosto sempre de ressaltar que tudo isso até 2002 era feito pelas nossas superintendências Estaduais, cada Estado, inclusive lá do Estado de Santa Catarina como tinha no Pará, como tinha em Minas Gerais nós tínhamos superintendências do Ministério das Comunicações que faziam todo este procedimento até o encaminhamento para que o Ministro recebesse aqui e desse uma verificação final e aprovasse. Aí o que aconteceu no Governo do Presidente Fernando Henrique, no último ano 2002? Praticamente fecharam o Ministério das Comunicações, fecharam, sim, todas as nossas superintendências. Eram 18 superintendências nos Estados e aí mandaram duas carretas que chegaram diante do prédio do Ministério das Comunicações com 40 mil processos que vieram dos Estados para serem analisados aqui. Então, nós estamos há dois anos convivendo com 40 mil processos dependendo de posição final. Só que cada um deles tem que passar por um engenheiro, tem que passar por uma equipe, tem que passar por um advogado, tem que ter um relatório final, tem que passar, inclusive, pelo Congresso, pela Câmara e pelo Senado. E não é fácil. Então, quer dizer, Senadora, nós fazemos tudo o que nós podemos, mas lamentavelmente nós não temos pessoal o suficiente para fazer isso. Eu gosto de fazer sempre a comparação, Ministério todo tem 300 funcionários, tem alguns setores do Ministério em São Paulo, por exemplo, têm 120, 200 funcionários, mais ou menos ligados ao Ministério, mas que não fazem parte do nosso conteúdo.

Então, por mais que a gente queira dizer assim: Olha, é uma situação que vai ser resolvida, vai ser resolvida com muita dificuldade. Eu tenho aqui dados, inclusive, muito expressivos. Quando começa lá pela Câmara dos Deputados o quantitativo que eu tenho aqui é o seguinte. Nós temos em processos de análise hoje 7228 processos, 6252 foram processos analisados e concluídos ou arquivados, faltando qualquer documento, etc. As entidades autorizadas 2745 e ainda tem, conforme eu disse e eu falei 10000, são 11343 processos para serem analisados de rádios comunitárias. Então, nós vamos fazer, continuar nos esforçando para andar o mais depressa possível que a gente pode, mas se demorar um bocadinho não é culpa do Ministro não. Pelo contrário, o Ministro quer ajudar de todas as formas e se puder empurro de todas as formas também. E eu entendo, Senador Wellington que eu já posso agradecer muitíssimo ao convite de V. Exa. e dos nossos ilustres Senadores, muito especialmente ao nosso Senador Marcelo Crivella que é o vice-Presidente da Comissão, a todos os Senadores que estiveram aqui presentes e a preocupação que teve a minha querida Senadora Ideli Salvatti de não me deixar sozinho aqui falando sem nenhum Senador presente, tem um Deputado e um Senador, mais o Senador Crivella e o Presidente, mas por um momento nós tivemos vários Senadores aqui, eu acho que foi uma boa oportunidade que nós tivemos de falarmos sobre vários assuntos relacionados com a nossa pasta, mas ainda assim nós não cumprimos toda a nossa agenda, não, viu Senador? Tem muita coisa que nós podemos conversar, tem muitos assuntos que merecem ainda explicações e evidentemente que na medida em que as coisas forem caminhando, agora mais do que nunca o processo de telecomunicações está indo muito rapidamente, assim que V. Exa. sentir que nós temos que voltar aqui para mim é uma honra imensa poder estar aqui ao seu lado e ao lado dos meus colegas Senadores. Eu costumo dizer que eu insisto muito, toda vez que alguém fala assim o Sr. Ministro Hélio Costa, não, Ministro Senador Hélio Costa, Ministro das Comunicações tenho muita honra de ser e representar o meu Estado de Minas Gerais com os 3 milhões e meio de votos que os mineiros me deram para chegar até aqui. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Muito obrigado, Sr. Ministro, aqui é claro que ficamos nós Senadores ao final, muitos Senadores tiraram suas dúvidas e foram as demais Comissões por que V. Exa. conhece bem o procedimento da Casa, são várias Comissões. Queria perguntar ao meu companheiro, Senador Crivella, se tem algo a acrescentar?

Sr. Ministro, então, queria agradecer a presença de V. Exa. aqui por razões óbvias espero que V. Exa. continue como Ministro no Ministério das Comunicações. [Risos]. E faça um bom trabalho e que muito obrigado pela presença de todos e declaro encerrada essa audiência pública.

COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA

ATA DA 8ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 11 DE ABRIL DE 2007.

Às nove horas e onze minutos do dia 11 de abril de dois mil e sete, na sala de reuniões da Comissão, Ala Senador Alexandre Costa, sala treze (13), sob a Presidência do Senador Marcelo Crivella, Vice-Presidente no exercício da Presidência, e com a presença dos Senhores Augusto Botelho, Renato Casagrande, Sérgio Zambiasi, Ideli Salvatti, Valdir Raupp, Gilvam Borges, Romeu Tuma, Eduardo Azeredo, Cícero Lucena, Flávio Arns, João Ribeiro, Francisco Dornelles, Leomar Quintanilha, Heráclito Fortes, Flexa Ribeiro, Marconi Perillo e dos Deputados Federais Márcio França (PSB/SP) e Rodrigo Rollemberg (PSB/DF) reúne-se a Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática. Deixam de comparecer os Senhores Senadores Wellington Salgado de Oliveira, Valter Pereira, Demóstenes Torres, Maria do Carmo Alves, José Agripino e João Tenório. Havendo número regimental abrem-se os trabalhos. O Senhor Vice-Presidente, no exercício da Presidência, Senador Marcelo Crivella, submete à Comissão a dispensa da leitura da Ata da Reunião anterior, que é dada como aprovada. Prosseguindo, inicia-se a presente reunião, convocada na forma de Audiência Pública, atendendo ao Requerimento nº 001-CCT, de 2007, de autoria do Senador Wellington Salgado de Oliveira, que “Nos termos do disposto nos incisos V e IX, do artigo 90, do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro a realização de Audiência Pública, no sentido de que sejam ouvidos, separadamente, os Excelentíssimos Senhores Ministros da Ciência e Tecnologia, Sergio Machado Rezende e das Comunicações, Hélio Costa, com o propósito de apresentar as diretrizes e os programas prioritários de as respectivas pastas, para os próximos quatro anos.” Finda a exposição, a Presidência franquia a palavra aos Senhores Senadores membros da Comissão. Usam a palavra os Senhores Senadores Marcelo Crivella, Valdir Raupp, Flávio Arns, Romeu Tuma, Renato Casagrande, Eduardo Azeredo, Augusto Botelho, Leomar Quintanilha e Ideli Salvatti. O Senhor Senador Marcelo Crivella, Vice-Presidente no exercício da Presidência, agradece ao Excelentíssimo

Senhor Ministro da Ciência e Tecnologia, Sergio Machado Rezende e aos Senhores Eugenius Kasckurevsk, Secretário Executivo-Adjunto do Ministério de Ciência e Tecnologia - MCT, Lúcia Melo, Presidente do Centro de Gestão e Estudos Estratégicos – CGEE, Lauro Mohry, Vice-Presidente do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPq, José Roberto Drugowich, Diretor do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico-CNPq, Sérgio Gaudenzi, Presidente da Agência Espacial Brasileira - AEB, Luis Antonio Barreto, Secretário de Política e Programas de Pesquisa e Desenvolvimento-SEPED em CET, Luis Antonio Elias, Secretário de Política de Tecnologia e Inovação- SEDTI, Avílio Antonio Franco, Subsecretário de Coordenação das Unidades de Pesquisa – SECUP, Hélio Barros, Assessor Especial do Ministro, Emir Suaiden, Diretor do Instituto Brasileiro de Informação em C&T - IBICT, Leonardo Hamú, Diretor do Ministério Ciência Tecnologia - MCT e aos Senhores Senadores pela presença e declara encerrados os trabalhos desta sessão determinando que as Notas Taquigráficas sejam anexadas a esta Ata para devida publicação. Nada mais havendo a tratar, a Presidência encerra a reunião, às onze horas e onze minutos, determinando que eu, Égli Lucena Heusi Moreira, Secretária da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática lavrasse a presente Ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada, no Diário do Senado Federal.

Senador **Marcelo Crivella**, Vice-Presidente, no exercício da Presidência, da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática.

COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA - CCT

8ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA NO DIA 11 DE ABRIL DE 2007.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ): Havendo número regimental declaro aberta a 8ª Reunião Extraordinária da Comissão de Ciência e Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura, a realizar-se em 11 de abril de 2007.

Antes de iniciarmos a reunião submeto a apreciação do Plenário a dispensa da leitura e aprovação da Ata da reunião anterior. Aprovado.

Requerimento nº. 01/2007 da Comissão de Ciência e Tecnologia Inovação, Comunicação e Informática. Nos termos do disposto nos incisos V e IX do art. 90

do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro a realização de Audiência Pública no sentido de que sejam ouvidos separadamente os excelentíssimos Srs. Ministros da Ciência e Tecnologia, Sérgio Machado Rezende, e das Comunicações Hélio Costa, com o propósito de apresentar as diretrizes e os programas prioritários de suas respectivas pastas para os próximos quatro anos.

Esse foi o Requerimento do nobre Senador Wellington Salgado de Oliveira, Presidente dessa Comissão, e eu pediria ao Senador Valdir Raupp, Líder do PMDB para acompanhar o Sr. Ministro Sérgio Machado Rezende até a sala da Comissão a fim de que possa prestar aqui os esclarecimentos da sua pasta. Ministro, como vai? Prazer. Faz favor, Ministro.

Com a palavra... Sr. Ministro, agradecemos muito a presença de V.Ex^a. aqui conosco. Nós estaremos ao vivo pela TV Senado para todo o Brasil até às 10h, até o início da Comissão de Constituição e Justiça. Pode ser até mais tarde, às vezes ela começa 10h30. Mas eu inicio concedendo a palavra a V.Ex^a. para proferir a sua palestra por 30 minutos.

SR. MINISTRO SÉRGIO MACHADO REZENDE:

Muito bom dia, Senador Crivella. Bom dia a todos os Senadores aqui presentes que eu cumprimento na pessoa do Senador Casagrande, Líder do meu partido, o Partido Socialista Brasileiro no Senado Federal. Cumprimento os Deputados aqui presentes na pessoa do Líder do meu partido na Câmara, Deputado Márcio França.

Senador, em primeiro lugar, eu gostaria de dizer que foi com muita satisfação que todos que militam na área de ciência e tecnologia viram essa iniciativa do Senado Federal no ano passado ao criar essa Comissão de Ciência, Tecnologia e Comunicações. A Câmara já tinha uma Comissão como essa atuante durante algum tempo e tanto a Câmara como o Senado, enfim, o Congresso Nacional tem dado uma contribuição enorme para a evolução institucional e do marco legal nessa área porque tem aprovado projetos importantes e que têm tratado esse assunto de uma forma suprapartidária. A ciência e tecnologia, como educação, como muitos outros assuntos, mas no caso da ciência e tecnologia, como é um tema novo para a sociedade brasileira, essa visão do Congresso Nacional de que a ciência e a tecnologia têm que estar acima ou à parte das questões partidárias tem sido muito importante. No governo anterior foi feito um enorme avanço no marco legal com a criação dos fundos setoriais de ciência e tecnologia e que foram todos aprovados, eles foram apresentados pelo Executivo e todos aprovados, são 15, atualmente. Com grande agilidade pelo Congresso Nacional e os fundos setoriais permitiram assegurar

recursos de maneira mais regular e mais ampla para as inúmeras ações de ciência e tecnologia. Nos últimos 4 anos várias outras leis que vieram contribuir para que o sistema de ciência e tecnologia tivesse mais instrumentos, tivesse todo um marco legal bem mais sólido foi feito. Eu gostaria de citar como exemplo a aprovação de uma nova versão da Lei de Informática, a aprovação da Lei de Biossegurança, a aprovação da Lei de Inovação, da Lei do Bem e também o Congresso aprovou a Lei de Regulamentação do FNDCT, o Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico. Ocorre que como essa lei versava sobre orçamento, inclusive sobre orçamentos futuros e ela tinha sido originada nessa Casa, ela teve origem num Projeto de Lei apresentado pelo Senador Saturnino Braga em 2001 em que colocava os fundos setoriais no bojo do FNDCT e dava a ele uma institucionalidade maior em termos de fundos, criava um Conselho Diretor. Infelizmente, o Presidente Lula foi obrigado a vetar o Projeto de Lei porque ele versava sobre matérias que tinham que ser originadas pelo Executivo. Um novo Projeto de Lei está pronto e estará sendo encaminhado ao Congresso Nacional muito brevemente e nós contamos, mais uma vez, com o enorme apoio do Congresso Nacional para esse projeto e para outros que virão.

Portanto, para mim é uma satisfação muito grande estar aqui nessa manhã. Eu vou fazer um relato muito breve sobre as ações que o Ministério da Ciência e Tecnologia executou nos últimos quatro anos. Essas ações estão apresentadas num relatório de gestão de quatro anos. Foram quatro anos em que o Ministério teve três Ministros à frente, mas todos três do Partido Socialista Brasileiro e, de certa forma, imprimindo uma marca importante do nosso partido que foi um partido criado na década de 1940, por intelectuais. Ele sempre teve a marca de intelectuais importantes à frente do partido ou participando ativamente da vida partidária e o Partido Socialista Brasileiro, no início do Governo do Presidente Lula pleiteou a gestão do MCT e fez uma gestão que pelo que nós sabemos da comunidade científica, tecnológica e empresarial deixou uma marca importante. Porque o Ministério passou a ter uma política mais abrangente de ciência, tecnologia e inovação.

Até 2002, a grande ênfase do Ministério era o financiamento de projetos, a execução de ações de ciência e tecnologia voltados para centro de pesquisa e universidades. Isso era natural porque a atividade de pesquisas no Brasil são muito recentes. Nós começamos a formar pesquisadores apenas na década de 1960. Portanto, há quarenta e poucos anos atrás, então é natural que esse sistema se expandisse nas universidades. Mas como sabemos, a ciência, a techno-

logia e a inovação são fatores de geração de riqueza. São fatores que fazem com que certos países tenham mudado o curso do seu desenvolvimento quando passaram a incorporar esses elementos no seu sistema produtivo. E o Brasil não conseguiu fazer isso ainda de maneira marcante. Não há uma tradição no nosso sistema empresarial de realizar atividades, de incorporar a seu sistema produtivo a inovação, a pesquisa e desenvolvimento.

Então, no governo anterior, e esse relatório que foi escrito foi feito por um público amplo. Ele mostra que a política de ciência e tecnologia tornou-se muito mais abrangente. Ela hoje é caracterizada por quatro eixos estratégicos. O primeiro é a consolidação e a expansão do sistema nacional de ciência e tecnologia, englobando os institutos, as universidades. O segundo é a política industrial tecnológica e de comércio exterior. Nós passamos a ter uma política industrial e tecnológica, um grande avanço, além de ter uma política industrial que está em processo de implantação gradual é que ela incorpora a questão da tecnologia também.

O terceiro eixo são os objetivos estratégicos nacionais. Programa Nuclear, Programa Espacial, Amazônia, as novas formas de energia, os biocombustíveis, energia do hidrogênio e assim por diante. E, finalmente, ciência e tecnologia para o desenvolvimento e a inclusão social. Com esses quatro eixos estratégicos o Ministério da Ciência e Tecnologia ampliou muito o seu raio de ação. Isso foi sentido de maneira muito clara pelos setores em que o MCT não atuava. Notadamente, o setor empresarial e muitas camadas da população que se beneficiaram pelas ações de ciência e tecnologia para desenvolvimento social. E a ampliação dessas ações foi possível porque houve uma ampliação considerável de recursos nos últimos 4 anos. Eu gostaria de citar alguns exemplos. O Programa Espacial Brasileiro, que em 2002 teve da ordem de 60 milhões de reais, o orçamento executado em 2006, ano passado, alcançou 220 milhões de reais. O Programa Nuclear Brasileiro também teve seus recursos triplicados. O Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico que é composto pelos fundos setoriais teve o seu orçamento executado em 2002 de 350 milhões de reais. E o orçamento executado no ano passado foi 1 bilhão e 100 milhões de reais. Aliás, esse número talvez aumente porque como houve uma alteração feita por conta da lei de inovação criando a subvenção econômica houve um aporte de recursos maior, de cento e tantos milhões de reais, que provavelmente vão ser incorporados, vão ser contabilizados como recursos executados em 2006. E o orçamento livre de contingenciamento dos fundos setoriais para este ano alcançam um bilhão e quatrocentos milhões

de reais. Isso permitiu ampliar muito as ações do Ministério. Somente para ações voltadas para empresas tanto com o mecanismo da subvenção econômica que é aporte direto não reembolsável para projeto de desenvolvimento, pesquisa e desenvolvimento em empresas que não existia antes, era proibido usar recursos públicos para colocar no chamado fundo perdido em empresas. Nós chamamos não reembolsável porque não é um recurso perdido e todos os países desenvolvidos fazem isso através de seleção. Isso não é feito de maneira casuística nem clientelística. Fizemos no ano passado através da FINEP, um edital convocando empresas para apresentarem projetos dentro de temas da política industrial e tecnológica. 1.100 empresas apresentaram propostas num edital de 300 milhões de reais nós tivemos uma demanda de 1 bilhão e 900 milhões de reais. O que mostra que as empresas estão despertando para a inovação.

Então, dos 400 milhões de reais deste ano nós temos 300 milhões para a subvenção econômica, mais 100 milhões para o que chama equalização de juros. A FINEP pode emprestar recursos para empresas fazerem projetos de inovação com uma taxa de retorno de 4 a 5% ao ano, juros. Por quê? Porque no pagamento dos juros que têm que ser pela TJLP, mais um *spread* para que a FINEP possa funcionar, há um abatimento nos juros feito com os recursos da equalização de juros.

Então, essa é uma novidade. E essa novidade é percebida pelas empresas que estão trabalhando nesses setores de ponta que estão fazendo a inovação.

Então, como eu disse, em vez de falar em detalhes sobre o que o Ministério fez nos últimos quatro anos, nós trouxemos o relatório que descreve muitas ações. Vou mencionar mais algumas rapidamente, muitas ações que estão organizadas de acordo com esses eixos, quatro eixos estratégicos.

Nós temos aqui, Senador, Senadores, grande parte da equipe do Ministério da Ciência e Tecnologia presente aqui nessa Sessão. Nós temos os quatro Secretários do Ministério, o Ministério tem o Secretário Executivo que, infelizmente, hoje tinha um compromisso de uma palestra na Escola Naval no Rio de Janeiro, está lá, que é o Secretário Luiz Fernandes, está chegando mais tarde hoje. Mas temos aqui os outros Secretários, o Secretário Luiz Antônio Barreiro de Castro, nós temos o Secretário Executivo, Adjunto, professor Eugênio. Nós temos o Secretário Luiz Elias, que é o Secretário de Tecnologia, temos o Subsecretário da área de unidade de Pesquisa, Dr. Avílio Franco. Nós temos o Presidente da Agência Espacial Brasileira, Dr. Sérgio Galdenzi. Nós temos o Diretor do CNPq, José Roberto Drugowith, Carlos Drugovitch, Roberto

Drugovitch. Nós temos o nosso Assessor Especial, professor Hélio Barros, que durante anos foi Diretor do CNPq, da CAPES aqui em Brasília e foi Secretário de Ciência e Tecnologia no Ceará, nos últimos 4 anos. De dirigentes de entidades diversas, Diretora do CGE. Nossa equipe está aqui eventualmente poderemos até, ao final da Sessão, esclarecer mais alguns detalhes do nosso relatório.

O que é que nós estamos fazendo agora e o que é que fizemos nos últimos dois meses? Um trabalho de preparação de um plano para os próximos quatro anos que eu que acompanho esse Ministério desde a sua criação há 22 anos, por razões diversas, sei que nunca foi feito. Aliás, o Ministério, como eu disse, é novo, só tem 22 anos, ele foi extinto mais de uma vez e recriado. Ele teve uma enorme quantidade de Ministros e essas questões e mais as dificuldades em se prever recursos levaram ao fato de que o Ministério não teve anteriormente a oportunidade de fazer um plano para quatro anos. A gente devia fazer plano de ciência e tecnologia para 20 anos. Aliás, nós fazemos, estamos fazendo um plano de 4 anos pensando em 20 anos. Mas, pelo menos temos que ter 4 anos com recursos assegurados, com ações bem definidas. E as 4 prioridades estratégicas são basicamente as mesmas dos eixos estratégicos que eu mencionei. Sistema de ciência e tecnologia, empresas, objetivos estratégicos nacionais e ciência e tecnologia para inclusão e desenvolvimento social. Dentro dessas quatro diretrizes estratégicas nós temos um plano com 12 linhas de ação. Doze linhas. Naturalmente cada linha dessa é desdobrada em muitas ações, mas nós estamos procurando focalizar, focalizar para dar, para poder realmente ter prioridades e fazer com que os resultados apareçam de maneira mais consistente, focalizar, até para facilitar o acompanhamento e a avaliação pela sociedade e aí tem doze ações que vou enumerar rapidamente e que, como eu disse, estamos num processo de discussão, de ampliação do ambiente de discussão. Vamos levar esse plano para discussão na comunidade científica, na comunidade empresarial. Já combinei com o Presidente da FIESP de fazer uma reunião em São Paulo para, na FIESP, fazer a apresentação desse plano. E, naturalmente, assim que ele tiver no formato mais conveniente nós encaminharemos formalmente para a Comissão de Ciência, Tecnologia e Comunicações do Senado para que possamos ter também, eventualmente, um debate aqui.

Mas no primeiro eixo, a primeira linha de ação é a consolidação do marco legal institucional. Nós ainda vamos, temos que avançar nesse campo.

Um segundo é a ampliação da formação de recursos humanos que é capitaneada no MCT pelo CNPq e

no Ministério da Educação pela CAPES. Mas nós vamos fazer com que determinadas áreas tenham uma prioridade mais clara nas linhas de financiamento do CNPq. Como, por exemplo, as engenharias. Nós precisamos ter mais engenheiros, especialmente em algumas áreas. Nós precisamos ter mais pessoas sendo formadas nas áreas de energias renováveis, na área do Programa Nuclear Brasileiro, na área espacial.

Então, em algumas áreas nós vamos promover incentivos para que as universidades possam atrair mais estudantes nessa área e mostrar aos jovens que essas áreas são prioritárias para a formação de recursos e com isso então tentar atrair mais pessoas para essas áreas.

Uma terceira linha de ação ainda dentro do primeiro eixo é a ampliação do financiamento dos projetos de pesquisa, desenvolvimento do sistema universitário de centro de pesquisa, mas novamente, além de ampliar nós vamos procurar fazer com que algumas áreas tenham recursos mais regulares e mais amplos. E vamos, em geral, fazer isso através de redes temáticas de pesquisa. Nós temos uma rede de pesquisa que foi implantada, começou a ser implantada há dois anos atrás que é coordenada pelo professor Luiz Antônio Barreiro de Castro que é a Rede Nordeste de Biotecnologia, a RENORBIO. Ela engloba centenas de pesquisadores de todo o Nordeste que estão trabalhando já há alguns anos de maneira articulada e gradualmente fazendo com que apareçam resultados de interesse econômico para a região. Em diversas áreas. Na área de biologia marinha, o Nordeste é um grande criador de camarão e é preciso fazer melhoramentos genéticos.

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP): O programa... Se não me engano... O crescimento da indústria do camarão em cativeiro e o mercado interno, o que está realmente revendendo quase que afastando a capacidade de exportação do camarão.

SR. MINISTRO SÉRGIO MACHADO REZENDE: E o aporte de ciência e tecnologia nessa área é muito importante. Tem países que eram grandes produtores de camarão e perderam camarão porque apareceu uma doença lá e não tinham ciência para vencer, para dominar aquela doença.

Então, a RENORBIO é uma rede importante. Uma rede que está desenhada, estará sendo lançada muito brevemente é uma rede para estudos climáticos, para enfrentar essa questão de mudanças globais. Nós temos, no Ministério da Ciência e Tecnologia, alguns dos grandes especialistas no Brasil nessa área, o Dr. José Miguéis, que está lá ao fundo, é um dos grandes especialistas nessa área, ele participa e é ouvido em grandes fóruns internacionais, ele é o coordenador

dentro do Ministério, de todas as ações no chamado mecanismo de desenvolvimento limpo criado pelo protocolo de Kyoto. No Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais, e alguns Senadores tiveram a oportunidade de visitar o INPE há duas semanas atrás, nós temos alguns pesquisadores também que são referências mundiais nessa área. E o que nós vamos fazer então, já estamos fazendo é o CGE está envolvido com esse assunto já há algum tempo, a própria administração direta, é fazer com que os vários grupos universitários, de centro de pesquisa, de vários Ministérios, incluindo outros Ministérios naturalmente com o Ministério do meio ambiente, trabalhem de maneira articulada, fazendo uma rede. Então a rede de estudos climáticos é uma outra iniciativa importante.

Na questão do desenvolvimento empresarial nós vamos aprofundar e muito as medidas que já foram iniciadas de apoio e incentivo às atividades de pesquisa, desenvolvimento e inovação nas empresas. Esse é um grande desafio que o Brasil tem. Nós temos hoje, Senador Crivella, apesar de termos começado a formar doutores no Brasil na década de 1960, nós já temos, no sistema Lattes do CNPq, credenciados ou registrados, 95 mil doutores. É um número muito grande. Agora, desses 95 mil, tem 1% nas empresas. Por quê? Porque a maioria das empresas não percebeu ainda que o que é que um Dr. pode contribuir para o seu processo produtivo. A inovação não está no processo produtivo das empresas. Mas, começa a entrar. E muitas empresas multiplicaram o seu faturamento porque incorporaram a inovação no seu processo. E nós dizemos sempre: Olha, a melhor maneira de fazer com que a cultura empresarial mude é financiando, incentivando alguns empresários inovadores, que até então têm uma enorme dificuldade de captar recursos para essa área, que é uma área de risco, é arriscado fazer pesquisa, no sentido de que boa parte das pesquisas não leva a um produto, um processo de aplicação comercial. Mas uma certa parte leva. E é preciso então apostar e arriscar. Na medida em que algumas empresas multiplicam o seu faturamento, a sua produtividade, a sua lucratividade com essas atividades, aí outros empresários vêem isso. Não adianta um pesquisador chegar para a empresa e fazer: Olha você tem que fazer isso. Muito menos o governo fazer. Agora quando o empresário vê o outro ganhando mais porque está fazendo pesquisa aí ele vai perceber.

Então, além de ter instrumento para isso nós temos um instrumento desenvolvido pelo CGE que é o portal da inovação em que as empresas podem ver qual é a disponibilidade de pesquisas que tem no Brasil e elas podem colocar no portal da inovação as suas demandas para pesquisa e eventualmente fazer

com que haja uma articulação entre pesquisadores de universidades e centro de pesquisas e empresas. E aí, nessa área empresarial, nós vamos ter foco em algumas áreas como na área de tecnologia da informação e da comunicação, microeletrônica, software, TV digital, temos um grande programa para fazer com que o sistema brasileiro de TV digital seja um sistema com incorporação de tecnologia nacional.

Passou-se para a sociedade brasileira há vários meses atrás a idéia de que o Brasil ia usar o modelo japonês. O Brasil não vai usar o modelo japonês. O Brasil vai usar o sistema de modulação japonês, só modulação do sinal que é dos sistemas que existe o melhor que tem. Agora o sistema de codificação é o sistema que não é usado em nenhum dos sistemas internacionais, mas é um sistema novo e que o Brasil domina. O sistema de tratamento das informações que é chamado *middleware* um sistema totalmente nacional. Nós temos, nessa semana, mais uma missão brasileira no Japão discutindo com os japoneses, missão de pesquisadores discutindo essa questão de cooperação tecnológica, científica, tecnológica nesse assunto.

Então, TV digital é um outro assunto importante. Nos desafios estratégicos nacionais nós vamos intensificar as ações em fontes novas de energia, em especial, o etanol e o biodiesel. O Programa Nuclear Brasileiro. O Programa Espacial Brasileiro. E os desafios que são colocados pela Amazônia, que precisam de muita atividade de ciência e tecnologia e muita formação de recursos humanos voltados para essa área.

E finalmente as duas últimas linhas de ação, dentro da prioridade de ciência e tecnologia para o desenvolvimento social têm duas. Uma que é a popularização da ciência e tem duas ações que ganharam dimensão nos últimos anos nesse assunto de popularização e melhoria do ensino de ciência: Uma é a Semana Nacional da Ciência e Tecnologia que é realizado desde 2004 numa semana, no mês de outubro. Já tivemos três. E isso envolve promoção de atividades em escolas, em universidades, em prefeituras, em entidades governamentais, em entidades não governamentais em todo o Brasil. Nós tivemos no ano passado mais de oito mil atividades em mais de quatrocentos municípios brasileiros. No primeiro ano tivemos duas mil atividades. A cada ano o número de atividades aumenta. Este ano teremos então, em outubro, a quarta Semana Nacional de Ciência e Tecnologia. E que produz uma grande mobilização no País como um todo.

Uma segunda atividade que tem uma dimensão cada vez maior é a Olimpíada de Matemática das Escolas Públicas Brasileiras. Essa Olimpíada, que foi iniciada em 2004, a Olimpíada de Matemática já existe há muitos anos, mas o Presidente Lula propôs em

2004 que fosse feita uma para as escolas públicas. Nós esperávamos, em 2005, primeiro ano em que ela foi realizada, ter aproximadamente cinco milhões de estudantes inscritos. Tivemos onze milhões. No ano passado, nós tivemos catorze milhões de estudantes realizando a prova, as duas, a Olimpíada é feita em duas etapas, uma prova de múltipla escolha, que é de fácil correção e uma segunda prova discursiva.

Pois bem, nós estaremos, nesse próximo final de semana juntamente com o Ex-Ministro Eduardo Campos premiando os trezentos estudantes, em todo o Brasil, que ganharam a medalha de ouro. E o incrível dessa Olimpíada é que existem estudantes ganhando medalha de ouro proveniente de qualquer cidade do interior do Brasil. Da capital e do interior.

Então, tem, em qualquer Estado, e nós já fizemos esse levantamento, tem uma cidade que é muito pouco conhecida da população e tem lá um estudante que ganha a medalha, ou a medalha de ouro na Olimpíada de Matemática. Aí o paralelo que nós fazemos é com o futebol. Se o Brasil consegue produzir craques que nascem em qualquer lugar do País, no interior, desde que ele tenha oportunidade de jogar futebol desde criança e ter um certo dom natural ele pode virar um craque, jogar na seleção brasileira. Infelizmente, a grande parte deles vai jogar no exterior. Mas, na matemática e na ciência isso também é possível. E a Olimpíada de Matemática está mostrando isso.

Então, Senador, isso, em linhas assim muito gerais é o esboço do nosso plano para quatro anos, como eu disse, fizemos uma discussão interna no Ministério nos últimos meses. Nós tivemos a confirmação da nossa permanência no Ministério, há apenas dez dias e grande parte da nossa equipe vai continuar.

Então, agora nós estamos fazendo com que esse plano seja finalizado para que ele possa ser discutido com a sociedade e nos próximos dois meses teremos então um plano mais acabado para que ele possa então ser executado com solidez e com segurança nos próximos quatro anos. São essas então as minhas palavras e estou, naturalmente, à disposição de toda a Comissão para prestar esclarecimentos adicionais. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ): Sr. Ministro, nós é que agradecemos a presença de V.Ex^a. aqui com todo o *staff* do nosso Ministério da Ciência e Tecnologia, que é um orgulho para nós que votamos com muita esperança no passado, na última Legislatura, a Lei do Bem, a Lei da Inovação. E agradecemos por essa brilhante e fascinante, eu diria, palestra de V.Ex^a., porque tocou aqui nos grandes temas brasileiros que é a questão da energia atômica, que é a questão aí do etanol, o se-

nhor falou do ensino, o senhor falou da pesquisa, das Olimpíadas, da popularização da ciência, é isso que nossa juventude está precisando tão envolvida hoje, por causa dos meios de comunicação na violência, no crime, nas drogas e nessa banalização do sexo, que acaba nos trazendo a tristeza de discutir como discutimos ontem leis propondo até que as pessoas tivessem acesso à intervenção cirúrgica para se vasectomizar na área, na fase mais jovem da vida.

Mas, Sr. Ministro, nós vamos então passar para o debate com as perguntas dos Senadores, em bloco de quatro. E eu vou começar, depois o Valdir, depois o nobre Senador Flávio Arns, Romeu Tuma. Vou pedir ao senhor para responder rapidamente cada um de nós vai ter três minutos. E a gente então podendo, nós estamos no ar, estamos ao vivo para todo o Brasil, poderemos então aproveitar bastante o nosso debate.

Minhas perguntas são a seguinte, sou do Estado do Rio de Janeiro, isso, e tem lá o nosso projeto nuclear. O governo diz que vai investir, inclusive com novas usinas, às margens do São Francisco. Mas eu queria saber do senhor sobre Angra 3. E uma outra preocupação, o CNEN é proprietário, desde a mineração do urânio, ao seu beneficiamento, enriquecimento, ao uso dele nas usinas nucleares, mas quem fiscaliza o CNEN? Ele é fiscal de si próprio? O Ministério tem uma visão estratégica de dobrar aí a segurança. E gostaria também, finalizando, que V.Ex^a. nos dissesse um pouco a respeito dos planos do Ministério para liderar o esforço nacional no combate ao aquecimento global. São essas duas perguntas. Com a palavra, o Senador Valdir Raupp.

SENADOR VALDIR RAUPP (PMDB-RO): Sr. Presidente, Senador Marcelo Crivella, Sr. Ministro da Ciência e Tecnologia, Sérgio Machado Rezende, V.Ex^a. falou em popularização da ciência, e eu digo que tem que popularizar o Ministério, o Ministério da Ciência e Tecnologia é um Ministério não muito popular ainda. Eu estou lendo aqui rapidamente, dei uma passada com aqui no relatório de gestão e o que o Ministério faz é uma coisa simplesmente fantástica, Presidente, fascinante. E pouco divulgado, acho que todos os outros Ministérios, Educação, Saúde, Transporte, por aí, tem um trabalho de divulgação das suas ações, e o Ministério de Ciência e Tecnologia não tem. Ele precisa divulgar um pouco mais para ficar mais popular e ter mais apoio da sociedade e do Congresso Nacional. Se bem que é que o Congresso está apoiando bastante. Tanto é que nós criamos a Comissão de Ciência, Tecnologia e Comunicação por entender que é uma pasta muito importante, o Ministério da Ciência e Tecnologia. Vou fazer aqui algumas perguntas.

Sr. Ministro, é com satisfação que o Senado Federal recebe no dia de hoje, e sempre tratando, o Ministério de Ciência e Tecnologia é sempre tratado de uma maneira especial nesta Casa pois trata de temas que sendo importantes como os temas dos demais Ministérios, todavia sempre gera uma sinergia de esforços para que, de fato, este País alcance um outro estágio no desenvolvimento científico e tecnológico.

O Governo Federal vem desenvolvendo, através do Programa Nacional de Produção e Uso do Biodiesel a implementação da produção e uso biodiesel de forma sustentável, com enfoque na inclusão social e no desenvolvimento regional via geração de emprego e renda. A ação do Ministério da Ciência e Tecnologia se refere aos aspectos tecnológicos de inovação do programa, com a coordenação pela CETEC da Rede Brasileira de Tecnologia de Biodiesel. A pergunta: V.Ex^a. poderia nos dar um panorama de como está o Programa Nacional de Produção e Uso do Biodiesel? Falo, naturalmente, do apoio e fomento ao desenvolvimento tecnológico por parte do MCT para a produção e uso do biodiesel.

Segunda pergunta, Sr. Presidente. A carreira de ciência e tecnologia, do Governo Federal, teve seu efetivo reduzido em 50%, de 40 para 20 mil servidores. Com a saída de 4 instituições, o INPI, Inmetro, IBGE e FIOCRUZ para carreiras próprias através da MP 301, com salário cerca de 70% mais altos.

Pergunto, Sr. Ministro: Com o MCT, como o MCT está tratando essa questão e como estão as negociações com o Ministério de Planejamento, Orçamento e Gestão para implantar uma nova tabela para a carreira de Ciência e Tecnologia? São essas perguntas.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ): Obrigado, Senador Valdir Raupp. Com a palavra o nobre Senador Flávio Arns.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Em primeiro lugar, quero dizer também da alegria e da satisfação de termos V.Ex^a. aqui na Comissão e desejando assim que os trabalhos continuem sendo positivos, a favor da independência do Brasil através da ciência e tecnologia também e que a gente possa realmente ter nesta área avanços importantes para o desenvolvimento econômico, social, ambiental, em todas as áreas do nosso País.

Eu quero dizer que nós tínhamos aqui no Senado Federal, na Comissão de Educação, uma Subcomissão permanente de Ciência e Tecnologia e várias audiências públicas foram realizadas naquela Comissão muito interessantes em torno de vários temas levantados por V.Ex^a. como a questão da TV digital, da robótica, da nanotecnologia, da energia nuclear, do contingenciamento de fundos setoriais naquela épo-

ca através da presença da SBPC aqui também. Da Semana Nacional da Ciência e Tecnologia, né, que a subcomissão participou de uma maneira efetiva. Além da iniciativa da UNESCO em termos do Dia Mundial da Ciência e Tecnologia voltado para a paz, para a construção da paz.

Então, agora, objetivando uma importância maior, um destaque maior para esta área que inclusive foi criada no Senado Federal, esta Comissão de Ciência e Tecnologia. Mas eu queria fazer três perguntas a V.Ex^a. V.Ex^a. falou bastante dos recursos, dos aportes maiores de recursos, o que é bom, mas eu gostaria que V.Ex^a. fizesse um comparativo com outros países para se saber, assim, percentualmente o que vem acontecendo. Nas audiências públicas, como eu mencionei na vez passada, do ano passado, a SBPC, por exemplo, [soa a campainha] trouxe o problema de contingenciamento dos fundos setoriais. Isso ainda vem acontecendo? É um problema? Quais são as dificuldades orçamentárias? Ainda nessa questão de orçamento, nós tivemos, inclusive criamos a Frente Parlamentar PROANTAR, pró... Todo o trabalho que vem sendo desenvolvido pelo Brasil lá na Antártica, né? E a gente percebe, e nós estamos já há meses discutindo com o Ministério do Planejamento a necessidade de se ter oito milhões de reais para o PROANTAR, para a manutenção do PROANTAR. Porque o Brasil tem a base na Antártica, ou Antártida, eu sempre achei que fosse só Antártida, mas é Antártica também e então queria ver em que pé que está porque seria uma pena extraordinária, a gente perder uma... Assim, uma iniciativa boa que precisa de apoio. Tantos pesquisadores vão para lá e que necessitam de oito milhões de reais.

Aqui na nanotecnologia, por exemplo, nós tivemos a apresentação de uma experiência da UNICAMP, que foi extraordinariamente elucidativa, até o Presidente acho que estava presente naquela ocasião, em que a UNICAMP criou uma metodologia para mostrar para os alunos do ensino fundamental como perceber a importância da nanotecnologia. E com dificuldades financeiras de mostrar isso para a população.

Então, que recomendação que V.Ex^a. daria para a UNICAMP? Então, em termos de recursos PROANTAR, os fundos setoriais, a UNICAMP. A segunda observação que eu faço é em relação às instituições de ensino superior privadas, particularmente as PUCs e outras instituições que têm linhas de pesquisa assim... Importantes, o Brasil não pode prescindir dessas instituições, como é que V.Ex^a., dentro do Ministério, vê o reforço da aproximação e do aproveitamento das pesquisas de ensino, de instituições de ensino superior privados? Como que acontece isso dentro da dinâmica do Ministério?

E a última pergunta, também se relaciona àquilo que o Senador Valdir Raupp comentou da carreira de ciência e tecnologia. Porque a gente sabe que para haver ciência e tecnologia nós temos que ter pessoas qualificadas, motivadas e, principalmente, remuneradas. Bem remuneradas. Eu tenho o conhecimento do Requerimento do ofício de V.Ex^a. para o Ministro do Planejamento há cerca de um ano, né, pedindo o empenho para que isto acontecesse dentro do Ministério do Planejamento como também tem ofício da CAPES, como também tem Ofício do Ministro da Saúde, cópias desses ofícios em que todos os Ministros mostram a importância, a necessidade de se prestigiar, quer dizer, a gente tem ciência e tecnologia a gente precisa ter gente prestigiada, valorizada, qualificada e remunerada. Inclusive nós aprovamos na semana passada um Requerimento aqui nesta Comissão, constituindo um grupo de trabalho de alguns Senadores para que esta Comissão ajude o Ministério a ir ao Ministério do planejamento para discutir este plano de carreira do pesquisador que está nos vários Ministérios atendendo uma reivindicação do fórum de ciência e tecnologia.

Então, eu gostaria assim que V.Ex^a. pudesse abordar esse assunto. Seriam as três perguntas básicas. Obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ): Muito obrigado Senador Valdir Raupp, com a palavra o Senador pelo Estado de São Paulo, Romeu Tuma.

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP): Ministro Sérgio Machado é um prazer, uma honra tê-lo aqui conosco. Eu até comentava com o nosso Presidente a elegância e a postura e a tranquilidade com que V.Ex^a. expôs e com entusiasmo praticamente de foro íntimo que alguns resultados que têm alcançado, acredito com muita dificuldade de vencer obstáculos de um Ministério que acabou de completar a maioria. E já é possível atingir se errar.

Eu tenho aqui, a instalação dessa Comissão tem três meses, ela é nova para nós. Então, há um entusiasmo muito grande dos membros, o senhor deve ter sentido pela exposição do Arns, do Raupp e de outros que aqui vão colocar do interesse. Porque nós refletimos o interesse da população, não adianta, as reivindicações do Estado. Eu digo que, com o Wellington que é o nosso Presidente, sobre algum ponto que eu acho muito importante. O Eduardo Azeredo é especialista em técnica de informática, está sempre com os projetos aí buscando a melhor forma de aprimorar. E quando a gente faz um projeto aqui, não é um, mais de meia dúzia, sempre há um item, um artigo que diz tantos por cento para pesquisa em ciência e tecnologia. Eu falei: Wellington, tem que chamar o Ministro aqui para

saber para onde vai esse dinheiro. Isso é como essas outras fontes que nunca vai para o destino, é para pagar juro, para não sei o que.

Então, eu tenho uma preocupação de investimento maciço principalmente na pesquisa. O Brasil começa a abrir um caminho, V.Ex^a. diz que tem 90 mil professores registrados é isso?

SR. MINISTRO SÉRGIO MACHADO REZENDE: Doutores.

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP): Doutores. Eu sei que eles são praticamente hoje, com o Ministério da Educação de exigência para universidades o número mínimo de doutores para constituir o corpo docente.

Então, eu acho que as indústrias deveriam ter a obrigação também de absorver no mercado esses especialistas que as escolas estão formando. E dentro das escolas profissionalizantes há vários quadros de trabalhadores médios, não com curso de graduação completa, mas que têm já dentro do SESI, do SENAI, um trabalho bem desenvolvido. A gente vê V.Ex^a. falou na Feira de Ciência e Tecnologia, sempre um ou dois projetos são aproveitados por indústrias até internacionais. De jovens de 14, 15 anos que têm uma paixão pela ciência e pela tecnologia. E essas feiras internacionais de jovens de classe média, SESI, SENAC, o Brasil consegue se colocar entre os primeiros. Então nós temos uma massa de desesperados para serem aproveitados e a gente fica aqui angustiado, o porquê isso não acontece. E V.Ex^a. também deve estar sentindo isso pela exposição que fez.

Eu acho que o meu tempo esgotou antes de começar. [risos] Aqui ele falou da usina nuclear, eu tinha anotado aqui. Porque um dos temas que começa a se discutir é energia limpa que é a energia nuclear é energia limpa. Nós estamos com a tecnologia do álcool super desenvolvido hoje e mostraram na televisão, os jornais dizendo que a tecnologia brasileira é a única que deve ser imitada. A americana com o milho e tal, estavam criticando todas as outras e inclusive do aproveitamento do solo, que só o Brasil teria condições de ocupar uma parte do solo na produção de álcool oriundo de cana e sem prejuízo da produção de alimentos.

Então, é uma parte que hoje eu acho que tem que vir para a ciência e tecnologia para poder, com a agricultura, é claro, desenvolver. O CNPq, eu pus aqui que eu acompanho desde que eu era chefe de Polícia, o CNPq tinha um contato muito grande com a gente em razão de vários problemas que surgiam pela exclusividade do CNPq em vários segmentos, que hoje se abriram. Eu estava falando com o nosso Senador Augusto Botelho, que é médico, da produção

de um contraste para a identificação no câncer e a sua dimensão. Eu recebi aqui mais de uma Comissão de Oncologistas desesperados pela dificuldade de conseguir um contraste, ele disse que é radioisótopo e que hoje nós aprovamos um projeto para alguns hospitais já com tecnologia fabricar. Eu tomei a semana passada contraste de radioisótopo para fazer o PET-Scan a leitura do organismo por inteiro, todas as células são identificadas se têm ou não tendência cancerígena. Então é uma coisa maravilhosa que o Brasil hoje tem condições, não precisa importar, não precisa nada mais. Provavelmente, eu acho que um dos caminhos que a gente tem que resolver é o investimento em pesquisa, Ministro. Desculpa, eu insisto nisso porque eu acompanho muito de perto o desenvolvimento na área médica. Eu tenho um filho médico e freqüento semanalmente o INCOR e vejo o desenvolvimento de pesquisas. Às vezes tem médicos lá, Dr. Arns, que pegam dinheiro do bolso para ir comprar algum produto para fazer algumas experiências pelo entusiasmo, pelo desespero que têm de chegar à conclusão dos seus trabalhos, do seu protocolo, da busca de alguma coisa que possa melhorar a vida.

Pólos tecnológicos de desenvolvimento. Encontrei nos Estados Unidos, fui visitar um, e que fica sempre próximo dos aeroportos, eles têm isenção fiscal, isenção de vários tributos, não pode exportar, apenas para poder desenvolver o aspecto tecnológico científico de produtos que são fabricados em outros países. Não estou falando que é da China, que cópia não. É para desenvolver, na pesquisa tecnológica, a capacidade dos nossos técnicos desenvolverem a sua atividade. O senhor falou na Escola Naval, me parece que o Secretário Geral foi fazer uma palestra. Eu não chorei porque é... Não tinha ninguém para eu, para eu lastimar, mas eu... Acho que sofri muito quando o Presidente suspendeu o desenvolvimento submarino nuclear. Que já vinha no arsenal de Marinha se desenvolvendo há dez anos. A Marinha tem um convênio com a Politécnica da Universidade de São Paulo há muitos anos. Então, a Marinha tem desenvolvido uma tecnologia especial na sua área de desenvolvimento, eles começaram a pesquisa de fabricação de computadores, a Marinha tem uma visão dessa área tecnológica sem, é claro, eu não conheço bem os produtos da Aeronáutica, deve estar no INPE, no IPEA e lá no CTA e outros órgãos e o Exército também tem um processo de desenvolvimento científico na área que lhe é afeta. Os militares têm se dedicado. Eu fiz uma pergunta, quando... Com o Ministro da Ciência e Tecnologia à época em que foi aprovado um projeto dando 3% dos *royalties* que fossem despachados para, se ia para as Forças Armadas também. Porque nós pensamos muito, principalmente

nas universidades, que é onde está o núcleo de jovens dispostos a se envolver em... E hospitais escolas, universidades que tenham desenvolvimento.

Acho que eu já fui longe demais. Marco legal, que V.Ex^a., eu acho bom, ampliação em RH e o Projeto Antártida. Aí eu acho que é uma coisa importante porque nós temos, dentro de um convênio internacional. Quer dizer, aqueles que pararem as suas pesquisas--

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Só 8 milhões.

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP): E 8 milhões, praticamente é 1% do que o governo paga de juro por mês. E esse, se a gente não conseguir dar prosseguimento, perde internacionalmente a área que está desenvolvendo o projeto. Não é um problema de desativar, é que vai perder.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): 0.1.

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP): 0.1. Não é 1%, é 0.1. [risos] Mas eu queria cumprimentar V.Ex^a., inclusive pela elegância e respeito com a Comissão em trazer toda a sua equipe para que nós pudéssemos conhecê-los.

Parabéns. E espero que a gente possa, de maneira bem pequena ajudá-lo na sua tarefa.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ): Muito obrigado, Senador Romeu Tuma. Nós tínhamos combinado um bloco de quatro, mas eu vou fazer bloco de cinco, porque está aqui o Líder do PSB que é do partido do Ministro e daqui a pouco vai ter que ir para a Comissão de Constituição e Justiça, eu estou presumindo. Então se V.Ex^a. puder fazer as suas colocações agora, o Ministro certamente passará a respondê-las em seguida.

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP): O importante é que V.Ex^a. distribua as notas taquigráficas.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ): Exatamente. Vamos distribuir as notas taquigráficas. Com a palavra V.Ex^a.

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Muito obrigado, Presidente, Senador Marcelo Crivella. Cumprimento o Ministro Sérgio Rezende e a equipe do Ministro que está aqui presente. Cumprimento o Deputado Rodrigo Rollemberg também que está acompanhando esta Sessão e o Deputado Márcio França, Líder do PSB na Câmara que teve que se ausentar por algum tempo. Parabenizar a equipe do Ministério pelo trabalho que tem feito e o Ministro foi muito claro naquilo que o governo do Presidente Lula alcançou neste primeiro mandato e, com certeza, vai avançar ainda mais no segundo mandato. Alcançou em termos de popularização do tema ciência e tecnologia, inovação e avançou em termos de aumento de investimento. E o Congresso Nacional acompanhou esse avanço. Na

hora que nós votamos aqui leis importantes na área de biotecnologia, na área da inovação tecnológica, nós, na regulamentação do fundo que vai ter que ser encaminhado uma nova proposta, nós temos debatido a questão do contingenciamento ainda.

Então, nós temos avançado aqui enormemente nesta área e o sistema nacional, na minha avaliação, está se estruturando e se aperfeiçoando, Ministro.

Então, primeiro parabenizar pelo trabalho que tem sido feito, conduzido por V.Ex^a. que muito nos orgulha ser do nosso partido, pelos resultados que nós temos alcançado nesta área.

Rapidamente, questionar para o debate nosso aqui, uma vez que nossas esperanças estão depositadas num percentual muito grande na área de novas tecnologias. Na área da inovação, na área do investimento na ciência e nessas novas tecnologias.

Então, talvez sempre estiveram, agora mais do que nunca. Porque se nós tivéssemos o nível de consumo que temos hoje com as tecnologias de 30, 40 anos atrás nós já não teríamos condições de sobreviver no planeta. Agora, mais do que nunca, nós estamos colocando todas as nossas, toda a nossa esperança no desenvolvimento de novas tecnologias, na adoção de políticas que possam fazer com que o consumo de energia seja menor. Que a gente tenha racionalidade no consumo cada um de nós, mas que as tecnologias adotadas novas, daqui para frente, possa estabelecer um maior controle desse consumo de energia e do gasto de energia.

Então, a minha, meu questionamento vai se basear no grande tema das mudanças climáticas. Primeiro, o que é que o Ministério tem debatido com relação a matriz energética? O senhor falou aí sobre fontes alternativas e falou de energia nuclear. O Ministério de Minas e Energia tem apresentado um planejamento da matriz energética até 2030, que aumenta a geração de termoeletricità a carvão e que coloca a questão da energia nuclear como uma fonte importante de fornecimento de energia. O Ministério de Ciência e Tecnologia tem debatido a matriz energética para que nós possamos desenvolver efetivamente a geração comercial de novas fontes de energia na hora que se esgotar a fonte hidráulica de energia elétrica? Porque eu acho que o Ministério da Minas e energia trabalha muito no quantitativo, precisa gerar energia para atender o crescimento do Brasil. Não tem a preocupação com a qualidade da nossa matriz energética que hoje é boa, e acho que o Ministério precisa se aprofundar neste debate para que a gente possa saber efetivamente o que é que nós podemos fazer daqui para frente para interferir no futuro da matriz energética brasileira. E se nós temos segurança com relação, se as novas tecno-

logias desenvolvidas nos dá segurança com relação à ampliação da energia nuclear. Se nós temos segurança com isso. Segurança ambiental, que é a segurança da população brasileira com relação aos resíduos. Eu falei... Eu falei nuclear.

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP): Não, desculpa, é que eu fui perguntar o que era energia fotovoltaica e os técnicos me explicaram que é energia solar.

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Então está bom.

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP): Desculpa, doutor... [risos]

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Eu estou atento ao senhor pela experiência. A outra questão, nesse contexto, tem uma matéria nos jornais de hoje dizendo aqui, no encontro da USP ontem, no Instituto de Estudos Avançados da USP dizendo que "nós não temos informações climáticas de longa duração. Que o Brasil é um vazio no monitoramento de fenômenos físicos e biológicos".

Nós fomos ao INPE, vimos o trabalho do INPE e tal. O que é que o Ministério está preparando para que nós possamos ter essa rede de pesquisa e de monitoramento no Brasil para que daqui a 5 anos, 10 anos a gente não tenha mais esse vazio que nós temos hoje por falta de investimento no passado? O que é que se estabelece hoje para que a gente tenha dados para subsidiar o nosso trabalho e a nossa política que a gente tem que adotar nessa área do enfrentamento das emissões de gases e na política nacional de mudanças climáticas? Eu espero que o Brasil possa apresentar à população brasileira, que o governo possa apresentar à população brasileira ainda esse ano. Nesse, então essa rede de pesquisa, de levantamento, de monitoramento, o que é que o Ministério está planejando com relação a isso. E com relação ao desenvolvimento da Amazônia. Nós vimos lá o programa de parceria com a China do satélite, CBERS, né? E... Nós vimos. Acho que nós estamos indo bem, quero parabenizar o Ministério, o INPE é um excelente centro de pesquisa. Acho que nós estamos avançando, somos um dos países de ponta nessa área. Mas o que é que nós estamos fazendo, além do controle que nós temos que ter, Ministério do Meio Ambiente, Ibama, Forças Armadas, Ministério da Ciência e Tecnologia, o que é que nós estamos fazendo lá no INPA, no Instituto Emílio Goeldi, o que nós estamos fazendo para que nós possamos estabelecer um modelo de desenvolvimento para esta região? Não vai poder desmatar. Está certo. Mas o que é que nós estamos fazendo para que as pessoas que moram lá tenham condições de sobreviver com a floresta preservada? Esses institutos estão recebendo

investimentos necessários para serem, de fato, pólos de desenvolvimento de biotecnologia que garanta a sobrevivência dos seus moradores? Então são esses questionamentos, Ministro.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ): Muito obrigado, Líder do PSB. Com a palavra V.Ex^a.

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP): Só, desculpa, eu vim aqui com uma coisa na cabeça, acabei, com o entusiasmo da exposição do Ministro, não fazendo uma pergunta de interesse momentâneo. Tem um projeto de autoria do Senador Arns em que eu sou Relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ): Aí já não é mais momentâneo é monumental que o projeto dele com o Sr. Relator a importância é monumental.

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP): Sobre a importação de pneus usados e há uma, não digo confusão, há uma deliberação ecológica de não permitir, e a indústria do Paraná, com... Demonstrando uma série de vantagens sociais e tudo. Eu perguntaria se o Ministro tem ou não algum estudo a respeito disso para que a gente pudesse--

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ): V.Ex^a. fala dos pneus?

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP): É, porque tem 4 Ministérios que estão colaborando com a gente da elaboração de um projeto de importação e proibição de importação de pneus ou não e de resíduos sólidos, que eu acho que é da área de ciência e tecnologia hoje, não dá... Então era só para ver se existe algum trabalho nesse sentido e se poderia colaborar com a gente. Peço desculpas a V.Ex^a.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Sr. Presidente, pela ordem.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ): V.Ex^a., antes de pegar já está perdoado.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): [risos]

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP): Vindo em vossas mãos só falta fazer o sinal da cruz.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Eu só quero fazer uma observação em relação ao que está havendo muita confusão na verdade só para esclarecer porque realmente o projeto é de minha autoria e na Comissão de Assuntos Econômicos, o Senador Romeu Tuma que vem se debruçando sobre o tema é o Relator.

Agora, não se trata, na verdade, de importação de pneus usados, se trata à contrapartida ambiental para colocação de qualquer tipo de pneu na sociedade.

Então, a pessoa que produz um pneu novo tem que ter a contrapartida ambiental, quem importa um

pneu novo tem que ter, quem coloca um pneu remoldado tem que ter. Se o remoldado é produzido aqui ou produzido fora tem que ser, na minha opinião, seria, me permita só dizer, que o projeto foi citado, o Brasil vem sendo penalizado pela Organização Mundial de Comércio pelas proibições de importação. Eu diria, inclusive, que o governo vem tendo um enfoque equivocado nessa situação. Não é uma questão de proibir ou de não proibir. A questão é nós termos contrapartidas ambientais tão severas que a contrapartida ambiental inviabilize negócios que não sejam desejados pelo Brasil. Aí nós não entraríamos na área da Organização Mundial do Comércio e sim nas contrapartidas ambientais.

Então, existe assim uma radicalização muito grande em torno desse debate, infelizmente. E a gente sabe porque existem interesses econômicos também extraordinários envolvidos nisso tudo. Mas a gente tem que achar a solução ambiental. É isso que eu quero deixar muito claro.

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP): Só para esclarecer que isso não é um debate agora. Mas é... O problema da OMC, o noticiário é que o Brasil perdeu a disputa pela obrigatoriedade de permitir a importação e que não é verdade. Tem um voto secreto, o Itamaraty esteve conosco. E disse que o Brasil está entre o processo ecológico e o processo econômico. No econômico há que haver uma proibição, ou senão tem que permitir a importação. E o ecológico, o Brasil está ganhando em todas as esferas.

Então, não vou discutir porque é um assunto importante, apenas um apelo ao Ministro, o Senador é perfeitamente voltado para a área da ecologia, então está tentando essa destruição de pneus usados em contrapartida a cada importada ou a cada fabricado. Isso já está mais ou menos equacionado. O problema é se se permite ou não trazer pneu usado. Porque há uma tese de ser lixo disfarçado de importação.

Então, esse cuidado do Brasil não se transformar numa lixeira mundial é que a gente se angústia. E o problema econômico é claro, pode trazer uma série de prejuízos, principalmente para o Estado do Paraná.

Então, eu só pedi isso, o senhor desculpa, acho que não--

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ): V.Ex^a. colocou bem. Agora, é importante relembrar que o projeto é realmente, ele é amplo, porque ele fala de contrapartida ambiental, que é o fundamental e que eu acho que é o que nós vamos aprovar definitivamente, independente de qualquer outra coisa.

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP): É a tese do Senador, só que é querer a liberação na importação.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ): Mas a contrapartida é fundamental. Essa tem que ter mesmo.

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP): Essa já está estabelecida até um número maior do que era previsto anteriormente.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ): Sr. Ministro, com a palavra V.Ex^a.

SR. MINISTRO SÉRGIO MACHADO REZENDE: As perguntas, naturalmente, abrangem um campo vastíssimo. Eu vou procurar responder bem rapidamente e objetivamente. Mas, me comprometo a enviar para cada Senador que fez uma questão específica uma informação mais detalhada. Faremos isso nos próximos dias.

Começando com a questão de V.Ex^a. em relação ao Programa Nuclear. Como todos sabem, principalmente por conta de acidentes ocorridos há vinte e poucos anos atrás, os programas nucleares de geração de energia a partir de fontes nucleares foram, em todo o mundo, não completamente interrompidos, mas em muitos países foram interrompidos e outros foram completamente desacelerados. Alguns países não deixaram de investir em fontes nucleares. A França, por exemplo, produz, tem 70% de sua matriz de fontes nucleares e exporta energia para o resto da Europa. A China está construindo reatores nucleares, não deixou de fazer isso. Mas, o que despertou a humanidade para o problema da geração nuclear foram os acidentes nucleares.

Ocorre o seguinte, nos últimos vinte anos não houve qualquer outro acidente nuclear de gravidade. Por quê? Porque passou-se a ter uma preocupação muito maior com a segurança do sistema nuclear. A tecnologia evoluiu muito. Hoje está se fazendo os geradores de terceira geração, de modo que há toda uma nova geração de reatores em desenvolvimento.

Bom, a segunda preocupação ambiental é a questão dos rejeitos nucleares. Quando o urânio deixa de ser utilizado, quando ele já não tem mais utilidade para aquecer a água nos reatores nucleares, ele ainda está emitindo radioatividade. Então o que é que se faz? No momento, o que os países têm são depósitos chamados temporários. Temporários é porque eles garantem que o rejeito não tem nenhuma contaminação a partir de uma certa distância por 50 anos. Ora, e 50 anos é o tempo de vida das usinas atuais.

Então, os países que têm fontes nucleares, eles têm então o rejeito contido, armazenado de maneira segura por dezenas de anos. Qual é o desafio? O

desafio é ter rejeito, armazenamento permanente, ou reutilização. A nova geração de reatores, ela utiliza, ela reaproveita o rejeito e ela utiliza até ele deixar de ser radiativo, porque enquanto ele é radiativo ele pode ser usado para alguma coisa porque ele está exatamente emitindo a radioatividade.

Então, o problema de segurança dos reatores está equacionado e o problema de rejeitos, ele está equacionado por muitos anos. E por conta disso e por conta da produção de gases de efeito estufa se percebeu que as fontes nucleares são muito mais benéficas do ponto de vista de aquecimento global. Para citar um exemplo, para gerar um Megawatt/hora de energia com fontes de óleo diesel, termoeletricas, se emite aproximadamente mil quilos de dióxido de carbono. Enquanto que uma fonte nuclear emite 4 quilos, 4. Portanto, ela é desprezível comparado com as outras fontes. A fonte hidrelétrica também ela é poluidora, porque é preciso ter desmatamento.

Então, hoje percebeu-se que as fontes nucleares são... Têm esse benefício ambiental.

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): E as nossas usinas, as nossas usinas estão... São usinas, Angra 3, está prestes a ser colocada em funcionamento. Qual é o desenvolvimento tecnológico delas?

SR. MINISTRO SÉRGIO MACHADO REZENDE: Ela é da geração atual, ela é da geração atual. Mas é uma geração que tem segurança de Atuação por, como eu falei, 40 a 50 anos. Com relação à questão do programa Nuclear. O Programa Nuclear Brasileiro foi interrompido há vinte e tantos anos. Grande parte dos equipamentos para Angra 3 foi importada, está nas dependências da CNEN, da NUCLEP e o País está prestes a decidir a retomada da construção de Angra 3, por quê?

Primeiro porque nós precisamos diversificar a nossa matriz energética. Segundo, precisamos ter mais energia. Terceiro, está havendo também na sociedade brasileira, apesar de haver alguns movimentos mais radicais contra, de que a energia nuclear tem essa vantagem ambiental e ela é muito mais segura do que se percebia há alguns anos atrás.

Então, Senador, a decisão em relação à Angra 3, ela está para ser tomada. Ontem nós tivemos uma reunião com o Ministro Silas Rondeau exatamente discutindo o plano de 2030. Aí já vou respondendo a questão do Senador Casagrande. Nós participamos do Conselho Nacional de Políticas Energéticas. Nós temos na Secretaria de Tecnologia, presidida, dirigida pelo Secretário Luiz Elias, um grupo voltado para energias. Várias fontes de energias. Então nós temos uma interação muito grande com o Ministério de Minas e Energia e subsidiando com informações em relação a

fontes de energia, estudos, a rede que o Ministério tem envolvido tanto na área nuclear quanto em outras áreas de energia. Então, permanentemente, subsidiando o Conselho Nacional de Políticas Energéticas.

Então, a discussão sobre Angra 3 vai ser levada ao Presidente da República nas próximas semanas para que ele então dê o aval e que possa fazer com que o Conselho de Políticas Energéticas possa tomar a decisão não só em relação à Angra 3, mas em relação ao plano decenal, o plano de 20 anos que foi preparado.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ): Controle externo do CNEN, V.Ex^a. acha que é necessário?

SR. MINISTRO SÉRGIO MACHADO REZENDE: O seguinte, o senhor tem toda a razão quando diz que uma mesma entidade responsável pelo ciclo do processamento de combustíveis, pelas empresas que são da área nuclear e ao mesmo tempo fiscalizar é uma distorção no sistema brasileiro. Por que existe essa distorção? Porque há alguns anos atrás só havia a CNEN e não havia programa nuclear que justificasse ter uma separação e a criação de uma outra agência.

Pois bem, para um próximo mandato, como o plano nuclear brasileiro está para ser retomado, uma das propostas que nós temos é exatamente separar a ação de fiscalização não pode estar confundida com a ação de execução.

Então, essa é uma das ações que está prevista no nosso plano de ação.

Com relação à questão do Senador, as questões do Senador Valdir Raupp. O senhor tem toda a razão que o Ministério da Ciência e Tecnologia aparece pouco. Em grande parte porque a clientela dele, até recentemente, era a comunidade científica que como eu falei é grande, mas é muito pequena em termos percentuais na sociedade brasileira.

Então, por essa razão, pelo fato da ciência e tecnologia não estar tão permeada na sociedade, isso vale para a própria mídia, então esse Ministério, as ações do Ministério têm pouca divulgação. Nós temos feito um esforço para divulgar um pouco mais. Esse relatório, como eu falei, é um relatório de quatro anos de atuação. E, na verdade, é o relatório mais abrangente que já foi produzido pelo Ministério da Ciência e Tecnologia. Ele procura, e nós temos procurado divulgar as ações. Agora, o senhor tem toda a razão de que precisamos redobrar os esforços na medida que nós temos participado de eventos diversos, nós estamos fazendo a semana nacional de ciência e tecnologia. Nós acreditamos que a sociedade brasileira vai, gradualmente, perceber que o Brasil produz ciência de boa qualidade e a ciência e a tecnologia estão contribuindo já de

maneira definida para, para a geração de riqueza no País. Com relação à carreira de ciência e tecnologia, isso também foi colocado pelo Senador Flávio Arns, e ele disse, muito bem, que eu já há mais de um ano tomei a iniciativa junto ao Ministério do Planejamento para que a questão da carreira de ciência e tecnologia fosse retomada e todo o sistema de ciência e tecnologia tivesse o tratamento que tiveram o INPI, o Inmetro, o IBGE e a FIOCRUZ. E já havia falado com o Presidente Lula sobre esse assunto mais de uma vez. Mas aí, tomei, há dois meses atrás, a iniciativa de convencê-lo a visitar o INPE e um argumento temporal que havia é que o satélite CBERS-2B, está sendo encaixotado e vai ser enviado para a China de onde vai ser lançado para o espaço. Aí eu disse ao Presidente: O senhor precisa ir ao INPE até a terceira semana de março para ver o satélite. E ele disse: Eu já estou querendo ir ao INPE há muito tempo. Vamos. Aproveitou e foi. E, naturalmente, um grupo de Senadores foi há duas semanas atrás. Mas... Podemos promover uma outra--

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP): À China para ver o lançamento.

[risos]

SR. MINISTRO SÉRGIO MACHADO REZENDE: Em setembro, estão todos convidados para irmos à China em setembro ver o lançamento do Satélite CBERS-2B. Pois bem, o Presidente, foi o segundo instituto do MCT que ele visitou. Na verdade o INPE é o mais imponente de todos, é onde a gente fica entusiasmado de ser brasileiro e ver o trabalho que é feito lá. Ele percebeu, com clareza, e no discurso que ele fez, no encerramento da Sessão que fizemos no INPE, ele disse explicitamente, isso foi publicado nos jornais do dia seguinte que nós precisamos ter os nossos pesquisadores recebendo à altura do trabalho que estão fazendo.

De modo, Senadores, a questão da carreira de ciência e tecnologia finalmente chegou no nível mais alto de decisão da República que é no Presidente Lula, que já comunicou o assunto, a prioridade que precisa ser dada pelo Ministro Paulo Bernardo. Mas, naturalmente, qualquer gestão que os Senadores façam junto ao Ministro Paulo Bernardo sempre ajuda a agilizar. Nós estamos precisando agilizar as decisões, mas eu estou confiante que elas serão tomadas este ano.

Ainda com relação à questão do Senador Valdir Raupp em relação ao biodiesel. O Ministério da Ciência e Tecnologia, como eu falei, capitaneado pelo Secretário Luiz Elias, formou uma rede de biodiesel que tem múltiplas funções, uma delas é fazer pesquisa a partir de novas variedades genéticas onde o MCT não faz o estudo propriamente dito, mas o MCT é o grande financiador da EMBRAPA nessa área.

Então, nós já passamos nos últimos dois anos cerca de 20 milhões de reais para a EMBRAPA financiar projetos em diversas de suas unidades e para que a EMBRAPA criasse o Centro da EMBRAPA de agroenergia aqui em Brasília. Nós repassamos com recursos dos fundos setoriais, 10 milhões de reais para a EMBRAPA fazer isso.

Além disso, além de financiar o estudo de novas variedades, tem projetos que estudam o que fazer com os co-produtos da geração do biodiesel. Nós temos uma rede que faz testes de motores porque a ANFAVEA só aceita que o Brasil passe, passou a usar 2% depois que ela teve a certificação de motores, de teste de motores feitos por essa rede financiada e articulada pelo Ministério de Ciência e Tecnologia. Estamos agora fazendo estudos para passar para 5% do diesel ser biodiesel. Então nós temos testes de motores nessa rede.

Portanto, é uma rede e temos uma rede de laboratórios, porque é preciso que o biodiesel produzido, e ele é produzido de maneira muito difundida no País, é preciso que ele seja testado e que se tenha a garantia de que tem a qualidade físico-química daquele combustível.

Então, o MCT é o Ministério que faz essa articulação. Ele faz a articulação, faz financiamento, mas é um sistema bastante difundido e bastante espalhado não só no Governo Federal, mas nos governos estaduais. Com relação à questão colocada pelo Senador Flávio Arns em relação aos recursos, como os Senadores sabem, os fundos setoriais foram criados no governo anterior e desde que eles foram criados eles são contingenciados. Qual foi o progresso feito nos últimos anos? É que o Presidente Lula, em 2005, tomou a decisão e essa decisão está sendo implementada pela área econômica, que a cada ano o percentual da receita colocada no orçamento para execução está aumentando. Em 2005 ele foi 50%. Em 2006 foi 60%. É até uma coincidência de números. Em 2007 é 70%. Aquela 1 bilhão e 400 milhões de reais que eu mencionei, corresponde a 70% dos 2 bilhões de receita prevista. E há, então, já uma decisão, de a cada ano aumentar 10% da Receita no orçamento executado. Essa evolução gradual, ela podia ser mais rápida, mas é preciso também que nós, o Brasil teve, em termos de recursos federais, uma dificuldade muito grande em meados da década de 90 e é preciso também que nós tenhamos um cuidado de utilizar bem os recursos.

Então, nós temos procurado aperfeiçoar a ação das nossas agências de fomento. Nós temos procurado fazer redes temáticas para que a pesquisa não seja completamente duplicada para que o pesquisador saiba o que o outro está fazendo. Nós temos hoje no âmbito do Ministério de Ciência e Tecnologia cerca de

40 redes temáticas nas várias áreas do conhecimento. Agora, considerando todas as fontes de recursos federais, estaduais e privados no Brasil, nós investimos cerca de 1,3% do PIB em Ciência e Tecnologia. É pouco comparado do que outros Países fazem. A Coreia investe cerca de 2,5%. Os Estados Unidos investem cerca de 2,7%. Se bem que no caso dos Estados Unidos metade dos recursos federais para pesquisa é voltada para sistema de defesa. Aí eles podiam usar menos para sistema de defesa e mais para investimento em outras áreas importantes, de saúde e que não utilizam. Os Estados Unidos utilizam muito pouco investimento em agronegócio, em agricultura. Por isso eles têm que subsidiar sua produção. O Brasil nesse ponto está muito mais avançado do que os Estados Unidos. Nós temos uma rede de pesquisa federal capitaneada, feita pela EMBRAPA que faz inveja aos Países desenvolvidos.

Então, Senador, percentualmente em relação ao PIB ele é pequeno, mas acredito que vamos também avançar nos próximos anos. Até porque todo esse financiamento que eu falei que é feito junto às empresas existe contrapartida nas empresas. Então vão investir mais. Na medida que elas aumentam a sua lucratividade, isso vai convencê-las de que é um bom negócio investir em ciência e tecnologia.

Com relação às questões do Senador Romeu Tuma, sobre o radioisótopo eu gostaria de dizer que até recentemente, a única produção de radiofármaco feita no Brasil era feita pelo IPEN em São Paulo que fica no Campus da Universidade de São Paulo, e a lei que foi aprovada que é quebra do monopólio, ela faz com que em algumas áreas a CNEN ela vai fiscalizar, mas ela não é preciso que o Estado seja o único produtor de determinados radiofármacos. Ela passa a ser uma agência controladora que é um papel muito importante em fazer. E nós estamos expandindo a produção de radiofármacos criando o centro que foi implantado no Recife, o CRCN, uma unidade para a produção de radiofármacos no nordeste porque alguns radiofármacos como sabem tem uma vida curta. Muito curta. Não dá tempo de São Paulo e chegar para ser utilizado no nordeste.

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP): O senhor sabe que para usar tem que ficar internado, que quando chega tem que aplicar, se não perde...

SR. MINISTRO SÉRGIO MACHADO REZENDE: Exatamente. Com relação às questões do Senador Casagrande, eu respondi rapidamente com relação à energia. Nós participamos diretamente em termos de subsidiar com estudos, com redes temáticas, toda a formulação da política energética no Brasil que cabe centralizar no Conselho Nacional de Políticas energéticas, mas que nós temos uma participação importan-

te. Com relação ao futuro, a fonte de energia prevista para predominar a geração de energia daqui a 50 anos é a fusão nuclear. Porque a energia nuclear que nós temos hoje é energia baseada na fissão do núcleo de urânio. Ele separa, e quando ele separa ele gera outros produtos e gera energia. A fonte inesgotável de energia é a fusão nuclear que é a fonte de energia que existe nas estrelas, no sol. Nós temos hoje organizada no ano passado, ainda de maneira incipiente uma rede de fusão nuclear onde nós estamos botando junto toda a inteligência nacional nessa área e fazendo uma articulação com grandes projetos internacionais que existem na Inglaterra e na França para nós estarmos acompanhando de perto o desenvolvimento em fusão nuclear. Essa é que vai ser a saída para a geração de energia daqui a 50 anos.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ): A energia é tão grande que derrete o reator? Não há matéria para...

SR. MINISTRO SÉRGIO MACHADO REZENDE: A dificuldade hoje nessa fonte é de saber como catalisar a reação pela qual o trítio que é um isótopo ali do hélio, como é que núcleos leves se juntam formando um outro núcleo e nessa fusão então eles liberam energia. A dificuldade é exatamente como desencadear a reação de maneira controlada. Existe um grande Projeto na França que chama ITER, de um instituto que está sendo montado agora para produzir um protótipo em 2010 que vai conseguir produzir a fusão controlada, mas que vai durar cinco minutos essa fusão. Imagine que se os mecanismos utilizados derem certo, vai poder se fazer um outro sistema para em 2025, 2030 estar gerando fusão controlada.

Com relação a clima, Senador, eu mencionei que nós estamos agora organizando uma rede de pesquisa em mudanças climáticas. Essa rede tem oito grandes temas, desde os estudos de emissão de fontes de carbono até a questão de monitoramento permanente do que acontece nessa área, e aí então esses trabalhos eles se acoplam bem com todo o trabalho que vem sendo feito na área de meteorologia e clima. No início da década de 90, quando o Dr. Hélio Barros era do Ministério de Ciência e Tecnologia, o Ministério financiou redes estaduais de monitoramento de clima. E lá no Ceará, por exemplo, tem um estudo estadual, instituto estadual que é um exemplo de como é que uma ação de Governo Federal com Governo Estadual pode fazer com que tenha um Projeto de monitoramento de clima e que seja sustentável e duradouro.

No ano passado, depois de muitos anos que esse programa foi interrompido, nós voltamos a organizar redes meteorológicas estaduais e essas redes estão articuladas com o CPTEC, que é do INPE e com o

INMET. O INMET é o instituto tradicional, que faz o monitoramento do clima e que perdeu tecnologia e conhecimento durante muitos anos.

Pois bem, no ano passado nós fizemos um convênio entre o INPI, CPTEC e o INMET para juntar forças nessa área que é uma área essencial. Se os Senadores repararam, todas as vezes que a gente vê as previsões do tempo nos telejornais, aparecia assim INPE-CPTEC. Desde o ano passado que aparece INPE-CPTEC/INMET, nós estamos trabalhando juntos depois de muitos anos de disputa entre o CPTEC e o para termos uma rede de geração de informações de clima confiável.

E sobre a questão do buraco nas informações do INMET? O INMET é que tem com tecnologia antiga em papel toda a informação do clima ao longo dos muitos anos. Porque o INMET tem uma rede meteorológica espalhada no Brasil. Pois bem, nós estamos agora trabalhando como o INMET para que toda informação seja digitalizada e seja processada. Estamos fazendo isso nos últimos poucos meses. Quando eu digo fazendo isso, é como? O CPTEC trabalhando com INMET e recursos de fundos setoriais estão sendo usados para que a gente possa resolver essa questão.

Então, nós estamos ampliando os esforços nessa área. Com relação à Amazônia, como o senhor disse bem, um grande problema da Amazônia é controlar o desmatamento. Até dois anos atrás, os Satélites CBERS que fica... Ele tem uma trajetória pela qual ele passa no Amazonas no mesmo ponto a cada três meses, praticamente, nós não tínhamos informações confiáveis para que quando um desmatamento tivesse ocorrendo, se pudesse rapidamente chegar lá com a Polícia Federal, com IBAMA, com exército, e prevenir aquela ação. Pois bem, hoje nós conseguimos produzir informações praticamente a cada três, quatro semanas, que já é mais confiável, mas com a evolução dos satélites nós teremos daqui a três anos a produção de informação a cada dois dias. Como os senhores sabem, nós já estamos conseguindo numa ação que envolve 13 Ministérios e o MCT tem uma participação importante exatamente por causa do Programa Espacial, nós já conseguimos diminuir a taxa de desmatamento da Amazônia. Ela diminuiu 50% em dois anos. Acreditamos que o desmatamento este ano, de 2007, que ele continua ocorrendo, infelizmente, ele vai ter uma diminuição mais significativa ainda. Essa ação de controle do desmatamento juntamente com a ação de uso sustentável da biodiversidade, e aí nós atuamos com o INPA, que tem uma ação muito objetiva. O INPA é outro instituto que merece ser visitado, com o museu Goeldi, e com o Centro de Biotecnologia da Amazônia, que é vinculado ao MDIC, mas que nós financiamos e que temos uma atuação muito direta.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ): O IMPA, para os Senadores que não conhecem, fica no meu Estado. É o Instituto de Matemática Pura e Aplicada, tem grandes publicações, grandes pesquisadores... Não é esse IMPA que V.Ex^a. está...?

SR. MINISTRO SÉRGIO MACHADO REZENDE: Não. São dois INPAs. Tem o INPA com N e o IMPA com M. O INPA com N é o Instituto Nacional de Pesquisa da Amazônia, que fica em Manaus.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ): Perdão. Tem razão. Mas eu queria só lembrar aqui do INPA porque foi salvo na época do Ministro Eduardo Campos que pagou uma conta do INPA que estava indo a leilão. Ele fica no jardim Botânico e é um instituto que presta grandes serviços ao povo e à ciência brasileira. Perdão, Ministro.

SR. MINISTRO SÉRGIO MACHADO REZENDE: E é quem conduz a Olimpíada Brasileira de Matemática que eu mencionei anteriormente. O INPA que é o carro chefe desse programa que mobiliza centenas de milhares de professores em todo Brasil. Dessa maneira eu cobri, eu creio, de maneira superficial...

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ): Só a questão do Senador Tuma, é saber se há algum estudo no Ministério de Ciência e Tecnologia com relação a esse tema que nós estamos debatendo e Projeto do Senador Flávio Arns com respeito à contrapartida ambiental.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Sr. Presidente, só para acrescentar mais uma outra pergunta também.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ): Com a palavra V.Ex^a.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Foi mencionado a Olimpíada Nacional de Matemática. V.Ex^a mencionou que há participação de 15 milhões antes?

SR. MINISTRO SÉRGIO MACHADO REZENDE: 14 milhões de estudantes fizeram a prova no ano passado.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): 14 milhões. E eu queria perguntar porque eu olhei sob essa ótica os resultados da avaliação do ensino fundamental e do ensino médio. E o que a gente observa de maneira interessante é que o desempenho dos alunos na matemática se mantém assim num patamar estável. Ao passo que o desempenho dos alunos no ensino fundamental, no ensino médio, na língua portuguesa, por exemplo, ele caiu nesses últimos anos. Eu até sugeriria que o Ministério pudesse fazer, se já não fez, algum estudo em relação aos resultados do desempenho escolar do ensino fundamental e do ensino médio e possíveis correlações disso, inclusive com uma

iniciativa tão interessante como é, e eu sei que isso é uma repercussão enorme que eu escuto os comentários das escolas, dos alunos também, da Olimpíada Nacional de Matemática.

SR. MINISTRO SÉRGIO MACHADO REZENDE: Nós estamos fazendo. Com relação à questão do Senador Romeu Tuma em relação à compensação ambiental, o grande papel do Ministério é subsidiar com informações, com estudos.

Então, é exatamente a área do Dr. Miguéis que eu mencionei que está lá no fundo, anteriormente, que tem as informações, ele coleta as informações e que diz: Olha, se a produção de pneu corresponde à emissão de quanto de CO₂? Então, é preciso para fazer a definição das compensações das contrapartidas ter informação do que cada um corresponde em termos de produção de CO₂, e nós participamos dessa forma, subsidiando e fazendo estudos.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ): Com a palavra o Senador Cícero Lucena. Senador... Deve ter saído. Precisou sair. Ideli. Senadora Ideli Salvatti, Líder... Está no telefone. Então o próximo inscrito é o Senador Augusto Botelho, que foi ao banheiro. Meu Deus do céu.

[risos]

SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO): Presidente, se... Eu gostaria que o senhor me inscrevesse.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ): Vou inscrever o Senador Leomar Quintanilha. Mas passo a palavra ao Senador Eduardo Azeredo, Estado de Minas Gerais. Três minutos, Senador.

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Eu sou sempre sucinto. Sr. Ministro, primeiro eu quero dizer que a avaliação que ouço da gestão do Ministério é positiva que tem sido sempre o que tem me chegado ao meu ouvido, seja lá em Minas Gerais ou seja aqui. Eu quero abordar a questão só dos semicondutores. Quer dizer, nós já temos hoje no Brasil um volume de consumo de chips que é muito expressivo, seja em celulares, computadores, outros dispositivos. E já representa, portanto, uma demanda suficiente para a instalação de uma fábrica de semicondutores no Brasil. Já existia uma notícia de uma Medida Provisória, que seria editada, mas que nunca saiu. Em que pé está esta questão. A outra questão diz respeito à inclusão digital usando recursos FUST, quer dizer, o FUST é uma briga a gente está há muito tempo aí, quer dizer, são mais de cinco bilhões de reais já arrecadados e acho que devemos estar caminhando para seis anos de criação do fundo sem que ele seja utilizado. Não se consegue chegar ao uso dele. A idéia é que a gente

pudesse realmente levar... Não só ter o computador, é a questão da rede de internet mesmo, que a gente pudesse estabelecer uma rede pelo País afora em condições de atender a população. Hoje a gente já sente muito nas cidades menores essa dificuldade. Ou seja, se a cidade não tem telefone celular e não tem redes de internet é uma cidade segregada, ela está fora do mapa. Que é o que acontecia no passado quando não tinha energia elétrica ou telefone fixo. Onde a demanda é celular e internet.

Então essa questão da inclusão digital como a gente poderia trabalhar nesse sentido. E o terceiro é... Eu vi aqui rapidamente seus dados, quer dizer, uma evolução significativa de recursos sim na área de financiamento. Quer dizer, mas a demanda é sempre maior. E as fundações estaduais, seja FAPESP em São Paulo, a FAPEMIG(F) em Minas, elas têm realmente conseguido agora um fluxo mais normal de recursos.

Eu sempre lembro, Ministro, que nós tivemos uma revolução no Brasil que foi o Plano Real. As pessoas vão esquecendo. Quando o Brasil entrou para a normalidade econômica, isso é que possibilitou que nós pudessemos ir crescendo tudo.

Então, o crescimento do investimento... Quer dizer, tudo é possível depois que nós estamos num País normal.

Então, eu vejo que nessa área também, quer dizer, esses fundos eles hoje têm já um caminho porque o orçamento que é colocado é realizado. Na época da inflação, não. Era uma bagunça mesmo. Só quem governou no período de inflação pode lembrar e fazer esse comparativo. Como hoje você pode cumprir o orçamento, sim, porque o recurso se realiza.

Então basicamente são esses três pontos que eu queria colocar e poderia falar ainda da questão dos pólos tecnológicos, mas acho que isso já foi abordado aqui que também é importante. Obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ): Nós que agradecemos. Senador Augusto Botelho.

SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR): Muito obrigado, Presidente. Sr. Ministro, Sérgio Rezende, gostaria de cumprimentar pela sua palestra, apesar de ter pego no final, mas há alguns assuntos que eu gostaria de ter a sua opinião pessoal a respeito deles. Primeiramente também parabenizar pela olimpíada de matemática. Lá no meu Estado de Roraima, lá longe, quer dizer, quando você faz uma coisa dessas é bom que aparecem pessoas pontualmente nos lugares. Nós só tivemos uma medalha de ouro que é do Mateus Filipim Albuquerque que é da Escola Monteiro Lobato, mas tivemos 15 de prata e 15 de bronze. E é um assunto que se conversa e se discute lá em Roraima,

mesmo, com intensidade. Não é igual o futebol, mas é uma coisa que a gente vê com muita frequência se discutindo sobre isso. Está despertando nas pessoas o interesse pela matemática que é a mãe praticamente de todas as ciências, a matemática. No meu ponto de vista.

Então, eu gostaria de parabenizar também o seu Ministério porque em 2004 nós só tínhamos cem mestres na área de micro eletrônica. Aquela história de que nós estamos perdemos o bonde, então nós estamos pegando o bonde mesmo e entrando nele e esperamos passar na frente. Porque eu confio na capacidade dos brasileiros, na inteligência dos nossos brasileiros. Tínhamos cem mestres e passamos para duzentos. Doutores, tínhamos menos de 50. Isso num espaço de dois anos. Quer dizer, o senhor conseguiu dobrar a nossa capacidade intelectual nesse sentido, de preparar as pessoas para isso.

Mas eu queria saber a sua opinião em relação à energia de hidrogênio, as células de hidrogênio. Saber como é que nós estamos, como é que estão as nossas pesquisas, o que nós temos no Brasil andando nesse sentido. Na nanotecnologia eu vi no Relatório do seu Ministério que nós já registramos cem patentes. Isso é um avanço para o Brasil. Nós somos um país que registra pouca patente, nós temos que andar mais nisso, temos que evoluir mais nisso. As nossas patentes às vezes são registradas fora do Brasil por causa da dificuldade que nós temos aqui dentro. Nós temos que trabalhar para facilitar que o conhecimento fique aqui dentro. Na área de *software* gastamos, acho que dez vezes mais do que exportamos em *software*. Quer dizer, é uma coisa descomunal. E acho que o País tem que andar nesse sentido. Nós estamos no milênio do conhecimento e o seu Ministério é o que vai empurrar esse carro para poder andar.

Eu gostaria de saber a sua opinião a respeito da energia de hidrogênio e o que nós temos aqui no Brasil com as células de hidrogênio.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ): Obrigado Senador Augusto Botelho. Com a palavra o Senador Leomar Quintanilha.

SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO): Sr. Presidente, eminente Ministro, minhas escusas por ter chegado já depois da exposição do Ministro. Perdi a exposição que eu tenho certeza foi realmente consistente. Mas em decorrência de outros compromissos não consegui chegar a tempo, Ministro. E não sei se o que me aflige já foi objeto de comentários de V.Exª. Se foi, eu pediria que ainda em breve palavras V.Exª pudesse me esclarecer.

O lixo produzido pelo ser humano é uma preocupação grande, crescente em todo País. Do mais re-

moto, do menor Município às grandes metrópoles. O lixo tem sido realmente um grande problema para os administradores. E noticia-se que o lixo pode ser, pode ter dele um aproveitamento diverso. Na reciclagem de parte dele, na produção de fertilizantes, e com relação à produção de gases, sobretudo o metano decorrente da decomposição do lixo noticia-se da possibilidade da sua transformação em energia, do seu aproveitamento e transformação em energia. Eu gostaria de saber se há no escopo do Ministério da Ciência e Tecnologia algum plano, algum projeto, algum estudo com vistas a desenvolver pesquisas ou estudos mais aprofundados no aproveitamento desses gases emanados do lixo.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ): Com a palavra a Senadora Ideli Salvatti.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Perdão. É muito telefonema. Deviam proibir a gente de ter celular. Ele é uma coisa que nos ajuda muito e nos atrapalha bastante.

Mas Ministro, primeiro lugar eu acho que seria importante aqui deixar registrado que o trabalho que V.Ex^a desempenha é uma demonstração muito forte desta coalizão governamental. Essa composição que está construída agora de forma mais concreta no segundo mandato do Presidente Lula, e este trabalho à frente da Ciência e Tecnologia ele tem tido um resultado muito positivo para o País, e para nós que constituímos aqui os partidos que compõem o bloco de apoio ao Governo é bastante reconhecido e bastante valorizado.

Então, gostaria aqui de a gente poder ter este reconhecimento, e quando nós separamos da Comissão de Educação a parte de Comunicação, Ciência e Tecnologia, foi inclusive para poder valorizar, poder dar um foco para poder dar destaque para a evolução que este setor, o setor da comunicação e da Ciência e Tecnologia precisa ter não só em nível de Governo, mas também aqui no Congresso e principalmente aqui no Senado, que tem a responsabilidade de tratar dos grandes temas, dos temas estratégicos para o desenvolvimento do País. Por isso que nós gostaríamos, e eu sei que o Senador Flávio Arns já fez esta pergunta, e eu gostaria de aprofundar a questão dos dispêndios nacionais em pesquisa e desenvolvimento, dão conta de que os Países têm dedicado de 2 a 3% do seu orçamento para esta questão da pesquisa e desenvolvimento. E algumas outras nações é de 1 a 2%, e, portanto, a manutenção nos últimos anos de algo em torno de 1% está bastante distanciado ainda dos comparativos com outros países.

Então eu gostaria de ter mais detalhamento a respeito do percentual que nós temos investido nes-

ta questão da pesquisa e desenvolvimento e quais são as perspectivas que nós temos aí para o próximo período, principalmente desse segundo mandato do Presidente Lula.

E por último, é o seguinte. Hoje eu fui surpreendida, até o próprio Senador Zambiasi ele iria fazer esta pergunta, ele foi chamado à reunião da bancada, e como nós dois somos do sul do País, Rio Grande do Sul e Santa Catarina, inclusive ele me passou a tarefa de substituí-lo na frente da questão do carvão mineral, e hoje no noticiário tanto do Valor Econômico quanto da Gazeta, nós fomos surpreendidos pela compra de uma termoelétrica à base do carvão em São Luís do Maranhão. E inclusive dizendo que vai importar carvão. Nós temos em Santa Catarina e no Rio Grande do Sul nós temos uma das maiores bacias carboníferas detectada, o próprio Ministro Silas Rondeau colocou que é o equivalente a duas Itaipus, o que nós temos de... Só na bacia carbonífera.

Então, eu sou obrigada a perguntar assim. Porque lá em São Luís do Maranhão, uma usina à base... Termoelétrica à base de carvão anunciando que vão inclusive importar. Então eu gostaria de saber se nós temos alguma perspectiva de desenvolvimento. Porque, assim, está muito claro no Programa Nacional de Energia 2030, a manutenção da diversidade da nossa matriz energética. Apesar de a gente saber que temos pouco potencial, usamos pouco ainda o potencial que o Brasil tem, não chega a 30% da geração de energia a partir das hidrelétricas, mas há uma decisão política de manter a diversidade, principalmente porque na diversidade se desenvolve Ciência e Tecnologia.

Então, eu queria saber se temos alguma coisa focada para o desenvolvimento da Ciência e Tecnologia na questão do carvão e também das eólicas que estão mantidas. Tanto o carvão mineral quanto eólicas estão mantidas na diversidade da matriz energética. Então é uma pergunta do interesse do sul do País e agora já em parceria com Maranhão, porque São Luís também vai ter. Quem sabe a gente consegue fazer a... Com o desenvolvimento da tecnologia e do setor poder ter que é a usina lá de São Luís, use o carvão brasileiro, e não importe de outro País.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ): Muito obrigado, Senadora. Com a palavra o Sr. Ministro.

SR. MINISTRO SÉRGIO MACHADO REZENDE: Novamente eu vou apresentar a resposta bem simples, mas me comprometo a enviar informações sobre as perguntas que foram feitas. Em particular, Senadora, vamos lhe enviar uma tabela que mostra o dispêndio de Ciência e Tecnologia feito pelo Governo Federal, pelos Governos Estaduais e pelas empresas

desde 1998 que mostra que realmente o percentual básico tem se mantido um e pouco por cento, e o que está faltando no Brasil, principalmente, é mais aporte do lado das empresas.

Nos Países desenvolvidos, industrializados, as empresas são responsáveis por cerca de 50% dos dispêndios. Em média. As empresas dos Estados Unidos, por exemplo, têm cerca de 30, 40% dos doutores que estão no País. Enquanto que aqui no Brasil eu falei tem 1% dos doutores. Vou mandar então as informações dos dispêndios em tabelas bem detalhadas.

O Senador Azeredo mencionou a questão dos semicondutores e que está num dos focos da atual política industrial e tecnológica e, portanto, tem uma atenção especial do nosso Ministério. O que é que nós estamos fazendo? Algumas ações. Uma delas nós temos uma rede que chamamos de Casas de Projeto de Circuito Integrado. Já que nós no momento não temos uma fábrica de chips, aliás, se tivéssemos de repente uma fábrica, antes de fabricar é preciso fazer um Projeto. O Projeto de um circuito integrado que tem tipicamente centenas e milhares de transistores e diodos é um Projeto de muitos meses. Então nós estamos capacitando o nosso pessoal para fazer Projeto de circuito integrado. E fizemos um edital dois anos atrás que era para a cooperação universidade/empresa onde empresas interessadas num determinado circuito integrado porque hoje eles são todos importados fazia uma encomenda para um grupo universitário, entrando com recurso em contrapartida. E o grupo então desenvolveria o desenho, o Projeto do circuito. E nós temos vários exemplos de circuitos que estão sendo feitos. No ponto de vista de fábrica de chips, mesmo, o Ministério está construindo já uns três anos em Porto Alegre o CEITEC, que é o Centro de Desenvolvimento de Tecnologia Avançada que nós teremos em operação até o final desse ano. Nós estamos apoiando com os nossos mecanismos de incentivo da Lei de Informática projetos de componentes em todo o Brasil e por coincidência vou estar recebendo nos próximos dias o Dr. Wolfgang Sauer que é Líder de um Projeto que está sendo implantado em Minas Gerais. Então nós temos apoiado algumas iniciativas. E o fato de nós termos hoje uma Legislação aprovada por esse Congresso que incentiva a legalização na produção de computadores e de outros equipamentos eletroeletrônicos está fazendo com que nós tenhamos um mercado legal de computadores cada vez maior e isso está criando condições para que a gente atraia empresas de semicondutores para o Brasil.

Com relação à inclusão digital, há uma perspectiva de pela primeira vez nós termos esse ano algum recurso do FUST sendo colocado no orçamento livre

do Ministério das Comunicações, para que possa ser usada para um grande programa de inclusão digital que o Brasil está precisando fazer há vários anos e que eu tenho confiança de que finalmente vai sair do papel e das intenções.

Com relação à questão do Senador Augusto Botelho, em relação à energia do hidrogênio. Novamente a Secretaria do Dr. Luiz Elias ela conduz um Projeto que é voltado para duas linhas no chamado economia de hidrogênio. Os dois institutos mais importantes no Brasil nessa área estão ligadas ao MCT, que são o IPEM que fica no Campus da Universidade de São Paulo, e o Instituto Nacional de Tecnologia no Rio de Janeiro.

Então, tem duas linhas. Uma delas é o desenvolvimento da célula de hidrogênio. Existe no IPEM até incubada uma empresa que chama ELETROCELL que está fabricando a células de hidrogênio. Fabrica. Ele faz tudo lá. A outra questão é como produzir hidrogênio para ser colocado nas células. Porque muitas células que existe no mundo elas são alimentadas por hidrogênio que vem a partir do gás, do gás natural. Essa não é uma utilização muito eficiente. Existe um Projeto que e chama reforma do etanol do qual a idéia é produzir hidrogênio a partir do etanol. Então, nós estamos na linha de fronteira nessa área com uma rede temática de hidrogênio envolvendo várias instituições e essas duas como eu falei são as mais importantes. Mas nós vamos enviar também mais informações sobre o Projeto de Economia de Hidrogênio que o Ministério conduz.

Com relação à questão do Senador Leomar Quintanilha, novamente, Senador, nós financiamos projetos que visam entender todo o mecanismo biológico de produção de gases a partir de lixo. É o nosso Ministério que detém as informações e que permite quantificar determinado resíduo sólido e nós podemos lhe enviar novamente a área do Dr. Miguéis que faz isso no Ministério, inúmeros estudos que foram financiados pelo Ministério que permitem subsidiar decisões nessa área. E nós temos alguns exemplos interessantes no Brasil. Na Cidade Universitária do Rio de Janeiro, da UFRJ, existe um Projeto que se chama Usina Verde onde a partir de resíduos sólidos se produz então o gás para gerar energia e a emissão é completamente limpa, sem nenhuma contribuição para poluir mais o nosso ambiente do que produzimos.

Então, temos ações nessa área. Com relação à questão, às duas questões da Senadora Ideli Salvatti, eu já mencionei sobre dispêndios e sobre o carvão. Nós recebemos há duas semanas atrás o Presidente da Associação Brasileira de Utilização de Carvão que é o Zancan, e exatamente acompanhado pelo Senador Zambiasi, e nos comprometemos a receber um Projeto

que eles estão fazendo de uma rede temática de utilização de carvão para fins energéticos de modo que já financiamos projetos nessa área, mas assumimos o compromisso de fazer isso de maneira mais articulada com a associação que o professor Zancan conduz. De modo que eu cobri rapidamente as questões que foram colocadas na segunda rodada.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ): Com a palavra V.Ex^a.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Na questão das eólicas, Ministro, tem uma situação criada de que nós... Está também na diversidade da nossa matriz, mas tem uma possibilidade de desenvolvimento tecnológico de produção dos equipamentos.

Então, eu queria saber se tem no Ministério alguma sinalização nesta linha também. Porque mais até do que utilizar a questão eólica para a geração, nós temos informações de que poderia ser aberto se houvesse... Inclusive, assim, tem uma discussão de que a questão dos leilões de energia, quando se colocam diversas fontes, dentro da matriz, fica realmente pouco competitivo. Se você colocar hidrelétrica com carvão, com eólica, é óbvio que em termos de competitividade de preço não tem como competir. Mas que por conta dessa decisão política, da diversidade de manter a diversidade, de usar a diversidade inclusive para a geração de Ciência e Tecnologia em cada uma das matrizes, da diversidade da matriz, e que na questão da eólica nós poderíamos ter um nicho de produção industrial de equipamentos. Então eu queria saber se no Ministério essa discussão está colocada também ou não.

SR. MINISTRO SÉRGIO MACHADO REZENDE: O MCT tem um Projeto, uma linha de financiamento e de articulação na área de fontes de energia eólica e solar há muitos anos. Desde aproximadamente 1995 que foi formado uma rede com pesquisadores dessa área, tanto eólica quanto solar, e que tiveram impulso inicial dado pelo Ministério. Porque na questão eólica, por exemplo, ter o mapeamento eólico do Brasil era o primeiro passo para saber que local era propício para a geração de energia eólica. E teve também um Projeto voltado para desenvolvimento de equipamentos. Tanto é que hoje existem alguns empreendimentos nacionais e estrangeiros no Brasil e alguns lugares. Existe no nordeste, existe no interior de São Paulo fabricação de grande parte dos equipamentos que compõem uma turbina eólica hoje é fabricado no Brasil. E o MCT na verdade teve uma participação alguns anos que é maior do que ele tem hoje. Que é quando foi dado o impulso nessa área. Hoje nós temos redes que já não estão tão mobilizadas quanto era alguns anos atrás quando foi dado partida aos estudos feitos nessa área.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ): Sr. Ministro, nós da Comissão de Ciência e Tecnologia e Comunicação queríamos agradecer a V.Ex^a pelo tempo que passou aqui conosco, e gostaríamos de estender esses agradecimentos também ao Sr. Eugênio que é o seu Secretário Adjunto, muito obrigado, à Lúcia Melo, Presidente do Centro de Gestão e Estudos Estratégicos, ao Lauro, e ao José Roberto, Vice-Presidente e também Diretor do CNPq, ao Sérgio, Presidente da Agência Espacial Brasileira, ao Luiz Antônio Rodrigo Barreto que é o Secretário de Política. Obrigado, Sérgio, de ter vindo. Luiz Antônio Elias, Secretário de Tecnologia, muito agradecido. Avílio Franco, Subsecretário das Unidades de Pesquisa, obrigado, Avílio, Hélio Barros, Assessor Especial, o Emir que é Diretor do Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia e ao Leonardo Diretor também do Ministério de Comunicações, Ciência e Tecnologia. Acredito que nossa Audiência Pública foi extremamente proveitosa. V.Ex^a está de parabéns, domina o assunto da pasta de maneira muito mais vasta que possamos supor, mas que o tempo não permite que a gente pudesse se abeberar dos conhecimentos que V.Ex^a coloca de maneira tão didática, clara, de forma que todos nós podemos aprender. Muito obrigado, Sr. Ministro. Está encerrada a nossa--

SR. MINISTRO SÉRGIO MACHADO REZENDE: Eu que agradeço a oportunidade, Senador.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ): Muito obrigado. Está encerrada a nossa audiência.

COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA,
INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA

ATA DA 9ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 18 DE ABRIL DE 2007.

Às nove horas e trinta e dois minutos do dia dezoito de abril de dois mil e sete, na sala de reuniões da Comissão, Ala Senador Alexandre Costa, sala 13, sob a Presidência do Senhor Senador Wellington Salgado de Oliveira e com a presença dos Senhores Senadores Augusto Botelho, Renato Casagrande, Ideli Salvatti, Valdir Raupp, Gilvam Borges, Valter Pereira, Demóstenes Torres, Romeu Tuma, Maria do Carmo Alves, Eduardo Azeredo, Flávio Arns, João Ribeiro, Fátima Cleide, Flexa Ribeiro, Marconi Perillo e Papaléo Paes, reúne-se a Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática. Deixam de comparecer os Senhores Senadores Marcelo Crivella, José Agripino e João Tenório. Justificam a ausência os Senadores Sérgio Zambiasi e Cícero Lucena. O Senhor Presidente Senador Wellington Salgado de Oliveira,

submete à Comissão a dispensa da leitura da Ata da Reunião anterior, que é dada como aprovada. Prosseguindo, a Presidência inicia a deliberação da Pauta.

Item 01: Projeto de Lei do Senado nº. 257, de 2005, de caráter não terminativo, de autoria do Senador Marcelo Crivella, que “Acrescenta parágrafos ao art. 12 e um artigo 23-A à Lei nº. 5.250, de 9 de fevereiro de 1967 (“Lei de Imprensa”), para disciplinar a divulgação de informações lesivas à dignidade da pessoa humana”. O relator designado é o Senador Romeu Tuma e o parecer é pela rejeição. É concedida vista ao Senador Gilvam Borges, pelo prazo regimental de 05 (cinco) dias.

Item 03: Projeto de Decreto Legislativo nº. 40, de 2007, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo, que “Aprova o ato que outorga autorização à Associação e Movimento Comunitário Rádio Sertaneja FM para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Itapeva, Estado de São Paulo”. O relator designado é o Senador Romeu Tuma e o projeto é aprovado por 12 (doze) votos favoráveis.

Item 04: Projeto de Decreto Legislativo nº. 41, de 2007, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo, que “Aprova o ato que outorga autorização à Associação Beneficente e Cultural Comunitária de Ilha Solteira para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Ilha Solteira, Estado de São Paulo”. O relator designado é o Senador Romeu Tuma e o projeto é aprovado por 12 (doze) votos favoráveis.

Item 05: Projeto de Decreto Legislativo nº. 38, de 2007, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo, que “Aprova o ato que outorga permissão à SPC - Sistema Paraense de Comunicações Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, na cidade de Uruará, Estado do Pará”. O relator designado é o Senador Augusto Botelho e o projeto é aprovado por 12 (doze) votos favoráveis.

Item 06: Projeto de Decreto Legislativo nº. 48, de 2007, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo, que “Aprova o ato que outorga concessão à Sociedade Paraibana de Comunicação Ltda. para explorar serviço de radiodifusão de sons e imagens na cidade de João Pessoa, Estado da Paraíba”. A relatora designada, ad hoc, é a Senadora Maria do Carmo Alves e o projeto é aprovado por 12 (doze) votos favoráveis.

Item 07: Projeto de Decreto Legislativo nº. 516, de 2006, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo, que “Aprova o ato que outorga permissão à DRT - Duagreste Rádio e Televisão Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Teotônio Vilela, Estado de Alagoas”. O relator designado, ad hoc, é o Senador Eduardo Azeredo e o projeto é aprovado por 12 (doze) votos favoráveis.

Item 08: Projeto de Decreto Legislativo nº. 151, de

1999, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo, que “Aprova o ato que renova a concessão da Rádio Miriam Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Farroupilha, Estado do Rio Grande do Sul”. O relator designado, ad hoc, é o Senador Flávio Arns e o projeto é aprovado por 12 (doze) votos favoráveis.

Item 09: Projeto de Decreto Legislativo nº. 491, de 2006, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo, que “Aprova o ato que autoriza a Associação de Radiodifusão Comunitária da Fercal - ARC a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Sobradinho, Distrito Federal”. O relator designado, ad hoc, é o Senador Demóstenes Torres e o projeto é aprovado por 12 (doze) votos favoráveis.

Item 10: Projeto de Decreto Legislativo nº. 17, de 2007, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo, que “Aprova o ato que outorga concessão à Fundação Nelson Castilho para explorar serviço de radiodifusão de sons e imagens na cidade de Caldas Novas, Estado de Goiás”. O relator designado, ad hoc, é o Senador Demóstenes Torres e o projeto é aprovado por 12 (doze) votos favoráveis.

Item 11: Projeto de Decreto Legislativo nº. 39, de 2007, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo, que “Aprova o ato que autoriza à OCR - Organização Comunitária de Radiodifusão para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Sarandi, Estado do Paraná”. O relator designado é o Senador Flávio Arns e o projeto é aprovado por 12 (doze) votos favoráveis.

Item 12: Projeto de Decreto Legislativo nº. 42, de 2007, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo, que “Aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária e Cultural de Bela Vista de Goiás para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Bela Vista de Goiás, Estado de Goiás”. O relator designado é o Senador Demóstenes Torres e o projeto é aprovado por 12 (doze) votos favoráveis.

Item 13: Projeto de Decreto Legislativo nº. 10, de 2007, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo, que “Aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária Vicente Ferrer de Araguatins a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Araguatins, Estado do Tocantins”. O relator designado é o Senador João Ribeiro e o projeto é aprovado por 12 (doze) votos favoráveis.

Item 14: Projeto de Decreto Legislativo nº. 47, de 1993, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo, que “Aprova o ato que outorga permissão a radio FM Rio Acarau de Tamboril Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora na cidade de Tamboril, Estado do Ceará”. O relator designado, ad hoc, é o Senador Papaléo Paes e o projeto é aprovado por 12 (doze) votos favoráveis. Nesse momento, os Senadores Papaléo

Paes e Flávio Arns requerem, oralmente, a inclusão extra-pauta do Projeto de Decreto Legislativo nº 481, de 2006 e do Requerimento nº. 008, de 2007, respectivamente, com o que todos concordam. **Extra-Pauta, Item 01: Projeto de Decreto Legislativo nº. 481, de 2006**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo, que “Aprova o ato que outorga permissão à Rádio Marco Zero Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, na cidade de Amapá, Estado do Amapá”. O relator designado é o Senador Papaléo Paes e o projeto é aprovado por 12 (doze) votos favoráveis. **Extra-Pauta, Item 02: Requerimento nº. 008, de 2007-CCT**, de caráter não terminativo, de autoria do Senador Flávio Arns, que “Nos termos do inciso V do § 2º do artigo 58 da Constituição Federal, combinado com o inciso V do artigo 90 do Regimento Interno do Senado Federal, requer que seja convidado o Ministro de Estado de Ciência e Tecnologia, Sr. Sérgio Machado Rezende, para discorrer acerca do Centro Regional Sul de Pesquisas Espaciais em Santa Maria - RS e discutir as perspectivas, problemas e o futuro da Base de Alcântara, em conjunto com a comissão de Educação do Senado Federal”. O requerimento é aprovado. Fica adiada, em virtude da ausência do relator, a seguinte matéria da pauta: **Item 02: Requerimento nº. 1.302, de 2004**. O Senhor Senador Wellington Salgado de Oliveira, determina que as Notas Taquigráficas sejam anexadas a esta Ata para a devida publicação. Nada mais havendo a tratar, a Presidência encerra a reunião, às dez horas e dezessete minutos, determinando que eu, **Égli Lucena Heusi Moreira, Secretária da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática** lavrasse a presente Ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada, no Diário do Senado Federal.

Senador **Wellington Salgado de Oliveira**, Presidente da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática.

COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA - CCT

9ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA NO DIA 18 DE ABRIL DE 2007.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Havendo número regimental declaro aberto a 9ª Reunião Extraordinária da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática da 1a. Sessão Legislativa

Ordinária da 53ª Legislatura, a realizar-se hoje, 18 de abril de 2007.

Antes de iniciarmos a reunião, submeto à apreciação do Plenário a dispensa da leitura e aprovação da Ata da reunião anterior. Os senhores Senadores que concordam permaneçam como se encontram. Aprovado.

Senhoras e Senhores Senadores quero aqui deixar registrado 56º aniversário do CNPq, Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico, comemorados ontem, dia 17. Desde sua criação o CNPq tem tido destacada atuação na formação de milhares de pesquisadores e no fomento a projetos de pesquisa científica, tecnológica e de inovação em todas as áreas do conhecimento. Promovendo a produção de conhecimento, a agência contribuiu para o desenvolvimento social e econômico do nosso país. Entre os eventos comemorativos, o de maior destaque foi a homenagem prestada a servidores da agência que completaram, no ano passado, 25 anos de serviços dedicados à instituição. O objetivo dessa homenagem é a de reconhecer o trabalho daqueles que se dedicam sua vida à pesquisa científica. A escolha dos homenageados é feita anualmente pelo Conselho Deliberativo do CNPq, que este ano destacou o trabalho dos senhores: Firmino Torres de Castro, Gerhard Jacob, José Ferreira Fernandes, Lindolpho de Carvalho Dias, Luís Reis, Luiz de Queiroz Orsini, Otto Richard Gottlieb, Paulo Emílio Vanzolini, Ricardo de Carvalho Ferreira e Theodor August Johannes Maris, permita aqui lhes recordar que o cientista Paulo Vanzolini é o autor de Ronda, uma das mais lindas músicas da MPB, e que trata um dos locais da maior boemia, do centro de São Paulo, Avenida São João, em homenagem ao Senador Tuma.

SENADOR DEMÓSTENES TORRES (PFL-GO): Vanzolini está aí, Presidente?

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Não, não. Não está não. Ele foi homenageado pelo CNPq.

SENADOR DEMOSTENES TORRES (PFL-GO): Merecidamente, porque além de Ronda, ele é autor de uma centena de músicas de primeiro time, a famosa frase: “levanta, sacode a poeira, dá a volta por cima” é de uma música dele, Capoeira do Arnaldo, Praça Clóvis. Além de ser um cientista, inovador, é um grande compositor e V.Exª. está fazendo uma homenagem devida ao nosso querido Paulo Vanzolini.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Fico mais feliz no momento que eu conheço esse outro lado de V.Exª. que domina essas músicas que estão ligadas à boemia. Não é isso?

SENADOR DEMOSTENES TORRES (PFL-GO):

Boemia e outros. [risos]

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Temos sobre a Mesa dois ofícios, o primeiro do Senador Sérgio Zambiasi que justifica sua ausência em função de desempenho de missão no exterior e também do Senador Cícero Lucena, que nos mata de inveja, falando que está no desempenho de uma missão no exterior, de 14 a 24 do corrente mês, representando a Casa na Feira de Guangzhou, (Canton Fair) será realizada na cidade, Guangzhou, China, no período de 16 a 22 de abril deste mês, conforme autorização da Presidência do Senado.

Passamos à pauta, então, Srs. Senadores.

SENADOR PAPALÉO PAES (PSDB-AP): Pela ordem, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Pela ordem, Senador Papaléo.

SENADOR PAPALÉO PAES (PSDB-AP): Solicito a V.Ex^a. que seja incluído em pauta o Projeto de Decreto Legislativo nº. 481/2006.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Coloco aos Senadores a aprovação do Projeto extrapauta. Os que estão de acordo permaneçam como estão. Aprovado.

SENADOR DEMOSTENES TORRES (PFL-GO): Pela ordem, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Com a palavra o Senador Demóstenes Torres. Estava olhando e estava vendo a boemia, Senador, a música, toda aquela relação de músicas que V.Ex^a. citou, eu perdi o nome de V.Ex^a. Com a palavra Senador Demostenes.

SENADOR DEMOSTENES TORRES (PFL-GO): Paulo Vanzolini é muito mais importante, eu só pediria a V.Ex^a., hoje nós temos uma pauta extensa na Comissão de Constituição e Justiça, são 17 itens, eu sou Relator de muitos deles. Então, se V.Ex^a. pudesse inverter a pauta para que eu pudesse, nós tivéssemos oportunidade de votar primeiramente o Item 12 do qual sou Relator, eu agradeceria a V.Ex^a. e a essa Comissão.

SENADOR GILVAM BORGES (PMDB-AP): Pela ordem, Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Com a palavra Senador.

SENADOR GILVAM BORGES (PMDB-AP): Antes que V.Ex^a. submeta ou decida sobre a inversão de pauta, que eu acho justa e necessária, eu gostaria de fazer um pedido também de retirada de pauta do Item

1, para o pedido de vista e se V.Ex^a. puder estender para ser uma vista coletiva, seria importante.

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP): Presidente permite Senador Gilvam para pedir vista, precisa primeiro ter a leitura.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Precisa ler primeiro.

SENADOR GILVAM BORGES (PMDB-AP): Justamente, eu estou tentando quebrar essa regra, estou fazendo um pedido de vista antecipada.

[risos]

SENADOR GILVAM BORGES (PMDB-AP): Preventiva, é uma preventiva, Por quê? Porque eu vou ter que me retirar, se não houver quem peça, de repente pode haver votação.

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP): Posso fazer um resumo dele, se V.Ex^a. concordar, primeiro, eu acho que o Demóstenes tem razão, eu também tenho que ir para a CCJ, mas ele é Relator de mais de 50--

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Senador Demóstenes, Senador Tuma, eu queria fazer o seguinte: Nós temos um problema porque as rádios são todas terminativas. Nós temos uma pauta hoje simples e acredito que a gente faça essa pauta rapidamente se os Relatores... Porque aí nós conseguiríamos resolver esse problema com o quorum e depois imediatamente passamos a V.Ex^a.

Eu pediria... Eu, inclusive, queria fazer uma solicitação a essa Comissão, que na minha opinião, talvez seja uma das três maiores Comissões em grau de importância dessa Casa, porém é uma Comissão muito nova, todos nós estamos aprendendo sobre tudo o que se passa aqui. Então, pediria um maior entusiasmo por parte de V.Ex^a., como nós temos assuntos tão importantes nessa Comissão, queria que viessem mais requerimentos para que pudéssemos desenvolver muito mais essa área que com certeza hoje, é uma área muito importante, questão de Ciência, Tecnologia, Informática, Comunicação, que está tendo toda essa discussão entre teles, radiodifusão, informática então, G-3, são coisas que nós temos que entender e colocar essa discussão aqui.

Pediria pelo menos meia hora de estudo durante determinada semana para que nós possamos fazer essa Comissão debater os problemas do país nessa área, ta?

Vamos, então, ao primeiro Item da Pauta. Projeto de Lei não terminativo, Projeto de Lei do Senado nº. 257 de 2005, que "acrescenta parágrafos ao Art. 12 e Art. 23-A à Lei 5250 de 9 de fevereiro de 1967, Lei de Imprensa, para disciplinar a divulgação de informações

lesivas à dignidade da pessoa humana". A autoria do Senador Marcelo Crivella, Relatoria do Senador Romeu Tuma. O Parecer é pela rejeição, matéria terminativa na Comissão de Constituição e Justiça, CCJ.

SENADOR GILVAM BORGES (PMDB-AP): Peço vistas, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Ele tem que ler o Parecer, Senador Gilvam Borges.

SENADOR GILVAM BORGES (PMDB-AP): Eu não vou nem pedir vistas, a gente vota logo, pronto.

[risos]

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Eu sou Presidente, mas essa Comissão é que decide.

SENADOR GILVAM BORGES (PMDB-AP): Vamos agilizar logo.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Com a palavra o Senador Relator Romeu Tuma.

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP): Sr. Presidente, Srs. Senadores, o Senador Crivella com justa indignação, propôs por esse projeto, que eu lerei apenas dentro da exposição de motivo, ele propõe que a Lei de Imprensa, o PLS 257, "consoante os termos de sua própria justificação, tem por objetivo coibir a divulgação irresponsável de informações inverídicas lesivas à honra, reputação e a dignidade da pessoa humana nos meios de comunicação social além de agravar a sanção penal no caso de descumprimento".

Em outro trecho diz assim: "Toda vez que alguém aciona o Poder Judiciário, visando reparar o dano causado pela veiculação de matéria jornalística, ofensiva à honra, imagem e intimidade instala-se uma demanda que envolve a liberdade de imprensa e a proteção da dignidade humana".

Em razão disto que eu propus voto contrário. Por quê? Porque nós temos lutado, Senador Demóstenes, V.Ex^a. e todos nós, contra a censura que a história mostrou que não valeu a pena. E nós temos um Ordenamento Jurídico que qualquer um de nós quando ferido nos princípios da dignidade por matérias não condizentes com a verdade, processar. Eu já tive três vitórias em processo contra a imprensa, mas dentro da legislação em vigor. Então nós podemos é estudar outro tipo de ação. Mas fazer a censura prévia de matéria... Porque a gente vai ser surpreendido. A matéria sai e você tem que lutar por ela. Toda e qualquer orientação nas redações de jornais, de revistas que tem o seu manual, dizem para ouvir as duas partes.

Então, a sanção poderia ser interna para o Jornalista que deixa de cumprir esta obrigação. Por quê? Porque ele quer o furo jornalístico, ele, às vezes, re-

cebe a matéria.. Veja o caso da Polícia Federal, foi um belo trabalho só que deram a cópia só para a Globo. Então, todo mundo reclamou. Por quê? Porque a Globo teve com o furo todo na mão. É uma outra discussão que não compete à gente a frear qualquer liberdade de imprensa. O direito de recorrer àquilo que nós sentimos que fere a nossa dignidade, os princípios para o qual nós pautamos, nós temos que buscar na própria Justiça a reparação do dano.

Então, eu fui pela rejeição, expliquei ao Senador Crivella da grande dificuldade de a gente propor nesse momento, ver que o Presidente Lula procurou criar um Conselho, procurou criar mecanismos de proteção, caiu o mundo em cima dele. Não teve condições de levar avante o projeto. Então, para mim, pelo menos, é difícil achar que se a gente fizer um trabalho de conter qualquer liberdade de imprensa, nós não seremos felizes no nosso intento.

Então, meu voto é contrário ao projeto, provavelmente se ele pedir vista, ele reanalisa--

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Há pedido de vista ou em discussão o projeto?

SENADOR GILVAM BORGES (PMDB-AP): Eu acabei de falar com o Senador Crivella, ele está em uma Audiência no Ministério, realmente diante dessa condição, ele me pediu que fizesse o pedido de vista para poder reavaliar, até poder também pensar na retirada do projeto de pauta.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Há o pedido de vista, foi dado vista ao Senador Gilvam Borges. Passaremos agora ao Item 02 da Pauta. Não está presente o Relator.

Passaremos ao Item nº 03 e nº 04. Entramos nas rádios. Como são dois de Relatoria do Senador Romeu Tuma, vou ler os dois imediatamente para que V.Ex^a. possa fazer a Relatoria em conjunto.

Projeto Decreto Legislativo nº 0 de 2007 que "aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO E MOVIMENTO COMUNITÁRIO RÁDIO SERTANEJA FM, para executar serviços de radiodifusão comunitária na cidade de Itapeva, Estado de São Paulo. A autoria do Poder Executivo, Relatoria do Senador Romeu Tuma com Parecer favorável.

O Item nº 04 da Pauta é o Projeto de Decreto Legislativo nº 41/2007, que "aprova o ato que outorga autorização à Associação Beneficente e Cultural Comunitária de Ilha Solteira para executar serviços de radiodifusão comunitária na cidade de Ilha Solteira, Estado de São Paulo". A autoria do Poder Executivo, também Relatoria do Senador Romeu Tuma, a quem,

nesse momento passo a palavra. Com a palavra o Senador Romeu Tuma.

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP): Presidente, lida a Emenda de V.Ex^a., preenchidos todos os requisitos exigidos pela legislação em vigor, sou favorável à aprovação dos dois projetos.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Resumidamente, perfeito. Passaremos à votação no final em bloco, visto que é um Projeto terminativo.

Item nº 05 da pauta, “aprova o ato que outorga permissão a SPC - SISTEMA PARAENSE DE COMUNICAÇÕES LTDA...” Irei parar a leitura porque chegou a minha líder máxima, Senadora Ideli Salvatti. Bom dia, minha líder.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Bom dia, Presidente. Se faltava um para o quorum, cheguei.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Obrigado. Passaremos ao Item... Projeto Legislativo nº 38 de 2007, “aprova o ato que outorga permissão a SPC - SISTEMA PARAENSE DE COMUNICAÇÕES LTDA. para explorar serviços de radiodifusão sonora em frequência modulada, na cidade de Uruará, Estado do Pará”. Autoria do Poder Executivo, Relatoria do Senador Augusto Botelho. Com a palavra o Senador Augusto Botelho.

SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR): Projeto Legislativo nº 38 de 2007 atende a todos os requisitos legais, no meu relatório é Parecer favorável para aprovação do Projeto do Item nº05, que outorga permissão a SPC - SISTEMA PARAENSE DE COMUNICAÇÕES LTDA para explorar o serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, na cidade de Uruará, Estado do Pará. Esse é o relatório, Presidente. Pela aprovação.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Em discussão. Não havendo quem queira discutir, passaremos a votação ao final.

Item nº 06, também Projeto Terminativo, “aprova o ato que outorga concessão à SOCIEDADE PARAIBANA DE COMUNICAÇÃO LTDA. para explorar serviços de radiodifusão de sons e imagens na Cidade de João Pessoa, Estado da Paraíba”. Autoria do Poder Executivo, Relatoria do Senador Cícero Lucena, que se encontra em viagem representando o Senado Federal, passaremos como Relator *ad hoc* a Senadora Maria do Carmo.

Com a palavra a ilustre Senadora.

SENADORA MARIA DO CARMO ALVES (PFL-SE): Sr. Presidente, Srs. Senadores, a matéria vem a esta Casa em caráter terminativo, a matéria aprova o ato que outorga concessão à SOCIEDADE PARAIBA-

NA DE COMUNICAÇÃO LTDA para explorar serviço de radiodifusão de sons e imagens na Cidade de João Pessoa, no Estado da Paraíba. Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDS referido não evidenciou violação das formalidades estabelecidas na Resolução nº 39/92 do Senado Federal e não havendo reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade, técnica e legislativa, opinamos pela aprovação do referido ato. É o voto.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Obrigada, Senadora Maria do Carmo. O voto é pela aprovação. Em discussão. Não havendo quem queira discutir, passaremos a votação em bloco ao final.

Passaremos ao Item nº 08, Projeto Terminativo que “aprova o ato que renova concessão da RÁDIO MIRIAM LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Farroupilha, Estado do Rio Grande do Sul”. Autoria do Poder Executivo, Relatoria do ilustre radialista e Senador Sérgio Zambiasi, que não se encontra presente, também justificado porque está representando a Casa em uma viagem, representando o Senado, passaremos a palavra ao Senador Flávio Arns como Relator *ad hoc*. Com a palavra Senador.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Parecer é favorável, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Em discussão o parecer. Não havendo quem queira discutir, passaremos a votação em bloco ao final.

Passaremos agora ao Item nº 11, Projeto Terminativo também, que “aprova o ato que autoriza a OCR - Organização Comunitária de Radiodifusão, para executar serviços de radiodifusão comunitária na Cidade de Sarandi, no Estado do Paraná”. Autoria do Poder Executivo, Relatoria do Senador Flávio Arns, a quem passo a palavra nesse momento.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): O Parecer, Sr. Presidente, é também favorável.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Muito obrigado pelo resumo. Em discussão o Parecer. Não havendo quem queira discutir, passaremos a votação em bloco ao final.

Essa velocidade toda perde um pouco de... Não perde, não? Estou sentindo saudade da palavra dos Senadores.

Então vamos continuar.

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP): Também desperta a curiosidade, a gente vai ver no mapa onde é a cidade, se descrever aqui, perde razão na pesquisa.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Item nº 12, Projeto Terminativo é o Projeto de Decreto Legislativo nº 42 de 2007, que “aprova o ato que outorga autorização a Associação Comunitária Cultural de Bela Vista de Goiás para executar o serviço de radiodifusão comunitária na Cidade de Bela Vista de Goiás, Estado de Goiás”. A autoria do Poder Executivo, Relatoria do Senador Demóstenes Torres, que hoje aqui nessa Casa demonstrou seus dotes musicais, conhecimento profundo, não só de músicas, como também dos autores. Com a palavra o Senador Demóstenes Torres.

SENADOR DEMÓSTENES TORRES (PFL-GO): Favorável.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Em discussão o Parecer.

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP): Quando V.Exa. lê a Ementa, praticamente o registro feito esclarece a cidade, o nome da rádio--

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): E a Cidade de Bela Vista, Senador?

SENADOR DEMOSTENES TORRES (PFL-GO): É uma das melhores do Estado de Goiás, fantástica cidade, cidade que, outro dia, viveu uma experiência grande com a edificação de um dos maiores pólos de criação de avestruz do Brasil, que infelizmente sofreu com um golpe, mas uma cidade que mostrou ser próspera. É uma cidade que é grande produtora de frangos, de ovos, tem uma capacidade muito grande, inclusive, deve ser e abastecer, ajudar a abastecer a grande Goiânia, porque um lago está previsto para ser construído. É uma cidade que hoje tem um Prefeito do PT e que apesar de ser do PT está fazendo um bom trabalho. E que é uma cidade em franco desenvolvimento com índices altos de alfabetização, de baixa de mortalidade infantil. Então, uma cidade extraordinária que merece, com certeza, ter essa emissora de rádio, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Sentiu, Senador Romeu Tuma, como você provoca e aí nasce--

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP): A beleza é que ele tem o melhor colégio eleitoral na cidade.

[risos]

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Muito obrigado, Senador Demóstenes.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Sr. Presidente, V.Ex.^a. abre um debate, também--

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Questão partidária.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Uma questão partidária, eu respeito muito o Senador Demóstenes Torres, aliás, desde que eu o conheci, eu digo, olhe, Demóstenes foi o grande orador grego e tem um seguidor no Senado nos tempos atuais, só que certamente o Demóstenes grego não fazia as observações que o atual faz em relação a questões partidárias.

[risos]

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Com a palavra Senador Romeu Tuma.

SENADOR DEMOSTENES TORRES (PFL-GO): Estendo o elogio a V.Ex.^a.

[risos]

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Está vendendo como é que assim fica... Embora tenha a questão partidária, o toque cultural, sobre toda a cidade, isso é que é muito bonito.

Em discussão o Parecer do ilustre Senador Demóstenes Torres. Não havendo quem queira discutir, passaremos a votação ao final.

Senador João Ribeiro está presente. Item nº 13 da Pauta. Projeto de Decreto Legislativo nº 10 de 2007, “aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária Vicente Ferrer, de Araguatins a executar serviços de radiodifusão comunitária na cidade de Araguatins, Estado do Tocantins”. Autoria do Poder Executivo, Relatoria do Senador João Ribeiro com Parecer favorável, a quem nesse momento passo a palavra, e que nos fale também sobre um pouquinho da cidade, se V.Ex.^a., sobre a cidade onde nós estamos autorizando essa rádio.

SENADOR JOÃO RIBEIRO (PR-TO): Sr. Presidente, Sr^{as}. e Srs. Senadores, primeiro eu quero cumprimentar o líder político lá do Tocantins de Araguaína e do Bico do Papagaio, Pedro Quaresma, Radialista da Cidade de Araguaína, que está aqui presente nessa Comissão, assistindo esta sessão.

E passando a falar sobre o Projeto, Sr. Presidente, desse Decreto Legislativo para dizer o seguinte: A cidade de Araguatins está entre as dez maiores do Estado do Tocantins, é uma cidade que tem, mais ou menos, 30 mil habitantes. Está localizada no Bico do Papagaio, uma cidade por sinal que já me deu muitas alegrias porque eu sempre fui, sempre fui muito bem recebido e muito bem votado nesta cidade, sou, por sinal, cidadão araguatinsense, há muitos anos atrás a Câmara daquela cidade me concedeu o título de cidadão araguatinsense. Portanto, essa é a primeira rádio

da cidade de Araguatins, primeira da região do Bico do Papagaio, portanto eu já fui até convidado para estar lá na inauguração desta emissora e se algum dos Srs. Senadores, ou outro, se quiser conhecer, o Presidente, inclusive, já fica feito aqui o convite para a gente ir lá numa festa que a população de lá deve fazer, Associação Comunitária Vicente Ferrer que lutou tantos anos para que tivesse lá essa rádio comunitária e para minha alegria sou o Relator desta matéria por deferência de V.Ex^a., Presidente Senador Wellington, e, portanto, meu Parecer é favorável.

A cidade Araguatins é aquela cidade onde teve, inclusive, para que as pessoas, os Senadores e Senadoras se lembrem, teve aquele problema na questão da visão, as pessoas estavam ficando cegas, não sei se vocês se lembram, se os nobres pares se lembram disso. Uma doença estranha que apareceu, lamentavelmente para que os nobres pares lembrem deste, consigam fixar a cidade de Araguatins ou lembrá-los deste fato e algumas, algumas dezenas de crianças, sobretudo as crianças iam tomar banho no Araguaia e depois acabavam ficando cegas por um germe, alguma coisa que até agora a medicina não conseguiu desvendar direito. Parece que existiu só dois casos desse no mundo, além do Brasil, um na África e outro em outro país, que não me lembro nesse momento, eu sei que Araguatins está ainda sobre este mistério, essa cidade de Araguatins. A população, cidade que tem uma praia maravilhosa, perdeu os hotéis que estavam sendo construídos, a movimentação de turistas da região do Maranhão, do Pará que para lá se dirigiam na época das praias no mês de julho, agosto, setembro, infelizmente a cidade praticamente esvaziou em função deste problema que houve, dessa tragédia que se abateu sobre a cidade. E nós estamos tentando recuperar, reconstruir o ânimo e, enfim, o desejo das pessoas de melhorar a vida da sua gente, das suas crianças. E está sendo feito um tratamento do córrego lá, um córrego que deságua no Araguaia, a doença vem através dos caramujos, dizem que ficam um metro, dois metros de caramujos dentro d'água, coisa impressionante, é algo inusitado que se viu pouco no mundo, como já disse, em dois ou três lugares no mundo. Mas com muito esforço, muita dedicação nós estamos superando isso. Então, esta, Sr. Presidente, é a cidade para a qual nós estamos autorizando a primeira emissora de rádio da região do Bico do Papagaio, onde foi a região de conflito... Araguaia, Tocantins, é porque fica próximo, o Senador Augusto Botelho me pergunta, por que Araguatins? É o nome do Araguaia com o Tocantins, união dos dois nomes porque fica na região do Bico do Papagaio, é onde há o encontro das

águas do Rio Araguaia com o Rio Tocantins, por sinal, algo muito bonito da natureza.

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP): Permite um aparte?

SENADOR JOÃO RIBEIRO (PR-TO): Pois não, Senador Romeu Tuma, com todo o prazer.

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP): A minha história profissional, ele citou o Bico do Papagaio, eu diria que antes da divisão do Estado de Goiás, criação do Estado do Tocantins, a região do Bico do Papagaio era uma região de conflitos permanentes, inclusive com morte de padres, que quando assumi a Polícia Federal foi o meu primeiro serviço nessa região. E hoje eu fico muito feliz com as explicações que o Senador João Ribeiro está fazendo, o que demonstra a ação de Governo para melhor qualidade de vida numa região que só vivia através de conflitos, conflitos de terra, com mortes, com violência permanente. Então, é um sinal evidente, Senador Augusto Botelho, de que o João Ribeiro diz, a primeira rádio, o primeiro sinal que a própria civilização já chegou, e já está a cidadania reconhecida pelas autoridades constituídas. Parabéns.

SENADOR JOÃO RIBEIRO (PR-TO): Obrigado, Senador Romeu Tuma. Eu quero ainda para ilustrar mais a minha fala, Sr. Presidente, dizer o seguinte: A região do Bico do Papagaio, como colocou o Senador Romeu Tuma, é bom que a gente coloque sempre isso, eu fico feliz do Presidente ter solicitado que eu falasse um pouco sobre aquela cidade, sobre a região, porque a nossa história, de um passado não muito distante, mostra que realmente a região do Bico do Papagaio foi uma região de muito conflito, de muitas mortes, de coisas traumáticas que aconteceram no passado, mas, Senador Romeu Tuma, se V.Ex^a. for hoje ao Bico do Papagaio, o meu caro amigo vai ver que a presença da criação do Estado do Tocantins fez um bem extraordinário àquela região, porque eu tenho certeza que quando--

SENADOR ROMEU TUMA: Teve uma passeata em minha homenagem pela chegada da Polícia Federal.

SENADOR JOÃO RIBEIRO (PR-TO): Está vendo? O que ocorreu no passado, hoje graças a Deus não ocorre mais, nós estamos implantando um projeto de fruticultura no Município de Sampaio, que é próximo a Araguatins também, fica uns 40, 50 quilômetros de Araguatins, essa rádio, inclusive, deve atingir essa região, não sei se atinge, mas todas as cidades do Bico do Papagaio hoje, Senador Romeu Tuma, estão interligadas por pavimentação asfáltica, todas elas.

SENADOR ROMEU TUMA: [pronunciamento fora do microfone]

SENADOR JOÃO RIBEIRO (PR-TO): Lamentavelmente, porque se fosse uma outra emissora ela iria abranger e beneficiar muito mais a região.

Então, Senador Wellington, eu, sem querer abusar do tempo que V.Ex^a. me concedeu, só para dizer que a região do Bico do Papagaio hoje se transformou num grande cinturão verde porque as guseiras do Pará no Pará, o desmatamento é apenas 20% e não poderia ser diferente, que é Floresta Amazônica e, portanto, nós sabemos que o desmatamento no Tocantins é 65% em função de ser cerrado e por isso as terras do Bico do Papagaio estão sendo usadas para plantar eucalipto, para produzir carvão para as guseiras de Marabá. Então é uma região que melhorou muito, temos pista de avião, eu consegui levar dinheiro para fazer uma pista pavimentada na cidade de Araguatins, tem uma pista, se o Senador Wellington quiser conhecer, lá dá para descer de avião, viu Senador?

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Eu estou ficando com uma fama nessa Casa de proprietário de avião. O Heráclito fica... até o momento--

SENADOR JOÃO RIBEIRO (PR-TO): Senador, eu não sei--

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): E pelo grande respeito, eu tenho que ficar calado, mas terei o maior prazer--

SENADOR JOÃO RIBEIRO (PR-TO): Eu confesso, vou concluir. Foi um chute que dei, Senador, só porque eu sei que V.Ex^a. é um grande empresário da Área da Educação e, portanto, eu dei apenas um chute. Mas o avião, se V.Ex^a. não tiver o avião para ir, não tem problema porque a gente pode ir a Imperatriz, de lá fica menos de 100 quilômetros de lá, a gente vai de carro para Araguatins. Então, fica o convite a toda essa Comissão e o meu voto é favorável, não poderia ser diferente. Acho que fiz um relato mais ou menos da região do Bico do Papagaio.

SENADOR DEMOSTENES TORRES (PFL-GO): Me permita?

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Com a palavra, Senador Demóstenes.

SENADOR DEMOSTENES TORRES (PFL-GO): Eu li a respeito, essa questão de ficar lendo muito de madrugada perde o sono, eu li que V.Ex^a. é um dos grandes colecionadores de arte do Brasil. Não tive oportunidade de conhecer, mas me dizem que V.Ex^a. tem algo em torno de 10 mil quadros de artistas absolutamente consagrados, e se for verdade é um grande preservador, não é verdade?

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Eu recomendo--

SENADOR DEMOSTENES TORRES (PFL-GO): Não é só um grande empresário, mas em sendo verdade, não sei se o é--

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Não chega a tanto, mas eu recomendo comprarem quadro do Potero que é da cidade de V. Ex^a., Goiânia, que é um grande pintor, tem uma história, tem característica própria, então podem comprar o quadro do Potero, com certeza, daqui a 10 anos vai estar supervalorizado. É a dica que eu dou.

SENADOR DEMOSTENES TORRES (PFL-GO): Como eu não tenho dinheiro para comprar o quadro, o Potero acabou me dando alguns, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Senador João Ribeiro, é uma honra muito grande ter dado a Relatoria dessa rádio para V.Ex^a. e quem conhece o trabalho que V.Ex^a. faz pelo Estado, sabe muito bem que teria que ser entregue não só a V.Ex^a., como também para outros Senadores, mas V.Ex^a. em especial nesse momento.

SENADOR JOÃO RIBEIRO (PR-TO): Obrigada.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Passaremos agora ao Item nº 07. Projeto de Decreto Legislativo que "aprova o ato que outorga permissão a DRT - DUA-GRESTE RÁDIO E TELEVISÃO LTDA, para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na Cidade de Teotônio Vilela, Estado de Alagoas". Autoria do Poder Executivo, Relatoria do Senador João Tenório, não está presente, passaremos ao tucano de plumagem idêntica ao Senador Teotônio Vilela, Senador Azeredo do Estado de Minas Gerais. Com a palavra o Senador.

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Sim, Sr. presidente. Na verdade a Cidade Teotônio Vilela não sei onde fica lá em Alagoas, mas é uma cidade que homenageia o grande Senador Teotônio Vilela, pai do nosso Governador hoje, Teotônio Vilela Filho, e essa rádio, portanto vem, pelo próprio nome do Agreste, está localizado na região do Agreste, lá de Alagoas. O voto é favorável.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Em discussão. Não havendo quem queira discutir, passaremos para a votação ao final.

Vamos terminar logo, temos aqui o extrapauta, passaremos ao Item nº 09 e nº 10. São Projetos Termi-

nativos. Um que é o nº 491 de 2006, que “aprova ato que autoriza a Associação Radiodifusão Comunitária de Fercal - ARC a executar serviço de radiodifusão comunitária na Cidade de Sobradinho, Distrito Federal”. A autoria do Poder Executivo, Relatoria do Senador Marconi Perillo, não está presente, nomearemos o Senador Demóstenes Torres *ad hoc*, e também para o Item nº 10, “que aprova o ato que outorga concessão à Fundação Nelson Castilho para explorar serviço de radiodifusão de sons e imagens, na cidade de Caldas Novas, Estado de Goiás”. Grande Caldas Novas.

SENADOR DEMOSTENES TORRES (PFL-GO):

Os Pareceres são favoráveis, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON

SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Agora, V.Ex.^a, não tem nada... claro que tem, poderia falar um pouco sobre a cidade de Caldas Novas, a quem tenho grandes recordações.

SENADOR DEMOSTENES TORRES (PFL-GO):

Sr. Presidente, Caldas Novas é simplesmente o maior endereço turístico do interior do Brasil, é a cidade que mais recebe turistas no interior do Brasil. Tem um lençol freático extraordinário e muito próximo, desmembrado o seu Município original, existe também a Cidade de Rio Quente que tem a famosa Pousada de Rio Quente, que tem uma ocupação de hotelaria de 98% ao ano. É algo magnífico, é uma cidade que recebe muitos visitantes e hoje ainda por conta de um grande potencial turístico, perdão, um grande potencial energético que tem no rio Cuiabá foi feita uma usina e um grande lago de água fria, naturalmente, porque lá tem rio de água quente, a natureza nos abençoou --

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON

SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): É uma Prefeitura, lá, não é?

SENADOR DEMOSTENES TORRES (PFL-GO):

É uma Prefeitura, Prefeitura Magda Mofato, e que é uma cidade extraordinária, uma cidade turística, que hoje é uma cidade que tem uma infra-estrutura, até quando fui Secretário de Segurança Pública, tive oportunidade de criar a polícia turística lá, moldada em exemplos da Europa, do Japão, dos Estados Unidos, esses policiais que atendem aos turistas, além de fazer Segurança Pública também fazem orientação, tem noção de inglês, tem noção de espanhol e faz aquele processo cidadão de aproximação do policial com a comunidade. Então, Caldas Novas é uma cidade que tem emissoras de televisão, várias emissoras de rádio, é uma cidade que cresce muito, cresce bem, porque a cidade que cresce traz problemas, Caldas Novas é o contrário, ela cada vez chama atenção de novos turistas e francamente V. Ex.^a, poderia, inclusive, organizar, ceder os seus aviões para que essa Comissão pudesse ir a Caldas

Novas fazer uma visita para constatar tudo isso que eu estou dizendo.

[Risos]

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON

SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Obrigado pela colocação. Daqui a pouco eu vou receber o convite para poder abrir uma empresa de aviação. Em discussão os pareceres relatados pelo Senador Demóstenes, Itens nº09 e nº10 da Pauta, não havendo quem queira discutir, passaremos a votação final.

Item nº 14 da Pauta, Projeto Decreto Legislativo nº 47, aprova o ato que outorga permissão a RÁDIO FM RIO ACARAU DE TAMBORIL LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora na cidade de Tamboril, Estado do Ceará. A autoria do Poder Executivo, Relatoria do Senador Marco Maciel, que não está presente, será Senador *ad hoc*, Senador Papaléo, a quem passo a palavra nesse momento.

SENADOR PAPALÉO PAES (PSDB-AP): Sr. Presidente, de acordo com o parecer do Senador Marco Maciel, que eu acompanho, o voto é favorável.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON

SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Em discussão. Não havendo quem queira discutir, passaremos a votação final. Passaremos ao Item Extra Pauta, foi aprovado no início da reunião, que é da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática em caráter terminativo, sobre o Projeto Decreto Legislativo nº 481 de 2006, que aprova o ato que outorga permissão da Rádio Marco Zero LTDA para explorar o serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade do Amapá, Estado do Amapá. Com certeza essa o Senador Papaléo conhece bem. Com a palavra o Senador Papaléo.

SENADOR PAPALÉO PAES (PSDB-AP): Sr. Presidente, tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDS nº 481 de 2006, não evidenciou a violação das formalidades estabelecidas na resolução nº 39 de 1992 do Senado Federal, e não havendo reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica Legislativa, meu voto é pela aprovação do ato que outorga permissão à Rádio Marco Zero LTDA para explorar serviços de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade do Amapá, Estado do Amapá, na forma do Projeto de Decreto Legislativo Ordinário da Câmara dos Deputados.

Sr. Presidente, o Estado do Amapá ele possui 16 Municípios e o Município do Amapá que tem a mesma denominação, mesmo nome do Estado do Amapá, que muitas vezes é confundido com o Estado do Amapá, ele é um Município que está aproximadamente há 300 quilômetros da cidade de Macapá e a 300 quilômetros do Oiapoque, ou seja, ele está na direção Norte do

nosso Estado. É um Município que tem na pecuária uma grande fonte econômica, principalmente na criação de búfalos que é muito tradicional, na pesca e na agricultura. Na agricultura ele tem boas terras, mas infelizmente nunca recebeu incentivo estatal para que aqueles agricultores ali pudessem desenvolver como deveria ser aproveitada a agricultura naquele Município. Município que tem cerca de seis mil eleitores, ou seja, uma população de quase 20 mil habitantes e que realmente é a nossa grande esperança de desenvolvimento após a conclusão da BR que faz a ligação da cidade de Macapá ao Oiapoque, nosso extremo Norte do país e que essa estrada está para ser concluída há mais de 10 anos e agora que nós chegamos a mais ou menos 300 quilômetros--

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Gostaria de fazer uma correção.

SENADOR PAPALÉO PAES (PSDB-AP): Deixa a tradição prevalecer.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Não, não, não porque agora, estamos na época de ciência, estudos de satélites mais apurados concluíram que o ponto extremo Norte do Brasil está no Monte Caburaí, perto da nascente do Rio Ailã em Roraima, Oiapoque tem o título por tradição, mas o título real, extremo norte, nós estamos mais ao norte --

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Eu prometo um debate... Audiência Pública sobre discussão desse assunto. Em discussão, o Projeto relatado pelo Senador Papaléo, não havendo quem queira discutir, passaremos a votação de todos os projetos terminativos nesse minuto. Senador Augusto Botelho como vota?

SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR): Com os Relatores, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Senador Renato Casagrande?

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Com os Relatores, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Senadora Ideli Salvatti?

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Com os Relatores.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Senador Valdir Raupp? Meu líder.

SENADOR VALDIR RAUPP (PMDB-RO): Com os Relatores, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Senador Gilvam Borges deu uma saída, Senador Valter Pereira?

SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Eu também.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Senador Demóstenes Torres? Senador Romeu Tuma? Senadora Maria do Carmo, a primeira a chegar a essa Comissão.

SENADORA MARIA DO CARMO ALVES (PFL-SE): Com os Relatores.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Senador Eduardo Azeredo?

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Obrigado, Senador Flávio Arns?

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Senador João Ribeiro?

SENADOR JOÃO RIBEIRO (PR-TO): Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Senadora Fátima Cleide saiu, Senador Papaléo?

SENADOR PAPALÉO PAES (PSDB-AP): Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Faltou alguém? Senador Flexa Ribeiro que acabou de chegar.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Com Relatores.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Não falta mais ninguém. Estão aprovados. Sobre a Mesa requerimento de autoria do Senador Flávio Arns, nos termos do Inciso V do parágrafo 2º, do Art. 58 da Constituição Federal, combinado com o Inciso V do Art. 90 do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro que seja convidado o Ministro de Estado de Ciência e Tecnologia, Sr. Sérgio Machado Rezende para discorrer acerca do Centro Regional Sul de Pesquisas Espaciais em Santa Maria, Rio Grande do Sul, discutir as perspectivas, problemas e o futuro da base de Alcântara em conjunto com a Comissão de Educação do Senado. Os Senadores que estão de acordo que o Requerimento seja aprovado, por favor, com a palavra Senador Flávio Arns para explicar seu o requerimento.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): É só um requerimento que já foi aprovado no dia de ontem, V. Ex^a., inclusive, estava na reunião de autoria do Senador Pedro Simon, mas como ele pediu uma audiência conjunta, que na hora não percebi que era conjunta, temos que aprovar aqui também. E eu pedi para incluir

a discussão sobre a base de Alcântara para aproveitar a presença do Ministro e discutir porque ele estava solicitando ao Senador sobre o Centro Regional Sul de Pesquisas Espaciais em Santa Maria. Então, já vamos discutir que é do interesse desta Comissão discutir a questão da base de Alcântara.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Dois coelhos com uma cajadada só. Senadores que estão de acordo permaneçam como estão. Aprovado. Fica adiado o Item nº 02 da Pauta pela ausência do Relator. Não havendo... desculpe, tem uma comunicação a fazer. As duas Subcomissões que foram criadas nessa Comissão eu estou aqui como ficaram montadas as Comissões. Bloco de apoio ao Governo, PT, PTB, PR, PSB, PC do B, PRB e PP é a Subcomissão Permanente de Serviços de Informática, CCT/SINF. Solicitado pelo Senador Azeredo que acabou de sair, ficou Senador Flávio Arns do PT, Senador Renato Casagrande, Senador Sérgio Zambiasi, Senador Expedito Júnior; pelo PMDB, Senador Valter Pereira, Senador Gilvam Borges. Pelo bloco da minoria PFL/PSDB o Senador Demóstenes Torres, Senador Eduardo Azeredo, Senador Heráclito Fortes, Senador Cícero Lucena, essa é a Subcomissão Permanente de serviços de Informática. A outra Subcomissão, também criada nessa Comissão, é a Subcomissão Temporária para Estudo, Acompanhamento e Apoio ao Desenvolvimento dos Pólos Tecnológicos, ficou montada também, constituída da seguinte forma: Bloco de apoio ao Governo, Senador Marcelo Crivella, Senador Augusto Botelho, suplente Senador Francisco Dornelles, Senadora Fátima Cleide, pelo PMDB, Senador Mão Santa como titular, Senador Garibaldi como suplente. Bloco da minoria: Senador Romeu Tuma e Senador Cícero Lucena como titulares, a Senadora Rosalba Ciarlini do PFL, Senador Azeredo como suplente. Agora eles vão ter que se reunir, nomear Presidente e Vice-Presidente. Vamos instalar a Comissão. Não havendo nada mais a tratar, declaro encerrada essa reunião. Senador Flexa, presença mais rápida aqui.

Sessão encerrada às 10h16

COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA

ATA DA 10ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 25 DE ABRIL DE 2007.

Às nove horas e dezoito minutos do dia 25 de abril de dois mil e sete, na sala de reuniões da Comissão, Ala Senador Alexandre Costa, sala dezenove (19), sob a Presidência do Senhor Senador Wellington

Salgado de Oliveira e com a presença dos Senhores Senadores Augusto Botelho, Renato Casagrande, Sérgio Zambiasi, Ideli Salvatti, Valdir Raupp, Gilvam Borges, Valter Pereira, Romeu Tuma, Maria do Carmo Alves, Eduardo Azeredo, Cícero Lucena, Flávio Arns, João Ribeiro, Francisco Dornelles e Flexa Ribeiro, reúne-se a Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática. Deixam de comparecer os Senhores Senadores Marcelo Crivella, Demóstenes Torres, José Agripino e João Tenório. Havendo número regimental abrem-se os trabalhos. O Senador Presidente Wellington Salgado de Oliveira, submete à Comissão a dispensa da leitura da Ata da Reunião anterior, que é dada como aprovada. Prosseguindo, o Senhor Presidente da Comissão, Senador Wellington Salgado de Oliveira, submete a apreciação do Plenário o nome do Conselheiro da Agência Nacional de Telecomunicações – ANATEL, Sr. Pedro Jaime Ziller, para que participe da Audiência Pública, como expositor, com o que todos concordam. Inicia-se a presente reunião, convocada na forma de Audiência Pública, atendendo ao Requerimento nº 002-CCT, de 2007, de autoria do Senador Wellington Salgado de Oliveira, que “Requeiro, nos termos do art. 58, § 2º, inciso V, da Constituição Federal, combinado com o inciso V, do art. 90, do Regimento Interno do Senado Federal, seja convidado o Presidente da Agência Nacional de Telecomunicações – ANATEL, o Sr. Plínio de Aguiar Júnior, para que compareça à Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática – CCT, a fim de prestar informações acerca da aprovação pela Agência Reguladora de licença para TELEFÔNICA prestar serviço de TV por assinatura via satélite (DTH).” Finda a exposição, a Presidência franquia a palavra aos Senhores Senadores membros da Comissão. Usam a palavra os Senhores Senadores Wellington Salgado de Oliveira, autor do requerimento, Flexa Ribeiro, Eduardo Azeredo, Cícero Lucena, Augusto Botelho e Flávio Arns. O Senhor Senador Wellington Salgado de Oliveira, agradece a todos pela presença e declara encerrados os trabalhos desta sessão determinando que as Notas Taquigráficas sejam anexadas a esta Ata para devida publicação. Nada mais havendo a tratar, a Presidência encerra a reunião, às onze horas e trinta e três minutos, determinando que eu, Égli Lucena Heusi Moreira, Secretária da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática lavrasse a presente Ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada, no Diário do Senado Federal.

Senador **Wellington Salgado de Oliveira**, Presidente da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática

COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA - CCT

10ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA NO DIA 25 DE ABRIL DE 2007, ÀS 09 HORAS E 17 MINUTOS.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Havendo número regimental, declaro aberta a 10ª Reunião Extraordinária da Comissão de Ciência e Tecnologia e Inovação, Comunicação e Informática da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura a realizar-se em 25 de abril de 2007.

Antes de iniciarmos a reunião submeto à apreciação do Plenário a dispensa da leitura da Ata e aprovação da reunião anterior. Os Srs. Senadores e Senadoras que concordam permaneçam como se encontram. Aprovado.

A presente reunião atende Requerimento de minha autoria aprovado por esta Comissão para realização desta Audiência Pública com o Presidente da ANATEL, Sr. Plínio de Aguiar Júnior, que tem o objetivo de prestar informações acerca da aprovação, pela Agência Reguladora de licença para a Telefônica realizar serviços de TV por assinatura por satélite, DTH.

Dando início a Audiência Pública, solicito ao Senador Casagrande que acompanhe o convidado para tomar posse à Mesa.

Eu queria convidar também para sentar à Mesa o outro conselheiro, Sr. Pedro Jaime Ziller, por favor, à minha esquerda. Como é de praxe dessa Casa, daremos meia hora para a exposição de V.Sª, se for menor tempo não há problema algum. Ou se for mais tempo também nós prorrogamos, para uma apresentação do trabalho.

SR. PLÍNIO DE AGUIAR JÚNIOR: Ok, Senador.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Ok? Tudo bem, Srs. Senadores? Então, vamos dar início. Com a palavra o Sr. Plínio de Aguiar Júnior, Presidente da Agência Nacional de Telecomunicações, ANATEL.

SR. PLÍNIO DE AGUIAR JÚNIOR: Presidente Wellington Salgado, demais Senadores, bom dia. A ANATEL fica honrada em participar dessa Audiência Pública aqui no Senado para mais uma vez, prestar informações a respeito das nossas atividades de regulação e regulamentação no Brasil.

Se o Senador permite, o Pedro Jaime Ziller foi o Relator dessa matéria, dessa matéria no Conselho

da ANATEL. Aliás, essa matéria foi aprovada por unanimidade no nosso Conselho. Se o senhor permite, eu passaria a palavra ao Conselheiro, para que ele apresentasse essa palestra a respeito da autorização que se fez, que a ANATEL deu à TELEFÔNICA para a exploração de DTH.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Eu acho que os Senadores concordam com a passagem da palavra, porque foi o autor. Ok. Com a palavra o Sr. Pedro.

SR. PEDRO JAIME ZILLER: Bom dia. Presidente, por favor. Bom dia Srs. Senadores. Bom dia Senador Wellington Mello é um prazer para nós estarmos aqui podendo--

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Só um momento. Eu teria a maior honra em ser parente do Senador Collor de Mello, mas não é Wellington Mello é Wellington Salgado. [risos]

SR. PEDRO JAIME ZILLER: Desculpe, Senador. Me perdoe.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): É o cabelo.

SR. PEDRO JAIME ZILLER: É o cabelo, certo. Eu gostaria de prestar todos os esclarecimentos aqui necessários, e claro, me colocar à disposição desde já para responder as perguntas que por acaso, os pontos que não ficarem bastante claros na exposição para responder também. Por favor, podia iniciar para mim a...? Ok.

Então, o próximo, por favor. O próximo. A legislação de TV brasileira. Eu acho que, antes de a gente começar a falar sobre DTH, especificamente, é importante que nós destaquemos um ponto, uma questão bastante importante para que fique a cunho de conhecimento de todos nós como é que é a legislação da TV brasileira.

A TV aberta do Brasil, quer dizer, essa TV que todo mundo recebe pelas parabólicas e em casa sem nenhuma assinatura, ela é regida pela Lei 4.117 de 1962. A TV a cabo, a TV que utiliza a rede cabeada, aquela rede que vai à sua casa, a rede de cabos coaxiais, ela é regulada pela Lei 8.977/95. É uma lei específica, a lei de TV a cabo. A TV por satélite, esse tipo de TV que é... É foco hoje da nossa apresentação e do nosso debate aqui, chamado DTH é regido pela Lei 9.472/97. Assim também é a TV que utiliza a tecnologia MMDS, é a Lei 9.472, também de 97. E uma nova televisão que está surgindo por aí que é a IPTV, é uma nova tecnologia para se chegar com TV por assinatura à casa dos assinantes, ela ainda não tem uma regulamentação específica. É considerada como uma tecnologia. Pois não, pode voltar, por favor.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Com a palavra o Senador Casagrande.

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Um pouquinho mais da TV MMDS.

SR. PEDRO JAIME ZILLER: MMDS? É um sistema que usa é multifrequencial, multidirecional.

SR. PLÍNIO DE AGUIAR JÚNIOR: É multimídia. Multiponto.

SR. PEDRO JAIME ZILLER: É multiponto, multifrequência de sistema de televisão, de distribuição, ele usa a radiofrequência, ele usa uma banda hoje, as assinaturas dadas até hoje, como aqui em Brasília, por exemplo, tem a TV Mais, se não me engano, acho que é a TV Mais, ela funciona aqui em Brasília por radiofrequência. Ela tem uma banda de 180, 186 khz, megahertz. É isso que é a tecnologia MMDS. Ela normalmente ela passa um pouco mais no Município. Ela tem uma área de prestação um pouco maior que o Município. Por exemplo, existe a TV, a TVA usa muito essa tecnologia em São Paulo. Aqui em Brasília tem. TV Abril usa muito essa tecnologia em São Paulo, aqui tem a TV Mais aqui em Brasília. E existem diversas licenças, são aproximadamente acho que 80 licenças no Brasil em regiões, passam de um Município, normalmente. Normalmente é maior que o Município. Ok, Senador? Posso continuar?

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Ok, muito obrigado.

SR. PEDRO JAIME ZILLER: Por nada. Ok, o nosso ponto focal hoje é a solicitação de autorização para exploração de serviço de distribuição sinais de televisão e áudio por assinatura via satélite, o conhecido DTH. Esse pedido foi formulado pela A TELECOM S.A. que é uma empresa do GRUPO TELEFÔNICA. O GRUPO TELEFÔNICA INTERNACIONAL que detém a concessão de serviço fixo em São Paulo, a TELESP em São Paulo é do GRUPO TELEFÔNICA e ela também participa, é sócia da Portugal Telecom na VIVO, a TELEFÔNICA VIVO, de telefonia móvel. E tem sede, a empresa TELEFÔNICA tem sede dela na Espanha.

Quais são os aspectos que a gente gostaria de abordar que foram levados em consideração exatamente nessa decisão? Tem essa parte de legislação e regulamentação nós vamos falar. A questão de um ambiente convergente hoje, nós todos estamos vivendo num ambiente convergente. Nós sabemos que voz, dados e imagem, eles estão convergindo para uma prestadora só fazer esse trabalho. É... Vamos citar, M-Play, Triple-Play ou M-Play. Vamos passar rapidamente, nos lembrar da Lei 8.884, que é a lei que rege o CADE, de direito econômico, competição. Um artigo da LGT, que é o que está contido nesse artigo da LGT que nós

levamos em consideração também e quais foram os compromissos assumidos pela A TELECOM, a partir de uma série de conversas que nós tivemos com eles para poder fazer esse trabalho.

Muito bem. Vamos lá! Legislação e regulamentação, por favor. Primeiro. A TELECOM solicitou à ANATEL a autorização para explorar o DTH em âmbito nacional, utilizando o segmento espacial HISPASAT, que é o Satélite Amazonas, que é um satélite licenciado pela HISPASAT, que é um consórcio de empresas entre a TELEMAR, entre a TELEFÔNICA e outras empresas, estão na posição orbital brasileira esse satélite. Já tem todas as licenças para o Brasil. O Centro de Transmissão Terrestre que é a DTH, a A TELECOM vai utilizar, ele está localizado no Peru.

O próximo, por favor. É importante que nós não vamos conseguir, nas novas radiofrequências, quer dizer, o espaço brasileiro em termos de radiofrequência não vai ter maior ocupação por causa dessa licença. Não vai ser necessário [inaudível] novas radiofrequências, uma vez que esse HISPASAT já tem radiofrequência necessária. Quer dizer, a TELEFÔNICA está alugando da HISPASAT a radiofrequência que vai possibilitar a prestar esse serviço.

Também, nós não estamos dando a outorga de direito de uso de satélite novo, porque a HISPASAT já tem esse direito, esse satélite foi lançado em 2004. Então esse direito de uso de satélite já está colocado desde 2004. Ou seja, a A TELECOM, o GRUPO TELEFÔNICA pura e simplesmente está contratando um satélite, um transponder em um satélite para transmitir dentro do Brasil um serviço de televisão por assinatura. Não há nada, nenhuma nova licença dada pela ANATEL. Está dando apenas a autorização de prestação de serviços.

Por favor! O processo, claro, foi adequadamente instruído e todas as condições exigidas para a exploração do serviço de DTH foram cumpridas no que tange a inexigibilidade de licitação. Eu falei, inclusive, que não há licitação nenhuma a ser feita, o DTH, qualquer um que quiser prestar o serviço de DTH, qualquer empresa que quiser constituir e prestar o serviço pode fazê-lo não há nenhum impedimento legal para isso. E não vai ter outorga. Também foram cumpridas as formalidades técnicas, legais e regulamentares. Quer dizer, existem projetos, existe uma série de coisas, são normas da regulamentação da ANATEL, que eu não vou detalhar tudo, porque isso, os aspectos técnicos foram todos eles cumpridos legalmente também pelo estudo feito pelas áreas técnicas e pela nossa Assessoria.

Por favor. Ou seja, sob o aspecto regulamentar não há qualquer óbice a fornecimento dessa licença de prestação de serviços. Por favor.

Bem, o que acontece é que nós sabemos do Triple-Play, então, até hoje, sempre que a gente ia dar a autorização a gente fazia uma análise de mercado para se avisar para o CADE--

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Por favor, o senhor poderia explicar o que é o Triple-Play?

SR. PEDRO JAIME ZILLER: Ah, pois não! Desculpe. Triple-Play é você fornecer serviços de voz, dados e imagem para uma única empresa numa única plataforma basicamente. Ou seja, você pode chegar com a radiofrequência numa casa entregando todos esses serviços, de voz, dados e imagem de uma vez só. Criando, as empresas vão concentrando esses serviços, prestando esses serviços às três modalidades, banda larga, para acesso à internet; o serviço de televisão, não é; e também o serviço de voz. É isso que a gente chama de Triple-Play. Desculpe, Senador, e muito obrigado pela pergunta, está certo, é isso mesmo.

Então, a ANATEL, ela... Ela não resolveu pura e simplesmente falou assim: Olha, vamos dar o serviço de DTH, vamos ver o que isso significa de verdade no mercado. Porque se analisasse pura e simplesmente o mercado de TV por assinatura aquele lado regulamentar como foi analisado não haveria o menor problema em se fazer isso. Agora, será que isso vai causar algum problema de muita concentração de mercado quando a gente for avisar para o CADE, quando a gente for falar para o CADE? Existe também a inteligência do art. 135. Por favor, passe eu vou dizer qual é o art. 135 da LGT, é o seguinte, é que nesse caso não está havendo o uso do domínio da infra-estrutura para alavancar serviços de convergência, por quê? A televisão por assinatura ela só tem ida, ou seja, você, o que você vai utilizar de frequência para colocar a TV na casa do assinante você não vai colocar voz nem dados lá dentro, não tem jeito, porque não tem retorno. O canal de retorno da TV por assinatura é pura e simplesmente para a seleção de grade, conhecimento de programa, mas não dá acesso à internet, não dá acesso a voz, não dá acesso a isso porque a banda não comporta.

Então, não há domínio da infra-estrutura, nesse caso, quando se fala em DTH, não ocorre domínio da infra-estrutura para alavancar outros serviços, quer dizer, voz e dados juntamente com a televisão. Por favor. Isso quer dizer o seguinte, não se configura uma monopolização daquilo que a gente chama de última milha, o que é a última milha? É o um último pedacinho que chega na casa do assinante. Aquele par de fio que chega na casa do assinante. Aquele módulo de chegar na casa do assinante para prestar qualquer tipo de serviço, nesse caso de DTH não se configura essa

monopolização. Quer dizer, se você tem uma empresa que detém o cabo, o par de fio e uma frequência, então você, todas já são dela, você estaria monopolizando, todas essas, por exemplo, o Waymax(F), o caso do Waymax(F) é típico. O Waymax(F) ele permite você passar voz, dados, imagem, tudo o mais, ida e volta, tá certo, é dos dois lados. Nesse caso de DTH, esse tipo de tecnologia não caracteriza esse monopólio de última mídia. Então essa é uma situação de uma análise que nós fizemos com relação a um ambiente convergente.

O art. 135, que eu citei, o que é que ele diz? A agência poderá, excepcionalmente, em face de relevantes razões do caráter coletivo condicionar a expedição e autorização a aceitação pelo interessado de compromisso e interesse com a coletividade. Muito bem, isso significa a ANATEL poderia ou pode impor condições para dar a autorização no serviço privado, se for de interesse coletivo. Acontece que o Parágrafo Único diz o seguinte: Os compromissos a que se refere o caput serão objeto de regulamentação pela agência, observados os princípios da razoabilidade, proporcionalidade e igualdade. Essa argumentação, ela... A ANATEL não fez, até hoje, uma recomendação específica.

Então, nós tivemos a seguinte colocação, se a ANATEL fosse fazer uma imposição: Eu quero que faça isso, quero que faça aquilo, poderia haver problema. Então nós chamamos a empresa e falamos assim: Olha, existe uma similaridade no serviço de TV por assinatura que antigamente todos os serviços eram dados com base em tecnologia, tanto assim que existe uma lei de TV a cabo. Então tem uma lei de TV a cabo, ela está com base em tecnologia e fazia sentido determinados tipos de obrigação. Depois que a coisa evoluiu, quer dizer, a tecnologia evoluiu, você prestar um serviço olhando pura e simplesmente tecnologia, não está correto. Porque senão, esse ambiente convergente não vê dessa forma. Não interessa a plataforma que se é dado, não interessa se é fio, se é fibra ótica, se é... Radiofrequência. Na verdade, o que interessa é o serviço que está prestando. Para o assinante que compra a TV por assinatura, para ele não faz a menor diferença o que ele está comprando, qual tecnologia está sendo utilizada, se é cabo, se é satélite, se é uma radiofrequência, para ele não faz diferença, não é? É exatamente a mesma coisa, então dentro desse espírito a ANATEL está inclusive preparando uma regulamentação para tentar compatibilizar esse tipo de serviço. Mas nesse momento, no momento que foi pedido, realmente, esse detalhe não existe. Então chamamos a TELEFÔNICA e falamos assim: Olha, vamos fazer uma coisa que depois não possa ser con-

testado. Nós queremos, a ANATEL quer que vocês assumam determinados compromissos, por favor. Esse compromisso da A TELECOM, eles estão incluídos no termo de autorização que está sendo dado lá. Ou seja, o contrato, eu aprendi, apesar de não ser Advogado, Senador, que o contrato é a lei entre as partes, está certo? Então, a ANATEL, representando a União, nesse contrato, ela fez algumas previsões que é o seguinte: Vamos fazer que esse DTH da TELEFÔNICA, ele também, ele dê os mesmos itens previstos de legislação a cabo a gente possa incluir aqui. Então, ao transportar os canais, TV Senado, TV Câmara e TV Justiça em todos os pacotes comercializados isso não está previsto na legislação de DTH, está previsto na legislação do cabo. Mas não está previsto no DTH. O que é que nós fizemos? Nós queremos que isso seja colocado no tempo de autorização. Ou seja, a TELEFÔNICA, a A TELECOM será obrigada por contrato a transmitir TV Senado, TV Câmara e TV Justiça em qualquer pacote que a comercialize, está certo? Igualando-se ao que se faz com TV a cabo. Alguns itens adicionais. O transporte de um canal educacional em todos os pacotes comercializados com o conteúdo e grade estabelecidos pelos órgãos competentes do Poder Executivo. Quer dizer, como hoje a TV a cabo tem um canal comunitário, tem um canal educacional, tem um canal, aquele canal universitário, mas a TV a cabo está restrita ao Município. A televisão por assinatura, a TV DTH, ela vai em todo com o País, ela cobre todo o País porque esse satélite cobre todo o País, ele pode ser comercializado em todo o País. Um canal desse é de tremenda importância para uma inclusão social no País. É o canal educacional que pode ser usado para a saúde, pode ser usado para a educação à distância, pode ser usado pelos órgãos do Executivo e do Legislativo com grande vantagem para a sociedade. E mais um ponto é a disponibilização, sem ônus, desse canal educacional, ou seja, todo, além de ter todo o pacote, a TELEFÔNICA é obrigada a entregar, em todas as escolas públicas Federais, Estaduais e Municipais, de ensino fundamental, médio ou superior, esse canal sem qualquer ônus. Ou seja, vamos supor, o Ministério da Saúde, não é, coloca para fazer a educação, ou o Ministério da Educação coloca um treinamento à distância, coloca o equipamento necessário, coloca o aparelho, o setup-box, coloca a televisão, coloca a antena e esse canal vai estar disponibilizado gratuitamente pela TELEFÔNICA. Não é TV por assinatura nesse caso, está certo? É uma TV aberta do canal educacional para as escolas públicas. Não há ônus para as escolas públicas colocarem isso lá. Então é uma infra-estrutura disponibilizada para a sociedade da maior importância porque a TV por assinatura, a

TV DTH, ela cobre todo o País, né? O DTH cobre todo o País no satélite.

Mais um, por favor. Além disso, aí foi uma iniciativa da própria TELEFÔNICA, ela ofereceu dois mil conjuntos de antenas receptoras, decodificadora e aparelho de TV. Isso não é grande coisa, mas são dois mil, né? São dois mil aparelhos conjunto de antena, receptor, decodificador e aparelho de TV que tem aí algum custo, esse aí deve custar aí, um aparelho de TV na base de 500 reais, mais a antena mais uns 300, aproximadamente a instalação, custa aí 800 reais cada um, não é grande quantidade de dinheiro, mas é alguma coisa bastante interessante para se começar um programa, por exemplo, de educação à distância pelo MEC, por exemplo.

Então, esses foram os itens adicionais. Eu quero ressaltar que isso, apesar de não ser uma obrigação imposta, ela passou a ser uma obrigação contratual.

Então, durante todo o período, durante os 15 anos que é dada a autorização, a TELEFÔNICA é obrigada a continuar prestando esse serviço gratuitamente, está certo? É isso. Eu agradeço. Pode... Pode fechar por aí. E estou à disposição das perguntas que os senhores...

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Agradeço a explanação do Sr. Pedro Jaime Ziller, especialista na área. Com certeza um dos grandes Conselheiros da ANATEL. Queria saber se o Presidente Plínio de Aguiar Júnior tem alguma consideração a fazer antes de passarmos a palavra aos Senadores e passar a palavra a mim mesmo porque eu fui o autor do Requerimento.

SR. PLÍNIO DE AGUIAR JÚNIOR: Senador, só enfatizando um aspecto mais... Em especial, que é a que o audiovisual, quer dizer, o mesmo produto, o mesmo sinal, o mesmo produto que é a televisão no Brasil é tratado em função da tecnologia que é que distribui o sinal.

Então, essa questão, ela torna bastante complexa a regulamentação, entende? Há que haver uma nova, há que haver uma reformulação para que isso não aconteça. O regulador não pode, ele tem que prestar atenção no serviço em si, não se regula tecnologia. Evidentemente que a ANATEL, ela detém conhecimento tecnológico a respeito da tecnologia aplicada a cada serviço, porque a gente faz a gestão das frequências e tudo, de órbitas. Agora, a regulação, ela tem que ser aplicada ao serviço. Quando você tem, aqui no Brasil, essa multiplicidade de tratamentos, essa diversidade de tratamento para um mesmo conteúdo, se o conteúdo vem via antena, antena emissora no local é um tratamento, se vem tipo TV a cabo é outro e se vem do satélite é um outro e depois ainda tem a TV que

vem pela internet, que ainda não tem o tratamento e a gente não espera que tenha uma nova lei para tratar especificamente da TV por internet. Mas, certamente, ela vai requerer regulamentos adequados a isso.

Então, essa questão, que é a questão central, que talvez nos preocupe quando a gente não vê óbice à autorização para a TELEFÔNICA nesse caso e, um caso semelhante, que é da Way, que acho que os senhores também sabem dessa questão não é permitido porque a lei impede essa autorização.

Então, basicamente são essas as nossas observações.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Como eu fui o autor do Requerimento, eu queria pedir ao Senador Casagrande que assumisse a presidência, se possível for se não tiver nenhum compromisso enquanto eu tomaria o local.

[troca de presidência]

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Com a palavra o Senador Wellington Salgado. Para não confundir não é Wellington, não é Senador.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Wellington Collor. [risos] Teria a maior honra em ter o sobrenome Collor.

Sr. Presidente, tem que acender a luz aqui, Plínio de Aguiar, Sr. Pedro Ziller. O que, o fato que me levou a fazer esse Requerimento e convidá-los a vir aqui, além de ser, tirar uma série de dúvidas, como bem foi colocado aqui, mas o que me deixou preocupado, e como eu sou Senador por Minas e eu vi duas decisões diferentes com o mesmo parecer favorável do Procurador da ANATEL. Que hoje é Conselheiro, quer dizer, ainda não é porque o Presidente ainda não assinou, mas já foi aprovado nessa Casa e no Plenário que é o Sr. Bedran. Ele tem dois pareceres onde, num parecer ele é favorável a essa operação da TELEFÔNICA e no outro parecer, quanto à aquisição pela TELEMAR da Way TV, da Way TV também é favorável. E o que me traz o fato é que TELEMAR e Way TV são duas empresas de Minas. E achei muito estranho por que é que a ANATEL decidiu favorável no caso da TELEFÔNICA e decidiu contrário no caso da TELEMAR? Isso é a primeira pergunta, tá?

Depois da explanação do Sr. Pedro Ziller, para complicar mais ainda essa primeira pergunta minha, eu vi que todos os acordos colocados com a TELEFÔNICA são itens que constam da TV a cabo. Ou seja, a ANATEL não autorizou a TELEMAR a ter a aquisição da Way TV, no entanto, ao autorizar a TELEFÔNICA ela coloca itens da lei de cabo justamente na contra-

partida, de repente, seria algo assim, que a telefônica teria que dar.

Então, essa já é mais um problema. E o terceiro é que eu queria que não fosse uma questão pessoal, uma questão meramente de relação entre Senado e uma Agência, por que é que a ANATEL tomou decisões tão importantes nesse momento onde nós, Senadores, estamos nomeando mais dois Conselheiros para a ANATEL? Ou seja, essas decisões de caráter de decisões que são novas, digamos assim na ANATEL, como esse caso da TELEFÔNICA e como o caso da TELEMAR com a Way TV, foram decisões que foram tomadas com três conselheiros só. Ou seja, se você tiver dois a favor está decidido. E, no entanto, se nós aguardássemos a nomeação dos outros dois Conselheiros nós poderíamos, teríamos que ter três para poder ter uma decisão. Por que é que a ANATEL não aguardou, que seria algo mais sensato, mais calmo, mais tranquilo, aguardar a nomeação desses outros dois Conselheiros para tomar decisões tão importantes quanto essas duas que foram tomadas?

E o terceiro item que eu queria colocar é o seguinte, eu fico um pouco preocupado porque na chamada Lei de Convergência, e realmente os senhores não são totalmente culpados, porque na verdade nós tivemos três leis em momentos diferentes. Tivemos a Lei da Radiodifusão, tivemos a Lei da TV a Cabo e tivemos a Lei das Teles. E aí a tecnologia evoluiu de tal maneira que acaba tudo se encontrando que nós chamamos de Lei da Convergência que nós vamos ter que criar um marco regulatório com relação a isso.

O que eu queria saber é o seguinte, a ANATEL não teria que aguardar um pouco as decisões com relação à Lei de Convergência para que não tome decisões que acaba sendo como se tivesse legislando ao invés de ser simplesmente uma agência reguladora e não legisladora? Por que eu coloco isso? Porque a minha grande preocupação hoje, e eu quero dizer ao Sr. Ziller que eu não entendo tanto quanto os senhores também, o Presidente, mas na verdade eu tenho estudado bastante esse assunto por eu ser Presidente dessa Comissão. O que me preocupa é que todo mundo fala o seguinte: As teles não querem produzir conteúdo, as teles querem comprar esse conteúdo e colocar. E, no entanto, a minha grande preocupação não é com a produção de conteúdo é com a programação de conteúdo. A programação de conteúdo ninguém fala. Eu tenho tido várias reuniões com representantes de tele, todo mundo fala: Não, as teles não querem produzir conteúdo, nós vamos fazer um convênio, vamos puxar. Mas o grande segredo não é produzir é a programação. Por que a programação? Porque, no momento que como acontece aqui com a TELEFÔNICA

CA, que hoje está produzindo do Peru, está gerando emprego no Peru e está descendo em todo o território nacional, porque o satélite, ele não tem limitação geográfica, Senador Flexinha, Senador Flexa Ribeiro, não tem limitação. Ela desce no País inteiro e o que é pior, ainda produz no Peru. Não gera emprego, você não tem como controlar o conteúdo. Não tem como controlar programação. De repente é algo que interesse ao País, eles vão colocar aonde? Vão colocar de uma às duas da manhã. E nos outros horários eles vão passar o que interessa, de repente o que vende, de repente um filme americano, com uma dublagem feita no Peru. Essa é a grande questão. Esse é o grande problema. Isso é uma coisa que o Senado e a Câmara vão ter que ver como vai ser essa Lei da Convergência, de tal maneira que nós possamos conseguir para a questão nacional, ver a programação, mas também, a produção e a programação, Senador Flexa Ribeiro. Senão eles vão colocar o que eles querem na hora que eles quiserem e aí acabou a questão nacional. Acabou a cultura nacional. E eu não tinha conhecimento que era gerado no Peru. Eu não tinha. Eu sempre falava em Miami. Quer dizer, já é do Peru realmente. É do Peru.

Então, é essa a minha grande preocupação que ficou confirmada aqui, Senador Flexa Ribeiro, Senador Tuma. Eles não vão mais gerar emprego no País, e teve um exemplo claro disso, porque no momento que eles gerarem do Peru nós não podemos nem mais legislar sobre a programação deles. Eu tive uma consulta há pouco tempo onde me deram um exemplo de um País da Escandinávia que proibiram de fazer propaganda de brinquedo para poder o pai não ter que comprar brinquedo para a criança. Proibiram propaganda de cigarro. Aí sabe o que é que a empresa fez, Senador Flexa Ribeiro? Passou a pegar as pessoas daquele País, levaram para Miami e fazia, produzia lá a propaganda, em Miami, que subia para o satélite e descia e o País não tinha controle sobre isso.

Então, continuava descendo as propagandas que estavam proibidas pela legislação daquele País e feito ainda com as pessoas daquele País lá fora. Porque você tem que ter uma linguagem, tem que ter uma cultura.

Então, isso é o que vai acabar acontecendo no País. Essa é a minha preocupação. Desculpe, Sr. Ziller, não é nada pessoal. É uma questão inclusive que a ANATEL se encontra num momento difícil dessa chamada Lei de Convergência, a tecnologia evoluindo absurdamente. E nós, Senadores e Deputados correndo atrás disso. São essas as minhas perguntas, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Muito obrigado, Senador Wellin-

ton Salgado. Nós vamos passar a palavra ao Senador Flexa Ribeiro. Mas eu já posso convidar o Senador Wellington Salgado para reassumir o seu--

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Se V.Exa. Não tiver nenhuma pergunta a fazer, ou no momento trocar, porque eu senti que está bem aí no quadro, o Senador Casagrande.

[risos]

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP): Pela ordem, pela ordem Presidente. Se V.Exa. Permitir.

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Só um minutinho, Senador.

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP): Eu solicitaria o meu irmão, o meu amigo Wellington que ficasse aqui no Plenário porque ele é o que mais conhece o assunto. Tanto é que ele vem conversando a respeito disso e poderia intervir com mais, com mais calor do que na presidência que ele tem que manter a isenção.

Desculpa fazer essa proposta, mas é porque o senhor está profundamente, é profundo conhecedor do assunto, vem estudando, temo discutindo, vem debatendo. E chamou a nossa atenção. E fez o Requerimento.

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Então, daqui a pouco eu chamo V.Exa. para assumir a presidência. Apesar de que nós não temos a mesma cabeleira do Senador Wellington Salgado, mas, por enquanto, permanecerei aqui a seu pedido. E passo--

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP): Eu sou orador da cerimônia do Exército também.

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): E passo a palavra ao Senador Flexa Ribeiro, nós vamos fazer blocos de três, depois o senhor faz as suas considerações.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Presidente, Senador Renato Casagrande, Dr. Plínio de Aguiar Júnior, Presidente da ANATEL, Dr. Pedro Ziller, Conselheiro da ANATEL. Eu quero parabenizar o Presidente da Comissão de Ciências e Tecnologia, Senador Wellington Salgado não só pelo Requerimento desta audiência com a ANATEL, mas por ter levantado uma questão que deve preocupar a todos nós brasileiros, Senador Wellington. Isso aqui na Comissão de Ciência e Tecnologia nós devemos aprofundar essa discussão porque a tecnologia avança numa velocidade tão grande que a chamada globalização, ela, a nível de tecnologia, ela vai permitir o domínio ou a predominância de culturas estranhas à nossa em nosso País. Isso que você, V.Ex.^a levantou, Senador Wellington, sem sombra de dúvida, deve preocupar todos nós. Não só hoje, já é permitido a participação de capital estrangeiro na área de comunicação, mas a preocupação nossa deve ser

de que o conteúdo dessas empresas de comunicação não seja desvirtuado em relação aos interesses nacionais, aos interesses nacionais. Porque, da forma como a tecnologia permite, e o Senador Wellington colocou aqui um exemplo da Dinamarca.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Isso.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Que pode ocorrer em qualquer lugar. Quer dizer, as leis do País, elas são ver transgredidas em função da facilidade tecnológica. Quer dizer, não adianta nós proibirmos por interesse nacional algo no País porque a tecnologia vem e ela vai penetrar com a maior tranquilidade.

Então, isso é um debate, Senador Wellington, que V.Ex^a. trouxe aqui que já me preocupa há algum tempo e que eu acho que nós devemos aprofundar. Porque é aqui no Congresso Nacional que nós temos que discutir essa questão. Até... Se possível, de forma antecipada, proativa, para não ficarmos depois lamentando o acontecido. E sim, impedindo o acontecido.

V.Ex^a. fez uma das perguntas que eu ia fazer. Saber da ANATEL porque tem um peso e duas medidas. Ou seja, por que é que se tem duas solicitações de... [soa a campainha] Concessão de serviço de DTH por que é que foi autorizado para um e não para outro? Eu gostaria de saber também se existem outros pedidos em tramitação na ANATEL.

Com relação ao pedido da telefônica, a análise da ANATEL, da própria ANATEL, o documento que eu tenho aqui, ela diz, no trecho, no Item 2 diz assim: Em uma análise, sobre o pedido de autorização para a exploração do serviço DTH formulado pela empresa A TELECOM, não é concessão, é autorização. Em uma análise preliminar no que se refere especificamente ao mercado de TV por assinatura, o grupo não identificou qualquer tipo de problema concorrencial decorrente da entrada da requerente no mercado. Aí vem, até aí, nada nos preocupa. A própria ANATEL nos tranquiliza. Mas, na linha seguinte é que vem a dúvida que eu gostaria de ter esclarecido.

Quanto aos possíveis impactos para os demais serviços de telecomunicações a análise se encontra em fase de conclusão.

Então, eu gostaria de saber se a análise foi concluída e gostaria de ter o conteúdo da análise para saber de que forma a preocupação explicitada pela ANATEL no seu relatório pode vir trazer problema no mercado.

Mais adiante, ainda no documento da própria ANATEL, da análise diz o seguinte: Entretanto - é isso que o Senador Wellington levantou aqui - entretanto, dado o ambiente de convergência de serviços que se delineia, consideramos necessário efetuar, no âmbito

do ato de concentração uma análise concorrencial mais completa que poderá resultar em proposta ao CADE, de compromissos adicionais pela empresa. Isto está respaldado pela Lei nº 8.884, de 11 de junho de 1994. E pelo que se extrai da inteligência do art. 135 da LGT, muito embora ainda não regulamentado.

Então, a própria ANATEL faz referência a que deva ser resultado, resultar uma proposta do próprio CADE para saber qual a análise concorrencial no mercado.

Então, face às observações da análise, eu gostaria de ter a resposta da ANATEL nesse sentido. Até porque, eu vejo mais adiante o próprio art. 135 diz isso, que o Dr. Ziller colocou aqui, que já previsto na lei de que os compromissos podem ser, a agência poderá, excepcionalmente em fatos de relevante razões de caráter coletivo, condicionar a expedição de autorização de aceitação pelo interessado de compromisso de interesse da coletividade. Até aí o Senador Wellington disse que as formulações praticamente, eu não conheço a formulação, estou me baseando aqui pelo meu Presidente são idênticas. Mas o fato dela dar, conceder o sinal gratuito para o sistema de ensino público não dá nenhuma garantia de que esse sistema público vai ter o acesso ao sinal. Porque todos nós sabemos que não basta ter a gratuidade da captação do sinal, você tem que ter a tecnologia, tem que ter a antena parabólica, tem que ter a televisão, tem que ter mais um decodificador que ele não falou ali. Porque... Não sei, aí eu... Eu pergunto também à ANATEL, se só com antena parabólica vai captar o sinal do satélite, que eu acho que não. Porque aí seria... Aí nós estamos que nem naquelas bonecas que os americanos colocam no mercado que você compra a boneca e depois compra, tem que comprar a roupa, tem que comprar o companheiro da boneca.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): A Barbie. [risos]

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): A Barbie, né? O Senador Wellington entende de boneca. [risos]

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Esse é meu amigo mesmo. [risos]

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Tudo bem?

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Senador Wellington me... Descontraiu a reunião. Então eu gostaria de saber se isso também não é um presente de grego? Ou seja, a TELEFÔNICA diz que eu dou a televisão, eu dou duas mil... Duas mil, duas mil eu acho que não dá nem para atender as escolas do meu Estado do Pará quanto mais a nível de Brasil. Quer dizer, isso teria que ser um compromisso muito mais amplo.

Eu vou instalar o sinal codificado gratuito com televisão em todas as escolas públicas brasileiras. Aí sim é um ato de... Interesse social da TELEFÔNICA. Ela vai colocar em todas as escolas brasileiras. Mas em duas mil sem dar o decodificador é meio complicado.

Eram essas questões com relação a audiência. Mas eu gostaria, com permissão do meu Presidente, e após ouvir o questionamento da Audiência Pública dos demais Senadores presentes. Eu gostaria de aproveitar, Presidente Wellington, esta Audiência Pública para, em seguida, ter algumas informações a respeito de um projeto que deve entrar em votação hoje na Comissão de infra-estrutura que é com relação a instalação de bloqueadores de telefonia móvel e de sinais de radiotransmissão nos presídios, no Sistema Penitenciário Brasileiro.

Então, eu até para que os Senadores aqui presentes possam ter da própria ANATEL fundamentos para que se discuta hoje na Comissão de infra-estrutura, eu gostaria de ter essa permissão de V.Ex^a após concluirmos o debate sobre a questão da Audiência Pública de hoje.

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Muito obrigado. Vou passar a palavra, Senador Flexa Ribeiro. Passar a palavra ao Senador Cícero Lucena e conclui três intervenções e vamos partir para as explicações.

Eu vou precisar ir a uma outra Comissão, Presidente Wellington Salgado, vou pedir ao Senador Valter que possa assumir aqui temporariamente em meu lugar, para que a gente possa dar seqüência à nossa reunião.

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP): Presidente, eu pediria a V.Ex^a também licença porque eu estou no rol dos oradores da Sessão de homenagem ao Exército que comemorou o seu aniversário dia 19 e hoje é a Sessão Solene. Eu sou um dos oradores. Eu pediria--

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): O senhor tem todo o direito.

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP): Toda a desculpa. É um assunto que ele me deixou apaixonado por este assunto. Aqui com toda a sua veemência na discussão de um assunto que vai servir à sociedade brasileira dentro de pouco tempo.

SENADOR CÍCERO LUCENA (PSDB-PB): Bom, Sr. Presidente, senhores convidados, no início, na explanação do Sr. Pedro Ziller, levantaram-se alguns questionamentos. Mas devido a intervenção do nosso Presidente Wellington, eu acho que tomou uma outra dimensão a necessidade desse debate.

Existem algumas preocupações que para mim, por mim foram anotadas quando a ANATEL está to-

mando posições importantes com a atual composição até porque no debate que existiu aqui anteriormente foi questionado ao Conselheiro que aqui foi interrogado, ou questionado, no sentido de que se poderia, decisões tomadas hoje com essa composição, ser revista de imediato com a nova composição que a ANATEL estará adotando. E agora mais uma vez o Senador Wellington toma com... Com muita propriedade essa preocupação de decisões tão importantes estarem sendo tomadas com essa atual composição. Como também, nós vimos aqui na apresentação, que o art. 135 ainda não foi regulamentado. Eu gostaria de saber por que não foi regulamentado ainda? Qual a razão que levou a ANATEL ainda não regulamentar, compreendendo todo o dinamismo que tem a tecnologia que começou a se desenhar por um caminho, hoje estão sendo ampliadas essas portas, em muitos Países já avançaram bem mais do que no Brasil. E aí vai uma outra pergunta minha: Como a ANATEL está preparada tecnicamente para essa evolução tecnológica? Para ter conhecimento do que acontece hoje no mundo e qual o suporte técnico que ela tem para enfrentar esses questionamentos entre eles tão importantes como levantado pelo Senador Wellington. [soa a campainha]

Da mesma forma eu me posiciono também na busca do esclarecimento sem querer ser repetitivo, mas pela importância da posição da ANATEL no sentido de sobre o mesmo assunto, a não ser que seja esclarecido, ter tomado posições diferentes. E também a questão do conteúdo. Eu acho que o Senador levantou, com muita propriedade. O que é que nós estamos vendo? Estamos com esse projeto de convergência, com o avanço da tecnologia que está levando à convergência, a oportunidade de nós termos vários conteúdos oferecidos na casa, na escola ou em qualquer outro ambiente. E, sem dúvida a do conteúdo é muito importante. Aqui e acolá você vê ação na justiça para interromper vídeos em determinados sites da internet. Você vê o governo chinês adotando medida de censura, possivelmente política em relação a outros prestadores de serviço, não é? Que disponibilizam os seus serviços na China também.

Então, alguns Países já adotando essa preocupação e o que é que nós aqui estamos pensando, obviamente, que essa é a Casa do Senado e o Congresso Nacional que tem que aprofundar esse assunto, esse debate, Presidente, e, conseqüentemente, o senhor, como Presidente da Comissão, terá uma responsabilidade muito grande para que seja provocado esse debate, aprofundado no sentido de nós termos uma proteção. Não é a censura, mas nós termos a proteção para a formação da cidadania e também daquilo que

nós queremos, além da preocupação com geração de emprego que aqui também foi colocado.

Então, com essa concordância com os Senadores que me antecederam eu acho que é fundamental nós puxarmos dessa audiência aqui que teve como um sentido talvez, eu não digo menor, mas teve o passo inicial de provocar esse debate, nós possamos aprofundar, mas de uma forma urgente, porque isso é urgente.

Quanto à concessão ou a permissão, me desculpe, não concessão, a permissão que foi dada, eu acho que a contrapartida foi muito pequena porque duas mil escolas... O Ministro da Comunicação teve aqui poucos dias atrás e disse que nós faltamos ter é... 100 mil escolas, 160 mil... 170 mil escolas que ainda não têm um ponto de internet. Ontem, no anúncio do Governo Lula do PAC da Educação ele disse que tem não sei quantas mil escolas que precisam de ponto de luz. Embora para mim isso não é problema para colocar internet porque os senhores, você bota para gerar a energia até com energia solar, né? Em uma escola em qualquer recanto do País. Precisa ter a decisão e a vontade de fazer. Mas nós temos essas preocupações e aí dizer-se: Não, ele vai colocar, mas em que prazo? Em que prazo ele assumiu o compromisso de disponibilizar em todas as escolas? Ele vai simplesmente pela cobertura do satélite dizer: Não, já está disponível. É questão de providenciar agora os equipamentos. Eu estou dando dois mil. O governo, ou sei lá quem, providencie os outros 168 mil. Muito obrigado.

[troca de presidência]

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Eu gostaria de fazer uma ponderação aqui para convocar o Senador Wellington Salgado para assumir a presidência. No meu entendimento não há impedimento a V.Ex^a para que conduza os trabalhos. Até porque, nós não estamos aqui numa fase deliberativa. É uma Audiência Pública. E como tal, como não vai haver coleta de votos, como não vai haver deliberação, V.Ex^a Deve assumir a presidência desta Comissão. Aliás, a presidência dos trabalhos.

[troca de presidência]

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Na posição de Presidente eu fico um pouco mais, digamos assim, eu tenho que ser um pouco mais calmo, né? [risos] Eu tinha algumas, algumas posições, Senador Valter.

SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Mas a calma e tranquilidade faz parte do seu perfil. Então todos nós sabemos aqui que sempre V.Ex^a age com comedimento, com muita... Cautela.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Mas com

V.Ex^a assumindo também a posição e conheço bem V.Ex^a também que também é bem calmo. Eu fico tranquilo. [risos]

Como nós temos alguns Senadores que estão na atividade no Plenário, V.Ex^a tem alguma colocação a fazer ou, porque nós tínhamos um acordo aqui seria um bloco de três. Mas como tem mais V.Ex^a poderíamos Emendar direto no quarto para fechar.

SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Eu agradeço, mas eu vou ter que me ausentar daqui a pouco para cumprir o meu trabalho na CCJ. Então eu vou abster-me de... Vou só sorver o conhecimento e as lições que estão sendo produzidas neste momento aqui nesta Comissão.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Obrigado, Senador Valter. Senador Azeredo, alguma colocação ou prefere aguardar...? Também não? Então passamos a palavra ao Senador, ao... Desculpe, ao Sr. Plínio de Aguiar Júnior.

SR. PLÍNIO DE AGUIAR JÚNIOR: Muito obrigado, Presidente, eu tenho uma informação, uma informação que no caso da Way, que também foi relatado pelo Conselheiro Pedro Jaime, houve uma decisão judicial, uma ação judicial exigindo que a ANATEL, dando prazo para a ANATEL deliberar sobre o assunto. Não foi uma pressa. Verdade é que também não foi uma matéria muito complexa. Foi outra lei que foi aplicada, o contrato de concessão, não era tão complexa assim. Podia esperar um pouco mais? Até podia, mas havia muita pressão para que, para que houvesse a deliberação por parte da ANATEL. Inclusive da parte da Justiça tivemos que cumprir e fizemos até uma reunião, foi numa segunda-feira, se não me engano, que normalmente nossas reuniões são às quartas. Hoje nós suspendemos a nossa reunião para a parte da tarde para poder comparecer aqui com os senhores.

Então, esse primeiro esclarecimento da parte do senhor. E as decisões, essas decisões, ambas foram tomadas por consenso, foi unânime e por parte do Conselho.

Eu tenho uma proposta que é sobre a questão da Way, nós temos uma pequena, algumas pequenas, alguns poucos slides a respeito desse assunto, já organizados. A gente estava admitindo que também fosse de interesse dos senhores. Eu gostaria que depois o Conselheiro Pedro Jaime fizesse a apresentação sobre o caso da Way, rapidamente em 5 minutos se dispusermos disso, Senador, pode ser?

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Veja bem, nós temos os tempos que os senhores quiserem, não é isso senadores? Nós estamos aqui querendo tirar

dúvidas e o objetivo dessa Audiência Pública é justamente isso.

SR. PLÍNIO DE AGUIAR JÚNIOR: Perfeito. Então daqui a pouco eu peço ao Pedro Jaime que apresente a questão da nossa deliberação a respeito do caso da Way. De resto, todos os senhores estão preocupados com o que está acontecendo em relação a convergência.

O que tem havido em alguns Países, sobretudo Países mais desenvolvidos que já começaram a deliberar sobre essa questão do conteúdo. O conteúdo tem a ver com geração de emprego, o conteúdo tem a ver com identidade cultural e com outras questões que os senhores abordaram aqui hoje.

Então, há uma lei, quer dizer, há uma nova regulamentação e uma nova legislação a respeito não deve se ater, não deve descer ao nível da tecnologia implicada no assunto. A gente deve regular, deve legislar sobre essas questões as mais importantes, a aplicação, a inovação como ela chega à população, que impacto traz para a produtividade da economia. Que impacto traz para o cidadão, para a educação, para a cultura.

Então, fico feliz de ver esses questionamentos a respeito de uma possível Lei do Audiovisual no Brasil, sobre conteúdo. O conteúdo passa por, por internet, IPTV, por MMDS, por todos esses meios. Então a lei não deve focar especificamente na questão da convergência tecnológica em si. Isso deve ser deixado para o órgão regulador e outras instâncias de prospecção tecnológica para ver que impactos essas tecnologias trazem e... Ou potencialmente podem trazer para o País. Mas é com satisfação que eu registro essa questão levantada de necessária abordagem pelo Congresso de uma lei que de maneira integrada ela aborda a questão do audiovisual no Brasil.

Só mais uma informação, um detalhe de informação, o sinal do caso da TDH da TELEFÔNICA não gera emprego o fato dela ser no Peru o fato dela ser do sinal subir de uma estação do Peru. Aquela estação no Peru deve ter duas ou três pessoas encarregadas de manter aquela estação lá. A questão de novo é o conteúdo, mesmo, que os senhores abordaram.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): O senhor não controla o conteúdo [pronunciamento fora do microfone]

SR. PLÍNIO DE AGUIAR JÚNIOR: Controla. O País, o Brasil, pode controlar o conteúdo. Pode achar inadequado esse País. O País pode achar inadequado. Não cabe à ANATEL regular conteúdo. Cabe ao Ministério das Comunicações, cabe ao CADE do ponto de vista de competição. Citar o pacote de programação, está a preço adequado ou não. Havendo dumping ou

não. Mas uma análise a posteriori. O que a ANATEL deu foi uma anuência prévia para aquela autorização, para aquele funcionamento. Caberá ao CADE verificar se esta operadora estará praticando algum ato que fira a questão da competição no mercado relevante que é de distribuição de sinal audiovisual.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Pois não, Senador Flexa.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Quanto ao CADE cabe apenas a questão concorrencial.

SR. PLÍNIO DE AGUIAR JÚNIOR: Sim.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Não conteúdo. Ele não vai se ater à questão de tal canal pode entrar ou tal programação. O CADE vai entrar na questão de não ter dumping, de não ter... É questão de custo e de concorrência. Acho que isso não é um assunto, Senador Wellington, que nós vamos ter que... Eu pessoalmente vou... Já estava com essa preocupação e vou aprofundá-la no sentido da gente trazer esse debate para o Congresso Nacional.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Muito obrigado. Dr. Plínio, Pedro Ziller, gostaria de falar?

SR. PLÍNIO DE AGUIAR JÚNIOR: Eu sugeri, se o senhor permite, que fizesse a abordagem sobre a questão do caso da Way.

SR. PEDRO JAIME ZILLER: [pronunciamento fora do microfone] Evidentemente essa questão, porque o Way TV de um jeito e porque o outro de outro, é uma questão que gera polêmica mesmo, porque é necessário ter uma... Isso. Obrigado.

Esse slide ele mostra claramente que existem legislações diferentes para TV a cabo e para o DTH. Então o DTH ele diz que a Lei 9.472 pura e simplesmente. Ou seja, uma análise regulamentar pura dentro das atribuições da ANATEL que ela possa fazer, ela tem que se ater pura e simplesmente ao DTH, à legislação 9.472. Sob o ponto de vista da A TELECOM, do pedido da A TELECOM.

A questão concorrencial é uma questão a posteriori. O Senador Flexa Ribeiro levantou essa questão, eu acho que o levantou muito bem essa questão. Por que é que essa análise concorrencial, como é que é isso? Acontece que a autorização é dada em primeiro lugar e não cabe à ANATEL decidir sob o ponto de vista de concorrência. A gente pede uma análise concorrencial para que instrua, a ANATEL tenha a competência de instruir ao CADE em assuntos de concorrência, de direito econômico.

Então, nós já pedimos isso porque o CADE vai pedir. Aliás, já pediu. Já houve uma audiência no CADE, nós temos ciência, que a ABTA entrou com recurso contra a decisão da ANATEL dizendo que a DTH ia atrapalhar a ABTA, Associação Brasileira de TV por Assinatura. Ela já entrou com recurso no CADE. E o CADE está tratando disso e o CADE vai pedir informação para nós. Então o senhor perguntou: Já tem a decisão? A ANATEL está trabalhando exatamente esses dados, não recebemos ainda no conselho todas as informações, mas tem que concluir rapidamente porque o CADE também tem um prazo para cumprir. Então nós vamos passar pro CADE as informações de análise de concorrência.

Eu vou retomar só para esclarecer esse ponto, [soa a campainha] o que cabe à ANEEL. E a TV a cabo ela está regida pela Lei 8.977/95 anterior à privatização inclusive, e que tem o espírito da lei que é uma concessão. Tal qual a TV por assinatura de cabo... Tal qual as empresas de telecomunicações também são concessão.

Então, o que aconteceu? Por favor, passa o slide. Eu quero ir lá no 11.

Então, esse caso da TNL o que aconteceu? Então, a primeira coisa que é importante destacar, Sr. Presidente, é que o caso da DTH, da A TELECOM é um caso regido pela Lei 9.472 que é de DTH. E o caso da Way TV, é um caso regido pela lei do cabo. E não pela Lei 9.472. São duas solicitações que diferem pela Legislação vigente no Brasil. E que a ANATEL...

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Desculpe, é que como ficou mais ou menos assim, eu queria tirar as dúvidas. A TNL PCS Participações ela é uma empresa onde...

SR. PEDRO JAIME ZILLER: Controladora da TELEMAR.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Ela é controladora da TELEMAR ou ela é controlada pela TELEMAR?

SR. PEDRO JAIME ZILLER: O senhor vai ver. Tá exatamente aqui. Isso aí é o organograma da TELEMAR, ações nominativas que é o que interessa em percentual de ações nominativas. A posição é de março de 2007, época da tomada da decisão.

Então, tem lá... O BNDES, pegar aqui quem participa. O BNDES tem 25%, a LEXPART parte tem 18, né? 10. A GTELECOM tem mais dez, a [inaudível] Participações tem mais dez... Eu não estou conseguindo ver daqui, está pequenininho demais... Obrigado. E a FIAGO que é um Fundo de Pensão tem mais uma parte

também, 19%. A LFTEL tem mais 19 e a FUNDAÇÃO ATLÂNTICA tem mais 4.

Muito bem. Esse conjunto de empresas aqui que foi que comprou durante a privatização, GTELECOM, o BNDES etc, eles controlam a TELEMAR PARTICIPAÇÕES SA. Essa é a empresa que parece que esta mudando o nome para OI. Mas, para facilitar aqui vamos tratar de TELEMAR mesmo. A TELEMAR é dona de 55, 56% dessa empresa TELE NORTE LESTE PARTICIPAÇÕES que é a TNL PARTICIPAÇÕES que estaria comprando através... Essa empresa TELE NORTE LESTE através da TNL PCS, estaria comprando a Way TV que está aqui debaixo. E a TNL também detém aqui do lado de cá a TELEMAR concessionária serviços de telecomunicações que é também dona da OI. Ok? Muito bem.

O Contrato de Concessão que foi assinado em dezembro de 2005, muitos anos depois da privatização, já é a reforma do contrato, ele reza da cláusula 14.1 que a concessionária poderá obter outras ações através(F) de receita, desde que isso não implique descumprimento das disposições de normas constantes do regulamento de serviço de telecomunicações e das demais normas [inaudível] pela ANATEL. Isso faz parte do contrato assinado por todas as concessionárias. TELEMAR, a BRASIL TELECOM, a EMBRATEL... A EMBRATEL, não. A EMBRATEL está fora disso, é a concessionária de uso local. É CTBC, BRASIL TELECOM, TELEMAR, TELEFÔNICA e a SERCONTEL que assinaram esse contrato. O § 1º e essa que é a questão chave do problema, que é o contrato, ressalvadas as hipóteses previstas em leis específicas, concessão ou autorização de serviço de TV a cabo, na mesma área referida na cláusula 2.1, a cláusula 2.1 é qualquer área de concessão no caso. No caso é Minas Gerais. A TELEMAR é dona, é a concessionária no Estado de Minas Gerais. Na mesma área referida na cláusula 2.1, não será outorgada nem transferida para a ANATEL, outorgada ou transferida pela ANATEL a concessionária suas coligadas controlada ou controladora. Até que seja expressamente revogado tal vedação. Isso faz parte do contrato de concessão assinado em 2005. Aí passa a próxima, por favor. O regulamento de apuração de controle das empresas prestadoras de serviços que é um dos regulamentos que o contrato se refere, diz o seguinte: A resolução 101 da ANATEL de 04/02/99. Antiga. Art. 2º: Uma pessoa jurídica será considerada coligada a outra se detiver direto ou indiretamente pelo menos 20% de participação do capital votante da outra, ou se o capital votante de ambas for detido direto ou indiretamente em pelo menos 20% por uma mesma pessoa natural(F) ou jurídica.

Muito bem. O que acontece? Se acontece, se ocorresse a compra da TNL comprar a Way TV, essa coligação existiria entre a Way TV e a TELEMAR Concessionária através dessa empresa aqui. Ou seja, a autorização para a compra de TV a cabo ela está vedada pelo contrato de concessão da concessionária e pelo art. 2º da Resolução 101. A ANATEL, ela é responsável por cumprir o disposto na lei e nos regulamentos.

Então, quando foi feita essa análise e colocado dessa forma, o senhor vê o seguinte, essa empresa aqui detêm 97% da TELEMAR. E detêm 100% da TNL, que vai deter 100% da Way. Então, evidentemente, essa empresa nomeia os diretores daqui e daqui. E essa coligação entre essa e essa, ela está caracterizada contrariando o que está no Contrato de Concessão. Então não poderia a ANATEL autorizar essa... Dar essa anuência por causa disso.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): [pronunciamento fora do microfone].

SR. PEDRO JAIME ZILLER: É março. É a mesma. Eu só acresci em março de 2007...

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): [pronunciamento fora do microfone].

SR. PEDRO JAIME ZILLER: Ah, aquele março é porque é obrigado, se não me engano, pela lei [inaudível], Senador, eu não sou especialista nisso, mas quem for Presidente do Conselho de Administração tem que ter ação nominativa. Está certo? É por isso que esse senhor aparece aí. Mas ele é só... Esse aí ele vai trocando, se trocar o Presidente do Conselho de Licitação(F), ele vende e o outro compra uma ação. É isso.

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Mas o objetivo, Dr. Jaime... Eu quero entrar já na lei. Eu entendi bem que na Legislação está assim. Mas qual é o objetivo realmente dessa Legislação? Porque uma coisa está tratando da telefonia, outra da TV a cabo...

SR. PEDRO JAIME ZILLER: Senador, hoje foi colocado, se o senhor me permite interrompê-lo, mas hoje foi colocado pelo Senador Wellington, pelo Senador Flexa Ribeiro, por todo mundo a importância de ter uma lei aqui que fale desse tipo de comunicação, que fale de conteúdo, etc. Eu só posso parabenizar os senhores e concordar integralmente. Eu acho necessário que se faça isso. Agora, eu é que eu penso? Eu penso o seguinte. Serviço para o assinante, eu cheguei a citar isso aqui hoje, para o assinante tanto interessa a tecnologia. Mas a nossa legislação é antiga. E não cabe à ANATEL, como o Senador falou, legislar por conta própria. Certo? Agora, como o Conselho vai decidir? O Conselho vai decidir com base na Legislação vigente. E essa foi que foi a decisão tomada. Agora,

se o senhor quer minha opinião, e agora é opinião, eu, Pedro Jaime, não como conselheiro da ANATEL, eu acho que o senhor está coberto de razão, o Senador Wellington está coberto de razão. Eu só quero tranquilizar o Senador Wellington, com relação ao conteúdo no seguinte termo, o conteúdo que vem no Brasil, e vou dar um exemplo claro para o senhor, é realizado pelo Brasil seja de onde ele vier. Por exemplo, é o caso típico do caso que nós temos da propaganda de cigarro em Fórmula 1. O senhor se lembra que no Brasil está proibido e foi feito uma faixa que é colocada a transmissão que é feita internacionalmente, não é gerado no Brasil aquele sinal, da Fórmula 1, mas no Brasil é obrigatório--

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): A Fórmula 1 no Brasil.

SR. PEDRO JAIME ZILLER: No Brasil.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): [pronunciamento fora do microfone]

SR. PEDRO JAIME ZILLER: Não. Não, senhor. A Fórmula 1 que passa na França, que passa em qualquer lugar que fala sobre cigarros... Na França não pode ter cigarros também, mas existem Países onde é permitido a propaganda de cigarro no automóvel. No Brasil a propaganda vem só que passa uma mensagem que gera no Brasil dizendo o seguinte. Cigarro é prejudicial, dá câncer, etc. Então, o conteúdo brasileiro que é divulgado no Brasil, ele está subordinado às leis nacionais. E o Ministério das Comunicações é o responsável pela divulgação de conteúdo, e nós normalmente na ANATEL fazemos a fiscalização a pedido do Ministério, nós gravamos as fitas, decodificamos e entregamos para o Ministério que toma as devidas medidas no caso de conteúdo indevido ao povo brasileiro. Quer dizer, o fato de estar sendo gerado, a HBO é gerado no exterior, o Telecine é gerado no exterior... Esses canais todos que o senhor conhece de TV por assinatura, são todos gerados no exterior. Mas eles só podem passar no Brasil, que o Brasil permite. Ele não pode passar o que o Brasil não permite. Se passar está sujeito às leis brasileiras. Quanto a isso o senhor pode ficar tranquilo.

Outra coisa que foi colocado, não sei se pelo senhor, também pelo Senador Cícero Lucena, a respeito da decisão da ANATEL ser tomada com dois conselheiros. Três conselheiros. Na verdade, o seguinte, a Legislação na ANATEL qualquer decisão, qualquer decisão só pode ser tomado por maioria absoluta. Nós temos três conselheiros. Ou os três votam a favor ou não se vota. Dois não decidiriam.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Mas é que eu vejo os senhores muito bem afinados. O Sr. Pedro Ziller e o Sr. Plínio Júnior, estão bem afinados. Eu vejo que os senhores trabalham muito bem juntos.

SR. PEDRO JAIME ZILLER: Trabalhamos, sim, senhor. [risos]

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Eu sei, eu sei. Eu sinto isso. Então de repente, esperando os outros dois, poderia ter uma melhor distribuição de conteúdo... A melhor conversa... Contraditório, como estamos acostumados nessa Casa.

SR. PEDRO JAIME ZILLER: E nós também, Senador. Foi o Senador Flexa Ribeiro que citou e até me questionou que havia uma decisão, um parecer da Procuradoria a respeito da questão. A Procuradoria realmente fez uma análise a respeito disso, mas ela não se referenciou, isso diz o contrato. O senhor pode verificar ela não se preocupa esse item do contrato. Se preocupou com o art. 15 da Lei do Cabo que ela de certa forma entende que está derogado pela LGT. Pelo simples fato que lá no art. 15 da Lei do Cabo, diz o seguinte, que a concessionária de telecomunicações não pode fazer TV a cabo a não ser que uma empresa privada assim o deseje. Ora, essa lei é anterior à privatização. Uma vez privatizada a concessionária já é uma empresa privada. Então, não teria sentido isso. E o parecer da Procuradoria está baseado nisso. Eu não discordo da Procuradoria, tanto assim que minha análise, na minha análise, cita isso, mas na minha análise é muito claro que não estou preso ao art. 15. A minha decisão, o meu Relatório, não se baseou no art. 15. Ele se baseou no contrato de concessão assinado em 2005, posterior à lei. À privatização. Então tem um contrato ali colocado e eu tenho que cumprir o que está colocado no contrato. É a lei entre as partes.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Pedro, eu já falei que a gente está discutindo, para não focar muito na pessoa. Mas veja bem, esse parecer ele foi feito pelo Sr. Bedran.

SR. PEDRO JAIME ZILLER: Foi.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): O Sr. Bedran, nós acabamos de aprová-lo para a ANATEL.

Então, se tivesse aguardado um pouco mais, toda essa defesa que V.S^a faz, poderia ter direito, como bem colocou o Senador Lucena, ao contraditório. E ele poderia o Procurador naquele momento debater e ter direito a voto. No momento que é um Procurador, dá o parecer e não pode discutir o direito a voto, os senhores acabaram com o direito do contraditório. Que

nessa Casa nós temos a todo momento. Não é isso Senador Flexinha? Senador Flexa. Desculpe. Eu tenho um tratamento carinhoso com V.Ex^a, embora eu tenha dito que eu entendo de Barbie, é uma coisa séria. Mas o que eu quero dizer isso, nós ficamos muito preocupados aqui com relação a isso. Se os senhores tivessem aguardado um pouco mais, poderia se debater melhor. E o que eu quero colocar, é que numa questão, num mercado em que as teles faturam 140 bilhões, eu não tenho nada contra a tele, não. Eu só quero ver se a gente consegue de alguma maneira proteger toda a nossa cultura brasileira que a radiodifusão fez trabalho, a TV a cabo. E quando os senhores na ANATEL tomam uma decisão com pareceres iguais de maneira diferente, imagine Senador Flexa, uma TV por satélite descendo no Brasil inteiro. Não tem limite de região. Ela chega, vai fazer uma quantidade de assinatura estupeada que nunca mais e existe hoje alguns entendidos no assunto que só vai acabar duas grandes empresas no País. Uma é a EMBRATEL e a outra é a TELEFÔNICA. O final será esse. Duas grandes empresas. Se não praticarmos alguma coisa nesse sentido se houver interesse dessa Casa, porque eu não sou contra capital estrangeiro, eu sou a favor. Agora, nós também temos que ter direitos iguais a empresas nacionais. Por que é que a TELEMAR, uma empresa nacional, não tem os mesmos direitos que a TELEFÔNICA? Eu quero que a TELEFÔNICA faça e a TELEMAR faça. Existe um outro problema que a TELEFÔNICA tem também um acordo verbal, que a gente tem chamar de verbal, de interesse na TVA da Abril. E isso vai ser um outro problema que os senhores terão que resolver. Então, olha o complexo de coisas que existem aí. E os senhores poderiam ter um pouco mais de calma e esperar chegar os cinco para dividir uma responsabilidade com cinco pessoas. Mas aí quando nós estávamos aprovando, de repente vem o resultado: Já votou, já foi. Ué, mas só tem dois. Se dois não votam, o terceiro tem que acompanhar.

SENADOR CÍCERO LUCENA (PSDB-PB): Questão só de esclarecimento.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Com a palavra o Senador Lucena.

SENADOR CÍCERO LUCENA (PSDB-PB): Se caso o pedido aí citado e negado, em vez de ter sido feito TNI tivesse sido feito direto pela Tele Norte...?

SR. PEDRO JAIME ZILLER: Seria o mesmo problema.

SENADOR CÍCERO LUCENA (PSDB-PB): Teria o mesmo problema? Mas a que foi concedida ela não tem 100% do capital?

SR. PEDRO JAIME ZILLER: Tem, sim, senhor, mas a lei é outra, Senador. É outra lei. Essa lei é a Lei do Cabo que eu tenho que seguir e o contrato de concessão. A outra é uma autorização de DTH.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Está entendendo qual é o nosso problema? Nós temos o seguinte--

SR. PEDRO JAIME ZILLER: O problema, Senador, na verdade, o senhor me permite, Senador?

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Toda.

SR. PEDRO JAIME ZILLER: O problema, Senador, é o seguinte. Existe uma legislação e a ANATEL ele é um órgão que tem que cumprir a Legislação. Vou até aproveitar a oportunidade para dizer o seguinte, por que é que nós decidimos agora? Esse processo da Way TV ele chegou ano passado na ANATEL. E veio andando. E nós não tomamos uma decisão exatamente preocupados com o que os senhores colocaram. Só que a Way TV entrou com ação na justiça, que deu 10 dias para a ANATEL decidir. Nós fizemos uma reunião obrigada pela justiça de decidir. Nós marcamos a reunião segunda-feira--

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): A TELEFÔNICA entrou também na justiça ou não?

SR. PEDRO JAIME ZILLER: Não senhor. A TELEFÔNICA não entrou... Nós estávamos exatamente preocupados.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): ... É mais política, ela espera...

SR. PEDRO JAIME ZILLER: Não, senhor. Não é bem isso não, Senador. O que acontece é o seguinte, a TELEFÔNICA, o caso da autorização da TELEFÔNICA é um caso que realmente sob o ponto de vista regulamentar não há qualquer problema, como eu disse. Qualquer empresa... Se a TELEMAR pedir uma DTH, ela tem o mesmo direito. Não há problema nenhum. Se a TELEMAR chegar lá e disser eu quero DTH, as condições são essas, ela tem os mesmos direitos. E mais, foi colocado aqui essas contrapartidas. Na realidade, a contrapartida, por direito nós não temos nenhuma. O fato de ter um canal educacional aberto, pode não ser muito importante, pode não ser a solução, mas antigamente quando a empresa estatal, a EMBRATEL tinha um canal aberto para a Fundação Osvaldo Cruz, que usava diversas horas da grade. E todo o equipamento colocado era colocado, a TV Educativa também utilizava, o equipamento era colocado pelo Ministério da Saúde. Com recursos do Ministério da Saúde, e quando cortaram, que a EMBRATEL começou a cobrar, a EMBRATEL privatizada começou

a cobrar, era uma fortuna. Um canal desse não é um canal desprezível, o valor dele, de colocar disponível. Pode ser pouco? Pode. A ANATEL podia exigir? Não podia. Por lei a ANATEL não podia exigir. Porque a autorização não tem obrigação de ter isso.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Só colocar uma coisa, uma situação para o Senador Lucena. Nós temos três leis. A Lei da Radiodifusão, a Lei da TV Cabo e a Lei das Teles. Agora, olhe a incoerência, mas ninguém pode culpar porque foram feitas em momentos diferentes, e o avanço da tecnologia acabou levando a esse problema que nós temos aqui. A Lei da Radiodifusão só pode ter 30% de capital estrangeiro. A lei de TV a cabo, só pode ter 49% de capital estrangeiro. E a Lei das Teles, 100% de capital estrangeiro. Com isso aí, as teles que investiram muito nisso aí, investiram em torno de 160 bilhões se eu estiver errado o senhor me corrija, elas faturam 140 bilhões de reais/ano. Enquanto que toda a radiodifusão fatura 20 bilhões. 10%. Em torno de 20 milhões, e cabo eu não tenho conhecimento. Então a gente tem que ver como vamos fazer, Senador Flexa Ribeiro, para corrigir isso. Para criar essa lei convergência que possa fazer. Ou todo mundo faz junto, como é a lei que está na Câmara, que aí eu acho que já é demais. Todo mundo pode fazer telefonia, todo mundo pode fazer programação. É o que está lá do Senador Bornhausen, do Deputado Bornhausen, ou então nós vamos criar alguma coisa que regularmente isso.

SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR): Senador, eu acho que temos que fazer alguma coisa que melhore para o usuário do sistema.

SR. PEDRO JAIME ZILLER: Exatamente.

SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR): Ninguém tem que pensar que está faturando menos, não. O problema de faturar é deles. Nós temos que criar o que for melhor para o usuário. Nossa função aqui como Parlamentar é defender isso. Nós temos que defender os interesses nacionais, é lógico, e tudo, mas temos que ver primordialmente o que é melhor para o usuário. Essa que é a nossa função principal aqui.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Presidente, acho que o Senador Botelho tem toda razão, a preocupação do Congresso é em relação ao usuário. Agora, é importante que se possa debruçar sobre o assunto porque existem legislações diferenciadas para cada sistema e que no final eles estão convergindo num único só. Então o usuário vai ficar prejudicado. Porque é exatamente para atender o usuário que nós temos que nos debruçar sobre o assunto. O que vai acontecer? Como previu aí o Senador Wellington de que só vão sobrar duas únicas empresas. Essas empresas vão,

no futuro, até... O monopólio. Que não se pode admitir em hipótese nenhuma. Então, nós temos sim de forma antecipada prever esse futuro que é preocupante. Em função do usuário. Do cidadão brasileiro.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Sr. Plínio e Sr. Pedro, eu queria dizer o seguinte, esse debate é importantíssimo. Porque primeiro que a nossa Comissão, a Comissão de Comunicação, Ciência e Tecnologia, é uma Comissão nova. Então é uma Comissão de Senadores, era uma Subcomissão da Comissão de Educação, discutiu-se se existia porque essa Subcomissão ficou grande e virou uma Comissão, e ela virou por quê? Por causa do avanço da tecnologia. E nós vamos estar a todo momento correndo atrás da legislação para atender o que a tecnologia evoluiu. Nós temos uma velocidade. A tecnologia evolui muito mais rápido. Então muitas vezes, nesse momento o Sr. Plínio e o Sr. Pedro estão pagando por um preço de estar aqui debatendo, que para nós é importante, pagando que eu digo é o seguinte, de repente a gente faz alguma pressãozinha em cima dos senhores, por quê? Porque os senhores dominam o conhecimento, nós estamos aprendendo com os senhores, e ao mesmo tempo é um momento de convergência. Então nós temos que trazê-los aqui para tirar dúvida, para aprender com os senhores, e aí colocar o nosso ponto de vista de questão de País, de cultura nacional, de emprego... E aí vai ser essa discussão dentro do Senado Federal e dentro do Congresso. Alguma consideração? Com a palavra o Sr. Plínio.

SR. PLÍNIO DE AGUIAR JÚNIOR: Sim, Senador. Só para complicar um pouquinho mais, a gente esqueceu de colocar na transparência, também o conteúdo já está vindo, não é questão de prospecção tecnológica. Já está vindo no celular também. E há um aparelhinho aí que o Pedro Jaime viu recentemente, tem na apresentação que num aparelho de celular que já vai ser vendido a poucas centenas de reais, que pode receber até 25 canais. Você pode escolher 25 canais que venham ser transmitidos em banda larga via serviço móvel pessoal. Então a questão, o Senado, quer dizer, aquela advertência... Eu sou engenheiro, o Pedro também é engenheiro, fomos do sistema Telebrás, uma palavra, acho que é unânime entre nós que pensamos em regulação no Brasil, é que é... Um, é urgente que o Brasil, como estamos vendo aqui os Senadores, todos abordando a questão central, aborda a questão do audiovisual, do conteúdo audiovisual no Brasil porque tem as aquelas importâncias de geração emprego e identidade cultural, e fora outras questões também a respeito da questão da produtividade para a economia como um todo. Então é louvável, é o momento, Senador.

É o momento e nós colocamos a ANATEL plenamente, completamente a disposição do Senado, do Congresso, para participar quantas vezes for necessárias ou reuniões mais técnicas se quiserem isso na ANATEL ou aqui em audiência. Porque não é uma questão simples. A lei do audiovisual francesa já tem cerca de 15 anos. Ela que não era... Que ela não se detinha em muitas questões tecnológicas já está sendo revista. Uma lei hoje em dia a gente tem que admitir que a questão, uma coisa que é muito cobrada do regulador, é a estabilidade das regras, estabilidade dos regulamentos, e da Legislação fica mais complexo ainda. Uma lei não pode viver apenas 10 anos. Se a lei se ativer a muitos detalhes tecnológicos, ela fica obsoleta em cinco, dez anos no máximo. Então a questão, quando a gente quer, a lei é uma ordem maior, superior, essa lei tem que ser pensada, e, sobretudo, ela deve ter algum conhecimento da tecnologia que está chegando, já existente ou que esteja chegando e nisso a gente pode ajudar, outros centros de pesquisa no Brasil, há centros de pesquisa de conhecimento nessa área no Brasil felizmente. Agora, a lei deve vir a respeito das aplicações, deve vir a respeito do uso, no foco do consumidor como o senhor estava mencionando. E com o foco em emprego, cultura nacional e tal. Se entrar em detalhe tecnológico, se o próprio regulamento às vezes, nosso não deve entrar em muitos detalhes de tecnologia porque ele fica obsoleto muito rapidamente. E é uma cobrança que se faz da reguladora e da agência, e é correto que se faça é porque em função da estabilidade da regulação, estabilidade da legislação que o investidor confia nesse País e não naquele e tal. Então, essa questão é importante que nós tenhamos em mente a estabilidade da legislação, da regulação tanto quanto possível também para que tenhamos o maior proveito desse investimento todo que se faz e que a gente atraia investimento exterior com algum, quer dizer, com a posição brasileira estratégica de haverá ou não haverá algum tipo de limitação, participação do capital estrangeiro numa atividade ou na outra. Essas questões maiores que cabem a essa Casa decidir e se precisar de nosso apoio terão sempre.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Algum Senador deseja fazer mais alguma colocação? Eu acho que o Sr. Plínio, acho que já foi uma consideração geral. Quer fazer uma consideração final sobre o assunto?

SR. PLÍNIO DE AGUIAR JÚNIOR: Não, só agradecer, eu me ponho à disposição do Senador que está fazendo algumas observações a respeito de celulares. Aqui na Sessão... Foi o Senador Flexa Ribeiro.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Pela ordem o Senador Botelho.

SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR): Desde o final do ano passado que existe pendências da parte da ANATEL em relação a participação das concessionárias de telefonias fixas e suas coligadas e controladoras que participam no leilão de frequência de 3,5 a 10,5 megahertz. Por que é que a razão que a ANATEL entrou na Justiça e o TRF da 1ª Região negou recurso apresentados pela ANATEL. Uma pergunta. A outra é: As três empresas OI, CTBC, DATA TELECOM e a TELECOM S/A não deveriam atuar nesse ramo das comunicações por que motivo? O que está por trás dessas questões?

SR. PLÍNIO DE AGUIAR JÚNIOR: Essa questão foi... O senhor está falando do edital de licitação das frequências em 3,5 e 10,5 giga, não é? Um documento, um parecer do TCU, o TCU participa muito diretamente desses editais. O motivo principal da participação do TCU é no estabelecimento dos preços mínimos quando se leva uma licitação a público. Então houve uma interação muito grande com a ANATEL a respeito do restabelecimento dos preços mínimos e do próprio edital. O TCU, sobre essa questão específica de inibir a participação das concessionárias, as detentoras de quase totalidade da infra-estrutura física local, das redes em si, delas também participarem do edital comprar licenças em suas próprias áreas de concessão. Por exemplo, a inibição é de que a TELEMAR... No edital como foi levado a público, de que a TELEMAR não teria direito a comprar licenças em sua área de atuação, naqueles 16 Estados. Poderia comprar em qualquer outra área. E o votivo é para que ela não aumente o poder, não seja alavancado o poder dela de monopolizar a infra-estrutura onde ela já é dominante. É dominante, Senador, em mais de 90% dos acessos. Isso em todas as três. Todas as três. Na infra-estrutura local, nas de longa distância, estou abordando só local--

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Desculpe, mas é a TELEMAR de novo que foi brecada aí?

SR. PLÍNIO DE AGUIAR JÚNIOR: Todas as três foram.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Ah, tinha três. Porque o senhor colocou só TELEMAR. Aí fica... Coitada da TELEMAR. Toda hora é pau na cabeça. Tinham mais duas? Mais quatro?

SR. PLÍNIO DE AGUIAR JÚNIOR: Não. Quatro. Qualquer concessionária...

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Estou aliviando

do. Falou a TELEMAR só como exemplo, parece que a TELEMAR é que está tomando na cabeça toda hora. Na verdade tem mais quatro empresas.

SR. PLÍNIO DE AGUIAR JÚNIOR: Não. Qualquer concessionária em sua área de atuação ficou inibida de participar, de comprar licenças... E o espírito é esse. Evitar que haja maior dominação da infra-estrutura que hoje já é de mais de 90%, maior que isso ainda porque deteria porque são muito capitalizadas todas as quatro, então elas teriam, certamente elas seriam as vencedoras nessa licitação.

O TCU reconhece em documento passado a nós duas coisas: Um, que cabe à agência reguladora fazer esse tipo de inibição para a participação. Dois, essa específica que é de a concessionária não comprar também concordava. E isso foi discutido e foi formalizado por parte do próprio TCU. O TCU ele suspendeu, determinou a suspensão do edital por um motivo básico. E apenas um motivo. Que ele discutia que a questão do estabelecimento dos preços mínimos para a licitação. Então o TCU argumentava que... Argumenta ainda, que os preços mínimos estavam um pouco baixos, então foi essa a discussão. Houve a discussão da nossa área técnica diversas vezes, eu fui ao TCU para discutirmos essas questões, é uma questão que é uma tecnologia nova, os preços dos sistemas aplicados, implicados, o preço estava em queda no mundo todo, e como é uma questão mais nova, o estabelecimento dos preços mínimos fica difícil de ser uma coisa muito precisa. A intenção da ANATEL na definição de preços mínimos em cidades pequenas onde o mercado é menor, foi de tornar os preços realmente bem baixos para permitir a inclusão digital do País inteiro.

Só para lembrar os senhores, uma licença numa cidade pequena, chegaria a 650 reais só. O preço mínimo é 650 reais. Então qualquer microempresa, qualquer empresário por menor que seja poderia pagar, comprar uma licença para operação com essas bandas, com a tecnologia Way-Max(F), por exemplo, pagando licença de apenas 650 reais. Então foi esse o propósito em relação aos preços estabelecidos dos editais discutidos previamente com o TCU, mas depois achou que os preços mínimos deveriam ser revistos. Por isso suspendeu o nosso edital. E nós de novo obedecemos a justiça, o TCU, discutimos. Então, está por enquanto suspenso esse edital. A tendência é de que ele seja encerrado esse edital e que a gente repense. Porque há uma outra demanda de governo, de política para o governo, de política para o governo, ainda não totalmente não formalizada, mas há uma demanda que pode ser repensada, evidentemente a ANATEL ela sempre se baseia na busca de atendimento a políticas públicas que é de reservar parte dessa banda

para uso por parte do Governo Federal, estadual e municipal. Essa reserva não foi feita nesse edital anterior. E esse edital era a segunda vez que ele ia a público. Nas outras vezes, ele não tinha sido... Essas licenças não tinham interessado nelas. Nesse novo edital 101 empresas se interessaram em participar.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Com a palavra o Senador Flexa Ribeiro.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Ainda sobre a questão da Audiência Pública, eu gostaria de ter a informação sobre a conclusão da análise que faz referência o documento da ANATEL, se essa análise foi concluída, se ela pode ser encaminhada à Comissão.

SR. PEDRO JAIME ZILLER: Ela não está incluída ainda. E claro que tem uma vez concluída pode ser encaminhada à Comissão. Ela vai ser encaminhada ao CADE também e o CADE vai solicitar e claro.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Isso é um Requerimento que encaminharemos para a ANATEL.

SR. PEDRO JAIME ZILLER: Não tem problema nenhum.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Continua a minha dúvida. Se a análise não foi concluída, por que é que se concedeu autorização antes e se a análise chegar à conclusão que não deveria ser concedida a autorização?

SR. PEDRO JAIME ZILLER: Senador, a análise não pode chegar a essa conclusão. Pode chegar a essa conclusão, mas--

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Então, por que está sendo feita?

SR. PEDRO JAIME ZILLER: Pelo seguinte, eu explico para o senhor, Senador, desculpe. Por favor, é o seguinte: O pedido de autorização ele é dado independentemente da opinião do CADE, da decisão do CADE.

Então, são dois... O procedimento é assim: Primeiro o senhor dá uma anuência prévia, o senhor dá uma autorização. E aí faz essa análise, encaminha ao CADE, no caso de autorização a gente nem encaminha ao CADE normalmente. A gente vai encaminhar ao CADE isso porque a BTA entrou com recurso do CADE dizendo que está sendo prejudicada. Associação Brasileira de TV por Assinatura contra essa autorização. Então o CADE tem que saber qual é a análise de concorrência. E nós vamos passar para o CADE isso porque é um pedido do CADE. Agora quando acontece uma anuência prévia, a gente passa pro CADE o ato de

concentração encaminhado ao CADE também para o CADE. Nós fazemos a instrução pura e simplesmente. O julgamento do CADE.

Então, a decisão da ANATEL é uma decisão baseada no regulamento. E não na concentração. A decisão da ANATEL é isso. Eu digo para o CADE. Isso aqui regularmente não tem nada de errado. Sob o ponto de vista econômico, a situação que existe é essa. Vou dar um exemplo para o senhor da concentração da SKY TV com DIRECT TV, o que passou pela ANATEL e foi pedido a anuência prévia para fusão. Nós autorizamos e fizemos condições. Impusemos condições. Que tinha que abrir canais, etc. Foi nossa sugestão ao CADE. O CADE endossou. E foi feita a fusão, o CADE concordou que fosse feita essa fusão desde que alguns canais, que são considerados poderosos do mercado, vamos dizer assim, como esporte, futebol para o Brasil, fosse aberto as outras concorrências também. Então isso foi uma decisão do CADE. Agora, nós pura e simplesmente fazemos uma análise de concorrência e mandamos para lá. O que não quer dizer que sob o ponto de vista regulamentar não pudesse haver decisão. Eu vou dar um exemplo para o senhor. A GAROTO com a NESTLÉ, foi dar autorização e depois o CADE foi resolver. Nós temos agora um caso parece semelhante, não domino bem o assunto, mas a GOL com a VARIG.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Mas da GAROTO não houve autorização. Houve uma relação de mercado. Depois o CADE foi e entrou para ver a concentração. É diferente.

SR. PEDRO JAIME ZILLER: Isso. Mas é porque aí foi uma compra que não tem um órgão regulador. Como é o nosso caso.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Pois é. Não há como servir de exemplo no caso aqui.

SR. PEDRO JAIME ZILLER: A GOL, por exemplo, está comprando a VARIG, a ANAC deu autorização para comprar. Isso vai afetar a concorrência ou não? A ANAC vai ter que preparar isso e encaminhar para o CADE também para resolver posteriormente. Mas sob o ponto de vista regulamentar, nada impede essa compra. É o caso. Nada impede a autorização a qualquer empresa de telecomunicações que queira uma autorização de DTH, ela pode ter. Se por acaso a TELEMAR em vez de solicitar a compra da Way TV, tiver solicitado a DTH, teria sido dado a ela também. Não tem impedimento nenhum. O impedimento aí Senador é basicamente é legal. É o contratual.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Eu só gostaria que fosse encaminhada à Comissão.

SR. PEDRO JAIME ZILLER: Sim, senhor. Perfeitamente.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Farei o requerimento.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): O Requerimento. Aprovaremos na próxima Sessão e caminharemos à ANATEL. Agora, eu queria tirar só uma dúvida rapidamente. Sr. Ziller, esse quadro acionário, porque eu me lembro que teve um debate que eu acompanhei na imprensa, que eu não era interessado no assunto, que foi a questão da BRASIL TELECOM, que tem o Daniel Dantas, aquela confusão toda. E como eu estou vendo ali agora, você têm às vezes acionistas minoritários, claro que isso dentro da legislação, que em função da Lei de Telecomunicações, parece que o majoritário que tem noutra área não pode mandar.

Então, quer dizer, toda aquela polêmica que aconteceu na época da BRASIL TELECOM, CITIBANK... Isso daí acontece em todas as empresas, elas são mais ou menos geridas dessa maneira?

SR. PEDRO JAIME ZILLER: São mais ou menos geridas dessa maneira. São composições e são vários acionistas que fazem um acordo de acionistas, e vão gerir a empresa. No caso da TELEMAR, que está no quadro é mais fácil de olhar, a LEXPART, a GTELECOM, a CECA(F), o BNDES, tem aí o BANCO DO BRASIL que são as empresas de seguradoras. Seguradoras do BANCO DO BRASIL, elas têm um acordo que esse grupo é o grupo controlador da TELEMAR. Agora eles também têm um acordo que quem vota é a GTELECOM, a LEXPART, etc. Só alguns que não dá--

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Dão poderes para isso.

SR. PEDRO JAIME ZILLER: E tem poderes para isso. Foi dado esse poder pelo BNDES. O BNDES deu esse poder a elas.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Agora, pode acontecer... Por exemplo, eu estou vendo ali que o BNDES tem 25%, qual é a outra empresa que é também de...?

SR. PEDRO JAIME ZILLER: A FIAGO que é Fundo de Pensão.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Quanto tem?

SR. PEDRO JAIME ZILLER: Tem 19%. 19,5%.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Daí dá quarenta e poucos.

SR. PEDRO JAIME ZILLER: Isso.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Então me

diga só uma coisa aqui. Aconteceu uma privatização, mas os maiores acionistas ainda são pessoas ligadas ao Poder Público, é isso?

SR. PEDRO JAIME ZILLER: É. A verdade é essa. Agora, por acordo de acionistas ela...

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Senador Flexa, me explica isso. V.Ex^a. que...

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Isso acontece não só--

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Mas não ocorreu uma privatização, então. Na verdade não ocorreu uma privatização. Ocorreu uma privatização da gestão. Porque se os acionistas são...

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Através de um acordo de acionistas pode ter ocorrido uma privatização de gestão. É o mesmo caso da VALE DO RIO DOCE. A VALE DO RIO DOCE foi privatizada e continua estatal. Porque ela é controlada pelos Fundos de Pensão. Quer dizer...

SR. PEDRO JAIME ZILLER: E pelo BNDES.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): E o lucro na verdade também é dividido proporcionalmente. As ações também vão...

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Lógico. O setor privado na VARIG é minoritário. Agora, um acordo de acionista transferiu a gestão para o setor privado. Que indicou o Presidente do Executivo, o Roger Agnelli, foi o setor privado.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Meu grande Presidente.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Foi o grande Presidente que transformou a VALE nessa potência hoje que é... E que não seria se fosse estatal. Aí é aquela bandeira do PSDB que tem que ser defendido. A privatização foi importante para o Brasil e deve ser feita aonde o Poder Público não é necessário. E vai agir com recursos públicos aonde ele se faz necessário. E existem várias regiões e vários segmentos onde ele precisa estar presente. E ainda não se encontra.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Ok. Algum Senador, alguma colocação a mais? Acho que está sendo muito produtiva essa reunião. Eu pelo menos tirei uma série de dúvida aqui, para nós da subcomissão é super importante. Com a palavra o Senador Flávio Arns.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Eu só quero me justificar, Sr. Presidente, em função das outras reuniões que estavam acontecendo hoje cedo no Senado

e não pude participar de todo o debate. Mas já me informei também, como V.Ex^a mesmo colocou, que os esclarecimentos foram bastante interessantes, e com a solicitação do Senador Flexa Ribeiro para que os documentos, os relatórios venham a esta Comissão para eventualmente havendo dúvidas e questionamentos possa haver uma continuidade dessa atividade desse debate. Mas eu felicito V.Ex^a inclusive pela iniciativa. Se V.Ex^a. me permite, eu só quero dizer que como Comissão de Ciência e Tecnologia nós aprovamos outro dia nesta Comissão o Requerimento para fazermos uma reunião institucional, quer dizer, pedida pela Comissão com o Ministro do Planejamento a respeito das carreiras de Ciência e Tecnologia no Executivo. Que apesar dos vários ofícios e documentos dos Ministérios, não há para o planejamento, para a Fazenda, não se chega a uma conclusão. E a gente sabe que esta área da Ciência e Tecnologia depende essencialmente também de bons pesquisadores bem remunerados com categorias bem definidas, planos de carreira.

Então, houve a insistência, inclusive, por parte da Secretaria dessa Comissão para a realização dessa audiência que vai acontecer no dia de amanhã, às 16h, naquele dia inclusive o Senador Cícero Lucena, o Senador Romeu Tuma, e outros Senadores se mostraram, assim, dispostos a participar dessa audiência que a gente imagina que seja rápida também, pelo menos para abrir esse canal de... Que a Comissão está fazendo? Ajudando a criar um canal de comunicação, de diálogo entre a área e o planejamento. Então vai acontecer amanhã às 16h no Ministério do Planejamento, é uma iniciativa da Comissão e eu acho que a Comissão então se coloca ao lado, pelo menos dos pesquisadores, no sentido de pensar como que esta área pode ser prestigiada, valorizada e que se dialogue, se comunique para se chegar a uma conclusão que parece que está difícil. O Ministro Sérgio Resende quando esteve aqui ele já mandou um ofício há um ano praticamente pedindo alguma providência, e assim como a CAPES e outros órgãos ligados à área da pesquisa, Ministério da Saúde, Agricultura, todos mandaram, mas a resposta ainda não chegou.

Então, eu acho que nós podemos colaborar para dizer: Olha, vamos estabelecer, chegar a uma conclusão nesse debate aí que vem acontecendo há muito tempo.

Mas quero parabenizar os expositores também e dizer que realmente esse debate é fundamental que aconteceu hoje para esta Comissão que tem entre os seus objetivos o que foi o conteúdo que foi exposto hoje.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Muito obrigado.

SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR): Uma questão de observação. Já que ele citou a necessidade de prestigiar os nossos pesquisadores e nossos cientistas, só para lembrar que ontem no Plano de Desenvolvimento da Educação foi agraciado com recursos o pós-doutorado. Que é uma coisa que no Brasil não se dava muito valor. Espero que essa... Que saia do papel e se torne realidade para a gente poder segurar os cérebros do Brasil na nossa terra com o pós-doutorado que vai ser aplicado daqui para frente.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Eu queria dizer que nós, Senadores inclusive dessa Comissão, Senador Flexa, Senador Flávio Arns, demais Senadores, que nós precisamos é entender que o está acontecendo com essa questão da Lei da Convergência, a mudança da Lei Geral de Telecomunicações, porque nós vamos ter que mudar. Senador Flexa, e eu fico muito preocupado, porque muitas vezes surgem assuntos na imprensa que nos leva a não tomar atitudes às vezes que a gente tem que tomar. Por exemplo, a Lei Geral de Telecomunicações ela tem que ser mexida. Eu acredito nisso. O Sr. Ziller que está aqui, o Plínio também, tem experiência maior na área, ela tem que ser mexida. De alguma maneira tem que ser mexida. Agora, não podemos dizer: Ah, vai se mexer porque fulano vai se dar bem, vai se mexer porque outra empresa vai se dar bem. Eu acho não. Nós temos que mexer porque a tecnologia avançou demais. Nós não podemos ter essa incoerência total de legislação que nós temos agora. Então nós trazemos aqui os membros da ANATEL, colocam para gente, mas o que nós estamos vendo é o seguinte, eles têm que cumprir a lei. E ao cumprir a lei, muitas vezes, em termos do nosso momento, vira uma incoerência. Mas eles não podem fazer nada do que além de cumprir a lei. Então, nós temos que trabalhar nesse sentido de mudar essa Legislação, fazer a Lei de Convergência, onde tudo vai se encontrar, como vai ser, nós vamos decidir, porque na verdade eu considero o Senado uma Casa sábia, aqui eu tenho visto que de repente a gente está pensando assim e sai por aqui e sai corretamente. Eu já vi isso muitas vezes aqui nessa Casa. Não é isso Senador Flávio Arns? Então eu queria, finalmente, já que os Srs. Senadores colocaram as considerações finais do senhor Plínio e o Pedro Ziller para que possamos encerrar essa audiência pública muito proveitosa--

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Presidente, pela ordem, Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Pela ordem o Senador Flexa Ribeiro.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Eu pedi a anuência a V.Ex^a para que eu pudesse fazer alguns questionamentos bastante rápidos ao Presidente e ao Conselheiro da ANATEL a respeito dos bloqueadores no sistema penitenciário.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Bem colocado. V.Ex^a colocou no início dessa audiência. Tem a palavra V.Ex^a.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Dr. Plínio e Dr. Pedro, eu sou Relator de um Projeto de Lei que determina a obrigatoriedade de instalação de sistema de bloqueio de sinais de radiocomunicação e telefonia móvel no sistema penitenciário. O meu Relatório ele foi todo embasado em análises da ANATEL, de dados colhidos na CPI do Tráfico de Armas, de uma reunião que tive com a Associação das Empresas de Telefonia Móvel, e de experiências em outros Países para sistema de bloqueio. Mas no questionamento que eu peço a V.Ex^a, só para confirmar aquilo que eu tive acesso, eu gostaria de ter de V.S^a exatamente a posição da ANATEL com relação:

Um, à obrigatoriedade da instalação do sistema de bloqueio. Essa obrigatoriedade, a instalação, a obrigatoriedade da instalação ela deve ser feita pelos órgãos públicos, pelo Governo ou pelas operadoras? E qual a razão de uma definição ou de uma análise no fato?

Dois. Quem deve arcar com os custos desse sistema? E se caso a posição da ANATEL poderia nos fornecer se as operadoras estão obrigadas a instalar esse bloqueio quando lhe foram concedidas os sistemas. Gostaria de ter a posição da ANATEL oficial a respeito desses questionamentos.

SR. PLÍNIO DE AGUIAR JÚNIOR: Senador, obrigado pela questão. É uma questão que nos preocupou muito ao longo do ano passado, e que infelizmente muita gente sofreu com essa... E os de sempre sofreram. São aquelas pessoas mais pobres que moram perto de presídios. Fomos obrigados por lei, por juízes, a desativar estações, mandado a desativar estações em torno dos presídios. Essa é a pior situação possível. Essa de... Para resolver a questão do acesso do crime organizado ao celular, você apagar as estações em torno dos presídios. Isso prejudica enormemente, sobretudo aquelas pessoas pobres que têm seu telefone como instrumento de trabalho, inclusive. É a pior situação. Foi um sofrimento forte. A ANATEL ela não divulgou todo, por questão deliberadamente, nós não divulgamos todos os danos que isso causou ao consumidor, à população.

Quanto à questão de instalação de bloqueador. A ANATEL pode participar do ponto de vista de tecnologia, do ponto de vista de equipamentos certificados, cabe a nós certificar equipamentos desse tipo para fazer isso. Nós... Aí quanto à questão, a quem compete fazer isso. Não compete à ANATEL porque ela não tem sequer esse mandato. Ela não pode ter esse tipo de atuação. Nem que a gente tivesse todos os recursos disponíveis.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Não, não a ANATEL.

SR. PLÍNIO DE AGUIAR JÚNIOR: Eu sei. Eu vou por ordem. Porque já uma das demandas foi que no passado, no ano passado, foi que a própria ANATEL deveria fazer essas instalações. Nós não podemos fazer esta ou qualquer instalação no sistema de telecomunicações. A quem cabe esse ônus? Nos contratos de autorização das... Na regulamentação, no regulamento e nos contratos de autorização não há essa obrigação para que as operadoras de sistema móvel elas instalem isso ou elas tenham autorização para instalar equipamentos em presídios. Não cabe a elas. Creio que dentro da organização de Governo do sistema prisional caberia mais a ser bancado pelo fundo penitenciário que existe. Não sei se tem essa previsão específica de fazer isso, mas caberia mais ao sistema prisional fazer esse tipo de investimento. Bancar esses custos. Não são... Custam pouco caro. Não é demais. Não é absurdo, mas não é barato também. Há, inclusive, diversos tipos de bloqueadores. Há bloqueadores chamado mais inteligentes hoje em dia, que é o seguinte: Deixa falar. Deixa falar, estimula. Quase que entrega para cada bandido. Entrega um celular. E ouve. E o sistema hoje em dia pode fazer isso. Selecionar, ficar ouvindo e... Para quem falou, quanto tempo falou... Gravar... Há diversos tipos de sistemas que fazem isso. O sistema mais simples, aquele que ele joga ruído dentro do ambiente. Então ele não permite que o sinal chegue à estação rádio base perto. Então é o bloqueador. Ele bloqueia completamente. O sinal não chega. Você tenta acionar e ele não chega à estação rádio base. Há outras maneiras do crime organizado chegar também as celas dos presídios é usar outros tipos de telefones que não sejam esses. Por satélite, inclusive.

Então, a questão não é simples. Não é só relativa. É mais fácil via o celular. E o mais fácil instrumento é o bloqueador. Aquele que joga o ruído enorme, ninguém ouve ninguém e não é atingido nem consegue originar nem terminar uma ligação.

Então, há diversas opções para tratar disso. Eu fui ao Ministro da Justiça na época o Ministro Thomaz Bastos e disse o seguinte: O senhor é a pessoa mais

bem posicionada para nos entender e para decidir sobre essas questões. O sistema prisional está com o senhor e está também a defesa do consumidor lá do Ricardo Morishita.

Então, com esse tipo de atitude de apagar as estações rádio base em torno dos presídios está prejudicando o consumidor.

Então, cabe basicamente a essa política do sistema prisional definir que tipo de inibição se faz.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Mas V.S^a disse aí que existe tecnologia que possa impedir os sinais não só de telefonia móvel como de radiocomunicação. Mas a minha pergunta objetiva é se isso pode trazer, caso as operadoras venham a ser obrigadas a instalar, pode haver aumento de tarifa, transferência para o consumidor através das tarifas.

SR. PLÍNIO DE AGUIAR JÚNIOR: As operadoras elas não são obrigadas. Hoje não são obrigadas. Se viesse a ser obrigadas, é a questão. Mais um custo ela passaria esse custo para o sistema inteiro. Não é tarifa, é preço. Mas de qualquer maneira isso oneraria a operadora e ela teria direito de ser ressarcida.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): E a função do FISTEL que arrecada dois bilhões, esse ano a previsão orçamentária é de dois bilhões e 150 milhões e o próprio orçamento de 2007 diz que só serão utilizados 350 milhões para a ANATEL. O que é feito com o restante?

SR. PLÍNIO DE AGUIAR JÚNIOR: Fica no Tesouro.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Para quê?

SR. PLÍNIO DE AGUIAR JÚNIOR: O FISTEL, por lei, ele tem uma destinação específica. Ele não poderia também sem modificação na Legislação, ele não poderia ser utilizado para esse fim.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Mas o Tesouro usa para que um milhão e oitocentos a cada ano de excesso na arrecadação do FISTEL?

SR. PLÍNIO DE AGUIAR JÚNIOR: Contingenciamento.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Para pagar juros aos banqueiros da dívida do Governo.

SR. PLÍNIO DE AGUIAR JÚNIOR: Não sei responder essa questão.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Com certeza absoluta. E digo mais, por que é que a ANATEL como fiscalizadora, não fiscalizou o bloqueio dos celulares já que existe uma lei aprovada pelo Congresso, a Lei 10.792/2003 que determina o bloqueio de telefonia móvel no sistema penitenciário? Se a função da ANATEL é de fiscalizar, por que é que ela não fez ao longo tempo... Determina, aliás, a instalação dos

bloqueadores, se a função da ANATEL é também de fiscalização e se havia a utilização do sinal de telefonia móvel a partir do sistema penitenciário, eu não acho, como V.Ex^a colocou, que a penalização à sociedade através do usuário que está em torno da casa penitenciária, de ter a sua comunicação afetada, seja o maior mal. Evidente que nós não queremos isso. Tem tecnologia que possa bloquear o sistema apenas no perímetro da casa penitenciária sem afetar o resto. Mas o maior mal não é o prejuízo ou a dificuldade toda. Mas o maior mal não é o prejuízo ou a dificuldade toda, o maior mal é o comando do crime através do próprio sistema penitenciário.

Então, voltando à pergunta inicial. Por que é que a ANATEL não fiscalizou a não instalação dos bloqueadores determinada por lei desde 2003 e que não foi feito pelo Governo?

SENADOR CÍCERO LUCENA (PSDB-PB): Presidente, Questão de Ordem.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Sobre o assunto? Com a palavra o Senador Lucena.

SENADOR CÍCERO LUCENA (PSDB-PB): Me permita acrescentar a pergunta do Senador Flexa, a questão de que já que está sobrando dinheiro, quais são as limitações que o fundo concede a ANATEL para que ela possa aplicar, e o que a ANATEL gostaria de ter ampliado nas suas ações para a utilização desse fundo? Esse é um item. E também, dentro da colocação do Senador Flexa Ribeiro, que custo estaria dimensionado para o bloqueio nos presídios se isso já está devidamente levantado?

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Ainda complementando que é no mesmo assunto, Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Senador Flexa com a palavra.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Concluindo, Dr. Plínio, chego à seguinte conclusão: Existe um superávit da arrecadação do FISTEL de um bilhão e oitocentos milhões por ano. Ao longo desses cinco anos já temos aí seguramente nove bilhões de reais que não são cumulativos, ou seja, eles vão para o Tesouro e lá a cada ano são extintos, ou seja, utilizados, melhor dizendo, e... Chego à conclusão no meu parecer eu altero a lei do FISTEL, utilizo os recursos excedentes para custear os bloqueadores em todo o sistema penitenciário existente hoje, e defino que a partir de então qualquer nova casa penitenciária já deve ter o bloqueador, corrigir para trás e não deixar continuar o para frente, e mesmo assim o custo estimado hoje para instalar em todo o sistema, a informação que eu

tive é que existem mil unidades prisionais. Se fossemos instalar em todas elas custaria em torno de 300 milhões. Ainda assim nós teríamos um bilhão e 500 milhões de excesso. E aí eu pergunto: Eu estou fazendo um estudo, Senador Wellington, porque isso aí sim penaliza o usuário, é carga tributária indireta que está insustentável para sociedade brasileira de fazer um projeto se não há necessidade dessa arrecadação do FISTEL nesse montante de seis vezes o valor necessário, vamos reduzir a incidência dos encargos no sistema para que essa redução de encargos seja levado em benefício do usuário da diminuição dos custos da telefonia móvel. Ou seja, dar acesso cada vez mais à comunicação, e não através de um subterfúgio, vamos dizer assim, de tarifar, se esse é o termo, em excesso o sistema para provocar superávit primário, e não utilizar os recursos que têm sido feito o longo dos seis anos de existência do FISTEL.

SR. PLÍNIO DE AGUIAR JÚNIOR: Senador, cabe apenas um esclarecimento. A arrecadação do FISTEL cresceu enormemente em relação ao previsto uns tantos anos atrás. Certamente 10 anos atrás. Nenhum de nós que estamos no setor mais tempo, nenhum de nós admitia que chegasse a fim de 2006 com 100 milhões de terminais móveis. Cada terminal móvel, Senador, paga cerca 25 reais/ano, como taxa ao FISTEL. Além disso, cada um deles ao ser instalado pagou uma taxa de fiscalização, a tal da TFI. Uma taxa de fiscalização na instalação.

Então, não havia essa previsão, Senador, de que cresceria tanto a arrecadação do FISTEL no passado. Certamente, vamos dizer, é quase que o dobro do que era admitido no passado. Que uso melhor o senhor acha que... A ANATEL ela não faz toda a fiscalização que ela gostaria de fazer, que ela planeja fazer todo ano. Porque para um País desse e para atingir 140 milhões de terminais para atingir toda a área de TV por assinatura e outros tantos, serviços de rádio táxi, tudo, nós teríamos que ter mais de um bilhão horas/ano de fiscalização. E apesar de mais de um milhão de horas/ano de fiscalização. É um País enorme, oito milhões de quilômetros quadrados, não somos uma Suíça, nem uma Inglaterra, tudo plano, tudo fácil. É Amazônia e tudo. Brasil é isso, Senador. Nós não temos isso.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: [pronunciamento fora do microfone]

SR. PLÍNIO DE AGUIAR JÚNIOR: Nós temos com os concursos que fizemos, que temos servidores novos muito capacitados, os concursos têm sido muito rigorosos, nós estamos com capacidade hoje de aplicar 550 mil horas de fiscalização. Nós também estamos investindo e tivemos recursos esse ano, razoavelmente 19 bilhões para investir em quê? Basicamente

em fiscalização para que nós não precisemos de deslocar todos os fiscais para as operadoras, por exemplo. Responsável por 140 milhões de terminais. A gente vai fazer o sistema, a gente liga no sistema de gerência das operadoras e dentro da... E fazemos essa fiscalização, essa auditoria dos sistemas dentro da própria ANATEL com muito mais eficácia. Mas quanto à questão do uso do FISTEL. Quanto ao não uso do FISTEL, eu não posso Senador, Senador.

Agora, a questão de investir no sistema prisional, de investir para que seja realmente rompido esse acesso do crime organizado, essa questão central, romper o acesso do crime organizado às comunicações públicas do País. Isso, de novo, eu acho que não cabe, esse ônus não cabe à ANATEL fiscalizar. Por favor, mesmo que a gente tivesse todos os recursos, eu não gostaria de ver um fiscal da ANATEL fazendo fiscalização do bloqueio. É importante a nossa missão é fazer a fiscalização da qualidade do serviço chegando lá na frente. O bloqueio, essa responsabilidade realmente é da administração da prisão, do sistema prisional. Nós podemos ajudar, evidentemente, e já estamos dispostos e temos feito é o seguinte, em dizermos quais são os bloqueadores, os sistemas de bloqueios que são eficazes, e analisar na questão de estimativa de custo para instalação e tudo. Nós podemos certificar, é a nossa missão também certificar esses bloqueadores. Também nós podemos participar nisso. Mas, por favor, não nos dê esse encargo, mesmo que a gente tivesse recurso, de entrar na prisão e fiscalizar o não acesso, o bloqueio efetivo que essa tarefa acho que cabe, por segurança inclusive, temos discutido isso também com o Ministério da Justiça, por segurança da própria prisão. A gente não deve deixar que operadoras entrem em celas de crime organizado e que nem mesmo os nossos fiscais. Seria uma preocupação adicional com segurança. Talvez não fosse uma solução nós próprios fiscalizarmos.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Senador Flexa, o Sr. Pedro Jaime queria fazer uma colocação sobre o assunto. Com a palavra o Sr. Pedro Jaime.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Senador, pela ordem antes.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Pela ordem, Senador Flávio Arns.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Eu só quero dizer que as observações que o Senador Flexa Ribeiro fez são muito pertinentes, mas eu só quero também lembrar ao Senador que mesmo que a ANATEL precise de um milhão de horas/ano, isso significa se nós transformarmos em funcionários, isso seriam 500 fun-

cionários aproximadamente. E 500 funcionários seria a mesma coisa que 80, 100 milhões/ano. Queria dizer, se pegarmos um bilhão e 500 bilhões ainda sobra muito dinheiro. Não é verdade? Porque um milhão de horas ano 40 horas por semana, em torno de 500 funcionários/ano. Supondo que o funcionário receba... Não sei quanto recebe, vamos supor quanto? Não sei. Quatro, cinco mil. Você está falando. Eu calculei dez mil com obrigações sociais. Seria 80 milhões/ano. Então ainda sobra bastante dinheiro, não é verdade? E é uma área fundamental. Nós temos discutido tanto essa fiscalização da comunicação. Isso é essencial.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Agora, Senador Flexa, quando tiver aqui uma legislação para que se possa contratar, o PSDB tem que contratar. Não pode ir contra contratação e aumento de folha e tudo mais. [risos]

SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR): Sr. Presidente, só que o FISTEL foi criado para uma coisa específica. Ele tem que ser aplicado naquilo que foi criado. Não pode ser desviado. Isso aí não tenho dúvida. FISTEL era para integrar o pessoal todo. Integrar as populações. Lá em Roraima nós tínhamos várias escolas de mais de 50 alunos que não tem telefone de acesso nas áreas rural. Isso é que tem que ser aplicado o dinheiro, é nisso aí. Não é desviar para outra coisa. Para presídio e outras coisas.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Senador Pedro Jaime queria fazer uma colocação, Senador Flexa.

SR. PEDRO JAIME ZILLER: Muito obrigado, Sr. Presidente, e o senhor pela segunda vez me elege Senador e eu estou muito honrado. [risos]

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): É tanto Senador que... Senhor e Senador é muito parecido. Eu vou tentar agora me concentrar. Vou tentar agora me concentrar no broche.

SR. PEDRO JAIME ZILLER: Eu fico muito honrado de ser chamado de Senador. Isso para mim é uma das coisas mais importantes da República é o Senador dentro da República. Fico muito honrado. Obrigado. [risos]

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Então com a palavra... Também os Senadores, ficariam muito honrados de tê-lo com Senador.

SR. PEDRO JAIME ZILLER: Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Sr. Pedro Jaime.

SR. PEDRO JAIME ZILLER: Senador, eu gostaria de fazer uma complementação que é o seguinte: Primeiro, o FISTEL tem sido contingenciado há dez anos. Não é recentemente, não. Ele está pagando dívida de contingenciamento há dez anos. Desde que a ANATEL existe que há contingenciamento de FISTEL.

A outra coisa é o seguinte, o grande problema é que para o senhor fazer uma fiscalização... O senhor sabe que nós somos recordistas, o setor de telecomunicações é recordista em reclamação no Procon. É a maior reclamação que tem, o senhor pega no site, o senhor vai encontrar de cima embaixo uma lista de reclamação feita ao Procon e depois ainda vão nas empresas, vão na ANATEL, reclamações existe para todo lado. O que é de verdade, é que montar um sistema de fiscalização não é apenas homens/hora. O senhor tem equipamento, o senhor tem *software*, o senhor tem sistema de monitoramento a distância, sistema de monitoramento local. Nós não fiscalizamos só telecomunicações. A pedido do Ministério nós fiscalizamos todo o conteúdo da radiodifusão. Nós é que pegamos esse conteúdo, se o Ministério pede para a gente fiscalizar uma rádio, nós temos que deslocar pessoal para fiscalizar essa rádio. Esse número de horas que o Dr. Plínio colocou aqui são horas programadas. Todas as denúncias de rádios que não foram outorgadas também são fiscalizadas pela ANATEL e tem que ser atendidas. E qual é o estudo que nós temos para isso? Nós temos o quê? 20 estações fixas, umas 4 ou 5 estações móveis... 10 estações móveis. Não dá para começar, Senador. Quer dizer, o dinheiro do FISTEL tem que ser utilizado exatamente para a finalidade dele, para fiscalizar mesmo. O senhor fala que é pouco, e é muito dinheiro. Eu acho que não é. Porque o que nós precisaríamos para fazer isso de verdade no País tamanho do Brasil, não vou dizer para o senhor que são dois bilhões, mas seria extremamente temerário que nesse momento a gente pensasse reduzir FISTEL. O que seria preciso realmente e existe nessa Casa legislação já tramitando, que a independência financeira da agência realmente fosse de fato. Com isso, aí sim, aí foi aprovado inclusive numa Comissão aqui no Senado por unanimidade uma proposta de reforma do Senador Tasso Jereissati foi aprovada aqui onde o FISTEL realmente... PEC. Exato. Uma proposta de PEC. Que dá à ANATEL realmente os recursos necessários para que possa montar essa infra-estrutura. Não basta ter pessoal, não basta dizer assim: Vamos pegar agora e vamos dar um bilhão para ANATEL que ela vai resolver isso esse ano. Não vai. Se o senhor der dois bilhões esse ano, não vai. Agora, eu garanto para o senhor que a montagem da infra-estrutura eu manutenção da infra-estrutura, vai gastar muito mais dinheiro do

que os trezentos que nós estamos gastando. Eu não tenho dúvida nenhuma disso. Em 2004 quando eu tive a honra de ser Presidente da ANATEL, essa Casa, a Lei de Diretrizes Orçamentárias foi aprovado um recurso para ANATEL da ordem de 500 milhões na nossa programação. E houve o contingenciamento. Eu não posso entrar em que é que foi o contingenciamento, como é que foi, o que aconteceu. Não é minha parte. Agora, uma coisa eu digo para o senhor o FISTEL ele deveria ser direcionado realmente para ANATEL, com a finalidade, concordo com o Senador, de fiscalização. E a gente poder montar ao longo, se tivesse sido montado ao longo dos 10 anos esse sistema de fiscalização, nós não estaríamos com mil e cem homens/hora. Não. Nós teríamos muito mais. Porque nós precisamos de muito mais. De verdade precisamos de mais, de mais equipamento, mais software, de mais pessoal. O quadro aprovado da ANATEL hoje é de 1.690 pessoas e nós temos 1.400. Somente 1.400. Nós precisaríamos de mais? Precisaríamos. O País é um continente.

Então, realmente, assim, eu acho que nós precisamos de verdade é dar à agência o que ela precisa para cumprir o papel dela de verdade. Eu digo para o senhor com a maior tranquilidade. Eu estou há três anos na agência. A agência fiscaliza bem? Não. Não fiscaliza. Ela não tem condições de fiscalizar bem. E isso que é importante e aí eu peço ajuda dos senhores quando a gente vier aqui com os recursos, propondo a montagem de estrutura, da Lei de Diretrizes Orçamentárias, que isso seja realmente encaminhado. Esse ano o Senador Valdir Raupp, eu estive com ele, o Dr. Plínio também esteve com ele aqui, nós estivemos junto aqui discutindo e conseguimos acrescentar alguma coisa para começar a montar essa infra-estrutura necessária. Essa que é a questão.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Nós estamos falando de duas coisas. É diferente. Nós estamos falando uma coisa é a arrecadação do FISTEL.

SR. PEDRO JAIME ZILLER: Sim, é isso.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): A outra coisa é o contingenciamento do orçamento da ANATEL.

SR. PEDRO JAIME ZILLER: Sim.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): São duas coisas diferentes.

SR. PEDRO JAIME ZILLER: Sim.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): O orçamento da ANATEL contingenciado que V.S^a diz que ao longo de todo esse tempo, eu concordo. 2004 foram 500 milhões que foram contingenciado. Este ano 2007 são trezentos e poucos milhões previstos. Agora, me parece que a própria ANATEL ou o Ministério é que

faz o encaminhamento, o Governo é que encaminha o valor para ser orçamentado.

Então, esses trezentos e tanto bilhões que está no orçamento, seriam, vamos dizer, a necessidade da ANATEL para o ano de 2007. Se eles serão liberados pelo Executivo ou não, é o tal contingenciamento.

SR. PEDRO JAIME ZILLER: Eu sei, Senador.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Quer dizer, dos trezentos e tantos milhões, libera 100, 150, 200, 250. Aí tem o contingenciamento. Isso é um assunto. O que eu estou me referindo também e aí que é o mais grave, é o excesso de arrecadação do FISTEL. Se há uma necessidade de 350, que não seja 350, que seja 500, que seja 600, que seja 700, por que arrecadar, ou seja, por que taxar o contribuinte em dois bilhões e cem milhões desnecessários? Isso que é o meu questionamento. Por que então não rever a tarifas de vinte e tantos reais por aparelho, mais não sei quantos reais de fiscalização por ano. Por que é que não se faz uma revisão dessa tarifa no sentido de que a arrecadação do FISTEL seja a necessária para que a ANATEL cumpra porque todos nós queremos que a ANATEL tenha os meios para que ela cumpra a sua função de regular e fiscalizar as telecomunicações.

SR. PEDRO JAIME ZILLER: Eu entendi, Senador.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Esse é o meu questionamento. Contingenciamento e excesso de arrecadação.

SR. PEDRO JAIME ZILLER: O que eu tentei dizer e vejo que não consegui, foi o seguinte. É que eu não posso dizer hoje que dois bilhões [inaudível] arrecadação para [inaudível] necessidades da ANATEL. O que é o problema é que eu não posso de um só momento, um estalar de dedo conseguir fazer a fiscalização crescer, criar pessoal, treinamento com a evolução tecnológica rápida. Esse treinamento é intensivo, o número de funcionários, o número de servidores que a ANATEL tem. Então tudo isso, se o senhor for juntar todas essas parcelas para se fazer uma fiscalização adequada, eu não posso afirmar hoje para o senhor, eu não afirmarei hoje para o senhor que bastaria quinhentos bilhões ou um bilhão. Eu acredito que muito mais.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Dr. Pedro, vou lhe fazer uma pergunta objetiva.

SR. PEDRO JAIME ZILLER: Pois não.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Qual foi a solicitação orçamentária da ANATEL para 2007? Foi pedido para a executiva da ANATEL. Quanto a ANATEL pediu ao Governo para executar seu trabalho em 2007?

SR. PEDRO JAIME ZILLER: Dentro do realismo que nós temos--

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Não, quanto ela pediu para exercer a função?

SR. PEDRO JAIME ZILLER: Eu vou dizer para o senhor. O valor foi quatrocentos e poucos milhões, não é isso?

SR. PLÍNIO DE AGUIAR JÚNIOR: Dentro do planejamento de Governo, no procedimento lá junto ao Ministério do Planejamento, há pequenos filtros de teto de orçamento. Então apesar da ANATEL precisar de mais, ela acaba fazendo--

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Quanto a ANATEL pediu, não é o que foi dado.

SR. PEDRO JAIME ZILLER: Na faixa de 450 milhões.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Então se a ANATEL pede 450 milhões é porque pela diretoria da ANATEL são os recursos necessários.

SR. PEDRO JAIME ZILLER: São necessários porque são os recursos que nós temos capacidade. Porque o senhor crescer, para o senhor poder instalar um equipamento desse e treinar pessoal, o senhor não faz isso em um ano. Então o primeiro ano--

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Senador Flexa.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): 550 milhões para dentro do excesso fazer essa previsão de preparação de pessoal.

SR. PEDRO JAIME ZILLER: Isso que nós temos feito ano a ano tentado fazer isso. Agora até mesmo nessa Casa, são cortados os recursos. Já foram. Muitas vezes chegar, foi o que aconteceu no passado, eu citei aqui, aqui dentro dessa Casa foram cortados recursos solicitados que vieram do Executivo para cá.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Acho que o Senador Flexa quer colocar o seguinte, nós estamos arrecadando no FISTEL dois bilhões e cem. E para que a ANATEL funcione só precisa de seiscentos. É isso. Ele está dizendo o seguinte, já que estamos arrecadando mais que se precisa, por que não vamos diminuir e dar esse bem para o usuário? É essa colocação. Ele quer que o senhor concorde com ele. Ou que demonstre que é verdade isso.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Porque ele não precisa dos dois bilhões.

SR. PEDRO JAIME ZILLER: Senador, eu não solicitei porque eu só posso solicitar aquilo que é razoável gastar no ano. Eu não posso gastar, eu não posso pensar que eu vou conseguir realizar alguma coisa em torno de um bilhão, um milhão e meio. Agora, isso não quer dizer que porque eu solicitei quinhentos milhões é que seja suficiente para uma fiscalização

adequada para a ANATEL. Ao longo do tempo, se a ANATEL tiver os recursos necessários, o equipamento necessários, o pessoal necessário ela vai gastar mais de um bilhão, sim, senhor. O senhor não tenha dúvida disso. E vamos deixar de ser o maior alvo de reclamação dentro do Procon.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Senador Flexa, acho que ele está colocando bem que é o seguinte. Não me venha dizer que você vai diminuir o meu dinheiro. Não estou precisando, mas não pode pegar e diminuir. Deixa lá, eu posso precisar.

SR. PEDRO JAIME ZILLER: Eu preciso.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Claro.

SR. PEDRO JAIME ZILLER: Eu preciso. Não posso, não. Eu preciso. O que eu não tenho condição é de gastá-lo agora de uma vez só. Eu tenho que criar toda uma infra-estrutura para poder fazer a fiscalização adequada que a sociedade exige.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Eu acho que...

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Presidente Wellington, nós temos que defender o cidadão brasileiro. Vamos baixar a tarifa porque não é necessária essa arrecadação do FISTEL.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Senador Flávio Arns.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Eu só quero ser 100% solidário com o Senador Flexa Ribeiro. Eu acho que ele tem toda razão, não tem cabimento colocarmos aí esta penalização sobre o consumidor brasileiro dizendo que está se arrecadando para ver a fiscalização das telecomunicações, e esta fiscalização não estar acontecendo. Então o consumidor, o povo, o cidadão brasileiro ficaria muito mais satisfeito e ao mesmo tempo seria algo muito mais justo e adequado para corrigirmos essas distorções que existem no Brasil dizer: Não, vamos arrecadar aquilo que vai ser utilizado. Nós estamos arrecadando muito além do que é necessário e não está sendo investido. Acho que uma das conclusões desta Audiência Pública poderia ser o esforço desta Comissão para que esta situação seja corrigida. Eu acho que isto, uma das conclusões disto é dizer: Olha, que o consumidor pague a metade. Se pagar a metade já tem um bilhão. Um bilhão é três vezes a mais do que está sendo utilizado hoje. Quer dizer, eu acho que esta pode ser uma conclusão. E o consumidor brasileiro... E se nós fizéssemos isso em todas as áreas, a carga tributária cairia significativamente no Brasil.

Então, eu acho, eu sou solidário, ajudo a argumentar, eu acho que esta tem que ser uma das conclusões desta Audiência Pública.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Bom, eu queria agradecer a presença do Presidente da Agência Nacional de Telecomunicações, ANATEL, Sr. Plínio de Aguiar Júnior, queria agradecer o ex-Presidente da ANATEL e atual Conselheiro, Sr. Pedro Jaime Ziller, a quem eu chamei muitas vezes de Senador, nós estaríamos também honrados se Senador o fosse. Acho que essa Audiência Pública foi muito esclarecedora para nós, inclusive debatemos bastante aqui, e não tento nada mais a acrescentar, declaro encerrada essa Audiência Pública. Muito obrigado a todos.

Sessão encerrada às 11h33.

COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA

ATA DA 11ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 09 DE MAIO DE 2007.

Às nove horas e vinte e sete minutos do dia nove de maio de dois mil e sete, na sala de reuniões da Comissão, Ala Senador Alexandre Costa, sala 13, sob a Presidência do Senhor Senador Wellington Salgado de Oliveira e com a presença dos Senhores Senadores Marcelo Crivella, Augusto Botelho, Renato Casagrande, Ideli Salvatti, Gilvam Borges, Valter Pereira, Maria do Carmo Alves, João Tenório, Eduardo Azeredo, Cícero Lucena, Expedito Júnior, Flávio Arns, João Ribeiro, Francisco Dornelles, Garibaldi Alves Filho e Flexa Ribeiro, reúne-se a Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática. Deixam de comparecer os Senhores Senadores Valdir Raupp, Demóstenes Torres e José Agripino. Justificam a ausência os Senadores Sérgio Zambiasi e Romeu Tuma. O Senhor Presidente Senador Wellington Salgado de Oliveira, submete à Comissão a dispensa da leitura da Ata da Reunião anterior, que é dada como aprovada. Prosseguindo, a Presidência inicia a deliberação da Pauta. **Item 01: Projeto de Lei do Senado nº. 121, de 2005**, de caráter não terminativo, de autoria do Senador Papaléo Paes, que “Altera o art. 23 do Decreto-Lei nº 986, de 21 de outubro de 1969, que institui normas básicas sobre alimentos, para estabelecer a obrigatoriedade de informar o valor energético de produtos apresentados em propagandas de alimentos e bebidas”. A relatora designada é a Senadora Maria do Carmo Alves e o parecer é favorável. É concedida vista à Senadora Ideli Salvatti, pelo prazo regimental de 05 (cinco) dias. **Item 02: Requerimento nº. 1.302, de 2004**, de caráter

não terminativo, de autoria da Senadora Serys Slhessarenko, que “Requer, com fundamento no art. 215 do Regimento Interno do Senado Federal, seja instituída, no âmbito do Senado Federal, a Semana de Ciência e Tecnologia, a ser celebrada anualmente no mês de outubro, com o objetivo de mobilizar a população brasileira para questões científicas, enfatizando o papel da Ciência no nosso dia-a-dia e demonstrando a sua importância para a saúde e o desenvolvimento do País”. O relator designado é o Senador Valter Pereira e o parecer favorável é aprovado. **Item 04: Projeto de Decreto Legislativo nº. 49, de 2007**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo, que “Aprova o ato que outorga autorização à Associação Amparense para o desenvolvimento Cultural e Social para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Amparo, Estado de São Paulo”. O relator designado, ad hoc, é o Senador Eduardo Azeredo e o projeto é aprovado por 10 (dez) votos favoráveis. **Item 05: Projeto de Decreto Legislativo nº. 47, de 2007**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo, que “Aprova o ato que outorga concessão à Fundação Ecológica Natureza e Vida para executar serviço de radiodifusão de sons e imagens na cidade de Barra dos Coqueiros, Estado de Sergipe”. A relatora designada é a Senadora Maria do Carmo Alves e o projeto é aprovado por 10 (doze) votos favoráveis. **Item 06: Projeto de Decreto Legislativo nº. 58, de 2007**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo, que “Aprova o ato que outorga concessão à Fundação Djalma Marinho para executar serviço de radiodifusão de sons e imagens na cidade de Lagoa Nova, Estado do Rio Grande do Norte”. O relator designado é o Senador Garibaldi Alves Filho e o projeto é aprovado por 10 (dez) votos favoráveis. **Item 07: Projeto de Decreto Legislativo nº. 460, de 2006**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo, que “Aprova o ato que outorga permissão à Rádio Cacaré FM Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, na cidade de Uiraúna, Estado da Paraíba”. O relator designado é o Senador Cícero Lucena e o projeto é aprovado por 11 (onze) votos favoráveis. **Item 08: Projeto de Decreto Legislativo nº. 50, de 2007**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo, que “Aprova o ato que outorga autorização à Associação Cultural Nova Bassano - ACNB para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Nova Bassano, Estado do Rio Grande do Sul”. O relator designado, ad hoc, é o Senador Augusto Botelho e o projeto é aprovado por 10 (dez) votos favoráveis. **Item 09: Projeto de Decreto Legislativo nº. 43, de 2007**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo, que “Aprova o ato que outorga autorização à Associa-

ção Cristã Shallon para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Aparecida de Goiânia, Estado de Goiás”. O relator designado, ad hoc, é o Senador Francisco Dornelles e o projeto é aprovado por 10 (dez) votos favoráveis. **Item 10: Projeto de Decreto Legislativo nº. 356, de 2006**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo, que “Aprova o ato que renova a permissão outorgada ao Sistema Xaxim de Radiodifusão Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Xaxim, Estado de Santa Catarina”. A relatora designada é a Senadora Ideli Salvatti e o projeto é aprovado por 10 (dez) votos favoráveis. **Item 11: Projeto de Decreto Legislativo nº. 401, de 2006**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo, que “Aprova o ato que autoriza a Associação Rádio Comunitária Imbuiense - ARCI a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Imbuia, Estado de Santa Catarina”. A relatora designada é a Senadora Ideli Salvatti e o projeto é aprovado por 10 (dez) votos favoráveis. **Item 12: Projeto de Decreto Legislativo nº. 11, de 2007**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo, que “Aprova o ato que outorga permissão à Rádio Real FM Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, na cidade de Rio Real, Estado da Bahia”. O relator designado, ad hoc, é o Senador Renato Casagrande e o projeto é aprovado por 10 (dez) votos favoráveis. **Item 13: Projeto de Decreto Legislativo nº. 37, de 2007**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo, que “Aprova o ato que outorga permissão à Fundação Chico Florentino para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, na cidade de Ouricuri, Estado de Pernambuco”. O relator designado, ad hoc, é o Senador Marcelo Crivella e o projeto é aprovado por 10 (dez) votos favoráveis. Nesse momento, os Senadores Ideli Salvatti, Flexa Ribeiro e Wellington Salgado de Oliveira requerem, oralmente, a inclusão extra-pauta de Requerimentos, com o que todos concordam. **Extra-Pauta, Item 01: Requerimento de Urgência nº 009, de 2007-CCT**, de caráter não terminativo, de autoria da Senadora Ideli Salvatti, que requer “..., nos termos do art. 336, II, do Regimento Interno do Senado Federal, urgência para o Requerimento n.º 1302, de 2004, que “Requer, com fundamento no art. 215 do Regimento Interno do Senado Federal, seja instituída, no âmbito do Senado Federal, a Semana de Ciência e Tecnologia, a ser celebrada anualmente no mês de outubro, com o objetivo de mobilizar a população brasileira para questões científicas, enfatizando o papel da Ciência no nosso dia-a-dia e demonstrando a sua importância para a saúde e o desenvolvimento do País”. O requerimento é aprovado. **Extra-Pauta,**

Item 02: Requerimento nº. 010, de 2007-CCT, de caráter não terminativo, de autoria do Senador Flexa Ribeiro, que “Nos termos do inciso II do § 2º do art. 58 da Constituição Federal, combinado com o inciso II do art. 90 do Regimento Interno do Senado Federal, requereu a realização de audiências públicas, no âmbito desta Comissão de Ciência e Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (CCT), para debater sobre o tema “Conteúdo Audiovisual em Tempos de Convergência Tecnológica” Deverão ser convidados a expor seus pontos de vista as autoridades e representantes das entidades nominadas a seguir, sem prejuízo à expedição de outros convites, a critério dos membros da CCT: 1 – Senador Hélio Costa, Ministro das Comunicações; 2 – Senhor Gilberto Gil Moreira, Ministro da Cultura; 3 – Plínio de Aguiar Júnior, Presidente da Agência Nacional de Telecomunicações (ANATEL); 4 – Leopoldo Nunes, Diretor da Agência Nacional de Cinema (ANCINE); 5 – Daniel Pimentel Slaviero, Presidente da Associação Brasileira de Emissoras de Rádio e Televisão (ABERT); 6 – Amilcare Dallevo Júnior, Presidente da Associação Brasileira de Radiodifusores (ABRA); 7 – Antônio Alberto Valente Tavares, Presidente da Associação Brasileira dos Provedores de Acesso, Serviços e Informações da Rede Internet (ABRANET); 8 – Alexandre Annenberg, Presidente da Associação Brasileira de Telecomunicações por Assinatura (ABTA); 9 – José Fernandes Pauletti, Presidente da Associação Brasileira de Concessionárias do Serviço Telefônico Fixo Comutado (ABRAPHIX); 10 – Êrcio Alberto Zilli, Presidente-Executivo da Associação Nacional das Operadoras Celulares (ACEL); 11 – César Rômulo Silveira Neto, Superintendente-Executivo da Associação Brasileira de Telecomunicações (TELEBRASIL); 12 – Fernando Dias, Presidente do Conselho Federal da Associação Brasileira de Produtores Independentes de Televisão (ABPI-TV)”. O requerimento é aprovado. **Extra-Pauta, Item 03: Requerimento nº. 011, de 2007-CCT**, de caráter não terminativo, de autoria do Senador Wellington Salgado de Oliveira, que requer “..., nos termos do art. 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, nesta Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática – CCT, devendo ser convidado o Sr. Antonio Carlos Valente da Silva, presidente do Grupo Telefônica, com o objetivo de que sejam prestados esclarecimentos acerca do impacto e dos reflexos das vendas e fusões internacionais no desenvolvimento do mercado brasileiro de telecomunicações, por ser um tema de relevante interesse público”. Fica adiada, em virtude da ausência do relator, a seguinte matéria da pauta: **Item 03: Ofício “S” nº. 03, de 2007**. O Senhor Senador Wellington

Salgado de Oliveira, determina que as Notas Taquigráficas sejam anexadas a esta Ata para a devida publicação. Nada mais havendo a tratar, a Presidência encerra a reunião, às dez horas e quarenta minutos, determinando que eu, **Égli Lucena Heusi Moreira, Secretária da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática** lavrasse a presente Ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada, no Diário do Senado Federal.

Senador **Wellington Salgado De Oliveira**, Presidente da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática

COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA - CCT

11ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA NO DIA 09 DE MAIO DE 2007.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Havendo número regimental, declaro aberta a 11ª Reunião Extraordinária da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e informática, da 1ª Sessão Legislativa Ordinária, da 53ª legislatura, a realizar-se em 09 de maio de 2007. Antes de iniciarmos a Reunião, submeto à apreciação do Plenário a dispensa da leitura e aprovação da Ata da Reunião anterior. Os Srs. Senadores que concordam permaneçam como se encontram. Aprovado.

Caros Senadores, como V.Exas. pode se lembrar, nas últimas Sessões dessa Comissão, venho manifestando minhas preocupações com a diversidade e riqueza dos temas objeto dessa CCT; além da diversidade e importância dos temas, temos também de levar em consideração a velocidade com a qual elas ocorrem. Por exemplo, na área de tecnologia, não sem exagero, posso garantir que diariamente surge uma novidade no mercado, sendo que seu uso e seu impacto na sociedade mal podem ser absorvidos e receber o tratamento adequado, eis que uma nova tecnologia já estará sendo lançada. A ciência avança dia-a-dia. A inovação avança. Por ocasião da Reunião da CAE, no dia 03 de fevereiro, foi adotada a sugestão para que fossem convidados técnicos estratégicos para prestar informações aos membros daquela Comissão visando o enriquecimento dos trabalhos de deliberação dos Srs. Senadores. Nessa mesma linha de sugestão e em função daquela minha preocupação manifestada inicialmente, permito-me sugerir a V.Exas. que essa Comissão receba periodicamente um convidado de

reconhecido saber para antes do início dos trabalhos propriamente dito, expor um tema de relevante importância. Caso V.Exas. estejam de acordo, gostaria de oportunamente, em nome dessa Comissão, o Sr. Paulo Fernando Lavalle Heibron Filho, Doutor em engenharia mecânica e Mestre em engenharia nuclear, pela Universidade Federal do Rio de Janeiro, com vasta experiência em engenharia nuclear; é tecnologista sênior da Comissão Nacional de Energia Nuclear, Diretoria da Radioproteção em Segurança Nuclear. Gostaria imensamente também de poder receber de V.Exas. sugestões de nomes e temas a serem apresentados e discutidos nessa Comissão.

Eu queria dizer a V. Exas. que eu tenho procurado receber, no gabinete da Presidência, como também visitar, ou aquela oportunidade de um café da manhã com algumas pessoas que estão relacionadas com a área de Ciência e Tecnologia, comunicação e informática. Tive oportunidade, Srs. Senadores, de tomar um café da manhã com o Sr. Antônio Carlos Valente da Silva, Presidente do Grupo *Telefônica*, antes que surgisse a comunicação de que a *Telefônica* teria adquirido a Tim. Então, ele ficou muito propenso a vir a essa Comissão. Agora, então, mais do que nunca, porque, com essa compra do Grupo *Telefônica* pela Tim, ela acaba tendo a maioria do mercado de telefonia celular. Então, eu hoje vou colocar um Requerimento, ao final, porque acho que vou aproveitar o *quorum* para as rádios, e sugeriria o convite também do Sr. Antônio Carlos Valente que, pelo menos, o Grupo *Telefônica* está aí numa forma de aquisição de outras empresas. Seria muito importante ele vir até o Senado e contar quais são os planos da empresa e nós podemos nos colocar em discussão e também ver qual o caminho que nós podemos, em termos de Legislação, para que possa ou proteger o mercado ou, ao mesmo tempo, dar maiores facilidades ao usuário.

Então, vamos direto ao primeiro item da Pauta. Eu queria começar pelos itens terminativos, se me forem autorizados pelos senhores, visto que nós temos outras Comissões e tem outros Senadores também que precisam estar presentes. E, claro, se a nossa Senadora Maria do Carmo, é a primeira que sempre chega aqui, tem o primeiro item da Pauta, autorizar. Está autorizado? Muito obrigado. Vamos então aos itens terminativos.

Bom, o item nº. 04, do Senador Romeu Tuma, que se encontra representando o Senado no Mercosul, é o Projeto de Decreto Legislativo nº. 49. O item 04 terminativo, Projeto Decreto Legislativo nº 49/2007 que "aprova o ato que outorga autorização à Associação Amparense para o Desenvolvimento Cultural e Social para executar serviço de radiodifusão comunitária na

cidade de Amparo, Estado de São Paulo". A autoria do Poder Executivo. Relatoria do Senador Romeu Tuma. Com o parecer favorável, a quem nomeamos como Relator, *ad hoc*, o ilustre Senador do Estado de Minas Gerais, Senador Azeredo. Por favor, Senador Azeredo, saiu numa revista de grande circulação nacional que eu era do PSDB de Minas.

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG):

Mas a porta está aberta para bem recebê-lo.

[risos].

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Com a palavra o Senador.

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG):

O parecer é favorável para essa de Associação Desenvolvimento Cultural e Social na cidade de Amparo, Estado de São Paulo.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Bem sucinto e rápido, Senador. Passaremos ao próximo item. Votaremos em... Alguém quer discutir? Não? Sem discussão? Passaremos ao item 05. É o Projeto Legislativo nº. 47/2007, que "aprova o ato que outorga concessão à Fundação Ecológica Natureza e Vida para executar serviço de radiodifusão de sons e imagens na cidade de Barra dos Coqueiros, Estado de Sergipe". A autoria do Poder Executivo, relatoria Senadora Maria do Carmo Alves. Com a palavra a ilustre Senadora.

SENADORA MARIA DO CARMO ALVES (PFL-SE): O parecer é pela aprovação.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Mais rápido. Estado do Sergipe é o Estado do meu pai, Barra dos Coqueiros eu conheço bem, que é aquela do outro lado do canal, não é isso? Do rio, do rio, exatamente, do rio, que parece um braço de mar ali, mas é um rio. Exatamente. Item 06. Projeto de Decreto Legislativo nº. 58, que "aprova o ato que outorga concessão à Fundação Djalma Marinho para executar serviço de radiodifusão de sons e imagens na cidade de Lagoa Nova, Estado do Rio Grande do Norte". A autoria do Poder Executivo, relatoria do Senador Garibaldi Alves Filho. Com a palavra o ilustre Senador.

SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Sr. Presidente, esse vai ser mais demorado o parecer, inclusive, eu peço a V.Exa. uma deferência não a mim, mas à TV Assembléia, à Fundação Djalma Marinho, para que eu possa ler o parecer aí ao lado de V.Exa... Ter essa honra--

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Por favor. Eu queria deixar claro que realmente os políticos, os deputados, líderes e Senadores trabalharam bastante

pela concessão dessa televisão. Fui procurado, todos os grupos e representantes dos Estados, achei bonito. Por isso que, com certeza, o Senador Garibaldi Alves, diante de tanta dificuldade e luta, ele quer realmente fazer esse momento um momento importantíssimo, do jeito que é, mas com um tratamento bem especial. Com a palavra o Senador Garibaldi Alves.

SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Sr. Presidente, senhoras e senhores Senadores, chega a essa Comissão, em caráter terminativo, o Projeto de Decreto Legislativo, PDS nº. 58/2007, nº. 2406/2006 na Câmara dos Deputados, que aprova o ato que outorga concessão à Fundação Djalma Marinho para explorar serviço de radiodifusão de sons e imagens, com fins exclusivamente educativos, na cidade de Lagoa Nova, Estado do Rio Grande do Norte. O ato foi submetido à apreciação do Congresso Nacional, por meio da Mensagem Presidencial, nos termos do artigo 49, § 13º, combinado com o artigo 223 § 3º, ambos da Constituição Federal. A exposição de motivos do Ministro das Comunicações ao Presidente da República, documento que integra os autos, informa que a presente solicitação foi instruída em conformidade com a Legislação aplicável, o que levou ao seu deferimento. O referido Projeto foi aprovado pela Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática da Câmara dos Deputados, que seguiu o parecer favorável de seu Relator. Na Comissão de Constituição e Justiça, o Projeto foi considerado constitucional.

Sr. Presidente, quero evidenciar que, conforme a Legislação sobre radiodifusão, os canais são reservados, de radiodifusão educativa, a exploração da União, Estados e Municípios, universidades e fundações, constituídas no Brasil com finalidade educativa. Quero esclarecer também que a proposição oriunda da Câmara dos Deputados, destinada a aprovar o ato do Poder Executivo sob exame, atende a todos esses requisitos legais, observa-se ainda que o Projeto está em perfeita consonância com o disposto na Lei Complementar nº. 25, de 26 de fevereiro de 98, e que esta emissora de televisão, cuja manutenção é da Fundação Djalma Marinho, vai prestar, como já vem prestando, em canal aberto, grandes serviços ao Rio Grande do Norte, principalmente àqueles que, através da fundação Djalma Marinho, da sua programação educativa, têm a oportunidade de ter naquele canal uma opção que muitos Estados não têm, através do canal aberto da TV Assembléia.

Eu quero agradecer a V.Exa. pelo tratamento especial dado à tramitação dessa matéria, juntamente com toda a sua equipe de auxiliares; agradecer aos Senadores e às Senadoras que estão aqui, porque eles bem podem avaliar o que significa para o Rio Grande

do Norte a conquista da Fundação Djalma marinho com essa concessão para explorar esse serviço no Rio Grande do Norte. O Rio Grande do Norte é um Estado em crescimento, é um Estado que precisa ter, para apoio ao seu desenvolvimento, de iniciativas como essa. Muito obrigado, Sr. Presidente Wellington Salgado, e submeto esse parecer aos Senadores e Senadoras desta Comissão.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Em discussão o parecer do Senador Garibaldi Alves. Não havendo quem queira discutir, passaremos à votação em bloco ao final. Eu queria parabenizar o Senador porque realmente os políticos e os Deputados, demais membros, vieram em bloco, procurando acelerar a tramitação, dentro, claro, do Regimento dessa Casa, mas que a preocupação foi constante e caminhou com a documentação, quase levando em mãos cada departamento. Parabéns ao seu Estado, Garibaldi, porque realmente vai tornar o trabalho da Assembléia um trabalho claro, mais disponibilidade para a população e as discussões vão ser em caráter mais aberto ainda daqui para frente. Parabéns, Senador.

SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Será de uma transparência muito grande, como nós já temos aqui a TV Senado, que logo vai também ter esse caráter de canal aberto. Agora, eu peço permissão ainda à V.Exa. para registrar o trabalho desenvolvido pelos Senadores José Agripino e Rosalba Ciarlini, que se empenharam bastante no sentido de que esse canal pudesse... Essa concessão pudesse ser aprovada. Então, aos Senadores, eu registro esse pleito de reconhecimento porque sei que eles mereceram ao longo do processo da tramitação desse processo. E quero também registrar, claro, mas aí eles tiveram a sua oportunidade, a bancada na Câmara dos Deputados, por ocasião da tramitação daquela matéria naquela Casa do Congresso Nacional.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Ok. Passaremos agora, então, ao item 08. É também um Projeto terminativo, que “aprova o ato que outorga autorização à Associação Cultural Nova Bassano – ACNB, para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Nova Bassano, Estado do Rio Grande do Sul”. A autoria do Poder Executivo, autoria do Senador Sérgio Zambiasi, com parecer favorável, a quem nomeamos como Relator *ad hoc*, nesse momento, o ilustre Senador Augusto Botelho, meu especialista para assuntos médicos nessa Casa.

SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR): Muito obrigado, Senador. O parecer do Senador Sérgio Zambiasi, com o qual eu concordo e sou Relator *ad*

hoc, é favorável ao Projeto de Decreto Legislativo nº. 50/2007.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Em discussão. Não havendo quem queira discutir, passaremos à votação em bloco ao final. Passaremos, agora, ao item 09, também terminativo. Por isso que estamos invertendo praticamente a Pauta. “Aprova o ato que outorga autorização à Associação Cristã Shallon para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Aparecida de Goiânia, Estado de Goiás”. Autoria do Poder Executivo, a relatoria seria do Senador Marconi Perillo, que não está presente. Está com o parecer favorável. Pediríamos para que fosse nomeado o Relator, *ad hoc*, o Senador Francisco Dornelles, outro grande especialista nessa Casa em matéria tributária. Com a palavra o Senador.

SENADOR FRANCISCO DORNELLES (PP-RJ): Sr. Presidente, o Relatório do Senador Marconi Perillo é favorável à aprovação e eu estou de acordo com o Relatório.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Em discussão o Relatório. Não havendo quem queira discutir, passaremos à votação em bloco ao final. Teremos agora dois projetos também terminativos, o item 10 e 11 da Pauta, ambos de Relatoria da Senadora Ideli Salvatti, leria os dois para que a Senadora possa fazer o relato de uma vez só também.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Sr. Presidente, o primeiro é de renovação da outorga, o Sistema Xaxim de Radiodifusão Ltda., que está localizado, obviamente, na cidade do mesmo nome, a cidade de Xaxim, lá no Oeste de Santa Catarina, o nosso parecer é plenamente favorável, está tudo cumprido aí, os preceitos legais, e o outro é a autorização para funcionamento da Associação Rádio Comunitária Imbuiense, que funciona na cidade de Imbuia, também no Estado de Santa Catarina. Então, o nosso parecer também, da mesma, é favorável.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Ambos os itens com relatoria favorável da Senadora Ideli Salvatti. Passamos à discussão. Não havendo quem queira discutir, passamos à votação em bloco ao final. O item 12, também terminativo. “Aprova o ato que outorga permissão à Rádio Real FM Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, na cidade de Rio Real, Estado da Bahia”. Autoria do Poder Executivo. Relatoria seria do Senador Demóstenes Torres, que se encontra hospitalizado, mas falei com ele ontem e já está melhorando bastante. Pequeno “probleminha”. Pequeno “probleminha”, mas

já está muito bem. Está, inclusive, aqui. Quem quiser visitar, vamos fazer uma visita. Está aqui no Sara. É coisa simples. E... Pediríamos, como Relator *ad hoc*, o ilustre Senador Casagrande. Com a palavra o ilustre Senador. Item 12 da Pauta.

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES):

Muito obrigado, Presidente, pela oportunidade. O Projeto solicita autorização para serviço de rádio Real FM Limitada, na cidade de Rio Real, no Estado da Bahia, e não há nenhum reparo a ser feito, com relação ao aspecto de constitucionalidade, juridicidade e da técnica Legislativa, portanto, opino de forma favorável ao Projeto, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Em discussão o parecer do ilustre Senador Casagrande. Não havendo quem queira discutir, passaremos ao voto final. E, agora, o último item terminativo dessa Reunião. É o item 13, que "aprova o ato que outorga a permissão à Fundação Chico Florentino para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Ouricuri, Estado de Pernambuco". Autoria do Poder Executivo. A Relatoria seria do Senador Marco Maciel, que não está presente. E nomearemos *ad hoc* o ilustre Senador Vice-Presidente dessa Comissão, Senador Marcelo Crivella, a quem eu passo a palavra, após acertar algumas coisas com a Senadora Ideli Salvatti. Acabou de acertar, então passarei a relatoria neste momento.

SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ):

Sr. Presidente, trata-se da Fundação Chico Florentino para executar serviço de radiodifusão sonora na cidade de Ouricuri, em Pernambuco. O Relatório do Senador Marco Maciel é favorável, tendo em vista que o exame da documentação não evidenciou violação da Legislação pertinente, não havendo reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica Legislativa. De tal maneira, Sr. Presidente, que nós concordamos com o eminente Senador Marco Maciel, Relator do Projeto, que é favorável.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): V.Exa., que o Senador pelo Rio de Janeiro, que muito orgulha o Estado, mas já caminhou por Ouricuri? Porque V.Exa. caminha pelo Brasil inteiro. No Piauí... Soube que tem um grande trabalho.

SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ):

Sr. Presidente, meu trabalho é na Bahia.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Na Bahia?

SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ): Pernambuco conheço pouco. Ouricuri não conheço.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Porque última vez que perguntei, V.Exa. conhecia na África e falou muito bem do País da África. Eu me lembro que até saiu um noticiário dizendo o seguinte, que eu tinha dúvida, mas sabia que V.Exa. tinha morado lá. Por isso que eu pedi para falar sobre aquele Estado que estava nomeando um Embaixador.

SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ): Era Botsuana, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Qual o nome?

SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ): Botsuana.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Botsuana. V.Exa. falou como se acabasse de sair de lá no dia anterior.

SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ): É verdade, Presidente, vivi muitos anos lá.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Senador Gilvam Borges, o item 07 da Pauta é o último Projeto. O Senador Cícero Lucena não está presente. Eu pediria com o seu jeito bem resumido, é o Projeto que outorga permissão à Rádio Cacaré FM Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, na cidade de Uiraúna, Estado da Paraíba. Acaba de chegar o Senador Cícero Lucena. Então, pediria para que... Se V.Exa. autorizar, gostaria de voltar a relatoria ao Senador Cícero Lucena, que é do Estado. O senhor autoriza?

SENADOR GILVAM BORGES (PMDB-AP): O retorno sempre é um aspecto cultural. Então, V.Exa., esteja à vontade, e mais do que justo o Relator que já chegou.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Muito obrigado. Agradeço a V.Exa. por ter voltado a relatoria.

SENADOR CÍCERO LUCENA (PSDB-PB): Tinha sido distribuído aos demais Senadores. Eu vou direto ao voto.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Não, V.Exa. tem toda a calma. É o último item para nós votarmos.

SENADOR CÍCERO LUCENA (PSDB-PB): Mas os Senadores estão com outras missões e tenho certeza que fazem um apelo para que eu seja breve, rápido e objetivo. Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDS 460/2006 não evidenciou violação das formalidades estabelecidas na Resolução 39 de 1992 do Senado Federal, e não havendo reparo

quanto aos aspectos da constitucionalidade, juridicidade e de técnica Legislativa, opinamos pela aprovação do ato que outorga a permissão da rádio Cacaré FM Ltda. para implorar o serviço de radiodifusão sonora modulada na cidade de Uiraúna, Estado da Paraíba, na forma do Projeto de Decreto Legislativo, originário da Câmara dos Deputados. É o voto, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Bom, V.Exa. que foi muito bem votado, teve uns votinhos também lá?

SENADOR CÍCERO LUCENA (PSDB-PB): Com certeza. Inclusive a terra da Deputada...

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: [Pronunciamento fora do microfone].

SENADOR CÍCERO LUCENA (PSDB-PB): Não, não.

[Risos].

SENADOR CÍCERO LUCENA (PSDB-PB): Que foi Prefeita de São Paulo, nossa conterrânea.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): A Erundina.

SENADOR CÍCERO LUCENA (PSDB-PB): A Erundina. É a terra dela. Então, em homenagem a ela, estou dando esse voto, porque, com certeza, ela irá informar o povo da sua terra.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Que beleza! Em discussão o voto do Senador Cícero Lucena para uma rádio na cidade da ex-Prefeita de São Paulo, Deputada Erundina. Não havendo quem queira discutir, passaremos à votação nesse momento.

SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Sr. Presidente, pela ordem.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Pela ordem, primeiro o Senador Garibaldi Alves.

SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Sr. Presidente, ainda nos agradecimentos, nos registros a serem feitos, eu cometi uma omissão porque não destaquei o papel do Deputado Robson Faria, Presidente da Assembléia Legislativa do Rio Grande do Norte, para tornar realidade esse canal que nós vamos... Essa concessão que nós vamos votar agora. Por outro lado, também o trabalho da equipe de jornalistas, de funcionários da TV, tendo à frente o jornalista Diógenes Dantas. Como estou falando aqui em nome do Rio Grande do Norte, não poderia esquecê-lo. Agradeço a V.Exa., mais uma vez.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): V.Exa., que já foi Governador daquele Estado, quantas vezes? Duas vezes. Quer dizer, conhece tantas pessoas e

tantos lugares que acaba tendo que lembrar, a cada momento, e não pode deixar passar. Esse talvez seja um problema que tem de ter sido tantas vezes Governador e não pode esquecer de ninguém. Agora, com a palavra o ilustre Senador Azeredo.

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG):

Sr. Presidente, eu queria apenas uma informação sobre um requerimento que já foi aprovado por essa Comissão, pedindo a realização de uma Audiência Pública com as TVs a cabo, porque o problema persiste. As TVs, ao fazerem a migração, especialmente a operadora NET, ao fazer a transmissão de analógico para digital, ela não está colocando a TV Senado no ar e, assim, também as TVs Assembléia, a TV Câmara... Ela está colocando em duas exposições. Então, você tem ficar com dois controles na mão. Um para cá e outro para lá. Tem que desligar a televisão, o *setup box*, para depois ligar o outro conversor, para poder utilizar ainda no sistema analógico. Existe já uma previsão de que darão prazo, mas um prazo muito longo, para que a TV Senado volte a constar na grade normal da TV a cabo da NET, nas cidades em que ela está passando para digital. Eu acho que era importante nós termos esta definição, até também para orientar um outro Projeto que está em andamento aqui, do Senador Pedro Simon, que trata da questão da cobrança do ponto adicional das TVs a cabo. A TV a cabo está se espalhando bem no País, então, hoje já não é uma coisa que seja um nicho pequeno, que seriam respeito apenas poucos. Já diz respeito à população como um todo, à classe média e mesmo às camadas mais carentes da população, já começa a utilizar mais a TV a cabo, que ainda é cara, é talvez a TV a cabo mais cara das Américas aí proporcionalmente.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON

SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): V.Exa., que é um dos grandes especialistas dessa Comissão nessa área de comunicação e informática, quero dizer que vou passar para o nosso... A próxima quarta-feira já para convidar, tendo a agenda o representante, vou falar para a assessoria, para programar para a próxima quarta-feira às 09h00 da manhã o convite para que se faça presente o Requerimento do Senador. Está bom assim, Senador?

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG):

Está ótimo.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON

SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Ok. Passaremos à votação então. Como vota o ilustre Vice-Presidente dessa Comissão, Senador Marcelo Crivella? Senador Augusto Botelho, como vota V.Exa.?

SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR): Com os Relatores.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Senador Renato Casagrande.

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Com os Relatores.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Senadora Ideli Salvatti. Acaba de sair, por quê? Senador Gilvam Borges.

SENADOR GILVAM BORGES (PMDB-AP): Com a Pauta, na sua totalidade, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Senadora Ideli, que não pára de administrar esse País.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Sr. Presidente, estou apoiando o voto de todos os Relatores. É isso que V.Exa. deseja de mim?

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Senti a sua ausência. Olhei e não vi.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Eu percebi, eu percebi.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Senadora Maria do Carmo, primeira a chegar a essa Comissão.

SENADORA MARIA DO CARMO ALVES (PFL-SE): Com os Relatores.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Senador Eduardo Azeredo. Senador Cícero Lucena.

SENADOR CÍCERO LUCENA (PSDB-PB): Com os Relatores.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Senador Flávio Arns. Senador Francisco Dornelles. Senador Garibaldi Alves.

SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Com os Relatores.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Tenho certeza que tem um voto em especial. Senador Flexa Ribeiro, que estava num café da manhã com o PSDB.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): E V.Exa. foi convidado de honra e não compareceu. Com o Relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Queria dizer para V.Exa. que eu não tenho bico.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Mas tem cabelo.

[Risos].

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Como vota o Senador Valter Pereira?

SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): O meu voto vai ser comandado aqui pelo Senador Garibaldi Alves.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Que hoje aprovou a Assembléia Legislativa para seu Estado.

SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Então, mais um motivo. Então, efetivamente, como ele votou com o Relator, eu vou votar também com o Relator. Com os Relatores?

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Senador...

SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Com os Relatores e a Relatora. E as Reladoras.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Então, todos os Projetos foram aprovados. Vamos, então, ao item 01 da Pauta, que é um Projeto não terminativo, Projeto de Lei nº. 121 do Senado, que altera o artigo 23 do Decreto-Lei nº. 986, de 21 de outubro de 1969, que institui normas básicas sobre alimentos para estabelecer a obrigatoriedade de informar o valor energético de produtos apresentados em propagandas de alimentos e bebidas. Autoria do Senador Papaléo Paes, relatoria da ilustre Senadora Maria do Carmo Alves, com o parecer favorável. Observação: esta matéria é terminativa na Comissão de Assuntos Sociais. Com a palavra a ilustre Senadora Maria do Carmo Alves.

SENADORA MARIA DO CARMO ALVES (PFL-SE): Sr. Presidente, senhoras e senhores Senadores, como já foi dito, o Projeto é da autoria do Senador Papaléo Paes... Que institui normas básicas sobre alimentos, para tornar obrigatória a informação de valor energético, calórico, dos produtos anunciados em propaganda de alimentos e bebidas. O Projeto foi inicialmente distribuído à Comissão de Assuntos Sociais, para decisão em caráter terminativo, no entanto, com a aprovação de um Requerimento de nº. 472/2005, a matéria foi distribuída para apreciação prévia da Comissão de Educação, que agora com a criação da Comissão de Ciência e Tecnologia e Inovação, Comunicação e Informática, a competência anteriormente da Comissão de Educação para opinar sobre matérias pertinentes à Comissão foi transferida para a CCT, para qual a matéria foi distribuída para apreciação em caráter terminativo. Em nosso meio, o número de obesos cresce de modo vertiginoso. Tanto entre adultos, como entre crianças. De tal forma, que as informações mais recentes mostram que 41% dos brasileiros estão acima do peso. No rastro desse

crescimento, aumenta a prevalência das doenças crônico-degenerativas, associadas ao sobrepeso, como a diabetes e a hipertensão.

A obesidade, antes restrita às classes sociais mais abastadas, agora tem maior crescimento entre a população carente, que não tem acesso à informação nutricional e a alimentos de melhor qualidade. A função precípua da propaganda é informar o público, de modo que este possa estar ciente da natureza e da qualidade dos produtos colocados no mercado e, assim, escolher o que melhor lhe convier entre as diferentes marcas e produtos. Pela mesma razão, o código de Defesa do Consumidor exige que as propagandas veiculem informações claras, precisas e corretas e ostensivas sobre as mercadorias anunciadas.

No caso dos alimentos e bebidas, uma informação fundamental para que o consumidor faça uma escolha consciente entre as diversas apresentações disponíveis, é o valor energético dos mesmos, ou seja, a quantidade de calorias que contêm. Com efeito, outros dados nutricionais também devem ser considerados, porém, geralmente o conteúdo energético é mais relevante, especialmente nos alimentos que são objeto de publicidade. Do ponto de vista de comunicação e dos anunciantes, a aprovação da propositiva Legislativa sob análise, preserva a liberdade de expressão, na medida em que a única exigência interposta é do fornecimento da informação sobre o valor energético nas peças publicitárias de alimentos e bebidas. Em vista do exposto, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº. 121/2005.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Em discussão a relatoria da ilustre Senadora—

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Com a palavra a Senadora Ideli Salvatti.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Presidente, em primeiro lugar, o seguinte, eu queria deixar bastante claro que nós temos posição favorável ao Projeto. Mas há uma solicitação para a apresentação provavelmente de uma Emenda mais vinculada à questão de uma certa peculiaridade com relação à obesidade, que é uma das coisas que efetivamente nós temos que adotar cada vez mais como política pública, de tratamento e de conscientização dessa questão, que já é um problema grave de saúde pública. Portanto, eu vou fazer um pedido de vista do Projeto para poder apresentar, na próxima Sessão, com este cuidado.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Pedido de

vista da ilustre Senadora Ideli Salvatti. Passaremos ao item 02 da... Com a palavra, pela ordem, o Senador Crivella.

SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ): Sr. Presidente, apenas para parabenizar a nossa Relatora, que entendeu a relevância desse Projeto. O senhor sabe, nas comunidades carentes do Rio de Janeiro, as pessoas se alimentam mal, muito mal. Comem muitos salgadinhos, refrigerantes e doces. São obesas, mas subnutridas. Têm baixa resistência àquelas viroses todas, principalmente a dengue. De tal maneira, que as pessoas precisam aprender a se alimentar. E esse Projeto é fundamental. O Dr. Botelho sabe, como médico, que, às vezes, as pessoas acham que o excesso de caloria, a saciedade que isso oferece acaba dando a elas uma alimentação boa e não é. Elas se enchem de gordura, têm problemas vasculares, acabam desenvolvendo a diabetes, problemas de hipertensão porque comem mal e comem mal habitualmente, e desde a infância. Acabam ficando, desculpe o termo, Sr. Presidente, mas viciadas em sal, em doses cada vez maiores, e açúcar também. De tal maneira que essa campanha, eu quero parabenizar nossa Relatora, porque é de extrema importância para a saúde do País. Muito obrigado, Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Com a palavra o nosso doutor.

SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR): Eu gostaria só de falar, realmente, no caminho que o Senador Crivella falou, que por incrível que pareça, nós temos muitas crianças com hipertensão, crianças obesas com hipertensão, que evoluem para um problema renal precocemente e passam a ficar dependendo de uma doação de rins... Perdem a qualidade da vida simplesmente por isso, por má orientação na hora de se alimentar. São os obesos desnutridos, como o nosso Senador falou. E esse Projeto, com certeza, vem ajudar a isso. Colocar a quantidade de calorias que existem nos alimentos, para quem comer saber o quanto está comendo; alimentos e nas bebidas também. O álcool, que todo mundo toma aí desordenadamente, é um alimento altamente calórico. E a cerveja, por exemplo, que se faz propagandas... É uma bebida alcoólica, de alto valor alimentar, ela era antigamente um alimento; depois que virou uma bebida. E tem também um valor energético muito alto. Isso, dentro daquela coisa, eu sou radicalmente contra essas propagandas de bebidas em horário inadequado porque o alcoolismo é uma doença grave no nosso País, dá prejuízos imensos à nossa sociedade, desestrutura as famílias, o alcoolismo e as outras drogas. E também o alcoolismo é o primeiro degrau de você partir para outras drogas. Eu

acho que a Senadora, nós temos que todos concordar com o parecer dela, e sei que a Senadora Ideli Salvatti está pedindo no sentido de melhorar para aperfeiçoar nesse sentido, de incluir principalmente as bebidas alcoólicas também no Projeto. Obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Eu concordo plenamente com o Dr. Senador Augusto Botelho, inclusive eu tenho um filho que é, além de energético, além dessa questão de energético, também é viciado nesse tal de “italianinho”.

[risos].

“Italianinho” na hora do recreio. Na escola dele ainda tem uma... Vende o italianinho. Eu acho que isso tinha que ser proibido. Vocês sabem qual é o italianinho? É aquele que vai... Ele é grossinho, com presunto ali dentro. Então, o danado é gordinho. Eu o boto para nadar, tento cuidar dele, mas não tem jeito. Nada mil metros e come dois italianinhos. E vai mais uma... Aí não tem jeito--

SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ): Mas tem que explicar para ele que o pai é forte, mas é puro músculo.

[Risos].

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Já fui, Senador. Já fui. Então, o pedido de vista da Senadora Ideli Salvatti. Passaremos ao item 02 da Pauta, é o Requerimento nº 1302/2004, que requer, com fundamento no art. 215 do Regimento Interno do Senado Federal, seja instituída, no âmbito do Senado Federal, a Semana de Ciência e Tecnologia, a ser celebrada anualmente no mês de outubro, com o objetivo de mobilizar a população brasileira para questões científicas, enfatizando o papel da ciência no nosso dia-a-dia e demonstrando a sua importância para a saúde e desenvolvimento do País. Autoria da Senadora Serys Slhessarenko, Relatoria do Senador Valter Pereira, com o parecer favorável. A matéria constou na Pauta da Reunião do dia 18/04. Com a palavra, o ilustre Senador Valter Pereira.

SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Eu vou começar aqui pelo segundo ponto do parecer, que é da análise. De acordo com o artigo 104, “c”, do Regimento Interno do Senado Federal, compete à Comissão de Ciência e Tecnologia Inovação, Comunicação e Informática, informar sobre o presente Requerimento, de vez que este versa sobre assunto relativo à Ciência e Tecnologia. Na justificação do Requerimento, a nobre Senadora salienta a importância do progresso científico, no mundo atual, para o desenvolvimento de um País e aponta que muitas vocações científicas podem ser despertadas por meio de uma maior divulgação das atividades científicas, propiciada por uma

semana de Ciência e Tecnologia. Ressalta a autora que vários Países, entre os quais o Reino Unido, a França, a Espanha, a África do Sul e o Chile, já instituíram com sucesso semanas similares. Aponta também a posição propícia do Senado Federal, que pode dar grande contribuição, nesse sentido, uma vez que dispõe de canais de comunicação com a sociedade, o rádio, a TV e o jornal e acesso à mídia em geral. Segundo ela, é hora de o Poder Legislativo criar uma semana semelhante, numa conjunção de esforços com o Executivo, que dará maior repercussão à questão da divulgação científica no Brasil. Sem dúvida, uma semana dedicada à divulgação científica, mostrando, de forma clara e simples, o que é feito no Brasil e no resto do mundo, e o que resta a ser feito, contribuirá para estimular o interesse em assuntos ligados à Ciência e Tecnologia. No Brasil, a Semana instituída pelo Executivo, tradicionalmente realizada no mês de outubro, engaja anualmente milhares de pesquisadores, professores e estudantes nessa interação com a população.

O Senado Federal, com os meios de que dispõe, aliados à sua significativa capacidade de convocação de especialistas tem tudo para implantar uma semana de Ciência e Tecnologia de grande repercussão no País, a qual certamente dará muitos frutos, sob forma de vocações e de uma maior consciência para a importância dos avanços científicos e tecnológicos para o futuro do Brasil. Entendemos que os motivos apresentados são plenamente pertinentes e demonstram cabalmente a importância e a oportunidade e a necessidade de se instituir, nos moldes propostos, no âmbito do Senado Federal, a Semana de Ciência e Tecnologia. 03. Voto. Assim, exposto e justificado, o nosso parecer é pela aprovação do Requerimento nº. 1302/2004. Esse é o nosso parecer e nosso voto, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Em discussão—

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Para discutir, Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Para discutir, com a palavra... Ele havia pedido anteriormente, Senador Flávio Arns, Senador Casagrande. Posteriormente, Senador Flávio Arns. Com a palavra, Senador.

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Só para dizer da importância da matéria, um Projeto singelo, simples, mas um Projeto importante porque o tema Ciência e Tecnologia, V.Exa. trabalha com a área da educação sabe, é um tema que ficou muito tempo restrito aos muros das universidades, das academias, dos Institutos de Pesquisa, e é um tema que todos nós colocamos, cada vez mais, as nossas esperanças

nesse... No desenvolvimento de novas tecnologias, na aplicação de recursos na ciência, na formação de novos pesquisadores, especialmente agora, que nós estamos vendo tantas mudanças no nosso planeta, que temos esperança de que o homem possa mudar parte do seu comportamento, mas temos muita esperança de que a ciência possa avançar e desenvolver tecnologias novas, onde você tenha condição de produzir as mesmas coisas com menos gasto de energia, onde se estabeleçam mecanismos de produção com menos agressão ao meio ambiente.

Então, popularizar o tema de Ciência e Tecnologia é fundamental para que nós possamos dar importância ao tema. O Ministério de Ciência e Tecnologia, que é o Ministério hoje conduzido por um companheiro nosso do partido, e desde o início do Governo Presidente Lula foi conduzido pelo então Ministro Roberto Amaral, depois pelo Ministro Eduardo Campos, e agora pelo Ministro Sérgio Resende, é um Ministério que, por orientação do Governo Federal, estabeleceu todo ano a Semana de Ciência e Tecnologia, e o Senado acompanhar esse evento, com ações aqui dentro da Casa, para que sensibilizem os Senadores e, ao mesmo tempo, a gente possa trazer especialistas e sensibilizar a sociedade, acho muito importante, então parabeno a Senadora Serys e parabeno o Senador Valter pelo relato e também manifesto aqui o meu apoio a essa matéria. Obrigado, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Agora, com a palavra o Senador Flávio Arns, para discussão.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Eu só quero também falar do meu apoio ao Projeto, destacar aquilo que o Senador Renato Casagrande já havia dito, em relação ao Ministério, o trabalho que vem fazendo. Esta Comissão teve a oportunidade de acompanhar o pessoal de carreira de Ciência e Tecnologia dos vários Ministérios, numa Audiência Pública com o Ministro do Planejamento, Paulo Bernardo, e todas as pessoas presentes, da carreira da Ciência e Tecnologia, destacaram assim o clima de diálogo e de entendimento que existe com o Ministro da Ciência e Tecnologia, que já esteve, inclusive, aqui na Comissão também, destacando, assim, a educação do Ministro, a abertura, o diálogo, o entendimento e, assim, um clima muito adequado.

Em relação às semanas, tem muita gente que critica a realização de dias relacionados a um determinado tópico ou de semanas relacionadas a um determinado tópico, achando que isso não ajuda, não resolve, é uma bobagem se fazer isso. Agora, eu quero destacar que eu tenho uma opinião diferente. E um dos exemplos é a Semana de Ciência e Tecnologia. Quem teve ocasião,

no ano passado, de participar da Semana de Ciência e Tecnologia, promovida pelo Executivo, aqui no grama-do, entre os Ministérios, teve a chance de ver o como é importante a participação das escolas, dos alunos, dos cientistas, e aqui no Senado Federal, inclusive, no ano passado, tivemos várias atividades relacionadas à Semana da Ciência e Tecnologia.

Então, considero este Requerimento da Senadora Serys importante porque isto formaliza, aqui dentro do Senado, iniciativa que o Senado pode fazer, através desta Comissão, em conjunto com estrutura do Senado, para que haja, assim, uma organização de atividades voltadas para a área. Isto populariza, faz com que a sociedade se desenvolva e demonstra, assim, a necessidade que o Brasil tem de se sustentar nesta área, que é a área do conhecimento, da informação. Então, quero também parabenizar a iniciativa, achando que isso vai ser muito bom e útil para a sociedade brasileira.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Ainda em discussão.

SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ): Sr. Presidente.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Sr. Presidente...

SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ): A Senadora...

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): O meu é muito rápido, apenas corroborando todos os argumentos já apresentados pelo Senador Casagrande e Senador Flávio Arns, apenas dizendo que é tão importante, como ele é não terminativo aqui na nossa Comissão, nós estamos apresentando um Requerimento de urgência, para que ele possa rapidamente tramitar e ser aprovado. Porque eu imagino que não possa haver alguém que seja contrário a que o Senado da República, com a sua estrutura, com os seus meios de comunicação e divulgação, TV Senado, Rádio Senado, as instâncias todas aqui, possa se contrapor a nós darmos destaque a um tema tão importante para o desenvolvimento do nosso País, como é o caso da Ciência e Tecnologia e termos uma semana dentro do nosso calendário aqui no Senado, voltada para este tema. Então, apenas eu queria registrar que estou, tão logo a gente faça a votação, apresentando Requerimento de urgência para que o Requerimento da Senadora Serys possa ser rapidamente aprovado no Plenário.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): E votaremos também imediatamente. Com a palavra o Senador Marcelo Crivella, para discussão.

SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ):

Sr. Presidente, eu, algumas vezes, tive oportunidade de ver feiras de ciências nos Estados Unidos e na Inglaterra. É extraordinário como ali se multiplicam as inovações. Hoje, a Ciência e Tecnologia estão no coração do desenvolvimento econômico e mais, ela é fundamental para a segurança nacional, para não falar, por exemplo, da segurança do nosso povo. Não digo só território. A fabricação de vacinas, a produção de sementes, o controle das sementes que produzem aquilo que a gente come, tudo isso é Ciência e Tecnologia. Unir isso, a Ciência e Tecnologia, a formação de ciência com a pesquisa tecnológica, aproximando universidade e empresa, foi um trabalho importantíssimo que nós fizemos na Lei de Inovação, aprovada nessa Casa, e que agora, com essa Semana de Ciência e Tecnologia, vai poder, espero que tenha o incentivo do Governo, levar ao grande público brasileiro os avanços da nossa universidade. Eu quero lembrar aqui que, em 1980, o Brasil produzia 17 vezes menos trabalhos científicos que a Alemanha, que é o maior exportador da Europa. Hoje, ano passado, 2006, a diferença está em seis vezes. E, segundo os especialistas, em 2020, o Brasil vai produzir tantas patentes tecnológicas quanto a Alemanha. E o senhor sabe, patente tecnológica ou é um método produtivo mais barato ou é o próprio produto. Isso é fundamental para o nosso País.

Então, de maneira que eu quero me solidarizar com o Senador Flavio Arns, com o Casagrande, com a nossa Senadora Serys, com o nosso Relator, Valter Pereira, que apresentou um Relatório favorável, e fazendo votos para que essa Semana de Ciência e Tecnologia se transforme em feiras, eventos universidades e nas empresas, seja divulgado pela mídia, e possa tomar o coração dos brasileiros porque é, realmente, Sr. Presidente, uma questão de futuro para esse País. Muito obrigado, Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON

SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Ainda em discussão. Não havendo mais quem queira discutir, passaremos à votação. Os Senadores que estão de acordo permaneçam como estão. Aprovado. Passaremos imediatamente à votação do Requerimento de urgência apresentado pela Senadora Ideli Salvatti. Requeiro, nos termos do artigo 3362 do Regimento Interno Senado Federal urgência para o Requerimento 1302/2004, que requer, com fundamento no art. 215 do Regimento Interno do Senado Federal, seja instituída, no âmbito do Senado Federal, a Semana de Ciência e Tecnologia, a ser celebrada anualmente no mês de outubro, com o objetivo de mobilizar a população brasileira para questões científicas, enfatizando o papel da ciência no nosso dia a dia, e demonstrando a sua

importância para a saúde e o desenvolvimento do País. Os Srs. Senadores que aprovam permaneçam como se encontram. Aprovado. Sobre a Mesa Requerimento extrapauta, Senador Flexa Ribeiro. V.Exa. deseja extrapauta esse Requerimento?

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Solicitaria a V.Exa. que incluísse extrapauta o Requerimento, por favor.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Ok, tranquilo, iremos... Requerimento de 2007. Queria que V.Exa. lesse o Requerimento, já que é de autoria de V.Exa. Tem aí?—

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Presidente, antes de—

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Ou quer que eu leia?

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Tem cópia. Antes de fazer a leitura, eu pediria a V.Exa. para poder fazer uma justificativa do Requerimento, primeiro.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Então, deixe-me ler o Requerimento, primeiro, Senador Flexa. Nos termos do inciso II, do § 2º, do artigo 58 da Constituição Federal, combinado com o inciso II do artigo 90 do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro a realização de Audiências Públicas no âmbito dessa Comissão de Ciência e Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática – CCT - para debater sobre o tema “Conteúdo audiovisual em tempos de convergência tecnológica”. Bom tema, Senador. Deverão ser convidados a expor seus pontos de vista autoridades e representantes de entidades nominadas a seguir, sem prejuízo da expedição de outros convites, a critério do membro da CCT: O Senador Hélio Costa, Ministro das Comunicações, Senador Gilberto Gil Moreira, Ministro da Cultura. Senhor, desculpe. 3) Plínio de Aguiar Júnior, Presidente da Agência Nacional de Telecomunicações, ANATEL. 4) Leopoldo Nunes, Diretor da Agência Nacional de Cinema, ANCINE. 5) Daniel Pimentel Slaviero, Presidente da Associação Brasileira de Emissoras de Rádio e televisão, ABERT. 6) Amílcar Dallevo Júnior, Presidente da Associação Brasileira de Radiodifusores - ABRA. Sétimo convidado, Antônio Alberto Valente Tavares, Presidente da Associação Brasileira de Provedores de Acesso a Serviços de informações da Rede Internet - ABRANET. 8) Alexandre Annenberg, Presidente da Associação Brasileira de Telecomunicações por Assinatura - ABTA. 9) José Fernandes Pauletti, Presidente da Associação Brasileira de Concessionários de Telefones Fixos Co-

mutado - ABRAFIX. 10) Ércio Alberto Zilli, Presidente Executivo da Associação Nacional das Operadoras de Celulares - ACEL. 11) César Rômulo Silveira Neto, Superintendente Executivo da Associação Brasileira de Telecomunicações, TELEBRASIL. 12º) Fernando Dias, Presidente do Conselho Federal da Associação Brasileira de Produtoras Independentes de Televisão – ABPI-TV. Justificação. Vou deixar por conta de V.Exa., enquanto eu tomo um pouco de água, porque realmente é extenso o Requerimento de V.Exa.

Com a palavra V. Exa.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Presidente, Senador Wellington Salgado, Sras. Senadoras, Srs. Senadores, esse Requerimento, ele foi instado, eu diria até por V.Exa., por ocasião daquela Audiência Pública que tivemos aqui, há duas reuniões passadas, com os Diretores da ANATEL. Nós levantamos aqui, em abundância, a questão da necessidade de se abrir o debate para que se produza, com a discussão pela sociedade, de uma Lei de Convergência nos serviços de telecomunicações. Nós temos, Sr. Presidente, Srs. Senadores, vários... Várias legislações que fazem... Surtem efeitos sobre a matéria de grande importância para a sociedade brasileira. Desde a Emenda Constitucional nº. 08, de 1995, que quebrou o monopólio das estatais, que propiciou, inclusive, as privatizações. Em seguida, tivemos, em 95 também, o Código Brasileiro de Telecomunicações com... Em 62, aliás, o Código Brasileiro de Telecomunicações, que rege a questão das rádios e TVs abertas. Em 95, a Lei da TV a cabo; em 97, a Lei Geral das Telecomunicações, que propiciou, então, a questão das telefônicas, da privatização das telefônicas, a TV por assinatura nos sistemas MDS e DTH. Então, nós temos, na realidade, um manancial de leis tratando do mesmo assunto em aspectos diferentes, inclusive, com tratamentos diferenciados. Na questão das telefônicas, da telefonia celular móvel, a Legislação permite que o capital seja totalmente estrangeiro; não há necessidade de ter maioria de capital brasileiro. Na radiodifusão, tivemos uma PEC que permitiu até 30% de capital estrangeiro nas empresas de radiodifusão e, na TV a cabo, vai a 49% de capital estrangeiro.

Então, nós precisamos abrir o debate e, principalmente, além de fazer uma convergência dessa Legislação, que é totalmente esparsa, nós temos a questão do conteúdo, que, em função das novas tecnologias, nós estamos abertos a receber qualquer produto que seja transmitido através de satélite ou outros meios de transmissão sem que haja, por parte da sociedade brasileira e do Governo, principalmente do Governo Brasileiro, algo que possa definir qual o conteúdo e, eu diria até, fazer uma defesa da produção brasileira, da

produção nacional para que nós não sejamos, então, totalmente atingidos por culturas estranhas à nossa, no sentido de impor à população brasileira programação que não seja característica do Brasil.

Então, eu acho que esse Requerimento, ele tem o propósito primeiro de fazer, no âmbito da Comissão de Ciência e Tecnologia, a abertura da discussão do tema. É um tema complexo, é um tema que vai trazer a esta Comissão, sem sombra de dúvidas, um trabalho da maior importância para a área cultural brasileira e V.Exa. pode ver, como bem disse, teve até que tomar fôlego para poder concluir a leitura do Requerimento, não poderemos fazer em uma única Audiência Pública, mas poderíamos fazer em várias Audiências Públicas, para que o assunto possa ser amplamente debatido e possamos, após a discussão, ter uma Lei de Convergência para o sistema de Telecomunicações brasileiro.

SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ):

Para discutir, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Com a palavra o Senador Crivella, para discutir requerimento do Senador Flexa Ribeiro.

SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ):

Eu acho da maior relevância. Acredito que o Senador Flexa tenha consciência da extensão desse assunto que ele aborda, mas gostaria de deixar isso claro aos nossos ouvintes e telespectadores que nos assistem. O Brasil tem um patrimônio cultural formado por suas tradições, seus valores, suas crenças, aquilo que o brasileiro canta, aquilo que ele declama, que ele escreve, que ele lê, é o nosso patrimônio cultural. Nós estamos sendo invadidos pelo patrimônio cultural de outros Países, que não permitem que o nosso chegue lá. Eu quero perguntar a V.Exa. qual é a música popular brasileira que faz sucesso nas paradas americanas. Nenhuma. Mas nós podemos contar inúmeras delas que fazem sucesso aqui. Sr. Presidente, hoje nós importamos, gastamos mais dinheiro com a importação de enlatados americanos, essas séries, do que qualquer outra commodity de energia. Inclusive gás da Bolívia. É impressionante como as redes públicas fazem isso e com alarde. Várias vezes, já vi rede pública de televisão dizendo: “Nós fizemos contratos com a Disney, com a Sony, com a Warner, de 100 milhões de dólares”. Isso sai na propaganda, chamando telespectadores. De tal maneira, Sr. Presidente, que isso é preciso vir à tona, o debate nessa Comissão. É preservação, acho que não só aqui, mas na Comissão de Educação, da cultura dos valores brasileiros. Não sou contra absolutamente que nós possamos ter conhecimento do que se passa lá fora. Eu sou contra a massificação, eu sou contra quando eles se tornam

preponderantes, a despeito da nossa cultura, que não encontra financiamento, que não encontra meios de comunicação e nem espaço para ser divulgada. De tal maneira, que eu quero parabenizar V.Exa., Senador Flexa Ribeiro. Nós temos que discutir sim. Os americanos, por exemplo, no acordo da ALCA, impõem aos Países que assinam dar concessão às telefônicas, às teles deles, sem que precisem se instalar no País. Então, significa que alguém no Pará vai pegar o sinal 91, da AT&T, para poder ligar para o Rio de Janeiro. Isso é feito porque esses sinais são globais, eles estão no mundo inteiro, em toda a superfície terrestre. E se nós fizermos aqui acesso para que a gente possa fazer ligação telefônica com as concessionárias de lá, amanhã serão as da Inglaterra, depois da Espanha, Itália, etc e tal, qual será a geração de emprego? Qual seria o lucro dos brasileiros?

Então, essas coisas precisam ser conhecidas do grande público, da imprensa, sobretudo do parlamentar, e debatido aqui. Eu até gostaria de fazer um outro Requerimento, Sr. Presidente, não sei se temos *quorum* para aprovar, mas era para chamar aqui o Presidente do CADE, o Sr. Ministro das Comunicações, o Presidente da ANATEL e o dono da *Telefonica*. Porque esse final de semana saiu nos jornais que a *Telefonica* espanhola comprou também a Vivo. Então, nós vamos ter uma companhia; nós temos 100 milhões de celulares, vamos ter uma companhia só com 55 milhões de celulares. Isso nos preocupa. Isso é concentração de poder, na Terra, onde a concentração de renda é a maior disparidade que nós enfrentamos. Tudo no Brasil é extremamente concentrado. Esse papel, por exemplo, que temos aqui, é a ARACRUZ e SUZANO. Seja papelão, seja papel de revista, sejam jornais... Ou qualquer tipo de papel. O vidro, nós temos copos de vidro, seja uma pirex, seja um pára-brisa de automóvel, seja essa janela aí... BLINDEX e SANTA MARINA. Alumínio... Todo o alumínio do País, ALCAN e ALCOS. Sistema bancário, sistema financeiro: BRADESCO, ITAÚ, talvez mais um ou dois. É o País da concentração de renda no campo, nas riquezas, e agora também nas comunicações e na cultura, como bem lembra o Senador Flexa Ribeiro. De tal maneira, que essa Comissão está de parabéns em aprovar o requerimento, e vamos ao debate. Vamos estudar, vamos perguntar e vamos criar mecanismos para que a gente possa defender nossa cultura e também a nossa economia. Parabéns, Senador Flexa Ribeiro.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Com a palavra, também para discutir o Requerimento do Senador Flexa Ribeiro, o Senador Flávio Arns... Não?

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Não é o requerimento. Depois, só uma comunicação.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Ah, ok. Então, queria dizer o seguinte também, Senador Crivella, que já tenho aqui um Requerimento de minha autoria, convidando que eu lerei, após a aprovação do Requerimento do Senador Flexa Ribeiro, convidando o Sr. Antônio Carlos Valente da Silva, Presidente do Grupo *Telefonica*, com o qual tive a oportunidade de tomar um café, e ele se colocou totalmente à disposição antes da compra da Tim. Desculpe, da Vivo. Antes da compra da Vivo. Então, quer dizer, depois aconteceu, mas ele já tinha se colocado à disposição. Eu fiquei... Eu falei até para o Sr. Antônio Carlos Valente que fiquei impressionado. Um brasileiro formado na PUC do Rio de Janeiro, o Estado que V.Exa. representa, e que já rodou no Equador, na América Latina e agora é o Presidente da *Telefonica* no Brasil. Ficou muito interessado em vir nessa Casa, esclarecer, conversar, e até a conversa comigo ele começo lá em Graham Bell.

SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ): Bom seria se fosse o dono da *Telefônica*, não é? [risos].

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): É difícil, mas eu acho que ele vai ser bem representado. Ele começou uma conversa, no café da manhã comigo, falando sobre telefonia lá em Graham Bell. Que o Graham Bell, quando inventou, Dom Pedro... Achei interessante. Falei: "Daqui a duas semanas, eu te convido, porque fiquei muito impressionado com a sua explanação e, nesse momento, não dá para... Vou sugerir à Comissão para ver se aprova". Bom, em votação o Senador... Em votação o Requerimento do Senador Flexa Ribeiro. Os Senadores que estão de acordo permaneçam como estão. Aprovado. Em votação o Requerimento de minha autoria também, que os Senadores que estão de acordo com a convocação do Sr. Antônio Carlos Valente da Silva, permaneçam como estão. Aprovado. Pela ordem, o Senador... Não, para comentar, o Senador Flávio Arns.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Nós tínhamos aprovado, Sr. Presidente, um Requerimento, há cerca de um mês, nesta Comissão, a respeito do acompanhamento dos pleitos da carreira de Ciência e Tecnologia dos vários Ministérios, que os profissionais desta área estão pleiteando uma discussão sobre a forma de organização da carreira, salários e, assim, um pleito que passa também pela necessidade de se prestigiar o profissional, aquele que faz a Ciência e Tecnologia. E, no Requerimento, foi proposto que esta Comissão acompanhasse essas pessoas, esses profissionais, par-

tualmente no sentido de abertura de um processo de negociação com o Ministério do Planejamento, já que havia cartas de todos os Ministérios: Saúde, Ciência e Tecnologia, CAPES, Educação, pedindo que isto acontecesse. E isso aconteceu duas semanas atrás, esta Comissão acompanhou esses profissionais do Ministério do Planejamento, e essencialmente, duas decisões foram tomadas. Nessa semana ou na semana que vem, vai se constituir um grupo de trabalho, planejamento e profissionais para discutir essa área e que também o parâmetro para a discussão do reajuste salarial vai ser aquilo que já aconteceu com a FIOCRUZ e com a INPI, que é da propriedade industrial, e que era o pleito da categoria, no sentido das outras carreiras que não estão incluídas naqueles reajustes acontecidos. O Ministro disse que haveria uma dificuldade para que isto acontecesse nesse ano, mas que, de qualquer forma, o processo tem que acontecer, já para se saber como é que é essa situação vai se encaminhar.

Então, eu diria que foi uma boa reunião, proveitosa, e sugiro, Sr. Presidente, que esta Comissão só acompanhe o processo, porque eu até deixei muito claro, que não era uma coisa pessoal, mas algo da Comissão, no sentido de valorização do profissional da Ciência e Tecnologia.

E a segunda coisa que eu gostaria de dizer, é que o Senador Flexa Ribeiro, duas semanas atrás, na nossa Audiência Pública com o pessoal da ANATEL, levantou uma situação sobre as taxas cobradas do FISTEL, Fiscalização das Telecomunicações, onde os dados apontam uma arrecadação de dois bilhões e 200 milhões e com um dispêndio, na área da fiscalização, que é essencial nesse processo todo, até para se ver o que está acontecendo, de cerca de 300 milhões de reais, ou seja, cerca de dois bilhões de reais não são utilizados na área. Então, a Legislação... Até eu tive o cuidado de ver a Legislação, e eu sugiro, só para o Senador Flexa Ribeiro, que aquele assunto seja levado, que nós possamos, nessa Comissão, levar o assunto para frente, já que a população está sendo cobrada em relação a taxas que, muitas vezes são altas, a gente vendo as taxas todas, naquele quadro, existem taxas, em certos serviços, bastante altas, e que implicam em dois bilhões de reais. Acho que nós poderíamos, na continuidade, aprofundar esse assunto. Só lembrando que acho que é um assunto que não pode ser esquecido.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Antes de encerrar, eu queria comunicar esta Comissão e aproveitar que estou ao vivo na TV Senado, colocar que recebi um ofício do Ministério das Comunicações, encaminhado pelo Ministro Hélio Costa, com o seguinte teor: Ofício

nº 69/2007 MC, Brasília 04 de maio de 2007. À sua Excelência, Sr. Senador Wellington Salgado, Presidente da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática do Senado Federal, denúncia da ABERT. É o assunto. “Sr. Presidente, encaminho a V.Exa., em anexo, para análise e providências que se fizerem necessárias, cópia do ofício 33/2007, de 20 de abril de 2007, pelo qual o Presidente da ABERT, Associação Brasileira de Emissoras de Rádio e Televisão, apresenta denúncia acerca de invasão violenta e abrupta de emissora de Faxinal do Soturno, Rio Grande do Sul, para veiculação ilegal de manifesto. Atenciosamente, Ministro Hélio Costa”.

“Comunicado da ABERT - Associação Brasileira de Emissoras de Rádio e Televisão – ABERT – entidade que congrega a radiodifusão brasileira, representada por mais de três mil emissoras no País, vem respeitosamente à presença de V.Exa., por seu Presidente subscrito ao final, expor para, ao final, manifestar o que segue: No corrente dia, grupo auto-denominado “Sem-rádio”, adentrou, de forma violenta e abrupta, em concessionária de serviço de radiodifusão sonora, legalmente instalada em Faxinal do Soturno, no Estado do Rio Grande do Sul, mantendo, por algumas horas, em cárcere privado, os funcionários da emissora, interferindo na programação irradiada, mediante a leitura de manifesto e, finalmente, interrompendo a transmissão”.

Então, Senadores, já temos agora também os “sem-rádio”.

SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ): Isso já vem lá dos “sans-culottes”, “sem-calças”, lá na França.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Por imperioso, cumpre destacar que a emissora invadida tem como sócio o atual Presidente da Associação Gaúcha de Emissoras de Rádio e Televisão – AGUERT - o que, por certo, é um agravante ante sua representatividade. Assim, ao tempo em que informa que as medidas judiciais cabíveis já estão sendo adotadas, é a presente para primeiramente expressar a perplexidade e indignação da ABERT com tais fatos, inadmissíveis em um Estado de Direito, bem como solicitar a adoção das providências necessárias para coibição das ilegalidades de similares. Certos de sua compreensão e apoio, agradecemos antecipadamente a atenção ora dispensada de V.Exa. Espero que essa audiência e essa transmissão não tenham servido para uma propaganda dos “sem-rádio”. E, realmente, é um novo—

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Presidente--

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Novo grupo que... Uma nova associação que aparece agora, autodenominados “sem-rádio”. Com a palavra o Senador Flexa Ribeiro.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Eu quero prestar minha solidariedade aí à ABERT. E eu estou perplexo, eu não entendi. Já tem os “sem-terra”, os “sem-teto”. Agora, “sem-rádio”, é que não tem rádio ou não tem a empresa de radiocomunicação? Ou não tem o rádio? Porque, se não tiver rádio, é fácil um programa social do Governo distribuir rádio para todos eles. Está resolvido o problema. Gostaria de ter o esclarecimento. Esses “sem-rádio”--

SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ): Mas V.Exa. está propondo o “Bolsa-rádio”?

[risos].

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): O “Bolsa-rádio”, é. Eu quero entender esse grupo aí de “sem-rádio”--

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Eu... Essa Comissão, se V.Exa. está realmente interessado nesse assunto, essa Comissão pedirá informações à ABERT do que quer dizer esses “sem-rádio”. Eu acho que, pra mim, é quem não consegue uma concessão de rádio. Não é quem não tem um radinho para escutar o jogo.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Aí são todos os brasileiros, menos meia dúzia. Aí também eu sou “sem-rádio”, o Senador Crivella, o Senador...

SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ): Já tem três “sem-rádio” aqui e “sem-TV” também.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Então, eu gostaria de saber como é que eles se qualificam aí, “sem-rádio”, porque--

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Esse fato aconteceu, a ABERT comunicou ao Ministério, o Ministério nos encaminhou o ofício—

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Se for sem o aparelho, V.Exa. podia propor o “Bolsa-rádio”.

SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ): E, depois do “Bolsa-rádio”, vai vir o movimento dos “sem-pilhas”. Vai dar um outro problema.

[risos].

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Bom, fechando a Reunião com esse manifesto da ABERT, nada mais tendo a declarar, declaro encerrada essa Reunião.

Sessão encerrada às 10h39.

COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA

ATA DA 12ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 16 DE MAIO DE 2007.

Às nove horas e trinta e um minutos do dia dezois de maio de dois mil e sete, na sala de reuniões da Comissão, Ala Senador Alexandre Costa, sala 13, sob a Presidência do Senhor Senador Wellington Salgado de Oliveira e com a presença dos Senhores Senadores, Augusto Botelho, Renato Casagrande, Sérgio Zambiasi, Ideli Salvatti, Valdir Raupp, Gilvam Borges, Valter Pereira, Romeu Tuma, Maria do Carmo Alves, Cícero Lucena, Expedito Júnior, Flávio Arns, João Ribeiro, Garibaldi Alves Filho, Leomar Quintanilha, Heráclito Fortes, Flexa Ribeiro e os Senadores, não membros da Comissão, Aloizio Mercadante e Pedro Simon, reúne-se a Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática. Deixam de comparecer os Senhores Senadores Marcelo Crivella, Demóstenes Torres, José Agripino, João Tenório e Eduardo Azeredo. O Senhor Presidente Senador Wellington Salgado de Oliveira, submete à Comissão a dispensa da leitura da Ata da Reunião anterior, que é dada como aprovada. Prosseguindo, a Presidência submete a deliberação do plenário a inversão da pauta, para iniciar as votações pelos Projetos de Decretos Legislativos, o que é aprovado. **Item 03: Projeto de Decreto Legislativo nº 54, de 2007**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo, que “Aprova o ato que outorga permissão à Rádio Nobres FM Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Nobres, Estado de Mato Grosso”. O relator designado é o Senador Valter Pereira e o projeto é aprovado por 12 (doze) votos favoráveis. **Item 04: Projeto de Decreto Legislativo nº 5, de 2007**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo, que “Aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária de Radiodifusão Estrela Azul para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Mira Estrela, Estado de São Paulo”. O relator designado é o Senador Romeu Tuma e o projeto é aprovado por 12 (doze) votos favoráveis. **Item 05: Projeto de Decreto Legislativo nº 69, de 2007**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo, que “Aprova o ato que outorga permissão à Alagoas Comunicação Ltda. - ME para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Arraial do Cabo, Estado do Rio de Janeiro”. O relator designado, ad hoc, é o Senador Expedito Júnior e o projeto é aprovado por 12 (doze) votos fa-

voráveis. **Item 06: Projeto de Decreto Legislativo nº 59, de 2007**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, “Aprova o ato que renova a concessão outorgada à Sociedade de Radiodifusão Fortaleza Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Rio Pardo, Estado do Rio Grande do Sul”. O relator designado é o Senador Sérgio Zambiasi e o projeto é aprovado por 12 (doze) votos favoráveis. **Item 07: Projeto de Decreto Legislativo nº 75, de 2007**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo, que “Aprova o ato que outorga permissão à Rádio FM Sabiá Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Camaçari, Estado da Bahia”. O relator designado é o Senador Flexa Ribeiro e o projeto é aprovado por 12 (doze) votos favoráveis. **Item 08: Projeto de Decreto Legislativo nº 68, de 2007**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo, que “Aprova o ato que outorga autorização ao Governo do Estado do Ceará, para explorar por intermédio da Assembléia Legislativa do Estado do Ceará, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Fortaleza, Estado do Ceará”. O relator designado é o Senador Gilvam Borges e o projeto é aprovado por 12 (doze) votos favoráveis. **Item 09: Projeto de Decreto Legislativo nº 36, de 2007**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo, que “Aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária Beneficente do Município de Uiraúna para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Uiraúna, Estado da Paraíba”. O relator designado é o Senador Cícero Lucena e o projeto é aprovado por 12 (doze) votos favoráveis. **Item 10: Projeto de Decreto Legislativo nº 46, de 2007**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo, que “Aprova o ato que outorga autorização à Associação de Moradores do Bairro Belo Horizonte - AMBH para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Piancó, Estado da Paraíba”. O relator designado é o Senador Cícero Lucena e o projeto é aprovado por 12 (doze) votos favoráveis. **Item 11: Projeto de Decreto Legislativo nº 441, de 2006**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo, que Aprova o ato que renova a concessão outorgada à Rádio São Carlos Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média, na cidade de São Carlos, Estado de Santa Catarina”. A relatora designada é a Senadora Ideli Salvatti e o projeto é aprovado por 12 (doze) votos favoráveis. **Item 12: Projeto de Decreto Legislativo nº 447, de 2006**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo, que “Aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária de Desenvolvimento Cul-

tural e Artístico de Saudades a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Saudades, Estado de Santa Catarina”. A relatora designada é a Senadora Ideli Salvatti e o projeto é aprovado por 12 (doze) votos favoráveis. **Item 13: Projeto de Decreto Legislativo nº 44, de 2007**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo, que “Aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária Xucurus para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Palmeira dos Índios, Estado de Alagoas. O relator designado, ad hoc, é o Senador Flexa Ribeiro e o projeto é aprovado por 12 (doze) votos favoráveis. A Presidência retorna ao início da pauta. **Item 01: Ofício “S” nº 03, de 2007**, de caráter não terminativo, de autoria de Everson Robles Dotto e outros, que “Em atendimento ao disposto no art. 3º da Lei nº 10.610, de 2002, encaminha ao Congresso Nacional declaração de composição social e alterações societárias ocorridas na empresa jornalística “Diário do Grande ABC S/A”. O relator designado é o Senador Romeu Tuma e o parecer concluindo pela ciência e encaminhamento da matéria ao arquivo é aprovado. **Item 02: Projeto de Lei do Senado nº 272, de 2005**, de caráter não terminativo, de autoria do Senador Pedro Simon, que “Dispõe sobre a publicidade oficial da administração pública federal e dá outras providências”. O relator designado é o Senador Valter Pereira e o parecer é favorável, com emendas oferecidas. É concedida vista à Senadora Ideli Salvatti, pelo prazo regimental de 05 (cinco) dias. Nesse momento, a Senadora Ideli Salvatti, requer, oralmente, a inclusão extra-pauta de Projeto de Decreto Legislativo nº 64, de 2007, com o que todos concordam. **Extra-Pauta, Item 01: Projeto de Decreto Legislativo nº 64, de 2007**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo, que “Aprova o ato que renova a concessão outorgada à Rádio Colon Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média, na cidade de Joinville, Estado de Santa Catarina. A relatora designada é a Senadora Ideli Salvatti e o projeto é aprovado por 12 (doze) votos favoráveis. O Senhor Senador Wellington Salgado de Oliveira, determina que as Notas Taquigráficas sejam anexadas a esta Ata para a devida publicação. Nada mais havendo a tratar, a Presidência encerra a reunião, às dez horas e trinta e sete minutos, determinando que eu, **Égli Lucena Heusi Moreira, Secretária da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática** lavrasse a presente Ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada, no Diário do Senado Federal.

Senador **Wellington Salgado De Oliveira**, Presidente da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática.

COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA - CCT

12ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA NO DIA 16 DE MAIO DE 2007.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Havendo número regimental, declaro aberta a 12ª Reunião Extraordinária da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura, a realizar-se em 16 de maio de 2007.

Antes de iniciarmos a Reunião, submeto à apreciação do Plenário a dispensa de leitura e aprovação da Ata da Reunião anterior. Srs. Senadores que concordam, permaneçam como se encontram. Aprovado.

Antes de passar ao primeiro Item da pauta, que será o Item 08, eu queria fazer só um comunicado aos Srs. Senadores. Ontem eu fui procurado pela Associação dos... de uma espécie de franchising dos Correios que procuraram aí no meu gabinete, muito preocupados, porque parece que na época que foram criadas essas franchising dos Correios, elas não foram criadas por licitação; elas foram dadas, as franchising. E o que é que acontece? Acaba agora, em novembro, essa prorrogação de prazo. E não se tem uma solução para esse problema. Se vai ser uma nova licitação, se vai ser uma Medida Provisória para regularizar quem já está.

São cerca de 1.500 associados e que estão numa situação difícil. Eu fiquei muito preocupado, porque nós já tivemos esse problema com quem vendia carro importado, lembram bem disso, né, que de repente acabou, não pode mais importar carro, todo mundo perdeu as agências. Depois passaram os Bingos; porque o Bingo passou a ser coisa, ser algo fora da lei, porque não tinha autorização e agora nós estamos caminhando com o mesmo problema com os Correios.

Então, pediria aos Srs. Senadores, inclusive aqueles que estão nos assistindo na TV Senado, que procurassem pensar, para ver se nós encontramos, junto ao Executivo, junto ao Ministério, alguma solução que possa ajudar esses franqueados dos Correios.

Passaremos, agora, imediatamente, ao Item 08 da pauta, que é um Projeto terminativo, votaremos ao final. Projeto de Decreto Legislativo nº 68 de 2007, que aprova o ato que outorga autorização ao Governo

do Estado do Ceará, para explorar, por intermédio da Assembléia Legislativa do Estado do Ceará, Serviço de Radiodifusão Sonora, em frequência modulada, na cidade de Fortaleza, Estado do Ceará. Aatoria do Poder Executivo, Relatoria do Senador Gilvam Borges, com o Parecer favorável, a quem passo a palavra nesse momento. Com a palavra o Senador Gilvam Borges.

SENADOR GILVAM BORGES (PMDB-AP): Antes de ir, Sr. Presidente, diretamente ao Relatório, eu quero dar um bom dia especial a todos os servidores desta Comissão e da Casa e a V.Ex^a. que, realmente, vem hoje com um estilo completamente impressionante, né, os cabelos cacheados, nunca tinha visto V.Ex^a. desse jeito. Mas vamos ao Relatório. Ao que interessa.

Sr. Presidente! Por meio de Mensagem Presidencial, o Sr. Presidente da República submete, ao Congresso Nacional, nos termos do art. 223, Inciso III, da Constituição Federal, o ato que autoriza o Governo do Estado do Ceará, por intermédio da Assembléia Legislativa do Estado do Ceará, executar, sem direito de exclusividade, Serviço de Radiodifusão Sonora, em frequência modulada, com fins exclusivamente educativos na cidade de Fortaleza, Estado do Ceará.

Nos termos do art. 16, Inciso X, do Regimento, do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão aprovada no Decreto nº 52.795 de 31 de outubro de 63, com a redação dada pelo Decreto de nº 2.108 de 24 de dezembro de 96, a outorga será concedida mediante autorização do Sr. Presidente da República e formalizado sobre a modalidade de convênio, após aprovação do Congresso Nacional, nos termos do art. 223 da Constituição Federal. Sr. Presidente, a documentação anexada à Mensagem Presidencial foi... informa que o Processo foi examinado pelos órgãos técnicos do Ministério das Comunicações, constando-se estar devidamente instruído e em conformidade com a legislação pertinente.

O referido Projeto, assinado pela Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática da Câmara dos Deputados, recebeu o Parecer favorável e aprovação daquele órgão. Já na Comissão de Constituição e Justiça e Cidadania, daquela Casa, o Projeto foi considerado jurídico, constitucional, embasado em boa técnica legislativa. Regulado pelo Decreto de nº 52.795 de 31 de dezembro de 63, com a redação dada pelo Decreto nº 2.108 de 24 de dezembro de 1996, o processo de autorização pelo Poder Executivo, para execução de Serviço de Radiodifusão Educativa condiciona-se ao cumprimento de exigências distintas daquelas observadas nos casos de concessões ou permissões para exploração de canais comerciais de rádio e televisão.

Sr. Presidente, estou à disposição de V.Ex^a. para proferir o voto. Mas se V.Ex^a. preferir que eu conclua o Relatório, ou seja, mais sucinto, eu estou à disposição de V.Ex^a. Continuando. A legislação pertinente estabelece que a outorga, com a exploração desse tipo de serviço, é dependente, depende de edital, tampouco se amplia com Radiodifusão Educativa, as exigências de Resolução do Senado Federal de nº 39/92, que dispõe sobre formalidades e critérios para a apresentação dos atos de outorga da renovação de concessão, permissão, para o Serviço de Radiodifusão Sonora de sons e imagens.

Além disso, devido a sua especificidade, os canais de Radiodifusão Educativa são reservados à exploração pela União, Estados e Municípios, bem como universidades e fundações constituídas no Brasil, com finalidade educativa, conforme preceitua o art. 14, Decreto-Lei de nº 236 de 28 de fevereiro de 67, que complementou e modificou a Lei 4.117, de 27 de agosto de 62, que institui o Código Brasileiro de Telecomunicações. Vamos ao voto, Sr. Presidente. Diante da regularidade dos documentos e do cumprimento da legislação pertinente, opinamos pela aprovação do ato de outorga em exame, na forma do Projeto de Decreto Legislativo em epígrafe, oriundo da Câmara dos Deputados.

Sr. Presidente, quero parabenizar a iniciativa da Assembléia Legislativa do Estado do Ceará, pela louvável e PFLocrática iniciativa, aonde este veículo de comunicação, a serviço da Assembléia Legislativa poderá, a exemplo do Senado Federal, levar ao grande contingente da população do Estado do Ceará as informações daquela Casa de Leis e interagindo e informando. Portanto, está de parabéns a Assembléia Legislativa do Estado do Ceará. E o nosso voto é pela aprovação, sem reparos ou qualquer consideração que possa trazer percalço para a imediata aprovação deste Projeto. Pela aprovação, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Senador Gilvam, porque, muitas vezes, aqui só se lê o voto final, Senador Gilvam mostrou que quando se analisa uma rádio tem, realmente, uma série de etapas que acabam não sendo lidas, as etapas não são lidas aqui, porque nós botamos simplesmente o voto.

SENADOR GILVAM BORGES (PMDB-AP): Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): E V.Ex^a., hoje, PFLonstrou e leu que como um voto tem que passar por uma série de análises e isso foi muito importante nesse momento.

SENADOR GILVAM BORGES (PMDB-AP): Sr. Presidente, nos porões do Ministério das Comunicações, quando as fundações e associações comunitárias de rádio levam de cinco a seis anos para uma avaliação depois de um longo processo, aonde é credenciado através do Diário Oficial da União, para que essas entidades estejam credenciadas mais de cinco anos.

Segue, Sr. Presidente, para a Casa Civil da Presidência da República aonde o Presidente da República remete esta mensagem vinda do Ministério das Comunicações, chega à Câmara dos Deputados, à Câmara dos Deputados, segue para a Comissão de Ciência e Tecnologia daquela Casa, vai à Comissão de Edu... de Constituição e Justiça da Câmara dos Deputados, volta para a Comissão de Ciência e Tecnologia e em seguida segue novamente para a Comissão de Constituição e Justiça da Câmara dos Deputados, em seguida, Sr. Presidente, segue para a Mesa da Câmara dos Deputados. De lá, levam-se 10 dias para poder esperar, ainda, o tempo para contestação ou não.

Aí segue para esta Casa, para o Senado Federal, aonde chega a esta Comissão gerenciada e presidida com competência por V.Ex^a. É justo quando chega aqui saber o percurso, as dificuldades, agruras, que realmente a entidade leva. Por isso eu parabeno. Este processo não tem menos que cinco anos.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Muito bem colocada toda a etapa que consome um processo. Em discussão o voto do Senador Gilvam Borges, que outorga, para a Assembléia do Ceará, uma rádio... a rádio de frequência modulada para a cidade de Fortaleza. Em discussão.

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP): Eu não vou discutir porque ele deu uma aula--

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Com a palavra o Senador Tuma.

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP): --de percurso que tem uma... mas eu faria, chamaria a atenção, que o mesmo pedido a Assembléia Legislativa de São Paulo fez e há uma grande dificuldade.

Eu, pessoalmente, com o meu filho, Deputado Estadual que apresentou o Projeto e tenho lutado, porque ele é Presidente das rádios, das TVs comunitárias das Assembléias Legislativas e a grande dificuldade, com todo o esforço que o próprio Ministro designou alguém para acompanhar e não consegue retirar, Senador. V.Ex^a. tem toda a razão.

SENADOR GILVAM BORGES (PMDB-AP): Manda ele falar comigo.

[risos]

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP): Então eu acho que... É claro que nós não precisamos ler tudo o que tem aqui, porque a própria imagem que ele descreveu por onde passa, por onde analisar, nos dá a segurança de que nós estamos votando algo que já foi super analisado.

Então, esse resumo que se faz da leitura do Relatório não seria preguiça, nem má vontade de ler tudo. É que ele já vem, praticamente, todo examinado, todo analisado e passando por todos os órgãos responsáveis por isto.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Muito bem colocado, Senador Romeu Tuma. Eu sinto, as vezes, também, Senador, que poderia, eu não sei porque ocorre a análise da documentação, mas eu não sei se nós poderíamos criar uma etapa de que o diretor da empresa que está recebendo autorização teria que visitar o Senador, para sentar com o Senador e conversar.

Eu acho isso importante, porque você dar uma rádio para uma localidade é uma coisa super importante, quer dizer, a clareza de tudo que acontece naquela localidade. Então, eu sinto que, muitas vezes, os Senadores aprovam as rádios, não têm contato com esses diretores de rádio, quer dizer, não vai ao gabinete, então, não sei se, depois, nós pudéssemos pensar em alguma maneira de fazer com que esses senhores diretores de rádio, que pePFL rádio, na última etapa, visitasse os Senadores que são os que vão--

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP): Senador, o senhor permite?

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): --que vão fazer a Relatoria.

SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR): Me permita contestar também...

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP): Eu tenho feito o seguinte. Senador Augusto, desculpa.

SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR): Fale, Senador.

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP): Eu tenho feito o seguinte. Não como matéria política. Não, absolutamente. Porque, provavelmente, isto vai para a Mesa e PFLora a chegar. Todos as aprovações de rádios do meu Estado eu faço um comunicado ao Prefeito e à diretoria da empresa, para que ele saiba que foi aprovado, ou rejeitado, o Projeto nesta Comissão.

Que aqui é terminativo, praticamente, a decisão final a Mesa encaminha a comunicação. Eu já aviso. Mas não é uma questão de orPFL política, não. Palavra de honra. É que a pessoa fica numa expectativa, ligando. Será que o meu Projeto vai sair, não vai sair? Então, eu acho que é um mecanismo que talvez...

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Sei. Isso é importante. E até mesmo PFLonstra o que eu vejo aqui, Senadores que acompanham esse Projeto até o final.

Hoje tivemos aqui aprovado para a Assembléia Legislativa do Ceará, de Fortaleza, da Assembléia Legislativa do Ceará, tivemos do Rio Grande do Norte na vez passada, onde o Senador Garibaldi veio aqui, leu tudo, quer dizer, são atitudes importantes e acompanhamento do parlamentar até a última etapa.

Então, isso tem que ser mais valorizado. Acredito que tenha que ter um carinho especial, porque é a nossa função? É. Mas têm Senadores que tratam aquilo como, realmente, uma luta. Com a palavra o Senador.

SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR): Senador, eu só queria expressar uma opinião contrária, pessoal, contrária à opinião geral aqui.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Claro, claro.

SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR): Eu acho que as rádios, essas comunicações no Brasil funcionam como os cartórios antigos. Eu acho que nós temos que evoluir para uma outra etapa, onde as pessoas tenham mais liberdade de conseguir fazer uma rádio dentro de um padrão comunitário, de um outro, porque fica um cartório.

Lá no meu Estado não está em nenhum papel escrito, mas nós sabemos que pertencem a grupos políticos, as rádios e televisões. E não é justo que o poder seja exercido nesse sentido. Eu acho que eu, como tenho acesso à rádio, qualquer cidadão teria. Mas aí, dirá: Mas todos têm. Têm. Com essa dificuldade toda, que passa, para fazer uma rádio? Eu acho que nós teríamos que evoluir para ser mais PFLocráticos, tornar uma Federação mais Federação e deixar os Estados decidirem, mais no nível Estadual.

É lógico que tem que ter a competência técnica das frequências, isso deveria ser decidido pelo Ministério das Comunicações. Mas eu acho que esse ritual de [inaudível] rádios aqui, é cartorial.

Eu voto e participo, porque é o que nós temos. Mas eu discordo dele. Eu acho que nós deveríamos ter evoluído para quem tiver condições, qualquer empresário, qualquer cidadão que tiver condições de ter uma rádio, tenha e vai sobreviver a que for melhor. É lógico que temos--

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP): Senador Augusto, o grande problema é o número de frequências. Ela tem que estar se analisando uma série de problemas para ver se ela não vai interferir nas outras.

SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR): Senador. Com a rádio digital, agora, as frequências vão se multiplicar não sei por quanto. Então, vai haver uma hora que nós teríamos, nessa Casa, de PFLocratizar esse assunto. Para todos terem acesso. Para acabar. Isso é uma burocracia muito grande.

Um processo tem rádios lá de Roraima, rádio comunitária de um lugarzinho lá no interior, lá de São Luis do Anauá, que tem sete mil habitantes. Eu cheguei aqui e já estava esse processo aqui e nós não conseguimos tirar ainda daqui. Quer dizer, nós temos que mudar essa sistemática.

Nós temos que PFLocratizar a informação. Por isso que reclamam que os grupos econômicos dominam a política. Mas se a gente... nós aqui temos que, uma oportunidade, com essa implantação da rádio digital e TV digital, de PFLocratizar.

Eu acho que nós temos que pensar nisso, também, em fazer formas, é lógico que vai diminuir, parece que, diminuir o nosso poder. Mas não diminui nosso poder não. Quem nos delega o poder é o povo do nosso Estado. Não é autorização de uma rádio ou não. Antigamente não, porque fazia esse cartório, claramente. Hoje, o povo também discorda disso. A maioria das pessoas discorda dessa forma cartorial como são fornecidas as rádios e as televisões no Brasil.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Bem colocado, Senador.

SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR): É uma opinião, mas eu sigo a regra que vale.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Mas eu acho que ocorre, justamente, o contrário. Aqueles que conseguem uma rádio acabam virando políticos. Não é o político que tem a rádio.

[risos]

Votaremos, então, ao final o Projeto. Passaremos agora ao Projeto também terminativo, Projeto de Decreto Legislativo nº 36 de 2007, são dois Projetos de Relatoria do Senador Cícero Lucena.

O primeiro é o que aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária e Beneficente do Município de Uiraúna para executar o Serviço de Radiodifusão Comunitária na cidade de Uiraúna, Estado da Paraíba, ambos de autoria do Poder Executivo, onde o outro é o que aprova a autorização da Associação dos Moradores do Bairro de Belo Horizonte para executar serviços de Radiodifusão Comunitária na cidade de Piancó, Estado da Paraíba.

Poder Executivo. Relatoria do Senador, também, do Cícero Lucena são os Itens 09 e 10 da pauta, a

quem eu passo a palavra nesse momento. O Decreto Legislativo 36 e 46.

SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Pela orPFL, Presidente. Pela orPFL.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Pela orPFL, Senador Mercadante.

SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Eu vim aqui, à Comissão, pediria desculpas, aí, por interferir no andamento dos trabalhos, mas basicamente para manifestar meu agradecimento ao Presidente da Comissão e à Comissão, pela atitude que tiveram diante da aprovação, ontem, do Projeto que nós apresentamos, que propõe a universalização da banda larga no Brasil, porque 3.600 Municípios não têm, ainda, banda larga e colocar um computador, para cada 10 alunos, por turno, nas escolas públicas.

O Presidente da Comissão ajudou a construir esse entendimento, ajudou a aperfeiçoar o Projeto e, se nós reencaminhássemos o Projeto para a Comissão, nós daríamos, já tinha sido tramitado por duas Comissões e nós teríamos mais uma Comissão, a tramitação e, evidentemente, atrasaria a possibilidade de nós, realmente, pautarmos isso na Câmara dos Deputados, que tem tido uma vida legislativa bastante lenta de matérias relevantes. Eu acho que esse Projeto tem um alcance estratégico.

A sociedade do futuro, a economia do futuro, será uma economia do conhecimento, a inclusão digital da sociedade, das escolas públicas é um imenso desafio.

Nós temos, hoje, por exemplo, na Inglaterra, uma PFLanda de banda larga, por domicílio de 10 gigabites. Temos países, como por exemplo, Japão, Coreia, que são três computadores por... um computador para cada três alunos na escola pública. No Brasil nós temos, hoje, um computador para cada 150 alunos e, em geral, não é para atividade pedagógica, mesmo porque nem tem como ser.

É, basicamente, para atividade administrativa e de suporte à atividade de sala de aula. E a qualidade do ensino no Brasil pode mudar radicalmente se a implantação desse processo de inclusão digital for acompanhado da formação dos professores, da preparação dos professores e de colocar os Municípios do Brasil, nós estamos falando de rádios no interior, quer dizer, a Internet cada vez vai ser uma exigência também para a comunicação, para receber som, para poder modernizar, para melhorar o conhecimento.

Na área da saúde você pode ter um acidente grave e no posto de saúde, um grande centro de saúde pode orientar quais são os procedimentos a serem tomados.

Na Segurança Pública, você pode, através da impressão digital ter um banco digitalizado nacional e saber se aquele cidadão é foragido, é procurado ou não.

E, na escola, imagina o que é que é um aluno ser privado do *Google* hoje, de não poder fazer uma pesquisa na Internet sobre qualquer tema, de qualquer natureza. PoPFLOS dar aula, que é irradiada para os 42 milhões de alunos na escola pública. Então, esse é um instrumento indispensável. A União Européia fez uma pesquisa durante 8 anos, em 17 países e concluiu que era indispensável a inclusão digital nas escolas. Portugal, em 2005, só tinha 18% das escolas com computador. O ano passado, 100% das escolas. Infelizmente o Brasil ainda não entendeu.

A imprensa não tem dado importância a essas discussões que são, absolutamente, decisivas para o futuro da sociedade. Mas eu acho que nós temos que lutar por isso, lutar com persistência para que, realmente, os recursos do FUST e a política de comunicação e educacional do Brasil convirjam para a inclusão digital.

Então, eu vim aqui, porque essa é uma Comissão que tem grande sensibilidade para esse tema e queria propor a V.Ex^{as.}, de comum acordo com o Presidente, eu não sou membro, mas queria sugerir uma Audiência Pública que nós chamaríamos e eu tenho algumas indicações a fazer, não só as empresas, porque elas estão dispostas a patrocinar a expansão da banda larga sob condições, evidentemente, está em negociação com o Governo, esse tema e chamar algumas figuras importantes dentro do Governo que estão tratando desse tema da inclusão digital e da banda larga.

E poderíamos fazer essa Audiência e aprofundamento dessa discussão aqui na Comissão de Comunicações, que é a mais apropriada e a mais competente para essa matéria. Mas vim aqui, basicamente, agradecer, a V.Ex^{a.}, a atitude que teve.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Na verdade, Srs. Senadores, como bem colocou o ilustre Senador Mercadante, essa matéria teria que passar por nossa Comissão. Mas eu fiz um acordo com o Senador Mercadante onde para poder, já que é um Projeto tão importante, que pudesse ter velocidade, que eu não iria fazer o requerimento para que viesse a esta Comissão, mas desde que o Senador Mercadante viesse a essa Comissão e falasse sobre o seu Projeto.

Quer dizer, na verdade, o Senador está cumprindo o que foi acordado, veio aqui deu uma explicação a essa Comissão de um Projeto tão importante quanto esse, que foi aprovado ontem. Eu estava na outra Comissão. E, hoje, ele cumpre a sua parte vindo aqui dar

uma explicação aos Senadores da importância desse Projeto. Foi terminativo na Comissão de Educação.

Então, eu queria agradecer ao Senador Mercadante, a sua presença, a sua explicação para os PFLais membros dessa Comissão que, realmente, eles são super interessados no assunto e que o requerimento que V.Ex^{a.}, já que não é dessa Comissão, eu subscreverei e poderá passar para nossa Assessoria. Muito obrigado pela presença, pela explicação do seu Projeto.

SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Agradeço ao Presidente, aos PFLais Senadores, Senadora e apresentarei uma sugestão de Audiência Pública, realmente aprofundar essa discussão de colocar banda larga em todos os Municípios e computador para os alunos da escola pública do Brasil. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Queria aproveitar, também, Srs. Senadores, que na quarta-feira que vem, no mesmo horário, nós teremos, aqui, a presença do Presidente da TELEFONICA.

Está vindo, aqui, para explicar, Senador Flexa que é muito interessado no assunto, para explicar como, qual é o trabalho da TELEFONICA no Brasil, a aquisição dessa outra empresa lá fora. Eu fiquei muito impressionado com o Presidente, falei até, tive oportunidade de tomar um café com ele, em São Paulo e falei: *"Olha, vou remeter um requerimento, convidando. Queria saber se é possível."* Que tem uma agenda lotada. Ele falou: *"A hora que o Senado quiser."* Então, remeti o requerimento, nós aprovamos aqui, ele confirmou a presença, segundo a nossa Secretária, para quarta-feira, à próxima semana.

Muito importante esse assunto. É um assunto que mexe com toda a questão da telefonia brasileira, a questão de se só vão ficar duas, se não vão ficar duas, se nós vamos ter uma empresa nacional com a fusão de todas as outras, é uma questão muito importante, gostaria que os Senadores estudassem o assunto para que possamos tirar o máximo de conhecimento, o máximo de informação do Presidente da TELEFONICA, aqui, na próxima quarta-feira.

Com a palavra, que aguardou pacientemente, o ilustre Senador Cícero Lucena.

SENADOR CÍCERO LUCENA (PSDB-PB): Sr. Presidente, já foi relatado aqui, pelo Senador Gilvam Borges, todos os passos, os caminhos, para que uma rádio chegue a essa fase, para a sua devida aprovação, por isso serei bastante breve, no meu Relatório, ao relatar a autorização para a Associação Comunitária Beneficente do Município de Uiraúna, na Paraíba. Vou direto ao voto, Sr. Presidente.

Tendo em vista que o exame da documentação, que acompanha o PDS nº 36 de 2007, não evidenciou violação da legislação pertinente e não havendo reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade, jurisdição e técnica legislativa, opinamos pela aprovação do ato que outorga autorização, à Associação Comunitária Beneficente do Município de Uiraúna, para executar Serviço de Radiodifusão Comunitária naquela cidade, no Estado da Paraíba, na forma do Projeto de Decreto Legislativo originário da Câmara dos Deputados. É o voto, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Também já foi o 46, também, a de Belo Horizonte já, né? Que estava com ele?

SENADOR CÍCERO LUCENA (PSDB-PB): Não, a de Belo Horizonte--

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Do bairro de Belo Horizonte. É o Item 10. Também é de V.Ex^a. a Relatoria.

SENADOR CÍCERO LUCENA (PSDB-PB): Farei da mesma forma, Sr. Presidente. Para autorização... Outorga de autorização à Associação dos Moradores do Bairro Belo Horizonte, AMBH, na cidade de Piancó, no Estado da Paraíba. Também o voto:

Sendo verificada a documentação, que acompanha o PDS nº 46 de 2007, não evidenciou violação da legislação pertinente, não havendo reparos quanto ao aspecto de constitucionalidade, jurisdição e técnica legislativa, opinamos pela aprovação do ato que autoriza a Associação de Moradores do Bairro Belo Horizonte a executar o Serviço de Radiodifusão Comunitária na cidade de Piancó, no Estado da Paraíba. É o voto, Sr. Presidente.

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP): Muito bem, Senador.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Eu queria... Muito bem. Em discussão. Não havendo quem queira discutir, passaremos à votação ao final. Eu quero dizer o seguinte: O *quorum* está maravilhoso, mas nós sabemos que vários Senadores têm compromissos em outras Comissões. Então, se nós pudermos acelerar o voto, poderemos votar rapidamente porque, visto que todos os Projetos são terminativos e, depois, passaremos à aprovação dos Requerimentos. Passaremos, agora, ao Item 11 e ao Item 12, ambos de Relatoria da Senadora Ideli Salvatti.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Sr. Presidente, inclusive, eu queria pedir, porque eu fiz uma solicitação de extra-pauta, se a gente puder já fazer os

três, se V.Ex^a. puder encaminhar desta forma, assim agiliza mais ainda.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Então, submeto a esta Comissão, também, um Parecer extra-pauta, da Senadora Ideli Salvatti, que outorga a Rádio Colom(F) ou Cólom(F) Ltda. Em votação. Aprovado.

Também, então, extra-pauta. V.Ex^a. fará a Relatoria nesse momento de três itens. O Item 10, o 11 e o Item extra-pauta. O Item 10, é o Projeto Legislativo 46 que outorga--

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): É o 11, é o 11.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Desculpe. 11. Desculpe. 11 da concessão que é outorgada à Rádio São Carlos Ltda. E a outra, o Item 12, aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária de Desenvolvimento Cultural e Artístico de Saudades a executar o Serviço de Radiodifusão Comunitária na cidade de Saudades, Estado de Santa Catarina. E o extra-pauta é o que aprova e renova a concessão outorgada à Rádio Colom(F) Ltda. para explorar Serviço de Radiodifusão Sonora, em onda média, na cidade de Joinville, Estado de Santa Catarina. É Colom(F) ou Cólom(F)?

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Colom(F).

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Colom(F).

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Colom(F).

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Com a palavra V.Ex^a.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Sr. Presidente, os três Pareceres são favoráveis, dois são de renovação de concessão.

A renovação da Rádio São Carlos, é renovação da concessão já dada a Colom(F), de Joinville, que é uma das mais antigas rádios daquele importante Município, também é renovação de concessão.

E a Associação Comunitária de Saudades é uma Rádio Comunitária, é autorização de concessão. Os três Pareceres são favoráveis, porque seguem a legislação e estão plenamente de acordo com as exigências.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): V.Ex^a. é bem votada nesses três lugares? Nessas três cidades?

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Olha, eu diria que eu tenho os meus votinhos nos três.

[Risos]

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Passaremos ao Item 13.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Pois não, meu amor.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Por favor, Egli. João Tenório não está. Desculpe. Em discussão. Não havendo quem queira discutir, passaremos à votação ao final. Bem lembrado pelo Senador Gilvam Borges.

Está presente o Senador... Sim. Vamos nos organizar. O Item 03, presente o Senador Valter Pereira. Meu grande amigo e conselheiro. Onde está o Senador Valter?

O Item 03 aprova o ato que outorga a permissão de Rádio Nobres FM Ltda. para explorar serviços de Radiodifusão Sonora, em frequência modulada, na cidade de Nobres, Estado de Mato Grosso. Autoria do Poder Executivo, Relatoria do ilustre Senador Valter Pereira. Com a palavra o ilustre Senador. Depois é o Romeu, não é?

SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): A proposição oriunda da Câmara dos Deputados, destinada a aprovar o ato do Poder Executivo sob exame, atende aos requisitos Constitucionais formais relativos à competência legislativa da União e as atribuições do Congresso Nacional, nos termos dos arts. 49, XII e 223 da Constituição.

Constata-se que o referido Projeto não contraria preceitos ou princípios da Lei Maior, nada havendo, pois, a objetar no tocante a sua constitucionalidade material e o meu voto, portanto, tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDS nº 54 de 2007, não evidenciou violação das formalidades estabelecidas na resolução nº 39 de 92 do Senado Federal e não havendo reparos, quanto aos aspectos de constitucionalidade e jurisdição de técnica legislativa, opinamos pela aprovação do ato que outorga a permissão à Rádio Nobres FM Ltda. para explorar o Serviço de Radiodifusão Sonora em frequência modulada, na cidade de Nobres, Estado de Mato Grosso, na forma do Projeto de Decreto Legislativo originário da Câmara dos Deputados.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Em discussão o voto; a quem eu via, enquanto era lido, Senador Flexa concordava, plenamente, com o voto. Em discussão o voto. Não havendo quem queira discutir passaremos à votação em bloco ao final.

Passaremos, agora, ao Item 04, obedecendo a orPFL, Senador Zambiasi. Agora, é o Senador Romeu Tuma. É o ato que outorga autorização à Associação Comunitária de Radiodifusão Estrela Azul para execu-

tar Serviço de Radiodifusão Comunitária na cidade de Mira Estrela, Estado de São Paulo, autoria do Poder Executivo, Relatoria do Senador Romeu Tuma.

Essa cidade eu não conheço, Senador. Mira Estrela. Com a palavra V.Ex^a. para o seu voto, que é favorável.

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP): É que toda a noite todo mundo fica mirando a estrela, lá, porque a estrela é bonita.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Mira Estrela.

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP): É. É o Item 04, não é isso, Sr. Presidente?

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Isso, Senador

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP): Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDS 51 não evidenciou nenhuma violação da legislação, portanto, nós somos pela aprovação do ato que autoriza a Associação Comunitária de Rádio Estrela Azul a executar o Serviço de Radiodifusão Comunitária.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Em discussão. Não havendo quem queira discutir, passaremos à votação em bloco, ao final.

Agora, Senador Romeu Tuma, quem deu o nome, com certeza, estava namorando naquele momento, não é?

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP): O pior é que ele estava querendo ver a lua e viu as estrelas.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Estava nublado.

[risos].

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Passaremos ao Item 05.

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP): Mas é uma cidade muito boa.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Seria Relatoria do Senador Francisco Dornelles. Não está presente. Passaremos, pediremos ao Senador Expedito Júnior que faça a Relatoria *ad hoc* do Item 05 que aprova e outorga a permissão a Lagoas Comunicação--

SENADOR EXPEDITO JÚNIOR (PR-RO): Sucintamente, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): --para explorar. Com toda a sua velocidade e rapidez, para explorar o Serviço de Radiodifusão Sonora, em frequência

modulada na cidade de Arraial do Cabo, Estado do Rio de Janeiro. Com a palavra o ilustre Relator *ad hoc*, Expedito Júnior.

SENADOR EXPEDITO JÚNIOR (PR-RO): Sucintamente, como tem sido o trabalho dessa Comissão e de V.Ex^a., o voto do Relator é pela aprovação.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Em discussão.

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP): Muito bem, muito bem.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Resumidamente...

[risos]

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Não havendo quem queira discutir passaremos ao... à votação final.

Próximo Item da pauta. Agora é o Item 06.

SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Sr. Presidente e o Item 02. Por que que pulou, heim?

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): É porque não é terminativo. Nós estamos nas rádios, terminativas, aproveitando o *quorum*.

SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Eu já estou com o Parecer pronto.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Estamos aproveitando o *quorum*.

SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Então, tudo bem.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): É que o Item 02 não é terminativo, Senador Valter. Eu estou aproveitando o *quorum* para poder votar os terminativos.

Passaremos, agora, ao Item 06 que também é terminativo, aprova o ato que renova a concessão outorgada à Sociedade de Radiodifusão Fortaleza Ltda., para explorar Serviço de Radiodifusão Sonora, em onda média, na cidade do Rio Pardo, Estado do Rio Grande do Sul. Autoria do Poder Executivo e Relatoria, muito bem colocada, pelo grande radialista, um homem que fez toda a sua trajetória, Senador Sérgio Zambiasi.

SENADOR SÉRGIO ZAMBIASI (PTB-RS): Obrigado, Presidente Wellington. E eu tenho um carinho especial por Rio Pardo. É uma região em que uma emissora de rádio tem um papel social fundamental, tem um vasto interior e serve, ainda, como meio de ligação entre o interior e cidade. O rádio faz, ainda, esse papel maravilhoso de elo entre as comunidades,

um papel social de inserção muito forte. E o Parecer é favorável, Sr. Presidente.

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP): Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Com uma grande inveja do jeito de V.Ex^a. falar ao microfone, fruto da experiência que nós não temos, falou como... Não, ele é um locutor histórico no Rio Grande do Sul. Então, quando fala nos causa inveja, não é isso? Mas pelo menos nós aqui fazemos um estágio e aprendemos.

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP): Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Pela orPFL, Senador Romeu Tuma.

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP): O Senador Zambiasi, se aprovado o Projeto fica nos devendo vinho do Rio Grande do Sul.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): [risos].

SENADOR SÉRGIO ZAMBIASI (PTB-RS): O vinho será oferecido tão logo for sancionado pelo Presidente da República,--

[risos]

--o Projeto de Lei que regulamenta a produção do enólogo, que o Senado aprovou, que a Câmara aprovou e que nos próximos dias estará na Mesa do Presidente da República e os profissionais que aguardavam, ansiosamente, a possibilidade de serem reconhecidos como tais, deverão em Brasília acolher aos Senadores e Deputados que quiserem, para degustar.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Eu queria comunicar à nossa Secretaria que acompanhasse esse Projeto, com carinho, porque, ao final, cobraremos esse vinho, visto que o Rio Grande do Sul está, cada vez, a qualidade do vinho, melhorando mais. Não é isso, Senador Tuma.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Espera lá, espera lá porque Santa Catarina está entrando nessa disputa aí com grande qualidade de vinho, também.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Então, traga um também, Senadora Ideli

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Vou trazer, vou trazer.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Tomaremos e daremos o nosso Parecer, após degustar cada um deles.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Já estaremos todos inscritos para esse curso de enólogo aí, né.

SENADOR SÉRGIO ZAMBIASI (PTB-RS): Serão os tintos gaúchos e os brancos catarinenses. Pronto, para não haver briga.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Em discussão o Parecer do Senador Sérgio Zambiasi, não a respeito do vinho, mas sobre a rádio. Não havendo quem queira discutir passaremos à votação ao final.

O Item 07, que está me olhando com aquele olhar de quem está doido para relatar, está com vontade para relatar. Senador Flexa Ribeiro.

O Item 07 é o ato que aprova a outorga de permissão da Rádio FM Sabiá Ltda. para explorar o Serviço de Radiodifusão Sonora, em frequência modulada, na cidade de Camaçari, Estado da Bahia. Autoria do Poder Executivo, Relatoria do Senador Flexa Ribeiro que, nesse momento, defende o acarajé, o elevador Lacerda. Com a palavra V.Ex^a.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Presidente Wellington Salgado, Sr^a. Senadora, Srs. Senadores, é satisfação muito grande de poder relatar uma nova rádio para o Estado da Bahia. E vou direto ao voto, também telegraficamente.

Tendo em vista o exame da documentação que acompanha o PDS nº 75 de 2007, não evidenciou violação das formalidades estabelecidas na Resolução 39 de 1992 do Senado Federal e não havendo reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade e jurisdição de técnica legislativa, opinamos pela aprovação do ato que outorga a permissão à Rádio FM Sabiá Ltda. para explorar Serviço de Radiodifusão Sonora, em frequência modulada na cidade de Camaçari, Estado da Bahia, na forma do Projeto de Decreto Legislativo originário da Câmara dos Deputados. Este é o voto, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Em discussão o voto do Senador Flexa Ribeiro. Não havendo quem queira discutir passaremos ao Item 13. V.Ex^a. também, visto que está na Bahia e como é de Alagoas, é pertinente, vou aproveitar que V.Ex^a. já está perto.

O Item 13, que aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária Xukurus para executar Serviço de Radiodifusão Comunitária à cidade de Palmeira dos Índios, Estado de Alagoas. Grande cidade. Autoria do Poder Executivo, Relatoria seria do Senador João Tenório, ilustre amigo, que não está presente, será muito bem representado por V.Ex^a. Com a palavra o Senador Flexa Ribeiro.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Com muita honra, Presidente Senador Wellington Salgado, que vou relatar, como Relator *ad hoc*, o Parecer, brilhante Parecer do Senador João Tenório, uma rádio para o Estado de Alagoas, do nosso Presidente Renan e do nosso Governador Teotônio Vilela. Vamos ao voto.

Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDS nº 44 de 2007, não evidenciou violação da legislação pertinente e não havendo reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade, jurisdição e técnica legislativa, opinamos pela aprovação do ato que autoriza a Associação Comunitária Xukurus a executar Serviço de Radiodifusão Comunitária na cidade de Palmeira dos Índios, Estado de Alagoas, na forma do Projeto de Decreto Legislativo originário da Câmara dos Deputados. Este é o voto, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Em discussão o voto do Senador. Não havendo quem queira discutir, passaremos, imediatamente, à votação de todos os Projetos.

Antes disso, eu queria perguntar ao senhor, meu ilustre Senador Garibaldi, se foi bem recebida a aprovação da rádio para Assembléia Legislativa do Rio Grande do Norte, V.Ex^a. lutou muito por essa rádio junto com os PFLais. Como foi a receptividade no Estado?

SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Sr. Presidente, da forma mais entusiasmada possível. V.Ex^a., se chegasse hoje lá, era capaz de ser recebido numa passeata.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Mas é porque eu estaria ao seu lado. Com certeza ao lado de V.Ex^a.

[risos]

Passaremos a votação em bloco.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Com a palavra o Senador Flexa.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): O Senador Garibaldi Alves me confidenciou que V.Ex^a. receberá o título de cidadão do Rio Grande do Norte, em função da rádio que foi concedida à Assembléia Legislativa.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Foi uma TV, TV da Assembléia Legislativa.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): A TV. A TV. Aí terá um programa especial da concessão do título de cidadão do Rio Grande do Norte.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Para mim, será uma honra muito grande, só em caminhar com o Senador Garibaldi, com toda a sua história, por aquele Estado, para mim, será uma honra muito grande, como seria caminhar com qualquer um dos Senadores aqui, nos seus Estados. Senador Romeu Tuma, então, vai virar, na verdade, uma grande... passeata.

[risos]

Passaremos à votação.

Senador Augusto Botelho, como vota V.Ex^a.?

SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR): Com os Relatores, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): O ilustre Senador Sérgio Zambiasi, como vota V.Ex^a.?

SENADOR SÉRGIO ZAMBIASI (PTB-RS): Com os Relatores, Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Ilustre líder Ideli Salvatti, como vota V.Ex^a., com as rádios que foram relatadas?

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Sr. Presidente, com todos os Relatores.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Meu líder, Senador Valdir Raupp, que estava ausente, mas chegou depois de me passar, por 10 dias, a Liderança, um problema muito difícil, que bom que V.Ex^a. chegou.

SENADOR VALDIR RAUPP (PMDB-R0): Eu agradeço por V.Ex^a. ter dado conta do recado.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Não foi tão bom assim.

[risos]

SENADOR VALDIR RAUPP (PMDB-R0): E parablenizá-lo, também, pelo sucesso dessa Comissão, que ela nasceu, assim, com pouca fé e eu vejo que aqui a presença tem sido maciça. Menos a minha, até agora, é claro. Mas voto com os Relatores, Sr. Presidente. Obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Como vota o ilustre Senador Gilvam Borges, que hoje PFLonstrou toda a tramitação e a dificuldade que é para tirar um rádio, obedecendo todos os critérios. Como vota V.Ex^a.?

SENADOR GILVAM BORGES (PMDB-AP): Com os Relatores, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Ilustre Senador Valter Pereira, como vota V.Ex^a.?

SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Com os Relatores.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Meu carinhoso amigo, Senador Romeu Tuma, como vota V.Ex^a.?

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP): Com os Relatores e com a Relatora.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Tá certo. E hoje eu não vou esquecer aquela da estrela, né?

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP): É. Mira Estrela.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Interessante o nome da cidade.

Como vota o homem que mais entende de tratamento de lixo; que V.Ex^a., eu vi realmente, Senador Cícero Lucena, aquele trabalho; e eu fiquei, eu não esqueço jamais, fiquei realmente, V.Ex^a. filmou como era antes o lixão, as crianças no meio de urubus e depois V.Ex^a. fez um tratamento naquela localidade que ficou bonito PFLais, eu sugiro que os Senadores peçam esse DVD ao Senador Cícero Lucena, porque é uma experiência incrível. E agora ele, inclusive, está à frente de uma Subcomissão que está cuidando justamente de detritos, né?

SENADOR CÍCERO LUCENA (PSDB-PB): Resíduos sólidos.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Resíduos sólidos. Como vota V.Ex^a.?

SENADOR CÍCERO LUCENA (PSDB-PB): Obrigado, Presidente. Com a Relatora e os Relatores.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Como vota, eu não sei se é mais jovem do que eu, Senador Expedito Júnior, ou, então, fez uma plástica aí, porque parece que não tem nem uns 35 anos.

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP): Mas tem um cabelinho branco.

[risos]

SENADOR EXPEDITO JÚNIOR: Só me faltam os cabelos. Só me faltam os cabelos.

Sr. Presidente, voto com os Relatores.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Senador Flávio Arns com a sua voz, dê aquele voto bem calmo porque a voz de V.Ex^a. é... também aquela de um grande locutor ou então de um padre, né?

[risos]

Está mais para padre essa voz. Como vota V.Ex^a.?

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Eu acho que é mais para padre, porque a família do meu pai são em treze irmãos, dos treze, dois Franciscanos e três freiras, então...

[risos]

Né, então são cinco.

[risos]

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): V.Ex^a. era o rebelde da família.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Sou o rebelde da família. Mas antes de dar o voto, só quero pedir uma cópia do DVD ao Senador Cícero Lucena, porque eu, realmente, quero ver como é que a situação foi abordada lá no Estado.

O voto é sim, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Senador Garibaldi Alves. Como vota V.Ex^a.?

SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Com a Relatora.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Senador Leomar Quintanilha não está presente. Senador Flexa Ribeiro, como vota V.Ex^a.?

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Com os Relatores, Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Senador Pedro Simon, V.Ex^a. não está na relação, mas como não pode votar, mas eu também não gostaria de... algum comunicado, algum conselho, já que V.Ex^a. é o nosso conselheiro aqui?

SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS): É impressionante a maneira com que V.Ex^a. preside aqui. É fantástica.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Bem rápido.
[risos]

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: É fantástica e elétrica.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Vindo de V.Ex^a., com certeza...

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP): Com alegria, sorriso permanente.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): O que dá alegria é, justamente, uma Comissão com membros maravilhosos e com assunto importante. Eu acho... Eu digo que essa Comissão, para mim, vai ser a terceira Comissão mais importante dessa Casa, sem querer desmerecer as PFLais.

Os assuntos estão vindo, as discussões vão ser grandes e eu tenho certeza que será... teremos bastante polêmica nessa Comissão. Bom, então, aprovado por unanimidade. Passaremos agora aos Itens não terminativos já que tudo foi aprovado.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Com a palavra o Senador Flexa.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): O Senador Pedro Simon acabou de fazer aqui uma confidência, dizendo que V.Ex^a. tem toda a presença de um Senador romano. Você deveria estar na Roma antiga, que...

[risos]

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Tem alguns hábitos.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Que sabia, muito bem, representar lá.

[risos]

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Existem alguns hábitos da Roma antiga dos quais eu não comungo.

[risos]

Ainda bem que eu estudei história. Têm alguns hábitos dos romanos que eu não comungo.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): A opinião é do Senador Pedro Simon.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Eu tenho que contestar.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Abalizada, abalizada.

SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS): Nem todos, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Ah, não são todos.

SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS): Aqueles hábitos, nem todos tinham.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Tá bem. Então eu faço parte daquela minoria.

[risos]

Item 01 da pauta, não terminativo. Em atendimento ao disposto no art. 3º da lei... ofício... 2002, encaminha ao Congresso Nacional declaração de composição social e alterações societárias ocorridas na Empresa Jornalística Diário do Grande ABC, autoria de Everson Robles Dotto e outros,

Relatoria do Senador Romeu Tuma. Parecer concluído pela ciência e encaminhamento da matéria ao arquivo. A matéria constou na pauta de Reunião do dia 9 do 5. Com a palavra o Senador Romeu Tuma.

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP): Presidente, só permitiria, que eu não concordo com o Senador romano. Eu o vejo como um membro da Casa dos Lordes pelo cabelo que V.Ex^a. apresenta.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Não tenho na Câmara dos Lordes, aí fugiu um pouco, não tenho aqueles vícios antigos não. Com a palavra o Senador Romeu Tuma.

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP): Mas, Presidente. Eu apenas, eu vou ler o Relatório... o voto.

Mas eu queria chamar a atenção, que é um pouco de novidade esta comunicação do Diário do Grande ABC, que é a mudança da composição societária que todos têm a obrigação de comunicar a esta Casa. E, provavelmente, eu estou aqui há muito tempo na educação, esse é o primeiro ofício, nesse sentido, que chega a esta Casa.

Então, o que interessa, em particular, é o art. 3º da lei que diz:

“As alterações de controle societário da empresa jornalística e radiodifusão sonora e de sons e imagens, serão comunicadas ao Congresso Nacional. § único. A comunicação ao Congresso Nacional de alteração de controle societário de empresas de radiodifusão será de responsabilidade do órgão competente do Poder Executivo. E a comunicação de alterações de controle societário de empresas jornalísticas será de responsabilidade destas empresas.”

Nós já tivemos casos anteriores, de acusações contra membros de sociedades de rádio e televisão do Congresso, que tiveram que fazer as suas explicações, então, eu acho que isso aí é importantíssimo. Vem para cá, já ficam registradas essas alterações. Portanto, foi cumprida a obrigação legal.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Em discussão o Parecer do ilustre Senador. Não havendo quem queira discutir, em votação. Os que estão de acordo permaneçam como estão. Aprovado.

Passaremos, agora, ao Item 02 da pauta. Dispõe sobre a publicidade oficial da Administração Pública Federal e dá outras providências. Autoria do Senador Pedro Simon, Relatoria do Senador Valter Pereira. Parecer favorável, com as emendas oferecidas. Observação: Matéria Terminativa na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania. Com a palavra o ilustre Relator, Senador Valter Pereira.

SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Sr.

Presidente, vou procurar sintetizar aqui o nosso Parecer, mas ele precisa ser refletido em alguns aspectos.

O PLS em exame pretende regulamentar o § 1º do art. 37 da Constituição Federal, que preceitua:

“art. 37, § 1º. A publicidade dos atos, programas, obras, serviços e campanhas dos órgãos públicos deverá ter caráter educativo, informativo ou de orientação social, dela não podendo constar nomes, símbolos ou imagens que caracterizem promoção pessoal de autoridades ou servidores públicos.”

Em seus dois primeiros artigos é definido o espectro de incidência de sua normatividade. Qual seja? Todas as ações de comunicação divulgadas por propaganda ou publicidade oficial dos órgãos e entidades da Administração Pública Federal, direta e indireta, além da propaganda partidária gratuita das campanhas eleitorais e do material de publicidade feito por terceiros, desde que os custos sejam, total ou parcialmente, cobertos com recursos públicos.

O art. 3º conceitua, amplamente, o que seja propaganda ou publicidade oficial da Administração Pública Federal, para os fins da lei, como toda a mensagem ou comunicação destinada a divulgar atividade dos órgãos e entidades da administração direta e indireta, seja ela paga ou não pelos cofres públicos.

O caput do art. 4º reproduz o conteúdo do § 1º, do art. 37, da Constituição Federal, incluindo, na proibição, a promoção de Partido Político. Embora a inclusão extrapole o conteúdo do § 1º, do art. 37, da Carta Magna, parece-nos necessária, pois a promoção do Partido Político, ao qual pertence a autoridade, também seria, na prática, caso de promoção pessoal. Entretanto, se a lei não for clara nesse sentido, haverá margem para que se argumente contrariamente a esse entendimento. Daí a necessidade de dar maior precisão ao texto da norma. Já no seu § único, define promoção pessoal como a veiculação de publicidade, ou publicação de matéria paga que tenha, por fim, implícita ou explicitamente promover a autoridade, ou responder, ou contestar palavras ou opiniões de terceiros.

Os arts. 5º a 8º referem-se a medidas e procedimentos voltados a promover transparência à publicidade e propaganda oficiais, obrigando a veiculação, junto com a mensagem principal, de informações detalhadas, em cada caso, sobre contratante, contratado, objeto do contrato, seu valor, exigindo-se, também, a presença de símbolos oficiais facilitadores de sua identificação. Além disso, impõe-se, à Administração Pública Federal, a publicação, no Diário Oficial da União, de PFLonstrativos semestrais de despesas com esse tipo de atividade, as quais deverão estar discriminadas por órgão e entidade.

Os arts. 9, 10 e 11, por seu turno, contém sanções administrativas ao descumprimento dos preceitos da lei em elaboração.

O art. 12 adiciona Inciso, ao art. 2º da Lei 8.389, de 30 de dezembro de 91, que institui o Conselho de Comunicação Social, na forma do art. 224 da Constituição Federal e dá outras providências. Esse artigo da lei apresenta lista exemplificativa das matérias sob as quais o Conselho de Comunicação Social deverá realizar estudos, pareceres e recomendações. Vejamos a inovação pretendida:

“art. 2º. O Conselho de Comunicação Social terá, como atribuição, a realização de estudos, pareceres, recomendações e outras solicitações que lhe forem encaminhadas pelo Congresso Nacional a respeito do Título 8, Capítulo 5, da Constituição Federal, em especial sobre: Letra N. A publicidade oficial da administração pública, seus órgãos e entidades diretas e indiretas.”

Finalizando, o PLS vem o art. 13, como cláusula de vigência, prevendo *Vocatio Legis* de 30 dias.

Quanto aos aspectos jurídico-constitucionais não há qualquer óbice formal ao PLS em exame, posto que a matéria não é de competência legislativa privativa do Presidente da República e se insere no espectro de competências legislativas da União, sendo permitido, a qualquer membro do Congresso Nacional, apresentar proposição legislativa sobre o tema, na forma dos arts. 48 e 61, *caput*, da Carta Política, sendo a Lei Ordinária a espécie normativa adequada para tanto. No mérito, a proposta nos parece oportuna e conveniente, haja vista os claros avanços que trará, no sentido de tornar mais transparentes, a propaganda e publicidade oficiais, notadamente no que respeita às despesas relacionadas e no que tange à criação de nova frente de fiscalização e controle do Legislativo sobre outros poderes, em especial o Executivo.

Contudo há algumas considerações dignas de nota.

O § único, do art. 4º, vem definir promoção pessoal com a veiculação de publicidade, ou publicação de matéria paga, que tenha por fim, de forma explícita ou implícita, promover a autoridade ou responder, ou contestar, palavra ou opinião de terceiros, a expressão grifada não é idêntica àquela colimada na Constituição: Promoção pessoal de autoridade. Essa pequena diferença pode dar ensejo ao surgimento de polêmicas interpretativas, o que, certamente, seria indesejável, razão porque sugerimos a reprodução da expressão consagrada na Carta Política.

No tocante ao art. 9º da proposição, nada a opor, quanto ao conteúdo do *caput*, que apenas faz remissão à Lei de Licitações e Contratos. Todavia, em nosso

entendimento, seus §§ deveriam ser suprimidos, pelas razões que, a seguir, relatamos.

A matéria, objeto do § 1º, do art. 9º, do PLS, não traz novidade ao Ordenamento Jurídico, pois já se encontra, inteiramente, prevista no art. 25, Inciso II, da Lei 8.666 de 93, conforme se pode verificar da leitura desse dispositivo, cujo *caput* trata das hipóteses de inexigibilidade de licitação:

“art. 25, II. Para contratação de serviços técnicos enumerados no art. 13 desta lei, de natureza singular com profissionais ou empresa de notória especialização, vedada a inexigibilidade para serviços de publicidade e divulgação.”

Já quanto ao § 2º, do art. 9º, do PLS, verifica-se afronta ao art. 5º da Constituição, o qual veda, expressamente, a instituição de penas de caráter perpétuo e é, exatamente isso que traz o dispositivo em análise. Uma sanção administrativa sem prazo determinado e sem exposição dos requisitos e condições necessárias para que o particular reabilite-se a contratar com administração. APFLais, recomenda a melhor doutrina, na lição do saudoso Hely Lopes Meirelles, que:

“Penalidades como a proibição de contratar com administração ou a declaração de inidoneidade só devem ser aplicadas nos casos extremos em que há dolo comprovado ou falha reiterada decorrente de culpa grave.”

O art. 10 usa a expressão “crime de improbidade administrativa”, criando um tipo penal inexistente na Lei 8.429 de 92, que dispõe sobre as sanções aplicáveis aos agentes públicos, nos casos de enriquecimento ilícito, no exercício de mandato, cargo, emprego ou função na administração pública direta, indireta ou fundacional e dá outras providências. Por seu caráter civil, esta lei tem o cuidado de denominar a infração como ato de improbidade administrativa. Nela, só recebe tratamento penal, o crime do denunciante e responsável, que representa, maliciosamente, contra alguém, mesmo consciente da inocência do acusado. Essa tipificação, entretanto, não é novidade trazida pela Lei 8429/92, vez que já encontra guarida na legislação Penal em vigor.

Por fim, entenPFLos que o art. 11, do PLS, por pertinência temática, deveria constar como § único, do art. 10.

Em face do exposto, pugnamos pela aprovação do PLS 272 de 2005, com as ressalvas consideradas, para as quais encaminhamos as emendas anexas. Concluída a leitura, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Antes da discussão, gostaria de passar a palavra ao autor, Senador Pedro Simon, para as considerações.

SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS): A única pergunta que eu queria fazer, me informaram que alguém vai pedir vista. Se alguém vai pedir vista...

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Acho que não.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Senador Pedro Simon. Eu até estava já pedindo a minha inscrição. Eu queria até fazer o seguinte registro: O Senador Valter fez um Parecer, não é, bastante substancial, colocando vários aprimoramentos, várias questões, vinculadas ao Projeto que V.Ex^a. apresentou e, também, nós recebemos um documento da SECOM com algumas ponderações. Como o documento só nos chegou, às mãos, no dia de ontem, eu não tive oportunidade de poder fazer a ponderação e se nós iríamos ou não apresentar algum tipo de emenda. Então, até, eu gostaria de pedir até as desculpas, por fazer o pedido de vista, do Projeto, mas ter o entendimento de que nós entenPFLos o Projeto como meritório, como importante e necessário, mas gostaríamos de poder contemplar as ponderações feitas pela SECOM, para algumas adequações. Então, se V.Ex^a. me perdoa, eu vou fazer o pedido de vista, com a melhor das intenções. Não tenho nenhuma intenção de procrastinar a votação.

SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS): Eu agradeço a V.Ex^a. Eu, apenas, quis salientar que, se tivesse um pedido de vista, eu não vou fazer explanação.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): É melhor a gente deixar, isso.

SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS): Vou apenas aguardar. Só quero dizer apenas o seguinte. Eu quero felicitar o Relator. Eu acho que ele foi muito feliz. E a, quase, unanimidade das suas emendas eu acato. Esse é um Projeto muito importante, na minha opinião, porque essa questão de publicidade, ela tem que ter alguns limites, tem que ter, porque existem fórmulas, já não digo tanto no Governo Federal, mas em alguns Governos Estaduais, onde a propaganda não tem nada que ver com a obra, em si, é propaganda publicitária do Prefeito, sei lá o que for. Então, está na hora de fazer isso. Então, eu acho que esse Projeto veio em boa hora e vai regularizar, com muita profundidade, essa matéria. Porque não há dúvida que hoje, não há. Eu, quando fui Governador, até hoje os meus companheiros não me perdoam, eu não inaugurei uma obra, nunca participei de uma inauguração e não gastei um centavo em publicidade. Em compensação eu levei um pau da imprensa o tempo todo.

[risos]

SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS): Mas de qualquer maneira foi.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Aliás, aliás Senador Pedro Simon, nem sempre a veiculação faz com que a imprensa deixe de atuar contun-dentemente.

SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS): É verdade. É verdade. Então, eu... apenas... a única emenda que eu vejo com discussão, que eu quero, depois, debater com V.Ex^a., é que aonde V.Ex^a. extingue... que eu apresento que, se a empresa for condenada, ela, ela cai fora.

SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Fica proscrito.

SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS): Só que o proscrito até hoje, depois do próprio Parecer de V.Ex^a., eu acho exagerado. Mas eu acho que colocamos um prazo, vamos dizer, de 10 anos, ficaria uma intermediação de V.Ex^a. e eu, que seria razoável.

SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Uma punição.

SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS): Exatamente. Porque senão, não adianta nada. Eu também acho que fazer proscrito para a vida inteira, eu mesmo reconheço que é exagero. Mas botar um prazo de 10 anos, o cara vai pensar, porque, senão, ele não tem multa nenhuma. Ele perde aquela mas já entra com a outra, etc. e tal. Se V.Ex^a. concordasse, era a única ressalva que eu faria e, no restante, eu, já, fico, só, esperando a Líder do PT. Mas com relação a V.Ex^a. eu já digo, antecipadamente, que eu sou favorável a todas as emendas, com exceção dessa, que V.Ex^a., pelo que eu estou sentindo, está aceitando. E vamos ver a Senadora Salvatti que é imprevisível, não é.

[risos]

Ela falou, apenas, na parte que vem do Governo. Essa até não me preocupa muito. Me preocupa a parte que vem de dentro dela.

[risos]

Essa é que vamos ver o que vai acontecer.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): É claro que V.Ex^a. tem uma expectativa positiva--

SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS): Totalmente positiva, totalmente positiva.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): --pelo tanto que lhe admiro, não é, Senador Pedro Simon.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Bem, pedido de vistas da Senadora Ideli Salvatti. Acho que não tendo mais. Mais uma vez quero reforçar a presença do Presidente da TELEFONICA, na próxima quarta-feira às 9:00 horas, aqui, debate muito importante. Não tendo mais, declaro encerrada essa Sessão.

COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA,
INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA

ATA DA 13ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 23 DE MAIO DE 2007

Às nove horas e trinta e dois minutos do dia 23 de maio de dois mil e sete, na sala de reuniões da Comissão, Ala Senador Alexandre Costa, sala treze (13), sob a Presidência do Senhor Senador Wellington Salgado de Oliveira e com a presença dos Senhores Senadores Marcelo Crivella, Augusto Botelho, Renato Casagrande, Ideli Salvatti, Valdir Raupp, Romeu Tuma, Maria do Carmo Alves, Eduardo Azeredo, Cícero Lucena, João Ribeiro, Heráclito Fortes e Flexa Ribeiro, reúne-se a Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática. Deixam de comparecer os Senhores Senadores Sérgio Zambiasi, Gilvam Borges, Valter Pereira, Demóstenes Torres, José Agripino e João Tenório. Havendo número regimental abrem-se os trabalhos. O Senador Presidente Wellington Salgado de Oliveira, submete à Comissão a dispensa da leitura da Ata da Reunião anterior, que é dada como aprovada. Inicia-se a presente reunião, convocada na forma de Audiência Pública, atendendo ao Requerimento nº 011-CCT, de 2007, de autoria do Senador Wellington Salgado de Oliveira, que “Requeiro, nos termos do art. 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, nesta Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática – CCT, devendo ser convidado o Sr. Antônio Carlos Valente da Silva, presidente do Grupo Telefônica, com o objetivo de que sejam prestados esclarecimentos acerca do impacto e dos reflexos das vendas e fusões internacionais no desenvolvimento do mercado brasileiro de telecomunicações, por ser um tema de relevante interesse público”. Finda a exposição, a Presidência franquia a palavra aos Senhores Senadores membros da Comissão. Usam a palavra os Senhores Senadores Wellington Salgado de Oliveira, autor do requerimento, Flexa Ribeiro, Valdir Raupp, Romeu Tuma, Eduardo Azeredo e Cícero Lucena. Nesse momento, o Senador Flexa Ribeiro requer, oralmente, a inclusão extra-pauta de Requerimento, com o que todos concordam. Extra-Pauta, Item 01: Aditamento nº 01 ao Requerimento nº 10 de 2007-CCT, “Requeiro, nos termos regimentais, que seja acrescido ao Requerimento de nº 10 de minha autoria, os nomes abaixo designados: Ilmº. Senhor Luis Cuza – Presidente Executivo da Associação Brasileira das Prestadoras de Serviços de Telecomunicações Competitivas (TELCOMP), Ilmº. Senhor Ícaro C. Martins – Diretor da Associação Paulista de Cineastas (APACI), Ilmº. Senhor Paulo Rufino

– Presidente da Associação Brasileira das Empresas Produtoras de Cinema (ABEPC); Ilmº. Senhor Gustavo Starling Leonardos – Associação Brasileira da Propriedade Intelectual (ABPI)”. O Senhor Senador Wellington Salgado de Oliveira, agradece a todos pela presença e declara encerrados os trabalhos desta sessão determinando que as Notas Taquigráficas sejam anexadas a esta Ata para devida publicação. Nada mais havendo a tratar, a Presidência encerra a reunião, às onze horas e vinte e três minutos, determinando que eu, Égli Lucena Heusi Moreira, Secretária da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática lavrasse a presente Ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada, no Diário do Senado Federal.

Senador **Wellington Salgado De Oliveira**, Presidente da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática.

COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO,
COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA - CCT

13ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA NO DIA 23 DE MAIO DE 2007

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Bom dia a todos, bom dia Senadores presentes.

A presente reunião atende requerimento de minha autoria, aprovado por essa Comissão para realização desta Audiência Pública, com o Presidente do Grupo TELEFONICA, senhor Antônio Valente da Silva, aqui presente, que tem o objetivo de prestar esclarecimento acerca do impacto e dos reflexos das vendas e fusões internacionais no desenvolvimento do mercado brasileiro de telecomunicações.

Primeiramente, eu queria dizer que eu me sinto muito honrado em ter aqui presente o Sr. Antônio Valente, não só por representar um grande grupo como também pelo brasileiro que é. Tive oportunidade de tomar um café da manhã para fazer o convite dessa Comissão e fiquei muito impressionado, não só pelo conteúdo na área de telecomunicações que tem que ter, senão não chegaria a Presidente da TELEFONICA no Brasil, mas também Senador Marcelo Crivella, pela questão de ser humano e brasileiro que é. Eu cheguei até a colocar que apresentaria o requerimento um pouco mais à frente que eu fiquei muito impressionado, então estava muito seduzido pelo presidente, então, aguardaria mais um pouco para que passasse o momento. E espero que essa boa impressão causada, boa impressão que deu origem a minha pessoa, que

também transmita aos convidados aqui presentes e também aos Senadores presentes.

Com a palavra, para que possa fazer a sua exposição, o Sr. Antônio Carlos Valente da Silva, Presidente do Grupo TELEFONICA.

SR. ANTÔNIO CARLOS VALENTE DA SILVA:

Bom, muito bom dia a todos. Em primeiro lugar eu queria agradecer ao Senador Wellington Salgado, como Presidente da Comissão, esse gentil convite que nos oferece a oportunidade de compartilhar com os Srs. Senadores e também com todos os presentes, algumas reflexões sobre o mercado de telecomunicações e também sobre o processo de convergência que nós estamos vivendo em todo o mundo.

Eu vou me permitir Senador, apresentar um conjunto de slides onde eu procuro trazer para os Srs. e Sras., uma idéia da dimensão do mercado de telecomunicações no mundo, a atuação do Grupo TELEFONICA e depois, fazendo um zoom no nosso Brasil, falar um pouco sobre o mercado de telecomunicações no Brasil, falar um pouco do Grupo TELEFONICA no Brasil. E, um pouquinho mais adiante falar sobre dois temas, que são dois temas que certamente interessam a todos, que são os temas da convergência e da consolidação. E depois, como uma maneira também de compartilhar algumas informações com os senhores, eu vou falar um pouco sobre as ações do Grupo TELEFONICA com as suas parcerias, no campo da televisão por assinatura, a futura operação de televisão por assinatura por satélite e, por fim, falar um pouquinho sobre Telecom Itália, que eu imagino que também exista um certo interesse, uma curiosidade dos Srs. e Sras., terem alguma informação sobre o tema.

E por último, antes que me coloque à disposição de todos para eventuais perguntas que surgirem, falar um pouquinho também sobre o processo de conversão pulso minuto que nós estamos desenvolvendo no Estado de São Paulo.

Bom, então se o Senador me permite, então, usar esse tempo e essa agenda, eu iniciaria pedindo que fosse avançado dois slides, nós temos um gráfico e esse primeiro gráfico apresenta alguns números sobre o mercado de telecomunicações no mundo. Então, nós temos no primeiro conjunto de gráficos, a evolução recente do mercado de telefonia fixa a nível mundial, onde se pode verificar que ainda que nós tenhamos crescido a nível mundial taxas que não são tão reduzidas, verifica-se uma estagnação da telefonia fixa no mundo. Existem hoje, segundo informações da União Internacional de Telecomunicações ao final do ano de 2006, aproximadamente 1.3 bilhão de usuários de telefonia fixa no mundo. De outra forma, a telefonia móvel continua crescendo a taxas anuais muito signi-

ficativas, superiores a 23% ao ano e, no final do ano de 2006, já estávamos quase chegando 2,7 bilhões de usuários a nível de todo o mundo. O que significa dizer que para cada usuário de telefonia fixa existiam dois usuários de telefonia móvel, marcando de uma maneira bastante clara uma tendência de crescimento, ainda que a taxas menores da telefonia móvel em relação a telefonia fixa.

E por último, um crescimento a taxas ainda maiores da banda larga no mundo, chegando ao final de 2006 a pouco mais de 270 milhões de usuários em todo o mundo. E ficando bastante caracterizado, que a banda larga é o setor de grande crescimento para os próximos anos no mercado de telecomunicações. Nós vamos depois observar um pouquinho mais, quais são as principais *drives* que estão por trás desse crescimento.

Se nós passarmos para o próximo slide nós vamos falar um pouquinho sobre o Grupo TELEFONICA. O Grupo TELEFONICA é um grupo que teve um desenvolvimento muito marcante ao longo dos últimos 20 anos e esse slide apresenta algumas cifras importantes, alguns números importantes do Grupo TELEFONICA. Em 1984, a TELEFONICA era o operador líder no mercado espanhol e hoje, nós estamos atuando em uma série de mercados - nós vamos apresentar no slide posterior a nível, não só da Europa, mas também da América Latina, da África e da Ásia, fazendo com que exista uma diversificação muito grande a nível de geografias, a nível de mercado, mas também de produtos e serviços que eram originalmente produtos e serviços muito fundamentados nos serviços básicos de voz e dados.

A nível de clientes, nesses últimos 20 anos a base de clientes do Grupo TELEFONICA, aumentou em mais de 20 vezes e hoje, o Grupo TELEFONICA é um grupo que hoje tem mais de 20 milhões de clientes no mundo. E para que esses serviços sejam oferecidos, temos um contingente de pessoas de aproximadamente 220 mil empregados atuando em todos os países do mundo. A nível de cifras, o Grupo TELEFONICA é um grupo que tem hoje uma faturamento anual - sempre falando em dados de 2006 - da ordem de 52 bilhões de euros, e um valor de mercado da ordem de 108 bilhões de euros, o que faz com que o Grupo TELEFONICA esteja entre os cinco maiores grupos de telecomunicações do mundo.

Próximo slide, por favor. Bom, esse é o slide que eu adiantava para vocês, sobre a presença geográfica do Grupo TELEFONICA, nós temos um destaque muito grande para a América Latina, o Grupo TELEFONICA está em praticamente todos os países da América Latina, exceto na América do Sul no Paraguai e na Bolívia

e na América Central, em Honduras e na Costa Rica, em todos os outros países da América Latina nós estamos presentes. Também não estamos presente no mercado cubano e também não estamos presente no mercado da República Dominicana, que são mercados mais considerados como caribenhos.

Além do mercado da América Latina, uma operação na África, temos uma operação no Marrocos. Temos uma operação também, a nível de participação, mais como investidor, numa grande empresa chinesa, que é a China Netcom, que tem aproximadamente 130 milhões de clientes, o Grupo TELEFONICA tem 5% das ações dessa empresa. E a nível da Europa, além da Espanha, o mercado que foi o mercado tradicional do Grupo TELEFONICA, a TELEFONICA também atua nos mercados da Alemanha, do Reino Unido, da Irlanda, da República Tcheca e da Eslováquia.

Então hoje, se nós estivéssemos avaliando as receitas do Grupo TELEFONICA, um terço estaria saindo da operação espanhola, um terço da operação européia e um terço da operação latino americana. Muito embora exista uma forte concentração a nível de acessos da TELEFONICA na América Latina, mas em termos de receita existe um equilíbrio entre a Europa, Espanha e América Latina.

Próximo slide, por favor. Bom, agora avançando um pouquinho mais, falando sobre o mercado brasileiro. Esses são os dados do mercado brasileiro, não os dados da TELEFONICA, nós observamos um decréscimo já, ainda que as taxas não tão significativas assim, mas um decréscimo do número de usuários da telefonia fixa. Isso é observado também, esse fenômeno está sendo observado nas principais economias do mundo, no mundo desenvolvido na Europa, nos Estados Unidos, como fruto de um ataque muito forte aos usuários de telefonia fixa que tem acontecido, não só dos serviços móveis, como também, de todas as novas tecnologias que utilizam a Internet, especialmente aquelas tecnologias que são conhecidas como voz sobre IP, sendo que existem alguns provedores bastante conhecidos e que estão começando a produzir um efeito de redução de base de usuários de telefonia fixa e isso não está acontecendo somente no Brasil. Há duas semanas atrás um grande grupo internacional o Grupo Alemão *Deutsche Telekom*, anunciou ao mercado os seus números e houve uma redução de base no ano de 2006, muito importante de telefonia fixa na Alemanha, dá maior do que 5%. Só para vocês terem uma idéia, isso também está acontecendo nos Estados Unidos.

A nível da telefonia móvel, o crescimento superior a 20%, como também se observa no mercado internacional. Os números mais recentes já dão conta que

o número de usuários de telefonia móvel no Brasil, já ultrapassou os 100 milhões de usuários, já estamos nos aproximando dos 102 milhões de clientes. E também, como foi observado a nível internacional, a banda larga crescendo, só que no Brasil a taxas bem mais importantes do que a nível mundial, onde nós tínhamos observado um crescimento da ordem de 30% e, no Brasil já estamos alcançando 5,7 milhões. Esses números de dezembro de 2006, com taxas de crescimento médio bastante significativas de mais de 50% ao ano. Se nós então, agora, falarmos um pouquinho do Grupo TELEFONICA no Brasil, próximo slide, por favor.

Bom, o Grupo TELEFONICA ele atua no Estado de São Paulo em termos de telefonia fixa, para aqueles que não estão tão familiarizados com o mercado de telecomunicações, o Brasil está dividido em três regiões. Se pode observar pelo mapa do Brasil à esquerda, na parte superior as três regiões, a Região 1, que é operada pela Telemar, a Região 2, que é operada pela Brasil Telecom - incluindo aqui a cidade de Brasília onde nós nos encontramos -, e a Região 3, que é a região ocupada e operada pela TELEFONICA. Aí alguns dados básicos do Estado de São Paulo, são 250 mil quilômetros quadrados, uma população de aproximadamente 40 milhões de pessoas, que significa 22% da população brasileira e, com uma participação bastante importante no PIB, da ordem de 34% do PIB brasileiro.

A TELEFONICA então tem 12, um pouquinho mais de 12 milhões de linhas, tem um faturamento bruto da ordem de 20 bilhões de reais. Depois nós vamos dar um contexto desse faturamento bruto e faturamento líquido, porque esses números geram uma contribuição a nível de impostos, extremamente significativa e, tem como principal acionista a TELEFONICA. Bom, a nível de operação móvel, nós temos uma operação que é quase nacional, que é a Vivo. E essa operação quase nacional, ela tem a ausência da área de Minas Gerais e dos Estados do Nordeste, de seis Estados do Nordeste, mas a Vivo tem uma participação bastante importante no mercado brasileiro. Tem quase 73% da população na sua área de atuação, tem um pouquinho mais de 29 milhões de clientes e tem como acionistas principais, a TELEFONICA e o Grupo Portugal Telecom, vinha, em partes iguais é uma *joint venture*, 50 a 50, entre o Grupo TELEFONICA e o Grupo Portugal Telecom. Bom, a nível de participação nos diversos mercados, a nível de acessos fixos, acessos móveis e acessos de banda larga também, a nível do ano de 2006, o Grupo TELEFONICA tem mais ou menos 34% de *Marketer Share* (F) na telefonia fixa, 29% na telefonia móvel, e alguma coisa como 28%, a nível de banda larga. E uma informação extremamente importante, a

TELEFONICA é uma empresa que é uma das maiores empregadoras do Brasil. Nós temos, então aí, 66 mil empregos diretos, um pouco mais de 30 mil empregos indiretos e a TELEFONICA então emprega no Brasil, atualmente quase 100 mil pessoas. São quase cem mil famílias que têm algum tipo de relação com o Grupo TELEFONICA, o que nos dá por um lado muito orgulho e também uma grande responsabilidade, já que muitas famílias dependem da atividade do Grupo TELEFONICA.

O próximo slide. Nós poderíamos, então, falar um pouquinho sobre as atividades passadas, recentes com relação a investimento do Grupo TELEFONICA no Brasil. O investimento, em aquisições de ativos da ordem de 18 bilhões de reais, mais de dólares, desculpa, mais de 20 bilhões de reais, na expansão e modernização das plantas, ou seja, aquisição de ativos, o primeiro ponto, o segundo ponto, a expansão das redes, a modernização de sistemas. No mês de janeiro, fizemos uma visita ao Excelentíssimo, Sr. Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, onde antecipamos que o Grupo TELEFONICA vai investir, ao menos, ou o mínimo de 15 bilhões de reais no período de 2007 a 2010.

Foi muito interessante, porque nós fizemos esse anúncio alguns dias - eu acredito que duas semanas antes do lançamento do PAC. Então esses números que são números bastante significativos, são números que vêm se somar aos números do Programa de Aceleração de Crescimento e, se relaciona a uma única empresa, no caso aí, ao Grupo TELEFONICA.

E finalmente, aqueles dois pontos que eu já tinha assinalado na lâmina anterior, a questão dos empregos e outro ponto extremamente importante; o Grupo TELEFONICA também é um dos maiores contribuintes de impostos no País. Se nós considerarmos a parcela de pagamento de impostos, tanto da Vivo como da TELEFONICA, nós estamos pagando ao redor de... Estamos contribuindo com alguma coisa como 10 bilhões de reais ano, certamente estamos aí, no topo entre os maiores contribuintes brasileiros.

Bom, partindo então desse ponto. Próximo slide, por favor. Dá para vocês, para todos os presentes, uma idéia da dimensão do mercado de telecomunicações, dos principais mercados, da atuação do Grupo TELEFONICA mais especificamente. Aqui obviamente, procurei trazer algumas informações do nosso Grupo já que, certamente, elas não são de conhecimento mais específico de todos. E agora, eu passaria mais para uma parte conceitual e, depois voltaria de novo, a falar sobre a questão da TELEFONICA na parte final desta apresentação, quando eu falar sobre aqueles temas

específicos envolvendo a televisão por assinatura, a conversão pulso minuto e a também a Telecom Itália.

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP): Estava ouvindo uma ligação sobre a conversão por minuto, por tempo [pronunciamento fora do microfone], a sociedade esta toda enrolada, quem sabe o senhor não possa dar uma explicação mais clara.

SR. ANTÔNIO CARLOS VALENTE DA SILVA: Esse Senador, é o último ponto... Não, por favor é um prazer. É o último ponto da nossa apresentação, nós vamos trazer para os senhores, uma idéia de como está avançando o processo de conversão pulso minuto, no Estado de São Paulo que é aquele que nós temos.

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP): [pronunciamento fora do microfone].

SR. ANTÔNIO CARLOS VALENTE DA SILVA: Nós começamos na realidade em março, final do mês de março, na região de Araçatuba, em São José do Rio Preto e estamos gradativamente avançando. Vamos falar sobre isso depois ao final.

Bom, então, convergência tecnológica. Muito tem se falado sobre isso e aí, eu vou me permitir fazer algumas reflexões a respeito da questão da convergência.

Bom, em primeiro lugar, a telefonia começa a ser desenvolvida no mundo no final do século XIX, na última metade, no último quarto do século XIX. E, por mais estranho que possa parecer, o Brasil teve uma função protagônica, porque na exposição de Filadélfia, no ano de 1876, se eu não estou equivocado --

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Me permita um aparte? Eu dei um sorriso, porque realmente quando nós tomamos um café, para que pudesse fazer o convite da Comissão, o presidente começou a me contar, eu acho que exatamente essa história de Graham Bell até hoje. Então, eu dei um sorriso eu acho interessante, porque realmente, você vê como evoluiu a telefonia. Desculpe, presidente.

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP): [pronunciamento fora do microfone].

SR. ANTÔNIO CARLOS VALENTE DA SILVA: Bom, mas a menção que eu faço a Alexander Graham Bell é exatamente pela participação interessante e protagônica que o Brasil teve, porque Graham Bell era uma pessoa desconhecida, um inventor de grande potencial, mas uma pessoa desconhecida. Estava lá na exposição de Filadélfia, com seu invento num cantinho e ninguém dava atenção para Alexander Graham Bell. E ele estava simplesmente com - vamos dizer assim, a parte - o que seria o futuramente o serviço telefônico, o invento do que seria futuramente o telefone.

E eis, que o nosso querido Embaixador, o nosso Imperador Pedro II, que também estava visitando essa exposição, observa o Alexander Graham Bell isolado, abandonado no seu stand e resolve conhecer o invento. E fica tão impressionado, com o fato de que as pessoas poderiam falar através de um sistema como aquele a distância, que convida Alexander Graham Bell para trazer o sistema para que ele fosse implantado no Rio de Janeiro, isso acabou acontecendo dois ou três anos atrás. E esse fato que é um fato da História Mundial das telecomunicações, está em todos os compêndios mundiais que falam sobre o tema, ou seja, o Brasil através de uma atitude nobre do Imperador Pedro II, entrando na História Mundial das telecomunicações, através dessa ação que nos permitiu estar em todos os livros e toda a história das telecomunicações.

Bom, dessa época para o final do século XIX, muitas invenções e muitas ações complementares foram desenvolvidas, até que começa então a surgir as primeiras redes telefônicas no mundo. E essas redes telefônicas, dentro da tecnologia existente, tecnologia que utilizava a analogia entre os sinais audíveis e os sinais elétricos, foi se desenvolvendo gradativamente, até que chega na década de 50 - da mesma maneira como nós temos o desenvolvimento da informática através dos primeiros computadores etc --

SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ):

Sr. Presidente, pela ordem. Eu só queria lamentar profundamente, numa exposição tão brilhante e tão interessante eu tenha que sair, porque o Ministro da Justiça está me esperando para uma audiência que foi marcada há 15 dias. Eu peço, então, ao senhor que me escuse.

Saio lamentando profundamente, não poder terminar de ouvir uma palestra tão brilhante e tão interessante como essa.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Senhor Senador, poderá ser requerido--

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Poderá ser requerido à TV Senado a cópia, para que V.Ex^a. possa assistir ao final, já que ela está sendo gravada.

SR. ANTÔNIO CARLOS VALENTE DA SILVA: Senador, eu me coloco à disposição do senhor se necessário for, se o senhor tiver uma disponibilidade para conversar mais especificamente sobre o tema, que é além de tudo, me apaixona muito.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): E por favor, fale bem de mim para o Ministro da Justiça, se possível bem de todos nós. [Risos]

SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ):

Você não está naquela lista dos quarenta nomes?

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Não, não. [Risos] De jeito nenhum. Ninguém sabe qual é a lista, mas em princípio, não. Eu acho que não.

SR. ANTÔNIO CARLOS VALENTE DA SILVA:

Bom, mas então na década de 50, juntamente com o desenvolvimento dos primeiros computadores, então, se iniciam os primeiros desenvolvimentos da digitalização de sinais, que é a transformação dos sinais audíveis em códigos binários, técnica que veio, alguns depois, ao final dos anos 60, a revolucionar completamente as telecomunicações.

Eu tive o privilégio de trabalhar não nos anos 60, porque nessa época eu ainda estava na escola primária, porque eu sou mais jovem do que isso, mas nos anos 70 sim, tive o privilégio de trabalhar numa empresa no Rio de Janeiro, na década de 70, numa empresa que foi a CETEL, que foi uma empresa pioneira na utilização de sistemas digitais, naquela época os chamados sistemas PCMs, os *Pulse Code Modulation*. E, a partir daí, nós tivemos sempre um avanço muito forte da digitalização de redes, saindo dos sistemas de transmissão depois passando para os sistemas de comutação.

Em 1980, também um grande privilégio que eu tive, juntamente com o CPQD, de lançar a primeira fibra ótica brasileira também na CETEL, entre os bairros da Jacarepaguá e Cidade de Deus, um percurso de três quilômetros, fibras desenvolvidas no Brasil com o apoio do CPQD, chegaram as fibras óticas. As fibras óticas se tornam absolutamente comuns, chegam aos cabos, interoceânicos, os cabos internacionais. Os satélites se desenvolvem de uma maneira impressionante. E, hoje o mundo é o mundo todo digital.

E o mundo digital significa que independentemente de qual seja informação, se é um sinal audível de uma conversão telefônica como nós estamos acostumados a fazer, ou se é uma comunicação de dados, ou se é uma informação a nível de vídeo, ou uma fotografia, todas essas informações elas são transformadas num conjunto de bits. Bits são códigos elétricos, que podem ser a ausência de bits ou presença de bits. E tudo isso faz com ao final - existe um ditado que a gente utiliza muito nas telecomunicações: "Que bits são somente bits e nada mais do que bits", ou seja, todas as informações elas acabam convergindo para esse conjunto de códigos que está por trás de todo o processo de convergência.

A convergência, ela está baseada nisso, então nas técnicas de digitalização, nas técnicas de codificação, nas técnicas de compressão e nas técnicas de

transmissão digital, que acabaram se desenvolvendo de uma maneira importantíssima ao longo dos anos com, claramente, um ponto de grande desenvolvimento, que foi o desenvolvimento do protocolo IP, que acontece aí no final dos anos 80 e, que faz com que exista uma padronização para o transporte de todos esses sinais digitais. Então, dentro do cenário anterior nós tínhamos diversas empresas, prestando cada uma delas o seu serviço em função da própria tecnologia analógica que era utilizada e, agora, um novo cenário onde as empresas utilizam essas plataformas convergentes e podem ofertar um conjunto muito grande de serviços em cima dessas plataformas convergentes.

Se nós dermos uma clicadinha aqui, naquela setinha que está embaixo à direita, à esquerda, desculpe. É possível? Nós vamos ver então de uma forma um pouco mais gráfica a questão da convergência, apresentando muito claramente do lado esquerdo, o antigo modelo de negócios, onde você tinha a televisão paga, telecomunicações e radiodifusão que utilizavam redes distintas e sistemas distintos, já que as redes utilizam sistemas analógicos e faziam uso de tecnologias específicas, sistemas específicos e equipamentos específicos. E, o modelo de negócios convergentes onde através da digitalização, você tem possibilidade de ter todo esse mundo de comunicação, entretenimento e telecomunicações em cima das mesmas redes convergentes.

Bom, se nós clicarmos então naquela setinha à direita, aí sim, voltamos então e podemos avançar, e observar que o mundo da convergência está gerando dois fenômenos bastante interessantes. O primeiro, é que os ciclos tecnológicos estão cada vez mais se tornando menores e, esses ciclos tecnológicos se tornando menores, eles têm uma exigência de investimentos extremamente importante. E para que nós tenhamos uma idéia, hoje uma discussão que se tem no mundo muito grande, é com relação a levar ou não levar as fibras óticas para cada uma das nossas casas. Existe uma série de situações que são discutidas no mundo, alguns casos que são casos quase que clássicos a nível do mercado de telecomunicações mundial, e eu vou citar apenas três deles, poderia citar mais, que é o caso da *Verizon* que é uma companhia nos Estados Unidos, que está fazendo investimentos de mais de 15 bilhões de dólares para levar as fibras óticas a cada um dos usuários. A discussão que acontece agora na Austrália, também, com investimento da ordem de três bilhões de dólares australianos para levar fibras óticas para as residências. E, a discussão que acontece também na Alemanha, envolvendo mais de cinco bilhões de euros, para também levar as fibras óticas para as residências de cada um dos usuários, desses

três mercados, no caso os Estados Unidos, a Costa Leste, a Austrália e Alemanha e, também uma série de outros países onde essa questão está presente. Eu estou dando esses exemplos, exatamente para falar na magnitude dos investimentos. Essas novas tecnologias, esses novos sistemas, essas novas ofertas de serviço, demandando então, investimentos crescentes.

Essa necessidade de investimentos crescentes está produzindo um fenômeno, que era o segundo ponto que eu queria destacar para vocês, que é uma consolidação muito grande no mercado, não só a nível de operadores, mas também de fornecedores de equipamentos e materiais. E como decorrência de todo esse processo de convergência, essa consolidação. Se nós clicarmos ali, naquela setinha embaixo à esquerda, nós vamos ter um caso bastante interessante que é o caso dos Estados Unidos, onde nós temos, vamos dizer assim, a ruptura do Sistema Bell, que existia antes de 1984. Então, ali à esquerda no alto, nós temos ali o Sistema Bell, que era o único que ofertava serviços de telecomunicações nos Estados Unidos, antes de 1984.

Bom, como sequência do processo chamado nos Estados Unidos de *Diversity*, se criam as grandes *Baby Bells*, que estão aí denominadas, a *Ameritech*, a *BellSouth*, a *US West*, a *Nynex*, na Região de New York, a *Southwestern Bell*, no mercado do meio Oeste Americano, a *Bell Atlantic*, na Região de Washington, na região, vamos dizer assim, da Virgínia. Esse movimento sendo depois continuado dentro do processo de fusões e aquisições, como fruto do processo de convergência que já começava a acontecer nos Estados Unidos. Esse processo, que está ali embaixo à direita, concluindo com a situação atual do mercado americano, onde hoje nós temos basicamente três grandes grupos que são os Grupos AT&T, que passa a ser a maior empresa de telecomunicações do mundo com valor de bolsa de mais de 300 bilhões de dólares. O Grupo *Verizon*, que é aquele que eu mencionava anteriormente que está colocando as fibras óticas na parte da Região de New York, a parte da Costa Leste Americana. E a *Quest*, que é a consolidação da *Southwestern Bell* e outras empresas que atuam no meio oeste americano. Vamos avançar um pouquinho e apresentar também o caso do mercado europeu.

O mercado europeu, onde a gente tem quatro das principais empresas operadoras européias, a Telecom Itália, a *Vodafone*, a France Telecom e a *Deutsche Telekom* onde também já se observa que eles não só estão atuando a nível de convergência de serviços, mas também procurando ampliar o atendimento a nível de bases geográficas. Um destaque muito especial para a *Deutsche Telekom*, para a France Telecom, para a

Vodafone, Telecom Itália nem tanto, conforme a gente vai ver depois um pouquinho mais em detalhes. Mas esses três grupos *Vodafone*, France Telecom e *Deutsche Telekom*, atuando de uma forma muito, muito ampla no mercado europeu. A *Vodafone* não só no mercado europeu, mas também em outras regiões, mas aí nós estamos focando muito no mercado europeu.

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP): Com sistemas diferentes?

SR. ANTÔNIO CARLOS VALENTE DA SILVA:

No caso da *Vodafone* Senador, a *Vodafone* só atua no mercado móvel, como está ali representado. Eles têm redes de terceira geração e que nós chamamos de segunda geração e meia. No caso da France Telecom e *Deutsche Telekom*, eles têm sistemas integrados de dados de telefonia fixa e telefonia móvel. Há notícias agora recentes - eu diria que talvez não confirmadas ainda - de ações da *Vodafone* também em outros mercados diferentes da telefonia móvel, mas de toda a maneira isso sim, já é um fato. A *Vodafone* já passa a ser um grande operador de banda larga no mercado europeu, através das redes de terceira geração.

Com relação às redes, no caso do mercado europeu existe uma padronização muito grande [soa a campainha] Então, no caso de redes móveis, nós temos redes GSM - posso avançar Senador, apesar do--

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Claro, tem toda a exposição.

SR. ANTÔNIO CARLOS VALENTE DA SILVA: E no caso das redes de terceira geração, aí os padrões UMTS. Em termos de rede, existe uma certa padronização, vamos chamar assim.

E o último slide desse bloco, é exatamente o processo de consolidação que também está acontecendo a nível do mercado fornecedor. As grandes fusões que aconteceram ao longo de 2006, eu acho que a grande maioria dos senhores ouviu falar alguma coisa ou teve a oportunidade de ler nos jornais, a fusão da *Nokia* com a *Siemens*, dois grandes fornecedores de redes e especialmente de redes móveis. E também do Grupo Alcatel com o Grupo *Lucent*, Alcatel um grupo francês, a *Lucent* um grupo americano e, no caso da *Nokia-Siemens*, um grupo alemão e um grupo finlandês, ou seja, essa consolidação também acontecendo no mercado de fornecedores de equipamentos.

Se nós clicarmos, então ali embaixo... Vamos voltar, então. O próximo slide dá uma idéia de que é o cenário é esse, o jogo é o jogo da convergência. E nós do Grupo TELEFONICA, não poderíamos ter uma visão estratégica que não fosse de também acompanhar todo o movimento da convergência, até porque esse é o desejo dos usuários, esse é desejo dos clientes,

de ter relações que de alguma maneira acabam propiciando ganho para cada um dos usuários em função da integração dos serviços. Então, o nosso grupo tem como objetivo muito claro, satisfazer as necessidades dos nossos clientes, com respeito obviamente a todas as regras, as todas as leis nos países onde ele sempre opera, desenvolvendo projetos que alcancem o objetivo de atendimento aos nossos clientes que, muitas vezes, podem ser desenvolvidos nas próprias redes que sejam de nossa propriedade ou através de crescimento não orgânico, que são as aquisições de novas empresas ou de parcerias, quando isso se constitui, quando essa possibilidade se constitui, como a única possibilidade a ser utilizada para atendimento das necessidades dos nossos clientes.

Bom, dentro desse contexto então, eu acho que agora sim, a gente volta a falar sobre o Grupo TELEFONICA de uma maneira mais específica. Eu pediria para avançar o próximo slide e nós vamos falar um pouquinho da parceria da TELEFONICA com o Grupo Abril, com a TVA.

Bom, é fato público e notório, que o Grupo Abril é um grupo que tem um reconhecimento muito grande a nível do desenvolvimento de conteúdos, conteúdos mais para a indústria gráfica, mas tem uma habilidade reconhecida na área de conteúdos. E, no caso da TELEFONICA, uma empresa que tem uma operação reconhecida a nível do mercado de telecomunicações. Então, o objetivo dessa parceria é exatamente permitir que os usuários da região da cidade de São Paulo, tenham possibilidade de contar com os serviços de dados e de voz oferecidos pela TELEFONICA, e os serviços de vídeos oferecidos pela TVA, que é uma empresa do Grupo Abril, naquilo que dentro do nosso mercado é chamado de *Triple Play*, ou seja, oferta de produtos e serviços integrados para os clientes que assim o demandarem. E obviamente, como eu disse anteriormente, essa operação é uma operação que se enquadra totalmente dentro do modelo legal e regulatório e, tem uma similaridade muito grande com outras parcerias que são feitas entre empresas de telecomunicações e empresas de televisão por assinatura que, certamente, os senhores já escutaram falar de algumas dessas parcerias.

Bom, na próxima lâmina... Falar um pouquinho sobre televisão por assinatura via satélite. Bom, existem três modalidades hoje disponíveis no mercado para a prestação de serviço de televisão por assinatura. Uma delas, a mais conhecida que tem inclusive uma lei específica que é a chamada Lei do Cabo, aprovada no Congresso Nacional em 1994, e sancionada pelo Presidente da República em janeiro de 1995, que disciplina e regulamenta todas as operações de televisão

por cabo, ou seja, cabos coaxiais que são utilizados para a oferta de serviço de televisão por assinatura. Uma outra tecnologia que é chamada de MMDS, que é uma sigla em inglês, que fala em distribuição multiponto de sinais via rádio.

É uma tecnologia que utiliza aproximadamente 198 megahertz de espectro, sendo 186 megahertz para canais que descem - são 31 canais analógicos de seis megahertz, dando 186 megahertz e 12 megahertz de canal de retorno, que permite que o usuário se comunique com a central que está distribuindo o serviço de televisão por assinatura. Essa modalidade permitia, no passado, a oferta de 31 canais analógicos, o que fez com que esse sistema fosse muito pouco competitivo, especialmente com as operações de televisão por cabo. Porque nós sabemos que as operações de televisão por cabo oferecem uma quantidade muito grande de canais. Então, era muito difícil de competir, um operador de MMDS com uma operação de televisão a cabo.

Bom, o que está acontecendo em MMDS? Isso também está acontecendo que como todas as plataformas de telecomunicações ela também está sendo digitalizada e, com a digitalização a plataforma de MMDS, ela começa a ser competitiva, porque você necessita de uma quantidade muito mais reduzida de espectro te permite uma oferta muito grande de canais. Então, o MMDS começa a ser com a digitalização, competitivo, capaz de oferecer uma solução técnica interessante para a televisão por assinatura e, obviamente, por ser uma tecnologia sem fio, já que utiliza microondas, tem uma facilidade, uma rapidez de implementação muito maior do que uma rede de televisão por cabo. Mas infelizmente a digitalização só se tornou viável em termos técnicos e econômicos para as redes de MMDS muito recentemente, mas é uma solução bastante interessante.

E por último, a chamada televisão por assinatura ou via satélite ou DTH. E esse DTH aí, são as letrinhas da *Direct to home*, que utiliza um conjunto de *transponders* num satélite. Esses sinais chegam a uma pequena antena colocada, antena parabólica colocada na casa de cada um dos usuários - em geral essas antenas têm cerca de 60 centímetros de diâmetro. Nos locais onde existe uma precipitação pluviométrica maior, como em alguns estados do Norte do Brasil, pode ser exigido uma antena um pouquinho maior, da ordem de um metro de diâmetro, mas é uma solução bastante interessante, porque permite um alcance muito grande dos serviços de televisão por assinatura.

Bom, essas são basicamente, então, as três modalidades, a televisão por cabo, televisão por rádio ou microondas que é o MMDS, e a televisão por assi-

natura via satélite. Nós então, fizemos no final do ano passado, uma parceria comercial de forma semelhante a que foi mencionada anteriormente com a TVA, com relação à televisão por assinatura via satélite, com uma empresa chamada DTHI; exatamente para que a gente pusesse não só ter- como fiz menção anteriormente - a possibilidade de ofertar aos nossos clientes o que eles desejam, que é um serviço *Triple Play*, também, ainda que não fosse da mesma empresa, mas também aprender um pouco com a DTHI, até porque a TELEFONICA tinha pleiteado em março de 2007, uma licença para a sua operação de televisão por assinatura por satélite.

E só voltando ao tema da Lei do Cabo, é importante que se note que no setor de telecomunicações e o setor de comunicações, nós temos basicamente três marcos legais bem diferenciados. O primeiro, que é a Lei de Radiodifusão, o Código Brasileiro de Telecomunicações que é do ano de 1962, que rege as principais atividades de rádio difusão no Brasil - essa lei, é uma Lei de 1962, Código Brasileiro de Telecomunicações.

A Lei do Cabo, como eu havia feito menção anteriormente, que disciplina e rege as operações de cabo no Brasil, que é uma Lei de 1995, janeiro de 1995. E a Lei Geral de Telecomunicações, aprovada no Congresso Nacional, em julho de 1997 - nós estaremos dentro de poucas semanas completando dez anos de Lei Geral de Telecomunicações - e a Lei Geral de Telecomunicações é o marco legal para a televisão por assinatura via satélite e, televisão por assinatura via MMDS.

Bom, no caso da televisão por cabo, existe uma série de restrições com relação ao capital estrangeiro. Há uma determinação legal da Lei do Cabo, que estabelece que as empresas estrangeiras não podem deter mais do que 49% das operações de cabo. No caso da Lei Geral de Telecomunicações, essas vedações não existem, e tanto para o caso de DTH, como para MMDS, as empresas estrangeiras podem deter as operações, dentro do marco geral Lei de Telecomunicações. E foi dentro desse contexto, não só legal, mas também regulamentar, que a TELEFONICA pleiteou em março de 2007, a sua licença para operação de um serviço de televisão por assinatura via satélite, e esta licença nos foi concedida esse ano, no mês de março.

E a TELEFONICA, então, também no sentido de contribuir com a cidadania, com a oferta de serviço de forma mais ampla para a sociedade brasileira, ela não somente se comprometeu a oferecer no satélite todos os canais institucionais que hoje são disponíveis no cabo, como a Televisão Senado, a TV Câmara, a TV Justiça, ou seja, todos os canais institucionais que contribuem, sem dúvida nenhuma para cidadania, como também, colocou à disposição do Ministério da Educação, um

canal exclusivo para tele-educação, de maneira que a gente tenha as 170 mil escolas brasileiras, recebendo o canal que nós vamos procurar desenvolver em conjunto com o Ministério da Educação, e que tenha a possibilidade não só de levar informação, conhecimento para os alunos, mas também, possibilidade de capacitação, treinamento e evolução dos profissionais do ensino.

E também, adicionalmente, nós vamos ceder para duas mil escolas, provavelmente aquelas que se incluam entre as mais carentes do País, com a seleção feita pelo Ministério da Educação e as Secretarias da Educação, um conjunto de equipamentos que vão permitir que essas escolas tenham acesso ao canal de educação, oferecido em parceria entre a TELEFONICA e o Ministério da Educação. E esse kit, basicamente são os aparelhos televisores, os equipamentos decodificadores, as antenas e a instalação e manutenção de todos esses equipamentos.

Próximo slide, por favor. Bom, falar um pouquinho sobre a operação Telecom Itália e, com essas duas lâminas que se seguem, eu vou falar sobre o tema Telecom Itália e, depois, encerrar a exposição - o Senador Romeu Tuma não está nesse momento aqui - falando um pouquinho sobre a situação pulso minuto.

Bom, a operação Telecom Itália, que também despertou muita curiosidade no mercado internacional, e como não podia deixar de ser, no mercado de brasileiro, é uma operação onde nós fomos ver na lâmina subsequente, a TELEFONICA começa a fazer parte de um grupo que está se denominando Telco, que é constituído por 57,7 - se eu não me equivoco - de acionistas italianos, entre eles o Grupo *Bennetton*, o Grupo *Mediobanca*, o Grupo *Intesa Sanpaolo* e o grupo... *Intesa Sanpaolo*, *Mediobanca*, *Bennetton*, tem mais um quarto grupo que vai aparecer na lâmina seguinte que agora me foge da memória.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): É a minoritária que você esqueceu?

SR. ANTÔNIO CARLOS VALENTE DA SILVA: Não, não são grupos italianos que constituem os 57,7. E esse grupo a Telco, tem 100% de uma empresa chamada Olímpia, que já existia, e essa empresa Olímpia, tem 18% do capital da Telecom Itália. Esses outros acionistas italianos já dispunham de ações que totalizam 5,6% do Grupo Telecom Itália e contribuíram para essa empresa, a Telco com 5,6% das ações da Telecom Itália. Então, esse Consórcio Telco, tem de forma indireta 18% - indireta, porque tem Telco, Olímpia e Telecom Itália e de forma direta 5,6% das ações da Telecom Itália. Então, no total, 23,9% de 23,6% das ações da Telecom Itália.

No caso de TELEFONICA, nós vamos nos referir ao quarto ponto, nós temos 42,3%, de 23,6%, o que significa 9,9% das ações com direito a voto e 6,9%, do capital total da Telecom Itália, já que a exemplo do que ocorre com muitas empresas aqui no Brasil, existem ações com direito a voto e ações sem direito a voto.

Bom, a Telecom Itália no Brasil tem basicamente duas operações, que é a Telecom Itália móvel, a conhecida TIM, que tem uma parcela muito significativa do mercado brasileiro e tem uma participação de cerca de 38% do capital de controle da Brasil Telecom. Essa participação na Brasil Telecom, ela hoje se encontra colocada num banco internacional, que é o *Credit Suisse*, em função de uma série de restrições, que foram colocadas pelo regulador brasileiro em função de situações anteriores, que envolveram a superposição de licenças entre a Brasil Telecom e a Telecom Itália. São decisões do ano de 2004, 2005 e 2006.

Bom, mas o mais importante a destacar nessa lâmina é que o Grupo TELEFONICA, conforme nós vamos ter anteriormente, ele não detém controle da Telecom Itália, como de alguma maneira chegou a ser fazer esse comentário a nível da imprensa internacional e, nem eu sou a pessoa mais habilitada aqui, para falar sobre as participações da Telecom Itália aqui no Brasil, estou fazendo simplesmente porque essas informações são informações públicas, em respeito a todos presentes aqui. Mas o mais importante é que essas operações, e não poderia ser de outra maneira, elas vão ser administradas de forma completamente distintas, têm controladores completamente distintos e não existe nenhuma indicação de que Vivo e TIM Brasil venham ter, pelo menos a curto tempo, a curto intervalo de tempo, nenhuma operação que venha a ser feita de forma compartilhada.

Bom, essas declarações são declarações públicas e, além de todas essas declarações que nós fizemos e todos esses cuidados que foram já divulgados pela imprensa - alguns dos quais eu vou mencionar aqui, nós estamos submetendo - não só ao Governo Brasileiro, mas também ao Governo de todos os países onde a operação tenha algum tipo de impacto, os documentos necessários para que as avaliações pertinentes sejam feitas.

A nível dos cuidados que nós tomamos, no caso de mercados onde existem operações das Telecom Itália e da TELEFONICA, ainda que de forma compartilhada, como é o caso da Vivo, no caso do serviço móvel, a preocupação é de que não só na Telecom Itália, onde a TELEFONICA vai ter a possibilidade potencial de indicar dois membros do Conselho de Administração da Telecom Itália, como também na Telco, onde nós temos a possibilidade de indicar quatro, entre dez

conselheiros, e Telecom Itália, dois entre 19 Conselheiros. Todas as vezes em que os temas relacionados aos países onde exista operações da TELEFONICA e da Telecom Itália, os Conselheiros da TELEFONICA, eles não tomam decisões sobre essas decisões, sejam elas de caráter estratégico, operacional ou qualquer outro tipo de... Não só não tomam decisões, como sequer participam, sequer participam das reuniões. E esse é um compromisso, uma obrigação que nós estamos assumindo, não só em relação ao Governo Brasileiro, mas em relação às Comissões de Valores de Mercados Imobiliárias de todos os países na Itália, na Espanha. Como os senhores bem sabem, as informações a nível de compromisso que nós assumimos com os organismos reguladores em todos os países, são compromissos extremamente importantes que se não cumpridos, obviamente geram irresponsabilidades para todos os Administradores.

Na lâmina seguinte, aí sim eu vou lembrar, por favor, do grupo que está faltando, *Mediobanca, Generali*, que é uma seguradora, que também tem algum tipo de atuação aqui no Brasil. Então, aqui a gente consegue ver de maneira estruturada, a Telco, a Olímpia - 100% da Olímpia é de propriedade da Telco, a Telecom Itália. E a Telecom Itália então, descendo na cadeia, a Telecom Itália Internacional, TIM Brasil, TIM Participações e tem todas as operações da TIM aqui no Brasil, para ficar bastante claro onde nós temos algum tipo de atuação.

Nós temos então, atuação na Telco, que é a empresa que está na parte superior da cadeia, como eu disse anteriormente, nós temos 42% desta empresa e 57,7% na mão daqueles quatro acionistas italianos, quatro membros no Conselho de Administração entre 10 e, o caso da Telecom Itália, a possibilidade de ter 2 entre 19. Por que eu falo da possibilidade? Porque o sistema que se adota na Itália é um sistema de lista. Então, você oferece uma lista à Junta Geral de Acionistas e a tua lista pode ser aprovado ou não. E sendo aprovada, então a Telecom Itália, teria dois Conselheiros indicados pela TELEFONICA.

E para finalizar, já que eu passei bastante aqui, com a tolerância do Senador, do Presidente da Casa, do Presidente da Mesa, desculpa, falar um pouquinho sobre a migração pulso minuto. Nós começamos no dia 16 de março - como nós havíamos antecipado para o Senador Romeu Tuma - na região de São José do Rio Preto, também na região de Araçatuba. Já tínhamos no mês de março aproximadamente 330 mil assinantes, que já tinham realizado a migração do sistema de pulso para o sistema de minuto e vamos chegar a todo o Estado. Na região da cidade de São Paulo, em função do conhecimento que nós estamos adquirindo da mudança

de sistemas, nós devemos estar fazendo a migração aproximadamente lá pelo final da segunda quinzena de julho. Os resultados que nós temos até agora estão dentro esperado. E nós acreditamos que, com a finalização do processo de migração pulso minuto, devem ser reduzidos significativamente - nós esperamos que eliminado - um dos grandes focos de reclamação de usuários com relação ao serviço telefônico fixo, que era exatamente a dificuldade de associar o número de pulsos com o tempo de utilização dos seus telefones, do seu serviço telefônico fixo.

Essa sempre foi uma das principais preocupações, uma das principais reclamações dos clientes. Nós esperamos que independentemente de existir um certo período de adaptação nas primeiras contas, logo em seguida todos vão se sentir muito mais confortáveis em função da transparência que oferece o sistema pulso minuto. Eu só queria para finalizar, destacar que todos esses movimentos foram estabelecidos segundo as regras do regulador brasileiro, Anatel e nós estamos, então, procurando seguir todas as regras que o regulador brasileiro estabelece, inclusive com relação à sistemática de comunicação, quais são os canais que tem que ser utilizados e etc.

Eu peço perdão a vocês pelo tempo, se eu me excedi, a única coisa que eu queria era dar a vocês uma visão bastante ampla e bastante complexa nesses poucos minutos, de forma a poder permitir um conhecimento do tema e também me coloco aqui a disposição para eventuais perguntas. Obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Eu queria de agradecer a exposição do senhor Antônio Carlos Valente da Silva, Presidente do Grupo TELEFONICA. Eu tenho dentro da praxe dessa Comissão, são três minutos que cada Senador inscrito, tem para perguntar ao Presidente da TELEFONICA.

Eu fui o autor do requerimento, eu vou fazer simplesmente três perguntas, também rápidas. Eu queria perguntar a Comissão o que nós fazemos? Cada Senador faz a pergunta e o Presidente responde? Ou faremos em bloco e ao final ele comenta todos.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: [pronunciamento fora do microfone]: Em Bloco.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Em bloco. E com três minutos para cada Senador. Então, assim será. Também eu obedecerei os três minutos eu queria que marcasse, com rigor, é claro.

Primeiro assunto, Sr. Presidente Antônio Carlos Valente, eu sempre acreditei na Lei de Convergência e quanto mais eu estudo, quanto mais eu me inteiro sobre o assunto, mais dificuldade eu vejo numa cha-

mada Lei de Convergência. Eu vejo claramente a Lei de Radiodifusão, de Produção e Programação de Conteúdo, tendo que ser adequada, para que possamos proteger o conteúdo nacional. E vejo um aperfeiçoamento da Lei de Telecomunicações. No caso no meio, nós temos a Lei de TV a Cabo, que, na minha opinião, teria que ser enquadrada na Lei de Radiodifusão, para que possamos ter somente dois sistemas no País: A Lei de Telecomunicações e uma Lei de Radiodifusão e TV a Cabo. Essa é uma opinião que eu tenho pessoal e queria ouvir o comentário de V.S^a.

A segunda pergunta é o seguinte: o mercado americano é um mercado que hoje, segundo informações que eu tenho, cinco empresas detém mais ou menos 90% do mercado, o restante, 10%, é distribuído por mais cem empresas, que são chamadas *Baby Bell*, se não me engano. Eu queria saber se essa informação é verdadeira e se isso acontece, qual a sua visão do que vai acontecer no Brasil, onde existe hoje a força da empresa que V.S^a. preside e uma outra empresa também, a Embratel, com poder monstruoso de capital e claramente aqui, representada por dois grupos. Um grupo, que representa hoje, a TELEFONICA comprou esse grupo, porque, simplesmente na Europa não deixaria um mexicano comprar, a verdade é essa. Nós temos o grupo europeu e o grupo americano e vocês dois estão aqui no Brasil, ou seja, nós estamos servindo de teste para os dois [soa a campainha] Vamos ver quem vai ser mais forte. Mas que velocidade! [Risos]

Eu, já que eu me confirmei com o Azeredo tenho que ser rápido mesmo. V.S^a. também colocou que grandes empresas estão instalando fibras óticas pelo Brasil com grande investimento. Como explica, então, o investimento da empresa de V.S^a. no sistema MMDS do Grupo Abril, a quem eu respeito muito - e que recebemos um convite para que possamos visitar. Recebemos um convite da Globo para visitar o local onde, PROJAC, a lista está aberta. Recebemos o convite da Rede TV para visitar, a lista está aberta. E recebemos o convite, também, para um almoço com o Doutor Tchivita(F), para que possa esclarecer alguns assuntos da nossa Comissão.

Eu acho de suma importância que nós tenhamos vários Senadores de diferentes Partidos e diferentes visões. E todos juntos, para que possamos formar opinião sobre tudo isso que está acontecendo. São essas as minhas perguntas, Presidente.

Pela lista, e com o rigor colocado pelo meu ilustre companheiro de Estado, Senador Eduardo Azeredo, o próximo Senador Flexa Ribeiro, que sempre é bem rápido nas suas exposições. Por favor, muito sucinto, marque o tempo do Senador Flexa Ribeiro, porque o meu foi certinho.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Presidente, serei mais breve que V.Ex^a. Eu quero primeiro parabenizá-lo pela Audiência Pública com a presença do Presidente da TELEFONICA, o Doutor Valente e dizer da importância que esta Comissão - tão bem presidida pelo Senador Wellington Salgado - terá do futuro próximo.

Nós vamos iniciar uma série de audiências públicas, para que possamos trazer aos Senadores da Comissão e depois aos Senadores no Plenário e à sociedade brasileira, a discussão de algo que já aconteceu, que é a universalização das comunicações. A exposição de V.Ex^a., num determinado slide, mostra exatamente a convergência entre aquilo que existia no passado, com a questão das rádios difusão, da questão da telefonia móvel, a questão da imagem. Quer dizer, hoje você tem imagem, som e dados numa única base e com disponibilidade técnica de ser atendida por uma empresa.

Então eu perguntaria: vou separar o questionamento, Doutor Valente, em duas questões. Primeiro da aquisição por parte da TELEFONICA, da Telecom Itália. As duas juntas vão controlar mais de 50% do mercado telefonia móvel no Brasil. Isso não haverá uma concentração e um prejuízo à concorrência? Apesar de V.Ex^a.-- [soa a campainha]

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Vingança.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Apesar de V.S^a. ter dito que na Telecom Itália não haverá a ingerência da TELEFONICA. Mas... E sendo assim, eu acho que haverá a apreciação, por parte tanto da Anatel, que já o fez, e da questão do CAD, também, para a questão da defesa do consumidor. Qual a opinião de V.S^a. a respeito da alteração do plano geral de outorgas do sistema telefone fixo como o TAVE(F), de modo a permitir a fusão de concessionárias que operam em regiões distintas? Qual a sua opinião a respeito da alteração do Decreto 2.617 de 1998, que regulamenta o art. 18, parágrafo único, da Lei 9.472 de 97, no sentido de estabelecer restrições à aquisição de operadoras de telecomunicações brasileiras por investidores estrangeiros?

Em sua opinião a consolidação das empresas e a concentração são inevitáveis no mercado brasileiro de telecomunicações? Nesse contexto, que medidas devem ser adotadas para preservar a competição? E a última, - e no meu entendimento a mais importante - com a autorização por parte da Anatel, da TELEFONICA da Espanha de utilizar, já o sistema DTH, de transmissão por satélite, a TELEFONICA vai poder entrar imediatamente no mercado de imagem de transmissão de imagem através de assinatura. E nos preocupa mui-

to. E estas audiências que foram por mim requeridas e aprovadas nesta Comissão, vai discutir, talvez a parte mais importante, que é o conteúdo que vai ser colocado à disposição da sociedade brasileira.

Se nós estamos tendo uma concentração de empresas que, - como já foi colocado aqui - no futuro próximo duas ou três empresas a nível mundial vai ter o controle da telecomunicação. Qual será o processo de defesa da soberania brasileira com relação ao conteúdo que será colocado à disposição da sociedade? Nós vamos ter as nossas culturas preservadas, ou nós vamos ser engolidos por culturas alienígenas, que vão transformar o sentimento da alma brasileira? Essa é a preocupação maior que aflige. É um processo complexo, tenho absoluta certeza, como o Presidente, o Senador Wellington, eu próprio tenho buscado entender o assunto para que a gente possa tirar o maior proveito dessas audiências e os meus pares também, vão ter essa mesma dificuldade, mas nós precisamos estudar. Nós precisamos discutir.

Nós precisamos trazer à sociedade brasileira essa discussão de forma transparente, com a participação não só das empresas de telecomunicações, como também da área cultural brasileira, no sentido de preservar o sentimento, preservar a soberania cultural do nosso País.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Os três minutos do Senador Flexa Ribeiro, como sempre, bem colocados os três minutos. Com a palavra o meu líder, do meu Partido, Senador Valdir Raupp.

SENADOR VALDIR RAUPP (PMDB-RO): Sr. Presidente, Sr^{as}. e Srs. Senadores, Sr. convidado, Presidente Antônio Carlos Valente da Silva, praticamente eu não tenho perguntas, a explanação foi muito bem feita, muito elucidativa. E os questionamentos pelos Senadores que me antecederam já se fizeram, mas eu perguntaria apenas quantos Estados ainda não estão sendo cobertos pela... A Vivo é da TELEFONICA, não é? 50%. Porque eu usava como operadora a 15, e em algumas cidades do meu Estado, Estado de Rondônia, quando eu chegava lá eu não conseguia fazer ligações com a operadora 15. Eu tinha que mudar, como já estava gravado no telefone, isso causava um certo desconforto, incômodo.

Então, é essa pergunta que eu faço, se ainda existe algumas cidades, mesmo onde a operadora 15 está com a cobertura que não pode ser acessada, ainda. Muito obrigado. E dizer que também, particularmente, eu gosto muito do número 15, porque 15 é o número do meu Partido, e eu já fui eleito cinco vezes usando o número 15, então, eu estou muito simpático ao número da TELEFONICA.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Existe o 45? Não, né, Senador? Três vezes o 15, segundo o Senador Azeredo. [risos]

Com a palavra... O Senador Romeu Tuma teve que ausentar para uma relatoria. Com a palavra, o Senador Eduardo Azeredo, que é um grande estudioso do assunto de informática e também de telecomunicações.

Com a palavra, Senador.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Azeredo, me permite um aparte?

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Sim senhor. Antes de eu falar?

[risos]

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Eu vou colocar assim, com a palavra o Senador Flexa Ribeiro, pela ordem.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Com essa observação do Senador Raupp, eu pediria a V.Ex^a., que está com a palavra, para pedir ao Dr. Valente para trocar o número da TELEFONICA para 45.

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Sr. Presidente e Srs. Senadores, Sr. Presidente, Antônio Carlos. Primeiro, eu quero enaltecer os números que são apresentados. São números fantásticos realmente de evolução da telefonia, na verdade no mundo todo, mas o Brasil acompanhou. E se não fosse o processo de privatização da telefonia brasileira, dificilmente isso teria acontecido. É verdade que nós tínhamos algumas estatais deficientes. No meu Estado, mesmo, a Telemig sempre foi uma boa empresa, mas isso não era verdade no Brasil todo. Então, esse é seguramente um resultado de sucesso do programa levado a efeito pelo Partido do 45, do meu Partido, o PSDB, que foi a privatização das telecomunicações no Brasil.

Bom, a convergência tecnológica é muito bem colocada, ela vai, às vezes, até confundindo muito as pessoas, porque são dados recentes e que mudam a cada momento, de maneira que eu deixaria a primeira colocação em relação ao sistema de *voip*, aquele sistema de voz sobre IP. Quer dizer, na verdade, o uso do computador hoje para telefonia e para também TV, tem aumentado muito. Quer dizer, qual que é a visão da TELEFONICA sobre o que vai acontecer nesse caso?

Quer dizer, eu já consigo, na minha casa, assistir televisão dos Estados Unidos via computador. Como o computador tende a crescer a tela, quer dizer, hoje já tem telas maiores e mais acessíveis, nós vamos ter então na verdade, uma TV a cabo, uma TV por assinatura

- o que não é assinatura - disponível no computador da mesma maneira que o telefone hoje já é possível e a custo, realmente, quase irrisório você pode fazer a ligação pelo computador.

A outra pergunta é em relação ao sistema 0800. Esse que é um... Eu sei que é inevitável, não tinha como as companhias fazerem esse serviço de atendimento local para todo mundo, mas o 0800 tem sido um suplício para a população brasileira. Quer dizer, é entendível que você quando começa tem aquele *menu* 1, 2, 3, 4, 5, para onde é que vai, mas o tempo que se gasta, a ineficiência que é observada. E olha, nada contra os operadores do telemarketing, coitados, eles são... Na verdade, é o grande serviço de primeiro emprego no Brasil é esse. O primeiro emprego nessa área de telemarketing tem sido realmente fantástico, no Brasil todo o número é muito grande. Mas as pessoas que estão lá tem uma pequena autonomia e estão acostumadas a responder só questões muito padronizadas. E quando você tem alguma necessidade a mais de informação, é um caos. Ou o tempo é grande demais e aí fica um pingue-pongue de irritação. O atendente fica irritado, coitado, não tem culpa nenhuma, ouve, às vezes, a pessoa irritada do lado, na ponta. Então, esse é o problema que as companhias como um todo precisavam de observar, sabe? Ainda mais com a maior convergência, quer dizer, quando você agora tem que reclamar ou pedir um serviço, não é só de telefone, é também da TV a cabo, é também do computador, isso tudo vai complicando muito e as pessoas não estão devidamente treinadas para atender o público. Talvez fosse necessário fazer um serviço misto em que em determinados casos continuasse existindo as lojas, porque a palavra correta é essa mesma, tem sido um suplício usar o 0800. Mas como consolo, não é só as telefônicas não, isso vale para a companhia de aviação, vale para tudo. O 0800 é difícil mesmo.

É só isso, Presidente, que eu queria colocar.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Antes de passar a palavra para o Senador Cícero Lucena, a Mesa queria colocar, a Presidência, que as empresas que eu citei que nós poderíamos visitar é porque as empresas nos fizeram o convite, nos convidaram. Não é que nós vamos querer a ir à Globo, querer ir à RedeTV e à Abril, elas nos convidaram. Conseqüentemente, se aparecerem convites de outras instituições que queriam mostrar o seu serviço, nós estamos à disposição.

E Senador Azeredo, sobre o 45 e o 15 - o Flexa já olhou firme - a única coisa que eu vejo é que para mim o Governador Aécio é três vezes o 15. É 45 hoje, mas ele é três vezes 15, que é a dialética dele é toda peemedebista.

Senador Cícero Lucena com a palavra, que me falou que hoje está bem empolgado.

SENADOR CÍCERO LUCENA (PSDB-PB): Mas o senhor também é convidado para virar 45.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Não.

SENADOR CÍCERO LUCENA (PSDB-PB): Sr. Presidente, são três 45 aqui. Então, Sr. Presidente, Sr. Presidente do Grupo TELEFONICA Dr. Antônio Carlos Valente, para mim foi muito importante participar dessa Audiência Pública, onde, na verdade, nós ouvimos a uma tendência tecnológica de alguns itens que estão disponibilizados hoje não só para o cidadão, mas para a empresa, para a iniciativa privada, para o próprio serviço público, que é a questão da convergência.

Agora, eu teria algumas observações. Primeiro o seguinte, o número que aqui foi apresentado pelo senhor foi do crescimento da telefonia no mundo, no Brasil só o que hoje existe. Se o senhor poderia, se for possível ainda hoje, se não nos remeter, essa evolução desde quando o Brasil cresceu, que no caso do mundo e do grupo, saiu, cresceu 22 vezes.

Outro item também que ao fazer a leitura desses números nós verificamos é que embora crescendo 22 vezes o número de linhas telefônicas móveis, o faturamento também cresceu 22 vezes, e onde está a economia de escala? Aonde nós poderemos acreditar que ao crescer o volume de usuário nós teríamos redução das tarifas praticadas?

Uma outra pergunta é que na sua demonstração o senhor vai contribuir com a busca da inclusão social nas escolas públicas em dois mil postos, é uma participação da TELEFONICA no acordo que foi feito pela concessão que foi dada. E aqui até anteriormente foi dito como um gesto de vocês [soa a campainha] Eu até pedi que fosse mais, pela demanda e pelas necessidades que nós tínhamos da inclusão. Já que nós estamos evoluindo num item tão importante de infra-estrutura para o desenvolvimento que é a comunicação e, sem dúvida, precisamos ter a visão correta de que o País só irá desenvolver se nós fizermos também a inclusão, principalmente, no serviço público naqueles que mais precisam ter esse acesso e não há espaço melhor que essa inclusão seja feita nas escolas.

Então, o senhor está nos falando que tem hoje uma contribuição de dois mil pontos com toda a tecnologia, inclusive, os equipamentos que estarão sendo disponíveis.

Se fosse possível, eu gostaria de saber o preço disso e o quanto isso representaria para que nós conseguíssemos a inclusão total das cerca de 160 mil escolas. Não que as 160 mil precise da mesma tecnologia e até porque existem variações de tecnologia

por escolas - têm delas que tem energia, têm delas que não têm - uma série de fatores que influenciam, mas pelo menos na ordem de grandeza, para que a gente aqui possa ter a responsabilidade de buscar alternativas de financiamento para que isso possa ser devidamente atendido e todas as escolas públicas ter o seu computador e ter o acesso à Internet.

E por fim, sem dúvida, voltando ao cálculo da não-redução da tarifa, pelo menos em termos de faturamento, já que cresceu o número de linhas e cresceu na mesma proporção o número do faturamento, natural que se busque alternativas de baratear. E como a TELEFONICA e as empresas telefônicas vêm o processo de *voip* que está cada vez mais se multiplicando, sendo disponibilizado serviços muitas vezes sem o controle - no caso do Brasil - sem o controle do Governo e efetivamente alguns usuários podem estar fazendo uma opção que vai ser pior do que o item que o Senador Eduardo Azeredo citou, de não ter a quem reclamar ou se encontrar a quem reclamar, estar reclamando e não sendo devidamente escutado. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Passo agora a palavra para que possa responder às questões, ao Presidente do Grupo TELEFONICA, Sr. Antônio Carlos Valente da Silva, com a palavra.

SR. ANTÔNIO CARLOS VALENTE DA SILVA: Bom, obrigado pelas perguntas. Vamos então iniciar pelas perguntas do Presidente com relação à questão do marco legal e a nossa visão com relação à questão de uma possível Lei da Convergência.

Bom, como eu havia comentado anteriormente, a lei que rege o setor de radiodifusão no Brasil - e quando a gente fala em radiodifusão nós estamos falando de televisão aberta, nós estamos falando de rádios AM, FM, ondas curtas - é uma lei que foi aprovada no Congresso Nacional no ano de 1962, o chamado Código Brasileiro de Telecomunicações. E, obviamente, a sociedade brasileira, mas não somente a sociedade brasileira naquele momento não tinha preocupações que hoje estão muito presentes. Eu vou citar apenas duas, poderia fazer uma citação de outros pontos para que nós tenhamos uma idéia da situação, vamos dizer assim, daquela época em relação ao momento que nós vivemos hoje.

Eu vou falar sobre a questão da violência, que nos primeiros anos da década de 60 não chegava nem de perto aos níveis que nós temos hoje. E toda a questão da pornografia que tampouco existia naquela oportunidade. 1962, a gente está falando de televisão preto e branco, inexistência de cadeias nacionais, poucos televisores nas casas dos brasileiros. Então hoje, essas preocupações que estão presentes na vida de cada

de um - somente para citar duas - são preocupações que não estavam devidamente contempladas no marco legal e nem poderiam estar. Não é um problema do legislador, não é um problema da lei, é um problema até de momento quando a lei se elabora, quando ela se aprova no Congresso Nacional e depois é sancionada pelo Presidente da República. Mas não somente isso. A própria tecnologia, uma tecnologia completamente distinta e vou usar também somente um exemplo. A televisão naquele momento, televisão preto e branco, cobertura em termos nacionais extremamente reduzida e, hoje, nós estamos falando de televisão não só a televisão a cores, mas estamos falando de televisão a cores com sinais digitais, com alta resolução, com uma possibilidade imensa de fazer uma série de interações com aquele equipamento que anteriormente cada um de nós tinha nas nossas residências simplesmente para ver um programa, uma novela, como era o caso de 1960.

Então, existe a necessidade efetivamente de que a lei que regia e rege até o dia de hoje a radiodifusão, seja reavaliada, seja reestudada, para que nesse processo de reavaliação, de reestudo, a sociedade brasileira esteja alinhada com o que existe hoje de preocupação a nível de sociedade e também com todas as tendências tecnológicas que tem se alterado significativamente.

A Lei do Cabo é uma lei que foi feita dentro do contexto de um novo entrante, um grande novo entrante - naquela época o Sistema Globo desejava entrar no serviço de televisão por assinatura - e dentro do contexto que nós tínhamos o monopólio estatal das telecomunicações. Então, se lermos, se tivermos a oportunidade de ler a Lei do Cabo, nós vamos ver uma série de artigos, uma série de citações que demonstram claramente a preocupação de um novo entrante perfeitamente legítimo e justo com relação ao monopólio estatal. Hoje nós não temos nem uma situação e nem outra. Quer dizer, hoje o monopólio estatal já não existe mais, o Sistema Globo deixou de ser um grande operador de sistema de televisão a cabo e tem interesses marginais no setor, se concentrou basicamente no setor de produção de conteúdos e essa lei fica entre os dois marcos que nós temos: A Lei de Radiodifusão e a Lei Geral de Telecomunicações.

A Lei Geral de Telecomunicações, só para complementar, é de 1997, e eu tive o privilégio de ajudar a montar a Lei Geral de Telecomunicações, algumas preocupações que existiam naquele momento não eram as preocupações que existem no dia de hoje. Foi feita uma colocação pelo Senador Cícero Lucena com relação à questão dos sistemas móveis. Ainda que nós fôssemos extremamente otimistas naquela oportuni-

dade, a gente não conseguia ser tão otimista a ponto de prever o que aconteceu nesses dez anos. Acho que a quantidade de alterações que precisam ser feitas na Lei Geral - até porque é um instrumento legal mais recente - provavelmente é muitíssimo mais reduzido do que nos outros. Agora, certamente a gente tem que, a nível de sociedade, discutir esses temas e pensar, dentro do projeto original que havia entre 1997 e 1998, que era a de uma lei de comunicação eletrônica de massa. E essa lei de comunicação eletrônica de massa, incorporando a Lei do Cabo, a Lei de Radiodifusão, naquilo que for relacionado a conteúdos e a Lei Geral de Telecomunicações com os seus aperfeiçoamentos no sentido de dotar o País do marco legal naquilo que for relacionado à infra-estrutura.

Então, eu acho Senador, que é inevitavelmente esse tema vai estar na discussão dos próximos meses. E eu, desde já, coloco o Grupo TELEFONICA e a minha pessoa, em especial, à disposição do Senado, à disposição da Comissão, para estar tantas vezes quanto for necessário aqui tentando dar a nossa contribuição para que a sociedade brasileira tenha possibilidade de ter o marco legal que não só contribua para a cidadania, mas também que possa permitir a inserção do Brasil nesse movimento que está se formando agora de cada vez mais rápida que é um movimento da sociedade da informação, é um movimento onde a informação é o grande diferencial entre as sociedades competitivas do futuro.

Então, Senador, eu não vejo como nós nos furtermos nos próximos meses de discutir esse tema. Acho que... Eu não tenho idéia pré-concebida no sentido de que a gente precisa fazer alguma coisa muito profunda, não. Eu acho que isso vai sair como fruto da discussão, exatamente da discussão, da avaliação de posições antagônicas, porque a gente, certamente que nós todos vamos ter possibilidade de ter um documento que seja um documento equilibrado, um documento que permita o avanço do Brasil e que gere garantias, para a preservação da cidadania, para a preservação da cultura nacional, para a preservação do conteúdo nacional, mas também que permita o desenvolvimento da infra-estrutura, que ao final é aquilo que vai permitir que esses conteúdos cheguem à casa de cada um dos brasileiros.

Sobre a sua segunda pergunta sobre o mercado americano--

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Desculpe, Sr. Presidente, eu pediria um pouco mais de concentração e velocidade, que nós temos mais outras Comissões--

SR. ANTÔNIO CARLOS VALENTE DA SILVA: Perfeito.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): E aí se puder concentrar, ser mais objetivo.

SR. ANTÔNIO CARLOS VALENTE DA SILVA: Então, de uma maneira muito mais rápida, com relação ao mercado americano, eu sinalizei aqui os três grandes grupos, que é o *Grupo Verizon*, o *Grupo AT&T* e o *Grupo Quest*, eu poderia também ter feito a menção do *Grupo Sprint*, que é um grupo grande também que atua no mercado de telefonia móvel e no mercado de longa distância e, de certa forma, a gente chega naquilo que o Senador falava, uma grande concentração que tem se observado, é uma tendência mundial. Acho que essa tendência vai chegar cedo ou tarde ao Brasil, porque o setor de telecomunicações, diferentemente do setor de comunicações, é o setor de capital intenso. Nós quando eu falava da *Verizon*, quando eu falava da Austrália, eu só falava de bilhão, vocês perceberam isso? É um setor onde não só os investimentos são muito elevados como o ciclo tecnológico cada vez são mais curtos, ou seja, a necessidade de renovar o parque tecnológico--

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): A TELEFONICA era bilhão de euros.

SR. ANTÔNIO CARLOS VALENTE DA SILVA: Agora eu estou favorecido pelo dólar fraco em todos os lugares. [risos]

Bom, sobre a questão de MMDS que o Senador também coloca a pergunta número três, nós temos uma série de operações de MMDS do Grupo Abril fora da cidade de São Paulo, especialmente no Rio de Janeiro e em algumas cidades do Sul. E nós temos o interesse futuro também de alcançar esses mercados, então faz todo o sentido, Senador, que nós tenhamos interesse em ficar com essas licenças, até porque como eu disse anteriormente, não só com o processo de digitalização da banda de MMDS a tecnologia passa a ser competitiva, como também é possível utilizar essa banda para serviço de dados, especialmente acesso à Internet.

Bom, com relação às perguntas feitas pelo ilustre Senador Flexa Ribeiro, eu só queria falar sobre a questão da Telecom Itália. Nós não temos o controle, Senador, da Telecom Itália. Nós temos, sim, uma participação que é naqueles percentuais de 6,9% do capital total da Telecom Itália e muitas pessoas perguntam: "Se vocês têm essa participação, se vocês dizem não vão ter controle no Brasil, então qual é o interesse de vocês nessa operação?" O que eu digo sempre: Ainda que o Brasil seja um mercado extremamente importante - e o Grupo TELEFONICA reconhece que é e

tem dito isso publicamente e disse para o Presidente da República isso, o foco dessa operação é o mercado europeu. O mercado europeu onde nós já temos presença em três dos principais mercados. Entre os cinco principais mercados europeus, Alemanha, Reino Unido, França, Itália e Espanha, nós estamos presentes na Alemanha, estamos presentes no Reino Unido e estamos presentes na Espanha. Com essa operação... França, desculpa, Alemanha, Reino Unido e Espanha. Com essa operação nós teremos possibilidade de também ter alguma possibilidade de contribuir na Itália, que é um mercado extremamente importante, uma das maiores economias do mundo, está entre as dez maiores economias do mundo.

Além disso, a Telecom Itália também tem operações importantes na Holanda, também tem algumas operações na França e tem algumas operações na Alemanha. Então, essa operação para nós é uma operação que faz sentido dentro do contexto europeu, porque como eu mencionava anteriormente, o processo de consolidação também vai acontecer na Europa, talvez não tão imediatamente como já aconteceu nos Estados Unidos, mas também vai acontecer na Europa. E o que o Grupo TELEFONICA deseja é, de alguma maneira, estar estrategicamente colocado nesses principais mercados europeus. No caso dos mercados sul-americanos ou latino-americanos, ainda que eles sejam extremamente importantes, não é o foco dessa operação, só que eles tinham essas operações também. Então, como nós não podíamos desmembrar Telecom Itália em duas partes, o que nós procuramos fazer foi tomar uma série de cautelas para garantir totalmente que essa operação vai ser feita de forma independente, sem nenhuma interferência do Grupo TELEFONICA.

Eu acho que as medidas que foram tomadas garantem a todos os reguladores, todas as autoridades desses países onde nós temos operações superpostas que essa independência completa vai se dar. E volto a insistir: o mercado europeu é o foco principal dessa operação.

O Senador fazia uma pergunta sobre o Plano Geral de Outorgas e a minha opinião sobre a questão da mudança. O Plano Geral de Outorgas foi o primeiro documento, Senador, que nós aprovamos. Esse documento foi submetido à consulta pública nos primeiros dias de dezembro de 1997. E ele exatamente definiu todas as regras, dizendo que não poderia existir superposição, criação daquelas três áreas que eu apresentei.

Eu acho que o mundo caminha para a consolidação, acho que não há como evitar isso, acho que essa consolidação cedo ou tarde vai chegar ao Brasil. E eu

acho que o Governo Brasileiro tem todo o direito de reavaliar as condições que existiam naquele momento para verificar se essas condições são as condições mais adequadas neste momento.

A única coisa que nós sempre temos colocado é que o Grupo TELEFONICA vê o Brasil como um País onde existe um conteúdo estratégico muito grande. Por quê? Porque é um mercado muito importante, é um País que tem mostrado uma seriedade muito grande em relação às suas políticas públicas, nós tivemos oportunidade de dizer isso ao Presidente Lula, um Governo que tem credibilidade internacional e onde o investimento pode ser feito com segurança.

Então, o que a gente tem tido é que sejam feitas as operações que o Governo Brasileiro entender que devem ser feitas. A única coisa é que a gente acha que elas devem ser possíveis de serem assumidas por quem acreditar no Brasil. Não significa dizer que o Grupo TELEFONICA vai fazer algum movimento nesse sentido. Significa dizer apenas e simplesmente que se coloquem condições que sejam justas e isonômicas, mas eu acredito que não tem como o Brasil ficar à margem do processo de consolidação.

Sobre o decreto, sobre o capital estrangeiro, também tenho comentado que um dos motivos básico do sucesso do modelo brasileiro foi exatamente a recepção, considerar bem vindo o capital estrangeiro. Eu acho que essa mudança no futuro ela não contribui para que todos esses grandes êxitos que nós tivemos sejam mantidos.

A consolidação é inevitável no Brasil, eu acho que como falava anteriormente, eu acho que sim, acho que existem possibilidades, existem formas de garantir que a competição exista.

E a sua última pergunta, a questão da soberania com relação a conteúdos. Eu colocava isso na pergunta do Senador Wellington Salgado como uma das nossas preocupações. E eu quero deixar aqui muito claro: a preocupação do Grupo TELEFONICA não é produzir conteúdos, a preocupação do Grupo TELEFONICA, o foco do Grupo TELEFONICA, o conhecimento que o Grupo TELEFONICA desenvolveu ao longo do tempo é distribuir produtos, incluindo as classes menos favorecidas do País e dos países onde atua. Como sempre brinco com o meu amigo Roberto Irineu, nós não fazemos pizzas, nós distribuimos pizzas. Se tiver uma pizza bem feita e se quiserem usar o nosso sistema de distribuição, com muito gosto o faremos. E eu acho que nós não podemos ter nenhuma visão equivocada. O brasileiro, para o bem ou para o mal, é um povo monoglota e que tem nos conteúdos brasileiros o seu grande foco de atração.

Então, imaginar que alguém que venha de qualquer que seja o País e não vai veicular conteúdo brasileiro e não veiculando conteúdo brasileiro vai ter sucesso, eu acho que isso é um equívoco, está certo? Então, nós do Grupo Telefônica, nós temos feito é procurar reconhecer claramente isso, dizer claramente que nós não vamos produzir conteúdos no Brasil, podemos contribuir para que outros geradores de conteúdo existam, mas sempre respeitando toda a legislação e fazer os acordos que forem necessários com os grandes produtores, que são reconhecidos internacionalmente como são as cadeias brasileiras de produção conteúdo.

Passando aqui à questão do Senador Hélio Azeredo--

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Hélio Azeredo é ótimo. [Risos] Hélio Azeredo--

SR. ANTÔNIO CARLOS VALENTE DA SILVA: Desculpe, Senadores.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): O Presidente--

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Fez o casamento perfeito de interesses--

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): O casamento que Minas sonha.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Fez o casamento perfeito, Hélio/Azeredo.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Hélio Costa com o Eduardo Azeredo. Esse é um casamento--

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Era o casamento que faltava para a alegria do Senador Wellington Salgado. [risos]

SR. ANTÔNIO CARLOS VALENTE DA SILVA: Senador, mil perdões pelo meu erro.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): O que é isso, todos os dois são Senadores Ministros, mas eu estou dizendo, mas foi--

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Mas dá liga isso.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Mas Presidente, essa foi a frase do dia. [risos]

SR. ANTÔNIO CARLOS VALENTE DA SILVA: Mil perdões.

Bom, com relação à questão o que senhor colocava sobre a questão do futuro, eu só queria compartilhar com vocês, porque eu tive oportunidade de ver quando chegava em casa outro dia, que eu cheguei e encontrei a minha filha num quarto e ela mirava fixa-

mente uma telinha de 15 polegadas e simultaneamente nessa telinha de 15 polegadas, ela falava com... Ela "chateava" em mensagem no MSN com, sei lá, dez ou doze amigos simultaneamente, tinha o *headfone* com *Skype*, tinha um cantinho aqui da televisão com uma televisão que eu não sei exatamente qual era e ainda estava editando umas fotografias. Esse é o consumidor do futuro. Seja bom ou não seja bom, esse é o consumidor do futuro, entendeu? E cada vez mais.

No momento em que a gente nota, que a gente tem a informação de que no último trimestre foram vendidos dois milhões de computadores no Brasil - dois milhões de computadores - hoje é o grande objeto de desejo a nível de consumo da população brasileira é o computador, possivelmente isso vai acelerar. Certamente gera crises e conflitos dentro dos modelos de negócios conhecidos, mas não adianta, é isso que a sociedade quer, é isso que provavelmente nós vamos ter que nos adaptar e ser criativos para sobreviver dentro desse conceito que, obviamente, é um cenário de tensões e controvérsias.

Uma outra questão que o senhor colocava com relação ao serviço de 0800, o que eu posso falar aqui é que a TELEFONICA está estabelecendo uma lógica que ela chama de "primeiro atendimento garantido", onde a gente procura no momento em que a chamada chega ao *call center*, ainda que seja demorada a ligação, resolver o problema do cliente na primeira vez, porque esse, segundo as nossas pesquisas, é aquilo que mais aborrece o cliente: é ligar uma vez, duas vezes, três vezes, quatro vezes e não ter o seu problema resolvido.

Eu só queria fazer uma menção que agora com os serviços de banda larga, os nossos usuários começam a ter o elemento computador. O elemento computador não é o elemento das companhias de telecomunicações, mas é um elemento que gera também uma série de problemas, por questão de vírus, por questões de uso inadequado. E muitos dos problemas que nós temos com relação ao serviço de banda larga, muitas vezes, não tem nada a ver com o serviço. Então, o que a gente está procurando fazer é tentar desenvolver dentro da empresa capacitação e conhecimento para ajudar o cliente naquilo que ele tem dificuldade em relação ao seu ambiente de computação.

E nós temos em alguns países - estamos tentando criar aqui no Brasil também - um programa chamado Doutor *Speedy*, onde a gente recicla os nossos profissionais para que eles sejam profissionais desse novo mundo. Não é mais aquele operário que trabalhava com os cabinhos, mas é um operário, é um trabalhador, é um técnico que possa também entrar dentro da casa

do usuário e contribuir de alguma maneira com relação às questões relacionadas ao computador.

Bom, com relação às perguntas do Senador Cícero Lucena, as séries do Brasil, eu posso alcançar o senhor, aqueles números são os números de 2004 a 2006, a única coisa que eu posso dizer para o senhor é o seguinte: quando nós começamos esse processo em 1997, a soma de usuário fixos e móveis no Brasil não chegava a 20 milhões em 1997. E hoje vocês viram o número ali de 2006, está chegando a 150 milhões. Então, uma multiplicação de sete vezes, um pouquinho mais que sete vezes. Isso foi fruto de Congresso Nacional ter aprovado uma lei que foi reconhecida pelo investimento internacional, uma ação competente do Estado pela definição de políticas públicas e ação efetiva do regulador, as empresas operadoras que acreditaram, os trabalhadores que contribuíram, os centros de pesquisas que desenvolveram, a imprensa que divulgou adequadamente. Ou seja, todo um conjunto de atores que contribuíram para esse êxito, que é reconhecido, Senador, a nível internacional.

Bom, a questão do crescimento da telefonia móvel e a questão dos ganhos de escala. E aí com essa pergunta eu diria que a gente poderia, talvez, finalizar esse conjunto de respostas.

Nós temos, Senador, no caso da telefonia móvel, dois custos que são extremamente importantes para o cliente: o custo de acesso e o custo dos serviços propriamente ditos.

A nível do custo de acesso, o que nós estamos vivendo é o que nós estamos vendo no dia das mães. O telefone a R\$ 9,99 ou até gratuito, facilitando especialmente para o cidadão de baixa renda que o acesso seja possível. Então, essa é uma contribuição muito grande que se dá a nível de redução de tarifa, não é redução da tarifa do serviço nesse momento, é a redução da tarifa no acesso para a obtenção do aparelho que é a forma com que o usuário tem acesso às redes de telefonia celular.

Com relação à questão do custo dos serviços, a competição é ferocíssima e nós temos uma série de ofertas. Essas ofertas permitem que os usuários, principalmente os de pré-pago, tenham possibilidade de recarregar, ganhar bônus, e isso é fruto exatamente da competição muito forte. O Brasil é um dos países onde existe o maior nível de competição em serviço móvel celular e também dos ganhos de escala que são obtidos. Praticamente todas as redes brasileiras hoje estão com cerca de 25% do mercado, nós estamos falando de 25 milhões de clientes ou mais, o que é um número extremamente importante e permite essa questão no ganho de escala.

E, para finalizar, a questão--

SENADOR CÍCERO LUCENA (PSDB-PB): Eu pediria antes--

SR. ANTÔNIO CARLOS VALENTE DA SILVA: Pois, não.

SENADOR CÍCERO LUCENA (PSDB-PB): Só a questão de números ainda, se me permite, Presidente, é bastante rápido. É que exatamente por ter questionado o crescimento do volume de usuário e o faturamento ter mantido o mesmo, também aqui tem os números que me chamaram a atenção.

Quando você na planilha aqui informa que a TELEFONICA Região 3 tem linhas 12 milhões e 100 mil telefones, vocês colocam como faturamento em 2006 de 20 bilhões. E a Vivo TELEFONICA com 29 milhões de linhas, tem um faturamento de apenas dez - não é apenas, mas comparado aos vinte - de dez bilhões e 900 milhões de reais. Qual a razão disso?

SR. ANTÔNIO CARLOS VALENTE DA SILVA: Bom, em primeiro lugar, nesses números dos 12 bilhões também se incluem os assinantes de banda larga. Então, considerando a base de clientes nossa de dados *Speedy* e telefonia fixa, nós estamos falando alguma coisa como 14, um pouquinho mais de 14 milhões de clientes. No caso da diferença entre a telefonia móvel e a telefonia fixa, a diferença básica é a questão do nível de usuários pré-pagos que nós temos no caso da telefonia móvel. Como o Senador bem sabe, a planta brasileira está ao redor de 85% de usuários pré-pagos. E os usuários pré-pagos, como nós sabemos, em muitas situações são pessoas de baixa ou baixíssima renda que consomem muito pouco e são muito favorecidos por uma característica do mercado brasileiro, que são as chamadas a cobrar automáticas, que também são as características do mercado brasileiro que faz com que as pessoas sejam acessadas independentemente de consumirem os serviços.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): E Presidente, esses são aqueles celulares que são usados nos presídios. [risos] Nós vamos colocar agora um protetor, que o faturamento vai cair no pré-pago, aqueles protetores que nós vamos colocar nos presídios estamos aprovando a lei agora.

SENADOR CÍCERO LUCENA (PSDB-PB): Presidente, com relação à questão das tarifas dos pré-pagos e pós-pagos, qual a razão da diferença tão acentuada de uma tarifa em relação a outra?

SR. ANTÔNIO CARLOS VALENTE DA SILVA: É exatamente o fato de que no caso dos contratos existe um consumo mínimo estabelecido, que é responsável por tornar viável todo aquele investimento que foi feito. Um assinante pré-pago o senhor não tem garantia de nada.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Você tem uma garantia maior ainda, que seja você já... É tipo cinema, você paga para assistir, você paga para falar, então...

SR. ANTÔNIO CARLOS VALENTE DA SILVA: Se ele consumisse, não é Senador?

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Sim, mas numa relação que V.S.^a, colocou de 85%, qual é relação então de faturamento entre os 85% de pré-pago para os 15% de pós-pago?

SR. ANTÔNIO CARLOS VALENTE DA SILVA: Eu não teria essa resposta para lhe dar agora nesse momento, eu posso lhe alcançar futuramente. Agora num...

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Para saber se essa diferença é tão grande.

SR. ANTÔNIO CARLOS VALENTE DA SILVA: Os números globais das empresas de telefonia móvel, isso não é um caso da Vivo, demonstram claramente que a receita média por usuário é relativamente baixa. E é relativamente baixa exatamente por conta do uso que se dá ao telefone pré-pago. E muita gente que recebe chamadas e compra um cartão de quando em quando de um valor muito baixo.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Mas a chamada que é feita ela está sendo motivo de receita na fonte. Então, você está aumentando o seu mercado quando você entrega um telefone pós-pago ou pré-pago para aquele que está fazendo a chamada através dessa linha. E aí, V.S.^a, colocou com propriedade, que o mercado brasileiro dá uma demonstração da sua capacidade de renda quando busca 85% do pré-pago pelo custo, pela forma dele poder até administrar a sua despesa. Não seria o caso, então, de você estar penalizando esse usuário de menor renda? Tendo uma tarifa muito superior à outra?

SR. ANTÔNIO CARLOS VALENTE DA SILVA: Senador, essa situação dos 85% nosso não é a mesma coisa da Europa, provavelmente na Europa a gente está falando de um nível um pouco mais baixo. Mas no mundo todo, os percentuais são muitíssimo elevados de pré-pagos e as diferenças que existem entre tarifas de contrato e não contrato, são muito parecidas com o que existe no mercado brasileiro; exatamente, para que você mantenha o equilíbrio da operação móvel, porque senão ela acaba não se tornando viável. E quem acaba sendo prejudicado pela indisponibilidade do serviço é aquele cidadão de menor renda que acaba não tendo a possibilidade de ter o subsídio para a compra de seu aparelho ou a possibilidade de receber chamadas para muitas vezes ser contratado, como o pequeno trabalhador e tal.

Então, esses números que nós utilizamos na indústria de telefonia móvel do Brasil são números muito semelhantes aos números internacionais. Eu não teria aqui essa informação, eu vou procurar obtê-la para passar para o Senador, mas eles não diferem muito dos números internacionais.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): É, mas internacionalmente, o encaminhamento é no sentido das companhias estarem preocupadas em vender o serviço e não o aparelho, o aparelho é concedido ao usuário como é no exterior. Na telefonia fixa hoje, você paga mais pela transferência de uma linha, do que se instalar uma linha nova. Antigamente, a coisa antes e aí nós temos que fazer um registro aqui até em justiça uma questão de justiça, em memória ao Ministro Sérgio Motta, que foi quem idealizou esse projeto todo que deu nessa explosão do serviço de telecomunicação no Brasil.

Então, nós todos lembramos que a coisa de seis, sete anos atrás, você para conseguir uma linha fixa em São Paulo pagava absurdos para poder ter, era um investimento--

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Estava no imposto de renda.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Que fazia parte no imposto de renda. Fazia parte no imposto de renda e hoje ele não tem nenhum valor, pelo contrário, isso vai acontecer na telefonia móvel. Essas ofertas de você... Dia das Mães, Dia dos Pais, vão ser nos 365 anos, as companhias--

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Dias.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Dias, melhor. Nós vamos chegar aos 365 anos sim, ele está dizendo que eu não vou chegar lá. Os aparelhos serão entregues aos usuários pelas companhias para que eles usem o serviço, acredito que isso vai... E daí a preocupação nossa que você tenha uma concentração de uma ou duas empresas no comando do sistema nacional.

SR. ANTÔNIO CARLOS VALENTE DA SILVA: Olha Senador, isso eu acho que talvez merecesse até uma discussão um pouco mais aprofundada.

Os modelos econômicos que existem para a telefonia fixa e a telefonia móvel são substancialmente diferentes. O caso da telefonia fixa tem ativos que ficam à disposição do cliente todo o tempo, no caso da telefonia móvel tudo é compartilhado, as redes são bastante diferentes, os modelos econômicos são bastante diferentes. Agora, acho que no final todos esses modelos eles têm que ter uma viabilidade econômica.

E como eu falava com relação à questão da telefonia móvel, os modelos que nós adotamos no Brasil são muito similares aos modelos são adotados no mundo inteiro. E ainda que os aparelhos estejam - e efetivamente estão - caindo de preço, eles sempre vão ter um valor e sempre vão representar algum tipo de subsídio à prestação do serviço, o que eu acho que não é ruim, é bom, porque com isso permitiu-se a entrada de uma série de milhões de brasileiros aos serviços.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Presidente, nós estamos abusando aqui, mas só um assunto puxa um pouco o outro. O senhor disse que tem muito parecida a forma de comercialização entre o Brasil e no mundo em termos de pré-pago, de pós-pago, isso e aquilo outro. E os custos?

SR. ANTÔNIO CARLOS VALENTE DA SILVA: Os custos também estão mais ou menos na mesma relação. Podem variar um pouco de País para País --

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Para mais ou para menos?

SR. ANTÔNIO CARLOS VALENTE DA SILVA: Não, eu diria que estão mais ou menos alinhados. O mercado brasileiro não é nada de excepcional.

E existe um ponto que a gente tem que considerar, não é, Senador? Quando a gente faz observação de *benchmarking*, tem a questão da conversão da moeda. Então, nós já tivemos na nossa moeda num passado recente, tendo um dólar valendo quatro reais ou quase isso, hoje nós estamos com um dólar valendo menos de dois reais. Então, toda vez que a gente faz uma comparação, a gente tem que considerar isso também né?

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): O que facilita a comparação.

O senhor poderia encaminhar à Comissão um quadro comparativo entre os custos do sistema em vários países e no Brasil, tanto da telefonia fixa quanto telefonia móvel e pré e pós-paga?

SR. ANTÔNIO CARLOS VALENTE DA SILVA: Com certeza. No caso eu tenho que pedir ao pessoal da Vivo, que não é uma empresa 100% TELEFONICA, mas certamente não só o pessoal da Vivo, como o pessoal da Acel, que é a Associação do Celular, certamente terão o maior interesse de enviar essa informação.

Só para a questão da sua preocupação com relação à competição, eu acho que o número de competidores é um ponto importante dentro do processo de competição, mas não é o único. Muitas vezes a força dos competidores é mais importante até de que um número de competidores. Se a gente tem, como foi comentado aqui, uma série de competidores, mas são competidores fracos que acabam ficando com

10% de mercado, há que se fazer a pergunta se isso é algo que tem efeito positivo no processo competitivo ou é mais uma competição a nível de nicho? Porque muitas vezes existem dois ou três competidores que se odeiam à morte e isso acaba sendo extremamente benéfico para o mercado.

Para tentar responder a última pergunta do Senador Cícero Lucena com a questão do custo por ponto, Senador, acredito que isso deva estar rodando mais ou menos entre 500 e 750 dólares mais ou menos por ponto. Ou seja, a gente está falando de algo como dois milhões, um pouco menos de dois milhões de dólares para chegar a essas duas mil escolas, considerando aparelho televisor, o *setup box*, a antena e a instalação, sempre considerando que essa instalação é fruto do local onde ela está.

Se nós tivermos localidade extremamente remota, isso é extremamente oneroso. Se nós estivemos fazendo uma instalação no centro São Paulo, nós não estamos falando de uma nenhuma coisa que seja significativa. Então, eu acho que ao redor entre 750 a 1000 dólares, eu acho que seria uma boa expectativa. E aí a gente está falando da ordem de milhão de dólares se a gente passar de duas mil para 170 mil, que é número de escolas que existem no Brasil.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Se a gente passar, me permita. Se a gente passar para 160 mil, que nem todas precisam, não é? Porque algumas já têm, nós estaremos falando de 160 milhões de dólares para atender todas as escolas, na ordem de grandeza.

SR. ANTÔNIO CARLOS VALENTE DA SILVA: Eu acho que a gente tem que fazer uma avaliação um pouco mais detalhada, mas certamente a gente está falando de dezenas de milhão.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Isso é uma prova que é só o Governo querer, porque até o Fundo de Fiscalização tem três bilhões que são contingenciados e não usados.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): [pronunciamento fora do microfone].

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Presidente, a proposta [pronunciamento fora do microfone].

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Compensação.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Compensação de instalação de duas mil escolas.

SR. ANTÔNIO CARLOS VALENTE DA SILVA: Essa daqui, além da criação de um sinal para o Ministério da Educação com conteúdos educativos que chega aí sim a 100% das escolas.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Coloque essas duas mil escolas na Amazônia e especialmente no Pará.

SR. ANTÔNIO CARLOS VALENTE DA SILVA: Bom, eu só queria, para finalizar, agradecer muito a oportunidade, como eu disse oferecida à TELEFONICA pelo Senador Wellington Salgado e queria aqui também renovar o convite, acho que já chegou também o convite à Comissão, para que a Comissão tenha oportunidade de conhecer o Centro Regional de Supervisão e Operação da TELEFONICA em São Paulo e também o maior *call center* que nós temos no mundo, que é o *call center* do Belenzinho, onde nós tivemos a visita do Presidente Lula na sexta-feira de carnaval, que muito nos honrou e que oferece cerca de 6.500 empregos com as características que foram comentadas aqui pelo Senador Eduardo Azeredo, que normalmente é primeiro emprego, jovens e pessoas que estão entrando no mercado de trabalho. Então, muito nos honraria a visita da Comissão às nossas instalações.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Eu queria primeiro colocar que, na verdade, o requerimento foi da minha parte, mas foi aprovado pela Comissão, portanto, não é um convite só meu, é um convite da Comissão. Eu queria colocar também que em Uberlândia nós temos um centro de *call center* maravilhoso, mas como o de V.S.^a é maior ainda, eu teria o maior prazer em conhecer.

E queria agradecer a presença do Presidente do Grupo TELEFONICA, Dr. Antônio Carlos Valente da Silva, e ficar satisfeito. O Senador Flexa e o Senador Cícero ficaram até o final. Eu vejo nessa Comissão um aumento de conhecimento, nós estamos estudando bastante, estamos nos aprimorando, estamos discutindo questões que antes nós não tínhamos nenhum conhecimento, visto que essa é uma Comissão que nasceu de uma Subcomissão da Comissão de Educação.

Os Senadores que estavam aqui presentes são os Senadores realmente que estão fazendo essa Comissão, discutindo, participando, procurando visitar instalações, procurando conversar com membros de empresas. Temos uma preocupação - e isso é unânime - de proteger o conteúdo nacional, não só a produção como também programação. Quando nós conversamos, isso é unânime.

E queria agradecer também a presença de todos aqui nessa Comissão, não só os Senadores, como também os demais presentes. E vejo sempre membros que estão ligados a esse ramo que nós encontramos no gabinete e corredores.

Então, Sr. Presidente, mais uma vez, agradeço a presença, agradeço a explanação, continua a minha

admiração pessoal por V.S.^a. não só por ser um brasileiro que preside um grande grupo, como é o Grupo TELEFONICA, e que esperamos que essa briga de Europa e América no nosso terreno, porque na verdade, é o grupo europeu que é a TELEFONICA, contra o grupo americano, mexicano, que é o do Sr. Slim, e vocês estão brigando no nosso terreno. Espero que seja uma abriga árdua e que os nossos consumidores--

SR. ANTÔNIO CARLOS VALENTE DA SILVA: Se beneficiem.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Se beneficiem com essa briga árdua. Então, foi um prazer muito grande tê-lo aqui e a gente--

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Presidente, pela ordem.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Claro, pela ordem.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Eu solicitaria a V.Ex.^a. que colocasse extrapauta um requerimento de nossa autoria.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Só um minuto, Sr. Presidente. Em aditamento ao nº. 01, ao requerimento nº. 10 de 2007, requeiro nos termos regimentais, que seja acrescido ao requerimento nº. 10, de minha autoria, os nomes abaixo designado: Excelentíssimo Sr. Luiz Cuza, Presidente Executivo da Associação Brasileira de Prestadores de Serviços de Telecomunicações (TelcoMP), Competitivas, TelcoMP; Excelentíssimo Sr. Ícaro C. Martins, Diretor da Associação Paulista de Cineastas (APACI); Excelentíssimo Sr. Paulo Ufino, Presidente da Associação Brasileira de Empresas Produtoras de Cinema (ABPC); Excelentíssimo, senhor Gustavo Starling Leonardos, Associação Brasileira de Propriedade Intelectual (APBI).

Em votação o requerimento do Senador Flexa Ribeiro que, na verdade, é aditamento ao requerimento anterior. Os Senadores que estão de acordo permaneçam como estão. Aprovado o requerimento.

Antes de encerrar, eu queria comunicar amanhã uma reunião, a 1ª Reunião Extraordinária da Sub-Comissão Permanente de Serviço de Informática, da 1ª Sessão Legislativa Ordinária, da 53ª Legislatura, a realizar-se em 24 de maio de 2007, quinta-feira, às 14h30, na Sala 13, da Ala Senador Alexandre Costa, do Senado Federal. Pauta: Instalação dos trabalhos e eleição do Presidente e Vice-Presidente da Subcomissão para o Biênio 2007/2008. Os membros dessa Subcomissão são os Senadores Flávio Arns, Renato Casagrande como titular e Sérgio Zambiasi e Expedito Júnior, Valter Pereira e Gilvam Borges, Demostenes

Torres e o Senador Eduardo Azeredo, Heráclito Fortes e o Senador Cícero Lucena.

Eu queria também, antes de finalizar, Presidente, havendo número regimental, declarei aberta e submeto à apreciação do Plenário a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior. Os Srs. Senadores que concordam, permaneçam como se encontram, aprovação da ata. Aprovada.

Nada mais havendo a declarar--

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Presidente--.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Pela ordem, o Senador Flexa.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Só para registrar. Eu recebi agora uma informação que está presente aqui a Audiência Pública o Presidente da ABERT, da Associação Brasileira de Rádio e Telecomunicações, Dr. Daniel Slaviero, só para fazer o registro. Constar em ata.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Pela colocação do Presidente do Grupo TELEFONICA, na verdade, é o Presidente do grupo que faz a pizza, é isso? Quem entrega são eles. [risos] A ABERT faz, não é isso? Então, nada mais tendo a declarar, declaro encerrada essa reunião.

Sessão encerrada às 11h23.

COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA,
INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA

ATA DA 14ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 30 DE MAIO DE 2007.

Às nove horas e trinta e sete minutos do dia trinta de maio de dois mil e sete, na sala de reuniões da Comissão, Ala Senador Alexandre Costa, sala 13, sob a Presidência do Senhor Senador Marcelo Crivella, Vice-Presidente no exercício da Presidência, e com a presença dos Senhores Senadores Augusto Botelho, Renato Casagrande, Sérgio Zambiasi, Ideli Salvatti, Valdir Raupp, Gilvam Borges, Romeu Tuma, Maria do Carmo Alves, João Tenório, Eduardo Azeredo, Cícero Lucena, Heráclito Fortes e Flexa Ribeiro, reúne-se a Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática. Deixam de comparecer os Senhores Senadores Wellington Salgado de Oliveira, Valter Pereira, Demóstenes Torres e José Agripino. O Senhor Vice-Presidente, no exercício da Presidência, Senador Marcelo Crivella, submete à Comissão a dispensa da leitura da Ata da Reunião anterior, que é dada como aprovada. **Item 02: Projeto de Decreto Legislativo**

nº 53, de 2007, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo, que "Aprova o Ato que Outorga Autorização à Associação e Movimento Comunitário Interior em para Executar Serviço de Radiodifusão Comunitária na Cidade de Santa Clara D'oeste, Estado de São Paulo." O relator designado é o Senador Romeu Tuma e o projeto é aprovado por 10 (dez) votos favoráveis.

Item 03: Projeto de Decreto Legislativo nº 78, de 2007, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo, que "Aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária Rosa Mística para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Estiva Gerbi, Estado de São Paulo." O relator designado é o Senador Romeu Tuma e o projeto é aprovado por 10 (dez) votos favoráveis. **Item 04: Projeto de Decreto Legislativo nº 74, de 2007**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, "Aprova o ato que outorga autorização à Associação de Desenvolvimento Comunitário de Apoio Social do Congo - ADEASC para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Congo, Estado da Paraíba." O relator designado é o Senador Cícero Lucena e o projeto é aprovado por 10 (dez) votos favoráveis. **Item 05: Projeto de Decreto Legislativo nº 84, de 2007**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo, que "Aprova o ato que outorga autorização à Rádio Comunitária Cidade Livre FM para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Coelho Neto, Estado do Maranhão." O relator designado é o Senador Flexa Ribeiro e o projeto é aprovado por 10 (dez) votos favoráveis. **Item 06: Projeto de Decreto Legislativo nº 61, de 2007**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo, que "Aprova o ato que renova a permissão outorgada à Fundação Educacional União da Serra para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Marau, Estado do Rio Grande do Sul." O relator designado é o Senador Sérgio Zambiasi e o projeto é aprovado por 10 (dez) votos favoráveis. **Item 07: Projeto de Decreto Legislativo nº 60, de 2007**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo, que "Aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária Ecológica de Radiodifusão de Guairacá - PR - ACERG para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Guairacá, Estado do Paraná." A relatora designada, ad hoc, é o Senadora Ideli Salvatti e o projeto é aprovado por 10 (dez) votos favoráveis. **Item 08: Projeto de Decreto Legislativo nº 65, de 2007**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo, que "Aprova o ato que renova concessão outorgada à Fundação São Benedito da Lapa para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade da Lapa, Estado do Paraná." A relatora designada, ad hoc, é a Senadora Ideli Salvatti e o

projeto é aprovado por 10 (dez) votos favoráveis. **Item 09: Projeto de Decreto Legislativo nº 457, de 2006**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo, que “Aprova o ato que autoriza a Associação de Radiodifusão Comunitária de Meleiro a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Meleiro, Estado de Santa Catarina.” A relatora designada é a Senadora Ideli Salvatti e o projeto é aprovado por 10 (dez) votos favoráveis. **Item 10: Projeto de Decreto Legislativo nº 73, de 2007**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo, que “Aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária de Comunicação e Cultura União Santa Tereza para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Santa Tereza de Goiás, Estado de Goiás.” O relator designado, ad hoc, é o Senador Eduardo Azeredo e o projeto é aprovado por 09 (nove) votos favoráveis. O Senhor Vice-Presidente, no exercício da presidência, Senador Marcelo Crivella, passa a Presidência ao Senhor Senador Augusto Botelho para relatar, ad hoc, o seguinte item: **Item 11: Projeto de Decreto Legislativo nº 96, de 1996**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo, que “Aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária Xucurus para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Palmeira dos Índios, Estado de Alagoas.” O relator designado, ad hoc, é o Senador Marcelo Crivella e o projeto é aprovado por 10 (dez) votos favoráveis. Dando prosseguimento a deliberação da pauta o Senhor Senador Marcelo Crivella, Vice-Presidente, no exercício da presidência, reassume a Presidência. **Item 12: Projeto de Decreto Legislativo nº 86, de 2007**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo, que “Aprova o ato que outorga autorização ao Instituto de Desenvolvimento Educacional, Social, Cultural e Comunitário de São Geraldo em Minas Gerais para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de São Geraldo, Estado de Minas Gerais.” O relator designado é o Senador Eduardo Azeredo e o projeto é aprovado por 09 (nove) votos favoráveis. **Item 13: Projeto de Lei do Senado nº 71, de 2007**, de caráter terminativo, do Poder Executivo que “Aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária dos Irrigantes e Pescadores do Castanhão - ACIPESCA para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Alto Santo, Estado do Ceará.” O relator designado, ad hoc, é o Senador Renato Casagrande e o projeto é aprovado por 10 (dez) votos favoráveis. **Item 14: Projeto de Decreto Legislativo nº 45, de 2007**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo, que “Aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária União para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de União dos Palmares, Estado de Alagoas.” O

relator designado, ad hoc, é o Senador Augusto Botelho e o projeto é aprovado por 10 (dez) votos favoráveis. **Item 15: Projeto de Lei do Senado nº 72, de 2007**, de caráter terminativo, do Poder Executivo que “Aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária São Francisco para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Itapajé, Estado do Ceará.” A relatora designado, ad hoc, é a Senadora Maria do Carmo Alves e o projeto é aprovado por 10 (dez) votos favoráveis. Fica adiada, em virtude da ausência do relator, a seguinte matéria da pauta: **Item 01: Petição nº 02, de 2007**. O Senhor Senador Marcelo Crivella, Vice-Presidente no exercício da Presidência, determina que as Notas Taquigráficas sejam anexadas a esta Ata para a devida publicação. Nada mais havendo a tratar, a Presidência encerra a reunião, às dez horas e trinta e sete minutos, determinando que eu, **Égli Lucena Heusi Moreira, Secretária da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática** lavrasse a presente Ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada, no Diário do Senado Federal.

Senador **Marcelo Crivella**, Vice-Presidente, no exercício da Presidência, da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática

COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO,
COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA - CCT

14ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA NO DIA 30 DE MAIO DE 2007.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ): Havendo número regimental declaro aberta a 14ª Reunião Extraordinária da Comissão Ciência Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura que se realiza hoje dia 30 de maio de 2007.

Antes de iniciarmos a reunião eu submeto à apreciação do Plenário a dispensa da leitura e a aprovação da Ata da reunião anterior. O Srs. Senadores que concordam permaneçam como se encontram. Aprovado.

Passamos então, a discussão da nossa pauta.

Item 01. Não terminativo, petição nº. 2/2007. Autoria da Vara Federal de Angra dos Reis, Relator Senador Demóstenes Torres, que conclui pelo o não conhecimento da petição. Como ele não está presente vamos passar direito ao Item 02.

Item 02 e Item 03. São outorgas, autorização à Associação do Movimento Comunitário Interior FM para executar serviço de radiodifusão comunitária na Cidade de Santa Clara d'Oeste, e também outorga

da Cidade de Estiva Gerbi, no Estado de São Paulo. Passo a palavra ao nobre Senador Romeu Tuma, Relator das matérias.

SENADOR ROMEU TUMA (PLF-SP): Conforme a ementa lida por V.Ex^a, eu ato que opta pela aprovação e autorização a Associação do Movimento Comunitário Interior FM da Cidade de Santa Clara, da qual nós concordamos com o relatório advindo da Câmara.

Item 03, se V.Ex^a permitir eu também já, já dou o Parecer, que é da Cidade de Estiva. Então, o Item 03.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ): Pois não. Com a palavra V.Ex^a.

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP): Na mesma forma como todos os aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, opinamos pela a aprovação da Associação Comunitária Rosa Mística, na Cidade de Estiva Gerbi, no Estado de São Paulo, meu Estado querido.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ): Muito, muito obrigado, Senador Romeu Tuma, pergunto ao Plenário se há alguém que queira discutir a matéria. Não havendo quem queira discutir, coloco em votação. Senadores que aprovam permaneçam como estão. Aprovada. As duas Relatorias do Senador Romeu Tuma, de outorga na Cidade de Santa Clara d'Oeste e de Estiva Gerbi, foram aprovados.

O Item 04, tem Relatoria do Senador Cícero Lucena, nós vamos pular para o Item 05 para aguardar a chegada do nosso Relator. É uma outorga também para executar serviço de radiodifusão comunitária na Cidade de Coelho Neto, no Estado do Maranhão. O Relator é o Senador Flexa Ribeiro, a quem passo a palavra.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Presidente, Senador Marcelo Crivella, Sras. Senadoras, Srs. Senadores. Vamos diretamente ao voto. Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDS nº. 84/2007, não evidenciou violação da legislação pertinente, e não havendo reparos contra os aspectos de constitucionalidade, juridicidade, e técnica legislativa, opinamos pela aprovação do ato que autoriza a rádio comunitária Cidade Livre FM, a executar serviço de radiodifusão comunitária na Cidade de Coelho Neto, Estado do Maranhão, na forma do projeto de decreto legislativo originário da Câmara dos Deputados. Este é o voto, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ): Pergunto ao Plenário se há quem queira discutir a matéria.

Não havendo quem queira discutir passamos ao Item 05, perdão, Item 06. Ato de permissão de outorga à Fundação Educacional União da Serra, para explorar

serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Marau, no Estado do Rio Grande do Sul. Relator: Senador Sérgio Zambiasi, a quem eu passo a palavra.

SENADOR SÉRGIO ZAMBIASI (PTB-RS): Obrigado, Presidente, Marcelo Crivella. Parecer da Comissão de Ciência Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, em caráter terminativo sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº. 61/2007, que aprova o ato que renova a permissão outorgada à Fundação Educacional União da Serra, para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Marau, Rio Grande do Sul. E o Parecer, Presidente, é favorável.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ): Pergunto ao Plenário se há quem queira discutir a matéria. Não havendo, como vamos fazer a votação desses itens terminativos ao final da sessão, nominal, eu passo ao Item nº.09. O Relator do Item 07 e 08, Senador Flávio Arns não se encontra presente ao Plenário. E trata-se de outorga da Associação de Radiodifusão Comunitária de Meleiro, para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade também de Meleiro, no Estado de Santa Catarina. A Relatora é a Senadora Ideli Salvatti, a quem passo a palavra.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Sr. Presidente, o nosso Parecer é pela aprovação do processo de autorização para funcionamento da rádio comunitária na Cidade de Meleiro. Cumpri todas as exigências legais.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ): Muito obrigado. Muito obrigado, Senadora Ideli. Pergunto ao Plenário se há quem queira discutir a matéria. Não havendo, passamos ao Item 12º. Trata-se de outorga ao Instituto de Desenvolvimento Educacional Social Comunitário de São Geraldo, em Minas Gerais, na cidade de São Geraldo. E o Relator é o Senador Eduardo Azeredo, a quem passamos a palavra para proferir o seu relatório.

Item 12. **SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG):** Sr. Presidente, trata-se de uma Rádio Comunitária autorizada para o Instituto de Desenvolvimento Educacional Social Cultural e Comunitário de São Geraldo, em Minas Gerais, na cidade de São Geraldo, que é localizada na região de Zona da Mata, em Minas Gerais. Todos os pré-requisitos são aceitos e o voto é favorável.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ): Muito obrigado, Senador Eduardo Azeredo, pelo seu relatório. Pergunto ao Plenário se há quem queira discutir a matéria. Não havendo quem

queira discutir a matéria, nós vamos voltar ao Item 07 e 08, que é de Santa Catarina.

Eu perguntaria à Senadora Ideli Salvatti, se ela se disporia a ser Relatora *ad hoc* de duas emissoras em Santa Catarina, desculpe, no Paraná.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Com o maior prazer, são os meus vizinhos.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ): Então, é o Item 07, Item 08. A Associação Comunitária Ecológica de Radiodifusão de Guairacá, e também a da Cidade de Lapa, da Fundação São Benedito da Lapa. Com a palavra V.Ex^a.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Pois não, Sr. Presidente. São dois projetos de Relatoria do Senador Flávio Arns, tanto o projeto que outorga a autorização para Associação Comunitária de Guairacá, poder executar os seus trabalhos está perfeitamente de acordo com as exigências legais. Como também o que concede outorga à Fundação São Benedito da Lapa, também para explorar serviço de radiodifusão de onda média naquela cidade, também estão plenamente de acordo com as exigências legais. Portanto, o Parecer, nos dois casos do Senador Flávio Arns que eu reproduzo, são favoráveis.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ): Muito obrigado, Senadora. Pergunto ao Plenário se há quem queira discutir a matéria. Não havendo quem queira discutir, passamos ao Item 10, que trata da autorização a Associação Comunitária de Comunicação e Cultura União Santa Tereza, para executar serviço de radiodifusão comunitária nessa Cidade de Santa Tereza, de Goiás. Eu pergunto ao Senador Eduardo Azeredo, se poderia, como Relator, *ad hoc*, proferir o relatório elaborado pelo Senador Marconi Perillo, que não se encontra nessa ocasião.

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Sim, Sr. Presidente. Trata-se de rádio comunitária para Cidade de Santa Tereza de Goiás. E a autorização de outorga é para a Associação Comunitária de Comunicação e Cultura União Santa Tereza. Santa Tereza de Goiás, que segundo o Senador Marconi Perillo, é uma cidade que também preenche a necessidade de uma nova rádio comunitária e o voto é favorável.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ): Muito obrigado, Sr. Senador. Eu gostaria de pedir ao Senador Augusto Botelho, para que a assuma a presidência dessa Sessão, para que eu possa apresentar o relatório do Item 11.

[troca de presidência]

SR. PRESIDENTE AUGUSTO BOTELHO (PT-RR): Com a palavra S. Exa. Senador Marcelo Crivella, para relatar o projeto terminativo para Projeto de Decreto Legislativo nº. 96/1996. Aprova o ato que reno-

va a concessão de outorgada à Rádio Comunicadora Grande Rio Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Itaguaí, Estado do Rio de Janeiro. Com a palavra S.Ex^a, Senador Marcelo Crivella.

SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ): Muito obrigado, Sr. Presidente. Tendo em vista, que o exame da documentação que acompanha o PDS 96/1996 não evidenciou violação das formalidades estabelecidas na Resolução 39/1992 do Senado Federal, e não havendo reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, opinamos pela aprovação do ato que renova a concessão outorgada à Rádio Comunicadora Grande Rio Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Itaguaí, Estado do Rio de Janeiro, na forma do Projeto de Decreto Legislativo Ordinário da Câmara dos Deputados. O Relatório vai assinado pelo eminente Senador Francisco Dornelles, que hoje não está na nossa Sessão, por motivo de força maior. Então, eu passo a apreciação da Comissão, eu voto pela aprovação, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR): Em discussão. Não havendo quem queira discutir, passamos ao próximo Item.

Passo a presidência ao Senador Marcelo Crivella, para ele assumir e novamente continuar.

SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ): Muito obrigado, Botelho.

[troca de presidência]

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ): Muito obrigado, Senador Botelho. Vamos para o Item 13. E nós pediríamos ao Senador Casagrande, que pudesse proferir o Relatório da Senadora Fátima Cleide, como Relator *ad hoc*. Com a palavra V.Ex^a.

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Com prazer, Sr. Presidente, Senador Marcelo Crivella. O Projeto prevê um ato, uma autorização para Associação Comunitária dos Irrigantes e pescadores do Castanhão, no Ceará, para executar o serviço de radiodifusão.

Sr. Presidente, opino favoravelmente pela constitucionalidade e pelo mérito aprovando a proposição da Associação Comunitária dos Irrigantes, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ): Muito obrigado, Senador Casagrande.

Passamos então ao último Item da pauta, desculpem, ao Item 14, que trata também de concessão, de autorização de outorga à Associação Comunitária União, para serviço de radiodifusão comunitária na Ci-

dade de União dos Palmares, no Estado de Alagoas. O Relatório é do Senador João Tenório, e eu pediria ao Senador Augusto Botelho para fazer, como Relator *ad hoc*, a leitura desse Relatório.

SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR): O Senador João Tenório se encontra presidindo outra Sessão, e pediu que nós relatássemos por ele. O Parecer do Senador João Tenório, com o qual eu concordo, que aprova ato que outorga a autorização da Associação Comunitária de União para serviço de radiodifusão comunitária na Cidade dos Palmares, do Estado de Alagoas. O Parecer do Relator, e o meu Parecer, é favorável, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ): Senador Botelho, muito agradecido. Pergunto ao Plenário se há quem queira discutir a matéria. Não.

Vamos então ao último Item da pauta, o Item 15. Aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária São Francisco, para executar serviço de radiodifusão comunitária na Cidade de Itapajé, no Estado do Ceará. A autora do Relatório é a Senadora Rosalba, que não se encontra, e eu pediria à Senadora Maria do Carmo, por gentileza, que proferisse esse relatório como Senadora *ad hoc*.

SENADORA MARIA DO CARMO ALVES (PLF-SE): Sr. Presidente, Srs. Senadores, Sras. Senadoras, vamos ao voto. Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDS nº. 72/2007 não evidenciou violação da legislação pertinente, e não havendo reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, opinamos pela aprovação do ato que autoriza a Associação Comunitária São Francisco a executar serviço de radiodifusão comunitária, na Cidade de Itapajé, Estado do Ceará, na forma do Projeto de Decreto Legislativo originário da Câmara dos Deputados. Esse é o voto.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ): Agradecemos muito a eminente Senadora. E pergunto ao Plenário se há quem queira discutir a matéria. Não havendo quem queira discutir, muito agradecido, Senadora Maria do Carmo Alves.

Eu queria apenas dar conhecimento, perdão... o Item 04. Aprova o ato que outorga autorização à Associação de Desenvolvimento Comunitário de Apoio Social do Congo, ADECASC, para executar serviço de radiodifusão comunitária na Cidade do Congo, no Estado da Paraíba. O Relator é o Senador Cícero Lucena. Como não está presente, eu pediria ao Senador Gilvam Borges, que emitisse esse Relatório.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: [pronunciamento fora do microfone]

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ): Muitas saudades, muitas saudades da África.

Com a palavra V.Ex^a.... Que já não chama mais Congo, né?

SENADOR GILVAM BORGES (PMDB-AP): Conforme determina o Regimento Inter... Opa... conforme determina a elegância em retroagir diante do Relator principal, eu aguardo para que ele possa tomar assento e assim fazer o seu Relatório.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ): Olha, ele chegou...

SENADOR GILVAM BORGES (PMDB-AP): Chegou a tempo. Eu já iniciaria, mas V.Ex^a então, assentasse, e está aqui o Relatório.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ): Senador Lucena, V.Ex^a--

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Eu peço permissão--

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ): Chegou na hora do gongo para fazer o relatório do Congo.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Sr. Presidente, eu peço permissão para me retirar.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ): Eu pediria a V.Ex^a apenas que aguardasse nós fazermos a emissão desse Relatório, para fazermos a votação nominal, que são todos os projetos terminativos.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: [pronunciamento fora do microfone]

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ): Não apoiado, V.Exa. fez relatório e assinou, por favor, emita.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Me submeto ao voto, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ): Por gentileza, Sr. Senador.

SENADOR CÍCERO LUCENA (PSDB-PB): Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDS 74/2007 não evidenciou violação à legislação pertinente. E não havendo reparos quanto aos aspectos da constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, opinamos pela aprovação do que autoriza a Associação de Desenvolvimento Comunitário e Apoio Social do Congo a executar serviço de radiodifusão comunitário na Cidade do Congo, Estado da Paraíba, na forma do Projeto de Decreto Legislativo originário da Câmara dos Deputados.

Esse é o voto, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ): Muito obrigado, Senador Cícero Lucena. Antes de passarmos à votação nominal, eu

quero apenas dar ciência aos Srs. Senadores, que há aqui uma correspondência da Marinha, talvez interesse ao Senador Romeu Tuma, ela vem em nome do Comandante da Marinha, convidando os membros dessa Comissão a fazerem uma visita lá em Sorocaba, no dia 29 de junho de 2007.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Junho?

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ): É sim, senhor, 29 de junho. Ao centro de... O centro que é responsável pela pesquisa e desenvolvimento de sistemas nucleares e energéticos, com inúmeras aplicações em importantes áreas, geração de energia, informática, medicina, mecânica de precisão, ciência dos materiais e eletrônica, além da propulsão naval. Fica aqui então registrado o convite da Marinha para os membros da Comissão.

SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR): Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ): Pois não, Senador Botelho.

SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR): Eu só queria aproveitar a oportunidade.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ): Com a palavra V.Ex^a.

SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR): Para nós fazermos um Círculo de Audiência sobre o Programa Nuclear Brasileiro. Porque nós temos muitas coisas interessantes em nosso programa nuclear. Principalmente porque o nosso reator que está sendo estudado, isso eu aprendi há pouco tempo. Então, nós temos que divulgar isso no Brasil. Não é reator de alta potência, para grandes... o reator de geração de energia, seria um reator que poderia ser usado em cidades mais isoladas, principalmente na Amazônia, ou em cidades onde a rede de transmissão não existe. E uma energia barata, e que nós temos esse combustível para quase trezentos anos, o urânio.

SENADOR ROMEU TUMA (PLF-SP): Pela ordem.

SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR): Eu gostaria de colocar um Requerimento para que haja uma Audiência Pública, na qual a gente convida pessoas ligadas ao Programa Nuclear Brasileiro, professores de universidades também, para nós discutirmos esse assunto.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ): Senador Botelho--

SENADOR ROMEU TUMA (DEM-SP): Presidente, eu peço pela Ordem.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ): Com a palavra V.Ex^a.

SENADOR ROMEU TUMA (DEM-SP): Sobre o assunto, só acho interessante que isso já foi discuti-

do aqui, o próprio Presidente tem... O Wellington tem falado muito sobre o problema da energia nuclear. Eu chamaria atenção, sei que não vai ser lido hoje, do Item 01, que é uma negativa que o Senador Demóstenes no seu relatório, até tirei para ler com calma, ao Juiz de Primeira Instância, que proíbe a instalação de Angra 3, em razão da omissão, segundo o Juiz, do Congresso não ter votado uma lei determinando a área. E o Demostenes nega, porque o Juiz de Primeira Instância não é competente para determinar o que o Congresso pode, ou não fazer.

Então, eu gostaria que houvesse uma atenção sobre isto, que eu acho importante, não só sobre o relacionamento dos três Poderes, como sobre o assunto de energia nuclear, a construção de Angra 3, que hoje já está sendo discutida no PAC.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ): Senador Romeu Tuma, a fala de V.Ex^a é extremamente oportuna. Angra 3 fica no meu Estado, foi uma decisão recente do Presidente Lula, de retomar as obras, há licença favorável, tanto do IBAMA quanto da Secretaria Estadual de Meio Ambiente, mas há essa contestação por parte desse Juiz.

O que nós podíamos fazer é chamar os três órgãos aqui e fazermos uma Audiência Pública. Mas eu gostaria, antes de passar à votação, apenas dar também um comunicado a essa Comissão, ciência a essa Comissão, de um convite feito pelo Presidente da OI, convidando os membros dessa Comissão a conhecerem o Centro de Gerência da rede, a OI Futuro na Cidade do Rio de Janeiro. Assinada pelo Sr. José Luiz Neffa Simão, e agradecemos aqueles, os Senadores que puderem comparecer a esses locais para que dêem ciência à nossa Secretaria, e possamos tomar as providências para nos comunicar com os órgãos que nos convidaram.

Vamos passar então, imediatamente à votação em bloco. Em bloco.

Os Srs. Senadores, que aprovarem digam "sim", ou que rejeitarem digam "não".

Senador Augusto Botelho, como vota V.Ex^a?

SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR): Com os Relatores, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ): Senador Renato Casagrande.

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Com os Relatores, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ): Muito obrigado, Senador. Senador Sérgio Zambiasi?

SENADOR SÉRGIO ZAMBIASI (PTB-RS): Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ): Senadora Ideli Salvatti, deixou consignado o voto “sim”. Senador Gilvam Borges.

GILVAM BORGES (PMDB-AP): Com os Relatores, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ): Muito obrigado, Senador. Senador Romeu Tuma.

SENADOR ROMEU TUMA (DEM-SP): Com os Relatores.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ): Muito obrigado. Senadora Maria do Carmo Alves.

SENADORA MARIA DO CARMO ALVES (PLF-SE): Com os Relatores.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ): Muito obrigado. Senador Eduardo Azeredo.

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Com os Relatores.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ): Senador Cícero Lucena.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ): Senador Flexa Ribeiro.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Com as Relatorias e com os Relatores.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ): Perfeito. Senador Botelho já votou. Todas as outorgas foram aprovadas.

Muito bem. Hoje tivemos uma reunião, começou atrasada, mas produtiva, porque votamos 14 itens numa pauta de 15.

Agradeço aos Srs. Senadores. Não havendo nada mais a tratar, dou por encerrada a presente Sessão.

Obrigado a todos.

COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA,
INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA

SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE SERVIÇOS DE
INFORMÁTICA

(INSTALAÇÃO)

ATA DA 01ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE SERVIÇOS DE INFORMÁTICA DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 24 DE MAIO DE 2007.

Às quatorze horas e cinqüenta e seis minutos do dia vinte e quatro de maio de dois mil e sete, na sala de reuniões da Comissão, Ala Senador Alexandre Costa, sala treze (13), sob a Presidência Eventual do Senhor Senador Flávio Arns e com a presença dos Senhores

Senadores Renato Casagrande, Valter Pereira, Eduardo Azeredo, Heráclito Fortes e Cícero Lucena. Deixa de comparecer o Senhor Senador Demóstenes Torres. A presente reunião destina-se à eleição do Presidente e do Vice-Presidente para o biênio 2007/2008. Distribuídas as cédulas e procedida à votação, o Senhor Presidente Eventual, Senador Flávio Arns serve como escrutinador, sendo verificado o seguinte resultado para Presidente: Senador **Eduardo Azeredo**, quatro (04) votos e para Vice-Presidente: Senador **Renato Casagrande**, quatro (04) votos. Prosseguindo, o Presidente Eventual, Senador Flávio Arns, proclama eleito e empossado o Senador **Eduardo Azeredo** como Presidente e o Senador **Renato Casagrande** como Vice-Presidente da Subcomissão Permanente de Serviços de Informática. A seguir, o Senhor Presidente Eventual, Senador Flávio Arns passa a palavra ao Presidente recém-empossado, Senador **Eduardo Azeredo**. O Presidente eleito profere seu discurso de posse e passa a palavra ao Vice-Presidente eleito para também proferir o seu discurso de posse. O Senhor Presidente, Senador Eduardo Azeredo, determina que as Notas Taquigráficas sejam anexadas a esta Ata para a devida publicação. Nada mais havendo a tratar, a Presidência encerra a reunião, às quinze horas e seis minutos, determinando que eu, **Égli Lucena Heusi Moreira, Secretária da Subcomissão Permanente de Serviços de Informática**, lavrasse a presente Ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada, no Diário do Senado Federal.

Senador **Eduardo Azeredo**, Presidente da Subcomissão Permanente de Serviços de Informática.

COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO,
COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA - CCT

SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE SERVIÇOS DE
INFORMÁTICA

1ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE SERVIÇOS DE INFORMÁTICA, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA. REALIZADA NO DIA 24 DE MAIO DE 2007.

PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Havendo número regimental, declaro aberta a primeira Reunião Extraordinária da Subcomissão Permanente de Serviços de Informática, da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura. Sendo realizada nesse dia 24 de maio de 2007. A presente reunião tem por finalidade a eleição do Presidente, do Vice-Presidente da Subcomissão Permanente de Serviços de Informática, foi registrada até o presente momento a seguinte chapa: Para Presidente, Senador Eduardo

Azeredo, para Vice-Presidente Senador Renato Casagrande. Sobre a Mesa encontram-se a disposição dos Srs. Senadores cédulas de votação devidamente rubricadas pela presidência, que deverão ser utilizadas após a chamada nominal para a votação. Eu chamo então os Senadores, o próprio Presidente, Flavio Arns, Senador Renato Casagrande, Senador Eduardo Azeredo e o Senador Heráclito Fortes, para que coloquem o seu voto na urna destinada para essa finalidade.

Eu quero esclarecer que essa Subcomissão Permanente de Serviços de Informática é composta de 5 membros titulares e 5 membros suplentes, os titulares pelo Bloco de Apoio ao Governo, são Flávio Arns e Renato Casagrande, pelo PMDB, Valter Pereira, que já colocou o seu nome na lista de presença também para esta reunião, e pelo Bloco da minoria, Demóstenes Torres, Eduardo Azeredo. Como suplentes pelo bloco de Apoio ao Governo, Sérgio Zambiasi e Expedito Júnior, e também pelo PMDB, como suplente, Senador Gilvam Borges, e pelo bloco da minoria Senadores Heráclito Fortes, Cícero Lucena. Muito bem, certo.

Então eu peço para que, como está encerrada a votação, eu peço para que a secretaria da Mesa traga até esta presidência a urna, para que possamos escrutinar os votos na condição, peço licença aos membros, para que como presidente, eu possa abrir e escrutinar os votos

[risos].

Justificando porque que eu estou fazendo isso, porque a Comissão é composta por 5 membros, 4 membros votaram, e um dos membros teve que se retirar, por causa da CPI do Apagão Aéreo, de cuja CPI ele é membro, e como os outros membros são os da chapa. Então eu acho que o Presidente que tem que escrutinar, se não há interesse da parte de vocês, também, né?

Muito bem, primeiro voto: Eduardo Azeredo e Renato Casagrande. Segundo voto: Eduardo Azeredo e Renato Casagrande. Terceiro voto: Eduardo Azeredo e Renato Casagrande. E o quarto voto: Eduardo Azeredo e Renato Casagrande. Então feita a apuração, por unanimidade e com toda justiça, porque eu acho que esta Comissão vai ser muito bem conduzida pelos trabalhos do Senador Eduardo Azeredo e do Senador Renato Casagrande, pela disponibilidade, pela animação, pelo entusiasmo, pela competência, pelo diálogo. São muitos atributos importantes para que os trabalhos de uma Comissão prospere e, ao mesmo tempo, uma Subcomissão das mais importantes, porque se nós pensarmos na Subcomissão Permanente de Serviços de Informática, isto é algo que o Brasil precisa, que as comunidades precisam, as escolas, escolas públicas, pessoas com deficiência, serviços. Todas as aéreas,

e o país depende desses trabalhos de qualidade, para que possa, inclusive, ter para a população iniciativas, mais modernas, com mais qualidade, com mais inclusão, com mais participação. Nós assim, eu, inclusive, como membro dessa Subcomissão, quero contribuir ao máximo com a presidência, para que nós possamos ao final dos trabalhos, dizer que foram bons, que valeu a pena. Então foram eleitos, como Presidente o Senador Eduardo Azeredo, como Vice-Presidente o Senador Renato Casagrande. Então eu convido agora os Senadores Eduardo Azeredo e Renato Casagrande para assumirem a presidência e a vice-presidência e conduzirem o restante da reunião.

[troca de presidência]

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Daqui mesmo.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Eu acho que aqui na mesa mesmo.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Não, não, eu fico daqui.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Não tem problema?

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Não tem problema. Eu quero apenas agradecer a confiança dos Senadores, para que eu possa ser presidente e, ao mesmo tempo, saudar o Senador Renato Casagrande, na verdade, a dobradinha, nós já fazemos desde a época de Minas e Espírito Santo, como dois estados vizinhos, eu já conheço o Renato há muito tempo, fiquei muito feliz com a eleição dele aqui, agora que está conosco no Senado. E nessa área específica da informática, que é a minha área profissional, nós podemos realmente fazer um trabalho importante, o Brasil precisa de estar atualizado, veja que ainda ontem, aqui nessa própria Comissão de Ciência e Tecnologia, nós discutimos a questão da TV a cabo, a TV por satélite. E acaba se chegando nas questões da informática, com a convergência tecnológica, você acaba, hoje, pelo computador, usando o computador como telefone, usando o computador como televisão, usando o computador como máquina de escrever, como copiadora, quer dizer, você vai fazendo toda uma convergência tecnológica. São muitos assuntos que teremos que tratar, e eu quero, então agradecer a confiança de todos.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Só quero que o Senador Eduardo Azeredo, como Presidente, passe a palavra ao Vice-Presidente

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Passo a palavra ao Vice-Presidente, senador Renato Casagrande.

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Sr. Presidente, Eduardo Azeredo, Senador Flávio Arns,

que tão bem conduziu a reunião de instalação da Subcomissão. Agradecer também a vocês, Senador Eduardo, por ter me convidado para ser Vice-Presidente, vamos fazer uma dobradinha, pão-de-queijo e moqueca à capixaba. Diz que todo capixaba é um mineiro de frente para o mar, né? Então nós já, quando o Eduardo era Governador, eu era Vice-Governador lá no Espírito Santo. Já nos conhecemos há bastante tempo, e o Senador Eduardo Azeredo é um interessado nessa área de informática e eu tenho certeza que a Comissão vai dar uma contribuição ao Brasil, para debater toda regulamentação necessária, e todo serviço necessário dessa área. Até pelo avanço que nós estamos tendo e dos serviços prestados. Então fico muito alegre e feliz, e quero dar a minha contribuição. E obrigado, pela sua coordenação e sua participação.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Declaro encerrada essa Reunião, então de instalação. Teremos oportunamente uma Reunião Ordinária. Obrigado.

Sessão encerrada às 15h03.

COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA,
INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA

ATA DA 22ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 08 DE AGOSTO DE 2007.

Às nove horas e vinte e quatro minutos do dia oito de agosto de dois mil e sete, na sala de reuniões da Comissão, Ala Senador Alexandre Costa, sala 13, sob a Presidência do Senhor Senador Marcelo Crivella, Vice-Presidente no exercício da Presidência e com a presença dos Senhores Senadores Augusto Botelho, Renato Casagrande, Sérgio Zambiasi, Gilvam Borges, Valter Pereira, Maria do Carmo Alves, Eduardo Azeredo, Cícero Lucena, Flávio Arns, Francisco Dornelles, Heráclito Fortes e Flexa Ribeiro, reúne-se a Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática. Deixam de comparecer os Senhores Senadores Ideli Salvatti, Valdir Raupp, Wellington Salgado de Oliveira, Demóstenes Torres, José Agripino e João Tenório. Justifica a ausência o Senador Romeu Tuma. O Senhor Vice-Presidente no exercício da presidência Senador Marcelo Crivella, submete à Comissão a dispensa da leitura da Ata da Reunião anterior, que é dada como aprovada. Prosseguindo, a Presidência inicia a deliberação da Pauta. **Item 01: Projeto de Lei do Senado nº. 243, de 2004**, de caráter não terminativo, de autoria da Senadora Roseana Sarney, que “Dispõe sobre as práticas de Telemarketing, coíbe abusos e fraudes nesses serviços e implementa o registro nacional de chamadas”.que tramita em conjunto com

o **Projeto de Lei do Senado nº. 123, de 2007**, de caráter não terminativo, de autoria do Senador Expedito Júnior, que “Dispõe sobre a oferta de bens ou serviços e a solicitação de donativos de qualquer espécie por meio de chamadas telefônicas”. O relator designado é o Senador Renato Casagrande e o parecer favorável, na forma do substituto oferecido e pela rejeição do PLS 123/07, que tramita em conjunto. O projeto é retirado de pauta atendendo a solicitação do relator, para reexame da matéria. **Item 02: Projeto de Decreto Legislativo nº. 182, de 2007**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo, que “Aprova o ato que outorga autorização à ASCOBI - Associação Comunitária e Beneficente Amigos de Itabela - BA para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Itabela, Estado da Bahia” O relator designado, ad hoc, é o Senador Sérgio Zambiasi e o projeto é aprovado por 10 (dez) votos favoráveis. **Item 03: Projeto de Decreto Legislativo nº. 180, de 2007**, de caráter terminativo, do Poder Executivo, que “Aprova o ato que outorga permissão à Atual Sistema de Comunicação Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Santa Cruz Cabralia, Estado da Bahia”. O relator designado é o Senador Valter Pereira e o projeto é aprovado por 10 (dez) votos favoráveis. **Item 04: Projeto de Decreto Legislativo nº. 127, de 2007**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo, que “Aprova o ato que outorga permissão à Sistema de Rádio Jornal Cultura do Ceará Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Acaraú, Estado do Ceará.” O relator designado é o Senador Flexa Ribeiro e o projeto é aprovado por 10 (dez) votos favoráveis. **Item 05: Projeto de Decreto Legislativo nº. 155, de 2007**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo, que “Aprova o ato que outorga concessão à Fundação Brasil Ecoar para executar serviço de radiodifusão de sons e imagens na cidade de Salvador, Estado da Bahia.” O relator designado é o Senador Augusto Botelho e o projeto é aprovado por 10 (dez) votos favoráveis. **Item 06: Projeto de Decreto Legislativo nº. 156, de 2007**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo, que “Aprova o ato que outorga permissão à ECOACRE Rádio, Jornal e Televisão Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Plácido de Castro, Estado do Acre.” O relator designado é o Senador Augusto Botelho e o projeto é aprovado por 10 (dez) votos favoráveis. **Item 07: Projeto de Decreto Legislativo nº. 118, de 2007**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo, que “Aprova o ato que renova a concessão outorgada à Rádio Clube de Goiânia S.A. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Goi-

ânia, Estado de Goiás.” O relator designado, ad hoc, é o Senador Renato Casagrande e o projeto é aprovado por 10 (dez) votos favoráveis. **Item 08: Projeto de Decreto Legislativo nº. 139, de 2007**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo, que “Aprova o ato que outorga permissão à SINCO - Sistema Nacional de Comunicação Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Campos Belos, Estado de Goiás.” O relator designado, ad hoc, é o Senador Renato Casagrande e o projeto é aprovado por 10 (dez) votos favoráveis. **Item 09: Projeto de Decreto Legislativo nº. 110, de 2007**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo, que “Aprova o ato que outorga autorização à Associação Cultural Comunitária de Brotas para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Brotas, Estado de São Paulo.” O relator designado, ad hoc, é o Senador Sérgio Zambiasi e o projeto é aprovado por 10 (dez) votos favoráveis. **Item 10: Projeto de Decreto Legislativo nº. 121, de 2007**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo, que “Aprova o ato que outorga autorização à Associação Cultural e Comunitária Catanduvense para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Catanduva, Estado de São Paulo.” O relator designado, ad hoc, é o Senador Sérgio Zambiasi e o projeto é aprovado por 10 (dez) votos favoráveis. **Item 11: Projeto de Decreto Legislativo nº. 129, de 2007**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo, que “Aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária Popular Pontanense Ascoop para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Pontão, Estado do Rio Grande do Sul.” O relator designado é o Senador Sérgio Zambiasi e o projeto é aprovado por 10 (dez) votos favoráveis. **Item 12: Projeto de Decreto Legislativo nº. 133, de 2007**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo, que “Aprova o ato que outorga autorização à Associação de Comunicação Cultural de Torres para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Torres, Estado do Rio Grande do Sul.” O relator designado é o Senador Sérgio Zambiasi e o projeto é aprovado por 10 (dez) votos favoráveis. **Item 13: Projeto de Decreto Legislativo nº. 134, de 2007**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo, que “Aprova o ato que outorga autorização à Associação de Radiodifusão Comunitária de Doutor Maurício Cardoso para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Doutor Maurício Cardoso, Estado do Rio Grande do Sul.” O relator designado é o Senador Sérgio Zambiasi e o projeto é aprovado por 10 (dez) votos favoráveis. **Item 14: Projeto de Decreto Legislativo nº. 106, de 2007**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Exe-

cutivo, que “Aprova o ato que renova a concessão outorgada à Fundação Redentorista de Comunicações Sociais para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Paranaguá, Estado do Paraná.” O relator designado é o Senador Flávio Arns e o projeto é aprovado por 10 (dez) votos favoráveis. **Item 15: Projeto de Decreto Legislativo nº. 108, de 2007**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo, que “Aprova o ato que renova a concessão outorgada à Televisão Cultura de Maringá Ltda. para executar serviço de radiodifusão de sons e imagens na cidade de Maringá, Estado do Paraná.” O relator designado é o Senador Flávio Arns e o projeto é aprovado por 10 (dez) votos favoráveis. **Item 16: Projeto de Decreto Legislativo nº. 109, de 2007**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo, que “Aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária e Cultural e de Virmond para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Virmond, Estado do Paraná.” O relator designado é o Senador Flávio Arns e o projeto é aprovado por 10 (dez) votos favoráveis. **Item 17: Projeto de Decreto Legislativo nº. 120, de 2007**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo, que “Aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária de Incentivo à Cultura para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Irati, Estado do Paraná.” O relator designado é o Senador Flávio Arns e o projeto é aprovado por 10 (dez) votos favoráveis. **Item 18: Projeto de Decreto Legislativo nº. 126, de 2007**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo, que “Aprova o ato que renova a permissão outorgada à Difusora Ouro Verde Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Curitiba, Estado do Paraná.” O relator designado é o Senador Flávio Arns e o projeto é aprovado por 10 (dez) votos favoráveis, incorporando ao texto final a emenda nº. 01-CCT, aprovada por 10 (dez) votos. **Item 19: Projeto de Decreto Legislativo nº. 165, de 2007**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo, que “Aprova o ato que outorga autorização à Associação Cultural de Difusão Comunitária de São Francisco para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de São Francisco, Estado de Minas Gerais.” O relator designado é o Senador Eduardo Azeredo e o projeto é aprovado por 10 (dez) votos favoráveis. **Item 20: Projeto de Decreto Legislativo nº. 151, de 2007**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo, que “Aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária Rural José Galdino de Andrade São João do Rio do Peixe - Paraíba para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de São João do Rio do Peixe, Estado da Paraíba.” O relator designado

é o Senador Cícero Lucena e o projeto é aprovado por 10 (dez) votos favoráveis. **Item 21: Projeto de Decreto Legislativo nº. 99, de 2007**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo, que “Aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária de Radiodifusão Alternativa de Cocal para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Cocal, Estado do Piauí.” O relator designado é o Senador Heráclito Fortes e o projeto é aprovado por 10 (dez) votos favoráveis. **Item 22: Projeto de Decreto Legislativo nº. 119, de 2007**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo, que “Aprova o ato que outorga autorização à Associação de Radiodifusão e Jornalismo Comunitário de Santa Maria para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Santa Maria, Distrito Federal.” O relator designado, ad hoc, é o Senador Cícero Lucena e o projeto é aprovado por 10 (dez) votos favoráveis. **Item 23: Projeto de Decreto Legislativo nº. 189, de 2007**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo, que “Aprova o ato que outorga permissão à Fundação Cultural São Judas Tadeu para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Colinas do Tocantins, Estado do Tocantins.” O relator designado é o Senador João Ribeiro. O projeto é retirado de pauta atendendo a solicitação do relator, para reexame da matéria. **Item 24: Projeto de Decreto Legislativo nº. 160, de 2007**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo, que “Aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária de Tanque D’arca para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Tanque D’arca, Estado de Alagoas.” O relator designado, ad hoc, é o Senador Eduardo Azeredo e o projeto é aprovado por 10 (dez) votos favoráveis. **Item 25: Projeto de Decreto Legislativo nº. 169, de 2007**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo, que “Aprova o ato que outorga concessão à Alagoas Comunicação Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Palmeira dos Índios, Estado de Alagoas.” O relator designado, ad hoc, é o Senador Eduardo Azeredo e o projeto é aprovado por 10 (dez) votos favoráveis. O Senhor Vice-Presidente, no exercício da Presidência, Senador Marcelo Crivella, passa a Presidência ao Senhor Senador Augusto Botelho para relatar, ad hoc, o seguinte item: **Item 26: Projeto de Decreto Legislativo nº. 100, de 2007**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo, que “Aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária Rádio Novo Amanhecer FM para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de São João do Meriti, Estado do Rio de Janeiro.” O relator designado, ad hoc, é o Senador Marcelo Crivella e o projeto é aprovado por 09

(nove) votos favoráveis. Dando prosseguimento a deliberação da pauta o Senhor Senador Marcelo Crivella, Vice-Presidente no exercício da Presidência, reassume a Presidência. **Item 27: Projeto de Decreto Legislativo nº. 15, de 2007**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo, que “Aprova o ato que autoriza a Associação de Radiodifusão Comunitária de Campo Belo - MG a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Campo Belo, Estado de Minas Gerais”. O relator designado, ad hoc, é o Senador Eduardo Azeredo e o projeto é aprovado por 10 (dez) votos favoráveis. **Item 28: Projeto de Decreto Legislativo nº. 57, de 2007**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo, que “Aprova o ato que outorga concessão à Fundação Sara Nossa Terra para explorar serviço de radiodifusão de sons e imagens na cidade de Mateus Leme, Estado de Minas Gerais.” O relator designado, ad hoc, é o Senador Eduardo Azeredo e o projeto é aprovado por 10 (dez) votos favoráveis. **Item 29: Projeto de Decreto Legislativo nº. 138, de 2007**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo, que “Aprova o ato que outorga autorização à Associação e Movimento Comunitário Rádio Altinho FM para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Altinho, Estado de Pernambuco.” O relator designado, ad hoc, é o Senador Cícero Lucena e o projeto é aprovado por 10 (dez) votos favoráveis. **Item 30: Projeto de Decreto Legislativo nº. 81, de 2007**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo, que “Aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária Alto Bandeirante - ACABAN a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Ipaumirim, Estado do Ceará.” O relator designado, ad hoc, é o Senador Cícero Lucena e o projeto é aprovado por 10 (dez) votos favoráveis. Nesse momento, os Senadores Marcelo Crivella e Sérgio Zambiasi, requerem, oralmente, a inclusão Extra-Pauta de requerimento e Projeto de Decreto Legislativo, com o que todos concordam. **Extra-Pauta, Item 01: Requerimento nº. 19, de 2007 – CCT**, de caráter não terminativo, de autoria do Senador Marcelo Crivella, que requer “...nos termos dos artigos 90, inciso V, e 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, no âmbito desta Comissão, para tratar das possíveis tecnologias aplicadas com a finalidade de deter as aeronaves em risco de acidentes nos aeroportos de pista curta. Para tanto, indica-se como convidados as seguintes pessoas: Ten.-Brig.-do-Ar Juniti Saito, Comandante da Aeronáutica; Dr. Milton Zuana-zzi, Diretor-Presidente da ANAC; Dr. Constantino de Oliveira Júnior, Presidente da GOL; Dr. Marco Antonio Bologna, Presidente da TAM; Engenheiros Especializados e Presidente do CONFEA.” O requerimento é

aprovado. **Extra-Pauta, Item 02: Projeto de Decreto Legislativo nº. 187, de 2007**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo, que “Aprova o ato que outorga permissão à Rádio São José do Patrocínio Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Amaral Ferrador, Estado do Rio Grande do Sul.” O relator designado é o Senador Sérgio Zambiasi e o projeto é aprovado por 10 (dez) votos favoráveis. O Senhor Vice-Presidente, no exercício da presidência Senador Marcelo Crivella, faz o comunicado que se segue: **Comunicado:** “Comunico aos Excelentíssimos Senhores Senadores o recebimento de correspondência do Presidente do Tribunal de Contas da União, Ministro Walton Alencar Rodrigues, encaminhando cópia do acórdão proferido nos autos do Processo TC 006.030/2007-4, relativo a modelo de licitação e contratação de serviços de informática. As Senhoras e Senhores Senadores que desejarem uma cópia dirijam-se à Secretaria desta Comissão. A matéria vai ao arquivo.” Nada mais havendo a tratar, a Vice-Presidência, no exercício da Presidência, encerra a reunião, às dez horas e oito minutos, determinando que eu, **Irlene Martins Pinheiro, no exercício da Secretaria da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática** lavrasse a presente Ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada, no Diário do Senado Federal.

Senador **Marcelo Crivella**, Vice-Presidente, no exercício da Presidência da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática.

COMISSÃO DE CIÊNCIA TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA - CCT

22ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 08 DE AGOSTO DE 2007, ÀS 09 HORAS E 23 MINUTOS.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ): Havendo número regimental, declaro aberta a 22ª Reunião Extraordinária da Comissão de Ciência e Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª legislatura, a realizar-se hoje, nesta sala, quarta-feira, 08 de agosto de 2007.

Gostaria de, primeiramente, propor aos membros da nossa Comissão a dispensa da leitura da Ata da Reunião passada. Os senhores Senadores que concordam permaneçam como se encontram. Aprovado.

Item nº. 01. Não terminativo, Projeto de Lei do Senado nº. 243/2004, tramitando em conjunto com o PLS

123/2007. “Dispõe sobre as práticas de telemarketing. Coíbe abusos e fraudes nesses serviços e implementa o Serviço Nacional de Chamadas”. Autoria: Senadora Roseana Sarney. Relatoria: Senador Renato Casagrande, que se encontra presente à Comissão, cujo parecer é favorável, na forma do substitutivo oferecido, e pela rejeição do PLS 123/2007, que tramita em conjunto. Matéria terminativa na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania. Com a palavra, o senhor Senador Renato Casagrande.

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES):

Senhor Presidente, Senador Marcelo Crivella, senhores Senadores. Eu estou pronto para fazer o relato, mas eu recebi um pedido do Senador Heráclito Fortes, que ele gostaria de mais uma semana de prazo para que pudesse fazer um estudo mais detalhado do Projeto, apresentar algumas sugestões. Então, eu acho de muito... De bom senso que nós possamos fazer e dar ao Senador Heráclito Fortes essa possibilidade. Então, gostaria de pedir para que nós não votássemos o Projeto na data de hoje e deixasse para a Sessão da semana que vem, onde, com as contribuições ou não do Senador Heráclito Fortes, nós faríamos a apresentação do nosso Relatório, senhor Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ): Perfeito, senhor Senador. Fica, então, o Projeto—

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI):

Peço a palavra--

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ): Com a palavra, V.Exa.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI):

Eu quero agradecer a compreensão do Senador Casagrande, mas nós estamos vivendo aqui momentos tumultuados, Senador Renato, com pouco tempo e tanta tarefa. Ontem eu recebi ponderações de pessoas ligadas ao setor, que quero ver se são pertinentes ou não. Daí porque eu ter feito esse pedido ao Senador Casagrande, para que possa fazer uma avaliação do Projeto e, quem sabe, em nível de colaboração, sei que ele está aberto a isso, eu poder lhe levar alguma sugestão. A minha intenção é de aperfeiçoamento do Projeto, Presidente Crivella. Daí porque eu ter feito essa solicitação, que ele tão bem acatou.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ): Pois não, Senador. A matéria, então, constará da Pauta da próxima semana. Projeto de Lei do Senado 123/2007. Antes de ler aqui o Projeto de Lei do Senado nº. 123, eu gostaria de dar conhecimento aos senhores Senadores, que há aqui um pedido... Uma comunicação, um Requerimento do senhor Presidente, do senhor Senador Romeu Tuma: “Senhor Presidente, como membro da Representação Brasilei-

ra no Parlamento do Mercosul, requeiro licença para ausentar-me dos trabalhos da Casa no período de 03 a 09 de agosto de 2007, para fins de participar da 4ª Sessão do Parlamento do Mercosul, a realizar-se em Montevideu, no Uruguai. Nos termos do artigo 39 do Regimento Interno desta Casa, comunico que estarei ausente do país no mesmo período". A Secretaria da Comissão tomará as providências necessárias.

Há também Requerimento sobre a Mesa. Requeiro, nos termos do artigo 90º, inciso V, e 93º, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de Audiência Pública, no âmbito dessa Comissão, para tratar das possíveis tecnologias aplicadas, com a finalidade de deter as aeronaves em risco de acidentes nos aeroportos de pista curta. Para tanto, se indicam como convidadas as seguintes pessoas: Tenente Brigadeiro-do-Ar Juniti Saito, Comandante da Aeronáutica; Dr. Milton Zuanazzi, Diretor Presidente da ANAC; Dr. Constantino de Oliveira Júnior, Presidente da GOL, e Dr. Marco Antônio Bologna, Presidente da TAM. E mais os engenheiros que virão para fazer a apresentação das tecnologias. Em discussão. Os senhores Senadores...

Srs. Senadores, tem aqui um Requerimento muito importante. Pediria a atenção dos senhores. A Frente Parlamentar de Engenharia, a qual eu presido, e o Senador Casagrande é membro, manifestou o desejo de uma Audiência Pública, no sentido de trazermos aqui a contribuição dos Conselhos Regionais de Engenharia e de outros setores para discutirmos a aplicação de tecnologias que já se usam em outros países, a serem implantadas nas cabeceiras, principalmente do Aeroporto de Congonhas, mas que podem também para outros; podem ser utilizadas em outros aeroportos de pista curta. Quais são... Muito prazer. Como vai o senhor? Quais são as tecnologias? No Japão, se usa um determinado pavimento, que a aeronave, passando por ele, acima de uma certa velocidade, ele afunda. Ele cede e ele pára, em questão de 70 metros, uma aeronave a 100 quilômetros por hora, uma coisa assim. Há um outro que é como se fosse uma piscina, e ela tem degraus, e esses degraus são calculados para que a roda da frente do avião vá parando e, em pistas curtas, poderia salvar as pessoas dos acidentes. Então, esse é o requerimento que está sendo colocado aqui sobre a Mesa, para nós discutirmos isso em Audiência Pública, trazer a comunidade científica, os engenheiros, para debaterem com as autoridades da Aeronáutica. Coloco em discussão. Com a palavra, V.Exa.--

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Senador Crivella, louvo a iniciativa de V.Exa., em trazer, para o Senado e para esta Comissão, discussão dessa natureza. Eu acho que esse é um dos objetivos

e uma das funções desta Casa. E V.Exa. toma uma atitude, mostrando à sociedade que nós estamos acompanhando e estamos preocupados com a crise aérea que se abate sobre o Brasil.

Quero apenas lembrar a V.Exa., complementando esse seu esforço, de que está sendo realizado nesse final de semana... Na próxima semana, salvo engano, seria esse final de semana, retifico, em São Paulo, no Aeroporto Santos Dumont, uma Feira Internacional de Aviação, chamada La Bas(F). E, nesta Feira, estarão presentes, além de técnicos do FIA, técnicos, exatamente especializados nesta tecnologia. Não sei se V.Exa. recebeu o convite, e os demais Senadores, eu, como Presidente da Comissão de Segurança e de Defesa Nacional e Relações Exteriores, recebi. Eu acho importante trazê-los aqui, mas quero lhe estender o convite, se V.Exa. não recebeu, para que participe desse encontro. Posso te mandar, inclusive, toda a programação, mas eu acho importantíssimo que nós, que V.Exa., que preside essa Comissão de Engenharia, não é isso?

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ): Frente Parlamentar de Engenharia--

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Frente Parlamentar de Engenharia, V.Exa. acompanhar de perto essa questão. No mais, louvo essa sua atitude e acho que nós estamos cumprindo o nosso papel. Parabéns a V.Exa.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ): Obrigado, Senador. Quem... Algum mais Senador gostaria de... Senador Valter Pereira.

SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Senhor Presidente, eu gostaria, com o devido respeito aos demais colegas, que são Relatores de itens anteriores, eu, na condição de Relator do item 03, gostaria de pedir a inversão da ordem, para que eu pudesse fazer o relato deste item, já que vou ter que sair daqui e presidir a eleição da Comissão de Constituição e Justiça, mas não gostaria de prevaricar, no cumprimento deste dever cívico--

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ): Senador Valter Pereira, eu coloco a solicitação de V.Exa. ao Plenário. Aprovado. Com a palavra, V.Exa.

SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): "Da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, em caráter terminativo, sobre o Projeto de Decreto Legislativo de nº. 180/2007, que aprova o ato de outorga da permissão para o atual sistema de comunicação limitada para explorar o serviço de radiodifusão sonora, em frequência modulada, na cidade de Santa Cruz Cabrália, Estado da Bahia.

Análise: Conforme determina o Regimento Interno do Senado Federal, nos termos do seu artigo 104, "c" e inciso VII, cumpre à Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática opinar acerca de proposições que versem sobre comunicação, imprensa, radiodifusão, televisão, outorga e renovação de concessão, permissão e autorização para serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens, incumbindo-lhe pronunciar-se também sobre a constitucionalidade, juridicidade e técnica Legislativa dessas proposições.

O processo de exame e apreciação dos atos do Poder Executivo que outorgam ou renovam concessão, permissão ou autorização para que se executem serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens, nos termos do artigo 223 da Constituição Federal, orienta-se, nesta Casa do Legislativo, pelas formalidades e pelos critérios estabelecidos na Resolução nº. 39/1992, do Senado Federal. Essa norma interna relaciona os elementos a serem informados pela entidade pretendente e pelo Ministério das Comunicações, que deve instruir o processo submetido à análise da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática. O exame da documentação que acompanha o PDS nº. 180/2007 não evidenciou violação das formalidades estabelecidas na resolução nº. 39/92 do Senado Federal. A matéria é de competência exclusiva do Congresso Nacional, sendo o Projeto de Decreto Legislativo o instrumento adequado, conforme preceitua o artigo 202, inciso II do Regimento Interno do Senado Federal.

A proposição, oriunda da Câmara dos Deputados, destinada a aprovar o ato do Poder Executivo sob exame, atende aos requisitos constitucionais formais relativos à competência Legislativa da União e às atribuições do Congresso Nacional, nos termos do artigo... Dos artigos 49, 12 e 223 da Constituição. Constata-se que o referido Projeto não contraria preceitos ou princípios da Lei Maior, nada havendo, pois, a objetar no tocante à sua constitucionalidade material.

Em tais circunstâncias, meu voto, senhor Presidente. Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDS nº. 180/2007 não evidenciou violação das formalidades estabelecidas na Resolução 39/92 do Senado Federal e, não havendo reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica Legislativa, opinamos pela aprovação do ato que outorga permissão à Atual Sistema de Comunicação Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Santa Cruz Cabralia, Estado da Bahia, na forma do Projeto de Decreto Legislativo, originário da Câmara dos Deputados.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ): Muito obrigado, Senador Valter Pereira, pelo seu Relatório. Eu quero propor à nossa Comissão, para votarmos todas essas matérias, e são várias, ao final da nossa Sessão, em bloco. Se os Senadores concordam... Com a palavra, V.Exa.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Eu concordo e sugiro, inclusive, que os Relatores, na medida do possível, possam... Porque os relatórios em si são, na verdade, parecidos. Se pudéssemos ir, assim, diretamente ao voto, como sugestão, se possível. Eu gostaria de solicitar a V.Exa., que eu sou Relator dos itens 14 a 18, se eu pudesse relatá-los também.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ): Faremos isso em seguida. Agora, vem a solicitação do Senador Heráclito Fortes, que está com hora marcada para receber o Embaixador da Zâmbia, que invertêssemos a Pauta e passássemos ao Relatório do item 21.

Antes, gostaria de submeter à aprovação dos senhores um Requerimento que já vem com as contribuições de todos os Senadores para a realização de Audiência Pública, tratando de obras de arte em cabeceiras de aeroportos, cujas pistas são curtas para frenagem de aeronaves. Os senhores Senadores que concordam permaneçam como estão. Aprovado. Aprovado, então, passaremos ao item 21 e, em seguida, aos itens de 14 a 18, do Senador Flávio Arns.

Então, com a palavra, o Senador Heráclito Fortes. E com a solicitação do Senador Flávio Arns para a leitura do voto.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Senhor Presidente, senhores Senadores, é um Projeto da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, em caráter terminativo, sobre o Projeto de Decreto Legislativo 99/2007, nº. 2.412/2006 na Câmara dos Deputados, que aprova o ato de outorga... Autorização à Associação Comunitária de Radiodifusão de Cocal para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Cocal, Estado do Piauí. Chega a esta Comissão para exame, em caráter terminativo, este Projeto. O ato foi submetido à apreciação do Congresso Nacional por meio de Mensagem Presidencial, nos termos do art. 49, § 12 c/c com o art. 223, § 3º, ambos da Constituição Federal.

A exposição de motivos do Ministro de Comunicações ao Presidente da República, documento que integra os autos, informa que a presente solicitação foi instruída em conformidade com a Legislação aplicável, o que levou ao seu deferimento. O referido Projeto foi aprovado pela Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicação e Informática da Câmara dos Deputados, que recebeu parecer favorável do seu Relator.

Na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, o Projeto foi considerado jurídico, constitucional e vazado em boa técnica Legislativa. Conforme determina essa análise, o Regimento Interno do Senado Federal, nos termos do seu art. 104, "c", § 7º, cumpre à Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática opinar acerca de proposições que versem sobre comunicação, imprensa, radiodifusão, televisão, outorga e renovação de concessão, permissão e autorização para serviço de radiodifusão sonora e de sons e imagens, incumbindo-lhe pronunciar-se também sobre a constitucionalidade, juridicidade e técnica Legislativa dessas proposições.

O serviço de radiodifusão comunitária encontra disciplina específica na Lei 9.712, de 19 de fevereiro de 98, regulamentada pelo Decreto 2.715, de 13 de junho de 98. A proposição é oriunda da Câmara dos Deputados, destinada a aprovar o ato do Poder Executivo sob exame, atende aos requisitos constitucionais, formais, relativos à competência Legislativa da União e às atribuições do Congresso Nacional, nos termos dos artigos 49, § 12 e 223 da Constituição. Constata-se que o referido Projeto não contraria preceitos ou princípios da Lei Maior, nada havendo, pois, a objetar no tocante à sua constitucionalidade material.

Sob o aspecto de técnica legislativa, observa-se que o Projeto está em perfeita consonância com o disposto na Lei Complementar 95, de fevereiro de 98. O exame da documentação que acompanha o PDS 99/2007 não evidenciou violação das formalidades estabelecidas na lei 9712/98.

O voto: Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDS 99/2007, e não evidenciou violação à legislação permanente, não havendo, portanto, reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica Legislativa, opinamos pela aprovação do ato que autoriza a Associação Comunitária de Radiodifusão Alternativa de Cocal a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Cocal, Estado do Piauí, na forma do Projeto Legislativo originário da Câmara dos Deputados. Senhor Presidente, esse é o meu voto. Aproveito e peço aos senhores Senadores o apoio a essa proposta, que será de grande valia para a cidade de Cocal, no meu Estado, aonde a inserção de um órgão de comunicação só trará benefícios à comunidade. É esse o meu voto, senhor Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ): Nós agradecemos. A Presidência agradece a V.Exa. e ressalta o espírito sempre muito combativo que V.Exa. tem tido nas questões do seu Estado. Apenas em... Com a palavra, V.Exa.

SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Senhor Presidente, antes de ausentar-me, eu gostaria de comunicar a V.Exa. que tomei conhecimento dos pareceres lavrados pelos diversos Relatores que hoje estarão anunciando aqui os seus pareceres e, estando de acordo, eu quero consignar meu voto favorável--

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ): Pois não, Senador.

SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): E, no momento em que V.Exa. colher a votação, incluir o meu voto favorável a esses pareceres.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ): Fica consignado o voto do Senador Valter Pereira, nos pareceres, e aprovação para a concessão de radiodifusão. Eu gostaria apenas de lembrar aqui a solicitação do Senador Flávio Arns para que fizéssemos... Temos dezenas... A leitura do voto e deixarmos a análise e as considerações, já que são todas similares. E gostaria de passar a palavra ao Senador Flávio Arns, para emitir o seu voto sobre as concessões que estão sob sua análise. Com a palavra, V.Exa.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): São os itens 14 a 18. 14 é o Projeto de Decreto Legislativo 106/2007, que aprova o ato que renova a concessão outorgada à Fundação Redentorista de Comunicações Sociais para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média, na cidade de Paranaguá, no Estado do Paraná. O parecer é favorável.

O item 15... Projeto de Decreto Legislativo nº. 108/2007, que aprova o ato que renova a concessão outorgada à Televisão Cultura de Maringá Ltda., para executar serviço de radiodifusão de sons e imagens, na cidade de Maringá, Estado de Paraná. O parecer é favorável também.

Item 16. Projeto de Decreto Legislativo nº. 109/2007, que aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária e Cultural de Virmond, para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Virmond, Estado do Paraná. Com parecer favorável. O item 17... Projeto de Decreto Legislativo nº. 120/2007, aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária de Incentivo à Cultura, para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Irati, Estado do Paraná. O parecer é favorável.

E o item nº. 18... Projeto de Decreto Legislativo nº. 126/2007, que aprova o Ato que renova a permissão outorgada à Difusora Ouro Verde Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, na cidade de Curitiba, Estado do Paraná, com parecer favorável, com a emenda apresentada, senhor Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ): A Presidência agradece a V.Exa. pela emissão do voto. E vamos colocar em votação, no Plenário, em bloco. Ou vamos colocar em discussão. Alguém quer... Algum Senador que queira discutir? Não. Então, anunciamos que será colocado em votação, ao final da Sessão. E a Presidência agradece a forma expedita pela qual V.Exa. emitiu o seu voto, a objetividade e também a presença sempre marcante nas questões que envolvem o Estado de V.Exa.

Vamos, então, ao item... Item 05 e item 06, relatórios do Senador Augusto Botelho. Com a palavra, V.Exa.

SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR): Muito obrigado, senhor Presidente. Projeto de Decreto Legislativo 155/2007. Terminativo. "Aprova ato que outorga concessão à Fundação Brasil Ecoar para executar serviço de radiodifusão, de sonhos e imagens na cidade de Salvador, Estado da Bahia". O meu parecer, senhor Presidente, é favorável ao Projeto.

Projeto nº. 156/2007. Ato que... Aprova o ato que outorga permissão à Ecoacre Rádio, Jornal e Televisão Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Plácido de Castro no Estado do Acre. Meu parecer é favorável, senhor Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ): Muito obrigado, Senador Botelho. Passamos ao Senador Sérgio Zambiasi, que vai relatar os itens 11, 12 e 13. Com a palavra, V.Exa.

SENADOR SÉRGIO ZAMBIASI (PTB-RS): E, com sua permissão e dos colegas presentes, eu também solicitaria inclusão extrapauta do PDL 187, até por uma situação especial, Presidente Crivella. É um sonho de uma comunidade que está emancipada há 17 anos, e faz 17 anos que eles estão aguardando a possibilidade de ver esse PDL aprovado. Então, até em homenagem à luta do Sr. Léo e toda a comunidade lá de Amaral Ferrador, a sua compreensão em incluir extrapauta--

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ): Senador Sérgio Zambiasi, eu submeto à aprovação dos senhores Senadores no Plenário para incluir na Pauta, em extrapauta, o Projeto de Decreto Legislativo que aprova o ato que outorga permissão à Rádio São José do Patrocínio Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Amaral Ferrador.

SENADOR SÉRGIO ZAMBIASI (PTB-RS): Amaral Ferrador, que nasceu no Uruguai, e que, aos 12 anos, ingressou no destacamento militar gaúcho. Tornou-se, então, Delegado de Polícia, integrou a Revolução Far-

roupilha e deu o nome àquela comunidade da Zona Sul do Estado do Rio Grande do Sul.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ): Amaral Ferrador... Os senhores Senadores que concordam, que aprovam, permaneçam como estão. Fica incluído, então, na nossa Pauta, como extrapauta, esse Decreto Legislativo. E passo a palavra a V.Exa. para emitir seus relatórios.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Senhor Presidente, só pela ordem, se o Senador Sérgio--

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ): Com a palavra, V.Exa.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): --Eu quero também, em função de audiência também, com o Ministro, às 10h00, de deixar consignado o meu voto favorável aos relatórios que estão sendo apresentados pelos colegas Senadores. Obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ): Está consignado.

SENADOR SÉRGIO ZAMBIASI (PTB-RS): Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ): Com a palavra, V.Exa.

SENADOR SÉRGIO ZAMBIASI (PTB-RS): Projeto de Decreto Legislativo 129/2007. "Aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária Popular Pontanense – ASCOPP - para executar serviço de radiodifusão comunitária, na cidade de Pontão, Estado do Rio Grande do Sul". E o parecer é favorável.

Projeto de Decreto Legislativo 133/2007. "Aprova o ato que outorga autorização à Associação de Comunicação Cultural de Torres, para executar serviço de radiodifusão comunitária, na cidade de Torres, Estado do Rio Grande do Sul". Também com parecer favorável.

Item 13. Projeto de Decreto Legislativo 134/2007. "Aprova o ato que outorga autorização à Associação de Radiodifusão Comunitária de Dr. Maurício Cardoso, para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Dr. Maurício Cardoso, Estado do Rio Grande do Sul". Também com parecer favorável.

Senhor Presidente, se me permitir, já anuncio também o parecer favorável ao Projeto de Decreto Legislativo 187/2007, que aprova o ato que outorga permissão à rádio São José do Patrocínio Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, na cidade de Amaral Ferrador, Estado do Rio Grande do Sul, também com o parecer favorável. É isso, senhor Presidente Marcelo Crivella.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ): Agradeço ao Senador Sérgio Zambiasi pela objetividade. E gostaria de pedir ao Senador Eduardo Azeredo para relatar os itens 19, que é de

V.Exa., e *ad hoc*, os itens 27 e 28, do Senador Eliseu Resende, Minas Gerais. Com a palavra, V.Exa.

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): São Francisco, que fica à beira do Rio São Francisco. Então, eu quero dizer que o voto é favorável. Com relação aos dois Projetos de autoria... De relatoria do Senador Eliseu Resende, meu colega de Estado, o voto é favorável para a Associação de Radiodifusão Comunitária de Campo Belo, que fica na região sudeste de Minas Gerais... Sudoeste de Minas Gerais. E também favorável para a cidade de Mateus Leme, que fica bem próximo a Belo Horizonte, e também para a Fundação Sara Nossa Terra, que é uma entidade religiosa. Portanto, o voto é favorável para as três cidades... As rádios comunitárias das três cidades mineiras. São Francisco, Campo Belo e Mateus Leme.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ): Muito obrigado, Senador Eduardo Azeredo pela exposição dos seus votos. Gostaria de pedir agora... Deixa a listinha aqui, meu amor... É o Senador... Senador Cícero Lucena, do PSDB da Paraíba. É o item 20. Com a palavra, V.Exa.

SENADOR CÍCERO LUCENA (PSDB-PB): Senhor Presidente, é o PL nº. 151, que aprova o ato que outorga autorização da Associação Comunitária Rural José Galdino de Andrade, em São João do Rio do Peixe, na Paraíba. O voto é pela aprovação, Senhor Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ): Muito obrigado, Senador. Vamos, então, para o item... Item 04. PSDB do Pará, Senador Flexa Ribeiro, item 04.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Presidente, Senador Marcelo Crivella—

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ): Com a palavra, V. Exa.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): -- Presidente, Senador Marcelo Crivella, senhores Senadores, o Projeto de Decreto Legislativo nº. 127/2007, que aprova o ato que outorga permissão ao Sistema de Rádio Jornal Cultura do Ceará Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Acaraú, Estado do Ceará. O voto é favorável. Opinamos pela aprovação do ato que outorga a permissão ao Sistema de Rádio Jornal Cultura do Ceará Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, na cidade de Acaraú. E quero aqui parabenizar a nobre bancada do Ceará no Senado Federal, com os Senadores Tasso Jereissati, Senadora Patrícia Saboya e Senador Inácio Arruda, por mais uma rádio para aquele querido Estado do Nordeste.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ): Muito obrigado, Senador Flexa Ribeiro. Eu consulto o Senador Casagrande, se V.Exa. poderia relatar, como Relator *ad hoc*, os itens 07 e 08. São de Goiás, do Senador Demóstenes Torres, que não se encontra presente.

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Senhor Presidente, muito prazer, e já agradecendo a oportunidade. O Projeto de Decreto Legislativo nº. 118, que aprova o ato que renova a concessão outorga à Rádio Clube de Goiânia S.A, para explorar serviço de radiodifusão sonora em ondas médias, na cidade de Goiânia, Estado de Goiás. Parecer favorável. Senhor Presidente, é o nosso voto.

O item nº. 08, que trata do Projeto de Decreto Legislativo 139, que aprova o ato que outorga permissão à SINCO, que é Sistema Nacional de Comunicação Ltda., para explorar serviços de radiodifusão sonora em frequência modulada, na cidade de Campos Belos, no Estado de Goiás. Meu voto é favorável ao Projeto, senhor Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ): Muito obrigado, Senador. Eu gostaria de consultar o Senador Eduardo Azeredo se poderia relatar para essa Comissão os itens 24 e 25, do Senador João Tenório, do Estado de Alagoas, do partido... Do PSDB.

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Perfeitamente, Exa.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ): Agradecido. Com a palavra, V.Exa.

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Senhor Presidente, Senador Marcelo Crivella, o item 24 diz respeito à Associação Comunitária de Tanque D'Arca, na Cidade de Tanque D'Arca, no Estado de Alagoas. Meu parecer é favorável. Já o item 25, também do Estado de Alagoas, diz respeito à concessão à Alagoas Comunicação Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média, esse não é rádio comunitária, na cidade de Palmeira dos Índios, também no Estado de Alagoas. Eu ressalto que, nesse caso, portanto, é onda média. E o parecer é também favorável, parecer do meu colega de partido, João Tenório.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ): Muito agradecido, Senador Eduardo Azeredo. Eu consulto o Senador Cícero Lucena, se V.Exa. poderia relatar o item 30, aliás, 29 e 30 da nossa Pauta, que trata de concessão, no Estado de Pernambuco e no Ceará, da região tão querida de V.Exa., região nordeste—

SENADOR CÍCERO LUCENA (PSDB-PB): Será um prazer.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ): Agradecemos. Com a palavra, V.Exa.

SENADOR CÍCERO LUCENA (PSDB-PB): O PL de nº. 138/2007, que aprova o ato que outorga autorização à Associação e Movimento Comunitário da Rádio Altinho FM, para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Altinho, Estado de Pernambuco. O Relator é o Senador Marco Maciel e o parecer é pela aprovação, senhor Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ): Muito agradecido, Senador Cícero Lucena. Eu consulto o Senador Sérgio Zambiasi, se poderia—

SENADOR CÍCERO LUCENA (PSDB-PB): O 30 seria—

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ): Perdão, V.Exa. não terminou o 30. Perdão. Com a palavra, V.Exa.

SENADOR CÍCERO LUCENA (PSDB-PB): Dando continuidade, é o Decreto Legislativo nº. 81, que aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária Alto Bandeirante – ACABAN - a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Ipaumirim, no Estado de Ceará. O Relator é o Senador Mão Santa e o relatório é favorável à sua aprovação, senhor Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ): Muito obrigado, Senador Cícero Lucena. Eu consulto o Senador Sérgio Zambiasi, se poderia relatar o item... Aliás, eu consulto o Senador Sérgio Zambiasi, se poderia relatar os itens 09 e 10, que são os últimos, depois que fica faltando um que eu vou relatar, do Rio de Janeiro, que é de São Paulo, do Senador Romeu Tuma, que apresentou hoje Requerimento de ausência, por estar presente ao Parlamento do Mercosul. Com a palavra, V.Exa.

SENADOR SÉRGIO ZAMBIASI (PTB-RS): Com muita honra. O Senador Tuma efetivamente está regressando de Montevideu, onde, na segunda e na terça-feira, aconteceram as reuniões do Parlamento do Mercosul. Eu estive na segunda-feira, quando aprovamos o regimento. Os itens previstos, 09 e 10... Item 9. “Aprova o ato que outorga autorização à Associação Cultural Comunitária de Brotas, para executar serviço de radiodifusão comunitária, na cidade de Brotas, Estado de São Paulo”. Autoria do Poder Executivo e o parecer do Relator Senador Romeu Tuma é favorável.

O item 10 aprova o ato que outorga... O item 10 aprova o ato que outorga autorização à Associação Cultural e Comunitária Catanduvense para executar serviço de radiodifusão comunitária, na cidade de Catanduva, Estado de São Paulo. Autoria: Poder Execu-

tivo. Relatoria: Senador Romeu Tuma. E o parecer do Senador Romeu Tuma é favorável, senhor Presidente Marcelo Crivella.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ): Senador Sérgio Zambiasi, essa Presidência agradece a V.Exa. e pede a possibilidade de V.Exa. relatar o item 02, da Senadora Maria do Carmo, concessão de rádio na Bahia.

SENADOR SÉRGIO ZAMBIASI (PTB-RS): Pois não, Senador Crivella. Item 02. “Aprova o ato que outorga autorização à ASCOBI - Associação Comunitária e Beneficente Amigos de Itabela-Bahia, para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Itabela, Estado da Bahia”. Autoria: Poder Executivo. Relatoria: Senadora Maria do Carmo Alves. E o seu parecer é favorável, senhor Presidente Marcelo Crivella.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ): Muito obrigado, Senador. O Senador João Ribeiro pediu para que tirássemos de Pauta o item 23. E eu pediria, se fosse possível, ao Senador Cícero Lucena, do PSDB da Paraíba, para relatar o item 22, do Senador Marconi Perillo, PSDB de Goiás, concessão no Distrito Federal. Com a palavra, V.Exa.

SENADOR CÍCERO LUCENA (PSDB-PB): Pois não, Presidente. Trata do PL nº. 119/2007, que aprova o ato que outorga autorização à Associação de Radiodifusão e Jornalismo Comunitário de Santa Maria, para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Santa Maria, Distrito Federal. O Relator é o Senador Marconi Perillo e o seu voto é pela aprovação, senhor Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ): Muito obrigado, senhor Senador. Eu passo a Presidência ao Senador Augusto Botelho para relatar o item 26, lá do Estado do Rio de Janeiro.

[troca de presidência]

SR. PRESIDENTE SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR): Com a palavra, o Senador Marcelo Crivella, para relatar o item 26.

SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ): Muito obrigado, Senhor Presidente. O item 06 é um Relatório elaborado pelo excelentíssimo senhor Senador Francisco Dornelles, que aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária Rádio Novo Amanhecer FM, na cidade de São João de Meriti, no Estado do Rio de Janeiro. Tendo em vista o exame da documentação, e que não apresenta... Não havendo reparo quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica Legislativa, o Relator opina pela aprovação, na forma do Projeto de Decreto Legislativo originário na Câmara dos Deputados. Esse é o Relatório, senhor Presidente, é pela aprovação.

SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR): Está em discussão o item do Rio de Janeiro, nº. 26. Não havendo quem queira discutir, será votado em bloco com os demais Projetos. Retorno a Presidência a S. Exa., o nobre Senador, que é também representante de Deus no Senado.

[risos].

[troca de presidência]

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ): Senador Botelho, quem me dera ter essa honra toda. Mas eu gostaria, então, de colocar em votação, em bloco, todos esses relatórios, bem como a emenda apresentada ao PDS 126/2007, que nós acabamos de ler nessa Comissão. Vamos, então, à lista de votação nominal. Senador Augusto Botelho, como vota V.Exa.?

SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR): Com os Relatores, senhor Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ): Senador Renato Casagrande. Senador Sérgio Zambiasi. Senador Valter Pereira já deixou seu voto consignado. Senadora Maria do Carmo Alves deixou seu voto consignado. Senador Eduardo Azeredo, como vota?

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Com os Relatores.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ): Senador Cícero Lucena—

SENADOR CÍCERO LUCENA (PSDB-PB): Com os Relatores, Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ): Como vota a Paraíba? Paraíba vota sim.

SENADOR CÍCERO LUCENA (PSDB-PB): Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ): Senador Flávio Arns, Santa Catarina, deixou seu voto consignado. Senador Heráclito Fortes, do Piauí, deixou seu voto consignado. Senador Flexa Ribeiro, como é que vota o Pará?

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Com os Relatores.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ): Com os Relatores. Portanto, estão aprovados os relatórios do item 02 ao item 30, nas concessões de radiodifusão, lidos na forma dos relatórios--

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Presidente, mais um item extrapauta--

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ): Com a palavra... Ah, e mais o Relatório apresentado extrapauta, do Sr. Ferrador—

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: De Amaral Ferrador, município de Amaral Ferrador--

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ): Que era do Uruguai.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Sim, nascido no Uruguai, mas, como boa parte dos gaúchos ali da fronteira, gaúchos de uma Pátria só, uma Pátria grande, Rio Grande do Sul do Uruguai.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ): Pronto. Sim, já falamos que o Senador João Ribeiro pediu para retirar o item 22 para reexame.

Há um comunicado sobre a Mesa, que leio aos senhores Senadores. O comunicado diz o seguinte: "Comunico aos excelentíssimos senhores Senadores o recebimento de correspondência do Presidente do Tribunal de Contas da União, Ministro Walton Alencar Rodrigues, encaminhando cópia do acórdão proferido nos autos do processo Tribunal de Contas 006030/2007, proferido nos... Relativo ao modelo de licitação e contratação de serviço de informática. As senhoras e senhores Senadores que desejarem uma cópia, dirijam-se à Secretaria dessa Comissão. A matéria vai a arquivo".

Então está aqui, senhores Presidentes, um acórdão legislando, quer dizer, regulamentando o modelo de licitação e contratação de serviços de informática pelo Poder Público. Gostaria de, a pedido do Senador Augusto Botelho, que é o autor do Requerimento, lembrar aos senhores Senadores que amanhã teremos uma Audiência Pública da maior relevância. Vai ser realizada na sala 13, às nove horas da manhã, e vai tratar sobre o tema "Programa Nuclear Brasileiro". Os convidados são o Secretário de Planejamento, Desenvolvimento Energético do Ministério de Minas e Energia, Márcio Zimmermann; o Presidente da Comissão Nacional de Energia Nuclear, CENEN, Odair Dias Gonçalves; o Presidente das Indústrias Nucleares do Brasil, INB, Alfredo Trajan Filho, e o Diretor Presidente da ELETRONUCLEAR, Othon Luiz Pinheiro da Silva.

O Senador Augusto Botelho pede encarecidamente a presença de todos os senhores Senadores. É... Eu gostaria de, antes de terminar a nossa Sessão, coberta de êxito, já que votamos 30 matérias e relevantes, lembrar os senhores Senadores que votamos hoje um Requerimento da maior importância, que trata desse tema que, hoje, eu diria, é o mais importante no noticiário, devido ao pesar de 199 vítimas no acidente aéreo da TAM, que todos lamentamos, no vôo 3054. Esse Requerimento vai trazer ao Plenário da nossa Comissão especialistas em engenharia, Senador Eduardo Azeredo, que é engenheiro, engenheiro mecânico, sobre obras de arte nas cabeceiras de aeroportos com

pistas curtas para deter aeronaves nos casos em que elas não consigam acionar seus sistemas de frenagem. São sistemas modernos, que tratam de pavimentos que, sob grande pressão, afundam ou piscinas que detêm, com degraus e água, esses aviões.

Então, a Frente Parlamentar de Engenharia, o CONFEA, o Clube de Engenharia, estarão aqui reunidos com autoridades da Aeronáutica para tratar do tema, e eu gostaria de pedir, pela relevância do assunto, a atenção de todos os nossos queridos Senadores. Nós estamos para marcar para semana que vem. Oportunamente, vamos avisar os senhores Senadores, possivelmente, na próxima Sessão da nossa Comissão.

Não havendo quem queira discutir... Quem queira discutir matéria ou dar pareceres ou fala, declaramos por encerrada a nossa Reunião da Comissão de Ciência e Tecnologia e Inovação, Comunicação e Informática. Muito agradecido.

Sessão encerrada às 10h07.

COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA

ATA DA 23ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 09 DE AGOSTO DE 2007

AUDIÊNCIA PÚBLICA

Às nove horas e quarenta e cinco minutos, do dia nove de agosto de dois mil e sete, na sala de reuniões da Comissão, Ala Senador Alexandre Costa, sala treze, sob a Presidência dos Senhores Senadores Wellington Salgado de Oliveira, Presidente da Comissão, e Marcelo Crivella, Vice-Presidente, no exercício da Presidência, com a presença dos Senhores Senadores Augusto Botelho, Renato Casagrande, Romeu Tuma, Maria do Carmo Alves, João Tenório, Eduardo Azeredo, Flávio Arns, e Flexa Ribeiro, reúne-se a Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática. Deixam de comparecer os Senhores Senadores, Sérgio Zambiasi, Ideli Salvatti, Valdir Raupp, Gilvam Borges, Valter Pereira, Demóstenes Torres, José Agripino e Cícero Lucena. Havendo número regimental abrem-se os trabalhos. O Senhor Vice-Presidente no exercício da Presidência Senador Marcelo Crivella, submete à Comissão a dispensa da leitura da Ata da Reunião anterior, que é dada como aprovada. Inicia-se a presente reunião, convocada na forma de Audiência Pública, atendendo ao Requerimento nº 013, de 2007-CCT, de autoria do Senador Augusto Botelho, que "Nos termos dos arts. 90 e 93, do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro seja realizada Audiência Pública perante esta Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação,

Comunicação e Informática - CCT, com o objetivo de instruir a discussão do Programa Nuclear Brasileiro. Sem prejuízo à expedição de outros convites, requeiro sejam convidados: a) Márcio Zimmerman – Secretário de Planejamento e Desenvolvimento Energético do Ministério das Minas e Energia; b) Odair Dias Gonçalves; Presidente da Comissão Nacional de Energia Nuclear – CNEN; c) Alfredo Trajan Filho – Presidente das Indústrias Nucleares do Brasil – INB; d) Othon Luiz Pinheiro da Silva – Diretor Presidente da Eletronuclear." Comparecem à Audiência Pública, os Senhores Márcio Zimmerman – Secretário de Planejamento e Desenvolvimento Energético do Ministério das Minas e Energia; Odair Dias Gonçalves; Presidente da Comissão Nacional de Energia Nuclear – CNEN; Alfredo Trajan Filho – Presidente das Indústrias Nucleares do Brasil – INB e Othon Luiz Pinheiro da Silva – Diretor Presidente da Eletronuclear. Finda a exposição, a Presidência franqueia a palavra aos Senhores Senadores membros da Comissão. Usam da palavra os Senhores Senadores Augusto Botelho, autor do requerimento, Leomar Quintanilha, João Tenório e Wellington Salgado de Oliveira. O Senhor Senador Wellington Salgado de Oliveira, agradece a todos pela presença e declara encerrados os trabalhos desta sessão determinando que as Notas Taquigráficas sejam anexadas a esta Ata para a devida publicação. Nada mais havendo a tratar, a Presidência encerra a reunião, às doze horas e quarenta e nove minutos, determinando que eu, Irlene Martins Pinheiro, Secretária da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática lavrasse a presente Ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada, no Diário do Senado Federal.

Senador **Wellington Salgado De Oliveira**, Presidente da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática.

COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA - CCT

23ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA NO DIA 09 DE AGOSTO DE 2007, ÀS 09 HORAS E 40 MINUTOS.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ): Havendo número regimental declaro aberta a 23ª Reunião da Comissão de Ciência e Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, que se realiza nessa data, dia 9 de agosto de 2007.

Antes de darmos início à reunião submeto à apreciação do Plenário a dispensa da leitura e apro-

vação da Ata da reunião anterior. Os Srs. Senadores e Senadoras que concordam permaneçam como se encontram. Aprovado.

Sr^{as.} e Srs. Senadores, a realização dessa primeira Audiência Pública atende ao Requerimento nº. 13/2007 dessa Comissão de Ciência e Tecnologia de autoria do ilustre Senador Augusto Botelho com o objetivo de debater o Programa Nuclear Brasileiro.

Para darmos início à presente Audiência Pública, solicito aos Srs. Senadores Maria do Carmo Alves e Sr. Augusto Botelho que por gentileza acompanhe os convidados para tomar assentos à Mesa. Nossos convidados são: Sr. Márcio Zimmerman, Secretário de Planejamento, Desenvolvimento Energético do Ministério das Minas e Energia; Odair Dias Gonçalves, Presidente da Comissão Nacional de Energia Nuclear, CNEN, Alfredo Trajan Filho, Presidente das Indústrias Nucleares do Brasil, INB; e Ilustríssimo Sr. Othon Luiz Pereira da Silva, Diretor Presidente da ELETRONUCLEAR. A quem em nome da Comissão e dos Senadores gostaria de dar boas-vindas, pedir que por gentileza tomem assento. De acordo com que foi preestabelecido com o Sr. Autor do Requerimento, a quem pergunto se gostaria de usar da palavra. Com a palavra. V.Ex^a.

SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR): Não, Senador. Vamos--

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ): Vamos prosseguir.

SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR): -- prosseguir. Depois no final nós usamos.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ): Então eu gostaria de imediatamente passarmos a palavra o Dr. Márcio Zimmerman, Secretário de Planejamento e Desenvolvimento Energético, do Ministério de Minas e Energia. V.S^a tem 10 minutos, que é o tempo regimental, mas se precisar de mais tempo necessário para concluir sua exposição.

SR. MÁRCIO ZIMMERMAN: Senador Crivella, bom dia aos Senadores membros da Comissão de Ciência e Tecnologia do Senado, é uma honra estar participando aqui dessa Audiência Pública, e principalmente numa iniciativa muito importante dessa Casa, no atual momento em que se discute a retomada do Programa Nuclear Brasileiro. É uma satisfação nós podermos compartilhar com os senhores os motivos que levaram à decisão do Governo, a essa decisão.

Então, eu vou procurar rapidamente fazer uma apresentação dessa lógica de política energética do Governo Federal, trazendo os porquês que nós estamos caminhando nesse sentido. E depois os colegas aí que vieram tanto da ELETRONUCLEAR, do CNEN

e da INB, poderão complementar então com exposições específicas da área nuclear.

Só lembrando dentro dessa lógica, eu vou tentar abordar três pontos que são os estudos do Plano Nacional de Energia que está em fase de conclusão, a opção nuclear e a conclusão de Angra 3.

Bom, só lembrar para os senhores, sempre que nós falamos em política energética, é importante nós observarmos as características do Brasil. O Brasil que apresenta aí entre 2005 e 2030, por isso que é importante a retomada desse planejamento de longo prazo, uma perspectiva de incorporar praticamente uma região nordeste a nível população, ou uma França. Então com isso, junto disso nós já trazemos então um desafio muito grande de escolher as melhores alternativas para atender essa demanda energética para garantir o desenvolvimento do País.

Desse cenário, a nível macroeconômico, nós podemos observar os cenários e perspectivas que nós temos a nível mundial e a nível de Brasil. Quer dizer, num cenário alto a nível de Brasil nós teríamos um PIB da ordem de 5,1%. Num cenário intermediário nós teríamos um pouco menor, da ordem de 4,1. Mas quando nós comparamos com o mundo, vemos uma diferença. Nós podemos observar nessa tabela, não vou explicar, detalhar muito, mas é um aspecto interessante que o Brasil avançando na expectativa de desenvolvimento, nós passamos a ter naturalmente uma relação entre PIB e consumo de energia mais próxima de países desenvolvidos. E nesse horizonte aí nós observamos isso. Essa matriz saiu meio escura, mas nessa matriz de oferta de energia, 2005 e... Entre 2005 e 2030, nós começamos a observar ali que já se apresenta como uma alternativa técnica e economicamente viável a entrada da energia nuclear. Então nós temos ali uma ampliação. Então nós vemos que como meta do... Nós procuramos explorar a hidroeletricidade, é o carro chefe ainda do desenvolvimento energético, o avanço para o atendimento da nossa demanda, mas por outro lado nós observamos que o Brasil pretende manter a característica renovável dessa matriz que hoje nós somos exemplo no mundo, da ordem aí de 45%, 44%, e nós pretendemos manter e até ampliar um pouco até 2030. Então nós vamos mostrar a seguir qual estratégia que está se adotando nesses estudos e que nós vamos apresentar até o final desse mês, essas características de como nós vamos atender o consumo de energia no Brasil.

Na matriz elétrica que aí nós vamos focar mais o nosso caso aqui especificamente, nós observamos que o grande desafio que nós temos é essa ampliação que nós vamos sair de uma capacidade instalada da ordem de 100 mil megawatts para alguma coisa

da ordem de 220 mil megawatts. Então vocês podem observar que nós já temos um senhor desafio que é incorporar nesses 23 anos que nós temos pela frente alguma coisa aí da ordem de 120 mil megawatts. E sendo que hoje nós temos 100 mil megawatts. 105 se nós considerarmos já 2007. E nós vemos uma pequena diminuição ali na hidráulica e nós vemos um incremento em determinadas fontes que nós podemos observar ali. Como a biossegurança, nós sabemos que o biomas vai ter um ciclo celulósico, mas nós ainda temos a expectativa de ter um incremento da geração de biomas junto com outras fontes, como a própria nuclear que nós temos uma ampliação, alguma coisa de carvão, e depois eu vou mostrar qual foi à lógica que levou os estudos a essa matriz.

É sempre bom lembrar esse aspecto que eu acho que é motivo de orgulho para o Brasil, nós procuramos numa época que nós estamos falando de efeito de aquecimento global, que nós pretendemos manter aquela matriz com característica bastante renovável, principalmente porque quando nós olhamos os países desenvolvidos da OECD ou a média do mundo, nós vimos que tem uma diferença muito grande. Enquanto a OCD, por exemplo, em 2004, o percentual de energia renovável era só 6%, o Brasil era 45, em 2006. O mundo é 13,2. Então isso eu acho que é um aspecto importante que como definição de política energética brasileira é manter essa característica. E eu acho que essa é uma grande contribuição que o setor energético brasileiro dá para o mundo atualmente com relação a ter a matriz mais limpa que uma Nação pode ter. E por isso então vocês começam a entender porque o carro chefe do desenvolvimento energético brasileiro é a energia hidráulica. Quando nós vimos agora a oferta de energia elétrica, começa a chamar atenção, por exemplo, quando nós vimos da mesma forma que da matriz energética que aí entra todos os combustíveis, chamar atenção da matriz elétrica, que também o Brasil que tem anos que passa de 90% com fontes renováveis, nós chegamos a países da OCD da ordem de 15%, e o mundo da ordem de 18,2% somente renováveis. Então por isso é mais uma razão de como o setor, aí no caso de energia elétrica, contribui para essas metas do Tratado de Kyoto. Só que por outro lado, começa a vir um alerta para o sistema elétrico brasileiro que de qualquer forma os requisitos ambientais eles evoluíram da década de 70 para cá. Hoje nós temos mais desafios no sentido de que até as grandes usinas que possuíam grandes reservatórios que tinham condições firmes de regularizar esse sistema eram localizados na região sudeste. Esse potencial foi se esgotando, hoje eu tenho um grande potencial, na verdade, e na região norte pelas características que nós temos lá,

seria muito difícil você fazer grandes reservatórios na região. Então vocês acompanharam recentemente as próprias usinas do Rio Madeira que já são um exemplo de como você adequou determinado projeto, aquele era um projeto que antes inundava 1.200, 1.400 quilômetros quadrados, ele passou para um projeto que na verdade vai inundar pouco mais de 200 e poucos quilômetros quadrados. As duas usinas, Santo Antônio e Jirau. O restante ali, há duzentos e pouco cada, já é encaixada no rio. Só que por outro lado, com essas características das usinas, você começa a ter então a implantação de usinas que têm mais capacidade de ponta. E com relação a energia, a capacidade de regularização, você começa a observar na matriz brasileira a necessidade de você começar a ter usinas térmicas que operem na base para suprir, aquele gráfico ali à direita, você vê, cresceu a potência instalada, mas a energia, aquela capacidade de geração média ela foi estabilizada. Isso a nível técnico indica a necessidade de você começar a ampliar as usinas que operem na base. Operem na base aquela que tem uma geração média anual muito próxima de 80, 90%.

Um aspecto que leva, que quando você fala em planejamento, você sempre tem que estar de olho, tanto no aspecto das características que o País têm, dos recursos que ele têm, mas você leva também a competitividade entre fontes.

Bom, nessa tabela que ela tem uma característica muito clara. Quando ela coloca que, colocamos tudo na mesma base, uma usina, todas as usinas aí como se fosse operar na base. O máximo que ela pode de geração média. Aí começamos a observar que, por exemplo, a nuclear começa a ter preços ali com uma tarifa de equilíbrio que consegue efetivamente valores que começam a ficar compatíveis aqui com as necessidades do... Compatíveis com outras fontes.

Então, claro que a hídrica que é disparado, mas começa a parecer, e dessas térmicas aí tipo carvão, nuclear, gás natural, óleo combustível e diesel, as usinas que tradicionalmente a nível de mundo, até por aspecto de custo, elas podem operar na base seria justamente as usinas nucleares e usina a carvão. Então as usinas nucleares têm uma vantagem bastante interessante. Agora com relação aos aspectos de custo e com relação ao aspecto de não contribuir para o aquecimento global.

Como eu falei ainda há pouco, um aspecto importante é você olhar quais são as características desse País que nós estamos falando, o Brasil.

Bom, o Brasil, quando você pegar as fontes, o que o Brasil tem disponível para atender todo aquele consumo que nós prevemos até 2030? Nós observamos que o potencial hidráulico que nós temos se nós

considerarmos que as fontes renováveis são cem anos e nós considerarmos em bilhões de barris equivalentes de petróleo, que, por exemplo, em potencial hidráulico nós temos 76 bilhões, é sempre bom observar a reserva atual de petróleo brasileiro é 16 bilhões. E quando nós olhamos as reservas de urânio, aprovada, conforme os colegas aí do setor nuclear vão comentar, na verdade ela existe hoje na ordem de 300 mil. Mas há uma perspectiva, e nós colocamos aqui de mais 800 mil. E com isso então nós chegamos numa reserva de urânio. Então é um insumo importante que nós temos que considerar na nossa matriz. Afinal nós temos um potencial de 55 bilhões de barris equivalente de petróleo. É só lembrarmos que a Venezuela tem uma reserva provada de 76 bilhões de barris equivalente ao petróleo. Provado.

A parte de petróleo, gás natural três bilhões, tudo isso em barris equivalentes de petróleo. Carvão mineral, que nós temos no sul, o carvão brasileiro ele tem um baixo teor calorífico, mas por outro lado ele tem uma reserva de porte. Ele tem da ordem de 63 bilhões de barris equivalente de petróleo. E as tecnologias limpas provavelmente vão ajudar no momento certo a uma exploração mais forte desse carvão. A parte de eólica que nós temos aí se nós considerarmos por cem anos, esse potencial que é de 143 gigawatts, mas seria 19 bilhões equivalente petróleo. Praticamente equivalente a reserva de petróleo. A biomassa que nós temos aí sempre uma grande interrogação, o desenvolvimento da biomassa, e nós considerarmos de como deve ser esse desenvolvimento porque nós estamos numa fronteira tecnológica aí. A partir do momento que você domine a tecnologia e que tenha custo do ciclo celulósico, você tirar álcool, etanol, da celulose, você começa a ter menos bagaço para no caso queimar. Mas de qualquer forma, como energético, você tem uma reserva bastante razoável. Então você acaba chegando num potencial aí do Brasil como um todo de 356 milhões que com esses dados aí tranquilamente passa a ser o País na América do Sul aí tranquilamente com maior potencial energético a desenvolver.

SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR): Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ): Com a palavra V.Ex^a.

SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR): Só para aproveitar o raciocínio. Com relação à biomassa, esse potencial é o potencial da energia calórica, ou do etanol, do biodiesel? É a energia calórica.

SR. MÁRCIO ZIMMERMAN: Transformando o poder calorífico que ele pode produzir e para barris equivalente a petróleo.

SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR): Só a queima dos resíduos, de bagaço de cana, por exemplo.

SR. MÁRCIO ZIMMERMAN: Biomassa incluindo com a parte de combustível. Etanol também, não é só para a geração de energia. É todo. O que você tira da cana. Que tem o etanol e tem a biomassa. E que no futuro nós vamos tirar ainda mais etanol na biomassa. A expectativa é que em cinco ou dez anos você consiga estar avançando nisso.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ): De tudo que é verde, se tiraria um bocadinho de etanol.

SR. MÁRCIO ZIMMERMAN: Exatamente. Tudo que tiver celulose sairia. Inclusive tem expectativa, Senador, da... Estados Unidos, por exemplo, que investe bilhões de dólares de pesquisa por ano de retirar, de conseguir a preços competitivos aí em mais cinco, seis anos. Conseguir tirar o etanol da celulose. E o Brasil também tem pesquisas avançadas. No plano nós trabalhamos com cenário de dez anos nós estarmos com o domínio e com preços. Nessas estimativas que nós tivemos então desses cenários, eu trouxe alguns cenários desses estudos que nós fizemos, só para lembrar para os senhores, nós começamos esse plano em 2005. E aí nós desenvolvemos ao longo de 2006, diversos seminários no Ministério de Minas e Energia. Nós tivemos nove seminários onde nós chamamos universidades, nós chamamos centro de pesquisa, federações de indústria, fóruns de secretários. E esses seminários foram muito interessantes separados por temas, geração de energia elétrica, biomassa, cenários macroeconômicos, de pontos(F), estratégia para ofertas, foram vários seminários com participação, onde a EPE, o Estudo de Pesquisa Energética que foi criada pelos senhores aí o ano... Em 2005, 2004, apresentava estudos e houve então uma interação bastante forte com a sociedade como um todo, e onde então esses estudos agora o Ministério está ultimando esse plano que vai ser divulgado provavelmente até o final desse mês. Publicado. Então é interessante observar como é a nossa matriz no sentido de que a hidráulica que hoje nós temos em torno de 75 mil, nos diversos cenários os senhores vêem que é sempre uma prioridade nós utilizarmos [soa a campainha] o máximo possível desse potencial.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ): é regimental o tempo, mas o senhor pode continuar.

SR. MÁRCIO ZIMMERMAN: Então nós passaríamos de 75 mil para 68 mil. Quando nós estamos falando nisso, nós estamos falando em acrescentar 90 mil megawatts nesse período entre 2007 e 2030.

Significa nós explorarmos praticamente, nós avançarmos desses 90 mil em torno de 60 mil na Região Amazônica. E tem aqui PCH e outros pequenos aproveitamentos ou remanescentes que existe na região sul, sudeste, nordeste, todos estão considerados. Mas sempre nós priorizamos isso. E mesmo considerando essa expansão da hidroeletricidade, nós trabalhamos também com outros cenários. Por exemplo, se carvão nós temos hoje 1400, nós prevemos a ampliação em diversos cenários aí chegando a 6.500 megawatts, praticamente quase que quintuplicando a atual produção de carvão. E mantendo a característica renovável que da nossa matriz elétrica ou energética, compatível com hoje. Mesmo tendo esse aumento em determinadas fontes. O gás natural tendo um determinado acréscimo num horizonte aí que se imagina, a parte nuclear então que aparece em diversos cenários que nós estudamos alternativas de colocar além de Angra 3, entre mais 4 e 8 centrais justamente por aquela lógica que eu falei para os senhores da necessidade que o Brasil precisa de expandir a geração termoelétrica que opere na base para suprir aquela diminuição do tamanho dos reservatórios. Nós vamos continuar expandindo a hidroeletricidade, mas com usinas a exemplo do Madeira com reservatórios menores. Com capacidade de regularização menor, o que naturalmente vai implicar em nós termos usinas técnicas que operem na base. E a nuclear é uma das opções mais econômicas que nós temos para isso. Porque quando nós pensamos. Ah, não, por que não faz a gás? Por que não faz a biomassa, tal, na verdade tem uma razão muito clara. A gás, por exemplo, se ela gerar 100% do tempo, ela é muito mais cara que a nuclear. Ela vai chegar praticamente a 180,00, 190 reais contra 140, 150. No caso de Angra 3 um pouco menos que já tem uma parte do investimento já feito.

Outro aspecto que vale a pena comentar, a parte de biomassa que nós tínhamos uma capacidade instalada atualmente muito pequena e nós multiplicamos por praticamente cem vezes, nós passamos para 6.500 megawatts nos diversos cenários. E eólica e outras que também começam a aparecer em função que todo esse plano nós temos modelos de estudos que foram... Modelos de simulação que nós utilizamos aqui e sempre o aspecto econômico é um ponto importante para nós considerarmos da melhor alternativa para a sociedade brasileira com relação à energética. Depois de todas essas explicações, então vale a pena sempre nós lembrarmos. A lógica que levou nós trabalharmos fortemente com a opção nuclear na expansão energética brasileira. Potencial nosso hidrelétrico ele é finito. Então, as usinas viáveis, mais econômicas, pelo menos na visão de hoje, provavelmente até 2030 a gente vai

reduzindo a quantidade que fica remanescente para depois. Nós vamos ter uma transição de expansão hidrelétrica para termoelétrica. E isso é natural pelas características que eu falei até agora. A necessidade de usinas térmicas na base de suprimento de energia é o que eu vinha comentar, as duas fontes nucleares e carvão que tem a característica de operar na base ou operar com geração média alta. E as térmicas contribuem para a segurança de suprimento energético, claro. A inserção estratégica da geração nuclear como opção mais atrativa com benefício de reduções de emissões de gases de efeito estufa. Afinal nós estamos sob o efeito dos aspectos do aquecimento global. Os cenários do plano então indicam as térmicas nuclear entre quatro e oito mil, então passa a ser imperativa a conclusão de Angra 3 que foi uma decisão do CNPE tomada recentemente, e por outro lado iniciarmos também, retomarmos termos uma continuidade num novo programa de termos um novo Programa Nuclear Brasileiro. E só lembrarmos depois vai ser explicado aqui pelo pessoal da área nuclear, o tempo entre você tomar uma decisão de retomar um plano e a primeira usina entrar em operação, isso esquecendo Angra 3, só novas usinas, isso em média no mundo demora de nove a dez anos. Então se for tomada a decisão esse ano de você trabalhar no novo programa em função da necessidade, você provavelmente vai ter a primeira usina do novo programa funcionando somente em 2017. Os planos decenais aí tem apresentado o incremento necessidade de 40 mil megawatts, 2016 apronta isso, 2017; essa expansão nós estamos trabalhando fortemente com a hídrica, 70% hídrica e 30% térmica; Angra 3 com entrada em operação em 2013, e... Tudo isso já foi comentado.

Então, essas decisões do Conselho Nacional de Política Energética foi no sentido de autorizar a conclusão de Angra 3, e o plano nacional de 2030 como os estudos estão indicando essa necessidade de novos acréscimos nucleares mesmo continuando explorando a hidroeletricidade fortemente no Brasil, você teria que então iniciar esses estudos de localização das futuras centrais nucleares. A estudo de novos sítios que você precisaria então. Esse é um ponto acho que importante quando nós falamos em aspecto de nós termos competitividade entre fontes. Quando saiu a decisão do Conselho Nacional de Política energética que é órgão de Assessoramento da Presidência da República da retomada de Angra 3 tem um aspecto bem claro. A segurança que nós temos que o preço está compatível com os leilões de energia que estão se realizando... que se realizaram de 2005 para cá.

Então, ela parece como uma alternativa econômica bastante competitiva, de forma que nós venhamos

a ter então... Nós teremos então o Ministério está fazendo a exemplo do que fez para o Madeira, só esse ponto eu acho que vale a pena comentar, no caso do Madeira, por exemplo, as empresas pela atual legislação brasileira que fizeram o estudo, foi FURNAS e ODEBRECHT. Fizeram todos os estudos da usina. E entregaram o estudo de viabilidade na ANEEL. Lá ela tem uma estimativa de custo.

Bom, essa estimativa de custo é claro que o Ministério na época contratou através do BANCO MUNDIAL uma consultoria para nós termos uma visão real. Já que os próprios grupos que estudaram eles podem vir a disputar o leilão. Então um ponto importante desse aspecto é que fizemos uma avaliação e hoje o Ministério tem uma idéia real de quanto custaria o Madeira. A mesma forma a resolução do CNPE deixou bem clara que a retomada de Angra 3 pela ELETRONUCLEAR e pela ELETROBRAS, que hoje constitucionalmente tem que ser uma empresa estatal, mas vai ser com uma tarifa que vai ser dada e com o compromisso de venda de energia a ELETRONUCLEAR na verdade vai receber um contrato como se ela tivesse ido ao leilão um contrato de venda de energia lá por 30 anos e essa usina ela vai ter então uma estrutura de custo que seja compatível que ela possa atender àquela premissa do segundo artigo, estabelecer que o Ministério de Minas e Energia providencie por meio de consultoria independente. Nós estamos trazendo uma empresa de consultoria também com o BANCO MUNDIAL, para essa avaliação da estrutura dos componentes de custo que nós já temos uma avaliação que foi feita em 2000, a FUSP, Fundação Universidade de São Paulo, a IBERDROLA, EDF na época fizeram vários relatórios 2000, 2001, e chegaram a uma conclusão de custo e que agora baseado naqueles quantitativos essa consultoria que o Ministério está trazendo, começa a trabalhar agora ainda esse mês faça essa avaliação de forma que permita nós termos efetivamente uma análise bastante clara. Já que em Angra 3 nós temos uma vantagem que ela é uma cópia da usina de Angra 2. Ela é uma continuação. Então tecnologicamente totalmente dominada, conforme os senhores vão ver nas apresentações seguintes, e ao mesmo tempo então o mais próximo possível de mercado a nível de preço, de forma que você não venha a onerar consumidor nem fazer o consumidor de energia elétrica brasileiro pagar um desenvolvimento de um programa nuclear. Na verdade vem e é muito bem vinda pelo setor elétrico justamente por uma necessidade que nós temos e pela competitividade que nós acreditamos que a Angra 3 venha a ter e contribuir. E ao mesmo tempo para o cenário futuro o setor elétrico, com os estudos que têm, acredita que na matriz brasileira a energia nuclear vai

ter um papel importante. Muito obrigado então Senadores, era isso que eu teria que apresentar.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ): Nós que agradecemos, Dr. Márcio Zimmerman, por uma palestra tão elucidativa que V.Ex^a traz a essa Comissão.

Eu gostaria de passar a Presidência ao nosso... Aliás, energético Presidente, jovem energético Presidente para que conduza os nossos trabalhos.

[troca de presidência]

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Bom, primeiramente gostaria de agradecer a Presidência exercida pelo Senador Marcelo Crivella, que adoro tê-lo como um dos membros aqui da direção dessa Comissão. Foi implantada esse ano e que já vem realmente demonstrando e ocupando um grande espaço para tirar dúvidas em todos os sentidos.

Passamos agora ao segundo convidado que é o Sr. Odair Dias Gonçalves, Presidente da Comissão Nacional de Energia Nuclear, CNEN, a quem agora eu passo a palavra.

SR. ODAIR DIAS GONÇALVES: Antes de mais nada meus cumprimentos aos componentes da Mesa, aos ilustres Senadores presentes, aos meus colegas da área nuclear. Como o tema dessa Mesa era exatamente o Programa Nuclear Brasileiro, eu achei razoável fazer uma breve introdução sobre a história do Programa Nuclear Brasileiro antes da minha apresentação.

A área nuclear brasileira, as atividades do Brasil na área nuclear brasileira elas começam na década de 50. A energia nuclear ela foi desenvolvida principalmente a partir do Projeto Manhattan e da Segunda Guerra Mundial. Depois, desde o início, assim que terminou a guerra o Brasil já vinha desenvolvendo pesquisas nessa área. Para vocês terem uma idéia, o CNPq, a criação do CNPq ela foi feita principalmente para a implementação de uma política nuclear brasileira, que depois redundou na Comissão Nacional de Energia Nuclear. Constitucionalmente a Comissão Nacional de Energia Nuclear, ela é encarregada de Assessorar o Governo nas decisões sobre energia nuclear, e também é responsável pelas ações de segurança e de controle. Ou seja, nós fazemos o licenciamento, o acompanhamento, fiscalização dessa área no País. Nós começamos muito bem, mas logo depois a guerra fria criou uma enorme pressão sobre atividades nucleares no mundo inteiro. O Brasil se destacava, inclusive tenho um livro muito interessante do Renato Archer abordando essa história brasileira, quem tiver interesse eu recomendaria. Nós continuamos, apesar dessa pressão, desenvolvendo nossos trabalhos, e esses trabalhos redundaram em Angra 1 que teve a sua decisão em 1970, e só foi ter-

minada em 1985. Posteriormente, nós formulamos o acordo Brasil-Alemanha que previa a construção de oito reatores e dos quais nós só construímos até hoje um que é o reator de Angra 2. Angra 3 é uma parte desse acordo. Nós compramos os equipamentos, estão estocados, e isso curiosamente nos tornou um dos maiores especialistas em estocagem de material. Isso nos custa por ano cerca de 20 milhões de dólares ou 40 milhões de reais por ano só para a manutenção desse equipamento que está guardado sem nenhum prejuízo de eficiência do equipamento e sob condições ideais. Nós chegamos então em 2003 quando assumimos a administração da Comissão Nacional de Energia Nuclear, e desde o início era claro para nós a necessidade de uma definição sobre Angra 3. Era claro, isso já dizíamos desde a comissão de transição onde trabalhamos que era necessário decidirmos se íamos construir Angra 3 ou se íamos desistir. Alguma decisão era necessária e não era possível continuarmos da maneira como estávamos. Nós começamos a trabalhar nesse sentido, e recebemos um grande impulso no sentido de avançar essas decisões em 2004, quando o Presidente, após uma viagem à China, recomendou que nós fizéssemos um estudo para verificar qual seria a política nuclear ou para propor uma política nuclear para o País.

Esse estudo foi feito com a participação de todas as empresas. Da ELETRONUCLEAR, da INB, com pessoas... Eram outros os titulares das empresas, mas muitos deles trabalharam, só estão hoje em outros lugares, foi um trabalho muito interessante, e nós concluímos um trabalho bastante completo, um esboço no fundo porque nós tínhamos cerca de dois meses. Mas esse trabalho ele previa principalmente a retomada das atividades do Brasil na área nuclear para geração de energia elétrica. Ele não previa só isso, ele previa também um desenvolvimento bastante grande na área de aplicações, na área de Ciência e Tecnologia, para vocês terem uma idéia, só na área de aplicações o Brasil em rádio-fármacos é um dos países com muito destaque, é um mercado que em 2006 rendeu cerca de 70 milhões de reais e se expande entre 10 a 15% ao ano. Essa capacidade que nós temos nas aplicações, inclusive radiação de alimentos, aplicação na agricultura, aplicação nas indústrias, elas surgiram e o Brasil hoje tem essa competência graças a um envolvimento que ele fez na área de produção de energia nuclear. Inclusive, o desenvolvimento propiciado pela Marinha pelo desenvolvimento das ultras centrífugas e do enriquecimento, eu vou falar um pouquinho depois da minha apresentação.

Bom, esse plano, esse projeto, na época ele previa um acréscimo até 2025, mais ou menos, cerca de

cinco mil megawatts. Ele previa a construção de cerca de três grandes usinas e quatro usinas pequenas. Esse estudo ele carecia de um aprofundamento um pouco maior porque ele foi feito como esboço para posterior discussão. Na época o Ministério de Minas e Energia preferiu não apoiar diretamente esse projeto uma vez que ele estava desenvolvendo estudos justamente na questão de tarifa. O interesse do Ministério de Minas e Energia é muito focado justamente, essa é a função dele, na questão econômica como vocês viram aí. E na época, em 2004, o preço ainda não era tão competitivo quanto foi hoje. 2005 e 2006 nós tivemos um aprofundamento dessas discussões, uma maturação dessas idéias, e os acontecimentos internacionais, por um lado a retomada das atividades nucleares em inúmeros países, por exemplo, os Estados Unidos hoje têm cerca de 29 novas usinas em licenciamento. Mesmo a Alemanha e Itália, que eram países que não estavam... Que haviam decidido sair da produção de energia nuclear, hoje estão retornando e estudando a questão, uma vez que ela se apresenta como uma grande alternativa, inclusive em termos ecológicos. Uma vez que ela não produz gases que provocam efeito estufa. Isso redundou em 2007 com a discussão sobre Angra 3, os estudos da EPE que foram mostrados pela usina e o projeto para provavelmente até 2030, além de Angra 3 entre mais quatro e oito usinas de mil megawatts.

Obviamente não abandonamos no Programa Nuclear Brasileiro as questões das aplicações e principalmente a questão da nossa capacitação humana. A área nuclear no Brasil hoje é uma área, para não dizer velha, muito experiente. A idade média das pessoas que trabalham na área hoje são por volta de 54 anos. Então ou o Brasil resolve participar desse programa agora ou nós não teremos condição de manter a nossa capacitação. Por isso é importante um programa nuclear abrangente, completo e que contemple todas as vertentes, inclusive aplicações médicas e industriais.

Agora eu vou passar para minha apresentação. O primeiro slide, por favor. Infelizmente a iluminação não está muito forte, mas isso dá para perceber, eu só coloco esse slide... Como vocês vêem, isso é uma superposição de fotografias de satélite tiradas da terra à noite. Em diversos instantes, obviamente. Como vocês vêem, os pontos brancos são luzes elétricas. Isso mostra como está a distribuição de energia elétrica no mundo em função do desenvolvimento. E vocês vêem que África e Brasil é uma grande mancha negra com exceção de alguns pontos mais iluminados na região sudeste e sul. Se vocês comparem com Europa e Estados Unidos fica gritante a correlação entre desenvolvimento e consumo de energia elétrica.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): [pronunciamento fora do microfone]

SR. ODAIR DIAS GONÇALVES: É a utilização de luzes. Exatamente. São luzes realmente.

Apenas para informação, só para nós termos alguns conceitos mais claros, a energia elétrica tradicionalmente é gerada como um dínamo de automóvel. Você faz girar um dínamo, esse dínamo produz energia elétrica. Isso acontece com qualquer fonte. No caso da hidrelétrica é uma queda d'água, no caso do vento é o vento que gira as pás de um moinho, e no caso da térmica, é a água aquecida que faz girar uma turbina que gira o produtor de energia elétrica. O gerador.

Próxima, por favor. No caso da energia nuclear, o que aquece a água é uma energia térmica, o que aquece a água é a produção da reação nuclear. É interessante essa figura porque ela mostra já um fator importante de segurança. A água aquecida se vocês repararem aqui no reator ela tem um circuito absolutamente fechado que não tem nenhum contato com o exterior. Esse é um circuito onde circula uma água que contém radioatividade. O circuito secundário, que é o que faz mover a turbina, ele já é isolado no primário e única coisa que troca qualquer tipo de circulação com o meio ambiente é o circuito terciário que é aquela água de circulação no circuito azul claro lá na ponta. Ou seja, a segurança já está em grande parte garantida pelo próprio isolamento do que nós chamamos da ilha nuclear. Isso mostra só para comparação como estávamos em 2005. Ou seja, 443 usinas nucleares, a maior parte nos Estados Unidos seguidos pela França, mas é importante citar que a França tem cerca de 80% de sua energia de origem nuclear.

Como eu disse, a partir de 90, as preocupações com o meio ambiente deram uma nova força à área nuclear e fazendo inclusive com que diversos ambientalistas trocassem a sua posição e passassem a ver a energia nuclear como energia razoável. A questão que sempre permanece e que ainda se pergunta é e é polêmica é a questão dos resíduos, que eu vou abordar um pouco mais à frente.

Isso mostra um número de usinas hoje em construção no mundo, e esse número deve aumentar brutalmente nos próximos anos. Para vocês terem uma idéia, como eu disse, nós temos 29 usinas submetidas a licenciamento nos Estados Unidos. Próximo... Além disso há uma série--

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Só uma informação. Mas os Países da Europa e Estados Unidos continuam com suspensão. Não tem nenhuma construção nova.

SR. ODAIR DIAS GONÇALVES: Não são todos os países. Os países que resolveram suspender e que tinham, a Alemanha e a Itália, principalmente. A Itália já está revendo a sua posição e a Alemanha tem um grande problema. Ela ainda não reviu sua posição, se esperava que com a Angela Merkel a coisa revertisse, mas o problema é que eles têm uma decisão de fechamento das usinas dentro de um certo prazo. E eles não têm como repor essa energia. Um outro dado interessante é que uma boa parte da energia elétrica da Alemanha é comprada da França e de usinas que estão na fronteira, o que torna a coisa meio irônica nesse ponto de vista. Mas a revisão é bastante grande inclusive a Inglaterra já decidiu retomar as suas construções de usina.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Um pequeno aparte, parece que o Sr. Othon quer fazer um comentário sobre esse assunto, rapidamente, para depois fazermos ao final o debate principal.

SR. OTHON LUIZ PINHEIRO DA SILVA: Com relação aos Estados Unidos, eu estive recentemente dois meses atrás no DOLL(F), Department of Energy, o planejamento deles é até 2030, agregar mais 68 mil megawatts nucleares ao sistema. Só para darmos uma idéia, toda a... o que é instalado na França hoje são 58 mil megawatts. Ou seja, até o ano de 2030, na projeção do DOLL(F) eles vão projetar mais do que a França tudo que tem instalado na França. Então um cenário no mundo como gostaria de mostrar é de retomada.

SR. ODAIR DIAS GONÇALVES: Bom, somado a essas novas usinas, uma série de medidas estão sendo tomadas em todo mundo. Por exemplo, a extensão de vida útil, isso é possível com a troca de uma peça fundamental que geradora de vapor, e nós já estamos fazendo isso também em Angra 1, redução de custo, investimento tecnologia, simplificação de licenciamento. Pra você ter uma idéia, licenciamento é extremamente sofisticado. O licenciamento prevê um cálculo independente de todos os fatores que possam afetar a segurança. O licenciamento de uma usina nuclear nova custa em torno de 100 milhões de dólares, e requer uma capacitação independente daquela capacitação técnica. Que nós ainda temos hoje na Comissão Nacional de Energia Nuclear. E principalmente novas tecnologias para gerenciamento do rejeito, eu vou falar sobre isso pouquinho mais a frente.

O licenciamento em particular ele é como eu disse extremamente sofisticado, ele inclui revisão de todos os projetos, processos, procedimentos, e ele tem uma coisa que é mais ou menos ímpar na área de controle. Sempre que qualquer defeito se apresente

em qualquer usina do mundo, das usinas obviamente, principalmente do lado ocidental, e que possam afetar a segurança, isso é comunicado para agência internacional de energia atômica em Viena, é um órgão filiado ao sistema da ONU, e esse sistema [soa a campainha] é divulgado. Após a divulgação disso, os órgãos controladores dos países incorporam isso à sua norma e exigem que cada instalação incorpore as novas normas de segurança. Ou seja, mesmo após licenciada, a qualquer instante uma instalação nuclear tem que mudar os seus procedimentos uma vez que o órgão de controle assim entenda necessário. Fora disso obviamente tem o licenciamento ambiental que é feito pelo IBAMA e com o qual nós temos uma grande cooperação.

No caso do Brasil, em particular, como já foi muito bem colocado pelo Zimmerman, nós temos uma necessidade de diversificação de nossa matriz energética. Mas como essa matriz é finita, ela só pode expandir até um certo ponto, e existe uma necessidade sazonal de outras fontes de energias entrarem mais fortemente. Isso é um motivo bastante forte do ponto de vista energético para a opção nuclear.

Nós temos uma tecnologia hoje que é, como eu disse, invejável e extremamente respeitada no mundo. Nós somos um dos sete países no mundo que controla todo o ciclo de combustível, toda a produção do ciclo de combustível e nós somos dos três países no mundo que detêm a tecnologia e também têm urânio. Isso é extremamente valioso do ponto de vista estratégico e não deveríamos fechar os olhos para isso.

Como eu disse, infelizmente nós passamos muito tempo, os últimos... Antes de 2003, os últimos 15 anos foram anos praticamente que a gente conseguiu sobreviver, apenas.

Os nossos reatores são reatores de água leve pressurizada, isso é uma tecnologia específica e muito diferente, por exemplo, dos reatores da Rússia ou principalmente do reator de Chernobyl uma vez que esses reatores não apresentam condições de segurança conforme é desejado pela agência. Também é notável que nós quando nós falamos em usina nuclear, nós estamos falando em urânio enriquecido a 3,5%, enquanto na aplicação bélica ele deve ser enriquecido a mais de 90%, em geral 95, 99%. Deixa eu explicar pra vocês que urânio, na natureza, ele vem com diversos tipos de urânios, são diversos tipos de núcleo de urânio. O que nos interessa, o que é bom para o combustível é urânio 235. Ele vem na natureza numa proporção de 0,7% do urânio dentro do minério. Então é necessário fazer um processamento para elevar ele de 0,7% a um nível maior. Isso se chama enriquecimento. Quando você vai falar em combustível nuclear você tem que

enriquecê-lo a 3,5, 4%. Se for o caso de propulsão, por exemplo, submarino é recomendável que seja da ordem de 20%. Se eu estiver pensando em armamento, eu preciso chegar a mais de 90%, de preferência 96, 97%. Eu vou mostrar rapidamente.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: [pronunciamento fora do microfone].

SR. ODAIR DIAS GONÇALVES: As terras já são nossas. [risos] Essas terras existem uma legislação que protege ela. É da União. Não dá para comprar. [risos]

Bom, aí estão as reservas de urânio conhecidas. O Brasil hoje já prospectado, ou seja, já com certeza nós temos cerca de 6% da reserva mundial. Mas isso é apenas com 30% no nosso território prospectado, entre 25 e 30% de nosso território prospectado, e até uma profundidade de 100 metros. Só isso já seria suficiente para operar Angra 1, 2 e 3 por mais 520 anos. Mas isso são só os prospectados. Ou seja, aqueles que a gente tem certeza que existe. Fora isso nós temos os recursos especulativos que são cerca de 880 mil toneladas fora as 309 que estão aí no mapa mostrado. O que dá para nós percebermos é que é a grande parte que está prospectada está... a direita do que o Othon chama de o Tratado de Tordesilhas. Ele continua e nós conhecemos o Brasil à direita do Tratado de Tordesilhas. Eu tenho a impressão que o Othon vai falar isso, eu não vou estragar a parte dele de apresentação. [risos]

O que é o ciclo de combustível? O ciclo de combustível quando a gente fala de produzir combustível é de uma sofisticação muito grande. Nós temos primeiro a mineração conhecida, depois esse minério tem que ser refinado, essas duas partes já estão completamente dominadas no Brasil e hoje a principal produtora é Caetité, o Trajan da INB vai falar um pouco sobre isso, já que todo ciclo de combustível é por conta da INB. Depois nós temos que fazer uma conversão desse minério refinado que é chamado *yellowcake* que é torta amarela. Nós temos que transformá-lo em gás para depois enriquecer. A conversão em gás é uma tecnologia muito simples, mas ela hoje é feita ainda no Canadá por razões econômicas. Porque o nosso parque ainda não comporta o ciclo completo. Mas não é problema e nós temos a tecnologia dominada. O enriquecimento hoje é feito na Europa, mas nós já temos na INB a primeira cascata instalada, o Trajan vai abordar isso futuramente. Depois disso nós temos conversão para pó, produção de pastilha, montagem do elemento combustível e aí a geração de energia. Como o Trajan vai discutir mais eu não vou entrar em detalhes.

Meio ambiente. Essa é uma questão sempre importante e candente. Aí eu faço uma ligeira comparação entre a emissão de CO₂ por quilowatt de energia

elétrica gerada. Vocês vêem que enquanto um carvão produz cerca de um quilo de gás carbônico por quilowatt/hora, uma usina a óleo 818 e a gás 446 uma usina nuclear produz quatro gramas. E essas quatro gramas são principalmente, principalmente não, unicamente geradas na fabricação do aço que é usado na usina. E não pela produção de energia propriamente dita. Ou seja, a emissão é zero realmente. Vale dizer que mesmo na questão hidrelétrica, hoje é uma coisa bastante polêmica porque os grandes reservatórios eles emitem metano. E é uma coisa que ainda não se estudou suficientemente para saber quais os efeitos e qual a quantidade.

Os rejeitos. Essa é uma atribuição da Comissão Nacional de Energia Nuclear, por lei, e que dentro do nosso Programa Nuclear Brasileiro nós pretendemos que seja constituída uma estatal que cuide desses rejeitos separada da Comissão Nacional de Energia Nuclear. Mas será que esses rejeitos são o que se fala hoje o problema tão grande e tão complicado como se propaga, ou seja, que nós estaríamos produzindo lixo que vai perdurar pelo resto da história? Eu diria que não. Em primeiro lugar, um grande... Uma grande atividade de pesquisa tem sido desenvolvida em relação aos rejeitos. E a gente acredita que dentro de 40 ou 50 anos vai ser possível inclusive não ter rejeito completamente. Mas isso ainda é pesquisa. Qual a situação hoje da área de rejeitos? Primeiro, é importante dizer que todas as formas de produção de energia elétrica elas produzem rejeito. No fundo, toda a área empresarial, todas as atividades industriais produzem rejeito. E produzindo rejeito, interferem em certa medida com o meio ambiente. Quando se fala em produção de... Em estocagem de combustível no mundo não tem solução definitiva economicamente, isso é verdade. Só que é importante nós dizermos que quando se fala definitiva, nós estamos falando em milhão de anos. Milhão de anos é muito tempo, gente. Se vocês pensarem dentro desse um milhão de anos é previsto inclusive alguns glaciais, alguns novos glaciais, algumas novas idades do gelo na história humana. Então é só para nós fixarmos do que nós estamos falando. Nós sabemos muito bem como controlar esses rejeitos em períodos de 300 a 500 anos. Isso hoje já é completamente controlado. E se você mantiver monitoração, esses 500 anos, se nós estivermos vivos, se a humanidade existir, nós ainda poderemos controlá-los tranquilamente. O importante é que cada País busque uma solução que contemple a segurança do indivíduo e do ambiente, garantindo acesso à informação e participação do público envolvido. Na gerência de rejeitos, portanto, na área nuclear, a área nuclear equacionou o problema médio prazo, e quando a gente fala médio prazo a gente fala centenas

de anos, e nós armazenamos nesse período tranquilamente seguro, inclusive com monitoração, todos os nossos rejeitos. Todos os rejeitos que são produzidos hoje são armazenados, controlados e garantidos com segurança e o papel da segurança é o da Comissão Nacional de Energia Nuclear.

Para vocês terem uma idéia, nós estamos falando aqui de rejeitos de alta atividade. Existem três tipos de rejeitos: Rejeitos de baixa, média e alta atividade. Baixa e média atividade são materiais que entram em contatos eventualmente com qualquer resíduo que possa ser radioativo. Isso são, por exemplo, filtros de ar, água que é tratada, jalecos de pessoas que... Ou macacões, sapatos... Tudo isso é guardado. Cada um deles é guardado, é compactado e é colocado num depósito. No mundo inteiro não existe muita discussão sobre a gerência desses rejeitos. O problema são os rejeitos de alta atividade que são os combustíveis usados. De novo, do que nós estamos falando? Para vocês terem uma idéia, 40 anos de operação de uma usina nuclear, produz cerca de mil metros cúbicos de combustível. Isso significa que se eu tiver 20 usinas trabalhando durante 60 anos, esse resíduo é o equivalente a área de campo de futebol escavado a cinco metros. É disso que nós estamos falando. Como vocês vêem, não é tão difícil assim controlar uma quantidade de rejeitos como essa. Como eu disse, além disso, existem três tipos de depósito. Depósito inicial, intermediário e final. É importante dizer também, ao contrário do que às vezes é afirmado na imprensa, um depósito inicial não é um depósito provisório. Ele é um depósito inicial. E ele pode permanecer durante toda a vida útil da usina. No mundo inteiro, as usinas guardam seus rejeitos em piscinas, ou na própria usina ou então no campo da usina antes de ir para um depósito definitivo. Por que é que não se investiu ainda tanto em depósito definitivo, seja no Brasil, seja no mundo? Em primeiro lugar, porque tem uma opção importante de ser feita. A opção é porque o combustível usado ainda tem um potencial energético extremamente alto. Ele pode ser reutilizado a partir do reprocessamento. Esse reprocessamento só o problema dele hoje e porque o Brasil não adotou é porque ele produz plutônio, que é um material utilizado principalmente para fins bélicos e a nossa Constituição proíbe a utilização de energia nuclear para fins bélicos que não sejam pacíficos. Então a primeira opção é que existe a opção, essa opção levaria a colocar em depósitos, pelo menos intermediários. A segunda questão importante é dizer que hoje já se faz, já tem muita pesquisa desenvolvida no mundo que trata o resíduo, o combustível sem produzir o plutônio. Isso é uma nova tecnologia dos reatores que deve ficar pronta cerca de 2040 provavelmente já

deve estar em uso. Então vale a pena a gente manter o combustível de maneira a poder ser recuperado. E segundo, que para você fazer a previsão, é necessário você ter uma perspectiva do tamanho que você vai ter. Porque em última instância existem inclusive países que comprem combustível usado. Pode ser que se a gente não quisesse ter mais nenhuma usina, não valeria a pena pra nós fazer negócio definitivo, era mais negócio pegar e vender para quem compra esses rejeitos, coisa que não é absolutamente nem desejável, nem aconselhável. Mas é uma alternativa.

Portanto, isso aí depende de algumas decisões importantes de serem feitas, inclusive sobre o programa nuclear a médio e longo prazo.

Aí eu mostro rapidamente os depósitos, os rejeitos de baixa e média atividade no Brasil. Esses são depósitos iniciais dos rejeitos de baixa e média, e vocês vêem o tipo de acondicionamento. Vocês vêem que esse acondicionamento é todo registrado, controlado e extremamente mantido em condições perfeitas de segurança. Isso é em Angra. Isso fica junto à usina de Angra. Aí mostra as duas piscinas de armazenamento dos rejeitos de alta, dos combustíveis usados. Vocês podem ver que não é exatamente um depósito de lixo. São coisas que custam muito caro, o preço está embutido no cálculo da tarifa que está sendo levantada, e a segurança é absolutamente total e controlada. Mesmo assim o Brasil não abandonou os projetos dos depósitos definitivos ou intermediários. Nós então fazemos... Nós temos depósitos, piscinas para Angra 1 e 2, Angra 3 também vai ter piscina, eu acho que o Othon vai falar um pouco mais sobre isso, mas nós temos uma cooperação entre a CNEN e a ELETRONUCLEAR estudando a viabilidade do que será o nosso depósito no futuro. Esse vai ser provavelmente o nosso projeto de depósito temporário para rejeitos de alta intensidade. Vocês vêem que ele é uma grande colméia, ele deve ficar subterrâneo, existe um modelo que o Othon depois vai mostrar para vocês que é uma espécie de células, cada depósito vai dentro de uma garrafa que está lá à direita, essa garrafa é absolutamente controlada de tal maneira que se um homem ficar perto daquele caminhão, ou seja, a dose que ele toma é absolutamente zero. Esse depósito tem que obedecer as condições de ser resistente a terremotos, resistentes a choques, resistente a inundações, ou seja lá o que for. Todos esses fatores são fundamentais na segurança do projeto de um depósito.

Além dos depósitos, é necessário fazer o transporte entre a usina e o depósito. Esse transporte também tem condições especiais, ele tem um projeto que foi desenvolvido pela ELETRONUCLEAR de um contêiner que carrega esse combustível com abso-

lutamente segurança qualquer coisa que aconteça com o caminhão preserva a integridade do contêiner garantindo a segurança total do transporte. Só para terminar, como eu disse, essa retomada de atividades nucleares no Brasil significa desenvolvimento e exige um reforço das áreas regulatórias de licenciamento e controle, redimensionamento e desenvolvimento das ações da área do ciclo combustível com o objetivo de atingir a auto-suficiência, capacitação e treinamento de recursos humanos, atividades de pesquisa, e principalmente uma diferença sobre o passado é a questão da divulgação e discussão pública. A transparência hoje é um projeto prioritário do Governo. Qualquer atividade na área nuclear não pode prescindir dessa transparência e dessa discussão pública na área. É isso, muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Muito obrigado a explanação do... Com certeza professor. A explanação foi tão tranqüila que com certeza é professor. Prof. Odair Dias Gonçalves, Presidente da Comissão Nacional de Energia Nuclear, CNEN.

Passaremos agora à apresentação do Sr. Alfredo Trajan Filho, Presidente das Indústrias Nucleares do Brasil, INB. Com a palavra o Sr. Alfredo Trajan para a exposição. Tivemos um problema fisiológico, passaremos então à apresentação do Sr. Othon Luiz Pinheiro da Silva, Diretor Presidente da ELETRONUCLEAR. Por favor, a quem eu passo a palavra.

SR. OTHON LUIZ PINHEIRO DA SILVA: Exm^o. Sr. Senador Wellington Salgado Vieira, Presidente da Comissão, Srs. Senadores, senhores presentes, vou iniciar me posicionando nessa Mesa. À minha direita está... Quer dizer, estaria, o Dr. Trajan que preside uma Comissão que produz o combustível nuclear. A ELETRONUCLEAR transforma em energia elétrica aquilo que... Aquele combustível que a INB nos fornece. Na extremidade da esquerda é o Ministério, que analisa, digamos, quais são as tendências e necessidades, e nos dá as diretivas no que diz respeito à implantação de novas centrais. E à minha esquerda, o Presidente da Comissão Nacional de Energia Nuclear, que é a Comissão reguladora, ou seja, quem regula nossas atividades. Então o que ocorre, o que está correndo e essa análise foi muito melhor feita pelo Dr. Márcio Zimmerman do Ministério. Está havendo uma coincidência de uma tendência mundial de retomada da energia nuclear como um energético muito importante, ele já é, quer dizer, a energia nuclear é responsável por 17% da eletricidade gerada no mundo, e que é uma quantidade muito grande. E está havendo uma retomada desse energético. E é uma coincidência com a necessidade daqui do Brasil, quer dizer, há uma conjunção

de fenômenos. E essa conjunção de fenômenos nos levará na fronteira tecnológica uma série de medidas e que, por exemplo, para as novas centrais, o requisito nacionalização deixa de ser apenas uma vontade nossa, uma vontade nacional para ser uma imposição de mercado mundial. E isso nós vamos detalhar um pouco na nossa apresentação. E a missão da empresa que nós presidimos no momento é operar com segurança aqueles reatores que tem, segurança é um fator primordial na nossa atividade, e embutindo disso, parte da responsabilidade de trabalhar com rejeitos. E quero demonstrar nessa pequena, que eu espero que seja pequena, para não enfadar os senhores, que a gente está procurando cumprir de uma forma cabal a nossa missão. No cenário mundial, tem dois cenários. Um cenário mais otimista, nós vamos até 2030, no mundo nós vamos construir o equivalente a 188 Angra 3. E no cenário mais pessimista, 36 Angra 3, até 2030. Isso é uma... Digamos, isso é um estudo feito pela *Nuclear Power and Sustainable Development* é um setor da agência internacional de energia atômica. Então não existe menor dúvida que existe no mundo uma retomada desse energético e nós já temos já utilizamos de uma forma bastante significativa esse energético. Isso já foi melhor descrito pelo Dr. Márcio, mas certamente nós não podemos desprezar na nossa matriz esse importante energético. Ou seja, a curto prazo se a gente converter em toneladas equivalentes de petróleo, nós temos mais urânio do que gás e petróleo junto, e nas reservas estimadas as reservas de urânio são equivalentes à soma das duas, ou seja, é próximo da soma das duas de petróleo e gás. Os senhores já viram esse gráfico, ou seja, nós temos já medidos uma quantidade substancial, temos a expectativa de muito mais, só para ter uma idéia do que significa isso, o consumo anual da França é 11 mil toneladas por cerca de 80% da energia da França é gerada por energia nuclear. E o consumo de concentrado de urânio é cerca de 11 mil toneladas. Pelo que nós temos disponível dar uma idéia da quantidade de nossas reservas. Dispomos de todo o ciclo, já foi mencionado, somente três Países no mundo têm reserva e tem a tecnologia do ciclo. Alguns países têm a tecnologia, mas não tem a reserva, outros têm reserva, mas não tem tecnologia, somente Brasil, Rússia... Estados Unidos, Rússia e Brasil têm as duas coisas.

Energia nuclear já é o segundo energético na geração de eletricidade. Os dados são do ano passado. Entre as térmicas, a maior produção de eletricidade foi a partir de usinas nucleares. Então nós já não estamos mais falando no futuro, nós estamos falando do presente. É o segundo energético na geração de eletricidade aqui no País. Por quê? Aqui nós vemos que

a capacidade instalada para gás é um pouco mais de cinco vezes superior do que a capacidade instalada em energia nuclear. Não obstante a energia nuclear produz mais energia. Por quê? Uma explicação muito simples, é preço. A operadora nacional de sistema despacha por preço.

Dr. Márcio já mencionou, são diferentes cenários que foram feitos. O cenário de referência, além de Angra 3 mais quatro mil megawatts até 2030, e o cenário mais alto, além de Angra 3 mais oito mil megawatts nucleares até 2030 no planejamento nacional. Por que isso? Ele mencionou na sua apresentação que as dificuldades que nós temos em construir reservatórios com hidrelétricas com reservatório. De uma forma muito simples, a eletricidade é um consumível como qualquer outro. Como todo consumível, nós temos que produzir, armazenar, ou seja, estocar, transportar e distribuir. Nós tínhamos na região sudeste essa equação perfeitamente feita, porque nós tínhamos nessa região a topografia favorável e ciclos agrícolas já tínhamos desmatado essa região. Ou seja, o café, a cana, a pecuária... Então nós tivemos a oportunidade de construir um belo parque hidrelétrico, formidável parque hidrelétrico e em que cumpria as quatro finalidades. Diferentemente, como consumível, muitos dos consumíveis, sapato, por exemplo, a gente pode armazenar ou couro ou o sapato pronto. Eletricidade tem a diferença que só pode armazenar o couro, ou seja, só antes de produzir. Como a nossa capacidade de estocar energia na forma hidráulica já está de certa forma exaurida, os novos reservatórios não se pode construir reservatórios de hidrelétrica com reservatório, a solução é aumentar o nosso estoque, digamos, entre aspas, virtual. Ou seja, são as térmicas. E nas térmicas a energia nuclear apresenta uma boa facilidade de estocagem no combustível. Os outros Brics têm programas mais... As outras nações se conceituou chamar de Brics têm programas muito mais, digamos, expressivos do que o nosso. Ou seja, comparando com Rússia, Índia e China, o programa brasileiro é bastante modesto. O empreendimento de Angra 3 o que falta 70% de investimentos serão feitos em moeda nacional. Esse empreendimento recentemente houve a decisão do CNPE da retomada das obras e já foram realizadas as três Audiências Públicas necessárias. Temos forte expectativa de início das obras no início do próximo ano. E o futuro, o futuro próximo. Já temos que começar a pensar no futuro. Apenas esse é um assunto típico dessa Comissão, Comissão de Ciência e Tecnologia. As próximas centrais, na realidade, os locais serão escolhidos prevendo a construção de seis usinas em cada local. Não se vai construir as seis usinas ao mesmo tempo, mas apenas o planejamento local vai ser previsto

para que seja possível naquele mesmo local. Angra nós teremos três centrais no mesmo local. Os novos locais serão previstos para seis usinas. E se pretende forte padronização nessas usinas. Usar a tecnologia mais avançada existente no mundo, e como padronização das usinas, isso nos levará, digamos, economias de escala bastante expressivas. E nós estamos seguindo essa tendência mundial no mesmo site com várias centrais. Para manutenção, tem uma série de vantagem. Estoque... A projeção é que no mínimo 71% de nacionalização nas próximas usinas. Isso é um dado bastante importante para a nossa sociedade porque trata-se de uma indústria de ponta com grande engajamento de... Grande número de empregos tende ser uma... Contribuir para uma revolução no bom sentido, industrial do País.

Para a parte nuclear propriamente dita da instalação, estamos prevendo a possibilidade, são três tecnologias. Uma WESTINGHOUSE e TOSHIBA, a outra hipótese é AREVA/MITSUBISHI, consórcio recentemente formado, e a terceira opção seria ROSE MEGATON(F), a--

SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ): Sr. Othon, me perdoe interromper, Presidente, eu estou sendo chamado aqui na CRE para relatar um projeto de minha autoria, Comissão de Relação Exteriores. Volto em seguida. Lamento aprofundamento ter que sair.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Sentiremos sua falta, mas aguardaremos com muita saudade.

SR. OTHON LUIZ PINHEIRO DA SILVA: No que diz respeito à parte secundária, nós temos duas hipóteses. Apenas uma linha de turbina, ou duas turbinas. Na realidade não são dois secundários, dois tubos geradores. Isso tendo em vista a nacionalização. E nacionalização, tendo em vista a grande demanda que está havendo no mercado nacional nós temos que usar capacidade interna até como fator de viabilização. Como fator de diminuição de preço e como fator de viabilização. Nós estamos estudando essas duas hipóteses porque isso não é novidade no mundo, já existem usinas com essa configuração. Apenas estamos mostrando as vantagens e desvantagens das duas hipóteses para padronizar as próximas usinas.

Como disse inicialmente, nós temos que atender dois requisitos. Um, operar centrais seguras, a opção pelo tipo de reator, a opção feita aqui no Brasil foi uma opção muito boa. Com reatores PWR, ou seja, reatores a água pressurizada. Esses reatores, a maior parte dos reatores no mundo são desse tipo. É a tecnologia mais segura, sem dúvida. De modo que foi uma opção feliz feita ainda no final, no início da década de 70, e esse reator é bastante diferente daquele reator que

traumatizou a humanidade que é o acidente que é o reator de Chernobyl. São conceitualmente diferentes. Nesses dois tipos de central tivemos acidente. No de Chernobyl houve um grande impacto na região. No acidente que houve no reator PWR em Three Miles Island nós tivemos zero mortes e zero contaminação. Quer dizer, o maior acidente da história com reator do tipo que esse País optou, no maior acidente da história não teve nenhuma morte e nenhuma contaminação. Ou seja, no ano passado num desastre de automóvel eu quebrei duas vértebras e três costelas. Eu sofri mais num acidente de automóvel que toda a população da região de Three Miles Island sofreu. Então foi uma escolha feliz em termo de tecnologia. E por quê? Num diagrama muito simplificado, aqui está o reator, ele não tem grafite no núcleo. O reator de Chernobyl tinha grafite no núcleo. O que houve em Chernobyl foi o aumento da temperatura, houve a queima do grafite e uma explosão térmica. Uma explosão térmica que reator nenhum explode nuclearmente, como se fosse uma bomba. Não existe essa hipótese. E o reator de Chernobyl não tinha essa contensão que os reatores PWR e os reatores licenciados no mundo ocidental têm. De modo que o uso de reator com moderador a grafite. Aquele reator tinha uma característica diferente da nossa, que no jargão técnico é chamado de coeficiente de reatividade positiva. Para entendimento do que é isso, é o seguinte, imagina um automóvel que ao pisar no freio antes de frear o automóvel acelera um pouco. Esse era o reator de Chernobyl. Ou seja, se houvesse uma ruptura de uma linha de transmissão, ele primeiro sobe de potência antes de começar a descer a potência. É completamente diferente do nosso. Então a opção deste País foi pela tecnologia mais segura, é muito seguro. Se houver a pergunta é absolutamente impossível que alguém venha a falecer num acidente reator PWR, a resposta é não. Mas qual é a probabilidade? É muito menor de ser atingido por um meteorito que possa cair aqui na nossa sala. Então é uma probabilidade muito baixa. Dizer que é zero não. Mas a probabilidade é extremamente baixa.

Nós vemos claramente nessa figura que Angra 2, Angra 3 vai ser idêntica, Angra 1, as próximas terão essa... Muito provavelmente esse tipo de contensão. É exatamente o mesmo tipo de reator em que houve um acidente e não houve nenhuma repercussão para a sociedade no caso, americana. O Chernobyl ao contrário aqui é uma fotografia de Chernobyl, não tinha contensão. E era um reator com grafite no núcleo. Então constantemente algumas ONGs ambientalistas ficam: não, que o acidente de Chernobyl não tem nada a ver com o tipo de reator. O que nós temos é uma configuração absolutamente... é apenas... é o

uso de um acidente para confundir a população que evidentemente não tem... O cidadão comum ele não tem idéia que sejam reatores diferentes. Isso é muito utilizado na mídia.

O Dr. Odair ele já entrou em algum detalhe com relação a rejeito. Na realidade são três tipos de rejeito. Um são as roupas que a pessoa trabalha, ferramentas de baixa atividade, isso é equivalente a rejeito hospitalar. Não se constitui problema. Segundo tipo de rejeito são os filtros que trabalham no processo que também mundialmente não é tido como sendo problema. O grande, digamos, questão no mundo é o combustível queimado. Combustível queimado dura milhares de anos. E como nós vamos aqui no Brasil cuidar desse problema? Era fundamental que nós tivéssemos uma política nossa dentro das diretivas da CNEN, convênio com a CNEN, nós chegamos a uma solução que é simples, é segura e em discussão em fóruns internacionais já começa a ser aceita como uma solução muito correta. O que é que ocorre com o combustível? Depois de queimado no reator, ele inicialmente é colocado nessas piscinas que ficam dentro da central. São piscinas com aço inoxidável, e para algum calor residual que ainda tenha do combustível ser dissipado. Isso leva alguns anos. Depois de oito anos a quantidade de calor [soa a campainha] é muito pequena. O que é que nós vamos fazer aqui no Brasil? Qual foi o conceito? Colocar cada combustível desse dentro de uma ampola de aço inoxidável com cerca de uma polegada de espessura que seja absolutamente selada. Uma ampola de aço inoxidável absolutamente selada e seco, não é preciso ser técnico para imaginar que uma ampola dessa naquelas condições leva no mínimo 500 anos sem interagir com a sociedade. Ou seja, está perfeitamente encapsulada, isolada. Qual a diferença do rejeito nuclear para os outros? É que os outros rejeitos nós convivemos no dia-a-dia. Nessa sala nesse momento estamos convivendo com gases, descarga de automóvel, com uma série de rejeitos. Com o combustível nuclear nenhum de nós está convivendo e nem vai conviver. Essa é a diferença. Os outros rejeitos são tão difíceis de resolver que não é nem acessado. O rejeito nuclear qual a diferença para pior e qual a diferença para melhor? Para pior é que realmente é rejeito que a semelhança de outros rejeitos que a sociedade produz dura milhões de anos. As dioxinas duram milhões de anos. Tem vários rejeitos que duram milhões de anos. Qual a vantagem? A quantidade é muito menor e se pode deixar completamente isolada da sociedade. Então o que se pretende fazer? Encapsular o combustível e colocar dentro de uma construção civil projetada para durar no mínimo 500 anos. Na realidade é uma construção civil que vai moderar muito mais que 500 anos.

Por que nós escolhemos 500 anos? Porque 500 anos o brasileiro lê 500 anos. Nós temos algumas construções civis, igrejas, fortalezas que já têm 500 anos. Se nós projetarmos para no mínimo 500 anos uma construção civil sem dúvida ela vai durar. Se tivermos um combustível encapsulado que nós tenhamos certeza que é seco ele dura muito mais de 500 anos isolado de nós, e uma construção civil que foi projetada para isso não há dúvida. Então nós não estamos resolvendo o problema do rejeito. Porque resolver na cabeça de determinadas pessoas filosoficamente seria colocar a terra como se nunca tivesse existido isso. Mas nós podemos afirmar que nós estamos postergando por 500 anos essa solução de uma forma extremamente responsável. O combustível é rastreável, aquela quantidade de energia que não é lixo, é resíduo que parte vai ser aproveitada para gerar energia. Vai ser perfeitamente rastreável, aonde está, como está, monitorável e não vai conviver com o... O brasileiro não vai conviver com o lixo, com rejeito nuclear como convive com outros rejeitos. Isso nós podemos afirmar.

Isso é apenas uma extensão de piscina que nós teremos que fazer porque as centrais foram projetadas para 30 anos de operação e há mundialmente extensão da vida para 60 anos. Isso só a maneira que nós vamos encapsular e [ininteligível] a construção civil que eu mencionei. A maneira como nós vamos encapsular e como vamos guardar isso nessa construção civil que não precisa também ser muito técnico para entender que uma construção dessa pode durar mais que 500 anos. É a configuração, uma visão artística. Ou seja, em termos de tipo de reator, de segurança e a maneira como nós vamos tratar os rejeitos, essas duas questões estão sendo tratadas com extrema responsabilidade e nós temos certeza que a nossa sociedade não vai ficar decepcionada com o trabalho da empresa nesses dois aspectos. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Muito obrigado pela explanação, Sr. Othon Luiz Pinheiro da Silva, Diretor Presidente da ELETRONUCLEAR.

Voltando à nossa Mesa, Sr. Alfredo Trajan Filho, Presidente das Indústrias Nucleares do Brasil, o último expositor desse Requerimento de autoria do Senador Augusto Botelho, cujo assunto é o Programa Nuclear Brasileiro. Passaremos agora então, como último apresentador, ao Sr. Alfredo Trajan Filho, Presidente das Indústrias Nucleares do Brasil, a quem eu passo a palavra.

SR. ALFREDO TRAJAN FILHO: Bom, ainda é bom dia a todos. Eu queria cumprimentar o Presidente da Mesa, temos amigos comuns, e os outros amigos, Márcio Zimmerman, Odair, Dr. Othon, enfim a todos

vocês, demais Senadores, parabenizar o Senador Augusto Botelho por esse Requerimento importante para nós, é sempre um espaço em que a gente deve utilizar para colocar para sociedade o que nós somos, o que é o setor nuclear.

Eu tive o entendimento ao ser convidado para essa... Para esse evento que era uma preocupação das dificuldades que nós teríamos com o fornecimento de energia lá pelo entorno de 2010, e o que é que o setor nuclear, como setor nuclear se coloca nesse panorama, nesse cenário. É lógico que o último a falar tem sempre a grande vantagem de poder falar muito menos que quase todo mundo já falou tudo a respeito daquilo que ele gostaria de falar. Mas mesmo assim a gente passa a reprise do filme. Eu queria dizer para vocês e que...

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): [pronunciamento fora do microfone]

SR. ALFREDO TRAJAN FILHO: [risos] Não. O caminhão não aparece, não.

Para melhor entendimento daqueles que não estão muito acostumados conosco, o setor nuclear, o que são as empresas, o que é INB com relação ao setor nuclear. A INB é para o setor nuclear o que a PETROBRÁS é para o setor de automóveis, etc. Quer dizer, nós somos responsáveis por minerar, beneficiar o minério, converter, enriquecer, reconverter, construir o elemento combustível. Quer dizer, tiramos como se fosse o petróleo, entregamos no posto de gasolina. Aqui está o meu comprador, aquele a quem eu entrego o produto e duro de negociar com o homem, porque ele é o único comprador e eu sou o único vendedor. Essa é uma discussão complicadíssima que acontece de quando em quando. Mas nós somos... E quando a briga for tamanha, a gente tem que consultar a CNEN. Mas a gente não vai chegar a esse ponto nunca não porque nós já negociamos há muitos anos, e mais do que isso, entendemos a necessidade brasileira e sabemos o que cada um pode conceder para que o País consiga produzir de forma razoavelmente barato aquilo que a gente tem como matéria-prima, aquilo que a gente desenvolveu como tecnologia. Portanto, eu espero nunca ter precisado, Dr. Odair, e trabalhar sempre de mãos dadas com o Dr. Othon.

Bom, a nossa missão seja em que condições o País estiver, é atender a demanda de todo ciclo do combustível. Então, se o Dr. Othon, se o Dr. Zimmerman, se o País entender que nós vamos ter 20 usinas nos próximos 15 anos, 30 usinas nos próximos 40 anos, qualquer que seja a demanda colocada para a INB, a INB terá a obrigação de atender. Então a idéia que eu trago aqui para os senhores é dizer como nós estamos

agora, como nós vamos estar no futuro e como nos prepararíamos para atender fosse o programa brasileiro o programa que venha a ser decidido.

Bom, isso já passou por todos vocês, eu vou dar uma terceira... é a terceira aula seguida a respeito do que é o ciclo do combustível. Cada um mostrou um retratinho diferente, eu mostro esse daí. A gente começa aqui à esquerda no alto, com a mineração, em que a gente da jazida tira o minério, faz o tratamento, beneficia e chega a um produto conhecido por vocês que não são da área como *yellowcake* que nos jornais é o nome que se dá. Esse produto tem que ser transformado em gás porque só o gás sabemos enriquecer. Então a gente necessariamente passa por um processo de conversão desse produto sólido em gás, esse gás é enriquecido e depois de enriquecido ele é reconvertido para pó, dele se faz a pastilha, o elemento combustível que vai para a ELETRONUCLEAR, para as usinas hoje de Angra. O que nós fazemos hoje no Brasil efetivamente? Nós fazemos a primeira parte que é de mineração, fazemos reconversão, pastilha, elementos combustíveis construímos e entregamos para a ELETRONUCLEAR. Conversão ainda não fazemos. Há uma expectativa de vir a fazer ao longo da palestra eu vou explicar para os senhores. O enriquecimento sob o ponto de vista de construção já estamos instalando a nossa fábrica, esperamos em pouco tempo já ter pelo menos parte dessa etapa do ciclo sendo atendida pela capacidade nacional.

Então, é este o ciclo combustível, é nesses seis pontos antes de entregar a ELETRONUCLEAR nessas seis etapas é que nós temos da INB temos que estar preparados para atender a necessidade brasileira.

Bom, o Dr. Márcio Zimmerman ele colocou alguns cenários em que até o ano 2030 no que concerne a produção de energia através do setor nuclear. Esse aí é apenas um deles e é dos menores. O que considera quatro usinas nucleares a mais de Angra 1, 2 e 3 no cenário de 2030. Entretanto, acompanhando o cenário nº. 05 do Dr. Márcio Zimmerman a gente vê que teríamos até 2030 a possibilidade de ter Angra 1,2,3, as usinas e mais oito seriam a usina 4, 5, 6, 7 ... E assim por diante. E mesmo nessa condição até esse ano de 2030 a INB teria que estar preparada se fosse essa a decisão nacional para atender a demanda de combustível. Desde a produção do concentrado de urânio até o elemento combustível.

Bom, essa figura já apareceu várias vezes, eu só mudei o tamanho. A minha é menorzinha do que a dos outros. Mas isso mostra que nós temos hoje uma reserva medida de 309 mil toneladas, e a especulativa na ordem de 800 toneladas. Quer dizer, nós podemos trabalhar sob o ponto de vista de projeção da

capacidade brasileira de alimentar os seus reatores na ordem de um milhão e duzentas mil toneladas, o que daria para atender a gente nos próximos cem anos um programa quase que impossível de ser alcançado pelo País e cobrindo toda e qualquer necessidade que nós pudéssemos ter. Logo, no que concerne a minério, o Brasil não teria problema. Somos a sexta maior reserva, constatada essa especulação aí está 500 mil é um erro, deveria ser 800 mil, nós passaríamos a ser a segunda ou terceira maior reserva do mundo. Pois bem, o próximo. Então eu vou mostrar agora para os senhores, quer dizer, é claro que minério não é problema para atender qualquer que seja a necessidade brasileira. Agora, como é que nós estamos sob o ponto de vista de exploração desse minério para atendimento das nossas usinas? Hoje nós temos apenas uma mina em operação. O que nos deixa um pouco fragilizados porque qualquer problema que essa fábrica, que essa mina venha a ter, a gente fica inviabilizado e incapacidade de produzir. E ela tem uma capacidade de produção/ano que atende de forma apertada as necessidades atuais de Angra 1 e Angra 2. Então nós necessitamos no curto prazo aumentar a capacidade de produção da nossa mina que é em Caetité. Então nós temos uma previsão de até 2011 chegar a 800 toneladas/ano. Mas devemos, em função das possibilidades e das garantias de fornecimento, tentar ter uma segunda mina em operação, que isso sob o ponto de vista estratégico nos dá uma condição de segurança muito grande. É por isso que estamos trabalhando há algum tempo na tentativa de desenvolver o projeto que nós chamamos projeto de Santa Quitéria, na verdade é a exploração de uma mina que não é como a mina de Caetité, que é apenas urânio, essa é uma mina de fosfato com urânio associado. É uma mina de fosfato com nove milhões de toneladas de reserva que nos produziria 80 mil toneladas de concentrado de urânio. Com esta produção, com essa jazida em operação e sendo explorado o fosfato e sendo beneficiado o resíduo da exploração do fosfato que é a matéria-prima para o meu trabalho, para o trabalho de produção de urânio, nós teríamos uma capacidade de 800 toneladas/ano.

Bom, a capacidade de 800 toneladas/ano de Santa Quitéria que nos dá segurança porque é a segunda mina em operação, com a capacidade de 800 toneladas de Caetité nós já teríamos hoje uma condição de atender Angra 1, 2, 3, a quarta usina, a quinta usina, a sexta usina, mas não atenderíamos a sétima. Logo, mesmo nessa projeção nós temos que continuar ante- vendo novos momentos de entrar em operação novas lavras, abertura das novas jazidas conhecidas.

Bom, aqui só ilustrativo para que os senhores tenham idéia, essa é a nossa fábrica de combustível nuclear e de enriquecimento, reconversão e pastilha que fica em Resende. Elas estão numeradas e cada uma representa uma das coisas, mas é apenas ilustrativa.

Bom, essa é a nossa fábrica de enriquecimento que estamos concluindo a primeira etapa e quando esta primeira etapa tiver, que é a etapa marrom, infelizmente as cores não ficam com nenhuma fidelidade a cor original, mas aquele marrom amarelado é a nossa primeira etapa, onde está escrito módulo 1, 2, 3 e 4 que atenderia já nesta condição a partir de 2010 60% da necessidade de Angra 1 e 2.

A segunda etapa ficaria pronta em 2012, e nós atenderíamos em 2012 a necessidade de Angra 1 e 2. Tendendo a chegar com condições tranqüilas de chegar, se não houver nenhuma dificuldade orçamentária, atender a partir de início de 2014 as usinas que estiverem então em operação.

Reconversão. A nossa capacidade instalada hoje é de 160 toneladas/ano. Que já nos atenderia nesta condição de hoje sem nenhuma ampliação, o que é possível fazer, o que é passível de ser feito sem grande dificuldade e sem ser com grande ônus. Atender Angra 1, 2 e 3 e as usinas de número 4 e número 5. Aí nós temos um pequeno gargalo. Nós temos a capacidade produtiva de 120 toneladas/ano, o que nos atenderia Angra 1, Angra 2 e Angra 3 e a nuclear número 4. Como todas as outras etapas a gente conseguiu ir no mínimo até a nuclear nº. 05, nós temos nesse ponto e neste momento para a nuclear nº. 5 esse pequeno gargalo que é o gargalo que é razoavelmente simples, e não é de grande custo. É apenas um equipamento que colocado no seu pátio de produção ele simplesmente nos leva à condição de produzir não só para essa Angra 1, 2 e 3 tanto para as oito como uma sobra para outras usinas que venham a ser construídas.

Bom, a capacidade nossa instalada para montar, enfim, os nossos elementos combustível está na ordem de 240 toneladas/ano que efetivamente atenderia a toda a necessidade de hoje, Angra 1, 2 e 3 e projetada até a nuclear nº. 7. Portanto, o que é mais importante para os senhores entenderem é o seguinte, nós temos problemas como todos têm problemas. Não é fácil quando se começa uma nova exploração de uma nova jazida, modificação de um processo de exploração, nós temos todos os problemas que as demais instalações, não só nucleares convencionais têm, que são os problemas ligados ao licenciamento, seja ele licenciamento nuclear ou licenciamento ambiental.

SR. ODAIR DIAS GONÇALVES: Trajan, você permite só um aparte para um esclarecimento? As

pastilhas elas vão dentro daqueles caninhos. Cada tubo daquele elemento combustível vão as pastilhas dentro e isso que vai dentro do reator. Só um esclarecimento que a gente não tinha dado ainda.

SR. ALFREDO TRAJAN FILHO: Certo. Bom, já que está falando do elemento combustível composto de pastilhas dentro de cada tubinho, cada tubinho são um monte deles, produz o elemento combustível e uma série de elementos combustível produzem um carregamento de reator.

Pois bem, vamos... Volta. O que é importante se entender dentro da perspectiva da INB é que se nós não tivermos nenhum problema de ordem orçamentária, se não tivermos nenhum contingenciamento, se nos for possível a contratação de novos funcionários através de concursos [soa a campainha] para atendimento das nossas necessidades futuras, porque temos condições de ampliar em qualquer uma das etapas de produção do combustível. Mas nós precisamos de gente, nós precisamos de treinamento, nós precisamos de programa, eu estou falando isso em nome da INB, mas certamente posso falar em nome de todas as intuições do setor nuclear que todos estamos na mesma condição.

Então, tendo o orçamento, tendo condições de executar aquilo que nós estamos planejando, nós conseguiremos atender na linha de produção de combustíveis a necessidade brasileira. E é muito importante que se entenda que nós não vamos ter isso agora neste momento. Quando se planeja a construção de uma usina nuclear, se tem uma perspectiva na ordem de 70 a 80 meses para que essa usina fique pronta. E qualquer que seja uma unidade do ciclo do combustível, eu preciso de cerca de 30 a 40 meses para construir. Então se o Dr. Othon disser, vai entrar a usina nº. 4 em 2017... Não, quando entrar a usina 2017 e ele anunciar uma outra usina, se não tiver no seu primeiro planejamento ela apareceria seis anos depois. Dr. Zimmerman parece que já liberou nove das oito que a gente estava querendo fazer. E a gente, nessa condição...

Então, qualquer que seja o anúncio da ampliação do Programa Nuclear Brasileiro vai entrar uma nova usina e ela entra daqui a seis anos. Significa que eu tenho o dobro do tempo necessário para me preparar para atender essa nova demanda. Então a partir do momento em que a capacidade de aquecimento atende as usinas já em operação aí a próxima eu me preparo para ter capacidade de enriquecimento para poder atender a próxima e assim por diante, e assim por diante. E se o País tiver ambições de vender serviços no setor nuclear nós podemos ter capacidade de enriquecimento ampliado e atender eventualmente o mercado exterior. Como temos urânio de sobra, como

o urânio é monopólio da União e que é uma discussão futura a ser feito como é que o País vai se utilizar disso, além do seu programa se pode ter outra utilização. É o que eu queria dizer para os senhores e que nos ajudem a todos do setor nuclear, principalmente na garantia daqueles orçamentos, que nos permitem cumprir aquilo que nós planejamos. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Acabamos de ouvir o Sr. Alfredo Trajan Filho Presidente das Indústrias Nucleares do Brasil, INB.

Bom, essa é uma Audiência Pública cujo assunto é o Programa Nuclear Brasileiro, de autoria do Requerimento do Senador Augusto Botelho, a quem passo a palavra como autor do Requerimento que faça as primeiras perguntas, e queria parabenizá-lo, Senador, porque realmente eu não sei se foi... Se os membros da Mesa já estão acostumados a fazer tanta apresentação, mas que também são professores, então foi algo realmente muito... esclarecedor. Pelo menos pra mim eu senti isso aqui hoje. Algumas dúvidas e que foram apresentadas para serem retiradas e tão simples e que realmente para nós é difícil entender essa questão das pastilhas e tudo mais, e pra mim eu tive uma... Foi super, assim, digamos, de um esclarecimento estupendo. Então eu queria parabenizar o autor do Requerimento, Senador Augusto Botelho por nos proporcionar esse momento. Com a palavra o Senador.

SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR): Muito obrigado, Sr. Presidente, nós gostaríamos de agradecer os expositores, e dizer que o que me levou a fazer isso foi essa expectativa de acabarem os combustíveis fósseis, de se esgotarem as reservas, de nosso País voltar a crescer e essa expectativa de falta de energia imediata. Principalmente a longo prazo. Nós sabemos que a nossa reserva de urânio conhecidas e acho que temos muito mais, acho que Roraima deve ter muito mais, não é possível nós termos tanta serras, tanta coisa e não tem urânio. Tem ouro, diamante, cassiterita, tem tudo que é minério lá e deve ter urânio também. Nós temos que nos preparar. Eu acredito que o Brasil não pode ficar na parte nuclear como ficou na parte da informática. Nós já temos conhecimentos de energia nuclear. Nós temos pessoas capacitadas. E principalmente o fato de constatar que os nossos trabalhadores, os nossos pesquisadores, os nossos cientistas, os nossos funcionários desse setor estão todos chegando no linear próximo da aposentadoria. Se nós deixarmos esse pessoal sair e não colocarmos novas equipes, nós vamos ter um problema. Nós vamos ter que comprar energia nuclear no futuro como nós compramos petróleo hoje.

Então, eu acredito também que a energia nuclear é energia limpa. Com todos os cuidados que se tem, que se toma. E nós precisamos que essa Casa tome conhecimento disso e que o Brasil tome conhecimento. Talvez as nossas audiências aqui são quatro milhões de pessoas que assistem as nossas audiências da TV Senado. E precisa dar oportunidade dos senhores falarem também porque os ecoixitas ficam botando a energia nuclear como um bicho de sete cabeças. Tinha gente distribuindo aqui pessoas assim, imagens de pessoas... Por exemplo, uma imagem de uma cadela amamentando uma criança... Contra a energia nuclear, contra as pesquisas. Então nós temos que nos posicionar. Principalmente porque o Brasil nós vamos ser uma das principais potências do mundo nos próximos anos. Se continuarmos desse sentido. Mas, o que eu gostaria de algumas perguntas aos senhores. Principalmente, por exemplo, que as usinas nucleares elas têm a vida útil de 40 anos mais ou menos. 30, 40 anos e nós estamos partindo para 50, 60. Mas nos outros países eles já têm um programa para preparar quando for desmontar, descomissionar aquela usina. Eu quero saber se aqui no Brasil nós já estamos caminhando no sentido de ter reserva para fazer isso daqui... A usina Angra vai ser descomissionada, eu espero daqui uns 30, 40 anos. As nossas Angras. E também coincidiu de o Presidente falar em fazer mais oito usinas, quer dizer, atender a reivindicação dos senhores que eu sei que devem estar lutando por isso há muitos anos porque nós temos que ter usina nuclear. As nossas hidrelétricas passando a ter reservatórios menores, nós vamos ter problema quando São Pedro resolver fechar as torneiras, com certeza. Eu não quero mais que o País passe por aquilo que passou tempos atrás, onde houve aumento da tarifa de energia elétrica, o crescimento parou, e os senhores são responsáveis por fazer esse suprimento de energia. Principalmente nosso planejador aqui que é o que toma as decisões nesse sentido.

Bom, eu tenho algumas perguntas para fazer, fornecido pela assessoria em discussão com a gente.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Senador Botelho, quando V.Ex^a fizer, indica qual. Porque eu senti que existe um ciúme aqui para ver quem vai responder. Eu senti aqui nos bastidores. Os dois querendo responder. Então escolha. Vamos deixar aberto. [risos]

SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR): O mais habilitado pode responder. Uma pergunta imediata me interessa. Trabalho e emprego. Uma usina nuclear é um argumento bom dos senhores usarem quando estiver falando. Quantos empregos geram uma usina nuclear durante seus 10 anos de construção. E

quantos vão permanecer após isso diretamente no trabalho, e indiretos. Isso interessa porque para nós aqui Parlamentares, quando a gente vai conseguir designar verbas a gente tem que saber que as coisas têm que chegar nas pessoas. E 10 anos de trabalho, se uma usina for instalada no nordeste são pessoas trabalhando por 10 anos garantidos e depois daquilo. A outra pergunta é em relação ao descomissionamento das usinas. Quero saber se nós já temos no Brasil um programa, já estão planejando, prevendo isso. Se vamos ter reserva para isso quando chegar a hora da usina desativar a gente não ter dinheiro para tomar as providências que forem necessárias para isso.

Outra, essas perspectivas que os senhores fizeram de um a oito, seis, sete usinas, usaram a média de crescimento para o País foi com variante de crescimento. Eu queria saber as variáveis que foram usadas para os senhores fazerem esse estudo, esse planejamento. Para eu poder entender por que é que se chegaram a essas conclusões. Tem uma pergunta que a Assessoria botou aqui, mas que os senhores não podem responder e nem devem responder no planejamento da construção das novas usinas, quais as localizações previstas. Todo mundo quer saber isso. Mas eu creio que os critérios têm que ser critérios técnicos de acordo com a distribuição na localização e da necessidade. Todo mundo quer saber isso. Mas é uma pergunta que eu vou fazer, mas que não há necessidade de responder se não for uma coisa de tenha certeza.

Nós também temos conhecimento de energia nuclear. Graças a Deus, eu visitei Aramá(F) e vi que nós estamos evoluindo e lá eu ouvi exposições de que nós estamos bem desenvolvidos. Nós sabemos que os que detêm o conhecimento, que falam sempre: "Não, não pode ter bomba atômica". Falam na bomba atômica, mas nós sabemos que não é a bomba tônica o objetivo. O objetivo é o conhecimento da geração de energia e do fornecimento de combustível. Eu acredito nisso. Então nós temos conhecimento. Nós podemos também entrar nesse mercado de venda de conhecimento e de tecnologia na área nuclear? Onde nós já estamos com condições de competir com os grandes países, em que áreas, e se nós podemos evoluir também para vender. Eu vi que nossas usinas serão 71% de conhecimento e de produtos nacionais. Esses 29% que faltam são... Eu quero saber se nós vamos ter condições de nos próximos 10, 15 anos estar também produzindo isso para vender esse produto também. Nós sabemos que agora o conhecimento é a coisa mais cara que tem nesse terceiro milênio. E eu quero que os brasileiros também ganhem com isso.

Em linhas gerais é isso que eu queria saber. Principalmente quanto, o que é que vai gerar em termos de

trabalho imediato. Eu sei que é energia de boa qualidade fornece trabalho. Lá em Roraima nós viveremos de termelétrica até mais ou menos 2009. 2008, 2009. Passamos a receber energia do Hugo Chávez, que está satanizado aqui no Senado, mas que para Roraima Venezuela é uma grande parcela, é um vizinho nosso que nós gostamos e que nos fornece energia elétrica. Nós recebemos 200 mega de Guri. Depois que chegou a energia elétrica que eu não conhecia, quer dizer, não tinha convivido constantemente, parou de queimar os eletrodomésticos das pessoas, os hospitais quando a gente estava operando não tiveram mais cortes de luz tão freqüentes...

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: [pronunciamento fora do microfone]

SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR): Eu sei, eu estou falando da Venezuela. Estou falando da Venezuela. Mas Hugo Chávez foi que falou nesse gasoduto que eu faço questão que saia o nosso gasoduto da América do Sul passando por Roraima.

Então eu gostaria da posição dos senhores nesse sentido, principalmente em relação ao trabalho e acredito que nós vamos nos tornar uma potência nuclear também. Sem ter a bomba atômica. Potência nuclear pacífica.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Muito obrigado ao autor, do Senador... Autoria do Requerimento do Senador Augusto Botelho sobre o assunto Programa Nuclear Brasileiro.

Eu queria sugerir à Comissão, que a Comissão chegasse à conclusão, nós vamos fazer as perguntas direto, porque V.Ex^a é autor do Requerimento, V.Ex^a deixa que todos os Senadores perguntem e depois os membros. Assim? Combinamos assim então? Então, vamos passar ao Senador Crivella... Não está presente.

Então, Senador Quintanilha. Senador Leomar Quintanilha é o próximo inscrito.

SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO): Sr. Presidente, Srs. Senadores, eu iniciaria cumprimentando os ilustres convidados que trazem particularmente pra mim e através dessa Comissão ao País uma visão muito moderna e muito atual desta que é mais uma das fontes de energia de que dispõe o País. E confesso que particularmente alimentava uma preocupação muito grande, e sei que uma parcela grande da população brasileira ainda tem um temor muito grande com relação aos riscos da energia nuclear. Risco de contaminação ambiental em... Risco de produção de vítimas pessoais, na eventualidade algum desastre. E isso ficou muito acentuado, muito forte na nossa memória em decorrência do alarde produzido

com o desastre de Chernobyl. Essa grande preocupação que nós tivemos, nós tivemos problema com césio em Goiás e em Goiânia que também produziu seus efeitos bastante nefastos e preocupantes. Entretanto nós sabemos que energia é combustível de desenvolvimento. E o País como de resto o mundo inteiro procura buscar, dar cursos aos seus diversos programas de aproveitamento do seu potencial de produção de energia das mais variadas fontes. Então é importante uma reunião como essa, uma discussão como essa, uma Audiência Pública como essa onde, os técnicos, os especialistas brasileiros que aceitam o convite a participar deste debate começam a difundir com muita segurança que os riscos são pequenos, são mínimos. Risco de contaminação ambiental ou de produção de vítimas em decorrência de um eventual desastre com a energia nuclear. E é importante que a população tenha esse sentimento e tenha esse conhecimento de que os riscos são pequenos. E que o País possui jazimentos importantes de matérias-primas que permitam utilizar a energia nuclear.

Se não me engano foi o Dr. Trajan que comentou sobre o jazimento que o País possui com certa expressão de urânio conjugado ou misturado com fosfato. A demanda de fosfato no Brasil também é grande. O Brasil, se não me engano é importador de fosfato. E uma das perguntas que eu gostaria de fazer é por que é que nós tendo, possuindo essa reserva de fosfato misturado com urânio, se o fosfato é muito demandado no Brasil. Precisamos muito do fosfato e o urânio também para alimentar os programas existentes e os projetados, qual é a razão, qual a dificuldade, qual é o impedimento que nós estamos tendo de desenvolver o aproveitamento, a prospecção desse jazimento dessa enorme jazida de urânio com fosfato que nós temos.

Por outro lado, na nossa programação de exploração da... Do potencial nuclear brasileiro. Ele está sendo feito basicamente hoje pelo País ou tem participação da iniciativa privada? A iniciativa privada tem sendo concitada a participar do aproveitamento potencial energético, na área nuclear. Seria a segunda pergunta que eu formularia.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: [pronunciamento fora do microfone]

SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO): Nós temos Angra 1, Angra 2 e Angra 3. Elas são estatais? Tem participação da iniciativa privada? E se a iniciativa privada está sendo estimulada, concitada a participar do programa de crescimento do aproveitamento do potencial de energia nuclear brasileiro.

A outra pergunta, como é que está o sistema de fiscalização do setor. Qual é a capacidade que o País hoje detém para enfrentar eventualmente um outro

desastre nuclear? E a última pergunta seria sobre equipamentos. Nós, o Brasil detêm capacidade, conhecimento tecnológico para fabricar os equipamentos de aproveitamento de uso nas nossas usinas nucleares, ou esses equipamentos são importados? O que é que ocorre hoje no Brasil com relação à indústria brasileira, a indústria brasileira está participando da produção de equipamentos que possam aproveitar, possam participar desse processo de aproveitamento de energia nuclear?

Seriam essas as questões que eu gostaria inicialmente de formular, e eu deixaria a critério dos senhores expositores, aquele que se sentir mais confortável para responder as perguntas poder fazer. Muito obrigado, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Muito obrigado ao Senador Leomar Quintanilha, passaremos ao próximo inscrito, o Senador João Tenório, a quem eu passo a palavra.

SENADOR JOÃO TENÓRIO (PSDB-AL): Sr. Presidente, eu gostaria primeiro de registrar a importância de um momento como esse por conta de que existe um certo "ausentamento", eu diria, do entendimento da sociedade sobre a questão de energia no País. Nós não estamos aqui para discutir se a energia é hidráulica é melhor do que a energia térmica, que é melhor do que a energia atômica, de geração atômica. Nós temos um problema concreto de limitação de capacidade de produção de energia.

Então, segregar energia, por exemplo, nuclear, porque ela potencialmente pode trazer constrangimentos ambientais, o que não é na minha avaliação, eu sou engenheiro químico e conheço pouquinho disso, não é verdade, mas não é mais arriscado do que tantas outras? Mas, mesmo assim, se assim fosse, eu acho que o grande problema não é evitar, não é segregar energia nuclear, é fazer com que ela se torne cada vez mais segura. Os níveis de tecnologias que existem hoje à disposição de todas as gerações de energia e particularmente de energia nuclear, ela permite claramente um grau de segurança muito grande, o que dará uma tranquilidade. Falta de tranquilidade dará se nós não tivermos energia. Aí sim, aí é uma situação muito delicada que a sociedade vai passar como um todo.

Então na minha avaliação esse encontro eu gostaria de parabenizar o Senador Wellington e o nosso prezado Senador Augusto Botelho pela idéia que teve de proporcionar esse encontro, por conta de que é uma coisa que tem que ser esclarecida para a sociedade como um todo. Nós não temos muitas alternativas, não. Nós temos que gerar energia, mesmo! Então se a energia nuclear é uma energia que exige cuidados

como todas as outras, como os biocombustíveis também exigem, como a energia hidráulica também exige, é preciso que busque-se e se utilize o instrumental tecnológico que está à disposição hoje da geração de energia nuclear para que ela seja produzida com maior segurança possível e gere evidentemente os menores traumas ambientais que por acaso venham a acontecer. Que possam acontecer.

Bom, a minha primeira questão seria, o nosso Senador Quintanilha já se antecipou na minha dúvida, que é a questão do fosfato versus o urânio. O Brasil, de fato, é o importador grande de fosfato. E eu peço... muitas das vezes há uma preocupação, uma discussão do seguinte, o Brasil precisa ter segurança alimentar. É verdade. O Brasil precisa de segurança energética. É verdade. Só que hoje nós temos um fator que pode limitar isso, que é a questão de fertilizante. O Brasil está abrindo uma nova área de consumo de fertilizante muito grande que são os biocombustíveis. E hoje o Brasil importa uma quantidade muito expressiva de fertilizante de um modo geral, e particularmente fosfato. Só para reforçar. E a minha dúvida também é essa, por que não deslanchar? Tenho uma informação que não sei se procede, que há uma possibilidade de uma parceria com a iniciativa privada no sentido de que esta mina seja explorada da maneira que essa parceria privada utilize o fosfato e deixa à disposição da estatal o urânio que por acaso venha se obter dela.

SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR): Senador João Tenório, eu acho que a nossa dúvida é saber se o fosfato está atrapalhando o urânio ou o urânio está atrapalhando o fosfato.

SENADOR JOÃO TENÓRIO (PSDB-AL): Então isso é a primeira questão que eu faria no caso específico Dr. Alfredo Trajan, que é quem está... cuja exposição foi mais próximo desse tema.

Uma outra questão que foi levantada aqui pelo Senador Augusto Botelho, eu gostaria também de ter uma... Não uma explicação, mas esclarecer pra mim uma coisa que me parece importante. Eu acho que todos projetos que vêm acontecer no País ele tem que contemplar a situação global, falta de energia, suprimento de energia, falta de alimento, suprimento de alimento, enfim, tudo isso. Mas ele tem que ter em vista uma questão brasileira que é dramática que precisa ser contemplada que é a questão das diferenças regionais. Eu acho que tudo no Brasil, tudo que acontecesse nesse Senado aqui de geração de legislações novas, de leis novas deveria ter como das suas metas mais importantes fazer com que essas desigualdades sejam senão resolvidas, pelo menos atenuadas. Acho que é uma coisa muito importante. Diferentemente da geração de energia hidráulica que precisa de água,

tem que ter muita água para fazer, não tem como você pegar o Rio Madeira e transpor ele para o nordeste ou o Rio São Francisco para outras regiões, enfim, ela tem que estar naquela relação. Diferentemente eu diria também até dos biocombustíveis que tem que ter um zoneamento adequado em função das condições ecológicas darfoclimática(F) para a produção. A energia nuclear me parece que tem uma flexibilidade um pouco maior. Porque o transporte do combustível é uma coisa mais fácil do que, por exemplo, transportar gás, transportar petróleo e muito mais ainda do que transportar água para... Vou colocar uma hidrelétrica no nordeste que eu preciso estimular geração de oportunidade no nordeste. Não tem como fazer isso. Não posso botar a Amazônia no nordeste. Mas o transporte do combustível nuclear me parece que é uma coisa muito mais simples porque as quantidades são muito menores. Então eu acho que esse projeto de instalação de sete ou oito unidades de geração de energia nuclear, ela tem que contemplar também se possível. O Brasil hoje tem uma interligação, a rede elétrica é extremamente interligada hoje muito mais do que era na crise que nós tivemos do apagão da década passada. Então eu acho que tudo isso, quer dizer, as interligações que já existe das linhas de fornecimento de energia de um lado, o fato do transporte de combustível ser uma coisa mais... nuclear, ser muito menor, muito mais simples do que as outras possibilidades, isso a minha... Aparentemente, eu gostaria de um esclarecimento sobre isso, mas aparentemente permitiria que se utilizasse esse instrumento da instalação, esse momento da instalação de todas essas termonucleares que tivesse também na sua orientação de busca de zoneamento a preocupação de criar mais oportunidade nessas regiões que são mais dramaticamente diferentes. Comparar o nordeste com centro-sul, com o centro-oeste e o norte do País, cada um tem as suas necessidades. Então eu acho que talvez pudesse ser também essa instalação dessas sete ou oito unidades um instrumento de desenvolvimento regional fazendo com que essas dramáticas diferenças de qualidade de vida, oportunidades econômicas e sociais que as regiões apresentam uma das outras pudesse ser atenuada até com esse fato da possibilidade de instalação dessas unidades.

Então as duas questões, uma apenas reforçando a dúvida do Senador Quintanilha que eu também tenho, não sei porque, acho que existe talvez aí um fato burocrático que esteja restringendo o desenvolvimento de idéia, para que fosse possível desenvolver as duas coisas, o fosfato e o urânio, que nós precisamos das duas coisas. E o segundo é essa questão da utilização dessas instalações como um instrumento que pudesse

vir a ajudar nessa atenuação, desigualdades regionais tão fortes e tão grandes num País. A primeira questão seria ligada ao Sr. Trajan, que é mais ligada a ele, e a segunda realmente, cheguei um pouco atrasado aqui, não sei quem tratou dessa questão mais precisamente, ficaria, digamos assim, a disposição dos senhores para a escolha da... De quem respondesse essa minha dúvida que eu acho que é nossa.

SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR): Sr. Presidente, é que eu omiti um...

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Com a palavra o Senador Augusto Botelho.

SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR): As palestras foram muito voltadas para energia termonuclear, mas esquecemos de uma coisa que a energia nuclear é utilizada e que esta, indiferente da termonuclear que só beneficia os cariocas, o pessoal do Rio de Janeiro, essa forma de energia beneficia todas as pessoas. De Roraima, de Minas, do Rio Grande do Sul, de Alagoas... Do nordeste. É que são os portadores de doenças neoplásicas, de câncer, geralmente em Estado avançado onde nós usamos tratamento com radioatividade, radioterapia. Eu gostaria de dirigir essa pergunta ao nosso Presidente da nossa Comissão de energia nuclear porque no Brasil nós temos uma dificuldade com a aquisição de fármacos, eles têm a vida curta, um fármaco desse dura pouco tempo, e fica muito caro você comprar o fármaco para aplicar numa determinada região. Caro, porque a maioria dos fármacos são importados, esses rádio-fármacos. Nós não temos condição de produzir rádio-fármacos, não existe nenhuma empresa interessada em produzir, privada, rádio-fármacos? Isso que eu queria que o senhor respondesse para tornar público isso aí também que é uma coisa da energia nuclear que é embotada quando se fala só em Chernobyl e as três milhas lá, americanas.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Alguma coisa mais a declarar, Senador João Tenório? Não? Então eu vou também aproveitar e fazer as perguntas para que a gente possa fechar essa parte dos convidados.

Eu queria primeiro fazer uma pergunta ao Sr. Márcio Zimmerman, Secretário de Planejamento e Desenvolvimento Energético do Ministério de Minas e Energia, uma pergunta simples. Se nós temos energia programada para um crescimento... 6%, segundo o nosso autor do requerimento. Para que não... Para não termos um apagão energético, na verdade eu quero fazer o contrário. Dentro do que nós temos programado, para que nós não venhamos a ter um apagão

energético qual teria que ser o nosso crescimento? Acho que é melhor assim.

Ao Sr. Alfredo Trajan Filho, V.S^a falou em termos de gargalo, se não me engano foi entre a usina quatro e cinco. Eu queria saber o seguinte, quanto tempo se leva para resolver o problema do gargalo sendo que há o investimento programável. Investimento dentro das suas necessidades. Quanto tempo levaria para que não acontecesse o gargalo por parte da entidade que V.Ex^a preside. V.S^a. Excelência está bem, também.

Othon Luiz, uma pergunta para o Othon também. O Othon não está aqui agora. Problema fisiológico. Anotar para ele. Eu quero saber o seguinte, como é que ocorre esse aumento de vida útil da usina? Como é que isso funciona? É um kit que você troca? Como é que é isso? É uma pergunta interessante que pelo que os senhores explanaram aqui eu fiquei em dúvida.

São essas três perguntas. Eu queria então, vamos obedecer a ordem de inscrição aqui. O primeiro... Já que nós... Já que os Senadores apresentaram, acho que cada um anotou o que é importante. Acho que os senhores já devem fazer várias conferências juntos, [risos] então devem ter um controle sobre a situação. Então o primeiro a apresentar suas considerações é o Sr. Márcio... Pela inscrição, Zimmerman, Secretário de Planejamento e Desenvolvimento Energético do Ministério de Minas e Energia. Com a palavra, Sr. Márcio.

SR. MÁRCIO ZIMMERMAN: Muito obrigado, Senador. Bom, acho que eu tenho a pergunta do ilustre Senador Augusto Botelho, porque acho que é uma oportunidade excelente de nós fazermos um comentário e até pela pergunta do Senador Wellington, com relação às condições de atendimento, qual foi o PIB que nós consideramos no planejamento de longo prazo, então eu vou tentar fazer, dar uma respondida nesse aspecto do crescimento e nas condições que nós temos desse atendimento no curto prazo, médio prazo e longo prazo. Rapidamente. Bom, as condições de PIB--

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): A pergunta vindo de um Senador da base de apoio não deixou V.S^a numa dificuldade não, né?

SR. MÁRCIO ZIMMERMAN: Não, não. [risos] Foi excelente. [risos] Com relação ao PIB, nós consideramos até 2030 dois cenários. Três cenários. Tem um cenário mais alto que trabalha com crescimento médio do PIB de 5,1% ao ano. O que significa isso? Se nós considerarmos em 1978 até 2005, o Brasil cresceu em média de 78 até 2005, 2,5% de PIB. Quando nós consideramos o mundo nesse mesmo período ele cresceu 3,3%. Bom, cenário mais alto nós estamos trabalhando com 5,1%. No mais baixo com um cenário aí de 4,1%. Outro cenário.

Bom, o que significa isso? Se hoje nós temos um consumo no Brasil da ordem de 52 mil megawatts médios, significa que com esse crescimento, o que significaria um aumento de consumo de energia elétrica da ordem de 4,4%, nós chegaríamos em 2030 com uma carga, um consumo no sistema brasileiro da ordem de 138 mil megawatts. Bom, esse é o cenário quando você projetou a necessidade com a previsão de demanda. Quando você vai entre as várias medidas, você não pensa só em fonte de geração. Você trabalha também com as políticas de conservação de energia, ciência energética.

Bom, nesse plano praticamente nós conseguimos reduzir o consumo da ordem de... Dá quase duas Itaipus, em consumo médios com medidas de conservação de energia que é a energia mais barata que você tem. Uma sociedade não pode achar que vai crescer só na base da conservação de energia que não dá. Mas por outro lado ela tem que tomar todas as medidas necessárias para se ter a forma mais eficiente de usar a energia. Então nesse plano nós trabalhamos com isso, com uma conservação induzida que pretendemos atingir um percentual que seria quase duas Itaipus, 1,8 Itaipu. Esse é o cenário, Senador, eu digo com relação ao PIB que foi usado para esse estudo de longo prazo. Agora, entrando um pouco naquela retrospectiva que eu acho que é importante que tanto o senhor citou como o Senador Wellington Moreira citou que é condições de--

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Deixa eu só falar um negócio. É Wellington Salgado. Wellington Moreira Franco ex-Governador do Rio, meu grande amigo, também do PMDB. [risos] Wellington Salgado. Tá perdoado que a comparação foi muito boa, também.

SR. MÁRCIO ZIMMERMAN: Conforme o Senador Wellington Salgado falou, [risos] um ponto que acho que é importantíssimo, quando nós olhamos a mídia e o que tem saído muito com relação... Não, o crescimento do PIB que o Governo está trabalhando é o crescimento daquela economia que está adquirindo condições de um crescimento sustentável, que adquiriu, você hoje trabalha com risco numa expectativa de risco no Brasil muito baixa, você começa a passar por uma condição de nação privilegiada para investimento, e tudo isso gera as condições macroeconômicas que você adquiriu, que você tem, e por outro lado projeta então a necessidade de uma expansão da infra-estrutura para que você possa ter esse desenvolvimento.

Bom, se as condições macroeconômicas estão bastante sustentáveis, é claro que não vai ser na infra-estrutura de energia elétrica que você vai impedir isso.

Então, na verdade o crescimento que a economia brasileira tiver vai ser o crescimento que nós vamos ter, tempestivamente, do aumento da oferta de energia.

Bom, hoje em dia os Srs. Senadores devem ter observado que de vez em quando sai um estudo de determinadas consultoras... ah, porque vai faltar energia em 2009, vai faltar energia em 2015, vai... Na verdade, aí é claro, tem um aspecto mercadológico de cada consultora que quanto mais cenários críticos ela cria, mais ela vende serviços. Isso é uma lógica bem clara. Agora, nós temos que atentar o seguinte, como é que nasceu o atual modelo que os senhores aprovaram aqui no Congresso Brasileiro em 2004? Ele nasceu exatamente na ressaca do racionamento de 2001 e 2002. Ele nasceu com essa característica. Quer dizer, toda experiência negativa que o Brasil teve naquele período de tentar modelar um novo modelo, que justamente você evitasse que viesse a repetir alguma coisa tão danosa para sociedade brasileira como foi aquilo.

Bom, esse aspecto ele ficou bem claro quando você retomou o planejamento. Essa Secretaria de Planejamento ela foi criada em 2004, final de 2004, começo de 2005, foi criada a empresa de pesquisa energética justamente pela necessidade. É importante a sociedade brasileira estar discutindo com uma visão não só daqui a dois, três anos, mas com uma visão de longo prazo. Como nós tivemos a oportunidade. Hoje nós estamos discutindo, de novo, um plano daqui 2030. Havia doce ilusão no Brasil que você não deveria trabalhar com planejamento porque energia elétrica era pura *commodity* e o mercado resolve. Nem na pátria do capitalismo, os Estados Unidos, ele sempre teve uma estrutura fortíssima na Secretaria de Energia com cerca de 500 técnicos lá trabalhando com visão prospectiva, visão de futuro para que escolha a melhor fonte que possa atender o sistema elétrico brasileiro. Então quando implantou-se esse modelo, eu estou monitorando o crescimento da carga no sistema elétrico brasileiro. E por outro lado, eu estou fazendo uma sequência de leilões para justamente tempestivamente, então dois pontos importantes. Eu recuperei a capacidade de previsibilidade e recuperei a tempestividade. Previsibilidade eu estou prevendo como o mercado vai crescer. Se eu tenho uma expectativa de condições macroeconômicas do País de crescer, eu tenho condições de ter características com previsibilidade de exatamente atender tempestivamente. Aí vem a pergunta. Por exemplo, no último leilão contratamos 1.700 megawatts de térmicas a óleo. Bom, isso é uma característica do ajuste fino que você faz, você começa fazendo ajuste cinco anos antes, três anos antes, até um ano antes. O que você faz? Você faz um leilão, qual é térmica, a usina que você consegue construir em dois, três anos? É

uma térmica a óleo. Se precisou um ajuste por determinadas razões, foi feito um leilão. Então não significa que vai faltar energia. E a térmica óleo enquanto eu tiver um sistema hidrotérmico, ou uma outra térmica ela trabalha bem, porque ela vai ser despachada muito pouco do tempo. O importante são medidas como ocorreram e o Congresso Brasileiro ajudou muito para que nós viabilizássemos, por exemplo, Madeira. Um sistema como o nosso, com base hídrica que vai continuar, Senador, vai continuar por muito tempo ainda, nós temos espaço para crescer na hidroeletricidade. Só que não existe disputa entre fontes. Tem espaço pra todo mundo. Como eu falei, vamos passar de 50 mil para 125 mil megawatts média em vinte e poucos anos. Isso significa nós colocarmos quatro mil de hidrelétrica por ano. Um outro cenário colocar oito mil megawatts de... Junto com esse quatro mil de hidro por ano. Oito mil de nuclear até 2030. Então nós temos espaço para térmica a gás, biomassa, todas as fontes em si para um País como o nosso que tem característica de desenvolvimento que agora tem essas condições de desenvolvimento tem espaço. Então não existe disputa entre fonte. Estou me estendendo aqui, Senador, mas deixa eu fazer só mais um...

Um aspecto que eu acho que é importante, com relação ao que o Senador João Tenório tinha comentado, era justamente na política energética que eu já avancei um pouco respondendo tanto a pergunta do Senador Wellington Salgado como do Senador que fez o requerimento, Augusto Botelho. Dessa importância que nós tivemos, quer dizer, não foi os nossos amigos aqui nucleares que induziram os oito mil megawatts ou os quatro mil megawatts. Na verdade isso aqui é resultado de estudos, de planejamento energético. Vamos lembrar que o Brasil voltou a ter planejamento energético. E esse planejamento energético ele está indicando e aí não é só com... está indicando as melhores fontes, a nível de competitividade, a nível de atender as melhores condições para sociedade brasileira se desenvolver a nível até de preço. Principalmente de preço. Essa fonte está entrando na nossa matriz, como eu já escuto vários comentários, a nuclear é um preço absurdo. Se fosse um preço absurdo, a França teria desenvolvido todo o seu potencial energético e nuclear? Quando eu vejo países que têm metas com relação ao Protocolo de Kyoto, como os países da Europa, aqueles que têm só 6% da sua matriz de energia renovável, ou 10% na geração de energia renovável, eles têm metas para atingir de geração de energia por fontes renováveis. O que eles têm? O que resta? Solar e eólica. Tem lógica eu trazer só solar e só eólica para o Brasil se eu tenho a hidroeletricidade ainda para explorar? Quando ela tiver preço, ela vai ser explorada.

A solar demora, mas a eólica já... o próprio Governo através do PROINFA tem feito. Para ir desenvolvendo as fontes para que no momento certo ela entre competitivamente com outras. Mas é importante lembrar. A Europa não tem alternativa. A Alemanha, ou retoma o programa nuclear ou como ela vai viver, vai pendurar toda a indústria nuclear deles em cima das eólicas. Offshore hoje que é a opção que eles têm que é muito mais cara. Ou a solar então que preços totalmente inviáveis. Dez vezes mais caro do que a energia elétrica que nós temos.

Então esse ponto aí de ter uma política energética, ter um planejamento energético é que levou a essa conclusão de que é a hora dessa fonte, é a hora de retomarmos Angra 3 é a hora de começarmos a pensar num desenvolvimento de um programa mais amplo. Porque o Brasil efetivamente vai precisar.

Um aspecto que eu só quero fazer um comentário, eles vão fazer também depois, mas é um aspecto constitucional, o aspecto da participação, o Senador Leomar tinha falado, a participação do setor privado na operação de centrais nucleares. É claro que o setor privado vai participar como fornecedor de bens e serviços na construção das centrais, mas na operação é uma limitação inconstitucional que você tem hoje no Brasil.

E com relação a só mais um aspecto que eu acho importante comentar é essa importância da integração elétrica que existe no Brasil, e que realmente você hoje pela legislação que os senhores aprovaram permite que em função de lógica de planejamento você aloque a fonte no local mais indicado tecnicamente. E é claro, quando nós falamos em desenvolvimento, por exemplo, os estudos que vão ter, vão ser estudos bastante técnicos, da localização dessas novas centrais. Isso aí no tempo certo vai se começar porque isso tem implicações técnicas, provavelmente vão comentar mais fortemente e que isso vai ter necessariamente. O único comentário que eu posso fazer é que com o esgotamento do potencial do nordeste, naturalmente a região nordeste ela passa a ser uma região importante de ter desenvolvimento de outras fontes para atender a demanda. Mesmo estando interligada é importante que tenham fontes localizadas. Isso não significa dizer que o sítio vai ser lá ou não. Pode ser espalhado. E um último comentário, eu concordo com esse aspecto da flexibilidade de localização, o aspecto que acho que implica também que acho que é importante é o aspecto do zoneamento do biocombustível, já que biocombustível é um ponto forte que o Brasil tem hoje e onde eu posso, na verdade, considerarmos que nós temos uma utilização da área plantada, da área agricultável, sem avançar em novas fronteiras agrícolas é bastante

pequena perto do potencial que se tem com a efetiva melhoria da produtividade pecuária nossa e só essa área que hoje é usada em parte na pecuária você teria condições de aumentar e muito. E eu acredito que essa parte de biocombustíveis no mundo vai ser uma revolução, principalmente com o aspecto, aquilo que eu comentei hoje na apresentação, com o desenvolvimento do ciclo celulósico. Você tirar a celulose, tirar o etanol da celulose você então tem uma perspectiva de muito maior produção.

SENADOR JOÃO TENÓRIO (PSDB-AL): Só um comentário sobre isso que o senhor estava falando... Rapidinho.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Com a palavra, Senador João Tenório.

SENADOR JOÃO TENÓRIO (PSDB-AL): Só para se ter uma idéia, um dos maiores questionamentos, dos dois maiores questionamentos que diz respeito à questão de biocombustível, de um modo geral, primeiro, é a expulsão da área de agricultura para alimentos pelos biocombustíveis de um lado e segundo avançar sobre a Amazonas.

Então, como V.S^a estava dizendo, se o Brasil cumpriu o projeto de 40 bilhões de litros de álcool até... etanol, até o final da década de... Da próxima década, o Brasil vai usar 14 milhões de hectares de terra. Pecuária brasileira usa hoje 220 milhões de hectares de terra. Grãos da ordem de grandeza 65 milhões de hectares. Uma coisa que não tem menor expressão.

Segundo, a questão de uso da Amazônia como área de produção de cana-de-açúcar é absolutamente descartável. A Amazônia não tem vocação para cana-de-açúcar porque a cana-de-açúcar precisa de dois períodos. Precisa do período de chuva e do período de seca. A Amazônia chove o ano todo. Você não pode colher, você não tem a maturação da cana-de-açúcar para gerar maior regimento. Enfim, esse ponto que V.Ex^a está tocando aí realmente é muito importante.

SR. MÁRCIO ZIMMERMAN: Senador, para encerrar--

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Você jura? Você jura?

SR. MÁRCIO ZIMMERMAN: Encerro agora. [risos] Justamente tocando num ponto que acho que é importante. Os riscos se anunciaram e os riscos de falta de energia no Brasil é uma confusão. Misturam riscos e déficit que é um conceito que se usa no setor elétrico, que é 5% de risco em duas mil séries de invasões de você ter falta de energia tem apontado, algumas consultoras apontaram como 28%. Na verdade o próprio INS que tem participação forte de iniciativa privada,

todos os agentes do setor participam, ele acabou de divulgar um estudo que vem corroborar com aquilo que o Ministério vem afirmando há muito tempo que nós estamos trabalhando dentro do risco dos 5%. Então o que era 28 que determinadas consultoras apontam o estudo do INS que vê o atendimento até 2011, no curto prazo, ele está apresentando ali risco da ordem de 3%, 4% em todas as regiões dentro do critério, considerando um critério bastante interessante, que é o que se usa de 1% só de profundidade.

Então o que eu quero mais uma vez aqui insistir é com relação a essa tranquilidade que você tem. Você tem os desafios de fazer os leilões, de licenciar usinas, de... Mas tudo isso dentro uma característica que esse modelo prevê aí de tempestivamente e previsibilidade. Muito obrigado e desculpe a...

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Ouvimos esclarecimentos do Sr. Márcio Zimmerman, Secretário de Planejamento e Desenvolvimento Energético do Ministério de Minas e Energia.

Antes de passar a palavra para o Sr. Odair, eu só queria deixar claro Senador Botelho que a minha preocupação, Senador Quintanilha, é que pelo que foi apresentado aqui hoje, para um crescimento entre 3 e 4%, nós precisamos da ordem de 3 a 4 Angra por ano. É isso? De 3 a 4 mil...

SR. MÁRCIO ZIMMERMAN: Não, não.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): O equivalente no geral à construção de 3 a 4 Angra por ano. Porque são três mil a quatro mil megawatts, não é isso? E cada uma tem mil...

SR. MÁRCIO ZIMMERMAN: Não. Observe o seguinte. Hoje nós temos uma carga no Brasil de 50 mil. Se crescer 5% o consumo de energia elétrica, dá 2.500. Uma Angra gera 1.100, 1.200.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Então são duas angras por ano que nós temos que fazer. É isso?

Passar a palavra agora ao Sr. Odair Dias Gonçalves, Presidente da Comissão Nacional de Energia Nuclear, CNEN. Com a palavra o Sr. Odair.

SR. ODAIR DIAS GONÇALVES: Bom, de início eu gostaria de dizer que não existe... não é bem uma questão de ciúmes entre eu e o Othon. Acontece que o Othon, felizmente, é um obcecado pela questão de segurança. Nós temos trabalhado muito juntos. A gente realmente... E por isso ele fica ansioso inclusive por coisas específicas da área de segurança que é a nossa parte.

Respondendo rapidamente as questões, na questão de descomissionamento, isso é previsto no arcabouço

legal, existe um fundo já de descomissionamento, não é um problema tecnológico muito complicado, é um problema que existe experiência mundial bastante grande, e em princípio nós teríamos mais 40 anos para tratar esse assunto com todo o planejamento. Agora, isso não é bem assim. Porque nós temos agora a troca de um gerador de vapor. Essa troca de gerador de vapor que vai ocorrer em breve já é uma parte de descomissionamento. Nós estamos trabalhando em descomissionar essa parte e armazenar esse sistema. Nós temos a Comissão Nacional de Energia Nuclear inclusive tem experiência, por exemplo, com descomissionamento de áreas usadas para mineração. Por exemplo, Santo Amaro, a ANB tem uma instalação que foi descomissionada. A gente sabe como fazer isso. Você tem que testar o terreno, escavar, guardar o material, mas são coisa bem dominadas tecnologicamente em termos de montagem nós temos um arcabouço legal inclusive que prevê um fundo de verbas para esse descomissionamento. Está incluído em toda a usina que se planeja.

A segunda coisa sobre a radioterapia, eu falei brevemente, talvez eu não tenha sido muito claro, mas a Comissão Nacional de Energia Nuclear ela tem o monopólio da produção de rádio-fármacos no País. E a gente atende todo o País. É necessário um pequeno esclarecimento. Existe radioterapia e existe rádio-diagnóstico. A radioterapia é o tratamento do câncer, por exemplo, que sempre foi feito com fontes radioativas fortes de cobalto ou cério e foi um dos problemas em Goiânia. Goiânia foi roubo de uma fonte hospitalar. Não foi um risco considerado na área nuclear de produção de energia. Hoje, a radioterapia é mais feita com aceleradores lineares, são máquinas que a gente compra, mas controladas. A Comissão Nacional de Energia Nuclear controla cerca de mil e quinhentas instalações médicas no País e mil e quinhentas instalações industriais que utilizam fontes radioativas. Na área de rádio-fármacos, eu falei talvez muito rapidamente, mas é uma economia, significa um movimento econômico na faixa de 60 milhões em 2006. E que cresce de 10 a 15% ao ano. Os rádio-fármacos são produzidos para o rádio-diagnóstico. Ou seja, são injetados e propõem aqueles exames. Nós entregamos para o Brasil inteiro, mas além disso em Pernambuco está sendo montado um ciclotron para a produção específica de um rádio-fármaco de meio vida curta para rádio diagnóstico. Só um detalhe, nós estamos num movimento de privatização também dessa história e permitir que a iniciativa privada participe.

Então, na questão dos rádio-fármacos específicos de meia vida curta, já houve uma flexibilização da legislação que permite que hospitais montem nos

próprios hospitais centros de produção desses rádio-fármacos. E aí nós coperaríamos e daríamos inclusive a tecnologia necessária.

Portanto, isso é bem controlado. É feito nos instituto da CNEN, mas nós pretendemos criar uma empresa específica estatal para essa produção. Porque realmente produção empresarial dentro de uma autarquia não é um bom modelo.

Bom, sobre o comércio de conhecimento, isso depende do que nós estamos falando. Algumas áreas são estratégicas e não podem ser, por exemplo, à parte de enriquecimento. Outras partes certamente se permitem à comercialização. Do conhecimento a gente tem que ser bastante cuidadoso, mas certamente pelo menos do produto, que estivermos considerando.

Na questão de riscos, eu acho que todos nós fomos muito claros, eu só gostaria de dizer que é importante ressaltar, Senador Quintanilha, que, por exemplo, na área de rejeitos nunca houve nenhuma vítima. Nunca houve nenhum acidente na área de rejeitos de alta atividade. Portanto, é difícil falar em riscos... No mundo inteiro. Portanto, é difícil falarmos em grandes riscos como se afirmam porque risco é uma coisa que é medida probabilisticamente em função dos acontecimentos. Na área de rejeitos não houve nenhum. Na área de reatores, do tipo de reator que a gente usa, que é como o Three Miles Island, só um acidente sem nenhuma vítima fatal. Poucas atividades industriais têm essa marca como tem a marca nuclear. Isso devido a um controle muito grande que é exercido sobre essa área. E esse controle, a fiscalização que é justamente a cargo da Comissão Nacional de Energia Nuclear. Se o senhor tiver algum tempo de visitar o nosso site, nosso site é extremamente transparente. Por exemplo, na área médica industrial, tem a necessidade de existir um supervisor da instalação. As instalações licenciadas estão no nosso site, todas elas transparentes, com os supervisores inclusive todos listados com todas as fontes do Brasil controlada. O Brasil tem um dos melhores sistemas de controle de fonte do mundo, e isso nós desenvolvemos, inclusive por causa de Goiânia nós aprendemos muito com Goiânia, onde inclusive a nossa legislação não era muito clara quem era o responsável pelas questões. Hoje nós estamos numa situação muito melhor com controle bem maior do que o que nós tínhamos naquela época.

Nacionalização de equipamentos, certamente o Othon vai falar um pouco mais, mas o projeto dos novos reatores prevê uma nacionalização bastante grande dessa área. E certamente quando nós fizermos as novas usinas, como já disse o Zimmerman, a questão da regionalidade vai ser levada em conta, sim. Hoje é uma prioridade do Governo Luiz Inácio Lula da Silva

a questão da redução das desigualdades regionais. É só isso.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Muito obrigado, Sr. Odair dias Gonçalves, Presidente da Comissão Nacional de Energia Nuclear, CNEN. Passaremos agora ao Sr. Alfredo Trajan, Trajan. Ele já me corrigiu uma vez, mas aqui na minha posição está Trajan Filho, Presidente das Indústrias Nucleares do Brasil, INB, para suas considerações e respostas aos quesitos dos Senadores.

SR. ALFREDO TRAJAN FILHO: Bom, eu vou ter a chance de falar na frente do Dr. Othon, pelo menos eu posso responder as perguntas e ele não vai reclamar depois.

Gente, os Srs. Senadores fizeram uma série de questões, é lógico todos nós, cada um de nós aqui tem um tempo enorme ligado ao setor nuclear, todos nós temos cultura e vivência para ter opinião sobre todos esses aspectos e posições que são muito próximas as nossas posições. Porque os nossos objetivos claramente têm um foco, uma luz lá no fundo. Muitas vezes ao longo do caminho a gente discute pequenas divergências e é absolutamente natural. Passei isso com o Dr. Odair que era meu chefe nos últimos três anos, com o Dr. Othon que era meu chefe nos últimos quase 50, enfim. Nós somos um grupo de brasileiros... Eu, eu. Nós somos um grupo de brasileiros preocupados com o País, preocupados com a segurança da população, preocupados com o nosso desenvolvimento, com a qualidade de vida de todos nós. Isso é uma preocupação de cidadão. Então nós somos essas pessoas iguais aos senhores e que vivemos esse problema do País de ter condições de se envolver e ficar sempre se sentindo preso e não atingindo aqueles alvos, aquele horizonte em que se quer atingir que é o Brasil grande, o Brasil grande que é a frase que se ouve há tantos anos. Enfim, eu acho que se abre uma janela muito grande, muito boa para a questão energética brasileira. E nesse ponto há uma inserção lógica e óbvia da questão nuclear.

O Márcio coloca todas as possibilidades com seus valores relativos em termos de quanto custa à população pagar pela energia gerada por esta, por aquela ou por aquela fonte. Na medida que for necessário nós vamos utilizar esta, aquela, ou aquela outra porque esse panorama se modifica ao longo do tempo.

Então eu respondendo colocando uma questão do Senador João Tenório, que eu acho fundamental, acabar com essa questão de se discutir qual é melhor forma de energia. O fato é, e está claro, e o Márcio Zimmerman demonstrou que nós vamos precisar de toda e qualquer fonte disponível no País. É lógico que

vamos usá-las, aquelas que nos são naquele momento mais barata, aquelas que a tecnologia já garanta a sua segurança.

Enfim, nós não temos gás, mas nós temos urânio. Nós temos carvão e temos urânio. Nós temos urânio que não tem reflexo ambiental no momento que o mundo passa por essas questões e questionamentos ambientais. Mas temos carvão. O carvão tem reflexos ambientais complexos. Mas não adianta discutir qual é aquele o melhor para o País. O melhor para o País é todo. Como diz aqui o meu chefe, o meu professor, a energia mais cara do mundo é aquela que não existe. E nós vivemos e fomos testemunhas do custo dessa energia quando do apagão passado. Então é essa preocupação que nos move a todos.

Eu queria responder especificamente algumas questões para não tirar a resposta dos meus outros companheiros de Mesa.

Bom, a questão do gargalo que eu falei, é o gargalo da situação ótima em que a INB se encontra no que trata da produção de pastilha. Nós hoje com gargalo que eu antevejo para os anos 2015, 18, 17, é ter a capacidade de atender Angra 1, Angra 2, Angra 3 e a quarta usina, já. Essa capacidade nós temos. E eu disse também o seguinte, por que é que esta era o gargalo? Porque era dentre todas as etapas a que atendia menos usinas. Mas mesmo assim atendia Angra 1, Angra 2 e Angra 3 e a quarta usina. Por isso este era o nosso gargalo momentâneo. E é um dos mais simples, porque basicamente é um equipamento que praticamente dobra a nossa capacidade. Portanto, não é o gargalo que nos preocupa. E a informação que eu passei o tempo de uma unidade do ciclo para ser construído e implantado geralmente é a metade do tempo de uma usina nuclear. Então quando houver uma entrada de uma usina nuclear as demandas surgirão e nós atenderemos nesse espaço de tempo.

A outra questão importante, para não tomar muito tempo dos senhores, é se podemos vender tecnologia. Isso não é regra específica para o setor nuclear. Há regras internacionais que nós temos que seguir. Por exemplo, a INB desenvolveu junto com a WESTINGHOUSE e junto com a empresa japonesa, com a NFC(F), um novo combustível que está sendo usado nas usinas nucleares e que o Brasil produz os bocais, manda para Coréia, a Coréia produz os espaçadores, manda para nós, nós temos uma tecnologia, eles têm outra, nós hoje vivemos num mundo globalizado. Ninguém vai ter sempre 100% da capacidade. Seja ela da inteligência, seja ela de produção de equipamento, nós estamos inseridos nisso. Mas quando viram a missão da INB com autonomia e tecnologia nacionais, nós perseguiremos isso. Como intenção de tornar o

País suficiente também e nos cenários do Programa Nuclear Brasileiro nós temos uma visão de sermos dependentes e um valor percentual muito pequeno. Tanto sob o ponto de vista de inteligente, de formação de recursos humanos, como na capacidade de produzir equipamentos.

Então, a outra pergunta é se a indústria vai acompanhar essa demanda de equipamentos. Eu vou deixar essa para o Dr. Othon que ele é especialista nisso e ele vai responder para os senhores.

Bom, a pergunta que mais importante para nós da INB a qual especificamente, é a questão da exploração da mina de Santa Quitéria. E que a pergunta foi quais foram às dificuldades que vocês têm, e por que não estão explorando essa mina há mais tempo. Nós tivemos primeiro dificuldades, uma avaliação de ordem jurídica, isso algum tempo atrás. Foi feita essa avaliação, o Conselho de Administração da empresa concordou com essa postura e a partir daí a INB passa buscar parceiros para explorar esta mina de minério associado. Quer dizer, a mina de fosfato com urânio associado. Então são... E nessa busca a intenção é que o parceiro explore o fosfato e o comercialize. E que nós recebamos o seu resíduo, e o resíduo dessa exploração dessa purificação do fosfato é o nosso urânio concentrado que nós vamos usar algumas outras etapas de tal maneira que se tenha o *yellowcake*.

Qual é a dificuldade nesse momento? A primeira proposta que foi feita e foi feita pela INB, era muito restrita, amarrava muito a possibilidade do parceiro negociar conosco. Porque ele tem um interesse material, assim como nós temos o interesse no nosso produto. Então nós estamos lançando e muito brevemente um novo... Uma nova... Não é carta convite, mas é um convite àqueles que podem participar desse mercado que são aqueles que vendem, exploram e comercializam fosfato no Brasil para que eles apresentem à gente uma nova proposta e que juntos como parceiros possamos explorar. E esperamos nessa condição ter o parceiro no máximo em três meses, e esperamos ter em início de operação dois anos depois desses três meses a usina de Santa Quitéria.

Com relação a fosfato, que a nossa dependência, a dependência brasileira de fosfato. Fosfato tem três grandes usos. Na verdade ele tem um grande uso que é em fertilizantes, um uso menor que é para produção de ração animal e uso humano. Para fertilizantes é 96, 97, para uso animal é 2, 3, e o resto é para uso humano. Então há de se ter uma empresa interessada nessa produção porque o Brasil é dependente em 48% da produção e da necessidade de fosfato no Brasil. Mas não é tão simples. Porque dependendo do local de produção, a dificuldade de transporte, comercialização,

são grandes volumes em que estado isso está, como é que isso sai daquele ponto de produção para distribuição no País ou fora dele, enfim são problemas que o nosso parceiro discutirá conosco a fim de que nós possamos trilhar um caminho que dê ao Brasil. Santa Quitéria é fundamental para nós. Que dê ao Brasil uma segurança porque estaríamos trabalhando com duas usinas. E capacidade de produção para atender a necessidade brasileira nos próximos 10, 15 anos. Agradeço e desculpe o alongamento.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: [pronunciamento fora do microfone]

SR. ALFREDO TRAJAN FILHO: Todos os Santos são brasileiros.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: [pronunciamento fora do microfone]

SR. ALFREDO TRAJAN FILHO: Não, não. Santa Quitéria fica no Ceará. A usina da Bahia é Usina de Caetité.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Passamos agora a palavra, como bem disse o Sr. Alfredo Trajan, ao seu chefe, Othon Luiz Pinheiro da Silva, que não é mais chefe, pelo que estou vendo. São dois Presidentes. Então com a palavra o Sr. Othon Luiz Pinheiro da Silva, Diretor Presidente da ELETRONUCLEAR.

SR. OTHON LUIZ PINHEIRO DA SILVA: O que eu quero dizer que chefe de jeito nenhum. Eu tenho a honra de ser um... Considero um dos maiores amigos que eu tenho o Dr. Trajan e me orgulho muito disso. Mas vou responder primeiro as perguntas do Senador Augusto Botelho. Senador, eu vou começar pela cadela. O senhor mencionou ontem, o senhor desculpe, mas... Então o senhor vê o preconceito. O senhor vê uma cadela dando leite para uma caveira. Em Jacareí, é uma cidade que não chega a 100 quilômetros de São Paulo, seis meses atrás foi feita uma análise no leite materno, tinha um teor de metal pesado muito acima do que aquilo que se pode esperar para amamentar a criança. O leite das mães. Eu não vi nenhum ecologista mencionando isso. Ou seja, por quê? Porque as mães de Jacareí convivem com algum tipo de rejeito industrial, terá que ser pesquisado, que leva um teor de metal pesado muito acima. Então ninguém convive com teor de qualquer rejeito nuclear no leite das mães aqui no Brasil. Só na cadela desse pessoal que está aqui na frente. Há dois meses atrás eu nadei com meus netos perto da descarta da central de Angra 1 e 2. E não nado mais na Baía de Guanabara com meus netos. Então o preconceito é tal que deixa de levar em conta coisa dessa natureza.

Mas indo especificamente as outras questões de V.Ex^a, empregos durante a construção de Angra 3 da

ordem de 9.500 e para operação cerca de 550. Isso é mais ou menos a...

Com relação apenas eu pedi uma ligeira contribuição ao Dr. Odair, ele respondeu de uma forma, mas só para ter uma quantificação do problema do descomissionamento das centrais, outra vez nós demos certo na tecnologia que foi escolhida por esse País, a PWR, porque a única peça que efetivamente traz um problema para estocagem no descomissionamento é o que se chama o barril do reator. É uma parte interna do reator. Que aquilo ali fica irradiada e fica radioativo muito tempo. Mas essa peça, só para dar uma idéia de quantificação, uma sala desse tamanho com três vezes esse pé direito, estoca todo aquilo que sobra de uma central do tipo PWR. Porque o restante é limpo por decapagem e volta para ser refundido e entra no ciclo porque não tem nenhuma radioatividade. Existe um certo trauma da humanidade com relação a descomissionamento de centrais que os primeiros reatores eram gás grafite. E o gás grafite é um volume muito grande de grafite fica radioativo por milhares de anos. Então a quantidade é muito grande. Ou seja, o tipo de reator que esse País escolheu, escolheu anos atrás, ele é... O descomissionamento não é um problema tão sério. Tive recentemente em [ininteligível], na Rússia, onde está sendo descomissionada a primeira instalação de PWR e conversei com as pessoas que estão descomissionando. Quer dizer, a expectativa é essa, num compartimento do tamanho dessa sala, de concreto em volta, ficar armazenado tudo aquilo que... e pode-se colocar outra central no mesmo lugar tranquilamente, não fica nada contaminado no solo.

Com relação... Eu tenho a impressão que as principais perguntas de V.Ex^a eu terei respondido. Não sei se estão corretas. Com relação a risco, o risco eu mencionei qualquer atividade humana e tem risco. Lá em São Paulo morre em média por dia dois motorboys. Ou seja, num mês, em São Paulo, na cidade de São Paulo, morre mais pessoas do que morreram no maior acidente na história nuclear. Que foi de Chernobyl. Morreram 53 pessoas em Chernobyl no acidente e a expectativa da Organização Mundial de Saúde é que morram em decorrência de degenerações, 3.700 pessoas. A previsão da Organização Mundial de Saúde é uma previsão que tende a ser neutra. Se fosse da Agência Nacional de Energia Atômica podia ser com um viés pra baixar. Mas a Organização Mundial de Saúde é uma organização bastante neutra. Então nos analisamos que no acidente, num reator, que não é o que nós vamos operar que o nosso reator é completamente diferente, o risco é ordens de magnitude mais baixo, mas mesmo no pior caso que não é o nosso caso, a expectativa ao longo de vários anos é que

morram o que morre no Rio ou em São Paulo por ano ou em tiro ou em acidente de trânsito.

Então, a gente tem que quantificar as coisas. Agora, isso não significa que nós vamos tolerar no Brasil um acidente desse tipo. Nosso tipo de reator é completamente diferente, a probabilidade de risco é muito baixa, já houve acidente com reator desse tipo e não teve vítima nenhuma.

Com relação participação da iniciativa privada como o Dr. Márcio citou, durante a fase de construção em todos os insumos necessários, ou seja, todos os equipamentos são fornecidos pela iniciativa privada. Apenas a operação no nosso caso pela Constituição é prerrogativa da União. Quanto à capacidade de enfrentar eventuais acidentes, existe o chamado SIPRON, o Sistema Nacional Integrado que entra em conta, digamos o Município, o Estado e a União. Então existe, por ano é feito um exercício, mesmo sabendo que a probabilidade é muito baixa de um acidente desse tipo, anualmente é feito... A empresa tem um... não a empresa, a empresa participa de um programa na eventualidade de um acidente, a remoção do pessoal da área próxima à usina, a área que poderia ser afetada, e isso uma vez por ano é feito esse exercício. Quer dizer, nós temos o nosso programa de emergência à luz do julgamento, a luz da agência internacional é considerado um programa muito firme.

E com relação à capacidade industrial vamos dividir em duas partes. Uma, é relativo ao ciclo do combustível, é a etapa mais estratégica do ciclo do combustível é um enriquecimento--

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Parece que o Sr. Odair queria fazer um aparte. Só para não perder o raciocínio.

SR. ODAIR DIAS GONÇALVES: Só sobre a questão do plano de emergência, eu só gostaria de dar um esclarecimento porque eu havia esquecido também disso. A questão do procedimento num caso de emergência é absolutamente estruturado no Brasil e está a cargo de uma instituição que não é nem a Comissão de energia nuclear e nem nenhum de nós aqui na Mesa, que é o SIPRON. O SIPRON é o Sistema de Proteção Nuclear, ele é um órgão que está sob o MCT, mas ele coordena toda a ação em caso de emergência. Ele coordena a Defesa Civil, Bombeiros, esse plano é que vai... Que é feito o teste anual. Todo ano existe um treinamento para verificar se todo o sistema está funcionando. Então essa parte de emergência justamente pela necessidade de uma pronta resposta ela é coordenada por esse organismo, pelo SIPRON que é quem faz toda a estruturação. E ele prevê absoluta-

mente avisos, graus de alerta, graus de alarme, e isso funciona 24 horas por dia, 360 dias por ano.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Queria que continuasse o Sr. Othon com suas considerações.

SR. OTHON LUIZ PINHEIRO DA SILVA: Eu estava falando da parte de capacidade industrial nossa. No que diz respeito ao ciclo do combustível, o setor mais estratégico, mais problemático do ciclo é a operação de enriquecimento de urânio. São poucos, existem quatro ou cinco instalações no... Com essa tecnologia que nós temos e a produção das ultracentrífugas e da usina de enriquecimento é toda nacional. Quer dizer, ela é 100% nacional. É fabricada no interior de São Paulo e fornecidas para INB. As outras instalações do ciclo do combustível são instalações químicas, plantas químicas normais que nossa indústria está capacitada para fornecer. São válvulas, vasos de pressão, etc.

No que diz respeito à central, às centrais nucleares, nós temos já em fabricação no País, no momento, os geradores de vapor que vão ser... Vai ter que ser feita a reposição na central de Angra 1. Qual é a grande diferença que nós temos para o futuro? A configurado da central é nossa. Quer dizer, quem configura o sistema pode optar por um ou outro fabricante para o equipamento.

Então, a configuração global da instalação vai ser nossa e isso é um grande avanço. Nós não vamos comprar mais uma caixa-preta. Vai ser uma configuração nossa a partir de dados de empresas estrangeiras, mas com a configuração sendo feita aqui no Brasil. Isso permite, sobretudo, dos equipamentos do secundário a intenção nossa é impor 100% de fabricação do secundário, da parte convencional aqui no Brasil.

Na parte do primário, muito provavelmente nós temos que tolerar alguns equipamentos do exterior até por questão de capacidade industrial, questão de economia. Não compensa, por exemplo, instalar aqui no País uma capacidade de forjar os componentes do vaso principal. Nem os Estados Unidos faz isso, importa da Coréia, do Japão.

Então no que diz respeito ao primário, nós estamos desde já trabalhando para que haja licenciamento para empresas brasileiras produzirem. Ou seja, a nossa meta é atingir no mínimo 71% de nacionalização nas novas centrais. Isso eu tenho a impressão que vai ser um esforço que a nossa sociedade vai sentir muito... Vai reconhecer esse grande esforço que está sendo feito.

Eu tenho a impressão que... Ah, faltou, perdão, logo do Presidente da Mesa, o senhor tinha uma pergunta que... Que era o aumento da vida das centrais. O que é que ocorreu? Inicialmente as centrais foram

projetadas prevendo-se uma vida de 30 anos. Por que isso? Porque temia-se na década de 60 que os efeitos da radiação no vaso de pressão ele fragilizava o vaso. É um termo de engenharia. E foram colocados em todas as centrais nesses quatrocentos e tantos reatores do mundo, blocos de testemunha que tira esses blocos para análise. E a análise desses blocos demonstrou que não existe esse efeito. Então, naturalmente todas as centrais foram tendo sua vida aumentada, não somente as nossas, no mundo todo inicialmente para 40 anos, para 50, para 60 anos com a troca de pequenos equipamentos, ou seja, econômica e a notícia mais recente, de dois meses, é que os proprietários de centrais nos Estados Unidos estão aplicando para a possibilidade das centrais terem a vida estendida para 80 anos. É uma coisa impressionante. Mas 60 anos já é consenso mundial. Porque imaginava-se que inicialmente que alguns problemas existiriam no primário, e a constatação da realidade é que não existe aqueles fenômenos. Por isso essa extensão.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Acabamos de ouvir o Sr. Othon Luiz Pinheiro da Silva, Diretor Presidente da ELETRONUCLEAR.

Eu queria dizer que essa Comissão é uma Comissão nova, foi criada esse ano, e pelo acordo dos líderes acabou ficando a Presidência para o PMDB, que o partido me indicou, a Vice-Presidência ficou para o partido do Senador Crivella, e viemos crescendo gradativamente. Primeiro essa Comissão só fazia outorgas de rádio e televisão, renovando, depois passamos a discutir a Lei de Convergência, que é algo super importante, com isso aparece o Senador Flexa Ribeiro colocando um projeto que representa essa Comissão, e hoje um outro momento, um momento muito feliz de um assunto que é o Programa Nuclear Brasileiro que faz parte dessa Comissão com autoria do Senador, autoria do Requerimento o Senador Augusto Botelho, que demonstrou mais uma vez que essa Comissão veio para ficar e vai levar muitos anos e muitos Presidentes passarão e muitos membros.

Então, Senador Augusto Botelho, vejo hoje como esse Requerimento de V.Ex^a um momento marcante nessa Comissão. Um assunto de difícil conhecimento, e de tão poucos especialistas, digamos assim. Que eu vejo que na verdade, sem querer colocar situações partidárias, houve no Governo anterior uma discussão, mas sempre escondida do que é que é realmente energia nuclear. Esse Governo eu sinto que ele está muito mais aberto, eu inclusive tive oportunidade de no gabinete ser visitado pelo Embaixador do Irã, onde o Senador Flexa nos acompanhava, ele falava sobre energia limpa para fins pacíficos que realmente, inclusive o Irã é

um grande exportador de gás para Europa também, e nós estávamos com problema de gás naquele momento. Quer dizer, tudo isso vem acontecendo e essa Comissão vem crescendo.

Então mais uma vez eu queria passar a palavra ao autor do Senador, Senador Augusto Botelho, para que fizesse as considerações finais nesse dia grandioso para essa Comissão. Com a palavra o Senador Augusto Botelho.

SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR): Bom, eu gostaria de agradecer a presença dos senhores com a presença do Sr. Márcio Zimmerman, Odair Gonçalves, Othon e o Trajan. [risos] E que a minha intenção realmente era trazer isso para cá para dentro da Casa para todos começarem... Todo mundo pensa, mas a gente precisa chamar atenção do assunto e dar oportunidade das pessoas ouvirem também para a gente fazer um esclarecimento, em virtude daqueles fatos tipo esses que acontecem dos ativistas que vem colocando a energia nuclear como um bicho, como um monstro e se esquece principalmente de que ela permite pessoas que tiveram... Eu sou médico há 33 anos e eu tenho pacientes que quando eu cheguei em Roraima 33 anos atrás tinham câncer já em estado avançado e estão vivos até hoje vivendo a vida normal, trabalhando, tudo. Por causa da energia nuclear. Da radioterapia. E também porque eu acredito que nós estamos caminhando para dominar totalmente a tecnologia, e realmente conhecimento nuclear ninguém vende, ninguém dá. Quando eles vendem alguma coisa vendem faltando o coração, geralmente. Ou bota um coração defeituoso pra gente ter dificuldade. Na história da nossa energia nuclear nós temos bem claro essas coisas. E no mundo todo é assim. Mas eu quero que o Brasil seja um fornecedor de equipamentos nucleares para as novas usinas que vão ser. Porque daqui a 40, 50 anos, se não inventarem uma outra forma, uma turbina hidráulica que produza mil vezes mais do que a turbina agora, ou um outro gerador sem ser o tradicional dínamo, nós vamos ter que usar as usinas nucleares. E quero que nossos descendentes tenham a oportunidade de vender esses produtos. Mas também um motivo que me fez fazer isso é pra gente chamar atenção que nós precisamos, nós estamos na mesma faixa de idade, nós estamos em atividade. Mas nós precisamos trazer novas pessoas, principalmente para o Programa Nuclear Brasileiro, de novos cientistas. E não virão se a gente não der ênfase, não focar bem isso para substituir os nossos cientistas que trabalham nos nossos programas. Tanto na Marinha, como em todos os outros órgãos.

Principalmente eu gostaria de agradecer e reafirmar que acredito que nós seremos um País que

vamos ter conhecimento e produção de tecnologia nuclear para vender e para criar uma nova fonte de renda para o nosso País.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Nada mais tendo a declarar, e tendo hoje uma Audiência Pública do Requerimento nº. 13/2007 da CCT feito pelo Senador Augusto Botelho, declaro encerrada essa reunião.

COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA

ATA DA 24ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 15 DE AGOSTO DE 2007

2ª AUDIÊNCIA PÚBLICA

Às nove horas e quarenta e cinco minutos do dia quinze de agosto de dois mil e sete, na sala de reuniões da Comissão, Ala Senador Alexandre Costa, sala treze sob a Presidência do Senhor Senador Wellington Salgado de Oliveira e com a presença dos Senhores Senadores Marcelo Crivella, Augusto Botelho, Renato Casagrande, Sérgio Zambiasi, Valdir Raupp, Romeu Tuma, Maria do Carmo Alves, Antonio Carlos Júnior, Eduardo Azeredo, Cícero Lucena, Expedito Júnior, João Ribeiro, Fátima Cleide, Heráclito Fortes e Flexa Ribeiro reúne-se a Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática. Deixam de comparecer os Senhores Senadores Ideli Salvatti, Gilvam Borges, Valter Pereira, Demóstenes Torres e João Tenório. Havendo número regimental abrem-se os trabalhos. O Senhor Presidente Senador Wellington Salgado de Oliveira, submete à Comissão a dispensa da leitura da Ata da Reunião anterior, que é dada como aprovada. Inicia-se a presente reunião, convocada na forma de Audiência Pública, atendendo ao Requerimento nº 014, de 2007-CCT, de autoria do Senador Wellington Salgado de Oliveira, que “Nos termos dos arts. 90 e 93, do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro seja realizada Audiência Pública perante esta Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática - CCT, com o objetivo de instruir a discussão de avaliação do desenvolvimento e implantação do Rádio Digital no Brasil. Sem prejuízo à expedição de outros convites, requeiro sejam convidados: a) André Barbosa Filho - Casa Civil; b) Marcelo Bechara - Ministério das Comunicações; c) Ara Apkár Minassian - Anatel; d) Ronald Barbosa - Abert; e) Professor Humberto - Professor de Engenharia Elétrica - UnB; f) Roberto Franco - Sociedade Brasileira de Engenharia de Televisão - SET; g) Celso Schroeder - Fórum Nacional pela Democratização da Comunicação - FNDC; h) Jakson Alexandre Sosa - Grupo RF/Te-

lavo (Indústria de Transmissão); i) Sérgio Souza Dias - Presidente CEITEC (Semi Condutores); j) Laércio Consentino - TOTVS (Indústria de Software); k) Morris Arditti - Gradiente (Indústria de Recepção).” Comparecem à Audiência Pública, o Senhor José Carlos Torves – Conselheiro de Rádio Digital do Fórum Nacional pela Democratização da Comunicação - FNDC; Ara Apkár Minassian - Superintendente de Serviços de Comunicação de Massa da Agência Nacional de Telecomunicações - ANATEL; Sérgio Souza Dias – Presidente do Centro de Excelência em Tecnologia Eletrônica Avançada do Rio Grande do Sul – CEITEC. Finda a exposição, a Presidência franqueia a palavra aos Senhores Senadores membros da Comissão. Usam a palavra os Senhores Senadores Wellington Salgado de Oliveira, autor do requerimento, Marcelo Crivella, Romeu Tuma, Flexa Ribeiro, Cícero Lucena e Augusto Botelho. O Senhor Senador Wellington Salgado de Oliveira, agradece a todos pela presença e declara encerrados os trabalhos desta sessão determinando que as Notas Taquigráficas sejam anexadas a esta Ata para a devida publicação. Nada mais havendo a tratar, a Presidência encerra a reunião, às onze horas e cinquenta e quatro minutos, determinando que eu, Égli Lucena Heusi Moreira, Secretária da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática lavrasse a presente Ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada, no Diário do Senado Federal.

Senador **Wellington Salgado De Oliveira**, Presidente da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática.

COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA - CCT

24ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA NO DIA 15 DE AGOSTO DE 2007,

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Havendo número regimental, declaro aberta a 24ª Reunião da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, que se realiza nessa data de 15 de agosto de 2007.

Submeto à apreciação deste Plenário a dispensa da leitura e aprovação da Ata da Reunião anterior. Senadores, Srs. Senadores e Senadoras que concordam com os seus termos, permaneçam como se encontram. Aprovado.

Antes de darmos início à presente Reunião, informo as V. Ex^{as}. sobre a realização da Conferência

Nacional Preparatória de Comunicações, que se realizará de 17 a 19 de setembro próximo, no Auditório Nereu Ramos, da Câmara de Deputados, e Auditório Petrônio Portela, do Senado. Detalhes da programação da Conferência, que é uma realização conjunta do Ministério das Comunicações, da ANATEL, da Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicação e Informática da Câmara dos Deputados e desta Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, encontram-se nas pastas individuais de V. Ex^{as}. Aproveito ainda para colocar a Secretaria da CCT à disposição para maiores esclarecimentos.

Sras. E Srs. Senadores, a realização desta 2ª Audiência Pública atende ao Requerimento nº. 14/2007 da CCT, de minha autoria, com o objetivo de debater a implantação da rádio digital no Brasil. Para darmos início à presente Audiência Pública, solicito ao Senador Sérgio Zambiasi que acompanhe os convidados para tomarem assento à Mesa, visto que V. Ex^a. é um homem de rádio.

Audiência Pública. Assunto: Implantação da rádio digital no Brasil. Autoria do Requerimento: Wellington Salgado de Oliveira. Convidados: Sr. José Carlos Torves, Conselheiro da Rádio Digital do Fórum Nacional para Democratização da Comunicação, FNDC. É um prazer tê-lo aqui, Sr. José Carlos Torves. Senhor Ara Apkár Minassian, Superintendente de Serviços de Comunicação de Massa da Agência Nacional de Telecomunicações, ANATEL. Talvez um dos grandes especialistas em rádio nesse momento, Senador Sérgio Zambiasi e demais Senadores. Um prazer tê-lo aqui, Sr. Ara Apkár Minassian. Sr. Sérgio Souza Dias, Presidente do Centro de Excelência em Tecnologia Eletrônica Avançada do Rio Grande do Sul, CEITEC. É um prazer tê-los aqui.

E antes de darmos início, só para podermos adiantar, tenho sobre a Mesa Requerimento do Senador Marcelo Crivella: Requeiro, nos termos do Art. 90, Incisos II e V e CIV "c" e Incisos VII, VIII e XIX do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de Audiência Pública no âmbito desta Comissão, para discutir sobre a operação de venda da TV a cabo para o grupo Telefonica e esclarecer se a operação fere a Lei nº. 8.977, de 06 de janeiro de 1995, Lei do Cabo, e a Resolução nº. 101, de 04 de janeiro de 1999, da ANATEL, que dispõem sobre a propriedade cruzada, com a participação dos seguintes convidados: 1. Conselheiro Plínio de Aguiar Júnior, da ANATEL; 2. Presidente do Conselho Diretor da TVA ou seu representante; 3. Presidente do Conselho Diretor da Telesp ou seu representante. Os Senadores que estão de acordo permaneçam como estão. Aprovado.

Gostaria de passar, antes de voltarmos aos apresentadores, ao Senador Marcelo Crivella, se quiser fazer uma exposição sobre o seu Requerimento.

SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ):

Antes, Sr. Presidente, apenas agradecer a V. Ex^a., que tão bem conduz esta nossa Comissão e nos orienta nesses assuntos importantes da Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, e dizer que é um consenso. Depois das notícias todas publicadas no jornal e da denúncia feita pelo Presidente da Casa, é preciso que esta Comissão se pronuncie e ouça a respeito dessa operação, que segundo o voto do Conselho Plínio de Aguiar Jr., envolve 900 milhões de reais. Então eu acho que o Requerimento que esta Comissão hoje aprova é de grande relevância, e conto com V. Ex^a. para que possamos fazer essa Audiência o mais rápido possível.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG):

Eu queria parabenizar V. Ex^a., Senador Marcelo Crivella, e já sentia esse clima da Casa querendo fazer essa convocação para esclarecimentos. E V. Ex^a. acho que está fazendo o Requerimento que é vontade desta Casa. Na verdade, está assinado por V. Ex^a., mas a é totalmente da nossa Comissão, porque, como foi aprovado agora, é realmente um assunto que estará em discussão no momento, e para nós, que representamos esta Casa e o setor de Comunicação, temos que ter esclarecimentos a respeito. Portanto, está de parabéns o Requerimento de V. Ex^a., que acaba de ser aprovado.

Obedecendo a ordem aqui presente, 15 minutos para cada apresentador, depois passaremos, combinaremos com a Comissão se seremos bloco de três ou todos ao mesmo tempo, voltaremos para as respostas e depois os Senadores e acabamos.

Então, primeiro, Sr. José Carlos Torves, Conselheiro da Rádio Digital do Fórum Nacional pela Democratização da Comunicação, FNDC. Com a palavra, Sr. José Carlos torres.

SR. JOSÉ CARLOS TORVES: Bom dia, Senador. Bom dia, companheiros de Mesa, Srs. Senadores presentes aqui na Audiência.

A decisão sobre o sistema digital, do rádio digital brasileiro, de certa forma, cria uma certa apreensão nos radiodifusores, principalmente pelo atraso em relação aos demais veículos que já estão no caminho da digitalização, no caso, especialmente a televisão, e isso faz com que haja, de certa forma, um certo acodamento, uma certa pressa em tomar essa decisão o quanto antes, mas nós entendemos que deve haver um pouco mais de estudos sobre esse sistema novo.

Está hoje, praticamente nós não temos muitas opções na escolha do sistema, tem o sistema IBOC que é o sistema americano, que é o único que consegue dar conta das transmissões de rádio AM e FM, e o sistema europeu, que atende apenas as ondas curtas e ondas tropicais, que é de longa distância. Embora esse sistema IBOC, que é o que inicialmente tem testes de 21 emissoras aqui no Brasil, não se tem ainda o resultados dos testes. A ANATEL está aguardando que os radiodifusores, 21 emissoras que estão testando no Brasil, apresentem os relatórios, o que provavelmente deverá ocorrer até o final do mês.

Mas isso, de certa forma, nos cria uma preocupação, porque nós não tendo resultados dos testes, dá uma insegurança na definição. E as emissoras de rádio do País têm urgência dessa definição para o sistema, para ele ser implantado no final do ano. Nós não temos ainda os estudos de impacto desse equipamento do sistema IBOC, não temos ainda a definição de parâmetros para os testes e não temos ainda os relatórios da ANATEL sobre tanto os testes que estão sendo feitos pela ANATEL, como dessas 21 emissoras que estão realizando no País. Então, fica muito complicado se tomar uma decisão imediata em cima de... Para uma nova tecnologia que vai atingir sete mil emissoras no País, apenas com base em testes feitos em 21 emissoras.

Nos preocupa por quê? Porque esse açodamento nos parece que leva os radiodifusores a não compreenderem a potencialidade dessa nova tecnologia. A convergência e outros modelos de negócios que vai envolver a transformação para o rádio digital. Apenas avaliar uma boa qualidade de som, nós achamos que é muito pouco, diante do impacto que vai se ter com essa nova tecnologia. A boa qualidade desse som e a manutenção da faixa que ocupa hoje no rádio digital, que passa a ser a mesma dentro desse sistema IBOC, seria um pouco, para essa nova tecnologia e as possibilidades que ela vai oferecer para o rádio brasileiro.

Temos que nos preocupar, por exemplo, com a questão dos *royalties*, que hoje estão em torno de seis a sete dólares de custo para cada receptor. Imagine em um País do tamanho do nosso. O Governo, o MiniCom tem feito pressões junto à empresa detentora dos *royalties*, que é produtora do IBOC, desse sistema novo, para que libere. A empresa tem dito que vai liberar, mas ainda não firmou um acordo e os termos desse acordo e os prazos, para que a gente tenha a noção, a realidade do custo que vai se ter no País com essa mudança da tecnologia.

Além disso, esse sistema, hoje está avaliado que o custo para transformar uma rádio digital, de analógica para digital, é de 80 a 120 mil dólares. Cada emissora

gastaria. Isso tornaria praticamente inviável a transformação do analógico para o digital para as pequenas emissoras que estão espalhadas pelo País. As rádios comunitárias sumiriam, as rádios públicas, porque no rádio digital não existe pegar mal ou mais ou menos; ou se sintoniza uma rádio ou ela não existe. É diferente do sistema analógico, onde se pega mal e não tem uma boa sonorização.

Então, essas preocupações, elas são, de certa forma, importantes, e nos levam a fazer uma reflexão maior e aguardar os testes todos completos, para que depois se tome a decisão.

Há menos de um mês se teve uma reunião do Conselho de Rádio Digital, onde havia uma pressa e uma urgência dos radiodifusores em tomar a decisão, quando nem a ANATEL ainda havia terminado os seus testes, quando não haviam relatórios dos testes que estão sendo feitos por 21 emissoras do País, e os próprios testes do sistema europeu, que vão começar a ser feitos agora, em um convênio da Radiobrás com a Universidade de Brasília.

Então, a gente compreende a urgência que há em se tomar uma decisão logo, mas essa decisão, ela, não se tendo o resultado de todos os testes que estão sendo feitos, é muito precipitada e arriscada para a radiodifusão brasileira, que envolve hoje um dos principais meios de comunicação do País, e que com essa decisão precipitada, pode tirar fora centenas de rádios brasileiras espalhadas pelo interior do Brasil. Então, é necessário que tenhamos um pouco de tranquilidade, que essa decisão não seja tomada imediatamente, como a idéia é que seja no início de setembro que já se tenha a possibilidade de uma decisão. Que se aguarde um pouco mais.

Os receptores, segundo os números do MiniCom, eles custariam entre 60 e 70 reais. Agora, a indústria americana vem apontando números de 300 a 400 reais por receptor, por radinho. Quer dizer, inviável para a população brasileira, para um trabalhador que ganha um salário mínimo, adquirir um rádio no valor de 300 reais, que seria o custo mínimo hoje que está avaliado pela indústria americana. Então, é uma preocupação a mais, além do custo dos *royalties*, que tem que ficar negociado.

E o rádio, hoje, ele tem apenas 4% do bolo publicitário do País. Portanto, é incomparável a sua relação, por exemplo, com a televisão, que abarca valores e quantias muito superiores. Então, o rádio com apenas 4% do bolo publicitário do País, abarcar com todo esse custo de *royalties*, de troca de transmissores que custam de 80 mil a 120 mil reais, se torna, de certa forma, inviável para o sistema de radiodifusão brasi-

leiro. Levá-íamos a uma situação de risco de falência a maioria das emissoras de rádios do País.

Poderia se dizer que essa transformação, ela pode acontecer em 20 anos, que não se faria imediatamente de todas as emissoras do País em um momento só, mas, de certa forma, também perderíamos uma forma de baixar o custo, perderíamos a oportunidade de baixar esse custo de um negócio que poderia ser feito em grande escala, para todas as emissoras do País.

Então, essas questões têm que ser, haver essa compreensão, para que, quando tomarmos a decisão, ela deva ocorrer já com todas as variantes possíveis: O estudo da planta industrial, da democratização de acesso, do novo modelo de negócio que se implanta com a rádio digital, a flexibilidade, a simultaneidade que o rádio digital vai dar, e a incorporação a outras mídias, como a Internet, a televisão, a telefonia, enfim, uma série de possibilidades que há.

Por essa razão, no entendimento do Fórum Nacional da Democratização da Comunicação e da FENAJ, Federação Nacional dos Jornalistas, é que essa decisão não seja apressada. Embora haja, entendamos, entendemos que há urgência dos radiodifusores, a medida vai ser de grande impacto na radiodifusão, e é necessário que se tenha um pouco mais de segurança nessa transformação, com estudos mais aprofundados, para que não tenhamos o risco de marginalizar uma série de emissoras pequenas no País. Ficariamos apenas com grandes redes de rádio que cobrem o Brasil e afastariamos a radiodifusão pequena, que é o principal meio de comunicação, hoje, dos nossos Municípios do interior do Brasil.

Por enquanto era isso. Fico à disposição para mais perguntas, Senador.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Acabamos de ouvir a exposição do Conselheiro de Rádio Digital do Fórum Nacional pela Democratização da Comunicação, FNDC, José Carlos Torves. Cujo assunto que está em debate hoje nesta Comissão e apresentação, Audiência Pública, é implantação da rádio digital no Brasil.

Pela ordem, ouviremos agora o Superintendente de Serviços de Comunicação de massa da Agência Nacional de Telecomunicações, ANATEL, Sr. Ara Apkár Minassian, a quem passo a palavra. Da mesma maneira, quinze minutos, e a tolerância para que possa apresentar todo o seu trabalho.

Com a palavra, Sr. Ara Apkár Minassian.

SR. ARA APKAR MINASSIAN: Muito obrigado, Sr. Presidente da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, Senador Wellington Salgado de Oliveira. Srs. Senadores, membros da Mesa, senhoras e senhores.

Nós vamos tentar trazer para vocês o estágio, o panorama atual da radiodifusão digital no Brasil, e as ações que estão sendo implementadas.

O importante aqui, que nós queremos salientar, é que em função da Lei Geral de Telecomunicações, a Lei nº. 9.472, cabe à ANATEL, exclusivamente, a manutenção dos planos básicos do serviço de radiodifusão. E para isso nós temos que levar em consideração todos os aspectos tecnológicos, porque elas têm uma influência nos planos básicos.

Então, o que nós entendemos por plano básico de distribuição de canais? Na realidade, é nada mais nada menos que o ordenamento das frequências dentro do espectro. Então, se houver um planejamento errado por parte da Agência, nós vamos tentar gerar umas interferências entre emissoras e assim por diante. Então, é claro que no meio desse planejamento, também nós levamos em consideração, por exemplo, no caso do rádio, as questões que envolvem as interferências com o serviço móvel aeronáutico, por exemplo. Essa é, por exemplo, uma das razões do porque nós alocamos as rádios comunitárias em uma determinada faixa do espectro, para exatamente prevenir e dar maior flexibilidade. Primeiro manter a segurança e, segundo, dar maior flexibilidade para o radiodifusor comunitário.

Então, hoje, o espectro de radiodifusão, ele comporta quatro tipos de ondas. Uma nós chamamos Onda Média, que na realidade vai, no *dial* dos receptores, começam em 535 e vão até 1700 kHz. No Brasil, nós ocupamos até 1605, porém podemos estender até 1705. Temos a Onda Tropical, que nós estamos dando aqui as frequências, ela é dividida em quatro faixas. O que são essas faixas? Por exemplo, nós temos frequências na faixa de 2, na faixa de 3, na faixa de 4 e na faixa de 5. Isso não quer dizer que toda essa faixa está ocupada, mas são pedaços dessas faixas. Ondas Curtas começam em 5000 e vão até quase 27.000 kHz. Quilohertz. São sete faixas destinadas para isso. E as FM, que começam em 87,4 e vão até 108,0.

A radiodifusão comunitária, que nós estamos mencionando aqui, ela também ocupa a mesma faixa de frequência da FM, porém, nós sempre estamos procurando concentrar a radiodifusão comunitária, sempre no início da faixa. Por que o início da faixa? Porque a partir do momento em que eu começo a chegar à metade da faixa, até o 108, eu tenho probabilidades de gerar interferências no serviço móvel aeronáutico. Essa é a razão do porque nós alocamos a radiodifusão comunitária no início da faixa.

Por que nesse momento aqui nós estamos mostrando aqui para os senhores Senadores que vamos até 108? Porque nem sempre é possível alocar uma rádio comunitária, por exemplo, no canal 200. Então,

para isso, para eu não prejudicar a radiodifusão comunitária, eu a coloco em uma frequência que eu encontro vaga dentro do espectro, sabendo que, com a introdução da TV digital, eu não quero misturar os assuntos, nós vamos, com o tempo, limpar o canal 06 e levar todos os radiodifusores comunitários nessa faixa. Então, esse é o motivo porque nesse momento nós estamos colocando 108,0.

Aqui, antes de... Eu estou tentando, primeiro, dar um panorama da rádio, para depois a gente entrar na rádio digital em si.

Então hoje, em termos de FM, nós temos 2600 estações, 4320 canais estão previstos no plano, ainda estão vagos e poderão ser objetos de licitação. Porém, aqui eu quero deixar claro que, nos grandes centros urbanos, e principalmente nas capitais, o espectro está totalmente congestionado. Então, vocês podem encontrar 4320, mas, na realidade, eu estou dizendo que isso vale para cidade de médio porte e para pequeno porte. Ondas Médias, nós temos 1700 estações no ar, 446 canais vagos no plano, o que tá dá um total de 2100 canais. Ondas curtas, todo espectro encontra-se ocupado, são 66 emissoras, e temos cinco vagos apenas, canais. E Onda Tropical, que na realidade é uma extensão da Onda Média, ela fica entre as Ondas Médias e as Ondas Curtas, nós temos 75 emissoras no ar e 546 canais vagos. Então, essa é a situação do espectro. E aqui eu tirei fora a radiodifusão comunitária desse número.

A radiodifusão comunitária, hoje... Então, nós, primeiro, queremos deixar claro que todos os Municípios brasileiros contam com canais para a introdução da radiodifusão comunitária. Apenas três Municípios não dispõem do serviço, porque são Municípios recém-criados, e em breve nós vamos tentar achar uma solução para, nesses três Municípios, colocarmos um canal que está faltando.

De preferência, nós temos três canais para a radiodifusão comunitária, o 198, o 199 e o canal 200, que começam em 87,4 e vão até 87,8. E nós temos 2.864 emissoras de rádio comunitárias hoje operando no Brasil, isso registradas, tanto na ANATEL como no Ministério das Comunicações.

Agora nós vamos entrar, feito esse panorama, na radiodifusão digital. Hoje nós temos quatro sistemas que encontram-se reconhecidos pela União Internacional de Telecomunicações. O que nós estamos falando? Sempre trazendo a referência União Internacional de Telecomunicações, porque, primeiro, nós temos que sempre seguir um padrão aprovado, e também, na área de Telecomunicações e Radiodifusão, nós temos dois ordenamentos: Um é a União Internacional de Telecomunicações, e o outro, aqui na região das

Américas, nós temos a Conferência Internacional de Telecomunicações, que é um órgão da OEA que trata exclusivamente de assuntos de telecomunicações na região aqui das Américas. Então, o Brasil tem a sua soberania, nós temos os nossos, sempre, interesses defendidos nessas duas organizações, porém, quando nós falamos em termos de padrão, uma vez que o Brasil está buscando escalas, eu tenho que seguir algo que, pelo menos, nós trabalhamos na aprovação dos sistemas existentes.

Então, por favor, vai à primeira seta, no Eureka, que é o DAB.

Então, esse sistema, ele utiliza qualquer frequência que vai de 30 megahertz até 3 gigahertz. Então, o nós estamos aqui mostrando? O que nós falamos início? Onda Média começa com 545. Portanto, se eu fizer introduzir no Brasil o sistema Eureka, eu tenho que alocar uma nova faixa de frequência. Então, os nossos receptores, que estão instalados em veículos, em automóveis, os radinhos de pilha, nós temos que abandoná-los e ir para uma outra concepção.

Ele utiliza dois tipos de banda, uma é banda em VHF, que é a banda 3 e a banda UHF, que nós estamos dando a frequência. E outra coisa, a largura de canal, que nós vamos ver lá na frente, que hoje na radiodifusão analógica, ela ocupa, no caso da onda média, 10 kHz, e no caso da FM, são 200 kHz, quando eu vou para o sistema satelital, eu aumento essa banda. Então, eu estou ocupando, para o mesmo serviço, uma banda maior, se eu for olhar com esse aspecto.

O sistema ISDBT, que é o segundo, ele é uma derivação do sistema japonês, que usa a mesma modulação que o Brasil adotou para o sistema brasileiro de TV digital. Ele adota os mesmos conceitos do sistema Eureka 147. Ele tem uma vantagem, que a transmissão é segmentada na frequência, o que dá flexibilidade. O que é essa transmissão segmentada? Se eu tenho uma frequência, ela ocupa uma certa faixa, eu consigo fatiar isso em dois ou três conjuntos de frequências e eu consigo dar uma certa flexibilidade. E, baseado nisso, ele me permite, também, usar um segmento ou três segmentos. Então essa é a vantagem que o sistema ISDB tem em relação ao Eureka.

O terceiro sistema é o conhecido como HD Rádio, que é Onda Média e FM IBOC. Então, esse sistema, ele usa a mesma faixa de frequência que hoje nós utilizamos na nossa radiodifusão, tanto em Onda Média como em FM, ele é totalmente compatível com a estrutura de canalização hoje adotada pelo Brasil e ele oferece o modo híbrido. O que, na realidade, nós chamamos de modo híbrido? Eu não preciso passar para o sistema digital, eu consigo operar analógico e digital. Portanto, as emissoras irradiariam o sinal ana-

lógico e digital ao mesmo tempo, usando o mesmo canal, e o cidadão que tiver o seu radinho de pilha, ele vai receber o sinal analógico, e aquele que tiver já o equipamento adaptado, digital, ele vai receber digital. Então é isso que nós chamamos de *simulcast*.

Por que o sistema é chamado IBOC? Porque ele usa a mesma banda, o I e o B, e usa o mesmo canal, que é *on channel*. Por isso que vem o nome IBOC: *In Band on Channel*. Ele permite o que radiodifusor possa oferecer ou no modo híbrido, isto é, se ele está operando o sinal analógico e digital, ele pode oferecer até três programações diferentes, e quando ele for para o modo digital, ele pode usar até oito programações. Qual a única desvantagem desse sistema? É que ele não contempla Ondas Curtas. Ele nasceu para atender Onda Média e FM e, por enquanto, o detentor dessa tecnologia, ele não tem, pelo menos, demonstrado interesse em desenvolver o sistema de Ondas Curtas.

Vamos para o último sistema: DRM. Então o DRM, ele foi projetado para atender frequências abaixo de 30 megahertz. Então ele atende Ondas Médias, Ondas tropicais e Ondas Curtas. Ele oferece as mesmas vantagens que o sistema HD oferece, isto é, eu posso fazer o *simulcasting* com ele, isto é, a transmissão simultânea dos sinais analógico e digital, eu uso a mesma banda, e, por enquanto, ele é o único sistema desenvolvido em Ondas Curtas, e tudo indica que, com o tempo, ele vai se tornar a única referência mundial, já que nós não estamos vendo nenhum movimento internacional no sentido de tentar padronizar um outro sistema. Então, a Europa está usando maciçamente, alguns Países asiáticos estão usando o sistema DRM em Ondas Curtas. Ele não contempla a faixa de FM, as sinalizações que eles estão apresentando para o mercado é de que, talvez, no final de 2008 ou primeiro semestre de 2009, eles venham com um sistema de FM.

Então, resumindo aquilo que nós falamos, nós colocamos aqui o DAB e SDB, que são os dois sistemas satelitais, eles requerem uma faixa de frequência adicional, em VHF e UHF, que não é aquela faixa que nós usamos para o serviço de radiodifusão normal, e o DRM e o IBOC, eles, na realidade, o DRM atende as três primeiras bandas, e o IBOC atende Onda Média e FM.

Por que do interesse em usar a mesma frequência? Primeiro, ele permite o *simulcasting*, isto é, eu não prejudico a operação tradicional. Enquanto isso, o sistema digital está avançando. Então, isso, o que faz? Durante o período de transmissão, eu posso estar ouvindo sinal digital, mas se tiver algum problema no sinal digital, ele automaticamente comuta para o sinal analógico, e o mesmo receptor vai passar a receber o sinal. Essa é uma das vantagens. E para o radiodi-

fusor, ele tem um menor custo na ampliação do rádio digital, porque ele tem a possibilidade de aproveitar os equipamentos existentes, salvo aquelas emissoras que usam equipamentos que são muito antigos e eles vão ter que reformar o seu parque. Mas aqueles que já modernizaram ao longo desses últimos cinco anos, a adaptação é pequena para ir para o mundo digital.

Nesse momento, qual é a posição da Agência? Nós temos que avaliar corretamente os dois sistemas: O IBOC, tanto em Onda Média como em FM, e o DRM, apenas em Onda Média. Principalmente para a gente verificar se as condições hoje encontradas no Brasil serão satisfeitas ou não, porque o sistema IBOC, ele está sendo utilizado nos Estados Unidos, o México implementou, o Canadá, agora, recentemente, dois meses atrás, liberou os radiodifusores a, se quiserem, implementarem o IBOC em FM. Até o ano passado, o Canadá estava usando o Eureka, porém não teve muita aceitação por parte dos radiodifusores, então este ano eles abriram já, nesses últimos dois meses, a implantação para aqueles que quiserem o sistema IBOC FM.

A transmissão simultânea analógica, para nós, da Agência, temos algumas preocupações em relação aos canais adjacentes, e precisamos evoluir um pouco nos testes. O que nós estamos falando em canal adjacente? Eu quero deixar muito claro o seguinte: Quando eu estou em uma cidade, eu não tenho nenhum problema, porque sempre nós temos um distanciamento entre uma frequência e outra de uma emissora. Porém, vamos pegar o exemplo de São Paulo, isso vale também para Goiás e outras cidades. Rio de Janeiro: Se eu tenho uma emissora, por exemplo, no centro da cidade do Rio de Janeiro e eu tenho uma outra emissora em um canal próximo, que eu chamo de adjacente, vamos supor em Itaboraí, que fica no outro lado. Na hora em que eu passar para o sistema digital, eu posso vir a ter interferências. Então, se eu olhar apenas cidade por cidade, eu não teria problema com o sistema IBOC. Porém, eu tenho frequências, hoje, próximas uma da outra. No sistema analógico, as precauções foram tomadas, eu não tenho essa interferência. Como no mundo digital o comportamento do sinal é um pouco diferente, eu tenho que fazer essa avaliação. Então esse é um ponto que a gente tem discutido e cada país tem a sua situação.

Eu não quero que ninguém entenda esse quadro, mas o importante é a gente só mostrar o que ocorre. O sinal analógico ocupa esse espaço e tem essa configuração que está no verde. Eu utilizo um canal superior ou um canal inferior para mandar informação digital. Essa parte um pouco mais escura que aparece, o que ele significa? Ela dá maior enriquecimento de

informações. Então a informação básica vai no azul, no digital. Se eu quiser mais informações, isto é, mais detalhes, ele vai na faixa preta. Do lado inferior, isso se repete. Então, o sistema IBOC, ele tem uma certa robustez para o FM e Onda Média, por ter redundância de informações. Porém, como ele usa uma banda lateral, aqui - É aquela explicação que eu dei para os senhores Senadores -, em algumas situações... Eu tenho muitas situações: Eu tenho, na capital, um canal; e o canal imediatamente superior ou inferior, ele está em uma outra cidade, que no analógico não interfere, mas não sei, na hora que eu começo a colocar um sinal digital, apesar de ser de uma potência muito mais baixa, eu não sei os reflexos. A gente vai ter que avaliar isso.

Quando eu vou na Onda Média, no sistema IBOC eu tenho a mesma situação, porém eu passo a ocupar uma banda um pouco maior do que ocupava. A largura de banda de um analógico, apenas são essas, são 10 kHz. Eu avanço mais 15 kHz em cada cidade, novamente essa situação estava garantida. Porém, quando eu vou para cidades próximas, eu tenho que avaliar. E no DRM, ela apenas tinha uma banda. Então o sinal todo vai em uma banda. Aparentemente, o sinal para Onda Média pode ser que tenha alguns reflexos, mas na Onda Curta, do jeito que ele está projetado, ele dá uma robustez muito grande de sinal.

Nesse momento, nós, desde setembro de 2005, que a ANATEL deu autorizações para algumas emissoras testarem, nessas autorizações nós tínhamos um prazo de 60 dias para as emissoras apresentarem um relatório inicial, isto é, que tipo de testes iam realizar, e um ano depois eles tinham que apresentar um relatório conclusivo.

Não vamos passar esse quadro, o seguinte também, eu vou fazer um comentário geral.

Esses dois primeiros quadros que eu passei, um são as autorizações de FM e o segundo são autorizações em Ondas Médias com o sistema IBOC. Nenhum relatório conclusivo foi apresentado para nós pelas emissoras, e isso fez com que a Agência se preocupasse no sentido de começar a auxiliar as emissoras a realizarem esses testes de uma forma mais correta.

Quando nós chegamos ao DRM, a Radiobrás pediu um teste em Onda Média, esses testes não foram iniciados por fatores internos da Radiobrás, que não vem ao caso, os equipamentos chegaram e voltaram para o país de origem, porque nós não conseguimos a liberação alfandegária. Então agora vamos tentar refazer os testes nos próximos meses, e a UNB vai testar o sistema DRM em Ondas Curtas. Se houver necessidade de prorrogação de modo das autorizações, em função do Decreto que foi editado agora, no dia 13 de

junho, então as emissoras vão ter que pedir primeiro para o Ministério, o prosseguimento dos testes, e o Ministério vai ter que fazer uma primeira avaliação, depois vai para a ANATEL, para a ANATEL emitir os atos e realizar os estudos complementares. Até então, nós apenas fazemos articulação com o Ministério, sem a necessidade de passar pelo Ministério. Agora, passa pelo Ministério.

Então, o desempenho, o que nós conseguimos identificar de cara? O desempenho do sistema rádio digital, ele tem uma certa robustez em relação a ruídos radioelétricos e interferências de outras transmissões. O são outras transmissões? Por exemplo, quando eu estou próximo a um sistema de energia elétrica, em Ondas Médias eu tenho interferências. Quando eu estou indo para o mundo digital, essa interferência desaparece e o sinal fica limpo. Então isso já é uma grande vantagem do sistema digital em relação ao analógico.

Temos aqui a extensão da cobertura, que pedimos uma avaliação por parte das emissoras, nós não tivemos ainda algum dado conclusivo. Qualidade do áudio também, nós não temos ainda um resultado conclusivo. E compatibilidade do sistema digital com o sistema analógico em funcionamento, também pedimos e nenhum relatório conseguiu ser concreto e conclusivo.

As observações preliminares eu já comentei aqui, eu vou direto para o último item. Como nós vimos que nenhuma emissora conseguiu, um ano depois, apresentar qualquer resultado que pudesse subsidiar as autoridades à tomada de decisão, nós resolvemos elaborar uma metodologia para padronizar a execução desses testes e verificar a questão da compatibilidade com as condições brasileiras. Então, em março desse ano nós emitimos a primeira consulta pública, que foi dando a metodologia para o sistema Onda Média IBOC. Está AM porque em inglês está AM, é assim que está padronizado, mas é Onda Média IBOC. Ela foi elaborada em parceria com a UNB, nós recebemos seis contribuições, e nós já encaminhamos para o Conselho. E em breve, a gente espera já ter essa consulta já efetivada.

E nós estamos também remetendo, nos próximos dias, já a metodologia para o FM IBOC e também para o DRM Onda Média. Com isso aqui eu cubro todo o leque, e o Conselho da Agência já está mobilizado e nós vamos dar toda celeridade para isso.

Esse é outro quadro. Quais foram as informações preliminares que nós conseguimos colher de algumas emissoras? Primeiro, o sinal digital, ele, por envolver um processamento extenso, ele dá um retardo de oito segundos em relação ao sinal analógico. Isso não quer dizer que o sistema de um ou de outro é melhor do que

o existente hoje, mas esse retardo existe. Esse número, fatalmente, vai baixar para cinco a seis segundos, porém, as emissoras vão ter outra preocupação quando o mundo digital começar a funcionar, principalmente em dias de transmissão de jogo, que, às vezes, em cinco segundos o gol acontece. Então, talvez vão ter que ter algumas mini-estações dentro dos estádios. Mas isso é um assunto que nós só podemos ter--

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Entrou o gol, fala: Gol! E vibra depois.

[risos]

SR. ARA APKAR MINASSIAN: Imagine quem está no estádio. Mas isso é uma condição técnica decorrente da própria digitalização. Mas como, na idade, o sinal analógico vai conviver com o sinal digital, com o tempo vamos ver o que é possível fazer.

Uma outra coisa também que se viu nas observações preliminares é que a cobertura do sinal digital, ela é um pouco menor do que a cobertura do sinal analógico. Porém, temos que também deixar claro o seguinte: Que as potências utilizadas no sinal digital são infinitamente inferiores do que se utiliza no sistema analógico. Ela chega quase à ordem de 2% até 10% de um sinal analógico. Então, isso--

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Consome menos energia?

SR. ARA APKAR MINASSIAN: Muito menos energia, o custo é menor, os equipamentos são--

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: O som também é melhor?

SR. ARA APKAR MINASSIAN: Também. Não tem nem comparação, Senador.

O que nós estamos buscando agora? Nós queremos ter observações mais consistentes, para que o Executivo possa tomar uma decisão de qual o caminho a ser prosseguido. E a nossa intenção é que nós tenhamos até o mês de... Entre o mês de setembro e outubro, nós vamos ter todas as metodologias já editadas, e do mês de outubro até o mês de dezembro, nós esperamos ter os testes concluídos. Então, a nossa expectativa é de que até o final do ano, nós tenhamos alguns resultados concretos para apresentar ao Governo. Pode ser que, se as emissoras conseguirem acelerar os testes, pode ser que esse prazo possa ser acelerado ou em algum esse prazo possa ter dilatado. Mas é essa a situação isso que eu queria trazer aqui para os senhores Senadores.

E no mais, muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Eu queria agradecer ao Sr. Ara Apkár Minassian, Superintendente do Serviço de Comunicação de Massa da Agência Nacio-

nal de Telecomunicações, ANATEL, pela brilhante explanação. Acho que esclareceu várias dúvidas que nós, Senadores, tínhamos com relação à rádio digital.

E passamos agora a palavra ao Sr. Sérgio Souza Dias, Presidente do Centro de Excelência em Tecnologia Eletrônica Avançada do Rio Grande do Sul. Sabendo que esta Comissão, hoje, a Audiência Pública, o assunto é implantação do rádio digital no Brasil.

Então, com a palavra, o Sr. Sérgio Souza, para as suas considerações.

SR. SÉRGIO SOUZA DIAS: Bom dia a todos. Eu gostaria, primeiramente, de agradecer a Comissão de Ciência e Tecnologia do Senado, na figura do seu Presidente, Senador Wellington Salgado de Oliveira, de se apresentar o projeto do CEITEC e a relação que ele tem na questão do rádio digital no Brasil. Um projeto que, sem dúvida, deverá mudar o perfil da indústria eletroeletrônica brasileira.

Eu gostaria, primeiramente, de apresentar o que vem a ser o projeto do CEITEC, para, posteriormente, fazer as relações que a gente tem na questão do rádio digital.

Primeiramente, eu gostaria de colocar que hoje, o mercado da microeletrônica no mundo, ele trabalha na casa de 350 bilhões de dólares anuais. Um mercado que o Brasil está totalmente fora até este momento. Então, nesse sentido, nós temos hoje no Brasil e por isso a necessidade da modificação do perfil da indústria nacional, nós temos dados do setor eletroeletrônico, importações no Brasil, na casa de 19, praticamente, bilhões de dólares, sendo que déficit da nossa balança comercial fica na casa dos 9,5 bilhões de dólares anuais. Todos os anos.

E o mais dramático desse processo é que hoje, a nossa indústria eletroeletrônica, ela é basicamente montadora. A nossa indústria eletroeletrônica, hoje, compra todos os componentes importados, monta os seus equipamentos e vende ao mercado interno ou exporta. E aí entra, já inicialmente, a relação da importância de um projeto como esse que nós vamos apresentar agora, na questão do rádio digital. Ou seja, nós precisamos, sem dúvida, começar a desenvolver, internamente, no Brasil, os circuitos que vão ser utilizados nesses produtos e, fundamentalmente, que a propriedade intelectual fique internalizada no Brasil.

E nós vamos mostrar que isso já está acontecendo no caso da TV digital e, certamente, poderá acontecer no caso do rádio digital. Então, nós temos que inverter esse processo onde hoje a indústria nacional é montadora, para que ela seja produtora de propriedade intelectual.

Então o que está sendo feito no Brasil, hoje, para inverter esse processo? Exatamente está sendo

construído o CEITEC, que deverá estar pronto agora, em outubro deste ano. O que vem a ser o CEITEC? O CEITEC é a primeira fábrica de circuitos integrados da América Latina. Nós teremos condições de, além de desenhar, de projetar circuitos integrados, teremos condições também de fabricar circuitos integrados no Brasil, e inserir o Brasil naquele mercado de 400 bilhões de dólares anuais, que hoje está totalmente fora da nossa condição.

Então, o que vem a ser o Centro? É uma fábrica de semicondutores, para produção de pequenos lotes e prototipagem, e um centro de design. O que vem a ser um centro de design? É exatamente onde você projeta os circuitos integrados que estão, exatamente, nesses equipamentos que serão produzidos na questão do rádio digital.

O foco do CEITEC é exatamente desenvolvimento da indústria eletroeletrônica nacional e capacitação de recursos humanos no sentido de que se possa, finalmente, começar a desenvolver tecnologia no Brasil.

SENADOR ROMEU TUMA (DEM-SP): Dr. Sérgio Souza Dias?

SR. SÉRGIO SOUZA DIAS: Pois não?

SENADOR ROMEU TUMA (DEM-SP): O senhor me desculpe interromper. Só um minutinho, pela oportunidade--

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Com a palavra, Senador Romeu Tuma.

SENADOR ROMEU TUMA (DEM-SP): Se V. Ex^a... Peço até desculpas por ter interrompido V. Ex^a.--

SR. SÉRGIO SOUZA DIAS: Não, por favor.

SENADOR ROMEU TUMA (DEM-SP): Mas é uma aflição pessoal que eu tenho, eu não entendo muito, claro que vocês estão fazendo uma parte técnica de transmissão. Nós somos receptores das informações. Mas eu visitei, há pouco tempo, em São Paulo, uma fábrica fechada? Não sei se é de micro ou de semicondutores, eu não poderia diferenciar, que produzia para a Zona Franca de Manaus, onde tem fábrica de rádio e televisão. Eu falei: Mas por que você fechou? *"Porque o custo meu é o dobro do que eu trago da China. Então eu fecho, porque a China me dá pela metade do preço"*. Então eu não sei se esse CEITEC terá condição de concorrer, amanhã, gastar uma fortuna, um investimento desses, porque nós temos que criar restrições, para poder desenvolver essa possibilidade do Brasil se integrar totalmente e ser auto-suficiente na produção de tudo aquilo que diga respeito à transmissão, e exportar o produto pronto.

Desculpe, só que é uma questão pessoal.

SR. SÉRGIO SOUZA DIAS: Perfeito. Perfeito, Senador. E eu acho que é bastante importante essa

colocação, porque, realmente, hoje, toda a indústria eletroeletrônica brasileira está sofrendo a questão do mercado chinês. Mas a idéia do CEITEC é exatamente reverter esse processo. Por quê? Por que hoje o sofrimento é maior? Porque, na realidade, a dependência passa a ser, quase que exclusivamente, questão de mão-de-obra. E como a mão-de-obra na China é mais barata que no Brasil, então a competição fica favorável a eles.

No momento em que nós estamos desenvolvendo, aqui no Brasil, os componentes, esses processos, e esses, nós vamos mostrar que nós já estamos desenvolvendo alguns com preços altamente competitivos no mercado internacional, nós estamos concorrendo, sim, hoje, com a Ásia, com a China e com a Índia, nesse sentido de desenvolver e de produzir, aqui no Brasil, circuitos integrados, certamente a gente tem condições de reverter esse processo. Então, na parte de projetos, como nós vamos mostrar, nós estamos com custos inferiores aos custos produzidos na China.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: [pronunciamento fora do microfone]

SR. SÉRGIO SOUZA DIAS: Exatamente. Com uma outra questão.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Com trabalho escravo, não é? O trabalho é diferente lá, não tem remuneração, direitos.

SR. SÉRGIO SOUZA DIAS: Exato. Mas o desenvolvimento--

SENADOR ROMEU TUMA (DEM-SP): Hoje o grande problema é que a China, tendo em vista a rejeição do produto de baixa qualidade, eles começaram a aprimorar profundamente.

SR. SÉRGIO SOUZA DIAS: Estão melhorando, sem dúvida.

SENADOR ROMEU TUMA (DEM-SP): Hoje você encontra produto chinês de altíssima qualidade em qualquer segmento. Então a gente... O Brasil vence algumas concorrências internacionais pela alta qualidade de seus produtos em alguns ramos, não estou falando em rádio e televisão, que eu não entendo muito, mas na área de outro tipo de produção, a gente tem alcançado concorrer com o chinês com vantagem. Eu acho que...

Eu estou aqui para elogiar o que está sendo feito, porque a gente fica muito amargurado com tudo o que vê. Fechar uma fábrica, porque a concorrência lhe dá um preço muito mais baixo, que a pessoa não pode enfrentar, mesmo querendo manter a fábrica?

Desculpe.

SR. SÉRGIO SOUZA DIAS: Exatamente. Não, por favor. Eu acho que é perfeita a sua consideração,

e até eu gostaria de colocar, exatamente pontuar isso: Que a preocupação do CEITEC é ser uma empresa, e uma empresa rentável, nessa área. Ou seja, nós não estamos pensando em não competir com o--

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Eu pediria ao senhor Sérgio que tentássemos, que eu também estou doido para debater esse assunto, mas que tentasse voltar à explanação, porque alguns Senadores têm compromissos depois, para nós não perdermos esse debate.

SR. SÉRGIO SOUZA DIAS: Está certo.

Então, como eu estava colocando, o foco principal é exatamente a mudança do perfil da indústria nacional, ou seja, exatamente começar a desenvolver internamente mão-de-obra e capacitar para esse desenvolvimento.

O que é esse projeto? Então nós temos, como eu disse, a fábrica e o centro de design, não vou entrar em maiores detalhes, mas o importante é dizer que essa fábrica, ela tem condições de produzir em torno de quatro mil lâminas/mês de silício. O que vem a ser isso? Eu tenho condições de produzir ali, em média, de quatro a 60 milhões de circuitos integrados por mês. Apesar de ser uma fábrica de pequeno porte, ela tem, realmente, condições de atender o mercado nacional.

Em termos de tecnologia, ela pode atender 80% da demanda tecnológica do Brasil em termos de circuitos integrados.

O que é isso então? Só para que entendam, rapidamente, o que estamos fazendo lá? Todo equipamento eletrônico, seja ele rádio digital, TV digital, computadores, qualquer equipamento, essas máquinas que estão sendo utilizadas aqui, elas têm sistemas eletrônicos dentro. E cada um deles componentes é chamado circuito integrado. E esses circuitos integrados são o que estão sendo, então, projetados, e fabricados, a partir do ano que vem, no CEITEC.

Aqui já é um primeiro produto nosso, para uma empresa chamada Autos, que faz automação de plataformas de petróleo da Petrobrás. Então já existem *chips* desenvolvidos no Brasil sendo utilizados em plataformas de petróleo da Petrobrás.

Então, o que nós vamos fazer nessas etapas de desenvolvimento? Nós vamos fazer o desenho, que já estamos fazendo, e a fabricação desses circuitos integrados.

Hoje nós estamos já com uma equipe bastante grande, já temos, basicamente, mestres e doutores. Então, aqui é importante: O que já está sendo feito? Já foi feito um primeiro produto, como eu falei, para processamento e para controle de sistemas; um segundo sistema, que é chamado etiqueta eletrônica, que pode

ser usado no controle de automóveis, no controle de rastreabilidade de animais, controle de estoque de mercadorias, que também já está pronto, já está testado e sendo possível a utilização no mercado.

Esse tem a primeira relação que nós queremos colocar com relação a essas definições da TV e do rádio digital, que são fundamentais. Ou seja, nós já estamos desenvolvendo, no Brasil, um primeiro *chip* de modulação da TV digital. Depois da escolha do sistema, nós já estamos desenvolvendo para uma empresa que produz equipamentos de transmissão. Então, esses moduladores, eles serão produzidos nos três padrões de modulação, ou seja, pode ser utilizado no modelo brasileiro/japonês, no modelo europeu e no modelo americano. Então nós poderemos começar exportar tecnologia, ao invés de simplesmente importá-la. Isso é uma parceria com uma... É um projeto financiado pelo BNDES. Recurso do BNDES para esse desenvolvimento.

Então aqui a questão da rastreabilidade bovina, mas eu vou passar mais rapidamente.

Então, aqui é como está a situação, hoje, da obra do CEITEC. Isso aqui é uma área, essa área que está sendo construída, é uma área de 2,5 hectares, aqui é a fábrica e aqui o centro de design, onde os projetistas desenvolvem os projetos que serão produzidos lá dentro. Então, como eu disse, é a primeira fábrica de circuitos integrados da América latina. Ou seja, o Brasil volta a ser um ponto de referência para a produção de circuitos integrados no mundo.

Em termos de tecnologia, só para que se entenda, nós podemos desenvolver projetos com a capacidade que possam ser utilizados no rádio digital. Então é isso que eu quero mostrar.

Aqui só a questão da obra, nós já estamos agora, a conclusão da obra é em outubro e início das instalações dos equipamentos, e início da produção em março do ano que vem, inclusive podendo produzir circuitos integrados para serem utilizados no sistema de TV digital, inclusive no próprio *setup box*, por exemplo.

E então entramos na questão do rádio digital. Acho que o Dr. Ara Apkár Minassian já explicou muito bem todas as qualidades do sistema, então o que eu gostaria de colocar é o seguinte: Que, dependendo do padrão definido, tanto IBOC como DRM ou SDBT, o CEITEC tem toda a condição de desenvolver o projeto dos circuitos que serão utilizados pelos equipamentos. Em alguns casos, até produzi-los dentro da nossa fábrica.

A questão do IBOC, que a tendência, por uma questão técnica, talvez seja é um sistema, hoje, que está sendo colocado como o melhor sistema, acho que o fundamental dessa questão, e é isso que eu

gostaria de colocar aos Senadores, da importância da discussão da questão da propriedade intelectual que deverá ser paga à empresa IBiquity, que possui a patente desse sistema, porque, realmente, dependendo do custo dessa implantação, poderá inviabilizar esse sistema. Mas mesmo que seja escolhido o IBOC, nós temos condições de, pedaços do sistema, sistematizar e desenvolver aqui dentro do Brasil.

Então, tudo o que for possível, e eu acho que aí é que entra a questão da importância dessas discussões em uma Comissão como esta do Senado Federal, é exatamente para que os senhores Senadores tenham a importância, verifiquem a importância de que, dependendo das escolhas que possam ser feitas, nós podemos reverter esse processo da nossa indústria. Ou seja, começar, realmente, a desenvolver partes desses sistemas dentro do Brasil, produzi-los dentro do Brasil, para que essa concorrência, digamos, com outros países da Ásia, como a China, principalmente, possa ser revertida e nós não vejamos mais, então, as nossas empresas fechando. Porque, simplesmente, elas, hoje, são montadoras, e, como eu disse, a nossa mão-de-obra é mais cara que a mão-de-obra chinesa, nós acabamos perdendo sempre essa disputa.

Então, o que eu gostaria de colocar nesse sentido, é que, para o desenvolvimento dos *chips* que deverão ser utilizados tanto no sistema que for escolhido, nós podemos, então, no CEITEC, desenvolver esses *chips*. Isso não só no CEITEC, está sendo construído hoje um sistema de centro de design no Brasil, através do Ministério [soa a campainha] da Ciência e Tecnologia, que poderá, então, desenvolver e projetar esses circuitos integrados, deixando dentro do Brasil essa propriedade intelectual. Que hoje a disputa é por propriedade intelectual, no mundo, sem sobra de dúvida. Montagem, nós podemos deixar para onde quer que seja, mas o desenvolvimento da propriedade intelectual tem que ser internalizada, principalmente em questões estratégicas, como a comunicação, como a transmissão de dados, como a questão dos *i-Macs*. Então são sistemas: TV digital, rádio digital, *i-Macs*, que o Brasil precisa se apropriar do desenvolvimento dessa tecnologia.

E podemos, inclusive por questões de segurança, fabricar isso dentro do Brasil, que eu acho que seria, sem dúvida nenhuma, a solução mais adequada.

Agradecendo então, eu acho que deu exatamente nos quinze minutos. Obrigado.

SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ): Sr. Presidente, pela ordem.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Com a palavra, Senador Marcelo Crivella.

SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ):

Presidente, agradecer aos nossos ilustres debatedores, mas eu queria pedir a V. Ex^a. que me escusasse, já começou a Comissão de Constituição e Justiça, sou membro lá e preciso ir para lá. Então se V. Ex^a. permitir--

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): V. Ex^a., se quiser furar a fila, digamos assim, e fazer as perguntas que porventura tenha alguma dúvida que possa esclarecer, e mais tarde pegar a filmagem para tirar... Interessa ou V. Ex^a quer que mande depois a--

SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ): Interessa, sim, Presidente. Eu vou aproveitar a generosidade de V. Ex^a., para apenas colocar, Sr. Presidente, que eu acho que nesse momento em que nós estamos digitalizando o nosso sistema de comunicação, temos uma oportunidade extraordinária de desconcentrar. Quer dizer, nós temos, hoje, no País, uma concentração imensa, mas não é só nos meios de comunicação de massa, é no grande capital industrial, no grande capital financeiro, na posse da terra, tudo no nosso País, por razões históricas, é extremamente concentrado.

E agora que o espectro se abre, porque encontramos um método de comprimir dados para que eles possam ser enviados até os seus receptores de maneira mais econômica, nós devíamos ter uma preocupação fundamental, que era abrir espaço para novos players no mercado. O Brasil jamais será um País democrático se nós tivermos, continuarmos tendo essa imensa concentração de poder nos meios de comunicação.

Era isso, Sr. Presidente. Fico muito agradecido.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Senador Marcelo Crivella, Vice-Presidente desta Comissão, sentiremos sua falta no debate, porque V. Ex^a. sempre está bem atualizado em todos os assuntos, diga-se de passagem.

SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ): Obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Então eu queria agradecer a explanação do Sr. Sérgio Souza Dias, que eu acabei não agradecendo, Presidente do Centro de Excelência em Tecnologia Eletrônica Avançada do Rio Grande do Sul, CEITEC.

Queria, antes de passar as palavras para os Senadores, aprovar, tentar aprovar um Requerimento, um aditamento ao Requerimento do Senador Marcelo Crivella, nos termos do Inciso II, § 2º do Art. 58 da Constituição Federal, combinado com o Inciso II do Art. 90 do Regimento Interno do Senado Federal: Requeiro o aditamento do Requerimento nº. 20/2007,

do Senador Marcelo Crivella, para que seja convidado também o Sr. Embaixador Ronaldo Mota Sardenberg, Presidente da Agência Nacional de Comunicações. Os Senadores que estão de acordo permaneçam como estão. Aprovado.

Que faz parte dessa questão que foi levantada pelo Presidente Renan, da operação Telefônica/Abril, o Senador Marcelo Crivella aprovou aqui um Requerimento no início da Sessão, então eu, de minha autoria, estou colocando também uma outra posição, que já que nós vamos ter um debate, porque um foi a favor, o outro foi contra, então estou pedindo a outra ponta da discussão, para que se possa ter um debate enriquecedor.

Passaremos então, agora, a palavra aos Senadores. Eu acho que como temos quatro, temos uma ordem aqui, mas eu acho que o ideal é todos fazerem a exposição e depois passaremos a palavra para as considerações finais e também tirar as dúvidas, no encerramento desta Comissão, para que possamos ir para as demais Comissões.

Senador Wellington Salgado de Oliveira, autor do Requerimento, eu vou passar já a vez. Senador Marcelo Crivella falou. Com a palavra o Senador Romeu Tuma, o terceiro inscrito.

SENADOR ROMEU TUMA (DEM-SP): Presidente, eu queria saudar V. Ex^a. pela idéia de trazer nesta Comissão, que é temática, sobre o assunto do rádio.

Tem se falado muito sobre televisão, aqui: Televisão digital, se é o sistema japonês, se o americano, que é o melhor. E, principalmente, uma coisa que eu tive dificuldade, procurando em uma rua que tem em São Paulo, Rua Santa Ifigênia, em que já existe tudo o que você possa imaginar em rádio-comunicação, de antena, não é para o rádio, é para a televisão circulante, a televisão que está no veículo, porque hoje tem, a GM já está entregando veículo com radiodifusão acoplado à televisão. Você aperta um botãozinho, a tela sobe, e tem muita dificuldade de captação. Serve para DVD, mas ela, para pegar, dizem que precisa de um transformador, é um negócio desses que os senhores estão falando.

Mas o rádio, os senhores falaram muito na transmissão. O senhor fez uma exposição brilhante e o Dr. Sérgio Souza Dias. Eu, infelizmente, não ouvi a do Dr. José Carlos Torves, mas vou, como se aconselhou, vou pegar o vídeo.

Mas o Dr. Ara Apkarian Minassian falou muito em transmissão simultânea analógico-digital. Quem recebe, como é que seleciona? Porque se eu tenho rádio em casa ou radinho de pilha, como V. S^a. falou, como é que eu separo? Porque hoje tem Ondas Curtas, Ondas... Eu pegava muito Ondas Curtas quando era

garoto, tal. Pegava rádio de Havana, de um monte de lugares. Hoje quase não se usa mais, porque com a globalização, a comunicação é imediata, pela CBN, por não sei o que, então ficou um pouco defasado o interesse, a não ser as pessoas de origem estrangeira, imigrantes, que gostam de pegar uma estação de rádio do seu País, tentar localizar, como em televisão, hoje, também, se consegue pegar a Arábia Saudita e uma série de outros países, pela qualidade da transmissão, que tem sido, realmente, desenvolvida no País.

Eu pergunto: Vocês falaram pouco em AM. Tem alguma? No gráfico do senhor, só AM está no final. AM, eu não sei se tem alguma outra sigla que representa a AM.

Por isso que, o senhor desculpe, que é um analfabeto em rádio-comunicação. Eu sei ouvir. Não sei como é que chega até a gente. Eu só sabia fazer rádio galena quando era garoto, que o meu pai ensinou a fazer. Fabriquei um radinho galena e ouvia o jogo de futebol. Porque a gente, quando tinha dificuldade de comprar um rádio, não tinha, nem o rádio de pilha, não tinha. Quando o japonês resolveu encher o mercado, eu já era moço. Mas quando garoto, o meu pai ensinava a fazer o rádio galena. E captava bem, só tinha AM e não era difícil. Mas agora, essa evolução tecnológica--

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Nessa época do rádio, V.Ex^a. estava prendendo muita gente. Prendia mais do que escutava rádio.

[risos]

SENADOR ROMEU TUMA (DEM-SP): Estava. Mas hoje a rádio dá informação de onde tem bandido com muita rapidez.

[risos]

Mas a gente vê aqui, por exemplo, se eu vou dar uma entrevista hoje, aqui, para São Paulo, o meu som vai chegar, o senhor pega a TV Senado, você vê o movimento do lábio, ou se o senhor pegar o telefone para falar com alguém aqui e está vendo a televisão em São Paulo, no intermédio de atendimento, vem o som da Rádio Senado, e o senhor percebe que o som chega na sua cidade oito segundo ou três segundos depois, que a velocidade do som é muito menor que a velocidade da luz. Então, é esse pronto que o senhor explicou ali, dos oito segundos. Que vai ter na rádio ou na televisão também?

SR. JOSÉ CARLOS TORVES: [pronunciamento fora do microfone] Na televisão existe também, porque o processamento é digital.

SENADOR ROMEU TUMA (DEM-SP): É processamento digital. Agora, a economia, é claro, a gente tem ouvido falar muito mais, e o som é mais perfeito.

Só que se o senhor pega uma rádio FM [soa a campainha], por exemplo... Desculpe, eu acho que passou o tempo.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): V. Ex^a. tem o tempo necessário.

SENADOR ROMEU TUMA (DEM-SP): O rádio FM que tem um som mais--

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Também o Senador Flexa Ribeiro.

SENADOR ROMEU TUMA (DEM-SP): --Mais claro, mais tranquilo, e não tem, às vezes, aquela interferência de antena, de qualquer coisa, mas na metade do caminho ela muda, se o senhor entrar em uma outra cidade. Ela vem com outro programa dentro daquele numerinho. O senhor não altera o dial, mas ela entra, tranquilamente, outra rádio FM. Então, eu não sei se a tecnologia poderá trazer, assim, de o senhor pegar uma rádio daqui e ir ouvindo pelo interior todo, ou não.

E hoje, com a proliferação enorme de rádios comunitárias, quer dizer, qualquer mexidinha no dial, o senhor já está em cima de uma outra rádio, se não vai saturar, amanhã, com essa concessão constante de rádio-comunicação? Se essa tecnologia que o senhor explicou e o Dr. Sérgio Souza Dias, vai trazer uma tranquilidade maior, para ter uma capacidade maior de integrar várias rádios ao mesmo tempo?

É isso que eu queria. É mais uma coisa de ordem pessoal.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Ok. Vamos passar de uma vez, depois se a memória estiver boa, tranquila...

SR. ARA APKAR MINASSIAN: Mas antes de mais nada, Senador, parabéns, porque o senhor está correto. Eu induzi, eu tentei mudar a nomenclatura para deixar, ficar mais fácil para o Senado, mas, na realidade, quando se fala AM, entenda-se Onda Média. É que a transmissão AM, hoje, é conhecida como Onda Média.

SENADOR ROMEU TUMA (DEM-SP): Sabe o que acontece, doutor? É que nós estamos aqui em quatro, mas deve ter uns 500 mil ouvindo sua explicação. E como é um assunto interessante para toda a sociedade. O senhor vai em uma favela, quem faz campanha e pisa, como o PSDB sempre pede para pisar, botar o pé na terra, o PMDB também--

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): O senhor vai à favela? O PSDB vai à favela?

SENADOR ROMEU TUMA (DEM-SP): O senhor vai à favela, às vezes tem um quatinho--

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: [pronunciamento fora do microfone]
[risos]

SENADOR ROMEU TUMA (DEM-SP): Não, ele vai de salto alto. Não pode ir de salto alto, senão você afunda.

Mas a pessoa tem o seu radinho lá no canto, dorme oito, dez pessoas, uma televisão com uma antena puxando da torneira, com negócio de limpar prato, e ele está interessado nisso, porque é um lazer. Parece que não, além de ser importante na comunicação, é o setor de lazer, você ouvir uma música, ouvir um rádio. Agora, quando...

O meu filho pediu para os filhos dele um microsom. Microsom. Só que pediu um SBC, eu não sei o que era. Eu falei: Eu nunca vi isso aí. Eu fui na Santa Ifigênia e me explicaram: "*O senhor quer aquele chipzinho que põe no local? Ele grava mil músicas. E depois o senhor coloca no computador ou até no telefone e ouve as mil músicas*". Então, essa tecnologia é profundamente avançada. Dá para sobreviver, rádio, só com música. Não tem propaganda. Então essa coisa entusiasma, porque é fascinante. Para mim é fascinante. Eu não entendo, mas é fascinante.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Eu pediria que o Sr. Ara Apkár Minassian falasse depois, porque nós temos, os demais Senadores têm outras Comissões.

SENADOR ROMEU TUMA (DEM-SP): Desculpe pelo tempo.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): O que é isso. V. Ex^a. é quem manda nesta Casa.

Ouviremos agora o Senador Flexa Ribeiro, que eu estou um pouco preocupado com V. Ex^a. V. Ex^a. está compenetrado. Vai vir alguma coisa de lá para cá.

Mas eu queria ouvir V. Ex^a., que hoje, realmente, é quem tem apresentado projetos com relação a toda essa questão, não só de radiodifusão, mas à especialidade, inclusive ao projeto principal desta Comissão, com relação à lei de convergência, é de V. Ex^a. E, inclusive, eu estive em São Paulo agora, estavam todos falando muito sobre o projeto de V. Ex^a., discutindo, e eu até apresentei algumas pessoas à V. Ex^a., porque, realmente, o projeto está criando um debate muito grande no mercado, acho que isso é que é importante, e V. Ex^a., hoje, é um grande entusiasta nessa área.

Então, passaremos agora a palavra ao Senador Flexa Ribeiro. Com a palavra.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Obrigado, Presidente Senador Wellington Salgado de Oliveira, Srs. Senadores, Dr. José Carlos Torves, Dr. Ara Apkár Minassian, Dr. Sérgio Dias.

Eu, Presidente, não é que eu esteja compenetrado; eu estou atento, como sempre estive, e preocupado. Preocupado porque, pela primeira vez ao longo desses quatro anos e meio de Governo petista, está havendo uma preocupação com relação à questão global da Economia, com movimentos que, iniciados nos Estados Unidos com o problema da indústria imobiliária, do *sub prime*, e isso está repercutindo nas Bolsas, em função do crédito, em todo o mundo. E é a primeira experiência negativa, vamos chamar assim, que este Governo está passando. Nós, do Governo PSDB, passamos, ao longo dos oito anos, várias ondas globalizadas de petróleo, asiática, da Rússia, e subimos e tivemos competência para suplantar a todas elas. Eu espero que o Brasil tenha já consolidado a sua macroeconomia ao longo desse tempo, para que possamos suportar essa onda que possa vir aqui, e não trazer interferência ao que nós queremos, que é o desenvolvimento do Brasil.

Com relação à favela, eu quero dizer a V. Ex^a. que o PSDB, ele trabalha para que as favelas não existam. Então, nós queremos é dar à população brasileira as condições de dignidade, de habitação e de vida, que todo ser humano tem direito a ter. Então, o trabalho do PSDB, a visão, o projeto do PSDB é elevar a qualidade de vida do brasileiro. Nós não nivelamos ninguém por baixo. Nós não queremos transformar a sociedade brasileira em indigentes, classe de indigentes. Nós queremos é, realmente, que cada brasileiro tenha condição de acender socialmente e possa, com isso, extinguir as favelas. Então, a preocupação, lamentavelmente, hoje em dia, nós temos que acompanhar e visitar as favelas, para que a gente possa levar um ânimo a essas pessoas que vão nessas condições, na certeza de que o futuro será melhor. Até porque, Senador Wellington Salgado de Oliveira, nós chegamos à conclusão--

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Eu sou PMDB. Sou da base de apoio. Mas V. Ex^a. sabe que o PMDB, ele equilibra a Casa.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Foi da base do PSDB também. De apoio ao PSDB.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): O PMDB equilibra a Casa. Então, por favor, um carinho especial comigo, eu queria pedir a V. Ex^a.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): O PMDB está no poder há 16 anos. Está no poder há 16 anos. Ele é Governo. Muda os Governos, mas ele continua Governo, não é?

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: [pronunciamento fora do microfone] E continua coerente.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Continua coerente.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): É o partido digital.

[risos]

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Digital. Mas o que eu queria dizer a V. Ex^a. é que o PSDB chegou, nós chegamos à conclusão de que as coisas boas no Brasil não são novas e as coisas novas não são boas. Depois eu exemplifico a V. Ex^a., no momento certo, talvez na tribuna do Plenário, quais são essas coisas boas que não são novas e quais são as coisas novas que não são boas. Mas vamos ao tema, que é ao que os nossos expectadores do Brasil todo estão atentos.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Muito obrigado, Senador Flexa Ribeiro.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Essa discussão particular, PMDB, PSDB e PT, a gente continua em seguida.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Culpa do Senador Cícero Lucena, diga-se de passagem. V. Ex^a foi muito agressivo.

Por favor, Senador Flexa Ribeiro, voltemos ao assunto.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Podemos voltar ao assunto ou continuamos na política?

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): De jeito nenhum! Eu preciso, como Presidente desta Comissão, trazer para a questão digital. Por favor.

[risos]

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Muito obrigado, Presidente Senador Wellington Salgado de Oliveira.

Eu quero primeiro parabenizar a exposição e parabenizar ao Senador Wellington Salgado de Oliveira como autor do Requerimento para tratar da implantação da rádio digital no Brasil. Realmente, esse avanço tecnológico faz com que nós tenhamos que discutir e trazer aqui para o Congresso essa preocupação que é de toda a sociedade, no sentido de prepará-la para a onda tecnológica, que já chegou, e que nós, talvez, não tenhamos tido o cuidado de acompanhar.

Então, a primeira pergunta que eu faço, acho que mais ao Superintendente da ANATEL, mas se os outros dois convidados puderem acrescentar e enriquecer, é se com a digitalização do rádio, ou melhor dizendo: A digitalização do rádio, além da considerável melhoria na qualidade das recepções, promete melhorar uma

série de outras vantagens, como a convergência desse veículo com outros meios e tecnologias, a perspectiva de interatividade do serviço, uma maior estabilidade das transmissões e a economia na utilização do espectro de rádio-freqüência. Aí eu pergunto: Diante desse cenário de modernização tecnológica que levará, certamente, a uma alteração no modelo de negócios da exploração [soa a campainha] comercial de rádio, os senhores consideram que serão necessárias alterações nos atuais marcos legais que regem os serviços? Ou seja, se com a implantação da rádio digital, nós vamos ter que alterar a Legislação, como é necessário alterar na radiodifusão de modo geral, com a TV, a questão que é a convergência tecnológica dos sinais via satélite, questão da radiodifusão com a rádio-comunicação, a convergência que está ocorrendo?

Foram expostos aqui os padrões que podem vir a ser utilizados pelo Brasil. Me parece que já houve uma convergência, no caso, para dois: O americano e o europeu. A questão dos outros dois me parece que já, ainda estão sendo estudados, mas há uma certa tendência que se use o sistema americano e o sistema europeu. E eu perguntaria se já se pode prever os custos dos *royalties* a serem pagos para a utilização, tanto de um, quanto de outro. E qual será o reflexo desses *royalties* no preço dos equipamentos de transmissão para as emissoras?

E também pergunto quais os impactos da escolha desse padrão para as pequenas emissoras de rádio, sobretudo as rádios educativas e rádios comunitárias? Foi dito aqui que haverá a possibilidade de se manter a transmissão analógica e digital, mas isso é por um tempo, é para todo o tempo ou é só uma transição? Ou seja, vai permitir a transmissão analógica e digital por um tempo de adaptação, ou não? Ou a analógica vai permanecer funcionando? Porque a rádio comunitária, ela dificilmente terá condições de conseguir vencer um custo, que já foi dado da ordem de 120 mil dólares, para ser transformada em rádio digital.

Também foi dito aqui que a implantação da rádio digital deverá ocorrer em novembro, me parece, na sua exposição. O Ministro Hélio Costa, ele tem dito que já no próximo mês, ou melhor, não a implantação, a definição do padrão. A definição do padrão, o Ministro Hélio Costa tem dito que o padrão da rádio digital, já em setembro será definido. Eu pergunto: Diante dos testes realizados, é possível o cumprimento desse cronograma? E após a escolha do padrão, em quanto tempo as emissoras estarão aptas a iniciar comercialmente a transmissão digital? Se vai ser mantido o cronograma de definição do padrão, e após, qual o tempo de transmissão comercial das emissoras?

E eu gostaria de perguntar ao Dr. Sérgio Souza Dias, quero parabenizá-lo primeiro pelo Centro de Excelência em Tecnologia Eletrônica, eu acho que é um avanço, eu acredito que o Brasil tem que avançar exatamente na questão da inteligência, na propriedade intelectual. Nós estamos muito alicerçados como exportadores de *commodities*. Então, o meu Estado é um Estado rico, abençoado por Deus, e que nos trouxe riquezas de todo tipo, minerais, florestais, mas que nós exportamos *commodities*. Quer dizer, exportamos minério de ferro, exportamos alumina, bauxita e minérios, eu diria até, no processo primário de industrialização. Então, temos que ter valor agregado. Nós exportamos o minério de ferro para a China e importamos o relógio da China com valor agregado. Então, nós temos é que avançar na questão de agregar tecnologia, agregar inteligência, porque da forma como nós estamos tratando as inteligências brasileiras, nós estamos fazendo com que elas desenvolvam no exterior, porque são reconhecidas lá e não são reconhecidas aqui.

Então quando eu vejo um Centro como esse, que se propõe a criar exatamente esse valor agregado, que é o que vai dominar a economia mundial. Não é mais a mão-de-obra. Antigamente você definia a implantação de uma planta industrial em função dos insumos e em função da mão-de-obra. Hoje em dia, esses fatos são relevantes. Irrelevantes, melhor dizendo. Você define, hoje, em questão de tecnologia, de conhecimento. Eu perguntaria à V. S^a.: Esse Centro, ele é do Governo, ele é da iniciativa privada? Ele vai funcionar para atender a demanda a nível nacional ou ele funciona como um laboratório para desenvolvimento de tecnologia e transferência dessa tecnologia para as indústrias que tenham interesse em comprar a tecnologia e produzir em escala industrial?

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Muito obrigado pela explanação.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Qual das duas? A política ou a do...

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Sabe que V. Ex^a., se fosse jogador, com certeza eu tentaria ter contratado o passe de V. Ex^a. O passe. Mas não tem como. V. Ex^a. é meio... Meio, não. Completamente tucano.

Queria passar a palavra agora ao Senador Cícero Lucena, que hoje, segundo a minha agenda, V. Ex^a., que é Presidente da Subcomissão de Resíduos Sólidos, teremos hoje uma grande explanação, que é dos problemas sociais e ambientais decorrentes do depósito do lixo ao ar livre. Não sei se minha agenda está correta. Está aqui.

SENADOR CÍCERO LUCENA (PSDB-PB): Às 14 horas.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Isso. Então minha agenda está correta. E V. Ex^a., já tive oportunidade de ver o trabalho que fez no estado de V.Ex^a., inclusive com vídeos, eu não canso realmente de elogiar, porque teve a felicidade de filmar antes e depois. Então, isso fica muito gravado.

Então passaria a palavra agora sobre a questão digital, rádio digital, ao Senador Cícero Lucena.

SENADOR CÍCERO LUCENA (PSDB-PB): Obrigado, Presidente. Eu agradeço aos palestrantes aqui, e também aos demais Senadores. Acho que o Senador Flexa Ribeiro resumiu um pouco daquilo que nós gostaríamos de indagar, mas eu começo com, exatamente, a preocupação da Comissão mais tarde.

Eu vi na explanação, aqui, que na substituição dos transmissores e dos receptores, nós vamos ter um volume de resíduo sólido muito elevado neste País, se assim fosse procedido. Embora eu acho que esta Comissão está dando uma belíssima contribuição, Sr. Presidente, porque esse debate, somado aos anteriores e aos que possam também vir a ocorrer, irá fazer com que o Senado cumpra o seu papel. Qual é o papel? É ter a visão de futuro de um planejamento de etapas a serem conquistadas, mas sem perder a referência principal do nosso papel, que é a preocupação com o cidadão brasileiro.

Eu sou de uma região, no caso, do Nordeste, da Paraíba, onde nós sabemos da importância do rádio como veículo de comunicação. Em algumas cidades, obviamente que hoje já temos avanços através de antenas parabólicas, mas o maior veículo de comunicação é o rádio nessas pequenas cidades, que em muitas nem jornal chega. Essa é que é a realidade. Então, o noticiário da rádio, antigamente era A Voz do Brasil, hoje já existem cadeias de rádio que transmitem até com programações locais.

E dentro dessa preocupação, nós temos ouvido, e ouvimos hoje repetido, que existem padrões. E a minha pergunta, muito rápida, é no sentido: Por que, se é que não ocorreu, ou se está ocorrendo, o Brasil não procurou definir o seu padrão? [soa a campainha] Essa é uma pergunta que eu gostaria de fazer. Você veio falar no padrão americano, no padrão europeu. E nós aqui? Porque nós confiamos nos nossos técnicos, que nós teríamos capacidade de desenvolver algo também com bastante eficiência. Até porque, nós temos na cidade de Campina Grande, que é um pólo tecnológico, nós temos, por exemplo, hoje, o grande fabricante brasileiro de transmissores das rádios atu-

ais FM, que é, se não me engano, Apel. Se não me engano, não. Certeza, é a empresa Apel.

E eu, aproveitando essa preocupação, eu acho que é fundamental nós termos essa visão. Não adianta adotarmos um padrão, fazermos o marco regulatório, definir as condições, se nós não nos preocuparmos com o custo, como aqui foi muito bem colocado pelos três expositores. Porque não só no custo da instalação, na mudança dos equipamentos da rádio, conversava aqui com o Senador Augusto Botelho, rádios como rádio comunitária, que hoje tem dificuldade de se instalar com um custo de 20, 30 mil reais, com certeza não terão condição nem de se instalar e muito menos, também, de fazer a transição de um sistema para o outro.

Da mesma forma com os receptores. Não adianta nós nos, vamos dizer assim, nos enganarmos que nós temos padrões econômicos da nossa população que vai comprar receptor de 300 reais. Hoje esse é o preço de uma televisão, praticamente. Jamais de um rádio. Embora nós temos também a certeza de que esses custos, muitas vezes, são iniciais, por questões de *royalty*, por uma série de problemas que, ao longo do tempo, tem se demonstrado uma evolução e, conseqüentemente, a redução desse custo, muito bem colocada pelo Dr. Sérgio Souza Dias, quando ele faz o alerta ao Brasil de que nós hoje somos apenas montadores, quando temos a capacidade de sermos produtores desses equipamentos. Eu acho que isso é uma meta do Governo, é um compromisso que esse Senado tem que se colocar à disposição para debater os meios e os mecanismos para que nós possamos atingir.

Pelo que eu entendi, a CEITEC é uma empresa oriunda da universidade, parece que tem participação ou tem integração com a universidade, eu acho que é um pouco disso, e que nós temos exemplos lá no Rio Grande do Sul, como temos em Minas, como temos na Paraíba, de que pode ser aprofundada essa parceria com a pesquisa das nossas universidades.

Então, eu acho que é fundamental nós termos essa visão. Não adianta vender ao Brasil que estamos saindo de uma era de rádio analógico para rádio digital, se o povo não vai poder comprar esses equipamentos. Então, eu acho que nós tínhamos que aprofundar. Aprofundar procurando reduzir custo, aproveitar a nossa inteligência, valorizar a inteligência que nós temos no setor, para que essas pesquisas possam ser aprofundadas. Então, essa eu acho que essa é a grande questão desse debate. E eu perguntaria também se com essa mudança, nós vimos um quadro apresentado pelo representante da ANATEL no sentido da dimensão da quantidade de rádios sedimentadas por ondas,

com a digitalização, em que percentual nós estaríamos ampliando essa oportunidade de novas rádios?

Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Muito obrigado, Senador Cícero Lucena.

SENADOR CÍCERO LUCENA (PSDB-PB): Presidente, na minha terra tem um ditado de que menino quando demora a começar a falar, se faz um chá de chocalho. Chocalho, para quem não conhece, é aquilo que pendura no pescoço da vaca e, por onde ela anda, o vaqueiro sabe onde ela está e fica batendo muito. Aí o menino começa a falar. Têm alguns meninos que eu acho que tomaram água de chocalho.

Muito obrigado.

[risos]

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Com a palavra, Senador Augusto Botelho.

SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR): Inicialmente eu gostaria de parabenizar a todos os expositores e ao Presidente também, e pedir a ele que seja democrático com o tempo.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Senador Augusto Botelho, eu queria dizer o seguinte: V. Ex^a. sabe que é difícil administrar essa situação. A coisa mais difícil aqui é administrar essa situação. Mas eu tenho certeza de que V. Ex^a. vai poder falar no tempo necessário que V. Ex^a. precise.

SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR): Eu só estou reclamando porque ele não colocou a campanha para o Senador Flexa Ribeiro. Tocou para o Tuma, para o outro, e vai tocar para mim, com certeza.

[risos]

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Quem colocou foi lá dentro.

[risos]

E o Senador Flexa Ribeiro, eu queria voltar, eu estou preocupado com V. Ex^a., hoje. Ainda agora, V. Ex^a. estava olhando para mim, eu fiz assim e V. Ex^a. nem me viu.

[risos]

Eu estou preocupado com V. Ex^a., hoje. Estou falando sério.

Por favor, Senador Augusto Botelho.

SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR): Eu gostaria de pedir desculpas por não ter assistido a toda a conferência, mas o meu assessor me passou algumas questões dentro do meu ponto de vista, que ele sabe a direção que eu penso das coisas.

Eu estava agora lá na EMBRAPA, onde foi lançada a pedra fundamental da Unidade de Pesquisa de Agroenergia. Nós temos a primazia da energia do etanol no mundo, não há dúvida nenhuma nisso, mas em relação à energia da biomassa, nós estamos quase, um pouco na frente dos outros países, mas não estamos ainda detectores do conhecimento e do saber. Então, eu gostaria de parabenizar, inclusive, o Presidente, que foi no ano passado que ele criou essa unidade, mas já estamos lançando a pedra fundamental, e vai ser construída uma unidade ao lado da EMBRAPA, onde vai ter quatro laboratórios para fazer pesquisa em agroenergia. Isso é mais um avanço na direção de se desenvolver o País: Dar força para a agricultura, inclusive a agricultura familiar, que participa muito na agroenergia.

Falei na agricultura familiar, vou falar pelas pessoas que me colocaram aqui, que são os pobres. Me preocupa, nessa mudança da tecnologia, duas coisas me preocupam fundamentalmente: Primeira, é se vai haver democratização da oferta de canais? [soa a campainha] Como vai ficar mais amplo...

Tocou a campainha, mas eu vou passar um pouquinho.

[risos]

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): V. Ex^a. já foi Presidente também, sabe que, esgotou o tempo lá, ela toca automática.

SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR): Ela é automática, exato.

Então, se vai haver, vai poder a ampliação, ou estão querendo fazer assim: Amplia o canal, mas uma empresa que já existe pega logo dez canais, seis canais? Eu acho que não é justo que se faça isso. Ela tem que ficar, porque, a não ser que seja uma coisa técnica, que dentro daquela faixa em que ela atuava, dá para colocar cinco, seis. Mas aí vai ficar a mesma coisa. É um monopólio onde as rádios e televisões estão nas mãos, infelizmente, de políticos.

Todo mundo sabe disso, lá no meu Estado não é diferente dos outros. Eu posso falar porque eu sou médico, virei político há quatro anos, e não vou ser dono de rádio, nem de televisão, porque eu acho que é injusto você usar o poder para fazer isso e não dar oportunidade de outros empresários terem a rádio e a televisão.

Então eu acho que ampliar, democratizar o acesso às rádios. Primeiro item. Segundo item, em relação ao nosso assunto da democratização: Esse preço desse receptor vai inviabilizar. Então eu acredito que quem manda é o mercado mesmo, e que vai continuar, as rádios analógicas vão continuar por muitos anos, até

que o preço do receptor digital caia, para ser acessível à população, como foi o Senador Cícero Lucena. Nossa população, a maioria é pobre, realmente.

Outra pergunta que me deixou alegre em relação à CEITEC, é que ele afirmou que nós vamos produzir com preços compatíveis com os preços da China, os produtos. Eu só queria perguntar ao Dr. Sérgio Souza Dias se esses produtos que foram fornecidos para a Petrobrás, esses *chips* que já estão sendo fabricados, estão com o preço próximo ao da China ou estão com o preço ainda muito elevado?

Essas são as questões. Uma em relação à democratização dos receptores e democratização dos canais.

Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Com a palavra, Senador Cícero Lucena. Muito obrigado, Senador Augusto Botelho.

SENADOR CÍCERO LUCENA (PSDB-PB): Serrei bastante rápido, porque o Senador Augusto Botelho fez uma colocação e eu gostaria de colocar uma preocupação para ver se a gente ajuda a agilizar o Governo, porque o Governo lançou o programa há um ano atrás e somente hoje botou a pedra fundamental. Tenho medo desse laboratório não ficar pronto até o término do Governo.

SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR): Dá licença de fazer uma observação?

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Hoje eu estou sentindo que estamos inspirados politicamente.

SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR): Politicamente.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Com a palavra, Senador Augusto Botelho.

SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR): O quadro de pesquisadores e de pessoas já está todo formado e estão trabalhando dentro dos laboratórios existentes da EMBRAPA. Já existe pesquisa em andamento. Inclusive, lá em Roraima eu coloquei uma Emenda para desenvolver qual o cultivar de cana que vai ser bom para Roraima. Roraima tem mais de cinco milhões de áreas planas de lavrado, propícias ao cultivo da cana, sem derrubar uma árvore de diâmetro maior do que esse aqui.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Senador Augusto Botelho, me permite um aparte?

SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR): Fale, Senador Flexa Ribeiro.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Eu fico preocupado. Seu partido disse que a Amazônia não se

presta para cultivo de cana e o nosso Presidente disse que não existe na Amazônia indústria de etanol. Amazônia tem áreas propícias, como V. Ex^a. colocou, para o cultivo da cana, e existem 15 indústrias de etanol na Amazônia. Então, acho bom V. Ex^a., como participante do grande partido do PT, levar essa mensagem para que possa ser difundido não só para o Brasil, como para o mundo.

SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR): O discurso do Presidente foi no sentido de que não vai se derrubar florestas para plantar.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Eu queria só uma questão com os convidados. Veja bem, sabe qual é o... Isso aqui está acontecendo porque está em obstrução o Senado. Então o debate vem para as Comissões. Entendeu? Então nós temos aqui todos com vontade de debater. Senador Flexa Ribeiro, então, chega estar, de repente, fora do ar.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Tomou água de chocalho.

[risos]

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Então temos que... Eu queria pedir desculpas aos convidados, mas, realmente, estamos todos com vontade de debater. E isso antes do dia 02 de outubro, em que começa a questão das Prefeituras, não é? Então, quer dizer, depois do dia 02 de outubro, nós vamos estar todos bem motivados.

Senador Augusto Botelho, deseja fazer mais alguma consideração?

SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR): Não, muito obrigado. É só com relação a isso.

Roraima tem, e V. S^a. é da Amazônia, sabe: Cada Amazônia é uma Amazônia, cada região lá. No Pará existem várias Amazonas. Sabe. Sabe, sim, que ele já esteve lá nos campos de Roraima e passou três dias lá viajando, quando ele era candidato, em uma época para trás.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Queria agora... Aproveitamos já para tirar as dúvidas e fazer as considerações finais, para que possamos encerrar esta frutífera Reunião.

Então vamos obedecer a lista. Então primeiro queria, já que está gravando, o assunto desta Audiência Pública é implantação da rádio digital no Brasil, temos três convidados: Sr. José Carlos Torves, Conselheiro de Rádio Digital do Fórum Nacional pela Democratização da Comunicação, FNDC; Sr. Ara Apkár Minassian, Superintendente de Serviços de Comunicação de Massa da Agência Nacional de Telecomunicações, ANATEL;

e Sr. Sérgio Souza Dias, Presidente do Centro de Excelência em Tecnologia Eletrônica Avançada do Rio Grande do Sul, CEITEC.

Para suas considerações finais e também solução das dúvidas que os Senadores apresentaram, com a palavra o Sr. José Carlos Torves.

SR. JOSÉ CARLOS TORVES: Em função, aliás, em cima da questão do marco regulatório, o Brasil já era para ter um marco regulatório no setor de Comunicações. Já é a nossa Legislação extremamente defasada. Nós ainda agora com a digitalização de rádio e televisão, convergência, é fundamental que haja um novo marco regulatório. Uma nova lei de comunicação de massa ou uma nova lei de telecomunicações, porque também a questão do telefone, hoje, que entra na convergência.

A lei, nós já tínhamos uma Legislação completamente defasada, que impedia a democratização da comunicação, impedia, de certa forma, que se fizesse uma fiscalização maior em cima do sistema de monopólio da comunicação, e hoje, com a nova tecnologia, é fundamental que se tenha um novo marco regulatório. Isso é urgente que se faça no País.

A outra preocupação dos Senadores, que é em relação a se vai haver uma democratização, esses sistemas que hoje estão em testes e que nós não temos nenhum relatório que decida, eles, de forma nenhuma, ampliam a possibilidade de democratização. Muito pelo contrário, eles ocupam mais a banda ainda. Porque nós temos a seguinte proporção: Hoje, um exemplo bem primário, uma rádio de 100 quilowatts, no sistema digital, a proporção é de um para cem, ela passa a um. Então uma rádio de 10 kW, uma pequena rádio ou uma rádio comunitária que tem 5, 5 quilowatts, no máximo 10, essa some. Esse sistema IBOC, ele elimina. Essa rádio sai do espectro.

Há poucos... Há questão de dias, o Instituto de Regulação Americano, semelhante à nossa ANATEL, fez uma consulta para a empresa proprietária do sistema IBOC sobre como se solucionaria o problema das rádios de pequena potência. A empresa respondeu ao Instituto de Fiscalização Americana que não tem solução ainda para isso. Portanto, esse sistema que nós vamos adotar, ele varre com as rádios comunitárias, varre com as rádios públicas pequenas e varre com as pequenas emissoras de cada Município. Nós teremos só as grandes redes no espectro. Vai concentrar ainda mais. Então nós tomarmos uma decisão hoje, quando os testes ainda estão sendo feitos, quando não há soluções para esses vários problemas, é nós concentrarmos ainda mais esse setor de comunicação no Brasil.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Agora, com a palavra, o Sr. Ara Apkár Minassian, Superintendente de Serviços de Comunicação de Massa da Agência Nacional de Telecomunicações, ANATEL, para responder às dúvidas dos Srs. Senadores e também para as suas considerações finais.

Com a palavra, o Sr. Ara. Apkár Minassian.

SR. ARA APKAR MINASSIAN: Muito obrigado, Senador Wellington Salgado de Oliveira, e também agradeço aos Senadores pelas perguntas formuladas. E eu vou tentar responder na ordem em que elas foram realizadas.

Rádio, nós temos que ter um carinho muito grande com o rádio. É o único meio que hoje chega praticamente a 100% dos, não vamos nem falar dos lares, cada cidadão tem um radinho no bolso dele. Ele pode estar no Interior do Brasil. Nós não podemos olhar apenas o rádio como sendo na capital. Na região Amazônica, a informação chega pelo rádio, e tudo isso terá que ser levado em consideração. E por causa disso é que nós estamos trazendo aqui, falamos todas as faixas. Não adianta nós sairmos beneficiando uma ou outra.

Apenas para lembrar, o Senador Flexa Ribeiro é do Rio de Janeiro?

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Do Pará.

SR. ARA APKAR MINASSIAN: Do Pará. Porém... Não, mas quem vai para o Rio de Janeiro, vocês tentam ouvir uma rádio Onda Média. Se alguém conseguir ouvir uma rádio Onda Média no Rio de Janeiro, eu vou dizer, é mágico. Por quê? Porque houve proliferação de rádio? Não. Porque a cidade evoluiu. Temos prédios imensos. Tudo isso aqui influi. E a gente acha que é uma emissora que está interferindo. Não, é a evolução urbana que muda as condições.

Então, se nós, o Brasil não olhar a digitalização do rádio como uma oportunidade para que nós façamos o rádio renascer, então eu digo o seguinte: Nós vamos matar o rádio. Então, esse é um dado que precisa ser levado em consideração.

Muita gente está indo para o FM. Os poucos empresários que investiram na rádio Onda Média não estão vendo alternativas. E eu digo o seguinte: Rádio Onda Média, Onda Curta, estão acabando. E eu acho que nós não podemos, em nenhum momento... O senhor é da Paraíba, o senhor mencionou muito bem: Onda Média, ela tem um alcance maior do que o rádio FM. Então nós temos que incentivar. Isso vale também para a sua região, em Roraima, Senador.

O que... Eu não vou entrar em condições--

SENADOR CÍCERO LUCENA (PSDB-PB): Dr. Ara Apkár Minassian? Que incentivo? Desculpe, Presidente. Que tipo de incentivo?

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Com a palavra, Senador Cícero Lucena.

SR. ARA APKAR MINASSIAN: Nós vamos tentar verificar como nós vamos chegar lá. Então, quando nós estamos falando de digitalização, basicamente, se a gente pegar uma emissora de FM, vou tentar ser muito simplista, ela vai ter uma qualidade de CD. E uma emissora de Onda Média, que hoje vem com um monte de chiados, ele vai ter uma qualidade de FM para cima. Então, esse é o princípio da digitalização.

Por que nós falamos muito em transmissão? Porque nesse momento o foco está na transmissão. Receptores, hoje, enquanto nós não tivermos mercado para rádio digital - Isso, quando eu estou falando em mercado, o Brasil virando mercado exportador, não importa. Nós não estamos falando apenas uma importação de equipamentos. Nós estamos falando também de exportação -, então se o Brasil, se o mundo digital não crescer, o preço do equipamento vai continuar caro. [soa a campainha] Então é a mesma coisa que ocorreu com o celular. Vocês se lembram quanto custava o equipamento do celular? Com a massificação, o preço caiu.

Então, quando a gente fala, às vezes, padrão, no caso, por exemplo, da TV digital, o Brasil escolheu um padrão, não é escolher o seu padrão, ele fez a montagem de tal forma que aproveitou o que há de melhor tecnologicamente no mundo. E o projeto está seguindo. Se a gente partir do zero, nós vamos levar três, quatro, cinco anos para tentar inventar um, não vou falar modelo, um padrão de rádio, que talvez não vá funcionar. E sim, no mundo da convergência, que faz parte do seu projeto, PLS, se eu não me engano, 280, Senador, se eu não estiver equivocado, porque a gente acompanha, o senhor está atacando a convergência. Então o problema não é a digitalização; é a convergência.

Então, eu acho que para sair do mundo analógico para o mundo digital, nós temos que deixar que os empresários, não importa, os pequenos, as rádio comunitárias, possam ir para o mundo digital. O problema é: A regulamentação precisa ser, não da digitalização, mas nesse mundo de convergência em que cada um vai poder fazer tudo e um está invadindo área do outro, aí sim é que vem o marco regulatório, que depois eu vou chegar lá.

Então, os receptores, com o tempo, a partir do momento em que o mundo começa a ir para o rádio digital, nós vamos ter uma escala lá fora, vamos ter uma escala dentro do Brasil e os preços dos equipamentos vão cair.

Mas, em um primeiro momento, o senhor tem razão: Os presos estão lá em cima. É por causa disso que nós estamos, no Brasil, insistindo que a gente use a mesma frequência e a mesma banda. Portanto, hoje, nós não teremos aquela preocupação que nós temos na TV digital, que é uma outra frequência, na faixa de UHF, por outros motivos. Por motivos tecnológicos. Então, as emissoras vão poder continuar irradiando o seu sinal analógico, usando a mesma banda e a mesma frequência e, em cima disso, vão poder mandar também o seu sinal digital.

Então, nós não deveremos ter essa pressa de dizer assim: "*Eu vou apagar o sinal*". Não. Enquanto tiver um contingente e brasileiros que estão usando o rádio na mão e esse rádio ainda não está em preço competitivo, o sistema tem que existir. Vai chegar um momento em que a rádio comunitária vai verificar que o custo do seu equipamento, hoje, a manutenção do rádio analógico, ela está cara. Porque hoje a tecnologia está evoluindo, vai encontrar equipamentos mais baratos. Ele vai se digitalizar. Agora, nós não deveremos criar nem datas e tampouco fixar condições para isso. É assim que eu vejo. Então, eu acho que com isso...

E faltou mais uma colocação que o Senador Romeu Tuma fez. Hoje... Há dois anos, nós mudamos e criamos avanços na regulamentação, porém, as emissoras ainda não conseguiram acompanhar esse avanço. Tecnologicamente, hoje é possível, em rádios um pouco mais modernos, de automóveis e mesmo residenciais, que a gente já saiba quem é o autor da música, quem é, qual é o nome da música, coisas dessa natureza. E ainda o sistema permite uma outra coisa, o analógico: Se eu estou, vamos supor, eu estou em Brasília, eu tenho a Rádio Nacional, mas a Rádio Nacional tem um acordo, por exemplo, com uma outra rádio que fica em Louisiana. Se eu estou andando com o meu carro, eu sintonizo, através de um sistema chamado SRD, e eu consigo ouvir as mesmas músicas ou conseguir ouvir, quando eu estiver perdendo o sinal da Rádio Nacional, eu consigo, no meio do caminho, ouvir uma outra rádio que tem uma certa analogia com a Rádio Nacional, ou ela tem um acordo. E no mundo digital, essa integração também vai existir, com uma forma muito mais fácil.

Então, com isso aqui, eu respondo integralmente as perguntas do Senador Romeu Tuma.

Quanto ao marco relatório, eu acho que não é a questão da digital, eu acho que é a questão da convergência. São outros assuntos envolvidos, Senador, que eu acho que ali temos que olhar. E a nossa regulamentação, na realidade, é da década de 62. Na radiodifusão, ela requer uma certa modernidade. Quando eu digo modernidade, não é de se falar em digital ou não. Hoje

é digital, amanhã, daqui a dez anos vai ser outra coisa, que nós não sabemos o que é. O importante é que se regule o que está por detrás de todo esse processo. Eu acho que o Congresso está analisando.

E quanto à questão dos *royalties*, eu digo o seguinte: A ANATEL vai subsidiar o Executivo com todas as informações necessárias para a tomada de decisão. Questão de *royalties* e outros aspectos, fogem da competência da Agência, conforme eu mencionei na primeira lâmina.

Quanto à pergunta do Senador Cícero Lucena, eu digo o seguinte: A questão do padrão, eu acho que já mencionei. A nossa preocupação hoje, muita gente fala em FM, mas eu, particularmente, como cidadão, eu digo que eu tenho uma preocupação muito grande com Ondas Médias e Ondas Curtas, porque esse, sim, vai fazer um diferencial, principalmente para as regiões do interior do País, e a digitalização vai beneficiar esse segmento.

E nós, se o mercado responder adequadamente, essa digitalização vai chegar mais rápido. Pode ser que demore um pouco mais, mas não tem problema nenhum, porque quem está com o seu radinho vai continuar recebendo o mesmo sinal, no mesmo lugar, na mesma estação, sem qualquer mudança. Nada vai afetar.

E principalmente a sua pergunta, Senador Augusto Botelho, o importante é que com os resultados que nós vamos fornecer ao Executivo, ao próprio Ministério, fatalmente nós teremos todos os dados, e aí sim, nós podemos vir, o Governo, a ANATEL poderá vir até a rever o seu plano de distribuição de canais. Então, tem que se tomar muita cautela quando se diz que hoje eu estou ocupando uma banda maior. Eu não sei se estou ocupando uma banda maior. Ainda está prematuro nós tomarmos isso como princípio. No analógico eu não ocupo essa banda, porém, eu tenho que ter outras salvaguardas. Então, eu tenho que, por exemplo, na cidade, quando eu coloco uma emissora no ar em 95,3, por exemplo, eu não posso ter em 95,5 uma emissora, eu não posso ter em 95,7 outra emissora. Então, eu dou uma defasagem. E no mundo digital esse comportamento vai mudar. E em função dessas análises e desses estudos que serão concluídos, pode ser que sim, nós tenhamos que fazer um rearranjo no espectro.

Um exemplo disso, na TV digital, o que ocorreu? Por que nas cidades eu tenho canal 2, eu não posso ter canal 3 e eu tenho canal 4? Para evitar interferências. Mas no mundo digital, vocês vão verificar que eu estou colocando uma emissora ao lado da outra. Ampliei o espectro? Sim. Quando eu for para o mundo digital, em cada cidade nós vamos ter condição de

colocar 40 canais de TV com características que hoje o analógico não permite. Então, a expansão, a democratização, ela vai existir. Agora, de antemão, quando eu estou operando no mundo analógico, com o mundo digital, eu, simplesmente, dizer que eu, lá na frente, eu estou gerando uma consequência, eu acho que é muito prematura essa afirmativa.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Sr. Ara Apkár Minassian, eu não queria ser descortês--

SR. ARA APKAR MINASSIAN: Eu já terminei.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): É porque nós temos a aprovação na outra Comissão. V. Ex^a., inclusive, recebeu o telefonema, que é relator também, do projeto.

SR. ARA APKAR MINASSIAN: Eu já terminei. E dizendo o seguinte: Por causa disso é que na TV digital, como envolve um novo espectro, se deu dez anos, o Governo deu dez anos, e no rádio, fatalmente isso não vai existir, porque eu estou usando a mesma banda. Só que amanhã ou depois eu vou poder fazer remanejamento de emissoras, de tal forma a melhor utilizar o espectro dentro do mundo digital e não olhar apenas o mundo analógico.

Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Desculpe, Sr. Ara Apkár Minassian. Porque, realmente, inclusive, é fascinante. Porque eu tenho sentido que V. S^a., como tem a prática e também o conhecimento acadêmico, então está passando, tirando nossas dúvidas todas aqui.

Passaria agora a palavra ao Sr. Sérgio Souza Dias, Presidente do Centro de Excelência em Tecnologia Eletrônica Avançada do Rio Grande do Sul, CEITEC, para as suas considerações finais e tirar também as dúvidas dos ilustres Senadores. Com a palavra.

SR. SÉRGIO SOUZA DIAS: Primeiramente, eu gostaria de agradecer a oportunidade e, rapidamente, tentando responder às questões. Inicialmente, o CEITEC, na realidade, ele nasceu de uma parceria entre o setor público, em todas as instâncias, universidades e indústrias. Mas a partir de 2004, quando foi necessária a construção física da fábrica, um investimento na ordem de 200 milhões de reais, houve uma participação maior, realmente, do Governo Federal, através do Ministério da Ciência e Tecnologia, que está aportando os recursos para esse desenvolvimento. Então, inclusive, o CEITEC, que hoje é uma associação civil sem fins lucrativos, está se fazendo avaliação de uma transformação em uma empresa pública ou em uma sociedade de economia mista, porque, já respondendo

à segunda questão, o CEITEC deverá, nos próximos três anos, se tornar auto-suficiente e, sim, gerar recursos próprios, inclusive, ter lucro nos seus processos. Porque nós estamos desenvolvendo o nosso plano de negócios e a nossa estratégia, exatamente, de inserção do Brasil nesse mercado de sem-condutores.

Então, nós queremos disputar, sim, com custos de desenvolvimento de circuitos integrados de produção, com outros países. Esses produtos que já foram desenvolvidos, inclusive esses dois que já estão no mercado e mais um terceiro que é o da TV digital, os custos de produção são custos inferiores aos custos de importação. Ou seja, nós estamos substituindo, sim, importação de produtos. Esses componentes ainda não estão sendo produzidos; eles foram desenvolvidos, desenhados no Brasil, estão sendo ainda produzidos fora, exatamente porque a fábrica deverá começar a produzir somente em abril do ano que vem. Então hoje nós estamos produzindo em *foundries*, parceiras nossas fora do Brasil. Mas a nossa idéia é exatamente trazer isso para dentro do CEITEC.

Outra questão fundamental, que passa, é exatamente a seguinte: Para que o CEITEC está sendo criado? Qual é a filosofia do CEITEC? Por que o Governo está investindo 200 milhões de reais em um projeto como o CEITEC? Basicamente, por dois motivos: Primeiro, como eu coloquei inicialmente, mudar o perfil da indústria nacional de eletroeletrônicos. Ou seja, trabalhar em parceria com a empresa, para que ela comece a desenvolver os seus circuitos integrados internamente. Como eu disse, hoje, os engenheiros de aplicação dessas indústrias, eles pegam um *chip set*, pegam um manual onde tem diversos tipos de componentes, importam e montam a sua solução. Agora, com o CEITEC, já é possível, então, que essas empresas, já está acontecendo em diversos setores da Economia, em diversos setores dessa área de eletroeletrônicos, que essas empresa possam desenvolver a sua solução, e deixar de pagar, então essa importação. Então, nós estamos substituindo importações de componentes. Então, primeira idéia é exatamente essa: Trabalhar em parceria diretamente com a indústria, para reverter esse processo.

Segundo, fundamentalmente também, criar no Brasil, porque o Brasil era um terreno totalmente estéril para implantação de empresas na área de produção de circuitos integrados. Ou seja, quando houve aquela discussão da TV digital, houve, inclusive, a discussão da vinda de uma fábrica da Toshiba de produção de circuitos integrados e tal. Qual é a conclusão dessas grandes empresas, hoje, que estão situadas na Ásia, nos Estados Unidos e na Europa? Para você se instalar, você precisa ter ali recursos humanos, você precisa

ter uma infra-estrutura necessária. Então, o segundo ponto do CEITEC, fundamental, é criar no Brasil um ecossistema, que hoje já tem, [soa a campainha] hoje nós já conseguimos, digamos, construir salas limpas, que é o ambiente de produção de circuitos integrados, em condições iguais a qualquer país do mundo. Ou seja, no Brasil, se vier um investimento de uma empresa nessa área de semicondutores, uma fábrica de grande porte, ela já tem condições de construir o seu sistema internamente no Brasil.

Segundo, desenvolvimento de recursos humanos para fazer a produção e para fazer o desenvolvimento do *chip*. No CEITEC, no seu início, há dois anos atrás, nós começamos a repatriar profissionais brasileiros que estavam fora do Brasil. Nós temos a nossa Gerente de Projetos de *Designs*, é uma brasileira que estava há dez anos trabalhando na Alemanha. Nós temos pessoal que está vindo dos Estados Unidos, da França, de Portugal, ou seja, brasileiros que por, até o que o Senador havia comentado, que estão fora do Brasil, desenvolvendo seus projetos, hoje, com o CEITEC, eles estão conseguindo retornar ao Brasil e fazer esses projetos no Brasil. Então, essa é uma segunda função estratégica. Ou seja, desenvolver recursos humanos para que outros projetos desse porte e maiores que esse, inclusive a possibilidade de Minas Gerais, lá da CBS, da Companhia Brasileira de Semicondutores, ela se baseia exatamente nesse ecossistema que o CEITEC está criando no Brasil. Ele está localizando estrategicamente lá, logisticamente no Rio Grande do Sul, mas ele é um projeto nacional. Ele é um projeto para mudar o perfil do Brasil como um todo.

E a questão, isso mais no sentido de mudança na área da eletroeletrônica. Mas, por outro lado, como eu disse, o CEITEC, ele não veio só para fazer desenvolvimento de pesquisa ou só para fazer esse tipo de questão de recursos humanos. Ele veio para ser uma empresa rentável, produtiva, que vai trabalhar com custos e com preços compatíveis com o mercado, para que, exatamente, ou seja, todos esses projetos que a gente faz, nós fizemos um planejamento, um plano de negócios, se realmente o custo do *chip* é viável para que a empresa, ao invés de importar, adquira do CEITEC, então, todos esses nossos projetos, têm uma modelagem, um modelamento, para verificar se realmente ele se torna viável ou não. Não veio simplesmente para ser um Centro de Desenvolvimento de Pesquisa. Não. Ele veio para ser uma empresa que vai realmente competir. Só que vai ser exatamente o alavancador de um processo de alteração em termos de Brasil. Essa que é a idéia.

E só a questão, mais um segundinho, a questão do modelo, que eu acho que é fundamental, realmente,

uma discussão nesse sentido, no caso da TV digital, por exemplo, o fato de ter se optado pelo modelo inicialmente japonês, que... Mas a questão é a seguinte: Que tem etapas, partes, processos, componentes, *chips*, que podem ser tropicalizados, podem ser nacionalizados. E é isso que nós estamos fazendo.

Então, essa avaliação, independente do modelo que for escolhido, uma parte disso tem que ser desenvolvida dentro do Brasil, com a nossa capacidade. E realmente as nossas universidades estão comprovando que têm uma grande capacidade de desenvolvimento. E tem que ter, exatamente, Centros que transformem isso que a universidade está fazendo em algo prático e concreto. Porque, muitas vezes, a universidade, ela desenvolve com determinados custos, que estão fora do mercado. Então, precisa ter exatamente Centros, como é o caso do CEITEC, que vão transformar esse desenvolvimento e esse estudo em algo realmente que possa ser usado pela sociedade, que tenham custos compatíveis.

Então, o exemplo do modulador, que é o sistema de transmissão da TV digital, que é um dos *chips* que nós estamos desenvolvendo, é exatamente isso: O custo desse *chip* é três vezes inferior ao custo que seria importado.

Então são modelos de nacionalização, de propriedade intelectual internalizada, que realmente podem mudar o perfil da nossa economia.

Obrigado.

E não tem no mundo. Ah, sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Pois não, Sr. Sérgio Souza Dias?

SR. SÉRGIO SOUZA DIAS: Só para completar, realmente: Esse *chip* que nós estamos desenvolvendo, como ele vai atender aos três sistemas, ele não existe em qualquer lugar do mundo. E essa empresa que está desenvolvendo em conjunto conosco, estamos contratando para fazer esse desenvolvimento, vai poder exportar seus transmissores para a Europa, para os Estados Unidos, para qualquer lugar, porque, realmente, é um desenvolvimento único no mundo.

Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Muito obrigado, Sr. Sérgio Souza Dias, Presidente do Centro de Excelência em Tecnologia Eletrônica Avançada do Rio Grande do Sul.

Então tivemos hoje a segunda Audiência Pública da implantação do rádio digital.

Não tendo mais nada a declarar, declaro encerrada esta Reunião e parabenizo a Comissão por esta excelente apresentação dos debatedores.

Muito obrigado pela presença.

Sessão encerrada às 11h54.

COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA

ATA DA 25ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 22 DE AGOSTO DE 2007.

Às nove horas e trinta e três minutos do dia vinte e dois de agosto de dois mil e sete, na sala de reuniões da Comissão, Ala Senador Alexandre Costa, sala 19, sob a Presidência do Senhor Senador Wellington Salgado de Oliveira e com a presença dos Senhores Senadores Marcelo Crivella, Augusto Botelho, Renato Casagrande, Sérgio Zambiasi, Ideli Salvatti, Valdir Raupp, Gilvam Borges, Romeu Tuma, Maria do Carmo Alves, Antonio Carlos Júnior, Eduardo Azeredo, Cícero Lucena, Flávio Arns, João Ribeiro, Francisco Dornelles, Heráclito Fortes e Flexa Ribeiro, reúne-se a Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática. Deixam de comparecer os Senhores Senadores Valter Pereira, Demóstenes Torres e João Tenório. O Senhor Presidente Senador Wellington Salgado de Oliveira, submete à Comissão a dispensa da leitura da Ata da Reunião anterior, que é dada como aprovada. Prosseguindo, a Presidência inicia a deliberação da Pauta. Item 01: Projeto de Decreto Legislativo nº. 93, de 2007, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo, que "Aprova o ato que renova a concessão outorgada à Sociedade Rádio Clube de Varginha Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda tropical, na cidade de Varginha, Estado de Minas Gerais." O relator designado é o Senador Eduardo Azeredo e o projeto é aprovado por 09 (nove) votos favoráveis. Item 02: Projeto de Decreto Legislativo nº. 168, de 2007, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo, que "Aprova o ato que outorga permissão à Fundação Cultural Educativa Água Viva para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Divinópolis, Estado de Minas Gerais." O relator designado é o Senador Eduardo Azeredo e o projeto é aprovado por 09 (nove) votos favoráveis. Item 03: Projeto de Decreto Legislativo nº. 181, de 2007, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo, que "Aprova o ato que outorga permissão à Jea Comunicações Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Araruama, Estado do Rio de Janeiro." O relator designado é o Senador Marcelo Crivella e o projeto é aprovado por 11 (onze) votos favoráveis. Item 04: Projeto de Decreto Legislativo nº. 131, de 2007, de caráter terminativo, de autoria do Poder

Executivo, que “Aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária de Difusão Novo Horizonte para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Itapuã do Oeste, Estado de Rondônia.” O relator designado é o Senador Valdir Raupp e o projeto é aprovado por 09 (nove) votos favoráveis. Item 05: Projeto de Decreto Legislativo nº. 178, de 2007, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo, que “Aprova o ato que outorga autorização à Associação de Radiodifusão Comunitária Barcarena FM para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Barcarena, Estado do Pará.” O relator designado é o Senador Flexa Ribeiro e o projeto é aprovado por 09 (nove) votos favoráveis. Item 06: Projeto de Decreto Legislativo nº. 195, de 2007, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo, que “Aprova o ato que outorga autorização à Associação dos Integrantes e Colaboradores do Arraiá das Flores para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Graça, Estado do Ceará.” O relator designado é o Senador Augusto Botelho e o projeto é aprovado por 09 (nove) votos favoráveis. Item 07: Projeto de Decreto Legislativo nº. 233, de 2007, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo, que “Aprova o ato que outorga autorização à Associação Ypuarana Artística e Cultural de Radiodifusão Comunitária de Lagoa Seca para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Lagoa Seca, Estado da Paraíba.” O relator designado é o Senador Cícero Lucena e o projeto é aprovado por 09 (nove) votos favoráveis. Item 08: Projeto de Decreto Legislativo nº. 248, de 2007, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo, que “Aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária de Comunicação e Cultura de Coribe para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Coribe, Estado da Bahia.” O relator designado é o Senador Cícero Lucena e o projeto é aprovado por 09 (nove) votos favoráveis. Item 09: Projeto de Decreto Legislativo nº. 246, de 2007, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo, que “Aprova o ato que outorga autorização à Associação dos Amigos do Bairro da Matriz de Jaguaribara para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Jaguaribara, Estado do Ceará.” A relatora designada é a Senadora Maria do Carmo Alves e o projeto é aprovado por 11 (onze) votos favoráveis. Item 10: Projeto de Decreto Legislativo nº. 149, de 2007, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo, que “Aprova o ato que renova a permissão outorgada à FM Melody De Ribeirão Preto Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Ribeirão Preto, Estado de São Paulo.” O relator designado, ad hoc, é o Senador Marcelo Crivella e o projeto é apro-

vado por 11 (onze) votos favoráveis. Item 11: Projeto de Decreto Legislativo nº. 152, de 2007, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo, que “Aprova o ato que outorga autorização à Associação dos Amigos da Comunicação Tanabiense para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Tanabi, Estado de São Paulo.” O relator designado, ad hoc, é o Senador Marcelo Crivella e o projeto é aprovado por 11 (onze) votos favoráveis. Item 12: Projeto de Decreto Legislativo nº. 174, de 2007, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo, que “Aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária Sheknah FM para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de São João da Boa Vista, Estado de São Paulo.” O relator designado, ad hoc, é o Senador Marcelo Crivella e o projeto é aprovado por 11 (onze) votos favoráveis. Item 13: Projeto de Decreto Legislativo nº. 107, de 2007, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo, que “Aprova o ato que renova a concessão outorgada à Fundação Cultural da Serra para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Garibaldi, Estado do Rio Grande do Sul.” O relator designado é o Senador Sérgio Zambiasi e o projeto é aprovado por 09 (nove) votos favoráveis. Item 14: Projeto de Decreto Legislativo nº. 142, de 2007, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo, que “Aprova o ato que outorga permissão à Fundação Gazeta - Jornalista Francisco José Frantz para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Santa Cruz do Sul, Estado do Rio Grande do Sul.” O relator designado é o Senador Sérgio Zambiasi e o projeto é aprovado por 09 (nove) votos favoráveis. Item 15: Projeto de Decreto Legislativo nº. 147, de 2007, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo, que “Aprova o ato que renova a concessão outorgada à Rádio São Roque Ltda para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Faxinal do Soturno, Estado do Rio Grande do Sul.” O relator designado é o Senador Sérgio Zambiasi e o projeto é aprovado por 09 (nove) votos favoráveis. Item 16: Projeto de Decreto Legislativo nº. 148, de 2007, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo, que “Aprova o ato que outorga autorização à Associação para o Desenvolvimento Cultural e Integração Social de Rolante para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Rolante, Estado do Rio Grande do Sul.” O relator designado é o Senador Sérgio Zambiasi e o projeto é aprovado por 09 (nove) votos favoráveis. Item 17: Projeto de Decreto Legislativo nº. 170, de 2007, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo, que “Aprova o ato que outorga autorização à Associação Arauto Cultural de Boqueirão do Leão para executar

serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Boqueirão do Leão, Estado do Rio Grande do Sul.” O relator designado é o Senador Sérgio Zambiasi e o projeto é aprovado por 09 (nove) votos favoráveis. Item 18: Projeto de Decreto Legislativo nº. 130, de 2007, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo, que “Aprova o ato que outorga permissão à Rádio Portal da Costa Oeste S/C Ltda para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Itaipulândia, Estado do Paraná.” O relator designado é o Senador Flávio Arns e o projeto é aprovado por 09 (nove) votos favoráveis. Item 19: Projeto de Decreto Legislativo nº. 135, de 2007, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo, que “Aprova o ato que outorga permissão à Rádio Quiguay Ltda para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Francisco Beltrão, Estado do Paraná.” O relator designado é o Senador Flávio Arns e o projeto é aprovado por 09 (nove) votos favoráveis. Item 20: Projeto de Decreto Legislativo nº. 136, de 2007, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo, que “Aprova o ato que renova a concessão outorgada à Rádio Difusora de Apucarana Ltda para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Apucarana, Estado do Paraná.” O relator designado é o Senador Flávio Arns e o projeto é aprovado por 09 (nove) votos favoráveis. Item 21: Projeto de Decreto Legislativo nº. 144, de 2007, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo, que “Aprova o ato que renova a concessão outorgada à Televisão Cidade Ltda para explorar serviço de radiodifusão de sons e imagens na cidade de Londrina, Estado do Paraná.” O relator designado é o Senador Flávio Arns e o projeto é aprovado por 09 (nove) votos favoráveis. Item 22: Projeto de Decreto Legislativo nº. 153, de 2007, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo, que “Aprova o ato que outorga autorização à Associação de Moradores do Jardim Aviação e Maria Cecília para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de São José dos Pinhais, Estado do Paraná.” O relator designado é o Senador Flávio Arns e o projeto é aprovado por 09 (nove) votos favoráveis. Item 23: Projeto de Decreto Legislativo nº. 161, de 2007, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo, que “Aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária de Comunicação e Cultura de Marquinho para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Marquinho, Estado do Paraná.” O relator designado é o Senador Flávio Arns e o projeto é aprovado por 09 (nove) votos favoráveis. Item 24: Projeto de Decreto Legislativo nº. 205, de 2007, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo, que “Aprova o ato que outorga permissão à Rádio Itaipú FM Ltda.

para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Remanso, Estado da Bahia.” O relator designado, ad hoc, é o Senador Valdir Raupp e o projeto é aprovado por 09 (nove) votos favoráveis. Item 25: Projeto de Decreto Legislativo nº. 62, de 2007, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo, que “Aprova o ato que renova a concessão outorgada à Rádio Progresso de Descanso Ltda para executar serviço de radiodifusão sonora em onda média, na cidade de Descanso, Estado de Santa Catarina.” O relator designado, ad hoc, é o Senador Augusto Botelho e o projeto é aprovado por 09 (nove) votos favoráveis. Item 26: Projeto de Decreto Legislativo nº. 124, de 2007, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo, que “Aprova o ato que renova a concessão outorgada à Rádio Belos Montes de Seara Ltda para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Seara, Estado de Santa Catarina.” O relator designado, ad hoc, é o Senador Augusto Botelho e o projeto é aprovado por 09 (nove) votos favoráveis. Item 27: Projeto de Decreto Legislativo nº. 137, de 2007, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo, que “Aprova o ato que renova a permissão outorgada à Rádio Difusora São Francisco Ltda para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de São Francisco do Sul, Estado de Santa Catarina.” O relator designado, ad hoc, é o Senador Augusto Botelho e o projeto é aprovado por 09 (nove) votos favoráveis. Item 28: Projeto de Decreto Legislativo nº. 143, de 2007, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo, que “Aprova o ato que renova a permissão outorgada à Rádio Sociedade Catarinense Ltda para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Joaçaba, Estado de Santa Catarina.” O relator designado, ad hoc, é o Senador Augusto Botelho e o projeto é aprovado por 09 (nove) votos favoráveis. Item 29: Projeto de Decreto Legislativo nº. 157, de 2007, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo, que “Aprova o ato que renova a concessão outorgada à Televisão Riviera Ltda para explorar serviço de radiodifusão de sons e imagens na cidade de Rio Verde, Estado de Goiás.” O relator designado, ad hoc, é o Senador Cícero Lucena e o projeto é aprovado por 10 (dez) votos favoráveis. Item 30: Projeto de Decreto Legislativo nº. 150, de 2007, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo, que “Aprova o ato que renova a concessão outorgada à Rádio Araguaia Ltda para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda curta na cidade de Goiânia, Estado de Goiás.” A relatora designada, ad hoc, é a Senadora Maria do Carmo Alves e o projeto é aprovado por 10 (dez) votos favoráveis. Item 31: Projeto de Decreto Legislativo nº. 191, de 2007, de

caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo, que “Aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária Amigos do Olheiro para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Pureza, Estado do Rio Grande do Norte.” O relator designado, ad hoc, é o Senador Antonio Carlos Júnior e o projeto é aprovado por 10 (dez) votos favoráveis. Item 32: Projeto de Decreto Legislativo nº. 235, de 2007, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo, que “Aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária de Comunicação e Cultura de São Tomé-RN para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de São Tomé, Estado do Rio Grande do Norte.” O relator designado, ad hoc, é o Senador Antonio Carlos Júnior e o projeto é aprovado por 10 (dez) votos favoráveis. Item 33: Projeto de Decreto Legislativo nº. 194, de 2007, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo, que “Aprova o ato que outorga permissão à Fundação Chico Florentino para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Caruaru, Estado de Pernambuco.” O relator designado, ad hoc, é o Senador Antonio Carlos Júnior e o projeto é aprovado por 10 (dez) votos favoráveis. Item 34: Projeto de Decreto Legislativo nº. 85, de 2007, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo, que “Aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária para o Desenvolvimento Artístico e Cultural de Águas Formosas para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Águas Formosas, Estado de Minas Gerais.” O relator designado, ad hoc, é o Senador Eduardo Azeredo e o projeto é aprovado por 10 (dez) votos favoráveis. Item 35: Projeto de Decreto Legislativo nº. 102, de 2007, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo, que “Aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária Rádio Pontal de Elói Mendes para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Elói Mendes, Estado de Minas Gerais.” O relator designado, ad hoc, é o Senador Eduardo Azeredo e o projeto é aprovado por 10 (dez) votos favoráveis. Item 36: Projeto de Decreto Legislativo nº. 132, de 2007, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo, que “Aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária Comunicativa FM para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de João Monlevade, Estado de Minas Gerais.” O relator designado, ad hoc, é o Senador Eduardo Azeredo e o projeto é aprovado por 10 (dez) votos favoráveis. Item 37: Projeto de Decreto Legislativo nº. 122, de 2007, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo, que “Aprova o ato que outorga autorização à Associação Nilopolitana Aparecida para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade

de Nilópolis, Estado do Rio de Janeiro.” O relator designado, ad hoc, é o Senador Marcelo Crivella e o projeto é aprovado por 10 (dez) votos favoráveis. Item 38: Projeto de Decreto Legislativo nº. 171, de 2007, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo, que “Aprova o ato que outorga permissão à Fundação Quilombo para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Maceió, Estado de Alagoas.” O relator designado, ad hoc, é o Senador Cícero Lucena e o projeto é aprovado por 10 (dez) votos favoráveis. Nada mais havendo a tratar, a Presidência encerra a reunião, às dez horas e dezenove minutos, determinando que eu, Égli Lucena Heusi Moreira, Secretária da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática lavrasse a presente Ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada, no Diário do Senado Federal.

Senador **Wellington Salgado De Oliveira**, Presidente da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática

COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA - CCT

25ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA NO DIA 22 DE AGOSTO DE 2007.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Havendo número regimental, declaro aberta a 25ª Reunião Extraordinária da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura que se realiza hoje dia 22 de agosto de 2007.

Antes de iniciamos a reunião submeto à apreciação do Plenário a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior. Os Srs. Senadores que concordam permaneçam como se encontram. Aprovado.

Senador Marcelo Crivella o Requerimento que V.Ex^a. apresentou, nós recebemos o comunicado que três dos quatro não teriam a agenda, então ficou de nós marcarmos outra vez à Telefônica, a Abril e a Anatel.

SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ): Sr. Presidente, na verdade a nossa Audiência Pública ficou pré-agendada para o dia 30, tendo em vista exatamente a falta de disponibilidade da TVA e da Telefônica. Os da Anatel estariam prontos para vir, mas já que é importantíssimo a parte dos contratantes, quer dizer, os dois que assinam o contrato, então a Audiência foi transferida, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Eu queria dar uma satisfação a V.Ex^a. Eu já vi que V.Ex^a. já sabe o que está acontecendo. Vamos aproveitar os Senadores que estão presentes, acidentalmente, porém importante, o primeiro é Minas Gerais, Senador Eduardo Azeredo, para relatar dois processos que é o Item nº 01 da Pauta.

Hoje eu queria dizer aos Srs. Senadores que temos só rádio e concessões e outorgas e renovação na Pauta.

Então, primeiro projeto é um projeto terminativo, um Projeto de Decreto Lei nº 93, de 2007 que “Aprova o ato que renova a concessão que outorga à Sociedade Rádio Clube de Varginha Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda tropical, na cidade de Varginha, Estado de Minas Gerais”. Todos os projetos aqui são de autoria do Poder Executivo, nesse caso o Item nº 01, que é da cidade da Varginha, relatoria do Senador Eduardo Azeredo e o segundo também de relatoria do Senador Eduardo Azeredo, que “Outorga permissão à Fundação Cultural Educativa Água Viva para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Divinópolis, Estado de Minas Gerais”.

Passo a palavra imediatamente ao Senador Eduardo Azeredo para os dois Itens, para a relatoria dos dois Itens.

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Sr. Presidente, o parecer é favorável, considerando que todos os documentos já foram analisados pelo Ministério e não há nada que obste, portanto, o voto favorável à Sociedade Rádio Clube de Varginha para onda, serviço de radiodifusão sonora em onda tropical, em Varginha no sul de Minas.

Da mesma forma é o voto em relação à Fundação Cultural Educativa Água Viva. Neste caso para a frequência modulada na cidade de Divinópolis, no oeste de Minas, voto favorável.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Passaremos ao Item, Senador Marcelo Crivella, ao Item nº 03.

SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ): Sr. Presidente, trata-se de outorga de permissão à JEA Comunicações Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na linda cidade de Araruama, Estado do Rio de Janeiro, principal fonte de abastecimento de sal da Coroa Portuguesa no século XVI e XVII. Chega a essa Comissão, Sr. Presidente, para apreciação em caráter terminativo, esse Projeto de Decreto Legislativo que aprova a outorga de permissão à JEA, não havendo, Sr. Presidente, nenhum obstáculo jurídico, constitucional e o projeto está vaza-

do em boa técnica legislativa, após ser aprovado pela Câmara dos Deputados, aqui também Sr. Presidente, recebe desse relator o voto favorável.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Em discussão. Não havendo quem queira discutir passaremos à votação final e o mesmo com o Senador Eduardo Azeredo nos dois Itens anteriores. Não houve discussão passaremos à votação final.

Passarei agora ao Item nº 04. O Projeto de Decreto Legislativo nº 131, de 2007, “Aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária de Difusão Novo Horizonte para executar serviço de radiodifusão comunitária na Cidade de Itapuã do Oeste, Estado de Rondônia”.

Autoria do Poder Executivo, relatoria do meu ilustre líder Senador Valdir Raupp a quem eu passo a palavra.

SENADOR VALDIR RAUPP (PMDB-RO): Sr. Presidente, Sr^{as}. e Srs. Senadores, tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDS nº 131, de 2007 não evidenciou violação da legislação pertinente e não havendo reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, opinamos pela aprovação do ato que autoriza a Associação Comunitária de Difusão Novo Horizonte a executar serviços de radiodifusão comunitária na cidade de Itapuã do Oeste, Estado de Rondônia, na forma do Projeto de Decreto Legislativo originário da Câmara dos Deputados.

Sr. Presidente, esta vai ser a única emissora de rádio nesta cidade. Não há nenhum outro veículo de comunicação. Então, eu entendo que vai ser de fundamental importância para difundir a informação naquela cidade. Muito obrigado, Sr. Presidente.

SENADOR SÉRGIO ZAMBIASI (PTB-RS): Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Em discussão. Não havendo quem queira discutir passaremos à votação final.

Com a palavra Senador Sérgio Zambiasi.

SENADOR SÉRGIO ZAMBIASI (PTB-RS): Obrigado Presidente. Apenas para solicitar uma inversão de Pauta, o Ministro Mares Guia está na Bancada do PTB e aguardando uma reunião e eu tenho cinco pareceres para proferir.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Bom, apresento ao Plenário dessa Comissão a sugestão de inversão de Pauta do Senador Sérgio Zambiasi. Os que concordam permaneçam como estão. Todos con-

cordaram. Então, passaremos à relatoria do Senador Sérgio Zambiasi.

SENADOR SÉRGIO ZAMBIASI (PTB-RS): Agradeço a solidariedade de todos.

Início pelo Item nº 13. Projeto de Decreto Legislativo nº 107, de 2007, “Aprova o ato que renova a concessão outorgada à Fundação Cultural da Serra para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Garibaldi, Estado do Rio Grande do Sul”. Na Serra Gaúcha, o parecer é favorável, Presidente.

Eu posso fazer todos?

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): À vontade.

SENADOR SÉRGIO ZAMBIASI (PTB-RS): Item nº 14: “Aprova o ato que outorga permissão à Fundação Gazeta - Jornalista Francisco José Frantz para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Santa Cruz do Sul, Estado do Rio Grande do Sul.” E o parecer também é favorável.

Item nº 15: “Aprova o ato que renova à concessão outorgada à Rádio São Roque Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Faxinal do Soturno, Estado do Rio Grande do Sul”. E também o parecer é favorável.

Item nº 16: “Aprova o ato que outorga autorização à Associação para o Desenvolvimento Cultural e Integração Social de Rolante para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Rolante, Estado do Rio Grande do Sul”. Também com parecer favorável.

E por último: “Aprova o ato que outorga autorização à Associação Arauto Cultural de Boqueirão do Leão para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Boqueirão do Leão, Estado do Rio Grande do Sul”. E o parecer também é favorável, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Em discussão os itens de relatoria do Senador Sérgio Zambiasi. Não havendo quem queira discutir passaremos à votação em grupo ao final.

Item nº 06 da Pauta, o Senador Augusto Botelho. É o Item que: “Aprova o ato que outorga autorização à Associação dos Integrantes e Colaboradores do Arraiá das Flores para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Graça, Estado do Ceará”.

Autoria do Poder Executivo, relatoria do Senador Augusto Botelho a quem eu passo a palavra.

SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR): Tendo em vista que ao exame da documentação que acompanha o PDS nº 195, de 2007, não evidenciou violação da legislação pertinente e, não havendo reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade, jurídi-

cidade e técnica legislativa, opinamos pela aprovação do ato que autoriza a Associação dos Integrantes e Colaboradores do Arraiá das Flores a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Graça, Estado do Ceará.

Esse é o voto Sr. Presidente, favorável.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Em discussão. Não havendo quem queira discutir passaremos à votação ao final. Item nº 07, 08.

Item nº 07: “Aprova o ato que outorga autorização à Associação Ypuarana Artística e Cultural de Radiodifusão Comunitária de Lagoa Seca para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Lagoa Seca, Estado da Paraíba”. Autoria do Poder Executivo, relatoria do Senador Cícero Lucena.

Item nº 08. Também: “Aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária de Comunicação e Cultura de Coribe para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Coribe, Estado da Bahia”. Autoria do Poder Executivo e ambos relatoria do Senador Cícero Lucena, a quem passo a palavra.

SENADOR CÍCERO LUCENA (PSDB-PB): Sr. Presidente, eu vou direto ao voto para outorga da autorização à Associação Ypuarana Artística e Cultural de Radiodifusão Comunitária de Lagoa Seca, no Estado da Paraíba. Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDS nº 233, de 2007 não evidenciou violação da legislação pertinente, não havendo reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, opinamos pela aprovação do ato que autoriza a Associação Ypuarana Artística e Cultural de Radiodifusão Comunitária de Lagoa Seca a executar serviço de radiodifusão comunitária na mesma cidade, no Estado da Paraíba, na forma do Projeto de Lei do Decreto Legislativo originário da Câmara dos Deputados.

Esse é o voto Sr. Presidente.

Bem como, a outorga de autorização da Associação Comunitária de Comunicação e Cultura de Coribe, no Estado da Bahia. Também direto ao voto pela aprovação já que foi verificado todos os atos pertinentes à concessão.

Esse é o voto, Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Muito bem relatado por V.Ex^a. e que V.Ex^a. tem um carinho especial por todas essas cidades relatadas.

Em discussão os pareceres do Senador Cícero Lucena. Não havendo quem queira discutir passaremos à votação ao final.

Item nº 09 da Pauta. Projeto de Decreto Legislativo nº 246, de 2007: “Aprova o ato que outorga auto-

rização à Associação dos Amigos do Bairro da Matriz de Jaguaribara para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Jaguaribara, Estado do Ceará". A autoria do Poder Executivo. Relatoria da Senadora Maria do Carmo Alves, que hoje se encontra fora do seu lugarzinho. O Senador Flávio Arns pegou o lugar de V.Ex^a. hoje, mas está perdoado. Eu estou até com desequilíbrio na Comissão porque sempre vejo V.Ex^a. no lugarzinho ali e no Plenário também.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Mas quando eu cheguei, eu perguntei se ela queria sentar aqui, ela disse que não, não precisava me preocupar.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Com a palavra a Senadora Maria do Carmo Alves.

SENADORA MARIA DO CARMO ALVES (DEM-SE): Sr. Presidente, Srs. Senadores, o ato que aprova a outorga autorização à Associação dos Amigos do Bairro da Matriz de Jaguaribara, toda documentação que acompanha o referido PDS não evidenciou violação de legislação pertinente e não havendo reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, opinamos pela aprovação.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Em discussão. Relatoria da Senadora Maria do Carmo Alves. Não havendo quem queira discutir passaremos à votação final.

Hoje são somente rádios, um dia especial. Poderia até ser homenagem a alguém da radiodifusão no dia de hoje porque realmente tiramos hoje para dar uma... Ainda tem muita rádio para dar concessões no arquivo que está subindo, mas hoje são 38 rádios.

Passaremos agora ao Senador Flávio Arns que irá relatar os Itens: 18, 19, 20, 21, 22 e 23, uma, duas, três, quatro, cinco, seis, rádios. Vamos lá, para que eu não... Do Item nº 18 em diante, não é isso? Eu vou ler rapidamente são todos de autoria do Poder Executivo.

O Item nº 18: "Que outorga ao serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Itaipulândia, Estado do Paraná". O Item nº 19 é uma frequência modulada na cidade de Francisco Beltrão, também no Estado do Paraná. O Item nº 20: Aprova e renova - esse é uma renovação - a concessão de outorga da Rádio Difusora de Apucarana Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Apucarana, Estado do Paraná. O Item nº 21: Renovação também da concessão de outorga à Televisão Cidade para explorar serviço de radiodifusão de sons e imagens na cidade de Londrina, Estado do Paraná. O Item nº 22: Outorga autorização à Associação de Moradores do Jardim Aviação e Maria Cecília para executar serviço de radiodifusão comunitária na

cidade de São José dos Pinhais, uma Cidade Industrial no Estado do Paraná. O Item nº 23, que outorga autorização ao serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Marquinho, Estado do Paraná. São esses Itens.

Com a palavra o Senador Flávio Arns.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Os pareceres, Sr. Presidente, de todos os Itens são favoráveis.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): V.Ex^a. fez um resumo total com o poder que tem de aglutinação e autorizou seis rádios em uma única frase e renovações.

Assim é que é bom para a gente adiantar, sem burocracia. Em discussão o parecer resumido do Senador Flávio Arns, os pareceres. Não havendo quem queira discutir passaremos a votação em grupo ao final.

Vamos agora aos que os Senadores não estão presentes. Item nº 24. Senador Valdir Raupp que está como relator *ad hoc*, que é para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Remanso, Estado da Bahia. Poder Executivo. Seria relatoria do Senador Gilvam Borges, com a palavra Senador Valdir Raupp.

SENADOR VALDIR RAUPP (PMDB-RO): Sr. Presidente, tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDS nº 205, de 2007 não evidenciou violação das formalidades estabelecidas na Resolução de 89 de 1992, do Senado Federal, e, não havendo reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, opinou-se pela aprovação do ato que outorga a permissão à Rádio Itaipú FM Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Remanso, Estado da Bahia, na forma do Projeto de Decreto Legislativo originário da Câmara dos Deputados. É o voto, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Em discussão. Não havendo quem queira discutir passaremos à votação final.

Passaremos agora como Senador *ad hoc*, relator *ad hoc*, o Senador Augusto Botelho para os Itens 25, 26, 27 e 28, que seria a Relatora Senadora Ideli Salvatti que não está presente. O item 25, para ser bem rápido: Executar serviço de radiodifusão sonora em onda média, na cidade de Descanso, Estado de Santa Catarina. O outro item 26: Radiodifusão sonora em onda média na cidade de Seara, Estado de Santa Catarina. Item 27: Renova a permissão de radiodifusão sonora em onda média na cidade de São Francisco do Sul. O item 28: Renova a permissão de outorga ao serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Joaçaba.

São esses. Com a palavra Senador Augusto Botelho.

SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR): Sr. Presidente, os projetos da cidade de Descanso, Seara e São Francisco do Sul, são autorizações para rádios atuarem em frequência de onda média. O meu parecer é favorável aos três PDSs.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Em discussão... Pois não.

SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR): O item 28, Senador. O 28º da cidade de Joaçaba é em frequência modulada. A outorga também e o meu parecer é favorável.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Em discussão os pareceres do Senador Augusto Botelho. Não havendo quem queira discutir, passaremos à votação ao final.

Vamos aonde agora? Ao Item nº 29. O Item nº 29 é o que outorga concessão à Televisão Riviera Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora na cidade de Rio Verde, Estado de Goiás.

Relator *ad hoc* Senador Cícero Lucena.

SENADOR CÍCERO LUCENA (PSDB-PB): Sr. Presidente, eu vou direto ao voto, tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDS nº 157, de 2007 não evidenciou violação às formalidades estabelecidas pela Resolução nº 39 de 92, do Senado Federal, e não havendo reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e a técnica legislativa, opinamos pela aprovação do ato que renova a concessão outorgada à Televisão Riviera Ltda. para explorar serviço de radiodifusão de sons e imagens na cidade de Rio Verde, Estado de Goiás, na forma do Projeto de Decreto Legislativo originário da Câmara dos Deputados. Esse é o voto, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Em discussão o voto do Senador Cícero Lucena. Não havendo quem queira discutir passaremos a votação ao final.

Passaremos agora ao Item 30, que "Aprova o ato que renova a concessão outorgada à Rádio Araguaia Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda curta na cidade de Goiânia, Estado de Goiás". Relatora *ad hoc* Senadora Maria do Carmo Alves, a quem eu passo a palavra nesse momento, com a palavra Senadora.

SENADORA MARIA DO CARMO ALVES (DEM-SE): Sr. Presidente, Srs. Senadores, o ato que renova a concessão outorgada à Rádio Araguaia Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em ondas curtas na cidade de Goiânia, Estado de Goiás, o exame

da documentação que acompanha o referido PDS não evidenciou violação das formalidades estabelecidas na Resolução nº 39, do Senado Federal, e, não havendo reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, opinamos pela sua aprovação.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Em discussão o parecer da Senadora Maria do Carmo Alves. Não havendo quem queira discutir passaremos à votação ao final.

Vamos agora ao Item 31 e 32 que é o relator *ad hoc*, o Senador Antônio Carlos Júnior. É o Item 31, "Que outorga autorização à Associação Comunitária Amigos do Olheiro para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Pureza, Estado do Rio Grande do Norte". A autoria do Poder Executivo. Relatoria do Senador Antônio Carlos Júnior. O Item 32, "Que outorga à Associação Comunitária de Comunicação e Cultura de São Tomé-RN para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de São Tomé, Estado do Rio Grande do Norte". Também de autoria do Poder Executivo, também como relator o Senador Antônio Carlos Júnior a quem eu passo a palavra para duas Relatorias.

Com a palavra Senador.

SENADOR ANTONIO CARLOS JÚNIOR (DEM-BA): Sr. Presidente, Srª. Senadora e Srs. Senadores, tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDS nº 191, de 2007, não evidenciou violação da legislação pertinente, e não havendo reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, opinamos pela aprovação do ato que autoriza a Associação Comunitária Amigos do Olheiro e também a Associação Comunitária de Comunicação e Cultura São Tomé, do Rio Grande do Norte.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Também tem o Item 33, eu esqueci de falar, Senador.

SENADOR ANTONIO CARLOS JÚNIOR (DEM-BA): O 33 também?

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): 33 também, Estado de Pernambuco.

SENADOR ANTONIO CARLOS JÚNIOR (DEM-BA): E também a Fundação Chico Florentino, então, nós somos favoráveis à aprovação de todos os três projetos.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Essa cidade de Caruaru, com certeza, a feira vai vender mais com mais uma rádio lá. Caruaru.

Em discussão o relatório do Senador ACM Júnior. Não havendo quem queira discutir passaremos à votação em bloco ao final.

Próximo 34 ao 36. São todas cidades de Minas Gerais. Com muito ciúme eu vou passar essa relatoria ao Senador Eduardo Azeredo, mas com ciúme muito grande. Não é isso?

Item 34: "Outorga autorização à Associação Comunitária para o Desenvolvimento Artístico e Cultural de Águas Formosas, cidade de Águas Formosas, Estado de Minas Gerais"; Rádio Pontal de Elói Mendes, Estado de Minas Gerais. O Item 36: Radiodifusão comunitária na cidade de João Monlevade, Estado de Minas Gerais. E o Item 37: Serviço de radiodifusão comunitária na Cidade de Nilópolis... 37 não. Desculpe, até o 36, até a cidade de João Monlevade. V.Exª. que já foi Governador, com certeza, conhece muito mais do que essas cidades todas.

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Seguramente, Sr. Presidente, conheço todas as três pessoalmente.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Então, é por isso que eu fico com ciúmes de V.Exª., mas realmente tem mais estrada, então, a gente tem que respeitar, não é isso? Mas eu vou acompanhá-lo, estou acompanhando.

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Eu sei que é candidato. A cidade de Águas Formosas fica na região de Jequitinhonha e Mucuri e esse serviço de radiodifusão comunitária preenche para a Associação Comunitária para o Desenvolvimento Artístico e Cultural de Águas Formosas preenche todos os documentos necessários, todas as exigências conforme ofício do Ministério das Comunicações que o analisou. Da mesma forma com respeito à Associação Comunitária Rádio Pontal de Elói Mendes que fica localizada na região de sul de Minas e que também teve toda a documentação analisada e aprovada não só pelo Ministério das Comunicações, mas também pela Câmara dos Deputados. E o Item nº 36, PDS, Associação Comunitária Comunicativa FM para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de João Monlevade, aí já no vale do Aço, também com parecer favorável, Presidente. Três cidades mineiras que estavam sob a lavra do Senador Eliseu Resende, que com muita honra, eu relato como relator *ad hoc*.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): João Monlevade eu estive lá em uma decisão do campeonato de futebol da segunda divisão onde o time de Uberlândia ganhou nos pênaltis. E quem perdeu o pênalti foi esse grande artilheiro que está na Europa agora,

que jogou no Cruzeiro, foi um grande artilheiro. Você vê perdeu um pênalti lá e acabou classificando o time de Uberlândia para a segunda divisão, da terceira para a segunda, e a gente não consegue subir para a primeira de jeito nenhum, estamos lutando há anos e não conseguimos.

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Como um bom patrocinador, V.Exª. poderia patrocinar o América Mineiro que também está precisando de patrocinador.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): O América desceu tanto que já vai disputar lá com a gente. V.Exª. realmente torce por um time diferente. É que lá cada político tem um e ele foi para o América. [risos] Em discussão os pareceres do Senador Eduardo Azeredo. Não havendo quem queira discutir passaremos a votação ao final.

Eu não posso falar que é duro patrocinar o América senão eu perco uns votos lá, aí ele me deixa em uma situação difícil. [risos]

Passaremos agora ao Item nº 37. Relator, "Outorga autorização à Associação Nilopolitana Aparecida para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Nilópolis, Estado do Rio de Janeiro", a quem passo--

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Pela ordem, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Pela ordem, a Senadora Ideli Salvatti.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Eu me esforcei muito para chegar à tempo, mas eu estava em uma atividade que não podia sair. Eu queria agradecer muito a relatoria do Senador Augusto Botelho, as rádios de Santa Catarina que eu tinha a relatoria no dia de hoje e eu sei que já foram relatadas, então, eu só queria fazer o registro do agradecimento a ele pela relatoria.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): O Senador acompanhou todos os relatórios feitos por V.Exª., leu e aprovou e eu tenho certeza que V.Exª., por ser uma líder, estava em reunião com o Governo, está sempre correndo muito com essa responsabilidade--

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): V.Exª. já me disse--

SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ): Presidente.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Que eu fico mais lá do que aqui, mas é que de vez em quando eu preciso ir lá senão as coisas aqui não andam.

SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ):

Presidente, as princesas vivem nos palácios.

[risos]

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON

SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Senador Marcelo Crivella não pode deixar passar uma.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Porque o Palácio Legislativo também abriga muitas Eminências, muitas Eminências.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON

SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Mas, com certeza, o Estado de Santa Catarina sabe que V.Ex^a. sempre... Agora trabalhando muito pelo Brasil, mas também pelo Estado de Santa Catarina, claro.

Passaremos agora então, à relatoria do Item nº 37 com o ilustre Vice-Presidente dessa Comissão, um homem, uma pessoa muito entendida no assunto, não só nesse assunto, mas também em vários outros, realmente Senador Marcelo Crivella eu, às vezes, converso com algumas pessoas e não é por estar na presença de V.Ex^a., não, mas sempre falo que a cultura geral de V.Ex^a.--

SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ):

Obrigado Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON

SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): É muito importante. Sempre eu procuro puxar um assunto para que V.Ex^a. fale.

SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ):

Muito obrigado, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON

SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Muitas vezes quando eu peço até uma informação, os jornais colocam que eu não sabia da nada, então, eu tenho que me informar com V.Ex^a. Mas na verdade é muito bom, que é um homem viajado, aquela questão de nomeações para África, V.Ex^a. tem sempre um conhecimento muito grande naquela região.

SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ):

Muito obrigado, Presidente, os jornais são sempre intrigueiros, muitos deles. Mas, Sr. Presidente, esse relatório aqui foi elaborado pelo ilustre Senador, o nosso Líder do Rio de Janeiro, Francisco Dornelles, e o voto, que eu tenho a honra de proferir já que se trata de uma emissora de rádio em um dos municípios mais importantes do Estado do Rio de Janeiro que é o Município de Nilópolis, aliás, tradicional campeão do carnaval do Rio de Janeiro, um município com quase 200 mil habitantes. O Exmo. Sr. Francisco Dornelles elaborou o relatório e o voto dele, Sr. Presidente, que passo a ler agora é o seguinte: "Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDS nº 122, de 2007 não evidenciou violação da legislação pertinente e não

havendo reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, opinamos pela aprovação do ato que autoriza a Associação Nilopolitana Aparecida a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Nilópolis, no Estado do Rio de Janeiro, na forma do Projeto de Decreto Legislativo originário da Câmara dos Deputados".

O Senador Francisco Dornelles está presente no Congresso, mas em uma outra Comissão tratando de um assunto muito importante, então me pediu que pudesse proferir esse relatório. Eu quero lembrar que a cidade de Nilópolis também é governada pelo Partido dele o PP, portanto, com certeza ele tem o maior interesse na aprovação dessa outorga.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON

SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Em discussão o parecer do Senador Marcelo Crivella. Não havendo quem queira discutir passaremos à votação ao final.

Passaremos agora ao último Item da Pauta. Penúltimo, porque o Senador Flexa Ribeiro chegou atrasado a essa Comissão, porque estava em outras reuniões, tenho certeza que seu Partido estava em umas reuniões importantes para a nossa votação de hoje.

Senador Flexa Ribeiro estamos contando muito com a posição de V.Ex^a. para as votações importantes que iremos fazer essa noite, se o Partido de V.Ex^a., que é o Partido do equilíbrio, chegar a um acordo nós teremos grandes votações. É um Partido do equilíbrio mesmo e espero que saibam, os líderes saibam decidir para que possamos ter votação essa noite no Plenário. Com a palavra o Senador Flexa Ribeiro... Desculpe--

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Pre-

sidente, eu quero primeiro--

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON

SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Desculpe, V.Ex^a. será o último.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Ah!

Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON

SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Os últimos serão os primeiros, mas agora é o Senador Cícero Lucena. O Item nº 38 que o Senador Flexa Ribeiro está de castigo que chegou atrasado. Mas justificado, diga-se de passagem.

O Item nº 38: "Aprova o ato que outorga permissão à Fundação Quilombo para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Maceió, Estado de Alagoas". Com a palavra o Senador João Tenório... Desculpe, relator *ad hoc* Senador Cícero Lucena. Seria o relator João Tenório.

Senador Cícero Lucena, ilustre amigo, a quem eu passo a palavra.

SENADOR CÍCERO LUCENA (PSDB-PB): Obrigado Presidente. Eu vou direto ao voto. Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDS nº 171, de 2007 não evidenciou violação da legislação pertinente e não havendo reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade, de técnica legislativa, opinamos pela aprovação do ato que outorga a permissão à Fundação Quilombo para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada com fins, exclusivamente, educativos na cidade de Maceió, Estado de Alagoas, na forma do Projeto de Decreto Legislativo na Câmara dos Deputados.

Esse é o voto, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Em discussão o voto do Senador Cícero Lucena. Não havendo quem queira discutir passaremos à votação em bloco ao final.

Agora com a palavra o Senador Flexa Ribeiro com o Item nº 05 da Pauta.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Senador Wellington Salgado, Sr^a. Senadora, Srs. Senadores, eu quero primeiro justificar, Senador Wellington Salgado, o fato de eu não estar aqui desde o início da sessão da Comissão é que eu estava em uma audiência no gabinete tratando de assuntos do interesse do Estado do Pará. Mas tinha certeza que V.Ex^a. iria alterar a Pauta para que eu pudesse relatar com muita satisfação o processo que trata do Projeto de Decreto Legislativo, nº 178, de 2007 e 2006 que aprova o ato que outorga autorização à Associação de Radiodifusão Comunitária Barcarena FM para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Barcarena, Estado do Pará. Como muito se falou aqui, nos municípios dos outros Estados queridos do nosso Brasil, eu quero aqui dizer aos meus pares alguma coisa sobre Barcarena.

Barcarena é uma dos mais importantes municípios do Estado do Pará, onde está instalado um pólo metalúrgico da maior importância. Lá nós temos indústrias, não só da área de metalurgia como na área da mineração com a fábrica de caulim e a maior indústria de alumínio do Brasil que é a Albras e vamos ter a maior indústria de alumínio do mundo que é Alunorte, inclusive, já na sua quarta expansão. Então é, sem sombra de dúvida, um Município da maior importância e que nós vamos poder brevemente festejar a instalação da zona de processamento de exportação. Cujo projeto já foi aprovado pelo Senado e estamos só aguardando a Medida Provisória que vai ser editada para fazer os ajustes necessários. E Barcarena, os meus amigos de Barcarena, que nos vêem pela TV Senado e nos ouvem

pela rádio Senado, sabem da importância que será essa zona de processamento para aquele Município.

Com relação ao voto, tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDS nº 178, de 2007 não evidenciou violação na legislação pertinente e não havendo reparo quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, opinamos pela aprovação do ato que autoriza a Associação de Radiodifusão Comunitária Barcarena FM a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Barcarena, Estado do Pará, na forma do Projeto de Decreto Legislativo originário da Câmara dos Deputados.

Este é o voto Sr. Presidente. E por último, só corroborando o que V.Ex^a. disse ao Senador Eduardo Azeredo, com relação ao PSDB, não é só o Partido do equilíbrio como é o Partido que faz uma oposição construtiva, uma oposição responsável e ontem na reunião da Bancada, nós decidimos em conjunto, a Bancada do PSDB, que iremos à votação hoje para aprovarmos a Medida Provisória que trata da renegociação dos empréstimos do setor agrário, atendendo no bojo dessa medida também, a questão dos pescadores artesanais de lagosta do nosso País, e outros assuntos--

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): E micro e pequenas empresas.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): As micros e pequenas empresas, eu estava querendo lembrar, a Senadora Ideli Salvatti me salva sempre. Também atendendo as micros e pequenas empresas, então, vamos votar hoje e com certeza estamos sempre a favor do Brasil. E V.Ex^a. tem a ficha à disposição--

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Vamos votar também a Medida Provisória da hanseníase, Senador Flexa Ribeiro.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): E V.Ex^a... Não, nós vamos votar a Medida Provisória da--

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Está tudo junto.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Da Reforma.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Está tudo na mesma medida.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Lamentavelmente, temos que votar a criação da Secretaria de Portos porque antecede a Medida Provisória da reformulação dos empréstimos agrícolas, vamos votar essas duas. E com relação a V.Ex^a. o convite é permanente a V.Ex^a. para que V.Ex^a. possa vir para o

PSDB. A ficha está à sua disposição, abonada pelo Presidente do Partido, Senador Tasso Jereissati.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Senador Flexa Ribeiro, V.Ex^a. sabe que eu tenho grandes amigos no Partido de V.Ex^a. e sabe também que eu sempre acreditei que o PSDB na hora da verdade, na hora do melhor para o Brasil, ele sempre sabe ser uma oposição, mas sem prejudicar o País. Ontem eu falei isso em Plenário para o Senador Arthur Virgílio e o Partido demonstra que sabe pensar primeiro no Brasil. Agora quanto à assinatura dessa ficha, eu quero dizer para V.Ex^a. que eu estou muito feliz no PMDB. O PMDB me faz um homem muito feliz, não vou fazer propaganda do meu Partido e queria dizer também, que abonarei a ficha de V.Ex^a. se V.Ex^a. vier para o PMDB com o maior prazer.

Em discussão o parecer do ilustre peessedebista Senador Flexa Ribeiro. Não havendo quem queira discutir passaremos a votação ao final.

Item 10, 11 e 12 para encerrar. Hoje parece que a Pauta foi em homenagem ao grande prêmio Brasil que teve de cavalo de corrida porque eu tive que falar rapidamente para poder... São 38 itens estamos dando uma limpeza na Pauta. Senadora Ideli Salvatti, por favor, não vá embora, precisamos de quorum, faça uma continha já vamos votar rapidamente. A senhora chega e já está indo? Vamos resolver esse problema, passaremos então, ao Senador Marcelo Crivella para relatar o Item, 10, 11 e 12. De novo para o Palácio Senadora? Ah! Bem. Senão me leve que eu também quero ir ao Palácio. Senador Eduardo Azeredo quer ir ao Palácio?

Item 10, 11 e 12, Senador Marcelo Crivella.

SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ): Sr. Presidente é uma honra relatar os relatórios aqui elaborados pelo Senador Romeu Tuma, em São Paulo. O primeiro diz respeito a FM Melody de Ribeirão Preto que é o Item nº 10, Sr. Presidente. O Item nº 11 - como os três relatórios são iguais eu vou relatá-los no final, os votos - é uma outorga à Associação dos Amigos da Comunicação Tanabiense na cidade de Tanabi; a Melody é em Ribeirão Preto; e, por último, Sr. Presidente, o Senador Romeu Tuma elaborou um relatório sobre a Associação Comunitária Sheknah FM, na cidade de São João da Boa Vista.

Os votos são pela aprovação, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Em discussão. Esses últimos Itens de uma Pauta de 38 Itens para ajudarmos esse País continental, que é o Brasil, a ter comunicação. Eu acho que estamos prestando um grande serviço ao País. Em discussão os votos do

Senador Marcelo Crivella. Passaremos agora, então, à votação em grupo de todos os Itens.

Senador Heráclito Fortes sempre chegando na hora do voto. Importantíssimo.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Voto com o relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Vota com todos os relatores? Então começamos com o Senador... Que entrada triunfal! Eu nunca vi alguém chegar na hora e dar um voto, impressionante. Eu vou te dizer sinceramente, você viu que o Senador estava com uma gravata rosa e eu trouxe de viagem uma gravata rosa para ele e não tinha coragem de dar, mas hoje eu vou... Depois que eu vi, você viu? Mas a minha que eu vou dar de presente é lisa, não é com aqueles detalhezinhos, mas hoje eu tomei coragem e vou dar, Senadora Maria do Carmo Alves, uma gravata para ele. O Senador Flexa Ribeiro já pegou uma gravata lá, foi lá e escolheu a melhor, não tem jeito.

Senador Marcelo Crivella como vota V.Ex^a.?

SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ): Com os relatores, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Senador Augusto Botelho como vota V.Ex^a.?

SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR): Com os relatores e relatoras, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Senador Renato Casagrande não está. Senador Sérgio Zambiasi, saiu. Senadora Ideli Salvatti?

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Com todos os relatores, inclusive, mais uma vez agradecendo ao Senador Augusto Botelho que fez a relatoria dos meus quatro projetos de rádio.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Senador Valdir Raupp, meu líder?

SENADOR VALDIR RAUPP (PMDB-RO): Com as relatoras e os relatores, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Senadora Maria do Carmo Alves?

SENADORA MARIA DO CARMO ALVES (DEM-SE): Com os relatores.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Senador Antonio Carlos Júnior?

SENADOR ANTONIO CARLOS JÚNIOR (DEM-BA): Com os relatores.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Senador Eduardo Azeredo?

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Com os relatores.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Senador Eduardo Azeredo V.Ex^a. falou que não queria ir ao Palácio?

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Eu vou, mas daqui a três anos eu vou lá. Eu tenho paciência, eu tenho paciência.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Paciência em Minas todo mundo tem, não é Senador?

SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ): O Senador está esperando o sapo virar príncipe.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Senador Cícero Lucena como vota V.Ex^a.?

SENADOR CÍCERO LUCENA (PSDB-PB): Com os relatores e reladoras.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Senador Flávio Arns que tem uma voz de radialista e de culto de igreja.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Com os relatores.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Por favor, poderia repetir?

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Com os relatores.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Isso é que é uma voz. Senador Flexa Ribeiro como vota V.Ex^a., depois de fazer a propaganda daquela cidade--

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Barcarena, Barcarena. O Brasil vai ouvir falar muito dela.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Como vota V.Ex^a.?

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Com as reladoras e com os relatores.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Primeiro as damas... Tudo certo?

Queria agradecer aos Senadores, realmente cumprimos a nossa tarefa. Eu queria comunicar que amanhã teremos a 3ª Audiência Pública, assunto: Debater o tema conteúdo audiovisual em tempos de convergência tecnológica. Autoria do Requerimento e Aditamentos do Senador Flexa Ribeiro. Convidados – importante Srs.

Senadores - Ministro de Estado da Cultura, o Ministro Gilberto Gil; Evandro Guimarães, Conselheiro da Associação Brasileira de Emissoras de Rádio e Televisão - ABERT e Vice-Presidente de Relações Institucionais das Organizações Globo; Eduardo Fumes Parajo, Presidente da Associação Brasileira dos Provedores de Acesso, Serviços e Informações da Rede Internet. Senador Eduardo Azeredo que é um especialista nessa área, amanhã vai estar aqui o Eduardo Parajo. Alexandre Annenberg, Diretor Executivo da Associação Brasileira de TV por Assinatura – ABTA, a quem eu tive a honra de participar, duas semanas atrás, do encontro em São Paulo a qual a nossa Assessoria deverá passar a todos como foi o resumo, estamos terminando e mande, por favor, por computador para mostrar que nós somos tecnológicos.

Pedindo para limpar a caixa postal dos Senadores que a nossa Secretaria está mandando e estão voltando os relatórios.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Permite um aparte?

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Com a palavra Senador Flexa Ribeiro que já mudou de local, mas está aparteado.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Eu vim com a Bancada do PSDB, Senador Cícero Lucena e Senador Eduardo Azeredo.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Muito bem acompanhado, todos dois meus amigos e V.Ex^a. também.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Agora, o Senador Cícero Lucena está dizendo que o convite a V.Ex^a. para ir ao Palácio daqui á três anos já está feito desde agora.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Eu não sou como o Senador Eduardo Azeredo. Ao Palácio eu vou independente do Presidente. Mas tenha certeza do seguinte: Que o Senador Eduardo Azeredo vai ficar muito tempo sem ir lá.

[risos]

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Só se vier por aí um Governador que é do Partido de V.Ex^a., da minha geração e que tem grande futuro, mas está no Partido errado.

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): O Palácio de verdade é muito bonito, viu?

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Mas Presidente--

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Pois não, Senador Flexa Ribeiro.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Eu queria justificar a minha ausência na reunião da Comissão de amanhã que--

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Autoria de V.Ex^a.?

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Que vai com a presença do Ministro da Cultura, Ministro Gilberto Gil e outros convidados ilustres para debater sobre o projeto que trata da convergência tecnológica. E em face de uma viagem que estaremos fazendo a partir de hoje até a cidade do México, para participar da reunião do Parlatino sobre Energia e Minas.

Então, só estarei de volta ao Brasil no sábado. Então, lamento não poder estar aqui.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Só uma pergunta, quem é o suplente de V.Ex^a.?

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): É o Vereador Everaldo.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Porque V.Ex^a. está indo para o furacão. Então, esse suplente deve estar muito ligado porque V.Ex^a. está indo para onde está indo o furacão no México.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Eu quero dizer a V.Ex^a. que eu estou sempre acompanhado de Deus e sempre iluminado e abençoado por ele.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Deus proteja, mas eu estou dizendo V.Ex^a. procure ficar fora do perigo. V.Ex^a. está indo para lá em meio ao furacão? Alguém deseja fazer uso da palavra? Senador Eduardo Azeredo deseja fazer uso da palavra? O Eduardo vai também? Qual é o avião que o senhor... A coisa é muito séria, vocês vão mesmo para o meio do furacão? O furacão já passou?

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Eu acho que V.Ex^a. primeiro--

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Eu estou preocupado, eu estou falando sério, eu já falei com V.Ex^a. ontem.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Eu fico até sensibilizado com a preocupação de V.Ex^a., mas muito mais preocupado eu estava, quando o Se-

nador Eduardo Suplicy disse que iria a Bagdá, então, aquilo sim que era uma preocupação realmente de todos nós.

O furacão que passa pelo Caribe, cidade do México e vai até aos Estados Unidos, com certeza absoluta não vai trazer, espero em Deus, nenhum problema maior para todas as cidades por onde hei de passar. Que ele seja leve e que passe bastante rápido.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): V.Ex^a. é um homem que gosta de emoções.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Com a palavra Senadora Ideli Salvatti.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Furacões à parte, mas eu queria apenas deixar registrado, nós temos hoje uma atividade muito importante das mulheres de todo o Brasil, que é chamada, denominada Marcha das Margaridas. Vários Parlamentares, inclusive, se atrasaram ao chegar aqui aos seus compromissos no Senado, porque a passeata das Margaridas já tem mais de seis mil quilômetros, aliás, seis quilômetros, perdão, não é seis mil, seis quilômetros aqui na Esplanada e em torno do meio-dia elas vão estar com a manifestação aqui na frente do Congresso Nacional--

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Qual o motivo da manifestação Senadora?

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Até porque elas tenham... A Marcha das Margaridas é uma marcha que todo ano as trabalhadoras rurais de todo o País realizam, elas têm uma pauta com o Executivo de inúmeras questões relacionadas à seguridade, questão da saúde, e a aqui no Congresso, aqui também elas têm uma pauta de vários projetos do interesse das trabalhadoras rurais brasileiras que está tramitando aqui no Congresso Nacional.

Então, eu gostaria aqui de fazer o registro, é um importante movimento das mulheres brasileiras, as trabalhadoras rurais, e tem o nome de Marcha das Margaridas até porque a Margarida Alves, uma Presidente do Sindicato das Trabalhadoras Rurais, foi morta, foi assassinada e ela é o símbolo dessa luta das trabalhadoras rurais em todo o Brasil. Apenas fazer o registro que um dos motivos que me leva a sair rapidamente, naquela hora que o senhor me segurou para o quorum, nós temos, inclusive, tratos e eu vou participar inclusive na atividade delas no meio-dia.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Senadora independente do motivo, com as mulheres nós temos

que ter sempre cuidado que metade da população do mundo são mulheres, outra metade são filhos delas. Então, temos que tem uma atenção especial.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Que cuidem sempre bem de nós.

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Eu quero só parabenizar essa marcha é uma quantidade muito grande, eu quero saber quem é que está pagando se Senadora puder falar conosco porque deve ser um custo muito elevado.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Hoje essa Comissão está boa.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Senador Eduardo Azeredo essa pergunta vale a pena ser feita quando os empresários vêm com manifestações e como eles têm o Sindicato dos Trabalhadores--

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Não é empresário.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): As centrais sindicais, a CONTAG apóia, com certeza é a arrecadação--

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Senadora Ideli Salvatti e Senador Eduardo Azeredo com certeza V.Ex^a. está convidado--

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): À ONGs.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Mas esse problema no Plenário é que acabam acontecendo as Comissões, o debate no Plenário.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Com a palavra Senador Flávio Arns.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Eu queria só fazer dois registros, o primeiro deles que hoje V.Ex^a. recebeu representantes do Fórum Nacional de Ciência e Tecnologia, a carreira de ciência e tecnologia que está nos Ministérios. Esta Comissão já esteve aqui conversando com o todos os Senadores, e nós, inclusive, fizemos um documento, na época, como Comissão para o Ministério do Planejamento para estabelecer o diálogo, a negociação e o entendimento para discussão da carreira, já que naquela época havia alguma dificuldade.

Então é importante que os Senadores saibam que essa Comissão vem acompanhando essa situação dentro da ótica que, por ser Comissão de Ciência e Tecnologia, a gente tem que prestigiar bastante a carreira de ciência e tecnologia dentro dos Ministérios.

Eles inclusive apelaram a V.Ex^a., V.Ex^a. concordou que hoje seja feito um contato com o Ministro do Planejamento para acelerar esse processo de negociação. Isso que a Comissão está pedindo.

E a outra coisa que eu já falei com V.Ex^a., e até sugiro aos demais membros componentes dessa Comissão, que nós sempre aprovamos os projetos de rádio, de outorga, de prorrogação, seja lá em que aspecto for, baseados em uma análise do Ministério das Comunicações em relação à documentação toda e baseados na legislação existente. Por isso que nós fazemos os relatórios e os votos são assim, sintéticos, porque já vêm embasados nessa legislação. Porém eu considero, Sr. Presidente, importante e comentei isso antes dessa reunião, de que a gente faça um debate, uma discussão nessa Comissão sobre a legislação, sobre os documentos, sobre o acompanhamento, a fiscalização para que a sociedade toda possa ter, até eu diria, mais clareza, mais transparência, possibilidade de fazer sugestões para aprimorarmos esse processo todo.

Talvez na próxima semana eu já apresente um requerimento para fazermos esse debate e analisarmos documentos, legislação e tudo para que, por exemplo, uma rádio comunitária que é tão importante dentro do contexto do Brasil sirva de fato para os objetivos de uma rádio comunitária, que não sirva a propósitos partidários ou de grupos, ou seja lá o que for, por exemplo, e outras rádios também. E até vermos a questão da fiscalização de todo esse processo, através também dos organismos próprios para ver como é que isso tudo está acontecendo no Brasil.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Dois assuntos muito relevantes colocados por V.Ex^a. No início da sessão V.Ex^a. trouxe os membros dessa Comissão que procuraram V.Ex^a. O assunto é pertinente, vou ligar para o Ministro, procurar informações e passarei a V.Ex^a.

E quanto ao segundo, bem colocado, as questões da autorização, documentação, essa Comissão tem plena autonomia para poder criar critérios próprios, critérios esses que aprovando aqui nós passaremos a observar. É importante, eu sinto que os Senadores deveriam, inclusive, receber em seus gabinetes essas pessoas que têm autorização a ser concedida, eu acho que o contato pessoal é importantíssimo, ali você sente qual o objetivo daquela rádio que está recebendo outorga, se é político, se é comunitário, se é social. Eu acho que isso é importantíssimo, Senador Flávio Arns. Eu tenho estado preocupado com essa posição, também.

Não podemos simplesmente chegar aqui e ver os relatórios, cumprir os atos, documentar sem conhecer

quem está recebendo. Acho que o contato pessoal é importantíssimo, vejo que os Senadores precisam de alguma linha nesse sentido, até mesmo porque veja a responsabilidade que é: Agora nós estamos diante de um problema que houve denúncias, que essa Comissão não tem nada a ver, porque aqui não existe laranja porque na verdade tem um nome, tem documentação, tem quem está sendo representado, quem ganhou uma licitação, e muitas vezes se passa uma informação errada para o público.

Então, se nós pudermos, criarmos, e se nós criarmos novos critérios nossos, será importantíssimo. V.Ex^a. tem toda a razão e espero esse requerimento com grande ansiedade para que possamos criar critérios nossos, da Comissão para poder melhorar avaliarmos essas concessões.

Nada mais tendo a declarar, declaro inconsistente, então, declaro encerrada essa reunião.

COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA

ATA DA 26ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 23 DE AGOSTO DE 2007

3ª AUDIÊNCIA PÚBLICA

Às nove horas e trinta e sete minutos do dia vinte e três de agosto de dois mil e sete, na sala de reuniões da Comissão, Ala Senador Alexandre Costa, sala nove, sob a Presidência do Senhor Senador Wellington Salgado de Oliveira, Presidente da Comissão, com a presença dos Senhores Senadores Augusto Botelho, Renato Casagrande, Sérgio Zambiasi, Ideli Salvatti, Gilvam Borges, Romeu Tuma, Maria do Carmo Alves e Cícero Lucena, reúne-se a Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática. Deixam de comparecer os Senhores Senadores Marcelo Crivella, Augusto Botelho, Valdir Raupp, Gilvam Borges, Valter Pereira, Demóstenes Torres, Maria do Carmo Alves, Antônio Carlos Júnior, João Tenório e Eduardo Azereido. Havendo número regimental abrem-se os trabalhos. O Senhor Presidente, Senador Wellington Salgado de Oliveira, registra a presença, para acompanhar a reunião, dos Senhores Senadores Eduardo Suplicy, Sibá Machado e Gim Argello, não membros da Comissão. O Senhor Presidente Senador Wellington Salgado de Oliveira, submete à Comissão a dispensa da leitura da Ata da Reunião anterior, que é dada como aprovada. Inicia-se a presente reunião, convocada na forma de Audiência Pública, atendendo ao Requerimento nº 010, de 2007-CCT, de autoria do Senador Flexa Ribeiro, que “Nos termos do inciso II do § 2º do art. 58 da Constituição Federal, combinado com o inciso II do

art. 90 do Regimento Interno do Senado Federal, requiro a realização de audiências públicas, no âmbito desta Comissão de Ciência e Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (CCT), para debater sobre o tema “Conteúdo Audiovisual em Tempos de Convergência Tecnológica”. Deverão ser convidados a expor seus pontos de vista as autoridades e representantes das entidades nominadas a seguir, sem prejuízo à expedição de outros convites, a critério dos membros da CCT: 1 – Senador Hélio Costa, Ministro das Comunicações; 2 – Senhor Gilberto Gil Moreira, Ministro da Cultura; 3 – Plínio de Aguiar Júnior, Presidente da Agência Nacional de Telecomunicações (ANATEL); 4 – Leopoldo Nunes, Diretor da Agência Nacional de Cinema (ANCINE); 5 – Daniel Pimentel Slaviero, Presidente da Associação Brasileira de Emissoras de Rádio e Televisão (ABERT); 6 – Amilcare Dallevo Júnior, Presidente da Associação Brasileira de Radiodifusores (ABRA); 7 – Antônio Alberto Valente Tavares, Presidente da Associação Brasileira dos Provedores de Acesso, Serviços e Informações da Rede Internet (ABRANET); 8 – Alexandre Annenberg, Presidente da Associação Brasileira de Telecomunicações por Assinatura (ABTA); 9 – José Fernandes Pauletti, Presidente da Associação Brasileira de Concessionárias do Serviço Telefônico Fixo Comutado (ABRAFIX); 10 – Ércio Alberto Zilli, Presidente-Executivo da Associação Nacional das Operadoras Celulares (ACEL); 11 – César Rômulo Silveira Neto, Superintendente-Executivo da Associação Brasileira de Telecomunicações (TELEBRASIL); 12 – Fernando Dias, Presidente do Conselho Federal da Associação Brasileira de Produtores Independentes de Televisão (ABPI-TV)”; e em atendimento aos aditamentos nº. 01 e nº. 02 ao Requerimento nº. 10, de 2007-CCT, de autoria do Senador Flexa Ribeiro, que requer “..., nos termos regimentais, que seja acrescido ao Requerimento de nº 10 de minha autoria, os nomes abaixo designados: Ilmº. Senhor Luis Cuza – Presidente Executivo da Associação Brasileira das Prestadoras de Serviços de Telecomunicações Competitivas (TELCOMP), Ilmº. Senhor Ícaro C. Martins – Diretor da Associação Paulista de Cineastas (APACI), Ilmº. Senhor Paulo Rufino – Presidente da Associação Brasileira das Empresas Produtoras de Cinema (ABEPC); Ilmº. Senhor Gustavo Starling Leonardos – Associação Brasileira da Propriedade Intelectual (ABPI) e o Ilmº. Senhor Manoel Santana – Presidente da Associação Brasileira das Empresas Autorizadas do Serviço de Comunicação Multimídia (ABRAMULT)”. Comparecem à Audiência Pública, o Senhor Gilberto Gil, Ministro de Estado da Cultura; Evandro Guimarães, Conselheiro da Associação Brasileira de Emissoras de Rádio e Televisão (ABERT) e Vice-Presidente de Relações

Institucionais das Organizações Globo e Alexandre Annenberg, Diretor Executivo da Associação Brasileira de TV por Assinatura (ABTA). Justifica ausência o Senhor Eduardo Fumes Parajo Presidente da Associação Brasileira dos Provedores de Acesso, Serviço e Informações da Rede Internet (ABRANET). Finda a exposição, a Presidência franqueia a palavra aos Senhores Senadores membros da Comissão. Usam da palavra os Senhores Senadores Wellington Salgado de Oliveira, que leu as perguntas do Senhor Senador Flexa Ribeiro, autor do requerimento, Eduardo Suplicy, não membro da Comissão, Ideli Salvatti e Sérgio Zambiasi. Nesse momento, o Senador Wellington Salgado de Oliveira requer, oralmente, a inclusão Extra-Pauta de requerimento, com o que todos concordam. Extra-Pauta, Item 01: Aditamento nº 3 ao Requerimento nº. 10, de 2007 – CCT, de caráter não terminativo, de autoria do Senador Wellington Salgado de Oliveira, que requer “Nos termos regimentais, que seja acrescido ao Requerimento de nº 10, de 2007 – CCT, de autoria do Excelentíssimo Senhor Senador Flexa Ribeiro, que requer a realização de audiências públicas, no âmbito desta Comissão de Ciência e Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (CCT), para debater sobre o tema Conteúdo Audiovisual em Tempos de Convergência Tecnológica, o Senhor Germán Von Hartenstein, Diretor Geral da emissora ESPN Brasil (Entertainment and Sports Programming Network (Rede de Programação de Esportes e Entretenimento).” O requerimento é aprovado. O Senhor Senador Wellington Salgado de Oliveira, agradece a todos pela presença e declara encerrados os trabalhos desta sessão determinando que as Notas Taquigráficas sejam anexadas a esta Ata para devida publicação. Nada mais havendo a tratar, a Presidência encerra a reunião, às doze horas e dezesesseis minutos, determinando que eu, Égli Lucena Heusi Moreira, Secretária da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática lavrasse a presente Ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada, no Diário do Senado Federal.

Senador **Wellington Salgado De Oliveira**, Presidente da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática

COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA – CCT

26ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA NO DIA 23 DE AGOSTO DE 2007, ÀS 09 HORAS E 37 MINUTOS.

SR. PRESIDENTE SENADOR SÉRGIO ZAMBIASI (PTB-RS): Havendo número regimental, declaro aberta a 26ª Reunião da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, que se realiza nesta data, dia 23 de agosto de 2007.

Submeto à apreciação deste Plenário a dispensa da leitura e aprovação da Ata da Reunião anterior. Srs. Senadores e Senadoras que concordam com seus termos permaneçam como se encontram. Está aprovada.

Senhoras e senhores, Senadoras e Senadores, a realização desta 3ª Audiência Pública atende ao Requerimento nº. 10/2007 da Comissão de Ciência e Tecnologia, de autoria do Senador Flexa Ribeiro, com o objetivo de debater o conteúdo audiovisual em tempos de convergência tecnológica. E para darmos início a esta Audiência Pública, convido o Ministro Gilberto Gil a tomar assento aqui ao lado. Também convido o Sr. Evandro Guimarães, que é Conselheiro da Associação Brasileira de Emissoras de Rádio e Televisão, ABERT, e Vice-Presidente de Relações Institucionais das Organizações Globo, para que tome assento aqui à Mesa. E também, ao Sr. Alexandre Annenberg, Diretor Executivo da Associação Brasileira de TV por Assinatura, ABTA.

Esclareço que o Sr. Eduardo Fumes Parajo, outro convidado para esta Audiência Pública, Presidente da Associação Brasileira dos Provedores de Acesso, Serviço e Informações da Rede Internet, ABRANET, não pôde decolar de São Paulo nesta manhã, em função da falta de teto no Aeroporto de São Paulo. Quer dizer, a sua ausência está, portanto, plenamente justificada. Esclareço que o Sr. Eduardo Fumes Parajo encaminhou, inclusive, a sua palestra, e que será distribuída às Sras. e aos Srs. aqui presentes.

Dando, portanto, como cumprida, digamos assim, o seu compromisso com a Comissão. Nós vamos, então, imediatamente, passar a palavra ao Ministro de Estado da Cultura, Gilberto Gil. Agradecemos a sua presença e, seguramente, ela enriquece enormemente este debate, que aponta para a discussão de inúmeros projetos que tramitam, tanto na Câmara quanto no Senado, e que deverão, seguramente, trabalhar em uma nova regulamentação para o setor.

Com a palavra, portanto, o Ministro Gilberto Gil. Antes, eu quero já, imediatamente, passar a Presidência ao titular, Senador Wellington Salgado, para que eu possa acompanhar a palestra do Ministro, da Bancada. Passo a Presidência ao Senador Wellington Salgado.

[troca de presidência]

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Primeiramente, eu queria pedir desculpas a todos, mas parece

que houve um imprevisto. Estaria combinado do nosso Vice-Presidente, que muito amigo do Ministro, me pediu para que dirigisse a Sessão de hoje, e teve um imprevisto, e eu fui comunicado rapidamente e vim. Então, o atraso é fruto do carinho que temos todos por V.Ex^a., Ministro, então espero ser perdoado.

Vamos à pauta então. Já anunciado pelo Senador Sérgio Zambiasi, com a palavra o Excelentíssimo Sr. Ministro Gilberto Gil, Ministro da Cultura.

SR. MINISTRO GILBERTO GIL: Muito bom dia. Bom dia ao Presidente Senador Wellington Salgado, aos demais Senadores presentes, aos nossos companheiros nesta Mesa, ao Evandro Guimarães e ao Alexandre Annenberg, aos nossos Assessores, companheiros de trabalho no Ministério da Cultura, enfim, a todos os presentes. Eu queria, inicialmente, agradecer aos Parlamentares, a esta Comissão importantíssima do Senado, o convite feito ao Ministério da Cultura.

É uma enorme satisfação poder contribuir com o processo de discussão do Parlamento, porque, certamente, esta Casa tem um papel fundamental na construção da estratégia brasileira face à convergência digital, especialmente em garantir que as novidades da convergência venham para qualificar a vida do brasileiro em seus direitos culturais, de acesso à cultura. Venho trazer uma visão do MinC sobre a convergência tecnológica, na medida em que a convergência é um fenômeno cada dia mais cultural, e que vai afetar, em médio prazo, as chances e oportunidades culturais de cada brasileiro. O tema é hoje central para a política cultural do Governo Lula e, por isso, temos um conjunto de programas e ações que levam em conta o cenário da convergência.

Cito dois exemplos: O Programa Núcleos Digitais, que busca equipar os Estados brasileiros de todas as regiões com equipamentos para produção e edição audiovisual. Desses equipamentos, será gerada uma leva de conteúdos necessários para a convergência digital. O outro, os pontos de cultura, que dão apoio às comunidades e grupos culturais, mais ativos nas favelas, pequenas cidades, regiões pobres do Brasil, oferecendo equipamento de gravação, áudio, vídeo e banda larga. Nesse programa, centenas de comunidades periféricas brasileiras estão tendo a oportunidade de se tornarem autônomos no uso das tecnologias digitais livres, um processo que tem se revelado extremamente rico e que tem sido elogiado, em todo o mundo, por seu pioneirismo.

O Ministério da Cultura entende que a experiência de cultura digital, dos pontos de cultura, pode ser um exemplo e um importante ponto de partida para outros programas de inclusão digital, porque ele parte

do que a comunidade já faz, e não de um telecentro inteiramente estatal.

Estamos nos preparando para contribuir com o PAC social, com o eixo específico para a cultura, como parte da qualificação do ambiente social brasileiro. Estamos preparando um novo ciclo, a ser executado até 2010, com metas ambiciosas de pontos de cultura e outras estruturas de acesso cultural.

Em breve, vamos anunciar ao Brasil esse plano. Hoje, o Governo Brasileiro afirma, em alto e bom som, a cultura como um direito social relevante, o que impacta a sua política social. Isso significa que os direitos culturais dizem respeito tanto ao acesso, ao repertório cultural da humanidade, acesso fundamental para a formação de cada indivíduo, como, por outro lado, o direito à expressão, ao falar, direito à relação pessoal com o mundo simbólico.

Estamos colaborando de forma decisiva, no Comitê de TV Digital, participando das muitas decisões que qualificam o sistema de TV Digital que está construído no Brasil. E estamos com uma relação muito freqüente com o Ministério de Ciência e Tecnologia, com a Rede Nacional de Pesquisa e o Comitê Gestor da Internet.

Esse direito de mão dupla deve guiar a nossa discussão sobre a convergência digital. Esse direito de acessar a uma produção cultural consagrada, a um conceito consagrado de cultura, com os bens e direitos culturais que são produzidos, que são disponibilizados, mas também essa outra direção, que é a capacidade de a própria comunidade produzir, através de suas falas, de suas linguagens, de seus modos de ser e estar, a produção cultural que advém disso.

A lógica contemporânea inverte e afirma milhões de conteúdos para cada pessoa, ao invés da tradicional lógica da tecnologia, onde a direção era um conteúdo para milhões de pessoas. A grande novidade da convergência é a possibilidade de que as novas formas de produzir conteúdos sejam também novas formas de acesso, e de acesso à produção. Acesso ao *download*, acesso ao *upload*.

Se trata, então, de uma integração de políticas estratégicas de Estado. Me refiro à necessária cooperação estratégica de uma política de cultura, uma política de tecnologia, uma política de banda larga, uma política de propriedade intelectual, uma política de língua portuguesa e uma política educacional.

A integração de políticas setoriais não é um costume no Estado Brasileiro. Herdamos uma forma compartimentada de gerir políticas e, certamente, a agenda aqui posta é uma agenda complexa, na medida em que é transversal e é extremamente contemporânea, e desafia as estruturas de Estado a formularem políti-

cas e maneira transversal e aberta, com participação da sociedade civil.

Alargamento da banda. O Brasil possui um grande mercado audiovisual, uma forte economia de conteúdos, expressa em nossa televisão, em nosso cinema, em nossa música popular. Economia que vai crescer com a convergência e com o aumento e disseminação da banda larga. A convergência traz novos atores econômicos, novos investidores, como as empresas telefônicas, que passam a oferecer sua infra-estrutura, e querem entrar na área de serviços.

É preciso zelar, neste momento, para que os novos capitais venham para melhorar o ambiente cultural brasileiro, que venham financiar nossa diversidade cultural, e não simplesmente aumentar os conteúdos em língua estrangeira no Brasil, como parece ser a tendência dominante. Queremos filmes americanos, mas também filmes europeus, asiáticos iranianos, africanos e de nossos países irmãos da América Latina. Desejamos a diversidade cultural internacional e brasileira, e não apenas o que cinco ou seis pólos produzem.

Isso não foi o que ocorreu lá atrás, no estabelecimento da TV a cabo, quando a regulação não procurou garantir uma ativação de mais canais, mais conteúdos brasileiros. A televisão a cabo, hoje, oferta pouca diversidade nacional e pouca, mesmo, pouca diversidade internacional. Há o predomínio de uma só língua e, principalmente, o País espera por mais conteúdos independentes, quer mais opções de televisão, para além dos já consagrados canais de televisão aberta. A convergência pode satisfazer essa antiga demanda da democracia por pluralidade informação, pluralidade cinematográfica, pluralidade cultural.

Finalmente, é preciso ater-se à preocupação de universalizar o acesso de todos ao benefício ou aos benefícios da convergência, no sentido de superar o fosso entre os que têm acesso a toda a liberdade da Internet, todos os canais de informação da Internet, e os que apenas possuem os cinco canais da televisão aberta. Todos devem ter acesso ao mundo da convergência e a todo o conteúdo que ela traz.

Os capitais são bem-vindos, mas é preciso regulação, para que a entrada dos capitais esteja atrelada ao nosso modelo de desenvolvimento. Um modelo de desenvolvimento que leve em conta nossa diversidade regional e cultural. Se trata, então, de construir uma regulação que estimule a produção regional e independente, por meio da ampla possibilidade de serviços culturais pela Internet, pelo celular e por outros meios.

O Ministério da Cultura vem se dedicando, desde 2003, a preparar o Brasil para ser um produtor cultural à altura da diversidade cultural de seu território e à altura das novas demandas por conteúdos audiovisuais

suscitadas pela convergência, por essa convergência que é tema fundamental das discussões desta Comissão neste momento.

Por isso, nossa parceria com a televisão pública e com a televisão comercial, nossos incentivos aos jogos eletrônicos, nossa política de digitalização de nossos acervos históricos e outras tantas iniciativas, a partir do nosso Ministério. As políticas públicas do Ministério levam em conta que a demanda por conteúdo só tende a crescer, e o Brasil precisa estar preparado para produzir e ofertar milhares de horas de conteúdo.

Se a revolução digital fosse hoje concluída, provavelmente não teríamos todo o conteúdo audiovisual nacional disponível para programar a televisão digital.

Pergunto, nesse sentido, a todos nós, a vocês e a todos nós: Com poucos pólos regionais e locais de produção, teremos uma TV digital capaz de partir de baixo para cima, da diversidade para as antenas? Sem um orçamento progressivamente ampliado para o fomento à produção cultural, teremos um conteúdo produzido compatível com as demanda e a tecnologia dos novos meios? Sem um marco regulatório amplo sobre a comunicação social, que segurança terão os novos investidores, os novos capitais, para uma competição com regras claras? São perguntas que apontam para um novo papel do Estado. Um Estado democrático, laico, que trate a diversidade cultural como traço identitário da nação, e a cultura como um ativo dinâmico e dinamizador.

A convergência digital é uma oportunidade de fazer aberturas, para dentro e para fora, no acesso à cultura e no acesso dos produtos culturais às novas telas que vêm surgindo.

Ao mencionar esse quesito estratégico, quero lembrar e saudar a atitude do então Ministro das Comunicações, Miro Teixeira, que investiu milhões de reais em pesquisa tecnológica brasileira, consorciando dezenas de universidades e centros de pesquisa. Gesto fundamental para que hoje, quase três anos depois, no Brasil, possamos, como Estado, ter uma estratégia clara de apropriação da tecnologia digital, com o foco na sociedade, nas possibilidades do usuário interagir com liberdade entre muitas opções de conteúdo local e regional, e muitas interpretações do Brasil.

Produzimos tecnologias nacionais desenvolvidas nessas universidades e temos, como diretriz, a possibilidade de um número maior de canais, fontes de informação e conteúdo.

Devemos ter uma estratégia que permita que o País supere suas desigualdades, em nossas velhas e recentes distorções. O Brasil foi o último País a abolir a escravidão. No Brasil, a televisão pública se estabeleceu depois da televisão privada, ao contrário dos

países avançados, onde o público antecedeu o privado. O Brasil universalizou o acesso ao televisor colorido, antes de universalizar a alfabetização, antes de universalizar o acesso à leitura. Nossas desigualdades sociais também se expressam no acesso à cultura, no acesso a equipamentos culturais, seja regionalmente, seja socialmente.

A convergência deve nos reunir, a todos, em uma convergência política, para permitir a todos o melhor aproveitamento dessa etapa tecnológica. Sem acesso aos equipamentos, não há convergência para todos.

Conteúdo e soberania. Gostaria, nesse sentido, de ressaltar a importância da participação da Agência Nacional de Cinema, ANCINE, e da nossa Secretaria do Audiovisual, na construção dessa estratégia de Governo. O Ministério de Cultura reconhece seu papel e sua função determinantes na produção de fusão e fruição de conteúdos digitais em língua portuguesa. Acreditamos que o País necessita de uma política cultural que torne nossa sociedade não apenas consumidora, mas também produtora de conteúdo na Internet. O *upload* é tão importante quando o *download*. Os acervos culturais e os conteúdos digitais, como forma de qualificar a educação, são, por excelência, matéria ou competência direta de nossa pasta, ou sobre a qual dedicamos importância basilar.

Nesse sentido, estamos implementando uma política ampla de preservação, digitalização e difusão do nosso acervo cinematográfico, musical, fotográfico, pictórico, acervo do século XX, do século XIX, do século XVIII, do período colonial. A Biblioteca Nacional, que tem um dos maiores acervos do mundo no campo bibliográfico e fotográfico, e o IFAM(F), tudo que essas instituições podem disponibilizar, tudo deverá ser digitalizado. E também dos acessos privados, como o acervo de José Mindlin, que estará sendo digitalizado com recursos da Petrobras, na Universidade São Paulo, para atender a todo o Brasil, ou projetos como a digitalização da música brasileira, feita pela FUNART e instituições como o Instituto Moreira Sales, por exemplo.

Nossos acervos são fundamentais e de pouco acesso no Brasil. A convergência digital é uma ótima oportunidade de reverter este quadro.

Por outro lado, é necessário nos perguntar qual o objetivo de se digitalizar acervos culturais? Se o objetivo é disponibilizar tais conteúdos na Internet, esbarramos novamente na Legislação autoral, que estipula ser prerrogativa dos titulares de direitos autorais realizarem tal disponibilização. O mesmo fenômeno podemos encontrar em graus variados no tocante à interoperabilidade de padrões de gestão de conteúdos. Nesse sentido, o Ministério da Cultura entende que um dos pré-requisitos de qualquer política de digitalização

de acervos e de disponibilização de conteúdo digitais na Educação é a reforma da Lei Autoral brasileira, processo que estamos em via de deslançar, e que envolverá ampla consulta à sociedade, seja por meio de uma série de seminários relacionados ao tema, seja por meio do lançamento do Fórum Nacional de Acesso à Cultura e ao Conhecimento, que agora anuncio aos senhores.

O Ministério da Cultura realizou, recentemente, o Fórum Nacional de TVs Públicas, reunindo representantes do campo público de televisão, do Governo Federal, do Congresso Nacional, da sociedade civil, com o objetivo de promover ampla discussão sobre a TV pública e seus desafios no cenário da comunicação social contemporânea. Por ocasião, eu comentei que a iniciativa do Governo pretendia reunir vozes sonantes e dissonantes que se manifestavam sobre a necessidade de fortalecimento de um setor público da televisão no País, e que cabia ao Estado Brasileiro um papel de articulador nesse debate.

Com o intuito de permitir a ampla inclusão de todos os interessados no debate, o Fórum foi realizado em três etapas: Primeiro, um diagnóstico dos diversos segmentos; segundo, constituição de grupos temáticos de trabalho para aprofundamento e discussão; e terceiro, uma Plenária final para consolidação das discussões. Será seguindo os moldes do Fórum Nacional de TVs Públicas, que realizaremos, também, o Fórum Nacional de Acesso à Cultura e ao Conhecimento, que aprofundará os debates desse evento e promoverá a integração de políticas de Estado estratégicas, como a tecnologia, a produção e fruição de conteúdos culturais, a propriedade intelectual, a língua portuguesa e a questão educacional.

Dentre os temas que pretendemos debater estão a digitalização de acervos, à qual já me referi, o direito autoral, o *open* livro e leitura, as máquinas de busca, a Educação na era digital, o acesso ao conhecimento científico, o *Library 2.0* e a economia do digital, experiência privadas, políticas públicas. Ainda este ano, divulgaremos amplamente para a sociedade civil e a todos os interessados e atores envolvidos, a programação completa deste evento.

Será por meio de seminários sobre direitos autorais, que esperamos propor a reforma da Lei Autoral. Como exemplo, uma revisão poderia inserir no diploma legal a permissão para a realização da digitalização de obras, sem necessidade de autorização prévia, ou tornar possível a disponibilização de conteúdos culturais produzidos com recursos públicos, na Internet, desde que não prejudique a sua exploração comercial pelos titulares de direitos.

Uma quantidade enorme de livros e outros produtos culturais, discos, programas de televisão e etc, são produzidos com isenção fiscal, não só isenção dos cofres federais, como isenção dos cofres estaduais e municipais, através das várias leis de incentivo fiscal que existem no Brasil, e esses bens produzidos poderiam, na medida em que a lei venha a assim considerar, disponibilizados para Internet e outros usos públicos, sem prejuízo dos usos comerciais, enfim, explorados pelos titulares dos direitos. Direito autoral e as DRM.

Por fim, direitos autorais. Os radiodifusores brasileiros pressionam o Governo para que adote medidas tecnológicas de proteção, travas técnicas para impedir o usuário de baixar arquivos, copiar e assistir, quando desejar, um filme ou capítulo de novela, ou seja, de realizar o próprio espírito de convergência. Como Ministro e artista, posso assegurar a vocês que travas tecnológicas não ajudarão os artistas em seus direitos autorais.

Deve-se dizer:

01. As medidas tecnológicas transferem aos radiodifusores uma atribuição constitucional do Estado. Não compete aos radiodifusores a prerrogativa de, unilateralmente, interpretar e aplicar a Legislação de direitos autorais. A Lei de Direitos Autorais já confere tratamento legal privilegiado para as empresas de radiodifusão, ainda que subordinado às exceções e limitações aos direitos autorais. Esse privilégio legal já consiste em medida jurídica bastante e suficiente para coibir usos irregulares de programação da televisão digital. Ademais, o Estado já possui os instrumentos legais necessários para coibir o uso indevido das obras intelectuais protegidas e das emissões dos rádiodifusores.

02. O uso da tecnologia anticópia retira do consumidor o direito de decidir como usar o sinal da televisão, impedindo, entre outras coisas, que possa gravar programas para assisti-los em outro horário, fazer cópias para uso educativo e de pesquisa, utilizar programas como fonte pela imprensa e garantir a aportabilidade desses para uso em outros equipamentos.

03. A ausência de medidas tecnológicas no padrão de TV digital não inviabilizou modelos de negócios de radiodifusores em terceiros países, como, por exemplo, nos Estados Unidos. A TV aberta é a última janela na cadeia de distribuição de conteúdo audiovisual, o que significa que o risco de pirataria é menor do que em etapas anteriores da cadeia, como cinema, vídeo-locadora, TV a cabo, *pay-per-view*, venda de DVDs e outros.

04. Não há obrigações, no âmbito de acordos internacionais, que o Brasil tenha, para que se adotem aqui medidas tecnológicas. Existe a expectativa de que

a tecnologia seja mais onerosa para o sistema, por ter que introduzir estas medidas, ao mesmo tempo em que o uso de tal tecnologia não garante a eficácia [soa a campainha] da proteção contra a pirataria. São exemplos e exemplos, enfim, de invasão desses processos de garantia, por parte de *rackers* e *crackers* e etc.

Ou seja - finalizando -, por essas razões, os custos das medidas tecnológicas não valem seus benefícios. Em última instância, não vale a pena usar a tecnologia para cercear a liberdade dos usuários e contradizer os avanços e oportunidades da tecnologia e da convergência digital.

Muito obrigado.

SENADOR EDUARDO SUP LICY (PT-SP): Pela ordem, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Pela ordem, Senador Eduardo Suplicy.

SENADOR EDUARDO SUP LICY (PT-SP): Presidente Senador Wellington Salgado, eu sou responsável, um dos responsáveis pelo convite, agora, às 10 horas, da presença do Ministro Tarso Genro na Comissão de Relações Exteriores, e preciso para lá me deslocar, e queria cumprimentar o Sr. Alexandre Annenberg, Diretor da ABTA, o Sr. Evandro Guimarães, da ABERT, e Vice-Presidente de Relações Institucionais das Organizações Globo. E ao Ministro Gilberto Gil, gostaria de transmitir o quanto que a sua exposição mostra a necessidade de V.Ex^a. continuar contribuindo, de maneira tão significativa, no Governo do Presidente Lula, onde V.Ex^a. tem conseguido, ao mesmo tempo, continuar a ser um extraordinário representante da arte da música popular brasileira, da cultura.

Ainda esses dias, V.Ex^a. pôde, em São Paulo, mostrar e agradar a tantas pessoas que ali estiveram ouvindo suas canções e as suas, inclusive, novas composições -, mas aqui, hoje, V.Ex^a. traz providências que estão sendo tomadas para que nós possamos garantir a democratização para valer da cultura, inclusive levando em conta os aspectos novos, tecnológicos, da TV digital, e das maneiras como podemos assegurar a democratização da cultura para o povo, inclusive com medidas, como a mencionada, de estar colocando em forma digital o acervo que o Sr. José Mindlin colocou à disposição da Universidade de São Paulo, a Coleção Brasileira e tantos outros livros que constituem uma preciosidade. E se for possível democratizar isso para todos e, inclusive, não apenas para os estudantes da USP, tanto melhor, como um exemplo.

Gostaria, caro Ministro Gilberto Gil, de aqui registrar que ainda há pouco dialogamos, ocasião em que transmiti a V.Ex^a. a preocupação de inúmeros disc-jóqueis, assim chamados os *DJs*, como *DLKJ*, que é o

de *DJ KL*, que é o disc-jôquei dos Racionais MC's, e que transmitiu a preocupação com respeito a última fábrica de discos vinil, que existe em Belford Roxo, porque para todos os grupos de *rap*, de *hip-hop*, e V.Ex^a. sabe tão bem a relevância desses grupos, porque suas composições, canções, são aquelas que são cantadas, sobretudo, pelos jovens das periferias das grandes metrópoles, exatamente porque dizem respeito ao seu cotidiano, então trata-se de um fenômeno cultural das últimas décadas, no Brasil, de grande relevância, e esse *DJ* pediu que houvesse atenção por parte do Ministério da Cultura.

Mas quero agradecer a providência que a sua equipe está tomando, já, tomando conhecimento dessa fábrica que existe em Belford Roxo, e que, ao invés de fechar as suas portas, possivelmente venha a se transformar nem um centro cultural, em moldes que agradeceria se V.Ex^a. puder, conhecendo mais profundamente os detalhes de tudo aquilo que possa ser feito, então, a assegurar a continuidade desse aspecto cultural importante para, sobretudo, os jovens, no Brasil.

Muito obrigado e eu vou pedir licença, Sr. Presidente, quem sabe o Ministro possa, brevemente, dizer uma palavra sobre essa questão, porque será de grande interesse para os que apreciam e tocam e são produtores do *rap* e do *hip-hop* em nosso País.

SR. MINISTRO GILBERTO GIL: Pois não.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Sr. Ministro, Senador Eduardo Suplicy, V.Ex^a. não só é o autor do Requerimento, como é peça importante desse debate, ao longo de todo esse período, com certeza não poderia faltar, jamais, ao recebimento do Ministro Tarso Genro aqui, porque tenho certeza de que vai enfrentar um debate forte. Mas, diante dessa colocação de V.Ex^a., eu vou quebrar o protocolo e abrir um espaço para o Ministro, neste momento, para rebater a colocação de V.Ex^a.

SR. MINISTRO GILBERTO GIL: Complementar, na verdade, e dizer ao Senador que, comunicado que fui, hoje, desse pedido, vindo de um dos mais importantes grupos de *hip-hop* e *rap* no Brasil, enfim, um dos grupos que usa ainda o disco de vinil como material específico para sua produção artística, e da preocupação desse conjunto cultural importante, desse universo cultural importante, com a possibilidade de fechamento da última fábrica de discos de vinil, que fica em Belford Roxo, no Rio de Janeiro, logo em seguida eu tive, por parte do nosso Secretário Alfredo Manevy, Secretário de Políticas do Ministério, a informação de que o Ministério já vem tomando providências com relação a isso, sugerindo e, inclusive, já encaminhando o processo para que a fábrica, essa fábrica de discos em Belford

Roxo se transforme em um ponto de cultura e, mais ainda, que ela seja considerada patrimônio, enfim, seja tombada, o que, inclusive, coloca mais um item, um novo item no conjunto, no rol dos itens de patrimônio cultural brasileiro, que é uma fábrica de discos, já que esse processo industrial e esse produto cultural, que ligados ao vinil, já estão em desaparecimento, praticamente em desaparecimento e, portanto, passam a ser memória e mantêm uma importância residual exatamente para os *DJs*, para a produção cultural no campo do *hip-hop*. Portanto, eu informo ao Senador, e peço que o Senador que informe aos Racionais MC's, que solicitaram dele essa providência junto ao Ministério, que as providências já estão sendo tomadas, talvez até para além das expectativas do próprio grupo, importantíssimo grupo de *hip-hop* de São Paulo.

SENADOR EDUARDO SUP LICY (PT-SP): Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Alguma coisa mais a acrescentar, Senador?

SENADOR EDUARDO SUP LICY (PT-SP): Muito obrigado e peço licença, então, me desculpe que eu tenho que estar ali no debate.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Ok. Estamos, neste momento, na 3ª Audiência Pública, cujo assunto é debater o tema: Conteúdo Audiovisual em Tempo de Convergência Tecnológica. Autoria do Requerimento e aditamentos do Senador Flexa Ribeiro. O Sr. Senador Flexa Ribeiro não está presente, porque foi representar o Brasil no Parlatino, no México. Então, Sr. Ministro, desculpe ele não estar presente, mas foi representar o País.

Tivemos aqui a exposição do Ministro de Estado da Cultura, Ministro Gilberto Gil, que nos honra, porque, além de ser o Ministro da pasta, também é um artista e muito conhece a questão de produção de conteúdo, que está sendo o grande debate neste momento.

Passaremos ao segundo membro desta Mesa, Sr. Evandro Guimarães, Conselheiro da Associação Brasileira de Emissoras de Rádio e Televisão, ABERT, e Vice-Presidente de Relações Institucionais das Organizações Globo.

Sr. Evandro, a quem agora eu passo a palavra.

SR. EVANDRO GUIMARÃES: Obrigado, Presidente Senador Wellington Salgado, Senadores, Senador Gim Argello, Senador Sérgio Zambiasi, Sr^{as}. e Srs., Ministro da Cultura, Ministro Gil.

Falar depois do Ministro Gil é sempre muito difícil, porque é conhecido que ele, na nossa linguagem, é um banda larga. O discurso do Ministro Gil, ele foi Ministro--

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Evandro Guimarães, segundo o Ministro, se fosse cantar seria pior a situação, depois dele. [risos]

SR. EVANDRO GUIMARÃES: Olha, Ministro... Mas, Ministro, no ofício de cantar, eu sou competitivo no ofício de ouvir V. S^a. [risos]

Mas de qualquer sorte eu vou tentar, muito rapidamente, para muitos dos presentes, companheiros, profissionais que acompanham este intenso debate sobre a convergência digital, eu vou tentar resumir algumas informações básicas, assim como eu chamo; qual é a situação, de fato, que enfrentam o País e os atores da área da comunicação social, face ao desenvolvimento tecnológico, que chamamos de convergência e as suas relações com os brasileiros, com os conceitos fundamentais de soberania e identidade nacional e com a participação, neste momento, dos operadores, nacionais e internacionais, de radiodifusão e telecomunicação.

Eu vou passar para o ponto número quatro, por favor. Número quatro, apenas o quatro. O que existe no Brasil, neste momento, é a seguinte situação: Nós temos uma Legislação, inclusive um marco regulatório superior, que é a Constituição, inteiramente não homogênea, não equalizada, digamos assim, realmente desorganizada para fazer frente a esse mecanismo que, como a força da gravidade, se instala sobre a realidade brasileira.

Então eu só queria lembrar o seguinte: Quais são os atores, pragmaticamente, que são hoje, simultaneamente, autores e vítimas do fenômeno da convergência? É a radiodifusão, a plataforma de comunicação, o único setor ainda moderno que é analógico, só começará a ser digital, apenas pela praça de São Paulo, a partir de dezembro deste ano, com processo, digamos assim, lento, de introdução de uma base de recepção digital, e será a televisão digital terrestre digitalizada, segundo o cronograma, em um prazo que variará em torno de sete a dez anos.

O que eu gostaria de dizer é o seguinte: Existe uma absoluta falta de padrões coerentes na regulação, inclusive na questão constitucional. Relembrando, no Governo Fernando Henrique Cardoso, o Ministro Sérgio Motta desenvolveu um processo, a partir da lei mínima, de privatização do sistema de telecomunicações.

A Constituição Brasileira reserva diversas definições para telecomunicações e radiodifusão. Telecomunicações é a comunicação originalmente feita de um para um, ou seja, aquela comunicação que tem um emissor e um receptor, aquela comunicação que tem características de serviço. A comunicação social, de outro modo reservada as definições no capítulo V,

da Constituição, a Constituição no Brasil é muito moderna, de 1988, é uma preocupação da comunicação de um para vários, de um para milhares. Então, há dispositivos constitucionais muito claros sobre esses dois sistemas, e o sistema de telecomunicações foi privatizado, e permitiu-se, e permite-se, hoje, que as empresas de telecomunicações sejam 100% internacionais, sem uma série de compromissos que têm as empresas de comunicação social, que estão destinadas a cumprir um ambiente regulatório de integração nacional, etc e etc.

Então eu vou passar, muito rapidamente, pelo quadro atual do que diverge, do que diferencia a regulamentação entre telecomunicações e radiodifusão.

Radiodifusão é comunicação social. Rádio e televisão são comunicação social. É de um para "n", de um para milhares, de um para milhões. É de um emissor para diversos receptores. Telecomunicação é de um para um. É de um emissor para um receptor. É sempre a ligação de um provedor do serviço. O serviço é provido para que alguém acesse alguém.

Comunicação, radiodifusão tem um tratamento constitucional muito expresso. Ele cuida, fundamentalmente, de responsabilidade editorial e de produção de cultura e Educação. Telecomunicação cuida, fundamentalmente, de transporte de sinais.

Radiodifusão é para ser recebida livre e gratuitamente por toda a população em todo o País. Telecomunicação, ela é pagas. Ela é mais vinculada a acesso e mais vinculada a condicionamentos econômicos.

Radiodifusão fala com o telespectador, fala com o cidadão, fala com o brasileiro. Ela cuida da questão editorial. Ela tem base no mercado publicitário, que como vocês sabem, um dos indicadores da atividade econômica é a publicidade, é o nível de oferta, é a competição, a lubrificação competitiva de bens e serviços. Telecomunicação fala com os assinantes. Nós costumamos dizer que nós falamos com o brasileiro, com o eleitor, falamos com toda a população. Telecomunicação, Senador Sibá Machado, fala com 92% da população brasileira dos domicílios. Telecomunicação, no caso de comunicação social, neste momento, fala com a base menor que 8%.

Portanto, nós estamos falando com o cidadão, enquanto telecomunicação se destina a falar com o assinante, com o cliente.

Radiodifusão fala de integração nacional. Telecomunicação não tem compromisso federativo. O dispositivo, todo o dispositivo regulatório, até agora, não fala, não contempla o fato de que - Acho importante destacar nesta Casa, que é a Casa da Federação -, o fato de o que País é composto da soma dos seus Estados.

Rádiodifusão está vinculada à língua portuguesa, à cultura brasileira e à Educação. Telecomunicação, freqüentemente, inclusive na área em que provê conteúdos, ela está vinculada e disponível, e ofertando projetos de natureza pan-americana. A mesma imagem, eventualmente, com som em inglês para determinado mercado, em espanhol para um outro mercado, e em português para o único País de língua portuguesa na América, que é o Brasil.

Rádiodifusão, ela está voltada para a auto-regulamentação, com responsabilidades bem definidas. Ela tem propostas de... Tem uma proposição constitucional de liberdade, enquanto telecomunicação tem uma regulamentação muito específica, mas muito ligada ao meio e absolutamente ausente, distante da questão do conteúdo. Esse é o estado atual da arte.

Rádiodifusão, ela está voltada para uma oferta, está voltada para promover oferta eficiente de bens e serviços, inclusive informações partidárias e eleitorais dos diversos distritos do Brasil, através de publicidades, das campanhas de mobilização e do jornalismo. Telecomunicação está voltada à possibilidade de informação segmentada, com alguns dispositivos, digamos assim, que vieram um pouco de contrabando na esteira dessa possibilidade tecnológica de fazer comunicação pelos meios, pela infra-estrutura, pelo corpo. Enfim, como disse agora, falei a expressão corpo, para nós, comunicação social é a alma e telecomunicações é a infra-estrutura, é o corpo. O corpo está, digamos assim, liberado para operação internacional. A alma está reservada ao brasileiro.

Rádiodifusão está voltada à disseminação de informações e ao acesso democrático, à recepção democrática de toda a população. Telecomunicação tem uma característica de concentração, de alta dependência de capital e de operações em escala. Não há empresa de telecomunicação que possa operar sem escala.

Rádiodifusão tem a característica de mono-serviço. Mediante um sistema autorizado pelo Estado, um concessionário presta um mono-serviço, ou seja, um serviço quase que unidirecional, de um ponto da informação, entretenimento, cultura, Educação, para milhões de pessoas. Telecomunicação provê para que duas pessoas se comuniquem, ou um ponto corporativo ou individual se comunique em múltiplos serviços.

Rádiodifusão é um canal único. Telecomunicação opera em uma enorme diversidade de faixas. Além dos recursos físicos, físicos mesmo, recursos físicos *wireless*, com enorme diversidade de faixas.

Rádiodifusão estabelece a existência, a possibilidade de que cada operadora opere um canal por localidade. Telecomunicação há para disponibilização

de meios para uso de seus clientes, pessoas físicas ou jurídicas, a utilização de uma pluralidade de canais.

Rádiodifusão, ela está vinculada ao produto exibido, está vinculada à eleição permanente pelo telespectador. Enquanto telecomunicação está vinculada a um potencial de expansão, ao PIB, à renda média, à permanente expansão ou não da base de assinantes. Ou seja, de novo aí, comunicação social tem uma vertente de natureza de informação democrática e telecomunicação tem uma vertente de informação notadamente econômica. Essa é a razão pela qual nós fazemos questão de acentuar que há uma diferença, um *status*.

Rádiodifusão, ela tem uma característica: O Brasil tem milhares de proprietários de rádiodifusão. Em todo o Brasil são mais de 3500 rádios comerciais, 450 televisões. Freqüentemente se fala do Globo, da Televisão Bandeirantes, mas, na verdade, cada rede dessas, ela tem, debaixo dela, dezenas, às vezes centenas de proprietários, porque é um sistema de soma das partes que compõem as redes nacionais de televisão, com operações de natureza jornalística, comercial, comunitária, político-partidária com horário gratuito, nos diferentes Estados. Ou seja, rádiodifusão é algo que tem a ver com os Estados da Federação, porque os Estados são nitidamente considerados como a unidade de pensamento para a comunicação social.

Telecomunicação, vocês sabem, realmente trata-se de um setor de concentração. Há um poder total e está em número de pouquíssimas empresas, freqüentemente menores que número de dedos de cada mão.

Em resumo, a comunicação social, a Constituição Federal, esse é o *status* da questão regulatória, separou a comunicação social da telecomunicação, de certa maneira protegendo, ou seja, já o País não tem o corpo, mas estamos protegendo a alma. A comunicação social consiste na oferta de conteúdos de um para n. Ela está voltada para o mercado interno brasileiro. Nós não temos operações voltadas para o mercado externo e nós não fazemos parte de grupos que operam em multimercados internacionais.

Comunicação social abarca, assim, a produção, a seleção, a organização, o empacotamento, a programação e o abastecimento dos suprimentos de conteúdos com freqüência consignados dentro de contratos rigorosamente estabelecidos para esse fim. Ao nosso entendimento, é que dado o estado atual da regulação no Brasil, empresas interessadas em explorar serviços de comunicação social devem se enquadrar e se submeter ao que determina o capítulo V da Constituição. Srs. Senadores, o capítulo V da Constituição, que é a mãe do marco regulatório, que é o marco regulatório que vale, ele pedirá que as empresas que queiram criar

um fato consumado, ou seja, porque eu posso fazer determinada coisa, não quer dizer que eu a farei, que eu farei algo que pode derogar a letra constitucional. O correto seria. Então mudemos a Constituição.

Telecomunicação não se destina à exploração de serviços de comunicação social. Isso é óbvio. Telecomunicação é um serviço complementar ao serviço de comunicação social, com o qual não se confunde. É complementar, é suplementar, e ao mesmo tempo ele é estrutural. Ele é a oferta de facilidades para que existam alguns serviços de comunicações sociais.

Avanços tecnológicos não podem prevalecer sobre o projeto que a nação tem para sua população. Portanto, nós não podemos derogar as outorgas, as definições de diferentes serviços, só para que a tecnologia permite. A tecnologia permite que se faça energia nuclear, no entanto, se interessa ou não interessa fazer energia nuclear, sempre esse assunto é discutido no calor, na troca de calor entre a sociedade e seus representantes no Congresso e no Executivo.

Eu gostaria de encerrar, só fazendo uma lembrança de que esse projeto para o qual esta Audiência Pública pretende instruir os relatores e as pessoas interessados em contribuir, ele tem o mérito, o projeto do Senador Flexa Ribeiro, ele tem o mérito de levantar que produção, programação e provimento à brasileiros, é algo que cada um de nós sente, lendo a Constituição e olhando o que é razoável no cenário brasileiro, como naturalmente reservado - entre aspas - "a brasileiros". Aliás, isso é assim em qualquer negocio do mundo.

Nenhum País do mundo desistiu do fato de que os operadores de cada respectivo País, que destinam comunicação a seus conterrâneos, devem ser daquela nacionalidade. É assim nos Estados Unidos e é assim em qualquer outra nação desenvolvida do mundo. Ou seja, esta se trata de uma famosa reserva politicamente correta, que, na verdade, nem reserva é. Essa é a razão pela qual o Ministro citou, no seu discurso, se você não tem algo que faça com que a comunicação de brasileiros para brasileiros seja entendida como uma regra de defesa da identidade e da soberania nacional, um País como o Brasil, que fala português, cercado de países amigos que falam espanhol, e que sofre o assédio do fornecimento de produtos culturais do principal produtor mundial de conteúdos que são os Estados Unidos da América, esse País provavelmente sufocará empregos e temática, na sua dramaturgia, na sua música, na sua literatura, porque o grande gerador de empregos técnicos, intelectuais e artísticos brasileiros se dá pelo fato de que a Constituição, até este momento, reserva a brasileiros a responsabilidade de comunicar-se com nossos conterrâneos, com nossos concidadãos.

E eu queria lembrar, nesse sentido, só para fazer uma homenagem aos meus colegas da produção em televisão, que o Brasil, na parte cultural, com a televisão aberta, especialmente, já deu uma enorme contribuição à cultura brasileira. Senão vejamos, já foram produzidos no Brasil: Jorge Amado, pelo menos nove obras; Osman Lins; Machado de Assis; José de Alencar; Érico Veríssimo; João Guimarães Rosa; Nelson Rodrigues; José Lins do Rego; Lygia Fagundes Telles; Rachel de Queiroz; Menotti del Picchia; Viriato Correia; Bernardo Guimarães; João Ubaldo; Lima Barreto; Monteiro Lobato, seis obras; Graciliano Ramos; Clarice Lispector; Mário de Andrade; Ariano Suassuna; Dinah Silveira de Queiroz, Zélia Gattai. E eu sempre lembro o seguinte: Nós produzimos na televisão brasileira, já, quatro obras de João Guimarães Rosa. Com aquela prosódia que muitas pessoas não conseguem ler, isso foi na televisão.

Nos últimos 40 anos, certamente, essa produção cultural com temática ou baseada em adaptação da literatura brasileira deve ter produzido um enorme, um enorme significado para a cultura, para a massa crítica cultural que nós temos hoje no Brasil. Produções essas que acolheram não só os roteiros teledramatúrgicos, mas também a arquitetura brasileira, os cenários brasileiros, os figurinos brasileiros, os artistas brasileiros, a música brasileira, os Diretores etc e tal. É disso que nós estamos falando.

Se, por acaso, o Congresso Nacional achar que nós podemos, assim como já vendemos o corpo, podemos desistir da alma, tudo bem, niveladas, na minha opinião pessoal, acho que o País perderá milhares e milhares - Isso é um processo, como disse o Ministro Gil, muito rápido -, perderá milhares e milhares de empregos e, acima de tudo, perderá um pouco da sua identidade, da sua alma. Nesse sentido é que nós apelamos para os Senadores levarem em consideração que há algo [soa a campainha] muito grave em risco nesse momento: É que a convergência... Há convergência, ou seja, as condições de força de capital e da possibilidade tecnológica de fazerem sufocar aquilo que é a produção, o emprego, e que deriva, em última instância, do senso comum de ser brasileiro.

Eu quero dizer aos senhores o seguinte: Se não forem tomadas providências regulatórias urgentes, se o Executivo e o Legislativo não medirem, nós teremos uma desnacionalização completa, de escala, ou seja, de atuação no mercado interno e de exportação de conteúdos brasileiros, em prazo muito curto. O risco é muito maior do que os senhores estão imaginando. O setor todo de televisão aberta fatura sete bilhões de reais por ano. O setor de telecomunicações, mais de cem. Mais de cem. As possibilidades de constrangimento via

capital - Os capitais internacionais têm custos na faixa de 3,5 a 4% ao ano, enquanto vocês sabem quanto custa o capital anualmente para nós -, as questões de constrangimento via capital e via tecnologia são absolutamente sérias e importantes. Mas, ainda assim, digo: As Casas do Congresso são soberanas. Se o Congresso achar que a produção deve ser diversificada, inclusive para os atores internacionais, o Brasil deve, então, também, liberar os milhares de proprietários da radiodifusão, para que eles possam ter suas parcerias ou serem, integralmente, internacionalizados. Perderá o Brasil? Certamente perderá o Brasil.

Eu já estou em uma fase em que vou me aposentar, há mais dez anos defendendo esse discurso, que são os empregos técnicos, intelectuais e artísticos, e vou ficar triste, mas percebo que esse assunto é pouquíssimo discutido no Congresso Nacional. E percebo que o modelo de televisão brasileira é pouquíssimo discutido no Senado, porque todo o conjunto, o Ministro também falou disso, todo o conjunto globalizado de oferta de conteúdos desvaloriza as empresas regionais de rádio e televisão. Mas são as empresas regionais de rádio e televisão que oferecem o intervalo publicitário para dinamizar o comércio e a indústria locais e para fornecimento de serviços, que fornecem o horário gratuito eleitoral e partidário local, que levam o consumidor, levam a classe política a falar no seu distrito eleitoral e que também levam empregos importantes, são mais de 150 mil empregos na mídia regional. A tendência é, se os senhores olharem o sistema de televisão paga, se os senhores olharem os sistemas de televisão que vem pela telefonia, o sistema de DTH clássico, se os senhores olharem o sistema de Internet, há uma oferta crescente, prevalente, de produtos feitos para o Brasil como um todo, e não para o Estado. Ou seja, o modelo federativo da televisão brasileira, que é um sucesso, que é a soma das partes, senhores, está em absoluto risco.

Se os representantes da Federação, que são os três Senadores por Estado, que aqui estão presentes, não se levantarem e não se preocuparem em prestigiar as instalações regionais, das empresas regionais de mídia, nós teremos um enfraquecimento brutal em um prazo de seis meses a um ano. Esse enfraquecimento já se fez sentir e é impossível enfrentar essa avalanche. Eu então faria um apelo de que a Federação, representada no Congresso, examinasse isso.

A virtude que nós vemos do projeto do Senador Flexa Ribeiro é que ele, realmente, fala direto àquilo que é a alma. Transportar sinais não tem problema. Telecomunicação é para transportar. Agora, produzir, programar, selecionar, se responsabilizar pelo que está sendo oferecido ao mercado interno brasileiro deveria

ser, como é em todos os países do mundo reservado a brasileiros. Nos termos do dispositivo constitucional do Art. 222 da Constituição Nacional, no seu capítulo V.

Por fim, como aqui represento os radiodifusores, e fui elegantemente provocado pelo Ministro Gil, eu só queria dar uma informação, falando de *Digital Rights Management*, do DRM, Ministro. Na verdade, o Ministro usou uma expressão, dando uma informação aos senhores - Esse assunto é bastante complicado - de que os radiodifusores pressionam, no contexto da televisão digital terrestre, da televisão que está vindo, para que os sistemas utilizem um sistema que chame-se controle de gestão, ou gestão do sinal, ou gestão de direitos autorais. Quero dizer que isso não é uma pressão dos radiodifusores. Isso é uma realidade do mundo moderno em todos os países do mundo. É uma realidade absoluta nos Estados Unidos. Só não podemos comparar a TV aberta terrestre no Brasil com os Estados Unidos, porque nos Estados Unidos 87% dos lares estão na TV paga.

Eles recebem as televisões de sistema aberto pela TV paga. E lá, a TV paga, quando transmite em *high-definition television*, elas já tem o sistema de conectores. Então eu queria dizer, Ministro, até me comprometo a levar ao senhor maiores informações, informações de natureza técnica e jurídica, a única coisa que as empresas de televisão informaram ao Governo e solicitaram, é o seguinte: A televisão aberta brasileira é um patrimônio da população brasileira. 93% da população se informa, se entretém, se informa politicamente, tem inclusão social, graças à televisão aberta. 7% estão na televisão a cabo. Nos Estados Unidos, 87% dos domicílios têm televisão. Nós só estamos falando de DRM, de *Digital Rights Management*, para sistemas de *high-definition television*.

Em nenhuma hipótese, o que se faz hoje, que é um professor copiar uma novela, ou copiar um programa do canal Futura, ou copiar um programa do Telecurso, em nenhum momento as cópias de característica analógica, que são feitas com boa qualidade, serão interrompidas. A única coisa que, não somos nós, são os produtores internacionais de conteúdos, já advertem nos seus contratos, é que não fornecerão o material de alta qualidade se houver possibilidade de cópia em *high-definition*, porque cada receptor vira um industrial. Mas, ainda assim, mesmo em *high-definition*, a proposta que os radiodifusores levaram à TV Digital foi de que uma cópia uma *high-definition* pudesse ser feita, para ser utilizada com alta qualidade, e é livre a cópia no sistema analógico, e sempre assim será.

A diferença, no caso brasileiro, a única coisa, no caso brasileiro, que difere, é o seguinte: É que nós somos o País da TV aberta, nós não somos o País da

TV paga. Os sinais de televisão aberta que transitam pelos cabos nos Estados Unidos estão protegidos, e a defesa que nós fazemos é pelo seguinte: Nós teremos uma televisão aberta, uma televisão gratuita piorada, se não tivermos o DRM, por quê? Porque os produtores de grandes filmes, de grandes obras, temem aumentar a facilidade da pirataria nas residências. E particularmente no Brasil, onde 93% das pessoas assistem televisão aberta, esse assunto se acentua.

Eu tenho certeza, Ministro, de que esse assunto será entendido, ele será negociado, e nós, em nenhum momento, queremos tirar do telespectador brasileiro, os direitos que eles já têm. Ao contrário, queremos ampliar esses direitos, e não limitar, em nenhum momento, as características da obra chegar a toda a população gratuitamente.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Acabamos de ouvir o Sr. Evandro Guimarães, Conselheiro da Associação Brasileira de Emissoras de Rádio e Televisão, ABERT, e Vice-Presidente de Relações Institucionais das Organizações Globo.

Antes de passar a palavra ao senhor Alexandre Annenberg, um minuto, que o Ministro quer fazer uma colocação. Com a palavra, o Ministro Gilberto Gil.

SR. MINISTRO GILBERTO GIL: Eu queria me referir às palavras do nosso prezado Evandro Guimarães, representante da radiodifusão, é que as minhas referências foram feitas exatamente à televisão digital, não à televisão analógica.

As iniciativas, no sentido de criar controles criptográficos, a partir... Ou seja, medidas tecnológicas no sistema digital e, exatamente, coincidem com a informação que o Evandro Guimarães acaba de nos dar. Quer dizer, o sistema analógico não está em questão com relação às medidas tecnológicas, a essas novas medidas tecnológicas que estão sendo propostas.

SR. EVANDRO GUIMARÃES: Senador, só para acentuar.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Com a palavra, o senhor Evandro Guimarães.

SR. EVANDRO GUIMARÃES: Então estamos falando da mesma coisa. Não teremos criptografia na televisão aberta, Ministro. Tanto que, em nenhum momento será criptografado, tanto que será, inclusive em *high-definition*, propomos que seja permitido, inclusive, que se faça uma cópia. Como as televisões estão em tempo real, elas não estão estocadas, qualquer pessoa que quiser aquele programa como ele foi exibido poderá fazer uma cópia. O que o conector impede é que, se o senhor passa, amanhã, na televisão, O Senhor dos Anéis, nos seis mil Municípios brasileiros - são quase

seis mil - o senhor terá pessoas que façam 12, 15, 16 cópias de O Senhor dos Anéis, e no dia seguinte, esse O Senhor dos Anéis está disponível para ser repetido pelo DVD. Isso se refere, particularmente, Ministro, a obras de terceiros. Isso é uma demanda, fundamentalmente, da *Motion Picture Association*. Isso é uma demanda da indústria, nós estamos falando da mesma indústria: a indústria internacional de cinema.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Sr. Evandro Guimarães, será que eu poderia ordenar um pouco melhor, porque eu sei que o debate, nesse sentido, que já acontece nesta Casa, nós vamos debater até uma hora, Ministro, eu queria, antes, ouvir o Sr. Alexandre Annenberg, e depois passaríamos a esse debate, com certeza.

Eu só, antes de passar a palavra ao Sr. Alexandre Annenberg, Diretor Executivo da Associação Brasileira de TV por Assinatura, eu queria deixar uma coisa, algo bem claro para o Sr. Evandro Guimarães: Primeiro, que o Senado Federal é uma Casa sábia. A Comissão de Comunicação, Ciência e Tecnologia era uma Subcomissão da Comissão de Educação. Com o crescimento, com o avanço, com o desenvolvimento da tecnologia, o Senado criou a Comissão de Comunicação, Ciência e Tecnologia. Isso demonstra um amadurecimento, isso demonstra um crescimento, isso demonstra uma preocupação desta Casa com a questão da comunicação, ciência, tecnologia e informática.

Não vi, até o momento, por parte de todos os Senadores desta Comissão e também do Senado Federal, uma, digamos assim, uma despreocupação com o sentido da produção do conteúdo e programação de conteúdo. Os Senadores têm estado preocupados sempre com isso, com essa questão, que é a produção do conteúdo nacional e a programação do conteúdo nacional: Como vai se fazer, quem vai fazer e que horas é que se vai passar. Essa preocupação, Ministro e Sr. Evandro Guimarães, tem acontecido nesta Casa.

A colocação do Sr. Evandro Guimarães foi um pouco, digamos assim, fúnebre. Eu não vejo nesse sentido, Evandro Guimarães. Eu vejo uma salvação, realmente. Apocalíptico, não é? Segundo o Senador Sibá Machado. Fiquei, cada vez que ele ia falando, ia me dando um frio na barriga, Evandro Guimarães. Então eu acho que não é por aí.

Eu acho que esta Casa, que V. S^a. conhece muito bem, porque freqüenta há muito tempo, vejo que as grandes empresas de produção conteúdos, vão acabar se associando a grandes empresas de telecomunicações e vai ter produção de conteúdos, como disse um grande Presidente de uma, talvez hoje uma das maiores empresas do País, eles não querem fabricar

pizza, Ministro, eles querem entregar pizza. Na verdade, essa frase diz tudo, não é? Nós não queremos fabricar pizza, queremos entregar pizza. Se caminhar nesse sentido, eu acho que a proteção vai ser colocada aqui, nesta Legislação, de alguma maneira. Tenho certeza de que o Ministro vai participar, vi que ele está atualizadíssimo nessa questão, está preocupado com essa questão.

E o projeto do Senador Flexa Ribeiro, que é um projeto desta Casa, desta Comissão, vai sofrer as alterações devidas, pelos Senadores. Não é isso, Senador? Porque aqui não vai passar, simplesmente. Nós vamos alterar.

Mas como é um debate maravilhoso, Ministro, eu vou voltar, senão vai sofrer muito o Sr. Alexandre Annenberg, a quem eu passo a palavra, Diretor Executivo da Associação Brasileira de TV por Assinatura. Com a palavra, Sr. Alexandre Annenberg.

SR. ALEXANDRE ANNENBERG: Muito obrigado, prezado Senador Wellington Salgado, Presidente da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática do Senado Federal. Prezado Ministro do Estado da Cultura, Gilberto Gil. Prezado Conselheiro da ABERT, Evandro Guimarães, companheiro de tantos anos.

Há muito pouco a acrescentar, Srs. Senadores, depois dessas brilhantes exposições, tanto do Ministro, como do Evandro Guimarães. São exposições densas, são exposições que contêm informações e conceitos da mais alta importância e que, obviamente, é indispensável que os senhores levem em consideração.

O meu papel aqui é trazer o ponto de vista e as considerações da área de televisão por assinatura. Para isso, eu gostaria só de lembrar aos senhores, rapidissimamente, como é que se constituiu esse segmento de televisão por assinatura.

Os marcos regulatórios que regulamentam a oferta de serviços da TV por assinatura são, hoje, baseados nas tecnologias empregadas. Existe uma lei, a 8.977/1995, que é a famosa Lei do Cabo, que regulamenta a distribuição de conteúdo audiovisual por cabo, e há Portarias, tanto para o MMDS como para o DTH, que regulamentam esse tipo de serviço, portanto, separando o serviço por tecnologias.

Para entenderem melhor, a tecnologia de cabo, todo mundo já conhece, é uma rede de cabos coaxiais e fibras óticas, que levam o sinal até a residência do assinante, por um meio físico. As redes de MMDS fazem ou prestam o mesmo serviço, porém por microondas. E o DTH, que é o *Direct to Home*, é a oferta desse mesmo serviço através de um satélite. Ou seja, o assinante recebe, diretamente de um satélite, o conteúdo audiovisual. Basicamente essas são as três

tecnologias que compõem o segmento de televisão por assinatura.

Hoje, nós temos, no Brasil, 61% dos assinantes de TV por assinatura assinam TV a cabo, 35%, grosso modo, DTH, e cerca de 4%, o MMDS. Ora, na verdade, o serviço que é oferecido por todas essas três tecnologias é exatamente o mesmo. É um único produto, que é o conteúdo audiovisual, e que é justamente o objeto da discussão de hoje desta Comissão.

Agora, acontece que o conteúdo audiovisual, ele é oferecido também pela TV aberta, mas são modelos de negócios completamente diferentes. O Evandro Guimarães já fez uma brilhante exposição sobre a diferença entre radiodifusão e telecomunicações. Eu quero mostrar, agora, aqui, uma diferença que também existe entre a televisão aberta e a televisão paga.

Na verdade, quando se fala de televisão, muitas pessoas entendem que é uma mesma coisa, televisão é televisão. No entanto, obviamente, a televisão aberta se caracteriza, em primeiro lugar, por ser gratuita. A receita da televisão aberta vem, principalmente, da publicidade. A receita da televisão paga vem, principalmente, da assinatura.

A televisão aberta, ela é *broadcast*. Ela atinge um grande número de espectadores. A televisão paga, ela é absolutamente segmentada. Ela tem públicos pequenos divididos por uma infinidade de canais. Os canais são especializados por temas.

Enquanto a TV aberta tem um caráter nacional, como bem lembrou o Evandro Guimarães, ela se dirige de um para n anonimamente, a TV paga tem um caráter eminentemente local, voltada à comunidade local. Não sei se todos sabem, uma concessão de televisão a cabo ou de MMDS, é restrita a um único Município. No caso do MMDS, caracterizado por um raio de cerca de 50 quilômetros e, no caso do cabo, aos limites físicos do próprio Município.

A TV aberta, portanto, é radiodifusão, e a TV paga é telecomunicação, sim. O que confere à TV aberta essa sua característica de grande veículo de comunicação social. Diferentemente das telecomunicações, o que caracteriza a comunicação social é, não só - Como já disse o Evandro Guimarães - essa comunicação de um para n, mas o fato de esses n serem anônimos, serem absolutamente indiscriminados. A TV paga também distribui o sinal de um para n, mas cada um dos receptores desse sinal é perfeitamente identificado. Conhecemos nome e endereço de cada um. Então essas são diferenças de modelos de negócios e de características, muito profundas. São diferenças muito importantes.

No próximo *slide* vamos bater, de novo, no fato de que a televisão aberta, ela transmite, basicamente,

um único canal. Agora, com a televisão digital, eventualmente, aquelas que optarem por multiprogramação, poderão oferecer mais alguns, três, quatro canais, mas, enquanto isso, a televisão paga vai continuar a oferecer uma multiplicidade imensa de canais. Falamos de centenas de canais, divididos por esportes, filmes, notícias, canais infantis, canais étnicos, canais educativos, documentários, variedades, canais públicos, como a TV Senado, nós estamos hoje no ar graças a TV Senado, *pay-per-view* e assim por diante. Ou seja, essas centenas de canais é que constituem a oferta do produto televisão paga.

Em muitas circunstâncias me interpelam dizendo: "Poxa, mas a grande audiência da televisão paga é concentrada na televisão aberta". E nada mais justo, e nada mais óbvio, porque a televisão aberta carrega um conteúdo que é da maior importância e do maior interesse do grande público. O que a televisão paga faz é apresentar alternativas à televisão aberta. No momento em que, por qualquer motivo, eu não estiver interessado naquele conteúdo da televisão aberta, eu posso ter alternativas de inúmeras qualidades, que apresentam essa multiplicidade de fontes de informação. Portanto, no fundo, no fundo, televisão aberta e televisão paga são complementares. O que a televisão paga faz é oferecer alternativas e multiplicidade de canais. E a televisão aberta oferece aquele exclusivo conteúdo.

O Ministro Gilberto Gil, ele frisou, com muita competência, que há pouca diversidade nacional na oferta da televisão paga. E esse é um dos grandes problemas que nós, na televisão paga, enfrentamos. Eu vou voltar a esse assunto logo em seguida, mas os senhores já viram, em todo o elenco de canais que eu mostrarei agora a pouco, que são muito poucos os canais com conteúdo nacional. Nós temos, provavelmente, os melhores canais internacionais, os mesmos canais que se vê hoje na Europa, nos Estados Unidos, na Ásia, etc, nós temos aqui no Brasil também, e são os melhores canais internacionais que existem. E temos alguns muito bons canais locais, de produções locais: Temos SporTV, temos BandNews, temos GloboNews, temos Rá-Tim-Bum, temos vários canais importantes, mas ainda muito poucos em relação à grande quantidade de canais internacionais que estão presentes no nosso *line-up*. Eu vou voltar a esse assunto um pouquinho mais para frente.

O que conteúdo audiovisual, que no fim das contas é o tema da nossa discussão, e é o que tanto a televisão aberta, como a televisão paga oferecem, ele é objeto comum de três segmentos de atividades bastante distintos: Um que é constituídos pelos produtores de conteúdo e os programadores. Eu aqui, na verdade,

simplifiquei um pouco, juntei produtores de conteúdo com programadores, apenas para efeito de sintetizar um pouco essa explanação. Nós poderíamos até separar esses elos em dois elos diferentes. Mas o que eu quero frisar aqui é o seguinte: Que existe uma cadeia de valor constituída por produtores de conteúdos, por transportadores de conteúdos, que são os operadores de rede, e por distribuidores de conteúdos, que são aqueles que prestam o serviço.

Enquanto que a TV aberta tem um modelo absolutamente vertical, onde essas funções são praticamente verticalizadas dentro da TV aberta, na TV paga, o modelo é absolutamente horizontal, esses segmentos são claramente identificáveis.

Vamos ver, no próximo *slide*, a gente vê que, em termos de produção e provimento de conteúdos, nós temos entidades como o GloboSat, Fox, Turner, Discovery, MTV, BBC, independentes etc. Esses conteúdos produzidos e empacotados são transportados por uma rede, por um operador de rede, e são distribuídos, na ponta, por entidades como a NET, a SKY, a TVA e essas empresas todas que nós conhecemos, que são as empresas que eu chamo aqui de distribuidoras de conteúdos ou prestadoras dos serviços de televisão paga. É a interface entre o expectador e o conteúdo.

Esses três elos da cadeia é que nos levam a consideração que eu acho da maior importância do ponto de vista Legislativo.

A produção de conteúdo, ela deve se reger por instrumentos, tais como hoje são a Lei de Imprensa, Lei de Direitos Autorais, conceitos de liberdade de expressão e de criação, a diversidade de fontes de informação, conceitos relativos à preservação da identidade e da cultura nacionais, tudo isso tem a ver com produção conteúdo.

O transporte do conteúdo tem a ver absolutamente nada com esses conceitos. O transporte de conteúdo tem a ver com a qualidade da transmissão, tem a ver com interconexão de redes, tem a ver com a capilarização das redes, tem a ver com o atendimento às normas de planejamento urbano, tem a ver com manutenção da integridade das comunicações, ou seja, o transporte de conteúdo é uma atividade eminentemente técnica, suportada por uma rede física ou *wireless*, não importa, mas suportada por uma rede.

Na ponta, nós temos a distribuição de conteúdo, que é regida pelos estatutos de proteção aos direitos do consumidor, às restrições quanto à transmissão de conteúdo legal, ao respeito ao estatuto da criança e do adolescente, às questões relativas as publicidade ao patrimônio.

Ou seja, os senhores percebem que cada elo dessa cadeia de valores tem a sua realidade especí-

fica e completamente diferente uma da outra, apesar de, evidentemente, imbricadas e intrincadas essas expectativas.

Eu diria aqui que nós temos, portanto, aos Legisladores, um primeiro desafio. Eu chamo aqui esse desafio de número um, que é a criação de marcos regulatórios específicos para os vários elos da cadeia de valores, observando as peculiaridades de cada um. Vamos dar um exemplo, no próximo *slide* temos um exemplo: Nós temos tido discussões, as mais calorosas, quanto às restrições sobre capital estrangeiro na produção e na distribuição de conteúdos. São essas discussões que estão abertas e das quais todos temos participado.

Essa polêmica sobre capital estrangeiro em produção e distribuição de conteúdos, ela perde o sentido quando se fala de transporte de conteúdo. Por quê? Porque a vinda de recursos externos, a vinda de capitais estrangeiros para a construção de infra-estrutura, para a construção de redes, ela não deve ser cerceada. Nós temos exemplos aqui que são antológicos: Toda a rede ferroviária nacional foi construída com capitais canadenses, com capitais ingleses, e essa rede está aí até hoje, que são as ferrovias que constituem essa infra-estrutura, que estão aí até hoje. O que se transporta nessas ferrovias é um outro problema. É uma outra questão, mas a construção das ferrovias equivale à construção das infovias, hoje, do século XXI.

E é para a construção dessas infovias do século XXI, que nós precisamos de recursos que, lamentavelmente, não temos em abundância no mercado interno. Portanto, a vinda de capital estrangeiro para a construção de infra-estruturas deve ser estimulada.

E o cabo, é interessante, ele tem limitação de 49% quanto ao capital estrangeiro. Nenhuma empresa de telefonia tem qualquer restrição; pode construir suas redes à vontade, e o faz, com o capital estrangeiro; nenhuma empresa de MMDS tem qualquer restrição ao capital estrangeiro; nenhuma empresa de DTH tem qualquer restrição ao capital estrangeiro. O único que é submetido ao capital estrangeiro é o a cabo. Por quê? Porque lá atrás, quando se falava de televisão a cabo, se misturava os conceitos de produção de conteúdo, distribuição de conteúdo, com o transporte do conteúdo. Nós não fomos capazes, lá atrás, de separar essas atividades de uma forma inteligente. E nos penitenciamos todos quanto a isso. Eu estava lá atrás, também, quando se discutiu a Lei do Cabo. Nós não fomos capazes de enxergar o quanto isso pôde constituir uma limitação à própria expansão da televisão a cabo, o fato de não contar com o capital estrangeiro para a construção das redes. Então esse é um fato que

nós não podemos esquecer, e representa, portanto, um desafio aos senhores Legisladores.

Outro desafio vem, agora, sobre a revolução mundial da convergência. Não vou falar muito sobre isso, porque nós já estamos cansados de saber o que é convergência, mas só para simplificar, o que é esse novo cenário? Esse novo cenário diz que diferentes plataformas e diferentes equipamentos carregam conteúdos e serviços semelhantes.

Por plataformas, eu entendo as redes fixas de telefonia, as redes móveis, a televisão digital, a banda larga. E os equipamentos são o telefone, o telefone fixo, o telefone celular, a televisão, o computador. Todos esses equipamentos e plataformas, hoje, podem carregar conteúdos e serviços absolutamente semelhantes. Daí o desafio número dois aos senhores Legisladores: A prestação desses serviços, apesar de poder ser feita sobre plataformas e equipamentos diferentes, deve ser tratada de forma isonômica: Para mesmos serviços, mesmas regras. Isso é fácil de falar, mas não é tão fácil de estabelecer na prática. E esse desafio está colocado ao Srs. Senadores e Deputados, no sentido de ver, com clareza, a necessidade, para garantir uma competição justa e equilibrada, que os mesmos serviços tenham as mesmas regras.

E por falar em competição, esse é um outro aspecto que tem que ser ressaltado: Na TV por assinatura, a competição esteve sempre presente e está presente. É o cabo, que compete com o DTH, que compete com o MMDS. Na telefonia móvel, também, há uma enorme competição entre empresas do tipo da Oi, da TIM, da Claro, da Vivo ou da Nextel. Enquanto que na telefonia fixa local estabeleceram-se monopólios, que não competem entre si. A Telefônica, a Oi e a Brasil Telecom têm, cada uma, os seus monopólios regionais. Sem entrar no mérito do porque desses monopólios, etc, aqui se estabelece um terceiro desafio para os senhores Legisladores: o Legislador deve estar atento para impedir que os monopólios controlem, simultaneamente, múltiplas redes e sufoquem os mercados competitivos.

Esse é um desafio que, hoje, está sobre a Mesa dos senhores, que hoje está em todo o território nacional, e para o qual devem estar atentos, tanto a Agência Reguladora, como os órgãos de defesa da concorrência, mas, principalmente, os Legisladores.

Para falar especificamente sobre o conteúdo nesse mundo da convergência, eu queria analisar um pouquinho [soa a campainha] o problema da penetração da TV paga, e nós estamos nos últimos dois ou três *slides*, portanto, eu vou estar terminando.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Pode ficar a vontade.

SR. ALEXANDRE ANNENBERG: Muito obrigado.

Hoje nós sabemos que a penetração da TV paga, ela ainda é muito limitada. Há vários motivos para isso. O primeiro deles, nós sabemos, é o preço. A TV paga sofre, como, aliás, todos os serviços de telecomunicações, o peso de uma carga tributária excessiva; mas vamos deixar isso de lado, que não é o tema da nossa discussão agora. A penetração da TV paga é também limitada por causa da sua pequena cobertura. Como eu disse antes, não houve, ainda, recursos de capital amplos o suficiente para uma cobertura mais ampla das redes de TV a cabo.

E não só isso, há também um baixo número de concessões, que foram concedidas pelo órgão regulador. Para que os senhores tenham uma idéia, no Estado de São Paulo, nós temos cerca de 650 Municípios, desses 650 Municípios, nos últimos sete ou oito anos, não foi feita nenhuma única licitação para concessão de novos serviços de televisão a cabo, e temos apenas cerca de 60 e poucos. TV a cabo. Isso, obviamente - E é o Estado mais rico da Federação - isso, obviamente, limita a penetração da própria TV paga de uma forma absolutamente contundente.

Mas o terceiro item que limita a penetração da TV paga, além do preço e além da cobertura limitada, é a falta de conteúdo nacional. Esse é um outro grande limitante da penetração da TV paga, porque nós temos uma demanda de conteúdo muito superior à oferta. Eu mostrei aos senhores, a oferta de conteúdo nacional, ela é limitada dentro da TV paga. E por que ela é limitada? Porque não temos economia de escala para uma produção nacional mais consistente. E esse é o grande desafio.

Para isso, o que nós precisamos? Para garantir um maior conteúdo nacional? Várias coisas. Elas já foram amplamente discutidas aqui: Garantir uma política de fomento ao conteúdo nacional, com renúncia, com empréstimos subsidiados, com estímulo a investimentos diretos. Nós precisamos, claro, isso também foi dito aqui pelo Ministro Gilberto Gil, defender a propriedade intelectual. O combate à pirataria. A pirataria é um dos males que mais atacam a distribuição de conteúdo no Brasil.

Há várias outras fórmulas para garantirmos maior conteúdo nacional. Corre, inclusive no Congresso, propostas de cotas. Cotas não são um mal em si, é importante que se diga. Muitos países aplicam critérios de cotas para sua produção nacional. Mas, no caso da televisão por assinatura, a aplicabilidade das cotas é

discutível. Na verdade, como é que eu aplico cotas? Por número de canais? Eu não tenho números de canais suficientes com conteúdo nacional para ter uma cota de número de canais. Dentro do próprio canal? Obviamente, não faz o menor sentido. Eu jamais vou ter conteúdo nacional, uma cota de conteúdo nacional, dentro do canal da NHK, que é o canal japonês, ou dentro do canal italiano, e assim por diante.

Ou seja, o problema de cotas, dentro da televisão por assinatura, não é, talvez, a melhor solução. Uma das soluções que a TV por assinatura propõe, e está colocando em atividade, são os canais locais. Esses, sim. Um grande número de operadoras de TV a cabo já disponibiliza, para o Município no qual opera, canais locais. E em muitas circunstâncias, geridos pelas próprias comunidades locais. Esse eu acho que é um segmento que merece, necessariamente, o estímulo e o apoio, justamente para fazer florescer um maior conteúdo local e um maior conteúdo regional.

Mas eu acho que tem aqui umas últimas considerações que eu quero fazer--

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Sr. Alexandre Guimarães--

SR. ALEXANDRE ANNENBERG: É o último *slide*.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Eu falei que tem o tempo a vontade, mas não acredite muito em mim, não.

SR. ALEXANDRE ANNENBERG: Mas não tanto. Ok, eu entendo bem. É o último *slide*, mas eu peço a atenção dos senhores sobre esse último *slide*, porque, na verdade, nós estamos no limiar de novos cenários. A nova tecnologia e a Internet provocam novas realidades de distribuição de conteúdo. A convergência, eu digo lá, veio trazer novas e arrojadas propostas para superar, justamente, o problema da economia de escala. Por exemplo, hoje se fala do *user generated content*, que é já um termo internacional para significar o conteúdo gerado pelo próprio usuário. Isso é que está dando exposição às comunidades, aos Blogs, ao Wikipédia, enfim, todos esses são conteúdos que têm uma origem no próprio usuário.

E temos exemplos, agora, que estão absolutamente difundidos: O *You Tube*, a Abril acabou de lançar um canal, que na TV por assinatura nós estamos mostrando, que é o FizTV, que é um canal constituído por conteúdos de vídeos exclusivamente produzidos pelos próprios usuários.

Na Copa do Mundo nós tivemos um exemplo muito interessante uma - eu não vou mencionar qual - mas uma emissora de televisão aberta em São Paulo, uma

pequena geradora local de São Paulo que não tinha, obviamente, estrutura para estar transmitindo informações sobre a Copa do Mundo, o que essa emissora fez? Ela distribuiu - para certo número de telespectadores que estavam viajando para assistir a Copa do Mundo - distribuiu câmeras digitais e esses conteúdos depois eram transmitidos via internet e colocado no ar com uma riqueza de informação e de pontos de vista, absolutamente, novos. Então, esse foi um índice de criatividade, de produção de conteúdo, que é absolutamente novo. É absoluto revolucionário.

E o último fenômeno que nós não podemos esquecer é o fenômeno sobre o qual tem se discutido muito ultimamente que é o *Long Tail* ou a calda longa. Os senhores já seguramente ouviram falar desse fenômeno, essa curva que é mostrada nesse gráfico mostra que têm alguns produtos em qualquer categoria, sejam livros, sejam super mercados, têm produtos que tem uma alta demanda, mas um número muito reduzido de produtos, daquele grupo de produtos, que tem alta demanda e há um enorme número de produtos que têm baixa demanda. E há um círculo vicioso que impede a venda desses produtos porque a simples exposição desses produtos em gôndolas de supermercado ou em estantes de livrarias tem um custo que não permite a difusão e a exposição desses produtos.

O *Long Tail* significa justamente o grupo desses produtos de baixa demanda que hoje a internet possibilita a baixíssimo custo disponibilizar para todo o mercado. Isso dá ao pequeno produtor de conteúdo, dá ao produto de pequena demanda, uma exposição como jamais teve. Eu acho que esse é o novo fenômeno que a internet, a convergência trazem que deve estar presente, ou seja, quando nós estivermos discutindo esses assuntos temos que ter presente que o futuro será diferente. E, portanto, a nossa legislação deve estar suficientemente aberta para enfrentar os desafios dessas novas formas de distribuição de conteúdo.

Essa a síntese do que eu queria falar. Obrigado e fico aqui à disposição.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Estamos na 3ª Audiência Pública, cujo assunto é debater o tema Conteúdo Audiovisual em Tempo de Convergência Tecnológica, a autoria do Requerimento é do Senador Flexa Ribeiro e acabamos de ouvir o Sr. Alexandre Annenberg, Diretor Executivo da Associação Brasileira de TV por Assinatura, ABTA.

Eu tenho, aqui antes de passar a palavra ao Senador inscrito, eu tenho algumas perguntas que me foram deixadas pelo Senador Flexa Ribeiro que depois passarei à palavra ao Senador Sérgio Zambiasi e ao Senador Sibá Machado também se quiser depois, eu

acho que ele ainda está estudando o assunto e depois passaremos às considerações aqui.

Eu comentava aqui enquanto da apresentação do Sr. Alexandre Annenberg com o Ministro Gil e realmente você vê o Ministro que... Da Tropicália, não é isso, Ministro? E hoje está fazendo um show chamado "Banda larga" e falando, discutindo, procurando novos caminhos para fazer a exposição do seu show, digamos assim, um artista tecnológico é realmente... Quem acompanha vê toda essa história, todo o desenvolvimento da tecnologia e como um artista consegue se adaptar a esse momento tecnológico, viu Ministro? V.Ex^a. não é porque eu estou na frente de V.Ex^a., mas realmente é uma experiência incrível que eu vou acompanhar para ver até onde V.Ex^a., talvez até um dia ou de repente o Ministro vá sumir no palco, vai ser digitalizado. Já foi não é? Porque já existe hoje... Digitalizado.

Passarei às perguntas então, do ilustre Senador Flexa Ribeiro que não está presente porque está representando o País no México. Primeira pergunta ao Exmo. Sr. Gilberto Gil, Ministro de Estado da Cultura: Os avanços tecnológicos no setor de comunicações alteraram a percepção do tempo e da distância, aumentando a velocidade dos acontecimentos e reduzindo as fronteiras entre os países em uma radicalização do processo de globalização.

Nesse contexto a informação instantânea global passa a conviver nem sempre de forma equilibrada com as culturas nacionais, regionais e locais. Nesse cenário, Sr. Ministro, seria necessária - ele pergunta - nesse cenário seria necessário o estabelecimento de mecanismos legais e regulatórios que protejam o conteúdo audiovisual brasileiro e as empresas nacionais do setor? Outra pergunta: Que tipo de mecanismo poderia ser estabelecido? É bom fazer logo, não é Ministro? Responde logo em seguida.

SR. MINISTRO GILBERTO GIL: É bom lembrar ao Senador Wellington--

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Eu sou Senador Wellington Salgado, mas as perguntas são do Senador Flexa Ribeiro.

SR. MINISTRO GILBERTO GIL: É do Senador Flexa Ribeiro sim, que a recente convenção da diversidade cultural, aprovada pela UNESCO e já ratificada por uma série de países, inclusive o Brasil, garante um instrumento internacional, de Direito Internacional, que garante aos países, através da representação de seus Estados, a garantia da proteção às culturas nacionais, na medida do entendimento que cada país tenha em relação a isso. Tenho a impressão, portanto, que esse aspecto avassalador, digamos assim, da comunicação internacional e da produção internacional de conteú-

dos e da distribuição internacional de conteúdos, digamos assim, sem as faces, sem as marcas de cada nacionalidade é um perigo que existe, mas em relação ao qual, quer dizer contra o qual os antídotos já estão sendo produzidos.

Essa convenção, por exemplo, é um instrumento que garante a cada Estado na medida do entendimento, na medida de cada parlamento, nacional, de cada conjunto conceitual estabelecido no País, essa convenção permite que os Estados nacionais através de suas legislações, através de seus processos, garanta na medida que assim entenda, a preservação das características nacionais de cada uma dessas culturas, das culturas de cada um desses países.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): V.Ex^a. a segunda parte eu acho que já foi respondida, que tipo de mecanismos poderiam ser estabelecidos?

SR. MINISTRO GILBERTO GIL: Eu acho que a questão de atualização de marcos legais como que se discute aqui, não é? Uma lei de comunicação, uma lei, enfim, que seja atualizada, que seja contemporaneizada, que dê abrigo a todas essas novas necessidades criadas pela convergência tecnológica e dê garantias enfim, ao produto nacional, ao conteúdo nacional, a indústria nacional e assim por diante. Uma é o marco legal, consequência do marco legal, o marco regulatório.

Quer dizer as agências ou instituições similares que possam, enfim, representando o Estado e a sociedade regular os fluxos de conteúdos, os fluxos de produtos e serviços culturais na medida do entendimento da necessidade entendida dessa forma pela sociedade. Enfim, representada pelos seus Parlamentos, pelos seus governos e etc. Então, eu acho que há, os meios são os meios através da lei, através da regulação.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Antes de passar ao Sr. Evandro Guimarães, a pergunta do Senador Flexa Ribeiro, eu queria anunciar a presença do Sr. Leopoldo Nunes, Diretor da ANCINE, temos o maior prazer em recebê-lo em nossa Comissão.

Segunda pergunta do Senador Flexa Ribeiro, encaminhada ao Sr. Evandro Guimarães, Conselheiro da Associação Brasileira de Emissoras de Rádio e Televisão, ABERT: A convergência tecnológica e as possibilidades de mercado dela advindas precipitaram as discussões de como o Estado deve regular essa nova realidade, que tem impacto não só econômicos, mas também culturais e sociais. Um dos pontos centrais desse debate é a proteção ao conteúdo nacional. Neste contexto países como a França estabelecem cotas mínimas de exibição de obras de produção nacional.

As perguntas agora: Haveria a possibilidade de estabelecimento de cotas mínimas de produção brasileira, para a veiculação de diversos meios de distribuição independentes da tecnologia utilizada? Segunda pergunta: Essas cotas mínimas de conteúdo nacional poderiam ser estendidas para a produção regional e para a produção independente? Terceira pergunta: Quais seriam os percentuais adequados em cada caso?

Com a palavra o Sr. Evandro.

SR. EVANDRO GUIMARÃES: Respondendo ao Senador, aos Senadores, nossa opinião, a minha opinião pessoal e do grupo que tem estudado a legislação comparativa e internacional e olhando efetivamente para o caso brasileiro, é de que a política de cotas que já é praticada para o cinema nacional, pode ser substituída com grande vantagem pelos pressupostos, alguns deles estão bem claros no projeto do próprio Senador Flexa Ribeiro, que é pela política de manutenção do controle de brasileiros sobre as grades de programação, sobre a produção e sobre o que nós chamamos de provimento especialmente para a indústria de televisão paga e a indústria de televisão aberta.

O mecanismo de cotas, obviamente é um mecanismo que já existe há muitos anos, mas especificamente o mecanismo de cota, primeiro ele tem um defeito de diminuir a competição e freqüentemente de gerar certa ineficiência para alguns programadores. Segundo, a política de cotas ela não dá aquele desenvolvimento que nós consideramos sistemático para a cadeia integrada de valor da indústria. Então é claro que pode se implementar as cotas, melhor cota do que nada, mas a proposta que parece que está no projeto do Senador Flexa Ribeiro que é garantir a nacionalidade do programador nos parece mais moderna e mais atuante.

Com relação às cotas de produção regional nós somos totalmente favoráveis, elas são... A previsão constitucional, elas já são praticadas por boa parte das emissoras, elas não podem é deixar de levar em consideração os aspectos de viabilidade econômica das diversas emissoras, emissoras que cobrem até mais de 500 mil domicílios etc. e tal, então, a resposta está segmentada nesse nível.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Essa última eu não sei se foi respondida: Quais seriam os percentuais adequados em cada caso? Então, é o que já existe na legislação?

SR. EVANDRO GUIMARÃES: Essa legislação não existe ainda porque toda vez que ela... Tem até um projeto a um substitutivo do Senador César Borges que está em discussão e tramitação no Senado, ela é um dispositivo constitucional, ela deve existir e

ela deve variar de acordo com o potencial econômico de cada mercado exibidor; ou seja, você não pode pedir 30%, 40%, 20% de programação jornalística local para uma praça que tem vitalidade econômica, comparativamente com a que não tem nenhuma vitalidade econômica.

Quer dizer, há que haver tanto no tempo quanto no percentual, há que se contemplar os aspectos de natureza econômica e de vitalidade econômica dos diferentes mercados.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Com a palavra o Sr. Ministro para fazer o esclarecimento.

SR. MINISTRO GILBERTO GIL: Só pedir um esclarecimento ao Sr. Evandro, com relação à posição que o senhor defende é de que a condição proprietária, ou seja, é suficiente a simples condição da propriedade ser brasileira é suficiente para garantir que a programação também o seja?

SR. EVANDRO GUIMARÃES: Não, não é suficiente porque, inclusive, nós temos várias grades de programação no Brasil, na televisão aberta e na TV paga, onde existe uma boa quantidade de produtos internacionais dublados ou legendados. Mas voltando ao exemplo da televisão aberta quero dizer o seguinte: O Brasil já desenvolveu Ministro, uma massa crítica na sua teledramaturgia, na sua competência técnica.

O Brasil talvez não tenha tido para comunicação social, capital e tecnologia, mas tem grande capacidade de fazer conteúdo. O Brasil exporta para mais de 130 países do mundo seus conteúdos que são dublados e legendados nos diversos idiomas. O que nós consideramos é que com a massa crítica atual que o Brasil já tem e com o fato - esse é um fato - de que mais de 95% do horário nobre da televisão aberta no Brasil é conteúdo absolutamente nacional, o que nós precisamos é que esses índices sejam mantidos, esses níveis de preferência do produto, do artista, do músico no Brasil sejam mantidos.

E estes na verdade, são os que estão ameaçados porque os produtos internacionais, também de grande apelo ao audiovisual que chegam ao Brasil, já chegam ao Brasil inteiramente amortizados. Eu vou lhe dar um exemplo: Se nós não tivermos segurança para que o empreendedor nacional continue a produzir na nossa paisagem, na nossa temática, com os nossos recursos artísticos, técnicos e intelectuais é provável que algumas séries americanas já amortizadas naquele mercado original possam estar no Brasil preponderando sobre o conteúdo brasileiro.

SR. MINISTRO GILBERTO GIL: Essa é uma das questões, quer dizer, o atrativo do produto mais barato internacional assim, pode ser um elemento for-

te no convencimento do proprietário brasileiro. Enfim, já que a questão em jogo é a questão econômica, é a liberdade industrial, é a liberdade econômica; quer dizer, o atrativo econômico pode ser superior ao atrativo cultural em muitos casos e, portanto, o mecanismo de cota ou outro mecanismo de ajuste, vem no sentido de contrabalançar essas possibilidades, geradas exatamente pela dimensão econômica que é impositiva em muitos casos.

Por isso que eu pergunto, se a compreensão da necessidade complementar do mecanismo das cotas não seria uma compreensão razoável? Enfim, complementando exatamente a dimensão proprietária nacional que pode não ser suficiente para determinar a escolha do produto nacional.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Presidente.

SR. MINISTRO GILBERTO GIL: Esse aspecto que eu queria ressaltar.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Com a palavra Senadora Ideli Salvatti, nossa líder.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Até para não perder o momento que eu acho que é riquíssimo desse debate do Ministro com o Evandro dizer o seguinte: Nós temos além desse projeto que é o motivo da Audiência Pública, nós temos aqui tramitando atualmente no Senado, mas no Congresso Nacional, um projeto para a questão da produção regional, que é o projeto da Deputada, ex-Deputada Jandira Feghali, que nós temos uma imensa dificuldade da fazer andar.

E tem tudo a ver, porque essa questão de ter apenas como garantia o conteúdo nacional, quer dizer, o domínio nacional sobre a produção do conteúdo pode não ser... Ele é necessário, mas ele do meu ponto de vista, eu considero que é absolutamente insuficiente para garantir a diversidade cultural, essa potencialidade que esse Brasil com a diversidade cultural que tem, de nós podermos ter na veiculação da produção, do que vai passar, do que passa, que tem os artistas fantásticos em todos os cantos, tem a visão até a estrutura física, a forma de falar, a forma de se comunicar, a música regional, a produção teatral regional, os valores culturais de cada região, que o fato de termos a garantia do controle nacional não dá esta garantia desta diversidade cultural, absolutamente, fundamental para a gente poder garantir estes inúmeros "Brasis" que existem no nosso tão querido Brasil e na cultura brasileira.

E por isso que eu não consigo imaginar que nós possamos avançar na aprovação deste projeto e do debate, sem estarmos juntos com o avanço do projeto da garantia da diversidade regional na veiculação,

que é o projeto efetivamente que a Deputada Jandira Feghali, há tanto tempo - eu não tenho aqui de memória - mas é mais de uma década no mínimo que esse projeto está tramitando e a gente não consegue fazer aprovar.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): O Sr. Alexandre Annenberg também gostaria de participar desse debate.

Com a palavra o Sr. Annenberg.

SR. ALEXANDRE ANNENBERG: De fato o projeto da Deputada Jandira Feghali nós temos acompanhado ao longo de todos esses anos, eu creio que são 15 ou 16 anos, Senadora, que esse projeto tramita e ele tem objetivos evidentemente muito importantes, muito interessantes, mas tem algumas dificuldades de aplicabilidade. Eu vou dar um exemplo sobre o que acontece nas TVs a cabo regionais, locais e etc. Como os senhores sabem a TV a cabo tem por obrigação legal carregar um canal comunitário. Então, existe um espaço dentro da televisão a cabo disponível para a constituição de um canal comunitário.

A dificuldade do operador local de TV a cabo para ter uma programação que preencha este canal comunitário local é imensa. Muitas vezes o operador local ele precisa se valer de artifícios para poder preencher esse conteúdo local que seria, obviamente, de maior interesse da comunidade e mais ainda do próprio operador local. Ter um conteúdo local para um operador local é um elemento de fidelização, é um elemento até comercial de venda da televisão paga, portanto, o interesse é absolutamente consistente dos operadores de televisão a cabo da necessidade dos canais locais, dos conteúdos locais.

Infelizmente, eles inexistem na quantidade necessária. Por isso é que eu me permito sublinhar aqui: O sistema de cotas tem essa difícil aplicabilidade e por isso que talvez as soluções de fomento, as soluções de incentivo econômico, talvez, sejam mais eficazes.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Eu tenho aqui a última pergunta, deixada pelo Senador Flexa Ribeiro para o Sr. Alexandre Annenberg, porque realmente eu estou doido para passar a palavra para o Senador Sérgio Zambiasi, que foi o primeiro a chegar, está aqui desde o início. Nós estamos postergando um pouquinho, eu estou um pouco constrangido, mas eu tenho a última pergunta do Senador Flexa Ribeiro, deixada para o Sr. Alexandre Annenberg, Diretor Executivo da Associação Brasileira de TV por Assinatura.

Vamos à pergunta: A Lei 8.977, de 1995, conhecida como Lei de TV a Cabo, prevê um dispositivo que determina às operadoras de TV a cabo, tornarem

disponíveis canais destinados para a transmissão integral e simultânea da programação veiculada pelas geradoras locais da televisão aberta. Ao mesmo tempo estabelece que essas emissoras não podem restringir a distribuição de seus sinais, sem a devida notificação judicial, esse mecanismo é denominado *must carry*.

Em tempos de convergência - aí vai a pergunta - em tempos de convergência tecnológica dos quais o conteúdo passa a ser o ativo diferencial na conquista e fidelização do assinante, não seria razoável eliminar da Lei de TV a cabo a obrigação do *must carry*?

Segunda pergunta: As emissoras de televisão aberta não deveriam ser remuneradas pela programação, hoje, cedida para operadores de TV a cabo? Terceira pergunta: Quais as possíveis consequências para as empresas e assinantes do fim dessa obrigação? Com a palavra o Sr. Alexandre Annenberg. Se por um acaso não lembrar eu estou aqui com as perguntas e passo--

SR. ALEXANDRE ANNENBERG: Tudo bem está muito claro.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): É o tema do debate.

SR. ALEXANDRE ANNENBERG: Claro está, muito clara a colocação do Senador Flexa Ribeiro, e eu queria lembrar o seguinte: O instituto do *must carry* que existe na Lei do Cabo, viabilizou a existência de inúmeras geradoras locais que senão fosse a existência do *must carry* não teriam tido condições de prosperar, não teriam tido condições de florescer.

Pura e simples eliminação do *must carry* significaria a morte de um grande número de geradoras locais, porque não haveria interesse do operador local de cabo em estar carregando essas múltiplas geradoras locais.

É verdade que na outra ponta existem geradoras locais com o conteúdo altamente interessante, altamente atraente e que a TV a cabo carrega. Isso sempre foi uma via de duas mãos. Quando esse dispositivo foi introduzido na Lei do Cabo ele foi introduzido por pressão dos radiodifusores, por quê? Porque os radiodifusores tinham receio de que a vinda da TV a cabo fosse um elemento concorrencial à televisão aberta e por isso se instituiu a obrigatoriedade de carregar os sinais da televisão aberta.

Na realidade o que aconteceu foi que a televisão aberta passou a ser um atrativo a mais dentro da televisão paga para a própria difusão da televisão paga. E a televisão paga resolveu, pelo menos em grandes centros urbanos, o problema da qualidade do sinal transmitido porque esse era um grande problema dos radiodifusores de não terem qualidade de sinal unifor-

me em situações de topografia complicada, etc. e isso a televisão a cabo resolveu.

Portanto, o *must carry* sempre foi uma via de duas mãos. O *must carry* foi bom para a televisão aberta e, foi bom para a televisão paga. Agora, se coloca uma nova realidade com a televisão digital e com a alta definição. Essa é uma discussão que ainda está em aberto. Parece-me absolutamente lógico, racional e coerente com o tudo que nós vimos lá atrás, que as televisões pagas continuem a transmitir no cabo o canal equivalente ao canal analógico, aquilo que existir no canal analógico deverá continuar sendo transmitido no canal digital, no cabo.

Isso me parece, nada mais do que bom senso. Quaisquer outras programações que vierem a ser criadas por força da televisão digital, poderiam ter um tratamento diferente, mas é uma discussão, repito, absolutamente em aberto e acho que temos que aprofundá-la.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Muito obrigado pelas considerações do Sr. Alexandre Annenberg, às perguntas do Senador Flexa Ribeiro e passaremos, agora, a pergunta ao Senador inscrito, que é o Senador Sérgio Zambiasi, um dos maiores locutores do Rio Grande do Sul que, na verdade, acaba sendo um produtor de conteúdo imediato que na verdade, acaba sendo realmente.

Com a palavra Senador Sérgio Zambiasi.

SENADOR SÉRGIO ZAMBIASI (PTB-RS): Obrigado, Presidente Senador Wellington Salgado, cumprimentando os convidados e o Ministro Gilberto Gil, Dr. Evandro e Dr. Alexandre, eu acho essa iniciativa sensata de trazer esse tema à discussão pública. É um tema complexo e à medida que a gente consegue fazer essa discussão em público, nós começamos a chamar a atenção para essas questões e torná-las um pouco mais didáticas. Não basta ser do meio para entender. Não é suficiente.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Senador, eu só queria fazer a colocação que V.Ex^a. também é o relator desse projeto na Comissão de Educação, por isso é importantíssima a presença de V.Ex^a. aqui.

SENADOR SÉRGIO ZAMBIASI (PTB-RS): Na realidade, eu fui designado na Comissão de Educação, como relator do projeto do Senador Flexa Ribeiro, é um dos projetos que tramita no Congresso Nacional.

Nós temos na Câmara três projetos em análise, na Comissão de Ciência e Tecnologia: Do Deputado Paulo Bornhausen, que permite a entrada das teles no mercado de distribuição de conteúdo audiovisual sem contrapartidas; do Deputado Nelson Marquazzelli,

que mantém o *statu quo* da distribuição de audiovisual e têm alguns dispositivos que estão reproduzidos no projeto do Senador Flexa Ribeiro; e o dos Deputados Paulo Teixeira e Walter Pinheiro, que cria o serviço de comunicação social eletrônica sob demanda, a ser oferecido pelas empresas de Telecom, e prevê proteção ao conteúdo nacional.

Nós estamos aqui, até pela exigüidade do tempo Presidente, porque já por compromisso assumido, já deveria estar em outra reunião. Vou permanecer no tema "Conteúdo Audiovisual em Tempos de Convergência Tecnológica" e, vejo que o pessoal da ANCINE está presente aqui. Eu ficaria, basicamente na questão da ANCINE, que foi a pioneira na adoção de regras de proteção de programação à geração, à disponibilização do conteúdo e da distribuição do conteúdo audiovisual de qualquer origem nos meios de comunicação de massa.

Primeiro eu gostaria de saber se essa norma, esta lei da ANCINE, a Lei 2228-1 ela está sendo aplicada no sentido de já encaminhar essa questão de proteção, de proteção da programação, proteção da distribuição do conteúdo audiovisual para os meios de comunicação de massa? Ministro, eu não sei se a lei está realmente sendo... Se a ANCINE está...

SR. MINISTRO GILBERTO GIL: A primeira questão a colocar é que a ANCINE, a sua atribuição, a sua prerrogativa é o cinema, o cinema brasileiro. Tudo que diz respeito ao audiovisual no sentido mais amplo, produtos ligados à televisão e outros meios de comunicação social, ainda não têm uma instância reguladora, enfim, institucionalizada em uma instituição própria.

Vários setores da radiodifusão defendem a auto-regulação enfim, as televisões, os produtos televisivos e etc. defendem a auto-regulação como instrumento suficiente. É conhecida a iniciativa do Governo através do Ministério da Cultura há dois anos atrás, da criação de uma agência reguladora que abrangesse ao mesmo tempo o cinema e o audiovisual em geral e, portanto, setores da radiodifusão e etc.

Quer dizer o que a ANCINE vem podendo fazer e vem fazendo cada vez com mais interesse, com mais competência é o trabalho de regulação no campo do cinema nacional com medidas de fomento, com medidas de estímulo à produção. Eu gostaria, portanto, seria interessante que a própria ANCINE, se manifestasse aqui com relação ao trabalho que vem fazendo. Eu gostaria de passar a palavra ao representante, a um dos representantes da ANCINE--

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Sr. Leopoldo que está aqui?

SR. MINISTRO GILBERTO GIL: Da ANCINE que está aqui presente.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Isso é uma quebra de protocolo, mas eu vou abrir mão porque o Senador Sérgio Zambiasi--

SR. MINISTRO GILBERTO GIL: Talvez seja bom no sentido de que os esclarecimentos possam ser mais bem dados aqui.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Sr. Leopoldo se pudesse ser rápido porque eu estou quebrando o protocolo da Comissão, mas eu acho importante nesse debate.

SR. LEOPOLDO NUNES: Muito obrigado, Presidente Senador Wellington Salgado, Senador Sérgio Zambiasi, Ministro, representantes da Mesa, Evandro. Senador a Medida Provisória 2228, ela não inclui a regulação sobre a distribuição de conteúdos, nem na TV fechada, nem na TV aberta e nem no campo do cinema, também, não foi incluída a regulação sobre a distribuição.

Então, com base na defesa da cultura, do conteúdo brasileiro e na necessidade da preservação e da promoção do conteúdo brasileiro, é que nós nos apoiamos para tomar as medidas regulatórias no campo da distribuição cinematográfica.

No campo da TV fechada e da TV aberta, nós apenas reconhecemos o produto brasileiro na TV aberta e na TV fechada, também recolhemos impostos das programadoras estrangeiras para o desenvolvimento da indústria cinematográfica, essa é a competência da Agência Nacional de Cinema.

SENADOR SÉRGIO ZAMBIASI (PTB-RS): Talvez tenha que haver, então, um aperfeiçoamento dessas regras?

SR. LEOPOLDO NUNES: Sem dúvida nenhuma, eu acho que nós já demos essa contribuição a partir de 2004, e temos participado sistematicamente das discussões no âmbito dessa Casa e da Câmara, também.

SENADOR SÉRGIO ZAMBIASI (PTB-RS): Com isso, nós evitaríamos uma ameaça de que a produção e a programação do conteúdo audiovisual brasileiro não acabe desnacionalizado?

SR. LEOPOLDO NUNES: É uma questão que eu acho importante que se garanta. Eu até deixo a pergunta para os convidados também se não há--

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Sr. Evandro, gostaria de se manifestar a respeito?

SR. LEOPOLDO NUNES: De proteção no sentido de proteger efetivamente esses conteúdos brasileiros, nacionais.

SR. MINISTRO GILBERTO GIL: Lembrando, mais uma vez que há um estatuto internacional, recentemente criado no âmbito da Organização das Nações Unidas, mais diretamente na UNESCO, garantindo aos Estados o exercício dos meios de proteção à cultura dos seus países, dos seus povos incluindo, portanto, toda a produção audiovisual, a produção cinematográfica etc. e etc. Portanto, a criação, a atualização de leis de marcos legais através da atualização, da adequação dos marcos legais é, agora, mais do que nunca, um direito e um dever dos países - como eu já tinha dito antes - e, a conseqüente modernização dos marcos regulatórios, também.

Portanto, a criação, hoje, de um órgão regulador no campo do audiovisual, uma agência reguladora que venha a abranger o campo do audiovisual é um direito que o País adquiriu, enfim, garantido pelo estatuto internacional recentemente aprovado na UNESCO. Se já era importante o País atentar para essa questão, agora há uma regra internacional estabelecida que garante aos Estados. Portanto, a proteção às culturas nacionais passou a ser não só interesse nacional como interesse internacional.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Com a palavra o Sr. Evandro, para as considerações sobre a pergunta do Senador Sérgio Zambiasi.

SR. EVANDRO GUIMARÃES: Eu gostaria de fazer um comentário, mas sem entrar, quer dizer, ficando no que é uma grande contribuição dessa Audiência Pública. Eu acho que o Ministro Gil está levantando uma bola importantíssima para o trabalho de todos nós, preocupados com o conteúdo brasileiro, com os trabalhadores artísticos intelectuais no Brasil, que é colocarmos como derivado desse dispositivo internacional a necessidade de melhor, de azeitarmos os dispositivos que protegem a produção e a programação no Brasil.

Nós entendemos que a ANCINE que foi criada, quer dizer, essa Medida Provisória ela não foi votada, ela acabou se transformando a Medida 2228, ela acabou se tornando uma realidade e é verdade que a referência ao controle da ANCINE sobre os programadores nacionais pode não ter sido considerado tão eficaz para os diretores das agências quanto deveria ser.

Esse dispositivo eu acho que, então, ele tem que ser urgentemente reforçado, Senador Sérgio Zambiasi, tem que ser reforçado. Eu quero aqui dar exemplos importantes, reforçados, porque não vejo que a ANCINE deva se restringir ao cinema, porque ela já cuida tam-

bém das questões do antigo SDAV, do CONDECINE em relação à divulgação dos comerciais no Brasil, dezenas de milhares de comerciais exibidos mensalmente e ela tem um papel importantíssimo de fomentar recursos para a produção brasileira independente.

Então, devemos até todos darmos um enorme apoio para que a ANCINE tenha marcos legais, tenha autoridade legal para de fato exigir que aquilo que é ofertado aos brasileiros, seja empresa de programação brasileira porque, aliás, Senador, só para lembrar é assim em quase toda a atividade. Em quase toda a atividade, o que acontece? O senhor importa um vinho, uma importadora importa um vinho, ele coloca um selo, coloca no nome da distribuidora porque ele está se responsabilizando, de certa maneira, por internalizar aquele produto.

Na área da comunicação social, da comunicação audiovisual é tradição... É por isso que está esse dispositivo na 2228, um brasileiro deve se responsabilizar no Brasil e não deve ser, por exemplo, uma empresa Disney do Brasil, Fox do Brasil que deve fazer a seleção do *line up*, do conjunto de canais que é oferecido aos brasileiros. Deve ser um brasileiro ou uma empresa com maioria brasileira. Brasileiros naturalizados há mais de cinco anos como diz a ANCINE no caso da Constituição para a radiodifusão, naturalizados há mais de dez anos, que tenham de fato existência, por quê? Caso contrário nós estamos desistindo, nós estamos deixando que a produção seja feita integralmente nas plataformas eletrônicas por alguém do ambiente internacional. Isso pode não ser conveniente, eu não sei se, por exemplo, se alguém puder selecionar, se os principais canais esportivos vão colocar no *prime time*, para o horário nobre, jogos de beisebol ao invés dos jogos de futebol porque é uma forma de aculturação.

Então, esse assunto merece um aperfeiçoamento, espero que na sua relatoria o senhor também persiga um estudo vertical, me comprometo a lhe fornecer maiores informações sobre como vimos isso. E eu quero dar um exemplo da necessidade absurda disso, alguns canais internacionais que são de programadoras internacionais, no Brasil exibem comerciais panamericanos, ou seja, o mesmo conteúdo é exibido simultaneamente para os Estados Unidos, México, Canadá, para a América Central, para a América do Sul. O material é exibido com uma locução em inglês para os países, Estados Unidos e Canadá, em espanhol para toda a América Latina espanhola e em português para o Brasil.

E se o senhor reparar na TV paga, o senhor vai ver que existem alguns comerciais que são estritamente de máquina: "Você gosta de Toyota", "A tua cerveja é Heineken", são comerciais que de fato sonégam verba

publicitária que financiam a televisão aberta e a televisão paga no Brasil no mercado interno. São comerciais, senhores, que são freqüentemente, que são em geral, produzidos lá, gerados de lá, e principalmente autorizados lá.

É evasão de divisa claro, é contrabando específico, então, esse tipo de procedimento nós deveríamos dar toda a força a ANCINE para que ela pudesse atuar, como atua em relação ao CONDECINE, para que ela tivesse condições legais, absurdas, inequívocas de preservar, inclusive, o mercado publicitário brasileiro que é fonte de financiamento da comunicação que recebem os brasileiros pela televisão aberta. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Com a palavra ainda o Senador Sérgio Zambiasi.

SENADOR SÉRGIO ZAMBIASI (PTB-RS): Para completar Presidente, que a própria exigüidade do tempo exige, o Dr. Evandro concluiu e eu fiquei atento a uma manifestação sua anterior, não que pode ser interpretado como ameaça a produções regionais que o senhor colocou anteriormente, eu gostaria que... Ficou aqui no ouvido, exatamente, porque na outra Comissão de Educação, tem um projeto da Deputada Jandira Feghali que trata do assunto e estão sendo chamadas audiências públicas, também. Sem dúvida nenhuma, as produções regionais estarão em debate na Comissão de Educação. O que é esta ameaça? Que significado tem esta ameaça das produções regionais?

SR. EVANDRO GUIMARÃES: Eu não vejo ameaça, vejo que as produções regionais são geradoras de empregos, elas devem existir só que elas têm que existir com viabilidade econômica e viabilidade comercial. Na verdade, a maior parte das redes, hoje, já produz programas de esportes locais, programas jornalísticos locais.

No mundo inteiro é assim, quer dizer, esse sanduíche fantástico que a TV aberta tem é o modelo brasileiro, é o modelo federativo brasileiro, deve ser aplaudido e preservado. Existem empresas que produzem programação de alto nível, programações de interesse nacional, interesse destinado ao senso comum do brasileiro, que são produzidas fundamentalmente no Rio, São Paulo, Curitiba, etc e tal.

São centros como são em quaisquer países do mundo, inclusive, nos Estados Unidos, onde as produções se dão fundamentalmente em Los Angeles, na Califórnia, Nova Iorque e, isso deve ser complementado por aqueles programas locais, jornalismo local, matutino, na hora do almoço, que dá grande audiência no Brasil, que vai almoçar em casa, no início da noite; programas também político-partidários, os intervalos

comerciais, programas esportivos e programas de interesse regional. Nós somos favoráveis a que se amplie a produção regional e, que ela complemente a produção nacional em todos os Estados.

A única coisa que nós defendemos é que isto tem que olhar para o tamanho de cada respectivo mercado. O senhor não pode querer um conjunto de produção que tenha a mesma qualidade para Estados menores, menos aquinhoados, do que para o seu grande Estado do Rio Grande do Sul.

Então, esse projeto está em tramitação. Tem um projeto com substitutivo do Senador César Borges, que nos parece bastante razoável, o projeto da Deputada Jandira Feghali. Na verdade, quando se iniciou ele continha alguns, digamos assim, alguns índices super elevados, ele se transformou em um substitutivo do Deputado Marcelo Barbieri, que foi aprovado na Câmara, veio ao Senado e hoje é um substitutivo do Senador César Borges. E tramita, da mesma maneira, um projeto do Senado, já aprovado no Senado, que define o índice das produções locais a partir de... E que está na Comissão de Ciência, Tecnologia da Câmara. Ou seja, há dois projetos sobre esse assunto, que estão se cruzando. Um já aprovado na Câmara e outro já aprovado no Senado.

Eu entendo até que o substitutivo do projeto já aprovado no Senado que está tramitando na Comissão de Comunicação na Câmara, também deve ser examinado pelos Deputados, levando-se em consideração as relações econômicas, que torne esse dispositivo que cria obrigações adicionais para os radiodifusores levando em conta os aspectos econômicos de cada comunidade.

SENADOR SÉRGIO ZAMBIASI (PTB-RS): Só uma complementação. O Dr. Alexandre sugere uma criação de marcos regulatórios específicos. Eu queria tornar assim, bem claro esse desafio, clarear mais esse desafio que o senhor está propondo.

SR. ALEXANDRE ANNENBERG: Quando eu me refiro a marcos regulatórios específicos, não necessariamente eu quero dizer uma lei ou um regulamento voltado, exclusivamente para produtores de conteúdos ou para transportadores ou para distribuidores. O que eu quero dizer é que a lei preveja com maior clareza, quais são os parâmetros que devem reger as atividades de cada elo da cadeia.

Nós temos esse exemplo, que acho que é o mais significativo de todos que é a restrição do capital estrangeiro nas televisões a cabo. Se nós tivéssemos sido hábeis lá atrás para dizer: "Essa restrição existe para os operadores de cabo naquilo que diz respeito à produção ou à distribuição de conteúdo", mas permitindo a vinda de recursos externos para investimento em

infra-estrutura nós teríamos tido resultados muito mais interessantes na construção da infra-estrutura.

Ou seja, se trata aqui de encontrar as formas de viabilizar marcos regulatórios específicos para cada setor. Por que eu digo que isso é desafio? Porque não é fácil, mas é o desafio que os senhores têm nas mãos.

SENADOR SÉRGIO ZAMBIASI (PTB-RS): Presidente obrigado, eu estou satisfeito.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Senador Sérgio Zambiasi eu gostaria de fazer uma colocação porque realmente, muitas vezes, como a legislação vem em momentos diferentes, nós temos situações incoerentes, digamos assim.

Por exemplo, hoje você pode fazer, se eu estiver errado me corrija, por favor, você pode fazer um serviço de satélite que é chamado DTH, não é isso? E pode fazer também o MMDS, que é esse microonda [ininteligível] com 100% de capital estrangeiro. No entanto, na TV a cabo que nada mais é do que um meio diferente, só pode ter 49. Então, por exemplo, alguém chega aqui, comprou um canal por satélite, ele desce em todo o Brasil sem limitação de região, em todo o Brasil podendo ter 100% de capital estrangeiro, no entanto, a tevezinha a cabo que lá na cidade pequeninha que passa ela não pode ter, ela só pode ter 49.

SENADOR SÉRGIO ZAMBIASI (PTB-RS): E o satélite não é nacional. O satélite que distribui--

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): O satélite não é nosso, o programa é gerado em outro país--

SENADOR SÉRGIO ZAMBIASI (PTB-RS): Pode haver um apagão de comunicações então, o senhor acha?

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Não, o que eu digo é o seguinte--

SENADOR SÉRGIO ZAMBIASI (PTB-RS): Fica a pergunta no ar. A questão do satélite aí.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Evandro usou até uma palavra de contrabando, uma palavra de contrabando. Foi uma palavra forte que eu absorvi bastante, mas realmente quando alguém gera uma programação de outro País, sobe para o satélite e desce no nosso País, está havendo um contrabando sim, a palavra foi bem colocada.

Quer dizer, está gerando lá, fazendo uma tradução com a legenda lá, gerando emprego lá e descendo tudo aqui no nosso consumidor que consegue fazer por um preço menor do que os locais, a verdade é essa, quase que a metade. Como nós vamos regular

V.Ex^a. que é um dos relatores espero que dê o toque inicial para que possamos acompanhá-lo.

Passaremos agora as considerações finais aos membros da Mesa sendo que a Senadora Ideli Salvatti, como líder, fica correndo de Comissão em Comissão, ela pediu para se inscrever e queria fazer algumas colocações. Eu queria pedir paciência aos membros da Mesa, eu vou fechar já para as considerações finais, mas se ela chegar a tempo eu pediria aos membros da Mesa que me dessem esse direito de abrir a colocação porque a líder trabalha demais realmente, e gostaria muito de fazer alguns questionamentos.

Então, por ordem das exposições, eu queria as considerações finais do Ministro Gilberto Gil que eu não sei se eu estou quebrando o protocolo em chamá-lo de Ministro "Banda larga". Eu não sei, mas já que o show de V.Ex^a. tem esse nome não é ofensa nenhuma, eu acredito.

SR. MINISTRO GILBERTO GIL: A "Banda larga" é uma das netas do Ministério da Cultura naquilo que ela pode contribuir para a disseminação, a abertura da democratização, do acesso à cultura no País inteiro e nas grandes cidades, a princípio mais bem dotadas das possibilidades tecnológicas de acesso à banda larga, mas também já cidades do interior. Ainda há poucos dias eu estive em Sousa, na Paraíba, e lá o Prefeito da cidade manifestou interesse que ele tem em dotar o Município mais rapidamente possível da tecnologia de banda larga, que garanta acesso a novos conteúdos e a carregamentos como se diz, *uploads*, *downloads*, acesso a internet e a serviços do meio eletrônico, enfim, com qualidade e com agilidade a todo o Município.

E assim vários outros: Pirai, no Rio de Janeiro, que eu cito em uma das minhas canções como exemplo de cidade que adotou a banda larga, portanto, tanto do ponto de vista do Ministério quanto do ponto de vista do artista, a defesa de uma ampliação, de uma democratização da banda larga no País é absolutamente coerente. As duas personas, a do Ministro e a do artista, convergem nesse sentido de batalhar por um alargamento da banda no País e uma ampliação do acesso a essa possibilidade tecnológica por parte de todo mundo, de todos os municípios brasileiros, de todos os territórios brasileiros.

Eu queria aproveitar para dizer exatamente que o Ministério da Cultura se associa fortemente a essa iniciativa do Congresso, do Senado, de discutir essa questão do aperfeiçoamento do marco legal brasileiro com relação à comunicação social e a questão da convergência, portanto, há possibilidade cada vez mais insinuante das telecomunicações compartilharem com

a radiodifusão a vários níveis da produção e da distribuição de conteúdos culturais para o povo brasileiro.

As questões são delicadas porque os interesses são... Ainda que as tecnologias sejam convergentes, que as tendências de demandas também sejam convergentes no público, os interesses econômicos ainda são diversos, a tendência é muito claramente de que se compatibilizem em breve, em muitos níveis, os interesses tanto da radiodifusão como da telecomunicação, mas ainda é uma questão delicada e, portanto, o papel que o Congresso Nacional tem que ter na percepção do que é necessário fazer em termos de lei e de garantir em termos de regulação, é um papel importantíssimo.

O Ministério da Cultura se associa fortemente a essa iniciativa porque entende exatamente que o usuário, o cidadão, o beneficiário final de todas essas questões colocadas pela convergência é o cidadão brasileiro, é o indivíduo, quem está lá na ponta é o telespectador, é o que utiliza as tecnologias, é o portador do celular, é o portador dos *gadgets* digitais que possibilitam produção de conteúdos novos, que possibilitam essa convergência do ponto de vista cultural também.

Então, o Ministério da Cultura tem todo o interesse em levar avante junto com o Congresso Nacional e outras áreas do Governo e áreas amplas da sociedade brasileira essa discussão no sentido da atualização, da modernização do marco legal brasileiro para a comunicação social e as telecomunicações, os aspectos de sua convergência.

Portanto, toda a disponibilidade lá da nossa equipe, do nosso conjunto de secretarias, do nosso conjunto de instituições ligadas à vida cultural brasileira, para que a gente tenha assim, uma lei atualizada, para que as questões do direito autoral, as questões da propriedade intelectual implicadas nesse assunto, também sejam discutidas e também venham prestar uma contribuição importante ao melhor aparato legal que se possa ter no Brasil nesse sentido.

Eu queria agradecer a oportunidade e dizer que lá estamos o tempo todo, de olhos voltados para tudo que se discute aqui, que as contribuições que nós posamos dar estão também lá disponíveis a todo instante. Como eu disse aqui no início da conversa, vamos criar um Fórum novo para discutir essas questões da comunicação social no Brasil, e estamos inteiramente à disposição.

O Ministério deve ser acionado o tempo todo como uma instância importante, contributiva para o aprimoramento, o aprofundamento dessas discussões que devem desembocar no aperfeiçoamento e

aprimoramento das nossas leis e da nossa dimensão regulatória no País. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Muito obrigado, Sr. Ministro. Nós estamos na 3ª Audiência Pública cujo assunto é debater o tema: "Conteúdo audiovisual em tempos de convergência tecnológica". Autoria do Requerimento e Aditamento Senador Flexa Ribeiro. Acabamos de ouvir as considerações finais do Ministro do Estado da Cultura Exmo. Gilberto Gil.

Com a palavra para as considerações finais o Sr. Evandro Guimarães, Conselheiro da Associação Brasileira de Emissoras de Rádio e Televisão - ABERT, e Vice-Presidente de Relações Institucionais das Organizações Globo, a quem eu passo palavra.

SR. EVANDRO GUIMARÃES: Obrigado Presidente, eu fico muito feliz, eu tenho participado de vários eventos, seminários, audiências, mas este foi de longe o, absolutamente, mais produtivo que eu estive por razões práticas, primeiro: Eu saio daqui hoje iluminado por alguma coisa de estratégico que é receber e passar a citar e vou me documentar sobre isso, sobre os acordos internacionais de proteção da diversidade e guarda-chuva excepcional que o Ministro hoje, não sei como é que nós não trabalhamos nisso anteriormente, que o Ministro levantou para que possamos, digamos assim, mostrar que acima de tudo, além de nosso dever, é nosso absoluto direito proteger o País que fala português, que tem massa crítica de produção audiovisual, o País em que brasileiros falam para brasileiros, esse patrimônio do Brasil precisa ser defendido e temos aí um guarda chuva, digamos assim, legislativo no conserto das nações que o Ministro lembrou. Então, para mim isso foi uma conquista importante, agradeço ao Ministro. E agradeço também ao Ministro a oportunidade, me penitencio, de levar ao Ministro e sua Assessoria mais informações sobre a questão do DRM. Acho que essa questão é do sinal de controle, do sinal de gestão e ela ainda está, digamos assim, estamos devendo avançar um pouco mais. Porque o nosso objetivo comum é proteger o telespectador.

A radiodifusão ela quer proteger porque ela sabe que perderá a qualidade de conteúdo, se esses sinais para DRM não existirem na televisão digital terrestre nos conectores que, inclusive são, de acordo com nossas informações, padronizados no mundo inteiro. Portanto, não tem nenhuma alteração econômica, mas eu vou tomar a liberdade de procurar o Ministério da Cultura, a Assessoria do Ministério da Cultura do Ministro nesse assunto, porque acho que faltou informação do nosso lado.

Eu fico muito feliz, também acho que vou procurar a ANCINE, por esse debate que o Senador Sérgio

Zambiasi proporcionou que é a questão de termos normas iguais para a questão desse fundo comercial, que é o mercado publicitário brasileiro, que afeta não só os veículos de comunicação, todos os veículos, seja impresso, eletrônico, etc. e tal. Sejam os veículos, inclusive, as operadoras brasileiras na área de TV paga, mas que também jornais e etc. e tal, mas que também são, digamos assim, um patrimônio comum do brasileiro.

O nosso mercado publicitário é o mercado que através do mercado publicitário se viabiliza a oferta gratuita de entretenimento, informação e cultura e informação político-partidária para os brasileiros em geral. E estou também muito feliz, vou encerrar assim, pela reação do Senador Wellington Salgado quando me disse que eu estou com a posição fúnebre.

Se eu consegui tocar o Senador Wellington Salgado, com essa que é uma máquina de trabalhar e, transmiti para ele que eu tenho uma sensação fúnebre quanto à necessidade de um marco regulatório urgente, para que esse patrimônio comum brasileiro não seja desperdiçado, Senador... Atingi o meu objetivo. Eu conto com sua tradicional fama de trator para que o marco regulatório ande e isso será bom para os operadores, mas principalmente para os brasileiros em geral. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Muito obrigado pelas considerações finais o Sr. Evandro Guimarães. Como estamos em considerações finais não vou falar sobre a questão do trator.

Passaremos agora ao Sr. Alexandre Annenberg, Diretor Executivo da Associação Brasileira de TV por Assinatura, ABTA, para as considerações finais, a quem eu passo a palavra.

SR. ALEXANDRE ANNENBERG: Uma das coisas que está mais do que evidente para todos nós é quanto à competência, a riqueza, a criatividade do nosso produto nacional, do conteúdo nacional que nós somos capazes de produzir.

Eu recentemente tive um exemplo disso em uma viagem há uns três anos atrás à Rússia, onde ligando o televisor no hotel de repente eu me deparei lá com a novela da Globo, com atores conhecidos, etc., eu fico fascinado, olho para aquela transmissão e de repente me dou conta de que está sendo falado em português. Mas como na Rússia falando em português? E dali alguns instantes um locutor se sobrepõe à voz dos atores para explicar o que eles estão dizendo: "Ela disse que o ama e, ele disse que não ama tanto assim".

Enfim, explicando o conteúdo e era um conteúdo absolutamente nacional, em português, castiço, transmitido na Rússia. Isso demonstra a nossa, realmente,

competência em termos de produção, de conteúdo de altíssima qualidade. Agora, eu tenho dúvidas é quanto à eficácia de medidas de cerceamento de produções em um mundo globalizado. Hoje nós temos a internet que penetra no mundo inteiro sem pedir licença, na casa de cada cidadão.

Temos exemplos de países que tentam bloquear essa globalização, nós vemos isso na China e outros países totalitários que querem impedir a globalização da internet e, no entanto, isso é inevitável. Eu não tenho dúvidas que qualquer medida de cerceamento acaba sendo contornada e acaba sendo rompida por essa ação global internacional.

Eu acredito na eficácia muito maior das medidas de estímulo, nas medidas de fomento, da forma com que nós possamos fazer crescer essa riqueza e essa criatividade que já temos e essa competência que já temos no País.

Então, a minha última observação vai por aí, da necessidade de nós criarmos esses instrumentos de estímulo e de fomento e termos presente que quaisquer medidas de cerceamento, elas correm o risco de serem absolutamente ineficazes.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Muito obrigado, Sr. Alexandre Annenberg.

Antes de encerrar a reunião eu queria simplesmente fazer um Aditamento ao Requerimento nº 10, de 2007, que é um Requerimento: “Nos termos regimentais, seja o acrescido ao Requerimento nº 10 da CCT, de autoria do Exmo., Senador Flexa Ribeiro que requer a realização de Audiência Pública, no âmbito dessa Comissão de Ciência e Tecnologia para debater sobre o tema: “Conteúdo Audiovisual nos Tempos de Convergência Tecnológica”. Sr. German Von Hartenstein, Diretor-Geral da emissora ESPN, Rede de Programação, Sala das Comissões”.

Os Senadores que estão de acordo permaneçam como estão. Aprovado.

Eu queria dizer que foi uma honra muito grande receber os convidados, especialmente, o Ministro Gilberto Gil o Ministro, digamos assim, camaleão. E quem vê a sua história, vê que realmente V.Ex^a. se adapta ao que está acontecendo à sua volta, à volta de V.Ex^a. e queria agradecer a todos os presentes.

E nada mais tendo a declarar, declaro encerrada esta reunião.

Sessão encerrada às 12h19.



**PODER LEGISLATIVO
SENADO FEDERAL
SERVIÇO DE ADMINISTRAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA**

**DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL
PREÇO DE ASSINATURA**

SEMESTRAL

Diário do Senado Federal ou Diário da Câmara dos Deputados – s/o porte (cada)	R\$ 58,00
Porte do Correio	R\$ 488,40
Diário do Senado Federal ou Diário da Câmara dos Deputados – c/o porte (cada)	R\$ 546,40

ANUAL

Diário do Senado Federal ou Diário da Câmara dos Deputados – s/o porte (cada)	R\$ 116,00
Porte do Correio	R\$ 976,80
Diário do Senado Federal ou Diário da Câmara dos Deputados – c/o porte (cada)	R\$ 1.092,80

NÚMEROS AVULSOS

Valor do Número Avulso	R\$ 0,50
Porte Avulso	R\$ 3,70

ORDEM BANCÁRIA

UG – 020055	GESTÃO – 00001

Os pedidos deverão ser acompanhados de **Nota de empenho**, a favor do **FUNSEEP** ou fotocópia da **Guia de Recolhimento da União-GRU**, que poderá ser retirada no SITE: <http://consulta.tesouro.fazenda.gov.br/gru/gru-simples.asp> **Código de Recolhimento apropriado e o número de referência: 20815-9 e 00002** e o código da Unidade Favorecida – **UG/GESTÃO: 020055/00001** preenchida e quitada no valor correspondente à quantidade de assinaturas pretendidas e enviar a esta Secretaria.

OBS: NÃO SERÁ ACEITO CHEQUE VIA CARTA PARA EFETIVAR ASSINATURA DOS DCN'S.

Maiores informações pelo telefone (0XX-61) 3311-3803, FAX: 3311-1053, Serviço de Administração Econômica Financeira/Controle de Assinaturas, falar com, Mourão ou Solange.

Contato internet: 3311-4107

**SECRETARIA ESPECIAL DE EDITORAÇÃO E PUBLICAÇÕES
PRAÇA DOS TRÊS PODERES, AV. N/2, S/Nº – BRASÍLIA-DF
CNPJ: 00.530.279/0005-49 CEP 70 165-900**



EDIÇÃO DE HOJE: 762 PÁGINAS

(OS: 14906 / 2007)